

*Passámos a grande ilha da Madeira,
Que do muito arvoredo assi se chama,
Das que nós povoámos, a primeira,
Mais célebre por nome que por fama;
Mas nem por ser do mundo a derradeira
Se lhe aventajam quantas Vénus ama,
Antes, sendo esta sua, se esquecerá
De Cipro, Gnido, Pafos e Citera.*

CAMÕES, *Os Lusíadas* (V, 5)



O século XXI será cada vez mais o século do conhecimento, tido como meta e prioridade em ordem ao progresso dos povos. O conhecimento é o novo nome do desenvolvimento. Os países e as regiões distinguir-se-ão, acima de tudo, pela cultura e pela ciência, como capitais decisivos para gerar inovação, novas fontes de riqueza e saídas alternativas em ordem à sobrevivência da humanidade para além das fronteiras, agora estreitas, do nosso planeta Terra. Não podemos descurar que aquele período da nossa história, em que Portugal se salientou no palco das nações do mundo pelas viagens de descoberta dos caminhos marítimos, teve na base a acumulação, a gestão inteligente e a aplicação adequada de um conhecimento científico e técnico. Este capital de saber permitiu ao nosso país criar a primeira rede de influência global no dealbar da Época Moderna e tornar-se, ao lado de Espanha, o pioneiro, ou seja, o pai da globalização em que hoje vivemos plenamente. Neste momento charneira da história da humanidade, a Madeira começou a ser povoada sob a égide de Portugal e tornou-se uma espécie de laboratório e rampa de lançamento do Novo Mundo que se abria aos olhos da Europa nos séculos XV, XVI e XVII.

O papel do arquipélago madeirense como ponto nevrálgico, de interseção, de absorção e de projeção (povoadores multiétnicos, navegadores, comerciantes, viajantes, cientistas, militares, exilados, emigrantes, turistas, etc.) faz da Madeira uma das ilhas mais conhecidas do mundo e com presença frequente na grande literatura e história mundiais. A Madeira é, pois, uma ilha que merece justamente o epíteto de “Ilha Global”, que agora passa a ter um dicionário global.

Adaptado da Introdução



José Eduardo Franco

DIREÇÃO

Cristina Trindade

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Madeira
Global

GRANDE DICIONÁRIO
ENCICLOPÉDICO
DA MADEIRA

Abacateiro

Atividades marítimo-turísticas

José Eduardo Franco

DIREÇÃO

Cristina Trindade

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Madeira Global

GRANDE DICIONÁRIO
ENCICLOPÉDICO
DA MADEIRA

VOLUME 1

THEYA

ORGANIGRAMA CIENTÍFICO

Direção:

José Eduardo Franco

Coordenação executiva:

Cristina Trindade

Coordenação das áreas científicas:

ANTROPOLOGIA E CULTURA MATERIAL

Jorge Freitas Branco

ARQUITETURA E PATRIMÓNIO/HISTÓRIA DA ARTE

Rui Carita

ARTES E DESIGN

Isabel Santa Clara

ARTES PERFORMATIVAS

Teresa Norton Dias

BIOLOGIA TERRESTRE/GEOGRAFIA E ECOLOGIA/GEOLOGIA

Miguel Sequeira

CIÊNCIAS DA SAÚDE

Ana Rita Londral

CIÊNCIAS DO MAR

Thomas Dellinger

CINEMA, VÍDEO E MULTIMÉDIA

Carlos Valente

CULTURA E TRADIÇÕES POPULARES

† David Pinto Correia e Thierry Proença dos Santos

DIREITO E POLÍTICA

José Renato Gonçalves

ECONOMIA E FINANÇAS

† Alberto Vieira e Eduardo Jesus

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Jacinto Jardim

ESTUDOS CLÁSSICOS

Lúisa M. Antunes Paolinelli e Sílvio Fernandes

FÍSICA, QUÍMICA E ENGENHARIA

Ana Rita Londral

HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

† Alberto Vieira

HISTÓRIA MILITAR

Rui Carita

HISTÓRIA POLÍTICA E INSTITUCIONAL/HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Cristina Trindade e Nelson Veríssimo

IGREJA CATÓLICA

Agostinho Jardim Gonçalves, José Eduardo Franco e Saturino Gomes

INSTITUIÇÕES E EXPRESSÕES RELIGIOSAS NÃO CATÓLICAS

Simão Silva

LINGÜÍSTICA

Aline Bazenga

LITERATURA

Lúisa M. Antunes Paolinelli

MADEIRA GLOBAL

Paulo Miguel Rodrigues

MATEMÁTICA E ASTRONOMIA

Custódia Drumond

PERSONALIDADES TRANSVERSAIS

Cristina Trindade

PSICOLOGIA E PSIQUIATRIA

Jacinto Jardim e Luísa Soares

SOCIEDADE E COMUNICAÇÃO

† José Manuel Paquete de Oliveira

José Eduardo Franco
DIREÇÃO

Cristina Trindade
COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Madeira
Global

GRANDE DICIONÁRIO
ENCICLOPÉDICO
DA MADEIRA

Abacateiro

Atividades marítimo-turísticas

1

José Eduardo Franco
DIREÇÃO

Cristina Trindade
COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Madeira Global

GRANDE DICIONÁRIO
ENCICLOPÉDICO
DA MADEIRA

VOLUME 1

THEYA

Madeira

Global

GRANDE DICIONÁRIO
ENCICLOPÉDICO
DA MADEIRA

José Eduardo Franco

DIREÇÃO

Cristina Trindade

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Madeira

Global

GRANDE DICIONÁRIO
ENCICLOPÉDICO
DA MADEIRA

VOLUME 1

THEYA

ISBN 978-989-8916-84-6



Título: Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira
Volume 1

Direção: José Eduardo Franco

Coordenação executiva: Cristina Trindade

Design, capa e paginação: António Rochinha Diogo | ARD-Cor

Infografias: Carolina Grilo

Gestão fotográfica: Bernardes Franco

Supervisão iconográfica: Rui Carita

Revisão: Equipa de revisão do CLEPUL

Coordenação editorial: José Bernardino

Editora: Theya Editores

IECCPMA/CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Impressão e acabamento: Printer Portuguesa

Distribuição: Gradiva

ISBN: 978-989-8916-84-6

Depósito legal: 459398/19

Data de lançamento: 2019

Theya Editores

Instituto Europeu de Ciências da Cultura

Padre Manuel Antunes – IECCPMA

Rua Professor João Barreira, n.º 18 – 8.º A,

1600-637 Lisboa

theyaeditores@gmail.com

Tel. 93 43 23 983

*Volume publicado em memória
dos Coordenadores falecidos:*

Alberto Vieira
David Pinto Correia
José Manuel Paquete de Oliveira

PREFÁCIO

Se é verdade que o grande desafio do século XXI é o do conhecimento para o conjunto da humanidade em processo de globalização acelerada, a aposta no saber é ainda mais decisiva para as pequenas regiões que detêm capital estratégico relevante no quadro mundial, como é o caso do arquipélago da Madeira e do seu posicionamento atlântico.

A Madeira afirmou-se, desde o princípio do estabelecimento dos Portugueses, com a participação de outros povos, que inauguraram o povoamento deste território há seis séculos, como um ponto estratégico relevante para a dinâmica então iniciada da mundialização das relações entre as diversas civilizações planetárias. A Madeira tornou-se, desde então, um território de convergência, de ensaio e de projeção de iniciativas, que hoje se poderiam chamar globalizantes, no plano científico, técnico, económico, social, político e religioso. Este território tornou-se um laboratório e uma rampa de lançamento para um mundo novo que se começava a construir, o da primeira globalização.

Na Madeira, cruzaram-se conhecimentos, culturas, crenças, saberes, identidades, tradições e sonhos de engrandecimento. A Madeira e o Porto Santo foram um cadinho que gerou uma cultura com identidade singular e uma visão do mundo que decorreu dessa experiência quer de abertura ao mundo, quer de reserva, de retiro, de isolamento, que o cerco do oceano favorecia. Por isso, falar de cultura madeirense é falar de uma cultura de relação com muitas culturas do mundo com 600 anos de história.

Preparar e publicar uma grande enciclopédia que condense o saber fundamental sobre o arquipélago da Madeira é um trabalho da maior valia e um dos mais marcantes para celebrar o VI centenário da humanização do território insular madeirense. Assim como aconteceu em boa hora, e graças ao labor estrénuo do sábio Fernando Augusto da Silva, que se empenhou na preparação da primeira enciclopédia madeirense com o título *Elucidário Madeirense*, para assinalar, há 100 anos, o V centenário do descobrimento oficial destas ilhas, é da maior relevância simbólica a edição de uma nova obra enciclopédica de grande porte para o século XXI no âmbito da celebração de mais um centenário. Este grande dicionário enciclopédico é o resultado do maior empreendimento científico

interdisciplinar de sempre, realizado no quadro do projeto Aprender Madeira, em desenvolvimento desde o início desta década, e contou com a participação da geração mais qualificada da nossa história madeirense e com a colaboração nacional e internacional.

Como compreenderam bem e praticaram os iluministas do século das Luzes, não há como dispor de um grande dicionário ou de uma grande enciclopédia para marcar a afirmação de uma cultura ou de uma determinada área do saber. Uma obra dicionarial não é só um monumento de conhecimento escrito e ilustrado que se lega à posteridade, é mais do que isso, embora tal já seja muito. É um ponto de chegada, um momento para estabelecer e disponibilizar de forma sistematizada o conhecimento geral sobre um universo de saber, convocando as áreas científicas de cada tempo para realizarem esse importante serviço à comunidade. Esta totalidade de saberes que encerra uma enciclopédia sobre uma dada realidade não só estabelece um mapa de conhecimento com chaves de leitura para compreender um dado universo à luz de métodos e conceitos epistemológicos das ciências do presente histórico em que esse magno trabalho é levado a efeito, como ainda se constitui como ponto de partida para alargar e aprofundar os saberes sobre essa totalidade de conhecimento, que se torna inspiradora para quem a queira e a deva fazer progredir e superar.

O saber enciclopédico estabelece, pois, uma fronteira e inaugura um tempo novo, depois de, em simultâneo, ter encerrado o tempo, que cristalizou com o conhecimento organizado e consolidado pela escrita das diferentes janelas temáticas. Mas este projeto enciclopédico, se é clássico na sua forma de edição em papel, que se quis observar, é ao mesmo tempo hipermoderno, pois tem um espaço digital de atualização e de acesso através das mais avançadas tecnologias de disseminação do conhecimento.

O Governo Regional da Madeira não poderia deixar de apostar e apoiar esta edição enciclopédica dicionarial que, com esta obra, abre a sua publicação em múltiplos volumes.

É uma iniciativa da maior importância para marcar os 600 anos da tomada de posse oficial, pelos Portugueses, deste arquipélago muito apreciado e até desejado, não só por Portugal, onde se integra com orgulho, mas também pelos mais diversos países que o visitam e que com ele têm mantido relações que fizeram da ilha da Madeira um espaço global, em conjunto com as suas ilhas circunvizinhas, uma família de ilhas – Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens – com estatuto de arquipélago.

Em nome do Governo da Madeira, agradecemos a todos os que se empenharam com o seu saber e labor intenso para que este projeto, que agora começa a ver a luz do prelo, se tornasse uma realidade que a muitos ajudará a conhecer melhor a nossa terra.

Miguel Albuquerque
Presidente do Governo Regional da Madeira

Funchal, abril de 2019

INTRODUÇÃO

“As enciclopédias e suas categorias podem ser consideradas expressões ou incorporações de uma visão sobre o conhecimento e, de facto, uma visão do mundo.”

Peter Burke¹

“É que a história, como aliás, qualquer outra ciência de escopo social ou humano, muda de perspectiva, evolui, num diálogo sempre aberto e renovado com os problemas que os próprios historiadores formulam.”

Joel Serrão²

“Torna-se portanto necessário que a ciência seja acompanhada da sabedoria. As duas poderão constituir o magnífico par de asas com que o homem conseguirá erguer-se um pouco acima dos conflitos de toda a ordem que têm ensombrado a sua condição ao longo dos milénios e que hoje, mercê do poder destrutivo conquistado sobre os elementos, correm o risco de tornar-se fatais para a própria subsistência da vida sobre a terra.”

Manuel Antunes³

O século XXI será cada vez mais o século do conhecimento, tido como meta e prioridade em ordem ao progresso dos povos. O conhecimento é o novo nome do desenvolvimento. Os países e as regiões distinguir-se-ão, acima de tudo, pela cultura e pela ciência, como capitais decisivos para gerar inovação, novas fontes de riqueza e saídas alternativas em ordem à sobrevivência da humanidade para além das fronteiras, agora estreitas, do nosso planeta Terra. Não podemos descurar que aquele período da nossa história, em que Portugal se salientou no palco das nações do mundo pelas viagens de descoberta dos caminhos marítimos, teve na base a acumulação, a gestão inteligente e a aplicação adequada de um conhecimento científico e técnico. Este capital de saber permitiu ao nosso país criar a primeira rede de influência global no dealbar da Época Moderna e tornar-se, ao lado de Espanha, o pioneiro, ou seja, o pai da globalização em que hoje vivemos plenamente.

¹ Peter Burke, *Uma História Social do Conhecimento. De Gutenberg a Diderot*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003, p. 89.

² Joel Serrão, “Uma pequena luz na noite”, prefácio à edição fac-símile da edição de 1946 do *Elucidário Madeirense* de Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses, vol. I, Funchal, DRAC, 1984, p. 5.

³ Manuel Antunes, *Obra Completa*, tomo II, coordenação de José Eduardo Franco, Lisboa, FCG, 2008, p. 156.

Esse conhecimento, detido pela Ordem de Cristo, herdeira direta dos Templários, e por uma empreendedora elite judaica, com contributos importantes de especialistas italianos e árabes, animado pelo ideal religioso de universalização do cristianismo, foi eficazmente capitalizado pelos monarcas portugueses e permitiu ao nosso país escrever uma das páginas de ouro na macro-história da humanidade, realizar o feito gnosiológico de dar a “conhecer o mundo ao mesmo mundo”, no dizer de Vieira, e criar a primeira base de dados global sobre povos, culturas e civilizações do planeta.

Esta revolução global da mundividência, que pôs fim aos mitos e à *imagerie* fantástica da visão regional do mundo típica da Idade Média, permitiu desenvolver na Europa o ideal de uma nova universalidade, que os enciclopedistas do século das Luzes vão traduzir na construção de um saber enciclopédico universal, a partir de França e de Inglaterra. O ideário de sistematização crítica de um saber exaustivo, englobante e multifocal da realidade passível de ser conhecida representou um momento de progresso, que permitiu depois realizar avanços em vários planos do conhecimento humano. Esse projeto, importante para a humanidade no seu conjunto, foi depois adaptado ao conhecimento exaustivo e multiabrangente de nações e territórios específicos. A produção e edição destes saberes enciclopédicos acabou por gerar, *mutatis mutandis*, uma série de marcos miliários, que inauguraram novas etapas na história cultural e científica de povos, países e regiões.

O arquipélago da Madeira teve esse primeiro marco miliário há quase 100 anos, com a preparação do *Elucidário Madeirense* aquando da passagem dos 500 anos do seu achamento oficial, a tomada de posse pelos Portugueses para efeitos de povoamento. Tem agora a oportunidade, ainda mais extraordinária, de se afirmar com mais um marco miliário que será a publicação da obra *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, elaborada na sequência de sete anos de trabalho intenso em que estiveram envolvidas mais de cinco centenas de investigadores e autores, ligados a 30 áreas e subáreas científicas. Esta obra pretende constituir-se como um dicionário global, fruto da época exponencial de comunicação e informação planetária em que vivemos, que tem como desiderato situar o arquipélago da Madeira nas dinâmicas da globalização de que também foi protagonista nestes 600 anos de história de povoamento e de relação dialógica com os grandes movimentos e correntes planetários com os quais este território arquipelágico está articulado e nos quais participou, quer como sujeito ativo, quer como sujeito passivo.

Como sabemos, cada tempo, cada geração concebe as suas palavras próprias, elege as suas palavras da moda, o mesmo é dizer o conjunto de termos que constitui a gíria epocal que enriquece a gramática de leitura da realidade. São as palavras-chave de cada época para ler, compreender e interpretar o cosmos, e que sintetizam uma base mínima de ideias fundamentais com que nos identificamos para evidenciar as grandes preocupações e prioridades da vida humana situada num dado espaço e tempo. Termos como “globalização”, “empreendedorismo”, “excelência”, “mobilidade”, “cooperação”, entre outros, são alguns termos-conceitos do nosso tempo que deixaremos como marca na história dos discursos de produção de conhecimento.

Assim como há 100 anos atrás a palavra “elucidário” era um termo-conceito significativo para marcar o esforço de sistematizar, explicar e divulgar saberes pouco acessíveis e menos ainda organizados e condensados de forma enciclopédica, hoje também continua a ser importante continuar este trabalho ao serviço das novas gerações, mas lidando com a lógica da compreensão global das relações entre regiões, países e continentes no espaço planetário.⁴

Urge, pois, ultrapassar o velho método nacionalista ou regionalista umbilical de se olhar o mundo a partir de uma realidade isolada, compartimentada, “retangularizada” ou insularizada, como se estivéssemos sós no mundo e sós tivéssemos construído o nosso mundo isolado do resto, e passar a construir o saber à luz de um método global, ou seja, valorizando mais as interações, interseções, interdependências e transversalidades dos factos e dos acontecimentos, colocando o mundo todo e as suas partes em relação entre si.⁵ Daí termos querido “adjetivar” este empreendimento enciclopédico, que abrimos com este texto introdutório, com o conceito de “global” para evidenciar esta metodologia fundamental que funda este projeto. Com efeito, além da tradicional função do exercício enciclopedista de organizar, sintetizar, atualizar, divulgar e democratizar o conhecimento⁶, valorizámos nesta nossa obra o escopo de oferecer uma visão de saber abrangente sobre o arquipélago da Madeira na relação com o mundo global em que se situa, relevando o seu papel de porta e rampa de lançamento do movimento descobrimentista moderno que criou o que nós denominamos a protoglobalização ou primeira globalização de marca ibérica, assim como o facto de este arquipélago se ter tornado um entreposto e um ponto importante de passagem, de chegada e também de partida de gentes de muitas partes e para muitas partes. Se é certo, como alguns autores tematizam, que a Madeira se tornou uma espécie de laboratório do Novo Mundo que se abria aos olhos da Europa nos séculos xv, xvi e xvii, também a perceção que se consagrou como dominante nos discursos literários espelhava um determinado imaginário sobre a Madeira, que era mais o de “ilha encantada” para encanto dos que a visitavam. O seu papel de ponto nevrálgico, de interseção, de absorção e de projeção (povoadores multiétnicos, navegadores, comerciantes, viajantes, cientistas, militares, exilados, emigrantes, turistas, etc.) faz da Madeira uma das ilhas mais conhecidas do mundo e com presença frequente na grande literatura e história mundiais. A Madeira é, pois, uma ilha que merece justamente o epíteto de “Ilha Global”, que agora passa a ter um dicionário global.

Em plena entrada no terceiro milénio e em tempo de intensa democratização das novas tecnologias multimédia de fixação e divulgação de conhecimento, torna-se, com efeito, pertinente conceber e realizar um projeto avançado para investigar, reunir, atualizar e ampliar de forma exaustiva e sistemática o conhecimento da história, da herança cultural,

⁴ Cf. Carl Guarneri, *America in the World. United States History in a Global Context*, New York, McGraw-Hill Education, 2007.

⁵ Cf. Sebastian Conrad, *Historia Global. Una Nueva Visión para al Mundo Actual*, Barcelona, Crítica, 2017.

⁶ Cf. Olga Pombo, “Diderot, D’Alembert e o movimento enciclopedista”, in Ana Isabel Santos e Ana Paula Jardim (org.), *Dez Luzes num Século Ilustrado*, Amadora, Caminho, 2013, pp. 165ss.

da sociedade, da ciência, do património material e imaterial de regiões que apresentam configurações identitárias singulares como é o caso do arquipélago da Madeira.

Esta obra é o produto mais emblemático de um projeto maior intitulado Aprender Madeira, começado em 2012 com o apoio de fundos europeus através do programa Intervir+ e que deu origem a uma plataforma digital com o mesmo nome, em processo de atualização permanente, com a qual esta obra impressa se interliga e interage.

Este *Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira* apresenta um considerável número de entradas, espalhadas nos seus milhares de páginas, sobre assuntos que vão desde a biologia marinha e a geologia até à astronomia, da história à literatura e à linguística, da filosofia à teologia, das tradições populares às novas tecnologias digitais; ou seja, apresenta-se aqui conhecimento crítico sobre temas que se alcançam desde o fundo do mar e da terra até ao mais alto dos céus. Tivemos a oportunidade e o privilégio de concitar vontades e de reunir um grupo vasto de mais de 500 autores das mais diversas especialidades que, sob a coordenação de 27 especialistas das mais variadas áreas científicas, fixaram o saber que o leitor pode agora ler, consultar, desfrutar e tomar como guia para novos e percucientes desenvolvimentos.

Importa destacar o esforço paralelo que está a ser desenvolvido no sentido de preparar produtos complementares a esta obra de fundo, mas não despidiendos, com especial destaque para uma versão infantojuvenil deste projeto, procurando atender ao ideário de semear nas novas gerações um conhecimento que florescerá no futuro. Ao mesmo tempo, prepararam-se equipas de tradução e encontraram-se editoras disponíveis para publicar uma seleta do conhecimento aqui condensado em duas línguas de grande circulação internacional e consideradas estratégicas para a Madeira: inglês e espanhol.

Sabendo que a construção de conhecimento se opera na relação dialógica entre herança recebida e inovação que se recria na tradição, implicando um exercício permanente de memória e de distanciamento crítico, partimos para este projeto com a revisitação do saber acumulado pelos nossos maiores, mas também com o espírito aberto e a mais recente inovação produzida nos diversos campos do saber aqui integrados. Deste modo, contribuiremos para “desencantar” um arquipélago e “cantar” pelo conhecimento a sua realidade, que tem sido mais conhecida pelo que se imagina que ele é do que pelo que tem sido realmente.

Quisemos, pois, situar-nos – numa perspetiva contemporânea e com rigor científico e sentido pedagógico – na esteira daqueles que ao longo dos séculos anteriores muito pesquisaram e escreveram sobre a Madeira, nomeadamente, entre tantos estudiosos e escritores, os clássicos madeirólogos Fernando Augusto da Silva e Eduardo C. N. Pereira e as suas incontornáveis obras que se impuseram como símbolos e monumentos de saber: o *Elucidário Madeirense* e *Ilhas de Zargo*. A estes prestamos, de algum modo, com esta nossa obra enciclopédica a melhor homenagem que é a da continuidade e da atualização em grande escala desse grande trabalho feito no século passado. Mas, além de merecidíssima homenagem, esta obra é também o legado que procuramos deixar aos vindouros, na esperança de que lhes seja tão útil quanto o que nos veio do passado.

Fazemos votos de que a condição insular⁷ deste território, que se torna objeto e centro do conhecimento desta enciclopédia, seja valorizada nas suas potencialidades e virtualidades numa ótica global, e que o estigma mais negativo que essa condição também comporta seja sublimado e desinsularizado pelo exercício do conhecimento crítico, que é um instrumento de libertação e humanização. E que este grande instrumento de revelação e elucidação de saber possa contribuir para desencantar um arquipélago e cantar a sua muitas vezes insuspeita riqueza cultural e científica.

Direção e Coordenação

⁷ Sobre a condição insular ver o livro de estudos coordenado por Roberto Carneiro, Onésimo Teotónio de Almeida e Artur Teodoro de Matos, *A Condição de Ilhéu*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2017.

ORGANIGRAMA

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco

COORDENAÇÃO EXECUTIVA:

Cristina Trindade

COORDENAÇÃO

DAS ÁREAS CIENTÍFICAS:

Antropologia e cultura material:

Jorge Freitas Branco

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Arquitetura e património/História da arte:

Rui Carita

Universidade da Madeira | Universidade de Lisboa |
Universidade Nova de Lisboa

Artes e design:

Isabel Santa Clara

Universidade da Madeira | Universidade de Lisboa

Artes performativas:

Teresa Norton Dias

Universidade Aberta | Universidade da Madeira |
Universidade de Lisboa

Biologia terrestre/

/Geografia e ecologia/Geologia:

Miguel Sequeira

Universidade da Madeira

Ciências da saúde:

Ana Rita Londral

Universidade Nova de Lisboa

Ciências do mar:

Thomas Dellinger

Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos
Genéticos | Universidade da Madeira

Cinema, vídeo e multimédia:

Carlos Valente

Universidade da Madeira | Universidade de Lisboa

Cultura e tradições populares:

† **David Pinto Correia**

Universidade de Lisboa

Thierry Proença dos Santos

Universidade da Madeira | Universidade de Lisboa

Direito e política:

José Renato Gonçalves

Universidade de Lisboa

Economia e finanças:

† **Alberto Vieira**

CEHA – Secretaria Regional do Turismo
e Cultura da Região Autónoma da Madeira |
Universidade de Lisboa

Eduardo Jesus

Ordem dos Economistas

Educação, formação e empreendedorismo:

Jacinto Jardim

Universidade Aberta | Universidade de Lisboa

Estudos clássicos:

Luísa M. Antunes Paolinelli

Associação para o Desenvolvimento dos
Estudos Globais e Insulares | Universidade da Madeira |
Universidade de Lisboa

Silvio Fernandes

Universidade da Madeira

Física, química e engenharia:

Ana Rita Londral

Universidade Nova de Lisboa

História económica e social:

† **Alberto Vieira**

CEHA – Secretaria Regional do Turismo e Cultura da
Região Autónoma da Madeira | Universidade de Lisboa

História militar:

Rui Carita

Universidade da Madeira | Universidade de Lisboa |
Universidade Nova de Lisboa

História política e institucional/História da educação:

Cristina Trindade

Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais
e Insulares | Universidade de Lisboa

Nelson Veríssimo

Universidade da Madeira | Universidade Nova de Lisboa

Igreja Católica:

Agostinho Jardim Gonçalves

Diocese do Funchal | Patriarcado de Lisboa

José Eduardo Franco

Universidade Aberta | Universidade de Lisboa

Saturino Gomes

Tribunal da Rota Romana

Instituições e expressões religiosas não católicas:

Simão Silva

Universidade de Lisboa

Linguística:

Aline Bazenga

Universidade da Madeira | Universidade de Lisboa

Literatura:

Luísa M. Antunes Paolinelli

Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais
e Insulares | Universidade da Madeira | Universidade
de Lisboa

Madeira global:

Paulo Miguel Rodrigues

Universidade da Madeira

Matemática e astronomia:

Custódia Drumond

Universidade da Madeira

Personalidades transversais:

Cristina Trindade

Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais
e Insulares | Universidade de Lisboa

Psicologia e psiquiatria:

Jacinto Jardim

Universidade Aberta | Universidade de Lisboa

Luísa Soares

Universidade da Madeira

Sociedade e comunicação:

† **José Manuel Paquete de
Oliveira**

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Gestão e administração do projeto
Aprender Madeira:

Maurício Marques

Agência de Promoção da Cultura Atlântica

CONSELHO CIENTÍFICO CONSULTIVO INTERNACIONAL:

Aida Sampaio Lemos
Universidade Aberta

Annabela Rita
Universidade de Lisboa

Anna Kalewska
Uniwersytet Warszawski

António Sampaio da Nóvoa
Universidade de Lisboa

Christine Vogel
Universität Vechta

Diogo Abreu
Universidade de Lisboa

Edgard Leite
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Ernesto Rodrigues
Universidade de Lisboa

Fabrice d'Almeida
Université Paris II Panthéon-Assas

Guilherme d'Oliveira Martins
Fundação Calouste Gulbenkian

João Paulo Oliveira e Costa
Universidade Nova de Lisboa

João Relvão Caetano
Universidade Aberta

José Ignacio Ruiz Rodríguez
Universidad de Alcalá de Henares

José Manuel Azevedo e Silva
Universidade de Coimbra

Luiz Eduardo de Oliveira
Universidade Federal de Sergipe

Mariagrazia Russo
Università degli Studi Internazionali di Roma

Maria Isabel Mórán Cabanas
Universidade de Santiago de Compostela

Micaela Ramon
Universidade do Minho

Miguel Guzmán-Stein
Universidad de Costa Rica

Onésimo Teotónio de Almeida
Brown University

Patrícia Baubeta
University of Birmingham

Paulo Maria Bastos da Silva Dias
Universidade Aberta

Pierre Antoine Fabre
Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales

Teresa Pinheiro
Technische Universität Chemnitz

Thomas Earle
University of Oxford

Valmir Francisco Muraro
Universidade Federal de Santa Catarina

SECRETARIADO EXECUTIVO:

Bernardes Franco | Carolina Esteves Soares | Carolina Grilo | Cristiana Lucas Silva | Helena Costa Carvalho | José Bernardino | Luís Pinheiro | Mariana Gomes da Costa | Milene Alves | Paula Carreira | Rita Balsa Pinho | Sofia A. Carvalho | Susana Mourato Alves-Jesus | Vanda Figueiredo

COORDENAÇÃO DE REVISÃO:

Maria José Figueiredo

Equipa de revisão:

Álvaro Almeida | Ana Rita Araújo | Ana Sofia Couto | Bruno Venâncio | Carlos Serra | Diogo Morais Barbosa | Dora Isabel Rosa | Helena Costa Carvalho | Hugo Fraguito | Inês Calvo | Joana Lima | João Diogo Loureiro | Lia Nunes | Luís Costa | Madalena Costa Lima | Marcos Carvalho | Margarida Nobre Bábau | Maria José Figueiredo | Mariana Gomes da Costa | Mário Silva | Miguel Barcelos | Milene Alves | Porfírio Pinto | Ricardo Franco | Rui Ferreira | Rui Maia Rego | Samuel Carvalhais de Oliveira | Sara Carvalhais de Oliveira | Sofia A. Carvalho

INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS COORDENADORAS:

Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização (CIDH) (Universidade Aberta (UAb) | Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL – FLUL))

Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes (IECCPMA)

INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS:

Polo do CLEPUL da Universidade da Madeira (CLEPUL – UMA)

Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais e Insulares (ADEGI)

International Society for Iberian-Slavonic Studies (CompaRes)

Agência de Promoção da Cultura Atlântica (APCA)

Instituto Açoriano de Cultura (IAC)

Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG)

Instituto Açoriano de Cultura (IAC)

Observatório da Língua Portuguesa (OLP)

INSTITUIÇÃO PATROCINADORA PRINCIPAL:

Secretaria Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira
Projeto Aprender Madeira/Intervir +

MECENAS ASSOCIADOS:

Pestana Hotel Group
Grupo Sousa
Jornal da Madeira
Grupo Socorreia

TÁBUA DE AUTORES E FILIAÇÃO INSTITUCIONAL:**Agostinho Lopes**

CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Aida Sampaio Lemos

CIDH (Universidade Aberta) | CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Aires Gameiro

CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Albano Figueiredo

CEGOT – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

† Alberto Vieira

CEHA – Secretaria Regional do Turismo e Cultura da Região Autónoma da Madeira | CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Amanda Coelho

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Ana Madalena Trigo de Sousa

CEHA – Secretaria Regional do Turismo e Cultura da Região Autónoma da Madeira

Ana Virgínia Arrôbe Valente da Silva

IFCN – Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais da Região Autónoma da Madeira

Andreia Micaela Nascimento

Associação Académica da Universidade da Madeira | Imprensa Académica

António Costa Barata

Assembleia de Deus da Convenção

António José Borges

CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

António Rodrigues

Secretaria Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira

Carlos A. P. Andrade

CMC – Secretaria Regional de Agricultura e Pescas da Região Autónoma da Madeira | Observatório Oceânico da Madeira

Carlos Barradas

CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | Universidade Aberta

Carlos Fiolhais

CFisUC – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra | Fundação Francisco Manuel dos Santos | Rómulo – Centro Ciência Viva da Universidade de Coimbra

Carlos Valente

CIEBA – Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa | CIERL – Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira

Carolina Ornelas

Museu de História Natural do Funchal – Câmara Municipal do Funchal

Celso Figueira

Universidade da Madeira

Chiara Tommasi

Centro Internazionale di Studi Europei Sirio Giannini

Cláudia Dias Ferreira

Secretaria Regional de Agricultura e Pescas da Região Autónoma da Madeira

Cláudia Melim

Fábrica Mel-de-Cana Ribeiro Sêco | Insular – Produtos Alimentares, S.A.

Cláudia Neves

Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais e Insulares | CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Cristiana Bastos

ICS – Universidade de Lisboa

Cristina Trindade

Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais e Insulares | CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Dina Jardim

Secretaria Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira

Eduardo Luiz

Associação Teatro Experimental do Funchal

Élvio Sousa

CHAM-Centro de Humanidades – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Emanuel Janes

CEHA – Secretaria Regional do Turismo e Cultura da Região Autónoma da Madeira

Ferdinanda Sousa

Associação Escola de Samba Caneca Furada

Fernanda de Castro

CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | CLLC – Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Fernando António Baptista Pereira

CIEBA – Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa

Fernando Loureiro Bastos

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Filipa Silva

Universidade da Madeira

Francisco Fernandes

Conselho Geral da Universidade da Madeira

Gabriel Pita

Secretaria Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira

Graça Maria Nóbrega Alves

CEHA – Secretaria Regional do Turismo e Cultura da Região Autónoma da Madeira

Hélder Spínola

Universidade da Madeira

Helena Paula F. S. Borges

Secretaria Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira

Helena Rebelo

CIERL – Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira | CLLC – Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Henrique Amoedo

Associação dos Amigos da Arte Inclusiva – Dançando com a Diferença

Henrique Miguel de Figueiredo da Silva da Costa Neves

Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais da Região Autónoma da Madeira

Isabel Drumond Braga

CIDEHUS – Instituto de Investigação e Formação Avançada da Universidade de Évora | Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Isabel Santa Clara

ARTIS-IHA – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | CIERL – Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira

Jerónimo Trigo

Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa

Joana Pinto Salvador Costa

CH – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

João Adriano Conduto Júnior

CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

João Carlos Costa

Associação Promotora do Ensino Livre

João Eduardo Freitas Lemos

Secretaria Regional da Saúde da Região Autónoma da Madeira

Jorge Capelo

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária | LEAF – Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Jorge Moreira de Sousa

Secretaria Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira

Jorge Torres

Câmara Municipal do Sabugal

José Abel Mendes

Escola Secundária Jaime Moniz

José Anastácio Alves

Diocese do Funchal

José Eduardo Franco

CIDH (Universidade Aberta) | CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

José Gregório Gouveia

Advogado

José Laurindo de Góis Nóbrega Sobrinho

Faculdade de Ciências Exatas e da Engenharia da Universidade da Madeira | Grupo de Astronomia da Universidade da Madeira | Instituto de Astrofísica e Ciências do Espaço da Universidade de Lisboa

José Vieira Gomes

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira

Lénia Serrão

Escola Básica com Pré-Escolar de Santo António e Curral das Freiras

Lídia Goes Ferreira

Museu Etnográfico da Madeira

L. S. Ascensão de Macedo

CEIS20 – Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra

Luísa M. Antunes Paolinelli

Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais e Insulares | CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | Universidade da Madeira

Luís Eduardo Nicolau

Associação Académica da Universidade da Madeira | Imprensa Académica

Luís Miguel Jardim

CEHA – Secretaria Regional do Turismo e Cultura da Região Autónoma da Madeira

Luís Nuno Rodrigues

NAV Portugal

Mafalda Freitas

Estação de Biologia Marinha do Funchal

Magda Franco

CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Manuel António Marques

Madama de Sousa Filipe

IFCN – Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais da Região Autónoma da Madeira

Manuel Curado

CEHUM – Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho

Maria Favila Vieira da Cunha

Paredes

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira

Maria Fernandes

Agência de Promoção da Cultura Atlântica

Maria José de Jesus Camacho

Secretaria Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira

Maria Teresa de Ornelas

Carvalho

Instituto de Segurança Social da Madeira

Marta Caires

Diário de Notícias (Madeira) | Expresso

Miguel Luís da Fonseca

Secretaria Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira

Miguel Sequeira

GBM – Faculdade de Ciências da Vida da Universidade da Madeira

Naideia Nunes

CIERL – Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira | CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | CLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Onésimo Teotónio Almeida

Brown University

Patrícia Lencastre

Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação Tecnologia e Inovação

Paulo de Assunção

CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Paulo Esteireiro

CESEM – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Paulo Figueira

Secretaria Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira

Paulo Miguel Rodrigues

Universidade da Madeira

Paulo Perneta

Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais e Insulares | CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Pedro Augusto

Faculdade de Medicina da Universidade do Porto

Pedro Vale

Secretaria Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira

Porfírio Pinto

CIDH (Universidade Aberta) | CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Ricardo Araújo

Museu de História Natural do Funchal – Câmara Municipal do Funchal

Ricardo Pessa de Oliveira

CIDH (Universidade Aberta) | CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Robert Andres

Conservatório-Escola Profissional das Artes da Madeira – Eng.º Luiz Peter Clode

Roberto Jardim

GBM – Faculdade de Ciências da Vida da Universidade da Madeira

Rui Camacho

Associação Musical e Cultural Xarabanda

Rui Carita

CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | IAP – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa | Universidade da Madeira

Rui Maia Rego

CFUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Sandra Mesquita

GBM – Faculdade de Ciências da Vida da Universidade da Madeira

Saturino Gomes

Tribunal da Rota Romana

Sérgio Rodrigues

Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública da Região Autónoma da Madeira

Sílvia G. Gomes

CIERL – Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira

Susana Caldeira

Escola Profissional Atlântico

Susana Prada

Universidade da Madeira

Teresa Margarida Brazão

Cupertino da Câmara

Secretaria Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira

Teresa Norton Dias

CEMRI – Universidade Aberta | CIERL – Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira | CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Timóteo Cavaco

CEHR – Universidade Católica Portuguesa | IHC – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Vania Pinheiro Chaves

CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Victor Mestre

Investigador independente

ABREVIATURAS, SÍMBOLOS DE UNIDADES E SIGLAS

ABREVIATURAS:

abr. – abril	dec.-lei/ decs.-leis – decreto-lei/ decretos-leis	legs. – <i>legajos</i>
ac./acs. – acórdão/acórdãos	dec. reg. – decreto regulamentar	Lg. – largo
a.C. – antes de Cristo	desp./desps. – despacho/ despachos	liv./livs. – livro/livros
ago. – agosto	dez. – dezembro	Maj. – major
Alm. – almirante	dir. – direita	Maj.-Gen. – major-general
anot./anots. – anotado/anotados	dir./dirs. – diretor/diretores	mar. – março
Arqt. – arquiteto	div. – divisão	Mar. – marechal
art./arts. – artigo/artigos	doc./docs. – documento/ documentos	mç./mçs. – maço/maços
aum. – aumentada	Dr./Dr. ^a – doutor/doutora	mct. – macete
Bibliog. – Bibliografia	ed./eds. – edição/editor/editores	M. ^e – madre
b.p. – <i>before present</i>	ed. lit./eds. lits. – editor literário/ editores literários	M. ^{me} – <i>madame</i>
Brig. – brigadeiro	<i>e.g.</i> – <i>exempli gratia</i>	Mons. – monsenhor
c. – cerca	Enf. ^o – enfermeiro	ms. – manuscrito
Calç. – calçada	Eng. ^o – engenheiro	Mt. – monte
Cap. – capitão	esq. – esquerda	n/ – não
Cap.-Ten. – capitão-tenente	Est. – estrada	n. – nascimento
cart. – cartografia	<i>et al.</i> – <i>et alii</i>	N. ^a Sr. ^a – Nossa Senhora
catalog. – catalogado	etc. – <i>et cetera</i>	n.n. – não numerado
cit. – citado	Ex. ^{mo} – Excelentíssimo	n. ^o /n. ^{os} – número/números
cód./códs. – código/códices	fasc./fascs. – fascículo/fascículos	nov. – novembro
cols. – colunas	fev. – fevereiro	of./ofs. – ofício/ofícios
Com. – comandante	Fig./Figs. – figura/figuras	org./orgs. – organizador/ organizadores
comp. – compilação	fl./fls. – fôlio/fólios	out. – outubro
Cón. – cónego	Fr. – frei	p./pp. – página/páginas
Cons. – conselheiro	Gen. – general	Pç. – praça
const. – constituição	Gov. – governador	P. ^e – padre
cont. – continuação	<i>Ibid.</i> – <i>ibidem</i>	Pop. – população
coord./coords. – coordenador/ coordenadores	<i>Id.</i> – <i>idem</i>	port./ports. – portaria/portarias
Cor. – coronel	<i>i.e.</i> – <i>id est</i>	pref. – prefácio
Corr. – corregedor	impr. – impresso	proc./procs. – processo/processos
cx./cxs. – caixa/caixas	introd. – introdução	Prof./Prof. ^a – professor/ professora
D. – Dom/Dona	Ir. – irmã/irmão	Prq. – parque
d.C. – depois de Cristo	jan. – janeiro	pseud. – pseudónimo
déc./décs. – década/décadas	jul. – julho	pt. – parte
dec./decs. – decreto/decretos	jun. – junho	Qt. – quinta
dec. leg. – decreto legislativo		R. – rua
		reg. – registo
		Rev. – reverendo

rev. – revista
 S. – são
 Sarg.-mor – sargento-mor
 s.d. – sem data
 sec. – secção
 séc./sécs. – século/séculos
 sem. – semestre
 sep. – separata
 sér. – série
 set. – setembro
 S. Ex.^{cia} – Sua Excelência
 s.l. – sem lugar
 s.n. – sem nome
 s.p. – sem página
 Sr./Sr.^a – senhor/senhora
 ss. – seguintes
 S.^{to}/S.^{ta} – santo/santa
 sup. – suplemento
 t. – tomo
 Ten. – tenente
 Ten.-Cor. – tenente-coronel
 Ten.-Gen. – tenente-general
 Tip./Typ. – Tipografia/
 Typographia/Typografia
 tít. – título
 Trav. – travessa
 Univ. – universidade
 v. – verso
 vol./vols. – volume/volumes

SÍMBOLOS DE UNIDADES:

Ah – ampere-hora
 cm – centímetro
 g – grama
 h – hora
 ha – hectare
 hl – hectolitro
 ka – milhares de anos
 kg – quilograma
 km – quilómetro
 km/h – quilómetro
 por hora
 l – litro
 l/s – litro por segundo
 m – metro
 m² – metro quadrado
 m³ – metro cúbico
 Ma – milhões de anos
 mag/arcseg² – magnitude
 por segundo
 de arco ao quadrado
 mg/l – miligrama por litro
 min – minuto
 mm – milímetro
 mS/cm – milisiemens
 por centímetro
 s – segundo
 t – tonelada
 THz – terahertz
 v – volt
 §/§§ – parágrafo/parágrafos
 ” – segundo

SIGLAS:

AAAA – Associação Arqueológica
 do Arquipélago dos Açores
 AAAIDD – Associação dos Amigos
 da Arte Inclusiva – Dançando
 com a Diferença
 AAAM – Associação Antialcoólica
 da Madeira
 AAAM – Associação de
 Astrónomos Amadores da
 Madeira
 AACMM – Associação dos Amigos
 do Conservatório de Música da
 Madeira
 AAEM – Associação Artística de
 Educação pela Arte na Madeira
 AAF – Associação Académica
 Funchalense
 AAM – Academia de Música da
 Madeira
 AAPEF – Associação dos Amigos
 do Parque Ecológico do Funchal
 AAUMa – Associação Académica
 da Universidade da Madeira
 ABM – Arquivo Regional e
 Biblioteca Pública da Madeira
 AC – Associação Católica
 ACDF – Arquivo da Cúria
 Diocesana do Funchal
 ACEE – Associação Cultural
 Encontros da Eira
 ACI – Ação Católica dos Meios
 Independentes
 ACIF – Associação Comercial e
 Industrial do Funchal
 ACP – Ação Católica Portuguesa
 ACR – Ação Católica Rural
 ACRAM – Associação Cultural
 e Recreativa dos Africanos na
 Madeira
 ADEGI – Associação para o
 Desenvolvimento dos Estudos
 Globais e Insulares
 ADF – Arquivo Distrital do
 Funchal
 AEM – Associação de Escritores da
 Madeira
 AEPSI – Associação Educação e
 Psicologia
 AFTN – Aeronautical Fixed
 Telecommunications Network
 AGCFM – Associação Grupo
 Cultural Flores de Maio

AGS – Arquivo Geral de Simancas	ARDITI – Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação Tecnologia e Inovação	CEHA – Centro de Estudos de História do Atlântico
AHDF – Arquivo Histórico Diocesano do Funchal	ARTIS-IHA – Instituto de História da Arte	CEHR – Centro de Estudos de História Religiosa
AHM – <i>Arquivo Histórico da Madeira</i>	ASSJ – Academia de Ciências Sociais e Jurídicas	CEHUM – Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho
AHM – Arquivo Histórico Militar	AtCF – Ateneu Comercial do Funchal	CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino	AtCL – Ateneu Comercial de Lisboa	CEMRI – Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais
AIA09 – Ano Internacional da Astronomia 2009	ATT – Anglo-Australian Telescope	CEP – Conferência Episcopal Portuguesa
AIW – Associação dos Amigos da Irmã Wilson	AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra	CEP – Corpo Expedicionário Português
AJAM – Associação de Jovens Advogados da Madeira	AUM – Associação de Universitários Madeirenses	CEPAM – Conservatório-Escola Profissional das Artes da Madeira
AJEN – Associação de Jovens ao Encontro da Natureza	BA – Biblioteca da Ajuda	CESEM – Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical
AL – <i>Almanaque de Lembranças</i>	BCM-AH – Biblioteca Central de Marinha-Arquivo Histórico	CEUCO – Conselho Europeu de Confrarias
ALLB – <i>Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro</i>	BMF – Bombeiros Municipais do Funchal	CEUD – Comissão Eleitoral de Unidade Democrática
ALVD – Associação dos Leigos Voluntários Dehonianos	BNB – Biblioteca Nacional do Brasil	CFA – Curso de Formação de Atores
AMBAM – Academia de Música e Belas Artes da Madeira	BNP – Biblioteca Nacional de Portugal	CFisUC – Centro de Física da Universidade de Coimbra
AMM – Academia de Música da Madeira	BRP – Biblioteca Pública Regional	CFUL – Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
AMP – áreas marinhas protegidas	BUM – Biblioteca da Universidade da Madeira	CH – Centro de História
ANA – Aeroportos e Navegação Aérea	CAPU – Casa Publicadora da Convenção das Assembleias de Deus em Portugal	<i>CIC – Catecismo da Igreja Católica</i>
ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira	CAUP – Centro de Astrofísica da Universidade do Porto	CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades
ANJAP – Associação Nacional dos Jovens Advogados Portugueses	CCAH – Centro de Competências de Artes e Humanidades	CIDH – Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização
ANT – Assistência Nacional aos Tuberculosos	CCD – Charge-Coupled Device	CIEBA – Centro de Estudos e de Investigação em Belas-Artes
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo	CDAL – Conselho Diocesano do Apostolado dos Leigos	CIELO – Clima Insular à Escala Local
APAA – Associação Portuguesa de Astrónomos Amadores	CDC – Código de Direito Canónico	CIERL – Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais
APCA – Agência de Promoção da Cultura Atlântica	CDI – Centro de Documentação e Investigação	CITMA – Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira
APEL – Associação Promotora do Ensino Livre	CE – Comunidade Europeia	CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias
APH – Academia Portuguesa da História	CEAM – Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea	CLLC – Centro de Línguas, Literaturas e Culturas
APM – Associação de Psicólogos da Madeira	CEAST – Conferência Episcopal de Angola e São Tomé	CLUL – Centro de Linguística da Universidade de Lisboa
APOP – Associação Pró-Ordem dos Psicólogos	CEE – Comunidade Económica Europeia	CMC – Centro de Maricultura da Calheta
APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental	CEG – Centro de Estudos Geográficos	
APPORT – Associação dos Psicólogos Portugueses	CEGOT – Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território	
ARCHAIS – Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira		

CMF – Câmara Municipal do Funchal	ESBAP – Escola Superior de Belas Artes do Porto	GR – Governo Regional
CMM – Conservatório de Música da Madeira	ESO – Observatório Europeu do Sul	GRM – Governo Regional da Madeira
CNAL – Confederação Nacional do Apostolado dos Leigos	ESPAS – Search for Potential Astronomical Sites	HadCM3 – Hadley Centre Coupled Model Versão 3
CNCDP – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses	EUROCARE – European Alcohol Policy Alliance	HST – Hubble Space Telescope
CNE – Corpo Nacional de Escutas	EVN – European VLBI Network	IAC – Instituto Açoriano de Cultura
CNF – Clube Naval do Funchal	FAH – Faculdade de Artes e Humanidades	IAF – Instituto de Astronomia do Funchal
CNIR – Conferência Nacional dos Institutos Religiosos	FCG – Fundação Calouste Gulbenkian	IAP – Instituto de Arqueologia e Paleociências
CNUDM – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar	FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia	IAU – International Astronomical Union
CoPar – Conselho Paroquial	FCUC – Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra	Ic – Índice de Continentalidade
CPEP – Conferência Plenária do Episcopado Português	FDSP – Faculdade de Direito de São Paulo	ICPD – Instituto Cultural de Ponta Delgada
CRP – Constituição da República Portuguesa	FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural	ICS – Instituto de Ciências Sociais
CV – Ciência Viva	FEAGA – Fundo Europeu Agrícola de Garantia	IECCPMA – Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes
DAD – Departamento de Arte e Design	FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	IFCN – Instituto das Florestas e Conservação da Natureza
DGS – Direção Geral de Segurança	FEINPT – Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros	IFOP – Instrumento Financeiro de Orientação e Pesca
DGT – Deutsches Gross Teleskop	FEP – Fundo Europeu das Pescas	IGBA – Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos
DIE – Direção de Infraestruturas	FIMARC – Federação Internacional dos Movimentos de Adultos Rurais Católicos	IGFA – International Game Fish Association
<i>DN – Diário de Notícias</i>	FITEI – Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica	IGP – Instituto Geográfico Português
DRAC – Direção Regional dos Assuntos Culturais	FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	IHC – Instituto de História Contemporânea
DRAM – Direção Regional do Ambiente da Madeira	FSE – Fundo Social Europeu	IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical
DRE – Direção Regional da Educação	GAPA – Global Alcohol Policy Alliance	INATEL – Instituto Nacional de Apoio aos Tempos Livres
DREM – Direção Regional de Estatística da Madeira	GAUMa – Grupo de Astronomia da Universidade da Madeira	INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda
DRM – Delegação Regional da Madeira	GBM – Grupo de Botânica da Madeira	INT – Isaac Newton Telescope
DSEAM – Direção de Serviços de Educação Artística e Multimédia	GCEA – Gabinete Coordenador de Educação Artística	Io – Índice Ombrotérmico
DSIE – Direção do Serviço de Infraestruturas do Exército	GDD – Grupo Dançando com a Diferença	IP-RAM – Instituto Público-Região Autónoma da Madeira
EEM – Empresa de Electricidade da Madeira	GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente	IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
ELT – Extremely Large Telescope	GETF – Grupo Experimental de Teatro do Funchal	ISA – Instituto Superior de Agronomia
ENAA – Encontro Nacional de Astronomia e Astrofísica	GOC – Grupo de Operários Católicos	ISAD – Instituto Superior de Arte e Design
EPARAM – Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira		ISAPM – Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira
ERG Teatro – Encontro Regional de Teatro		ISSM – Instituto de Segurança Social da Madeira
ESBAL – Escola Superior de Belas Artes de Lisboa		

Itc – Índice de Termicidade	LEAF – Linking Landscape, Environment, Agriculture and Food	<i>NALLB</i> – <i>Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro</i>
IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza	LEC – Liga Escolar Católica	NAV – Navegação Aérea de Portugal
IVM – Instituto do Vinho da Madeira	LECF – Liga Escolar Católica Feminina	NHO – Northern Hemisphere Observatory
JAC – Juventude Agrária Católica	LEST – Large [European] Earth-Based Solar Telescope	NTT – New Technology Telescope
JACF – Juventude Agrária Católica Feminina	LIC – Liga Independente Católica	OCM – Orquestra de Câmara da Madeira
JAM – Junta Agrícola da Madeira	LICF – Liga Independente Católica Feminina	OLP – Observatório da Língua Portuguesa
JARC – Juventude Agrária Rural Católica	LOC – Liga Operária Católica	ONGA – Organização Não Governamental de Ambiente
JC – Juventude Católica	LOCF – Liga Operária Católica Feminina	OPP – Ordem dos Psicólogos Portugueses
JCF – Juventude Católica Feminina	LPN – Liga para a Protecção da Natureza	OSPAR (Convenção) – Convenção para a Protecção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste
JCM – Jovens Cristãos da Madeira	LUC – Liga Universitária Católica	PAAI – Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante
JEC – Juventude Estudantil Católica	LUCF – Liga Universitária Católica Feminina	PAC – Política Agrícola Comum
JECF – Juventude Estudantil Católica Feminina	MAAC – Movimento de Apostolado de Adolescentes e Crianças	PCT-MAC – Programa de Cooperação Transnacional Madeira, Açores e Canárias
JENAM – Joint European and National Astronomical Meeting	MAC – Movimento de Apostolado das Crianças	PDES – Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico e Social
JGDAF – Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal	MACF – Museu de Arte Contemporânea do Funchal	PDR – Plano de Desenvolvimento Regional
JIC – Juventude Independente Católica	MASF – Museu de Arte Sacra do Funchal	PNDES – Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
JKT – Jacobus Kapteyn Telescope	MEC – Madeira Engineering Company	POP RAM – Programa Operacional Plurifundos – Região Autónoma da Madeira
<i>JM</i> – <i>Jornal da Madeira</i>	MEC – Movimento de Educadores Católicos	POSEIMA – Programa de Opções Específicas para o Afastamento e Insularidade da Madeira e Açores
JNICT – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica	ME-CL – Museu de Eletricidade-Casa da Luz	POVT – Programa Operacional Temático de Valorização do Território
JNLM – Junta Nacional dos Lacticínios da Madeira	MECM – Movimento de Estudantes Católicos da Madeira	PROCOM – Programa de Apoio à Modernização do Comércio
JNV – Junta Nacional do Vinho	MEV – Movimento Esperança e Vida	PRODERAM – Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira
JOC – Juventude Operária Católica	MFA – Movimento das Forças Armadas	PROMAR – Madeira – Programa Operacional de Pescas
JOCF – Juventude Operária Católica Feminina	MIAB – Madeira International Art Biennale	PSP – Polícia de Segurança Pública
<i>JORAM</i> – <i>Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira</i>	MIAB – Movimento Internacional de Apostolado dos Meios Sociais Independentes	PSTM – Polar Star Trailing Method
JOSO – Joint Organization for Solar Observations	MIJARC – Movimento Internacional da Juventude Agrária Rural Católica	PTT – Polaris Trail Telescope
JRF – Junta da Real Fazenda	MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga	
JUC – Juventude Universitária Católica	MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros	
LAC – Liga Agrária Católica	MTC – Movimento dos Trabalhadores Católicos	
LACF – Liga Agrícola Católica Feminina		
LAI – Laboratório de Astronomia e Instrumentação		
LAPI – Lar Adventista para Pessoas Idosas		
LC – Liga Católica		
LCF – Liga Católica Feminina		

PTU – Países e Territórios Ultramarinos
 QCA – Quadros Comunitários de Apoio
 QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional
 RDP – Radiodifusão Portuguesa
 RGO – Royal Greenwich Observatory
 RIV – Região de Informação de Voo
 ROE – Royal Observatory of Edinburgh
 RPS – Royal Photographic Society
 RSA – Royal Society of Arts
 RTP – Rádio e Televisão de Portugal
 SAAP – Sociedade Antialcoólica Portuguesa
 SAU – Superfície Agrícola Utilizada
 SCM – Santa Casa da Misericórdia
 SCM – Sociedade de Concertos da Madeira
 SCMF – Santa Casa da Misericórdia do Funchal
 SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa
 SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

SNBA – Sociedade Nacional de Belas-Artes
 SPA – Sociedade Portuguesa de Astronomia
 SPB – Sociedade Portuguesa de Biologia
 SPCN – Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais
 SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
 SPN – Secretariado de Propaganda Nacional
 SRC – Science Research Council
 SRE – Secretaria Regional de Educação
 SREC – Secretaria Regional da Educação e Cultura
 SRES – Special Reports on Emission Scenarios
 SRTC – Secretaria Regional do Turismo e Cultura
 STORM – Students Taking Observational Research Measurements
 SVELTE – Six Variably Extended Legs Telescope
 TEF – Teatro Experimental do Funchal
 TMBD – Teatro Municipal Baltazar Dias
 TSF – Telegrafia sem Fios

UAb – Universidade Aberta
 UAc – Universidade dos Açores
 UB – Universidade de Bochum
 UCAD – Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências
 UCP – Universidade Católica Portuguesa
 UE – União Europeia
 UI – Unidade de Instalação
 UL – Universidade de Lisboa
 UMa – Universidade da Madeira
 UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
 UNL – Universidade Nova de Lisboa
 UP – Universidade do Porto
 VLBI – Very Long Baseline Interferometry
 VLT – Very Large Telescope
 VNP – Vegetação Natural Potencial
 VOR – Omnidirectional Radio Range
 WHT – William Herschel Telescope
 YMCA – Young Men’s Christian Association
 ZEC – Zona Especial de Conservação

GRANDE DICIONÁRIO
ENCICLOPÉDICO
DA MADEIRA



Abacateiro

O abacateiro (*Persea americana* Mill.) é uma *Lauraceae*, pertencente ao género *Persea*, que inclui cerca de 200 espécies, entre elas o vinhático, *Persea indica* L., árvore endémica nos arquipélagos da Madeira e das Canárias.

O abacateiro é originário da América do Sul, mais precisamente do México, da Guatemala e das Antilhas, sendo cultivado há 8000 b.p. (embora a evidência de uso seja mais antiga que aquela que se refere ao cultivo e à seleção humana, 7000 e 2750 anos b.p. respetivamente).

De acordo com Prance e Nesbitt (2005), o abacateiro está entre as plantas cultivadas mais importantes do continente americano e é capaz de servir como fonte de proteínas e lípidos. A utilização tradicional do abacate, e mesmo o seu cultivo moderno, deriva do facto de possuir elevados conteúdos em vitaminas e minerais, bem como do seu valor energético (gorduras monoinsaturadas) e ainda da quantidade de fibras (solúveis e insolúveis), que o transformam num dos frutos com mais alto valor nutritivo.

A domesticação desta árvore ter-se-á verificado a partir de ecótipos distintos (três variedades), com origens geográficas também distintas. A sua expansão, mesmo na América (Amazonas), terá ocorrido após a colonização europeia. Segundo Mendes Ferrão, muito embora a sua introdução europeia tenha sido

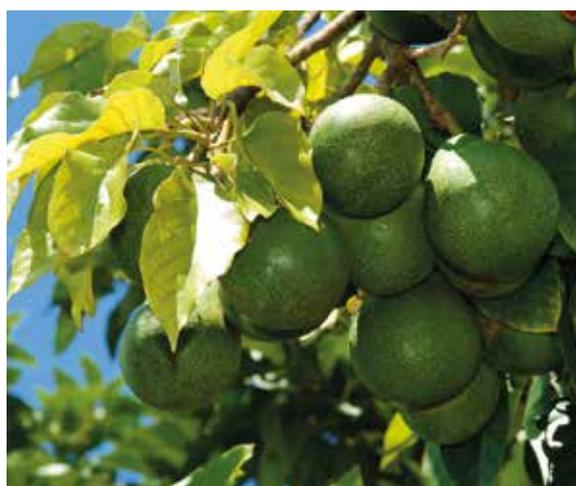


Fig. 1 – Abacateiro com frutos.

bastante precoce, em 1601, através de Sevilha, a sua expansão terá sido bem mais tardia, tanto no território europeu (e nacional), como no continente africano.

A sua introdução na Madeira é claramente tardia e, embora Grisebach, em 1864, a propósito da sua passagem pela Madeira, mencione o abacateiro como espécie naturalizada, pouco mais tarde, em 1866, Lowe faz-lhe referência (recorrendo ao nome de *Persea gratissima* Gäertn.) apenas como árvore de jardim: “Several trees of this, the Avocado or Alligator Pear, occur in gardens in and about Funchal in Madeira, producing occasionally ripe fruit [Há várias árvores desta espécie, abacateiros, nos

jardins da Madeira, no Funchal e ao redor do Funchal, que ocasionalmente produzem frutos maduros]”. Também põe em causa a afirmação de Grisebach, que a considerara “naturalizada”, afirmando: “but they are by no means sufficiently common to warrant Dr. Grisebach’s statement [mas não são de maneira nenhuma tão frequentes que justifiquem a afirmação do Dr. Grisebach] (LOWE, 1867, 179). De facto, o abacateiro não é considerado uma espécie naturalizada no arquipélago da Madeira.

Algumas décadas mais tarde, ainda no séc. XIX, Lindman refere o seu cultivo; Menezes, em 1901, refere-o como cultivado “até uma altitude média de 450 metros, [...] e diferentes árvores e plantas de fruto, [...] as abacates (*Persea gratissima* Gartn.)” (MENEZES, 1903, 19) e, mais tarde, refere-o como “(Abacate ou pereira abacate) – Árvore de 8-15 m., de folhas elípticas obovadas ou oblongas, adelgadas nas extremidades; baga obovadas ou piriformes. Grandes, violáceas ou verdes, de sabor agradável. Cult. na Mad. Fl. Janeiro-abril. fr. outubro-dezembro” (*id.*, 1914, 157).

Todos os dados apontam portanto para uma introdução muito tardia do abacateiro na Madeira, introdução que pode ter origem no Brasil, e, ainda assim, apenas como árvore de sombra em quintas e jardins. O seu cultivo sofreu uma clara expansão entre o final do séc. XIX e o início do séc. XX. Esta expansão é corroborada, em 1955, pelo Eng.º agrónomo Leandro Aguiar

Câmara, na sua tese “Fruticultura Subtropical na Ilha da Madeira”, em que, relativamente à origem e expansão do cultivo do abacateiro, cita como fonte Alberto Sarmiento.

Nos começos do séc. XXI, os principais países produtores são o México, os Estados Unidos da América, Israel e África do Sul; na Europa existem pomares de abacateiros

em Portugal (Algarve e Madeira), Espanha, Itália e Grécia.

O cultivo na ilha da Madeira ocorre até à cota dos 500 m a sul e como, em muitos outros cultivos, a cotas bastante inferiores na costa norte, até cerca de 150 m. Segundo o recenseamento agrícola de 2009, existiriam, à data, 539 ex-

plorações de abacateiros, ocupando uma área muito diminuta de apenas 23,37 ha. Embora a presença de abacateiros seja comum em quase todos os jardins e quintais, os pomares de abacateiros são escassos e predominam sobretudo nos concelhos do Funchal (5,84 ha), Ribeira Brava (3,65 ha), Santana (3,64 ha) e Santa Cruz (2,64 ha). O registo de abacateiros dispersos, em relativa abundância, em quintais e jardins, perfaz ao nível regional, e segundo o mesmo recenseamento agrícola, cerca de 5492 plantas em cerca de 2280 “espaços”, pelo que se conclui da existência de uma média de pouco mais de 2 árvores nestes quintais e jardins da Região.

Na Madeira, a variabilidade genética resultante da multiplicação através de semente deu origem a uma grande variabilidade na morfologia dos frutos. Assim, reconhecem-se, no começo do séc. XXI, mais de 500 variedades, com grande diversidade na forma, tamanho e cor do fruto. De facto, os frutos podem ser mais ou menos esféricos, ovoides ou obovoides, ou possuir a forma típica em pera que dá o nome à planta na Madeira, muitas vezes denominada, por isso, pera abacate ou simplesmente pereiro.

A enxertia, necessária para garantir a homogeneidade genética do produto final, poderia garantir a produção das duas cultivares de maior interesse e valorização comercial. São elas a “Hass” (de fruto arredondado, de epiderme rugosa e que, além de um acentuado sabor a noz, fica arroxeadado e quase negro



Fig. 3 – Retrato de August H. Rudolf Grisebach (1814-1879), c. 1875 (arquivo particular).

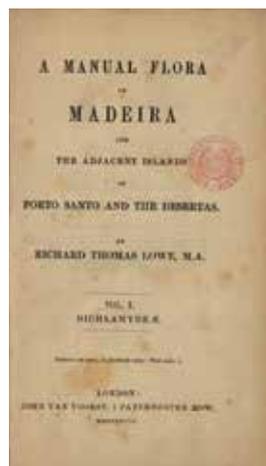


Fig. 2 – A Manual Flora of Madeira (1868), de Richard Thomas Lowe.

quando amadurece) e a “Fuerte” (com fruto de casca lisa e em forma de pera).

A colheita decorre habitualmente entre outubro e julho e, dependendo das condições climáticas específicas dos locais das plantações, a produção anual de uma planta adulta pode atingir os 800 frutos.

Em 1971, segundo a Comissão de Planeamento da Região da Madeira, a produção anual estimada de abacate foi de cerca de 400 t; posteriormente, a análise da *Série Retrospectiva das Estatísticas da Agricultura e Pesca* para o período 1976-2014 mostra alguma variação da produção, registando-se em 1976 uma produção de cerca de 500 t, para mais tarde, em 1983, se verificar de novo uma produção de 400 t. Ao longo da déc. de 90, regista-se um aumento, com uma produção, em 1998, de cerca de 895 t, numa área recenseada de cerca de 76 ha.

No início do séc. XXI, volta a verificar-se uma redução tanto ao nível da produção como na área de produção, registando-se os valores mais baixos entre 2008 e 2009, com 34 ha de pomares e uma produção anual estimada em cerca de 348 t. Os últimos registos da *Série* fazem referência ao ano de 2014, com cerca de 41 ha de pomares de abacateiros e uma produção anual de cerca de 525 t. Merece destaque terem sido expedidas, entre os anos de 2009 e 2013, cerca de 76,17 t de peras abacates para o mercado nacional continental.

Não sendo uma cultura particularmente sensível a pragas e doenças, na Madeira existem algumas que atacam os abacateiros, como é o caso do aranhaço vermelho do abacateiro (*Olygonychus perseae*), que infesta, nos meses de verão, as folhas maduras de algumas cultivares e provoca, por norma, a queda prematura das folhas, expondo os frutos ao sol, provocando queimaduras nestes e comprometendo a produção); da mosquinha branca do abacateiro (*Aleuroplatus perseaphagu*), muito frequente mas com reduzido impacto económico na cultura; do tripe-negro-das-estufas (*Heliothrips haemorrhoidalis*) e do gorgulho do abacateiro (*Naupactus godmani*), ambas as pragas pouco frequentes, com impacto económico reduzido. O percevejo

do abacateiro (*Pseudocysta perseae*) é uma praga identificada em 2012, que se disseminou rapidamente por toda a Ilha e se caracteriza pelas manchas castanhas bem definidas nas folhas, levando à queda destas e consequente ausência de síntese fotossintética, pelo que esta praga se revela muito danosa para a produção deste fruto e tem consequências económicas significativas.

Bibliog.: CÂMARA, L. Aguiar, *Fruticultura Subtropical na Ilha da Madeira*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1955; COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO DA MADEIRA, *Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento, Relatório do Grupo de Trabalho da Lavoura*, Funchal, s.n., 1971; FERRÃO, José E. Mendes, *A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses*, Cascais, Chaves Ferreira Publicações, 1992; GRISEBACH, A. H. R., *Flora of the British West Indian Islands*, London, Lovell Reeve & Co., 1864; HAMMOND, Norman, “The early history of american agriculture: recent research and current controversy”, in HUTCHINSON, Joseph et al. (eds.), *The Early History of Agriculture*, Oxford, The British Academy by Oxford University Press, 1977, pp. 129-138; JARDIM, R., e SEQUEIRA, M. Menezes de, “Lista das plantas vasculares (Pteridophyta and Spermatophyta)”, in BORGES, P. A. V. et al. (orgs.), *A List of the Terrestrial Fungi, Flora and Fauna of Madeira and Selvagens Archipelagos*, Funchal/Angra do Heroísmo, Direção Regional do Ambiente da Madeira /Universidade dos Açores, 2008, pp. 179-208; LINDMAN, C. A. M., “Växtligheten på Madeira”, *Botaniska Notiser*, 1886, pp. 102-106; LOWE, R. T., “Some account of the fruits and vegetables of Madeira, Canaries and Cape Verde”, *Journal of the Royal Horticultural Society*, vol. 1, n.º 4, 1867, pp. 161-187; MENEZES, C. A., “As zonas botânicas da Madeira e Porto Santo. Generalidades sobre a estatística vegetal e relações da flora do arquipélago da Madeira com a de outros países”, *Annaes de Sciencias Naturaes*, n.º 8, 1903, pp. 17-36; *Id.*, *Flora do Arquipélago da Madeira* (Phanerogamicas e Cryptogamicas Vasculares), Funchal, Typ. Bazar do Povo, 1914; PRANCE, G., e NESBITT, M., *The Cultural History of Plants*, New York/London, Routledge, 2005; PRESS, J. R., *Flora of Madeira*, London, Natural History Museum, 1994; *Recenseamento Agrícola de 2009 – Região Autónoma da Madeira*, Funchal, Direção Regional de Estatística, 2011; *Série Retrospectiva das Estatísticas da Agricultura e Pesca 1976-2014 – Região Autónoma da Madeira*, Funchal, Direção Regional de Estatística, 2015.

CLÁUDIA DIAS FERREIRA
MIGUEL SEQUEIRA

Abreu, António de

No seguimento da descoberta do caminho marítimo para a Índia, alguns madeirenses participaram na armada de 1502, entre os quais Lopo Mendes de Vasconcelos (c. 1480-?), bisneto de Zarco (c. 1390-1471) e cunhado de Vasco de Gama (c. 1460-1524), que voltou à Índia na armada de 1504, de que era capitão-mor Lopo Soares. Nessa armada de 13 velas, que partiu de Lisboa a 22 de abril, seguiu também, como capitão de uma outra nau, Lopo de Abreu da Ilha, embora João de Barros (1496-1570) o cite somente como Lopo de Abreu; no *Livro de Lisuarte de Abreu* aparece como Diogo de Abreu

da Ilha, e no *Livro das Armadas* da Academia das Ciências novamente como Lopo de Abreu. Alguns autores consideram que o apelido “da Ilha” indica que estes capitães (ou este capitão) eram naturais da Madeira, mas os nobiliários insulares conhecidos não lhes fazem qualquer referência. A hipótese de se tratar de António de Abreu, já alvitrada, não é possível, dado o mesmo ter então cerca de sete anos.

António de Abreu, moço fidalgo nascido a 1495, era o quinto filho de João Fernandes do Arco. Os irmãos Abreu, filhos de João Fernandes do Arco (c. 1470-1527) e de Beatriz de Abreu (c. 1470-c. 1526), ganharam nomeada: Aleixo, o mais velho (c. 1490-1528), que, depois de servir em Marrocos com o pai, teve mercê da capitania de uma nau da armada de Manuel de Lacerda, em 1527, morreria no ano seguinte, a caminho da Índia, como “capitão de uma nau que se perdeu no mar” (CORREIA, 1975, III, 182-183), junto à costa da ilha de São Lourenço (posteriormente Madagáscar); Francisco (c. 1492-1526), que esteve nas praças de Marrocos como capitão, ali matou uma onça, cuja pele mandou ao Rei D. Manuel (1469-1521); Jerónimo (c. 1494-c. 1540) veio a ser assassinado na Calheta pelos Cabrais; e, por fim, António de Abreu (c. 1495) é o mais conhecido e amplamente citado (embora nem sempre essas citações digam efetivamente respeito ao filho de João Fernandes do Arco).

Os elementos femininos desta geração – Isabel, Joana, Mécia, Águeda, Filipa, Branca, Francisca e Inês – gozaram igualmente de grande protagonismo à época, inclusivamente na corte de Lisboa, pois uma das irmãs, Filipa de Abreu, casada com Bartolomeu de Paiva, primo de Fernão de Magalhães (1480-1521), foi ama do príncipe D. João (1502-1557), filho e herdeiro do Rei D. Manuel, no impedimento da cunhada, D. Brites de Paiva, mulher de D. Álvaro da Costa. Bartolomeu de Paiva ficou por isso conhecido como “o amo”, embora a ama tivesse sido a mulher (Bartolomeu de Paiva foi vedor da carga das naus, capitão da Torre de Belém, camareiro de D. João III e vedor das obras do reino, ainda no tempo de D. Manuel). A importância destas irmãs do

Arco da Calheta é patente no caso de Isabel de Abreu: depois de enviudar de João Rodrigues de Noronha, que fora comandante de Ormuz, foi cortejada pelo primo do marido, António Gonçalves da Câmara, quando se encontrava recolhida em casa da sua irmã Águeda de Abreu (c. 1495-1545), segunda mulher de João Esmeraldo (c. 1460-1536), então em serviço no Norte de África. Perante o assédio de António Gonçalves da Câmara, as famílias Abreu, Esmeraldo e Câmara envolveram-se numa batalha campal no Arco da Calheta, com fortificação de residências e utilização de artilharia, o que levaria à intervenção régia através de uma alçada. A importância desta geração é patente nos casamentos das restantes irmãs, como Joana de Abreu, mulher de D. João Henriques, segundo senhor das Alcáçovas; Mécia de Abreu, mulher de D. Pedro de Moura; Branca Fernandes de Abreu, segunda mulher de Álvaro de Ornelas Saavedra (c. 1460-1526); e Inês de Abreu, mulher de D. João de Noronha.

Depois de militar em Marrocos, onde esteve na tomada de Safim – aí ficando como fronteiro, juntamente com Nuno Fernandes de Ataíde (c. 1480-1516) –, António de Abreu fez parte das forças de D. Jaime de Bragança (1479-1532), que tomaram Azamor. Henrique Henriques de Noronha (1667-1730), descendente de Inês de Abreu, contará depois que António de Abreu teria embarcado para a Índia em 1511, acompanhando Afonso de Albuquerque (1453-1515) no mar Roxo (Vermelho), e que, chegado a Malaca, este o teria enviado à descoberta das ilhas de Maluco e Barba na qualidade de capitão-mor de três navios, tendo ele chegado às ilhas de Bornéu. António de Abreu teria ainda feito o reconhecimento das ilhas do Maluco (Ilhas Molucas), para o que seria portador de uma carta do vice-Rei da Índia dirigida ao soberano local. Ainda “alcançou a ilha de Banda, onde carregou as naus de cravo e fez outras viagens, onde descobriu a ilha de Amboíno”. Escreveu Noronha que João de Barros, “com más informações” (NORONHA, 1948, 22-23), o faz filho de Garcia de Abreu, fidalgo que residia em Avis.

Por sua vez, João Cabral do Nascimento (1897-1978) desfez, em 1931, o engano do próprio Noronha: se António de Abreu esteve nas forças de D. Jaime de Bragança, na tomada de Azamor de 1513, não pode ter embarcado em 1511 para a Índia. Entretanto, o António de Abreu nascido em Avis regressou ao reino depois de 1518, mas perdeu-se no mar, na região dos Açores. O António de Abreu registado na Índia é efetivamente o madeirense filho de João Fernandes do Arco, como também menciona João de Barros, que diz ainda que, em 1523, quando D. Duarte de Meneses chegou a Ormuz, encontrou oito velas que tinham saído do reino a 3 de maio desse ano, duas das quais para transporte de especiarias, sendo uma delas – a *Santo António* – a de António de Abreu (a nau figura da *Relação das Naus*, do *Livro das Armadas* e do *Livro de Lisuarte*, embora não se refira nestes textos o respetivo nome).

António de Abreu teria recebido, segundo Noronha, a capitania-mor do mar de Malaca em 1522, mas não possuímos a documentação respeitante a esse facto; quando é referido, em 1523, por João de Barros, comandava uma nau de transporte de especiarias para Lisboa. Regressou certamente a Portugal continental em 1524, pois em 1525 comandava a nau *Rosa*, que integrou a armada de D. Filipe de Castro, nau que tomou vento contrário, arribando de novo a Lisboa. Voltou a embarcar em 1526, na armada de Francisco de Anaia, que também integrou a armada anterior e cuja nau se perdera logo à saída da barra de Lisboa, comandando António de Abreu a nau *Conceição*. No ano seguinte, seria a vez de embarcar o seu irmão Aleixo, como capitão da nau *Bastiana*, que haveria de se perder nos baixios da ilha de Madagáscar, juntamente com a nau-capitã de Manuel de Lacerda. O capitão-mor da armada salvar-se-ia, mas o mesmo não se passaria com Aleixo de Abreu. Nesta armada seguiu também Gaspar de Paiva, primeiro capitão da Torre de Belém e substituído na Torre por seu irmão Bartolomeu de Paiva, cunhado do malogrado Aleixo de Abreu.

O nome de António de Abreu aparece mais tarde como tendo sido indicado pelos notáveis do Estado Português da Índia para ser um dos

fidalgos que, juntamente com Pero de Faria, Gaspar de Paiva e Diogo da Silveira, serviriam de juizes no pleito suscitado em Goa, em 1527, entre Pedro de Mascarenhas (c. 1484-1555), governador e capitão-mor de Malaca, e Lopo Vaz de Sampaio (c. 1484-1534), governador da Índia, que depois recebeu ordem de prisão proveniente de Lisboa. Diogo do Couto (1542-1616) não o menciona na *Década 4 da Ásia*, mas vem referido por Francisco de Andrade (1540-1614) na *Crónica de D. João III*. O nome de António de Abreu aparece ainda na armada de Pero Lopes de Sousa, que partiu de Lisboa a 24 de março de 1539, comandando o galeão *Salvador*, e é mencionado em quase todos os registos que àquela se referem. Os navios da armada regressaram a salvo ao reino, salvo a nau-capitã e o almirante, que se perderam no regresso, mas não sabemos se se tratava efetivamente do capitão do Arco da Calheta, que se encontrava então já numa idade avançada e sobre o qual mais nenhum registo possuímos da vida no mar.

António de Abreu casou-se com Branca de França, filha de João de França e de Inês Pires de Leiria, tendo ambos sido pais de Aleixo de Abreu, que veio a morrer solteiro na Índia, de Jerónimo de Abreu, que veio a herdar a casa de seus pais, de Fernão de Abreu, que casou com Maria da Silveira, e de Maria de Abreu, que casou com Baltasar Berenguer.

Houve entretanto, na Índia, vários fidalgos e navegadores com o mesmo nome de António de Abreu, sendo este nome referido: em mercês de 1568, na capitania das Molucas, por serviços prestados na Índia; em 1596, então em Fernão Lopes de Sousa de Abreu, por renúncia de seu pai, António de Abreu; em 1604, na capitania de Mascate, a outro António de Abreu; e em 1614, então também na capitania de Manar, a outro ou ao mesmo. Contudo, em nenhum dos casos se trata de António de Abreu do Arco da Calheta.

Morreu em data incerta.

Bibliog.: ANDRADE, Francisco de, *Cronica do muyto Alto e muito Poderoso Rey destes Reynos de Portugal Dom Ioão, o III deste Nome*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1613; BARROS, João de, *Década Primeira [-Terceira] da Asia de João de Barros. Dos Feitos Que os Portugueses Fezerão no Descobrimento & Conquista dos Mares & Terras do Oriente*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1628; CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, pref. M. Lopes de Almeida, 4 vols., Porto,

Lello & Irmão, 1975; FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1968; *Livro de Lisuarte de Abreu*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1992; MENDES, Agostinho de Sousa, *O Livro das Armadas*, Lisboa, Academia das Ciências, 1979; NASCIMENTO, João Cabral do, "António de Abreu, o descobridor das ilhas de Maluco, não é António de Abreu, natural da Madeira e capitão duma nau da Índia em 1523", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. I, n.º 1, 1931, pp. 21-28; *Id.*, "Os dois Antónios de Abreu", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IV, n.º 2, 1935, pp. 117-121; NORONHA, Henrique Henriques de, *Nobiliário da Ilha da Madeira*, São Paulo, Revista Genealógica Brasileira, 1948; *Relação das Nãos e Armadas da Índia, com os Successos dellas Que Se Puderam Saber, para Notícia e Instrução dos Curiozos, e Amantes da Historia da Índia*, anot. Maria Emília Maldonado, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985; RIBEIRO, Luciano, *Registo da Casa da Índia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954.

RUI CARITA

Abreu, Armando Castro e

Armando Castro e Abreu foi um embaixador, autor e advogado que nasceu em São Vicente, São Paulo, Brasil, a 27 de março de 1915. Com o regresso da sua família à ilha da Madeira, faz a sua educação primária na freguesia de Gaula, em Santa Cruz. Frequentava o curso de Direito na Faculdade de Direito da Univ. de Lisboa entre os anos de 1938 e 1943, ano em que conclui oficialmente os seus estudos.

O passo seguinte foi o do ingresso na carreira diplomática. Armando Castro e Abreu começa por ser adido de legação, em 1944-1945. Em 1947, torna-se secretário de legação em Buenos Aires, na Argentina. No seguinte ano, 1948, redige um relatório anual como segundo secretário de legação em Buenos Aires, em serviço em Montevidéu, no Uruguai, onde fica até 1949. Já no ano de 1950, assume o cargo de segundo secretário de legação de Portugal em Nova Deli. Em 1952, chega ao posto de primeiro secretário de legação em Nova Deli. No ano subsequente, 1953, é colocado no Rio de Janeiro como primeiro secretário do embaixador. No ano de 1954, submete-se ao concurso para promoção a conselheiros de legação e cônsules gerais e, em 1957, chega a Washington como conselheiro de embaixada de Portugal. Por fim, em 1960, chega ao pico da sua carreira diplomática quando apresenta as suas credenciais de embaixador em Adis Abeba, na Etiópia. Armando Castro e Abreu exerce as funções de embaixador de Portugal

em Adis Abeba até 1963, ano em que se dá o corte de relações diplomáticas entre Portugal e a Etiópia.

Ao voltar à ilha da Madeira, Armando Castro Abreu foi residir em Gaula, no Solar de S. João Latrão, construído no séc. XVIII em substituição das pousadas do morgadio, em terras pertencentes à sua família desde a instituição do morgadio de S. João Latrão, em 1511. Armando Castro Abreu passou então a dedicar-se à prática da advocacia, tendo publicado, em 1993, uma obra na área do direito internacional, intitulada *A Luta pelo Direito e pela Ética nos Estados da Comunidade Internacional*.

Obras de Armando Castro e Abreu: *A Luta pelo Direito e pela Ética nos Estados da Comunidade Internacional* (1993).

Bibliog.: impressa: SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978; digital: "Etiópia – Titulares", *Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Diplomático*: <https://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/42-relacoes-diplomaticas/titulares/581-representacao-na-etioopia-titulares.html> (acedido a 3 abr. 2016).

AMANDA COELHO

Abreu, Francisco António de Freitas

Nascido em Ponta Delgada a 3 de maio de 1826 e falecido no Funchal a 9 de novembro de 1913, Francisco António de Freitas Abreu era filho de Francisco António de Freitas e Matilde Júlia de Freitas, família que conheceu vários problemas durante o período miguelista. Freitas Abreu casou-se, a 20 de novembro de 1867, com Maria Amélia de Ornelas, de quem enviuvou. Frequentou o liceu do Funchal e, em 1845, foi nomeado amanuense do Governo civil do distrito, ali exercendo, interinamente, por diversas vezes, as funções de secretário-geral. Em 1855, foi feito tenente de artilharia auxiliar e, em 1902, agraciado com carta de conselheiro. Destacou-se na sua atividade em vários momentos, tais como a estada na Madeira da Imperatriz viúva do Brasil, D. Amélia (1852), e por ocasião da morte da filha desta, a princesa D. Amélia de Bragança (1853), assim como aquando da epidemia de cólera que atingiu a Madeira (1856) e da regularização

do atendimento aos expostos, após a extinção da roda (1864). Exerceu, em regime de comissão de serviço público, diversas funções, tais como a de procurador à Junta Geral da Madeira, vogal dessa mesma Junta e do conselho distrital, presidente do Asilo da Mendicidade e vice-presidente da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Funchal. Paralelamente, colaborou com diversos jornais, designadamente o *Correio do Funchal*, o *Diário de Notícias*, o *Estudo*, o *Direito*, o *Heraldo da Madeira*, o *Ordem* e o *Verdade*, e dedicou-se à investigação histórica do passado da Ilha, tendo encontrado documentação relevante que foi publicada nas obras *Documentos para a História das Cortes Gerais*, do barão de S. Clemente, e *Memórias do Tempo Passado e Presente*, da autoria de Henrique Seco. O labor de investigador motivou a reunião de uma importante biblioteca, depois adquirida parcialmente pela Câmara Municipal do Funchal. Foi sepultado no cemitério de N.^a Sr.^a das Angústias, no Funchal, no dia 17 de novembro de 1913.

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Registos Paroquiais, São Pedro, Casamentos, fl. 14v; **impresa:** CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; *Diário de Notícias*, Funchal, 17 nov. 1913; *Jornal da Madeira*, 18 nov. 1913.

ISABEL DRUMOND BRAGA

Abreu, Francisco Ferreira de

Filho de Manuel Ferreira de Abreu e de Maria Encarnação, nasceu no último quartel de 1800 e faleceu a 15 de junho de 1942, em Cabo Verde. Foi juiz dos Órfãos na vila de Santa Cruz (1828), da capitania de Machico, feitor da Alfândega, escrivão das Execuções Ultramarinas e escrivão da Índia e Mina.

A sua condição de liberal e a sua rebeldia custaram-lhe a prisão em 1828. Foi enviado para Lisboa a bordo do bergantim *São Boaventura* e condenado, por sentença de 3 de agosto de 1830, a não voltar à ilha da Madeira durante três anos. Em 23 de junho de 1838, foi nomeado tabelião do Registo de Hipotecas e, em 11 de junho de 1841, escrivão da administração do concelho do Funchal, aonde regressou.

Renunciou a este último cargo por ter no horizonte uma ida para Cabo Verde, onde veio a acabar os seus dias.

Traduziu e publicou o *Compêndio Elementar de Economia Política*, de Adolphe Blanqui, e o *Discurso sobre as Revoluções na Superfície do Globo*, do barão de Cuvier. Era dotado de excelentes capacidades intelectuais e de pensamento autônomo, motivo pelo qual, na festa comemorativa do primeiro aniversário da Revolução do Porto, em 23 de agosto de 1822, que teve lugar no Palácio do Governo, no Funchal, leu a epítome dos trabalhos. Foi uma exposição extensa, bem documentada e assertiva, por vezes com uma ponta de ironia. Através dessa longa exposição discursiva e filosófica, repartida por assuntos variados, historia-os tão diplomática e delicadamente que nos apercebemos claramente de que os fins científicos e artísticos da Sociedade Funchalense dos Amigos das Ciências e das Artes estavam subordinados diretamente aos princípios que tornaram possível a revolta do Porto, tal como o acérrimo abraço à causa dos elementos que a compunham.

Era pessoa tão bem quista pelos liberais que, em 1852, quando já tinha sido imposto ao país o regime constitucional, foi agraciado com o título de visconde de Santa Cruz, que foi herdado por um descendente seu, Mário de Noronha.

Bibliog.: **manuscrita:** ANTT, Registo Geral de Mercês do Reinado de D. João VI, liv. 20, fl. 122v; **impresa:** ANDRADE, João, *A Revolução de 1820: a Conspiração*, Porto, Porto Editora, 1983; BOTELHO, Sebastião Xavier, *História Verdadeira dos Acontecimentos da Ilha da Madeira depois do Dia 28 de Janeiro*, Impresso em Londres por Hum Cidadão Funchalense, Lisboa, Officina de António Rodrigues Galhardo, 1821; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1987; *Documentos para a História das Cortes Geraes da Nação Portuguesa. Notas Officiais Recebidas da Ilha da Madeira*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1926; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, 3 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949-1953; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1984.

HELENA PAULA F. S. BORGES

Abreu, Francisco Jorge de

↯ Sincero, Mateus (pseud.)

Abreu, Isabel de

D. Isabel de Abreu nasceu em data incerta, entre o final do séc. xv e início do séc. xvi, provavelmente no Arco da Calheta. Os seus pais eram João Fernandes de Andrade, também conhecido como João Fernandes do Arco, e Beatriz ou Brites de Abreu, filha de Rui de Abreu, alcaide-mor de Elvas. Este casal de fidalgos foi efetivamente o primeiro povoador das terras designadas por Arco da Calheta. Entre os seus irmãos contam-se Águeda de Abreu, esposa do famoso João Esmeraldo, dono da Lombada da Ponta do Sol, Aleixo de Abreu e António de Abreu. Estes dois últimos ficaram conhecidos por participarem valorosamente nas aventuras portuguesas além-mar, nomeadamente nas praças africanas e na Índia.

D. Isabel de Abreu esteve envolvida num episódio muito célebre da história do concelho da Calheta e da Ponta do Sol. Este acontecimento é relatado com entusiasmo por Gaspar Frutuoso no segundo livro da sua obra *As Saudades da Terra*, escrito entre os anos de 1586 e 1590. Frutuoso dá-nos a conhecer que D. Isabel de Abreu terá sido casada com João Rodrigues de Noronha, capitão-mor do mar da Índia e capitão de Ormuz desde 1521, data possível do casamento entre ambos. Em virtude da morte do marido, em data indeterminada, e também do pai, Isabel de Abreu acaba por herdar muitas terras e fortuna. Esta é a circunstância em que tem lugar o episódio de 1531 relatado por Gaspar Frutuoso.

António Gonçalves da Câmara, bisneto de João Gonçalves Zarco, desejava casar-se com D. Isabel a fim de alargar o seu domínio naquela terra. Desta forma, decide invadir-lhe as propriedades para a obrigar a contrair matrimónio; porém, D. Isabel consegue dissuadi-lo de o fazer e pede-lhe que retorne no dia seguinte. Quando António Gonçalves da Câmara regressa, com 50 cavaleiros da Ribeira Brava e Ponta do Sol, encontra Isabel barricada com as suas gentes. Este incidente causou-lhe desonra e António Gonçalves da Câmara

parte para Lisboa. Anos depois volta à ilha da Madeira e, quando um dia D. Isabel de Abreu se encontra perto da sua propriedade a montar a cavalo, pega-lhe nas rédeas do cavalo e obriga-a a entrar em sua casa, onde a mantém prisioneira.

O ouvidor do Funchal, ao inteirar-se do acontecido, comparece na Calheta com uma força armada. De forma a evitar um confronto, António Gonçalves da Câmara e D. Isabel de Abreu aparecem à varanda e declaram ter chegado a acordo. Seguidamente, a pedido da sua futura esposa, António Gonçalves da Câmara convida o ouvidor e os demais presentes a entrar e comer antes de partirem novamente. D. Isabel de Abreu vê ali uma oportunidade de salvação e pede auxílio ao ouvidor, que parte com ela a caminho do Funchal. Por ser tarde, D. Isabel vê-se obrigada a pernoitar numa das propriedades de seu cunhado, João Esmeraldo. Por sua vez, António Gonçalves da Câmara reúne uma grande força e monta um cerco a D. Isabel e seus parentes, que dura um total de oito dias. No final desses oito dias, os familiares de D. Isabel de Abreu decidem que a realização do casamento seria melhor do que um possível massacre resultante da luta entre os dois lados. Assim sendo, D. Isabel de Abreu e António Gonçalves da Câmara regressam juntos às suas fazendas, onde se dá a boda.

Apesar da concretização do casamento, Águeda de Abreu não ficou de todo satisfeita com a maneira como todo este episódio decorreu e fez queixa ao monarca. Este enviou à Ilha o desembargador Gaspar Vaz, o que resultou na condenação e no desterro de vários dos envolvidos no cerco. António Gonçalves da Câmara consegue, ainda assim, fugir para as Canárias e depois para África, onde presta serviços à Coroa. Na sua ausência, D. Isabel fica internada no convento de S.^{ta} Clara, no Funchal. António Gonçalves da Câmara, devido à intervenção de sua mãe, Joana de Eça, camareira-mor da rainha, consegue, anos depois, um perdão real e retorna à Madeira, onde vive com a

esposa, D. Isabel de Abreu, até à morte desta, que terá ocorrido antes de 1555, data do segundo casamento de António Gonçalves da Câmara.

Bibliog.: *manuscrita:* ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 13, fl. 2v; *impresa:* FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2005; SILVA, Fernando Augusto da, *A Lombada dos Esmeraldos na Ilha da Madeira*, Funchal, ed. do Autor, 1933; *Id.*, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, Funchal, 3 vols., Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978; SOUSA, João José Abreu de, "D. Isabel de Abreu e António Gonçalves da Câmara. Mito, poesia e história", *Isleña*, n.º 21, jul.-dez. 1997, pp. 59-62.

AMANDA COELHO

Abreu, Jaime César de

Filho de José Sabino de Abreu, médico natural de Lisboa, e de sua mulher, Augusta Matilde Figueira César de Abreu, Jaime César de Abreu nasceu na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, a 16 de fevereiro de 1899. Licenciou-se em Medicina pela Univ. de Coimbra, curso que terminou em 1922, fixando-se no Funchal, onde casou com Cecília Tolentino da Costa, filha de Lúcio Tolentino da Costa (1870-1939) e de Maria Assunção Pereira.

Deve ter sido o sogro, médico pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e antigo capitão médico do Exército, entretanto afastado por ter aceitado a presidência da Câmara Municipal do Funchal na sequência da Revolução da Madeira de 4 de abril de 1931, que lhe abriu alguns caminhos profissionais no Funchal. Embora fosse oftalmologista, Lúcio Tolentino da Costa tinha sido o impulsionador e o responsável pela montagem de um aparelho de raios x na Associação de Socorros Mútuos 4 de Setembro de 1852, onde era médico, vindo aquela associação mutualista, através desta aparelhagem, a prestar relevantes serviços à comunidade naquela área. Jaime César de Abreu começou por ajudar o sogro na Associação e, em breve, ali desempenharia as funções de radiologista e de médico. Durante vários anos, foi também médico e diretor dos serviços de radiologia do Hospital da Santa Casa da Misericórdia,

no edifício que seria depois sede da Junta Geral e mais tarde do Governo regional. Durante alguns anos, foi igualmente presidente da comissão administrativa do Recolhimento do Bom Jesus e professor provisório do Liceu Nacional do Funchal, então chamado Jaime Moniz, em homenagem a Jaime Constantino de Freitas Moniz (1837-1917).

Do seu casamento teve quatro filhos: José Tolentino da Costa César de Abreu, capitão da Marinha Mercante; Nicolau Tolentino da Costa César de Abreu, casado com Maria Dulce Leal Moniz César de Abreu; Maria Cecília Tolentino da Costa Cesar de Abreu, casada com José Luís Vieira de Castro; e João Tolentino da Costa César de Abreu, empregado bancário, com descendência. Escreveu e publicou



Fig. 1 – Jaime César de Abreu, c. 1940 (ABM, Arquivos Particulares).



Fig. 2 – Hospital da Misericórdia do Funchal, 1935 (ABM).

Infecção Puerperal, tese de licenciatura que o Visconde do Porto da Cruz, Alfredo de Freitas Branco (1890-1962), regista como “indubitavelmente um trabalho de especialidade, mas [que] está escrito com elegância e clareza de frase” (PORTO DA CRUZ, 1953, 126). Foi sócio da Sociedade Portuguesa de Radiologia Médica e faleceu no Funchal, a 31 de dezembro de 1967, com 68 anos.

Obras de Jaime César de Abreu: *Infecção Puerperal* (1922).

Bibliog.: ABREU, Jaime César de, *Infecção Puerperal*, Coimbra, Tip. União de Ferreira e Serra, 1922; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1953.

RUI CARITA

Abreu, João Moniz de

As primeiras informações que temos do carpinteiro João Moniz de Abreu (c. 1690-c. 1755) aparecem com as obras do conjunto das novas instalações do cabido e da sacristia da Sé do Funchal, projeto da autoria do mestre das obras reais Diogo Filipe Garcês (c. 1680-c. 1744). Estas foram autorizadas pelo Conselho da Fazenda a 16 de março de 1733 e arrematadas e contratadas pelo próprio Diogo Garcês, em parceria com o mestre pedreiro João de França, a 26 de setembro e 26 de outubro de 1734, respetivamente. Estes dois mestres teriam de ser pessoas de franca respeitabilidade na sociedade madeirense de então para o cônego fabriqueiro Bernardo Rodrigues Nogueira (1695-1748), futuro bispo de São Paulo, ter aceitado o contrato, tal como o então prelado D. frei Manuel Coutinho (1673-1742), o célebre bispo jacobeu que não hesitara, em 1727, em mandar arrombar a porta da Câmara do Funchal à machadada para prender o procurador António de Carvalhal Esmeraldo.

Nas obras do novo edifício do cabido e da sacristia da sé trabalhou também, em 1736, o mestre carpinteiro João Moniz, irmão de João Moniz de Abreu, com quatro oficiais e dois aprendizes. Tendo andado seis dias nas obras da sacristia, este terá recebido, em 1737,

juntamente com o seu companheiro António João, 100\$000 que se encontravam por pagar. Nesse mesmo ano, o mestre João Moniz terá também trabalhado nas obras de fortificação, igualmente da responsabilidade do mestre das obras reais de então, Diogo Filipe Garcês.

Em 1742, Diogo Filipe Garcês pediu para se deslocar a Lisboa, solicitando depois o alargamento da ausência por mais seis meses. No entanto, parece não ter voltado à Madeira, tendo o ordenado de 1744 sido pago a um procurador e não havendo informações sobre os trabalhos de 1743. Nesse quadro, parece que os trabalhos das obras militares dos inícios de 1744 teriam já sido dirigidas interinamente pelo mestre carpinteiro João Moniz de Abreu, por provisão passada pelo governador, mas só confirmada por Lisboa perto do final do ano.

As obras de 1744 recaíram essencialmente sobre o escaler do governador e sobre as bandeiras, com as várias despesas referentes ao patrão do escaler, Marcos João, e à aquisição de argolas para presilhas do toldo e de uma saca para se recolher o mesmo. Nos meses de fevereiro e março, ainda se adquiriu pano azul, encarnado e amarelo, bem como corda de linhagem, tudo para as armas da bandeira do forte de Santiago e para o feitio da bandeira, pano de brim para a vela do escaler e peças de “bretanha” para a bandeira de São Lourenço. Entre os finais de abril e os inícios de maio, repararam-se as muralhas do forte do Pico e do Gorgulho, obras que se prolongaram até setembro, tendo-se reparado, em meados de maio, a vigia do Jardim do Mar e, em outubro, as muralhas da Calheta e de Santa Cruz. Compraram-se ainda dois livros para a secretaria do Governo, pagando-se igualmente o arranjo das portas da cidade, a cargo do serralheiro António Moniz.

O alvará de provimento do mestre das obras reais João Moniz de Abreu foi assinado em Lisboa, por um ano, a 3 de outubro de 1744, sendo a posse no Funchal no dia 1 de janeiro de 1745, e voltando a ter provimento para 1746, 1747 e 1748. No entanto, embora deslocando-se a Lisboa para frequentar a Real Academia de Fortificação e Desenho, perdeu o lugar a favor de Domingos Rodrigues Martins

(c. 1710-1781), talvez já por ser homem de certa idade, falecendo poucos anos depois.

Não temos muitas informações sobre as obras que superintendeu na área das fortificações por falta de documentação, sabendo-se, no entanto, que entre 31 de outubro e 12 de novembro de 1746 trabalhou em Câmara de Lobos e na cisterna da fortaleza do Pico. Os trabalhos estiveram a cargo dos carpinteiros Paulo Pereira de Lordelo, Manuel Pereira e Vicente Fernandes, dos pedreiros Francisco de Freitas e Patrício de Freitas e dos serventes José Gomes e António Gomes, todos artífices que já tinham trabalhado nas fortificações nos anos anteriores. As obras da cisterna do Pico envolveram a compra de azeite doce, para se amassar a cal, bem como de azeite de outra qualidade, para as armas do armazém.

Na vigência de Moniz de Abreu como mestre das obras reais, chegaram de Lisboa as ordens referentes à execução das plantas e orçamentos da nova igreja de N.^a Sr.^a dos Prazeres, então na Estacada, obra arrematada em 1745, mas cuja primeira pedra só veio a ser lançada a 9 de setembro de 1751, tal como a da matriz de S. João Baptista da Fajã da Ovelha, cujo mandato do conselho da Fazenda com a arrematação ao carpinteiro Francisco Gomes tem a data de 24 de janeiro de 1747. De 1744 foi também a ordem para a execução das obras da igreja de S. Brás do Arco da Calheta, tendo a arrematação sido feita pelo mestre pedreiro Francisco Correia e, depois, pelo mestre Cristóvão Gomes de Sousa.

Bibliog.: manuscrita: ANTT, Cabido da Sé do Funchal, liv. 9, fls. 102 e 110-112v; mç. 29, fls. 7-8; *Ibid.*, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 841, fls. 19-28; liv. 842, fls. 21ss.; liv. 972, fls. 94, 106v, 121, 122v, 189v. e 246v; impressa: CARITA, Rui, *História da Madeira*, vols. iv e v, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1996 e 1999; FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, *A Sé do Funchal*, Funchal, JGDAF, 1963.

RUI CARITA

Abreu, Maria Augusta Vieira de

Nascida no Funchal, a 3 de dezembro de 1900, filha de João António Vieira e Maria Augusta Vieira, foi professora e atriz. Casou-se com Francisco Vitorino de Abreu.

Participou como figurante e também como uma das principais intérpretes nos primeiros filmes rodados na Madeira, da autoria de seu irmão, o operador cinematográfico, realizador e argumentista Manuel Luís Vieira: *Fauno das Montanhas* (que estreou em 1927), *Cabúnia* (que teve ante-estreia no Teatro Circo a 10 de fevereiro de 1926 e estreou a 26 do mesmo mês) e *Indigestão* (que estreou em 1927), produzidos pela Empresa Cinegráfica Atlântida, fundada em 1918. Em *Cabúnia*, filme que retrata, com ironia, a sociedade funchalense da época e a emigração para a América, contracenava com Nadine Nenut, Arnaldo Coimbra, Ermelinda Vieira e João Sabino.

Foi professora oficial e diretora do Colégio Oficial de Ervadal, no Alentejo, tendo também exercido a docência no Colégio S.^{ta} Isabel. Segundo Luís Marino, depois de reformada, passou a residir em Lisboa. Colaborou ativamente no periódico *Eco do Funchal*, com contos e lendas, de 1944 a 1953.

Obras de Maria Augusta Vieira de Abreu: "Câmara nova" (1944); "Flores" (1944); "O sacrifício" (1945); "O trabalho rural" (1945); "Arrependimento tardio" (1946); "A estatueta quebrada" (1946); "Lenda, sobre a fundação de uma aldeia alentejana" (1946); "Amor perfeito" (1950); "Penitência" (1952); "Jardim maldito" (1953).

Bibliog.: MARINO, Luís, "Abreu, Maria Augusta Vieira de", in *Panorama Literário do Arquipélago da Madeira*, vol. 1, s.l., obra dactilografada, s.d., fl. 49.

CRISTINA TRINDADE

LUÍSA M. ANTUNES PAOLINELLI

Academia

O *Academia* foi um jornal semanário feito pelos alunos do Liceu Nacional do Funchal e publicado em dois momentos distintos. A primeira série do semanário teve 29 números e esteve em circulação entre 28 de outubro de 1900 e 2 de junho de 1901, sendo de conteúdo pró-republicano e claramente anticlerical. O jornal voltou às bancas a 4 de dezembro de 1910, dois meses após a Implantação da República, e voltou a sair do mercado quatro meses depois, a 16 de março de 1911. Na sua segunda vida, o semanário teve oito números e dois diretores.

Apesar de se anunciar como neutro, sem partido e interessado apenas na "prosperidade"

da Madeira, como se lê no editorial do primeiro número de 1900, o semanário, editado nessa altura por Jorge Freitas e com sede na R. da Alfândega, depressa irá mostrar simpatias pela causa republicana e uma aversão aos padres e ao ensino ministrado nos seminários. Feito pelos alunos do Liceu – o “ensino livre”, como salientavam –, o tom e os conteúdos foram evoluindo ao longo dos oito meses de existência do periódico. A crítica, no entanto, esteve presente desde o começo.

Além de divulgar as atividades do Liceu e de ter uma secção literária para versos e contos, o *Academia* lançava temas a debate, como o estado da educação ou a exploração infantil dos guias dos carros de bois, os candeeiros, na sua maioria crianças com menos de 10 anos, miúdos que, insurgia-se o jornal, deviam estar “nos bancos da escola”. O artigo de 18 de novembro de 1900 lamentava o destino das crianças – corriam o risco de o carro de bois lhes passar por cima – num país de cinco milhões de pessoas, quatro milhões das quais seriam analfabetas.

O mesmo espírito crítico sobressai na defesa do descanso semanal, aos domingos, para os caixeiros do comércio no Funchal. O assunto seria tema em discussão na imprensa local e os alunos do Liceu quiseram juntar-se à luta dos trabalhadores, que, por causa da avareza dos patrões, não largavam o balcão. Destaque-se ainda os artigos sobre a mendicidade na cidade e em defesa da demolição do edifício da cadeia civil do Funchal, prédio que atrapalhava a vista para o mar e era considerado como um espantinho da cidade.

O jornal, que prometia não ser partidário, depressa adquiriu um teor marcadamente político, com artigos sobre os males da monarquia, acusada de não promover a instrução, nem querer um povo soberano, mas súbditos analfabetos. A opinião dos alunos do Liceu sobre os últimos anos do reinado de D. Carlos não era, de facto, a melhor, pois consideravam que a política era um meio de vida na qual se entrava unicamente para se adquirir e se elevar, por meio de qualquer nicho, a influência necessária para passar de afilhado a

padrinho. As piores críticas eram, no entanto, reservadas aos padres, o que acabou mesmo por levar a uma discussão pública com o jornal religioso *Quinzena Religiosa*.

O desentendimento entre os reverendos – como lhes chama o *Academia* – e os alunos do Liceu começou com um artigo sobre educação, no qual o semanário defendia um ensino laico, contra os conteúdos anticientíficos lecionados nos seminários, o que não caiu bem no jornal *Quinzena Religiosa*, o qual se insurgiu contra o ensino livre dos liceus, que considerava neutro e prejudicial. O caso deu direito a um debate aceso nas páginas do *Academia*, todas sob o título “Resposta aos Reverendos”, onde se insistia que os padres não tinham competência para educar pais de família, homens de Estado e futuros membros válidos da sociedade.

O assunto foi desenvolvido ao longo de vários números e em artigos de conteúdo ainda mais cáustico, como um, de 19 de maio de 1901, em que as ordens religiosas eram comparadas às pragas do Egipto. O confronto entre liberais e defensores do clero não se fazia sentir apenas nas páginas dos jornais, mas era real e existia também na rua, onde tudo servia de pretexto para os dois lados se atacarem. O *Academia*, no último número da sua primeira série, dá conta de um desses confrontos, que acabou no apedrejamento do seminário diocesano. A confusão, relata o jornal, começou no teatro, com a peça *Padres e Jesuítas*, e acabou com os liberais a apedrejar o seminário. Por a polícia não ter carregado sobre as forças liberais, o chefe da polícia, França, foi suspenso, uma decisão do administrador do concelho que o *Academia* considerou injusta.

A primeira série do *Academia* acabou com este número e o relato destes acontecimentos. Era notório que o periódico se debatia com falta de fundos. O anúncio, em vários números, a pedir o pagamento das assinaturas, para evitar embaraços com a administração, é sinal de que as contas do jornal não seriam as melhores. Na sua primeira vida, o semanário dos alunos do Liceu Nacional do Funchal durou 8 meses e teve 29 números, ao longo dos

quais assumiu várias lutas, como a defesa da autonomia da Madeira em relação ao poder central, em nome do progresso da Ilha.

Ainda que pró-republicano, o semanário procurou defender a imagem da Madeira mesmo em questões ligadas à monarquia, lamentando, um mês antes da visita do Rei D. Carlos à Madeira (em junho de 1901), a falta de organização das comissões incumbidas de receber o Monarca. O importante era a Madeira não ficar mal vista, já que a visita não merecia grande entusiasmo, vivendo o país como vivia. Sem esquecer a necessidade de não fazer pior figura do que os Açores, onde a visita estaria muito bem preparada.

O semanário regressou às bancas a 4 de dezembro de 1910, dois meses após a Implantação da República, mas não voltou a ter o fulgor da primeira série. A maioria dos assuntos abordados estava diretamente ligada à vida interna do Liceu, com particular relevância para as páginas literárias e referência a um protesto dos funcionários da secretaria da escola, descontentes com os baixos salários. De resto, com a revolução republicana ainda fresca, não faltavam os artigos a louvar as virtudes do novo regime, por oposição aos males da monarquia, época em que teria havido um “rei que se ria de tudo isto” e “isto eram cinco milhões de habitantes tratados como coisas, escravos, como pretos”, como consta de um artigo assinado por Artur Santos, à altura diretor do periódico.

A segunda vida do semanário foi ainda mais curta do que a primeira – ao todo, saíram oito números em quatro meses –, mas mesmo assim houve polémicas e uma troca de diretor. O jornal, que tinha a sede na R. dos Ferreiros, começou com Elmano Vieira, que foi diretor por pouco tempo: em fevereiro de 1911, mudou-se para o jornal republicano *O Povo* e o *Academia* teve de encontrar um novo diretor (o caso até deu uma nota de redação). O escolhido foi Artur Santos, que, no entanto, esteve pouco tempo no lugar: o último número da segunda série do jornal saiu a 16 de março de 1911.

MARTA CAIRES

Academia de Música da Madeira

A Academia de Música da Madeira (AAM) foi o primeiro dos projetos que nasceram no seio da Sociedade de Concertos da Madeira (SCM). As bases para a sua criação foram lançadas com a aprovação, na reunião do conselho diretivo daquela sociedade, a 1 de outubro de 1945, de uma proposta dos irmãos Clode (Luiz Peter e William Edward) para a criação de uma academia que se constituísse num espaço onde o ensino da música fosse de elevado nível técnico e artístico, estivesse ao alcance de todos os interessados e contribuísse assim para a elevação do nível artístico na Região Autónoma da Madeira. Foi a escola de música a que o Funchal aspirou.

Só a 5 de setembro de 1947 é que foi concedido, pelo subsecretário de Estado da Educação Nacional, o alvará definitivo que autorizou o seu funcionamento. No entanto, esta academia deu início à sua atividade no ano letivo de 1946-1947, com 228 alunos de ambos os sexos, com um corpo docente escolhido pelo pianista Lourenço Varela Cid e sob a direção do Prof. Paulo Manso. A autorização previu depois “o direito de nele [estabelecimento de ensino] se ministrarem os cursos professados no Conservatório Nacional a 248 alunos, de ambos os sexos, em regime de coeducação, sendo 124 em curso diurno e igual número em curso noturno” (GOMES, 2005, 23). A Academia era gerida por uma comissão administrativa, que integrava três membros do conselho diretivo da SCM: Luiz Peter Clode, William Edward Clode e Eduardo António Santos Pereira.

Durante a sua existência, a direção artística da AAM esteve a cargo de Paulo Manso (1946-1947), Pedro Lamy Reis (1947-1952), Maria Campina (1952-1955), João Augusto Nogueira (1955-1960), Jorge Madeira Carneiro (1961-1965), Eurico Tomás de Lima (1965-1967) e Augusto Pereira de Sousa (1967-1974). Do seu primeiro corpo docente fizeram parte Lissetta Zarone (piano), Wera da Cunha Telles (canto), Paulo Manso (violino), Maria Glória

Manso (solfejo), Maria Campina (piano), Augusto Gustavo Augusto Coelho (solfejo) e André Cymbron Borges de Sousa (história da arte). De realçar que os alunos estavam obrigados a um pagamento mensal de 50 escudos por cada disciplina que frequentavam (da primeira à sexta), tendo ainda direito “à frequência das disciplinas de Português, línguas vivas e a do ensino preparatório de Solfejo” (*Id.*, *Ibid.*, 22); e anualmente participavam nas audições públicas escolares, de elevado nível artístico, que a Academia promovia. Pelo dec.-lei n.º 40.825, de 25 de outubro de 1956, ficaram os alunos habilitados a fazer exames, com professores nomeados para o efeito, com equivalência aos dos cursos de Música do Conservatório Nacional.

Este projeto, com a configuração que acima se transcreve, terminou após a Revolução de 25 de abril de 1974, quando a sua direção foi tomada por alunos e professores, tendo assim permanecido até ao início do período autonómico, em 1978.

DAS ARTES E DA HISTÓRIA DA MADEIRA—N.º 26—1957

61

ACTUALIDADES

Academia de Música e Belas Artes da Madeira

A Madeira foi mais uma vez beneficiada pelo Governo da Nação.

O Decreto-lei n.º 41.402, recentemente publicado, permite aos alunos matriculados na Secção de Belas Artes da Academia de Música da Madeira, a realização dos exames de todas as disciplinas dos cursos de Pintura e Escultura, com perfeita equivalência, para todos os efeitos legais, aos exames efectuados nas escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto.

Excusado será analisar as enormes vantagens que daí advêm para os estudantes madeirenses que, na sua própria terra, sem os obrigas a despesas de deslocação, poderão diplomar-se com um curso de Pintura ou Escultura.

Como se trata dum diploma de tão grande interesse, a revista «Das Artes e da História da Madeira» não quer deixar de registar nas suas colunas a sua satisfação e para que chegue ao conhecimento de todos os madeirenses, public, in íntegro, o citado diploma legal.

Decreto-Lei N.º 41.402

Verificándose a conveniência de adaptar em relação aos cursos de Pintura e de Escultura das escolas de Belas Artes sob o título de Belas Artes a que foi criada pela Lei n.º 40.825, de 25 de Outubro de 1956, para os cursos de Música do Conservatório Nacional.

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do art.º 110.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º—Pode o Ministro da Educação Nacional enviar a Junta Nacional de Educação, autorizar que os alunos de estabelecimentos particulares destinados ao ensino da Pintura e de Escultura realizem esses estabelecimentos os exames de

todas as disciplinas dos cursos de Pintura e de Escultura das escolas de belas-arts, com excepção dos cursos superiores.

§ 1.º—O disposto neste artigo não é aplicável aos alunos de estabelecimentos de ensino particular que tenham a sua sede em Lisboa ou Porto.

Art.º 2.º—Os juries dos exames são constituídos por professores das escolas de belas-arts, nomeados pelo Ministro da Educação Nacional sobre proposta do director-geral do Ensino Superior e das Belas-Artes.

Art.º 3.º—Além dos alunos que por lei competem ao funcionamento da sua categoria quando em serviço fora da localidade onde exercem as suas funções, cada membro dos juries tem direito a uma gratificação, fixada pelo Ministro da Educação Nacional, com o acordo do Ministro das Finanças.

§ 1.º—Os alunos mencionados neste artigo incluem as excepções para as despesas de viagem.

Artigo 4.º—Os exames realizados em harmonia com o presente decreto-lei obedecem aos mesmos preceitos e têm, para todos os fins, o mesmo valor que os exames efectuados nas escolas de belas-arts.

Publica-se e cumpre-se assim neste se contém.

Praça do Governo da República, 5 de Maio de 1957.—FRANCISCO HUGINO CRAVEIRO LOPES—Assistente de Oliveira Salazar—Marcelo Craveiro—Fernando dos Santos Costa—Joaquim Trigo de Negreiros—João de Matos Antunes Varela—António Manuel Pinto Barboza—Américo Oscar Rodrigues Vitorina—Eduardo de Azeites e Oliveira—Rui Jorge Rodrigues Vitorina—Francisco de Paula Leite Pinto—Ulisses Cruz de Aguiar Cortez—Manuel Gomes de Arago—Henrique Veiga de Macedo.

Por despacho de S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional de 2 de Julho de 1957 foram os alunos da Secção de Belas Artes da Academia de Música da Madeira autorizados a realizar, no presente ano lectivo, os seus exames dentro das normas fixadas no decreto acima referido.

Legislação: dec.-lei n.º 37.454, de 23 jun. 1949; dec.-lei n.º 40.825, de 25 out. 1956.

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, “A verdadeira história da Sociedade de Concertos da Madeira”, *O Jornal*, sup. *Das Artes e da História da Madeira*, 6 mar. 1949, p. 131; *Id.*, “Actualidades”, *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 5, n.º 26, 1957, p. 61; GOMES, José Vieira, “IV fundador e membro do conselho administrativo da Academia de Música, Belas-Artes e Línguas da Madeira”, in GOMES, José Vieira, e FREITAS, Inez Clode, *Luiz Peter Clode e o Espólio Legado ao Arquivo Regional da Madeira*, catálogo de exposição comissariada por Fátima Barros, Funchal, s.n., 2005, pp. 21-26; PESTANA, Alberto da Veiga, *Legítima Defesa. Exposição e Propostas Apresentadas ao Conselho Diretivo da Sociedade de Concertos da Madeira pelo Sócio Fundador e Organizador da Mesma*, Alberto da Veiga Pestana, Funchal, Tip. do Comércio do Funchal, 1949.

TERESA NORTON DIAS

Academia Madeirense das Carnes – Confraria Gastronómica da Madeira

Nas últimas décadas, temos assistido, um pouco por todo o país, acompanhando uma tendência europeia, à criação de confrarias gastronómicas que reúnem indivíduos beneméritos devotados à salvaguarda, valorização e promoção das especialidades da gastronomia das diferentes regiões, em grande medida como forma de sustentar os efeitos diluidores e de homogeneização alimentar da acelerada era da globalização em que vivemos. Os elementos distintivos da gastronomia podem ser considerados elementos identitários, que devem ser preservados como fatores de distinção e singularização das culturas locais e regionais, frente ao poder descaracterizador e simplificador das sociedades de consumo ao nível global.

A Madeira conheceu também a criação da sua confraria, a 30 de abril do ano 2000, com o nome Academia Madeirense das Carnes – Confraria Gastronómica da Madeira. Os fundadores José Emídio Gonçalves, Manuel Pedro Freitas, António Manuel Pita, Constantino Lopes Palma, António Magno Morna Nascimento, António Rentroia João da Silva Freitas, Manuel Xavier Medeiros Ferreira, Emanuel Eleutério Figueira Ornelas, Alcides Luz Teixeira Nóbrega e Nélcio Dantas dos Santos quiseram fazer desta entidade um polo dinamizador e promotor da identidade gastronómica deste arquipélago atlântico.



Medalha comemorativa da Academia Madeirense das Carnes – Confraria Gastronómica da Madeira (coleção particular).

Os confrades têm, como em todas as confrarias, uma indumentária característica: uma capa vermelha, em alusão à cor das carnes vermelhas dos bovinos e ovinos madeirenses, completada com uma aba de cor bege, que por sua vez pretende simbolizar as carnes brancas das aves, uma carapuça típica dos trajes tradicionais da Madeira, a tamboladeira para suspender no pescoço, suportado por um escapulário também de cor bege, com bordados de desenhos de animais. Esta tamboladeira é usada para dar as boas-vindas aos confrades e convidados, brindando com vinho Madeira.

Esta confraria, com sede no concelho de Câmara de Lobos, tem na base a perceção da ameaça da descaracterização dos produtos genuínos e das receitas gastronómicas típicas do arquipélago, entre os quais podem destacar-se a espetada de carne de vaca em espeto de louro, o peixe-espada, o atum, a carne de vinho e alhos, o bolo de mel de cana, o vinho Madeira, o bolo do caco e a poncha. Preocupava especialmente os fundadores desta confraria madeirense as medidas de normalização e de formatação alimentar da União Europeia e os seus critérios exigentes, que podiam levar ao desaparecimento da preparação destes produtos com base nos métodos tradicionais, aqueles que lhe conferiam o seu carácter distinto e especial.

A Confraria Gastronómica da Madeira prossegue os objetivos de defesa, valorização, certificação e promoção dos elementos próprios da gastronomia madeirense ao nível regional, nacional e internacional. Para o efeito, tem trabalhado junto das autoridades políticas e de certificação, para criar medidas de proteção e classificação dos produtos típicos da gastronomia madeirense, tem marcado presença em eventos gastronómicos nacionais e internacionais, e tem realizado encontros e sessões de formação, divulgação e degustação de pratos, bebidas e iguarias madeirenses.

Atualmente, a confraria integra mais de quatro dezenas de membros regulares, aos quais se juntam diversos membros honorários, de Portugal e do estrangeiro, que se comprometem com esta irmandade cívica a promover a gastronomia madeirense em todo o mundo. Trata-se de uma irmandade muito ativa nos palcos internacionais, beneficiando, para o efeito, da rede da diáspora madeirense nos quatro continentes. Note-se que a sua atividade e o seu espírito empreendedor de participação têm contribuído para a criação de organismos que unem e promovem os interesses de confrarias congéneres. Neste sentido, a confraria madeirense teve um papel ativo na fundação e na direção da Federação Portuguesa das Confrarias Gastronómicas, de que é membro, e do CEUCO – Conselho Europeu de Confrarias. Hoje em dia, a Confraria Gastronómica da Madeira, liderada por Alcides Nóbrega (presidente da direção), Policarpo Gouveia (presidente da assembleia-geral) e António Rentroia (presidente do conselho fiscal), tem relações com confrarias dos mais diversos países europeus e de outros continentes, convidando (anualmente) e sendo convidada para os seus respetivos capítulos e eventos. Só em 2017, participou em 54 eventos internacionais.

Por fim, importa salientar que a Confraria Gastronómica da Madeira tem tido um papel bastante ativo na valorização e internacionalização dos produtos alimentares típicos da região.

Bibliog.: PEREIRA, Júlio, *Receitas Tradicionais Madeirenses*, s.l., Academia Madeirense das Carnes, s.d.

JOSÉ EDUARDO FRANCO

Académico

Órgão de imprensa da Associação Académica Funchalense (AAF), de periodicidade quinzenal e posteriormente semanal, publicado entre 1 de dezembro de 1884 e 22 de dezembro de 1887. Este periódico foi impresso em diversas tipografias, designadamente a Tipografia do Povo (R. da Carreira), a Tipografia Funchalense (ruas João Gago, Sé e Aljube) e a Tipografia Restauração (R. dos Murças). A redação do *Académico* situou-se nas ruas dos Capelistas, n.º 3, do Aljube, n.º 11 – 1.º, e da Conceição, n.º 5, no Funchal.

Entre os fundadores da AAF, entidade que detinha a chancela deste periódico, estão nomes de ilustres famílias que marcaram a história e a sociedade madeirenses. Os fundadores da Associação foram António de Freitas Ferraz, António Joaquim dos Santos Pimenta, António Martins Ferreira Júnior, António José do Sacramento Monteiro, António Cabral de Azevedo, Aires Ferreira de Sousa, Abel Capitolino Baptista, Adolfo César Pina, Alfredo de Freitas, Augusto César Bianchi Júnior, Augusto Correia de Sampaio, César Augusto Bettencourt, César Augusto de Freitas, Daniel Rodrigues de Sousa Júnior, Francisco Avelino Gonçalves, Francisco Rodrigues, Francisco Luís Pereira de Sousa, Frederico João Ferreira Camacho, João Crawford do Nascimento, João Florentino Gonçalves, João Gomes Salgado, João Leite Monteiro, João Maria Ferraz Júnior, Joaquim Jacinto de Sales Caldeira, José Joaquim Mendes, José Cândido de Abreu Henriques, José Vicente de Freitas, José Maria Malheiro, Luís Viriato Teles, Luís Maria Crawford do Nascimento, Luís Soares de Sousa Henriques, Leandro de Menezes Camacho, Marceliano Ribeiro de Mendonça, Manuel de Freitas Brazão, Manuel Sardinha, Manuel Pereira da Silva, Romano Vital Gomes, Tito Bianchi, Tristão da Cunha Azevedo Carvalhães e Vasco da Silva Pereira.

O *Académico* era um periódico alheio a lutas políticas e apresentava-se como um órgão de instrução da mocidade, vocacionado sobretudo para a prática da caridade para com os desafortunados, ou seja, aqueles que, tendo

fome de sabedoria e talento para a produção intelectual, não tinham meios de, sozinhos, difundir o seu engenho. Para os redatores deste periódico académico, “enquanto quase toda a imprensa madeirense se agita e consome nessa luta frenética e esterilizadora, a que chamam política, o *Académico*, afastando-se do movimento geral, procura realizar um fim mais nobre e mais útil à mocidade e à sociedade, fim que consiste em – dar uma direção prática à educação daqueles que se preparam para o combate da vida social [...] A vida, essa educação contínua, essa longa iniciação e deveres que as circunstâncias criam e a sociedade impõe, pode apresentar três fases diversas – a da família, a da escola e a do mundo” (“O nosso fim”, *Académico*, 1 dez. 1884, 1).

O *Académico* surge devido à falta de meios de informação e divulgação das produções e dos conhecimentos adquiridos pelos jovens em formação no Liceu do Funchal, que necessitavam e ansiavam por “alargar a esfera dos nossos conhecimentos [...] para sermos um dia úteis à pátria e a glória de quem nos dirigiu e educou” (“Associação Académica...”, *Académico*, 1 dez. 1884, 3). No fundo, a existência de um periódico escolar, de acordo com os textos inaugurais, seria um meio de permitir a instrução através da prática da escrita e, desta forma, aliar o ensino teórico ao prático, distanciando a mocidade das “trevas da ignorância” (“Duas palavras”, *Académico*, 1 dez. 1884, 4).

Este periódico académico dividia-se em várias secções, nomeadamente, a histórica, a poética, a literária, a noticiosa, a científica e a recreativa. De entre os seus autores, estão alguns dos fundadores da AAF, mas também outros cuja verdadeira identidade não é possível precisar, por recorrerem, nos artigos que assinam, a pseudónimos, como “Si-Si”, “Lu-Lu”, “Comis”, “Li-Li”, “Nemo”, “Sior”, “Modesto Sanzio”, “Sabino”, “Gorjão”, “Piscis”, “Epaminondas”, “Vulpis”, “Syrius”, “Fabrício”, “S”, “R”, “Nabuchodonosor”, “Sílvio”, “Zi Zi”, “J”, “Gil”, “A”, “Ulva”, “Ego”, “Raul”, “Scylla”, “R.F.”, “Filinto”, “Tangerina”, “Gracinda”, “Elpino”, “Roiz”, “Aspirante”, “Melchior”, “Oronte Emílio”, “Gastão Zilú”, “Axel”, “Ruy”, “Barão G. de Cuvier”,

entre outros. Destaque-se a colaboração ou publicação de produções de insígnies escritores madeirenses e de Portugal continental, como Cândido Figueiredo, Francisco Vieira, António Feliciano Castilho, Guerra Junqueiro, Gomes Leal, Maria Rita Chiappe Cadet, Luís de Ornelas Pinto Coelho e Alberto Pimentel.

O periódico reflete as preocupações sociais da academia e nele encontram-se textos sobre os mais diversos temas: momentos vários da história portuguesa (com particular destaque para o 1.º de Dezembro de 1640), o aparecimento da imprensa, a imprensa periódica portuguesa, a idade moderna, as cruzadas, o chá, as ordens monásticas, a geologia, a botânica, os Jesuítas, folhetins, conferências, o ensino obrigatório, a educação gratuita, a caridade, a pobreza, o cristianismo e a ciência, a emancipação das mulheres, a origem da Terra, os aluviões e as enxurradas, a descoberta da Madeira, o jornalismo, a infância, a invenção das estampilhas, entre outros. O *Académico* contém também várias biografias ou factos sobre algumas personalidades marcantes da história, como D. Filipa de Vilhena, Sebastião José de Carvalho e Melo, o infante D. Henrique, Guilherme Tell, Cristóvão Colombo, João Anastácio Rosa, Victor Hugo, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, João Augusto Teixeira, Daniel Simões Soares, Fontes Pereira de Melo, Alfredo Maia, António Augusto de Aguiar, os duques de Bragança, Benjamin Franklin e Joana d'Arc.

Durante os seus anos de existência, o *Académico* nomeou diversos sócios honorários que se distinguiram e granjearam reconhecimento público, tais como Victor Hugo, Teófilo Braga, Pinheiro Chagas, Manuel de Arriaga, Latino Coelho, Consiglieri Pedroso, Camilo Castelo Branco, José Dias Ferreira, Mariano Cirilo de Carvalho, João Augusto Teixeira e o visconde (depois conde) do Canavial, João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos.

Bibliog.: "Associação Académica Funchalense", *Académico*, 1 dez. 1884, p. 3; "Duas palavras", *Académico*, 1 dez. 1884, pp. 4-5; "Mais um sócio honorário", *Académico*, 1 jan. 1885, pp. 43-44; "O nosso fim", *Académico*, 1 dez. 1884, p. 1; "Sócio honorário", *Académico*, 1 nov. 1885, p. 183; "Sócio honorário", *Académico*, 1 maio 1886, p. 272; "Sócios honorários", *Académico*, 1 jan. 1885, p. 48.

FERNANDA DE CASTRO

Ação Católica

O triunfo político do Liberalismo, com a Revolução Francesa e as revoluções liberais que se lhe seguiram, a secularização da sociedade europeia, a expropriação dos bens das ordens religiosas e a conquista dos Estados papais, suscitaram uma resposta frontal de condenação por parte da Igreja Católica. As encíclicas antiliberais de Gregório XVI, o *Syllabus* de Pio IX e a condenação do Modernismo por Pio X refletem esta atitude de defesa intransigente dos direitos da Igreja que, consciente do seu estatuto de "sociedade perfeita" e da transitoriedade dos regimes políticos, se coloca numa torre de marfim. A consolidação dos regimes liberais e a institucionalização de estruturas de secularização da sociedade contribuíram para o envolvimento de uma elite de leigos, incentivados pela hierarquia eclesiástica, nesse combate travado em meios restritos e mais cultos, através do jornalismo, da literatura e da realização de congressos. A Concordata de 1848, entre o reino de Portugal e a Santa Sé, é uma primeira tentativa de estabelecer uma contemporização, na medida do possível, da Igreja com o regime liberal.

O avanço das doutrinas socialistas, no mundo operário e em alguma intelectualidade da época, terá certamente contribuído para uma tomada de posição mais clara de defesa dos oprimidos, por parte da Igreja, expressa de modo especial com a encíclica de Leão XIII *De Rerum Novarum*, publicada em 1891. Em Portugal, a criação, em 1894, do Centro Católico Parlamentar e posteriormente, em 1901, do Partido Nacionalista visava unificar o combate dos católicos, ainda e tão-só numa atitude de defesa dos direitos da Igreja e da sua doutrina. Constituem-se também círculos operários católicos, o primeiro em 1898, e em 1908 aparece já uma agremiação com o nome de Juventude Católica Lisbonense. A fundação, em 1917, do Centro Católico, que viria a colher elogios de várias personalidades republicanas (na Madeira concorreu às eleições legislativas de 1925, coligado na Conjunção Republicana), é uma atitude de concentração do combate dos

católicos face ao regime republicano hostil à Igreja Católica, mas manifesta já uma atitude conciliatória, de aceitação da autoridade política vigente e contribui para a melhoria, na sua perspectiva, das instituições políticas; é já um combate pela positiva e não apenas pela negativa. O Papa Bento XV (1914-1922), que aprovou o Centro Católico em Portugal e o Partido Popular na Itália, incentiva os católicos a participarem na vida política, em vez de se colocarem numa atitude de repulsa e de defesa. O Papa Pio XI (1922-1939) conseguirá ir mais além. Saindo do isolamento a que se remetera o papado desde a conquista dos Estados papais pela Itália, em 1870, celebra com Mussolini, em 1929, um acordo que confina a Santa Sé à soberania territorial do minúsculo Estado do Vaticano e assina acordos e concordatas com diversos Estados, estabelecendo um *modus vivendi* possível com um mundo laicizado. A Igreja, liberta do poder temporal, poderia assim estar mais atenta aos sinais dos tempos e cumprir melhor o mandato evangelizador de que fora incumbida. Pio XI compreendeu que não poderia limitar-se a ser o guardião da fé e chefe do clube clerical católico, mas que se lhe impunha o dever de ser o pastor do rebanho de Cristo.

A criação da Ação Católica (AC) é essencialmente uma estratégia de presença da Igreja na sociedade (“a paz de Cristo no Reino de Cristo” é o lema do pontificado de Pio XI), de recusa da privatização da fé, como pretendia o pensamento doutrinário liberal, e de reconquista daqueles católicos que, por adesão ao ateísmo ou indiferentismo religioso, de raiz liberal ou socialista, se tinham afastado da Igreja. Ao mesmo tempo, visava consolidar e fortalecer a fé dos leigos, num mundo em processo de alfabetização e em que os meios de comunicação tendiam a desempenhar um papel cada vez mais importante e interventor.

O Papa coloca-a sob a proteção de Cristo-Rei, cuja festa instituiu em 1925, a partir da encíclica *Quas Primas*. Pio XI, ao institucionalizar a AC, integrando-a na estrutura hierárquica da Igreja, coordenando a unidade com a especialização – por sexo, idade e meio social –, pretendia

reunir os diversos movimentos católicos de intervenção, transformando-os numa guarda avançada de recristianização, fazendo de cada leigo um missionário, preparado e empenhado para intervir no seu meio social, onde nem sempre a presença do padre era desejada. Numa carta, de 12 de novembro de 1928, dirigida ao cardeal Bertram, arcebispo de Berlau, o Papa definia a AC como uma “legião escolhida de católicos assim reunidos à disposição da hierarquia eclesiástica”, *i.e.*, uma nova Companhia de Jesus para combater os “protestantes” do séc. xx, “um exército de apóstolos”, para combater a “mortífera influência do laicismo” e a “enganosa e pestífera influência do comunismo”, como dizia em 10 de novembro de 1933, na carta ao cardeal Cerejeira, aprovando as Bases da Ação Católica Portuguesa (ACP). Dois anos depois da assinatura do Pacto de Latrão com Itália, o Papa, com a publicação da encíclica *Non Abbiamo Bisogno* em 1931, não hesitou em correr o risco de pôr em causa este pacto para defender a liberdade da AC, ameaçada pelo fascismo de Mussolini.

A Ação Católica em Portugal

A 16 de novembro de 1933, a Conferência Plenária do Episcopado Português (CPEP) aprovava as bases orgânicas da ACP, que haviam sido ratificadas pelo Papa Pio XI, na referida carta ao cardeal Cerejeira, definindo-a como “o conjunto das organizações do laicado católico português que propõe a difusão e a defesa dos princípios católicos na vida individual, familiar e social, sob a direta e inteira dependência da hierarquia e por mandato desta recebido”. De 4 a 14 de janeiro de 1934, no paço episcopal do Patriarcado e depois no Seminário dos Olivais, estiveram reunidos 40 sacerdotes com o Cón. Joseph Cardijn (1882-1967), o grande apóstolo belga do movimento, para lançarem as estruturas da ACP, que seguiu o modelo de organização das suas congéneres italiana e belga, com o lema orientador “ver, julgar e agir”. Em maio desse ano, o boletim oficial da ACP, com o mesmo nome, inicia a sua publicação. Os primeiros organismos especializados foram:

Liga dos Homens da Ação Católica, Associação da Juventude Católica Masculina, Liga das Mulheres da Ação Católica e Associação da Juventude Católica Feminina.

Ao institucionalizar a ACP, os bispos portugueses pretendiam não só seguir a orientação do Papa reinante, Pio XI, mas também, aproveitando o novo condicionalismo político, à partida favorável, afirmar a autonomia da Igreja, salientando que a “reconquista cristã” era obra da Igreja, e não do Estado, que a Constituição de 1933 consagrava como secular, centralista e presidencialista. Em 1934, Salazar convidava o Centro Católico a limitar a sua intervenção ao terreno religioso e sócio-caritativo; a Mocidade Portuguesa, de criação governamental, pretendia abarcar e superintender em todas as organizações de juventude; a Concordata de 1940, entre Portugal e a Santa Sé, acabou por não registar a personalidade jurídica da ACP, como pretendia a CPEP; grande parte dos bens eclesíasticos que haviam sido espoliados pelo regime republicano não foi devolvida à Igreja pelo regime salazarista.

Perante um Estado forte e centralizador, a Igreja em Portugal procurava conservar os ganhos adquiridos, submetendo, com vigilância apertada, os católicos à hierarquia eclesíastica, para que em unidade pudesse ir reivindicando um maior raio de ação e intervenção na sociedade. “*Cor unum et anima una* [Um só coração e uma só alma]” era o lema da ACP. Esta preocupação de submissão da ACP à autoridade eclesíastica, imensas vezes repetida nos documentos oficiais e artigos de imprensa, terá sido exagerada mesmo à luz do pensamento da época. O padre e futuro bispo Domingos da Apresentação Fernandes (1894-1962) alertou para isso algumas vezes na revista *Lumen*, nomeadamente no número de maio de 1938. Mas estas eram também as instruções vindas da Santa Sé, embora explicitadas com menos veemência, que definia a AC como “participação e colaboração dos leigos no apostolado hierárquico” (Pio XI) ou simplesmente “colaboração dos leigos no apostolado hierárquico” (Pio XII). O facto de a ACP não possuir personalidade jurídica reforçou a autoridade eclesíastica



Fig. 1 – Emblema da ACP (arquivo particular de Clárisse Ferreira de Sousa).

sobre a mesma, facilitando a vida ao Governo, que assim poderia comprometer a CPEP quanto a eventuais desvios políticos dos militantes. O tempo haveria de dar razão a esses receios. A ACP, para além da formação religiosa, acabou por proporcionar também formação cívica e consciencialização política, donde saíram elites intelectuais e operárias que vieram a desempenhar cargos relevantes na sociedade. Até 1966, esteve sempre um bispo a presidir à Junta Central da ACP; só nesta data foi nomeado um leigo para esse cargo, Sidónio de Freitas Branco Paes (1925-2006), designado secretário-geral, por via das orientações do Concílio Ecuménico Vaticano II, que consagrou a autonomia dos leigos na evangelização.

O culto de Fátima e a AC foram os instrumentos, divino e humano, da recristianização da sociedade portuguesa, promovida pela hierarquia eclesíastica, que se inserem num plano mais vasto que integra a criação da Rádio Renascença em 1936, a publicação, em 1937, da revista *Lumen*, do clero e para o clero, de assinatura obrigatória, e a construção da igreja de N.ª Sr.ª de Fátima, em Alvalade (Lisboa), em 1938, com uma nova conceção arquitetónica. Fátima representava o catolicismo tradicional, devocional, sentimental, de congregação

e manutenção duma maioria sociológica que se afirmava católica, que o Estado Novo apreendeu e incentivou; a ACP representava um novo instrumento de cristianização, adequado à sociedade secularizada e tendencialmente laica do séc. xx. O grande impulsionador da ACP, Mons. Avelino Gonçalves (1895-1981), escrevia, no prefácio à sua obra *Mestres de Apóstolos*, “temos de remontar às origens do cristianismo para descobriremos nos primeiros leigos que o professaram o fervor apostólico, a ânsia de perfeição, a ardente paixão pelo ideal cristão que inspira a moderna Ação Católica”. O P.º Arnaldo Duarte escrevia na *Lumen*, no número de setembro-outubro de 1945, que a AC era a reação a “uma fé anémica, um ritualismo vazio de sentido, um sentimentalismo desfibrado, um cristianismo diminuído” (FONTES, 2011, 823).

A partir de 1958, com a candidatura à Presidência da República do Gen. Humberto Delgado (1906-1965), primeiro candidato credível da oposição, e o exílio do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes (1906-1989), rompe-se a unidade da hierarquia da Igreja em torno do Estado Novo e a AC entra num período de crescimento e transformação, anunciador duma crise que seguirá uma trajetória linear. Acelera-se o conflito dos leigos com a hierarquia, que vinha tomando atitudes titubeantes, receosa de perder as regalias conquistadas e asseguradas pela Concordata de 1940. As novas diretrizes doutrinárias e pastorais decorrentes do Concílio Ecuménico, que os leigos queriam ver implementadas em Portugal com maior celeridade, chocavam com as atitudes hesitantes da hierarquia e a organização rigidamente hierarquizada, complexa e burocrática da AC, bem como com o espírito militarista, patriótico e de cruzada, que estava no seu ADN e bem expresso no seu hino. O Conselho Parcial da Junta Central, realizado a 7 de dezembro de 1958, recordava, com vista à “maior eficiência da missão coordenadora”, que a participação de militantes da ACP em eventos no estrangeiro e a participação de delegações estrangeiras em eventos da mesma careciam de autorização prévia da Junta Central, bem como

do envio de cópias de circulares e conclusões de conselhos. A pastoral coletiva do episcopado de 16 de janeiro de 1959 insistia na submissão da ACP à hierarquia eclesiástica e alertava para que não se confundisse “as atividades da Ação Católica com a ação política ou social dos católicos”. Mas se “ver e julgar” os problemas sociais do país, à luz da doutrina social da Igreja, já poderia ocasionar problemas, maior era o perigo de “agir” num campo-fronteira entre o religioso e o político.

O conflito da AC com o Estado Novo manifestou-se de modo especial na Juventude Universitária Católica (JUC) e na Juventude Operária Católica (JOC). Da JUC partiu a fundação do jornal *Encontro* (1956), o Centro Católico de Cinema, a Editora Morais (1958) e a revista *O Tempo e o Modo* (1963), que causaram incómodo ao Governo e dores de cabeça à hierarquia eclesiástica. A 3 de outubro de 1970, pelo ofício n.º 1072, a Direção dos Serviços de Censura comunicava ao secretário-geral da AC a proibição de circulação do calendário publicado pela JOC e pela Juventude Operária Católica Feminina (JOCF), ordenando a devolução dos exemplares existentes, os quais acabaram por ser apreendidos seis dias depois, pela Direção Geral de Segurança (DGS), a polícia política do Estado. Em 1967, face às inundações na região de Lisboa, que causaram algumas centenas de mortos, a Junta Central da ACP, numa circular a todos os seus associados, a 29 de novembro desse ano, apelava a que se procurasse “não apenas formas práticas e concretas de expressão de solidariedade para com as vítimas, mas também a maneira de, a seu modo, contribuírem para uma reforma da nossa sociedade que permita evitar, tanto quanto dos homens depende, a repetição de situações como a atual”, indicando algumas pistas de reflexão. Em 1970, a Direção Nacional da Liga Independente Católica Feminina (LICF) entrou em conflito com a Junta Central da ACP, perante a não-homologação da totalidade da lista eleita para a direção, por conter uma personalidade que havia dado apoio público, nas eleições legislativas de 1969, a um grupo da oposição ao regime, a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD).

Por outro lado, o reconhecimento da independência da ação dos leigos, afirmada pelo Concílio, fez surgir novos movimentos católicos, secundarizando a ACP. A tudo isto há a acrescentar os condicionalismos sociopolíticos do país, que originaram a perda de militantes: a emigração; a mobilização para a guerra colonial e, a partir de 1974, a fuga para a atividade política e sindical; enfraquecimento da religiosidade e maior disponibilidade de solicitações mundanas; diminuição do número de padres, para além do fraco entusiasmo de alguns deles pela AC. O Grande Encontro da Juventude, que teve lugar em Lisboa em 1963, foi o último ato de manifestação do espírito triunfalista da AC, na opinião de Sidónio Paes. A participação portuguesa no III Congresso Mundial para o Apostolado dos Leigos, que teve lugar em Roma entre os dias 11 e 18 de outubro de 1967, veio a acelerar o conflito entre a hierarquia e militantes da ACP, revelando a demora na implementação em Portugal das reformas conciliares e a fraca vontade da hierarquia eclesiástica em aceitar a independência de ação dos leigos.

A 24 de junho de 1971, a Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) aprova, a título experimental e por um período de cinco anos, um conjunto de princípios básicos para a renovação da ACP. Era a terceira revisão, depois das de 1945 e de 1953. Em dezembro de 1974, a CEP põe fim à estrutura central da AC e em 1976 suspende-a, embora continuem alguns corpos especializados, agrupados no Fórum dos Movimentos da Ação Católica.

A Ação Católica na Diocese do Funchal

Muito antes da institucionalização oficial da AC na Madeira, estavam já a desenvolver-se na cidade do Funchal associações de leigos, sob a orientação e dependência da autoridade eclesiástica, com objetivos e práticas semelhantes, mas também com uma componente assistencial.

No primeiro semestre de 1913, nascia a Juventude Católica do Funchal, oficializada a 7 de setembro desse ano, constituída

maioritariamente por estudantes e empregados de comércio, que teve durante muitos anos como presidente Juvenal Henriques de Araújo (1892-1976). Esta associação promovia com frequência conferências sobre diversos temas, para as quais convidava personalidades de renome. Em 1924, foram à Madeira, com essa incumbência, Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), futuro cardeal patriarca de Lisboa; Fernando de Sousa (1855-1942), católico militante (e monárquico assumido), que assinava as suas publicações com o pseudónimo de Nemo; e António Lino Neto (1873-1961), líder do Centro Católico. Em 1925, foi a vez dos professores de Coimbra António de Oliveira Salazar (1889-1970) e Mário de Figueiredo (1890-1969).

A 19 de março de 1932, foi fundada a Juventude Católica Antoniana, na freguesia de Santo António, sob a liderança de William Edward Clode (1900-1980), que, após algumas reuniões efetuadas na sua residência, à Qt. do Leme, se dirigiu com 18 rapazes ao pároco da freguesia, P.^c João Prudêncio da Costa (1879-1954), que aprovou o projeto. Foi, entretanto, alugada uma casa abaixo da igreja e constituiu-se uma primeira direção, presidida por William Clode, que teve como secretário António Marques da Silva, nos oito anos em que foi professor primário nesta freguesia.

A Juventude Católica Antoniana, que tinha como lema “estudo, piedade e ação” e que se propunha o “dever de bem servir a Deus e à pátria”, organizou conferências, teatro, uma tuna, um orfeão, atividades desportivas, bem como cursos de inglês e de instrução primária para adultos. Dispunha dum dispensário que fornecia milho e leite a crianças pobres e cuidava de filhos de mães trabalhadoras, contando ainda com um posto médico, com consultas gratuitas. Por sua iniciativa, foi levantado o cruzeiro no Pico dos Barcelos, inaugurado a 24 de novembro de 1940. Promoveu peregrinações anuais a Fátima e ao Sameiro e, em 1956, a Lourdes. A 19 de março de 1958 era ainda presidida por William Clode.

Outra organização semelhante foi o Grupo de Operários Católicos (GOC). Foi fundado

a 2 de fevereiro de 1932, com três sócios apenas, a partir da sensibilização resultante da leitura da revista belga *JOC*, tendo as primeiras reuniões ocorrido na sacristia da igreja de São Pedro, à volta do pároco, P.^e João Evangelista Lopes (1908-1967), passando depois a uma sede própria, na R. dos Ferreiros. Segundo o testemunho dum antigo filiado, prestado ao *Jornal da Madeira* de 2 de fevereiro de 1950, as adesões foram crescendo por curiosidade ou esperança de que a filiação pudessem constituir uma forma mais rápida de conseguir emprego. Inicialmente, as autoridades políticas viram com desconfiança a nova organização de classe, chegando inclusivamente o governador civil, Maj. Almeida Cabaço (1882-1955), a enviar polícias para assistir às reuniões do GOC, que apenas pretendia, através de leituras, palestras e convívio, educar os sócios para o exercício das “suas responsabilidades na família, na oficina e na sociedade”.

Alexandre de Freitas foi durante muitos anos secretário e depois presidente da direção desta organização. O Dr. Nuno Porto era o médico da associação. Por morte dos sócios, o GOC pagava às viúvas um subsídio que variava entre os 100 e os 5000 escudos, de acordo com a antiguidade; era ainda atribuído um subsídio de doença e, a partir de 1961, um subsídio mensal aos sócios mais velhos e com 25 anos de atividade. Nesta última data, o GOC tinha ainda 25 sócios. As receitas provinham das quotizações e de espetáculos no Teatro Municipal, no Teatro Circo e no Patronato de S. Pedro.

A Ação Católica na Madeira de 1936 a 1974

A fundação dos diversos organismos da AC na Madeira, até mesmo os ligados ao meio rural e agrário, partiu sempre do Funchal. Só depois de instalados na cidade é que chegaram às paróquias rurais de todos os concelhos. Foram apenas três as paróquias onde não chegou a ACP: Fajã da Ovelha, no concelho da Calheta, e Achadas da Cruz e Ribeira da Janela, no concelho do Porto Moniz.

A direção diocesana dos movimentos masculinos tinha sede na R. do Bispo, n.º 27, e a dos femininos na mesma rua, no n.º 26, no Funchal, em prédios que pertenciam à Diocese. D. António Manuel Pereira Ribeiro, bispo do Funchal entre 1915 e 1957, idealizava construir uma sede própria para a AC, tendo iniciado a recolha de dinheiro para esse fim, mas a ideia nunca veio a concretizar-se.

Tal como a nível nacional, os diversos organismos da ACP na Madeira agrupavam-se por idade, sexo e meio social. Consideravam-se jovens os rapazes e raparigas dos 17 aos 35 anos, desde que solteiros. Os casados e os outros constituíam uma liga, para cada sexo e meio social. Assim, para os jovens masculinos havia o sector Juventude Católica (JC), com a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Independente Católica (JIC), a JOC e a JUC, a que correspondia, no sector feminino, a Juventude Católica Feminina (JCF), com a Juventude Agrária Feminina (JACF), etc. Identicamente, os adultos do sexo masculino estavam integrados no sector Liga Católica (LC) constituída pela LAC, LEC, LIC, LOC e LUC e os adultos do sexo feminino na Liga Católica Feminina (LCF), que compreendia a LACF, LECF, LICEF, LOCF e LUCF.

Entrava-se para a ACP como aspirante; depois de alguma formação e mediante um exame oral, a cargo dum membro da direção diocesana, sobre o funcionamento deste organismo laical, o aspirante tornava-se efetivo; e, após revelar algumas qualidades de chefia, passava finalmente a militante, o que pressupunha dirigir um grupo local na paróquia. A direção nacional publicava todos os anos manuais para cada uma das categorias, adolescentes (a pré), jovens, aspirantes, efetivos, militantes, dirigentes, e até simpaticizantes, com os temas a debater nas reuniões e orientações diversas. Realizavam-se anualmente três assembleias diocesanas e um conselho diocesano, prática que se manteve.

Na déc. de 1940, a ACP contou com um grande dinamizador na pessoa do cônsul do Brasil no Funchal, Perillo Gomes (1890-1952), convertido ao catolicismo aos 30 anos. Nascido em São Braz, estado de Alagoas, iniciou a

sua carreira profissional no ministério das Relações Exteriores do Brasil, em 1924, sendo promovido a cônsul de 3.^a classe em 1931 e de 1.^a classe em 1937. Foi cônsul em Almeria, de 1932 a 1935, no Funchal, de 1937 a 1941 e de 1944 a 1948, transitando neste ano para Havre, na França, onde esteve até 1950, e finalmente daqui para Liverpool, onde veio a falecer repentinamente, a 26 de abril de 1952. Foi-lhe concedida, em 1942, a distinção de comendador da Ordem Militar de Cristo, pelo Presidente da República Portuguesa. Por ocasião das duas saídas do posto de cônsul do Brasil no Funchal, foi homenageado com um almoço, que reuniu as mais altas personalidades do clero e da sociedade madeirense no dia 22 de setembro de 1941, no Hotel Belmonte, e um jantar a 11 de março de 1948, no Hotel Savoy.

Perillo Gomes, que foi presidente da direção diocesana da LIC, no ano social de 1940-41, colaborou no *Diário de Notícias* (Madeira), em *O Jornal* (depois *Jornal da Madeira*), e na revista católica madeirense *A Esperança* (1919-1938). Militante da causa católica e apóstolo da doutrina social da Igreja, já no Brasil, na senda dos seus compatriotas Jackson de Figueiredo (1891-1928) e Tristão de Ataíde, pseudónimo de Alceu Amoroso Lima (1893-1983), facilitador da emigração para o Brasil e defensor do estreitamento dos laços culturais de Portugal com o Brasil, proferiu várias conferências no Teatro Municipal, Ateneu Comercial do Funchal e sede da AC e, publicou no Funchal, *Socialismo e Defesa da Família* e *Adolescência e Juventude*. Foi ainda um apoiante da luta contra a tuberculose na Madeira.

Junto da direção de alguns dos organismos especializados da AC havia um responsável pela expansão, que liderava o recrutamento de novos membros, um encarregado de organizar visitas aos doentes, um encarregado dos afins, que estabelecia a ligação com os diversos organismos da AC e depois também com outros movimentos de leigos que foram aparecendo, e ainda um encarregado da pré e outro do ultramar.

Esta secção tinha como objetivos promover o espírito missionário, estabelecer ligação com os



Fig. 2 – Participantes num retiro da LCF em 1948, no Hospício da Princesa Maria Amélia (arquivo da ACP do Funchal).

emigrantes e sobretudo com as missões nas colónias portuguesas, assim como incentivar a ida de membros da AC para lá. Em 1954, o presidente da direção diocesana da LAC envia uma carta, com data de 8 de abril, a todos os párocos, pedindo informações sobre a disponibilidade de casais lacistas que quisessem fixar-se em Angola e Moçambique, aos quais seriam entregues 40.000 m de terreno de regadio e 260.000 m de sequeiro, bem como apoio técnico.

A secção reunia mensalmente, mas, a julgar pelas constantes faltas de representantes dos diferentes movimentos da AC, registadas nas atas, não terá suscitado muito entusiasmo. No entanto, foi dado um apoio importante aos que emigravam, para as colónias e para o estrangeiro, nomeadamente através da manutenção de correspondência e sobretudo de cursos de alfabetização de adultos e explicações de inglês e espanhol para os futuros emigrantes para África do Sul e Venezuela, respetivamente.

Não obstante as limitações de atuação da ACP, condicionada pela liberdade limitada e vigiada imposta pelo regime do Estado Novo, é importante assinalar que antes de 1974 era praticamente a única associação não governamental com algum poder de reivindicação, reforçado pelo bom relacionamento entre a Igreja e o Estado. No entanto, de acordo com o depoimento de antigos dirigentes, houve pelo

menos dois casos concretos, um no Funchal e outro em Machico, em que agentes da polícia impuseram a sua presença em reuniões da AC.

A falta de quadros dirigentes ditava por vezes a transição dum organismo especializado a outro, com o objetivo de dinamizar uma equipa que se iniciava ou tinha diminuído a sua atividade. Nas zonas rurais, procurava-se sobretudo recrutar os professores do ensino primário para a direção dos movimentos.

A época áurea da ACP no Funchal situa-se entre o início da déc. de 1950 e o final da déc. de 1960. De 25 a 28 de setembro de 1959, realizou-se a Semana de Estudos da Ação Católica da Diocese do Funchal, com 520 representantes e delegados dos escuteiros católicos (CNE), Conferências de S. Vicente de Paulo, Obra de S.^{ta} Zita e congregações marianas. A abertura teve lugar no ginásio da Escola Industrial e Comercial, presidida pelo bispo do Funchal, D. David de Sousa, ladeado à direita pelo bispo de Tialva, D. José Pedro da Silva, assistente nacional da ACP, e pelo Cón. Francisco Fulgêncio de Andrade, assistente da Junta Diocesana, e à esquerda pelo Cón. Sezinando Rosa, secretário-geral da ACP, e por Juvenal d'Araújo, presidente da Junta Diocesana.

No primeiro dia de trabalhos, interveio Luís Pinto Canedo de Moraes, professor do Liceu e secretário da Junta Diocesana da ACP, sobre “Fundamentos teológicos do apostolado dos leigos”. No segundo dia, Daniela Loja abordou o tema “O pensamento da Igreja relativamente à missão do laicado e particularmente da AC no nosso tempo”. No terceiro dia, o Cón. Fulgêncio abordou o tema “A situação religiosa em Portugal e a sua aplicação à Madeira”. A sessão de encerramento aconteceu no dia 28, discursando em primeiro lugar Luís Canedo, presidente da comissão organizadora da Semana, que leu as conclusões, que apontavam para a necessidade de cursos pré-matrimoniais; maior colaboração de pais, professores e párocos na educação católica de crianças e jovens; revigoração da mentalidade católica e cristianização das manifestações culturais; atenção aos emigrantes e colonos, preparando-os e mantendo relacionamento com eles; lutar para que

a atividade profissional não descure a prática dominical; e de intensificar a educação cristã, de patrões e operários, à luz da doutrina social da Igreja.

O conselho diocesano da LC, que teve lugar no dia 14 de dezembro de 1963, reflete já indícios da crise da AC, decorrente da alteração significativa da conjuntura social, ocasionada pela guerra colonial, pelo forte crescimento da emigração para as colónias e para o estrangeiro, o despovoamento do campo e a diminuição da prática religiosa. As conclusões do conselho apontam para a necessidade de impulsionar o recrutamento de novos membros, sobretudo no campo, onde está a revelar-se mais difícil, e de promover cursos pré-matrimoniais e apoiar os recém-criados cursos de cristandade para casais, condenando os casamentos apressados de colonos e emigrantes, nas vésperas de embarque dos maridos.

A descontinuidade territorial e as dificuldades económicas da maioria dos militantes da AC da Diocese do Funchal impediram muitas vezes a participação madeirense nos grandes eventos da AC, no território continental e no estrangeiro, como assembleias gerais, congressos, peregrinações e encontros. A sua presença ficou de modo especial assinalada no Congresso Internacional da JAC/JACF, em Lourdes, na França, nos dias 27 a 29 de maio de 1960, sob o lema “A fome no mundo”, e no Encontro Nacional da Juventude da AC, em Lisboa, nos dias 20 e 21 de abril de 1963, que reuniu 50.000 jovens, sob o lema “Os novos escolhem Deus”.

A delegação madeirense ao Congresso de Lourdes foi chefiada pelo P.^e Agostinho Jardim Gonçalves, chefe de redação do *Jornal da Madeira* e assistente diocesano da JAC/F, e contou com 116 congressistas, sendo a maior representação diocesana de Portugal, esta constituída por 1100 jovens de ambos os sexos. Os jovens madeirenses, oriundos de Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos, Tabua, Serra de Água, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Arco da Calheta, Caniço, Camacha, Gaula, Santa Cruz, Água de Pena, Machico, Porto da Cruz, Faial, São Jorge, Ponta Delgada e São Vicente saíram do Funchal, no navio *Santa Maria*, no dia 13 de

maio rumo a Lisboa, onde puderam já contactar com delegações estrangeiras que também aguardavam a partida para Lourdes. Depois duma breve visita a Fátima, retornaram a Lisboa e daí partiram, em comboio fretado pela AC. A partir de 7 de junho e ao longo desse mês, o P.^e Jardim Gonçalves, que regressara com a delegação madeirense no dia 2, foi relatando o evento no jornal que dirigia, sob o título “Folhas soltas”.

A delegação madeirense ao Encontro Nacional contou com a presença de 308 rapazes e raparigas madeirenses, a que se juntaram mais 100 que estavam a residir em Lisboa. A caravana madeirense embarcou no navio *Salta*, no dia 14 de abril, sob a liderança do P.^e Gabriel Lino Cabral (1933-2000), regressando a maioria no dia 26, no navio *Funchal*, e os restantes no navio *Salta* alguns dias depois. O bispo do Funchal, D. David de Sousa, participou no encerramento do Encontro. Os jovens madeirenses que não puderam ir a Lisboa juntaram-se no dia 21 de abril na Pç. do Município, no Funchal, e foram em peregrinação, a maioria a pé, ao monumento a Cristo-Rei no Garajau, freguesia do Caniço.

JAC/JACF/LAC/LACF

Até 1974, a JAC/JACF e a LAC/LACF desempenharam um papel importante na promoção do mundo rural, como organismos de massas, numa altura em que não tinham concorrência nesse campo e eram poucos os locais de convívio e diversão, para além dos arraiais. Refira-se a realização de cursos para noivos e para casais, com a presença dum médico e duma enfermeira, e a ligação aos centros curais familiares da Obra das Mães pela educação nacional. Relevante foi ainda o papel desempenhado na divulgação da doutrina social da igreja e de colaboração na vida pastoral das paróquias. Cite-se, *e.g.*, as palestras sobre os documentos do Concílio Ecuménico, proferidas na déc. de 1960, em várias paróquias, a seguir à missa de preceito.

Não nos foi possível determinar o início da JAC na Diocese do Funchal, mas, a seguir a



Fig. 3 – Delegação madeirense no Encontro de Lourdes em 1960. À esq. e à dir., os padres Agostinho Jardim Gonçalves e Eduardo Nascimento, respetivamente (arquivo da ACP do Funchal).

regra geral, terá sido depois da JACF. Em novembro de 1959, a JAC estava instalada em 8 paróquias, em 1964 em 17, em 1965 em 18, num total das 102 que existiam desde janeiro de 1961. Aquando da Assembleia realizada a 10 e 11 de fevereiro de 1973, a JAC existia em 19 paróquias: São Sebastião (Câmara de Lobos); São Tiago (Jardim da Serra); Ribeira Brava; São João (Ribeira Brava); Ponta do Sol; Cristo-Rei (Ponta do Sol); São Vicente; Rosário (São Vicente); Feiteiras (São Vicente);



Fig. 4 – Delegação da Madeira no Encontro da Ação Católica em Lisboa em 1963. Na primeira fila, o P.^e Gabriel Lino Cabral e, na última, o P.^e Telésforo Rafael Afonso (arquivo da ACP do Funchal).

Ponta Delgada; Boaventura; Porto da Cruz; Machico; Piquinho (Machico); Gaula; Caniço; Assomada (Caniço); Camacha e Santo António da Serra.

No conselho diocesano realizado a 2 e 3 de outubro de 1965, a crise era já evidente, apontando-se como causas o pouco critério na escolha de militantes, a falta às reuniões e a saída de muitos rurais para a cidade com vista ao prosseguimento de estudos, isto para além da emigração e do recrutamento militar para a guerra colonial.

A JACF nasceu em novembro de 1936; no entanto, só a partir de janeiro de 1938 há registo de atas. As reuniões da direção diocesana, presididas durante muitos anos pelo assistente eclesiástico, e não pela presidente da direção, tiveram inicialmente lugar na sede da JCF, onde também se reunia a JOCF, na R. das Mercês, n.º 80. A reunião de 26 de janeiro de 1938 veio a realizar-se já numa sede provisória, à R. das Pretas, n.º 46, passando novamente para a R. das Mercês no final de novembro de 1939 e finalmente, alguns anos depois, para a R. do Bispo, n.º 26.

A ata da reunião de 19 de janeiro de 1939 informa que existiam então equipas-base na Camacha, em São Vicente, Câmara de Lobos e Santa Cruz e que estavam em formação equipas no Estreito de Câmara de Lobos, em Gaula e Água de Pena. O primeiro apelo à fundação da AC na Ponta do Sol surgiu em setembro de 1939, quando o bispo da Diocese, D. António Manuel Pereira Ribeiro, presidindo à realização do Congresso Eucarístico nesta paróquia, lançou o repto “para que ali se fundasse a AC para ser exemplo luminoso para todas as paróquias”, conforme afirmou o Cón. Francisco Fulgêncio de Andrade, presidente da junta diocesana da AC, nesta mesma freguesia, a 20 de fevereiro de 1942. A secção feminina formou-se em novembro de 1941 e a masculina no dia 20 de fevereiro de 1942. O primeiro assistente eclesiástico foi o Cón. Francisco Fulgêncio de Andrade, que foi substituído pelos padres Manuel Ferreira Cabral, em 1954; Agostinho Jardim Gonçalves, em 1957; Gabriel Lino Cabral, no final de 1960.

Em setembro de 1967, a JACF tinha equipas-base em 31 paróquias: Carmo; Garachico; Santa Cecília; Câmara de Lobos; Estreito de Câmara de Lobos (concelho de Câmara de Lobos); Ribeira Brava; São João; Serra de Água (concelho da Ribeira Brava); Ponta do Sol; Conceição; Cristo-Rei; Canhas (concelho da Ponta do Sol); Arco da Calheta; Estreito da Calheta (concelho da Calheta); Camacha; Santo da Serra; Assomada; Caniço; Gaula; Achada (Gaula); Santa Cruz (concelho de Santa Cruz); Machico; Piquinho; Preces; Porto da Cruz (concelho de Machico); Faial; Santana; São Jorge (concelho de Santana); São Vicente; Rosário e Feiteiras (concelho de São Vicente).

As causas para a crise do organismo, referidas nas assembleias e nos conselhos diocesanos, são idênticas às inventariadas em quase todas as suas congêneres: falta de interesse, fuga a responsabilidades, deficiente formação das lideranças, para além das condicionantes sociais já referidas.

O primeiro relatório da direção diocesana da LAC data de 3 de setembro de 1950 e refere três equipas-base ou secções no Funchal, nas paróquias do Monte, Santo António e São Martinho, e uma equipa em cada uma das seguintes paróquias: Ponta Delgada; Machico; Gaula; Porto da Cruz; Câmara de Lobos; Estreito de Câmara de Lobos; Santo da Serra e Prazeres, esta última sem vida ativa. O relatório de 15 de agosto de 1952 regista o número de filiados: 4 aspirantes, 181 efetivos e 47 militantes e dirigentes, num total de 10 secções, estando então a ser organizadas mais 4.

A decisão da Junta Central de aumentar a quota mensal de 1\$00 para 2\$00 não foi acatada no Funchal, já que muitos filiados fizeram sentir à direção diocesana que tal quantia era insuportável para eles e que em caso de se aplicar teriam de abandonar a AC. Três meses antes, numa carta dirigida à direção-geral da LAC, com data de 22 de maio de 1952, o presidente da direção diocesana explicava o porquê da recusa desse aumento, fazendo uma descrição com algum pormenor da situação de pobreza em que viviam os pequenos proprietários e trabalhadores rurais da Madeira, ao mesmo tempo

que afirmava confiar nas boas intenções do Governo em remediar essa situação. A 4 de junho, o mesmo confirmava por carta o telegrama que enviara a Salazar, agradecendo-lhe os benefícios concedidos a Câmara de Lobos e Ribeira Brava com os melhoramentos hidroelétricos, hidroagrícolas e de repovoamento florestal.

A dificuldade de deslocação ao norte da Ilha ditou a nomeação, em 1954, do presidente da secção de Boaventura para delegado da direção diocesana, cabendo-lhe visitar e relatar o estado da LAC nessas paróquias.

Tomando por base o relatório do ano social de 1954/1955, apresentado no conselho diocesano a 16 de agosto 1955, o número de secções e de filiados na LAC, na Diocese do Funchal, era o que segue.

SECÇÕES	FILIADOS
São Martinho	14
Santo António	6
Monte	51
Santo António da Serra	14
Gaula	31
Machico	39
Boaventura	11
Estreito de Câmara de Lobos	27
Faial	12
Ponta Delgada	12
TOTAL	217

Fig. 5 – Tabela com as secções e os membros da LAC na Diocese do Funchal, 1955 (arquivo da ACP do Funchal).

No mesmo relatório se referia, no entanto, que as secções do Faial e Ponta Delgada estavam sem atividade e que havia sido encerrada a secção dos Prazeres.

Nos anos seguintes houve algum progresso, embora de curta duração. Em 1961, havia 12 secções e 286 filiados; no ano seguinte, mantinha-se o número de secções, mas os filiados tinham diminuído para 275; e em 1963, havia 6 secções, com um total de 100 filiados.

As dificuldades encontradas no funcionamento das secções e no recrutamento de

novos aderentes, expostas com transparência nos relatórios anuais, revelam quanto fazia falta a AC na Madeira e como era árido e difícil o terreno. O relatório de 1952 cita: afrouxamento na compreensão da missão da AC, funcionamento irregular das secções, inaptidão dos dirigentes, excesso de trabalho e incompreensão dos párocos. O relatório de 25 de agosto de 1956 refere o receio de assumir compromissos, sendo um lugar-comum afirmar-se que “a religião e os factos religiosos são da conta do sr. Vigário”, e a difícil comunicação com a direção-geral, dada a distância que separa o Funchal de Lisboa. O relatório de 31 de agosto de 1957 é mais contundente, ao constatar que “duma maneira geral pode dizer-se que na Diocese não se reconhece a necessidade da AC; vive-se mais uma vida de superstição que de convicções religiosas e sem estas tudo se torna fácil ao inimigo, quando a população vive rodeada de dificuldades de toda a ordem, quando vive a ‘miséria imerecida’ como o disse o Santo Padre e o lembrou o Bispo do Porto”. Na mesma linha se insere o relatório de 29 de julho de 1961, que, ao fazer o ponto da situação, diz: “pode dizer-se, sem exagero, que há uma maior participação dos homens nas cerimónias religiosas desta Diocese. [...] Não deixam, porém, esses homens de ser uma minoria e os reflexos do seu comportamento sob o ponto de vista social estão longe de impressionar largamente o meio ambiente”; lamenta ainda haver muito poucas transições da JAC para a LAC, a redução dos efetivos, por morte ou emigração, e a falta de apoio dos párocos, citando mesmo o caso de um que decidiu fazer reuniões conjuntas da ACP com as demais associações de piedade e de caridade.

Relativamente à LACF, a insuficiência de documentação disponível não nos permite abordá-la com o desenvolvimento que merece, apesar da importância que teve na vida religiosa e social da Diocese do Funchal, sendo de salientar a dedicação do P.º Emanuel Eleutério Figueira Ornelas, formado em Sagrada Escritura, no período conturbado que se seguiu à revolução de 25 de Abril de 1974 até à

Equipas	Data da fundação	1957-1958	1958-1959	1959-1960	1960-1961
Gaula	janeiro 1941	56	56	74	74
Porto Santo	agosto 1946	—	—	—	—
Camacha	setembro 1946	—	—	45	45
Caniço	outubro 1948	110	105	85	71
Porto da Cruz	outubro 1948	68	65	62	59
São Vicente	outubro 1948	47	53	53	50
Santo da Serra	agosto 1949	—	39	32	28
Paul do Mar	dezembro 1949	—	24	23	—

Fig. 6 – Tabela com dados relativos às equipas rurais da LACF no período entre 1957 e 1961: data da fundação e número de filiados (arquivo da ACP do Funchal).

formação da ACR. A partir de alguns livros de inscrição encontrados, foi possível construir a tabela (fig. 6) relativa a algumas equipas paroquiais que se foram constituindo na déc. de 1940. As inscrições destes livros terminam no ano social de 1960-61 e o número de filiados só está assinalado por ano social entre 1957 e 1958, e entre 1960 e 1961.

A LACF reunia as assembleias e os conselhos geralmente no Lactário, posterior Centro Infantil Maria Eugénia Canavial, a cargo das Irmãs da Apresentação de Maria, à R. da Mouraria, n.º 29. No conselho diocesano de 18 de outubro de 1959, foi manifestada uma preocupação especial com a emigração, propondo-se manter contactos com as lacistas que saíam da Madeira e preparar as esposas que iriam juntar-se aos maridos nos países acolhedores. Denuncia-se igualmente o facto de algumas raparigas, que tinham estado na cidade como empregadas domésticas, regressarem ao campo mais levianas, o aumento da embriaguez e a realização de trabalhos ao domingo, e alerta-se para a necessidade de expansão da LACF. O conselho diocesano de 18 de outubro de 1960 lamenta que haja poucas transições da JACF para a LACF e que haja senhoras de elite que proíbem as filhas de ingressar na LACF por acharem que as dirigentes não têm competência para formá-las, revelando ainda a necessidade de maior acompanhamento aos noivos e aos recém-casados.

JOC/JOCF/LOC/LOCF

A Juventude Operária Católica, masculina e feminina, e a LOC terminaram na Madeira, em 1974. Estes movimentos nasceram no Funchal e daqui se expandiram para as freguesias limítrofes do concelho, a partir de 1957, com o apoio de professores de instrução primária, posterior 1.º ciclo, que antes haviam pertencido à JEC e à JECF. No dia 1 de novembro de 1943 nasceu, na paróquia de Santa Luzia, a JOCF e a 19 de março de 1946 a JOC, reunindo-se esta última na sacristia da capela da Consolação, na R. da Levada de Santa Luzia. Intrigas entre o presidente da Junta Diocesana e as direções dos vários movimentos paroquiais da AC originaram a extinção de todos estes, por decreto do bispo do Funchal, D. António Manuel Pereira Ribeiro, datado de 26 de outubro de 1947.

De acordo com o depoimento de alguns dirigentes da JOC, nas décadas de 1950 e 1960 era sobretudo a camaradagem e as atividades desportivas e de lazer que começavam por cativar os jovens para este movimento. A sede, na R. do Bispo, n.º 27, funcionava como uma espécie de centro de convívio ou centro cívico. Nesta eram exibidos *slides* que não eram apenas de âmbito religioso. Dispunha de salas para jogos de damas, xadrez, ténis de mesa e bilhar, e casa de banho com duche. Para além disso, os frequentadores, simpatizantes ou membros da JOC podiam participar em jogos de futebol, natação e

campismo. Contudo, o movimento de escuteiros era mais elitista. A partir de 1958, jovens da JOC entraram para o Orfeão Madeirense e puderam também fazer parte do Clube Columbófilo e do Clube de Campismo. No Natal de 1955, levaram a efeito a construção dum grande presépio, que ocupava as três portas do rés do chão, nos n.ºs 25 a 29 da R. do Bispo. Neste mesmo ano, uma delegação madeirense de 18 rapazes e 21 raparigas representou a Madeira no I Congresso Nacional da JOC e JOCF, realizado no Instituto Superior Técnico de Lisboa, com a presença de Mons. Cardijn, e em 1957 os dois movimentos também estiveram presentes no Congresso Internacional realizado em Roma.

A LOCF ainda resistiu até 2003, mas a partir de meados da déc. de 1960 é bem visível a crise, como poderemos verificar no livro de atas, de 1965 a 1968, da denominada Equipa Interparoquial do Funchal. Entre 26 de abril de 1966 e 20 de fevereiro de 1967, não há atas. Refere-se a dificuldade de penetração no sector dos bordados e a necessidade de divisão em equipas para dinamização do Movimento. Entre novembro de 1965 e outubro de 1968, o assistente eclesiástico foi o então P.º João da Cruz Nunes. A LOCF ganha um novo fôlego a partir de 1984, com a liderança de Zita Nunes. Refere-se, na ata da equipa diocesana de 25 de fevereiro de 1985, a possibilidade de formar equipas em Santo António, Livramento e Bom Sucesso, locais do Funchal. Mas, dum modo geral, as atas de 1965-68 e 1984-87 revelam um movimento com pouco ânimo, que apenas resiste, um agrupamento de leigos ao serviço do clero, sem qualquer ligação com as posições corajosas e interventoras que a correspondência nacional da LOC/MTC revela. Isto é de modo especial visível na ata de 29 de abril de 1985, que comporta uma adenda à ata anterior, de 26 de março, que registara que o “assunto Padre Martins” tinha ocupado a maior parte do tempo dessa reunião; o assistente eclesiástico impõe essa adenda, na qual é referido que a LOCF repudia as declarações do P.º Martins, bem como as do P.º Mário Tavares Figueira em carta que escreveu em seu apoio, e se coloca ao lado do bispo, D. Teodoro de Faria.



Fig. 7 – Equipa de futebol da JOC (1957), com o assistente P.º Maurílio Quintal (fotografia cedida por José Fagundes).

A partir da morte da presidente Zita Nunes, ocorrida a 30 de setembro de 1993, inicia-se a crise final. A 22 de fevereiro de 1987, numa entrevista concedida ao *Jornal da Madeira*, o P.º Manuel António Ribeiro, assistente nacional da LOC/MTC, falava na necessidade de “rejuvenescimento e alargamento” do movimento e referia que o mesmo tinha então uma expressão reduzida na Madeira, existindo apenas duas equipas-base. Em 1984, tinham sido aprovados pela CEP novos estatutos da LOC, certamente com esse objetivo. O problema financeiro estava, entretanto, a agravar-se, certamente também com repercussões nas equipas madeirenses. Um comunicado da LOC/MTC, de 22 de janeiro de 1999, alertava os seus filiados para essa situação, referindo haver no orçamento para esse ano um déficit de 1325.000\$00; e, ainda assim, era anunciada a intenção de acrescentar às publicações já existentes – *Voz do Trabalho*, *Boletim do Militante* e *Revista Informativa* – uma nova, com o nome de *Folha do Simpatizante*.

JEC/JECF/LEC/LECF

Na Diocese do Funchal, a LEC extinguiu-se na déc. de 1960, ficando apenas a LECF, que, a partir de então, aparece algumas vezes designada apenas por LEC, embora sendo um movimento exclusivamente feminino.

Pelo livro de registo de membros da LECF, verificamos que este organismo especializado da AC teve início na Madeira em novembro de 1937, com 9 inscrições. Nos anos seguintes foram fracas as novas adesões, registando-se uma subida significativa em 1949, com 31 novas inscrições, a que se seguiram 6 em 1950, 11 em 1953, 17 em 1955, 28 em 1956 e 11 em 1957. Em 1953, a LECF tinha 63 militantes na Madeira, que passam para 108 dois anos depois, com a mudança da direção. A adesão de novos membros era conseguida através do contacto pessoal e na Escola do Magistério, e



Fig. 8 – Direção da LECF 1955. Da esq. para a dir.: Iolanda Henrique, Felisbela Andrade, Belmira Encarnação, Regina Silveira e Cecília Ribeiro (arquivo da ACP do Funchal).



Fig. 9 – Membros da delegação madeirense à Expo 1958-Bruxelas (arquivo da ACP do Funchal).

ainda através do encontro anual, em julho, do Dia da Amizade, em fevereiro, e das manhãs lecionistas, especialmente dedicadas à confraternização com as professoras das zonas rurais, no terceiro domingo de cada mês.

Em 1953, a LECF tinha núcleos, com uma ou mais equipas, em Ribeira Brava, Santa Cruz e Machico; dois anos depois, passou a ter também em Camacha, Porto Moniz, Ponta do Pargo, Porto da Cruz, Ponta do Sol e São Vicente. Adquiriram-se muitos filmes e organizou-se uma biblioteca.

O conselho diocesano e as reuniões mais alargadas realizavam-se quase sempre no Lactário, depois designado Centro Infantil Maria Eugénia Canavial, a cargo da Congregação das Irmãs da Apresentação de Maria. Nas primeiras reuniões, pelo que transparece das atas, a LECF parecia mais uma associação devocional, de catequese, do que de apostolado, centrando-se todo o protagonismo no assistente que expunha a doutrina e as filiadas ouviam. A partir de dezembro de 1951, nota-se o crescimento e afirmação do protagonismo da presidente, conjugando-se o estudo religioso com o estudo social, embora este seja tratado com muita cautela e muitas reservas.

Significativamente reveladora dos condicionamentos políticos da época e da incipiência da LECF é uma das conclusões do conselho diocesano de 1956, realizado a 27 e 28 de dezembro: “estar a par dos problemas sociais das localidades para poder emitir opinião, se for pedida, embora sem poder resolver”. Nos conselhos diocesanos de 1956 e de 1957 (9 e 10 de novembro), começam a colocar-se algumas questões relacionadas com o funcionamento e dificuldade de penetração nas zonas rurais. Alguns dos núcleos fora do Funchal apelam para um maior apoio da equipa diocesana, outros registam a fraca participação dos membros nas reuniões, a falta de interesse, os divisionismos e outros ainda explicam a dificuldade de recrutamento devido à ideia de que as reuniões são vistas por eventuais aderentes como “baboseiras”, “quase catequese” e “beatice”, apontando todos para o problema da dispersão das escolas e dificuldade de

deslocação. No conselho diocesano de 1962, refere-se a falta de apoio dos párocos. Para acolher as militantes das zonas rurais que se deslocavam para participar em atividades e que não dispunham de alojamento no Funchal, foi alugado, entre 1969 e 1989, um apartamento na cidade, a que passou a chamar-se Casa da Professora.

Em 1952 e 1953, madeirenses da LECF participam nos encontros nacionais que se realizaram na Figueira da Foz e, em 1958, uma delegação de 30 professoras integrou-se na viagem da LEC/LECF nacional pela europa, que culminou com a visita à Exposição Internacional de Bruxelas, passando também por Fátima, Lourdes, Roma e Assis, entre outras localidades. Realizavam, então, anualmente, um encontro de férias, geralmente no Porto Santo ou em Santana, e participavam também em encontros de férias ao nível nacional. O encontro de férias nacional de 1955 teve lugar na Madeira.

As décs. de 1950 e 1960 representaram o período áureo do Movimento, tendo como assistente eclesiástico o cônego Agostinho Figueira de Faria (1923-1980). A partir de 1961, a presidente da LECF da Madeira desde 1957, Maria Regina Silveira e Sousa (1924-2006) passa a integrar a equipa nacional.

JIC/JICF/LIC/LICF

No final da déc. de 1930, instalaram-se no Funchal a LIC e a LICF, esta última a partir dum grupo de senhoras que tinham pertencido à Liga Social Cristã, fundada em 1922. Em 1940, surge uma secção da LICF, na paróquia de Santa Luzia, a partir dum grupo de senhoras, denominado Avé Maria, que desde 11 de outubro de 1939 se reuniam semanalmente para leitura e arranjos dos paramentos da igreja, e em novembro de 1944 nasceu na mesma paróquia a JICF; estes dois organismos da ACP foram, no entanto, extintos pelo bispo do Funchal, a 26 de outubro de 1947, devido a conflitos com a respetiva direção diocesana.

No início, a LICF era muito burocratizada e mais parecia uma associação devocional, muito

ligada ao culto de Fátima e comprometida com uma regular visita aos doentes dos vários estabelecimentos de saúde. Os relatórios da déc. de 1950 salientam o trabalho de proselitismo de algumas associadas, que eram também catequistas e vicentinas e ajudavam na limpeza da igreja paroquial e reparação de paramentos religiosos.

Ao nível nacional, foram organizadas várias concentrações anuais no Santuário de Fátima, a primeira das quais teve lugar a 26 e 27 de maio de 1947, integrando, à partida, um grupo de senhoras de elite da sociedade funchalense.

A 7 de junho de 1963, respondendo a um inquérito pedido pela direção nacional, a LICF do Funchal informava que tinha 79 associadas, sendo 27 solteiras, 16 viúvas, e as restantes casadas: 2 com médicos, 3 com advogados, 4 com engenheiros, 2 com professores do ensino secundário, 4 com industriais, 2 com proprietários, 7 com comerciantes e 12 com empregados superiores. A evolução do número de associadas seguiu a tendência geral dos outros movimentos afins: crescimento inicial até meados da déc. de 1960, início da crise, que se agrava no decurso dos anos seguintes.

ANOS	ASPIRANTES	EFETIVOS	TOTAIS
1952	7	97	104
1953	11	99	110
1954	7	99	106
1955	7	100	107
1956	6	103	109
1957	3	104	107
1958	1	98	99
1959	—	—	—
1960	0	105	105
1961	0	94	94
1962	7	87	94
1963	5	79	84
1964	—	—	85
1965	4	81	85
1966	—	—	81
1967	—	—	81
1968	6	64	70
1969	—	—	45
1970	—	—	45
1971	—	—	36
1972	—	—	37

Fig. 10 – Tabela dos associados da LICF (1952-1972) (arquivo da ACP do Funchal).

Os números oficiais não tinham, porém, uma correspondência fiel com a vida real desta associação. A 7 de abril de 1962, a direção da LICF informava para Lisboa que, das 87 efetivas, apenas 43 eram assíduas. O relatório de 23 de maio de 1967 aponta para uma situação mais grave, diferenciando as associadas da seguinte forma: “25 desinteressadas, 8 rotineiras, 11 envelhecidas no espírito e na idade, 25 medíocres e 13 ativas”. No mês seguinte, a direção diocesana da LICF pedia à direção nacional da ACP a integração da LUC, já sem atividade, na LICF, para “suprir a falta de elementos responsáveis”.

O relatório de 28 de março do mesmo ano expunha algumas das razões desta crise: deficiente formação religiosa, falta de cultura religiosa e geral e falta de compreensão do que era a AC.

A partir da déc. de 1960, diminui o número de efetivos e cresce o número de simpatizantes; o quadro de dirigentes pouco se renova. O carácter inicial de associação na prática mais devocional altera-se para o de apostolado e formação religiosa e cívica. O mesmo acontecia, aliás, nos outros movimentos da ACP. Nas atas das reuniões da direção diocesana, insiste-se na necessidade de as associadas participarem nas reuniões e de colaboração com os organismos afins e faz-se sentir a dificuldade de recrutamento de novos membros. Na reunião de 14 de maio de 1962 fala-se em estudar a possibilidade de expansão da LICF em Santa Cruz, Machico, Ribeira Brava e Ponta do Sol, mas apenas em Santa Cruz foi possível concretizar essa aspiração.

Quanto à contribuição financeira mensal, era de 5\$00, em 1965, sendo assim distribuída: \$75 para a Direção Nacional, 1\$65 para a Junta Central, 1\$50 para a Direção Diocesana, que pagava a contribuição de 75\$00 mensais para o aluguer da sede nacional, e 1\$10 para a equipa paroquial. Em 1970, a quota é aumentada para 7\$00, embora a proposta da Direção Nacional apontasse para os 10\$00. Com a parca receita de que dispunha a Direção Diocesana, não era possível assegurar o pagamento de viagens a Lisboa para as atividades ao nível

nacional, sendo normalmente a Diocese do Funchal representada por senhoras, dirigentes ou não, que eventualmente estivessem de passagem em Lisboa, por razões da sua vida privada.

A Ação Católica na Madeira a partir de 1974

Entre 1974 e 1976, com a eliminação da Junta Central da AC e a sua suspensão, como estrutura dirigida pelo episcopado, o movimento entrou numa fase de rutura a nível nacional, pelos motivos já referidos. No território continental existem em algumas dioceses a Juventude Agrária Rural Católica (JARC), a Ação Católica Rural (ACR), a Juventude Operária Católica (JOC), o Movimento Católico de Estudantes (MCE, englobando as antigas JEC e a JUC) e a Liga Operária Católica/Movimento dos Trabalhadores Católicos (LOC/MTC), sem distinção de sexo.

Na Diocese do Funchal, sede vacante desde 1972, a AC estava em desagregação nas vésperas do 25 de Abril, com menos intensidade na JACF. Numa reunião do conselho diocesano da AC, que teve lugar a de 16 de fevereiro de 1974, foi analisada uma conversa tida entre o presidente da Comissão Executiva, Augusto Nunes de Sousa, e o vigário-geral, Agostinho Gonçalves Gomes, em que este terá afirmado: “para mim, a Ação Católica na Madeira não existe. Nunca me foi dada conta da Ação Católica na Diocese. Quando o novo bispo vier, que resolva”. O Conselho contestou estas afirmações, apresentando factos e enviou uma carta ao Vigário-Geral pedindo uma reunião para esclarecimento.

O bispo D. Francisco Santana (1974-1982), chegado em maio, abandonou a AC à sua sorte, fundando em alternativa o Jovens Cristãos da Madeira (JCM) e o Movimento de Estudantes Católicos da Madeira (MECM). Após a sua morte, ocorrida em 1982, o novo bispo, D. Teodoro Faria, reanimou a AC, conforme o mesmo afirmou num artigo publicado no suplemento *Pedras Vivas*, do *Jornal da Madeira*, a 18 de fevereiro de 2007: “Cresci na fé com a Ação



Fig. 11 – Militantes da AC com o bispo do Funchal, D. Teodoro de Faria, em 1984, no cinquentenário do movimento laical, na escadaria da Sé (arquivo particular de Clarisse Ferreira de Sousa).

Católica, alimentei o meu sacerdócio com o ardor da Ação Católica Operária, sofri com o desencanto de militantes e alegrei-me com a reconstrução de algumas das suas *ruínas* quando recebi a Diocese, e agora, ao ceder o Báculo a outro pastor, sinto-a viva dentro de mim, esperando que a primavera a faça reflorescer, para não ser ‘objeto de escárnio’ (NE 3, 18) mas de admiração e louvor”. Em 2015, subsistem a Ação Católica Rural (ACR), o Movimento de Educadores Católicos (MEC) e a Ação Católica dos Meios Independentes (ACI).

A contribuição financeira dos militantes da ACR é de 6€ anuais, a que acresce a doação do salário de um dia, no domingo de Pentecostes; na prática, porém, cada um dá o que pode. Das receitas arrecadadas nas equipas-base, dois terços são entregues à direção diocesana e esta, por sua vez, entrega 1/3 à direção nacional. Na ACI, há uma quota mensal de 2,50€, ficando 40 % no Funchal e sendo o restante enviado para a equipa nacional em Lisboa. Durante vários anos perdeu-se uma fonte de receita importante – o peditério nas missas de preceito do domingo de Pentecostes que revertia para a AC – bem como o rendimento dos alugueres de lojas no rés do chão dos prédios nos n.ºs 26 e 27 da R. do Bispo, que inicialmente eram também canalizados para o mesmo fim.

Ação Católica Rural

Em 1976, a CEP aprovou os estatutos da Ação Católica Rural (ACR), que integrava a LAC e a LACF. A JAC e a JACF constituíram nessa mesma data a JARC (Juventude em ACR), mas em 1983, acabaram por ser integradas na ACR.

Os militantes daqueles organismos, então constituídos em ACR, procuraram manter o espírito e a ação que os caracterizavam e o contacto com os organismos internacionais Movimento Internacional da Juventude Agrária Rural Católica (MIJARC), Federação Internacional dos Movimentos de Adultos Rurais Católicos (FIMARC), curiosamente nascida em Fátima, em 1964, e com a Confederação Nacional do Apostolado dos Leigos (CNAL), bem como com a equipa coordenadora a nível nacional, eleita trienalmente, por um representante de cada equipa paroquial e pelas direções diocesanas, assegurando uma participação visível em eventos a esse nível, como foi o caso das Jornadas Sociais da ACR em 1993, sob o lema “A aldeia que eu quero no Portugal Europeu”, preparada no triénio anterior através dos GARA (grupos de análise, reflexão e ação), com a presença de simpatizantes e líderes locais, e o Encontro Nacional de Adolescentes e Jovens, realizado no Funchal a 2 de maio de 2009, com a participação de 500 pessoas de 14 dioceses.

Na déc. de 1980, membros da ACR, em parceria com o movimento laical Equipas de Nossa Senhora, percorreram algumas paróquias a explicar o posicionamento da Igreja face à lei da interrupção voluntária da gravidez. Continuando a utilizar o método de trabalho original de ver, julgar e agir, a ACR lutou pelo seu reconhecimento como movimento de intervenção na ordem temporal, à luz da doutrina social da igreja, realizando ações de formação para os seus dirigentes e promovendo conferências e debates sobre problemas sociais como o alcoolismo, o analfabetismo, a alteração da estrutura familiar, a corrupção, o consumismo, as condições de vida precárias dos rurais e promovendo a preservação dos valores da cultura popular.

Empenharam-se, ainda, no recrutamento de novos aderentes. Mas a diminuição do número de militantes seguiu uma trajetória quase linear, registando-se uma ligeira revitalização apenas no início da primeira déc. do séc. XXI. De acordo com a informação prestada no conselho diocesano de 8 e 9 de novembro de 1997, a idade dos militantes da

paróquia da Atouguia variava entre os 44 e 72 anos, na Ribeira Brava situava-se entre os 35 e os 70 anos, na Serra de Água entre 50 e 71 anos e na Lombada (Santa Cruz) entre os 40 e 70 anos. Nas assembleias diocesanas, geralmente três em cada ano, apontavam-se como fatores explicativos dessa crise o analfabetismo de alguns dirigentes, o fraco empenhamento dos párocos, a emigração e a saída de jovens para o ensino superior; na assembleia de 11 de maio de 1997, referia-se ainda uma outra razão, relativamente ao Estreito de Câmara de Lobos: o abandono de militantes que acabaram por ingressar no Caminho Neocatecumenal. No conselho diocesano realizado a 4 e 5 de novembro de 2000, o Assistente Eclesiástico nacional alertava para a necessidade de os militantes da AC renovarem a sua atuação no meio de acordo com a sociedade tal como se apresentava, mas, que afirmava perante o clima de indiferença e hostilidade para com os católicos, era necessário retornar às origens, ir contra a corrente, tal como antes face à acomodação, para atingir a nascente.

Concelhos	Antes de 1976 JAC/JACF/LAC/LACF	Após 1976 (ACR)	2004 (ACR)
Funchal	Monte, Santo António, Graça e São Martinho	—	—
Câmara de Lobos	São Sebastião, Carmo, Encarnação, Santa Cecília, Curral das Freiras, Estreito de Câmara de Lobos, Garachico, Ssão Tiago e Quinta Grande	Carmo, Santa Cecília e Estreito de Câmara de Lobos	Quinta Grande
Ribeira Brava	Ribeira Brava, São João, Serra de Água e Tabua	São João e Campanário	Ribeira Brava e Serra de Água
Ponta do Sol	Ponta do Sol (vila), Cristo-Rei, Conceição, Canhas, Carvalhal e Madalena do Mar	Canhas e Cristo-Rei	—
Calheta	Arco da Calheta, Loreto, Atouguia, São Francisco Xavier, Estreito da Calheta, Jardim do Mar, Paul do Mar, Prazeres, Amparo e Ponta do Pargo	Loreto, São Francisco Xavier, Estreito da Calheta, Jardim do Mar e Amparo	Atouguia
Porto Moniz	Seixal	Santa Maria Madalena	—
São Vicente	São Vicente, Lameiros, Rosário, Feiteiras, Boaventura, Fajã do Penedo e Ponta Delgada	—	—

Concelhos	Antes de 1976 JAC/JACF/LAC/LACF	Após 1976 (ACR)	2004 (ACR)
Santana	Santana, Faial, São Roque do Faial, Ilha e São Jorge	Santana e Faial	—
Machico	Machico, Piquinho, Precês, Ribeira Seca, Água de Pena, Santo da Serra, João Ferino, Caniçal e Porto da Cruz	Piquinho e Precês	—
Santa Cruz	Gaula, Achada (de Gaula), Caniço, Assomada, Eiras, Camacha, Santa Cruz e Lombada (de Santa Cruz)	Gaula, Santa Cruz e Lombada	Lombada
Porto Santo	Piedade	—	—

Fig. 12 – Tabela da presença de ACR nos concelhos e paróquias da Diocese do Funchal (arquivo da ACR, Funchal).

Paróquias	H	M	0-20	20-30	30-40	40-50	50-60	+60
Ribeira Brava	9	26	4	14	4	3	2	8
Serra de Água	3	19	8	3	1	4	5	1
Gaula	2	2	0	3	0	0	0	1
Rosário	0	10	0	1	5	0	0	4
Piquinho	4	15	4	5	3	4	1	0
Porto da Cruz	6	15	5	5	6	2	3	2
Carmo	1	2	0	0	0	1	0	0
Lombada (Santa Cruz)	8	26	12	5	3	4	8	2
Cristo-Rei – Ponta do Sol	—	—	—	—	—	—	—	—
Santana	—	—	—	—	—	—	—	—
Precês – Machico	—	—	—	—	—	—	—	—
Totais	33	115	33	36	22	18	19	20

Fig. 13 – Tabela dos membros da ACR na Diocese do Funchal (1987-1988) (arquivo da ACR, Funchal).

Equipas paroquiais	Militantes	Crianças	Adolescentes	Jovens	Simpatizantes
Atouguia	17	5	3	—	25
Conceição	9	6	4	—	—
Ribeira Brava	10	2	3	8	6
Serra de Água	12	—	—	—	2
Carmo	9	—	—	—	—
Lombada	12	—	—	5	6
Totais	69	13	10	13	39

Fig. 14 – Tabela das equipas paroquiais da ACR na Diocese do Funchal (2009) (arquivo da ACR, Funchal).

Secções paroquiais	Adolescentes e crianças	Adultos	Totais
Atouguia (Calheta)	8	10	18
Cristo-Rei (Ponta do Sol)	0	14	14
Nossa Senhora da Conceição (Ponta do Sol)	1	2	3
Ribeira Brava	5	8	13
Serra de Água	0	10	10
Carmo (Câmara de Lobos)	0	7	7
Lombada (Santa Cruz)	1	12	13
Totais	15	63	78

Fig. 15 – Tabela das secções paroquiais da ACR na Diocese do Funchal (2014) (equipa diocesana da ACR, Funchal).

Na reunião da equipa diocesana de 16 de junho de 2004, eram referidos como membros da ACR na Diocese do Funchal 78 pessoas, sendo 29 pré-jovens, 12 jovens e 56 adultos, acrescentando-se ainda como simpatizantes 16 jovens e 17 adultos. Numa reunião da Equipa Deliberativa do Funchal, realizada a 28 de setembro de 2007, apontavam-se como pontos negativos do Movimento: equipas mal assistidas, falta de formação de alguns dos dirigentes, composição excessivamente feminina, pouca influência nas comunidades locais, desvalorização eclesial e omissões da hierarquia. Tenha-se presente a falta de padres e a existência de vários movimentos de leigos.

No início do séc. XXI, a ACR é um movimento essencialmente feminino e de adultos,

a maioria dos quais tem mais de 50 anos, havendo apenas um homem na secção da Ribeira Brava e quatro homens na da Lombada. Existe ainda um grupo de simpatizantes, à volta de 20, que aparece em algumas reuniões e colabora em algumas atividades.

Do plano anual de atividades fazem parte a realização de três assembleias de delegados; um conselho diocesano, donde sai o manual com os temas a serem debatidos no ano social seguinte; um retiro e um campo de férias, para além de um seminário; um curso para animadores e outro para dirigentes, estes a nível nacional. As reuniões ordinárias das equipas paroquiais e da direção diocesana são quinzenais.

A revista *Mundo Rural*, de publicação nacional, iniciada em janeiro de 1963, a partir da fusão da *Boa Semente* da LACF e da *Vida Agrária* da LAC, contava, em 2014, com 263 assinantes na Diocese do Funchal. Tinha 493, em 1996, 464 em 1997, 416 em 1998 e 344 em 2006. A nível nacional, tinha uma tiragem de 17.500 em 1988, que diminuiu para 8500 em 2002. No 50.º aniversário da revista, foi lançado um concurso entre as dioceses para elaboração da capa do número alusivo ao mesmo. Foi a Diocese do Funchal que o ganhou (ver fig. 17), acompanhado do seguinte texto: “É no Mundo Rural que germinam as sementes lançadas à terra, sendo o sol que as aquece e as faz crescer. Sementes feitas palavras que entram no coração e na vida daquele que as colhe. A nossa



Fig. 16 – Elementos do conselho diocesano da ACR, Funchal (5 out. 2011) (arquivo particular de José Manuel Mendonça Gouveia).

revista feita o sol que nos agracia há 50 anos, ajudando-nos a crescer, alimentando-nos, dando-nos vida!”, reproduzido no mesmo número da revista.

Movimento de Educadores Católicos

O Movimento de Educadores Católicos (MEC), como movimento católico de professores de ambos os sexos e de todos os níveis de ensino, surge oficialmente em 1978, com a aprovação dos seus estatutos, pela CEP, a 6 de abril desse ano, posteriormente modificados a 6 de setembro de 1995. O ponto de partida foi o Encontro de Cortegaça, que decorreu nos dias 15 e 16 de janeiro de 1977, com delegações das Dioceses de Lisboa, Évora, Guarda, Lamego e Porto, e a presença do P.^e Michel Duclercq, fundador das equipas docentes, na França em 1942. O novo Movimento acabou por integrar os militantes da LEC e da LECF (Liga Escolar Católica masculina e feminina), que se restringia então aos professores do ensino primário. Face aos novos desafios suscitados por fatores de ordem religiosa e política, pelo concílio ecuménico e pelo regresso da democracia a Portugal, aqueles dois movimentos atravessavam então um período de crise, ocasionado pelo questionamento da sua identidade eclesial e a perda significativa de militantes.

Já em 1971 se evidenciava o início da crise. O MEC tinha então 4 equipas, todas no Funchal, num total de 29 professoras, em cujas reuniões participavam algumas simpatizantes. As atas registam reuniões de 1948 a 1989, com uma interrupção total entre 1972 e 1982 e vários meses sem atas. Entre 1974 e 1982, durante o pontificado de D. Francisco Santana, não pôde dispor dum assistente eclesiástico. Vai ficando difícil a ligação com a estrutura nacional e diminui significativamente a participação nas assembleias e conselhos nacionais, realizados no território continental. A renovação inicia-se nesta última data, com a vinda do novo bispo, D. Teodoro de Faria. O relatório da equipa coordenadora, de 25 de julho de 1983, refere a existência de cinco equipas-base, com 6 elementos cada, todas com sede no Funchal; este

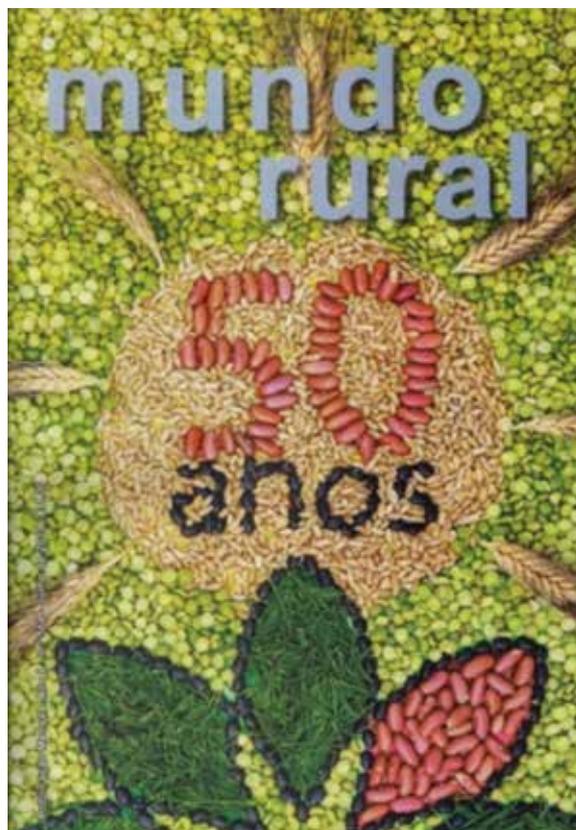


Fig. 17 – Número comemorativo do 50.º aniversário da revista *Mundo Rural*.

relatório, bem como o de 1990, alerta para a necessidade de expansão do movimento nas zonas rurais. Em 1989, o Movimento estava reduzido a 2 equipas, num total de 20 membros. Em 1993 existiam 4 equipas.

Em 1991, o MEC do Funchal travou, com algum êxito, uma batalha persistente pela conquista do suplemento alimentar nas escolas do 1.º ciclo. A esta era atribuída, pelo Governo Regional (GR), uma verba de 10\$00 diários por aluno, a quem era distribuído um lanche constituído por um papo-seco com margarina, que custava 8\$00. Nas escolas a tempo inteiro, não era fornecido almoço aos alunos e nem todos podiam deslocar-se a casa nesse intervalo. O MEC propunha um aumento da verba a incluir no orçamento regional para 1992, para possibilitar um lanche que, de acordo com um relatório que solicitou a uma pediatra, deveria incluir leite ou iogurte e fruta; propunha ainda que, tal como vinha acontecendo no pré-escolar, fosse fornecido almoço aos alunos em

regime de tempo inteiro na escola, mediante subsídio por escalões. Revelando-se infrutíferas as diligências encetadas junto do secretário regional da Educação, o MEC publicou uma carta aberta dirigida ao presidente do GR, ao bispo do Funchal, aos sindicatos dos professores, aos presidentes de câmaras municipais e à comunicação social, continuando as diligências junto destas entidades. Em março de 1992, o GR aumentou a verba atribuída às escolas, mas apenas na percentagem do aumento verificado no custo do pão; no entanto, a Câmara Municipal do Porto Santo passou desde janeiro desse ano a fornecer leite no lanche dos alunos e as propostas do MEC acabaram por ser concretizadas pelo GR alguns anos depois.

Desde 1991, e tendo como assistente diocesano o P.^o Fiel de Sousa (em 2016, cónego e vigário-geral da Diocese), o MEC participa na assembleia-geral dos movimentos laicais, no Conselho Pastoral dos Leigos e nas Jornadas Diocesanas do Apostolado dos Leigos, que têm lugar em setembro, outubro e novembro, respetivamente, e realiza com regularidade as seguintes atividades: encontro de Natal; Festa da Amizade em fevereiro; reflexão quaresmal em março-abril; encontro pedagógico em maio; e fim de semana do MEC em julho.

O MEC foi extinto no território continental em 2004, mas continuou na Diocese do Funchal, existindo, em 2015, três equipas base, de reunião mensal, com sete membros cada, todas com sede no Funchal, embora com alguns membros residentes em Câmara de Lobos. Tem ainda uma equipa de professoras reformadas, que se reúne semanalmente, sobretudo com o objetivo de refletir sobre a Bíblia e sobre documentos da doutrina social da Igreja, mas também com grupos de preparação de aulas.

A direção para o ano 2013/2014 era constituída por Maria José Camacho, professora de educação especial, Maria Idalina Aguiar, professora aposentada do 1.^o ciclo, Maria Teresa Crawford Camacho, professora aposentada do ensino secundário, Maria da Conceição Mendonça, professora do 1.^o ciclo, Graça Caldeira, professora do 1.^o ciclo, e Maria José Barradas, professora aposentada do 1.^o ciclo.

Ação Católica dos Meios Independentes

A ACI, cujos estatutos tiveram aprovação definitiva na assembleia plenária do episcopado português que teve lugar de 15 a 18 de novembro de 1977, depois dum período experimental de três anos, integrou as anteriores JIC, JICF, LIC e LICF. Em 1968, no Conselho Geral da LIC, fora já decidido unificar as direções nacionais da LIC e LICF, passando a ter uma representação mista. Na Diocese do Funchal, existiam, em 2015, 20 associados, distribuídos por 3 equipas interparoquiais, todas sediadas no Funchal, dirigidas por uma equipa diocesana. Existiu uma equipa em Santa Cruz, mas foi extinta.

Nível etário	N.º dos associados
30-40	1
40-50	5
50-60	2
60-70	7
70-90	5

Fig. 18 – Tabela indicativa do número e da idade dos associados da ACI na Diocese do Funchal (2015).

As reuniões ordinárias da equipa diocesana são mensais e as das equipas interparoquiais quinzenais, para debater os temas definidos anualmente pela equipa nacional. Realiza-se um conselho diocesano e um retiro uma vez por ano, por vezes em conjunto com outros movimentos da ACP, e também um convívio anual. Ocasionalmente, promovem-se encontros de reflexão, para os quais se convidam pessoas não ligadas à ACI.

A sua estrutura orgânica é idêntica à dos outros movimentos da ACP: as equipas-base e a equipa diocesana respondem perante o conselho diocesano e este e a equipa nacional perante o conselho nacional. Continuando o espírito e a ação da ACP, a ACI é um movimento laical de apostolado, que segue o método tradicional de “ver, julgar e agir”. Está integrada no Movimento Internacional de Apostolado

dos Meios Sociais Independentes (MIAMSI), criado em 1963, que reúne cada quatro anos. As eleições para os órgãos dirigentes têm lugar cada três anos.

Bibliog.: impressa: CIVARDI, Luís, *Manual de Acção Católica*, Lisboa, União Gráfica, 1934; “Conclusões”, *Boletim da Acção Católica Portuguesa*, n.º 303-304, set.-out. 1959, pp. 82-86; FÁRIA, Teodoro, *O Concílio Vaticano II 50 Anos depois*, Lisboa, Lucerna, 2014; FERREIRA, António Matos, “A Acção Católica: questões em torno da organização e da autonomia da acção da Igreja Católica (1933-1958)”, *O Estado Novo: das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, vol. 2, Lisboa, Fragmentos, 1987, pp. 281-302; FONTES, Paulo Fernando de Oliveira, “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na sociedade”, *Lusitânia Sacra*, 2.ª sér., n.º 6, 1994, pp. 61-100; *Id.*, *Elites Católicas em Portugal: o Papel da Acção Católica (1940-1961)*, Lisboa, FCG/FCT, 2011; LOPES, Joana, *Entre as Brumas da Memória: os Católicos Portugueses e a Ditadura*, Porto, Ambar, 2007; MATOS, Urbino José Lobo de, *Tricentenário da Freguesia de Santa Luzia 1676-1976*, Funchal, Conselho Paroquial da Freguesia de Santa Luzia, 1977; SANTOS, António dos, “Revisão histórica da Acção Católica Portuguesa”, *Laikos*, n.º 10, ano IV, out. 1980, pp. 23-46; **digital:** CORREIA, Clara Pinto, “Efemérides: Sidónio de Freitas Branco Paes”, *Viridarium*, 7 dez. 2006: <http://viridarium.blogspot.pt/2006/12/efemrides-sidnio-de-freitas-branco.html> (acedido a 25 nov. 2014).

GABRIEL PITA

Acciaiuoli, Carlos

De nome completo Carlos Castelo Branco Acciaiuoli Ferraz de Noronha, nasceu na freguesia de Santana a 15 de julho de 1845 e faleceu na cidade do Funchal a 1 de fevereiro de 1924. Algumas das suas relações familiares tiveram notoriedade regional. Era filho do morgado da família dos Acciaiuolis, cunhado de Guilherme Quintino Prado e de Filipe Joaquim Acciaiuoli, tio da poetisa Maria Gertrudes Acciaiuoli de Sampaio e primo de Josefina d’Ornelas Castelo Branco. Foi pároco no Porto Santo, vigário na freguesia do Porto da Cruz e professor durante muitos anos no Seminário Diocesano do Funchal. Distinguiu-se como orador sagrado, e foi autor de várias composições literárias.

Utilizou vários pseudónimos na sua colaboração em jornais (*e.g.*, no *Diário da Madeira*), nomeadamente o de Pertinaz Curioso. Colaborou no poema herói-cómico *Guianeida*, obra a que deu uma nota irónica. Tratava-se de uma sátira da sociedade funchalense no período da grande vaga de emigração para a Guiana Inglesa. Foram coautores do poema Francisco Clementino de Sousa, Maurício de Castelo-Branco, Gabriel Franco de Castro, Matias Figueira da Silva e João José Vieira. Fernando

Augusto da Silva e Carlos de Azevedo de Menezes, mais tarde citados por Marino, afirmam que foi “bastante lembrado pelos seus contemporâneos, particularmente pelos seus ditos de espírito, em que alcançou uma verdadeira celebridade, reproduzindo-se ainda hoje os casos e as anedotas em que sobressaiam as frases cheias da mais espontânea e cintilante graça” (MARINO, 1959, 179). Nota idêntica regista o visconde do Porto da Cruz, ao afirmar que “as anedotas da sua autoria são inúmeras e cheias de graça, transmitindo-se ainda hoje às novas gerações, tal é a sua originalidade e o seu poder crítico” (PORTO DA CRUZ, 1953, III, 26).

O pequeno poema “A uma flor” é muitas vezes citado como um dos exemplos mais conseguidos da sua poesia de tom palaciano: “Poesia, encanto, amor, melancolia/Encerras meiga flor!/Inspiração suave dás e harmonia/Ao pobre trovador!”

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; MARINO, Luís, *Musa Insular: Poetas da Madeira*, Funchal, Eco do Funchal, 1959; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1953; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978; VIEIRA, Francisco, *Álbum Madeirense: Poesias de Diversos Autores Madeirenses*, Funchal, Tip. Funchalense, 1884.

MANUEL CURADO

Acciaiuoli, família

A família Acciaiuoli (também conhecida como Acciaoli ou Acciajuoli) foi uma das mais importantes famílias de Florença, tendo assumido ainda um papel importante no Reino de Nápoles e no Ducado de Atenas. Zenóbio e Simão Acciaiuoli (?-1544) estão na origem do ramo da família na Madeira e, depois, no Brasil, especialmente no Ceará, em Pernambuco e em Alagoas. Gaspar Acciaiuoli de Vasconcellos, filho de Zenóbio Acciaiuoli e de Maria de Vasconcellos e neto de Simão e de Maria Pimentel e Drummond, foi, em 1618, para o Brasil, mais especificamente para Pernambuco, onde se casou com Ana Cavalcanti de Albuquerque, neta de Filippo Cavalcanti, rico mercador de Florença. Simão recebeu a carta de armas de D. João III a 27 de outubro

de 1529, documento no qual é referida a sua origem florentina.

A presença dos cidadãos das cidades-estado italianas na Madeira surge como consequência da sua forte implantação na península e do seu manifesto empenho na revelação do Novo Mundo. Em Portugal e Castela, procuraram os portos ribeirinhos de maior animação comercial, onde se evidenciaram como mercadores, mareantes e banqueiros. Entre eles, destacam-se os oriundos de Génova, Veneza e Florença, cidades de grande animação comercial e marítima, tendo criado, nos locais de fixação, novas vias para o comércio com o mercado mediterrânico. Foram, também, portadores de novas técnicas comerciais e produtos de cultivo, como o açúcar. A sua posição charneira da península itálica propiciara essa posição hegemónica no mercado do Mediterrâneo oriental, onde aparecem como os principais interessados no comércio de açúcar oriental. A eles se deve a sua expansão para Ocidente, em termos de comércio e cultura. Primeiro, em Chipre e na Sicília; depois, em Valença e no Algarve; e, finalmente, no Atlântico – Madeira, Canárias e São Tomé. Em todas as situações, é flagrante a íntima ligação do italiano, nomeadamente genovês, à cultura e ao comércio do açúcar. Deste modo, no Mediterrâneo atlântico, é mais elevada a sua presença na Madeira e nas Canárias do que nos Açores, adquirindo, em ambas as ilhas, uma posição proeminente na agricultura e no comércio, sendo o açúcar o seu principal interesse.

A rede de negócios estabelecida pelos Italianos no Novo Mundo mantém as mesmas características que tinha na Europa do Norte e no Mediterrâneo; a família é a chave do sucesso, a garantia da sua execução em plena segurança e da continuidade das referidas operações. A partir desta condicionante, estabeleceu-se a estrutura do negócio, tendo como ponto de partida a cidade de origem. No caso do espaço atlântico, a rede tinha em Cádiz e Lisboa dois importantes centros de confluência e divergência. Tendo em conta a importância que a Madeira e as Canárias assumiram no comércio do açúcar nos sécs. xv e xvi, parece inevitável

a presença da comunidade italiana, nomeadamente genovesa, nos principais portos de ambas as ilhas. As representações de algumas casas em Lisboa e Cádiz, ramificaram-se até aos portos do Funchal, Las Palmas e Santa Cruz de Tenerife, surgindo, a partir daí, uma nova rede de negócios. Gaspar Frutuoso, em finais do séc. xvi, esclarece-nos sobre a importância que a comunidade assumiu na economia açucareira madeirense, referindo quatro proprietários de engenho: Simão Acciaiuoli (Funchal), Jorge Lomelino (Santa Cruz), Rafael Catanho (Santa Cruz) e Luís Dória (Faial). Assim, “um de Simão Achioli(i), que é agora de seu filho Zenobre Achioli, florentim e de nação, é proprietário de engenho no Funchal, situado no quarteirão defronte do Bazar do Povo” (FRUTUOSO, 1979, 110). Temos referência a este engenho e aos seus apetrechos no inventário de bens de 1598.

Um dos aspetos que mais favoreceu a penetração da comunidade italiana na Ilha, para além do seu conhecimento dos segredos da produção e do comércio do açúcar, foi a sua fácil naturalização, de direito, adquirida por alvará régio, ou de facto, por meio do seu relacionamento matrimonial com as principais famílias da Ilha. A forma mais eficaz de naturalização e de plena intervenção do estrangeiro na vida madeirense foi o recurso ao casamento, que era o meio mais rápido de penetração na sociedade e de conquista de uma posição de relevo ao nível fundiário e institucional. Assim sucedeu com Simão Acciaiuoli, Benoco Amador, Chirio Quirino Cattaneo, João Usodimare, Urbano Lomelino e João Salvago.

Simão Acciaiuoli casou-se com Maria Pimentel e Drummond, filha de Cantanho Pero Rodrigues, almoxarife dos quartos (quinto), que tinha promessa do ofício para quem se casasse com a sua filha. Surge, assim, em 1522-1531 – embora a carta de nomeação régia seja de 23 de abril de 1523 –, como almoxarife dos quintos, servindo, em 1533, como provedor da fazenda. Desta forma, adquiriu uma posição proeminente na Ilha, como proprietário e detentor de cargos na administração da fazenda. Benoco Amador acolheu uma viúva,

Petronilha Gonçalves Ferreira, mulher de Esteves Eanes de Quintal, o que lhe propiciou a posse e o usufruto de extensas propriedades em Santo António e na Ponta do Sol; o seu património não parou de aumentar, mercê da sua ativa intervenção em múltiplas operações de comércio e de crédito, tomando-se um importante proprietário e empresário. João Salvaço, que se casou com Isabel Álvares de Abreu, tomou-se um destacado proprietário em Câmara de Lobos e Arco da Calheta.

Deste modo, pode afirmar-se que os Italianos, em especial os florentinos e os genoveses, conseguiram implantar-se na Madeira, desde meados do séc. xv, como os principais agentes do comércio do açúcar, alargando, depois, a sua atuação ao domínio fundiário, por meio da compra e de laços matrimoniais. Os mercadores-banqueiros de Florença surgiram também na Ilha e evidenciaram-se nas transações comerciais e financeiras em torno do açúcar madeirense no mercado europeu. A partir de Lisboa, onde detinham uma privilegiada posição junto da Coroa, mantiveram e orientaram uma extensa rede de negócios, que abrangia a Madeira e as principais praças europeias. Primeiro, conseguiram da Fazenda Real o quase exclusivo do comércio do açúcar resultante dos direitos reais por meio do contrato; depois, apoderaram-se do açúcar em comércio. Simão Acciaiuoli teve sociedade com Luís Dória e António Espindola, para o arrendamento dos direitos de 1516-1518. Além disso, entre 1500 e 1537, foi agente dos mercadores Benedito Morelli e Lopo Azevedo. No comércio do açúcar, sabe-se que transacionou 334 arrobas de açúcar entre 1501 e 1510. Temos notícia da presença de Zenóbio, a partir de 1509, no Funchal, com aposentos na chamada R. Direita (depois R. da Alfândega). A ela se refere Gaspar Frutuoso: “uma grande e larga rua, que se chama a Direita e é a maior da cidade, vai ter ao pinheiro, que é uma árvore que está no cabo dela, a mais grande e formosa que há na mesma cidade. [...] na qual rua mora também o generoso e rico Zenobre Chiol, que tem ali seu engenho de açúcar, que parte com a mesma ribeira” (*Id., Ibid.*, 112).

Pensa-se que o tríptico *Descida da Cruz*, atribuído a Gerard David, terá sido doado por Zenóbio, porque, segundo Henrique Henriques de Noronha, teria pertencido a um altar de Nossa Senhora da Piedade do convento de S. Francisco do Funchal, que ele construía e que se localizava na frente da sua sepultura e de sua mulher, Maria Pimentel. À sua morte, instituiu o morgado chamado de Nossa Senhora do Faial ou da Natividade, com capela erguida pelo seu filho; a quinta do Faial e respetiva capela passaram posteriormente para as mãos de António Aragão Figueira de Freitas, descendente desta família.

Francisco e Zenóbio (pai e filho) deram continuidade à ação da casa comercial; o segundo era proprietário de cinco escravos, teve engenho de açúcar e é considerado por Gaspar Frutuoso “generoso e rico” (*Id., Ibid.*), tendo tido uma ação importante nas guerras de Pernambuco. Entretanto, Simão Acciaiuoli de Vasconcellos, filho de Zenóbio Acciaiuoli de Vasconcellos, casou-se com Isabel de Vasconcellos, filha de Fernão Favella de Vasconcellos, tendo recebido um importante dote de 2000 cruzados em dinheiro, 1000 cruzados em peças de ouro e prata, 100.000 reis para a compra de três escravos e 4 serrados de cana nos Piornais.

Gaspar Acciaiuoli, filho de Zenóbio Acciaiuoli, serviu em Olinda e no cerco do Salvador, recebendo por isso, em 26 de março de 1647, um alvará da mercê de 40\$000 de pensão com a comenda da Ordem de Cristo. Francisco Acciaiuoli de Vasconcellos foi o primeiro filho deste Zenóbio e de Maria de Vasconcellos, tendo nascido em 1563. Mudou-se para Lanzarote, onde se casou a 25 de abril de 1588, e veio a falecer no Funchal, a 26 de março de 1648. Na Confraria do Santíssimo Sacramento, existem dois castiçais de prata oferecidos por ele. Por fim, recorde-se que Álvaro Rodrigues de Azevedo lhe atribui, em 1873, a introdução da casta de vinho malvasia, a partir da ilha de Minoa.

Bibliog.: ALBUQUERQUE, Cassia et al., *Acciaiolis no Brasil*, Rio de Janeiro, Jardim da Casa, 2011; BERARDENGA, Curzio Ugurgieri della, *Gli Acciaiuoli di Firenze nella Luce de'Loro Tempi*, Firenze, Leo S. Olschki, 1962; FELICE, Emidio de, *Dizionario dei Cognomi Italiani*, Milano, Mondadori, 1980; FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, s.n., 1979; LITTA, Pompeo, *Famiglie Celebri Italiane*, 16 vols., Milano, per Giusti.

Edizione in foglio, 1830-1845; NORONHA, Henrique Henriques, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal*, Funchal, CEHA, 1996; PASSOS, Carlos, "Relações históricas luso-italianas", *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2.ª sér., vol. VII, 1856, pp. 143-240; PERAGALLO, Prospero, *Cenni intorno alla Colonia Italiana in Portogallo nei Secoli XIV, XV e XVI*, Genova, Stabilimento Tipografico Ved. Papini e Figli, 1907; SILVANO, Giovanni, "Acciaiuoli", in REINHARDT, Volker (ed.), *Le Grandi Famiglie Italiane*, Vicenza, Neri Pozza, 1996; SOUSA, Álvaro Manso, "Curiosidades históricas da Ilha", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 6, n.º 36, 1966, pp. 33-35; VANNUCCI, Marcello, *Le Grandi Famiglie di Firenze*, Roma, Newton Compton Editori, 2006; VAZ, Fernando de Menezes, "Genealogias-Acciouli", *Das Artes e da História da Madeira*, 7 nov. 1948, pp. 39-40; VIEIRA, Alberto, *O Comércio Inter-Insular nos Séculos XV e XVI*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1987; *Id.*, "Os Italianos na Madeira – Séculos XV-XVI", *Arquipélago. História*, 2.ª sér., vol. III, 1999, pp. 11-28.

† ALBERTO VIEIRA
EMANUEL JANES

Acciaiuoli, Luís de Meneses Correia

Luís de Meneses Acciaiuoli, nascido no Funchal em 1888, foi em 1951 vogal da comissão administrativa da Junta Geral do Funchal, correspondente nacional, engenheiro chefe da Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos, bem como inspetor de águas.

Luís Acciaiuoli desenvolveu vários estudos na área da geologia portuguesa, com maior ênfase no sector mineiro e na exploração das minas em Portugal ao longo dos séculos, com destaque para as ilhas adjacentes.

Acciaiuoli produziu múltiplas obras de cariz científico, como *Hidrologia Portuguesa: 1943-1946* e *Geologia de Portugal: Ensaio Bibliográfico* (composto por 3670 referências de estudos bibliográficos); *Bibliografia Hidrológica do Império Português* (dois volumes em que estavam reunidas as referências bibliográficas das obras, manuscritas e impressas, que abordavam o estudo da hidrologia, incluindo os trabalhos sobre as nascentes do Ultramar, que na altura não estavam a ser devidamente estudadas); *Le Portugal Hydromineral: 1952 à 1953* e *História da Química na Hidrologia Portuguesa*.

O engenheiro defendia a atividade que, neste sector, a Academia das Ciências teve desde a sua fundação, desde a Comissão dos Trabalhos Geológicos do Reino até aos princípios do séc. XX, fundamental para as ciências geológicas.

Doutor *honoris causa* da Academia das Ciências de Lisboa, Luís de Meneses Acciaiuoli faleceu na Curia em 1958, deixando um vasto trabalho na área da geologia, com isso transmitindo às gerações posteriores uma base forte para a continuação da exploração das ciências geológicas em Portugal.

Obras de Luís de Meneses Correia Acciaiuoli: *A Academia das Ciências e as Minas do Império até Meados do Século XIX* (1948); *Bibliografia Hidrológica do Império Português* (1949-1950); *Geologia de Portugal. Ensaio Bibliográfico* (1957); *A Academia Real das Ciências e a Comissão dos Trabalhos Geológicos do Reino* (1958). *Uma Comemoração Centenária* (1958).

JOANA PINTO SALVADOR COSTA

Ackermann, Eugène

Eugène Ackermann foi um engenheiro de minas nascido em Colmar ex-Haut-Rhin, a 14 de fevereiro de 1866, que se naturalizou francês. Entre 1899 e 1892, foi aluno da Escola de Minas de Paris, passando, depois, a trabalhar no laboratório de química do Prof. Friedel, químico reputado que fora aluno de Pasteur. Nos três anos consecutivos, Eugène tornou-se diretor do laboratório de ensaio sobre cimentos, ao serviço das forças militares francesas. Em 1898, iniciou a sua carreira internacional, assumindo o posto de chefe do laboratório encarregado do saneamento do estado do Pará, no Norte do Brasil, e nessa posição se manteve até 1900, ano em que começou a dedicar-se ao problema da borracha na bacia inferior do Amazonas. Em 1902, mudou-se para África, como inspetor adjunto da agricultura no Senegal, e um ano mais tarde tornou-se geólogo e prospector do governo da África ocidental francesa, condição em que procurou fosfatos em Sarène, ouro em Falémé, lençóis de água subterrâneos no Daomé e no Senegal, e ainda calcário nos arredores de Bamako.

Em 1906, deu-se a sua ida para Lisboa, como engenheiro conselheiro, responsável pela pesquisa em minas de pirite e de jazidas de lenhite em Porto de Mós, tendo-lhe sido, ainda, confiada a tarefa da prospeção de um hipotético lençol de petróleo em Torres Vedras. De regresso a África, em 1907, aí continuou à

procura de petróleo na Costa do Marfim, ao mesmo tempo que estudava a costa ocidental do continente africano, entre a Serra Leoa e Lagos, na Nigéria.

Entre 1907 e os fins de 1908, foi para a Madeira, onde se dedicou à pesquisa de recursos minerais nessa ilha e na do Porto Santo, e dessa estadia no arquipélago resultou uma obra intitulada *L'Ile de Madère Considerée au point de vue Scientifique et Économique*, publicada em Rixheim, na Alsácia. O estudo, distribuído ao longo de 10 capítulos, debruça-se sobre a possibilidade de a Madeira fazer parte da antiga Atlântida, mas também analisa as montanhas, os meios de transporte, as condições minerais, os produtos mineralógicos particulares, como as “terras coloridas”, e alguns aspetos económicos. O livro tem, ainda, a particularidade de Ackermann disponibilizar informações diversas destinadas a facilitar a vida a quem deseje deslocar-se à Madeira, indicando hotéis onde podem alojar-se em Lisboa, antes da viagem, alojamentos na Ilha, e até à companhia de navegação que poderiam utilizar.

A ligação de Ackermann a Portugal acabou por ter algum impacto na sua produção escrita, uma vez que dedica ao nosso país dois volumes, intitulados *Le Portugal Moderne*, aos quais se pode juntar a tradução de uma obra sobre os vulcões de Cabo Verde, da autoria de Doelter.

A partir de 1909, e de acordo com dados que o próprio Ackermann deixou na sua obra sobre a Madeira, rumou ao Porto, onde, como engenheiro conselheiro, se dedicou à pesquisa de estibina aurífera nas minas de Bragança; nos finais desse ano, dirigiu-se ao Turquestão russo, desta vez para tentar encontrar petróleo. Data de fevereiro de 1910 a última referência que foi possível encontrar sobre a sua pessoa e o seu trabalho, que nessa data se centrava na prospeção de volfrâmio e cobre na Andaluzia.

Obras de Eugène Ackermann: *Le Portugal Moderne* (1907); *L'Ile de Madère Considerée au point de vue Scientifique et Économique* (1910).

Bibliog.: PORTO DA CRUZ, Visconde do, “Algumas figuras ilustres que visitaram a Madeira”, *Revista Portuguesa*, n.º 72, dez. 1953, pp. 45-68; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1984.

CRISTINA TRINDADE

Aclamação de D. João IV

A notícia da aclamação de D. João IV (1604-1656), dos inícios de dezembro de 1640, chegou à Madeira por alturas do Natal desse ano. Um navio inglês proveniente de Sevilha e com destino às Canárias aportou ao Funchal a 26 desse mês e deixou um vago alerta de que algo de anormal se teria passado em Lisboa.

A confirmação oficial chegou a 10 de janeiro seguinte, através das cartas, datadas de 19 de dezembro, enviadas por D. João IV ao governador e ao bispo, e levadas pelo Cap. Diogo Monteiro na sua caravela, tal como se fez para as ilhas de Cabo Verde e para Angola, dando conta de “como aprouve a Deus Nosso Senhor restituir-lhe a coroa destes Reinos” (ABM, Câmara Municipal... Vereações, liv. 1328, fls. 7-8)



Fig. 1 – Retrato de D. João IV, gravura alemã de 1660 (arquivo particular).

e da maneira como “fora alevantado com muito alvoroço e devida satisfação” (*Ibid.*). As cartas foram lidas na Câmara no dia seguinte, procedendo-se à aclamação e marcando-se para o domingo seguinte, dia 13 de janeiro, a procissão solene e as festas “como dispõe o regimento” (*Ibid.*). A sessão camarária registou a presença de todas as autoridades da Ilha: o Gov. Luís de Miranda Henriques (c. 1600-1648), o bispo do Funchal, D. Jerónimo Fernando (c. 1590-1650), e sobrinhos, D. António Fernando de Melo e D. José de Melo Fernando, os vereadores, o procurador do concelho, então o castelhano D. António de Herrera y Rojas, filho do falecido marquês de Lançarote (1537-1598), o ouvidor e o provedor, incluindo o comandante do presídio castelhano, Cap. Tomás Velasquez Sarmiento, e de tudo foi lavrado auto.

A 11 de janeiro, o governador escreveu ao Cap. Manuel de Vasconcelos da Câmara de Machico a contar o que se passara em Lisboa e no Funchal. A aclamação em Machico processou-se no dia 13, elaborando-se o *Auto do Levantamento do muito Alto e Poderoso Rei Dom João, o Quarto, Nosso Senhor*, a que se seguiu o juramento, no dia 28, “estando presentes os Oficiais da Câmara, de Guerra, e a Nobreza e o Povo dela” (ABM, Câmara Municipal..., Registo Geral, tomo 2, fls. 44-45v.). Na sequência de Machico, igualmente se escreveu ao Gov. Martim Mendes de Vasconcelos, da ilha do Porto Santo.

Nesse mês de janeiro, o Porto Santo encontrava-se bloqueado por uma armada turca de 12 de navios de Argel. A missão foi entregue ao filho do governador, Matias de Mendonça e Vasconcelos, juiz ordinário da Câmara de Machico. Conhecedor da costa do Porto Santo, conseguiu, durante a noite, furar o bloqueio da esquadra corsária e levar a notícia ao pai. Recebida a notícia no Porto Santo, logo foi celebrada à maneira da época, com salvas de artilharia e descargas de mosquetes e arcabuzes. A esquadra turca, não estando habituada àqueles ruídos na ilha, pensou tratar-se dum forte reforço e levantou o bloqueio. O sucesso foi logo dado como milagroso, atribuído a um favor divino que não só livrara a terra portuguesa

do Rei estrangeiro, como o Porto Santo da esquadra turca, tendo por isso Martim Mendes de Vasconcelos foro de fidalgo um ano depois, a 9 de setembro de 1642, com “hábito da ordem de Cristo para um filho que ele nomear, com 200\$000 réis” (*Inventário dos Livros...*, 1909, I, 9v.).

No entanto, nem tudo terá corrido a favor, surgindo também dificuldades. As primeiras notícias negativas que aparecem referem a colocação de panfletos contrários à aclamação de D. João IV, “pasquins malsonantes pelas portas das igrejas, contra o respeito e decoro devido ao dito Senhor”, que foram retirados pelo P.^e Lourenço Barradas Ferreira (FREITAS, 1973, 173). A informação, no entanto, é vinculada pelo próprio através da sua habilitação *de genere*, atestada pelo bispo do Funchal, pelo que, a ter ocorrido tal episódio, não teria passado de uma ocorrência pontual. A primeira alteração a processar-se no Funchal foi a extinção do presídio castelhano, levada a cabo pelo governador, que cumpriu assim um desejo antigo da população do Funchal. A guarnição foi inicialmente dispersa pelas vilas da Ilha, no sentido de afastar do Funchal, e foi depois embarcada para as Canárias, tendo alguns militares optado por ficar nas fileiras da dinastia de Bragança. O mesmo se passou com o presídio do castelo de S. Jorge, em Lisboa, mas não com o de Angra, nos Açores, que resistiu cerca de um ano, com vários mortos de uma parte e outra nos recontros efetuados.

Registe-se, no entanto, que, embora a 25 de janeiro a Câmara do Funchal tenha determinado enviar para Lisboa as cartas a notificar a aclamação na Madeira, só a 26 de fevereiro estas foram assinadas. Saliente-se que a ordem dada ao mestre da caravela Francisco Belo para não sair do Funchal sem levar as cartas para D. João IV foi sob pena de 200 cruzados e quatro anos de degredo, o que parece indicativo da vontade de as enviar. No entanto, os problemas logo surgidos, acarretando distúrbios mais graves, devem ter colocado tudo em causa. Nesse dia 25 de janeiro, o povo acudiu à Câmara em tumulto, expulsando o juiz Luís Fernandes de Oliveira, que tinha sido

contador do presídio castelhano, e elegendo novo juiz, procurador do concelho, vereadores e almotacel. Não contente com isso, passou à casa do escrivão da Câmara e fortificações, Paio Rodrigues Pais da Cunha, que estava suspenso e que, mais tarde, seria mesmo enviado sob prisão para Lisboa, e fê-lo voltar à Câmara, expulsando o Cap. Manuel Teixeira Pereira, que fazia então de escrivão. Em tumulto cada vez maior, lançou-se a multidão contra o escrivão da Fazenda Manuel de Ceia e um seu sobrinho, por se ter falado de tributos, “e os matariam, sem dúvida” (ANTT, Provedoria e Junta..., liv. 965, fls. 202ss.), caso não intervissem o governador, o bispo e elementos do cabido da Sé. A multidão foi então à Alfândega, expulsando o provedor Manuel Vieira Cardoso e obrigando João Rodrigues de Teive a servir nesse lugar. O provedor escapou ao furor da multidão escondendo-se em casa do bispo, mas os populares ocuparam a sua casa e mataram-lhe as aves de estimação. Todas estas ações foram de imediato confirmadas por autos lavrados na Câmara e na Alfândega, sinal de não serem só por imposição popular, mas de terem por detrás gente informada que sabia o que estava a fazer. No dia seguinte, o bispo foi à Câmara e voltou a fazer a aclamação com a nova vereação. No entanto, não reconhecendo o Gov. Luís de Miranda Henriques a nova vereação, a 28 de fevereiro elegeu-se outra e lavrou-se novamente o auto.

A notícia chegou a Lisboa e, a 2 de agosto, D. João IV escreveu à Câmara mandando proceder-se contra os culpados das alterações de 25 de janeiro e nomeando depois um novo governador para a Madeira. Entretanto, a 25 de outubro, voltou a escrever “mandando que enquanto não viesse o Governador e o Corregedor para a Madeira, se não alterasse nada do que se tinha feito sobre as alterações e motins que na Ilha houve” (ABM, Câmara Municipal..., Avulsos, cx. 2, doc. 262). No entanto, o novo Gov. Nuno Pereira Freire (c. 1595-c. 1660), com a instalação do novo Governo em Lisboa, só se apresentou na Ilha mais de um ano depois, a 19 de agosto de 1642, tomando posse no dia seguinte.



Fig. 2 – Antigo portal da Alfândega do Funchal de c. 1660. Assembleia Legislativa Regional, 2015 (arquivo particular).

Com o novo governador, chegou uma alçada constituída pelo juiz corregedor Gaspar Mouzinho Barba e o oficial de diligências Amaro Godinho Borges, que haveriam de ter um fim triste na Ilha. Este corregedor ia investigar os tumultos de 25 de janeiro do ano anterior, sendo também indicado para tomar conta da Fazenda, dada a pouca ou nenhuma confiança que suscitara em Lisboa a nomeação popular do provedor naquela altura. Acresce que o novo provedor chegava igualmente encarregado da contramarcação da moeda e da revisão dos complicados processos de dívidas em atraso à Fazenda Real, o que causou um ainda maior mal-estar no Funchal.

No final do mês de dezembro de 1643, o trabalho do corregedor deve ter estado na origem de uma sedição ou um motim contra o governador, que envolveu uma série de morgados, para além de outras figuras menores. Nesse quadro, o governador tinha mandado proceder a alterações no elenco camarário,

onde havia alguns elementos indiciados como tendo dívidas em atraso à Fazenda, em princípio os vereadores Manuel Homem e Luís Manuel Leme da Câmara. Dada a não apresentação na Alfândega dos últimos implicados, o juiz deslocou-se à Câmara para prender os vereadores, a 29 de dezembro de 1643. Interpôs-se então Pedro Bettencourt de Atouguia, que, após breves palavras, assassinou o corregedor com uma estocada de espada. O assassino ainda foi preso, mas, evadindo-se, foi acolher-se ao Convento de S. Bernardino, em Câmara de Lobos, de que a sua família era padroeira, acabando os seus dias no então oratório de S. Sebastião da Calheta como leigo e ao abrigo da justiça.

D. João IV condescendeu com a situação, em princípio por não ter ainda a informação do assassinato do corregedor, e, em carta ao governador, recomenda-lhe que “se evitassem os efeitos das inimizades e ódios, ordenando-se às justiças que não procedam contra pessoa alguma por coisas que sucedessem no tempo da sua aclamação” (*Ibid.*, Câmara Municipal..., Registo Geral, tomo 6, fl. 53). No entanto, em poucos meses estava na Madeira um juiz desembargador, desta vez da Relação do Porto, Jorge de Castro Osório, com indicações para investigar a morte do corregedor anterior (*Ibid.*, fl. 65). O novo juiz recebeu na Madeira o apoio do oficial Amado Godinho Borges, que por uns tempos serviu de provedor da Fazenda. Em breve trecho, foram ambos envenenados, “mortos com peçonha”, como refere a mercê régia para a viúva do oficial da justiça e da Fazenda (*Inventário dos Livros...*, 1909, I, 411). Na Ilha, os documentos oficiais são sempre lacónicos: “faleceu, não se confessou” (ABM, Registos Paroquiais..., liv. 73, fls. 169-170). O velho e experiente bispo do Funchal retirou-se entretanto para Lisboa, ficando a Diocese em sede vacante várias dezenas de anos. O Rei enviou para a Madeira novo governador, Manuel de Sousa Mascarenhas (c. 1595-c. 1660), com fortes ligações familiares à Ilha e até aqui com propriedades. Esperava assim acalmar os ânimos, o que não veio a acontecer, essencialmente pelos desmandos do governador.

Com a subida ao trono de D. João IV e as alterações políticas daí advindas, logo aumentou o movimento do porto do Funchal. Aliás, as primeiras medidas militares de D. João IV em relação à Madeira visaram precisamente o movimento do porto. Para o controlo das principais medidas militares, constituiu-se o Conselho da Guerra, sendo uma das suas primeiras medidas para a Madeira a cativação dos bens, existentes no porto do Funchal, que pertenciam a Pedro de Baessa Diogo Rodrigues, natural de Lisboa, e a Jorge Gomez Alemo, e que era preciso acautelar. Foram expedidas a 20 e 23 de agosto de 1641 e assinadas pelo conde Alm. Rodrigo Botelho. Neste quadro, processaram-se diversos melhoramentos no calhau da cidade, como a montagem do cabrestante da praia e, depois, a fortificação do cais da Alfândega e até de cais particulares, como o da família Fernandes Branco, na foz da ribeira de Gonçalo Aires. Com o alvará de franqueamento do comércio e da navegação para Oriente, de 12 de dezembro de 1642, logo vários madeirenses com interesses comerciais entre Lisboa e o Brasil, como Francisco Fernandes Furna, ampliam as suas atividades até à Índia e à China. No mesmo sentido, estabeleceram-se outros contactos com portos europeus, sendo desta altura os contratos comerciais de navios marseheses com a ilha da Madeira.

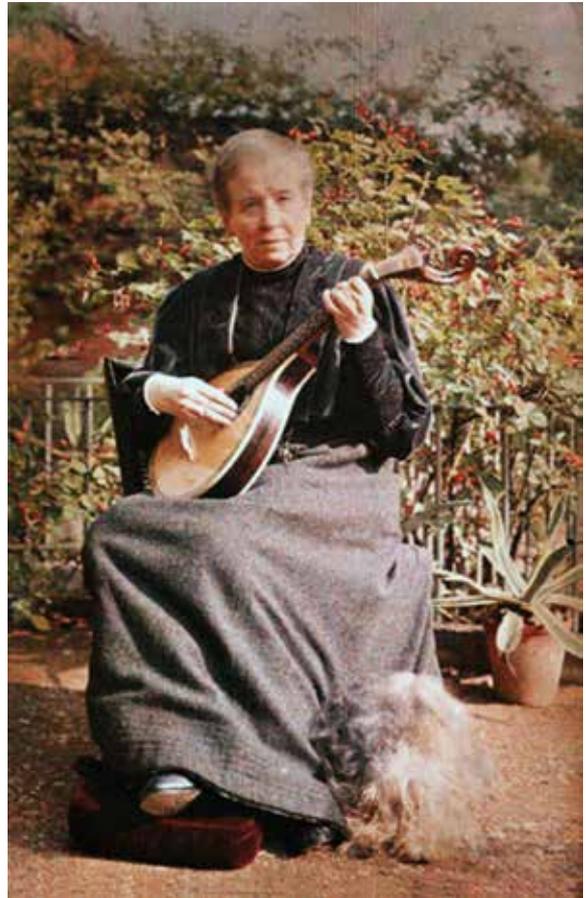
Bibliog.: **manuscrita:** ANTT, ABM, Câmara Municipal de Machico, Registo Geral, tomo 2; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Avulsos, cx. 2, doc. 262; cx. 13, n.º 1637-1640; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomo 6; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, liv. 1328; *Ibid.*, Registos Paroquiais, Sé, Óbitos, liv. 73; Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 965; **impresa:** ALMEIDA, Gregório de, *Restauração de Portugal Prodigiosa*, vol. iv, Barcelos, s.n., 1939; ALMEIDA, Manuel Lopes de, *Notícias da Aclamação e Outros Sucessos*, Coimbra, s.n., 1940; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. III, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1992; *Id.*, *A Arquitectura Militar na Madeira nos Séculos XV a XVII*, Funchal/Lisboa, Universidade da Madeira, 1998; *Cartas e Outros Documentos da Época da Guerra da Aclamação*, ed. lit. Horácio Madureira Santos, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1973; FREITAS, Eugénio da Cunha e, “A Restauração na ilha da Madeira: documentos inéditos”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, II sér., vol. xxii, 1973, pp. 173-185; *Inventário dos Livros das Portarias do Reino*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1909 e 1912; NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, CEHA, 1996; RAMBERT, Gaston, e BERGASSE, Louis, *Histoire du Commerce de Marseille*, t. iv, Paris, Plon, 1954; SARMENTO, Alberto Artur, *Documentos e Notas sobre a Época de D. João IV na Madeira. 1640-1656*, Funchal, s.n., 1940; *Id.*, *Ensaio Histórico da Minha Terra, Ilha da Madeira*, vol. I, Funchal, JGDAF, 1946; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

Acland, Sarah Angelina

A fotografia está presente na ilha da Madeira desde os primórdios de tal arte, sendo disso exemplo o caso de Sarah Angelina Acland, conhecida como Angie, uma fotógrafa amadora britânica, pioneira na fotografia a cores. Membro da Royal Photographic Society (RPS) e da Royal Society of Arts (RSA), visitou a Madeira entre 1909 e 1910, momento em que lá permaneceu por seis meses, e em 1915, sendo os seus registos fotográficos a cores os primeiros executados na Ilha. Os trabalhos desta fotógrafa encontram-se no Museum of the History of Science na Bodleian Library, em Oxford, e, embora a divulgação das suas experiências com a fotografia a cores tivesse ocorrido em Gibraltar, em 1903, o destaque dado à obra recai frequentemente sobre as românticas fotografias executadas anos depois, durante as suas estadias no Funchal.

A fotógrafa amadora Sarah Angelina Acland nasceu em Oxford, a 26 de junho de 1849, sendo filha do – mais tarde assim nomeado – professor régio de Medicina *sir* Henry Wentworth Dyke Acland (1815-1900) e da esposa, Sarah Acland (1815-1878), Cotton de solteira. O hospital da Univ. de Oxford, que o pai ajudara a fundar, viria a receber o nome de Acland Hospital, em sua homenagem. A família Acland encontrava-se intelectualmente muito bem relacionada, tendo a jovem Angie sido uma das várias crianças fotografadas em tenra idade pelo matemático Charles Lutwidge Dodgson (1832-1898), que usava o pseudónimo Lewis Carroll e seria o autor de *Alice no País das Maravilhas* (1865), e nas quais se inspirou para a sua obra.

Em 1862, Sarah foi estudar com os primos para o colégio de Killerton, em Devon, onde o seu tio, o futuro *sir* Thomas Dyke Acland (1809-1898), 11.º barão, lecionava. Mais tarde, foi transferida para a Mayfield School, em Londres, uma escola feminina dessa época que se tornaria lendária. Regressou depois a Oxford, entrando para a recém-fundada Oxford School of Art, então dirigida pelo Prof. Alexander Macdonald (1839-1921) e



Sarah Angelina Acland com uma guitarra portuguesa, 1910 (arquivo particular).

pelo aquarelista e crítico de arte John Ruskin (1819-1900), ambos membros do grupo dos pré-rafaelitas. Ruskin vivera, inclusivamente, entre 1839 e 1841, em casa dos Acland, mantendo Sarah, até ao seu falecimento, estreito contacto com o pintor, através de correspondência e troca de publicações. Foi ainda assistente do pintor Dante Gabriel Rossetti (1828-1882), quando este trabalhou nos murais para a Oxford Union, entre 1868 e 1869.

Com o falecimento da mãe, em 1878, Sarah, como filha mais velha, tomou a direção da casa da família, então em Broad Street, Oxford, estando já uma boa parte dos seus irmãos e irmãs fora de casa. Como prenda pelos seus 42 anos, o pai ter-lhe-á oferecido uma câmara Kodak 3, com a qual passou a trabalhar em fotografia a preto-e-branco, influenciada por Julia Margaret Cameron (1815-1879), também ligada ao grupo dos pré-rafaelitas, fazendo retratos e paisagens. A residência

familiar era francamente ampla e a família possuía importantes proventos, como demonstram algumas das suas fotografias, nomeadamente uma de 1897 com o pessoal da casa, então com 12 empregados, que foi tirada sob a majólica da oficina de Luca della Robbia (1400-1482) e oferecida ao pai. Antes disso, logo por 1891, tinha já montado um pequeno estúdio nas traseiras da residência da família. Um ano mais tarde, retratou, embora não no seu estúdio, o primeiro-ministro britânico *lord* William Gladstone (1809-1898), tal como, dois anos depois, o primeiro-ministro seguinte, o conservador Robert Arthur Talbot Gascoyne-Cecil, *lord* Salisbury (1830-1903). Estes eram amigos de longa data da família. Nos primeiros anos da déc. de 90, integrou o Oxford Camera Club, tendo sido a primeira mulher a fazê-lo.

Datam de 1899 as suas primeiras experiências com a fotografia a cores, utilizando três fotografias filtradas para vermelho, verde e azul. Depois de sucessivamente impressas, estas possibilitavam a obtenção de uma imagem a cores, ensaiada no pequeno laboratório que entretanto também montou em casa. Com o falecimento do pai, em 1900, ganhou liberdade, optando por mudar-se para Clevedon House, posterior Park Town, a norte de Oxford. Aventurou-se, inclusivamente, a visitar o irmão mais velho, William Alison Dyke Acland (1847-1924), então almirante superintendente do estaleiro naval de Gibraltar, em 1903. A sua estadia naquela cidade, entre o Sul da Europa e África, e, muito especialmente, a luminosidade que ali foi capaz de captar, catapultaram a sua obra para um outro patamar. Nos finais de 1904, expunha 33 fotografias a cores resultantes dessa estadia em Gibraltar na 49.^a Exposição Anual da Royal Photographic Society of Great Britain, sob o título “The Home of the Osprey, Gibraltar”, dentro da temática Three-Colour Print.

Sarah Acland experimentou nos anos seguintes o processo dos irmãos Auguste e Louis Lumière (1862-1954 e 1864-1948), patenteado em 1903 e introduzido no mercado em 1907, que permitia já a obtenção de chapas capazes

de reprodução a cores, embora obrigasse à utilização de filtros para os ultravioletas. Nos finais de 1909, alegando razões de saúde, Sarah instalou-se durante seis meses no Funchal, mais especificamente no Reid’s Palace Hotel, que disponibilizava aos seus hóspedes instalações para laboratórios fotográficos. Executou inúmeras fotografias pelo *autochrome* dos irmãos Lumière, feitas nos jardins do hotel sobre a baía e a cidade, tal como em várias quintas da área, no jardim municipal, no Cemitério Britânico, etc. Voltaria ainda ao Funchal em 1910, onde haveria de adquirir uma guitarra portuguesa, com a qual se fotografou várias vezes.

Faleceu a 2 de dezembro de 1930, aos 81 anos, em Clevedon House, nunca se tendo casado. O seu espólio, tal como o do pai e de outros familiares, foi doado, entre 1964 e 1983, ao Museum of the History of Science de Oxford, que o pai ajudara a fundar. Porém, esse espólio só foi inventariado pela Bodleian Library em 2003.

Em 2011, o investigador Giles Hudson, então a preparar uma edição da obra de Sarah Acland (publicação datada de 2012), contactou a Univ. da Madeira no sentido de identificar as quintas fotografadas no Funchal e as personagens que nelas figuram. Foi possível identificar a Qt. Pitta e a Qt. Pérgula, onde vivera Elizabeth Lial Ivory (1826-1923), que tinha ido para o Funchal em 1863, como inválida, não regressando a Inglaterra, pois faleceu na Ilha com a adiantada idade de 97 anos. Deixou como herdeiro Henry William Hunt (falecido em 1947), que foi possível identificar, ainda jovem, posando na Qt. Pérgula; Henry Hunt deixou como herdeira Katherine Charlotte Hunt (falecida em 1952). Também foi possível identificar várias fotografias de ruas do Funchal, do Cemitério Britânico, do Club Funchalense, etc.

A 24 de julho de 2016, com a divulgação da obra de Sarah Acland, o diretor-geral da RPS, o presidente do City Council de Oxford, representantes da família Acland e entidades ligadas à história e à cultura locais procederam à colocação de uma placa na sua antiga residência, a chamada Oxfordshire Blue Plaques

Board, homenageando a fotógrafa enquanto “pioneer of colour photography [pioneira da fotografia a cores]”. Na placa, também se pode ler: “lived here 1901-1930 [viveu neste local 1901-1930]”.

Bibliog.: **impresa:** *Forty-Ninth Annual Exhibition of the Royal Photographic Society of Great Britain*, catálogo de exposição, London, s.n., 1904; FRENCH, Andrew, “A pioneer inspired by Lewis Carroll”, *The Oxford Times*, 27 set. 2012, p. 22; HUDSON, Giles, *Sarah Angelina Acland: First Lady of Colour Photography, 1849-1930*, Oxford, Bodleian Library, 2012; PARKER, C., *Catalogue of Photograph Albums of Sir Henry Wentworth Acland and Sarah Angelina Acland. 1840s-1890s*, Oxford, Bodleian Library, 2003; *Id.*, *Photograph Albums of Sarah Angelina Acland. Late 19th Cent.*, Oxford, Bodleian Library, 2003; **digital:** HUDSON, Giles, “Images for the news release Sarah Angelina Acland re-discovered as one of the pioneers of colour photography”, *Matters Photographical*, 14 nov. 2012: <https://mattersphotographical.wordpress.com/2012/11/14/sarah-angelina-acland-images/> (acedido a 5 dez. 2016); *Id.*, “Pre-raphaelite photography: Sarah Angelina Acland and Millais’s portrait of Ruskin at Glenfinlas”, 20 maio 2013: <https://mattersphotographical.wordpress.com/2013/05/20/millais-portrait-of-ruskin-sarah-angelina-acland-and-photography/> (acedido a 5 dez. 2016).

RUI CARITA

Acordos e tratados internacionais

A participação da Região Autónoma da Madeira (RAM) na negociação de acordos e tratados internacionais traduz-se na intervenção no procedimento de vinculação internacional do Estado português desta pessoa coletiva territorial, dotada de personalidade de direito público ao abrigo do direito português (art. 2.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira (EPARAM)). Trata-se de uma intervenção inserida no âmbito do processo de conclusão de tratados em Portugal, ou *treaty-making power*, ao constituir uma questão relacionada com os poderes conferidos às diferentes entidades públicas portuguesas e às competências atribuídas aos órgãos do poder político para intervirem na assunção de um compromisso internacional pelo Estado português. Tendo em consideração os efeitos internos e internacionais que serão potencialmente produzidos pelos compromissos internacionais, a referida intervenção deve ser analisada tendo por base uma abordagem que tenha simultaneamente em conta os contributos do direito regional, do direito interno português e do direito internacional.

Os acordos e os tratados internacionais são acordos de vontade entre sujeitos de direito internacional. Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 2.º da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969 (CVDT69), a “expressão ‘tratado’ designa um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo direito internacional, quer esteja consignado num instrumento único, quer em dois ou vários instrumentos conexos, e qualquer que seja a sua denominação particular”. Daqui decorre serem determinantes, para a qualificação de um compromisso internacional como acordo internacional ou tratado internacional, a intervenção de, pelo menos, dois sujeitos de direito internacional e a sua sujeição ao direito internacional. O modo como os acordos de vontade entre sujeitos de direito internacional são designados não é, assim, decisivo para os efeitos jurídicos que estes venham a produzir nos planos nacional e internacional, sendo “acordo (internacional)”, “tratado (internacional)”, e “convenção (internacional)” as denominações mais correntemente encontradas na prática dos Estados. Ao nível do direito internacional, relativamente à menor ou maior complexidade do procedimento de vinculação internacional utilizado, entende-se que a distinção entre acordo internacional e tratado internacional resulta da existência de ratificação ou da necessidade da manifestação de vontade a estar vinculado através de a assinatura ser confirmada por um órgão do poder político distinto daquele a quem está confiada a negociação dos compromissos internacionais.

A Constituição da República Portuguesa (CRP), no seguimento do direito internacional, utiliza os conceitos de convenção (internacional), de tratado (internacional) e de acordo internacional em diversas disposições do seu articulado. As convenções (internacionais) correspondem a um compromisso internacional enquanto género (CRP, art. 8.º, n.º 2), enquanto os tratados internacionais são a espécie de vinculação internacional carecida de ratificação pelo Presidente da República (CRP, art. 135.º, alínea b)) e os acordos internacionais correspondem aos compromissos

internacionais que não exigem a prática de um ato discricionário de confirmação por parte desse órgão de soberania. O EPARAM, por seu turno, faz expressa referência a tratados e acordos internacionais em quatro disposições distintas: (i) na alínea r) do art. 69.º, relativamente à competência do Governo regional para participar na negociação de compromissos internacionais; (ii) na alínea c) do art. 93.º, no que respeita à conclusão de protocolos de colaboração permanente sobre matérias de interesse comum entre o Estado e a RAM; (iii) no art. 95.º, sobre a representação na negociação de tratados e acordos internacionais que incidam sobre matérias de interesse específico da RAM; e, finalmente, (iv) na alínea e) do art. 108.º, no que concerne às receitas da RAM que sejam geradas por tratados e acordos internacionais respeitantes à Região.

A potencialidade de assumir compromissos internacionais é uma prerrogativa reconhecida aos sujeitos de direito internacional, com destaque para os Estados soberanos. Nesse sentido, o art. 6.º da CVDT69 prevê expressamente que “todo o Estado tem capacidade para concluir tratados”. A possibilidade de entidades que integram a organização política e administrativa de um Estado soberano concluírem compromissos com natureza e efeitos jurídico-internacionais é algo que resulta da sua organização interna e exige a expressa concordância do outro ou dos outros sujeitos de direito internacional intervenientes (nesse sentido, o n.º 3 do art. 225.º da CRP, ao estabelecer que a “autonomia político-administrativa não afeta a integridade da soberania do Estado e exerce-se no quadro da Constituição”, conduziu o Tribunal Constitucional a afirmar, no acordo n.º 403/2009, de 30 de julho, que os “poderes das regiões autónomas, em matéria de política externa, não as transformam, portanto, em entidades autónomas e diferenciadas do Estado Português, do ponto de vista do Direito Internacional Público”).

O procedimento de vinculação internacional do Estado português consiste no conjunto de regras jurídicas e de práticas que são seguidas em Portugal na assunção de um compromisso

internacional. Trata-se de um procedimento muito complexo, em resultado de a capacidade de Portugal para a conclusão de compromissos internacionais se ter alterado substancialmente em consequência da sua integração na União Europeia (UE). Daqui decorre que uma adequada compreensão desta matéria implique, por um lado, ter-se em consideração que se trata de uma matéria simultaneamente regulada pelo direito interno, pelo direito internacional e pelo direito da UE e, por outro lado, que a liberdade de atuação internacional do Estado português está limitada em virtude de ser um Estado-membro da UE.

O procedimento de vinculação internacional dos Estados vai buscar a sua estrutura básica ao direito internacional, nomeadamente às normas de direito consuetudinário codificado e de direito estritamente convencional que integram os arts. 6.º a 25.º da CVDT69. No direito dos Estados encontram-se, por seu turno, as regras jurídicas que desenvolvem essa estrutura fundamental, com destaque para os órgãos com competência para atuar em cada uma das fases do procedimento de vinculação internacional e os termos em que é feita a publicitação internacional das convenções internacionais que tenham sido assumidas pelos Estados.

A participação de Portugal na UE, ao implicar a aceitação de um estatuto genérico de capacidade internacional limitada, integra a obrigação de atuar de forma coordenada ou conjunta com as Comunidades ou com a UE ao nível da vinculação internacional. A conclusão de tratados e de acordos internacionais deixou, em conformidade, de ser uma atividade livre do Estado português, para passar a ser uma atuação em que este só se poderá vincular individualmente se tiver capacidade internacional para o fazer.

Em conformidade com a alínea t) do n.º 1 do art. 227.º da CRP, a RAM deve “participar nas negociações de tratados e acordos internacionais que diretamente lhes digam respeito, bem como nos benefícios deles decorrentes”. Em sentido concordante, no art. 95.º do EPARAM, integrado na secção IV (“Participação da Região em negociações internacionais”) do

capítulo II (“Relações entre os órgãos de soberania e os órgãos de governo próprio”) do título III (“Relações entre o Estado e a Região”), está expressamente previsto que a “participação nas negociações de tratados e acordos que interessem especificamente à Região realiza-se através de representação efetiva na delegação nacional que negociar o tratado ou o acordo, bem como nas respetivas comissões de execução ou fiscalização”. Da leitura conjugada destas duas disposições resultam três perguntas, a que importa dar resposta quando se pretende saber qual é o significado da participação da RAM no procedimento de vinculação internacional do Estado português: (i) quais são as matérias em relação às quais a RAM deve participar na negociação de um compromisso internacional a celebrar pelo Estado português; (ii) como se concretiza o direito constitucional de participação da RAM nas negociações jurídico-internacionais que sejam prosseguidas pelo Estado português; (iii) por último, quando deve ter lugar a participação da RAM na assunção de um compromisso internacional por parte de Portugal.

Em primeiro lugar, antes de mais, importa delimitar os compromissos internacionais que integram o direito constitucional de participação na negociação de um compromisso internacional do Estado português por parte da RAM.

Para alcançar esse desiderato devem-se ter em consideração três disposições do EPARAM. Em primeiro lugar, o art. 40.º, que apresenta um longo elenco das matérias de interesse específico que são relevantes como “motivos de consulta obrigatória pelos órgãos de soberania”. Em segundo lugar, o art. 94.º, que elenca as matérias de direito internacional que podem constituir o objeto de protocolos de colaboração permanente que venham a ser celebrados entre o Governo da República e o Governo regional e que integram os “trabalhos preparatórios, acordos, tratados e textos de direito internacional” (alínea c) do art. 93.º), e, ainda, os “benefícios decorrentes de tratados ou de acordos internacionais que digam diretamente respeito à Região” (alínea d) do art. 93.º).

E, finalmente, a alínea e) do art. 108.º, ao prever que constituem receitas da Região os “benefícios decorrentes de tratados e acordos internacionais respeitantes à Região, tal como definida nos artigos 1.º, 2.º e 3.º deste Estatuto”, em razão da referência, no n.º 2 do art. 3.º, ao “mar circundante e seus fundos, designadamente as águas territoriais e a zona económica exclusiva”.

O art. 94.º do EPARAM é particularmente relevante neste domínio, ao prever que constituem “designadamente matérias de direito internacional [...] respeitando diretamente à Região”: “a) Utilização do território regional por entidades estrangeiras, em especial bases militares; b) Protocolos celebrados com a NATO e outras organizações internacionais, em especial sobre instalações de natureza militar ou paramilitar; c) Participação de Portugal na União Europeia; d) Lei do mar; e) Utilização da zona económica exclusiva; f) Plataforma continental; g) Poluição do mar; h) Conservação, investigação e exploração de espécies vivas; i) Navegação aérea; e j) Exploração do espaço aéreo controlado”.

O Tribunal Constitucional, no acórdão n.º 800/2014, de 26 de novembro de 2014, a propósito do dever de audição dos órgãos regionais, avança, em termos muito gerais, que, de acordo com uma jurisprudência “que remonta ao Parecer n.º 20/77 da Comissão Constitucional [...], sendo reiterada posteriormente em acórdãos do Tribunal (v. Acórdão n.º 174/2009 e jurisprudência aí referida e, por último, o Acórdão n.º 747/2014), [...] são questões de competência dos órgãos de soberania, mas respeitantes às regiões autónomas, aquelas que, excedendo a competência dos órgãos de governo regional, respeitem a interesses predominantemente regionais ou, pelo menos, mereçam, no plano nacional, um tratamento específico no que toca à sua incidência nas regiões, em função das particularidades destas e tendo em vista a relevância de que se revestem para esses territórios”.

Assim sendo, das disposições citadas, em conjugação com a alínea s) do n.º 1 do art. 227.º da CRP (“participar na definição das políticas respeitantes às águas territoriais, à zona

económica exclusiva e aos fundos marinhos contíguos”), decorre que um domínio em que a RAM terá um interesse reforçado em participar em negociações visando a assunção de compromissos internacionais pelo Estado português será o relacionado com as matérias relativas às atividades que podem ser prosseguidas no espaço aéreo e nos espaços marítimos adjacentes e circundantes ao território terrestre do arquipélago da Madeira.

Em segundo lugar, importa esclarecer como se concretiza o direito constitucional de participação da RAM na negociação jurídico-internacional, tendo em consideração que o art. 95.º do EPARAM estipula que esta se deve realizar através “de representação efetiva na delegação nacional que negociar o tratado ou o acordo”.

Ao Governo regional, em conformidade com o art. 69.º do EPARAM, é atribuída competência para “participar na negociação de tratados e acordos internacionais que digam diretamente respeito à Região bem como nos benefícios deles decorrentes” (alínea r)) e para “participar na definição das políticas respeitantes às águas territoriais, à zona económica exclusiva e aos fundos marinhos contíguos”. A orgânica da presidência do Governo, aprovada pelo dec. reg. regional n.º 11/2016/M, de 6 de abril, estipula, no n.º 3 do art. 2.º, que o “Presidente do Governo Regional exerce os poderes que a lei confere ao Governo Regional” relativamente a “tratados e acordos internacionais que digam diretamente respeito à Região”, sem fornecer qualquer outro elemento relevante neste domínio.

No ac. n.º 403/2009, de 30 de julho, antes citado, e a propósito das alterações ao Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Tribunal Constitucional não avançou com qualquer elemento relevante neste domínio, dado que se limitou a transcrever um passo de Rui Moura Ramos, quando este afirmava que “precisa-se, no que respeita à sua concretização, que tal participação traduzir-se-á na representação efetiva dentro da delegação nacional que negociará o tratado ou acordo”.

Em termos que merecem concordância, Maria Luísa Duarte defende que a “participação compreende a representação na delegação da República Portuguesa incumbida da negociação, o direito de ser notificada de toda a documentação relevante e ainda a oportunidade de ser ouvida e de se pronunciar, de modo efetivo, sobre as questões da negociação com incidência regional direta” (DUARTE, 2014, 236). Importa realçar, no entanto, como o fez o presidente do Tribunal Constitucional, conselheiro Joaquim de Sousa Ribeiro, na sua declaração de voto no ac. n.º 136/2016, de 29 de fevereiro, a propósito de uma questão próxima, ao apreciar os poderes das regiões autónomas ao nível do ordenamento do espaço marítimo, em termos particularmente adequados ao seu esclarecimento, que a posição reconhecida à RAM é corporizada por “poderes cuja natureza e alcance permitem apenas estabelecer ‘fluxos de comunicação e manifestação de vontade’ por parte desses órgãos, mas não dão qualquer garantia de que essa vontade seja minimamente tida em conta ou respeitada na decisão final”.

Finalmente, em terceiro lugar, importa esclarecer quando deve ter lugar a participação da RAM no âmbito do procedimento conducente à assunção de um compromisso internacional por parte de Portugal.

O Tribunal Constitucional, no ac. n.º 800/2014, de 26 de novembro, antes citado, refere, em termos relevantes para a questão em análise, que em “procedimentos legislativos complexos em que as decisões fundamentais quanto ao regime a definir se não tomam em um só momento mas se vão tomando em fases consecutivas, importa assegurar que a audição regional ocorra naquela fase do procedimento em que mais ampla é a liberdade de conformação do legislador nacional”. No procedimento de vinculação internacional do Estado português podem ser distinguidas cinco fases: (i) a negociação; (ii) a assinatura; (iii) a aprovação interna ou aprovação interna conducente à manifestação definitiva do consentimento a estar vinculado internacionalmente; (iv) a ratificação ou manifestação definitiva

do consentimento a estar vinculado internacionalmente; e (v) a publicitação, interna e internacional.

Sendo a negociação a primeira fase do procedimento de vinculação internacional, é nela que importa garantir a efetividade da participação da RAM, dado que, sendo uma competência do Governo central negociar compromissos internacionais, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art. 197.º da CRP, no seu âmbito podem ser autonomizados dois momentos distintos: por um lado, uma subfase prévia, anterior à negociação, que consiste na decisão de vinculação internacional; por outro lado, a negociação propriamente dita, que é uma concretização da decisão de vinculação internacional.

Tendo o procedimento de vinculação internacional do Estado português o seu momento propulsor com a decisão de vinculação internacional, deverá ser este o momento a partir do qual a intervenção da RAM é jurídica e factualmente relevante, na medida em que é nesta ocasião que o decisor português deve fazer o cruzamento entre o interesse ou a necessidade de ser assumida uma determinada vinculação internacional e a possibilidade de esta ser concluída, tendo em consideração o preenchimento de determinadas condições de natureza jurídica. Com efeito, antes de mais, o decisor português tem a obrigação de confrontar a intenção de assumir uma determinada vinculação internacional com um conjunto de condicionamentos de natureza jurídica, de carácter interno e externo. De carácter interno, de uma banda, para analisar a compatibilidade da vinculação internacional que pretende assumir com determinadas normas de natureza constitucional, nomeadamente as que regulam o *treaty-making power* e as que estabelecem princípios relativos à atuação externa do Estado. De carácter externo, de outra banda, para ter em consideração os limites à decisão de vinculação internacional do Estado português que resultam da sua subordinação às normas de *ius cogens*, do respeito pelos compromissos anteriormente assumidos que estejam em vigor e, finalmente, da participação de Portugal na UE.

Entre os condicionamentos de carácter jurídico, tem especial importância a questão da apreciação da capacidade de vinculação internacional do Estado português, em resultado da extensão das limitações impostas pela União Europeia à capacidade de vinculação internacional dos Estados-membros. Esta matéria assume, além disso, uma prioridade lógica na decisão de vinculação internacional, na medida em que, nas situações de incapacidade, o Estado português não terá, enquanto tal, e isoladamente, legitimidade para assumir a vinculação internacional em causa.

Confirmada a existência de capacidade para a assunção de um compromisso internacional, a decisão de vinculação internacional deverá ainda ponderar a questão da opção pelo tipo de procedimento a ser utilizado. Como referido anteriormente, a CRP utiliza, nesta matéria, a contraposição entre tratado internacional e acordo internacional: o primeiro é um compromisso internacional sujeito a ratificação ou a uma manifestação semelhante do consentimento a estar vinculado; o segundo é um compromisso internacional que não está sujeito a ratificação ou a um tipo semelhante de manifestação reforçada do consentimento a estar vinculado. Vigora em Portugal, em termos gerais, um princípio de liberdade de escolha do procedimento ou da forma que irá assumir a vinculação internacional, do que resulta ser a opção pelo procedimento a utilizar, na maioria das situações, uma decisão dos contratantes em presença. Existem, no entanto, algumas situações em que é imposta a forma de tratado em Portugal, em resultado da alínea i) do art. 161.º da CRP. Daqui resulta só ser exigida a utilização de um procedimento de vinculação solene nos casos dos compromissos internacionais expressamente previstos na segunda parte do primeiro segmento da alínea i) do art. 161.º da CRP, *i.e.*, relativamente aos “tratados de participação de Portugal em organizações internacionais, os tratados de amizade, de paz, de defesa, de retificação de fronteiras e os respeitantes a assuntos militares”. Nas outras situações de vinculação internacional, poderá ser indiferentemente utilizado o procedimento

solene ou simplificado, algo que é distinto da exigência da submissão, à aprovação da Assembleia da República, de um conjunto alargado de compromissos internacionais, em conformidade com a alínea i) do art. 161.º da CRP, anteriormente mencionada. Assim sendo, não existe uma justificação jurídico-constitucional para se defender uma distinção material entre tratados e acordos internacionais, nem uma argumentação convincente para defender, em consequência, uma qualquer subordinação hierárquica do acordo internacional (em forma simplificada) ao tratado internacional.

A negociação internacional será levada a cabo por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) ou dos diversos ministérios ou departamentos sectoriais que integram a administração central do Estado, devendo ser prosseguida com uma efetiva intervenção dos órgãos competentes da RAM. Ao MNE, enquanto “departamento governamental que tem por missão formular, coordenar e executar a política externa de Portugal” (nos termos do art. 1.º do dec.-lei n.º 121/2011, de 29 de dezembro), cabe a apreciação das matérias políticas e técnicas de natureza jurídico-internacional, em conformidade com o que se encontra previsto na sua lei orgânica. Nesse sentido, a alínea j) do n.º 1 do art. 2.º do diploma antes citado prevê que são atribuições do MNE “conduzir as negociações e os processos de vinculação internacional do Estado português, sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades públicas”. Em sentido idêntico, os n.ºs 1 e 2 da resolução do Conselho de Ministros n.º 17/88, de 7 de abril, estabelecem que cabe ao MNE a coordenação das negociações conducentes à aceitação de vinculações internacionais. Aos restantes ministérios ou departamentos sectoriais, por seu turno, caberá intervir nas negociações relativamente à matéria técnica que constitui o objeto da vinculação internacional.

Importa acrescentar que o direito de participação da RAM deve também abranger o modo como os objetivos e os resultados que estiverem a ser alcançados nas negociações dos compromissos internacionais de maior relevância

são objeto de informação por parte do Governo ao Presidente da República, aos partidos políticos representados na Assembleia da República e que não façam parte do Governo e aos grupos parlamentares, nos termos, respetivamente, da alínea c) do n.º 1 do art. 201.º, do n.º 3 do art. 114.º e da alínea j) do n.º 2 do art. 180.º da CRP.

Bibliog.: BASTOS, Fernando Loureiro, “Os limites à capacidade de vinculação internacional do Estado português. Em especial os derivados da participação de Portugal na União Europeia”, in MIRANDA, Jorge (ed. lit.), *Perspectivas Constitucionais. Nos 20 Anos da Constituição de 1976*, vol. III, Coimbra, Coimbra Editora, 1998, pp. 911-975; *Id.*, “Procedimento de vinculação internacional”, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, 1.º sup., Lisboa, s.n., 1998, pp. 371-398; DUARTE, Maria Luísa, *Direito Internacional Público e Ordem Jurídica Global do Século XXI*, Coimbra, Coimbra Editora, 2014; LANCEIRO, Rui Tavares, “The international powers of the portuguese autonomous regions of Azores and Madeira”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. LI, 2012, pp. 293-320; MIRANDA, Jorge, *Curso de Direito Internacional Público*, 5.ª ed., São João do Estoril, Principia, 2012; PUÑAL, Antonio Martínez, “As regiões autónomas dos Açores e da Madeira e a actividade externa de Portugal”, *Scientia Iuridica*, t. xxxii, n.º 181-183, 1983, pp. 3-36.

FERNANDO LOUREIRO BASTOS

Açores

RELAÇÕES ENTRE OS DOIS ARQUIPÉLAGOS (Madeira-Açores)

As relações da Madeira com os Açores marcaram momentos importantes da história de ambos os arquipélagos, sendo muito evidentes as influências que daí resultaram para ambos os espaços.

O facto de a Madeira ter sido o primeiro arquipélago a merecer ocupação efetiva no império português, no qual se estabeleceram formas de governo, estruturas institucionais e sociais, assim como as orientações económicas e os produtos que definiram a economia agrícola, permitiu este relacionamento entre os dois arquipélagos. Também houve a ação de alguns madeirenses, a partir da déc. de 70 do séc. xv, nomeadamente nas ilhas Terceira, Pico e São Miguel. Datam daqui os principais vínculos genealógicos que ligam as famílias dos dois arquipélagos. Depois, na segunda metade do séc. xix, as ligações marítimas entre os Açores e o continente implicavam uma escala regular no Funchal, o que permitiu a muitos açorianos que utilizaram esta rota conhecerem a Madeira



Vista geral da cidade de Santa Cruz da Graciosa (fotografia de Bernardes Franco, 2016).

e estabelecerem vínculos de familiaridade com ela. Esta situação só se alterou com as mudanças políticas de 1974 e com a plena afirmação do transporte aéreo.

Desde o início da ocupação europeia destes espaços insulares, abriram-se as portas para o necessário e estreito relacionamento entre os dois arquipélagos. Por parte dos Açores, geraram-se vínculos de carácter comercial por causa da obrigação imposta pela Coroa de as ilhas açorianas abastecerem a Madeira com cereais a partir do último quartel do séc. xv. Esta obrigação nem sempre foi pacífica, mas prolongou as relações comerciais entre os dois arquipélagos no tempo. Atente-se ainda na função da Madeira como porto de escala nas viagens entre os Açores e as Canárias, nos sécs. xvi e xvii, a qual favoreceu ainda mais este relacionamento. A partir da segunda metade do séc. xix, e até ao 25 de Abril de 1974, estabeleceu-se outra vinculação estreita entre os dois arquipélagos, quando as ligações marítimas dos Açores com a metrópole passaram a ser feitas com escala obrigatória no Funchal. Esta situação também mudou com as convulsões políticas de 1974 e com a plena afirmação do transporte aéreo, que acabou com esta rota.

Os açorianos que se deslocaram à metrópole passando pela Madeira acabaram por conhecer a Ilha, ainda que de forma fugaz, e nenhum terá ficado indiferente à visão da baía do Funchal e da sua encosta sobranceira. Muitos açorianos registaram esse encontro com a Madeira na sua memória, mas poucos o escreveram como Vitorino Nemésio, que nos deixou os registos das suas passagens de 1966 e 1973. O mesmo não se poderá dizer dos madeirenses, que raras vezes tiveram oportunidade de pisar solo açoriano, fazendo-o, apenas, para uma escala no porto de Ponta Delgada e, mais tarde, no aeroporto de Santa Maria, rumo ao continente americano.

Durante o Estado Novo, já na déc. de 70, aconteceram cimeiras nos dois arquipélagos. Com o advento da autonomia regional, pensou-se na possibilidade de um estreitamento de laços entre si. No entanto, os meandros da política partidária vieram a tornar difusa esta solidariedade e a possibilidade de fazer crescer uma comunidade política insular.

Entre 1440 e 1450, o infante D. Henrique deu início à posse das áreas do senhorio na Madeira com a doação das capitânias de Machico, Porto Santo e Funchal. A 8 de maio de 1440,

lançou a base da nova estrutura, ao conceder a Tristão Vaz a carta de capitão de Machico. Este ficou como seu representante na parte da ilha que lhe fora atribuída, governando-a de acordo com as atribuições exaradas na carta. O que há de mais significativo nesta estrutura institucional da Madeira é ela ter servido de modelo para a estrutura institucional no espaço atlântico.

O monarca insistiu, nas cartas de doação de capitânicas posteriores às madeirenses, na fidelidade ao sistema traçado para a Madeira. A primeira referência surge, em 1450, na doação da capitania da ilha Terceira a Jácome de Bruges, na qual o infante referiu que, quanto à jurisdição e direitos, se faça “assim como nas ditas ilhas da Madeira e Porto Santo” (*Arquivo dos Açores*, I, 104-105). Também na carta de 1474 a Antão Martins, a mesma ideia é clara: “tenha a capitania e governação da dita ilha, como o tem por mim João Gonçalves Zargo na ilha da Madeira na parte do Funchal e Tristão na parte de Machico e Perestrelo no Porto Santo, meus cavaleiros” (ARRUDA, 1977, 80). A transposição institucional foi também extensiva à estrutura municipal e da Fazenda Real: nos Açores vingaram os regimentos municipais do almoxarifado. Por isso, a Madeira firmou-se, nos sécs. xv e xvi, como o principal fundamento do *corpus* legislativo da nova estrutura institucional que legitimou o quadro institucional do Atlântico português.

A par da vinculação histórica, estamos perante arquipélagos com afinidades diversas nas suas relações com a metrópole mas que quase sempre estiveram de costas voltadas, sendo raras as vezes em que foi notória uma conjugação de esforços. Assim, durante o Estado Novo, a questão política referente à autonomia dos distritos insulares conduziu a que se estabelecesse algum intercâmbio político através das cimeiras realizadas em ambos os arquipélagos, mas pouco mais se avançou e tão pouco estas favoreceram a unidade política em torno do combate pelos ideais autonómicos. Esta prática teve continuidade nos primeiros anos da autonomia política, após 1976, entrando, depois, numa situação de quase completa rotura ou alheamento.

A história dos dois arquipélagos revela que o relacionamento existente entre eles ao longo dos tempos foi uma consequência lógica do processo histórico, o qual a nenhum dos arquipélagos se mostrou proveitoso. Primeiro, os Açores reclamavam das medidas impositivas da Coroa para que fossem o celeiro da Madeira, impedindo o comércio especulativo do produto. Depois, foi a Madeira, a partir do séc. xix, a reclamar da concorrência dos vinhos e aguardentes dos Açores, mesmo dentro da baía do Funchal, sob a forma de contrabando. A questão das aguardentes dos Açores chega até déc. de 80 do séc. xix, e é outro problema que as autoridades madeirenses terão de enfrentar. Raras são as vezes em que os destinos de ambos os arquipélagos se cruzam, o que obriga os madeirenses a reforçarem os laços com as Canárias, situação que nunca foi do agrado das autoridades do reino, como era o caso do infante D. Fernando.

Ao longo dos séculos nunca foi fácil definir uma complementaridade para os mercados açoriano e madeirense, nem tão pouco construir e manter um sistema de trocas que fosse favorável a ambas as partes. Os madeirenses queixam-se insistentemente de que a balança comercial pende sempre para os portos açorianos. Ora, isto já sucedia no séc. xv e continua a ser constatado em 1971. Apenas e só a necessidade de provimento de cereais, por parte da Madeira, e a intervenção das autoridades obrigaram a classe mercantil de ambos os arquipélagos a conformar-se com esta rota, que assentava fundamentalmente no abastecimento de trigo e, mais tarde, também de milho, tendo na ilha de São Miguel o principal fornecedor.

Mobilidades

A mobilidade social foi uma característica das sociedades insulares. O madeirense desiludido com a Ilha procurou melhor fortuna nos Açores ou nas Canárias e depositou, mais tarde, na costa africana, as prometedoras esperanças comerciais.

A Madeira, pela posição charneira entre os Açores e as Canárias e pela anterioridade no

povoamento, foi, desde meados do séc. xv, um importante viveiro fornecedor de povoadores para estes arquipélagos e elo de ligação entre eles; funcionou mais como polo de emigração para estas ilhas do que como área recetora de imigrantes. Se excetuarmos o caso dos escravos guanches e a vinda de alguns dos conquistadores de Lanzarote, podemos afirmar que o fenómeno de imigração é quase nulo, não obstante, no séc. xvi, os açorianos surgirem com alguma expressão no Funchal.

Foram os madeirenses que deram o arranque definitivo à ocupação da terra açoriana. Os filhos-segundos da aristocracia madeirense, desapossados da terra pelo sistema sucessório, procuraram adquirir nos Açores, e, depois, nas restantes áreas de ocupação portuguesa, aquilo que lhes foi negado na Madeira. É disso exemplo Rui Gonçalves da Câmara, ao trocar, em 1474, as terras na Ponta de Sol pela capitania da ilha de São Miguel. O mesmo sucedeu com Álvaro de Ornelas, ao adquirir a capitania da ilha do Pico, como com Diogo de Teive a da Terceira. Com estes vieram outros aristocratas, na esperança de adquirir maior número de dadas de terras, como é o caso de alguns membros da família Bettencourt, dos descendentes de Gonçalo Aires Ferreira, dos Furtado de Mendonça de Castela, do Martim Mendes de Vasconcelos, dos Tavares, dos Cantos e dos Barcelos. Todos eles receberam dadas de terra em São Miguel, na Terceira e em Santa Maria, tornando-se influentes nos locais de fixação.

Nos Açores, a promoção de novas culturas, como a cana sacarina e a vinha, também está ligada aos madeirenses. Ainda se destaca o nível religioso, pois a presença madeirense foi fundamental na implantação de diversos conventos. Foram as clarissas madeirenses que fundaram, em 1522, o Mosteiro de N.^a Sr.^a da Conceição do Vale de Cabaços, o Mosteiro de Jesus na Praia na Terceira (1534) e o Mosteiro de Jesus na Ribeira Grande (1555).

O movimento migratório no sentido inverso foi pouco frequente e só teve lugar a partir dos princípios do séc. xvi. Para este movimento deverá ter contribuído a frequência dos contactos comerciais entre os dois arquipélagos

provocada pelo comércio de cereais e as crises sísmicas que assolaram as ilhas açorianas, com especial relevo para os anos de 1522 e 1563. O retorno dos açorianos só se justificava quando a manutenção do comércio interinsular o justificava. Ao longo dos sécs. xvi e xvii, deparamos com a permanência temporária de açorianos na Madeira, na maioria originários das ilhas que mantinham contactos assíduos com o Funchal, como é o caso de São Miguel e Terceira. No período de 1539 a 1600, segundo Luís Mello, os açorianos representavam 9 % da imigração madeirense. Os açorianos surgiram na Madeira só a partir da déc. de 30, atingindo, em finais do século, um lugar de muito relevo na população da freguesia de Sé, do Funchal.

No decurso do séc. xix, os Açores funcionaram como um porto de passagem para a emigração de madeirenses rumo ao continente americano. Algumas das rotas de navegação retiravam esta possibilidade ao porto do Funchal, obrigando a uma escala nos Açores ou em Lisboa. Na déc. de 50 do séc. xx, com o advento da navegação áerea, a ilha de Santa Maria também funcionará como uma escala na rota da emigração madeirense para os EUA.

No quadro das migrações madeirenses nos sécs. xix e xx para lugares variados, como o continente, Açores, Cabo Verde, Angola e Brasil, devemos assinalar a intervenção de vários fatores. O fator económico não foi o único que propiciou esta saída de população, pois muitos madeirenses foram forçados a sair da sua terra também por causa das suas convicções políticas ou religiosas.

As transformações políticas resultantes da Revolução Liberal de 1820 criaram uma nova situação para a vida política portuguesa. O processo político liberal sofreu um recuo, em 1823, com a Vila-Francada. As Cortes foram suspensas e a Constituição foi abolida. A Madeira aderiu à nova situação aclamando rei, a 13 de junho, o príncipe D. Miguel. O Gov. Manuel de Noronha foi substituído por Manuel de Portugal e Castro. Este fez-se acompanhar de um Regimento de Infantaria e de uma alçada de seis magistrados para comandar a represão aos liberais madeirenses. As consequências

da mudança foram imediatas, ocorrendo as primeiras perseguições, no funcionalismo público, com a expurga dos liberais e maçons, enquanto os demais foram obrigados a assinar um compromisso de não filiação a nenhuma sociedade secreta. A hostilidade na vida política iniciou um processo de emigração de algumas personalidades, como foi o caso de Nicolau Caetano Pitta, editor do primeiro jornal madeirense, *O Patriota Funchalense*, que teve de se fixar na Terceira, onde veio a falecer. Esta conjuntura forçou, igualmente, a fuga de famílias comprometidas com D. Pedro para Inglaterra, Brasil e América do Norte. Por sentença de 26 de outubro, foram condenados 24 indivíduos, na sua maioria pertencentes às lojas maçónicas União, Fidelidade e Constância, entre os quais se contavam padres, morgados, militares e intelectuais. Numa segunda sindicância, foram presos 56 membros da Grande Loja Maçónica, como o morgado João de Carvalhal Esmeraldo, Francisco de Paula Medina de Vasconcelos, Nicolau de Bettencourt Pitta, entre outros, sendo deportados para a ilha Terceira, Lisboa e Angola.

Personalidades

Das figuras mais marcantes da mobilidade dos madeirenses deveremos relevar a figura de Rui Gonçalves da Câmara, pelo facto de pertencer à família do capitão do Funchal e pelo impulso que deu, a partir da déc. de 70 do séc. xv, ao povoamento da ilha de São Miguel. Outras figuras se seguiram, mas não vamos enumerá-las todas. A convulsão política que sucedeu à Revolução Liberal conduziu a que madeirenses e açorianos se refugiassem num e noutra arquipélago, conforme as conveniências políticas. Um dos casos mais evidentes foi o de Nicolau de Bettencourt Pitta (1788-1857), criador de *O Patriota Funchalense*, que se exilou na Terceira, em 1823, onde desenvolveu importante ação como médico e político.

Foi com estes homens e mulheres, que se movimentaram entre ambos os arquipélagos, que se construíram formas de intercâmbio permanentes. Apesar desse intercâmbio de pessoas

entre os dois arquipélagos, ter-se-á verificado, desde o início da ocupação das ilhas, alguma animosidade entre os povoadores de um e de outro arquipélago, não obstante uma parte significativa dos povoadores dos Açores serem oriundos da Madeira. Há necessidade, por parte do senhorio, de chamar a atenção para uma maior proximidade dos dois arquipélagos, que não é comungada por açorianos e madeirenses. Na verdade, o infante D. Fernando é claro na sua estratégia protecionista do espaço do seu senhorio, ao declarar, em 1466, “que tão bom trato é das minhas ilhas dos Açores e tão bom retorno haverem e melhor que de Canária se em ele quiserem entrar” (*Arquivo Histórico da Madeira*, 1972, 40).

As divergências acentuam-se ao longo do processo histórico e levam a que a partilha e o intercâmbio sejam conseguidos, muitas vezes, a muito custo por alguns interventores, cuja iniciativa resulta quase sempre de um projeto individual, acabando por cair no esquecimento. Recorde-se a iniciativa de Maria Trindade Mendonça (1916-1997), açoriana, que foi uma das principais promotoras do intercâmbio entre os dois arquipélagos, desde a déc. de 30 do séc. xx até à sua morte. A sua ligação à Madeira estabelece-se a partir de Lisboa, por amigos da Madeira e pela situação de penhora do jornal *Eco do Funchal*, cujas dívidas aceita cobrir para dar continuidade à sua publicação, assumindo a direção a 25 de março de 1951, na qual se manteve durante 34 anos. Foi ainda proprietária do jornal *Re-Nhau-Nhau*, de uma editora e uma importante promotora da atividade cultural na Madeira, de que merece referência o Pátio Restaurante, como um verdadeiro cenáculo de escritores, poetas e artistas.

Atente-se a que a déc. de 50 do séc. xx foi um momento promissor de intercâmbio entre os dois arquipélagos, tendo-se criado, em janeiro de 1951, no Funchal, o Círculo de Amizade Madeira-Açores e, em Ponta Delgada, o equivalente Círculo de Amizade Açores-Madeira. Ao abrigo destas estruturas, fizeram-se excursões, intercâmbios de grupos folclóricos, de bandas de música, de clubes desportivos, como as digressões dos clubes de futebol União, Nacional

e Marítimo, da parte da Madeira, e do Lusitânia, da parte dos Açores. Salientamos ainda a criação nos Açores da Casa da Madeira, que partiu da iniciativa de um grupo de madeirenses residentes em Ponta Delgada, na maioria ligados à Univ. dos Açores. A Casa da Madeira funcionou como um polo de atração de madeirenses que se encontravam em Ponta Delgada na condição de estudantes universitários ou de residentes.

Com a autonomia política, lançaram-se novas formas de relacionamento, sendo de considerar as geminações de municípios dos dois arquipélagos, de que merece referência a do município de São Vicente, na Madeira, com o do Nordeste, em São Miguel, que contou também com a mediação da nordestina Maria Trindade Mendonça, com protocolo assinado a 20 de maio de 1989.

Produtos e comércio

A Madeira, mercê da posição privilegiada entre os Açores e as Canárias, apresentava melhores condições para o estabelecimento e manutenção do comércio interinsular. O trigo foi, sem dúvida, o principal móbil das conexões interinsulares, tendo na Madeira, nos sécs. XVI a XVIII, o principal destino. O comércio do cereal das Canárias firmou-se através da regularidade dos contactos com a Madeira, sendo apenas prejudicado pelos embargos temporários, enquanto o dos Açores foi imposto pela Coroa, uma vez que a burguesia e aristocracia açorianas, nomeadamente de São Miguel, não se mostravam interessadas em manter este negócio. Todo o empenho dos açorianos estava canalizado para o comércio especulativo com o reino ou para os contratos de fornecimento das praças africanas. A permanência desta rota de abastecimento de cereais implicou o alargamento das trocas comerciais, uma vez que ao comércio do cereal se associaram outros produtos como contrapartida favorável às trocas.

Aos Açores, os madeirenses tinham para oferecer vinho, açúcar, conservas, madeiras, eixos e aduelas de pipa, assim como a reexportação

de artefactos e outros produtos de menor importância. Às Canárias, vinho, fruta e manufaturas de importação. As ilhas açorianas foram, no séc. XVI, um consumidor preferencial do vinho madeirense e canário. Tal sucedeu pela necessidade que os açorianos tinham de encontrar uma contrapartida rentável ao comércio de cereais e pelo facto de o vinho que produziam ser de menor qualidade.

A partir de 1461, as dificuldades sentidas no provimento de cereal desde a Madeira até ao espaço atlântico ditaram as profundas alterações da economia madeirense e conduziram a uma inversão do comércio de cereal, passando a Madeira a depender do comércio externo. As tentativas do infante D. Fernando, em 1461 e 1466, para manter a dominante cerealífera na economia madeirense e as consequentes rotas de escoamento esbarraram com a alta rentabilidade e valorização da cultura do açúcar. Deste modo, o impulso da safra açucareira e o aumento populacional implicaram uma insuficiência da produção cerealífera e a necessidade de definir um mercado fornecedor.

Devido àqueles fatores, a Madeira precisou de dispor de várias áreas capazes de fornecer o cereal de que a Ilha carecia. Assim sucedeu a partir de 1483, com a definição das ilhas vizinhas como provedoras do trigo necessário ao consumo madeirense. Para atrair o produto, estipulou-se, em 1508, a isenção da dízima de entrada; a partir de 1527, foram mesmo custeados os encargos com a descarga, os sacos e o armazenamento. O celeiro açoriano passou a ter capacidade para cobrir as necessidades do reino, da Madeira e das praças marroquinas. A concretização deste plano só se efetuará mediante uma permanente intervenção régia, por meio de ordens e regimentos.

A abertura e permanência da rota de abastecimento de cereal açoriano dificultavam a intervenção das autoridades dos dois arquipélagos, uma vez que estão na origem de acesa contestação e permanente boicote dos vizinhos açorianos e de entraves criados pelos funcionários régios e locais. Esta contestação aumentou em momentos de penúria, dificultando o

abastecimento de cereais na Madeira. Nos Açores, proprietários e mercadores, com intervenção ativa nos municípios, boicotavam a rota, procurando furtar-se ao encargo do abastecimento obrigatório dos madeirenses. Perante isso, a Coroa teve de intervir por diversas vezes, apelando às autoridades açorianas a que não pusessem qualquer impedimento ao envio de cereais para a Madeira.

Mediante a ação especulativa dos grandes produtores, o Rei estipulou a obrigatoriedade de todo o carregamento se fazer mediante procuração da comarca do Funchal e com o preço estabelecido em auto. Em todas as recomendações e ordenações, o monarca fundamenta a sua intervenção no facto de a Ilha não ter “outro pão salvo o que mandão comprar às ditas ilhas” (ABM, Avulsos, cx. II, doc. 198, Ordenação de 13 nov. 1565). O cereal de importação na Madeira provinha, de modo variado, das ilhas vizinhas e da Europa, sendo muito importante a posição das ilhas, com 49 %. No caso dos Açores, o trigo entrado no porto do Funchal era, na sua maioria, oriundo do Faial, de Santa Maria e de São Miguel.

A rota do cereal açoriano abriu algumas portas ao vinho madeirense. Aliás, a primeira referência ao comércio nos Açores surge nos inícios do séc. XVI, na altura em que era vendido na Ribeira Grande a oito reais a canada. O tabelamento do preço de venda ao público pelas vereações de Angra, Ribeira Grande e Velas também atesta a importância que o vinho adquiriu no mercado local. Em 1574, o vinho Madeira representava 42 % do vinho que entrava no porto de Ponta Delgada, enquanto o do continente ficava apenas por 8 % e o da Terceira e outras ilhas representava 50 %. A primeira referência ao envio de vinho Madeira para os Açores surge em 1544, no testamento do mercador Afonso Alvarez, em que se refere ter ele enviado, ao Faial, seis pipas de vinho. O Faial foi um porto importante de destino do vinho madeirense, dedicando-se a isso alguns mercadores como Francisco João, falecido em 1620. O comércio do vinho nesta praça, tão próxima das ilhas produtoras do bom vinho açoriano (Pico e São Jorge),

resulta, sem dúvida, da contrapartida favorável ao comércio dos cereais. Em Angra, o vinho Madeira era transacionado com muita frequência, quer para consumo local, quer para redistribuição pelas ilhas vizinhas, Graciosa e São Jorge. As únicas notícias do comércio na cidade surgiram em 1552, 1561 e 1594. Saliente-se, por outro lado, que, em 1564, António Pires do Canto entregara a Pedro Ribeiro 17 pipas de vinho Madeira para vender nas ilhas de baixo, comprometendo-se o último a entregar ao primeiro, em troca, 20 pipas de vinho Madeira.

A partir do séc. XVII, a cultura da vinha foi incrementada nas ilhas do Pico, Faial e São Jorge. Muitos dos vinhos produzidos eram transformados em aguardente, que era facilmente exportado para o Brasil, negócio em que se especializou a ilha Graciosa. Apenas as ilhas de São Jorge e do Pico apresentavam vinho com qualidade adequada à exportação. António Cordeiro afirma mesmo a superior qualidade da malvasia do Pico em relação à madeirense. Desde o séc. XVI, o vinho Madeira era usado em cerimónias e festas religiosas nos Açores, situação que perdurou ainda no séc. XVIII e que fazia deste o chamado vinho de missa. A mesma situação verificou-se em outras ilhas, como as de Cabo Verde.

A baldeação externa com o vinho dos Açores e das Canárias parece que foi prática corrente entre 1783 e 1810, anos de maior procura do vinho produzido na Madeira. A Junta da Fazenda havia permitido a entrada de vinho do continente e ilhas para o consumo das tabernas, o que foi aproveitado pelas praças estrangeiras para a falsificação do vinho. Como a situação gerava desconfiança sobre a qualidade do vinho exportado, os negociantes decidiram tirar certidões autênticas para desvanecer os boatos.

O vinho dos Açores surge no Funchal em 1800, num pedido de Domingos Oliveira Júnior em que era solicitado o desembarque de 80 pipas de vinho do Faial, transportadas no bergantim *Bom Nome*, apresentando, como justificação, as descargas permitidas, em 1796, dos vinhos das Canárias e de Clarete. Senado, nobreza, povo, comerciantes nacionais e

estrangeiros, a Junta da Fazenda e o Governador levantaram-se, em uníssono, contra a importação de vinhos de qualidade inferior para depois serem exportados como procedentes da Madeira, argumentando que isso arruinaria o comércio dos vinhos da Ilha. A documentação diz-nos que os vinhos, quer das Canárias e Açores, quer de Málaga e Catalunha, foram admitidos, atingindo-se a receção de 200 pipas. Em 1810, desembarcaram no calhau, por contrabando, algumas pipas de vinho da ilha Terceira. O senado da Câmara Municipal do Funchal ordenou que o referido vinho fosse derramado na Pç. do Pelourinho, em 9 de março de 1810.

As ilhas de São Miguel, da Graciosa, do Faial e da Terceira abasteciam a Madeira do milho que, a partir de meados do séc. XIX, se transformou na principal fonte da dieta alimentar madeirense. Os dados da importação deste cereal e do trigo, para o ano de 1861, revelam que as ilhas açorianas continuam a garantir mais de metade da importação de cereal ao mercado madeirense, não obstante a concorrência de outros mercados, como América do Norte, Mazagão ou Cabo Verde. A par disso, os Açores forneciam, com assiduidade, queijo, ananás, laranja e batata. A partir de 1866, os portos de Mazagão, Safim e Mogador assumiram uma posição dominante no abastecimento de milho à Madeira, perdendo-a, depois, para os portos norte-americanos.

O trigo açoriano continuava a ser uma mercadoria dominante nestas transações porque também era vendido em preço mais em conta. Assim, em 1883, temos que o moio deste cereal, quando da terra, custava 49.000 réis, enquanto o americano custava 50.000 réis e o açoriano ficava por 39.000 réis. Um outro fator propiciador deste comércio prende-se com o facto de algumas embarcações com origem e destino na Inglaterra contemplarem na sua rota uma escala nos Açores.

Os Açores continuaram a ter na Madeira um mercado importante para as suas produções. Aos cereais adveio a valorização do tabaco, do gado e da carne, da laranja e do queijo. No decurso do séc. XX, foi muito evidente a função

dos Açores como mercado fornecedor de gado vacum e porcino para abate ou cria. A Madeira tinha para oferecer banana, tendo recebido, em maio de 1959, 22.290 kg.

Política e políticos

Tanto no passado como no presente, os espaços insulares nunca estiveram em consonância quanto aos objetivos políticos ou quaisquer outros, no sentido de uma maior capacidade de intervenção e reivindicação nas instâncias nacionais. Desde o séc. XV que se nota uma situação de afrontamento entre os dois arquipélagos e de falta de consonância em objetivos comuns, ditada, em certa medida, por processos históricos e económicos distintos. A Revolução Liberal e o debate político vieram, depois, determinar o resto, e estão na origem de um fosso entre ambos os arquipélagos. A atribuição de autonomia a alguns distritos açorianos, em 1894, sem que fosse dada à Madeira, foi um dos primeiros rastilhos para o distanciamento no plano político.

A par disso, o quase secular desentendimento ficaria por aqui se acaso não fosse usado para usufruto de dividendos políticos e económicos junto das autoridades metropolitanas. Em 1822, *O Patriota Funchalense* insiste na ideia de a Madeira ter sido a primeira ilha a aderir à causa liberal e a ter assento na Assembleia Constituinte, mas a última a ser atendida. Na segunda metade do séc. XIX, são insistentes as referências a um favorecimento dado aos Açores, expresso em apoios financeiros materializados em obras públicas, quando a Madeira apresentava um esforço financeiro mais relevante nas finanças nacionais, não conseguindo, no entanto, alcançar qualquer retorno.

A este propósito, convém referenciar o protagonismo de madeirenses e açorianos nos mais altos cargos da nação, na qualidade de ministros, presidentes da República ou outras situações que permitissem uma ação consentânea com os interesses da sua terra natal. Em relação a estes madeirenses, não há notícia de que tenham assumido alguma posição de favorecimento da Madeira, mesmo em condições

especiais. Já no caso dos Açores, são conhecidas as atitudes polémicas Hintze Ribeiro e as acusações de favorecimento do arquipélago, por muitos sectores políticos madeirenses e pela imprensa, que insiste na ideia de que os Açores usufruem de privilégios e regalias financeiras. Não é apenas a atitude de Hintze Ribeiro que é criticada, mas, acima de tudo, aquilo que é considerado como o insistente favorecimento dos Açores, situação que persiste no tempo.

Inúmeras vezes, entre o último quartel do séc. XIX e a proclamação da república em 1910, ecoou esta reclamação face à diferente atitude do Estado para com os dois arquipélagos. Apuram-se os dados da receita e das despesas, fazem-se comparações e conclui-se que o Estado favorecia os Açores. São múltiplas as vozes madeirenses que se levantaram contra esta situação. Entre elas, refira-se a de Manuel José Vieira, em discurso proferido na Câmara dos Deputados, na sessão de 13 de fevereiro de 1884, em que pede maior equidade na distribuição do dinheiro entre os dois arquipélagos.

Por fim, registre-se que, desde 1821, foram raras as vezes em que os deputados da Madeira e dos Açores estiveram de acordo no estabelecimento de medidas comuns para ambas as regiões no Parlamento nacional. Madeira e Açores, embora arquipélagos com estatuto semelhante, raras vezes se entenderam e se uniram na luta por objetivos comuns.

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Avulsos, cx. II, doc. 198, Ordenação de 13 nov. 1565; **impresa:** AGOSTINHO, José, “Diogo de Teive povoador da ilha Terceira, descobridor das ilhas das Flores e do Corvo, explorador dos mares do Ocidente, não foi o responsável pelo desaparecimento de Jácome de Bruges”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, n.º 1, 1943, pp. 50-59; ARAÚJO, M. B., “Considerações em torno da economia da Madeira e dos Açores (séculos XV-XVIII)”, *Portugaliae Historica*, 2.ª sér., vol. I, 1991, pp. 279-314; *Arquivo dos Açores*, vol. 1, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1980; *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XV, Funchal, Arquivo Distrital do Funchal, 1972; ARRUDA, Manuel Monteiro Velho, *Colecção de Documentos Relativos ao Descobrimento e Governo dos Açores*, Ponta Delgada, s.n., 1977; DIAS, F. S., “As relações comerciais entre a Madeira e S. Miguel, 1800 a 1831”, in *I Congresso Internacional de História da Madeira*, vol. II, Funchal, DRAC, 1990, pp. 966-991; FERNANDES, José Manuel, “Algumas considerações sobre a casa urbana nas ilhas do Atlântico: Madeira, Açores, Canárias, Cuba (séculos XVI-XVIII)”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIX, 1991, pp. 511-527; LEITE, José Guilherme Reis, “A autonomia das ilhas atlânticas, os Açores e a Madeira. A experiência açoriana do século XIX”, in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. I, Funchal, DRAC, 1989, pp. 388-399; MELLO, Luís de Sousa, “Contribuição açoriana na formação da população madeirense no século XVI”, *Girão*, n.º 7, 1991, pp. 327-331; *Id.*, “A presença açoriana (ilhas do grupo central) nos registos paroquiais da Sé e S. Pedro do Funchal: 1760-1859”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV*

a XIX, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995; *Id.*, “A presença açoriana nos registos paroquiais do Funchal (1767-1860)”, in *História das Ilhas Atlânticas*, vol. II, Funchal, CEHA, 1997; OLIVEIRA, Ernesto V. de, *Moinhos de Vento. Açores e Porto Santo*, Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1965; REIS, Célia, *A Revolta da Madeira e Açores (1931)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990; *Id.*, “Os correios nas ilhas atlânticas: notas sobre a sua existência na primeira metade do séc. XIX”, *Islenha*, n.º 9, jul.-dez. 1991, pp. 70-75; RIBEIRO, João Adriano, “As relações sócio-económicas Funchal-Açores na segunda metade do século XVIII, numa panorâmica notarial madeirense”, in *Actas do Colóquio os Açores e a Expansão Europeia. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIX, 1991, pp. 147-172; SERRÃO, Joel, “Le blé des îles atlantiques. Madère et Açores aux XVe et XVIIe siècles”, in *Temas Históricas Madeirenses*, Funchal, CEHA, 1992, pp. 67-75; SOUSA, João José Abreu de, *O Movimento do Porto do Funchal e a Conjuntura da Madeira de 1727 a 1810. Alguns Aspectos*, Funchal, DRAC, 1989; VERÍSSIMO, Nelson, “O alargamento da autonomia dos distritos insulares: o debate na Madeira (1922-1923)”, in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, s.l., Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1990, pp. 493-515; *Id.*, “O alargamento da autonomia insular: o contributo açoriano no debate de 1922-1923”, *Islenha*, n.º 16, jan.-jun. 1995, pp. 22-30; VIEIRA, Alberto, “O comércio de cereais dos Açores para a Madeira no século XVII”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLI, 1983, pp. 651-677; *Id.*, *O Comércio Inter-Insular nos Séculos XV e XVI. Madeira, Açores e Canárias (Alguns Elementos para o Seu Estudo)*, Funchal, CEHA, 1987; *Id.*, *Portugal y las Islas*, Madrid, Mapfre, 1992.

† ALBERTO VIEIRA

CULTURA

Os Açores, devido à sua situação geográfica, tiveram uma história de contactos bastante menos frequentes com Portugal Continental do que teve a Madeira, passando mesmo longos períodos de quase abandono no meio do Atlântico. Por esta razão, podemos dizer que Vitorino Nemésio captou magnificamente uma das marcas distintivas da cultura daquele arquipélago na frase “Para nós a geografia vale tanto como a história” (NEMÉSIO, 1932, 59).

O sentido de cultura aqui usado é o antropológico, *i.e.*, a cultura consiste em todas as manifestações resultantes da intervenção humana sobre a natureza, criadas a partir da interação entre os seres humanos. Assim, esboçar-se-á um retrato da cultura açoriana nas suas faces principais: a língua, a religião, a arquitetura, a literatura e outras artes. Desde cedo, os açorianos, no seu inter-relacionamento com um meio geográfico bastante isolado, quase a meio caminho entre dois continentes, desenvolveram e fomentaram expressões criativas elaboradas, e por vezes ricas, nas mais variadas áreas da cultura.

O seu património material arquitetónico é, obviamente, a mais visível. O basalto e a cal

predominam e receberam formas diversas, consoante os estilos foram refletindo, ao longo da história, os sucessivos padrões do continente, mas tomando sempre uma feição local. O exemplo mais notável é o da cidade de Angra do Heroísmo (Património Mundial da UNESCO), que cedo imprimiu uma personalidade própria à sua arquitetura de inspiração pequeno-aristocrática, também presente em alguns exemplares rurais (na Terceira, o basalto é revestido e pintado). A arquitetura do basalto evidencia-se igual e abundantemente noutros aglomerados populacionais, como Ponta Delgada, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Santa Cruz da Graciosa, Horta e Velas, com exemplos mais esporádicos e dispersos, mas presentes na arquitetura rural e nas residências da burguesia local, particularmente da burguesia resultante do *boom* económico que teve lugar em São Miguel, no séc. XIX, conhecido como a “economia da laranja”. O basalto e a cal receberam marcas idênticas nas inúmeras igrejas de todas as localidades acima referidas. A nível rural, destaca-se, em especial, a casa terceirense, as igrejas micaelenses e as ermidas jorgenses.

A predominância dos monumentos religiosos entre os mais visíveis exemplos arquitetónicos açorianos atesta bem a força da vivência religiosa do arquipélago. Esta vivência tem sido associada por estudiosos à frequente sujeição das ilhas a desmandos naturais (terramotos, vulcões, tempestades), que exacerbavam o sentimento religioso das populações, que, no seu isolamento, não tinham para quem se voltar senão para os poderes divinos. Essa explicação terá a sua validade, mas não contempla, *e.g.*, as acentuadas diferenças em matéria religiosa entre as duas ilhas mais populosas, São Miguel e Terceira, a primeira com manifestações como a devoção ao Senhor Santo Cristo (com uma famosa procissão, que remonta ao séc. XVIII), a que se junta a tradição das dezenas de ranchos de romeiros que percorrem a ilha durante uma semana na Quaresma. Estas duas expressões religiosas exibem uma vertente melancólica que não está presente nas festas do Espírito Santo, celebradas por todo o arquipélago, se bem que

com características diversas nas diferentes localidades, as quais adquirem na Terceira uma pujança especial e acentuadamente festiva. Registe-se que só a partir da institucionalização do regime autonómico as festividades do Espírito Santo ganharam uma dimensão de quase-religião açoriana, por constituírem a festividade religiosa com presença em todas as ilhas.

Uma das facetas mais notórias na cultura açoriana é a linguagem. O seu léxico é rico, tendo conservado vocábulos do português clássico que entraram em desuso no Continente. O sotaque é, no entanto, o elemento mais distintivo da linguagem açoriana e, quando ouvido fora dos Açores, é geralmente caracterizado pelas suas diferenças em relação ao registo médio da fonética portuguesa mais habitual. Tal caracterização diz geralmente respeito à variante micaelense, a mais distante do português-padrão: sendo o sotaque da ilha mais povoada (no começo do séc. XXI, São Miguel albergava mais de metade da população do arquipélago), é o mais frequentemente escutado, e daí pensar-se que é comum a todas as ilhas. Além do mais, o facto de, em muitas delas, a pronúncia não se distanciar significativamente do português-médio induz os ouvintes desconhecedores dos sotaques açorianos a não identificarem as falas da maioria das ilhas como provenientes deste arquipélago. O sotaque micaelense é também frequentemente confundido com o madeirense, embora os dois sejam bastante distintos. Há quem sugira que o sotaque micaelense tem origem em França, por causa de certas semelhanças fonéticas, mas é possível encontrar sons idênticos em localidades da Beira-Baixa, do Alto Alentejo e do Algarve.

Imbricada no património imaterial da linguagem, temos uma das mais importantes marcas açorianas, a da sua literatura. A obra *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso, escrita entre 1586-1590, é uma crónica sobre o povoamento e o primeiro século de vida nos Açores (os Livros III, IV e VI, pois o Livro I é sobre Cabo Verde e as Canárias; o Livro II é sobre a Madeira; e o V é um texto ficcional e poético do género pastoril) e releva-se como um escrito clássico. *Saudades da Terra* constitui-se, pois,

como a cédula de nascimento de uma história cultural plantada no meio do Atlântico, à qual se seguiram diversas vozes que bem cedo ajudaram a forjar um imaginário insular açórico, estruturado e solidificado ao longo dos séculos: *Espelho Cristalino*, de Frei Diogo das Chagas (1584-1661); *Fenix Angrence*, do P.^e Manuel Luís Maldonado (1644-1711); *Historia Insulana*, do P.^e António Cordeiro (1641-1722); e *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, de Fr. Agostinho Mont'Alverne (1629-1726) – são exemplos literários de vulto surgidos nos primeiros séculos da história do arquipélago.

A tradição prosseguiu e intensificou-se depois, particularmente no séc. XIX, quando uma consciência de diferença começou a ganhar contornos bem mais explícitos a vários níveis, inclusive assumindo implicações políticas. Nessa época, surgiram personalidades açorianas a desempenhar papéis de relevo na cena cultural nacional, como Manuel de Arriaga (que tinha contactos na Madeira, pois foi convidado por um grupo de madeirenses a concorrer pelo Funchal à Câmara de Deputados em Lisboa e foi eleito, passando a ser um dos únicos dois republicanos com assento nessa câmara), Antero de Quental e Teófilo Braga – que se notabilizaram no pensamento filosófico nacional, tal como acontecera com António Cordeiro, autor do *Cursus Philosophicus Conimbricensis* (1714), e como viria a acontecer com José Enes – e a consciência autonómica ganhou força e relevo. Refira-se que o primeiro movimento autonómico aconteceu no final do séc. XIX, tendo como líder Aristides Moreira da Mota; o segundo movimento surgiu no início da década de 20 do séc. XX, tendo-se um grupo de açorianos deslocado à Madeira com o intuito de procurarem adesão e conseguirem consenso quanto às exigências de uma mais larga autonomia política e financeira para os distritos insulares.

Embora autores como Pedro da Silveira tenham efetuado um extenso rastreio das obras produzidas nas ilhas em busca de uma diferença insular, a literatura açoriana foi durante muito tempo apenas reflexo dos ideários

estéticos dominantes no continente. No final do séc. XIX, porém, com a reabertura do arquipélago ao mundo, por os Açores se terem de novo tornado um local intermediário de comunicações (desta vez, telegráficas), uma nova vitalidade emergiu na produção literária, com uma preocupação de captação do espaço regional na literatura (nomeadamente por intermédio dos contistas Florêncio Terra, da Horta, e Nunes da Rosa, do Pico).

Foi todavia nas Flores, a ilha mais afastada do continente europeu, que apareceu uma inesperada tomada de consciência da insularidade e de um imaginário açoriano. A sua mais antiga e clara expressão é revelada no livro de poemas *Almas Cativas* (1931), de Roberto de Mesquita, natural dessa ilha, que Vitorino Nemésio, quase duas décadas mais tarde, arvorou em ícone e símbolo da açorianidade. Ele próprio iria desenvolver e aprofundar a mesma ideia de açorianidade, sobretudo em prosa – no conto – e, particularmente, no romance *Mau Tempo no Canal* (1944), que se tornou um *locus classicus* da açorianidade.

A partir de então, uma cadeia de autores açorianos não mais deixaram de se debruçar sobre o universo açoriano, mesmo quando muitos deles passaram a residir no continente, como aconteceu com Nemésio. Armando Côrtes-Rodrigues, Pedro da Silveira, Eduíno de Jesus, Natália Correia, Dias de Melo, Emanuel Félix, Norberto Ávila, Fernando Aires, Santos Barros, Cristóvão de Aguiar, José Martins Garcia, João de Melo, Álamo Oliveira, Daniel de Sá, Emanuel J. Botelho, Vasco Pereira da Costa, Marcolino Candeias, Urbano Bettencourt entre outros, envolveram-se direta ou indiretamente nesse processo, ainda que alguns deles revelem poucas ou nenhuma marcas insulares na sua escrita. São escritores cujo empenhamento cívico manteve uma ligação identitária ao arquipélago de origem, marca identitária que diferencia a literatura açoriana da literatura madeirense, cujos escritores se integraram no contexto nacional sem fazerem questão de manter uma ligação à ilha natal, possivelmente devido à maior proximidade geográfica com o

continente e às mais frequentes comunicações marítimas.

Aliás, a estrutura das ligações marítimas permitiu que muitos açorianos conhecessem a Madeira, pois os barcos paravam no Funchal nas idas e vindas a Lisboa. Isso tornou possível a escritores como Vitorino Nemésio e Pedro da Silveira estabelecerem relações de amizade com escritores e intelectuais madeirenses (e.g. Edmundo Bettencourt). Teófilo Braga dedica o segundo capítulo do seu *Os Poetas Palacianos* (1871) inteiramente a poetas madeirenses; Vitorino Nemésio dedica o primeiro capítulo de *Corsário das Ilhas* à Madeira; Onésimo Teotónio de Almeida tem um “Prosema a uma ilha vizinha”. No entanto, há que reconhecer que, mesmo culturalmente, os dois arquipélagos viveram lado a lado sem grande interação entre si, apesar de umbilicalmente ligados a Lisboa.

No final da década de 1950, a criação do Instituto Açoriano de Cultura (IAC), sob a liderança de José Enes e Artur Cunha de Oliveira, incrementou sobremodo a tomada de consciência do arquipélago como lugar de intervenção. As Semanas de Estudos promovidas pelo IAC nos anos 60 do séc. xx provocaram uma forte consciencialização das elites locais, às quais a literatura esteve sempre ligada, porque os seus agentes eram em grande parte os mesmos ou, quando não eram, pelo menos associavam-se nessa intervenção social e cívica. No período que se seguiu ao 25 de Abril, possibilitador da criação das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, a consciência de autonomia insular açórica estava particularmente presente em açorianos que intervinham na vida política continental, como Jaime Gama, J. Medeiros Ferreira, Eduardo Paz Ferreira, Mário Mesquita e Mota Amaral, contribuindo, cada um a seu modo, para a codificação legal de um estatuto que há muito tempo já existia e para o desenvolvimento social, científico, económico e cultural do arquipélago, especialmente das três cidades principais: Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

Além da produção escrita de carácter mais erudito, os Açores possuem um historial de publicação de jornais que ultrapassa os 600

títulos, se bem que muitos deles não tenham passado dos primeiros números. Em 2015, publicam-se quatro diários, sendo um deles o mais antigo jornal português e um dos mais antigos da Europa, o *Açoriano Oriental*, de Ponta Delgada, onde também são publicados o *Diário dos Açores* e o *Correio dos Açores*. Em Angra do Heroísmo, publica-se o *Diário Insular*. Existem ainda vários semanários.

De 1884 ao início da década de 1950, publicou-se, em Lisboa, o jornal *Portugal, Madeira e Açores*, que tinha como objetivo defender os interesses das “Ilhas Adjacentes”. Nos inícios da década de 1950, foram publicados alguns números da revista *Açores Madeira*. Entre cerca de 1954 e 1968, publicou-se, também em Lisboa, o *Correio das Ilhas: Quinzenário de Assuntos e Interesses Insulares* e, desde o início de 2000 até 2015, a *Revista Saber Madeira* incluiu o suplemento *Saber Açores* que, de 2003 a 2006, apresentava quinzenalmente o SAAL, “Suplemento atlântico de artes e letras”, dirigido por Vamberto Freitas, ensaísta, crítico literário e professor na Univ. dos Açores.

O Instituto Cultural de Ponta Delgada, o Instituto Histórico da Ilha Terceira e o Núcleo Cultural da Horta, instituições que desempenharam um importante papel em simultâneo com o IAC, também publicaram, com maior ou menor regularidade, as suas respetivas revistas: *Insulana*, *Boletim do IHIT* e *Boletim do NCHorta*. O IAC publicou a *Atlântida*.

Entre as instituições culturais, destaque-se igualmente o Seminário Episcopal de Angra, que, a partir dos anos 40 do séc. xx, começou a desempenhar um papel de relevo na vida cultural açoriana (primeiro na Terceira e nas ilhas do Oeste, estendendo-se depois a todo o arquipélago), e o Instituto Universitário dos Açores, que surgiu após o 25 de Abril, em 1976, passando a Universidade em 1980. A par de variadas atividades eruditas, a Univ. dos Açores desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do arquipélago. Antes da criação da Univ. da Madeira, vários madeirenses lecionaram na Univ. dos Açores.

Também no domínio da palavra, há que mencionar as várias manifestações de literatura

popular, muitas delas expressas em combinação com a música: o teatro popular, os “bailinhos” de carnaval e as “velhas” (na Terceira), as cantigas ao desafio e a literatura de cordel. De referir ainda a expressão intermédia de teatro-revista, cultivada sobretudo em São Miguel e na Terceira, e também o aparecimento, proporcionado pela televisão, de séries a partir de obras literárias. *Xailes Negros* foi a primeira das várias obras televisivas dirigidas por Zeca Medeiros; seguiram-se-lhe, entre outras, *O Barco e o Sonho*, *Gente Feliz com Lágrimas* e *Mau Tempo no Canal*.

Na música, a canção popular tradicional é a mais representativa da criatividade açoriana, assumindo características particulares nalgumas ilhas; tem como marca comum uma tonalidade melancólica. De entre os cultivadores eruditos, destacam-se o jorgense Francisco Lacerda, compositor e maestro com carreira na Europa, e Tomás Borba, compositor e autor de um popular livro didático de solfejo. Deve registar-se ainda, além do Conservatório de Ponta Delgada e da Academia Musical de Angra como exemplos de instituições dedicadas à música erudita, a existência de mais de 100 filarmónicas espalhadas pelas ilhas do arquipélago, quase todas em povoações rurais. Vocacionadas, sobretudo, para a participação em festas religiosas, as bandas efetuam concertos públicos integrados nessas celebrações, executando uma programação de música profana. As filarmónicas têm permitido, ao longo dos tempos, uma notável divulgação da cultura musical. A Lira Açoriana, para citar um exemplo apenas, é uma espécie de seleção regional que congrega os melhores executores numa orquestra-filarmónica representativa da Região.

Relativamente às artes plásticas, António DaCosta distinguiu-se particularmente na história da pintura portuguesa e europeia e Domingos Rebelo é um respeitado pintor regionalista. Entre outros pintores de renome na segunda metade do séc. xx, há que mencionar Carlos Carreiro, Luísa Constantino, Tomaz Borba Vieira e Rogério Silva (que é frequentemente esquecido nos Açores por ter

passado grande parte da sua vida nos Estados Unidos da América). Na escultura, há que realçar Canto da Maya, que tem um lugar de relevo na história da escultura portuguesa.

Nas ciências, Arruda Furtado, um autodidacta que se correspondeu com Darwin e estudou minuciosamente a personalidade cultural micaelense (o seu plano era estender o projeto ao resto do arquipélago, mas faleceu aos 32 anos), Francisco Afonso Chaves e José Agostinho foram três figuras de topo. No campo da etnografia, há que referir, em particular, Luís Ribeiro, com um variado e rico conjunto de estudos sobre as mais diversas manifestações da cultura açoriana, incluindo o clássico *Subsídios para Um Ensaio sobre a Açorianidade*.

É possível mencionar ainda outras manifestações em várias áreas da cultura, como os jardins (*e.g.*, o Parque Terra Nostra e o Jardim José do Canto, em São Miguel, bem como o Jardim Público de Angra); o artesanato (a cerâmica, as rendas e os bordados, os trabalhos em folha de milho e em vime, a tecelagem); a culinária regional (a alcatra terceirense, o cozido das Furnas micaelense, a doçaria, a massa sovada); os lacticínios (a manteiga e o queijo, sobretudo o de São Jorge); o chá (em São Miguel); a vinicultura, sendo a mais famosa a do Pico (as vinhas nas imediações da Madalena são Património Mundial da UNESCO), ilha que também adaptou e melhorou o barco baleeiro americano. Os vários museus açorianos são ricos na exibição destas e doutras criações insulares; saliente-se o Museu Carlos Machado, em Ponta Delgada, o Museu de Angra e o Museu dos Baleeiros, nas Lajes do Pico.

A emigração, marca tricentenária da história açoriana, tem produzido uma notável expansão da cultura do arquipélago, prolongando-a particularmente nos Estados Unidos, no Canadá e no sul do Brasil.

Este esboço de retrato da cultura açoriana forjada em 500 anos de isolamento no meio do Atlântico entre a Europa e a América não poderá terminar sem uma referência a uma extraordinária tentativa de aproximação cultural entre os Açores e a Madeira ocorrida na primeira década de 2000, quando

Maria Aurora Carvalho Homem foi diretora do Departamento de Cultura na Câmara do Funchal. O projecto visava fazer da Madeira o centro dinamizador de atividades culturais conjuntas entre os quatro arquipélagos da Macaronésia. Foi criada a Associação Cultural das Ilhas do Atlântico, que realizou diversos colóquios no Funchal com a participação de escritores, artistas e académicos provenientes dos quatro arquipélagos, e sempre com uma significativa presença de açorianos (Eduíno de Jesus, Vamberto Freitas, Eduardo Bettencourt Pinto, Adelaide Freitas, Urbano Bettencourt, Zeca Medeiros, Onésimo Almeida, entre outros); estes colaboravam com frequência na revista *Margem*, publicada por aquele Departamento, responsável também pela edição dos vários volumes de atas dos colóquios realizados. Diversas outras iniciativas culturais surgiram a partir deste departamento (e.g., a edição de *Contos Madeirenses*, obra coordenada por Nelson Veríssimo), várias delas envolvendo a Univ. da Madeira. Os congressos e os colóquios de História realizados, tanto nos Açores como na Madeira, também proporcionaram uma aproximação entre os dois arquipélagos, que se tem revelado frutuosa para ambas as partes.

Bibliog.: ALMEIDA, Onésimo Teotónio, *Onze Prosemas (e Um Final Merencório)*, Vila Nova de Gaia, Ausência, 2004; *Id.*, *Açores, Açorianos, Açorianidade – Um Espaço Cultural*, 2.ª ed., Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2011; *Id.*, *Minima Azorica. O Meu Mundo É deste Reino*, Lajes do Pico, Companhia das Ilhas, 2014; BETTENCOURT, Urbano, "A afirmação de uma cultura própria", in MATOS, Artur Teodoro de et al. (orgs.), *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, pp. 307-322; CÂMARA, J. M. Bettencourt da, *Música Tradicional Açoriana*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980; COSTA, Francisco Carreiro, *Etnologia dos Açores*, 2 vols., Lagoa, Câmara Municipal de Lagoa, 1989; FREITAS, Vamberto, *O Imaginário dos Escritores Açorianos*, Lisboa, Salamandra, 1992; HOMEM, Maria Aurora Carvalho (org.), *Caminhos do Mar*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 2001; *Id.*, *Escritores e Cidades*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 2004; *Id.*, *Arquipélagos do Desejo*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 2006; JESUS, Eduíno de (org.), "Prefácio", in RODRIGUES, Armando Cortes, *Antologia de Poemas*, Coimbra, s. n., 1956, pp. 1-96; PIRES, António Machado (org.), *Roteiro Cultural dos Açores*, Ponta Delgada, Direção Regional da Cultura, 2012; *Id.*, "A universidade e a promoção de uma cultura universitária nos Açores", in MATOS, Artur Teodoro de et al. (orgs.), *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, pp. 611-644; NEMÉSIO, Vitorino, "Açorianidade", *Insula*, n.º 7-8, jul.-ago. 1932, p. 59; RIBEIRO, Luís da Silva, *Obras*, 4 vols., Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1982-1983 e 1996; SILVEIRA, Pedro, *Antologia da Poesia Açoriana. Do Séc. XVIII a 1975*, Lisboa, Sá da Costa, 1977.

ONÉSIMO TEOTÓNIO ALMEIDA

Açúcar

A tradição histórica salienta a importância do arquipélago madeirense na história do açúcar. Também se insiste na ideia de que a história da Madeira deve ser dividida em ciclos, sendo o primeiro momento o de afirmação dos cereais e o segundo o do açúcar, embora a ideia de ciclo tenha caído em desuso na história económica, insistindo-se no conceito de produto dominante de exportação, o que realmente aconteceu, no período inicial do último quartel do séc. xv e primeiro da centúria seguinte, com o açúcar. Por outro lado, a cultura da cana sacarina perdurou na história da Madeira, não se limitando a este momento inicial.

Se desde sempre se valorizou a importância da cultura da cana sacarina e, de forma especial, do açúcar na história da Madeira, a partir da déc. de 90 do séc. xx aconteceu um movimento favorável em termos de investigação que permitiu uma plena afirmação do tema e a valorização do papel da Madeira no quadro da história do açúcar no espaço atlântico. As investigações realizadas permitiram não só valorizar a dimensão multissecular da cultura no arquipélago, como também evidenciar a relação que, a partir dela, se estabeleceu com outros espaços insulares (Açores, Canárias, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Santo Domingo e Cuba) e o Brasil. Associados a esta cultura e este produto, foram desenvolvidos estudos sobre aspetos até então ignorados: a tecnologia, as formas e estruturas sociais que servem de suporte à estrutura produtiva, as suas implicações diretas na cultura tradicional e alimentação. Uma das consequências deste movimento foi a valorização do papel da Madeira no contexto da história e tecnologia da cana-de-açúcar no espaço atlântico e da sua plena afirmação no quotidiano ocidental a partir do séc. XVI.

A bibliografia sobre a temática é vasta. Desde o séc. XVIII que se sucedem inúmeros estudos que procuram aclarar a história das culturas da cana sacarina e beterraba, das tecnologias usadas e dos novos processos de transformação do fabrico trazidos pela química. Foi nos campos da engenharia química e da agronomia que se

produziram grande número de estudiosos e de estudos. No domínio da história, sobressaem dois autores, como clássicos da abordagem da matéria. Edmond von Lippmann, químico alemão, publicou, em 1890, um volume que teve várias edições. Noel Derr ficou conhecido pela *History of Sugar*, publicada em 1949-1950, mas não deverá esquecer-se o seu contributo no âmbito da Química e da tecnologia. Posteriormente, J. H. Galloway publicou um estudo importante. E tiveram lugar em Motril, desde 1992, e no Funchal, a partir de 2000, encontros de debate que culminaram na criação, em 1993, da Associação Internacional de História e Civilização do Açúcar, com sede no Funchal.

A história do açúcar na Madeira confunde-se com a conjuntura de expansão europeia e dos primeiros momentos de fulgor económico do arquipélago madeirense. A sua presença é multissecular e deixou rastros evidentes na sociedade madeirense. Dos sécs. xv e xvi, ficaram os imponentes monumentos, a pintura e a ourivesaria que os embelezou e que foi quase toda depositada no Museu de Arte Sacra. Do séc. xix e do primeiro quartel do séc. xx, perdurou a maioria dos engenhos da nova época de retorno da cultura dos canaviais, em que a cana se diversificou no uso industrial, sendo geradora do álcool, da aguardente e, raras vezes, do açúcar.

A partir do séc. xv, a Europa entendia os espaços de ocupação no Atlântico pela sua importância económica em relação aos produtos capazes de ativarem e propiciarem riqueza no sistema de relações de troca do mercado europeu, mediterrânico e nórdico. Epítetos como “ilhas do pastel”, “do açúcar” ou “do vinho”, e a ideia de ouro, por similitude à riqueza gerada pelo açúcar, são a cabal expressão disso. Assim, o “ouro das ilhas”, associado ao trigo, e o “ouro branco”, ao açúcar, foram os elementos ativadores desta ligação e afirmação do mundo insular na economia europeia. Toda esta envolvência insular com o mercado europeu teve como ponto de partida a Madeira, porque a Ilha foi pioneira na ocupação e exploração de novas culturas impostas por estes europeus. Além do mais, a ela se deve a sua expansão ao

espaço exterior próximo ou longínquo, incluídas as Canárias.

A rota do açúcar, no processo de transmigração do Mediterrâneo para o Atlântico, tem na Madeira a principal escala. A cana-de-açúcar iniciou a diáspora atlântica na Madeira. Foi na Ilha que a planta se adaptou ao novo ecossistema e deu mostras da sua elevada rendibilidade. Aí se estabeleceram os primeiros contornos da realidade socioeconómica açucareira, onde a afirmação da escravatura e as inovações tecnológicas apresentam um papel de destaque, que teve plena afirmação nas Antilhas e no Brasil. Também na Ilha surgiram os primeiros contornos sociais (a escravatura), técnicos (engenho de água) e político-económicos (trilogia rural) que materializaram a civilização do açúcar.

A cana-de-açúcar é, de todas as plantas domesticadas pelo Homem, a que mais implicações teve na história da humanidade. A cana sacarina, pelas especificidades do cultivo e pela especialização e morosidade do processo de transformação em açúcar, implicou uma vivência particular, assente num específico complexo sociocultural da vida e convivência humana. São evidentes as transformações operadas na agricultura, na técnica, na química e na siderurgia, por força da cultura da cana sacarina e da beterraba, bem como da produção de açúcar, mel, aguardente, álcool e rum. A sua chegada ao Atlântico, no séc. xv, provocou o maior fenómeno migratório, que foi a escravatura de milhões de africanos, e teve repercussões evidentes na cultura literária, musical e lúdica. Foi também no Atlântico que a cultura atingiu a sua plena afirmação económica, assumindo uma posição dominante no sistema de trocas. Por outro lado, o açúcar é, entre todos os produtos a que no Ocidente se atribuiu valor comercial, o que foi alvo de maiores inovações no seu fabrico. No caso do vinho, a tecnologia pouco ou nada mudou desde a Roma antiga. Ao contrário, várias condicionantes favoreceram a necessidade de permanente atualização do processo de fabrico do açúcar, situação que se tornou mais clara no séc. xviii, com a concorrência da beterraba.

O fabrico do açúcar está condicionado por múltiplos fatores botânicos e químicos. A cana sacarina tem um período útil de vida em que a percentagem de sacarose é mais elevada. Depois de cortada, a cana tem pouco mais de 48 h para ser moída e cozida, pois, caso contrário, começa a perder sacarose e inicia o processo de fermentação, pelo que, depois, só poderá dar lugar a álcool ou aguardente. Daqui resulta a necessidade de acelerar o fabrico de processamento do produto através de constantes inovações tecnológicas, que vão desde o corte ao esmagamento ou à trituração e à cozedura, até que se atinja o desejado produto, o açúcar. Tais condicionantes, definidas pela cultura, exigiram necessariamente um aumento da mão de obra, que se fez à custa de escravos africanos.

A cana-de-açúcar não está na origem da escravidão africana, mas no processo da sua afirmação, a partir da Madeira. Até então, a cultura acontecia em pequenas parcelas, onde a maior parte das questões não se colocava. Contudo, com o avanço para uma produção em larga escala, há necessidade de acelerar o ciclo de transformação, de forma a tirar o maior rendimento em açúcar e, por consequência, o maior lucro. A viragem aconteceu a partir de meados do séc. xv, na Madeira, e deverá ter implicado tanto mudanças radicais na tecnologia usada para o fabrico do açúcar, como na consolidação da escravatura, primeiro com o recurso aos indígenas das Canárias e, depois, aos da costa da Guiné.

É por isso que se assinalam, a partir da Madeira, importantes inovações tecnológicas no sistema de moenda da cana com a generalização do sistema de cilindros. Desta forma, na Ilha, um dos aspetos mais evidentes da revolução tecnológica iniciada no séc. xv prende-se com a capacidade de o europeu adaptar as técnicas de transformação conhecidas às circunstâncias e às exigências de culturas e produtos tão exigentes como a cana e o açúcar. O tributo foi evidente. Ao vinho foi-se buscar a prensa, ao azeite e aos cereais a mó de pedra. Por outro lado, estamos perante uma permuta constante de processos tecnológicos e formas

de aproveitamento de diversas fontes de energia. A tração animal, a força motriz do vento e da água foram usadas, podendo ser partilhadas, em simultâneo, com os cereais e a cana sacarina.

Uma maior capacidade na moenda implica maior disponibilidade no processamento da garapa, para se poder dispor do melado ou do açúcar. Mais quantidade de garapa e melado implica diferentes formas e técnicas de apressar a cozedura. As dificuldades com a obtenção de lenhas ou os elevados custos do transporte até ao local do engenho conduzem a soluções que, paulatinamente, vão sendo adotadas por todos. Primeiro, reaproveita-se o bagaço da cana e, depois, através de um mecanismo de fornalha única, consegue-se alimentar as cinco caldeiras de cozimento. O sistema ficou conhecido por trem jamaicano, por, segundo alguns, ter tido aí origem, mas, na verdade, temos informação do seu uso na Madeira e Canárias no séc. xvi. Em 1530, Giulio Landi descreve o sistema de fabrico de açúcar utilizando cinco caldeiras agrupadas. Uma situação levava à outra, conduzindo a soluções cada vez mais avançadas no processo de fabrico do açúcar.

A segunda metade do séc. xix foi o momento de aposta definitiva na engenharia açucareira, contribuindo para importantes inovações. O mercado ocidental foi inundado de açúcar de cana e beterraba. O desenvolvimento da indústria de construção de equipamentos para o fabrico de açúcar, seja de cana ou beterraba, aconteceu em países onde esta assumia uma posição significativa na economia. A França e a Inglaterra assumiram a posição pioneira no desenvolvimento da tecnologia açucareira. Os Franceses detinham importantes colónias açucareiras nas Antilhas, enquanto os Alemães apostavam fortemente em Java. Os Ingleses surgem, por força da sua posição colonial, nas Antilhas, na Índia, nos Estados Unidos da América (com Nova Orleães) e, posteriormente, no Havai. Cuba foi um dos espaços açucareiros onde mais se inovou em termos tecnológicos. As primeiras décadas do séc. xix foram de plena afirmação da ilha, que se transformou em modelo para a indústria açucareira.

Normalmente, associa-se o açúcar à cana sacarina. Foi assim durante muito tempo, mas, a partir do séc. XVIII, deixou de o ser, com a possibilidade de fabrico do mesmo a partir da beterraba. Já em 1575 François Olivier de Serres (1539-1619), em *Theatre de l'Agriculture*, referia a possibilidade de extrair açúcar da beterraba, mas só em 1745 Frederico, o Grande, da Prússia ordenou aos químicos que investigassem a forma de retirar sacarose.

A beterraba conduziu a inovações na indústria e na química do fabrico do açúcar. A nova tecnologia usada desintegrou o sistema de fabrico de açúcar e conduziu a uma transformação do sistema de produção de açúcar, com o aparecimento das fábricas e dos laboratórios. O sucesso da beterraba deveu-se aos métodos avançados, em termos tecnológicos e químicos, que foram usados para o fabrico do açúcar. O açúcar está ainda disponível numa variedade de frutos, mas sem valor industrial – apenas no sorgo e no ácer se conhecem algumas tentativas de sucesso. No arquipélago, fizeram-se algumas tentativas de plantação no Porto Santo e no norte da ilha da Madeira, mas apenas para fabrico de aguardente.

O açúcar pode muito bem ser considerado uma conquista dos mundos islâmico e budista, tal como o pão e o vinho o são do cristianismo. O fator religioso foi fundamental na afirmação e divulgação do produto, daqui resultando a sua presença cada vez maior, a partir dos primeiros séculos da nossa era. A cana sacarina (*Saccharum officinarum*) terá sido domesticada há cerca de 12.000 anos na Papua (Nova Guiné). Entre 1500 a.C. e 500 d.C., a cultura espalhou-se pela Polinésia e Melanésia, mas foi na Índia que adquiriu maior importância, entre os sécs. I e VI d.C.. Foi aí que os europeus tomaram contacto com o produto e a cultura, começando o comércio e, depois, o transplante da cultura para os vales dos rios Tigre e Eufrates. Daqui, os árabes, que tiveram conhecimento da cultura, levaram-na para o Egito, o Chipre, a Sicília, Marrocos e Valência. Foi no culminar da expansão árabe no Ocidente que a Madeira serviu de trampolim da cultura para o Atlântico, situação que foi o início da outra fase da história do açúcar, certamente a mais importante.

História

Os cronistas que testemunham a ação do infante D. Henrique nos primórdios da ocupação da ilha da Madeira corroboram que as primeiras socas de cana apareceram na Ilha por sua iniciativa. Já quanto à origem da cultura, não existe consenso, podendo-se apontar distintas proveniências, como o Algarve, Valência e a Sicília. A ideia, defendida, primeiro, por J. Lúcio de Azevedo, mereceu a aprovação de muitos historiadores, nomeadamente algarvios. A historiografia algarvia, baseada em alguns documentos que testemunham a cultura da cana-de-açúcar em Quarteira, em terras que pertenciam à Coroa, conclui que as socas de cana teriam sido levadas daí.

A ideia dominante é de que as primeiras socas têm origem na Sicília, tal como refere, em finais do séc. XVI, Gaspar Frutuoso. Diferente é, contudo, a opinião de Valentim Fernandes, que diz serem de Valência, sendo corroborado pelo historiador espanhol Antonio Herrera. A favor desta última versão está o facto de um dos primeiros mestres de engenho conhecidos, James Timor, ser daí originário. Em documento de 1478, sabemos que este recebeu carta de privilégio, que lhe permitia dispor de embarcações de gávea para o comércio com o reino e outras partes, exceto Castela. No livro dos estimos de 1494, é referenciado como um dos principais proprietários estrangeiros. Deve ter-se ainda em conta que a costa levantina era, em princípios do séc. XV, um destacado centro de produção de açúcar e foi a concorrência da Madeira que conduziu à sua crise.

O que sabemos de certeza é que a primeira plantação de canaviais teve lugar no Funchal, num terreno do infante, conhecido como o Campo do Duque. Daí, os canaviais foram levados para Machico, onde se fabricaram as primeiras 13 arrobas de açúcar, vendidas a 5 cruzados cada. Foi também o infante, com o objetivo de promover a cultura, que permitiu que os povoadores construíssem engenhos para a laboração do açúcar, sujeitando-se ao pagamento de 1/3 da produção. Temos

apenas registo documental do de Diogo Teive, conforme autorização do próprio duque, de 1452. Rapidamente se iniciou o comércio de exportação de açúcar; a segunda metade do séc. xv foi de incremento da cultura, contribuindo para isso os incentivos do senhorio e a grande demanda que o açúcar tinha no mercado europeu.

Na Madeira, a cana sacarina, usufruindo do apoio e da proteção do senhorio e da Coroa, conquistou o espaço ocupado pelas searas, atingindo todo o solo arável da Ilha em duas áreas. A capitania do Funchal agregava, no seu perímetro, as melhores terras para a cultura da cana-de-açúcar, ocupando a quase totalidade do espaço da vertente meridional. À de Machico restava apenas uma ínfima área e todo um vasto espaço acidentado impróprio para a cultura, mas uma reserva importante de lenhas e madeiras necessárias à afirmação da cultura na capitania do Funchal.

A diferenciação da capacidade produtiva na economia açucareira das duas capitanias torna-se mais visível quando analisamos os dados da produção. Assim, em 1494, do açúcar produzido na Ilha apenas 20 % é proveniente da capitania de Machico e o sobranço da capitania do Funchal. Em 1520, a primeira atinge 25 % e a segunda 75 %. Na capitania do Funchal, os canaviais distribuíam-se de modo irregular, de acordo com as condições mesológicas da área. Em 1494, a maior safra situava-se nas partes de fundo, englobando as comarcas da Ribeira Brava, Ponta de Sol e Calheta, com 64 %, enquanto o Funchal e Câmara de Lobos tinham apenas 16 %. Em 1520, não obstante uma ligeira alteração, a diferença mantém-se, pois a primeira surge com 50 % e a segunda apresenta 25 %, valor idêntico ao total da capitania de Machico. Uma análise em separado das diversas comarcas da capitania do Funchal, na mesma data, evidencia a importância do Funchal com 33 %, seguindo-se a Calheta com 27 %. As da Ribeira Brava e Ponta de Sol surgem numa posição secundária, com 20 % cada.

Criadas as condições a nível interno, por meio do incentivo ao investimento de capitais

na cultura da cana-de-açúcar e no comércio de derivados, do apoio do senhorio, da Coroa e da administração local e central, a cana estava em condições de prosperar e de se tornar, por algum tempo, no produto dominante da economia madeirense. O incentivo externo do mercado mediterrânico e nórdico acelerou o processo expansionista da cultura no solo madeirense. Assim, em meados do séc. xv, os canaviais são motivo de deslumbramento para Cadamosto e Zurara.

Na déc. de 30 do séc. xvi, consumou-se a crise da economia açucareira e o ilhéu viu-se na necessidade de abandonar os canaviais e de os substituir pelos vinhedos, mas tardou muito até que isso sucedesse em definitivo. Giulio Landi, que visitou a Ilha nesta década, refere que os madeirenses, levados pela ambição da riqueza, se dedicavam apenas ao fabrico do açúcar, pois deste tiravam maiores proventos. Por outro lado, o almoxarife Simão Rodrigues dava conta, em 1557, de que a colheita do ano anterior havia sido muito fraca. Será a partir desta data que o açúcar perde importância na Ilha, em favor de outros produtos, como o vinho.

A crise da economia açucareira madeirense não é apenas resultado da concorrência do açúcar das Canárias, do Brasil, das Antilhas e de São Tomé, que funcionam como o motor desta viragem, mas deriva, acima de tudo, da conjugação de vários fatores de ordem interna: a exaustão dos solos, a carência de adubagem, a desafeição do solo à cultura e as alterações climáticas que acontecem já por força do desbaste da floresta. A concorrência do açúcar das restantes áreas produtoras do Atlântico, bem como a peste (em 1526) e a falta de mão de obra apenas vieram agravar a situação de queda da produção madeirense. A tudo isto acresce, em finais do séc. xvi, os efeitos do bicho sobre os canaviais, como é testemunhado nos anos de 1593 e 1602. O último quartel deste século foi o momento de viragem para culturas de maior rentabilidade, como a vinha.

Nos sécs. xvi e xvii, a intervenção das autoridades nesta cultura resultava apenas da

necessidade de garantir ao açúcar da Ilha uma posição dominante no mercado interno e a situação concorrencial nos mercados nórdico e mediterrânico. A concorrência do açúcar brasileiro será, por algum tempo, o motivo de discórdia entre os vários interesses em jogo. A incidência das medidas é pontual e resulta do incentivo que a cultura mereceu em finais do séc. XVI.

No ano de 1600, é bastante evidente a retração da área ocupada pelos canaviais. A média propriedade cede lugar à pequena e mesmo à de muito pequenas dimensões. A maioria (*i.e.*, 89 %) produz entre 5 e 50 arrobas, o que demonstra estarmos perante uma cultura vocacionada para suprir as carências caseiras no fabrico de conservas, doçaria e compotas. Em 1610, o bicho da cana obrigou ao fecho de muitos engenhos. Até 1640, o movimento descendente agravou-se com a presença, cada vez mais assídua, de açúcar brasileiro no porto do Funchal. Em 1643, o número de engenhos existentes era insuficiente para dar vazão à produção dos canaviais. A conjuntura da déc. de 40 da centúria seguinte foi marcada por novo incremento da cultura, sem necessidade de recurso às medidas protecionistas, uma vez que o mercado do Nordeste brasileiro se encontrava sob controlo holandês. Fechou-se a rota do açúcar brasileiro. Perante tudo isto, os canaviais voltaram a estar verdejantes na Ilha. Mas sucede que as levadas estavam abandonadas e faltavam engenhos para moer a cana. A intervenção das autoridades vai no sentido de promover a cultura através de uma política de incentivos, materializada nos apoios à reconstrução dos engenhos. O conjunto de medidas culmina em 1688 com a redução dos direitos que oneravam a produção, passando de um quinto para um oitavo.

Nos sécs. XVII e XVIII, os poucos canaviais pertencem à área da capitania. Os que persistiram, principalmente em Santa Cruz, haviam desaparecido por completo em 1674. Em auto lavrado em câmara, refere-se que a lavoura cessara na vila de Machico, sendo as terras semeadas de trigo, cevada e vinhas. A partir dos livros do oitavo disponíveis, não é fácil estabelecer

as principais áreas de produção, uma vez que poucos são aqueles em que está identificada a localidade. Usufruíram deste apoio os capitães Diogo Guerreiro, Inácio de Vasconcelos, António Correa Betencourt e Pedro Betancor Henriques. O progresso continuou no ano imediato, o que justificou a construção de dois novos engenhos. Estávamos perante uma recuperação passageira, uma vez que, na década seguinte, o reaparecimento do açúcar brasileiro no porto do Funchal trouxe de volta a anterior situação.

Em 1658, dá-se novo incentivo à cultura, ao tentar reduzir-se os direitos sobre a produção para um oitavo, mas a crise era inevitável. Aos incentivos referenciados acresce o facto de os direitos do quinto do açúcar, entre 1643 e 1675, não serem devidamente cobrados, pelo que, no último ano, se recomendou maior atenção a esta situação. Depois, por alvará de 15 de outubro de 1688, a Coroa determinou que os direitos que oneravam a produção passassem para um oitavo da colheita, sendo a medida mais uma vez definida como uma forma de promover a cultura.

No período de 1689 a 1766, deparamo-nos com algumas quantidades de açúcar na Ribeira Brava, no Funchal, na Ponta do Sol, em Santa Cruz e na Calheta. A situação é totalmente distinta daquela que se viveu nos sécs. XV e XVI. Na Calheta, *e.g.*, iam longe os tempos áureos da produção açucareira, que agora era muito limitada. Assim, entre 1689 e 1705, foram só produzidas 29 arrobas e 2 libras de açúcar.

Por todo o séc. XVIII, a aposta preferencial foi na vinha, que retirou espaço aos canaviais. Mesmo assim, existem dados que documentam a existência de canaviais e sabe-se que o engenho dos Socorridos se manteve em funcionamento por todo o séc. XVIII. Neste século, a cultura é conduzida para um plano secundário, deixando de ter a real importância que tivera na economia madeirense. Em 1746, foi dado provimento ao escrivão dos quintos do açúcar da vila da Calheta, António Dionísio de Oliveira, o que prova que, pelo menos aqui, a cultura ainda se mantinha com dimensão suficiente para a Fazenda Real se preocupar com a arrecadação.

A conjuntura económica de finais do séc. XIX trouxe esta cultura de regresso à Madeira como solução para reabilitar a economia que se encontrava profundamente debilitada com a crise do comércio e da produção do vinho. A situação nunca atribuiu ao produto a mesma pujança económica de outrora nas exportações. Os canaviais não desapareceram da Ilha, mantendo-se a produção de açúcar num único engenho até 1826. E o resultado era considerado de excelente qualidade. No ano seguinte, Severiano Alberto de Freitas Ferraz insiste junto do governador no sentido de se promover a cultura da cana, uma vez que a vinha estava condenada, por falta de escoamento do vinho. Deveria apostar-se nos canaviais, através da isenção de direitos, por um período de 10 anos. A partir da déc. de 40, o panorama da agricultura começa a mudar. Todavia, a indústria açucareira depara-se então com um grande *handicap*, que pautará todo o segundo momento de afirmação: a dificuldade de concorrer em pé de igualdade com as demais regiões. Neste segundo momento de afirmação dos canaviais, podemos estabelecer duas fases distintas. A primeira decorre de 1852 a 1895, culminando com o ataque do fungo *Conyothurium melasporum* em 1882, que levou à quase total destruição dos canaviais da cana *bourbon* introduzida a partir de Caiena (1847) e Cabo Verde. Para atalhar as dificuldades, importaram-se novos tipos de cana, que se foram implantando a partir de 1884.

A déc. de 80 foi o momento de plena afirmação dos canaviais. A produção fazia-se em grandes quantidades, que davam para o consumo local, e o excedente exportava-se para o reino. Ensaíram-se as diversas variedades de cana sacarina disponíveis ao nível mundial, no sentido de se conseguir a recomposição dos canaviais: cana *Otaheite*, da Maurícia (1886); cana Cristalina, do Haiti; canas Elefante e Bambu, de Porto Mackay; canas Rajada e *Yuba*, de Natal (1897). A maioria não resistiu ao fungo, pelo que se procuraram alternativas, como a cana *Cheribon* e, a partir de 1935, a POJ-2725, 2727, 2878, de Java, considerada uma das melhores variedades; a *White Tannada*, da Austrália; e a

CP-80, do Louisiana. Outra variedade que entrou foi a NCO-310.

Ao longo do tempo, foram surgindo medidas favoráveis à reafirmação da cultura sacarina. Em 1888, foi criada uma estação experimental, coordenada pelo agrónomo Alfredo de Fraga Gomes e, em 1895, estabeleceu-se um conjunto de medidas protecionistas. Daqui resultou a rápida promoção dos canaviais, que assumiram uma posição destacada na Ilha. A partir de 1956, a Estação Agrária da Madeira criou viveiros em toda a Ilha, de forma a alargar a cultura da cana a todo o espaço arável. Isto surgiu por imposição das câmaras de São Vicente e Santana, que haviam solicitado o restabelecimento da cultura na vertente norte ao ministro do Interior, em 1953. O dec. de 1955, que alargou a área de cana, não o contemplou. Contudo, a Junta Geral estabeleceu campos experimentais em ambos os concelhos, no sentido de conhecer as possibilidades da cultura.

A alteração significativa deste processo só sucedeu na viragem para o séc. XX, quando a cana atingiu cerca de 1000 ha, valor que continua a subir para os 6500 ha em 1939. A partir daqui, foi a quebra, resultante das medidas restritivas ao fabrico e consumo de aguardente. Na déc. de 40 do séc. XX, a cana ocupava ainda 34 % da área cultivada, mas era já um momento de quebra acentuada da área de cultivo, que na vertente sul foi paulatinamente substituída pela bananeira. Em 1952, fala-se apenas de 1420 ha, enquanto em 1986 só existem 119,9 ha. Foi no período de 1910 a 1930 que se atingiu os valores mais elevados, que aproximaram a Ilha dos tempos áureos do séc. XV, apenas em termos de produção e nunca de riqueza. A partir daqui, sucederam-se medidas limitativas da expansão da área dos canaviais, que conduziram inevitavelmente à desvalorização na economia rural e que, em certa medida, favoreceram a expansão da cultura da banana, predominantemente da vertente sul, deixando a agricultura do norte num estado de total abandono, o que abriu as portas a uma desenfreada emigração. Facto inédito foi a tentativa de implantação da cultura no Porto Santo. Primeiro, com a

frustrada introdução do sorgo, e, depois, da cana, documentada a partir de 1883. A produção era diminuta, sendo as canas exportadas para o Funchal ou espremidas num engenho movido por bois ou moinho de vento. Também na Madeira se cultivou o sorgo com a mesma finalidade desde 1856. Temos apenas indicação sobre a produção de sorgo, em 1862, para fabrico de aguardente.

O séc. xx não foi favorável à plena afirmação da cultura sacarina. Em 1919, o governo declara a intenção de apostar na cultura da vinha, que deverá ocupar o terreno dos canaviais. Já as leis de 1927, 1928, 1934 e 1937 atuam no sentido do controlo da produção e do comércio de aguardente, conduzindo inexoravelmente a um paulatino abandono da cultura. Em 1928, a superprodução obrigou à limitação da área de cultivo, ficando novas plantações dependentes de licença. Ao mesmo tempo, em 1935, um decreto determinava que as terras impróprias para o cultivo da cana deveriam ser abandonadas. Dos 1800 ha de 1915, que produziam 55.000 t, passou-se aos 1420 ha em 1952. O decréscimo começou nos inícios da Segunda Guerra Mundial, por força da concorrência de outras culturas, como a bananeira e o vime, que se haviam tornado mais rentáveis.

A par disso, é de realçar também a insistência das gentes do norte, representadas através dos municípios de São Vicente e Santana, em pretenderem furar as limitações impostas pelas autoridades para a área de produção de cana, que não acautelavam a vertente devido o baixo teor de sacarose, levando a Junta Geral, em 1955, a contrariar as ordens do Ministério do Interior, ao implantar dois campos experimentais em São Vicente e Santana. A situação é resultado do facto de a cana ser um complemento importante da pecuária e um dos poucos meios de assegurar a subsistência dos lavradores, tendo em conta a total desvalorização da vinha.

Nas décadas de 60 e 70, a Junta Geral do Funchal procedeu a estudos de diversas variedades de cana nos postos agrários do Caniçal e Lugar de Baixo, com o intuito de encontrar a que mais se adequava aos solos do arquipélago. Foram as variedades CP.44-101, CP.36-105 e

POJ.-2725 que apresentaram maiores possibilidades de adaptação. A incidência dos canaviais continua a ocorrer na vertente sul, tal como o demonstram os valores de produção conhecidos para os anos de 1865 e 1970. No séc. XIX, as áreas de produção mais significativa estavam nos concelhos do Funchal e Machico. A mudança do séc. XX ocorre apenas nos municípios da Ponta de Sol, Calheta e Ribeira Brava. Certamente que a concentração inicial dos engenhos na cidade levou à hegemonia, enquanto, na década de 60, o efeito dissuasor não se faz sentir, por força da abertura da rede viária, que facilitou o transporte ao engenho do Hinton, que deteve o quase monopólio.

As medidas que favoreciam a entrada de melaço, estabelecidas pela lei de 1895 e associadas ao dec. de 1903, determinavam a forma de matrícula das fábricas que abriram as portas à concentração. As condições eram de tal modo lesivas que só duas – Hinton e José Júlio Lemos – o conseguiram fazer. As cerca de meia centena de fábricas que existiam na Ilha ficaram numa situação periclitante. O dec. de 1897 estabelecia normas de tal modo rígidas sobre a forma de construção de alambiques e fábricas de destilação e retificação do álcool que apenas alguns podiam cumprir. A viragem da centúria implicou na situação sacarina da Ilha. A conjuntura económica mundial pôs em causa as condições de privilégio conseguidas com a entrada do melaço, por força do aumento do preço e das diferenças cambiais.

No contexto da política protecionista, merece lugar de relevo o debate em torno da “questão Hinton”, que animou o meio político entre finais do séc. XIX e princípios do seguinte. Foi sem dúvida o problema que mais apaixonou a opinião pública nas vésperas e durante o período de Instauração da República.

Tudo começou em 23 de março de 1879, com a inauguração da Companhia Fabril do Açúcar Madeirense. Era uma fábrica de destilação de aguardente e de fabrico de açúcar sita à Ribeira de São João. Demarcou-se das demais com o recurso a tecnologia francesa, usufruindo dos inventos do visconde de Canavial. A polémica ateou-se com o plágio, por parte

da família Hinton, da invenção do referido visconde, que havia patenteado, em 1870, um invento que consistia em lançar água sobre o bagaço, o que propiciava um maior aproveitamento do suco da cana. Constava da patente o uso exclusivo pela fábrica de São João, mas o engenheiro do Hinton cedo se apressou a copiar o sistema. O lesado moveu, em 1884, uma ação civil contra o contrafator. A família Hinton ficou para a história como a autora de uma inovação, que, na realidade, era comum em vários espaços açucareiros.

Em 1902, a fábrica Hinton experimentou, em ligação com M. León Naudet, um novo sistema, que ficou conhecido como sistema Hinton-Naudet e que consistia em submeter o bagaço a uma circulação forçada num aparelho de difusão, conseguindo-se um ganho de mais 17 % e a maior pureza da garapa, evitando as defecadoras. O Eng.º M. Naudet esteve no Torreão, nos dias 21 e 22 de junho de 1907, mas a montagem do novo maquinismo começou apenas em meados de setembro, após a conclusão da safra. Até 1909, o técnico do Hinton manteve correspondência assídua, no sentido de esclarecer pormenores sobre a instalação dos mecanismos. Na sequência desta situação, João Higino Ferraz deslocou-se a Paris para novo encontro com Naudet e visita às fábricas de açúcar de beterraba.

Em 1903, a casa Hinton apostou numa campanha na imprensa local, servindo-se do *Diário de Notícias* e do *Jornal do Comércio*. A lei sobre o fabrico dos açúcares açorianos, de 24 de novembro de 1904, deu a machadada final nos concorrentes da Casa Hinton, ao estabelecer a referida matrícula por 15 anos.

O regime republicano não terá sido muito favorável aos objetivos da família Hinton. Todavia, pelos decs. de 1911 e 1913, conseguiu-se assegurar o monopólio do fabrico do açúcar, bem como regalias na importação de açúcar das colónias. Em 1914, a família reclamava uma indemnização ao Estado, pelo facto de ter sido aumentada a quantidade de açúcar bonificado das colónias que entrava no continente. Em 1917, os ânimos haviam serenado e tudo estava bem encaminhado, apostando-se numa nova

fábrica. A demanda elevada de álcool prenunciava um período de prosperidade. A prorrogação do contrato nas mesmas condições era de toda a conveniência. Apenas os distúrbios políticos poderiam fazer perigar a situação de privilégio. A 31 de dezembro de 1918, acabava a situação de favorecimento estabelecida por 15 anos. Entretanto, o Governo só interveio a 9 de abril do ano seguinte, tornando livre a faculdade de laboração da cana sacarina com destino à produção de açúcar.

O dec. de 2 de maio define uma nova realidade. Assim, para além da liberalização da produção de açúcar e da isenção de direitos alfandegários de maquinaria para engenhos novos ou a reforma dos existentes, estabeleceu-se uma nova política agrícola, promovendo-se a substituição dos canaviais pela vinha. A situação não fez perigar a posição hegemónica da Casa Hinton, que se mantinha confortavelmente como a única produtora de açúcar.

Com o Estado Novo, as medidas resultantes dos decs. n.º 14.168, 15.429, 15.831, 16.083 e 16.084 (1928), embora restritivas dos antigos privilégios, favoreceram Hinton quando impediram a instalação de novas fábricas e determinaram o fecho de algumas em funcionamento. Desde 1927 que os chamados aguardenteiros mediam forças com a Casa Hinton. Harry Hinton, em Lisboa, recomenda nova campanha na imprensa, valorizando as iniciativas modernizadoras empreendidas pelo engenheiro. O governador civil mantém-se atento à disputa, ouvindo os interesses dos aguardenteiros, procurando reunir apoios, como o de Manuel Pestana Reis, no sentido de apresentar uma proposta de mudança da lei. A isto juntava-se a campanha de Henrique Figueira da Silva. Os adeptos da causa Hinton vão diminuindo, mantendo-se apenas António Pinto Correia.

Em 1929, aos 72 anos, Harry Hinton sentiu-se cansado e aborrecido com todas as contrariedades que o engenheiro acarreta, fruto do enfrentamento constante com interesses adversos na Ilha, com os demais industriais e as mudanças da conjuntura política, mas ainda se manteve até 1969, ano em que a família Hinton informou o Governo da intenção de encerrar a

fábrica, acabando com o fabrico de álcool e açúcar, que não eram rentáveis. Perante isto, o Governo, através da Direção Geral das Alfândegas, comprometeu-se a compensar as perdas.

O engenho de Hinton, consolidada a posição dominadora do mercado local, manteve-se como a referência da cultura da cana-de-açúcar até que, em 1985, acabou em definitivo o império do açúcar de Hinton. Durante todo o séc. xx, a fábrica Hinton foi uma referência da cidade e da vida de quase todos os agricultores madeirenses que apostaram na cultura da cana como meio para angariar uns magros tostões. A posição de favorecimento que mereceu, desde a monarquia ao Estado Novo, alimentou inimizades, debates na imprensa e a reprovção de alguns sectores da sociedade. A família Hinton estabeleceu uma estratégia de domínio da indústria açucareira e do álcool, através de uma aposta permanente na inovação tecnológica capaz de esmagar todos os concorrentes, cujas indústrias, a pouco e pouco, foram sendo adquiridas e desmanteladas. O séc. xx foi o momento da sua plena afirmação na sociedade e economia madeirenses.

De acordo com dados de 1907, o engenho moía cerca de 1/3 da cana da Ilha, ficando a restante para os outros 47 engenhos. Na altura, empregava 230 trabalhadores, tendo ao serviço 10 geradores a vapor Babcock & Wilcox, tendo a maior potência em uso na Ilha. Apenas o de José Júlio de Lemos se podia aproximar, mas a longa distância. A capacidade da fábrica aumentou nos anos seguintes, fruto dos favores estabelecidos. Harry Hinton, não satisfeito com o aumento da unidade industrial, atuou no sentido da neutralização das demais através da compra ou do arrendamento. Primeiro, adquiriu a antiga fábrica de Severiano Ferraz, na Ponte Nova, e adquiriu os mecanismos mais importantes de outras. No caso da de José Júlio de Lemos, estabeleceu um contrato de arrendamento de 25 contos anuais, que perdurou até 1919. A necessidade de afirmação levou-o a apostar na renovação tecnológica do engenho do Torreão, sob a superintendência de João Higinio Ferraz.

A sociedade que H. Hinton estabeleceu com W. R. Bradsley favoreceu a arrancada

definitiva para a hegemonia tecnológica, que, por sua vez, favoreceu a posição concorrencial da fábrica em relação às demais. Em 1929, enquanto a companhia nova só podia laborar 100 t de cana em 24 h, a do Torreão atingia as 500 t, para conseguir-se, em 1920, as 608 t. As medidas de 1939, que conduziram ao encerramento de 48 fábricas de aguardente em toda a Ilha, contribuíram para a tendência monopolística da safra da cana sacarina.

A alma do complexo industrial açucareiro da família Hinton, a partir de 1898, era João Higinio Ferraz, que assumiu as funções de gerente do engenho, sendo um dos colaboradores diretos de Harry Hinton. A sintonia e o empenho de ambos fizeram com que a Ilha apresentasse, entre finais da centúria oitocentista e inícios da seguinte, uma posição destacada no sector, atraindo as atenções a nível mundial. João Higinio Ferraz afirma-se como o perfeito conhecedor da realidade científica do entorno do engenho. Opina sobre Agronomia, assim como sobre Mecânica e Química. E mantém-se sempre atualizado sobre as inovações e experiências na Europa, nomeadamente em França. Da sua lista de contactos e conhecimentos fazem parte personalidades destacadas do mundo da química e mecânica, com estudos publicados. Assim, para além dos contactos assíduos com Naudet, referenciamos, com assiduidade, os estudos de Maxime Buisson, M. E. Barbet, M. Saillard, F. Dobler, M. D. Sidersky, Luiz de Castilho, M. H. Bochet, M. Effort, e M. Gualet.

O engenho de Hinton acolheu especialistas de todo o mundo, na condição de visitantes, ou como contratados para a execução dos trabalhos especializados. O Eng.º Charles Henry Marsden foi um deles e sabemos que aí trabalhou vários anos, bem como o Eng.º químico agrícola Maxim Buisson, que, em 1902, trabalhava no laboratório. Para o fabrico de açúcar, contratava afamados *cuisieurs* de França, de forma a se manterem as orientações de Naudet. Daí decorre o facto de este engenho ter sido uma referência na história e tecnologia do açúcar na primeira metade do séc. xx.

O consumo

Parte significativa do açúcar produzido na Ilha, e mais tarde importado do Brasil, era usado no fabrico de conservas e doçaria. São vários os testemunhos denunciadores da mestria dos madeirenses no fabrico destes produtos. Em meados do séc. xv, Cadamosto refere a feitura de doces brancos, enquanto, em 1567, Pompeo Ardití dá conta da conserva de açúcar que se fazia no Funchal, de ótima qualidade e muita abundância. E esta tradição perpetuou-se na Ilha, para além do fulgor da produção açucareira local, pois, segundo afirma Hans Sloane, em 1687, o madeirense produzia açúcar indispensável aos gastos caseiros e ao fabrico de doces, indo ainda comprá-lo ao Brasil. Dois anos depois, John Ovington refere a indústria da conserva de citrinos, que se exportava para França. Foram as compotas que mais despertaram a sua atenção. A cidra (*Citrus medica*), o fruto da cidreira, existia em abundância na Ponta de Sol, Ribeira Brava, em Machico e Câmara de Lobos (Ribeira dos Socorridos). A indústria manteve-se por todo o séc. xvii, suportada com o pouco açúcar da produção local ou com as importações do mesmo do Brasil.

O fabrico de conservas era indústria importante para a sobrevivência de muitas famílias, ocupando essencialmente os mais pobres. A atividade estava vedada aos estrangeiros e mestres de açúcar, uma vez que apenas aos vizinhos e naturais da Ilha era permitido fazer conservas, alfenim e confeitos.

A fama alcançada pela arte da confeitaria está testemunhada na embaixada enviada por Simão Gonçalves da Câmara ao Papa, composta de muitos doces típicos da Ilha. No fabrico das conservas e de doces variados, merecem atenção as freiras do Convento de S.^{ta} Clara, da Encarnação e das Mercês. Segundo Emanuel Ribeiro, os conventos femininos foram os espaços sagrados da doçaria madeirense. Num breve relance pelos livros de receita e despesa do Convento da Encarnação, das Mercês, da Misericórdia do Funchal e do Recolhimento do Bom Jesus constatam-se as assíduas despesas

relativas à compra de açúcar da Ilha ou do Brasil para o consumo interno.

A Misericórdia do Funchal, para além das escolas que recebia em açúcar ou marmelada, consumia o açúcar que comprava. O primeiro tanto se poderia dar aos doentes como vender para fora. Em 1636, gastaram-se 6180 réis na compra de 3 arrobas de açúcar para os doces da procissão das Endoenças. Ademais, são conhecidas outras despesas na compra de abóbora, ginjas, peras e marmelos para o fabrico de doce. Em 4 de junho de 1700, a Misericórdia do Funchal gastou 101.500 réis na compra de 34 arrobas para o fabrico de doces a serem consumidos ao longo do ano. Para o período de 1694 a 1700, a mesma instituição gastou 634.400 réis na compra de 227 arrobas de açúcar e 14 canadas de mel.

Maior e mais assíduo foi o consumo de açúcar no Convento da Encarnação, no período de 1671 a 1693. Aí, de acordo com o registo mensal dos gastos com as compras de produtos para a despensa do convento, pode ficar-se com uma ideia da sazonalidade do consumo da doçaria. No caso deste convento, destacam-se a Quinta-Feira de Endoenças e o Natal como datas de maior consumo. Na última festividade, distribuía-se a cada freira, para a Consoada, 8 libras de açúcar. Além disso, parte significativa do açúcar de várias qualidades era usada para o “tempero do comer” e fazer conserva. No total, despenderam-se 190 arrobas de açúcar ao longo destes 22 anos, para um total aproximado de seis dezenas de recolhidas. Ficou célebre o chamado bolo de mel das freiras da Encarnação, que se manteve como a mais importante herança da época açucareira.

Um dos fatores de promoção da indústria ao nível das conservas, foi a importância assumida pelo Funchal como porto de escala de abastecimento para a navegação atlântica. Muitas embarcações que aí aportavam tinham como intuito fornecerem-se de conservas de citrinos, necessárias à dieta de bordo. Mesmo assim, o consumidor preferencial das conservas e doçaria madeirense era a Casa Real portuguesa. Foi D. Manuel quem divulgou as suas qualidades na Europa. Assim ficaram como o principal

presente, dentro e fora do reino, sendo o exemplo seguido por Vasco da Gama, que também ofertou o xeque de Moçambique com conservas da Ilha. Os confeitores eram pagos pela Fazenda Real. Sabemos que, em 1513, Diogo de Medina recebeu 8000 réis pelo fabrico de 40 arrobas e conserva para o Rei. Já em 1521, Inês Mendes recebeu 92.000 réis por 60 arrobas com o mesmo destino. No período de 1501 a 1561, a Casa Real consumiu 1129 arrobas e 58 barris de açúcar, em conservas e frutas secas.

No processo de fabrico, nomeadamente nas fases da purga e purificação, surgem muitos derivados, que podem ser de novo cozidos para termos açúcar de uma segunda cozedura, ou então usados na alimentação do Homem. Com as escumas, poderia alimentar-se alguns animais que estavam ao serviço do engenho, como cavalos e burros. Os meles que escorriam do processo de purificação dos pães eram de novo cozidos ou então consumidos nessa condição. A primeira indicação que temos na Madeira relativamente à fabricação direta de meles para venda é de 1928, na exposição agrícola e pecuária que aconteceu no Funchal, onde Luiz Vogado de Betencourt apresentou o mel de cana, do engenho do Ribeiro Seco. Este engenho foi um dos promotores desta utilização da cana, situação que ainda se mantém na atualidade.

O comércio

Na Cristandade ocidental, o açúcar demorou algum tempo a tornar-se num dos manjares de todos, pois, por muito tempo, foi uma raridade, sendo usado quase sempre como um medicamento. O açúcar tornou-se num elemento inquestionável na farmacopeia ocidental, como o provam vários textos, desde Galeno a Hipócrates. A aplicação farmacológica do açúcar, no séc. XVI, está documentada nas receitas e despesas dos hospitais das misericórdias e nas esmolas da Coroa em açúcar aos hospitais – Todos os Santos em Lisboa (1506), Misericórdias do Funchal (1512) e Ponta Delgada (1515) – e conventos – Guadalupe (1485), Évora (1497), Beja (1500), Aveiro (1502), Coimbra (1510),

Vila do Conde (1519). A tradição árabe da dádiva de açúcar e doces conquistou a Coroa portuguesa, que não se fez rogada em dádivas, usando parte significativa do açúcar arrecadado na Ilha.

A situação do açúcar como raridade manteve-se durante muito tempo. Foi só no séc. XIX que se começou a generalizar o seu consumo. Mesmo assim, ainda continua a estar associado às farmácias e boticas. Proudhon refere que o açúcar é a farmácia do pobre. Na verdade, o açúcar era um suplemento capaz de suprir a insuficiência calórica. E, se tivermos em conta que o principal problema de sociedade do Antigo Regime era a desnutrição das populações, resultante da pobreza calórica de dieta alimentar, teremos a explicação para os efeitos benéficos do seu consumo, face a uma dieta pouco variada e quase só assente no consumo de pão, com uma ingestão diária de calorias inferior a 2000. A este facto acresce a constância das crises de subsistência, que contribuíram para agravar a situação.

Nas áreas produtoras de açúcar, como a Madeira, o consumo acabou por adquirir importância desde muito cedo. Os chamados desperdícios da laboração do açúcar, como escumas, rescumas, melaço, tinham entre os locais habituais consumidores. Além disso, o ato de chupar cana para extrair o suco é antigo. Giulio Landi, por volta de 1530, refere ser usual os madeirenses comerem em jejum canas maduras e frescas, para refrescar o fígado, saciar a sede e branquear os dentes. Às mulheres grávidas dava-se sopas de pão torrado molhado na última cozedura do suco das canas, cobertas com gemas de ovo, consideradas um meio para recuperar as forças perdidas, para além de confortar o estômago e os intestinos e dar boa disposição ao ventre.

Sem dúvida que o maior consumo do açúcar não consistiu na criação de fármacos, mas na confeção de manjares nobres, sob a forma de doce – alfenim e alféloa –, conservas e casca de fruta. Em qualquer dos casos, a Madeira é o ponto de partida de tudo. A doçaria conventual fez as delícias dos manjares reais de Ingleses, Franceses e flamengos.

O princípio fundamental que regeu o movimento de circulação do açúcar madeirense foi a necessidade de suprir as carências dos mercados europeus, em substituição do mercado oriental, cada vez mais de difícil acesso. Foi a conjuntura que impôs a cultura no novo espaço atlântico e ditou as regras. A premência do consumo interno de açúcar é uma exigência tardia, gerada por novos hábitos alimentares ou pelas contingências do mercado do produto. No último caso, assume importância o dispêndio de açúcar na indústria de conservas e casca como resultado da solicitação dos veleiros que demandavam o Funchal. Acresce ainda que a vulgarização do açúcar no quotidiano madeirense derivou da conjuntura do mercado do açúcar em finais do séc. xv. O aparecimento de novos mercados produtores, como a Madeira, fez baixar o seu preço, provocando a generalização do consumo. A importância do açúcar na economia madeirense mede-se pelo facto de ter assumido a função de medida e moeda de troca e pagamento dos mais diversos serviços. Para isso contribuiu não só a afirmação no quotidiano, mas também a falta crónica de moeda na Ilha.

A safra começava em março, mas só em agosto havia açúcar disponível para distribuir às conserveiras que fabricavam a casca e conserva. A partir daqui, eram mais de 30 dias de árdua tarefa até que o produto estivesse disponível para a exportação. Da existência ou não de açúcar e da sua qualidade dependia a disponibilidade para o fabrico dos derivados, que ativavam o comércio com as praças do Norte da Europa, donde nos províamos de cereais e manufaturas.

No séc. xvii, a indústria de derivados de açúcar era muito instável, dependendo das possibilidades de oferta de açúcar brasileiro e da procura do produto acabado pelos mercados europeus. As indústrias da casquinha, conservas de fruta e confeitos mantiveram-se durante muito tempo como uma atividade da economia familiar, não acompanhando a queda da produção de açúcar madeirense, pois, à falta dele, a população alimentou-se do importado do Brasil. No decurso do séc. xvii, a

casquinha concorreu com o vinho nas exportações, situando-se, em 1698, em segundo lugar. Entretanto, a elevada valorização do vinho conduziu a casquinha para segundo plano e à sua quase extinção. A crise, que começara na déc. de 70, motivou a atenção das autoridades que procuravam reavivar as exportações. Neste contexto surgiu, em 1782, uma proposta de Francisco Xavier Veríssimo e José Rodrigues Pereira, comerciantes do Funchal, pedindo o exclusivo do fabrico da casquinha.

Na Madeira, onde os canaviais assumiam uma desusada importância na economia agrícola, era natural a dominância da doçaria na culinária regional. Nos conventos, os doces faziam-se em momentos festivos para consumo interno ou para retribuir os benfeitores. Das mãos das freiras saíam os bolos de mel, as talhadas, a batatada, os coscorões, o arroz-doce e as queijadas. Cada doce tinha a sua época: a batatada pelo Natal, os coscorões no Entrudo, as talhadas na Páscoa e no dia de Nossa Senhora da Encarnação.

Uma das formas de expressão do consumo do açúcar é a presença dos açucareiros na despesa familiar. Nas casas-museu, que dispõem de coleções particulares, é possível encontrar peças em prata e porcelana, cujo uso local é difícil de atestar. Algumas delas são ainda testemunho do açúcar como uma raridade, pelo que se apresentam com chave.

No séc. xix, a doçaria teve divulgação através das pastelarias. Uma das mais famosas foi a Pastelaria Felisberta, criada em 1837. Também ficou célebre a doçaria da Panificação Blandy, na R. do Hospital Velho. A tradição do chá e dos saraus dançantes deve ter contribuído para uma cada vez maior valorização do doce no quotidiano e um aumento do consumo do açúcar. Nos anos 20 do séc. xx, a cidade estava servida de 11 confeitarias.

Do suco da cana também se pode extrair álcool e aguardente, sendo o fabrico desta um processo menos custoso e moroso. Desde o séc. xvi que a Madeira exportava aguardente para o Brasil e Angola, mas o uso na fortificação dos vinhos parece ser mais tardio. As referências são mais frequentes a partir de meados

do séc. XVIII. Em 1704, W. Bolton refere que se fazia a adição de aguardente de França aos vinhos de exportação, tendo recebido desde Londres 10 pipas. Os mercadores da Nova Inglaterra e Virgínia eram favoráveis à adição de aguardente. Na correspondência comercial dos mercadores ingleses, é insistente a referência ao efeito benéfico da fortificação dos vinhos com aguardente.

A história do alambique remonta ao tempo dos romanos, mas foram os árabes que aperfeiçoaram o mecanismo e o divulgaram na bacia mediterrânica. Em Portugal, está documentado desde o séc. XVI. Na Madeira, não sabemos quando surgiu o primeiro, mas já existiam alambiques no séc. XVI, uma vez que está documentada a exportação de aguardente para Angola e o Brasil. A referência mais antiga a um alambique é de 1667, altura em que o Convento de S.^{ta} Clara vendeu uma caldeira de cobre de fazer aguardente a Manuel da Fonseca, mercador, por 31.200 réis. Depois disso, só em 1745 surge nova informação sobre um outro alambique, que funcionava no Seixal, no norte da Madeira. Desde 1777, temos indicação sobre o trato do vinho Madeira com aguardente importada de França.

Até 1821, argumentava-se a favor da aguardente de França como meio único e necessário para o trato dos vinhos. Mas, a partir de então, tivemos medidas proibitivas, justificadas pela produção e boa qualidade da aguardente da Madeira e dos novos alambiques de destilação contínua em funcionamento. O ano de 1821 marca a viragem do domínio do grande comércio das aguardentes de França, sob a alçada dos Ingleses, para o dos proprietários de fábricas de destilação contínua, interessadas no comércio dos vinhos do norte por meio da destilação, no que certamente se nota um predomínio dos proprietários do norte em relação aos do sul. A partir daqui, processou-se uma momentânea alteração das rotas da aguardente, via Gibraltar ou Inglaterra, lesando de modo direto os Ingleses, a parte mais interessada no negócio. Sucederam-se reclamações, mas iam longe os tempos áureos de 1640 e 1810. A única

possibilidade de furar o embargo estava no contrabando. As leis proibitivas, a partir de 1822, foram um incentivo à proliferação das fábricas de destilação. Os alambiques expandiram-se rapidamente no perímetro da cidade e do meio rural onde o vinho assumia importância. É o caso da vertente norte, onde se produziam os vinhos apropriados para a destilação.

A cana continuou a ter como principal destino o fabrico de açúcar; todavia a aguardente e, de forma especial, o álcool assume uma dimensão especial na indústria no decurso da primeira metade do séc. XX, sendo acompanhado de perto pela aguardente. A situação mudou a partir de 1919 com a limitação do fabrico e consumo da bebida. A situação do álcool, tendo em conta o destino final, vai depender da forma como evoluir a economia vitivinícola. A produção estava reservada ao processo de vinificação, sendo a comercialização feita diretamente entre as empresas e os engenhos matriculados que, em 1927, eram apenas três, com a possibilidade de comercializar 800.000 l para a vinificação e 376.000 l para o consumo como aguardente. Em 1909, recomendava-se o uso de 50 l de álcool em cada pipa de vinho de 500 l, passando por dec. de 1913 para 55 l. As fábricas matriculadas poderiam importar melaço com esta finalidade, quando a produção de cana da Ilha não chegasse para satisfazer as necessidades locais de açúcar e álcool, usufruindo de uma redução dos direitos de entrada de 30 para 5 réis, como se pode ver pelos decs. de 1903 e 1911. De acordo com o dec. de 1913, todos os vicultores tinham direito a 11 % de álcool, calculado a partir do mosto produzido, declarado na alfândega.

A grande oferta de aguardente de cana fez disparar o consumo, em princípios do séc. XX. Em 1909, a Ilha consumia 2.000.000 l de aguardente, sendo as fábricas não matriculadas responsáveis pela disponibilização no mercado de 1.710.400 l. O excessivo consumo levou a que a Madeira recebesse o epíteto de “ilha da aguardente”, pelo dec. de 1911, que estabeleceu um travão através da

expropriação de fábricas e do estabelecimento de um limite para a produção.

O consumo excessivo da aguardente levou o Governo a estabelecer um conjunto de medidas no sentido da limitação, concedendo, em 1928, a distribuição em regime de monopólio, por 25 anos, à Companhia da Aguardente da Madeira. Em 1939, fecharam-se 39 das 48 fábricas em funcionamento. A situação teve reflexos na produção vitivinícola, uma vez que conduziu à proibição de funcionamento dos alambiques para queimar as borras ou os vinhos de inferior qualidade. A companhia falhou e o Estado acabou por entregar o comércio do produto aos engenhos de Hinton e às pequenas unidades industriais que se mantiveram na Calheta, em Machico e Porto da Cruz. Com a criação da Junta Nacional do Vinho, toda a atividade de controlo do álcool para a beneficiação do vinho passou a depender da delegação regional, passando, em 1979, para o Instituto do Vinho da Madeira, até 1992, altura em que foi liberalizada a venda por imposição da CEE.

Os mercados do açúcar

Do açúcar laborado nos sécs. XVI e XVII, há que distinguir aquele que pertence aos proprietários de canaviais e engenho e o que é da Coroa, por arrecadação do almoxarifado dos quartos ou da alfândega, resultante dos direitos que oneravam a produção (quarto/quinto/oitavo) e saída na alfândega (dízima). Enquanto a cobrança era feita diretamente nas alfândegas do Funchal e de Santa Cruz, o primeiro poderia ser recolhido pela estrutura institucional criada para o efeito – o almoxarifado dos quartos (1485-1522) – ou o cargo da anterior. Ainda poderia suceder a arrecadação por contratadores, maioritariamente estrangeiros, que oscilava entre as 18.507 e 31.876 arrobas, no período compreendido entre 1497 e 1506.

O açúcar arrecadado pela Coroa era usado para cobrir as despesas ordinárias, na carregação direta e nas vendas aos mercadores e/ou a sociedades comerciais. Na primeira despesa, estavam incluídos a redízima dos

capitães, os gastos pessoais do Monarca e da Casa Real, as esmolas, para além das despesas com os soldos dos funcionários, o transporte e a embalagem do açúcar. A despesa variou entre as 1070 e 2114 arrobas, sendo, no período de 1501 a 1537, a média anual de 1622 arrobas. No caso das esmolas, é de realçar as que se faziam às Misericórdias do Funchal (1512), de Ponta Delgada, em São Miguel (1515), aos conventos de Todos os Santos em Lisboa (1506), de S.^{ta} Maria de Guadalupe (1485), de Jesus de Aveiro (1502) e da Conceição de Évora. A par disso, também se regista a utilização temporária dos lucros arrecadados pela Coroa no custeamento dos socorros às praças africanas ou no provimento das armadas. A contrapartida estará na política de ofertas estabelecida por D. Manuel I, que em muito contribuiu para o enriquecimento do património artístico da Madeira. As dadas da Coroa às instituições hospitalares e conventos mantiveram-se mesmo em momentos de dificuldade da produção madeirense no séc. XVII.

O lavrador e o proprietário do engenho serviam-se também do produto da colheita para o pagamento da mão de obra assalariada de que necessitavam. Entre 1509 e 1537, há referência a diversos pagamentos em açúcar por serviços prestados na lavoura e laboração do engenho e mesmo na compra de qualquer manufatura ou prestação de serviço artesanal. Registe-se que a distribuição diversificada dos lucros acumulados por proprietários de canaviais e mercadores de açúcar contribuiu para um manifesto progresso da sociedade madeirense no séc. XVI, com evidentes reflexos no quotidiano e panorama artístico e arquitetónico.

O primeiro açúcar feito em Machico vendeu-se a 2000 réis a arroba. Já em 1469, o preço estava em 500 réis a arroba para o de uma cozedura e 750 réis para o de duas. Em 1472, temos a notícia de que subira para 1000 réis a arroba, mas deveria ser uma situação particular resultante da quebra acentuada da moeda, já que, em 1478, regressou à normalidade. O movimento de queda foi uma constante até princípios do séc. XVI e só a revolução dos preços

inverteu a situação, evidente na déc. de 20, nos arquipélagos da Madeira e das Canárias. Em ambos os casos, é evidente uma inversão de marcha a partir da déc. de 30, que pode ser entendida com a presença concorrencial de açúcar de outras áreas, nomeadamente do continente americano.

O comércio do açúcar destaca-se, no mercado madeirense dos sécs. xv e xvi, como o principal animador das trocas com o mercado europeu. Durante mais de um século, a riqueza das gentes da Ilha e o fornecimento de bens alimentares e artefactos dependeu do comércio do produto. O mesmo sucedeu nas Canárias, a partir do séc. xvi. Todavia, a venda e o valor do açúcar sofreram diversas oscilações, mercê da conjuntura do mercado consumidor e da concorrência dos mercados insulares e americanos. D. Manuel, comprometido com a posição vantajosa dos estrangeiros, devido aos privilégios que lhes concedera, atuou de modo ambíguo, procurando salvaguardar compromissos e, ao mesmo tempo, atender às solicitações que eram dirigidas. Estabeleceu limitações à residência dos estrangeiros no reino, fazendo-a depender de licenças especiais; quanto à Madeira, definiu a impossibilidade de vizinhança sem licença, ao mesmo tempo que interditava a revenda no mercado local. A Câmara, por seu turno, baseada nestas ordenações e no desejo dos moradores, ordenou a saída até setembro de 1480, no que foi impedida pelo senhor da Ilha. Somente em 1489 se reconhece a utilidade da presença de estrangeiros na Ilha, ordenando D. João II a D. Manuel, então duque de Beja, que os estrangeiros fossem considerados como naturais e vizinhos do reino.

Os problemas do mercado açucareiro na déc. de 90 do séc. xv conduziram ao ressurgimento da política xenófoba. Os estrangeiros passaram a dispor de três ou quatro meses, entre abril e meados de setembro, para comerciar os produtos, não podendo dispor de loja nem feitor. D. Manuel apenas em 1496 reconheceu o prejuízo que as referidas medidas causavam à economia madeirense, afugentando os mercadores, revogando as interdições anteriormente impostas. As facilidades concedidas à estadia

dos agentes forasteiros conduziram à assiduidade da frequência na praça, bem como à fixação e intervenção, de modo acentuado, na estrutura fundiária e administrativa.

O comércio apenas se manteve em regime livre até 1469, altura em que a baixa do preço veio condicionar a intervenção do senhorio, que estipulou o exclusivo aos mercadores de Lisboa. Isto não agradou ao madeirense, habituado a negociar diretamente com os estrangeiros. Mesmo assim, o infante D. Fernando decidiu, em 1471, estabelecer o monopólio a uma companhia formada por Vicente Gil, Álvaro Esteves, Baptista Lomelim, Francisco Calvo e Martim Anes Boa Viagem. Da decisão resultou um aceso conflito entre a vereação e os referidos contratadores.

Passados 21 anos, a Ilha debatia-se ainda com dificuldades no comércio açucareiro, pelo que a Coroa retomou, em 1488 e 1495, a pretensão do monopólio, mas apenas conseguiu impor um conjunto de medidas regulamentadoras da cultura, safra e do comércio, que ocorrem em 1490 e 1496. A política, definida no sentido da defesa do rendimento do açúcar, saldou-se num fracasso, pelo que, em 1498, foi tentada uma nova solução, com o estabelecimento de um contingente de 120.000 arrobas para exportação, distribuídas pelas diversas escápuas europeias. Estabilizada a produção e definidos os mercados do açúcar, a economia madeirense não necessitava de tão rigorosa regulamentação, pelo que, em 1499, o Monarca acabou com algumas das prerrogativas estipuladas no ano anterior, mantendo-se, no entanto, até 1508, o regime de contrato para venda, quando foi revogada a legislação anterior, ficando o trato em regime de total liberdade.

A partir do contingenciamento de 1498, medida tomada pela Coroa para defesa do mercado do açúcar madeirense, poderá fazer-se uma ideia dos principais mercados consumidores. As praças do mar do Norte dominavam o comércio, recebendo mais de metade das escápuas estabelecidas. A Flandres adquiriu uma posição dominante, o mesmo sucedendo com os portos italianos para o espaço mediterrânico. Se compararmos as escápuas com o açúcar

consignado às diversas praças europeias, no período de 1490 e 1550, verifica-se que o roteiro não estava muito aquém da realidade. As únicas diferenças relevantes surgem nas praças da Turquia, França e Itália, sendo de salientar, na última, um reforço acentuado de posição, que poderá resultar da atuação das cidades italianas como centros de redistribuição nos mercados levantino e francês.

Os dados disponíveis para o comércio do açúcar da Madeira evidenciam a constância dos mercados flamengo e italiano. O reino, circunscrito aos portos de Lisboa e Viana do Castelo, surge em terceiro lugar, com apenas 10 %. Observe-se que o porto de Viana do Castelo adquiriu, desde 1511, grande importância no circuito e, a partir daí, em Espanha e na Europa nórdica. Aliás, no período de 1581 a 1587, Viana é o único porto do reino mencionado nas exportações de açúcar, mantendo, todavia, uma posição inferior à de 1490-1550. A função redistribuidora dos portos a norte do Douro ficara já evidenciada entre 1535 e 1550, pois das 56 embarcações entradas no porto de Antuérpia com açúcar da Madeira, 16 são do norte e apenas uma de Lisboa. Na primeira, 50 % são provenientes de Vila do Conde, 31 % do Porto e 19 % de Viana do Castelo. Aliás, em 1505, o Monarca considerava que os naturais da Região tinham muito proveito no comércio do açúcar da Ilha. Em 1538, o trato era assegurado por um numeroso grupo de grupos de mercadores daí oriundos. Entre eles, estavam Aires Dias, Baltazar Roiz, Diogo Alvares Moutinho e Joham de Azevedo. O mesmo sucedeu nas trocas com o mundo mediterrânico, em que se contava com os entrepostos de Cádiz e Barcelona, que surgem no período de 1493 a 1537, com os portos de apoio ao comércio com Génova, Constantinopla, Chios e Águas Mortas.

Os dados da exportação para o período de 1490 a 1550 testemunham a situação. A Flandres surge com 39 % e a Itália com 52 %. Todavia, é de salientar a posição dominante dos mercadores italianos na condução do açúcar, uma vez que eles foram responsáveis pela saída de 78 % do açúcar. No início, foram inúmeras as dificuldades para a presença de estrangeiros.

Somente a partir da déc. de 80 do séc. xv surgiram os primeiros, na condição de vizinhos, que se comprometeram com a cultura e o comércio do açúcar. Sobre a segunda metade do séc. xvi, escasseiam os dados relativos ao comércio do açúcar madeirense. Somente temos nova informação no período compreendido entre 1581 e 1587.

A Ilha exportou 199.300 arrobas de açúcar para o estrangeiro e 4830 para o porto de Viana do Castelo. A partir de princípios do séc. xvi, o comércio do açúcar diversifica-se. A Madeira, que na centúria de quatrocentos surgira como o único mercado de produção, debater-se-á, a partir de finais do século, com a concorrência do açúcar das Canárias, da Berbéria, de São Tomé e, mais tarde, do Brasil e das Antilhas. A múltipla possibilidade de escolha, por parte dos mercadores e compradores condicionou a evolução do comércio açucareiro. Mesmo assim, o açúcar madeirense manteve uma situação preferencial no mercado europeu (Florença, Anvers, Ruão), sendo o mais caro. Talvez devido a esse favoritismo, encontramos, com frequência, referências à escala na Madeira de embarcações que faziam o comércio com as Canárias, Berbéria e São Tomé. A situação deveria, de igual modo, explicar a venda de açúcar madeirense em Tenerife, no ano de 1505.

O comércio açucareiro na primeira metade do séc. xvi era dominado na Europa do Norte pelas ilhas e litoral do Atlântico, nomeadamente, a Madeira, Tenerife, Gran Canaria e La Palma. Assim, na déc. de 30, os navios normandos ocupados deste comércio dirigiam-se preferencialmente a esta área. Convém anotar que a maioria das embarcações que rumavam a Marrocos fazia escala na Madeira à ida e no regresso, o que valorizou a Ilha no comércio com a Normandia. A situação dominante do mercado madeirense perdurou nas décadas seguintes, não obstante a forte concorrência da ilha de São Tomé, que se firmou, entre 1536 e 1550, como a principal fornecedora de açúcar à Flandres. Todavia, a posição cimeira da ilha de São Tomé só é patente a partir de 1539.

A Madeira, que até à primeira metade do séc. xvi havia sido um dos principais mercados

do açúcar do Atlântico, cedeu o lugar a outros mercados (Canárias, São Tomé, Brasil e Antilhas). As rotas desviavam-se para novos mercados, colocando a Ilha numa posição difícil. Os canaviais foram abandonados na quase totalidade, fazendo perigar a manutenção da importante indústria de conservas e doces. O porto funchalense perdeu a animação que o caracterizava noutras épocas. É neste contexto que surge o arquipélago vizinho. O comércio canário, baseado nos mesmos produtos que o madeirense, será um forte concorrente na disputa dos mercados nórdico e mediterrânico. Os produtos dos dois arquipélagos surgem, lado a lado, nas praças de Londres, Anvers, Ruão e Génova. A única vantagem do madeirense resultava de ter sido o primeiro a penetrar no mercado europeu com o açúcar e o vinho, ganhando a preferência de muitos vendedores e consumidores. O porto de Cádiz, importante praça comercial peninsular, funcionou como centro de redistribuição e comércio no Mediterrâneo.

A conquista do mercado nórdico é posterior, mercê do forte enraizamento do mercado no comércio e consumo do açúcar madeirense. A primeira carga de melaço canário enviada a Antuérpia, em 1512, não foi do agrado dos eventuais clientes. Somente a partir da déc. de 30, o açúcar canário agradou em pleno ao gosto flamengo, beneficiando, para isso, da quebra do açúcar madeirense e da presença da comunidade flamenga no arquipélago. O trato com as praças nórdicas era assegurado, em parte, pelos portugueses de Vila do Conde, Lisboa e Algarve, que faziam valer a maestria e experiência adquiridas no trato do açúcar da Madeira. Em síntese, a colónia itálico-flamenga, residente ou estante nas ilhas de Gran Canaria e Tenerife, foi o principal elo com os mercados de comércio e o consumo do açúcar. Aqui, como na Madeira, as comunidades esqueceram os antagonismos religiosos para se unirem em prol de uma causa comum, o comércio do açúcar, repartindo entre si o domínio do mercado açucareiro.

No decurso do séc. XVIII, a Madeira manteve-se como mercado importador do açúcar brasileiro. Os hábitos ancestrais de consumo e a existência de algumas indústrias de conservas

e casquinha implicaram o movimento de importação, numa altura em que a Ilha havia deixado de produzir. Por força disto, as relações comerciais com o Brasil assumem particular significado, ainda que condicionadas pela política de monopólio.

A partir da Bahia, do Rio de Janeiro ou do Recife, chegava o açúcar, a farinha de pau e o mel. Mesmo depois de reabilitada a cultura da cana, continuou a importar-se açúcar e melaço, que depois tanto podia ser transformado em açúcar ou álcool para adubar os vinhos. A entrada do melaço estava permitida desde 1858. O regímen sacarino, em 1895, foi uma das formas de compensação das fábricas matriculadas, através da compra da cana a preço elevado e da permissão de entrada do álcool dos Açores e do continente. Até 1904, temos informação do registo de sete fábricas, mas a de W. Hinton assume uma posição hegemónica, com 50 % do rateio do melaço a importar, de acordo com o volume de cana adquirida. A fábrica do Torreão importou melaço de diversas proveniências – Hamburgo, Demerara, Benguela – para fabrico de álcool.

Não obstante termos, desde 1853, os primeiros ensaios da produção de açúcar, só passados 10 anos temos notícia das primeiras exportações para o continente e os Açores, que representavam, todavia, uma percentagem reduzida. Em 1869, temos informação de que o iate português *Ligeiro* carregou açúcar na Ponta de Sol, com destino a Lisboa. Além disso, sabemos que os métodos usados tornavam o produto muito dispendioso e pouco competitivo, pelo que a persistência da produção só foi conseguida mediante medidas protecionistas. Desta forma, o número de fábricas foi reduzido e acabou por ficar centralizado no engenho de Hinton. Até à Primeira Guerra Mundial, a produção foi em crescendo, mas sem alcançar as 1500 t.

A entrada do açúcar madeirense no mercado português do continente e Açores estava isenta de direitos e só no período de 1870 a 1876 se cobrou 25 % do que se lançava sobre o restante açúcar. A suspensão por cinco anos, depois novamente prorrogada por outros cinco, acontece por intervenção dos deputados

madeirenses, que reclamavam a abolição da lei de 27 de dezembro de 1870. A lei de 1903 confirma as regalias, estabelecendo que o açúcar da Ilha chegava ao continente isento de direitos. Tais condições favoreceram a entrada do açúcar madeirense no mercado nacional, situação que se alterou em 1926, passando o açúcar e o melaço a ser considerados estrangeiros para efeitos fiscais. Mesmo com tantas regalias, os madeirenses tinham dificuldade em assegurar a venda do seu açúcar no mercado continental, nomeadamente a partir da déc. de 80, marcada por uma tendência muito forte de baixa de preço no mercado mundial. Este conjunto de condições fez com que a principal aposta dos engenhos madeirenses fosse no fabrico de álcool e aguardente.

Direitos

Os produtos de maior rentabilidade económica foram os que mereceram maior atenção, em termos de imposições e controlo. No caso do açúcar, foi, inicialmente, onerado o processo de fabrico, cobrando o infante metade da produção dos que utilizassem as suas *alçapremas* e um terço do que fosse laborado em engenhos particulares. Entretanto, em 1462, os moradores da Ilha referiam que apenas pagavam mensalmente uma arroba e meia por cada *alçaprema*. Mas, em 1467, o valor a cobrar desceu para um quarto de todos os tipos de açúcares e derivados lavrados nos engenhos, situação que permaneceu, até 1515, altura em que se quedou em um quinto. A partir de 1675, os lavradores passaram a pagar apenas o oitavo da produção.

A fiscalidade surgiu, assim, como uma dominante na atuação das autoridades do reino que, por meio de diversos regimentos e lembranças, definiam o quantitativo a lançar e a forma de o arrecadar. Enquanto, na Alfândega, o quantitativo era fixo (dízima de saída), o tributo que onerava os produtores era variável, de acordo com o desenvolvimento da cultura na Ilha. Assim, no início, o infante D. Henrique estabeleceu o pagamento de metade do açúcar laborado nas *alçapremas* que lhe pertenciam na Ilha. Com a permissão dos engenhos particulares,

os produtores passaram a pagar uma arroba e meia mensal, enquanto as moendas, a água e tração animal pagavam 1/2 do açúcar laborado. Em 1461, com o infante D. Fernando, uniformizou-se o direito a arrecadar, ficando em apenas 1/3, o que, de acordo com o regimento de 1467, teria uma arrecadação mais eficaz. A partir daí, o açúcar a arrecadar passaria a ser 1/4 da produção, lançado de acordo com o estimo antecipado feito por dois estimadores eleitos pelos vereadores.

O agravo manifestado pelos madeirenses, em consonância com a conjuntura conturbada de finais do séc. xv, forçou D. Manuel a repensar o sistema de tributação do açúcar. Assim, em 1507, o mesmo solicitou aos madeirenses um estudo sobre a melhor forma de lançar e arrecadar o mesmo direito. Correspondendo às pretensões dos insulares, o Monarca estipulou o lançamento de apenas 1/5 da produção, a vigorar desde 1516, e definiu uma forma adequada de arrecadar com o almoxarifado do açúcar e de diversas comarcas da Ilha.

A forma de arrecadação, definida em 1467 por D. Fernando, mantinha-se em vigor e nela se estabelecia que o açúcar a tributar seria resultado de um estimo feito por dois homens-bons, eleitos trienalmente, em vereação, e que percorriam os canaviais da Ilha, fazendo o estimo num livro próprio. O tributo era, seguidamente, arrecadado no engenho na altura da safra.

Com D. Manuel, estabeleceu-se, a partir de 1485, nova operação de vistoria dos açúcares – os *alealdamentos*. Deste modo, pretendia-se confrontar o quantitativo produzido com o estimo e verificar a qualidade do produto final. Os *alealdadores* eram eleitos, anualmente, pelo senado da câmara. Concluída a avaliação e vistoria da qualidade do açúcar, procedia-se à recolha, que poderia ser feita mediante cobrança direta ou arrendamento. No primeiro caso, tal encargo estava entregue ao almoxarifado que, com D. Manuel, assumiu uma estrutura diversa, com a criação de cinco comarcas integradas no almoxarifado do açúcar, centralizado no Funchal.

Os arrendamentos que se realizavam trienalmente tiveram vida efémera, mercê dos

prejuízos avultados acumulados pelo almoxarifado e pelos arrendatários, entre 1506 e 1518. Os contratos, neste curto espaço da vigência, foram dominados por mercadores ou sociedades comerciais estrangeiras, nomeadamente italianas.

Durante os sécs. XVII e XVIII, manteve-se a mesma estrutura de arrecadação dos direitos da Coroa, aqui adaptada à dimensão da cultura. Assim, para cada uma das áreas, era provido um quintador, um para cada uma das comarcas: Funchal, Calheta, Ribeira Brava, Ponta de Sol e Santa Cruz. Nas primeiras localidades, o quintador era apoiado por um escrivão. Ambos tinham, de soldo, um moio de trigo cada ano. O provimento destes continuou no séc. XVII, mesmo com a produção reduzida ou sem qualquer significado comercial. Na déc. de 50, não obstante o quinto do açúcar não ter sido cobrado desde 1640, a Fazenda Real estabeleceu o encargo de 80 réis por cada arroba de açúcar para a fortificação. Desde 1643 que não eram quintados os açúcares dos engenhos e, não obstante a insistência para que fosse cobrado, só em 1687 o provedor da Fazenda conseguiu pôr em pregão os ditos direitos do ano de 1687. Por mandado de 20 de dezembro de 1686, foi ordenada a extinção, a partir de 30 de julho, dos quintadores do açúcar de Santa Cruz, Ribeira Brava, Ponta de Sol e Calheta, pelo facto de a Ilha já não produzir açúcar, argumentando-se com o facto de os mesmos não terem exercício algum por se terem extinguido os engenhos, e se não fabricarem açúcares na Ilha. Porém, cedo se reconheceu o erro de tal medida, uma vez que o açúcar continuou a produzir-se, ainda que em pequenas quantidades. Deste modo, a partir do ano imediato, a arrecadação foi posta em arrematação. Durante o ano de 1687, foi arrematado, por Manuel Vieira Gago, no valor de 285.000 réis e, em 1688, por João Bettencourt Vilela, por 200.000 réis.

A partir do referido ano, os lavradores passaram a pagar apenas o oitavo da produção. Similarmente, durante os anos de 1744 e 1748, encontra-se o provimento de um escrivão dos quintos para a vila da Calheta, de seu nome

António Dionísio de Oliveira. As dificuldades por que passou a cultura refletiram-se na estrutura administrativa. Assim, em 1676, refere-se que há 30 anos que não se arrecadava os quintos; por isso se ordenou o confronto dos livros do donativo com os de saída, para se confirmar as ausências ao pagamento.

Na segunda metade do séc. XIX, a principal preocupação das autoridades consistia em criar incentivos ao retorno da cultura, pelo que foram estabelecidas várias isenções de impostos. Em 1865, isentava-se de direitos a maquinaria e os utensílios necessários para a montagem dos engenhos. Isto permitiu que a cultura voltasse a adquirir importância, produzindo excedentes para exportação. Se, em 1850, qualquer saída de açúcar estava limitada, já em 1870, os mesmos que entrassem no continente estavam sujeitos a 600 réis a arroba, o equivalente a cerca de 25 % daquilo que pagavam os açúcares estrangeiros, medida que foi suspensa por cinco anos em 1876 e renovada sucessivamente em 1878, 1881, 1885, 1895 e 1903. Isto permitiu que, para assegurar o consumo inicial, de uma opção capitular da cultura se avançasse para uma nova situação de produção de excedentes cujo escoamento era facilitado no quadro do mercado nacional.

De acordo com a política protecionista e de incentivo à cultura, estabeleceram-se entraves à importação. Assim, com as leis de 1855, 1858 e 1861, a importação do mel, melaço e melado do Funchal pagava 4000 réis por cada 100 kg, passando para 6000 réis em 1880 e 1885. Sucedeu que, a partir do ano seguinte, começaram a sentir-se os efeitos negativos dos fungos que atacaram o canavial, o que levou as autoridades, sob pressão dos armazenistas de vinho, a reivindicar a abolição do imposto municipal que recaía sobre o melaço importado para fabrico de álcool. Na revisão da pauta de 1892, reclamava-se desta situação, que só foi atendida no regime sacarino estabelecido em 1895. O melaço importado só podia ser usado para o fabrico de álcool e dependia dos valores da colheita anual, de forma a não prejudicar os lavradores, sendo taxado em 30 réis por quilo. Ao mesmo tempo, salvaguardava-se a indústria

nacional impondo pesados impostos sobre o álcool e as bebidas estrangeiras.

Em 1903, com a revisão do regime sacarino, surgiu, de novo, uma redução substancial nos direitos de importação de melaço, medida contrariada em 1911. O incremento da produção madeirense assim o obrigava. Entretanto, em 1918, o açúcar madeirense entrado no continente português estava isento de qualquer imposto. O dec. de 1911, que reformulou o regime sacarino, estabeleceu um imposto sobre o fabrico da aguardente, criando-se um fundo gerido pela Junta Agrícola para apoio à agricultura. De acordo com o regulamento do imposto, de 28 de dezembro de 1928, foram nomeados contadores para procederem à cobrança do imposto nas fábricas. Extinta a Junta, o fundo passou a ser gerido, desde 1919, pela Junta Geral. Todas as fábricas não matriculadas deveriam pagar o imposto de 100 réis, passando a 150 réis, a partir de 1914. Em 1926, surgiu nova situação de imposto, a onerar o fabrico da aguardente, numa tentativa de travar o consumo excessivo da mesma.

O dec. de 1895, que havia merecido a aprovação unânime de todos os intervenientes pela comissão da Madeira, havia deixado de ser vantajoso para os industriais do sector. Desde 1897, estes vinham notando uma diminuição na desvantagem atribuída, que se transformou em prejuízo em 1901, por força do aumento do preço do melaço, do carvão mineral e dos câmbios com que se faziam as transações.

Expansão a partir da Madeira

A Madeira afirmou-se no processo da expansão europeia pela singularidade do seu protagonismo. Vários foram os fatores que o propiciaram e que fizeram com que ela fosse, no séc. xv, uma das peças-chave para a afirmação da hegemonia portuguesa no Novo Mundo. Além disso, é considerada a primeira pedra do projeto que lançou Portugal para os anais da história do oceano que abraça o seu litoral abrupto. O Funchal foi uma encruzilhada de opções e meios que iam ao encontro da Europa em expansão.

Colombo abriu as portas ao Novo Mundo e traçou o rumo da expansão da cana-de-açúcar. A cultura não lhe era alheia, pois o navegador tem no currículo algumas atividades ligadas ao comércio do açúcar na Madeira: foi, a exemplo de muitos genoveses, mercador do açúcar madeirense.

Em 1478, encontrava-se no Funchal ao serviço de Paolo di Negro para conduzir 2400 arrobas a Ludovico Centurione, em Génova. Com esta viagem e, depois da larga estância do navegador na Ilha, Colombo ficou conhecedor da dinâmica e importância do açúcar da Madeira. Em janeiro de 1494, aquando da preparação da segunda viagem, o navegador sugere aos reis católicos o embarque de 50 pipas de mel e 10 caixas de açúcar da Madeira para uso das tripulações, apontando o período que decorre até abril como o melhor momento para o adquirir. A isto podemos somar a passagem do navegador pelo arquipélago, no decurso da sua terceira viagem, em junho de 1498, em que podemos apontar como muito provável a presença de socas de canas da Madeira na bagagem dos agricultores que o acompanhavam. Neste momento, a cultura dos canaviais havia adquirido o apogeu na Ilha, mantendo-se uma importante franja de canaviais ao longo da vertente sul.

A Madeira foi o ponto de partida do açúcar para o Novo Mundo. O solo madeirense confirmou as possibilidades de rentabilização da cultura através de uma exploração intensiva e de abertura de novo mercado para o açúcar. É a partir da Madeira que se produz açúcar em larga escala, o que veio a condicionar os preços de venda, de forma evidente, nos finais do séc. xv. Também o íncola foi capaz de agarrar esta opção, tornando-se no obreiro da difusão no mundo atlântico. A tradição anota que foi a partir da Madeira que o açúcar chegou aos mais diversos recantos do espaço atlântico e que os técnicos madeirenses foram responsáveis pela sua implantação.

O primeiro exemplo está documentado com Rui Gonçalves da Câmara, quando, em 1472, comprou a capitania da ilha de São Miguel. Na expedição de tomada posse da capitania, fez-se acompanhar de socas de cana da

Lombada, que, entretanto, vendera a João Esmeraldo, e dos operários, para a tornar produtiva. Seguiram-se depois outros que corporizaram diversas tentativas frustradas para fazer vingar a cana-de-açúcar nas ilhas de São Miguel, Santa Maria e Terceira.

Em sentido contrário, avançou o açúcar em 1483, quando o Gov. Pedro de Vera quis tornar produtiva a terra conquistada nas Canárias. Uma vez mais, a Madeira disponibiliza as socas de cana para que aí surgissem os canaviais. Todavia, o mais significativo estará na forte presença portuguesa no processo de conquista e adequação do novo espaço à economia de mercado.

Os Portugueses, em especial os madeirenses, surgem com frequência nas ilhas ligando-se ao processo de arroteamento das terras, como colonos que recebem dadas de terras, na condição de trabalhadores especializados a soldada, ou de operários especializados que constroem os engenhos e os colocam em movimento. No caso de La Palma, refere-se um Leonel Rodrigues, mestre de engenho que ganhou o estatuto em 12 anos de trabalho na Madeira. É de referir também idêntico papel para as ilhas Canárias na projeção da cultura às colónias castelhanas do Novo Mundo. Assim, em 1519, Carlos V recomendou ao Gov. Lope de Sousa que facilitasse a ida de mestres e oficiais de engenho para as Índias.

O avanço do açúcar para sul, ao encontro do *habitat* que veio gerar o *boom* da produção, deu-se nos anos imediatos ao descobrimento das ilhas de Cabo Verde e São Tomé. Todavia, só na última, pela disponibilidade de água e madeiras, os canaviais encontraram condições para a sua expansão. Deste modo, em 1485, a Coroa recomendava a João de Paiva que procedesse à plantação de cana do açúcar. Para o fabrico do açúcar, refere-se a presença de muitos mestres da ilha da Madeira. É, aliás, aqui que se pode definir o prelúdio da estrutura açucareira que terá expressão do outro lado do Atlântico.

A partir do séc. XVI, a concorrência do açúcar das Canárias e de São Tomé apertou o cerco ao açúcar madeirense, o que provocou

a natural reação dos agricultores madeirenses. Sucederam-se queixas junto da Coroa, de que ficou testemunho em 1527. Os lavradores de cana reuniram-se em vereação para reclamar junto da Coroa contra o prejuízo que lhes causava o progressivo desenvolvimento da cultura em São Tomé. A resposta do Rei, no ano imediato, remete para uma análise dos interesses em jogo, informando que só no prazo de um ano seria tomada uma decisão, que parece nunca ter vindo. A exploração fazia-se diretamente pela Coroa e só a partir de 1529 surgem os particulares interessados nisso. Enquanto isto se passava, do outro lado do Atlântico davam-se os primeiros passos no arroteamento das terras brasileiras. E, mais uma vez, é notada a presença dos canaviais e dos madeirenses como os seus obreiros.

A Coroa insistiu junto dos madeirenses, no sentido de criarem as infraestruturas necessárias ao incremento da cultura. Em 1515, a Coroa solicitava os bons ofícios de alguém que pudesse erguer no Brasil o primeiro engenho, enquanto, em 1555, foi construído por João Velosa, apontado por muitos como madeirense, um engenho a expensas da Fazenda Real. A aposta da Coroa na rentabilização do solo brasileiro através dos canaviais levou-a a condicionar a força de mão de obra especializada que então se fazia na Madeira. Assim, em 1537, os carpinteiros de engenho da Ilha estão proibidos de ir à terra dos mouros.

O movimento de migração de mão de obra especializada do engenho acentuou-se na segunda metade do séc. XVI, por força das dificuldades da cultura em solo madeirense. O Brasil, nomeadamente Pernambuco, continuará a ser a terra de promessa para muitos. Em 1579, refere-se que Manuel Luís, mestre de açúcar, que exercera o ofício na Ilha, estava em Pernambuco. Muitos mantêm contactos com a Ilha, nomeadamente quanto ao comércio de açúcar, como é o caso de Francisco Álvares e João Roiz. Este movimento de operários especializados era controlado pelas autoridades, no sentido de evitar a concorrência de outras áreas com o Brasil. Sucede que,

em 1647, Richarte Piqueforte vendera um escravo, “oficial de açúcares”, a um mercador francês que o pretendia conduzir a São Cristóvão. A Coroa entendia que a saída não deveria ser autorizada e que o escravo deveria ser adquirido e embarcado para o Rio de Janeiro às ordens do provedor da Fazenda, para aí ser vendido.

Com tais condicionantes, e colocados perante o paulatino decréscimo da produção açucareira na Ilha, muitos madeirenses foram forçados a seguir ao encontro dos canaviais brasileiros. Em Pernambuco e na Bahia, entre os oficiais e proprietários de engenho, pressente-se a forte presença madeirense. Alguns destes madeirenses tornaram-se importantes proprietários de engenho, como foi o caso de Mem de Sá e João Fernandes Vieira, o libertador de Pernambuco. É a partir daqui que se estabelece um vínculo com a Madeira, continuado através do trato ilegal de açúcar para o Funchal ou o mercado europeu, com a designação de Madeira. Este movimento seguia as ancestrais ligações entre os que do outro lado do Atlântico viam florescer a cultura e aqueles que, na Ilha, ficavam sem os seus benefícios. Veja-se, *e.g.*, o caso de Cristóvão Roiz de Câmara de Lobos, que, em 1599, declara ter crédito em três mestres de açúcar de cerca de 100.000 réis de uma companhia que teve com Francisco Roiz e Francisco Gonçalves.

Entre finais do séc. XIX e princípios da centúria seguinte, o retorno da cultura e indústria sacarina à Madeira fizeram com que a Madeira tivesse um papel novamente importante na sua evolução e expansão. Parte significativa das adaptações da tecnologia da indústria de beterraba à da cana sacarina aconteceu na Madeira, sendo daí levadas aos Açores, às Canárias, à Argentina e a Angola.

Bibliog. impressa: *Uma Acção Civil contra o Sr. W. Hinton Fabricante de Assucar e Aguardente na Cidade do Funchal (Ilha da Madeira)*, Funchal, s.n., 1884; *O Açúcar e o Quotidiano. Actas do III Seminário Internacional sobre a História do Açúcar*, Funchal, CEHA, 2004; AMARAL, Júlio do, *A Questão Sacarina*, s.l., s.n., 1918; ARAÚJO, Juvenal Henriques de, *A Questão Sacarina da Madeira. Análise ao Decreto n.º 15.831 de 10 de Agosto de 1928. Série de Artigos Publicados no Diário da Madeira*, Lisboa, Tip. José Mello Lda., 1929; BRAGA, Paulo Drummond, “O açúcar da ilha da Madeira e o Mosteiro de Guadalupe”,

Islenha, n.º 9, jul.-dez. 1991, pp. 43-49; BRANCO, João Soares, *A Nova Questão Hinton. Artigos Publicados no Jornal “O Paiz” [por] Um Amigo da Madeira*, Lisboa, Typ. do Anuario Comercial, 1915; CALÇADA, Visconde da, *Justificação do Visconde da Calçada á Arguição Que Lhe Foi Feita e Apreciação do Processo Crime Instaurado na Comarca Occidental do Funchal Promovido por Drogo Perestrello da Camara por Um Amigo do Accusado*, Lisboa, Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, impressor da Casa Real, 1873; CAMACHO, Manuel de Brito, *A Caminho de África*, Lisboa, Guimarães, 1923; CÂMARA, Benedita, “A Madeira e o proteccionismo sacarino (1895-1918)”, *Análise Social*, vol. xxxii, n.º 145, 1998, pp. 117-143; *Id.*, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2002; CANAVIAL, Conde do, *A Companhia Fabril do Assucar Madeirense. Roberto Leal e o Sr. Tarquino T. da C. Lomelino*, Funchal, Typ. Popular, 1879; *Id.*, *Um Privilegio Industrial. Cartas a Diversos Jornaes pelo Visconde do Cannavial*, Funchal, Typ. Funchalense, 1883; *Id.*, *Uma Acção Civil contra o Sr. 11 V. Hinton, Fabricante de Assucar e de Aguardente na Cidade do Funchal (Ilha da Madeira) como Contrafactor de Um Processo Industrial de Que Tem Patente de Invento Dr. João da Camara Leme de Vasconcellos, Visconde do Cannavial*, Funchal, Typ. Popular, 1884; CLODE, Francisco, “O mobiliário caixa-de-açúcar”, *Das Artes e da História na Madeira*, 15 set. 1989; DEERR, Noël, *Cane Sugar*, London, s.n., 1921; *Id.*, *The History of Sugar*, 2 vols., London, Chapman and Hall, 1949-1950; *Diplomas Principaes Que Interessam ao Regimen Saccharino da Madeira*, s.l., s.n., s.d.; *Os Donos das Fabricas não Matriculadas no Sul*, 1.ºs *Outorgantes*; Wm Hinton & Sons e José Julio de Lemos, *Donos das Fábricas Matriculadas*, 2.ºs *Outorgantes*; *os Donos das Fabricas não Matriculadas do Norte*, 3.ºs *Outorgantes*, Funchal, Typ. Esperança, 1908; *Empresas Assucareiras da África Portuguesa. A Nova Questão Hinton. Resposta das Empresas Assucareiras da África Portuguesa ao Folheto da Firma W. Hinton & Sons*, Lisboa, Typ. Universal, 1915; *Escravos com e sem Açúcar. Actas do Seminário Internacional*, Funchal, CEHA, 1996; EVERAERT, John G., “Os barões flamengos do açúcar na Madeira (ca. 1480-ca. 1620)”, in EVERAERT, J., e STOLS, E. (dirs.), *Flandres e Portugal: na Confluência de Duas Culturas*, Lisboa, Inapa, 1991, pp. 99-117; *Id.*, “Les Lem, Alias Leme une dynastie marchande d’origine flamande au service de l’expansion portugaise”, in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1993, pp. 817-838; FERRAZ, João Higinio, *Açúcar, Melaço, Álcool e Aguardente. Notas e Experiências de João Higinio Ferraz (1884-1946)*, Funchal, CEHA, 2005; *Id.*, *Copiadores de Cartas (1898-1937)*, Funchal, CEHA, 2005; FREITAS, António Aragão de, *Madeira – Investigação Bibliográfica*, vol. II, Funchal, s.n., 1984; FREITAS, Luiz Alberto de, *A Lei Hornung. Em defesa da Madeira e de Hinton*, Lisboa, Germano da Silva, 1915; GALLOWAY, J. H., *The Sugar Cane Industry: An Historical Geograpy from Its Origins to 1914*, Cambridge/New York, Cambridge University Press, 1989; GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. IV, Lisboa, Presença, 1991; GONÇALVES, Ernesto, “Dom Manuel I e a Madeira. Pelo Dr. Ernesto Gonçalves”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1948-1949, p. 185; *Id.*, “Funchal, 1470. Pelo Dr. Ernesto Gonçalves”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1948-1949, p. 9; *Id.*, “João Afonso do Estreito”, *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 8, n.º 41, pp. 19-24; *Id.*, “O duque D. João, terceiro senhor da Madeira”, *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 5, n.º 26, 1957, p. 1; *Id.*, “João Gomes da Ilha”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XI, 1959, p. 9; *Id.*, “João Gomes da Ilha e Duarte de Brito”, *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 6, n.º 36, 1966, pp. 1-19; GOUVEIA, David Ferreira de, “O açúcar da Madeira. A manufatura açucareira madeirense”, *Atlântico*, n.º 4, 1985, pp. 260-272; *Id.*, “A manufatura açucareira madeirense (1420-1450). Influência madeirense na expansão e transmissão da tecnologia açucareira”, *Atlântico*, n.º 10, 1987, pp. 115-131; *Id.*, “O açúcar e a economia madeirense (1420-1550). Produção e acumulação”, *Atlântico*, n.º 16, 1988, pp. 262-283; *Id.*, “O açúcar e a economia madeirense (1420-1550). Consumo de excedentes”, *Islenha*, n.º 8, jan.-jun. 1991, pp. 11-22; *Id.*, “Açúcar confeitado na Madeira”, *Islenha*, n.º 11, jul.-dez. 1992, pp. 35-52; *Id.*, “Gente d’engenho”, *Islenha*, n.º 13, jul.-dez. 1993, pp. 81-95; GOUVEIA, Isabel, “Os cartuchos dos tabuleiros da festa de Santo António na Ponta do Pargo – Reminiscências dos pães-de-açúcar?”, *Ilharq*, n.º 5, 2005, pp. 132-134; GREENFIELD, Sidney M., “Madeira and the beginnings of sugar cane cultivation and plantation slavery”, *Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 292, 1977, pp. 236-252; *História do Açúcar – Fiscalidade, Metrologia, Vida Material e Património*, Funchal, CEHA, 2006; *História do Açúcar: Rotas e Mercados*, Funchal, CEHA, 2002; *História e Tecnologia do Açúcar*, Funchal, CEHA, 2000; INÊS, Artur, *Um Bôdo Indecoroso (a Burla do Açúcar)*, Lisboa, República, 1933; JESUS, Quirino Avelino de, *A Questão Sacarina da Madeira*, Lisboa, Typ. de A Editora, 1910; *Id.*, *A Nova Questão Hinton*, Lisboa, Germano da Silva, 1915; *João Augusto d’Ornellas e a*

- Nova Fabrica do Assucar*, Funchal, Typ. Variedades, 1871; LIPPMANN, Edmund O. von, *Beiträge zur Geschichte der Naturwissenschaften und der Technik*, Berlin, Springer, 1923-1953; *Id.*, *Geschichte des Zuckers seit den ältesten Zeiten bis zum Beginn der Rubenzucker-Fabrikation: ein Beitrag zur Kulturgeschichte*, Berlin, Springer, 1929; *Id.*, *Geschichte des Zuckers seit den ältesten Zeiten bis zum Beginn der Rubenzucker-Fabrikation: ein Beitrag zur Kulturgeschichte*, Berlin, Springer, 1929; *Id.*, *Geschichte des Zuckers seit den ältesten Zeiten bis zum Beginn der Rubenzucker-Fabrikation: ein Beitrag zur Kulturgeschichte*, Niederwalluf bei Wiesbaden, Martin Sändig, 1970; LIZARDO, João, "Em torno dos vestígios materiais dos primeiros tempos do povoamento", *Ilharq*, n.º 7, 2007, pp. 24-29; MAZUMBAR, Sucheta, *Sugar and Society in China: Peasants, Technology and the World Market*, Cambridge, Harvard University Press, Asia Center, 1998; MIGUEL, Carlos Montenegro, "Contribuição para a história da Madeira", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 2, n.º 8, 1951, p. 22; n.º 9, 1951, p. 16; n.º 10, 1952, p. 32; *Id.*, "O açúcar e a sua importância na economia insular", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 3, n.º 15, 1953, p. 33; *Id.*, "O comércio na ilha da Madeira nas centúrias de 500 e 600", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 5, n.º 28, 1953, p. 19; *Id.*, "Provisões do poder central acerca do cultivo do açúcar na Madeira", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 3, n.º 16, 1953, p. 39; *Id.*, "Um ciclo económico – O açúcar", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 4, n.º 19-20, 1955, p. 13; *Id.*, "Os estrangeiros na Madeira e a cultura da cana sacarina", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 4, n.º 22, 1956, pp. 33-35; *Id.*, "O açúcar. Sua origem e difusão", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. xii, 1960-1961, pp. 55-123; *A Nova Questão Hinton. Resposta das Empresas Açucareiras da África Portuguesa ao Folheto da Firma W. Hinton & Sons*, Lisboa, Germano da Silva, 1915; NUNES, Cesário, *Política Sacarina*, Funchal, ed. do Autor, 1940; NUNES, Naidea, "A terminologia do açúcar de cana nos documentos dos séculos xv e xvi na ilha da Madeira", in *Actas do XIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 1998, pp. 155-173; *Id.*, "Os dialectos madeirenses e a história da língua portuguesa", in *Livro de Comunicações do Colóquio Internacional Cultura de Periferias. Insularidades*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1999, pp. 81-89; *Id.*, "O género feminino das palavras e coisas do açúcar nas línguas românicas", in *Congresso o Feminino nas Línguas, Culturas e Literaturas*, Funchal, Universidade da Madeira, 2000, pp. 219-231; *Id.*, "Permanência e errância das palavras do açúcar: a forma *trapiçe*", in *Livro de Comunicações do Colóquio Internacional Permanência e Errância*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 2000, pp. 138-145; *Id.*, "Os caminhos da palavra *garapa*: Madeira, Cabo Verde e Brasil", in *Livro de Comunicações do Colóquio Internacional Caminhos do Mar*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 2001, pp. 175-186; *Id.*, "Terminologia histórica da cultura açucareira nas ilhas atlânticas: Madeira e Canárias (séculos xv e xvi)", in MASSA, Françoise et al. (orgs.), *Les Îles Atlantiques: Réalités et Imaginaire*, Rennes, Université Haute Bretagne Rennes II, 2001, pp. 139-161; *Id.*, *O Açúcar de Cana na Ilha da Madeira: do Mediterrâneo ao Atlântico: Terminologia e Tecnologia Históricas e Actuais da Cultura Açucareira*, Dissertação de Doutoramento em Linguística apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2002; *Id.*, "Les noms de métiers de la production sucrière dans l'anthroponymie primitive de l'île de Madère (xv^e et xvi^e siècles)", in *Actas do Congresso Internacional de Ciências Onomásticas*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2002, pp. 1525-1540; *Id.*, "A neologia na terminologia histórica e actual do açúcar de cana na ilha da Madeira", in *XVIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 2003, pp. 615-628; *Id.*, *Palavras Doces: Terminologia e Tecnologia Históricas e Actuais da Cultura Açucareira*, Funchal, CEHA, 2003; *Id.*, "Terminologia histórica agrícola e pré-industrial da produção açucareira nas línguas românicas (português, espanhol e italiano)", in *Estudos de Tradução. Actas do Congresso Internacional*, Cascais, Príncipia, 2003, pp. 207-230; *Id.*, *Outras Palavras Doces*, Funchal, CEHA, 2010; *Id.*, e KREMER, Dieter, *Antroponímia Primitiva da Madeira (Séculos XV e XVI) e Repertório Onomástico Histórico da Madeira*, Tübingen, Niemeyer, 1999; OLIVEIRA, Maria João, "O engenho de cana-de-açúcar de Santa Cruz", *Xarabanda*, n.º 2, 1992, pp. 46-48; *Id.*, "O engenho de cana-de-açúcar de Machico. Arqueologia industrial – Um espaço em aberto", *Xarabanda*, n.º especial, 1993, pp. 43-46; *Id.*, "O engenho de cana-de-açúcar do Porto da Cruz. Arqueologia industrial – Um espaço em aberto", *Xarabanda*, n.º 4, 1993, pp. 26-34; *Id.*, "O engenho de cana-de-açúcar do Faial. Perspectivas da arqueologia industrial na R.A.M.", *Xarabanda*, n.º 5, 1994, pp. 32-36; ORNELLAS, João Augusto d', *A Companhia Fabril de Assucar Madeirense os Seus Credores e o Sr. Dr. João da Camara Leme*, Funchal, Typ. do Direito, 1879; PARREIRA, H. G. de Amorim, "História do açúcar em Portugal", *Anais da Junta de Investigação do Ultramar*, vol. vii, t. i, 1952, pp. 5-322; PEREIRA, Fernando Jasmins, "O açúcar madeirense de 1500 a 1537. Produção e preços", *Estudos Políticos e Sociais*, vol. vii, n.º 1-3, 1969, sep.; *Id.*, *Estudos sobre História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1991; PESTANA, Manuel Gregório (Júnior), *O Problema Sacarino da Madeira. Subsídios para o Estudo e Resolução da Chamada "Questão Hinton"*, Funchal, Tip. Esperança, 1918; *A Questão Sacarina da Madeira*, Lisboa, Typ. de "A Editora", 1910; RAU, Virgínia, e MACEDO, Jorge Borges de, "The settlement of Madeira and the sugar cane plantation", *A. A. G. Bijdragen*, n.º ii, 1964, pp. 3-12; *Id.*, *O Açúcar na Madeira no Século XV*, Funchal, JGDAF, 1992; *Regime Sacarino da Madeira*, Lisboa, s.n., 1928; RIBEIRO, Adriano, "A cana-de-açúcar na Madeira (1855-1955) I", *Diário de Notícias*, 9 out. 1991; *Id.*, "A cana-de-açúcar na Madeira (1855-1955) II", *Diário de Notícias*, 23 out. 1991; *Id.*, "A cana-de-açúcar na Madeira (1855-1955) III", *Diário de Notícias*, 20 nov. 1991; *Id.*, "A cana-de-açúcar na Madeira (1855-1955) IV", *Diário de Notícias*, 4 dez. 1991; *Id.*, "A cana-de-açúcar na Madeira (1855-1955) V", *Diário de Notícias*, 1 jan. 1992; *Id.*, "A cana-de-açúcar na Madeira (1855-1955) VI", *Diário de Notícias*, 12 fev. 1992; *Id.*, "A cana-de-açúcar na Madeira (1855-1955) VII", *Diário de Notícias*, 18 mar. 1992; *Id.*, *A Cana-de-Açúcar na Madeira. Séculos XVIII-XIX*, Funchal, s.n., 1992; *Id.*, "Indústria da cana de açúcar em Câmara de Lobos nos séculos XIX-XX", *Girão*, n.º 8, 1992, pp. 361-365; *Id.*, "A casquinha na rota das navegações do Atlântico Norte nos séculos XVI-XVIII", in *III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, s.n., 1993, pp. 345-352; RIBEIRO, Emanuel, *O Doce nunca Amargou... Doçaria Portuguesa. História, Decoração, Receituário*, Coimbra, s.n., 1923; ROCHA, Francisco Canais, "Perfeito de Carvalho contra o monopólio Hinton", *História*, n.º 144, 1991, pp. 49-61; RODRIGUES, José Agostinho, *As Questões Vinícola e Sacarina da Madeira e os Decretos N.º 13.990, 14.167 e 14.168 respectivamente de 23 de Julho e 25 de Agosto 1927*, Lisboa, Tip. Portugal, 1928; RODRIGUES, Maria do Carmo Jasmins Pereira, *O Açúcar na Ilha da Madeira. Século XVI*, Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 1964; SALGADO, Anastácia M., e SALGADO, Abílio José, *O Açúcar da Madeira e Algumas Instituições de Assistência na Península e Norte de África, durante a 1.ª Metade do Século XV*, Lisboa, s.n., 1986; SARMENTO, Alberto Artur, *História do Açúcar na Ilha da Madeira*, Funchal, s.n., 1945; SERRÃO, Joel, "Nota sobre o comércio de açúcar entre Viana do Castelo e o Funchal de 1561 a 1587 e sobre a decadência do açúcar madeirense a partir de finais do século XVI", *Revista de Economia*, vol. iii, 1950; *Id.*, "Rendimento da alfândega do arquipélago da Madeira (1581-1587)", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. i, n.º 5, 1951, pp. 5-6; vol. i, n.º 6, 1951, pp. 14-18; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1984; SILVEIRA, José Marçiliano da, *A Companhia Fabril de Assucar Madeirense os Seus Credores o Athleta e o Snr. Dr. João da Camara Leme*, Funchal, Typ. da Voz do Povo, 1879; SINTRA, Diogo Gomes de, *Descobrimto Primeiro da Guiné*, Lisboa, Colibri, 2002; SOUSA, Elvio, "Caracterização química e mineralógica de fragmentos de formas de açúcar da época moderna, provenientes de Machico e de Aveiro", in *A Cerâmica do Açúcar, Mesa-Redonda*, Funchal, Museu de Electricidade/Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, 2004; *Id.*, "Índices cerâmicos da produção açucareira na Calheta e no Faial", *Ilharq*, n.º 4, 2004, pp. 33-37; *Id.*, "Tipologia da cerâmica do açúcar (formas, sinos e porrões) do período moderno na ilha da Madeira", in *A Cerâmica do Açúcar, Mesa-Redonda*, Funchal, Museu de Electricidade/Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, 2004; *Id.*, "Tipologia das formas de açúcar dos séculos XVI e XVII da cidade de Machico, ilha da Madeira", in *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Faro, Universidade do Algarve, 2004; *Id.*, "As formas de açúcar e a realidade da arqueologia urbana no Funchal", in *2.ª Parte da Mesa-Redonda "A Cerâmica do Açúcar"*, Funchal, Museu de Electricidade, 2005; *Id.*, "Perspectivas de investigação no âmbito da cerâmica do açúcar em Portugal", in *2.ª Parte da Mesa-Redonda "A Cerâmica do Açúcar"*, Funchal, Museu de Electricidade, 2005; *Id.*, "Types of sugar moulds (called 'formas de açúcar') from 16th and 17th centuries, of Madeira island, Portugal", in *38th Annual Conference on Historical and Underwater Archaeology*, York, s.n., 2005, pp. 5-10; *Id.*, "A cerâmica do açúcar das cidades de Machico e do Funchal", in *A Cerâmica do Açúcar em Portugal na Época Moderna*, Lisboa/Machico, Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, 2006, pp. 10-31; *Id.* et al., "Chemical and physical characterization of fragments from ceramic jars called 'formas de açúcar' exhumed in the town of Machico, Madeira island", in PRUDÊNCIO, Maria et al. (orgs.), *Understanding People through Their Pottery. Proceedings of the 7th European Meeting on Ancient Ceramics*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2005, pp. 263-268; SOUSA, João José Abreu de, "A indústria de conservas na Madeira. Séculos XV-XIX", *Diário de Notícias*, Funchal, 1 abr. 1984, pp. 6-9; *Id.*, "Capitães no ciclo do açúcar", *Islenha*, n.º 5, jul.-dez. 1989, pp. 51-59; *Id.*, "No ciclo do açúcar", *Islenha*, n.º 5, jul.-dez. 1989,

pp. 51-59; STEGAGNO-PICCHIO, Luciana, "O sacro colégio de alfenim", in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Lisboa, s.n., 1990, pp. 181-190; TABORDA, Ramos, "Regime sacarino da Madeira", *Diário de Notícias*, 4 out. 1962; TORRES, Cláudio, "A indústria do açúcar nos alvares da expansão atlântica portuguesa", in *Actas del Segundo Seminario Internacional – La Caña de Azúcar en el Mediterráneo*, Motril, Deportación Provincial de Granada, 1990, pp. 183-206; VASCONCELLOS, Joaquim Ricardo da Trindade e, *Resposta aos Fundamentos do Recurso Interposto perante o Conselho de Estado por S. Magestade a Imperatriz D. Arrelia e Outros do Despacho pelo Qual o Governador Civil Concedeo Licença para a Fundação duma Fabrica de Assucar e de Distilação d'Aguardente na Cidade do Funchal. Pelo Recorrido o Bacharel Joaquim Ricardo de Trindade e Vasconcellos*, Funchal, Imprensa da Revista Judicial, 1867; VERÍSSIMO, Nelson, "No século xv, produtores de açúcar desafiam o senhor da Ilha", *Diário de Notícias, Cidade-Campo*, 7 abr. 1985; *Id.*, "A extinção dos officios de quintadores do açúcar e seus escravões – Uma petição dos moradores e beneficiados de Câmara de Lobos", *Girão*, n.º 8, 1992, pp. 379-382; *Id.*, "Arte de açúcar", *Diário de Notícias, Revista*, 25 maio 1997; VERLINDEN, Charles, "Les débuts de la production et l'exportation du sucre a Madère. Quel rôle y jouèrent les Italiens", in *Studi in Memoria di Luigi del Pane*, Bologna, s.n., 1982, pp. 308-310; VIEIRA, Alberto, *O Comércio Inter-Insular nos Séculos XV e XVI*, Funchal, CEHA, 1987; *Id.*, "Consequências do povoamento e o ciclo do açúcar na Madeira nos séculos xv e xvi", in ALBUQUERQUE, Luís de (dir.), *Portugal no Mundo*, vol. 1, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 212-224; *Id.*, "O regime de propriedade na Madeira: o caso do açúcar (1500-1537)", in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. 1, Funchal, DRAC, 1989, pp. 539-611; *Id.*, "O açúcar na Madeira: produção e comércio nos séculos xv e xvi", in *II Seminário Internacional. Produccion y Comercio del Caña en Epoca Preindustrial*, Motril, s.n., 1993; *Id.*, "O açúcar na Madeira. Séculos XVII e XVIII", in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1993, pp. 325-344; *Id.*, "Água, trabalho e açúcar. O caso da Madeira nos séculos xvi e xvii", in *Actas del Sexto Seminario Internacional. Agua, Trabajo y Azúcar*, Motril, s.n., 1996, pp. 101-146; *Id.*, "Escravos com e sem açúcar na Madeira", in *Escravos com e sem Açúcar. Actas de Seminário Internacional*, Funchal, CEHA, 1996, pp. 93-102; *Id.*, *O Açúcar*, Funchal, Edicarte, 1998; *Id.*, "Les juifs, l'île de Madère et l'expansion culturale et commerciale du sucre dans l'Atlantique", in EADIE, E., *La Route du Sucre du VIII^e au XVIII^e Siècle*, Matouri, Ibis Rouge, 2001, pp. 89-100; *Id.*, "A Madeira e o mercado do açúcar. Séculos XV-XVI", in *História do Açúcar. Rotas e Mercados*, Funchal, CEHA, 2002, pp. 55-89; *Id.*, "A cana-de-açúcar e meio ambiente nas ilhas", *Isleña*, n.º 34, jan.-jun. 2004, pp. 21-34; *Id.*, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira: Séculos XV a XX*, Funchal, CEHA, 2004; *Id.*, "Administração e direitos fiscais no sector açucareiro. Madeira. Séculos XV a XX", in *História do Açúcar – Fiscalidade, Metrologia, Vida Material e Património*, Funchal, CEHA, 2006, pp. 47-76; *Id.*, "A Madeira na história do açúcar e da tecnologia no espaço atlântico", in *XVI Coloquio de Historia Canario-Americana (2004)*, Las Palmas de Gran Canaria, Cabildo de Gran Canaria/Casa de Colon, 2006, pp. 1788-1808; *Id.*, "A civilização do açúcar e a Madeira", in FRANCO, José Eduardo (coord.), *Cultura Madeirense – Temas e Problemas*, Porto, Campo das Letras, 2008, pp. 56-80; *Id.*, e CLODE, Francisco, *A Rota do Açúcar na Madeira*, Funchal, Associação dos Refinadores de Açúcar de Portugal, 1996; WITTE, Charles-Martial de, "La production du sucre a Madère au xv^e siècle d'après un rapport au capitaine de l'île au Roi Manuel I^{er}", *Bulletin des Etudes Portugaises et Bresiliennes*, n.º 42-43, 1981-1986, pp. 79-93; **digital**: VIEIRA, Alberto (org.), *Cronologia. A História das Instituições, Finanças e Impostos*, Funchal, CEHA, 2014: https://ceha.madeira.gov.pt/CEHA/dh/Dh-Edi%C3%A7%C3%B5es/Vol_8 (acedido a 20 abr. 2018); *Id.* (coord.), *Debates Parlamentares. 1821-2010*, Funchal, CEHA, 2014: https://ceha.madeira.gov.pt/CEHA/dh/Dh-Edi%C3%A7%C3%B5es/Vol_4 (acedido a 20 abr. 2018); *Id.*, *O Deve e o Haver das Finanças da Madeira. Finanças Públicas e Fiscalidade na Madeira nos Séculos XV a XXI*, Funchal, CEHA, 2014: https://ceha.madeira.gov.pt/CEHA/dh/Dh-Edi%C3%A7%C3%B5es/vol_1A (acedido a 20 abr. 2018); *Id.*, *Dicionário de Finanças Públicas. Conceitos, Instituições, Funcionários*, Funchal, CEHA, 2014: https://ceha.madeira.gov.pt/CEHA/dh/Dh-Edi%C3%A7%C3%B5es/Vol_5 (acedido a 20 abr. 2018); *Id.*, *Dicionário de Impostos. Contribuições, Direitos, Impostos, Rendas e Tributos*, Funchal, CEHA, 2014: https://ceha.madeira.gov.pt/CEHA/dh/Dh-Edi%C3%A7%C3%B5es/Vol_6 (acedido a 20 abr. 2018); *Id.*, *Livro das Citações do Deve & Haver das Finanças da Madeira*, Funchal, CEHA, 2014: https://ceha.madeira.gov.pt/CEHA/dh/Dh-Edi%C3%A7%C3%B5es/Vol_7 (acedido a 20 abr. 2018).

† ALBERTO VIEIRA

Adelaide de Inglaterra

Adelaide foi a Rainha consorte do Reino Unido e de Hanover pelo seu casamento com Guilherme IV de Inglaterra em 1818, do qual enviuvou em 1837.

Nasceu a 13 de agosto de 1792 em Meiningen, na Turíngia, Alemanha, filha de Jorge I, duque de Saxe-Meiningen, e de Luísa Leonor de Hohenlohe-Langenburg. A 11 de julho de 1818, casou-se com Guilherme, duque de Clarence, filho de Jorge II de Inglaterra, tornando-se Rainha consorte após a ascensão de Guilherme ao trono em 1830, sucedendo a seu irmão mais velho, Jorge IV. As tentativas de Adelaide produzir um herdeiro ao trono foram sempre complicadas, culminando em abortos ou crianças que pouco sobreviveram depois do parto. Ao contrário do marido, que desprezava as cerimónias religiosas, Adelaide levava-as muito a sério, sendo louvada pela dignidade, a serenidade e a graciosidade com que participava nelas. Era amada pelo povo britânico pela sua piedade, modéstia, caridade e pelo seu trágico historial de gravidez. Apesar da sua



Retrato da Rainha Adelaide em 1831, óleo de William Beechey, Londres.

própria incapacidade de gerar um herdeiro, e da manifesta hostilidade entre o Rei e a cunhada, a duquesa viúva de Kent, Adelaide foi sempre bondosa e gentil para com a sobrinha, a futura Rainha Vitória.

Adelaide era também descrita como puritana e moralista, recusando-se a ter na corte mulheres de duvidosa virtude, e proibindo os decotes, que haviam estado muito em voga nos tempos de Jorge IV. Embora em público fosse discreta e não se manifestasse politicamente, tentou por vezes influenciar o marido, sendo declaradamente conservadora. Com a morte de Guilherme IV, a 20 de junho de 1837, Adelaide tornou-se a primeira Rainha viúva desde Catarina de Bragança, tendo sobrevivido 12 anos ao marido.

Em 1847, em atenção ao seu precário estado de saúde, foi aconselhada pelos médicos, como último recurso, a passar o inverno num clima temperado, e escolheu a Madeira. Era então governador civil do distrito do Funchal José Silvestre Ribeiro, que preparou à visitante uma brilhante recepção. A fragata da marinha de guerra britânica *Howe* ancorou no porto do Funchal na tarde do dia 1 de novembro de 1847, sendo recebida por salvas de canhão do forte e da cidade, assim como de um brigue português que se encontrava ao largo. A comitiva real, composta por sua irmã, a duquesa Ida, pelo príncipe Eduardo e pelas princesas de Saxe-Weimar, seus sobrinhos, foi recebida na praia, pelas 14.00 h, por cerca de 4000 pessoas em ambiente festivo. O caminho por onde passariam foi coberto de flores e ramos de mirtilo, sendo cumprimentados pela população com o maior respeito. Após visitar o aposento que lhe havia sido preparado, a cerca de meia milha da praia, a Rainha voltou para o *Howe*, jantando e dormindo a bordo. No dia seguinte, desembarcou na Pontinha, e ali recebeu a homenagem de todas as autoridades locais, que a acompanharam à sua residência, para onde foi de liteira e as outras senhoras em palanquins. A comitiva compunha-se da dama de honor Miss Seymour, dos camaristas Cor. Cornwall e esposa, do capelão, o Rev. G. F. Hudson, do médico,

o Dr. David Davis, do secretário e esmoler, T. T. Bedford, do secretário do duque, M. Hartey, e de 32 criados. O seu cunhado Bernardo, duque de Saxe-Weimar, e o sobrinho Gustavo juntar-se-lhe-iam em meados desse mês. A Rainha instalou-se na Qt. das Angústias, então propriedade da família Monteiro, transformada temporariamente em paço real.

Apesar de se encontrar num estado de total invalidez, levando uma vida de absoluto retiro, a sua caridade não cessou. A 4 de janeiro de 1848, ofereceu ao governador civil do Funchal um cheque de 100 libras para ajudar os pobres, sendo por várias vezes contactada durante a sua estadia com vista à obtenção de contributos monetários e doações. José Silvestre Ribeiro alertou-a, com sucesso, para a importância da ponte do Ribeiro Seco, que então se encontrava em construção na Estrada Monumental. A Rainha pretendeu mesmo custear a conclusão da ponte, mas a importância era tão grande que acabou por renunciar ao seu primitivo desejo, limitando-se a conceder um subsídio avultado por intermédio do cônsul britânico, Henry Veitch. Foi igualmente contactada pela comunidade presbiteriana da Ilha, com vista à obtenção de fundos para a construção da sua igreja, vendo-se, neste caso, impedida de ajudar, devido à adesão desta comunidade à Igreja Livre Escocesa em 1843. A Rainha e a real comitiva contam-se ainda entre os beneméritos da escola Lancasteriana de Raparigas, fundada no Funchal pela família Phelps.

Após cinco meses de permanência na Ilha, embarcou no dia 11 de abril de 1848 no mesmo navio que a conduzira à Madeira, conservando as mais gratas recordações dos dias que passara, como atesta a peça de prata em forma de serpentina, primorosamente lavrada, que enviou ao conselheiro José Silvestre em 1849, tendo gravada a inscrição: "Presented to his Excellency Senhor José Silvestre Ribeiro H. M. Majesty's Counsellor and Civil Governor of the Province of Madeira. In grateful recollection of his civility and kind attention during her residence in Madeira by A. R. [Oferecida a S. Ex.^{cia} o Sr. José Silvestre Ribeiro, conselheiro de Sua Majestade e governador civil

da província da Madeira, em grata recordação da sua cordialidade e amabilidades durante a sua residência na Madeira, por A. R.]”. A peça apresenta, num dos lados, a coroa real inglesa e, no outro, o nome da Rainha Adelaide.

A estadia na Madeira não parece ter surtido qualquer efeito na saúde de Adelaide e, no Outono de 1849, era evidente que a Rainha estava a morrer, nunca abandonando o seu quarto do priorado de Bentley, num estado de saúde extremamente debilitado. Adelaide expirou a 2 de dezembro desse mesmo ano, sendo sepultada na capela de S. Jorge em Windsor. A cidade de Adelaide, capital da Austrália do Sul, foi nomeada em sua honra aquando da sua fundação em 1836.

Bibliog.: impressa: ALLEN, W. G., *King William IV*, London, Cresset Press, 1960; “Arrival of Her Majesty the Queen Dowager at Madeira”, *The Illustrated London News*, 20 nov. 1847, p. 325; DESMOND, G., *The Beneficent Usurpers: A History of the British in Madeira*, London, Associated University Press, 1988; GOUVEIA, C. F., *Phelps – Percursos de Uma Família Britânica na Madeira de Oitocentos*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; GREVILLE, C., *The Diaries of Charles Greville*, London, Pimlico, 2005; SANDARS, M. F., *The Life and Times of Queen Adelaide*, London, S. Paul & Co., 1915; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978; ZIEGLER, P., *King William IV*, London, Collins, 1971; **digital:** CARITA, R., “Quinta Vigia/Quinta das Angústias/Presidência do Governo regional”, *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*, 1999: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6987 (acedido a 30 nov. 2015); *Id.*, “UMa – CET Património Cultural – História da arte e do património – Aula n.º 28”, *Arquipelagos*, 2012: http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/newlayout.php?itemmenu=12&mode=aulas&aula=205&cur=13&texto=6992&n_texto=33, 2012 (acedido a 30 nov. 2015).

PAULO PERNETA

Adème (pseud.)

↗ Meneses, Albino de

Adjacência

De uma perspetiva etimológica, o vocábulo adjacência remete-nos de imediato para o(s) significado(s) de região vizinha e de proximidade. É, aliás, com este sentido que se pode encontrar já registado, referindo-se ao espaço madeirense, em diversos textos e documentos, alguns deles com carácter formal, datados do final do séc. XVIII e da primeira década do séc. XIX. Contudo, a adjacência da Madeira só se realiza pela primeira vez na sua dimensão

jurídica e institucional no art.º 20.º da primeira Constituição portuguesa, aprovada a 23 de setembro de 1822. Esta nomenclatura persistiu depois, direta ou indiretamente, enquanto conceito definidor de pertença e do exercício da soberania, até 1974/1976, neste último caso, sustentado na Constituição de 1933 (arts. 1.º e 124.º), passando pela Carta Constitucional de 1826 (art. 2.º) e pelas constituições de 1838 (art. 1.º) e republicana de 1911 (arts. 1.º e 9.º). Só na Constituição de 1976 é que desaparecem as referências às ilhas adjacentes, passando então o arquipélago da Madeira a constituir-se enquanto Região Autónoma, dotada de estatuto político-administrativo próprio (arts. 6.º e 227.º a 236.º).

Depois do vendaval napoleónico, cujas repercussões se estenderam ao mundo Atlântico e ao espaço ibero-americano, o primeiro triénio liberal português (1820-1823) representou a ascensão de uma nova realidade política e institucional no seio da monarquia portuguesa, que se fez constitucional e parlamentar.

O processo de construção da nova monarquia constitucional, porém, não foi pacífico, e, em última instância, em 1820, inaugurou-se um período, de pelo menos três décadas, durante o qual a sociedade portuguesa viveu em permanente e multifacetado conflito. A esta conflitualidade não escapou a Madeira, que depois de ter sido ocupada (1801) e tomada (1807) pelas tropas britânicas, durante as guerras napoleónicas, também viu nascer e desenvolver-se, durante as duas primeiras décadas do séc. XIX, devido a múltiplos fatores, a ideia de autonomia, com o sentido e a dimensão contemporânea, de que somos herdeiros.

Concluída a guerra, expulsos os franceses da península Ibérica, retiradas as tropas britânicas da Ilha, mas permanecendo no reino, continuando a corte portuguesa no Rio de Janeiro, levantou-se também, pela primeira vez, a questão da adjacência do arquipélago, que se tornou ainda mais premente após o eclodir do movimento liberal (em agosto-setembro de 1820), no Porto e em Lisboa, e depois da formação da Junta do Supremo Governo, que assumiu os destinos da nação. Uma nação que

era, recorde-se, desde 1816, o Reino Unido de Portugal e do Brasil e que, na perspectiva dos liberais portugueses, após agosto de 1820, devia voltar a ter no reino (de Portugal) a sua metrópole e em Lisboa a sua capital.

Foi neste panorama geral, de conflito aberto entre os reinos de Portugal e do Brasil, de instabilidade interna, e numa conjuntura internacional de hegemonia britânica, que na Madeira se levantaram as questões da autonomia e da adjacência (e, inclusive, também da independência). O arquipélago aderiu à causa liberal na sequência do pronunciamento que teve lugar no Funchal a 28 de janeiro de 1821, depois de vários dias em que tiveram lugar diversas manifestações, públicas e privadas, inclusive junto de algumas forças armadas, para além da redação de documentos, com o intuito de se congregarem apoios, no sentido de proclamar a adesão ao novo sistema político em vigor no reino.

No Funchal, extremam-se as posições entre as fações e é também por esta altura que Henry Veitch, o cônsul britânico, lança um alerta, junto do Foreign Office, salientando que a falta de notícias oficiais do Brasil estava a potenciar a instabilidade política, afirmando mesmo que os acontecimentos poderiam tomar um rumo inesperado, desfavorável aos interesses britânicos. Em abril de 1821, chegam ao Funchal duas fragatas da Royal Navy com o propósito anunciado de proteger os residentes britânicos.

Persistindo no Funchal a incerteza quanto à atitude que o monarca iria adotar (então no Brasil, de onde só sairia a 25 de abril), não existiam muitas dúvidas, entre as autoridades, de que a maior parte da população insular madeirense continuava a ser-lhe leal, pelo que, numa situação extrema, seguiria o caminho escolhido pela corte do Rio de Janeiro.

Entretanto, chegara a informação de que o Soberano Congresso decretara que o Rei não poderia desembarcar sem aceitar as Bases da Constituição; e o governador recebera ordens para impedir que o monarca o tentasse fazer na Ilha. O que se temia, portanto, era aquilo que poderia suceder se D. João VI não aceitasse as

imposições das Cortes e, mais do que isso, tentasse desembarcar no Funchal, uma hipótese que já durante o segundo semestre de 1820 se colocara.

Daí a necessidade imperiosa de evitar que se registassem distúrbios graves após as eleições (realizadas no fim de março), de garantir que todos os deputados eleitos seriam aceites pelos poderes insulares e locais, de seguir de perto o juramento das Bases da Constituição (que decorreu no Funchal a 14 de abril), e de evitar quaisquer reações fraturantes quando se conhecesse a resposta do Rei às exigências das Cortes Constituintes (independentemente do seu teor).

Na verdade, em Londres, era cada vez mais evidente a necessidade de dar alguns sinais claros no sentido de fazer entender que o Governo britânico não reconheceria e opor-se-ia mesmo a qualquer tipo de projeto político cujo objetivo fosse (re)estabelecer uma relação de proximidade ou de unidade entre a Madeira e os movimentos de cariz liberal, que também estavam a emergir no Brasil (desde fevereiro) e já se tinham estendido aos Açores (São Miguel, a 1 de março). Ou seja, era necessário (re)afirmar que não seriam admitidos desvios aos compromissos de união (*i.e.*, de adjacência) da Madeira ao reino que o 28 de Janeiro tinha (re)estabelecido, e, em simultâneo, demonstrar às várias fações que a Ilha estaria sempre sob o olhar atento do Governo britânico, para se evitarem quaisquer investidas provenientes do Brasil, tendo presente quer o dec. de 4 de fevereiro (pelo qual D. João VI anuíra à Constituição), quer o facto de, no espírito e na ação das autoridades portuguesas (de Lisboa ao Rio, passando pelo Funchal), continuar a prevalecer a ideia transatlântica de um Reino Unido de Portugal e do Brasil, hipótese que já não fazia qualquer sentido nos planos da Inglaterra.

Não foi por acaso, portanto, que o Gov. Sebastião Xavier Botelho, zeloso, alertou a regência para a situação, pedindo que esta atentasse nas circunstâncias da Ilha, que considerava estar “boiando” no Atlântico. O verbo dispensa mais palavras e reflete as dúvidas e incertezas

que se continuavam a sentir em relação ao rumo dos acontecimentos, num momento em que o tabuleiro atlântico já era demasiado grande para as reais capacidades de Portugal. Daí o seu lamento, por não ter ainda recebido do Governo do reino quaisquer instruções sobre o modo como se deveria conduzir na governação da Ilha, falta que o impedia de poder fazer frente às fações.

Note-se que Xavier Botelho, naquelas circunstâncias, ao reclamar a necessidade de a Regência tomar providências, estava também a deixar em aberto a hipótese de a Inglaterra, perante o impasse, poder conceder apoio a certos sectores, os quais, mesmo sendo minoritários e desfavoráveis à viragem para um dos lados do Atlântico, estavam propensos, desde que se sentissem apoiados, a seguir a via da independência e/ou da aproximação política à Coroa britânica. Foi por esta altura que Crisóstomo de Macedo (conotado com os anticonstitucionais, figura de referência da chamada facção apostólica e articulista de *O Patriota Funchalense*), secundado, aliás, pelo encarregado de negócios de Portugal em Londres, o madeirense João Francisco de Oliveira, chegou a considerar que se estava a assistir a uma cabala britânica, que teria o objetivo de subtrair a Ilha à Coroa portuguesa.

A posição da Regência, mesmo depois do 28 de Janeiro, foi quase sempre de prudência, uma cautela que se impunha, antes de mais, como já referimos, por se temer que a Ilha pudesse funcionar como base e alavanca para qualquer movimento de resistência da corte brasileira. Em parte, foi esta desconfiança que contribuiu para que o governador não fosse afastado de uma forma prematura e para que, também do lado da Regência (embora por motivos diversos dos de Xavier Botelho), não houvesse muito interesse em promover uma melhoria substancial das condições de defesa, pelo menos enquanto o Monarca não se decidiu em relação às exigências feitas pelas Cortes Extraordinárias. Só depois desta questão se resolver – entenda-se: de um modo satisfatório para o poder instalado em Lisboa – deixaram de existir os motivos que tinham levado à

manutenção de Xavier Botelho no cargo, pelo que, o seu afastamento, em meados de maio de 1821, só terá causado surpresa ao próprio, que apenas tomou conhecimento formal da mudança com a chegada do seu sucessor, António Manuel de Noronha, que passou a assumir o título de governador da Província da Ilha da Madeira (e nisto foi o primeiro), embora mantendo alguns dos atributos de governador de armas. Um governador que, acrescentando-se, concordava com as opiniões de Crisóstomo Macedo e Francisco de Oliveira a respeito da (perniciosa) influência britânica a que atrás fizemos referência.

Neste quadro, também não pode passar sem referência a reação de D. Luís de Sousa Coutinho, embaixador de Portugal em Londres, depois de receber as notícias sobre a adesão da Madeira à causa do reino, tendo então qualificado o acontecimento como um mau exemplo, embora optando por colocar a tónica nos reflexos financeiros (negativos) que a perda da Ilha iria representar, por piorar o estado em que se encontravam os representantes de Sua Majestade nas cortes europeias. Afirmava-o por saber que uma parte considerável do seu financiamento provinha das remessas mensais enviadas pela Junta da Fazenda da Madeira, cuja falta iria prejudicar o serviço diplomático.

Foi neste contexto, sem poder contar com a cooperação dos magistrados e queixando-se da falta de legislação e de poder, que Manuel de Noronha optou por sugerir a sua própria demissão, fundamentando-a no desejo, note-se, de que a Ilha não se separasse do restante reino, sobretudo enquanto ele a governasse. Por isso, em meados de junho de 1822, quando ainda nem sequer tinha completado dois meses no exercício de funções, já estava a sugerir que o Governo e o Soberano Congresso agissem com rapidez na sua substituição, temendo as consequências da demora.

A importância desta questão revela-se no facto de ter sido um tema abordado em Lisboa, no Funchal, em Londres e no Rio de Janeiro, e de ter ganhado depois uma expressão (e resolução) concreta na Constituição de 1822, onde surge, pela primeira vez, formalmente

e em relação ao reino, o conceito jurídico (inédito) de “Ilhas Adjacentes”, com o qual se procurava reabilitar e garantir para o Reino de Portugal a posse inequívoca dos arquipélagos madeirense e açoriano; nomenclatura muito significativa, que os assumia enquanto pertença inegável e inseparável da nação portuguesa na Europa.

Bibliog.: CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. vi, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2003; RODRIGUES, Paulo Miguel, *A Madeira entre 1820 e 1842: Relações de Poder e Influência Britânica*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; *Id.*, “A Madeira durante o primeiro triénio liberal (1820-1823): autonomia, adjacência ou independência?”, in REBELO, Helena (coord.), *Lusofonia: Tempo de Reciprocidades. Actas do IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, vol. II, Porto, Afrontamento, 2011, pp. 451-463; *Id.*, “Da autonomia na Madeira: uma proposta de reapreciação da sua génese e desenvolvimento durante a primeira metade do século XIX”, in MENESES, Avelino de Freitas de (coord.), *Das Autonomias à Autonomia e à Independência. O Atlântico Político entre os Séculos XV e XXI*, Ponta Delgada, Letras Lavadas, 2012, pp. 153-177; *Id.*, *Estudos sobre o Século XIX na Madeira: Política, Economia e Migração*, Funchal, Imprensa Académica, 2015; SARMENTO, Alberto Artur, *Corografia Elementar do Arquipélago da Madeira*, 2.ª ed., Funchal, Typ. Esperança, 1936.

PAULO MIGUEL RODRIGUES

Administrador do concelho

A instituição do cargo de administrador do concelho foi uma das particularidades do dec. de 18 de julho de 1835, que estabeleceu a nova divisão administrativa do “reino de Portugal e ilhas adjacentes”, na sequência da implantação definitiva da monarquia constitucional. Pelo dec. de 12 de setembro desse mesmo ano, era estabelecido o distrito administrativo da Madeira e Porto Santo, tendo como capital a cidade do Funchal. Esse distrito foi dividido em concelhos e estes em freguesias. No início de novembro de 1835 foram nomeados os primeiros administradores de concelho na Madeira.

Figura distinta do presidente do município, o administrador do concelho era o representante dos interesses do Estado no espaço concelhio, e a sua nomeação era da responsabilidade do poder central. Esteve presente na codificação administrativa do séc. XIX e da Primeira República, sendo apenas extinto no período do Estado Novo, em concreto, no âmbito do Código Administrativo de 31 de dezembro de 1936. O processo de nomeação deste magistrado assentava,

de acordo com o art. 52.º do dec. de 18 de julho de 1835, na elaboração de uma lista de elegíveis, em paralelo com a das eleições municipais, da qual o rei escolhia um nome. Essa nomeação seria válida por dois anos, podendo haver reeleição (art. 53.º). O administrador do concelho tinha direito a receber uma gratificação, paga pela receita municipal (art. 55.º) e só podia ser demitido mediante decreto assinado pelo rei (art. 54.º). O Código Administrativo de 1842 específica, no seu art. 257.º, que essa gratificação era arbitrada e paga pela câmara municipal, e que o administrador do concelho tinha direito a cobrar os emolumentos previstos na legislação. Uma importante alteração, no acesso ao cargo, foi introduzida pelo Código Administrativo de 1878, a saber: a condição de possuir um curso superior, sendo que, na falta de pessoas habilitadas, poderia ser nomeado um indivíduo com a instrução secundária (art. 197.º).

As atribuições do administrador do concelho relacionam-se com a sua função de representante do governo central no espaço concelhio, com capacidade para atuar no domínio das suas atribuições específicas e naquelas que não estivessem especialmente atribuídas a outras autoridades e funcionários presentes na circunscrição do concelho. Genericamente, constata-se que as atribuições do administrador do concelho eram garantir a correta execução das ordens, instruções e dos regulamentos transmitidos pelo governador civil do distrito, em nome do interesse geral do Estado. Especificamente, as funções deste magistrado abrangiam seis grandes áreas, a saber: a polícia preventiva e a moral pública; a fazenda pública; o recrutamento e o recenseamento da população; o registo civil; o registo de passaportes; e o ensino público.

O art. 59.º, § 4, do dec.-lei de 18 de julho de 1835 atribuiu ao administrador do concelho a superintendência e a vigilância diária de tudo que se reportasse à polícia preventiva. Em concreto, a inspeção das prisões, das casas de detenção e de correção; a aplicação das leis e dos regulamentos sobre a concessão de licenças para o uso de armas; e o cumprimento das leis e dos regulamentos relativos à

mendicidade. Já na esfera da polícia municipal, competia ao administrador do concelho a prevenção e/ou repressão dos atos perturbadores da ordem pública; a implementação de medidas de auxílio às populações em situação de calamidade, assim como a adoção de medidas sanitárias, tanto de prevenção como de tratamento de doenças infetocontagiosas; e, por último, a atuação contra os infratores das leis e posturas municipais, entregando-os ao poder judicial para o respetivo julgamento e punição. No âmbito do auxílio ao poder judicial, o administrador do concelho tinha a faculdade de prender ou mandar prender qualquer cidadão em flagrante delito e formar os respetivos autos de averiguação dos factos. A repressão dos atos ofensivos dos bons costumes e da moral pública era a outra área de atuação do administrador do concelho dentro da polícia preventiva.

No domínio da fazenda pública, competia-lhe o exercício da fiscalização no lançamento, na repartição e na cobrança dos impostos, nomeadamente, das contribuições diretas, e o auxílio dos empregados encarregues desta função. O art. 247.º do Código Administrativo de 1842 refere a obrigação do administrador do concelho de fazer a inscrição e relação de todos os bens e rendimentos que, dentro da circunscrição concelhia, pertencessem à fazenda pública. Em conformidade com as leis vigentes, devia proceder ao apuramento do recrutamento para o exército, de acordo com o recenseamento e mapa da população remetido pela câmara municipal que, por seu turno, era realizado sob direção do próprio administrador do concelho.

O registo civil, uma das grandes reformas introduzidas pelo liberalismo, revelou-se um dos aspetos onde foi particularmente notória a atividade deste magistrado. Com efeito, competia-lhe a escrituração e guarda dos livros de nascimento, casamento e óbito dos moradores do concelho, constituindo a sua assinatura a legitimação da autoridade pública perante esses momentos da vida dos indivíduos. Pelo Código Administrativo de 1842, ficou sob a sua alçada o registo de escrituras de

doação, o registo de hipotecas e o registo de testamentos (art. 254.º). A regulação do movimento populacional era outra das competências atribuídas pela legislação da monarquia constitucional, cabendo ao administrador do concelho a concessão de passaportes e a emissão de bilhetes de residência, matérias sobre as quais devia dar a devida informação ao governador civil do distrito.

Finalmente, o ensino público. Pertencia-lhe a fiscalização e superintendência das escolas públicas existentes no perímetro concelhio financiadas pelo Estado ou pelos municípios, assim como a inspeção-geral das escolas particulares. Na sua relação com os demais poderes sedeados no espaço concelhio, o administrador do concelho revelou a sua preponderância, pois a legislação conferiu-lhe, a partir do Código Administrativo de 1878, a faculdade de zelar pelo cumprimento de todas as atribuições da câmara municipal e das juntas de paróquia, dando parte ao governador civil das situações anómalas (art. 207.º, § 7). Por seu turno, o Código Administrativo de 1886 pormenoriza essa relação tutelar, dado que ficava atribuída ao administrador do concelho a prerrogativa de remeter ao governador civil as contas de gerência de todas as corporações administrativas para serem, posteriormente, enviadas ao tribunal de contas (art. 241.º, § 7). De igual importância foi a faculdade de o administrador do concelho poder transmitir ao governador civil as deliberações das câmaras municipais e das juntas de paróquia, uma realidade que o Código Administrativo de 1896 iria consagrar ao determinar a obrigatoriedade do administrador do concelho assistir sempre às sessões das câmaras municipais com a finalidade de verificar o cumprimento de decisões respeitadoras do interesse público.

O regime republicano, pelo decreto com força de lei de 13 de outubro de 1910, ordenou a adoção do Código Administrativo de 1878 enquanto não fosse elaborada uma nova codificação. Contudo, tal não se verificou no decurso deste regime, que somente registou a promulgação da lei n.º 88 de 1913, constituindo uma

mera proposta de codificação administrativa a implementar num futuro próximo. Esta lei foi omissa em relação à figura do administrador do concelho. Contudo, a sua presença continuou a ser registada na vida administrativa municipal, desempenhando, com maior ou menor notoriedade, as funções que lhe tinham sido outorgadas pela legislação administrativa oitocentista.

Bibliog.: *Código Administrativo Aprovado com Decreto com Força de Lei de 17 de Julho de 1886*, Porto, Livraria Gutenberg, 1886; *Código Administrativo Aprovado por Lei de 4 de Maio de 1896*, 8.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925; *Código Administrativo. Nova Edição Oficial. Anotado. 18 de Março de 1842*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865; *Código Administrativo Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836; *Colecção de Leis e Outros Documentos Oficiais Publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, 4.ª sér., Lisboa, Imprensa Nacional, 1837; *Legislação da República Portuguesa. Ano I*, vol. I, Porto, Biblioteca Jurídica, 1910; OLIVEIRA, César, "A República e o centralismo administrativo mitigado", in *História dos Municípios e do Poder Local. Dos Finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 259-264; SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, "O município e o Estado liberal. Novas perspectivas", in *O Município no Mundo Português. Seminário Internacional*, Funchal, CEHA, 1998, pp. 147-155; SOUSA, Ana Madalena Trigo de, "A elite municipal do Funchal, Ponta do Sol e Porto Santo: Identificação e perfil sócio-económico (1834-1878)", *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 1, 2009, pp. 515-657; *Id.*, "O município do Funchal durante a I República: uma análise financeira", *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 4, 2012, pp. 66-106.

ANA MADALENA TRIGO DE SOUSA

Administrador-geral

A primeira denominação que o chefe de distrito vem a utilizar na época liberal é a de prefeito, dado que a organização liberal portuguesa apresentava, inicialmente, uma certa influência da administração francesa. A denominação de prefeito, com que se apresentou no Funchal o coronel de engenharia Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (1792-1847), no entanto, não resistiria ao tempo e o segundo chefe do distrito do Funchal já veio com a nova designação de administrador-geral, nome utilizado na segunda reforma administrativa liberal, de acordo com a lei de 25 de abril de 1835 e, depois, com o código administrativo de Passos Manuel, de 31 de dezembro de 1836. Este código manteve-se até à reforma de Costa Cabral desenhada em 1842, embora implantada só depois, em 1845 e 1846, reforma que criou a designação de governador civil, que perduraria até à Revolução de Abril de 1974.

O primeiro administrador-geral foi António Gamboa e Liz (1778-1870), nomeado por carta régia de 7 dezembro de 1835, com o ordenado de um conto e seiscentos mil réis, por portaria do presidente do tesouro público de 19 de fevereiro de 1836. Tomou posse a 14 de maio, tendo vindo no brigue de guerra *Tejo*, com quatro dias de viagem de Lisboa. O seu vencimento seria aumentado para dois contos de réis por portaria de 19 de julho de 1836. As alterações ao ordenado e a especificação das funções vão depois surgir com a lei de 3 de maio de 1845 e o regimento de 16 de julho de 1846, mas já com a designação de governador civil.

Não deixam de ser interessantes os avanços e recuos das denominações do chefe do distrito na legislação liberal, pois que o conde de Carvalhal da Lombada, João de Carvalhal Esmeraldo (1778-1837), na sua passagem pontual pelo lugar, entre outubro e dezembro de 1835, usou logo o título de governador civil, de acordo com a legislação de abril de 1835. O seu sucessor, Gamboa e Liz, veio a utilizar o de administrador-geral, que se manteria, então, durante mais algum tempo.

Em 1838 tomaria posse como administrador-geral o brigadeiro José da Fonseca e Gouveia (1792-1863), barão de Lordelo, datando do início da década de 40 o uso da designação de governador civil, tendo o Dr. Domingos Olavo Correia de Azevedo (1799-1855) começado o seu mandato como administrador-geral, em 1841, mas pedido a sua exoneração já como governador civil, de acordo com o regimento de 1842, implantado em 1845, acima citado. Na sua vaga, o futuro comendador Valentim de Freitas Leal utilizou igualmente a denominação de governador civil, embora interino.

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Governo Civil, liv. 92, fl. 1; liv. 192, fl. 227v.; AHM, 3.ª div., 7.ª sec., Processos Individuais, Barão de Lordelo, cx. 724; *Ibid.*, Luís da Silva Mousinho de Albuquerque, cx. 924; **impresa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. VII, Funchal, Secretaria Regional da Educação/Universidade da Madeira, 2008; CRUZ, Mário Pinho da (coord.), *Dos Secretários de Estado dos Negócios da Fazenda aos Ministros das Finanças (1788-2006): Uma Iconografia*, Lisboa, Ministério das Finanças, 2006; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Tip. Esperança, 1940-1946.

RUI CARITA

Adolescência

A adolescência é a fase da vida humana que engloba maior variedade de modificações a nível genético, emocional, intelectual e físico. Todas estas mudanças não acontecem isoladas do meio ambiente em que os adolescentes nascem, crescem e atingem a vida adulta. O desenvolvimento do ser humano não é igual para todos os jovens. Uns despertam mais cedo para o mundo, que lhes aparece agora sob outra perspectiva, e outros tardam a aceitar essas mudanças.

O crescimento físico e intelectual está interligado com o grau de estímulos e com o próprio código genético do jovem. É difícil definir a rapidez com que ocorrem as transformações neste período da vida. Os fatores geográficos são também considerados nesta análise sobre a adolescência. Sabemos que os jovens sofrem a influência do ambiente que os rodeia. Deste modo, um adolescente que nasça numa ilha remota e um outro que nasça numa capital desenvolvida terão diferentes perspectivas da realidade, e a forma como se desenvolvem revelar-se-á nos jovens adultos em que irão transformar-se.

As variáveis que contribuem para um comportamento progressivo ou regressivo do jovem são imensas e estão interligadas com fatores sociológicos, educacionais, genéticos, cognitivos e emocionais. A própria personalidade vai ajudar neste processo. Os jovens tímidos, introvertidos e que sentem dificuldade em integrar-se socialmente no espaço que os rodeia tendem a sofrer muito neste período de transformação. Na escola, não são comunicativos nem expansivos na forma de estar e de ser. Embora possam ser extremamente inteligentes e obter bons resultados escolares, a sua personalidade influencia o seu desenvolvimento e a sua integração social. Um jovem extrovertido, com autoestima elevada, integra-se com facilidade no recinto escolar. Os outros jovens sentem-se atraídos pela sua popularidade e isso oferece-lhe mais oportunidades de experienciar novas coisas.

A década que compreende a faixa etária dos 10 aos 20 anos é talvez a mais reveladora do ser

humano. É a fase em que o jovem deixa para trás todos os sinais próprios da infância e adquire uma consciência do ser. Essa revelação nem sempre é explícita, e na maior parte das vezes é perturbadora para o jovem e para os pais. Nesta fase, as descobertas, as percepções, as emoções e os amigos ocupam grande parte do espaço mental do adolescente.

No que concerne à educação na Ilha, há dados que indicam que, na Idade Média, estudavam apenas aqueles que pretendiam ter uma carreira eclesiástica. O ensino estava circunscrito ao clero, e tanto assim era na Ilha como no continente. A língua utilizada para ministrar os ensinamentos era o latim. No séc. XVI, há dois nomes importantes a referir: Manuel Álvares e Baltazar Dias. O primeiro é uma referência no ensino, foi o autor da gramática adotada pelas escolas jesuítas, e o segundo é relevante pelos trabalhos poéticos. Ainda nesta época, os ensinamentos eram dados nas igrejas, nomeadamente na Sé do Funchal, nos conventos, nas escolas de paróquia e nas casas de nobres e burgueses que pagavam a professores particulares para ter acesso ao conhecimento. Difundia-se o saber com base nas leituras sagradas e ensinava-se as disciplinas do *trivium*: gramática, retórica e dialética.

No decorrer deste século, devido ao progresso, ao desenvolvimento mercantil e ao aumento de cargos públicos, verificou-se uma maior procura de ensinamentos e dos mestres de ler, pois eram estes que detinham o conhecimento. Em 1566, surge o seminário diocesano e, em 1570, o Colégio S. João Evangelista. Estas duas instituições foram as primeiras a promover um ensino regular na Ilha. Os alunos que frequentavam estas instituições eram jovens provenientes de famílias abastadas, que podiam pagar os estudos. Havia um nítido elitismo, que se refletia no comportamento e na educação dos adolescentes que provinham de classes sociais diferentes.

Em 1750, surge o movimento iluminista, que veio revolucionar o ensino. Os ensinamentos jesuítas foram banidos e nasceu um novo método de ensino. Em 1768, as práticas do

ensino já continham as aulas de geometria e de desenho.

Em 1881, desembarcou na Madeira Mary Jane Wilson, uma inglesa que contribuiu para o combate ao analfabetismo da época fundando várias escolas primárias gratuitas: na Santa do Porto Moniz, no Arco de São Jorge, em Santana, no Santo da Serra e em Machico. Esta abertura ao ensino veio permitir que todos os jovens, independentemente do estrato social, pudessem ter acesso ao saber, que até então era restrito a um número limitado de pessoas. Em 1910, as escolas por ela fundadas já contavam com 800 alunos. Aos 76 anos, mudou-se para Câmara de Lobos e fundou uma escola primária no antigo Convento de S. Bernardino, vindo aí a falecer a 18 de outubro de 1916. O saber propagava-se e, em 1848, havia já 33 escolas na ilha da Madeira.

O ensino não era exclusivamente oficial, o que permitiu, em 1819, a criação de uma escola lancasteriana por Joseph Phelps, e, em 1838, também Robert Kalley criou uma escola, que acabou por não ter muito sucesso devido às acusações que lhe eram feitas, de fazer propaganda partidária.

Na cidade do Funchal, existiam algumas escolas do ensino primário, inclusivamente a Escola do Vintém, que tinha a particularidade de ministrar ensinamentos a alunos pobres. Em 1889, apareceu uma escola de desenho industrial, a qual foi denominada, em 1897, Escola Industrial. Nesta escola, formaram-se artesãos e especialistas em bordado Madeira.

Em 1952, nasceu o Plano de Educação Popular e a Campanha Nacional de Educação de Adultos. A intenção primordial era reduzir o analfabetismo e aumentar a escolaridade obrigatória para quatro anos. Em 1920, a taxa de analfabetismo era de 71 % e, em 1960, já tinha baixado para 33 %. Um outro aspeto importante foi o facto de se ter criado dois colégios em dois concelhos rurais, São Vicente e Machico, o que permitiu aos jovens das áreas rurais terem acesso ao ensino secundário.

Apesar do esforço na promoção do ensino, a Ilha continuava a sofrer um isolamento bastante significativo. Os habitantes da Ilha, e os

jovens em particular, viam-se privados de influências externas. A primeira transmissão televisiva ocorreu no ano de 1972, quanto no continente já existia transmissão televisiva desde 1957. O atraso cultural dos adolescentes que habitavam a Ilha, em comparação com os adolescentes do continente, era significativo.

Apesar de todos os esforços, foi com o 25 de Abril, uma revolução política, social e educacional, que o combate ao analfabetismo foi mais expressivo. Os anos após o 25 de Abril foram fundamentais para a implementação de novas regras na sociedade e nas instituições responsáveis pela transmissão do saber. As escolas sofreram transformações tanto a nível curricular como a nível da atitude dos professores, que tinham agora a possibilidade de se expressar sem opressão. A eliminação da censura, experienciada nos anos antes do 25 de Abril, permitiu a liberdade de expressão que já não existia há 40 anos em Portugal. Assim, os Portugueses (re)ganharam a possibilidade de ter pensamento crítico, de falar, de escrever e de opinar sobre todos os aspetos da vida social portuguesa. Este ambiente de liberdade fez-se sentir na nova juventude democrática, o que se refletiu nos hábitos sociais e nos temas debatidos. As instituições de ensino aumentaram consideravelmente, bem como o número de creches e de infantários, havendo assim uma alteração na rotina familiar. Os avós e os pais passaram a dividir a educação da criança com os profissionais do ensino, permitindo à criança ter um melhor desenvolvimento e uma maior interação social. Esta mudança implicou profundas alterações nas gerações seguintes.

Nos anos 90, houve novas linhas de orientação e o ensino pré-primário ficou sob a tutela do Estado. Houve mudanças significativas nas escolas secundárias, especialmente na gestão das mesmas, que passaram a ser geridas por conselhos de gestão eleitos democraticamente. A educação dos adolescentes deixou de ser baseada na escolha única do programa e do livro pelo Ministério da Educação. A liberdade de escolha, a adaptação do ensino à nova realidade veio trazer um pensamento inovador e

crítico. Os adolescentes passaram a ter liberdade para escrever e debater com os seus professores sobre todos os temas, sem restrição de ideias, de pensamento e de atitude. Uma nova juventude nascia à luz da democracia, e isto foi facilmente reconhecido num espaço tão pequeno como o da Ilha. Esta liberdade também gerou uma disparidade relativa aos critérios de avaliação dos professores. Houve necessidade de homogeneizar os critérios através da realização de exames aplicados a nível nacional.

Com a Revolução de 25 de abril, também surgiram novas oportunidades para os adolescentes da Madeira, que passam a poder continuar os seus estudos. Até à referida data, só havia universidades em Lisboa, no Porto e em Coimbra, o que impossibilitava a maior parte dos jovens madeirenses de prosseguir os seus estudos (devido à limitação geográfica e também económica; a deslocação da Madeira para qualquer um dos destinos mencionados envolvia enormes gastos). Com o 25 de Abril, novas universidades foram criadas. Na transição do séc. XX para o séc. XXI, existem universidades públicas e privadas em quase todas as partes do país, incluindo as ilhas. E os jovens madeirenses têm acesso à universidade como qualquer outro jovem do país, submetendo-se aos exames nacionais de forma a garantir a sua entrada no ensino superior.

A vida dos adolescentes madeirenses, devido à limitação geográfica, é diferente. Apesar da evolução, continua a haver muitas restrições na vida do ilhéu. Há barreiras e conflitos de mentalidade que ainda precisam de ser trabalhados, no sentido de haver uma homogeneidade no desenvolvimento pessoal e interpessoal dos jovens.

O ser humano sempre sentiu necessidade de acompanhar e compreender o seu próprio desenvolvimento. Sendo a adolescência um dos períodos mais fascinantes da vida do Homem, por todas as transformações que incorpora e que permitem a transição da infância para a vida adulta, o estudo sobre os adolescentes, nas suas mais diversas variantes, como a do meio ambiente, sempre se mostrou do maior interesse.

As variações internas e externas são alvo da atenção dos sociólogos, psicólogos e humanistas, que procuram explicá-las também a partir da realidade circundante. Hipócrates (460-377 a.C.) já mencionava a influência do meio ambiente sobre as características do ser humano. As doenças eram igualmente relacionadas com o meio ambiente, com o clima, com uma determinada raça e com a alimentação. A infância e a adolescência representam períodos marcados por um elevado grau de excelência no que diz respeito ao estímulo e à aquisição de hábitos e de comportamentos. Quando são adquiridos bons hábitos nesta faixa etária, estes tornam-se indicadores muito fortes de uma vida mais saudável na idade adulta.

A adolescência marca o início do desenvolvimento da função reprodutiva feminina e masculina, e, nesta fase específica, os adolescentes ganham consciência da sua própria identidade e dos papéis sociais que irão representar na vida social. Esta fase, apesar de implicar um processo essencialmente biológico, relativo a um nível físico, é determinada por fenómenos psicológicos, que estão fortemente associados ao ambiente social e cultural onde os adolescentes estão integrados.

A maturidade do adolescente começa com a maturidade fisiológica e termina com a aquisição da maturidade social, altura em que assume os direitos e deveres sexuais, económicos, legais e sociais do adulto. É um processo que envolve vários anos, mas não é significativo para todos os adolescentes da mesma forma. Para compreender a complexidade deste período da vida é necessário contemplar outros conceitos. Por exemplo, a extroversão, processo psíquico que leva o adolescente a interessar-se pela realidade externa, impulsiona-o a desenvolver relações com outras pessoas sem ter um motivo específico para o fazer. Já a crise juvenil recai sobre os afetos. Nesta fase, existe uma maior afetividade entre o adolescente e os seus pares, e uma certa inquietude e dissociação comportamental. Por fim, a identificação sexual obriga o adolescente a ter controlo sobre as motivações, as atitudes e as condutas próprias do seu género. Assumir a própria

sexualidade faz parte da identidade pessoal, e, para que este processo seja validado, é importante que a identificação assumida seja confirmada pelas outras pessoas.

A adolescência revela também uma maturação em relação ao desenvolvimento cognitivo, consolidando-se neste período muitos conceitos, ideias e pensamentos que anteriormente não eram entendíveis. O pensamento hipotético-dedutivo fortalece-se através das decisões tomadas a nível pessoal e das estratégias utilizadas na resolução de problemas ou desentendimentos. A maturação psíquica do adolescente vai permitir-lhe ganhar uma consciência moral, um código de valores pelo qual vai reger-se ao longo da vida. Passam a ser mais subtis e conscientes na percepção da realidade. Desenvolvem o pensamento abstrato, o que lhes permite interiorizar os valores universais. Alguns adolescentes atingem um nível de moralidade pós-convencional. De acordo com Kohlberg, o indivíduo possui princípios morais autónomos e universais que não se baseiam nas normas sociais estabelecidas; contudo, as normas morais coerentes são interiorizadas. Desta forma, o carácter definitivo do adolescente forma-se através do desenvolvimento da consciência, do domínio da vontade própria e dos valores e princípios interiorizados.

A adolescência não é um período marcado exclusivamente por mudanças perturbadoras, por ansiedades e por desequilíbrios emocionais. É também um período de revelações, de descobertas e de aquisição de uma consciência mais apurada e significativa em relação a tudo o que faz parte da vida. Ao abandonar a infância, o adolescente entra num longo percurso de afirmação pessoal, de criação de identidade e de maturação psíquica e emocional. Estes processos ocorrem quando ele é capaz de elaborar pensamentos mais eficazes, quando consegue raciocinar com maior rapidez, apresentado resultados mais elaborados e complexos em relação a diferentes temáticas, quando recorre a um vocabulário mais elaborado, que resulta de uma maior e melhor capacidade para reter e seleccionar informação, o que lhe

permite argumentar, evocar e expressar conhecimentos de forma mais complexa.

Contudo, o período da adolescência não está isento de ocorrer de forma menos linear. É, por isso, importante que os adultos mantenham uma atitude de permanente vigilância, para que possam avaliar se o adolescente está a desenvolver-se saudavelmente durante estes anos. Mudanças comportamentais, falta de comunicação entre o jovem e as pessoas com quem vive, relacionamento problemático com outros jovens da mesma faixa etária, com professores e com a comunidade em geral, insucesso escolar, insónias, isolamento total ou parcial dos amigos e dos pais são indicadores de uma má adaptação à nova realidade.

Na Ilha, no início do séc. XXI, existia ainda algum estigma social relativamente aos problemas emocionais que surgem nas pessoas desta faixa etária. Os terapeutas e os psicólogos só começaram a ser aceites no final do séc. XX. Até então, ir ao psicólogo era sinal de loucura, e este estigma perseguia as famílias, que tendiam a ocultar os seus problemas, para não serem identificadas com o perfil de família desestruturada, com filhos problemáticos. A mentalidade de um povo não muda de repente, é preciso reestruturar o pensamento, incutir novas ideias e ensinar a aceitar com naturalidade, sem discriminação, que se recorra à ajuda de profissionais desta área. Esta ajuda é necessária para ultrapassar traumas que, eventualmente, possam ocorrer na vida. No séc. XXI, já existem psicólogos nas escolas da Ilha, e são uma mais-valia na educação. Os pais estão preparados para aceitar estes profissionais e confiam os seus filhos a estes profissionais no âmbito escolar.

Mas, ainda neste século, as carências económicas das famílias madeirenses causam problemas no crescimento e na educação dos adolescentes. Muitos jovens das zonas rurais estão privados de uma boa educação. Ainda que a escolaridade seja obrigatória, muitos pais são obrigados a retirar os filhos das escolas para que estes os possam ajudar nos campos de plantação e a cuidar dos animais; “A problemática

das classes sociais tem estado presente, de forma muito significativa, na sociologia portuguesa, praticamente desde o início do desenvolvimento contemporâneo nos anos 60” (COSTA e CASANOVA, 1996, 191). Desde modo, as classes sociais mais desfavorecidas, devido à falta de recursos, não potenciam a vida dos jovens através de mais instrução, educação e integração social.

A pobreza é um fator crítico e condicionante da vida dos adolescentes da Ilha. O Governo Regional da Madeira combate este cenário cedendo habitações às famílias carenciadas e vítimas das intempéries que assolam a Ilha. Iniciativas como esta ajudam à integração dos jovens no ensino regular e permitem-lhes ter uma inserção social e uma vida pró-ativa. “A pobreza persistente afeta 15,1 % da população madeirense. Mais de metade da população madeirense está vulnerável à pobreza e 15,1 % vive em situação de pobreza persistente. Cerca de 136.250 madeirenses, num universo de 250 mil, passam por um ano de pobreza num período de seis anos. Uma percentagem que apenas é ultrapassada pelos Açores com 62 %, e pelo Algarve, com 58,7 %. Ao nível nacional 46 % dos portugueses passaram pela pobreza em pelo menos um dos anos” (CAETANO, *Urbanidades da Madeira*, 11 jun. 2008).

Ainda no âmbito das infraestruturas criadas, destaca-se a Unidade Móvel de Acompanhamento Psicossocial, que tem como objetivo ajudar as famílias carenciadas a nível psicológico e social. Considerando “a situação sócio económica atual, o aumento da taxa de desemprego, o aumento da taxa de Depressão e a quantidade de pessoas que vivem isoladas na Região Autónoma da Madeira (RAM), pretendeu-se criar um projeto que desse resposta a todas estas situações e uma autonomização face aos apoios atuais (centros de saúde, hospitais, entre outros), que exigem deslocação através de meios de locomoção próprios” (PARGANA, *Novobancocrowdfunding*, s.d.).

Com a evolução do pensamento, com o desenvolvimento emocional e social, o adolescente ilhéu terá as mesmas oportunidades

para crescer, a todos os níveis, que os seus coetâneos nas outras partes do país. Contudo, o seu processo de desenvolvimento terá sempre particularidades ligadas à realidade da vida numa ilha.

Bibliog.: **impresa:** BENAVENTE, Ana, *A Escola na Sociedade de Classes*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976; COSTA, Alfredo Bruto da (coord.), *Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Gradiva, 2008; COSTA, António Firmino da, e CASANOVA, José Luís, “Classes sociais”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 19, 1996, pp. 191-195; *Movimento & Percepção*, n.º 8, jan.-jun. 2006; PINTO, Cabral, *Escolas do Magistério Primário, Reforma e Contra-Reforma*, Lisboa, s.n., 1977; VIEIRA, Alberto (coord.), *História e Autonomia da Madeira*, Funchal, CEHA, 2003; **digital:** “Adolescência”, *Infopédia*, s.d.: <http://www.infopedia.pt/Sadolescencia> (acedido a 12 abr. 2018); CAETANO, Rui, “A pobreza na Madeira”, *Urbanidades da Madeira*, 11 jun. 2008: <http://urbanidades-madeira.blogspot.pt/2008/06/pobreza-na-madeira.html> (acedido a 12 abr. 2018); MACIEL, Willyans, “Hipócrates”, *Infoescola*, s.d.: <http://www.infoescola.com/biografias/hipocrates/> (acedido a 12 abr. 2018); PARGANA, Joana, “Unidade Móvel de Acompanhamento Psicossocial”, *Novobancocrowdfunding*, s.d.: <https://novobancocrowdfunding.ppl.pt/pt/prj/unidade-movel> (acedido a 14 abr. 2018).

MAGDA FRANCO

Adventistas

A primeira presença registada de um adventista na Madeira é a de Warren E. Howell (1869-1943), que visita a Ilha, em agosto de 1922, com a intenção explícita de desenvolver ação missionária nesta parte do território português. Howell era, na época, secretário, o que equivalia ao papel de principal responsável do Departamento de Educação da Conferência Geral dos adventistas. Antes disso, porém, tinha desenvolvido trabalho missionário no Havai e na Grécia. Embora não haja evidências de que, durante a sua curta estadia no arquipélago, Howell tenha anunciado a mensagem adventista, a verdade é que esta experiência não deixaria de ter seguimento anos mais tarde.

O movimento adventista, devidamente estruturado em torno de uma doutrina sistematizada e de organização própria, surgiu menos de um século antes, nos Estados Unidos da América; a constituição da Conferência Geral da Igreja Adventista do Sétimo Dia data de maio de 1863. Todavia, tanto no continente americano como no europeu, já há algumas décadas que havia a preocupação de estudar a Bíblia a partir de temas relacionados com a profecia bíblica, particularmente com base nos textos dos

livros bíblicos de Daniel (Antigo Testamento) e do Apocalipse (Novo Testamento). Assente nos princípios comumente partilhados pela ortodoxia cristã expressa no credo niceno e historicamente enraizada na tradição protestante (evidenciada pela presença de batistas, metodistas e membros de outras igrejas nos grupos precursores deste movimento), a Igreja Adventista desenvolveu alguns elementos distintivos, como a guarda do sábado, a doutrina do santuário celeste, a não imortalidade da alma, o aniquilamento dos ímpios, e, entre outros, a importância da temperança, dando grande ênfase a questões de saúde e alimentares.

Ellen G. White (1827-1915) é considerada pelos adventistas uma profetisa e é certamente a personalidade que maior influência teve na formulação da doutrina deste movimento, através dos seus muitos escritos, que ainda no princípio do séc. XXI continuam a ser minuciosamente estudados. Numa das suas mais conhecidas obras, White, com base no texto bíblico, faz uma abordagem histórica do cristianismo e apresenta o que garante ser a solução para o género humano.

No território continental português, a Igreja Adventista estava implantada desde 1905, por ação do pastor norte-americano Clarence E. Rentfro (1877-1951), que permaneceria em Portugal entre 1904 e 1917. Tal como na maior parte dos ramos do protestantismo português, a expansão territorial dos primórdios do adventismo português deu-se muito mais por razões conjunturais do que pelo delineamento de uma estratégia planeada e criteriosamente executada.

Não havendo uma estrutura de apoio no terreno, a já referida visita de Howell à Madeira, em 1922, não teve sequência imediata, mas o apelo que deixou e materializou na imprensa adventista da época acabou por ter impacto num filho da terra, o madeirense Joaquim Gomes da Silva (1868-1957), da comunidade portuguesa de Honolulu, onde antes Howell tinha exercido a sua missão.

A viagem de Gomes da Silva à Madeira, em 1929, seria efetivamente o lastro para o trabalho desenvolvido pela Igreja Adventista no

arquipélago. O trabalho de Gomes da Silva consistiu fundamentalmente no estabelecimento de contactos pessoais, em estudos bíblicos, bem como na distribuição de folhetos e livros que explicitavam as doutrinas fundamentais do adventismo. É de referir que esta ação metódica, apesar da contestação que gerou em meios ainda não completamente adaptados à pluralidade religiosa, suscitou interesse tanto da parte de católicos como também da parte de alguns membros de igrejas protestantes, que, mesmo tendo pouca expressão numérica, tinham forte implantação na Ilha desde meados do séc. XIX.

Após o regresso de Joaquim Gomes da Silva, o acompanhamento aos convertidos adventistas da Madeira fica confiado ao trabalho episódico de Jerónimo Falcão e Julio Miñán, até à chegada, logo no princípio de 1931, do primeiro missionário, o pastor Ernest P. Mansell (1889-1974), que passaria a residir no Funchal com a sua família. A adaptação desta não foi muito difícil, uma vez que, devido ao anterior trabalho missionário do pastor no Brasil, já conheciam a língua. Apesar da curta permanência da família Mansell na Madeira (em 1934 já estavam de saída, para iniciar a ação missionária adventista nos Açores), foi durante esta época que se estruturou a Igreja Adventista da Madeira. Assim, a 29 de julho de 1932, são efetuados os primeiros batismos adventistas, e, no dia seguinte, é formalmente organizada a Igreja. É de salientar que os batismos da Igreja Adventista são realizados por imersão e aplicados apenas a pessoas adultas, como é prática de muitas das igrejas protestantes. Um outro aspeto digno de nota, relativo a esta primeira cerimónia batismal dos adventistas na Madeira, é o facto de terem sido imersas doze mulheres e apenas dois homens, o que representa um aspeto muito característico da prática religiosa em Portugal.

Só 10 anos depois da chegada de Ernest Mansell à Madeira é que a designada Missão da Madeira (cuja primeira direção foi constituída a 18 de maio de 1934) passou a ter um presidente português, o pastor Alberto F. Raposo, que permaneceu no arquipélago apenas dois anos.

Desde então, passaram pela Madeira mais de 20 pastores, permanecendo cada um, em média, três ou quatro anos na Ilha.

Ao longo dos anos, nem sempre foi fácil enviar pessoas com a vocação e as competências necessárias para o exercício da liderança eclesial das diferentes comunidades, particularmente quando, a partir do final dos anos 30 do séc. xx, a Igreja Adventista nacional assumiu também o desafio de providenciar liderança às congregações que se iam formando nas então colônias de África. Além disso, os adventistas foram neste período alvo de forte contestação, tanto por parte da Igreja hegemónica, como até por parte das igrejas protestantes já estabelecidas na Ilha, que, na sua imprensa, chegaram a acusar os adventistas de “anticatólicos” e de “antiprotestantes” (QUEIRÓS, 1936, 2).

No final de 1971, por razões estratégicas, foi decidido dissolver a Missão da Madeira, a qual tinha sido criada 37 anos antes para supervisionar as comunidades que se fossem formando no arquipélago. A partir daí, as igrejas adventistas da Madeira e os seus locais de pregação passaram a depender diretamente da União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia. É de salientar que a Igreja Adventista adota uma estrutura eclesiológica assente no congregacionalismo; cada grupo local dispõe de um corpo de liderança próprio, mas as estruturas nacionais, continentais e internacionais têm também grande influência na gestão e estratégia das igrejas.

O crescimento numérico da comunidade adventista da Madeira até ao início do séc. XXI foi lento, mas consistente, existindo no final de 2013 um total de 370 membros registados em toda a Região, não só na igreja do Funchal e nos seus grupos integrantes, Machico e Porto Santo, mas também na igreja do Caniço. Quando Mansell deixou a Ilha, em 1934, havia cerca de 40 membros adventistas batizados, mas, em 1945, já eram mais de 100. Nesta época, o incremento do número de membros era considerado superior às expectativas, embora se registassem valores elevados de abandono, devido principalmente a três razões: “a emigração, a morte, a apostasia” (GOMES, 1950, 4).

De facto, a expansão do trabalho adventista para outras partes do arquipélago também contribuiu para este crescimento.

No final dos anos 40 do séc. xx, registam-se as primeiras experiências missionárias adventistas fora do Funchal, “tendo sido aberta uma sala de reuniões na vila de Santa Cruz e um início no Caniço” (RIBEIRO, 1949, 5). O trabalho adventista de Santa Cruz viria a ser transferido para Machico em 1952, e a igreja no Caniço só viria a ser formalmente organizada em 1969. Na ilha do Porto Santo, foi iniciada uma comunidade adventista em 1980, que cresceu paulatinamente.

Uma das preocupações mais evidentes no desenvolvimento do trabalho adventista em qualquer lugar em que seja exercida a sua atividade missionária é a construção ou adaptação de infraestruturas para apoio não só das atividades inerentes à prática religiosa como também de serviço à comunidade em que os seus grupos estão inseridos. No entanto, o contexto político, religioso e mesmo social que se vivia então em Portugal não era muito favorável à exposição pública de expressões de fé que não coincidisse com a prática religiosa assumida pela maioria. Apesar de o dispositivo constitucional que impedia a prática religiosa diferente da católica romana a nacionais e a construção de edifícios com “forma exterior de Templo”, segundo o art. 6.º da Carta Constitucional de 1826, há muito ter sido abolido, a verdade é que as práticas administrativas dos representantes do Estado não se tinham alterado assim tanto. A Igreja Adventista da Madeira foi também, por diversas vezes, vítima desta expressão de intolerância religiosa. Não só lhe foi negada a possibilidade de transformar para a forma de templo a fachada do edifício que adquiriu em 1940, confinante com o espaço público, como tais instalações viriam mesmo a ser expropriadas, em 1953, pela Junta Geral da Madeira. Depois de obras de adaptação de um edifício existente na R. Conde Carvalhal, no Funchal, a comunidade viria a transferir-se para este espaço a 2 de julho de 1955, onde ainda no princípio do séc. XXI continua a reunir e a realizar o seu trabalho.

No Caniço, a comunidade local construiu o seu próprio templo, que foi inaugurado a 24 de maio de 1969. Também no Machico e em Porto Santo as comunidades adventistas fazem uso de espaços destinados ao culto religioso e às suas restantes atividades.

A preocupação pela educação e assistência social são muito evidentes na ação dos adventistas espalhados um pouco por todo o mundo. Não é, pois, de estranhar que, além da missionação e dos atos inerentes à manifestação da fé, os adventistas na Madeira tenham procurado desde bem cedo atender a outro tipo de necessidades que não as espirituais. Logo em 1936, começa a funcionar a escola primária adventista do Funchal, tendo como primeira professora Capitolina Brazão. Teria, todavia, que esperar até 1949 para que lhe fosse outorgado alvará, equiparando-a assim ao ensino oficial. No diploma, era referido que o funcionamento da escola era permitido, não podendo a mesma ter mais de “trinta e duas alunas”, de onde se conclui que nesta época se lecionava nela apenas a meninas (FERREIRA, 2008, 483). No entanto, a frequência média cifrou-se nos 16 estudantes. A Igreja Adventista considerava dar um bom contributo para a formação das crianças madeirenses, e a escola era tida como fulcral para o crescimento da comunidade no Funchal. Mas o funcionamento desta escola, na R. Conde Carvalhal, 6-A, veio a ser interrompido durante um largo período, de 1954 a 1981, ano em que o ensino é retomado. No final de 2013, a escola, que por esta altura passou a ser designada Externato Adventista do Funchal, servindo o pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico, em regime de paralelismo pedagógico, contava com 69 alunos matriculados, embora muitos deles (quase 80 %) não fossem membros ou oriundos de famílias adventistas.

Os adventistas destacaram-se ainda na área do trabalho social. No arquipélago da Madeira, uma das expressões mais visíveis da sua preocupação com grupos específicos da população foi a criação, no final dos anos 80 do séc. xx, do Lar Adventista para Pessoas Idosas (LAPI). No entanto, devido à escassez de recursos financeiros e a alguns entraves burocráticos, a

infraestrutura de apoio a esta instituição, um edifício construído de raiz numa das encostas do Funchal, só ficou concluída a 29 de maio de 2000, merecendo a sua inauguração a presença do presidente do Governo Regional e de outras individualidades.

A direção do LAPI trabalhou até ao início do séc. XXI em estrita colaboração com a Segurança Social da Madeira, para que diversas valências fossem disponibilizadas aos utentes deste equipamento social. Além de um conjunto de utentes residentes no edifício, o LAPI do Funchal serviu muitas outras pessoas idosas através do seu centro de dia. O primeiro diretor do Lar foi o pastor adventista Daniel Martins, que na época da sua fundação era o dirigente da Igreja Adventista do Funchal. Os desafios que então se colocaram ao LAPI Madeira, a funcionar na R. Caminho de Santana, 27-B, incluíam a expansão do serviço de centro de dia e a elaboração de um plano de requalificação e adaptação da sua estrutura.

Bibliog.: impressa: CERIBE, José Ricardo, “Porto Santo: 2.º batismo em Porto Santo no ano de 1999”, *Revista Adventista*, fev. 2000, p. 20; “Departamento de Educação: relatório geral apresentado às Assembleias da União”, *Revista Adventista*, nov. 1949, p. 11; DIETER, M. E., “Adventismo”, in ELWELL, Walter A. (org.), *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*, vol. 1, São Paulo, Vida Nova, 1988, pp. 25-26; FERREIRA, Ernesto, *Arautos de Boas Novas*, Lisboa, União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia, 2008; GOMES, A. Dias, “Visita à Missão da Madeira”, *Revista Adventista*, jan. 1950, p. 4; MARTINS, Daniel, “Inauguração do LAPI do Funchal”, *Revista Adventista*, jul. 2000, pp. 29-30; “Na Madeira”, *Revista Adventista*, jan. 1949, p. 10; QUEIRÓS, J., “É o sabatismo um ramo do protestantismo?”, *Voz da Madeira*, n.º 1, fev. 1936, pp. 2-3; RIBEIRO, Pedro, “Relatório da Missão Madeirense 1948”, *Revista Adventista*, nov. 1949, p. 5; *Id.*, “Relatório da Missão Madeirense 1949”, *Revista Adventista*, jan. 1950, pp. 5-6; UNIÃO PORTUGUESA DOS ADVENTISTAS DO SÉTIMO DIA, *Relatórios 2013*, s.l., s.n., s.d.; WHITE, Ellen G., *O Grande Conflito: no Fim o Bem Vencerá*, Sabugo, Servir, 2012; **digital:** “Educação – Newsletter da rede escolar ASD”, *Igreja Adventista do Sétimo Dia*, s.d.: <http://www.adventistas.org.pt/recursos/educacao> (acedido a 12 abr. 2018).

TIMÓTEO CAVACO

Advocacia

A advocacia como profissão estruturalmente organizada surgiu em Portugal em 1926, com a institucionalização da Ordem dos Advogados. Mas a génese da Ordem remonta à primeira metade do séc. XIX, com origem na Associação dos Advogados de Lisboa, cujos estatutos foram aprovados em 1838. Passando a gozar de personalidade jurídica e a exercer todos os

direitos respeitantes a interesses legítimos, defendendo, perante os tribunais, os seus membros em assuntos que dissessem respeito à condição de advogado.

Na realidade histórica portuguesa, o advogado foi moldado aos condicionalismos políticos na aplicação dos modelos evolutivos da justiça.

Nas origens históricas da advocacia, o dever de patrocínio ou de auxílio do advogado não tinha natureza profissional, o que aconteceu na Grécia e durante uma parte da história do Império Romano. A única forma de atuação do advogado era usar a eloquência, tendo depois adquirido uma formação jurídica. O Imperador Justino constituiu, no âmbito dos advogados, a qualificação de “ordo”, que acabaria por ser a primeira Ordem dos advogados, tendo adquirido grande prestígio no fim do Império Romano. Os advogados foram considerados tão úteis ao Império como os guerreiros, por aqueles também combaterem, na sua função, como estes.

Com a queda do Império Romano do Ocidente, a advocacia teve uma decadência acentuada. Mas, em 1270, houve uma reorganização da advocacia em França, tendo sido criada uma Ordem em 1327. Com a Revolução Francesa, foi suprimida a Ordem dos Advogados, em 1790, bem como o nome profissional. Na etimologia latina, o *advocatu* (advogado) – aquele que advoga em juízo, patrono, defensor – é caracterizado pelo seu papel na tutela dos Direitos do Homem e das liberdades públicas, que devem ser o seu lema diariamente. O advogado é aquele que é chamado em auxílio e deve manter a vocação de prestá-lo aos que a ele recorrem. É o confidente e o confessor de quem lhe pede assistência para o reconhecimento ou a efetivação dos seus direitos.

Trata-se de uma ampla missão, que se traduz numa preocupação constante por afirmar direitos, assegurar garantias, lutar pela justiça; o advogado é construtor do direito, consultor e conselheiro, apaziguador de conflitos, colaborador na administração da justiça, defensor dos mais necessitados e dos Direitos Humanos. Como construtor do direito, constitui um inseparável e indispensável auxiliar da justiça

nas suas lides forenses. Como consultor e conselheiro, deve ser um desapassionado, sabendo orientar com todo o discernimento o seu constituinte. Como apaziguador de conflitos, deve ajudar o seu constituinte a resolver o conflito de interesses em que se encontra envolvido. Como colaborador na administração da justiça, é um servidor da mesma e do direito, a que se encontra sujeito no exercício da sua profissão. Como defensor dos mais necessitados, deve ter atenção aos valores da justiça e que se relacionam com as liberdades e garantias essenciais das pessoas. Como defensor dos Direitos Humanos, a sua missão insere-se numa luta permanente na defesa dos direitos e da dignidade das pessoas, inserida no Manifesto de Bruxelas da União Internacional dos Advogados, aprovado em 30 de janeiro de 1971.

Em Portugal, a função de advogado teve metamorfoses diversas, em que a formação e designação se confundiam com outras funções, conforme as épocas históricas.

Assim, em 1174, a designação de vozeiro surge mencionada em escritos acumulando as funções de procurador e advogado. “As suas declarações produziam efeitos de prova plena se o seu constituinte estivesse presente e não as impugnasse” (AMONTEIRO, *Legislação*, 24 nov. 2004).

Em 1241, a designação de procurador surge em documentos enviados a habitantes de povoação, bem como no Regimento dos Corregedores, em 1367, em equiparação “ao alcaide, juiz e vogado”, aparecendo pela primeira vez a “diferenciação entre vogado e procurador” (*Id., Ibid.*).

Em 1446, nas *Ordenações Afonsinas*, aparece definida a função de advogado e procurador.

Em 1505 e 1521, com as *Ordenações Manuêlinas*, surgem os procuradores letrados ou entendidos, os que exerciam “funções na Casa do Civil, nas cidades e vilas”; os procuradores da corte e da Casa da Suplicação, a quem só era passado alvará da função, “depois de examinados pelos desembargadores de agravo e Chanceler Mor, que lhes entregava um ponto e uma lei” como matéria da prova no dia seguinte; procuradores da Casa do Civil que fossem

graduados “eram apresentados ao Governador para os examinar”, mas “se fossem graduados pela Universidade de Estudos de Lisboa teriam que realizar outro tipo de exame”; procuradores das correições, vilas e lugares “eram examinados pelo Chanceler Mor, o qual lhes dava duas cartas, desde que houvesse lugar”. Mas “podiam procurar sem necessidade das cartas passadas pelo Chanceler Mor os que fossem graduados em bacharel em qualquer estudo universal ou outros cursos superiores”; solicitador da Justiça “tinha apenas funções oficiais, como seja a de manter atualizada a lista dos presos. Deviam saber ler e escrever” (*Id., Ibid.*).

Em 1603, com as Ordenações Filipinas, “acentua-se a distinção entre Procurador, Solicitador e Advogado”. Os procuradores letrados tinham de “possuir oito anos de estudos cursados na Universidade de Coimbra em Direito Canónico ou Civil ou em ambos”; procuradores da Casa da Suplicação, no “máximo de 40 e somente os letrados”; procuradores da Casa do Porto, “se tivessem cursado a Universidade de Coimbra em Direito Canónico ou Civil, eram admitidos pelo Governador sem necessidade de qualquer exame”; procuradores das cidades, vilas e lugares do reino, “desde que fossem graduados por exame e possuíssem o mínimo de oito anos de estudos, não tinham necessidade de licença para ‘procurar’, desde que exibissem a prova de possuírem tais cursos”. Mas nas “Comarcas onde houvesse um determinado número de Procuradores já não podiam intervir sem a respetiva licença”; procuradores não graduados “podiam exercer nas Correições, cidades, vilas e lugares, sendo previamente examinados pelos Desembargadores do Paço”; aos solicitadores da corte, Casa da Suplicação, Cidade de Lisboa e Casa do Porto “exigia-se que soubessem ler e escrever, fossem casados e bem costumados”, sendo prestado um “juramento dos Santos Evangelhos e registados nas respetivas ‘Casas’” (*Id., Ibid.*).

O livro *História Breve da Advocacia em Portugal*, de Adalberto Alves, relata as etapas principais da evolução da advocacia em Portugal, referindo que as Ordenações Filipinas passaram a ser designadas Ordenações e Leis do Reino

de Portugal, perdurando até à entrada em vigor do Código Civil do visconde de Seabra. “No que aos advogados respeita, a Lei de 6 de Dezembro de 1612, e a Carta Régia de 16 de Maio de 1640 providenciam quanto às penas a aplicar aos que fossem considerados como causadores de demora na apresentação dos processos para vista” (ALVES, 2003).

O período iluminista mantém as normas anteriores que regulam o exercício da advocacia, apesar de leis avulsas que lhe dizem respeito. Os advogados poderiam ser condenados em multa, “desde que a petição de agravo ou o requerimento de embargos não obtivesse provimento ou recebimento”. Os advogados bacharéis, “munidos de autorização (portaria) para advogar na Casa da Suplicação, se aquela lhe fosse retirada, poderiam fazer uso da sua cédula profissional (carta) para trabalharem nos Juízos inferiores e na Correição da Corte dos feitos cíveis”. Os advogados não poderiam proceder a “inquirições de testemunhas que devessem ser feitas por corregedores do Crime e do Cível, em caso de impedimento destes”. As regras a seguir no exame dos advogados “para exercerem na Relação do Porto eram iguais às da Casa da Suplicação” (*Id., Ibid.*). Poderiam ser penalizados se fizessem interpretações tendenciosas da lei ou de alegações *contra legem*.

A Lei da Boa Razão, de 1769, refere que “a experiência tem mostrado que as interpretações dos advogados consistem ordinariamente em raciocínios frívolos, e ordenados mais a implicar com sofismas as verdadeiras disposições das leis do que a demonstrar por elas a justiça das partes”.

No período das reformas que decorre entre 1840 e 1926, “o exercício da profissão processa-se como que num limbo, uma vez que, com a publicação, em 1867, do Código Civil de Seabra, e a revogação do Código Filipino e Leis Extravagantes complementares, deixam de vigorar as minuciosas regras anteriores”. Aquele código excluiu as mulheres de acederem à advocacia, interdição que foi revogada com o dec.-lei n.º 4676, de 11 de julho de 1918. “Tal revogação operava, porém, apenas em relação às formadas em Direito, sendo

que as casadas, para exercerem, tinham de ser autorizadas pelo marido. Esta humilhante condição viria a ser abolida em 10.05.1919 pelo Decreto-Lei n.º 5467. É de notar, todavia, que há notícia de, na vigência das Ordenações, haver mulheres causídicas [...] o autor do *Perfectus Advocatus* defende resolutamente (está-se em 1743...) o direito de as mulheres advogarem” (*Id., Ibid.*).

Ao longo de vários séculos, os advogados viam-se frequentemente desprotegidos no seu exercício, face ao sistema vigente. “A liberdade de atuação em prol da defesa dos interesses que lhes estavam confiados era ainda sujeita a numerosos condicionamentos, muitos dos quais aviltantes, em resultado, nomeadamente, da sua submissão ao poder real e à judicatura, situação que vinha desde o período medieval”. Como resultado daquele modelo imposto pelos regimes políticos praticados, nunca conseguiram organizar-se numa verdadeira estrutura profissional dotada de “regras coerentes de exercício e de uma definição clara de direitos e deveres” (*Id., Ibid.*).

As primeiras organizações de juristas portugueses constituíram-se em 1835, quando surgem a Sociedade Jurídica de Lisboa, a Sociedade Jurídica Portuense e a Associação Jurídica de Braga. Estas associações abrangiam não só advogados, mas também outras profissões jurídicas. As dificuldades, acrescidas naquele modelo associativo, para a unificação organizacional de cada profissão, levaram à criação, em 1838, da Associação dos Advogados de Lisboa, tendo sido aprovados os seus estatutos por portaria de 23 de março do mesmo ano. Não era obrigatória a inscrição dos advogados naquela Associação; no entanto, ela tinha como principal objetivo criar todos os meios jurídicos e técnicos para lançar a semente da instituição de uma Ordem dos Advogados Portugueses.

Nos anos que se seguiram, foram férteis as indefinições e os obstáculos ao exercício da advocacia como profissão, tendo sido defendido em leis extravagantes que os advogados eram oficiais da justiça e, em muitos aspetos, estavam sujeitos à tutela do Ministério da Justiça.

A Ordem dos Advogados Portugueses foi criada pelo dec. n.º 11.715, de 12 de junho de 1926, referindo-se no preâmbulo que “O exercício da advocacia em Portugal não tem merecido da parte dos poderes públicos a atenção e o interesse que por todos os motivos deviam ser dispensados a uma tão nobre e elevada profissão [...] o exercício da advocacia continua entregue entre nós aos acasos da sorte e às inspirações e arbítrio de cada um, sem uma disciplina séria, sem um apoio seguro e sem uma fiscalização capaz”.

O art. 1.º daquele diploma legal estabelece que “É criada a Ordem dos Advogados, que fica constituindo uma pessoa jurídica, com sede em Lisboa, formada por todos os advogados do continente da República e ilhas adjacentes”. Os advogados das colónias ficaram excluídos de se inscreverem na Ordem.

O art. 2.º descreve os fins da Ordem, nomeadamente “determinar quais as pessoas que estão habilitadas a exercer a advocacia”; “defender os direitos, imunidades e interesses dos seus membros”; exercer o “poder disciplinar sobre os advogados por forma a assegurar-se o prestígio da classe e a garantir-se a observância das boas normas de conduta profissional”; “auxiliar a administração da justiça”.

O art. 3.º estabelece que “A Ordem realiza os seus fins por intermédio de assembleias, conselhos e delegações”, definindo o art. 4.º que “As assembleias têm funções essencialmente eletivas, fiscalizadoras e deliberativas; elegem os vogais dos conselhos, aprovam os orçamentos e contas e pronunciam-se sobre tudo quanto interesse à prosperidade e desenvolvimento da ordem”. A assembleia geral funcionaria em Lisboa e as assembleias distritais em cada distrito judicial da sede das Relações. Os conselhos (art. 5.º) “exercem principalmente funções administrativas, disciplinares e de assistência, e, secundariamente, funções consultivas e de arbitragem”, e de (art. 6.º) “fazer a inscrição dos advogados e dos candidatos, arrecadar as receitas, satisfazer as despesas e prover a todas as necessidades da Ordem”. Havia um conselho geral em Lisboa e conselhos distritais na sede das Relações.

O art. 7.º estabelece que as delegações exercem funções semelhantes às dos conselhos, com exceção da que diz respeito à inscrição de advogados e candidatos, que é privativa dos conselhos distritais. Haveria delegações em todas as comarcas que contassem 20 advogados inscritos. Sendo inferior a 20 o número de advogados, seria feito o agrupamento de comarcas limítrofes, a fim de se constituir uma delegação a que ficassem sujeitos, pelo menos, 20 advogados.

Os arts. 8.º e 9.º estabelecem que “Ninguém pode exercer a advocacia sem estar inscrito no registo da Ordem, salvo o que vai disposto quanto aos advogados de provisão”, com prévio tirocínio de 18 meses, desde que seja licenciado em Direito. Mas eram dispensados de tirocínio “os licenciados em Direito que tenham servido dois anos, pelo menos, como juízes de direito ou municipais, magistrados do Ministério Público ou professores das Faculdades de Direito”. Terminado o tirocínio, a aptidão para o exercício da advocacia seria demonstrada “por meio de duas provas escritas, uma versando sobre uma consulta em questão de direito civil, comercial ou penal, outra sobre a redação de uma peça de processo”, prestadas nas sedes dos conselhos distritais e apreciadas por estes.

O art. 10.º determina que “Os atuais advogados de provisão podem continuar a exercer a advocacia independentemente de inscrição”.

O dec. n.º 12.334, de 18 de setembro de 1926, em vez de regulamentar o dec. n.º 11.715, de 12 de junho de 1926, procedeu, de novo, à constituição da Ordem dos Advogados, revogando a legislação em contrário, e criou uma orgânica baseada numa assembleia geral, em assembleias distritais, no presidente do conselho geral, que, mais tarde, foi designado bastonário, em conselhos distritais e delegados de comarca. Apesar da alteração de nome dos órgãos, mantém-se no essencial o modelo da estrutura de âmbito nacional, distrital e de comarca.

Com a sua institucionalização, a Ordem dos Advogados adquiriu um papel importante na administração da Justiça, pese embora as regras do exercício da advocacia e a estrutura da

Ordem terem sido sucessivamente integradas nas seis versões do Estatuto Judiciário (1927, 1928, 1933, 1944, 1960 e 1962).

Desde o primeiro Estatuto Judiciário, aprovado pelo dec. n.º 13809, de 22 de junho de 1927, seguido da alteração, aprovada pelo dec. n.º 15.344, de 12 de abril de 1928, manteve-se o modelo de estrutura orgânica da Ordem, embora introduzindo algumas alterações quanto à denominação dos órgãos, bem como quanto ao regime das incompatibilidades dos advogados.

Com o Estatuto Judiciário aprovado pelo dec. n.º 33.547, de 23 de fevereiro de 1944, a designação “conselho superior disciplinar” foi substituída por “conselho superior”.

O último Estatuto Judiciário aprovado pelo dec.-lei n.º 44.278, de 14 de abril de 1962, entrado em vigor no dia 24 de abril daquele ano, estabelece que a Madeira é um círculo judicial a que pertencem as comarcas do Funchal, da Ponta do Sol, de Santa Cruz e de São Vicente (antes, São Vicente tinha sido julgado municipal).

Apesar das alterações introduzidas em 1962, o modelo da estrutura da Ordem dos Advogados, que integra os arts. 538.º a 672.º do Estatuto Judiciário, não se alterou o pendor corporativo que o Estado Novo sempre pretendeu aplicar. O art. 538.º, n.º 1, é bem revelador ao referir que “A corporação dos diplomados em Direito que, de conformidade com os preceitos deste estatuto e mais disposições legais aplicáveis, se dedicam ao exercício da advocacia no continente e arquipélagos dos Açores e Madeira denomina-se Ordem dos Advogados e tem a sua sede em Lisboa”.

Apenas com o dec.-lei n.º 84/84, de 16 de março, é que a Ordem dos Advogados adquiriu a plenitude de independência, passando a regular o Estatuto da Ordem desde o exercício da advocacia em geral, quanto ao cumprimento de regras deontológicas e em relação à sua estrutura orgânica.

O conceito de deontologia, tendo em conta o mais restrito significado etimológico, significa o estudo dos deveres gerais de conduta, não só no plano profissional, mas também no dia a

dia da vida privada do advogado. Daí entender-se, numa perspetiva mais ampla, que o termo “deontologia” corresponde ao conjunto das regras ético-jurídicas pelas quais o advogado deve pautar o seu comportamento profissional e cívico.

É também pela tradição secular que, se um advogado não é socialmente bem considerado, logo o reflexo atinge imediatamente toda a classe, importando ter em conta os deveres a que está sujeito, nomeadamente no que concerne ao sigilo profissional, que está intimamente ligado às relações com os clientes, à veiculação de informações e à discussão pública de algumas matérias processuais, sendo de relevante interesse a análise do direito comparado.

Em 28 de outubro de 1988, os representantes das 12 ordens de advogados dos então países membros, reunidos em Estrasburgo, adotaram um código deontológico (Código Deontológico dos Advogados da Comunidade Europeia) que serviu de paradigma à conduta dos advogados, independentemente do país da União Europeia (UE) em que se encontrassem. Esse mesmo Código viria a ser aprovado em sessão do Conselho Geral de 15 de setembro de 1989.

Decorrente da diretiva 77/249, de 22 de março de 1977, não são postas em causa as normas do estatuto da Ordem dos Advogados de cada Estado membro. “Cada Ordem tem as suas regras específicas, decorrentes das suas tradições”, e “as regras próprias de cada Ordem referem-se aos mesmos valores e, na maior parte dos casos, revelam uma base comum”. No entanto, “a integração progressiva da Comunidade Europeia e a intensificação das atividades além-fronteiras dos advogados, no seu interior, tornaram necessária, no interesse do público, a definição de regras uniformes, aplicáveis a todos os advogados da Comunidade, seja qual for a ordem a que pertençam... O estabelecimento dessas regras tem, especificadamente, por fim atenuar as dificuldades resultantes da aplicação de uma dupla deontologia, prevista no art.º 4.º da Diretiva 77/249, de 22 de Março de 1977”.

Quanto ao dever de sigilo profissional, “É da essência da missão do advogado que ele seja

depositário de segredos do seu cliente e destinatário de informações confidenciais. Sem a garantia de confidencialidade não pode haver confiança. O segredo profissional é, assim, reconhecido como o direito e o dever primeiro e fundamental do advogado.

O advogado deve, pois, respeitar a confidencialidade de toda a informação que lhe for fornecida pelo seu cliente, ou que receba acerca deste ou de terceiros, no âmbito da prestação de serviços ao seu cliente. A obrigação de segredo profissional não está limitada no tempo. O advogado deve exigir dos seus associados, empregados ou de qualquer outra pessoa que consigo colabore na prestação de serviços profissionais, a observância do mesmo segredo profissional”.

O real decreto 2090/1982, de 24 de julho, aprovou o Estatuto Geral dos advogados espanhóis (Estatuto de la Abocacia Española), em cujo art. 41.º refere que “El abogado tiene el deber y el derecho de guardar secreto profesional. El secreto profesional constituye al Abogado en la obligación y en el derecho de no revelar ningún hecho ni dar a conocer ningún documento que afecten a su cliente, de los que hubiera tenido noticia por el mismo en razón del ejercicio profesional [O advogado tem o dever e o direito de guardar o segredo profissional. O segredo profissional constitui o advogado na obrigação e no direito de não revelar nenhum facto nem dar a conhecer nenhum documento que afetem o seu cliente, dos quais tenha tido conhecimento em razão do exercício da profissão]”.

Mais tarde, nos dias 28 e 29 de maio de 1987, a Asamblea de Decanos aprovou as normas deontológicas dos advogados de Espanha. E, em 22 de setembro de 1989, o Conselho Geral dos Advogados assumiu o conteúdo do Código Deontológico dos Advogados da Comunidade Europeia, na parte adaptável à sua realidade. Tem-se, por isso, como assente uma uniformidade de princípios gerais que regem a classe se e quando se desloca dentro dos países da UE.

O segredo profissional é, para os advogados espanhóis, um dos vários princípios

fundamentais, uma vez que o Estatuto refere que “La confidencia y la confianza son esenciales características de las relaciones del Abogado con sus clientes, colegas y Tribunales, que imponen el derecho y deber del secreto profesional, que habrá de guardar de todos los hechos y noticias de que conozca por razón de cualquiera de las modalidades de su actuación profesional y no pudiendo ser obligado a declarar sobre los mismos [A confidência e a confiança são características essenciais das relações do Advogado com os seus clientes, os seus colegas e os tribunais, que impõem o direito e o dever do segredo profissional que tem de guardar de todos os factos e notícias que conheça em razão de qualquer das modalidades da sua atuação profissional, não podendo ser obrigado a fazer declarações sobre os mesmo]”.

O Estatuto do Advogado francês (Statute L’Avocat de France) dedica um longo art. 5.7 ao segredo profissional na relação do advogado com os seus clientes. No ponto 5.7.1 refere que “En toutes matière, les relations entre l’avocat et son client, verbales ou écrites, quel que soit le support adopté, relèvent du secret professionnel. Le secret professionnel est général, absolu et illimité dans le temps; il est d’ordre public. L’avocat ne peut en être relevé, ni par son client ni par une autorité quelle qu’elle soit [As relações entre o advogado e o seu cliente, verbais ou escritas, qualquer que seja o suporte adotado, relevam, em todas as matérias, do segredo profissional. O segredo profissional é geral, absoluto e ilimitado no tempo; é portanto de ordem pública. O advogado não pode ser relevado dele, nem pelo seu cliente, nem por uma autoridade, seja ela qual for]”.

No que respeita à publicação de documentos, o advogado francês está limitado a fazê-lo, sob pena de procedimento criminal: “5.7.2 Le secret de l’instruction s’impose à l’avocat; toute communication de renseignements à des tiers ou publication de documents, pièces ou lettres intéressant une information en cours lui sont interdites, sous réserve des dispositions de l’article 11 du code de procédure pénal [O segredo da instrução impõe-se ao advogado; está-lhe

interdita qualquer comunicação de informações a terceiros ou a publicação de documentos, elementos ou cartas relativas a informação em curso, sob reserva das disposições do artigo 11 do código de processo penal]”.

Com a publicação da lei n.º 1/84, de 15 de fevereiro, ficou o Governo autorizado a rever o cap. II do título V do Estatuto Judiciário, aprovado pelo dec.-lei n.º 44.278, de 14 de abril de 1962 (“novo” Estatuto da Ordem dos Advogados Portugueses).

Foram revogados os arts. 538.º a 672.º que dizem respeito à Ordem dos Advogados, passando a constar de lei autónoma – o dec.-lei n.º 84/84, de 16 de março, com posteriores alterações, nomeadamente, pelas leis n.ºs 33/94, de 6 de setembro, e 80/2001, de 20 de julho, e revogada pela lei n.º 15/2005, de 26 de janeiro, esta depois revogada pela lei n.º 145/2015, de 9 de setembro.

A Ordem constitui uma pessoa coletiva de direito público, dotada de independência e de autonomia de organização, designadamente nos seus aspetos deontológicos e disciplinares. Passou a ser independente dos órgãos do Estado e não sujeita ao ministro da Justiça; mantém o segredo profissional como um dever do advogado para com o constituinte, no âmbito da deontologia profissional e ação disciplinar, referindo as matérias sobre as quais é obrigatório o sigilo, para além de referir as circunstâncias em que cessa a obrigação do segredo profissional; garantias do exercício de advocacia, incompatibilidades e impedimentos, prevendo regras para os advogados estagiários e sociedades de advogados; alterações orgânicas, tais como a criação do Congresso dos Advogados, assembleias e conselhos distritais.

A violação do segredo de justiça é um crime contra a realização da justiça. No entanto, o dever de sigilo não é absoluto, dado existirem situações em que cessa essa obrigação. O n.º 4 do art. 81.º refere que “Cessa a obrigação de segredo profissional em tudo quanto seja absolutamente necessário para a defesa da dignidade, direitos e interesses legítimos do próprio advogado ou do cliente ou seus representantes, mediante prévia autorização do presidente

do conselho distrital respetivo, com recurso para o presidente da Ordem dos Advogados”.

Além disso, o Código de Processo Penal admite, em determinadas circunstâncias, que haja quebra do sigilo profissional, por “decisão da autoridade judiciária ou do tribunal”, desde que seja “ouvido o órgão representativo da profissão relacionada com o sigilo profissional em causa” (art. 135.º, n.º 4).

No âmbito da mediatização da Justiça, ao advogado são impostas restrições quanto à prestação de informações que possam ser veiculadas pelos órgãos de informação. O n.º 2 do art. 80.º refere que “Os advogados não devem fomentar, nem autorizar, notícias referentes a causas judiciais ou outras questões profissionais a si confiadas”. E o n.º 1 do art. 82.º completa ou é um prolongamento do art. 80.º e uma consequência do dever de sigilo profissional, ao referir que “O advogado não deve discutir, ou contribuir para a discussão, em público ou nos meios de comunicação social, questões pendentes ou a instaurar perante os tribunais ou outros órgãos do Estado, salvo se o conselho distrital concordar fundamentadamente com a necessidade de uma explicação pública, e nesse caso nos precisos termos autorizados pelo conselho distrital”.

No plano da estrutura orgânica, de acordo com as alterações introduzidas pela lei n.º 33/94, de 6 de setembro, e constantes da lei n.º 145/2015, de 9 de setembro, a Ordem está internamente estruturada em sete distritos, agora designados conselhos regionais: Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, Faro, Açores e Madeira, sendo as sedes dos respetivos distritos em Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, Faro, Ponta Delgada e Funchal.

Segundo o dec.-lei n.º 84/84, de 16 de março, com as alterações introduzidas, os órgãos próprios da Ordem, previstos no art. 9.º da lei n.º 145/2015, de 9 de setembro, distribuem-se da seguinte forma: órgãos nacionais – congresso, assembleia geral, bastonário, presidente do conselho superior, conselho superior, conselho geral e conselho fiscal; órgãos regionais e locais – assembleias regionais, conselhos regionais, presidentes dos conselhos regionais,

conselhos de deontologia, presidentes dos conselhos de deontologia, assembleias locais, delegações e delegados.

A hierarquia protocolar dos titulares dos órgãos da Ordem tem o seguinte alinhamento: bastonário, presidente do conselho superior, presidente do conselho fiscal, membros do conselho superior, do conselho geral e do conselho fiscal, presidentes dos conselhos regionais e dos conselhos de deontologia, membros dos conselhos regionais e dos conselhos de deontologia, presidentes das delegações e delegados.

A criação da Ordem dos Advogados, em 1926, determinou a escolha do bastonário, designação não prevista no dec. n.º 11.715, de 12 de junho, constando apenas a de “presidente do Conselho Geral da Ordem”, tendo sido o termo “bastonário” o adotado desde aquele ano.

O primeiro bastonário foi Vicente Rodrigues Monteiro, no mandato do triénio 1927-1929. Nasceu em Lisboa, no ano de 1847, e também aí faleceu em 1936, cursou Direito na Univ. de Coimbra, onde se formou em 1871. Distinto advogado e jurisconsulto, notabilizou-se igualmente como presidente da Câmara dos Deputados, governador civil de Lisboa, presidente da Junta da Casa de Bragança, presidente da Associação dos Advogados de Lisboa e primeiro bastonário da Ordem dos Advogados.

O Fundo Bastonário Vicente Rodrigues Monteiro (1847-1936) é constituído por 134 documentos – textos dactilografados, manuscritos, fotografias, correspondência, pareceres jurídicos, documentação diversa relativa a processos judiciais e jornais – com datas compreendidas entre 1827 e 1936 (“Fundo Bastonário Vicente Rodrigues Monteiro (1847-1936)”, *Ordem dos Advogados*, s.d.).

Do elenco dos 26 advogados que exerceram o cargo de bastonário da Ordem, consta o nome de João Catanho de Meneses, com um mandato curto de apenas um ano, 1942. Nasceu a 17 de abril de 1854, na freguesia do Faial, concelho de Santana, Madeira, tendo-se licenciado em Direito na Faculdade de Direito da Univ. de Coimbra, em 1879, e exercido advocacia na cidade de Lisboa. Foi deputado

e senador; em 1914, foi presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Foi várias vezes ministro da Justiça durante a Primeira República. Representou a Madeira nas Cortes em 1890, 1897 a 1899, 1900, 1905 a 1906.

Outro advogado madeirense que exerceu o cargo de bastonário, durante 15 anos (5 mandatos consecutivos, 1957-1971), foi Pedro Goes Pitta, descendente da família Pita Fernandes, que, desde o último quartel de séc. XVI, viveu na Ponta do Sol (Madeira). Pedro Goes Pitta nasceu a 25 de maio de 1891, filho de António Felix Pitta e de Maria da Conceição Goes Pitta. Formou-se em Direito, em Coimbra, em 1912, com 21 anos, “abrindo nesse ano banca de advogado em Ponta do Sol. Em 1917 era presidente da Câmara Municipal do Funchal e em 1919 era eleito deputado. Faleceu a 3 de fevereiro de 1974” (*Revista da Ordem dos Advogados*, n.º 47, maio-ago. 2007).

Poucos meses após a Revolução de 25 de abril de 1974, foi publicado o dec.-lei n.º 572/74, de 31 de outubro, tendo em vista regular as eleições dos órgãos da Ordem, por ter sido “reconhecido que a orgânica da Ordem dos Advogados, tal como a estrutura o Estatuto Judiciário de 1962, apresenta deficiências que impõem a sua substancial alteração [...] acontece, porém, que, nos termos do atual Estatuto Judiciário, há que realizar até ao fim do corrente ano eleições para os órgãos representativos da Ordem: bastonário, conselho superior, conselho geral e conselhos distritais”.

Foi aquele diploma legal de 1974 intercalar até à aprovação do novo Estatuto de 1984, que determinou a realização de eleições para o bastonário e para todos os membros do conselho superior e do conselho geral, a serem eleitos, por sufrágio direto, pela assembleia geral da Ordem.

O art. 3.º estabelece que “As assembleias distritais, para a eleição dos membros dos conselhos distritais, são constituídas por todos os advogados inscritos no respetivo distrito judicial”, tendo o art. 4.º determinado que “Todos os membros dos conselhos distritais são eleitos, por sufrágio direto, pelas respetivas assembleias distritais”.

As eleições deveriam ser convocadas para data a fixar pelo bastonário em exercício ou pelo presidente do Conselho Distrital entre 20 de novembro e 20 de dezembro de 1974, sendo os corpos diretivos da Ordem eleitos por um triénio, que se iniciaria em 1 de janeiro de 1975.

Não obstante o que ficou determinado no dec.-lei n.º 572/74, de 31 de outubro, não ficaram concluídos os trabalhos preparativos da reformulação de toda a orgânica da Ordem, para vigorar a partir de 1 de janeiro de 1975, o que motivou a publicação do dec.-lei n.º 382/77, de 10 de setembro, que “tornou aplicáveis ao triénio que se iniciaria em 1 de janeiro de 1978 os esquemas previstos naquele Decreto-Lei n.º 572/74”.

No sentido de ultrapassar o atraso da reorganização estrutural da Ordem, foi publicado o dec.-lei n.º 524/80, de 5 de novembro, determinando que “São aplicáveis ao triénio que se inicia em 1 de janeiro de 1981 e às eleições a ele respeitantes todas as disposições do Decreto-Lei n.º 572/74, de 31 de Outubro”.

No plano da estrutura orgânica, de acordo com as alterações introduzidas pela lei n.º 33/94, de 6 de setembro, e constantes da lei n.º 145/2015, de 9 de setembro, a Ordem está internamente estruturada em sete distritos, agora designados conselhos regionais: Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, Faro, Açores e Madeira, sendo as sedes dos respetivos distritos em Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, Faro, Ponta Delgada e Funchal.

Uma das características dos Estatutos da Ordem dos Advogados é não atribuir natureza eletiva aos congressos, que se realizam de cinco em cinco anos, sendo de três em três anos as eleições para os restantes órgãos nacionais e regionais.

Apesar de o órgão Congresso ter sido instituído pelo dec.-lei n.º 84/84, de 16 de março, o I Congresso teve lugar no ano de 1972, entre 16 e 18 de novembro, em Lisboa, no primeiro ano do mandato do bastonário Ângelo de Almeida Ribeiro (1972-1974). Os temas que estiveram em discussão foram relacionados com a “deontologia profissional; sociedades

de advogados; estrutura da Ordem; jovens advogados e estagiários; os advogados perante o processo civil; os advogados perante o processo penal; reforma da Previdência dos Advogados; extensão da Ordem dos Advogados ao Ultramar; o papel do advogado na sociedade portuguesa” (*Boletim da Ordem dos Advogados*, n.º 84, nov. 2011).

O II Congresso realizou-se entre 19 e 22 de dezembro de 1985, em Lisboa, no mandato do bastonário António Osório de Castro (1984-1986). Nele participaram, em representação do Conselho Distrital da Madeira, António Rebelo Quintal, presidente, e Carlos Vasconcelos.

Os temas agendados basearam-se nas várias vertentes do exercício da profissão de advogado; estrutura e funcionamento da Ordem e Segurança Social dos advogados; organização judiciária e funcionamento dos tribunais; estágio e problemática dos jovens advogados; acesso ao direito e à Ordem.

Entre o II e o III Congressos, realizou-se um congresso extraordinário, nos dias 4 a 7 de maio de 1989, em Lisboa, no mandato do bastonário Augusto Lopes Cardoso (1987-1989). Nasceu em Lisboa em 8 de julho de 1940 e passou a residir no Porto desde 1943. Licenciou-se em Direito pela Univ. de Lisboa. Foi durante o seu mandato como bastonário que se verificou “um dos mais graves confrontos entre os advogados e o poder instituído, em concreto o Governo”, o que motivou a “convocação do Congresso Extraordinário para debater as medidas lesivas dos Advogados e do acesso ao Direito”, conforme noticiava a revista *Sábado* a 5 de novembro de 1988.

O III Congresso teve lugar entre 25 e 28 de outubro de 1990, na Exponor, Matosinhos, no mandato da bastonária Maria de Jesus Serra Lopes (1990-1992). O estatuto da advocacia e a sua relação com os magistrados, o acesso à profissão e o mercado único, os novos tribunais de círculos e a política ministerial foram os temas em debate.

O IV Congresso teve lugar entre os dias 18 e 21 de maio de 1995, no Centro de Congressos, no Funchal, no mandato do bastonário Júlio de Castro Caldas (1993-1998). O Presidente da

República, Mário Soares, presidiu à sessão de abertura. O Congresso reuniu 525 advogados, debatendo temas relacionados com a sua atividade, tais como as instituições judiciárias e os direitos e garantias dos cidadãos, a mediatização da justiça, os cidadãos e patrocínio judiciário, o acesso às profissões forenses.

Cada delegado representou 25 advogados e, no caso da Madeira, dada a existência de 200 advogados inscritos na Ordem, a Região teve direito a 8 delegados, 2 advogados na comissão executiva do Congresso, sem direito a voto (Alcino Barreto e Francisco Felix de Sousa), e mais dois elementos na comissão organizadora do Congresso (Carlos de Vasconcelos e Paulo Gouveia e Silva).

O decano dos advogados da Madeira, João Sebastião Ferreira, com 106 anos, assistiu à sessão solene de abertura do Congresso. Recebeu, por duas vezes, a medalha de ouro da Ordem dos Advogados, atribuída pelo Conselho Distrital da Madeira, a primeira quando completou 50 anos de advocacia, e a segunda quando comemorou cem anos de vida. Com a Implantação da República, presidiu à Comissão Administrativa da Ponta do Sol. Faleceu no dia 13 de abril de 1998, com 109 anos.

Os advogados aproveitaram o evento para celebrar o Dia do Advogado, no salão nobre do Tribunal do Funchal.

O V Congresso ocorreu entre os dias 17 e 20 de maio de 2000, em Lisboa, com o lema “A caminho do futuro”, no mandato do bastonário António Pais Pires de Lima (1999-2001). Da comissão organizadora fizeram parte Francisco Felix de Sousa e Henrique Pontes Leça, ambos do Conselho Distrital da Madeira. Os temas debatidos foram: o advogado e a sociedade portuguesa, abrangendo a crise da justiça e o Estado de direito democrático, o advogado, a organização judiciária, o processo e o segredo profissional; os desafios do séc. XXI, incluindo as novas tecnologias, a globalização da economia e o direito, sociedades de advogados multinacionais e multidisciplinares; a Ordem (temas da reforma estatutária), incluindo o advogado, a normativa, o ato e a prática, a formação permanente, os

media, a publicidade, a informação e as relações com a comunicação social.

O VI Congresso ocorreu entre os dias 17 e 19 de novembro de 2005, em Vilamoura, no mandato do bastonário Rogério Alves (2005-2007). Da comissão organizadora fizeram parte Sérgio Rebelo, Pedro Quintas, ambos do Conselho Distrital da Madeira, e Isabel Mendes Londral e Alfredo Vieira Cravo, ambos do Conselho de Deontologia da Madeira. Os temas em análise foram a advocacia e a solidariedade social, em especial o apoio judiciário; a advocacia e a cidadania; a advocacia e o desenvolvimento económico, em especial a reforma das regras processuais, incluindo a reforma da ação executiva; a advocacia, o funcionamento dos tribunais e o custo da justiça; a advocacia e a comunicação social.

O VII Congresso realizou-se entre os dias 11 e 13 de novembro de 2011, na Figueira da Foz, no mandato do bastonário António de Sousa Marinho e Pinto (2008-2013). Foram delegados pela Madeira João Viveiros, José Pinheiro Gonçalves, Rafaela Fernandes e Simplício Mendonça. Os temas debatidos foram a advocacia na reforma da justiça; a adjudicatúra e o Ministério Público na reforma da justiça; o pedido de justiça e o procedimento judiciário; os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos na reforma da justiça.

O VIII Congresso foi convocado no dia 8 de novembro de 2017, pelo bastonário Guilherme Coelho dos Santos Figueiredo, e realizado entre os dias 14 e 16 de junho de 2018, em Viseu, subordinado ao tema “Uma advocacia forte numa sociedade mais justa”. Da comissão organizadora fizeram parte Magna Escórcio, do Conselho Regional da Madeira, e Ricardo Pereira, do Conselho de Deontologia da Madeira. Os temas das quatro secções do Congresso foram os seguintes: 1.ª secção – “Identidade da profissão”, “Atos próprios”, “Sigilo profissional”, “Publicidade”, “Discussão pública de questões profissionais”; 2.ª secção – “A tutela dos direitos”, “Duração e execução das penas”, “Acesso ao direito e aos tribunais”, “Patrocínio judiciário”; 3.ª secção – “Administração da justiça”, “Organização judiciária”,

“Tribunais e outras formas de jurisdição”; 4.ª secção – “Aperfeiçoamento da ordem jurídica”, “Acção executiva, inventários e procedimentos judiciais”.

Nos termos do art. 30.º do Estatuto da Ordem dos Advogados, os “advogados são representados por delegados ao Congresso, eleitos especialmente para o efeito, nas áreas dos respetivos Conselhos Regionais”. “Com vista à eleição dos 311 Delegados ao VIII Congresso, representantes dos cerca de 31000 Advogados inscritos, cabendo ao Conselho Regional de Lisboa eleger 143, ao Conselho Regional do Porto 102, ao Conselho Regional de Coimbra 37, ao Conselho Regional de Évora 13, ao Conselho Regional de Faro 10, ao Conselho Regional da Madeira 4 e ao Conselho Regional dos Açores 2”.

O Dia do Advogado (Dia de S.^{to} Ivo, patrono dos advogados) foi celebrado pela primeira vez em 19 de maio de 1992, com a presença do Presidente da República, que distinguiu a Ordem dos Advogados com o título de membro honorário da Ordem da Liberdade. A Ordem celebra todos os anos aquele dia, como aconteceu nos dias 17, 18 e 19 de maio de 2010 na Madeira. Participaram na iniciativa o Conselho Geral e o Conselho Distrital da Madeira, com um programa social, culminando aquela com a cerimónia solene de atribuição de medalhas aos advogados com 50 anos de inscrição na Ordem, assim como com a atribuição de medalhas de honra e de ouro. “Yves Hélorly nasceu em 1253, nas proximidades de Treguier, na Baixa Bretanha. Com 14 anos foi para Paris, onde tirou o curso de Filosofia e Teologia, Direito Civil e Direito Canónico. Depois de ordenado sacerdote, durante quatro anos foi juiz eclesiástico na diocese de Rennes. Ficou conhecido como o ‘Advogado dos Pobres’. Santo Ivo morou no solar de Kermatin, que herdou dos seus pais. Transformou o solar num hospital, num recolhimento para idosos e num orfanato para crianças abandonadas. Foi um homem muito estimado em toda a Bretanha. Procuravam-no os ignorantes, pobres e servos que os senhores oprimiam e que Ivo defendia. Todos o estimavam

pela sua integridade e imparcialidade dos seus juízos” (*Boletim da Ordem dos Advogados*, n.º 66, maio 2010).

A estrutura regional da Madeira da Ordem dos Advogados passou por diversas designações e competências quanto aos fins de representação dos advogados que exerciam, em cada momento, a advocacia na Madeira.

Aquando da institucionalização da Ordem dos Advogados, em 1926, a Madeira não era um distrito judicial, mas apenas tinha comarcas que pertenciam ao distrito judicial de Lisboa. O art. 14.º do dec. n.º 12.334, de 18 de setembro de 1926, estabelece que existam delegações nas comarcas que “contenham vinte advogados inscritos. Sendo inferior a vinte o número de advogados, far-se-á o agrupamento de comarcas limítrofes, a fim de se constituir uma delegação”. Mas com o Estatuto Judiciário, aprovado pelo dec. n.º 15.344, de 10 de abril de 1928, o número mínimo de advogados para se constituir uma delegação da Ordem era 12, mantendo-se a agregação de comarcas até atingir 12 advogados.

O Estatuto Judiciário aprovado pelo dec.-lei n.º 44.278, de 14 de abril de 1962, entrado em vigor no dia 24 de abril daquele ano, estabelece no mapa IV que a Madeira é um círculo judicial, compreendendo as comarcas do Funchal, de Ponta do Sol, de Santa Cruz e de São Vicente (antes, São Vicente tinha sido julgado municipal). Não foi criado na Madeira um conselho distrital da Ordem dos Advogados pelo facto dos distritos judiciais terem sede apenas em Lisboa, Porto e Coimbra, estando as quatro comarcas da Madeira integradas no distrito judicial de Lisboa.

Nos termos do art. 622.º daquele Estatuto Judiciário, “Haverá em cada comarca, que não seja sede de distrito forense, uma delegação confiada a um advogado, nomeado pelo conselho geral, ouvido o conselho distrital”. “Nas comarcas em que haja mais de nove advogados em exercício, a delegação pode ser constituída por três advogados se se proceder à respetiva eleição em assembleia comarcã”.

Os elementos históricos da estrutura da Ordem dos Advogados na Madeira revelam

que, até ao dia 1 de janeiro de 1981, funcionou uma delegação no âmbito da comarca do Funchal, composta pelos três advogados mais votados, em lista uninominal, com as funções de presidente, vogal e tesoureiro. Após a eleição, havia uma reunião dos eleitos para escolherem a função de cada um, a qual, de um modo geral, era determinada por consenso. De acordo com as atas respeitantes à Delegação da Ordem na comarca do Funchal, os mandatos eram trienais, sujeitos a votação pelos advogados inscritos naquela Delegação, realizando-se as eleições na sala do Tribunal Judicial, à R. dos Ferreiros, sendo o voto obrigatório. Noutra época, houve reuniões e assembleias em escritórios de advogados pertencentes à Delegação, nomeadamente na R. dos Ferreiros, n.º 89, R. de João Gago, n.º 2 B, R. do Bispo, n.º 50, e R. P.ª Gonçalves da Câmara, n.º 26.

Desde a institucionalização da Ordem dos Advogados até 1935, inclusive, não constam em arquivo do Conselho Regional da Madeira elementos que indiquem se existiram delegados nomeados ou eleitos para os triénios de 1927-1929, 1930-1932 e 1933-1935. Mas, a partir de 1936, o rigor das atas mostra a constância dos sucessivos atos eleitorais e respetivos advogados eleitos.

Na Delegação da Ordem, na comarca do Funchal, para o triénio referente a 1936-1938, foram eleitos António Filipe de Noronha (presidente), Frederico Augusto de Freitas e João Figueira de Freitas.

No triénio referente a 1939-1941, foram eleitos Frederico Augusto de Freitas (presidente), António Filipe de Noronha e João Figueira de Freitas.

No triénio referente a 1942-1944, foram eleitos Luís Leite Monteiro (presidente), Henrique Teodorico Fernandes e Heliodoro José de Sousa.

No triénio referente a 1945-1947, foram eleitos Manuel Gregório Pestana Júnior (presidente), António Luís Bettencourt da Câmara e Alberto Henriques de Araújo.

No triénio referente a 1948-1950, foram eleitos Manuel Gregório Pestana Júnior (presidente),

Alberto Henriques de Araújo e António Luís Bettencourt da Câmara.

No triénio referente a 1951-1953, foram eleitos Manuel Gregório Pestana Júnior (presidente), Alberto Henriques de Araújo e Carlos Maria de Oliveira.

No triénio referente a 1954-1956, foram eleitos Manuel Gregório Pestana Júnior (presidente), Alberto Henriques de Araújo e João Brito Câmara.

No triénio referente a 1957-1959, foram eleitos Frederico Augusto de Freitas (presidente), João Brito Câmara e Tomás Pita da Silva.

No triénio referente a 1960-1962, foram eleitos Frederico Augusto de Freitas (presidente), João Brito Câmara e Tomás Pita da Silva.

No triénio referente a 1963-1965, foram eleitos Frederico Augusto de Freitas (presidente), João Brito Câmara e Tomás Pita da Silva.

No triénio referente a 1966-1968, foram eleitos Frederico Augusto de Freitas (presidente), João Brito Câmara e Tomás Pita da Silva.

No triénio referente a 1969-1971, foram eleitos Frederico Augusto de Freitas (presidente), Alberto Henriques de Araújo e Tomás Pita da Silva.

No triénio referente a 1972-1974, foram eleitos Frederico Augusto de Freitas (presidente), Alberto Henriques de Araújo e Tomás Pita da Silva.

No triénio referente a 1975-1977, foram eleitos Tomás Pita da Silva (presidente), Alcino Cabral Barreto e Baltazar Andrade Gonçalves.

No triénio referente a 1978-1980, foram eleitos Tomás Pita da Silva (presidente), Alcino Cabral Barreto e Baltazar Andrade Gonçalves.

A partir do triénio que se iniciou em 1981, deixou de haver a Delegação da Ordem no âmbito da comarca do Funchal, passando a estrutura, com a designação de Conselho Distrital da Madeira, a abranger os advogados com escritório em qualquer comarca da Região.

Foi também a partir da criação da nova estrutura que a competência para a inscrição de novos advogados na Ordem passou a ser do Conselho Distrital. A primeira inscrição efetuada foi a de José António Martins, tendo-lhe sido atribuído o número de cédula 1M.

Os advogados que, até àquela data, já exerciam a advocacia na Madeira mantiveram o número de cédula que havia sido atribuído em Lisboa, com a letra L a seguir ao número. A partir de 2007, a emissão da cédula passou a ser feita pela Ordem, em Lisboa, com número nacional, embora com a letra M.

No Conselho Distrital da Madeira, com a realização da primeira assembleia geral para a eleição dos seus membros, realizada no dia 18 de dezembro de 1980, para o triénio de 1981-1983, votaram 47 advogados, não tendo votado 20. Houve uma lista única que foi votada por unanimidade, composta Tomás Pita da Silva (presidente), Henrique Pontes Leça, Carlos Alberto Rodrigues de Vasconcelos, Baltazar Andrade Gonçalves e António Duarte Rodrigues da Silveira.

Em 20 de fevereiro de 1981, os eleitos definiram a suas funções, sendo vice-presidente Henrique Pontes Leça, secretário Baltazar Andrade Gonçalves, tesoureiro Carlos Alberto Rodrigues Vasconcelos e vogal António Duarte Rodrigues da Silveira.

Na reunião do Conselho, de 13 de março de 1981, foi aprovada a inscrição na Ordem de Sérgio Marques e Jorge Paulo Oliveira.

No triénio de 1984-1986, o mandato de presidente do Conselho Distrital foi exercido por António Manuel Rebelo Quintal, o de vice-presidente por Manuel Rodrigues de Gouveia, o de secretário por Juvenal Rodrigues de Araújo, o de tesoureiro por Carlos Alberto Rodrigues Vasconcelos, o de vogais por António Duarte da Silveira e Manuel Alves Teixeira.

No triénio de 1987-1989, foram eleitos António Manuel Rebelo Quintal, presidente, José Alberto Gonçalves, Manuel Rodrigues de Gouveia, Fernando Vieira Ramos e Juvenal Rodrigues de Araújo.

No triénio de 1990-1992, o mandato de presidente do Conselho Distrital foi exercido por Alcino Cabral Barreto e iniciado no dia 22 de janeiro de 1990. A lista foi composta por António Duarte da Silveira, vice-presidente, da comarca da Ponta do Sol; Francisco Felix de Sousa, secretário; Augusto Marques, tesoureiro; Tranquada Gomes e Rui Nepomuceno, vogais.

Desde a sua tomada de posse, o Conselho Distrital distribuiu pelouros pelos vários membros e procedeu a diversas nomeações de colegas para tarefas específicas: Baltazar Gonçalves para coordenador dos estágios, tendo decidido também que o primeiro ciclo de estágio de 1990 em que participariam oito advogados estagiários, teria o seu início a 7 de maio de 1990; para membro da comissão organizadora do Congresso Nacional, Armando Castro e Abreu; para representante do Conselho Geral da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, Augusto Marques, membro do Conselho Distrital.

No triénio de 1993-1995, o mandato de presidente do Conselho Distrital foi exercido por Alcino Cabral Barreto, iniciado em janeiro de 1993, cujo elenco foi composto por Paulo Gouveia e Silva, Isabel Londral, António Duarte da Silveira, Francisco Felix de Sousa e Augusto Marques.

No triénio de 1996-1998, o mandato de presidente do Conselho Distrital foi exercido por Francisco Felix de Sousa. Iniciado em janeiro de 1996, teve o elenco composto por Adolfo Brazão, Regina Sousa, Jorge de Freitas, Sérgio Rebelo e Raul Faria.

No triénio de 1999-2001, o mandato de presidente do Conselho Distrital foi exercido por Francisco Felix de Sousa. Iniciado em janeiro de 1999, teve o elenco composto por Henrique Pontes Leça, Adolfo Brazão, Sérgio Rebelo, Isabel Mendes Londral e Cabral Fernandes.

No triénio de 2002-2004, o mandato de presidente do Conselho Distrital foi exercido por Sérgio Rebelo. Iniciado em janeiro de 2002, teve o elenco composto por Fernando de Jesus Aguiar Campos, José António de França Pitão, José Jardim Mendonça Prada, Jorge Alexandre de Freitas Jesus e Pedro Moreira da Cruz Quintas.

No triénio de 2002-2004, a lista para o Conselho de Deontologia da Madeira foi composta por Rui Firmino Faria Nepomuceno, João Luís Barreto Gonçalves, António Júlio Pinheiro Gonçalves e João Manuel Fernandes Gonçalves

No triénio de 2005-2007, o mandato de presidente do Conselho Distrital foi exercido por

Sérgio Carreira Rebelo. Iniciado em janeiro de 2005, teve o elenco composto por Pedro Moreira da Cruz Quintas, José Jardim Mendonça Prada, Jorge Alexandre de Freitas Jesus, Fernando de Jesus Aguiar Campos e Ricardo Vieira.

No triénio de 2005-2007, na eleição para o Conselho de Deontologia da Madeira, a lista apresentada tinha como presidente Alfredo Vieira Cravo, sendo os vogais João L. Gonçalves, Isabel Mendes Londral, António Pinheiro Gonçalves e Patrícia Silveira.

No triénio de 2008-2010, o mandato de presidente do Conselho Distrital foi exercido por Fernando de Jesus Aguiar Campos. Iniciado em janeiro de 2008, tendo como componentes José Jardim Mendonça Prada, Isabel P. Duarte, Paulo Gonçalves, Marco Gonçalves e Patrícia Vasconcelos.

No triénio de 2008-2010, para o Conselho de Deontologia da Madeira, foram eleitos António Pinheiro Gonçalves, Isabel Mendes Londral, Cabral Fernandes, Francisco Homem de Gouveia e Doroteia Leça.

No triénio de 2011-2013, o mandato de presidente do Conselho Distrital foi exercido por José Jardim Mendonça Prada. Iniciado em janeiro de 2011, a lista foi composta por Paulo Gonçalves, Marco Gonçalves, Patrícia Vasconcelos e Carla Mendonça.

No triénio de 2011-2013, para o Conselho de Deontologia da Madeira, foram eleitos Francisco Homem de Gouveia, Isabel Mendes Londral, Doroteia Leça, Artur Batista e David Nunes.

No triénio de 2014-2016, o mandato de presidente do Conselho Distrital da Madeira foi exercido por Brício Martins de Araújo. Iniciado em janeiro de 2014, teve o elenco composto por Raul Faria, Ricardo Pereira, Magna Escórcio, Cristóvão de Turck Nunes e Reina Neto Pinto.

No triénio de 2014-2016, para o Conselho de Deontologia da Madeira, foram eleitos Artur Batista, João Viveiros, Doroteia Leça, Clara Conde e António Franco Fernandes.

Com a publicação da lei n.º 145/2015, de 9 de setembro, que alterou o Estatuto da Ordem

dos Advogados, o Conselho Distrital da Madeira passou a designar-se Conselho Regional da Madeira.

No triénio de 2017-2019, o mandato de presidente do Conselho Regional foi exercido por Brício Martins de Araújo. Iniciado em janeiro de 2017, teve o elenco composto por José Carlos Pinheiro Gonçalves, Paula Margarido, Magna Escórcio, Carla Meneses e Mariana Pinto da Cruz.

No triénio de 2017-2019, para o Conselho de Deontologia da Madeira, foram eleitos Ricardo Pereira, Saldanha Cardoso, Nuno Drummond Borges, Patrícia Silveira, Marco Fernandes, Ana de Portugal e Filipa Nepomuceno.

As delegações da Ordem nas comarcas da Madeira foram uma iniciativa do Conselho Distrital, no segundo triénio de Francisco Felix de Sousa, ao abrir uma delegação na comarca da Ponta do Sol, cujo delegado foi António Duarte Silveira.

O número de advogados com escritório na zona oeste (Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta) justificava a aposta estatutariamente consagrada existindo um número de advogados suficiente (o mínimo era 10) para constituir a delegação. Em estudo estava a abertura de uma delegação em Machico, embora a representação da Ordem tivesse anteriormente sido instalada em Santa Cruz.

A Associação de Jovens Advogados da Madeira (AJAM) foi criada em 2011, depois de a direção regional da Associação Nacional dos Jovens Advogados Portugueses (ANJAP) se ter mostrado descontente com o rumo que a direção nacional estava a seguir. Designadamente, a não revisão do Estatuto para consagrar maior autonomia administrativa e financeira à direção regional e o facto de os estatutos consagrarem uma lista única. Apesar de existir a Associação Nacional dos Jovens Advogados desde 2001, cujos estatutos estabelecem uma estrutura com sete regiões, sendo uma delas a Direção Regional da Madeira, a não aceitação por parte dos jovens advogados da Madeira de algumas regras limitadoras das candidaturas conduziu à opção de criar uma associação regional.

De acordo com os estatutos da Associação criada na Madeira, seriam considerados e admitidos na AJAM jovens advogados que tivessem até 12 anos de carreira. Seriam 10 anos, mas teve-se em conta que o estágio nunca tem uma duração inferior a 2 anos (na 1.ª e 2.ª fases), o que perfaz um total de 12 anos. Estima-se que entre 100 a 150 advogados madeirenses preencham estes requisitos.

A primeira direção da novel Associação, no mandato 2011-2013, foi composta por José Pinheiro Gonçalves, Cláudio Pereira de Gouveia (vice-presidente), Leonardo Carvalho (vogal), Valério Gonçalves (vogal) e Susana Figueira Freitas (vogal).

De acordo com o programa, “Na sua missão de integração e apoio aos jovens advogados em início de carreira, a AJAM disponibiliza-se no sentido de agilizar e contribuir para a divulgação de oportunidades, assim como para o estabelecimento dos necessários contactos entre os seus associados, restantes colegas e respetivos escritórios. O grande objetivo é apoiar a jovem advocacia, promovendo e estreitando contactos profissionais e a cooperação entre colegas”, como se pode ler na página de Facebook desta Associação.

No mandato de 2014-2016, foi presidente Cláudio Pereira de Gouveia e, no mandato 2017-2020, foi eleito, em 28 de junho de 2017, Gustavo França Pitão, acompanhado por Pedro Delgado Gomes, Helena Isabel Pereira, Rosa Marina de Castro e Gonçalo Freitas de Sousa.

A evolução do número de advogados que, ao longo do processo evolutivo do arquipélago da Madeira, exerceram a advocacia na Madeira não é conhecida na sua plenitude e profundidade. Se até às *Ordenações Afonsinas* (1446) não eram necessárias habilitações especiais para exercer a advocacia, o certo é que as mesmas estabeleciam que os vereadores dos concelhos “Não consentirão a nenhuma pessoa, por poderosa que seja, que contra as ordenações e posturas faça nenhuma coisa, e se o fizer logo requeiram aos juizes que tornem aí; e se o fazer não quiserem, ou não puderem façam-no saber ao corregedor ou a nós, para corrigirmos”.

Com algumas exceções, a justiça era aplicada ao nível municipal, onde os vereadores colaboravam com os juizes no governo do concelho. E temos de ter em conta que, durante os 350 anos que durou o governo de capitãias na Madeira, a justiça teve um amplo regime privado, sendo as decisões de aplicar penas da competência dos capitães do donatário, com exceção das penas graves, nomeadamente a penas de morte e de decepar membros, cujas competências eram do monarca. Como tal, naquele período, não consta que fosse exigível a intervenção de advogado para defender o condenado.

Outra vertente que pode explicar a evolução do número de advogados tem a ver com o início e a evolução do ensino superior em Portugal, desde a criação da Univ. de Coimbra e dos primeiros Estudos Gerais Portugueses, em Lisboa. A finalidade era o ensino em todas as faculdades, tendo sido instituído o ensino de Leis, Cânones, Artes e Medicina.

Pese embora o vaivém das cidades de Coimbra e Lisboa, onde ficam as universidades, a reforma imprimida por D. João III relança, em 1537, o ensino superior no reino. Durante a dinastia filipina, é aprovado novo estatuto para a universidade, onde funcionavam duas faculdades, uma de Leis e outra de Cânones, ou seja, uma para o Direito Romano e a outra para o Direito Canónico.

Em termos de saídas profissionais, o curso de Leis apenas habilitava para a advocacia, magistratura do foro civil e os cargos do Estado. O curso de Cânones tanto habilitava para a advocacia, para cargos do Estado e magistratura nos foros cível e criminal como para funções da Igreja, sendo que alguns juristas se dedicavam ainda diretamente ao ensino.

Com o evoluir dos séculos, a proliferação de universidades privadas ampliou grandemente a oferta da licenciatura em Direito. Mas circunstâncias históricas, geográficas e económicas da Madeira limitaram, pelos custos, desde sempre, o acesso às universidades do continente e do estrangeiro, disponível apenas às famílias de fartos recursos financeiros. E se, no final dos anos 80 do séc. xx, foi possível um número

restrito de jovens madeirenses concluírem a licenciatura em Direito na Madeira, através da extensão universitária, em acordo com Faculdade de Direito da Univ. Clássica de Lisboa, essa modalidade apenas funcionou enquanto os primeiros e únicos inscritos concluíram o curso.

Um trabalho de investigação feito pelo sacerdote de São Miguel (Açores), Fr. António do Presépio Moniz, na Univ. de Coimbra, concluiu o nome dos estudantes dos Açores e da Madeira que frequentaram aquela universidade. A investigação foi tratada por José Manuel Azevedo e Silva e foi publicada em 1990, com o título *Estudantes Madeirenses na Universidade de Coimbra: entre 1573 e 1730*.

Os citados autores concluíram que, entre 1573 e 1730, houve 24 estudantes madeirenses que frequentaram o curso de Leis; 187 o curso de Cânones; 17 o curso de Leis e Cânones; 1 os cursos de Leis e Medicina; 1 os cursos de Medicina e Cânones.

Os 24 madeirenses que frequentaram o curso de Leis na Univ. de Coimbra foram: Luís Gaspar (bacharel) 1573-1574; Tomé Alves Usadamar, 1577-1578; Francisco Gonçalves, 1577-1583; Gaspar Leite, 1578-1584; Álvaro Vaz da Costa (bacharel), 1578-1584; Garcia de Motagrã, 1579; Henrique Pereira, 1581-1586; Manuel Rodrigues Pedreira, 1583-1589; João Rodrigues Pestana, 1585-1587; João Berte de Oliveira (bacharel), 1586-1592; Francisco Rodrigues, 1587-1591; João Rodrigues de Freitas, 1589-1599; Manuel Silva, 1593-1594; Manuel Barros, 1621-1629; Gregório Gomes, 1623-1627; Francisco Azevedo de Mendonça, 1624-1629; Braz Ferreira, 1630; Bento Teixeira de Saldanha, 1633-1640; António Pacheco, 1635-1640; Francisco de Figueiredo, 1636; Pedro da Costa Arruda, 1644-1645; Domingos de Carvalho, 1648-1659; António de Freitas Sousa, 1711; Francisco Luís de Miranda, 1717.

Os 187 madeirenses que frequentaram o curso de Cânones na Univ. de Coimbra foram: Gaspar Afonso, 1573; Sebastião Luís, 1573-1574; Gonçalo Esteves, 1573-1578; Miguel Acciaiuoli, 1577-1581; Baltazar Pardo de Ornelas, 1578-1583; António de Lemos, 1578-1588;

Pedro Agrela, 1579-1580; Agostinho de Atouguia, 1579-1586; Álvaro Meireles, 1581; Gonçalo Rodrigues Minhoto, 1586-1595; Jorge Rodrigues Mondragão, 1588-1591; Bartolomeu Pacheco de Aragão; Manuel Rodrigues Pimentel, 1588-1595; João Rodrigues Cabral, 1588-1598; Diogo Lira, 1589-1591; Manuel de Almeida Pereira, 1589-1595; Manuel Rodrigues, 1591-1592; Bartolomeu de Mondragão, 1591-1594; Luís Spínola, 1591-1599; Lucas da Silva, 1591-1601; Jorge de Andrade Correia, 1592-1599; Jerónimo Coelho, 1594; Paulo Nunes, 1598-1599; Jorge Freire, 1600-1603; Manuel Rodrigues de Figueiredo, 1602-1604; Francisco de Aguiar, 1603-1611; Valentim Fernandes, 1607-1613; Bento de Matos, 1607-1614; Pedro Gonçalves, 1607-1614; Aleixo Caldeira, 1608-1617; João Dias, 1610-1612; Luís Gonçalves, 1610-1613; Braz de Seixas, 1612; Francisco do Cabo, 1612; Pedro Paulo de Sousa, 1613-1614; Pedro Gonçalves, 1614-1619; Pedro Moreira, 1614-1619; Sebastião Pereira, 1617-1617; João Spínola, 1617-1620; Domingos de Figueiredo, 1622-1625; António Francisco, 1623-1625; Jorge da Câmara, 1623-1630; Simão Gonçalves da Câmara, 1623-1630; Belchior Teixeira Tavares, 1624-1628; Martim Dória de Vasconcelos, 1624-1629; João de Moura Rolim, 1625-1627; António Ferreira, 1625-1628; António Furtado Mendonça, 1626; Jerónimo Vieira, 1626-1631; Simão Gonçalves Cidrão, 1627-1634; Francisco de Castro, 1628-1634; Feliciano Martins, 1629; André do Couto, 1629-1635; Manuel Ferreira Neto (padre), 1630-1636; Pedro de Carvalho, 1631-1632; Pedro Teixeira de Vasconcelos, 1631-1634; Manuel Freire de Andrade, 1631-1636; João de Araújo (padre), 1632-1639; Manuel de Carvalho (padre), 1633-1640; Manuel Ribeiro Neto, 1633-1640; João Gomes de Abreu, 1634; Manuel Ferraz da Silva, 1634-1635; Braz de Freitas, 1634-1639; Rui Fernandes Teles, 1635-1637; Manuel de Andrade, 1637-1638; Lucas de Vasconcelos, 1638-1644; João de Sousa, 1641-1648; José Pinheiro Taveira, 1641-1652; Francisco Aguiar de Gouveia, 1642-1657; Manuel Denis da Silva, 1646-1653; Manuel de Sousa, 1647-1648; José de Araújo, 1647-1649; Manuel de Araújo de Sousa, 1648-1653; Lourenço

de Matos Coutinho, 1648-1654; Pedro Milanês, 1649-1654; Diogo Mendes Duro, 1650-1656; João Ornelas de Gambos, 1651-1656; Bento Pacheco, 1652; Pedro Peres, 1652-1653; Fernão Gomes, 1653; Luís Fernandes de Sousa, 1654-1655; Manuel da Rocha, 1655-1656; Manuel da Fonseca, 1655-1656; Luís Fernandes de Oliveira, 1655-1660; Marcos da Fonseca Cerveira, 1655-1661; Francisco Moniz de Menezes, 1656-1663; Luís Telo de Menezes, 1656-1663; António de França e Câmara, 1658-1661; António de Freitas Branco, 1659-1664; António Valente de Sampaio, 1663-1670; João Deniz da Silva, 1668; António Moniz de Menezes, 1668; António Manuel Teles, 1669-1706; António Gonçalves de Freitas (padre), 1672-1678; Francisco Cabral da Câmara, 1672-1678; António Pereira da Silva, 1672-1680; João Gomes de Castro e Câmara, 1672-1680; Pedro Correia, 1674-1679; Pedro de Bettencourt Henriques, 1676-1683; Francisco Álvares Cardoso (padre), 1677-1679; Cristóvão de Lira e Sousa, 1677-1682; João Ferreira Gabriel (padre), 1677-1683; António da Câmara Leme, 1677-1686; Valentim da Mota Andrade (padre), 1679-1689; António Correia Barbosa, 1680-1686; Manuel de Oliveira, 1680-1687; António Correia Bettencourt, 1681-1687; Henrique Henriques de Noronha, 1682-1684; Pedro Álvares Usel, 1682-1688; Francisco da Costa, 1683; António Correia de Bettencourt, 1683-1685; Marcelino Correia, 1684-1686; Estêvão de Abreu Barreto, 1684-1691; Francisco da Costa Jardim, 1684-1691; António de Aguiar e Sá, 1685-1694; António Lopes da Silva, 1686-1692; Manuel Gomes Jardim, 1686-1693; Manuel Lopes da Silva, 1686-1693; Francisco de Vasconcelos Coutinho, 1687-1695; Feliciano Fernandes, 1688-1693; Manuel da Silva, 1690-1698; Pedro Cervantes, 1691-1697; António Vieira, 1693-1699; Luís da Silva de Brito, 1693-1699; Marcos da Fonseca Cerveira, 1693-1699; Felipe do Vale, 1695-1699; António Rodrigues Correia, 1695-1700; Agostinho de Ornelas de Vasconcelos, 1698-1702; António Vieira de Leandro, 1699; Francisco de Andrade Pereira, 1700-1707; Lourenço da Cruz Macedo, 1700-1707; Domingos Leite, 1702-1708; Silvestre Lopes Barreto, 1702-1708; Manuel

Fernandes Mondim (padre), 1702-1709; André Pereira de Aguiar, 1703-1709; Manuel de Oliveira de Aguiar, 1704-1705; Atanásio Caldeira, 1704-1709; José da Costa, 1704-1710; Jorge de França Andrade, 1705-1713; Domingos de Sá Martins, 1706-1713; Manuel da Costa, 1708-1715; Manuel Teixeira Brasão, 1709-1714; Manuel dos Passos, 1709-1715; Pedro de Sousa e Aragão, 1709-1715; António Fernandes Barradas, 1709-1716; Inácio Barbosa, 1709-1716; João da Silva Seixas (padre), 1709-1716; Felipe de Ocanha Vieira (padre), 1709-1717; Manuel Lopes de Andrade, 1710-1713; João Rodrigues de Oliva, 1710-1716; Inácio Pereira Pimenta, 1710-1717; Simão Moniz (padre), 1712-1717; António Pereira da Silva, 1712-1719; Manuel de Faria Abreu, 1712-1719; Diogo Lopes Caldeira (padre), 1712-1720; Manuel Gonçalves Rocha, 1713-1719; Manuel Vogado Souto-Maior, 1713-1719; Sebastião Vogado Souto-Maior, 1713-1719; Francisco de França e Andrade, 1714-1719; Luís de Freitas Ferraz, 1714-1719; Francisco Bettencourt Herédia, 1714-1720; João de França e Andrade, 1714-1720; Tomé Vieira e Barreto (padre), 1715-1721; João Batista Spínola (padre), 1716-1721; Julião de França Coutinho, 1716-1721; Manuel Marques de Moura (padre), 1716-1722; António de Faria Severim, 1717-1721; Francisco Bettencourt Correia, 1717-1722; Pedro Correia de Albuquerque, 1717-1723; Francisco Luís de Miranda, 1718-1727; Nicolau Biard de Ossuna, 1719-1723; Caetano de Caires, 1719-1724; Francisco Xavier Aranha (padre), 1719-1725; Nicolau Francisco da Silva, 1720-1723; José Caetano Bettencourt, 1720-1726; Ambrósio de França e Ataíde, 1723-1728; João José de Sá (dom), 1723-1728; Francisco Pinto de Abreu, 1724-1729; Francisco de Lira, 1724-1730; António Ferreira Duarte, 1726-1730; António Simeão Lobo e Matos, 1726-1730; João Henrique de Aragão, 1726-1730; Francisco Fernandes Coelho, 1727-1729; Fr. Henrique dos Serafins, 1728-1729; António Caetano de Sousa, 1728-1730; António Pereira Borges, 1728-1730; José Caetano Ribeiro, 1728-1730; Pedro Pereira da Silva, 1728-1730; António da Costa Campos Leitão, 1729; Sebastião de Teives, sem data.

Alguns destes pertencem a famílias nobres que se instalaram na Madeira desde os primeiros anos do seu povoamento, nomeadamente, “Agostinho de Ornelas de Vasconcelos, 1698-1702”, descendente da família do morgadio do Caniço “d’Ornelas”, e “João Rodrigues Mondragão 1588-1591” e “Bartolomeu de Mondragão 1591-1594”, da família “Mondragão”, o João a quem chamaram o Castelhana, fidalgo do reino da Biscaia, filho de Garcia e Banhos de Mondragão, veio para a Madeira por volta de 1500, tendo instituído o morgado na vila da Calheta, na Qt. do Vale de Amores (CLODE, 1952).

Os 17 madeirenses que frequentaram o curso de Leis e Cânones na Univ. de Coimbra foram: Rui de Mendonça e Vasconcelos, 1577-1584; Francisco de Spínola, 1585-1591; Simão Acciaiuoli, 1588-1594; Manuel Pinto, 1603-1612; Luís Gonçalves Pinheiro, 1609-1615; Felipe Vogado, 1625-1631; Manuel da Silveira, 1627-1633; Simão Machado de Miranda, 1628-1638; Sebastião do Canto, 1629-1636; Roque Fernandes Teles, 1634-1641; Lucas de Freitas Aragão, 1651-1656; Manuel Maciel da Fonseca, 1657-1661; Manuel de Carvalho Valdavesso, 1658-1662; Gaspar de Valdavesso, 1658-1664; Lucas de Freitas Branco (padre), 1659-1660; Tomás Henriques Pais, 1681-1687; Manuel Lopes Caldeira, 1686-1693.

O madeirense que frequentou o curso de Leis e Medicina na Univ. de Coimbra foi Fernão Favila de Vasconcelos, 1611-1619.

Quanto ao curso de Cânones e Medicina da Univ. de Coimbra, foi frequentado pelo madeirense Fernão Carneiro, 1601-1615.

O *Almanach de Lembranças Madeirense para 1911* refere que, no Funchal, existiam 13 advogados no exercício da sua profissão: Alberto Figueira Jardim, Lg. do Collegio; António Feliciano Rodrigues, R. Gomes Freire; António Jardim de Oliveira (conselheiro), R. do Carmo; António Nunes da Cruz, R. dos Ferreiros; José Leite Monteiro (conselheiro), R. 5 de Outubro; Francisco Mendes Gonçalves Preto, Lg. do Collegio; Joaquim Carlos de Souza, Lg. do Collegio; Manuel Augusto Martins, R. dos Ferreiros; Manuel G. Pestana Júnior,

Lg. do Collegio; Manuel dos Passos Freitas, Lg. do Collegio; Nuno Ferreira Jardim, R. da Alfandega; Remígio Antonio Gil Spínola Barretto, R. dos Ferreiros; visconde de Gonçalves de Freitas, Lg. do Collegio.

O *Almanaque da Madeira* refere que no Funchal existiam 30 advogados no exercício da sua profissão (CASTRO, 1924, 65): Augusto Elmano Vieira, R. do Comércio, 55; Álvaro Figueira, R. do Comércio, 17; Alberto Figueira Jardim, R. da Alfândega; Alexandre da Cunha Teles, R. Dr. Vieira, 54, telefone 435; António Augusto Silva, Pç. do Município, 5; António Feliciano Rodrigues (Castilho); António Filipe de Noronha, R. Câmara Pestana, 42; António Jardim de Oliveira, R. Gomes Freire, 27; Carlos Maria de Oliveira, R. 5 de Outubro, 65; Eduardo António Pestana, Pç. do Município, 10, telefone 383; Ernesto Pelágio dos Santos, R. do Comércio; Frederico Augusto de Freitas, R. do Comércio, 89, telefone 488; Gastão de Deus, R. do Comércio, 17, 1.º; Henrique Teodorico Fernandes, Pç. do Município, 1, telefone 442; João Batista do Amaral Barata, Pç. do Município, 3, telefone 314; João Joaquim Teixeira Jardim; João Valentim Pires, Pç. do Município, 5, telefone 63; João Carlos de Sousa, Pç. do Município, 1, telefone 442; Joaquim P. d'Oliveira Correia, Pç. do Município, 5, telefone 63; José Luciano Henriques; Juvenal Henriques de Araújo, Pç. do Município, 10, telefone 383; João Cabral do Nascimento, R. do Comércio, 17, 1.º; Luiz Bettencourt da Câmara, R. do Comércio, 99, telefone 156; Manuel Augusto Martins, R. do Comércio, 102, telefone 106; Manuel Gregório Pestana Júnior, R. do Comércio, 70.^a; Manuel Joaquim Teixeira Jardim; Manuel dos Passos Freitas, Pç. do Município, 3; Manuel Pestana Reis, Pç. do Município, 10; Nuno Ferreira Jardim, R. da Alfândega; Remígio António Gil S. Barreto, R. do Comércio, 87.

O *Almanaque da Madeira 1956-1957* refere que no Funchal existiam 33 advogados no exercício da sua profissão (CASTRO, 1957, 183-184): Alberto de Sousa Drummond Borges, R. do Bispo, 42; Alberto Henriques de Araújo, R. da Alfândega, 8, telefone 383; Alfredo Fonseca

Duarte, R. Câmara Pestana, 11-1.º, telefone 2155; António Filipe de Noronha, R. dos Ferreiros, 70-A, telefone 63; António Joaquim de Freitas, R. do Castanheiro, 5, telefone 106; António Manuel de Sales Caldeira, R. das Pretas, 7-1.º, telefone 1262; Augusto Elmano Vieira, R. João de Deus, 10, telefone 1185; Carlos de Ornelas Monteiro, R. 31 de Janeiro, 31-A; Carlos Maria de Oliveira, R. 5 de Outubro; Carlos José da Silva, R. Silvestre Quintino de Freitas, 15; Ernesto Baltazar Gonçalves, R. Marquês do Funchal; Fernando José Martins de Almeida Couto, R. da Alfândega; Fernão Henriques P. Favila Vieira, R. Marquês do Funchal; Frederico Augusto de Freitas, R. 31 de Janeiro, 54, telefone 488; Heliodoro H. José de Sousa, R. 31 de Janeiro, 39-1.º, telefone 96; Henrique de Freitas, R. do Bispo, 42; Damião Spínola, R. dos Ferreiros, 73, telefone 788; João Batista do Amaral Barata, R. 31 de Janeiro, 54; João Brito Câmara, R. dos Ferreiros, 75, telefone 84; João Figueira de Freitas, R. Câmara Pestana, 4, telefone 648; João Gouveia Menezes, R. do Bispo, 7, telefone 1877; João Sebastião Ferreira, R. do Bettencourt, telefone 1986; José Leite Monteiro, R. 31 de Janeiro, 54, telefone 1195; José Maria da Conceição Carvalho, R. Marquês do Funchal, 3, telefone 220; Juvenal Henriques de Araújo, Casa Hinton; Juvenal Rodrigues de Araújo, R. do Bispo, 50-1.º; Leonel A. Sequeira da Silva, R. dos Ferreiros, 70-A, telefone 63; Manuel Gregório Pestana Júnior, R. P.º Gonçalves da Câmara, 26-1.º, telefone 1303; Manuel P. O. Pontes Leça, R. Câmara Pestana, 18; Manuel Rodrigues de Gouveia, R. P.º Gonçalves da Câmara, 6-1.º; D. Miguel Jardim, Pç. do Município, 8, telefone 1126; Tomás I. Pita da Silva, R. P.º Gonçalves da Câmara, 26-1.º E, telefone 1659; Rui Lima, R. P.º Gonçalves da Câmara, 6-3.º.

Na assembleia de voto para a eleição do Conselho Distrital da Ordem dos Advogados, realizada no dia 19 de dezembro de 1980, no Palácio da Justiça, no Funchal, votaram 48 advogados com atividade em todas as comarcas da Madeira: Adelino Teixeira, Alberto Henriques de Araújo, Alcino Cabral Barreto, Ana Isabel Teixeira S. da Costa, António David

de Freitas, António Manuel Rebelo Quintal, António Manuel Sales Caldeira, Armando Castro de Abreu, Baltazar Gonçalves, Carlos Vasconcelos, Consuelo Figueira, Custódio Tavares da Venda, Duarte de Araújo, Eduardo Brazão de Castro, Eduardo Paiva Jardim, Emanuel Rodrigues, Ernesto Marçal Martins Gonçalves, Fausto Pereira, Francisco Felix de Sousa, Henrique Pontes Leça, Henrique Romão de Freitas, João Gouveia Menezes, João Manuel de Deus Figueira, João Sebastião Ferreira, João Tito, Jorge Figueira da Silva, José Alberto Gonçalves, José Alexandre Teixeira, José António Correia Câmara, José M. Cabral Fernandes, José Moniz da Silva, José Melvill de Araújo, José G. Fernandes, Júlio Albuquerque Rodrigues, Juvenal Rodrigues Araújo, Lézita Chaves Manso, Luís Dantas, Manuel Alves Teixeira, Manuel José Caetano, Manuel Rodrigues Gouveia, Maria Eduarda Neves Carvalho, Maria Isabel Mendes Londral, Paulo Gouveia e Silva, Rui Antero Pestana, Rui Gonçalves, Rui Nepomuceno, Sílvio Carvalho dos Santos, Tomás Pita da Silva. Não votaram 20 advogados: Alberto João Jardim, Albino Teixeira da Costa, Ana Maria Nóbrega Araújo, António de Jesus Gonçalves, Emanuel Jardim Fernandes, Fernão Freitas Vieira, Fernando Pereira Rebelo, José Ferreira Prada, Luís Semião Mendes, Luís Vicente de Castro, Maria Encarnação Medeiros, Maria Conceição Rebelo, Maria Elisa Gonçalves Sousa, António Duarte da Silveira, João José de Cock Neves da Costa, Fernando de Almeida Couto, José Luís Seixas, Manuel Figueira Andrade, Marília Mosgueiro Crespo, Natividade Gonçalves Freitas. Esta eleição revela que, em dezembro de 1980, estavam inscritos na Ordem, com residência na Madeira, 68 advogados, embora nem todos exercessem a atividade.

Outros dois licenciados em Direito, tendo exercido a advocacia, constam no elenco dos madeirenses de destaque e são referenciados no *Almanaque PEF* (POSTO EMISSOR DO FUNCHAL, 2008, 101-106): Henrique Gonçalves Borges, licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Univ. de Coimbra, nasceu no Funchal em 11 de janeiro de 1927

e, em Coimbra, foi trabalhador-estudante, exercendo a atividade profissional no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Como advogado, com escritório na R. Castilho, em Lisboa, participou em diversas atividades na área da administração e gestão de diversas empresas. Henrique José Monteiro Santa Clara Gomes, licenciado em Direito pela Univ. Clássica de Lisboa, nasceu no Funchal em 19 de novembro de 1932 e foi consultor jurídico e advogado.

Os 39 madeirenses licenciados em Direito, tendo exercido ou não a advocacia, constam no elenco dos 93 parlamentares madeirenses, incluindo os que foram deputados, pares do reino, senadores e/ou procuradores entre 1821 e 1974, cujas biografias resumidas estão referenciadas no *Almanaque PEF* (*Id.*, *Ibid.*, 169-195):

José António de Almada nasceu em Machico, em 7 de março de 1843, formou-se em Direito na Univ. de Coimbra. Foi eleito deputado pelo círculo do Funchal, em 1899. Foi governador civil do distrito do Funchal entre 1897 e 1898. Faleceu em Lisboa.

José de Almada nasceu no Funchal, em 23 de fevereiro de 1880. Formou-se em Direito na Univ. de Coimbra. Foi procurador à Câmara Corporativa na I legislatura (1935-1938) e na II legislatura (1938-1942). Exerceu numerosas funções no Ministério das Colónias. Faleceu em Lisboa, em 12 de julho de 1973.

João José de Freitas Aragão nasceu no Funchal, em 5 de fevereiro de 1777. Formou-se em Direito na Univ. de Coimbra. Foi deputado pela Madeira às Cortes Constituintes de 1821 e prestou juramento da Constituição no dia 30 de setembro de 1822. Faleceu em Lisboa, em 20 de setembro de 1842.

Alberto Henriques de Araújo nasceu no Funchal, em 3 de março de 1903. Formou-se em Direito na Univ. de Coimbra. Foi deputado pela Madeira entre 1945 e 1969, com numerosas intervenções. Foi diretor do *Diário de Notícias* (Madeira), desde 1931 e por mais de 40 anos. Foi presidente da Associação Comercial do Funchal. Faleceu no Funchal, em 1 de março de 1980.

Juvenal Henriques de Araújo nasceu no Funchal, em 21 de novembro de 1892. Formou-se em Direito na Univ. de Coimbra, exercendo a advocacia no Funchal. Foi eleito deputado nas listas do Centro Católico Português pelo círculo do Funchal, em 1922-1925. Em 1928, publicou *Trabalhos Parlamentares*. Foi deputado à Assembleia Nacional nas legislativas de 1934-1938, 1938-1942 e 1942-1945. Dirigiu o *DM*. Foi diretor do Banco da Madeira e presidente da Misericórdia do Funchal. Faleceu no Funchal, em 2 de novembro de 1976.

Américo Olavo Correia de Azevedo nasceu no Funchal, em 15 de dezembro de 1881. Formou-se em Direito na Univ. de Lisboa. Foi deputado por Castelo Branco em 1911, mantendo-se na função parlamentar até 1925, mas, em 1919, representava o Funchal. Foi ministro da Guerra entre 8 de março e 6 de julho de 1924. Faleceu em Lisboa, em 8 de fevereiro de 1927.

Fidélido de Freitas Branco nasceu no Funchal, em 16 de junho de 1861. Formou-se em Direito na Univ. de Coimbra. Foi deputado do Partido Regenerador pelo círculo do Funchal em 1887, 1890, 1894 e 1895. Em 1900, foi eleito deputado pelo círculo de Reguengos. Foi governador civil de Évora entre 1906 e 1908. Faleceu em Sintra, em 29 de outubro de 1918.

Luís de Freitas Branco nasceu no Funchal, em 19 de agosto de 1829. Formou-se em Direito na Univ. de Coimbra. Foi deputado em oito legislaturas pelos círculos do Funchal, de Santa Cruz, de Valença e de Monção. Faleceu em Lisboa, em 1881.

Inácio de Oliveira Camacho nasceu no Funchal, em 31 de julho de 1903. Formou-se em Direito na Univ. de Lisboa. Foi procurador à Câmara Corporativa na VII legislatura (admitido em 25 de novembro de 1957), na VIII, na IX e na X legislaturas. Foi diretor da casa Leacock & C Lda.

Acácio António Camacho Lopes Cardoso nasceu no Funchal, em 7 de julho de 1879. Formou-se em Direito. Foi eleito deputado pelo círculo de Moncorvo em 1919. Faleceu no Porto, em 18 de abril de 1925.

Luís Lopes Vieira de Castro nasceu no Funchal, em 10 de maio de 1898. Formou-se em

Direito na Univ. de Lisboa. Em 1925, foi eleito deputado monárquico pelo círculo do Funchal, e foi deputado à Assembleia Nacional nas legislaturas de 1942-1945 e 1945-1949. Escreveu diversos livros e foi diretor de diversos jornais. Faleceu em Lisboa, em 7 de setembro de 1954.

Fernando José Martins de Almeida Couto nasceu no Funchal, em 18 de março de 1924. Formou-se em Direito na Univ. de Lisboa, tendo exercido advocacia no Funchal. Foi procurador à Câmara Corporativa na IX (1965-1969) e X (1969-1973) legislaturas. Entre 1965 e 1972 foi presidente da Câmara Municipal do Funchal.

Gastão Carlos de Deus Figueira nasceu no Funchal, em 3 de novembro de 1896. Formou-se em Direito na Univ. de Coimbra, tendo exercido advocacia no Funchal. Foi deputado à Assembleia Nacional pelo círculo do Funchal nas II, V e VI legislaturas. Presidiu à Câmara Municipal do Funchal (1931-1934) e foi juiz do Tribunal de Trabalho do Funchal. Faleceu em Lisboa, em 9 de março 1957.

Justino António de Freitas nasceu no Funchal, em 17 de setembro de 1804. Formou-se em Direito na Univ. de Coimbra, chegando a professor catedrático. Foi deputado pelo Porto em 1836, foi depois, em 1851 e 1852, deputado pelo círculo de Coimbra e, em 1860, pelo círculo de Soure. Fez parte do governo provisório. Faleceu em Lisboa, em 28 de novembro de 1856.

Luís António Gonçalves de Freitas nasceu no Funchal, em 23 de fevereiro de 1859. Formou-se em Direito na Univ. de Coimbra. Foi eleito deputado pelo círculo uninominal da Ponta do Sol, pelo Partido Progressista, em 1881. Escreveu diversos livros de poesia. Faleceu em 1904.

Pedro Maria Gonçalves de Freitas nasceu em Ponta Delgada, em 17 de março de 1839. Formou-se em Direito. Foi eleito deputado pelo círculo uninominal de Cabo Verde em 1865 e nas legislaturas de 1868-1869 e 1869-1870. Em 1884-1887 e 1894-1895 foi eleito pelo Funchal. Foi par do Reino em representação do distrito do Funchal em 1887-1889. Faleceu no Funchal, em 6 de julho de 1915.

António João Rodrigues de Sousa Garcês nasceu na Ribeira da Janela, em 7 de janeiro de 1763. Formou-se na Univ. de Coimbra, pela Faculdade de Cânones, em 1793. Exerceu advocacia na Madeira. Foi eleito deputado às Cortes Constituintes de 1821, mas faleceu em Lisboa antes de prestar juramento; para ocupar a vacatura, foi chamado João José de Freitas Aragão.

Romano Santa Clara Gomes nasceu no Funchal, em 12 de agosto de 1869. Formou-se em Direito na Univ. de Coimbra. Foi eleito deputado pelo Partido Regenerador para a sessão legislativa de 1895-1897. Foi conservador do Registo Predial do Funchal. Faleceu no Funchal, em 14 de abril de 1949.

Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves nasceu no Funchal, em 14 de junho de 1908, licenciou-se em Direito pela Univ. de Lisboa. Foi procurador à Câmara Corporativa nas I, II, III e IV legislaturas. Foi presidente da Câmara Municipal do Funchal desde janeiro de 1935 a outubro de 1946. Fez parte dos conselhos de administração do Banco da Madeira, da Caixa Geral de Depósitos, do Banco Pinto & Sotto Mayor e da Hidroeléctrica do Cávado. Faleceu em Lisboa, em 24 de maio de 1978.

Quirino Avelino de Jesus nasceu no Funchal, em 10 de novembro de 1866. Formou-se em Direito na Univ. de Coimbra. Foi eleito deputado pelo círculo de Braga em 1895 e pelo círculo do Funchal em 1900. Foi administrador do Banco Nacional Ultramarino. Faleceu em Lisboa, em 3 de abril de 1935.

Sebastião Frederico Rodrigues Leal nasceu na Madeira. Formou-se em Direito na Univ. de Coimbra em 1846. Foi deputado pelo Funchal para a legislatura de 1857-1858.

Frederico dos Santos Martins nasceu no Funchal, em 1 de novembro de 1869. Formou-se em Direito na Univ. de Coimbra, tendo exercido advocacia no Funchal e em Lisboa. Foi eleito deputado pelo círculo do Funchal para as legislaturas de 1902-1904 e 1904-1906. Publicou a obra *Um Caso Interessante de Direito Marítimo*.

Manuel Augusto Martins nasceu no Funchal, em 1 de março de 1867. Formou-se em Direito

na Univ. de Coimbra. Em 1919, foi eleito senador pelo círculo de Évora e, em 1921, pelo círculo do Funchal, integrado no Partido Liberal. Foi o primeiro governador civil do Funchal depois da Implantação da República e voltou a exercer o mesmo cargo em 1919. Faleceu no Funchal, em 4 de abril de 1936.

João Catanho de Meneses nasceu no dia 17 de abril de 1854, na freguesia do Faial, concelho de Santana. Formou-se em Direito na Univ. de Coimbra em 1879, vindo a exercer a advocacia na cidade de Lisboa. Foi bastonário da Ordem dos Advogados durante o ano de 1942. Foi deputado pelo círculo do Funchal em 1890, reeleito em 1897 pelo círculo de Santana, novamente reeleito, em 1900, pelo círculo de Machico e, depois, em 1905, pelo círculo do Funchal. Em 1914, foi presidente da Câmara Municipal de Lisboa. De 1915 a 1926, por diversas vezes, foi ministro da Justiça. Faleceu em Cabeço de Montachique, em 16 de maio de 1942.

Jaime Constantino de Freitas Moniz nasceu no Funchal, em 18 de fevereiro de 1837. Formou-se em Direito na Univ. de Coimbra. Defendeu José Vieira de Castro quando este foi acusado de ter assassinado a mulher. Foi professor catedrático de História e Filosofia do antigo curso de Letras. Foi ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, no Governo de Fontes Pereira de Melo. Pertenceu às duas Câmaras do Parlamento e foi eleito deputado, três vezes, pelo círculo de Castelo Branco e, uma, pelo círculo de Nova Goa. Foi autor da reforma educativa de 1894-1895. O Liceu do Funchal recebeu o seu nome, por proposta da Academia de Ciências de Lisboa. Faleceu em Lisboa, em 15 de setembro de 1917.

Agostinho de Ornelas de Vasconcelos Esmeraldo Rolim de Moura nasceu no Funchal, em 14 de março de 1836. Formou-se em Direito na Univ. de Coimbra. Foi morgado dos Caniços, propriedade do séc. xv na Madeira. Foi eleito deputado em 1868-1869 pelo círculo de Santa Cruz e reeleito nas quatro eleições seguintes pelo círculo da Ponta do Sol. Foi nomeado par do Reino por carta régia de

1874. Faleceu em 7 de setembro de 1901, na Alemanha.

António Jardim de Oliveira nasceu em São Vicente, em 7 de junho de 1858. Formou-se em Direito na Univ. de Coimbra. Foi eleito deputado pela Madeira, pelo Partido Regenerador, na legislatura de 1890-1892. Faleceu no Funchal, em 31 de maio de 1926.

Manuel Gregório Pestana Júnior nasceu no Porto Santo, em 16 de agosto de 1886. Formou-se em Direito na Univ. de Coimbra, tendo exercido a advocacia no Funchal. Foi deputado pelo Funchal entre 1913 e 1917 e deputado por Lisboa entre 1922 e 1926. Foi ministro das Finanças entre 22 de novembro de 1924 e 15 de fevereiro de 1925, no Governo presidido por José Domingos dos Santos. Faleceu no Porto Santo, em 13 de maio de 1938.

Pedro Goes Pitta nasceu no Funchal, em 26 de maio de 1891, descendente da família Pita Fernandes que, desde o último quartel de séc. XVI, viveu na Ponta do Sol. Formou-se em Direito em 1912, com 21 anos, na Univ. de Coimbra, abrindo nesse ano escritório de advogado na Ponta do Sol. Em 1917, era presidente da Câmara Municipal do Funchal e, entre 1919 e 1926, foi eleito deputado. Até 1920, pertenceu ao Partido Republicano e, depois, ao Partido Reconstituente e ao Partido Nacionalista. Exerceu o cargo de bastonário da Ordem dos Advogados durante quinze anos (cinco mandatos consecutivos, 1957-1971). Faleceu em Cascais, em 3 de fevereiro de 1974.

António Manuel Rebelo Pereira Quintal nasceu no Funchal, em 18 de janeiro de 1931. Formou-se em Direito na Univ. de Lisboa, exercendo advocacia no Funchal, onde foi presidente do Conselho Distrital da Madeira durante dois mandatos, 1984-1986 e 1987-1989. Foi deputado à Assembleia Nacional na XI legislatura (1973-1974) pelo círculo do Funchal.

Luís de Ornelas Nóbrega Quintal nasceu no Funchal, em 18 de junho de 1894. Formou-se em Direito na Univ. de Lisboa. Foi deputado em 1919 pela Índia portuguesa. Era secretário de António José de Almeida em 1916, quando este ocupou a presidência do Ministério. Faleceu em Lisboa, em 5 de abril de 1965.

António Pereira Reis nasceu no Funchal, em 16 de janeiro de 1867. Formou-se em Direito na Univ. de Coimbra. Foi ministro do Interior desde 16 de março até 29 de maio de 1916. Faleceu em 2 de dezembro de 1952.

Manuel Pestana dos Reis nasceu nos Canhas, em 1 de abril de 1893. Formou-se em Direito na Univ. de Lisboa. Foi eleito deputado à Assembleia Nacional nas I e II legislaturas. Faleceu no Funchal, em 4 de julho de 1966.

João Militão Rodrigues nasceu no Funchal, em 10 de março de 1910. Formou-se em Direito na Univ. de Lisboa. Foi procurador à Câmara Corporativa na VII legislatura (1957-1961), de 1955 a 1964 foi presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz (Madeira).

Aníbal Álvares da Silva nasceu no Funchal, em 29 de maio de 1819. Licenciou-se em Direito na Univ. de Coimbra. Foi eleito deputado pelo círculo de Setúbal em quatro legislaturas consecutivas, entre 1861 e 1869. Foi presidente da Câmara Municipal de Setúbal.

Caetano Alberto Soares nasceu no Porto da Cruz, em 23 de maio de 1780. Foi ordenado presbítero e formou-se em Direito na Univ. de Coimbra. Foi eleito deputado pela Madeira em 1826, tendo em 1828 seguido para o Rio de Janeiro, para evitar a perseguição miguelista. No Brasil, naturalizou-se cidadão brasileiro e foi advogado da casa imperial. Faleceu no Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 1867.

Daniel de Ornelas e Vasconcelos nasceu no Funchal, em 22 de julho de 1800. Formou-se em Direito em 1824, na Univ. de Coimbra. Foi eleito senador pelo distrito do Funchal (1838-1842), elevado a par do Reino e, depois, a 1.º barão de São Pedro. Faleceu em Lisboa, em 23 de fevereiro de 1878.

Álvaro Henriques Perestrelo de Favila Vieira nasceu no Funchal, em 8 de novembro de 1902. Formou-se em Direito na Univ. de Lisboa. Foi deputado nas I, II, III e IV legislaturas (1935-1948) pelo círculo do Funchal. Foi governador civil substituto do Funchal entre 1930 e 1934. Faleceu em Lisboa, em 2 de dezembro de 1963.

Manuel José Vieira nasceu no Funchal, em 7 de agosto de 1836. Formou-se em Direito na

Univ. de Coimbra. Foi professor do Liceu durante cerca de 40 anos e presidente da Câmara Municipal do Funchal de 1864 a 1868 e de 1899 a 1908. Foi eleito deputado pela Madeira nas legislaturas de 1879, 1882 a 1884, 1884 a 1887, 1887 a 1889 e 1889 a 1895. Foi eleito par do Reino pelo distrito de Vila Real. Foi presidente da Junta Geral do Distrito, da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia e da comissão administrativa da levada dos Piornais. Foi chefe do Partido Progressista do Funchal, conseguiu para a Madeira inúmeros benefícios, além da fundação da Caixa Económica. Faleceu no Funchal, em 12 de junho de 1912.

O livro *Freguesias da Madeira* (1953), do Ten.-Cor. Alberto Artur Sarmiento, menciona filhos de algumas freguesias que se formaram em Direito, tais como:

José Vasconcelos Julião de França (1766-1859), natural da freguesia de Boaventura, formado em Direito pela Univ. de Coimbra, dedicou-se a assuntos genealógicos;

António da Gama Pereira (1520-1595), natural da freguesia da Calheta, foi doutorado pelas universidades de Bolonha e Coimbra, e nesta foi lente de jurisprudência. Desempenhou elevados cargos, como o de desembargador do paço, deixando muitas obras em latim;

Francisco Justino de Andrade, natural da freguesia do Campanário, foi para o Brasil, onde se doutorou na Univ. de São Paulo, na qual chegou a lente. Gozou de grande fama pelo seu profundo saber, e, em questões de Direito, era consultado para a resolução dos problemas mais difíceis;

Pedro Nunes Cardoso, natural da freguesia de Gaula, estudou em Itália e exerceu em Portugal o cargo de corregedor;

José António de Almada, natural de Machico, onde nasceu em 1843, formou-se em Direito na Univ. de Coimbra, tendo exercido a advocacia, o cargo de governador civil do Funchal (1897-1898) e representado a Madeira nas Cortes de 1900. Faleceu em Lisboa, sendo auditor dos Conselhos de Guerra e de Marinha;

António Gonçalves de Freitas (1827-1875), natural da freguesia de Ponta Delgada, bacharel

em Direito, político, jornalista, foi deputado e diretor geral das Contribuições.

O *Boletim da Ordem dos Advogados* de janeiro de 2011 publica uma entrevista e o *curriculum* de Irineu Cabral Barreto, natural da Ponta do Sol. Licenciou-se em Direito pela Univ. de Coimbra, foi delegado do Ministério Público entre 1964 e 1970 em várias comarcas do país e juiz na ilha de São Jorge em 1971/1972. Foi ajudante do procurador da República de 1972 a 1975, nos círculos de Bragança, Évora e Setúbal, e procurador geral adjunto de 1975 a 1997. Foi nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça em abril de 1997 e juiz do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Em abril de 2011, foi nomeado representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

De acordo com a informação do Conselho Distrital da Ordem dos Advogados, “havia na Madeira 140 advogados inscritos, 22 em estágio e alguns com a inscrição na Ordem suspensa por estarem em regime de incompatibilidade com o exercício da profissão (diretores regionais e secretários regionais, chefes de gabinete e outros)”, conforme noticiava o *Diário de Notícias* (Madeira) a 19 de maio de 1993.

Em 12 de julho de 1996, aquando da entrega da cédula a sete novos advogados, o presidente do Conselho Distrital anunciou que, “Com os sete novos ‘encarteirados’, a Ordem fica com 209 Advogados inscritos, mais 39 em estágio”.

Nas eleições para o Conselho Distrital, realizadas em 4 de dezembro de 1998, foi anunciado que 300 advogados madeirenses iam a votos.

Em 19 de julho de 1999, o presidente do Conselho Distrital declarou ao *Diário de Notícias* (Madeira) que “Trinta estagiários inscritos, por ano, no Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados é a média dos últimos três anos. O número tem vindo a subir e, dos 400 Advogados que a Região tem, 60 já pediram à Ordem a sua suspensão [...] Portugal tem, neste momento, 26 escolas de Direito”.

O *Boletim da Ordem dos Advogados* n.º 15 publicou o mapa de advogados e advogados estagiários inscritos na Ordem em 31 de dezembro de 2000, tendo por base os elementos fornecidos pelos conselhos distritais. No que respeita ao

distrito judicial da Madeira, o número total de advogados é de 288, dos quais 180 homens e 108 mulheres. O total de advogados estagiários é de 110, dos quais 45 homens e 65 mulheres.

Naquela data, o total nacional de advogados é de 18.662, dos quais 10.138 homens e 8524 mulheres. O total nacional de advogados estagiários é de 5469, dos quais 1714 homens e 3755 mulheres.

Os advogados da Madeira correspondem a 1,54 % do total nacional. Por sua vez, os advogados estagiários da Madeira representam 0,2 % do total nacional.

A 17 de maio de 2007, o presidente do Conselho Distrital declarou ao *Diário de Notícias* (Madeira) que “Estão inscritos no Conselho Distrital 507 causídicos e 45 estagiários; não chegam a 100 os que exercem a tempo inteiro”.

Em declarações de 20 de maio de 2009 dadas ao Conselho Distrital ao *Diário de Notícias* (Madeira), foi referido que “Na Madeira estão inscritos na OA 542 advogados. A estes somam-se os cerca de 90 estagiários [...] de um ano para o outro, o número de inscritos (há que atender a que alguns têm a inscrição suspensa) passou de 518 em 2008 para os atuais 542”.

Com a exponencial e extraordinária evolução do número de advogados na Madeira, com especial relevo a partir do séc. XXI, em 2017 a estimativa do número de advogados rondaria os 600, devendo ter-se em conta que alguns suspenderam a atividade e que, em qualquer momento, a poderiam retomar.

O *Diário de Notícias* (Madeira) de 22 de fevereiro de 1988 transcreveu o que há 100 anos tinha publicado a propósito da divisão judicial na Madeira: “São graves, muito graves os inconvenientes que para os povos de muitas das freguesias da Madeira resultam das grandes distâncias que têm de transpor por estradas péssimas e perigosas, quando lhes é necessário ir à sede da Comarca; são também muito para considerar-se os incómodos e as despesas a que os litigantes das comarcas rurais são obrigados pelo facto de terem de procurar no Funchal o auxílio dos advogados que lhes falta nas sedes d’essas comarcas”.

A distribuição geográfica dos advogados foi sempre muito lenta. Mas verificou-se maior

frequência na instalação de escritórios de advogados em todos os concelhos da Madeira com o sucessivo aumento do número de licenciados em Direito inscritos na Ordem dos Advogados.

Apesar de, no ano de 1900, a população da Madeira ser de 150.574 habitantes, atingindo 268.937 em 1960, esse facto não foi relevante para a dispersão de advogados pelos núcleos populacionais mais povoados da Madeira. E se até dois anos antes da institucionalização da Ordem dos Advogados (1926), apenas existiam 30 advogados na Madeira, concentrados no Funchal, é de relevar o facto de Pedro Goes Pitta, acabado de se licenciar em Direito na Univ. de Coimbra em 1912, ter aberto um escritório de advogado na Ponta do Sol. Naquela altura, os potenciais clientes de Pedro Pitta seriam essencialmente os habitantes da zona oeste da Madeira (da Ribeira Brava à Ponta do Pargo), aproximadamente 40.000 pessoas.

Bibliog.: impressa: *Almanach de Lembranças Madeirense para 1911*, Funchal, Typ. do Diário Popular/Bureau de la Presse, 1911; ALVES, Adalberto, *História Breve da Advocacia em Portugal*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2003; ARNAUT, António, *Iniciação à Advocacia. História. Deontologia. Questões Práticas*, 2.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1994; *Boletim da Ordem dos Advogados*, n.º 15, maio-jun. 2001; n.º 42, set.-out. 2006; n.º 44, nov.-dez. 2006; n.º 47, maio-ago. 2007; n.º 66, maio 2010; n.º 74, jan. 2011; n.º 84, nov. 2011; n.ºs 139-140, jun.-jul. 2016; CASTRO, Carlos Jorge de Faria e, *Almanaque da Madeira*, Funchal, C. J. F. e Castro, 1924; *Id.* (coord. e ed.), *Almanaque da Madeira 1956-1957. Anuário*, Funchal, Tip. Funchal, 1957; CLODE, Luiz Peter, *Registo Genealógico de Famílias Que Passaram à Madeira*, Funchal, Tip. Comercial, 1952; *Diário de Notícias*, Funchal, 22 fev. 1988; 17 maio 2007; 20 maio 2009; ORDEM DOS ADVOGADOS, *Atas do Conselho Distrital da Madeira*; POSTO EMISSOR DO FUNCHAL, *Almanaque PEF*, Funchal, Posto Emissor do Funchal, 2008; *Revista da Ordem dos Advogados*, n.º 47, maio-ago. 2007; SARAIVA, José Hermano (dir.), *História de Portugal*, 6 vols., Lisboa, Alfa, 1983; SARMENTO, Alberto Artur, *Freguesias da Madeira*, 2.ª ed., Funchal, JGDAF, 1953; SILVA, José Manuel Azevedo, *Estudantes Madeirenses na Universidade de Coimbra: entre 1573 e 1730*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra/ Instituto de História e Teoria das Ideias, 1990; **digital:** AMONTEIRO, “Evolução histórica do solicitador/procurador”, *Legislação*, 24 nov. 2004: <http://decreta.blogspot.pt/2004/11/evolucao-historica-do-solicitadorprocurador.html> (acedido a 2 abr. 2018); “Fundo Bastonário Vicente Rodrigues Monteiro (1847-1936)”, *Ordem dos Advogados*, s.d.: https://www.oa.pt/cd/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?sidc=58102&idc=58658&ida=58863 (acedido a 5 de abr. 2018).

JOSÉ GREGÓRIO GOUVEIA

Aerportos

Sendo o arquipélago da Madeira constituído por um conjunto de ilhas a meio do oceano Atlântico, o Funchal foi um porto de abrigo privilegiado, onde faziam escala inúmeros navios de cruzeiro, possibilitando igualmente o

transporte de passageiros e mercadorias de e para o território continental. A via marítima era, então, o único meio disponível para a chegada e partida de pessoas e bens.

Com a evolução tecnológica, começou a nascer o sonho de utilização de meios aéreos. A história da aviação no arquipélago inicia-se no período que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, tendo tido um desenvolvimento mais acentuado na segunda metade do séc. xx, após a Segunda Guerra Mundial.

A primeira ligação aérea entre Lisboa e o Funchal foi efetuada a 22 de março de 1921, num hidroavião Felixtowe F3 da Aviação Naval Portuguesa, cuja tripulação era composta por Gago Coutinho (capitão de mar e guerra), Sacadura Cabral (capitão-tenente), Ortis Bettencourt (capitão-tenente) e o mecânico Roger Suberand. A viagem iniciou-se na doca do Bom Sucesso, em Lisboa, e terminou na baía do Funchal, cerca de sete horas depois.

Só em 1949 se iniciaram as ligações regulares, asseguradas pela companhia britânica Aquila Airways, que utilizava hidroaviões quadrimotores Short-Silent 45. Estes aviões ligavam Lisboa e o Funchal, partindo do aeroporto marítimo de Cabo Ruivo e terminando na baía do Funchal. Os voos da Aquila Airways estabeleciam ligações regulares Southampton-Lisboa/Canárias/Madeira e realizaram-se até 6 de julho de 1957.

Em julho de 1958, a companhia Portuguesa ARTOP-Aero Topográfica, Lda., com sede em Lisboa, recebeu dois hidroaviões, batizados como *Madeira* e *Porto Santo*. Estes aviões foram reconstruídos e adaptados nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, por forma a transportar passageiros (tinham cerca de 50 lugares). O plano era estabelecer uma ligação com a Madeira, numa frequência trissemanal (quartas-feiras, sextas-feiras e domingos). A viagem custava 2340\$00; havia descontos para estudantes e até a possibilidade de pagamento em prestações. O voo inaugural no hidroavião *Madeira* realizou-se a 1 de outubro de 1958, com 18 passageiros, e durou cerca de 3 h.

A 9 de novembro de 1958, na sua viagem inaugural, o outro hidroavião, *Porto Santo*, foi



Fig. 1 – Fotografia de hidroavião na baía do Funchal (ROCK, *Collecting TAP*, 1 out. 2011).

forçado a amarar a cerca de 180 milhas a sul do cabo de S. Vicente; nunca foram encontrados os destroços nem quaisquer sobreviventes. Este acidente levantou imediatamente questões de segurança e provocou o fim quase imediato da operação. No entanto, o fim das operações em hidroavião não destruiu o sonho da ligação aérea regular entre o continente e o arquipélago. Pelo contrário, incentivou os estudos (que já se tinham iniciado) para estabelecer um aeródromo terrestre na ilha da Madeira e/ou na ilha do Porto Santo.

Aeroporto de Porto Santo

Pela sua orografia, bem mais acessível do que a da Madeira, a ilha do Porto Santo dispunha de condições mais fáceis para a instalação de um aeródromo terrestre. Em 1959, foi adjudicada a empreitada de construção do aeroporto de Porto Santo, tendo as obras sido iniciadas a 28 de setembro desse mesmo ano. O projeto, efetuado pelo Eng.º Correia Mendes, era constituído por uma pista de 2000 m x 45 m, uma zona para estacionamento de aeronaves e um terminal de passageiros em estrutura provisória; incluía um posto de reabastecimento de combustível, instalado pela Shell Portuguesa.

O voo inaugural utilizou um avião Douglas DC-4 Skymaster e realizou-se a 28 de agosto de 1960, tendo sido precedido por uma série de voos experimentais, realizados a partir de 20 de julho. A inauguração do aeroporto de Porto Santo punha um fim definitivo ao isolamento

da ilha. Convém salientar que, seis anos antes da inauguração, não havia distribuição de energia elétrica nem rede de água potável na ilha; a primeira ligação telefónica entre a Madeira e o Porto Santo foi instalada apenas um ano antes da inauguração do aeroporto. Pode-se assim considerar que a instalação desta infraestrutura foi decisiva para a evolução e o desenvolvimento do Porto Santo. Daí o relevado ao voo inaugural, onde estiveram presentes as mais altas individualidades, nomeadamente o ministro das Comunicações (Eduardo Arantes de Oliveira), o diretor-geral da Aeronáutica Civil (Vitor Veres), o governador do Distrito Autónomo do Funchal (Camacho de Freitas) e o bispo do Funchal (D. Fr. David Sousa), entre outros.

A partir de agosto de 1960, iniciou-se a exploração de voos regulares entre Lisboa e o Porto Santo, com a realização de dois voos semanais (quartas-feiras e domingos), que tinham uma duração aproximada de 2 h e 45 min. Depois de desembarcados no Porto Santo, os passageiros com destino à Madeira eram conduzidos em autocarro até ao cais da cidade, onde um barco os levava até ao porto do Funchal, numa viagem que durava cerca de 4 h. Tratava-se de uma operação relativamente complexa, uma vez que estava muito dependente das condições atmosféricas e do estado do mar, que, nos períodos em que imperava o vento de sudoeste, impossibilitava a acostagem ao cais, obrigando os passageiros a permanecer no Porto Santo ou a regressar a Lisboa.

A partir de 1968, numa atuação conjunta da NATO, da Força Aérea Portuguesa e da Direção-Geral de Aeronáutica Civil, foram efetuadas diversas beneficiações na pista, incluindo a sua ampliação para 2440 m.

Em 1982, iniciaram-se as obras de reformulação conjunta (civil e militar, com a colaboração da NATO) do aeroporto de Porto Santo, a fim de permitir a operação de qualquer tipo de aeronave. Estas obras incluíram a construção de um novo terminal de passageiros (inaugurado a 28 de agosto de 1995), a repavimentação da pista e a sua ampliação para 3000 m, bem como a criação de novos caminhos de

circulação e novas infraestruturas de apoio à navegação aérea (torre de controlo e instalações para os serviços técnicos).

A ilha do Porto Santo é um importante ponto estratégico para a navegação aérea no sul do espaço aéreo português. Grande parte das rotas com destino a Sul (África do Sul, Canárias, Cabo Verde, etc.) sobrevoa o Porto Santo. Este facto levou a que a entidade que geria o espaço aéreo (Direção-Geral de Aeronáutica Civil) utilizasse a ilha para instalação de equipamentos e recursos humanos de apoio à navegação em rota. No entanto, a partir de 1987, o controle dos sobrevoos passou a ser feito a partir do sector Madeira (no centro de controlo de tráfego aéreo, em Lisboa), sendo posteriormente instalados no pico do Facho (Porto Santo) equipamentos de apoio, quer à navegação em rota, quer à aproximação aos dois aeroportos.

Do ponto de vista estratégico, o aeroporto do Porto Santo teve sempre grande importância, ao ponto de o Allied Command Atlantic ter selecionado o arquipélago da Madeira como local de interesse estratégico para a localização de um aeródromo de apoio a eventuais operações aéreas. O Governo português disponibilizou a pista do Porto Santo para esse fim e, a partir de 1968, procedeu-se a um conjunto de beneficiações na infraestrutura aeroportuária, bem como à construção de áreas de apoio às instalações militares (edifício de comando, armazenamento de munições, comunicações, etc.).

Em novembro de 1977, foi constituído de forma permanente o destacamento aéreo da Madeira, constituído por uma aeronave C212 AVIOCAR, que se manteve baseada no aeroporto da Madeira até 1989, altura em que foi transferida para o Porto Santo; um ano depois, juntou-se-lhe um helicóptero PUMA SA-330.

A partir de 1982, a NATO deu continuidade ao plano previsto para o aeroporto do Porto Santo, tendo sido construídas, junto da cabeceira norte, 10 placas de dispersão para o estacionamento de aeronaves militares. Em 1994, e devido à conjuntura internacional, a NATO procedeu à transferência da responsabilidade pelos recursos e a logística existentes

para o Governo português, tendo sido constituído o Destacamento da Força Aérea do Porto Santo.

A 25 de novembro de 2009 foi formalmente ativado o aeródromo de manobra n.º 3, constituído pelas infraestruturas militares do aeroporto do Porto Santo e por duas aeronaves lá estacionadas em permanência, um AVIOCAR C-295 e um helicóptero EH-101 MERLIN.

Aeroporto da Madeira

Devido ao clima ameno e à sua beleza natural, a ilha da Madeira foi desde sempre muito procurada por forasteiros, quer por quem ia à procura de cura para os seus males (em especial doenças respiratórias), quer por quem queria apenas desfrutar da beleza de uma paisagem luxuriante na floresta Laurissilva (património da UNESCO). Por outro lado, a Madeira foi sempre muito procurada pelos seus principais produtos (açúcar, vinho, bordados e flores), muito solicitados no exterior.

Toda esta circulação de pessoas e bens foi, durante séculos, efetuada por via marítima, pelo que desde sempre se ambicionou a utilização de meios mais rápidos e eficientes. É, pois, natural que, assim que o desenvolvimento tecnológico o permitiu, se tenha começado a testar a utilização de meios aéreos na Madeira. Atendendo às boas condições da baía do Funchal, os hidroaviões eram uma escolha lógica. Porém, seria necessário esperar cerca de 28 anos desde a primeira ligação aérea para se iniciarem voos comerciais regulares para transporte de carga e de passageiros.

As operações aéreas dessa altura eram complicadas, pela escassez de meios de apoio. As aeronaves viajavam durante muito tempo sem qualquer tipo de orientação ou mesmo contacto com terra; navegavam à vista ou com recurso a instrumentos desenvolvidos para navios.

A solução teria de passar pela utilização de meios exclusivamente terrestres para o suporte de todas as operações aéreas. Se a orografia da ilha do Porto Santo não oferecia grandes dificuldades à criação de um aeródromo, já a ilha da Madeira era diferente: uma ilha

montanhosa, com grandes desníveis de terreno entre o centro e o litoral, não facilitava minimamente essa tarefa.

O ano de 1957 assinala um marco histórico: pela primeira vez, uma aeronave (pertencente à Direção-Geral de Aeronáutica Civil) aterrou na ilha da Madeira, numa pequena pista experimental em terra batida, localizada em Santa Catarina, junto a Santa Cruz, a cerca de 25 km do Funchal. Sucederam-se os estudos sobre locais possíveis, mas a escolha acabou por ser Santa Catarina, no concelho de Santa Cruz, na costa leste da Ilha, a cerca de 22 km da cidade do Funchal.

O aeroporto da Madeira foi inaugurado a 8 de julho de 1964, com uma pista de 1600 m de comprimento e orientação 060-240 e um terminal de passageiros (que incluía a torre de controlo e os serviços técnicos) provisório; nessa altura, a operação aérea realizava-se apenas entre o nascer e o pôr do sol, não existindo possibilidade de operações noturnas.

Em 1964, ano da sua inauguração, o aeroporto da Madeira teve 802 movimentos aéreos, transportando um total de 25.085 passageiros e mais de 100 t de carga aérea (incluindo correio). O movimento aéreo teve depois um crescimento acentuado. A hotelaria madeirense começava a exigir uma solução para aviões de maior porte, e o aeroporto existente não permitia acompanhar o desenvolvimento da aeronáutica, uma vez que os aviões de maior porte estavam impossibilitados de aterrar na pista existente.

Em 1972, começou a pensar-se na execução de um aeroporto intercontinental e surgiu um primeiro projeto, da autoria do Eng.º Edgar Cardoso. Em 1973, o primeiro terminal de passageiros foi substituído por uma aerogare preparada para receber cerca de 500.000 passageiros por ano. Esta estrutura integrava igualmente uma nova torre de controlo e instalações para os serviços técnicos.

O sentimento de que a Madeira precisava de um aeroporto com maiores dimensões e dotado de todas as infraestruturas adequadas reforçava-se cada vez mais. Em 1975, é encomendado a duas empresas estrangeiras,

a Dixon Spies Association e a The Economist International Unit, um estudo sobre a construção de um aeroporto intercontinental na ilha da Madeira. A escolha recaiu na empresa Dixon Spies Association. Sendo a orografia da Ilha um dos principais obstáculos, foram analisadas 15 possíveis localizações. Os estudos conduziram à opinião geral de que a solução mais viável seria a da ampliação da pista existente, que seria feita em duas fases: a primeira com um aumento de 1600 para 1800 m; a segunda com um aumento de 1800 para 2600 m.

Em 1976, o aeroporto da Madeira movimentava 574.515 passageiros, excedendo o valor para o qual a aerogare tinha sido dimensionada. Entre 1982 e 1986, a pista de 1600 m foi ampliada em cerca de 200 m: 50 m na cabeceira 06 (oeste) e 150 m na cabeceira 24 (leste); foi também ampliada a placa de estacionamento de aeronaves, que passou de 5 para 9 lugares.

Entretanto, o Eng.º António Segadães adaptava os estudos efetuados pelo Eng.º Edgar Cardoso e projetava uma nova ampliação da pista para 2781 m, a desenvolver em duas fases: a primeira de 546 m e a segunda de 462 m. Este projeto incluía também uma rotação de 3° 37' no eixo da pista. O projeto incluía ainda uma ampliação da aerogare, novas instalações técnicas e a melhoria da rede de acessos viários.

A solução técnica apresentada, única a nível mundial, baseava-se numa ampliação em ponte, suportada por 180 pilares, com resistência para a aterragem de uma aeronave de grande

porte (B747-400). Esta solução foi ensaiada em veia hidráulica, em Toulouse, e em túnel de vento, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Tratou-se de uma obra de elevada complexidade técnica, como comprovam alguns dados da sua construção: 3.500.000 m³ de escavações; 3.400.000 m³ de aterros; 23.000 m de estacas com 1,5 m de diâmetro; 3000 m de estacas com 1,2 m de diâmetro; 340.000 m³ de betão estrutural; 32.000 t de aço em armaduras passivas; 9700 t de aço de alta resistência para pré-esforço.

A 15 de setembro de 2000, é inaugurada a nova pista, com 2781 m, e, pela primeira vez, é possível a aterragem de aeronaves de grande porte na ilha da Madeira. A obra de ampliação do aeroporto da Madeira é uma das maiores obras de engenharia efetuadas em Portugal e foi premiada nacional e internacionalmente: em 2001, venceu o maior prémio de engenharia nacional, o Prémio SECIL; em 2004, torna-se na primeira obra nacional a vencer o IABSE Outstanding Structure Awards, prémio atribuído a grandes obras de engenharia a nível mundial e genericamente considerado o “prémio Nobel da engenharia”.

Em 2002, é inaugurado o novo terminal de passageiros, com uma capacidade de movimentar cerca de 3,5 milhões de passageiros por ano. O terminal foi equipado com 40 balcões de *check-in*, 16 portas de embarque, 4 tapetes rolantes para entrega de bagagem à chegada e 3 para o mesmo efeito à partida. Foi também reformulada toda a infraestrutura da rede viária

circundante ao aeroporto, com especial relevância para os novos acessos e novos parques de estacionamento.

O movimento anual de passageiros no aeroporto da Madeira teve então um crescimento acentuado, atingindo em 2008 um máximo de 2.448.574 passageiros. Em 2015, recebia cerca de 2.300.000 passageiros por ano.



Fig. 2 – Aeroporto do Porto Santo (fotografia de João Carita, 2018).

No que respeita à carga, as tendências são bem diferentes. O volume máximo anual de carga transportada foi atingido em 2002, com 8522,8 t, para depois se começar a verificar um decréscimo significativo, em especial a partir de 2005. Em 2012, o volume de carga transportada foi de apenas 4.893,4 t.

Organização administrativa

Os aeroportos da Madeira e do Porto Santo permaneceram integrados na estrutura administrativa da Direção-Geral de Aeronáutica Civil até 1978.

A criação de uma empresa pública responsável pela gestão dos aeroportos nacionais e pela navegação aérea, bem como a reestruturação da Direção-Geral da Aeronáutica Civil como órgão normativo de fiscalização e controlo da política de transporte aéreo, estavam no programa do I Governo Constitucional apresentado à Assembleia da República. Assim, no cumprimento de um despacho do ministro dos Transportes e Comunicações (Rui Vilar), foi criado em 1976 um grupo de trabalho para proceder ao estudo dos problemas que afetavam a aviação civil. Na sequência do trabalho apresentado, através do dec.-lei n.º 122 de 31 de março de 1977, foi criada a Direção-Geral da Aviação Civil e a Empresa Pública de Aeroportos e Navegação Aérea (ANA), sendo extinto o Gabinete do Novo Aeroporto de Lisboa. A ANA passou a ter a responsabilidade pela gestão e o aproveitamento funcional de todas as infraestruturas de transporte aéreo (incluindo os aeroportos da Madeira e do Porto Santo), bem como pela conservação, a exploração e o desenvolvimento dos equipamentos e sistemas afetos ao ordenamento do espaço aéreo português. Na sequência do dec.-lei n.º 294/80 de 16 de agosto, foram transferidas para a Região Autónoma da Madeira (RAM) todas as competências e atribuições confiadas à ANA relativas às atividades e aos serviços inerentes aos aeroportos da Madeira e do Porto Santo, com exceção de todas



Fig. 3 – Aeroporto da Madeira (fotografia de Virgílio Gomes, 2001).

as atribuições, competências e todos os direitos referentes à navegação aérea.

Em 1991, pelo dec.-lei n.º 453/91 de 11 de dezembro, é criada uma sociedade de capitais exclusivamente públicos, a Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira (ANAM), cujo capital social é subscrito pelo Estado (80 %) e pelo Governo Regional da Madeira (20 %), com o objetivo de se encarregar da exploração das infraestruturas aeroportuárias e promover as obras da sua ampliação.

Em 1992, através do decreto legislativo regional n.º 8/92/M, é atribuído à ANAM, em regime de concessão, o direito de promover e executar as obras de ampliação do aeroporto da Madeira, bem como o planeamento, desenvolvimento e a exploração dos aeroportos da RAM.

Em 1998, o dec.-lei n.º 404/98, de 18 de dezembro, criou, por cisão da ANA, a Empresa Pública de Navegação Aérea de Portugal (NAV) e transformou a ANA em sociedade anónima. A gestão aeroportuária e de navegação aérea deixou então de estar atribuída a uma única entidade. No final de 2012, procedeu-se à privatização total da ANA, que foi adquirida, por concurso público, pela firma VINCI Concessions. A 1 de outubro de 2014, deu-se a fusão da ANAM com a ANA, ficando a nova empresa a administrar os aeroportos da RAM.

Navegação aérea

O primeiro plano de aviação português foi apresentado por Humberto Delgado, na déc. de 50 do séc. xx, na sequência da assinatura da Convenção de Chicago, em 1944. O plano integrava-se na Região de Navegação Aérea da Europa; dentro dessa área, Portugal possuía duas Regiões de Informação de Voo (RIV): a RIV de Santa Maria (arquipélago dos Açores), responsável por toda a área oceânica, e a RIV de Lisboa. A área de responsabilidade da Madeira incluía-se na RIV de Lisboa e estava centrada na ilha do Porto Santo. O Porto Santo assumia assim a responsabilidade de todo o tráfego aéreo, destinado ou não ao arquipélago.

Os serviços de navegação aérea foram inicialmente geridos pela Direção-Geral de Aeronáutica Civil, tendo essa responsabilidade transitado posteriormente para a ANA e, em 1998, para a NAV, após a cisão da empresa original.

A primeira infraestrutura de apoio à navegação e ao tráfego aéreo na RAM foi instalada no Porto Santo alguns meses antes da inauguração formal do aeroporto; consistia num rádio farol não direcional com o indicativo PST; seguiu-se a instalação de idêntico equipamento na ilha da Madeira, na ponta de São Lourenço, com o indicativo MAD.

Com a inauguração do aeroporto de Porto Santo e das infraestruturas técnicas de apoio à torre de controlo, foram instalados os sistemas de comunicação necessários à sua operação normal; cerca de um ano depois, seguiu-se o mesmo procedimento para a ilha da Madeira. As infraestruturas de apoio à aeronáutica civil foram sendo progressivamente melhoradas, em especial na parte respeitante à instalação de equipamentos de comunicação terra/avião, que permitiam a comunicação verbal entre os controladores de tráfego aéreo e as aeronaves.

O equipamento consistia principalmente em emissores/recetores em VHF para a comunicação terra/avião, equipamento telefónico para ligação entre os vários serviços e ainda equipamento terminal para a Aeronautical

Fixed Telecommunications Network [Rede de Serviço Fixo Aeronáutico] (AFTN), com transmissão de mensagens escritas (tipo telex). Existiam ainda equipamentos de carácter meteorológico, nomeadamente anemómetros e indicadores visuais de direção e velocidade (mangas de vento).

As comunicações entre centros de controlo (Porto Santo/Lisboa) utilizavam linhas alugadas no cabo submarino, existindo também equipamento de onda curta para as situações de emergência; a comunicação entre ilhas era efetuada também com recurso a um equipamento de VHF que permitia a ligação de voz e ainda de dois canais de dados afetos à AFTN.

A partir da criação da ANA, a situação começou a evoluir rapidamente, tendo sido instaladas novas rádio-ajudas de apoio à operação nos dois aeroportos – Omnidirectional Radio Range (VOR) e Distance Measurement Equipment [Equipamento de Informação de Distância] –, bem como emissores recetores de geração mais recente. Em 1999, foi instalado um equipamento de vigilância, o radar secundário monopulso, numa estação construída especificamente para esse efeito, no pico do Facho; as comunicações passaram a ser efetuadas por satélite, com uma grande melhoria, quer no desempenho, quer na fiabilidade. A comunicação entre as duas ilhas (Madeira e Porto Santo) foi também significativamente melhorada com um sistema de feixes hertzianos multicanal, que permitia a transmissão de vários canais de voz e de dados.

Em 2008, na sequência da participação da NAV-Portugal na Agência Espacial Europeia, foram instaladas junto ao VOR da Madeira duas Ranging Integrity Monitoring Stations integradas na rede de estações do European Geostationary Navigation Overlay System, possibilitando um aumento da precisão dos sistemas de posicionamento global, a fim de poderem ser utilizados futuramente nos procedimentos de descolagem e de aterragem.

No que respeita às comunicações digitais com as aeronaves, estão instalados equipamentos nas estações de comunicações do pico do

Facho e do Caniçal (Madeira), que possibilitam esses serviços, prestados por companhias privadas (SITA e ARINC).

O equipamento meteorológico (cuja responsabilidade de instalação e de manutenção foi atribuída à NAV) foi também melhorado e ampliado, com a instalação de novos sensores de vento e de um novo sistema de processamento. Foi criado, em ambos os aeroportos, um centro meteorológico, cuja responsabilidade de operação foi entregue ao Instituto Português do Mar e da Atmosfera, com competências de análise, validação e distribuição de toda a informação meteorológica para os vários canais meteorológicos afetos à operação do tráfego aéreo.

Em 2015, os serviços de navegação aérea em rota eram efetuados a partir do Centro de Controlo de Tráfego Aéreo de Lisboa, enquanto os serviços de aproximação conjunta ao aeroporto do Porto Santo e da Madeira são prestados na torre de controlo do aeroporto da Madeira; o controlo de tráfego aéreo de aeródromo, que inclui as aterragens e descolagens, era efetuado na torre de controlo de cada um dos aeroportos.

Bibliog.: impressa: FIDALGO, Paulo (dir.), *Memória de Duas Décadas ao Serviço de Portugal (1978-1998)*, Lisboa, ANA – Aeroportos de Portugal, 1999; LAGARTO, Paulo (coord.), *Navegação Aérea em Portugal – Testemunhos*, Lisboa, Navegação Aérea de Portugal, 2000; **digital:** “Prémio IABSE – Ampliação do aeroporto do Funchal”, *Ordem dos Engenheiros*, s.d.: <http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/geral/outstanding-structure-award/premio-iabse-ampliacao-do-aeroporto-do-funchal/> (acedido a 9 dez. 2013); ROCK, Loo, “Foto de um AA na baía do Funchal”, *Collecting TAP*, 1 out. 2011: <http://collectingtap.blogspot.pt/2011/10/foto-de-um-aa-na-baia-do-funchal.html> (acedido a 16 mar. 2018).

LUÍS NUNO RODRIGUES

Afonseca, Luís Vicente de

Natural da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, nasceu no dia 11 de junho de 1803 e foi batizado no dia 19 na igreja paroquial de N.^a Sr.^a da Graça, tendo sido seu padrinho Francisco José de Sousa, residente na mesma freguesia, que tudo leva a crer que fosse seu tio, e em cuja residência teria nascido. O registo de batismo dá-o como filho de pais incógnitos, tendo a situação sido regularizada

a 6 de março de 1818, em que é dado como filho de Domingos João de Afonseca, solteiro, natural e residente na freguesia de São Pedro do Funchal, e de Joana Rosa, na altura solteira, natural da freguesia de Santa Maria Madalena, filha de Manuel João de Sousa e de sua mulher Antónia. A paternidade de Luís Vicente de Afonseca é reafirmada em 1840, em acórdão do Tribunal do Funchal, dado na sequência do pedido de anulamento do testamento deixado por seu pai natural, pois Carolina Júlia Afonseca, filha legítima de Domingos João de Afonseca, assumiu-se como única herdeira, não reconhecendo Luís Vicente de Afonseca como irmão.

Luís Vicente já se havia formado em Medicina pela Univ. de Coimbra, no que teria tido, por certo, o apoio do pai, exercendo a sua profissão de médico, mas destacava-se sobretudo como político. Fazia parte, na Madeira, com Lourenço José Moniz (1789-1857) e Sérvulo Drumond de Meneses (1802-1867), entre outros, do chamado grupo dos amigos de D. Pedro, elementos apoiantes da Carta Constitucional. Nos anos seguintes faria parte do Partido Cartista (ou Cabralista, dado ter como líder nacional Bernardo da Costa Cabral (1803-1889)). Dissolvidas as Cortes a 25 de fevereiro de 1840, e convocadas as assembleias eleitorais, em finais de abril, Luís Vicente de Afonseca seria eleito deputado pela Madeira, lugar que ocuparia durante 34 anos,



Largo do Patim (Estreito de Câmara de Lobos), 1925 (arquivo da revista *Girão*).

longevidade que mais ninguém conseguiu até aos inícios do séc. XXI.

Reeleito em junho de 1842, foi um dos elementos a quem se recorreu em Lisboa, a 3 de janeiro de 1843, para colmatar os terríveis estragos da aluvião de 24 de outubro de 1842. Integraria depois, com os mesmos companheiros de 1840, o Partido Reformista, conhecido por Popular, dado usar como órgão o periódico *O Popular*, de distribuição livre, sendo sempre eleito, mesmo quando o partido se encontrava na oposição. A sua grande austeridade de carácter, a comprovada abnegação e o desinteresse com que sempre tratava as questões da Madeira no Parlamento, os créditos que alcançou como homem culto e de inteligência superior, granjearam-lhe a mais merecida reputação, gozando, por isso, do maior prestígio entre todas as camadas sociais. Referem os autores do *Elucidário* que a sua tarefa não foi fácil, tendo mesmo de sustentar lutas encarniçadas contra inimigos políticos, “que não hesitaram em deturpar as suas mais nobres e puras intenções, sofrendo vexames e ultrajes, que somente os desvarios dum estreito e faccioso partidarismo podem cabalmente explicar” (SILVA e MENESES, 1998, I, 18).

Tendo levado sempre uma vida austera, simples e modesta, teria chegado a passar dificuldades económicas em Lisboa e, depois de uma vida de lutas e trabalhos, veio aí a morrer, em dezembro de 1878, com 75 anos, pobre e na obscuridade. Referem os autores do *Elucidário* que, em data que não puderam precisar, fez uma viagem ao Brasil, onde se demorou algum tempo e onde teve um filho: Zéu de Afonseca, que foi poeta e jornalista de muito merecimento, mas sobre o qual não foi possível encontrar mais dados.

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Governo Civil, livs. 5 e 93; *Ibid.*, Registos Paroquiais, Estreito de Câmara de Lobos, Batismos, liv. 10, fl. 44; **impresa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. VII, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 2008; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; *Flor do Oceano*, 16 abr. 1840; 16 fev. 1861; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; **digital:** FREITAS, Manuel Pedro da Silva, “Afonseca, Luís Vicente”, *Câmara de Lobos – Dicionário Corográfico*, s.d.: http://www.concelhodecamaraodelobos.com/dicionario/afonseca_luis_vicente.html (acedido a 16 jul. 2016).

RUI CARITA

Afonseca, Ricardo Joaquim Porfírio d'

Pianista, organista, professor e compositor, Ricardo Joaquim Porfírio d'Afonseca nasceu no Funchal, em 1802, filho de José Maria d'Afonseca, Inspetor-Geral da Agricultura e das Estradas da Ilha da Madeira. Destacou-se no círculo social da elite madeirense como fundador e um dos membros mais ativos do Club Funchalense, fundado em 1839, onde organizou bailes e concertos de música vocal e instrumental. A sua atividade à frente do Club Funchalense “deveria ser alvo de um reconhecimento público pelo serviço prestado”, segundo o periódico *O Defensor*, de 1 de fevereiro de 1840.

A aprendizagem musical de Ricardo Porfírio d'Afonseca terá sido feita, segundo o aristocrata russo Platão de Waxel, com João Fradesso Belo, mestre de capela na Sé do Funchal e professor de música no Seminário Diocesano, que veio para a Madeira no início do séc. XIX, por intermédio do Bispo Joaquim Ataíde. João Fradesso Belo foi discípulo de Fr. José Marques e Silva, um dos principais organistas e pianistas portugueses do início do séc. XIX, autor de um método para piano intitulado *Novo Methodo para Aprender fácil e solidamente a Executar Musica Vocal e Tocar Piano Forte* (1836). Deste modo, Porfírio d'Afonseca teve provavelmente acesso a uma aprendizagem musical de elevada qualidade.

Como compositor, Porfírio d'Afonseca criou várias obras musicais, onde se destacam um *Hymno* dedicado à Rainha D. Maria II, com a anotação no frontispício de “Legítima Rainha de Portugal”, o que indicia a sua preferência pela facção liberal; um salmo para a Igreja Anglicana, onde foi organista; *Souvenir de Madère*, um conjunto de três valsas, dedicadas à Rainha-mãe de Inglaterra, Adélaide d'Angleterre; uma *Fantazia* para piano, de cariz bastante virtuoso e que demonstra um elevado nível técnico; e *Madeira Cotillions*, um conjunto de danças, que eram tocadas em divertimentos sociais e que foram editadas em 1830, em Nova Iorque, por E. Riley, com uma dedicatória a

Caroline M. Smith. Ricardo Porfírio d'Afonseca compôs ainda uma *Overture* interpretada, no dia 18 de abril de 1842, na Sociedade Philharmonica, a qual “causou geral satisfação”, segundo um articulista no periódico *O Defensor*, de 23 de abril do mesmo ano. É de referir que as suas peças para piano são as mais antigas que conhecemos de um autor madeirense.

Como pianista, Ricardo Porfírio d'Afonseca terá sido um dos músicos que mais promoveu a prática do piano em público. Prova disso é o facto de, aquando da criação da Sociedade Philarmónica, em 1840, um dos propósitos desta coletividade ser “acompanhar músicos distintos”, entre os quais se destacavam um clarinetista (Caetano Drolha), um violinista (Agostinho Robbio), um machetista (Cândido Drumond de Vasconcelos) e um pianista (Ricardo Porfírio d'Afonseca). O elevado grau técnico da *Fantazia* acima referida parece comprovar o virtuosismo do pianista madeirense. Assim, é possível supor, com a devida precaução, que, no guia turística que publicou no séc. XIX, o americano Robert White estaria a referir-se a Ricardo Porfírio d'Afonseca, quando escreve que “existem excelentes executantes de piano na cidade; entre estes, destaca-se um cavalheiro com um excelente gosto e génio musical, que não só executa admiravelmente, mas que também compõe uma série de peças que honraria quase qualquer compositor, e do qual os próprios madeirenses têm orgulho”. Como professor de piano, sabe-se através de Platão de Waxel que Porfírio d'Afonseca foi o primeiro mestre do pianista António José Bernes (m. 1880), músico que terá estudado posteriormente em Viena e Nápoles.

O músico madeirense faleceu em 1858. Tendo em consideração que as composições de autores madeirenses do séc. XIX raramente sobrevivem à sua morte, é de realçar que Porfírio d'Afonseca é um caso raro na Madeira. Treze anos após a sua morte, em 1871, ainda se encontra uma composição da sua autoria num concerto musical realizado no Funchal, como é possível de constatar no periódico *A Voz do Povo* de 23 de fevereiro de 1871.

Bibliog.: ESTEIREIRO, Paulo, *50 Histórias de Músicos na Madeira*, Funchal, Associação de Amigos do Gabinete Coordenador de Educação Artística, 2008; MELO, Luís Francisco de Sousa, e CARITA, Rui, *100 Anos do Teatro Municipal Baltazar Dias: 11 de Março 1888-1988*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1988; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1978; WHITE, Robert, *Madeira, Its Climate and Scenery, Containing Medical and General Information for Invalid and Visitors; A Tour of the Island, Etc; and An Appendix*, London, Cradock & Co. Paternoster Row, 1850.

PAULO ESTEIREIRO

Afonso, João

João Afonso, navegador, povoador e armador do séc. XV, é vulgarmente conhecido como João Afonso do Estreito.

Sabe-se, por carta de 1469, que o infante D. Fernando desejava que os portugueses controlassem o comércio de açúcar e que se constituísse um monopólio para a fixação dos preços deste produto. A este propósito, no dia 14 de outubro de 1471, João Afonso esteve reunido na Câmara com alguns donos de fazendas de cana-de-açúcar para debater e votar este contrato. Dentro das fronteiras da capitania do Funchal existiam dois estreitos: o de Câmara de Lobos e o da Calheta; só neste último se produzia cana-de-açúcar, a que João Afonso está ligado; logo, o nome gentílico deste madeirense pode ser associado ao Estreito da Calheta

A relevância de João Afonso está, indelevelmente, associada a Ferdinand van Olmen (conhecido em Portugal como Fernão Dulmo), que foi um povoador flamengo da Terceira e donatário da pequena capitania das Quatro Ribeiras no ano de 1486. Dulmo propõe a D. João II descobrir “uma grande ilha ou ilhas ou terra firme per costa, que se presume ser a ilha das Sete Cidades” (*Alguns...*, 1892, 58) custeando ele mesmo esta expedição. Por carta régia de 3 de março de 1486, D. João II assevera, antecipadamente, a “real doação da dita ilha ou ilhas ou terra firme” (*Ibid.*). El-Rei doa-lhe a capitania hereditária das terras a descobrir, delas podendo ele retirar todas as rendas e direitos e nela exercendo jurisdição criminal. Contudo, para esta empresa, Dulmo procurou um associado, pois não tinha condições de assegurar as despesas que a necessária armada exigia. João Afonso é o

madeirense com quem Dulmo lavra um contrato, em Lisboa, a 12 de julho de 1486. Este documento é confirmado por El-Rei a 24 de julho de 1486, e os termos do mesmo permitem perceber a dimensão do projeto. Segundo este documento, João Afonso do Estreito fica obrigado a armar duas caravelas, pagar os “soldos das equipagens” e adiantar, aquando do contrato, uma quantia que permitia a Dulmo regressar à ilha Terceira, da qual partiria a expedição, em março do ano seguinte. Em contrapartida, Dulmo pagaria os fretes das duas caravelas e repartiria, a meias com o seu sócio, a capitania concedida por D. João II. Comandando cada um um navio diferente, a viagem teria a duração de seis meses. Nos primeiros 40 dias seria orientada por Dulmo e o restante da viagem seria feito sob orientação de João Afonso.

Este navegador assegura a força do seu contributo, tal como revela a carta régia de 4 de agosto de 1486. Por este documento concede-se-lhe a capitania das terras que fossem descobertas durante a parte da viagem sob sua orientação. O conseguimento, junto de El-Rei, desta prerrogativa é “indício claro das grandes esperanças com que entrara no pacto” (PERES, 1968, 49).

O projeto de navegar para oeste é relevante para a historiografia dos Descobrimentos. Muitos assumem a preparação desta viagem como uma etapa proeminente – a primeira empresa conhecida e preparada para a descoberta do Oeste antes de Colombo, figurando os seus organizadores como precursores daquele. Todavia, parece que a viagem não se realizou, pelo menos na data prevista, pois sabe-se que dia 18 de junho de 1487, três meses após a data agendada para o início da expedição, Dulmo ainda estaria na Ilha a tentar assegurar a sua capitania numa disputa com Antão Martins (capitão da Praia). Não há registo de resultados desta possível expedição. Sabe-se que, ao contrário do que ocorreu com o projeto de Dulmo e João Afonso, D. João II não creditou o projeto de Colombo, que se socorreu da Coroa espanhola para custear as despesas da expedição.

A prioridade do projeto de Dulmo e João Afonso de Estreito tem relevância, mesmo que não se possa, aparentemente, inferir que os portugueses tivessem um conhecimento pré-colombiano da costa central americana, na medida em que pelo menos admitiam a “probabilidade de existir um continente nas regiões ocidentais do Atlântico” (*Id.*, *Ibid.*, 48), convicção exposta na doação do próprio El-Rei: “veio ora a nós e nos disse como ele nos queria dar achada uma grande ilha, ou ilhas, ou terra firme per costa, que se presume ser a Ilha das Sete Cidades” (*Alguns...*, 1892, 58-59).

Bibliog.: *Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguesas Publicadas por Ordem do Governo de Sua Majestade Fidelíssima ao Celebrar-se a Comemoração Quadricentenária do Descobrimento da América*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892; CORTESÃO, Armando, *Cartografia e Cartógrafos Portugueses*, vol. 1, Lisboa, Seara Nova, 1935; FERRAZ, José Joaquim de Freitas, “João Afonso do Estreito: Biografias”, *Revista da Junta de Investigações do Ultramar*, vol. 10, n.º 1, 1962, pp. 167-168; PERES, Damião, “Considerações relativas ao projeto de navegação ocidental gizado por Ferdinand van Olmen em 1486”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1952, pp. 343-347; *Id.*, *O Descobrimento do Brasil por Álvares Cabral – Antecedentes e Intencionalidade*, 2.ª ed., Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral/Bertrand, 1968; VIGNAUD, Henri, *Histoire Critique de la Grande Entreprise de Christophe Colomb*, vol. 2, Paris, H. Welter, 1911.

RUI MAIA REGO

Afonso, Telésforo Rafael

Telésforo Rafael Afonso foi um sacerdote que nasceu a 24 de outubro de 1907, em Santa Cruz, filho de Telésforo Rafael Afonso e de Georgina Vasconcelos Afonso. Ordenado em 1936, começou a sua carreira como capelão da Sé, e prosseguiu-a como pároco do Caniçal (1936-1937) e do Porto Moniz (1937-1949), tornando-se, depois, coadjutor na Ponta de Sol (1949-1956). A partir de 1956, e até 1970, foi pároco dos Canhas, cargo que acumulou, desde 1960, com o de pároco da recém-criada paróquia do Carvalhal. Em 1970, passou para o Estreito de Câmara de Lobos. Assumiu, ainda, o lugar de arcepreste da Calheta, seguido do de arcepreste de Câmara de Lobos, que ocupou até à sua morte, tendo, ainda, pertencido ao Conselho Presbiteral.

De entre as obras que marcaram a sua vida, constam as de responsável pela construção da igreja da paróquia do Carvalhal, surgida da grande reforma da nova geografia paroquial operada por D. David de Sousa, e pelos restauros da igreja de S.^{ta} Maria Madalena, naquele concelho, e da da freguesia do Monte.

Conhecido como grande pregador, não foi apenas no estrito âmbito de funções religiosas que se distinguiu, uma vez que, também apreciador do desporto, veio a ser sócio do Club Sport Marítimo, clube de cuja Assembleia Geral foi presidente. Ao serviço do Marítimo e da Igreja, acompanhou a equipa numa visita a Angola e a Moçambique em novembro de 1950, e sobre essa digressão escreveu uma reportagem que intitulou “Cadernos de Viagem” e “O que eu vi e pensei”, publicadas em *O Jornal* em 11 de setembro de 1950 e 15 de março de 1951, respetivamente, a coberto do pseudónimo Osnofra. Em paralelo, teve também uma vida de conferencista, falando, em 9 de maio de 1953, no Sindicato dos Carregadores e Descarregadores do Porto do Funchal, onde proferiu uma palestra intitulada “Portugal, missionário do Cristo dos Descobrimentos”.

Corria-lhe nas veias, ainda, o sangue da poesia, e há diversos poemas seus espalhados em variados órgãos da imprensa local. Morreu em 1972.

Bibliog.: impressa: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983;
digital: “Afonso, Padre Telésforo Rafael”, *Câmara de Lobos – Dicionário Corográfico*, s.d.: http://www.concelhodescamaradelobos.com/dicionario/afonso_padre_telesforo_rafael.html (acedido a 13 abr. 2018).

CRISTINA TRINDADE

África

A ligação da Madeira à costa do Norte de África foi contemporânea da ocupação militar deste espaço e, nessa sequência, das viagens de exploração para Sul. Assim, competiu à Ilha o apoio à manutenção militar daquelas praças e também, entre o terceiro e o último quartel do séc. xv, o abastecimento em trigo das armadas de exploração da costa da Guiné.

Primórdios da exploração e a pontual ocupação dos séculos xv e xvi

Passando as armadas portuguesas, dado o regime de ventos e de correntes, pelos mares da Madeira, nestas seguiram os habitantes das ilhas e, quase ao mesmo tempo, em ambas as capitánias, eram também organizadas expedições às costas do Norte de África para provimento de mantimentos e aquisição de materiais, e principalmente para angariação de mão de obra escrava, por vezes por captura, no que também se incluíram as ilhas Canárias.

Um sobrinho de João Gonçalves Zarco (c. 1390-1471), Álvaro Fernandes, foi, *e.g.*, um conhecido navegador dessa época, participando na expedição de 1446 para exploração da embocadura do Senegal e da área continental do Cabo Verde, sob as ordens (ou em acompanhamento) de Lançarote de Lagos. Este navegador dirigiu, no ano seguinte, a expedição que ultrapassou Cabo Verde e que deve mesmo ter atingido a tristemente célebre ilha de Gorea, que seria um dos centros de distribuição de escravos no Atlântico. Em 1470, residia no Funchal o feitor real dos dentes de elefante capturados naquela costa, Fernão Nunes Boa Viagem, com seu irmão, este, envolvido no tráfico de trigo para a costa da Guiné. O topónimo manteve-se na rua atrás da igreja de N.^a Sr.^a do Calhau, junto ao entretanto demolido Hospital da Misericórdia do Funchal.

Desde 1470, sensivelmente, que o Funchal servia assim de interposto comercial para as importações das costas da África subsariana, como eram então os trabalhos de marfim da área da costa do Marfim, de especiarias, como da costa da Malagueta – designação atribuída desde 1484 à área da Serra Leoa – e, depois, de escravos de todo o golfo da Guiné. Mais tarde, por certo, e pelo porto do Funchal, teriam circulado também as esteiras de Angola, que conhecemos pintadas nos primitivos portugueses dos inícios do séc. xvi, a par dos tapetes persas. Nesta altura, os Portugueses não avançavam para o interior do continente africano, até por impossibilidade numérica e física, mas mantinham contatos através de lançados,

i.e., de elementos recrutados nas prisões continentais portuguesas e que eram deixados propositalmente nas baías onde se fazia aguada. Homens, geralmente com especiais capacidades de sobrevivência, em breve estabeleciam contactos com os reinos interiores africanos, como o de Benim – principal origem dos trabalhos em marfim dessa época –, servindo depois de feitores nos seguintes contatos com as embarcações portuguesas.

Nos finais do séc. xv, o comerciante e aventureiro Cristóvão Colombo (1451-1506), que esteve no Funchal em 1478 para adquirir açúcar e aí recolheu informações sobre as novas terras e ilhas localizadas pelos Portugueses, teria igualmente navegado até às costas da Guiné. As inúmeras referências à Madeira posteriormente feitas por Cristóvão Colombo e, inclusivamente, as suas queixas de que depois de 1492 tinham partido várias caravelas da Madeira na sua rota para as Américas – o que os embaixadores portugueses em Castela para negociarem o futuro Tratado de Tordesilhas negaram,

mas depois confirmaram – indiciam o porto do Funchal como um importante centro de comunicações e informações no quadro do Atlântico Norte. Nos inícios do séc. xvi, essa função manteve-se, reabastecendo-se aí várias armadas dos descobrimentos oficiais portugueses. Em 1520, a Armada de Manuel Pacheco, natural dos Açores e “capitão da nau Princesa del Rei Nosso Senhor, que ora Sua Alteza manda a descobrir o reino de Angola” (ANTT, Corpo Cronológico, pt. II, mç. 90, doc. 130), fez escala na Madeira.

Manuel Pacheco adquiriu então, a 19 de julho de 1520, um batel de três remos ao almorixe do Funchal, pois “de nenhuma maneira podiam fazer o dito descobrimento sem o dito batelinho” (*Ibid.*). E o que existia na nau tinha sido roubado na barra de Lisboa por dois grumetes para fugirem.

Com a fundação da Diocese do Funchal para as novas terras descobertas e povoadas pela Coroa de Portugal, em 1514, e, poucos anos depois, com o seu desmembramento nas novas dioceses africanas, coube ao Funchal o apoio às novas dioceses dos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, depois países de expressão portuguesa, com os quais aquela Diocese manteve relações privilegiadas. Apesar do desmembramento da Diocese do Funchal, a mesma manteve jurisdição sobre a feitoria de Arguim, onde em 1567 foi vigário o cronista Jerónimo Dias Leite (c. 1537- c. 1593). O interesse pelas costas de África esmoreceu entre os finais do séc. xv e os meados do séc. xvii com a passagem do cabo da Boa Esperança pelo navegador Bartolomeu Dias (1450-1500), que, a 3 de fevereiro de 1488, aportou à então baía de São Brás, ou Aguada de São Brás, abrindo a possibilidade de um caminho marítimo para a Índia.

A Mossel bay, a baía dos Mexilhões, nome atribuído no séc. xvii, ficou ligada à constituição de um inicial posto de correio numa grande árvore ali existente, de armada para armada, onde eram depositadas cartas numa bota de navegador e a mesma presa à árvore por uma flecha. Teria sido assim o primeiro marco de correio da África do Sul. Nos meados do séc. xx, o local foi transformado em parque museológico em homenagem a Bartolomeu Dias e, por informações da comunidade madeirense ali residente, em 1962, o modelo para a escultura do mítico marco de correio veio a ser a bota de vilão madeirense, muito provavelmente a mais direta descendente das botas dos navegadores portugueses dos sécs. xv e xvi.

Com a abertura do caminho marítimo para a Índia – logo na Armada de 1502 participam madeirenses –, o Oriente passa a ser o local de eleição para serviço e negócio dos Portugueses em geral. As praças do Norte de África vieram



Fig. 1 – Olifante, Benim (?), c. 1530 a 1550 (Yale University Art Gallery).

inclusivamente a ter de ser parcialmente abandonadas e os poucos contactos que se haviam estabelecido nas costas do continente africano, face ao interesse económico das rotas comerciais orientais, esmoreceram francamente ao longo da segunda metade do séc. XVI e dos inícios do séc. XVII.

O retorno ao quadro do Atlântico nos meados do século XVII

A ilha da Madeira manteve ao longo do séc. XVI o seu interesse estratégico no quadro do Atlântico e, assim, as suas relações privilegiadas com as costas de África e do Brasil, dada a necessidade de navegação em arco no oceano. As referências documentais do séc. XVI são escassas, mas a sua proliferação exponencial no séc. XVII indicia raízes anteriores. Em causa esteve a pressão dos Holandeses sobre o Brasil, onde tentavam a fixação desde 1624 e 1625, do mesmo modo que também exerciam constantes assédios nos mares da Madeira e, em 29 de agosto de 1637, ocupavam a feitoria de S. Jorge da Mina. Desde 1630 que os Holandeses também tentavam o assédio à baía de Luanda, em Angola, que conseguem ocupar em agosto de 1641 e de onde foram desalojados em 1648, por uma armada enviada do Brasil. Com a subida ao trono de D. João IV (1604-1656), o quadro do oceano Índico deixou rapidamente de representar para os Portugueses o valor até aí detido, parecendo que quase todos os interesses portugueses foram transferidos, de novo, para o Atlântico.

Vários documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) citam quase sempre a Madeira no quadro de então das ligações do Brasil, da Guiné e de Angola. Uma carta do Gov. João de Saldanha e Albuquerque (c. 1630-1723) para João Fernandes Vieira (c. 1613-1681) – que depois de ter ocupado o lugar de governador de Angola regressara a Pernambuco –, enviada do Funchal, a 21 de setembro de 1676, refere um patacho que tinha enviado com o seu sócio, o Cap. Diogo de Fernandes Branco (c. 1636-1683), “a negociar à costa da Guiné por minha conta e do capitão Diogo Fernandes Branco,

com a tardança que nos faz, poderá ter arribado a esse porto” (VIEIRA, 1998, II, 46). O copiadador de cartas deste governador, entre 1673 e 1694, mostra os seus contactos comerciais com os vários governadores de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola, como também com as autoridades das capitânias do Brasil, como as do Rio de Janeiro, de Pernambuco e da Baía (onde se encontrava o Governo geral), às quais escrevia pessoalmente, fazendo valer a sua qualidade de governador.

O governador da Madeira enviava para Cabo Verde pipas de vinho e cartolas de aguardente, sendo uma quarta parte destinada ao governador da Ribeira Grande, na ilha de Santiago, então Manuel Pacheco de Melo, que depois as devia comerciar nas costas da Guiné. A atividade comercial de João de Saldanha de Albuquerque não deixou de lhe trazer problemas, como o caso do patacho *N.ª Sr.ª da Encarnação e S.º António* que enviou para a ilha de São Tomé, fretado em parceria com Diogo Fernandes Branco, em 1676, e que veio a ser confiscado pelo Gov. Julião Campos e pelo provedor da Fazenda, na ilha do Príncipe. O assunto da apreensão desse patacho só veio a ser resolvido no regresso ao reino de João de Saldanha. Idênticos contactos com a costa da Guiné desenvolviam nessa época os membros do cabido da Sé do Funchal, com destaque para o Cón. António Lopes de Andrade (1640-c. 1700), irmão do administrador da Companhia Real da Guiné e Cacheu, o Cap. Gaspar de Andrade (1642-c. 1700), que já fora administrador do comboio marítimo do Brasil na ilha da Madeira.

Com a passagem do anterior governador da Madeira, Aires de Saldanha de Sousa e Menezes (c. 1630- c. 1720), em outubro de 1676, para o governo de Angola, conseguiu este embarcar para aquela província uma força de mais de 500 homens, onde se incorporaram cerca de 200 militares da ilha da Madeira, indivíduos “dos mais prejudiciais e de menos obrigação”, como refere o Gov. João de Saldanha e Albuquerque, em carta de 6 de maio desse ano (AHU, Madeira, doc. 29). Estas tropas apaziguaram várias rebeliões, especialmente

na área do rio Cuanza, embora também haja referências a motins de soldados que colocaram os comandantes das companhias em apuros. Nessa época, ficou célebre um motim na cidade de São Paulo de Luanda, chefiado por um soldado madeirense a quem chamavam “o estudante” (RIBEIRO, 1990, 82). No entanto, os resultados gerais teriam sido bons, tornando-se prática corrente dos seguintes governadores do séc. XVIII levarem companhias de madeirenses para aquela província, como para as capitânicas do Brasil.

A estadia como governador de Angola, entre 1658 e 1661, de João Fernandes Vieira e a passagem de alguns governadores da Madeira por esta província, como o caso de D. Lourenço de Almada (1645-1729), entre 1705 e 1709, devem ter incentivado as relações da Madeira com aquela área, embora, então e essencialmente, como apoio ao povoamento e à colonização do Brasil, sendo assim Angola fundamental para o recrutamento de mão de obra escrava para aí. Pensamos que as largas levas de soldados enviados para guarnição de Angola, de que muito poucos elementos regressaram à Madeira, após licenciados do serviço militar, se tenham deslocado para o Brasil, embora também uma certa percentagem, dadas as difíceis condições climáticas e de instalação à época, ali deva ter falecido.

Uma provisão de 1728, *e.g.*, pede ao provedor da Fazenda Real que tome nova conta ao almoxarife das despesas feitas com os fardamentos para Angola, que tinham importado em 2447\$200 réis, sinal de ter havido outra leva poucos anos antes. Nomeado novo governador, então Rodrigo César de Menezes (c. 1680-1738), em 1732, o qual fora governador de São Paulo, no Brasil, voltam a ser pedidos mais 200 homens para estarem prontos até ao fim de maio seguinte, que o governador da Madeira manda recrutar pela Ilha, entre os homens com penas na justiça, pedindo depois voluntários. Em 1748, voltou-se a proceder a nova leva para Angola nos moldes da remessa de 1732, “desterrando-se deste modo os vadios, mal procedidos e inquietadores do sossego público” (*Id., Ibid.*, 84). Esta leva foi

acompanhada por alguns casais e, por esse facto, foi levado em conta o tipo de embarcação para o transporte.

Com a chegada ao poder do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), conde de Oeiras e depois marquês de Pombal, dá-se uma modificação na política africana, como na política em geral, com novas normas de recrutamento e inclusivamente com a instalação de fundições; uma das peças fundidas em Angola, um obus de 1773, foi depositado no Museu Militar da Madeira. No novo enquadramento de 1758, os 100 soldados levantados para a guarnição de Angola foram objeto de certidão que confirmava o recrutamento e, inclusivamente, de exame médico. Em 1764, enviaram-se mais 100 homens nos mesmos moldes da leva anterior, tal como em 1771 – então escolhidos entre os criminosos e vadios mais sadios e vigorosos –, bem como em 1774 e em 1779, embora esta última tenha levado mais de um ano a levantar.

Nomeado novo governador de Angola, então o barão de Moçâmedes, José de Almeida e Vasconcelos (c. 1740-1812), foi pedido um novo recrutamento de 100 soldados, em junho de 1783. No entanto, o embarque só ocorreu no ano seguinte, apresentando como novidade a relação dos soldados embarcados. Em 1789, com a nomeação de Manuel de Almeida de Vasconcelos (1764-1832), filho do anterior, como governador e atendendo às tropas que lá existiam serem diminutas, são recrutados novamente 100 homens, voltando a ser recrutados 200 soldados em 1797. Adriano Ribeiro calculou que, somente entre 1676 e 1797, tenham saído 2246 soldados para Angola, dos quais, embora muitos ali tenham falecido e outros tenham conseguido fugir, uma grande parte acabou por se fixar ali. A estes há também que acrescentar alguns casais, como os enviados em 1732. Nos anos seguintes, com a ocupação da Madeira por forças inglesas, a constituição de levas de soldados para Angola deixou de ser possível e, com os conflitos seguintes, a saída da corte para o Brasil, etc., não voltou a acontecer de imediato.

A descrição das levas de soldados, no entanto, é feita através da documentação oficial e muita outra informação teria de ser levantada para uma percepção correta da presença madeirense em Angola, tal como em outros locais africanos. Ao barão de Moçâmedes, *e.g.*, se deve a fundação da antiga povoação piscatória angolana que teve esse nome, sendo posteriormente apelidada de Namibe, onde a presença madeirense era muito antiga. Dificilmente confirmável nos finais do séc. XVIII, era com certeza uma realidade nos meados ou finais do séc. XIX, depois do envio de casais madeirenses, em 1884, para o planalto da Huíla, que abordaremos à frente, e já notável nos meados do séc. XX, com o reforço da presença de algarvios, justificando uma das mais célebres e dramáticas aventuras da descolonização de meados de 1976, que foi a saída de mais de uma dezena de pequenas e quase artesanais embarcações de pesca que cruzaram o Atlântico e chegaram ao porto do Funchal, tendo algumas aí ficado.

A “corrida a África”

Os meados do séc. XIX conheceram um novo interesse pelo interior de África, onde se começava a descobrir importantes jazidas de minerais. Esse aspeto acordou a letargia portuguesa. Impunha-se confirmar os direitos de soberania sobre as terras onde efetivamente Portugal exercia algum domínio desde há séculos, e foi durante o final do liberalismo que a penetração no interior de Angola e Moçambique ocorreu de forma mais sistemática, com a fixação de europeus, pois até então os interesses portugueses tinham-se limitado ao litoral, e, não tendo acontecido encontrar-se minas de ouro e diamantes, como no Brasil, assim continuaria. Só que o aparecimento de importantes recursos naturais, divulgado pelas viagens de alguns cientistas e, na sua esteira, pela fixação no interior de colonos brancos, atraiu a África a atenção da imprensa internacional, o que constituiu uma novidade e fez convergir para o continente africano os mais diversos interesses.

Pelos meados de 1858, *e.g.*, já o marquês de Sá da Bandeira (1795-1876) lembrava ao governador geral de Angola que alguns estrangeiros pretendiam explorar o rio Cunene, pelo que se impunha a conclusão dos trabalhos anteriormente iniciados. Foi nessa sequência que se articularam esforços entre Angola e Moçambique para a união das duas costas, já tendo ocorrido viagens dessas em 1798 e entre 1802 e 1811, feito que se repetiu em 1831. Em breve, também exploradores internacionais repetiam essas explorações e, ao contrário dos portugueses, as suas viagens foram sendo descritas nas primeiras páginas dos grandes jornais internacionais de Londres, Paris, Nova Iorque e Berlim, que aliás subsidiavam as mesmas e disputavam essas notícias, apresentando-as como inéditas e sensacionais, como se, até então, nenhum europeu estivesse estado nas quedas de Yelala, onde chegara Diogo Cão, ainda no séc. XV.

Perante o perigo que rondava as possessões portuguesas de Angola e Moçambique, em 1875, um grupo de escritores e políticos, à frente dos quais estava o Cap. José Luciano Cordeiro (1844-1900), tal como o ex-governador da Madeira Januário Correia de Almeida (1829-1901), fundou a Sociedade de Geografia de Lisboa, cujos principais desígnios eram a defesa dos direitos da presença portuguesa em África.



Fig. 2 – Castelo de São Jorge da Mina, 2000, Elmina, Gana (arquivo particular).

Foi nesse ambiente que se ofereceram três oficiais que viriam a projetar os seus nomes nas explorações africanas: Alexandre Serpa Pinto (1846-1900), que já estivera em Moçambique em 1876, Roberto Ivens (1850-1898), açoriano natural de São Miguel e oficial de Marinha que estivera em Angola, e o igualmente oficial da Marinha Hermenegildo Capelo (1841-1917). Em 1877, estes oficiais estavam em Angola, seguindo para Cabinda, onde contactaram com o explorador Henry Morton Stanley (1841-1904), que tinha acabado de descer o curso do Congo ao serviço do Rei Leopoldo II da Bélgica (1835-1909). Acabaram por se dividir, tendo Capelo e Ivens levantado a região entre o rio Zaire e o Zambeze, enquanto Serpa Pinto insistia em chegar a Moçambique, mas, tendo-se desviado para Sul, acabou por passar pela Rodésia e chegar a Pretória, na África do Sul. Entre 1884 e 1885, Capelo e Ivens voltariam a tentar a viagem, unindo dessa vez Moçâmedes, em Angola, com Quelimane, em Moçambique.

O Tratado Anglo-Luso de 26 de fevereiro de 1884, assinado em Londres, reconhecia os direitos portugueses na zona litigiosa das margens do rio Zaire, que marcavam as fronteiras do novo Estado do Congo. Mas tanto a Bélgica de Leopoldo II como a Alemanha de Bismark (1815-1898) não concordaram com o acordo, entendendo estar em causa a liberdade de circulação e comércio na foz do grande Zaire e, nessa sequência de ideias, também do grande rio Níger. Efetivamente, a Alemanha alimentava várias esperanças coloniais, esperando ocupar a chamada Angra Pequena, em Angola, o Togo e os Camarões, assim como outras áreas da costa oriental de África, como era o caso do Norte de Moçambique. Em finais de 1884, era convocada uma conferência internacional em Berlim para discutir a grande área do Congo, onde Portugal se fazia representar por uma delegação chefiada pelo ministro de Portugal naquela capital, António de Serpa Pimentel (1825-1900).

A Madeira, embora indiretamente, haveria de ficar ligada a este enorme esforço colonial. Nos meados do século, havia-se fixado no Funchal um financeiro do Norte de Portugal, José

Rodrigues Leitão, que na sua ida para a Madeira se fizera acompanhar de um sobrinho, João Rodrigues Leitão (1843-1925), então com 10 anos. O rapaz cresceu assim no Funchal, fazendo aí os seus estudos, seguindo em 1861 para África, ao serviço da casa bancária do tio. Esteve então nas províncias de Luanda, Zaire e, depois, em Landara, Cacongo, *i.e.*, na margem oposta do rio Congo, onde adquiriu uma boa fortuna e onde estabeleceu uma série de boas relações com os régulos locais. A sua presença nessa área levou à aceitação da presença portuguesa nos territórios de Cacongo e Massabi, alegando assim os delegados portugueses na Conferência Internacional de Berlim que este território era português desde 1883. O trabalho de João Rodrigues Leitão seria de imediato reconhecido nos meados de 1884, sendo agraciado com o título de visconde de Cacongo.

Na Conferência de Berlim (1884-1885), assistiu-se a um entendimento entre a França e a Alemanha, a uma atitude conciliatória e pouco comprometida da Inglaterra e a uma ativa e notável campanha diplomática da pequena Bélgica em defesa dos interesses da chamada Associação Internacional do Congo, de que era presidente Leopoldo II. O resultado configurou-se na primeira grande partilha do continente africano entre as potências europeias e no estabelecimento de novas regras na chamada “corrida a África”. Portugal perdeu o controlo da foz do Congo, ficando somente com um pequeno enclave a Norte, Cabinda, graças ao trabalho desenvolvido pelo depois 1.º visconde de Cacongo. Foi ainda acordada na Conferência de Berlim a recusa do direito histórico como critério de ocupação dos territórios africanos, aspeto em que se baseava grande parte das pretensões portuguesas, estabelecendo-se a livre circulação nos grandes rios, entendidos como internacionais: Níger, Congo, Zambeze e mesmo o Rovuma, o que igualmente colocou em causa as pretensões nacionais em Moçambique.

Portugal vai então tentar negociar separadamente com a França e a Alemanha uma delimitação mais concreta de fronteiras, pretendendo assim autonomizar-se da poderosa

Inglaterra. O Governo do madeirense Vicente Barbosa du Bocage (1823-1907) e de Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895), ao apresentar a ambas as potências a delimitação dos territórios de Angola e Moçambique, incluiu em anexo um mapa cor-de-rosa com a ligação dos dois territórios, em referência e atenção às anteriores expedições efetuadas de Angola à contracosta. Nem França, que assina um tratado em 1885, nem Alemanha, que assina idêntico tratado em 1887, manifestaram especiais questões em relação ao mapa, dado não terem particulares interesses nessa área; mas o mesmo não se passou com Inglaterra, que protestou. O Ultimato inglês de janeiro de 1890, exigindo a retirada imediata das forças portuguesas da área disputada e mesmo do planalto de Manica – caso contrário, a Inglaterra cortaria relações diplomáticas com Portugal –, fez cair o Governo de Lisboa. A crise que se seguiu colocou diretamente em causa a monarquia portuguesa.

O Governo de Hintze Ribeiro (1849-1907) organizou, entretanto, uma expedição que teve a originalidade de seguir pelo Mediterrâneo, passando o canal de Suez, e que, descendo a costa oriental de África, atingiu a ilha de Moçambique. A chefia foi entregue ao comissário régio e antigo ministro António Enes (1848-1901), que já desempenhara o mesmo cargo em 1891. Veio a integrar o gabinete do comissário régio um ilustre conjunto de militares, como o primeiro-tenente Henrique Mitchell de Paiva Couceiro (1861-1944), o futuro conselheiro, então Cap. Aires de Ornelas e Vasconcelos (1866-1930), oficial de estado-maior, e o depois célebre Cap. Joaquim Mouzinho de Albuquerque (1855-1902), neto do primeiro prefeito da Madeira. Os Ingleses tinham conseguido a sublevação dos vátuas em Moçambique, embora os combatessem na África do Sul, e ficariam célebres na história colonial portuguesa os combates de Chaimite e Macontene.

O regresso de cada um dos contingentes militares e dos seus comandantes era amplamente saudado em Lisboa e, muitas vezes, noutras cidades, em sentidas manifestações de júbilo e reconhecimento pela obra desenvolvida; foi

o que aconteceu no Funchal, em 1885, com a chegada dos oficiais da Marinha Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, assim como, em 1897, com a passagem do Maj. Mouzinho de Albuquerque. A passagem de Capelo e Ivens teve mesmo foros apoteóticos, embora só demorasse dois dias, 12 a 14 de setembro de 1885, tendo os exploradores africanos sido homenageados no palácio de S. Lourenço pelo governador civil, Vasco Guedes (1824-1905), assim como no Clube Funchalense, então instalado no palácio de S. Pedro. Esta festa teve o patrocínio do 2.º conde de Carvalhal (1831-1888), e os exploradores posaram nos estúdios fotográficos de Vicente Gomes da Silva (1827-1906). Usou sempre da palavra Roberto Ivens, que, inclusivamente, na Associação Comercial do Funchal (ACF), desenhou um mapa da viagem efetuada para, sobre o mesmo, explicar a rota e as dificuldades encontradas. Os exploradores deram voltas triunfais pela cidade, à volta do passeio público e do jardim municipal, como era hábito, ficando as ruas que envolvem o jardim por onde passaram batizadas com os seus nomes.

Idênticas cerimónias seriam depois efetuadas na passagem pelo Funchal de Mouzinho de Albuquerque em 1897. O tenente-coronel de cavalaria Joaquim Mouzinho de Albuquerque tinha sido um dos mais importantes militares portugueses nas campanhas ultramarinas, devendo-se a ele as vitórias de Chaimite e de Macontene. A 25 de fevereiro de 1896, virase elevado a governador-geral da província de Moçambique, com poderes de comissário régio, tendo aí levado a cabo uma importante obra de administração pública, somente equiparável ao seu prestígio militar. Claro que a sua fama e a retidão militar de carácter não lhe auguraram boa carreira na política portuguesa, e, chamado a Lisboa nos finais de 1897, eram-lhe depois cerceados os poderes de comissário régio em Lourenço Marques, o que o levou a pedir de imediato a exoneração, embarcando para Portugal e passando então pontualmente pela Madeira.

O Maj. Mouzinho de Albuquerque chegou ao Funchal a 7 de dezembro desse ano de

1897, tendo de imediato sido alvo de várias manifestações de apreço. Foi-lhe oferecida uma recepção em S. Lourenço, a que se seguiu uma homenagem no jardim municipal, organizada pela classe académica, com magníficas iluminações e uma *marche aux flambeaux*, em que participaram as bandas musicais locais – tudo largamente descrito na imprensa local e nacional –, tendo embarcado para o continente a 12 de dezembro seguinte. Desembarcaria a 15 desse mês no cais do Arsenal, em Lisboa, sendo saudado em delírio por milhares de pessoas, encontrando-se para o receber o Rei D. Carlos (1863-1908), o príncipe D. Luís Filipe (1887-1908) e o infante D. Afonso (1865-1920). Nos dias seguintes, sucederam-se verdadeiras apoteoses de festas e concertos em sua homenagem, com o *Te Deum* na Sé de Lisboa e outras manifestações públicas largamente divulgadas na imprensa.

A colónia madeirense no planalto da Huíla

As manifestações de regozijo dispensadas na Madeira aos exploradores africanos, inclusivamente na ACF, demonstram decididamente um certo envolvimento da Ilha na “corrida a África” dos meados do séc. XIX – não só a casa comercial fundada pelos Rodrigues Leitão em Cabinda, mas também outros interesses económicos e sociais advindos de antigos contactos no continente africano, assim como a situação do porto do Funchal nas rotas marítimas com destino a esse continente. Sob a direção do madeirense D. José da Câmara Leme (1855-c. 1945), um grupo inicial de 222 indivíduos de ambos os sexos saiu da Madeira a 13 de outubro de 1884, no navio de guerra *Índia*, saindo depois de Lisboa, a 18 de novembro, com destino a Moçâmedes, onde se iniciou a arrancada através do quase deserto local e dos agrestes contrafortes da serra da Chela, com destino à bacia do Lubango. Aí fundariam a posterior povoação de Sá da Bandeira, mais tarde novamente denominada Lubango e capital da província angolana da Huíla. O grupo

seria reforçado, referindo D. José da Câmara Leme, meses mais tarde, ser constituído por 428 pessoas, das quais 122 eram homens, 99 mulheres e 207 crianças. No *África*, seis meses depois, embarcariam mais 349 emigrantes, e até 1890 foram mais 704, calculando-se assim que o primeiro contingente teria passado os 1000 indivíduos, entre homens, mulheres e crianças.

As primeiras impressões da viagem até à futura povoação do Lubango foram desanimadoras, chegando a haver problemas na longa espera em Moçâmedes, onde nada estava preparado para acolhimento dos colonos, tal como, depois, a paisagem do deserto estava longe de corresponder às iniciais informações de que o local teria semelhanças com a Madeira. Essas terras, aliás, ficariam nos adágios dos primeiros colonos: “Terra de imbondeiro não dá saúde nem dinheiro” (MENDONÇA, 1951, 36).

A instalação no Lubango tornou-se depois lendária, tendo o local inicial, inclusivamente, ficado com o topónimo Os Barracões; e, embora logo no primeiro ano tenham falecido 8 pessoas, ocorreram, em compensação, 12 nascimentos. Em 1885, tinham-se já aberto várias valas de irrigação através de uma considerável extensão e, na povoação nascente, dividida em quarteirões de 10 ha, traçavam-se as diversas ruas. Em breve estariam construídas as primeiras repartições públicas, a residência do diretor, a igreja, a farmácia e a residência do médico. A comunidade inicial madeirense haveria de se mesclar ainda com elementos bóeres, vindos anteriormente do Sul, de origem holandesa, empurrados pelos conflitos com os Ingleses, que teriam sido uma das razões para a deslocação para ali dos madeirenses. A nova comunidade, apesar das inúmeras dificuldades experimentadas, fundaria ainda, sucessivamente, as povoações de Humpata e Chibia.

A propaganda nacionalista e exacerbada do Estado Novo apontaria a colonização madeirense de Huíla como prova, a ser mostrada aos outros povos, das “virtudes da raça e da coragem lusa” (ARRIMAR, 1997, 23), tendo

sido depois objeto de variadas publicações. Em março de 1951, um grupo de 12 madeirenses do inicial grupo de 1884, com outros já nascidos em Angola, esteve na Madeira por iniciativa do Club Sport Marítimo e de Leandro Gomes de Mendonça (1903-1968), então residente em Sá da Bandeira, onde era professor no Liceu de Diogo Cão e onde haveria de falecer. O grupo de madeirenses ainda seria recebido em Lisboa pelo presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar (1889-1970), tal como pelo então ministro das Colónias, o Com. Manuel Maria Sarmiento Rodrigues (1889-1979), que em 1936 prestara serviço na Madeira, altura em que quase todos os elementos do grupo foram condecorados. Os lugares lendários de instalação dos iniciais colonos seriam então locais obrigatórios de peregrinação dos quadros superiores madeirenses em serviço em Angola, como foi o caso do depois general e ministro do Exército José Manuel de Bettencourt Rodrigues (1918-2011), em 1962.

A antiga comunidade madeirense consolidara-se, implantando muito dos costumes da sua terra natal, e em 1902 levantaria uma capela dedicada a N.^a Sr.^a do Monte numa elevação sobranceira à futura cidade, com um alpendre adossado à fachada para os romeiros e um amplo miradouro, em tudo semelhante ao que se fazia na Madeira, construção que subsistiu. A cidade de Sá da Bandeira era já um importante polo de desenvolvimento cultural nos meados do séc. xx, num sentido universal e cosmopolita, sem abdicar da sua especificidade. A partir de meados da déc. de 1950, a cidade registou uma interessante atividade cultural, apoiada nas forças progressivas, que incluíam até entidades ligadas ao regime, não tendo sido por acaso que a população branca – pois que a restante quase não votava –, nas eleições de 1958 para a Presidência da República Portuguesa, votou em Humberto Delgado (1906-1965), candidato derrotado da oposição, mas que venceu também na cidade da Benguela. Havia assim, no Sul,

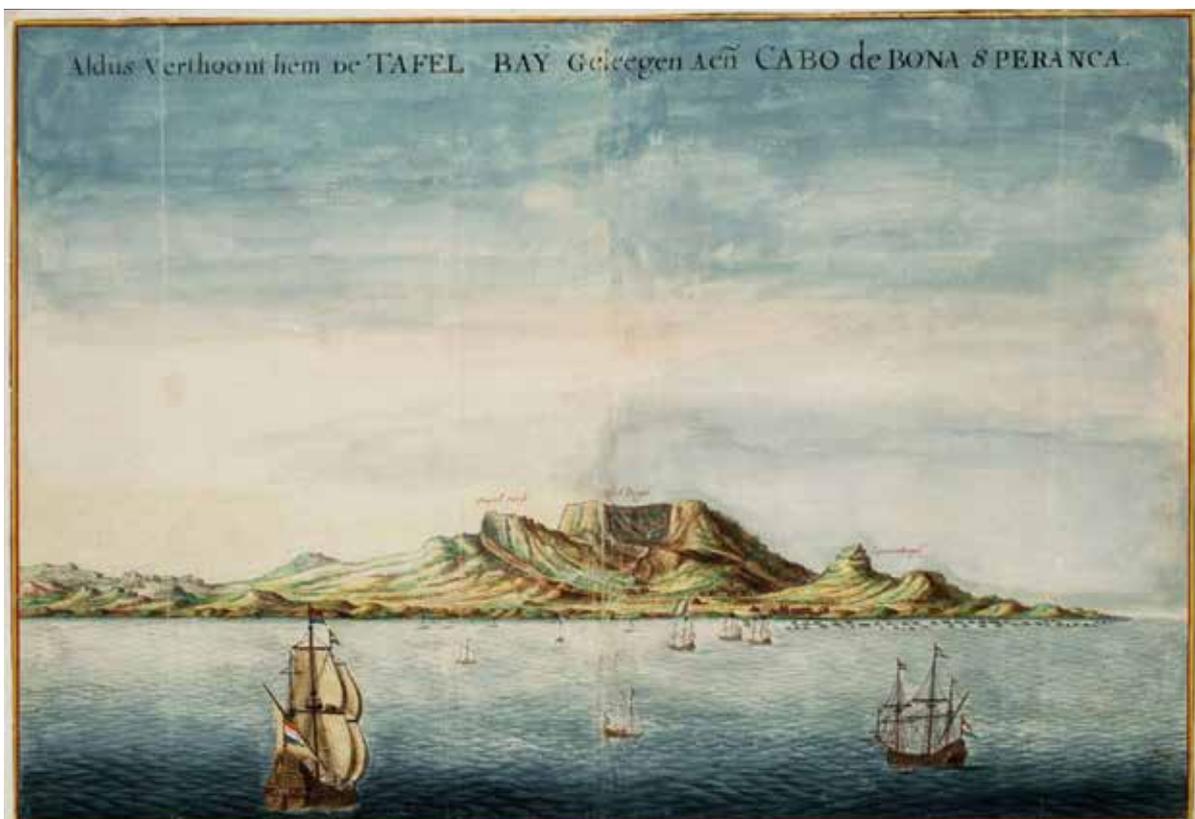


Fig. 3 – Cabo da Boa Esperança, aguarela de Johannes Vingboons, 1665 (Antigo Arquivo da Companhia Holandesa das Índias Orientais, Haia).

alguma tradição de autonomia em relação a determinações impostas superiormente, que se confirmou depois da independência, mesmo com a saída de grande parte da população de origem europeia.

Em 2014, o governador provincial da Huíla decretou tolerância de ponto por todo o dia 15 de agosto, consagrado à padroeira da cidade, para que os munícipes participassem nas celebrações religiosas da Igreja Católica, tradição que se manteve. N.^a Sr.^a do Monte mantém-se assim como padroeira da Diocese de Lubango, cidade que é a segunda mais populosa de Angola, e, desde então, uma procissão de velas une de novo a agora Catedral arcebispal à pequena capela do monte sobranceiro à cidade, onde é celebrada missa campal, relembrando as festas congêneres da ilha da Madeira.

O império colonial do século xx

Os inícios e, especialmente, os meados do séc. xx alteraram de certa forma a ocupação territorial colonial portuguesa, passando Angola e Moçambique a ser dois dos destinos preferenciais da emigração portuguesa, continental e madeirense. Moçambique sempre fora essencialmente um ponto de passagem para o antigo Estado Português da Índia e só se autonomizou ao longo dos sécs. XVIII e XIX. Nos inícios do séc. xx, no entanto, o desenvolvimento económico foi entregue a companhias privadas, essencialmente ligadas a capitais britânicos, e, igualmente, à África do Sul, o que criou uma complexa interdependência. Devido ao desempenho insatisfatório e a uma mudança de política do regime corporativista do Estado Novo, no sentido de um maior controle do Governo português sobre a economia do Império, as concessões para as companhias não foram sendo renovadas, mas a interdependência entre Moçambique e a África do Sul manteve-se.

É muito possível que já se registasse uma importante comunidade madeirense residente em Moçambique nos meados do séc. xx,

havendo, *e.g.*, contactos entre a ACF e firmas locais e elementos madeirenses a integrar a administração da SAGAL, Sociedade Agrícola Algodoeira, com sede em Porto Amélia, posteriormente designado de Pemba, e fundada em 1933, que em 1963 desistiu da sua atividade como concessionária de zonas algodoeiras, passando a ser produtora autónoma. A presença madeirense teve importante papel ainda nas diversas missões católicas, situação que aumentou com a nomeação de D. Teodósio Clemente de Gouveia (1889-1962) para prelado de Moçambique, em 1936; em 1941, era arcebispo de Lourenço Marques e, em 1946, seria elevado a cardeal – o primeiro cardeal residente em África de origem madeirense. A 14 de agosto de 1944, tinha procedido com o cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), como legado *a latere* do Papa Pio XII (1876-1958) – e que como tal tinha passado na ilha da Madeira –, à sagração da Catedral de Lourenço Marques, ponto alto do início do seu episcopado. Noutro contexto, em 1967, ainda tomaria posse da Diocese da Beira D. Manuel Ferreira Cabral (1918-1981), mas o evoluir da situação política e a posição do clero ligado às missões levaria à sua saída da Diocese em 1971.

O deflagrar das guerras coloniais a partir de 1961 e a mobilização maciça de forças militares para as então províncias ultramarinas mudariam totalmente a configuração da presença portuguesa em África. Por um lado, a mobilização de forças de recrutamento local e a sua deslocação para os teatros de guerra levou à constituição de uma consciência territorial, o que até então não acontecera; por outro, acelerou igualmente um certo desenvolvimento e permitiu a fixação de muitos dos militares portugueses continentais para ali mobilizados. Entre 1961 e 1975, foram mobilizados com destino às guerras coloniais um número na ordem dos 20.000 jovens madeirenses, entre rendições individuais, companhias e batalhões, que participaram nos teatros de operações da Guiné, de Angola e de Moçambique, alguns dos quais ali se fixaram.

A partir dos inícios do séc. xx, formou-se uma importante comunidade madeirense na África do Sul, inicialmente vocacionada para as pescas e para a agricultura, que, no entanto, diversificou a sua atividade num curto espaço de tempo. Se, nos inícios do séc. xx, os madeirenses levaram para a África do Sul a bananeira e a vinha, nos meados desse século a Ilha importaria daquele extremo de África as principais variedades de flores que já vinham constituindo a principal imagem de marca da Madeira como destino turístico. Nesses anos, inclusivamente, a comunidade madeirense representava cerca de metade da comunidade portuguesa ali radicada e nos anos seguintes não deixou de aumentar, em face da posição estratégica da Madeira na chamada rota do Cabo, com a passagem pelo porto do Funchal de quase todas as companhias que serviam essa rota, assim como depois a sua utilização como nó estratégico dos cabos submarinos – o que não deixou de representar alguns perigos para a Ilha. A África do Sul seria depois o destino quase principal da comunidade madeirense moçambicana, que teve de abandonar o território após a independência, em 1975, e que teria depois um papel político muito especial na adaptação ao final do apartheid e na implantação da democracia.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomo 1; *Ibid.*, Governo Civil, liv. 196; AHU, Madeira, docs. 29, 41, 62, 143-145, 238, 255-256, 393, 494, 505, 515, 676, 740-741 e 946; ANTT, Corpo Cronológico, pt. II, mç. 90, doc. 130; **impresa:** ARRIMAR, Jorge de Abreu, *Os Bettencourt da Ilha da Madeira ao Planalto da Huila*, Funchal, ed. do Autor, 1997; BOTELHO, João, e VICENTE, Ramiro, *Regimento de Guarnição n.º 3. Das Origens à Atualidade, 1864-2008*, Funchal, Regimento de Guarnição n.º 3, 2008; CÂMARA, João da, "Crónica ocidental", *O Ocidente*, vol. xx, n.º 683, 20 dez. 1897, p. 273; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. III, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1992; *Id.*, *História da Madeira*, 2.ª ed. rev. e atualizada, vol. I, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1999; FERNANDES, Vítor, "D. José da Câmara Leme, fundador de Sá da Bandeira", *Padrão. Jornal de Estudantes*, III sér., n.º 12, jan. 1966, p. 4; MEDEIROS, Carlos Alberto de, *A Colonização das Terras Altas da Huila (Angola)*, Lisboa, Centro de Estudos Cartográficos, 1976; MENDONÇA, Leandro de, "A colonização madeirense no Sul de Angola", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 1, n.º 5, 1951, pp. 35-36; PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 3.ª ed., 2 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1967-1968; RIBEIRO, Adriano, "As levas de soldados da Madeira para o reino de Angola nos séculos xvii e xviii", *Islenha*, n.º 6, jan-jun. 1990, pp. 82-86; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000; VIEIRA, Alberto, *O Público e o Privado na História da Madeira*, vol. II, Funchal, CEHA, 1998.

RUI CARITA

África do Sul

A Madeira singrou, a partir de meados do séc. xv, pela sua vocação atlântica, abraçando ambas as margens do oceano e estabelecendo pontes com os diversos portos atlânticos. A rota de aproximação à costa africana, que culmina no cabo da Boa Esperança, começou desde o início da ocupação do arquipélago e prolongou-se até a atualidade, porque a Ilha e as suas populações se embrenharam, de forma direta, neste processo de descoberta dos portos e litoral atlânticos.

Sulcámos o oceano à busca do desconhecido e firmámos uma posição de relevo nas rotas oceânicas que ajudámos a criar. Desta forma, desde muito cedo, o cabo da Boa Esperança esteve presente nas aspirações dos ilhéus, na mira do Índico e do Pacífico e das suas riquezas no mar e em terra. Por força disso, foram-se estabelecendo laços entre a Cidade do Cabo e esse cabo. Deste modo, construiu-se o mundo e as rotas do Atlântico, apostando na importância destes dois pilares, já no séc. xvi. Esta ancestral ligação permaneceu quase até ao séc. xx, com a chamada rota do Cabo e a sempre presente visibilidade dos chamados vapores do Cabo, no porto do Funchal.

Do Funchal ao cabo da Boa Esperança

O relacionamento da Madeira com a África do Sul vem dos tempos do descobrimento da costa africana até ao cabo, que implicou um envolvimento direto da Ilha e dos madeirenses, servindo o Funchal, muitas vezes, de base de apoio a essas viagens. Em 1488, Bartolomeu Dias abriu um caminho para o chamado cabo da Boa Esperança e, desde então, tornou-se notada a presença portuguesa nestas paragens. Todavia, o primeiro português documentado como emigrante no cabo surge apenas em 1722, não havendo, porém, qualquer referência à data da sua chegada. Apenas podemos afirmar com segurança que, nos princípios do séc. xx, a comunidade portuguesa era significativa e que, em 1904, os madeirenses assumiam uma posição maioritária.

O facto de os Ingleses ocuparem a Cidade do Cabo aos Holandeses, em 1795, abriu ainda mais as portas a este novo destino para os madeirenses emigrantes e às ligações que se seguiram com o Funchal. Tenha-se em atenção que, entre 1652 e 1784, se desencadeou uma guerra marítima entre Ingleses e Holandeses pela posse dos mares e que esta incluiu a Cidade do Cabo, porto para a entrada no Índico e no Pacífico. Daí o Ato de Navegação de Oliver Cromwell, de 1651, o primeiro testemunho dessa estratégia imperial inglesa, que também amarrou a Madeira à Cidade do Cabo. Para os britânicos, a perda da América do Norte, em 1776, levou a buscar alternativas no Índico e no Pacífico e, para que elas se concretizassem, era preciso controlar a porta de acesso a esse mundo que estava em poder dos Holandeses. A conquista da Cidade do Cabo foi, assim, o início da afirmação de uma nova rota comercial que marcou a vida dos Britânicos e da Ilha por muito tempo.

Até à déc. de 60, na Ilha, era usual chamar vapores do cabo aos navios da Royal Mail Steam Packet Company que, frequentemente, escalavam a Madeira. Estas escalas são uma referência no quotidiano dos madeirenses e eram também a possibilidade de muitos deles encontrarem outros destinos de emigração ou um caminho mais fácil em direcção à Inglaterra. Esta rota comercial foi a ponte para a afirmação da comunidade madeirense na África do Sul, nomeadamente, na Cidade do Cabo, em Pretória e Joanesburgo.

Os Britânicos fizeram do porto madeirense uma peça estratégica na navegação atlântica e no domínio da colónia. O Funchal era quase escala obrigatória para as embarcações do Cabo, Índia e Antilhas, relacionada com a disponibilidade do vinho para o abastecimento dos navios e do comércio nas praças de destino. A rota do Cabo era, assim, uma rota consolidada na história da Madeira, que só a plena aviação comercial destronou.

Para além desta rede de rotas oceânicas, que estabelecem um vértice importante na Madeira, com a plena afirmação da máquina a vapor, outros vínculos importantes amarram a

Madeira à África do Sul. Com o advento das comunicações por cabo submarino, a Ilha voltou a cumprir uma missão importante nesta ponte atlântica. Assim, em 1901, tivemos o cabo submarino da Eastern Telegraph Company, que ligava a Inglaterra ao Cabo, com pontos de amarração na Madeira e em Cabo Verde.

Tenha-se em conta que a conjuntura da primeira metade do séc. xx é favorável ao rápido desenvolvimento da telegrafia sem fios (TSF). A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os conflitos militares isolados, como os que aconteceram com os *boers* na África do Sul, criaram a necessidade de um rápido e eficaz sistema de comunicações, só possível com a TSF. A utilização, a partir de 1905, do rádio nas comunicações militares e a acuidade destes conflitos, nos primeiros decénios do séc. xx, traçaram o caminho para a plena afirmação das comunicações via rádio. Foi Marconi quem, durante a guerra, divulgou, no seu país, o serviço de telegrafia e telefonia e, no que diz respeito à Madeira, impulsionou a propagação dos serviços de TSF no espaço atlântico, prestando um inestimável serviço às colónias inglesas e à África do Sul.

Não obstante, o serviço do cabo submarino persistiu até a atualidade. A 16 de outubro de 1927, a Western Telegraph Company encerrou o seu hotel e escola em Santa Clara. O cabo submarino precisava, contudo, de ser substituído, dada a sua idade e os constantes reparos a que fora sujeito em 1928, 1931, 1933, 1934, 1936. O seu desaparecimento foi protelado em 1929, com o estabelecimento de um pacto de colaboração entre as duas companhias. Mas, aos poucos, a companhia do cabo submarino foi perdendo o controlo da exploração no espaço português: em 1943, era estabelecido um acordo telegráfico com o Brasil que dava uma posição privilegiada à Marconi, enquanto no acordo celebrado entre o governo português, a Western Telegraph Company e a Cable and Wireless Limited, em 4 de abril de 1969, não lhe é concedido qualquer exclusivo. Portugal reservava-se o direito de estabelecer e explorar, diretamente ou mediante concessão, outro cabo submarino ou quaisquer outros sistemas de telecomunicações. Vingou a última situação

com a concessão daquele direito à Marconi, a 11 de agosto de 1966, de que resultou a inauguração da estação de cabo submarino de Sesimbra, que estabelecia a ligação entre Londres e a África do Sul.

A segunda fase de concessão, iniciada em 1956, é definida pelo recurso a novos e mais adequados meios de comunicação. Este serviço (Sat-1), inaugurado a 18 de fevereiro de 1969, divergia para uma ligação de Londres a Portugal e à África do Sul, num comprimento total de 10.787 km e com capacidade para 360 circuitos, atingido o limite da sua utilização em 1978. Ao longo do percurso, estabeleceram-se três amarrações (Tenerife, Sal e Ascensão). Seguiram-se outros que estabeleceram a ligação com a Madeira (1971), França (1979), Portugal/Senegal/Brasil (1982), Marrocos (1982) e África do Sul (1992).

A 8 de março de 1990, foi assinado um acordo de intenção, subscrito pela Companhia Portuguesa Rádio Marconi, Correios e Telecomunicações de África do Sul, France Telecom, Telefónica de Espanha, British Telecom, Bundespost Telekom. O cabo de fibra ótica Sat-2, cuja inauguração teve lugar a 28 de abril de 1993, surge em substituição do Sat-1. O Sat-2 vai ligar o continente à Madeira, Canárias e África do Sul, numa extensão de 9000 km e com capacidade para 15.000 circuitos bidirecionais e 30 canais de televisão, sendo avaliado em 30.000 contos. Este meio veio propiciar, ainda, aos 20.000 assinantes da rede telefónica da Madeira o acesso telefónico direto à Europa e a alguns países da África e da América, uma maior aproximação entre os madeirenses residentes na Ilha e aqueles que se encontram emigrados nos mais diversos destinos. Neste contexto, merece referência um acontecimento prévio, a inauguração, a 20 de fevereiro de 1984, das ligações telefónicas diretas com a Venezuela e África do Sul.

Esta ligação direta abrangeu mais de 70 países, graças ao Centro de Telecomunicações, capaz de corresponder a esta realidade. Aberto em 25 de setembro de 1992, o Centro passou a coordenar toda a atividade da empresa em termos do tráfego dos cabos submarinos de



Fig. 1 – Encontro entre responsáveis do Governo regional da Madeira e um representante da comunidade de madeirenses na África do Sul, 2014 (arquivo da Secretaria Regional do Turismo e Transportes).

fibra ótica e transmissão digital (Euráfrica, Sat-2, Columbus-2, Inland), rede móvel e satélites. Esta infraestrutura concentra todos os serviços que estavam dispersos pelo Porto Novo, Gajau e Funchal. Aí está instalada a nova estação de cabos submarinos dos sistemas Euráfrica e Sat-2. A inauguração do Centro foi feita em simultâneo com a do cabo submarino internacional Euráfrica, à qual se seguiria a do cabo Sat-2. Este último é o maior cabo submarino do Atlântico e o terceiro no mundo. Deste modo, a Ilha continua a ser, por diversas formas, um pilar importante no mundo atlântico.

Navegação e comércio

Múltiplas e variadas razões fizeram com que o Funchal se afirmasse, a partir do séc. XVIII, como centro das transformações sociopolíticas operadas de ambos os lados do oceano. O arquipélago da Madeira não podia alhear-se das mudanças políticas geradas pela difusão de novas ideias, na segunda metade de Setecentos. O seu protagonismo deve-se a vários fatores: a vinculação ao Império Britânico, que é evidente no quotidiano e devir histórico madeirenses dos sécs. XVIII e XIX, o fogo cruzado que se ateou entre o velho e novo mundo e o papel ativo da Madeira no relacionamento com a comunidade inglesa.

No decurso do séc. XVII, o arquipélago firmou a vocação atlântica, contribuindo para isso o facto de os Ingleses não dispensarem os portos e os vinhos insulares na sua estratégia colonial. Os atos de navegação de 1660 e 1665, corroborados por tratados de amizade como o de Methuen (1703), abriram caminho para que as ilhas entrassem na órbita da influência inglesa. Aos poucos, a comunidade ganhou uma posição, por vezes incómoda, na sociedade madeirense. A feitoria inglesa é uma realidade insofismável no séc. XVIII e contribuirá para firmar a vocação e o protagonismo atlânticos do porto do Funchal.

A partir da déc. de 70 do séc. XVIII e até aos princípios do século seguinte, os conflitos que tiveram como palco os continentes europeu e americano alargaram-se ao Atlântico. Aliás, o oceano é um ativo protagonista das disputas entre os três principais beligerantes: Espanha, França e Inglaterra. Era permanente a preocupação com a organização militar e a defesa da costa, porque o perigo espreitava no mar a qualquer momento. A conjuntura de confronto levou à presença dos corsários, com forte incidência em dois momentos: o período que decorre entre 1744 a 1736, marcado pelo confronto de Inglaterra com a França e Espanha; a época das grandes transformações do século, com a proclamação da independência das colónias inglesas da América do Norte (e a consequente Guerra de Independência, até 1783) e a Revolução Francesa em 1779, com as convulsões que se seguiram até 1815. A dimensão assumida pela guerra de represália está bem patente nas presas. Perante o perigo da investida francesa, os Ingleses ocuparam a Madeira por duas vezes, sendo esta atitude entendida como uma forma de preservar os interesses dos “súbditos de sua majestade” e de estabelecer uma barreira ao avanço francês além oceano. O curso, que incidia preferencialmente sobre as embarcações espanholas e francesas, motivou uma resposta violenta das partes molestadas, como sucedeu com as investidas francesas contra os Ingleses em 1793, 1797, 1814.

A afirmação e o controlo vital da vida económica e das relações externas levaram à

conquista de novas regalias e à afirmação no plano político, por meio de tratados ou de uma interessada ligação, das autoridades da Ilha e do país. A feitoria, ao nível local, as autoridades consulares, no reino e na Ilha, conjugavam-se para o mesmo objetivo. A situação dos Ingleses era especial. Desde o séc. XVII, a feitoria inglesa definiu um estatuto à parte para a comunidade, que lhe permitia ter conservatória e juiz privativo. O espírito de união da feitoria, que persistiu até 1842, favoreceu a posição na sociedade madeirense e demarcou o fosso com os naturais da Ilha.

Com o tratado de 1661, abriram-se, de novo, as portas para o domínio inglês do mercado insular, mercê de medidas de privilégio e da isenção dos direitos de exportação do vinho. Em 1689, foi-lhes concedida a faculdade de se fixarem com casas comerciais de vinho, comestíveis e manufaturas, fazendo entrar na Ilha os artigos de luxo. Com o Tratado de Methuen, em 1703, pôs-se cobro à situação criada em 1684, ao mesmo tempo que se afirmou a dependência do mercado local do mercado inglês. Os Portugueses tornaram-se consumidores dos panos ingleses e fornecedores de vinho ao mercado inglês. Segundo A. R. de Azevedo, o Tratado trouxe para a Madeira a mais apertada vassalagem ao mercantilismo britânico. Daí que a entrada da África do Sul na órbita colonial inglesa se assumia como algo importante para a Madeira. Desde as últimas décadas do séc. XVIII que temos notícia da exportação do vinho para o Cabo da Boa Esperança: em 1792, são 6 pipas e, em 1796, tivemos 18 pipas. Depois, entre 1823 e 1847, apenas 41 pipas de vinho foram carregadas por João Cairns, Diogo Bean, João Caetano Jardim, Scott Pringle With & Ca., Richard Dover, Newton Gordon Murdoch & Scott, Grouth & Holway. Outra informação avulsa aparece no séc. XX (nos anos de 1904, 1905, 1907 e 1912), destacando a solicitação de vinho para Durban, entre 1904 e 1907, num total de 1 quartola, 32 quartos e 36 caixas de vinho Madeira.

Como se pode verificar, não era um mercado muito significativo em termos do consumo do vinho Madeira, tanto mais que, a partir do

séc. XVII, com os huguenotes franceses, esta cultura chegou ao cabo da Boa Esperança. E, no decurso do séc. XIX, teve um incremento significativo com os Ingleses. Mesmo assim, parece-nos que esta situação não foi concorrencial com o vinho Madeira.

É provável que as ligações entre a vinha e o vinho da África do Sul e da Madeira, tendo em conta as constantes e permanentes ligações que existem entre os portos do Funchal e do Cabo, a partir de finais do séc. XIX. Várias famílias inglesas, como os Blandy, com ligações à Ilha, mantêm ligações frequentes com a Cidade do Cabo. Por outro lado, sabemos que, em 1906, seguiram duas grades de bananeiras para o Natal. O mesmo poderia ter sucedido com as parreiras.

Esta atividade comercial com o cabo da Boa Esperança não se limita ao vinho e alarga-se a uma diversidade de produtos, alguns apenas com destino a este porto. Disto nos fala Michael Comport Grabham (1840-1935), casado com Mary Anne Blandy (1834-1914): “Exportam hortaliças verdes em grande quantidade, as bananas formam um negócio importante; e é tal procura de ovos para o cabo de Boa Esperança, que esta pequena mas admiravelmente fértil Ilha, chega a produzir e empacar, em cesto indígenas, muito bem feitos, e exportar mais de 200.000 ovos por semana, para povos distantes inúmeras léguas” (GRABHAM, 1901, 29). Sobre os ovos, situação excepcional nas exportações madeirenses, temos testemunho nas exportações da Alfândega entre 1904 e 1907, com a saída de 9321 cestos com ovos, o que deverá corresponder a cerca de 225.000 ovos.

Note-se que este mercado da África do Sul foi ainda abastecido com fruta, figos e peros. Dos primeiros, temos a saída, em 5 de janeiro de 1905, de cinco caixas de figos, que, nesta altura, só podem ser secos. Surge ainda a fruta madura da Ilha, fundamentalmente peros – tivemos, em 1904, 1905, 1906 e 1912, 1029 caixas e 139 cestos. São referidas, em 1904, 1905, 1906 e 1912, 1431 cestos e 4116 caixas de fruta.

Para a alimentação, temos, em 1904, a saída de 1210 caixas e 100 grades de cebola e 52 caixas de alhos, que, pela informação que temos de

Demerara, deveria ser para a alimentação dos madeirenses, que atribuíam grande valor a estes ingredientes na sua dieta alimentar nesta época.

A partir do séc. XIX, a navegação oceânica ganha um estatuto distinto, através da afirmação das companhias de navegação, que passaram a assegurar um serviço regular de passageiros e carga entre diversos destinos europeus e o espaço colonial. Para garantir esta regularidade dos serviços, surgiram os agentes que, nos diversos portos, funcionavam como intermediários e prestavam todo o apoio necessário às embarcações.

É por parte da Inglaterra que vamos ter o maior número de companhias a navegar com regularidade entre os portos ingleses (Southampton, Bristol, Liverpool, Manchester, Edimburgo, Glasgow, Dublin) para o cabo da Boa Esperança, Natal, e África Oriental. A partir de 1943, os vapores da Union Castle servem os portos de Southampton e Durban, com escalas em ambos os percursos no Funchal. Com a guerra, perdeu 6 dos 26 vapores, mas, em 1953, aparece com 6 novos vapores, com peso superior a 20.000 t.

Quase todos os vapores provenientes destes portos faziam escala obrigatória na Madeira e, para alguns, acontecia uma segunda nas Canárias. Desde meados do séc. XIX, é de assinalar o serviço regular dos navios da Royal Mail Steam Packet, conhecidos na Ilha como “mala real”, que permitiam não só o serviço regular com a Grã-Bretanha, mas também com Portugal, fazendo escala em Lisboa. Nos finais do séc. XIX, temos várias companhias de navegação com um serviço regular de embarcações entre os diversos portos da Europa.

O movimento destas embarcações entre a Madeira e o cabo da Boa Esperança é uma grande oportunidade para os madeirenses. A imprensa regozijava-se com esta presença, de forma que, a 4 de novembro de 1897, o *Diário de Notícias* afirmava, com a passagem do *Hawrden Castle*, que “uns foram até ao Monte e outros andaram em carros ou a pé visitando diversos pontos da cidade e fornecendo-se d’artigos da nossa indústria” (DN, 4 nov. 1897). Assim, para a Ilha e para os madeirenses, esta era uma nova via que se abria,

da qual a Madeira tirava grandes vantagens. Primeiro, com a abertura de mais um destino fácil de emigração, depois, pelas oportunidades de negócio, nomeadamente com os passageiros em trânsito, que adquiriam bordados e obras de vimes. Havia, inclusive, muitos passageiros em trânsito que permaneciam alguns dias no Funchal. No dia 21 de abril de 1906, houve 570 passageiros em trânsito, no vapor *Walmor Castle*, e, a 10 de maio de 1910, foram outros 602 passageiros, do *Balmoral Castle*, na mesma situação.

Muitas das principais famílias britânicas residentes na Ilha tiveram ligações à África do Sul, como foi o caso dos Blandy, dos Hinton e dos Phelps. Entre finais do séc. XIX e princípios da centúria seguinte, a economia foi muito valorizada com esta nova demanda de produtos pelos forasteiros, mercadoria muitas vezes oferecida a bordo, através dos chamados bomboteiros, que tiveram um papel muito importante no acolhimento a estes forasteiros. Pelas suas mãos saíram todo o tipo de bordados e obras de vimes, produtos que acabaram por estar limitados pelas barreiras alfandegárias nos portos de destino. Em 1928, passou a existir uma taxa portuária, no valor de 3 a 7 xelins, para produtos saídos, como cadeiras ou sofás de vime, provocando uma reação veemente da Câmara de Comércio e Indústria da Madeira (ACIF/CCIM), em 23 de janeiro. Este comércio de obras de vime era frequente com a África do Sul desde finais do séc. XX, registando-se a saída de 96 t no ano 1896. Depois disso, entre 1904 e 1912, aparecem registos sobre a exportação de vime e obras de vime. Assim, temos 111 molhos de vime, em 1411 atados de obras de vime e 3050 volumes em obra de vime.

Este movimento, nomeadamente com a Cidade do Cabo, transformava a vida do Funchal, que vivia quase exclusivamente para o porto. Os jornais anunciavam diariamente tudo o que deveria acontecer, relativamente ao movimento de navios na baía e todos os madeirenses estavam avisados do movimento dos vapores do cabo.

O Funchal assumiu o papel de antecâmara das colónias europeias, recebendo todos os que circulavam nos dois sentidos. Dizia-se até que

todos os que estavam de regresso à metrópole não dispensavam esta paragem de alguns dias para se habituarem ao clima europeu. E a Madeira é exímia na arte de bem receber, de forma especial, aristocratas e políticos. Em 1906, o Gen. Louis Botha; o príncipe Alberto, que depois foi rei da Bélgica, em viagem ao cabo da Boa Esperança e ao Estado Livre do Congo, em 30 de abril de 1909. São inúmeros os casos dos Britânicos que transitaram entre os dois portos e que aproveitaram o intervalo da paragem dos vapores para visitar o Funchal e serem mimoseados pela população e autoridades.

Não devemos esquecer que o Funchal tinha uma função importante de apoio e abastecimento à navegação, com o fornecimento de água, víveres frescos, vinho e carvão, a partir de meados do séc. XIX. Segundo Biddle, o Funchal era “uma importante estação de abastecimento de carvão para a maior parte das linhas dos navios de Inglaterra e do continente europeu para a África do Sul” (BIDDLE, 1896, 101). Sabemos que alguns madeirenses participaram como fogueiros a bordo destes vapores. Em agosto de 1915, regressaram à Ilha 14 fogueiros do vapor *Walmer Castle*, sendo rendidos no Funchal por outros 14.

Os primeiros vapores a sulcarem os mares da Madeira com serviço regular organizado foram os da referida “Mala Real Inglesa”, como indicámos, a Royal Mail Steam Packet Company, com destino às Índias Ocidentais, e os da Union Castle Mail Steamship Company. O primeiro serviço de abastecimento de carvão no Funchal foi montado, em 1838, pelos ingleses Jacob Ryffy e Diogo Taylor. A partir da déc. de 70 do séc. XIX, consolidou-se o predomínio da navegação a vapor nas rotas transatlânticas, sendo imprescindível o serviço de abastecimento de carvão. Assim, surgiram empresas apostadas neste serviço, primeiro, a firma Blandy Brothers, depois, em 1898, a Cory Brothers Co. Limited e, em 1901, a firma Wilson Sons C. Limited. Mas, a partir de princípios do séc. XX, os barcos da África do Sul passam a abastecer-se, no Natal, de carvão das minas sul-africanas, não precisando escalar o Funchal no retorno, o que se refletiu, de forma negativa,

na Madeira. Mesmo assim, isto não se espelhou no movimento de passageiros em escala, tendo-se mesmo atingido, no período de 1902 a 1909, o maior valor de escalas, com 126.000 passageiros contabilizados entre 1906 e 1909.

Emigração e retorno

A emigração madeirense orienta-se de acordo com os laços comerciais e de navegação definidos para a Ilha. O facto de a Madeira ser uma base de apoio de grande importância para o império colonial inglês, desde o séc. xvii, dita que seja nesse sentido que se orientam muitos dos destinos dos emigrantes madeirenses. As portas estão abertas e os aliciadores da emigração clandestina atuam de acordo com estes destinos, que são os mais proveitosos. Por outro lado, há uma política favorável e incentivadora por parte das autoridades inglesas. Mesmo assim, continua a existir emigração clandestina e a utilização de Lourenço Marques como passagem com destino a África do Sul. Em janeiro de 1897, foram detidos, no vapor *Trojan*, seis madeirenses, todos naturais do Estreito da Calheta. Em setembro de 1903, um outro indivíduo da Ponta do Pargo e dois da Calheta foram repatriados pelo vapor *Norman* por terem embarcado de forma clandestina. Depois, em julho de 1904, há notícia de que um madeirense, cabo de polícia em Lourenço Marques, arranjava, por 5 a 30 libras, passaportes falsos para a saída de madeirenses para o Transval, tendo-se descoberto a situação. Em julho de 1911, um outro madeirense, com 12 anos de idade, foi expulso do Cabo por aí estar estabelecido com “casa suspeita”.

O recrutamento de emigrantes contou com o apoio do Governo Civil e dos consulados no Funchal, que atuavam como angariadores de potenciais emigrantes, sendo uma constante no séc. xix. A presença madeirense alargou-se também a outros quadrantes, sendo de salientar a África do Sul e a Austrália. No primeiro caso, a vinculação portuguesa é muito antiga, remontando à viagem de Vasco da Gama, mas foi a partir do séc. xviii que tivemos notícia dos primeiros Portugueses na Cidade do Cabo. No séc. xix, a rota regular dos vapores do cabo

que escalavam o Funchal permitiu a definição de um novo rumo para a emigração madeirense. Esta presença torna-se mais notada a partir de 1904, no sector da pesca, mas foi nos anos 50 que este destino ganhou dimensão significativa. Entretanto, de janeiro a junho de 1977, temos a informação de um pedido de pescadores madeirenses para a safra do atum.

Os livros de passaporte, de que temos registo desde 1872 até 1915, testemunham os pedidos de passaporte por parte de 962 madeirenses (362 entre 1872 e 1900 e de 600 entre 1901 e 1915), o que revela ter havido uma forte incidência de pedidos nos primeiros anos do séc. xx. As solicitações são feitas a partir do Estreito da Calheta, da Calheta, dos Prazeres, da Fajã da Ovelha, do Jardim do Mar, de Canhas, do Paul do Mar, da Ponta do Sol, da Ponta do Pargo, da Ribeira da Janela, de Porto Moniz, do Machico, de Gaula, do Estreito de Câmara de Lobos, do Caniço, de Boaventura, da Camacha e das diversas freguesias do Funchal (Monte, São Gonçalo, São Pedro, Santa Maria Maior).

A partir de 1878, houve diversos cidadãos sul-africanos que pediram o passaporte, por razão da sua estância temporária, em escala, na Ilha. O primeiro que temos registado é “Mrs. Duncan”. No séc. xix, a maioria dos registos é para o cabo da Boa Esperança; apenas em 1896 há registos de outros locais, em concreto, Natal, e, em 1900, Durban. A partir de 1901, passa a definir-se o destino como África do Sul, surgindo ainda outros: Transval (1910-1916), novamente Natal (1902-1915) e Durban (1900, 1912).



Fig. 2 – Estudantes da Univ. da Madeira na Casa da Madeira em Pretória, 2000 (arquivo da Associação de Estudantes da Univ. da Madeira).

Em 1901, saíram Agostinho de Agrela Helena, Francisco Gomes, Agostinho Ferreira Neto, Domingos Teixeira, Francisco Gonçalves Cabeleira, João da Câmara, João Rodrigues Faias, João de Sousa Júnior, João Sardinha Branquinho, Manuel Afonso Jardim, João Fernandes Camacho, António de Agrela, João Rodrigues Faias, Agostinho Ponte Santo António, João Rodrigues Jardim, João Nunes e outro com o mesmo nome, também do Paul do Mar, Manuel de Agrela, Manuel Ferreira Gomes, Manuel de Agrela Rei Júnior, Manuel Correia e sua mulher Philley Correia, Manuel Ferreira Ferro, Manuel Gonçalves Borrageiro, Manuel Gonçalves da Costa, Manuel Gonçalves Guerra, Manuel Rodrigues Sequeira, Manuel de Sousa Alegria, António de Abreu Pestana, Maria Elisa Figueiroa Silvado, Ilda, sobrinha de D. Maria Elisa Rodrigues, Tomé António de Abreu, Maria da Conceição de Sousa, Olímpia Fernandes, Manuel dos Santos da Câmara, Agostinho Joaquim com sua mulher Narcisa Joaquina, António de Abreu Pestana, António de Agrela, António Fernandes Pateta. O maior número destes emigrantes é da Calheta e do Estreito da Calheta, o que parece indiciar uma emigração em grupo, que poderá ter, na origem, algum angariador. Temos informações de que o mesmo nome Agostinho de Agrela Helena, denominação pouco vulgar, surge, em 1903, a pedir autorização para embarcar, de novo, com destino ao cabo da Boa Esperança e, em 1907 e 1912, para os EUA e, em 1909, para o Brasil. Por outro lado, assinala-se o número dos oriundos do Jardim do Mar e do Paul do Mar, o que poderá indiciar o facto de se terem dedicado à atividade piscatória, contribuindo para a importância dos madeirenses neste sector. Surgem ainda informações de que, neste grupo, se inclui gente da Ponta do Sol, da Ponta do Pargo, dos Prazeres, do Caniço e da Fajã da Ovelha.

Para o período de 1872 a 1915, temos uma emigração madeirense de origem diversificada, não obstante, com forte incidência no Estreito da Calheta, com 178 pedidos, seguido dos Prazeres, com 79 e da Fajã da Ovelha, com 74. Para o período de 1872 a 1900, este movimento parece ter apenas como destino o

cabo da Boa Esperança, pois, dos 260 pedidos de passaportes, só 2 foram para Durban, em 1900. Já no novo século, foram pedidos passaporte para a República Sul-Africana: o destino do Cabo continua a ser maioritário, mas temos 27 pedidos para Natal (1902, 1906, 1911, 1913, 1914 e 1915), 4 para Joanesburgo/Transval (1911 e 1913), 29 para Transval (1906, 1911, 1912, 1913 e 1914) e 1 para Durban (1912).

Alguns episódios marcaram esta emigração entre finais do séc. XIX e princípios do seguinte. A 17 de outubro, saiu do Funchal, a bordo do vapor *Scott*, Maria Júlia Rodrigues, para se juntar ao marido no Cabo, mas, um dia antes da chegada, atirou-se ao mar e morreu. No mesmo sentido, a 27 de dezembro de 1905, António Baptista, após sete anos na África do Sul, decidiu fazer uma surpresa à família, mas, ao chegar a casa, encontrou a esposa morta, tendo o falecimento ocorrido momentos antes.

Desde princípios do séc. XX que se tornou notória a presença da comunidade madeirense na África do Sul, nomeadamente em Pretória e Joanesburgo. Os madeirenses tiveram uma função importante na pesca e na agricultura. No primeiro caso, dominaram o mercado de tunídeos e de lagosta, enquanto no segundo detiveram o controlo dos produtos hortícolas. Sempre foram a comunidade mais representativa dos Portugueses, constituindo mais de metade dos emigrantes, o que lhes permitiu antes e ainda no começo do séc. XXI uma posição importante na sociedade.

O P.^o Mário José Lobo de Matos, natural da Contenda e falecido em 1988, secretário de D. Teodósio Clemente de Gouveia, arcebispo-bispo da Arquidiocese de Lourenço Marques, teve um papel importante no apoio aos gauleses que pretendiam emigrar para a África do Sul, conseguindo os vistos e os contratos de trabalho necessários. Foi ainda administrador da igreja de S.^o António dos Portugueses em Benoni, Joanesburgo.

Os dados oficiais disponíveis atestam a evolução destes rumos da emigração madeirense após a Segunda Guerra Mundial e evidenciam que os destinos se diversificaram, de acordo com a demanda de mão de obra e as

oportunidades oferecidas pelos principais mercados de trabalho. No caso da África do Sul, tivemos 2526 saídas entre 1945 e 1949; 5118, entre 1950 e 1959; 579, entre 1960 e 1969; 683, entre 1970 e 1979.

A presença madeirense fica assim mais clara no período posterior à Segunda Guerra Mundial. A déc. de 50 do séc. xx foi o momento de consolidação desta comunidade. A atestar a importância da mesma, evoca-se a digressão do Grupo Folclórico da Camacha, em 1965, junto das comunidades. A grande concentração de madeirenses, e também de continentais, acontece em Joanesburgo, Benoni, Boksburg, Brakpan, Germiston, Kempton Park, Krugersdorp, Randburg, Randfontein, Roodepoort, Springs, mas também na Cidade do Cabo, Pretória, Durban, Vanderbijlpark, Welkom, Vereeniging, Bloemfontein, Port Elizabeth, Klersdorp, Witbank, East London, Sasolburg, Harrissmith, Saldanha Bay, Kimberley, Pietermaritzburg, Nigel, Heidelberg.

Por força da importante comunidade emigrante madeirense, também se desenvolveram contactos políticos. Aliás, esta relação é antiga, sendo tradição das autoridades de passagem pela Ilha fazer um visita de cortesia ao governador civil, no palácio de S. Lourenço. Em 26 de dezembro de 1900, *lord Roberts*, ao comando de uma expedição para dominar o Transval, fez essa visita. Já em 1812, o Gen. Robert Meade, que estava com uma força militar na Ilha, por ser nomeado governador do cabo da Boa Esperança, na África do Sul, saíra da Madeira para o seu cargo, que ocupou em 1813.

A partir de 1964, houve uma tentativa de aproximação comercial, que trouxe à Madeira, em 1972, o secretário do embaixador. Os principais produtos que asseguraram as relações comerciais foram o bordado e a obra de vime. Depois, a partir de 1976, o Governo regional tomou especial cuidado no relacionamento com a África do Sul, no sentido de preservar a comunidade. Foi neste sentido que se estabeleceram relações com as autoridades desse Estado. Em 13 de novembro de 1986, o presidente sul-africano, Pieter Botha e o seu ministro

dos Negócios Estrangeiros, Pik Botha, fizeram uma visita algo tumultuada à Madeira. Depois, em 2000, Pik Botha representou o governo sul-africano na inauguração das obras do aeroporto da Madeira. Recorde-se que o Gen. Louis Botha (Greytown, hoje no KwaZulu-Natal, 27 de setembro de 1862-Pretória, 27 de agosto de 1919) e família, em maio de 1907, estavam de passagem no Funchal, rumo à Inglaterra, tendo sido bem recebidos pelas autoridades e visitando a freguesia do Monte, no intervalo da paragem do vapor.

Muitos madeirenses tiveram sucesso naquele país e conseguiram o tão ambicionado pecúlio para retornar à Ilha e viver em condições. Outros escolheram lá ficar e adaptaram-se às mudanças sociais e políticas ocorridas na transição para o séc. xxi. De entre estes emigrantes, felizmente muitos tiveram sucesso, mas aqui destacamos apenas alguns. Joe Berardo (José Manuel Rodrigues Berardo, nascido em 1944), que, aos 18 anos, emigrou para a África do Sul, radicando-se na cidade de Joanesburgo, onde se dedicou à atividade comercial e industrial. Aí ergueu e dirigiu o grupo Egoli Consolidated Mines Ltd., que congregava diversas explorações mineiras de ouro, a partir de recuperação em areias auríferas, transformando-se rapidamente numa das 100 maiores empresas sul-africanas. Na sua quinta do Monte possui, desde 1988, no Jardim Tropical Monte Palace, uma coleção de cicas da África do Sul, onde estão representadas 60 espécies. Em 1986, Joe Berardo regressa à Madeira, envolvendo-se em múltiplas atividades, como o turismo, os tabacos ou os vinhos, com o mesmo sucesso. Evidenciou-se como colecionador de arte, dispondo de uma coleção de mais de 40.000 obras, que está exposta, desde 2007, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, e no Sintra Museu de Arte Moderna Coleção Berardo. Em 1985, recebeu o grau de comendador da Ordem do Infante D. Henrique. Os Sousa Pestana são uma família com forte implantação no turismo nacional e madeirense que também teve o seu início na emigração para a África do Sul: Manuel Sousa Pestana (1919-2005) emigrou para Joanesburgo, onde conseguiu os

proventos para erguer, a partir da Madeira, o seu império na área do turismo. Destacamos, por fim, José Alfredo Quintal, mais conhecido por Joe Quintal, fundador do Club Sport Marítimo de Joanesburgo, da Casa da Madeira e da Academia do Bacalhau e conselheiro das comunidades madeirenses.

As questões que envolvem o apartheid não tiveram implicações na comunidade madeirense e, mesmo depois de 1990, não foram visíveis situações de conflito com essa comunidade. Os problemas sociais que aí sucederam foram comuns a todos.

Nas áreas de maior concentração de Portugueses (na Cidade do Cabo, Port Elizabeth, Pretória, Durban, Pretória e Joanesburgo), temos diversas associações de emigrantes portugueses em que os madeirenses conquistaram um lugar de relevo. A mais conhecida e já referida, a Academia do Bacalhau, surgiu em 1960, sendo uma referência para a comunidade portuguesa. Ainda podemos salientar algumas associações, como o Club Sport Marítimo de Pretória, o já mencionado Club Sport Marítimo de Joanesburgo, a Casa Social da Madeira (Pretória), o Grupo Folclórico Madeirense de Joanesburgo, a Casa da Madeira de Joanesburgo, a Associação Familiar Pérola do Atlântico, Representante da Comunidade Madeirense de Natal (Durban).

A viragem no processo da emigração madeirense aconteceu na déc. de 70. As mudanças políticas resultantes da Revolução do 25 de abril de 1974 conduziram à valorização do espaço socioeconómico da Ilha, condicionando a emigração. As mudanças políticas ao nível mundial, a situação dos habituais mercados retores de mão de obra madeirense, em contraste com a melhoria das condições de vida na Ilha, fizeram com que o madeirense buscasse o Eldorado na sua própria terra e que muitos regressassem. Primeiro, foram os chamados retornados, das ex-colónias e, depois, os da Venezuela e da África do Sul.

Esta rota marítima que ligava a Madeira à África do Sul foi muito importante para estabelecer uma aproximação entre as duas regiões e permitir o transplante de inúmeras

flores, muitas delas por iniciativa da comunidade inglesa. Em sentido contrário, tivemos o envio, em 1906, de bananeiras para o Natal e certamente algumas das vinhas do cabo não são alheias à Madeira. Na passagem para o séc. XXI, a riqueza das flores da Ilha deve muito a essa situação. Segundo o inventário de Rui Vieira, temos as seguintes: *Agapanthus praecox* e *Agapanthus africanus* (L.) Hoffm. ou *Agapanthus umbellatus* L'Hérit. (agapantos, coroas-de-henrique); *Aloe arborescens*, *Aloe ciliaris*, *Aloe plicatilis*, *Aloe arborescens* Mill. (aloés, babosa, foguete-de-natal); *Amaryllis belladonna* L.; *Antholyza aethiopica* L. ou *Chasmanthe aethiopica* (L.) N. E. Br.; *Arctotis stoechadifolia* Berg.; *Asystasia bella*; *Banksia integrifolia*; *Bolus hybr.*; *Calodendrum capense* Thunb. (castanheiro-do-cabo); *Carissa grandiflora* A. DC.; *Gerbera jamesonii*; *Clivia miniata* e *Clivia nobilis* (clívias); *Dombeia nyuica*; *Encephalartos trispinosus* e *Encephalartos transvenosus*; *Eriocephalus africanus* (alecrim-da-irigem); *Erythrina lysistemon* (coralina-cafra); *Euphorbia cooperi* (eufórbia) e *Euphorbia ingens* (eufórbia gigante); *Iboza riparia*; *Kniphofia wvaria* (L.) Hook. (foguete); *Leonotis leonurus* (L.) R. Br. (rabos-de-leão); *Leucospermum conocarpodendron* (prótea); *Melanthus major* (arbus-to-do-mel); *Ochna serrulata*; *Oxalis purpurea* L.; *Pandorea ricasoliana* Tanf. ou *Podranea ricasoliana* Sprague (trepadeira); *Phoenix reclinata* (palmeira-do-senegal); *Plumbago auriculata* e *Plumbago capensis* Thunb.; *Polygala mynifolia* (pera doce); *Protea cynaroides* (prótea real); *Strelitzia alba*, *Sterlitzia nicolai* (estrelícia gigante) e *Strelitzia reginae* Banks (estrelícias ou aves-do-paráiso); *Scholia brachypetala*; *Senecio macroglossus* DC. (trepadeira); *Tecomaria capensis* Thunb. Spach (camarões); *Tibouchina semidecandra* (Schrank et Mart.) Cogn. (aranha); *Tritonia crocata* (L.) Ker Gawl. (manuelas); *Watsonia ardernei* hort. (hastes-de-são-josé); *Yucca gloriosa* L. (iúca); *Zantedeschia aethiopica* (jarros).

Depois, tivemos ainda a permuta de variedades da agricultura industrial. Ao nível da produção açucareira, com as variedades de cana elefante e bambu, Porto Mackay, rajada e yuba do Natal (1897). Esta situação resultou do facto de a espécie existente na Ilha ter sido,

em 1881-1882, alvo de um ataque pelo fungo *Conythyrium melasporum*. Note-se o facto de, no começo do novo milénio, na África do Sul, tais culturas da cana e da vinha assumirem um papel na economia do país; por algum tempo, a Madeira importou melão daqui para suprir carências da Ilha.

A história do Atlântico passa por estes importantes portos: o Funchal e o cabo da Boa Esperança. Construiu-se, desde muito cedo, uma ponte entre as duas cidades e portos, que teve um papel fundamental na história.

Bibliog.: impressa: AFONSO, Miguel João, *Flora e Arte nos Espaços Verdes*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1993; ARIA, Cláudia, *Phelps, Percursos de Uma Família Britânica na Madeira de Oitocentos*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; BIDDLE, Anthony J. Drexel, *The Madeira Islands*, Philadelphia, Drexel, Biddle & Bradley Pub. Co., 1896; *Boletim do Arquivo Regional da Madeira. Série de Índices de Passaportes*, Funchal, Arquivo Regional da Madeira, 2005; *Diário de Notícias*, Funchal, 4 nov. 1897; GRABHAM, Michael Comport, *Matéria Atlântica. Fragmentada e Disseminada*, London, s.n., 1901; LEAL, Luís, *Breve História dos Portugueses na África do Sul*, Potchefstroom, Potchefstroom Universiteit vir Christelik Hoër Onderwys, 1977; *Monte Palace Um Jardim Tropical*, Funchal, Fundação Joe Berardo, 1999; MUNRO, J. Forbes, *Britain in Tropical Africa, 1880-1960. Economic Relationships and Impact*, London, Macmillan, 1984; ROSA, Victor Pereira da, e TRIGO, Salvato V. P., "Islands in a segregated land: portuguese in South Africa", in *Portuguese Migration in Global Perspective*, Toronto, Multicultural History Society of Ontario, 1990, pp. 182-199; SOUSA, João Figueira de, *O Porto do Funchal no Contexto do Sistema Portuário Insular Regional. As Infraestruturas, os Tráfegos e as Funções Portuárias*, Dissertação de Doutoramento em Geografia e Planeamento Regional apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 2004; VIEIRA, Alberto, "A emigração na segunda metade do século XIX", in *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração, Séculos XIX-XX*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 108-144; *Id.*, "Madeira um cais de permanentes chegadas e partidas", *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 2, 2010, pp. 1104-1143; VIEIRA, Rui, *Album Florístico da Madeira*, Funchal, s.n., 1974; **digital:** FONTES, Carlos, *Emigração Portuguesa na África do Sul*, s.d.: <http://imigrantes.no.sapo.pt/page6AfricSul.html> (acedido a 1 dez. 2015); PINA, António, "Portugueses na África do Sul", *Janus Online*, 2001: http://janusonline.pt/2001/2001_3_2_11.html (acedido a 1 dez. 2015).

† ALBERTO VIEIRA

Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação Tecnologia e Inovação

A Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação Tecnologia e Inovação (ARDITI) foi constituída em 2013 enquanto associação de natureza privada, sem fins lucrativos, com o propósito maior de promover a investigação e a inovação na Região Autónoma da Madeira (RAM). Simultaneamente, propôs-se apoiar a criação de emprego e o crescimento económico baseado no conhecimento.

Constituída com uma estrutura de sócios e associados, a ARDITI contava, à época da sua criação, com o Governo regional da Madeira e a Univ. da Madeira como sócios fundadores e com a Portugal Telecom, a Empresa de Cervejas da Madeira, a Cimentos Madeira, a Exictos, a MMComputadores, a Taboada&Barros e a Madeira Tecnopolo como sócios efetivos.

Com uma missão abrangente e ambiciosa, a ARDITI pretendeu, desde logo, não apenas reforçar a colaboração e as ligações entre os seus associados e dos seus associados com a comunidade científica e empresarial, como também promover e apoiar atividades de investigação e desenvolvimento (I&D), nomeadamente através da atribuição de financiamento a projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, bolsas a docentes e investigadores, bem como bolsas de pós-graduação, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento. Entre os objetivos da associação, estava também o desenvolvimento e apoio de ações de formação de recursos humanos e a realização de atividades de valorização e divulgação de resultados de I&D, que procura implementar no meio empresarial. A ARDITI apoia ainda o Governo regional da Madeira na formulação e execução das políticas científicas e tecnológicas, prestando também serviços de consultadoria e apoio técnico a pessoas singulares e coletivas, incluindo organismos da administração central, regional e local.

Em linha com as prioridades da Região, a ARDITI procurou direcionar o investimento e criar sinergias que permitissem canalizar os esforços de investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação para as mais-valias da Madeira, explorando assim as suas oportunidades económicas e o seu potencial de crescimento. Simultaneamente, esta instituição pretendeu melhorar o processo de inovação de acordo com uma visão estratégica dos desafios, das vantagens competitivas e do potencial de excelência da Região e, ainda, promover um maior envolvimento das partes interessadas, assegurando que todos os parceiros estivessem plenamente envolvidos na conceção,

implementação e acompanhamento da Estratégia de Especialização Inteligente.

Com efeito, desde a sua criação, a ARDITI focou o seu trabalho no desenvolvimento e na implementação da Estratégia de Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3), no âmbito da Política de Coesão da União Europeia 2014-2020, que visou converter a RAM numa *innovation follower*, por forma a posicioná-la entre as quatro principais regiões de Portugal em termos de desempenho na inovação. A Madeira tornou-se reconhecida, neste âmbito, como uma das principais regiões da Europa na criação de conhecimento nas áreas do turismo, biosustentabilidade e recursos e tecnologias do mar.

Para alcançar tal objetivo, procurou-se promover a potencialização e a capacitação dos recursos endógenos, das infraestruturas existentes e dos agentes regionais com competências nos vários domínios de especialização, o que se refletiu na criação de massa crítica e na reorientação dos recursos existentes em torno dos domínios temáticos de especialização da RIS3. Esta estratégia destacou ainda a necessidade de atração, retenção e formação de recursos humanos altamente qualificados nos domínios temáticos, à qual se respondeu através de parcerias com instituições líderes internacionais, tirando-se partido da cultura cosmopolita e da qualidade de vida da Região para torná-la na localização preferida para a criação e exploração de conhecimento nessas áreas. Neste âmbito, revelou-se desejável também fomentar o desenvolvimento de uma cultura inovadora, aberta, mobilizadora e libertadora do potencial individual e coletivo orientada para a criação de emprego, valor económico, social e territorial. O reforço da intensidade tecnológica na produção de bens e serviços orientados para cadeias de valor globais, aproximando o sistema científico das atividades económicas, sociais e criativas, apresentou-se também como uma das linhas-chave da RIS3, a par do reforço da produtividade, da coesão territorial e da afirmação da competitividade responsável, estruturante e resiliente enquanto verdadeiro desígnio central suportado pelas dinâmicas da Estratégia.

A par desta visão estratégica, a ARDITI contava também, por definição estatutária – enquanto instituição vocacionada para dinamizar a investigação científica e tecnológica na RAM –, com o apoio da comunidade científica na Região, que se traduzia, *e.g.*, na atribuição de bolsas de estudo com duração variável. Estes apoios destinam-se a promover a formação avançada de recursos humanos, por forma a criar uma sólida base de qualificação, consolidação das instituições, criação de emprego científico, inserção de investigadores nas empresas e reforço das lideranças científicas. As referidas bolsas também são destinadas a apoiar docentes e investigadores na participação em congressos, seminários, reuniões científicas, conferências, estágios e trabalhos de investigação, na Região ou fora dela.

PATRÍCIA LENCASTRE

Agricultura

A agricultura na Madeira é tão antiga quanto o seu povoamento, sendo condicionada tanto pelos aspetos históricos como pelo clima e pela configuração geográfica da Ilha, que pode ser definida pela dominância de um maciço central montanhoso que define duas vertentes costeiras abruptas, poucas planícies, que alternam entre altas (Paul da Serra, Santo da Serra) e baixas (fajãs litorais). Os solos da Ilha são resultado da desagregação das rochas vulcânicas (basalto, traquite, tufos, escórias e conglomerados). Não sendo particularmente fértil, implicou um redobrado esforço, com o recurso a fertilizantes; em especial a falta de cálcio, potássio e azoto obrigou, ao longo dos tempos, os agricultores a intervir no sentido de lhe atribuir os suplementos minerais para o crescimento normal das culturas.

O trabalho do agricultor madeirense na procura de terrenos aráveis constituiu uma verdadeira epopeia: “E o homem, o pigmeu, atacou a montanha. Durante séculos não cessou o trabalho rude da picareta e da alavanca, e à custa de vidas, de suor e de sangue talharam-se na rocha as gigantescas escadarias, sem que o

alcantilado das escarpas, a fundura dos despeñadeiros ou a vertigem dos abismos detivessem os passos do titã. Monumento este único no mundo, porque jamais em parte alguma, com tão grande amplitude, tanto esforço humano foi empregado na conquista da terra” (NATIVIDADE, 1953, 31). Este trabalho foi excepcionalmente árduo, já que 47 % do território se encontra acima dos 700 m, 65,4 % da sua área apresenta declives superiores a 25 % e apenas uma área diminuta (8500 ha) apresenta declives inferiores a 16 %, área essa que inclui os centros urbanos e planaltos de grande altitude, onde, obviamente, as práticas agrícolas são impossíveis. Assim, na Madeira, estes condicionalismos geomorfológicos remeteram a agricultura para faixas de território com declives médios compreendidos entre os 16 % e os 25 %, com todas as implicações que deste facto advêm, como sejam os custos económicos e humanos na construção e manutenção de muros de suporte e de socalcos (os poios) que permitem cultivar áreas que de outra forma seriam inacessíveis.

Ainda sobre este trabalho hercúleo, Vieira Natividade refere: “E o vilão ataca e tritura a rocha para a transformar em solo agrícola; geme sob o peso de enormes pedras para construir um socalco; marinha pelas falésias para conquistar um palmo de terra, mesquinho gleba, pouco maior por vezes do que um ninho de águias alcandorado no pendor de uma fraga. Antes de ser agricultor, é cabouqueiro e arquiteto. Labuta de sol a sol e transforma o seu horto, a sua courela, num jardim” (*Id., Ibid.*, 39).

O povoamento e a valorização económica da Madeira, nos primórdios da expansão atlântica, foram devidos, em grande medida, às necessidades internas do reino e do espaço oriental atlântico, facto corroborado por Gaspar Frutuoso, que refere o empenho dos primeiros colonos, sob as ordens dos capitães que se dedicaram ao cultivo e à beneficiação dos terrenos para obterem rapidamente produção. Assim, a Ilha surge como resposta à disputa das Canárias e à urgente necessidade de encontrar um ponto de apoio para a operação naval



Fig. 1 – Terrenos cultivados em Câmara de Lobos (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

africana. Zurara faz disso eco, ao referir que as embarcações portuguesas faziam escala obrigatória na Madeira, “onde se proviam de vitualha [...] porque havia aí abundância de mantimento” (VIEIRA, 2015, 24).

Deste modo, a João Gonçalves Zarco, em conformidade com uma carta régia, foi confiado proceder à distribuição de terras, de acordo com regulamento entregue, com características distintas do regimento sesmarial usual à época, cláusulas estas que favoreceram a posição fundiária dos primeiros povoadores e contribuíram para o aparecimento de propriedades com grandes extensões. A partir de 1433, com a doação das ilhas ao infante D. Henrique, o poder de distribuir terras passou a ser uma atribuição do senhorio, que deveria respeitar as anteriores concessões.

Assim, desde o início do povoamento, decorreram intensos trabalhos prévios de preparação da terra para a agricultura, tais como as queimadas (técnica comumente usada na Europa, e aplicada na Madeira para abrir clareiras para a agricultura e construir casas de habitação), a construção de paredes para retenção e aproveitamento de terras, e o delineamento de levadas para permitir o regadio e a força motriz aplicável aos moinhos, às seras de água e aos engenhos. O trabalho de desbravamento, retenção, arroteamento de terras e construção de canalização das águas para as culturas foi muito duro.

Em paralelo com os trabalhos nos solos, ocorreu a introdução, na Região, de sementes, plantas e animais (do gado trazido, parte foi colocado em estabulação, outro foi lançado livremente). Para o arquipélago da Madeira, Francisco de Alcoforado refere que o infante D. Henrique enviava, no verão, sementes e gado. As produções enviadas foram, obviamente, ao encontro dos hábitos culturais dos colonizadores europeus, tanto ao nível das suas exigências económicas, para uso em trocas mercantis (pastel e açúcar), como a respeito das suas dietas alimentares (cereais, vinho, produtos hortícolas, frutícolas e gado).

Em paralelo com a introdução de culturas europeias, as populações estabelecidas na

Região passaram a fazer uso alimentar, especialmente forrageiro, mas também para estacaria, em sebes de proteção, nas camas de gado, bem como no fabrico de certos utensílios agrícolas, da diversidade de plantas macaronésicas que encontraram. Assim, são habituais na alimentação do gado, entre as árvores, as desramações que sofrem o folhado (*Clethra arborea*) e o marmulano (*Sideroxylon marmulano*). Também é frequente, principalmente no norte e em especial em Santana, o aproveitamento dos tis (*Ocotea foetens*), e passou a ser comum também o cultivo de leituga, língua-de-vaca ou serralha-da-rocha (*Sonchus fruticosos*) e do aipo-da-serra (*Melanoselinum decipiens*) em certas localidades de média altitude, para prover a sustentação parcial do gado bovino. Para forragem, passaram também a ser comumente utilizadas a erva-do-coelho (*Pericallis aurita*), a leituga (*Sonchus pinnatus*), o piorno (*Teline madeirensis*), a cabreira (*Phyllis nobla*), bem como a *Crepis noronhaea* (em Porto Santo), a *Crepis divaricata* (de que Richard Thomas Lowe já afirmava ser planta muito procurada pela população de Machico para alimentar os seus porcos), as leitugas (*Sonchus ustulatus*), a azeda (*Rumes madeirensis*) e a *Melica canariensis*. Por sua vez, as espécies macaronésicas que se prestavam para a produção de estacas eram e são principalmente a urze-durázia (*Erica arborea*), o seixo ou seiceiro (*Salix canariensis*), o barbu-zano e o til; como sebe de proteção, sobretudo no norte da Madeira, para defesa das culturas (hortícolas, vinhas ou bananais) contra os ventos predominantes, recorria-se à urze-durázia ou das-vassouras (*Erica platycodon* subsp. *maderincola*), através das suas ramagens secas, densamente apertadas umas contra as outras.

No início do povoamento da Madeira, caracterizada por uma paisagem florestal densa e por desbravar, o regime agrícola dominante corresponde à exploração direta de largos lotes de terras adquiridos ao abrigo da Lei da Sesmarias, sendo o prazo para o seu cultivo variável: de 10,5 (o mais frequente) e 3 anos. Os beneficiários das terras cedidas de sesmarias eram considerados gente de qualidade ou com poses. Essas terras eram trabalhadas por escravos,

principal força de trabalho até meados do séc. XVI, e trabalhadores livres, alguns residindo permanentemente nas casas dos senhorios como moços de lavoura. Quando a distância das terras em relação às casas de morada dos senhores ou proprietários das terras era demasiado grande, estes arrendavam-nas por 9 ou 18 anos, recebendo a renda em produtos e/ou pecuniárias. Em algumas situações, aforavam-nas perpetuamente ou em vida; o aforamento perpétuo era a forma preferida pelos que não tinham terra própria, visto ficarem com a garantia de eles e seus descendentes usufruírem das benfeitorias que fizessem nas terras.

O contrato de meias (regimento de emprazamento em que o arrendatário devia pagar metade da produção ao senhorio como renda), largamente difundido pela Europa, era uma das formas que apresentava a cooperação entre burgueses e camponeses com vista à valorização das terras com produções facilmente escoadas para o mercado de consumo, caso da viticultura, dos cereais e da criação de gado.

No fim do séc. XV, mas também nos sécs. XVI e XVII, com o aumento da população, a substituição do cultivo da cana pela vinha, o parcelamento da propriedade direta e a gradual extinção da mão de obra escrava, ocorre uma nova transformação no mundo rural no sentido do predomínio do arrendamento de pequenas parcelas, com pagamentos a meias, evoluindo para a colónia típica, em detrimento da exploração direta e dos arrendamentos vulgares. A colónia surge, assim, num período de relativa regressão da economia da Ilha, do séc. XVII ao XVIII.

O período de maior predomínio da colónia – fins de séc. XVII e, sobretudo, os sécs. XVII-XIX – vai coincidir com a expansão da cultura vinícola e o aumento da dependência em relação aos mercados britânicos. Quanto à vinha, normalmente o contrato estabelecia que o senhorio tinha direito a metade do mosto à bica do lagar, sendo todos os encargos com a plantação, construção de muros, latadas e lagares, cuidados com a vinha e vindima da responsabilidade do colono. Todavia, já no séc. XVIII, assiste-se às primeiras críticas à colónia e,

principalmente, à defesa do princípio da exploração direta das terras pelos senhorios, visando a ultrapassagem de situações de subaproveitamento das terras, a excessiva exploração dos colonos, o fim da divisão da terra por vários beneficiários, o aumento da riqueza e a sua circulação, bem como o fim da monocultura da vinha, com a sujeição às cíclicas flutuações dos preços de mercado. Outra vantagem que também se via na exploração direta era o autoabastecimento da Madeira.

Devido à desagregação do regime senhorial e à extinção dos vínculos, surge nos sécs. XIX e XX, uma nova tipologia de proprietários diretos de origem popular e principalmente oriundos da burguesia urbana. Todavia, apesar das novas condições criadas pela revolução liberal, a colónia continuaria a subsistir, embora diminuindo um tanto de importância. Nas zonas onde a exploração direta era pouco lucrativa, pelo excesso das necessárias benfeitorias a par de um escasso rendimento, a colónia vai manter-se.

Na primeira metade do séc. XIX, uma vez que os grandes proprietários se encontravam fortemente descapitalizados e não podiam ir buscar dinheiro aos seus colonos, visto que as menções eram pagas em géneros, foi-se tornando comum o sistema de conceder parcelas de terras em contrapartida de uma renda paga em dinheiro. Para os detentores das terras, esta modalidade trazia claras vantagens imediatas, pelo aumento da liquidez monetária disponível. Assim, o aparecimento da renda em dinheiro teve consequências importantes no quotidiano, clarificando a questão da terra e permitindo o surgimento do fator monetário na vida económica rural da Madeira. Esta alteração desencadeou também uma mobilidade forçada, abrangendo vastos sectores da população, em especial no final do séc. XIX, que, através de inúmeros engajadores que percorriam a Ilha, saíram da Região com destino à emigração, por norma em direção ao outro lado Atlântico e em grande parte ilegal.

De facto, apesar das elevadas alterações na sociedade madeirense ao longo dos séculos, o regime de exploração da terra manteve-se e só

após o dec.-lei 47.937, de 15 de setembro de 1967, foi proibida a formação de novos contratos de colônia, embora continuassem vigentes todos os constituídos no passado.

Assim, aquando da Revolução de 25 de abril de 1974, grande parte dos agricultores permanecia sujeito ao contrato de colônia, continuando a pagar aos senhorios em géneros metade da produção das suas glebas, o que na prática implicava a existência de grande miséria numa larga franja da sociedade (especialmente muitos milhares de madeirenses do campo e das partes altas do Funchal). Apenas com a Revolução de 1974, e através de nova legislação, é dissolvido o regime da colônia.

No Porto Santo, o processo de povoamento foi mais complexo, especialmente após o desaparecimento quase por completo do coberto vegetal e da floresta natural, referindo mesmo Zurara que “não se pode em ela fazer lavra”; e Valentim Fernandes refere que as dificuldades sentidas em Porto Santo resultam de “não haver águas e terra em si estéril” e, por isso, “não se faz tanta obra nela como em a ilha da Madeira” (VIEIRA, 2001, 151).

Associado a este processo está aquele que é considerado o primeiro desastre ecológico provocado pela expansão europeia. Com a chegada dos primeiros povoadores a Porto Santo, foram libertados coelhos, que se tornaram rapidamente uma praga, dificultando a fixação desses mesmos colonos. A memória deste facto ficou na designação do ilhéu dos Coelhos. Diz Zurara, nas *Crónicas da Guiné*: “E acertou-se que entre as coisas que levavam consigo para lançarem na dita ilha, assim era uma coelha, a qual fora dada a Bartolomeu Perestrelo, por um seu amigo, indo a coelha prenhe em uma gaiola; [...] soltaram aquela coelha com seus filhos para fazer criação, os quais em mui breve tempo multiplicaram tanto, que lhe empacharam a terra, de guisa que não podiam semear nenhuma coisa que lhe eles não estragassem. E é muito para maravilhar, porque acharam que no ano seguinte que ali chegaram, mataram deles mui muitos, não fazendo porém mingua; por cuja razão deixaram aquela ilha, e passaram-se a outra da Madeira” (AZURARA, 1878, 243).

Considerando que a ilha de Porto Santo se caracteriza climaticamente por deter verões longos e quentes, com invernos com precipitação, esta apresenta razoáveis condições para as culturas cerealíferas de sequeiro; especialmente a falta de água impulsionou este tipo de culturas e a pastorícia, pelo que o quotidiano desta ilha passava por cultivar cereais, apascentar o numeroso gado e, mais tarde, ocupar-se da vinha. Todavia, a irregularidade das chuvas no inverno e o esgotamento do solo pela monocultura cerealífera promoveram ao longo da história muitos anos de fracas produções.

Para além da importância histórica que os cereais detêm na “ilha dourada”, não deixa de ser importante referir uma curiosidade sobre a cultura da vinha, a uva caracol. A introdução desta casta na ilha está relacionada com um emigrante residente na África do Sul, que na déc. de 1930 enviou a um seu amigo e agricultor de Porto Santo algumas cepas da casta olho de pargo, que aí as plantou. Como a alcunha do referido agricultor era “o caracol”, as uvas produzidas por essa casta, em Porto Santo, foram rebatizadas uva caracol. Também algumas hortícolas em Porto Santo granjearam reputação; é o caso das melancias do Porto Santo, que são muito afamadas e de boa qualidade, apesar de serem de tamanho pequeno.

A chegada à Madeira de gado de grande porte revelou-se de muita utilidade, já que o mesmo foi usado como força motriz tanto no transporte como em atividades agrícolas (especialmente importante atendendo à orografia da Ilha, que tornava a presença de mulas e cavalos indispensável como meio de transporte no interior). O gado bovino era usado também nas tarefas agrícolas, em especial na lavra do solo, para espremer a cana, na debulha dos cereais, mas era, igualmente, uma importante fonte de riqueza alimentar, através das suas carnes, do leite, dos queijos e da manteiga, aproveitando-se ainda os couros. A sua criação fazia-se, também, para a obtenção de estrume, fundamental para a adubação das terras de futuras produções agrícolas.

Como referido anteriormente, o gado que se instalou na Região só em parte foi estabulado



Fig. 2 – Cana-de-açúcar cortada em Santana (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

pois muito foi libertado nas serras, tendo sido sempre fator de diversas lutas, não só entre camponeses e senhorios, mas também entre agricultores, já que muitas vezes o gado descia das serras destruindo as culturas.

Segundo o *Elucidário Madeirense*, em 1865 existiam na Madeira todas as raças de animais domésticos do continente do reino, formando a raça bovina o capital mais importante da pecuária regional. Havia então 25.338 cabeças de gado bovino em todo o arquipélago. Referem ainda a obra que, apesar de antigamente existir um grande número de bovinos das serras da Região, à data da sua publicação a generalidade dos mesmos já se encontrava estabulado. Foi introduzido, também na Região, gado muar e asinino, importado de Portugal, da Andaluzia e de Marrocos.

A entrada de gado ovino e caprino foi igualmente importante, tendo as cabras sido trazidas do Algarve e das Canárias, estando a entrada da cabra das Canárias documentada desde 1481. Quanto à produção de gado ovino, esta foi particularmente relevante a partir do séc. XVII, especialmente após a introdução de espécies lanígeras de Leicester (pelo irlandês Fitzgerald, em 1802), que permitiu à Região o fabrico de panos para o vestuário, para o qual a produção de lã branca e preta, conjuntamente com o linho, foi indispensável, tendo mesmo

Eduardo Grande, o regente, enviado, em 1802, um ofício ao Cap.-Gen. D. José Manuel da Câmara, felicitando-o “pelo bom resultado que houvera da introdução do gado ovelhum de lã comprida”. Todavia, refere o *Elucidário Madeirense* a existência de gado ovino e caprino das serras na Madeira, com o seguinte comentário: “existindo ainda muitas cabras e porcos nas serras, apesar disso ser proibido por lei. Grandes são os prejuízos que estes animais têm causado às nossas matas, e seria um ato de grande utilidade pública fazer cumprir por toda a parte a chamada ‘lei de pastagem de gado nas serras da ilha da Madeira’ publicada em 23 de julho de 1913” (SILVA e MENESES, 1998, II, 136).

De facto, a existência de gado caprino nas serras da Madeira deixou de ser permitida em 1913; todavia, a sua presença naqueles espaços permaneceu durante muitos anos, tendo sido alvo de variadíssima polémica. Sobre o tema, referem Augusto da Silva e Azevedo de Menezes: “mas há de ser difícil acabar com o mau hábito de deixá-lo pastar livremente na região elevada da ilha, embora todos reconheçam que ele constitui o pior açoute das árvores e de toda a sorte de culturas. Os incêndios que de 21 a 28 de agosto de 1919 destruíram muitas das valiosas matas madeirenses, foram devidos aos criadores de gado, cuja irritação é grande por terem sido forçados a acatar as disposições da

lei da pastagem nas serras da ilha da Madeira, publicada em 23 de julho de 1913” (*Id., Ibid.*, 137). Desde então muitas têm sido as tentativas para encontrar caminhos viáveis para a excessiva carga animal nas serras da Região, em especial ao longo do séc. xx, que se fizeram sentir mais efetivamente a partir da déc. de 1980 através da aplicação de medidas efetivas e práticas para que a apascentação deixasse de causar danos ambientais, através da erradicação de ovelhas, cabras e porcos soltos e asselvajados. Este processo, que se iniciou em 1982, teve o seu epílogo já em 2003, com a retirada das serras de cerca de 50.000 animais.

Um pouco mais atrás na história, os efetivos pecuários em 1851 eram de 20.917 cabeças de gado bovino, 90.403 ovinos, 86.686 caprinos e 19.667 suínos; todavia, em 1893 ocorre um decréscimo significativo no número de cabeças de gado ovino e caprino, mas assinala-se um aumento significativo no número de gado bovino e suíno (28.417 cabeças de gado bovino, 28.417 ovinos, 18.604 caprinos e 34.230 suínos).

Já em 1928, o intendente de Pecuária dizia que o gado bovino era constituído por 30.000 cabeças, e recenseamentos anteriores, de 1873 e 1893, registavam, respetivamente, 21.720 e 28.874 cabeças de bovinos, constituídas na sua maioria por vacas comuns da terra e por cruzamentos destas com raças importantes. Estes animais alimentavam-se de vegetação espontânea, folhas de cana e/ou de bananeira; tratava-se de uma alimentação com algumas carências, incompleta e pouco compensadora para a produção de leite, pelo que a produtividade por animal era baixa.

Deste modo, a produção de leite por vaca nunca foi uniforme na Região, estando muito dependente da raça e dos seus cruzamentos, do clima e da alimentação, o que conferiu à produção de leite baixa competitividade, sendo a sobrevivência deste sector apenas assegurada num mercado protegido pelo isolamento geográfico da Ilha.

O leite tinha origem em duas ordenhas, sendo o leite da noite fervido e posteriormente misturado com o da manhã. Tratava-se de um produto recolhido, regra geral, em más condições

higiénicas de mungimento, praticada a maior parte das vezes dentro dos estábulos. Este facto gerou crescentes problemáticas relacionadas com a criação de gado na Madeira. A indústria de lacticínios na Madeira era inicialmente de carácter basicamente caseiro, com processos rudimentares e pouco rentáveis, especialmente porque as vacas eram igualmente usadas nos trabalhos de lavoura. Todavia, o leite que sobrava da alimentação das crias era recolhido e transformado em manteiga. A industrialização dos lacticínios na Madeira, em especial a produção de manteiga, advém de um contexto de grande protecionismo decorrente do facto de no final do séc. xviii praticamente toda a manteiga consumida em Portugal continental ser importada do Norte da Europa e de Inglaterra, país que em 1885 inicia um processo de protecionismo aduaneiro, que impede o comércio de exportação, seguido pelo Ultimato inglês, de janeiro de 1890. Este facto gerou o crescente interesse na criação de gado na Madeira visando a satisfação do mercado nacional de manteiga.

Em 1895, Adolfo Burnay inicia a industrialização do leite através da montagem de uma fábrica no Santo da Serra, facto que estimulou o interesse dos lavradores, que rapidamente montaram um grande número de pequenas empresas e postos de desnatação (LOPES DE OLIVEIRA, 1969). Assim, inicia-se o processo de exportação de manteiga da Madeira, que em 1881 perfazia apenas 129 kg, subindo em 1885 para 1932 kg, chegando em menos de uma década (1890) a 42.476 kg. Todavia, estes quantitativos caíram drasticamente com a viragem do século, uma vez que em 1899 a Madeira apenas exportou cerca de 1216 kg de manteiga, valores que se mantiveram baixos na primeira década do séc. xx; em 1900, o volume de exportação foi de apenas 8026 kg. Todavia, o paradigma recessivo no sector alterou-se na déc. de 1920 quando a Madeira produziu cerca de 560.000 kg de manteiga, 450.000 kg dos quais se destinaram à exportação.

Em 1908, a produção de leite de vaca na Madeira foi cerca de 9.000.000 l, em comparação com Portugal continental, que foi de

55.200.000 l, e com os Açores, na ordem dos 10.500.000 l. Em 1937, já instalada a Junta dos Lacticínios, a produção rondou os 17.000.000 l, quantidade que foi subindo ligeiramente ao longo dos anos, atingindo em 1952 uma produção que rondou os 19.000.000 l.

Na déc. de 1930, a exploração pecuária, ao longo de toda a fileira, era a atividade mais importante da agricultura madeirense, uma vez que gerava um volume de rendimento bastante superior a qualquer outra cultura de então, nomeadamente a cana-de-açúcar, o vinho e/ou a banana. O importante rendimento dos produtores advinha da venda de leite para consumo em fresco e para a produção de manteiga; todavia, apesar da importância económica do leite e derivados, a exploração pecuária na Madeira sempre foi considerada uma atividade subsidiária e complementar à agricultura, subalternizada quando comparada com as culturas tradicionais da Região.

Tendo em conta os problemas sentidos no sector, em muito devido à grande dispersão do gado, bem como à proliferação de pequenas indústrias de desnatação, foi criada, em 1936, a Junta Nacional dos Lacticínios da Madeira (JNLM), através do dec.-lei n.º 26.655, que visou implementar um sistema de pagamentos rigorosos e em dia, gerir os postos de recolha do leite para a indústria (tendo de imediato encerrado 741 postos dos 1165 previamente existentes) e manter um sistema de assistência mutualista e veterinária.

Todavia, os produtores de leite estavam contra a criação da Junta, porque viam nela um instrumento de redução da liberdade de venda do leite e a criação de um domínio no sector por parte das duas ou três maiores empresas do fabrico de manteiga, tendo-se instalado, ao longo do ano de 1936, um clima de revolta por parte dos produtores que culminou, no verão desse ano, com uma série de protestos de rua, levantamentos populares, ataques e assaltos a fábricas, postos de desnatação e edifícios públicos, destruição de equipamentos e ataques a destacamentos da polícia, na intitulada Revolta do Leite e que terminou com diversos mortos, feridos e prisões.

Já na déc. de 1940, apenas cerca de 25 % da manteiga produzida se destinava ao consumo local, sendo que, em 1941, a Região produziu cerca de 904,1 t e exportou 724,1 t; pouco mais tarde, em 1946, foram produzidas cerca de 839,6 t de manteiga e exportadas 454,8 t destas.

Em 1952, a produção de leite atingiu o montante recorde de 22,66 milhões de l, dos quais cerca de 19 milhões tiveram como destino a indústria e 3,6 milhões foram para consumo em natureza. Nesse ano, a Madeira, exportou cerca de 596,7 t de uma produção total de 968,1 t de manteiga. As duas grandes empresas exportadoras da época eram a Martins & Rebelo (com as manteigas Zarco e União) e a A. C. Burney (com a marca Burney); havia ainda, mas com menos quota de mercado, a Cooperativa de Lacticínios do Norte

Em dezembro de 1960, através do dec. n.º 43.418, é editado um relatório analítico e situacional do sector do leite na economia regional, onde é assinalada a forte crise pela qual a fileira atravessava, especialmente relacionada com a incapacidade de a indústria manter as quotas de mercado externo, em muito relacionada com a falta de qualidade da sua produção; à data já tinha perdido o mercado de Portugal continental, ficando as exportações cingidas às províncias ultramarinas, mas também com estas a apresentarem perdas sucessivas. Nessa altura, a produção de manteiga era de cerca de 800 t, sendo metade consumida na Região. De facto, continuava a fazer sentir-se uma grande pulverização da indústria, ainda com cerca de 30 fábricas e 235 postos de desnatação, desprovidos, na sua maioria, de frigoríficos e pasteurizadores, o que acarretava graves deficiências na conservação do produto. O referido diploma estabelece também uma medida de reorganização da indústria de lacticínios da Madeira, através da criação de uma nova empresa, que concentraria as empresas existentes, em que o capital social seria distribuído da seguinte maneira: 49 % para agrupamentos das Empresas Industriais de Produção de Lacticínios, 49 % para a União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios e Produtoras de Leite

da Ilha da Madeira e 2 % para a Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

O decreto nunca chegou a ser aplicado, por contestação das cooperativas e das indústrias que nelas se agrupavam, por acharem que esta reorganização não servia os seus interesses. Contudo, em novembro de 1962, é criada a ILMA – Indústria de Lacticínios da Madeira, Lda, uma sociedade constituída por empresas industriais, que, todavia, só entra em laboração no final de 1972.

Durante esta década acentua-se o declínio da produção leiteira, já que em 1970 a produção total foi de 14.800.000 l, cerca de 9.300.000 dos quais se destinaram à indústria, sendo 5.500.000 para consumo em natureza. O sector leiteiro nunca mais recuperou da crise instalada; na déc. de 1980, a produção pouco ultrapassou os 11.000.000 l (1989), tendo vindo a decair desde então. Com a viragem do século, a produção fixou-se em apenas 3.700.000 l (2000), valor que continuou a baixar ao longo da década seguinte; a produção de 2014 foi de 1.400.000 l, valor que bem demonstra a diminuta importância que a indústria dos lacticínios detinha nesta altura ao nível regional.

No que concerne às explorações pecuárias, na déc. de 1970, as boviniculturas continuavam a ser as mais importantes, tanto ao nível do número de efetivos animais como ao nível do valor dos produtos obtidos. Na Região, nessa década, existiam cerca de 16.500 proprietários de gado bovino e cerca de 19.676 cabeças de gado bovino, pelo que o mesmo se encontrava muito disperso e alojado em cerca de 18.000 estábulos. Assim, obviamente, a generalidade dos produtores tinha apenas uma cabeça, sendo muito raro aqueles que detinham mais que duas.

Como anteriormente referido, a produção pecuária no arquipélago da Madeira decresceu sucessivamente desde a déc. de 1970, com reduções contínuas e significativas de todos os tipos de efetivo pecuário. No que concerne aos efetivos ovino e caprino, estes eram constituídos, em 1977, por 22.814 e 14.959 cabeças, respetivamente; todavia, na viragem do século (1999), os efetivos eram de apenas 7108 e

8920 cabeças, respetivamente, e em 2014 apenas consta a existência de 4058 e 5623 cabeças, respetivamente. Valores que indicam reduções elevadas, sendo o efetivo em 2014 apenas de 18 % e 38 %, respetivamente, do registado cerca de 40 anos antes.

Apenas o efetivo de suínos teve um comportamento distinto do dos restantes efetivos pecuários, já que nas últimas décadas do séc. xx se verificaram sucessivos aumentos no número destes animais; assim, em 1977 e 2001 foram registados, respetivamente, 9798 e 30.861 animais. Todavia, o cenário posterior de crise no sector pecuário também se fez sentir na suinicultura, que apresentou a partir dessas datas quebras anuais no número de animais existentes na Região, que fizeram com que se chegasse a 2014 com apenas cerca de 44 % (4353) do efetivo existente em 1977.

Todavia e em oposição ao anterior cenário recessivo da produção pecuária regional, a avicultura, a criação de aves para produção de alimentos, em especial frango e ovos, teve, a partir da déc. de 1970, crescimentos significativos. Regista-se que a produção de ovos e frangos era em 1977 de apenas 13.010 milhares de ovos e de 744 t de frangos, tendo duplicado no que respeita à produção de ovos e triplicado na produção de frangos até à viragem do século, obtendo-se, em 2000, uma produção de 32.000.000 de ovos e de 2357 t de frangos. Dados de 2014 indicam que a produção deste sector era de cerca de 22.000.000 de ovos e de 3757 t de frangos (Série Retrospectiva das Estatísticas da Agricultura e Pesca 1976-2014).

Um aspeto marcante na atividade agrícola da Madeira foi sempre a escassez de terra, facto que obrigou ao seu aproveitamento intensivo e promoveu a divisão e dispersão da propriedade, e que constitui, a par das características orográficas da Ilha, um sério constrangimento ao desenvolvimento tecnológico associado às atividades agrícolas, e, conseqüentemente, ao desenvolvimento económico e social da Região.

A produção agrícola na Madeira dividiu-se ao longo do tempo no binómio cana-de-açúcar e vinha, relegando para pequenos pedaços de

terra em áreas mais montanhosas as culturas cerealíferas, apesar de estas terem sempre desempenhado um papel fundamental na vida quotidiana dos lavradores. A cultura de cana sacarina na Madeira foi, sem dúvida, a primeira produção estratégica da Ilha e alvo de permanente intervenção da Coroa, essencialmente para a produção de açúcar, pelo que teve particular relevância para o contexto socioeconómico da Madeira. Todavia, na déc. de 1530, ocorre uma crise na produção e os agricultores foram obrigados a abandonar os canaviais e a substituí-los por vinha, especialmente a partir de meados desse século.

A par de outras culturas com menor expressão, o interesse do Homem em colorir os tecidos levou-o ao encontro de culturas e produções que satisfizessem tal função, fosse a partir de espécies nativas e mesmo endémicas da Madeira ou de outras introduzidas; algumas delas, como o sangue-de-drago, a urzela, o pastel e a cochenilha, adquiriram mesmo importante valor comercial nas trocas externas regionais. A urzela (espécies nativas de líquenes do género *Rocella*) foi um dos primeiros produtos a ser comercializado nas ilhas (a exploração realizou-se, até ao séc. XIX, a partir das ilhas Desertas); com ela conseguia-se uma cor amarela ocre e castanha. Por outro lado, o dragoeiro (árvore endémica da Macaronésia pertencente à família *Dracaenaceae*, denominada *Dracaena drago*) era uma árvore outrora abundante nas ilhas, cujo valor económico cedo foi reconhecido, pela extração da seiva e o uso dado aos próprios troncos na construção de embarcações e utensílios domésticos. O pastel (planta da família *Brassicaceae* denominada *Isatis tinctoria*) aparece na economia insular em condições idênticas ao açúcar, tendo sido introduzido com o fim de satisfazer as carências do mercado europeu. Até ao séc. XVII, altura da introdução do anil na Europa, foi a principal planta tintureira europeia, de onde se extraíam as cores preta e azul. Primeiro foi cultivado na Madeira e depois levado para os Açores e as Canárias, ficando no sul da ilha da Madeira como espécie naturalizada. A produção e comercialização de urzela manteve-se

ativa até ao séc. XIX, mas foi no séc. XVIII que revelou uma grande importância económica, sendo exportada para Inglaterra e Flandres. Já a cochonilha, que é um inseto originário do México, parasita das tabaibeiras (figueira-da-índia, *Opuntia spp.*), do qual se extrai uma matéria corante vermelha surgiu na Madeira a partir de 1836, levado das Canárias por Miguel de Carvalho e Almeida Júnior, mas só a partir de 1855 se tentou explorar, sem nunca ter atingido qualquer sucesso comercial.

Visando a produção do vestuário da população, foi introduzida na Região a cultura do linho (*Linum usitatissimum*), que era produzido em todas as freguesias da Madeira, numa atividade de carácter profundamente feminino, que consistia em, após a colheita, o linho ser passado pelos dentes do ripanço, indo depois a curtir para dentro de tanques ou nas águas das ribeiras, onde permanecia durante 8 a 10 dias. Após esse período, era posto a secar e depois esmagado com um malho, visando a separação das fibras têxteis, indo de seguida à grama-deira, depois a tasquinhar e, finalmente, ao sedeiro, para adelgaçar o fio e separá-lo da estopa. Tanto o linho como as estopas eram fiados na roca, por mulheres, ficando finalmente em condições de passar aos pequenos teares que existiam disseminados por vários pontos da Ilha, onde terminava a série de operações a que o povo costumava chamar os tormentos do linho. Os panos de linho fabricados na grande diversidade de teares dispersos pela Madeira eram considerados de excelente qualidade e muito duráveis.

Com o povoamento, inicia-se também a produção de mel, que se revelou de tal qualidade que, segundo Augusto da Silva e Azevedo de Meneses, na relação das viagens de Barrow, pode-se ler: “nos vales amenos da Madeira, onde abundam as mais variadas flores campestres, o mel das colmeias é extraordinariamente delicioso, sendo enviado para Portugal, como um dos mais apreciados presentes” (SILVA e MENESES, 1998, I, 8).

Apesar de outras culturas, às quais os lavradores se dedicavam, durante os sécs. XVII, XVIII e XIX, os cereais, a vinha e a cana-de-açúcar são

realmente os principais produtos em termos de economia rural; por eles se desenvolvem algumas cristalizações e contradições entre classes sociais, especialmente entre os morgados, detentores das terras, e os camponeses dependentes. Até meados do séc. XIX, a posição preponderante da vinha manteve-se dominante; contudo, a crise sentida com as doenças (a filoxera e o oídio) que afetaram a vinha permitiu alterações no mosaico da cultura rural. No domínio destas culturas denominadas ricas, a chegada à Madeira da batata-doce, originária da América do Sul, contribuiu em muito para a diversidade alimentar das populações e das produções hortícolas. Todavia, só após 1845, a produção de batata-doce se viria a generalizar na Região.

As produções agrícolas da Região foram sempre de algum modo controladas pelas instâncias governamentais. Já em 1775, o governador ordena uma série de medidas para toda a Região; estas Regulações, e mais tarde as Instruções, enquadravam um conjunto de regras para a agricultura, que passavam pela plantação de castanheiros em baldios, as culturas a plantar em terras perto das serras, a plantação de fruteiras (laranjeiras, limoeiros e macieiras) nas vertentes à beira-mar e a introdução de novas culturas, *e.g.*, o algodão e o milho, bem como definiam maiores cuidados com a vinha. Todavia, estas tentativas de alteração dos



Fig. 3 – Agricultores de Santana (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

hábitos culturais, decretadas pelas autoridades, nem sempre obtiveram os resultados desejados; muitas destas diretivas só foram implementadas após o período de fome que assolou a Região no inverno sem chuva de 1757, que anulou quase por completo as produções, em especial as cerealíferas.

Em 1824, entra em vigor uma lei sobre a limitação à importação de cereais, visando a redução da dependência nacional deste bem alimentar. Esta medida foi fortemente penalizadora para a Madeira, muito dependente da importação de cereais, e, associada à crise que flagelou a vinha e reduziu drasticamente as exportações de vinho, principal contribuidor para a balança comercial insular, criou as condições para se instalar, em meados do séc. XIX, uma nova crise de alimentar. Estas circunstâncias impulsionaram o rápido aumento das áreas dedicadas à produção de cereais, a partir de 1850; de facto, segundo Freitas Branco, entre 1853 e 1857 a produção cerealífera regional sobe vertiginosamente e a área ocupada pelo cultivo de trigo aumenta 54 %, a de milho 504 %, a de centeio 35 % e a de cevada 76 %.

Marcante foi, sem dúvida, a entrada na Madeira, na déc. de 1850, do oídio (a mangra em regionalismo madeirense, *Erysiphe necator* Schwein), que ataca fortemente a vinha; um pouco mais tarde, na déc. de 70 do mesmo século, surge a filoxera (que chega ao continente europeu através de importações de videiras americanas que traziam consigo pequenos insetos que se alimentam das suas raízes, sugando a sua seiva e provocando inchaços tuberosos até a raiz ficar tão deformada que deixa de conseguir absorver água e nutrientes do solo, pelo que as videiras atacadas murcham e morrem), que quase dizimou os vinhedos da Região. Foi o declínio forçado do cultivo da vinha que conduziu ao ressurgimento da cultura da cana sacarina, ganhando esta, de facto, um novo fôlego.

Piorando a situação dramática vivida pelas circunstâncias que afetam os vinhedos regionais, em 1847, a Madeira é novamente assolada pela fome, em resultado de uma produção de batata particularmente baixa; embora

tardiamente introduzida na Região, a batata tinha passado a fazer parte da dieta alimentar e era o sustento das populações rurais. Por volta de 1870, e em resultado da introdução prévia de cepas americanas levadas do Ohio e do Missouri, muitos camponeses voltam a plantar vinhas.

No início do séc. XIX, foram também introduzidas na Região plantas de chá (*Theaceae*, *Thea sinensis*), pelo cônsul inglês Henrique Veitch, que as cultivou na sua quinta do Jardim da Serra. Todavia, a cultura nunca vingou ao nível regional. O mesmo ocorreu com o cultivo da planta do tabaco (*Solanaceae*, *Nicotiana tabacum*), tentada na Madeira entre 1877 e 1882, tendo-se realizado nesta altura algumas plantações, principalmente em São Gonçalo e Santo António. Logo em 1877, o visconde de Monte Belo fundou uma fábrica para a manipulação de tabacos na Madeira. A produção de tabaco era uma atividade altamente controlada pelo Estado e em situação de monopólio, pelo que a expansão da cultura nunca ocorreu. Todavia, em 13 de maio de 1864, foi publicada uma lei que reduzia em muito esse controlo, passando a cultura do tabaco a ser livre nas ilhas, tendo as disposições sido mantidas ou ampliadas pela lei de 15 de junho de 1882 e o dec. de 8 de outubro de 1885. Com a viragem para o séc. XX, mais precisamente em 1907, o tabaco voltou a ser cultivado na Ilha, mas novamente sem se generalizar. Nessa época, 1908, estabeleceu-se no Funchal a Companhia de Tabacos da Madeira, que fechou em 1912, sucedendo-lhe a Empresa Madeirense de Tabacos, Lda., fundada em 1 de outubro de 1918, e que, pela ausência de produção regional, importava o tabaco em folha dos Açores, tendo posteriormente sido substituída pela Empresa Madeirense de Tabacos, Lda.

Marcante na história agrícola da Madeira e das suas instituições no séc. XX foi a criação, em 1911, da Junta Agrícola, através do dec. de 11 de março de 1911, que visava solucionar os problemas relacionados com a cultura da cana-de-açúcar e das fábricas de aguardente, referindo o art. 26.º do decreto: “É criada uma Junta Agrícola da Madeira que terá o especial

encargo de gerir o fundo constituído pelo imposto da fabricação de aguardente, devendo também constituir receita desta junta as multas impostas por quaisquer infrações do presente decreto com força de lei e o que constar dos respetivos regulamentos. [...] Este fundo será aplicado ao desenvolvimento económico da Madeira, devendo uma parte ser reservada para a expropriação das fábricas de aguardente, para custear a propaganda no estrangeiro do vinho Madeira, para prover às despesas da fundação e manutenção de uma estação agrária que venha a criar-se na ilha e para promover a reenxertia ou transformação das castas de videiras atualmente exploradas, de modo que, num prazo indicado em regulamento, os vido-nhos produtores sejam apenas os que tradicionalmente compunham o tipo chamado de vinhas da Madeira” (SILVA e MENESES, 1998, II, 381). Todavia, e segundo o *Elucidário Madeirense* à data da publicação desta obra (1921), a expropriação das fábricas de aguardente ainda não tinha sido iniciada e a enxertia dos vinhedos por castas europeias não tinha tido o alcance desejado.

Também na viragem para o séc. XX várias foram as tentativas de implantação de cafeeiros (*Coffea arabica*) nas zonas baixas do sul da Ilha, sendo o café madeirense considerado de excelente qualidade e rivalizando com o de Moca; todavia, à data da publicação do *Elucidário Madeirense*, a sua produção já era inexistente e assim continuou.

A 26 de janeiro de 1931, o Governo central promulgou o dec. n.º 19.673, através do qual anunciou que iria voltar a ceder o monopólio da importação de cereais a um *trust* de moageiros madeirenses, facto que provocou de imediato fortes reações dos populares e da classe média, impedidos de importar livremente esses produtos alimentares, tumultos estes que mais tarde foram denominados como Revolta da Farinha.

Durante o Estado Novo, a agricultura manteve-se reduzida a explorações minifundiárias, de mera subsistência, embora se exportasse algum vinho, banana e até cebolas; para tal, muito contribuiu a ausência de associações e

cooperativas, a manutenção do uso de técnicas rudimentares resultantes apenas do conhecimento empírico e ainda o contrato de colónia. Visando regularizar o mercado e a produção, bem como uma maior regularização das remessas, mas especialmente a definição de preços mínimos de compra ao produtor, em 1935, foi criado o Grémio dos Exportadores de Fruta e Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira, um organismo cooperativo que se manteve em funcionamento até 1975. Através deste, era exportada uma elevada variedade de frutos, como a banana, o abacate, a anona, o maracujá, a laranja e o limão.

Por outro lado, e na tentativa de encontrar soluções para elevada atomização da propriedade e de ultrapassar o facto de muitos terrenos se encontrarem cada vez mais esgotados, elevando os custos com os fatores de produção, em 1946, o governo criou a Junta de Colonização Interna com a finalidade de adquirir lotes de terrenos aos proprietários absentistas, para depois os vender a agricultores, que pagariam em prestações, durante 30 anos, garantindo o pagamento pela constituição de uma hipoteca a favor do Estado. Todavia, estes esforços não tiveram os proventos esperados, já que a única negociação de relevo que resultou realizou-se em 1955, na freguesia de Ponta Delgada, onde foram adquiridas 133 pequenas glebas, que estavam em regime de colónia.

O Recenseamento das Explorações Agrícolas das Ilhas Adjacentes, realizado em 1955 pelo Instituto Nacional de Estatística, revela que cerca de 36 % das explorações detinham menos de 1000 m² e quase 46 % tinham apenas de 1000 a 5000 m². Considerando que 95 % das explorações detinham menos de 1 ha, fica demonstrada a elevada fragmentação da propriedade existente à data, facto que era coadjuvado pela elevada dispersão existente, já que a maioria (cerca de 71 %) das explorações não formava um prédio contínuo, mas era composta por 2 até 50 ou mais parcelas.

Na vertente económica e avaliando o tipo de empresa, refere-se, em 1955, que apenas 8 % das explorações recenseadas eram do tipo patronal, sendo as restantes 92 % do tipo familiar;

todavia, há a referir que em cerca de 77 % das explorações o rendimento obtido não era suficiente para sustentar o agregado familiar do agricultor (considerado empresa familiar imperfeita). No que concerne à forma de exploração da terra, cerca de 56 % eram administradas de conta própria; todavia, registava-se ainda uma elevada percentagem (cerca de 44 %) de contratos de colónia, arrendamento, parceria ou outras formas mistas de exploração, implicando que os escassos recursos obtidos da terra teriam de ser divididos entre o proprietário da terra e o produtor.

Na realidade, no início da déc. de 1970, a exploração da terra através do regime de colónia era a forma mais generalizada logo a seguir à exploração por conta própria; sobre este tema referia a Comissão de Planeamento da Região da Madeira: “A colónia, que teve a sua justificação nos tempos da colonização é hoje, a par de outros defeitos estruturais, responsável em grande parte pelo fraco rendimento das explorações e um óbice muito importante à sua adequada gestão”. Apesar disso, na déc. de 1970, a contribuição do sector primário para o produto interno bruto representava, ainda, cerca de 30 % e detinha cerca de 50,3 % da população ativa (COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO DA MADEIRA, 1971).

No que concerne às produções agrícolas, ainda na déc. de 1970, já cerca de 65 % das explorações estavam sujeitas a rotações culturais, dedicando-se o agricultor maioritariamente à cultura hortícola, na grande maioria de subsistência, relegando a cultura cerealífera para áreas diminutas e praticamente sem significado. Todavia, eram as culturas da banana, da cana-de-açúcar e da vinha, que usualmente recebiam o epíteto de “culturas ricas” pelos mais elevados rendimentos que proporcionavam, que, ocupando à data uma área apenas um pouco superior a 1/4 da superfície agrícola regional, proporcionavam um rendimento bruto que se estimava ser de cerca de 40 % do rendimento agrícola total. Em 1977, a Madeira detinha cerca de 4966,8 ha das denominadas terras aráveis, em cerca de 4016 ha das quais estavam instaladas culturas permanentes (sendo

122 ha de vinha), divididas por 29.876 explorações e com uma população familiar agrícola ainda de cerca de 127.231 pessoas.

Já no sector da floricultura, a Região, pela sua localização e particular orografia, desde sempre ofereceu ótimas condições à propagação de espécies florícolas. Com o desenvolvimento, na segunda metade do séc. xx, da indústria do turismo e um incremento global do crescimento económico, algumas das plantas até então cultivadas como ornamentais de jardins passaram-no a ter como objetivo o comércio. Desde então, a floricultura regional organizou-se e ganhou dimensão.

Utilizadas principalmente para a produção de flor de corte, as espécies mais disseminadas foram a estrelícia (*Strelitzia reginae*), o antúrio (*Anthurium andreanum*), o torrão-de-açúcar (*Ornithogalum* spp.), as proteáceas (*Proteacea* spp.) e diversas orquídeas: sapatinhos (*Paphiopedilum insigne*), cimbídios (*cymbidium* spp), *phalaenopsis* e a *cattleya*. Paralelamente à resposta a uma procura interna crescente, também foram abertos mercados exteriores, designadamente na Europa, com destaque para o continente português, a França, a Alemanha e a Itália. As flores produzidas na Madeira, pela sua beleza e qualidade, foram assim granjeando grande reputação e conquistando a preferência dos consumidores profissionais mais exigentes, assumindo uma crescente importância económica especialmente relevante por via das exportações, que em 1970 atingiram o valor de 33 t; valor semelhante foi obtido através das expedições para Portugal continental e da venda local.

Apesar da existência de alguns sectores de exceção, como o caso da floricultura, a Revolução de 25 de abril de 1974 encontrou a economia da Madeira numa conjuntura de aguda recessão, devido sobretudo ao facto de a cultura da banana enfrentar a forte concorrência das províncias ultramarinas portuguesas em África, o que determinava que este importante produto fosse vendido e exportado, muitas vezes, a preços quase inferiores aos custos de produção. Assim, a diversificação começa a ser uma aposta de produtores menos dependentes,

especialmente patente no crescente interesse na horticultura. Em 1971, a Comissão de Planeamento da Região da Madeira assinala que a horticultura na Madeira já ocupava cerca de 64 % da superfície agrícola total, com cerca de 12.800 ha.

No que toca às produções agrícolas no final do milénio e, mais precisamente, na déc. de 1980, o número de explorações começa a reduzir, passando para cerca de 23.748, em paralelo com a redução de população neste sector de atividade (que se reduz para 81.516). Cartografias implementadas à época registam como superfície agrícola utilizada (SAU) da Região uma área de cerca de 7522,5 ha, divididas por 3956,3 ha com culturas permanentes e 3426,1 ha de culturas temporárias. Até à viragem do milénio, o número de explorações continua a diminuir, passando para cerca de 14.526. No que concerne à população familiar agrícola, a redução é de quase 50 % em cerca de 10 anos, passando para 44.456. A redução da SAU deve-se em muito também às grandes obras viárias e aos investimentos imobiliários que ocorreram na Região, facto que promoveu que aquela, em 1999, diminuisse para cerca de 5645,38 ha, passando a ocupar as culturas permanentes uma área de cerca de 2734,56 ha, enquanto as temporárias representavam apenas 2198,08 ha.

Já na primeira década do séc. XXI (2009), a Série Retrospectiva das Estatísticas da Agricultura e Pesca 1976-2014 indica que a população rural diminuiu novamente em cerca de 4000 pessoas, para um total de 40.760 habitantes, em concordância com o efeito óbvio da redução também sentida ao nível do número de explorações. No que concerne ao aproveitamento da SAU, dos 5428,4 ha registados, as culturas permanentes ocupavam uma área de cerca de 2482,39 ha, enquanto as temporárias ocupavam cerca de 2172,90 ha. Das culturas temporárias, importa realçar a redução da importância estrutural que a batata teve nos 40 anos anteriores, uma vez que em 1986 a área que esta cultura ocupava era de cerca de 1235,90 ha, tendo-se reduzido para menos de metade, cingindo-se em 2009 a apenas

542,35 ha, tendo a área libertada pela cultura da batata sido afetada a outras culturas hortícolas mais valorizadas comercialmente.

Quanto à natureza jurídica das explorações, segundo o Recenseamento Agrícola de 2009, a grande maioria das explorações, cerca de 13.408, ocupando uma SAU de cerca de 5196,7 ha, era explorada por produtores singulares autónomos. Em muito menor representatividade eram encontrados na Madeira empresários em nome individual (em cerca de 106 explorações, ocupando uma área de SAU de 76,4 ha) e sociedades (em cerca de 63 explorações, ocupando uma área de SAU de 81,5 ha). Destas explorações, a grande maioria – cerca de 91 % – são propriedade do próprio agricultor (13.231 explorações, com uma área de SAU de 4953,11 ha), sendo uma minoria das explorações utilizadas em regime de arrendamento, parceria ou outras formas (193 ha, 64,9 ha e 217 ha, respetivamente).

No começo do séc. XXI, as áreas das explorações eram bastante diminutas: das 13.611 explorações recenseadas em 2009, cerca de 77 % detinham áreas abaixo de 0,5 ha, 16 % dispunham de uma área entre 0,5 e 1,0 ha, e apenas 6 % eram compostas por áreas superiores a 1 ha, mas inferiores a 5 ha. Considerando os dados anteriormente referidos pela Comissão de Planeamento da Região da Madeira, os quais indicavam que em 1955 cerca de 95 % das explorações detinham uma área inferior a 1 ha, passados 54 anos, e mesmo após o claro êxodo rural sentido nas décadas intermédias, a situação da atonicidade das explorações regionais manteve-se sem alterações muito significativas. Em 2009, apenas 35 explorações na Região (cerca de 0,3 %) detinham uma área superior a 5 ha.

Ao nível da população rural, o Recenseamento Agrícola de 2009 referia a existência de 40.760 trabalhadores, cerca de 49 % dos quais eram homens, com uma idade média de 52 anos; todavia, cerca de 24 % destes tinham uma idade superior a 65 anos, como consequência de senioridade do sector primário. Cerca de 61 % daqueles que se dedicavam à agricultura tinham apenas o 1.º ciclo do ensino

básico ou menos, e apenas uma minoria, 15 %, tinha terminado o ensino secundário ou possuía formação superior.

No que se refere à distribuição geográfica pelos vários concelhos da Região Autónoma da Madeira, e mais uma vez referindo os dados do Recenseamento Agrícola de 2009, as 13.580 explorações, ocupando uma área de 5428,41 ha de SAU, distribuíam-se de forma desigual; a maior percentagem (17 %, com cerca de 911,4 ha) encontrava-se em Santana, seguida de Câmara de Lobos (13 %, com cerca de 710,39 ha) e de Machico e Calheta, ambas com 10 % da área, e 548,46 ha e 516,7 ha, respetivamente. Da SAU registada na Região, 2172,9 ha estavam destinados a culturas temporárias, normalmente horticultura, 2482,39 ha eram aplicados a culturas permanentes, em cerca de 2207,08 ha dos quais havia cultura de fruteiras, havendo em 274,4 ha culturas sob coberto, normalmente estufas, estufins e abrigos.

O sector da floricultura atravessava, nos começos do séc. XXI, uma época de maior fragilidade, que muito se devia às crises económicas globais, que reduziram em muito o consumo internacional de produtos não considerados de primeira necessidade, à concorrência de outras áreas produtoras, tanto nacionais como internacionais, à pouca uniformidade da produção e, finalmente, ao exponencial acréscimo dos custos de transporte sentidos na Região, especialmente em carga aérea. Assim, neste período, a área destinada ao sector florícola rondava os 54,27 ha, repartida por 174 explorações, que se encontravam predominantemente no concelho do Funchal, com 33 % da área, ficando 17,53 ha em Santa Cruz e na Ponta do Sol, com, respetivamente, cerca de 15,36 ha e 6,38 ha.

Os primeiros passos no modo de produção biológico na Madeira foram dados no final do séc. XX (1996), uma aposta política com o objetivo de aumentar o número de agricultores e, desse modo, a área de produção biológica. Assim, foram criadas as condições para o seu melhor desenvolvimento, pelo que, em 2014, a área em produção biológica foi de 156,21 ha, 29 % dos quais estavam dedicados à produção

de fruteiras, 5 % à de bananeiras, 9 % à de hortícolas e 5 % à vinha.

Finalmente, e no contexto de um mercado cada vez mais globalizado, a Região identificou o significativo relevo dado pelos consumidores ao reconhecimento e à garantia da origem dos produtos que consomem. Com o objetivo de promover a valorização das produções agroalimentares regionais, o Governo regional criou, através dec.-leg. regional n.º 6/2011/M, de 15 de março, o Sistema de Certificação de Origem Garantida dos Produtos da Região Autónoma da Madeira, a marca Produto da Madeira e o símbolo gráfico Produto da Madeira, de acesso voluntário. Esta insígnia visou diferenciar e distinguir nos mercados de consumo as produções genuinamente obtidas no território da Região Autónoma da Madeira, bem como alicerçar uma relação de confiança e de cumplicidade quer ao nível da produção, quer ao da comercialização, com vantagens para todos os agentes envolvidos.

Bibliog.: AZURARA, Gomes Eannes, “Crónica do descobrimento e conquista de Guiné, escripta por mandado de elrey D. Afonso V (extractos do que respeita aos Açores)”, *Arquivo dos Açores*, vol. I, maio 1878, pp. 240-245; BRANCO, Jorge Freitas, *Camponeses da Madeira; as Bases Materiais do Quotidiano do Arquipélago (1750-1900)*, Lisboa, Dom Quixote, 1986; COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO DA MADEIRA, *Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento, Relatório do Grupo de Trabalho da Lavoura*, Funchal, 1971; DIREÇÃO REGIONAL DE ESTATÍSTICA, *Série Retrospectiva das Estatísticas da Agricultura e Pesca 1976-2014*, Funchal, 2015; FREITAS, João Abel de, *A Revolta do Leite. Madeira 1936*, Lisboa, Colibri, 2011; LEÇA, Joaquim, *Agricultando*, Funchal, ed. do Autor, 2011; NATIVIDADE, J. Vieira, *Madeira, a Epopeia Rural*, Funchal, JGDAF, 1953; NEPOMUCENO, Rui, *Uma Perspectiva da História da Madeira*, Funchal, Eco do Funchal, 2004; OLIVEIRA, A. Lopes de, *Arquipélago da Madeira, Epopeia Humana*, Braga, Pax, 1969; SILVA, António Ribeiro Marques da, *Apontamentos sobre o Quotidiano Madeirense (1750-1900)*, Lisboa, Caminho, 1994; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; SOUSA, João José Abreu de, *História Rural da Madeira, a Colonia*, Funchal, DRAC, 1994; TELES, Diana Cristina Silva Côrte, *Estudo das Potencialidades de Conversão da Cultura da Bananeira para o Modo de Produção Biológico, Situação Actual e Perspectivas Futuras*, Dissertação de Mestrado em Segurança Alimentar e Saúde Pública apresentada ao Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, Lisboa, texto policopiado, 2010; VIEIRA, Alberto, “O açúcar na Madeira: produção e comércio nos séculos xv e xvi”, in *Actas del II Seminario Internacional Produccion y Comercio del Azucar de Caña en Epoca Preindustrial*, Motril, Diputación Provincial de Granada, 1993, p. 34; *Id.*, *História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2001; *Id.*, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira, Séculos XV a XX*, Funchal, CEHA, 2003; *Id.*, “O (re)descobrimto/(re)conhecimento da Madeira. Em torno da história, de alguns conceitos e imprecisões”, *Cadernos de Divulgação do CEHA*, n.º 6, 2015, pp. 1-41; *Id.*, e CLODE, Francisco, *A Rota do Açúcar na Madeira*, Funchal, CEHA, 1996; VIEIRA, Alberto et al. (coords.), *História e Autonomia da Madeira*, Funchal, CEHA, 2003; VIEIRA, Rui, *Flora da Madeira, o Interesse das Plantas Endémicas Macaronésicas*, Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1992.

CLÁUDIA DIAS FERREIRA

Água

No início da colonização da ilha da Madeira, a par da necessidade vital da utilização da água e da evidente abundância desta, principalmente na costa norte, o madeirense ter-se-á apercebido das dificuldades que iria ter de enfrentar – a densa e serrada vegetação e o acidentado do terreno. Apesar de o relevo não facilitar a tarefa, gerações sucessivas entregues ao trabalho acabaram por ganhar escassas superfícies cultiváveis – os poios. No entanto, para que a terra conquistada retribuísse todo o esforço aí depositado, impôs-se a criação de um sistema de irrigação que favorecesse a nativa riqueza do solo e a benignidade do clima.

As condições especiais da Região, nomeadamente a abundância e a permanência das nascentes resultantes das características geológicas e das particularidades do clima, determinaram a construção de um sistema de irrigação particular formado por uma vasta rede de aquedutos – as levadas –, que, percorrendo sinuosamente as abruptas vertentes da Ilha, recolheram e conduziram as águas das muitas nascentes até as lançar no regadio, contrariando o seu curso normal para o mar.

“Quem de perto conhecer o inverosímil acidentado dos nossos terrenos, o caprichoso relevo das suas vertentes e a elevação das suas serranias de par com profundos vales e perigosos despenhadeiros, avaliará facilmente o colossal esforço que representa essa gigantesca e utilíssima obra, que sobremaneira honra o país que a empreendeu e executou [...] elas constituem o principal elemento da prosperidade da agricultura madeirense, sobretudo as chamadas ‘culturas ricas’ (cana de açúcar e vinha), e um dos fatores mais importantes das prosperidades de todo o arquipélago” (SILVA e MENESES, 1965, II, 455).

O arranque das grandes obras de engenharia hidráulica em Portugal continental data de 1935, e Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas e Comunicações, decidiu não confiar ao continente a política da água vigente, alargando-a até a ilha da Madeira. Em 1939, o governo enviou para a Madeira uma missão

técnica para proceder ao reconhecimento das potencialidades técnicas e económicas da Ilha nos aspetos hidroagrícolas e hidroelétricos. Em 1940, esta missão, composta pelos Eng.^{os} José Gromwell Camossa Pinto, Manuel Rafael Amaro da Costa, Francisco Ferreira Pinto Basto e José Augusto de Azevedo, apresentou um memorável e exaustivo relatório, resultante de dois meses de árduo trabalho de campo na Ilha.

Definido o plano geral dos novos aproveitamentos hidroagrícolas e hidroelétricos da ilha



Fig. 1 – Entrada da galeria de captação da Serra de Água (fotografia de Bernardes Franco, 2016).



Fig. 2 – Saída de água no interior da galeria de captação do Rabaçal (fotografia de Bernardes Franco, 2016).

da Madeira, a Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira logo começou a executar o plano, cujo objetivo seria conduzir as águas perdidas do norte da Ilha para as terras secas do sul, sem prejuízo de alargamento do regadio que ainda fosse possível considerar naquela vertente, e também aproveitar a possibilidade de conjugar a produção de energia com a necessidade vital de irrigação das terras, fazendo turbinar as águas antes de as lançar no regadio. O elevado diferencial de altitude permitia utilizar a água transportada pelas levadas na produção de eletricidade promovida pela força potencial gravítica. As grandes levadas que transportam as águas do norte para o sul situam-se a cotas elevadas, encontrando-se as centrais hidroelétricas no limite superior das terras a irrigar, nos 550-650 m, com um desnível suficiente para acionar as turbinas.

A primeira fase do plano constava do aproveitamento hidroagrícola da zona entre o Machico e o Caniçal; da central hidroelétrica da Serra de Água, com uma queda geométrica de 430 m; do canal do Norte; da levada da Ponta do Pargo; e da central hidroelétrica da Calheta, onde são turbinadas águas provenientes de três escalões diferentes (1280 m, 965 m e 830 m). A segunda fase do plano iniciou-se em 1954, com o aproveitamento hidroagrícola da zona entre o Funchal e Santa Cruz. Neste aproveitamento, durante a abertura do túnel dos Tornos, com 5100 m, cuja finalidade era permitir a passagem de uma levada, desde a Fajã da Nogueira até ao Funchal, foi atingido o recorde de produtividade em captação de água subterrânea, com um caudal de cerca de 600 l/s, depois reduzido para 300 l/s.

Posta em evidência a repercussão que a efetivação dos empreendimentos hidroelétricos da primeira fase do plano trouxe à economia da Ilha e perante a necessidade de se dispor de mais fontes de energia, em 1965, entrou em serviço a Central da Ribeira da Janela e, em 1970, a central hidroelétrica da Fajã da Nogueira. Nas décs. de 80 e 90, devido ao crescimento da população e ao conseqüente aumento do consumo de energia, houve necessidade

de examinar as possibilidades de acréscimo de produção hidroelétrica e de busca de novas origens de água, necessária ao abastecimento público. As galerias e os furos de captação surgiram, então, como resposta urgente à necessidade de resolver o problema do abastecimento. Foram elas a galeria das Fontes Vermelhas, em Machico, a galeria do Porto Novo, na Camacha, as galerias das Rabaças, do Rabaçal e da Fajã da Ama, no Paul da Serra, e os furos nas ribeiras dos Socorridos, do Porto Novo, de Machico, de Santa Cruz, de Boaventura, do Caniço, do Vigário, de São João, de Santa Luzia e de João Gomes.

As galerias foram construídas em zonas elevadas da Ilha, de modo que a água atravessasse formações permeáveis, possibilitando, ainda, que circulasse por gravidade; penetraram no terreno (entre 500 m a 3500 m) sub-horizontalmente, com declive suave para a abertura. Os túneis consistem em perfurações nos maciços, normalmente sub-horizontais, executados com o objetivo de fazer a ligação entre zonas de difícil acesso, ou apenas de encurtar o percurso entre as mesmas. Podem ser hidráulicos – destinados ao transporte de água – ou rodoviários, variando a sua dimensão, de acordo com a função a que se destinam. Quando, acidentalmente, intercetam formações produtivas, esses recursos são aproveitados. A captação de água em altitude, quer de nascentes quer de túneis e galerias, apresenta vantagens, tais como o facto de a qualidade da água ser superior, bem como a inexistência de consumo de energia na sua captação, dado que a sua drenagem é feita pela gravidade.

Os furos de captação de água são construídos nas zonas mais baixas, normalmente no leito das ribeiras, junto à foz, de modo a reduzir a extensão necessária para atingir o aquífero de base. No entanto, a elevação da água consome energia, a proximidade do mar aumenta o risco de contaminação marinha, e, devido à atividade agrícola, podem surgir elevados teores de nitratos. Estas extrações costumam funcionar apenas durante períodos de forte procura de água, quando as captações de água em altitude não conseguem dar resposta a esta última.



Fig. 3 – Furo de captação da Ribeira do Caniço (fotografia de Bernardes Franco, 2016).

Ilha da Madeira

O clima do arquipélago é fortemente influenciado pela intensidade e localização do anticiclone dos Açores e por fenómenos atmosféricos associados a este, como a oscilação do Atlântico Norte. Predominam os ventos Alísios de norte-nordeste, em especial durante a primavera e o verão. As tempestades que ocorrem geralmente durante o outono e o inverno são responsáveis por episódios de precipitação intensa, não raras vezes dando origem a aluviões. Constituem, no que respeita ao volume total, a principal componente de precipitação que cai no arquipélago. Em termos de distribuição da precipitação, 90 % do total de precipitação anual concentra-se no período entre outubro e maio.

A precipitação aumenta com a altitude, sendo a vertente norte mais fria e húmida do que a costa sul, na mesma cota. A Ilha forma uma cordilheira montanhosa de orientação E-W que é praticamente perpendicular aos ventos Alísios predominantes, dando origem, a norte, a uma faixa de nuvens e nevoeiros orográficos, entre os 800 m e os 1800 m de altitude. A área da Ilha que se encontra dentro do mar de nuvens está, frequentemente, imersa num nevoeiro espesso, turbulento e muito húmido, responsável pelo fenómeno da precipitação oculta, processo pelo qual as gotículas de água dos nevoeiros são intercetadas pela vegetação e posteriormente precipitadas para o solo. A intensidade com que esta precipitação

atinge o solo, inferior à capacidade de infiltração da maioria dos solos, é responsável pelas elevadas taxas de infiltração de água do nevoeiro verificadas nas vertentes com vegetação. A presença deste tipo de precipitação contribui para a manutenção dos caudais das nascentes durante os meses secos e da vegetação temperada, característica destas áreas.

Existe uma forte relação entre a floresta e a abundância de água, principalmente a água subterrânea, aquela que alimenta as nascentes e que esteve na origem da construção das levadas, um sistema de mais de 200 canais estreitos, escavados na rocha, revestidos a alvenaria que contornam a Ilha, recolhendo e transportando a água numa extensão total superior a 1400 km. A presença de floresta interceta parte da água da chuva, constituindo uma interceção vegetal, que protege o solo do impacto das gotas responsáveis pela desagregação e pela erosão do último e, consequentemente, pelo seu arrastamento ao longo das íngremes encostas. Os troncos, as raízes das árvores e os arbustos travam o escoamento superficial, fazendo diminuir a velocidade das águas, o que favorece a sua infiltração e, assim, as reservas subterrâneas. A floresta tem, ainda, a capacidade de captar as gotículas de água em suspensão no nevoeiro, fazendo-as precipitar no solo sob a vegetação.

A ocorrência e a abundância de água na Madeira estão intimamente relacionadas com a orientação do relevo, com a presença de vegetação e com a constituição geológica. A Ilha corresponde ao topo de um grande vulcão escudo, com cerca de 5500 m, que se eleva desde o fundo do oceano. Constituída por uma alternância de escoadas basálticas permeáveis, com formações impermeáveis de várias naturezas, encontra-se profundamente atravessada por filões, originando uma estrutura heterogénea e complexa. Não obstante a ocorrência, a circulação e o armazenamento da água subterrânea na Madeira apresentarem especificidades decorrentes do carácter heterogéneo e anisótropo característico dos meios insulares vulcânicos, as águas subterrâneas garantem, quase exclusivamente,

o abastecimento de água à população. Com uma elevada densidade populacional (tem 250.000 habitantes e é visitada, anualmente, por mais de 1.000.000 de turistas), o volume anual de recursos hídricos subterrâneos, consumido no abastecimento público, na indústria, na rega e na produção de energia é de, aproximadamente, 185.000.000 m³.

As principais áreas de recarga situam-se nas zonas mais altas da Ilha, principalmente nas de menor declive, onde a precipitação atinge valores mais elevados e as formações vulcânicas são mais recentes e mais permeáveis, como é o caso dos planaltos do Paul da Serra, do Chão da Lagoa e do Santo da Serra. Nestas zonas, o fluxo é descendente, não saturado, originando aquíferos suspensos sempre que é impedido, pela presença de níveis horizontais de permeabilidade reduzida, de prosseguir o seu percurso. A partir de uma certa profundidade, surge a zona saturada, limitada, superiormente, por uma superfície freática e, inferiormente, por uma interface de água doce/água salgada, cuja posição depende da configuração da superfície freática. A localização dos acidentes tectónicos assume grande importância, uma vez que se verifica que a circulação subterrânea da água se faz, preferencialmente, ao longo da rede de fraturas existente, como se observa na galeria da Fajã da Ama, no túnel 4 dos Tornos, no túnel do Norte, no túnel da Levada do Seixal, entre outros.

O modelo hidrogeológico conceptual considera a existência de dois tipos de aquíferos – os aquíferos suspensos e os aquíferos de base. Os aquíferos suspensos estão associados à presença de níveis impermeáveis, como tufos vulcânicos, tufitos, escoadas alteradas, níveis de cozimento em paleossolos, depósitos freato-magmáticos e depósitos sedimentares do tipo *lahar*, que impedem o percurso descendente da água. Em certas condições favoráveis, quando a superfície topográfica interseta a superfície freática, originam-se nascentes cujos caudais alimentam linhas de água que, em muitos casos, mantêm o escoamento ao longo de todo o ano. O aproveitamento do caudal das nascentes faz-se através

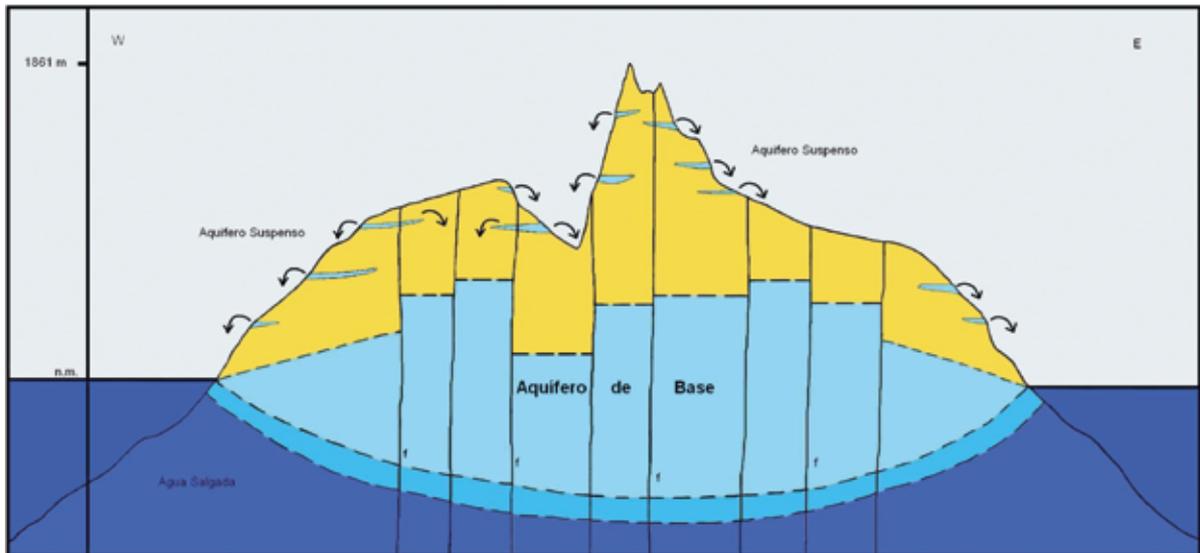


Fig. 4 – Esquema do modelo hidrogeológico conceptual da ilha da Madeira (PRADA *et al.*, 2005).

do sistema de levadas, que, contornando a Ilha, recolhe e conduz as águas, contrariando o seu curso normal, para o mar. As levadas têm, normalmente, origem numa nascente ou numa linha de água alimentada por nascentes, sendo construídas na perpendicular ao escoamento, de modo a recolher e a transportar as águas que, na sua ausência, escoariam para o mar.

O aquífero de base corresponde a uma espessa lentícula de água doce, que flutua sobre a água salgada, mais densa. As suas características hidrodinâmicas dependem da idade do complexo vulcânico: nas unidades mais recentes, o aquífero caracteriza-se por elevadas transmissividades – 1000 a 25.000 m²/dia. Nas formações mais antigas, com produtos vulcânicos mais alterados, o aquífero caracteriza-se por transmissividades mais baixas (10 a 200 m²/dia). Em virtude de o vulcanismo na Madeira ser, predominantemente, do tipo fissural, o edifício vulcânico encontra-se profusamente atravessado por filões subverticais. A ligação entre a zona litoral e o domínio de altitude do aquífero de base faz-se através de um aumento do gradiente da periferia para o centro da Ilha, devido à ocorrência de formações progressivamente menos permeáveis para o interior, onde predominam os complexos vulcânicos mais antigos e mais alterados,

à existência de espessas formações sedimentares impermeáveis e ao aumento da quantidade de filões para o interior do edifício vulcânico, que contribui para a diminuição da sua permeabilidade horizontal.

Do ponto de vista químico, as águas subterrâneas da ilha da Madeira caracterizam-se, em geral, por baixas mineralizações, com condutividades elétricas que vão desde os 30 mS/cm nas nascentes de altitude, até aos 500 mS/cm nos furos mais próximos do mar. A distribuição espacial da condutividade revela um aumento da mineralização das



Fig. 5 – Nascente das Vinte e Cinco Fontes, alimentada por um aquífero suspenso (fotografia de Bernardes Franco, 2016).



Fig. 6 – Levada do Folhadal, São Vicente (fotografia de Bernardes Franco, 2017).

águas com a profundidade e a proximidade do mar, refletindo a crescente influência dos principais mecanismos mineralizadores das águas, a hidrólise dos minerais silicatados das rochas e a contaminação por sais de origem marinha.

Na sua maioria, as águas são frias, conhecendo-se, no entanto, um pequeno grupo de águas termais cujos caudais, muito reduzidos, emergem em falhas. O pH das águas do aquífero de base é superior a 7, indicando carácter alcalino. As águas dos aquíferos suspensos, principalmente as das nascentes de maior altitude, são agressivas, com pH entre 5,5 e 7. Os valores de alcalinidade das águas são, em geral, baixos, variando entre 6 mg/l CaCO_3 nas nascentes e 200 mg/l CaCO_3 nos furos. As águas das nascentes são brandas (durezas totais inferiores a 50 mg/l CaCO_3) e as águas dos furos classificam-se como pouco duras. O bicarbonato é, na generalidade das águas, o anião mais importante, seguido do cloreto. O sódio é o catião mais importante, seguido pelo cálcio e, por fim, pelo magnésio. As concentrações de sílica da ordem dos 5 a 50 mg/l, enquadrando-se dentro dos valores normais para regiões vulcânicas. Os mínimos dizem respeito a nascentes suspensas de altitude, onde a extensão da hidrólise é pequena, enquanto os valores mais elevados

correspondem a águas captadas em galerias e furos, no aquífero de base.

Nas nascentes de altitude, as águas bicarbonatadas cálcicas são as mais abundantes, sendo que as cloretadas também são frequentes. As águas das galerias, dos túneis e das nascentes mais baixas são do tipo bicarbonatado, cálcico e sódico. Nos furos, situados nos leitos das ribeiras, as águas, além da fácies bicarbonatada, apresentam fácies cloretada sódica, tanto mais pronunciada quanto mais próximo do litoral se localizem.

O escoamento superficial na Madeira resulta, numa primeira fase, de água proveniente da chuva que não infiltra. No entanto, é possível constatar a existência de períodos, especialmente no semestre de verão (de abril a setembro), com escoamentos mensais que podem exceder significativamente as precipitações nesses meses. Tal pode ser explicado pela importante contribuição do caudal das nascentes nas diferentes bacias hidrográficas. As linhas de água no norte costumam manter o caudal o ano inteiro. A sul, a maior parte das linhas de água seca durante o estio, com a exceção de algumas bacias hidrográficas de maior área que contam com o contributo da drenagem de água subterrânea. O escoamento anual médio na ilha da Madeira é de 784,4 mm (900,8 mm na encosta norte e 693,6 mm na encosta sul).

Ilha do Porto Santo

Na ilha do Porto Santo, devido à sua baixa altitude e à sua constituição geológica, os recursos hídricos são escassos, o que condicionou fortemente o desenvolvimento da população desde a colonização do território. Esta escassez de recursos foi responsável, várias vezes na sua história, por secas intensas acompanhadas de fome que levaram a várias ondas de emigração e a decréscimos populacionais. Historicamente, a água nesta ilha era captada nas poucas nascentes existentes, bem como em poços e noras movidos por moinhos ou animais. A água subterrânea é, normalmente, altamente mineralizada, quase salobra. A água da chuva e do

pouco escoamento superficial também é captada e armazenada para consumo ou irrigação. Apenas na déc. de 90 do séc. xx se resolveu definitivamente a problemática da escassez de água nesta ilha, com a construção de uma estação dessalinizadora, pertença da entidade gestora de água no arquipélago. Esta estação permite a transformação de água do mar em água potável. Evoluções técnicas constantes, como a introdução de sistemas de osmose inversa, permitiram a produção de água com tão pouca quantidade de minerais, que se tornou necessário fazer a sua remineralização, de forma a torná-la novamente própria para consumo. A água produzida desta forma permitiu colmatar a histórica escassez de água na ilha, trazendo desenvolvimento turístico e agrícola e qualidade de vida à população.

As potencialidades dos recursos hídricos subterrâneos do Porto Santo são muito reduzidas, em virtude da ocorrência de condições climáticas e litológicas desfavoráveis. Foram muitos os estudos elaborados desde a déc. de 50 do séc. xx com o objetivo de avaliar as potencialidades hídricas da ilha do Porto Santo, tendo

todos chegado à mesma conclusão – no Porto Santo existe uma escassez crónica de água. Com efeito, as litologias dominantes, essencialmente vulcânicas, encontram-se muito alteradas nas áreas de menor cota, o que implica a não existência de aquíferos com importância. A alteração, predominantemente argilosa, torna os materiais geológicos impermeáveis. Nestas circunstâncias, apenas as zonas de fraturação, não preenchidas por argilas, e as estruturas filonianas, quando fraturadas e não alteradas, podem constituir reservatórios de água subterrânea de capacidades muito limitadas. A provar este tipo de comportamento, existe, disseminado pela ilha, um número significativo de nascentes, as quais têm caudais quase insignificantes, sendo, em muitos casos, temporárias.

Da análise do comportamento hidrogeológico das formações geológicas existentes no Porto Santo, Raúl Simões Duarte definiu duas zonas principais. A primeira é composta por aquíferos pouco produtivos com permeabilidade fraca, que englobam formações sedimentares, como os calcarenitos e as areias de duna e de praia, ocupando a cobertura calcoarenítica



Fig. 7 – Fonte da areia no Porto Santo (arquivo particular de Rui Carita).

uma extensa área na zona central da ilha, com uma espessura média de cerca 10 m, que diminui de norte para sul. João Lobo Ferreira indica permeabilidades entre 10^{-6} e 10^{-5} m/s, o que não permite classificar estes aquíferos como importantes, funcionando apenas como recarga das formações vulcânicas subjacentes, tanto mais que o nível aquífero se encontra, na maior parte dos casos, abaixo da cobertura calcoarenítica. A segunda é uma região sem água subterrânea apreciável ou com permeabilidade extremamente reduzida, incluindo as rochas piroclásticas argilosas bem como as rochas vulcânicas completamente alteradas – argilificadas, transformadas, grande parte delas, em bentonite.

De um modo geral, trata-se de águas excessivamente mineralizadas, alcalinas, de fácies cloretada sódica, podendo haver variações pontuais em função do tempo de residência e do tipo de formação geológica onde circulam. Os valores de condutividade elétrica variam entre 1170 e 15.500 mS/cm, podendo, pois, considerar-se a água subterrânea da ilha como não utilizável para abastecimento público. As águas da ilha são fortemente cloretadas, com valores compreendidos entre 284 e 5325 mg/l. Contribui para esta situação o facto de a circulação se dar preferencialmente nas rochas eruptivas depositadas em meio submarino, de a existência de aerossóis marinhos, por ação da evaporação existente na ilha, tender a aumentar a sua concentração em sais, como o cloreto de sódio, e de existir intrusão marinha.

Os recursos hídricos subterrâneos são explorados através de poços/noras, furos e nascentes. Os poços localizam-se ao longo das principais linhas de água, onde se encontram as maiores probabilidades de existência de um nível freático elevado subjacente, e nas áreas correspondentes às planícies de nível de base junto ao litoral sul. Estas captações, quando equipadas com sistemas elevatórios, costumam ser designadas por noras, já tendo estado as mais importantes integradas na rede de abastecimento público, como é o caso das noras Leacock, Júlio Santos, Língua de Vaca, Heréus e Araújo na Ribeira do Tanque. Junto ao litoral,

alguns poços/noras apresentam as soleiras abaixo do nível do mar, verificando-se naturalmente fenómenos de intrusão salina.

Os cursos de água são ribeiros de carácter torrencial que asseguram o escoamento ocasional, por vezes muito energéticos mas sempre breve, após as maiores chuvadas, que ocorrem entre outubro e março. Algumas das pequenas linhas de água que correm para a costa virada a sul não chegam a atingir o litoral, a sua brusca interrupção na zona sublitoral denuncia infiltração ao atingir formações permeáveis. Dada a escassez de recursos hídricos – as origens de água existentes não são suficientes para cobrir, nem em quantidade nem em qualidade, a totalidade das necessidades de água da ilha –, como já se referiu, a água potável no Porto Santo passou a ser, nos finais do séc. xx, garantida por uma central dessalinizadora, por águas residuais tratadas na ETAR da Ponta e pelo aproveitamento do escoamento superficial acumulado na barragem do Tanque, sendo estas últimas origens destinadas apenas à rega. A central dessalinizadora, localizada no centro da cidade do Porto Santo, junto ao cais, é a única origem de água com qualidade utilizada para o abastecimento público, sendo esta produzida a partir da água salgada, por intermédio de unidades de dessalinização por osmose inversa.

Bibliog.: ALMEIDA, António Betâmio, e FRANÇA, J. Alberto de, *Plano Regional da Água da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, 2003; DUARTE, Raul Simões, *Hidrologia Subterrânea do Porto Santo – Atlas Digital do Ambiente*, Lisboa, Direcção Geral do Ambiente, 1994; *Id.*, “Prospecção e captação de águas subterrâneas em terrenos vulcânicos – Arquipélago da Madeira”, *Indústria da Água*, n.º 28, 2008; FERREIRA, João Lobo et al., *Estudo Global dos Recursos Hídricos da Ilha do Porto Santo*, Proc. 62/1/6385, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1981; MACDONALD, Mott, e MOTTCONSULT, *Estudo de Avaliação Técnico-Financeira das Diferentes Opções para Garantia do Abastecimento de Água a Porto Santo. Fase I – Estudo Preliminar*, Funchal, Investimento e Gestão da Água, 1996; MISSÃO TÉCNICA DE ESTUDOS HIDRÁULICOS DA ILHA DA MADEIRA, *Relatório da Missão*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1940; PARADELA, Pedro, “Hidrogeologia geral das ilhas adjacentes”, *Comunicações do Serviço Geológico de Portugal*, n.º 66, 1980, pp. 241-256; PRADA, Susana N., *Geologia e Recursos Hídricos Subterrâneos da Ilha da Madeira*, Dissertação de Doutoramento em Geologia apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2000; *Id. et al.*, “Recursos hídricos da ilha da Madeira”, *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*, n.º 90, 2003, pp. 125-142; PRADA, Susana et al., “Disponibilidades hídricas da ilha da Madeira”, *Projeto AQUAMAC – Técnicas e Métodos para a Gestão da Água na Macaronésia*, Las Palmas, Instituto Tecnológico de Canárias, 2005, pp. 261-294; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, JGDAF, 1965.

CELSO FIGUEIRA
SUSANA PRADA

Aguardente

Na história da Madeira, a principal abordagem ao tema da aguardente é feita através dos tópicos vinha/vinho e cana sacarina/açúcar. O facto de ele estar ligado a ambas as culturas e a esses produtos que tiveram importância na história da Ilha releva, de igual forma, a sua obrigatoria valorização. A questão da aguardente parece ter começado a associar-se à Região quando alguém decidiu designar a Madeira de “ilha da aguardente”. Todavia, a sua importância na história local é muito antiga, pois está testemunhada no património documental madeirense desde o séc. XVI. No entanto, adquiriu alguma importância no debate social e político, acima de tudo enquanto problema de saúde pública, no primeiro quartel do séc. XX.

O termo “aguardente” é referenciado pela primeira vez na documentação madeirense em 1649, tendo associada a palavra “aguardenteiro”, que significa “aquele que faz aguardente”. Mas a sua existência na vida dos madeirenses deve ser muito anterior.

Em geral, raramente se associa a cana-de-açúcar e a vinha à aguardente. Na verdade, não foi esta a principal finalidade das duas culturas e a sua ligação, em ambos os casos, acontece de forma conflituosa. Hoje, a atitude tenderá a ser um tanto distinta, por força da importância que o consumo da aguardente assumiu no quotidiano madeirense através da chamada poncha regional, que ganhou o estatuto de bebida alcoólica da moda. Acontece que, no primeiro momento de afirmação da cultura da cana sacarina, a utilização desta foi quase só para o fabrico de açúcar. Já no segundo momento, o da valorização, e talvez por força da grande concorrência da produção de açúcar de beterraba europeu, a cana foi quase toda canalizada para o álcool e a aguardente. Aliás, depois de 1986, com o encerramento do engenho do Hinton, a cana-de-açúcar, na Madeira, foi utilizada apenas para a produção de mel e aguardente, dada a sua importância na doçaria ou no fabrico da poncha regional.

Para além destas questões de carácter económico e produtivo, envolvendo a cana sacarina

e a vinha, aspetos que determinaram de forma incisiva a vida económica do arquipélago entre o princípio do séc. XIX e a centúria seguinte, no séc. XX, surgiu outra questão de carácter social e de saúde com o consumo generalizado da mesma, por força também de uma oferta excessiva, nomeadamente da fabricada a partir da cana-de-açúcar. A produção de aguardente a partir de outros produtos fermentados, *e.g.*, dos derivados do vinho, como o bagaço e as borras, esteve sob o estigma da proibição durante muito tempo e, talvez por isso, perdeu importância na atualidade. Pelo que, na Madeira, a aguardente é quase só sinónimo e resultado da queima do caldo de cana fermentado.

Não existem dados seguros quanto à produção de aguardente na Madeira, quer a respeito da destilação do vinho ou das borras, ou de fermentados de produtos como os figos e, acima de tudo, a garapa. Apenas temos informações que apontam para uma generalização do fabrico da aguardente de vinho, a partir da queima dos vinhos de inferior qualidade, desde 1821, com o aparecimento de alambiques feitos por



Pipas de aguardente do engenho novo do Porto da Cruz, 2015 (arquivo particular).

madeirenses. A história do alambique remonta ao tempo dos Romanos, mas foram os Árabes que aperfeiçoaram o mecanismo e o divulgaram na bacia mediterrânica. Em Portugal, está documentado desde o séc. XVI.

Na Madeira, não sabemos quando surgiu o primeiro, mas existiam certamente em Quinhentos, uma vez que está documentada a exportação de aguardente para Angola e para o Brasil, nesse século, a partir da Região. A referência mais antiga a um alambique na Ilha data de 1667, altura em que o Convento de S.^{ta} Clara vendeu uma caldeira de cobre de fazer aguardente por 31\$200 réis a Manuel da Fonseca, mercador. Depois disso, voltamos a encontrar uma nota sobre alambiques em 1745, numa informação relativa ao utensílio que funcionava no Seixal, no norte da Madeira.

As referências mais frequentes à aguardente sucedem apenas a partir do séc. XVIII, por força da sua generalização no processo de fortificação dos vinhos. Em 1704, W. Bolton indica que se fazia a adição de aguardente de França aos vinhos de exportação, tendo recebido, de Londres, 10 pipas. No Porto, a prática generalizou-se a partir de 1730. O mercador Francis Newton, em cartas de 1752 e 1753, comenta que a prática de adicionar aguardente aos vinhos era corrente. Acontece, ainda, que os mercadores da Nova Inglaterra e da Virgínia eram favoráveis à adição de aguardente. Na correspondência comercial dos mercadores ingleses é insistente a referência ao efeito benéfico da fortificação dos vinhos com aguardente.

A partir de 1777, temos indicações sobre o trato do vinho Madeira com aguardente importada de França. Num requerimento dos negociantes do arquipélago a solicitar a entrada de aguardente, a Junta da Real Fazenda (JRF), tendo em conta o momento de crise e o facto de os poucos vinhos ainda exportados serem loteados com a aguardente, por razão da “sua generosa qualidade e por outra esquisita, de se não perceber a lotação dela com os vinhos, se fazia decente a sua entrada, mas de modo controlado, pois que não impede a extração do pouco que nesta ilha se fabrica [...] nem também obsta o consumo

interior, tanto pelo alto preço com que entra a de França sem se poder por isso reexportar, a menos aplicar-se a outro uso que não seja aquela mesma utilíssima lotação. Que igualmente as mesmas forem introduzidas voltam a sair na extração do vinho que facilitam e engrossam os direitos da Alfândega por entrada e por saída. Sendo de maior atenção a grande qualificadíssima qualidade de ser o género, que sem empecer a extração do nosso concorre a dar-lhe reputação e maior valor em preço e que depois de pagar direitos a S. M., constitui com decoro do reino as espécies ativas dos nossos vinhos, visto que os desta ilha na concorrência dos mais da Europa e ainda dos do nosso reino só tem puridade e preferível estimação na formosa consistência em que por decurso do tempo se vão elevando a tal grandeza e generosidade, que constituem as delícias dos que a preços altos os compram; pureza e tão substanciosa que pelos muitos anos em que os outros a pedem nesses mesmos adquirem e sustentam os desta ilha” (ANTT, Provedoria e Junta..., liv. 942, fls. 19-20).

Em consulta de 31 de maio, sobre o mesmo assunto, refere-se a concorrência dos vinhos estrangeiros no mercado internacional e a necessidade de o vinho da Ilha ganhar mercado não pelo baixo preço, o que era impossível, mas pela qualidade e propriedade de melhorar com o tempo. Ora, tendo em conta que “a duração e distinta qualidade dos vinhos depende da indispensável lotação de aguardente de França, principalmente naqueles que pela sua riqueza, como produzidos em terras impróprias, lhes faltam os espíritos para se conservarem e que a dita lotação vem o fazer decorosa a reputação do reino, e a sua utilidade e a levá-los, ou conservá-los reciprocamente útil”, tornava-se conveniente a introdução limitada, pois que tinham a “estimável qualidade de não fazerem as da terra, conhecida a lotação dos vinhos pelo impermutável benefício que lhes fazem” (*Ibid.*, liv. 411, fls. 32-33). A JRF autorizou, em 1782, a entrada de 20 vasilhas de aguardente de França na Madeira e, em 1793, aceitou firmar contrato com um particular, por um período de 9 anos, a 1200 réis por galão.

Estava claro que as aguardentes eram importantes para auxiliar o processo de vinificação do vinho Madeira. A adição de aguardente fazia-se no decurso do processo de fermentação ou já na fase de amadurecimento do mesmo. Entendia-se que, para manter a qualidade especial deste produto, havia que adicionar aguardentes de superior qualidade ao vinho Madeira; daí a importação das aguardentes de França, muitas vezes através de Londres. A generalização do consumo de aguardente nas tabernas (em data que ainda não conseguimos descortinar) e o seu uso na fortificação do vinho de exportação criaram as condições para o aparecimento de alambiques na Ilha.

De França vieram as aguardentes, mas também alguns dos primeiros alambiques. Em 1821, está documentada a presença de três alambiques, juntando-se, desde 1822, uma fábrica de destilação contínua, propriedade de Severiano Alberto de Freitas Ferraz. Até 1821, a aguardente estrangeira teve livre-trânsito no porto do Funchal, justificado pela ação benéfica no trato e pela falta de aguardente local de qualidade. A partir de então, com a introdução dos alambiques de destilação contínua, tudo mudou. Nessa ocasião, desencadeou-se uma nova polémica em torno do trato, da defesa da qualidade e do consumo do vinho. Eram duas as opiniões em confronto. Os que estavam ligados ao comércio do género, nomeadamente os Ingleses, argumentavam sobre a utilidade dessa aguardente estrangeira no trato do vinho, contrariamente ao que se verificava com a de produção local. Mas os proprietários dos alambiques e os lavradores opunham-se à entrada da aguardente estrangeira, pois entendiam que era lesiva ao escoamento do produto da Região e consideravam que tinha efeitos nocivos sobre o vinho. Em 1822, deu-se uma viragem no comércio das aguardentes francesas. Os proprietários locais, aproveitando o momento de crise que se vivia, solicitaram a sua proibição, o que aconteceu por lei saída a 31 de julho de 1822.

A partir do momento em que a Ilha passou a dispor de aguardentes de fabrico próprio, a

questão em torno deste líquido mudou de figurino através de uma intervenção concertada no sentido de proibir a entrada das aguardentes de fora e de valorizar as locais. A 23 de agosto de 1821, a Câmara do Funchal, em petição às Cortes, clamava pela interdição da entrada do produto como forma de acudir à crise, e “para que os vinhos de sua produção fossem adubados só com as aguardentes fabricadas nesta província, que não só podem abastar, mas que são de qualidade e quilates superiores a todas as aguardentes conhecidas”, não podendo, de modo algum, “ser igualadas em bondade por outra alguma conhecida, uma vez que operam tanto no conserto e trato dos nossos vinhos, em uma medida dada, quando produz o dobro de aguardente de França, além do benefício, que resulta da sua natureza homogénea. Elas só têm um fumo, a que chamam fleuma, causado pelas máquinas imperfeitas, que ora se fabricam. É por certo, que ainda lançado nos vinhos com este sabor, passados quatro, ou seis meses este desaparece e se não conhece de maneira alguma e nunca se percebe sendo laudas no mosto, antes pelo contrário lhes dá uma qualidade realçada” (ABM, Câmara Municipal..., tomo 15, fls. 100v.-104). As medidas assentavam na máxima de “ser um erro capital na economia política receber de fora as produções e manufaturas de que o país não carece, antes abunda” (*Ibid.*, fls. 263-264). Eram os Ingleses que traziam grandes somas de aguardente de França, Itália e Espanha e as adulteravam na viagem; daí ter-se interditado a sua introdução até 1760.

A 9 de outubro de 1821 foi permitida a entrada das aguardentes, sobrecarregadas com gravosos direitos. Por isso, a 19 de abril de 1822, fez-se nova representação às Cortes contra a medida surgida de surpresa. A resolução de outubro deu azo a acesa polémica nas colunas de *O Patriota Funchalense*, perdurando esta até à lei de 31 de julho de 1822, que veio proibir a entrada das aguardentes estrangeiras e sobrecarregar as nacionais com 60 mil réis de direitos por pipa. Para o cidadão que assina um dos artigos, “um português”, a aguardente que entrava na Ilha não era boa, o que se demonstrava

pela quantidade dela que se gastava no vinho.

A aguardente de França, superior, e que se importava diretamente, era muito reduzida, “a outra exportada de Londres para aqui, sabido é que lá foi enfraquecida com água para a pôr no quilate lá permitido a essa aguardente, ademais vem de Espanha e Itália muitas vezes adulterada”. Além disso, a introdução é considerada como negativa para a economia vinícola da Ilha. Desta forma, era útil a interdição de entrada e a concessão de empréstimos pelo Erário público para compra de alambiques para destilar o vinho baixo da Ilha.

A medida proibitiva mereceu a gratidão dos proprietários, uma vez que contribuía para o escoamento dos estoques de vinho. O redator de *O Patriota Funchalense*, N. C. Pitta, considerava a lei de 9 de outubro prejudicial, alegando que, no comércio com o reino, não havia contrapartida: “Numa tal colisão, antes continuasse a importação de aguardente estrangeira, pois como esta era importada pelos ingleses e estes são quase os únicos consumidores e exportadores do nosso vinho, era-nos mais vantajoso receber deles a aguardente, dando-lhes em troca vinho, que recebê-la de Portugal, que nos arruína, levando o nosso numerário e impedir do que fervamos os nossos vinhos, na certeza de não acharmos compradores, por terem igual género de Lisboa muito mais barato” (*O Patriota Funchalense*, 1821, 40). Uma vez mais, os privilégios exclusivos eram anticonstitucionais, ficando-se pelo meio-termo, pedindo apenas o aumento dos direitos de importação da aguardente nacional de 7600 réis para 40.000 réis, por forma a funcionar como medida impeditiva.

A discussão permite tirar várias ilações sobre a índole socioeconómica do movimento a favor e contra a importação de aguardente estrangeira na Madeira. A maior parte dos proprietários rurais do norte e sul da Ilha eram favoráveis à interdição das bebidas, porque consideravam a medida vantajosa para as vendas, aliviando as próximas colheitas ou o vinho armazenado que não tivesse saída. Mas os comerciantes que se dedicavam ao negócio das aguardentes estrangeiras eram de opinião

contrária. Com efeito, para os Ingleses e acólitos, a entrada das aguardentes era um meio de fácil saque. Neste contexto, os pequenos proprietários do norte exerceram uma forte pressão, uma vez que o destino das colheitas dependia da solução encarada.

A instabilidade política no continente provocou alguma desconfiança nas instituições madeirenses perante a iminência de novas medidas que pudessem partir de Lisboa. Assim, a 8 de agosto de 1823, após a Vila-Francada (em maio), a Câmara representava “para que com a mudança das causas se não faça alguma alteração naquelas providentes leis, visto haver ainda, quem tendo só em consideração os seus próprios interesses e em nenhuma conta a prosperidade pública desta província declama e representa contra a disposição destas leis” (ABM, Câmara Municipal..., tomo 15, fls. 99v-100). Mas o conde de Suberra, por aviso de 12 de março de 1824, sossegou-os, confirmando-as.

A instabilidade do sistema político durante a primeira metade do séc. XIX foi fator determinante para o arrastar da crise. Vejamos alguns exemplos. Em 1794, proibiu-se a entrada de certa porção de aguardente de Valença, mas, em 1810, houve medidas de exceção com a permissão de entrada de 3600 galões de aguardente livres de impostos para a tropa inglesa ocupante da Ilha. Depois, em 1821, deram entrada 6 pipas de aguardente de Londres para José Rebello e de 180 pipas de Bordéus para T. H. Edwards & Ca. Mas, já em 1822, o juiz da Alfândega apreendeu uma pipa de aguardente a Philip N. Searle, alegando que era estrangeira; todavia, em 1825, por sentença do feitor da Fazenda de Lisboa, confirmou-se ser fabricada na ilha do Faial, em alambique, dando-se a devida autorização de entrada. O caso demonstra a disparidade de opções entre Lisboa e a Ilha. Pelo menos, assim o deve ter entendido o comerciante que, em face da apreensão, fez apelo aos tribunais do reino e não aos da Ilha.

Em 1823, gerou-se uma acesa polémica por causa de um requerimento de Murdoch Wille & Ca., casa da companhia nova, que solicitava a admissão de 400 pipas de aguardente de França. A JRF, em face do pedido, solicitou

o parecer das Câmaras de Machico, Calheta, Ponta do Sol, São Vicente e Funchal. Os comerciantes e proprietários do Funchal, em representação conjunta, manifestaram-se contra o requerimento – presente-se a força do novo comerciante, tipo enriquecido com os lucros das recentes fábricas de destilação contínua e que começou a dominar e a fazer valer os seus interesses; entrávamos na geração dos alambiques e dos proprietários de fábricas de destilação há pouco enriquecidos. Opinião semelhante foi registada na Câmara do Funchal, certamente por intermédio de Severiano de Freitas Ferraz, justificando a negativa ao requerimento citado e o pedido de aplicação imediata da lei de 2 de janeiro de 1824. Idêntica opção negativa se fez sentir na decisão da JRF, em 17 de março de 1824, ao indeferir a mesma pretensão.

A alguns comerciantes que teimavam no negócio rendoso das aguardentes restava o afrontamento das medidas interditivas com o recurso ao contrabando. A costa, entre Machico e a Calheta, oferecia enseadas desprotegidas e não vigiadas pelas forças militares, o que facilitava o contrabando. A primeira referência a esta atitude surgiu em 1823, com a apreensão de sete pipas da chalupa inglesa *George the Fourth*, no lugar de Baixo do termo da vila da Ponta do Sol, pelos juizes da Ribeira Brava e da Alfândega na baía do Funchal. Em 1825, a JRF denunciou o contrabando de aguardente praticado pelos navios franceses *Le Renard* e *L'Americaine*, sob a complacência de quatro guardas de número da Alfândega.

Para o ano de 1827, ficou reservado o maior escândalo de contrabando praticado até então no Funchal; a apreensão de certa quantidade de aguardente a Francis Gordon foi o seu mote. A Câmara e a opinião pública, em geral, manifestaram-se contra o sucedido, apontando a necessidade de tomar medidas severas, como o derramamento no calhau. No entanto, inadvertidamente, em outubro, a JRF admitiu a aguardente e solicitou à Câmara a permissão para o seu livre consumo. Por sua vez, em 1839, foi encontrada a boiar no mar uma pipa de aguardente perdida do contrabando; foi

arrematada em hasta pública. Registe-se ainda que um navio alemão terá desembarcado 300 caixas de gin na baía de Câmara de Lobos, escondendo-as na furna dos lobos; mais tarde, foram encontradas por um par de namorados.

Até 1821, argumentava-se a favor das aguardentes de França como meio único e necessário para o tratamento dos vinhos; a partir de então, houve medidas proibitivas, justificadas pela produção e boa qualidade da aguardente da terra e dos novos alambiques de destilação contínua em funcionamento. Mas este ano marca a viragem do domínio do grande comércio das aguardentes de França. Atente-se a que esta atividade estava sob a alçada dos Ingleses. Mas mudou a pressão no sector para os proprietários de fábricas de destilação contínua, interessados no comércio dos vinhos do norte por meio da destilação. Como resultado desta situação, tivemos a alteração das rotas da aguardente, que se faziam via Gibraltar ou Inglaterra. Os Ingleses, a parte mais interessada no negócio, sentiram-se lesados, pelo que se sucederam reclamações e o recurso ao contrabando.

A Madeira começa a apostar na destilação dos vinhos locais. Em 1821, temos referência a três alambiques de destilação contínua, um deles, de Frederico Castro Novo, funcionava nos Moinhos, destilando vinhos de toda a Ilha. Em 1822, junta-se a fábrica de destilação de Severiano Alberto de Freitas Ferraz que, segundo a publicidade de *O Patriota Funchalense*, se apresentava com “dois custosos e aperfeiçoados destinatários, aonde se tem fabricado a mais perfeita aguardente”.

Acontece que a JRF tomou a iniciativa de solicitar a João Francisco de Oliveira, encarregado de negócios em França, um alambique de destilação contínua. Em fevereiro de 1823, o tesoureiro geral solicitou dois alambiques no valor de 5000 francos (80.000 réis). Em abril, recomendava-se o envio via Londres, considerando que talvez fosse menos dispendioso e mais seguro. No mesmo ano, Severiano de Freitas Ferraz construiu um alambique de destilação contínua baseado no modelo francês, tendo contribuído para isso as viagens que

fizera a França para se instruir na química de destilação de vinhos.

Perante a nova situação, a JRF, a 2 de setembro, anulou o pedido de um alambique, justificando a atitude pelo facto de Severiano de Freitas Ferraz ter inventado “um maquinismo de alambique de destilação contínua, no qual afiançava melhores resultados do que o dos últimos inventos de França existentes neste país” (ANTT, Provedoria e Junta..., liv. 125, fl. 2). A posição estava baseada no parecer dos químicos e engenheiros da Sociedade Funchalense dos Amigos das Artes e das Ciências, que atestavam lisonjeiros resultados para o mesmo invento. A JRF logo emprestou 600 mil réis para a construção do novo alambique, estimulando novos inventos. Em 1826, Freitas Ferraz possuía a melhor fábrica de destilação da Ilha que, segundo se dizia, era composta por cinco perfeitos aparelhos de destilação contínua, bem dirigidos e eficientes.

As leis proibitivas da entrada de aguardente, a partir de 1822, foram um incentivo à proliferação das fábricas de destilação. Os alambiques expandiram-se rapidamente no perímetro da cidade e no meio rural onde o vinho assumia importância. É o caso da vertente norte, onde se produziam os vinhos apropriados para a destilação. Em 1827, Frederico de Castro Novo tinha montada uma oficina para construção e conserto de alambiques. Já em 1851, no Funchal, encontramos o efeito desta nova realidade nos ofícios, sendo documentados seis caldeireiros, latoeiros e funileiros. Em meados do séc. XIX, havia 13 alambiques em atividade, sendo 3 no Funchal, 1 em Santa Cruz, 1 em Ponta do Sol, 1 no Porto Moniz, 1 em Ponta Delgada, 3 em São Vicente, 2 em São Jorge e 1 no Faial; em média, ferviam 7 a 8 mil pipas por ano.

A distribuição geográfica dos alambiques pelas áreas produtoras de vinho é elucidativa. Na vertente sul, onde se produziam os melhores vinhos e em maior quantidade, temos apenas cinco, sendo três no Funchal e outros dois distribuídos em áreas onde se colhiam os mais fracos do sul, Santa Cruz e Ponta do Sol. A vertente norte, de produção dos vinhos baixos,

apresentava oito alambiques, três em São Vicente e dois em São Jorge; ambas as freguesias eram consideradas as de maior produção no norte. A luta em prol da qualidade e boa reputação do vinho passava pela destilação dos vinhos baixos do norte, daí a instalação de fábricas de destilação contínua. Desta forma, os vinhos de baixa qualidade passaram a ser queimados nos alambiques, abrindo uma alternativa para o consumo dos vinhos do norte, especialmente os de São Vicente e São Jorge.

A partir da segunda metade do séc. XIX, o debate em torno das aguardentes transferiu-se para a cultura da cana sacarina, que voltou a assumir um papel significativo na agricultura madeirense. Uma vez mais, a aguardente esteve envolta em polémicas. Tudo começou a 23 de março de 1879, com a inauguração da Companhia Fabril do Açúcar Madeirense, uma fábrica de destilação de aguardente e de produção de açúcar, sita à ribeira de São João, que se demarcou das demais pelo recurso à tecnologia francesa, usufruindo dos inventos patenteados em 1875 pelo visconde de Canavial. No discurso de inauguração da fábrica, o Cón. Feliciano João Teixeira, sócio do empreendimento, afirmou que ela era um monumento grandioso que abria uma época verdadeiramente nova e significativa na história da indústria fabril madeirense. Isto foi apenas o princípio de um conflito industrial onde imperou a lei do mais forte. Em 1879, no momento do encerramento da Companhia Fabril, ter-se-á dito que a fábrica fora cimentada com maldade e pretendia dar cabo de todas as que existiam, acabando por cavar o fosso da ruína. A polémica ateou-se com o plágio da invenção do visconde por parte da família Hinton. Em 1870, aquele patenteou um mecanismo que permitia lançar água sobre o bagaço, favorecendo um maior aproveitamento do suco da cana. No documento, constava o uso exclusivo desta invenção pela fábrica de São João, porém, Hinton copiou o sistema. Por isso, em 1884, o lesado moveu uma ação civil ao contrafator.

A família Hinton ficou para a história como a autora da inovação que, como sabemos, veio a ser comum em vários espaços açucareiros.

As medidas que favoreciam a entrada de melaço, estabelecidas pela lei de 1895, associadas ao dec. de 1903 e ao regulamento a ele anexo, determinando a forma de matrícula das fábricas, abriram as portas à concentração no sector. As condições eram de tal modo lesivas que só a fábrica Hinton e a de José Júlio Lemos foram capazes de atuar; as cerca de meia centena de fábricas que existiam na Ilha ficaram numa situação periclitante. O dec. de 1897 estabelecia normas de tal modo rígidas para a construção de alambiques e fábricas de destilação e retificação do álcool que apenas alguns podiam cumprir.

Com os inícios do segundo momento da cultura açucareira na Ilha, a partir de meados do séc. XIX, surgiram medidas favorecedoras. Assim, em 1855 e 1858, oneraram-se os direitos de importação de mel, melado e melaço; depois, em 1870, 1876, 1881 e 1886, favoreceu-se a admissão do açúcar madeirense no continente e nos Açores através da redução ou isenção dos direitos de entrada. Atendendo às dificuldades criadas com a crise da lavoura açucareira, provocada pelo ataque do fungo *Conyothurium melasporum*, o governo interveio no sentido da preservação. A aposta era fazer da cultura da cana-de-açúcar um elemento revitalizador da agricultura madeirense.

A política era favorável à reafirmação plena da cultura sacarina. Em 1888, avançou-se decisivamente na proteção e replantação de novas variedades mais resistentes às doenças e mais produtivas, criando-se uma estação experimental dedicada ao estudo da cultura. Em 1895, foi aprovado outro decreto, conhecido como “regímen saccharino da Madeira”, que regulamentou o processo de laboração da cana e o fabrico de aguardente. Assim, as fábricas matriculadas obrigavam-se à aquisição de toda a cana produzida de acordo com o preço estabelecido. Em compensação, tinham uma redução de 50 % nos direitos de importação do melaço para fabrico de álcool usado na fortificação dos vinhos. Seguiram-se outros decretos no mesmo sentido: 1903, 1904, 1909, 1911. O de 1903 revela as dificuldades do cultivo da cana e os custos elevados que acarretava para justificar

o aumento dos preços mínimos. A compra de toda a cana era conseguida mediante compensações do Estado. As fábricas matriculadas estavam obrigadas a comprar todos os saldos da aguardente manifestados até 31 de dezembro, de forma a evitar a concorrência com o álcool feito de melaço importado. Acontece que as fábricas de açúcar e álcool deixaram de comprar os saldos aos fabricantes de aguardente, dando uma compensação de 100 réis ao galão, o que acabou por criar uma situação insustentável. O dec.-lei de 11 de março de 1911 acabou com os alambiques para dar lugar, por dec. de 1919, ao monopólio do engenho do Hinton e à afirmação da aguardente de cana-de-açúcar, provocando uma perda de qualidade do vinho Madeira, o que se manteve até 1974, altura em que acabou a proibição. Durante este período, a aguardente vínica era um segredo dos habituais apreciadores.

As cautelas da Câmara não impediram que, noutros momentos, não tivesse havido tumultos, como os que sucederam em abril de 1911, em face das medidas governamentais que determinavam o encerramento das fábricas de aguardente. A 20 de março, a Câmara apelara às autoridades para a necessidade de revogar esta decisão, perante os receios da ira popular. A resposta do governo foi o envio, em segredo, de uma força militar, o que não impediu que a revolta acontecesse.

A situação do álcool, tendo em conta o destino final, dependia da forma como evoluía a economia vitivinícola. O álcool usado no processo de vinificação do vinho era resultado da destilação direta do caldo de cana ou melaço importado, ou então dos resíduos do fabrico do açúcar. Era a partir da última situação que se obtinha a maior parte do álcool produzido anualmente. A produção estava reservada ao processo de vinificação, sendo a comercialização feita diretamente entre as empresas e os engenhos matriculados que, em 1927, eram apenas três, com a possibilidade de comercializar 800 mil litros para a vinificação e 376 mil para consumo como aguardente. Em 1909, recomendava-se o uso de 50 l de álcool em cada pipa de vinho de 500 l, passando aquele,

por dec. de 1913, para 55 l. As fábricas matriculadas poderiam importar melaço com esta finalidade, usufruindo de uma redução dos direitos de entrada de 30 para 5 réis, quando a produção de cana da Ilha não chegasse para satisfazer as necessidades locais de açúcar e álcool, como se pode ver pelos decs. de 1903 e 1911. De acordo com o dec. de 1903, todos os viticultores tinham direito a 11% de álcool, calculado a partir do mosto produzido, declarado na Alfândega.

No princípio do séc. xx, a grande oferta de aguardente de cana fez disparar o consumo. Em 1909, a Ilha consumia 2 milhões de litros de aguardente, sendo as fábricas não matriculadas responsáveis pela disponibilização no mercado de 1.710.400 l. O consumo excessivo de aguardente levou a que a Madeira recebesse o epíteto de “ilha da aguardente” pelo dec. de 1911, que estabeleceu um travão, impondo a expropriação de fábricas e o estabelecimento de um limite para a produção.

A aposta estava na reconversão dos canaviais pela vinha de castas europeias e no controlo da produção e do consumo de aguardente. Neste caso, seria determinante a medida delimitadora da produção anual para 20.000 l por ano e o encerramento, em 1930, de todas as fábricas de aguardente que não tivessem sede nos concelhos da costa norte. Mas o dec. de 14 de abril de 1924 aumentou o limite da produção de aguardente para 500.000 l, o que obrigou à emenda de 1927, com o encerramento de todas as fábricas de aguardente do sul, ficando a Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal (JGDFA) com o encargo de venda da aguardente. Em 1927, um outro grupo de 3535 proprietários, agricultores e consumidores, reclamou a preservação do dec. n.º 14.168, considerado salutar em face dos anteriores diplomas de 1911 e 1919, que estabeleciam medidas restritivas ao fabrico de aguardente. O consumo excessivo da aguardente levou o governo a conceder a distribuição em regime de monopólio, por 25 anos, à Companhia da Aguardente da Madeira e, em 1939, foram encerradas 39 das 48 fábricas em funcionamento. Isto teve reflexos na produção vitivinícola, uma vez que

conduziu à proibição de funcionamento dos alambiques para queimar as borras ou vinhos maus, passando-se a usar a aguardente de cana no tratamento do vinho.

Com a criação da Junta Nacional do Vinho (JNV), toda a atividade de controlo do álcool para a beneficiação do vinho passou a estar dependente da delegação regional; depois, em 1979, do Instituto do Vinho da Madeira (IVM), até 1992, altura em que foi liberalizada a venda por imposição da CEE.

Impostos e direitos

São vários os tributos que, ao longo da história, incidiram sobre a aguardente.

A principal fonte de receita das câmaras estava nos impostos indiretos, estabelecidos sob a forma de taxa, sendo uma das prerrogativas emanadas nos diversos códigos administrativos. No final da déc. de 60 do séc. XIX, no concelho de São Vicente, *e.g.*, eles incidiam sobre a aguardente, o vinho artificial, a balança e os pesos, e as taxas de licenças a vendilhões ambulantes. No caso da aguardente, a taxa representava um sétimo do preço de cada 3,5 l; para o vinho, era o mesmo valor, mas sobre o preço de 49 l, *i.e.*, a medida de um barril.

Dos impostos gerais com aplicação na Ilha e que tinham incidência sobre a aguardente, assinalamos o donativo, o subsídio literário e o imposto de transações. O donativo era o imposto de guerra, variável, lançado sobre os produtos da terra. Este tributo surgiu em 1635, tendo-se generalizado em 1658, por 20 mil cruzados distribuídos da seguinte forma: vinho, 4 réis por canada, 200 réis por pipa; vinagre, 300 réis por pipa; aguardente, 2 cruzados por pipa. O subsídio literário foi criado por alvará de 10 de novembro de 1772 para financiar o ensino público. O imposto consistia em 1 real por cada canada de vinho, 4 réis por cada canada de aguardente, 160 réis por pipa de vinagre. Por alvará e edital de 7 de julho de 1787, isentou-se os vinhos e aguardentes; os vinhos verdes ou de enforcado pagavam apenas 120 réis por pipa, o que, em 1789, foi abolido, passando o valor para 315 réis por pipa e 1 real por canada. O imposto

de transações foi criado pelo dec.-lei n.º 47.066, de 1 de julho de 1966 e vigorou até 1984; supunha a abolição do imposto do selo sobre aguardente ou álcool provenientes da destilação de vinho, borras de vinho, bagaço de uvas e água-pé de produção alheia.

Dos impostos específicos, incidência exclusiva sobre as aguardentes ou álcool, temos o imposto sobre o consumo, revenda e fabricação de aguardente, o imposto sobre o álcool etílico, o imposto sobre o consumo de bebidas alcoólicas, o imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas, o imposto do selo sobre aguardente ou álcool provenientes da destilação de vinho, borras de vinho, bagaço de uvas e água-pé de produção alheia.

Pelo dec. n.º 12658, de 15 de novembro de 1926, a JGDAF foi autorizada a lançar um imposto sobre o consumo de aguardente no valor de 24\$50 por litro como tentativa de travar o consumo excessivo desta bebida.

Pelo dec.-lei n.º 342/85, de 22 de agosto, foi criado um imposto especial sobre o consumo de algumas bebidas alcoólicas. O tributo incidia sobre o álcool etílico puro enquanto elemento da composição de outros produtos (aguardentes, licores, uísques, etc.). A exclusão das bebidas espirituosas ou fermentadas, cuja composição ou preparação envolve álcool etílico, de origem vínica, das aguardentes de cana (incluindo o rum), de figo e de outros frutos diretamente “fermentescíveis”, assentava, por um lado, na necessidade de não se operar uma alteração na respetiva situação tributária, uma vez que tinham beneficiado de um tratamento mais favorável (taxas de 30 % e 75 %) e, por outro, nas dificuldades inerentes à fiscalização de um elevado número de destilarias e produtores, grande parte deles trabalhando em condições marcadamente artesanais. Pelo dec.-lei n.º 104/93, de 5 de abril, foi criado o imposto sobre a cerveja, os vinhos e as outras bebidas fermentadas, os produtos intermédios e as bebidas espirituosas.

O imposto de fabricação de aguardente ou imposto sobre o fabrico de aguardente, específico da Madeira, foi criado por dec. de 11 de março de 1911, sendo de 100 réis nos 3

primeiros anos e de 150 réis nos anos imediatos, até 1918, para todas as aguardentes obtidas nas fábricas não matriculadas; porém, logo no terceiro ano, começou a ser arrecadado o valor máximo do imposto. Este era uma receita própria da Junta Agrícola da Madeira (JAM), criada pelo mesmo diploma com a finalidade de promover a economia agrícola da Ilha.

A JAM geria o fundo constituído pelo imposto de fabricação de aguardente, já que um decreto da mesma data extinguiu as fábricas de aguardente na Madeira. De entre a sua ação, destacou-se a expropriação das fábricas de aguardente, a propaganda dos vinhos da Madeira no estrangeiro, a recuperação por enxertia das castas tradicionais e a fundação e manutenção de uma estação agrária, patente em diversos campos experimentais no Funchal (Louros), Ribeira Brava, Paul da Serra e Porto da Cruz. A JAM instalou-se em 1912 e foi extinta pelo dec. n.º 5492, de 1919, que modificou o regime sacarino, acabando com o monopólio da fábrica Hinton e proibindo a instalação de mais fábricas de aguardente, a partir de 1920. Extinta a JAM, o fundo passou a ser gerido, desde 1919, pela JGDAF.

Registe-se também o imposto sobre o consumo das bebidas alcoólicas criado pelo dec.-lei n.º 104/93, de 5 de abril, sendo um dos impostos especiais de consumo; teve código regulamentador aprovado a 21 de junho de 1993. Cabe ainda mencionar o imposto do selo sobre aguardente ou álcool provenientes da destilação de vinho, borras de vinho, bagaço de uvas e água-pé de produção alheia, que ignoramos a data em que se estabeleceu; foi abolido pelo dec.-lei n.º 47066, de 1 de julho de 1966, que criou o imposto de transações.

O dec.-lei n.º 566/99 veio regulamentar o imposto especial de consumo sobre o álcool e as bebidas alcoólicas. Para a RAM, foi estabelecido um regime especial: no caso do vinho licoroso obtido a partir de uvas puramente regionais, 50 % das taxas em vigor no território do continente; no caso do rum da Madeira e dos licores produzidos a partir de frutos e plantas da Região, 25 % das taxas em vigor no território do continente.

Legislação: decs.-leis n.ºs 342/85, 343/85, 80/88, 164/89, 165/90, 300/90, 228/91, 117/92, 104/93, 93/94, 324/98; desps. normativos n.ºs 66/86, 56/90, 22/91; leis de 24 fev. 1912, 28 dez. 1912; leis n.ºs 342/85, 343/5, 3/86, 117/92, 104/93, 127-B/97 [imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas], 11/99; ports. n.ºs 450/83, 627/85, 476/86, 573/90, 1/96; resolução do Conselho de Ministros n.º 14/92.

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomo 15; ANTT, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, livs. 125, 411, 942; **impresa:** AFONSO, A. Brigas (anot.), *Código dos Impostos Especiais de Consumo: Anotado e Atualizado*, 2.ª ed., Lisboa, Rei dos Livros, 2008; AMARAL, Júlio Augusto do, *A Questão Sacarina*, s.l., s.n., 1918; ARAÚJO, Juvenal Henriques de, *A Questão Sacarina da Madeira. Análise ao Decreto N.º 15.831 de 10 de Agosto de 1928*, Lisboa, Tip. José Mello, 1929; BRANCO, João Soares, *A Nova Questão Hinton. Artigos Publicados no Jornal "O Paiz"*, Lisboa, Typ. do Anuario Commercial, 1915; CALÇADA, Visconde da, *Justificação do Visconde da Calçada à Arguição Que Lhe Foi Feita e Apreciação do Processo Crime Instaurado na Comarca Occidental do Funchal Promovido por Diogo Perestrello da Camara*, Lisboa, Typ. Universal, 1873; CÂMARA, Benedita, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2002; CANAVIAL, Conde do, *Diplomas Principaes Que Interessam ao Regimen Saccharino da Madeira*, s.l., s.n., s.d.; *Id.*, *A Companhia Fabril do Assucar Madeirense: Roberto Leal e o Dr. Tarquino T. da C. Lomelino*, Funchal, Typ. Popular, 1879; *Id.*, *Um Privilegio Industrial: Cartas a Diversos Jornais*, Funchal, Typ. Funchalense, 1883; *Id.*, *Uma Acção Civil contra o Sr. W. Hinton, Fabricante de Assucar e de Aguardente na Cidade do Funchal (Ilha da Madeira) como Contrafactor de Um Processo Industrial de Que Tem Patente de Invento Dr. João da Camara Leme de Vasconcellos, Visconde do Cannavial*, Funchal, Typ. Popular, 1884; *Os Donos das Fabricas não Matriculados no Sul*, 1.º *Outorgantes; Wm Hinton & Sons e José Julio de Lemos, Donos das Fabricas Matriculadas*, 2.º *Outorgantes; os Donos das Fabricas não Matriculadas do Norte*, 3.º *Outorgantes*, Funchal, Typ. Esperança, 1908; FREITAS, Luiz Alberto de, *A Lei Hornung. Em defesa da Madeira e de Hinton*, Lisboa, Germano da Silva, 1915; JESUS, Quirino Avelino de, *A Questão Sacharina da Madeira*, Lisboa, Typ. da Editora, 1910; *Id.*, *A Nova Questão Hinton*, Lisboa, Germano da Silva, 1915; *João Augusto d'Ornellas e a Nova Fabrica de Assucar*, Funchal, Typ. Variedades, 1871; *A Nova Questão Hinton. Resposta das Empresas Assucareiras da Africa Portuguesa ao Folheto da Firma W. Hinton & Sons*, Lisboa, Tip. Universal, 1915; NUNES, Cesário, *Política Sacarina*, Funchal, Madeira Gráfica, 1940; ORNELLAS, João Augusto de, *A Companhia Fabril de Assucar Madeirense, os Seus Credores e o Snr. Dr. João da Camara Leme*, Funchal, Typ. do Direito, 1879; PACHECO, Dinis Gouveia, *Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-Industriais do Vinho e Cana Sacarina na Madeira (1870-1930)*, Funchal, CEHA, 2007; *O Patriota Funchalense*, 1821; PESTANA, Manuel Gregório (Júnior), *O Problema Sacarino da Madeira. Subsídios para o Estudo e Resolução da Chamada Questão Hinton*, Funchal, Typ. Esperança, 1918; RODRIGUES, José Agostinho, *As Questões Vinícolas e Sacarina da Madeira*, Lisboa, Tip. Portugal, 1928; SILVEIRA, José Marceliano da, *A Companhia Fabril de Assucar Madeirense os Seus Credores o "Athleta" e o Snr. Dr. João da Camara Leme*, Funchal, Typ. da Voz do Povo, 1879; TAVARES, Eugénio, *Considerações dum Produtor sobre o Imposto do Consumo de Aguardente, Cidade da Praia*, Tip. Caboverdeana, 1912; VASCONCELLOS, Joaquim Ricardo da Trindade e, *Resposta aos Fundamentos do Recurso Interposto perante o Conselho de Estado por S. Majestade a Imperatriz D. Arrelia*, Funchal, Imprensa da Revista Judicial, 1867; VIEIRA, Alberto, *Breviário da Vinha e do Vinho da Madeira*, Ponta Delgada, Eurosigno, 1991; *Id.*, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, CEHA, 2003; *Id.*, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Ilha da Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, CEHA, 2004; *Id.* (coord.), *Debates Parlamentares. 1821-2010*, Funchal, CEHA, 2013.

† ALBERTO VIEIRA

Aguiar, Eleutério Gomes de

Falar de Eleutério Gomes de Aguiar, nascido a 5 de outubro de 1940, é fazer memória da ação de uma proeminente figura da sociedade madeirense na segunda metade do séc. xx e início do séc. XXI; o professor morreu a 9 de fevereiro de 2002.

Independentemente dos múltiplos cargos e funções que desempenhou ao longo da sua vida, em áreas do saber como sejam a política e a cultura, de que também falaremos, a ação de Eleutério Aguiar permanecerá indubitavelmente associada à história da educação especial e reabilitação.

Podemos afirmar que foi notória a sua intervenção neste campo, na medida em que idealizou, fundou e protagonizou, de modo ímpar, na Região Autónoma da Madeira, a causa da educação especial e da reabilitação, alicerçando-a e harmonizando-a, ao longo de várias décadas, na singularidade e abrangência da tríade política-prática-cultura, colocada ao serviço da inclusão.

Este desiderato viria a ser reconhecido ao nível regional, nacional e internacional enquanto paradigma inovador e prospetivo no atendimento diversificado e multifuncional de crianças, jovens e adultos com diferentes tipos de necessidades especiais, numa altura em que a exclusão e a segregação decepavam oportunidades.

Tudo começou quando, ainda muito jovem, se notabilizou ao obter a classificação de 17 valores aquando da conclusão do curso do Magistério Primário. Esta circunstância desencadeou o reconhecimento da Junta Geral e da Câmara Municipal do Funchal, expresso publicamente através da atribuição de um prémio.

Entre 1961 e 1963, na senda de horizontes mais vastos, frequentou, em Lisboa, o curso de Especialização de Professores para o Ensino de Surdos e Outros Deficientes da Audição e da Fala, ministrado pelo Instituto Jacob Rodrigues Pereira, da Casa Pia de Lisboa. Este itinerário foi concluído com êxito e culminou com a apresentação e defesa pública do trabalho final, *Enquadramento do Surdo no Meio Social*.

De regresso à Madeira, abraçou entusiasticamente a causa da educação e escolarização dos



Eleutério Gomes de Aguiar, c. 1977 (fotografia dos herdeiros).

surdos. Nesse contexto, promoveu a iniciativa Levantamento e Despiste da Deficiência Auditiva no Arquipélago da Madeira, considerado pelos especialistas o primeiro trabalho de despiste no âmbito da deficiência concretizado até então em Portugal, um trabalho colaborativo, transdisciplinar e interinstitucional que, muitos anos depois, a literatura especializada elegeu como fundamental e indispensável na intervenção em educação especial e reabilitação. Neste âmbito, convidou para seus parceiros, nas ações de levantamento e despiste, os serviços de proximidade, depositários da confiança das populações espalhadas pelos recantos mais recônditos das ilhas da Madeira e do Porto Santo, nomeadamente, os professores, os párocos, os técnicos de saúde e os funcionários dos serviços e organismos públicos existentes nos locais nessa época. Em resultado do trabalho efetivado foram sinalizadas 175 pessoas com deficiência auditiva, cujas idades se situavam entre os 0 e os 65 anos.

De seguida, Eleutério Aguiar procedeu à sensibilização das entidades responsáveis pela área de intervenção em causa, alertando para a necessidade de um serviço especializado, que desse resposta à educação especializada do público-alvo encontrado aquando do despiste realizado. A resposta positiva ao seu pedido originou, em 1965, a criação do Instituto de Surdos do Funchal, onde o professor começou por exercer funções de docente e, posteriormente, de diretor.

No início do séc. XXI, nesse mesmo local, a confirmar a importância da sua presença, pode ser contemplado um busto erigido em sua homenagem, associado à atribuição do seu nome à escola de referência para o ensino bilingue de surdos, dos níveis pré-escolar e primeiro ciclo, que funciona naquele espaço. Concomitantemente, para além do trabalho com a surdez, foram surgindo na Madeira outros serviços de apoio às diferentes problemáticas no âmbito da educação especial, tutelados pelos organismos centrais sediados em Lisboa.

No ano de 1977, em consequência das mudanças desencadeadas pela Revolução de 25 de abril, teve lugar a transferência de poderes dos órgãos centrais para os órgãos regionais,

em termos de Saúde e de Segurança Social. O Centro de Educação Especial da Madeira (até então tutelado pelo Ministério dos Assuntos Sociais em Lisboa) passa para a tutela da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com a designação de Centro Regional de Educação Especial da Madeira.

Volvidos três anos, o referido Centro Regional é elevado ao estatuto de Direção Regional, passando a designar-se Direção Regional de Educação Especial e a ser dirigida por Eleutério Aguiar, que, ao longo de várias décadas, a dotou de um carácter dinâmico, pioneiro, inovador, prospetivo e muito avançado para a época. Disso é exemplo o dec. leg. regional 4/82/M, intitulado Prevenção, Reabilitação e Integração Social dos Deficientes, que recomendava a elaboração do diagnóstico precoce, a avaliação e estimulação precoces e o estabelecimento de um prognóstico, com o devido acompanhamento da criança e da família, numa altura em que o papel da intervenção precoce e da família eram muito pouco comuns nos discursos e nas práticas educativas.

Homem de profundas convicções e de olhar acutilante acerca do mundo e da vida, Eleutério Aguiar cedo se deu conta de que a formação especializada de docentes, dimensão fundamental para a consolidação de respostas eficazes junto da população com necessidades especiais, não podia ficar refém das escassas vagas concedidas, ao nível nacional, aos docentes oriundos da Madeira.

Esta constituía, na sua opinião, uma das áreas em que era urgente intervir. Nesse sentido, e porque as instituições de formação na Madeira não ofereciam esta resposta, estabeleceu protocolos com a instituição de formação ao nível nacional, para que se deslocasse ao Funchal e ministrasse o curso de especialização a cerca de 30 docentes. Deste modo, aumentou exponencialmente os recursos humanos especializados e privilegiou o atendimento de um número mais elevado de alunos que possuíam necessidades educativas especiais com respostas positivamente diferenciadoras.

Atento e recetivo aos ditames oriundos do conhecimento científico e associados aos

imperativos da realidade mais próxima que as famílias e os diferentes atores educativos e sociais iam estabelecendo, o professor desencadeou respostas inovadoras em múltiplos domínios e áreas de intervenção no campo da educação especial e reabilitação. Exemplo disso foi o modo como lançou e desenvolveu na Região Autónoma da Madeira o desporto adaptado, que culminou na iniciativa anual Jogos Especiais, que tinha o intuito de dar visibilidade a atletas com deficiência, competentes em diferentes modalidades desportivas apesar dos seus *handicaps*, e promover a sua inclusão social, à semelhança do que acontece com os Jogos Paralímpicos.

No campo das artes, fomentou o ensino da música e da musicoterapia, da dança e do teatro, através de protocolos de colaboração com instituições e formadores de renome internacional. Fruto dessas iniciativas, a Madeira conta, nos começos do séc. XXI, com o Grupo de Teatro Inclusivo, com a Orquestra Juvenil e com o Grupo Dançando com a Diferença, de dança inclusiva, que se têm afirmado como referências artísticas no panorama regional, nacional e internacional.

Além da educação especial e reabilitação, a sua faceta de homem empreendedor também se materializou no seu compromisso, em causas políticas, civis e religiosas, na defesa de valores e princípios humanistas. Foi deputado na Assembleia Nacional, presidente da Associação Cristã da Mocidade da Região Autónoma da Madeira, secretário da Comissão Diocesana da Cáritas e provedor da Santa Casa da Misericórdia do Funchal. Colaborou com alguns órgãos de comunicação social, nomeadamente, o *Diário de Notícias* (Madeira), a *Voz da Madeira*, o *Jornal da Madeira* e o *Desporto Madeira*, jornal desportivo de que foi cofundador.

Apesar de nos ter deixado precocemente, o seu nome e a sua obra permaneceram evidentes no carisma que abraçou e fez prosperar, emprestando à contemporaneidade a luta e o apreço pela inclusão e igualdade de oportunidades da população com necessidades especiais.

MARIA JOSÉ DE JESUS CAMACHO

Aguiar, Fernando Henrique de

Nasceu no Funchal, na freguesia da Sé, a 15 de março de 1909. Filho de José Anselmo de Aguiar e de Carolina do Nascimento Cardoso, evidenciou-se como jornalista, folclorista e escritor, seguindo como ideais políticos e doutrinários o integralismo e a monarquia.

Fez o curso do Liceu do Funchal e licenciou-se na Faculdade de Direito de Lisboa, tendo antes exercido as funções de guarda-livros e de contabilista. Em Lisboa, onde passou grande parte da sua vida, era frequente encontrá-lo no café A Brasileira do Rossio, a compor alguns dos seus trabalhos literários e reunido em tertúlias literárias e políticas.

Cultivou o interesse pelos assuntos relacionados com a história, a cultura e as tradições populares do arquipélago da Madeira, começando a publicar na déc. de 30, época em que o país estava a dar mais atenção aos usos e aos costumes do povo, enfim, aos temas de carácter etnográfico e folclórico, de certo modo impulsionado pelo surgimento, em 1933, do Secretariado de Propaganda Nacional. Num clima de exaltação nacional, Fernando de Aguiar inicia as recolhas sobre as vivências pitorescas do povo madeirense que ajudou a promover, perpetuando-as em páginas de revistas, tais como *Arquivo Histórico da Madeira* e *Das Artes e da História da Madeira*, em separatas dos periódicos *Feira da Ladra* e *Gil Vicente* e no livro *Cousas da Madeira*.

Com os seus estudos, deu a conhecer os mais variados aspetos da tradicionalidade dos seus conterrâneos: fez registos da verve satírica, dos rimances e cantos heroicos ou jocosos, dos provérbios e jogos infantis; deixou apontamentos sobre a piedade popular, as festas religiosas e as romarias; deu informações sobre as danças, as trovas, as músicas, as canções e os instrumentos típicos; tomou notas sobre as crenças e as superstições do povo que temia as feitiçarias, o demónio e o mau-olhado, incluindo orações e rezas utilizadas para a cura de diversas moléstias. Elencou um receituário popular, composto por ervas, chás e perfumes, aplicados nos cuidados de saúde. Compilou um conjunto de lendas sobre várias freguesias

da Madeira, a sua origem, o descobrimento da Ilha, entidades míticas e de carácter religioso (nomeadamente: Arguim, o Senhor S. Roque do Vale do Faial, a Capela das Almas Pobres, S.^{to} António da Serra, o Senhor dos Milagres de Machico, a Virgem Senhora do Monte, o Senhor Bom Jesus de Ponta Delgada, S. Sebastião e o fundador da Madalena do Mar). Relembrou romances da tradição oral, como o *D. Carlos de Montalvar* ou a lengalenga “Menina do penedo”; cantos populares, como “O príncipe e a lavadeira” e a “Cantiga da coelhinha”; e, ainda, jogos infantis, como “O rico da maré”, “A machadinha” e “O miau-miau”. No âmbito da etnografia madeirense, Fernando de Aguiar interessou-se também pelo aspeto linguístico dos seus conterrâneos, publicando alguns regionalismos lexicais, coligidos em vários locais da Ilha. Todos estes registos espelham a alma popular e contribuem para preservar parte da identidade cultural madeirense.

No que concerne ao património cultural material do arquipélago, são de referir os seus escritos sobre as coleções de azulejos que formavam painéis representativos de histórias bíblicas existentes nas capelas de S. João da Nazaré e na capela de S. Roque de Machico. Realizou, ainda, breves ensaios sobre a história insular, tais como o descobrimento e o povoamento, a missão das ordens religiosas, o papel dos conventos e das capelas, atestando o seu empenho no estudo e na promoção dos temas culturais referentes ao arquipélago da Madeira.

Teve, assim, uma assinalável atividade de pesquisa e de observação, quer como folclorista, quer como jornalista, sendo autor de uma bibliografia constituída por mais de uma dezena de obras editadas e numerosos textos de diferentes temáticas que se encontram esparsos por periódicos de natureza literária, cultural e política, em Portugal continental e na Madeira, entre os quais, o *Voz*, o *Novidades*, o *Jornal*, e as revistas *Feira da Ladra*, *Gil Vicente*, *Arquivo Histórico da Madeira*, *Das Artes e da História da Madeira* e *Revista Portuguesa*.

Como escritor, desenvolveu, no seu estilo peculiar, uma ampla literatura de teor político-

-administrativo, histórico e social, géneros que, muitas vezes, serviram para defender os seus pontos de vista sobre assuntos do seu tempo. As edições em volume surgem a partir da déc. de 40, reunindo alguns textos já publicados na imprensa e outros inéditos, versando sobre assuntos como o comunismo, o corporativismo, o capitalismo, a monarquia e a república, nos quais fez emergir a sua faceta monárquica e integralista.

Esteve envolvido na organização das editoras Gama e Pro Domo e participou ativamente em colóquios, como o Congresso do XIV Centenário da Chegada de S. Martinho de Dume à Península Ibérica, realizado em Guimarães, em 1950, apresentando a comunicação “Influência de S. Martinho de Dume na política e instituições da península”.

Era sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Academia Brasileira de Ciências Sociais e Políticas e pertencia ao Supremo Conselho Cultural da Causa Monárquica, sendo vogal da Comissão de Propaganda da mesma causa.

Faleceu em Lisboa, na freguesia de Benfca, a 3 de novembro de 1978.

Obras de Fernando Henrique de Aguiar: “O Senhor dos Milagres em Machico” (1931); “Azulejos da capela de São Roque de Machico” (1934); “Azulejos da capela da Nazaré” (1935); “Usos e costumes da ilha da Madeira (1)” (1935); “Usos e costumes da ilha da Madeira” (1937); *Cousas da Madeira* (1939); “Histórias e lendas” (1939); “O tesouro em prata no Funchal” (1940); *O Convento de São Francisco o Novo e o Milagre de 1841: Apontamentos de História Islenha* (1942); *Cousas da Madeira, Credos e Superstições, Milagres e Outros Sucessos* (1942); *Em redor de Alcácer* (1942); *Na Agonia do Despotismo* (1945); *Gente de Casa: Retratos de Homens & Perfis de Ideias* (1948); *Sob o Signo da Confusão: Notícias & Outros Estudos* (1948); *A Reacção contra o Comunismo Russo: o Movimento Monárquico Russo* (1949); “A alma da Madeira: apontamentos singelos para a sua interpretação I” (1950); “A alma da Madeira: apontamentos singelos para a sua interpretação II” (1950); “A alma da Madeira: apontamentos singelos para a sua interpretação III” (1950); “*Descobrimto*” de Jerónimo Dias Leite: o Original e as Cópias (1950); *A Lição Belga e a Incompreensão do Ocidente* (1950); *Por Uma Universidade Católica: Uma Campanha do Espírito* (1951); *Breve Discurso sobre a Utilidade ou não Utilidade dos Partidos Políticos no Governo dos Povos e Vida das Nações* (1953); *Em busca de Uma Teoria de Estado: Nótula Crítica a propósito da Sociedade, o Poder e a Representação do Prof. Doutor J. P. Galvão de Sousa* (1953); *As Doutrinas Políticas de Farias de Brito* (1955); *Camões, Arauto da Lusitanidade* (1958); *Em louvor e defesa de Portugal Uno e Indivisível* (1965); *Funcionários Ultramarinos* (1968); *Gil Vicente* (1968); *Prática Administrativa: Serventuários Ultramarinos* (1969).

Bibliog.: ARAGÃO, António de Freitas, e VIEIRA, Gilda França, *Madeira Investigação Bibliográfica*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1981-1984; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses: Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1953; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Typ. Esperança, 1921.

Aguiar, José Gonçalves de

José Gonçalves de Aguiar é natural da vila de Câmara de Lobos, onde nasceu a 8 de outubro de 1831, filho de Vitorino Gonçalves Rocha e de Vitorina Rosa de Jesus. O apelido Aguiar vem-lhe de seu avô materno e foi usado por ele e por alguns dos irmãos.

Foi aluno do Seminário do Funchal e, graças à ajuda da família russa Waxel, pôde frequentar a Faculdade de Teologia da Univ. de Coimbra, onde se doutorou. Depois da formação, fixou-se em Lisboa, onde permaneceu até à morte, em 1895.

Na capital, desempenhou várias funções, nomeadamente a de desembargador da Cúria patriarcal e a de examinador pró-sinodal.

Foi várias vezes convidado a aceitar uma mitra, mas sempre a recusou.

Era um homem estudioso e culto, sendo muito considerado pelas suas qualidades, e enquanto cidadão e sacerdote. Colaborou em vários jornais e revistas, e publicou dois textos: o opúsculo *O Dogma da Imaculada Conceição de Maria Santíssima* e o *Tratado da Penitência*, ambos em Lisboa. Na sequência da publicação de este último livro, o Papa Leão XIII distinguiu-o com o título de monsenhor e de seu camareiro de honra.

Obras de José Gonçalves de Aguiar: *O Dogma da Imaculada Conceição de Maria Santíssima* (1880); *Tratado da Penitência* (1888).

Bibliog.: **impresa:** CLUDE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. II, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1984; **digital:** FREITAS, Manuel Pedro da Silva, "Aguiar, padre José Gonçalves", *Câmara de Lobos – Dicionário Corográfico*, s.d.: http://www.concelhohodecamaradelobos.com/dicionario/aguiar_jose_goncalves.html (acedido a 14 fev. 2016).

PORFÍRIO PINTO

Aguiar, Manuel Caetano Pimenta de

Poeta e dramaturgo, nasceu na ilha da Madeira, na freguesia da Sé, a 16 de maio de 1765 e faleceu, com 67 anos, em Lisboa, na R. Direita da freguesia de São Paulo, a 19 de fevereiro de 1832, vítima de um ataque apoplético. Foi sepultado na igreja paroquial de S. Paulo.

Era filho de Bartolomeu Luís Pimenta de Aguiar, doutor em Direito pela Univ. de Coimbra, que foi para a Madeira exercer o lugar de curador geral dos órfãos e lá teve administração de uma casa vinculada e de Maria Felícia de Carvalho. Casou-se com Micaela Antónia de Sá Bettencourt, filha do Cap. Manuel José de Bettencourt e Andrade e de Ana Bárbara de Freitas Drumond Aragão. Teve sete filhos. Um deles, Luiz Pimenta de Aguiar, foi desterrado para Moçambique por ser liberal e lá morreu; outra filha, Isabel Bettencourt de Aguiar, casou-se com António João da Silva Bettencourt Favila.

Pimenta de Aguiar habitou uma casa da antiga R. da Carreira, situada um pouco abaixo da travessa com o nome deste notável dramaturgo, poeta de pendor trágico, filósofo das novas ideias do século das Luzes e romântico soldado. Consta que nessa casa escreveu algumas das suas tragédias.

Nascido numa família de exemplares virtudes que, formada à sombra da Igreja, gozava de prestígio conquistado desde António Gomes de Aguiar, experienciou uma infância de severo tradicionalismo; foi para Lisboa em 1778, onde deu entrada no Colégio Real de Nobres, fundado pelo marquês de Pombal. Não se sabe se concluiu ali os estudos, mas em 1785, desviado do seu destino de família que apontava para a Univ. de Coimbra, mudou-se para França, como emigrado em busca de glória, a fim de seguir um curso de artes e ciências; durante este período, conheceu a literatura francesa, que influenciou toda a sua obra.

Durante a Revolução que saíria de França para abalar o mundo, encontrava-se ao serviço do governo francês, tendo alcançado, alistando-se nos exércitos revolucionários, em concreto nas fileiras da cavalaria, o posto de capitão e, pelo seu heroísmo, recebido a Cruz da Legião de Honra. Terminada a luta civil contra o rei, foi demitido do serviço militar.

Até 1815, nada sabemos, de positivo, da sua vida, a não ser o nascimento de quatro filhos. Em 1816, publicou a sua primeira obra, *Virgínia*, dando à luz o seu último trabalho em 1820. Em tão curto período, trabalhou intensamente, criando 10 tragédias, todas elas obras

extensas, seguindo os trâmites clássicos e cultivando o verso. Depois de 1820, com a Revolução do Porto – tendo frequentado, na companhia de Borges Carneiro, a casa de Francisco Freire de Melo, deputado da Mesa da Santa Inquisição e amigo de filósofos –, abandonou a atividade literária, desconhecendo-se os motivos que o conduziram a tal decisão.

Em 1821, encontrava-se na Madeira; de 1822 a 1823, foi representante da ilha da Madeira nas Cortes Constituintes, tendo sido também deputado pela Madeira para a sessão legislativa, de 1826 a 1828. Antes de seguir para Lisboa, apela aos seus concidadãos, no jornal *Patriota Funchalense*, para que lhe comuniquem os seus anseios para a Madeira. E é com este espírito que vai ocupar a sua cadeira nas Cortes.

Cultivou a natureza e a razão, iluminado pelas esperanças de liberdade, entregando-se principalmente ao estudo e ao desenvolvimento das suas predileções literárias. Apresentou vários projetos, entre os quais um que permitia a livre exportação do vinho Madeira. No dia 28 de janeiro de 1822, solenizou-se o aniversário da proclamação da Constituição na ilha da Madeira. O estabelecimento, em 1828, do governo absoluto obrigou-o a fugir para escapar às perseguições dos emissários miguelistas, que não poderiam poupar quem fora partidário entusiasta da Constituição de 1820 e da Carta Constitucional de 1826. Durante a guerra civil de 1828-1834, sofreu as perseguições dos seus inimigos.

Intuindo que não havia um verdadeiro teatro em Portugal e inspirando-se nos trágicos franceses, desenvolveu o gosto por este género de literatura. As suas tragédias foram bem recebidas pela crítica. Conhecem-se 10: *Virgínia* (Lisboa); *Os Dois Irmãos Inimigos*; *D. João I*; *Destruição de Jerusalém*; *Conquista do Peru*; *Eudoxa Licinia* (estas 5 publicadas em Lisboa, pela Imprensa Régia); *Morte de Sócrates*; *Carácter dos Lusitanos* (estas 2 publicadas em Lisboa); *Arria* e *D. Sebastião em África*, obras de que se desconhecem capas ou folhas de rosto e sem local ou data de publicação. Existe uma tradução francesa de *O Carácter dos Lusitanos*, publicada em Paris, em 1823, por Ferdinand Denis. Publicou ainda poemas no *Defensor da Liberdade*, um semanário do Funchal.

Alguns conhecedores da sua obra consideram-no precursor de Almeida Garrett, nomeadamente no que diz respeito à criação do teatro trágico nacional, evidenciando, assim, a importância de Pimenta de Aguiar na história da literatura portuguesa. Muito reconhecido no seu tempo, as suas tragédias, contextualizadas pelos defeitos próprios da época, evidenciavam, sem dúvida, a sua originalidade, um estilo distinto e uma elegância admirável, características pouco comuns naquele período, pelo que o autor era frequentemente aclamado com entusiasmo pelo público.

Nascido numa época privilegiada da intelectualidade portuguesa, foi um estilista inteligente e original. No seu *Résumé de l'Histoire Littéraire du Portugal*, Ferdinand Denis refere-se-lhe de modo bastante lisonjeiro.

Ilustre madeirense e distinto escritor, que seguiu a causa de D. Pedro IV, patriota zeloso e intransigente na defesa da independência nacional, M. C. Pimenta de Aguiar não ficou conhecido entre os madeirenses. Contudo, e apesar de ter residido fora da Madeira a maior parte da sua vida, a Câmara Municipal do Funchal decidiu atribuir o seu nome a uma travessa da cidade.

Obras de Manuel Caetano Pimenta de Aguiar: *Arria* (s.d.); *D. Sebastião em África* (s.d.); *Virgínia* (1815); *Os Dois Irmãos Inimigos* (1816); *Destruição de Jerusalém* (1817); *D. João I* (1817); *Conquista do Peru* (1818); *Eudoxa Licinia* (1818); *Morte de Sócrates* (1819); *Carácter dos Lusitanos* (1820).

Bibliog.: "Aguiar, Manuel Caetano Pimenta de", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. I, Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, s.d., p. 658; AGUIAR, Manuel Pimenta de, "Aditamento", *Patriota Funchalense*, 1821; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; DENIS, Ferdinand, *Résumé de l'Histoire Littéraire du Portugal Suivi du Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil*, Paris, Lecointe et Durey, Libraires, 1826; GONÇALVES, Ernesto, "Notas para a biografia de Pimenta de Aguiar", in GONÇALVES, Ernesto, e VIEIRA, Alberto, *Portugal e a Ilha – Colectânea de Estudos Históricos e Literários*, Funchal, CEHA, 1992, pp. 327-332; MARINO, Luís, *Musa Insular: Poetas da Madeira*, Funchal, Eco do Funchal, 1959; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. II, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols. Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978; VIEIRA, Gilda França, e FREITAS, António Aragão de, *Madreia – Investigação Bibliográfica (Catálogo Onomástico)*, vol. I, Funchal, Centro de Apoio de Ciências Históricas, 1981.

ANTÓNIO JOSÉ BORGES

Aguiar, Nuno

✎ Álvares, Nuno

Alarcão, João de

A nomeação de João de Alarcão, membro do Partido Progressista, para governador civil do Funchal, surgiu na sequência do levantamento popular da Parreca, motivado pela tentativa de implantação das Juntas de Paróquia, talvez o mais importante tumulto ocorrido no séc. XIX, que obrigou à demissão do visconde do Canavial, João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos (1829-1902). A demissão de João da Câmara foi apresentada a 26 de março de 1888, tendo o Governo civil, uma vez mais, sido entregue ao visconde da Calçada, Diogo de Ornelas de França Carvalho Frazão e Figueiroa (1812-1906).

João de Alarcão Velasques Sarmiento Osório – nome completo que raramente usava – nasceu em Espinhal, Penela, a 5 de novembro de 1854, filho de D. José de Alarcão Sarmiento Correia da Fonseca Andrade e Vasconcelos e de Maria do Ó Cabral Pereira Forjaz e Menezes. Foi bacharel em Direito, curso que frequentou entre 1871 e 1876, pela Univ. de Coimbra, instituição de que viria a ser reitor em 1907. Terminado o curso em Coimbra, dedicou-se à atividade político-partidária e ao funcionalismo público superior, tendo ocupado o lugar de governador civil da Guarda em 1886. A sua nomeação foi feita por decreto de 5 de abril de 1888, como comunicaria depois às autoridades locais, por impresso datado da sua tomada de posse, a 8 de maio seguinte. O breve período do seu governo foi ocupado com a resolução dos assuntos da Parreca, amnistiados por decreto de 31 desse mês. O Governo de Lisboa tinha decretado “conceder amnistia geral e completa para todos os crimes contra o exercício do direito eleitoral e em geral para todos os crimes de origem ou carácter político, executando aqueles de que resultou homicídio” (“Amnistia”, *O Direito*, 7 abr. 1888, 1). O decreto levantaria alguns problemas de aplicação, com a salvaguarda das lesões mencionadas nos arts. 360, n.º 5, e 361 do Código Penal, que o novo governador, D. João de Alarcão, como jurista, teria de resolver nos meses seguintes.

A ilha da Madeira atravessava uma grave crise económica, como consequência do ataque de

filoxera aos vinhedos madeirenses, sendo criada, por iniciativa deste governador, a Associação Protetora dos Pobres, tendo como principal finalidade distribuir alimentos aos pobres e doentes, cujos estatutos foram aprovados por alvará de 2 de maio de 1889.

João de Alarcão seria substituído, a 1 de janeiro de 1890, pelo médico militar José de Azevedo Castelo Branco (1852-1923), do Partido Regenerador, dentro da habitual alternância governativa da época da Regeneração. Nesse ano, foi ajudante do procurador da Coroa. Viria a ser deputado pela Madeira nas legislativas de 1894-1895, integrado nas listas por indicação das cúpulas de Lisboa, e ainda deputado pelos círculos eleitorais da Guarda, de Coimbra e de Lisboa, vindo a ser par do reino em 1898.

Nos anos seguintes, ocuparia os cargos de ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, em 1905, de ministro da Justiça, em 1908-1909, de ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1909, e de juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Em 1910, foi um dos envolvidos no escândalo da falência do Crédito Predial Português, retirando-se então da vida política e dedicando-se à genealogia e ao jornalismo, trabalhando, entre outros periódicos, para o *Correio da Noite*.

Faleceria em Montemor-o-Velho, a 11 de setembro de 1918, tendo o seu funeral sido realizado no dia seguinte, com grande solenidade e acompanhamento dos velhos monárquicos, então reabilitados, no quadro da nova conjuntura política que, na Madeira, levou à eleição, nesse ano, do Cons. Aires de Ornelas e Vasconcelos (1866-1930).



João de Alarcão como ministro, óleo de c. 1905.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Alfândega do Funchal, liv. 686; impressa: “Amnistia”, *O Direito*, 7 abr. 1888, p. 1; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. VII, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2008; “Exoneração”, *A Voz do Povo*, 29 mar. 1888, p. 1; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998.

Albuquerque, Afonso de

Afonso de Albuquerque foi um nobre português, nascido por volta de 1462, em Alhandra, no seio de uma família aristocrática, cujo destino ficou ligado à implantação do Império Português no Oriente, onde alcançou a posição de segundo vice-rei da Índia.

Começou a sua carreira militar ao lado de D. Afonso V, em Marrocos, e prosseguiu-a em 1476, com D. João II (ainda príncipe), junto de quem combateu nas guerras com Castela, e em 1489-90, de novo em Marrocos, lutando em Larache e Arzila.

Em 1503, vai pela primeira vez à Índia, onde tomou parte em várias batalhas e se familiarizou com o contexto, tendo chegado a estabelecer relações comerciais com algumas praças locais.

De volta ao reino em 1504, teve ocasião de expor ao Rei, D. Manuel I, aquela que era a sua visão para a permanência de Portugal no Oriente, defendendo o estabelecimento de fortificações portuguesas em pontos estratégicos do oceano Índico, para se poder controlar o comércio das especiarias. O Rei, que, inicialmente, tivera algumas reticências em relação a Albuquerque por este ter sido muito próximo de D. João II, acabou por subscrever os seus pontos de vista e enviou-o, em 1506, como capitão-mor do mar da Arábia, qualidade em que Albuquerque se apossou de Omã e Ormuz, em 1507. Com Afonso de Albuquerque seguia também uma missiva secreta, que fazia dele o sucessor de D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia.

Depois de alguns desentendimentos que dificultaram muito a sua instalação na Índia, pois chegou a estar preso às ordens do vice-rei anterior, o novo titular do cargo entregou-se ao cumprimento da sua missão, conquistando Goa em 1510 e Malaca em 1511. Em 1513, em obediência a reiteradas ordens de D. Manuel, que queria que ele procurasse controlar a entrada do mar Vermelho, Afonso de Albuquerque torna-se o primeiro navegador europeu a cruzar aquele mar, numa viagem que tinha, entre outros, o objetivo de dominar o Egito, visto pelo Rei como uma ameaça potencial. É na prossecução dessa viagem que Albuquerque concebe

um plano para se apoderar do Egito, que passava pela submissão da cidade do Cairo por via de um desvio a operar no Nilo, que, assim, deixaria de irrigar aquelas paragens.

Para concretizar este projeto, Albuquerque pretendia ter a ajuda de cabouqueiros madeirenses, que reputava imprescindíveis ao sucesso do empreendimento. Em carta enviada, em data incerta, a Duarte Galvão, embaixador português na Abissínia, o vice-rei dizia mesmo que, se o Rei lhe desse “oficiais, esses que cortam as águas pelas serras da Ilha da Madeira, que lancem no crescimento do Nilo por outro cabo, que não vá regar as terras do Cairo, em dois anos é desfeito o Cairo e a terra toda perdida” (PATO, 1884, 401); tratava-se de uma ambição irrealizável, mas que configura a certeza do conhecimento que Albuquerque tinha da notável obra de engenharia que se levava a cabo na Madeira e que permitira transformar a Ilha num território produtivo e, ao tempo, rico.

Ainda que a expedição ao mar Vermelho se tenha saldado por um fracasso militar, um dos poucos que Albuquerque experimentou naquelas paragens, dela resultaram descrições novas e abundantes em pormenores sobre os povos e as margens daquele mar, e uma atestação clara da fama de que já gozavam os trabalhadores madeirenses naquela altura.

Afonso de Albuquerque manteve-se ainda por mais dois anos na liderança do Império Português do Oriente, vindo a falecer em fins de 1515, frente à cidade de Goa que tanto se esforçara por dominar.

Bibliog.: **impresa:** PATO, Raimundo António de Bulhão, *Cartas de Afonso de Albuquerque, Seguidas de Documentos Que as Elucidam. Publicadas de Ordem da Classe de Sciencias Morais, Politicas e de Bellas-Letras*, t. I, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1884; **digital:** QUINTAL, Raimundo, “Levadas da Madeira, monumentos criados por heróis anónimos”, *Rua Larga*, n.º 37, abr. 2013: https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/26345/1/Rualarga37_Artigo9.pdf (acedido a 11 abr. 2018).

CRISTINA TRINDADE

Albuquerque, Aires Roque de Freitas de

Aires Roque de Freitas de Albuquerque nasceu a 17 de agosto de 1904, no Arco da Calheta, filho de Flávio de Freitas de Albuquerque

e de Isabel das Mercês Sardinha Albuquerque, proprietários, que moravam na Fonte do Til. No registo de batismo, datado de 28 de agosto de 1904, pode ler-se que o cirurgião Manuel Sardinha e a esposa, Cristina de Sousa Sardinha, foram os padrinhos.

A 29 de julho de 1933, casa-se com Marília de Freitas Rodrigues, filha de João Rodrigues e de Elisa Amália de Freitas Rodrigues. Deste casamento nasceram quatro filhos, Flávio Rodrigues de Freitas Albuquerque, Alexandra Rodrigues de Freitas Albuquerque, Marília de Freitas Albuquerque Caldeira e Julieta Rodrigues de Freitas Albuquerque.

Frequentou o Liceu do Funchal e depois dedicou-se ao comércio. Sabe-se que por altura do seu casamento era guarda-livros. Foi administrador de circunscrição durante alguns anos, enquanto esteve em África, voltando depois para a Madeira, onde continuou a exercer a sua atividade comercial.

Escreveu vários artigos sobre história e genealogia, os quais foram publicados em jornais e revistas da Madeira e do Brasil; colaborou na *Revista Genealógica Latina* e publicou, em 1972, a *Efeméride Ultramarina: Tratado de Simulambuco*, coletânea da série de 26 artigos publicados no *Jornal da Madeira*, com o título genérico de “Em terras de N’Goio e de N’Gola”. Esta obra, oferecida “À Juventude Portuguesa que nas terras do ultramar defende a ordem, a paz e a civilização” (ALBUQUERQUE, 1974), recebe o prémio de 1972 da Agência Geral do Ultramar. De salientar ainda o artigo que escreve a 15 de dezembro de 1979 no *Jornal da Madeira* sobre João Agostinho Figueiroa de Freitas de Albuquerque.

Ficou conhecido por ter sempre defendido os ideais democráticos e republicanos. A 28 de novembro de 1984, já a viver fora da Madeira, Aires Roque dá uma entrevista – um testemunho que serviu para enriquecer a obra *A Revolta da Madeira de 1931*, escrita por Elisa de França Brazão e Maria Manuela Abreu, e que versava exatamente esta temática, mencionando a posição dos madeirenses perante o monopólio das farinhas e a reação das pessoas durante as lutas travadas –, dando a sua opinião sobre o acontecimento.

Aires de Albuquerque, querendo estar junto dos filhos, vai viver para Oeiras, onde morre seis anos depois, a 10 de fevereiro de 1987.

Obras de Aires Roque de Freitas de Albuquerque: *Efeméride Ultramarina: Tratado de Simulambuco* (1972).

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Conservatória do Arco da Calheta, liv. 7452, fl. 56, n.º 9; ; *Ibid.*, Conservatória do Registo Civil do Funchal, mç 5, reg. 213.

impresa: ALBUQUERQUE, Aires Roque de Freitas, *Efeméride Ultramarina: Tratado de Simulambuco*, Funchal, s.n., 1974; BRAZÃO, Elisa de França, e ABREU, Maria Manuela, *A Revolta da Madeira 1931*, 2.ª ed., Funchal, DRAC, 2008; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses: Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; MOYA, Salvador (dir.), *Revista Genealógica Latina*, vol. VIII, São Paulo, s.n., 1956.

CLÁUDIA NEVES

Albuquerque, Alexandre de Moura de

Em 1676, foi nomeado governador da Madeira Alexandre de Moura de Albuquerque (c. 1620-1681), que havia servido nas guerras de Pernambuco e nas da Aclamação, em Portugal, onde foi mestre de campo no Alentejo. Henrique Henriques de Noronha (1660-1730) regista que teve a mesma comenda de seu pai, Francisco de Moura, que, depois de servir no Brasil, faleceu afogado na Armada que se perdeu em França, em 1626, com o filho primogénito Manuel de Albuquerque. Essa Armada, celebrizada tragicamente por D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666) na sua *Epanáfora Trágica* (1660), fora comandada pelo Alm. D. Manuel de Meneses (1565-1628), que em 1607 recusara o lugar de governador da Madeira, tendo-se então optado por D. Manuel Pereira (c. 1550-c. 1635), e foi pai do Gov. D. João de Meneses (c. 1600-1649), que esteve na Madeira entre 1634 e 1636.

Alexandre de Moura e Albuquerque seria o segundo ou o terceiro filho de Francisco de Moura e, também provavelmente, neto do Alexandre de Moura (c. 1575-c. 1620) que fora lugar-tenente da capitania de Pernambuco e se notabilizara na expulsão dos Franceses de Paraíba, em 1599, e do Maranhão, em 1615, quando pretendiam ali estabelecer as bases da chamada França equinocial. O futuro Gov. Alexandre de Moura participara nas campanhas do Alentejo, sendo mencionado como mestre do terço de Portalegre, em maio de 1663, e depois nas várias escaramuças

ocorridas antes da Batalha do Ameixial, de 8 de junho desse ano.

Alexandre de Moura de Albuquerque substituiu na Madeira o Gov. João de Saldanha de Albuquerque (c. 1630-1723), tendo-lhe sido passada a patente de governo em 21 de abril de 1676, de que tomou menagem a 18 de maio e a posse em 9 de junho seguinte, embora o ex-governador tenha ficado mais alguns meses no Funchal, o que não era habitual, só saindo da Ilha a 12 de novembro e chegando a Lisboa a 19 de janeiro seguinte, devido ao mau tempo, como se queixa depois amargamente aos seus correspondentes comerciais. João de Saldanha deve ter tido necessidade de algum tempo para organizar a sua vida comercial, deixando mercadorias para venda a Maria do Faial, fanqueira; também deixou para venda inúmero mobiliário, que utilizara na sua estadia em S. Lourenço.

Na sua chegada ao Funchal, Alexandre de Albuquerque deparou-se com a preparação da leva de 300 a 400 casais para Pernambuco, determinada a 26 de março de 1676, mas que seguiria só na sua vigência como governador, do que se deve ter encarregado o Ten.-Gen. Inácio da Câmara Leme (1630-1694). A existência deste posto na Madeira tinha sofrido alguma contestação, pelo que o príncipe regente D. Pedro (1648-1706) determinara expressamente ao novo governador, a 7 de janeiro de 1677, que tratasse “do que fosse concernente ao governo” (ABM, Câmara Municipal do Funchal..., tomo 7, fl. 47v.), mesmo estando ausente da cidade, ou seja, que não delegasse no bispo do Funchal, como era hábito, nem no tenente-general. Salientava, no entanto, que dos assuntos militares se encarregasse o referido tenente-general.

O governador acompanhou de perto a vida camarária, interferindo, *e.g.*, na Câmara da Ponta do Sol, onde, a 1 de fevereiro de 1676, determinou que tomasse posse o Cap. Martinho da Silva e Meneses, que alegava escusa como capitão de ordenanças. Em relação à mesma Câmara, igualmente ordenou ao Cap. João Rodrigues da Câmara que tomasse posse como juiz ordinário, a 17 de março de 1679, não admitindo



Moeda de D. João III remarcada (coleção particular).

a sua escusa por residir permanentemente no Funchal havia três anos, nem tão-pouco a sua alegação de ser “filho-família” (*Ibid.*, Câmara Municipal da Ponta..., liv. 495, fls. 16v.-17). Entenda-se que este termo, à época e para um capitão de ordenanças, não devia indicar ainda viver sob a autoridade paterna, mas sim que, considerando-se ser de um estrato social elevado, vivia dos rendimentos dos morgadios instituídos pelos seus antepassados.

Desde 1663 que, com as necessidades da Guerra da Aclamação, se mandara cunhar moeda, com peso depreciado em 25 %, para obstar à sua exportação. Mesmo assim, com aumento da presença e da influência dos comerciantes estrangeiros, tiveram de se tomar outras medidas. A 15 de fevereiro de 1678, o Gov. Alexandre de Moura e Albuquerque mandava registrar um bardo onde ordenava “que nenhuma pessoa de qualquer qualidade ou condição que seja, mande nem leve para fora da ilha dinheiro contado, moeda corrente na praça, por ser em dano do bem comum desta ilha, sob pena de procedimento do dito dinheiro e a metade para quem denunciar e a outra metade para as obras de fortificação desta ilha” (*Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal..., tomo 7, fl. 31). A medida mostrou-se pouco eficaz e, algum tempo depois, as moedas passaram a ser serrilhadas, prática que já ocorria noutros países europeus, para que as de ouro e de prata fossem cerceadas. Pela lei de 4 de agosto de 1688, o valor do cruzado de prata, *e.g.*, era oficialmente alterado de 400 para 480 réis.

Não temos informações de o Gov. Alexandre de Moura e Albuquerque se ter dedicado ao comércio, mas, a 8 de abril de 1678, mandou registar na Câmara do Funchal um “pregão que mandou lançar”, que “qualquer pessoa de qualquer qualidade ou merecimento que seja, que com ele tivesse contas e nelas tiver qualquer dívida, ou ele devesse alguma coisa, pode vir a casa Tomé Francisco de Oliveira”, “onde se lhe pagará, tendo ajustado que conta se lhe deve e o mesmo será devido [a] seus criados” (*Ibid.*, fl. 45). Parece ter seguido, assim, o exemplo do seu antecessor, e não só, por certo, sendo opinião corrente nas décadas seguintes que todos os governadores se dedicaram ao comércio, tendo este, inclusivamente, um representante na praça do Funchal.

O Gov. Alexandre de Moura e Albuquerque foi substituído nos inícios de 1680 por João da Costa de Brito (c. 1640-c. 1710), que tomou posse a 10 de abril desse ano. Mas, tal como fizera o seu antecessor, demorou-se no Funchal e só seguiu para Lisboa em setembro, falecendo repentinamente no ano seguinte. Não se deve ter casado nem deixado descendência, pelo que mais nenhuma referência recolhemos a seu respeito.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal da Ponta do Sol, Vereações, livs. 494-495; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomo 7; ANTT, Conselho de Guerra, Consultas, mç. 23, *Lista da Infantaria Que Se Acha nas Praças desta Prouincia de Alentejo em 7 de Maio 663, 1663*; **impresa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. III, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1992; CUNHA, António Álvares da, *Campanha de Portugal pella Prouincia de Alentejo, na Primavera do Anno de 1663*, Lisboa, Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1663; MELO, Francisco Manuel de, *Epanaphoras de Vária História Portuguesa, a D. Afonso VI, em Cinco Relações de Successos Pertencentes a Este Reyno, Que Contem Negócios Públicos, Politicos, Amorosos, Trágicos, Triunfantes*, Lisboa, Henrique Valente Oliveira, 1660; NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, CEHA, 1996; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000; VIEIRA, Alberto, *O Público e o Privado na História da Madeira. Correspondência de João de Saldanha Albuquerque, 1673-1694*, vol. II, Funchal, CEHA, 1998.

RUI CARITA

Albuquerque, João de Saldanha e

Com a sedição de 1668, ter-se-á alterado o habitual período de cinco anos de governo do capitão-general da Madeira, claro que nem

sempre cumprido, passando-se para os três anos. Assim, findos os três anos de Governo de Aires de Saldanha de Sousa Meneses (c. 1630-c. 1720), foi nomeado, a 9 de setembro de 1672, governador e capitão-general da ilha da Madeira João de Saldanha de Albuquerque (c. 1630-1723). Este estudara alguns anos em Coimbra, assentara praça de soldado na província do Alentejo, fora capitão de cavalos e tinha sido capturado pelos Castelhanos em 1667, mas depois libertado. Era filho de Aires de Saldanha de Albuquerque, comendador de Savacheira e de Alencarcas, na Ordem de Cristo, alcaide-mor de Soure, que tinha servido em Tânger. Fora um dos 40 fidalgos que participou na aclamação de D. João IV (1604-1656), após o que fora mestre de campo de um dos terços que combatera no Alentejo, sendo morto na Batalha de Montijo, a 26 de maio de 1644. Aires de Saldanha casara-se com D. Isabel da Silva, irmã de seu cunhado João de Saldanha da Gama e filha do seu ainda parente Luís de Saldanha, comendador de Salvaterra, vedor da casa da Rainha D. Maria Francisca de Saboia-Nemours (1646-1683), e de D. Maria da Silva, sua primeira mulher, filha de António da Gama e de D. Isabel da Silva, irmã de D. Rodrigo da Cunha (1577-1643), arcebispo de Lisboa e do Conselho de Estado, que integrara o primeiro governo até à chegada de D. João IV a Lisboa. Os pais do novo governador da Madeira tinham tido dois filhos mais velhos, António Francisco de Saldanha e Luís de Saldanha de Albuquerque, mas ambos haviam morrido sem se casarem, o último em 1678, vindo o governador a suceder na casa de seus pais.

O Gov. João de Saldanha e Albuquerque teve patente do mês de julho de 1672, tomou menagem em 20 de setembro, e posse a 20 de outubro do próprio ano, embora não tenhamos conseguido localizar o registo da sua carta patente. O seu governo vai debater-se com o rescaldo da sedição de 1668 e, voltando a haver intrigas envolvendo o deão da Sé do Funchal, Pedro Moreira (c. 1600-1674), dado já ter ordens régias a esse respeito, mandou prender o deão. Tal atitude valeu-lhe a censura do novo prelado, D. Fr. Gabriel de Almeida



Armas de João de Saldanha e Albuquerque, c. 1665 a 1695. Fachada do atual Arquivo Histórico Ultramarino (arquivo particular).

(c. 1600-1674), dado que não lhe havia sido solicitada autorização, embora o governador tivesse agido por ordem régia e o príncipe regente D. Pedro (1648-1706), inclusivamente, censurasse depois o prelado. Tal não invalidou que, em 1677 (o prelado falecera em 1674), o desembargador Manuel Dourado Soares fosse ao Funchal e tomasse a residência ao Gov. João Saldanha de Albuquerque e o ouvisse numa série de questões, que ocupam duas longas folhas do registo geral da Câmara Municipal do Funchal.

A ida do desembargador, nomeado a 1 de fevereiro de 1667 e presente no Funchal a 31 de março, era especificamente para tirar residência ao governador após os seus três anos de mandato, mas deveria estar também relacionada com a situação do clero envolvido na sedição de 1668, pois o bispo, D. Fr. Gabriel de Almeida, fora incumbido de procurar fazer justiça nesse caso, encomendando-lhe do príncipe regente o merecido castigo do clero da sua Diocese, “por se meter a desautorizar, descompor e prender a um governador e capitão-general, que representa a mesma pessoa de

Sua Alteza, independente de outra justiça” (BNP, cód. 6999, fl. 42v.) e nada ter sido feito. Apenas conhecemos a pena aplicada ao P.^e Pedro da Veiga, condenado em 1675 a três anos de degredo para fora do bispado, já na vigência do seguinte prelado, D. Fr. António Teles da Silva (c. 1610-1682). No entanto, deve ter-se chegado à conclusão, uma vez mais, não ter o governador especiais culpas nesse caso, entregando-se-lhe o governo de Mazagão entre 1693 e 1698 e os lugares de vedor da Casa Real, de conselheiro da Guerra e de presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Com a passagem do anterior governador da Madeira, Aires de Saldanha de Sousa e Menezes (c. 1630-c. 1720), em 1676, para o governo de Angola, conseguiu este embarcar para aquela província uma força de mais 500 homens, onde se incorporaram cerca de 200 da ilha da Madeira, indivíduos “dos mais prejudiciais e de menos obrigação”, como refere o Gov. João de Saldanha e Albuquerque, em carta de 6 de maio desse ano (AHU, Madeira..., doc. 29). É possível que o levantamento desta leva, com certeza da responsabilidade do Ten.-Gen. Inácio da Câmara Leme (1630-1694), tenha desencadeado os desentendimentos com o Gov. João de Saldanha, que chegou a detê-lo na fortaleza do Pico durante oito meses, suspendendo-o do posto e retirando-lhe o vencimento.

O tenente-general viria a obter sentença favorável, sendo reintegrado, mas quando o governador se ausentou por alguns dias da cidade, preferiu que fosse o novo bispo, D. Fr. António Teles da Silva, a substituí-lo, resultando, assim, novo protesto de Inácio da Câmara Leme. O assunto foi a despacho no Conselho de Guerra de 25 de setembro de 1676, que entendeu que não pertencia aos ministros eclesiásticos o governo militar, num arrepio nítido ao que sempre se tinha praticado na ilha da Madeira e em toda a expansão portuguesa, onde os bispos eram de apresentação régia e tinham ordenado da Fazenda, pelo que sempre foram entendidos como logo abaixo dos governadores. O Conselho recomendou, inclusivamente, que, nas suas ausências, as competências do governador fossem transferidas para

o tenente-general, “por ser o oficial maior de guerra que há naquela ilha, lhe compete esta proeminência” (ANTT, Conselho..., cx. 103, mç. 35).

É provável que Inácio da Câmara Leme estivesse muito bem relacionado no Conselho de Guerra, para o mesmo ignorar quem era então o bispo do Funchal, sobrinho de Fernão Teles de Meneses (1583-1652), conde de Unhão, um dos 40 conjurados de 1640, e de António Teles de Meneses (c.1600-1657), conde de Vila Pouca de Aguiar, todos mais ou menos aparentados com os Saldanha. Mesmo assim, o Ten.-Gen. Inácio da Câmara Leme conseguiu provisão, de 17 de janeiro de 1677, em como deveria substituir o governador logo que o mesmo se ausentasse da cidade, mas o governador já estava de saída e os governadores seguintes, conhecedores da situação local, pouco parecem ter feito caso dessa e de outras prerrogativas do tenente-general.

O Governo de João de Saldanha não deixou muito mais a dizer, salvo a mediação de pontuais conflitos entre a vereação da Câmara do Funchal e o juiz de fora, para o que a Coroa solicitou a sua intervenção a 30 de outubro de 1675, e a 29 de julho de 1677, mas deve ter contribuído, decididamente, para cimentar a vocação expansionista do comércio madeirense no novo quadro internacional atlântico. A segunda metade do séc. xvii marcou para a Coroa portuguesa a transferência de uma substancial parte dos seus interesses do Índico para o Atlântico, com destaque para o triângulo Brasil, Cabo Verde e Guiné, e Angola. Uma carta do Gov. João de Saldanha e do Cap. Diogo de Fernandes Branco (c. 1636-1683), enviada do Funchal a 21 de setembro de 1676 para João Fernandes Vieira (c. 1613-1681) – já então em Pernambuco, depois de ter estado, entre 1658 e 1661, como governador de Angola –, refere um patacho que tinham enviado “a negociar à costa da Guiné, por minha conta e do capitão Diogo Fernandes Branco, com a tardança que nos faz, poderá ter arribado a esse porto” (VIEIRA, 1998, 46).

O coprador de cartas deste governador, entre 1673 e 1694, depositado no depois chamado

palácio da Ega, em Lisboa, precisamente a residência que João de Saldanha e Albuquerque veio a herdar e melhorar, apresenta a ilha da Madeira como um importante nó de comunicações e comércio no Atlântico, tal como o eixo fundamental dos seus negócios. O governador começou por se associar ao mercador Diogo Fernandes Branco, mas rapidamente ampliou os seus contactos através dos vários governadores de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, e Angola, bem como das autoridades das capitânicas do Brasil, como Rio de Janeiro, Pernambuco e Baía, onde se encontrava o Governo-geral, às quais escrevia pessoalmente, fazendo valer a sua qualidade de governador. As suas cartas circulavam assim desde o Brasil, fazendo trânsito pelos Açores, dado o regime de ventos do Atlântico norte, e seguiam para Lisboa, estendendo-se depois ao Norte da Europa, nomeadamente para os portos de Bordéus, Amesterdão e Londres.

Os principais produtos comercializados eram os da ilha da Madeira, como vinho e aguardente, algumas manufaturas e peixe seco de importação, que se trocavam depois no Brasil por açúcar e tabaco, sempre da melhor qualidade, como o mesmo especificava. Da Madeira, reenviava para os portos do Norte da Europa, preferencialmente, o açúcar, tanto branco como mascavado, e as suas conservas, o que então se designava por conservas molhadas, casca ou casquinha, preparados feitos com citrinos em calda. Para os anos de 1674 a 1676, *e.g.*, e nos registos que nos deixou, embarcou para a Baía, de parceria com João Furtado de Mendonça, 90 pipas de vinho, avaliadas em 1774\$765 réis. Pernambuco recebe em 1675 10 pipas de vinho e mais manufaturas europeias, nomeadamente tecidos de diversas qualidades. Para Cabo Verde enviou também pipas de vinho e cartolas de aguardente, sendo 1/4 destinado ao governador da Ribeira Grande, na ilha de São Tiago, Manuel Pacheco de Melo.

A sua atividade comercial não deixou de lhe trazer problemas, como o caso do patacho *Nossa Senhora da Encarnação e Santo António* que enviou para a ilha de São Tomé, fretado em parceria com Diogo Fernandes Branco, em 1676,

e que veio a ser confiscado pelo Gov. Julião Campos e pelo provedor da Fazenda na ilha do Príncipe. O patacho conduzia para a Guiné 18 pipas de vinho, ferro e fazendas para o comerciante Martinho Fernandes Cruz, valor que João de Saldanha calculava em 5000 cruzados. O assunto só veio a ser resolvido já no seu tempo de permanência no reino, valendo-se da sua presença para o solucionar, conseguindo sentença na corte, como informa em carta de 15 de janeiro de 1679 para o novo governador de São Tomé e Príncipe, Bernardim Freire, com o qual mantinha boas relações, tal como para o chantre da Sé, João Pires Mancino, a remediar-lhe o dano do sequestro.

Estas relações comerciais teriam levado João Fernandes Vieira, do Brasil, a insistir na ida de madeirenses para o Nordeste, escrevendo em 1675, nesse sentido, ao príncipe regente. O assunto foi presente ao Conselho Ultramarino, que deu parecer que se deviam passar as ordens como pedia João Fernandes Vieira, resolvendo o príncipe regente que os casais fossem somente da Madeira. Foram então expedidas ordens e instruções para o governador da Madeira, sobre os 300 para 400 casais que haviam de passar a Pernambuco, gente “moça, até meia-idade e que se embarque com suas famílias” (ABM, Câmara Municipal..., tomo 7, fl. 24). Com base na obra de militar e de colonizador, tentou o restaurador de Pernambuco obter determinados títulos e mercês, como a mercê de marquês da serra Copaoiva, em Pernambuco, mas a sua qualidade de nascimento, correndo, inclusivamente à época, que era mutilado, prejudicou as suas pretensões. A sua ligação à Madeira manteve-se, chegando a solicitar à Misericórdia do Funchal, por carta de 20 de agosto de 1672, para aí ser sepultado.

O Gov. João de Saldanha de Albuquerque veio a entregar o governo, a 9 de junho de 1676, ao novo governador, Alexandre de Moura de Albuquerque (c. 1620-1681), embora só saindo do Funchal a 12 de novembro, o que não era de forma alguma normal, e só chegando a Lisboa, devido ao mau tempo, a 19 de janeiro seguinte, como se queixa depois amargamente aos seus correspondentes. Da sua Qt. da

Junqueira, entretanto, manteve assídua correspondência sobre o comércio que desenvolvera a partir do Funchal, onde deixara a Maria do Faial, fanqueira, bastantes mercadorias para vender, velas de sebo, azeite, cascos de pipas e barris, meias e inúmeras peças de tecido, e inclusivamente uma boa parte do mobiliário que utilizara na sua estadia em S. Lourenço. Até aos meados do séc. xx, os governadores fizeram-se acompanhar do recheio das respetivas casas, como um ano depois haveria de registar, em princípio (pois o texto não se encontra assinado), António de Freitas Branco (1639-1698), ao responder ao futuro Gov. António Jorge de Melo (c. 1640-1703). O governador deixou no Funchal várias cadeiras lavradas, ou seja, em talha, para vender, outras com capas de couro e pregaria amarela, vários bufetes, inclusivamente um grande em jacarandá com seis gavetas, mesas, algumas articuladas, que refere com dobradiças, uma cama com cobertura de damasco, etc., tudo dado como mais ou menos usado.

João de Saldanha de Albuquerque tinha-se casado com D. Catarina de Noronha, dama da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia, filha de D. Pedro Coutinho, comendador de Almourol e de D. Mariana de Noronha. Parece só se ter casado depois de ter saído da Madeira, pois o seu filho e herdeiro, Aires de Saldanha de Albuquerque, que também usou os apelidos de Coutinho, Matos e Noronha, só nasceu em 1681, embora tenha havido duas filhas, não sabemos se mais velhas: Mariana de Noronha, dama da Rainha D. Maria Sofia de Neuburgo (1666-1699), que se casou com um primo, João Pedro de Saldanha, morgado da Oliveira, sem sucessão, e Isabel da Silva, dama da mesma Rainha, que faleceu sem se ter casado. É possível que tivesse havido um filho natural, António, que estava com o pai na Madeira e ao qual o mesmo se refere, em carta de 11 de novembro de 1674 para Luís Romão Sinel, na Baía, escrevendo que “António está muito bonito, Deus o guarde e vos pede a bênção”, pedindo para lhe enviar dois pares de meias de seda e seis de linhas brancas, que não havia no Funchal, advertindo que deviam ser grandes para a sua

idade, “porque tem grande corpo” (VIEIRA, 1998, 21).

A Qt. da Junqueira era uma excecional propriedade, que data, pelo menos, de 1582, data inscrita numa fonte de embrechados existente no interior do palácio (depois sede do Arquivo Histórico Ultramarino), provavelmente o pátio do Saldanha, de onde partiram oito conjurados no dia 1 de dezembro de 1640. Estas ou outras casas da área, em 1695, teriam tido obras da autoria do Arqt. João Antunes (1643-1712), que surge como autor de umas casas de Manuel Saldanha na Junqueira. O conjunto foi, no entanto, sempre residência dos Saldanha de Albuquerque, nomeadamente do filho, Aires de Saldanha de Albuquerque (1681-1756), que foi governador do Rio de Janeiro, e do neto e também governador da Madeira, Manuel de Saldanha e Albuquerque (1712-1771), sucessivamente conde da Ega e vice-rei da Índia.

A propriedade da Junqueira tinha horta e jardim, onde o governador tinha plantado, na primeira, figueiras e batatas da Madeira, para além de árvores de fruta, que também exportava, e na segunda, junquinhos, jacintos e túlipas da Holanda, havendo referências na sua correspondência, inclusivamente, a aves de estimação, como canários vindos da Madeira. Em maio de 1683, a propriedade teve muito provavelmente obras na rede de irrigação, de que ficou um desenho das cinco mães de água, assinado pelo próprio proprietário, João de Saldanha e Albuquerque, desenho litografado em 1849. A casa e a propriedade eram servidas por mais de 40 criados, o que implicava pesados encargos, ainda acrescidos dos decorrentes nas suas permanências na corte, em Lisboa, para onde se deslocava em coche que mandara adquirir no Norte da Europa.

O Gov. João de Saldanha de Albuquerque foi nomeado, em 1693, para o governo de Mazagão, missão que se tornou excecionalmente espinhosa, dada a falta de condições com que se deparou e de que se queixou amargamente nas suas cartas. Foi depois sucessivamente membro do Conselho de Guerra, deputado da Junta dos Três Estados, presidente do Senado

da Câmara de Lisboa e vedor da casa da Rainha D. Maria Ana de Áustria (1683-1754), mulher do Rei D. João V (1689-1750). Participou nas Cortes de Lisboa de 1697 e 1698, em S. Roque, no grupo dos 30 representantes da nobreza, tal como o seu antecessor no governo da Madeira, Aires de Saldanha de Sousa e Menezes. Fê-lo, no entanto, de forma ativa, aparecendo referido como um dos fidalgos que discutiram e apoiaram os míticos capítulos das Cortes de Lamego, para o que executou voto, como “seu parecer, sujeitando-se, porém ao que disserem os letrados, que são os a quem parece que toca mais este ponto, que a um homem de capa e espada, como ele, que vota só com a boa razão” (CONGRESSO DA NOBREZA, 1824, 20-23). Faleceu em Santarém, no princípio de setembro de 1723, havendo ido para aquela vila por querer estar perto do Convento de S. Domingos, onde a sua casa tinha jazigo perpétuo.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Arquivo do Paço Episcopal do Funchal, liv. 105; *ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomo 7; *ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, liv. 1335; AHU, cód. 1162; *ibid.*, Madeira e Porto Santo, docs. 29, 397 e 308; ANTT, Conselho de Guerra, Consultas, cx. 103; BNP, iconografia, cc. 118, p. 2; *ibid.*, reservados, cód. 6999; **impresa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. III, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1992; CONGRESSO DA NOBREZA, *Cortes de Lisboa dos Anos 1697 e 1698*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1824; MOREAU, Pierre, *Histoire des Derniers Troubles du Bresil entre les Hollandois et les Portugais*, Paris, Augustin Courbe, 1651; NASCIMENTO, Cabral do, “Carta de João Fernandes Vieira, mestre de campo nos estados do Brasil”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. II, 1932, pp. 165-167; NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira, Antigamente Primaz de Todas as Conquistas, Distribuída na forma do Systema da Academia Real da História Portuguesa, Anno de 1722*, Funchal, CEHA, 1996; SARMENTO, Alberto Artur, *Ensaio Histórico da Minha Terra, Ilha da Madeira*, 2.ª ed., vol. II, Funchal, JGDAF, 1947; SOUSA, António Caetano de, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa: desde a Sua Origem até o Presente, com as Familias Illustres, Que Procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança: Justificada com Instrumentos, e Escretores de Inviolavel Fé: e Offerecida a el Rey D. João V*, t. v, Lisboa Occidental, Officina Sylviana e da Academia Real, 1738; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000; VIEIRA, Alberto, *O Público e o Privado na História da Madeira. Correspondência de João de Saldanha Albuquerque 1673-1694*, vol. II, Funchal, CEHA, 1998.

RUI CARITA

Albuquerque, Luís da Silva Mouzinho de

Conhecido militar, engenheiro, político e até com produção poética, foi moço fidalgo da casa de Sua Majestade Fidelíssima, cavaleiro da Ordem da Torre e Espada e conselheiro de

Estado. As suas ligações à Madeira foram intermitentes e diversas.

Nascido em Lisboa em 16/06/1792, exilou-se em Londres em 1828, devido à restauração do absolutismo; ocupava então os cargos de 1.º tenente de engenheiros, provedor da Casa da Moeda e lente da Aula de Física e Química. Em julho daquele ano, foi um dos que pretendeu partir de Londres para o Porto, no vapor *Soberbo*. Em agosto, foi enviado, pelo marquês de Palmela, para a corte do Rio Janeiro (com correspondência para D. Pedro) e, em outubro, passou a conselheiro da Legação à Missão de Portugal no Brasil (Rio de Janeiro). Foi nomeado secretário de Estado da Regência, em Angra do Heroísmo (dec. de 15 mar. 1830). Revelou-se uma das principais figuras da resistência a D. Miguel e do Governo liberal no exílio e na ilha Terceira, sendo durante estes anos uma figura politicamente próxima do conde de Vila Flor (futuro duque da Terceira) e do conde (futuro duque) de Palmela.

Em 1832, foi nomeado, na sequência da chegada de D. Pedro IV aos Açores, para o cargo de governador e capitão-general da Madeira, isto apesar de o arquipélago madeirense ainda estar em posse das forças afetas ao Governo de D. Miguel. Para tentar concretizar tal nomeação, partiu da Terceira a bordo da fragata *D. Maria II*, integrando uma expedição (liderada por George Sartorius e da qual também faziam parte o brigadeiro *Conde de Vila Flor* e a escuna *Terceira*), com o intuito de tomar a Madeira. O bloqueio ao Funchal, iniciado em finais de março, revelou-se infrutífero, a ação fracassou e a expedição foi obrigada a divergir para o Porto Santo, onde desembarcou, sem problemas, a 7 de abril, uma vez que esta ilha já fora ocupada, a 4 do mesmo mês, por um pequeno contingente de forças constitucionais.

Sem grande margem de manobra e, inclusive, em condições de subsistência e de manutenção muito débeis, em particular no que diz respeito aos abastecimentos, permaneceu no Porto Santo até ao início de maio (dia 5), data em que regressou aos Açores, onde se juntou à expedição que então já se preparava para



Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, óleo de Francisco Oeirense, c. 1830 (Museu Nacional Soares dos Reis, Porto).

desembarcar no reino. Há registo de que a ele se juntaram 104 voluntários, que, entretanto, haviam fugido da Madeira para se alistarem nas forças constitucionais.

Só regressou à Madeira em 1834, finalizada a guerra civil e após a Convenção de Évora Monte, já como tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, para desempenhar o cargo (que, entretanto, se alterara de capitão-general para prefeito) para o qual chegara a estar nomeado em 1832. Tornou-se, assim, o primeiro (e seria o único) prefeito da novel Prefeitura do Funchal (nomeado pelo dec. de 30 jun. 1834, tomando posse a 6 de agosto), numa época em que tal nomeação também se pode interpretar como uma forma de o afastar dos centros de exercício do poder.

A sua administração durou pouco mais de um ano, até 30 de setembro de 1835, embora só tenha saído do Funchal a 11 de novembro, já nomeado para governador da Índia portuguesa. Não chegou a assumir esta função (para a qual foi novamente indicado em 1840), por ter passado, entretanto, a liderar o Ministério do Reino (dec. de 25 nov. 1835, Governo de José Jorge Loureiro).

O seu exercício na Madeira ficou associado ao lançamento de diversas infraestruturas, em particular nas áreas da educação e da rede viária, procurando implementar no arquipélago os renovados espírito e produção legislativa de cariz liberal fundados na Carta Constitucional.

A ele se ficou a dever a primeira tentativa de construir uma ponte pênsil sobre o Ribeiro Seco, fundamental para a ligação terrestre à costa oeste da Madeira.

Entre 1835 e 1846, para além de ministro do Reino (novembro de 1835- abril de 1836, fevereiro de 1842, e maio-outubro de 1846), ocupou as pastas da Justiça (em fevereiro de 1842, até à nomeação da nova administração de Costa Cabral) e da Marinha (em maio de 1846). Apoiou o setembrismo e foi eleito deputado pela Madeira, em agosto de 1837.

Howard de Walden, embaixador britânico em Lisboa, considerou-o (em 1835) “a man of unquestioned talent and of decided character, though bearing the reputation of being intractable when required to act in concert with other persons [um homem de talento inquestionável e carácter decidido, embora tenha fama de ser intratável quando tem de agir em concertação com terceiros]”, e, em 1842, “one of the persons most instrumental in neutralising all opposition to the revolution and most loud in advocating the propriety and the necessity of the Queen’s cooperating for the restoration of the Charter [uma das pessoas mais eficazes na neutralização da oposição à revolução e que mais defenderam a conveniência e a necessidade de a Rainha cooperar na restauração da Carta]” (RODRIGUES, 2008). O marquês da Fronteira, D. José Trazimundo, seu amigo próximo, considerava-o talentoso e de vasta instrução.

Em novembro de 1840, na qualidade de inspetor-geral das Obras Públicas, com competências sobre as ilhas adjacentes, ordenou que se fizesse um relatório circunstanciado sobre o estado das obras públicas na Madeira, com a indicação das necessidades, especialmente em relação a estradas reais, pontes, edifícios públicos, cais, portos e os meios a empregar para que se realizassem tais obras “com o auxílio do governo” (*Id., Ibid.*).

Participou ativamente na Revolta da Patuleia, aliado a Sá da Bandeira e ao conde do Lavradio. Morreu em 27/12/1846, na Batalha de Torres Novas, a lutar contra o duque de Saldanha.

Sendo um estudioso, publicou, fruto da sua passagem pela Madeira, entre outras obras, *Observações para Servirem para a História Geológica das Ilhas da Madeira, Porto Santo e Desertas*.

Obras de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque: *Observações para Servirem para a História Geológica das Ilhas da Madeira, Porto Santo e Desertas* (1837).

Bibliog.: PINHEIRO, Magda, *Mouzinho de Albuquerque, Um Intelectual na Revolução*, Lisboa, Quetzal, 1992; RODRIGUES, Paulo Miguel, *A Madeira entre 1820 e 1842: Relações de Poder e Influência Britânica*, Funchal, Universidade da Madeira, 2008; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Augusto de, *Elucidário Madeirense*, vol. 1, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1984.

PAULO MIGUEL RODRIGUES

Albuquerque, Luís de Figueiroa

Político, escritor e articulista na área económica (São Pedro, 4 de fevereiro de 1828-Caniço, 13 de dezembro de 1904). Figura de contornos históricos exigentemente registados, todavia sabe-se que teve alguma responsabilidade política, pois ocupou as funções de presidente da Câmara Municipal do Funchal, o cargo de secretário-geral deste distrito e do de Ponta Delgada, e ainda, interinamente, o lugar de governador civil deste arquipélago. Publicou, com claro empenho pedagógico, um *Compêndio Elementar do Novo Sistema Geral de Pesos e Medidas de Portugal*. É igualmente sua a redação de um *Tratado Elementar da Economia Política*. Também neste tratado, curto e de fácil leitura, revela um pendor pedagógico, sob a crença de que o esclarecimento das “classes populares” nos campos disciplinares da política e da economia acarretaria um progressivo abandono das condições de miséria a que estas classes estavam sujeitas e garantiria uma “voz influente” contra as causas desta sua condição. Estas preocupações ter-se-ão manifestado e prolongado na sua participação ativa, como colaborador, no jornal *O Povo*.

Obras de Luís de Figueiroa Albuquerque: *Compêndio Elementar do Novo Sistema Geral de Pesos e Medidas de Portugal* (1860); *Tratado Elementar da Economia Política* (1899).

Bibliog.: PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. II, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998; VIEIRA, Gilda França, e FREITAS, António Aragão de, *Madeira Investigação Bibliográfica*, vol. 1, Funchal, Centro de Apoio de Ciências Históricas, 1981.

RUI MAIA REGO

Albuquerque, Luís Guilherme Mendonça de

Luís de Albuquerque (Lisboa, 6 de março de 1917-Lisboa, 22 de janeiro de 1992) fez a licenciatura em Ciências Matemáticas (1939) e em Engenharia Geográfica (1940) pela Univ. de Lisboa, ingressando na Faculdade de Ciências da Univ. de Coimbra (FCUC), em 1941, como assistente do 1.º grupo (Análise e Geometria) da 1.ª secção. A 11 de janeiro de 1949, foi nomeado professor de disciplinas e cursos anexos de Desenho na mesma instituição. Em 1959, concluiu o doutoramento em matemática na Univ. de Coimbra com a dissertação *Sobre a Teoria da Aproximação Funcional*. Em 1963, foi aprovado no concurso para professor extraordinário da FCUC com a dissertação *Matrizes de Elementos não Negativos. Matrizes Estocásticas*. No mesmo ano, tornou-se professor agregado. A 25 de abril de 1968, foi nomeado professor catedrático em comissão de serviço na Univ. de Lourenço Marques, nos Estudos Gerais Universitários de Moçambique.

Assumi várias vezes funções administrativas na FCUC e, entre 1974 e 1976, foi governador civil do distrito de Coimbra. Foi também diretor da Biblioteca Geral da Univ. de Coimbra, de 1978 a 1987, altura da sua jubilação. Além disso, exerceu funções diretivas e de coordenação em instituições de investigação no país e no estrangeiro. Neste quadro, interveio ativamente na criação do Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA), designadamente como vogal da comissão instaladora e depois, em 1981, como presidente da direção, função que desempenhou até falecer. A sua presença no CEHA permitiu a abertura de portas em termos internacionais, colocando a instituição no quadro de referência dos centros de investigação.

Desde a déc. de 1960 que é notório o seu interesse e estudo pela história, com relevo para a história dos descobrimentos, como se poderá verificar pela coletânea *Estudos de História*, com trabalhos compilados entre 1974-1978 pela Univ. de Coimbra. Foi na Junta de Investigações

do Ultramar e na Junta de Investigações Científicas do Ultramar (atual Instituto de Investigação Científica Tropical), onde interveio a partir de 1961 como investigador e diretor (posição que manteve até à sua morte), que esta faceta mais se fez notar.

Vários eventos associados à história dos descobrimentos que ocorreram no último quartel do séc. xx (*e.g.*, em 1983, a Comissão Consultiva da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura e, em 1985, a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, de cuja comissão científica foi presidente) contribuíram para a sua afirmação, conjuntamente com o Alm. Teixeira da Mota, como historiador dos descobrimentos, da história da ciência e da náutica, no âmbito da historiografia portuguesa. Com efeito, foi um dos responsáveis por várias iniciativas no campo da investigação da história marítima e da ciência náutica.

Na déc. de 1980, é patente o seu envolvimento como professor consagrado de História em diversas universidades nacionais e estrangeiras. De facto, o reconhecimento do seu mérito na área fica confirmado a partir destes anos de várias formas. Assim, em 1979, tornou-se académico de número da Academia Portuguesa da História (APH); em 1985, foi-lhe atribuído o título de doutor *honoris causa* em história pela Univ. de Lisboa; em 1991, foi feito membro honorário da American Historical Association. Foi na sequência disto que, em 1985, surgiu a sua ligação à Madeira, através do CEHA, primeiro como membro e depois, dissemo-lo antes, como presidente.

Pertenceu a vários grupos de trabalho e associações nacionais e estrangeiras, nomeadamente: Academia das Ciências de Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, APH, Académie Internationale d'histoire des Sciences/Internationalis Scientiarum Historia e Comitatus, American Historical Association, CEHA, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Comité Internacional de História da Náutica e da Hidrografia, Grupo de Estudos de História da Marinha, Grupo de Trabalho

do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

Para além das inúmeras palestras que proferiu em todo o mundo, participou na organização de conferências, cursos, colóquios e congressos; destacamos: I Reunião Internacional de História da Náutica (Coimbra, 1968), II Seminário de História Indo-Portuguesa (Lisboa, 1980), Colóquio Internacional sobre as Razões Que Levaram a Península Ibérica a Iniciar no Século XV a Expansão Mundial (Lisboa, 1983), IV Seminário de História Indo-Portuguesa (1985), I e II Colóquio Internacional de História da Madeira (Funchal, 1986 e 1989), Simpósio Redes Marítimas e Redes Associadas (Algarve, 1992).

Obras de Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque: *O Arquipélago da Madeira no Século XV* (1987) (coautoria).

Bibliog.: impressa: DOMINGUES, Francisco Contente, "Luís de Albuquerque: biobibliografia", in *A Abertura do Mundo. Estudo de História dos Descobrimientos Europeus em Homenagem a Luís de Albuquerque*, vols. 1 e 2, Lisboa, Presença, 1986 e 1987, pp. 9-38 e 7-8; *Id.*, "Luís de Albuquerque", *Penélope*, n.º 8, 1992, pp. 129-130; *Id.*, "Ricordo di Luis de Albuquerque", *Notiziario*, ano 2, 1994, pp. 13-27; *Id.*, *Luís de Albuquerque, Historiador da Náutica e da Geografia dos Descobrimientos Europeus*, Lisboa, s.n., 1995; *Id.* (rev.), *Luís de Albuquerque Historiador e Matemático. Homenagem de Amizade a Um Homem de Ciência*, Lisboa, Chaves Ferreira - Publicações SA, 1998; *Id.*, e BARRETO, Luís Filipe (orgs.), *A Abertura do Mundo. Estudos de História dos Descobrimientos Europeus em Homenagem a Luís de Albuquerque*, 2 vols., Lisboa, Presença, 1986-1987; PEREIRA, Isabel Alfredo Pinheiro Marques et al. (coords.), *Luís de Albuquerque. O Homem e a Obra*, Figueira da Foz, Câmara Municipal da Figueira da Foz, 1993; **digital:** DOMINGUES, Francisco Contente, "Luís Albuquerque", *Camões – Instituto da Cooperação e da Língua*, s.d.: <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/luís-albuquerque.html#.VM-QhWSSvUN> (acedido a 14 fev. 2015).

† ALBERTO VIEIRA

Albuquerque, Manuel de Saldanha de

Filho de Aires de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos e Noronha (1681-1756), pertenceu a uma das principais famílias da nobreza de corte, da qual já haviam saído vários governadores da Madeira, entre os quais o seu avô João de Saldanha e Albuquerque (c. 1630-1723). Seu pai era da câmara do infante D. António (1695-1757), filho de D. Pedro II (1648-1706) e de sua segunda mulher, a Rainha D. Maria Sofia Isabel de Neoburgo (1666-1699), tendo sido governador e capitão-general do

Rio do Janeiro, e a mãe, D. Maria Leonor de Lencastre e Moscoso (c. 1685-1731), segunda mulher de Aires de Saldanha, era filha do 5.º conde de Santa Cruz e 2.º marquês de Gouveia. Manuel de Saldanha de Albuquerque foi sargento-mor de batalha com exercício na torre de Belém e, antes, fora mestre de campo, coronel e brigadeiro com exercício em ocasião de guerra, bem como comendador de Santa Maria de Castro Laboreiro, na Ordem de Cristo e no arcebispado de Braga.

Manuel de Saldanha de Albuquerque e Castro ou Coutinho Matos e Noronha, apelidos que também utilizou, nasceu em 1712 e casou-se tardiamente, a 24 de fevereiro de 1754, com D. Ana Ludovina de Almada Portugal (1722-1790) – filha de D. Luís José de Almada (c. 1680-1735), mestre-sala da Casa Real e neta do ex-governador da Madeira D. Lourenço de Almada (1645-1729) –, que, em 1748, se casara com o secretário de Estado Marco António de Azevedo Coutinho (1688-1750), tendo enviuvado sem descendência. Os primeiros anos do Governo de D. José (1714-1777) marcam o progressivo protagonismo de uma nova nobreza de corte, parte da qual ligada ao Iluminismo europeu, situação já patente nos últimos anos do Governo de D. João V (1706-1750). Tendo falecido em 1750, Marco António de Azevedo

Coutinho foi substituído na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra por Fr. Gaspar da Encarnação (1685-1752), religioso do Convento do Varatojo e irmão do 3.º marquês de Gouveia, que, antes de professar, se chamava Gaspar de Moscoso e Silva. Substituído à frente dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em 1750, por Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), posterior conde de Oeiras



Retrato de Manuel de Saldanha de Albuquerque, óleo de c. 1790 (palácio de S. Lourenço).

ras e marquês de Pombal, teria sido ainda ele a orientar, por certo, o casamento de D. Ana Ludovina com o seu sobrinho Manuel de Saldanha de Albuquerque, embora tal casamento ocorresse somente após o seu falecimento.

A família Saldanha foi uma das que o futuro marquês de Pombal, nos primeiros tempos do seu Governo, favoreceu e elevou aos mais altos cargos do Império, embora depois, dadas as suas ligações aos Távora e aos Cunha, também tenha contribuído para a sua queda. Manuel de Saldanha de Albuquerque estaria já apontado para o lugar desde os inícios de fevereiro de 1754, mas só teve patente de governador e capitão-general da Madeira, título do Conselho e ajuda de custo com data de 6 de maio desse ano. Tomou menagem no dia seguinte, a 7 de maio, e seguiu para o Funchal, com D. Ana Ludovina, logo no dia 8, tomando posse a 16 do mesmo mês. O novo governador substituiu, na Madeira, D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora (1708-1789), 4.º conde de São Miguel e ainda seu parente, que foi entretanto nomeado para o Governo de Goiás, no Brasil. Aguardando desde fevereiro a chegada do seu sucessor, D. Álvaro acabou por seguir diretamente da Madeira para o Brasil sem se deslocar a Lisboa a prestar menagem do lugar, entregando assim o governo a D. Manuel.

Tendo tomado posse a 16 de maio de 1754, Manuel de Saldanha, após alguns meses de análise da situação, elaborou, a 1 de outubro, um extenso e interessante relatório, no qual começava por referir a inexistência de um regimento em que estivessem consignadas as competências do governador da Madeira. O futuro conde da Ega mostrava mesmo os inconvenientes de tal situação, ressaltando que tal falta não podia “deixar de servir de embaraço em muitas ocasiões” (AHU, Madeira..., doc. 48) e que, na melhor das intenções, poderia levar a interferências entre os vários poderes instituídos, quer da justiça, com o corregedor, o juiz de fora e o ouvidor, quer da Fazenda, com o provedor. Assim, o governador insiste: “este tão justo receio, me obriga a rogar e pedir a Vossa Majestade, com o mais profundo respeito e a maior submissão [...], que para este governo se passem

ordens que declarem qual é a jurisdição dos seus governadores” (*Ibid.*).

A resposta seria, no entanto, mais ou menos vaga. Em maio do ano seguinte, o governador agradece as cartas de 20 de fevereiro e de 6 de março, em resposta às questões levantadas sobre a leva de casais para Santa Catarina, no Brasil, assunto que se arrastava desde 1747, e sobre o estado geral da Ilha. O agradecimento e a citação do governador não deixam dúvidas de que tudo tinha ficado na mesma: “Fico advertido pelo que pertence à jurisdição deste governo, ser a mesma que em todos os outros” (*Ibid.*, doc. 73). Apesar de tudo, acrescenta o governador que tinha ficado mais sossegado “nessa parte, por saber o que diretamente me toca, para não exceder, nem faltar ao que sou obrigado” (*Ibid.*). Não restam assim dúvidas de que nada de especial se adiantara.

Nos meados do século já se adivinhava um novo conflito, que veio a eclodir na Europa em 1756, ficando conhecido como a Guerra dos Sete Anos. O Gov. Manuel de Saldanha de Albuquerque, pouco depois de tomar posse, logo enviou para Lisboa mapas detalhados das forças e das fortificações da Ilha, com uma descrição pormenorizada que só voltamos a encontrar no séc. XIX e que é sinal de uma nova filosofia governativa, depois personalizada no gabinete do marquês de Pombal. O mapa das forças, ligeira e ingenuamente aguarelado e decorado, tem como título *Ilha da Madeira. Mapa do Presídio Militar da Dita Ilha, do das Milícias da Ordenança Que a Guarnecem e Vigiam, das Suas Fortalezas, Armas, Munições e Apetrechos de Guerra Existentes. Ano de 1754* (*Ibid.*, anexo ao doc. 48). Em quadro lateral, apresenta o seguinte genérico: “O Presídio pago de Ilha consta do seu Governador e Capitão General, de dois capitães entretenidos, com exercício de ajudantes de ordens, um dos quais se acha vago, de uma companhia de Infantaria de 100 praças, oficiais de Artilharia, artilheiros e os mais seguintes” (*Ibid.*). Em face disso, especifica depois tais elementos, dando conta de que a companhia paga é dotada de 1 capitão de infantaria, 1 alferes, 1 sargento, 2 tambores, 4 cabos de esquadra e 96 soldados. Ainda pagos, encontravam-se dois “aposentados com

praças mortas” (*Ibid.*), termo que tinha evoluído ao longo do tempo e que, nessa altura, indicava simplesmente um aposentado.

Neste quadro de 1754, junto com a fortificação, citam-se ainda como pagos os 2 sargentos-mores das capitânicas e respetivos ajudantes, somando um total de 146 elementos que, ao todo, recebiam por ano 8276\$700 réis, acrescidos de 11 pipas de vinho, pagamento tradicional da Ilha aos iniciais bombardeiros, não se pagando já qualquer quantitativo em moios de trigo, mas indicando-se o espaço correspondente e colocando-o em zero. Na faixa de baixo, vem este genérico: “As Ordenanças constam de 88 companhias nas duas capitânicas da Ilha, das quais se acham sem capitães, 23 e faltas de 2 alferes e 2 sargentos. São todas exercitadas pelos 2 sargentos-mores e 2 ajudantes acima [citados]” (*Ibid.*). Os quantitativos são depois discriminados pelo tipo de armamento utilizado, acrescido ainda dos artilheiros da ordenança para as diversas fortalezas: 338 na capitania do Funchal, 54 na de Machico e um total de 392 homens, não pagos. As ordenanças guarneciam ainda 13 vigias na capitania do Funchal e 12 na de Machico, num total de 25 vigias. Para além destes quantitativos, o governador ainda indica no mapa, de forma quase exaustiva, os materiais existentes.

O preenchimento dos lugares militares superiores foi abordado pelo governador, em 1754, no relatório elaborado logo depois da sua chegada à Ilha. Refere então ter encontrado uma série de lugares militares providos indevidamente, *i.e.*, contra o que estipulava o alvará de 18 de outubro de 1709, que determinava o preenchimento dos lugares de capitães de ordenanças através de eleições efetuadas nas câmaras, especificando os prazos e os trâmites legais por que deveriam passar. No entanto, até meados do século, nenhum dos governadores teve coragem de tocar nesta situação, dado que, quando tomavam posse, já encontravam providos nesses lugares uma série de capitães, e outros já apresentados e funcionando inteiramente como tal, o que tornava a situação melindrosa. Acrescenta então Manuel de Saldanha: “esta mesma ordem tem vindo a este

governo repetidas vezes aos meus antecessores e todos eles acharam inconvenientes na sua execução” (*Ibid.*, doc. 48), pelo que optava pela mesma posição até se definirem mais corretamente os princípios de aplicação da mesma lei.

Em maio de 1755, o Gov. Manuel de Saldanha de Albuquerque advoga uma série de medidas para fazer face à crise geral das propriedades agrícolas, citando, inclusivamente, o cultivo do Paul da Serra. No entanto, com a chegada das primeiras informações sobre este projeto às zonas rurais, logo rebentaram motins na Calheta, Ponta do Sol e São Vicente, pelo que o assunto não foi avante (*Ibid.*, doc. 54). Em carta de 15 de junho de 1756, o governador volta a referir que, depois de ter tomado “mais conhecimento desta Ilha, por ter visto já alguma parte dela” (*Ibid.*, doc. 73), achava que os moradores só cultivavam as terras vizinhas do mar, deixando as demais incultas. Os agricultores apresentavam então como razão a necessidade de pastos para o gado, mas o governador acrescentava que não seria verdade, dada a configuração acantilada do terreno, que não permitia a sua utilização para gado. Teria então este averiguado a verdadeira causa e chegado à conclusão de que a maior parte daquelas terras tinha sido dada aos avós dos atuais proprietários por sesmaria, com a obrigação de as aproveitarem, pelo que, não tendo tal sido feito, deviam voltar à Coroa. Nessa carta, no entanto, alertava para os cuidados a ter neste campo – “sem fazer sangue” (*Ibid.*) –, ao mesmo tempo que obrigava os proprietários a cultivar essas terras. Alvitra mesmo que se poderia fazer como na América do Sul, “ainda que fosse só por empréstimo, para eles em alguns anos o satisfazerem” (*Ibid.*). Segundo a opinião do futuro conde da Ega, em breve a Madeira seria uma terra farta e não precisaria de se valer “tanto das nações estrangeiras que aqui comerciam” (*Ibid.*). Assim, na sua opinião, ganharia a Madeira e a Coroa Real, porque dessa forma não sairia tanto dinheiro como na altura acontecia.

Neste ofício de 1756, referia ainda que “a maior parte do povo desta Ilha são caseiros, ou para melhor dizer, meeiros da nobreza dela, ou daqueles que têm algumas fazendas, nas quais

os senhorios, por um antigo costume, não gastam um só real e são os caseiros ou meeiros que as beneficiam à sua custa, utilizando para essa despesa de metade do que rendem as fazendas” (*Ibid.*). Sendo a Ilha uma terra essencialmente montanhosa, era necessário, para que as terras não fossem para o mar, fazer grande “multidão” de paredes, nas quais “despendem os pobres todo o seu cabedal e subsistência, sucedendo que, quando querem largar as fazendas e procuram as suas benfeitorias aos senhorios, estes, ou porque estão bem servidos, ou porque não têm com que lhes paguem, o não fazem e os obrigam a que busquem outro caseiro, a contento dos donos das propriedades, que lhes satisfaça o seu trabalho e despesa, dizendo que eles não são obrigados a comprar o que lhes não rende e estão de tal sorte persuadidos deste uso, que lhes parece que o contrário é violência e injustiça” (*Ibid.*). Salientava, no entanto, que “é bem certo, que a maior parte das fazendas são tais, que não valem a terça parte das benfeitorias e que, se obrigarem os senhorios à satisfação daquelas, ficariam muitos deles miseráveis” (*Ibid.*).

Os aspetos económicos gerais da Madeira e os particulares do próprio governador foram logo referidos oficialmente na carta e no relatório de 31 de outubro de 1754, dirigida ao conde de Oeiras. O governador começa por notar que na cidade do Funchal a vida era mais cara que na cidade de Londres, o que levava qualquer governador a ter de contrair dívidas para aí sobreviver, “pela carestia com que aqui se vende tudo”, “bem mau princípio para um filho segundo, com pouco ou nada de seu” (*Ibid.*, doc. 46). Refere, então, que “os governadores desta Ilha, sem exceção nenhuma, têm todos feito negócio” (*Ibid.*) e vai ainda mais longe, dizendo, *e.g.*, que o conde de São Miguel, seu antecessor, tinha mesmo feito um contrato com os comerciantes ingleses para “lhes darem um tanto, para que não o fizesse” e que, apesar disso, tinha mantido negócios por intermediários, “e se utilizava assim por dois caminhos” (*Ibid.*). Uns governadores teriam feito comércio em nome próprio, outros por interposta pessoa, e outros ainda de ambas as formas.

Manuel de Saldanha pede assim que não se estranhe se tiver de recorrer a essa situação para sobreviver como governador; em alternativa, propõe que o pagamento de metade do seu ordenado e de 6000 cruzados que lhe eram devidos fosse feito em espécie, em trigo e vinho, como se fazia com o clero, o que representaria uma franca melhoria na sua vida de casa. Explicava que “seria o único modo de aqui poder viver sem dívidas” (*Ibid.*). A carta remata com a oferta de “casquinha desta terra, que é muito gabada” (*Ibid.*) – *i.e.*, de citrinos em calda ou cristalizados – a Sebastião José de Carvalho e Melo, assim como de um barril de vinho para a sua mulher, a condessa de Daun, “que é alemã”, “para lhe ser oferecido da sua parte” (*Ibid.*).

Manuel de Saldanha de Albuquerque, no entanto, iniciou os seus negócios pessoais com vinho Madeira ainda em Lisboa, à semelhança do seu avô João de Saldanha e Albuquerque, negócios que continuou na Ilha e que depois transferiu para a Índia, quando para ali partiu como conde da Ega e vice-rei, chegando a fretar navios para o efeito. No Funchal, também não resistiu a outros negócios que aí eram habituais, importando móveis de Londres que o rei, a 14 de julho de 1756, autorizou que entrassem na Ilha sem pagarem direitos através do secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, como faziam os cônsules ingleses, por certo a pedido do governador.

As condições económicas da Ilha eram francamente adversas nesses anos, sentindo-se uma grande falta de cereal com a recessão provocada pela Guerra dos Sete Anos, agora a decorrer com especial intensidade no quadro da América do Norte. Neste quadro, foi proibido pelo futuro marquês de Pombal o embarque de qualquer marítimo português em embarcação estrangeira, sob pesadas penas, ordem que depois se repete nos anos seguintes, sinal de não estar a ser cumprida. O continente americano era então o principal fornecedor de cereais na Ilha, citando o governador a falta de tais produtos em carta de 1757: “por faltarem há meses na terra os navios ingleses, única nação que aqui comercia [...] ou porque a guerra tenha interrompido o seu comércio, se acham inteiramente

desanimados, do que da sua América, donde eles tiravam a maior porção para esta Ilha, possam tirá-lo tão cedo” (*Ibid.*, doc. 108). Neste quadro, o governador optou mesmo por enviar navios a Cádiz e às Canárias para tentarem obter trigo. Saliente-se que, nos meados desse ano de 1757, aportou ao Funchal uma corveta da praça do Funchal vinda de Dublin, com abastecimento para mantimento de algumas naus de guerra dos Ingleses, que vinham proteger o comércio britânico, o que é sinal de se terem entretanto encontrado outras soluções.

Assim, ao longo de todo o século, ocorreram contínuos atritos entre as autoridades superiores da Ilha por motivos vários, entre os quais se conta o facto de receberem ordens de diferentes entidades. O Gov. Manuel de Saldanha de Albuquerque chegou mesmo a reclamar instruções precisas junto do secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, a 25 de novembro de 1755, sobre a sua competência na determinação das obras de que careciam as fortificações do Funchal, “a fim de evitar conflitos com o provedor da fazenda” (*Ibid.*, doc. 63). No entanto, a situação só foi sanada com a extinção da Provedoria e com a criação da Junta da Fazenda, a que presidiria o próprio governador.

Deve-se ao Gov. Manuel de Saldanha de Albuquerque o início das obras do porto do Funchal, para o que foi expressamente enviado o engenheiro de origem italiana Francisco Tosi Columbina (1701-c. 1770). Não são muito perceptíveis os primeiros passos deste engenheiro na Ilha, pois, em carta de 15 de janeiro de 1756, o Gov. Manuel de Saldanha de Albuquerque alvitra a Diogo de Mendonça Corte Real a conveniência de enviar este engenheiro à América, onde efetivamente esteve entre 1751 e 1756. Ora, como oficialmente este engenheiro só teve patente em março e se apresentou ao serviço na Madeira em julho, parece entender-se que teria passado particularmente pela Madeira, propondo-se então levar a cabo as obras do porto do Funchal, após o que estagiou alguns meses no Brasil e só então se fixou na Madeira. Os estudos levados a cabo pelo engenheiro foram transmitidos a Lisboa, recebendo-se, com data de 22 de março de 1756, a ordem de

execução do porto de abrigo. A 29 de julho de 1757, o governador dava conta para Lisboa do bom ritmo das obras, informando que já se havia consultado as nações estrangeiras para parecer e apoio às mesmas, bem como que se encontravam em pagamento as expropriações dos terrenos para a construção de um caminho que ligaria o novo cais à cidade por debaixo dos arifes de Santa Catarina. Na mesma data, o provedor da Fazenda Manuel Teixeira de Castro confirma as informações do governador, acrescentando que, com o desenvolvimento geral do comércio, também seriam necessárias obras em Santa Cruz, Machico e Ribeira Brava.

O controlo das verbas desta primeira fase do porto do Funchal, então da ligação do chamado Ilhéu Pequeno aos arrifes da Penha de França, com a construção de um pequeno forte sobre aquele ilhéu, à época denominado S. José, iria envenenar as relações entre o governador e o provedor, colocando continuamente em causa os trabalhos de Francisco Tosi Columbina. Perante as contínuas queixas de parte a parte, em julho de 1757, o provedor Manuel Teixeira de Castro foi repreendido pelo secretário de Estado Tomé Joaquim da Costa Corte Real e afastado do controlo das obras, que passaram para a administração direta do governador e para as quais lhe foram entregues 3000 cruzados. As relações entre o Gov. Manuel de Saldanha de Albuquerque e o Eng.º Francisco Tosi Columbina também teriam sido postas em causa, chegando o governador a duvidar das capacidades do engenheiro para levar a cabo uma obra de tal envergadura. No entanto, Columbina, regressado do Brasil, dissipou completamente essa impressão e passou a acompanhar o governador como seu oficial às ordens, havendo uma perfeita comunhão de opiniões e interesses, patentes, *e.g.*, nas cartas enviadas por ambos a propósito da lei e alvará relativos à libertação dos índios do Brasil. Em 1758, tendo Manuel de Saldanha de Albuquerque sido nomeado vice-rei da Índia, fez-se acompanhar depois precisamente por este engenheiro.

A 5 de agosto de 1757, chegava ao Funchal o novo bispo, D. Gaspar Afonso da Costa Brandão (1703-1784), criteriosamente selecionado

pelo gabinete pombalino, e Manuel Saldanha de Albuquerque era apresentado para vice-rei da Índia. A 13 de fevereiro de 1758, o bispo tomava posse do governo de armas interino da Ilha e dava a Tomé Joaquim Corte Real lisonjeiras referências sobre o governador. O governador da Madeira, que recebera ordem para ir a Lisboa para ser empregado numa comissão de serviço, parte, assim, para o Oriente com a nomeação de vice-rei da Índia, de 10 de março de 1758, e é agraciado com o título de conde da Ega, por decreto de 25 de março seguinte.

O Governo do conde da Ega no Oriente foi muito complicado, com as várias guerras em que o Estado da Índia andava empenhado e, depois, com a extinção da Companhia de Jesus, em 1759, situação em que o vice-rei cumpriu fielmente as ordens do marquês de Pombal, prendendo e enviando para o reino 231 padres que então existiam na Índia e que eram um dos principais suportes da presença portuguesa no Oriente. Nesse mesmo ano, foi residir em Pangim, mas a despesa causada por esta mudança, o ambiente faustoso em que sempre vivia, bem como alguns atos despóticos e pouco regulares que praticou, deram origem à grave acusação de ter delapidado a Fazenda pública por ocasião do sequestro dos bens dos Jesuítas. O facto de o seu primo, o cardeal Francisco de Saldanha da Gama (1713-1776), ter votado no Conselho de Estado contra o marquês de Pombal, no caso dos meninos de Palhavã, também concorreu muito para o seu desmerecimento no agrado do ministro, sendo o conde da Ega exonerado do cargo e substituído por um conselho constituído por D. António Taveira de Neiva Brum da Silveira, arcebispo de Goa, João Baptista Vaz Pereira e D. João José de Melo.

Entregou o governo a 25 de dezembro de 1765, saindo de Goa a bordo do navio *Nossa Senhora de Brotas*. Ao entrar no Tejo, foi preso e encarcerado na torre do Otão, em Setúbal, aí permanecendo mais de dois anos. Já de saúde muito debilitada, conseguiu autorização para se recolher na casa de família, à Junqueira, onde, totalmente cego, veio a falecer a 6 de dezembro de 1771, sendo sepultado na igreja do Convento dos Marianos. Assumiu, tenazmente, a sua

defesa D. Ana Ludovina de Almada, que conseguiu, pelo dec. de 27 de maio de 1777, após o falecimento de D. José e o afastamento do marquês de Pombal, a nomeação de um novo juiz relator do processo acusatório, podendo assim provar a improcedência das acusações e, por sentença da Relação de Lisboa, de 26 de janeiro de 1779, ilibar a conduta do conde da Ega como vice-rei da Índia. Foi só então que o seu filho Aires de Saldanha e Albuquerque (1755-1827) herdou o título paterno. O 2.º conde da Ega haveria de casar, em segundas núpcias, com a filha de D. Leonor de Almeida (1750-1839), 4.ª marquesa de Alorna, a condessa de Oyeinhausen-Grave, D. Juliana Luísa Maria Carolina Sofia de Oyenhausen e Almeida (1784-1864), assim também condessa da Ega e, depois ainda, condessa de Strogonoff, na Rússia, ambas mulheres notáveis no seu tempo.

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomo 10; AHU, Madeira e Porto Santo, docs. 25-40, 46, 48, 54, 63-68, 73, 77-79, 108, 125-126 e 130; ANTT, Chancelaria de D. José I, livs. 5, 12, 26 e 85; *Ibid.*, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, livs. 111, 973 e 974; **impresa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vols. IV-V, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1996 e 1999; COSME, João dos Santos Ramalho, "Cartas inéditas do governador da Madeira, Manuel de Saldanha de Albuquerque (1754-1758): para a compreensão do quotidiano madeirense", *Portugaliae Historica*, 2.ª sér., vol. 1, 1991, pp. 327-330; SALDANHA, António de Sousa e Vasconcelos Simão de, *As Cartas de Manuel de Saldanha, 1.º Conde da Ega e 47.º Vice-Rei da Índia para Sebastião José de Carvalho e Melo e Seus Irmãos (1758-1765). Subsídios para a História Política, Económica e Social da Índia Portuguesa de Setecentos*, Lisboa, Gabinete Português de Estudos Humanísticos, 1984; VIEIRA, Alberto, *O Público e o Privado na História da Madeira*, vol. II, Funchal, CEHA, 1998.

RUI CARITA

Alçadas

A justiça era o atributo máximo dos reis; em relação à Madeira, logicamente, e dada a distância e descontinuidade territorial, foi de início delegada, mas parcialmente, nos representantes dos monarcas. Primeiro, no donatário, o infante D. Henrique (1395-1460), e nos seus capitães, pois o Rei D. João I, na doação do arquipélago ao infante, a 26 de setembro de 1433, reservara para a Coroa o princípio da maioria da justiça e da cunhagem da moeda. Depois, nos capitães do donatário e, logo, também nas vereações camarárias, que eram ainda um tribunal; mais tarde, igualmente nos ouvidores e corregedores, eles próprios "com alçada", ou seja, com determinado âmbito de jurisdição.

Denominavam-se alçadas, antigamente, os tribunais coletivos e ambulantes que, percorrendo o território, administravam a justiça em nome do rei. Escreve António de Moraes Silva, no *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, a partir de *Vida do Arcebispo*, de Fr. Luís de Sousa, que “chamamos alçada a uns tribunais ou casa de justiça, que constam de presidente e companhia, e autoridade de ministros, os quais em forma de ‘Relação’ discorrem por todos os povos com poderes reais, como em visita geral, a desfazer agravos, castigar insultos, tolher forças e humilhar poderosos, que mal usam do seu poder” (SILVA, 1949, I, 568).

O termo é, ainda, sinónimo de competência, jurisdição, limite de ação e influência, e aplica-se igualmente à Igreja. Certamente, não com a frequência com que ocorreu com a jurisdição real e não alçadas eclesiásticas vindas do reino, cuja competência canónica era muito restrita na Diocese do Funchal, nem de Roma, cuja distância colocava a Ilha a coberto de uma intervenção desse género através do prelado diocesano, que, em face das queixas recebidas e a informações transmitidas pelos seus visitantes, e encontrando-se por vezes em Lisboa, determinava o envio de alçadas a várias freguesias da Madeira. Assim aconteceu com a maioria dos prelados, primeiro, pessoalmente, e, depois, por delegados, com especial relevância no caso de D. Fr. Manuel Coutinho (1673-1742). Inclusivamente, o bispo possuía prisão própria para os chamados delitos de foro misto, o aljube, sendo os eclesiásticos presos na torre da Sé, embora também tenha havido não eclesiásticos aí detidos.

Nos meados do séc. xv, aparecem de imediato na Ilha elementos com determinadas alçadas ou jurisdições enviados pelo donatário como ouvidores, surgindo os primeiros a pedido dos moradores, para uma mais eficaz e correta aplicação da justiça. O primeiro ouvidor do duque D. Fernando (1433-1470), sobrinho e herdeiro do infante D. Henrique, foi Dinis Anes da Grã, nomeado a 10 de maio de 1466 e enviado a pedido dos procuradores da Ilha, então Mem Rodrigues de Vasconcelos, fidalgo da casa do duque, e Gonçalo Anes de Velosa,

escudeiro, que o solicitaram por entenderem ser necessário “mandar prover sobre a justiça e boa governação” da Madeira (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomo 1, fls. 134-135).

A jurisdição ou alçada de Dinis Anes da Grã, sob a forma de regimento ou de carta, com competência em ambas as capitánias, Funchal e Machico, permitia-lhe realizar a eleição dos juizes e oficiais do concelho, encarregar-se de “todos os feitos crime que a mim pertencer livrar, e cíveis, que forem sobre dívidas e contratos, e outros feitos semelhantes, ora sejam começados ou por começar”, como escreveu o duque, determinando ainda que “os despacheis”, para “livres, sem mais, virem a mim” (*Ibid.*). Competia-lhe também decidir conjuntamente com o capitão e o almoxarife sobre “os feitos e demandas” relativos às águas e “doações de terras”, e, quando estivesse em desacordo com o capitão nessas matérias, deveria fazer registo de tudo para ser presente ao duque-donatário (*Ibid.*).

Não sabemos quanto tempo Dinis da Grã esteve na Ilha. Ainda aí se encontrava a 4 setembro desse ano de 1466, quando o duque enviou uma carta ao mesmo ouvidor sobre a coutada a estabelecer no Funchal para “os bois de arado e bestas de servidão”, dado que para o trabalho das sementeiras não havia “bois que os possam servir” e que seria situada acima da praia Formosa (*Ibid.*, fls. 136-136v.). O ouvidor faleceu, entretanto, mas não sabemos se na Madeira. Com efeito, em carta de 6 de agosto de 1468, sobre a jurisdição do Funchal em relação ao lugar de Câmara de Lobos, já o duque refere que “umas posturas que Dinis Anes da Grã, meu ouvidor que Deus perdoe”, tinha dado aos moradores daquele lugar atribuíam-lhes determinadas prerrogativas sobre “penas e coimas”, pelo que os mesmos moradores entendiam não ter de participar na procissão de Corpo de Deus da vila do Funchal, determinando-se então que eram parte integrante da mesma vila, devendo obediência à dita (*Ibid.*, fls. 270-271).

Com o falecimento do infante e duque D. Fernando, em 1470, assumiu a administração da Ordem de Cristo a infanta D. Beatriz

(1430-1506). Na menoridade dos seus filhos, enviou também logo ouvidores com idêntica alçada, designadamente Luís Godinho, em 1478, que serviria depois sob a administração do duque D. Manuel (1469-1521). Seguiu-se, em 1485, Brás Afonso Correia e, em 1493, Fernando de Parada. Nos anos seguintes, subindo D. Manuel ao trono e integrando a Madeira na Coroa “para sempre”, a 27 de abril de 1497 (*Ibid.*, fls. 272-273v.), em face do protagonismo excessivo assumido pelo Cap. Simão Gonçalves da Câmara (1463-1530) e a arbitrariedades várias, houve que proceder de uma outra forma, enviando especificamente um corregedor, que veio a suspender aquele capitão e os seus ouvidores. Já antes, o Rei D. Manuel, logo após o falecimento do segundo capitão do Funchal, João Gonçalves da Câmara (1414-1501), fizera partilhar a capitania do Funchal, criando mais duas câmaras: Ponta do Sol, em 1501, e Calheta, em 1502. Depois, em 1508, estando a “igreja grande” do Funchal quase pronta e sagradas as suas paredes, elevou a antiga vila a cidade e ainda, em 1514, conseguiu de Roma a elevação a sede de diocese para a mesma, medidas que fizeram diminuir progressivamente o referido protagonismo local do terceiro capitão do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara, que veio a ter o cognome de o Magnífico.

Porém, tendo chegado a Lisboa queixas da sua atuação, o rei despachou para a Ilha, a 20 de fevereiro de 1516, Diogo Taveira, em correição, que suspendeu o dito capitão do Funchal. As queixas não eram recentes e já o anterior corregedor, Álvaro Fernandes, enviara ao rei, a pedido do mesmo, a 8 de julho 1504, um auto com o rol das dívidas do capitão. Mais tarde, em carta de 25 de outubro de 1515, também a Câmara do Funchal se queixava da intromissão do capitão nos seus assuntos e na jurisdição dos seus ministros.

Simão Gonçalves da Câmara tomou a chegada do corregedor como uma afronta e ingerência nos assuntos da sua capitania, queixando-se às instâncias superiores do reino, invocando estar na posse da jurisdição do cível e do crime, sem dar apelação nem agravo, exceto nas sentenças de morte e talhamento de membro,



Vereadores da Câmara do Funchal em uniforme de gala, 1816, ed. Rudolph Ackermann, Londres, 1821 (ABM, Arquivos Particulares).

como constava da sua confirmação à frente da capitania, pelo que não via razão para a sua suspensão e a dos seus ouvidores. A 8 de outubro de 1516, o corregedor escreveu ao rei, dando conta das diversas irregularidades, nomeadamente fraudes à Fazenda cometidas pelos rendeiros, falta de administração da justiça e demoras nas demandas. Entretanto, também a Câmara se queixava do aumento da tabela dos selos determinada pelo capitão, que subira o imposto de 9 para \$036 réis, provocando assim um substancial aumento das suas receitas, pelo que D. Manuel, a 6 de abril de 1517, ordenou ao corregedor que inquirisse dessa ocorrência e não consentisse o aumento.

O Cap. Simão Gonçalves da Câmara, logo em 1516, perante a gravidade das acusações recolhidas pelo corregedor, saiu da Ilha com intenções de passar para Castela. No Algarve, terá tido conhecimento de que os reis de Fez e de Mequinez apertavam o cerco a Arzila, mandando organizar um socorro, após o que se instalou em Sevilha, onde ficou a aguardar notícias de D. Manuel. O Rei pareceu sensibilizar-se com este rasgo imprevisto e até grandioso e, para não o ver ao serviço de Castela, “escreveu-lhe uma carta com grandes promessas e esperanças de lhe fazer as honras e mercês que tais serviços mereciam,

mandando-lhe que viesse logo e tornasse para o reino que ele o despacharia conforme os seus merecimentos” (FRUTUOSO, 1968, 246-247). Mas isso escreveu Jerónimo Dias Leite e transcreveu, depois, Gaspar Frutuoso, assim tentando justificar a conduta do capitão do Funchal, pois o mesmo, em princípio, não voltou à Madeira, tentou vender a capitania e veio a falecer em Matosinhos, em 1530.

Nas décadas seguintes, e no âmbito da história da Madeira, o termo “alçada” indica, especialmente, a chegada de um corregedor do desembargo régio com pessoal ao seu serviço, em resposta a um desmando grave ocorrido na Ilha e que alcançara o conhecimento da corte. A partir dos finais do séc. XVI, o governador passou a ir à Madeira acompanhado de um corregedor; e, em 1681, o rei começou a nomear também um juiz de fora para a Câmara com funções de correição, similar ao provedor que atuava na esfera da Fazenda. Mas a opção foi para desfazer temporalmente os períodos de estadia dos governadores e dos corregedores, que passaram a responder autonomamente à corte de Lisboa e, durante a União Ibérica, também à de Madrid; assim, estes dois elementos passaram a encarnar os lugares cimeiros da administração periférica da Coroa, vindo a ser designados, amiúde, ministros do rei, tal como consta em muita documentação coeva.

Nos finais do séc. XVI, em 1597, o vice-rei bispo de Leiria, D. Pedro de Castilho, que fora bispo de Angra, enviou o Corr. André Lobo, “do desembargo de S. Majestade, el-rei e com alçada nestas ilhas”, à Madeira. André Lobo tomou posse a 26 janeiro de 1598 e compareceu no Funchal nos últimos dias do ano, tendo-se apresentado na Câmara a 1 de janeiro de 1599. Com este corregedor produziu-se um dos acontecimentos mais marcantes da organização governativa insular, ocorrido com a saída da Ilha do Gov. Diogo de Azambuja de Melo, em meados de outubro de 1599. Assim, a 31 de outubro, reuniram-se os vereadores na sede da Câmara, então nas traseiras da Sé, com o bispo do Funchal, D. Luís Figueiredo de Lemos (1544-1608), o desembargador André Lobo,

os vereadores camarários, “fidalgos, gente da governança e capitães” do presídio, “e saiu o bispo”, por 21 votos contra os 9 que teve o desembargador (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, liv. 1314, fls. 45-47). A eleição faria jurisprudência na administração madeirense e, nos casos seguintes, não houve sequer votação, sendo o governo entregue, de imediato, ao prelado; esta situação do prelado como governador foi, depois, confirmada pela corte de Lisboa.

A primeira alçada do séc. XVII ocorreu em 1606, com o envio do desembargador António Ferreira, em face das informações chegadas a Lisboa de que o Gov. João Fogaça d’Eça, descendente de Zarco, se recusara a expulsar quatro holandeses que viviam na Ilha, acusados de serem “correspondentes de rebeldes” (AGS, Secretarias..., liv. 1476, fl. 41). A indicação fora dada por Filipe III de Castela e configura um certo desnorte do governo, entre Madrid e Lisboa, com ordens e contraordens, acabando o governador por não ser suspenso, mas vindo a ser indiciado, em seguida, o do Porto Santo, Diogo Perestrelo Bisforte, a 31 de outubro do mesmo ano, sendo impedido de continuar o exercício do cargo somente na alçada seguinte e tendo tido então ordem para se fazer apresentar na corte.

Ao longo da primeira metade do séc. XVII e na vigência do governo filipino, foram, ainda, enviadas para a Ilha as alçadas do desembargador Simão Cardoso Cabral, em 1610; do desembargador da Casa da Suplicação, Gonçalo de Sousa, em 1614; do desembargador da Relação do Porto, Estêvão Leitão de Meireles, em 1627; e do desembargador da Casa da Suplicação, Ambrósio de Sequeira, em 1634. Estavam em causa, essencialmente, questões gerais de justiça que iam sendo notícia nas cortes de Lisboa e de Madrid, como queixas de assassinatos e, também, queixas relacionadas com o desvio de dinheiros da Fazenda, aspeto a que essas cortes estavam bastante mais atentas.

A última alçada visou a cobrança do donativo ou empréstimo para o socorro do Brasil no valor de 30.000 cruzados e revela já alguns aspetos do levantamento geral que ocorria

em Portugal contra o governo filipino. Perante aquele pedido, a 18 de fevereiro de 1637, os representantes dos 24 mesteres do Funchal apresentaram mesmo em Câmara uma contestação à nova contribuição; ela começa com a declaração seguinte: “A mais natural obrigação que têm os senhores reis e príncipes católicos é não usurparem aos seus povos e vassallos, etc., aqueles privilégios, leis e isenções que os seus” antecessores haviam dado (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomo 3, fls. 19v.-20v.). Pediam, assim, que as suas “razões de justa escusa” fossem levadas ao conhecimento do rei, pois, “por particulares erros, não por ofensas públicas, que nunca as houve nesta Ilha contra o serviço real”, tinham sido castigados, desde 1615, “com três rigorosíssimas alçadas, com cujos custos não têm ficado aos moradores cabedal algum para acudirem às suas notórias e extremas necessidades” (*Ibid.*).

Os custos das alçadas caíam, logicamente, sobre os moradores, incluindo a residência do desembargador e do seu pessoal. Desta realidade já se havia queixado o Gov. D. Francisco de Sousa, em 1628, pedindo que fosse abreviado o tempo das alçadas, geralmente de três anos, mas, por consulta de 30 de janeiro de 1629, o seu requerimento não teve despacho favorável. A provisão régia de nomeação do desembargador Leitão de Meireles, *e.g.*, estipulava 1\$000 réis por dia para o desembargador, \$500 para o escrivão, \$600 para o meirinho e mais \$160 para cada homem armado, tudo ao dia, montantes que deveriam ser pagos pelos culpados, podendo-se fazer execução das suas fazendas. Mais tarde, em 1653, ao Corr. Dionísio Soares de Albergaria, determinava-se um salário de 1\$200 réis por dia à custa da fazenda dos culpados executados; não havendo culpados ou não os podendo executar, seriam pagos 1\$000 pela Fazenda Real. Grande parte destas averiguações corriam por denúncia, sendo os indiciados imediatamente espoliados dos seus bens e, não se confirmado depois as acusações, dificilmente os recuperavam, havendo inúmeras queixas a este respeito.

A opinião dos representantes dos mesteres na Câmara do Funchal, alegando que “ofensas públicas” “nunca as houve nesta Ilha contra o serviço real”, está muito longe de corresponder à realidade, pois sempre existiram e continuariam a existir. Nos finais do séc. XVI, *e.g.*, organizou-se no Funchal, durante a noite, uma “matraca” contra o desembargador André Lobo, na qual terá estado envolvido o poeta e novelista Tristão Gomes de Castro (1539-1611), que veio a ter carta de perdão pela acusação a 30 de março de 1605. Mais tarde, o desembargador Gonçalo de Sousa, temendo um atentado, deixou a cidade do Funchal para se refugiar em Machico, como refere, posteriormente, o provedor da Fazenda Francisco de Andrade, em carta de 30 de agosto de 1646, acrescentando que, depois, dois meirinhos e quatro homens da alçada do Corr. Ambrósio de Sequeira tinham sido violentamente atacados e ficado feridos.

A 21 de outubro de 1628, os mercadores da cidade também tinham organizado “duas mangas de gente armada com cevadeiros de pedras e fundas” contra o desembargador Leitão de Meireles, ação que culminou com uma surriada e lançamento de imundices à porta deste e que incluiu a colocação de papéis “difamatórios” em vários locais da cidade (VERÍSSIMO, 2000, 262). Nos tumultos tinham estado envolvidos Francisco do Couto e Almeida, perdoado a 11 de outubro de 1640, e Manuel de Atouguia da Costa, que chegara a estar preso em Lisboa. A partir do final desse ano de 1640, a situação da ordem pública no Funchal piorou, não só em relação às questões da Fazenda, que motivaram a carta do provedor, mas também em relação a quase todos os poderes instituídos e, muito especialmente, aos “ministros do rei”.

Após a aclamação de D. João IV, na organização dos festejos determinados pela Câmara, a 25 de janeiro de 1641, ocorreu uma série de tumultos graves. O edifício da Câmara foi invadido e foi eleita uma nova vereação; ocupou-se o edifício da Alfândega e foi demitido o provedor Manuel Vieira Cardoso, que teve de se refugiar no paço episcopal, sendo nomeando, por aclamação dita popular,

um outro, João Rodrigues Teive. Registam-se, igualmente, tumultos contra o Gov. Luís de Miranda Henriques, acabando por ser nomeado, um ano depois dos acontecimentos, por provisão régia de 9 de fevereiro de 1642, o Corr. Gaspar Mouzinho de Barba, que se fez acompanhar pelo oficial Amaro Godinho Borges, apresentando-se ambos na Câmara do Funchal a 22 de março seguinte. Logo nesta apresentação, e perante o novo Gov. Nuno Pereira Freire, o juiz do povo Francisco Gomes solicitou que não se iniciasse a devassa antes de o governador cessante partir, para se poder apurar a verdade do que se passara. O Corr. Gaspar Mouzinho de Barba, no entanto, vinha também indigitado como provedor da Fazenda, com provisão datada de 6 de março de 1642, demitindo o provedor nomeado durante os tumultos de janeiro do ano anterior e iniciando uma série de averiguações que levaram a apurar diversas dívidas à Fazenda, especialmente, respeitantes ao comércio com o Brasil e de que conseguiu ainda recuperar algum dinheiro, em agosto. Deste mês em diante, continuaram a ser detetados outros atrasos nos pagamentos à Fazenda e, no final de dezembro, os vereadores Manuel Homem e Luís Manuel Leme da Câmara foram indiciados como tendo também dívidas e, inclusivamente, como tendo estado envolvidos nas nomeações populares para a Câmara e para a Fazenda realizadas em janeiro de 1641. Dada a não apresentação de ambos ao corregedor e uma vez que tentaram refugiar-se na Câmara, aquele foi aos paços do concelho com o governador nos últimos dias de dezembro, interpondo-se Pedro Bettencourt de Atouguia, que, após curtas palavras, puxou da espada e atingiu o corregedor. Gaspar Mouzinho de Barba veio a falecer na Sé do Funchal, ao lado da Câmara, para onde fora recolhido, registando o assento de óbito, de 29 de dezembro de 1642, ter sido aí “onde morreu e o ilustríssimo e reverendíssimo D. Jerónimo Fernando o mandou sepultar, e tudo se lhe fez grátis” (ABM, Registos Paroquiais..., liv. 73, fl. 163). Em nota à margem, ainda se regista que “levantou-se o povo que andava

desenfreado e lhe deram uma estocada. Não se confessou” (*Ibid.*). Pedro de Bettencourt de Atouguia veio a ser preso no castelo do Pico, mas fugiu com a ajuda do pai, acolhendo-se no Convento de S. Bernardino, em Câmara de Lobos, de que a família era padroeira, acabando por ali ficar como leigo e ao abrigo da justiça, passando depois ao oratório de S. Sebastião da Calheta, que ajudou a fundar, vindo a professar como Fr. José da Encarnação, falecendo no local. O bispo D. Jerónimo Fernando (c. 1590-1650), conhecido como o Bravo, que ocupara por três vezes o lugar de governador, perante o caso e, acrescentando-se, dado ter já uma certa idade, retirou-se para Lisboa, em finais de 1643, vindo aí a falecer; a Diocese haveria de ficar em “sé vacante” durante mais de 20 anos.

O Rei D. João IV, numa primeira fase, condescendeu com a situação e, a 26 de janeiro de 1644, em carta ao governador, transcrita pelas Câmaras do Funchal e de Machico e enviada ao cabido, recomendava que “se evitassem os efeitos de inimizades e ódios, ordenando-se às justiças que não procedessem contra pessoa alguma por coisas que sucedessem no tempo da sua feliz aclamação” (*Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomo 6, fl. 53; *Ibid.*, Câmara Municipal de Machico..., tomo 2, fls. 92-94; ANTT, Cabido..., mc. 4, doc. 17). À data, porém, não teria ainda conhecimento do assassinato do corregedor e, seis meses depois, a 28 de julho de 1644, como era hábito, enviou o juiz desembargador da Relação do Porto, Jorge de Castro Osório, com indicações especiais e ordem para investigar a morte do juiz corregedor anterior.

Jorge de Castro Osório recebeu, na Madeira, o apoio do escrivão da alçada Amaro Godinho Borges, que, por uns tempos, chegara a servir como provedor da Fazenda. Faleceriam ambos num curto espaço de tempo, em princípio, envenenados: “mortos com peçonha”, como refere a mercê régia de D. João IV para a viúva do oficial de justiça e da Fazenda, concedendo dois lugares de freira para as filhas (*Inventário dos Livros...*, 1909, 110 e 213). Na Ilha, no entanto, refere-se apenas que morreram,

como indicam os registos de óbitos da Sé, de 17 de janeiro de 1646 e de 5 de maio seguinte, lendo-se, no primeiro: “Morre o Dr. Jorge Osório que andava em correição” (ABM, Registos Paroquiais..., liv. 73).

O Rei não tomou, de imediato, medidas especiais, limitando-se a mudar o governador. Escolheu um fidalgo com fortes ligações familiares à Ilha e com propriedade na mesma, Manuel de Sousa Mascarenhas, esperando assim sanar os ânimos, mas tal não veio a acontecer. O Gov. Manuel de Sousa Mascarenhas teve patente a 22 de fevereiro de 1645 e compareceu na Madeira a 11 de abril, com ordens para inquirir sobre a ação do governador anterior, tal como viria a acontecer consigo e com os governadores seguintes. Em 1647, foi despachado para a Ilha Gaspar Machado de Barros, servindo de provedor da Fazenda; em 1653, Dionísio Soares de Albergaria, juiz com alçada e superintendendo também sobre os assuntos da Fazenda; e, em 1662, João Cordeiro Leitão, igualmente com alçada e ordens secretas.

A situação de sé vacante e o início da monarquia absoluta, com questões específicas em relação à Madeira, colocaram o novo governador, D. Francisco de Mascarenhas, numa situação insólita. Com efeito, foi preso por um conjunto de fidalgos locais, a 18 de setembro de 1668, e encarcerado na fortaleza do Pico, tendo os revoltosos eleito um governador e enviado o deposto para o continente, o que nunca tinha acontecido na Madeira. Pouco tempo depois, em 29 de março de 1669, aportou no Funchal o desembargador com alçada João de Moura Coutinho, com regimento especial para tirar residência ao governador-general deposto. Seguiu-se Manuel Dourado Soares, a 1 de fevereiro de 1677, com regimento especial para tirar residência ao novo governador-general; depois, a 15 de janeiro de 1683, o desembargador com alçada Domingos de Matos Cerveira, superintendendo principalmente sobre assuntos da Fazenda.

Nos inícios do séc. XVIII, em 1703, terá havido uma sedição contra o Gov. João da Costa de Ataíde e Azevedo Coutinho, “no salão da Índia da fortaleza de S. Lourenço”, “e uma

conspiração que intentaram fazer os soldados”, “tentando tirar a vida” ao governador e ao juiz de fora da Câmara (*Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomo 7, fl. 254v.ss.). No atentado ao governador, terá estado envolvido o velho capitão de artilharia António Nunes, que se ausentou do Funchal, imediatamente a seguir aos acontecimentos. Por causa da sedição, o doutor desembargador Diogo Salter de Machado deslocou-se ao Funchal com poderes excepcionais. Assim, para proceder às averiguações, fez sair da cidade o governador, “em distância de dez léguas, para que não fosse, com a sua presença e poder, assistindo” às mesmas e interferindo nelas (*Ibid.*). Nas ordens do desembargador, vinha expresso: “e na mesma embarcação em que fores tirar esta devassa, voltará o provedor da Fazenda Manuel Mexia, por não ser conveniente que fique na Ilha depois da vossa chegada, para se não dar tempo a negociações, e por ser o dito provedor da Fazenda em mais suspeições” (*Ibid.*).

As questões terão sido muito graves e terão envolvido também o prelado da Diocese, D. José de Sousa Castelo Branco (1654-1740), pois ficou escrito no regimento do desembargador: “E a queixa contra o bispo deverá ser queimada, para dela não ficar nada, nem memória, e disso deverá ser dado conhecimento ao bispo, para o mesmo saber como o rei e as suas justiças tratam semelhantes casos” (*Ibid.*), aspeto que passou ao lado dos autores do *Elucidário Madeirense*.

As ordens para o desembargador e corregedor Salter de Machado foram passadas em janeiro de 1703, mas o mesmo só se apresentou na Ilha em junho. Entretanto, já tinha falecido, no Funchal, a 8 de março, o Gov. João da Costa Ataíde e já tinha tomado posse o novo governador, Duarte Sodré Pereira. Com o dito confronto, fora também designado um juiz de fora em Lisboa, em 1703, Francisco Torres Pinheiro, “que acabou de servir em Torres Vedras”, como se refere na nomeação e que tomou posse no Funchal, a 5 de maio de 1704, dado aquela comarca ser da repartição Estremadura e Ilhas (*Ibid.*, fls. 252-252v.).

A nomeação de um juiz de fora permanente para o Funchal obviou a necessidade de alçadas, embora, para Duarte Sodré Pereira, o principal problema residisse no desembargo do paço, sobre o que escreveu: “Deus me livre que ao Desembargo do Paço vão queixas, porque ou falsas ou verdadeiras, lá se não enjeitam” (*Ibid.*, Arquivos Particulares...).

Com a crescente centralização do poder régio, a figura do juiz desembargador com alçada deixou de fazer muito sentido, vindo o gabinete pombalino a montar, progressivamente, as corregedorias e a suprimir as antigas ouvidorias, com a extinção das capitânias, entre outras. No entanto, a sua memória não se extinguiu no desembargo do paço, tal como alertou o Gov. Duarte Sodré Pereira, nos inícios do séc. XVIII. Assim, mais de 100 anos depois, dissolvidas as Cortes e derogada a Constituição de 1822, sendo restabelecido o governo absoluto, em julho de 1823, a Madeira foi de novo alvo de uma alçada. Em causa estavam as questões das lojas maçónicas, dos partidos políticos emergentes e das ligações às ideias liberais, tudo indiciando que os madeirenses pretendiam subtrair-se à Coroa portuguesa e ligar-se a Inglaterra. Num breve espaço de tempo, houve mais de uma centena de presos; embora só uma dezena deles viesse a ser condenada, os indiciados eram imensos, tendo muitos saído da Madeira. Deste modo, a Ilha foi decapitada de muitos dos seus principais quadros, entre morgados, funcionários públicos, cónegos e vigários, escritores e militares de todas as patentes, entre outros.

Infelizmente, essa não foi a última alçada na Madeira, pois, com a tomada do poder pelo infante D. Miguel, em 1828, e conquistada a Ilha pelas forças absolutistas, uma nova alçada foi enviada. Os trabalhos dela ficaram a cargo do ministro sindicante Manuel Luciano Magalhães Abreu e Figueiredo. O processo existente na Câmara do Funchal mostra um conjunto verdadeiramente desonroso de 250 depoimentos, quase todos feitos por convocação do ministro sindicante, lendo-se neles acusações bastante vagas e com base nas quais chegaram a estar envolvidas e presas perto de

2000 indivíduos, acusados de “malhados” e maçons (*Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombo 6, fls. 305v-327). Num curto espaço de tempo, a Ilha perdeu, novamente, parte dos seus principais quadros sociais e económicos, militares, administrativos e religiosos, não tendo muitos dos envolvidos regressado à Madeira, optando antes por ficar em Londres e depois no continente, havendo uma parte, de certa forma importante, que preferiu emigrar para o Brasil.

A relação dos réus foi elaborada já em Lisboa, por ordem alfabética, e incluía 101 elementos, sendo o termo assinado a 18 de setembro de 1829. A ele juntou-se uma segunda relação, com data anterior, 19 de agosto, e com mais 216 elementos. As sentenças finais foram, assim, dadas em Lisboa, a 18 de setembro de 1829, sendo juízes João Manuel Guerreiro de Amorim, José Pereira Paula de Faria Garção e Romão Luís de Figueiredo e Sousa. Todavia, muitos mais madeirenses vieram a ser indiciados na mesma alçada ao longo daquele ano e do seguinte e a ser deportados para Cabo Verde, Angola e Moçambique.

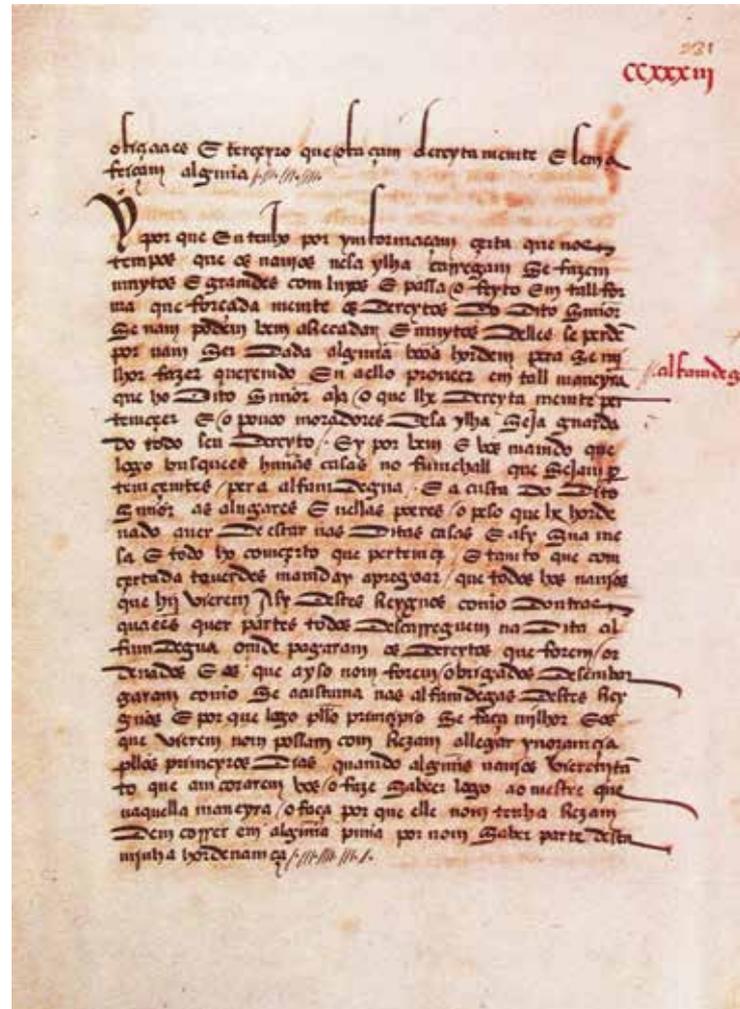
Bibliog.: manuscrita: ABM, Arquivos Particulares, Copiador de Cartas de Duarte Sodré Pereira, n/ catalog.; *Ibid.*, Câmara Municipal de Machico, Registo Geral, tombo 2; liv. 518; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomos 1, 3, 6 e 7; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Tombo Velho, liv. 1212; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, livs. 1314, 1327 e 1329; *Ibid.*, Registos Paroquiais, Sé, Óbitos, liv. 73; AGS, Secretarias Provinciais, livs. 1475, 1476 e 1527; AHU, Conselho Ultramarino, cód. 30; ANTT, Cabido da Sé do Funchal, mc. 4; *Ibid.*, Chancelaria de D. Filipe II, Perdões e Legitimações, liv. 3; *Ibid.*, Chancelaria de D. Pedro II, livs. 45 e 63; *Ibid.*, Corpo Cronológico, pt. I, mcs. 87 e 119; pt. II, mc. 8; *Ibid.*, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, códcs. 395A e 396; **impresa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vols. II-IV e VI, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1991, 1992, 1996 e 2003; *Id.*, *História da Madeira*, 2.ª ed. rev. e atualizada, vol. I, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1999; FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1968; *Inventário dos Livros das Portarias do Reino*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909; LEITE, Jerónimo Dias, *História do Descobrimento da Ilha da Madeira e Discurso da Vida e Feitos dos Capitães da Dita Ilha*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1949; NORONHA, Henrique Henriques de, *Nobiliário Genealógico das Famílias Que Passarão a Viver a Esta Ilha da Madeira depois do Seu Descobrimento*, São Paulo, Revista Genealógica Brasileira, 1948; *Id.*, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, CEHA, 1996; SILVA, António de Moraes, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10.ª ed. rev., corrigida, muito aum. e atualizada por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado, 12 vols., Lisboa/Rio de Janeiro, Confluência, 1949-1959; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols. Funchal, DRAC, 1998; VERÍSSIMO, Nelson, “O exercício do poder de correição na Madeira nos séc. xv e xvi”, *Islenha*, n.º 17, jul.-dez. 1995, pp. 25-30; *Id.*, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 2000.

Alcaide do mar

A designação “alcaide” abrangeu um conjunto muito alargado de elementos com jurisdição militar, camarária, alfandegária e aduaneira, integrando-se na última área o alcaide do mar. A criação do lugar de alcaide do mar, inquiridor dos feitos da Fazenda e meirinho das Execuções Reais data dos meados do séc. XVI, tendo por função o controlo da complexa área da ligação da Alfândega e da Fazenda do Funchal com o movimento marítimo da baía. Este lugar ou ofício também aparece na Alfândega de Santa Cruz, na capitania de Machico, entre os finais dos sécs. XVI e XVII, quando foi extinto, e em Porto Santo, nos meados do séc. XVII. Sob controlo do alcaide do mar deveriam estar os guardas do número, criados por carta da lavra da infanta D. Beatriz (1430-1506) datada de 1477. Estes começaram por ser oito, passando depois o grupo a integrar mais quatro que, em 1682, transitaram da extinta Alfândega de Santa Cruz.

Não existem muitas referências às atribuições específicas do alcaide do mar, embora o lugar apareça constantemente citado durante o Antigo Regime e com bons proventos económicos. Seguindo as ordens de D. João IV em relação aos embarques e desembarques de quaisquer fazendas longe do reduto da Alfândega, nos inícios do séc. XVIII, o provedor Manuel Mexia Galvão publicou um edital, na sequência das ordens régias, retomando o assunto. Todas as fazendas embarcadas ou desembarcadas noutra local que não junto ao reduto da Alfândega deveriam ser dadas como perdidas, assim como “pessoa nenhuma de qualquer estado ou condição que seja” poderia ir a bordo dos navios com fazendas sem licença do provedor. Teriam, então, como penas a embarcação queimada e 6000 réis de condenação, pagos na cadeia, para a Fazenda Real, sendo a terça parte da condenação para o alcaide do mar ou para o denunciante.

O edital ainda acrescentava que o mesmo se deveria observar para as lanchas dos navios estrangeiros logo que tivessem dado a sua entrada na casa da saúde, devendo os respetivos cônsules obrigar-se a adverti-los para que não



Regimento das Alfândegas de D. Beatriz, 1477 (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomo 1, 1517).

alegassem depois a ignorância dessas determinações. Não poderiam igualmente os barqueiros levar nem trazer fazendas por outros barcos que não os do cabrestante ou os dos nomeados pelo patrão do calhau e muito menos ir ou vir de bordo ao anoitecer. Pelo articulado deste edital, parece deduzir-se serem estes os assuntos da responsabilidade do alcaide do mar, que recebia a terça parte das condenações por essas infrações, estando sob seu controlo as embarcações do cabrestante e as nomeadas pelo patrão da ribeira ou pelo patrão do calhau, no caso de aquelas não serem suficientes.

O primeiro alcaide do mar do Funchal terá sido Lourenço Castanho, falecido antes de 1565, pois que, com data de 2 de maio desse ano, teve alvará do lugar Brás Ferreira pelo falecimento do anterior. Por carta de 21 de

janeiro de 1575, o lugar foi entregue a João da Costa, fidalgo da Casa Real, nos termos em que havia sido a João Castanho e seu pai Lourenço Castanho, embora não conheçamos o documento de atribuição do lugar ao primeiro. A carta régia atribui um ordenado ao alcaide do mar João da Costa de 12\$000 e mais 4\$000 pelo ofício de meirinho das execuções, assim como 10\$000 por mês para mantimento de um escravo para o acompanhar.

O lugar ficou na família ao longo dos sécs. xvii e xviii, transitando para o genro de João da Costa, Jerónimo Correia de Sampaio, em 1611, depois para o genro deste, Manuel Valente, em 1650, e para Manuel Valente de Quintal, em 1711, por falecimento de seu pai. Em 1716, foi provido Simão da Costa Souto-Maior. Em data incerta, mas anterior a 1750, ocupou o cargo Pedro Barreto, “e como o dito ofício sempre anda fazendo execuções na cobrança da fazenda real algumas pessoas se queixavam dele”, comentário que deixa entrever não só o cerne da função, como também algumas consequências decorrentes do seu exercício (ANTT, Tribunal do Santo Ofício..., fls. 61-61v.). A partir de 1750, o lugar foi ocupado por Francisco Fernandes Antunes e, em 1764, dado o seu falecimento, pelo seu genro, Manuel de Gouveia Teixeira. Nessa data, foi atualizado o ordenado, que passou para 16 mil réis e mais 12 mil mensais para o escravo. Em 1778, há notícia de ter sido solicitado o lugar de alcaide do mar do Funchal por Francisco Xavier de Ornelas e Vasconcelos, sob a antiga designação de patrão-mor da Ribeira, mas o lugar não voltou a ser provido.

Em Santa Cruz, no ano de 1600, era alcaide do mar Manuel Pinto de Lemos, por ausência do proprietário do lugar, Pedro Correia, que, falecido na Índia em 1645, libertou o cargo, no qual teve Pinto de Lemos provimento definitivo com ordenado anual de 20\$000 e uma pipa de vinho, não voltando, depois, a haver provimento do lugar. O cargo foi extinto nos meados do séc. xviii, passando essa verba, em 1754, para pagamento do porteiro e guarda dos livros dos contos da Alfândega do Funchal.

Em Machico, em 1769, era alcaide do mar Cristóvão da Fonseca Colaço, que recebia 20\$000, indicando-se ainda que tinha às suas ordens quatro guardas: Jorge Neto Machado, Manuel de Miranda, Paulo de Oliveira e Manuel Luís Madeira, recebendo cada um 12 mil réis. Em 1642, era alcaide do mar de Porto Santo Manuel Rodrigues Travassos, com o mesmo ordenado do seu antecessor, sem que, no entanto, se refira nem o quantitativo do salário, nem o nome do anterior ocupante. Mais tarde, em 1771, recebia o alcaide do mar 2\$000, mas não se refere também o seu nome.

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomo 6; ANTT, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, livs. 969, 974-976; *Ibid.*, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Eusébio, proc. 1; BNP, reservados, cód. 8391, *Index Geral do Registo da Antiga Provedoria da Real Fazenda, Acrescentado com Algumas Notícias e Sucessos da Ilha da Madeira desde o Ano de 1419 do Seu Descobrimto até o de 1775 da Extinção da Mesma Provedoria*; **impresa:** Arquivo Histórico da Madeira, vol. xv, 1972; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. iv, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1996; *Id.*, *História da Madeira*, vol. i, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1999; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

RUI CARITA

Alcaide-mor

A designação “alcaide” abrangeu um conjunto alargado de elementos com jurisdição militar e civil que, no início do povoamento da Ilha, estava totalmente a cargo dos capitães do donatário, os quais superintendiam sobre os aspetos militares e sobre os postos alfandegários e presidiam às emergentes Câmaras dos concelhos. Como os aspetos gerais de segurança estavam a cargo do capitão, competindo-lhe, depois, apresentar os nomes para alcaide da sede da capitania, este assume o título de alcaide-mor quando os concelhos se começam a autonomizar dos capitães, em finais do séc. xv. Com a construção da fortaleza do Funchal, o inicial baluarte joanino construído junto das casas do capitão, sobre as fontes de João Dinis, entre 1540 e 1542, foi igualmente nomeado um alcaide para a fortaleza.

O primeiro alcaide da fortaleza foi Jerónimo Cabreira, moço de câmara do capitão do Funchal, que teve nomeação a 9 de novembro de

1542, com um ordenado de 8\$000 e a incumbência de zelar pela conservação do mesmo baluarte. Acompanhando o capitão à corte de Lisboa, foi substituído por João de Ornelas de Magalhães, que tomou posse como alcaide da fortaleza do Funchal a 14 de maio de 1555 e que deverá ter levantado, pouco tempo depois, o chamado solar de D. Mécia, que ostenta as armas desses apelidos.

A nomeação de Ornelas de Magalhães foi feita no sentido da coordenação da guarda à fortaleza, de “alcaide”, como vem citado no documento supracitado, cabendo-lhe a nomeação dos bombardeiros e do pessoal de guarda e de manutenção do baluarte, pelo menos até 1551, data em que há notícia da existência de um condestável dos bombardeiros da fortaleza. O capitão do Funchal fixou-se, então, em Lisboa, vindo pontualmente ao Funchal, e passou a usar, entre os seus títulos, o de alcaide-mor da fortaleza – posteriormente, das fortalezas –, mas somente como título honorífico, dado que a partir de 1582 já o não era efetivamente, na medida em que passou a haver um encarregado das coisas da guerra e, depois, um governador instalado na fortaleza.

A partir de 1580, quer pelo falecimento do quinto capitão do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara (1512-1580), quer pelo falecimento, três meses depois, de seu filho e herdeiro João Gonçalves da Câmara (1541-1580), em Almeirim, na sequência da peste, foi nomeado um encarregado das coisas da guerra, o Corr. João Leitão, a quem se seguiu D. Agostinho de Herrera, conde de Lançarote. Enquanto encarregados das coisas da guerra, desempenharam as funções gerais de alcaides-mores, embora em articulação com os capitães do presídio castelhano do Funchal, instalados na mesma fortaleza.

Em 1585, com a nomeação de Tristão Vaz da Veiga, um descendente de Zarco, como governador e capitão general de ambas as capitânias e alcaide-mor da fortaleza do Funchal, designação abreviada à época como “capitão-geral”, as funções do alcaide-mor ainda ficaram mais bem definidas, até pelo facto de o governador se assumir também como capitão-donatário de Machico. O capitão-donatário do Funchal



Baluarte do Castanheiro da fortaleza-palácio de S. Lourenço, c. 1600 (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

manteve, no entanto, a mercê honorífica do título de alcaide-mor, os respetivos proventos e o direito de apresentação do alcaide da cidade e das demais vilas da sua capitania. As donatárias foram extintas em 1766, bem como o título de alcaide-mor, tendo, no entanto, os antigos donatários sido bem compensados pela extinção das antigas capitânias.

Bibliog.: *manuscrita:* ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomos 2 e 3; *impresa:* CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. 1, Secretaria Regional da Educação, 1999; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

RUI CARITA

Alcoforado, Francisco

O documento mais antigo sobre o “descobrimento” oficial da Madeira, pois que o conhecimento das ilhas atlânticas é muito anterior, deve ser a descrição de Francisco Alcoforado

contida na sua Relação, testemunho onde o mesmo se declara “escudeiro do Senhor Infante D. Henrique” e “que foi a tudo presente” (MELO, 1975, 83). Esta Relação foi utilizada por Jerónimo Dias Leite (c. 1537-c. 1593) na *História do Descobrimento da Ilha da Madeira e da Descendência Nobilíssima dos Seus Valorosos Capitães*, cerca de 1587, trabalho que enviou a Gaspar Frutuoso (c. 1522-c. 1591) para as *Saudades da Terra* (1590), ainda que Dias Leite tenha afirmado tratar-se de um testemunho deixado por Gonçalo Aires e que fazia parte dos arquivos dos capitães do Funchal. O mesmo texto serviu depois a D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666), nascido em Lisboa, mas com família nos Açores, para o “Descobrimento da ilha da Madeira, anno de 1420, epanáfora amorosa”, publicado em *Epanaphoras de Varia Historia Portuguesa*, Lisboa, 1666, que é um desenvolvimento dessa fonte, da qual o autor, na qualidade de descendente de João Gonçalves Zarco (c. 1390-1471), teria uma cópia “muito antiga”. Seria depois traduzida para francês, em 1671, e para inglês, em 1675, havendo igualmente edição de cópia existente no British Museum, em tradução inglesa, do ano de 1750.

A Relação de Francisco Alcoforado assenta na chegada inopinada à Madeira de um casal inglês: Ana de Arfet e Robert Machim. Refere o texto que, no tempo do Rei Duarte de Inglaterra, (1312-1377), avô de D. Filipa de Lencastre (1360-1415), ou seja, entre 1327 e 1377, teria havido um nobre inglês, com fama de bom cavaleiro, cujo nome ou alcunha era Machim, que se enamorou de uma dama da alta nobreza, Ana de Arfet, sendo correspondido. Descoberto o enredo e dada a diferença de estatuto social, os parentes dela, com o consentimento do Rei, pretenderam acertar o seu matrimónio com um nobre de Bristol. Perante esta situação, os dois namorados resolveram fugir, tomando uma nau com destino à costa de França, país com o qual Inglaterra se encontrava em guerra. Com medo de serem perseguidos, rumaram para as costas da Gasconha, acabando por passar ao lado da península Ibérica e por ir parar a “uma terra

brava, toda coberta de arvoredo” (*Id., Ibid.*, 89), que era a ilha da Madeira. Ana aportaria já doente, falecendo poucos dias após a chegada; Machim faleceria alguns dias depois, sendo ambos ali enterrados. A informação teria chegado ao conhecimento de Zarco, então em serviço na Armada do Algarve, e depois ao do infante D. Henrique (1394-1460), levando à tomada oficial da Ilha para a corte portuguesa. Os escudeiros do infante, Zarco e Tristão, ao chegarem à baía onde se encontrava enterrado o casal inglês, que ficou com a designação de “Machico”, celebraram a primeira missa em terra sobre as suas sepulturas, feitas pelos companheiros antes de abandonarem a Ilha.

Logo em 1873, o historiador Álvaro Rodrigues de Azevedo (1825-1898) colocou dúvidas à autenticidade da Relação nas suas anotações às *Saudades da Terra*. O mesmo fez posteriormente o historiador Ernesto Gonçalves (1898-1982) nas páginas de *Das Artes e da História da Madeira*, apontando inúmeras incongruências na estrutura do documento – a efabulação do caso de Ana e Roberto Machim, a fundação das igrejas, o posterior incêndio do arvoredo – e salientando a aparente inexatidão dos companheiros do malogrado inglês que, pensando tratar-se de uma terra nova, a foram pedir aos “reis de Espanha”; entende o historiador que “nunca um português os chamaria de Espanha, a não ser demitindo-se do seu pundonor patriótico” (GONÇALVES, 1960, 6). Tal apreciação leva-o a situar o texto em 1580 e em plena crise política provocada pela morte sem descendência do Rei e cardeal D. Henrique (1512-1580); coloca então a hipótese de que o autor do texto tenha sido, inclusivamente, Jerónimo Dias Leite. Manuel Pita Ferreira (1912-1963) defende a Relação, também em *Das Artes e da História da Madeira*, argumentando que foi seguida por quase todos os historiadores anteriores e já se encontrava na posse dos Câmaras nos inícios do séc. XVI; e invalida a questão dos “reis de Espanha”, observando que o uso do plural indica os reis que governassem uma parte da península e fossem senhores da Ilha, ou seja

Portugal, Castela ou Aragão. O problema da autenticidade parece resolvido com a posterior descoberta de uma versão datável de cerca de 1500 e que não parece muito provável que tenha sido falsificada; ainda que tal não invalide as inúmeras incongruências de pormenor da Relação, torna-as perfeitamente aceitáveis num vago escudeiro das primeiras décadas do séc. xv, que não seria propriamente um cronista nem um abalizado letrado.

O texto não foi, pois, bem aceite entre os historiadores dos finais do séc. xix até aos meados do xx, essencialmente por abrir com a lenda de Roberto Machim e Ana de Arfet, dando os Ingleses como tendo chegado à Madeira antes dos escudeiros do infante D. Henrique. A dificuldade da articulação das datas também jogava contra a veracidade do documento, pois a viagem dos Ingleses terá ocorrido, o mais tardar, em 1377 (último ano do reinado de Eduardo III de Inglaterra), data em que o infante ainda não era vivo. De facto, D. Henrique, nascido em 1395, só se fixou no Algarve depois do descerco de Ceuta, ou seja, em 1419, tendo recebido a nomeação de grão-mestre da Ordem de Cristo apenas em maio de 1420. No entanto, a lenda é mencionada por quase todos os autores que posteriormente escreveram sobre a expansão portuguesa, nomeadamente Valentim Fernandes (1507-1508), Duarte Pacheco Pereira (*Esmeraldo de Situ Orbis*, 1505/1508), António Galvão (*Tratado dos Descobrimentos*, 1563) e o italiano Giulio Landi (1574), em texto depois transcrito pelo madeirense Manuel Constantino, na *Insulae Materiae Historia* (Roma, 1599), embora aqui de forma mais esbatida. Como dissemos, a aceitação do desembarque anterior a Zarco e aos seus companheiros punha em questão a prioridade de descoberta do arquipélago por parte dos Portugueses, o que era impensável para os historiadores da primeira metade do séc. xx, desencadeando acesa polémica nacionalista por esses anos. Acresce ainda que, desde os inícios e meados de Oitocentos, o comerciante inglês Robert Page (1775-1829) tinha desenvolvido uma ampla campanha de defesa dos interesses britânicos sobre a Madeira, não se coibindo,

inclusivamente, de forjar uma cruz de madeira, supostamente pertencente às velhas sepulturas de Machim e Ana de Arfet; de facto, as condições climatéricas da área, a sequência de aluviões, etc., tornam perfeitamente impensável a sobrevivência de tal objeto, enterrado no leito da ribeira de Machico durante cerca de 500 anos, sobretudo, apresentando inscrições pintadas.

De acordo com os dados disponíveis no princípio do séc. xxi, e aceitando-se o conhecimento anterior da existência do arquipélago pelos navegadores portugueses, e não só, não repugna de forma alguma o desembarque de uma qualquer Ana de Arfet e de um Roberto Machim antes do reconhecimento oficial das ilhas da Madeira e do Porto Santo. Aliás, as visitas de navegadores portugueses a estas ilhas eram de tal forma frequentes que, na segunda viagem de Zarco, apareceram no Porto Santo uns frades franciscanos, salvos de um naufrágio que ocorrera algum tempo antes, quando rumavam às Canárias. Colocam-se, naturalmente, dúvidas em relação à possibilidade de os factos terem acontecido no tempo de Eduardo III de Inglaterra e de a notícia chegar tão depressa a Zarco; na verdade, o desembarque dos Ingleses deverá ter ocorrido bastante tempo depois, até porque, em 1420 e segundo o escrito de Alcoforado, as suas campas ainda se encontravam junto da ribeira.

O argumento de que não há qualquer referência à existência de um Francisco Alcoforado no séc. xv, e no Funchal, também foi superado, pois o apelido não era desconhecido na região nesse tempo. Manuel Pita Ferreira refere mesmo a existência de um Pero Vaz Alcoforado (FERREIRA, 1957, 122), provavelmente seu descendente ou familiar, relacionado com um hospital fundado por sua mulher e de que era procurador João de Canha, mencionado nas vereações da Câmara Municipal do Funchal de 6 de junho de 1471. Portanto, os Alcoforados estiveram na Ilha.

A cópia da Relação de Francisco Alcoforado existente na Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa data, em princípio, de cerca de 1500, e, embora com todas as características

de relato oral, organizado internamente por locuções temporais (“no tempo de”, “neste tempo”, “então”, etc.) e algumas incoerências nos pormenores de tempo de viagem, não se afasta de outros documentos coevos, pelo que não parece haver qualquer dúvida em aceitar a sua autenticidade. Em linhas gerais, todos os aspetos respeitantes ao infante D. Henrique e a Zarco, bem como ao reconhecimento e ao povoamento da Madeira, se enquadram perfeitamente na época e correspondem às restantes informações disponíveis, devendo ter servido de base para os cronistas seguintes; se não para todos os nacionais, que terão recorrido também a outras fontes, pelo menos para os regionais, como Dias Leite e Gaspar Frutuoso, entre outros.

Obras de Francisco Alcoforado: *An Historical Account of the Discovery of the Island of Madeira, Abridged from the Portuguese Original: to Which is Added, An Account of the Present State of the Island in a Letter to a Friend* (1750).

Bibliog.: CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. 1, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1999; COSTA, José Pereira da, *Vereações da Câmara do Funchal*, Funchal, CEHA, 1995; FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, *Notas para a História da Ilha da Madeira*, Funchal, s.n., 1957; *Id.*, *O Arquipélago da Madeira: Terra do Senhor Infante*, Funchal, JGDAF, 1959; *Id.*, “A relação de Francisco Alcoforado”, *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 31, 1961, pp. 17-40; FONTVIEILLE, Jean, “A lenda de Machim: une découverte bibliographique à la Bibliothèque-Musée du Palais de Bragança à Vila Viçosa (Portugal)”, in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. 3, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, pp. 197-238; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2007; GALVÃO, António, *Tratado Que Compôs o Nobre & Notauel Capitão Antonio Galvão, dos Diuersos & Desuayrados Caminhos, por onde nos Tempos Passados a Pimenta & Especearia Veyo da Índia às Nossas Partes, & assi de Todos os Descobrimentos Antigos & Modernos, Que São Feitos até a Era de Mil & Quinhentos & Cincoenta*, Lisboa, Impressa em casa de loam da Barreira, 1563; *Id.*, *Tratado dos Descobrimentos Antigos e Modernos de António Galvão*, Lisboa, Oficina Ferreiriana, 1731; GONÇALVES, Ernesto, “Estudo da ‘Relação de Francisco Alcoforado’”, *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 30, 1960, pp. 1-8 e 60-68; *Id.*, “Algo mais acerca da ‘Relação de Francisco Alcoforado’”, *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 31, 1961, pp. 10-16 e 57-59; LEITE, Jerónimo Dias, *História do Descobrimento da Ilha da Madeira e da Descendência Nobilíssima dos Seus Valorosos Capitães*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1949; *Id.*, *Descobrimento da Ilha da Madeira*, Lisboa, Alfa, 1989; MACHADO, João Franco, *A Relação de Francisco Alcoforado*, Lisboa, s.n., 1936; MELO, Francisco Manuel de, *Epanaphoras de Varia Historia Portuguesa*, Lisboa, Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1666; *Id.*, *Epanaphoras de Varia Historia Portuguesa*, Lisboa, Antonio Craesbeeck de Mello, 1676; *Id.*, *Epanáfora Amorosa: Descobrimento da Ilha da Madeira: Ano de 1420*, Braga, J. Castro, 1975; NASCIMENTO, João Cabral do, “O manuscrito de Gonçalves”, in *Apontamentos de História Insular*, Funchal, Tip. Madeirense, 1927; PEREIRA, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892; RODRIGUES, António Gonçalves Rodrigues et al., *D. Francisco Manuel de Melo e o Descobrimento da Madeira*, Lisboa, Biblión, 1935; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Lucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998.

RUI CARITA

Alcoolismo

Desde os anos 70 do séc. xx que a expressão “problemas ligados ao álcool” quase destronou o termo “alcoolismo”. Com efeito, o termo tem recebido vários sentidos, desde vício e hábito moral até doença – não doença enquanto simples condição orgânica, mas também desordem de comportamento. O termo “alcoolismo” foi introduzido por Magnus Huss em 1849 para designar o abuso, a síndrome ou o conjunto de doenças do álcool. Durante algum tempo, manteve-se a dúvida sobre se a doença era a desordem do abuso ou as consequências daí derivadas. Por meados do séc. xx, com E. M. Jellinek, começou a distinguir-se a propensão para abusar do álcool e as doenças de dependência de repetição de consumo. Cerca de 1950, entre os peritos da OMS, questionava-se se o alcoolismo seria uma desordem patológica distinta e anterior ao consumo. Em 1976, a Sociedade de Médicos Americanos considerou-o uma perturbação em si e não um sintoma de distúrbio de personalidade, incluindo-o no modelo médico. A OMS, em 1977, porém, objetou que há duas condições a distinguir: a dependência e a síndrome, por um lado, e o problema do consumo, por outro; nem sempre os que consomem em excesso são afetados pela doença ou síndrome, e nem sempre se distingue a dependência do simples consumo excessivo. Há consumidores que prejudicam a saúde e desenvolvem problemas de álcool sem serem dependentes. Esta posição foi conduzindo ao modelo biopsicossocial em que se concebem graus variáveis de consumo de risco e de danos do consumo, mesmo sem uma hipotética personalidade alcoólica. O termo “abuso do álcool” deu lugar ao conceito de uso de risco, em referência ao consumo que causa problemas e danos à saúde mental e física, bem como ao bem-estar social, aceitando-se as evidências de que os danos do álcool e os seus custos estão em proporção com o consumo global de um país e não com o número dos hipotéticos alcoólicos. Numa palavra, o consumidor pode beber em excesso porque aprende esse comportamento e o mantém, e não por falta de controlo. Não

parece provado que haja duas condições totalmente distintas: alcoólicos e não alcoólicos, nem que haja uma progressiva perda irreversível e total ausência de controlo. É mais adequado dizer que há uma graduação entre consumo opcional e consumo dependente e que se pode passar de graus iniciais de consumo controlado para graus de dependência progressiva, *i.e.*, de um fenómeno assente num modelo moral (de vício), em que os bebedores são responsáveis pelo seu consumo de risco, passando por fenómenos assentes nos modelos médico (doença) e biopsicossocial (misto), até chegar ao fenómeno da síndrome alcoólica de maior dependência e doenças associadas.

Os centros de recuperação funcionam à base do modelo psicossocial focado no uso da responsabilidade para reduzir a dependência e aumentar o controlo; e no uso dos recursos espirituais para sair do círculo vicioso da dependência, independentemente do seu grau. Os modelos de autoajuda, como o dos 12 Passos dos Alcoólicos Anónimos, estimulam as motivações espirituais para a reabilitação sem recorrer às ajudas do modelo médico, mas sem as excluir para os que as desejem ou delas precisem.

Aspetos históricos da produção de álcool na Madeira

O alcoolismo na Madeira está ligado a duas produções agrícolas de primeiro plano: cana-de-açúcar e vinha. Estas culturas ocupam um lugar cimeiro na sua economia desde o povoamento no séc. xv, em que as primeiras plantas da cana, originárias da Ásia, terão sido trazidas por genoveses do sul da Itália para o Algarve e daqui para a Madeira; com efeito, o açúcar já seria importado do Oriente cerca do séc. xiii. A cana desenvolveu-se bem no clima da Ilha e a sua cultura ocupou rapidamente os terrenos disponíveis em detrimento da produção de cereais, devido ao facto de o açúcar ter mais exportação e haver muitos interesses envolvidos no exterior. Cerca do ano 1500, a Madeira chegou a ser a maior exportadora de açúcar, em especial para o Norte da Europa.

A cana-de-açúcar tornou-se muito apreciada para produzir caldo ou suco, e, a partir deste, o açúcar e o melaço ou mel de cana (ou produto residual do suco não cristalizável, usado na pastelaria). Tanto do suco fermentado como do melaço residual, também fermentado e destilado, produz-se álcool e aguardente. Do caldo de cana, após fermentação, resulta uma bebida alcoólica, o vinho de cana ou garapa, a qual, se for destilada, produz álcool e cachaça ou aguardente de cana. Os resíduos podem ainda ser destilados para produzir etanol de baixa qualidade, com risco de ter metanol, que por vezes se usa para fabricar rum. O caldo de cana, além de água, sacarose e outras substâncias, é rico em minerais, ferro, cálcio, potássio, magnésio, cloro e vitaminas dos grupos B e C.

Após um século de expansão, a produção da cana-de-açúcar na Madeira entrou em crise no séc. xvi, com a concorrência da sua produção no Brasil com mão de obra escrava, que tornou a produção de açúcar mais económica do que na Madeira. Esta crise fez aumentar o cultivo da vinha e da produção de vinhos e de aguardentes de uva, mantendo a Ilha com níveis altos de bebidas alcoólicas para exportar e consumir internamente.

Com efeito, tanto a produção de cana-de-açúcar como a do vinho foram dando razões para a Madeira, no séc. xix, se vir a chamar “a ilha da aguardente”, no sentido de grande produtora



Fig. 1 – Bebida alcoólica (fotografia de Bernardes Franco, 2019).

e exportadora, mas também de grande consumidora, com todas as consequências daí derivadas para a saúde dos consumidores. Houve mesmo como que um casamento entre a aguardente de cana e a do vinho, em que parte da aguardente de cana era usada para fortalecer o vinho. Após a redução da cultura da cana foi preciso importar aguardente para tratar o vinho e este ser exportado; importava-se dos Açores e do estrangeiro, em forma de melaço ou de *ponche*, termo a que são atribuídas duas etimologias, e que deu origem à bebida poncha, muito popularizada na Madeira em quase todos os bares. O nome teria vindo do inglês *punch* por via hindí (*pāch*), por este licor ser feito com cinco ingredientes: chá, açúcar, aguardente (vinho ou cerveja), canela e limão; e por via do sânscrito *pānca*, e do grego *penta* (cinco). Outros, porém, defendem que o termo vem da dos barris cheios de *ponche* ou melaço da América Central, os quais eram marcados com furos (*punchs* ou *pegas*) para os manusear.

Há uma vastíssima investigação e documentação histórica disponível sobre estas duas produções, a da cana-de-açúcar e a da vinha, as suas exportações, a sua comercialização, o seu valor económico, o emprego de mão de obra escrava na produção e laboração dos engenhos e alambiques, mas não deixa de ser, contudo, uma investigação incompleta, não global, como veremos.

Os consumos internos dos derivados da cana-de-açúcar e da vinha entram menos nas estatísticas económicas que as exportações. A partir do séc. XVI, e mais ainda nos séculos seguintes, a Madeira começou a ter visitantes de toda a Europa; esse fluxo turístico concorreu para aumentar a exportação e o consumo interno de bebidas alcoólicas. No séc. XIX, veio juntar-se a este fluxo de visitantes o turismo da saúde para a cura da tuberculose e, posteriormente, no séc. XX, o turismo de massas. Estes fatores concorreram de uma maneira ou de outra para multiplicar a produção e os locais de consumo. Na segunda metade do séc. XIX, as vinhas foram dizimadas pela filoxera e deu-se o recurso à produção do chamado vinho americano, morangueiro ou de cheiro, de produtores diretos resistentes às pragas. Este vinho, porém,

de baixo teor alcoólico e altas percentagens de tóxicos (pectidina, malvina e metanol), terá concorrido para aumentar os danos infligidos aos consumidores (incluindo aos nascituros), como sejam as deficiências mentais.

O facto de muitos produtores disporem dos seus engenhos e alambiques caseiros facilitou o consumo de bebidas alcoólicas em tempos em que os hábitos de beber em excesso eram considerados apenas vícios morais e não graves atentados à saúde. A pouco e pouco, os problemas ligados ao consumo de bebidas alcoólicas adquiriram mais visibilidade e preocupação.

Dados históricos do alcoolismo na Madeira

Em meados do séc. XIX, a Madeira passou por uma situação de carestia e pobreza agravada por problemas de álcool associados aos excessos de consumo. As condições sociais de carestia e miséria degradaram-se com o aumento dos expostos, da prostituição, da criminalidade, bem como com o aumento dos miseráveis e dos afetados pela fome. O *Elucidário Madeirense*, no artigo ou entrada “Junta Agrícola”, apresenta uma síntese do problema alcoólico na história da Madeira em que aponta aquele como causa do grande número de pessoas com perturbações mentais. Apesar da visibilidade do problema e da preocupação de alguns, não tem sido investigada suficientemente a relação entre a história económica da Madeira, a produção da cana-de-açúcar e da vinha, e os danos e os custos do consumo de álcool. As investigações das relações entre estas duas produções, cana e vinha, enquanto relacionadas e enquanto causas do aumento excessivo do consumo alcoólico, ficaram quase sempre na sombra até aos anos 30-50 do séc. XX. Houve algumas tentativas de controlo de produção e comercialização internas motivadas pela preocupação com a saúde das populações; foi então sublinhado “que a loucura, a tuberculose e outras doenças tomavam incremento alarmante por ingestão abusiva de aguardente, não só dentro da quantidade estabelecida por Lei, em rateios a todas as fábricas, mas por excesso clandestino daquele produto” (PEREIRA, 1989, I, 547-548).

Mantiveram-se, contudo, conhecimentos vulgares e fragmentados na população sobre esta relação, apesar da constante histórica de doenças associadas ao álcool. Começaram a multiplicar-se os colóquios especializados sobre o consumo alcoólico, mas só mais tarde se descobriram evidências de que o consumo, mesmo em pequeníssimas quantidades, nomeadamente durante a gravidez e a amamentação, acarreta danos irreversíveis para o desenvolvimento dos nascituros e concorre para as deficiências mentais. A fome e a miséria, por outro lado, estiveram sempre ligadas ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas, como foi evidenciado já no séc. XIX.

Em tal clima de crise, pobreza e miséria, terão aumentado o número de pessoas com distúrbios psíquicos, problemas e doenças mentais ligadas ao álcool, apesar de alguns alertas e preocupações sobre a falta de respostas para reduzir as consequências. O aumento dos problemas de saúde e das doenças mentais no séc. XIX, segundo o *Elucidário Madeirense*, era atribuído ao excesso de álcool, proveniente das 50 fábricas que inundavam o mercado e levavam ao “definhamento da raça”, relativamente à “estatura, constituição orgânica e forças musculares” (SILVA e MENESES, 1922, II, 26), numa decadência que os médicos verificavam na seleção para o serviço militar. Estas observações quase antecipam os estudos sobre sintomas e perturbações dos nascituros atribuídos ao consumo de álcool pelas mães grávidas, a que nos referimos e sobre as quais se foram a acumular evidências na União Europeia de que as crianças e os adultos com estas sequelas ascendem no séc. XXI a cerca de cinco milhões.

Logo que a Casa de Saúde do Trapiche começou a funcionar, em 1924, foi objeto de uma reportagem em quatro artigos no *Jornal da Madeira* que terá sido levada a cabo por Vieira de Castro, Armando Pinto Correia e Eduardo Pereira. A reportagem de 12 de agosto de 1924 apresenta um quadro deprimente relativo ao alcoolismo dos doentes observados. Transcrevemos algumas frases: “grandes vítimas do alcoolismo que bestializa, desequilibra e escava a população da Madeira. Corpos sem alma,

cabeças deformadas, risos sem razão, gestos autômatos e línguas de trapos – a maior parte dos internados do Trapiche é feita de labrotes das aldeias, analfabetos devastados pelas bebedeiras de aguardente [...] e põe-nos ao nível dos animais” (GAMEIRO e GONÇALVES, 2014, 147-148). O grogue comera-lhes a memória.

Esta não é a única voz, por esta altura, a levantar-se contra um dos maiores problemas de saúde da população da Madeira. A revista *Vida Diocesana* (21 de maio de 1922) confirma os problemas associados ao álcool existentes na Madeira em 1922, dando a notícia de ter sido criada a Liga Anti-Alcoólica, cujo “único artigo” do regulamento estabelece “abster-se de vinho e aguardente fora das refeições”, e refere a existência da Associação de S. José, cujo presidente era o P.^o Casimiro d’Abreu e o vice-presidente o P.^o António d’Aquino de Sousa. O regulamento estabelece que por cada infração o associado paga a multa de 5\$000. Mais significativa é a carta de D. António Manuel Pereira Ribeiro de 25 de março de 1922, intitulada “Contra o alcoolismo” e dirigida ao clero. O bispo começa por referir o pedido do vice-presidente da comissão administrativa da Junta Geral a pedir a cooperação dos padres “na campanha contra o uso da aguardente, causa do alcoolismo, que é sem dúvida uma das maiores calamidades que de há muito vem afligindo a Madeira”. O bispo recorda e cita a sua “Exortação pastoral para a Quaresma de 1922”, na qual abordara “os quadros de miséria e os males que o alcoolismo acarreta à saúde de cada um” (RIBEIRO, *Vida Diocesana*, 21 maio 1922, 4) e os males de ordem doméstica. Passa, a seguir, a motivar a ação dos sacerdotes contra esses males, recorrendo a razões morais de temperança, para evitar excessos da comida e da bebida. Após apresentar a eficácia das associações de temperança de índole religiosa nos EUA, pede aos párocos que façam uma palestra por trimestre para animar tais associações.

Apesar de, em meados do séc. XX, se começarem a multiplicar as advertências de especialistas sobre os danos do consumo de bebidas alcoólicas, os seus alertas raramente chegaram

aos governantes e menos ainda ao público em geral, nem tão-pouco levaram à adoção de medidas legais de fiscalização para uma redução do consumo. Pelos anos 70 do séc. xx, os dependentes alcoólicos que já eram tratados na Casa de Saúde do Trapiche, muitos deles em fases precoces que lhes permitiam colaborar na recuperação, começaram a ter tratamento específico e em regime semiaberto, distinto dos tratamentos psiquiátricos, como se verá mais abaixo.

Um problema de economia de ganhos e custos

As investigações põem em relevo o valor económico das bebidas alcoólicas como fonte de rendimentos pelo consumo interno e pela exportação, mas não as complementam com uma investigação sobre os danos do álcool agravados pelos consumos sem controlo de excedentes de produção a baixos preços e pelo consumo de vinhos e destilados de baixa qualidade, em que os tóxicos metanol, pectidina e malvina podem estar presentes. As redes de fábricas clandestinas e toleradas de aguardentes, vinhos e outras bebidas não declaradas, que chegaram a centena e meia, promovem os consumos sem controlo a crianças, jovens e adultos. Também não se tem tomado em devida conta o número exagerado de tabernas e bares, talvez com a maior densidade no mundo, e horários alongados de abertura em que se serve continuamente qualquer tipo de bebidas a clientes de qualquer idade, não raro tentando justificar esta situação com a promoção do turismo. Num artigo de 1983, Armino Saturnino registava na Madeira 1867 bares ou tabernas, ou seja, 1 para cada 138 habitantes, detendo o concelho do Funchal, em 1981, meio milhar, que em 2 anos aumentaram para 717. Numa zona suburbana desta cidade, num raio de cerca de 500 m, Aires Gameiro contou oito bares em 2014.

A norma da idade legal de consumo é permissiva, ambígua e sem controlo; permite-se o consumo a crianças a partir dos 10 anos ou antes; e aos jovens de 16-17 anos, só estão proibidos

os licores e destilados. Com efeito, verificou-se que os alcoólicos da Madeira consomem mais vinho e que, em 2013, o consumo da cerveja estava em aumento. Nestes anos, o chamado *binge drinking* dos jovens e adolescentes, que consiste em beber quatro ou mais bebidas numa só ocasião, tornou-se bastante frequente, como se verifica pelos registos anónimos dos recuperados nas reuniões no Centro de Alcoologia S. Ricardo Pampuri da Casa de Saúde do Trapiche; destes, cerca de 20 % começaram a embriagar-se antes dos 15 anos e cerca de 40 % antes dos 20 anos. Já em 1996, a média de idade de consumo para os homens era 16,21 anos (sem distinção do tipo de consumo), valor sucessivamente confirmado.

O maior obstáculo a uma política efetiva de prevenção e de redução dos danos do álcool continua a ser a “atitude de avestruz”. Os políticos e governantes focam a sua atenção na investigação económica e alimentam a ilusão de que a produção, a comercialização e o consumo livre de bebidas alcoólicas só traz vantagens, lucros, empregos e turismo. As investigações continuam a não contabilizar os danos do álcool e os seus custos: as doenças e os seus tratamentos, a perda de emprego e as despesas por baixas médicas, os anos de incapacidade que provocam, as mortes prematuras, a violência familiar e as perturbações causadas pelo consumo de bebidas alcoólicas durante a gravidez e amamentação, como sejam as desordens do espectro alcoólico fetal (que abrangem anomalias estruturais, comportamentais e neurocognitivas), das quais a síndrome alcoólica fetal é a forma mais grave; e ainda os ferimentos e as mortes nas estradas. Em países onde já se fizeram investigações sobre estes custos, os cientistas puderam concluir que os lucros quase não chegam para cobrir os custos visíveis. E ficam ainda por contabilizar os custos invisíveis de sofrimentos, lutos, perdas de familiares e outras consequências. Os problemas causados pelo álcool poderiam ser contrariados com uma política global de medidas eficazes que reduzisse significativamente os danos causados pelo excesso de publicidade, a fácil acessibilidade, o

preço e os impostos baixos, o número dos locais de consumo e o seu período alargado de funcionamento.

Não basta tratar os doentes do álcool com as medidas avançadas na Região. Nem bastam as medidas educativas e de sensibilização, embora necessárias, as únicas com que a indústria e o *marketing* tendem a concordar pondo obstáculos às de controlo e fiscalização. Muitos doentes que recorrem aos tratamentos já o fazem demasiado tarde. No recurso tardio à recuperação, as ajudas quase se limitam a cuidados continuados, quando não quase paliativos.

Por falta de uma política global sobre os consumos alcoólicos, continua a verificar-se o panorama deprimente que é descrito por Manuel Gama: “o madeirense bebeu e continua a beber muita aguardente, muito vinho. O vinho seco ainda faz parte de certos contratos de trabalho praticados nos campos. O garrafão tem de estar ali presente. Ainda há quem pense que o vinho dá força para manobrar a enxada, a podoa ou a foice. Há quem se dedique à poncha, à cerveja, ao whisky, até perder o uso da razão” (GAMA, 2016, 12).

Trapiche: nome simbólico para o alcoolismo e seu tratamento

Trapiche é um sítio a cerca de 450 m de altitude sobre a baía do Funchal, pertencente à freguesia de Santo António, e distando 7,5 km da sede da mesma freguesia. Fernando Augusto da Silva diz que o nome significa armazém; mas em obras antigas da história da Madeira significa engenho, lagar, azenha ou moinho. Os dicionários de grego, latim, espanhol e italiano coincidem e não deixam dúvidas. O termo grego “trapeo” significa pisar uvas, e “trapetós”, moinho de moer azeitona; em latim, “trapetus” é uma mó de lagar de azeite, que na Itália se diz *trapetto* e na Sicília *trappitu poara* (para extrair outros sumos de frutos e da cana-de-açúcar). Em português, temos os étimos: trapaça, trapacidade, trapalhada, trepidar, tremar, em que está subjacente a ideia de esmagar e enganar; ao passo que trapicheiro tem o sentido de administrador de trapiche/armazém.

O sítio do Trapiche está ligado aos engenhos e à produção de bebidas alcoólicas a partir da cana-de-açúcar e da vinha. Indiretamente, relaciona-se com os consumos, eventualmente excessivos, e por isso com as doenças do álcool. Com a implantação da Casa de Saúde, onde se continuou a cultivar cana-de-açúcar e vinha, o sítio e o nome como que mudaram de significação, tornando-se Trapiche um lugar de saúde para tratamento de pessoas com perturbações mentais e também pessoas vítimas do consumo de bebidas alcoólicas. Além de centro de tratamento, a própria Casa de Saúde Mental constitui um alerta permanente à população da Madeira para reduzir os danos do álcool.

Prevenção e tratamento do alcoolismo na Madeira

Nos começos do séc. XXI, a Europa continuava a ser o continente com maior consumo de álcool *per capita*, embora este estivesse a crescer nos países em desenvolvimento. Existem fatores individuais e sociais que condicionam o consumo excessivo de álcool, levando, ou não, à dependência ao fim de algum tempo.

Para A. A. Carvalho, após a déc. de 1970, a subida do poder de compra e a liberalização dos costumes contribuíram para a progressiva agressividade das cervejeiras e das empresas de comercialização de bebidas destiladas, criando novos hábitos. O aumento da sociedade de consumo e a globalização fizeram aumentar o leque de bebidas disponíveis e acessíveis concomitantemente com o discurso antiálcool, mal aceite por alguns sectores da sociedade.

Expostos ao *marketing*, os jovens e as crianças, ainda sem maturação biológica, psicológica, social e cognitiva, são especialmente afetados no seu desenvolvimento pelo consumo de álcool.

Apesar de o alcoolismo continuar a afetar sobretudo os homens entre os 20 e os 35 anos, nos primeiros anos do séc. XXI era cada vez maior o número de mulheres e de jovens com problemas de dependência. A maioria dos indivíduos tinha o seu primeiro contacto com o álcool na adolescência, antes dos 15 anos, e o

pico de consumos ocorria normalmente aos 35 anos.

Na Região Autónoma da Madeira, por razões de ordem geográfica, histórica, cultural, social e económica, como ficou exposto atrás, o consumo de álcool era nesta altura muito elevado. Em 1987, oito anos após a inauguração do Centro de Alcoologia S. Ricardo Pampuri, os níveis de consumo eram “da ordem dos 10 litros per capita/ano, sendo o vinho a bebida alcoólica de eleição” (SATURNINO *et al.*, 1987, 69), níveis mantidos nos primeiros anos do séc. XXI sem mudança muito significativa.

Com efeito, a OMS regista para Portugal, em 2010, cerca de 11 l de álcool puro *per capita*, álcool declarado para maiores de 15 anos, acrescidos de 1,9 l de álcool não declarado. Se, porém, considerarmos o consumo só dos consumidores, excluindo os que não bebem, atinge no mesmo ano 22,6 l *per capita*, para maiores de 15 anos, sendo 27,1 l nos homens e 16,4 l nas mulheres. Para esse ano de 2010, o vinho continua a ser a bebida mais consumida, seguido da cerveja, enquanto as de menor consumo são as destiladas e outras. Os *binge drinkers*, que consomem mais de quatro ou cinco bebidas (60 g de álcool puro) pelo menos uma vez ao mês, de entre apenas os consumidores maiores de 15 anos, totalizam 43,6 % de homens e 35,8 % de mulheres. As mesmas estatísticas da OMS em 2010 registam 5,8 afetados por perturbações resultantes do consumo de álcool e 3,1 dependentes.

Bebidas Alcoólicas	Quantidade de álcool (litros)	
	Ano de 1980	Ano de 1982
Vinho	1.181.560	943.616
Vinho Madeira	44.380	83.143
Cerveja	324.690	360.828
Vermute	13.420	6520
Whisky, conhaques, etc.	218.720	279.120
Aguardentes	498.900	405.782
Licores	11.622	48.325
Álcool puro	450.000	241.870
TOTAL	2.743.292	2.369.204

Fig. 2 – Tabela do consumo de álcool puro na Madeira (SATURNINO *et al.*, 1987, 68).

Podemos dizer que, desde o início do funcionamento do Centro de Alcoologia da Casa de Saúde S. João de Deus, em 1980-1982, o elevado consumo de álcool pelos madeirenses têm-se mantido à volta de valores bastante próximos. Convém ter em conta que se trata apenas do álcool declarado, não se conhecendo os consumos de bebidas destiladas e de vinho produzidos clandestina ou privadamente.

Indicadores	1980	1982
Média por habitante	10,85 l	9,37 l
Média por habitante ≥18 anos	17,46 l	15,08 l
Média por habitante ≥20 anos	18,66 l	16,11 l

Fig. 3 – Tabela do consumo de álcool por habitante (SATURNINO *et al.*, 1987, 69).

Consumos desta ordem de grandeza afetam a saúde do indivíduo, o bem estar das famílias e das comunidades. Estamos perante graves problemas e danos de saúde pública, sociais e económicos. O consumo está associado a doenças cardiovasculares, oncológicas, neurológicas, mentais e do aparelho digestivo, entre outras. Está ainda associado a cerca de 1/3 dos acidentes rodoviários, a crimes de violência doméstica e social, suicídios, a comportamentos de risco, em particular a doenças sexualmente transmissíveis e a consumos de outras substâncias psicoativas. Os danos referidos têm impactos importantes para os custos dos Serviços Regionais de Saúde, Segurança Social, Emprego, Juventude, Segurança Rodoviária e Ordem Pública. Por tudo isto, as repercussões negativas para a economia da Região, como já expusemos acima, são graves e ainda esperam por investigação adequada e por medidas políticas eficazes que reduzam os problemas de danos e custos.

Analisando o movimento de doentes entrados para tratamento psiquiátrico na Casa de Saúde S. João de Deus, podemos constatar o número significativamente elevado de doentes com patologia alcoólica diagnosticada, admitidos para tratamento e reabilitação das suas perturbações alcoólicas de saúde e de dependência.

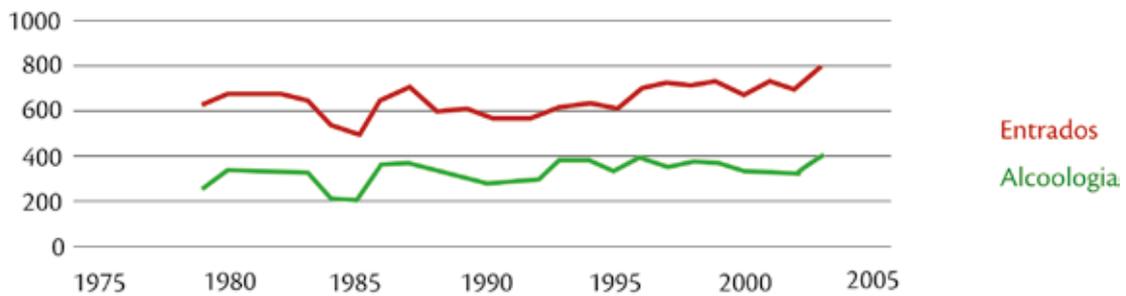


Fig. 4 – Gráfico do movimento do total de doentes entrados na Casa de Saúde S. João de Deus e de doentes do álcool tratados no Centro de Alcoologia da mesma de 1973 a 2003 (registos da Casa de Saúde S. João de Deus).

Unidade de Alcoologia S. Ricardo Pampuri

A Unidade de Alcoologia S. Ricardo Pampuri constitui um serviço de prevenção, tratamento, recuperação e reabilitação de homens e mulheres com problemas ligados ao álcool, a funcionar desde a sua criação, em 1980, em edifício próprio, na Casa de Saúde S. João de Deus dos Irmãos de S. João de Deus (presentes na ilha da Madeira desde 1922), localizada no Funchal, que sempre tratou alcoólicos desde a sua abertura em 1924.

A partir dos anos 70 do séc. xx sentiu-se a necessidade de tratar os alcoólicos separadamente dos outros doentes mentais em instalações para esse objetivo, as quais começaram a ser planeadas pelas autoridades regionais de saúde e pela comunidade dos Irmãos da Casa em 3 de janeiro de 1975. Na ata da reunião da comunidade dessa data refere-se que ia ser construído o novo pavilhão de S. João de Deus para doentes agudos entre o pavilhão de S.^{to} António e o estendal; foi apresentada a proposta de acrescentar mais um piso aos três já existentes desse edifício para a unidade de alcoólicos, a qual foi aprovada por nove votos a favor e um contra; na reunião de 15 de outubro de 1975, já se referia que a máquina escavadora ia começar a preparar o terreno desse edifício, o novo pavilhão de S. João de Deus, o qual foi concluído em 1979.

O secretário regional da Saúde, o médico Nélcio Mendonça, conhecedor das muitas doenças e problemas familiares, sociais e económicos

causados pelo consumo de álcool na Região, apoiou esta iniciativa e a unidade de alcoólicos foi inaugurada a 5 de novembro de 1979, pelo então presidente do Governo regional da Madeira, Alberto João Cardoso Jardim. Era superior/diretor da Instituição Henrique Alminhas e diretor clínico Armindo Saturnino Figueira da Silva, médico psiquiatra e grande investigador na área da alcoologia e doença mental. Foi designado como primeiro coordenador da unidade o Enf.º Feliciano Gaita que desenvolveu importante trabalho de ligação com outras coletividades locais.

Após quatro anos de funcionamento, deu-se o contratempo de se ter de fechar o Centro, em 31 de março de 1984, por falta de pagamentos das diárias dos doentes pelo Governo regional, conforme contratualizado. Resolvidas as dificuldades, realizou-se a sua reabertura a doentes a 5 de novembro desse mesmo ano, e a reabertura oficial a 25 de novembro de 1985, com a presença do presidente do Governo regional, Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim, e vários membros do Governo regional. O presidente do Governo destacou a ação dos Irmãos de S. João de Deus na Região para o funcionamento desta obra e assegurou o seu apoio.

Nos 35 anos de funcionamento passaram pelo Centro cerca de 10 mil pacientes, homens e mulheres. O Centro estabeleceu inúmeras parcerias com outras instituições, entre as quais o Governo regional da Madeira (entidade financeira responsável), a Univ. da Madeira, a Escola Superior de Enfermagem S. José de Cluny, a

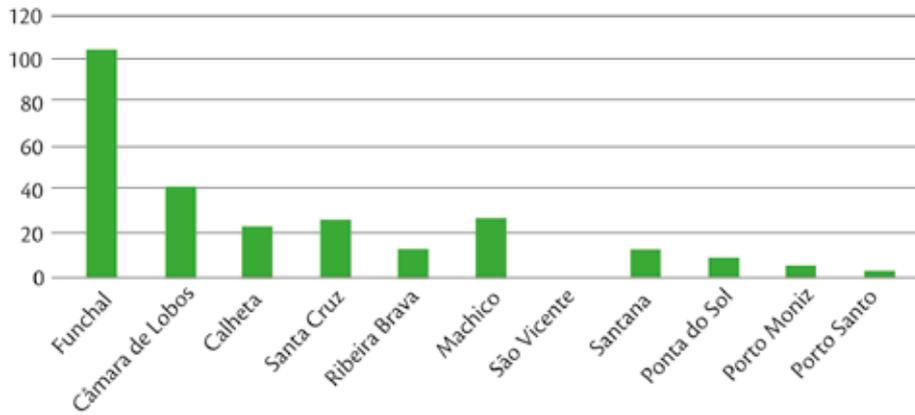


Fig. 5 – Gráfico de distribuição das pessoas tratadas na Unidade de Alcoologia S. Ricardo Pampuri segundo a área de residência, no ano de 2014 (registos da Unidade de Alcoologia S. Ricardo Pampuri).

Associação Antialcoólica da Madeira, o Serviço Regional de Saúde, a Associação Protetora dos Pobres, a Direção Geral de Reinserção Social, o Centro de Segurança Social da Madeira e a Câmara Municipal do Funchal. Estas parcerias contribuíram para facilitar e multiplicar os serviços oferecidos pelo Centro. As estatísticas do Centro vieram mostrar que o número de entradas por alcoolismo quase iguala o número dos entradas por doença mental. Por exemplo, em 2001 foram respetivamente 279 de psiquiatria para 302 de álcool e 99 toxicodependentes.

Como mostra a fig. 5, referente a 2014, a população que mais recorre aos serviços do Centro provém dos principais aglomerados urbanos, Funchal, Câmara de Lobos, Machico e Santa Cruz, que são também os que detêm

mais elevado número de estabelecimentos de venda de bebidas alcoólicas.

O Centro dispõe de uma equipa multidisciplinar e funciona em três vertentes: 1. medicamentos de desintoxicação, desabituação física e terapêuticas das doenças associadas ao consumo prolongado; 2. psicoterapias individuais e de grupo com quatro reuniões de grupo diárias de relaxamento, etiologia, psicoterapia de grupo, dimensões espirituais, psicoeducação, autoajuda, desenvolvimento pessoal, sexualidade e alcoolismo e vários tipos de ocupação, em que algumas das sessões são extensivas às famílias; 3. sessões de preparação para pós-alta.

A Unidade de Alcoologia S. Ricardo Pampuri obteve em 2014 a certificação de qualidade pelo referencial internacional EQUAAS, nível

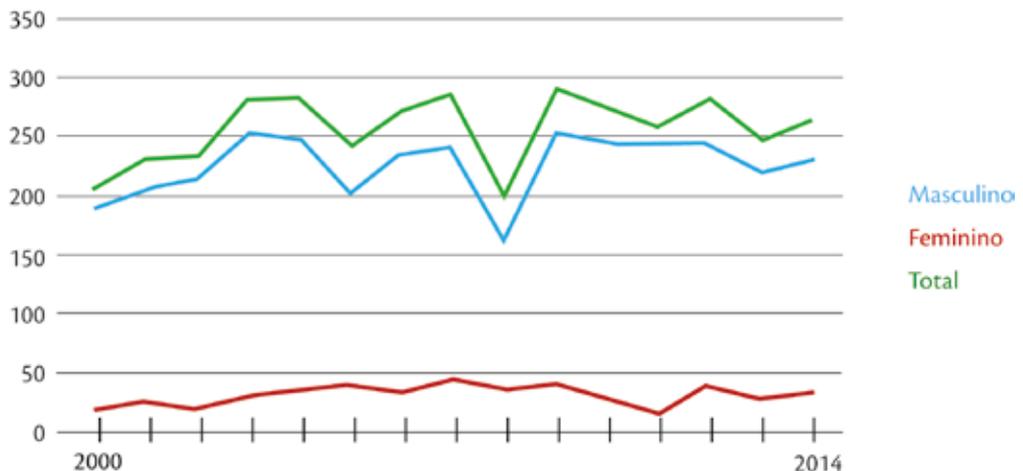


Fig. 6 – Gráfico de distribuição das pessoas internadas na Unidade de Alcoologia S. Ricardo Pampuri de 2000 a 2014 (registos da Unidade de Alcoologia S. Ricardo Pampuri).

ASSURANCE, o que constituiu um estímulo para continuar a responder às necessidades das pessoas com problemas ligados ao álcool e das suas famílias. Em estudo feito nessa data, verificaram-se os seguintes dados: a média de idade dos tratados é de 47 anos (bastante tardia), 17 anos de idade para o início do consumo, e uma média de 28 dias de internamento; desses, 78 % permanecem abstinentes nos 6 meses após a alta, e a taxa de satisfação com os serviços é de 98 %.

Da análise da fig. 6 observamos grande adesão de homens e mulheres ao tratamento oferecido pelo Centro de Reabilitação Alcoólica S. Ricardo Pampuri. O primeiro efeito é deixar de “esconder o problema”, tornando o consumo de álcool uma questão socialmente mais explícita, aberta e manuseável para a enfrentar do ponto de vista terapêutico.

Prevenção dos problemas e danos do consumo do álcool

A ação da Unidade de Alcoologia S. Ricardo Pampuri não se tem limitado a tratamentos e reabilitação. Tem organizado, por sua iniciativa, dezenas de ações de prevenção e educação para a saúde, reuniões, jornadas, encontros, colóquios e congressos em que se aborda a problemática abrangente dos problemas ligados ao álcool, incluindo a prevenção. Tem igualmente participado e colaborado em numerosas iniciativas de outras instituições. Desde 1979, *e.g.*, que os seus técnicos têm participado numa dezena de Congressos de Psiquiatria S. João de Deus, realizados pelo Instituto S. João de Deus e pelas Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus em Lisboa, na Madeira e nos Açores, em que um dos temas tem sido sempre o dos vários problemas ligados ao álcool. Um dos congressos foi comemorativo dos 75 anos da Casa de Saúde S. João de Deus e da Casa de Saúde Câmara Pestana no ano 2000.

De entre outros, e de iniciativa do Centro em parceria com a Associação Anti-Alcoólica da Madeira, referimos a festa da Saúde, em 1 de maio de 2002, “inserida numa estratégia de Prevenção Primária do Álcool e das

Toxicodependências para crianças, jovens e adultos, em que foi distribuída a *Carta Europeia do Álcool da OMS, 1995*; o I Encontro de Alcoologia do Centro de Alcoologia Ricardo Pampuri, que teve lugar em 18 e 19 de outubro de 2002; o II Encontro de Alcoologia do Centro de Alcoologia Ricardo Pampuri, comemorativo dos 25 anos do Centro, que teve lugar de 15 a 17 de abril de 2004 e versou sobre os temas da recuperação de alcoólicos e da redução de danos em crianças e adolescentes, e durante o qual foi distribuída a *História Humorística da Carreira do Alcoolismo*.

Em 16 de novembro de 2007, em parceria com a Comissão Regional Antialcoólica, o Centro colaborou no 1.º Encontro de Alcoologia da Madeira, que pôs em evidência a vulnerabilidade dos jovens perante as bebidas como refúgio, procura de identidade e normalização da imagem. A integração em grupos dos pares consumidores leva a fugir aos problemas familiares, escolares e laborais. Esta vulnerabilidade é agravada pela permissividade e tolerância dos consumos de álcool, em que os jovens estão indefesos perante o risco por falta de medidas políticas dissuasoras e de fiscalização. Neste encontro, com efeito, o psiquiatra Luís Filipe Fernandes, recordando os rituais de iniciação dos jovens através do consumo de álcool, apelou à responsabilização da sociedade no seu papel fiscalizador, deplorando que não se faça respeitar a idade legal de consumo de álcool por menores nem as limitações legais para pessoas notoriamente embriagadas.

Em 4 e 5 de abril de 2014, realizou-se a 1.ª Convenção de Comportamentos Aditivos e Dependências da Madeira, evento organizado pela Casa de Saúde S. João de Deus, pelo Centro de Alcoologia S. Ricardo Pampuri e pela Associação Antialcoólica da Madeira, com a participação do diretor do Instituto Português da Droga e Toxicodependência e presidente do Observatório Europeu da Droga, João Goulão, e do diretor da Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (UCAD) da Madeira, Nelson Carvalho, bem como de representantes do poder autárquico e da comunidade educativa, entre outros.

O Centro também tem participado em parceria e colaboração com outras organizações em inúmeras ações sobre os temas da saúde e do álcool. De entre as organizações com que tem mantido parceria em ações pontuais conta-se a EUROCARE (European Alcohol Policy Alliance), a GAPA (Global Alcohol Policy Alliance), a SAAP (Sociedade Antialcoólica Portuguesa), a AAAM (Associação Antialcoólica da Madeira), e a Associação Mão Amiga, entre outras.

A Unidade de Alcoologia S. Ricardo Pampuri mantém ainda uma parceira com o Fórum Nacional Álcool e Saúde, colaborando na investigação, educação, prevenção, no tratamento e na reabilitação de pessoas residentes na Madeira, promovendo a saúde sem condescender com os interesses de *marketing* da indústria.

Em termos de saúde pública, a Unidade de Alcoologia S. Ricardo Pampuri abrange políticas de responsabilidade nas áreas de prevenção, tratamento e acompanhamento e estabilização da recuperação. Participa e anima eventos de natureza formativa em escolas, associações, casas do povo, centros de saúde. Tem também produzido algum material educativo para a saúde e publicou, durante cerca de 10 anos, o *Boletim o Joandeíno*, impresso com a mesma finalidade de educação para a saúde, tendo mantido parcerias com outras organizações envolvidas em iniciativas de saúde pública e ações sobre os temas da saúde e do álcool.

Uma das iniciativas, e a parceria de maior relevo mantida com a Associação Antialcoólica da Madeira, é a reunião mensal das primeiras quartas-feiras, de acompanhamento pós-alta dos recuperados no Centro e suas famílias. Até ao ano 2000, reunia cerca de 100 participantes, e a partir daí o seu número cresceu, obrigando à mudança da sala para o auditório Bento Menni, centro de encontros da Casa com capacidade para 200 participantes. A média de participantes da primeira quarta-feira do mês anda à volta de 180, vindos de todos os concelhos, aos quais se associam grupos de técnicos de toda a Região. Durante estas reuniões, que funcionam com técnicas de autoajuda e testemunhos livres, são atribuídos diplomas de abstinência nos aniversários de reabilitação

dos presentes. Os diplomas são, em geral, entregues por familiares e por técnicos presentes na assembleia. Os aniversários de abstinência reforçados pela entrega de diplomas vão desde 1 ano a 5, 10, 20 e 35 anos sem consumo de bebidas alcoólicas.

Comissão Regional Antialcoólica

Em conformidade com o dec. reg. regional n.º 4/2003/M, de 1 de fevereiro, o Governo regional da Madeira, através do secretário regional dos Assuntos Sociais, criou a Comissão Regional Antialcoólica para promover a saúde pública e a saúde do indivíduo e da comunidade em relação ao consumo de álcool. Destinava-se a alargar o espaço de intervenção, multiplicando as estratégias e conferindo-lhes um formato interdisciplinar e multisectorial, ao mesmo tempo inovador de estratégias preventivas dirigidas aos jovens e jovens adultos para detetar e motivar os afetados pelo álcool a aceitarem tratar-se mais cedo e a acompanhá-los e às suas famílias para estabilizar a recuperação mediante a reinserção familiar, laboral e social.

A carência de recursos humanos e financeiros esteve na base da criação desta Comissão, por forma a implementar, desenvolver e acompanhar o programa específico de combate ao alcoolismo, conforme previsto no Plano Regional de Saúde da RAM; tinha uma unidade coordenadora executiva das medidas e políticas relativas ao alcoolismo para integrar esforços coletivos e individuais de investigação e de formação de profissionais e voluntários, e otimizar os recursos em medidas de informação e educação dos cidadãos, articuladas entre os serviços de saúde e as instituições de prevenção, tratamento e reinserção. Dispunha de 11 equipas concelhias de proximidade, com médico, enfermeiro de saúde mental, psicólogo, técnico de serviço social e técnico administrativo na dependência da unidade coordenadora assessorada por uma comissão consultiva.

Os resultados foram muito fragmentários por falta de medidas políticas eficazes de controlo do *marketing*, da publicidade, da subida da idade legal de consumo, da redução de

locais de venda e horários de abertura, e, principalmente, de medidas de controlo e de fiscalização. Independentemente dessa Comissão, houve alguma redução dos danos causados pelo álcool devido a um maior controlo e a uma maior fiscalização no terreno, que levaram à diminuição de acidentes, feridos e mortes nas estradas.

Associação Antialcoólica da Madeira

A Associação Antialcoólica da Madeira foi fundada a 18 de dezembro de 1981, por Armino Saturnino Pinto Figueira da Silva, Maria Juliana Dória Gomes Soares do Espírito Santo, Virgília de São Pedro Teixeira, Eleutério Gomes de Aguiar, Feliciano José Gaita, Paulo Romualdo Gouveia e Silva e Jaime de Jesus Abreu Vasconcelos.

Os seus objetivos constam do art. 3.º dos seus estatutos: combater o alcoolismo; recuperar alcoólicos, interessando-se no seu tratamento; acompanhar e apoiar os alcoólicos recuperados ou em recuperação, promovendo a sua integração no ambiente familiar, profissional e social; estimular a colaboração dos recuperados nas ações de apoio a outros carentes e na defesa e expansão dos princípios de combate ao alcoolismo; e colaborar com outras entidades oficiais e particulares que se ocupem do alcoolismo tanto no seu aspeto profilático como terapêutico. De 1981 a

1999, esta Associação encaminhou para consultas especializadas 2446 pessoas, o que corresponde a cerca de 1 em cada 100 habitantes da Região, numa média de 12 por mês ou 3 por semana.

Desde o ano de 1985, o presidente da Associação Antialcoólica da Madeira, Jaime de Jesus Abreu Vasconcelos, desenvolveu importante ação junto das pessoas com problemas de álcool na Madeira. A sua significativa experiência contribuiu para que as pessoas reconhecessem o seu problema com o álcool, o impacto destrutivo que tem na vida e a necessidade de aceitação da responsabilidade de fazer alguma coisa para ultrapassá-lo, sendo esta ação muitas vezes o primeiro passo para o tratamento e a recuperação. A Unidade de Alcoologia S. Ricardo Pampuri mantém, desde o início, uma parceria muito estreita com esta Associação através dos seus associados e, em especial, de Jaime Vasconcelos.

No âmbito do programa de reabilitação das pessoas, antes ou após o tratamento, são realizados encontros mensais em diversos concelhos da Região, envolvendo a Associação Antialcoólica da Madeira, técnicos dos centros de saúde, médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais e a participação pontual do coordenador da Unidade de Alcoologia S. Ricardo Pampuri da Casa de Saúde S. João de Deus. Nesta unidade e nos centros de saúde, realizam-se vários encontros de prevenção da

Concelho	Lugar	Dia	N.º de pessoas	N.º encontros/ano
Calheta	Salão paroquial	1.º domingo	25/30	12
Ponta do Sol	Auditório John dos Passos	1.º domingo	30	12
Câmara de Lobos	Edifício da Segurança Social	2.º domingo	40	12
Ribeira Brava	Centro de Saúde	2.º domingo	30	12
Porto Moniz	Centro de Saúde	3.º domingo	30	12
Estreito Câmara de Lobos	Junta de Freguesia	4.º domingo	30	12
Santana	Centro de Saúde	4.º domingo	40	12
Funchal	Centro de Saúde da Nazaré	terça-feira	15	12
Santa Cruz	Casa do Povo do Caniço	domingo	20/15	12

Fig. 7 – Tabela do mapa de reuniões realizadas com periodicidade mensal pela AAAM (informação fornecida pela AAAM).

recaída e de sensibilização à necessidade de tratamento.

Além das reuniões indicadas na fig. 7, são realizadas as reuniões da primeira quarta-feira de cada mês na Casa de Saúde S. João de Deus em parceria com a Unidade de Alcoologia S. Ricardo Pampuri, como referimos acima.

Associação Mão Amiga

A Associação Mão Amiga/Associação de Alcoologia Camaralobense foi fundada a 10 de março de 1997 com a finalidade de combater o alcoolismo, recuperar alcoólicos interessados no seu tratamento, acompanhar e apoiar os alcoólicos recuperados ou em recuperação, promovendo, nomeadamente, a sua integração no ambiente familiar, profissional e social, e ainda estimular a colaboração dos recuperados nas ações de apoio a outros carenciados e na defesa e expansão dos princípios do combate ao alcoolismo, colaborando com outras entidades oficiais e particulares que se ocupam do alcoolismo, tanto no seu aspeto profilático, como terapêutico.

Teve a sua primitiva sede na R. da Fundação D. Jacinta de Ornelas, na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, e foram seus sócios fundadores João Delfino da Silva Brites, João Pinto Figueira, António Figueira Ornelas, Amélia Pedro Alexandre Ribeiro Nóbrega, Hélder Pestana Barros e Maria Ferdinanda Pereira Maçal.

No dia 11 de maio de 2000, inaugurou a sua sede no Funchal, na R. Latino Coelho, 45. Desenvolveu trabalhos em toda a Madeira, nomeadamente nos concelhos do Funchal, Porto Santo, Câmara de Lobos, Machico e Ribeira Brava. Teve intervenções significativas de apoio aos dependentes do álcool e respetivas famílias e na promoção de ações de prevenção e esclarecimento, principalmente junto das camadas mais jovens e nas escolas. Colaborou também nalgumas ações com o Centro S. Ricardo Pampuri e nos encontros que este organizou. Desde 2010 que se tornou inativa, não se conhecendo qualquer ação ou intervenção pública desde então.

Bibliog.: ALVES, Emanuel Raul Borges et al., "Análise da eficácia terapêutica do Centro de Recuperação de Alcoólicos S. Ricardo Pampuri, no Funchal, e estudo dos parâmetros passíveis de influenciar e serem influenciados pela abstinência", in *Atas do VI Congresso Internacional de Psiquiatria S. João de Deus*, Lisboa, Editorial Hospitalidade, 1996, pp. 273-287; CARVALHO, A. A., *As Bebidas Alcoólicas em Portugal, Relatório de Primavera 2002 do OPSS (Observatório Português dos Sistemas de Saúde)*, s.l., Escola Nacional de Saúde Pública, 2002; GAMA, Manuel da Encarnação Nóbrega da, *Reabilitação Alcoólica na Madeira*, Associação Antialcoólica/Centro de Recuperação da Casa de S. João de Deus, 2016; GAMEIRO, Aires, *Alcoolismo nos Açores e na Madeira*, Lisboa, Editorial Hospitalidade, 2000; Id., e GONÇALVES, Manuel Maria, *História da Casa de Saúde S. João de Deus na Madeira. Os Irmãos de S. João de Deus e os Alienados. Dos Antecedentes a 1960*, vol. 1, Lisboa, Esfera do Caos, 2014; MARTINS, Alexandre Tavares, *Boletim Informativo e Familiar, Província Portuguesa da Ordem Hospitalaria de S. João de Deus*, maio 1984, dez. 1985; NEPOMUCENO, Rui, *Uma Perspectiva Histórica da Madeira*, Câmara de Lobos, O Liberal, 1910; PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 4.ª ed., vol. 1, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989; RIBEIRO, António Manuel Pereira, "Contra o alcoolismo", *Vida Diocesana*, 21 maio 1922, p. 4; SANTOS, Filipe dos, *Açúcar, Melaço, Alcool e Aguardente. Notas e Experiências de João Higinio Ferraz (1884-1946)*, Funchal, CEHA, 2005; SATURNINO, Armindo et al., "O alcoolismo na Região Autónoma da Madeira. Uma proposta de combate à doença", *Hospitalidade*, vol. 47, n.º 182, jan.-mar. 1983, pp. 13-32; Id., "Alguns aspectos evolutivos do alcoolismo na R.A.M.", in GAMEIRO, A. et al., *Liberdade de Beber e de não Beber*, Lisboa, Editora Hospitalidade, 1987, pp. 58-75; SILVA, Fernando Augusto da, *Paróquia Santo António da Ilha da Madeira. Alguns Subsídios para a Sua História*, Funchal, ed. do Autor, 1929; Id., e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 2 vols., Funchal, Typ. "Esperança", 1921-1922; SPRANGER, Ana Isabel et al., *Antologia de Textos. História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1984; VIEIRA, Alberto (coord.), *História do Açúcar. Rotas e Mercados*, Funchal, CEHA 2002; Id., *A Vinha e o Vinho na História da Madeira, Séculos XV a XX*, Funchal, CEHA, 2003; digital: JAFFE, Jerome H., e MEYER, Roger E., "Disease concept of alcoholism and drug abuse", *Encyclopedia of Drugs, Alcohol, and Addictive Behavior*, 2001: <http://www.encyclopedia.com/doc/1G2-3403100158.html> (acedido a 8 mar. 2015); WORLD HEALTH ORGANIZATION, "Portugal. Alcohol consumption: levels and patterns", *World Health Organization*, 2014: https://www.who.int/substance_abuse/publications/global_alcohol_report/profiles/prt.pdf (acedido a 26 mar. 2015).

AIRES GAMEIRO
JOÃO EDUARDO FREITAS LEMOS

Alcunhas

Existem diferentes formas de nomear uma pessoa, quer na referência direta, quer na referência indireta, ou seja, na ausência do indivíduo referido. Além do nome formal ou oficial dado pelos pais, e excluindo os pseudónimos criados pelo próprio, as alcunhas, nomes informais com função distintiva de identificação social, são outra forma de nomeação (atribuída por outros) a que a pessoa está sujeita ao longo da vida. Existindo estes dois sistemas paralelos de denominação antroponímica na vida quotidiana, sobretudo nas localidades rurais, muitas vezes não são os nomes de registo dos indivíduos a ser conhecidos e usados; as alcunhas acabam por ter maior vivacidade, expressando a realidade histórica, geográfica,

socioeconómica e cultural daquele que recebe alcunha. Daí a sua importância como meio para conhecer a sociedade tradicional ou popular, os seus valores, a sua maneira de viver, as suas ocupações, crenças e tradições, os seus usos e costumes.

A alcunha, enquanto instrumento de referência, tem um papel importante na interação comunitária, facilitando a comunicação. Como elemento qualificativo ou caracterizador, surge a partir de uma característica que se destaca, permitindo distinguir, na comunidade, uma pessoa (animal, objeto ou lugar) de forma rápida, fácil e inequívoca. As alcunhas são nomes próprios delexicais, ou seja, palavras do vocabulário comum utilizadas como nomes de pessoas, com uma função descritiva, que qualifica e identifica um indivíduo socialmente. Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, o termo “alcunha” provém do árabe “al-kunya” (sobrenome ou cognome), palavra que se acrescenta ao nome próprio, sendo uma denominação que se usa em substituição do nome próprio de alguém ou em acréscimo a este. Leite de Vasconcelos, em *Antroponímia Portuguesa e Opúsculos*, mostra como as alcunhas, sendo denominações muito antigas, tornavam os nomes oficiais mais precisos, equivalendo ao sobrenome, ao cognome, ou ao nome social com valor distintivo. O mesmo autor explica que os cidadãos romanos tinham como tradição muito antiga juntar ao *praenomen* (nome próprio da pessoa) um *nomen gentilicium* (nome de família) e um *cognomen* (sobrenome individual), designação originariamente tirada de uma qualidade ou circunstância. Por exemplo, Marcus Aurelius Caracalla era o nome de alguém que distribuiu pela plebe um grande número de *caracallas* (túnicas com mangas e capuchas). Há também exemplos de sobrenomes que relacionam o sujeito ao seu lugar de origem, como Junius Juvenalis Aquinate (de Aquino). Este costume passou às línguas românicas, aplicando-se também aos reis de Portugal, como apostos ou adjunções nominais, *e.g.*: o Conquistador, o Povoador, o Lavrador. Esta tendência perpetuou-se no tempo, chegando até aos sécs. XX e XXI.

Vasconcelos afirma que usamos o termo “alcunha” como apodo (comparação ridícula), distinguindo apodo de alcunha e esta de apelido: o apodo é transitório e, às vezes, um passo para a alcunha, enquanto esta tem um carácter mais duradouro, podendo vir a tornar-se apelido. A alcunha passa a apelido quando é usada como nome identificador de todos os elementos de uma família; a comunidade conhece os indivíduos pelos seus atributos, desconhecendo os nomes oficiais. O autor refere que, na Beira e no Norte de Portugal, se confunde sobrenome com apelido (nome de família), o que também acontece no Brasil, onde apelido significa alcunha. Acrescenta que o termo “apelido” também é usado com o sentido de alcunha em São Miguel (Açores), sublinhando que, em documentos antigos, nem sempre é fácil distinguir um do outro. Estes dois termos também se confundem na Madeira, tal como nos Açores e no Algarve. Esta confusão pode ser explicada pelo facto de a alcunha se tornar, muitas vezes, nome de família; há muitos apelidos que têm origem em alcunhas.

Vasconcelos explica que, com o declínio dos patronímicos (nomes indicativos da filiação paterna, formados a partir do nome do pai), nos fins do séc. XV, começam a desenvolver-se outras possibilidades de individualização: os nomes geográficos, geralmente associados à nobreza, e as alcunhas, frequentes entre o povo. Tanto as alcunhas como os nomes geográficos tinham uma função social muito importante na identificação dos indivíduos, dado que os patronímicos eram muito reduzidos, originando muitos homónimos. Por isso, já desde o tempo dos patronímicos que existiam muitos apelidos ou nomes hereditários provenientes de alcunhas; algumas, porém, nunca passaram da tradição oral. As alcunhas foram de tal modo importantes que, na documentação histórica, faz-se alusão a pessoas que tinham um nome e eram conhecidas por outro, o que dava origem a que este se integrasse, muitas vezes, no nome oficial dos indivíduos e seus descendentes, originando novos nomes de família. Gaspar Frutuoso regista este fenómeno entre os primeiros capitães-donatários da ilha da Madeira; em *Saudades da*

Terra, no capítulo intitulado “Da vida e feitos do segundo capitão do Funchal, João Gonçalves de Câmara, segundo do nome, chamado da Porrinha” (ou seja, João Gonçalves de Câmara, o Porrinha), que fala sobre a descendência de João Gonçalves, por alcunha, “zargo” ou João Gonçalves Zargo, Frutuoso escreve: “Chamavam-lhe comumente *João Gonçalves da Porrinha*, por razão de um pau que costumava trazer na mão em sinal de castigo contra os malfeitores, e, por esta insígnia, se disse *o da Porrinha*” (FRUTUOSO, 1979, 91-92).

A alcunha é, por natureza, individual, mas, justamente porque serve para identificar o indivíduo através de algum atributo pessoal, é suscetível de ser extensível à família, de forma a identificar a mulher, os filhos, os netos e mesmo outros familiares, sublinhando a sua relação com o portador original, podendo tornar-se um apelido hereditário. Segundo Vasconcelos, foi efetivamente o que se passou com a progressiva assimilação de certas alcunhas que passaram a nomes de família, originando a grande riqueza e diversidade de apelidos utilizados pelos Portugueses. Para que a alcunha ganhe sentido como distintivo familiar, tem de se distinguir no contexto da comunidade e ganhar de forma intensa e extensiva um significado de identificação familiar e de transmissão genealógica. A tendência geral na tradição portuguesa, e mesmo europeia, mostra que quando as alcunhas se tornam apelidos hereditários, *i.e.*, são transformadas em nomes de família com valor legal, perdem a sua significação referencial. Ou seja, as alcunhas, que inicialmente descrevem características físicas, morais e sociais dos indivíduos, perdem o seu valor descritivo individualizante quando se tornam nomes fixos e hereditários, passando a indicar apenas uma relação de pertença entre o indivíduo nomeado e o grupo familiar ao qual pertence.

A alcunha, como nome qualificativo psicossociocultural, baseado num traço significativo da pessoa, que permite distingui-la de forma única e exclusiva na comunidade, é muito frequente nas sociedades rurais mais isoladas e conservadoras, onde há menor número de população e

maior proximidade entre as pessoas. Nessas circunstâncias, a rede social e a atribuição de alcunhas são mais densas, pois, quanto mais próximas e intensas são as relações sociais, maior é a variedade de alcunhas utilizadas. Estas surgem da criatividade do povo, sobretudo por analogia e por motivos de expressividade, duas características da linguagem popular.

Dada a natureza oral e popular das alcunhas, algumas são corruptelas, deturpações fonéticas ou variantes populares de formas linguísticas que existem na língua padrão, *e.g.*: “alamão”, “cramujo”, “vingala” e “zipela”. Estas são formas transmitidas oralmente (que não se escrevem), características do falar do povo; daí a graça, o humor e a ironia que acompanham um grande número de alcunhas que têm origem oral e popular.

A alcunha (nome-outro), que, segundo Maria Filomena Brito, é o batismo do povo, retrata fielmente a pessoa aos olhos do grupo, cumprindo de forma exemplar a sua função social. Os nomes dados aos indivíduos da comunidade (assim como aos seres vivos e às coisas do quotidiano) são sobretudo denominações usadas pelo povo (a camada iletrada ou menos escolarizada da população). A tradição oral das alcunhas mostra bem a sua origem popular e o seu pendor sociocultural. José Teixeira, no artigo “Metonímias e metáforas no processo de referência por alcunhas do Norte de Portugal”, menciona que as alcunhas são usadas sobretudo nas pequenas localidades e que neste processo cognitivo de referência são experimentadas metáforas e metonímias – mecanismo sociológico que surge tradicionalmente ligado à ruralidade e ao interconhecimento total na comunidade.

As alcunhas podem ser grosseiras, cómicas, sérias ou descritivas. São principalmente nomes trocistas ou jocosos que descrevem de forma caricatural particularidades físicas e morais das pessoas, ou mesmo aspetos relacionais, podendo ser nomes ocasionais, usados apenas num determinado grupo ou contexto, ou nomes localizados, que se prendem a uma atividade ou a determinadas relações interpessoais, com implicações sociais de familiaridade,

igualitarismo ou subalternidade. Deste modo, segundo Teixeira, a alcunha salienta o pormenor accidental marcante, pois as alcunhas são construídas, frequentemente, através da referência a pormenores físicos ou comportamentais, por vezes, de uma forma bastante cruel. Esta crueldade pode aparecer disfarçada (o que nem sempre é menos cruel), de forma irónica, humorística, por referencialidade oposta, *e.g.*, “pestanas”, porque a pessoa referida não as tem, e “pestaninhas”, por a pessoa as ter muito salientes. Assim, o que caracteriza a alcunha é o princípio da caricatura, salientar uma particularidade do indivíduo, mesmo que exagerada, para que a identificação seja rápida. Segundo Robert Rowland, em “Práticas de nomeação em Portugal durante a época moderna”, a sociabilidade é fundamental na constituição do significado partilhado, não se “batiza” uma pessoa sem ter uma certa clareza sobre a sua identidade social, a alcunha tem de ser evidente, identificar de forma inequívoca a pessoa na comunidade. Trata-se de um novo processo de reconhecimento das pessoas (concretizado através da reminiscência), que, inclusivamente, as classifica, porque, quando se evocam as alcunhas, estes nomes atribuídos citam e evocam a realidade ou a situação que originou a sua atribuição – a qualificação que as pessoas sofrem neste processo é uma forma de as individualizar. Logo, como qualificativo distintivo, a alcunha é um “signo linguístico motivado, identificador e evocador” (ARAN-DA, 2000, 78).

Segundo Leite de Vasconcelos, existem alcunhas com duas valorações distintas: uma boa e uma depreciativa. As alcunhas podem ser positivas ou sérias, podem reconhecer valores individuais, mas também podem ser negativas, jocosas ou insultuosas, traduzindo muitas vezes, com humor, a visão da própria sociedade. O autor explica que as alcunhas, embora sejam em grande parte de “feição zombeteira”, e até, por vezes, ofensivas e ultrajantes, *e.g.*, “ratazana”, também podem ser honrosas, *e.g.*, “leal” e “penteado” (VASCONCELOS, 1928). Este autor acrescenta ainda que é sobretudo pela primeira feição que elas têm importância como definidoras do

nosso génio nacional; o gosto pelas alcunhas é tal que, além de serem atribuídas a pessoas, povos e localidades, também se aplicam a coisas e a animais, *e.g.*, “pimpão”, alcunha dada a um vaso, por ser o mais vistoso de todos, e “pio nono”, alcunha atribuída a um porco.

A alcunha pode ser um sinal de acolhimento e/ou de integração num grupo. Em geral, nas famílias e nos grupos, atribuir uma alcunha a um dos seus membros propicia uma maior integração e aproximação. Porém, pode acontecer a alcunha surgir com o propósito de humilhar, mesmo no meio familiar (também aqui ocorrem disputas e conflitos de poder que se manifestam através da alcunha depreciativa).

A expansão da alcunha pode estar relacionada com a importância social do indivíduo, pois não são os pais que distribuem os epítetos de família pelos filhos, mas os vizinhos, como observa Luís Polanah. Uma pessoa pode acumular uma nova alcunha individual ou pessoal com uma alcunha familiar ou hereditária, devido a particularidades físicas ou do seu comportamento moral e/ou social, *e.g.*, um indivíduo com o nome oficial José Alves Grilo (sendo “grilo” uma alcunha hereditária) pode ser conhecido pelo apelido de “rei” (por ser um homem alto, grande e cheio de força). A mesma pessoa também pode adquirir ou acumular diferentes nomes caracterizadores ao longo da vida e em diferentes grupos, como sinal de pertença e integração no grupo familiar, no grupo desportivo, no grupo de trabalho, etc.

De acordo com o que estamos a ver, as funções sociais da alcunha são uma perfeita identificação do indivíduo alcunhado e uma correta tipificação dentro do seu grupo. O cariz social da alcunha faz com que o seu uso possa ser alargado à sociedade local, regional e/ou nacional. As alcunhas são sobretudo locais: cada casa, família, sítio, freguesia, concelho e região tem as suas alcunhas e histórias. Porém, as alcunhas também podem ser regionais, *e.g.*: “feiticeiro do Norte” (nome atribuído ao poeta popular madeirense Manuel Gonçalves, natural do Arco de São Jorge, que terá conservado a alcunha dos seus antepassados e que se tornou conhecido ao nível regional devido à

difusão da sua literatura popular, vendida nas festas e arraiais madeirenses); e “João das festas” (nome atribuído ao popular presidente do Governo regional do arquipélago da Madeira, Alberto João Jardim). As alcunhas ficam marcadas na vida e na memória das populações como referência social.

Nas localidades rurais madeirenses, as pessoas são conhecidas por alcunhas que, muitas vezes, se repetem em várias outras freguesias, o que não têm como consequência confundir os indivíduos; por serem aplicadas ao nível local, não perdem o seu valor individualizante, dentro de cada comunidade. Além disso, alcunhas iguais podem ter referencialidades e motivações distintas; *e.g.*, a atribuição do nome “galo” a um homem pode ser motivada pelo facto de ter muitas mulheres e/ou filhos de várias mulheres, ou porque era baixo e vermelho (“galinho”). Mas o mais comum é as alcunhas idênticas terem a mesma referência; rara é a freguesia que não tem uma família “bacalhau” ou “bacalhaus” (indivíduos muito magros e secos ou queimados pelo sol) ou, tendo em conta as alcunhas atribuídas a mulheres na sociedade rural, “rancheira” (mulher que tem muitos filhos), “peca” (mulher que não tem peito), etc. Noutras regiões de Portugal, como o Minho ou os Açores, encontramos muitos nomes semelhantes e com a mesma função de identificação social; isto é natural, porque se trata da mesma realidade humana, que apenas difere quanto à condição geográfica e etnográfica, ou sociocultural, sobretudo serrana ou marítima, interior ou litoral. Estas semelhanças não invalidam que as alcunhas tenham um importante valor distintivo na comunidade local ou regional, dada a pobreza onomástica dos apelidos oficiais. Neste sentido, as alcunhas são os antropónimos que melhor expressam ou traduzem a relação entre a língua e a sociedade. Por exemplo, “marrão” (indivíduo que trabalhava com um marrão, instrumento pesado, de ferro, que, numa pedreira, serve para partir pedra grossa) é uma alcunha associada à realidade geográfica e socioeconómica local e/ou regional. Assim, as alcunhas dão-nos informações preciosas sobre a evolução da sociedade,

nomeadamente sobre profissões, umas que já foram importantes e desapareceram, outras que continuam.

Tal como Leite de Vasconcelos, A. Cortesão, em *Onomástico Medieval Português*, mostra como as alcunhas medievais são as mesmas, ou semelhantes, que ocorrem ao longo dos tempos, incluindo nos sécs. xx e XXI. Alguns exemplos destas alcunhas são: “baralha” (séc. xv), “barata” (1258), “barbas” (séc. xv), “barreta” (1220), “barreteiro” (séc. xv), “barreto” (1258), “bota” (1220), “brava” (séc. xv), “bucho” (1258), “cabeça” (1258), “calvo” (1258), “cao” (séc. XIII), “çapata” (séc. xv), “capelo” (1258), “carne azeda” (1258), “carnes” (séc. xv), “carneira” (1258), “carneiro” (séc. xv), “carpinteiro” (séc. xv), “malho” (séc. xv), “manco” (1050), “peido” e “pardo” (1220), “solteiro” (séc. xv) e “somizo” (1258). Estes exemplos revelam outra característica social das alcunhas, o facto de, desde a Idade Média, os homens receberem muito mais alcunhas do que as mulheres. Provavelmente, porque a condição da mulher não lhe permitia ter profissão, o que implicava não ter visibilidade social (ao contrário dos homens), daí não terem necessidade de identificação social. Ao refletir sobre as razões desta desigualdade, Teixeira põe ainda a hipótese das mulheres comandarem o processo de atribuição de alcunhas, batizando mais os homens do que a elas mesmas. Já segundo Francisco Ramos, em *Alcunhas Alentejanas. Estudo Etnográfico*, as alcunhas atribuídas aos indivíduos do sexo masculino têm maior difusão, pois esta difusão varia de acordo com o estatuto social, a importância ou a projeção do seu possuidor na sociedade. Há também indivíduos que nunca herdaram ou adquirem uma alcunha: uma justificação para isso poderá ser o facto de possuírem nomes ou apelidos pouco usuais, outra razão poderá ser o facto de manterem uma postura discreta na vida social.

As alcunhas são tão naturais nas sociedades rurais madeirenses que, muitas vezes, em vez de serem ofensivas, podem ser motivo de graça social e de proximidade humana. A literatura de cariz regional madeirense é muito rica em

alcunhas que seriam frequentes na linguagem popular das diferentes localidades da Madeira. Ao fazerem o retrato da realidade de uma localidade ou da Região, inclusive da emigração, vários escritores registam a naturalidade e a expressividade das alcunhas populares madeirenses. Thierry Proença dos Santos, no seu artigo “Literatura ‘popular’ e tradição em alguns escritores da Madeira: inesgotável fonte de inspiração?”, chama a atenção para a tendência popular na literatura madeirense, nomeadamente através do registo de alcunhas que desempenham um papel relevante como reflexo do contexto histórico e sociocultural. A propósito do romance social *Ilhéus/Canga* de Horácio Bento de Gouveia, o mesmo autor escreve, em *Las Islas de los Secretos. As Ilhas dos Segredos*, que, na freguesia de Ponta Delgada, todas as famílias camponesas e pesqueiras têm o seu sobrenome, e que este substitui o apelido; e.g., o colono João Miséria, nome que retrata a Madeira pobre e rural da época. Isabella de França anota, em *Jornal de Uma Visita à Madeira e a Portugal 1853-1854*, de forma muito perspicaz, a diversidade de alcunhas existentes na sociedade madeirense. Não só distingue as alcunhas pessoais das hereditárias, mas também menciona que estas designações são tão comuns entre a classe média como entre o povo, como se nota ao dar atenção às alcunhas atribuídas a mulheres, que representam claramente o ambiente sociocultural funchalense, nomeadamente das famílias inglesas residentes na cidade. Exemplos dessas alcunhas são: “galinha cozida” (por causa da brancura da pele), “Grã-Bretanha” (inglesa grande e avantajada) e “rainha de Demerara” (inglesa de tez escura).

Não havia, em 2018, nenhum trabalho de levantamento e estudo, ou de tratamento sistemático, das alcunhas regionais, mas apenas pequenos levantamentos, ou listagens, de alcunhas em monografias de licenciatura, publicados em jornais e/ou revistas de âmbito regional e em livros de temática cultural.

Cabral do Nascimento tem o mérito de ter sido um dos primeiros estudiosos a escrever sobre a questão das alcunhas na Madeira, indicando que as alcunhas geraram novos nomes

de família, enriquecendo o léxico e favorecendo a variedade onomástica. Alberto Gomes, no artigo “Acheegas para um estudo do dialecto insular v”, também se interessou pelo tema das alcunhas na Madeira, apresentando uma classificação destas enquanto termos depreciativos, que serviam para classificar as pessoas de acordo com o seu aspeto físico e moral. Em 1956, Vieira Santos, em “Etnografia madeirense. As alcunhas”, regista alguns exemplos de alcunhas existentes na Lombada de Santa Cruz, referindo que todos os indivíduos têm a sua alcunha, ou pelo menos todas as famílias. Nas monografias, o tema das alcunhas na Madeira foi tratado de forma esporádica; e.g., em monografia sobre o Porto Santo intitulada *Porto Santo: Monografia Linguística, Etnográfica e Folclórica*, Monteiro apresenta nomes e alcunhas da população local, afirmando que não há um único casal no Porto Santo que não tenha o seu apelido, e que a maioria das mulheres escapou a este segundo batismo, só havendo uma ou outra com alcunha. Em *Subsídios para o Estudo da Linguagem dos Bamboteiros*, Pestana estuda as alcunhas desta camada social popular residente no calhau de Santa Maria, na cidade do Funchal, mencionando que todos os bamboteiros são conhecidos e tratados por alcunhas reconhecidas por todos os membros da comunidade. Em relação às mulheres, acrescenta que só quando se tornam muito populares é que recebem alcunhas. Muitas destas alcunhas são nomes de peixes e de aves marinhas, como é comum nas comunidades de pescadores: “abrótea”, “arenque”, “bodião”, “boga”, “besugo”, “cagarra”, “cavala”, “foca”, “pota”, “sardinha”, entre outras.

Em 1996, Rui Santos publica, em *Crónicas de Outros Tempos*, relatos da vida da cidade do Funchal nos primeiros quartéis do séc. xx, referindo figuras conhecidas por alcunhas. Regista também algumas alcunhas existentes no Porto Santo que considera revelarem o carácter do porto-santense. No ano letivo de 2002-2003, os alunos do 11.º ano da escola local recolheram algumas alcunhas usadas no Porto Santo, a par do seu significado; o seu trabalho deu origem ao artigo “As alcunhas do Porto Santo e o seu porquê”. Em *O Humor no*

Folclore Madeirense, que regista versos regionais de várias localidades da ilha da Madeira, Alfredo Vieira refere algumas alcunhas: “Por ser amigo do vinho, chamaram-lhe o Borrachão” (FREITAS, 1988, 21-23). E Clemente Tavares, ao narrar a *Histórias de Gaula*, averba várias alcunhas deste concelho de Santa Cruz, e.g.: “jaqué” (de vinho jaqué); incluindo alcunhas resultantes de empréstimos do inglês, nomeadamente “bossa” e “mane(i)já”, respetivamente, de *boss* e *manager*, assim como “hintes” (provavelmente porque trabalhava ou enviava cana-de-açúcar para o engenho do Hinton). Também Freitas, ao abordar as “tradições, lendas, usos e costumes” da freguesia de Gaula, explica que os vizinhos preferem tratar-se por alcunhas (apelidos), por haver muitos nomes iguais (FREITAS, 2000, 85). Ribeiro, em *Machico: Subsídios para a História do Seu Concelho*, regista alcunhas presentes na documentação histórica de Machico do séc. XVIII, que diz serem indispensáveis para a referência dos indivíduos, dada a homonímia de nomes próprios e de nomes de família. Em *Santana. Memórias de Uma Freguesia*, o mesmo autor reúne alcunhas da freguesia de Santana de fins do séc. XVI até ao final do séc. XVIII, das quais apenas sete são de mulher. Considera que as alcunhas eram vulgares nos homens e raras nas mulheres. Conclui que as alcunhas, no arquipélago da Madeira, são muito variadas, distinguindo-se sobretudo entre a população costeira e a de altitude.

Segundo Kremer, as alcunhas constituem uma individualização social suplementar e necessária, tendo como categorias lexicais mais importantes os adjetivos, que assinalam uma característica física ou moral (“curto”, “pardo”), e os nomes, que muitas vezes caracterizam determinados aspetos de uma pessoa (*pars pro toto*), sendo utilizados em áreas semânticas como as relativas à descrição de partes do corpo (“barriga”, “dente”), roupas, objetos que servem de confronto ou que evocam determinadas funções (“botija”, “espada”), nomes de animais (“abelha”, “porco”), classificações de plantas (“cabaca”, “alho”), víveres (“manteiga”, “pimenta”), nomes abstratos

(“amor”, “beleza”) e outros” (KREMER, 1997, 470-471). No entanto, também encontramos verbos nominalizados antecidos por um artigo definido, e.g.: “falarás” e “Manuel falarás” (SILVA, 1989, 89-90), assim como “marra” (alcunha com origem no verbo “marrar”), a par de “marrão” (nome do pesado instrumento de trabalho da pessoa que marra para extrair pedra de uma pedreira ou rocha), “agacha”, “espera” e “foge”.

Quando o indivíduo é identificado apenas pela alcunha, esta é antecida por um artigo definido, que indica o género e o número – e.g.: “a canhota”, “o malhado”, “o inchado”, “o furado”, “o cinquenta” –, substituindo completamente o nome do indivíduo. Geralmente, estas formas são usadas na referência indireta, ou seja, quando a pessoa alcunhada não está presente. Se as alcunhas visam ofender, são usadas no tratamento direto, o que também acontece quando os indivíduos aceitam o seu nome comunitário, sendo este usado em tom sério ou de brincadeira. A alcunha confunde-se com o apelido quando segue o nome próprio sem artigo, como em “pero velho”. Embora as alcunhas hereditárias sejam sobretudo formas masculinas, porque são transmitidas por linha paterna, existem algumas com forma feminina, como podemos ver em apelidos atuais: João Serena, Luís Loura, Paulo Alva e Jorge Moura. Estes nomes podem ter sofrido feminizações, ou seja, adaptação ao género feminino, ao passarem do homem para a mulher (processo tradicional entre o povo), e.g., “o chaveco” e “a chaveca”. Assim, as alcunhas também são usadas como indicação marital, filial e de descendência; isto faz-se através da contração da preposição “de” com o artigo que antecede a alcunha, como complemento determinativo do nome e indicativo de pertença: “a mulher do ‘cachorro’”, “o João da ‘viúva’”, “o filho do ‘furna’” (vivia numa furna). A preposição “de”, além de expressar relação de parentesco, também pode traduzir uma relação entre uma pessoa e um objeto, ou seja, algo cuja posse identifica o indivíduo, e.g., “Agostinho da ‘semilha’”, “João das ‘vacas’”, “João da ‘bezerra’”, “Zé dos ‘bailinhos’”,

“branco dos doces” (indivíduo albino que faz e/ou vende doces); neste último caso, a proposição “de” combina duas alcunhas.

As alcunhas também podem ser constituídas por nomes que estejam no plural, *e.g.*, “testas” e “cabeças” (por terem testa e cabeça tão grande que é como se tivessem duas, daí a pluralidade com sentido cômico destas alcunhas). As formas plurais também podem indicar que a alcunha se aplica aos vários elementos da família, *e.g.*, “rato” e “ratos” (por serem muito pequenos e espertos), “coelho” e “coelhos”, “furão” e “furões” (bisbilhoteiros, pessoas que comem pouco ou que vivem num buraco, como os animais), “tampa”, “tampas” (filhos) e “tampinha” (neto). Na transição do séc. XX para o séc. XXI, ocorrem muitas formas no plural provenientes de alcunhas como nomes hereditários ou nomes de família, *e.g.*, Adegas, Alturas, Brigas, Chagas, Peças.

Algumas alcunhas, a par de formas normais e aumentativas do mesmo nome, podem ocorrer na forma diminutiva – característica de origem popular e rural, indicando pequenez (com valor depreciativo ou afetivo, ou ainda irônico) – para distinguir indivíduos, muitas vezes da mesma família. Por exemplo, “batata” e “batatinha”, “biscoito” e “biscoitinho”, “cagado” e “cagadinho”, “cambado” e “cambadinho”, “casca” e “casquinha”, “graxa” e “graxinha”, “mija”, “mijadinho” e “mijão” (que urina muitas vezes, mas também medroso), “palheiro” e “palheirinho” (indivíduo pequeno e atrevido, sendo estas duas características do galináceo de raça pequena, assim denominado na Madeira), “seco” e “sequinho”. Estas formas diminutivas não devem ser confundidas com os hipocorísticos, diminutivos afetivos ou repetição de sílabas (geralmente formas reduzidas do nome próprio do indivíduo). O hipocorístico distingue-se da alcunha tendo em conta o seu uso, que é familiar e não de cariz social. No entanto, as formas hipocorísticas, como Zeca, Zé, Zezinho e Zezinha, embora sejam nomes familiares, podem ser usadas como alcunhas, se tiverem função social distintiva, *i.e.*, se forem usados de forma a distinguir indivíduos com o mesmo nome e residentes na mesma localidade.

A par das alcunhas simples, ocorrem algumas alcunhas compostas: sobretudo constituídas por nome e adjetivo, como “boca-negra” (nome de um peixe), “calça larga”, “cabeça torta”, “cu grande”, “pé leve”, “pé curto”, “pão seco”, “rei pobre”, “cara velha”, “pata laja”, “pescoço rente”; e adjetivo e nome, como “má carne” (qualidade física e/ou moral, pessoa ruim); mas também por nome, preposição e nome, *e.g.*, “milho com couves” (pessoa que gostava muito de milho com couves quando era pequena), “milhinhe com açúcar” (as duas alcunhas imediatamente anteriores revelam a importância do milho na alimentação da população madeirense, cujo conduto muitas vezes era o açúcar e não o peixe ou a carne), “pau da poncha” e “língua de cabra” (pessoa que falava muito alto).

Algumas alcunhas são expressas por sintagmas, as chamadas alcunhas sintagmáticas ou frásicas. Veja-se, *e.g.*, “baixa a bola” (indivíduo que era muito convencido ou que usava muito esta expressão) e “larga o capote” (verbo, artigo e nome); “vá com Deus” (verbo, preposição e nome). Na sua maior parte, são alcunhas compostas (verbo e nome): “caga sal”, “camba burros”, “capa porcos”, “pica sementes”, “rouba azeite”, “caça ratos”, “bate folha”, “cheira anona”, “cheira merda”, “fura bardos”, “ganha pão”, “mata mouros”, “fura bolos”, “papa arroz”, “calca ruas”, “papa unhas”, “mata gatos”, “defeca sangue”, “espalha merda” (indivíduo que criava gado e estava sempre a espalhar o estrume dos animais na terra), “papa açorda” (imagem usada para nomear um malandro) e “papa novenas” (pessoa que fala muito e é falsa). No caso de “água vai”, temos primeiro o nome e depois o verbo, provavelmente por ser uma expressão dita ao atirar água para a rua.

Outras alcunhas são compostas por verbo e advérbio de quantidade: “faz tudo”, “pode pouco”, “merca tudo”, “paga tudo”.

Como podemos ver, as alcunhas são formas linguísticas diversas provenientes da expressividade popular, em que um vocábulo simples ou composto pode traduzir vários valores semânticos. Nesse sentido, além da classificação gramatical ou formal, é importante conhecer

os diferentes tipos de alcunhas, segundo a sua origem ou significado.

Leite de Vasconcelos considera que as alcunhas são de três espécies principais: geográficas, étnicas e pessoais, sendo que as duas primeiras podem ser agrupadas em geográfico-étnicas ou étnico-geográficas. Este autor trata especialmente das alcunhas pessoais, dos nomes designativos de características físicas e morais, resultantes de algum episódio da vida do indivíduo, de relações de parentesco, de nascimento, da idade, de fases de vida e estado, bem como da profissão ou do cargo ocupado. Porém, na classificação que se segue, também incluímos neste grupo os nomes étnico-geográficos (derivados do nome da região de origem ou de residência dos indivíduos na Ilha ou do país de emigração), e acrescentámos ainda os nomes fonéticos, dado que estes também funcionam como nomes individualizantes, qualificativos ou caracterizadores na identificação social dos indivíduos. Partimos da classificação semântica de Vasconcelos exposta em *Antroponímia Portuguesa* (1928), fazendo algumas adaptações à tipificação proposta, para melhor sistematizar e ao mesmo tempo simplificar e distinguir de forma clara as alcunhas de acordo com a sua motivação. Deste modo, tendo em conta o seu significado, as alcunhas podem ser classificadas do seguinte modo:

a) alcunhas alusivas ao estado ou à posição social, a cargos, a nomes de profissão e navegação ou aos ofícios, a instrumentos/utensílios de trabalho, relacionados também por metonímia, e a matérias-primas, incluindo comidas e bebidas: “cavaleiro”, “conde”, “fidalgo” e “nobre” (apelidos de origem aristocrática); “bispo”, “prior”, “abade”, “vigário”, “frade” (relacionados com a igreja); “moedeiro”, “carpinteiro”, “capador”, “ferreiro”, “levedeiro”, “moleiro” e “moleira”, “malheiro” (de malho), “milheiro” e “milho” (cultivava e/ou vendia milho), “mestre” (artífice), “serralheiro”, “serrão” (serrador), “tanoeiro”, “cesteiro”, “parteira”, “alambiqueiro” (alcunhas provenientes de nomes de profissão ou de ofícios mecânicos); “maioral”, “sargento” e “soldado”

(militares); outras profissões – “guarda” (era guarda-florestal), “eletricista”, “paneleiro” e “pastor”. Por metonímia com instrumentos de trabalho, utensílios e matérias-primas: “malho”, “marrão”, “bigorna”, “machado” (seria o que fabricava ou vendia machados), “sovela” (sapateiro), “verga”, “panelas”, “ferro” (era ferreiro ou trabalhava com ferro), “trolha” (indivíduo mal ajeitado, que trabalha na construção civil, o servente do mestre, por contiguidade com o nome de instrumento utilizado, mas também no sentido moral, pessoa que não sabe fazer nada, mentiroso); “moedas”, “pataca”, “tostão”, “vintém” (dinheiro e medidas); “farelo”, “marmelada”, “farinha”, “pão”, “trigo” (alimentação); “aguardente”, “meio grogue” e “poncha” (bebidas);

b) alcunhas alusivas a qualidades físicas (muito frequentes, dado que são as mais apelativas) e a hábitos dos indivíduos, incluindo metonímias com partes do corpo, com vestuário e com episódios ou circunstâncias da vida: “alto”, “barbaças” (com grandes barbas), “beicudo”, “bigodes”, “calvo”, “casacão”, “catarro”, “cebola” e “cebolinho” (pessoa que cultiva e vende cebolas), “cego”, “churrica” ou “chorrica” (alteração fonética de “forrica”, alguém que se chorricou, que teve um episódio de diarreia em público), “claro”, “comprido”, “corado”, “coto” (maneta), “descalço”, “gordo”, “engraçada”, “enjeitado”, “fanha” (defeituoso da fala), “farto”, “feio”, “gago”, “guedelha” (cabelo grande e esfrangalhado), “manco”, “maneta”, “marmita” (pessoa que está sempre esfomeada e que come o que sobeja dos outros ou que usa uma marmita), “marreco”, “mouco”, “mudo”, “patudo” (de pés grandes), “pencudo” (pessoa que tem o nariz comprido), “penteado”, “pequeno”, “perna” e “pernetas” (cambado), “pisco” (pessoa que pisca muito os olhos), “pobre”, “queimado”, “redondo”, “roído” (pessoa que faz barulho ou, no sentido moral, que está “roída de inveja”), “rosado”, “rouco”, “ruço”, “ruivo”, “sovento” (significando sebento, imundo, sujo) ou “nojento” (sujo, mas também pode ocorrer no sentido moral, significando manhoso, invejoso), “torto” (por ser corcovado), “vermelho”, “vesgo” (pessoa

que tem deficiência ou desvio num olho), “zarolho” (o mesmo que vesgo), “zaralha” (mal vestida ou mal arranjada, desleixada);

c) alcunhas alusivas a qualidades morais, desenvolvidas também por metáfora ou metonímia: “alegria”, “alegre”, “arriscado”, “bizarro”, “bom”, “bravo”, “briguento”, “calado”, “calisto” (“causador de má sorte” [VASCONCELOS, 1928, 198-203]), “chorão”, “diabo” (mulher muito má), “franco”, “leal”, “maduro”, “manso”, “mau”, “mimoso”, “modesto”, “felizardo”, “firme” e “firmeza”, “galante”, “garganta” e “guelra” (pessoa que fala muito e “tem garganta”), “língua” (talvez também pessoa que fala muito), “prudente”, “ronha” (manhoso), “subtil”, “temido”, “valente”;

d) alcunhas alusivas a características físicas e psicológicas expressas indiretamente, através de metonímias (por contiguidade) e de metáforas (por similaridade), analogias por comparação com objetos, animais e vegetais, ou ainda com fenómenos atmosféricos, astros e estações do ano (muito frequentes na linguagem popular e quotidiana): “abelha”, “aço”, “alho”, “cenoura” (pessoa que tem o cabelo desta tonalidade), “aranha”, “balaia” (de “balaio”, cesto redondo e largo), “barrica” e “barril” (por ser gordo), “batoneira” (indivíduo gordo e que fala muito), “bezerra”, “bichana”, “bicudo” (com nariz grande), “bisalho” (indivíduo pequeno, triste e desgraçado) e “bisalha” (mulher que tem muitos filhos e se parece à galinha com os seus bisalhos), “bogas” (pessoa que anda sempre com “bogas” no nariz, talvez evoque o peixe boga, muito comum no mar da Madeira), “bolota”, “bombo”, “bucho”, “burreca” e “burreco” (burro fraco, ordinário), “cabelo” (denominação metafórica, com o sentido de delgado ou magro), “cabrito” e “cabrita”, “cachorro” (cão é um insulto, descreve uma pessoa má), “cagarra”, “canário”, “canzana” (homem alto e mal ajeitado), “cão” (magro como um cão), “capão” (galo grande), “cobra” (pessoa venenosa ou má), “cordeiro” (manso), “corisco” (pessoa que é como um corisco), “craca” (“conversador incómodo” [SILVA, 1950, 36]; trata-se do nome de um crustáceo que se agarra

a rochas e ao costado de navios), “eiró” (iró ou enguia), “espeto” (talvez por a pessoa ser muito magra), “fava”, “feijão rasteiro” (pessoa baixa), “francelho” (ave de rapina que nidifica na Madeira), “gafanhoto”, “inverno”, “jarra”, “lago”, “laranja” (pessoa avermelhada), “leitão”, “leite” (com aceção metafórica de brancura da pele ou suavidade do carácter), “melro preto”, “morganho” ou “murganho” (rato pequeno), “nabo” (homem calvo ou que não tem nada na cabeça), “noite”, “palhaça” (de casa palhaça, de palha), “pardal”, “pavão” (vaidoso), “pedra”, “peixe”, “pempinela”, “peru” (homem vaidoso, e grande e forte), “pião” (homem baixo), “pinheiro” (alto como um pinheiro), “pote” (pessoa que por tem a aparência deste objeto), “tabaibo”, “terra”, “toco”, “tramoço”, “trovão”, “vinagre”;

e) nomes fonéticos, construídos a partir de sílabas que se repetem ou se conjugam na produção de sentido fonético. Constroem-se a partir de uma lógica estritamente fonética, criando combinações originais ou nomes singulares a partir de sílabas curtas: “ai ai”, “aió” ou “aiú”, “bibi”, “cacá”, “cháchá”, “cró”, “ei ei”, “fi fi”, “fu fu”, “fum fum”, “gum gum” (de gungunar, resmungar, falar para dentro), “lé lé”, “lulu”, “pá pi pó”, “quiqui”, “si ó có”, “tim bim”, “xé xé”, “zaizai” ou “fai fai”. Geralmente, estas alcunhas são expressivas pela sua própria configuração fónica. A criatividade na sua formação e a sua vitalidade devem-se ao facto de terem origem popular;

f) cognomes ou epítetos com valor distintivo, que distinguem os membros de uma família que apresentam o mesmo nome e que incluem nomes designativos de relações de parentesco: Pai, Filho, Sobrinho e Neto também se tornaram apelidos ou nomes de família, perdendo o seu valor semântico primitivo. A estes podem juntar-se nomes como Morgado, Colaço e Parente, tal como Velho, por oposição a Moço ou a Novo. De alcunhas relativas ao estado civil, temos os apelidos Noivo, Solteiro e Casado;

g) nomes étnico-geográficos relativos à proveniência do indivíduo ou de algum antepassado seu de fora da Ilha, à localidade de origem, na Ilha e à indicação de residência (através da

referenciação de pequenos lugares – micro-toponímia), mas também à terra de emigração: “alentejano”, “americano” ou “amaricano” (homem que emigrou para a América do Norte), “brasileiro” e “brasileira”, “caniceiro” e “caniceira (do Caniço), “canheiro” (dos Canhas), “francês” e “francesa” (pessoa que emigrou para França), “da Fonte”, “do Janeiro” (com preposição “de” e o nome da localidade onde a pessoa vive), “da Ladeira”, “da Ribeira” ou “Ribeira” (do indicativo de residência pode formar-se o designativo), “leste”, “serrano” (da serra), “venezuelano” e “venezuelana” (emigrados de torna-viagem da Venezuela e seus filhos);

h) alcunhas várias: “tracis”, “bajeca” (“índividuo falador e linguareiro, incapaz de guardar segredo” [SANTOS, 2011]), “parruca”, “bichanga”, “garipo”, “maranhoto”, “nuja”, “parão”, “perolho”, “cacuja”, “casaca”, “cambrolo”, “frisa”, “talassa”, “galdino”, “galério”, “gorjão”, “tota”, “lela” e “farruco”. Neste último tipo, incluímos as alcunhas de difícil classificação, por serem termos obscuros e/ou por serem já remotas e desconhecidas as motivações, factos ou circunstâncias que as ocasionaram. Pedro Cunha Serra, no artigo “Estudos toponímicos (XIV-XVI)”, menciona que é difícil estabelecer uma relação entre o nome comum e a alcunha, pois, se em alguns casos tal relação é transparente, noutros a relação pode ser nula.

A este propósito, no *Dictionnaire Historique de l'Anthroponymie Romane*, adianta-se que é impossível definir o sentido concreto de uma alcunha e que apenas em casos muito raros sabemos a sua motivação real, pois, são várias as significações possíveis. A classificação das alcunhas pode ser enganadora; podemos ser conduzidos a uma interpretação errada da sua motivação semântica, ela pode pertencer a mais do que um tipo. Foram muitos os autores que propuseram classificações ou tipologias de alcunhas, alguns portugueses e outros estrangeiros, como Iria Gonçalves, em *Imagens do Mundo Medieval*, que segue, no geral, a classificação de Leite de Vasconcelos, mostrando a variedade da antroponímia alentejana do

séc. xv; Brito, que no artigo “A alcunha: configuração linguística de um *continuum* afectivo (observação de uma micro-sociedade de tipo clânico)”, também classifica as alcunhas com base na sua origem ou motivação semântica; Santos, que, em *Las Islas de los Secretos. As Ilhas dos Segredos*, além dos tipos tradicionais de alcunhas, refere as alcunhas emprestadas da terminologia local que ilustram a vida e o ambiente rural, acrescentando que algumas alcunhas, pela sua natureza rural, são comuns a várias regiões do país; e Rebollo Torío, que, no artigo “El apodo y sus características”, reagrupo as alcunhas em intrínsecas (qualidades físicas e psíquicas), extrínsecas (ofícios, vestimenta e origem), herdadas (de antepassados e por alteração fonética do nome ou apelido) e indefinidas.

As alcunhas pessoais podem originar alcunhas coletivas ou gentílicos, *e.g.*, “borquilha” ou “bruquilha” (pessoa rude), como designativa dos habitantes do Porto da Cruz, e “lanchas” (de “lança”, por metonímia), alcunha dada, pelas pessoas da Ribeira Brava, aos funchalenses, provavelmente por se deslocarem de lança. Os gentílicos podem funcionar igualmente como alcunhas; é o que acontece quando um indivíduo (e, conseqüentemente, também a sua descendência), deslocado da sua localidade de origem, passa a ser identificado e conhecido na comunidade de acolhimento pelo gentílico relativo à localidade de origem, passando este a ser usado como alcunha pessoal, porque é atribuído a um indivíduo, sendo usado no singular, *e.g.*, “camacheira”, a par de “camacha” (mulher da Camacha que reside noutra localidade ou concelho), “profeta” (indivíduo do Porto Santo que reside na ilha da Madeira), “quinteira” (mulher natural da Quinta Grande que vive noutra localidade).

A microtoponímia é formada, muitas vezes, a partir de nomes de pessoas provenientes de alcunhas, como Terra do Madruga, Pomar do Gato e Porta do Canário, alcunhas que se transformaram em topónimos porque deram nome a sítios dentro de localidades. O seu conhecimento exige que se recorra à memória popular e ao estudo da história local. Em

Ponta Delgada, *e.g.*, alguns topónimos são constituídos por nomes provenientes de alcunhas de residentes e/ou proprietários locais: “A origem da designação [Poio do Balanco] deve-se ao facto de por ali ter sido proprietário um homem conhecido pela alcunha de *Balanco*” (MENDES, 2008, 179); Fajã da Ovelha; Cerado dos Bizarros foi “assim designado por ter pertencido a uma família de apelido *Bizarro*” (*Id.*, 2010, 181-183). Os populares também podem atribuir alcunhas aos lugares, que, como as pessoas, em vez de serem designados pelo seu nome oficial, passam a ser denominados pelas alcunhas, *e.g.*, o sítio da Serra de Água, na Ribeira Brava, é conhecido pelos locais como “Iraque”, por ali terem acontecido vários episódios de violência e assassinato.

O carácter rural e popular das alcunhas faz com que estas correspondam a palavras da linguagem tradicional da Região, podendo algumas ser regionalismos madeirenses, como, *e.g.*, “conca”, “Artífice ou operário pouco perito, desleixado” (SILVA, 1950, 34); “jaca”, espécie de caranguejo de cor escura, muito miúdo (NUNES, 1994, 265), mas também “Pessoa muito nutrida” (CALDEIRA, 1999, 79); “pelhancas”, “homem ou animal muito magro, muito pobre, escanzelado” (SILVA, 1950, 90); pergana” ou “pregana”, “impertinente, importuno” (*Id.*, *Ibid.*, 91); “pitafenta”, pessoa que vê e põe defeitos em tudo, de “pitafe”, “mania” (*Id.*, *Ibid.*, 93).

As alcunhas constituem um património histórico, linguístico e sociocultural, sobretudo rural, caracterizado por uma grande riqueza e diversidade lexical resultante da criatividade e expressividade popular.

Bibliog.: impressa: “As alcunhas do Porto Santo e o seu porquê”, *Xarabanda*, n.º 14, 2003, pp. 7-10; ARANDA, M. Ángeles García, “El apodo en Villacañas (Toledo): historias de un pueblo”, *ELUA*, n.º 14, 2000, pp. 75-92; BARCELOS, J. M. Soares de, *Dicionário de Falares dos Açores. Vocabulário Regional de Todas as Ilhas*, Coimbra, Almedina, 2008; BOLÉO, Manuel de Paiva, “Os estudos de antropónimo e toponímia em Portugal”, *Revista de Portugal*, sér. A, n.º 18, 1953, pp. 145-152; BRITO, Maria Filomena Carvalho, “A alcunha: configuração linguística de um *continuum* afectivo (observação de uma micro-sociedade de tipo clânico)”, *Humanitas*, vol. I, 1998, pp. 835-866; CALDEIRA, M. da Conceição de Oliveira, *Miscelânea de Memórias*, Funchal, Calcamar, 1999; CASTRO, Ivo, “A investigação antroponímica em Portugal”, in KREMER, Dieter (coord.), *Dictionnaire Historique des Noms de Famille Romans*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1990, pp. 10-13; CORTESÃO, A. A., *Onomástico Medieval Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912; *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 18 vols., Lisboa, Temas e Debates, 2005; FRANÇA, Isabella de, *Jornal de Uma Visita à Madeira e a Portugal 1853-1854*, Funchal, JGDAF,

1970; FREITAS, Alfredo Vieira de, *O Humor no Folclore Madeirense (Versos do Povo e para o Povo)*, Funchal, Junta de Freguesia de Gaula, 1988; FREITAS, José Lourenço de Gouveia e, *Gaula. A Terra e a Gente*, Funchal, DRAC, 2000; FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural dos Açores, 1979; GOMES, Alberto F., “Achegas para um estudo do dialecto insular V”, *Das Artes e da História da Madeira*, 29 maio 1949, pp. 227-228; GONÇALVES, Iria, *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988; KREMER, Dieter (coord.), *Dictionnaire Historique de l'Anthroponymie Romane: (PatRom). Présentation d'Un Projet*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1997; MENDES, Duarte, *Perfil Toponímico de Ponta Delgada (Contributos para a Sua Identificação)*, São Vicente, ed. do Autor, 2008; *Id.*, *Matriz Toponímica da Fajã da Ovelha (Achegas para a Sua Identificação)*, Fajã da Ovelha, ed. do Autor, 2010; MONTEIRO, M. de Lourdes de O., *Porto Santo: Monografia Linguística, Etnográfica e Folclórica*, Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra, texto policopiado, 1984; NASCIMENTO, João Cabral do, “Notas etnográficas. Nome, apelido, alcunha”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. v, 1937, pp. 149-158; NUNES, Adão A., *Peixes da Madeira*, 3.ª ed., Funchal, DRAC, 1994; NUNES, Naidea, *Antroponímia Primitiva da Madeira (Séculos XV e XVI)*, Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 1996; *Id.*, “Alcunhas e nomes geográficos na literatura regional madeirense”, in *Biblioteca Filológica Galega, Homenaxe a Dieter Kremer*, s.l., Instituto da Língua Galega, 2004, pp. 509-517; PESTANA, Elisabeth Aurora Gundersen, *Subsídios para o Estudo da Linguagem dos Bamboteiros*, Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 1954; PINA-CABRAL, João de, “Nicknames and the experience of community”, *Man*, nova sér., vol. 19, n.º 1, 1984, pp. 148-150; POLANAH, Luís, “O estudo antropológico das alcunhas”, *Revista Lusitana*, nova sér., n.º 7, 1986, pp. 125-145; RAMOS, Francisco Martins, *Alcunhas Alentejanas. Estudo Etnográfico*, Monsaraz, Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz, 1990; RIBEIRO, João Adriano, *Machico: Subsídios para a História do Seu Concelho*, Machico, Câmara Municipal de Machico, 2001; *Id.*, *Santana. Memórias de Uma Freguesia*, Santana, Junta de Freguesia de Santana, 2002; ROWLAND, Robert, “Práticas de nomeação em Portugal durante a Época Moderna: ensaio de aproximação”, *Etnográfica. Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, vol. 12, n.º 1, 2008, pp. 17-43; SANTOS, Jaime Vieira, “Etnografia madeirense. As alcunhas”, *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 23, 1956, pp. 46-47; SANTOS, Maria L. F. de O. Silva, “A onomástica, o indivíduo e o grupo”, *Arquipélago. História*, 2.ª sér., n.º vii, 2003, pp. 229-242; SANTOS, Rui, *Crónicas de Outros Tempos*, Funchal, Xarabanda, 1996; SANTOS, Thierry Proença dos, “Literatura ‘popular’ e tradição em alguns escritores da Madeira: inesgotável fonte de inspiração?”, *Islenha*, n.º 42, jan.-jun. 2008, pp. 132-144; *Id.*, “O nome das personagens no romance *Canga* de Horácio Bento de Gouveia”, in SANCHO, Juan Carlos de (org.), *Las Islas de los Secretos. As Ilhas dos Segredos*, Las Palmas, Anroart Ediciones, 2011, pp. 355-379; *Id.*, “Gentílicos e alcunhas coletivas no arquipélago da Madeira”, *Ilhara*, n.º 10, 2013, pp. 144-164; SERRA, Pedro Cunha, “Estudos toponímicos (XIV-XVI)”, *Boletim de Filologia*, t. xxi, 1965, pp. 99-116; SILVA, António Marques da, *Minha Gente, Crónica Romaneada*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1985; *Id.*, “Manuel falarás: as trovas da emigração”, *Islenha*, n.º 4, jan.-jun. 1989, pp. 89-92; *Id.*, *Linguagem Popular da Madeira*, Funchal, DRAC, 2013; SILVA, Fernando Augusto da, *Vocabulário Popular da Madeira*, Funchal, JGDAF, 1950; TAVARES, Clemente, *Histórias de Gaula*, Funchal, ed. do Autor, 1999; TEIXEIRA, José, “Metonímias e metáforas no processo de referência por alcunhas do Norte de Portugal”, *Diacrítica*, sér. Ciências da Linguagem, n.º 21/1, 2007, pp. 207-239; TORÍO, Miguel A. Rebollo, “El apodo y sus características”, *Anuario de Estudios Filológicos*, vol. 16, 1993, pp. 343-350; VASCONCELOS, J. Leite de, *Antroponímia Portuguesa. Tratado Comparativo da Origem, Significação, Classificação, e Vida do Conjunto dos Nomes Próprios, Sobrenomes, e Apelidos, Usados por Nós desde a Idade-Média até hoje*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928; *Id.*, *Opúsculos*, vol. iii, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1931; VERDELHO, Evelina, *Linguagem Regional e Linguagem Popular no Romance Regionalista Português*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1982; VROONEN, Eugène, *Les Noms des Personnes dans le Monde: Anthroponymie Universelle Comparée*, Bruxelles, Librairie Encyclopédique, 1967; **digital:** SARAMAGO, João e BETTENCOURT, José, “Apelido”, *Enciclopédia Açoriana – Cultura Governo dos Açores*, s.d. <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/> (acedido a 27 jan. 2015).

Alemanha

A história das relações entre Portugal e a Alemanha foi posta em evidência através dos estudos de Eberhard Axel Wilhelm. A ele se devem múltiplos estudos, publicados numa diversidade de publicações, que revelam a riqueza das relações entre a Alemanha e a Madeira, nomeadamente nos sécs. XIX e XX. Uma multiplicidade de situações revela uma proximidade entre a Ilha e aquele país, documentada desde princípios do séc. XVI por questões que se prendem com o comércio do açúcar. São, porém, os sécs. XIX e XX que demonstram uma maior proximidade e familiaridade, na medida em que estão mais repletos de acontecimentos.

Na memória coletiva estão sempre mais presentes os acontecimentos relacionados com as duas guerras mundiais, devido ao impacto incívico que tiveram na sociedade madeirense, de diversas formas, como seja o ataque dos submarinos alemães na Primeira Guerra Mundial, que tinha um alvo claro: a estação de cabo submarino em Santa Clara. Contudo, a história destas relações passa também por uma ativa influência dos Alemães nos diversos aspetos económicos da Ilha, relacionados com o comércio de açúcar, vinho e bordado, em que é de relevar o impacto no sector dos bordados, ainda que curto e abruptamente cortado por causa da guerra. E não podemos esquecer a sua intervenção no que concerne aos estudos científicos e ao investimento no turismo.

Contudo, ao mesmo tempo, a presença germânica conta com uma sombra negra, bem como com um obstáculo, que foi a presença da comunidade britânica, que, por diversas ocasiões, se afirmou como um foco de conflito, gerador de problemas com as autoridades portuguesas, como aconteceu com a chamada questão dos sanatórios. Desta forma, a Madeira foi um dos episódios da expansão de ambas as potências coloniais pelo controlo do Atlântico, em que os Ingleses conseguiram levar a melhor e consolidar uma posição hegemónica até ao séc. XXI.

As relações da Madeira com a Alemanha, repita-se, datam de princípios do séc. XVI e

resultam do interesse despertado pelo açúcar produzido na Ilha e da intenção dos mercadores alemães de se expandirem até ao Norte da Europa. Foram vários os mercadores alemães, aliás, que se empenharam no comércio do açúcar, fosse por intervenção direta ou através de agentes. A esse propósito, está documentada a presença das seguintes personalidades: João de Augusta (entre 1508 e 1510), Jácome Holz buck (em 1508), Jorge Andrefiz (entre 1509 e 1513), Leo Ravenspurger (em 1509), Gregório (em 1509), Jans Pafrate (entre 1522 e 1525), Uzuardo Tarluem (em 1552), João e Garces de Beberage (entre 1595 e 1596), Bono Broxone e Erasmo Esquet.

Nesse tempo, os Welsers tinham um feitor em Lisboa, chamado Lucas Rem (1481-1541), e vários agentes subestabelecidos no Funchal e em La Palma, entre os quais encontramos algumas daquelas personalidades, que atuavam no comércio do açúcar na Madeira: João de Augusta, Bono Broxone, Jorge Emdorfor, Jácome Holz buck, Leo Ravenspurger e Hans Schonid. Mas as operações comerciais no Funchal não foram bem sucedidas, o que levou os Welsers a deixar de ter interesse pelo comércio açucareiro da Madeira.

Lucas Rem, que nos deixou um relato autobiográfico das suas operações comerciais, começou a sua atuação como feitor em 1503. Deixou Portugal em setembro de 1508, mas regressou em agosto de 1509 para proceder à reorganização da feitoria que os Welser possuíam na Madeira, onde negociavam açúcar. Em 1509, o seu irmão João encontrava-se no Funchal, na qualidade de seu procurador. Em 1518, Rem fundou, com os seus outros dois irmãos, Endres e Hans, e com Ulrich Hanolt e Jörg Meuting, uma casa comercial própria que também estendeu os seus negócios até Lisboa, fundando aí, em 1520, uma feitoria. Porém, em 1528 procede ao encerramento da feitoria e à sua retirada definitiva de Portugal.

Aquilo que a história releva, de forma incessante, são as relações humanas e comerciais. Estas começaram ainda no séc. XV e resultaram do interesse das populações nórdicas pelo comércio do açúcar, a que depois se associaram o

vinho e o bordado. O consulado alemão, criado na Ilha, será a instituição de defesa dos interesses alemães. Como cônsules da Alemanha em Hamburgo, tivemos António Rodrigues Martins (de 12 de dezembro de 1748 a 29 abril de 1749) e Daniel Henrique Smith (de 6 de junho de 1782 a 1 julho de 1782).

A propósito, Hamburgo foi uma ponte para alcançar o Norte da Europa e a própria Alemanha. O movimento marítimo ganhou uma dimensão desusada em princípios do séc. xx, de forma que, em 1910, assiste-se a escalas frequentes dos navios da *Südamerikadienst*, da *Hamburg Amerika-Linie*, conhecidos como os “Alemães do Freitas” (Woerman Line), popularmente os “Alemães dos verdes” e da *Nord Lloyd Brenem*, apresentados como os “Alemães de Chaves”. A Madeira passou a ser uma escala obrigatória para as rotas transatlânticas alemãs, por força da necessidade de apoio para abastecimentos, nomeadamente de carvão. A distribuição de carvão à navegação alemã foi atribuída ao comendador Manuel Gonçalves, agente dos Alemães, passando, em 1914, para a *Deutsch Kohlen Depot*. O serviço de abastecimento de carvão aos barcos alemães no Funchal era assegurado pelos navios alemães *Colmar*, *Petropolis*, *Guahyba* e *Hochfeld*, que foram apresados pelo governo em consequência de um pedido inglês de 17 de fevereiro de 1916. A empresa funcionava na R. das Fontes e tinha armazéns no Campo Almirante Reis.

No séc. xx, devemos destacar ainda o papel da família Gesche na representação consular. Emil Franz Gesche foi o cônsul honorário durante os seguintes períodos: 1910 a 1916, 1921 a 1945 e 1957 a 1966. Por sua morte, o cargo passou para a filha, Elisabeth Elfriede Gesche, que o exerceu até 1997, altura em que passou o lugar para Ricardo Dumont dos Santos.

O período das Grandes Guerras Mundiais

Em 1916, a guerra entre Portugal e a Alemanha chegou também à Madeira e levou ao bombardeamento do Funchal por duas vezes.

Depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, o Governo português determinou,

pela port. n.º 616, de 15 de março de 1916, o arresto das embarcações em portos portugueses, sucedendo no porto do Funchal a apreensão das embarcações *Colmar*, *Petropolis*, *Guyabo* e *Hochfeld* ao serviço da *Deutsches Kohle Depot*, que foram rebatizadas com os nomes de *Madeira*, *Porto Santo*, *Deserta* e *Machico*, enquanto as suas tripulações ficaram aprisionadas no Lazareto até serem enviadas para o depósito de concentrados em Angra do Heroísmo.

No mês de maio, foi criada a Intendência dos Bens do Inimigo, por publicação no *Diário do Governo* (sér. I, n.º 85, 4 maio 1916), que tinha como atribuição administrar, fiscalizar, gerir e liquidar os bens arrolados aos Alemães. A par disso, os Alemães residentes em território nacional foram reunidos no depósito de concentrados alemães, criado no forte de S. João Batista, na ilha Terceira (Açores), com todo o seu património alvo de arrolamento pelas autoridades portuguesas.

O primeiro bombardeamento, a 3 de dezembro de 1916, provocou o afundamento de 3 barcos (*Surprise*, *Kangaroo* e *Dacia*) na baía do Funchal, assim como a morte de 33 membros das tripulações e de 8 madeirenses da empresa Blandy, que, naquele momento, forneciam carvão a um destes barcos. O *Diário de Notícias* de 5 de dezembro de 1916 regista que “mal se podia imaginar o brutal e traiçoeiro assalto dum submarino alemão ao porto do Funchal, em pleno dia, manifestando a maior audácia nessa criminosa investida, audácia que já de antemão tinha a certeza de que ficaria impune pela falta de recursos e elementos de defesa da nossa costa. [...] Não quiseram que terminasse o ano de 1916, sem virem deixar à Madeira o seu cartão de visita que é, como quem diz, uma amostra do seu ódio e da sua perversidade sem nome. As granadas que o sinistro submarino lançou sobre a cidade do Funchal, foram também como o cartão de agradecimento pela maneira cavalheiresca e generosa, digna de um povo civilizado como os Funchalenses trataram os súbditos alemães residentes aqui, depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal”.

Cláudia Faria, num estudo sobre os acontecimentos de 1916, refere várias firmas

estabelecidas na praça funchalense, nomeadamente “a firma Deutsches Kohle Depot – com sede no Funchal e cujo representante era Manuel Gonçalves, que defendia os interesses do banqueiro Ernest Hofmann –, a Madeira Aktien Gesselschaf – sociedade anónima fundada em 1907, em Berlim, e cujo grande promotor era uma vez mais Ernest Hofmann –, a sociedade que dirigia o Caminho de Ferro do Monte, e a firma de João de Freitas Martins” (FARIA, 2014, 314). Estamos perante dados reveladores da subida vertiginosa de importância desta comunidade na Ilha.

O segundo ataque aconteceu no dia 12 de dezembro de 1917, causando sérios estragos em vários pontos da cidade, nomeadamente na igreja de S.^{ta} Clara, provocando cinco mortos e muitos feridos, pois, no momento do disparo, o P.^e Abel da Silva Branco celebrava missa. Em paralelo, não podemos esquecer o ataque trágico, nos Açores, ao caça-minas português *Augusto de Castilho*, capitaneado pelo Cap.-Ten. Carvalho Araújo, e que levava a bordo também o aspirante Mota Freitas, ambos homenageados na toponímia das ruas do Funchal.

A memória dolorosa destes acontecimentos perdurou na sociedade madeirense e não pode ser alheia à promessa do P.^e José Marques Jardim, em 1917, de erguer um monumento à Nossa Senhora da Paz, no terreiro da Luta. A promessa contou com grande adesão popular e cativou os estrangeiros, com a oferta de duas joias por parte da Imperatriz Zita, mulher do Imperador Carlos I, da Áustria. Foi feito um terço do rosário mariano com as correntes das âncoras dos três vapores torpedeados pelos Alemães. Diz Eduardo Pereira: “Deu lugar a esta emocionante peregrinação o transporte de um gigantesco Terço do Rosário Mariano, feito de calhaus rolados da Ribeira de Santo António, com cerca de dez quilos cada e mais, todos enfiados em correntes de âncoras dos três vapores ‘Surprise’ e ‘Kanguroo’ franceses, e do ‘Dacia’ inglês, torpedeados por um submarino alemão, a 3 de dezembro de 1916, na baía do Funchal. Transportavam o Terço votivo desde Santo António até ao Terreiro da Luta, no Monte, a pé, seguidos de milhares de

peregrinos de todas as freguesias do Concelho do Funchal, rezando e cantando louvores à Virgem, mais de 300 devotos, ‘carreiros’ do Monte, ajudados por outros fiéis que, durante seis horas de percurso, subiram carregando aos ombros aquela mole de pedra e ferro, até à altitude de 874 metros, onde depuseram com grande fé, lágrimas e sangue de seus corpos, a religiosa dádiva aos pés da Virgem em sinal de gratidão pela paz mundial e em sufrágio dos que a ela sacrificaram a vida. E, assim se repercutem e perpetuam pelos séculos fora os sentimentos de crença sincera e religiosidade ardente do povo madeirense” (PEREIRA, 1983, II, 497).

Já com a Segunda Guerra Mundial tudo foi diferente, não obstante os seus efeitos na economia da Ilha terem sido mais catastróficos. Assim, a neutralidade portuguesa, embora isentasse a Ilha de qualquer represália, não impediu que sofresse, de forma indireta, os seus efeitos, por força da chamada guerra do Atlântico, que perturbou o abastecimento e criou dificuldades no relacionamento da Ilha com o exterior, com uma pesada fatura nos produtos de exportação, como era o vinho. Desta forma, lê-se na primeira página do *Diário de Notícias* de 7 de setembro de 1939: “A Madeira é sem dúvida das terras portuguesas a mais afetada pela atual situação internacional. A nossa situação atlântica, a importância da navegação e do turismo em toda a economia insular fazem com que se tenha de olhar apreensivamente o futuro que se abre diante de nós. Não é possível fazer prognósticos sobre a extensão e duração do conflito que agora começa, a medida em que uma neutralidade pode favorecer o nosso porto, as consequências definitivas que a guerra trará à navegação e ao turismo da Madeira”.

O comércio de vinho

A transformação ocorrida no decurso da segunda metade do séc. XIX alterara o panorama do mercado do vinho Madeira, cujas rotas se orientam para o Norte, tendo como mira e principais promotores os agentes ingleses e alemães. Desta forma, a Inglaterra e a Alemanha

passam a disputar a posição cimeira nestas exportações. Apenas as guerras mundiais alteraram a situação, criando sérias dificuldades provocadas pela paragem da navegação oceânica e pela perda do mercado alemão, que se havia afirmado como um dos mais importantes mercados desde finais do séc. XIX.

A presença da comunidade alemã a partir das duas últimas décadas do séc. XIX era importante, disputando mano a mano com os Ingleses o domínio da Madeira nos sectores comerciais de maior evidência e lucro. Na história contemporânea da Madeira, são evidentes os reflexos e a força desta disputa e rivalidade entre Alemães e Ingleses. Junto da comunidade inglesa, que dominava por completo a associação comercial, existia uma lista negra de agentes comerciais alemães ou ligados a estes. Deses agentes, destacam-se João Freitas e Martins, e, entre empresas comerciais, a Pastelaria Iris, Caldeira e C.^a Lda. e a Casa Havanesa. A Ilha era, neste momento, um espaço aberto de acolhimento de inúmeros europeus, incluídos os Alemães, que procuravam, no clima ameno, a cura para a tísica pulmonar. E foi do seio deste grupo que surgiram, muitas vezes, empreendedores comerciantes e industriais. Este impacto da presença alemã começa a fazer-se sentir. Assim, nota-se uma exportação crescente de vinho madeirense para a Alemanha. Em 1882, era de apenas 39 pipas, atingindo-se, em 1887, as 1487 pipas. A Alemanha, que havia adquirido importância na economia da Ilha, a partir da déc. de 80 do séc. XIX, saiu reforçada nas décadas seguintes, concorrendo em pé de igualdade com a Inglaterra, a França e a Rússia. As duas guerras mundiais afastaram definitivamente a Alemanha dos destinos de exportação do vinho Madeira, invertendo esse rumo, que só voltou a alterar-se a partir da déc. de 60 do séc. XX. As cidades alemãs, em especial Hamburgo, vinham adquirindo importância desde a déc. de 80 do séc. XIX. O Alemão tornou-se rapidamente um apreciador do vinho Madeira e só a guerra o demoveu.

Durante a Primeira Grande Guerra, os efeitos da guerra submarina fizeram-se sentir nas exportações de vinho nos anos de 1917 e 1918.

Em 1919, consumadas as pazes, o vinho da Ilha retomou o ritmo de exportações para o mercado alemão, com um crescimento exponencial até 1939. Mas, na déc. de 30, o vinho foi um dos produtos mais afetados pela crise da guerra. Todavia, durante a Segunda Guerra Mundial, temos notícia da importação por contrabando, via Lisboa e Pirenéus.

O bordado

Sem dúvida que foi no bordado que o efeito da presença alemã mais se fez sentir, alargando-se esta à atividade produtiva local, com relevância para múltiplas mudanças em termos tecnológicos no seu processo de fabrico. Note-se que são vários testemunhos de estrangeiros que visitaram a Ilha, no decurso da segunda metade do séc. XIX, que corroboram a importância deste comércio local do bordado.

Em 1854, Auguste Werlich, governanta, refere as vendas porta a porta, destacando o caso de M.^{me} Harche que encomendara lenços de assoar para enviar para a Alemanha. Os padrões haviam sido escolhidos pela própria, numa revista, e o trabalho executado por uma bordadeira. Já Rudolfo Schultze, em 1864, diz-nos que o bordado era um dos muitos *souvenirs* que se ofereciam à chegada dos visitantes ao porto. Em termos de exportação, as primeiras peças de bordado foram conduzidas, em 1881, por iniciativa de Otto von Streit, que se havia fixado no Funchal em novembro de 1880, na busca da cura para a tísica pulmonar. É de referir ainda Paul Whilhem Max Kiekenben, que chegou ao Funchal a 21 de janeiro de 1900 para representar a empresa de bordados em que trabalhava, na cidade de Berlim. Aqui fundou, em 1901, a Madeira Embroidery Co. e, em 1909, a Casa Americana. A partir de novembro de 1938, Herbert Kiekenben dedica-se à tapeçaria, com grande sucesso. Em 1921, Willy Schnitzer, o dono da empresa R. Kretzschmar, dissolvida em 1914, fundou a empresa Gesche & Schnitzer, Lda., na R. Direita, juntamente com Emil Gesche, cônsul da Alemanha na Madeira (entre 1907 e 1916) que esteve associado a Wilhelm Marum.

Na viragem do séc. XIX, os Alemães assumem este protagonismo desusado na indústria do bordado. Teremos várias empresas em atividade e são notórias as alterações técnicas provocadas pela sua presença. Esta presença alemã marca o início da sua intervenção, no sentido do controlo do fabrico e comércio do bordado que perdurará até 1916.

A intervenção dos industriais e comerciantes alemães introduziu algumas inovações técnicas; com efeito, os Alemães provocaram uma verdadeira revolução no processo de fabrico do bordado. A primeira alteração ocorreu ao nível dos tecidos e das linhas: a linha azul, usada até então, é substituída pela linha branca, e é introduzida uma técnica de aplicação direta dos desenhos sobre o tecido, acabando-se com os desenhos alinhavados por baixo. Sucede ainda que os desenhos eram, até então, criação das bordadeiras. Com esta nova técnica, os desenhos eram feitos e estampados no tecido antes de serem entregues às bordadeiras, e, para facilitar o processo, introduziram-se as máquinas de picotar. Esta situação foi documentada, em 1906, por João Mota Prego no *Heraldo da Madeira*: “[...] o comércio alemão transformou esta indústria numa verdadeira riqueza para a ilha. Pouco a pouco, foi removendo as dificuldades inerentes a um pessoal trabalhador boçal como é a mulher do campo; compreendeu bem o que podia exigir dela, não lhe pediu desenhos nem ideias, simplificou-lhe a preparação do trabalho e aproveitou-lhe o que realmente ela podia dar; a parte meramente mecânica, material. Procurou os desenhos fornecendo-lhe já estampados nas fazendas e exigindo-lhe apenas uma execução minuciosa e perfeita” (PEREIRA, 1986, 54).

Esta técnica obrigou ao estabelecimento de casas comerciais no Funchal, que tinham a função de proceder ao trabalho de preparação e à distribuição do tecido e das linhas pelas bordadeiras. Junto destas, atuavam os caixeiros, que procediam à entrega dos panos, recolhendo-os, e, depois, dos bordados. Toda a tarefa de acabamento, lavagem, assim como a engomadoria e a embalagem dos bordados estava reservada à casa no Funchal.

Por outro lado, a intervenção alemã no sector do bordado teve um efeito de humanização e proteção social, pois as empresas de Wilhelm Marum, R. Kretzschmar e Georg Wartenberg asseguravam assistência médica gratuita e medicamentos aos seus trabalhadores. Outros tiveram uma ação relevante nesta indústria e comércio, como Johann Franz Wagner.

Os Alemães desviaram a rota do comércio do bordado, fazendo-o entrar no circuito internacional, através do porto franco de Hamburgo. Note-se que, em 1904, o cônsul português afirmava que “na Alemanha os bordados madeirenses de algodão constituem um artigo de negócio, mas não entram no consumo. Porventura farão objeto de reexportação para países de além-mar e, folheando os volumes relativos ao comércio com o Brasil, Chile, Argentina, etc., parecem efetivamente encontrar-se as parcelas correspondentes” (CÂMARA, 2002, 210).

A Casa Grande de Otto Von Streit começou por enviar os bordados em bruto para Hamburgo, onde eram preparados para exportação com destino aos EUA, facultando aos Alemães um fácil controlo dos ciclos produtivo e comercial. Assim, se por qualquer motivo o trabalho das bordadeiras não satisfizesse os seus interesses, procuravam outros mercados de mão de obra, uma vez que eram detentores dos padrões usados.

O confronto entre as duas comunidades deverá ter pesado na pronta fuga dos Alemães em 1916 e nos dois bombardeamentos, já referidos, à cidade do Funchal. Não obstante a animosidade britânica, os Alemães conseguiram firmar uma posição de destaque no comércio do bordado, entre 1890 e 1914. Esta hegemonia tornou-se notória a partir de 1895, altura em que a Alemanha recebeu 33.173 kg de bordados, contra os 2751 kg da Inglaterra. Note-se que estes valores não refletem a realidade, no sentido em que estavam excluídos os bordados enviados para o porto franco de Hamburgo, um dos principais destinos das exportações.

A saída dos Alemães em 1916 foi compensada com a chegada dos Sírios que, rapidamente, dominaram o mercado do bordado madeirense

até 1925. Aqui, o mercado norte-americano, que desde 1910 vinha ganhando importância, domina as exportações. No séc. xx, uma esperança segura para o comércio do bordado levou para a Ilha mercadores franceses, ingleses e americanos.

O facto de os panos a bordar serem apresentados às bordadeiras já estampados com os desenhos facilitou a adesão de muitas mulheres a esta atividade que poderia ser partilhada com a vida diária. “Era verdade que os ingleses contribuíam hoje, como nenhum outro povo, para o turismo na Madeira e fora até uma inglesa que tornara conhecidos, no estrangeiro, os bordados da ilha. Mas os alemães, que também gostavam de viver no Funchal e lá tinham deixado muitas quintas e melhoramentos, haviam dado à indústria uma expressão inteligente, valorizando-a e enriquecendo-a cada vez mais. Se não fosse a questão dos sanatórios, que, hoje, todos lamentavam, e que obrigara os alemães a abandonarem a Madeira, a indústria dos bordados estaria próspera como nenhuma outra. Os sírios, que, depois, se instalaram na ilha ou já lá tinham os seus agentes, haviam estragado o negócio, criando uma tal barafunda que, hoje, ninguém se entendia. Os bordados desvalorizaram-se, empobrecendo a economia da Madeira. Tudo estava; não havia industrial que se encontrasse satisfeito” (CASTRO, 1933, 42-43).

O mercado do bordado na Madeira foi marcado desde a segunda metade do séc. xix por uma elevada instabilidade, que denuncia a fragilidade da indústria no mercado mundial. Para isso contribuiu não só a conjuntura internacional, mas também a precariedade das casas de bordados criadas por estrangeiros, nomeadamente Ingleses, Alemães e Sírios. A cada grupo corresponderá uma forma de intervenção e de mercado distinta. Os Ingleses foram os primeiros a intervir no processo. Mas foram os Alemães que deram o impulso decisivo na diversificação dos mercados. O seu avanço foi travado apenas por influência dos Ingleses e acabou por ser interrompido com a Primeira Guerra Mundial. Estes transmitiram os seus negócios aos Sírios.

A questão dos sanatórios

A presença da comunidade alemã a partir das duas últimas décadas do séc. xix era importante, disputando mano a mano com os Ingleses o domínio da Madeira. E foi do seio deste grupo que surgiram muitas vezes empreendedores comerciantes e industriais. No sentido de melhorar o serviço de acolhimento aos doentes, avançou-se com um projeto de construção de sanatórios, bem como com os projetos de construção do elevador e do caminho de ferro do Monte.

A Ilha era, naquela altura, um espaço aberto de acolhimento de inúmeros europeus, incluídos os Alemães, que procuravam no clima ameno a cura para a tísica pulmonar. Há notícia da abertura, em 1866, de um hospital de tuberculosos na Casa Branca, que terá sido usado para a cura de doentes oriundos da Alemanha.

A questão dos sanatórios, que persistiu na memória do edifício do Hospital dos Marmeleiros, no Monte, só pode ser entendida à luz dessa disputa entre Ingleses e Alemães pelo espaço atlântico, no séc. xx. Uma das estratégias de afirmação dos Alemães na Madeira passou pela aposta no turismo, com a criação de sanatórios para os cidadãos alemães. Desta forma, em abril de 1903, o príncipe alemão de Hohenlohe Oehringen obteve do governo português autorização para construir sanatórios que servissem para o combate à tuberculose na Ilha. Mas o governo português, por influência dos britânicos, foi forçado a rescindir a concessão outorgada à dita companhia dos sanatórios, mediante uma indemnização pesada, no valor de 4.425.000 marcos, ficando com a posse das propriedades e construções envolvidas no projeto e travando-se definitivamente a sua plena implantação no Funchal.

O caminho de ferro do Monte, que começou a 16 de julho de 1893, foi ampliado a 5 de agosto de 1894 para chegar ao Monte, tendo sido concluído a 24 de julho de 1912 com o troço até ao Terreiro da Luta, como parte da estratégia alemã. A 29 de março de 1943, por força da Segunda Guerra Mundial e da perda

de importância da comunidade alemã, a linha férrea deixou de fazer sentido.

Surge, entretanto, uma política de lazer no trabalho, que juntou sindicatos, operários, técnicos e entidades patronais. Este movimento alemão de força pela alegria, que tinha por objetivo trazer a alegria de viver no trabalho, motivou a promoção de viagens de turismo ao estrangeiro, de espetáculos e da prática desportiva. Assim, na déc. de 30, vários milhares de Alemães usufruíram destas atividades lúdicas por períodos de 7 a 14 dias. Por via marítima, viajaram 80.000 assalariados e estes ultrapassaram o número de Alemães que tiveram poder de compra para adquirir viagens turísticas em toda a frota alemã. Foi neste contexto que, a 2 de setembro de 1936, chegaram ao Funchal os primeiros 1305 turistas, contribuindo para uma forte animação do turismo e comércio da Ilha.

Ao *Re-Nhau-Nhau* não passa despercebido este movimento na cidade e, em 23 de março de 1935, escreve: “A esta cidade chegaram algumas estrangeiras de nacionalidade germânica que puseram os nossos Rudolfos a andarem de roda como numa dobadoira. Para que se visse que na Alemanha, aquilo anda tudo invertido, chegaram também alguns Alemães que para aí andaram com a canela à mostra enquanto as fêmeas da mesma nacionalidade nem deixavam ver a mais pequena nesga de perna. S. Ex.cias à partida declararam ter ficado de boca aberta com as belezas de hortaliças desta ilha”. Da mesma forma se expressa o *Diário de Notícias*, que a 5 de outubro de 1937 dava conta da chegada dos novos turistas nos transatlânticos *Sierra Cordoba*, *Oceana* e *Der Deutsche*, sendo isto uma ideia do “espírito de nação social que caracteriza a nova Alemanha”.

Ainda neste espírito de alegria no trabalho, deveremos considerar os acampamentos da juventude hitleriana na Qt. Olavo, propriedade da família. Houve acampamentos de 18 a 30 de julho de 1935, de 15 de julho a 5 de agosto de 1936, e de 23 de julho a 18 de agosto de 1937, a convite do cônsul da Alemanha, Emil Franz Gesche.

Neste quadro, deveremos destacar a importância que assume para a Alemanha o arquipélago em termos de viagens e explorações científicas. Assim, assinalam-se vários cientistas com escala ou em viagem para a Madeira, que realizam inúmeros estudos. Por outro lado, a ideia de criação de uma estância de turismo terapêutico na Ilha e as inúmeras viagens de turismo levaram a que a Ilha aparecesse no quotidiano alemão, sob a forma de escrita e pintura. Assim, alguns escritores e pintores, que entre finais do séc. XIX e princípios do séc. XX passaram pela Madeira, não deixaram de relevar múltiplos aspetos da paisagem, do quotidiano e da história. De entre estes, destacamos: na escrita, Margot Dan(ziger), Käte Brüdt, Paul-Albert Krumm (1924-1990), Rainer Maria Rilke, Rehbein, Oskar Schmitz, Hans ut Hamm; na pintura, Ernst Fritz Klauck, Egon Vollert von der Wehl, Heinz Joachim Heymann, Kobald, Edeltraut Barthel, Wilhelm Heine, Käthe Kollwitz, Hans Paap, Max Römer (1878-1960), Eduard Hildebrandt (1817-1868), Hans Nowack (1866-1918), Oswald Albert Kunze (1877-1949) e Ernesto Walther Boesser.

Há ainda a considerar o interesse de vários Alemães pelo estudo da fauna, flora e geologia do arquipélago madeirense. De entre estes, temos os cientistas Günther Maul, Borheck, Ernst Johann Schmitz (1845-1922), Dieter Erber (1933-2004), Georg Frank Pfendler d'Ottensheim (n. 1799) e Arnold Schultze-Rhonhof (1875-1948).

A passagem do zepelim pela Madeira, a 12 de outubro de 1928, saído de Friedrichshafen com destino a Nova Iorque, despertou desusada curiosidade entre a população, conforme refere a imprensa da época. Assim, *O Jornal* de 13 de outubro de 1928 escreve na sua primeira página: “Quase não houve pessoa alguma que àquela hora não saísse de casa ou não levantasse a cabeça para ver a passagem donairoza do ‘Conde Zeppelin’. Nas ruas, imobilizaram-se, por assim dizer, durante alguns momentos, todos os transeuntes, tendo os mais curiosos acorrido ao cais e ruas marginais da praia para presenciarem melhor as evoluções da referida

aeronave”. Já o *Diário de Notícias* do mesmo dia comenta: “Ao passar sobre o Funchal o Conde Zeppelin seguiu uma marcha relativamente moderada, a fim, naturalmente, de que os seus passageiros pudessem admirar as nossas belezas naturais. Os hábeis fotógrafos srs. Perestrellos tiraram algumas fotografias do Conde Zeppelin, que estiveram ontem em exposição dos ‘ateliers’ daqueles distintos artistas”.

A questão judaica

A atitude persecutória dos Alemães contra os judeus também chegou à Madeira. Assim, o judeu Gilbert Schnitzer, da firma Gesche & Schnitzer, conta-se entre os que foram atingidos por esta atitude rácica. Note-se que Lisbeth Brendle, filha de Willy Schnitzer, foi impedida de se casar com o alemão Eugen Brendle ao abrigo da lei da proteção do sangue alemão e da honra alemã, decretada no Governo do 3.º Reich, em setembro de 1935. Este casal terá servido de inspiração para as personagens do romance *Bazar Alemão* (2010), de Helena Marques. A autora, em nota que antecede o romance, diz o seguinte: “Elementos da comunidade alemã de origem hebraica, alguns deles longamente estabelecidos e integrados na vida local, viram-se confrontados com insistentes tentativas de discriminação, exercidas não só através de pressões e chantagens diretas, mas também de cartas de denúncia antissemita enviadas aos serviços centrais da Gestapo em Berlim, com imediatas repercussões sobre o Consulado Alemão no Funchal e sobre a vida pessoal e profissional dos cidadãos denunciados. Na época, nenhuma informação passou para a opinião pública: as vítimas da perseguição, atingidas na estabilidade familiar e na segurança profissional, guardaram em silêncio todas as suas tentativas de resistência” (MARQUES, 2010, 12).

Acrescente-se que, tal como refere Helena Marques no seu romance, existiu entre alguns madeirenses uma simpatia pelo nacional-socialismo, como era o caso do visconde do Porto da Cruz que, em 1941, publica um estudo sobre a Alemanha. Recorde-se que o mesmo, durante a Segunda Guerra Mundial, esteve em

Berlim ao serviço das tropas nazis, sendo um dos elementos da propaganda da Rádio Berlim.

Existiu no Funchal um colégio alemão de apoio aos filhos da comunidade residente. O Colégio Alemão foi fundado no Funchal em 1928, e tinha sede na R. do Carmo, no n.º 27/29. Fraulein Marlene Lange era a sua diretora. Nesta instituição privada de ensino, para além de aulas de alemão, ministravam-se os programas oficiais dos países de origem das crianças.

De entre as personagens ligadas a este espaço geográfico e que escolheram a Madeira como casa, deveremos fazer referência especial à figura de Max Wilhelm Römer (Hamburgo, 22 de novembro de 1878-Funchal, 18 de agosto de 1960), pintor de origem alemã que viveu na Madeira, de 1922 a 1960, e legou um importante património artístico à Região, de que se destacam vários painéis pintados em espaços comerciais ligados ao comércio do vinho. Max Römer, que foi membro do partido nazi, acabou expulso em janeiro de 1942, pelo facto de ser casado com uma javanesa.

Bibliog.: AGUIAR, Fernando de, *Na Agonia do Despotismo*, Lisboa, s.n., 1945; BRITO, Ana Vinã, e KUN, Nicolás de, “Lucas Rem y la tierra maldita: vicisitudes de un factor alemán a principios del XVI”, *Anuario de Estudios Atlánticos*, n.º 56, 2010, pp. 115-137; CALDEIRA, Abel Marques, *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX: 1900-1925*, Funchal, s.n., 1964; CÂMARA, Benedita, *Economia da Madeira: 1850-1914*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2002; CARITA, Rui, e MELO, Luís Francisco de Sousa, *Associação Comercial e Industrial do Funchal/ Câmara de Comércio da Madeira: Esboço Histórico (1836-1933)*, Funchal, Edicarte, 2002; CASTRO, Ferreira de, *Eternidade*, Lisboa, s.n., 1933; CORSÉPIUS, Yolanda, “O depósito de concentrados alemães no castelo de S. João Batista, Angra do Heroísmo (1916-1918 – I Grande Guerra)”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vols. LXVII-LXVIII, 2010, pp. 225-251; *Diário de Notícias*, 5 dez. 1916; 13 out. 1928; 5 out. 1937; 7 set. 1939; *Diário do Governo*, sér. I, n.º 85, 4 maio 1916; EHRHARDT, Marion, *A Alemanha e os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Texto Editores, 1989; EMONTS, Anne Martina, “Força pela alegria: o mito da ilha da Madeira na versão nacional-socialista”, in FALCÃO, Ana Margarida et al. (orgs.), *Literatura de Viagem*, Lisboa, Cosmos, 1997, pp. 135-146; *Id.*, “Arianização na Madeira”, *Isleña*, n.º 26, jan.-jun. 2000, pp. 55-67; FARIA, Cláudia, “Quem vem lá? Gente de guerra (sobre o arrolamento dos bens do inimigo)”, *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, 2014, pp. 302-317; FERNANDES, Graça, *A Verdade Madeirense e a Grande Guerra*, Coimbra, Almedina, 2008; FREITAS, João Abel de, *A Madeira na Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, Colibri, 2013; GREIFF, Benedikt (ed.), *Tagebuch des Lucas Rem aus den Jahren 1494-1541*, Augsburg, Hartmann’sche Bruchdruckerei, 1861; GROSSHAUPT, Walter, “Commercial relations between Portugal and the merchants of Augsburg and Nuremberg”, in AUBIN, Jean (ed.), *La Découverte, le Portugal, et l’Europe: Actes du Colloque*, Paris, Centro Cultural Português, 1990, pp. 359-397; GUEVARA, Gisela Medina, “A questão da concessão dos sanatórios da ilha da Madeira e as relações luso-alemãs antes da Primeira Guerra Mundial”, *Isleña*, n.º 19, jul.-dez. 1996, pp. 35-43; *Id.*, *As Relações Luso-Alemãs antes da Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Colibri, 1997; *O Jornal*, 13 out. 1928; KELLENBENZ, Hermann, “Relações comerciais da Madeira e dos Açores com Alemanha e Escandinávia”, in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, s.l., Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 99-113; MARQUES, Helena, *O Bazar Alemão*, Alfragide,

Dom Quixote, 2010; MATOS, Mário, "Turismo nazi em Portugal (1935-1939)", in MARQUES, A.H. de Oliveira et al. (coords.), *Portugal – Alemanha – África, do Imperialismo Colonial ao Imperialismo Político*, Lisboa, Colibri, 1996, pp. 199-214; *Id.*, "Os cruzeiros atlânticos da organização nacional-socialista Kraft durch Freude (1935-1939) como encenação político-cultural da amizade luso-alemã", in DELILLE, Maria Manuela Gouveia (coord.), *Portugal-Alemanha: Memórias e Imaginários*, 2.º vol., Coimbra, Minerva, 2010, pp. 255-283; OLAVO, Carlos, *Jornal d'Um Prisioneiro de Guerra na Alemanha*, Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1918; PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 2 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1983; PEREIRA, Jaime Azevedo, "Os vimes na ilha da Madeira", *Atlântico*, n.º 5, 1986, pp. 53-64; PERNETA, Helena Paula Freitas, *A Madeira e os Alemães, 1917-1939*, Dissertação de Mestrado em Gestão Cultural apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2011; PETRONE, M. T. S., "Notas para o estudo das relações dos banqueiros alemães com o empreendimento colonial dos países ibéricos na América do século XVI", *Revista de História*, n.ºs 142-143, 2000, pp. 11-94; POHLE, Jürgen, *Deutschland und die Überseeische Expansion Portugals im 15 und 16. Jahrhundert*, Münster, Lit, 2000; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Como Vi o Fim da Guerra na Alemanha*, Lisboa, Editora do Povo, 1941; RAMALLO, José António Tojo, "La guerra de las comunicaciones: operaciones navales alemanas contra las islas portuguesas de ultramar (1916-1918)", *Isleña*, n.º 47, jul.-dez. 2010, pp. 95-113; REBOK, Sandra, "La exploración naturalista de Madeira en el siglo XIX: los viajeros alemanes y su interés por esta isla", *Arbor, Ciencia, Pensamiento y Cultura*, vol. CLXXXV, n.º 740, 2009, pp. 1323-1337; *Re-Nhau-Nhau*, 23 mar. 1935; REZENDES, Sérgio, *A Grande Guerra nos Açores, Memória Histórica e Património Militar*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2008; SANTOS, Ricardo Dumont dos, "Zeppelin passou há setenta anos", *Saber*, out. 1998, pp. 18-22; SANTOS, Rui, "O cemitério israelita do Funchal", *Isleña*, n.º 10, jan.-jun. 1992, pp. 125-164; SILVA, António Ribeiro Marques da, "A Madeira na 2.ª Guerra Mundial: uma guerra epidérmica?", *Isleña*, n.º 20, jan.-jun. 1997, pp. 69-72; SOUSA, João José de, "A Madeira no período dos Habsburgos: alguns aspectos", *Isleña*, n.º 6, jan.-jun. 1990, pp. 5-8; VERÍSSIMO, Nelson, "A questão dos sanatórios da Madeira", *Isleña*, n.º 6, jan.-jun. 1990, pp. 124-144; WILHELM, Eberard Axel, "(Vice)consules austríacos na Madeira", *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 6, 1986, pp. 133-156; *Id.*, "As casas alemãs de bordados entre 1880 e 1916 e a família Schnitzer", *Isleña*, n.º 7, jul.-dez. 1990, pp. 52-60; *Id.*, "A Madeira entre 1850 e 1900: uma estância de tísicos germânicos", *Isleña*, n.º 13, jul.-dez. 1993, pp. 116-121; *Id.*, "Os primeiros guias turísticos alemães da Madeira (1900-1915)", *Xarabanda*, n.º 10, 1996, pp. 1-15; *Id.*, *Visitantes e Escritos Germânicos da Madeira, 1815-1915*, Funchal, DRAC, 1997; *Id.*, "Estrangeiros na Madeira: João Wetzler – industrial de bordados, antiquário e doador duma coleção de pratos", *Isleña*, n.º 2, jan.-jun. 1998, pp. 69-76; *Id.*, "Bordados e tapeçaria: a família germano-madeirense Müller (1)", *Xarabanda*, n.º 13, 2000-2001, pp. 21-25; *Id.*, "Relógios e restaurantes: a família germano-madeirense Reinecke", *Xarabanda*, n.º 13, 2000-2001, pp. 26-30; *Id.*, "A família suíço-madeirense Bühler: médicos estrangeiros na Madeira: III", *Origens*, n.º 4, jun. 2001, pp. 54-63; *Id.*, "Sete dias na Madeira (1928): uma excursão da sociedade geográfica pomerana", *Margem* 2, n.º 12, dez. 2001, pp. 9-17; *Id.*, "Viajantes anglo-saxões a caminho da Madeira, no século XIX", in VIEIRA, Alberto et al. (orgs.), *Livro de Comunicações do Colóquio "Caminhos do Mar"*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 2001, pp. 64-83; *Id.*, "Günter Maul: uma vida dedicada à ictiologia da Madeira", *Margem* 2, n.º 13, maio 2002, pp. 20-31; *Id.*, "Vêm aí os nazis!: em 1935-1936, 10.000 Alemães ocuparam o Funchal", *Origens*, n.º 6, jun. 2002, pp. 51-64; *Id.*, "Os estudos etnográfico-linguísticos da alemã Käte Brüd: um ano e meio na Madeira (1932-1933)", *Margem* 2, n.º 14, dez. 2002, pp. 48-54; *Id.*, "Três dias na Madeira, em dezembro de 1852: nas suas voltas do mundo, o pintor Wilhelm Heine também esteve cá", *Origens*, n.º 9, jan. 2004, pp. 15-26; *Id.*, "O desaparecimento, em 1958, de um hidroavião com destino à Madeira e a homenagem a um passageiro alemão", *Girão*, vol. II, n.º 1, jan.-jun. 2005, pp. 43-50; *Id.*, "O comboio do Monte e os Alemães", *Tribuna da Madeira*, sup., 7 out. 2005, pp. 6 e 8-10; *Id.*, "Arnold Schultze-Rhonhof: os últimos anos de um cientista alemão na Madeira (1939-1948)", *Origens*, n.º 14, jun. 2006, pp. 23-33; *Id.*, *O Funchal na Obra de Max Römer (1922-1960)*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; *Id.*, "O ataque de um submarino alemão ao porto do Funchal, em 1916", *Isleña*, n.º 48, jan.-jun. 2011, pp. 97-120; *Id.*, "O romance funchalense *O Bazar Alemão*, de Helena Marques: algumas achegas sobre as suas personagens", *Isleña*, n.º 51, jul.-dez. 2012, pp. 31-66; *Id.*, "De 1889 a 1896, pintou na Madeira mais de vinte quadros: o arquitecto de interiores e artista vienense Hans Nowack (1866-1918)", *Ilharq*, n.º 11, dez. 2015, pp. 103-108.

† ALBERTO VIEIRA

Alencastre, Estevão de

Estevão Pedro de Alencastre nasceu na ilha do Porto Santo, no dia 3 de novembro de 1876, no bairro da Vila. Foi o terceiro filho de Lúcio José de Alencastre e de Augusta Leopoldina Cândida Vasconcelos Baião de Alencastre, naturais da ilha. Estevão de Alencastre tinha apenas seis anos quando, em 1883, rumou ao Havai a bordo do *Hankow*.

À chegada ao arquipélago, a família estabeleceu-se em Hilo, na ilha de Havai, durante um ano. Mudaram-se depois para Wai- mea, na ilha de Kauai, onde não existia, na altura, uma igreja católica. Foi quando se mudaram para Hana, na ilha de Maui, que Estevão de Alencastre começou a tomar parte ativa na vida da missão católica: ajudava e acompanhava o pároco local nas missas e nas suas deslocações. Quando Estevão de Alencastre tinha 13 anos, a família mudou-se para Honolulu, onde o rapaz continuou a participar na vida da missão. Teve, contudo, uma infância e uma adolescência igual a tantos outros da sua idade, nada fazendo prever que enveredasse pela vida religiosa. Frequentou a escola da missão católica da Congregação dos Sagrados Corações de Jesus e Maria e o Saint Louis College.

Estevão de Alencastre contava 18 anos quando D. Gulstan Ropert, o bispo da Diocese, o convidou a ingressar no noviciado dos Sagrados Corações. Após cursar Filosofia e Teologia na Univ. Católica de Lovaina, na Bélgica, o porto-santense foi transferido para Courtrai, a fim de prosseguir os seus estudos humanísticos em Francês. Estes viriam a ser interrompidos devido a uma doença de origem pulmonar, na sequência da qual Estevão de Alencastre foi enviado para a Escola Apostólica de Simpelveld, na Holanda, para convalescer; porém, o clima frio da Europa não era propício à sua recuperação, dando-se assim o seu regresso às ilhas havaianas. Passou algum tempo em Wailuku e voltou para Honolulu, onde foi ordenado subdiácono a 26 de novembro de 1900, diácono a 6 de outubro de 1901 e padre a 5 de abril de 1902, com 25 anos. A imprensa havaiana noticiava assim a ordenação do padre

porto-santense: “At 7 o'clock this morning, in the Roman Catholic Cathedral, Stephanus Alencastre will be ordained a priest of the order of the Sacred Hearts. For the first time in the history of the Catholic Mission of the Hawaiian Islands, an island boy will be given holy orders, and the ceremony will be interesting to many who have known the young priest since his boyhood [Esta manhã, às 7.00 h, na catedral católica, Estêvão de Alencastre será ordenado sacerdote da Congregação dos Sagrados Corações. Pela primeira vez na história da missão católica nas ilhas havaianas, um filho da ilha receberá as ordens sagradas. A cerimônia será certamente de interesse para os muitos que conhecem o novo padre desde criança]” (*Pacific Commercial Advertiser*, 5 abr. 1902).

O P.^o Estêvão de Alencastre ficou a trabalhar na Catedral de N.^a Sr.^a da Paz, em Honolulu, desempenhando também trabalho missionário nas restantes ilhas do arquipélago. Foi-lhe atribuída depois a igreja dos Sagrados Corações, em Punahou, onde permaneceu durante 15 anos. A 29 de abril de 1924, depois de uma visita a Roma, à Madeira (onde não terá podido visitar a sua terra natal devido as más condições climáticas que impediram a travessia marítima para o Porto Santo) e a diversas capitais europeias, o P.^o Estêvão de Alencastre foi nomeado, pelo Papa Pio XI, bispo titular de Arabissus, passando a exercer funções de bispo coadjutor, com direito a sucessão, do bispo havaiano Libert Boeynaems. Fora este que, em 1922, quando uma doença de coração o impediu de continuar as suas atividades, pedira que o P.^o Estêvão de Alencastre, com quem trabalhava, fosse nomeado seu sucessor. Estêvão foi consagrado bispo a 24 de agosto de 1924 em Los Angeles, Califórnia. A imprensa havaiana centrou a sua atenção na consagração deste bispo português, “imbuído de ideais americanos”, dando a conhecer a longínqua ilha do Atlântico que lhe servira de berço: “Bishop Stephen is the first to hold the office of coadjutor in the Islands and is the youngest priest ever elevated here to the estate of bishop. He is 48 years old and was born in the Island of Porto Santo, famous as the place where Christopher



D. Estêvão de Alencastre, c. 1924 (arquivo particular).

Columbus studied nautical science. Porto Santo is the smallest of the Madeira group of islands [D. Estêvão de Alencastre é o primeiro a ocupar o cargo de coadjutor nas ilhas e é o sacerdote mais jovem de sempre a ser aqui elevado ao bispado. Tem 48 anos e nasceu na ilha de Porto Santo, famosa por ser o lugar onde Cristóvão Colombo estudou Ciências Náuticas. Porto Santo é a mais pequena das ilhas do arquipélago da Madeira]” (*Honolulu Advertiser*, 23 set. 1924).

Também a imprensa madeirense acompanhou a elevação a bispo do seu conterrâneo Alencastre: “Neste momento, deve já ter sido sagrado na Califórnia, bispo coadjutor de S. Exa. Rev.^{ma} o senhor bispo do arquipélago havaiano, o padre Estêvão de Alencastre, nascido na ilha do Porto Santo e embarcado, ainda criança, com os seus pais para aquele arquipélago, habitando a cidade de Honolulu e paroquiando a igreja do Coração de Jesus” (*Correio da Madeira*, 19 out. 1924).

Este bispo, 6.^o da Sé de Oahu e 7.^o vigário apostólico da Oceânia Oriental, virou uma

página na história da Congregação missionária dos Sagrados Corações de Jesus e Maria no Havai. O seu espírito empreendedor e o seu sentido de organização fortaleceram e fizeram crescer a missão. O seu episcopado ficaria marcado pelo aumento de clérigos e de paróquias em todos os distritos havaianos, pela construção de novas igrejas, pela remodelação da Catedral de N.^a Sr.^a da Paz, em Honolulu, e ainda pelo seu empenho na educação e na formação católica dos jovens residentes no Havai, independentemente da nacionalidade ou ascendência.

Em maio de 1930, a Madeira e o Porto Santo recebiam a notícia da visita do bispo do Havai. Com efeito, após uma viagem de cerca de seis meses, que incluiu uma visita ao Papa e a algumas capitais europeias, o bispo rumou a Portugal, onde participou em várias celebrações religiosas. Assim, *e.g.*, tomou parte na romagem que a Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira promoveu a Ourém, Fátima, Batalha e aos campos de Aljubarrota para comemorar a “festa da pátria”, o que lhe permitiu concretizar o seu sonho de visitar Fátima, onde presidiu à peregrinação de 13 de agosto, tendo sido o oficiante da missa solene dos doentes. Respondendo ao convite da diocese madeirense, partiu a 16 de agosto para a Madeira a bordo do vapor *Sierra Ventana*, acompanhado pelo bispo do Funchal, D. António Manuel Pereira Ribeiro. Desembarcaram dois dias depois, sendo recebidos pelas autoridades locais, por muitos membros do clero e por católicos destacados do meio madeirense. A 23 de agosto, 47 anos após a sua partida para o Havai, o bispo, que contava então com 53 anos, visitou a ilha que o viu nascer “desembarcando a cavalo num outro homem, como havia embarcado quando ainda era criança” (*Lanterna*, 26 ago. 1930).

Esta visita, coincidente com os festejos do Espírito Santo, fez com que se deslocassem àquela ilha, para além da comitiva do bispo, 3 bandas de música e cerca de 1000 pessoas, distribuídas em 3 vapores que efetuavam as ligações marítimas entre as 2 ilhas: o *Gavião* e o *Butio*, que rumaram ao Porto Santo a 22 de agosto, e o *Lima*, que no dia 23 transportou o

bispo e a sua comitiva para aquela ilha. A imponente receção que se fez ao bispo do Havai, natural da ilha do Porto Santo, foi descrita pelo correspondente José Marcelino Ezequiel Velosa da seguinte forma: “Dizem-nos que nunca nesta vasta e linda praia [...] se juntou uma multidão tão grande. Das mais afastadas povoações os seus habitantes vieram assistir ao desembarque, cobrindo de flores a figura nobre do distinto bispo. [...] Muitas senhoras, os elementos mais distintos desta ilha, velhos, crianças, a Câmara Municipal, autoridades, os párocos daqui e representantes do clero do Funchal, depois de saudarem o prelado, organizaram um cortejo que é imponente. Nas ruas até a igreja formam-se alas de povo. As três bandas que aqui vieram tomar parte nesta festa do Espírito Santo, fazem ouvir música que alegra toda a multidão, associando-se a essa manifestação os veraneantes, e bem assim os numerosos passageiros do *Lima*, *Butio* e *Gavião*” (*O Jornal*, 26 ago. 1930).

A visita do bispo ao Porto Santo – também relatada pelos periódicos havaianos, que enalteceram a receção preparada para o seu bispo por parte dos madeirenses e portosantenses – durou 15 dias. Durante a sua estada, o prelado proferiu e foi agraciado com discursos eloquentes por parte das autoridades locais, contactou pessoalmente familiares e amigos e presidiu a várias cerimónias religiosas, tendo celebrado a primeira missa pontifical naquela ilha, onde ministrou o sacramento do crisma a cerca de 100 pessoas. Esta missa pontifical não só celebrava a festa do Divino Espírito Santo e a passagem de Estevão de Alencastre pela terra que o vira nascer, como também o 6.º aniversário da sua sagração episcopal.

A 7 de setembro, a bordo do *Gavião*, o bispo rumou à Madeira, aproveitando para visitar vários familiares e amigos. Partiu a 18 do mesmo mês, no vapor *Armandale Castle*, rumo a Southampton, deixando o seguinte testemunho sobre as impressões da sua visita: “As melhores, dessas que são indeléveis na nossa alma. A beleza da paisagem da Madeira fica perpetuamente nos meus olhos, como no meu

coração fica a lembrança de tantos obséquios recebidos dos madeirenses. Quanto ao Porto Santo, não esquecerei nunca o entusiasmo e carinho com que fui recebido na terra de meus pais, as extremas amabilidades dos meus parentes e a franca hospitalidade do P.^c Lira. S. Exa. disse isto em tom comovido” (*A Esperança*, 1 nov. 1930).

De volta ao Havai, Estevão de Alencastre continuou o seu trabalho empreendedor. Particularmente interessado na educação católica dos jovens, fundou um seminário em Honolulu e foi durante o seu episcopado que a Igreja Católica conheceu a sua maior expansão nas ilhas havaianas: “His whole life was one of intense zeal and proud success. It was crowned with strength and achievement and to a glory to the land of his birth and to the country of adoption which he loved. The churches and schools which were built during Bishop Stephen’s administration would be enough to immortalize anyone. These include 44 churches, 11 schools and 23 rectories throughout the territory [Levou uma vida de intenso zelo e honroso sucesso, coroada pelo seu vigor e as suas realizações, sendo uma glória para a sua terra de nascimento e para o seu país de adoção, que tanto amava. As igrejas e as escolas construídas durante a administração de D. Estevão de Alencastre seriam suficientes para imortalizar qualquer um: 44 igrejas, 11 escolas e 23 casas paroquiais, espalhadas por todo o território]” (*Honolulu Star-Bulletin*, 15 nov. 1940).

A 9 de novembro de 1940, o bispo faleceu devido a uma hemorragia cerebral, a bordo do *Matsonia*, quando regressava de uma viagem a Los Angeles, onde fora participar na celebração do centenário da chegada do primeiro bispo católico romano à diocese californiana. A notícia da sua morte, aos 64 anos apenas, dominou os periódicos havaianos de então, espelho da consternação sentida em todo o arquipélago.

O seu funeral foi imponente, juntando cerca de 10.000 pessoas num cortejo fúnebre até ao cemitério da R. King, em Honolulu, onde foi sepultado, ao lado dos outros bispos havaianos. No seu discurso fúnebre, o P.^c Patrick Logan,

em nome dos havaianos, pronunciou, em gesto de despedida: “Aloha! Bishop Stephen, beloved of God and men, whose memory is in benediction; we have loved you in life, we will not forget you in death. Aloha! [Aloha! D. Estevão, amado por Deus e pelos homens, de abençoada memória; amámo-vos em vida, não vos esqueceremos na hora da morte. Aloha!]” (*Honolulu Advertiser*, 16 nov. 1940).

No Havai, a obra de D. Estevão de Alencastre não foi esquecida. Os havaianos ficaram com a memória de um bispo que contribuiu para o desenvolvimento das ilhas, o que lhe valeu o cognome de o Construtor [the Builder], e que lhes prestou um serviço espiritual valioso. A generalidade dos seus conterrâneos, na Madeira e no Porto Santo, mais depressa se esqueceria da “figura esbelta e insinuante, de maneiras fidalgas e trato primoroso, sem afeição no seu falar” (*A Esperança*, 1 nov. 1930), que havia passado pelo arquipélago português de visita à sua terra natal.

A 14 de dezembro de 1944, numa reunião ordinária da Câmara Municipal do Porto Santo, o presidente da edilidade propôs dar o nome de D. Estevão de Alencastre a uma das ruas e colocar na casa onde este nascera uma lápide de mármore que homenageasse esse “filho ilustre do Porto Santo, que no estrangeiro, tão alto levantou o nome de Portugal e não menos o da sua terra natal”. Ultrapassados alguns entraves burocráticos, registados nas atas da referida Câmara, homenageou-se em setembro de 1945 um daqueles corajosos emigrantes que levou o nome de Portugal, da Madeira e do Porto Santo às famosas ilhas Sanduíche. Sessenta anos mais tarde, porém, a casa acabaria por ficar em ruínas e a lápide deixara de estar acessível ao público.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal de Porto Santo, Livros de Atas da Câmara Municipal de Porto Santo, *Acta da Reunião Ordinária de 14 de Dezembro de 1944*, pp. 126-126v.; impressa: *The Catholic Herald*, 15 nov. 1940; 22 nov. 1940; *Correio da Madeira*, 19 out. 1924; *Diário da Madeira*, 16 ago. 1930; 17 ago. 1930; 19 ago. 1930; 26 ago. 1930; 17 set. 1930; *Diário de Lisboa*, 16 ago. 1930; *A Esperança*, 1 nov. 1930; *Honolulu Advertiser*, 23 set. 1924; 12 nov. 1930; 10 nov. 1940; 13 nov. 1940; 16 nov. 1940; *Honolulu Star-Bulletin*, 21 set. 1935; 12 nov. 1940; 15 nov. 1940; *O Jornal*, 11 maio 1930; 19 ago. 1930; 24 ago. 1930; 26 ago. 1930; *A Lanterna*, 26 ago. 1930; *Pacific Commercial Advertiser*, 5 abr. 1902.

Alexander, James Edward

Natural da Escócia, James Edward Alexander nasceu em Stirling (Clackmannanshire), em 1803, e faleceu na Ilha de Wight, em Inglaterra, em 1885. General do Exército britânico e viajante, dedicou-se também à escrita, tendo publicado diversas obras de literatura de viagens e de biografia.

Com 17 anos, entrou para o Exército da Companhia Britânica das Índias Orientais, transferindo-se cinco anos depois para o Exército britânico. Foi enviado para a Pérsia como ajudante de campo, aquando da guerra entre a Pérsia e a Rússia, que teve lugar entre 1826 e 1829, e para os Balcãs, durante a guerra que opôs a Rússia à Turquia, entre 1828 e 1829. Em 1834, deslocou-se a Portugal para pedir o apoio do Governo do reino no sentido de preparar uma expedição à África Oriental para a Royal Geographical Society (RGS), da qual foi membro fundador, tendo sido testemunha das Guerras Liberais, que envolveram, por um lado, os liberais constitucionalistas, apoiados por D. Pedro IV, e, por outro, os absolutistas, aos quais pertencia o irmão, D. Miguel. Sobre esta experiência, James E. Alexander publicou, em 1835, *Sketches in Portugal during the Civil War of 1834*, incluindo na capa o título de tenente-coronel ao serviço de Portugal, obra dedicada ao Maj.-Gen. *sir* Nicholas Trant, ex-governador do Porto.

Sempre com o apoio da RGS, embarca na fragata *Thalia*, comandada pelo Alm. P. Campbell, e viaja através da costa ocidental de África, passando pela Madeira, da qual faz a descrição em *Narrative of a Voyage of Observation among the Colonies of Western Africa*, pelas Canárias, Serra Leoa, Gana, ilha do Príncipe e outras terras até à Cidade do Cabo, na África do Sul. É aí que toma parte na 6.^a Cape Frontier War, como ajudante de campo e secretário privado de *sir* Benjamin d'Urban. Em 1840, volta a publicar o texto com o título *Excursions in Western Africa*, juntando a informação de que é “Lieutenant-Colonel in the Portuguese Service, and Captain in the British Service [tenente-coronel do Exército português

e capitão do Exército britânico]” (ALEXANDER, 1840).

Em 1841, vai para o Canadá ao serviço de *sir* William Rowan, mas volta ao velho continente, e, em 1855, comanda, como tenente-coronel, o 14.º Regimento de Infantaria no cerco de Sebastopol, durante a Guerra da Crimeia. Em 1862, parte para a Nova Zelândia como comandante de tropas nas guerras entre os Britânicos e os Maoris pela posse da terra. Entrou para a reserva em 1877 e em 1881 foi-lhe atribuída a patente honorária de general.

O seu interesse pelas viagens e pelo mundo revela-se no espírito explorador que o norteava, tendo conduzido expedições, ao serviço da RGS, à América e às Índias Ocidentais, em 1831, que relata em *Transatlantic Sketches, Comprising Visits to the most Interesting Scenes in North and South America, and the West Indies*, a Namaqualand (região da Namíbia e da África do Sul) e Damaraland (parte do território que depois passou para a Namíbia, habitado pelos Damara), de 1836 a 1837, entre outras. Foi também um dos responsáveis, em 1877, pela conservação e o transporte para Inglaterra do obelisco conhecido por “agulha de Cleópatra”, que tinha sido oferecido ao Reino Unido em 1819 por Muhammad Ali Pasha, governador do Egipto e sultão, em comemoração das vitórias de *lord* Nelson na Batalha do Nilo e de *sir* Ralph Abercromby na Batalha de Alexandria.

É o entusiasmo pelo conhecimento e pelo novo, juntamente com a pertença à RGS, que o leva a investir no relato o mais pormenorizado possível do que vê, do que ouve e do que aprende sobre as terras e os povos que encontra. A esta faceta mais científica une a compreensão emotiva do mundo, que se revela em não raras digressões de tom poético. É o caso do breve trecho que em *Transatlantic Sketches* dedica à Madeira. A propósito do clima elísio da Madeira, o autor menciona a Ilha como “last resort and faint hope [último reduto e débil esperança]” dos doentes que a procuram na esperança de cura: “How bright the sky, and how gentle and soothing blows the trade wind near that favoured shore! ‘Fortunata Insula!’ [Como é brilhante o céu, e como sopra gentil

e calmante o vento alísio perto daquela privilegiada costa! ‘Fortunata Insula!’]. No entanto, é também na esplêndida Ilha que vê desaparecer com a morte tirana tantas vidas jovens e belas, que repousam no cemitério do Funchal, no meio de flores. O autor insere no seu texto quatro versos que transmitem o paradoxo da morte da juventude no meio da beleza: “The genius of the isle that showers/His germs of fruits, his fairest flowers,/Hath cast his robes of vernal bloom/In guardian fondness o’er their tomb [O génio da ilha recebe/com os mais belos frutos e flores/a juventude que a procura/e guarda o seu túmulo quando esta morre]” (*Id.*, 1833, 7), adaptação dos versos da autoria de M. P. Flint, substituindo James E. Alexander “genius of the wild” por “genius of the isle”.

Quando passa pela Madeira de novo, em 1835, a bordo do *Thalia*, o autor fica mais tempo na Ilha e descreve-a em pormenor no primeiro capítulo de *Narrative of a Voyage of Observation among the Colonies of Western Africa*: desde que avista o arquipélago até à partida para prosseguir viagem, o autor descreve o Porto Santo, as Desertas, o Funchal e uma excursão ao Curral das Freiras; faz comentários sobre o campo e as pessoas; dá testemunho das suas observações geológicas; explica como é transportado o vinho pelos borracheiros; detém-se nas plantas da quinta do cônsul inglês; comenta a importação, a exportação e a Alfândega. Revela interesse também pelo património histórico e arquitetónico, fornecendo uma descrição da Catedral, do Convento de S.^{ta} Clara e da igreja de N.^a Sr.^a do Monte. Em relação aos Ingleses e à comunidade estrangeira na Madeira, além do cônsul inglês, refere a hospitalidade de Mr. Phelps e o encontro com o Rev. Lowe; visitou o Museu de História Natural e lembra figuras de destaque que tinham estado na Ilha, como Bowdich e Belzoni.

Os comentários em relação à natureza esplendorosa da Ilha repetem-se e o autor chega a incluir na descrição da quinta do cônsul Veitch os versos do poeta escocês Thomas Pringle para comunicar o ambiente idílico do lugar: “All musical they seemed with humming

bees,/And bright plumed sugar-birds among the trees/Fluttered like living blossoms [Tudo era musical, com abelhas zumbindo,/e papa-açúcares de plumagem brilhante por entre as árvores/vibravam como flores vivas]” (*Id.*, 1837, 11). O deslumbre que sente e a extrema beleza do panorama do Curral das Freiras deixam-no sem palavras, já que estas são insuficientes para dar ao leitor a ideia exata do que vê e sente: “Of this sublime scene, the Corral, or Pen, of Madeira, I despair of conveying any adequate idea [Desta cena sublime, o Curral, ou Cercado, desespero por transmitir uma imagem adequada]” (*Id.*, *Ibid.*, 12).

A limpeza e organização do Funchal e do seu mercado de peixe, frutas e legumes, comparadas com as de Lisboa e mesmo de Londres, também são motivo de elogio do lugar e, segundo o autor, muito se devem à presença de cerca de 200 Ingleses na Ilha. As gentes, quando vestidas com as roupas locais, pitorescas, são muito interessantes, mas, a moda europeia, com chapéus grandes com plumas, adotada por algumas senhoras faz com que estas pareçam, pela compleição mais escura da pele, ciganas numa corrida de cavalos em Inglaterra. A figura feminina mais interessante e misteriosa é a freira Maria Clementina, celebrada, como aponta James E. Alexander, por Henry Nelson Coleridge, sobrinho do famoso poeta; no encontro que ambos têm com as irmãs do Convento, Maria Clementina, ainda bonita, com os seus cabelos castanhos avermelhados, passa os delicados dedos por entre as grades e deixa que um dos marinheiros os beije (*Id.*, *Ibid.*, 16). Alexander conta a sua história e constata o ciúme das outras freiras em relação a esta, que parece gostar da atenção e age como uma *coquette* elegante. No entanto, o autor apressa-se a afirmar que, ao contrário das suas irmãs dos Açores, as freiras do Convento de S.^{ta} Clara nunca se tinham visto envolvidas em escândalos.

O viajante deixa o testemunho de uma Ilha de natureza esplêndida, mas também organizada e lugar de grande fortuna para os Ingleses aí estabelecidos. Os locais são descritos a maior parte das vezes com o recurso ao traço

do pitoresco, quase exótico, sendo parte, no fundo, de uma paisagem também ela marcada pela diferença e pelas fortes sensações. À semelhança da maior parte dos escritores de viagens, o olhar que caracteriza a sua visão da paisagem é o de encantamento, mas combinado com o olhar de posse, *i.e.*, das possibilidades económicas e de residência abertas aos seus conterrâneos.

Obras de James Edward Alexander: *Transatlantic Sketches, Comprising Visits to the most Interesting Scenes in North and South America, and the West Indies. With Notes on Negro Slavery and Canadian Emigration* (1833); *Sketches in Portugal during the Civil War of 1834 with Observation on the Present State and Future Prospects of Portugal* (1835); *Narrative of a Voyage of Observation among the Colonies of Western Africa, in the Flag-Ship Thalia, and of a Campaign in Kaffir Land, on the Staff of the Commander-in-Chief* (1837); *Excursions in Western Africa, and Narrative of a Campaign in Kaffir-Land, on the Staff of the Commander-in-Chief* (1840).

Bibliog.: ALEXANDER, James E., *Transatlantic Sketches, Comprising Visits to the most Interesting Scenes in North and South America, and the West Indies. With Notes on Negro Slavery and Canadian Emigration*, 2 vols., London, Richard Bentley, 1833; *Id.*, *Narrative of a Voyage of Observation among the Colonies of Western Africa, in the Flag-Ship Thalia, and of a Campaign in Kaffir Land, on the Staff of the Commander-in-Chief*, vol.1, London, Henry Colburn Publisher, 1837; *Id.*, *Excursions in Western Africa, and Narrative of a Campaign in Kaffir-Land, on the Staff of the Commander-in-Chief*, 2.^a ed., London, Henry Colburn Publisher, 1840.

LUÍSA M. ANTUNES PAOLINELLI

Alfabetização

Se, no início do séc. XXI, somos confrontados com os desafios da escolaridade obrigatória de 12 anos para todos os jovens, no passado, a batalha mais importante foi a de proporcionar a todas as crianças, de uma forma lenta e progressiva, o acesso à escola elementar, para aprenderem a ler, a escrever e a contar.

É exatamente este longo caminho de alfabetização, com avanços e recuos, no decurso de diversos séculos, desde a colonização até ao regime autonómico, que pretendo desbravar.

No início da colonização, que coincide com a Idade Moderna, a grande maioria da população era analfabeta e não tinha acesso à escola, nem existia no país uma rede escolar estatal organizada. Em Portugal, como em toda a Europa, por volta dos sécs. XIV e XV, apenas uma minoria de clérigos, agentes da administração, muitos nobres e alguns habitantes mais ricos das cidades sabia ler e escrever.

Podemos afirmar que nesta época, mais que o Estado, foram as instituições religiosas as grandes responsáveis pela alfabetização das populações, supervisionando a quase totalidade do ensino, que estava circunscrito às escolas episcopais, paroquiais, conventuais e a alguns recolhimentos.

Contudo, com o desenvolvimento do capitalismo comercial, resultante das grandes descobertas, houve necessidade de se formarem elites para poderem ocupar cargos públicos e outras funções relacionadas com as empresas comerciais. Daí uma procura crescente dos “mestres de ler” particulares, que eram numerosos.

A Contrarreforma ou reforma católica, impulsionada a partir do Concílio de Trento, contribuiu, com a criação dos seminários e dos colégios jesuítas, para uma maior alfabetização das camadas jovens.

Na Madeira, em 1566, foi instalado o Seminário Diocesano do Funchal, que, embora orientado para a formação de futuros sacerdotes, permitiu também alfabetizar muitos jovens de famílias humildes e de poucos recursos que não abraçaram o sacerdócio. De igual modo, a abertura, no dia 6 de maio de 1570, do Colégio dos Jesuítas – primeira instituição de ensino regular, funcionando como externato e ministrando a instrução de forma gratuita –, possibilitou a centenas de jovens de todas as origens sociais uma formação de ensino médio, e, a uma minoria, a continuação de estudos na universidade.

Não é possível abordar o ensino na Madeira, nos sécs. XVI e XVII, e na primeira metade do séc. XVIII, sem referir a ação doutrinária e pedagógica dos Jesuítas. A sua presença contribuiu para o elevado grau de alfabetização de certos grupos e para a criação de um adequado ambiente cultural, propiciador do aparecimento de importantes vultos das letras. Permitiu, também, a continuidade de estudos daqueles que frequentaram as escolas paroquiais ou os mestres particulares, e que saíram da Ilha e foram frequentar a universidade do reino e as universidades estrangeiras, como Paris, Bolonha e Salamanca.

A segunda metade do séc. XVIII marcou uma mudança de rumo na instrução portuguesa. Se, até então, o ensino era monopólio quase exclusivo dos Jesuítas, a partir de 1759, com a sua expulsão, o ensino passou para a esfera do Estado, passando a ser organizado através de políticas centralizadoras que submetiam os professores à tutela do aparelho estatal e não mais ao monopólio da Igreja. Iniciava-se uma nova era de estatização do ensino.

Com a governação pombalina (1750-1777), a educação tornou-se uma obrigação do Estado, passando a existir uma instrução pública nacional, com a criação de uma rede pública de escolas, financiadas pelo Estado, e cujos professores eram pagos pelo erário público.

Neste âmbito, foi aprovada em 6 de novembro de 1772 a reforma dos estudos menores, considerada a fundadora do ensino primário oficial. Determinava a criação de uma rede de escolas régias de ler, escrever e contar, de ensino elementar gratuito, nas principais povoações do país. No mapa anexo à referida lei de 6 de novembro podemos constatar que foram criados 479 mestres de ler, escrever e contar, 440 deles no reino e 6 na Madeira, o que correspondia a 1,25 % do todo nacional.

Para manter e consolidar a rede pública de escolas elementares e as aulas régias gratuitas, não só foi necessário implementar uma política de centralização régia e uma forte organização, mas também usar meios financeiros adequados para o pagamento dos vencimentos dos mestres-escola e dos professores que ministravam o ensino na vasta rede, criada no todo nacional.

Assim, em 1761, foi criado o Erário Régio, instituição destinada a centralizar a maior parte dos recursos fiscais e, pela carta de lei de 10 de novembro de 1772, foi estabelecido um imposto único, abolindo todas as coletas até então vigentes. O imposto ficou conhecido como subsídio literário e consistia, no reino e nas ilhas dos Açores e da Madeira, em um real em cada canada de vinho, 4 réis em cada canada de aguardente e 160 réis por cada pipa de vinagre.

Apesar de a Madeira e o Porto Santo serem zonas produtoras de vinho e a arrecadação do

subsídio literário ser elevada, e, segundo alguns cálculos, as rendas andariam, em 1776, pelos 40.000 réis, o nível do analfabetismo seria muito elevado, não havendo, portanto, benefícios proporcionais à criação de uma rede de escolas elementares. Em 1772, o Estado assegurava o vencimento de seis professores, o que perfazia uma despesa anual de 780.000 réis. No ano de 1787, as verbas saídas do fundo para o pagamento de professores e mestres da ilha da Madeira foi no valor de 1.938.503 réis. Uma despesa ínfima quando comparada com as elevadas receitas decorrentes do imposto literário.

D. Maria I, no início do seu reinado, criou 351 novas escolas de ler, escrever e contar, registando-se um acréscimo da rede escolar madeirense ao nível do ensino elementar, tendo sido criadas 3 escolas no Funchal, 1 na freguesia do Campanário, 1 em S. Vicente e 1 no Porto Santo.

De facto, era reconhecida a quase inexistência de escolas régias elementares na maior parte das freguesias da Madeira. Como forma de atenuar esta enorme carência de escolas, as famílias com maiores recursos associavam-se e contratavam mestres particulares com vista à educação conjunta das crianças, em vez de serem forçadas a enviá-las para o Funchal. Embora em menor proporção, esta situação acontecia no Funchal, onde o recurso a professores particulares era frequente. As famílias endinheiradas recorriam aos colégios e a mestres particulares que se deslocavam de casa em casa a troco de dinheiro.

Foi neste contexto, de escassa rede de escolas elementares nas diversas freguesias rurais da Madeira e da conseqüente elevada percentagem de analfabetismo, que surgiu no Funchal, em 1819 – e por influência de um negociante inglês, Joseph Phelps –, uma escola masculina gratuita que pretendia introduzir uma nova pedagogia assente no chamado método de Lancaster ou de ensino mútuo. Este método, diretamente associado às conseqüências sociais da Revolução Industrial inglesa, tinha como objetivo ensinar o maior número de alunos no menor tempo possível, e era destinado, essencialmente, às classes mais desprotegidas.

Distanciava-se pedagogicamente do ensino tradicional pela ausência de castigos e do uso da palmatória.

A Revolução Liberal de 1820 trouxe aos madeirenses novas perspectivas de mudança, nomeadamente no que se referia à criação de escolas elementares. Uma primeira reivindicação à Câmara dos Deputados remonta a 1821. Partiu dos moradores do Caniço, que se sentiam injustiçados pelo facto de pagarem o imposto do subsídio literário, criado para providenciar e promover a instrução, e de não usufruírem de contrapartidas. Ou seja, não beneficiavam da criação de uma escola de primeiras letras, embora a freguesia tivesse mais de 500 fogos. Do mesmo modo, outras freguesias da Madeira levantaram o seu clamor contra a injustiça de não terem tido o direito à criação de escolas elementares, apesar de serem oneradas com o imposto do subsídio literário.

A comissão de instrução pública da Câmara dos Deputados reconheceu a grande escassez de escolas elementares e de professores de primeiras letras em quase todas as freguesias da Madeira, sobretudo as situadas a norte, que eram muito populosas e que produziam grande quantidade de vinho.

Como corolário deste clamor generalizado, a comissão emitiu um parecer favorável à criação de escolas das primeiras letras nas freguesias do Porto Moniz, de Ponta Delgada, de São Jorge, de Santana, do Faial, do Porto da Cruz, de Câmara de Lobos e do Estreito de Nossa Senhora da Graça, com o ordenado anual de 130.000 réis atribuído aos mestres das primeiras letras da província.

Também neste período dos primeiros passos do liberalismo, foram remetidas petições, subscritas algumas delas, a título individual, para a comissão de instrução pública da Câmara dos Deputados, que assumiam, de uma forma aberta e frontal, a necessidade imperiosa do estabelecimento no Funchal de uma escola para meninas, verberando contra a discriminação escolar a que estava sujeito o sexo feminino. Contudo, estas petições não tiveram o provimento das Cortes e o ensino das meninas na Madeira continuou circunscrito

às preceptoras particulares, aos conventos e aos colégios privados.

Impulsionada pela notória ausência de escolas públicas destinadas ao ensino elementar das crianças do sexo feminino, surgiu, em 1821, uma agremiação intitulada Escola das Senhoras do Funchal Associadas, que tinha como objetivo educar crianças pobres do sexo feminino. Esta associação, de carácter civil, sustentada por donativos particulares e acarinhada, de um modo particular, pela ação filantrópica do casal inglês Joseph e Elisabeth Phelps, determinava, no seu regulamento, que “a escola seria franca a crianças de pessoas de todas as classes” e o seu currículo consistia em “ler, escrever, contar e coser, segundo o sistema da Sociedade Inglesa e Estrangeira” (GOUVEIA, 2008, 209).

Apesar de ser notória a ausência de uma definição clara de uma política de alfabetização, a primeira metade do séc. XIX ficou, essencialmente, marcada pela aposta constitucional na generalização do ensino primário.

Todos os diplomas constitucionais oitocentistas consagraram como fundamental a criação de escolas de ensino primário gratuito, acessível a todos os cidadãos. Com a vitória dos liberais em 1834, a instrução e o ensino passaram a ser considerados como vetores estruturantes para reformar as instituições da Monarquia Constitucional.

Restaurada a Monarquia Constitucional, foi aprovado em 1835 o dec. de 7 de setembro, denominado Regulamento Geral da Instrução Primária, e que determinava que esta instrução fosse administrada gratuitamente a todos os cidadãos em escolas públicas, a partir dos 7 anos, e que em todas as povoações que tivessem de 400 a 1500 fogos fosse criada 1 escola de instrução primária e 2 se as povoações tivessem de 1500 a 3000. Determinava ainda que estas escolas seriam estabelecidas em edifícios públicos, convenientemente preparados para esse fim, e que o seu estabelecimento, manutenção e conservação ficava a cargo das respetivas câmaras ou juntas de paróquia a que pertenciam.

No mesmo ano, pelo dec. de 15 de novembro, foi criada em todas as capitais dos distritos

administrativos uma escola de ensino mútuo, designada escola normal, e uma escola de meninas. Estas duas escolas foram implementadas na cidade do Funchal e seguiram o método de ensino mútuo.

Nesta época, por influência de Luís Mouzinho de Albuquerque, nomeado prefeito do arquipélago em 30 de junho de 1834, foi fundada, na cidade do Funchal, a Sociedade de Escolas de Infância, cujo objetivo era proteger, educar e instruir as crianças pobres de ambos os sexos, privilegiando uma educação infantil assente nas componentes física e moral, sem descuidar as componentes do ensino primário tradicional. Houve uma enorme adesão a esta iniciativa, tendo atingido, no ano de 1836, uma frequência de 120 crianças, das mais pobres da cidade. De igual modo, sob os seus auspícios e à sua custa, criou, em outubro de 1834, uma Escola Nacional e Normal do Ensino Mútuo, oficializada em 6 de maio de 1835, frequentada por 141 alunos, e cujo objetivo era proporcionar aos professores régios de primeiras letras o contato com o método de ensino mútuo que pretendia humanizar a escola, reformando as práticas pedagógicas tradicionais.

Entre 1839 e 1845, sob a égide de Robert Kalley, pastor protestante de origem escocesa, impressionado com a elevadíssima taxa de analfabetismo que atingia o tecido social madeirense, foi empreendida uma verdadeira campanha de alfabetização, com o estabelecimento de escolas de ensino elementar, com aulas diurnas para as crianças de ambos os sexos e aulas noturnas para os adultos.

A adesão popular a este projeto foi espontânea e enorme e, em pouco tempo, existiam 17 escolas com mais de 800 alunos. Entre 1839 e 1845, calcula-se que tenham sido frequentadas por mais de 2500 alunos. O sucesso desta iniciativa foi tão notório que, no dia 25 de maio de 1841, as entidades camarárias atribuíram um público louvor a Robert Kalley, que foi nomeado como “o bom doutor inglês”, e o seu trabalho foi caracterizado como “esforço filantrópico em favor dos pobres, doentes e analfabetos” (TESTA, 1963, 34).

Esta experiência efémera de alfabetização, acalentada com entusiasmo e fervor pelas classes mais desfavorecidas, numa primeira fase, em prol da instrução e do ensino das crianças e jovens madeirenses, foi interrompida, de forma abrupta, com a fuga de Robert Kalley para a sua terra natal, em consequência de graves motins de natureza religiosa.

Em paralelo com as iniciativas singulares ou coletivas, de cariz particular e filantrópico, desenvolvidas após o triunfo da Revolução Liberal, competia ao Estado alargar a base de escolarização das crianças às escolas elementares, criando uma rede mais alargada a todo o país e mobilizando e obrigando os pais ao cumprimento das normas constitucionais que estipulavam a escolarização obrigatória de todas as crianças a partir dos sete anos de idade.

Neste âmbito, a lei de 1844, de autoria de Costa Cabral, foi a primeira a impor penas/multas e perda de direitos cívicos para os pais e tutores que descurassem a educação dos filhos, não os encaminhando para a escola. No entanto, abria um conjunto de exceções, nomeadamente para aqueles que não tivessem acesso à escola por motivo de não existência da mesma num raio de 2,5 km; e para os que provassem que os meninos já possuíam os conhecimentos daquele grau de ensino ou que poderiam obtê-los de outra forma sem recorrer ao ensino oficial, ou que por sua excessiva pobreza não os pudessem enviar à escola.

De facto, esta lei não era para se cumprir. Para além das exceções previstas na lei aprovada em 1844, os diversos constrangimentos de natureza orçamental, os escassos rendimentos das famílias, as dificuldades de deslocação resultantes da exiguidade e precariedade da rede viária, as dificuldades de provimento dos professores e os entraves decorrentes das mentalidades das famílias das zonas rurais que consideravam o trabalho do campo mais importante do que frequentar a escola, obstaculizavam a missão, quase impossível ou de extrema dificuldade, de aumentar a taxa de escolarização e de alfabetização.

Na realidade, o censo de 1864, o primeiro recenseamento geral da população portuguesa,

dava conta, pela primeira vez, do estado desolador da instrução elementar no reino e nas ilhas. O distrito do Funchal, à exceção do distrito da Horta, mais pequeno em número de habitantes, tinha apenas 61 escolas elementares no total, oficiais e particulares, sendo 36 masculinas e 25 femininas.

Numa população de 110.764 habitantes, o número de crianças a frequentar a escola era de 2630, sendo 1487 varões e 1143 fêmeas. Por cada 100 menores com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos, apenas 11,6 % frequentavam a escola. Em 1868, decorridos 4 anos após o censo efetuado em 1864 e 24 anos depois das leis cabralinas, a percentagem de crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos que frequentavam as escolas elementares era de 18 % para os rapazes e de 5 % para as raparigas, numa taxa de escolarização conjunta de 11,5 %.

Anos	Portugal	Madeira (distrito)
1878	82,4 %	90,1 %
1890	79,2 %	84,5 %
1900	78,6 %	90,0 %
1911	75,1 %	82,8 %

Fig. 1 – Tabela das taxas de analfabetismo na segunda metade do séc. XIX e no início do séc. XX (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, s.d.).

A fig. 1 apresenta-nos uma tabela comparativa das taxas de analfabetismo, no todo nacional e no distrito do Funchal, nos diversos censos realizados entre 1878 e 1911. Apesar da enorme preocupação das entidades públicas e privadas pela causa da instrução e do ensino, e de todas as medidas legislativas implementadas, os níveis de analfabetismo e de iliteracia eram assustadores e constituíam uma verdadeira chaga social. Em 1878, a taxa de analfabetismo em Portugal era de 82,4 %.

No referido censo, o distrito do Funchal apresentava uma taxa de analfabetismo de 90,1 %, 7,7 % acima do todo nacional. A situação da instrução na Madeira era mais alarmante, devido a um conjunto de condições específicas adversas: a orografia e o isolamento das

povoações, aliados ao abandono das entidades governamentais e à generalizada iliteracia das populações rurais, tornavam a tarefa de alfabetização complexa e difícil. Basta comparar o número de escolas elementares existentes nos distritos do Funchal e de Ponta Delgada para aquilatarmos os níveis de instrução existentes. Nos censos de 1864, com uma população idêntica, os distritos do Funchal (110.764 habitantes) e de Ponta Delgada (110.832 habitantes), tinham, respetivamente, 61 e 102 escolas elementares. Passados 14 anos, os censos de 1878 apresentavam uma tendência ainda mais favorável em relação ao distrito de Ponta Delgada no que concerne à criação de escolas elementares, passando para 192 (mais 90), enquanto o distrito do Funchal passava para 80, um crescimento de apenas 19 escolas. Esta comparação entre os números de habitantes e o número de escolas elementares, entre os dois distritos insulares, por si só, ilustra o atraso do distrito do Funchal em relação ao de Ponta Delgada, porquanto este apresentava mais escolas para uma menor população.

Em 1900, as taxas de alfabetização eram quase idênticas àquelas observadas em 1878, denotando uma tendência regressiva no combate ao analfabetismo. No início do séc. XX, exatamente em 1900, foi criada, pelo dec. de 10 de maio de 1900, a primeira escola de formação oficial de professores do ensino primário – a Escola Distrital do Funchal de habilitação para o magistério primário, tendo iniciado a sua atividade letiva a 19 de outubro do mesmo ano, com 38 alunos inscritos.

Pedro José Lomelino, primeiro diretor desta escola, enfatizou o seu papel como escola de habilitação para o magistério primário, porque vinha preencher uma lacuna muito sensível no distrito, pelo facto de existirem muitos candidatos que desistiam de habilitar-se às escolas normais do continente, devido a carências de meios financeiros e às longas viagens por mar.

Ainda com base nos dados da fig. 1, verificamos que entre 1878 e 1911, passados 33 anos, a taxa de analfabetismo apenas regrediu 7,3 % no todo nacional. Em relação ao distrito do Funchal, constatamos a existência de um

Concelhos	SABEM LER			ANALFABETOS					
	Pop. total	Varões	Fêmeas	Total	%	Varões	Fêmeas	Total	%
Calheta	20.039	843	877	1720	8,6	8500	9819	18.319	91,4
Câmara de Lobos	20.130	966	1644	2610	13,0	8518	9002	17.520	87,0
Funchal	50.330	7790	10.981	18.771	37,3	15.781	15.778	31.559	62,7
Machico	13.931	433	370	803	5,8	6412	6716	13.128	94,2
Ponta do Sol	20.102	582	505	1087	5,4	8918	10.097	19.015	94,6
Porto Moniz	4389	227	272	499	11,4	1770	2120	3890	88,6
Santana	10.139	248	217	465	4,6	4706	4968	9674	95,4
Santa Cruz	19.999	974	1036	2010	10,0	8797	9192	17.989	90,0
São Vicente	8542	516	466	982	11,5	3656	3904	7560	88,5
Porto Santo	2182	129	201	330	15,1	956	896	1852	84,9
Total (distrito)	169.783	12.708	16.569	29.277	17,2	68.014	72.492	140.506	82,8

Fig. 2 – Tabela da população total do distrito do Funchal – Censos de 1911 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, s.d.).

movimento de avanço e recuo, tendo, contudo, descido de 90,1 % para 82,8 %, embora acima do todo nacional que se situou em 75,1 %.

Esta subida da taxa de alfabetização da população madeirense de 9,9 % para 17,2 %, verificada nos censos de 1878 e 1911, não sendo muito significativa, pode ter como explicação não só a criação de um maior número de escolas primárias – existindo no arquipélago, em 1904, 73 escolas públicas (42 de sexo masculino, 29 de sexo feminino e 2 mistas) –, mas também o aumento do número de professores, com a criação da escola de formação de professores primários, em 1900.

No início do regime republicano, de acordo com uma análise atenta aos dados fornecidos pelo censo de 1911, apenas a cidade do Funchal (62,7 %) tinha uma taxa de analfabetismo inferior ao global do distrito (82,8 %), existindo cinco concelhos com taxas de analfabetismo superiores a 90 %, nomeadamente Santana (95,4 %), Ponta do Sol (94,6 %), Machico (94,2 %), Calheta (91,4 %) e Santa Cruz (90 %). Constatamos que o concelho do Porto Santo, apesar dos efeitos nefastos resultantes da dupla insularidade, do isolamento provocado pela escassez e pelos rudimentares meios de transporte marítimos, apresentava uma taxa de analfabetismo inferior a todos os concelhos rurais da Madeira (84,9 %). Diversas

razões poderão explicar este facto: uma população diminuta, tipo de *habitat* aglomerado, a inexistência de montanhas e vales profundos e a reduzida dimensão da ilha tornavam mais fácil a mobilidade das crianças em relação à escola existente.

Verificamos que, em todos os distritos do país, a praga social do analfabetismo atingia, de forma mais cruel e em maior número, as pessoas do sexo feminino. As taxas de analfabetos do sexo masculino e feminino eram, respetivamente, 48,4 % (68.014) e 51,6 % (72.492).

Esta situação calamitosa, que tornava Portugal um dos países mais atrasados no âmbito da instrução, instou o regime republicano instalado em 1911 a procurar inverter este rumo. Os republicanos acreditavam que através da instrução e da educação o país poderia ser conduzido rumo ao progresso e à civilização. Passado menos de um ano da Instauração da República, foi publicado o dec. n.º 9223, de 29 de março de 1911, considerado o pilar da reforma republicana do ensino infantil, primário e normal, que determinou que fossem criadas, em todas as capitais de distrito e nas cabeças dos principais concelhos, escolas infantis ou jardins-escolas para as crianças de ambos os sexos, à medida que os recursos municipais o fossem permitindo. Legislou ainda que em cada uma das freguesias do continente

e das ilhas adjacentes houvesse pelo menos uma escola de ensino primário elementar e complementar para cada sexo. O ensino elementar tinha a duração de 3 anos, era obrigatório para todas as crianças de ambos os sexos, cuja idade estaria compreendida entre os 7 e os 14 anos, e terminava com um exame de grau elementar.

Além destas medidas de enorme importância no combate ao analfabetismo, foi criada, pelo dec. de 1911, uma rede oficial de escolas móveis. Com a finalidade de suprir as carências de cobertura nacional e alargar a base social de alfabetização junto das populações trabalhadoras, o seu funcionamento prolongava-se durante pelo menos 10 meses do ano, nomeadamente nas freguesias onde não se estabelecessem escolas fixas, por motivos diversos: exígua densidade de população escolar, diminuta extensão ou afastamento excessivo de um dado lugar em relação ao centro da freguesia a que pertencia. Esta rede só foi lançada a partir do ano letivo 1913/1914.

O espírito laico, imbuído da ideia de progresso e de mudança da instrução e da educação, também se fez sentir no arquipélago, embora em maior escala na cidade do Funchal. A par da criação de escolas públicas, surgiram muitas escolas de ensino particular, nomeadamente colégios, como meio de dar resposta à procura de crianças e jovens que não encontravam vaga devido à escassez de escolas públicas.

Em agosto de 1918, o número de escolas primárias públicas no distrito do Funchal tinha atingido o recorde de 108, sendo 104 do Estado – 12 escolas mistas, 48 do sexo masculino e 44 do sexo feminino – e 4 municipais do sexo feminino. Nos finais de 1918 foram criadas no Funchal quatro escolas centrais, sendo duas para cada sexo. Foi notório o enorme empenho e esforço por parte das entidades republicanas para dotar o arquipélago de mais escolas, tendo em conta que o problema do analfabetismo era mais elevado do que no continente. Foram também criadas escolas móveis. Em 1922 existiam no distrito 11 escolas móveis, distribuídas pelas freguesias periféricas do Funchal, sendo 2 em São Roque, 2 em Santo António, e

pelos freguesias mais distantes e de mais difícil acesso: 1 na Ponta do Pargo, 1 na Madalena do Mar, 1 nos Canhas, 3 na Ponta do Sol, e 1 na ilha do Porto Santo.

Apesar do conjunto de iniciativas e de medidas decretadas, durante a Primeira República, no sentido de debelar o crónico problema do analfabetismo, como a gratuidade e neutralidade do ensino, a escolaridade obrigatória de cinco anos e a criação do ensino infantil, o resultado final ficou muito aquém das expectativas dos governantes. Razões de diversa ordem poderão ser apresentadas para este magro e dececionante resultado: a instabilidade política e económica deste período, o impacto financeiro da participação na Primeira Guerra Mundial.

De facto, as taxas de alfabetização da população portuguesa com idades iguais ou superiores a 7 anos verificadas em Portugal espelham este fraco resultado: em 1911, a taxa de alfabetização era de 31 %; em 1920, era de 34 % e em 1930, era, ainda, de 38 %, ou seja, durante 19 anos, sendo 15 durante a República, a taxa de alfabetização teve um crescimento de 7 %. Em 1920 e 1930, as taxas de alfabetização do distrito do Funchal eram, respetivamente de 17,2 %, e de 21,7 %, muito abaixo daquelas verificadas em Portugal.

O golpe militar de 28 de maio de 1926 deu origem a uma mudança de regime e lançou as bases para a construção do Estado Novo e da chamada “escola nacionalista”. O ensino primário foi reduzido à sua dimensão elementar, tendo sido extinto o ensino complementar, assim como as escolas normais superiores, pelo dec. n.º 11.739, de 15 de junho de 1926, alegando-se que estas tinham sido criadas às dezenas, sem critério, sem programas de ensino e sem metas de exigência. Os novos dirigentes centraram a sua atenção no ensino primário, considerando que era imprescindível e urgente reduzir as elevadas taxas de analfabetismo e incrementar o crescimento da taxa de escolarização da população portuguesa, tendo este grau de ensino constituído o pilar fundamental para a formação dos valores da escola nacionalista.

A partir de 1928, a instrução primária passou da esfera do Estado para a Junta Geral do Distrito do Funchal. Nessa época, o número de professores nas escolas existentes era de 131.

No distrito do Funchal, como em todo o país, a partir de 1931, foram encerradas muitas escolas primárias, tendo sido substituídas por postos escolares, a cargo de regentes habilitados com a 4.^a classe, mas ideologicamente comprometidos com o novo regime, a quem era exigido um atestado de bom comportamento moral e civil, passado pelos regedores e párocos. Também foi extinta a Escola Primária Superior do Funchal, o que teve efeitos relevantes na formação de futuros professores primários, durante o período de interregno que decorreu de 1926 e 1942.

Esta medida teve graves consequências para a escolarização das crianças em idade escolar, retardando o rumo que havia sido proposto pelas entidades governamentais republicanas. Como resultado imediato, verificamos que em 1933 existiam 33.130 crianças, de ambos os sexos, em idade escolar, e somente 7451 se encontravam matriculadas, o que correspondia a uma taxa de escolarização de 22,5 %. Das 130 escolas primárias oficiais, e de acordo com o relatório do presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal enviado para os ministros das Finanças e da Instrução, nem uma única se encontrava instalada em edifício próprio, nem uma única tinha instalações com o mínimo de condições higiénicas e pedagógicas. Referia, ainda, o mesmo relatório que o distrito do Funchal era o único do país em que não havia um único edifício construído especial e oficialmente para escola.

No ano de 1936, considerado como o momento crucial para a edificação da escola nacionalista – reforma do ensino primário – foi promulgado o dec. n.º 27.279, de 24 de novembro, que estabelecia que fosse assegurado um grau elementar de cultura a todos os Portugueses e apontava um enérgico e eficiente combate ao analfabetismo. O novo currículo para o ensino primário obrigatório era reduzido ao ideal prático e cristão de ensinar a ler, a

escrever, a contar, a exercer as virtudes morais e a ter um vivo amor a Portugal.

Neste ano de 1936, existiam no distrito do Funchal 205 agentes de ensino em exercício de funções e, no ano seguinte, a Câmara Municipal do Funchal construiu e apetrechou com equipamento adequado a Escola Salazar, com 4 lugares de quadro de professores e destinada ao sexo feminino. Em 1942, no distrito do Funchal existiam 31.019 crianças em idade escolar e somente 10.592 (34,1 %) frequentavam a escola, repartidas pelo ensino oficial (8823) e pelo particular (1769). Contudo, 20.427 das crianças (65,9 %) encontravam-se marginalizadas do sistema educativo.

Na assunção do compromisso previsto pela reforma do ensino primário, no ano de 1941, o Governo central deu início à execução do plano geral da rede, denominado Plano dos Centenários. Pela primeira vez, o Governo assumiu um plano de médio prazo, que decorreu de 1941 a 1961, onde se encontravam fixados, com carácter de obrigatoriedade, o número, a localização e o tipo de escolas a construir para pleno apetrechamento do ensino primário. Apesar de ser muito ambicioso, muitas escolas previstas ficaram por construir, devido a um conjunto de constrangimentos e dificuldades conjunturais que frearam a sua implementação, nomeadamente o eclodir da Segunda Guerra Mundial, a situação financeira das autarquias, as dificuldades de obtenção de terrenos adequados e de adjudicação das obras de grande volume, e a inexistência de empreiteiros com capacidade para proceder à consecução destas, para além de nos finais dos anos 50 ter havido uma desadequação real entre aquilo que estava previsto no plano e o acréscimo acentuado da população entre 1940 e 1960, com conseqüente aumento da população em idade escolar.

O Plano dos Centenários previa, de acordo com a fig. 3, para o distrito do Funchal, 296 edifícios, distribuídos por diferentes tipologias: edifícios com 1 sala – 17 (58,11 %); com 2 salas – 58 (19,59 %); com 3 salas – 30 (10,14 %); com 4 salas – 36 (12,16 %); total – 522 salas.

Distritos	Número de salas	%	Número de edifícios	%	Média de salas por edifício
Continente	10.887	87,09	7408	89,9	1,46
Açores (Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada)	591	4,73	375	4,56	1,51
Madeira (Funchal e Porto Santo)	522	4,18	296	3,59	1,76
Ajustamentos	500	4,00	161	1,95	3,11
Total	12.500	100,00	8240	100,00	1,52

Fig. 3 – Tabela da distribuição distrital de edifícios escolares e salas de aula previstas – Plano dos Centenários (despacho do Conselho de Ministros de 15 jul. 1941 – “Plano dos Centenários”).

Tendo sido aprovado por despacho do Conselho de Ministros em 1941, o referido Plano dos Centenários para as ilhas adjacentes foi ratificado, com algumas modificações e normas específicas para a sua concretização, pelo despacho do subsecretário das Obras Públicas, no dia 18 de janeiro de 1946, e remetido ao presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal em 24 de janeiro do mesmo ano. Estipulava, para o distrito do Funchal, a construção de 257 edifícios, sendo 253 na ilha da Madeira e 4 no Porto Santo, e 624 salas de aula no total, 618 distribuídas na ilha da Madeira e 6 na ilha do Porto Santo. O referido despacho apresentava um conjunto de requisitos a que deviam obedecer as entidades dos arquipélagos: a construção dos edifícios escolares devia ter em consideração a capacidade local de realização sob o ponto de vista da indústria de construção civil; as referidas entidades estavam incumbidas de efetuar estudos e elaborar um programa de realização por fases anuais do plano, que deveria compreender a estimativa do custo das obras de cada fase; a forma de execução das obras – concurso público limitado ou administração direta; indicação dos terrenos escolhidos e terrenos adquiridos; conveniência de envio de materiais do continente – ferro, canalizações, instalações sanitárias e outros; pessoal técnico a contratar, assalariados e respetivos vencimentos ou salários e possibilidade de recrutamento local; finalmente, salientava que a realização do Plano dos Centenários previsto devia ser elaborado por forma a obter-se maior economia, ou seja, criar agrupamentos de edifícios em cada ilha por forma a constituir volumes

de obra que pudesse atrair o interesse dos empreiteiros.

Passados 5 anos, a situação de escolarização das crianças havia melhorado muito à custa do incremento do ensino particular, que aumentou o nível de frequência das crianças, passando de 1769 alunos em 1942 para 4703 alunos em 1947. O número de alunos matriculados no ensino primário era de 15.811 (56,2 %), sendo 11.108 no ensino oficial e 4703 no ensino particular. Num total de 28.137 crianças em idade escolar, continuavam privadas de um direito elementar – o direito à instrução – 12.326 crianças, ou seja 43,8 %.

Para esta melhoria da taxa de escolarização em 18,1 % contribuiu a implementação do Plano dos Centenários, com a edificação de algumas escolas de raiz e a criação da Escola de Magistério Primário do Funchal em 1943. Em junho de 1945, concluíram o curso de magistério primário 24 alunos, sendo 23 raparigas e 1 rapaz, enquanto nos anos anteriores as únicas 4 escolas do magistério existentes no continente formaram um total de 16 professores da Madeira. Como já foi referido, os enormes encargos financeiros constituíam um travão para os jovens madeirenses que estavam interessados em sair durante dois anos com a mira de um diploma para o exercício do ensino primário.

Outra condicionante para o aumento da escolarização das crianças em idade escolar poderá ter sido o crescimento muito acentuado da frequência de alunos no ensino particular, que, num prazo de 5 anos, foi de 2934 alunos. Este crescimento deveu-se, em grande parte, ao apoio da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, que concedia, anualmente,

subsídios aos colégios particulares, em função do número de anos de escolaridade e de alunos matriculados. Desta forma, os poderes públicos tentavam, de uma forma supletiva, suprir as enormes carências de professores e de escolas públicas recorrendo ao ensino particular. No ano de 1949, existiam na Madeira 326 escolas e postos escolares.

Os censos de 1950, apesar dos enormes esforços da Câmara Municipal e da Junta Geral, que, desde julho de 1928, tinha a seu cargo os serviços da instrução, nomeadamente o pagamento da totalidade dos vencimentos do professorado do ensino primário, constataram que o número de analfabetos era ainda muito elevado: entre 222.608 habitantes, com mais de 7 anos, 108.900 não sabiam ler nem escrever. A taxa de analfabetismo era de 48,9 % e 85 % da população maior de 12 anos não possuía sequer a habilitação do exame da 3.^a classe.

No mesmo ano, em Portugal, cerca de 20 % das crianças em idade escolar não frequentavam a escola, enquanto no distrito do Funchal a taxa era de 27,6 %, o que significava que mais de 8000 crianças estavam privadas da instrução.

Com o intuito de reforçar o carácter da escolaridade obrigatória elementar e atenuar, de uma forma ativa e eficaz, a taxa de analfabetismo, que continuava a ser um problema estrutural, em 1952 foi publicado o Plano de Educação Popular (dec.-lei n.º 38.968 e dec.-lei n.º 38.969 de 27 de outubro), que aprovava um conjunto de medidas e de sanções para garantir a obrigatoriedade de frequência da escola primária até à conclusão do ensino elementar (por via da aprovação no exame da 3.^a classe) ou até serem completados os 13 anos de idade, sancionando com multa os encarregados de educação que não cumprissem o seu dever, deixando de lhes ser atribuído o abono de família, recusando a admissão ao exame de condução a todos os indivíduos sem habilitação do ensino primário ou proibindo o acesso à função pública a indivíduos que não possuíssem exame da 3.^a ou a 4.^a classe.

Norteados pelo urgente desafio de combater sem tréguas a chaga social do analfabetismo, o Ministério de Educação Nacional manteve

os cursos de regime noturno nas escolas primárias e postos escolares e procedeu à criação de cursos de educação de adultos que deveriam ser organizados, quer em empresas, quer nos quartéis, desde que tivessem no seu serviço mais de 20 assalariados de idades inferiores a 35 anos sem habilitação do ensino primário. De igual modo, colocou em movimento a Campanha Nacional de Educação de Adultos, custeada pelo Fundo Nacional de Educação de Adultos, que tinha como missão levar a cabo ações de informação e propaganda, produzindo filmes, peças de teatro, programas de rádio e organizando as “Missões culturais itinerantes” que, ao vivo, dariam a conhecer as propostas da campanha (FÉTEIRA, 2013, 37).

A Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal concedeu apoio à estadia de realizadores conceituados, que se deslocaram ao Funchal para a realização de um filme a cores, tendo por cenário a ilha da Madeira, e inserido na Campanha Nacional de Educação de Adultos. O distrito do Funchal, com uma taxa de analfabetismo superior a quase todos os distritos do continente e dos Açores, envidou todos os esforços para implementar o Plano de Educação Popular com maior proficiência e intensificou a Campanha de Educação de Adultos. Os resultados fizeram-se sentir, e, entre 1952 e o mês de março de 1955, as aprovações verificadas nos exames de adultos foram de 3612, e, no mês de junho de 1955, estavam a realizar provas mais de 2500 alunos.

No entanto, apesar de todos os avanços na luta contra o analfabetismo e o incremento das taxas de escolarização, os discursos proferidos pelo subsecretário de Estado da Educação Nacional, Henrique Veiga de Macedo, aquando de uma visita realizada à Madeira, no ano de 1955, foram no sentido de denunciar o estado da instrução no arquipélago, realçando o grave problema do analfabetismo e da exclusão de grande parte de crianças em idade escolar, bem como a carência de professores e regentes, necessários para acudir ao crescente número de lugares criados. Destacava, acima de tudo, as exíguas e precárias instalações escolares, com ausência de material didático, edifícios

escolares sem os mínimos requisitos de ordem higiénica e pedagógica – muitos com áreas diminutas e com insuficiente capacidade para poderem acomodar, devidamente, as crianças, que ficavam amontoadas, com prejuízo para a sua saúde, para a sua comodidade e para a eficiência do ensino –, outras mal expostas e mal localizadas sem espaços para as crianças poderem brincar e outras sem possuírem instalações sanitárias ou mobiliário e material didático em condições condignas. Referia ainda que, para além das deficientes instalações escolares, mais de 150 escolas funcionavam em regime de desdobramento, agravando as condições de rendimento de ensino e empurrando as crianças para a rua, para trabalhos impróprios da idade e para as más companhias. Lamentou, ainda, que o Plano dos Centenários apenas tivesse construído 8 edifícios, com 34 salas, e aproveitou a ocasião para anunciar a construção de 22 edifícios, com 33 salas de aula.

Em 1959, o Plano dos Centenários, por distritos, estava muito longe de ter sido cumprido. A grande maioria dos edifícios previstos não se tinha concretizado e as propostas contidas no referido plano eram desadequadas relativamente à nova realidade demográfica do país. Houve um acréscimo da população em idade escolar, sendo o número de escolas insuficientes e superlotadas, funcionando com turmas muito numerosas.

O texto da proposta de lei submetida à Assembleia Nacional e que dará origem à lei n.º 2107, de 5 de abril de 1961, veio ao encontro da nova realidade acima descrita e apresentava, em 1959, um quadro síntese entre aquilo que tinha sido previsto e aquilo que tinha sido executado do Plano dos Centenários. No distrito do Funchal, do número previsto de 261 edifícios e 620 salas a construir, apenas tinham sido construídos 30 edifícios e 66 salas, o que representava uma taxa de 11,49 % e 10,65 %, respetivamente, enquanto a esmagadora maioria dos distritos do continente tinha uma taxa de execução com uma média de 65,8 %. Acresce que o arquipélago dos Açores tinha uma taxa de execução de 40,5 %, o que era muito superior à do distrito do Funchal.

Para fazer face às enormes dificuldades na execução do Plano dos Centenários, ao crescimento acentuado da população em idade escolar e ao aumento da escolaridade obrigatória até à 4.ª classe, primeiro para os rapazes (1956) e depois para as raparigas (1960), foi necessário implementar um novo plano de construções para o ensino primário. O Governo comprometia-se a executar, o mais célere possível, uma nova rede de construções escolares, em substituição do plano anterior. Para o distrito do Funchal foram previstos 448 edifícios e 832 salas de aula.

Indo ao encontro da grande preocupação das entidades governativas de dotar o distrito do Funchal de mais escolas para extirpar a praga social do analfabetismo, o relatório enviado ao diretor geral do ensino secundário pelo presidente da Junta Geral, em 25 de outubro de 1962, referia que a Junta Geral despendia, há longos anos, avultadas verbas das suas receitas com destino à instrução primária e que o aumento da verba orçamentada para o ano de 1961 era de 13.264.460\$00 e que tal se devia ao facto de a Direção Geral ter proposto um novo plano para a distribuição de escolas e postos escolares neste distrito, e que os gastos da Junta Geral com as atribuições de educação e cultura eram cerca de 28 % das suas receitas ordinárias.

O esforço desenvolvido nas décadas de 60 e 70 do séc. xx, quer pelos governantes nacionais, quer pelos governantes do distrito, a longo prazo, teve efeitos determinantes para diminuir as taxas do analfabetismo e, em contrapartida, permitiu um crescimento acentuado das taxas de alfabetização da população portuguesa e madeirense. Nos anos 60, o acesso generalizado das crianças em idade escolar à educação tornou-se um dado adquirido e surgiram novos desafios de aumento da escolaridade obrigatória para os seis anos em 1966. Na década de 80, com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, o ensino básico, universal e gratuito passou a ter a duração de nove anos, compreendendo três ciclos sequenciais. Na segunda década do séc. XXI, em 2012, a escolaridade obrigatória, alargada a 12 anos, foi

implementada aos alunos que passaram a frequentar o 7.º ano de escolaridade. O alargamento da escolarização das crianças e jovens portugueses, um desafio lento e gradual, de enormes proporções para o desenvolvimento do nosso país, foi acompanhado de um programa de ação social escolar, de várias medidas de apoio às crianças e jovens de famílias mais carenciadas, nomeadamente o transporte

escolar, a criação de cantinas, o suplemento alimentar, o alojamento, os livros escolares e a alimentação.

A regionalização do ensino, resultante da instituição da autonomia, permitiu ao Governo regional concretizar uma profunda revolução na rede escolar regional, graças aos meios financeiros próprios, associados aos fundos comunitários. De 1980 a 2000, foram criadas ou

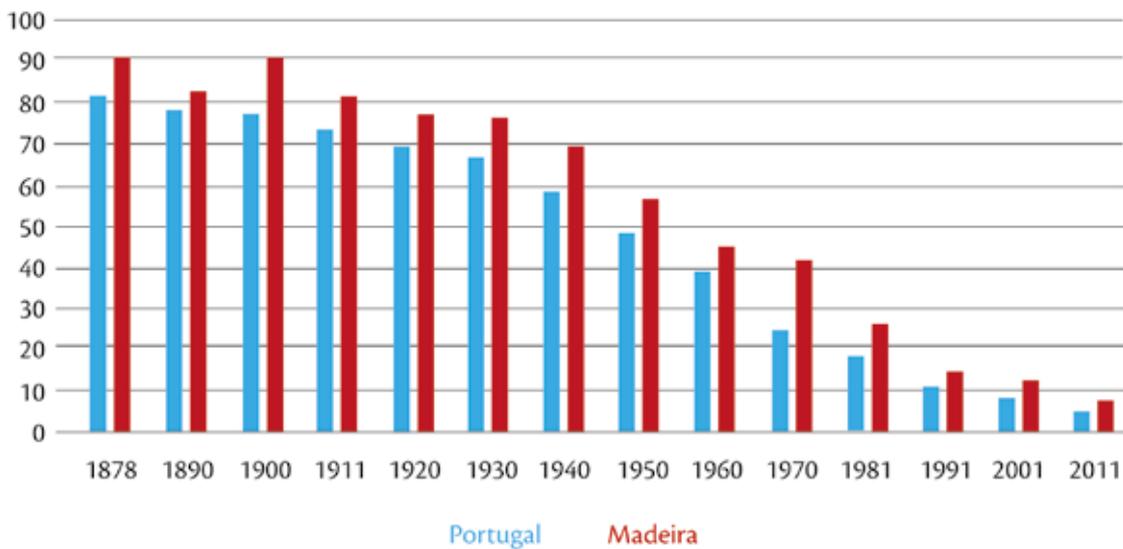


Fig. 4 – Gráfico com a evolução das taxas de analfabetismo em Portugal e no distrito do Funchal/Região Autónoma da Madeira (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, s.d.).

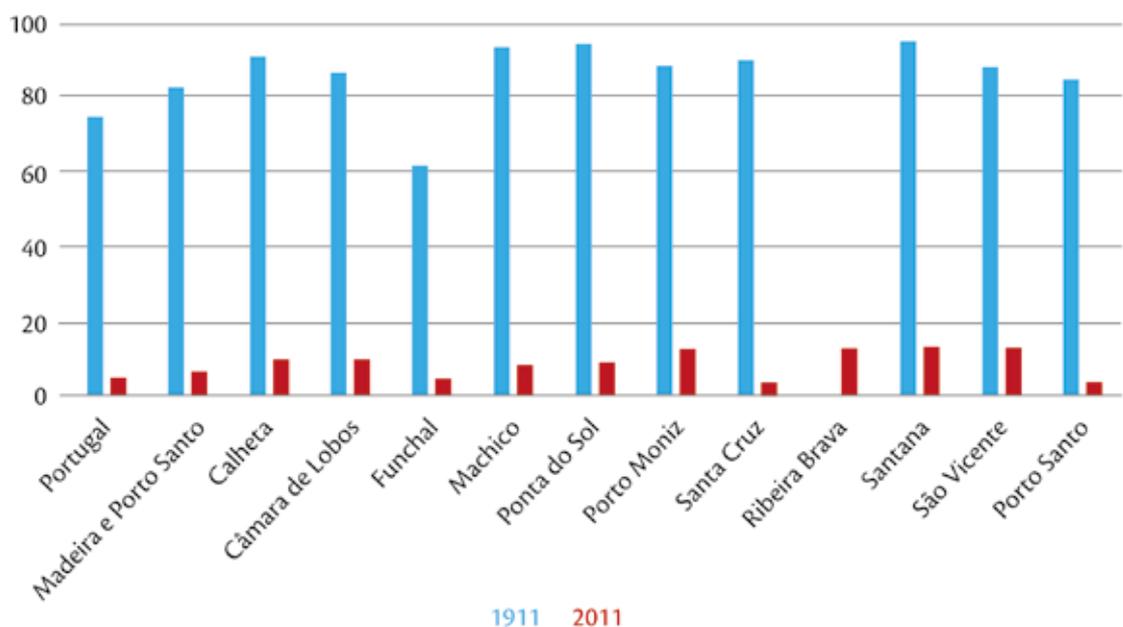


Fig. 5 – Gráfico com a evolução das taxas de analfabetismo (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, s.d.).

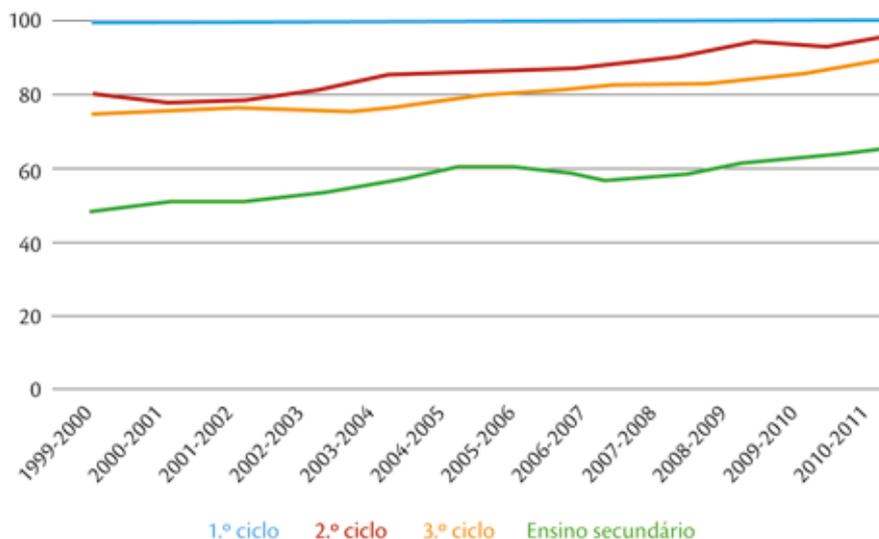


Fig. 6 – Gráfico com a taxa real de escolarização segundo o nível de educação/ensino, na Madeira (SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO, 2013).

renovadas mais de 1000 salas e eliminados os regimes triplos (1 sala servia para a lecionação de 3 turmas em 3 turnos diários – manhã, tarde e noite) no 1.º ciclo. A partir de 1992, graças aos fundos comunitários, foi possível um maior número de escolas construídas e com melhor qualidade das infraestruturas. A telescola, estratégia audiovisual criada para dar resposta ao desafio do aumento da escolaridade obrigatória para seis anos, foi erradicada apenas no ano letivo de 1999-2000.

A partir de 1994-1995, a Secretaria Regional da Educação elaborou um plano de reordenamento da rede escolar regional, devidamente calendarizado e estruturado, tendo por base os indicadores da evolução demográfica, da nova rede viária e da eclosão de novos centros urbanos. Desde então foram construídas centenas de escolas, incluindo estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico e secundário. Em simultâneo, foram efetuadas obras de modernização e ampliação de escolas degradadas e de pequena dimensão e procedeu-se ao encerramento de cerca de duas centenas de edifícios inapropriados, nomeadamente contentores pré-fabricados ou simples casas rurais alugadas, pouco funcionais e inadequados aos fins a que se destinavam. Foi dado um passo de gigante, quando o Governo regional lançou as bases da educação pré-escolar,

iniciativa pioneira em todo o nosso país e pilar fundamental para a qualidade das aprendizagens das gerações futuras. A frequência na educação pré-escolar, das crianças dos 3 aos 5 anos, abrange a quase totalidade das crianças madeirenses.

Os dados inseridos na fig. 4 (evolução das taxas de analfabetismo em Portugal e no distrito do Funchal/RAM), na fig. 5 (taxas de analfabetismo nos concelhos da RAM, segundo os censos de 1911 e 2011) e na fig. 6 (taxa real de escolarização na RAM entre 1999/2000 e 2010/2011) procuram ilustrar uma tendência acentuada para a diminuição da praga social do analfabetismo e tendem a refletir quão difícil foi o ingente desígnio dos governantes e de toda uma sociedade na criação de escolas e outras modalidades de ensino, disseminadas pelas aldeias mais recônditas de Portugal continental e insular.

A batalha da alfabetização da esmagadora maioria da população madeirense foi longa, morosa e difícil. Os dados apresentados procuram retratar a realidade específica, que, apesar dos enormes progressos, mostra uma taxa de analfabetismo superior à do continente, e um percurso mais sinuoso, por razões de ordem geográfica, histórica e cultural: a insularidade, a distância do poder central, a orografia, com montanhas e vales profundos, a ausência

ou escassez de rede viária, o isolamento de povoações e aldeias condicionaram, em muito, o ambiente propício à instrução e ao ensino. Foi uma luta árdua, mas que valeu a pena. No séc. XXI, podemos afirmar que a batalha da alfabetização se encontra concluída, se nos ativermos apenas às competências básicas de qualquer cidadão – saber ler, escrever e contar. Contudo, numa sociedade que se quer preparada para vencer os desafios do séc. XXI, as competências são mais exigentes e alargadas. Daí a necessidade do alargamento da escolaridade obrigatória para todos os cidadãos portugueses a partir de 2012. Uma sociedade altamente alfabetizada constitui uma condição fundamental para o progresso e o desenvolvimento de um país. A democracia (1974) e a autonomia (1976) criaram as condições propícias para um combate sem tréguas pela eliminação da praga social do analfabetismo e a edificação de uma sociedade alfabetizada.

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, cxs. 2631-6 e 10; *Ibid.*, pt. 3046-17; **impresa:** ALVES, Arminda de Lurdes Pires Leite, *Ação Social Escolar e Democratização do Ensino*, Relatório de Mestrado em Ciências da Educação apresentado à Universidade Católica Portuguesa, Porto, texto policopiado, 2013; ALVES, Luís Alberto Marques, “O ensino na 2.ª metade do séc. XIX”, *História, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, sér. III, vol. 2, 2001, pp. 53-92; CANDEIAS, António, *Alfabetização e Escola em Portugal na Transição de Século: Dados e Perspetivas*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 1998; *Id.*, e SIMÕES, Eduarda, “Alfabetização e escola em Portugal no século XX: censos nacionais e estudos de caso”, *Análise Psicológica*, vol. XVII, n.º 1, 1999, pp. 163-194; CARVALHO, Rómulo, *História do Ensino em Portugal: desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, FCG, 1986; COUTO, Rui Ângelo Oliveira, e DAVID, Maria Margarida Horta (coords.), *Resenha Histórica do 1.º Ciclo do Ensino Básico*, vol. I, Évora, Direção Regional do Alentejo, 2008; FERNANDES, Rogério, “Educação e ensino popular na Madeira (séc. XVIII-1840)”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXVIII, 1992, pp. 1-69; FÉTEIRA, João Pedro Frazão Silva, *O Plano dos Centenários – As Escolas Primárias (1941-1956)*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 2013; GOUVEIA, Cláudia Faria, *Percursos de Uma Família Britânica na Madeira de Oitocentos*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; LUME, Filomena, e FLORENÇA, Teresa, “Escolas de habilitação para o magistério primário na Madeira (1900-1982)”, in PINTASSILGO, Joaquim (coord.), *Escolas de Formação de Professores em Portugal*, Lisboa, Colibri, 2012, pp. 287-331; MACEDO, Henrique Veiga de, *O Problema do Analfabetismo na Madeira*, s.l., Campanha Nacional de Educação de Adultos, 1955; MAGALHÃES, Justino, “Um contributo para a história do processo de escolarização da sociedade portuguesa na transição do Antigo Regime”, *Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 5, 1996, pp. 7-34; *Id.*, “Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime. Um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal”, *Análise Psicológica*, vol. XIV, n.º 4, 1996, pp. 435-445; MARQUES, Luís Alberto, “O ensino na 2.ª metade do século XIX”, *História*, sér. III, vol. 2, 2001, pp. 53-92; MÓNICA, Maria Filomena, “Deve-se ensinar o povo a ler?”, *Análise Social*, vol. XIII, n.º 50, 1977, pp. 321-353; PIMENTA, Paulo Sérgio Pereira, *A Escola Portuguesa. Do “Plano dos Centenários” à Construção da Rede Escolar no Distrito de Vila Real*, Dissertação de Mestrado em Educação apresentada à Universidade do Minho, Braga, texto policopiado, 2006; RAMOS, Rui, “Culturas

de alfabetização e culturas de analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo”, *Análise Social*, vol. XXIV, n.º 103-104, 1988, pp. 1067-1145; SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO, *O Estado da Educação na RAM 2012*, Funchal, Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira, 2013; SILVA, Ângelo Augusto, *Como Resolver na Madeira o Problema do Ensino Primário?*, Funchal, JGDAF, 1947; SILVA, Diana de Cássia, *O Processo de Escolarização no Termo de Mariana (1772-1835)*, Dissertação de Mestrado em Educação apresentada à Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, texto policopiado, 2004; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978; TEODORO, António, “Educação e políticas educativas no Portugal contemporâneo: da construção do modelo escolar ao tesouro a descobrir”, *Revista Lusófona de Educação*, n.º 1, 2003, pp. 127-144; TESTA, Michael, *O Apóstolo da Madeira (Dr. Robert Reid Kalley)*, Lisboa, Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, 1963; VIEIRA, Alberto (coord.), *História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2001; **digital:** INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Censos em Portugal de 1864 a 2001*, s.d.: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011_apresentacao&xpid=CENSOS (acedido a 26 out. 2017); VIEIRA, Alberto, *O Ensino Público e Particular na Madeira. A propósito do Colégio Lisbonense*, s.d.: http://www.academia.edu/7867766/Ensino_e_historia (acedido a 26 out. 2017).

JORGE MOREIRA DE SOUSA

Alfândega nova do Funchal

A primeira Alfândega do Funchal levantou-se no velho Lg. do Pelourinho, em casas alugadas junto à feitoria dos Alemães. A instituição foi determinada pela infanta D. Beatriz, então administradora da Ordem de Cristo, por carta de 15 de março de 1477. As ordens da infanta foram cumpridas na Ilha pelo contador Luís de Atouguia, incorporando no seu serviço o almoxarife e os chamados “quatro homens d’el-rei” (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Avulsos, t. 1, fls. 231-238v.), nome que na Ilha não voltou a ser utilizado, pois que o posto aduaneiro era ducal e ainda não real. A partir de 1483, o duque D. Manuel deu um certo incremento a toda esta organização, enviando para a Ilha mais pessoal para a Alfândega e ampliando a equipa de trabalho camarária, com dois procuradores dos 24 mesteres, que tinham a função “de procurarem pelo povo miúdo e estarem e ir por parte do povo às vereações que se fazem” (*Ibid.*, fls. 57v.-58).

Com a reestruturação do tecido urbano do Funchal, determinada, a partir de 1485, por D. Manuel, construída a Câmara Municipal, em 1491, e a “igreja grande”, depois acabada para Sé, começada em 1493 e praticamente pronta em 1514, iniciou-se a construção da então chamada Alfândega nova, já determinada



Fig. 1 – Teto mudéjar da Alfândega manuelina, c. 1514. Biblioteca da Assembleia Regional (fotografia de Virgílio Gomes, 2005).

em 1508. As receitas para as obras da Alfândega do ano de 1515 atingiram 315\$995 réis. A direção das obras foi entregue ao mestre de carpintaria Pero Eanes, que foi acompanhado pelos seus mestres e que teria sido até então também o responsável pelos magníficos tetos da Sé do Funchal e pelos restantes, mais simplificados, que cobriam as principais salas do edifício, alguns dos quais ainda existiam no começo do séc. XXI.

A construção teve um certo empolamento, pois, em princípio, D. Manuel e, depois, o seu filho D. João III, teriam ambos mostrado interesse em se deslocarem à Madeira, como a todo o território e, inclusivamente ao Norte de África, para na Ilha caçarem na coutada do Caniço, podendo vir assim a utilizar estas casas para residência régia temporária. O assunto da coutada do Caniço foi lembrado por uma provisão de D. João III, de 26 de maio de 1532, voltando a insistir que estava reservada para quando se deslocasse à Madeira, lembrança que ainda voltaria a referir depois.

As novas casas da Alfândega deveriam estar levantadas em outubro de 1516 ou 1517. Num documento, que levanta dificuldades de leitura, podendo ser de 1516 ou de 1517, fala-se já da “Alfândega velha”, sinal de haver outra nova. Trata-se de um auto em que se refere que na “cidade do Funchal Sua Alteza manda que se faça praça boa e honrada na dita cidade, e manda que se avaliem as casas que agora estão na praça da Alfândega velha, que são contra as casas dos alemães” (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Avulsos, mç. 4, n.º 485). Este auto tem especial importância, não só por ser mais uma achega para o estudo da situação da Alfândega nesta praça, mas sobretudo por citar as anexas “casas dos alemães”, ou seja, a feitoria dos mesmos na Madeira, revelação de certo interesse no quadro das nossas relações comerciais internacionais. As casas da Alfândega nova estavam definitivamente levantadas em fevereiro de 1519, data do pedido da Câmara Municipal para cativar os dinheiros da construção para outros fins.

Em 1525, já se procediam assim a obras para reformulação da antiga Alfândega para outra utilização. Os trabalhos constam de um auto de petição de Francisco Vieira, escrivão da Alfândega e dos contos, para obras nas casas da antiga Pç. da Alfândega, então chamada Pç. da R. Direita, dado nela desembocar a referida rua, como ainda acontece nos alvares do séc. XXI e depois de dali terem saído os serviços aduaneiros. O auto, além de pormenores arquitetónicos e de indicar trabalhos para melhorar a fisionomia da praça, contém outros elementos de interesse, como a valia do chão, informações relativas ao pessoal aduaneiro e dos contos, boticas, etc. A 18 de maio de 1557 procedia-se mesmo à venda das antigas casas da Alfândega velha, na R. Direita.

O conjunto da Alfândega manuelina era formado por uma grande sala dos contos no piso térreo, com arcarias de sabor tardo-gótico, colunas oitavadas e capitéis esculpidos com motivos vegetalista, assentes na parede em mísulas já de decoração antropomórfica e com algumas semelhanças com as janelas provenientes do chamado Hospital Velho, remontadas,

no início do séc. XXI, no parque do Museu da Quinta das Cruzes. Não foi possível recuperar a cobertura mudéjar desta sala nas obras de reabilitação de 1985, sendo elaborada uma cobertura conjetural; a referida sala – que abria para o mar através de três arcos góticos, dos quais o nascente foi coberto por alpendre – passou a ser utilizada como salão nobre da Assembleia Legislativa Regional.

O piso superior, mais compartimentado, foi igualmente coberto por tetos de alfarge, ao gosto mudéjar. Mereceu especial destaque a sala de despacho do provedor, coberta com um importante teto semelhante ao da Sé e aberta para o mar com uma excecional janela de mais de 4 m de altura, parte da qual subsistia no início do séc. XXI, parcialmente entaipada, funcionando como sala da biblioteca da Assembleia. As restantes salas deste piso ostentam ainda tetos de gosto mudéjar, mas mais simples. Abriam igualmente ao mar por cuidadas janelas esculpidas, uma das quais foi possível reconstruir parcialmente com os elementos encontrados sob o reboco, nas obras de reabilitação de 1985.

A sala de despacho do provedor tinha igualmente acesso pelo exterior, através de larga escadaria, depois ligeiramente alteada, mas mantendo-se visíveis os degraus originais, e tinha também alpendre no patamar superior, em madeira, do qual restou um cachorro esculpido com um rosto humano. O patamar superior manteve a parede original na R. da Alfândega, com balcão assente em cachorrada e, junto do patamar inferior, no pátio, as obras de 1985 colocaram em destaque a empena manuelina que restava do arco quebrado do alpendre com varanda do piso superior, arco desmanchado, provavelmente, nas obras de 1660 a 1690. Na fachada sobre a R. da Alfândega subsistiam, em 2016, as mais importantes gárgulas figurativas existentes na ilha da Madeira.

Para poente, o edifício manuelino teria uma articulação mais intimista, subsistindo no piso térreo dois pequenos portais manuelinos. O pequeno portal interior degradou-se ligeiramente, podendo, pelas suas dimensões,

ter sido um armário. O exterior, voltado para a R. da Alfândega, manteve um razoável estado de conservação, apresentando alguma influência flamenga, com as armas manuelinas incluídas num lintel sobrelevado, suavemente arqueado e recortando-se sobre um fundo já retilíneo. É possível que correspondessem às instalações pessoais do provedor.

Ao longo dos sécs. XVII e XVIII, o conjunto foi sendo alvo de melhorias, com a construção de uma bateria de artilharia e a fortificação geral do conjunto, tal como depois de uma capela no pátio e da reforma e ampliação de todo o conjunto. As primeiras obras na Alfândega encontram-se patentes numa lápide de 1620, onde se refere ter-se deslocado uma das portas manuelinas. Pelos finais de 1625 já se haviam feito obras de fortificação junto ao edifício, por ordem do bispo-governador D. Jerónimo Fernando (c. 1590-1650). A 11 de agosto de 1644, após os acontecimentos de 25 de janeiro de 1641, em que o provedor foi destituído por um tumulto popular, e de 29 de dezembro de 1642, quando foi assassinado o novo provedor da Fazenda, o Corr. Gaspar Mouzinho de Barba, o Rei D. João IV mandou fortificar o edifício.

A ordem deve ter levado algum tempo a efetivar-se e, a 17 de janeiro de 1646, falecia o corregedor seguinte, Jorge de Castro Osório, que recebera na Madeira o apoio do escrivão da alçada Amaro Godinho Borges, que por uns tempos chegara a servir como provedor da Fazenda, e que morreu a 5 de maio do mesmo ano, correndo o rumor de que haviam sido ambos envenenados. As obras de fortificação estavam prontas em 1654, como atesta a inscrição do antigo portão, remontado, posteriormente, no pátio da Assembleia Legislativa, e a planta da ilha da Madeira do Eng.º Bartolomeu João (c. 1590-1658), que consta da coleção dos herdeiros do naturalista Paul Alexander Zino (1916-2004).

Alguns anos depois, a 30 de outubro de 1669, provavelmente na sequência da sedição do ano anterior, o provedor da Fazenda Ambrósio Vieira de Andrade solicitava uma série de obras, que viriam a ser autorizadas por mandado do



Fig. 2 – Antiga Alfândega do Funchal, 1905 (ABM, Arquivos Particulares).

Conselho da Fazenda de 9 de agosto de 1675. Devem datar desta época as grandes portas manuelistas, que no séc. XXI dão acesso ao átrio interior da Assembleia Legislativa, a poente e nascente; até essa data, uma delas estava virada para o mar e dava acesso ao pátio interior da antiga Alfândega, tal como a representa Paulo Dias de Almeida (c. 1778-1832), em 1817 e 1820, vindo a ser remontada na parede exterior poente, onde em 1960 havia sido montado o antigo portal da demolida igreja matriz de S. Brás do Campanário.

Capela de Santo António da Mouraria

Em 1715, o provedor da Alfândega, João de Aguiar, mandou levantar no pátio da Alfândega uma capela, instituída a 14 de dezembro de 1714, onde ele próprio foi enterrado a 14 de janeiro do ano seguinte, data do seu falecimento, como testemunha uma lápide ali colocada. Há dúvidas sobre a época da construção, pois a 30 de junho de 1733, o Conselho da Fazenda emitiu mais um mandado para obras na Alfândega, mas não especifica quais, e somente a 24 de dezembro de 1736 a capela de S.^{to} António teve vistoria eclesiástica e autorização de culto.

Sem contacto com o exterior, a capela da Alfândega abre para o pátio por um dos mais bonitos portais barrocos da região, encimado

com uma inscrição em cartela: “Ad Salem Sol”, alusão a Santo António, “O Sol de Salvação do Ocidente”. A capela teria sido profanada nos meados do séc. XIX, quando parte dos arquivos do Governo Civil passou para este edifício, mas, com as obras de beneficiação do edifício e na sequência da instalação da Assembleia Regional, em meados da déc. de 80 do séc. XX, foi remontada com recheio da época, sendo o conjunto inaugurado a 4 de dezembro de 1990. No interior foram deixadas algumas marcas das ocupações anteriores, como o arco das escadas na parede manuelina poente, por certo aberto posteriormente, e as marcações de um piso intermédio, provavelmente para arquivos.

Foi escolhido para a capela um altar em talha dourada dos inícios do séc. XVIII, com algum desgaste do tempo, pelo que se optou por uma imagem em cerâmica policromada para o Santo António, que compensasse o desaparecimento do dourado da talha. Foram adquiridas no mercado local ainda algumas pequenas telas com imagens religiosas, de uma oficina próxima da de Nicolau Ferreira e, como alfaias, optaram-se por peças em cobre e bronze, que não levantassem especiais cuidados de segurança, dadas as possíveis visitas de turistas à capela.

Em meados do séc. XVIII, mais precisamente em 1 de novembro de 1748, um terramoto danificou profundamente as instalações, obrigando à revisão geral de todo o conjunto. A Ilha beneficiou, de imediato, de um especial apoio financeiro da Coroa, que autorizou mais “dois navios francos para o Brasil” (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Avulsos, cx. 2, n.ºs 330-331). O relatório elaborado a 30 de outubro de 1750, com as providências mais urgentes a tomar em relação aos principais edifícios, mereceu a aprovação da corte, pelo que quase de imediato se iniciaram as obras de restauro do paço episcopal, às quais se seguiram outras, como as do edifício da Alfândega, tendo também quase todas as matrizes de freguesia tido obras nesses anos.

O lugar de mestre das obras reais foi ocupado, logo na sequência do terramoto de 1748, por Domingos Rodrigues Martins (c. 1710-1781),

que viria a dirigir as obras deste período. As obras da Alfândega, entretanto, teriam tido problemas, de que temos notícia em 1752, quando a Câmara Municipal levantou dificuldades às mesmas, pois entendia terem prioridade os edifícios religiosos, como as obras de reconstrução da igreja de Santiago Menor, padroeiro da cidade. A reconstrução ou reformulação da Alfândega, até certo ponto, preservou o edifício manuelino, criando-lhe um pátio interior de articulação com um corpo em frente ao mar, numa escala larga, típica dos edifícios portugueses do séc. XVIII. As obras devem ter-se arrastado bastante tempo e beneficiado dos estaleiros continentais, entretanto montados para a reconstrução de Lisboa, destruída pelo terramoto em 1755, de onde se importaram os conjuntos completos das molduras das janelas e das consolas das varandas.

O edifício ainda sofreu alterações e ampliações várias ao longo dos sécs. XIX e XX, ocultando-se-lhe parcialmente as várias campanhas de obras. Com a ocupação inglesa da Madeira, logo nos inícios do séc. XIX, foi sentida a necessidade de alteração e melhoramento das fortificações da cortina da cidade, que a aproximação dos conflitos liberais tornou urgente. A bateria da Alfândega foi assim ampliada, mas, ao longo do séc. XIX, foi perdendo progressivamente interesse militar. Com o aumento do movimento do porto elevou-se a necessidade de instalação da frota de escaleres e, assim, foram construídos vários armazéns para os mesmos nas instalações da antiga bateria.

Os inícios da República marcaram a cidade com a encomenda de um vasto programa de melhoramentos ao Arqt. Ventura Terra (1866-1919); das poucas obras que então se fizeram, destaca-se a abertura da depois intitulada Av. José António de Almeida. A primeira obra tinha sido a demolição das antigas prisões camarárias, no antigo prédio da R. do Capitão e do Lg. da Sé, mandado levantar por D. Guiomar Madalena de Vilhena (1705-1786) e que ocorreu em novembro de 1913, perante a banda militar a tocar. O arquiteto havia estado nessa altura no Funchal e integrou no seu projeto a abertura de uma larga avenida, que

seguia para norte, demolindo parte dos prédios da R. João de Távira, mas que se ficou pelo Lg. da Sé. Nos anos seguintes, foi sendo demolida parte dos armazéns anexos à Alfândega e a inicial avenida foi inaugurada oficialmente na pontual visita do Presidente da República, Dr. António José de Almeida (1866-1929) a 9 de outubro de 1922; nos inícios do séc. XXI, tinha o dobro da extensão.

A 26 de setembro de 1940 era publicado o dec. n.º 30.762, no *Diário do Governo*, série I, n.º 225, determinando a classificação da Casa da Alfândega como monumento nacional, mas logo a 1 de novembro era suspenso, relativamente à classificação de imóveis de propriedade particular, ou que o pudessem vir a ser, através do dec. n.º 3838, publicado no *Diário do Governo*, série I, n.º 254. A partir de 1960, com a construção de um novo edifício, também chamado Alfândega nova, o conjunto foi sujeito a várias obras de beneficiação a cargo da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, tendo sido colocadas a descoberto as várias fases construtivas e demolidos os vários acrescentos dos sécs. XIX e XX, principalmente a bateria construída em 1817 e os vários armazéns de escaleres, então sem especial utilidade.

Em 1963, surgiu a ideia de o edifício ser afetado à Delegação de Turismo da Madeira, tendo chegado a haver um pré-projeto do Arqt. Nuno Beirão, de 20 de agosto de 1964. A ideia voltou a ser ventilada em 1971 e, em 1974, surgiu a hipótese de se utilizar o edifício como Museu de História Natural e Aquário, surgindo ainda, em 1976, uma proposta da Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC) de instalação na Alfândega de um museu geral, reunindo peças de outros museus e instituições, chegando a ser ali montada, em setembro de 1977, uma exposição alusiva às comemorações dos 500 anos da Alfândega, que chamava publicamente a atenção para a proposta.

Assembleia Legislativa Regional

Não tendo as várias propostas para a reutilização do imóvel tido seguimento, em 29 de abril de 1982 foi decidida a recuperação do edifício

para instalação da Assembleia Legislativa Regional, até então a funcionar no salão nobre da antiga Junta Geral. O projeto foi entregue ao Arqt. Raul Chorão Ramalho (1914-2002), tendo as obras sido iniciadas em 1985 e sido inauguradas as novas instalações a 4 de dezembro de 1987, com a presença dos presidentes da República e da Assembleia Nacional, da Assembleia Legislativa e do Governo Regional da Madeira, etc. O projeto de instalação da Assembleia Legislativa privilegiou o antigo núcleo manuelino, tanto quanto possível restaurado e adaptado às novas necessidades. O restante conjunto foi uniformizado, tomando por modelo a campanha de obras do séc. XVIII, e o antigo fosso da bateria do séc. XVII, parcialmente colocado a descoberto, foi ocupado com a construção da sala para plenário da Assembleia, ligeiramente enterrada, de forma a não interferir com o conjunto mais antigo.

O edifício foi dotado de um conjunto interessante de móveis dos sécs. XVII e XVIII, assim como de algumas peças emblemáticas, tanto quanto possível relacionadas com a história da Região. Pode admirar-se na Assembleia uma epifania, pintada numa oficina régia de Filipe II, de gosto maneirista, nos meados ou finais do séc. XVI, copiando o original de Jerónimo Bosch (1450-1516) das coleções pessoais daquele rei, que o mesmo incentivava para ofertas pessoais a embaixadores, assim como mobiliário, cerâmicas chinesas e faianças portuguesas dos sécs. XVII e XVIII, imaginária vária desses séculos e as tapeçarias executadas para a antiga Junta Geral, na déc. de 50 do séc. XX, por Guilherme Camarinha (1912-1994).

Em abril de 1990 ainda se dava início aos trabalhos de remontagem do antigo portão da bateria no jardim do pátio, que teria sido demolido na déc. de 30 do séc. XX, para o acesso de viaturas automóveis, obra inaugurada a 4 de dezembro desse ano, altura também da edição de um pequeno livro sobre o edifício, de uma litografia do desenho de Bartolomeu João, da abertura ao culto da capela de S.^{to} António e da inauguração da estátua alusiva à trilogia dos poderes do escultor Amândio de Sousa (Funchal, 1934), sob o título *Juris et de Jure*, bronze

oferecido pelo BANIF à Assembleia Legislativa Regional. Nas comemorações dos 30 Anos de Autonomia, em 2006, seria editada uma versão da *Juris et Jure* em cristal, numa parceria da Assembleia e do autor com a Atlantis e, em 2008, reeditou-se a monografia do edifício em edição bilingue.

Alfândega nova do Funchal

A obra de construção de um novo edifício destinado à sede da Alfândega do Funchal, pela Delegação nas Obras de Edifícios de Cadeias das Guardas Republicana e Fiscal e das Alfândegas, data de 1956, com projeto do Arqt. João Guilherme Faria da Costa (1906-1971), elaborado em 1952, arquiteto que desde a déc. de 40 trabalhava para o Funchal e previa-se que a construção estivesse concluída em maio de 1959. As obras arrancaram entre os finais de 1957 e os inícios de 1958, mas, devido à dificuldade na obtenção de cantarias, foi logo equacionado que a construção só estaria concluída em 1960. Em breve surgiam novos imprevistos relativos aos revestimentos, ao acabamento e ao isolamento térmico do edifício, pelo que o início da elaboração do projeto respeitante ao fornecimento de mobiliário só ocorreu nesse anos de 1960, data em que também foi autorizada a execução de um grupo escultórico alegórico ao comércio e à indústria, vindo o edifício a ser entregue a 11 de março de 1962.

O edifício integrava-se na nova artéria estruturante da cidade: a Av. do Mar, com fachada, ainda, para a R. 5 de Outubro, articulando-se com uma escultura em bronze alegórica ao *Comércio e Indústria*, da autoria de Álvaro Perdigão (1910-1994), de 1960, com marca de fabricante da Fundação de Bronzes, Bernardino Inácio Filho, Guirilmares, Vila Nova de Gaia, recortada sobre parede de cantaria cinzenta do cabo Girão. O bloco dos gabinetes da direção da Alfândega é definido por três altas janelas modernistas para cada lado da fachada, com varanda corrida, articulando-se com as janelas do andar superior através de brasões com as armas nacionais ladeadas por uma palma e um ramo de carvalho na mesma cantaria

e, tendo as entradas no piso térreo ressalvadas, repetindo ambas as fachadas a fenestração dos blocos da direção, de forma mais simples e concisa.

O projeto inicial da heráldica nacional era totalmente em cantaria, com brasões nacionais iguais, mas esta veio a ser alterada para brasão nacional com os castelos e os escudetes em bronze, ao centro, sendo ladeados por armas nacionais mais pequenas, assentes em esfera armilar e com os símbolos do comércio e da indústria, todas em bronze, num típico arranjo nobilitante do Estado Novo, tão elaborado, que se torna incompreensível. O conjunto geral, no entanto, é todo muito elegante e austero e de uma grande qualidade formal.

Cartografia e iconografia: AHM, 47.ª sec., Paulo Dias de Almeida, *Bateria da Alfândega*, c. 1820; Arquivo do SIPA, n.º DES. 00124758, João Guilherme Faria da Costa, *Perspectiva do Novo Edifício para a Alfândega do Funchal*, 1952; *Ibid.*, n.º DES. 00103305 e 312, João Guilherme Faria da Costa, *Projecto de Substituição para os Alçados da Alfândega Nova do Funchal*, c. 1952; *Ibid.*, n.º DES. 00016267, Nuno Baião, *Edifício da Alfândega Velha do Funchal*, 12 dez. 1963; *Ibid.*, n.º DES. 00016268, Nuno Baião, *Estudo para Instalação da Delegação de Turismo da Madeira no Edifício da Antiga Casa da Alfândega do Funchal*, 20 ago. 1964; BNP, reservados, cód. 6705, Paulo Dias de Almeida, *Elevação pelo Mar da Bateria da Alfândega*, 1817; CHPAZ, Bartolomeu João, *Descrição da Ilha da Madeira, Cidade do Funchal, Vilas, Lugares, Portos e Enseadas, e mais Secretos, Feita por Bertolameu João, Engenheiro dela em Tempo do Governador Bertolameu Vasconcelos da Cunha, Capitão Geral desta Ilha no Ano de 165*[4].

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Arquivo do Paço Episcopal do Funchal, Alvarás de Capelas, cx. 1; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Avulsos, cx. 2 e mç. 4; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomos 1 e 6; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, livs. 1323 e 1625; *Ibid.*, Registos Paroquiais, Sé, Óbitos, liv. 73; AHU, Madeira e Porto Santo, cx. 1, n.º 5; ANTT, Núcleo Antigo, n.ºs 764 e 901; *Ibid.*, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, livs. 969 e 973; BNP, reservados, cód. 8391, *Index Geral do Registo da Antiga Provedoria da Real Fazenda*; **impresa:** ARAGÃO, António, *Para a História do Funchal*, Funchal, DRAC, 1991; CARITA, Rui, *Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma da Madeira*, Funchal, Assembleia Legislativa Regional, 1984; *Id.*, *Assembleia Legislativa Regional*, Funchal, Assembleia Legislativa Regional, 2006; *Id.*, *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*, Funchal, Assembleia Legislativa Regional, 2008; CLODE, Luiza, *Assembleia Regional. Região Autónoma da Madeira*, Funchal, Assembleia Regional Autónoma da Madeira, 1987; COSTA, José Pereira da, "Notas sobre o Hospital e a Misericórdia do Funchal", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. xiv, 1964-1966, pp. 168-171; *Id.*, *A Construção da Alfândega Nova do Funchal*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1978; *Exposição Raul Chorão Ramalho Arquitecto*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1997; JARDIM, Luís, "Na capela da Alfândega, sepultura de 1715 posta a descoberto", *Diário de Notícias*, Funchal, 22 set. 1987; MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, *Relatório da Actividade do Ministério no Ano de 1950*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1951; *Id.*, *Relatório da Actividade do Ministério no Ano de 1956*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1957; *Id.*, *Relatório da Actividade do Ministério nos Anos de 1957 e 1958*, vol. 1, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1959; *Id.*, *Relatório da Actividade do Ministério no Ano de 1959*, vol. 1, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1960; SANTA CLARA, Isabel, "Amândio de Sousa, escultor", *Isleña*, n.º 49, jul.-dez. 2011, pp. 131-148.

RUI CARITA

Alfândegas

Desde muito cedo, estabeleceram-se mecanismos de controlo e arrecadação dos direitos senhoriais na Madeira. Neste sentido, a figura do almoxarife está testemunhada em 1452 e, em 1477, surgiu a alfândega. Sendo o rendimento da Região elevado, era necessário que este fosse bem administrado. A informação avulsa existente permite afirmar que as ilhas da Madeira e do Porto Santo foram, desde o início, um contribuinte ativo.

As Alfândegas do Funchal e de Machico foram criadas, na Madeira, por ordem de D. Beatriz, em 1477, como forma de organizar o sistema tributário e combater a fuga aos direitos por parte dos madeirenses. Para o efeito, instalou-se uma em cada capitania, ainda que tenha sido a do Funchal a que assumiu a função de primaz, a partir de 1509, passando a controlar todo o movimento de entradas e saídas da Ilha. Esta decisão foi reprovada pelos madeirenses que, com insistência, reclamaram contra o seu funcionamento e os seus oficiais. Em 1481, os procuradores enviados a Lisboa expressaram, de viva voz, o descontentamento dos madeirenses a D. Diogo, que, em resposta de 1483, se limitou a afirmar que a presença das alfândegas era imprescindível onde houvesse entradas e saídas de navios com mercadorias. O resultado desta reclamação dos madeirenses será expresso apenas em facilidades para o movimento de mercadorias no calhau do Funchal, e na criação de postos alfandegários nos lugares de baixo, para facilitar o comércio do açúcar nestas áreas.

A Coroa apostou ainda na regulamentação rigorosa das estruturas fiscais, através dos forais do Almoxarifado da Alfândega (1499), do Funchal, de Machico e de Santa Cruz (1515). Esta medida foi antecedida, em 1497, pela abolição do senhorio, fazendo reverter para a Coroa todo o património madeirense. A presença da Coroa e das instituições que a representam, ao nível da justiça e da fiscalidade, consolidou-se nos anos seguintes, posto que a Ilha era uma das primeiras e principais fontes de riqueza das quais a Coroa não queria prescindir.

Em 1497, com a passagem do arquipélago para a administração direta da Coroa, iniciou-se a extensão das instituições régias e a reconversão das senhorias existentes, como o almoxarifado e a alfândega, criando-se uma nova situação de soberania. Assim, as estruturas da Fazenda passaram imediatamente para a alçada da Vedoria da Fazenda, com sede em Lisboa. O funcionário superior da Fazenda Real no arquipélago, designado ora de contador, ora de provedor, era responsável pelas Alfândegas do Funchal e Machico/Santa Cruz e pelo Almoxarifado do Porto Santo, acumulando as funções de juiz da Alfândega do Funchal. Este facto, bem como a criação, em 1507, dos postos alfandegários de Ribeira Brava, Ponta de Sol, Calheta, Machico e Santa Cruz, fez parte da política manuelina de adequação das estruturas fiscais à nova realidade socioeconómica madeirense. A Alfândega de Machico/Santa Cruz estava sob a alçada do juiz da Alfândega do Funchal e só em 1563 teve juiz próprio.

A Provedoria da Fazenda do Funchal, órgão de cúpula de administração da Fazenda Real na Ilha, com alçada sobre as capitânias do Funchal, Machico e Porto Santo, criada em 1508, superintendia a Alfândega e a Contadoria, e tinha competência sobre os resíduos, os órfãos, as capelas e os concelhos. Em 1528, aquando do provimento de Cristóvão Esmeraldo no cargo, este foi apresentado como contador, provedor da Fazenda e juiz das alfândegas da Ilha. A Provedoria dependia, por sua vez, do vedor da Fazenda e, a partir de 1591, passou a estar sob a alçada do Conselho da Fazenda. No período compreendido entre 1580 e 1606, o vedor acumulava as funções de corregedor e provedor dos órfãos, dos resíduos e das capelas, perdendo, nesta última data, as funções relacionadas com a justiça, que serão exercidas por outro funcionário da Coroa, o corregedor. Esta situação deixou de ser possível passados oito anos, uma vez que a Coroa proibiu, em 1562, que o juiz de fora acumulasse os cargos de provedor e juiz da Alfândega, sendo o licenciado Lourenço Correia o último a acumular estas funções, por provimento de 1559.

A primitiva Alfândega do Funchal foi criada em 1477, no Lg. do Pelourinho, por ordem da infanta D. Beatriz, e foi demolida em 1588. A partir do séc. XVI, por plano de D. Manuel, avançou para oeste, situando-se a meio da baía e em frente da rua de maior comércio do burgo, a R. dos Mercadores, que havia surgido em 1469. As obras de construção decorreram entre 1515 e 1517. Aí esteve a Alfândega até 1962, altura em que foi mudada para instalações mais modernas. O edifício antigo ressurgiu das ruínas, ao ser adotado como sede da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, inaugurada a 4 de dezembro de 1987. Em 1644, defendeu-se a frente mar com um reduto, servido de portão. Com o decorrer do tempo, foi manifesta a sua degradação, atingindo, com o terramoto de 1748, um ponto crítico que quase levou à construção de um novo edifício, a partir dos destroços do primitivo.

O primeiro Foral e Regimento da Alfândega da ilha da Madeira foi criado a 4 de julho de 1499, sendo reformado pelo foral manuelino, de 1515. A partir de 1507, deu-se a criação de postos alfandegários na Ribeira Brava, Ponta de Sol, Calheta, em Machico e Santa Cruz, como forma de facilitar a saída do açúcar produzido nestas localidades. Esta medida fora já autorizada em 1483, por carta da infanta D. Beatriz. Os dois últimos foram extintos em 1515, para dar lugar à Alfândega de Santa Cruz. A partir de 1509, desapareceram todas as alfândegas e todos os postos alfandegários fora do Funchal, passando a existir uma única Alfândega, com sede no Funchal, que centralizava todo o movimento de entrada e saída de mercadorias. Apenas Santa Cruz podia, ainda, manter o despacho de mercadorias de exportação.

Em 11 de janeiro de 1603, ocorreu uma nova regulação do serviço aduaneiro que confirmou as Ordenações Régias de 1595, em que foram estabelecidas proibições à saída de alguns produtos, como cereais, couros e gado. Ao mesmo tempo, ficaram estabelecidas normas para o comércio com terras de mouros, onde era proibida a venda de armas, ferro, pólvora e outros materiais que pudessem ser usados para fazer guerra. A mesma proibição

estendia-se a outros produtos de consumo, como cereais.

A Alfândega do Funchal manteve-se na dependência da Junta da Fazenda da Ilha até 1832, controlando o movimento do porto do Funchal e a arrecadação dos direitos de entrada e saída. Por dec. de 16 de maio de 1832, foi extinta a Junta da Real Fazenda da Madeira, criando-se em seu lugar, por dec. de 23 de junho de 1834, uma comissão provisória, dependente do Tribunal do Tesouro Público, em Lisboa. Em 1835, foi nomeada uma comissão para proceder à reforma dos serviços e do número de funcionários da Alfândega, da qual resultou o dec. de 14 de junho de 1836, que estabelece o quadro de pessoal: um administrador geral, 1.º e 2.º escrivães da Mesa Grande, 1 tesoureiro, 1 guarda-mor, 3 verificadores, 1 escrivão da descarga, 1 selador, 2 porteiros, 2 escrivães da Mesa do Despacho, 1 guarda de armazém, 2 aspirantes, 1 guarda-livros, 1 contínuo, 1 porteiro das Arrematações, 20 guardas para o serviço fiscal, 1 capataz, 12 homens para trabalhos e 4 remadores do escaler. Entretanto, a 15 de julho, foi nomeada outra comissão para avaliar as capacidades e a idoneidade dos funcionários, em face das incessantes queixas que corriam. Daqui resultou, no ano seguinte, a substituição de alguns, mantendo-se Diogo Telles de Menezes no lugar de administrador geral, pessoa contra a qual existiam várias queixas.

Com a reforma das alfândegas de 1833, o reino ficou dividido em dois distritos: o do Norte (com as Alfândegas do Minho, de Trás-os-Montes e das Beiras) e o do Sul (Estremadura, Alentejo e Algarve), existindo um administrador-geral para cada um, com sede na alfândega mais importante. Pela port. de 17 de fevereiro de 1862, estabeleceram-se normas para a elaboração de mapas estatísticos (tanto os mapas elementares como os mapas gerais, de comércio). Se, com as reformas de 1834, o quadro de funcionários apresentado era considerado um exagero, o que implicou a reforma de 1836, já em princípios do séc. xx, as queixas incidiam sobre a falta destes, o que prejudicava o normal serviço aduaneiro e os comerciantes.

Novas reformas das alfândegas foram estabelecidas pelo dec. de 7 de dezembro de 1864, dec. de 23 de dezembro de 1869, dec. de 28 de agosto e a port. de 14 de outubro, tendo o corpo auxiliar das alfândegas sido transformado num serviço de rondas volantes. O dec. de 7 de dezembro de 1864 estabeleceu a reorganização das alfândegas, com a extinção da Administração Geral do Pescado, e constituiu duas circunscrições: as marítimas e as da raia. As alfândegas foram divididas em primeira (Lisboa, Porto, Peniche, Ericeira, Setúbal, Sines, Aveiro, Vila do Conde, Esposende, São Martinho do Porto, Lagos, Vila Nova de Portimão, Tavira, Olhão, Mértola, Vila Real de Santo António, Aldeia da Ponte, Barca de Alva, Portalegre, Elvas, Serpa, Valença, Chaves e Miranda do Douro) e segunda classe (Viana do Castelo, Figueira da Foz, Faro, Cascais, Sesimbra, Vila Nova de Milfontes, Póvoa de Varzim, Vieira de Leiria, Pederneira, Fuzeta, Alcoutim, Albufeira, Brançã e Idanha-a-Nova). Posteriormente, as alfândegas foram enquadradas na Autoridade Tributária e Aduaneira, que resultou da fusão da Direcção Geral dos Impostos, da Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e da Direcção Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros. Teve orgânica aprovada pelo dec.-lei n.º 118/2011, de 15 de dezembro.

Documentação e questões importantes

O que restou da documentação das alfândegas da Ilha diz respeito à Alfândega do Funchal e foi depositado em dois arquivos: em Lisboa, na Torre do Tombo, os documentos recolhidos no séc. xix, que vão até ao ano de 1834; no Arquivo Regional da Madeira, a documentação posterior a esta data e até 1970, recolhida entre 1951 e 1975. A documentação surge apenas a partir da segunda metade do séc. xvii e apresenta muitas lacunas. Há dados avulsos para alguns anos do séc. xvi, nomeadamente, 1505, 1506, 1523 e 1524.

Faltam os livros dos contadores da Provedoria da Fazenda e os registos completos da

Alfândega. No caso da despesa, são de significativa importância os orçamentos do Estado a partir de 1834, que, embora estivessem já estabelecidos na Constituição Liberal de 1822, só tiveram execução a partir desta data. Os dados estatísticos são posteriores, uma vez que só a partir de 1875 há informação oficial, através do *Anuário Estatístico*. Em 1876, Francisco Florido de M. e Vasconcellos, na apresentação que fez do primeiro *Anuário*, do ano de 1875, chamou a atenção para o facto de os dados anteriores, fornecidos pelas repartições públicas, não oferecessem confiança.

A este facto deveremos acrescentar outra realidade, que se prende com o contrabando de mercadorias proibidas e o descaminho dos direitos. A informação sobre estas atividades ilícitas, que vem desde o séc. xv, é contínua, dando a entender que estas práticas são usuais nas ilhas, constituindo uma forma de os insulares se furtarem aos excessivos direitos que penalizavam alguns produtos de importação e exportação e um modo de combate ao regime de monopólio de produção e venda de alguns produtos, como o sal, o tabaco, a urzela e o sabão. É possível estabelecer uma estimativa das situações de descaminho aos direitos de alguns produtos com um peso especial nas exportações, através de análises comparadas entre os valores da produção e do consumo e os valores da exportação. Considera-se que o contrabando de mercadorias como as referidas terá sido superior a um quarto do total das transações.

A política de isenção da dízima no movimento de exportações e importações entre o arquipélago e o continente português, para além de favorecer as ligações aos portos do reino e o consumo dos produtos nacionais, contribuiu para estabelecer vínculos de dependência com a metrópole, em termos do comércio externo da Ilha, situação que se tornará, muitas vezes, desfavorável. Por outro lado, isto fará com que uma importante e significativa receita local, nomeadamente a da exportação do açúcar, fique nas Alfândegas de Lisboa, Porto e Viana do Castelo, de onde se exportava muito para os principais mercados europeus.

No séc. xv, havia em Lisboa a ideia de entregar o comércio do açúcar da Ilha, sob a forma de contrato, a sociedades comerciais residentes em Lisboa. Embora os madeirenses tenham recusado esta forma de monopólio, não tiveram maneira de impedir os contratos que a Coroa estabeleceu para a administração da mercadoria resultante dos direitos que onerava sobre, *e.g.*, o açúcar, cujo circuito seguia, muitas vezes, por Lisboa, retirando à Ilha esta possibilidade de cobrar a dízima da exportação do vinho, do açúcar, dos cereais, da urzela e do pastel. Tudo isto porque os circuitos da navegação oceânica se estabelecem por redes internacionais que fogem à lógica local. Uma análise de alguns valores da economia local relacionados com a produção de vinho e açúcar evidencia disparidades nas receitas tributárias cobradas na Ilha à saída da Alfândega, por força desta circunstância.

Um dos fatores que propiciaram uma atitude desfavorável em face do sistema tributário vigente prende-se com o facto de este ser alheio à realidade local e insensível relativamente às distintas calamidades que assolavam a Ilha. As aluviões do séc. xix são a prova disso. Em 1842, face à aluvião, a Câmara do Funchal reclamou, em representação de 31 de outubro, da necessidade de estabelecer mudanças quanto ao sistema tributário que onerava o movimento da Alfândega, por forma a animar as relações comerciais com o exterior. Propôs, nomeadamente, a negociação com a Inglaterra de um tratado de comércio para a Madeira com uma baixa recíproca nos direitos de 10 % a 25 %; e sugeriu que os direitos que oneravam a saída do vinho fossem reduzidos para 50 %, por forma a permitir um melhor escoamento do produto.

É patente a reivindicação, por parte da Madeira, de leis de exceção, porque se considerava uma região diferente, que se sentia lesada com a legislação geral. Ora, isto só acontece em situações de descentralização política, coisa que tardará muito tempo a ser materializada. Entretanto, por lei de 1761, a Madeira uniformizou o seu sistema tributário com o do

continente, deixando de existir situações específicas em termos tributários.

A ideia de associar as ilhas e os arquipélagos à metrópole, através da designação de “adjacentes”, foi uma medida fatal, com consequências inevitáveis na economia e no sistema tributário. A possibilidade de intervenção dos insulares na Câmara dos Deputados, através de deputados eleitos, foi uma oportunidade de afirmação desta diferença e identidade, mas não um reconhecimento de facto da diferença, que a lei procurava a todo o custo combater. Em 1895, surgiu a autonomia, primeiro para alguns distritos dos Açores, sob a forma de restauração das antigas juntas gerais, com intervenção específica em termos administrativos e financeiros. Depois, em 1901, a Madeira acompanhou o processo.

A funcionalidade desta estrutura parece ter operado em contraciclo com a realidade insular e em quase permanente conflito com as instituições insulares. Assim, a Associação Comercial do Funchal, criada em 1836 para defender os interesses dos comerciantes associados da praça do Funchal, estava quase sempre em conflito com as autoridades alfandegárias funchalenses, manifestando o seu agravo pela prepotência do administrador geral. O dec. de 23 de junho de 1832, que estabelecia a nova estrutura da Alfândega, determinava que as reclamações dos comerciantes não surtiam efeito suspensivo e que as mesmas deviam ser feitas, pelo administrador, para o Tribunal do Tesouro.

A demora na tomada de decisões por parte da Alfândega prejudicava a classe mercantil. Deste modo, solicitava-se a restauração da Junta da Fazenda, com poder arbitral sobre estas causas. Em 1841, em face da acesa polémica sobre o problema das entradas das mercadorias que estavam a bordo das embarcações, a Associação reclamou pelos auspícios de uma entidade arbitrária, com sede na Ilha, o que foi satisfeito com o dec. de 8 de abril de 1842, através da criação da Junta de Recurso, constituída pelo governador civil, por juizes de Direito das duas comarcas do Funchal, pelo delegado do procurador régio e pelo contador da Fazenda do distrito.

A Alfândega, embora se regesse pela mesma legislação do continente, apresentou em diversos momentos situações específicas em termos tributários que se tornaram num elevado encargo para os madeirenses. Desde a déc. de 70 do séc. XIX que se foi sucedendo um conjunto variado de sobretaxas e adicionais, bem como de determinações e condicionantes da circulação de mercadorias entre os portos insulares e o continente e, mesmo, entre os próprios portos insulares. Pela lei 5/70, de 6 de junho, ficou livre a circulação de mercadorias nacionais ou nacionalizadas entre as ilhas adjacentes e entre estas e o continente, cessando quaisquer direitos, impostos ou encargos de natureza semelhante que o restringissem.

Desta forma, avançou-se com o processo de integração económica nacional dos arquipélagos. Atente-se nos inúmeros decretos e leis que teciam a teia que servia de barreira às transações comerciais em causa: carta de lei de 27 de dezembro de 1870; lei de 26 de outubro de 1904; lei n.º 80, de 21 de julho de 1913; lei n.º 1392, de 13 de janeiro de 1923; lei n.º 1404, de 27 de fevereiro de 1923, alterada pelo dec. n.º 14.686, de 8 de dezembro de 1927; lei n.º 1561, de 10 de março de 1924; dec.-lei n.º 26.424, de 17 de março de 1936; dec.-lei n.º 29.236, de 8 de dezembro de 1938; dec.-lei n.º 36.375, de 26 de junho de 1947; dec.-lei n.º 36.820, de 7 de abril de 1948; dec.-lei n.º 36.924, de 22 de junho de 1948; dec.-lei n.º 38.291, de 7 de junho de 1951; dec. n.º 11.371, de 16 de dezembro de 1925; dec. n.º 14.736, de 16 de dezembro de 1927; dec. n.º 16.548, de 28 de fevereiro de 1929; dec. n.º 18.041, de 28 de fevereiro de 1930; dec. n.º 18.586, de 10 de julho de 1930; dec. n.º 19.669, de 30 de abril de 1931; dec. n.º 19.902, de 18 de junho de 1931; dec. n.º 26.952, de 28 de agosto de 1936; dec. n.º 29.477, de 9 de março de 1939; arts. 106.º a 108.º e n.º 9.º do art. 99.º do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, aprovado pelo dec.-lei n.º 36.453, de 4 de agosto de 1947; arts. 2.º e 3.º do dec. n.º 12.782, de 30 de novembro de 1926; alínea f) do art. 6.º do dec. n.º 15.110, de 5 de março de 1928; § 1.º do art. 2.º e § 4.º do art. 5.º do dec. n.º 16.083, de 29

de outubro de 1928; art. 6.º do dec. n.º 22.389, de 29 de março de 1933; art. 61.º do dec.-lei n.º 25.643, de 20 de julho de 1935; alínea c) do art. 5.º do dec.-lei n.º 26.985, de 5 de setembro de 1936; arts. 13.º e 14.º do dec. n.º 30.290, de 13 de fevereiro de 1940; § 2.º do art. 10.º do dec.-lei n.º 30.554, de 28 de junho de 1940; art. 3.º do dec.-lei n.º 33.590, de 29 de março de 1944; alínea c) do n.º 2.º do art. 1.º do dec.-lei n.º 38.022, de 1 de novembro de 1950.

O relatório final da comissão *ad hoc* criada no âmbito do Ministério das Finanças e Economia, por desp. de 6 de novembro de 1968 releva os obstáculos existentes à livre circulação das mercadorias, por força de pautas de impostos municipais, tabelas de taxas para as Comissões Distritais de Assistência, para a Junta Geral para o Instituto Nacional de Assistência Nacional aos Tuberculosos, sobretaxas sobre todos os impostos cobrados na Alfândega para o Hospital da Santa Misericórdia do Funchal, sobretaxa sobre os impostos municipais para a corporação de bombeiros municipais e, ainda, impostos, taxas e sobretaxas cobradas na entrada e saída de mercadorias para cobrir as despesas da Junta Autónoma dos Portos. Isto quer dizer que o Estado não cede mão das receitas cobradas, que considera suas, e que, sempre que é preciso assistir a alguma despesa suplementar das instituições madeirenses, se socorre de taxas, sobretaxas e adicionais, que acabam por se tornar verdadeiros impostos que oneram, para além de criarem grandes dificuldades ao processo de circulação de mercadorias. Para além disto, o estatuto dos distritos autónomos, para além de permitir ou estabelecer outras taxas e sobretaxas, concede aos governadores dos distritos a faculdade de regularem a circulação de gado e produtos agrícolas, gerando ainda mais entraves. Deveremos ter ainda em linha de conta as condições especiais que regiam a circulação de alguns produtos, como o açúcar, álcool e tabaco.

Tais condicionantes legislativas e regulamentares, para além de dificultarem as operações comerciais, implicavam custos elevados para o processo de circulação das mercadorias. No decurso do processo de estudo que antecedeu a

publicação do decreto, foram apresentados vários relatórios de distintas entidades diretamente envolvidas na situação. Assim, o Grémio dos Industriais de Panificação do Funchal, em ofício de 25 de janeiro de 1969, dá contas desta barreira alfandegária, salientando que, em 500 t de sal importadas, no valor de 177.500\$00, o custo do frete, da pesagem na Pontinha e do despacho na Alfândega é de 128.143\$40, a que se deve adicionar, entre impostos, taxas, estiva, transporte e outros, o valor de 36.773\$330, acrescendo 56 % ao valor final.

Estrutura institucional

A Fazenda senhorial da Ilha consistia em três almoxarifados, um para cada capitania, e uma extensão das funções de coordenação do feitor do donatário, com residência em Lisboa, através da criação da Contadoria, sob a superintendência do contador Diogo Afonso, com morada no Funchal. Este funcionário, que em 1483 surge com a designação de provedor, exercia o ofício de juiz da Alfândega e de ouvidor. Em síntese, representava a casa senhorial no arquipélago. Os serviços de recebedoria e pagamentos da Fazenda estavam reunidos nos almoxarifados. No caso da Madeira, teremos, a partir da déc. de 80 do séc. xv, dois almoxarifados distintos para o Funchal, sendo um para a Alfândega e outro para a arrecadação dos direitos do açúcar, conhecido como dos quartos e depois dos quintos, de acordo com o valor do tributo em questão. Esta situação durou apenas até meados da centúria seguinte, retornando à situação anterior. O primeiro Regimento dos almoxarifados e recebedores (dos quartos e Alfândega) da ilha da Madeira é de 27 de janeiro de 1505. Depois, houve nova regulamentação, com o Regimento da Fazenda de 17 de outubro de 1516.

A primeira regulamentação desta estrutura surgiu no documento da sua criação, que refere os procedimentos relativos ao despacho das mercadorias e dos navios no calhau, no que diz respeito às mercadorias de menor importância e aos haveres pessoais, bem como às demais, que deveriam ir para a Casa da Alfândega, que

estava próxima. O processo de embarque e desembarque passa a estar sob controlo apertado. Assim, antes do embarque, os oficiais da Alfândega deveriam anotar o que iria ser carregado e conferir essa lista com a do mestre do navio no final. O mesmo sucedia com as mercadorias à chegada, que deveriam ser examinadas pelos oficiais da Alfândega antes da sua entrada. Quando a carga se destinava a outras localidades da capitania, a Alfândega nomeava um homem para acompanhar e fiscalizar o referido processo de descarga.

O despacho do navio deveria ser feito após o pagamento dos direitos respetivos, indo o mestre à Alfândega conferir os registos e receber despacho de saída. Também se estabeleceram normas quanto à permanência de navios, no porto – sendo três dias a duração desta última. Findo este prazo, seria obrigatório que a tripulação do navio descarregasse toda a mercadoria, de forma a evitar que se furtasse ao pagamento dos direitos. Os madeirenses manifestaram-se, por diversas vezes, contra esta nova instituição e regulamentação da carga e descarga, mas não mereceram qualquer atenção, mantendo-se os regulamentos.

Entre 1433 e 1497, o senhorio e a Coroa empenharam-se na fundação da estrutura fiscal. O primeiro interveio através do almoxarife, que tinha por missão fazer cumprir o estabelecido no foral henriquino e nos regimentos senhoriais. O capitão foi um dos usufrutuários, recebendo a décima parte das rendas senhoriais. Com o Governo do infante D. Fernando, a estrutura fiscal mostrou-se inadequada ao progresso alcançado pela economia e sociedade madeirenses, tornando-se necessário criar uma nova estrutura para superintender a Fazenda Real na Ilha. Foi assim que surgiu a Contadoria. Até ao princípio do último quartel do séc. xv, o movimento de carga e descarga no calhau do Funchal fazia-se na presença dos oficiais do duque ou dos seus rendeiros; desde então, o juiz da Alfândega, com os almoxarifes e os escrivães, passou a controlar toda a atividade, lançando os direitos, de acordo com o regimento. A partir

de 1497, o despacho dos navios era supervisionado por um juiz e um vereador da Câmara do Funchal.

A Alfândega do Funchal surgiu como organismo administrativo vocacionado para o controlo e a proteção do comércio da Ilha, atuando sobre o movimento de entrada e saída das mercadorias. A dízima de importação e exportação de mercadorias era uma das principais fontes de receita do senhorio e havia sido já determinada no foral dado pelo infante D. Henrique. Este tributo onerava apenas a exportação de mercadorias para o estrangeiro, bem como as mercadorias estrangeiras entradas. Todo o movimento de mercadorias com origem no continente português e destino para o mesmo estava isento desta taxa, por alvará de 1439. Estas isenções estavam sujeitas a fiscalização.

Os oficiais régios iam a bordo para proceder à selagem das mercadorias, enquanto o transporte até ao calhau e à casa do despacho era vigiado pelos homens da Alfândega e guardas da ribeira. Aí, o processo de despacho era presidido pelo juiz da Alfândega, coadjuvado pelo almoxarife e pelos escrivães, que atribuíam o valor a ser dizimado. O almoxarife e o escrivão procediam à conferência da mercadoria, lista de despacho e ao lançamento dos direitos. Na exportação do açúcar, havia-se estabelecido um tratamento diferenciado.

Os géneros resultantes desta taxa eram de imediato vendidos, apurando-se nos livros o valor respetivo. Diferente era o que sucedia com o açúcar enviado para o reino quando não havia sido arrendado na Ilha a mercadores.

Através do Regimento de 1499, foi regulamentada toda a atividade da repartição, bem como o cômputo e a arrecadação dos direitos de entrada e saída. Aquilo que diferencia os serviços da Alfândega dos do Almoxarifado é o facto de os primeiros apenas poderem proceder à cobrança, funcionando, assim, como recebedoria. Esta última função estava atribuída ao Almoxarifado. Com a Alfândega nova no Funchal, a partir de 1508, todo o serviço de exportação do açúcar passou a fazer-se por aí. Ao estipular esta medida, em 1512, o Monarca aduzia em seu favor a perda que a Coroa

tinha com a arrecadação dos direitos em diversas localidades.

A recebedoria que superintendia a cobrança dos direitos de saída e entrada funcionava na Alfândega, enquanto os demais serviços de cobrança funcionavam no Almojarifado. Já os outros direitos eram cobrados por serviços de recebedoria estabelecidos nas diversas comarcas criadas em 1508 (Funchal, Ribeira Brava, Calheta, Ponta de Sol e Santa Cruz), constituídas para coordenar a coleta dos direitos do açúcar. À frente de cada um destes serviços, estava um recebedor, conhecido como quintador, que era auxiliado pelos careteiros, para proceder à arrecadação dos direitos do açúcar.

Através de regimentos e regulamentos, foram estabelecidas regras no sentido de estabelecer um controlo rigoroso dos serviços de arrecadação e uma fiscalização dos tributos em execução no arquipélago. Assim, no quadro da Alfândega, as tarefas eram bem definidas. O juiz mais velho da Alfândega controlava toda a ação e superintendia à Mesa Grande da Alfândega, onde se concediam as fianças para o embarque de entrada ou saída das mercadorias. Os guardas do número da Alfândega zelavam pela regularidade do serviço, impedindo os roubos, o contrabando e os atos fraudulentos. O feitor da descarga assinava as entradas das mercadorias, apondo em cada uma a respetiva marca, o selador autenticava os documentos, e o fiel dos armazéns manifestava a carga em armazém. O feitor do embarque ordenava a saída das mercadorias, após a escrituração e o lançamento do respetivo direito.

Todas as atividades e a arrecadação dos direitos de entrada e de saída estavam regulamentadas por regimentos, por alvarás e pelas pautas gerais da Alfândega. Com o decorrer dos tempos, o aumento do movimento do porto, dada a exportação do vinho, conduziu a que, no séc. XVIII, se procurasse agilizar o serviço, sendo criado o cargo de escrivão da ribeira, que tinha como função o despacho de saída, ficando os escrivães da Mesa Grande apenas com as entradas. A principal peça

desta reforma foi o *Regimento e Ordenações da Fazenda del-Rei*, publicado a 17 de outubro de 1516, que inclui os regimentos dos vedores da Fazenda, contadores das comarcas e almojarifes. Recorde-se que foram estabelecidos o Foral e Regimento do Almojarifado do Funchal, em 4 de julho de 1499, e o Regimento do juiz do mar, de 22 de abril de 1522. Ambos os documentos evidenciam uma preocupação da Coroa na salvaguarda dos seus interesses, no que diz respeito à Alfândega, uma das principais fontes de rendimento da Ilha no momento.

O serviço de apoio necessário para assegurar o movimento do porto possuía ainda diversas infraestruturas, como armazéns para guarda de mercadorias, serviço de embarcações para transbordo, serviço de pilotagem, posto de desinfeção marítima e o Hospital dos Marinheiros. A questão sanitária foi um dos principais obstáculos à livre circulação de mercadorias e de homens no porto. Sempre que havia notícia de qualquer epidemia, geralmente designada de peste, tinha-se em atenção se as embarcações que chegavam ao Funchal tinham tocado portos dados como doentes e procedia-se a enormes cautelas, colocando as tripulações em quarentena e impedindo-as de contactar com a vila. Eram conhecidos três sítios de degredo desde o séc. xv: a Ribeira de Gonçalo Aires, Santa Catarina e os ilhéus. Já no mar, a quarentena das embarcações acontecia no cabo do Calhau, na área entre Santa Catarina e a Praia Formosa. Mesmo assim, isto não protegeu a cidade da infeção de diversas epidemias, como sucedeu entre 1521 e 1538.

Os serviços distribuíam-se pela ampla baía entre a Pontinha e a fortaleza de Santiago, mas, com a construção do cais e do molhe, passaram a estar preferentemente localizados entre a Alfândega e a Pontinha, sendo a ligação servida por via terrestre através de uma estrada. Já em 1775, o mapa do Cap. Skinner refere a área abrigada das proximidades do ilhéu da Pontinha como *landing place* [local de desembarque].

Na Alfândega do Funchal, estava montado um complicado sistema administrativo de

arrecadação dos direitos. A Junta da Real Fazenda exercia vigilância e controlo direto dos livros de escrituração adotados, através da permanente solicitação permanente dos mapas de saída do vinho.

Em 1824, algo corria mal na escrituração, pois, em face de uma disputa entre o juiz da Alfândega e o comandante de uma galera inglesa, Larkins, acerca da existência, a bordo, de mais de cinco pipas de vinho baldeadas da galera *Isabel Sompson*, descobriu-se uma fraude na escrituração do vinho embarcado. O juiz solicitou uma reformulação dos métodos de escrituração dos livros de registo de exportação, de modo a evitar danos à Fazenda Real.

Com a reforma das alfândegas, aprovada pelo dec. n.º 31.663, de 22 de novembro de 1941, a Inspeção Aduaneira passou a funcionar junto da Direcção Geral das Alfândegas e foi extinto o Conselho da Direcção Geral das Alfândegas. De acordo com a Reforma Aduaneira aprovada pelo dec.-lei n.º 46.311, de 27 de abril de 1965, este serviço passou a administrar as alfândegas, estando organizado em seis circunscrições aduaneiras. As de Lisboa e do Porto repartiam o território continental. O quadro institucional ampliava-se com as alfândegas, as delegações e subdelegações aduaneiras, os postos de despacho e os postos fiscais.

Ofícios e funcionários

O provedor da Fazenda acumulava as funções de juiz das Alfândegas do Funchal e de Santa Cruz. Esta opção seguia para os oficiais subalternos, como o alcaide do mar, que acumulava as funções de meirinho das execuções, enquanto o porteiro dos contos o era também para o Almojarifado e a Alfândega do Funchal. Note-se que estes oficiais nomeados pela Coroa para prestar serviço na Ilha têm ligação à Casa Real.

Era juiz da Alfândega quem superintendia a administração da Alfândega. Encontramos o Regimento para estes cargos, em Lisboa (1520) e no Porto (1535). Na Madeira, este cargo aparece em 1477, com a criação das alfândegas, sendo exercido, em acumulação,

pelo contador do duque, a quem competia não só julgar os casos sobre a administração da Fazenda, mas também coordenar a ação dos oficiais da repartição, estabelecendo o horário de serviço e os produtos que podiam ser despachados, no calhau, sob a sua supervisão. A partir do séc. XVI, esta função de despacho passa para o feitor, pelo que este assume a função de coordenação e supervisão das questões ou dos pleitos que envolvessem a Alfândega. Na Madeira, existiam dois juizes – um para a Alfândega do Funchal e outro para a de Santa Cruz. No Funchal, o cargo era acumulado pelo provedor da Fazenda. Até 1563, o do Funchal acumulava os dois cargos, pois, nesta data, foi provido o primeiro juiz da de Santa Cruz, Tomé Alvares Usadamar. Não há dados seguros sobre o período de funcionamento desta última Alfândega. Todavia, sabe-se que o ofício de guarda desta foi criado em 1545 e que, em dezembro de 1681, foi integrado na do Funchal, o que terá marcado a sua extinção.

O primeiro escrivão foi o do Almojarifado da Alfândega e quintos, sendo este o funcionário subalterno do Almojarifado que auxiliava o almoxarife em todas as operações do expediente. Era ele quem fazia o registo de todo o movimento financeiro, provisões régias que determinavam os pagamentos, nos livros de receita e despesa, passando os conhecimentos de quitação dos pagamentos realizados. No Almojarifado de Machico, o escrivão acumulava as funções de escrivão da Alfândega, situação que veio a alterar-se em 1540. A partir de 1513, verifica-se a existência do escrivão da ribeira, que tinha como função fazer o registo de todos os bens que não passavam pela Casa da Alfândega e que tinham despacho na ribeira ou no calhau. No séc. XVI, o escrivão da Alfândega era quem escriturava todos os registos da Alfândega. A Alfândega do Funchal dispunha de dois, sendo um encarregue do registo dos despachos de entrada e o outro de saída. Na Alfândega de Santa Cruz, os escrivães acumulavam estas funções.

O feitor da Alfândega era quem a administrava e veio substituir o almoxarife. Tinha a seu cargo a coordenação do serviço de vigilância

das atividades da Alfândega, como o despacho das mercadorias e a cobrança da dízima de entrada e saída. A partir de 1550, o feitor da Alfândega do Funchal tinha ainda a função de mandar confeccionar as conservas para guarda-reposte do rei e o despacho do açúcar dos direitos reais na Ilha. Por alvará de 2 de julho de 1550, o rei enviou João Simão de Sousa ao Funchal, com a função de feitor da Alfândega do Funchal, para tratar de assuntos deste serviço, com poderes de despacho com o juiz dos Feitos da Fazenda. Era coadjuvado por um escrivão. A primeira referência documental a este cargo surge apenas em 1532, relativamente à Alfândega do Funchal.

O guarda da Alfândega ou da ribeira tinha a função de fiscalizar a operação de descarga das mercadorias e proceder à sua vistoria. Deste modo, estava permanentemente no calhau, a exercer estas funções. No período noturno, deveria exercer o patrulhamento dos navios atracados, a partir de batéis, de forma a evitar, também, o contrabando. Na Alfândega do Funchal, havia oito guardas nos fins do séc. xv. No decurso do séc. xvi, o número de guardas variou, podendo existir até oito, de acordo com o movimento do porto. Já na Alfândega de Santa Cruz, no mesmo período temporal, havia quatro, desempenhando dois o serviço em terra e outros dois nos batéis, de acordo com a documentação do serviço dos guardas de outubro a dezembro de 1518. Em 1763, a Alfândega do Funchal tinha 12 guardas, sendo da sua responsabilidade o selo da Alfândega e as mercadorias que estavam depositadas nos armazéns da mesma. Na capitania do Funchal, o cargo era acumulado com o de porteiro dos Contos e do Almoxarifado.

Com o tempo, a estrutura institucional da Alfândega foi ganhando maior dimensão, ampliando-se o quadro de funcionários. O alcaide do mar tinha como missão coordenar o serviço marítimo, supervisionando o serviço de carga e descarga das mercadorias, por forma a evitar qualquer extravio. Em Machico, existiram dois com estas funções, um na sede da capitania e outro na vila de Santa Cruz.

Na primeira localidade, o mesmo acumulava as funções de guarda da ribeira. O selador da Alfândega, cargo acumulado pelo porteiro da Alfândega, detinha a função de selar as mercadorias que estavam obrigadas à dízima de importação, para, posteriormente, se proceder à sua cobrança. A partir de 1612, esta função era separada da do porteiro. O recebedor das alfândegas tinha o encargo de receber e arrecadar os direitos alfandegários.

A figura do despachante também se tornou importante no quadro de funcionamento da Alfândega. A primeira referência à sua existência é de 1554, altura em que esta função é desempenhada por Damião de Góis. A primeira regulamentação da atividade surgiu pelo dec. n.º 7, de 7 de dezembro de 1864. A reforma aduaneira de 1965 determinou e regulou a capacidade destes para substituir os donos ou consignatários das mercadorias no ato do despacho. Pelo dec. n.º 34.514, de 20 de abril de 1945, foi criada a Câmara dos Despachantes Oficiais e aprovados os seus primeiros estatutos, que foram reformados pelo dec. n.º 40.636, de 25 de outubro de 1955, dec.-lei 459/80, de 7 de outubro, e dec.-lei n.º 173/98, de 26 de junho.

A partir de 1802, verifica-se a existência dos guarda-barreiras, em Lisboa, o que vai dar origem, em 17 de setembro de 1885, à guarda-fiscal. Esta será uma estrutura policial de fiscalização do trânsito fronteiriço e marítimo de pessoas e bens, por forma a coibir o contrabando e evitar transgressões aos direitos fiscais. A sua intervenção restringia-se ao âmbito fiscal e aduaneiro, através da prevenção de atos ilícitos e a repressão de infrações e fraudes. Este corpo era constituído por quatro batalhões (Lisboa, Coimbra, Porto e Évora) e uma companhia em cada arquipélago. Em 1887, foram estabelecidas quatro zonas marítimas (Porto, Lisboa, Faro, Açores) onde os chefes dos departamentos marítimos e capitães dos portos tinham responsabilidade de fiscalização. O serviço manteve-se até 1993, altura em que foi extinto e integrado na Guarda Nacional Republicana, como Brigada Fiscal.

Direitos ou impostos aduaneiros

Os impostos aduaneiros incidem sobre a passagem de uma mercadoria numa barreira alfandegária, sendo impostos indiretos e obrigações únicas. São exceções as chamadas zonas francas e as uniões aduaneiras, como a estabelecida para a Comunidade Europeia. As isenções de impostos aduaneiros resultam da qualidade dos proprietários (estão isentos, *e.g.*, entidades públicas, Estados estrangeiros, chefes de missões diplomáticas, chefes de Estado, como da natureza, origem e destino da mercadoria). Assim, estão isentas amostras, bagagens, fragmentos e aprestos de embarcações naufragadas, prémios ganhos em concursos estrangeiros, mercadorias para vítimas de catástrofes. As taxas são estabelecidas de acordo com o valor da mercadoria ou em relação à medida da mesma. A partir de 1966, acabaram os impostos aduaneiros sobre a exportação.

Mesmo antes da existência das alfândegas, em 1477, eram cobrados, pelo almoxarife, os direitos de entrada e saída das mercadorias, conhecidos como a dízima de importação e exportação, pelo facto de ser um décimo do valor das mercadorias em movimento. Apenas existia uma isenção nas mercadorias enviadas para o reino em barcos portugueses, o que funcionava como um incentivo à fixação de povoadores. Esta medida resultou de um contrato estabelecido entre o senhorio e a Coroa, em 1439, e foi reconfirmada em 1444, 1449 e 1496.

Para além da isenção desta taxa em mercadorias originadas e destinadas ao continente português, que favorecia o comércio com o reino, encontramos a isenção de direitos para os cereais e bens alimentares de primeira necessidade. As dificuldades no abastecimento de cereais, sentidas desde a déc. de 60 da centúria quatrocentista, obrigaram a Coroa, a partir de 1508, a isentar do pagamento da dízima de importação todo o trigo entrado na Ilha, situação confirmada com o foral de 1515, em que a isenção se alargou a todos os cereais e bens alimentares. Também estavam isentos de qualquer taxa a lenha, a prata, a moeda, as armas,

os cavalos e os livros, desde que fossem para uso do próprio e não para revenda.

O açúcar madeirense era onerado na produção em 25 % (quarto) ou 20 % (quinto), a que se somavam mais 10 % referentes à dízima de exportação. Já no caso das Canárias, a situação é distinta, consoante estamos nas ilhas de senhorio ou sob administração da Coroa. Assim, enquanto nas ilhas portuguesas o açúcar era sobrecarregado com o dízimo na produção e com o quinto na exportação (o que corresponde a 30 % de encargos), nas espanholas, ao *diezmo* juntava-se o *almojarifazgo*, impostos que correspondiam a apenas 15 %. Se tivermos em conta que a produção de açúcar incidiu mais nas ilhas de *realengo* (Gran Canária, Tenerife, La Palma), teremos uma posição vantajosa para proprietários e mercados, no que diz respeito ao açúcar, no mercado partilhado por ambos os arquipélagos. Esta diferença de 20 % no lucro da produção açucareira foi o aliciante para que muitos madeirenses emigrassem para o arquipélago vizinho e se empenhassem na promoção dos canaviais com maior rentabilidade, que se repercutiu, depois, na quebra sentida na produção madeirense.

O pagamento de direitos e tributos não era geral na Madeira, havendo situações de privilégio para alguns grupos sociais, como o clero. Desde 1457, os Franciscanos estavam isentos do pagamento de qualquer direito. Esta condição não foi tomada em linha de conta em 1637, com o empréstimo de 10.000 cruzados para a restauração de Pernambuco. Outra forma de ação da política fiscal da Coroa na Ilha prendeu-se com o estabelecimento ou manutenção de privilégios de isenção quanto a alguns tributos, no sentido de facilitar, ou melhor, condicionar as relações comerciais externas do arquipélago à passagem pelos principais portos do reino, criando assim uma situação de dependência.

Com o tempo, foram-se sucedendo inúmeras exceções que procuraram favorecer a entrada de alguns produtos ou as comunidades estrangeiras residentes. Assim, *e.g.*, em 1617, foi autorizada a entrada de armas sem o pagamento de direitos como uma das condições especiais concedidas à feitoria inglesa por força

de diversos tratados comerciais. Perante estas facilidades, os cavaleiros da Ordem de Cristo também se acharam no direito de auferir de um estatuto especial de isenção quanto aos seus despachos, no que foram impedidos pela Coroa em 1648.

Na exportação do açúcar, havia-se estabelecido um tratamento diferenciado. O açúcar, devidamente embalado em caixas fechadas, era apresentado, devendo o despachante dar conta do seu peso. Quando o açúcar tinha origem nos lugares de baixo e chegava ao Funchal em batéis, o despacho era feito nestes últimos, sendo depois a mercadoria carregada diretamente para os navios e as naus. Ao mercador interveniente no processo era concedida a possibilidade de pagar a dízima em género ou dinheiro. No caso do pagamento em dinheiro, era feita uma avaliação de acordo com o valor global da mercadoria, sobre o qual incidia a taxa em questão.

Os géneros resultantes da arrecadação da dízima de exportação eram vendidos de imediato, apurando-se nos livros o valor respetivo. Diferente era o que sucedia com o açúcar que era enviado para o reino quando o mesmo não havia sido arrendado na Ilha a mercadores ou aos seus agentes, por contratos feitos no reino pela própria Coroa, uma vez que o controlo régio era uma constante, sendo evidente o seu empenho em tirar o máximo usufruto da situação, através dos tributos lançados e da venda do próprio produto. Na primeira metade do séc. XVI, os direitos sobre o açúcar e os direitos da Alfândega despertaram o interesse de diversos comerciantes que intervieram no seu arrendamento. Todavia, devemos assinalar que os arrendamentos dos anos de 1506-1508, 1509-1511 e 1516-1518 não deram lucro aos arrendatários, tendo estes sido alvo de execução fiscal. Para o efeito destes arrendamentos, foram constituídas várias sociedades, sendo de referir que, para o período de 1506-1508, os quartos foram arrendados a Martim de Almeida, Fernão Alvares, Benoco Amador, Quirino Castanho, Álvaro Dias, Feducho Lamoroto, João Lombarda, Henrique Vamdura. No mesmo período, os direitos da Alfândega ficaram nas

mãos de Martim de Almeida, Benoco Amador, Onésimo Castanho, Álvaro Dias, João Lombardo, Francisco Viola Maroto. Finalmente, para o período de 1516-1518, quer os direitos do açúcar, quer os da Alfândega, foram arrematados por uma sociedade composta por Simão Acciaiuoli, Lopo de Azevedo. Luís Doria, Benedito Morelli, António Spínola, Duarte Fernandes, Gonçalo Pires Gregório Alvares.

Há referência a uma situação especial concedida aos Jesuítas em 1563, com a exportação livre de direitos de mercadorias para o ultramar. Esta política de isenção tributária que favorecia as ligações aos portos do reino e o consumo dos produtos nacionais contribuiu para estabelecer vínculos de dependência com a metrópole, em termos do comércio externo da Ilha, situação que se tornará desfavorável em muitos momentos. As mercadorias em causa deveriam dar entrada na Alfândega do Funchal com os respetivos selo e despacho, pois, caso contrário, estavam sujeitas à cobrança da dízima pelos rendeiros. A situação gerou alguns diferendos, que mereceram a decisão soberana da Coroa. Em 1504, Jerónimo Rodrigues, rendeiro da Alfândega, havia sido obrigado ao pagamento, entre 1503-1504, de 4200 arrobas de açúcar de dízima. No decurso da primeira metade do séc. XVI, estão documentadas várias situações de saída de açúcar livre de dízima, por autorização régia. Noutras situações, somos confrontados com pedidos para o retorno da dízima paga, assim como de sentenças favoráveis aos que se sentiam injustiçados com a cobrança de mercadorias carregadas para Lisboa; *e.g.*, em 1520, saíram da Madeira para o reino 300 couros de vaca à ordem dos mercadores florentinos Pedro de Lamaroto e Cristiano Romano. As ordens da Alfândega de 22 de fevereiro iam no sentido de os mesmos deverem pagar a dízima, mas uma resolução régia de 13 de abril isentou-os de tal, pelo que o almoxarife foi obrigado a devolver os 10\$000 já pagos.

Até mesmo na saída de mercadorias para o estrangeiro podemos assinalar algumas exceções à regra estabelecida, como a que sucedeu em 1524 com Luís de Atouguia, que teve isenção na exportação do açúcar para Veneza,

certamente pelo facto de ser uma transação negociada com a própria Coroa devido a outros pagamentos. As mercadorias que transitavam no sentido inverso poderiam ter igual privilégio. As obras da igreja de Machico obrigaram à importação de madeiras do estrangeiro, nomeadamente do cedro da Flandres. Para isso, a Coroa concedeu uma isenção especial da dízima de importação.

Em 1508, com a isenção da dízima de entrada de mercadorias e escravos vindos de Castelo Real e Safim, a Coroa compensou a iniciativa dos madeirenses empenhados nas façanhas nas praças africanas.

A Alfândega era, com os direitos de entrada e saída, uma das principais fontes de receita dos cofres da Coroa na Ilha. Temos a informação sobre os mesmos durante a déc. de 80 do séc. XVI. Os demais tributos assumiram um valor residual neste conjunto das receitas da Coroa. De entre estes, temos a considerar, no conjunto das dízimas, as chamadas de chancelaria e de sacada. A primeira era resultante dos custos cobrados às partes condenadas nas sentenças proferidas por todos os tribunais que passassem pela Chancelaria-Mor da corte e do reino. De acordo com o Regimento do executor das dízimas de 25 de setembro de 1655, o perdedor das demandas deveria pagar 10 % sobre o valor da causa. A segunda, também conhecida como da saca, reporta-se à dízima do pescado que se pagava à saída da terra, aqui considerado como o município. O pescado era ainda onerado com a vintena, *i.e.*, a entrega como imposto de 20 peixes pescados como tributo, ou seja 5 % da pescaria.

Alguns estancos também foram uma importante fonte de receita da Coroa, por força dos arrendamentos feitos com os chamados estancos de tabaco e das cartas de jogar. Em 1600, o estanco das cartas de jogar foi arrendado por 8 anos, alargando-se para 10 anos em 1603, no valor de 17 contos de reais ao ano. Apenas os arrendatários Martim Velho de Belchior e Gonçalo Patinho estavam autorizados a importar e a vender as cartas de jogar, sob pena de 100\$000 reais e seis meses de prisão para os

infratores. A documentação regista ainda outros contratos, em 1608 e 1676. Em 1678, há referência a um outro contrato de estanco, por nove anos, do fabrico de aguardente, chocolate, cerveja, rosa solis, cidra, sorvetes, limonada e mais bebidas desta qualidade, no valor de 600\$000 reais ao ano.

O movimento de entrada e saída do tabaco na Alfândega estava sujeito a um imposto, que era, de acordo com provisão de 1675, de um vintém por arrátel, na entrada, e de um tostão por arroba, na saída. Em 1678, a ordem foi de restituição deste direito aos mercadores e, depois, de suspensão das execuções da dívida. Outros tributos específicos foram sendo criados. Em 1643, temos os direitos sobre os escravos. E, a partir de 1645, o açúcar proveniente do Brasil passou a ser taxado. A presença do açúcar brasileiro no mercado madeirense começou a acontecer a partir da déc. de 80 do séc. XVI, mas demorou algum tempo até que existisse consenso sobre a necessidade da sua importação.

Quando a produção local deixou de satisfazer as necessidades do mercado em termos da produção de conservas, esta abertura fez-se sem dificuldades, sendo o açúcar importado taxado e lançado num livro próprio. Em 1725, cobrava-se 400 reais por cada caixa de açúcar branco, e 200 reais pela de mascavado. Já em 1734, a caixa de branco era onerada em 600 reais.

O serviço de abastecimento de carvão tornou-se imprescindível, a partir do séc. XIX, ajustando os portos a sua oferta a estas necessidades. Os primeiros vapores a sulcarem os mares da Madeira foram os da Mala Real Inglesa, com destino às Índias Ocidentais. O primeiro serviço de abastecimento de carvão no Funchal foi montado em 1838, pelos ingleses Jacob Ryffy e Diogo Taylor. A partir da déc. de 70 do séc. XIX, consolidou-se o predomínio da navegação a vapor nas rotas transatlânticas, sendo o serviço de abastecimento de carvão algo imprescindível. Assim, surgiram empresas apostadas nesta atividade. Primeiro, a firma Blandy Brothers, em 1898, a Cory Brothers Co. Limited e, em 1901, a firma Wilson Sons C. Limited. Estas empresas

estenderam os seus serviços aos demais arquipélagos, ficando a primeira pelas Canárias e as duas seguintes em Cabo Verde. Em 1904, apareceu o primeiro depósito de carvão de origem alemã, com a firma Manoel Gonçalves & Co.

No sentido de criar condições para que o Funchal se transformasse num importante porto oceânico de apoio à navegação, para além da construção de um porto adequado às exigências das novas embarcações, tornava-se necessária a definição de um conjunto de meios que facilitasse a oferta competitiva de serviços, nomeadamente de abastecimento de carvão, através de medidas fiscais menos penalizadoras da sua importação e exportação. No período de 1889 a 1914, o carvão assumiu um peso significativo na balança das importações. Por carta de lei de 27 de maio de 1843, o carvão de pedra deixou de ser taxado à entrada. De acordo com dados apresentados, em 1862, pelo diretor da Alfândega, Diogo Telles de Menezes, a mesma terá perdido, entre 1843 e 1861, a quantia de 886914\$323 réis em direitos.

A partir da déc. de 80 da centúria oitocentista, o Funchal começou a perder importância e movimento comercial. Esta situação é considerada uma consequência de os portos das Canárias oferecerem as melhores condições. Desta forma, enquanto tardava a construção do porto, os madeirenses reclamavam por medidas favoráveis e capazes de atrair, de novo, as embarcações ao Funchal, a criação do porto franco, *e.g.*, e, acima de tudo, a alteração das taxas alfandegárias sobre o carvão. Tenha-se em conta que o carvão – que, entre 1843 e 1861 e, depois, em 1865 e 1873 havia gozado de isenções alfandegárias – foi então sujeito a pesadas taxas, quando nas vizinhas Canárias se apostava no contrário. A política tributária da metrópole, ignorando a situação particular da Madeira, saiu muito cara à economia madeirense.

Desde 1944, o Funchal passou a contar com os rendimentos dos direitos da taxa de salvacão nacional cobrada nas alfândegas sobre a gasolina, a câmara-de-ar e os protetores importados. Parte do imposto sobre o tabaco produzido no distrito ou importado das ilhas dos Açores era uma receita repartida entre as

Câmaras Municipais e a Junta Geral. A receita desta faculdade fora atribuída por lei de 10 de julho de 1914 às obras da Junta Autónoma dos Portos da Madeira. Depois, a 20 de janeiro de 1920, as Câmaras tiveram autorização para o lançamento de um imposto de \$50 por kg de tabaco importado ou produzido na Ilha. Pelo dec.-lei n.º 39.963, de 13 de dezembro de 1954, foi elevado para 8\$00/kg o imposto sobre o tabaco produzido na localidade ou importado das outras ilhas, cujo valor, 6\$00, constituiu receita das Câmaras Municipais, pertencendo o restante às Juntas Gerais.

De entre os impostos que passavam pela Alfândega, verificámos o imposto interno de consumo, criado, pelo dec.-lei n.º 133/82, de 23 de abril, sobre a gasolina, os éteres e as essências não especificadas, os óleos minerais não inflamáveis à temperatura ordinária, destilados completamente até 245 °C, e os óleos próprios para iluminação, cobrado na Alfândega. A liquidação dos impostos sobre estes produtos de produção nacional era feita pelo departamento do Ministério da Indústria e Energia que tutelava o sector, e a sua cobrança pela Direcção Geral das Alfândegas. Pelo dec.-lei n.º 448/89, de 30 de dezembro, foi alterada a unidade tributável do imposto interno de consumo. Este imposto foi abolido pelo dec.-lei 261-A/91, de 25 de julho (com efeito a partir de 1 de janeiro, de 1992). A sobretaxa de importação de automóveis foi criada pelo dec.-lei n.º 271-A/75, de 31 de maio. O valor tributável passou a ser o valor aduaneiro, determinado de acordo com as regras constantes dos arts. 5.º a 9.º das Instruções Preliminares da Pauta dos Direitos de Importação. A liquidação e a cobrança passaram a ser processadas nas alfândegas por onde corresse o despacho de importação.

Legislação: forais: 15 out. 1387 (Lisboa); 18 ago. 1410 (Porto); 1461; 1463; 4 jun. 1499 (Madeira); 1500; 1517; 15 out. 1587 (Lisboa); 1646 (Lisboa); 1685; **regimentos:** 2 jun. 1703 (Porto); 20 jan. 1774; 17 set. 1833 (Lisboa); 27 dez. 1833 (Açores); 10 jul. 1834; **decretos:** 17 nov. 1761; 6 abr. 1832 (Açores); 16 maio 1832; 16 ago. 1833 (Lisboa); 17 set. 1833; 13 jan. 1834 (Lisboa); 24 maio 1834 (Lisboa); 23 jun. 1834 (Madeira); 18 e 22 jul. 1834 (Porto); 20 fev. 1835 (Madeira); 9-10 fev. 1836 (Porto); 29 fev. 1836 (Lisboa); 27 abr. e 6 jun. 1836 (Lisboa); 14-15 jun. 1836 (Madeira); 21 set. 1836 (Lisboa); 9 nov. 1836 (Lisboa); 18 nov. 1836 (Lisboa); 24 dez. 1836 (Porto); 13 jan. 1837 (Porto); 16 jan. 1837; 6 abr. 1837 (Horta); 30 jun. 1837 (Madeira); 19 e 24 jul. 1837 (Lisboa); 14 set. 1837 (Porto); 27 mar. 1838; 18 maio 1838 (Lisboa); 21 maio 1838; 6 ago. 1838; 21 nov. 1838 (Lisboa); 5 jun. 1839; 5 jul. 1839; 15 abr. 1841; 2 jul. 1841; 30 mar. 1849

(Lisboa); n.º 7, de 7 dez. 1864; 23 dez. 1869; n.º 3, de 17 set. 1885; 1-6 dez. 1885; 29 dez. 1887; 31 jan. 1889; 1-5, de 27 set. 1894; 1-2, de 27 maio 1911; n.º 4560, de 8 jul. 1918; n.º 31.665, de 22 nov. 1941; n.º 34.514, de 20 abr. 1945; n.º 40.636, de 25 out. 1955; **decretos-lei**: n.º 46.311, de 27 abr. 1965; n.º 46.319, de 27 maio 1965; n.º 509/76, de 2 jul.; n.º 513-F1/79, de 27 dez.; n.º 459/80, de 7 out.; n.º 397/82, de 22 set.; n.º 391/83, de 21 out.; n.º 205/84, de 25 jun.; n.º 289/88, de 24 ago.; n.º 277/90, de 11 set.; n.º 280/92, de 18 dez.; n.º 173/98, de 26 jun.; **leis**: n.º 3/74, de 14 maio.

Bibliog: ALMEIDA, Eduardo Castro e, *Arquivo de Marinha e Ultramar. Inventário*, 2 vols., Coimbra, s.n., 1907 e 1909; BLANDY, Graham (org.), *Copy of Record of the Establishment of the Chaplaincy and Notes on the Old Factory at Madeira*, Funchal, s.n., 1959; CÂMARA, Benedita, *A Economia da Madeira. 1850-1914*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2002; CARNEIRO, Francisco, *Relação de Todas as Rendas da Coroa deste Reyno de Portugal Que nelle Se Arrecadão, de Que Procedem, Modo e Lugares em que Se Pagão (1593)*, Coimbra, Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1949; COSTA, José Pereira da Costa, *A Construção da Alfândega Nova do Funchal*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1978; *Id.*, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV*, Funchal, CEHA, 1995; *Id.*, e PEREIRA, Fernando Jasmins, *Livros de Contas da Ilha da Madeira. 1504-1537*, vol. I, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985; DIAS, Urbano de Mendonça, *A Vida de Nossos Avós*, vol. II, Vila Franca do Campo, s.n., 1944; FALCÃO, Luís de Figueiredo, *Livro de Toda a Fazenda e Real Património dos Reynos de Portugal, Índia, Ilhas Adjacentes de Sua Coroa e Outras Particularidades (1607)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859; FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias et al. (coords.), *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo: Instituições do Antigo Regime, Administração Periférica. Domínios. Casa Real e Anexas*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2002; FONSECA, A. Belard, "Subsídios para a história das alfândegas em Portugal", *Revista Aduaneira*, s.d.; *Id.*, *O Arquivo Geral da Alfândega de Lisboa*, Lisboa, Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, 1950; FREITAS, Lourenço de, "A Alfândega de Santa Cruz", *Origens*, n.º 10, 2004, pp. 11-25; GOUVEIA, David Ferreira de, "O açúcar e a economia madeirense (1420-1550). Consumo de excedentes", *Islenha*, n.º 8, jan.-jun. 1991, pp. 11-22; GUERRA, Luís de Bivar, *Catálogo do Arquivo do Tribunal de Contas*, Lisboa, Tribunal de Contas, 1950; LENCASTRE, Francisco, *Tratado das Alfândegas em Portugal Consideradas à luz da História do Direito, da Economia Política e da Estatística*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886; *Id.*, *Estudo sobre as Portagens e as Alfândegas em Portugal: [Séculos XII a XVI]*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891; LOUREIRO, Adolpho, *Breves Notícias sobre os Arquipélagos da Madeira, Açores, Cabo Verde e Canária*, Lisboa, s.n., 1894; MASSER, Lunardo Ca., "Relazione de Lunardo de Cà Masser (1506)", *Revista de História Económica e Social*, n.º 4, jul.-dez. 1979; MAURO, Frédéric, *Portugal, o Brasil e o Atlântico. 1570-1670*, 2 vols., Lisboa, s.n., 1989; MELLO, Luís de Sousa, e CARITA, Rui, *Associação Comercial e Industrial do Funchal (1836-1933): Esboço Histórico*, Funchal, Edicarte, 2002; MIGUEL, Carlos Montenegro, "O comércio na ilha da Madeira. Nas centúrias de 500 e 600", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. V, n.º 28, 1953, p. 19; MINCHINTON, Walter, "British residents and their problems in Madeira before 1815", in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1989, pp. 477-492; MIRANDA, Susana, *A Fazenda Real na Ilha da Madeira. Segunda Metade do Século XVI*, Funchal, CEHA, 1994; *Id.*, "Os municípios da Madeira e o contrato de arrendamento de 1581-1586", *Arquipélago. História*, 2.ª sér., vol. II, 1997, pp. 61-82; PARREIRA, H. G. de Amorim, "História do açúcar em Portugal", *Anais da Junta de Investigação do Ultramar*, vol. VI, t. I, 1952; PEREIRA, Fernando Jasmins, *O Açúcar Madeirense de 1500 a 1537. Produção e Preços*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1970; *Id.*, *Livros de Contas da Ilha da Madeira. 1504-1537*, vol. II, Funchal, CEHA, 1989; *Id.*, *Documentos sobre a Madeira no Século XVI Existentes no Corpo Cronológico. Análise Documental*, vols. I-II, Lisboa, s.n., 1990; *Id.*, *Estudos sobre História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1991; *Id.*, *Índices de Documentos sobre o Funchal (1470-1823)*, Redondo, s.n., 1994; *Propostas Apresentadas pela Comissão Nomeada pela Assembleia da Associação Comercial do Funchal a 14 de Novembro de 1894 para Estudar as Causas do Desvio da Navegação do Nosso Porto e do Afastamento dos Forasteiros*, Funchal, s.n., 1895; RAU, Virgínia, e MACEDO, Jorge, *O Açúcar da Madeira nos Fins do Século XV. Problemas de Produção e Comércio*, Funchal, JGDFA, 1962; "Registo da antiga Provedoria da Real da Fazenda, acrescentado com algumas notícias e sucessos da ilha da Madeira, desde o anno de 1419 do seu descobrimento até o de 1775 da extinção da mesma Provedoria", *Heraldo da Madeira*, n.ºs 755-820;

RODRIGUES, Maria do Carmo Jasmins Pereira, *O Açúcar na Ilha da Madeira. Século XVI*, Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 1964; RODRIGUES, P. M. A., *Madeira entre 1820 e 1842. Relações de Poder e Influência Britânica*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; SANTOS, Pedro Ribeiro dos, *Génese e Estrutura da Guarda-Fiscal*, Lisboa, INCM, 1985; SARMENTO, A. A., *História do Açúcar na Ilha da Madeira*, Funchal, s.n., 1945; *Id.*, "A feitoria inglesa", in *Fasquias da Madeira*, Funchal, s.n., 1951, pp. 99-103; SERRÃO, Joel, "O rendimento das alfândegas do arquipélago da Madeira (1581-1587)", in *Temas Históricas Madeirenses*, Funchal, CEHA, 1992, pp. 77-101; SILBERT, Albert, "Un carrefour de l'Atlantique – Madère 1640/1820", *Economia e Finanças*, vol. XXII, t. II, 1954, pp. 299-442; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1984; SOUSA, Elvío Duarte Martins, e MOREIRA, João Lino, "A Casa da Alfândega de Machico", *Ilharq*, n.º 1, out. 2001, pp. 11-17; SOUSA, João José Abreu de, "No ciclo do açúcar", *Islenha*, n.º 5, jul.-dez. 1989, pp. 51-59; *Id.*, *O Movimento do Porto do Funchal e a Conjuntura da Madeira de 1727 a 1810*, Funchal, DRAC, 1990; VIEIRA, Alberto, *O Comércio Inter-Insular nos Séculos XV e XVI*, Funchal, CEHA, 1987; *Id.*, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, CEHA, 2003; *Id.*, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Ilha da Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, CEHA, 2004; *Id.*, "Administração e direitos fiscais no sector açucareiro. Madeira. Séculos XV a XX", in *História do Açúcar. Fiscalidade, Metrologia, Vida Material e Património*, Funchal, CEHA, 2006, pp. 47-76; *Id.*, e CLODE, Francisco, *A Rota do Açúcar na Madeira*, Funchal, CEHA, 1996.

† ALBERTO VIEIRA

Alfenim

"Alfenim" é um nome que provém do termo árabe "fanid", com origem no persa "panid", com o significado de branco. No latim, aparece como "alphanumeric", "alfenid", "alpenid" ou "alfanix"; no italiano, como "penito"; no espanhol, como "alfeñique" (sendo, no México, "alfenique"); em francês, como "penides", "épénide", "penidon", "penoin"; popularmente, é conhecido como "peningue". O primeiro registo do termo na Madeira é de 1469, com a grafia "alfinj". No séc. XVI, aparece referido em Gil Vicente e em Jorge Ferreira de Vasconcelos.

Naidea Nunes refere que, na Madeira, "alfenim" aparece na documentação com as designações: "alfinj" (1469), "alfiny" (1488), "alfenj" (1490, 1517), "alfenj" (1498), "alfeny" (1517), "alfynjm" (1523), "alfenij" (1579), e conclui que é "um termo muito antigo, do árabe fânid, que em catalão teria a forma afenic, adquirindo, em castelhano, a forma alfenique, que surge nas Canárias com a grafia alfenique (1540)" (NUNES, 2003, 159).

O Nordeste do Brasil, uma das mais importantes regiões açucareiras do país, foi durante muito tempo terra de alfenim, tendo depois

perdido a importância nesse domínio. Segundo Naideia Nunes, “no Brasil, o termo alfenim apenas existe no Nordeste, onde foi conservado, provavelmente por se tratar da primeira região açucareira brasileira. Nos restantes estados do Brasil, como podemos ver, apenas encontramos as denominações rapadura mole, puxa e puxa-puxa ou rapadura puxa-puxa, para denominar o mesmo conceito” (*Id.*, 2010, 56). Todavia, a arte do alfenim espalhou-se por todo o Brasil e, nos começos do séc. XXI, persiste nos estados da Paraíba, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de Minas Gerais, do Ceará, de Pernambuco, de Goiás e do Rio Grande do Norte. Esta tradição encontra-se em Pirenópolis, associada às festas do Divino, e na cidade de Montanhas, no estado do Rio Grande do Norte, ligada às festas do dia de Reis, bem como noutras localidades, como a cidade de Goiás, onde as doceiras realizam pequenas esculturas em forma de flores, pássaros, peixes e chapéus. Gilberto Freyre, em *Açúcar. Uma Sociologia do Doce...*, documenta a presença do alfenim no Nordeste do Brasil como um vestígio da doçaria portuguesa de influência árabe. À data da primeira publicação do livro, em 1932, a tradição do fabrico de grande parte desta doçaria estava em vias de desaparecer. No entanto, nos começos do séc. XXI, por força das tradições em torno das festas do Divino, o costume de fabrico do alfenim persiste em muitas localidades brasileiras.

Na Sicília, conserva-se a tradição dos doces de alfenim e de maçapão, principalmente no dia de Todos os Santos, em que as crianças recebem, como alegado presente dos antepassados, várias figuras de açúcar.

A tradição do alfenim encontra-se também no México, com a elaboração de caveiras para o Dia dos Mortos, a 1 de novembro, em que se combinam elementos indígenas com costumes europeus. Os nauatles faziam figuras, normalmente caveiras, como oferenda aos seus mortos. Com a chegada dos Espanhóis, surgiram as figuras de caveiras em alfenim. A esta figuração, as freiras juntaram as cenas relacionadas com a época natalícia. Assim, o

alfenim assume várias formas: caveiras, ataúdes, anjos, cruces, miniaturas de animais ou de fruta, pratos com comida, canastras com flores, etc. Esta tradição persiste no México, tanto na Cidade do México como nos estados de Puebla e Oaxaca. Além disso, na cidade de Toluca, *e.g.*, celebra-se, a 2 de novembro, a festa do Alfenim. A produção de alfenim está também documentada na Argentina, na Bolívia, na Colômbia, no Peru e no Equador.

Em Portugal, a confeção de alfenim está documentada desde os sécs. XV e XVI e sabemos da sua presença em festas e romarias populares. Ganhou importância no quotidiano da sociedade portuguesa a partir da divulgação do açúcar, desde meados do séc. XV. A Madeira, como espaço de produção de açúcar, especializou-se na arte da doçaria, domínio em que transpôs o seu perímetro, chegando aos Açores, às Canárias e ao Brasil. A partir do séc. XV, tanto em Portugal como em importantes cidades europeias, o consumo e a divulgação do açúcar passaram pela confeção de manjares nobres, sob a forma de doces – como o alfenim, a alféola (um doce semelhante ao caramelo), conservas e cascas de fruta cristalizada. Na Madeira, ficou célebre a doçaria conventual que fez as delícias de Ingleses, de Franceses e de flamengos. A par disso, o fabrico das figuras de alfenim fez de muitas mulheres madeirenses autênticas escultoras da doçaria.

O alfenim fazia parte da mesa da Coroa e das casas nobres e era, no séc. XVI, servido à nobreza em salvas de prata por ocasião das festas do Divino em todo o espaço português, tradição que teve continuidade na Madeira, nos Açores e que chegou ao Brasil. Das mesas do reino, o alfenim passou às das ilhas e delas ao Brasil, acompanhando o processo de expansão da cultura da cana sacarina e do fabrico do açúcar. No Atlântico, o alfenim foi primeiramente produzido na Madeira, afirmando-se como o doce mais nobre, servido na casa das famílias importantes, e usado como dádiva nas festas do Divino.

A oferta de doces está relacionada com uma atitude de gratidão ou mesmo de empatia.

É uma tradição muçulmana que os Portugueses assimilaram. Vasco da Gama ofereceu alfenim madeirense ao samorim de Calecute. As freiras do Convento de S.^{ta} Clara apresentavam os visitantes com alfenim e com outros doces. Há uma longa tradição desta arte da doçaria, que acompanha o processo de expansão da cana-de-açúcar do Mediterrâneo para o Atlântico, tendo a ilha da Madeira sido, como já ficou dito, um espaço-chave da sua divulgação para outras ilhas atlânticas, bem como para as Américas Central e do Sul. São vários os testemunhos denunciadores da mestria dos madeirenses no fabrico destes doces. Já em 1455, Cadamosto menciona a feitura de “muitos doces brancos perfeitíssimos”, aludindo certamente ao alfenim (ARAGÃO, 1981, 37).

A primeira referência documental a esta arte da doçaria data de 1469 quando se diz que esta atividade era indústria importante para a sobrevivência de muitas famílias, uma vez que ocupava “molheres de boas pessoas e muytos pobres que lavraram os açuqueres bayxos em tantas maneyras de conservas e alfeni e confeitos de que am grandes proveytos que dam remedio a suas vidas e dam grande nome a terra nas partes onde vam”. Durante os sécs. xv e xvi, o fabrico de alfenim ocupou efetivamente muitos madeirenses e foi uma importante fonte de receita das famílias. Esta era fundamentalmente uma indústria feminina e de fabrico caseiro, mas sabe-se que havia homens que exerciam o ofício de doceiro ou confeiteiro, pois a sua atividade estava regulamentada nos *Regimentos dos Oficiais Mecânicos da Cidade de Lisboa*. A atividade estava vedada a estrangeiros e mestres de açúcar – apenas os “vizinhos e naturaes da ilha” podiam fazer conservas, alfenim e confeitos. De acordo com um documento de 9 de março de 1490, “em toda essa ylha nom posa fazer nemguem conservas, alfenim, comfeytos nem outra nenhũa fruyta daçucaar soamente os vizinhos e naturais da dyta ylha” (MELO, 1973, 198-199, 241).

Em 1494-1495, a Casa Real portuguesa recebeu 71 arrobas de confeitos; entre estes, havia 29 arráteis de alfenim. A crónica de Damião

de Góis apresenta D. Manuel como um grande apreciador da doçaria madeirense: “Nas vesporas do Natal consoava publicamente em sala, com todo o Estado de porteiros de maça-reis darmas trombetas, atabales, charamellas, e em quanto consoava davam de consoar a todos os senhores, fidalgos e cavalleiros, e escudeiros que estavam na salla, na qual se ajuntavam naquelle dia todos os que andavam na Corte por saberem o gosto que el-Rei levava em fazer este banquete, que todo era de frutas verdes e dasucar, e de conservas, que lhe traziam da ilha da madeira, depois desta consoada” (GÓIS, 1911, 92).

Desde o séc. xvi, no Japão, aparecem referências ao fabrico de alfenim (*aruheitou*) e outras doçarias, como confeitos (*komfeiton*). A primeira referência ao alfenim é de 1569; no decurso das centúrias seguintes, há notícias do seu consumo, tendo sido sempre, ao longo dos séculos, um dos doces *nanbam*, de oferta em momentos especiais.

Tenha-se em conta que ficou célebre o alfenim madeirense que Vasco da Gama levou para oferecer ao samorim de Calecute. Pela rota da Índia deverá ter chegado ao Japão a



Figuras em alfenim.

arte da confeitaria madeirense, onde persiste nos começos do séc. XXI. Os estudos de Miyo Arao reforçam a ideia da influência portuguesa na confeitaria de Tóquio e estabelecem uma ponte com a Madeira, tendo em conta que muitos dos doces produzidos na Madeira aparecem na culinária do Japão. Além disso, não se pode esquecer que, nos sécs. XVI e XVII, a Madeira era um dos principais centros produtores de alfenim e daí deverá ter partido a técnica de fabrico que, depois, se vulgarizaria noutros espaços, como o Japão.

A fama alcançada pela arte da doçaria madeirense está testemunhada na embaixada enviada por Simão Gonçalves da Câmara ao Papa. O facto mais memorável é referido pelos cronistas. Jerónimo Dias Leite diz que “leuou muitos mimos e brincos da ilha, de conseruas, e ho sacro palacio todo feito de asucar e hos Cardeaes hião todos feitos de alfenij [...] ho que foi tudo metido em caixas embrulhadas com algodão, que forão mui seguros e sem quebrar” (LEITE, 1947, 37).

Escreve Gaspar Frutuoso: “E tão generoso foi, que, tendo seu filho Manuel de Noronha, Bispo que foi de Lamego, em Roma, que servia de secretário do Papa Leão, despachou da ilha um criado seu, por nome João de Leiria, homem muito honrado, prudente, e gentil-homem, o qual mandou a Roma visitar o Papa com um grande serviço, que, além de um cavalo pérsio, que lhe mandou de muito preço, que levava de cabresto um mourisco muito gentil, homem e alto de corpo, vestido em uma marlota de girões de seda; levou mais muitos mimos e brincos da ilha de conservas, e o sacro palácio, todo feito de açúcar, e os cardeais iam todos feitos de alfenim, dourados a partes, que lhe davam muita graça, e feitos de estatura de um homem, o que foi tudo metido em caixas embrulhados [*sic*] com algodão, com que foram mui seguros e sem quebrar até, dentro, a Roma, coisa que, por ser a primeira desta sorte que se viu em Roma, estimou-a muito o Papa, e cada uma peça por si foi vista pelos cardeais e senhores de Roma, sendo presente o Papa, que louvava muito o artifício, por ser feito de açúcar, e muito mais louvava o Capitão que lhe

tal mandava, largando muitas palavras perante todos em louvor deste ilustre Capitão” (FRUTUOSO, 1979, 248-250).

Mas sobre esta embaixada, segundo Luciana Stegagno Picchio, não consta qualquer documento na Cúria Romana, ao contrário do que aconteceu com outras. Terá sido mera invenção dos cronistas, para exaltar a figura do capitão do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara? Atente-se na situação, a ter acontecido. Seriam 72 os cardeais feitos em alfenim e em tamanho natural, o que poderia significar mais de 5000 kg de açúcar. Por outro lado, deve ter-se em conta o próprio processo de fabrico das figuras e a dificuldade em transportá-las intactas até Roma. Será que podemos afirmar que a dita embaixada madeirense nunca existiu e que os testemunhos de Jerónimo Dias Leite e de Gaspar Frutuoso são pura invenção? Em 1550, D. Isabel Mendonça, mulher do referido capitão-donatário, tinha a seu cargo o abastecimento da Casa Real, tendo enviado para Lisboa, em 1551, 105 arrobas de conserva, 24 arrobas de fruta seca e 8 arrobas de alfenim.

Em 1567, Pompeo Ardití dá conta da “conserva de açúcar” que se fazia no Funchal, “de ótima qualidade e muita abundância” (ARAGÃO, 1981, 130). Em finais do séc. XVI, Gaspar Frutuoso dava conta de “ricos e esquisitos manjares de toda sorte, como os sabem muito bem fazer as delicadas mulheres da ilha da Madeira, que (além de serem comumente bem assombradas, muito formosas, discretas e virtuosas) são estremadas na perfeição deles e em todolas invenções de ricas coisas, que fazem, não tão somente em pano com polidos labores, mas também em açúcar com delicadas frutas” (FRUTUOSO, 1979, 264). Esta tradição perpetuou-se na Ilha para além dos tempos áureos da produção açucareira local (segundo Hans Sloane, em 1687, o madeirense produzia o “açúcar indispensável aos gastos caseiros e ao fabrico de doces, indo ainda comprá-lo ao Brasil” (ARAGÃO, 1981, 158)).

Outro testemunho a atestar a abundância deste doce na Madeira é o facto de, a 29 de julho de 1593, o chamado fogo do céu, que queimou parte da cidade do Funchal, dando

origem às ruas da Queimada de Cima e Queimada de Baixo, ter queimado alfenim, que havia sido feito com 5000 pães de açúcar.

Nos inícios do séc. XXI, não há qualquer referência ao fabrico habitual de alfenim na Madeira (embora ainda haja quem se lembre das pombas do Divino, por ocasião das festas do Espírito Santo). No entanto, em algumas ilhas dos Açores e em alguns estados do Brasil a tradição do alfenim continua viva, alimentada pela persistência das festas em honra do Divino Espírito Santo.

Bibliog.: ARAGÃO, António, *A Madeira Vista por Estrangeiros*, Funchal, DRAC, 1981; ARAO, Miyu, *Nanban Sweet Hiryouso. Culture of the History Kasutera*, Tokyo, Heibon-sya, 1995; *Id.*, "A history of sugar in Japan – Focusing on the white sugar production from the 18th century/ Uma história do açúcar no Japão – A produção de açúcar branco no século XVIII", in *O Açúcar antes e depois de Colombo. Seminário Internacional de História do Açúcar*, Funchal, CEHA, 2009, pp. 166-172; *Id.*, "'NANBAN'? Sweets introduced by Portugal to Japan in the 16th-17th century", *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, 2010, pp. 815-819; FREYRE, Gilberto, *Açúcar. Uma Sociologia do Doce, com Receitas de Bolos e Doces do Nordeste do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997; FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1979; GÓIS, Damião de, *Chronica d'el-Rei D. Manuel*, vol. x, Lisboa, Escripório, 1911; LEITE, Jerónimo Dias, *Descobrimto da Ilha da Madeira e Discurso da Vida e Feitos dos Capitães da Dita Ilha*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vascelos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1947; MELO, Luís Francisco de Sousa e, "Tombo 1.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. xvi, 1973; NUNES, Naideia, *Palavras Doces. Terminologia e Tecnologia Históricas e Actuais da Cultura Açucareira. Do Mediterrâneo ao Atlântico*, Funchal, CEHA, 2003; *Id.*, *Outras Palavras Doces*, Funchal, CEHA, 2010; PICCHIO, Luciana Stegagno, "O sacro colégio de Alfenim. Considerações sobre a civilização do açúcar na ilha da Madeira e noutras ilhas", in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimtos Portugueses, 1990, pp. 181-190; RIBEIRO, Emanuel, *O Doce nunca Amargou... Doçaria Portuguesa. História. Decoração. Receituário*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

† ALBERTO VIEIRA

Alferes-mor

A denominação "alferes" indica um oficial que leva a bandeira, representando o posto imediatamente abaixo de tenente e de capitão. Na Idade Média, e até à criação do cargo de condestável do reino, o alferes-mor era também comandante-chefe dos exércitos reais. A partir de então, passou a porta-bandeira real, cargo que se tornou, no séc. XVI, essencialmente honorífico, cabendo-lhe o desenrolar da bandeira para a aclamação de novos reis. A sua presença na Madeira aparece apenas na pessoa de Tristão

Gomes de Castro (1539-1611), não havendo, contudo, documentação específica relativa à sua nomeação e sendo referido exclusivamente pelo genealogista Henrique Henriques de Noronha (1667-1730), que por ele nutria grande admiração, até por ser também escritor e seu parente.

Tristão Gomes de Castro era filho de Cristóvão Martins de Agrilhão e Vargas, fidalgo da casa do duque D. Jaime de Bragança, tal como seu pai, que viera para Portugal na comitiva de D. Leonor de Mendonça, filha dos duques de Medina Sidónia, quando a mesma casou com o duque de Bragança. Com o assassinato da duquesa D. Leonor pelo marido, Cristóvão Martins de Agrilhão e Vargas, natural de Sevilha, passou pelo Peru, mais especificamente pelas Índias de Castela, onde teria feito fortuna, indo dali para a Madeira. Casou no Funchal com Joana Gomes de Castro, filha de Bárbaro Gomes (c. 1480-1544), que fora vedor da Sé do Funchal. Consta que estava de novo no Peru quando nasceu o seu filho e que, tendo a sua mulher morrido no parto, não terá já voltado à Madeira.

O filho terá nascido como Francisco, mas mudar-lhe-iam o nome, alguns dias depois do falecimento de sua mãe, para Tristão, de acordo com a tradição familiar citada por Henrique Henriques de Noronha na sua obra *Nobiliário Genealógico...* (1948). Este viria a ser criado em Portugal continental, servindo no paço e tendo tido o hábito de Cristo e foro de fidalgo. Casou em Lisboa com Isabel de Andrade (c. 1540-1568), dama da Rainha D. Catarina, filha de Rui Gonçalves de Andrade e Isabel Rodrigues



Possível retrato de Tristão Gomes de Castro, alferes-mor da Madeira. Portador do painel dos Reis Magos da igreja do Colégio do Funchal, oficina de Antuérpia, c. 1580.

Berenguer. Deve ter sido após o casamento com tal dama da rainha pertencente a uma das mais importantes famílias madeirenses da época que acabou por fixar residência no Funchal, tendo, por certo, dado o importante património de que era herdeiro, sido agraciado com o título honorífico de alferes-mor.

Por volta de 1590, Gaspar Frutuoso refere-o como residindo na R. do Sabão, numas casas ricas de dois sobrados, com poço dentro e portas de serventia com muitos “abrolhos de ferro da banda de fora”, descrição que deve indicar as decorações das grades de ferro ao gosto sevilhano que lembram plantas espinhosas. Não o refere pelo nome completo, mas somente como “um Tristão Gomes, que chamam o Peru” (FRUTUOSO, 1968, 112-113), nome que, por essa época, também se estende à rua, por vezes referida como R. do Peru ou R. dos Perus. Tristão Gomes de Castro deixou alguns livros de cavalaria, com especial destaque para *Argonáutica da Cavalaria*, recentemente localizado e estudado.

Bibliog.: DÍAZ-TOLEDO, Aurélio Vargas, “Apontamentos sobre um livro de cavalaria desconhecido: a *Argonáutica da Cavalaria* de Tristão Gomes de Castro, escritor madeirense do século XVI”, *Isleña*, n.º 43, jul.-dez. 2008, pp. 5-22; FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1968; NORONHA, Henrique Henriques, *Nobiliário Genealógico das Famílias Que Passarão a Viver a Esta Ilha da Madeira depois do Seu Descobrimento, Que Foi no Ano de 1420*, São Paulo, Revista Genealógica Brasileira, 1948; *Id.*, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, CEHA, 1997.

RUI CARITA

Aliança Madeirense

Em 1891, foi fundada na Madeira a Aliança Madeirense S.A.R.L., a primeira companhia de seguros com origem fora do território do continente português, a qual se antecipava em um ano ao aparecimento da sua congénere açoriana.

Esta data assinala, ainda, a concretização de um projeto já várias vezes tentado, embora sem sucesso, que visava a constituição de uma instituição deste género, como se comprova pela existência de um folheto de 1877 que se intitulava “Companhia de Seguros Madeirense”. Esta tentativa ainda chegou a ver constituída uma

comissão instaladora, mas, por razões que se ignoram, a ideia não se concretizou, adiando-se, portanto, a sua materialização.

Inicialmente localizada na R. do Esmeraldo, n.º 26, a Aliança Madeirense foi registada no notário Jacinto Augusto Bettencourt por escritura de 2 de maio do referido ano. Da lista dos seus associados constavam os nomes de conhecidas figuras do panorama comercial e industrial madeirenses, de entre os quais se pode destacar o de Manuel José Vieira, ilustre professor, parlamentar e presidente da Câmara do Funchal, na qual se veio a tornar também presidente da Assembleia Geral. Arrancando com um capital de 200.000 réis, de proveniência exclusivamente regional, assistiu logo no ano seguinte a um aumento de 100.000 réis, o que lhe elevou o património para os 300.000 réis.

Em 1907, depois do surgimento de uma concorrente – a Garantia Funchalense –, a Aliança renovou o pedido para continuar a atuar nos ramos dos seguros marítimos e terrestres, o que lhe veio a ser concedido, como se confirma pela autorização contida no *Diário do Governo*, n.º 17, de 23 de janeiro de 1908. Na prossecução dos seus objetivos, nos anos seguintes, a Aliança obteve também licenças para operar nos sectores agrícolas e postais (em 1910), bem como em riscos de incêndio com origem em greves ou perturbações da ordem pública (em 1913).

Se o subsequente início da Primeira Guerra Mundial teve um impacto positivo na atividade seguradora, o seu fim veio a revelar-se um período difícil para as empresas que operavam no ramo e implicou o sucumbir de várias sociedades que faliram ou se viram obrigadas a fundir-se ou incorporar-se noutras de maiores dimensões. A Aliança Madeirense, porém, conseguiu ultrapassar esta crise sem grandes problemas, alcançando mesmo a expansão e consolidação da sua posição no mercado madeirense. Assim, em 1917, o volume de negócios gerava-lhe um lucro líquido de 46.335\$51, valor que aumenta para 49.098\$62 em 1920, e para 60.310\$59 em 1921. Em 1917, em pleno contexto de guerra, a companhia anuncia mesmo um novo mapa de locais onde se estabelecia e que incluía, para além da sede, um conjunto de agências

por todo o país, com sucursais abertas no Porto e em Lisboa.

Um indicador de prosperidade pode encontrar-se no lançamento, em 1928, do *Jornal de Seguros*, onde, para além de referências à sua concorrente, Garantia Funchalense, a Aliança fazia questão de publicitar a sua posição no mundo dos negócios, mostrando que preferia o aumento dos fundos de reserva a uma mais popular distribuição de dividendos, o que justificava com a alegação de que esse era o *modus operandi* das maiores seguradoras do mundo. Outro dos objetivos da publicação do *Jornal de Seguros* era o de apelar a uma renovação da confiança nas companhias insulares, que se viam ameaçadas pela crescente concorrência movida por instituições internacionais, com melhores remunerações de prémios. Segundo aquele órgão de comunicação, o apelo fazia sentido porque as companhias regionais eram merecedoras de crédito “não só pela forma prudente e segura como se têm orientado como pelos valiosos capitais locais que nelas estão empenhados” (FREITAS, 2014, 37).

Os anos conturbados que se avizinhavam, marcados não só pelas repercussões da grande crise financeira de 1929 como por circunstâncias particulares da Madeira, traduzidas nas Revoltas da Farinha e da Madeira, ocorridas no primeiro semestre de 1931, afetaram o exercício da Aliança, cujos relatórios e contas espelham a instabilidade vivida, ainda que sem apresentação de saldos negativos. O bom desempenho da seguradora em tempos tão tumultuados foi, de resto, sublinhado por Fernando Brederode, antigo ministro e fundador da Companhia de Seguros Nacional que, por ocasião da celebração dos 40 anos da Aliança, sublinhava a “muita competência, zelo e probidade das antigas e atual Direção” às quais atribuía o “estado próspero da Companhia” (*Id.*, *Ibid.*, 37).

A solidez da instituição permitiu-lhe abrir, 10 anos mais tarde, em 1941, uma delegação geral em Lisboa, sedeadada na R. da Prata, com o fim de dilatar o seu campo de ação, e os resultados subsequentes mostram que, apesar de alguns momentos em que as contas se revelaram negativas (1958-1959, 1966-1967), em 1969

se alcançava um máximo de lucros líquidos. A Revolução de abril de 1974, porém, acarretou uma conjuntura de declínio, agravada pela nacionalização da empresa, em 1975. A partir de então, a companhia passou a ser gerida por uma comissão administrativa, partilhada com outras duas instituições similares, a Mutualidade e a Soberana, que desde 1973 partilhavam com a Aliança Madeirense instalações e funcionários. Este facto levou a que a sua fusão passasse a consagrar “de direito” uma realidade que já existia “de facto” e que era apoiada pela comissão sindical, partilhada pelas três seguradoras, e com a aprovação da Comissão de Coordenação e Reestruturação da Indústria Seguradora, que funcionava ligada ao Ministério das Finanças. A fusão operou-se a 1 de agosto de 1975, originando-se o Grupo Segurador MAS, Empresa Pública, instalado na R. de Martens Ferrão, n.º 11, em Lisboa.

Mais tarde, uma nova fusão viria a reunir a Companhia de Seguros Fidelidade, o Grupo Segurador MSA, a Seguradora Industrial, e a Companhia Nacional de Seguros e Atlas, Companhia de Seguros, dando-se assim origem à Fidelidade-Grupo Segurador, E.P.

Bibliog.: impressa: CARITA, Rui, *Associação Industrial e Comercial do Funchal – Esboço Histórico (1933-2002)*, Lisboa, Edicarte, 2003; FREITAS, Duarte Manuel, “Aliança Madeirense (1891-1975)”, in FARIA, Miguel Figueira, e MENDES, José Amado (coords.), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, Séculos XIX e XX*, vol. II, Lisboa, INCM, 2014, pp. 35-40; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1984; digital: INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL, “Histórico das empresas de seguros estabelecidas em Portugal entre 1975 e 2011”, *Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões*, 2011: http://www.asf.com.pt/isp/isp_historico_seguros_final/conteudos/arvore_9_FIDELIDADE_MUNDIAL.pdf (acedido a 21 mar. 2018).

CRISTINA TRINDADE

Alimentação

A alimentação é uma necessidade humana básica, que, consistindo na ingestão de alimentos, permite a supressão das necessidades energéticas e proporciona os nutrientes necessários ao organismo. Os hábitos alimentares são influenciados por diversos fatores, nomeadamente sociais e culturais, fisiológicos e psicológicos, que determinam a escolha e o consumo alimentar

por parte de um indivíduo ou grupo. Na Madeira, os hábitos alimentares são uma conjugação da herança dos colonos portugueses do séc. xv e da dos ingleses, os segundos descobridores da Ilha. É uma alimentação de base mediterrânica com particularidades atlânticas, apresentando uma grande ligação aos produtos que provêm da fauna e da flora locais.

A história da alimentação da Madeira está associada à história do arquipélago, estando a sua origem mergulhada no tempo da colonização da Ilha, quando os colonos levaram hábitos alimentares e costumes, começando a semear a terra e a criar gado no séc. xv. Nesse século, a mudança dos hábitos alimentares no Ocidente, decorrente da expansão europeia ultramarina, teve, também, uma grande influência da Madeira. O facto de ser uma Ilha onde a ocupação efetiva provou o sucesso do empreendimento fez com que assumisse uma posição particular na alimentação. Todavia, a alimentação na Madeira foi pouco retratada até meados do séc. xvii, não existindo dados bibliográficos suficientes perante a amplitude deste tema multidisciplinar. Assim, são escassos os relatos do ambiente quotidiano, mas, a partir dos existentes, constata-se a notória diferenciação social à mesa.

Enquanto espaço insular, a Madeira esteve desde sempre dependente do exterior em termos de abastecimento alimentar, existindo dificuldade em garantir a subsistência da população. Para além da evolução da alimentação madeirense estar condicionada pela disponibilidade alimentar, a dificuldade na conservação dos produtos perecíveis ditou o seu consumo sazonal, como os frutos que, com durabilidade limitada, eram apenas consumidos na época de maturação.

Ciclos de fome

Desde o seu povoamento, a Madeira passou por vários ciclos económicos e agrícolas, existindo relatos de crises de fome e de subsistência. Estes atacavam, naturalmente e em primeiro lugar, os mais pobres, existindo uma relação direta entre a fome, a seca e as epidemias.

O primeiro ciclo, denominado ciclo dos cereais, data do séc. xv e resultou de diversos fatores, em especial a primazia dada às culturas mais rentáveis, a cana-de-açúcar e a vinha, em detrimento da produção de cereais, limitando a cultura cerealífera a espaços marginais e criando uma estreita dependência alimentar da Ilha relativamente ao mercado externo.

A importação de cereais foi, assim, desde sempre, uma preocupação para a população madeirense. Relata-se que a produção cerealífera local fornecia uma fração suficiente para três a quatro meses por ano. Estes recursos alimentares sempre foram limitados para fazer face ao aumento demográfico, pelo que existiu desde cedo uma necessidade de importar mais de 90 % dos cereais consumidos. Este abastecimento fazia-se a partir dos Açores, das Canárias e, depois, dos Estados Unidos da América e da Europa, estando muito dependente das vulnerabilidades das rotas de comercialização e das condições do mercado fornecedor. Esta constante dificuldade no abastecimento cerealífero condicionou e impulsionou alterações alimentares, em especial com o aparecimento do milho, do inhame e da batata, provenientes da África ou da América.

Desde o séc. xv e meados do séc. xvi, a cultura do açúcar, denominada ciclo do açúcar, prosperou, sendo este produto o protagonista das trocas com o mercado europeu. Todavia, a queda da economia açucareira na Região, causada, em grande medida, pela concorrência do açúcar das Canárias, do Brasil, das Antilhas e de São Tomé, e por fatores relacionados com a produção (tal como a exaustão dos solos, a falta de mão de obra e, no final do séc. xvi, a devastação da produção provocada pelo bicho ou broca da cana – *Sesamia nonagrioides* –, que continuou a provocar perdas significativas na produção), promoveu um acentuado decréscimo da cultura da cana, tanto ao nível da área de semeio como da produção, acarretando com isso grandes distúrbios nas populações residentes na Madeira. A vinha tornou-se a nova aposta preferencial, retirando espaço aos canaviais.

Com a decadência do ciclo do açúcar, a Madeira entrou, desde a segunda metade do

séc. XVII até ao começo do séc. XIX, no ciclo do vinho, que a tornou conhecida em todo o mundo. Este produto era predominante apenas na exportação e não na economia local. No princípio do séc. XVII, a presença de uma força espanhola, conhecida como força de presídio, fez aumentar o consumo de cereais e, conseqüentemente, agravar a dificuldade no abastecimento, razão pela qual surgiram, nesse momento, novas culturas como a batata-doce e o inhame. A data de introdução da batata-doce (*Ipomaea batatas*) na Região não é consensual, já que autores diversos referem tanto o séc. XVI como o séc. XVII. Sabemos, no entanto, que veio a ser, durante muito tempo, um dos principais alimentos da população madeirense. Já o inhame (a espécie *Colocasia esculenta*) foi introduzido na Madeira por volta de 1640. Todavia, as dificuldades alimentares sentidas na Região impulsionaram o seu consumo e, no início do séc. XVIII, era já um dos alimentos mais comuns, constituindo uma parte fundamental da dieta das populações.

Em 1757, ocorreu uma grande falta de pão, suprindo-se esta carência de cereais, segundo se lê num ofício dirigido pelo Gov. Manuel Saldanha da Gama ao secretário de Estado, com o consumo de raízes, de flor de giesta e de frutos. Nesta altura, a batata ainda não tinha sido introduzida na Ilha, mas a batata-doce era já cultivada. Situação semelhante ocorreu novamente em 1847, conhecido como o ano da fome. Esta nova crise foi provocada pela moléstia, uma doença que também devastou



Fig. 1 – Inhame (fotografia de Rui Carita, 2019).

a cultura cerealífera por toda a Europa, promovendo um novo ciclo de fome na Região, já que, à data, o pão constituía o principal alimento das classes mais pobres. Foi também em meados do séc. XIX que o milho, que cedo chegara aos Açores e a São Tomé, foi introduzido na Madeira.

Paralelamente, o preço do vinho decrescia, levando os agricultores e os pequenos proprietários rurais, cujos recursos pecuniários provinham quase exclusivamente da venda dos mostos aos negociantes, à miséria. Houve muitas afeções irritativas do aparelho digestivo, motivadas pela fome, sendo grande a mortalidade. O inhame existente era cobiçado por todos, estando a fome de tal modo generalizada que o Gov. José Silvestre Ribeiro criou um sistema de sopa pública. Em abril de 1847, a melhoria era significativa, e, mais tarde, graças ao desenvolvimento da cultura de batata-doce, à extinção da moléstia das batatas e à entrada de grandes porções de cereais vindas do estrangeiro e de algumas colónias portuguesas, ficou assegurada a subsistência da população.

No séc. XX, mantiveram-se as dificuldades no abastecimento cerealífero, que foi condicionado pelas guerras europeias que enviesaram a navegação oceânica. Em novembro de 1918, um representante da Cruz Vermelha Americana, Dibblee Harrison, chegou ao arquipélago com mantimentos para a subsistência da população, tais como 1465 sacos com batata, 1047 com feijão, 3000 com farinha de milho e 10.628 com milho em grão. Nas décs. de 20 e 30, a crise económica nacional refletiu-se na alimentação da Região, provocando novamente tumultos entre as populações locais. A contestação social atingiu o seu clímax quando, a 26 de janeiro de 1931, o Governo central, através do dec. 19.673, anunciou que iria devolver o monopólio da importação de cereais a um fundo de moageiros madeirenses, facto que suscitou de imediato fortes reações dos populares e da classe média, que, impedidos de importar livremente esses produtos alimentares, iniciaram um conjunto de tumultos mais tarde denominados como Revolta da Farinha.

Este período na história da Madeira foi muito rico em confrontos sociais, em especial com a contestação às decisões emanadas pelo Governo central, dando-se, em 1939, a Revolta do Leite. Neste contexto, a exploração pecuária era a atividade mais importante da agricultura madeirense, advindo uma importante parcela do rendimento dos produtores da venda de leite para o consumo em fresco e para a produção de manteiga. Contudo, o sector apresentava graves problemas, especialmente devido à grande dispersão do gado, bem como à proliferação de pequenas indústrias de desnatção, pelo que, em 1936, foi criada a Junta Nacional dos Lacticínios da Madeira, que, entre diversas medidas, promoveu o encerramento de 741 postos dos 1165 previamente existentes. Os produtores de leite estavam, assim, contra a criação da Junta, instalando-se um clima de revolta que culminou, no verão desse ano, numa série de protestos de rua, levantamentos populares, ataques e assaltos a fábricas, postos de desnatção e edifícios públicos, destruição de equipamentos e ataques a destacamentos da polícia.

Na déc. de 50, apenas 11 % do trigo e 6,4 % do milho consumidos eram produzidos na Ilha, agravando a sua dependência do mercado externo.

A alimentação dos populares

Os melhores registos históricos do tipo de alimentação da população do arquipélago da Madeira são os dos forasteiros dos sécs. XVIII e XIX, que, aquando das suas passagens e/ou da busca de cura para a tísica pulmonar, reprovavam a frugalidade da mesa rural madeirense, uma vez que estavam habituados a mesas bem mais fartas. A frugalidade é, aliás, uma ideia descrita em muitos textos. John Ovington, em 1689, refere que a alimentação dos madeirenses era muito pouco variada e que os pobres se alimentavam apenas de uvas e pão, no tempo das vindimas, ideia corroborada por Georg Forster, que refere que os camponeses são excepcionalmente sóbrios e frugais, com uma alimentação que consiste em algum pão, cebolas,

vários tubérculos e pouca carne. Francisco Alcoforado refere que J. Payne, em 1740, descreve a estranheza de “um prato de misturas, muito apreciado pelos naturais, composto de peras, passas, pão e ovos, tudo fervido ao mesmo tempo, com salsa e outras ervas aromáticas” (ALCOFORADO, 1750, 65), acrescentando que noutro prato se misturava uvas com nozes, inhame cozido e uma espécie de massa frita com melaço. A ligação da Ilha com outras localidades, como as Canárias, influenciou também a culinária madeirense, tendo sido introduzido o gofe, uma papa que se faz a partir de farinha de cevada inicialmente torrada com leite de cabra ou de vaca, sendo o seu uso noticiado na alimentação no séc. XVIII nas ilhas do Porto Santo e da Madeira.

A escassez da disponibilidade dos alimentos e matérias-primas tradicionalmente utilizadas na alimentação conduziu as populações, em especial, as mais pobres, a encontrar soluções no seio da flora endémica local. Assim, era típico o uso do loureiro (*Laurus azorica*), que se tornou uma referência como condimento essencial nos pratos madeirenses, da silva (*Rubus spp.*) e da uveira da serra (*Vaccinium padifolium*), dos quais se aproveitam os frutos, as amoras e as uvas da serra, para a preparação de doces e compotas. É de referir que este último fruto foi colhido e exportado para uso farmacológico no séc. XX. Outras plantas endémicas regionais, consumidas em épocas de maior carência, foram entretanto completamente excluídas da gastronomia regional, tais como a norça (*Tamus edulis*), da qual se consumiam as grossas raízes, depois de longa cozedura, como se fosse inhame, sendo esta de consumo muito generalizado entre a população das Achadas da Cruz e do Porto Moniz, como Gaspar Frutuoso relatou em finais do séc. XVI em *Saudades da Terra*; a cenoura da rocha (*Monizia edulis*), consumida especialmente por pescadores e apanhadores de urzela nas Desertas, quando ocorria falta de outro alimento; o aipo-preto; a nozelha ou as nozelhinhas (*Bunium brevifolium*); e a azeda (*Rumex madeirenses*).

No séc. XIX, a alimentação dos camponeses continuava ainda a ser pobre em carne e

em peixe, já que apenas ingeriam, e com pouca frequência, um conjunto exíguo de peixes, tais como o gaiado (*Katsuwonus pelamis*), a gata (*Dalatias licha*), secos, por ser mais fácil a sua conservação, e, no litoral sul, a cavala (*Scomber japonicus*), o chicharro (*Trachurus trachurus*) e o atum (*Thynnus obesus*). O atum chegou a ser chamado a carne dos pobres, face ao baixo valor a que era vendido no mercado. No que toca ao consumo de cereais e de tubérculos, dos diversos produtos que chegaram à Ilha, a batata, o inhame e o milho foram um êxito e, no decurso da segunda metade do séc. XIX, destronaram rapidamente o consumo de cereais ditos tradicionais – o trigo, a cevada e aveia – na dieta alimentar madeirense. No princípio do séc. XX, continuou a verificar-se a expansão dos produtos hortícolas e dos tubérculos em desfavor dos cereais. A batata, também conhecida como semilha, tornou-se um produto essencial da alimentação do mundo rural.

O histórico da alimentação rural revela que esta era simples, constituída por alimentos que a terra produzia, como a batata-doce, a batata, o inhame, o trigo, o centeio, a cevada, a couve e o pão. O agricultor cultivava batata pela primavera e feijão em junho, juntamente com bogangas e pimpinelas. À mesa dos populares, a carne e o peixe eram uma exceção. Muito peixe era importado, em face do pouco desenvolvimento da pesca local: dos Estados Unidos da América, chegava o bacalhau, e do norte da Europa, o arenque (*Sardinella maderensis*), peixes que eram importados secos, salgados ou em salmoura. De acordo com Isabella de França, em meados do séc. XVIII, o gaiado e o chicharro eram espécies raramente comidas por pessoas que não fossem pobres. Esta situação ainda perdurava na déc. de 50 do séc. XX, época em que a captura era insuficiente para satisfazer o consumo e a indústria conserveira.

A farinha de milho cozida quente em forma de papa era a base da alimentação de dois terços da população madeirense – quando fria, era usada como substituto do pão. É de referir que o consumo de pratos semilíquidos de farinha de trigo remonta já à época romana, como descrito por Plínio, o Velho, e que a falta de



Fig. 2 – Atum (fotografia de Bernardes Franco, 2019).

qualidade dos cereais e das suas farinhas não permitia a panificação dos mesmos, pelo que a farinha de milho era misturada com água ou leite e assim consumida. Durante as fainas agrícolas, a tradição inclui, posteriormente, uma alimentação de batata com peixe em molho vilão, e o comer, um prato que consiste na cozedura das batatas, maçarocas, inhame e pimpinelas numa panela de ferro, acompanhado por caldeirada de atum.

A frugalidade dos produtos era notória ainda no espaço onde as refeições aconteciam, sendo rara a presença de uma sala de jantar, apenas habitual em casas de famílias abastadas, dos párocos e das autoridades, que tinham o hábito de comer à mesa e de receber convidados.



Fig. 3 – Semilhas (fotografia de Bernardes Franco, 2019).

A casa rural possuía uma área que servia, em simultâneo, de cozinha e de sala de estar e de dormir, pelo que o espaço deveria ser bem gerido. As exceções eram os momentos das festividades religiosas e familiares, que ditavam as tradições alimentares, épocas em que os madeirenses se esmeram por cumprir as tradições. Eram, assim, as épocas festivas que ditavam a altura de as famílias enriquecerem a sua alimentação. São vários os exemplos, como a noite da Consoada, em que era tradição comer canja de galinha, e o dia de Natal, quando se colocava à mesa a habitual carne temperada com vinho e alho. A bebida de cacau quente fazia também parte desta época, bem como, na doçaria, o bolo de família, o bolo de mel de cana, os biscoitos, as argolas e as argolinhas. No Entrudo, eram tradicionalmente feitos os sonhos e as malassadas, regados com mel de cana-de-açúcar. Na Sexta-Feira Santa, era tradição o inhame cozido com bacalhau ou caldeirada de atum. Já no Domingo de Páscoa, nas festas do Espírito Santo e no pão por Deus, usava-se preparar bolos de cevada ou de trigo novo. Os pães doces ou bolos de noiva, elaborados com erva-doce, eram distribuídos nos casamentos, durante o percurso da cerimónia, sendo mais habituais em Santana e no norte da Ilha. Ainda nos santos populares, era usual o atum salpessado com batatas, batata-doce e outros legumes. A título de exemplo, Lília Mata refere o quotidiano alimentar de uma família: “Ao almoço, por volta das dez da manhã, era pão preto com café de cevada. Alguns tinham manteiga feita em casa mas a maioria só via manteiga pela festa. Ao jantar, às três da tarde, era quase sempre milho. Depois, à ceia, comia-se milho frio aos pedaços com caldeira de espada ou milho frito com café” (FERNANDES, *Gastronomia da Madeira*, 10 fev. 2005)

A alimentação da burguesia e da pequena nobreza

Vários relatos de visitantes estrangeiros abordam o claro contraste alimentar social, mesmo depois do séc. XVIII, sendo a mesma ideia corroborada por autores portugueses, como

Eduardo Grande, que afirmou, em 1865, que a alimentação das classes menos abastadas do Funchal era muito pobre, consistindo maioritariamente em pão de má qualidade. Foram os Ingleses, no séc. XVIII, que trouxeram para a ilha da Madeira a valorização das mesas de refeição, com apetitosos conteúdos de acepipes, de carne, de peixe, de doces e de frutas. O requinte destas mesas era notado pelos convidados estrangeiros, sendo que, em meados do séc. XIX, Isabella de França, durante a sua estadia, registou o aprumo dos criados que serviam à mesa, a finura da decoração, dos guardanapos e das flores.

A burguesia e a pequena nobreza, no séc. XIX, tinham uma alimentação muito superior à dos camponeses, alimentando-se de cereais como trigo, milho, cevadinha, aveia, arroz, leguminosas como feijão, ervilhas, favas, para além de batatas, carnes de porco e de vaca, toucinho, presunto, salmão, arenque salgado e fumado, manteiga, açúcar, biscoitos finos, melaço, café, chá, aguardente e azeite. Também António Silva descreve a mesa dos cleros e morgados como “uma mesa excessiva e gulosa” (SILVA, 1994, 155).

A carne sempre foi um alimento limitado, sujeito a uma forte restrição estatal e com pesados impostos. No início do séc. XIX, e segundo os relatos, a carne parecia rara e de má qualidade. Em 1904, Anna Von Werner queixava-se de que a carne que comera no Hotel Royal não se podia trincar e dá-nos conta do ambiente pouco salubre que rodeava a cozinha, referindo uma casa com uma idosa que assava castanhas e fritava peixe pouco fresco numa frigideirinha com óleo. Contudo, e em paralelo com a influência inglesa, que trouxe para a Ilha a arte de bem comer, a partir de meados do séc. XIX, tornou-se evidente o aumento da disponibilidade de carne, tendo sido ainda neste século que se desenvolveu a conservação pelo frio bem como novos procedimentos de fermentação.

No palácio de S. Lourenço, a mesa do governador era um espaço especial de convívio e receção dos visitantes quando chegavam ao porto, e também onde eram decididos negócios

e políticas. As suas refeições eram de grande qualidade e requinte e equiparáveis às melhores mesas além-mar. Nas recomendações dadas em 1698 ao Gov. D. António Jorge de Mello, assinalava-se a necessidade de ter uma mesa grande para comer, de ter um copeiro e um cozinheiro, na medida em que só assim seria possível assegurar a imagem de excelência dessa mesa, que tão celebrada era pelos estrangeiros que tiveram oportunidade de a usufruir. Em 1793, John Barrow saiu da Madeira agradado, fazendo uma descrição acerca da mesa do governador da Ilha: “a sua mesa é uma das mais variadas e delicadas e em poucas partes do mundo se poderia apresentar cousa semelhante. Travessas esplêndidas sustentam animais inteiros; ali deparei com um porquinho recheado, rodeado de laranjas, uma lebre armando um salto, faisões tentando levantar voo, ornados com a sua vistosa e flamejante plumagem” (VERÍSSIMO, 1987, 34-35). Desta mesa fazia parte a lebre, o porco e o faisão.

A alimentação do clero

Abordando o quotidiano alimentar dos conventos, no Convento da Encarnação, fundado em 1660, cultivava-se trigo, vinha, cebolas, couves, abóboras, agriões e nabos. Porém, as produções eram insuficientes em face do número de pessoas que aí se alimentavam, tais como as religiosas, os servos e as servas, os trabalhadores agrícolas, as educandas e as senhoras recolhidas. Recebiam, por isso, trigo, centeio, vinho, inhame, abóboras, cebolas, castanhas, tremoços, galinhas, peras, nozes e pêssegos de outros locais da Ilha, como São Vicente, Calheta, Santana, Porto Moniz, Santa Cruz, Machico, entre outros. Do Porto Santo recebiam trigo, cevada, centeio, vinha, melancia, abóboras, açafraão e cordeiros. Por fim, ainda se abasteciam de leite, azeite, bacalhau, arenque e de fretes de trigo e cevada, por meio de carreteiros e de peixeiros. Consumiam, assim, muito trigo, convertido em farinha para o pão, empadas, pastéis, cuscuz, pastelaria, e ainda cevada para fazer pão e para alimentar as mulas, tal como o centeio. Havia duas amassaduras de

pão por semana, uma à quarta-feira e outra ao sábado. As fatias de pão demolidas aparecem na maioria dos pratos do séc. XVIII. Os legumes também eram predominantemente consumidos, em especial as abóboras, os agriões, os nabos e outros, bem como as leguminosas, como as ervilhas, as lentilhas, as favas e o feijão.

A carne era mais consumida do que o peixe, sobretudo devido à falta do último no mercado local. Era frequente a carne de vaca, de galinha ou de carneiro, o toucinho, o presunto e os chouriços à mesa. Comia-se peixe à quarta-feira, à sexta-feira, ao sábado e quando a religião determinava abstinência alimentar: cozinhava-se o peixe proveniente essencialmente de Câmara de Lobos, como a castanheta (*Chromis limbata*), a bicuda (*Sphyaena sphyaena*), o sargo (*Diplodus sargus*), o lírio (*Schedophilus ovalis*), o cherne (*Polyprion cernium*), o peixe-agulha (*Xiphias gladius*) ou o atum. Recorria-se, ainda, ao peixe seco, salgado e fumado, como o bacalhau, o arenque, o salmão, a sardinha de fumo ou para fumar, a cavala e a cavalinha. No que toca aos condimentos, usavam o azeite, o vinagre e especiarias como o cravo, a canela, a pimenta, a noz-moscada, o açafraão e o gengibre, que teriam assumido, a partir do séc. XV, um consumo generalizado na Europa. As mesmas eram utilizadas na confeção de doçaria, como pastéis, arroz-doce e bolo de mel, ou ainda em chouriços e picados.

Em dias normais, tipicamente havia duas refeições – o jantar e a ceia – e, possivelmente, uma terceira, mais ligeira. Já em dias festivos, no Convento da Encarnação, a mesa era mais rica e recheada de doces como o pão-de-leite, o massapão, a laranjada, a cidrada e os coscorões. Estava previsto nos estatutos que cada religiosa tivesse “um pão-de-leite, um bolo, duas dúzias de argolinhas e outras iguarias conforme a época” (FONTOURA, 2000, 156). O prato tradicional do dia de Natal e do Domingo de Páscoa era a galinha, e o do dia de Reis era o picado de carneiro com cuscuz magrebino, enquadrando-se este último produto em mais um exemplo da herança árabe, tendo-se espalhado primeiro por Espanha, depois por Portugal e, posteriormente, pela Região. No Natal,

não faltava também a batatada, na Páscoa, as talhadas e as queijadas, e no São João, os bolos de cevada. Também aqui era notória a diferenciação social na mesa, visto que a carne de porco e o milho não iam à mesa das freiras, mas estavam sempre presentes na dos criados e dos trabalhadores.

O Colégio dos Jesuítas possuía várias quintas, e a sua fazenda da Fajã dos Padres era a mais célebre produtora do vinho Malvasia. No relatório de 1669 do reitor, P.^e Sebastião de Lima, refere-se que a alimentação do Colégio fora melhorando e que se tinha especial atenção quer à qualidade do pão quer à do vinho; igual atenção é concedida à qualidade da carne e, quanto ao peixe, refere o autor que havia grande vigilância quanto à sua frescura. O antigo reitor ainda descreve que, nos dias santos e nas Páscoas, os jantares eram de elevada qualidade, nos limites religiosos, e que todos os dias se convidava o governador. Diariamente, quer no Colégio, quer nas quintas, as refeições eram compostas por galinha, ou por peru, ou frango, ou leitão, ou coelho, ou cabrito, terminando sempre com sobremesa. O Colégio dos Jesuítas parecia apresentar uma das mais fartas mesas da Ilha, ocorrendo a ela diversas entidades, incluindo o Gov. D. Diogo de Mendonça Furtado, do séc. XVII, que era amante de doces, de fruta e de queijos alentejanos e flamengos. Os padres deste Colégio enviavam para outros colégios vários produtos como pães de açúcar, vinho Malvasia e casquinha, esta última constituída por citrinos envoltos em calda açucarada, com açúcar proveniente do Brasil, a maior exportação entre meados do séc. XVII e inícios do séc. XVIII.

Os Jesuítas, bem como o cabido da Sé e as freiras de S.^{ta} Clara e da Encarnação, possuíam o privilégio de adquirirem a carne necessária no açougue municipal, localizado, em 1570, junto à foz da ribeira de Santa Luzia. Podiam ainda abater e cortar a carne nas suas próprias instalações. A ementa de carnes era por isso variada – galinha, peru, frango, leitão, coelho, cabrito, carne de porco e presuntos. O Convento de S.^{ta} Clara possuía como uma das bases alimentares o trigo, sendo esta a terceira cultura

com maior proporção das suas propriedades, depois da cana-de-açúcar e da vinha, pese embora não fosse suficiente para as suas necessidades. O peixe era comprado, normalmente atum, arenque, bacalhau e sardinha (*Sardina pilchardus* e *Sardinella maderensis*, respetivamente). Recebia, da Qt. de S.^{to} António, frutos e hortaliças e, do Curral das Freiras, trigo, carne, queijo, manteiga, leite, ovos e frutas, como cerejas, pêssegos, ameixas, nozes, castanhas e uvas. Ainda recebia da Vargem produtos hortícolas como cebolas, abóboras, alhos, couves, lentilhas, chicharo, inhames, feijão branco e pardo, favas, figos, cevada e centeio.

A base da alimentação no Convento das Mercês era o pão, amassado no local, ao qual se poderia adicionar cevada. Compravam o trigo em maior quantidade no verão, uma vez que era mais barato, sendo o mesmo utilizado para o fabrico de pão, de cuscuz e de hóstias. O arroz era o segundo cereal mais consumido, e utilizavam-se outros produtos como couves, nabos, repolhos, abóboras, feijão, ervilhas, lentilhas, açúcar branco e açúcar mascavado, manteiga, peixe, carne, vinagre, especiarias, entre outros, como azeite, normal e doce, este último de melhor qualidade para os doentes. O queijo era comprado maioritariamente no Natal. Nas festividades, aumentava o consumo de farinha, de açúcar, de manteiga e de ovos, para a confeção de doçaria, tal como acontecia em outros conventos. Porém, neste Convento, havia moderação, confeccionando-se para a comunidade, para as visitas, para os benfeitores e para pessoas amigas. É feita referência a sonhos, arroz-doce, rosquilhas, broas de mel e cavacas, sendo estas três últimas cozidas no forno do pão. Os sonhos eram típicos da Quaresma e da festa da Nossa Senhora da Conceição, o bolo de mel e a carne de vinho e alhos do Natal, o arroz-doce do Domingo de Ramos e da festa de São João, e o chocolate da Páscoa. A carne era consumida nas épocas festivas, sendo de aves na Quaresma, na Páscoa, no Natal e nas festas de Santa Clara, de São Francisco, da Nossa Senhora das Mercês e da Imaculada Conceição. A carne de vaca era comprada mensalmente para doentes, servos,

trabalhadores e para o moço. Utilizavam noz-moscada, canela, pimenta, cravinho e erva-doce como especiarias.

Relativamente à Santa Casa da Misericórdia, a mesa era menos farta que, *e.g.*, a do Convento da Encarnação, sendo consumida mais carne – de vaca, de carneiro e de galinha, em vez de carne de porco – do que peixe. Utilizavam ainda leite, manteiga, ovos, legumes e leguminosas, doce de pêssego, ginja, pero, marmelada e peixe fresco, fumado e salgado. Os condimentos utilizados eram poucos – o cominho e o açafraão – e era dado caldo temperado com cabeça de carneiro, engrossado com farinha de trigo, aos doentes. Nas épocas festivas como o Natal, era típico consumir-se carne de porco e confeccionar-se bolo de mel-de-cana e argolinhas, enquanto no Entrudo as escolhas recaíam sobre o carneiro e as malassadas, e, no dia de S.^{ta} Isabel, sobre o carneiro e as rosquilhas.

Vendas e mercados

As referências históricas sobre o comércio e o abastecimento local dos alimentos às populações são demasiado escassas, sabendo-se, contudo, que o abastecimento dos bens alimentares que complementavam a oferta da terra acontecia nas vendas, nas mercearias ou nas feiras que se realizavam diária ou semanalmente. Aí vendia-se, em simultâneo, bebidas, nomeadamente vinho de produção local, géneros alimentícios e artefactos locais ou de importação.

Desde o séc. xv, existia um mercado no Funchal, o de D. Pedro, também designado de Feira Velha, tendo passado a existir três mercados na cidade durante o séc. xix, sendo o mercado de D. Pedro o principal até 1 de dezembro de 1940, dia em que surgiu o mercado dos Lavradores. Nestes, dava-se preferência ao comércio dos produtos da terra, enquanto nas vendas se comercializava preferencialmente os produtos de fora. Em paralelo, existia a venda ambulante. Ao longo do séc. xviii, os estabelecimentos comerciais foram aumentando, como menciona Richard Lamar Bisset em

1766, na carta enviada da Madeira para Henry Hill, em Filadélfia, mas só no final da déc. de 60 do séc. xx começaram a surgir as grandes empresas de distribuição alimentar, das quais foi pioneiro o supermercado Bach, seguido de hipermercados. Retrata-se que, em 1971, a R. de Santa Maria detinha uma oferta comercial, maioritariamente alimentar, em que predominavam as mercearias, que eram nove.

Utensílios de mesa e de cozinha

A loiça originária de Portugal continental é referenciada logo no final do séc. xv, em que é citada a proveniência de louça por parte da vereação da Câmara Municipal do Funchal: “panelas do Porto”, “louça de Lisboa” e “louça de Setúbal” (COSTA, 1995, 100). Em 1667 e em 1699, relata-se a chegada de louça vermelha de Aveiro. Em 1670, ainda se verifica a chegada de louça amarela de Prado e, em 1682, de louça branca de Vila Nova de Gaia. Durante este séc. xvii, e para as classes mais abastadas, utilizar-se-ia a escudela, a tigela, o prato, os púcaros, as bilhas, as salseiras e os saleiros, de cerâmica comum ou vidrada.

No século seguinte, utilizava-se com maior frequência as peças de uso individual – a tigela, o prato e a escudela – e bebia-se em copos de vidro. A tigela era usada para cozinhar e servir alimentos, existindo assim a tigela de fogo de duas camadas e a tigela de comer. Verifica-se o uso da tigela para servir a batatada, um doce do séc. xvii. As escudelas são utilizadas para alimentos líquidos. Os copos não possuem muitos registos, pese embora surjam nas cerâmicas vidradas, sendo utilizados para a ingestão de líquidos. A salseira é um prato pequeno utilizado para servir condimentos à mesa. As salseiras e os saleiros existiam não só em cerâmica, mas também em madeira e em metal.

É descrita por Kate Brüdt, no início do séc. xx, a utilização de várias peças de cerâmica na cozinha madeirense, nomeadamente o alguidar, a bilha, a infusa e a púcara, e ainda peças de madeira como o pote (género de balde de madeira), a caneca e dois tipos de quarto. A caneca serviria para buscar água e o quarto

seria um recipiente para o sal. Os cântaros, os potes, as talhas e as anforetas eram outras peças de cerâmica para armazenar líquidos e sólidos, dando apoio à loiça da mesa. Os primeiros serviam para armazenar a água na cozinha, enquanto os segundos serviam para guardar mel, doce, banha, ou ainda para conter água e acompanhar o serviço de loiça à mesa. As classes mais abastadas possuíam ainda jarros ou bules de faiança portuguesa. No séc. xx, era comum utilizar-se uma panela de ferro com duas asas laterais e três pés.

Já no meio rural, e segundo Kate Brüdt, “a comida, quási sempre muito escassa, é deitada numa cesta em forma de prato, tampa. Geralmente põe-se a panela no chão e a tampa em cima, de maneira que esta desempenha ao mesmo tempo a função de coador. A família acocora-se em volta da tampa e cada qual tira o seu quinhão à mão” (BRÜDT, 1937, 86), verificando-se que os instrumentos para cozinhar eram rudimentares, existindo poucos tachos, ausência de talheres – fazendo-se uso das mãos para os substituir, situação que provocou a admiração e a reprovação dos Ingleses. No meio rural, destacavam-se ainda os cestos de vime com comida, de onde todos tiravam à mão. Os poucos utensílios utilizados eram feitos de madeira, a chamada de louça de pau, sendo pouco comum a presença de louça e verificando-se apenas alguns exemplares de colheres de metal com cabo cilíndrico e um artigo em ferro no séc. xviii. Foi apenas na segunda metade do séc. xix que começaram a aparecer os instrumentos de cobre e latão para a cozinha rural.

O forno assumia um lugar de prestígio social, e era uma exigência apenas em algumas casas, estando as restantes dependentes de um forno público servido por forneiros, que cobravam uma percentagem de cada alqueire de pão cozido. As casas solarengas do meio rural podiam apresentar mais do que um forno, utilizando-o para cozer o pão para a família, os colonos e os criados. No início do séc. xx, o meio citadino já estava servido de um conjunto variado de padarias que dispunham de pão fresco de manhã e de tarde, permitindo o seu consumo

em qualquer momento e a todas as refeições.

Devido à sua importância económica e cultural, desenvolveram-se diversos utensílios utilizados preferencialmente no fabrico de açúcar, como uma alçaprema, engenho de prensas manuais de onde o líquido passava para um tanque de madeira, seguindo depois para caldeiros de cobre para ferver; era então colocado em moldes de cerâmica maioritariamente para a confeção de pão de açúcar. A exportação do açúcar fazia-se em caixas de madeira de cedro e til, que eram barreadas nas juntas, de forma a não entrar humidade, ou ainda em recipientes de barro.

No Porto Santo, os cereais e outros alimentos eram armazenados em matamoras, furnas ou buracos subterrâneos com uma cobertura disfarçada, abertos em rochas ou solos secos. Graças à importância dos cereais na base alimentar dos madeirenses, eram valorizados os meios de transformação dos mesmos para a obtenção de farinha, usando-se vários tipos de moinhos – movidos a água (azenhas), por animais (atafonas) ou a vento, muito peculiares no Porto Santo por esta ilha não dispor de cursos de água. Até 1821, os moinhos eram um privilégio exclusivo dos capitães, que cobravam sobre todos os que aí moessem cereais. As atafonas perduraram até à déc. de 50 do séc. xx. Em 1827, existiam 2 moinhos de vento e, em 1927, já eram 29. Relata-se que, em 1863, existiam no total 369 moinhos, perfazendo um total de 313 em 1912. A moenda industrial de trigo surgiu em 1890, com duas fábricas, a que se junta outra em 1900. Ramon Rodrigues descreveu, em 1955, 350 azenhas e 4 fábricas (Lavradores, Pelourinho, Insular de Moinhos, e Marques Teixeira & C.^a Lda., para moenda de milho).

Produtos alimentares

Hortícolas e frutícolas

Abordando detalhadamente cada grupo alimentar, e começando pelos produtos hortícolas e frutícolas, os mesmos foram desde sempre abundantemente cultivados na ilha da Madeira. Nas hortaliças, destaca-se a cebola, a couve, o feijão, o feijão-verde (tradicionalmente

designado vaginha), a maçaroca, a pepinela e a cebola. A couve terá sido introduzida na Região aquando do povoamento, conforme corroborado na obra *As Saudades da Terra*, que refere esta hortícola como abundante. Já Carlos Azevedo de Menezes, em 1914, refere o seu cultivo tanto na Madeira como em Porto Santo, em especial a couve tronchuda e a couve repolho, cujo cultivo se continuou a fazer nas bordaduras dos poios, para o aproveitamento máximo da terra arável.

O feijão-verde era um dos legumes que constituíam o prato dos camponeses e um dos principais acompanhamentos para carnes e peixes, pois encontrou aqui condições excelentes para o seu cultivo. Carlos Azevedo de Menezes, em 1917, refere-o como estando cultivado por toda a Ilha. No princípio do séc. XIX, já existia pepinela na Madeira, mas era comumente conhecida pelo nome de “pepinos nelas”. A abundância das suas produções e a sua adaptabilidade aos diversos climas permitiram que, rapidamente, fosse incluída na dieta dos madeirenses na generalidade dos concelhos. Não sendo conhecida a data exata da introdução da cebola na Madeira, esta disseminou-se rapidamente pelos diversos concelhos, tornando-se um elemento-chave em diversos pratos da gastronomia regional.

As frutas fizeram desde sempre parte da alimentação dos madeirenses, tendo a sua produção uma grande importância económico-social para a Região. Devido às características do solo, à amenidade do clima e às obras de condução da água, foi possível encontrar frutos tropicais, para além dos mais usuais, como as peras e maçãs.

A banana é, sem sombra de dúvida, uma das frutas de eleição do arquipélago, sendo considerada uma importante fonte de riqueza: é o terceiro produto alimentar e o primeiro fruto produzido na Madeira para exportação, encontrando-se disponível durante todo o ano na Ilha. A sua presença na Madeira é remota, ocorrendo referência à cultura da mesma primeiramente no texto de Thomas Nichols, em 1552 e, depois, no de Pompeo Ardití, em 1567. Os colonizadores portugueses iniciaram o cultivo das bananeiras, sendo a mais antiga referência na Ilha datada de 1687, no testemunho

de Hans Sloane, repetido por John Ovington, em 1689, que a definiu como um fruto proibido – todavia, esta deveria ser uma espécie distinta da hoje cultivada. Existem inúmeras variedades, destacando-se a banana de prata, a banana-anã, a banana-terra e a banana-maçã. É consumida essencialmente às refeições, ou utilizada nas sobremesas ou como acompanhamento de pratos principais, sendo indispensável no típico filete de espada.

Conhecido como fruto-da-paixão, não há uma data clara para a introdução do maracujá na Região, mas sabe-se que, até finais da déc. de 30 do séc. XIX, era exportado para Londres. Devido ao clima subtropical da Ilha, esta possui um cultivo acentuado do fruto, muito apreciado pelos visitantes e utilizado em doces, licores, poncha e ainda na pastelaria.

Com casca áspera e de cor verde ou arroxeada, polpa cremosa e um grande caroço no centro, a pera abacate é um fruto de origem subtropical, que se adaptou perfeitamente à ilha da Madeira. Foi introduzida no séc. XIX, sendo o terceiro fruto mais exportado na Madeira, a seguir à banana e à anona. A pera abacate é usada maioritariamente em entradas, acompanhamentos e sobremesas.

Cultivada há muito tempo na costa sul da Madeira, a anona é uma das frutas mais conhecidas e apreciadas da Região, com uma polpa branca e um sabor exótico e agradável. Segundo José E. Mendes Ferrão, esta fruta pode ser consumida às refeições como sobremesa ou a qualquer outra hora do dia, sendo também utilizada no fabrico de licores e na doçaria.

Cereais

Os cereais encontram-se desde sempre na base da alimentação madeirense, nomeadamente o trigo, o milho, a cevada e o centeio. A abundância destes cereais contribuiu, num determinado período de tempo, para o elevado consumo de pão e papas e para a produção de doces, comprovando-se esta tradição cerealífera pela existência de vários fornos e padarias familiares.

O trigo era utilizado para o fabrico de pão, sopas, frangolho, cuscuz, papas, rosquilhas,

entre outras preparações culinárias. No *Elucidário Madeirense*, referem-se duas espécies de trigo cultivadas no arquipélago da Madeira – *Triticum aestivum* e *Triticum polonicum* –, sendo a primeira muito vulgar “em todas as freguesias” e a segunda “pouco cultivada, só existindo na freguesia do Caniço”. Saliente-se que esta segunda espécie, não voltou a ser assinalada na Madeira depois de fins do primeiro quartel do séc. xx (SILVA e MENESES, 1998, III, 377).

O cuscuz é um granulado derivado da farinha de trigo, tendo sido anteriormente alimento de ricos e de pobres. Nas casas senhoriais, era elaborado o cuscuz de ricos, especialmente durante o verão, para secar e ser utilizado principalmente no Natal. O cuscuz dos pobres era menos temperado e muito usado nas freguesias rurais. Era ainda habitual a confeção de papas de farinha com açúcar para o almoço, e, quando não havia cevada para fazer café, torravam o trigo e moíam. A produção do cuscuz resulta da influência magrebi-na sentida em Portugal, patente no facto de a palavra “cuscuz” provir do árabe “kuskus”, derivado de “kaskasa”, que significa bater, ou da expressão berbere “k’seksu”, que traduz bem formado ou enrolado. Todavia, com a evolução dos hábitos alimentares, o cuscuz quase desapareceu da mesa dos Portugueses do continente, e Teófilo Braga, em *Povo Português nos Seus Costumes e Tradições*, de 1885, só o refere precisamente na Madeira, afirmando “fazem-se cuscuz, e leva-se de presente a papada aos fidalgos” (BRAGA, 1885, 174). Também na Madeira, a preparação do cuscuz é resultado da influência mourisca na cultura gastronómica insular, em especial, a partir dos sécs. xv-xvi. Atestam-no os mais importantes historiadores madeirenses da primeira metade do séc. xx – Eduardo C. N. Pereira, Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes. Outro grande estudioso das coisas da sua terra, Alberto Artur Sarmiento (1858-1953), salienta que da presença dos mouros na Madeira ficou este alimento, constituído por massa granulada de farinha de trigo, normalmente aromatizada com coentro ou segurelha, apreciado e consumido pelas classes

pobres em ocasiões solenes, acompanhado com carne de porco. A herança árabe deste alimento é corroborada pelo visconde do Porto da Cruz que, no suplemento *Das Artes e da História da Madeira* de *O Jornal* de 1 de maio de 1949, acrescenta que, além de ser um dos pratos mais divulgados e considerado como magnífico, para a sua confeção é “necessário trabalho e habilidade” (GOMES, *O Jornal*, 29 maio 1949, 227-228).

Todavia, e como descrito anteriormente, o cultivo do trigo foi diminuindo ao longo do tempo, graças à preferência dos agricultores por culturas mais lucrativas como a cana-de-açúcar e a vinha. Mesmo assim, o trigo continuou a deter uma importância destacada na alimentação dos madeirenses. Assim, em meados do séc. xx, a capitação média do consumo de trigo era de 74 kg, sendo a do milho de 55 kg. Desta forma, a Madeira consumia cerca de 40.000 t de importação, quando um século antes era de 10.500 t, o que significava que a Ilha apenas dispunha de 11 % do trigo e de 6,4 % do milho na produção regional.

O milho foi introduzido na Região posteriormente ao cultivo da cana-de-açúcar. Pode ser consumido em grão, cozido, escaldado ou estraçoado em sopa, ou sob a forma de farinha, fazendo-se uma papa, com a qual se produz o conhecido milho frito que acompanha muitos dos pratos da gastronomia local. A partir de finais do séc. xix, a maior disponibilidade do milho e o seu preço fizeram com que este cereal assumisse uma posição dominante na dieta alimentar, havendo uma nova revolução alimentar, afirmando-se o milho claramente na dieta popular, sob a forma de pão ou de farinha. Transformou-se na base da mesa madeirense na primeira metade do séc. xx, tendo apenas as guerras mundiais condicionado o seu consumo e conduzido a novas crises de fome. Já nas décadas de 70 e 80, o milho era a base da alimentação das populações mais pobres. No *Diário de Notícias* de 4 de setembro de 1941, lia-se: “o milho é, há muitos anos, um elemento fundamental da alimentação das nossas classes menos remediadas. Barato, de

fácil preparação e de forte poder alimentar, nenhum produto da terra o pode substituir ou sequer igualar”. Daí terá surgido a expressão popular “vai-se ganhando para o milhinho...”. Era tal a importância deste produto junto dos menos afortunados, que, em 7 de agosto de 1943, foi feito um apelo, pelo articulista do mesmo jornal, às classes mais abastadas para que reservassem o privilégio do consumo do milho aos pobres.

O cultivo de arroz foi apenas retratado em 1918, em São Vicente, quando um cultivador português teve uma boa produção, não tendo havido novas produções para aproveitamento deste tipo de cultura.

Tubérculos

Os tubérculos, tal como os cereais, fazem parte da base alimentar madeirense. A batata-doce surgiu na Ilha entre os sécs. XVI-XVII, sendo referenciada como o principal alimento de sustentabilidade do camponês na déc. de 70 do séc. XVIII. São inúmeras as variedades cultivadas na Região. Para além de fazer parte das refeições principais, cozida ou assada, é usada na doçaria, para confeccionar bolos ou pudins. Devido à sua ótima adaptação ao solo, começou a ser introduzida na composição do pão, depois de cozida e esmagada, tornando o pão mais saboroso e macio.

Presume-se que o inhame da espécie *Colocasia esculenta* tenha sido introduzido em 1640, sendo no início do séc. XVIII um dos alimentos que constituía a base da alimentação da população e considerado, segundo Agustina Bessa-Luís, o legume do pobre, quase o pão do colono. Existem duas variedades, uma branca e uma vermelha. Era conhecido como maná da terra, segundo uma descrição feita em 1710 na igreja de São Pedro. É um tubérculo que foi caindo em desuso após a introdução da batata-doce e da batata. Porém, manteve-se a sua utilização nos pratos festivos da Páscoa, em algumas localidades.

O brighalhó (*Arum italicum* Mill. subsp. *canariensis*) é uma planta nativa da Madeira, do qual se pode consumir os tubérculos, de aspeto semelhante a um inhame pequeno, sendo

habitualmente colhido nos meses de abril, maio e junho, especialmente na freguesia do Curral das Freiras, em Câmara de Lobos, onde, dada a dificuldade que a população daquela localidade tinha em obter alimentos, o recurso a esta planta espontânea foi, em tempos, o único modo de saciar a fome. Todavia, este tubérculo só pode ser consumido após uma longa cozedura, de 24 h, com azedas (*Rumex maderensis*) e muita água, já que a planta tem uma toxina que a impede de ser consumida de outro modo. Depois de cozido, pode ser consumido assim ou frito, servindo de acompanhamento ao atum de escabeche, e podendo ainda ser utilizado para preparação de bolos.

A batata difundiu-se na Madeira no princípio do séc. XIX, estando, porém, a sua presença na Ilha documentada desde 1760. Segundo Cardoso, o nome semilha dado à batata pelos madeirenses deriva da palavra espanhola “semilla” (semente), que era escrito nas etiquetas das caixas que acompanharam as primeiras sementes do tubérculo para a Região. Teve na Irlanda o principal centro difusor, e a sua generalização na Ilha aconteceu apenas no princípio do séc. XIX, tornando-se rapidamente no produto de eleição de subsistência madeirense, retirando o lugar aos cereais. Porém, em 1842, o míldio atacou este tubérculo, sendo a Madeira vítima dessa situação entre 1846 e 1847. Em 1847, o próprio Gov. José Silvestre Ribeiro testemunhou a situação, observando que a batata era há longos anos o alimento principal dos camponeses, que viviam sofrivelmente mesmo quando as colheitas eram abundantes.

Pão

O pão é um alimento diário desde a mais remota antiguidade, sendo parte integrante nas casas dos madeirenses desde o povoamento. Como refere João José Abreu de Sousa, em *História Rural da Madeira – A Colônia*, “coexistiam as culturas da cana, a mais importante e lucrativa, que atraía os mercadores italianos e flamengos, como a das vinhas. Havia ainda, além das hortas, terras para searas, que o sistema alimentar da população continuava a ser o

mediterrânico, baseado no consumo de pão e vinho e azeite, este, naturalmente, importado” (SOUSA, 1994, 14). Era muitas vezes de fabrico caseiro ou de padarias de profissão. Quando ficava duro, fazia-se açorda, água de alhos ou água de batatas. A água de alhos era temperada com banha de porco e fazia parte da mesa dos camponeses, chegando muitas vezes a substituir o café. No espaço rural da Madeira, manteve-se bem preservada a tradição secular do fabrico próprio de pão, seja para consumo familiar, seja para troca mais alargada.

O pão escuro ou trigueiro era o pão dos mais pobres, sendo vendido nas padarias a um preço mais baixo, enquanto o pão branco era mais caro. Dentro dos vários tipos de pão na Madeira, salienta-se o pão de casa, o bolo do caco, o pão de centeio, o pão de milho, e ainda o pão doce ou bolo de noiva. Alguns destes pães, como o pão de casa e o bolo do caco, apresentam um denominador comum, que lhes confere atributos finais particulares e distintivos, que é o facto de incorporarem a batata-doce. Outro fator diferenciador consiste em a sua cozedura ser realizada em fornos a lenha, alguns deles ainda construídos com cantaria de forno, cantaria mole de cor vermelha acastanhada específica da ilha da Madeira, a qual corresponde aos tufos ou às consolidações de lamas vulcânicas. Este material foi muito utilizado no fabrico de fogareiros e de aduelas de fornos, equipamentos estes geralmente de forma semicircular de abóbada troncada.

A receita base do pão é composta por uma mistura de trigo, de fermento (de padeiro ou massa lêveda), de água e de sal, mas é a batata-doce que, inegavelmente, contribui para conferir o carácter distintivo do típico pão de casa. De facto, este tubérculo confere à massa do produto características sápidas e de aroma inconfundível e o seu uso só poderia estar relacionado com a tradição, a importância e a disseminação desta cultura agrícola no território, desde o séc. XVI. A sua cultura permitiu substituir parte do trigo que compunha a massa panar, cereal sempre escasso na região, logo, difícil de obter e caro, sobre o qual a batata-doce

apresenta várias vantagens, como proporcionar um maior usufruto, através de amassaduras mais frequentes, visto que é um produto com uma consistência mais macia e mole, e com melhor sabor.

Os pães de casa são diferentes nas várias localidades. Ainda que partindo de uma base semelhante, composta por farinha, batata-doce, fermento, água e sal, podem utilizar uma maior ou menor variabilidade de ingredientes e de modo de preparação, sendo de destacar o pão de casa de Santana e o de Gaula, este último amassado num alguidar de madeira.

A origem do bolo do caco é muitíssimo remota e tudo indica dever-se à influência árabe na sociedade madeirense, a qual data do séc. XV. Esta presença está diretamente relacionada com a cultura da cana-de-açúcar e a primeira fase da implantação da vinha, com a contribuição para a economia do arquipélago da chegada à Ilha dos primeiros escravos guanches e de origem marroquina e africana, que procuraram a Região devido à escassez da mão de obra braçal necessária para culturas como a de cana sacarina. O bolo do caco ter-se-á facilmente incluído nos hábitos alimentares dos primeiros núcleos rurais, não só pelo convívio com a comunidade e a cultura árabes, mas igualmente por envolver um processo de cozedura simplificado e fácil de resolver com materiais disponibilizados pela própria natureza litológica da ilha da Madeira, como as lajes de pedra de tufo. Nos primeiros séculos da história insular, se o pão era um bem essencial, a sua cozedura não deixava de ser mais ou menos espaçada no tempo, e feita em fornos de logradouro comum “primitivamente criado pelo infante D. Henrique com tributação duma poia por cada fornada a benefício do Donatário” (VIEIRA, 2006, 8).

O pão de casa e o bolo do caco eram confeccionados com a farinha trazida do moinho. O bolo do caco, com forma redonda e achatada, é assim designado devido ao facto de ser cozido sobre um caco de telha, que se coloca sobre as brasas. Posteriormente, começou a ser cozido em cima de uma chapa ou pedra. Preparava-se com uma massa equiparável à do

pão normal, mas que era mais trabalhada para ficar bastante mole, deixando-a fermentar menos. O pão doce ou bolo de noiva era, como o próprio nome indica, confeccionado nos casamentos e oferecido aos convidados. É amassado à mão e inclui erva-doce, que lhe confere um sabor peculiar, e cozido em forno a lenha sobre folha de couve, antes da enformação do pão. Após a cozedura, a sua crosta é untada com manteiga.

No Caniçal e no Paul do Mar, a noite de 23 para 24 de dezembro é chamada a noite do pão, por nela todos cozerem o pão para a festa. Amassa-se e coze-se o pão durante toda a noite, porque não há fornos em todas as casas.

Sopas e caldos

As sopas eram inicialmente bem grossas, constituídas essencialmente por legumes, e as mais conhecidas eram a de frangolho, a de gofe, a de trigo, a de milho escaldado, a de couves, a de boganga, a de saramago, a de feijão, a de agrião, a de ervilha seca, e a de tomate e cebola. Existia ainda a açorda, a canja, a sopa de peixe e o caldo da romaria. Era tipicamente utilizada pelas famílias uma panela de ferro para cozer este tipo de alimentos. As sopas constituídas maioritariamente por legumes foram progressivamente enriquecidas com raízes, leguminosas, cereais, carnes ou peixes, algumas vezes temperados com vinho. Ao longo do tempo, as sopas foram adquirindo uma consistência menos sólida, com característica de caldos e creme.

O frangolho, que no séc. XXI raramente se confeciona, era uma espécie de papa elaborada com farinha de cevada ou trigo, moídos em moinhos de mão. Maria Zita Cardoso descreve a receita de sopa de gofe do monte, muito popular no séc. XIX: água, cenoura picada, nabo, cebola, feijão ou feijoca, batata-doce picada, folhas de couve picadas, pedaços de abóbora amarela ou moganga, carne de porco e carne de vaca salgadas, cevada torrada moída e peneirada, sendo uma sopa dura, de cor escura e cheiro a cevada.

A tradicional sopa de trigo era confeccionada com trigo pisado, batata, batata-doce,

feijão, couve, cenoura e abóbora, podendo ainda utilizar-se carne de porco. Este prato, o alimento dos homens que cultivavam a terra e que precisavam de algo para restabelecer as forças, tornou-se uma das iguarias da Região. A canja de galinha caseira era servida em chá-venas, com miudezas picadas e ovos cozidos, e destinada a crianças e doentes. Era ainda frequente no Natal e na primeira oitava, quando todos os familiares eram convidados para ver a lapinha, nos festejos de cama dos noivos ou despedidas de solteiros. Passou, entretanto, a ser enriquecida com canela e perfumada com vinho Madeira.

A sopa de boganga é muito característica das freguesias da costa norte da Ilha, sendo a boganga uma abóbora de cor branca, sabor insípido ou mesmo desagradável para os visitantes da Ilha. Mas os habitantes, particularmente das classes mais baixas, “comem-na com prazer, sobretudo quando nela entram as favas, os feijões ou quaisquer outras hortaliças” (SILVA e MENESSES, 1998, 649). A açorda madeirense surgiu numa época de escassez alimentar, utilizando-se pão duro, ovo, alho, segurelha, orégãos, azeite e água. A sopa de peixe era muitas vezes confeccionada com massa fina, ou ainda com pão, sendo utilizado o peixe disponível, tomate, segurelha e orégãos. O caldo da romaria era característico do concelho de São Vicente, particularmente do arraial de Nossa Senhora do Rosário, bem como de São Jorge, onde utilizavam particularmente as sobras das espetadas dos arraiais. Era confeccionado com o aproveitamento das costelas da carne da espetada, cebola, tomate, cenoura e batata. Existiam ainda as sopas de leite, compostas por pão embebido no leite, e destinadas a crianças e idosos.

Lacticínios

São escassos os dados acerca do consumo dos lacticínios na ilha da Madeira. Em meados do séc. XIX, eram produzidos anualmente cerca de 900 a 1500 l de leite, provenientes das vacas de raça cruzada. Segundo o agrónomo Eduardo Grande, este fornecimento podia ir até aos 1770 l nas freguesias desde a Ribeira da Janela até à dos Canhas.

O fabrico de manteiga era inicialmente rudimentar, com o escasso leite a ser colocado em vasilhas até se obter a nata suficiente para coagular. O método de salgar não era o mais correto e o produto obtido era de baixa qualidade. Em 1870, já se fabricava manteiga para competir com a que era trazida do estrangeiro, sendo em meados do séc. XIX proveniente maioritariamente de Inglaterra. Quarenta anos depois, a manteiga que se produzia já era suficiente para o abastecimento na Ilha e ainda se exportava para Lisboa, perfazendo um total de 129 kg em 1881, e de 48.124 kg em 1893. Em 1895, surge uma fábrica em Santo António da Serra, mandada construir por Adolfo Burnay, que produzia manteigas e queijos. Em 1920, a Ilha chegou a exportar para Lisboa e para África 450.000 kg de manteiga, com um consumo local de 110.000 kg. A época áurea na indústria dos lacticínios da Madeira foi nas décadas de 1920 e 1930, quando existiam 22 fábricas de produção de manteiga.

Relata-se que o leite de cabra era desaproveitado, numa produção anual de cerca de 200 a 250 l, por volta de 1913. O requeijão é, sem dúvida, o único queijo de destaque na gastronomia madeirense. A sua introdução na Madeira dá-se logo no início do povoamento, que trouxera consigo esta técnica de Portugal continental. Todavia, as adaptações fizeram com que o seu modo de fabrico, assim como a sua textura, o seu sabor e a sua composição o tornassem totalmente distinto e único. Cecílio Gomes da Silva, no seu artigo “Figuras e costumes”, faz alusão à singular figura de quem vendia requeijão porta à porta, referindo a figura da “camacheira do Requeijão” que, chegada a Páscoa, andava a vender leite coalhado em forma de discos irregulares, dispostos num largo cesto de vime equilibrado no alto da cabeça, sobre a indispensável rodilha. Estes cestos eram forrados com folhas de feiteira, sobre as quais se acomodavam as fatias do requeijão entre folhas de couve, tudo coberto com uma toalha de linho. O derivado do leite era muito apetecido pelos funchalenses, que o consumiam fresco e o usavam na preparação e confeção de doces.

Carne

Na vertente proteica, o menu era variado, consumindo-se galinha, vaca, peru, frango, porco, leitão, coelho, carneiro e cabrito, sendo as carnes de criação doméstica as mais utilizadas. Mesmo assim, é notória, desde o séc. XV, a falta de tradição de criação de gado para a engorda e o abate, gerando um défice na oferta dos açougues e da necessidade de estabelecer uma regra para a sua venda, facto que levou algumas instituições a solicitarem à Coroa a possibilidade de disporem de açougue próprio. Aconteceu assim com a Sé do Funchal, o Colégio dos Jesuítas e os conventos, tendo-se permitindo o abastecimento destas mesas com regularidade, uma vez que estavam livres das regras que regiam o mercado. A título exemplificativo, no Convento da Encarnação, a mesa dos sécs. XVII e XVIII era farta, como já se referiu. As freiras reuniam-se diariamente para duas refeições: o jantar e a ceia, onde a carne era abundante.

A carne de galinha era tipicamente servida com pão usualmente demolido nos dias festivos, nomeadamente no Advento, na Quaresma, no Natal, na Páscoa e no dia de Santa Clara. A mesma era também utilizada para a canja. Quando se refere carne de vaca, é essencial referir-se primeiramente ao seu ex-libris, a tradicional espetada feita em pau de louro, com a carne cortada em pequenos cubos, temperada com sal, louro e alho, e grelhada em carvão. É uma iguaria típica que não pode faltar nos arraiais madeirenses, tornando-se, a partir da segunda metade do séc. XX, um prato indispensável e uma especialidade emblemática, digna de cartaz turístico. Porém, inicialmente, a espetada era popular apenas entre os romeiros e excursionistas e só estes a consumiam. A partir da década de 60, quando o nível de vida subiu, passou então a ser consumida pela maior parte da população, pelo menos na refeição do dia santo ou do domingo. A título de curiosidade, o Estreito de Câmara de Lobos é considerado o berço da espetada, pelo facto de, na década de 50, Francisco da Silva Freitas, proprietário de um pequeno bar no Estreito, que deu origem ao restaurante As Vides, ter

introduzido no seu estabelecimento a espetada como especialidade gastronómica, hábito que rapidamente se estendeu por muitos restaurantes da Ilha, onde se instalaram mesas com estruturas em ferro no centro, das quais se penduram os espetos.

O picado ou picadinho de carne é muito comum nos restaurantes de toda a Região, sendo assim designado por ser servido numa travessa partilhada por várias pessoas, que picam esta iguaria com um garfo ou um palito. A carne é cortada aos cubos, temperada com alho e sal, e frita, e acompanhada por batatas fritas. Posteriormente, foram criadas outras variantes, como o picado de polvo, de lulas, de espada e de frango. Em casas mais ricas, preparava-se ainda língua afiabrada, miudezas, fígado, bofe e mão de vaca como geleia, que era usada como fortificante.

No que diz respeito à carne de suíno, um dos pratos mais conhecidos é a carne de vinho e alhos ou vinha-d'alhos, em que a carne de porco é cortada aos cubos e vai a marinar num alguidar em vinho, vinagre, alho e louro. É um prato muito típico da época natalícia, em substituição à posta de bacalhau, preparado no dia 8 de dezembro, dia da Imaculada Conceição, ou ainda, no dia 18 de dezembro, dia de Nossa Senhora do Ó ou do Parto, quando se dá a matança do porco. Este é, imemoravelmente, o dia de festa por excelência, começando de madrugada, quando um grupo de quatro a cinco homens se dirigem para o chiqueiro, atam uma corda à volta do pescoço do porco e o encaminham para fora, onde o seguram, acertando-lhe o matador com um golpe de faca. O que não for consumido na época natalícia é conservado na salgadeira e consumido ao longo do ano. As partes do porco são também aproveitadas, nomeadamente as patas e as orelhas, para a elaboração dos conhecidos dentinhos ou petiscos. O sangue pode ser utilizado num guisado, ou em sarapatel, um prato elaborado com sangue, banha e fígado cozido de porco, que, segundo Thierry Proença dos Santos, caiu em desuso. O coração, o bofe, a fressura, a linguça e o debulho, ou seja, os intestinos, também são muito utilizados. A cabeça é salgada,

para ser cozida posteriormente, com couve e batata nova.

Em menor proporção de consumo, encontra-se o coelho, tipicamente consumido em vinha-d'alhos ou guisado, o carneiro, comum na mesa conventual e senhorial, e o cabrito, típico na Páscoa, e popular nas famílias mais numerosas.

O cozido madeirense é um prato que é confeccionado numa grande panela e cozido a lenha, processo que lhe confere um sabor específico, com uma base de carne de porco salgada, enchidos, batata-doce, batata e legumes como a couve, o nabo e a cenoura, sendo acompanhado por arroz ou cuscuz. Antigamente, utilizava-se um cuscuzeiro para cozer o cuscuz, que era preparado pelas famílias com o trigo que era colhido.

O panelo é considerado mais uma festa do que apenas um prato. A tradição pertence ao Seixal e remonta à Segunda Guerra Mundial, quando um grupo se deslocava ao Chão da Ribeira para tratar do gado: levavam carne de porco salgada das sobras do Natal e utilizavam as couves, as batatas e outros legumes colhidos. No séc. XXI, esta tradição é cumprida a rigor, colocando-se no palheiro os fogareiros com a lenha, onde é cozido este manjar, composto por carne de porco salgada, enchidos, batata, batata-doce, inhame, espigos e aromatizado com tomilho. Depois de aproximadamente três horas de cozedura, tudo é vertido para cima de uma toalha de mesa de linho, ou ainda no chão sobre uma cama de folhas de couve.

Peixe

Sendo a Madeira uma ilha, o peixe foi, desde sempre, um alimento de excelência para os madeirenses, e a base da alimentação das freguesias litorais da Madeira e do Porto Santo, que acompanhava os produtos da terra. O peixe era transportado para as diversas freguesias do interior dentro de selhas, vasos ou tinhas, que eram colocadas à cabeça pelos negociantes, para depois ser trocado por produtos hortícolas. É de salientar o facto de o peixe ser um dos produtos alimentares mais procurados pelo povo na

época da Quaresma, visto ser uma época em que a população não consome carnes.

O gaiado, a gata, a cavala, o chicharro e o atum eram os peixes consumidos pelas classes menos favorecidas, sendo estes mais comuns no litoral sul. O peixe gata, segundo Abel Marques Caldeira, é considerado um substituto do bacalhau, com maior consumo na freguesia de Câmara de Lobos. Nos começos do séc. xx, dificilmente se provaria no norte este peixe, pois não havia menção desta espécie na faina dos pescadores, *e.g.*, da Ponta Delgada. Nesta zona, e à época, era a salema a espécie frequente na mesa dos habitantes. Era também usual nesta zona a pesca da dourada, do salmonete e do goraz, denominados peixes finos, pois só as famílias mais abastecidas os consumiam. Para além de poder ser consumido cozido, frito, assado ou grelhado, o peixe, principalmente nestas freguesias do litoral, podia ser seco, salgado, e posteriormente conservado em vinagre, designado escabeche, ou submetido a outros processos de conservação. É ainda e muitas vezes confeccionado sob a forma de cebolada, escabeche ou guisado, sendo a espada de cebolada e o atum de escabeche iguarias muito conhecidas na região.

Uma das iguarias típicas da Ilha é a caldeira, em que apenas se utiliza um peixe, espada ou atum, sendo hábito, nesta última, deitar macarrão, arroz ou pão, e a caldeirada, confeccionada com vários peixes. Estes dois pratos são uma espécie de caldo, temperado com vinho branco e várias especiarias, como colorau, cravinho, alcepás (pimenta da Jamaica, *Pimenta dioica*), perrexil (*Crithmum maritimum*), salsa e louro, normalmente acompanhado de batata-doce ou batata.

Nos restaurantes populares do meio citadino, era e ainda são típicos o atum e a espada. Na déc. de 30 do séc. xx, o peixe-espada preto (*Aphanopus carbo*) era vendido na praça de peixe do Funchal e considerado o mais barato, mais abundante e de fácil transporte. No séc. xxi, é considerado um recurso com elevada importância explorado na Ilha, estando as principais zonas de pesca localizadas na costa sul da Ilha. O filete de espada é um dos

pratos típicos madeirenses mais memoráveis, sendo temperado com sumo de limão e sal, envolto numa mistura de farinha e ovo, e frito. Da espada extraem-se ainda as ovas, que se fritam e regam com azeite e vinagre, condimentando-as com cebola e salsa, sendo esta uma iguaria muito utilizada para entrada.

As classes mais favorecidas privilegiavam o cherne, o pargo (*Pagrus pagrus*), o bodião (*Scarus cretensis*) e a garoupa (*Serranus atricauda*). Na déc. de 60 do séc. xx, surgiu a castanheta, o peixe-verde, a truta, o peixe-carneiro (*Scorpaena scrofa*) e o sargo. Gradualmente, começaram a aparecer outras espécies, como a abrótea (*Phycis phycis*), o arenque, a bica (*Sphyaena viridensis*), a bicuda, o besugo (*Pagellus acarne*), o badejo (*Myxoperca rubra*), o alfonsim (*Beryx splendens*), o encharéu (*Pseudocaranx dentex*), o espadarte ou peixe-agulha, o peixe-cravo (*Lampris guttatus*) e o peixe-porco (*Balistes capriscus*).

O marisco é também comum nas zonas piscatórias da Ilha, como é o caso das lapas (*Patella spp.*), antigamente apanhadas pelas mulheres nos calhaus de pedras musguentas, dos polvos (*Octopus vulgaris*), apanhados pelos homens com físgas tridentes, ou ainda dos caramujos, das lulas (*Loligo vulgaris*), do camarão, do caranguejo (*Chaceon affinis*) e dos búzios (*Charonia lampas*). As lapas são uma das especialidades mais apreciadas pelos locais e visitantes, servindo como entrada, salteadas com manteiga de alho numa frigideira redonda de paredes baixas e com cabo, feita de chapa de ferro, e regadas com limão. Por sua vez, os caramujos (*Osilinus atratus*) são uma espécie de caracóis do mar, servidos como entrada, com uma simples cozedura em água, sal e alho.

Sal

O sal foi, tal como os cereais, um produto dependente do exterior, sobretudo de Portugal continental. Houve, aquando do processo de povoamento da Ilha, um regime de monopólio da importação e venda do sal por parte dos capitães do donatário, concedido pelo infante D. Henrique. Porém, se este não fosse corretamente exercido pelos capitães, os madeirenses

poderiam importar e executar as transações do produto. Existem várias evidências da escassez de sal durante os sécs. xv e xvi, em virtude de conflitos de poder entre os capitães e o município, que fiscalizava a venda deste produto ao povo, existindo uma especulação quanto ao preço. A falta de sal era evidente no séc. xvii, mais particularmente em 1650, na correspondência particular de Diogo Fernandes Branco, na qual se pode ler “não há” e “Também há falta de sal que por nenhum preço se acha o último se vendeu a 8\$ reis [o] alqueire o seu preço ordinário é por 50 e 60 reis [o] alqueire” (VIEIRA, 1996, 182 e 193). Em 1729, a Câmara do Funchal requisitou navios carregados de sal.

No que diz respeito ao fabrico de sal na Região, verifica-se no séc. xviii a implementação de indústrias de extração de sal marinho, descritas em 1798 por Adriano Ribeiro. Em 1792, Thomas Eduard Watts havia adquirido uma licença para uma fábrica de pescarias e salinas na Praia Formosa. Anteriormente, este autor refere que existiam marinhas para extração de sal para a salga de peixe na foz da Ribeira de Machico e no calhau do Porto da Cruz.

Relativamente à utilização de sal como meio de conservação dos alimentos, é referenciada, em 1694, a salmoura de carne de vaca e porco no copiadador de cartas de João de Saldanha Albuquerque, comerciante, governador e capitão general da Madeira, sendo referido, em “Memória de que há de vir da ilha de S. Miguel” um “caxão” de “4 de carne de vaca de boa salmoura e mais um de 4 de carne de porco da mesma sorte” (*Id.*, 1998, 187). A salga do peixe para os maus dias, ou para os populares de classe média e baixa também era referenciada: “[a] população média e baixa valia-se do peixe salgado quer em salmoura quer seco ao sol” (RIBEIRO, 2001, 76).

Doçaria

A doçaria típica possui inúmeros testemunhos reveladores da arte dos madeirenses no fabrico destes produtos, tendo as religiosas um papel preponderante neste tipo de manjar. A doçaria, resultante, em grande medida, da elevada produção de cana-de-açúcar no séc. xv, foi

inicialmente implementada no Convento da Encarnação no Funchal e fomentada pelas freiras do Convento de S.^{ta} Clara, sendo esta considerada a organização económica mais importante dos sécs. xvii e xviii. As freiras não só confeccionavam para produção local, mas também para o Brasil, a Flandres e os Países Baixos. De facto, com o apogeu da cana sacarina, a doçaria madeirense evoluiu para um conceito de grande qualidade e muito apreciado nas classes mais abastadas e nobres. Foi realmente nos conventos que surgiram os seguintes doces registados: alfenim, bolo de mel, bolo da sorte, amêndoas frisadas, queijadas, suspiros de ovos acastelados, lágrimas de gemas de ovos, pão de ló do Porto Santo, canelão de abóbora, talhada de cidra e cavacas, entre outros.

Com a extinção dos conventos, as receitas tradicionais da doçaria estenderam-se às pastelarias, tornando-se assim conhecidas e apreciadas por todos. Em Machico, terra de fortes tradições açucareiras, as mais conhecidas eram a Casa de Chá Paradise e a Confeitaria Mariazinha. A confeção da doçaria caseira era realizada sobre folhas de bananeira e fundos de flandres, que substituíam os posteriores tabuleiros, protegidos com papel recortado. Com o passar do tempo, foram-se simplificando e industrializando as receitas, perdendo-se um pouco da verdadeira arte e do segredo da sua preparação.

No séc. xix, a divulgação da doçaria foi manifestada em confeitarias, sendo uma das mais famosas a Pastelaria Felisberta e a Casa Payne. Presume-se que a tradição do chá e dos sa-raus dançantes tenha contribuído para a valorização da doçaria no quotidiano. Na déc. de 20 do séc. xx, a cidade tinha 11 confeitarias. Era ainda habitual oferecer doçarias aos familiares e chegados nas festas de casamento, nas procissões, no Natal, no Carnaval e na Páscoa, hábito que perdurou. A título de curiosidade, nos funerais infantis, os pais da criança tinham por hábito oferecer biscoitos às crianças acompanhantes.

O mel de cana-de-açúcar é imprescindível na doçaria madeirense, nomeadamente na confeção de bolo de mel, bolo preto, bolo de família, e para regar as malassadas, os sonhos,

as douradas, entre outros. É um produto com cheiro e sabor peculiares, obtido a partir do sumo de cana sacarina. Resulta da clarificação, da depuração por filtração e da concentração de guarapa resultante da espremedura de cana sacarina, em que parte da sacarose é invertida para dar origem a um produto de alta solubilidade em açúcares, estável e consequentemente livre de cristalização.

Dentro dos bolos típicos madeirenses, destaca-se o bolo de mel de cana-de-açúcar, tradicionalmente confeccionado no Natal, o bolo preto, o bolo de família, as queijadas, entre outros. O bolo de mel é o mais famoso e antigo produto da doçaria madeirense, tendo surgido nos tempos áureos da produção de açúcar, por causa do aparecimento das especiarias e das ervas aromáticas, nos fins do séc. XVI e no início do séc. XVII. A tradição secular manda que este bolo seja preparado no dia 8 de dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição, para estar bom na época natalícia. É neste dia ainda que se partem os bolos que restaram da fornada do ano anterior. Esta iguaria de forma redonda e achatada não falta nas casas tradicionais madeirenses, sendo dividida em dois tipos – o bolo de mel dos menos ricos, só condimentado com açúcar mascavado, mel e cravinho, e o dos mais ricos, ainda composto por especiarias, frutas cristalizadas e amêndoas.

O bolo preto é uma das receitas mais conhecidas, muito usado como bolo de casamento dos noivos camponeses ou na época natalícia. No séc. XIX, é descrita uma receita de uma massa enriquecida com mel de cana, frutos secos ou cristalizados, canela, noz-moscada, passas e cidra, vinho Madeira e cerveja, sendo um bolo muito rico, saboroso e húmido. É tradicional uma mesa natalícia ter bolo de família, que também pode servir para convívios familiares. O mesmo destaca-se por incluir mel de cana, vinho Madeira e alguns frutos secos, que, segundo alguns populares, quando adicionados em maior quantidade, garantem uma conservação superior.

Com origem conventual, as queijadas tornaram-se uma das doçarias mais conhecidas

no exterior da Ilha, tendo a sua confeção só sido iniciada no séc. XX, depois de a sua receita ter sido revelada e espalhada devido a uma inconfidência com origem no Convento de S.^{ta} Clara. A sua base é uma espécie de massa areada, sendo o recheio composto por requeijão de produção regional, açúcar e ovos, possuindo uma textura cremosa e muito apelativa.

Dentro dos biscoitos, são de realçar as broas de mel, as rosquilhas, os breteretes e as capelas. As broas de mel são preparadas à base de farinha, mel de cana, açúcar, manteiga, ovos, soda e raspa de limão, sendo tradicionais na época natalícia. As rosquilhas são pequenos biscoitos secos, doces e em forma de argola, sendo os de cevada típicos do Porto Santo. Os breteretes são quadrados com uma base areada e uma cobertura composta por mel de cana, nozes, coco e açúcar. As capelas são tradicionalmente confeccionadas na altura da festa do padroeiro da Ilha, São João Batista, e o seu nome deriva do facto de se sobrepor um bolo mais pequeno em cima de um maior, possuindo um sabor a erva-doce e um travo a limão.

No que concerne aos pudins, com uma origem mais recente, é de salientar o pudim de maracujá, o de papaia, o de anona ou ainda o de pitanga. A sua base é semelhante, sendo normalmente utilizados ovos, leite, açúcar e a fruta em questão. Apenas o de papaia é cozido no forno em banho-maria.

Encontra-se referenciado, em 1469, que o fabrico de conservas era uma atividade importante para a sobrevivência de muitas famílias, ocupando “mulheres de boas pessoas e muitos pobres que lavraram os açúcares baixos em tantas maneiras de conservas e alfenim e confeitos de que têm grandes proveitos que dão remédio a suas vidas e dão grande nome à terra nas partes onde vão” (FRUTUOSO, 2008, 100). As conservas doces eram preparadas nas tachas de cobre, usando abundantes frutas da época. Destaca-se o doce de uveira da serra, uvas características da serra do norte da Ilha, mais especificamente da Encumeada, o doce de amoras, de marmelos, de figos, de abóbora amarela

e de pimpinela branca, cujo legume deve estar bem maduro. O açúcar era misturado com a fruta, utilizando-se uma colher de pau, num alguidar de barro e com facas de cana vieira. Quando pronto, era guardado em taças e coberto com papel e pano recortado. A geleia era fabricada para um consumo mais imediato, e, para além de se utilizar fruta, também se fazia geleia de mão de vaca. As religiosas do convento de S.^{ta} Clara dedicavam-se também ao fabrico de doces, conservas e compotas, que eram inclusive fonte de receita para o convento. Nos sécs. XVI e XVII, continuaram a fabricar-se conservas, com o açúcar oriundo do Brasil, como testemunhou o médico Hans Sloane na sua visita à Madeira em 1687: “alguns doces de conserva com marmelada, doce de cidra, que são feitos com açúcar do Brasil ou da própria ilha” (SLOANE, 1981, 159).

Os rebuçados de funcho são elaborados de forma artesanal e comercializados em pequenos sacos de plástico, não sendo embrulhados individualmente. Por possuírem funcho, são utilizados como calmante para a tosse. Devem ser feitos por profissionais, pois exigem uma grande prática, uma vez que a pasta de açúcar tem de ser puxada ainda quente, devendo ficar homogénea e lisa.

Bebidas

Vinho Madeira

As bebidas têm também uma grande importância na mesa dos madeirenses. Uma das primeiras culturas a ser implantada na Ilha foi a da vinha, e, graças ao solo e ao clima, o vinho adquiriu características próprias. Dentro dos vinhos, o mais conhecido na Região é o vinho Madeira. A mais antiga referência a este vinho surge em 1455 com Alvise de Ca da Mosto, um veneziano que afirmou que este era muitíssimo bom. As primeiras castas surgiram sob a ordem do infante D. Henrique, sendo importadas de Cândia, a capital de Creta. Foram introduzidas seguidamente as castas Tinta Negra Mole, Sercial, Boal, Verdelho e Malvasia. No final do séc. XVI, Gaspar Frutuoso elogiou este vinho, afirmando que “o vinho Malvasia é o melhor

que se acha no Universo” (VIEIRA, 2002, 157), sendo utilizado nas missas, conforme recomendações que foram encontradas. Foi o vinho da casta Malvasia o primeiro a ser de renome universal. O que era produzido com esta casta pelos padres jesuítas no séc. XVIII foi considerado o rei dos vinhos de toda a produção de Madeira.

O médico Wright aconselhava vinho Madeira aos seus pacientes idosos, alegando que era “uma das bebidas mais úteis e eficazes para as pessoas de idade a quem as funções físicas começavam a falhar” (*Id., Ibid.*, 157). Outros médicos, como Vicente Henriques Gouveia e Samuel Maio, reforçaram as suas propriedades profiláticas. O mesmo começou a ser reconhecido no séc. XVIII, chegando a ser o vinho mais caro e apreciado do mundo, não sendo na época utilizado pelos madeirenses, uma vez que era exportado. Introduziu-se nesta época um novo método de envelhecimento – a estufagem –, que implementou o carácter deste vinho. William Shakespeare immortalizou o vinho Madeira na sua personagem Falstaff, da peça *Henrique IV*. Em 1478, o irmão de Eduardo IV da Inglaterra, o duque de Clarence, George de York, foi condenado à morte, escolhendo ser afogado dentro de um “tonel de Madeira Malmsey (Malvasia)” (NUNES, 2002, 268). Em 1815, Napoleão Bonaparte, de passagem pela Ilha, recebeu do cônsul inglês na Madeira, Henry Veitch, uma pipa do Madeira Malmsey de 1792, que não foi bebido e regressou ao doador, sendo comprado e engarrafado pelo produtor Charlie Blandy em 1840.

Foi ainda neste século, mais concretamente em 1776, que este vinho foi utilizado como brinde comemorativo da independência dos Estados Unidos da América, por Benjamin Franklin, George Washington, Thomas Jefferson, entre outros. Este vinho era, segundo Gabriel Furman, usado apenas em momentos especiais, como o nascimento de uma criança, um casamento ou um funeral. Nos mercados ingleses, era denominado de East India Madeira, tal como refere James Fenimore Cooper em 1844, em *Afloat and ashore*, uma vez que fazia a

viagem para as Índias Orientais e com retorno a Londres. J. Reis Gomes, em 1937, refere que o vinho era colocado em pipas ou tonéis, onde se iniciava a fermentação e transformação do mosto. Era depois adicionado álcool, numa quantidade dependente do que se pretendia obter, para que conservasse algum açúcar natural. Depois, passava por um processo de “trasfegas e colagens pela clara de ovo, leite, barro, sangue de boi ou goma de peixe, conforme as preferências do tratar. O carvão de urze, pulverizado, ultima toda a purificação”. A maior parte do vinho destinado ao embarque, de forma a envelhecer rapidamente, era submetido à ação da estufa ou pelo aquecimento de vapor de água. Relata ainda “mas é o carvão esse abençoado absorvente, que nos faz esquecer, ao pormos nos lábios o copo de Malvasia ou Sercial, que aquele licor dos deuses, cordial, aromático, cor de topázio e transparente, teve origem num líquido sanguíneo e turvo, onde estiveram de molho as plantas nodosas e gretadas de quatro lanzoados matulões” (GOMES, 1937, 15).

O vinho Madeira pode ser classificado quanto à variedade das castas, sendo o de castas comuns denominado Madeira seco ou doce, com uva Tinta Negra. O de castas nobres utiliza o nome das uvas no rótulo – Sercial (seco, pálido, cor alaranjada, aromas de frutas secas, leve, fresco e elegante), Verdelho (meio-seco, dourado, delicado, perfumado, fino e muito equilibrado), Boal (meio-doce, âmbar escuro, encorpado, aveludado, muito macio, austero, frutado, fragrante, com notas de tostado), Malmsey ou Malvasia (doce, escuro, encorpado, untuoso, austero e com aromas muito intensos, notas de mel, complexo e muito longo), Terrantez (seco ou doce, encorpado, aveludado, elegante, longo, buquê exuberante, muito longo), Bastardo (seco ou doce, raro), Moscatel (seco ou doce, raro) e Rainwater (seco ou doce, mais leve e cor menos escura). Segundo Frutuoso, o mais valioso dos vinhos é o Malvasia, doce e aromático.

O tempo de envelhecimento dita a classificação em *Finest* ou *3-Year-Old* Madeira (considerado o de nível mais baixo, com o mínimo

de 3 anos, feito normalmente com a casta Tinta Negra), *Reserve* ou *5-Year-Old* Madeira (com o mínimo de 5 anos, idade mínima para o vinho em que se utilizam castas nobres), *Special Reserve* ou *10-Year-Old* Madeira, (vinho superior fabricado com vinhos de castas nobres de várias idades e mínimo de 10 anos), *Extra-Reserve* ou *Over-15-Year-Old* Madeira (vinho superior difícil de se encontrar, com vinhos de castas nobres de várias idades), Colheita (vinho de uma única colheita e envelhecido pelo menos durante 5 anos), Solera (vinho superior com o mínimo de 5 anos em cascos, envelhecido recorrendo ao método de soleira, e no qual, em cada casco, apenas se pode retirar anualmente 10 % do vinho existente), Frasqueira ou Vintage (com o mínimo de 20 anos na madeira e 2 anos na garrafa, com casta nobre).

Outros tipos de vinho

Nas famílias menos abastadas, bebia-se vinho surdo, vinho *jacquê* e água-pé dos bagaços, próximo à vindima. O vinho surdo resultava da adição de grandes quantidades de álcool aos mostos e servia para “dar corpo a outros vinhos e também para adoçá-los” (LIDDELL, 2014, 156). Em Inglaterra, apelidavam-no de *nun's wine* (vinho de freiras). Já o vinho *jacquê* resulta da vinificação das uvas provenientes de uma espécie híbrida natural de origem norte-americana, composta pelo cruzamento da *Vitis aestivalis* e da *Vitis vinifera*, espécie introduzida na Madeira em virtude do flagelo da filoxera, que dizimou os vinhedos regionais, com o objetivo de servir de porta-enxerto às castas europeias. Todavia, a profícua produção de uvas reduziu em muito o trabalho de enxertia, pelo que o consumo destas uvas em fresco, bem como a sua vinificação, se generalizou por toda a região. A água-pé dos bagaços era considerada a bebida dos pobres, sendo fabricada deitando água sobre o bagaço e submetendo-o a nova pressão.

Aguardente

Esta bebida foi referenciada na Madeira pela primeira vez em 1649. A partir do séc. XVIII,

verifica-se uma maior referência à aguardente, provavelmente graças à sua utilização na fortificação dos vinhos. Entre 1752 e 1753, o mercador Francis Newton refere esta prática como corrente. Era, inclusive, utilizada no vinho Madeira, durante a fermentação ou amadurecimento, desde 1777, usando-se aguardentes importadas de França, com uma qualidade superior. Surgiram assim os alambiques, utilizados para a destilação, sendo a sua existência documentada em 1821, e passaram a existir aguardentes de fabrico local. Foi interdita a entrada de aguardentes estrangeiras, com base na lei de 31 de julho de 1822, facto que ajudou a que as fábricas de destilação proliferassem.

No séc. XIX, com o intuito de tratar o vinho, utilizava-se álcool fabricado a partir dos vinhos do norte da Ilha, ou ainda aguardentes estrangeiras, substituídos, entretanto, pelo álcool extraído da cana-de-açúcar. Aos vinhos fracos são adicionados entre 10 % e 11 % de álcool, e ao surdo 30 %. No início do séc. XX, e graças à abundância de aguardente, houve um aumento do seu consumo, sendo que, em 1909, este se situava nos 2.000.000 l. A Região chegou a ser conhecida por Ilha da Aguardente, tendo esta denominação devido a um diploma legislativo de 1911, devido ao seu grande consumo. Este diploma veio estabelecer um limite de produção de 20.000 l/ano, tendo o decreto de 1924 passado para 500.000 l/ano, proibindo também a expropriação de fábricas. Em 1930, foi decretado o encerramento das fábricas que não ficassem situadas nos concelhos do norte da Ilha. Em 1939, foram encerradas 39 de um total de 48 fábricas de aguardente em toda a Ilha, concedendo-se à Companhia de Aguardente da Madeira a distribuição em regime de monopólio durante 25 anos.

O consumo excessivo de aguardente chegou a ser considerado um problema de saúde pública. A aguardente tem como sinónimos “grogue” e “mata-bicho”, devido às suas propriedades estimulantes, de desjejum, e para enganar a fome. A poncha é a bebida mais conhecida que utiliza aguardente. Verifica-se a sua existência desde o séc. XIX, levada pelos

viajantes ingleses, no séc. XVIII, como adaptação de uma bebida proveniente das Índias e conhecida por *panche*, tendo ficado popular na época por ser um bom tratamento para as dores de garganta. Na designada bebida regional, adiciona-se sumo de limão e mel de abelhas e mistura-se com um pau de madeira tradicional. Existe, no séc. XXI, uma grande diversidade de sabores, como tangerina, maracujá, kiwi, pitanga, tomate inglês, entre outros. Refere-se que esta era a bebida dos caminheiros e romeiros e dos pescadores para acompanhar os pratos de peixe.

Sidra

A sidra foi introduzida na Ilha no início do séc. XX, sendo obtida a partir da fermentação do sumo das maçãs e apresentando um teor alcoólico entre 5 % e 7 %. A maçã é esmagada/cortada com pisões de madeira e fermentada em cascos de madeira denominados barricas de madeira, desinfetados anteriormente com enxofre, ou ainda cubas de inox. Após a fermentação, realizam-se trasfegas para vasilhames, dependentes da lua e/ou da estação do ano. A sidra pode ser servida quente, com um sabor e aromas peculiares e derivados da ação do calor, ou fria, sendo que esta última pode ser ou não gaseificada, resultante de uma produção natural de gás carbónico, de uma segunda fermentação alcoólica com libertação de gás carbónico ou ainda da adição do mesmo.

Cerveja

A cerveja foi uma bebida cujo fabrico na Região é documentado no ano de 1840, com uma empresa na Camacha que operava com dois funcionários, e uma na Trav. das Aranhas, pertencente a Guilherme Cave, sendo previsível que a sua procura fosse escassa. Catorze anos depois, no Funchal existiam as fábricas de Manuel Marques Carregal, a de José Bartolomeu Correia e a do inglês John Mason. Ainda no Funchal, mas em 1856, constata-se a existência da fábrica de Vitorino José Figueira e, em 1859, a de José de Freitas, ambas também produtoras de *ginger beer* (cerveja de gengibre), para além de cerveja. A empresa Atlantic Brewery surge

em 1872, pela mão do galês Henry Price Miles, que, para além do fabrico de cerveja, produzia água de soda e limonada com gás. Em 1908, as duas principais fábricas do Funchal produziam 666 hl de cerveja e 118 l de *ginger beer*. Em 1922, surge a Fábrica Leão, da sociedade Araújo, Tavares e Passos, Lda., sendo esta uma fase de crise, que conduziu a que as pequenas empresas se unissem numa indústria individual – a Empresa de Cervejas da Madeira. Descreve-se a importação de 29.520 l de cerveja em 1950.

Outras bebidas

A laranja foi o primeiro refrigerante a ser produzido em Portugal, sendo a mais antiga e tradicional bebida madeirense produzida pela Empresa de Cervejas da Madeira e remontando a 1872. É uma bebida com aroma e sabor a casca de laranja, muito tradicional nos conhecidos arraiais, misturada com vinho. A Brisa é outro refrigerante produzido pela Empresa de Cervejas da Madeira, com quatro sabores distintos: maracujá, maçã, limão e laranja. A mais conhecida é a Brisa Maracujá, produzida desde 1970, sendo o primeiro refrigerante do mundo com sumo de maracujá puro. Esta empresa ainda produz, desde 1872, a cerveja Coral, com maltes de origem checa.

Salienta-se ainda a existência de outras bebidas populares como a Nikita, uma bebida cremosa resultante da mistura de cerveja com gelado de baunilha e ananás, bem como inúmeros licores, como o tintamtum, de tangerina, pitanga, anis ou maracujá. Por último, há que referir o pé de cabra, mistura de vinho seco com cerveja preta, açúcar, casca de limão e chocolate em pó, servido nas tradicionais casas de pasto ou de vendas madeirenses e típica de Câmara de Lobos.

Os hábitos alimentares dos madeirenses sofreram alterações ao longo do tempo, graças à inovação e tecnologia, surgindo não só novas confeções culinárias, mas também novos alimentos, oriundos de outras culturas. No séc. XXI, alguns pratos tradicionais, como o gofe e o frangolho, já só eram confeccionados raramente, enquanto outros, como a canja de galinha, persistiam na mesa dos madeirenses.

O trigo continuava a ser consumido sob a forma de pão e o milho passou a ser mais frito do que em papa. A gastronomia insere-se no património cultural e histórico da Ilha, sendo o resultado de inúmeras origens, vivências e experiências que interessa preservar e divulgar de geração em geração.

Bibliog.: impressa: ALCOFORADO, Francisco, *A Historical Account of the Discovery of the Island of Madeira, Abridged from the Portuguese Original: to Which Is Added, An Account of the Present State of the Island in a Letter to A Friend*, London J. Payne and J. Bouquet, 1750; BRAGA, Teófilo, *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*, vol. II, s.l., Edições Vercial, 1885; BRANCO, Jorge Freitas, *Camponeses da Madeira. As Bases Materiais do Quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*, Lisboa, Dom Quixote, 1987; BRÜDT, Käte, "Madeira. Estudo linguístico etnográfico", *Boletim de Filologia*, vol. 5, fascs. 1-2, 1937; CARDOSO, Maria Zita, *Segredos de Cozinha. Madeira e Porto Santo*, Funchal, ed. do Autor, 1993; *Id., Segredos de Cozinha. Madeira e Porto Santo*, 2.ª ed., Funchal, ed. do Autor, 1994; CARITA, Rui, *Colégio dos Jesuítas do Funchal – Memória Histórica*, Funchal, Associação Académica da Universidade da Madeira, 2013; CHILDS, Wendy R., "Anglo-portuguese trade in the fifteenth century", *Transactions of the Royal Historical Society*, n.º 2, 1992, pp. 195-219; COSTA, José Pereira, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV*, Funchal, CEHA, 1995; COSTA, Pedro Miguel Correia Gomes da, *Comércio Tradicional e Pedonização no Centro do Funchal*, Dissertação de Mestrado em Gestão do Território apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 2013; CROFT-COOKE, Rupert, *Madeira*, London, Putman, 1961; CUNHA, José Germano da, *O Conselheiro de Estado Extraordinário José Silvestre Ribeiro*, Fundão, Typ. da Beira Baixa, 1893; *Diário de Notícias*, 4 set. 1941; FERNANDES, Isabel, e FAURE, Francisco, "A cerâmica, um modo de conhecer o quotidiano de outros tempos", in *A Casa dos Lobo Machado: de Espaço Privado a Espaço de Interesse Público*, Guimarães, Núcleo Arqueológico da Associação Comercial e Industrial de Guimarães, 2009, pp. 134-163; FERNANDES, Valentim, *O Manuscrito "Valentim Fernandes"*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940; FERRÃO, José E. Mendes, *Fruticultura Tropical: Espécies com Frutos Comestíveis*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2001; FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, *O Natal na Madeira: Estudo Folclórico*, 2.ª ed., Funchal, CEHA, 1999; FIGUEIRA, Ana Isabel, *Cozinha Regional da Madeira*, Lisboa, Europa-América, 1993; FLANDRIN, Jean-Louis, e MONTANARI, Massimo, *História da Alimentação*, vol. 1, Lisboa, Terramar, 1998; FONTOURA, Otilia Rodrigues, *As Clarissas na Madeira: Uma Presença de 500 Anos*, Funchal, CEHA, 2000; FORSTER, Georg, *A Voyage round the World in His Majesty's Ship, Resolution, Commanded by Capt. James Cook, during the Years 1772, 3, 4, 5*, vol. 2, London, B. White, Fleet-Street, 1777; FREIRE, Anselmo Braamcamp, "Inventário do guarda-roupa de D. Manuel", *Arquivo Historico Portuguez*, vol. 9, 1914; FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; FURMAN, Gabriel, *Antiquities of Long Island*, New York, J. W. Bouton, 1874; GOMES, Alberto Figueira, "Achegas para um estudo do dialecto insular", *O Jornal*, supl. *Das Artes e da História da Madeira*, 29 maio 1949, pp. 227-228; GOMES, Eduarda Maria de Sousa, *O Convento da Encarnação do Funchal: Subsídios para a Sua História 1660-1777*, Funchal, CEHA, 1995; GOMES, J. Reis, *O Vinho da Madeira. Como Se Prepara Um Néctar*, Funchal, Delegação de Turismo, 1937; GOUVEIA, David Ferreira de, "O açúcar da Madeira. A manufatura açucareira madeirense (1420-1550)", *Atlântico*, n.º 4, 1985; GOUVEIA, Horácio Bento de, *O Natal na Cidade, a Festa no Campo*, Funchal, Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, 2001; GRANDE, Eduardo, "Relatório da Sociedade Agrícola do Funchal" – *Relatório sobre a Industria Pecuária, Produção de Leite na Madeira e Exposição de Gados*, Funchal, s.n., 1865; LEÃO, Manuel, *A Cerâmica em Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Gaia*, Fundação Manuel Leão, 1999; LEÇA, Joaquim, "Mais", *Diário de Notícias*, Funchal, 31 ago. 2008; LIDDELL, Alexander, *Madeira: the Mid-Atlantic Wine*, Oxford, Oxford University Press, 2014; MATA, Lília, "Comeres de antigamente", *Diário de Notícias*, Funchal, 24 abr. 1989; MENESES, Carlos Azevedo de, *Flora do Arquipélago da Madeira (Phanerogamicas e Cryptogamicas Vasculares)*, Funchal, Junta Agrícola da Madeira, 1914; MENEZES, Servulo Drummond de, *Colecção de*

Documentos Relativos à Crise da Fome por que Passaram as Ilhas da Madeira e Porto Santo, no Ano de 1847, Funchal, Secretário-Geral do Governo Civil do Funchal, 1848; MEZOMO, I. F. B., *O Serviço de Nutrição, Administração e Organização*, São Paulo, Ed. Cedas, 1994; NEPOMUCENO, Rui, *Uma Perspetiva da História da Madeira*, Funchal, Eco do Funchal, 2003; NETO, Júlio Anselmo de Sousa, *Volta ao Mundo em 20.000 Vinhos – Os Melhores Vinhos e os Principais Produtores de Todas as Regiões Vinícolas do Planeta*, Belo Horizonte, Editora Gutenberg, 2015; NUNES, Naidea, *O Açúcar de Cana na Ilha da Madeira: do Mediterrâneo ao Atlântico. Terminologia e Tecnologia Históricas e Actuais da Cultura Açucareira*, Dissertação de Doutoramento em Linguística Românica apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2002; OLIVEIRA, J. E. Dutra de, e MARCHINI, J. Sérgio, *Ciências Nutricionais*, 2.ª ed., São Paulo, Sarvier, 2001; PACHECO, Dinis Gouveia, “O município do Funchal (1725-1734). Aspectos da administração, da economia e do quotidiano”, *Islenha*, n.º 31, jul.-dez. 2002, pp. 55-130; PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1940; *Id.*, *Ilhas de Zargo*, 2.ª ed., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1957; PRESS, J. R. et al., *The Flora of Madeira*, London, The National History Museum, 1994; RIBEIRO, Adriano, “A indústria de conserva de peixe na Madeira”, *Islenha*, n.º 11, jul.-dez. 1992, pp. 59-70; RIBEIRO, João Adriano, *125 Anos de Cerveja na Madeira*, Funchal, Empresa de Cervejas da Madeira, 1996; *Id.*, *Machico – Subsídios para a História do Seu Concelho*, Machico, Câmara Municipal de Machico, 2001; RODRIGUES, Elisabete Teixeira Gouveia, *Turismo no Espaço Rural e Património: as Casas de Campo na Ilha da Madeira*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2014; RODRIGUES, Ramon Honorato Corrêa, *Questões Económicas*, vol. 2, Funchal, s.n., 1955; SANTOS, Maria Lúcia Fernandes, *Os Madeirenses na Colonização do Brasil*, Funchal, CEHA, 1999; SANTOS, Thierry Proença dos, *Comeres e Beberes Madeirenses em Horário Bento de Gouveia*, Porto, Campo das Letras, 2005; SILVA, António Ribeiro Marques da, *Apontamentos sobre o Quotidiano Madeirense (1750-1900)*, Lisboa, Caminho, 1994; SILVA, Cecílio Gomes da, 1923-2005 – *Camacheira do Requeijão: Figuras e Costumes*, Funchal, Jornal da Madeira, 1991; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, Funchal, DRAC, 1998; (acrescentar): SLOANE, Hans, “Uma viagem às ilhas da Madeira, Barbados, Nieves, S. Christophers e Jamaica [1687]” in ARAGÃO, António (coord. e notas), *A Madeira Vista por Estrangeiros – 1455-1700*, Funchal, DRAC, 1981, pp. 155-163; SOUSA, Elvino Duarte Martins et al., “Sero Nimis” ou “Ao Amor Ninguém Escapa”: *A propósito da Loiça de Mesa entre os Séculos XV e XVIII*, Machico, Câmara Municipal de Machico, 2012; SOUSA, J. J. A., *História Rural da Madeira – A Colonia*, Funchal, DRAC, 1994; SOUSA, João José Abreu de, “A indústria de conservas na Madeira. Século XV-XIX”, *Diário de Notícias*, Funchal, 1 abr. 1984; VALLE, Lucília Boullosa, *O Paladar Madeirense*, Funchal, ed. do Autor, 1988; VERÍSSIMO, João Nelson, *À Mesa no Século XVIII – Catálogo da Exposição Cousas & Lousas das Cozinhas Madeirenses*, Funchal, DRAC, 1987; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000; VIEIRA, Alberto, *O Público e o Privado na História da Madeira*, vol. 1, Funchal, CEHA, 1996; *Id.*, *Dados para a História da Alimentação na Madeira*, Funchal, CEHA, 1998; *Id.*, *História e Autonomia da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2001; *Id.*, *O Vinho Madeira. Valorização e Importância Económica e Social através dos Testemunhos da Literatura e Arte*, Porto, Douro – Estudos & Documentos, 2002; *Id.*, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, CEHA, 2004; *Id.*, *A Madeira e a História da Alimentação no Ocidente*, Funchal, CEHA, 2004; *Id.*, *A Mesa e a Cozinha na História Madeirense*, Funchal, CEHA, 2004; *Id.*, *Madeira – Da Terra às Tradições Gastronómicas*, Funchal, CEHA, 2006; *Id.*, *O Trigo e o Pão “Nosso” na Capitania de Machico*, Funchal, CEHA, 2016; *Id.*, e CLODE, Francisco, *A Rota do Açúcar na Madeira*, Funchal, CEHA, 1996; VIEIRA, Rui, *Flora da Madeira. O Interesse das Plantas Endémicas Macaronésicas*, Funchal, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1992; **digital**: FERNANDES, Miguel, “Comeres de antigamente”, *Gastronomia-da-Madeira*, 10 fev. 2005: <http://gastronomia-da-madeira.blogspot.pt/2005/02/comeres-de-antigamente.html> (acedido a 10 fev. 2005); GANANÇA, Filipe, “A cultura do inhame na Madeira”, *DICA*, 9 abr. 2013: <https://dica.madeira.gov.pt/index.php/producao-vegetal/horticultura/133-a-cultura-do-inhame-na-madeira> (acedido a 9 abr. 2013); PEREIRA, Regina, “A produção de sidra na Madeira”, *Dica*, s.d.: <http://dica.madeira.gov.pt/index.php/comercio/novos-produtos/306-a-producao-de-sidra-na-madeira> (acedido a 17 set. 2013).

CLÁUDIA DIAS FERREIRA
CLÁUDIA MELIM

Alincourt, Francisco de

Com a tomada de posse do Gov. João António de Sá Pereira (1719-1804), nos finais de 1766, iniciou-se de imediato a reestruturação da área militar, levada a cabo pelo conde de Lippe, por cuja ordem o Eng.º Francisco de Alincourt foi enviado para o Funchal, conforme dec. de 6 de maio de 1767. Assim, em finais de 1767, foi para a Madeira como sargento-mor, com exercício de engenheiro, por um período previsto de seis anos e assentamento de praça na lista da 1.ª planta da corte, com 52\$000 réis por mês de soldo dobrado. O engenheiro foi pago até agosto desse ano, com patente de capitão de infantaria e com dois meses de soldo adiantados, “a respeito de 52\$000 réis por mês” a que, como sargento-mor, tinha direito, devendo receber de 1 de novembro em diante (ANTT, Provedoria..., liv. 975, fls. 180v.-181).

Francisco de Alincourt era filho de Luís José de Alincourt, natural da Flandres. Nasceu em Calais, em 1733, devendo ter vindo para Portugal com o pai, contratado para trabalhar na barra de Aveiro, em 1758, tendo o irmão Luís de Alincourt nascido já em Condeixa-a-Nova, em 1762. Desconhecemos quando Francisco de Alincourt ingressou no Exército, mas sabemos que obteve a alta patente de sargento-mor a partir de Lisboa, a 11 de maio de 1767, dela tomando posse no Funchal a 10 de dezembro, datando o respetivo registo na Fazenda de 28 de janeiro de 1768. A sua principal obra foi a montagem da escola de fortificação do Funchal e os trabalhos para o levantamento da planta geral da ilha da Madeira. Para o ajudar, chegou, em meados de 1768, Faustino Salustiano da Costa e Sá (c. 1745-c. 1820), discípulo extranumerário da Academia Militar da Corte (antiga Aula de Fortificação e Arquitetura Militar), que chegou ao Funchal com patente de ajudante de infantaria e exercício de engenheiro, com um soldo de 10\$000 réis por mês, o que demonstra a diferença hierárquica entre os dois engenheiros. Um dos primeiros trabalhos de que foram encarregados, curiosamente, foi o do planeamento da levada do Rabaçal. Assim, a 8 de outubro de

1768, receberam ordem para se deslocarem “em direitura” à vila da Calheta, onde deveriam contactar o Dr. Francisco Cristóvão de Ornelas e Vasconcelos, ou, na sua ausência, o juiz ordinário da vila, para os informar sobre a levada em causa, de que deveriam levantar a planta, cabendo-lhes também recolher dados sobre as propriedades dos bardos (ABM, Governo Civil, n.º 526, fl. 41; *ibid.*, n.º 530, fl. 50). O assunto prendia-se com o aumento das terras de regadio na área da Calheta e da Ponta do Pargo, tema que preocupava os governadores desde meados do século, mas que só na centúria seguinte seria resolvido pelos engenheiros militares António Pedro de Azevedo (1778-1889) e Manuel José Júlio Guerra (1801-1869).

Com o intuito de recolher o material necessário para a montagem da Escola de Geometria e Trigonometria do Funchal, o Sarg.-mor Francisco de Alincourt deslocou-se a Lisboa, entre abril e julho de 1768, regressando à Ilha com “12 jogos da tradução de Belidor” (*Ibid.*, n.º 530, fl. 78). O restante material veio depois com o ajudante Salustiano da Costa, por meio de um navio inglês, conforme se deu conta ao governador. Nessa embarcação inglesa, o *Riotte*, foram então 2 agulhetas de prancheta, 100 picaretas, 100 enxadas, 68 padiolas, 1 barraca de cúpula e 1 cadeia para medições, com 20 braças, entre outros instrumentos, ainda se pedindo, em outubro desse ano, 1 teodolito.

Em finais de outubro de 1768, o governador enviou para Lisboa a notícia da abertura das aulas, para o que tinha mandado colocar editais, pois entre toda a tropa paga da Ilha, tanto de infantaria como de artilharia, não encontrara mais de dois ou três “sujeitos” com aptidão e vontade de entrarem a aprender na “Aula de Engenharia”. Tinham, por isso, recrutado elementos civis, com cerca de 20 anos, que sabiam ler, escrever e contar, abrindo a aula com 14 ou 15 deles, examinados e matriculados na presença do próprio governador, que estava entusiasmado com a experiência (*Ibid.*, fls. 45-46). O governador informou depois Lisboa sobre como tinham

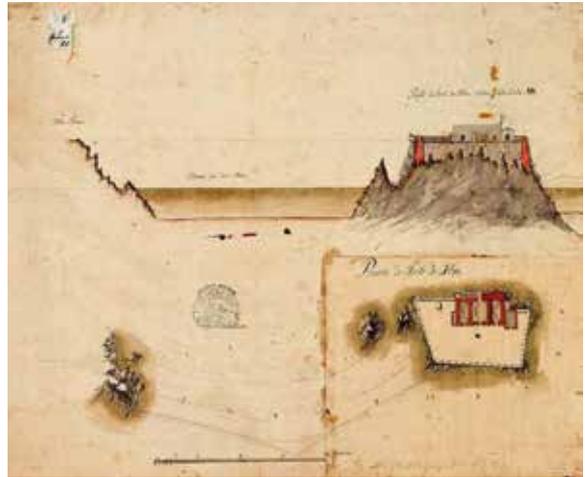
decorrido as primeiras aulas, às quais tinha assistido, onde haviam sido dadas complicadas explicações pelo Sarg.-mor Francisco de Alincourt, que ninguém percebia, motivo por que o fez regressar aos trabalhos da planta da Ilha, substituindo-o pelo ajudante Salustiano da Costa. No dia 2 de novembro do ano seguinte já decorriam exames públicos, “na livreria do Colégio”, aos quais o governador também assistiu, remetendo-os depois para Lisboa e salientando o envio de dois desenhos à pena efetuados por alunos de apenas 13 anos de idade (*Ibid.*, fls. 121v.-122).

Os trabalhos de levantamento da planta da ilha da Madeira devem ter-se iniciado logo em meados do ano de 1768 e, segundo as diretivas do Gov. António de Sá Pereira, devem ter começado na igreja de Santiago, no extremo da cidade do Funchal, em direção à ponta leste. Para isso, foi determinado o fornecimento de “aposentaria e víveres” aos engenheiros na forma de casa, cama, luz, sal e lenha (*Ibid.*, fls. 43v.-46). Por ordem do governador, datada de 7 de junho desse ano e enviada da quinta do Pico, deveriam igualmente ser “satisfeitas cavalgadas” aos executantes, o que levantou algumas dúvidas (ANTT, Provedoria..., liv. 976, fl. 207v.). Foi então alvitado pelo próprio governador o fornecimento de duas cavalgadas ao sargento-mor e ao ajudante, as quais deveriam ser garantidas ao longo de todos os dias que durasse a diligência de que foram encarregados; note-se que houve necessidade de reunir a vereação, pois não havia uma taxa determinada pela Câmara para aquele efeito. A equipa foi reforçada com dois homens para ajudar na medição dos terrenos, alvitando o governador o pagamento de 300 réis por dia a cada um. Em outubro, estava já concluída a “planta provisional” da serra da Encumeada e “suas pertenças” (*Ibid.*, fl. 215). Os trabalhos continuavam, em meados de 1769 e 1770, quando foi solicitado o aumento para 400 réis aos dois homens que acompanhavam o Sarg.-mor Alincourt no levantamento da carta da Ilha e o pagamento de duas cavalgadas a Salustiano da Costa,

uma para ele e outra para os instrumentos que levava. Os trabalhos continuaram em 1771, então já só a cargo de Salustiano, dada a prisão do sargento-mor, em dezembro do ano anterior. Alincourt envolvera-se em várias irregularidades, desvio de fundos e falsificações, tentando inclusivamente fugir para Lisboa, pelo que o governador não teve outra hipótese senão mandá-lo prender.

A Ilha era propícia a certas irregularidades, mas parece que o engenheiro tinha ultrapassado em muito o que lhe fora atribuído. Conforme o governador expôs para Lisboa e de acordo com os autos levantados pelo Corr. Francisco Moreira de Matos, o sargento-mor tinha processado ilegalmente as férias dos jornaleiros que andaram nas obras da fortificação, assunto que não lhe pertencia, como referido, mas sim ao Cap. Domingos Rodrigues Martins (c. 1710-1781). No entanto, Alincourt pressionara o tesoureiro e capitão apontador António João Homem del Rei, dizendo ter ordens do governador para assim proceder, o que não era verdade. Instado sobre o seu procedimento, o sargento-mor comprometera-se a repor o que tinha tirado, confirmando assim ter havido desvios, dado que acrescentara dois nomes na lista dos operários das obras, Miguel Ferreira e Francisco Marques, que não existiam, e debitara nas mesmas contas as despesas efetuadas pelo mestre carpinteiro de origem alemã, Matias Guerelink, com uns “trastes que este lhe fez para ornato de sua casa”, cuja avaliação ficou na posse do capitão apontador António João Homem del Rei (ABM, Governo Civil, n.º 526, fls. 67v.-68v., 88v.-89; n.º 530, fls. 72-80; AHU, Madeira, docs. 349-351).

O Sarg.-mor Francisco de Alincourt, apesar de tudo, era um técnico altamente habilitado e, repondo as despesas debitadas ilegalmente, o governador ainda o perdoou, enviando ordem para Machico, onde o mesmo se encontrava, em abril de 1769, para se deslocar ao Porto Santo, a fim de desenhar as fortificações e levantar a carta da Ilha. Saliente-se que as fortificações, de um modo geral, eram



Planta e perfil do ilhéu, 1771 (DSIE, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, n.º 1309, 2-22A-109).

atribuição do engenheiro mestre das obras reais, então Domingos Rodrigues Martins, mas este encontrava-se impedido nas obras do Colégio e da antiga igreja dos Jesuítas, pelo que, aliás, recebeu em agosto desse ano o pagamento dos dois anos anteriores de trabalho, embora somente 100.000 réis, quando o seu ordenado por dois anos, deveria ter sido o dobro.

O engenheiro fez então, no Porto Santo, um trabalho excecional de inventariação e pesquisa, que apresentou com o título de *Dissertação* e que assinou como “cavaleiro professor na Ordem de Cristo, diretor das obras da Fortificação e lente da Real Academia”, a 9 de julho de 1769 (*Ibid.*, doc. 366). O trabalho topográfico do Porto Santo que deveria acompanhar aquela *Dissertação* foi continuado pelo ajudante, que assinaria a planta da mesma ilha uns anos depois, passando Alincourt para a planta da Madeira. Em março de 1770, o sargento-mor teve ordens para levantar a carta central da Ilha; em abril, encontrava-se já levantada a planta da cidade do Funchal, “desde Santiago até à ribeira de São João”. Também em abril, existe referência a um outro trabalho, “a levada nova, que nasce no Pico Ruivo” (ABM, Governo Civil, n.º 526, fls. 136v.-137), tudo documentação iconográfica que não chegou aos nossos dias.

O Sarg.-mor Francisco de Alincourt teria, entretanto, por justos motivos do serviço de

Sua Majestade, ordem de prisão, com data de 1 de dezembro de 1770, por se ter envolvido nas lojas maçónicas do Funchal, sendo enviado para o continente e não voltando à Madeira. Todavia, o entendimento dos “justos motivos”, em Lisboa, foi curiosamente diferente, tendo sido aí de imediato libertado por ordem do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras. Passou depois a trabalhar na área de Gibraltar, logo por volta de 1772, e também em Lisboa e Almada, nos anos seguintes.

Durante a sua estadia na Madeira, Alincourt, muito provavelmente, terá abordado a possibilidade da continuação das obras do porto do Funchal, de que conhecemos um projeto de união dos dois ilhéus, datado de 1771, que pertenceu aos arquivos da Marinha, mas que passou depois para a antiga Junta de Investigação do Ultramar, só vindo a ser efetuado mais de 100 anos depois. Dada a data da assinatura do projeto, este foi, por certo, passado a limpo em Lisboa, pois já aí se encontrava Alincourt, ainda existindo nos arquivos da engenharia militar os desenhos preparatórios do mesmo.

Entre outros trabalhos no continente, refira-se que, em 1780, o engenheiro levantava a planta das novas obras a serem feitas na fortaleza da Torre Velha de Almada, por ordem do duque de Lafões e para aprovação do general inspetor Guilherme Luís António de Vallere, projetos em que ainda estava envolvido em 1795. Parece não ter deixado descendência, ao contrário do irmão Luís de Alincourt, cujo filho, homónimo e igualmente engenheiro, deixou obra e descendência no Brasil. Era coronel de engenharia e tinha 81 anos de idade quando, em 9 de março de 1803, se lhe passou “certidão negativa”, vindo a falecer em 1816.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Arquivos Particulares, Coronel Nuno Homem Costa, Francisco de Alincourt e Faustino Salustiano da Costa, *Planta da Ilha da Madeira*, 1768 a 1771; *Ibid.*, Governo Civil, n.º 526 e 530; AHU, Madeira, docs. 336, 349-351; ANTT, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, livs. 974-976; *Ibid.*, Registo de Mercês da Chancelaria de D. Maria I, 12; *Ibid.*, Registo de Certidões, 1; DSIE, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, n.º 1309, 2-22A-109, *Planta e Perfil do Ilheos com Seu Projeto de os Fichar*, 1771; IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, n.º 18, pasta 34, *Pranta dos Dois Ilheos com Seu Projeto de os Fichar*, 1771; *Ibid.*, *Ilha do Porto Santo*, cópia de 1776;

impresa: AIRES, Cristóvão, *Historia Organica e Política do Exercito Portuguez*, 17 vols., Lisboa/Coimbra, Imprensa Nacional/Imprensa da Universidade, 1896-1932; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vols. iv e v, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1996 e 1999; *Id.*, “A Madeira no quadro da reestruturação militar do conde de Lippe”, in *Nos 250 Anos da Chegada do Conde de Lippe a Portugal: Necessidade, Reformas e Consequências da Presença de Militares Estrangeiros no Exército Português: Actas do XXI Colóquio de História Militar*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2013, pp. 227-236; *Id. et al.*, *Conhecimento e Definição do Território. Os Engenheiros Militares (Séculos XVII-XIX)*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 2003; MARTINS, Carlos Henrique de Moura Rodrigues, *O Programa de Obras Públicas para o Território Continental, 1789-1809: Intenção Política e Razão Técnica. O Porto do Douro e a Cidade do Porto*, Dissertação de Doutoramento em Arquitetura apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra, texto policopiado, 2014; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998; VITERBO, Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou a Serviço de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1922.

RUI CARITA

Aljube

“Aljube” era a designação da prisão eclesiástica, que existiu em todas as dioceses portuguesas e não só, desde tempos muito antigos. A sua instalação no Funchal ocorreu com a chegada das primeiras diretivas do Concílio de Trento, em 1562, e com a vigência de D. Fr. Jorge de Lemos (c. 1510-1574), o primeiro bispo residente que a Madeira conheceu. Situava-se, sensivelmente, naquele que veio a ser o Lg. João Gago e na rua que logo recebeu o nome “do Aljube”, durando todo o Antigo Regime. Saliente-se, no entanto, que o aljube servia de cárcere a todos aqueles que não fosse possível deter de outro modo, mas não aos eclesiásticos, que na generalidade eram presos na torre da Sé.

D. Fr. Jorge de Lemos empreendeu uma vasta campanha de correção dos abusos resultantes da não residência de um prelado no Funchal, facto que permitira a instalação de um clima de pouca observância dos preceitos religiosos, muito especialmente dentro do novo quadro tridentino. Da veemência desta intervenção adveio a fama de o bispo ser rigoroso e severo nas punições. O seu empenho na correção dos desmandos traduziu-se numa larga produção legislativa que acentuava a necessidade de as justiças secular e religiosa se auxiliarem mutuamente.

Entrava-se, progressivamente, no período da Contrarreforma e, a 18 de fevereiro de 1558,



Fig. 1 – Antigo aljube e antiga Câmara do Funchal, c. 1870 (ABM).

o gabinete de D. Sebastião, à frente do qual se encontrava o cardeal D. Henrique e depois se haveria de colocar o P.^e Martim Gonçalves da Câmara (c. 1539-1613), fazia publicar um alvará onde se ordenava que o corregedor da capitania do Funchal, o provedor dos resíduos e o juiz de fora se disponibilizassem para acudir ao bispo sempre que as pessoas condenadas, em visitação, a penas até 2\$000 réis se recusassem a cumprir o castigo. Logo de seguida, a 12 de março, o gabinete régio promulgou uma nova determinação que obrigava o corregedor e outros oficiais de justiça na Madeira a prestarem ao prelado toda a ajuda e o auxílio requeridos. Em 1564, o gabinete régio voltou a publicar outro alvará, insistindo que incumbia aos oficiais judiciais seculares punirem qualquer pessoa que afrontasse a justiça eclesiástica.

A produção de toda esta legislação demonstra bem a vontade régia de colocar os mecanismos de justiça mais diretamente dependentes da Coroa ao serviço da administração eclesiástica, à qual, em contrapartida, era solicitado

auxílio para intervir, nas pregações e visitasões, caso fossem detetados devedores à Fazenda régia, mostrando bem a perfeita consciência da importância da Igreja, localmente representada pelos bispos, como instrumento do reforço da autoridade do poder central. O prelado era apresentado pelo rei e pago pela Fazenda régia, sendo entendido como o número dois da hierarquia insular, pelo que, faltando futuramente o representante local do rei, aquele viria a assumir o lugar, inclusivamente, com funções militares, embora tal ocorresse apenas alguns anos depois.

Deve-se, assim, ao bispo D. Fr. Jorge de Lemos a montagem do aljube. O edifício foi adquirido a 5 de março de 1562, a Mendo Ornelas de Moura e à sua mulher, moradores no Caniço. Consistia em umas “casas”, “com dois sobrados”, acima da “sé desta cidade, defronte da porta travessa da banda de cima, que partia duma parte com casas de Tristão de França e pela outra, com as dos herdeiros de Francisco Vieira (antigo prioste) e pela banda do norte, com os herdeiros de Tristão Vaz e da outra, com a rua pública”, tendo custado 80\$000 réis, tudo “pago em dinheiro de contado” (ANTT, Cabido da Sé..., mç. 2, docs. 45-46). Com esta aquisição, ampliou-se a cerca da Sé para norte e montaram-se as escadas no edifício, datando de 15 de abril de 1562 a autorização camarária para se fazer na “rua do concelho a escada do aljube” (*Ibid.*, doc. 46).

A 6 de julho de 1562, por alvará régio, foi criado o lugar de aljubeiro, com uma remuneração anual de 4\$000 réis e, a 12 de junho, foi ordenado “um acrescentamento de 2\$000 ao dito aljubeiro, para ter de seu ordenado 6\$000” (BNP, cód. 8391, Fls. 71v.-72). Nos anos seguintes, registaram-se inúmeras prisões no aljube, essencialmente de populares, condenados por crimes diversos, como mancebia e prostituição. Pontualmente, no entanto, chegaram a estar ali presos (e por vezes na torre, por falta de espaço disponível) outros indivíduos, como vereadores e funcionários de justiça. Essa situação verificou-se, *e.g.*, na vigência de D. Fr. Manuel Coutinho (1673-1742) ou de D. Gaspar Afonso da Costa Brandão

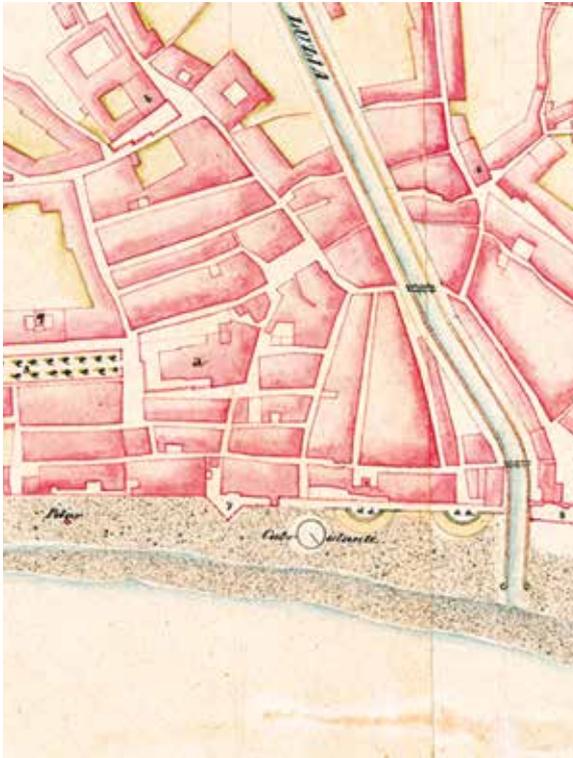


Fig. 2 – Planta da área da Sé com o aljube, 1805. Pormenor da planta do Funchal de Paulo Dias de Almeida (IGP).

(c. 1710-1784). Foi em Oitocentos que a ocupação das prisões da cidade, incluindo o aljube, conheceu a sua máxima ocupação, com as alçadas de 1823 e de 1828, no contexto dos conflitos entre liberais e absolutistas.

O aljube veio a ser demolido nos finais do séc. XIX, em data que não conseguimos apurar, mas ainda surge em fotografias da déc. de 70 dessa centúria. A sua memória perdura ainda na rua com o seu nome e, embora ao longo do liberalismo e do rotativismo tenha sido uma das artérias a que Câmara tentou atribuir mais vezes outras designações, nenhuma outra persistiu.

Bibliog.: manuscrita: ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Avulsos, mc. 2; BNP, reservados, cód. 8391, *Index Geral do Registo da Antiga Provedoria da Real Fazenda do Funchal*; impressa: CARITA, Rui, *A Sé do Funchal, 1514-2014*, Funchal, DRAC, 2015; COSTA, José Pereira da, “Dominicanos bispos do Funchal e de Angra (na esteira de frei Luís de Sousa)”, in *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*, vol. III, Porto, s.n., 1987, sep.; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1968; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; TRINDADE, Ana Cristina Machado, *Plantar Nova Christandade: Um Designio Jacobeu para a Diocese do Funchal. Frei Manuel Coutinho, 1725-1741*, Funchal, DRAC, 2012.

RUI CARITA

Almada, Abel

Abel Almada do Nascimento nasceu em Santana, na ilha da Madeira, a 11 de outubro de 1904. Filho de Francisco Assis do Nascimento, médico, cedo se interessou pelo conhecimento; depois de um percurso brilhante no Liceu do Funchal, ingressou na Univ. de Coimbra, onde cursou Matemática e Medicina, não terminando nenhum dos dois cursos por questões de saúde.

Em 1925, naquela cidade universitária, é um dos principais impulsores do movimento Sol, um movimento de arte modernista, juntamente com António Navarro, Mário Coutinho e Celestino Gomes. Este movimento viria a assumir-se como um precursor da *Presença* e uma das ações mais importantes da história da literatura modernista. Sob o pseudónimo de Tristão de Teive, Abel Almada assina, com os seus companheiros, um *Manifesto*, uma folha literária que será entendida como provocatória e vanguardista, distanciando-se da literatura que se produzia na época, propondo uma nova linguagem, inovações gráficas e arranjos gramaticais diferentes. O *Manifesto* preconizava a libertação e a renovação da arte, bem como a liberdade do artista em criar a sua própria arte.

Em 1927, por afinidades literárias e pessoais, Abel Almada acaba por integrar-se no primeiro grupo da *Presença*, constituído por autores provenientes da *Revista Bizâncio* (de 1923): José Régio, Fausto José, António Navarro e Edmundo de Bettencourt. Colabora nos três primeiros números da revista, com os textos: “Preocupações de um homem que não confia em si próprio” (n.º 1, 10 mar.); “Folhetim da *Presença*, seis destinos II, a propósito do segundo destino” (n.º 2, 28 mar.); e “A máscara árabe” (n.º 3, 8 abr.). A sua prosa revela o gosto pela matemática, pela filosofia e pela arte, tendo assinado alguns artigos científicos no *Diário de Notícias* (Madeira) e na revista *Esperança*, dos quais merecem destaque “A matemática e a física” (publicado no *Diário de Notícias*, 27 out. 1921) e “A causa em sciencia” (publicado em *A Esperança*, n.º 11, 1 de ago. 1922).

O agravamento da doença obriga-o a deixar de escrever e a regressar a casa dos pais, em Santana. É sob a responsabilidade do médico-cirurgião Cunha Rosa, primeiro, e do Dr. Daniel de Brazão Machado, depois, que Abel Almada passa a exercer clínica dentária na Clínica de Odontologia da Cruz Vermelha Portuguesa, sendo conhecido pelo seu carácter e pela sua delicadeza. O “médico-matemático” faleceu no dia 20 de fevereiro de 1970, sendo o seu falecimento noticiado em vários jornais da Ilha.

Obras de Abel Almada: “A matemática e a física” (1921); “A causa em sciencia” (1922); “Folhetim da *Presença*, seis destinos II, a propósito do segundo destino” (1927); “A máscara árabe” (1927); “Preocupações de um homem que não confia em si próprio” (1927).

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; TEIXEIRA, Mónica, *Tendências da Literatura na Ilha da Madeira nos Séculos XIX e XX*, Funchal, CEHA, 2005.

GRAÇA MARIA NÓBREGA ALVES

Almada, António José de Sousa

Homem de negócios, administrador público esporádico e poeta menor, António de Sousa Almada nasceu na Madeira, em 1824, e faleceu de tuberculose, ainda relativamente novo, em Lisboa (Benfica), em 1874. Partidário do Mar. Saldanha, foi nomeado governador civil de Castelo Branco depois da Revolta de 19 de maio de 1870, que deu origem ao Governo dos Cem Dias, evento que ficaria popularmente conhecido por Saldanhada. Sobre a qualidade das suas composições poéticas, afirma o visconde de Porto da Cruz que “eram medianas e vulgares” e que, “não conseguindo celebridade literária, voltou-se para o comércio e para a política onde obteve melhor êxito” (PORTO DA CRUZ, 1951, 60). Sobre a sua biografia, afirma Luiz Peter Clode, seguindo aliás a lição de Fernando Augusto da Silva e de Carlos Azevedo de Meneses, que “casou em Lisboa com uma senhora muito rica, mas cedo desbaratou toda essa avultada fortuna” e que, em consequência, “empreendeu uma viagem de negócios ao Brasil mas, como tivesse tido pouca sorte, voltou a Portugal, organizando então várias empresas industriais entre as quais uma para exploração de um estaleiro em Porto Brandão,

que não se chegou a concluir, e outra de ostras ao sul do Tejo, que vingou” (CLODE, 1983, 27; SILVA e MENESES, 1978, I, 92). Todos estes biógrafos se basearam no verbete que Manuel Pinheiro Chagas dedicou à figura de Almada no seu *Dicionário Popular*, obra cuja riqueza erudita não se expressa no título. A respeito da atividade literária, Pinheiro Chagas é sucinto: “Foi poeta de alguma inspiração mas pouco correto. Deixou algumas produções em diversos semanários literários” (CHAGAS, 1876, 110). Escrevendo menos de dois anos depois da morte de Almada, Pinheiro Chagas e a sua equipa selecionaram aspetos privados da vida do homem de negócios que são raros num verbete de dicionário enciclopédico. O registo biográfico adota o ponto de vista da fortuna que calhou a Almada, uma descrição do périplo vital em que as grandes decisões tomadas pelo carácter são protagonistas de um drama que tem como pano de fundo a luta de um insular contra a adversidade: “Vindo muito novo ainda para Lisboa, casou pouco depois com uma senhora bastante rica, mas depressa o seu génio gastador o obrigou a procurar no recurso da sua própria inteligência os meios de viver, visto ter consumido em poucos anos a grande fortuna da sua mulher” (*Id., Ibid.*). Logo de seguida, Pinheiro Chagas elenca as atividades económicas de Almada numa narrativa de alguém que luta pela riqueza: “Empreendeu uma viagem ao Brasil, mas, não encontrando ali a fortuna que esperava, voltou a Portugal, entregando-se nos últimos anos a empresas industriais. Associado com os negociantes Bessone & Ribeiro Viana, estabeleceu em Porto Brandão um plano inclinado para o concerto de navios, obra que não chegou a concluir-se [...]. Associado com outros capitalistas estabeleceu depois uma vasta ostreira ao sul do Tejo, empresa que vingou e que Almada vendeu mais tarde a uma companhia francesa. Estabeleceu ainda outras empresas com mais ou menos êxito” (*Id., Ibid.*). As relações do homem de negócios cruzaram-se com o mundo da política, situação habitual no Portugal oitocentista, mas a fortuna adversa também caracterizou esse período da sua vida: “No Governo dos Cem Dias do Marechal Saldanha [...] foi

nomeado governador civil de Castelo Branco, mas pouco tempo se conservou nesse cargo”. A narrativa do verbete termina com um encômio às capacidades cognitivas de Almada e com uma leve censura ao seu modo de vida, dando a entender que a doença final de que padeceu foi de algum modo o resumo de uma existência caracterizada por tendências contraditórias: “Homem de uma aparência agradabilíssima e de um trato finíssimo, falando com facilidade umas poucas de línguas e possuindo uma força e uma coragem não vulgares, aproveitou-se em toda a sua vida dessas qualidades, entregando-se entretanto a uma vida dissipada, e faleceu ainda no vigor da existência, de uma tísica mesentérica” (*Id., Ibid.*). Como se vê, há poucas razões para Pinheiro Chagas e a sua equipa inserirem um verbete sobre Almada no seu *Dicionário Popular*: composições literárias que não ficaram na memória, vida de negócios cheia de altos e baixos, desempenho fugaz de um cargo administrativo pouco relevante e com origem num governo sem apoio real... Contudo, a vida esforçada deste madeirense à procura de um lugar soalheiro na ordem do mundo deve ter impressionado fortemente a equipa redatorial. A matriz deste texto viria a ser reiterada menos de 30 anos depois no dicionário de Esteves Pereira e de Guilherme Rodrigues e, como se viu, nas obras de Silva e Meneses, Porto da Cruz e Clode.

Bibliog.: CHAGAS, Manuel Pinheiro (dir.), *Dicionário Popular, Histórico, Geográfico, Mitológico, Biográfico, Artístico, Bibliográfico e Literário*, vol. 1, Lisboa, Lalllement Frères, 1876; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; PEREIRA, João Manuel Esteves, e RODRIGUES, Guilherme, *Portugal: Dicionário Histórico, Corográfico, Biográfico, Bibliográfico, Heráldico, Numismático e Artístico...*, vol. 1, Lisboa, João Romano Torres, 1904; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. II, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1951; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978.

MANUEL CURADO

Almada, João Francisco de

Nascido em Santana, na ilha da Madeira, a 9 de julho de 1874, era filho de João Francisco de Almada e de Maria Emília Cardoso de Almada.

Casou-se a 23 de outubro de 1907 com Ilda Beatriz Pinto Prado de quem teve três filhos: Maria Prado de Almada, Manuel Prado de Almada e António Manuel Prado de Almada.

Estudou no Liceu do Funchal e, depois, entrou na Faculdade de Medicina da Univ. de Coimbra, concluindo a licenciatura a 26 de julho de 1899. De regresso à Madeira, fixou morada em Santana ao ser nomeado subdelegado de saúde do concelho, por alvará de 17 de junho de 1905. Depois, a 21 de outubro de 1905, assumiu as funções de médico municipal da Câmara Municipal do Funchal, passando a residir na cidade, onde desenvolveu um importante trabalho como médico.

Da sua ação como médico ao serviço da população madeirense, destaca-se o facto de ter sido o impulsionador da luta contra a tuberculose na Madeira. Assim, a ele se deve a criação do primeiro dispensário de luta anti-tuberculosa, no Campo da Barca, posteriormente designado por Centro Dr. Agostinho Cardoso. Agostinho Cardoso (1908-1979), genro deste médico e também profissional da mesma área, seguiu a mesma linha de luta contra a tuberculose, daí ter o seu nome vinculado ao centro do Campo da Barca. Devemos, ainda, ter em conta a ação de João Francisco de Almada no sentido da instalação do sanatório da Qt. de Santana, no Monte, que foi inaugurado a 8 de dezembro de 1940 e que viria a receber o seu nome a 2 de julho de 1942, por deliberação da comissão executiva da ANT – Assistência Nacional aos Tuberculosos. A par disso, foi diretor clínico do Hospital Princesa D. Amélia e dos manicómios de Câmara Pestana e Casa de Saúde do Trapiche. Acresce, ainda, a sua ação no sentido da mudança do Hospital da Misericórdia do centro do Funchal (das instalações onde depois funcionaria o Governo regional) para o local dos Marmeleiros, no Monte.

A sua obra em prol da Madeira e da saúde da sociedade madeirense foi reconhecida em vida, tendo sido agraciado, a 7 de dezembro de 1933, pela comissão administrativa da Câmara Municipal, com o título de cidadão benemérito da cidade do Funchal. Depois, em

1937, recebeu do Governo francês o grau de oficial da Academia, pelo trabalho como presidente da comissão de receção ao cruzeiro médico francês que esteve na Madeira, em 1932 e em 1936.

João Francisco de Almada faleceu no Funchal a 14 de junho de 1942. A lembrança da sua memória e da sua obra está registada publicamente na designação atribuída ao Hospital Dr. João de Almada e no busto em bronze, obra do escultor Anjos Teixeira, de 1974, que foi inaugurado a 22 de março de 1988 no pátio do referido Hospital (Qt. de Santana, Funchal). É ainda de referir a existência, na Quinta Grande (freguesia do concelho de Câmara de Lobos), desde 9 de julho de 1998, do caminho Dr. João Francisco de Almada, o que se relaciona com o facto de a Qt. do Pomar, na Quinta Grande, ter sido propriedade familiar por via da sua esposa.

Bibliog.: impressa: *Centenário do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia do Funchal*, Lisboa, s.n., 1962; COSTA, Renato Gama-Rosa, "O Sanatório João de Almada e o armamento anti-tuberculoso em Portugal (1934)", *Islenha*, n.º 54, jun. 2014, pp. 135-148; *In Memoriam: Dr. João Francisco de Almada (1874-1942)*, Funchal, Typ. Esperança, 1943; MATOS, Rui Campos, "Hospício da Princesa Dona Maria Amélia – O primeiro sanatório português", *Islenha*, n.º 50, jan.-jun. 2012, pp. 5-22; VERÍSSIMO, Nelson, e SAINZ-TRUEVA, José de, *Esculturas da Região Autónoma da Madeira. Inventário*, Funchal, DRAC, 1996; VIEIRA, Ismael Cerqueira, "O pioneirismo da Madeira no tratamento da tuberculose em meados do século XIX", *Ler História*, n.º 61, 2011, pp. 85-103; **digital:** JANES, Emanuel, "Dr. João Francisco de Almada", *Câmara de Lobos – Dicionário Corográfico*, s.d.: http://www.concelhodemamadadelobos.com/dicionario/almada_joao.html (acedido a 23 set. 2016).

† ALBERTO VIEIRA

Almada, José António de

José António de Almada foi político, magistrado e advogado. Nasceu em Machico, a 7 de março de 1843, sendo filho de José António de Almada e de Guiomar da Piedade de Olim Almada. Casou-se a 10 de outubro de 1877 com Margarida Rosa de Ornelas; deste casamento nasceram quatro filhos.

Frequentou o Liceu do Funchal, tendo terminado os estudos no ano letivo de 1858-1859, após o que se matriculou na Faculdade de Direito da Univ. de Coimbra, a 10 de outubro de 1962. Foi obrigado a interromper os estudos no 2.º ano de licenciatura, por se terem

manifestado nele sintomas graves de tuberculose, regressando à ilha da Madeira. Os médicos aconselharam-no a realizar uma longa viagem de barco, o que o levou a partir num navio de vela, da ilha da Madeira em direção aos Estados Unidos. A viagem foi benéfica para a sua saúde, pelo que pôde voltar a Coimbra para terminar os estudos em Direito, o que realizou com distinção.

Colaborou em vários jornais do Funchal, sendo de destacar a participação como redator da *Revista Jurídica*, entre 1870 e 1871. Em 1867, em colaboração com Joaquim da Trindade e Vasconcellos, escreveu um folheto de 40 páginas intitulado *Projecto de Lei Regulamentar do Contracto de Colonia ou Parceria Agrícola na Ilha da Madeira*.

Fernando Augusto da Silva escreveu elogiosamente sobre José António de Almada, considerando-o um dos mais distintos advogados e jurisconsultos do seu tempo.

A sua distinção e os seus méritos pessoais foram atestados pelo desempenho dos mais altos cargos políticos e civis, funções que acumulou ao longo da vida, bem como pela participação ativa na vida política funchalense. Exerceu advocacia na cidade do Funchal, sendo nomeado conservador da comarca ocidental da mesma cidade e delegado do procurador régio.

No âmbito da sua carreira política, cumpre assinalar que fez parte do Partido Progressista, tendo sido chefe do Partido Progressista do Funchal em 1885. A sua carreira política atingiu o ponto alto quando foi nomeado, por dec. civil de 15 de fevereiro de 1897, governador civil da ilha da Madeira, tomando posse do cargo logo a 18 de fevereiro e cessando as suas funções a 29 de dezembro de 1898. Sucedeu-lhe, com o estatuto de governador civil substituto, o visconde do Ribeiro Real.

José António de Almada desempenhou um papel pró-ativo e decisivo no processo que efetivamente colocou em andamento muitas obras públicas necessárias na Ilha. Nesta matéria, a Madeira carecia de obras urgentes e estratégicas. Pouco tempo depois de tomar posse do Governo civil, o seu empenho ficou

patente nas sucessivas viagens que realizou ao reino, com o intuito de desbloquear verbas para a realização das referidas obras, sendo recebido honrosamente e com regozijo geral na cidade.

Os esforços de José António de Almada, apesar da saúde frágil, tiveram resultados benéficos para o arquipélago: conseguiu o aval para o início da construção de duas pontes, a que passa sobre a ribeira da vila de São Vicente, no norte da ilha da Madeira, e a de S.^{to} António; para se fazerem reparações na freguesia do Porto Moniz; para a Câmara Municipal do Funchal (CMF) demolir a cortina da cidade, a Pç. Académica e o forte de S. Pedro, tendo nascido no espaço libertado o campo D. Carlos, depois Prq. Almirante Reis; bem como para um projeto de auxílio ao saneamento da cidade do Funchal. Conseguiu ainda, relativamente à ilha do Porto Santo, os necessários fundos para o começo da construção do farol do Ilhéu de Cima, que entrou em funcionamento no dia 11 de maio de 1901.

Um dos principais melhoramentos pelos quais António José de Almada lutou durante o seu mandato foi a mudança da cadeia do Funchal para o Pico, além da construção de uma avenida “que fosse defrontar com o mar”, constituindo esta uma das mais importantes iniciativas na área da higiene e do embelezamento (já anteriormente planeada pelo então Gov. civil D. João de Alarcão (*DN*, 15 mar. 1897, 2).

Consciente da importância da arborização das serras da Madeira e do estado deplorável em que as mesmas se encontravam, José António de Almada, sem olhar a ideologias políticas, mas sobretudo ao bem comum, procurou mobilizar as autoridades locais e os grandes proprietários no sentido de desenvolver um programa de reflorestação e de fiscalização, vigilância e policiamento das serras, o que era imperativo. Em 16 de maio de 1897, José António de Almada reuniu-se com alguns presidentes de município a fim de sugerir a criação de um corpo de guardas de florestas sustentado pelos municípios. A instituição da polícia florestal sob a tutela dos municípios foi aprovada

a 20 de maio de 1897, sendo requeridos fundos ao Governo central para financiar o corpo policial.

O periódico *Semana Ilustrada* de 5 de junho de 1898 homenageou José António de Almada com uma estampa do seu retrato na primeira página, referindo que “Após Silvestre Ribeiro e Couceiro nenhum governador civil atingiu ainda o vulto em que se nos tem mostrado o Dr. Almada”. O periódico classifica-o com os adjetivos mais predicatórios: “Talentoso, probo, conciliador e ativo, tem posto acima dos seus interesses e da sua saúde o bem da terra que lhe foi berço [...]” (*Semana Ilustrada*, 5 jun. 1898, 73).

A *Revista Madeirense*, no seu número datado de 9 de março de 1902, dedicou um longo texto laudatório e biográfico sobre a ação benéfica de José António de Almada, enaltecendo os feitos que protagonizou enquanto governador civil, e que transformaram a ilha da Madeira; este texto foi acompanhado por um retrato.

Depois de terminar as suas funções no Governo civil, José António de Almada, nas eleições de 1899, foi eleito deputado pelo círculo do Funchal, pelo Partido Progressista. No fim da sua vida, fixou residência em Lisboa, enquanto desempenhava as funções de auditor nos Conselhos de Guerra e Marinha. Faleceu a 21 de março de 1905, com 62 anos.

A CMF, na sessão ordinária de 30 de março de 1930, lançou em ata um voto de profundo pesar pelo passamento de José António de Almada.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, mç. 42; *Ibid.*, Liceu do Funchal, liv. 467, n.º 11, fl. 83v.; *Ibid.*, Paróquias, Paróquia de São Pedro, liv. 1415, fls. 29-29v.; AUC, Índice dos Alunos da Universidade de Coimbra, 002016; **impresa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. VII, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2008; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; *Diário de Notícias*, 9 mar. 1897; 11 mar. 1897; 14 mar. 1897; 15 mar. 1897; 16 mar. 1897; 9 abr. 1897; 11 abr. 1897; 12 maio 1897; 20 maio 1897; 23 jul. 1897; 23 mar. 1903; *Revista Jurídica*, PPD4, B50, E4, P13, 755; *Revista Madeirense*, 9 mar. 1902; *Semana Ilustrada*, 5 jun. 1898; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1998; VASCONCELLOS, Joaquim Ricardo da Trindade e, e ALMADA, José António d', *Projecto de Lei Regulamentar do Contrato de Colonia ou Parceria Agrícola na Ilha da Madeira*, Funchal, s.n., 1867.

Almada, José de

José de Almada, filho de António José de Almada e de Margarida de Ornelas Almada, nasceu a 23 de fevereiro de 1880, no Funchal, tendo-se casado com Isabel Teles da Gama.

Estudou no Liceu Nacional do Funchal e licenciou-se em Direito pela Univ. de Coimbra, tendo efetuado matrícula a 5 de outubro de 1899.

Trabalhou na Direcção-Geral do Ultramar e no Ministério das Colónias, onde desempenhou as funções de 1.º oficial da Administração Civil, de chefe de repartição e de subdiretor-geral. Em 1925, foi transferido para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, com as funções de consultor colonial; nesta qualidade, participou em diversas missões, como representante do governo português.

Notabilizou-se na defesa do governo aquando da campanha antiescravagista em Londres, na arbitragem do caminho de ferro de Mormugão, na mesma cidade, e, nos anos de 1928 e de 1934, nas negociações com a União Sul-Africana, para se constituir a Convenção.

Tornou-se membro da comissão de peritos sobre o trabalho indígena na *Convention International du Travail* e participou na conferência da Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Sara (1951) e na Conferência do Atlântico Norte (1959).

Foi designado procurador na Câmara Corporativa pelo Conselho Corporativo. Da sua carreira parlamentar constaram duas legislaturas, correspondentes à 22.ª e 24.ª secções, em política e economia coloniais.

Na primeira legislatura, que ocorreu entre 1935 e 1938, subscrevem-se 9 pareceres: o 10.º subscrito relata a criação e organização do Conselho do Império Colonial; o 15.º regista a modificação de algumas disposições do ato colonial, como relator; o 20.º descreve a criação da representação diplomática na União Sul-Africana, igualmente como relator; o 32.º evoca a criação do Instituto de Medicina Tropical; o 78.º refere a autorização dada ao governo para celebrar contratos com certas empresas existentes em Angola; o 87.º realça as

alterações à Carta Orgânica do Império Colonial; do 92.º deriva a aplicação da Convenção Internacional das Telecomunicações às colónias portuguesas, como relator; o 117.º parecer relata a venda de dois talhões, na cidade de Lourenço Marques, ao Governo da União Sul-Africana; e do 122.º consta o plano de fomento da colónia de Angola.

Na segunda legislatura, entre 1938 e 1942, destacam-se 4 pareceres: o 11.º retrata a navegação para as colónias; o 18.º refere-se à ação colonizadora do Estado; o 19.º regista a Concordata e o Acordo Missionário; e o 29.º relata a concessão da patente de vice-almirante honorário a João António de Azevedo Coutinho Frago de Sequeira. A soma das duas legislaturas perfaz 13 subscritos.

O génio diplomático de José de Almada foi posto ao serviço da sua terra natal. Foi à ilha da Madeira, segundo Fernando Augusto da Silva, em 1927, tendo sido escolhido pelo regime do Estado Novo para resolver uma das grandes questões legais da Ilha no séc. xx. A questão opunha a firma Giorgi & Companhia, Lda., proprietária dos terrenos que representavam o morgadio do Espírito Santo, que anteriormente pertenciam ao 2.º conde do Carvalhal, vendidos em hasta pública, aos colonos, cultivadores desses mesmos terrenos.

Tanto a empresa Giorgi como os colonos foram lesados pela ação de José Maria Macedo, funcionário público na Ponta do Sol, e intermediário entre os colonos, interessados na compra efetiva dos terrenos, e a companhia americana, firmando com esta uma promessa verbal de compra do morgadio do Espírito Santo, comprometendo-se a depositar 300.000 dólares num banco em Nova Iorque; Fernando Augusto da Silva chamou a este processo “compra imaginária” (SILVA, 1933, 64).

José Maria Macedo ia recolhendo o dinheiro dos incautos colonos, cedendo por palavra, sem qualquer comprovativo de pagamento, parcelas de terrenos aos mesmos, depositando depois o dinheiro que recebia em seu nome, num banco do Funchal. Quando chegou a data limite de pagamento à companhia americana,

o contrato acordado não se cumpriu e o dinheiro acabaria por cair, nas palavras de Fernando Augusto da Silva, “no insondável abismo” (*Id., Ibid.*).

A Giorgi, bem como os colonos, fizeram entrar nos tribunais diversos processos-crime, tendo estes demorado muito tempo sem que se tivesse chegado a uma resolução. A complexidade do caso origina um sentimento de revolta por parte dos colonos, que estão em risco de ficar sem nada.

Neste sentido, atendendo à gravidade da situação política, social e económica da ilha da Madeira, José de Almada procurou resolver a questão da Lombada dos Esmeraldos, nas palavras de Fernando Augusto da Silva, “dentro dos limites da possibilidade e sem desprestígio algum para o estado, nas condições mais favoráveis para todos” (*Id., Ibid.*, 65).

Pelos seus serviços à pátria, José de Almada foi condecorado com a grã-cruz da Ordem de Cristo e nomeado grande oficial do império colonial português (CLODE, 1983, 29).

Faleceu em Lisboa, onde residia, a 12 de julho de 1973.

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Liceu Nacional do Funchal, liv. 470, n.º 77, fl. 270v; *Ibid.*, Paróquias, Paróquia de São Pedro, liv. 1495, fl. 13; *Ibid.*, Registos Paroquiais, São Pedro, liv. 2078; AUC, Índice dos Alunos da Universidade de Coimbra, 002011; **impresa:** CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; SILVA, Fernando Augusto da, *A Lombada dos Esmeraldos*, Funchal, ed. do Autor, 1933; *Id.*, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1984; **digital:** Castilho, J. M. Tavares, “Lista de procuradores”, *Os Procuradores da Câmara Corporativa (1935-1974)*, s.d.: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/procuradores_a.html (acedido a 26 abr. 2018).

CARLOS BARRADAS
PEDRO VALE

Almada, Lourenço de

Filho de D. Luís de Almada (c. 1620-1666) e de sua segunda mulher, D. Luiza de Meneses, veio a herdar a casa de seus pais pelo falecimento prematuro do irmão mais velho, D. Antão de Almada (1644-1669). A partir dessa altura, passou a usar os vários títulos da família, tais como 12.º senhor dos Lagares d’El Rei e 7.º senhor do Pombalinho, a que juntou ainda, em 1675, a comenda de São Vicente de Vimioso e a alcaidaria de Proença-a-Velha, na

Ordem de Cristo, que pertencera ao seu avô materno, D. Antão de Almada (1573-1644). Embora o pai já houvesse acompanhado o avô na aclamação de D. João IV (1604-1656), sendo assim esta família da alta nobreza da corte de então, D. Lourenço de Almada (1645-1729) ter-se-á fixado em Condeixa-a-Nova, onde a família também possuía residência. Antes da sua nomeação, em 1687, para governador da Madeira, não há conhecimento do exercício de especiais funções – ao contrário, aliás, da grande maioria dos seus antecessores e sucessores, praticamente todos com provas dadas na vida militar –, apesar de ter tido um papel de certo relevo em Condeixa-a-Nova, mesmo que circunscrito à localidade, designadamente na Fundação da Confraria das Almas, em 19 de novembro de 1679, de que foi o primeiro juiz. Mas foi o papel desempenhado na Madeira que demonstrou que D. Lourenço de Almada estava preparado para o lugar de governador e que o projetou como uma das primeiras figuras na nobreza da corte da sua época, vindo



Armas da família Almada (ANTT, *Livro de António Godinho*, c. 1525).

mais tarde a ocupar outros altos cargos nos domínios ultramarinos.

Foi nomeado governador da Madeira a 4 de agosto de 1687, mas só prestou menagem a 1 de abril de 1688, tomando posse no Funchal a 13 do mesmo mês, onde substituiu Pedro de Lima Brandão (c. 1640-1718). Uma das suas primeiras funções foi preparar uma leva de 100 soldados, determinada em Lisboa, a 21 de fevereiro de 1688, logo antes de prestar menagem; do Funchal, a 28 de maio, veio a informação de que tal leva se encontrava em preparação e que, dada a existência de grande número de criminosos e vadios na Madeira, não seria difícil cumprir a ordem da Coroa. A leva destinava-se a acompanhar o Gov. D. João de Lencastre (1646-1705) e deveria estar pronta quando aquele governador passasse pelo Funchal, a caminho de São Paulo de Luanda, em Angola. A leva foi assumida pelo morgado Pedro de Bettencourt Henriques (1632-1687). Em 1689, por esse serviço e pelas suas qualidades pessoais, o seu segundo filho, Henrique Henriques de Noronha (1667-1730), receberia alvará de moço-fidalgo com 1\$000 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia.

Logo no início do seu governo, o Rei D. Pedro II (1648-1706), por carta de 2 de abril de 1688, determinou-lhe a arrecadação das avultadas quantias em dívida ao Erário Régio, que se encontravam nas mãos de tesoureiros e recebedores, e que as remetesse através de letras para Lisboa. O trabalho decorreu ao longo dos seus dois anos de governo, no termo dos quais o Rei determinou, a 9 de setembro de 1690, a prisão dos culpados na “devassa dos descaminhos da Fazenda Real”, tirada pelo provedor Ambrósio Vieira de Andrade (ANTT, Ministério do Reino..., mç. 8, n.º 13), e também a execução dos bens de Diogo Fernandes Branco (filho) (c. 1636-1683), por dívidas à Junta do Comércio Geral. Desta última execução foi efetuada certidão por João de Bettencourt, escrivão judicial, a 25 de outubro do mesmo ano, transcrita na Câmara do Funchal, a 24 de março de 1695.

O provedor chegou também a escrever ao Rei registando a colaboração que recebeu da

parte do governador. Um dos casos registados envolveu o Cap. Gonçalo de Freitas Correia, que tentou raptar uma jovem escrava da casa de um depositário, ao qual tinha sido entregue por mandado judicial. O problema foi agravado por ter ocorrido à porta da Alfândega e por ter desencadeado tumulto, para além de o capitão ter oferecido resistência à justiça. O provedor entendeu, por fim, que toda a situação tinha colocado em causa a segurança da Alfândega e poderia ter levado a algum descaminho da Fazenda Real. A intervenção atempada, prudente e eficaz do governador, segundo o provedor, tinha conseguido repor a normalidade. O capitão viria a receber mandado de prisão, a 21 de março de 1689, para a cadeia do Limoeiro, em Lisboa; o Rei voltou a escrever ao governador, a 23 de março do mesmo ano.

Logo no início do seu governo, D. Lourenço de Almada, na carta de 28 de maio de 1688, em que aborda a organização da leva de 100 soldados para Angola, justificava o excesso de crimes na ilha da Madeira pela falta de uma rigorosa aplicação da justiça. Nessa altura, não havia corregedor de comarca na Ilha, e D. Lourenço observa que fazia muita falta. Constava-lhe ainda ser prática corrente colocar suspeições ao juiz de fora; nas vilas, a justiça estava a cargo dos juizes ordinários, em sua opinião, pouco esclarecidos na matéria e comprometidos por laços de parentesco e vizinhança. Assim, o governador solicitava ao Rei que mandasse “considerar muito esta matéria pelo grande prejuízo de que padece este Povo” (*Id., Ibid.*).

O conde de Castelo Melhor, Luís de Vasconcelos e Sousa (1636-1720), antigo escrivão de puridade de D. Afonso VI (1643-1683), entretanto caído em desgraça, mas depois reabilitado, tentou tomar posse dos seus antigos senhores. Nesse quadro, em 1689, João Pereira de Paiva, seu procurador, apresentou-se no Funchal para tomar posse da fortaleza de S. Lourenço, de que os condes de Castelo Melhor e da Calheta eram alcaides-mores. Perante o inusitado da situação, o Gov. e Cap.-Gen. D. Lourenço de Almada prendeu-o, dando conhecimento a D. Pedro II; numa carta de 22 de

junho desse ano, o Rei condescendeu com a atitude do procurador por “supina ignorância” (*Id.*, *Ibid.*) e recomendou que João Pereira de Paiva fosse libertado quando o governador considerasse suficiente o castigo.

Na vigência do Gov. Lourenço de Almada, houve nova pressão de Lisboa para se acabarem as demoradas obras da fortificação do Funchal. A carta do Rei, de 2 de abril de 1688, logo no conjunto de ordens determinadas mesmo antes de prestar menagem (que, todavia, só viria a ser registado no Funchal a 24 de setembro de 1689), insiste para se acabarem “fortes e com boa posição” (*Ibid.*, Provedoria..., liv. 968, fl. 61) as obras iniciadas pelo Gov. João da Costa de Brito (c. 1640-c. 1700), recorrendo-se ao parecer dos oficiais de guerra mais experientes no assunto. Foi ainda chamada a atenção para os vários redutos e plataformas que necessitavam de reparo e para outras estruturas que poderiam precisar de revisão ou reconstrução total. É neste enquadramento que se deve filiar a deslocação à Madeira dos técnicos continentais, em março de 1689: o capitão de engenheiros António Rodrigues Ribeiro e um ajudante, o estudante de engenharia Manuel Gomes Ferreira, que finalmente completaram a muralha da frente mar da cidade e construíram um portão dentro do gosto maneirista internacional – o chamado portão dos Varadouros, onde, no ano de 1689, o governador mandou colocar uma inscrição em latim, que se pode traduzir por “Cada um dos antecedentes governadores debalde se esforçou por concluir estas muralhas; ao Senhor Lourenço de Almada estava reservada a satisfação da sua conclusão” (SILVA e MENESES, 1998, II, 467). Refere o provedor Ambrósio Vieira de Andrade, em certidão de 30 de setembro de 1690, que o governador “fez findar a muralha com toda a perfeição, brevidade e comunidade”, para além de ter mandado reparar “com grande cuidado” algumas vigias e fortins da ilha da Madeira (VERÍSSIMO, 2000, 321).

Os registos deixados por D. Lourenço de Almada referem ainda algum aumento do número das companhias de ordenanças, que de cerca de 70, em 1683, passaram, em 1688, para

75. Talvez pelo aumento desses efetivos e do serviço militar geral, em 1689, o juiz do povo solicitou ao Rei dispensa do serviço de vigias e de trabalhos nos entulhos das ribeiras para os aprendizes dos ofícios. O juiz argumentava que, desviando-se os mesmos da aprendizagem da sua arte para essas ocupações, faltariam, no futuro, oficiais na cidade devidamente habilitados, “pois muitos mestres os não querem ensinar com estas pensões” (ANTT, Ministério do Reino..., mç. 8, n.º 13). O pedido foi enviado de Lisboa a D. Lourenço de Almada, a 26 de agosto desse ano, para o governador dar o seu parecer, mas D. Lourenço de Almada não lhe deve ter dado seguimento.

O governador veio a ser substituído, dois anos depois (um dos mais curtos governos da época), por D. Rodrigo da Costa (1657-1722), filho de D. João da Costa (1610-1664), 1.º conde de Soure, general de Artilharia, mestre de campo general e governador da província do Alentejo, que tomou posse a 20 de outubro de 1690 e foi depois vice-rei da Índia. A residência do Gov. e Cap.-Gen. D. Lourenço de Almada revelou uma atuação considerada exemplar e em conformidade com as obrigações e disposições do seu regimento. O Rei D. Pedro II, no despacho de 4 de abril de 1691, elogiou e agradeceu os bons serviços deste governador, escrevendo ter “procedido com muita vigilância, esforço, cristandade e zelo”, “muita limpeza de mãos” e, inclusivamente com gastos pessoais, sem, porém, deixar de garantir o aumento da Fazenda Real (*Ibid.*).

D. Lourenço de Almada fixou-se na corte de Lisboa, dedicando-se a recuperar o palácio Almada ou palácio da Independência, no Lg. de São Domingos, onde foram depois instaladas a Sociedade Histórica da Independência de Portugal e a Comissão Portuguesa de História Militar. As primeiras obras de reconstrução deste edifício devem datar de 1684, quando D. Lourenço de Almada pediu à Câmara de Lisboa que lhe aforasse o chão público necessário para endireitar as suas casas; e continuaram em 1713, quando lhe foi concedido outro aforamento, que deve corresponder a uma nova campanha de obras de remodelação

e ampliação, com um alinhamento diverso do original. Permaneceram, no entanto, algumas portas manuelinas, painéis de azulejos dos anos 70 do séc. XVII, assim como outros dos anos 80, assinados pelo célebre mestre Gabriel del Barco (c. 1650-c. 1708). Tinha-se casado a 28 de outubro de 1671 com D. Catarina Henriques (c. 1650-1721), dama da Rainha D. Maria Francisca de Saboia-Nemours (1646-1683), filha de D. João de Almeida, vedor da Casa Real, e de D. Violante Henriques, irmã de D. Tomás de Noronha, 3.º conde dos Arcos; teve larga geração e os seus herdeiros residiram neste palácio até aos inícios do séc. XIX.

D. Lourenço de Almada foi mestre-sala da Casa Real de D. Pedro II e de D. João V (1689-1750), fidalgo do Conselho Real, deputado da Junta dos Três Estados e, por último, presidente da Junta do Comércio. Deveria, entretanto, ter usado o título de conde de Abranches, a que em princípio teria direito, mas não consta que alguma vez o tenha feito; esse título só voltaria a aparecer na família no séc. XIX. Em 1702, foi um dos fidalgos nomeados em Santarém para acompanhar D. Pedro II na primeira fase da Guerra de Sucessão de Espanha e, em 1705, foi nomeado governador de Angola, lugar de que tomou posse a 20 de novembro desse ano, tendo governado até 4 de outubro de 1709 “com grande prudência e integridade, mas com tanta circunspeção, que além do Bispo, nenhuma pessoa se sentou em sua casa” (TORRES, 1825, 230). A 29 de novembro, o Rei escreveu-lhe a convidá-lo para governar a capitania-geral do Estado do Brasil, sob o mesmo preito de homenagem – convite esse que ele aceitou. No entanto, a situação nesse local revelou-se muito difícil, coincidindo com a Guerra dos Mascates no Recife e, mais tarde, em setembro de 1711, com o assalto à cidade do Rio de Janeiro, levado a cabo pelo corsário francês René Duguay-Trouin (1673-1736). A circunstância do assalto francês – a que a guarnição da cidade quase se entregou sem resistência, limitando-se a negociar um importante resgate – levou D. Lourenço de Almada a apresentar a demissão, regressando algum tempo depois ao continente. Faleceu a 2 de maio de 1729, sendo sepultado

na capela de S. Fulgêncio da igreja do Convento de N.ª Sr.ª da Graça, em Lisboa, pertencente à sua família.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomo 7; *Ibid.*, Governadores e Capitães Gerais, liv. 189; ANTT, Ministério do Reino, Decretos, mç. 8, n.º 13, *Documentos de D. Lourenço de Almada*; *Ibid.*, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 968; BA, 51-XI-34; **impresa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. III, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1992; NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira, antigamente Primaz de Todas as Conquistas, Distribuída na Forma do Systema da Academia Real da História Portuguesa*, Funchal, CEHA, 1996; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; SOUSA, António Caetano de, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa. Desde a Sua Origem até o Presente, com as Familias Illustres, Que Procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança: Justificada com Instrumentos, e Escritores de Inviolavel Fé: e Offerecida a el Rey D. João V*, t. v, Lisboa Occidental, Officina Sylviana e da Academia Real, 1738; TORRES, João Carlos Feo Cardozo de Castelo Branco e, *Memorias Contendo a Biographia do Vice Almirante L. da Motta Feo e Torres, História dos Governadores e Capitaens Generaes de Angola desde 1575 até 1825 e a Descrição Geographica e Política dos Reinos de Angola e de Benguella*, Paris, Fantin, 1825; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

RUI CARITA

Almanak Ecclesiasticum

O *Almanak Ecclesiasticum* era uma publicação de carácter religioso, que vem referenciada no “Inventário da imprensa católica – 1820-1910” de Joaquim Azevedo e José Ramos como sendo especificamente destinada à Diocese do Funchal. Esta informação, contudo, não corresponde inteiramente à verdade, uma vez que surgem exemplares semelhantes para outras dioceses do reino – *e.g.*, Lisboa, Lamego ou Évora.

Apesar de Fernando A. Silva, no *Elucidário Madeirense*, indicar que, a partir de 1927, o seu responsável passava a ser o P.º José Augusto Rodrigues Amado – o que significa que naquela data ainda se publicava –, a verdade é que não foi possível localizar nenhum dos seus números na Madeira. Os únicos exemplares que se conhecem estão na Biblioteca Nacional de Lisboa, para os anos de 1888 e 1894, e na Biblioteca Pública Municipal do Porto, onde repousam os números de 1865 e 1874.

A obra configurava um apoio para o clero, orientando-o ao longo do ano litúrgico, com indicações da prática a seguir na celebração das missas comuns e nas de dias festivos. Visto

mais de perto, *e.g.*, o exemplar de 1888 mostra, em primeiro lugar, as datas mais importantes do calendário religioso, como a quarta-feira de Cinzas, a Páscoa, a Ascensão, o Pentecostes e o Natal, assinalando o mês e o dia em que, naquele ano específico, recaíam.

Segue-se a indicação do “tempo nupcial”, ou seja, as alturas do ano em que era possível contrair matrimónio, sendo que, para o ano em questão, os momentos contemplados eram, em primeiro lugar, os que decorriam entre 7 de janeiro e 14 de fevereiro, inclusive, e em segundo, o período com início a 9 de abril e término a 1 de dezembro.

Logo depois, apresentam-se as festas móveis, de acordo com o Pontifical Romano, o que dá lugar a que se repita alguma da informação disponibilizada no primeiro ponto.

A página 5 do número que se está a analisar contém uma tabela onde se elencam as missas votivas, seguidas da cor dos paramentos a usar em cada uma delas, bem como as orações a proferir. O corpo principal do *Almanak* está, porém, preenchido com indicações minuciosas para todos os dias do ano, que se reportam às missas que deveriam ser celebradas pelo bispo, acrescidas de apontamentos concretos sobre o que se comemorava em cada dia, tudo acompanhado do modo de se proceder em todos os momentos.

O outro número que se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa e que se reporta ao ano de 1894 apresenta algumas inovações em relação ao ano anterior. Assim, neste exemplar, surgem mais algumas referências relativas a datas em que os fiéis católicos podiam beneficiar de indulgências plenárias, bem como uma tabela que anota as missas rezadas em capelas particulares, nas quais se registam algumas diferenças no tocante às cores dos paramentos. Especificam-se, entre outros casos, os momentos em que a missa e a cor litúrgica diferiam das do culto prestado em igrejas públicas, as circunstâncias em que se podia prescindir de algumas orações e os momentos em que as celebrações públicas e privadas eram coincidentes.

O grosso da publicação continua, porém, a ser constituído por grande individuação dos

dias do calendário litúrgico, acompanhados das já referidas indicações das especificidades a respeitar em cada momento.

Editados em Coimbra, os exemplares destinados aos diversos bispados emanavam dali para os diferentes destinos. Atendendo ao período longo durante o qual se publicou, o *Almanak* foi mudando de responsáveis, pelo que o padre encarregado, que, em 1858, era António Ribeiro de Vasconcelos, passa a ser o P.^o João Gama, que aparece já no número de 1883, de acordo com a indicação recolhida no *Annuário da Universidade de Coimbra* de 1883-1884. O *Elucidário Madeirense*, por seu lado, e como já referido, menciona o P.^o José Augusto Rodrigues Amado como a pessoa que estava à frente da publicação em 1927.

Em síntese, poderá, com certeza, afirmar-se que o *Almanak Ecclesiasticum* representava um precioso auxiliar para os párocos, que, com ele, a todo o instante sabiam como proceder, contribuindo ainda a obra para a desejada normalização da prática religiosa nas dioceses nacionais.

Bibliog.: *Annuário da Universidade de Coimbra 1883-1884*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1884; AZEVEDO, Joaquim, e RAMOS, José, “Inventário da imprensa católica entre 1820 e 1910”, *Lusitania Sacra*, 2.^a sér., n.º 3, 1991, pp. 215-264; GAMA, João (ed. lit.), *Almanak Ecclesiasticum*, Coimbra, Tip. Académica, 1888 e 1894; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1984.

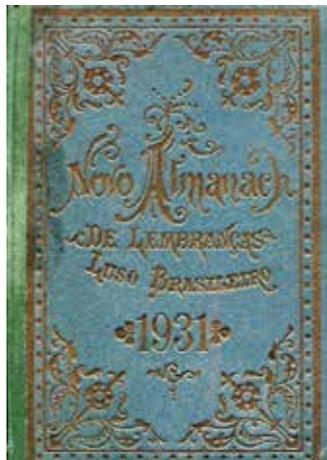
CRISTINA TRINDADE

Almanaque de Lembranças

Mais conhecido como *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* – designação substituída posteriormente pela de *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* –, este anuário publicou um vasto conjunto de textos sobre o arquipélago da Madeira e um número significativo de escritos e passatempos de autores madeirenses ou residentes naquela fração insular do território português. Em formato de livro de bolso e editado, ao longo de 82 anos, em Lisboa – exceção feita aos 3 primeiros números saídos primeiramente em Paris –, o *Almanaque de Lembranças* constituiu um verdadeiro fenómeno editorial, devido não só a uma duração que excedeu

largamente a de outras publicações do mesmo género, mas também a avultadas tiragens, que chegaram a ultrapassar 20.000 exemplares, aos quais há que somar, em alguns anos, os de reedições. O seu sucesso, explicável em parte pelas suas características e os seus méritos, tem raízes no gosto vincado do séc. XIX pela leitura de escritos do mesmo género, a que depreciativamente se chamou “cultura de almanaque”, mas ainda assim cultura a que pôde finalmente aceder um público muito mais vasto que o dos séculos anteriores.

Idealizada não só para tal público, a coletânea foi lançada por Alexandre Magno de Castilho (1850-1860), intelectual prestigiado e de sólida cultura, a que se seguiram editores/diretores de perfil semelhante e quase todos da mesma família. Irmão do renomado escritor romântico António Feliciano de Castilho, o fundador do *Almanaque* era matemático, escritor e membro do Instituto Histórico de Paris. O seu sobrinho e sucessor, também chamado Alexandre Magno de Castilho (1861-1871), era engenheiro hidrográfico, professor da Escola Naval e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Autor de inúmeras obras, organizou um arquivo-biblioteca sobre os descobrimentos portugueses, para o qual reuniu vasta informação sobre a geografia, a flora, a fauna e a vida social das colónias de Portugal, à semelhança do que se encontra na coleção em análise. Também eruditos e escritores foram os demais editores do anuário – António Xavier Rodrigues Cordeiro (1872-1897), que, tendo colaborado com o segundo Alexandre, assumiu sozinho a direção da coletânea após o falecimento do seu parceiro; António Xavier de Sousa Cordeiro (1898-1903); Adriano Xavier Cordeiro (1904-1916); O. Xavier Cordeiro (1917-1931); e Armando de Lima Pereira (1932), responsável apenas pelo último volume e o único que não estaria ligado aos anteriores por laços de parentesco –, cuja biobibliografia extravasa, porém, o âmbito deste verbete.



Visando quer a transmissão de informações úteis para o ano vindouro, quer ainda, e sobretudo, a difusão de múltiplos conhecimentos, a promoção da leitura de textos literários e o deleite decorrente de divertimentos que exigiam rigorosa atividade mental, o *Almanaque de Lembranças* manteve o rumo inicialmente traçado, mas passou por inúmeras mudanças, entre as quais o aumento da sua extensão e o alargamento e a diversificação das suas matérias. À semelhança de publicações do mesmo género, incluía à partida o calendário português com o signo correspondente a cada mês, a par de sucintas informações de cariz religioso (santos do dia, comemorações e prescrições da Igreja) e social (efemérides, datas de festas nacionais, natalícios de personalidades históricas e da realeza portuguesa e brasileira), a que se juntavam apontamentos do editor, informações de uso corrente (tais como o elenco das feiras e dos mercados de Portugal) e pequenos artigos de natureza vária, apensos a cada dia do ano. Progressivamente ampliado, este elenco passou a abarcar outras indicações de utilidade prática (eclipses, marés, incêndios, pesos e medidas, taxas alfandegárias, transportes, etc.), além de passatempos, poemas, prosa literária, retrato, perfil e bibliografia de figuras ilustres às quais se prestava homenagem, bem como anúncios, índices dos colaboradores e correspondência que com eles mantinha o editor. A partir do quinto volume, os passatempos, os versos e os textos em prosa reuniram-se numa segunda parte, distinta da “Folhinha portuguesa”, a que se juntaram depois outras secções, entre as quais a charadística e a das publicações recebidas. Entretanto, desde o volume de lançamento, valorizavam o almanaque ilustrações mais ou menos relacionadas com os textos que secundavam, entre as quais se contam mapas, paisagens urbanas e rurais, fotografias de monumentos, palácios, edifícios,

Fig. 1 – Novo Almanach de Lembranças Luso Brasileira, 1931.

cenas e figuras humorísticas, tipos humanos, esboços ou retratos de personalidades históricas, artistas, escritores, etc.

No *Índice Geral do Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro desde 1872 a 1898 (inclusive)*, as matérias editadas na coletânea em análise estão distribuídas por 23 tópicos que facilitam o seu conhecimento, mas não derivam de uma rigorosa classificação: anedotas e chistes; anedotas históricas e autênticas; antologia portuguesa (trechos escolhidos de poetas e prosadores); arqueologia e arquitetura (monumentos e edifícios notáveis, numismática, etc.); antiguidades (coisas do passado, comemorações e apontamentos retrospectivos); arte e artistas (apontamentos e esboços); contos, apólogos e lendas; educação e ensino; epigramas e sátiras; geografia (viagens e descrições); etnografia (costumes, tradições, superstições e trovas); gravuras; história (trechos e episódios); homens e damas ilustres (biografias, estudos críticos, factos e notas); lembranças (factos e notícias dos tempos modernos); linguagem portuguesa (etimologias, locuções, anexins, etc.); miscelânea; moral e religião (santos e varões ilustres da Igreja); mitologia e lendas fabulosas; pensamentos, máximas e conceitos; prosas literárias (portuguesas e brasileiras); ciências naturais (receitas e indicações úteis); poesia. A inserção de tais matérias em cada volume não obedece a qualquer tipo de organização, estando os textos encaixados nos espaços disponíveis, de forma a preencher por completo cada página.

Responsáveis pela natureza e pelo ideário do seu *Almanaque*, os editores exerciam inúmeras funções: selecionavam as informações, os textos e autores que nele iriam figurar, redigiam textos onde teciam comentários vários, faziam agradecimentos e registos fúnebres, correspondiam-se com leitores e colaboradores, aconselhando-os, elogiando ou criticando os seus escritos. Entre as composições literárias que publicavam, encontram-se criações de renomados autores do passado e do presente (Camões, Vieira, Bocage, Garrett, Eça, Gonçalves Dias, Olavo Bilac, Cervantes, Goethe, Zola,

etc.), a par de escritos de figuras pouco conhecidas ou que não ficaram para a posteridade, o que corrobora a ideia de que visavam contribuir para o desenvolvimento cultural e a formação moral dos seus colaboradores.

Esta práxis pedagógica é posta em evidência no projeto editorial que Alexandre Magno expõe no prólogo com que abre o *Almanaque de Lembranças*, ao afirmar pretender “publicar um livrinho ameno, próprio para todos os paladares, e de inegável utilidade, ao mesmo tempo para todas as classes. As pessoas instruídas folgarão de recordar-se; as outras acharão bastante que aprender, e em todo o caso um estímulo a sua curiosidade”. No respeitante à variedade dos temas abordados no anuário, Castilho considera que “difícil fora encerrar em tão diminuto quadro, mais vasta coleção de apontamentos em todos os ramos dos conhecimentos humanos” (*AL*, 1851, 17). Não tardou muito até que essa “livraria em miniatura” (*AL*, 1852, 22) acabasse por ser construída em boa parte com o contributo dos leitores, que passaram a assinar artigos sobre uma infinidade de assuntos. Tal colaboração fora solicitada já no volume de lançamento, em que aquele editor anunciou “aceita[r] quaisquer artigos que, por sua natureza e limitadas dimensões, possam entrar no seu Almanaque para o ano de 1852, quer se lhe remetam assinados, quer anónimos: assim como desde já agradece as críticas judiciosas, advertências, ou observações, que sobre este se lhe possam fazer” (*AL*, 1851, 2). Tal solicitação repetiu-se nos volumes seguintes, como se pode ler nas “Observações prévias” do *Almanaque* para 1854, em que Castilho já pôde agradecer a colaboração de “não poucos literatos portugueses dos mais distintos” (*AL*, 1854, 15). Agradecimento idêntico endereçou, poucos anos depois, também aos brasileiros:

“Aos nossos irmãos d’além mar agradecemos o muito que por sua parte hão contribuído para que este Almanaque justifique a denominação que tomou de *Luso-Brasileiro*. [...] A quantos num e noutra hemisfério nos coadjuvam por qualquer modo em nossa tarefa (que durará enquanto se lhe conserve o

público favor, de que trataremos de tornar-nos sempre dignos), agradecemos do íntimo do coração, onde lhe fica levantado o padrão de nosso reconhecimento” (*AL*, 1858, 18).

A participação alheia não significa que Alexandre Magno de Castilho e os demais editores tenham abdicado da sua função pedagógica, pois recusaram sempre textos de má qualidade, como se infere da crítica veemente que se fazia aos maus poemas: “Por Cristo e por quantos santos há na corte do céu, não me matem com versos! Nisso já pouco se admite hoje a mediocridade, e a maior parte das poesias que se me remetem está cem graus abaixo do mau. [...] Antes uma página de boa prosa do que outra de versos detestáveis” (*ALLB*, 1860, 5). A censura e as advertências atingiam também artigos muito extensos e matérias de carácter político, o que, contudo, não terá sido sempre acatado: “Mais uma vez pedimos aos nossos estimados colaboradores, nos não enviem artigos demasiado longos, pois temos de passar pelo dissabor de lhes não podermos dar publicidade. Pedimos também para não escolherem nunca para os seus trabalhos assuntos de carácter político” (*NALLB*, 1918, 28).

Os editores do *Almanaque de Lembranças* não deixaram, por outro lado, de sublinhar o sucesso da sua coletânea junto do público, quer em Portugal e nas suas províncias ultramarinas, quer ainda no Brasil, onde ela cumpria outro dos objetivos enunciados por Castilho: constituir “um nexos mais entre [os Portugueses] e os [seus] irmãos brasileiros” (*ALLB*, 1856, 27). Semelhante êxito terá ocorrido também no arquipélago da Madeira, onde o *Almanaque* terá granjeado não só muitos leitores, mas também um bom número de colaboradores, cuja soma ultrapassa bastante a meia centena.

É, todavia, difícil, senão mesmo impossível, o conhecimento exato do número e dos nomes de todos os madeirenses que colaboraram no *Almanaque de Lembranças*. A investigação já realizada permitiu descobrir que boa parte dos colaboradores daquele anuário menciona apenas o lugar a partir do qual escreve – que pode ou não ser o

do seu nascimento –, havendo ainda quem nem sequer apresente indicações de natureza espacial.

Ainda que se tenha tido em conta essa fragilidade, contabilizaram-se como madeirenses todos os colaboradores que juntaram à sua assinatura, em um ou mais dos seus escritos, informações que os relacionam com a Madeira. Exemplifica o tratamento dado à questão Alberto [de] F. Gomes que, com poesia e prosa publicadas nos *Almanaques* para 1927, 1930 e 1931, juntou sempre ao seu nome o da cidade do Funchal, o que se entendeu ser o local onde se encontrava na altura em que escreve. Diferente, mas possibilitando igual identificação, é o caso de Simão F./Figueira de Sousa, com passatempos e poemas editados entre 1885 e 1925, cuja naturalidade o próprio fez questão de assinalar, na charada editada na página 146 do *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* para 1889, ao juntar ao seu nome o apodo “madeirense”.

Tal como os dois escritores referidos, foram integrados nesse conjunto outros colaboradores que, indicando em alguns volumes do *Almanaque* a sua presença na Madeira, se valem de assinaturas diferentes, porém passíveis de reunião. É o caso de Fernando A. Câmara, que, situado no Funchal e com passatempos publicados em quase todos os volumes do *Almanaque* editados entre 1901 e 1932, assina também F. A. Câmara e F. Câmara. Maior dificuldade adveio das assinaturas utilizadas por João Augusto Nunes Diabinho. Presente, entre 1878 e 1926, quase exclusivamente no Funchal (só no *NALLB* para 1891 indica a estada em Ponta do Pargo), este colaborador serve-se ora de alguns dos seus nomes, ora de assinaturas que implicaram esforço de decifração e relacionamento: João Augusto Nunes; João A. Nunes; J. A. Nunes; João A. Nunes Diabinho; João Diabinho; Diabinho; Jand Hiabino; Jand, Ohnibaid.

Por outro lado, parece ser difícil identificar ou ligar a escritores cujos nomes se conhecem os colaboradores que optaram por se apresentar apenas com as iniciais dos seus nomes – e.g., A. P., B. J. M. e S. A. de P. – ou por se esconder atrás de pseudónimos – tais como

Anónimo Madeirense, Caloiro Funchalense, Recruta n.º 2 – ou de asteriscos: * (Ponta do Sol), ** (Funchal), *** (Madeira).

Frequentemente assinalada apenas com a menção à “Madeira”, a colaboração oriunda desse arquipélago está disseminada por todo o seu território, como se pode inferir da indicação dada pelos próprios autores da localidade onde se encontram: Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Pargo, Ponta do Sol, Porto Moniz, Santana, Santo António, Vitória, Porto Santo. Principal núcleo de povoamento, a capital madeirense não poderia deixar de ser o espaço em que se situa a quase totalidade dos autores que dão indicações específicas, seguindo-se de longe Câmara de Lobos, onde estão instalados quatro deles, e as demais povoações que albergam apenas um.

É quase inexistente a indicação de deslocamentos, quer no espaço do próprio arquipélago, quer no do território português, sendo, nesse caso, relevante contabilizar o de Francisco Belo de Carvalho, que surge em Santa Leocádia do Tabuaço, na altura em que terá redigido o artigo intitulado “O rabaçal” (NALLB, 1882). Daí que ganhem importância as andanças de Simão Figueira de Sousa, que remete de Cabo Verde a charada publicada no *Almanaque* para 1889, e de Demerara, na antiga Guiana Inglesa, dois poemas. Reveladores do sofrimento que provoca no escritor o afastamento da terra natal, esses poemas põem em evidência o fenómeno migratório que, já no séc. XIX, feria a sociedade madeirense, como se pode ler no soneto “Tristezas”: “Junto ao mar/(A minha mãe)/De longe nessa aragem do oceano,/Lhe vinha o meigo som de quem chorava/Joaquim Pestana/Eu quero estar aqui, a ouvir gemer o mar./Que lenitivo dá às minhas grandes mágoas!.../Oh! Deixem-me aqui só, mirando as turvas águas.../Bebendo a viração que vem lá do meu lar./Mas que sentidos sons me chegam aos ouvidos!.../Alguém chora por mim; ó brisa mensageira,/De quem colheste os ais, que trazes da Madeira?/ Por piedade me diz: quem solta estes gemidos?/Há muito que deixei o meu torrão amado,/E aqui sempre infeliz, de todos

olvidado,/Quem lá por mim suspira? Oh brisa diz-me – quem?!/A noite baixa triste! Eu olho o firmamento,/E no gemer do mar, no soluçar do vento:/ Distintamente eu ouço, a voz de minha mãe!/Simão F. de Sousa (Demerara)” (NALLB, 1899, 114).

Da distribuição por géneros dos colaboradores madeirenses, concluiu-se que a participação masculina abarca 69 autores, enquanto a feminina está reduzida a 11. À diferença desses totais há que juntar uma muito maior e mais diversificada colaboração masculina que ultrapassa as 5 centenas, ficando-se a feminina por 21 escritos. Essa diminuta participação feminina replica um fenómeno idêntico nos demais territórios lusófonos, como foi explicado na “Apresentação” de *As Senhoras do Almanaque*.

A presença feminina no *Almanaque de Lembranças*, ainda que exígua e confinada a um índice próprio – em que as mulheres-escritoras são elencadas como «senhoras», enquanto os homens que também nele colaboram aparecem noutra índice referidos como «autores» –, é de valorizar, sobretudo quando se traz à memória as elevadíssimas taxas de analfabetismo da mulher na sociedade luso-brasileira do tempo. Daí que, sobretudo, no séc. XIX, as “senhoras do *Almanaque*” provenham de estratos sociais mais elevados.

A inclusão de mulheres escritoras, patente já nos primeiros volumes do anuário em análise indicia, por outro lado, a invulgar abertura de espírito de Alexandre Magno de Castilho. Nos seus escritos, nos dos seus sucessores e de muitos de seus colaboradores masculinos, pode-se ainda notar que a presença feminina lhes era muito grata, pois são inumeráveis as passagens em que as elogiam, os textos que se lhes dedicam, bem como as marcas da comunicação que com elas estabelecem. É revelador do apreço do fundador do *Almanaque* pelas mulheres o texto intitulado “Às damas” e publicado no volume para 1854, em que, partilhando as ideias de Rousseau, Castilho considera herança materna as qualidades que os homens revelam na condução dos destinos da sociedade.

Não deixa, contudo, de surpreender que os dois escritos que inauguram a colaboração madeirense no *Almanaque de Lembranças* tenham saído da pena de duas mulheres. Isto ocorre no volume para o ano de 1861, em que a ilustre dama madeirense Matilde Isabel de Santana e Vasconcelos tem editada uma charada. No mesmo volume, Dona M. J. B. publica o seguinte poema:

O poema – único escrito que a autora publicou na coletânea – e, em especial, o seu primeiro verso permitem concluir que é também uma colaboradora madeirense. Tal como muitos dos seus pares lusófonos da época e de tempos posteriores, esta poetisa parodia a renomada “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, em estrofes e versos semelhantes nos quais exalta as belezas naturais da Madeira.

A M. J. B. e a Matilde Isabel de Santana e Vasconcelos – de quem estão também publicados, no *Almanaque de Lembranças*, outra

charada, em 1862, e um pequeno artigo intitulado “O mês de maio”, em 1865 – há que juntar as escritoras madeirenses cujos nomes e cujas datas de produção vêm listados a seguir, na ordem cronológica correspondente à sua primeira (e por vezes única) aparição: Leolinda M. Jardim (1867); Emília Ernestina de Avelar (1879); Maria Amélia Pais (1884); A. E. Conceição M. (1898); Arminda C. F. Sousa (1903-1906); Eulália Águeda Nunes (1907-1910); Maria Nazaré Nunes (1910); Rogélia d’Alpar (1910-1911); Maria de Cabedo (1932).

Os escritos dessas “senhoras” distribuem-se pelos três grandes conjuntos em que classificamos os textos da coleção em estudo: passatempos (11), poemas (4) e prosa (2). Despertam especial interesse os dois únicos artigos em prosa assinados por Maria de Cabedo, que disserta, num deles, sobre um poeta madeirense desconhecido e, noutro, sobre a pureza da água das fontes da Madeira.

Os quatro poemas recolhidos enquadram as suas criadoras na poética romântica já em extinção. Neles preponderam decassílabos, redondilhas e hendecassílabos, quadras, total ou parcialmente rimadas, linguagem simples e direta. Só Emília Ernestina de Avelar opta por forma mais complexa, conjugando alexandrinos e versos quebrados, com e sem rimas. Também romântica, a temática dessas poetisas centra-se nos afetos: amor materno, dor provocada pela morte de ente querido ou pela não correspondência do ser amado, sentimento da natureza. Bem maior, o conjunto dos seus passatempos – que inclui charadas, charadas novíssimas, charadas bisadas, enigmas, enigmas pitorescos, logogrifos e logogrifos por letras – assinala a atração feminina por um divertimento da moda e cuja prática permitiu a estas mulheres mostrarem os seus talentos, visto que as suas criações e decifrações foram frequentemente elogiadas pelos editores e pelos seus pares masculinos.

À semelhança do que ocorre com a produção feminina da Madeira, os 542 escritos de autores madeirenses distribuem-se desigualmente pelos 3 grandes conjuntos em que

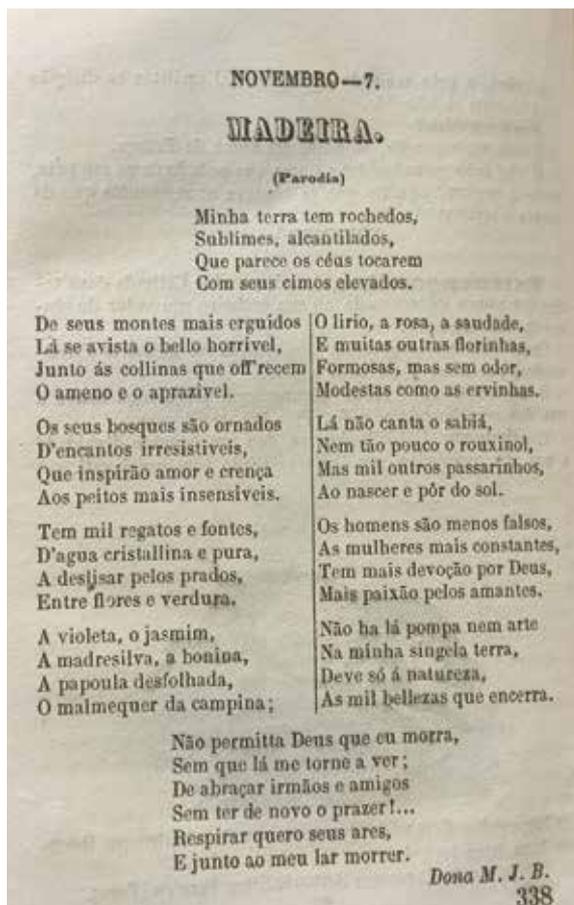


Fig. 2 – Poema “Madeira”, de Dona M. J. B (ALLB, 1861, 338).

classificamos os textos do *Almanaque de Lembranças*. Reunindo 111 composições, a poesia praticada pelos homens, além de mais numerosa que a das mulheres, apresenta maior variedade de temas e formas. A par com composições mais singelas e características do Romantismo, encontram-se outras que retomam a forma clássica do soneto, entre os quais a seguinte: “Preito/Gomes Leal/Apagou-se uma luz de brilho fulgurante,/Um corpo mais entrou na sombra do coval,/Da pátria poesia emudeceu o gigante,/O grave pensador que foi Gomes Leal./Como o grande Camões, na lira altissonante,/Erigira um padrão que é orgulho nacional,/Entretanto na sorte àquele semelhante/ O abandono dos seus sofreu por grande mal./Mas nem tudo acabou. O espírito do mestre,/ Ora liberto, enfim, do cárcere terrestre/ Desta vida ascendeu à sempiterna glória./O Génio não transpõe do túmulo os umbrais,/Vive nos versos seus sublimes, magistrais,/E há de sempre existir dos homens na memória./Manuel Ribeiro (Funchal)” (NALLB, 1922, 232). Neste soneto encomiástico, consubstancia-se, por outro lado, a prática, frequente entre os poetas madeirenses do *Almanaque*, do oferecimento dos seus textos, quer a seus pares, quer a familiares ou a amigos, sendo ainda habitual que o façam por ocasião do seu falecimento.

A par de Manuel Ribeiro, que, de 1896 a 1922, publicou no *Almanaque de Lembranças* 8 poemas – tendo-se dedicado também à produção de prosa e passatempos –, destaca-se Luís de Ornelas Pinto Coelho, que, entre 1873 e 1897, nele editou 9 poemas. Sobreleva-se aos demais Joaquim Pestana, que, de 1870 a 1898, deixou inscritas nas páginas do mesmo anuário 60 composições poéticas, a que se somam 47 textos em prosa. Este escritor madeirense é citado e homenageado por muitos escritos de pares. É o caso de Simão Figueira de Sousa, cujo poema “Tristeza” incluí em epígrafe versos de Joaquim Pestana e de Luís de Ornelas Pinto Coelho, que lhe dedicou dois terços dos poemas que editou no *Almanaque de Lembranças*, entre os quais o “Acrostico” (fig. 3).

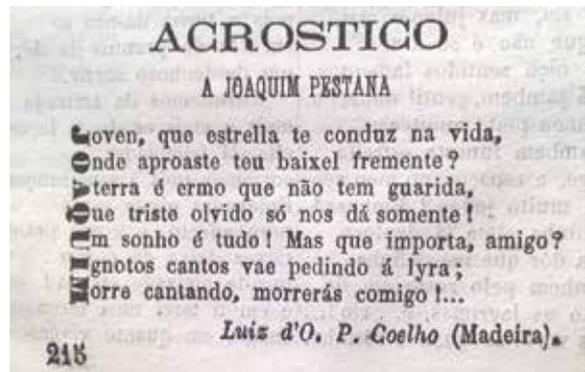


Fig. 3 – Poema “Acrostico”, de Luís d’O. P. Coelho (NALLB, 1876, 215).

Em número maior que o dos poemas, os textos em prosa de autoria masculina somam 140 artigos, de dimensões e assuntos muito variados. Produtos da colaboração de grande parte dos autores madeirenses, esses textos são da maior importância para o conhecimento de múltiplos aspetos da flora e da fauna, das paisagens e edificações, das cidades e vilas, dos costumes e das tradições laicas e religiosas, dos tipos humanos e figuras ilustres do arquipélago da Madeira, matérias que, por vezes, surgem acompanhadas por imagens que as complementam e iluminam. Servem de exemplo três dos cinco artigos assinados por António Joaquim (ou A. J.) da Cruz Vaz, que se apresenta ora no Funchal, ora em Santana e cujos títulos apontam para o seu assunto: “Festa do Natal na Madeira” (NALLB, 1880), “Santa Cruz” (NALLB, 1882) e “Procissão de voto no Funchal” (NALLB, 1884).

Entre os escritores que mais se dedicaram a assuntos madeirenses, há que voltar a referir Joaquim Pestana, que, tendo publicado 48 artigos, aborda tais matérias em 31 destes artigos, como se pode inferir de alguns dos seus títulos: “Ilha da Madeira”, “Conventos da ilha da Madeira”, “Descobridores da ilha da Madeira”, “Peixes da ilha da Madeira”, “Árvores da ilha da Madeira”, “Freguesias da ilha da Madeira”, “Terremotos na ilha da Madeira”, “Câmara de Lobos”, “Origem de Câmara de Lobos”, “Procissão de São Pedro em Câmara de Lobos”, “Cabo Girão”, “Ponta da Cruz”, “Porto Santo”, “Hospício da princesa D. Maria Amélia”, “Escritores naturais do concelho

de Câmara de Lobos”, “Francisco Alves de Nóbrega”, “Fajã dos Padres”, “Procissão dos lençóis”. Nesse conjunto, sobressaem artigos de carácter genérico, nos quais se encontram informações históricas, geográficas, económicas, sociais e culturais que visam atrair a atenção do público para as peculiaridades e belezas dos locais e dos aspetos referidos, o que prenuncia os textos de propaganda turística da atualidade. De exemplo serve um dos escritos em que Joaquim Pestana trata da ilha do Porto Santo e que uma nota do editor indica ser o “resumo do trabalho mais desenvolvido publicado pelo autor à pág[ina] 203 do Almanaque de 1898”, mas no qual se verifica igualmente a retomada de passagens de outro publicado no volume para 1878:

“Porto Santo

Esta pequena ilha foi descoberta por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, em 1418. Está situada a 33°, 3^m latitude norte e 7°, 11^m longitude oeste de Lisboa. Tem 20 quilómetros de extensão e 7 de largura desde a Praia, ao Sul, até à Ponta da Fonte, e dista 70 quilómetros da Ilha da Madeira.

A sua população está calculada em 1800 habitantes e 467 fogos. É notável na história, por ser a primeira em que Portugal fundou colónia, e ser o ponto de partida para novos e sublimes cometimentos, como disse Camões:

Assi fomos abrindo aqueles mares
Que geração alguma não abriu,
As novas ilhas vendo, e os novos ares,
Que o generoso Henrique descobriu.

Também é notável haver sido residência, por algum tempo, do célebre Cristóvão Colombo e de sua mulher, D. Filipa Moniz Perestrelo, filha de Bartolomeu Perestrelo.

Sofreu esta ilha, desde 1522 até 1538, o terrível flagelo da peste; e em 1566 foi também devastada por corsários franceses.

Tem o Porto Santo uma só vila chamada *Baleira*; duas escolas de instrução primária, uma do sexo masculino e outra do feminino, quatro ermidas e uma igreja matriz com a invocação de *Nossa Senhora da Piedade*.

Produz bastantes cereais e muito vinho. É abundante em gado bovino, pombos bravos,



Fig. 4 – Fotografia da ilha do Porto Santo (NALLB, 1903, 226).

perdizes, coelhos e excelente peixe. As águas, em geral, são poucas e quase todas salobras; porém o seu clima é ameno e sadio. Os naturais fabricam redes de pesca, bordados e chapéus de inferior qualidade.

«Para o viajante, que vem do continente português, diz Henrique Freire, o Porto Santo, antes que a Madeira, apresenta-se risonho, com as suas areias vastas e prateadas, com o seu porto (o melhor do arquipélago) amplo e seguro, com as suas gentis palmeiras a acenarem-lhe ao longe movidas pela brisa oceânica. É como a sentinela da Madeira, é como o guarda da *princesa das ilhas*, que está ali para despertar o navegante e lembrar-lhe que começam nela as belezas, que mais tarde tem de admirar, quando saudar com expansão a terra de Tristão e de Zarco» (NALLB, 1903, 226-227).

Este artigo é precedido pela fotografia abaixo, uma das mais representativas imagens de época que ilustram a presença da Madeira no *Almanaque de Lembranças*.

Aos escritos em prosa em que Joaquim Pestana aborda temas madeirenses cumpre juntar a publicação, em cinco volumes da coletânea, de um conjunto de quadras populares enfeixadas sob o título de “Canções populares da ilha da Madeira”, que terão sido recolhidas por ele ou que, de algum modo, chegaram ao seu conhecimento.

A prosa dos autores madeirenses engloba, por outro lado, temas que extrapolam a Região. Na abordagem dessas matérias, destaca-se Francisco Libânio de Cáceres, que, da Ponta

do Sol, remete para o *Almanaque de Lembranças*, entre 1880 e 1918, 45 artigos, dos quais 41 abordam assuntos não relacionados com a Madeira. Manifestações características da chamada cultura de almanaque, bebida pelo autor na leitura de obra alheia e repassada aos seus leitores, esses textos apresentam personagens e episódios históricos ou lendários, comentam obras de diferentes espécies e curiosidades linguísticas, referem questões científicas, doenças, a origem do Homem, a velhice e o rejuvenescimento, os atributos próprios da mulher, as características de certos animais, a par com aspetos do plano do sobrenatural, tais como a alma, a morte, o inferno, os demónios, a feitiçaria, a astrologia. De grande ou pequena dimensão, a maior parte destes artigos deixa de lado o espaço português e contemporâneo para se ocupar de assuntos estrangeiros e antigos, assumindo alguns deles feição anedótica e/ou comezinha, como é o caso do que se copia a seguir, de F. Libânio Cáceres:

“Artes diabólicas

O que vamos contar é uma ingénua historietta, que se acha representada em uma igreja de Brest. O velho poeta Grosnet achou o episódio tão engraçado, que o pôs em verso.

Um dia que S. Martinho dizia missa, o diabo entrou na igreja, com intento de o distrair. O diabo estava, pelo que diz o poeta, a um canto da igreja, escrevendo, sobre um pergaminho, a murmuração das mulheres, e os ditinhos inconvenientes que chegavam aos seus ouvidos, durante os santos ofícios. Quando a folha se encheu, tendo ainda muitas notas a tomar, apertou com os dentes o pergaminho, e puxou-o com toda a força para o fazer estender, mas a folha rasgou-se, e a cabeça do diabo foi bater contra uma pilastra que se achava por detrás dele.

S. Martinho, que se voltava para o *Dominus vobiscum*, pôs-se a rir da carantonha que o diabo fez, perdendo assim o mérito da sua missa, pelo menos no entender do mafarrico que se apressou em fugir” (*NALLB*, 1906, 80).

Ainda mais numerosos são os passatempos construídos pelos colaboradores madeirenses, que atingem a soma de 271 produções,

sem contabilizar as que aparecem no segmento intitulado “Entre colaboradores” da secção charadística. Na práxis masculina, a “arte de Édipo” – como lhe chamou um dos editores da coletânea – inclui espécies mais variadas do que as produzidas pelos seus pares femininos, entre as quais outros tipos de charada (em losango, novíssima figurada, decapitada, decapitada por letras, enciclopédica, enigmática, sincopada, divertida por letras, imitação, castelo-vidense) e de logogrifo (em quadro, alegórico, da novíssima reforma, anagrama, figurado), enigmas figurados, metagrama, metagrama de seis letras, pergunta enigmática.

Dos criadores madeirenses de passatempos, destacam-se Fernando A. Câmara, Simão Figueira de Sousa e, principalmente, João Augusto Nunes Diabinho. O primeiro publicou 41 passatempos dispersos por quase todos os volumes que a coleção editou no séc. xx. Nesse conjunto, chama a atenção a charada precedida por esta sugestiva dedicatória: “A duas gentis Dianias, conterrâneas minhas, persistentes em não mandarem trabalhos para este Almanaque, com receio de serem mal sucedidas, apesar de seus comprovados conhecimentos” (*NALLB*, 1921, 42).

Menos abundante, a produção de Simão Figueira de Sousa soma 30 passatempos publicados entre 1885 e 1925, entre os quais “Logogrifo” (fig. 5). Além de comprovar o que já foi dito sobre o apreço dos colaboradores do *Almanaque de Lembranças* pelos talentos artísticos das mulheres e, em especial, pelos dos seus pares femininos, a dedicatória que acompanha este logogrifo põe a nu um problema que afeta quem se dedica ao estudo dessa coletânea e que decorre da enorme quantidade de gralhas de que padece. Neste caso, a questão prende-se com o nome da destinatária e também colaboradora do *Almanaque*, no qual edita quatro passatempos, e que se inscreve ora como Armida, ora como Arminda. Não solucionando o imbróglio, garante tratar-se de uma mesma “Senhora” a dedicatória do enigma pitoresco que publicou na página 32 do volume para 1904: “Ao meu prezado tio Simão F. Sousa pelo seu regresso à pátria”.

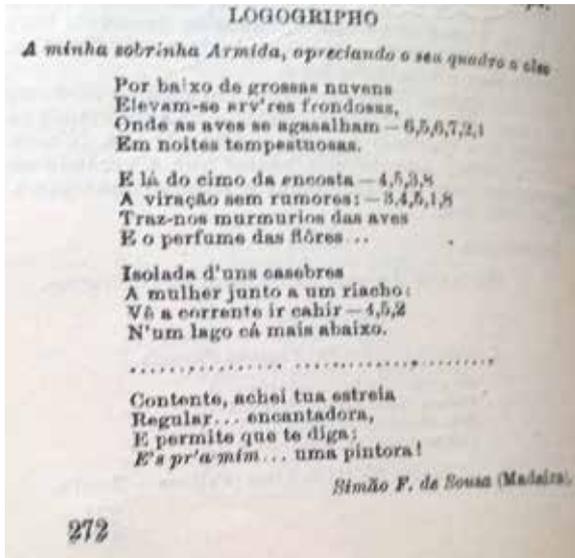


Fig. 5 – Poema “Logogrifo”, de Simão F. de Sousa (NALLB).

O mais fecundo criador madeirense de pasatempos é, contudo, João Diabinho, que, de 1878 até 1926, editou no *Almanaque* 101 escritos. Nesse conjunto, preponderam os enigmas e, entre eles, os pitorescos e figurados, que se distinguem pelo seu aspeto gráfico e beleza visual (fig. 6).

João Augusto Nunes Diabinho merece igualmente destaque pelas ligações que estabeleceu com colaboradores de diversas procedências, a quem oferecia a sua arte edipiana, recebendo por sua vez numerosas ofertas. Comprovam tais afirmações os enigmas figurados que dedica a Fernando A. Câmara, “ao famoso Tagarela d’ Arrifana” (NALLB, 1916, 64) e aquele “em agradecimento aos beneméritos solucionistas que se dignaram elegê[-lo] no último concurso” (NALLB, 1917, 192). Em contrapartida, dedicaram-lhe as suas criações, entre outros, Alfredo Henriques (Seia), M. Alexandre de Souza (Lisboa), Adelaide M. Folard (Bahia), Laura Gomes de Oliveira (Rio de Janeiro) ou o Clube dos Estouvados (Porto).

É, no entanto, na já referida secção “Entre colaboradores” que mais facilmente se percebe a rede de comunicação por eles constituída ou, a que agora interessa, entre os madeirenses e seus confrades. Nessa secção, João Diabinho e alguns parceiros constroem jogos



Fig. 6 – “Enigma figurado”, de João Diabinho (NALLB, 1908, 160).

versificados, em que repetem esquemas, trocam elogios e mensagens que, por vezes, implicam decifração. Servem de exemplo os dois sonetinhos transcritos:

“Ao egrégio João Diabinho/
‘Quem canta seu mal espanta’,/
Diz, a cantar, toda a gente,
/Como se a mágoa dum crente/
Fugisse pela garganta./
E a vida parece santa,/
Se uma cantiga inocente/
Consola quem está doente,
/Porque a dor é tanta, tanta.../
Mas, a esp’rança é fugidia,
/Pois o mal deixa o lugar/
No peito de quem sofria;/
E, se fosse sem voltar,
/A gente passava o dia,
/Como a cigarra, a cantar.../
Arcos Freidank”/“Ao excelso Freidank/
Se o enigma de opulência./
Do Freidank, o campeão,
/Uns ares dá de ficção.../
É somente na aparência./
Pois dos extremos da essência/
Busca ali seu galardão,
/Quer em *soldo* quer em pão,
/O *soldado* em continência./
O qual tendo sublimado/
Seu talento prematuro/
Que o mundo traz deslumbrado,
/Há de sempre ser bem puro,
/Há de sempre ser louvado/
No presente e no futuro./
Funchal João Diabinho” (NALLB, 1922, 78-79).

A presença da Madeira não se esgota, porém, na colaboração identificada como de autores madeirenses, dado que esta inclui também textos de escritores de outras proveniências ou cuja naturalidade não foi possível

desvendar. De qualquer modo, são de realçar o artigo de Justino de Carvalho sobre Joaquim Pestana (NALLB, 1910) e o de Feliciano Soares, intitulado “A ilha da Madeira e a tristeza de suas gentes” (NALLB, 1932). Igualmente significativos são o poema que Mariana Angélica de Andrade dedica a Joaquim Pestana (NALLB, 1896) e as recolhas do *Romanceiro do Arquipélago da Madeira* feitas por Álvaro Rodrigues de Azevedo (sup. NALLB, 1889; 1890; 1898).

Abundantes e representativos são, por sua vez, os textos que não trazem indicação de autoria. Nesse conjunto, enquadra-se o primeiro artigo sobre a Madeira editado no volume inaugural do *Almanaque de Lembranças*, em que todos os escritos são da responsabilidade do editor, que os introduz, na sua quase totalidade, sem os assinar. A importância histórica e documental desse artigo impõe a reprodução fotográfica das páginas em que está publicado.

Estas fotografias (figs. 7 e 8) corroboram o que foi dito sobre a estrutura inicial do *Almanaque de Lembranças*, que, organizado como um calendário, em função dos meses do ano e do seu signo, refere em cada dia as celebrações

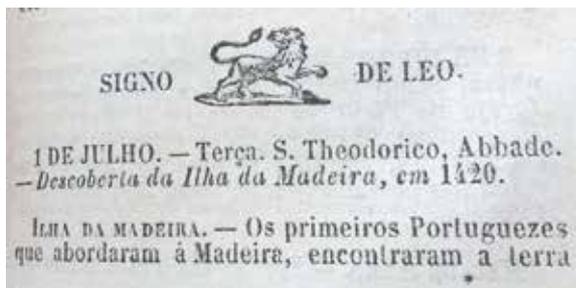


Fig. 7 – Referência ao mês de julho no AL.

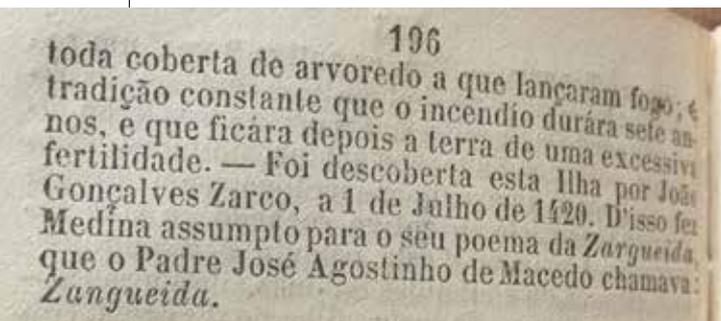


Fig. 8 – Referência ao mês de julho no AL.

do catolicismo e as efemérides nacionais, a que, por vezes, se seguem pequenos artigos, como é o caso do acima fotografado.

No mesmo volume, encontra-se ainda outro artigo anónimo que, não tendo como fulcro a Madeira, lhe faz referência devido à sua relação com o assunto abordado, como se pode ler a seguir: “CANA-DE-AÇÚCAR – Foi transportada para a Arábia no fim do século XIII, e de lá passou para o Egito, Síria, e Sicília. Quando o nosso afamado Gonçalves Zarco descobriu a ilha da Madeira, em 1420, o ainda mais afamado infante D. Henrique mandou vir canas-de-açúcar da Sicília, e fê-las aí cultivar; prosperaram tanto, que chegou a ser este género o principal ramo de comércio da ilha da Madeira; é por isto que as suas armas são ainda hoje três pães de açúcar” (AL, 1851, 162-163).

Ao longo dos anos, encontram-se no *Almanaque* outros textos anónimos, cuja atribuição aos editores coloca problemas. Entre eles, há artigos sobre costumes madeirenses, comunicações a vapor, auxílio maternal, grandes temporais, a fortaleza de S. João Batista, o monte Church, a casa onde morou Cristóvão Colombo, e colaboradores madeirenses do anuário, tais como Joaquim Pestana e João Diabinho. A Madeira é ainda matéria secundária em textos anónimos ou assinados que tratam da moléstia das vinhas, de nomes originais, de curiosidades portuguesas, do infante D. Henrique, dos citrinos na Inglaterra, do suicídio de um inglês. Mas tais escritos não deixam de contribuir para o conhecimento de aspetos importantes da história e da sociedade madeirenses.

Ainda que não assinados, são indubitavelmente da responsabilidade dos editores os registos fúnebres, a secção de publicações recebidas e a da correspondência com leitores e colaboradores. No primeiro conjunto, é objeto de menção e pesar o falecimento de cinco madeirenses: Joaquim Pestana, M.^{me} Nunes Diabinho, António Joaquim Nunes Diabo, António Augusto Nunes Diabinho e Simão Figueira de Sousa. Na secção que preludia as recensões críticas da atualidade, são divulgadas e comentadas obras de

Manuel Gonçalves, Manuel Ribeiro e, sobretudo, Jaime Câmara.

Manuel Gonçalves é apontado como “cantador afamado” e, em *Feiticeiro do Norte* – o volume que dele foi recebido –, encontra-se algum engenho. Não se estranha, outrossim que “as suas narrativas das misérias e sofrimentos do povo, as verrinas contra os funcionários públicos e a madraçaria lhe tenham granjeado aplausos” (*NALLB*, 1904, LX). De teor semelhante é a receção de dois volumes de versos de Manuel Ribeiro – *Outonais* e *Rimas do Oceano* –, escritor que o editor do *Almanaque de Lembranças* afirma ter “já o seu nome feito e consagrado no mundo das letras” (*NALLB*, 1911, 49). Maior fortuna crítica tem a produção de Jaime Câmara, de que são comentadas e elogiadas, em anos próximos, as seguintes obras: *Poema Antigo*, *O Funeral de Ciríaco*, *Júnia*, *Frutos*, *Estela*, *Auto dos Vilões*, *Poemetos da Ilha. Insulares*. Este último é apresentado como “volume de versos de acentuada índole regionalista” (*NALLB*, 1931, 15).

Na mesma secção, o editor anuncia a receção de periódicos e revistas, agradecendo o seu envio, como é o caso do número único de *A Pena*, mencionado no volume para 1912. Nele, o editor acusa também a remessa de uma publicação madeirense semelhante à sua – o *Almanaque de Lembranças Madeirense* para 1910 –, com a qual se congratula, ao afirmar: “Muito bem redigido, impresso e apresentado este nosso colega e homónimo do Funchal entrou no seu 3.º ano de existência. Saudamo-lo com simpatia” (*NALLB*, 1912, 46-47).

O relacionamento estabelecido entre os editores do *Almanaque de Lembranças* e os escritores madeirenses, cuja colaboração foi ou não editada, assume maior visibilidade na secção intitulada “Correspondência”, que atravessa grande parte da existência do periódico. Nela, os editores respondem aos seus interlocutores, aplaudindo os escritos que lhes remeteram e que anunciam publicar de imediato ou fazê-lo adiante, como se verifica em “Ainda o veterano (Madeira) – E porque não? Os antigos camaradas são sempre bem-vindos, e seria

para nós motivo de desgosto que eles nos não visitassem ao menos uma vez cada ano. Veterano amigo, — *au revoir!*” (*ALLB*, 1899, CVIII) e em “Ohnibaid (Madeira) – Penhora-nos muito o oferecimento e a delicada intenção que presidiu à confeção do seu excelente trabalho. Pena foi que nos não chegasse às mãos a tempo de poder ser atendido por este ano” (*NALLB*, 1898, CXXVII).

Por vezes, o cumprimento dessa promessa fica dependente da revelação de qualidades que o pretenso colaborador ainda não revela, patente em “DOIS RECRUTAS (Funchal) – Foi contemplado o recruta funchalense nº 1. O nº 2 sê-lo-á para o ano, se no entretanto nos mandar coisa mais aceitável. Já veem que não há dúvida em os alistar” (*NALLB*, 1877, 34) e em “O. S. (Funchal) – Vê publicada apenas uma das suas poesias, a mais aproveitável, e vá que está com sorte. Que isto lhe sirva de incentivo para trabalhar e esforçar-se por produzir melhor. Não lhe escasseiam de todo aptidões para isso” (*NALLB*, 1906, LXXVIII). E, nesse caso, os editores costumam estimular a retomada e melhoria do escrito produzido, dando ao colaborador em causa conselhos sobre as matérias que aborda ou sobre as formas que utiliza: “E... C. (Madeira) – Não desampare a lira, porque desconhecido como é pode e deve ainda vir a ser muito lido. Os seus versos à Tristeza denunciam vacilações e os mal seguros passos de quem principia, mas neles, além dalgumas ideias felizes, também já se revela a acentuação e a melodia duma alma afinada. Avante, e depois de mais alguns esforços falaremos” (*ALLB*, 1870, 34).

São, contudo, mais frequentes as censuras: “PONTA DO SOL – Veio a significação do seu anagrama profético e enigma, e apesar disso não o podemos dar à estampa. O sr. quer pôr a ferver os miolos dos leitores do Almanaque? O seu anagrama e profecia realizada é da mesma força” (*NALLB*, 1872, 33) –, que assumem, muitas vezes e em vários editores, feição irónica e risível, como se verifica em “M. T. (Ilha da Madeira) – É muito para se ler, revela muito talento para a crítica, e diz verdades em muito

bons versos a sua Conciliação do dever e da consciência. Entretanto, o *nota bene* com que a rematou impõe-nos o dever de a não publicarmos. Depois, *se a gripe se tem já tornado crônica*, é inveterada a moléstia, e os remédios violentos que lhe aplicarmos não podem senão exacerba-la. Demos tempo ao tempo. O gongorismo acabou; vieram as pastoras, reinaram e sumiram-se, como já também se vão retirando as lamúrias e caramunhas do estilo pretensioso” (*ALLB*, 1862, 34) e em “Escavações históricas (Madeira) – Sempre a gente ouve cada uma! Agora aparece-nos este historiador feito à pressa a dizer que Gomes Enes de Azurara escreveu a história da batalha de Alcácer Quibir!!! Qualquer dia surge outro a dizer que D. Afonso Henriques aprisionou o Gungunhana! Lembra-nos aquele miguelista que se ufanava de possuir um retrato do sr. D. Miguel, de incalculável valor — tirado há mais de dois séculos! É caso para dizer como Camilo: Se vejo outra assim emigro” (*NALLB*, 1905, XC).

A ocultação do nome do remetente, preservando a sua privacidade, dificulta ou mesmo impossibilita o trabalho dos estudiosos que pretendam identificá-los, mas não impede o reconhecimento dos intuítos pedagógicos e moralizadores dos editores, que bem os demonstram através dos seus escritos. No conjunto da correspondência dos madeirenses há, todavia, um caso em que foi possível identificar que a mensagem se destinava ao escritor Manuel Ribeiro: “M. R. (Madeira) – Se o *filho do povo* se dedica e com tanto êxito ao cultivo das letras pátrias, porque lhe não seria concedido o lugar, que pede, nas páginas do Almanaque? Ficam sempre à sua disposição, e a prova disso já lha damos no presente volume” (*NALLB*, 1896, 24). Esta identificação é propiciada quer pelo endereçamento da mensagem com as iniciais daquele colaborador, quer pelo que nela se diz, pois o editor indica estar publicando um escrito do seu interlocutor no mesmo volume. E, de facto, encontra-se, nas páginas 438 e 439, do *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* para 1896 um artigo de Manuel Ribeiro intitulado “A vida”.

Bibliog.: *Almanaque de Lembranças*, 1851-1852; 1854; 1858; *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, 1832; 1856; 1860-1862; 1865; 1870; 1899; CHAVES, Vania Pinheiro, “O *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* na história da cultura e das literaturas de Portugal e do Brasil”, in MOREIRA, Maria Eunice Moreira (org.), *Percurso Crítico em História da Literatura*, Porto Alegre, Libretos, 2012, pp. 111-122; *Id.*, e LOUSADA, Isabel, “Apresentação”, in *As Senhoras do Almanaque. Catálogo da Produção de Autoria Feminina*. Almanaque de Lembranças. Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro. Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal/Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, 2014, pp. 11-30; DUTRA, Eliana de Freitas, “Laços fraternos”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, dez. 2005, pp. 117-127; GUERREIRO, Manuel Viegas, e CORREIA, J. David Pinto, “Almanaques ou a sabedoria e as tarefas do tempo”, *Revista do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*, n.º 6, 1986, pp. 43-52; LISBOA, João Luís, “Almanaques”, in GALVÃO, Rosa Maria (coord.), *Os Sucessores de Zacuto. O Almanaque na Biblioteca Nacional do Século XV ao XXI*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2002, pp. 11-21; *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, 1872; 1876-1877; 1880; 1882; 1884; 1889-1890; 1896; 1898-1899; 1903-1906; 1908; 1910-1913; 1916-1918; 1921-1922; 1931-1932.

VANIA PINHEIRO CHAVES

Almanaques

Os almanaques foram publicações anuais muito em voga nos sécs. XIX e XX pela variedade de conteúdos, incluindo curiosidades, notícias, crônicas de viagens, charadas, anedotas e informações úteis. A moda chegou à Madeira na déc. de 60 do séc. XIX com o *Almanack para a Ilha da Madeira, Primeiro Ano 1868*, publicado por Álvaro Rodrigues de Azevedo. O primeiro número, lançado em 1868, terá tido, segundo a nota de apresentação, uma tiragem de 1000 exemplares.

A mesma nota explicava que os anúncios seriam aceites por 150 réis a linha. A venda de publicidade era um propósito e uma forma de financiar a publicação, que seguia o estilo dos almanaques que chegavam à Madeira, editados no continente ou no Brasil. O primeiro almanaque madeirense era constituído por uma mistura de poemas, conselhos e informações sobre as alterações ao imposto de selo e sobre o sistema de códigos de bandeiras, galhardetes e balões do porto do Funchal.

Também incluía as fases da Lua, os eclipses, a referência ao ano bissexto, os dias santos e as efemérides, como as aluviões ocorridas na Madeira. O almanaque de 1868 informa ainda que existiam no Funchal 12 médicos cirurgiões, 1 estabelecimento com banhos frios e quentes, 11 hospedarias, 3 fotógrafos, 7 jornais, 8 tipografias e 4 farmácias.

Tal como os jornais, estas publicações revelavam o espírito da época. Na segunda metade do séc. XIX, os endereços das companhias de navegação, as escalas dos barcos, os preços das passagens e dos fretes eram essenciais no quotidiano dos madeirenses. Povo de emigrantes, entre África, Europa e América, tinham destaque as ligações às Caraíbas e a Demerara, um eldorado para os madeirenses do séc. XIX.

Importantes eram também os nomes dos cônsules estrangeiros na Madeira. O corpo consular resumia-se a quatro nacionalidades: inglesa, francesa, americana e espanhola.

Nos anos seguintes, publicaram-se o *Almanack Insulano para os Açores e Madeira* (1874 e 1875), o *Almanack Madeirense para o Ano de 1883* (editado, em 1882, por A. César de Moraes), o *Almanack da Madeira para 1884*, o *Almanack do Amigo do Povo para 1889* e o *Almanack Madeirense para 1905*, editado por Sabino Joaquim Rodrigues na tipografia de *O Direito*, no Funchal.

As mesmas informações úteis, os dias santos, os aniversários de pessoas ilustres da Madeira, os preços dos telégrafos, tanto para o interior da Ilha como por cabo submarino, os preços dos telegramas e as taxas de câmbio das moedas estrangeiras constavam do *Almanack de Lembranças para o Ano de 1908, 1910 e 1911*, que se publicaram, respetivamente, em 1907, 1910 e 1911, no Funchal, sob a coordenação de António Feliciano Rodrigues e Jaime Câmara.

A lista de colaboradores era extensa, constituída por mais homens do que mulheres. Incluía autores de crónicas de viagens e de quadras, de charadas e enigmas, cujos decifradores eram revelados nos números seguintes, ou seja, um ano depois.

O Funchal do início do séc. XX era diferente, mais moderno, com um comércio mais dinâmico, com muitos cafés, hotéis, advogados, banqueiros, sapatarias e lojas de fazendas, com tecidos nacionais e estrangeiros para os passageiros em trânsito pela Madeira, havendo mais publicidade nas páginas do novo almanaque.

As informações detalhadas incluíam o serviço costeiro – as ligações marítimas entre o Funchal e as outras localidades, como a Ribeira Brava, que se faziam no iate *Maria* e no vapor

Ernesto –, o horário de verão e de inverno do caminho de ferro do Monte e os preços dos transportes em carros de boi, carros americanos, carros de cestos, redes e cavalos. Registava-se ainda que o Funchal estava numa baía protegida de todos os ventos, menos o de Sul, com três mercados e seis passeios arborizados. Nos arredores, ficavam as quintas de recreio.

No *Almanach de Lembranças Madeirenses para o Ano de 1909*, constavam os dados do boletim de estatística demográfica do distrito do Funchal relativo a 1907, ano em que houve um surto de varíola na Madeira. As estatísticas desse surto são duras, já que, no ano referido, morreram 419 pessoas de varíola, muito mais do que as 249 que não resistiram à tuberculose, o que dá a ideia da dimensão da epidemia.

A Madeira continuava a ser muito procurada pelas elites europeias para o tratamento dos males dos pulmões, o que explica que, entre os anúncios às máquinas de costura Pfaff, à venda no Bazar do Povo e à oferta de bebidas espirituosas no Golden Gate, aparecesse publicidade a tratamentos inovadores para a tuberculose.

As anedotas e as charadas faziam parte do *Almanach Ilustrado do Diário da Madeira* (1912, 1913 e 1915), coordenado por Cruz Baptista Santos e Francisco da Silva Reis, mas era inegável o seu pendor noticioso.

No número de 1913 há um texto sobre Porto Santo. A importância da ilha derivava das águas minerais, das uvas saborosas, que davam para vinho e para mesa, mas sobretudo da “praia formosa e extensa, pela beleza primitiva”.

A publicação garantia que, nos dois anos anteriores, a estância tinha sido visitada por duas centenas de pessoas da Madeira, que foram em breves excursões. O autor do texto lamentava a “falta de acomodações – nem um pequeno hotel lá existe – a ausência de arborização e de falta de comunicação com a Madeira impede que ela seja visitada por muitas centenas de pessoas que ali desejariam refazer-se e descansar das fadigas da restante parte do ano” (*Almanach Ilustrado...*, 1913, 56).

A solução para os meses de calor era, segundo o mesmo almanaque, ficar em casas particulares na vila. Eram os hóspedes que

organizavam festas e outros “divertimentos curiosos”, como o “baile da meia-noite ou da viola que tem lugar nas eiras nas noites de luar” (*Ibid.*, 57).

Em 1913, também se aproveitava a passagem por Porto Santo para praticar desporto, de regatas a pescarias, nas quais, sublinha o mesmo artigo, não era estranho o elemento feminino.

Um torneio de futebol entre o Benfica e o Marítimo, em Lisboa, para assinalar o segundo aniversário da proclamação da República, foi também relatado no número de 1913 do *Almanach Ilustrado do Diário da Madeira*. Segundo este, o torneio foi muito concorrido. O único problema foi a inesperada derrota do Marítimo, que habitualmente vencia as equipas americanas, inglesas, russas e alemãs de passagem pelo Funchal. Os jogadores não estavam habituados ao campo relvado e dois dos futebolistas tiveram uma indisposição. A desforra ficaria para o Funchal.

Carlos Jorge de Faria e Castro, presbítero da Diocese do Funchal, relançou a moda dos almanaques já nos anos 20 do séc. xx. O primeiro número do *Almanaque da Madeira* foi editado em 1923. Dele constavam informações sobre o número de advogados, médicos, padarias, notários, modistas, leiteiros, pedreiros, proprietários, comerciantes, bandas filarmónicas e sociedades recreativas que existiam em cada uma das freguesias da Madeira. Além de informações sobre os barcos de cabotagem e as agências de navegação, com horários e preços.

As celebrações do V Centenário da Descoberta da Madeira e de Porto Santo – que ocorreram no início dos anos 20 – foram relatadas com entusiasmo neste número de 1924. O maior destaque foi dado ao cortejo, sendo referidos o carro do infante e o carro da caravela como o melhor dessa iniciativa, que percorreu várias ruas do Funchal. Também se mencionavam as iluminações, os torneios de futebol, as gincanas pedestres e de automóvel, e o grande baile de gala do Casino Pavão (que ficava na mesma zona em que posteriormente foi construído o Casino da Madeira), onde a festa se fez com os trajes que usavam os capitães-donatários.

Enquanto a Madeira celebrava os 500 anos da descoberta com um ligeiro atraso, ainda era tema para escritos a curta passagem do Imperador da Áustria pela Ilha, a estada da família e a morte precoce no Monte. A vida de Carlos I foi revista num texto do *Almanaque da Madeira*, no qual se abordavam o profundo catolicismo da família e as reviravoltas por que tinha passado o Imperador, exilado após a queda do Império Austro-Húngaro, com uma saúde frágil e pai de muitos filhos. Foi esta família que a Madeira acolheu na Qt. do Monte. O Imperador, a Imperatriz Zita e os sete filhos chegaram à Ilha após a segunda tentativa frustrada para restabelecer o trono. A Imperatriz estava grávida e Carlos doente. Chegaram depois de alguns anos de exílio na Suíça e de duas tentativas para retomar o trono na Hungria. A Madeira seria o último refúgio, por se tratar de uma ilha isolada no Atlântico, que a afastava definitivamente do jogo político do Centro da Europa. No entanto, para os madeirenses, a chegada do Imperador seria um assunto marcante. A morte de Carlos I, a 1 de abril de 1922, vítima de pneumonia, foi tão importante que, dois anos depois, ainda era tema do almanaque para 1924.

A publicação trazia o relato de uma peregrinação a Roma e a Lurdes, um texto sobre as ilhas Selvagens e, claro, muitas charadas e piadas, como esta, a propósito das mulheres: “as mulheres preenchem os intervalos da conversação e da vida como as aparas de papel que se enchem os caixões de porcelana; o seu valor é nenhum, mas sem elas a louça quebrar-se-ia” (*Almanaque da Madeira*, 1923, 95). Nem todas, no entanto, seriam assim. No mesmo número do almanaque, constava um conto sobre um furto de água, de um noivo que tentou roubar a água à noiva, uma Conceição enérgica, que, ao saber das intenções, fez uma espera na levada e resolveu o caso.

Este almanaque voltou a ser publicado em 1956, tendo o coordenador passado de presbítero a padre da Diocese do Funchal. O número desse ano tem outra publicidade, onde é notória a importância da emigração para a Venezuela. Havia anúncios sobre uma rádio

madeirense em Caracas, mas também sobre importadores de licores e bordados.

Aos poucos, as companhias de navegação iam dando lugar às de aviação. Quanto ao essencial, o espírito era o mesmo: conselhos para quem queria plantar, dicas de moda, informações úteis sobre as farmácias de serviço e o calendário do pagamento dos impostos.

Em 1926, Abel M. Caldeira lançou o primeiro número do *Almanaque Madeirense Ilustrado*, apresentado como informador e literário. O de 1936 começava com um prognóstico para esse bissexto: “O inverno será áspero, a primavera húmida e pouco boa, o verão muito quente e o outono temperado. A vindima será boa e a colheita abundante, mas haverá penúria e fome em algumas partes, muitos abortos, dores nas costas e na cabeça e muitas novidades” (*Almanaque Madeirense Ilustrado*, 1936, 3), garantia o dito *Almanaque Madeirense Ilustrado*.

Pouco extensa, a publicação dava conselhos práticos para limpar luvas, dizia qual a melhor maneira de fazer sabão para a barba e de cuidar de queimaduras à base de azeite. Também não faltou a poesia, que era sempre abundante neste tipo de publicações. Dado curioso deste almanaque é o calendário com os signos do zodíaco, acompanhado das características dos homens e das mulheres de cada um.

O número único do *Almanaque do Desportista Madeirense* foi publicado, em 1945, pela mão de Mota Vasconcelos e é uma resenha histórica sobre o desporto e sobre os nomes mais importantes no meio desportivo do arquipélago. Os *sportsmen*, como então se designavam os desportistas, na Madeira, eram sobretudo os membros da colónia britânica. Não faltavam referências às famílias Miles, Hinton e Blandy. A Harry Hinton por ser caçador – alugava a Madalena do Mar e as Desertas para caçar – e amigo de príncipes. Já os Blandy eram referidos por terem recebido D. Carlos na Qt. do Palheiro Ferreiro, onde o Rei jogou ténis.

A publicação revelava ainda como e por quem tinham sido introduzidas as modalidades na Madeira, como o críquete e o desporto automóvel. Refira-se, *e.g.*, a notícia de que o primeiro carro a chegar à Madeira pertencia a

um turista britânico, Harvey Foster, que esteve apenas alguns meses na Região. O primeiro automóvel que chegou para ficar foi outro, conduzido por Francisco Franco. O registo de entrada é de novembro de 1907. Nove dias depois, o mesmo carro teve um acidente, em que todos os ocupantes ficaram feridos. O condutor teria ainda um outro, no qual sofreu queimaduras, por causa da gasolina.

Pelo *Almanaque do Desportista Madeirense* sabe-se que, no princípio de 1911, houve um torneio de atletismo – ou de desportos atléticos – no Almirante Reis, para assinalar o fim de um surto de cólera.

Foi também em 1911 que se realizou a primeira maratona em Câmara de Lobos, ida e volta. A prova, com a extensão de 18 km, contou com seis participantes, que saíram, às 16.00 h do dia 24 de fevereiro de 1911, da frente da Sé. O vencedor, Manuel Perestrelo, cortou a meta 1 hora, 23 minutos e 40 segundos depois.

O almanaque referia que a competição tivera muito público, tanto na partida como na zona do Hotel Reid’s. Para evitar burlas, o percurso foi controlado por vários fiscais a cavalo e de bicicleta, e todos se espantaram porque o vencedor era o mais “raqúitico” dos participantes. Soube-se depois que tinha seguido um plano rigoroso de treino e uma dieta passada pelo médico do Reid’s, o Dr. Stevens.

Ainda em 1945, foi publicado um outro almanaque, mas de cariz generalista. O *Almanaque Pérola do Oceano*, coordenado por Avelino Herédia Fernandes, não era alheio à conjuntura que se vivia então, com o fim da Segunda Guerra Mundial. “No momento em que escrevemos estas linhas de abertura, a paz de que o mundo tanto precisa, parece andar perto, melhores dias para o mundo” (*Almanaque Pérola do Oceano*, 1945, 3), estava escrito nas primeiras páginas do número, que acabaria também por ser único.

Os desejos de paz estendiam-se ao país e à “querida e linda Madeira”, a pérola do oceano. Os tempos eram outros e, em 1945, publicações sem fotografias tinham pouco futuro. O almanaque tinha várias – todas a preto e branco – onde mostrava as belezas da Madeira, terra de turismo, profundamente abalada pela

guerra e pelos impactos que esta provocou nos países de onde vinham os turistas ingleses e alemães. A paz iria trazer de novo os visitantes aos pontos turísticos, como o Monte.

A tradição seria retomada em 1992, quando o Posto Emissor do Funchal decidiu publicar o *Almanaque Regional*. O primeiro número teve uma tiragem de 10.000 exemplares, e a iniciativa tinha por base um programa de rádio que dava prémios a quem soubesse responder às perguntas colocadas. E eram bem vistosos: um automóvel, um computador, um videogravador, 50.000 escudos por mês e uma máquina fotográfica. Para ficar habilitado, era preciso comprar o almanaque e responder às questões que se faziam, todas as semanas, no programa de rádio. O espírito era, no entanto, o mesmo que animou os almanaques antigos. Conselhos, informações, anedotas e histórias sobre a atualidade.

A referência à visita do Papa João Paulo II à Madeira, em 1991, abria o primeiro número, onde também se explicava como limpar os cabos das facas, estender a roupa e passar a ferro. Havia histórias sobre as ruas do Funchal, entrevistas com alguns presidentes de câmara e uma curta biografia do então presidente do Governo regional, Alberto João Jardim.

As crendices madeirenses integravam este primeiro número, e lá se aconselhava como tratar do bucho virado ou do mau-olhado. Até se transcreviam rezas. “Eu te curo em nome de Deus e da Virgem Maria: se te deram mau-olhado no comer ou no beber, ou no rir, ou no zombar, na tua formosura, ou no teu andar, quem to deu nunca mais torne a dar e saia deste corpo e vá para o mar” (*Almanaque Regional*, 1992, 115). Segundo era dito, esta seria a forma mais usada para curar os que eram acometidos pelo mau-olhado.

As histórias sobre o mau-olhado estavam a par de informações sobre o Centro Internacional de Negócios, as levadas e os passeios que nelas se podiam fazer. Não faltavam igualmente os adágios, as previsões astrológicas e até um concurso relativo à previsão dos acontecimentos do ano, tanto ao nível regional como internacional.

Depois deste primeiro número, foram precisos cinco anos para que se editasse o segundo, mas desde 1997 que o Posto Emissor do Funchal, uma das rádios mais antigas da Madeira, mantém a publicação do *Almanaque do Posto Emissor do Funchal*. O número de 2018 teve 3000 exemplares de tiragem e mantém a mesma lógica: todas as semanas, há um programa de rádio, com passatempos e concursos, mas só pode participar quem tem o almanaque.

Almanaques publicados na Madeira: *Almanack para a Ilha da Madeira, Primeiro Ano 1868*, provavelmente coord. Álvaro Rodrigues, 1867; *Almanack Insulano para os Açores e Madeira*, dirs. A. Gil e Augusto Ribeiro, 1874-1875; *Almanack Madeirense para o Ano de 1883*, coord. A. César de Moraes, 1882; *Almanack da Madeira para 1884, 1883*; *Almanack do Amigo do Povo para 1889, 1888*; *Almanack Madeirense para 1905, 1904*; *Almanack de Lembranças para o Ano de 1908*, dirs. Jaime Câmara e António Feliciano Castilho, 1907; *Almanack de Lembranças Madeirenses para o Ano de 1909*; *Almanack de Lembranças para o Ano de 1910*, dirs. Jaime Câmara e António Feliciano Castilho, 1910; *Almanack de Lembranças para o Ano de 1911*, dirs. Jaime Câmara e António Feliciano Castilho, 1911; *Almanack Ilustrado do Diário da Madeira*, coords. Cruz Baptista Santos, Francisco da Silva Reis e Francisco Bento de Gouveia, 1912, 1913 e 1915; *Almanaque da Madeira*, coord. Carlos Jorge de Faria e Castro, 1923 e 1956-1957; *Almanaque Madeirense Ilustrado*, coord. Abel M. Caldeira, 1926-1941; *Almanaque da Drogaria Insulana*, 1927; *Almanaque do Desportista Madeirense*, coord. Mota de Vasconcelos, 1945; *Almanaque Pérola do Oceano*, 1945; *Almanaque Regional*, coord. Posto Emissor do Funchal, 1992; *Almanaque do Posto Emissor do Funchal*, coord. Posto Emissor do Funchal, 1997-2018.

Bibliog.: *Almanack Ilustrado do Diário da Madeira*, 1913; *Almanaque da Madeira*, 1923; *Almanaque Madeirense Ilustrado*, 1936; *Almanaque Pérola do Oceano*, 1945; *Almanaque Regional*, 1992; RODRIGUES, José Joaquim, *Catálogo Bibliográfico do Arquipélago da Madeira*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1950; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998.

MARTA CAIRES

Almeida, Arnaldo Louro de

Mestre pintor e pedagogo, nascido em Lisboa, a 1 de outubro de 1926, falecido em Lisboa, a 28 de dezembro de 2008. Frequenta o curso da antiga Escola de Artes Decorativas António Arroio, entre 1939 e 1944, conseguindo assim habilitações para concorrer às escolas de belas-arts. Estuda na Escola de Belas-Artes de Lisboa, entre 1945 e 1952, concluindo o curso superior de pintura; apresenta a respetiva tese no ano seguinte. Na Escola António Arroio, efetua o estágio pedagógico para professor efetivo; como docente, passa pelas escolas Afonso Domingos e Machado de Castro, em Lisboa. Integra a direção da SNBA, entre 1951 e 1959, ano em que se muda para a Madeira como



Fotografia do bilhete de identidade de Arnaldo Louro de Almeida, 1964 (arquivo do Museu de Arte Contemporânea do Funchal).

professor da Escola Industrial e Comercial do Funchal (atual Escola Secundária Francisco Franco), onde desempenha as funções de diretor de ciclo, cumulativamente com as funções de diretor e docente da secção de belas-arts da AMBAM. Participou em várias exposições coletivas com obras de desenho, gravura, aguarela, óleo e têmpera, nomeadamente, na SNBA de Lisboa, em cujos salões da primavera obteve uma bolsa de viagem José Malhoa e menções honrosas, 3.^a e 2.^a medalhas. Entre as suas várias obras, podemos destacar o painel cerâmico de 1956 para a Escola Primária n.º 44, do bairro de Santos, Lisboa; o vitral de 1958 para a Escola Francisco Arruda, Lisboa; os painéis de 1962-1963 para o Hotel Santa Isabel e o Hotel Monte Rosa, Funchal; os painéis de 1962, em cantarias basálticas da Madeira e do Porto Santo, para o edifício da Caixa de Previdência /Centro de Saúde do Bom Jesus, Funchal; os painéis de 1969, em têmpera, para o refeitório da Escola Industrial e Comercial do Funchal (Escola Francisco Franco); o painel de 1971 para os Correios das Caldas da Rainha; o

painel de 1960, em laca, para o Hotel Ritz, Lisboa; o painel decorativo de 1972 para o Centro Comercial do Bonfim, Setúbal, para além de outras obras que se encontram em coleções de particulares. Em 1971, regressou a Lisboa e sucedeu ao pintor Lino António na direção da Escola António Arroio. Entre 1980 e 1986, integrou, por concurso público, o grupo do Conselho Orientador da Direção Geral do Ensino Básico e Secundário, entidade que elaborou o projeto Profissionalização em Serviço, com funções ao nível nacional. Em 2004, a Câmara Municipal de Lisboa atribuiu à Escola n.º 44, do 1.º ciclo do ensino básico, na freguesia de Nossa Senhora de Fátima, o nome de Escola Mestre Arnaldo Louro de Almeida. A sua obra enquadra-se, pela temática e expressão, no movimento neorrealista português. Foi casado com Aixa Tavares e Pinho Louro de Almeida, com quem teve quatro filhos.

Fontes orais: FAMÍLIA DE ARNALDO LOURO DE ALMEIDA, entrevistada por Teresa Margarida Brazão Cupertino da Câmara [comunicação pessoal].

TERESA MARGARIDA BRAZÃO CUPERTINO DA CÂMARA

Almeida, Boaventura Freire Corte-Real Mendes de

Nascido em Celorico da Beira, distrito da Guarda, a 6 de setembro de 1874, era filho de Fernando Vítor Mendes de Almeida e de Maria Emília de Sacadura Cabral Freire Corte-Real. Assentou praça a 6 de agosto de 1890 e foi transferido para o serviço da Armada a 17 de novembro seguinte. Entre 1893 e 1896, prestou serviço em várias corvetas de guerra, especialmente no oceano Índico, tendo, em 1895, como 2.º tenente, entrado em operações navais ao largo de Timor, pelo que viria a ser louvado. Em 1900, passaria em serviço pelo Brasil, tal como, em 1901, pela Inglaterra. Em meados do ano de 1901, seria um dos oficiais da Armada escolhidos para escoltar a visita régia aos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Na sequência deste acontecimento, em 1903, depois de, no ano anterior,

ter estado de novo na Índia, seria nomeado oficial de ligação junto do contra-almirante comandante da esquadra que escoltou o Rei Eduardo VII (1841-1910) na sua visita a Portugal, voltando a ser louvado pelo trabalho desenvolvido.

Em 31 de outubro de 1905, já como primeiro-tenente, seria nomeado governador interino de Lourenço Marques e, no ano seguinte, efetivo, recebendo a ordem de regressar a Lisboa a 13 de abril de 1907, para cumprir uma nova comissão de serviço no Ministério do Reino. A sua chamada a Lisboa parece estar ligada à visita do príncipe real D. Luís Filipe (1887-1908) às colónias portuguesas, organizada pelo conselheiro Aires de Ornelas (1866-1930), que, em 1905, também fora governador de Lourenço Marques. A exoneração do primeiro-tenente Boaventura de Almeida como governador de Lourenço Marques foi, assim, só a 23 de maio, a que se seguiu, a 13 de julho, a sua nomeação para governador do Funchal.

A sua passagem pelo lugar de governador civil do Funchal foi algo efêmera, em face da situação política então vivida, de ditadura, e ao regicídio de 1 de fevereiro do ano seguinte, que levou à queda do Governo e à nomeação de um novo elenco ministerial, da responsabilidade do Alm. Francisco Ferreira do Amaral (1844-1923). Na sequência destes acontecimentos, a 9 de fevereiro de 1908, o governador do Funchal ainda escrevia ao novo chefe de Governo, avisando-o de que existia no Funchal um ramo de um clube republicano de Lisboa e que corria o boato de que iria acontecer algo grave nos próximos dias. Reavaliando a situação, pediria, quase de imediato, a exoneração do cargo, que lhe foi concedida por dec. de 15 de fevereiro seguinte.

Em Lisboa, Mendes de Almeida aceitaria integrar, como adjunto, a delegação portuguesa à Conferência de Pretória, onde foi discutido o Convénio Luso-Britânico, sendo a delegação chefiada pelo Gen. Garcia Rosado (1864-1937); a conferência decorreu entre 2 de maio de 1908 e 16 de abril de 1909. Colocado como professor na então Escola Prática de Torpedos e Eletricidade, pediu autorização para casar-se



Boaventura Freire Corte-Real Mendes de Almeida, 1910 (fotografia dos herdeiros).

com Maria Emília Freire Corte-Real Viana Homem Machado (1890-1973), depois 3.^a condesa de Caria; o casamento ocorreu a 7 de maio de 1910. Entretanto, fora condecorado com a medalha de prata de valor militar, cavaleiro e, depois, oficial da Ordem Militar de São Bento de Avis, entre outras condecorações. Faleceu em Lisboa, a 11 de agosto de 1934.

Bibliog.: manuscrita: ANTT, Família Ferreira do Amaral (FFA3/B/002/0020), cx. 3, mct. Boaventura Mendes de Almeida, doc. 1; BCM-AH, Documentação Avulsa, cx. 717 (1896-1910); cx. 1404 (1913-1919); *Ibid.*, Livros-mestre, D/160, fl. 160; E/205; G/176; I/179; *Ibid.*, Reformados, n.º 2; impressa: NUNES, Júlia, *Governadores Cívicos, 1835-2008*, Lisboa, Divisão de Documentação e Arquivo, 2008; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998.

RUI CARITA

Almeida, Carolina Dias de

Filha de Joaquim Dias de Almeida e de Efigénia Carolina Escórcio, nascida por volta de 1855, Carolina Dias de Almeida evidenciou-se nas artes cénicas como atriz e cantora. Levou à cena peças da sua autoria, como as comédias *Henriette* (1887) e *Dona Francisquita*, exibidas

no Teatro Municipal do Funchal. Foi autora de canções que, de acordo com os jornais da época, foram interpretadas em saraus de beneficência. Faleceu no Funchal, a 5 de junho de 1895.

Obras de Carolina Dias de Almeida: *Dona Francisquita* (s.d.); “É na triste morada dos mortos” (s.d.); *Henriette: Scena Cômica* (1887).

Bibliog.: MACEDO, L. S. Ascensão de, *Da Voz à Pluma. Escritoras e Património Documental de Autoria Feminina de Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde. Guia Biobibliográfico*, Ribeira Brava, ed. do Autor, 2013.

L. S. ASCENSÃO DE MACEDO

Almeida, Gabriel de

A partir da morte de D. Jerónimo Fernando, ocorrida em março de 1650, entrou o bispado do Funchal em período efetivo de Sé vacante, o que, a somar aos quase 10 anos em que o anterior bispo exercera funções a partir do reino, acabaria por totalizar um período de cerca de 30 anos em que não houve prelado residente na Diocese. Durante esse intervalo, esteve o governo eclesiástico entregue ao deão, Dr. Pedro Moreira, que protagonizou, em 1668, um incidente de grave dissidência com o governador, D. Francisco de Mascarenhas, do qual resultou a prisão desse mesmo governador. O desentendimento ocorrido teve por base uma intromissão do governador na esfera da justiça eclesiástica, pois D. Francisco de Mascarenhas tinha solicitado ao cabido uma devassa ao procedimento do deão, a quem acusava de obstaculizar a sua ação, e, tendo os capitulares aceitado o repto, procedeu-se a um sequestro dos bens do Dr. Pedro Moreira, a quem foi, igualmente, imposta residência fora da cidade. Em reação a estas determinações, o governador do bispado, auxiliado por alguns eclesiásticos, desencadeou uma sedição da qual resultou o aprisionamento do governador militar, a sua substituição por D. Aires de Ornelas de Vasconcelos e a restituição ao Dr. Pedro Moreira dos cargos de provisor e vigário geral. Informada a corte de tão insólita situação, rapidamente se puseram em marcha processos de averiguação, dos quais resultou a condenação dos promotores da amotinação e a prisão de vários



Retrato de D. Fr. Gabriel de Almeida, óleo de c. 1790 (Cabido da Sé do Funchal).

dos intervenientes, entre os quais o deão, Pedro Moreira, o qual foi encarcerado por ordem do novo governador, João de Saldanha e Albuquerque, sem que a autoridade eclesiástica tivesse sido auscultada.

Foi no rescaldo de toda esta turbulência que D. Fr. Gabriel de Almeida, o novo prelado e homem já idoso, veio encontrar a Diocese para a qual fora provido nos fins de 1670, depois de ultrapassado o diferendo em que a guerra de independência com Espanha tinha mergulhado as relações de Portugal com a Santa Sé, e que privara as dioceses do reino de bispos por um período de cerca de 20 anos.

Mas quem era, então, D. Fr. Gabriel de Almeida e porque motivos viu ser-lhe atribuída a titularidade da mitra do Funchal? Nascido em Moimenta da Beira, bispado de Lamego, de “nobres progenitores”, Pedro de Almeida, de seu nome de batismo, ingressou nos monges de Cister a 17 de dezembro de 1625, tendo aí feito profissão a 6 de janeiro de 1627 (BARBOSA, 1747, 308). Naturalmente inclinado para o estudo, desenvolveu carreira académica, na qual pontificaram a docência universitária,

iniciada em 1643, como substituto da cadeira de Durando, e a propriedade do estatuto de lente de Escritura Grande, em 1664. Em paralelo com a atividade docente, Fr. Gabriel fora ainda, em 1654, eleito abade do Colégio de S. Bernardo, em Coimbra, e em 1660 tornou-se abade geral dos Cistercienses. Para além destas ocupações, fora também agraciado, em 1660, com o cargo de esmoler-mor da regente D. Luísa de Gusmão, ao qual se seguiu, no ano imediato, o lugar de capelão-mor.

A sua escolha para prelado do Funchal enquadra-se nos rumos que, no início da regência de D. Pedro, presidiram à indigitação de antístites e que se caracterizaram por uma cuidadosa distribuição de mitras por uma grande diversidade de ordens religiosas, tendo em vista preservar equilíbrios e prevenir uma eventual hegemonia de um instituto religioso sobre outros; esta pode, inclusivamente, ser a justificação da opção por um cisterciense, ordem que há 200 anos não era convocada para o exercício do ministério episcopal.

Sagrado bispo em 1671, logo passou à sua Diocese, onde entrou a 4 de março desse mesmo ano, vendo-se de imediato envolvido no rescaldo da sedição de 1668, até porque o príncipe regente lhe tinha recomendado que castigasse o clero por se ter metido a “desautorizar, descompor e prender a um Governador e Capitão General que representa a mesma pessoa de Sua Alteza” (BNP, cód. 6999, fl. 42v.). Mas se do bispo se esperava punição de eclesiásticos, também o Gov. João de Saldanha não escapou a ela, uma vez que igualmente se viu objeto da censura episcopal, por ter ousado mandar prender o deão Pedro Moreira sem a necessária aquiescência das justiças religiosas. Porém, e porque o governador agira de acordo com instruções régias, foi o prelado repreendido pelo príncipe regente e, segundo Sarmento, esta repreensão fê-lo sentir-se “tão molestado que dentro em pouco se finou” (SARMENTO, 1947, II, 94).

Antes que falecesse, no entanto, teve ainda tempo para se incompatibilizar com os Franciscanos, por duas ordens de razões. Por um lado, entre os frades e as suas irmãs de Santa Clara

grassavam discórdias que muito escandalizavam a população, assunto para o qual o príncipe regente já havia alertado o governador, João de Saldanha, mas que também tocava ao prelado, que envidou esforços no sentido de serenar os ânimos entre as duas comunidades seráficas. Por outro, e no tocante apenas aos frades, houve problemas relacionados com o mau comportamento de dois destes em cerimónias na Sé, onde aproveitavam o púlpito mais para mutuamente se descomporem do que para divulgar a palavra de Deus. Desgostoso com aquelas atitudes, D. Fr. Gabriel informou o padre comissário da Ordem de que não voltaria a tolerar a presença daqueles dois pregadores, nem na Catedral, nem em qualquer outra igreja da Diocese. A fim de se não repetirem circunstâncias idênticas, advertia ainda o bispo ao comissário que mandasse vir de outros conventos “religiosos de melhor talento para pregarem nesta sé”, para o que lhe concedia um prazo de 15 dias; caso não respeitasse o período estabelecido, o prelado se encarregaria de prover o púlpito de sujeitos “com mais exemplo e aproveitamento” (CARITA, 1992, 327). Segundo Fernando Augusto da Silva, esta dissensão acabou por alastrar até à determinação episcopal de proibir os Franciscanos de pregar e confessar em toda a Diocese, o que, naturalmente, não poderia deixar de elevar a tensão em que o idoso prelado teria de viver e poderá ter contribuído para que a morte lhe sobreviesse dentro de pouco tempo.

Apesar de tantos problemas para resolver e da idade que já lhe pesava, em 1672, D. Fr. Gabriel de Almeida agiu com dureza no Seixal contra os que, tendo prometido esmolas, as não pagaram, devendo por isso ser “cortados dos Ofícios Divinos”, e propôs um adiamento das celebrações da festa do orago mais para a frente do ano, “quando o tempo for mais conveniente” (ACDF, *Livro de Provimentos...*, fl. 60); e ainda arranjou tempo e energia para se deslocar, em 1673, ao Porto Santo, em visitação, tendo igualmente visitado as restantes paróquias da ilha. Em Ponta Delgada, as preocupações episcopais centraram-se mais no gasto excessivo com os pagamentos a

pregadores vindos de fora e com o contributo dos fregueses e do pároco para o arranjo da igreja. O bispo também não deixou de fazer o esforço de visitar pessoalmente os territórios rurais da Diocese, não se eximindo de tomar as medidas que considerou necessárias, apesar de por vezes duras. Fez, nessas como noutras ocasiões, jus às apreciações que as *Monstrosidades do Tempo e da Fortuna* – uma obra que tinha como subtítulo: *Diário de Factos mais Interessantes Que Sucederam no Reino de 1662 a 1680* e que portanto reportava ao reinado de D. Afonso VI – dele faziam, considerando-o “de seu natural áspero e desabrido no trato” e com dificuldade, portanto, em concitar simpatias (SILVA, 1946, 208).

A 12 de julho de 1674, D. Fr. Gabriel de Almeida falecia, no Funchal, vindo a ser sepultado na capela-mor da Sé. Foi o segundo prelado a falecer e a ter sepultura na Diocese.

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Arquivo do Paço Episcopal do Funchal, liv. 113, *Registo dos Provimientos das Visitações a Ponta Delgada*, 1587-1694; ACDP, *Livro de Provimientos do Seixal*, 1591-1640; BNP, reservados, cód. 6999, fl. 42v; **impresa:** ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, 2.ª ed., vol. II, Coimbra, Livraria Civilização, 1968; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. III, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1992; MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana, Histórica, Crítica e Cronológica na Qual Se Comprehende a Notícia dos Autores Portuguezes e das Obras Que Compuzerão desde o Tempo da Promulgação da Ley da Graça até ao Presente*, vol. II, Lisboa, Oficina de António Isidoro da Fonseca, 1747; NORONHA, Henrique Henriques, *Memorias Seculares e Ecclesiasticas para a Composição da Historia da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, s.n., 1993; PAIVA, José Pedro, *Os Bispos de Portugal e do Império, 1495-1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006; SARMENTO, Alberto Artur, *Ensaio Histórico da Minha Terra*, vol. II, Funchal, JGDAF, 1947; SILVA, Fernando Augusto da, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, Funchal, s.n., 1946; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

CRISTINA TRINDADE

Almeida, Georgina Dias de

Georgina Dias de Almeida foi poetisa, mas poucas são as informações que se encontraram a seu respeito. O único registo da sua atividade aparece no *Álbum Madeirense*, uma coleção de poesias de diversos autores madeirenses, reunidas por Francisco Vieira. O poema é dirigido a Leolinda, e, segundo o visconde do Porto da Cruz, que também referencia a poetisa na sua obra *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, trata-se de D. Leolinda Jardim

Vieira, embora no cabeçalho do poema seja referida D. Leolinda Dias D’Almeida.

Georgina Dias de Almeida também aparece referenciada na obra *Da Voz à Pluma...*, de L. S. Ascensão de Macedo, na qual é referido que esta escritora é aparentada com Carolina Dias de Almeida.

O poema da autora incluído no *Álbum Madeirense* recorda a infância saudosa, versando a mudança que o tempo opera transformando os sonhos infantis em imagens vivas apenas na memória: “Lembra-te? Era eu jovem e tu gentil criança,/Brincávamos adorando o seixo, o escarcéu.../Tudo era nesse tempo, o quê? – um mar d’esperança!/Mas... crescemos ambas... toldou-se o nosso céu!/[...] Se poetisa eu fora, sim, da minha lira/Soltaria um cântico a ti, ó Leolinda!/Afetos desse tempo em versos escreveria,/Deixando-te no álbum uma saudade infinda!” (VIEIRA, 1884, 235).

Bibliog.: MACEDO, L. S. Ascensão de, *Da Voz à Pluma. Escritoras e Património Documental de Autoria Feminina de Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde. Guia Biobibliográfico*, Ribeira Brava, ed. do Autor, 2013; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. II, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, s.d.; VIEIRA, Francisco (org.), *Álbum Madeirense, Poesias de Diversos Autores Madeirenses*, Funchal, Typ. Funchalense, 1884.

CLÁUDIA NEVES

Almeida, Januário Correia de

A apresentação no Funchal do Gov. Januário Correia de Almeida encontra-se ligada a uma das muitas histórias picarescas da política madeirense dos meados do séc. XIX. Nos inícios de janeiro de 1862, a Câmara Municipal do Funchal assumia as festas para a aclamação do Rei D. Luís (1838-1889), em moldes semelhantes ao acontecido anos antes com D. Pedro V (1837-1861) – sinal de que o governador civil do Funchal, 2.º conde de Farrobo (1823-1882), já não se encontrava na Madeira, enviando o impresso o então presidente da Câmara, Marceliano Ribeiro de Mendonça (1805-1866). Embora o mesmo impresso informe que fora o governador civil do distrito a marcar o dia 20 de janeiro para “a grande festividade da inauguração do Reinado” de Sua Majestade

“O Senhor Dom Luís Primeiro”, nem o governador nem o secretário-geral deviam estar na Madeira, saindo o “préstito para a aclamação do Nosso Augusto Senhor” dos Paços do Concelho “pelas 11 horas da manhã” em direção à Sé do Funchal (ABM, Alfândega do Funchal, liv. 679, impr. 14 jan. 1862), sem qualquer outra informação sobre o acompanhamento.

Saindo o conde de Farrobo para Lisboa, foi nomeado (ou nomeou-se) governador interino o administrador do Porto Santo, João de Santana e Vasconcelos, membro influente local do Partido Regenerador. A sua receção no Funchal foi organizada pelos familiares, futuros viscondes das Nogueiras, nessa noite, com um baile em S. Lourenço, na sequência das festas ali também dadas pelo conde de Farrobo e dentro da tradição de três dias de festas oficiais (previstos para os dias 18, 19 e 20), para no último dia ser então aclamado o Rei D. Luís. Decorria a receção em S. Lourenço, na noite de 18 de janeiro, quando entrou na baía do Funchal a embarcação que trazia o novo governador. Houve o prudente cuidado de não interromper a festa, guardando-se para o dia seguinte a entrada oficial de Januário Correia de Almeida, o futuro visconde de S. Januário em S. Lourenço; mas a oposição não deixou de fazer correr que o governador interino se preocupara de tal modo com a administração “que nem o tempo chegara para dormir enquanto ela durou” (SILVA e MENESES, 1998, I, 51), pois só durou a noite em que decorreu o baile.

O novo governador era filho do homónimo Januário Correia de Almeida (c. 1805-1835), tesoureiro-geral da Armada, e de sua mulher, Bárbara Luísa dos Santos Pinto (c. 1800-1860), tendo nascido em Paço de Arcos, a 31 de março de 1829. Seguindo a carreira militar, assentou praça no Batalhão de Caçadores n.º 2, a 4 de novembro de 1842, e, passando depois a frequentar a Escola do Exército, foi promovido a alferes de cavalaria, a 22 de dezembro de 1846. Frequentou a seguir a Faculdade de Ciências da Univ. de Coimbra, onde se bacharelou em Matemática e em Filosofia, voltando à Escola do Exército, graduado no posto de tenente, concluindo o curso do Estado-Maior em 1856,

como engenheiro civil e militar. No ano seguinte, seria nomeado diretor das Obras Públicas de Cabo Verde, percorrendo todas as ilhas do arquipélago e deslocando-se inclusivamente à costa da Guiné, de cuja estadia editaria em Lisboa um pequeno trabalho: *Um Mês na Guiné*. Em 1860, já com o posto de capitão, seria nomeado governador interino de Cabo Verde, deixando uma obra muito interessante como engenheiro, *e.g.*, o cais do Porto da Praia e o liceu daquela cidade, na ilha de Santiago, bem como as Alfândegas do Mindelo, em São Vicente, e de São Filipe, na ilha do Fogo.

Regressaria ao continente em 1860, terminada a sua comissão de serviço de três anos, e, no início de 1862, seria nomeado governador da Madeira. O decreto de nomeação data de 15 de janeiro, tendo tomado posse a 19 seguinte, o que foi de uma rapidez inédita para a época, sendo por essa razão que não era esperado no Funchal. Entretanto, havia sido nomeado novo secretário-geral para o Governo civil do Funchal, António Lopes Barbosa de Albuquerque, que, por circular impressa em S. Lourenço, comunica às autoridades locais, pelo dec. de 8 de janeiro desse ano, a exoneração do 2.º conde de Farrobo e do ex-secretário-geral, António Correia Herédia (1822-1899) – e, pelo mesmo decreto, a sua nomeação para o lugar deste último. Na data de 19 de janeiro de 1862, foi distribuída nova circular a informar que o Gov. Januário Correia de Almeida tomara posse nesse dia. Seria então o novo governador a presidir às cerimónias de aclamação do Rei D. Luís, assistido pelo novo secretário-geral, António Lopes Barbosa de Albuquerque.

O Gov. Januário Correia de Almeida começou por solicitar às autoridades insulares elementos para elaborar o seu relatório para o Governo de Lisboa, que deveria seguir no início de cada ano civil, e que o seu antecessor não chegara a enviar. Em fevereiro nomeava o diretor da Alfândega, Diogo Teles de Menezes (1788-1872), posteriormente visconde Teles de Menezes, para a presidência de uma comissão encarregada de propor medidas com vista à elaboração de um decreto sobre fiscalização marítima, mas logo em julho comunicava



Januário Correia de Almeida, óleo de c. 1940
(Sociedade de Geografia de Lisboa).

que, tendo de se ausentar para o reino, “com a devida autorização” de Sua Majestade, deixava em funções o secretário-geral António Lopes Barbosa de Albuquerque (ABM, Alfândega do Funchal, liv. 679, of. 19 jul. 1862). É provável que a deslocação ao continente tivesse a ver com o falecimento da mãe, que ocorre nesse mesmo ano; contudo, acabaria por não voltar à Madeira, pois seria, também nesse ano, nomeado governador civil de Braga.

Tendo deixado um interessante conjunto de obras públicas em Cabo Verde, nada se conhece na Madeira da sua intervenção nessa área, nem sequer vistorias ou pedidos de informação a esse respeito. Não deixa de ser estranha a posição do Gov. Januário Correia de Almeida, uma vez que era homem do Partido Regenerador do também engenheiro civil e militar António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), filho do então governador de Cabo Verde, que ao passar pela Madeira em outubro de 1848 não deixara de ir ver as obras da levada do Rabaçal, quando ali trabalhava o Cap. Tibério Augusto Blanc (c. 1810-1875).

Pensa-se que data da sua vigência como governador a revisão da nova divisão concelhia

e paroquial, de que se conhecem, depois, alguns acertos. No dia 11 de setembro de 1862, *e.g.*, após vários incidentes e peripécias, fez o secretário-geral do distrito, António Lopes Barbosa de Albuquerque, servindo de governador civil, reunir na Casa dos Romeiros do Santo da Serra representantes das Câmaras Municipais de Machico e Santa Cruz, administradores do concelho, diversos funcionários públicos e outras pessoas de representação; e foi nesse local que se assentou definitivamente a nova divisão, tendo deste modo terminado as reclamações e os protestos que de uma e de outra parte se levantavam. O secretário-geral António Lopes Barbosa de Albuquerque, que entre maio e setembro de 1865 seria governador civil de Faro, também não estaria muito mais tempo na Madeira, pois em janeiro de 1863 tomava posse desse lugar Jacinto António Perdigão, jurisconsulto que mais tarde haveria de ganhar alguma nomeada no continente e que ocupou assim o lugar de governador interino e, posteriormente, o de efetivo.

Januário Correia de Almeida, entretanto membro do Partido Progressista, sairia da Madeira para idêntico lugar em Braga e, em fevereiro de 1864, era comissário régio em Vila Real e, depois, oficial às ordens do Rei D. Luís. Seria governador-geral da Índia em 1870, de onde passou a Macau e a Timor, tendo sido ministro plenipotenciário na China, no Japão e no Sião. Regressando a Lisboa em 1875, seria um dos fundadores da Sociedade de Geografia de Lisboa, à frente da qual teria uma ação francamente notável. Foi ainda, em 1878, encarregado de negócios junto de várias repúblicas da América do Sul e teve, depois, as pastas da Marinha e Ultramar e da Guerra, sendo bárão por dec. de 10 de novembro de 1886 e conde pelo de 27 abril de 1889, desconhecendo-se a data do decreto de visconde. Foi promovido a general-de-brigada a 30 de junho de 1893 e a general-de-divisão a 13 de maio de 1896. Nesse ano de 1896, foi-lhe confiado o comando da 1.^a Divisão Militar, tendo sido ainda comandante do Estado-Maior e da Escola do Exército. Faleceu em Paço de Arcos, onde havia nascido, a 27 de maio de 1901.

Obras de Januário Correia de Almeida: *Um Mês na Guiné* (1859).

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Alfândega do Funchal, liv. 679; **impresa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. VII, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2008; MESNIER, Pedro Gastão, *Viagem de S.º Ex.º o Sr. Visconde de S. Januário, Governador-Geral da Índia Portuguesa às Praças do Norte, Bombaim, Damão, Dio, Praganá, Surate, etc.*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998.

RUI CARITA

Almeida, Luís Beltrão de Gouveia e

O Governo do Gen. Luís Beltrão de Gouveia e Almeida, nascido por volta de 1750, caracterizou-se por uma intensificação das dificuldades com as forças britânicas, que permaneciam na Ilha mesmo depois do retorno à soberania portuguesa e da assinatura dos acordos de paz com a França. A época marcou o início de uma certa retração económica da Madeira no quadro do Atlântico, de que resultou também um menor interesse na posição estratégica da Ilha, pelo que os interesses ingleses e norte-americanos se transferiram para outros locais, como os vizinhos arquipélagos das Canárias e dos Açores. Acrescia que, com a presença das forças britânicas na Madeira, ficaram patentes uma série de problemas económicos e sociais e os atritos no relacionamento com a Igreja Católica, dificuldades que não deixaram de aumentar durante esses anos.

O Gov. Pedro Fagundes Bacelar de Antas e Meneses (c. 1760-1813), após quatro anos de difícil governo, sofreu, a 4 de maio de 1813, “um ataque de paralisia” que lhe afetou o lado direito (AHU, Madeira e Porto Santo, docs. 3197-3198), ficando o Governo entregue ao velho secretário João Marques Caldeira de Campos (c. 1760-1814), que estava em S. Lourenço há 35 anos. A 4 de julho, o governador ainda mandou escrever que estava a recuperar e, optando por um período de recuperação em Lisboa, acabou por ali falecer a 1 de novembro seguinte.

O governo português, então no Rio de Janeiro, já a 30 de janeiro de 1813 nomeara como governador o Ten.-Gen. Luís Beltrão de

Gouveia e Almeida (c. 1750-1814), com patente de governador da Madeira e do Porto Santo por três anos. O tenente-general tinha foro de fidalgo da Casa Real e iniciou o seu notável percurso na Campanha do Rossilhão, para onde fora destacado em 1793, regressando em 1795, depois do que foi promovido a coronel. Em 1799, foi comandar as tropas de São Salvador da Baía, capital do reino do Brasil, com a patente de marechal, assumindo logo funções de inspeção-geral. Regressado ao continente, foi promovido a tenente-general do Exército em 1805 e, no ano seguinte, nomeado governador da Beira, no âmbito de cujas funções ficava encarregado de mudar o quartel-general da praça de Almeida e o regimento de Penamacor para Viseu, seguindo depois com a corte para o Brasil.

A 23 de abril de 1813, o Ten.-Gen. Luís Beltrão foi avisado para comparecer, a 27 seguinte, “às dez horas da manhã”, no paço do Rio de Janeiro, “para dar nas Reais Mãos” juramento de menagem pelo “governo de capitão da ilha da Madeira” (ABM, Governo Civil, liv. 200, fl. 4v.). O novo governador chegou ao Funchal a 7 de agosto – “depois de uma longa, mas feliz viagem” – e tomou posse no dia 10 seguinte na Câmara do Funchal, para a qual já no dia anterior tinha enviado a sua carta régia para transcrição (*Ibid.*, liv. 202, fl. 1). Somente a 22 de março do ano seguinte, demonstrando já algum distanciamento de certas práticas anteriores, entrou como “irmão protetor e presidente” da Confraria de N.ª Sr.ª da Soledade do Convento de S. Francisco do Funchal (*Ibid.*, liv. 235, fl. 7), coisa que os seus antecessores tinham feito quase logo após tomar posse.

Chegado à Madeira, o novo governador tratou de montar o seu gabinete, pedindo a presença, como ajudante de ordens, do Cap. Joaquim de Freitas e Aragão, e, tal como os seus antecessores, comunicou imediatamente ao Rio de Janeiro as informações obtidas acerca da situação na Europa. Assim, a 10 de setembro, escrevia que “parece que os soberanos da Europa vão conhecendo à sua própria custa o despotismo da França”. Nessa altura, enviou

para o Rio de Janeiro várias “folhas” inglesas, incluindo o periódico *Star*, de 21 de agosto, cuja leitura permitia depreender que Napoleão pretendia “vir a Espanha, reparar as perdas que fez seu irmão, e erros dos seus marechais”; Luís Beltrão rematava: “Agora, porém, com esta notícia do armistício roto, não lhe falta sarna com que se coce no Norte” da Europa (*Ibid.*, liv. 202, fl. 2).

A partir de 1812, desenvolveu-se na Ilha uma forte reação contra a presença inglesa, chegando mesmo, nos inícios desse ano, a pensar-se em enviar o Cor. Alberto Andrade Perdigão ao Rio de Janeiro para expor a situação, aproveitando a Câmara do Funchal a ida do coronel à corte para apresentar ali alguns assuntos e atribuindo-lhe para isso, inclusivamente, um subsídio de 1600\$000 réis; todavia, a deslocação não se concretizou. Ao fim de quatro meses na Ilha, a 1 de novembro, Luís Beltrão elaborou o ponto da situação militar insular, apresentando o que denominou por “considerações” para salvar a colónia “das mãos dos Ingleses”, uma vez que estes “já a devoram, com as suas vistas e medidas ambiciosas, enquanto não podem de outro modo” fazer, pois “aspiravam à sua posse absoluta” (*Ibid.*, fls. 5v.-10).

Assim, os Ingleses controlavam nessa altura toda a estrutura militar, tal como fizera Napoleão em Espanha e em Portugal, corrompendo mesmo “alguns desgraçados Portugueses”. Como exemplo, apresentava o Ten. Alexandre Teles de Meneses, filho de uma inglesa “e péssimo Português, vendido aos Ingleses”, que nos anos seguintes não deixaria de criar problemas. O oficial empenhara-se em obter para os comandos ingleses – tanto para Robert Meade (1772-1852) como para Hugh Mackay Gordon (1760-1823) – informações sobre os vários trabalhos de levantamento das costas da Madeira efetuados pelo Cap. Paulo Dias de Almeida (c. 1778-1832). Por esse serviço, Teles de Meneses “recebia 30\$000 réis por mês, para fornecer as plantas”, entretanto copiadas pelo “paisano” Vicente de Paula Teixeira (1785-1855). No “empenho” e no “mistério e na despesa” aí envolvidos, aos quais se uniam a “corrupção e

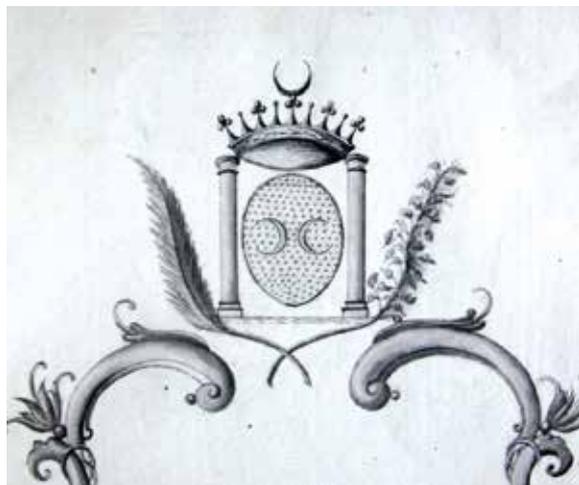


Fig. 1 – Armas do Gov. Luís Beltrão de Gouveia e Almeida na aquarela da sua entrada para a Confraria de Nossa Senhora da Soledade, 22 mar. 1814 (ABM).

compra dos seus assalariados”, não podia estar outra coisa senão um “interesse oculto” dos Ingleses em possuir todos os elementos necessários a uma mais profunda ocupação e domínio da Madeira (*Ibid.*, fls. 5v.-10).

Em relação ao contingente militar da Ilha, que lhes poderia resistir, tinha sido opção inglesa a sua diminuição (com o objetivo de o aumentar posteriormente, caso isso fosse favorável aos Ingleses). Luís Beltrão dava como exemplo a atitude do Gen. Robert Meade, anterior comandante das forças inglesas, que instara junto de Charles Stuart (1779-1845) – futuro conde de Machico e embaixador inglês na corte do Rio de Janeiro – para que se efetuasse um recrutamento de 3000 homens para o Exército de Portugal. Além disso, o governador anterior tinha entregado, lamentavelmente, o comando dos regimentos de milícias aos Ingleses, deixando assim que o comando dos regimentos dependesse deles; num quadro destes, o governador não sabia atempadamente quando se reuniam as milícias, por que o faziam, as ordens que tinham e o destino que se lhes dava. A despesa feita pela Fazenda portuguesa com a tropa inglesa, até ao final do ano de 1812, tinha ascendido aos 85.977\$299 réis.

A 5 e a 25 de novembro de 1813, Luís Beltrão enviou dois extensos relatórios sobre o “estado da agricultura da Madeira e as formas

de promover o seu desenvolvimento”, o tipo de terrenos da Ilha e os aspetos do clima, por vezes sujeito a intensos nevoeiros que tornavam a subsistência difícil, pois “as névoas de S. João tiram o azeite e não dão pão”. A principal questão colocada era a da dificuldade dos caminhos – referindo o governador “que não uso o termo estradas, porque não existem” – a que acresciam os problemas das águas, da reflorestação dos picos da Ilha e do direito de propriedade dos terrenos. Escreve o governador que “todo o terreno desta Ilha, com pouquíssimas, ou talvez nenhuma exceções, tem três donos”: o primeiro dono era o senhor direto (quando havia empraçamento, o que raras vezes acontecia); o segundo era o senhor útil (quando o terreno não caía em comissão, o que também poderia acontecer); o terceiro era o colono, aquele que “cultiva de meias” o terreno (AHU, Madeira e Porto Santo, doc. 3281).

Curiosamente, e ao contrário do modo de ver do Gov. João António de Sá Pereira (1719-1804), em meados do século anterior, Beltrão de Gouveia considera que o colono é o que tira maior benefício do solo, “porque come e cria todo o ano, de que não paga meação, porque só a devem dos géneros da colheita”. Acrescenta, no entanto, que “o colono é quase um servo da gleba, sem o saber e sem o ser por lei”. Como remate, o governador insiste no sistema de levadas, sobre o qual deverá incidir um maior investimento insular, inclusivamente sob os auspícios da Fazenda Real (algo que só viria a acontecer algumas décadas mais tarde). Como refere o governador, enquanto a Ilha estiver enfeudada à “prestação à Inglaterra”, ele próprio não se arrisca a uma proposta desse género (*Ibid.*).

Foi certamente nos inícios da construção do sistema de levadas que Beltrão de Gouveia encomendou a Paulo Dias de Almeida um estudo sobre a possibilidade de uma estrada que atravessasse a Ilha de Norte a Sul, desde a Calç. de Nossa Senhora do Monte até às planícies das “freguesias do Norte, Porto da Cruz, Faial e Santana”, que o governador enviou a 24 de setembro de 1813, juntamente com um

orçamento de 24.254\$700 réis, tendo também começado a reunir várias informações sobre as levadas da ilha da Madeira (*Ibid.*, docs. 3282-3284), cuja planta ficou conservada nos arquivos militares, encontrando-se na Direção do Serviço de Infraestruturas do Exército. Neste contexto, nos inícios de dezembro de 1813, convocava a primeira reunião da Junta de Melhoramentos da Agricultura, estrutura anteriormente concebida, mas que ainda não havia sido possível reunir efetivamente.

A principal tarefa de Luís Beltrão de Gouveia foi, no entanto, a de tentar travar a tentativa de implantação, na Ilha, de uma estrutura militar completamente controlada pelo comando inglês. Durante este período, o Cor. Gordon pressionara o governador por diversas vezes, no sentido de obter, para os oficiais que considerava afetos à Inglaterra, os lugares cimeiros nos principais corpos militares. Usando os mais diversos subterfúgios, Beltrão de Gouveia conseguiu sempre furtar-se às nomeações em causa.

Nesse quadro de contínuo conflito, em meados de dezembro de 1813, o governador voltava a defrontar-se com o comandante inglês. De facto, tendo sido determinadas as salvas de ordenança pelas fortalezas do Funchal comemorativas do “dia de aniversário de Sua Majestade a Rainha” D. Maria I, o Cor. Gordon não as autorizara na totalidade. Como depois o governador informa para o Rio de Janeiro, encontrar-se-ia doente a mulher do médico inglês Shanthear e, para seu espanto, somente salvou a fortaleza do Ilhéu e metade do que lhe competia (ABM, Governo Civil, liv. 202, fl. 17), não tendo salvado a fortaleza do Pico, como também lhe competia.

No final do mês, outro acontecimento veio azedar ainda mais as relações entre o governador e o Cor. Hugh Gordon. O Conselho de Guerra inglês condenara à morte um soldado que assassinara, num ato de insubordinação, um sargento. Ao saber do ocorrido e na iminência da execução, o Gov. Beltrão de Gouveia intercedeu junto do Cor. Hugh Gordon, referindo os inconvenientes de tal atitude, mostrando-lhe que essa execução “ofendia

os direitos territoriais do soberano português, lembrando-lhe que Luís XIV expulsara a Rainha Cristina da Suécia, por mandar enforcar o seu secretário, quando se achava viajando naquele país e que no Rio de Janeiro, os senhores almirantes ingleses Curry e Dickson, respeitando o território português, mandavam cumprir as execuções capitais no alto do mar, a bordo de um navio de guerra” (*Ibid.*, fls. 19v.-20). A indicação sobre a Rainha Cristina da Suécia não estaria correta, pois o seu secretário terá morrido noutras circunstâncias (salvo se o governador soubesse de outros pormenores que não sejam do domínio público).

A execução, no entanto, acabou por ser cumprida no forte da Penha de França, tendo a ela assistido o Sarg.-mor do Batalhão de Artilharia, António Fernandes Camacho, em representação do comando português. A cerimónia foi feita perante a formatura geral das forças inglesas e do regimento de artilharia português, que, em conjunto, formaram um círculo em torno do local da execução. A sentença foi lida pelo Maj. White, “achando-se armada uma força, tendo-se exortado o soldado que ia ser enforcado por ter matado com um tiro de fuzil ao seu sargento. Ao meio-dia em ponto se enforcou o dito soldado, estando pendurado por espaço de uma hora”. As forças militares inglesas desfilaram perante o enforcado e só depois o carrasco cortou a corda, tendo o corpo caído para um carro e sido transportado para o Convento de S. Francisco (AHU, Madeira e Porto Santo, docs. 3313-3316). A reação de repulsa a este atropelo dos direitos dos Portugueses foi tal que nos princípios do séc. xx era ainda usual voltar a cara para o lado do mar quando se passava em frente dos muros desta velha fortaleza. Agravava ainda o facto ocorrido serem raríssimas as execuções capitais na ilha da Madeira, não havendo a elas qualquer outra referência nesta época.

Os problemas entre o governador e as forças britânicas continuaram a existir e, em fevereiro de 1814, surgiram novas questões envolvendo a chegada ao Funchal de mais uma brigada de peças de artilharia. Londres, em

vez de retirar as suas forças da Ilha, quando já se adivinhava o colapso de Napoleão em França, ainda as reforçava com mais armamento. A reação do governador foi protelar, como podia, o despacho do armamento, mandando inspecionar demoradamente todas as embalagens. Disso mesmo se queixou o Cor. Gordon a Londres: “todos” os artigos que chegavam à Madeira, destinados às forças britânicas, eram abertos e “demoradamente” examinados, o que o general entendia ser “contra a Convenção” entre os dois Governos e portanto uma “ofensa ao Governo britânico” (RODRIGUES, 1999, 398).

A zona marítima da Madeira continuava, entretanto, a ser um dos palcos privilegiados da guerra de corso que opunha as potências marítimas, lideradas pela Grã-Bretanha, às continentais, lideradas pela França. A 6 de fevereiro de 1814, nomeadamente, entravam no porto do Funchal as naus *S. Paulo*, espanhola, com graves avarias, e a *Magestic*, inglesa, sob o comando do Cap. Hayes. O Gov. Luís Beltrão informava, então, que a nau inglesa estava transformada em fragata de guerra e que trazia, aprisionada, a fragata francesa *Terpsichore*, assim como 320 prisioneiros franceses. A fragata francesa tinha sido tomada no espaço marítimo compreendido entre a Madeira e a ilha de Santa Maria, nos Açores, e fazia parte de um conjunto de três fragatas que tinham tomado uma galera espanhola vinda de Lima, na América do Sul (na galera espanhola viajavam o marquês e a marquesa de Lima, que morreram na viagem). Em maio desse mesmo ano, o governador dava conta de que duas fragatas francesas (provavelmente as do conjunto de que fazia parte a fragata *Terpsichore*) haviam metido a pique o navio *Conde das Galveias* e o bergantim *Bom Sucesso e Dois Amigos*, cujos tripulantes e passageiros acabavam de chegar à Madeira, transportados pela galera portuguesa *Comerciante*.

Esta época marca uma nova tentativa de abertura à Rússia, com a presença habitual de navios daquela nacionalidade no porto do Funchal, tendo o governador inclusivamente se deslocado, logo em outubro de 1813,

ano da sua nomeação, num bergantim russo, o *Heleno*, comandado pelo Cap. Drack Maschek, com 10 pessoas a bordo, o qual levara 60 dias de São Petersburgo a Portsmoyuth e 20 dias de Portsmoyuth ao Funchal. Em finais de 1812, tinha chegado à Madeira um “cônsul Ruciano”, o cavaleiro de Borel (ABM, Governo Civil, liv. 198, fl. 79v.), o qual, em 1815, seria altamente elogiado pelo bispo de Meliapor, D. Fr. Francisco Joaquim de Meneses e Ataíde (1765-1828), vigário apostólico do Funchal.

Em fevereiro de 1814, o governador informava o conde das Galveias, D. Francisco de Almeida de Melo e Castro (1758-1819), no Rio de Janeiro, que o Imperador da Rússia enviara a Henrique Correia de Vilhena Henriques (1769-c. 1830), irmão do visconde de Torre Bela (1768-1821), um magnífico anel de brilhantes em reconhecimento pelos serviços prestados em prol do estreitamento das relações comerciais entre a Rússia e a ilha da Madeira; em anexo à sua carta, envia a transcrição da carta do conde de Romanov, em francês, escrita em nome do Imperador, “mon maître” [“meu senhor”], no dizer do conde de Romanov, datada de 23 de outubro do ano anterior, bem como o anel para Henrique de Vilhena (*Ibid.*, liv. 220, fl. 22v.). As relações intensificar-se-iam nos anos seguintes, com a estadia do futuro conde do Porto Santo, António de Saldanha da Gama (1778-1839), como ministro plenipotenciário na Rússia (que passaria pela Madeira entre finais de 1818 e inícios de 1819).

Nos meses seguintes, avolumaram-se na Madeira as notícias das vitórias aliadas na Europa contra as forças napoleónicas, que o governador imediatamente comunicava, primeiro ao conde das Galveias e, em seguida, ao novo secretário de Estado, D. Fernando José de Portugal e Castro (1752-1817), marquês de Aguiar, na corte do Rio de Janeiro. Em abril e maio de 1814, *e.g.*, comunicava ao Rio de Janeiro a entrada do “Exército Aliado do Norte” em Paris, os boatos de paz e as indemnizações de guerra pedidas pelos diversos Estados. Ainda nesse mês de maio, perante a confirmação

da queda de Napoleão e o início das negociações de paz, o governador queixava-se da manutenção das forças inglesas na Madeira e manifestava os seus receios em relação às pretensões ocultas da Inglaterra sobre a Ilha (*Ibid.*, fls. 21v.-22).

Na sequência das informações recebidas sobre as futuras negociações a realizar em Paris, o Gov. Beltrão de Gouveia sugeria “que Sua Alteza Real tivesse também no Congresso quem o representasse com dignidade e interesse”, pois só dessa forma poderia salvar os seus Estados “de algum sacrifício”, numa provável alusão à situação da Madeira, ocupada por forças britânicas. Os receios do governador eram mais do que justificados, tendo este chegado a sugerir que um dos aliados de Portugal fosse o Imperador da Rússia, que tinha então três navios estacionados no Funchal. O Imperador era, porém, um dos aliados preferenciais da Inglaterra, que esta respeitava, mas também temia. O príncipe regente deveria, assim, fazer-se representar “com toda a sua luz naquele Congresso” por pessoas que o fizessem “com dignidade e muita fidelidade”, assim como interessar “eficazmente na nossa causa o Imperador da Rússia, que tem em vistas um mais intensivo comércio com o Brasil e com esta Ilha” (*Ibid.*, fls. 32v.-33).

Nessa época, os navios espanhóis voltaram a fazer escala na Madeira, instalando-se novamente um consulado espanhol na Ilha. Entre problemas vários, refira-se a chegada da nau *S. Paulo*, comandada por D. António Pacaro. A nau arribara à Madeira devido a avarias sofridas no mar alto ao longo de uma viagem de 78 dias, encontrando-se a sua tripulação e passageiros, no total mais de 150 homens, atacados por escorbuto. Parte deles teve mesmo de ser transportada em padiolas para o Hospital da Misericórdia no Funchal. Com vista ao seu restabelecimento, o governador mandou alugar uma casa a Pedro Jorge Monteiro, afastada da cidade; e para o conserto da nau o morgado João de Carvalhal (1778-1837) mandou cortar madeira nas suas vastas propriedades, e “não aceitou [o] preço dela” (*Ibid.*, fls. 29v.-30v.).

Por outro lado, voltava a assumir um certo

protagonismo o consulado norte-americano, cujo cônsul, Diogo Leandro Cathcart, se queixava, nos inícios de junho de 1814, de que a escuna britânica *Ecclipse* arvorara o pavilhão dos Estados Unidos por baixo do pavilhão inglês. De facto, “no dia 4, aniversário de Sua Majestade britânica, lembrou-se Guilherme Corneille”, comandante da referida escuna, de hastear desse modo as bandeiras. O governador refere que o assunto não tinha sido senão uma brincadeira, mas não deixava de ser uma ofensa à nação norte-americana. Na mesma altura, o cônsul comunica ao governador o interesse de um comerciante residente em Lisboa, Nicolau George Querk, “irlandês de um excelente carácter”, em adquirir alguns terrenos na Madeira, e também os receios que havia sobre as intenções inglesas a respeito da Ilha (*Ibid.*, fl. 36).

Também por essa altura, o governador informava o Rio de Janeiro de uma nova forma de posicionamento dos Ingleses na Ilha, que até essa data não tinha sido muito notória, mas que não escapara a Luís Beltrão, algo que, segundo o governador, “prova alguns temores que tenho exposto nos ofícios que tenho enviado a V. Ex.^a” (*Ibid.*, fls. 30v.-31). O assunto dizia respeito a D. Vicência de Freitas, filha de uma irmã do visconde de Torre Bela e viúva do Ten.-Cor. Francisco Anacleto de Figueiroa (c. 1760-1812), por sua vez primo de D. Antónia Basília de Brito Herédia, mulher de D. António de Saldanha da Gama (1778-1839), então ministro português na Rússia e futuro conde do Porto Santo. D. Vicência contraíra matrimónio com o súbdito inglês George Day Welsh (1776-c. 1830), natural dos Estados Unidos e residente na Ilha pelo menos desde 1808. O casamento ocorrera a bordo de uma nau inglesa, ao largo do Funchal, e segundo o rito anglicano, visto o bispo vigário apostólico do Funchal e o núncio de Lisboa se terem negado a conceder as necessárias licenças. Os nubentes haviam embarcado na nau e, “passadas quatro horas, voltavam ao porto” (*Ibid.*), casados.

Acrescentava Luís Beltrão que “nem o visconde, nem outros poucos parentes aprovavam tal casamento e suas circunstâncias”

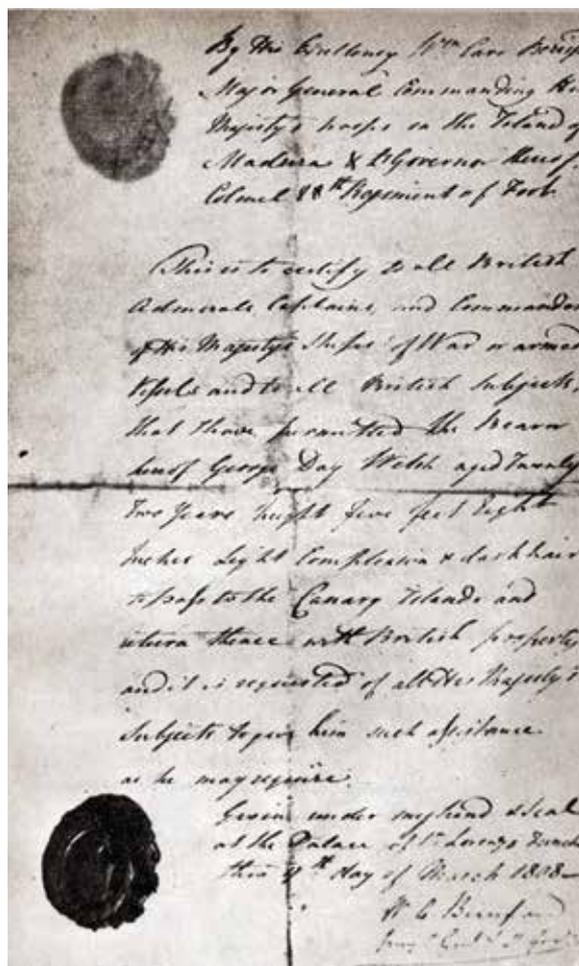


Fig. 2 – Salvo-conduto de George Day Welsh, 17 mar. 1808 (arquivo dos herdeiros).

(*Ibid.*); no entanto, os outros parentes (pelos vistos, a maior parte), sendo do seu interesse, não se importariam. Acontecia que George Welsh mantinha, por vezes, longas demandas com a vereação camarária, como acontecera em 1812, quando acusou o guarda da bandeira e intérprete da Casa da Saúde, José Joaquim da Costa, de carregar carne salgada em dois navios espanhóis que estavam de quarentena. Como alertava o governador, a comunidade inglesa começava, deste modo, a adquirir um vasto património imobiliário, o que envolvia problemas vários, entre os quais os decorrentes da venda de capelas, e.g., a capela pertencente a Bento da Veiga, fundada em 1580, em cujo terreno, adquirido pelo comerciante Robert Blackburn, teria origem a Qt. da Palmeira, desaparecendo a capela. Ora, tais aquisições não se haviam registado até então, e os



Fig. 3 – Entrada do Gov. Luís Beltrão de Gouveia e Almeida para a Confraria de Nossa Senhora da Soledade, 22 mar. 1814 (ABM).

comerciantes estrangeiros não recusavam agora, inclusivamente, casar-se com elementos das principais famílias locais.

Em meados desse ano de 1814, dois acontecimentos vieram, entretanto, possibilitar a alteração da forma de posicionamento do governo da Ilha em relação às pretensões inglesas. Em finais de janeiro, tinha adoecido gravemente o secretário do governador, João Marques Caldeira de Campos, uma das figuras mais importantes da Ilha e o grande apoio dos governadores anteriores. O secretário encontrava-se na Madeira há 36 anos e era um profundo conhecedor dos problemas da Ilha. No ano anterior, aquando da doença de Pedro Bacelar, assumira inclusivamente o gabinete do governador e tinha tido o cuidado de informar a corte do Rio de Janeiro de que essa seria a solução ideal até ser nomeado um novo governador, pois sobre a nomeação de um governo interino não tinha quaisquer dúvidas: “Que Deus nos livre” (AHU, Madeira e Porto Santo, doc. 3197). Luís Beltrão não teve

outra hipótese senão nomear um novo secretário interinamente, Gaspar Pedro de Sousa e Almada. Infelizmente, a doença era irreversível e a 5 de março o velho secretário falecia, pelo que o governador pediu a nomeação definitiva de Sousa e Almada, a que a corte anuiu a 6 de junho. A comunicação, com data de 10 do mesmo mês de junho, chegou ao Funchal a 9 de agosto de 1814, com uma rapidez muito pouco usual.

Às duas horas da madrugada de 28 de junho de 1814, no palácio de S. Lourenço, repentinamente (o que gerou alguma celeuma), o Gov. e Cap.-Gen. Luís Beltrão de Gouveia e Almeida era “atacado de uma fortíssima apoplexia” que o levaria “à eternidade” a 1 de julho. Foi sepultado na capela do Santíssimo da Sé do Funchal (ABM, Governo Civil, liv. 220, fl. 38v.). Aparentemente, abria-se uma brecha nas autoridades superiores da Madeira e seria de esperar que o comando inglês aproveitasse de imediato a situação para alargar a sua influência. No entanto, não foi isso que aconteceu, pois o governo interino não autorizou este tipo de manobra por parte do comandante inglês, além de que uma nova convenção, assinada com o Governo inglês, cessara com a paz recentemente assinada.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, liv. 1367; *Ibid.*, Governo Civil, livs. 198, 200, 202, 220 e 235; AHU, Madeira e Porto Santo, docs. 3197-3199, 3258-3279, 3281-3284, 3289-3292, 3313-3316, 3322-3352, 3373-3374, 3381-3384, 3386-3388, 3411-3425, 3427-3428, 3430, 3434-3437, 3454-3464, 4861, 12.502, 12.525-12.527 e 12.647; ANTT, Arquivos Particulares, António Saldanha da Gama, 1.ª pt., Enviatura em S. Petersburgo, 1814-1817; *Ibid.*, Chancelaria de D. João VI, livs. 21 e 45; *Ibid.*, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 778; *Ibid.*, Registo Geral de Mercês do Reinado de D. José I, liv. 25; DSIE, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, 1337-1A-12-15; **impresa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. vi, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2003; RODRIGUES, Paulo Miguel, *A Política e as Questões Militares na Madeira. O Período das Campanhas Napoleónicas*, Funchal, CEHA, 1999; *Id.*, *Estudos sobre o Século XIX na Madeira. Política, Economia e Migração*, Funchal, Imprensa Académica, 2015; SARMENTO, Alberto Artur, *Ensaio Histórico da Minha Terra. Ilha da Madeira*, 3 vols., Funchal, JGDAF, 1952; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998.

RUI CARITA

Almeida, Maria Helena Jervis de Atougia

↗ Ataíde, Berta de (pseud.)

Almeida, Paulo Dias de

Filho de Jacinto Dias de Almeida e de Teresa da Fonseca, também referida como Teresa de Gouveia, terá nascido em Vinhó, por volta de 1778, desconhecendo-se a data da sua entrada no Exército; faleceu em 1832. Paulo Dias de Almeida chegou ao Funchal nos últimos meses de 1804, reforçando a equipa do brigadeiro de origem francesa Reinaldo Oudinot (c. 1747-1807), que aportara no Funchal a 19 de fevereiro de 1804, acompanhado de um ajudante, o Cap. Feliciano António de Matos e Carvalho. A equipa vinha dirigir os trabalhos de encanamento das ribeiras, cujos muros iniciais tinham sido parcialmente destruídos com a aluvião de 9 de outubro de 1803, que provocou, somente na baixa da cidade, o afogamento de cerca de 200 pessoas, calculando-se em 600 o número de vítimas em toda a Ilha.

A ordem de colocação de Paulo Dias de Almeida na equipa de Oudinot tem a data de 16 de agosto de 1804, pelo que aquele deveria estar no Funchal em finais de setembro ou inícios de outubro. Foi então colocado, para efeitos de pagamento, com o posto de 1.º tenente, na 2.ª companhia do corpo de artilharia da ilha da Madeira. O conjunto de trabalhos desenvolvidos por esta equipa, nem sempre em completa sintonia, foi verdadeiramente notável e marcou durante muitos anos a vida da Madeira. O primeiro foi o levantamento da planta do Funchal com os estragos efetuados pela aluvião, a melhor até àquela data executada na Madeira; foi enviada para Lisboa a 9 de outubro de 1804 e teve depois a sua autoria disputada pelos ajudantes do brigadeiro. O mesmo se passou com a carta seguinte do Funchal, datada de setembro de 1805, acompanhada de “explicações”, com o projeto de encanamento das ribeiras e com as obras já efetuadas. Fora assinada pelo Cap. Feliciano António de Matos, como autor, facto que, seis dias depois, Paulo Dias de Almeida contestou, escrevendo diretamente ao secretário de Estado, em Lisboa, a reivindicar a autoria. A partir de então, as principais plantas produzidas foram de Paulo Dias de Almeida, para o que

viria a contar com vários ajudantes, primeiro o Cap. Francisco Alexandrino e depois Vicente de Paula Teixeira (c. 1790-c. 1850), figura incontornável das obras públicas do Funchal dos meados de Oitocentos.

Nesse espaço de tempo e até ao falecimento do brigadeiro Oudinot, em 1807, Paulo Dias de Almeida levantou as fortalezas mais importantes da cidade do Funchal, nomeadamente, S. Lourenço, em abril de 1805, como “Seg.º Tenente de Artilharia com exercício de Ajudante do brigadeiro Oudinot” (DSIE, 1316-2/22/109) e as plantas e os perfis de Santiago e do castelo do Pico, no mesmo ano. Ainda em 1805, executou as plantas da nova bateria das Fontes e, em 1806, dos lugares de Santa Cruz e de Machico, existindo de todos esses trabalhos abundante documentação, mas não as plantas em causa, de que só conhecemos versões posteriores, de 1828.

O Brig. Oudinot faleceu no Funchal, a 11 de fevereiro de 1807 e, logo no dia seguinte, o governador designou o oficial mais graduado para ocupar o lugar, ou seja, o Cap. Feliciano, cuja nomeação foi ratificada pelo príncipe regente, a 14 de abril seguinte, ficando Paulo Dias de Almeida como “ajudante e cooperador” (AHM, Processos..., cx. 182, proc. 659). O Ten. Almeida estaria em Machico e nunca perdoaria a situação, não existindo qualquer referência sua ao nome do seu novo superior nos anos seguintes, salvo na escrituração de vencimentos.

No final de 1808, a 24 de dezembro, de forma inesperada para os locais, a ilha da Madeira foi ocupada por forças inglesas que determinaram a entrega do governo, arvorando a bandeira inglesa em todas as fortificações do Funchal e determinando aos quadros superiores um juramento de fidelidade a “Sua Majestade Britânica”. O Ten. Paulo Dias de Almeida terá sido o único oficial que não quis jurar fidelidade à nação britânica, pedindo a demissão do serviço na Ilha e uma licença para se ausentar para o Brasil, para onde tinha seguido a corte portuguesa. A sua saída do Funchal deve ter ocorrido nos finais desse mês de dezembro ou em janeiro do ano seguinte,

solicitando depois que tal lhe fosse averbado nos documentos, pois que no *Livro Mestre* do batalhão, assinado pelo Maj.-Gen. William Carr Beresford, o oficial aparecia somente como estando de “licença” no Rio de Janeiro e não como tendo pedido a demissão (*Ibid.*). Passou, entretanto, por Pernambuco e Olinda, de que levantou a planta, assinando-a como “sargento de mar-e-guerra” (DSIE, Gabinete de Estudos..., 4588-3/88/52), tal como depois levantou a planta do Rio de Janeiro, cuja localização atual desconhecemos. Na corte do Brasil, ofereceu-se para executar a planta geral da ilha da Madeira, devendo ter dado como garantia o trabalho feito em Pernambuco e no Rio de Janeiro.

Paulo Dias de Almeida voltou ao Funchal em meados de 1808, promovido a capitão agregado do Batalhão de Artilharia da Madeira e encarregado da “comissão da carta geral” (AHM, Processos..., cx. 182, proc. 659). As relações com os comandos ingleses foram muito difíceis, uma vez que estes queriam ter acesso permanente aos trabalhos de levantamento efetuados, tentando o Cap. Almeida escusar-se a fornecê-los; porém, muitos chegaram às mãos dos Ingleses através de outros oficiais. Para a corte do Rio de Janeiro, foi enviando partes dos levantamentos que ia realizando, assim como, localmente, foi desenvolvendo outros trabalhos, *e.g.*, em setembro de 1813, o projeto de uma estrada desde o Monte até Santana e, no ano seguinte, a nova fonte na área das Angústias e dos Ilhéus. Entre os finais de 1816 e os inícios de 1817, trabalhou no encanamento das águas para o Hospital da Santa Casa da Misericórdia e elaborou os estudos para o novo cemitério nas Angústias. Em setembro de 1817, fez o projeto do cais para o desembarque da futura Imperatriz Leopoldina, quase em frente à fortaleza e palácio de S. Lourenço, nas décadas seguintes passado a pedra como cais regional do Funchal. No final do ano, perante o pedido de reforma de Feliciano de Matos, deslocou-se ao Rio de Janeiro para entregar pessoalmente ao príncipe regente a carta geral da Madeira, com mais de 6 m de largura, acompanhada de uma

pequena brochura encadernada com o título *Descrição da Ilha da Madeira*.

A *Descrição da Ilha da Madeira*, que Paulo Dias de Almeida assinou como sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros, que ainda não era, e da qual se conhecem várias versões, é um elemento de importância capital para a história da Madeira, com uma interessante e quase pioneira descrição orográfica da Ilha, das cidades, vilas e lugares, da divisão administrativa, das praças militares e respetivas guarnições e da “Estrada Central” que o Cap. Almeida planeava. O conjunto é acompanhado da planta do Funchal aquando da aluvião de 1803 e do desenho das principais fortificações e edifícios (*e.g.*, o Hospital da Santa Casa da Misericórdia e o cemitério das Angústias), assim como dos uniformes das várias forças militares. Como pormenor, ainda aparecem duas aguarelas de camponeses da Camacha e da Ponta do Pargo, muito semelhantes ao conjunto editado em Londres poucos anos depois (1821), por Rodolfo Ackermann, e cujos desenhos originais são dados como feitos por William Combe, que, embora escritor e viajante, não era desenhador. Existem versões parciais do texto de Almeida no AHM (3.^a div., 9.^a sec., cx. 104, doc. 3), na BUM (ms. 518) e no ABM (Arquivos Particulares, Doação Rui Carita). Dos desenhos e plantas há também registos no AHM e na DSIE. Existia um exemplar completo no comando militar da Madeira, mas encontrava-se perdido desde que fora enviado para Lisboa, na déc. de 50 do séc. xx; todavia, veio a aparecer no final da centúria, em leilão, sendo adquirido por um colecionador madeirense que recentemente o vendeu ao ABM (aquisição de 2010).

Na conturbada época das ocupações inglesas ainda se tentou empreender uma série de obras na área do Funchal, geralmente entregues a Vicente de Paula Teixeira. Este técnico apareceu então com o cargo de capitão de engenharia, embora nunca tenha tido qualquer formação nessa área, salvo a que usufruía ao ter trabalhado com o pai, o entalhador Estêvão Teixeira de Nóbrega (1746-1820), que ocupara, entretanto, o lugar de mestre das



Camponeses da Ponta do Pargo, aguarela da *Descrição* de Paulo Dias de Almeida, 1817 (ABM).

obras reais e, igualmente, de capitão dos engenheiros, posto pelo qual era pago. As relações de Vicente de Paula e Paulo Dias de Almeida terão sido bastante estreitas, podendo muitos dos trabalhos do sargento-mor e depois tenente-coronel terem sido executados pelo candidato a capitão de engenharia. Vicente de Paula Teixeira, tal como Paulo Dias de Almeida, era um liberal convicto, tendo sido essa a razão, em princípio, para uma certa animosidade por parte de alguns governadores, membros da antiga aristocracia. O perfil de técnico habilitado que lhe conhecemos, chefiando ao longo de grande parte da primeira metade do século as obras municipais, não se enquadra no papel, inclusivamente, de oportunista e de “paisano”, de que se chegou a informar para Lisboa, quando pediu o lugar de capitão da praça das Fontes. Estavam em causa assuntos de formação militar, que de facto não possuía, embora não os técnicos, e não seria por acaso que o célebre Dr. João Francisco de Oliveira intercederia depois a seu favor, por carta de 31 de julho de 1823

(AHU, Madeira, 7004), mas tal não chegou para que viesse a ocupar efetivamente o lugar.

Vicente de Paula Teixeira começou a trabalhar no Funchal com o Cap. Paulo Dias de Almeida, que lhe teria uma estima muito especial, chegando a publicar referências elogiosas a seu respeito no *Patriota Funchalense*. Frequentara, entretanto, a aula de desenho e pintura do pintor Leonardo Joaquim da Rocha, assim como a aula de geometria do Ten. André António Gonçalves. Gozaria, igualmente, do apoio dos liberais funchalenses, sendo nomeado, em 1822, pela primeira Câmara Constitucional do Funchal, então presidida pelo futuro conde do Carvalhal, como “arquiteto civil das obras públicas” da cidade.

Paulo Dias de Almeida ainda trabalharia em 1823, numa nova planta do Funchal conservada na Sociedade de Geografia de Lisboa, e em 1824, com o Brig. Raposo, fazendo levantamentos para o novo porto de acostagem da mesma cidade, a levantar em frente à fortaleza de Santiago, onde se gastariam largos contos de réis que o mar levaria, assim como para um novo porto para a baía da Abra, no Caniçal, que nunca passou de projeto. Nos anos seguintes, voltaria a levantar toda a costa, do Caniço a Santa Cruz, propondo melhoramentos nas várias pequenas fortificações, prevendo-se já futuros conflitos advindos do instável período liberal então vivido. As alterações políticas dos anos subsequentes tiveram consequências desastrosas e, com a invasão absolutista das forças de D. Miguel, em agosto de 1828, o Ten.-Cor. Paulo Dias de Almeida foi preso e enviado para Lisboa na charrua *Orestes*. Recebeu, a 17 de maio de 1831, a pena de degredo por toda a vida para Moçambique, vindo a falecer aí um ano depois, a 4 de setembro. No Funchal, Vicente de Paula foi colocado em prisão, não voltando a ser referido como “capitão”; porém, foi reabilitado nos anos seguintes e terá ficado até ao fim dos seus dias à frente das obras camarárias da cidade. Sempre que houve reuniões importantes em S. Lourenço, como por ocasião do desastre da aluvião de 1842, Vicente de Paula Teixeira esteve presente, ao lado de engenheiros militares, já com outra formação,

ainda trabalhando como inspetor de obras públicas no Governo de José Silvestre Ribeiro, devendo ter falecido entre os finais de 1849 e os inícios de 1850.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Arquivos Particulares, Doação Rui Carita; AHM, 3.ª div., 9.ª sec., cx. 104, doc. 3, *Descrição da Ilha da Madeira*; *Ibid.*, Processos Individuais, cx. 182, proc. 659, Paulo Dias de Almeida; AHU, Madeira, 1526, 1580-1582; 7004, 31 jul. 1823; BNP, reservados, cód. 6705, *Descrição da Ilha da Madeira*, 1817; BUM, ms. 518; DSIE, Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, 1304-2/22A; 1316-2/22/109; 1317-2/22/109; 3546-1-3-31-43; 4588-3/88/52; IGP, cota 524, *Planta da Madeira*, 1817; cota 539, Reinaldo Oudinot, Matos de Carvalho e Paulo Dias de Almeida, *Planta da Cidade do Funchal: Capital da Ilha da Madeira em Que Se Representão as Ruínas Causadas pelo Aluvião de 9 de Outubro de 1803*; cota 540, Reinaldo Oudinot, Matos de Carvalho e Paulo Dias de Almeida, *Planta da Cidade do Funchal*, 1805; SGL, 1-D-1; **impresa:** CARITA, Rui, *Arquitetura Militar na Madeira dos Séculos XVI a XIX*, catálogo da exposição das Comemorações Nacionais do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, Funchal, Zona Militar da Madeira, 1981; *Id.*, *Arquitetura Militar na Madeira. Séculos XVI a XIX*, Lisboa, FCG, 1982; *Id.*, *Paulo Dias de Almeida e a Descrição da Ilha da Madeira*, Funchal, DRAC, 1982; *Id.*, *História da Madeira*, vols. vi-vii, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2003 e 2008; *Id. et al.*, *Conhecimento e Definição do Território: os Engenheiros Militares (Séculos XVII-XIX)*, Lisboa, Estado Maior do Exército, 2003; MARTINS, Carlos Henrique de Moura Rodrigues, *O Programa de Obras Públicas para o Território Continental, 1789-1809*, 2 vols., Dissertação de Doutoramento em Arquitetura apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra, texto policopiado, 2014; *O Patriota Funchalense*, aditamento aos n.ºs 22-24, 15 e 22 set. 1821; RODRIGUES, Paulo Miguel, *A Política e as Questões Militares na Madeira: o Período das Guerras Napoléónicas*, Funchal, CEHA, 1999; SANTOS, Rui, "Um militar mais que esquecido (Paulo Dias de Almeida)", *Jornal da Madeira*, 17 maio 1992.

RUI CARITA

Almeida, Virgínia de Castro e

Nascida em Lisboa, a 24 de novembro de 1874, Virgínia Folque de Castro e Almeida Pimentel Sequeira e Abreu foi uma das escritoras mais importantes e influentes da sua época. Filha de Virgínia Folque e de Luís Caetano de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu, 1.º conde de Nova Goa, teve uma educação esmerada e frequentou o ambiente da aristocracia portuguesa.

Em 1895, com o pseudónimo Gy, dá à estampa a sua primeira obra, *Fada Tentadora*, considerada uma das obras pioneiras da literatura infantil portuguesa. Dirigiu, a partir de 1907, a coleção Biblioteca para os Meus Filhos, da Livraria Clássica Editora, na qual publicou alguns dos seus títulos, como *Céu Aberto*, *Em pleno Azul*, *Pela Terra e pelo Ar* e *As Lições de André*. Com o objetivo de instruir e divertir os seus pequenos leitores, aliava o conhecimento de áreas diversas com o humor e o prazer. Escreveu, igualmente, obras de instrução e educação

femininas, como *Como Devemos Criar e Educar os Nossos Filhos*.

Viveu no estrangeiro a partir de 1918, nomeadamente na França e na Suíça, tendo-se dedicado à tradução para francês de obras de autores como Garcia de Resende e Luís Vaz de Camões, entre outros, e para a língua materna de títulos de escritores como Marco Aurélio, o inglês Charles Dickens, a francesa George Sand e o espanhol Miguel de Cervantes. Desta época, datam as suas obras para crianças de teor mais imaginativo e menos marcadamente pedagógico, apostando a autora numa escrita que alimenta a criatividade e apela ao imaginário infantil – é o caso de *História de Dona Redonda e da Sua Gente* e de *Aventuras de Dona Redonda*.

Fundou, em 1922, a Fortuna Filmes, com sede em Paris, na R. de Montmartre, onde residia. Abriu, igualmente, um escritório em Lisboa, alugou um estúdio na capital com a ajuda financeira de um empreendedor açoriano, E. Bensaúde, e contratou o realizador francês Roger Lion, bem como uma equipa de atores e operadores também franceses. O objetivo era dotar o cinema português da vivacidade e da perfeição do que se fazia no estrangeiro. A primeira produção, *Sereia de Pedra*, baseada num dos seus contos, *Obra do Demónio*, com adaptação do argumento realizada pelo advogado e autor madeirense Alberto Jardim, estreou em Paris com críticas muito favoráveis por parte da imprensa francesa. Em Lisboa, o filme foi apresentado ao público no Olympia. *Os Olhos de Alma*, também adaptado a partir de um dos seus romances, foi exibido, em 1923, em França e em Inglaterra. Como realizadora, foi responsável por *Filme das Cortes* (1922). Na Suíça, foi delegada do Governo de Salazar na Sociedade das Nações e colaborou com o Secretariado de Propaganda Nacional.

Era prima da escritora madeirense Laura Veridiana de Castro e Almeida Soares (1870-1964), filha de D. Francisco Xavier de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu, moço fidalgo da Casa Real, irmão de seu pai, e reconhecida autora de obras de literatura infantil, colaboradora da imprensa e tradutora, que

assinava como Maria Tereza Francisca ou, no caso das traduções, como Laura de Castro e Almeida. À Madeira também a ligava a irmã do pai, Ana Rita Maria, casada com o madeirense Alfredo de Freitas Leal. Com parte da família no arquipélago, era natural que a escritora se sentisse ligada afetivamente à Ilha e a ela dedicasse algumas das suas páginas. No livro *Coisas Que Eu Penso*, editado em 1913, destinou um capítulo às ilhas Desertas, que Cabral do Nascimento incluiu em *Lugares Selectos de Autores Portugueses Que Escreveram sobre o Arquipélago da Madeira* (1949). Fez ainda outras referências à Madeira em *Inocente* e *No Mar Tenebroso*.

Em *Coisas Que Eu Penso*, a ideia da natureza como fonte de inspiração, capaz de desencadear evocações, é o eixo em que se baseia a construção descritiva. Longe de serem, como são geograficamente consideradas, apenas um grupo de ilhotas sem importância, para a autora, as Desertas têm a magia de Xerazade. São elas que, com o efeito de diversos cambiantes de luz ao longo do dia e da meteorologia, se transformam e recriam continuamente, para contar e inspirar na autora histórias maravilhosas e lendas esquecidas no tempo. Virgínia de Castro e Almeida pinta verdadeiros quadros impressionistas, feitos de movimento, pinceladas de cor e efeitos de luz para partilhar com o leitor o efeito visual destas ilhas e das fortes impressões e expressões que podem criar.

Em *Inocente*, é a personagem do poeta que a autora confia a descrição da Madeira e do efeito que provoca a Ilha nos homens. A paisagem é, ao mesmo tempo, selvagem e idílica, um lugar em que se encontram a montanha, o mar e o céu. Os homens, humildes – tanto os que habitam nas casas cobertas de colmo, na serra, como os que partem nos barcos de pesca à aventura –, vivem com simplicidade a sua relação com a natureza, conscientes de que também eles fazem parte do ciclo da vida. Daí o seu particular relacionamento com a morte, que olham como natural e sem horror, atitude espelhada na alegria da festa pagã que acompanha o falecimento das crianças que morrem em tenra idade. A pobreza dos camponeses e dos pescadores, que os leva a esperar apenas conforto no

“grande abraço final da misericordiosa amiga” (ALMEIDA, 2016, 475), a atenção ao essencial que demonstram ter, em conjunto com “os aromas acres e fortes da terra” e com a “intimidade da [...] beleza grandiosa e selvagem” (*Id., Ibid.*, 474) da Ilha, levam o poeta a considerar a pequenez do quotidiano dito civilizado.

A própria vivência na natureza bravia, mas esplêndida, sempre à beira do abismo da rocha que avança para o mar, faz com que o poeta reflita sobre a sua própria existência. O encontro com um casal de noivos que, depois do casamento, terá de separar-se, porque o noivo tentará a sua sorte na emigração, deixa a personagem surpreendida. A fé no futuro que os dois jovens demonstram e o contentar-se com o presente é uma “soberba lição para os inquietos e absurdos *civilizados*” (*Id., Ibid.*, 480) que se preocupam com a pedra filosofal. Da Madeira, ao poeta fica a evocação da imaginação do tempo passado na Ilha, que lhe permite o regresso ao encanto e ao repouso. A autora mantém, assim, a ideia da imaginação aliada à evocação que já explorara no livro de 1913.

Para Virgínia de Castro e Almeida a Madeira afigurar-se-á sempre como um *locus* da inspiração e da revelação, repetindo a visão de deslumbre e da natureza selvagem e edénica de muitos dos escritores e poetas continentais e estrangeiros, mas sublinhando a consciencialização do Homem, a descida ao fundo de si mesmo permitida pelo convívio com os elementos e com os homens que a Ilha oferece. Mágico, o arquipélago desperta-lhe a criação de histórias, mas também a reflexão crítica sobre a vida e a Humanidade.

A escritora morreu em Lisboa, a 22 de janeiro de 1945.

Obras de Virgínia de Castro e Almeida: *Céu Aberto* (1907); *Em pleno Azul* (1907); *Como Devemos Criar e Educar os Nossos Filhos* (1908); *Pela Terra e pelo Ar* (1911); *Coisas Que Eu Penso* (1913); *As Lições de André* (1913); *Inocente* (1916); *No Mar Tenebroso* (1934); *História de Dona Redonda e da sua Gente* (1942); *Aventuras de Dona Redonda* (1943).

Bibliog.: ALMEIDA, Virgínia de Castro e, *Coisas Que Eu Penso*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1913; *Id., Inocente*, ed. André Rodrigues et al., Lisboa, Bibliotónica Portuguesa, 2016; NASCIMENTO, João Cabral do, *Lugares Selectos de Autores Portugueses Que Escreveram sobre o Arquipélago da Madeira*, Funchal, Delegação do Turismo da Madeira, 1949.

Almoxarife

Vocábulo que deriva da palavra árabe “almoxarraḥ” e que significa “eminente, condecorado, constituído em dignidade”. Todavia, em Portugal, é entendido como “aquele que cobra os direitos reais” ou também como “administrador das casas senhoriais”. Assim, pode ser definido como o oficial do fisco a quem estavam cometidas as tarefas de cobrança das rendas e de proceder aos pagamentos, estando subordinado ao contador. As designações mais comuns encontradas na documentação, a partir de cerca de 1452, são de almoxarife “da alfândega”, “dos quintos” ou “das sisas”. Pode ainda aparecer de outra forma, como em documento de 1529, onde surge, além de almoxarife, “recededor da ilha da Madeira”. Desde 1477, temos também referências ao “escrivão do almoxarife” e ao “recededor do almoxarife”.

Para cada capitania havia um almoxarifado com o respetivo almoxarife. Na do Funchal, existiam dois Almoxarifados, o dos quartos e o da Alfândega, tendo a sua separação ocorrido no período de 1485 a 1494, ficando cada um com administração própria. No entanto, nos anos de 1591 a 1594, Bartolomeu Correia acumulou as funções nos almoxarifados do Funchal e Machico. Ainda no Almoxarifado de Machico, ele tinha, desde 1485, poder para julgar em primeira instância todos os assuntos relacionados com o fisco até 450 reais, ficando a apelação e agravo para o contador, com residência no Funchal.

Com a doação das ilhas à Ordem de Cristo e com a fundação das capitâncias, o infante D. Henrique estabeleceu para cada uma delas um almoxarife, que tinha a seu cargo a administração dos direitos que eram devidos ao senhorio, prerrogativa que fora subtraída aos capitães. Já em 1452, há referência, dada pelo almoxarife João Afonso, ao facto de o infante, no Funchal, receber o terço da produção de açúcar de todos os engenhos que fossem construídos. Este esteve à frente do Almoxarifado em questão por nomeação do duque e senhor da Ilha, que o apresentava sempre como “o meu almoxarife”. No período de senhorio,

todos pertenciam à casa ducal de Viseu, sendo criados do duque ou homens de sua confiança. Para 1483, está documentada a presença de Gomes Martins e João Vaz na Ilha, respetivamente, almoxarife e escrivão do Almoxarifado do Funchal, cavaleiro e escudeiro da casa ducal.

No princípio, foram-lhe cometidos mais alguns poderes; *e.g.*, aquando da ocupação do arquipélago, para além das funções de recebedor das rendas, pagador das despesas e ordens diversas de pagamento, tinha autoridade para distribuir as terras e decidir sobre o alargamento do prazo destas concessões juntamente com o capitão, nomeadamente, dar currais na serra e lugares para árvores de fruto perto das ribeiras. Também as cartas de sesmaria eram então passadas na presença do capitão e do almoxarife. Desde 1466 que era o almoxarife que decidia, com o capitão, sobre as demandas concernentes às águas e às doações de terras. A par disso, fazia aplicar as ordens e regimentos determinados pelo duque. Em 1488, tinha ainda a capacidade de julgar alguns feitos com os rendeiros, o capitão e tratar das causas da alcaidaria e dos direitos reais. Este cargo existiu até 1768, altura em que passou a ser ocupado pelo recebedor da fazenda.

A infanta D. Beatriz, tutora de D. Diogo, estabeleceu normas que regularam a atividade do almoxarife. Assim, este funcionário da Fazenda, para além da sua permanente disponibilidade para acudir a qualquer descarga de mercadorias, de forma a que a demora dos navios não fosse superior a três dias, ainda tinha que examinar as mercadorias que vinham nos barcos de outras partes da Ilha para serem exportadas. No caso em que esta exportação dos lugares da Ilha se verificava, competia ao almoxarife nomear um olheiro para fiscalizar o embarque de mercadorias. Deveria proceder-se ao lançamento em livro próprio de todos estes atos de movimento de mercadorias.

A partir da administração de D. Fernando, com os apontamentos e respostas de 3 de agosto de 1461, o almoxarife passou a ter competências também na distribuição de terras de

sesmarias. Documentação do ano de 1466 indica que o mesmo era coadjuvado por um escrivão e tinha competências para fazer o estimo dos açúcares e meles para o lançamento do tributo de um quarto sobre a produção.

Durante o período senhorial, os almoxarifes eram providos pelo senhorio. Diogo Afonso, da casa do infante D. Henrique, foi o primeiro almoxarife da Ilha. A partir de 1470, passou a estar subordinado ao contador, ficando depois, no início da centúria seguinte, sob a dependência do juiz da Alfândega. Adite-se que era o provedor da Fazenda que intervinha na fiscalização do ofício, podendo substituir o almoxarife na sua ausência. A 1 de janeiro de 1687, de forma excepcional, Tomé Mendes de Vasconcelos, exercendo as funções de provedor da Fazenda, nomeou Manuel de Barros de Oliveira para o exercício do cargo na Alfândega por apenas seis meses, tendo assumido, em seguida, a plenitude de funções, uma vez que, em 1690, surge já referido como “almoxarife da alfândega”. Com a passagem da administração para a Coroa, essa atribuição passou ao poder régio.

No início, o almoxarife era provido por três anos, mediante a prestação de uma fiança. Findo o mandato, deveria apresentar contas através dos livros de receitas e despesas onde os escrivães tinham lançado os recebimentos e pagamentos. A prestação de contas, estabelecida pelo regimento de 27 de janeiro de 1505, era feita de forma bienal, sendo o almoxarife substituído no cargo por um recebedor, que exercia a função em regime de serventia. Fernão Coelho, que serviu de 1501 a 1503, foi substituído por André Afonso, em 1504, retomando as funções por mais dois anos, a 27 de janeiro de 1505. Em 1511, o almoxarife vencia 2000 reais e o contador que o substituiu vencia 6000 reais.

O almoxarife deslocava-se ao reino com os livros de receita e despesa e com um traslado dos diversos desembargos régios, bem como das ordens do provedor da Fazenda que serviram de base aos diversos pagamentos, juntamente com os recibos e conhecimentos daqueles que haviam tomado qualquer pagamento.

A verificação ficava concluída com a chamada “carta de quitação” passada pelos Contos do Reino e Casa. O processo era por vezes demorado, acontecendo que a carta de quitação chegava já depois de falecido o seu proprietário. Refira-se, *e.g.*, Manuel Vieira, que serviu o cargo de 1571 a 1574 e foi premiado em 1576, aquando do recebimento da carta de quitação, com 40.000 reais de mercê. Nesta prestação de contas, temos conhecimento de apenas um infrator, Gaspar Arrais de Mendonça, em 1580. Note-se que essa determinação não foi sempre cumprida, *e.g.*, em 1611, a Coroa ordenou que o licenciado Simão Cardoso Cabral tomasse as contas das rendas da Câmara e do cofre dos órfãos, pois havia muito tempo que tal não acontecia.

Para lidar com a questão das dívidas dos contribuintes, rendeiros e almoxarifes, a Coroa criou o cargo de executor das dívidas. As dívidas dos almoxarifes e rendeiros eram executadas sobre os próprios ou, em caso da morte destes, sobre os seus familiares. Para o efeito, procedia-se ao sequestro dos bens das partes até que fossem saldadas as dívidas em causa. Em 1611, existia o escrivão dos contos e execuções, que tinha a missão de escrever todas as execuções das dívidas; em 1693, sabemos que o alcaide do mar acumulava as funções de meirinho das execuções. Na sequência das diligências feitas, foi ordenada a prisão do almoxarife Tomé Fernandes de Oliveira, que havia servido no triénio de 1684-1687, e determinada a execução dos devedores. Para a segunda metade do séc. XVII, temos inúmeras referências sobre distintos processos de execução fiscal por dívidas, o que prova as dificuldades das finanças públicas nesta época. Em 1690, *e.g.*, o Conselho da Fazenda autorizou o almoxarife a solicitar a ação do juiz de fora para a cobrança das dívidas em atraso, de forma a poder prestar contas com a celeridade necessária. Neste quadro, era importante o papel do escrivão do almoxarifado da alfândega e quintos, um funcionário subalterno do almoxarifado que auxiliava o almoxarife em todas as operações do expediente. Era ele quem fazia o registo dos movimentos financeiros e das provisões régias que determinavam os pagamentos nos livros de

receita e despesa, e era também quem passava os conhecimentos de quitação dos pagamentos realizados. No Almojarifado de Machico, acumulava as funções de escrivão da Alfândega, situação que perdeu em 1540.

No séc. XVI, os ofícios passaram a ser propriedade de particulares por doação e confirmação régia, carecendo, para isso, da autorização do monarca. A propriedade ficava na família, servindo o filho varão ou quem casasse com a filha mais velha. Foi o que sucedeu com Simão Acciaiuoli, a 4 de maio de 1523, por estar casado com a filha do almojarife Pero Rodrigues, Maria Pimentel. Igual situação aconteceu em 31 de março de 1621, com Garcia Prego, que viu confirmado o cargo por ser casado com Susana de Castro, filha de Diogo Delgado, almojarife do Porto Santo.

No quadro da Fazenda Real, o almojarife assumia um papel fundamental na administração da receita e da despesa, pois cabia-lhe receber os direitos e os diversos pagamentos das despesas ordinárias estabelecidas por alvarás régios e ordens régias ou pelo provedor da Fazenda. Desta forma, procedia ao pagamento das ordinárias (ordenados dos oficiais régios da Fazenda e da Justiça, as cõngruas eclesiásticas, padrões, tenças), apresentadas em folha pelo provedor da Fazenda. Daí que surja amiúde na documentação do séc. XVI também como “recededor da alfândega”. Também lhe competia executar as ordens de despesa dadas pela Coroa ou pelo provedor da Fazenda, nomeadamente no que concerne ao abastecimento e à reparação de navios, fretes, carretos e encaixotamento dos açúcares dos direitos reais enviados para o reino e à confeção de conservas de fruta para guarda reposte.

De acordo com o Regimento dos almojarifes, compreendido no Regimento da Fazenda de 17 de outubro de 1516, estes deveriam ter um livro de receita e outro de despesa, arrecadando-os diariamente numa arca de ferro, juntamente com o dinheiro recebido e fechada com duas chaves, uma do almojarife e outra do escrivão. No primeiro livro eram assinaladas as receitas dos direitos senhoriais e depois régios, como as coimas; no segundo, eram

registados os pagamentos realizados ao clero, aos soldados e funcionários e outra qualquer despesa ou ordem de pagamento estabelecidas por disposição do senhorio e, depois, da Coroa. No Regimento anterior, de 1505, estabeleceu-se que os almojarifes deveriam também juntar aos livros de registo os traslados dos desembargos régios e as ordens do provedor, bem como os conhecimentos e os recibos dos pagamentos efetuados. Após a conferência pelo provedor dos Contos do Reino e Casa era dada uma carta de quitação que libertava o almojarife de qualquer compromisso com a Fazenda Real.

Outros procedimentos foram estabelecidos pelos regimentos régios no sentido de controlar o movimento da despesa pelos distintos almojarifados. Assim, para além da existência de livros específicos onde era lançado o movimento dos diferentes pagamentos, havia a “folha” ou “lista” por onde se pagavam as chamadas despesas fixas, como ordenados de funcionários, cõngruas eclesiásticas, mercês, tenças e padrões de juro.

O almojarife tinha ao seu serviço um escrivão, um porteiro e os chamados “homens do almojarifado”. A sua atividade ficou regulamentada no Regimento dos almojarifes e recebedores dos quartos e Alfândega da ilha da Madeira, de 27 de janeiro de 1505.

Em 1503, o rei enviou à Ilha João Vaz de Lemos, para tomar as contas dos almojarifes da Alfândega e dos açúcares, acometido de amplos poderes para julgar todas as causas e falhas dos números em questão. Depois, em 1653, encontrava-se na Ilha o desembargador Dionísio Soares de Albergaria, a tirar devassa sobre o almojarife acerca do descaminho da mercadoria da presa de um navio inglês. O que revela o muito cuidado que a Coroa tinha na arrecadação dos direitos que lhe pertenciam.

Um dos pagamentos importantes que lhe cabia administrar era o das ordinárias do clero e dos demais que estavam ao serviço das igrejas. O pagamento era feito pelo almojarife perante um alvará régio, conhecido como “alvará de mantimento”, sendo apresentado e registado em livro, de onde depois se retirava a informação para a folha. Para que isso acontecesse, o

padre ou quem estivesse de serviço (o porteiro da maça, raçoeiro) deveria apresentar trimestralmente uma certidão do exercício da função, passada pelo vigário geral, pois era com base nela que o almoxarife fazia o pagamento em dinheiro. Noutras situações, temos também uma carta de certidão dos fregueses, dos vereadores ou do cura, atestando o serviço do padre. A prova do pagamento em apreço resultava de um conhecimento de quitação que deveria ser assinado pelo interessado e apenas ao processo.

Em 1620, o bispo D. Jerónimo Fernando censurou o provedor e almoxarife por falta de pagamento dos ordenados eclesiásticos, no que mereceu a reprovação do Conselho de Fazenda e do próprio rei. Aliás, por provisão régia, foi determinado que o almoxarife só procedesse ao pagamento do valor de 400 cruzados de esmolas quando o bispo estivesse no Funchal ao serviço da Diocese.

Para qualquer despesa com o serviço religioso ou com a manutenção e construção dos templos estava também determinada uma forma de tramitação. A reclamação da obra era feita pelo padre ou vereação junto da Coroa e esta anuía ou não a mesma; quando o despacho era positivo, determinava-se a verba a utilizar. Perante isso, procedia-se à arrematação da obra a um pedreiro que, por sua vez, deveria apresentar fiança. Os pagamentos estabelecidos no ato de arrematação eram feitos em quartéis, sempre precedidos de um conhecimento de quitação. Concluída a obra, deveria ser feita uma certidão, enunciando que a mesma tinha acontecido de acordo com as condições estabelecidas no ato de arrematação. A mesma preocupação de controlo estava presente nas obras relacionadas com os edifícios públicos, a canalização das ribeiras e a fortificação.

Competia ainda ao almoxarife elaborar os “estimios” do açúcar contando com a presença do seu escrivão e de dois homens bons. Ele deveria acompanhar os estimadores e a estima deveria ser feita através de uma vistoria exaustiva ao interior dos canaviais. Com esta medida, pretendia-se facilitar o processo de controlo da cobrança, bem como todo o processo

de adjudicação do arrendamento. Aqui fazia-se apenas o estimo dos canaviais que estavam sujeitos ao imposto, não sendo referenciados os pertencentes a entidades eclesiásticas, mosteiros, igrejas, capelas ou clérigos, que estavam isentos. Daí a disparidade, por vezes notada, entre os valores do estimo e o global da produção ou exportação.

Em 1498, D. Manuel adotou uma diferente forma de avaliação do açúcar, dos quartos, determinados a partir da quota atribuída a cada produtor. Contudo, no ano imediato, retomou-se o sistema dos estimios.

Na alfândega eram outras as solicitações. O almoxarife e os escrivães coadjuvavam o juiz da alfândega nos processos de despacho das mercadorias, atribuindo o valor a ser dizimado. O almoxarife e o escrivão conferiam a mercadoria, a lista de despacho e o lançamento dos direitos, mas na exportação do açúcar havia-se estabelecido um tratamento diferenciado. Mesmo antes da criação da Alfândega do Funchal, em 1477, o almoxarife cobrava os direitos de entrada e saída das mercadorias, a chamada “dízima de importação e exportação” pelo facto de ser um décimo do valor das mercadorias em movimento.

Os oficiais da Fazenda nomeados para prestar serviço na Ilha tinham ligação à Casa Real. Sucedeu assim com o provedor da Fazenda, com os almoxarifes, quitadores e escrivães, e tal poderá ser a prova do interesse que a Coroa tinha na boa administração da Fazenda do arquipélago. A colocação de oficiais da sua inteira confiança poderia funcionar também como uma forma de mercê pelos serviços prestados, ainda que todos os que ocuparam o cargo de almoxarife no decurso do séc. XVI tivessem formação universitária. A partir dos provimentos régios, sabemos que foram nomeados para os Almoxarifados das Alfândegas e Quintos do Funchal e de Santa Cruz Gonçalo de Castro (1548-1550), Simão Rodrigues (1551-1555), Lourenço Castanho (1563-1564), Bartolomeu Correia (1567-1570), Tomás Serrão (1574-1576), Lourenço Folgado da Ponte (1582-1583) e António Coelho (1582-84). Estes aparecem todos com a indicação de moços da câmara do rei. E, ainda,

Lucas de Sá (1594), Diogo Rebelo Chião (1594-1597) e Lopo Alcoforado (1594-1597), referidos como cavaleiros da Casa Real. Para as escrivãs dos almoxarifados, contou-se com João Martins Salvago (1557-1575), dado como cavaleiro da Casa Real, Lopo Alcoforado, referido como moço de câmara do rei.

Exerceram o cargo de almoxarife no arquipélago: Alexandre Florentino Martins Pestana, Álvaro Fernandes, Álvaro Mendes, Álvaro Rodrigues, Álvaro Fernandes Neto, Antão Álvares, Antão Gonçalves, António Alvares Uzadamar, António de Faria Caldeira, António de Freitas Henriques, António Fonseca Pimentel, António Gonçalves Camacho, António João de França, António Maciel da Fonseca, António Pimentel, Bartolomeu Lobo de Matos, Bartolomeu Lopes, Bastião Gonçalves, Cristóvão de Faria Severim, Cristóvão Pais, Diogo Afonso, Diogo da Silva, Diogo Delgado, Diogo Galvão, Diogo Lopes de Andrade, Diogo Luís Drumond, Diogo Rodrigues Escórcio, Diogo Vaz Neto, Domingos Monteiro, Domingos Sauvaire, Estevão Fernandes Neto, Fernão Coelho, Francisco Rodrigues Baptista, Garcia Nunes, Gaspar Calaça, Gonçalo Castro, Inácio da Costa Usadamar, João Afonso, João Baptista, João Cabral, João Coelho, João de Araújo Carvalho, João de Spínola, João Enes Rocha, João Gomes, João Manuel, João Mendes de Mimença, João Pita, João Ribeiro, João Saraiva, Luís da Rosa, Luís Soares Pais, Manuel Afonso, Manuel de Barros de Oliveira, Manuel Castro, Manuel de Noronha, Manuel Escórcio Ferreira, Manuel Fernandes Ferreira, Manuel Soares Paes, Martim Gonçalves, Martim Rodrigues, Pedro Correia, Pedro Ribeiro, Pedro Rodrigues, Pedro Valdavesso, Rodrigo Anes, Rui Mendes Tação, Salvador Gramacho, Sebastião Carvalho, Simão Acciaiuoli, Simão Fernandes.

Bibliog.: impressa: COSTA, José Pereira da, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV*, Funchal, CEHA, 1995; GOUVEIA, David Ferreira de, "O açúcar e a economia madeirense (1420-1550). Consumo de excedentes", *Islenha*, n.º 8, jan.-jun. 1991, pp. 11-22; GUERRA, Jorge Valdemar (anot.), *AHM, Rol dos Judeus*, Funchal, Arquivo Regional da Madeira, 2003; MIGUEL, Carlos Montenegro, "O comércio na ilha da Madeira nas centúrias de 500 e 600", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 5, n.º 28, 1953, p. 19; MIRANDA, Susana Münch, "Para a história da estrutura eclesiástica da ilha da Madeira (segunda metade do século XVI). Cóngruas paróquias e paroquianos", in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1993, pp. 543-

-545; *Id.*, *A Fazenda Real na Ilha da Madeira. Segunda Metade do Século XVI*, Funchal, CEHA, 1994; PARREIRA, H. G. de Amorim, "História do açúcar em Portugal", *Anais da Junta de Investigação do Ultramar*, vol. 7, t. 1, 1952; PEREIRA, Fernando Jasmins, "O açúcar madeirense de 1500 a 1537. Produção e preços", *Estudos Políticos e Sociais*, vol. 7, n.º 1-3, 1969, sep.; *Id.*, *Documentos sobre a Madeira no Século XVI Existentes no Corpo Cronológico. Análise Documental*, 2 vols., Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo, 1990; *Id.*, *Estudos Sobre História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1991; *Id.*, *Índices de Documentos sobre o Funchal (1470-1823) Existentes no Arquivo Regional da Madeira*, Redondo, Patrimonia, 1994; *Id.*, e COSTA, José Pereira da (pref.), *Livros de Contas da Ilha da Madeira. 1504-1537*, 2 vols., Coimbra, Imprensa Geral da Universidade de Coimbra, 1985 e 1989; RAU, Virgínia, e MACEDO, Jorge, *O Açúcar na Madeira no Século XV*, Funchal, s.n., 1992; RIBEIRO, João Adriano, *Machico: Subsídios para a História do Seu Concelho*, Machico, Câmara Municipal de Machico, 2001; RODRIGUES, Maria do Carmo Jasmins Pereira, *O Açúcar na Ilha da Madeira: Século XVI*, Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 1964; SARMENTO, Alberto Artur, *História do Açúcar na Ilha da Madeira*, Funchal, s.n., 1945; SERRÃO, Joel, "Rendimento das alfândegas do arquipélago da Madeira", *Das Artes e da História na Madeira*, n.º 5-6, 1951, pp. 1-5 e 14-18; *Id.*, *Temas Históricos Madeirenses*, Funchal, CEHA, 1992; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978; SILVA, José Manuel Azevedo e, *A Madeira e a Construção do Atlântico: Séculos XV-XVII*, 2 vols., Funchal, CEHA, 1995; SOUSA, João José Abreu e, *O Movimento do Porto do Funchal e a Conjuntura da Madeira de 1727 a 1810: Alguns Aspectos*, Funchal, DRAC, 1989; *Id.*, "No ciclo do açúcar", *Islenha*, n.º 5, jul.-dez. 1989, pp. 51-59; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000; VIEIRA, Alberto, *O Comércio Inter-Insular nos Séculos XV e XVI*, Funchal, CEHA, 1987; *Id.*, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, CEHA, 2003; *Id.*, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Ilha da Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, CEHA, 2004; *Id.*, "Administração e direitos fiscais no sector açucareiro. Madeira. Séculos XV a XX", in *História do Açúcar: Fiscalidade, Metrologia, Vida Material e Património*, Funchal, CEHA, 2006, pp. 47-76; *Id.* (coord.), *Dicionário de Impostos. Contribuições, Direitos, Impostos, Rendas e Tributos*, Funchal, CEHA, 2012; *Id.*, *Entender o Deve e o Haver das Finanças da Madeira*, vol. 1, Funchal, CEHA, 2012; *Id.*, e CLODE, Francisco, *A Rota do Açúcar na Madeira*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1996; **digital:** VIEIRA, Alberto, *Cronologia. A História das Instituições, Finanças e Impostos*, Funchal, Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes, 2012: <https://app.box.com/s/a5483kp1yw64pmpfagxu> (acedido a 15 fev. 2015); *Id.* (coord.), *Livro das Citações do Deve & Haver das Finanças da Madeira*, Funchal, CEHA, 2012: <https://app.box.com/s/qkkgm5pyg393jjq41d45> (acedido a 15 fev. 2015).

† ALBERTO VIEIRA

Alorna, Gil de (pseud.)

↗ Dias, Júlio G. Viterbo Rodrigues

Alterações climáticas

As alterações climáticas apresentam-se nos avoires do séc. XXI como um dos temas que mais atenção tem recebido por parte da comunidade científica, decisores políticos e económicos. Esta importância advém não só da magnitude dos impactos negativos que lhes têm sido associados ao nível dos ecossistemas e das atividades económicas, como também da magnitude dos impactos potenciais previstos em função de projeções climáticas produzidas.

As mudanças climáticas são um processo comum ao longo da história geológica da Terra, sendo mesmo interpretado como uma norma e não como a exceção. Vários registos fósseis permitem inferir mudanças profundas nas condições paleoambientais, onde se identificam oscilações climáticas que contemplam tanto períodos quentes e húmidos, aos quais se associa a expansão das massas florestais, como períodos frios, caracterizados pela expansão das massas de gelo continentais e das calotes polares. Esta oscilação climática bastante pronunciada é evidente em escalas temporais na ordem dos milhares ou milhões de anos. Se a escala temporal for reduzida para a ordem das centenas de anos, então essas variações assumem uma oscilação muito menos significativa, como é possível inferir a partir da análise de registos históricos, onde apenas é possível identificar, no caso das plantas, mudanças fenológicas com base nos registos da época das colheitas, induzir impactos associados através da arte, como no caso da pintura durante a Pequena Idade do Gelo na Europa (séc. xv a séc. xviii), ou através dos anéis de crescimento de árvores (dendrocronologia). Mas foi o registo contínuo do comportamento dos elementos climáticos (*e.g.*: temperatura, precipitação, humidade relativa, etc.) que permitiu identificar mudanças climáticas em escalas ainda mais finas que o século. Foi com base nos registos efectuados (séries climáticas), numa parte significativa do globo terrestre durante o séc. xx, que foi possível confirmar as tendências de aquecimento climático na segunda metade deste século, determinado por um aumento da temperatura média. Identificado como “aquecimento global”, vários são os impactos que lhe são associados, nomeadamente a fusão dos gelos dos glaciares continentais e das calotes polares, maior intensidade e frequência dos paroxismos climáticos (ciclones tropicais, precipitações intensas, secas prolongadas), alterações nas rotas de espécies migratórias, modificações na distribuição de animais e plantas, redução do número de dias com cobertura nivosa, bem como a antecipação da fusão da cobertura nivosa, entre outros.

Esta tendência climática, evidente a partir dos anos 70 nas análises de tendências climáticas, tem sido relacionada com o aumento da concentração de gases com efeito de estufa na atmosfera, uma consequência da intensificação e expansão de atividades humanas que dependem energeticamente do consumo de combustíveis fósseis, cuja combustão é responsável pela libertação de uma grande quantidade de gases com efeito de estufa para a atmosfera (*e.g.*: dióxido de carbono). Além de ter sido considerada estatisticamente significativa, esta tendência climática teve já reflexos, nomeadamente em termos fenológicos, promovendo uma antecipação da época de floração e frutificação nas plantas.

O impacto das mudanças climáticas nas ilhas da Macaronésia

Apesar das diferenças em termos de magnitude e direção nas mudanças climáticas projetadas, é expectável que os impactos associados às mudanças climáticas sejam inflacionados por sinergias entre fatores em pequenas ilhas habitadas, nomeadamente devido às consequências do uso do território pelas atividades humanas. O grau de vulnerabilidade destes territórios depende muito dos respetivos atributos geográficos e do domínio em análise. No caso de alguns arquipélagos da Macaronésia (Madeira, Canárias), o seu carácter insular e posicionamento foi determinante para explicar o seu papel como refúgios para elementos florísticos relacionados com a flora paleotropical, que aí sobreviveram às crises climáticas plio-pleistocénicas, responsáveis pela sua extinção nos territórios continentais próximos, uma dinâmica confirmada por estudos filogenéticos e registos fósseis. Estes arquipélagos mantiveram condições ambientais adequadas à permanência de vegetação perenifolia de folhas largas, já extinta no território europeu desde o final do Pliocénico (Piacenziano – 3,6-2,6 Ma), devido a um processo de degradação climática iniciada no final do Miocénico. Na verdade, um clima quente, húmido e sem estações bem definidas, que permitiu a presença de flora paleotropical na Europa Ocidental até

ao Miocénico (23-5,3 Ma), deverá ter persistido até ao Pliocénico médio (4,1 Ma) nos arquipélagos atlânticos, uma inferência suportada na presença de registos fósseis em depósitos marinhos mio-pliocénicos nas Canárias orientais, nomeadamente gastrópodes marinhos de águas pouco profundas atualmente associadas a latitudes tropicais.

O arrefecimento climático associado aos reajustes na circulação oceânica e atmosférica decorrentes do encerramento definitivo do istmo do Panamá (2,5 Ma) deverá ter implicado algumas mudanças espaciais, e talvez florísticas, na organização dos tipos de vegetação neste grupo de arquipélagos atlânticos, sem que, no entanto, possam ser comparadas com as alterações que ocorreram nesse período nos territórios continentais Europeu e Norte Africano. É precisamente neste período, marcado pela formação de calotes polares no hemisfério Norte, que se define a influência da cintura de altas pressões subtropicais, reforçando a estacionalidade das condições climáticas no sentido da mediterraneanização do clima devido a uma redução e concentração dos totais pluviométricos, suportando a definição de um regime climático estruturado em função de uma estação seca. O vigor desta estação seca terá sido menor nas ilhas oceânicas, principalmente nos arquipélagos mais setentrionais, onde a posição latitudinal (arquipélago dos Açores), o predomínio de massas de ar húmido, e as condições orográficas (ilha da Madeira) garantiram valores de precipitação anual mais elevados comparativamente aos territórios continentais. As condições orográficas terão sido mesmo determinantes no caso dos arquipélagos da Madeira e das Canárias, pela presença de barreiras montanhosas perpendiculares aos ventos dominantes de Nordeste. As massas de ar húmido, impelidas contra as ilhas durante a estação mais seca pelo impulso gerado pelos ventos Alísios, deveriam garantir valores de humidade relativa elevados, principalmente nas vertentes a barlavento, onde, à semelhança do padrão climático registado ao longo do séc. XX, seria muito frequente a formação de nevoeiros. Aliás, é neste enquadramento topográfico que

se encontram as manchas mais significativas de laurissilva na ilha da Madeira e algumas ilhas do arquipélago das Canárias (Tenerife, La Gomera, La Palma). A favorecer a permanência desta flora esteve ainda o facto de o rigor do inverno, traduzido no registo de temperaturas negativas que promovem a formação de geada ou a ocorrência de precipitação no estado sólido, apenas tocar ligeiramente os picos mais elevados das ilhas (ilha do Pico nos Açores, maciço central na ilha da Madeira, pico Teide na ilha de Tenerife e maciço do Roque de los Muchachos na ilha de La Palma – Canárias). Poderá, no entanto, ter sido mais importante nos períodos mais frios, como na Pequena Idade do Gelo, provocando mesmo uma significativa contração da floresta de planifólios e formações termófilas de carácter mediterrâneo durante o último máximo glaciário (18-11,6 ka), em paralelo com a expansão de comunidades dominadas por urzes, zimbro e teixo (nas Canárias verifica-se a expansão de *Pinus canariensis*), um cenário suportado pela análise de sequências sedimentares de fundos marinhos. Esta variação das condições climáticas pode ainda ser inferida a partir de depósitos costeiros, onde a alternância de fácies permite diferenciar: i) períodos mais frios e secos, caracterizados pela acumulação de areias eólicas de origem marinha, disponibilizadas num contexto de nível do mar mais baixo; ii) períodos mais quentes com alguma humidade, onde se identificam processos de pedogénese (construção de solo), embora muitas vezes incipientes, e restos vegetais, indicando condições ecológicas adequadas à colonização vegetal; iii) períodos de grande aridez, identificados por níveis de calcretos (precipitação de carbonatos).

Todas estas variações climáticas permitiram, no entanto, que nestes arquipélagos atlânticos tivessem subsistido elementos florísticos com afinidades com a flora paleotropical, como sejam alguns *taxa* associados à laurissilva, como fanerófitos perenifólios de folha larga, e pteridófitos, os quais estão incluídos no registo fóssil do território europeu, principalmente na península Ibérica, onde terão permanecido até mais tarde, comparativamente à restante Europa.

Um dos últimos momentos em que as mudanças climáticas implicaram significativas alterações ao nível dos ecossistemas ocorreu há cerca de 18.000 anos, e ficou conhecido por último máximo glaciário, tendo-se caracterizado por um período de arrefecimento muito pronunciado. Neste período, o território continental europeu registou um aumento significativo de glaciares de montanha, e registou uma redução significativa das florestas caducifólias temperadas, ao passo que se verificou um aumento significativo de vegetação associada a ambientes frios. Os arquipélagos atlânticos, dada a sua condição insular, beneficiaram do efeito suavizante do oceano, pelo que o processo de arrefecimento não terá sido tão pronunciado. No entanto, é expectável que tivessem ocorrido ajustes espaciais na representatividade dos tipos de vegetação presentes nas ilhas, no sentido de uma expansão dos tipos de vegetação mais tolerantes ao frio, como sejam os dominados por espécies como as urzes, o teixo, o zimbro e a sorveira.

Mudanças climáticas na ilha da Madeira

Nos registos históricos produzidos após a ocupação das ilhas no séc. xv é possível detetar o reflexo atenuado de mudanças climáticas, que no território continental europeu produzem impactos significativos. Na ilha da Madeira, a um avanço registado no período das colheitas nos sécs. xv e xvi, associado a um período mais quente, sucede um período mais frio e húmido nos sécs. xvii e xviii, com o consequente atraso no período das colheitas. Esta oscilação corresponde à transição entre o período quente da Alta Idade Média e o período identificado como Pequena Idade do Gelo, sendo este último período caracterizado pela frequência de invernos muito rigorosos e longos, bem como verões muito curtos.

Em termos de tendências climáticas no séc. xx, a análise das séries climáticas do Funchal, uma das estações com registo mais longo no arquipélago da Madeira, permite verificar alguma coincidência temporal ao nível das

tendências climáticas identificadas para territórios europeus para o mesmo período. O padrão identificado mostra um aumento mais significativo da temperatura média a partir de 1975, suportado principalmente por uma diminuição da amplitude térmica diária, já que a temperatura mínima sofre um aumento superior ao registado pela temperatura máxima. Verifica-se mesmo um aumento do número de dias com temperaturas superiores a 25 °C no verão, bem como um aumento do número de noites tropicais (temperatura mínima superior a 20 °C). Ainda que não se identifique uma tendência clara em termos de precipitação, é identificado um aumento do número de verões sem registo de precipitação. Estas tendências climáticas, nomeadamente as associadas ao comportamento da temperatura média, que parecem configurar uma situação de tropicalização do clima, podem ter reflexos ao nível da saúde pública, nomeadamente pela ocorrência de doenças associadas aos ambientes tropicais, como é o caso de registos de dengue, cuja ocorrência no início do séc. xxi é consistente com esta suposição.

Projeções climáticas para a ilha da Madeira feitas no começo do século xxi

As projeções climáticas criadas para a ilha da Madeira estão baseadas no modelo *Clima Insular à Escala Local (CIELO)*, um modelo climático construído para regionalizar (*downscaling*) parâmetros climáticos para o contexto de pequenas ilhas montanhosas, a partir dos resultados produzidos por modelos oceano-atmosfera de larga escala, como os modelos *Hadley Centre Coupled Model, versão 3 (HadCM3)* ou *CSIRO Atmospheric Research, Australia (CSIRO_MK3.6)*, os quais suportam as projeções climáticas em cenários de emissão de gases com efeito de estufa (*Special Reports on Emission Scenarios – SRES*). Dadas as incertezas que subsistem em termos de comportamento futuro dos vários parâmetros que servem de base à criação destas projeções, são consideradas várias situações, identificadas como cenários possíveis: A1B,

A1T, A1FI, A2, B1 e B2. Cada cenário climático está associado a um determinado cenário de emissão de gases com efeito de estufa, que por sua vez está ancorado em parâmetros sociodemográficos, económicos e tecnológicos precisos. Isto porque a dinâmica de emissão de gases com efeito de estufa está muito associada à variação em termos de consumo de combustíveis fósseis, o qual é condicionado pela dinâmica ao nível dos referidos parâmetros. Esta relação é a base da teoria que apresenta o aumento da concentração de gases com efeito de estufa como fator determinante para o fenómeno de aquecimento global identificado no final do séc. xx e início do séc. xxi, sendo este aumento o reflexo da dinâmica económica e demográfica, das condições sociais e do desenvolvimento tecnológico pós-Revolução Industrial.

No caso da ilha da Madeira, as projeções climáticas, regionalizadas pelo modelo CIELO, baseiam-se no modelo de larga escala HadCM3. Em termos de precipitação, os cenários projetam um decréscimo dos valores anuais na ordem dos 20 % a 35 %, com perdas mais acentuadas na face Sul da Ilha. Em termos absolutos, as perdas mais elevadas são projetadas para os topos da Ilha, e podem atingir os 800 mm. Estes valores médios escondem, no entanto, tendências contraditórias ao nível estacional. Os cenários projetam um aumento dos valores de precipitação no período de verão, particularmente importantes na face Norte da Ilha no âmbito do cenário A2. Apesar de este aumento projetado para o verão não permitir superar o decréscimo previsto para o inverno, outono e primavera, revela-se como importante, do ponto de vista ecológico, pois ocorre no período em que a disponibilidade de água representa uma limitação importante para as funções dos ecossistemas da Ilha.

Ao nível da temperatura, projeta-se um aumento em todos os cenários (*e.g.*: A2: 2,4-3 °C; B2: 1,6-2,2 °C), um aumento que se prevê mais pronunciado nas áreas costeiras da face Norte da Ilha. No inverno, o aumento projetado para a temperatura média está estruturado

principalmente pelo aumento mais significativo da temperatura mínima, promovendo uma redução das amplitudes térmicas diárias, sendo este aumento previsto mais significativo nos topos da Ilha.

Estas projeções desencadearão um processo de reajuste dos sistemas naturais, o que certamente terá reflexos nos recursos naturais, principalmente em pequenas ilhas, como é o caso da ilha da Madeira, com reflexos importantes nas sociedades cujas atividades dependem da exploração destes recursos. No caso da ilha da Madeira, os reflexos podem ocorrer em vários domínios, de forma direta ou indireta: i) na disponibilidade de recursos hídricos, fortemente dependente das condições climáticas; ii) no aumento da vulnerabilidade à ocorrência de paroxismos climáticos, como o aumento da frequência e intensidade de eventos de precipitação intensa, favorecendo um aumento da suscetibilidade à ocorrência de episódios de aluvião; iii) pela subida do nível do mar, com importantes reflexos na área costeira, principalmente devido à concentração das áreas urbanas e infraestruturas ligadas ao turismo em áreas de baixa altitude junto mar; iv) o aumento da vulnerabilidade à proliferação de doenças tropicais (dengue, malária, febre do Nilo Ocidental), pela possibilidade de ocorrer a instalação de vetores, com implicações na saúde pública e na atratividade do destino turístico; v) devido a mudanças nas florestas nativas da Ilha, não só por fatores internos, associados às exigências ambientais das espécies que as constituem, como por fatores externos, como o aumento do risco meteorológico de incêndio florestal; vi) a extinção/extirpação de espécies endémicas por alterações nos *habitats*. Todas estas alterações, com múltiplas relações com diferentes sectores, podem promover um “efeito cascata”, provocando um impacto muito forte no equilíbrio da Ilha. Ao nível dos recursos naturais, os recursos hídricos, as florestas nativas e a biodiversidade mereceram já especial atenção ao nível da definição de medidas de mitigação de impactos e de adaptação a novas condições, dadas as vulnerabilidades identificadas.

Impactos previstos nos recursos hídricos

Tendo em conta a redução prevista dos totais pluviométricos anuais e o possível reforço da irregularidade ao nível do regime pluviométrico, é de esperar uma redução dos recursos hídricos disponíveis. Esta previsão é reforçada pelo facto de a redução prevista de totais pluviométricos ocorrer principalmente nos sectores de maior altitude, sectores onde ocorre preferencialmente o processo de recarga do sistema aquífero da Ilha. Esta previsão, com potenciais problemas no abastecimento, desencadeou a necessidade de definir planos de adaptação. Estes impactos poderão ser mais significativos se for considerado o importante contributo da precipitação oculta para o balanço hídrico da Ilha, o qual pode sofrer uma redução devido a uma alteração na posição e intensidade dos centros barométricos que determinam o padrão climático da Ilha. Refira-se a ação do anticiclone dos Açores, motor responsável pela frequência dos ventos Alísios, e um fator determinante para a formação de nevoeiros de origem orográfica na face a barlavento da Ilha, responsáveis pela ocorrência do tipo de precipitação mencionada.

Impactos previstos na distribuição da flora endémica

A flora endémica, nomeadamente as espécies exclusivas de distribuição mais restrita, pode apresentar uma maior suscetibilidade às mudanças climáticas projetadas, sofrendo alterações mais significativas na sua distribuição. Além de estarem associados a condições ecológicas específicas, a elevada suscetibilidade é reforçada pela elevada fragmentação e perturbação dos seus *habitats*, resultantes do padrão de uso do solo vigente durante séculos nas suas áreas de distribuição potencial. É expectável que as espécies endémicas, cuja distribuição atual está resumida a um reduzido número de populações constituídas por poucos efetivos nos topos das ilhas, figurem como o tipo de endemismo

que apresenta uma suscetibilidade mais elevada aos impactos das mudanças climáticas, podendo verificar-se a extinção de condições adequadas à sua ocorrência. Entre os endemismos que mais se associam a esta descrição está o ameixeiro de espinho (*Berberis maderensis* Lowe), a sorveira (*Sorbus maderensis* (Lowe) Dode), a arméria da Madeira (*Armeria maderensis* Lowe) ou a urze da Madeira (*Erica maderensis* (Benth.) Bornm).

São espécies que apresentam uma reduzida área de ocorrência potencial nos começos do séc. XXI (fig. 1) e os modelos preveem que em cenários climáticos futuros deixem de estar reunidas as condições adequadas à sua presença na Ilha, o que, aliado à sua atual restrição geográfica nos cumes da Ilha e reduzido número de populações de poucos indivíduos, pode configurar uma combinação deletéria de fatores, favoráveis à sua extinção.

Impactos previstos nas florestas nativas

Os impactos das alterações climáticas podem acarretar mudanças ao nível da área ocupada e da composição florística das comunidades vegetais, pois os diferentes organismos, árvores ou arbustos, terão respostas diferenciadas perante as alterações das condições ecológicas derivadas. Dada a resiliência que massas florestais adultas apresentam em relação a mudanças ao nível das condições ambientais, é possível que os impactos das mudanças climáticas projetadas se manifestem primeiro em termos de vulnerabilidade a pragas e doenças e só depois sejam perceptíveis em termos de alterações de distribuição de algumas plantas, sem que a estrutura seja de imediato especialmente afetada.

Segundo A. Figueiredo, e considerando apenas as projeções para dois cenários climáticos (A2 e B2), as alterações na área de distribuição potencial dos diferentes tipos de florestas presentes na Ilha (florestas e micro-florestas) variam conforme o cenário considerado, podendo mesmo apresentar tendências opostas.

Segundo o autor, os modelos preveem um aumento da área adequada à ocorrência do zambujal, principalmente na face Sul da Ilha,

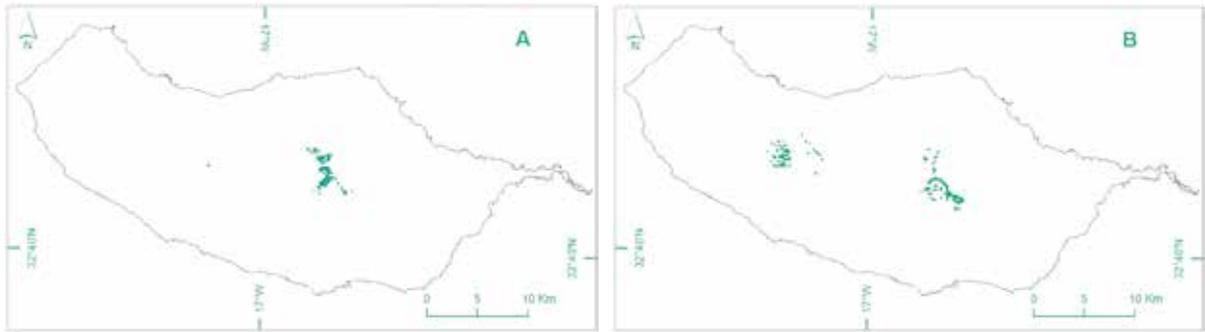


Fig. 1 – Área de ocorrência potencial, para as condições climáticas dos começos do séc. XXI, dos endemismos *Berberis maderensis* (A) e *Sorbus maderensis* (B) (FIGUEIREDO, 2013).

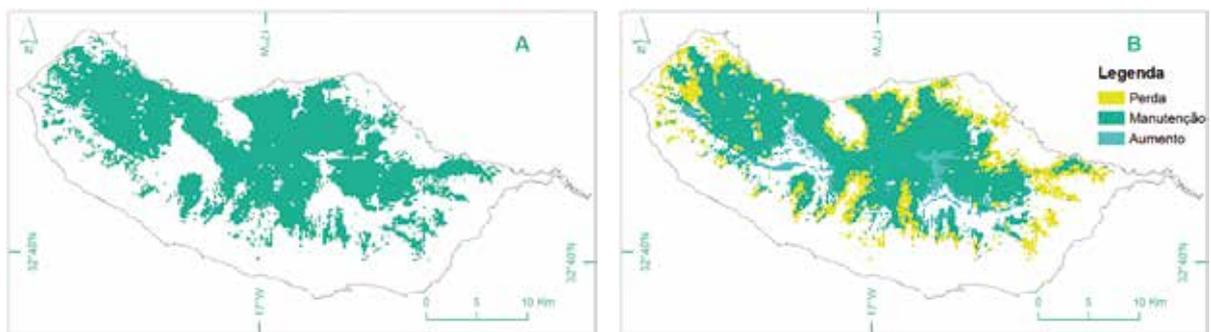


Fig. 2 – Área de ocorrência potencial da laurissilva do til para as condições climáticas dos começos do séc. XXI (A) e para o cenário A2 (B) (FIGUEIREDO, 2013).

e da área adequada à ocorrência da laurissilva mediterrânea (laurissilva do barbusano), resultado de uma expansão em altitude na face Norte, superando a perda prevista para os sectores de menor altitude no lado Sul da Ilha. Apesar de os resultados dos modelos apontarem para um aumento da área potencial de ocorrência destes bosques, a verdade é que vários fatores podem condicionar esta previsão. Ambos os tipos de bosque estão na atualidade reduzidos a pequenas manchas limitadas a enclaves, o que limitará certamente a possibilidade de se reinstalarem nas áreas envolventes, a maior parte associadas a uso agrícola ao longo de séculos. Ou mesmo colonizarem novas áreas, dado o reduzido número de áreas-fonte de propágulos disponíveis. Mesmo considerando a importância da área agrícola afetada pelo abandono, o que poderia ser um fator favorável, desconhece-se a capacidade que as espécies estruturantes destes bosques apresentam em termos de competição com espécies exóticas invasoras, com algumas

das quais apresentam uma sobreposição muito significativa em termos de áreas previstas como adequadas à sua ocorrência.

No caso da laurissilva do til, também designada por laurissilva temperada, a floresta nativa que ocupa maior área no começo do séc. XXI, as alterações na sua distribuição, nomeadamente uma redução da área potencial, podem significar perdas importantes, dado o papel relevante ao nível do fornecimento de serviços (turismo, biodiversidade, proteção dos solos, balanço hídrico). A perda significativa da área adequada à ocorrência deste tipo de bosque, no âmbito dos resultados obtidos para o cenário A2 (fig. 2), está prevista para os sectores de menor altitude, enquanto se verifica uma expansão da área adequada a esta floresta nos sectores de maior altitude da Ilha, nomeadamente nas cabeceiras dos vales que se instalam nos maciços montanhosos e na bordadura norte do Paul da Serra. Esta expansão para sectores de maior altitude determinará certamente uma redução da área potencial dos urzais de

altitude, reduzidos a pequenas manchas no início do séc. XXI.

A avaliação dos impactos das mudanças climáticas na distribuição dos organismos na ilha da Madeira, nomeadamente das plantas, deve ter em conta o facto de que grande parte dos *habitats* foi de alguma forma perturbado pelas atividades humanas. Assim, a distribuição das espécies está certamente enviesada pela fragmentação de *habitats*, uso do solo, etc., o que favorece um aumento da incerteza nos resultados dos modelos. Como a área profundamente alterada pelas atividades humanas constituirá um obstáculo à ocupação de novas áreas pela vegetação nativa, ajustando-se a um novo padrão climático, será benéfico considerar possíveis cenários de mudança no uso do solo, tendo em conta tendências observadas no final do séc. XX e início do séc. XXI, permitindo uma interpretação mais adequada dos resultados dos modelos, considerando a sua importância para a definição de medidas de mitigação e adaptação a novas condições climáticas.

Bibliog.: impressa: CARRIÓN, J. S. et al., "The historical origins of aridity and vegetation degradation in Southeastern Spain", *Journal of Arid Environments*, vol. 74, n.º 7, 2010, pp. 731-736; FIGUEIREDO, A., *Assessing Climate Change Impacts on the Distribution of Flora and Vegetation at Madeira Island*, Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra, texto policopiado, 2013; GOODFRIEND, G. A. et al., "Quaternary eolianite sequence of Madeira: stratigraphy, chronology and paleoenvironmental interpretation", *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, vol. 120, 1996, pp. 195-234; INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, *Special Report on Emission Scenarios*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000; JACOBY, G. C., e ARRIGO, R. D. d., "Tree rings, carbon dioxide, and climatic change", *Proceedings of the National Academy of Sciences*, vol. 94, n.º 16, 1997, pp. 8350-8353; JIMÉNEZ-MORENO, G. et al., "Miocene to pliocene vegetation reconstruction and climate estimates in the Iberian peninsula from pollen data", *Review of Palaeobotany and Palynology*, vol. 162, n.º 3, 2010, pp. 403-415; MECO, J. (org.). *Historia Geológica del Clima en Canarias*, Las Palmas de Gran Canaria, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 2008; MENZEL, A. et al., "European phenological response to climate change matches the warming pattern", *Global Change Biology*, vol. 12, n.º 10, 2006, pp. 1969-1976; MIRANDA, P. M. A. et al., "O clima de Portugal nos séculos XX e XXI", in SANTOS, F. D., e MIRANDA, P. (orgs.), *Alterações Climáticas em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação. Projecto SIAM II*, Lisboa, Gradiva, 2006, pp. 45-113; MORELLÓN, M. et al., "Climate changes and human activities recorded in the sediments of lake Estanya (NE Spain) during the Medieval Warm Period and Little Ice Age", *Journal of Paleolimnology*, vol. 46, n.º 3, 2011, pp. 423-452; QUANTE, M., "The changing climate – Past, present, future", in HABEL, J. C., e ASSMANN, T. (orgs.), *Relict Species. Phylogeography and Conservation Biology*, Berlin, Springer Verlag, 2010, pp. 9-56; RODRÍGUEZ-SÁNCHEZ, F. et al., "Late neogene history of the laurel tree (*Laurus L.*, Lauraceae) based on phylogeographical analyses of mediterranean and macaronesian populations", *Journal of Biogeography*, vol. 36, n.º 7, 2009, pp. 1270-1281; SANTOS, F. D., e AGUIAR, R. (orgs.), *Impactos e Medidas de Adaptação às Alterações Climáticas no Arquipélago da Madeira*, Funchal, Projecto CLIMAAT II/Direção Regional do Ambiente da Madeira, 2006; SILVA, J. M. A., *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico. Séculos XV-XVIII*, Funchal,

CEHA, 1993; **digital:** INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, Cambridge/New York, Intergovernmental Panel on Climate Change, 2007: http://www.ipcc.ch/publications_and_data/ar4/wg2/en/contents.html (acedido a 10 maio 2009); *Id.*, *Climate Change 2007: the Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, Cambridge/New York, Intergovernmental Panel on Climate Change, 2007a: http://www.ipcc.ch/publications_and_data/ar4/wg1/en/contents.html (acedido a 10 maio 2009).

ALBANO FIGUEIREDO
MIGUEL SEQUEIRA

Aluviões

De acordo com o *Dicionário da Língua Portuguesa* da Academia das Ciências de Lisboa, o termo "aluvião" pode significar inundação muito grande, grande cheia ou enxurrada. Este é o significado atribuído na ilha da Madeira.

A rede hidrográfica da Madeira, composta por ribeiras que se desenvolvem da cordilheira montanhosa central para a costa, em vales profundos, estreitos e de declive acentuado, com regime de escoamento intermitente e torrencial, quando associada a eventos de precipitação intensa dá origem a inundações repentinas designadas por aluviões, correntes de detritos ou *debris flow*. Estas cheias caracterizam-se por concentrações elevadas de material sólido, incluindo blocos de grandes dimensões, que conferem ao escoamento um enorme poder destrutivo.

As características geológicas e geomorfológicas das bacias hidrográficas, e das respetivas ribeiras, potenciam a ocorrência de fluxos muito significativos de materiais sólidos, os quais constituem o componente mais perigoso das aluviões. Esta produção de sedimentos é desencadeada pela ação da precipitação e da consequente ocorrência de escoamentos líquidos que mobilizam grandes quantidades de material sólido com elevado potencial geomórfico. A produção dos fluxos de material sólido resulta de diferentes processos, tais como a erosão distribuída nas vertentes, a erosão em sulco e ravinamento, movimentos de massa e a erosão fluvial nos fundos e margens dos leitos das ribeiras.

Segundo a bibliografia, ocorreram no arquipélago da Madeira, desde o início do séc. XVII até 2013, 42 aluviões de intensidade significativa, constituídas por cheias rápidas e violentas com transporte de concentrações elevadas de material sólido. É de destacar, neste contexto, o ano de 1803, no qual se verificaram inundações catastróficas em toda a Ilha, particularmente na região sudeste, entre o Funchal e Machico, tendo perecido cerca de 1000 pessoas. Em consequência desta aluvião, as ribeiras da cidade do Funchal foram canalizadas, sob a direção do Brig. Reinaldo Oudinot, entre 1804 e 1806, continuando uma considerável extensão desta obra a cumprir, no início do séc. XXI, a sua função de canalização dos cursos de água.

Já no séc. XXI, merece destaque o dia 20 de fevereiro de 2010, em que, na sequência de um prolongado período chuvoso na ilha da Madeira, aliado a um cenário meteorológico adverso, se gerou uma aluvião excepcional que atingiu, com elevada intensidade, alguns concelhos da vertente Sul da Ilha, em particular o Funchal e a Ribeira Brava. São de lamentar 51 vítimas mortais, bem como os elevados danos materiais e a destruição de muitas infraestruturas públicas e privadas. A tabela que apresentamos (fig. 2) compila os registos históricos de aluviões ocorridas no arquipélago da Madeira entre o início do séc. XVII e o ano de 2013, e as suas principais consequências.

Sucessivos eventos da mesma natureza têm ocorrido por toda a ilha da Madeira desde o início da sua história geológica, há cerca de sete milhões de anos, até a atualidade. Testemunhos de fluxos concentrados ou torrentes de escoamento bifásico com uma fase sólida muito abundante são visíveis em todos os complexos vulcânicos que constituem a Ilha. Como diz Susana Nascimento, “trata-se de espessos depósitos de enxurrada, bastante compactados e cimentados que se encontram intercalados nos complexos vulcânicos. [...] Formado em clima caracterizado por abundantes e concentradas chuvadas, estes depósitos conglomerático-brechóides, são constituídos por, aproximadamente, 95 % de clastos, em geral mal calibrados, com dimensões que vão, desde escassos milímetros, até cerca de 2 metros” (NASCIMENTO, 1990, 36).

O fenómeno das aluviões na Madeira tem sido referenciado em vários trabalhos de carácter mais ou menos científico. Ao abordar os cursos de água da ilha da Madeira, Eduardo Pereira, em *Ilhas de Zargo*, sublinha a quase ausência de caudal das ribeiras na estação do verão, sendo que no inverno “crescem torrencialmente, transbordam das margens e arrastam das montanhas toneladas de penedos, rolando-os e batendo uns contra os outros num ruído sinistro e aterrador, ao mesmo tempo que arrebatam terrenos de cultura, derrubam pontes e chegam por vezes a causar enormes prejuízos em habitações, pessoas, terras e animais” (PEREIRA, 1989, I, 283)

Orlando Ribeiro, ao comentar o regime das águas na ilha da Madeira, refere algumas “inundações catastróficas” que assolaram a Ilha. Tais calamidades estão associadas a “chuvas excepcionais [...] frequentemente desastrosas, que enchem as ribeiras, arrastam blocos com algumas



Fig. 1 – Planta da cidade do Funchal após a aluvião de 9 out. 1803, Brig. Reinaldo Oudinot, out. 1804 (IGP).

Data	Zona	Consequências
Várias, anteriores a 1601 ¹	Toda a Ilha	Destruição de pontes e casas. Provavelmente mortes.
1611 ¹	Funchal	Notáveis estragos.
1707 ¹	Toda a Ilha	Consideráveis prejuízos.
18 de novembro de 1724 ¹	Machico, Santa Cruz e Funchal	26 mortes; vila de Machico destruída; Santa Cruz e Funchal parcialmente destruídos.
18 de novembro de 1765 ¹	Funchal	1 morte; várias pontes destruídas.
9 de outubro de 1803 ^{1,2,3}	Costa Sul da Ilha	Cerca de 1000 mortes; Funchal, Santa Cruz e Machico destruídos; muitas perdas no comércio do Funchal e perdas de muitos terrenos agrícolas.
26 de outubro de 1815 ^{1,2}	Toda a Ilha, mas em especial no Funchal	Várias mortes (<i>e.g.</i> , 2 mortes no Estreito de Câmara de Lobos); muitos danos no Funchal e perda de vários terrenos agrícolas e gado.
24 de outubro de 1842 ^{1,2}	Funchal	Inundação e destruição de parte da cidade.
17 a 20 de novembro de 1848 ^{1,2}	Santana	Perda de diversas benfeitorias; morte de várias pessoas.
5 e 6 de janeiro de 1856 ^{1,2}	Costa Sul (Paul do Mar, Funchal) e São Vicente	Inundações e destruição de infraestruturas.
14 e 15 de março de 1856 ²	Costa Sul (Paul do Mar, Funchal)	Inundações.
1 de janeiro de 1876 ^{1,2}	Madalena do Mar	Prejuízos “notáveis”.
2 e 3 de outubro de 1895 ^{1,2}	Costa Norte (Seixal, Boaventura); Calheta e Ribeira Brava	Várias mortes; destruição de casas, pontes e terrenos agrícolas; inundações e desalojamentos.
8 e 9 de novembro de 1901 ¹	Funchal	Inundações e desabamentos.
29 de novembro de 1901 ²	Funchal e Machico	9 mortes numa derrocada em Machico; inundações e desabamentos nas duas povoações.
25 e 26 de fevereiro de 1920 ^{1,2,3}	Toda a Ilha	5 mortes; importantes prejuízos e inundações.
5 e 6 de março de 1921 ^{1,2}	Toda a Ilha, em especial na parte oriental	4 mortes; inundações e danos na agricultura.
15 de dezembro de 1926 ²	Costa Sul	Morte de gado.
6 de março de 1929 ^{2,3}	São Vicente	32 mortes; várias casas, terrenos, currais e palheiros destruídos; muito gado morto.
2 e 3 de outubro de 1931 ²	Funchal	Inundações nas partes baixas da cidade.
30 de dezembro de 1939 ^{2,3}	Madalena do Mar	4 mortes; destruição de terrenos, casas e currais; morte de gado.
14 e 15 de outubro de 1945 ²	Madalena do Mar e Funchal	Inundações e destruição de casas.
11 de fevereiro de 1956 ³	Curral das Freiras	2 mortes.
3 de novembro de 1956 ^{2,3}	Machico e Santa Cruz	6 mortes; destruição de terrenos de cultivo, estradas, pontes e casas; muito gado morto.
3 a 6 de janeiro de 1963 ³	Ribeira Brava e Serra de Água	5 mortes.
9 de janeiro de 1970 ^{2,3}	Ribeira Brava e Serra de Água	6 mortes; inundações e destruição de pontes e habitações na Ribeira Brava.
8 de março de 1970 ²	Porto Santo	1 morte; danos em estradas e habitações.
21 de setembro de 1972 ^{2,3}	Santo António (Funchal)	3 mortes; destruição de casas e de um bairro de lata.
20 de dezembro de 1977 ^{2,3}	Zonas altas do Funchal e de Câmara de Lobos	4 mortes; destruição de casas e terrenos.

Data	Zona	Consequências
20 a 24 de janeiro de 1979 ^{2,3}	Toda a Ilha	14 mortes; inundações e destruição de casas, terrenos, caminhos e outras infraestruturas.
1 e 2 de março de 1984 ²	Toda a Ilha	1 morte; derrocada da ponte do Faial.
27 de setembro de 1989 ²	Funchal, Santa Cruz e Machico	Inundações.
18 de setembro de 1990 ²	Funchal	2 mortes; inundações e derrocadas.
24 de outubro de 1991 ²	Machico e Santana	Inundações e derrocadas.
29 de outubro de 1991 ²	Funchal, Caniço e Machico	Inundações e derrocadas.
29 de outubro de 1993 ^{2,3}	Toda a Ilha	8 mortes; inundações e derrocadas; destruição de casas e infraestruturas, em especial na cidade do Funchal.
19 e 20 de outubro de 1997 ²	Funchal	Destruição da antiga ponte dos Socorridos e da ponte da Levada dos Tornos.
1 de fevereiro de 1998 ²	Câmara de Lobos, Funchal e Caniço	1 morte; destruição de casas, estradas, carros e infraestruturas.
5 e 6 de março de 2001 ^{2,3}	Curral das Freiras e São Vicente	5 mortes (incluindo 4 turistas alemães); destruição de carros, estradas e casas.
22 de dezembro de 2009 ³	Madalena do Mar e São Vicente	Destruição de vias de comunicação e habitações.
20 de fevereiro de 2010 ³	Costa Sul	51 mortes; destruição de casas, caminhos, carros, sistemas de esgotos e águas pluviais; inundações, derrocadas e soterramentos; muitos danos em infraestruturas.
5 de novembro de 2011	Costa Noroeste	Derrocadas e destruição de estradas, terrenos de cultivo e habitações; isolamento da Ribeira da Janela e vários feridos.
29 de novembro de 2013	Costa Nordeste	Derrocadas e destruição de estradas, terrenos de cultivo e habitações.

Fig. 2 – Tabela com a indicação das principais aluviões, e respetivas consequências, registadas no arquipélago da Madeira entre o início do séc. XVII e o ano de 2013 (⁽¹⁾SILVA e MENESES, 1965; ⁽²⁾QUINTAL, 1999; ⁽³⁾OLIVEIRA *et al.*, 2011).

centenas de quilos, destroem pontes, danificam casas, inundando a parte baixa das aglomerações situadas à beira-mar, e pondo em perigo bens e pessoas” (RIBEIRO, 1985, 33).

Merece ainda destaque a descrição feita por Cecílio Silva de um cenário de aluvião num texto intitulado “Eu tive um sonho”, publicado no *Diário de Notícias* (Madeira). Traumatizado pelo estado de desertificação das serras do interior da ilha da Madeira, nomeadamente da região a norte do Funchal, que constitui a cabeceira das bacias hidrográficas das três ribeiras que confluem para a capital, aliado a recordações da infância passada junto à margem de uma dessas ribeiras (Santa Luzia), o mundo dos seus sonhos, frequentemente tomado por pesadelos sempre ligados às enxurradas inverniais e infernais dessa ribeira, descreve: “Tive um sonho [...], subia a escadaria do Pico das

Pedras, sobranceiro ao Funchal. Nuvens negras apareceram a Sudoeste da cidade, fazendo desaparecer o largo e profundo horizonte, ligando o mar ao céu... [...] De repente, tudo escureceu. Cordas de água desabaram sobre toda a paisagem que desaparecia rapidamente à nossa volta. [...] Repentinamente, como começou, tudo parou; as nuvens dissiparam-se, o vento amainou e a luz voltou. Só o ruído continuava cada vez mais cavo e assustador. Olhei para o Sul e qualquer coisa de terrível, dantesco e caótico se me deparou. A Ribeira de Santa Luzia, a Ribeira de S. João e a Ribeira de João Gomes eram três grandes rios, monstruosamente caudalosos e arrasadores. [...] As águas efervescentes, engrossando cada vez mais em montanhas de vagas espessas, tudo cobriram até à Sé – único edifício de pé. Toda a velha baixa tinha desaparecido debaixo de um

fervedouro de água e lama. [...] Acordei encharcado. Não era água, mas suor. Não consegui voltar a adormecer...” (SILVA, DN, 13 jan. 1985).

O impacto que as aluviões têm no imaginário coletivo dos madeirenses é por demais evidente, ou não fossem estas um dos principais perigos naturais que os habitantes da Ilha enfrentam, sendo responsáveis pela maioria dos prejuízos, humanos e materiais, provocados por catástrofes desde o início da ocupação humana.

Bibliog.: impressa: NASCIMENTO, Susana, *Estudo Hidrogeológico do Paul da Serra (Ilha da Madeira)*, Dissertação de Mestrado em Geologia Económica e Aplicada apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 1990; PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 4.ª ed., 2 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989; QUINTAL, Raimundo, “Aluviões da Madeira. Séculos XIX e XX”, *Territorium: Revista de Geografia Física Aplicada ao Ordenamento do Território e Gestão de Riscos Naturais*, n.º 6, 1999, pp. 31-48; RIBEIRO, Orlando, *A Ilha da Madeira até Meados do Século XX – Estudo Geográfico*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985; SILVA, Cecílio G., “Eu tive um sonho”, *Diário de Notícias*, Funchal, 13 jan. 1985; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, JGDAF, 1965-1966; SILVEIRA, António Brum da et al., *Notícia Explicativa da Carta Geológica da Madeira, na Escala 1:50.000, Folhas (A) e (B)*, Funchal, Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais da Região Autónoma da Madeira, 2010; **digital:** OLIVEIRA, Rodrigo Proença de et al., “Avaliação do risco de aluviões na ilha da Madeira”, *ResearchGate*, s.d.: https://www.researchgate.net/publication/244994405_Avaliacao_do_risco_de_aluviões_na_Ilha_da_Madeira (acedido a 22 set. 2016).

CELSO FIGUEIRA
SUSANA PRADA

Álvares, Manuel

Manuel Álvares, natural da Ribeira Brava, povoação do Sul da ilha da Madeira a oeste do Funchal, é provavelmente o humanista e filólogo madeirense mais famoso à escala universal. Através de notícias de antigos nobiliários madeirenses, sabemos que o seu ascendente Álvares Columbreiro, natural de uma povoação próxima de Sevilha, foi um dos primeiros habitantes da Ribeira Brava e foi o fundador das capelas de S.^{ta} Catarina e S. Bento. Os ascendentes diretos de Manuel Álvares terão sido Brígida Gonçalves, neta de Columbreiro, e João Malheiro, ambos com estatuto de fidalgos.

Nascido em 1526, Manuel Álvares era filho de Sebastião Gonçalves e Beatriz Álvares, vindo a falecer em Évora a 30 de dezembro de 1583. De acordo com os seus biógrafos e com

a *Synopsis Annalium Societatis Jesu in Lusitania*, entrou para o Colégio da Companhia de Jesus, em Coimbra, a 4 de julho de 1546, tendo 20 anos. O estabelecimento do ano do seu nascimento é aferido, precisamente, com base neste dado relativo à entrada na Companhia, uma vez que, à data, não era prática regular o registo dos nascimentos no assento paroquial.

Há notícias de que Manuel Álvares tomou conhecimento da Companhia de Jesus pela visita a um enfermo jesuíta que aportara no Funchal por motivos de doença, quando viajava para a Índia, para saber notícias de um antigo condiscípulo. O futuro autor da *Ars* revelou, desde cedo, uma especial predileção pelo latim, grego e hebraico, vindo a ser considerado um notável latinista. Tinha também grande conhecimento das línguas siro-caldaica e árabe, sabendo ainda outras línguas orientais. Além da *De Institutione Grammatica Libri Tres*, o gramático foi o autor de outras obras importantes, embora de menor relevo: *De Ponderibus et Numeris* e *Discursos e Poemas Latinos*. Foi também responsável pela edição de *Epigrammaton Libri XIII* de Marcial. Outras obras permaneceram inéditas.

Desde novo, foi-lhe reconhecida uma acentuada vocação eclesiástica e, como tal, foi examinado e ordenado *ad primam clericalem tonsuram*, em 11 de agosto de 1538, por D. Ambrósio Brandão, bispo de Rocina, que exercia temporariamente as funções episcopais na ilha da Madeira, nomeado representante de D. Martinho de Portugal (n. Évora, 1485-m. Lisboa, 15 nov. 1547), arcebispo do Funchal, em 1538-1539, fazendo-se acompanhar por dois visitantes e examinadores, Jordão Jorge, ouvidor-geral do arcebispado do Funchal, e Álvaro Dias. À época, o vigário era o P.^e Afonso Correia Cardoso.

Após a entrada na Companhia, teve uma rápida carreira



Fig. 1 – Busto do P.^e Manuel Álvares no adro da igreja da Ribeira Brava, bronze de Amândio de Sousa, 1972 (fotografia de Paulo Figueira).

como professor, ensinando, 7 anos depois, em 1553, nas escolas públicas do Colégio de S.^{to} Antão, em Lisboa, onde regeu as cadeiras de Latim, Grego e Hebraico, sendo ainda professor das restantes 10 cadeiras do currículo do Colégio. Dois anos depois, ocupou as cadeiras de Humanidades do Colégio das Artes e ascendeu a reitor desta instituição, desempenhando a função entre 1561 e 1566. Antes de se tornar reitor do Colégio e da Univ. de Évora, foi superior da Casa Professa de Lisboa (S. Roque).

O Jesuíta Leão Henriques (n. Ponta do Sol, séc. XVI-m. Lisboa, 8 abr. 1589), igualmente madeirense, indicou o P.^e Manuel Álvares para seu sucessor como provincial de Portugal, proposta que obteve resposta positiva, a 3 de junho de 1574, da parte do padre italiano Everardo Mercurian (n. Marcourt, 1514-m. Roma, 1 ago. 1580), por achar que o natural da Ribeira Brava seria efetivamente o jesuíta mais indicado para o cargo.

A história do P.^e Manuel Álvares e da sua *De Institutione* confunde-se, em parte, com a expansão do método de ensino da Companhia de Jesus, dado a sua obra constituir, precisamente, um dos alicerces do ensinamento do latim. Há muito que a Companhia procurava alguém capaz de escrever uma gramática latina que substituísse a de João Despautério (n. Ninove, c. 1480-m. Komen, 1520), que unificou o ensino gramatical na Europa durante o séc. XVI, com as suas 400 edições.

Os elementos da Companhia tentaram a troca da obra de Despautério pelos trabalhos de André Fusio, Coudret e Ledesma. Porém, a fama de humanista atribuída a Manuel Álvares passara as fronteiras nacionais e chegara a Diego Laynez, segundo superior geral da Companhia de Jesus após S.^{to} Inácio de Loyola, que fez questão de examinar atentamente os escritos do P.^e Manuel Álvares sobre a gramática latina e o respetivo ensino. Em Roma, nas instâncias do geral (18 set. 1564), conheceu-se o lento labor a que Manuel Álvares se consagrara ao compor uma gramática para as escolas portuguesas. Pensa-se que terão sido estes papéis a dar origem à edição de 1571, em Veneza, da *De Constructione Octo Partium Oratonis*,

obra posteriormente registada pelo compilador da Bibliothèque de la Compagnie de Jésus (biblioteca da Companhia de Jesus), o padre jesuíta francês Carlos Sommervogel (n. Estrasburgo, 8 jan. 1834-m. Paris, 4 maio 1902). Deste modo, os estudos de Manuel Álvares alcançaram um enorme interesse junto do duque de Gândia, o espanhol D. Francisco de Borja (n. Valência, 28 out. 1510-m. Roma, 30 set. 1572), que dispensou o jesuíta madeirense de outros trabalhos para que se dedicasse inteiramente à elaboração da *Ars*, referência incontornável da pedagogia da Companhia durante séculos.

O debate iniciado em 1594 sobre o *Ratio Studiorum* (1585), o manual pedagógico do ensino jesuíta baseado no método do pedagogo romano Quintiliano, desenvolveu-se no sentido de oficializar a gramática do padre ribeirão como um dos pilares das escolas da Companhia, pela revolução que operava em muitos conceitos e preceitos gramaticais da época. Sendo uma firme aposta dos Jesuítas, em 1572, a *De Institutione Grammatica Libri Tres*, do P.^e Manuel Álvares, acompanha a publicação de uma outra obra incontornável da produção humanística portuguesa, *Os Lusíadas* (1572), de Luís de Camões. O sucesso do livro do madeirense pode ser objetivamente medido pelas cerca de 600 edições, totais ou parciais, e 14 traduções em vários idiomas. Depois de *Os Lusíadas*, nenhuma obra de um autor português foi traduzida ou reeditada tantas vezes, existindo, inclusive, uma versão chinesa, que foi publicada em Xangai, em 1869, perfazendo três séculos de vida da gramática alverasiana. O *ex-libris* do padre da Ribeira Brava valeu-lhe o reconhecimento universal da sua capacidade como latinista, tendo um peso considerável no método de ensino jesuíta.

Ao sucesso da *Ars* sucederam-se as críticas dos opositores aos métodos propostos pelo gramático madeirense. A base desta questão deveu-se ao intuito de reduzir a gramática latina às regras essenciais, devendo sujeitar-se-lhe as exceções como fenómenos desfigurados por omissão, transposição ou aumento dos elementos lógicos, indispensáveis à regra. Deste modo,

justificou-se o aparecimento dos trabalhos de Kaspar Schoppe (n. Neumarkt, 27 maio 1576-m. Pádua, 19 nov. 1649), os *Rudimenta Grammaticae Philosophicae* (1628), os *Paradoxa Litteraria* (1628) e o *Auctorium ad Grammaticam Philosophicam* (1629). Apesar da questão metodológica, o P.^e Manuel Álvares era reconhecido, no seu tempo, como o primeiro entre os gramáticos antigos e modernos, espanhóis, franceses, alemães ou italianos.

Ao longo dos séculos de edição, a *De Institutione Grammatica Libri Tres* foi alvo de diversas críticas. Nicolau Orlando Pescentti, em 1609, insurgiu-se contra o método de Manuel Álvares, defendido na ocasião pelo P.^e Sebastião Berectaria. Em Portugal, houve alguma animosidade, iniciada pelo Sarg.-mor Manuel Coelho, em 1721, com a *Explicação das Partes da Oração*, em 1726, com o *Resumo para os Principiantes da Explicação das Oito Partes da Oração*, e, em 1729, com o *Exame da Syntaxe e Reflexões*

sobre as Suas Regras. A clivagem maior será patrocinada pela Congregação do Oratório que, devido ao seu alto interesse pelo ensino, no séc. XVIII, se opôs abertamente à Companhia de Jesus, detentora desse monopólio há cerca de 200 anos.

Abertas as hostilidades, não tardaram a aparecer novas propostas para o ensinamento da gramática latina. O *Novo Methodo para Se Aprender a Grammatica Latina, Ordenado para Uso das Escolas da Congregação do Oratório* (1746) foi produzido pela mesma congregação, mas acabou por nem agradar aos próprios Oratorianos. A esta obra seguiu-se a edição do *Verdadeiro Methodo de Estudar* (1746), de Luís António Verney (n. Lisboa, 1713-m. Roma, 1792), cuja oposição à *De Institutione Grammatica Libri Tres* veio a alimentar uma longa polémica, pró e contra Manuel Álvares.

Anos mais tarde, o P.^e António Pereira de Figueiredo (n. 1725-m. 1797) foi responsável pela reposição da fama do Oratório ao publicar o *Novo Método de Grammatica Latina para Uso das Escolas da Congregação do Oratório* (1752) e a segunda parte de *Syntaxe* (1753), numa estratégia clara e aberta contra a *Ars*.

O debate de oposição à obra-prima de Manuel Álvares decorreu até à reforma pombalina, que colocou um ponto final a esta polémica publicando um alvará régio, em 28 de junho de 1759, no qual se proibia o uso da *De Institutione* do padre da Ribeira Brava para o ensino da latinidade, dado contribuir para um ensino dificultoso.

A questão alvaresiana poderá ser encarada como uma falsa questão se for baseada apenas num ataque à figura do P.^e Manuel Álvares. No seu cômputo e fundamento, parece enquadrar-se numa perspetiva de ataque ao ensino jesuíta. Versando a discussão ao nível da didática do latim e da teorização científica, com uma grande vertente política subjacente (recorde-se as linhas gerais da posição do marquês de Pombal em relação à Companhia de Jesus), a proibição do ensino do método alvaresiano constitui um corte profundo com a escola jesuíta através do ataque à *De Institutione Libri Tres*.

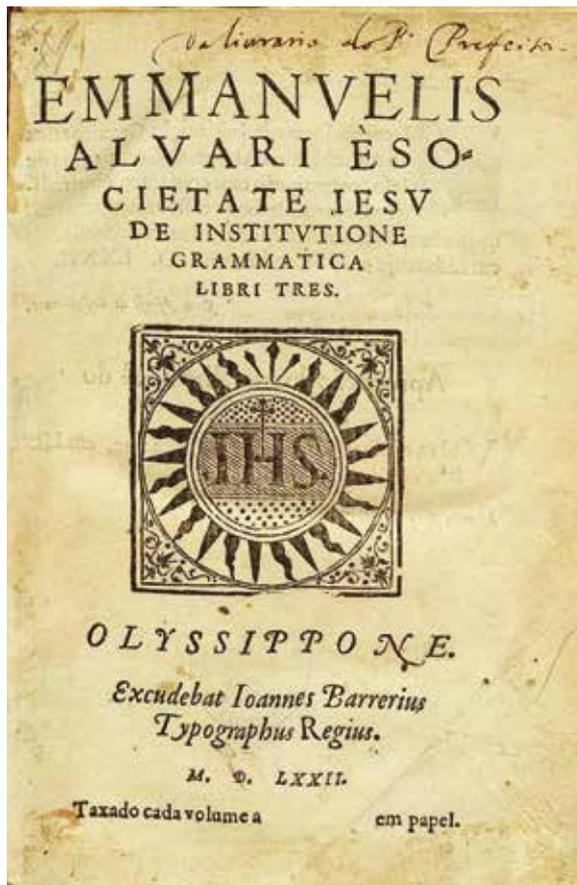


Fig. 2 – *De Institutione Grammatica Libri Tres* (1572), de Manuel Álvares.

Vejamos alguns dos aspetos questionados: a gramática foi redigida em latim, para obter uma rápida internacionalização, porque era a língua franca a nível científico, sendo logo uma língua viva para o seu autor; fazia-se, assim, a apologia do ensino do Latim através de aulas ministradas em latim, independentemente da língua-mãe dos alunos e professores. Este último aspeto provocou uma celeuma entre os especialistas, porque o próprio Manuel Álvares defende, em determinadas passagens da sua obra, o uso de línguas vernáculas no início da aprendizagem da língua latina. Para os detratores, a questão expositivo-metodológica centrava-se no facto de os alunos desconhecerem aquela língua românica. Houve, no entanto, quem se opusesse aos críticos de Álvares, nomeadamente, Emilio Springhetti, ao defender o carácter moderno da obra. Para alguns linguistas esta é dotada de duas características distintas: era descritiva e era racional, o *usus* e a *ratio*. Manuel Álvares atribuiu à sua gramática um cariz racional, com múltiplas explicações linguísticas, embora sem grande originalidade, porque fundamentava as suas teses em gramáticos anteriores. Na gramática, usou o método dedutivo, expondo as suas teorias, em primeiro lugar, e, depois, apresentando os exemplos a seguir. Mais didático do que racionalista, o P.^e Manuel Álvares elaborou a sua gramática tendo em conta o *usus* sujeito a uma *ratio*. Desse modo, é indicado claramente que não há experiência sem razão, ou seja, o que a razão não admite não é passível de uso, seguindo mais a tradição latina do que a renascentista, já apontada no prefácio, onde fica assente que a autoridade linguística da *De Institutione* advém da leitura e estudo de gramáticos de renome universal: Varrão, Quintiliano, Aulo Gélio, Probo, Diomedes, Focas, Donato e Prisciano.

Durante dois séculos, os escritos de Manuel Álvares constituíram os manuais de ensino da língua latina em toda a Europa. No entanto, em Portugal, a edição dos trabalhos de António Pereira de Figueiredo e de Luís António Verney deram azo a muitas críticas, discussões e debates sobre o real valor da obra de Manuel Álvares. Compreende-se a controvérsia

na ótica da evolução do estudo da língua, que fez com que os manuais do P.^e Manuel Álvares fossem perdendo autoridade. A juntar a este facto, existiu a proibição feita pelo marquês de Pombal de serem adotados os seus livros, quer no ensino público, quer no particular. Na Europa, as medidas pombalinas não tiveram eco e a *De Institutione Grammatica Libri Tres* continuou a granjear enorme prestígio, uma vez que, no segundo quartel do séc. XIX, se fizeram cerca de 20 edições da obra em diversos países do velho continente. A política de Pombal não sobreviveu ao valor da *Ars* e esta voltou a ser impressa. Desde que a *Ratio Studiorum* a tornou extensiva a toda as instituições da Companhia de Jesus, as edições da *De Institutione* foram muitas e rivalizaram em Espanha e no México com Antonio Nebrija (n. Lebrija, 1444-m. Alcalá de Henares, 5 jul. 1522), figura capital dos estudos gramaticais no panorama ibérico.

Sendo a obra de maior relevo da autoria de Manuel Álvares, a *De Institutione Grammatica Libri Tres*, como indica o título, estava dividida em três livros, correspondentes às três partes da gramática: etimologia, sintaxe e prosódia (ínfima, média e suprema).

Na primeira parte (etimologia), aprendiam-se os rudimentos, com as regras mais gerais da sintaxe latina, escolhendo-se para as preleções as epístolas de Cícero mais fáceis; na segunda parte (sintaxe), explorava-se toda a gramática, apesar do conhecimento imperfeito, e avançava-se pelas cartas familiares de Túlio e alguns textos de Ovídio; na terceira parte (prosódia), procurava-se o conhecimento completo dos preceitos e da elegância da latinidade. Um dos objetivos da *Ars* era expurgar a língua dos métodos e erros dos latinistas da decadência, correspondente ao período menos purista da Idade Média. Servindo-se e apoiando-se nos bons autores da Antiguidade Clássica, Manuel Álvares orientou para o ensino prático, escrito e falado.

Em relação às três partes da sua gramática, o primeiro livro, *De Etymologia*, corresponde à morfologia, apresentando a natureza e os acidentes ou flexões das palavras e a sua formação. Numa análise mais incisiva sobre a

De *Institutione Grammatica Libri Tres*, aferimos que as palavras são divididas em oito classes: *nomen*, *pronomen*, *verbum*, *participium*, *praepositio*, *adverbium*, *interjectio* e *conjunctio*. As quatro primeiras são *declinatur* e as quatro segundas *declinationes sunt expertes*. É apresentada uma terceira divisão relacionada com as palavras que são declinadas pela sua natureza, com base nos princípios de Varrão: palavras que têm caso, mas não têm tempo (adjetivos); palavras que têm tempo, mas não têm caso (verbos); palavras que têm caso e tempo (participios presentes); e palavras (neutras) que não têm tempo nem caso, o que corresponde à significação gramatical, lógica e funcional que cada uma das palavras tem na oração.

No estudo sobre as partes *orationis*, além das influências de Nebrija e Despautério, há mais antigas, como Aristarco, Diomedes, Donato e, principalmente, Varrão, ao seguir o critério para a definição do número e respetivas designações e a tradição grega de as dividir em oito partes: nome, pronome, verbo, participio, preposição, advérbio, interjeição e conjunção, das quais quatro são variáveis e outras tantas indeclináveis. Continuando sobre algumas curiosidades da *De Institutione*, o nome é subdividido em cinco espécies: próprio, apelativo, coletivo, substantivo e adjetivo, sendo depois dividido em outras categorias. O pronome pode ser classificado como demonstrativo, relativo, possessivo e recíproco. O verbo pode ser analisado em dois géneros: pessoal (ativo, passivo, neutro, comum e depoente) e impessoal (ativo e passivo) e com outras formas, como os incoativos, perfeitos, mediativos, frequentativos e diminutivos. O participio pode ser de tempo presente, pretérito ou futuro. A preposição pode reger acusativo, ablativo, acusativo ou ablativo. O advérbio pode ou não modificar a significação dos verbos. A interjeição tem várias formas e significações. A conjunção é classificada como copulativa, disjuntiva, adversativa, coletiva ou ilativa ou racional, causal e expletiva.

O livro II da *De Institutione* refere-se à sintaxe. Manuel Álvares segue o método dedutivo apresentado na etimologia. Expõe os

preceitos de forma simplificada, acompanhados de explicações mais extensas, o que segue a linha de equilíbrio entre a *ratio* e o *usus*. A sintaxe é definida como a correta interligação entre as partes do discurso. O seu objeto de estudo é a oração, que classifica em duas categorias (transitiva e intransitiva), podendo estas ser justas (*constructio iusta*) ou figuradas (*constructio figurata*), o que dá lugar à sintaxe intransitiva, transitiva e figurada. A oração justa ou intransitiva é de realização perfeitamente acabada. Na oração figurada é necessário alterar ou acrescentar alguma parte do discurso para ficar com o sentido completo. A primeira parte deste livro é dedicada aos verbos intransitivos; a segunda, aos verbos transitivos; a terceira, aos verbos ativos; a quarta, aos verbos infinitos; a quinta, aos pronomes; a sexta, às preposições; a sétima, aos advérbios; a oitava, às interjeições; a nona, às conjunções; e a décima, à sintaxe figurada.

Como há apenas duas classes de verbos, transitivos e intransitivos, deve haver apenas orações transitivas e intransitivas. O verbo intransitivo é aquele cuja realização sintática só precisa de um nome em nominativo, embora possa ser acrescentado um outro nome em nominativo. Todos os outros verbos são transitivos, quer sejam ativos, passivos ou neutros (ativo quando necessita complemento direto, passivo quando pela preposição «a» ou «ab» requer um ablativo); e é neutro quando os outros casos oblíquos (genitivo, dativo e ablativo, com outras preposições) operam a realização da natureza transitiva do verbo.

Para o gramático, não há verbos impessoais porque a oração exige sempre um nome em nominativo ou um nominativo elidido, caso contrário, não estamos perante uma oração. Do raciocínio conclui-se que a forma mais simples de uma frase é a oração justa e intransitiva, constituída por um nome em nominativo (função de sujeito) e o verbo intransitivo. O princípio que defende é que não pode haver oração apenas com verbo, sendo impreterível a presença de um nome, quer este se encontre expresso ou subentendido. Esta é uma posição próxima da corrente da semântica

generativa, que encara a análise semântica da frase e não apenas a sintática.

O terceiro livro da *De Institutione*, “Proso-dia”, faz uma análise do alfabeto latino, as vogais, as consoantes, os ditongos, a quantidade das sílabas, por natureza e advindas do contexto linguístico, as partes do discurso, os pés métricos da poesia latina e das licenças poéticas (o extrapolar da linguagem através de recursos como a sinérese, sinalefa, diérese ou diálise, sístole, diástole ou *ectasis*), os versos latinos, e as cesuras (trocaica, heptemínera, bucólica ou tetrapodia). São ainda referidas outras figuras da escrita como: aprótese, epêntese, paragoge, aférese, síncope, apócope, antítese e metátese, a sinalefa, a epissinalefa, a diérese, a eclipse, a sístole e diástole, um conjunto de metaplasmos que permitem ao poeta o uso exaustivo de construções consideradas incorretas, por necessidade métrica ou por uma questão de embelezamento textual. A parte final do livro III é dedicada aos acentos latino e grego.

Manuel Álvares não construiu uma nova teoria linguística porque usou muitas reflexões apoiadas nos gramáticos antigos e seus contemporâneos. A maior virtude desta obra é a sistematização de quase todas as questões linguísticas (apoiada no afastamento dos gramáticos latinos e medievais da decadência, no respeito pelos, e na leitura dos, bons gramáticos da Antiguidade clássica e no equilíbrio entre *usus* e *ratio*) e da influência exercida pelo facto de ter sido usada em todo o mundo, até por instituições fora da esfera da Companhia de Jesus.

Obras de Manuel Álvares: *De Constructione Octo Partium Orationis* (1571); *De Institutione Grammatica Libri Tres* (1572); *De Ponderibus et Numeris* (ou *De Mensis et Ponderibus*) (1754).

Bibliog.: ÁLVARES, Manuel, *Gramática Latina*, fac-símile, Funchal, JGDFAF, 1974; “Álvares, padre Manuel”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 2, Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, s.d., p. 202; ANDRADE, Adriano Guerra, *Dicionário de Pseudónimos e Iniciais de Escritores Portugueses*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1999; ANDRADE, António Alberto Banha de (dir.), *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Resistência, s.d.; CARDOSO, Simão, “A gramática latina no séc. XVI – As ‘partes orationis’ na ‘Gramática Latina’ do P. Manuel Álvares (1572) e na ‘Minerva’ de Sanctius (1587)”, *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, sér. II, vol. 12, 1995, pp. 159-172; CARITA, Rui, *O Colégio dos Jesuítas do Funchal: Memória Histórica*, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1987; *Id.*, *História da Madeira. Descobrimto e Povoamento*, 2.ª ed., vol. 1, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1999;

COSTA, José Pereira da, “O ambiente cultural da Madeira no século XVI. Os livros de matrículas dos ordenados em ordens menores e sacras. 1538-1553”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. x, 1958, pp. 150-161; vol. XIII, 1962-1963, pp. 137-214; FERNANDES, Gonçalo, “*De Institutione Grammatica Libri Tres* (1572) de Manuel Álvares (1526-1583)”, *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, n.º 4, 2007, pp. 85-99; NEPOMUCENO, Rui, “A época e a obra de Manuel Álvares”, *Islenha*, n.º 45, jul.-dez. 2009, pp. 43-56; NETO, Serafim da Silva, *História da Língua Portuguesa*, 6.ª ed., Lisboa/Rio de Janeiro, Dinalivro, 1992; PINTO, António Guimarães (org.), *Padre Manuel Álvares s.j.: Obra Literária Completa*, Lisboa/Funchal, Esfera do Caos/Agência de Promoção da Cultura Atlântica, 2014; ROMEO, Rogelio Ponce de León, “El Álvarez en vernáculo: las exégesis de los *De Institutione Grammatica Libri Tres* en Portugal durante el siglo XVII”, *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, sér. II, vol. 28, pp. 317-338; SÁNCHEZ, María José Corvo, “Gramáticos y gramáticas humanistas en el contexto internacional del Occidente europeo”, in *Estudios em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, vol. 2, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 685-694; SILVA, António Carvalho, “Apontamentos sobre gramáticas madeirenses (1)”, *Islenha*, n.º 18, jan.-jun. 1996, pp. 101-109; *Id.*, “Sobre algumas incoerências da norma gramatical (I): análise de propostas de gramáticas escolares portuguesas”, *Revista Portuguesa de Humanidades*, n.º 14, fasc. 1, 2010, pp. 97-118; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1978; SOUSA, Jesus Maria, “Os Jesuítas e a *Ratio Studiorum*: as raízes da formação de professores na Madeira”, *Islenha*, n.º 32, jan.-jun. 2003, pp. 26-46; SPRINGHETTI, Emilio, “Storia e fortuna della grammatica di Emmanuele Alvares, s.j.”, *Humanitas*, vols. 13-14, 1961-1962, pp. 283-304; TEYSSIER, Paul, *História da Língua Portuguesa*, 7.ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1997; TORRES, Amadeu, “Verney e as correntes coeva e posterior do filosofismo gramatical”, in *Estudios em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, vol. 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 71-78; VERDELHO, Telmo, “Historiografia linguística e reforma do ensino, a propósito de três centenários Manuel Álvares, Bento Pereira e marquês de Pombal”, *Brigantia*, vol. 2, n.º 4, out.-dez. 1982, pp. 347-356.

PAULO FIGUEIRA

Álvares, Nuno

D. Nuno Álvares, ou de Aguiar, como também surge referido, foi o primeiro bispo de Tânger, Diocese fundada efetivamente em 1468, embora já anteriormente tivesse tido dois bispos titulares.

Do local e da data de nascimento de D. Nuno Álvares nada se sabe, começando a haver notícias suas quando, enquanto monge cisterciense, era abade do Mosteiro de S.ª Maria de Riba Côa, no bispado de Lamego. Depois disso, em 1463, encontrava-se em Roma quando tomou conhecimento da vacatura do lugar do priorado do Mosteiro de S. Vicente, em Lisboa, que o cardeal de S. Nicolau, Rodrigo Bórgia, futuro Alexandre VI, foi ocupar por decisão do Papa Pio II. Tendo o assunto chegado ao conhecimento do Rei de Portugal, D. Afonso V, logo este formulou um protesto com base no seu direito de padroado, o que determinou a renúncia do

cardeal num clérigo português, tendo a escolha do Monarca recaído sobre D. Nuno Álvares. A ocupação efetiva do lugar encontrou, contudo, um obstáculo, que foi a recusa do seu nome por parte dos monges de S. Vicente, os quais, para o efeito, invocavam uma bula de Nicolau V que impunha a obrigatoriedade de os frades dos Mosteiros de S. Bento, S.^{to} Agostinho e S. Bernardo serem liderados por alguém da sua congregação. Perante isto, Nuno Álvares dispôs-se a ingressar nos Agostinhos, objetivo que alcançou quando recebeu o novo hábito das mãos do cardeal D. Jorge da Costa, após o que pôde, então, assumir o cargo.

Em 1468, foi nomeado bispo de Tânger por D. Afonso V, ainda que a praça norte-africana não fosse, na altura, possessão portuguesa, razão pela qual, entre outras, também não era obrigado a residência. Conquistada a praça, a 28 de agosto de 1471, a ereção canónica da diocese começou a ser preparada, vindo a materializar-se com a publicação da Bula *Clara Devocionis Sinceritas*, pela qual, a 21 de agosto de 1472, o Papa Sisto IV ordenava ao arcebispo de Lisboa e ao bispo de Lamego, D. Rodrigo de Noronha, que, passando a África, aí instalassem a referida Diocese. Assim se fez, e quando, em 1472, D. Afonso V tomou posse de Tânger, fê-lo na companhia do bispo titular, D. Nuno Álvares, que logo “purificou [...] a principal mesquita, dedicando-a ao Espírito Santo”, e, de seguida, aí celebrou os ofícios divinos na presença do Monarca (JORDÃO, 1858, 14).

Segundo António Cordeiro, na sua *História Insulana* (1866), depois de se encontrar na plena posse da sua Diocese, D. Nuno Álvares terá sabido da falta de clérigos de que padecia a ilha da Madeira, a qual fora já reportada por João Gonçalves Zarco ao infante, pelo que, sem conhecimento quer do rei quer do vigário da Ordem de Cristo, terá solicitado ao Papa Paulo II um breve que o tornava, igualmente, prelado dos arquipélagos da Madeira, dos Açores e da ilha de Santiago, em Cabo Verde.

A esta perspetiva se opõe o P.^e António Brásio, que, pelo contrário, defende que o breve em questão, *Romanus Pontifex*, de 27 de fevereiro de 1469, não foi impetrado por D. Nuno Álvares, correspondendo antes a uma informação de que dispunha o Papa quanto ao facto de as ilhas dos arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde nunca terem tido prelado, pelo que o pontífice resolveu remediar essa ausência indigitando o bispo de Tânger. Esta indicação papal levanta, no entanto, algumas perplexidades, nomeadamente a que surge com a indicação de que D. Nuno Álvares deveria ser bispo *in partibus infidelium*, o que só se poderia aplicar ao norte de África, propriamente dito, e nunca às ilhas atlânticas, que não tinham “infiéis”, e a que diz respeito ao facto de o prelado ser detentor de jurisdição canónica sobre os territórios anexados, quando esta jurisdição pertencia, realmente, à Ordem de Cristo, pelo que a única explicação para este complexo enredo terá de radicar no desconhecimento do Papa em relação à situação jurídica, e não só, dos arquipélagos atlânticos. Esta asserção torna-se tanto mais legítima quanto se sabe que, pouco tempo depois, a 7 de outubro de 1469, Paulo II enviou ao bispo um novo breve que o dispensava da residência por, segundo o pontífice, só então ter sido informado de que Tânger estava na posse de sarracenos.

A intenção do Papa de colocar a Madeira sob tutela do bispo de Tânger rapidamente chegou ao conhecimento quer do vigário de Tomar, quer de D. Beatriz, na altura à frente do mestrado da Ordem de Cristo por menoridade do seu filho e herdeiro, o duque D. Diogo. Nem um nem o outro tardaram a reagir, enviando para a Madeira cartas em que se opunham terminantemente à ingerência de D. Nuno Álvares nos destinos religiosos da Ilha, contendo a do vigário, com data de 18 de janeiro de 1472, uma referência explícita à intenção da Ordem de Cristo de rapidamente enviar “outro bispo que por licença da dita Ordem e Vigário dela vá a vos ministrar estes sacramentos que de seu ofício de vos cumpridores forem”. Teve, portanto, este episódio o mérito de sublinhar

a necessidade do rápido envio de um prelado para a Madeira, o que acabou por se verificar, embora só em 1508, com D. João Lobo (SILVA, 1946, 20).

Apesar de não ver concretizada a expansão do seu território diocesano, D. Nuno Álvares continuou próximo de D. Afonso V, que, por carta régia de 20 de março de 1473, doava ao bispo casas para residir em Tânger e, a 28 de agosto de 1475, o fazia fidalgo e do seu Conselho. Ao que se sabe, D. Nuno Álvares acabou os seus dias como prior de S. Vicente de Fora, em Lisboa, onde veio a falecer a 15 de junho de 1491.

Bibliog.: ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967; ARAÚJO, António de Sousa, "António Domingues de Sousa Costa (1926-2000): elementos para a sua biobibliografia", *Lusitania Sacra*, 2.ª sér., vol. xv, 2003, pp. 331-358; BRÁSIO, António, "O padroado da Ordem de Cristo na Madeira", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. xii, 1960-1961, pp. 191-228; CORDEIRO, António, *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, Lisboa, Typ. Panorama, 1866; JORDÃO, Levy Costa, *Memoria Historica sobre os Bispados de Ceuta e Tanger*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1858; NASCIMENTO, João Cabral do, "Estudantes da ilha da Madeira na Universidade de Coimbra, nos anos de 1573 a 1730", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. I, fascs. III-IV, 1931, pp. 145-150; SILVA, Fernando Augusto da, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, Funchal, s.n., 1946.

CRISTINA TRINDADE
PAULO PERNETA

Alves, João de Freitas

Nasceu a 17 de dezembro de 1930 na freguesia do Faial, concelho de Santana, na Madeira. Era filho de Alfredo de Freitas Alves e de Maria de Freitas da Silva.

Deu entrada no Seminário Menor dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria (Missionários Claretianos), nas Termas de São Vicente, Pinheiro, Penafiel, em 1945. Lá permaneceu até ao ano de 1950. Frequentou o noviciado no Seminário dos Carvalhos, Vila Nova de Gaia, onde fez a profissão religiosa, a 16 de julho de 1951. Iniciou o estudo de Filosofia nos Carvalhos, concluindo-o no Seminário da R. de Fez, Lordelo do Ouro, Porto, entre 1951 e 1954. Seguiu, depois, para Roma, onde estudou Teologia, entre 1954 e 1958, obtendo a licenciatura na Pontifícia Univ. Gregoriana.

Foi ordenado sacerdote pelo cardeal Luigi Traglia, na basílica de S. João de Latrão, Roma, a 22 de março de 1958.

Foi para o Seminário dos Carvalhos, como professor e prefeito de estudos, no ano letivo de 1958-1959. Entre 1959 e 1962, foi responsável pela formação dos estudantes de Filosofia no Seminário da R. de Fez. De 1962 a 1967 fez parte da direção do Colégio Universitário Pio XII, em Lisboa, e orientou espiritualmente os estudantes. Neste período, lecionou no Instituto Superior de Psicologia Aplicada e dirigiu, até finais de 1969, a revista *Reinado do Coração de Maria*. Nos anos letivos de 1967-1968, foi designado prefeito dos estudantes de Filosofia e Teologia no Seminário das Missões, Cacém, Sintra.

Seguidamente, foi nomeado superior provincial, cargo que desempenhou durante dois sexénios, de 1968 a 1980, e presidente da Conferência Nacional dos Institutos Religiosos (CNIR), de 1975 a 1978. Entre 1968 e 1972, integrou comunidade do Colégio Universitário Pio XII, em Lisboa, passando a viver, de 1972 a 1974, na comunidade claretiana sita no mesmo edifício e, desde então até 1980, na casa da R. Nova do Almada, Lisboa.

Em setembro de 1980, embarcou para as missões de São Tomé e Príncipe. Foi nomeado administrador apostólico da Diocese, com o título de monsenhor, e tomou posse a 23 de novembro de 1980. Desenvolveu, então, uma importantíssima atividade na animação pastoral, estruturando a Diocese na linha das três opções definidas pelo conselho presbiteral: evangelização da família, formação de evangelizadores leigos e promoção de vocações sacerdotais e religiosas. Organizou também a celebração dos 450 anos da fundação da Diocese são-tomense.

Após haver desembarcado em Luanda, Angola, a fim de participar numa reunião da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), e já a caminho do palácio arquiepiscopal, foi cuspidado do camião em que seguia, tendo tido morte imediata, a 7 de janeiro de 1984. O corpo foi transportado de avião para São Tomé, acompanhado pelo delegado

apostólico da Santa Sé em Luanda, D. Fortunato Baldelli, e pelo arcebispo de Huambo e presidente da CEAST, D. Franklim da Costa. O funeral realizou-se a 11 de janeiro, com a presença do embaixador de Portugal em São Tomé e representantes do governo são-tomense, e constituiu a maior manifestação popular desde a independência. O corpo ficou sepultado no cemitério de S. João da Vargem, em São Tomé, em campa adquirida pela Missão Católica.

Bibliog.: OLIVEIRA, José Correia de, *Missionários Claretianos em Portugal (1898-2004)*, Lisboa, Província Portuguesa da Congregação dos Missionários Claretianos, 2005.

JERÓNIMO TRIGO

Alves, Mário

Empregado bancário e poeta. Nasceu às 08.00h do dia 1 de março de 1897, na freguesia de São Pedro, Funchal, tendo sido batizado a 25 do mesmo mês e ano, na igreja matriz daquela paróquia. Era filho legítimo de Alexandre Alves, sargento de artilharia, e de Maria Amélia Correa Alves, doméstica, recebidos na igreja paroquial de N.ª Sr.ª da Graça do Estreito, concelho de Câmara de Lobos, Diocese do Funchal, a 23 de setembro de 1894, e moradores na freguesia de São Pedro, na R. da Pontinha. Era neto paterno de José Alves e de Antónia da Silva Alves, e neto materno de José Martinho Pinto Correa e de Leocádia de Jesus. Veio a contrair matrimónio com Maria Ferreira Alves, de cujo enlace nasceu Mário César Alves.

Foi funcionário bancário, tendo trabalhado no Banco Nacional Ultramarino, na secção de correspondência da filial do Funchal. A poesia era uma das suas grandes paixões, tendo publicado poemas, de forma regular, em distintos periódicos, de que é exemplo o *Eco do Funchal*. Colaborou ainda com o *Correio Desportivo*, *O Desporto*, o *Diário da Madeira*, o *Diário de Notícias*, *A Esperança*, *O Jornal*, o *Mocidade*, o *Sport do Funchal* e o *Trabalho e União*. Chegou a submeter alguns dos seus poemas a concursos literários, como foi o caso dos Jogos Florais da Madeira, aberto nas colunas do *Eco do Funchal*,

em 1942, no qual obteve, na categoria de Quadra, o 2.º prémio, Cravo de Prata, com a composição: “Trazes nas faces, que pintas,/De dois corações o geito./De sobra te dão as tintas/O que te falta no peito.”

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Registos Paroquiais, Estreito de Câmara da Lobos, Casamentos, liv. 6974A, fs. 11-11v.; *Ibid.*, Registos Paroquiais, São Pedro, Batismos, liv. 6797A, fs. 21v-22; **impresa:** CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; “Jogos florais da Madeira”, *Eco do Funchal*, 19 nov. 1942, p. 2; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1953.

RICARDO PESSA DE OLIVEIRA

Ambientalismo

O ambientalismo, entendido como um movimento social que defende um maior equilíbrio entre as sociedades humanas e a natureza e, desde a sua fase mais inicial, como a reação da sociedade aos desequilíbrios ambientais provocados pelo Homem, ganha uma maior expressão global somente após a Segunda Guerra Mundial, em particular a partir dos anos 60 do séc. xx. Até então, a expressão do ambientalismo manteve-se, em grande medida, restrita à questão conservacionista e muitas vezes reservada à abordagem de situações muito específicas, locais e pontuais, quase sempre através de iniciativas galvanizadas mais por individualidades do que por organizações. No arquipélago da Madeira, embora com algum atraso em relação aos centros mundiais, a expressão do ambientalismo seguiu esse mesmo percurso.

O marco civilizacional responsável pela rutura entre as sociedades humanas e o equilíbrio ambiental foi a Revolução Industrial iniciada no séc. XVIII. A partir daí, com a utilização da tecnologia e da energia fóssil, a exploração de recursos e a poluição intensificaram-se. Embora o arquipélago da Madeira estivesse afastado dos centros industriais onde, na Europa e nos Estados Unidos, este processo se acentuava, não deixou de sentir alguns dos seus efeitos, e cedo, à semelhança do que ia sucedendo no seio das grandes potências económicas de então, algumas vezes começaram a surgir em defesa da conservação dos cada vez mais

delapidados recursos naturais. Efetivamente, apesar dos problemas de poluição que iam crescendo nas cidades industrializadas, foi a preocupação com a conservação da natureza, das suas espécies e dos seus *habitats* que mais marcou a origem do movimento ambientalista no fim do séc. XIX e no decorrer de grande parte do séc. XX. Nessa fase, ao mesmo tempo que as poucas vozes dos conservacionistas norte-americanos, nomeadamente Gifford Pinchot (1865-1946), que planeou as reservas florestais norte-americanas, John Muir (1838-1914), fundador do Sierra Club, ou Aldo Leopold (1887-1948), defensor da vida selvagem e impulsor da primeira área nacional para a sua proteção nos Estados Unidos, faziam o difícil caminho em direção ao que é atualmente o movimento ambientalista, no arquipélago da Madeira individualidades como Carlos Azevedo de Meneses (1863-1928) trilhavam, à escala insular, o mesmo percurso.

As raízes do ambientalismo madeirense

Carlos Azevedo de Meneses, botânico e naturalista nascido na ilha da Madeira, não se limitou a fazer ciência, como está expresso ao longo do *Elucidário Madeirense*, uma das suas obras mais conhecidas do público. Efetivamente, além do estudo aprofundado que lhe mereceu a flora madeirense, e talvez por isso, Carlos Azevedo de Meneses empenhou-se profundamente na sua defesa e conservação. O *Elucidário Madeirense* é um testemunho abundante dos seus alertas e preocupações relativamente ao grau de destruição a que a floresta madeirense estava abandonada na passagem do séc. XIX para o séc. XX, em face do excesso de gado em apascentação livre, dos incêndios constantes e do abate de arvoredo para a produção de carvão, problemas que se arrastavam e se acentuavam sem soluções à vista.

Em sintonia com as preocupações pioneiras das raras individualidades que na Europa e na América do Norte criavam as raízes do ambientalismo, em particular por impulso do movimento conservacionista, Carlos Azevedo de Meneses procurou, em referência à

realidade insular que bem conhecia, que a sociedade madeirense inflétisse relativamente a um conjunto de problemas ambientais. Uma das lutas mais insistentes de Carlos Azevedo de Meneses foi pela recuperação das serras “desnudas” através da rearboreção com espécies indígenas, em particular lauráceas (SILVA e MENESES, 1940, II, 427). Insurgiu-se contra a utilização de espécies exóticas nas serras do arquipélago, defendendo as indígenas como as mais bem adaptadas ao seu clima. Neste particular, destaca-se o testemunho deixado pelo artigo que publicou no *Diário do Comércio*, referenciado no *Elucidário Madeirense* na entrada “Vidoeiro”, em que critica a iniciativa, levada a cabo em 1910, de plantar vidoeiros no Porto Santo, defendendo para essa ilha a utilização de espécies indígenas ou mediterrânicas adequadas, de folhagem persistente e pouco exigentes em água. Como forma de alterar as circunstâncias lesivas para o património florestal madeirense, defende um regime florestal mais eficaz e uma circunscrição florestal dotada de recursos humanos devidamente formados, criticando a inoperância dos serviços dirigidos por um regente florestal que, desde 1897, apenas haviam feito algumas plantações de espécies exóticas no Porto Santo e nas serras da Madeira, esquecendo as espécies indígenas ameaçadas pelo gado e pelos carvoeiros. Insurge-se ainda contra o facilitismo das licenças camarárias que autorizam o abate de espécies valiosas da flora madeirense e condena os meios pouco claros pelos quais as autoridades vão permitindo a alienação de baldios em favor de algumas individualidades influentes na sociedade. Carlos Azevedo de Meneses faz uma referência crítica ao desaparecimento do cedro indígena da Madeira no *Elucidário Madeirense*, fazendo notar que 50 anos antes, portanto em meados do séc. XIX, ainda existiam maciços desta espécie nas serras da Madeira. Na senda da defesa da flora madeirense, insitiu na sensibilização das autoridades locais e da comunidade em geral para o papel do coberto florestal na prevenção das aluviões e na captação de água para alimentação das nascentes. A sua preocupação para com a segurança das

populações levou-o a defender o uso de espécies silvestres na rearborização das montanhas centrais da ilha da Madeira e das margens das ribeiras, de modo a permitir a contenção de solos e rochas e, dessa forma, tornar a Ilha mais resiliente às investidas das aluviões que periodicamente a assolam.

Carlos Azevedo de Meneses muito insistiu, pois, na necessidade de acabar com as ameaças à floresta madeirense, tendo identificado como principais culpados da sua destruição o pastoreio desordenado, os incêndios e o fabrico de carvão. Nesse sentido, defendeu a extinção do pastoreio nas serras ou, no mínimo, a aplicação da lei de 23 de julho de 1913 referente à pastagem de gado nas serras da ilha da Madeira, que proibia o gado caprino e suíno, assim como o fim da produção de carvão nas serras e uma punição exemplar para os incendiários.

Além das questões ambientais relacionadas com a floresta madeirense, pela pena de Carlos Azevedo de Meneses surgem também alertas para a conservação das espécies marinhas,

nomeadamente a necessidade de serem melhorados os conhecimentos não só sobre as espécies, mas também relativamente aos fatores ecológicos associados à diversidade de vida nos mares da Madeira. Já no primeiro quartel do séc. xx havia uma forte apreensão em relação às consequências das reiteradas práticas piscatórias predatórias que, contrariando a legislação em vigor e recorrendo ao uso de explosivos e peneiros de malha reduzida, punham em causa algumas espécies litorais. O perigo de extinção do lobo-marinho (*Monachus monachus*) – que apenas em 1988 viu ser-lhe garantida proteção efetiva – no arquipélago da Madeira mereceu alertas de Carlos Azevedo de Meneses, pela continuada perseguição que era movida a esta espécie por parte dos pescadores.

Mais tarde, durante o Estado Novo, depois de Carlos Azevedo de Meneses, mas com certeza bebendo dos escritos que deixou, Eduardo Clemente Nunes Pereira (1887-1976), padre e professor, também aponta de forma contundente, na sua obra de referência, *Ilhas de Zargo*, os incêndios, o fabrico de carvão e a extração



Fig. 1 – Casa de abrigo no pico Ruivo (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

de lenhas como os grandes responsáveis pela destruição das florestas madeirenses. Eduardo Pereira salienta que o período da Primeira Guerra Mundial, em que Portugal esteve oficialmente envolvido de 1916 a 1918, produziu um desgaste extraordinário nas matas de toda a ilha da Madeira, pela acentuada procura de lenha para aquecimento das caldeiras dos vapores costeiros e das fábricas industriais de aguardente e açúcar, devido à escassez de carvão de pedra e ao elevado preço dos combustíveis. Este autor refere mesmo que o fabrico de carvão vegetal, quer seja em explorações legais, quer clandestinas, é destruidor sistemático das matas ricas e das essências excepcionais da Madeira, salientando que as urzes arbóreas das montanhas mais altas são as mais afetadas por esta destruição, apesar do seu importante papel como elementos regularizadores do regime das chuvas e de serem fundamentais para o incremento das águas de irrigação. Mas Eduardo Pereira vai ainda mais longe na sua obra, sistematizando, sem receio de criar constrangimentos às autoridades, os “fatores de destruição ou desbaste das florestas madeirenses: a escassez de combustível e madeiras de construção provocada pela Segunda Guerra Mundial; a tolerância de se ter permitido tão abusivamente a queima de combustível vegetal em indústrias que podiam alimentar-se de carvão de pedra, mesmo dentro do conflito internacional; a deficiente vigilância, ineficaz e incompleta fiscalização contra portadores de carvão na via pública; impunidade ou brandura de repressão de contraventores do repovoamento florestal; queimadas de adubação agrícola; monopolizações indiretas de lenha e venda desta, verde ou molhada, o que tudo favoreceu a ganância, a ambição e o assalto às florestas, afetando os maciços das mais primitivas e raras essências” (PEREIRA, 1989, I, 303).

Estes testemunhos das preocupações ambientais que germinavam na sociedade madeirense desde início do séc. xx não terão sido vozes isoladas mas, pelo contrário, reflexos de cuidados que se agitavam em determinados círculos da sociedade insular desde épocas anteriores. Aliás, os graves problemas que davam origem a

estas inquietações faziam sentir-se há alguns séculos, à medida que o processo de povoamento do arquipélago da Madeira ia acentuando o delapidar dos recursos naturais existentes. A pressão humana crescente num território exíguo, onde se exercia a exploração de recursos naturais não apenas para suporte da comunidade regional, mas também, em grande medida, para exportação para a metrópole e outros destinos, depressa se revelou insustentável, refletindo-se em graves constrangimentos para a sobrevivência da própria sociedade madeirense. Tanto assim terá sido que cedo, ainda no próprio século de início do povoamento, em 1493, o alvará régio de D. João II terá imposto as primeiras medidas conhecidas destinadas a combater a destruição dos arvoredos da Ilha, ao qual se seguiram outras disposições como o “regimento das madeiras”, de 1515, ou o alvará régio de D. João IV, de 1641, onde se reconhecia a importância de manter o arvoredo para promover a condensação atmosférica, a regularização do regime das chuvas e o aumento dos caudais das levadas e das fontes (SILVA e MENESES, 1940, II, 510).

As consequências diretas e imediatas decorrentes dos desequilíbrios ambientais provocados pelo Homem, nomeadamente a escassez de recursos tão essenciais como a água, o solo e a biomassa, e o aumento do risco de aluviões que ameaçam as populações e os seus bens, constituíram para a sociedade madeirense, até às últimas décadas do séc. xx, acima de tudo, questões de sobrevivência; mas foram também a base do movimento ambientalista que se evidenciou na comunidade regional e na sociedade global.

Exemplo dessa agitação social em torno da gestão e do uso dos recursos escassos é a luta pela água de irrigação que, na Madeira, ao longo dos séculos, levou a que se matasse e se morresse por ela e justificou crimes, sevícias, litúgios e levantamentos populares. As discórdias em torno do acesso à água de irrigação, quicá agravadas pela escassez acentuada com a destruição do coberto florestal na costa sul da Ilha, obrigaram desde cedo a disposições legais que procuraram acautelar uma

repartição mais equitativa desse bem. Não obstante esse longo histórico, em maio de 1962, o povo da Lombada da Ponta do Sol e do Lugar de Baixo revoltou-se ao ver ser-lhe desviada a água da sua Levada do Moinho para a Levada Nova, construída pela comissão administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira. O desvio para a Levada Nova, por ordem da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, das águas que haviam sido compradas a custo pelo povo, juntamente com os terrenos da Lombada da Ponta do Sol e do Lugar de Baixo, provocou a reação dos populares que, a 6 de maio de 1962, montaram guarda junto ao cabo da levada, na ribeira da Ponta do Sol, para garantir que a água continuava a correr para a Levada do Moinho. Seguiram-se três meses de impasse com as autoridades, que terminaram a 21 de agosto, dia em que a Polícia de Segurança Pública tomou à força o cabo da levada. Mais tarde, no final de 1974, foram reconhecidos ao povo da Lombada e do Lugar de Baixo os direitos de propriedade destas águas de rega com nascentes nas Rabaças, através de um acordo, em sede do Tribunal da Ponta do Sol, entre a Comissão da Levada do Moinho da Lombada e Lugar de Baixo, a Junta Geral e o Ministério Público.

O ambientalismo posterior na Madeira

Portugal contou, desde 1948, com uma organização não governamental de defesa do ambiente, a Liga para a Proteção da Natureza (LPN), e incluiu na sua Constituição de 1976 (art. 66.º) o direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender. Em 1975, o governo criou a Secretaria de Estado do Ambiente, mas só na déc. de 1980 o movimento ambientalista começou a ganhar um maior dinamismo; exemplo disso é a fundação, em 1985, da Quercus-Associação Nacional de Conservação da Natureza.

No arquipélago da Madeira, essa década também assistiu ao despontar deste movimento através do empenho de Raimundo Quintal (n. 1954), professor de Geografia na Escola Secundária Francisco Franco, no Funchal, que

em 1988, em conjunto com colegas como Diamantino Santos e Natividade Jesus, fundou o Clube de Ecologia Barbusano que, apesar de ser apenas um clube escolar, foi a primeira organização com intervenção direta na sociedade madeirense no âmbito da problemática ambiental. No âmbito das atividades que desenvolveu, em particular os passeios a pé para dar a conhecer a paisagem natural e humanizada da Madeira, o Barbusano assumiu o dever de denunciar publicamente o que de negativo ia detetando na paisagem. Após a sua saída, em 1994, o Barbusano continuou a sua atividade, mas foi durante a liderança de Raimundo Quintal que o contributo deste clube para o movimento ambientalista madeirense mais se manifestou. Com efeito, Raimundo Quintal transformou o que formalmente era apenas um clube escolar numa associação de defesa do ambiente representativa da sociedade. De tal maneira que, mesmo sem ter fundamento legal, uma vez que se tratava de um clube escolar, o Governo Regional da Madeira não raras vezes, convidou o Barbusano para se fazer representar em comissões de acompanhamento de grandes obras e de alguns planos.

Raimundo Quintal foi a voz do ambientalismo madeirense desde o início da déc. de 1980. Entre outubro de 1981 e outubro de 1993, foi coordenador do suplemento “Cidade-Campo” do *Diário de Notícias* (Madeira), e nesse seu trabalho jornalístico de intervenção e educação ambiental desenvolveu temas de ambiente e urbanismo: alertou para as consequências sobre o património natural e a segurança das populações do excesso de gado caprino, ovino e suíno nas serras da Madeira em regime de pastoreio não ordenado, defendendo a sua retirada; atribuiu os insistentes incêndios nas serras madeirenses à incúria humana, responsável também pelo empobrecimento florístico, pela degradação da paisagem e pelo acentuar da erosão; questionou o civismo dos madeirenses, por causa do abandono de lixo no meio da natureza; chamou a atenção para o avanço das espécies infestantes e a ameaça que constituíam para as espécies e os ecossistemas indígenas; associou a extração de inertes em meio marinho



Fig. 2 – Arco de São Jorge (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

ao acentuar da regressão costeira; criticou o urbanismo desordenado e a falta de enquadramento paisagístico de muitas construções nos diferentes concelhos da Madeira; e alertou para o abandono da atividade agrícola, devido à concorrência dos produtos da Comunidade Económica Europeia (CEE).

Entre 1994 e 2002, foi vereador com o pelouro do Ambiente na Câmara Municipal do Funchal, período durante o qual, entre outras medidas, implementou a recolha seletiva de resíduos e criou o Parque Ecológico do Funchal. A partir de fevereiro de 2002, presidiu à Associação dos Amigos do Parque Ecológico do Funchal, da qual também foi fundador em 1996; esta associação constituiu-se para reunir o apoio da sociedade em torno do projeto subjacente à criação do referido parque, *i.e.*, à recuperação do coberto florestal nas serras sobranceiras à cidade do Funchal, profundamente destruído devido ao pastoreio intenso e aos frequentes incêndios. O trabalho desta ONG para o ambiente, de âmbito local, centrou a sua atividade em trabalhos de reflorestação e de educação ambiental nas serras do Funchal, primeiro dentro dos limites do próprio parque ecológico, em particular no Pico do Areiro, e posteriormente numa propriedade da própria associação, o Campo de Educação

Ambiental do Cabeço da Lenha, nas imediações do parque.

Raimundo Quintal, que continuou a chamar a atenção para a necessidade de se recuperar o coberto florestal nas serras e se respeitar o leito das ribeiras e a linha costeira, foi distinguido, em 2012, com o Prémio Quercus.

Em outubro de 1994, Hélder Spínola, aluno da licenciatura em Biologia na Univ. da Madeira, deu início, conjuntamente com vários colegas, à fundação na Madeira de um núcleo regional da Quercus-Associação Nacional de Conservação da Natureza, sendo presidente da Quercus-Madeira até 2000. Neste período da atividade da organização ambiental foram retomados temas antigos do ambientalismo madeirense, como a questão da destruição do coberto vegetal nas serras da Madeira devido ao pastoreio intenso e aos incêndios frequentes, e surgiu uma nova geração de preocupações, como: os perigos para a saúde pública decorrentes da inalação das fibras de amianto, presentes em diversas aplicações em edifícios em toda a Região; a necessidade de uma gestão mais sustentável dos resíduos, defendendo uma aposta na redução e na reciclagem e opondo-se determinantemente à construção de uma central de incineração que acabou por ser inaugurada em 2004; os problemas de

poluição, nomeadamente os decorrentes de casos concretos de despejos de resíduos perigosos no ambiente; os efeitos nefastos sobre os ecossistemas marinhos decorrentes do abandono de resíduos plásticos e do despejo de terras nas ribeiras ou diretamente para o mar; o desrespeito pelos planos de ordenamento do território e a ausência de alguns instrumentos importantes como os Planos de Ordenamento da Orla Costeira e a Reserva Ecológica Nacional. Hélder Spínola exerceu ainda o cargo de presidente da Direção Nacional da Quercus entre 2003 e 2009; nessas funções, deu projeção nacional e europeia a algumas questões ambientais regionais, em particular as situações que afetavam os sítios da Rede Natura 2000, como a implantação de um radar militar no Pico do Areeiro, a construção do empreendimento turístico-imobiliário Quinta do Lorde, na Ponta de São Lourenço, ou a tentativa de construção de um teleférico no Rabaçal, em pleno coração da floresta Laurissilva.

Hélder Spínola foi substituído na presidência da Quercus-Madeira, no ano 2000, por Idalina Perestrelo Luís, que ocupou o cargo até 2013, sendo substituída pela bióloga Elsa Araújo para assumir o cargo de vice-presidente e vereadora com o pelouro do Ambiente na Câmara Municipal do Funchal. Na presidência de Idalina Perestrelo Luís, a Quercus-Madeira promoveu uma maior cooperação entre ambientalistas e uma melhor integração destas questões na sociedade madeirense. Assim, em 2009, a Quercus-Madeira e a Associação dos Amigos do Parque Ecológico interpuseram no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal um processo contra o projeto de construção de um teleférico no Rabaçal, em plena Laurissilva, zona classificada como Património Mundial Natural pela UNESCO, como sítio da Rede Natura 2000 pela União Europeia, e como Parque Natural pela própria Região Autónoma da Madeira, e levaram o assunto até à UNESCO; esta união de esforços e o apoio generalizado da opinião pública madeirense levou o Governo regional da Madeira a desistir do projeto em 2010.

Embora sem resultados tão positivos, houve outros exemplos de união do movimento

ambientalista madeirense, como a contestação à construção de um cais de acostagem para cruzeiros na baía do Funchal, aproveitando o depósito de inertes criado na praia junto ao cais da cidade, resultante das limpezas após a aluvião de 20 de fevereiro de 2010. Em 2002, os ambientalistas da Quercus-Madeira e da Cosmos-Associação de Defesa do Ambiente e da Qualidade de Vida, uma associação que surgiu na Madeira em 1995, mas que, em 2005, deixou de ter atividade, uniram-se à comunidade surfista regional, nacional e internacional para tentar impedir a construção de um passeio marítimo na pequena freguesia do Jardim do Mar, concelho da Calheta. Idalina Perestrelo Luís, pela Quercus-Madeira, e Gil Canha, pela Cosmos, em conjunto com a Save the Waves Coalition, a SOS Salvem o Surf e inúmeros cidadãos ligados a este desporto e à própria freguesia, organizaram um protesto para exigir uma reformulação do projeto. Apesar da cooperação entre ambientalistas e surfistas, o Governo Regional da Madeira não foi sensível aos apelos, e em março de 2003 as obras já avançavam sobre o mar, conduzindo à destruição da zona de *surf* que era o Jardim do Mar e a uma intervenção excessiva na linha costeira, que acabou por descaracterizar a pitoresca localidade piscatória. No mesmo ano, a Cosmos, em conjunto com a Quercus-Madeira, a comunidade surfista e personalidades do meio académico, promoveu a Cimeira do Litoral, que proporcionou uma discussão alargada sobre o movimento transgressivo do mar e as implicações das diversas obras costeiras que estavam a ser desenvolvidas na Madeira sem estratégia nem planeamento.

Apesar da curta existência da Cosmos, o seu aparecimento trouxe um importante contributo ao ambientalismo no arquipélago da Madeira, em particular nas questões relacionadas com o litoral. A Cosmos, com dirigentes como António Tanque (n. 1963), professor de Biologia e Geologia na Escola Secundária Jaime Moniz, e Gil Canha (n. 1961), empresário, agiu energicamente em muitas outras situações concretas na tentativa de proteger o litoral madeirense das investidas de que foi sendo

alvo no início do séc. XXI. Contestou intervenções como as marinas do Lugar de Baixo e da Qt. do Lorde e os enrocamentos marítimos na Ponta do Sol, Ponta Delgada e Ribeira Brava. Recorreu diversas vezes aos tribunais, através de processos de ação popular, para atingir os seus objetivos, sendo exemplos desta estratégia de intervenção as ações contra o GRM pela suspensão do processo de aprovação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira no arquipélago da Madeira, em 2001, contra a construção de um empreendimento imobiliário na falésia do Porto Novo, no sítio das Lajes, em Gaula, Santa Cruz, em 2001, e ainda, a título individual e por intermédio de Gil Canha, contra o empreendimento turístico-imobiliário Quinta do Lorde, na Reserva Natural da Ponta de São Lourenço, Caniçal, Machico, em 2009.

O Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA), apesar de não possuir uma estrutura regional na Madeira, tem, pontualmente, estendido a sua atividade a este arquipélago. Foi, *e.g.*, o caso da contestação judicial que promoveu em abril de 2000 contra a construção de um hotel na perigosa foz da ribeira da Madalena do Mar, no sítio da Banda d'Além. Em maio de 2003, a ação do GEOTA foi coroada de êxito com a decisão do tribunal que anulou a autorização dada pelo Governo Regional para a ocupação do Domínio Público Marítimo. Também a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), fundada em 1993 e possuindo desde 1998 uma delegação na Madeira, e apesar de se assumir mais como uma associação científica do que ambientalista, muito tem contribuído para o ambientalismo madeirense. A SPEA-Madeira tem o seu principal enfoque nos estudos sobre a avifauna, desenvolvendo projetos com parceiros públicos e privados, de que se destacam os censos de aves de rapina, o impacto das linhas elétricas e da iluminação pública sobre a avifauna e os projetos financiados por fundos comunitários através do Programa LIFE, de que são exemplo os seguintes: Conservação do fura-bardos e *habitat* de laurisilva na ilha da Madeira, Ilhéus do Porto Santo e freira do Bugio. Além dos estudos e dos

projetos, a SPEA-Madeira tem também contribuído para a contestação das opções que põem em causa os valores ambientais, como foram os seus alertas, em 2008, para as consequências sobre a freira da Madeira (*Pterodroma madeira*) decorrentes da construção de um radar militar no Pico do Areeiro, ou, em 2010, para a destruição de um importante refúgio de aves com a construção do campo de golfe da Ponta do Pargo, no concelho da Calheta.

Além das grandes organizações que têm marcado o ambientalismo na Madeira, outras mais pequenas, em alguns casos sem constituição formal, ou constituídas com base em outras áreas de atividade, também deram o seu contributo, em particular ao nível local. É exemplo deste contexto a Associação de Jovens ao Encontro da Natureza (AJEN) que, no início da déc. de 1990, em Machico e Santa Cruz, criou algum dinamismo em torno das questões ambientais, tendo, mais tarde, colaborado de forma estreita com a Quercus-Madeira. Também algumas individualidades sem ligações a associações de defesa do ambiente, à semelhança de Carlos Azevedo de Meneses no início do séc. XX, contribuíram nas últimas décadas para a movimentação social em torno da causa ambiental. O engenheiro geólogo João Baptista Silva (n. 1970) é disso exemplo, em particular pelos seus alertas desde o início do séc. XXI em relação ao desaparecimento das areias da praia do Porto Santo, devido às construções em cima das dunas e à barreira criada pelo porto de abrigo, e aos riscos das construções subterrâneas na cidade do Funchal em caso de aluvião.

Bibliog. impressa: E. M., "Quercus na Madeira contra todos os interesses", *Diário de Notícias*, Funchal, 13 abr. 1995, p. 4; PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 4.ª ed., 2 vols, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989; QUINTAL, Raimundo, *Veredas e Levadas da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1994; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 2.ª ed., 3 vols., Funchal, JGDAF, 1940; **digital:** *Associação Amigos do Parque Ecológico do Funchal*: <http://www.amigosdoparque.com/> (acedido a 15 nov. 2014); CAIRES, M., "Este litoral só faz sentido para os políticos", *Diário de Notícias*, Funchal, 2 jan. 2008: <http://www.dnoticias.pt/impressa/diario/44622/madeira/101968-este-litoral-so-faz-sentido-para-politicos> (acedido a 10 out. 2014); FREITAS, G. *et al.*, "Entrevista a Idalina Perestrelo", *Diário de Notícias*, Funchal, 21 ago. 2010: <http://www.dnoticias.pt/multimedia/video/223958-entrevista-a-idalina-perestrelo> (acedido a 25 out. 2014); GOMES, N., "Pioneiro do ambientalismo a caminho dos 25 anos", *Diário de Notícias*, Funchal, 30 out. 2012: <http://www.dnoticias>.

pt/impressa/diario/351982/madeira/351992-pioneiro-do-ambientalismo-a-caminho-dos-25-anos (acedido a 12 out. 2014); *Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente*: www.geota.pt (acedido a 15 dez. 2014); *Quercus-Associação Nacional de Conservação da Natureza*: www.quercus.pt (acedido a 17 nov. 2014); *Save the Waves Coalition*: http://www.savethewaves.org (acedido a 30 nov. 2014); SILVA, E., "O mar está a 'comer' a costa", *Diário de Notícias*, Funchal, 18 fev. 2010: http://www.dnoticias.pt/impressa/diario/45399/madeira/199874-o-mar-esta-a-comer-a-costa (acedido a 23 out. 2014); *Id.*, "'Ponta Oeste' faz hotel que privado não conseguiu", *Diário de Notícias*, Funchal, 4 set. 2011: http://www.dnoticias.pt/impressa/diario/281232/economia/281241-ponta-oeste-faz-hotel-que-privado-nao-conseguiu (acedido a 17 out. 2014); *Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves*: http://www.spea.pt (acedido a 5 dez. 2014); SPÍNOLA, Hélder, "Forty years of environmental education in the portuguese democracy", *The Online Journal of New Horizons in Education*, vol. 4, n.º 3, 2014, pp. 47-55: http://www.tojned.net/pdf/v04i03/v04i03-07.pdf (acedido a 8 jun. 2015).

HÉLDER SPÍNOLA

Ameal, João (pseud.)

João Francisco de Barbosa Azevedo de Sã de Aires de Campos, 2.º visconde e 3.º conde do Ameal, conhecido pelo pseudónimo literário de João Ameal, nasceu em Santa Cruz, Coimbra, no dia 23 de fevereiro de 1902, e faleceu em Lisboa, a 23 de setembro de 1982. Licenciado em Direito pela Univ. de Lisboa, jornalista, escritor e historiador, foi também um reconhecido político, tendo sido deputado da Assembleia Nacional, entre 1942 e 1957. Foi igualmente membro da Junta Central da Legião Portuguesa, da qual dirigiu o boletim, e procurador da Câmara Corporativa na VII Legislatura. Simpatizante da ideia de uma monarquia tradicional, de cariz católico e descentralizado, defendia um regime que pudesse levar Portugal a cumprir a sua vocação universalista.

Pertenceu à Academia Portuguesa de História, ao Instituto de Coimbra e à Associação dos Escritores Católicos Portugueses. Como jornalista, colaborou com os periódicos *Diário da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Domingo Ilustrado*, *Semana de Lisboa*, com a revista *Contemporânea* e com a *Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim Mensal*. João Ameal dirigiu a *Ilustração Portuguesa* entre 1921 e 1922, e, em 1926, a *Ação Realista*, cujo primeiro diretor, em 1921, foi o madeirense Ernesto Gonçalves.

Na *Ilustração Portuguesa*, edição semanal do jornal *O Século*, o autor da rubrica "Os livros da semana", que assina apenas com as iniciais

A. D., menciona a novela de João Ameal *Os Olhos Cinzentos*, considerando o seu autor (que estava então no início da sua carreira como romancista) um admirável cronista, com textos que fixavam instantes com um "colorido esmalte japonês", e um "romancista moderno, requintado" (A. D., *Ilustração Portuguesa*, 28 jan. 1922, 96). Autor de diversas obras, destacam-se, entre as de carácter histórico e de pensamento: *S. Tomás de Aquino. Iniciação ao Estudo da Sua Figura e da Sua Obra* (1938), *História de Portugal das Origens até 1940* (1941), *Europa e os Seus Fantasmas* (1945) e *Obreiros de Quatro Impérios* (1958).

Alfredo de Freitas Branco, visconde do Porto da Cruz, afirma nas suas *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira* que João Ameal foi um dos historiadores que, com António Sardinha e Alfredo Pimenta, contribuiu para repor a honestidade no estudo das figuras da história de Portugal. Considera, por isso, o seu trabalho importante, depois das falsidades que, após a Instauração da República, tinham sido divulgadas nos livros de educação da juventude, em consequência das tendências políticas da época.

No final do ano de 1932, como enviado do *Diário da Manhã*, João Ameal visitou a Madeira integrado numa comissão de jornalistas – da qual fazia parte o P.º Miguel de Oliveira, do *Novidades*, o escritor e poeta Augusto Pinto, do *Diário de Notícias*, Leopoldo Nunes, de *O Século*, o caricaturista madeirense Teixeira Cabral, o fotógrafo do *Diário de Lisboa* Horácio Novais – para presenciar as festas do *réveillon* e fazer a reportagem da viagem. Da visita à Ilha dá conta em diversas crónicas, publicadas entre 9 e 20 de janeiro de 1933, oferecendo aos leitores do *Diário da Manhã* a descrição do Funchal e das festas do fim de ano e o relato das visitas às inaugurações da Exposição de Amostras e da exposição de Georges Scott, à Câmara Municipal do Funchal, e ao edifício dos paços do concelho de Santa Cruz.

Faz, igualmente, a narrativa do passeio que a comitiva realiza pela Ilha, passando pelo Pico dos Barcelos, Terreiro da Luta, São Vicente e Monte, aproveitando para conhecer

algumas das quintas da Madeira. Além disso, escreve sobre os irmãos Francisco e Henrique Franco, considerando-os dois grandes artistas, e destaca algumas das figuras da ditadura, como Almeida Cabaço, Favila Vieira e Gastão Figueira, aproveitando para elogiar a obra do regime na Madeira. A crónica que fecha o ciclo é dedicada por João Ameal ao perfil dos amigos madeirenses, como Ernesto Gonçalves, ex-diretor da *Ação Realista* e, à época, membro da Junta Geral do Distrito do Funchal, João Cabral do Nascimento, na altura diretor do *Arquivo Histórico da Madeira*, Luís Vieira de Castro, escritor e jornalista, Alberto de Araújo, diretor do *Diário de Notícias* (Madeira), e Óscar Gonçalves, presidente da União Nacional madeirense.

A primeira crónica que João Ameal escreve sobre a Madeira é dedicada à noite de fim de ano e tem como subtítulo “A Ilha em fogo”, ocupando-se na segunda crónica com a identificação dos companheiros de viagem e com as impressões da chegada à Ilha. O deslumbramento que transmite pelas festas e o fascínio pelo espetáculo de luz a que assistiu, aliados ao facto de que o propósito da comitiva era justamente dar conta do fim de ano na Madeira, decerto contribuíram para que optasse por iniciar a série de crónicas pelo relato do *réveillon*, não obedecendo à sequência cronológica da viagem.

João Ameal não poupa na linguagem metafórica, para dar ao leitor a ideia de um acontecimento quase do campo do inverosímil, do vertiginoso: o mar é uma “grande toalha aveludada” de água, nas encostas desenham-se “arabescos de oiro”, os participantes sentem a “obsessão do Funchal distante, cada vez mais luminoso, estendendo pelas colinas a sua magnificência festiva”, transformado em “presépio incandescente”, em “enxame de luzes”, com “cravos de ouro pregados no corpo túmido da terra e que uma labareda formidável envolve e purifica os horizontes”. A “cidade catedral da luz” anima-se com o “cântico do fogo, largo e religioso, onde se adivinha um hino esparso de apoteose”, que leva o autor a colocar a tónica na ideia de que se está

perante algo de transcendente, quase místico, mas que ao mesmo tempo apela a todos os sentidos, numa sensualidade de luz e som. Trata-se de uma verdadeira passagem do velho ao novo, que enleva os corpos e eleva as almas: “A Madeira é um incêndio votivo à glória e à beleza do Ano Novo!...” (AMEAL, *Diário da Manhã*, 9 jan. 1933, 1-2).

A ideia de “visão” prodigiosa, união de terra e céu, que tem em relação à Ilha mantém-se na segunda crónica ao revelar as sensações da sua chegada que coincidiu com a noite da consoada: a Madeira vai-se tornando nítida quando o navio se aproxima de terra, dando a conhecer “uma enorme joia”, “gema feérica”, com as luzes da cidade que parecem o nascimento de um novo céu na “hora simbólica do Natal...” (*Id.*, *Diário da Manhã*, 10 jan. 1933, 1-2). Se as outras crónicas são de teor factual e enumerativo, mencionando os órgãos de imprensa, os compromissos sociais, as personalidades, os edifícios, quando descreve a paisagem natural da Madeira a sua pena torna-se mais imaginativa e rica. O cronista sublinha a sensualidade da natureza viva e da beleza do conjunto criado com as casas e os jardins do Funchal, “larga tapeçaria colorida” que observa com “volúpia” (*Id.*, *Diário da Manhã*, 12 jan. 1933, 3). A visão edénica da Madeira como paraíso terrestre, no qual reina uma eterna primavera, vai repetir-se sempre que o autor toma a natureza como objeto do olhar, centrando-se nos seus sentimentos e no efeito que a Ilha produz no indivíduo.

Ao retrato paradisíaco une-se a dimensão de desenvolvimento da Ilha no campo das artes e da imprensa, na área política, industrial e social. A visita à Exposição de Amostras, *e.g.*, que conta em “Instantâneos”, lembra-lhe a existência de duas Madeiras, a turística, que se oferece aos visitantes, e a que se entrega ao trabalho “constante, infatigável, criador” (*Id.*, *Diário da Manhã*, 13 jan. 1933, 3). Nos expositores encontra o açúcar, os vinhos, os vimes, os tapetes e os bordados, testemunhos de uma vitalidade industrial que crê poderá ser ainda maior no futuro. Para esta situação contribui a boa administração do

governo e dos municípios, que elogia e cuja obra exemplifica.

No que toca às artes, visita o *atelier* dos irmãos Franco, referindo também o pintor Alfredo Miguéis, que não consegue contactar. Numa vida moderna que considera pautada pela desorientação e pela confusão, as obras dos dois artistas afiguram-se-lhe como fiéis ao conceito do belo, considerando-os não só, e apenas, artistas madeirenses, mas também artistas de dimensão nacional, cuja obra apresenta um carácter intemporal. Insere mesmo uma poesia de Henri Membré dedicada aos Franco, comprovando a ideia de que Francisco e Henrique representam “duas vitórias do Espírito na Arte portuguesa atual” que velam “a pequena chama eterna do Espírito criador” (*Id.*, *Diário da Manhã*, 16 jan. 1933, 3), ao contrário de muitos artistas contemporâneos.

João Ameal dedica duas crónicas à obra da ditadura na Madeira, “Figuras da ditadura” (*Id.*, *Diário da Manhã*, 19 jan. 1933, 3) e “A obra da ditadura na Madeira” (*Id.*, *Diário da Manhã*, 20 jan. 1933, 1 e 11). Naquela que considera ser a era do renascimento criado pela ditadura, o Funchal é dimensionado como o lugar privilegiado do trabalho dos governantes no sentido de unificar, persuadir e conciliar. Personalidades de valor administram a Madeira, segundo o cronista, e a obra que constroem é visível na melhoria da rede de comunicações, de que faz uma lista de exemplos, na distribuição da água, com 70.000 m de canalizações, na construção de pontes, na assistência aos desamparados, com o subsídio a diversas instituições, na reflorestação das serras, no melhoramento do porto e nas obras feitas na capital. Ameal inclui uma lista de ações realizadas pela Câmara Municipal em benefício da cidade e elogia a propaganda da Madeira no estrangeiro. A “eloquência dos factos”, na opinião do autor, é suficiente para demonstrar a obra dos homens da ditadura na Madeira, que correspondia à obra “gigantesca” (*Id.*, *Ibid.*, 11) dos homens da ditadura no continente.

O cronista preocupa-se, assim, em descrever nas suas crónicas uma Madeira que se moderniza, que se abre ao mundo e que,

através da ditadura, encontra uma nova prosperidade. A sua crónica-reportagem sobre esta temática tem honras de primeira página, mostrando ao leitor continental o que se faz na Ilha, sublinhando a Madeira trabalhadora, industrial, protagonista nas artes. Mas o último texto dedica-o aos afetos, a Ernesto Gonçalves, Luís Vieira de Castro e João Cabral do Nascimento, concluindo a crónica da viagem à Madeira com a referência aos seus intelectuais.

Ainda que repita muitos dos estereótipos usados pelos visitantes, jornalistas e escritores que escreviam sobre a Ilha para revelar a beleza das paisagens naturais, o esplendor das festas e a excelência do seu turismo, João Ameal não deixa de interiorizar de forma pessoal o deslumbre visivo que lhe é permitido experimentar. Assim, as descrições por vezes libertam-se do *cliché* da Madeira-jardim para se deterem na Madeira como terra que permite o diálogo do eu com a sua alma. Não esquecendo as suas convicções políticas, Ameal apresenta um retrato ufanista da Madeira moderna, dos homens ligados à ditadura e do progresso que a nova governação, que uniu artistas, políticos e intelectuais num esforço comum, proporcionou a todos os níveis.

Obras de João Ameal: *Os Olhos Cinzentos* (1922); *S. Tomás de Aquino. Iniciação ao Estudo da Sua Figura e da Sua Obra* (1938); *História de Portugal das Origens até 1940* (1941); *Europa e os Seus Fantasmas* (1945); *Obreiros de Quatro Impérios* (1958).

Bibliog.: A. D., “Os livros da semana”, *Ilustração Portuguesa*, III sér., 28 jan. 1922, p. 96; AMEAL, João, “As festas de fim de ano na Madeira – A Ilha em fogo”, *Diário da Manhã*, 9 jan. 1933, pp. 1-2; *Id.*, “Crónicas de viagem – Primeira visão da Madeira”, *Diário da Manhã*, 10 jan. 1933, pp. 1-2; *Id.*, “Crónicas de viagem – Agenda de doze dias”, *Diário da Manhã*, 11 jan. 1933, p. 3; *Id.*, “Crónicas de viagem – Eterna primavera”, *Diário da Manhã*, 12 jan. 1933, p. 3; *Id.*, “Crónicas de viagem – Instantâneos”, *Diário da Manhã*, 13 jan. 1933, p. 3; *Id.*, “Crónicas de viagem – Santa Cruz”, *Diário da Manhã*, 14 jan. 1933, p. 3; *Id.*, “Crónicas de viagem – Paisagens da Madeira”, *Diário da Manhã*, 15 jan. 1933, p. 15; *Id.*, “Crónicas de viagem – Francisco Franco e Henrique Franco – Dois grandes artistas da Madeira”, *Diário da Manhã*, 16 jan. 1933, p. 3; *Id.*, “Crónicas de viagem – São Vicente”, *Diário da Manhã*, 17 jan. 1933, p. 7; *Id.*, “Crónicas de viagem – Georges Scott e a sua exposição no Funchal”, *Diário da Manhã*, 18 jan. 1933, p. 3; *Id.*, “Crónicas de viagem – Figuras da ditadura”, *Diário da Manhã*, 19 jan. 1933, p. 3; *Id.*, “Crónicas de viagem – A obra da ditadura na Madeira”, *Diário da Manhã*, 20 jan. 1933, pp. 1 e 11; *Id.*, “Crónicas de viagem – Perfil de alguns amigos”, *Diário da Manhã*, 21 jan. 1933, p. 3; “Os jornalistas que foram à Madeira regressaram ontem a Lisboa”, *Diário da Manhã*, 9 jan. 1933, p. 2; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1953.

LUÍSA M. ANTUNES PAOLINELLI

Anais municipais

O assunto das estatísticas foi um dos constantes problemas com que se defrontaram os novos governadores civis liberais, dada a falta de hábitos de disciplina administrativa das várias autoridades locais e por grande parte desses elementos encontrarem-se na posse das autoridades religiosas, que embora instadas a fornecê-los desde os meados do séc. XVIII, dificilmente o faziam. Teria sido o Gov. José Silvestre Ribeiro (1807-1891) o primeiro a interessar-se pela organização e sistematização dos chamados “anais”, de que o primeiro ou dos primeiros desta época foi feito em Beja, em relação ao ano de 1845, quando ali era governador e que imprimiu depois no Funchal (1847).

A determinação oficial da organização dos *Anais do Município* consta do alvará régio de D. Maria II (1819-1853), de 8 de novembro de 1847, que determina o registo anual dos acontecimentos e dos factos mais importantes, “e cuja memória seja digna de conservar-se” (MENESES, 1849, I, 607-608), descobrimento de riquezas, substâncias e combustíveis minerais, aumento ou diminuição da produção agrícola e suas causas, a longevidade das pessoas de que houve notícia com a declaração do modo de vida que tiveram e do seu alimento habitual, tal como de tudo o que merecesse ser transmitidos às gerações futuras e tudo quanto possa interessar às tradições locais. Cada administrador do concelho devia

nomear uma comissão competente para proceder à redação mensal dos referidos *Anais*, cujo conjunto original ficaria depois à guarda do arquivo camarário.

O Gov. José Silvestre Ribeiro era licenciado em Direito e alistara-se no Exército liberal de D. Pedro IV, tendo sido sucessivamente secretário-geral, governador civil do distrito de Angra do Heroísmo, Beja e Funchal, vogal do Supremo Tribunal Administrativo e ministro de Estado honorário, representando ainda

a Madeira nas sessões parlamentares de 1848 a 1858, embora não em continuidade. O seu governo na Madeira ganhou fama de ter sido ao longo do séc. XIX o que prestou os “mais assinalados serviços e [...] atos da mais alta e mais acendrada benemerência” (SILVA e MENESES, 1998, III, 208), o mesmo correndo na ilha Terceira, nos Açores, tal se devendo, também, a ter sido o governador que melhor soube usar a comunicação social, inclusivamente e graças ao diligente trabalho do seu secretário Sêrvulo Drumond de Meneses (1802-1867), publicando periodicamente a documentação produzida pelo seu gabinete.

Na Madeira, em fevereiro de 1848, José Silvestre Ribeiro iniciou uma campanha dos *Anais*, pela qual se iria bater ao longo dos anos seguintes para a recolha dos elementos sobre os vários concelhos da Madeira, na sequência do alvará régio de 1847, com vista à elaboração de memórias descritivas de carácter histórico-cultural, mas também económico, para servirem de introdução às Estatísticas Populacionais e Económicas obrigatoriamente entregues todos os anos e um dos cavalos de batalha dos vários governadores deste período.

Nesse sentido, as primeiras insistências de José Silvestre Ribeiro determinavam a recolha da descrição dos diversos concelhos, de onde constasse o clima, factos notáveis, igrejas, conventos de freiras, recolhimentos, conventos de frades extintos, estabelecimentos pios, confrarias, irmandades, misericórdias, hospitais, albergarias, asilos, etc. Insiste o governador que seriam importantes os dados sobre o clima e mesmo sobre as pessoas, as águas minerais e outros aspetos naturais, como determinava o alvará régio. E acrescenta ainda que um trabalho deste género era importante até como informação para os visitantes, podendo depois ser utilizado pelos cicerones dos estrangeiros, ou pelos “nacionais curiosos”, servindo igualmente de base para conselhos gerais, de que os “governos e os povos muito carecem”



Fig. 1 – *Beja no Anno de 1845* (1847), de José Silvestre Ribeiro.

(MENESES, 1849, I, 607-608). A título de exemplo, enviou então um exemplar dos *Traços Estatísticos de Beja*, que ele próprio organizara, em 1845, quando fora governador daquela cidade alentejana, e mandara então imprimir na tipografia de Alexandre Luís da Cunha (1803-1852), no Funchal.

José Silvestre Ribeiro voltava a insistir no assunto para todos os concelhos em meados do seguinte ano de 1849, referindo a organização das “Descrições históricas, topográficas e económicas” das povoações “que são cabeças de Concelho”, enviando, mais uma vez, cópia da Descrição de Beja, acrescentando, “tenho a desconsolação de não ter recebido nada” (ABM, Governo Civil, liv. 7, fls. 63-65 e 102v.-103) até essa data. No final do ano, voltou ao assunto, assim como ao da outra circular que determinava efetuar um inquérito à emigração ilegal para Demerara, enviada a 12 de novembro de 1849. A 22 de janeiro seguinte, insistiu novamente, determinando a nomeação de uma comissão de três a cinco elementos, entre vogais e vereadores, para a redação das Descrições, os quais deveriam iniciar o trabalho no primeiro dia do seguinte mês de março.

Em fevereiro de 1850, finalmente, recebia a *Descrição Histórica, Topográfica e Económica da Ilha do Porto Santo*, que reputa de uma memória rica de notícias, bem ordenada e excelentemente escrita, onde os elementos estatísticos eram muito valiosos e não menos importante a parte que tratava da topografia e história da ilha. O governador felicita mesmo o administrador do concelho, João de Santana e Vasconcelos (1806-1874), e dava-lhe os parabéns por “historiar e averiguar o motivo da designação de ‘profetas’ com que hoje são apelidados os moradores dessa Ilha”, como igualmente João António Pedroso, autor dos elementos de entrada do trabalho. Pedia ainda autorização para enviar um exemplar para a Imprensa Nacional, como então designava a oficina tipográfica existente em



Fig. 2 – *Anais do Município do Porto Santo* (1847), da Câmara Municipal do Porto Santo, 1989.

S. Lourenço, para ser impressa, o que não veio a acontecer, pois os “Anais do Porto Santo” só vieram a ser dados à estampa nos inícios do séc. xx (“Anais...”, *Heraldo da Madeira*, jan.-mar. 1906).

Sabemos que a comissão nomeada no Porto Santo era constituída pelo vigário de N.ª Sr.ª da Piedade, o P.º Manuel de Vasconcelos Ferreira, pelo cura, o P.º Cristóvão Coelho de Meneses, e pelos vereadores Luís Teixeira de Vasconcelos, João de Alencastre e João Alexandre Lomelino Drumond. Como dissemos acima, o governador agradeceu o

trabalho de introdução efetuado por João António Pedroso, que não é referido na documentação camarária. A comissão manteve-se até 15 de maio de 1851, embora formalmente dissolvida em 23 de maio de 1853, mas continuando o trabalho o administrador do concelho, João de Santana de Vasconcelos, que para tal auferia de uma verba de 5\$000 réis anuais, até meados da década seguinte.

Nos anos seguintes ainda apareceriam os “Anais de Machico”, redigidos pelo escrivão do judicial José António de Almada, e os “Anais da Calheta”, havendo indicações de que teriam existido ainda os de Santa Cruz, muito sucintos, incompletos e transcritos no tombo daquela Câmara, com os seus documentos fundacionais; estes elementos foram publicados em 2013 por Filipe dos Santos. A Câmara do novel município de Câmara de Lobos ainda ensaiou à época a reunião de alguns elementos, que foram enviados a 14 de agosto de 1850, por certo sumários, dada a pouca idade do município, mas as Câmaras do Funchal, da Ponta do Sol e de Santana nada fizeram, o mesmo acontecendo com a do Porto Moniz, até porque foi entretanto dissolvida.

A CMF tinha cometido a redação dos seus *Anais* ao Prof. Marceliano Ribeiro de Mendonça, depois a Francisco de Andrade e, finalmente, a Augusto César de Freitas, tendo-se o segundo negado a fazê-lo, mas tanto o primeiro

como o terceiro também nada fizeram, embora não conste que tenham recusado o serviço, como informa o *Elucidário Madeirense*. Muito mais tarde, em sessão de 7 de outubro de 1897, a vereação do Funchal aprovava uma proposta do presidente para que houvesse no arquivo municipal um livro “onde se descrevesse detalhadamente a história de todas as suas grandes obras, resoluções e melhoramentos executados pela Municipalidade” (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, 1897). O livro foi efetivamente adquirido, mas está perfeitamente em branco.

Este tipo de trabalhos esteve em voga ao longo dos sécs. XIX e XX e caía, quase sempre, em cima das câmaras, já assoberbadas com outros problemas, pelo que não nos devemos admirar que ignorassem pura e simplesmente esse tipo de pedidos. Aliás, já para os finais do seu mandato, voltava José Silvestre Ribeiro a enviar uma longa circular a todos os concelhos, então com mais um pedido: “Um estrangeiro esclarecido que adotou por Pátria o nosso Portugal”, o célebre barão Joseph James Forrester (1809-1861), desejava elaborar um ensaio sobre Portugal, para o que enviava mais 20 quesitos sobre dados estatísticos que o barão pretendia (*Ibid.*, Governo Civil, liv. 7, fls. 118v.ss.). O barão Forrester não terá chegado a editar esse trabalho, pois alguns anos depois morreria afogado numa viagem de passeio pelo rio Douro, quando se encontrava de visita à propriedade da célebre D. Antónia Ferreira (1811-1896), a Ferreirinha. E ninguém lhe terá respondido, mas o governador possuía todos esses dados no seu gabinete, o que tornava escusada a sua solitação aos concelhos.

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Câmara Municipal de Santa Cruz, liv. 240; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, 1897; *Ibid.*, Governo Civil, liv. 7, fls. 63-65, 102v.-103 e 118v.ss.; **impresa:** “Anais de Machico”, *A Flor do Oceano*, n.º 247ss., 1865; *Anais do Município do Porto Santo*, anots. por Alberto Vieira e João Adriano Ribeiro, Porto Santo, Câmara Municipal do Porto Santo, 1989; “Anais do Porto Santo, 1862”, *Heraldo da Madeira*, jan.-mar. 1906; CARDOSO, Zita, “Annaes do município da antiga vila de Machico”, in *Machico, Cidade Histórica*, Funchal, Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira, 1996, pp. 15-65; CARITA, Rui, “O governo do conselheiro José Silvestre Ribeiro na Madeira”, in *Actas do Colóquio Comemorativo dos 200 Anos do Nascimento de José Silvestre Ribeiro*, Praia da Vitória, Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal da Praia da Vitória, 2008, pp. 73-119; *Id.*, *História da Madeira*, vol. VII, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 2008; MENESES, Sérvulo Drummond de, *Collecção de Documentos Relativos á Construção da Ponte do Ribeiro Seco*, Funchal, Typ. de Bernardo

F. L. Machado, 1848; *Id.*, *Collecção de Documentos Relativos á Crise da Fome, porque Passaram as Ilhas da Madeira e Porto Santo, no Ano de 1847*, Funchal, Typ. de Bernardo F. L. Machado, 1848; *Id.*, *Collecção de Documentos Relativos ao Asilo de Mendicidade do Funchal*, Funchal, Typ. de Bernardo F. L. Machado, 1848; *Id.*, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do Dia 7 de Outubro de 1846*, 2 vols., Funchal, Typ. Nacional, 1849-1850; RIBEIRO, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Científicos em Portugal*, 18 vols., Lisboa, Tip. da Academia Real das Ciências, 1892; *Id.*, *Beja no Anno de 1845 ou Primeiros Traços Estatísticos daquella Cidade*, Beja, Câmara Municipal de Beja, 1986; SANTOS, Filipe dos, “Anais do município de Santa Cruz”, *Ilharq*, n.º 10, 2013, pp. 23-49; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998.

RUI CARITA

Andares fitoclimáticos

Um andar fitoclimático é um espaço territorial, definido aproximadamente por limites altitudinais, de características climáticas médias uniformes e que corresponde simultânea e univocamente a um conjunto de tipos de vegetação característicos. Em territórios montanhosos, os andares fitoclimáticos organizam-se numa sequência altitudinal que é a expressão territorial do fenómeno da zanação ecológica. O conjunto de andares fitoclimáticos ocorrentes ao longo das montanhas, tendo em conta o seu conteúdo vegetacional, designa-se coletivamente por *clisérie* altitudinal. Assim, a definição deste conceito baseia-se na correlação entre duas ordens de fatores ecológicos – a distribuição espacial das diferentes tipologias de vegetação e a ocorrência de espaços climáticos homogéneos. Os andares fitoclimáticos definem-se com recurso a parâmetros ou índices bioclimáticos que expressam a resultante útil do clima na distribuição espacial das plantas. Deste modo, os andares fitoclimáticos são duplamente definidos pela composição florística e fisionómica das comunidades vegetais características e pelos intervalos dos parâmetros bioclimáticos correspondentes. Pela sua dominância ecológica, *i.e.*, pela sua grande biomassa e pelo seu carácter fixo, as comunidades de plantas são usadas habitualmente para definir, num sentido lato, aquilo que rigorosamente se deveria chamar andares bioclimáticos, se considerarmos a globalidade dos seres vivos nelas ocorrentes (plantas, animais, fungos, etc.). Quando se trata especificamente de expressar padrões relativos às plantas, os andares bioclimáticos são então denominados, com rigor,

andares fitoclimáticos ou andares de vegetação.

O fenómeno da zonação das plantas em correlação com a variação altitudinal do clima numa montanha foi enunciado pela primeira vez pelo geógrafo e naturalista Alexander von Humboldt e pelo botânico Aimé Bonpland na sua obra conjunta *Essay sur la Géographie des Plantes*, de 1807. Esta obra é acompanhada por *Naturgemälde*, uma famosa gravura do Monte Chimborazo, com altitude de 6263 m, no atual Equador, onde a zonação de andares fitoclimáticos está representada. Na ilha da Madeira, diversos autores dos sécs. XIX e XX, incluindo Bowdich, Khul, Hartung, Lowe, Vahl, Menezes (= Lowe), Teixeira de Sousa, Romariz, C. Tavares, Dansereau, Sjogren e Oberdorfer, ensaiaram tentativas de explicar a sucessão em altitude dos distintos tipos de culturas agrícolas ou florestais e de vegetação espontânea, em função da rápida sucessão de regimes de precipitação e temperatura, de acordo com a altitude, nas distintas encostas da Madeira. No entanto, os diferentes modelos propostos representam simultaneamente um avanço progressivo da capacidade de interpretar a paisagem, nomeadamente na deteção das assimetrias entre o norte e o sul (e, nalguns casos, do leste) da Ilha, que tem como ponto de partida a já referida obra de Humboldt & Bonpland e também uma progressiva alteração da própria paisagem. Assim, os primeiros modelos dão uma ênfase clara às plantas cultivadas, sejam agrícolas ou florestais, marcando explicitamente, em alguns casos, a ausência de espécies nativas na paisagem observada pelos autores, e incorporando progressivamente os modelos do séc. XX a vegetação nativa e os tipos de coberto possivelmente inexistentes, ou, pelo menos, pouco significativos na paisagem do séc. XIX.

A proposta mais recente de andares fitoclimáticos da ilha da Madeira é aquela que se baseia no modelo bioclimático de Salvador Rivas-Martínez, implementado na Madeira por Sandra Mesquita e em correspondência com o modelo vegetacional de Jorge Capelo. O modelo da vegetação da Madeira recorre ao conceito geobotânico de série de vegetação. Esta representa o conjunto dos tipos de vegetação

espontâneos dominantes num território, organizados de acordo com o fenómeno de sucessão ecológica. Os tipos de vegetação ou estádios sucessionais podem corresponder a um máximo de maturidade ecológica relativamente estável (uma floresta) ou, em resultado da ação humana, constituir etapas de substituição que resultam da degradação da floresta (matagais, matos, arrelvados). O tipo de vegetação correspondente à máxima potencialidade ecológica e que é apenas função das condições climáticas e do tipo de substrato (tipo de solo) designa-se por Vegetação Natural Potencial (VNP) e normalmente correlaciona-se com um único conjunto de andares fitoclimáticos. O conjunto da VNP e das etapas sucessionais de degradação constituem, portanto, uma sequência sucessional completa, *i.e.*, uma série de vegetação. A nomenclatura científica da série de vegetação é composta a partir do nome científico da comunidade correspondente à VNP, com a seguinte forma: [*nome científico de uma espécie característica da comunidade*] – [*nome científico de uma planta dominante na comunidade*] *sigmetum*. Por exemplo, *Clethro arboreae-Ocotea foetentis sigmetum* é o nome da série florestal do til, cuja etapa potencial madura (VNP) é uma floresta de til (*Ocotea foetens*), com as etapas de degradação habituais (urzal, piornal, arrelvado pastado) (ver fig. 1 adiante). Considere-se, de forma um pouco mais detalhada, cada uma das duas componentes dos andares fitoclimáticos – bioclimatologia e séries de vegetação.

Bioclimatologia

A bioclimatologia debruça-se sobre as condições de temperatura, precipitação e outros parâmetros climáticos que, condicionando o desenvolvimento das plantas, determinam a distribuição geográfica dos seres vivos. Assim, como referido, o estabelecimento de uma classificação bioclimática implica o reconhecimento de áreas uniformes no que respeita às características climáticas determinantes para as plantas, que, conseqüentemente, têm também elementos florísticos e faunísticos característicos. Note-se que os limites de distribuição de cada espécie, ou

das comunidades vegetais, são geralmente determinados não pela ação direta de fator climático, mas pelo efeito continuado da competição com outras plantas ou formações vegetais com melhores vantagens adaptativas ao clima desse local. A Classificação Bioclimática da Terra é um sistema de classificação de bioclimas baseado no conhecimento de alguns índices de cálculo aritmético simples, a partir de parâmetros climáticos de uso corrente, tais como o Índice de Continentalidade (Ic), o Índice de Termicidade (I_{tc}) e os Índices Ombrotérmicos (I_o, I_{os2}, I_{os3}, I_{osc4}).

O Índice de Continentalidade é uma medida das amplitudes térmicas anuais, que permite distinguir os climas oceânicos, associados a massas de ar húmido cuja temperatura varia pouco, dos climas continentais que, pelo contrário, estão associados a massas de ar seco e têm grandes contrastes térmicos, entre o dia e a noite e entre as estações quente e fria. O Índice de Termicidade traduz as limitações que a temperatura impõe ao desenvolvimento vegetativo, por ser muito elevada ou muito baixa. Os danos causados por temperaturas demasiado altas conduzem a desarranjos metabólicos das células e a um aumento da transpiração, o que pode levar à desidratação da planta, provocando também a exposição a temperaturas demasiado baixas a desregulação do metabolismo celular e formação de gelo nos tecidos, o que causa morte celular. Os Índices Ombrotérmicos procuram traduzir a disponibilidade de água no solo para as plantas, combinando dados de precipitação e de temperatura (o total anual ou dos dois, três e quatro meses mais secos, de modo a considerar também medidas da severidade da *secura* do verão). Estes índices assumem que uma determinada quantidade de chuva é mais eficazmente aproveitada pelas plantas se a temperatura for baixa, uma vez que, nestas condições, as perdas de água da chuva por evaporação direta e por transpiração são menores. As plantas têm mecanismos que lhes permitem manter o seu conteúdo em água, mesmo em situações de *seca*, embora dentro de certos limites.

Este sistema de classificação considera cinco macrobioclimas, dois dos quais estão

representados na Madeira: o mediterrânico e o temperado. O macrobioclima mediterrânico é caracterizado por um período seco no verão de, pelo menos, dois meses, e o macrobioclima temperado caracteriza-se por possuir um clima fresco, sem *secura* estival. Os macrobioclimas, por sua vez, subdividem-se em bioclimas, reconhecendo-se no território madeirense os tipos mediterrânico pluviestacional hiperoceânico (que abrange quase toda a encosta sul da Ilha, com exceção das cotas mais elevadas), o bioclima mediterrânico xérico hiperoceânico (apenas numa estreita faixa junto ao mar) e o bioclima temperado hiperoceânico (nas cotas mais altas da encosta sul e na maior parte da encosta norte). Adicionalmente, em cada bioclima reconhecem-se intervalos – termotipos e ombrotipos – com base, respetivamente, nos valores do Índice de Termicidade compensado e no Índice Ombrotérmico. Na Madeira, ocorrem os termotipos inframediterrânico (mais quente, ao longo da costa sul), termomediterrânico e mesomediterrânico, e ainda infratemperado, termotemperado, mesotemperado e supratemperado (este último apenas nos picos mais altos). Além dos termotipos, distinguem-se também os ombrotipos seco, sub-húmido, húmido, hiper-húmido e ultra-hiper-húmido.

Séries de vegetação

Para a circunscrição das séries de vegetação, importa atender às condições climáticas e ao tipo de substrato. Na ilha da Madeira, as condições de solo são relativamente homogêneas para locais à mesma cota, uma vez que os solos se formam a partir de materiais semelhantes em praticamente toda a Ilha e sob condições de evolução do solo (pedogénese), que são dependentes, quase exclusivamente, da altitude, obedecendo, portanto, às diferenças de temperatura e de humidade que com ela se correlacionam. Estes fatores, temperatura e humidade, condicionam os processos de alteração das rochas e de acumulação ou de degradação da matéria orgânica. Por outro lado, a correlação entre andares de vegetação e clima é particularmente clara nos territórios insulares que, como

a Madeira, apresentam um relevo bastante simples. Assim, para cada uma das séries de vegetação que se reconhecem na ilha da Madeira, e tendo em conta o conhecimento que existe acerca da ecologia das mesmas, foi possível determinar quais as combinações de tipos bioclimáticos e de tipos genéricos de solos que lhes correspondem e, deste modo, determinar os limites territoriais da sua área de ocorrência.

As unidades descritas na tipologia de séries de vegetação incluem apenas a vegetação zonal (terrestre) e intrazonal higrófila (ripícola), *i.e.*, a vegetação que ocorre respetivamente nos locais que correspondem às condições médias territorialmente dominantes, em equilíbrio climático, e aos fundos de vale. Não se consideram tipos de vegetação de micro-*habitats* especiais como são, *e.g.*, a vegetação aquática, a vegetação casmófito ou comófito, nitrófila, etc. A série de vegetação, sendo definida como o conjunto das várias comunidades que podem ocorrer num determinado local – bosque, matagal, mato baixo, arrelvado vivaz e prado anual – fornece informação acerca da potencialidade do território que permite, *e.g.*, escolher as espécies que estão mais bem adaptadas às condições desse local e, como tal, mais aptas para aí se desenvolverem plenamente. O conhecimento acerca das séries de vegetação é, pois, essencial para fundamentar um ordenamento do território realizado com base em critérios de sustentabilidade ambiental, assim como para a aplicação em projetos de enquadramento paisagístico de grandes obras, para a recuperação de áreas degradadas, bem como para o planeamento e para a gestão florestal.

Nas figs. 1 e 2, apresenta-se, respetivamente, a correspondência dos andares bioclimáticos de Rivas-Martínez *et al.* com os limites altitudinais aproximados nas encostas sul e norte da ilha da Madeira e com os tipos genéricos de solo dominantes. A fig. 3 sintetiza a relação entre os andares bioclimáticos e as séries de vegetação da ilha da Madeira, que, de acordo com CAPELO *et al.*, se dividem em séries de vegetação climatófilas e em séries de vegetação ripícolas. O primeiro grupo abrange a série do zambujal, a série do matagal do marmulano, a

série da laurissilva mediterrânica do barbuzaño, a série da laurissilva temperada do til, a série do urzal de altitude, e a vegetação rupícola de altitude. O segundo grupo engloba a série da laurissilva ripícola do sabugueiro, a série da laurissilva ripícola do vinhático, e a série ripícola do seixal.

Séries de vegetação climatófilas

A série do zambujal (*Mayteno umbellatae-Olea maderensis sigmetum*) é uma série inframediterrânica seca, de vertissolos e cambissolos, exclusiva das cotas mais baixas e escarpas rochosas da encosta sul, entre os 0 e os 200 m de altitude. A vegetação clímax corresponde a um zambujal (*Mayteno umbellatae-Oleetum maderensis*), ou seja, a microbosques ou matagais infraflorestais dominados por arbustos paleomediterrânicos esclerófilos, xerofíticos e termófilos como sejam *Olea maderensis* (= *Olea cerasiformis* subsp. *Maderensis* e *Olea europaea* subsp. *Maderensis*), *Maytenus umbellata*, *Chamaemeles coriacea*, *Dracaena draco* e *Asparagus scoparius*. O mato de substituição do zambujal é, maioritariamente, e em solos medianamente profundos, menos erodidos e solos agrícolas abandonados, uma comunidade de figueira-do-inferno (*Euphorbia piscatoria*). Em solos incipientes (leptosolos) e afloramentos rochosos, tende a ocorrer maioritariamente uma comunidade dominada pela losna (*Artemisia argentea*) e pelo piorno (*Genista tenera*), denominada *Artemisia argenteae-Genistetum tenerae*. Nas comunidades de figueira-do-inferno, domina, além da própria figueira-do-inferno (*Euphorbia piscatoria*), a malfurada (*Globularia salicina*) e o massaroco (*Echium nervosum*). Nas comunidades dominadas pela losna e piorno (*Artemisia argenteae-Genistetum tenerae*), são dominantes táxones camefíticos como *Carlina salicifolia*, o hissopo (*Micromeria thymoides* subsp. *thymoides*) e as iscas (*Phagnalon lowei*).

A etapa herbácea vivaz corresponde a um arrelvado de gramíneas andropogóneas profundamente enraizadas (*Cenchrus ciliaris-Hyparrhenietum sinaicae*), dominado pelo feno (*Hyparrhenia hirta*). Os arrelvados anuais correspondentes são sub-nitrófilos e dominados

pela gramínea *Brachypodium distachyon* (*Galactito tomentosae-Brachypodietum distachyae*). As comunidades rupícolas em mosaico com a vegetação serial são principalmente as de *Sedo nudi-Aeonietum glutinosi*, dominadas por diversas crassuláceas. O uso do território dominante neste andar fitoclimático corresponde a culturas hortícolas em socos, bananais e também à maior área de expansão urbana, bem como à paisagem com menor grau de presença de comunidades nativas, facto que se refletiu de forma clara nos primeiros modelos de vegetação propostos no séc. XIX, em que os andares correspondentes são descritos com base, quase exclusivamente, na presença de cultivos.

A série do matagal de marmulano (*Helichryso melaleuci-Sideroxylo marmulanae sigmetum*) é uma série inframediterrânica, sub-húmida inferior, que ocorre sobre cambissolos delgados ou sobre leptossolos expostos aos ventos carregados de humidade na encosta norte, desde o nível do mar até aos 50 m (pontualmente até os 80 m) e entre os 200 e os 300 m de altitude na encosta sul. O clímax é um microbosque arborescente (*Helichryso melaleuci-Sideroxyletum marmulanae*) mesoxerofítico dominado por marmulano (*Sideroxylon mirmulans*) e pelo buxo-da-rocha (*Maytenus umbellata*), pela malfurada (*Globularia salicina*) e, por vezes também, por *Juniperus turbinata* subsp. *canariensis*. A etapa de substituição mais frequente é o *Euphorbietum piscatoriae*, comunidade partilhada com a série anterior. No entanto, na encosta norte, é frequente, como etapa de substituição, uma comunidade de *Helichrysum melaleucum* e *Globularia salicina*. Nos biótopos mais escarpados, ocorre em contacto catenal com o microbosque de marmulano uma comunidade rupícola (*Sinapidendron gymnocalycis-Sedetum brissemoretii*), em que pontua o ensaio *Aeonium glandulosum*.

A série da laurissilva mediterrânica do barbusano (*Semele androgynae-Apollonio barbujanae sigmetum*) é uma série de carácter florestal, inframediterrânica superior e termomediterrânica, sub-húmida superior a húmida inferior, que ocorre sobre cambissolos em ambas as encostas. O clímax é um mesobosque (*Semele*

androgynae-Apollonietum barbujanae) dominado por lauráceas como o barbusano (*Apollonias barbujana*) e o loureiro (*Laurus novocanariensis*), mas em que ocorrem também frequentemente a faia (*Myrica faya*) e o azevinho (*Ilex canariensis*). De características termófilas e marcadamente mediterrânicas, são abundantes no sub-bosque da laurissilva do barbusano as lianas, como sejam a alegre-campo (*Semele androgyna*), *Smilax pendulina*, *Smilax canariensis*, a hera (*Hedera maderensis* subsp. *maderensis*), a corriola (*Convolvulus massonii*) e a ruivinha (*Rubia occidentalis*). Outras plantas termófilas, como o esparto (*Asparagus umbellatus* subsp. *lowei*), o mocano (*Visnea mocanera*) e o buxo-da-rocha (*Maytenus umbellata*) tendem a ser características também deste bosque.

Esta série possui duas faciações que se distinguem pelas distintas etapas de matagal de substituição. Assim, a faciação infratermomediterrânica sub-húmida superior, que se desenvolve apenas nas cotas mais baixas da encosta Sul (300 a 600 m), possui um matagal de hipericão (*Hypericum canariensis*) e murta (*Myrtus communis*) que caracterizam a comunidade *Myrtus communis-Hypericetum canariensis*. A faciação termomediterrânica húmida inferior (entre 600 e 800 m na encosta sul e entre 50 e 300 (450) m na encosta norte) é substituída por um urzal-faial (*Globularia salicinae-Ericetum arboreae*) de urze-das-vassouras (*Erica platycodon* subsp. *maderincola*), urze molar (*E. arborea*) e faia (*Myrica faya*), rico em elementos xero-termófilos mediterrânicos como sejam a malfurada (*Globularia salicina*), o massaroco (*Echium nervosum*), a perpétua (*Helichrysum melaleucum*), a erva-branca (*Teucrium betonicum*), etc. No âmbito desta série, as fases mais degradadas do coberto vegetal apresentam dominância do *Euphorbietum piscatoriae*.

A série da laurissilva temperada do til (*Clethro arboreae-Ocoteo foetentis sigmetum*) caracteriza-se por ser uma série florestal, infra a mesotemperada inferior, residualmente mesomediterrânica inferior, húmida e hiper-húmida inferior, maioritariamente sobre andossolos e pontualmente em cambissolos profundos. Esta série ocupa potencialmente a maior área de

Nome comum	Série climatófila	Variante sucessional	Macrobioclíma	Tipo de solo	Termotipo	Ombrotipo	Limites altitudinais médios zonais (m.s.m)	
							Encosta Sul	Encosta Norte
Série do zambujal madeirense	<i>Mayteno umbellatae-Oleo maderensis sigmetum</i>	—	Mediterrânico	Madeira et al. (1994) Vertissolos Cambissolos Phaeozems	Inframediterrânico	Seco	0-200	—
Série do matagal de marmulano	<i>Helichryso melaleucii-Sideroxylo marmulanae sigmetum</i>	—	Mediterrânico	Cambissolos	Inframediterrânico	Sub-húmido inferior	200-300	0-50(80)
Série da laurissilva mediterrânica do barbusano com <i>Hypericum canariense</i>	<i>Semele androgynae-Apollonio barbujanae sigmetum</i>	Com matagal <i>Myrto communis-Hypericum canariensis</i>	Mediterrânico	Cambissolos	Inframediterrânico superior Termomediterrânico	Sub-húmido superior	300-600	—
Série da laurissilva mediterrânica do barbusano com <i>Erica maderincola</i>		Com matagal <i>Globulario salicinae-Ericetum maderincolae</i>	Mediterrânico	Cambissolos	Termomediterrânico	Húmido inferior	600-800	50-300(450)
Série da laurissilva temperada do til	<i>Clethro arboreae-Ocoteo foetentis sigmetum</i>	—	Temperado	Cambissolos	Infratemperado (marginal) Termotemperado Mesotemperado inferior	Húmido Hiper-húmido inferior	800-1450	300-1400
Série do urzal de altitude	<i>Polysticho falcinelli-Erico canariensis sigmetum</i>	—	Temperado	Andossolos	Mesotemperado superior	Hiper-húmido superior Ultra-hiper-húmido	1450-1650	1400-1650
Vegetação rupícola de altitude	<i>Armerio maderensis-Parafestuco albidiae microsigtum</i>	—	Temperado	Leptosolos Afloramentos	Supratemperado inferior	Ultra-hiper-húmido	> 1650	> 1650

Fig. 1 – Tabela de andares fitoclimáticos e séries de vegetação da ilha da Madeira. Correspondência bioclimática, altitudinal e com tipos de solo.

Série climatófila	Variante sucessional	Floresta	Matagal alto	Mato baixo	Comunidades herbáceas vivazes	Arrelvado anual
<i>Mayteno umbellatae-Oleo maderensis sigmetum</i>	—	—	<i>Mayteno umbellatae-Oleatum maderensis</i>	<i>Euphorbietum piscatoriae / Artemisio argenteae-Genistetum tenerae</i>	<i>Cenchrus ciliaris-Hyparrhenietum sinaicae</i>	<i>Galactitotomentosae-Brachypodietum distachyae</i>
<i>Helichryso melaleucii-Sideroxylo marmulanae sigmetum</i>	—	—	<i>Helichryso melaleucii-Sideroxyletum marmulanae</i>	<i>Euphorbietum piscatoriae</i>	<i>Dactylo hylodis-Hyparrhenietum sinaicae</i>	<i>Campanulo erini-Wahlenbergietum lobelioidis</i>
<i>Semele androgynae-Apollonio barbujanae sigmetum</i>	Variante com <i>Myrto communis-Hypericum canariensis</i>	<i>Semele androgynae-Apollonietum barbujanae</i>	<i>Myrto communis-Hypericum canariensis</i>	<i>Euphorbietum piscatoriae</i>	<i>Dactylo hylodis-Hyparrhenietum sinaicae</i>	<i>Campanulo erini-Wahlenbergietum lobelioidis</i>
	Variante com <i>Globulario salicinae-Ericetum maderincolae</i>	<i>Semele androgynae-Apollonietum barbujanae</i>	<i>Globulario salicinae-Ericetum arboreae</i>	<i>Euphorbietum piscatoriae</i>	<i>Dactylo hylodis-Hyparrhenietum sinaicae</i>	<i>Campanulo erini-Wahlenbergietum lobelioidis</i>
<i>Clethro arboreae-Ocoteo foetentis sigmetum</i>	—	<i>Clethro arboreae-Ocoteetum foetentis</i>	<i>Vaccinio padifoli-Ericetum maderincolae</i>	<i>Bystropogono punctati-Telinetum maderensis</i>	<i>Pericallido auritae-Geranietum palmatae</i>	<i>Leontodo longirostris-Ornithopetum perpusilli</i>
<i>Polysticho falcinelli-Erico arboreae sigmetum</i>	—	<i>Polysticho falcinelli-Ericetum arboreae</i>	Comunidade arbustiva de <i>Erica maderincola</i>	<i>Argyranthemomontanae-Ericetum maderensis</i>	<i>Vicio capreolatae-Odontitetum hollianae / Teucrio francoi-Origanetum virentis</i>	<i>Leontodo longirostris-Ornithopetum perpusilli</i>

Fig. 2 – Tabela de andares fitoclimáticos e séries de vegetação da ilha da Madeira. Etapas potenciais e subseriais.

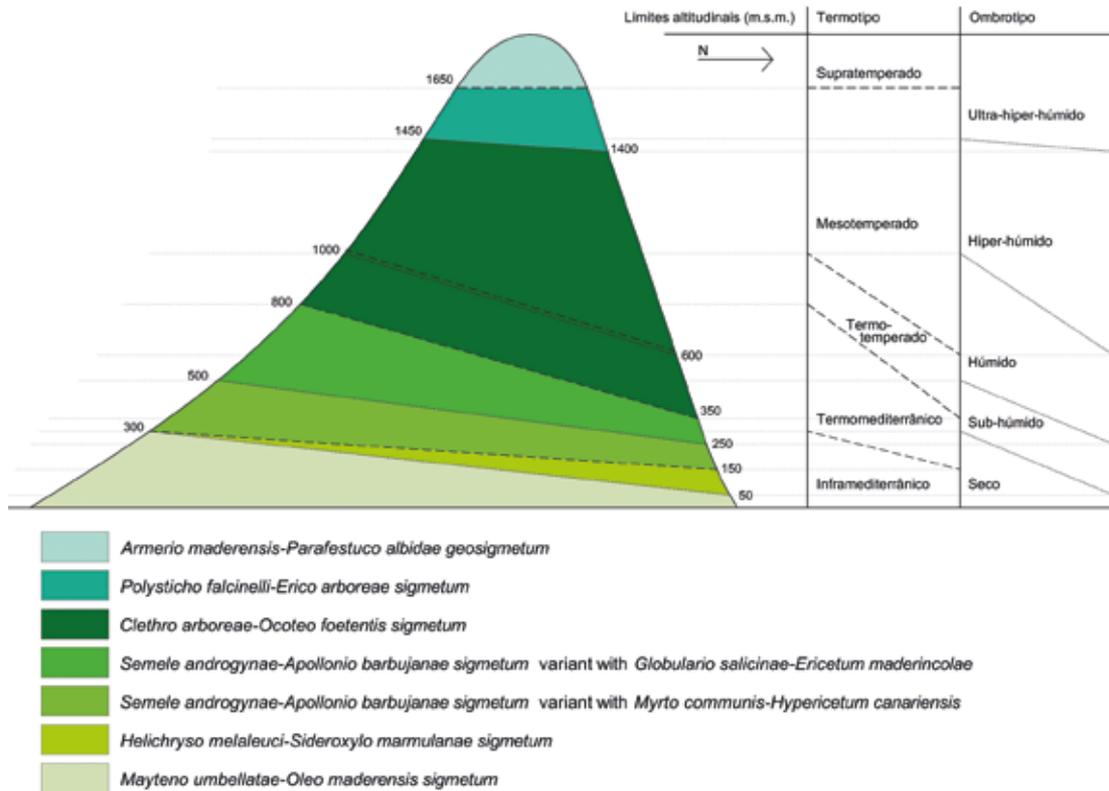


Fig. 3 – Representação esquemática dos andares fitoclimáticos e séries de vegetação correspondentes da ilha da Madeira.

ambas as encostas (entre 800 e 1450 m na encosta sul, entre 300 e 1400 m na encosta norte). O clímax (*Clethro arboreae-Ocoteetum foetentis*) é uma floresta temperada de características hiper-oceânicas (mesobosque) que atinge, por vezes, cerca de 30 m de altura e é dominada pelo til (*Ocotea foetens*), pelo loureiro (*Laurus novocanariensis*) e pelo folhado (*Clethra arborea*), e onde são também frequentes o pau-branco (*Picconia excelsa*), o aderno (*Heberdenia excelsa*), o vinhático (*Persea indica*), a ginjeira-brava (*Prunus lusitanica* subsp. *hixa*) e o perado (*Ilex perado* subsp. *perado*).

O sub-bosque nemoral da laurissilva do til tem uma diversidade muito grande e é constituído por inúmeros pteridófitos, tais como o feto-de-calvalto (*Diplazium caudatum*), o feto-de-botão (*Woodwardia radicans*), *Pteris incompleta*, *Asplenium onopteris*, *Dryopteris maderensis*, *Dryopteris aitonia*, *Arachniodes webbiana*, *Blechnum spicant*, o feto-abrum (*Culcita macrocarpa*), bem como por gramíneas e ciperáceas características como a palha-carga (*Festuca donax*), *Carex lowei*, *Carex peregrina*, e lianas, como *Rubus bollei* e *Rosa mandonii*. Outros elementos

frequentes incluem *Ruscus streptophyllus*, *Rubia occidentis*, *Viola sequeirae*, a cabreira (*Phyllis nobla*), *Hypericum grandifolium* e a erva-redonda (*Sibthorpia peregrina*).

As orlas e as clareiras naturais do bosque são ocupadas por comunidades de ervas vivazes esciófilas (*Pericallido auritae-Geranietum palmatae* da classe *Trifolio-Geranietea sanguinei*) dominadas por *Geranium palmatum*, *Pericallis aurita*, *Ranunculus cortusifolius* subsp. *major*, *Brachypodium sylvaticum*, *Origanum vivens*, *Cirsium latifolium*, *Dactylorhiza foliosa*, *Orchis scopulorum*, etc. A laurissilva do til alberga numerosos micro-habitats que constituem uma vegetação notável, da qual se destacam comunidades epifíticas (*Davallio canariensis-Polypodietum macaronesici*), comunidades de barreiras terrosas sombrias (*Selaginello denticulatae-Cystopteridetum viridulae*, *Hymenophylletum tunbrigensi-maderensis*), comunidades de ensaios (*Aichrysetum divaricatum-villosae*), comunidades de fanerófitos caulirosulados (*Isoplexido sceptri-Euphorbietum melliferae*), características das quebradas (solifluxões catastróficas), bem como linhas de água de leito pedregoso dominadas por

Isoplexis sceptrum, alindres (*Euphorbia mellifera*), *Musschia wollastonii*, aipo-do-gado (*Melanose-linum decipiens*) e língua-de-vaca (*Sonchus fruticosus*). Nas linhas de água, em contacto catenal com *Clethro arboreae-Ocoteetum foetentis*, ocorrem as comunidades ripícolas *Diplazio caudati-Perseetum indicae* nos troços médios das ribeiras, ou *Rhamno glandulosi-Sambucetum lanceolati* nas cabeceiras pedregosas.

A orla e a primeira etapa de substituição do bosque de *Ocotea foetens* é um urzal semiarborescente (*Vaccinio padifoli-Ericetum maderincolae*). São dominantes nesta comunidade a urze-das-vassouras (*Erica platycodon* subsp. *maderincola*), a urze-molar (*Erica arborea*) e a uveira (*Vaccinium padifolium*). Em falésias e alcantilados rochosos deste andar fitoclimático, este urzal pode assumir o carácter de comunidade permanente edafoixerófila, i.e., de clímax infra-florestal. São urzais em cambissolos delgados com húmus “moder” com baixa capacidade de retenção de água mas sujeitos a precipitação oculta intensa. Uma segunda orla de matagal surge normalmente como segunda etapa de substituição, dominado por duas *Genisteeae*, os piornos *Genista tenera* e *Teline maderensis*, a que corresponde a comunidade *Bystropogono punctati-Telinetum maderensis*. A destruição das comunidades lenhosas origina um arrelvado anual: *Leontodo longirostris-Ornithopetum perpusilli*.

A série do urzal de altitude (*Polysticho falcinelli-Erico arboreae sigmetum*) é uma série mesotemperada superior (pontualmente supratemperada), hiper-húmida superior e ultra-hiper-húmida, em leptossolos e cambissolos pouco espessos, cuja comunidade clímax (*Polysticho falcinelli-Ericetum arboreae*) é dominada por urzes arbóreas (*Erica arborea* e *E. platycodon* subsp. *maderincola*). Ocupa aproximadamente as cotas acima de 1400 m, sendo que, acima de 1650 m, já no andar supramediterrânico ultra-hiper-húmido, a comunidade rareia, pois o substrato é constituído maioritariamente por afloramentos rochosos. Neste andar, nas bolsas de solos mais profundos ainda se encontram finicolarmente alguns urzais arbóreos, sob a forma de microbosques abertos com sub-bosque esparso, onde rareiam as plantas nemorais próprias dos bosques de lauráceas, e

onde podem ser encontradas algumas plantas características como o feto *Polysticum falcinellum* mas também *Ranunculus cortisifolius* var. *minor*.

Este bosque foi, no passado, provavelmente codominado por cedro-da-madeira (*Juniperus cedrus* subsp. *maderensis*), do qual restam poucos exemplares espontâneos, visto que esta espécie foi muito utilizada como madeira de construção e carvão. Nas clareiras dos urzais arbóreos, ocorrem as comunidades herbáceas vivazes esciófilas de *Teucrium francoi* (*Teucrio francoi-Origanetum virentis*). A orla arbustiva desta floresta é uma comunidade quase monoespecífica de *Erica platycodon* subsp. *maderincola*. Uma segunda orla arbustiva, um urzal camefítico de *Erica maderensis* com outros elementos arbustivos (*Teline maderensis*, *Argyranthemum pinnatifidum* subsp. *montanum*, *Genista tenera*, *Echium candicans*, *Thymus micans*), ocupa grandes extensões. Presumivelmente, constitui uma comunidade permanente em biótopos rochosos.

A vegetação rupícola de altitude (*Armerio maderensis-Parafestuco albidae microsigmatum*) constitui-se por comunidades rupícolas permanentes da porção cacuminal rochosa da Madeira (acima de 1650 m), sob bioclima supratemperado inferior, ultra-hiper-húmido. Esta vegetação é essencialmente constituída por um mosaico de três comunidades – *Armerio maderensis-Parafestucetum albidae*, sendo as plantas dominantes *Deschampsia maderensis*, *Koeleria loweana* (*Parafestuca albida*), *Anthoxanthum maderensis*, *Anthyllis lemanniana*, *Armeria maderensis*; *Sinapidendro frutescentis-Aeonietum glandulosi*, da qual as plantas dominantes são *Aeonium glandulosum*, *Sedum farinosum*, *Sinapidendron frutescens* subsp. *frutescens*, *Tolpis macrorrhiza* e *Saxifraga pickeringii*; e *Thymetum micantis*, cuja planta dominante é *Thymus micans*.

Séries de vegetação ripícola

A série da laurissilva ripícola do sabugueiro (*Rhamno glandulosi-Sambuco lanceolati sigmetum*) constituiu uma série ripícola edafo-higrófila das cabeceiras pedregosas das ribeiras. Dominam na etapa madura desta série o sabugueiro (*Sambucus lanceolata*) e o sanguinho (*Rhamnus glandulosa*). O complexo de vegetação que se

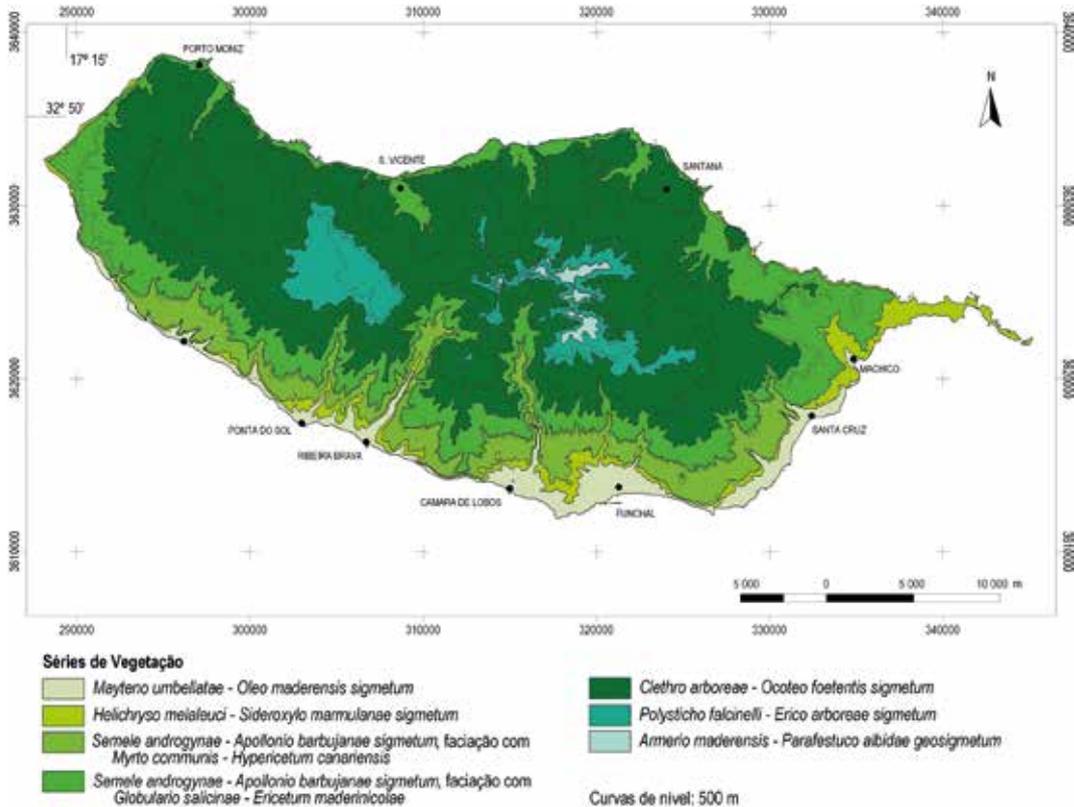


Fig. 4 – Mapa de séries de vegetação da Madeira (adaptado de MESQUITA *et al.*, 2004).

Ihe associa é constituído por *Deschampsietum argenteae*, *Rubio agostinhoi-Rubetum bollei* e *Isoplexido sceptri-Euphorbietum melliferae*.

Já a série da laurissilva ripícola do vinhático (*Diplazio caudati-Perseeo indicae* sigmetum) designa uma série ripícola edafo-higrófila dos troços médios das ribeiras, em solos com depósitos de materiais aluvionares, com distribuição potencial maior, mas quase sempre substituída por comunidades de seixeiros. São dominantes na etapa ecologicamente madura o vinhático (*Persea indica*) e o loureiro (*Laurus novocanariensis*). O sub-bosque é dominado pelos pteridófitos higrófilos *Diplazium caudatum* e *Woodwardia radicans*. As orlas do bosque potencial são geralmente os silvados de *Rubio agostinhoi-Rubetum bollei*. Por fim, a série ripícola do seixal (*Scrophulario hirtae-Salico canariensis* sigmetum) é uma série ripícola edafo-higrófila dos troços finais das ribeiras, primocolonizador de “quebradas” torrenciais e, por vezes, substituinte de bosques de *Persea indica*, cuja etapa madura é dominada pelo seixeiro (*Salix canariensis*).

A fig. 1 resume o âmbito bioclimático, o intervalo altitudinal e os tipos de solo correspondentes às séries de vegetação da Madeira. Na fig. 2, sintetizam-se as etapas potenciais e seriais de cada uma das séries, tal como descritas no texto abaixo. A fig. 3 sumariza graficamente o modelo bioclimático com as correspondentes séries de vegetação, também representadas no cartograma da fig. 4.

O modelo fitoclimático da Madeira, concretizado pelo conhecimento das suas séries de vegetação e representando o essencial do coberto vegetal madeirense, pode constituir uma ferramenta de referência importante, quer para a conservação da diversidade biológica, quer nas ações de restauro ecológico, quer no planeamento da reflorestação. Na conservação, constitui uma ferramenta de diagnóstico da condição global dos mosaicos de vegetação atuais, pela comparação com a potencialidade ecológica teórica máxima, *i.e.*, a VNP. Permite também avaliar a ocorrência potencial dos *habitats* de espécies com estatuto de proteção e fundamentar a promoção ou a proteção destes *habitats* pela

gestão ativa das sucessões ecológicas respetivas. A possibilidade que este modelo oferece, por análise das etapas subseriais presentes no território, de inferir quais as espécies florestais espontâneas potenciais, torna-o também de grande utilidade no planeamento florestal.

Bibliog.: BOWDICH, T. E., e BOWDICH, S., *Excursions in Madeira and Porto Santo, during the Autumn of 1823, while on His Third Voyage to Africa*, London, G. B. Whittaker, 1825; CAPELO, J. et al., "Guia da excursão geobotânica dos V Encontros Alfa 2004 à ilha da Madeira", *Quercetea*, n.º 6, 2004, pp. 5-46; COSTA, J. et al., "Catálogo sintaxonomico e florístico das comunidades vegetais da Madeira e Porto Santo", *Quercetea*, n.º 6, 2004, pp. 60-186; COSTA, J. et al., "Catálogo florístico do arquipélago da Madeira", *Quercetea*, n.º 6, 2004, pp. 186-200; DANSEREAU, P., "Études macaronésiennes III – La zonation altitudinale", *Nature Canadien*, vol. 93, n.º 6, 1966, pp. 779-795; Id., "Végétation de la Macaronésie", *Finisterra*, vol. III, 1968, pp. 175-181; HARTUNG, G., *Geologische Beschreibung der Inseln Madeira und Porto Santo*, Leipzig, Verlag von Wilhelm Engelmann, 1864; KUHL, H., "On the vegetable productions of the island of Madeira", *Edinburgh Journal of Science*, vol. IV, 1826, pp. 119-124; MAGALHÃES, M. R., e MESQUITA, S. (coords.), *Estrutura Ecológica Nacional – Uma Proposta de Delimitação e Regulamentação*, Lisboa, Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista Professor Caldeira Cabral/ISA Press, 2013; MENEZES, C. A., *As Zonas Botânicas da Madeira e Porto Santo e Generalidades sobre a Estatística Vegetal e Relações da Flora do Arquipélago da Madeira com a de Outros Países*, s.l., *Annaes de Sciencias Naturaes*, 1903; MESQUITA, S. et al., "Bioclimatologia da ilha da Madeira: abordagem numérica", *Quercetea*, n.º 6, 2004, pp. 47-60; OBERDORFER, E., *Bemerkungen zur Vegetation Madeiras*, *Anal.*, Madrid, Instituto Botánico Cavanilles, 1975; RIVAS-MARTÍNEZ, S. et al., "Worldwide bioclimatic classification system", *Global Geobotany*, dez. 2011; ROMARIZ, C., "Formações vegetais da ilha da Madeira", in 23.º Congresso Luso-Espanhol Progresso da Ciência, Coimbra, s.n., 1957; SJÖGREN, E., "Vascular plant communities of Madeira", *Boletim do Museu Municipal do Funchal*, 1972; SOUSA, Teixeira de, *Panorama Agrícola Madeirense (I Curso de Férias de Formação Agrícola)*, Funchal, Boletim da JGDFAF, 1956; TAVARES, C., "Ilha da Madeira – O meio e a flora", *Revista da Faculdade de Ciências*, 2.ª sér. C-Ciências Naturais, vol. 13, n.º 1, 1965, pp. 51-174; VAHL, M., *Madeira's Vegetation*, Kobenhavn, Kobenhavn og Kristiania, 1904.

JORGE CAPELO
MIGUEL SEQUEIRA
ROBERTO JARDIM
SANDRA MESQUITA

Andrada, Eduardo de Campos

Engenheiro silvicultor que desempenhou funções profissionais no arquipélago da Madeira entre 1952 e 1975, como chefe da Circunscrição Florestal do Funchal.

Eduardo Campos Andrada nasceu no concelho de Cascais, em 1913, e ingressou no curso de Engenharia Silvícola no Instituto Superior de Agronomia por influência de seu tio, o Prof. Mário de Azevedo Gomes, que, na altura da sua admissão na faculdade, era professor e investigador na área da silvicultura no Instituto Superior de Agronomia.

Após terminar o curso, iniciou a sua carreira profissional na Administração Florestal da

Figueira da Foz. Mais tarde, em 1939, partiu para África, onde exerceu atividade profissional na área da silvicultura em Moçambique e em Angola, até 1951. Após este período, regressou a Portugal continental, tendo sido destacado para o arquipélago da Madeira em junho de 1952 para chefiar a então recém-criada Circunscrição Florestal do Funchal, na dependência hierárquica direta da Direção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas do então Ministério da Economia.

Eduardo de Campos Andrada teve como missão dar execução às atribuições preconizadas no plano complementar do plano de povoamento florestal para o Arquipélago da Madeira.

À Circunscrição Florestal do Funchal competiam as atividades de repovoamento florestal, proteção dos arvoredos, organização do regime silvo pastoril, colheita de sementes e instalação de viveiros florestais, construção de caminhos florestais, casas da guarda (postos florestais), casas de abrigo, ovis e outras edificações, trabalhos de correção torrencial, bem como a exploração da truticultura.

Apesar de a Circunscrição Florestal do Funchal ter sido criada em 1952, o repovoamento florestal só seria desencadeado mais tarde, em 1955, após um complexo e moroso processo de delimitação e submissão dos baldios ao regime florestal, seguido dos estudos e projetos de arborização para cada perímetro florestal, executados pela equipa de Eduardo Campos Andrada.

Tendo por base as atividades da Circunscrição Florestal do Funchal, Campos Andrada desenvolveu um notável trabalho durante os 23 anos que esteve na Madeira, muito do qual perdurou nas serras da Madeira e do Porto Santo. A abertura de uma notável rede de caminhos em zonas florestais, muitos dos quais foram depois estradas regionais, destacando-se as estradas do Paul da Serra, a estrada do Chão da Ribeira, a estrada para o Pico das Pedras e do Pico das Pedras para a Achada Teixeira, a estrada do Santo da Serra para o Poiso e, no Porto Santo, a ligação ao Pico Castelo, é um dos exemplos do seu labor que ficou para a posteridade.

A maioria dos postos florestais da Ilha foi também edificada durante esse período seguindo

o projeto-tipo existente, que lhes conferia uma traça característica.

Igualmente projetadas e plantadas na época de Eduardo Campo Andrada foram as arborizações de diversas zonas do território, sendo de relevar a zona dos Estanquinhos no Paul da Serra, a zona do Pico das Pedras em Santana, a zona das Funduras em Machico e toda a extensa área do Poiso entre os concelhos de Machico e de Santa Cruz.

A instalação dos primeiros viveiros florestais também foi efetuada nesse período, tendo-se prolongado no tempo o Viveiro Florestal do Pico das Pedras, em Santana, o Viveiro Florestal da Casa Velha, em Santo da Serra, o Viveiro Florestal da Santa, em Porto Moniz e o Viveiro Florestal dos Salões, em Porto Santo.

Em muitos dos projetos desenvolvidos, Eduardo Campos Andrada providenciou a vinda de técnicos especialistas em diversas temáticas para ajudarem a desenvolvê-lo. É exemplo disso o mosaico florestal existente no Sítio das Carreiras, no Perímetro Florestal das Serras do Poiso, nas imediações do portão sul do Montado do Pereiro; as espécies florestais ali plantadas, constituídas por carvalhos (*Quercus rubra*), faias europeias (*Fagus sylvatica*), pinheiros insignes (*Pinus radiata*), castanheiros (*Castanea sativa*) e zonas de pastagem, foram projetadas

pelo arquiteto paisagístico Fernando Pessoa, que passou pela Madeira a convite de Campos de Andrada, demonstrando a preocupação estética dos projetos de arborização levados a cabo pelos Serviços Florestais. Outro exemplo é o projeto do Posto Aquícola do Ribeiro Frio, elaborado por vários técnicos especialistas da então Direção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, para povoar as principais ribeiras da ilha da Madeira com a truta arco-íris (*Oncorhynchus mykiss*). As ribeiras da ilha da Madeira eram povoadas exclusivamente pela enguia ou eiró (*Anguilla anguilla*), que vive sobretudo no terço inferior dessas ribeiras, mas, dadas as características favoráveis das águas, rapidamente Eduardo Campos Andrada se apercebeu das potencialidades da introdução da truta nas mesmas.

O Posto Aquícola do Ribeiro Frio foi construído entre 1957 e 1959 e os primeiros ensaios da criação destes salmonídeos (trutas) foram efetuados com ovos trazidos da Estação Aquícola do Rio Ave.

Na área da silvo pastorícia, foi responsável pela construção dos ovis e das casas de apoio que alojaram pastores e as respetivas famílias, provenientes da zona da Serra da Estrela, que tinham por missão desenvolver todas as potencialidades relacionadas com esta atividade, não só na recolha da lã das ovelhas, mas também na arte de fazer queijos, de forma a ensinar à população local este ofício, na tentativa de rentabilizar esta produção, que era pouco lucrativa e pouco disciplinada.

No Porto Santo, os projetos de correção torrencial foram realizados pelo Eng.º Silvicultor Mário dos Santos Gallo que era o chefe do Gabinete de Estudos de Obras de Correção Torrencial da Direção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas.

Eduardo Campos Andrada impôs também legislação sobre proteção dos arvoredos. Neste campo, o princípio instituído com a legislação criada em 1960 manteve-se praticamente intacto até ao princípio do séc. XXI, pois continuou a ser um instrumento válido.

Eduardo Campos Andrada era um amante da fotografia, tendo fotografado paisagens



Construção do Posto Florestal do Poiso na déc. de 50 do séc. xx (fotografia de Eduardo Campos Andrada).

e aspetos da cultura madeirense verdadeiramente inéditos, como sejam as fotografias do planalto do Paul da Serra, e deixado um vasto espólio de fotografias da ilha do Porto Santo e da ilha da Madeira. Parte deste espólio foi depositado na Direção Regional de Florestas e Conservação da Natureza; outra parte do mesmo espólio foi comprada por João Adriano Ribeiro a um familiar de Campos Andrada após a morte deste.

Eduardo de Campos Andrada faleceu em junho 2004 na zona de Cascais, onde residia.

Obras de Eduardo de Campos Andrada: *Repovoamento Florestal do Arquipélago da Madeira* (1990).

Bibliog.: PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 4.ª ed., vol. 1, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989.

Fontes orais: BARRETO, Remídio António Gil Spínola [comunicação pessoal], 2014; FIGUEIRA, Paula Marília [comunicação pessoal], 2014.

MANUEL ANTÓNIO MARQUES MADAMA
DE SOUSA FILIPE

Andrade, António Joaquim Gonçalves de

António Joaquim Gonçalves de Andrade foi um religioso madeirense que nasceu a 7 de dezembro de 1795. Foi ordenado em 1821, sendo possivelmente formado em teologia. Exerceu deveres religiosos como cónego da Sé do Funchal, tornando-se, em 1834, secretário de D. Francisco José Rodrigues de Andrade, bispo do Funchal. Em 1835, D. Francisco de Andrade é forçado a sair da Ilha, por razões de ordem essencialmente política, e António Joaquim Andrade acompanha-o até Itália, estabelecendo-se na cidade de Génova.

Com a morte do bispo, regressa a solo português, mais precisamente a Lisboa, onde se fixa. No ano de 1844, é chamado novamente para a Madeira e chega à Ilha num contexto especial: decorria uma acesa ação religiosa por parte do pastor e médico escocês Robert Kalley, no seu esforço de difundir a sua fé cristã protestante, não só através de serviços religiosos, mas também da fundação de escolas para os mais pobres, adultos e crianças, e da prestação de serviços médicos. Robert Kalley descreve numa

carta famosa o tipo de perseguições que a pequena comunidade protestante sofreu na ilha da Madeira, que culminou com o próprio exílio do escocês e a emigração de vários crentes para ilhas como Trindade e Tobago, Bermudas ou até para os Estados Unidos da América. António Joaquim Gonçalves de Andrade foi convocado por D. José Xavier de Cerveira e Sousa, bispo do Funchal desde 1843, para combater, de forma inteligente e cuidada, a ação protestante na Ilha, que até aí fora combatida de forma até violenta.

António Joaquim Gonçalves de Andrade tinha vindo a revelar-se um assíduo estudante da cultura e das letras. De regresso ao Funchal, torna-se vigário geral em 1846, e depois, em 1853, deão da Sé Catedral.

Em 1852, chega à Madeira a célebre Imperatriz D. Amélia com a filha, a princesa Maria Amélia, que teria contraído tuberculose e vinha à Madeira fazer tratamento, uma vez que o clima da Ilha era considerado ideal para estes doentes. Nesse mesmo ano, António Joaquim Gonçalves de Andrade torna-se capelão, confessor e secretário pessoal da Imperatriz. Pouco depois, em 1853, a princesa Maria Amélia falece e António Joaquim Gonçalves de Andrade, sempre muito próximo da Imperatriz, ajuda-a na fundação do Hospício da Princesa D. Maria Amélia, o primeiro sanatório em Portugal. Ainda em 1853, o capelão acompanha os restos mortais da princesa até Lisboa, onde posteriormente volta a firmar residência, sempre ao serviço da Imperatriz. Na capital, lecionou no Seminário as cadeiras de Latinidade, Filosofia e Teologia, e foi sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, entre outras instituições.

Segundo o *Elucidário Madeirense*, as suas capacidades pessoais e de carácter eram tão apreciadas quanto as intelectuais, muito reconhecidas. A sua produção intelectual ao nível das letras é notória: fez anotações para a tradução de Castillo de *Fastos* de Ovídio e para a *História Insulana* de António Cordeiro (1862). Terá até deixado importantes escritos inéditos sobre a ilha da Madeira que entretanto se perderam.

António Joaquim Gonçalves de Andrade morreu em Lisboa a 16 de janeiro de 1868 e os seus restos mortais encontram-se no cemitério das Angústias, no Funchal.

Bibliog.: ABREU, Maria Zina Gonçalves de, "Pilgrims' madeirenses na expansão da fronteira norte-americana: proselitismo de Robert Reid Kalley, 1838-c.1850", in *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses*, Lisboa, Centro de Estudos Anglo-Portugueses da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001, pp. 613-628; CLEMENTE, Manuel, "Figuração local da Igreja universal", in FRANCO, José Eduardo, e COSTA, João Paulo Oliveira e, *Diocese do Funchal: a Primeira Diocese Global. História, Cultura e Espiritualidades*, Funchal, Diocese do Funchal, 2015, pp. 39-44; KALLEY, Robert, *An Account of the Recent Persecutions in Madeira, in A Letter*, London, Shaw, 1844; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978.

AMANDA COELHO

Andrade, Artur Pestana de

Filho de Manuel Pestana de Andrade e de Teresa de Andrade, naturais de São Vicente, Artur Pestana de Andrade nasceu no Funchal, a 3 de novembro de 1927 e notabilizou-se como músico contrabaixista, professor, coletor e arranjador. Iniciou a carreira de músico no final da déc. de 40 do séc. xx, época em que integrou a Banda Distrital do Funchal, "Os Guerrilhas", tendo-a prolongado até meados da déc. de 50, altura em que estudou e tocou clarinete e requinta, conforme mencionado nos manuscritos de nomeações de serviços para atuar em arraiais e concertos. Ainda nos finais dos anos 40, iniciou os estudos de violino, sendo que entre 1949 e 1954 estudou solfejo, Acústica, História da Música e contrabaixo de corda, na então Academia de Música da Madeira, como aluno externo, tendo recebido o Prémio da Academia pela obtenção da classificação de 16 valores nos estudos de contrabaixo. Na déc. de 60, estudou Harmonia (disciplina depois chamada Composição) com o Prof. Cap. Gustavo Coelho. Nos finais dos anos 70 e nos anos 80, aprofundou os estudos de contrabaixo de corda com o Prof. Alex Oliva e a colaboração do contrabaixista Adriano Aguiar, tendo concluído o Curso Superior de Contrabaixo pela Escola de Música do Conservatório Nacional de Lisboa, em 1986, cujo exame final foi acompanhado ao piano pela Prof.^a Olga Prats.

Foi professor de Formação Musical e de contrabaixo de corda no Conservatório de Música da Madeira (CMM), desde a déc. de 70 até 1992, ano em que faleceu, e membro da Comissão Administrativa do CMM, em 1977, ano em que a então Academia de Música e Belas Artes da Madeira passou a designar-se Conservatório de Música da Madeira (desde 2004, Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira – Eng.^o Luiz Peter Clode).

Com a carteira de músico profissional como instrumentalista de contrabaixo de corda desde 1953, integra orquestras de música para dança e de *music-hall*, com destaque para o trio Jesse and his Boys (Zeca da Silva, piano, Fernando Olim, Artur Andrade, contrabaixo), Zeca e o seu Trio (o mesmo trio a quem depois se juntou Tony Oliveira, bateria e voz), o conjunto Tony Amaral (déc. de 60), o Bossa Trio (1976), que animaram as noites da Madeira em hotéis como Reid's, Miramar, Santa Maria, Buganvília, no Casino da Madeira e na discoteca Flamingo.

Nos anos 50, com Zeca e o seu Trio, faz digressão em Portugal continental e África, tendo atuado também a bordo de navios. Em Lisboa, este agrupamento musical participou no espetáculo da festa de encerramento do concurso "Milionário – 1956", no cinema Império, apresentado pelo seu organizador Mário de Meneses Santos, onde foram figuras de cartaz ao lado do pianista Shegundo Galarza, do acordeonista alemão Heinz Worner e do quarteto espanhol Los Galindos com Luiza Linares. Foi ainda cartaz no Casino Estoril e no conceituado bar-restaurant Ronda (Monte Estoril), que em 1957 inaugurou a primeira *boîte* da linha do Estoril. No continente africano, atuaram na África do Sul, Rodésia (depois Zimbabué), em Angola, Luanda e em Moçambique, onde se estrearam na Taverna do Girassol (Hotel Girassol), em Lourenço Marques (depois Maputo), a 5 de janeiro de 1960.

No âmbito da imprensa regional, Artur Pestana de Andrade teve um papel relevante na fundação do semanário *Comércio do Funchal*, que ficou conhecido em todo o país como "jornal cor-de-rosa" (por ser impresso em

papel rosa), após ter adquirido, a 1 de janeiro de 1967, os direitos de publicação daquele periódico a João Carlos da Veiga Pestana, em acordo firmado no Casino da Madeira, no final de uma noite de espetáculo do conjunto Tony Amaral, que então integrava. Recorda Victor Rosado: “Em determinada altura o Artur [Pestana] Andrade veio do Casino e, ao chegar à agência [agência Foco, de Vicente Jorge Silva, Artur Pestana de Andrade, Victor Rosado, Santa-Clara, Luís Manuel Angélica...] diz-nos que o proprietário do *Comércio [do Funchal]*, jornal que já existia, com uma tiragem reduzidíssima, estava interessado em passar a sua efetiva direção e administração e Artur achou a ideia interessantíssima e viu que era uma oportunidade excelente de podermos dar continuidade a toda uma movimentação de esforços de que as páginas, os encontros, os filmes, eram exemplo. Ficamos contentíssimos. O Vicente Jorge Silva, que foi sempre o impulsionador de quase todas as iniciativas, pulava de alegria” (PEREIRA, *Estudos sobre o Comunismo...*, 7 abr. 2004).

No plano sociopolítico, em 1969 (ano em que o advogado Fernando Rebelo concorreu, pela Madeira, às eleições para a Assembleia Nacional nas listas da Oposição Democrática), Artur Pestana de Andrade foi um dos 39 subscritores (o 1.º subscritor foi António Egídio Fernandes Loja) da *Carta a Um Governador*, documento que exigia autonomia para o arquipélago da Madeira, dirigido a Braamcamp Sobral, governador do então distrito da Madeira.

Em 1972 e 1973, participou, conjuntamente com o historiador António Aragão e com Luís Alberto Silva (técnico de som), em sistemáticas recolhas da música tradicional e do cancioneiro regional da Madeira, daí resultando mais de 50 horas de gravação. Esses registos têm inspirado alguns ranchos folclóricos da RAM “que os utilizam como fonte para constituição do seu repertório” (CASTELO-BRANCO, 2010, I, 42). Colecionou, de igual modo, instrumentos musicais construídos na Região, constituindo um acervo de grande valor patrimonial. Do levantamento etnomusical realizado, que tem

uma importância ímpar para a divulgação e preservação da cultura tradicional da Madeira e do Porto Santo por ser o primeiro registo da tradição disponível, foi editado, em LP, *Cantares e Música da Madeira*, em 1982, pela Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC). Na segunda metade dos anos 90, foram editados pela Bis-Bis/DRAC, em suporte CD, seis registos de diferentes concelhos da RAM, intitulados *Música Tradicional da Madeira*. Em 1996, saem os temas relativos a Machico (Caniçal), à Ribeira Brava e a Santana; em 1998, os temas referentes a Machico (Porto da Cruz), à Ponta do Sol e ao Porto Santo.

Nos anos 80 integrou a então Orquestra de Câmara da Madeira – desde 1998, Orquestra Clássica da Madeira (OCM) – e a Orquestra de Música Antiga, do então Gabinete Coordenador de Expressão Artística. Em 1988, fundou o quinteto Madeira Ensemble, agrupamento musical residente do Casino Park Hotel. Além de Artur Andrade (contrabaixo), o quinteto integrava os professores e músicos João Atanásio (piano), Zita Gomes (violino e viola de arco), Agostinho Henriques (violoncelo), José Pereira (tenor). Integraram também o quinteto o então aluno do conservatório Norberto Gomes (violino), depois diretor artístico e concertino da OCM, Fernanda Gomes (violino), Luís Andrade (violoncelo) e Duarte Andrade (piano).

Em 1985, 1986 e 1987, proferiu várias conferências sobre a música tradicional da Madeira a convite de escolas da RAM, nomeadamente na Escola de Hotelaria da Madeira, e no âmbito da atividade cultural “12 Horas de Música”, na Escola Secundária Francisco Franco.

Como compositor, Artur Pestana de Andrade participou em várias edições do Festival da Canção Infantil (com letras de Irene Lucília e de Maria Aurora), tendo obtido, em 1988, o prémio da canção vencedora e de melhor música, com “A escola”, interpretada por Luís Andrade, seu filho, então com nove anos, depois maestro e instrumentista (violoncelo) e membro efetivo da The Netherlands Symphony Orchestra.

Artur Andrade promoveu a vinda de nomes consagrados da música clássica a nível nacional

à RAM, entre os quais, Sequeira Costa, Maria João Pires, Olga Prats e Anabela Chaves.

Em 1989, foi distinguido pelo Governo Regional da Madeira pelo seu valioso contributo para as letras na RAM.

Artur Pestana de Andrade colaborou em diferentes programas de cariz cultural na RDP e RTP da Madeira e no *Diário de Notícias* (Madeira), onde foi colunista no suplemento semanal para crianças “Diário da malta do Manel”, com a rubrica “Música” (fev. 1988-nov. 1992), onde publicou factos relacionados com a vida e a obra de figuras de vulto da história da música, bem como factos relevantes da tradição madeirense; nesse mesmo suplemento, iniciou a publicação da rubrica “Bilhete-postal” (1991 e 1992).

Morreu no Funchal, a 13 de novembro de 1992.

Bibliog.: impressa: CALISTO, Luís, “Democratas madeirenses entregaram documento ‘subversivo’ ao governador”, *Diário de Notícias*, Funchal, 21 abr. 1994; CASTELO-BRANCO, Salwa (dir.), *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX*, 4 vols., Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2010; **digital:** “Artur Pestana de Andrade”, *Museu Virtual: Artur Pestana Andrade*, s.d.: <http://www.museuapa.com/en/2012/04/25/82/> (acedido a 5 set. 2014); LEITE, José, “Clubs nocturnos de Lisboa”, *Restos da Coleção*, 1 set. 2013: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2013/09/clubs-nocturnos-de-lisboa.html> (acedido a 5 set. 2014); PEREIRA, José Pacheco, “O jornal *Comércio do Funchal*”, *Estudos sobre o Comunismo: os Movimentos Radicais da Esquerda e a Oposição ao Estado Novo*, 7 abr. 2004: <http://estudossobrecomunismo2.wordpress.com/2004/04/07/o-jornal-comercio-do-funchal/> (acedido a 5 set. 2014).

ANTÓNIO RODRIGUES

Andrade, Francisco de (Júnior)

Francisco de Andrade Júnior nasceu em 1806, no dia 6 de junho, no Funchal, cidade onde recebeu a sua instrução inicial, cursando todos os estudos que então aí existiam, e onde morreria a 23 de fevereiro de 1881.

Após a criação, em 1836, do ensino liceal, por dec. de 17 de novembro desse ano, que determinava a existência de um liceu na capital de cada distrito do continente e das ilhas, terminando assim a dispersão da lecionação das aulas pelo país, Francisco de Andrade Júnior foi nomeado, por dec. de 4 de setembro de 1838, professor de Gramática Portuguesa e Latina e de Clássicos Portugueses e Latinos no Liceu do Funchal (fundado em setembro de 1837, no edifício das antigas Aulas do Pátio),

cargo que exercia já interinamente, por carta do Conselho Provincial de Instrução Pública de 23 de março desse mesmo ano. Professor respeitado, considerado um dos mais distintos do Liceu do Funchal (posteriormente, Escola Secundária Jaime Moniz), aí desempenhou também a função de reitor, de 1866 – sucedendo a Marceliano Ribeiro de Mendonça, autor da obra *Princípios da Grammatica Applicada á Lingua Latina* (1835) – até ao ano da sua morte, sendo também, e por inerência do cargo de reitor que exercia, comissário dos Estudos do Distrito do Funchal, com responsabilidades de vigilância e direção das escolas do ensino primário e secundário com subordinação ao Conselho Superior de Instrução Pública. Neste âmbito, é da sua autoria o *Relatorio sôbre as Escolas Municipaes de Instrução Primaria do Concelho do Funchal, Seguido de Um Projecto de Lei ácerca da Creação e Frequência das Escolas*.

Além destes cargos, Francisco de Andrade Júnior, que foi também vereador na Câmara Municipal do Funchal, dedicou-se ao estudo da gramática da língua portuguesa, sendo autor das obras *Princípios de Grammatica Portuguesa*, *Grammatica Portuguesa das Escolas Primarias*, cuja primeira edição data de 1849, sendo reeditada cinco vezes até 1879, e *Grammatica das Grammaticas da Lingua Portuguesa*.

Obras de Francisco de Andrade Júnior: *Princípios de Grammatica Portuguesa* (1844); *Grammatica Portuguesa das Escolas Primarias do Primeiro Grau* (1849); *Relatorio sôbre as Escolas Municipaes de Instrução Primaria do Concelho do Funchal, Seguido de Um Projecto de Lei ácerca da Creação e Frequência das Escolas* (1849); *Grammatica das Grammaticas da Lingua Portuguesa ou Princípios ou Preceitos Compilados dos mais Acreditados Auctores Que sobre Este Assumpto Teem Tratado até o Presente, e Explicados de modo a Serem Comprehendidos por Pessoas de Todas as Intelligencias* (1850).

AIDA SAMPAIO LEMOS

Andrade, Francisco Fulgêncio de

Professor, pregador, jornalista, foi filho de Francisco de Andrade e de Maria Antónia de Jesus Andrade. Nasceu no sítio do Lombo, freguesia de Água de Pena, a 20 de fevereiro de 1889 e faleceu a 27 de julho de 1970. Estudou originalmente no Seminário Diocesano do Funchal, antes de ter frequentado, em 1909, a Univ. Pontifícia Gregoriana, em Roma, dedicando-se às

áreas da Filosofia e da Teologia, onde, no ano de 1914, se doutorou. Foi ordenado presbítero, em Roma, a 19 de dezembro de 1914 e regressou ao Funchal em 1916.

Foi nomeado professor de Teologia, no Seminário Diocesano do Funchal, em 1917; pároco do Faial, em 1922; pároco de São Jorge, em 1923; e professor de Humanidades e Teologia, novamente no Seminário Diocesano do Funchal, em 1928, mantendo a função até ao final da vida.

Cónego da Sé do Funchal, também em 1928, fez parte do colégio de consultores do bispo da Diocese e assumiu, por opção, a função de penitenciário da Sé, enquanto a saúde lho permitiu, tendo exercido uma forte ação como assistente diocesano da Ação Católica, membro da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Funchal e docente do Colégio Lisbonense. Dedicou-se empenhadamente em trabalhos solidários, sendo assistente religioso do antigo Asilo dos Velhinhos do Funchal, junto ao Convento de S.^{ta} Clara.

Jornalista afincado, durante longos anos escreveu, fundamentalmente para o *Jornal da Madeira*, crónicas, editoriais e artigos de opinião sobre as mais diversas matérias – como “A Revolução de abril de 1974” –, criando, pela assiduidade e pertinência, um lugar próprio no jornalismo madeirense, tendo somente deixado de escrever quando as forças físicas lhe faltaram.

Um sobrinho seu, o Cón. Francisco Miguel Tomás de Andrade, ter-lhe-á seguido os passos na vida episcopal, tendo exercido um forte papel na fundação da paróquia de São Francisco de Assis, em Alfoanelos, em 1990, acabando por dirigi-la durante oito anos. Na senda do testemunho do seu tio, e sob a sua orientação, a vida pastoral daquela paróquia cresceu em diversos sectores, entre os quais se salienta a adjudicação e construção da primeira fase do novo edifício do centro social de Alfoanelos.

Fulgêncio de Andrade foi também comentador religioso no Posto Emissor de Radiodifusão do Funchal, mantendo uma rúbrica própria, transmitida aos domingos, durante largos anos, sob o nome “Cinco minutos de espiritualidade”. Esta atividade reforçou-lhe o dom nato de pregador eminente, de que deu provas na



Busto do Cón. Francisco Fulgêncio de Andrade, bronze de Soares Branco e José Simão Castelo Branco, 1998.

Sé do Funchal e em muitos púlpitos das igrejas madeirenses. Como notável orador, foi um ilustre conferencista, que abrilhantou algumas das principais solenidades da Diocese e da vida madeirense. Aliás, todos os seus sermões semanais, em diversas igrejas e capelas do Funchal, são reveladores do espírito crítico e inquieto pelo qual será recordado, marco complementar do seu impulso acérrimo e da sua participação pró-ativa em diversos movimentos religiosos e culturais dentro da Diocese do Funchal.

Entre muitos outros, o seu texto sobre a exposição de ourivesaria sacra no Convento de S.^{ta} Clara é exemplar. Refira-se também a obra *A Dupla Visita da Imagem de Nossa Senhora de Fátima à Madeira*, um dos momentos mais descritivos e reflexivos do autor, que foi escrita com a hábil mestria de palavras sentidas, encarnando profundamente o acontecimento religioso, como que num apelo à fé, e elevando a chegada e a presença da imagem da Virgem Peregrina na Ilha, em 1948: “E eis que é chegada nesta primeira jornada, a hora da maior apoteose. A Virgem Senhora de Fátima no seu andor [...]. No meio da exaltação suma, soltam-se vivas a Nossa Senhora, que recordam toda a epopeia gloriosa do Seu Padroado sobre a nossa terra [...] com o episcopado português, a multidão ovaciona delirantemente [...]. No entanto,

longe de esmorecerem os cânticos, as palmas e as aclamações prosseguem com entusiasmo sempre crescente. Dizei-me, irmão, qual a razão da persistência invulgar destas manifestações apoloéticas?” (ANDRADE, 1954, 46).

Distinto escritor e expansivo pensador, não se inibia nunca de manifestar publicamente opiniões pessoais, na maior parte das vezes sobre temas polémicos. O poder argumentativo da sua palavra era, sem dúvida, doutrina e manifestação do ser e do sentir. Tal ficou patente na conferência que proferiu, subordinada ao tema “Indissolubilidade matrimonial e o divórcio”, assunto ainda delicado para a época. Escreveu e publicou diversos textos sobre assuntos religiosos e atuais, sempre a perspetivar a mudança, com vista a um futuro mais crente, esclarecido e mais humanamente liberto, questionando o verdadeiro conhecimento dos mistérios da vida.

Homem devoto, amante e respeitador das obras da vida, faleceu no Hospital dos Marmeleiros, a 27 de julho de 1970, como se disse. Homenejado pela cidade, ergueu-se-lhe um busto em bronze, da autoria dos escultores Soares Branco (1925-2013) e José Simão Castelo Branco (1960-), no ano de 1998, que pode ser apreciado na R. da Sé. Para além disso, perpetua-se o seu nome numa rua, na freguesia de Água de Pena, no concelho de Machico, localidade que o viu nascer.

Obras de Francisco Fulgêncio de Andrade: “Indissolubilidade matrimonial e o divórcio” (1940); “Fátima na Madeira. E a Senhora voltou! A segunda visita de Nossa Senhora de Fátima” (1948-1949); “A exposição de ourivesaria sacra em Santa Clara” (1951); “A Igreja defensora da arte num discurso de Pio XII” (1952); *A Dupla Visita da Imagem de Nossa Senhora de Fátima à Madeira* (1954); “A Revolução de abril de 1974” (1990).

Bibliog.: ANAQUIM, Manoel, *O Genio Portuguez aos Pés de Maria. Subsídios para a Bibliografia Mariana em Portugal*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1904; ANDRADE, Francisco F. de, *A Dupla Visita da Imagem de Nossa Senhora de Fátima à Madeira*, Funchal, s.n., 1954; CALDEIRA, Maria da Conceição de Oliveira, *Miscelânea de Memórias: as Crónicas da Maria da Conceição Publicadas no Jornal da Madeira entre 1989-1993*, s.l., Calcamar, 1999; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; MENEZES, Rufino Augusto de, *Visita da Imagem de Nossa Senhora de Fátima (a Virgem Peregrina)*, Versos Populares, Funchal, Tip. Empresa Madeirense, 1950; POMBO, Ruela, *Portugal e a Imaculada Conceição de Nossa Senhora*, 2 vols., Lisboa, s.n., 1955; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1953; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, JGDFAF, 1965; VIEIRA, Gilda França, e FREITAS, António Aragão de, *Madeira: Investigação Bibliográfica*, Funchal, DRAC/Centro de Apoio de Ciências Históricas, 1981.

HELENA PAULA F. S. BORGES

Andrade, Francisco José Rodrigues de

D. Francisco de Andrade, que viria a ser o 22.º bispo da Diocese do Funchal, nasceu em Lisboa, em 1761, segundo alguns autores (Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses [1984]), ou em 1763, a 27 de fevereiro, segundo outro (Rui Fernando Nunes de Sousa [1991]). A sua formação académica iniciou-se na Congregação dos Cónegos de S. João Evangelista, da qual veio, depois, a tornar-se membro. Ascendeu ao presbiterado a 25 de julho de 1827, rumando, depois, a Coimbra, a fim de completar os estudos, objetivo que alcançou com o doutoramento em Teologia, em 1793. Trabalhou alguns anos como docente, após o que se veio fixar de novo em Lisboa, tornando-se pároco da freguesia de São Nicolau. O bom desempenho deste cargo tornou-o notado e deu origem à sua indigitação e posterior ocupação do lugar de vigário capitular de Lisboa. Aí se encontrava quando, em 24 de setembro de 1821, foi confirmado pelo Papa Pio VII para o lugar de prelado do Funchal, de que tomou posse por procuração, em março de 1822, e presencialmente a 1 de maio do mesmo ano.

D. Francisco de Andrade foi um bispo sugerido pelas forças liberais, então no governo de Portugal, devendo, por isso, esperar-se que comungasse dos ideais políticos dos seus proponentes. Na realidade, porém, este bispo terá o seu episcopado marcado por uma constante oscilação de posições, que foram variando ao sabor dos acontecimentos, razão que explica as suas sucessivas mudanças de opinião e de apoio às diferentes forças que ocuparam o governo português neste atribulado período de implantação do liberalismo.

Assim, tendo chegado à Madeira em maio de 1822, a 6 de setembro fez publicar uma pastoral na qual se declarava a favor da Constituição. O referido documento, publicado num livro de provimentos da Ponta Delgada, começava por sublinhar ser a obediência aos superiores um dos principais princípios que a religião defendia. Lembrava, depois, que a sociedade não podia ser outra coisa senão a



D. Francisco José Rodrigues de Andrade, 21.º bispo do Funchal, óleo de João José do Nascimento (atr.), c. 1822 (Cabido da Sé do Funchal).

união dos membros que a compõem “ligados pelos vínculos da subordinação”, razão pela qual se deviam dirigir as “nossas respeitadas atenções para a lei da monarquia, ou constituição, sabiamente ordenada para o governo deste Reino” (ABM, Arquivo do Paço..., liv. 3, doc. 410, fl. 49v.). Mais adiante, exortava os paroquianos a que não dessem ouvidos aos que “ensurdecidos à voz da verdade [...] buscam o transtorno e perturbação da harmonia pública”, fazendo “vãs promessas ou lisonjeiras esperanças, que tendem à vossa ruína”. Lembrava ainda que, se alguém tivesse razões de queixa, tinha a nação autoridades incumbidas de fazer justiça, a quem deveriam ser apresentadas as reclamações, pois eram as depositárias do poder de Deus “a quem Ele não entregara de balde a espada” (*Ibid.*, fls. 49v.-50). E terminava, apelando a que o povo mostrasse que era fiel observante da Constituição e respeitava as autoridades constituídas.

A invetiva à obediência manifestada nesta pastoral era, no entanto, um pouco desmentida pela ação do prelado que, a 26 de outubro do mesmo ano, se via interpelado pelo periódico *O Patriota Funchalense*, notório adepto do

regime liberal, o qual lhe atribuíra responsabilidades na falta de divulgação, junto do clero, das normas relativas ao método para fazer as listas de nomeação de vereadores. *O Patriota* chegava a acusar o bispo de não desempenhar o seu papel na promoção do bem público. Em resposta, D. Francisco enviou aos párocos uma circular publicada a 26 de outubro, o que logo lhe mereceu os elogios do referido periódico, que não perdeu tempo a noticiar a satisfação que sentia perante a “docilidade” com que o prelado tinha ouvido a voz do articulista, prestando-se a reconhecer o descuido “em que se considerou de antes não ter exortado os seus diocesanos para as eleições da câmara” (SOUSA, 1991, 181).

Dois meses mais tarde, porém, um outro autor, que assinava “Um Liberal Pacífico”, vinha a público lamentar que o bispo se fizesse rodear de pessoas pouco recomendadas, e aconselhava D. Francisco a escolher para seus conselheiros clérigos que o prevenissem contra os referidos descuidos, e que substituísse os dois cónegos que enquadravam o prelado e que não eram de todo bem vistos pela opinião pública, por serem contra o regime liberal. Dizia o articulista que se surpreendia por D. Francisco ter como secretário um indivíduo que “para tal emprego só tem o préstimo de escrever” e por conselheiros dois cónegos “sem letras nem virtudes”, sem atender a que “se tratasse com os liberais faria a mais excelentíssima reforma na sua casa” (*Id.*, *Ibid.*).

A acrescentar a este descontentamento, juntava-se uma outra ação do bispo que caíra igualmente muito mal junto do povo. Tratava-se do pedido feito por D. Francisco de Andrade no sentido de receber a mercê dos “Caídos”, ou seja, os emolumentos que resultavam do período de sé vacante, o que *O Patriota* criticava com veemência, salientando que via com desgosto a pretensão de que “a Madeira pague ao seu Prelado o que ela sem violentar os seus filhos, não lhe pode dar”, afirmando adiante que aquela atitude equivalia a “querer assassinar a nossa Pátria”. Esta exigência tornava-se mais chocante se se tiver em conta que foi feita pouco tempo depois de o vigário de São Jorge, liberal convicto,

eleito para as Cortes Ordinárias da Nação Portuguesa, se recusar a deslocar-se para Lisboa, alegando falta de saúde, mas também a vontade de que não se soubesse no reino que “os párocos da Madeira morrem de fome!” (*Id., Ibid.*, 176).

A falta de zelo episcopal voltava a ser assunto de *O Patriota* que, a 4 de janeiro de 1823, atacava de novo o bispo, desta vez acusando-o de viver encerrado no seu palácio, de visitar a Sé como “um cometa”, de não ter até então honrado o Seminário com uma visita, de ter pregado muito pouco, e de, “do fundo do seu gabinete”, solicitar rendas escandalosas, terminando com a apóstrofe “Mau filho, pior cidadão, péssimo Ministro se assim continua” (*Id., Ibid.*, 184).

Perante a pressão exercida pela imprensa, D. Francisco terá considerado prudente sublinhar a sua fidelidade ao regime e, a 25 de abril de 1823, voltava a publicar outra pastoral, onde reforçava a sua adesão ao liberalismo, registando que “Nós todos prometemos na face do santuário, guardar e observar a mesma Constituição, e afirmámos esta promessa com juramento solene pelo qual nos constituímos responsáveis perante Deus e perante a Nação” (ABM, Arquivo do Paço..., liv. 3, doc. 410, fl. 52).

A 16 de junho, contudo, chegava à Madeira a notícia do sucesso da Vila-Francada, e do concomitante regresso de D. João VI ao estatuto de monarca absoluto, o que iria obrigar a uma imediata mudança de posição política, para a qual o governador convocou a S. Lourenço, não só o prelado, mas todas as autoridades regionais, a fim de, juntos, assinarem um auto de aceitação da nova situação.

Para acompanhar o rumo dos acontecimentos, a 17 de julho o bispo dirigia-se novamente aos diocesanos, instando-os – à semelhança do que fizera nas pastorais anteriores – a obedecer às autoridades. Diferente, porém, é o tom do resto da carta, em que o bispo manifestava a sua satisfação com “Este feliz dia em que se realizou um sucesso tão admirável”, sendo “um dia de triunfo e glória, dia de júbilo, de prazer e de espiritual consolação” (*Ibid.*, fl. 57) – dia, ainda, que permitira à Coroa repor os direitos “de que uma facção criminosa a havia tão ilegalmente esbulhado”. Um pouco mais à frente,

apelava aos párocos para que se lhe associassem na divulgação “de tão importantes verdades em que está firmado todo o bem desta Monarquia” (*Ibid.*, fl. 57v.), atitude que não tomara em nenhuma das pastorais anteriores. O tom entusiástico deste texto não disfarça a adesão ideológica de D. Francisco ao regime absolutista, embora, até 1834 – ano em que abandonou a Diocese – o bispo tenha tido de suportar outras orientações e alterações políticas.

Antes, contudo, da primeira dessas mudanças, registada em 1826, o bispo teve tempo para mandar aos párocos que, na estação da missa, divulgassem a necessidade da obediência e inteira submissão aos poderes constituídos, e, na sequência de uma carta régia, aspassem todos os documentos que obrigavam a obedecer a instituições políticas “opressivas e ilegais” (*Ibid.*, fls. 62-63v. e 67v.-68). Esta última determinação foi, de facto, cumprida, e o *Livro de Provimientos* de Ponta Delgada tem aspasadas as duas primeiras pastorais anteriormente referidas, sem que isso, no entanto, minimamente impeça a leitura das mesmas. A 16 de setembro, publicava-se outro edital, em que o prelado voltava a lembrar aos párocos a necessidade de alertar os fiéis para as “perniciosas doutrinas forjadas em associações secretas e mantidas por uma facção iníqua” que, debaixo de enganosas aparências, procuravam a ruína do “Trono e do Altar”, em contraposição às máximas saudáveis e verdadeiras dos evangelhos, que se deviam difundir com cada vez maior insistência (*Ibid.*, fl. 62v.), o que demonstra que D. Francisco não poupava esforços no sentido de uma progressiva interiorização popular dos valores do absolutismo, em estreita relação com o cristianismo.

A 15 de dezembro de 1823, outro edital, desta vez dedicado à correção dos abusos no vestuário eclesiástico detetados pelo prelado, admoestava o seu clero pela tendência de se vestir à moda secular. A vigorosa invetiva aos costumes dos clérigos também poderá ficar a dever-se ao facto de o clero madeirense ser, em geral, adepto do liberalismo, o que desagradaria ao bispo, que não deixaria de aproveitar todas as oportunidades para mostrar que estava vigilante.

As críticas ao clero continuavam presentes na pastoral publicada a 17 de março de 1824, quando o prelado afirmava que “do seio do da mesma Igreja têm saído propagadores do erro espalhando doutrinas perversas para formar discípulos que sigam seus passos”. Lamentava, depois, que ainda aparecessem escritos a fazer a apologia do “maçonismo”, cujos ideais, na sua opinião, não andavam longe dos do liberalismo.

Apesar dos esforços de D. Francisco, o desempenho do clero madeirense continuava a não satisfazer os anseios episcopais, o que justificará o envio, para Lisboa, da missiva de 19 de janeiro de 1826, na qual o bispo se queixava dos efeitos da “pasmosa relaxação” que nos últimos tempos contagiara todas as instituições, designadamente o cabido, pelo que solicitava, tal como o fizera o seu antecessor, D. Fr. Joaquim de Ataíde, autorização para ser ele o responsável pela nomeação das dignidades da Sé (CARITA, 2003, 417).

Com o advento da Carta Constitucional que, na Madeira, fora jurada a 8 de agosto, D. Francisco de Andrade tinha tido, mais uma vez, de fazer um esforço para se adaptar à nova conjuntura; mas, em 1828, com o retorno de D. Miguel, a situação alterou-se outra vez. Ciente do que se passava na corte, o Gov. Travassos Valdês decidiu autorizar a ida do bispo a Lisboa, mediante as razões de saúde invocadas, mas somente depois de este ter acedido a publicar uma pastoral onde se mostrasse fiel à Carta Constitucional. Acossado, D. Francisco de Andrade, que fora acusado de, nos campos, ter promovido a “sediciosa aclamação” de D. Miguel (*Id., Ibid.*, 478), decidiu cumprir a exigência que lhe fora feita, em razão da qual se sujeitou a publicar o texto que saiu à luz em 28 de junho, no qual afirmava a condenação dos eclesiásticos que se tinham pronunciado a favor do absolutismo, e assumia ser D. Pedro IV o legítimo Monarca português e D. Maria II a efetiva herdeira do trono.

Cumprida a obrigação, pôde D. Francisco de Andrade deslocar-se ao reino, onde chegou a 24 de julho, acompanhado pelo seu secretário, pelo secretário do governador e por mais uma dúzia de clérigos e frades, todos partidários do

regime absoluto. Depois de a resistência oposta por Travassos Valdês à ocupação do trono por D. Miguel ter terminado por força do envio, por parte do Rei, de uma esquadra que trazia o novo titular do cargo de governador, estavam criadas as condições para o regresso do prelado, o que veio a acontecer a 13 de outubro de 1828. Um pouco antes da sua chegada, porém, já o bispo tinha redigido outra carta pastoral, onde se retratava do que afirmara na anterior e assumia sem disfarce a sua anuência ao absolutismo e fidelidade a D. Miguel, a qual acabou por ser publicada na Madeira a 26 de outubro.

Não obstante ser-lhe favorável o regime agora implantado, o episcopado de D. Francisco de Andrade manteve-se com um registo atribulado, tendo continuado as “lutas e dissensões” (SILVA e MENESES, 1984, 68), situação que só viria a terminar com o abandono da Diocese pelo bispo, a 12 de junho de 1834, sete dias após a proclamação do Governo constitucional na Ilha.

Nessa altura, D. Francisco de Andrade foi refugiar-se em Génova, onde entrou para o Convento de S. Bartolomeu de Fossato, na freguesia de Promontório, aí se conservando até à morte, ocorrida em 1838, a 2 de maio. Passados cerca de 50 anos do falecimento de D. Francisco, o vigário da paróquia de Promontório, na sequência de obras que efetuava na igreja, lembrou-se de assinalar o túmulo do prelado, para o que entrou em contacto com a Diocese do Funchal, então na posse de D. Manuel Agostinho Barreto. Este encetou uma série de diligências com vista a reunir fundos para se conceder ao antigo bispo uma lápide condigna, e o bom sucesso desses esforços conduziu a que se tivessem mandado esculpir em mármore as armas de D. Francisco, acompanhadas por dizeres, em bronze, que identificam o túmulo.

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Arquivo do Paço Episcopal do Funchal, liv. 3, doc. 410, *Registo dos Provimentos das Visitações Pastorais da Freguesia de Ponta Delgada*; **impresa:** ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, Porto/Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1971; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. VI, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2003; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, vol. I, Funchal, DRAC, 1984; SOUSA, Rui Fernando Nunes de, “Catolicismo e liberalismo n.º ‘O Patriota Funchalense’ (1821-1823)”, *Lusitania Sacra*, 1991, pp. 155-214.

CRISTINA TRINDADE
RUI CARITA

Andrade, Francisco Justino Gonçalves de

Nasceu em 18 de fevereiro de 1821, na freguesia de Campanário, na ilha da Madeira. Era filho do Ten. Joaquim Gonçalves de Andrade e de Caetana Maria de Macedo e irmão de João Jacinto Gonçalves de Andrade e de António Silvino Gonçalves de Andrade, ambos religiosos.

Realizou os seus estudos na cidade do Funchal, seguindo, em 1839, para o Brasil, tendo como destino a província de São Paulo. Em 1846, ingressou na Academia de Ciências Sociais e Jurídicas (ASSJ) do Lg. de S. Francisco, vindo a concluir os seus estudos em 1850, altura em que inicia também as suas atividades como docente. Em 18 de agosto de 1851, pelo dec. n.º 608, os estatutos da entidade foram reformados, seguidos de outras alterações, e a ASSJ passou a ser designada por Faculdade de Direito de São Paulo (FDSP). Nesse mesmo ano, obteve o grau de doutor. Em 28 de setembro de 1859, Francisco Justino Gonçalves de Andrade foi nomeado lente substituto da FDSP. Dedicou-se à área de estudo do Direito Civil, vindo a angariar fama no meio jurídico brasileiro. Tal situação fez com que fosse convidado a emitir pareceres sobre diferentes matérias de seu conhecimento. De carácter conservador e monárquico, foi amigo do Imperador D. Pedro II. Pelo dec. de 22 de dezembro de 1858, ficou definido que deveriam ser realizados estudos para a constituição de um projeto de Código Civil. Algumas tentativas foram realizadas, sem que, contudo, obtivessem êxito. Em 1881, após a apresentação de uma proposta feita por Felício dos Santos ao ministro da Justiça, Manuel Pinto de Souza Dantas, este nomeou uma comissão, composta por Lafaiete Rodrigues Pereira, António Joaquim Ribas, Francisco Justino Gonçalves de Andrade, António Coelho Rodrigues e António Ferreira Viana, para examinar o assunto. Foi esta comissão que aconselhou que a proposta fosse aprofundada e revista.

Devido aos seus conhecimentos em diferentes assuntos e à ponderação dos seus julgamentos, foi consultado pelo jovem Rui Barbosa, aluno da FDSP, sobre a questão da libertação

das filhas das escravas, num momento em que o sistema escravocrata vigente era objeto de intensos debates. Extremamente atuante, em 1862, Francisco Justino Gonçalves de Andrade elaborou o texto *Memória Histórica Acadêmica*, que foi apresentado à FDSP. Nesse mesmo ano, regeu a cadeira de Economia Política. Colaborou em periódicos como *Gazeta Jurídica*, onde publicou os artigos “Questão de águas entre prédios confinantes” e “Mandato – Fraude do mandatário – Responsabilidade do mandante – Fraudes aduaneiras”. Na *Revista Jurídica do Rio de Janeiro*, publicou o artigo “Definição e natureza da posse” e na *Revista “O Direito”* o artigo “Sistemas de codificação civil”.

Em 1868, foi nomeado como lente catedrático de Direito Natural, vindo a permutar esta cadeira com o Cons. José Bonifácio, “o Moço”, que regia a cadeira de Direito Civil. Gonçalves de Andrade foi professor da cadeira de Direito Civil entre 1871 e 1890, atuando de forma austera e sendo reconhecido pelo seu sotaque madeirense. Participou ativamente das reuniões de congregação, das arguições aos candidatos ao título de doutor e aos concursos de professores substitutos. Figura dinâmica e empreendedora, sentia falta de material específico para os estudos de Direito Civil. Foi autor de textos importantes, a partir do seu doutoramento e dos estudos que realizou e sobre os quais manifestou parecer. Dentre eles, destacam-se: *Teses Que para Obter o Grau de Doutor Se Propõe a Defender* (1851); *Dissertação Feita em virtude do Disposto no Art. 128 do Regulamento n.º 1568, de 24 de Fevereiro de 1855. Direito Romano: Definição e Natureza da Posse* (1859); *Parecer sobre Habilitação de Credores em Processo de Falência* (1871); *Lições de Direito Civil* (1875); *Lições de Direito Civil do 3.º Ano* (1878); *Lições de Direito Civil do 4.º Ano* (1879); *Lições de Direito Civil do 3.º Ano* (1881); “Parecer da comissão” (1882); “Quando a escritura pública e escrito particular são da essência dos contratos de compra e venda de bens imóveis?” (1895) e *Lições de Direito Civil* (s.d., ms.). Justino de Andrade reconheceu a importância de antigos catedráticos de Direito Civil. Nos idos de 1881, ele e seu irmão, João Jacintho Gonçalves de Andrade, ofereceram à Academia um retrato

do diretor da FDSP, Vicente Pires da Mota, que fora um respeitado docente e naquele momento contava com 82 anos.

Apesar de se encontrar no período de aposentação, o governo imperial permitiu, por decisão de 22 de dezembro de 1884, que continuasse a exercer o magistério, após consulta realizada pelo insigne professor. Contudo, a Proclamação da República alteraria o quadro de docentes da FDSP. Em 1890, foi jubilado por determinação de Benjamin Constant, que exercia o cargo de secretário dos Negócios da Instrução Pública do Governo Provisório da República. Tal facto deveu-se a um descompasso entre Justino de Andrade e a sala do terceiro ano do curso de Direito, em 21 de junho de 1890. Segundo os registos, o docente, ao chegar à sala de aula, completamente cheia, anunciara que não haveria lição. Os alunos manifestaram insatisfação, alegando depois que Justino de Andrade teria empregado palavras duras e ofensivas. Este, por sua vez, defendera-se alegando que o motivo de tal impasse era a realização de uma festa. Segundo ele, uma comissão académica havia-o procurado alguns dias antes na sua residência, convidando-o para participar do festejo. Justino de Andrade declinou o convite, manifestando-se contrário à realização do evento, por haver dias apropriados para tal e, em seguida, fez comentários a respeito da situação conturbada que envolvia o país. Nessa ocasião, manifestou a sua desaprovação em relação às ações do governo republicano, que tentava firmar o novo regime político. Segundo alguns registos, Justino de Andrade, indignado com a jubilação, teria queimado uma obra que acabara de escrever, considerada um verdadeiro tratado sobre o direito civil. A jubilação foi lamentada por aqueles que entendiam que o governo republicano desprestigiava o magistério com tal decisão. Na sétima sessão ordinária do Instituto dos Advogados do Brasil, realizada em 18 de maio de 1892, foi apresentado o nome de Francisco Justino Gonçalves de Andrade como membro honorário da entidade.

Francisco Justino Gonçalves de Andrade faleceu em 25 de julho de 1902. Contudo, a

importância do seu trabalho pode ser verificada nas publicações “Condomínio: divisão” (1904), “O mandatário é obrigado pelos juros da mora desde a data em que empregou o dinheiro no seu próprio uso” (1906) e “Da posse” (1915-1917). Pelo dec. de 13.727, de 20 de agosto de 1919, o Ministério da Fazenda do Brasil, reavaliando as pendências existentes desde o fim da monarquia, determinou o crédito especial de 14.348\$381 reis para pagar em partes iguais a Augusta e Hermínia, irmãs do Prof. Francisco Justino Gonçalves de Andrade. Este valor era referente às diferenças dos vencimentos de jubilação devidas ao prestigiado docente da FDSP.

Obras de Francisco Justino Gonçalves de Andrade: “Definição e natureza da posse”; “Mandato – Fraude do mandatário – Responsabilidade do mandante – Fraudes aduaneiras”; “Questão de águas entre prédios confinantes”; “Sistemas de codificação civil”; *Lições de Direito Civil* (s.d.); *Teses Que para Obter o Grau de Doutor Se Propõe a Defender* (1851); *Dissertação Feita em virtude do Disposto no Art. 128 do Regulamento n.º 1568, de 24 de Fevereiro de 1855. Direito Romano: Definição e Natureza da Posse* (1859); *Memória Histórica Académica* (1862); *Parecer Sobre Habilitação de Credores em Processo de Falência* (1871); *Lições de Direito Civil* (1875); *Lições de Direito Civil do 3.º Ano* (1878); *Lições de Direito Civil do 4.º Ano* (1879); *Lições de Direito Civil do 3.º Ano* (1881); “Parecer da comissão” (1882); “Quando a escritura pública e escrito particular são da essência dos contratos de compra e venda de bens imóveis?” (1895).

Bibliog.: ANDRADE, Francisco Justino Gonçalves de, “Parecer”, in RODRIGUES, João José (coord.), *Consultas Jurídicas, ou Coleção de Propostas sobre Questões de Direito, Civil, Comercial, Criminal, Administrativo e Eclesiástico Respondidas pelos Primeiros Jurisconsultos Brasileiros*, t. 1, Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1873; *Id.*, “Ata da 6.ª sessão em 23 de junho de 1890”, in AZEVEDO, Álvaro Villaça (org.), *Atas da Congregação dos Lentes da Academia de Direito de São Paulo (1885-1897)*, ed. fac-similada, São Paulo, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1996; *Id.*, “Ata da 12.ª sessão: 1 de set. de 1881”, in AZEVEDO, Álvaro Villaça (org.), *Atas da Congregação dos Lentes da Academia de Direito de São Paulo (1874-1885)*, ed. fac-similada, São Paulo, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1996; FERREIRA, Waldemar, “Conselheiro Dr. Francisco Justino Gonçalves de Andrade”, *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, vol. xxiv, 1927, p. 67; *Gazeta Jurídica*, vol. 27; *Revista da Faculdade de Direito* (Universidade de São Paulo), vol. xxx, fasc. II, 1934; *Revista Jurídica do Rio de Janeiro*, vol. 3; ROBERTO, Giordano Bruno Soares, *O Direito Civil nas Academias Jurídicas do Império*, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008; VAMPRE, Spencer, *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, vol. II, São Paulo, Livraria Acadêmica, 1924; *Id.*, *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, 2.ª ed., vol. II, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1977.

PAULO DE ASSUNÇÃO

Andrade, João Jacinto Gonçalves de

João Jacinto Gonçalves de Andrade nasceu a 10 de fevereiro de 1825 na freguesia de Campanário, na ilha da Madeira. Era filho do Ten. Joaquim Gonçalves de Andrade

e de D. Caetana Maria de Macedo e irmão de Francisco Justino Gonçalves de Andrade, também religioso. Foi batizado em 28 do mesmo mês na igreja da freguesia de São Braz do Campanário. Realizou os primeiros estudos na ilha da Madeira e frequentou o Seminário de Funchal, onde foi ordenado presbítero. Seguiu para a cidade de São Paulo, no Brasil, seguindo o apelo do seu irmão e do seu tio, D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, bispo da Diocese de São Paulo.

A partir de 1860, passou a frequentar o curso de Direito da Faculdade do Lg. de S. Francisco. No ano seguinte, assumiu o cargo de capelão da Santa Casa da Misericórdia (SCM). Em abril de 1862, foi nomeado, por decreto, lente substituto de Latim, Francês e Inglês do curso. Em outubro do ano seguinte, passou a ser lente catedrático de Francês e Inglês. Concluiu o curso de Direito em 1864, passando em seguida aos estudos de doutoramento, vindo a defender sua tese em 1867, com o título *Os Governos Despóticos Podem Ser Justificados pelos Princípios de Direito Público?*. Também foi autor do texto *A Doutrina do Mandato Comercial Abrange igualmente o Mandato Qualificado?* (1868). Participou no concurso para lecionar na FDSP, obtendo aprovação como lente substituto em 13 de março de 1869. Em 1878, substituiu o Dr. João Theodoro Xavier de Mattos na cadeira de lente catedrático de Direito Natural. Dez anos depois, passou a ser lente catedrático de Direito Eclesiástico.

Em 1863, desejando aparelhar melhor a igreja da Sé, João Jacinto de Gonçalves de Andrade encomendou na Europa um novo órgão com dois teclados, que foi adquirido pela soma de 12 contos de réis pelo Cón. Joaquim do Monte Carmelo. Por meio de carta imperial, de 15 de março de 1865, foi nomeado cónego penitenciário. Nos idos de 1871, no relatório da Assembleia Legislativa Provincial, é destacada a atuação do religioso na comissão que acompanhou as obras do Hospício de Alienados da cidade de São Paulo, uma vez que o antigo prédio não tinha condições para atender os doentes. Também

por deliberação do imperador, João Jacinto de Gonçalves de Andrade foi nomeado arcebispo em 15 de julho de 1874.

Foi proprietário de terrenos na área adjacente ao Seminário, então conhecida como R. dos Lázarus ou Trav. do Seminário. Após o falecimento de Felício Pinto de Mendonça e Castro, filho de Domitila de Castro Cantão e Melo (marquesa de Santos), o solar da marquesa foi arrematado em nome da mitra da Diocese de São Paulo, sendo responsável pela transação o cónego arcebispo João Jacinto Gonçalves de Andrade, que adquiriu a propriedade em 28 de maio de 1880, por 400 mil réis. Nesse mesmo ano, o religioso fez uma doação de um conto de réis em memória de seu tio, Mons. Joaquim Manuel Gonçalves de Andrade, para que este valor fosse utilizado na constituição de uma escola que ficaria a cargo das Irmãs de São José de Chamberry.

Em 9 de dezembro de 1883, como auxiliar, participou da sagração episcopal de D. Joaquim José Vieira, bispo do Ceará (1884-1912).

Em 1884, sob a supervisão de João Jacinto de Gonçalves de Andrade, foram reformados o frontispício e a torre da Sé. Nesse mesmo ano, em 9 de novembro, sendo provedor da SCM, recebeu nesse hospital a princesa Isabel e o conde d'Eu, então de visita à cidade de São Paulo.

Nos idos de 1890, jubilou-se da atividade que exercia como lente da FDSP, vindo a falecer em 16 de janeiro de 1898.

Obras de João Jacinto Gonçalves de Andrade: *Os Governos Despóticos Podem Ser Justificados pelos Princípios de Direito Público?* (1865); *A Doutrina do Mandato Comercial Abrange igualmente o Mandato Qualificado?* (1868).

Bibliog.: FERREIRA, Waldemar, "A Congregação da Faculdade de Direito de São Paulo na centúria de 1827-1927", *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, vol. xxv, 1927; JÚNIOR, José Fernandes da Costa Pereira, *Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior*, São Paulo, Typ. Americana, 1871; MARTINS, Ana Luiza, e BARBUY, Heloisa, *Arcadas: Largo de São Francisco. História da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, Melhoramentos, 1999; MARTINS, Antonio Egydio, *São Paulo Antigo*, São Paulo, Comissão Estadual da Cultura, 1973; MOURA, Carlos Eugênio Marcondes (org.), *Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX*, São Paulo, Universidade Estadual Paulista, 1999; NOGUEIRA, Almeida, *A Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantões, Estudantadas*, São Paulo, Academia de São Paulo, 1907.

Andrade, José dos Santos Ribeiro de

Nascido na freguesia da Boaventura a 15 de fevereiro de 1912, era filho de Francisco Ribeiro de Andrade e de Maria Anália dos Santos Ribeiro, tendo frequentado o Liceu do Funchal, após o que se matriculou no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, passando em seguida para a Escola Naval, onde frequentou o curso de Engenheiro Maquinista Naval. Depois de ter prestado serviço na Armada durante alguns anos, passou à situação de reserva, a fim de se dedicar, exclusivamente e na sua terra natal, à sua profissão de engenheiro.

Ribeiro de Andrade começou por trabalhar na firma Leacock & C.^a Lda., como engenheiro chefe das oficinas de reparação de automóveis, mas a breve tempo passou para The Madeira Engineering, Lda., onde foi diretor do Arsenal de São Tiago, vulgo Arsenal Blandy, no final da praia de calhau do bairro de Santa Maria. Em 1954, assumiu a direção do Clube Naval do Funchal (CNF), fundado a 1 de maio de 1952, e de que fora, com o irmão, António Alexandrino dos Santos Ribeiro, um dos sócios fundadores, ele com o n.º 9 e o irmão com o n.º 5.

No início dos anos 50, logo a seguir à Segunda Grande Guerra, assistiu-se ao aumento da prática internacional dos desportos náuticos, tal como a um novo incremento geral do turismo na Madeira (tendo inclusivamente o mar como pano de fundo), com a realização dos primeiros voos turísticos regulares de Inglaterra, pioneiros do novo quadro do turismo internacional, através dos hidroaviões da Aquila Airways, entre 1949 e 1950. Em julho de 1950, realizou-se também a I Regata Oceânica Lisboa-Madeira, principal motivo para o surgimento, em maio de 1952, do CNF.

Data da vigência de Ribeiro de Andrade como dirigente do CNF o incentivo para a construção de monotipos dos veleiros de pequeno cruzeiro, uma vez que a maioria dessas embarcações não era padronizada, sendo assim dados os primeiros passos a caminho da

definição de classes, mais suscetíveis de, *e.g.*, entrar em regatas. O primeiro veleiro pequeno da classe cruzeiro, um calypso, foi o *Maria Ângela*, de José Jacinto de Caíres, ao qual se seguiu o *Calma*, de Humberto Fournier. Mais tarde, em 1966, sob iniciativa particular e com a orientação de Amândio Nóbrega, foi construído o *Bravo*, um sea horse que viria a ganhar a regata Lisboa-Madeira em 1967.

Em agosto de 1956, o Com. Jacques-Yves Costeau (1910-1997), de passagem pela Madeira a bordo do seu navio de investigação, *Calypso*, proferiu, a convite do CNF, uma conferência sobre o mundo submarino e os oceanos. A dinâmica de ligação ao mar levou, inclusivamente, a que o clube se candidatasse à organização do Campeonato do Mundo de Caça Submarina, em setembro de 1967, iniciativa não concretizada, com a transferência de última hora da prova para Cuba. Em junho de 1969, o clube organizou o I Curso de Mergulho Amador, que teve a participação de 40 alunos e foi dirigido por João Caldeira, da Federação Portuguesa de Atividades Subaquáticas, com a colaboração de Jorge de Castro e João Borges, sócios do CNF e elementos já experimentados no mergulho e, depois, na fotografia subaquática.

José dos Santos Ribeiro de Andrade abandonaria, entretanto, o Arsenal de Santiago, dado ter constituído a firma Manotécnica, Montagens Electro-Técnicas, Lda., com sede à R. da Carreira, uma casa com oficinas de montagem de complementos eletrónicos, de que era sócio e diretor. A firma haveria de manter-se até à déc. de 80, mas não resistiria às alterações daquele muito específico mercado, como aconteceu com várias outras dessa área.

Em 1969, Ribeiro de Andrade foi nomeado presidente da Delegação de Turismo da Madeira, instituição a que iria dar uma dinâmica totalmente nova. As pastas do Turismo e da Cultura tinham sido enquadradas numa nova linha, definida no Estado Novo por Oliveira Salazar e António Ferro, ficando ambas sob a alçada próxima do primeiro e entregues ao segundo através do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), criado em 1933

e na dependência da Presidência do Conselho de Ministros. Em 1944, o SPN foi extinto, concentrando-se as suas funções no Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, que, em 1968, deu lugar à Secretaria de Estado de Informação, Cultura Popular e Turismo, no quadro da qual Ribeiro de Andrade foi chamado para a delegação da Madeira.

Data desses anos a organização de uma série de eventos locais especificamente vocacionados para o turismo, tal como a edição e divulgação de cartazes sobre a Madeira que, embora fosse uma prática antiga de promoção do turismo madeirense, ganhou então uma nova dinâmica e qualidade visual. Foi nesse quadro que se desenvolveu uma série de sectores na delegação, com a aquisição de equipamentos fotográficos e outros, aspetos sob especial supervisão do delegado da Madeira, com particular apetência para a fotografia. Após o 25 de Abril de 1974, aliás, algumas das fotografias dos novos inquilinos do palácio de S. Lourenço, sede do Governo regional, que circularam nacional e internacionalmente eram da sua autoria, embora tal só depois se viesse a saber, dado tê-las cedido gratuitamente como material de promoção da delegação e da Madeira.

A 20 de fevereiro de 1975, integrou a nova junta governativa e de desenvolvimento da Madeira, com Rui Vieira (1926-2009) e Jaime Ornelas Camacho (1911-2016), para além de outros, que constituíram o inicial núcleo governativo regional anunciador da autonomia; manteria idênticas funções nos Governos regionais seguintes. Ribeiro de Andrade atingiu o limite de idade dos 70 anos, em 1982, sendo substituído por João Carlos Abreu (n. 1935) e contratado como assessor do presidente do Governo Regional da Madeira.

Bibliog.: CARITA, Rui, *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*, Funchal, Assembleia Legislativa da Madeira, 2008; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; FERNANDES, Maurício de Barros, "A Madeira e os barcos voadores", *Isleña*, n.º 21, jul.-dez. 1997, pp. 35-44.

RUI CARITA

Andrade, Manuel Joaquim Gonçalves de

D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade nasceu em 14 de março de 1767, na Quinta Grande, ilha da Madeira, freguesia de Campanário. Era filho de Nicolau Gonçalves de Andrade e de Maria de Andrade, membros da nobreza local. Era neto, do lado paterno, de Francisco Gonçalves e Maria das Rosas e, do lado materno, de Manuel de Abreu Macedo e Maria de Andrade. Era também irmão do P.^e Francisco Joaquim Gonçalves.

Iniciou a vida religiosa no Seminário do Funchal, passando em seguida a frequentar o curso de Direito da Univ. de Coimbra (1789-1794). Dada a nomeação de seu tio, D. Mateus de Abreu Pereira, para a Diocese de São Paulo, Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade solicitou ser ordenado fora do bispado do Funchal, obtendo a licença por meio do alvará de 17 de novembro de 1794. Em janeiro de 1795, recebeu o provimento de Ordens Menores e Sacras em Coimbra. Foi ordenado presbítero nessa mesma cidade, em 8 de setembro de 1796, sendo o ofício presidido por D. Mateus de Abreu Pereira.

Seguiu para o Brasil, acompanhando D. Mateus de Abreu Pereira, que fora nomeado para bispo da Diocese de São Paulo, chegando ao porto de Santos em 2 de maio de 1797. Pelos registos, foi acompanhante fiel do seu tio até à morte, passando a ter uma atuação mais intensa na vida política a partir da morte daquele, acompanhando de perto o processo de transformação da colônia brasileira em nação independente. Durante o mandato do seu tio, Gonçalves de Andrade, denunciado por acusações contra o Gov. António Manuel de Melo Castro de Mendonça, foi convocado a prestar esclarecimentos na metrópole. O religioso apresentou-se, defendeu-se, foi considerado inocente e retornou a São Paulo em 2 de dezembro de 1802.

D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade foi membro do Conselho de Governo, entre 1826 e 1834, e do Conselho Geral de Província, entre 1829 e 1832. Foi nomeado cônego



D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, óleo de 1828 (Museu de Arte Sacra de São Paulo).

em São Paulo, passando posteriormente a arceidiago do cabido, sendo indicado por D. Pedro I para ocupar o cargo de bispo em 25 de junho de 1827. A confirmação do cargo foi feita pelo breve do Papa Leão XII. Desta forma, sucedeu a seu tio, que fora bispo de São Paulo entre 1795 e 1824. Foi ordenado bispo em 28 de outubro de 1827 na cidade de São Paulo, sendo o ofício presidido por José Caetano da Silva Coutinho. Comandou a Diocese de São Paulo entre 1827 e 1847.

Logo após a sua posse no bispado, dedicou-se à restauração do edifício da igreja da Sé, conseguiu fazer ampliações para acomodar o cabido e construiu salas de aula. A fachada principal e a torre foram reformadas e o interior dos edifícios recebeu painéis de artistas e novas decorações. O porte da igreja da Sé era modesto, destacando-se do conjunto a torre do sino e a decoração barroca, onde se distinguem os retábulos em talha com algum douramento. A igreja era sombria e os fiéis sentavam-se no chão durante o culto; os que possuíam mais recursos levavam

cadeiras para assistirem às cerimônias mais longas. Localizada no centro da cidade, a construção chamava a atenção pela grande torre quadrada dos sinos. Na parte superior da porta principal, destacavam-se os brasões imperiais.

Naqueles idos, a cidade de São Paulo vivia um clima tenso, dadas as contestações contra as deliberações do imperador. Os ataques do Partido Liberal, tendo como porta-voz Giovanni Battista Libero Badaró, eram constantes. D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade foi um ardoroso defensor do imperador e da emancipação da Igreja Católica no Brasil relativamente à orientação doutrinária de Roma. As turbulências políticas fizeram com que este assumisse funções temporais. Foi vice-presidente da Província, exercendo o cargo de presidente de 18 de abril a 5 de outubro de 1828 e, depois, entre 15 de abril de 1830 e 5 de janeiro de 1831. Em 20 de novembro de 1830, o assassinato de Giovanni Battista Libero Badaró gerou grande comoção entre a população paulista. Gonçalves de Andrade agiu rapidamente para acalmar a população e alterou o nome da R. Nova de S. José para R. Libero Badaró, como homenagem ao defensor do ideário liberal. Deve-se registrar que o jornal *O Observador Constitucional*, de propriedade de Libero Badaró, era um crítico da atuação do bispo, considerado extremamente conservador. Após a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade assumiu mais uma vez a presidência da Província, de 17 de abril a 20 de junho desse ano.

Foi deputado provincial da primeira legislatura da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, de 1835 a 1837, ocupando o cargo de primeiro secretário na mesa diretora de 1836 a 1837. Continuou a ocupar o cargo entre 1838 e 1845. Neste ano, foi eleito presidente da Assembleia Legislativa Provincial; todavia, não pôde assumir o cargo por motivo de doença. Em 1846, o Imperador D. Pedro II visitou São Paulo e conferiu ao religioso a comenda da Ordem de Cristo. Dentre as suas

ações, destaca-se o empenho na construção de vias de comunicação entre São Paulo e outras localidades, em especial ao porto de Santos, a fim de favorecer a atividade comercial. Estimulou a construção da Estrada da Mata, que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul, e a construção do canal de Iguape para facilitar a comunicação do rio Ribeira de Iguape ao mar Pequeno.

Em 1841, o diretor interino da Faculdade de Direito, José Maria de Avelar Brotero, com a ajuda de alunos, desafiou-o ao sepultar no Lg. de S. Francisco o corpo do jovem professor luterano Julius Frank. O túmulo existe até hoje no lado esquerdo de quem entra pela porta principal. Após uma hábil negociação, D. Manuel deu-se por vencido, e em 1842 era construído um cemitério exclusivo para os protestantes. Nessa mesma época, D. Manuel teve que enfrentar a pressão de alguns religiosos, como o P.^e Antônio Diogo Feijó (regente do Império do Brasil entre 1835 e 1837), que defendiam ideias mais progressistas, como a abolição do celibato.

A igreja da Sé, apesar de várias reformas no decorrer dos séculos, continuava precária naqueles idos. D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, ciente da ruína do edifício e da necessidade de recuperá-lo, nomeou o seu sobrinho, o arceidiago Joaquim Manuel Gonçalves de Andrade, responsável pelos trabalhos de reforma e ampliação do edifício. Os trabalhos foram realizados no decorrer do ano de 1846, sendo erguidas, do lado esquerdo do templo, acomodações para o cabido e para a primeira escola normal de São Paulo, fundada naquele local pela lei n.º 35 de 16 de março de 1846. Nesse ano, durante a Semana Santa, São Paulo recebeu a visita do Imperador D. Pedro II e de sua esposa, a Imperatriz Teresa Cristina, que assistiram à missa na igreja do Colégio dos Jesuítas devido aos trabalhos que estavam em curso na Catedral da Sé.

D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade foi o primeiro presidente da Loja Maçônica Firmeza e Character, sendo conhecido pelo cognome Platão. Esta loja maçônica teve

curta duração. Os trabalhos iniciaram-se em 1833 e foram interrompidos em 23 de junho de 1837. Contudo, o ideal foi preservado e retomado em 1874, quando ocorreu a fundação da Loja Maçônica Amor da Pátria.

Faleceu em 26 de maio de 1847, contando com 80 anos de idade. No seu testamento deixou registado que, do montante de sua herança, fosse retirado o valor de 100 mil réis em favor dos presos que cumpriam pena na cadeia da cidade de São Paulo.

Bibliog.: *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo 1835-1836*, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, s.d.; *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo 1837*, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, s.d.; *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo 1844-1845*, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, s.d.; GAETA, Caetano, *Líbero Badaró – O Sacrifício de Um Paladino da Liberdade*, São Paulo, Estabelecimento Gráfico E. Cupolo, 1944; GRINBERG, Keila, e SALLES, Ricardo (orgs.), *O Brasil Imperial*, vol. I, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira, *Do Altar à Tribuna: os Padres Políticos na Formação do Estado Nacional Brasileiro (1823-1841)*, Dissertação de Doutorado em História Política apresentada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, texto policopiado, 2010; SOUZA, Ney de (org.), *Catolicismo em São Paulo: 450 Anos de Presença da Igreja Católica em São Paulo (1554-2004)*, São Paulo, Paulinas, 2004; TSCHUDI, Johann Jakob von, *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1980; WERNET, Augustin, *A Igreja Paulista no Século XIX: a Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*, São Paulo, Ática, 1987.

PAULO DE ASSUNÇÃO

Andrade, Maria da Conceição Homem de Gouveia e Sousa de

Natural de Câmara de Lobos, nascida a 18 de agosto de 1912, era filha de Eduardo Maria de Sousa e Ermelinda Sara Homem de Gouveia e Sousa. Os seus irmãos ocuparam cargos de destaque: Eduardo Homem de Gouveia e Sousa foi conservador do Registo Predial de Lisboa e Vasco Homem de Gouveia e Sousa foi diretor da Escola Industrial e Comercial Manuel de Paiva, em Sá da Bandeira, Angola.

Casou-se com José Salema de Aboim Nunes de Andrade, médico da Junta de Emigração Portuguesa. Segundo Luís Marino, frequentou o Liceu Nacional do Funchal e completou o ensino secundário num colégio francês e numa escola em Bordighera, Itália. Tendo no início orientado os seus estudos para a Filosofia, optou depois pela Faculdade de Ciências

de Lisboa, acabando por se inscrever na Faculdade de Direito, onde se licenciou, tendo exercido advocacia na capital.

Foi, durante duas décadas, consultora assistente judiciária da Federação Nacional das Instituições de Proteção à Infância, no Tribunal de Menores de Lisboa. Na Ordem dos Advogados de Portugal, foi vogal distrital de Lisboa, e vice-presidente da Federação Internacional das Mulheres Magistrados, Advogados e com Carreiras Jurídicas, com sede em Paris.

Na Madeira, foi secretária da Juventude Católica Portuguesa, tendo colaborado com a *Revista Esperança*.

Bibliog.: MARINO, Luís, "Andrade, Maria da Conceição Homem de Gouveia e Sousa", in *Panorama Literário do Arquipélago da Madeira*, vol. 1, texto não publicado, fl. 257.

CRISTINA TRINDADE
LUÍSA M. ANTUNES PAOLINELLI

Andrade, Maria Lucinda de Sousa

Maria Lucinda de Sousa Andrade nasceu no sítio das Feiteiras de Cima, freguesia e concelho de São Vicente, na costa Norte da ilha da Madeira, a 10 de março de 1903. Filha de João Francisco de Andrade e de Amélia Carolina de Sousa, foi batizada na igreja matriz desta freguesia a 24 de março do mesmo ano, sendo seus padrinhos o seu tio materno, Carlos João de Sousa, e Nossa Senhora (segundo a prática habitual no seio da religião católica, em que é possível consagrar uma criança a uma figura do culto católico no momento do batismo, ou por falta de um dos padrinhos ou por vontade dos pais). O casal teve outras duas filhas, Maria Pia (n. 22/06/1900) e Teresa (n. 09/02/1908), sendo Lucinda a filha do meio e, segundo relatos, em São Vicente, as três irmãs eram conhecidas quando solteiras como "as meninas Andrade", sendo que Lucinda Andrade nunca viria a contrair matrimónio.

Após terminar o ensino básico numa escola particular, rumou à capital madeirense, onde completou o 7.º ano do curso dos liceus no Liceu Nacional do Funchal e, na déc. de 30, cursou Pedagogia no Liceu de Pedro Nunes,

em Lisboa, estrutura então vocacionada para a formação de professores, com vista a prosseguir uma carreira no ensino. De volta ao Funchal, iniciou a sua carreira docente e, em 1943, regressou à freguesia de São Vicente, de onde, exceto em viagem, não voltaria a sair, dedicando-se ao ensino – atividade que exerceria durante toda a sua vida profissional.

Considerada a mãe do ensino secundário no concelho de São Vicente, a vida de Lucinda Andrade está intimamente ligada à evolução da escolaridade nesta localidade. Até meados da déc. de 60, em São Vicente, o ensino era ministrado em regime de ensino particular por professores nas suas residências; Lucinda Andrade ensinava matérias do nível secundário e chegou a preparar na sua residência uma divisão para o efeito, onde, em mesas estreitas e bancos corridos, ensinava Inglês, Português, Matemática, Desenho e Físico-Química, sendo a sua área de eleição o Francês, em que era considerada excelente, preparando os alunos autopropostos para os exames de 2.º e 5.º anos do liceu. Tendo em conta que os dados estatísticos revelam que, na primeira metade do séc. xx, o analfabetismo na RAM ascendia aos 70 %, valor que só minguaria para os 33 % a partir da déc. de 60, após a criação do Plano de Educação Popular e da Campanha Nacional de Educação de Adultos, em 1952, pode associar-se a crescente alfabetização da população do Norte da ilha da Madeira, e, em especial, no concelho de São Vicente, à enérgica ação de Lucinda Andrade, assumindo esta o papel de grande impulsionadora do ensino neste concelho, que a agraciou por seus méritos em 1983 com a sua medalha municipal.

Em 1964, aquando da criação do Externato de São Vicente, no sítio das Casas Novas, fez parte do corpo docente inicial desta instituição vocacionada para o



Fig. 1 – Maria Lucinda de Sousa Andrade (RIBEIRO, 2005).

ensino do 1.º e 2.º ciclos do ensino liceal, com capacidade para 80 alunos de ambos os sexos – algo pouco habitual na época –, e que se manteria em regime de ensino particular até 1988, ano em que, por se considerar ser necessário proceder à criação do ensino preparatório e secundário oficial na vila de São Vicente, foi criada a Escola Preparatória e Secundária de São Vicente, que entrou em funcionamento no ano letivo de 1988-1989. Ainda no ano de 1988, por deliberação do conselho de governo e assente no ofício-circular n.º 189/4.0.1/88, atribuiu-se à nova entidade escolar a denominação de Escola Preparatória e Secundária Dona Lucinda Andrade, como forma de homenagear a professora que “dedicou toda a sua vida ao ensino, com espírito de abnegação invulgar e extraordinária competência e zelo”, citando o documento supramencionado. As novas instalações da Escola Básica e Secundária Dona Lucinda Andrade foram inauguradas no sítio do Passo, no dia 4 de outubro de 1993, em cerimónia que contou com a presença do presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, do secretário regional da Educação, Francisco Santos, e de Gabriel Drumond, presidente da Câmara Municipal de São Vicente, e em que Lucinda Andrade destapou a placa ostentando o seu nome. A escola passou a comemorar anualmente o Dia da Escola a 10 de março, data de nascimento de Lucinda Andrade.



Fig. 2 – Inauguração da Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade em 4 out. 1993 (arquivo particular de Teresa Silva).

Testemunhos obtidos de antigos alunos, colegas de profissão, amigos e familiares traçaram o perfil de uma mulher de personalidade forte, vivaz e determinada, ainda que, de alguma forma, reservada e pouco dada a contactos sociais, tendo recebido as homenagens que lhe foram prestadas com aparente modéstia. Pioneira e empreendedora, terá sido das primeiras mulheres a conduzir um automóvel em São Vicente, era muito culta, amante da moda, cultivando com extremo cuidado a sua imagem, sendo senhora de postura ativa e grande beleza física; a sua maior relação era com os alunos, dizendo-se mesmo que dava a vida por eles, atribuindo-se à sua paixão pela educação o facto de não haver constituído família.

Faleceu no Funchal, no dia 12 de outubro de 2000, aos 97 anos, vítima de acidente doméstico na sua residência em São Vicente.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Registos Paroquiais, São Vicente, Baptismos, n.º 8207, fl. 19v.; *Ibid.*, Registos Paroquiais, São Vicente, Casamentos, n.º 8221A, fls. 11v.-12; **impresa:** “Faleceu a professora Lucinda Andrade”, *Jornal da Madeira*, 13 out. 2000, p. 14; RIBEIRO, João Adriano, *São Vicente – Subsídios para a História do Concelho*, São Vicente, Câmara Municipal de São Vicente, 2005; **digital:** “Escola B+S Dona Lucinda Andrade”, (*Re*)*Criar-São Vicente*, s.d.: <http://recriar-saovicente.blogs.sapo.pt/1545.html> (acedido a 19 set. 2016); “História da escola”, *Lucinda Andrade*, s.d.: <http://escolas.madeira-edu.pt/ebdlandrade/AEscola/Hist%C3%B3ria/tabid/9849/Default.aspx> (acedido a 19 set. 2016); MENDONÇA, Alice, “Evolução do sistema educativo na Madeira”, *Universidade da Madeira*, s.d.: <http://www3.uma.pt/alicemendonca/conteudo/investigacao/sistemaeducativonamadeira.pdf> (acedido a 12 out. 2016); Regulamento interno, maio 2011: <http://escolas.madeira-edu.pt/LinkClick.aspx?fileticket=Ws6EEVyUj4%3d&tabid=10075&mid=23036> (acedido a 13 jan. 2017).

Fontes orais: FARIA, Carlos Alberto Bettencourt, entrevistado por Maria Fernandes, São Vicente, 27 jan. 2017 [registro escrito na posse da autora]; FREITAS, Maria do Céu Leça de, GONÇALVES, Raquel A., PESTANA, Jaime, SANTOS, Teresa Caldeira, e SILVA, Maria Teresa Jesus Pestana, entrevistados por Maria Fernandes [comunicações pessoais], São Vicente.

MARIA FERNANDES

Andrade, Osvaldo da Conceição Vieira de

Oficial do Exército português. Nasceu no dia 6 de fevereiro de 1891, tendo recebido o batismo a 18 de abril do mesmo ano, na igreja paroquial de São Pedro, concelho e Diocese do Funchal. Era filho legítimo de António José de Andrade, natural da vila de São Vicente, negociante e proprietário, e de sua mulher Juliana

Teodolinda Vieira, natural da freguesia de São Pedro, Funchal, que haviam contraído matrimónio a 6 de outubro de 1887. Era neto paterno de Francisco José de Andrade e de Silvéria Teresa de Jesus, e neto materno de Manuel Vieira e de Joana Constância Vieira. A 13 de maio de 1936, casou-se com Jeannette Albertine Tellapier, na 2.^a Conservatória do Registo Civil de Lisboa.

Em 1917, tomou parte, como aspirante a oficial de artilharia, na revolta militar de 5 de dezembro, liderada por Sidónio Pais. Pouco depois, a 31 de agosto de 1918, já alferes de artilharia, partiu para França integrado no Corpo Expedicionário Português (CEP). Incorporado no 11.º Corpo de Artilharia Inglesa, participou na tomada de Lille e na de Tournai, em outubro e em novembro de 1918, respetivamente, tendo regressado a Portugal a 21 de março de 1920. Anos mais tarde, cooperou de forma ativa na preparação do golpe militar de 28 de maio de 1926, liderado pelo Gen. Gomes da Costa, que pôs fim à Primeira República; e em setembro de 1931, esteve envolvido, segundo relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, datado de 1935, no movimento de revolta militar: chegou a estar a postos para sair com um destacamento para a revolução, mas isso acabou por não suceder.

Ao longo da carreira, desempenhou distintas e importantes missões de serviço, tendo sido ajudante de campo do ministro de Guerra Cor. Fernando Freiria e do Gen. Passos e Sousa durante o período em que este foi governador militar de Lisboa. Aquando da sua morte, encontrava-se na situação de reserva, prestando serviço na Secretaria do Ministério da Guerra.

Foram vários os louvores registados na sua caderneta militar e também várias as condecorações com que foi galardoado. Em 1920, recebeu um louvor pela competência e o empenho evidenciados durante a Primeira Guerra Mundial. Em 1922, foi agraciado com o grau de cavaleiro da Ordem Militar de Cristo. Em 1925, quando era tenente de artilharia de campanha, foi condecorado com a medalha de prata

de serviços distintos da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, com a legenda “Revolta Militar de Lisboa, 18-IV-1925”. No ano seguinte, numa altura em que já ascendera a capitão de artilharia, foi-lhe atribuído o grau de cavaleiro da Ordem Militar de Avis e, em 1930, o grau de oficial da mesma Ordem. Não obstante, o seu processo do CEP contém uma advertência, posteriormente riscada, segundo a qual teria sido punido com a pena de repreensão por ter agredido e insultado o clarim no dia 5 de março de 1919, aquando da distribuição de uma refeição.

Além do distinto percurso militar, destacou-se noutras áreas. Enquanto residente na ilha da Madeira, foi redator do jornal *O Direito* e, posteriormente, do *Diário de Notícias*, periódico onde trabalhou alguns anos. Mais tarde, em Lisboa, foi um dos fundadores e diretores da Casa da Madeira, fundada a 18 de março de 1931, cuja primitiva direção era presidida por Daniel Rodrigues de Sousa. A propósito desse grémio, Osvaldo de Andrade concedeu uma longa entrevista ao *Diário de Notícias* (Madeira), publicada na primeira página do jornal, a 27 de março de 1931, na qual deu a conhecer o novo organismo e os seus desígnios. Nos anos seguintes, permaneceu na direção da Casa da Madeira, tendo sido reeleito primeiro secretário para os biénios 1935-1936, 1937-1938 e 1939-1940. Por outro lado, em 1933, integrou, juntamente com Carlos Meireles da Silva Carvalho, inspetor de saúde, e Manuel Gonçalves Monteiro, subdiretor da Alfândega de Lisboa, a comissão administrativa que substituiu os corpos gerentes da Cruzada das Mulheres Portuguesas, após divergências no seio daquela associação.

Durante as cerca de três décadas que morou na capital, visitou a Madeira numa única ocasião, em janeiro de 1948, na companhia da esposa, para uma vilegiatura de algumas semanas – efeméride que não deixou de ser noticiada pela imprensa periódica local, como foi o caso do *Diário da Madeira*. Morreu em Lisboa, na sua residência, na manhã do dia 17 de janeiro de 1951, vítima de doença prolongada.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Registos Paroquiais, São Pedro, Baptismos, liv. 1395, fls. 25-25v.; *Ibid.*, Registos Paroquiais, São Pedro, Casamentos, liv. 1425, fls. 19-20; ANTT, Ministério do Interior, Direção-Geral de Administração Política e Civil, NT 706, pt. 218; *Ibid.*, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 464, pt. 2/18; mç. 477, pt. 12/3; *Ibid.*, Registo Geral das Mercês, Mercês Honoríficas, liv. 1 (n.º da ordem 354), fl. 39; **impresa:** BENTO, Horácio, "A Casa da Madeira", *Diário de Notícias*, Funchal, 27 mar. 1931, p. 1; "Capitão Oswaldo Vieira de Andrade", *Diário de Notícias*, Funchal, 18 jan. 1951, pp. 1, 4; "Cap. Oswaldo de Andrade", *Diário da Madeira*, 8 jan. 1948, p. 4; "Casa da Madeira", *Diário de Notícias*, Funchal, 31 jan. 1939, p. 3; "A Casa da Madeira inaugurou-se em Lisboa, com uma sessão solene, um chá e um baile", *Diário de Notícias*, Funchal, 23 dez. 1931, p. 1; "Casa da Madeira em Lisboa. Os novos corpos gerentes para 1939", *Diário de Notícias*, Funchal, 2 fev. 1939, p. 3; "A Casa da Madeira em Lisboa. A posse da nova direção", *Diário de Notícias*, Funchal, 11 jan. 1935, p. 1; "Casa da Madeira novos corpos gerentes", *Diário de Notícias*, Funchal, 11 dez. 1936, p. 3; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; "Cruzada das Mulheres Portuguesas", *Diário de Notícias*, Funchal, 25 maio 1933, p. 1; "Eco lutuoso capitão Oswaldo Vieira de Andrade", *Eco do Funchal*, 21 jan. 1951, p. 2; MARTINS, Rocha, *Memórias sobre Sidónio Paes*, Lisboa, Sociedade Editorial ABC Limitada, 1921; "Notícias militares", *Diário de Notícias*, Funchal, 27 jun. 1925, p. 1; VIEIRA, Alberto, "O Norte na história da Madeira", *Boletim Municipal – São Vicente*, n.º 8, 1996, pp. 7-14; **digital:** *Presidência da República Portuguesa. Ordens Honoríficas Portuguesas*: <http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=153&list=1> (acedido a 9 jun. 2016).

RICARDO PESSA DE OLIVEIRA

Andrades do Arco

Diogo Fernandes (n. c. 1441) e seu irmão João Fernandes do Arco (c. 1460-1527) encontram-se na base da constituição de algumas das principais famílias madeirenses dos sécs. xv a xvii. Ganhando algum protagonismo, vieram a ser dados como filhos de Fernão Dias de Andrade, fidalgo galego que seguira o partido de D. Afonso V (1432-1481) nas guerras contra Castela entre 1475 e 1476, sobre os direitos ao trono da sobrinha D. Joana, a Excelente Senhora (1462-1530), altura em que passou a Portugal, e sobrinhos-netos ou bisnetos do conde Fernão Peres de Andrade (c. 1330-1397), senhor de Andrade, Vilalva, Puentes de Ulme, Muelche e Santa Cruz, cujo túmulo ainda subsiste na igreja do Convento de San Francisco, em Betanzos, província de La Coruña, na região da Galiza, Convento que o conde mandara levantar em 1387. Diogo Fernandes seria filho do primeiro casamento de Fernão Dias de Andrade, ocorrido em Toledo por volta de 1440, com D. Urraca de Moura, e João Fernandes do Arco do segundo, já em Portugal, em Braga, com D. Beatriz da Maia, filha de Fernão Álvares da Maia. O empolamento ou invenção destas origens é demonstrativo da situação financeira depois conseguida e da necessidade

de justificação de foros de nobreza por alguns dos seus descendentes.

Os irmãos Diogo e João Fernandes teriam ido para a Madeira antes de 1485, se é que não nasceram já ali, e tiveram muitas terras no Arco da Calheta, que lhes fez mercê D. João II (1455-1495). Com base nas informações de Henrique Henriques de Noronha (1667-1730), Diogo Fernandes vendeu as suas terras no Arco da Calheta ao irmão mais novo e foi para Castela à procura de certas rendas que tinham sido dote de sua mãe, perdendo-se-lhe o rasto. Ter-se-á casado com uma prima, Constança de Andrade, dada como filha de seu tio Diogo de Andrade, conde de Lemos e de Vilalba, que haveria de morrer de parto na Madeira, mas de que ficou geração, que recuperou os apelidos do provável avô Fernão Dias de Andrade.

João Fernandes do Arco, nome por que ficou conhecido, casou-se com Beatriz de Abreu (c. 1470-c. 1526), dada depois como filha de Rui Gomes de Abreu, alcaide-mor de Elvas, tendo havido larga descendência do casal, mas todos tendo utilizado o apelido da mãe. Os irmãos Abreu começaram por servir com o pai em Marrocos, onde ganharam nomeada, tendo depois seguido para a Índia, sendo António de Abreu (n. c. 1495) o mais citado. O protagonismo de João Fernandes do Arco e de seus filhos é patente nos casamentos celebrados pelas irmãs Abreu, não só na Madeira como na corte do Rei D. Manuel (1469-1521), em Lisboa. Teve importantes propriedades no Arco da Calheta, com plantações de cana-de-açúcar, engenho e casa de purgar, tal como sua mãe – o que coloca dúvidas relativas às doações de D. João II citadas por Noronha –, sendo depois dos fidalgos de que a Câmara Municipal do Funchal se socorreu para implementar e fiscalizar o contrato dos açúcares de 1494. Chegou a possuir embarcação própria, como se refere na vereação do Funchal de 20 de abril de 1495, onde se autorizou que um seu navio, que estava em quarentena abaixo de Santa Catarina, fosse autorizado a seguir para a Calheta, para ali carregar, com "mandado dos guardas" da Saúde (COSTA, 1995, 461). Faleceu a 9 de abril de 1527, conforme constava da sua lápide sepulcral na



Armas de João Fernandes do Arco
(ANTT, *Livro de António Godinho*, c. 1525).

igreja de N.^a Sr.^a da Conceição, que mandara levantar e onde se mandou enterrar com a mulher, lápide onde também mandou lavrar que haviam sido “os primeiros fundadores” daquele lugar (NORONHA, 1948, 18).

Os genealogistas madeirenses aqui referidos, Noronha e o Cón. Meneses Vaz, situam a ida dos irmãos Fernandes para a Madeira em 1490, mas, a 20 de fevereiro de 1485, o Rei D. João II já havia dado armas a João Fernandes do Arco, com campo de ouro e um sagitário, metade homem e metade cavalo, com um arco, pelo que já deveria possuir as propriedades do Arco da Calheta. Acresce que, pelo menos desde 16 de agosto de 1485, já se encontrava na Madeira, estando presente como “homem bom e fidalgo” na vereação do Funchal desse dia, feita no adro da igreja de S.^{ta} Maria do Calhau (COSTA, 1995, 106). Como a atribuição dessas armas parece ter ocorrido na sequência da sua participação nas expedições de 1471 a Arzila e Tânger, tal como de outros serviços, onde ainda aparece como simples plebeu, as mesmas

podem aludir depois às suas qualidades como cavaleiro e arqueiro, tendo as suas propriedades no Arco da Calheta sido uma coincidência, o que não parece provável. O seu nome é dos mais citados nas vereações da Câmara Municipal do Funchal ao longo do séc. xv como fidalgo e homem bom, tendo sido por várias vezes eleito vereador e juiz, pelo que já estaria radicado no Arco da Calheta antes de fevereiro de 1485, data da atribuição de armas como João Fernandes do Arco. O irmão mais velho, Diogo Fernandes, no entanto, não aparece citado nas vereações do Funchal, provavelmente por não ter sido nobilitado e pelo pouco tempo que teria estado na Ilha.

Como os descendentes de João Fernandes do Arco, em princípio, não usaram essas armas, mas as dos Abreu, falecido o mesmo em 1527, ainda nesse ano ou no seguinte o seu sobrinho Fernão Dias, que se fixara na Madalena do Mar, alegando os seus serviços e os de seu pai, Diogo Fernandes, a D. Manuel e a D. João III (1502-1557), em Marrocos, pediu para usar as armas atribuídas a seu tio, o que lhe veio a ser concedido a 17 de abril de 1528. As armas de João Fernandes do Arco fazem parte dos livros dos armeiros-mores dos inícios do séc. xvi, como o *Livro do Armeiro-Mor* e o de António Godinho, o *Livro da Nobreza e Perfeição das Armas*, tal como figuram na sala dos brasões do palácio nacional de Sintra. Ao que tenhamos conhecimento, no entanto, muito pouco teriam sido utilizadas na Madeira, mesmo pela descendência depois de Diogo Fernandes.

Mais tarde, talvez nos inícios do séc. xviii, embora tal não seja referido por Henriques de Noronha na sua sucinta descrição da igreja matriz da Calheta, os Andrade do Arco e da Serra de Água ou a homónima linha descendente do segundo casamento de Heitor Nunes Berenguer, que também aparece pontualmente com o apelido Andrade, haveriam de também ali levantar capela. Mandaram lavrar as suas armas no arco triunfal, mas as tradicionais da família, com banda de vermelho abocada por duas cabeças de serpe, com a divisa *Ave Maria Gratia Plena*, similares às anteriormente utilizadas pelo conde Fernão Peres de Andrade e que outros ramos

da família usaram em Portugal desde Rui Freire de Andrade (1295-1326). Elas foram usadas especialmente pelo seu filho, D. Nuno Rodrigues Freire de Andrade (c. 1300-1372), que fora o 6.º mestre da Ordem de Cristo; teria sido em sua memória que os Andrade da Madeira, talvez abusivamente, mandaram lavar as suas armas sobre uma Cruz de Cristo.

Se da descendência masculina de João Fernandes do Arco poucos elementos foram relevantes nos anos seguintes, tendo a maioria dos irmãos Abreu desaparecido no Índico, o mesmo se não passou com a de Diogo Fernandes, verdadeiramente incontornável nas décadas seguintes e, muito especialmente entre os finais do séc. XVI e os meados do XVII, com ativa participação no Brasil e como proprietários do lugar de provedores da Fazenda do Funchal, lugar que ocuparam por quatro gerações. As filhas de Fernão Dias e as de Manuel Dias de Andrade (c. 1500-1563) aparecem a casar com mercadores de origem italiana e a família ainda se liga aos Berenguer, acima citados, partindo depois muitos elementos para o Brasil e estando na base do grupo de proprietários de Pernambuco, cujo líder foi João Fernandes Vieira (c. 1613-1681). O filho mais velho de Fernão Dias, Francisco de Andrade (1543-c. 1600), casou-se com Constança de Atouguia, filha de Francisco Álvares de Atouguia, conseguindo o filho Manuel Dias de Andrade (1585-1638), dados os seus excepcionais serviços no Brasil, o lugar de provedor da Fazenda da ilha da Madeira, que fora do avô de sua mulher e lugar que passou ao filho, Francisco de Andrade (1621-1674), tal como depois ao neto, Ambrósio Vieira de Andrade (1647-1699), sendo assim uma referência da história da Madeira e do Brasil do séc. XVII.

Uma filha de Fernão Dias de Andrade, Isabel Fernandes de Andrade, casou-se com o mítico Gonçalo Fernandes (c. 1476-1539), da Serra de Água, que alguns genealogistas dão como filho de D. Afonso V e de sua sobrinha D. Joana de Trastâmara (1462-1530), cujo casamento se teria realizado em 1475. A desastrosa Batalha de Toro, a 1 de março de 1476, e o posterior Tratado de Alcáçovas-Toledo, em 1479,

essencialmente arquitetado pela infanta D. Beatriz (1430-1506), administradora da Ordem de Cristo e por sua sobrinha Isabel, a Católica, em que Portugal reconheceu a realeza de Isabel, teriam levado ao degredo do possível D. Gonçalo Fernandes de Trastâmara e Avis para a Ribeira dos Socorridos e, depois, para Serra de Água da Calheta, sendo chamado “o máscara de ferro português” (CLODE, 1983). Nenhum cronista antes de Henrique Henriques de Noronha refere as origens de Gonçalo Fernandes, ou a consumação do casamento de D. Afonso V com a sobrinha, então com 14 anos.

Parte dos bens desta linha veio a passar para os Freitas da Madalena do Mar, pois o bisneto de Gonçalo Fernandes, António de Andrade da Silva (1564-1620), casou-se, em 19 de janeiro de 1592, com D. Helena de Bettencourt de Vasconcelos (c. 1572-1626), filha de João de Bettencourt de Vasconcelos e de D. Branca Leitão, padroeiros da capela-mor do Convento de S. Bernardino de Câmara de Lobos. Não tendo havido descendência do casamento, o morgadio da capela da Conceição da Serra de Água passou para a irmã, D. Leonor da Silva, casada com Nuno Rodrigues de Freitas, morgado da Madalena. D. Helena de Vasconcelos, no entanto, possuía abundantes bens, dotando com os mesmos a capela-mor da igreja do Colégio do Funchal, ao centro da qual, com suas primas e cunhadas, se encontra sepultada.

Bibliog.: manuscrita: ANTT, Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 19, João de Cró, *Livro do Armeiro-Mor*, 1509; *Ibid.*, Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 20, António Godinho, *Livro da Nobreza e Perfeçam das Armas* ou *Livro de António Godinho*, 1525-1545; *Ibid.*, Leitura Nova, Místicos, liv. 2, fl. 120; **impresa:** ALBUQUERQUE, Martim de, e LIMA, João Paulo de Abreu e (eds. lits.), *Genealogia do Infante Dom Fernando de Portugal*, Lisboa, XVII Exposição Europeia de Arte Ciência e Cultura, 1984; CLODE, Luiz Peter, *Descendência de D. Gonçalo Afonso d'Avis Trastâmara Fernandes, o Máscara de Ferro Português*, Funchal, DRAC, 1983; COSTA, António Pereira da, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal, Século XV*, Funchal, CEHA, 1995; FREIRE, Anselmo de Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927; NORONHA, Henrique Henriques de, *Nobiliário da Ilha da Madeira*, São Paulo, Revista Genealógica Brasileira, 1948; RAU, Virginia, e MACEDO, Jorge Borges de, *O Açúcar da Madeira nos Fins do Século XV. Problemas de Produção e Comércio*, Funchal, JGDAF, 1962; VAZ, Fernando de Meneses, *Famílias da Madeira e Porto Santo*, vol. I, Funchal, JGDAF, 1964.

RUI CARITA

Angie

↗ Acland, Sarah Angelina

Angola

Angola é um país africano com 1.246.700 km² de área, ultrapassando os 20 milhões de habitantes, independente desde 1975. Tem como línguas principais o português, o quimbundo, o ovimbundo e o quicongo. Estendendo-se entre os 6° 17' de latitude S e os 12° 24' de longitude E, tem cerca de 1600 km de costa atlântica a ocidente e faz fronteira terrestre com a Namíbia (a sul), a Zâmbia (a este) e a República Democrática do Congo (a norte e a nordeste).

As suas fronteiras correspondem a um recorte político estabelecido entre potências imperiais europeias em finais do séc. XIX. O território que Angola compreende foi palco de ciclos de civilizações, deslocamentos, conflitos e acomodações entre diferentes grupos – dos caçadores-coletores afastados para os desertos do Sul aos pastores de itinerância de longo curso, dos vassallos do reino do Congo aos grupos de agricultores que se difundiram por todo o território, das colunas de europeus que, a partir dos sécs. XV-XVI, aí acorreram em demanda de recursos aos degredados e aos colonos agrícolas que mais tarde ali se fixaram.

O tráfico escravista estruturou e condicionou a economia, a sociedade e as relações entre grupos ao longo de séculos. Estabelecidos junto à costa e tendo importantes entrepostos em Luanda e em Benguela, os Portugueses e seus descendentes brasileiros ou luso-africanos dali fizeram chegar ao Brasil centenas de milhares, milhões de escravizados. A rota de tráfico abrangia as duas costas do Atlântico Sul e expandia-se para o interior do Brasil e de Angola. No Brasil, consolidava-se uma economia estratificada e uma sociedade em que confluíam populações de diversas origens; em Angola, novas elites locais surgiam à sombra do comércio de escravos.

Com as sucessivas medidas antitráfico tomadas ao longo do séc. XIX, com a independência do Brasil, em 1822, e a escalada da competição europeia por África reconfigurou-se o interesse político e económico de Portugal por Angola. Políticos, comerciantes e sociedades

científicas advogavam a causa colonial e tentavam convencer o pouco entusiasmado público da importância económica, civilizacional, política e demográfica das colónias. Angola poderia ser um novo Brasil, destino de colonos e fonte de riquezas. Difundia-se a tese dos direitos de conquista dos europeus sobre África, e em seu serviço eram mobilizadas teorias racialistas menorizando os africanos. À resistência africana os europeus opunham uma “pacificação” que abriria terreno à colonização, competindo entre si pelo controle de territórios.

A criação de colónias de povoamento branco em África, à semelhança do que acontecera com as Américas, a Austrália e a África do Sul, tornou-se bandeira política e foi conquistando simpatias em Portugal, embora só após o Ultimato britânico de 1890 este desígnio tenha adquirido uma adesão mais ampla. Entretanto, e à falta de voluntários, as autoridades coloniais foram transferindo para o Sul de Angola, onde



Fig. 1 – Revista *Colônias Portuguezas*, 31 mar. 1890.



Fig. 2 – Grupo de colonos em Chibia (*Colonias Portuguezas*, 31 mar. 1890).

a presença europeia era mais ténue, vários contingentes especiais de europeus ou eurodescendentes. Assim aconteceu com os Portugueses descontentes ou perseguidos no Brasil independente: em 1849, foi levado para Moçâmedes, posteriormente Namibe, um grupo de algumas centenas de residentes em Pernambuco; todavia, não se concretizou a intenção de proceder de modo idêntico com um grupo do Pará. Foi também recrutado um grupo de colonos alemães prontos a emigrar, e um outro de jovens da Casa Pia de Lisboa. Promoveram-se colónias penais agrícolas e colónias militares. Porém, entre a falta de apoio, a vulnerabilidade a represálias por parte dos grupos locais africanos, os desaires nas colheitas, o desinteresse no projeto agrícola, a troca da lavoura pelo comércio, estas tentativas de povoamento fracassaram. Um quadro mais promissor parecia configurar-se com os bóeres sul-africanos chegados às regiões de Moçâmedes e da Huíla em 1881, a quem o Governo português ofereceu condições para se fixarem. No entanto, só se pode falar propriamente de sucesso no projeto de povoamento a partir do estabelecimento de colónias de madeirenses, os quais começaram a chegar a Angola em 1884-1885.

A contribuição madeirense para a colonização do Sul de Angola está amplamente

documentada. Testemunhos de época incluem o álbum fotográfico de Cunha Moraes, reportagens da imprensa pró-colonial, como as que aparecem na revista *Colonias Portuguezas*, relatórios médicos sobre os passageiros do navio *Índia*, que transportou os colonos entre o Funchal e Moçâmedes em 1884-1885, relatórios de administradores coloniais sobre os primeiros anos das comunidades do planalto da Huíla, bem como outros documentos administrativos. Ampliam estas fontes os escritos de enaltecimento imperial que vieram mais tarde, como os de Roma Machado, A. Felner ou Gastão de Souza Dias. Nos finais do regime colonial, o povoamento do Sul de Angola pelos colonos madeirenses é tema central de investigações de maior fôlego conduzidas por Raúl Candeias da Silva e por Carlos Medeiros. As obras de referência de Valentim Alexandre, Jill Dias e Cláudia Castelo dão espaço à análise desta dinâmica de povoamento de finais do séc. XIX. Na história oral e no imaginário coletivo local, os colonos madeirenses são vistos como mais antigos e enraizados do que os que foram chegando ao longo do séc. XX, formando uma categoria particular que ocasionalmente aparece na ficção angolana.

Do conjunto das fontes emerge uma saga que se inicia em 1884-1885, quando cerca de 200 colonos partiram da Madeira para a costa de Moçâmedes, fazendo breve escala em Moçâmedes, e daí partindo para o planalto da Huíla, para o que tiveram de transpor a íngreme serra da Chela em carros bóer puxados por dezenas de bois. No planalto da Huíla estabeleceram-se em três comunidades – Lubango, São Pedro da Chibia e Hum-pata (ou São Januário) –, onde já residiam algumas dezenas de bóeres e alguns colonos, dispersos, de outras proveniências. Com outros contingentes oriundos da Ilha, as comunidades madeirenses expandiram-se, venceram múltiplos obstáculos e constituíram-se como pioneiras da colonização branca em Angola. Na literatura do séc. XX, estes acontecimentos são vistos como atos de pioneirismo e bravura, com os madeirenses vencendo onde os outros tinham falhado, e também como

a materialização de um projeto mais antigo, enunciado no séc. XVIII pelo Gov. Sousa Coutinho – o de povoar o território com famílias de agricultores honestos e laboriosos e não com remessas de degredados.

Uma análise mais cuidada das fontes do séc. XIX revela, porém, que o que mais tarde é narrado como o sucesso da colónia madeirense na Huíla estava longe de ser previsto, tantas eram as fragilidades do empreendimento, tanto o imprevisto, tantas as contingências e dificuldades experimentadas pelos envolvidos no processo. Na viagem, comparecem famílias agastadas, passageiros doentes, fracos ou pouco preparados para o que iriam encontrar; no planalto da Huíla, multiplicam-se as dificuldades que advêm de hábitos de cultivo em ecologias diferentes e, nalguns casos, da ausência de vocação para o trabalho agrícola.

Mais do que um projeto de colonização controlada, o deslocamento de madeirenses para a Huíla deve ser entendido na intersecção de dois importantes elementos conjunturais: a competição europeia por África e os fluxos migratórios do séc. XIX. Os madeirenses estavam há muito envolvidos em trânsitos migratórios de longo curso, aceitando contratos vinculados para as plantações de açúcar do Império Britânico – sobretudo na Guiana da pós-abolição, para onde iam desde 1834 como trabalhadores braçais. Grandes contingentes foram também para as plantações de açúcar havaianas. Nas palavras dos políticos portugueses, a situação revelava o descaso de um país que mandava os seus filhos lavar as terras do vizinho, deixando as suas incultas; África apresentava-se como um destino alternativo para tais energias e fluxos, mantendo os Portugueses dentro da tutela nacional e pondo-os ao serviço do país; para viabilizar essa situação, legislam-se verbas para o transporte de colonos dispostos a residir em África pelo período mínimo de cinco anos. O planalto da Huíla, com o seu clima temperado, constituía-se como destino de preferência para o projeto. Correspondia a uma vasta área de escassíssimo povoamento branco; havia poucas décadas que Moçâmedes fora

criada para facilitar a entrada de europeus naquelas regiões. Era uma zona de fronteira, de tensões com povos africanos e de iminência de disputas com outros povos europeus, envolvidos em projetos imperiais ou simplesmente aí presentes, como acontecia com os bóeres, que o Governo português tentara, em vão, instrumentalizar.

Este movimento coincide no tempo com a intensificação da competição entre nações europeias pela tutela de territórios africanos, manifestada na Conferência de Berlim de 1884-1885, em que os representantes dos países europeus com aspirações imperiais recortaram o mapa de África e definiram as fronteiras – mesmo que, na prática, os fluxos reais de pessoas, de animais, de bens, de línguas e de formas de solidariedade social e política subvertessem os limites marcados nos mapas. Nesse contexto, desenvolveu-se uma nova lógica de reconhecimento de títulos de império: para tutelar, era preciso provar ter conhecimento do território, exibir poder sobre as populações locais, mostrar a existência de povoamento. A aspiração portuguesa a governar a ampla zona entre a costa angolana e a moçambicana não estava assente num efetivo conhecimento do terreno, na sua real ocupação nem em relações estáveis com a população local. As incursões científicas no interior do território eram ainda recentes, tendo sido propostas pela Sociedade de Geografia de Lisboa e realizadas com o apoio de associações



Fig. 3– Casa de colonos em Chibia, fins do séc. XIX (MORAES, 1888).

comerciais. A urgência na colonização da Huíla passa por estas tensões e pressões, e, em 1883-1884, o Governo português lança editais para recrutar colonos por todo o país, prometendo um subsídio em dinheiro, utensílios para o trabalho agrícola, equipamento doméstico, uma arma de fogo, proteção à chegada e um destino no planalto. Espera-se que os voluntários sejam em quantidade suficiente e tenham a qualidade necessária para formar colónias rurais capazes de subsistir por si próprias e de garantir a presença europeia em terras de fronteira e de disputa; ao escasso número de respostas no continente contrapõe-se uma grande concorrência na Madeira. O navio *Índia* teve de ir duas vezes ao Funchal, sendo instrumento do início da saga madeirense na Huíla.

Na déc. de 1920, as comunidades do planalto da Huíla, descendentes dos colonos originais, foram alvo de estudos de antropometria e serviram de base a teorizações racialistas em torno de categorias como “euraficanos” ou “lusu-angolenses”. Estes grupos tinham conseguido sobreviver e vingar, apesar das muitas dificuldades encontradas. Quando, mais tarde, o Governo português promoveu a colonização de Angola, não já no âmbito da competição intraeuropeia, mas para garantir hegemonia num território que crescentemente se reconhecia como africano, seguiram vários contingentes de ilhéus e continentais para criar comunidades rurais em Angola, agora com um apoio sistemático do Estado. Ao planalto da Huíla chegaram novos colonos portugueses, que se demarcaram dos antigos colonos, gerando, no processo, identidades diferenciadas; os madeirenses ocupam o lugar de colonos mais antigos, sendo ora secundarizados pelo seu enraizamento na terra, ora enaltecidos pelo seu pioneirismo.

Bibliog.: ALEXANDRE, Valentim, *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império, 1808-1975*, Porto, Afrontamento, 2000; *Id.*, e DIAS, Jill (coords.), *O Império Africano, 1825-1890*, Lisboa, Estampa, 1998; BASTOS, Cristiana, “Migrants, settlers and colonists: the biopolitics of displaced bodies”, *International Migration*, vol. 46, n.º 5, 2008, pp. 27-54; *Id.*, “Maria Índia, ou a fronteira da colonização: trabalho, migração e política no planalto sul de Angola”, *Horizontes Antropológicos*, ano xv, n.º 31, 2009, pp. 51-74; CASTELO, Cláudia, *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole*, Porto, Afrontamento, 2007; MEDEIROS, Carlos, *A Colonização das Terras Altas da Huíla (Angola)*, Lisboa, Centro de Estudos

Geográficos, 1976; MORAES, J. A. da Cunha, *África Occidental, Álbum Photographico e Descriptivo*, vol. 4, Lisboa, David Corazzi, 1888; PÉLISSIER, René, *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas, 1845-1941*, Lisboa, Estampa, 1997; SILVA, Raul José Candeias da, “Subsídios para a história da colonização do distrito de Moçamedes durante o século XIX”, *Studia*, n.º 32, jun. 1971, pp. 371-378; n.º 33, dez. 1971, pp. 341-372; n.º 34, jun. 1972, pp. 481-534; n.º 35, dez. 1972, pp. 421-439; n.º 36, jul. 1973, pp. 293-390.

CRISTIANA BASTOS

Ano Internacional da Astronomia 2009

A International Astronomical Union (IAU) e a UNESCO/ONU, respetivamente, proclamaram em sucessão (em 2003 e 2006,) o ano de 2009 como Ano Internacional da Astronomia (AIA09). Em julho de 2006, a Sociedade Portuguesa de Astronomia (SPA) nomeou a comissão nacional encarregada de preparar a organização do AIA09. Esta arrancou, efetivamente, um ano depois, com a nomeação do “single point of contact [ponto único de contacto]” nacional (João Fernandes, da Univ. de Coimbra) e os dois responsáveis para cada uma das regiões autónomas: Miguel Ferreira, da Univ. dos Açores, para a Região Autónoma dos Açores; Pedro Augusto, da Univ. da Madeira (UMa), para a Região Autónoma da Madeira (RAM).

Na RAM, o AIA09 foi uma inesquecível epopeia de três anos e meio (de 27 de julho de 2007 a 24 de novembro de 2010). De facto, um ano antes do início do Ano Internacional da Astronomia 2009 na Madeira (AIA09-Madeira), a página Web já continha o mote/promessa: “A Madeira fervilhará de Astronomia: não será deixado calhar por virar...”. Promessa cumprida, que desabrochou numa multidão incógnita estimada em 100.000 telespectadores e ouvintes de rádio (metade dos habitantes da RAM), e noutra, mais participativa, de 12.000 pessoas, entre as quais invisuais, bebés de meses, crianças, adultos e anciãos até aos seus 90 anos; 1 estádio, 2 pavilhões, muitos auditórios e recreios escolares cheios. O AIA09-Madeira foi do mar à serra (altitude de 1800 m) e da Lua à galáxia do Sombrero (a 30 milhões de anos-luz de distância) em 130 h de sessões de observação astronómica, 8 destas incluindo apagões combinados com a Empresa de

Electricidade da Madeira (EEM) e os respetivos municípios. Treinaram-se cerca de 100 professores e 900 alunos em *workshops hands-on*. Houve os convencionais documentários, palestras e exposições, e os não convencionais concertos, concursos, danças, teatro e festivais. Até as iluminações de Natal tiveram por tema a astronomia e nem centros comerciais da RAM escaparam ao contágio. Destacaram-se livros e revistas astronómicas, celebrou-se a ciência em AstroFestas, tapetes de flores e selos que correm todo o mundo.

Os 229 eventos do AIA09-Madeira foram todos gratuitos. Houve, assim, 1 evento por cada 1000 residentes e exposições em 26 locais diferentes (em média, 1 local diferente a cada 2 semanas). Conseguiu-se o equivalente a 637 dias em 2009, graças a uma média de quase 2 eventos por dia e ao esforço voluntário médio (não remunerado) equivalente a cerca de 3 pessoas por hora, por dia.

Para a organização obter o sucesso conhecido, fizeram-se milhares de chamadas telefónicas, enviaram-se milhares de mensagens eletrónicas, cartas e faxes. O *marketing* foi, também, uma peça fundamental para o sucesso: todas as semanas o respetivo programa era lançado em comunicados para a imprensa, a televisão e a rádio regionais; em todos os meses, foram enviados para as 11 Câmaras Municipais, para posterior divulgação pela população, os pósteres relativos aos eventos a ter lugar no mês seguinte, alguns destes anunciados em Mobiliários Urbanos Para Informação; uma tarja de pano com a inscrição “Ano Internacional da Astronomia 2009” esteve patente durante meses em vários edifícios municipais, em várias conferências nacionais e regionais; o programa era enviado por correio eletrónico a toda a população académica da UMa. Em 2 anos, houve mais de 8000 visitantes à página Web do AIA09-Madeira (17 visitantes por dia em 2009), 2000 dos quais repetiram a visita; de novembro de 2008 a janeiro de 2010, foi publicada na imprensa regional, em média, uma notícia de meia página por dia sobre o AIA09, entre as quais 27 primeiras páginas, 5 manchetes e 31 últimas páginas; registaram-se 35 presenças



Fig. 1 – Anúncio ao AIA09 no edifício da Câmara Municipal de Santana (tarja de pano), durante o respetivo mês (set.) (arquivo particular dos autores).

na RTP-Madeira (muitas também na RTP-I), tendo mesmo 3 eventos sido transmitidos em direto (Carnaval, 28.º Festival da Canção Infantil da Madeira e Abertura da Festa do Desporto Escolar); houve também 17 presenças na rádio. Assim, em média, o AIA09-Madeira esteve presente na rádio ou TV regionais uma vez por semana.

A sessão de abertura oficial do AIA09-Madeira decorreu na sexta-feira, dia 2 de janeiro de 2009, pelas 18.00 h, no edifício do Colégio dos Jesuítas (UMa), na presença de representantes da sociedade civil, militar, religiosa e científica. Contudo, o início oficial do AIA09-Madeira teve lugar no dia 1 de dezembro de 2008 com a inauguração da iluminação de Natal no Funchal. Ainda no decurso de 2008, outras duas datas foram marcantes para o AIA09-Madeira: a página da Internet do AIA09-Madeira foi inaugurada nos primeiros minutos de 1 de janeiro de 2008 e no dia da RAM (1 de julho de 2008) os primeiros 104 eventos agendados foram apresentados na Web.

Organização

Entre dezembro de 2007 e outubro de 2008 tiveram lugar cerca de sete dezenas de reuniões com várias dezenas de entidades e empresas da

RAM que responderam ao convite da organização do AIA09-Madeira: foi então que o calendário completo ficou pronto. A primeira metade do ano teria 2/3 do número total de eventos (metade do total concentrou-se em quatro meses, de fevereiro a maio). Assegurava-se, desde logo, que em todos os dias do ano haveria algum evento/iniciativa do AIA09-Madeira a decorrer; 90 % dos eventos foram de um de quatro tipos convencionais: observações (37 %), palestras (28 %), documentários (14 %) e exposições (11 %).

Os voluntários que dinamizaram as ações do AIA09-Madeira eram membros do Grupo de Astronomia da Univ. da Madeira (GAUMa), da Associação de Astrónomos Amadores da Madeira (AAAM) ou do público em geral. Teve lugar no dia 10 de novembro de 2008 a reunião para distribuição de tarefas (embora tenha havido vários ajustamentos ao longo de 2009), na qual foram tomadas duas decisões relevantes quanto aos eventos: i) começariam com o *trailer* oficial do AIA09 Internacional; ii) teriam um responsável, um relatório escrito e seriam fotografados. Com grande dedicação dos voluntários e muitas vezes com o apoio do público, conseguiram-se concretizar de forma satisfatória os eventos anunciados, relatá-los e obter cerca de 1400 fotografias, todas elas disponíveis para visualização. Cerca de 2/3 dos eventos foram assegurados por três pessoas, que não tiveram dispensas, remuneração extra ou apoio. As sessões de observação foram especialmente difíceis, devido ao imenso material a carregar, transportar e descarregar. Valeu o apoio do público presente.

Um problema substancial foi a organização AIA09-Madeira só ter sabido (oralmente) da aprovação de (apenas) 1/4 do montante solicitado à Agência Nacional Ciência Viva (CV) após dois meses de 2009 já estarem decorridos. Ao nível do continente e dos Açores, o total concedido pela CV foi de 87.000 €; à Madeira couberam quase 6000 €. Mas o contrato só foi assinado em setembro de 2009 (em nome da SPA) e as verbas só deram entrada na UMA em maio de 2010. Sendo assim, foi preciso

recorrer, para a impressão dos pósteres da Exposição Itinerante e aquisição de material vários, fundamental para as atividades, ao apoio do coordenador nacional AIA09 e a verbas de outros projetos. Um apoio importante foi o das contribuições de algumas Câmaras Municipais: Funchal (1000 €), Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta, Porto Moniz, São Vicente, Santana e Porto Santo (cerca de 200 € cada uma).

Outro problema teve que ver com a Exposição Itinerante. A ideia inicial era os pósteres serem impressos em duplicado, prevendo o seu acentuado desgaste. Como o CV não aprovou as duplicações, no último mês do AIA09 muitos dos pósteres já estavam em mau estado, ocasionando protestos escritos no livro de visitas da Exposição. Mas a recusa mais penosa foi a do projeto “Telescópios para todos”, que tinha por objetivo dotar as escolas que participaram no AIA09-Madeira de telescópios simples e baratos, mas com regras que garantissem a sua efetiva utilização.

Apenas 24 eventos dos 229 previstos foram cancelados já após o ano de 2009 ter arrancado, alguns mesmo na hora de os realizar. Houve três razões para tal: ausência total de público (14 vezes; quase sempre palestras e documentários astronómicos comentados), ausência de condições (6 vezes) e mau tempo (4 vezes). Nestas quatro últimas situações, referentes a sessões de observação, não se conseguiu uma boa alternativa às observações óticas diretas (*e.g.*, mapas para falar do céu e minipalestra sobre vários temas).

O encerramento oficial do AIA09-Madeira decorreu no dia 24 de novembro de 2010, Dia Nacional da Cultura Científica, no decurso da X Semana da Astronomia. A cerimónia teve lugar numa sala de aula da UMA (Campus da Penteada) na presença de diversas entidades, entre as quais o reitor e a secretária regional do Turismo e Transportes. Para além da apresentação de um resumo do AIA09-Madeira, foi também durante a sessão de encerramento que se procedeu à entrega de 30 dos prémios que restavam (DVD oficiais AIA09), incluindo os de participação/colaboração com

a organização (ao longo de 2009, também já 3 dezenas tinham sido entregues). O ambiente foi de celebração.

As iniciativas e os eventos

A organização do AIA09-Madeira esforçou-se por tomar parte em todas as iniciativas mundiais e nacionais. Mas, ao contrário do grosso das primeiras, que estavam já bem estabelecidas até meio de 2008, podendo portanto ser integradas no programa regional, as nacionais estavam atrasadas, pelo que as intersecções possíveis com esse programa foram feitas já no decurso de 2009.

À medida que se foi organizando o AIA09-Madeira, os eventos programados foram-se agrupando em 20 iniciativas com os nomes que seguem (3 delas de âmbito nacional, como indicado): 1) O céu estrelado existe! 2) E agora... eu sou Galileu! (nacional) 3) *Workshop* de Astronomia e Instrumentação (nacional); 4) ESCOLAI's; 5) Astronomia na Comunidade Funchalense; 6) P'ra lá do céu; 7) Radi'olh'o-meteoro; 8) Astronomia no Verão (nacional); 9) Concurso "A melhor imagem da Lua"; 10) Iluminação de Natal (Funchal); 11) Exposição Itinerante; 12) Semana do Livro Astronómico; 13) I Jornadas das Ciências do Porto Santo; 14) Semana AstroShop; 15) Porto Santo ASTROLine; 16) Ciclo de AstroCinema; 17) IX Semana da Astronomia; 18) Semana Astronómica Vicentina; 19) Semana AstroMarítima; 20) V Festival Internacional de Cinema do Funchal.

A iniciativa que teve mais eventos foi a Astronomia na Comunidade Funchalense (30 eventos), seguida da Astronomia no Verão (25 eventos) e da Exposição Itinerante (17 eventos). Em conjunto, estas três foram responsáveis por 40 % dos eventos integrados em iniciativas. Por falta de enquadramento, 40 dos eventos programados ficaram de fora de qualquer iniciativa. Estes foram organizados, mesmo assim, da forma seguinte: A) Sessões oficiais: a) abertura do AIA09-Madeira; b) 1.º dia de emissão filatélica dos CTT (Europa-Madeira); B) Palestras: a) visita guiada à Exposição Itinerante, Câmara de Lobos; b) municípios de Câmara de Lobos, Ribeira

Brava, Ponta do Sol, Porto Moniz, Santana e Machico; c) visita de estudo da Escola Secundária da Mortágua, Funchal; d) Escola Secundária de Jaime Moniz, Funchal; e) Escola Bispo D. Manuel Ferreira Cabral, Santana; f) palestras no VI Encontro da AAAM; g) Dia do Idoso, Funchal; h) "O Big Bang e a expansão do Universo", Santa Cruz; i) "O livro e a revista astronómicos", Funchal; C) Sessões de observação: a) Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Santana, Porto Moniz e Santa Cruz; b) *hands-on*, Ribeira Brava; c) visita de estudo da Escola Secundária da Mortágua; d) Escola Secundária de Jaime Moniz, Funchal; D) Sessões de comentário aos documentários astronómicos *Cosmos*, *Uma Explosão Solar*, *Odisseia no Espaço*, *Eyes on the Skies* e *Odisseia da Ciência* – vols. 1 e 8: a) Câmara de Lobos; b) Ponta do Sol (4 sessões); c) Porto Moniz (3 sessões); d) Santa Cruz; E) Música: a) 28.º Festival da Canção Infantil da Madeira; b) Concerto "Os planetas"; F) Dança: a) Desfile de Carnaval, Funchal; b) "Os astros e nós" (2 sessões); G) Abertura da Festa do Desporto Escolar.

Emissão filatélica dos CTT

O telescópio ASDoT e o curso de Astronomia da UMA, no âmbito do qual aquele equipamento foi construído, estão em destaque num dos dois selos da emissão Europa-Madeira. A data de 9 de maio de 2009 para o primeiro dia da emissão foi acordada em setembro de 2008 com os CTT. No entanto, a 3 de abril de 2009 a data foi mudada para a véspera. Como não se



Fig. 2 – Pagela do selo da série Europa-Madeira alusivo ao AIA09. À esq., um telescópio construído na UMA (coleção dos autores).

podia mudar a data da festa de encerramento do Desporto Escolar, quando a cerimónia teria lugar, a carimbagem oficial foi feita no Funchal no dia 9, mas datada de dia 8.

Concerto “Os planetas”

Também preparado pelo Conservatório – Escola das Artes, o cenário foi semelhante. A peça escolhida, de Holst, faz homenagem aos oito planetas do sistema solar.

Desfile de Carnaval

O tema “Astronomia” foi uma proposta da secretária regional do Turismo e Transportes, na reunião que decorreu em dezembro de 2007. Infelizmente, no entanto, nenhuma das sete trupes reuniu com a organização do AIA09 e os temas acabaram por ser mais astronáuticos do que astronómicos, ou, ainda pior, astrológicos. As três trupes mais astronómicas foram premiadas pela organização do AIA09-Madeira: Caneca Furada com “2030-Caneca no espaço”; Fábrica de Sonhos com “Mundos fantásticos”; Geringonça com “Uma viagem espacial”.

Dança “Os astros e nós”

O Conservatório – Escola das Artes solicitou ao AIA09 colaboração para a elaboração do cenário (com o Sol, os oito planetas do sistema solar, o planeta-anão Plutão e a Lua) e para efetivar uma pequena introdução antes do espetáculo. O espetáculo de dança contou com 11 coreografias (uma por cada objeto).



Fig. 3 – Momento do espetáculo de dança “Os astros e nós” – ato “Mercúrio” (arquivo particular dos autores).

Abertura da festa do Desporto Escolar

Mais de 2000 alunos estiveram envolvidos no espetáculo, que decorreu no Estádio dos Barreiros, no Funchal. A festa do Desporto Escolar de 2009 apresentou o seu logotipo (a mascote) em forma de constelação.

Palestras, sessões de observação e de comentário a documentários astronómicos

O objetivo principal era chegar perto das populações através das câmaras municipais, descentralizando o local/público do habitual estudantil/docente (na UMa ou em escola). Quase sempre foi possível enquadrar palestras, observações ou documentários em iniciativas específicas como “Astronomia na Comunidade Funchalense”, “Semana Astronómica Vicentina” (São Vicente) ou “P’ra lá do Céu”, na Calheta. Quando um município não as garantia e havendo possibilidade (*e.g.*, convite de uma escola), não se enfeitava a oportunidade de divulgação local, aberta a todos os interessados. A palestra-tipo apresentada focou “O Universo”: telescópios, planetas, estrelas, a nossa galáxia e outras, incluindo ativas; enxames de galáxias e o modelo do Big Bang. As sessões de observação ocorreram durante todo o ano e percorreram sete dos concelhos.

Segue-se um resumo de cada uma das 20 iniciativas atrás referidas:

1) “O céu estrelado existe!”

Um dos pilares do AIA09 foi a sensibilização



Fig. 4 – Abertura da festa do Desporto Escolar, num momento em que, no Estádio dos Barreiros, se veem centenas de crianças-estrelas (arquivo particular dos autores).

do grande público para o facto de a maior parte da população mundial residir em centros urbanos, com a consequente poluição luminosa, a luz noturna das cidades que é mal direccionada, com uma boa parte a ser enviada diretamente para o céu. Esta foi sugerida como atividade nacional no plano do AIA09. A originalidade do AIA09-Madeira esteve em: i) aumentar substancialmente o tempo do apagão previsto (de minutos para uma hora); ii) combinar medições do brilho do céu com observações astronómicas e executá-las antes, durante e depois do apagão; iii) associar a palestra “Iluminação Pública Eficiente”; iv) ser o primeiro local do país com um plano detalhado feito e com datas definidas com a maioria das câmaras municipais; consequentemente, ser o primeiro a nomear a iniciativa “O céu estrelado existe!” (a 21 de julho de 2008) – mais tarde, a iniciativa foi designada ao nível nacional como “Noite das Estrelas”.

O objetivo de “O céu estrelado existe!” era sensibilizar autarcas e técnicos para a possibilidade de poupar euros aos contribuintes e preservar/recuperar o escuro céu da Madeira. Aderiram a esta iniciativa os concelhos: Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Calheta, Porto Moniz, São Vicente, Santana, Machico e Porto Santo. Ficaram de fora, por própria opção, apenas Funchal, Santa Cruz (por coincidência, os mais luminosos) e Ponta do Sol (este último, por questões de agenda, depois de ter aderido numa primeira fase). Digna de registo foi a presença de nove vereadores em eventos “O céu estrelado existe!”.

A sequência-padrão seguida em cada concelho foi: i) fazer rondas fotográficas noturnas para identificar o que estava mal e bem em termos de iluminação (complementadas por rondas diurnas para melhor identificar os bons e maus exemplos); ii) recolher informação dos relatórios anuais da EEM (de 2005 e 2007) a propósito dos gastos em iluminação pública para cada concelho, estimando, assim, as perdas em energia e em euros para o ano de 2009; iii) apresentar toda a informação na palestra “Iluminação Pública Eficiente”; iv) realizar um mini-apagão de uma hora (por vezes mais

longo) no centro de cada concelho (a zona mais luminosa), de forma a causar o impacto máximo junto do público. Os resultados foram publicados em revista internacional e sugerem que a RAM estaria a perder cerca de quatro milhões de euros anualmente para tornar o céu madeirense mais brilhante.

2) *E agora... eu sou Galileu! (nacional)*

Esta iniciativa nacional teve como objetivo recriar (em 12 sessões) as observações feitas por Galileu 400 anos antes. Assim, observaram-se as fases de Vénus, os satélites de Júpiter, Saturno e os seus anéis, as crateras da Lua e as manchas solares. A organização tomou conhecimento desta iniciativa via organizador nacional a 12 de janeiro de 2009, já com o AIA09-Madeira a decorrer. Procurou-se, então, encaixar as 12 sessões de observação desta iniciativa nas 78 então previstas para a RAM. Isto foi conseguido para oito delas, tendo apenas sido necessário criar quatro novas sessões de observação.

3) *Workshop de Astronomia e Instrumentação (nacional)*

Esta iniciativa integrou-se no projeto de referência da IAU denominado Galileo Teacher Training Program. Manteve-se, para a mesma, o nome originalmente pensado ao nível nacional (o qual viria a ser alterado, em 2009, para “Descobre o teu Universo! Vamos Aprender e... Ensinar Astronomia?”). O seu objetivo foi apoiar docentes dos ensinos básico e secundário na execução de atividades de astronomia nas escolas. Assim, logo em março de 2008, os conselhos executivos de todas as 35 escolas de 3.º ciclo e secundário da RAM foram convidados a reunir com a organização do AIA09-Madeira. Mais de metade (18) responderam ao convite e em julho de 2008 já havia 110 pré-inscritos na RAM, principalmente professores de Físico-Química, mas também de Matemática e Biologia/Geologia. Quando, a 23 de janeiro de 2009, as datas para o *workshop* na Madeira ficaram estabelecidas (21, 28 de março e 1 a 4 de abril), os pré-inscritos foram contactados para confirmação da inscrição, mas

apenas 36 o fizeram (tendo 28, de 11 escolas diferentes, frequentado o *workshop*). Lamentavelmente, a acreditação do *workshop* só aconteceu depois de o da Madeira ter terminado; este atraso pode explicar a diferença entre o número de pré-inscritos e o de inscritos. O *workshop* foi composto por três módulos (todos eles concretizados na UMA): I – Introdução à Astronomia; II – Telescópios e detetores (incluindo parte prática); III – Galileo Teacher Training Program (utilização de ferramentas e plataformas informáticas e de Internet no ensino da astronomia).

4) *EscoLAI's*

Esta iniciativa de nome estranho concatena as palavras “Escolas” e “LAI”. Esta última é uma sigla: Laboratório de Astronomia e Instrumentação, da UMA. As 16 escolas (900 alunos e dezenas de professores) que aderiram escolheram uma segunda-feira do ano para fazer uma visita de estudo ao LAI, realizando pequenos projetos de laboratório (astronomia *hands-on*) previamente selecionados pelos respetivos docentes a partir de uma lista fornecida pela organização. Todas as 16 escolas foram premiadas com o DVD oficial do AIA09 e todos os alunos e docentes envolvidos receberam um certificado de participação. Para duas das escolas (EB1/PE São Paulo, Ribeira Brava; Escola Secundária Prof. Dr. Francisco de Freitas Branco, Porto Santo), foi o LAI que se deslocou à escola. Estiveram representados 9 dos 11 concelhos da RAM.

Os projetos escolhidos (e realizados pelos alunos) foram: medição de distâncias por paralaxe; simulador do movimento do Sol; construção de um relógio estelar; simulador de eclipses solares; constelações: um planetário na sala de aula; propriedades dos planetas do sistema solar; construção de um relógio solar; modelo do sistema solar; estimativa da potência (luminosidade) do Sol; um radiotelescópio muito rudimentar; modelos tridimensionais de constelações; simulação do efeito de paralaxe planetário para a medição de distâncias; simulador (mecânico) de explosão em supernova; demonstrador do movimento solar.

5) *Astronomia na Comunidade Funchalense*

Com o apoio da Câmara Municipal do Funchal, percorreram-se semanalmente, de janeiro a março, as 10 freguesias do concelho nos seus centros comunitários de apoio, apresentando em cada caso um documentário comentado, uma palestra sobre astronomia e uma sessão de observação. O percurso foi geograficamente feito no sentido dos ponteiros do relógio: Sé, São Martinho, Santo António, São Roque, Imaculado Coração de Maria, Monte, Santa Luzia, São Gonçalo, Santa Maria Maior e São Pedro. A colaboração dos centros comunitários foi muito relevante; num deles, anunciaram-se os três eventos em póster elaborado para a ocasião com a chamada: “Participe!!! Vai ser divertido!!!”.

6) *P'ra lá do céu*

Esta iniciativa foi proposta pela Escola Básica e Secundária da Calheta e as oito freguesias do concelho da Calheta (Arco da Calheta, Calheta, Estreito da Calheta, Jardim do Mar, Paul do Mar, Prazeres, Fajã da Ovelha e Ponta do Pargo) foram todas contempladas com uma sessão de observação noturna em noites de Lua em quarto crescente (ou perto). Mas não foi só a Lua que se observou.

7) *Radi'olh'o-meteoro*

O nome desta iniciativa, bem acolhido pelos jornalistas e o público em geral, surge da combinação das palavras “rádio”, “olho” e “meteoro”. Aproveitaram-se as seis mais brilhantes chuvas de meteoros do ano de 2009, que coincidiram com fins de semana sem lua cheia, para as observar junto da Casa do Areeiro do Parque Ecológico do Funchal (Achada Grande, 1600 m de altitude): Quadrantids, Lyrids, Bootids de junho, Orionids, Leonids e Geminids. A novidade foi observá-las recorrendo a antenas rádio, para além do convencional olho/binóculo/telescópio. Para tal, foi preciosa a colaboração da Associação de Radioamadores da Região da Madeira. Fizeram-se contagens de meteoros com ambas as técnicas. O telescópio ASDoT, da UMA, permitiu rematar a noite com observações de vários objetos astronómicos.

8) *Astronomia no Verão (nacional)*

A iniciativa Astronomia no Verão faz parte do Ciência Viva no Verão, um programa de carácter nacional já com um par de décadas que pretende aproximar o grande público da Ciência, aproveitando a maior disponibilidade deste no verão. A Astronomia no Verão foi assegurada na Madeira pela AAAM. Em 2009, a iniciativa contou com diversas sessões de observação (solares e noturnas) nos meses de julho, agosto e setembro. Para além disso, teve lugar o VI Encontro da AAAM (incluindo duas palestras, uma peça de teatro e um fórum de discussão).

9) *Concurso “A melhor imagem da Lua”*

Proposto apenas em junho de 2009 e sendo, assim, a última iniciativa a ser incorporada no programa oficial do AIA09-Madeira, o concurso de fotografia “A melhor imagem da Lua” foi promovido pela AAAM de julho a dezembro. O júri reuniu em março de 2010 e a cerimónia de entrega de prémios decorreu a 24 de novembro de 2010, logo a seguir à sessão de encerramento do AIA09-Madeira.

10) *Iluminação de Natal (Funchal)*

O tema das iluminações de Natal de 2008 (que, oficialmente, seriam ligadas de 1 de dezembro de 2008 a 6 de janeiro de 2009, mas se mantiveram nas ruas até à Páscoa de 2009) foi a astronomia: foi a primeira atividade do AIA09-Madeira e do AIA09 ao nível nacional e, provavelmente, mundial. Foi dada à organização o privilégio de comentar duas propostas para a iluminação de Natal 2008. Sete arruamentos do Funchal tiveram iluminação natalícia “astronómica”: i) R. da Carreira, R. Conde Canavial e R. dos Aranhas: “Astrolábio com ondas”; ii) R. Dr. Fernão Ornelas e Largo do Phelps: “Galáxias”; iii) R. do Conselheiro: “Planetas” (de facto, “Saturnos”); iv) Av. do Mar e das Comunidades Madeirenses: “Cometas” com o núcleo e a cabeleira amarelados e uma cauda azul. No Natal de 2009, também houve iluminações alusivas à astronomia, em parte aproveitadas das do ano anterior.



Fig. 5 – “Galáxias”, o tema para a iluminação natalícia na R. Dr. Fernão Ornelas, no centro do Funchal (arquivo particular dos autores).

11) *Exposição Itinerante*

Após sugestão nacional, em novembro de 2007, ficou decidido que a exposição-símbolo do AIA09-Madeira teria por tema “A astronomia e a sociedade” e consistiria em 24 pósteres de formato A0 laminados, 12 “Astronomia”, versando temas astronómicos explicados de uma forma simples, e 12 “Sociedade”, sobre o que a astronomia faz pelo cidadão comum. Respetivamente:

“Astronomia”: 1) póster oficial AIA09-Madeira; 2) o grupo de Astronomia da Univ. da Madeira; 3) o que (não) é a astronomia; 4) telescópios: os instrumentos dos astrónomos; 5) planetas: perto e longe de nós; 6) o Sol: calor que nos dá vida; 7) estrelas: da fusão nuclear ao buraco negro; 8) Via Láctea: uma galáxia espiral que é a nossa casa; 9) um Universo de galáxias com “matéria escura”; 10) as galáxias ativas e os buracos negros gigantes; 11) a “rede cósmica” do Universo em larga escala; 12) o horizonte visível do Universo e a sua origem.

“Sociedade”: A) a astronomia nos descobrimentos portugueses; B) proteção no espaço; C) proteção da vida de pessoas; D) detetores de raios x nos aeroportos; E) deteção nuclear simples, graças à astronomia; F) deteção THz em sistemas de vigilância; G) processos industriais; H) a ótica adaptativa na defesa e segurança; I) CCD: da astronomia à fotografia digital; J) processamento de imagens em medicina; K) supercomputadores e bases de dados; L) a Internet/GRID.

A exposição, por ser itinerante, percorreu os 11 concelhos da RAM, começando e acabando no Funchal (freguesias da Sé e de Santo António, respetivamente). Andou por 16 freguesias diferentes: em Câmara de Lobos, esteve metade do mês nessa freguesia e a outra metade no Estreito de Câmara de Lobos; na Ribeira Brava, esteve uma semana em cada uma das suas quatro freguesias (Campanário, Serra de Água, Tabua e Ribeira Brava). O percurso foi, mês a mês, aproximadamente no sentido geográfico dos ponteiros do relógio (a ida ao Porto Santo foi agendada para maio de forma a coincidir com as outras iniciativas AIA09-Madeira: Porto Santo ASTROLine e I Jornadas das Ciências do Porto Santo): Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Porto Santo, Porto Moniz, Calheta, São Vicente, Santana, Machico, Santa Cruz, Funchal. Teve um total estimado de 4000 visitantes.

12) *Semana do Livro Astronómico*

Aproveitando o Dia Mundial do Livro (23 de abril), organizou-se uma semana inteira dedicada ao livro astronómico de 20 a 24 de abril. Foram contactadas, para o efeito, dezenas de bibliotecas e livrarias da RAM mas apenas duas bibliotecas aderiram: Biblioteca da UMA (no Campus da Penteadá) e Biblioteca Pública Regional (BPR). Estas tiveram vários eventos relacionados com a Astronomia e com os seus livros durante essa semana. Em particular, estava prevista, em cada biblioteca, uma sessão de comentário de uma seleção de livros astronómicos entre os do seu espólio (que estiveram expostos durante a semana), cuja preparação



Fig. 6 – Grupo de cerca de 100 pessoas reunidas na Biblioteca Pública Regional para uma sessão de observação do Sol, durante a Semana do Livro Astronómico (arquivo particular dos autores).

durou vários meses. No caso da BPR, as dezenas de obras foram divididas nas categorias de infante-juvenil e adulto, com as respetivas duas sessões de comentário, que não tiveram lugar, por ausência de público. Mas a sessão de observação e a palestra, agendadas para a BPR, tiveram mais de 100 pessoas (2 turmas de alunos de escolas secundárias, 2 turmas de escolas do 1.º ciclo e 1 grupo de alunos da Univ. Sénior). No caso da UMA, as 166 obras eram, em geral, mais técnicas e houve uma segunda exposição no edifício do Colégio dos Jesuítas, a qual foi visitada por algumas dezenas de pessoas. A palestra “Bibliografia astronómica: o antigo e o recente” associada à exposição, que deveria ter lugar no anfiteatro ao lado, não teve público.

13) *I Jornadas das Ciências do Porto Santo*

Duas professoras da Escola Básica e Secundária Prof. Doutor Francisco Freitas Branco (Porto Santo), que se encontravam destacadas na empresa municipal Areal Dourado, contactaram o coordenador nacional AIA09 em setembro de 2008 a propósito da realização das I Jornadas das Ciências do Porto Santo, que pretendiam integrar no AIA09. Estas incluíam um fórum semelhante ao que o AIA09-Madeira pretendia agendar para a UMA desde há uns meses (“O Universo: ciência e significado”); as jornadas seriam realizadas de 30 de abril a 1 de maio, precisamente justapostas às datas

que já tinham sido combinadas com a Câmara Municipal de Porto Santo aquando da primeira visita do AIA09 a essa ilha (a segunda seria durante a iniciativa Porto Santo ASTROLLine). Aproveitaram-se os interesses comuns e organizaram-se as jornadas em conjunto, incluindo a Exposição Itinerante, sessões de observação e teórico-práticas, palestras, projeção de filmes (documentários astronómicos comentados), o fórum e uma peça de teatro. Num encontro multidisciplinar e perante o secretário regional de Educação e Cultura e o ministro da Educação e Ciência (Nuno Crato), as jornadas começaram com o *trailer* oficial do AIA09 seguido da palestra “A astronomia e as ciências”.

14) *Semana AstroShop*

Em dezembro de 2007, foi lançado o embrião desta iniciativa, na altura intitulada “Astronomia nos Centros”. Pretendiam-se realizar observações diurnas e noturnas nos terraços/áreas dos centros comerciais, fazer palestras, exibir documentários astronómicos comentados e expor pósteres. Estes enquadravam-se nos objetivos nacionais/mundiais (exposição From the Earth to the Universe, um dos elementos fundamentais do AIA09). Houve quatro centros comerciais que aderiram (uma semana de atividades em cada um): Madeira Shopping, Centro Comercial Anadia, Caniço Shopping e Centro Comercial Europa. A exposição mostrou 20 imagens astronómicas reais e espetaculares em grande formato (papel de fotografia A1), todas



Fig. 7 – Exposição patente no Madeira Shopping durante a Semana AstroShop (arquivo particular dos autores).

legendadas em português e ordenadas pela distância ao Sol. Após concurso, conseguiu-se um apoio de 1000 € da European Astronomical Society específico para esta iniciativa.

15) *Porto Santo ASTROLLine*

Em novembro de 2007, pensou-se em fazer um cruzeiro astronómico no *Lobo Marinho* (navio de ligação Funchal-Porto Santo) com palestra e documentário comentado na sala de cinema e atividades no seu solário. Aqui incluir-se-iam noções de navegação astronómica e observar-se-iam com binóculos estrelas e planetas. Na ilha do Porto Santo seria realizada a sua primeira AstroFesta, bem como um mini-apagão (também dentro da iniciativa “O céu estrelado existe!”), para além da respetiva palestra e das usuais sessões de observação. Após acordo com a Porto Santo Line feito em julho de 2008, ofereceu-se ao público madeirense em geral um pacote turístico com desconto, específico para a iniciativa, a que aderiu um número muito limitado de pessoas. Nem à ida nem à vinda as condições meteorológicas permitiram observações no solário do navio.

16) *Ciclo de AstroCinema*

Esta iniciativa foi lançada em abril de 2008 na reunião entre a organização do AIA09-Madeira e o representante da Escola Básica e Secundária da Calheta, por proposta deste. Escolheu-se o mês de junho de forma a garantir a participação dos alunos. Decorreu integralmente na Casa das Mudas, na Calheta e, para além dos vários documentários astronómicos comentados, ainda teve lugar uma sessão de observação noturna.

17) *IX Semana da Astronomia*

Esta é uma iniciativa anual, organizada pelo GAUMa (sem interrupção desde 2001), que em 2009 também teve lugar (em junho), embora com um programa um pouco diferente: exposição no edifício do Colégio dos Jesuítas (UMA), na R. dos Ferreiros, com trabalhos de alunos de escolas da RAM realizados durante a iniciativa EscolAI’s); VIII AstroFesta no

fecho da semana (Achada do Teixeira, Santana); outros eventos, aproveitados de entre os que foram sendo combinados com a Câmara Municipal do Porto Moniz, o concelho do mês durante junho (documentários astronómicos comentados, mini-apagão e respetiva palestra, em comum com a iniciativa “O céu estrelado existe!” e sessões de observação diurna e noturna).

18) *Semana Astronómica Vicentina*

Por sugestão da Câmara Municipal de São Vicente, decidiu-se congregar todas as atividades a realizar no concelho numa semana de agosto (o mês de São Vicente, durante o qual a Exposição Itinerante estaria patente no átrio da Câmara Municipal). Houve várias subiniciativas, como a Astronomia Sénior, em que a Câmara facultou o transporte aos interessados a partir de cada uma das três freguesias (Boaventura, Ponta Delgada e São Vicente), proporcionando-lhes a possibilidade de assistir a uma palestra e a uma sessão de observação do Sol nas instalações do centro de saúde local.

19) *Semana AstroMarítima*

A motivação para esta iniciativa foi a Semana Internacional do Mar (21-27 de setembro, em 2009). A Semana AstroMarítima foi um dos mais memoráveis momentos do AIA09. A ideia original era separá-la em duas, uma Astronomia Deserta e uma Astronomia Selvagem, com visitas aos homónimos arquipélagos (e reservas naturais) pertencentes à RAM. Completar-se-ia, assim, o AIA09-Madeira com eventos em todo o território da RAM. Pretendia-se juntar a natureza da Terra com a do espaço em eventos comuns.

Como a ideia era levar às Desertas, em expedição astronómico-biológica, os melhores alunos de física do 10.º e do 11.º anos da RAM, e às Selvagens os melhores de física do 12.º ano, logo em fevereiro de 2008 a organização do AIA09-Madeira reuniu com a Direção Regional da Educação (DRE): foi a DRE que fez a divulgação da iniciativa pelas escolas relevantes, em outubro de 2008, por forma a os alunos interessados ficarem de sobreaviso e estudarem mais.



Fig. 8 – Percurso na ilha Deserta Grande durante a Semana AstroMarítima (arquivo particular dos autores).

E também foi a DRE que tornou a contactá-las em julho de 2009, solicitando as listas com os melhores alunos, mas apenas 5 das cerca de 35 escolas contactadas responderam no prazo pedido (30 de julho de 2009).

As reuniões que se seguiram tiveram lugar em junho de 2008 com o Parque Natural da Madeira e com o Comando da Zona Marítima da Madeira (o transporte para as ilhas seria efetuado pelo navio-patrolha *N.R.P. Cuanza*). As datas ficaram condicionadas a alterações de rendição de pessoal e o número máximo de expedicionários foi limitado pela lotação da patrulha, em cada caso: seria possível levar 10 alunos às Desertas e 3 às Selvagens.

Entre as listas enviadas, foram selecionados os 21 melhores alunos do 10.º e do 11.º anos (11 dos quais seriam suplentes; média mínima de 16 valores) e 7 do 12.º ano (4 suplentes; média mínima 19 valores). Mas não se conseguiram números razoáveis, tendo a ida às Selvagens sido cancelada por falta de interessados. Quanto à ida às Desertas, houve três expedicionários interessados (das Escolas Básica e Secundária da Calheta e Machico).

Assim, a Semana AstroMarítima resumiu-se a três dias (duas noites) na ilha Deserta Grande, de 20 a 22 de setembro. Incluiu sessões de observação diurnas e noturnas realizadas tanto junto à casa da Guarda do Parque Natural como no planalto da Deserta Grande, a 400 m de altitude. O objetivo era pernoitar aqui nas duas noites (em tenda). No entanto, devido às



Fig. 9 – Preleção de Rod Davies, do Jodrell Bank Observatory, durante o V Festival Internacional de Cinema do Funchal (arquivo particular dos autores).

condições atmosféricas, a organização decidiu passar a segunda noite na casa dos guardas. O programa consistiu numa subida ao topo do planalto da Deserta Grande e correspondente descida. Houve ainda tempo para uma visita por mar às ilhas Deserta Grande e Bugio, em busca de lobos marinhos.

No final da viagem, um dos alunos deixou o seguinte testemunho: “A ida à Deserta Grande foi sem dúvida muito positiva. Para além de ter conhecido uma parte da ilha, ainda aprendi muita coisa no ramo da astronomia. A observação de Júpiter e os seus satélites foi um dos episódios mais marcantes da viagem”.

20) *V Festival Internacional de Cinema do Funchal*
Com o objetivo de trazer filmes astronómicos à RAM para exibição em salas de cinema/centros de cultura, em dezembro de 2007 houve uma reunião com o organizador do Festival Internacional de Cinema do Funchal, com 5.^a edição prevista para novembro de 2009, para que o festival incluísse, pela primeira vez, um mini-ciclo astronómico (três dias). Em setembro de 2008, na área da astronomia, havia um produtor interessado em participar (BLAST!), que logo nessa altura formalizou a candidatura. Contudo, em junho de 2009, o organizador do festival informou que poderiam existir problemas com a organização do mesmo. Por isso, em julho de 2009, a organização do AIA09-Madeira propôs a realização de

um concurso de filmes amadores astronómicos, e.g., feitos com telemóveis.

Em outubro de 2009, a organização do AIA09-Madeira soube que o Festival de Cinema tinha sido adiado para abril de 2010, facto que só mais tarde veio a ser confirmado pelo próprio organizador do evento. Mesmo com o inconveniente de ter sido forçada a alterar os locais da sua realização, a organização do AIA09-Madeira decidiu manter os eventos astronómicos associados ao festival, uma vez que estes já estavam preparados há vários meses e envolviam a participação de professores de renome. Assim, para além de uma sessão de observação do Sol junto ao Teatro Municipal do Funchal, tiveram lugar três palestras memoráveis (todas no anfiteatro do Colégio dos Jesuítas): “A música à volta de Galileu” por Luciano Lombardi, do Conservatório de Música – Escola das Artes; “Viagens no tempo” por Paulo Crawford, da Univ. de Lisboa; “A journey through time [Uma viagem pelo tempo]” por Rod Davies, antigo diretor do Jodrell Bank Observatory).

Balanço final

Foram cobertos pelo AIA09-Madeira os 11 concelhos da RAM e ainda mais de 30 das suas 54 freguesias: “A Madeira ferveu de astronomia”, como era o mote. Um dos pontos de honra da organização do AIA09-Madeira era descentralizar, o que foi conseguido. Embora a única iniciativa que correu todos os concelhos tenha sido a Exposição Itinerante, houve 8 concelhos que tiveram eventos soltos (não associados a nenhuma das 20 iniciativas), tendo os outros 3 avançado com iniciativas próprias (I Jornadas das Ciências de Porto Santo/Porto Santo ASTROLine; Ciclo de AstroCinema/P’ra lá do Céu – Calheta; Semana Astronómica Vicentina – São Vicente). Somando a duração de todos os eventos, o total chegou aos 637 dias, ou seja, durante um ano, conseguiu-se uma média de 1,7 dias em cada 24 h.

Em termos de colaboradores, apesar de 38 pessoas diferentes terem contribuído com o seu tempo para o sucesso do AIA09-Madeira,

84 % das tarefas foram realizadas por 7 pessoas: 60 % do esforço total tiveram a dedicação de Pedro Augusto, Laurindo Sobrinho e Ilídio Andrade (GAUMa), enquanto 24 % tiveram a de Fernando e Etelvina Góis, Sandro Correia (AAAM) e Elder Pinto (GAUMa).

Houve três colaboradores que se destacaram por terem criado iniciativas AIA09-Madeira: Sónia Cortesão (Areal Dourado, Porto Santo), Rui Sousa e Marco Pereira (Escola Básica e Secundária da Calheta). O esforço médio despendido foi de 4,4 pessoas por hora por evento. As iniciativas que exigiram mais trabalho foram EscoLAI's, Astronomia na Comunidade Funchalense, Astronomia no Verão e Exposição Itinerante, enquanto as que tiveram os eventos mais complexos, do ponto de vista da organização, foram a Semana AstroMarítima e o *Workshop* de Astronomia e Instrumentação.

A contabilidade do público foi feita de duas formas: por estimativa e, sempre que possível, por contagem um a um. Obtiveram-se, respetivamente, os totais de 2 centenas de milhar e 11.967 (52 pessoas por evento, 33 pessoas por dia).

Bibliog.: *Ano Internacional da Astronomia 2009 – Madeira, Representação Regional do Single Point of Contact Nacional*: <http://www.uma.pt/aia09> (acedido a 18 nov. 2013); AUGUSTO, P., e ANDRADE, I. G., "Casting a light on dark sky awareness in Madeira", *Communicating Astronomy with the Public*, vol. 13, 2013, pp. 9-11: http://www.capjournal.org/issues/13/13_09.pdf (acedido a 18 jan. 2013); AUGUSTO, P. et al., *O Ano Internacional da Astronomia 2009 na Região Autónoma da Madeira: Uma Epopeia de Três Anos e Meio*, Universidade da Madeira, 2012: <http://www3.uma.pt/Investigacao/Astro/Grupo/Publicacoes/Pub/Reports/RelFCTv2.pdf> (acedido a 18 jan. 2013).

JOSÉ LAURINDO DE GÓIS NÓBREGA SOBRINHO
PEDRO AUGUSTO

Anticlericalismo

O termo "anticlerical", que congrega os fenómenos de oposição à influência da Igreja e do clero em vários campos societários, políticos e económicos, tem na intolerância religiosa uma das suas consequências mais difundidas. Isso, contudo, não deve omitir ou desvalorizar a sua importância no quadro de configuração de uma forma de pensar que desafia os poderes e as crenças vigentes, podendo ser um motor de mudança cuja execução poderia ser muito mais

morosa sem a existência do mesmo. Trata-se de um vocábulo cujo registo lexicográfico conhecido pertence ao séc. XIX, mas que se manifesta, enquanto fenómeno, muito antes disso. O aparecimento do adjetivo "anticlerical" foi anterior ao registo do nome e, apesar de muitos estudiosos o situarem na segunda metade do séc. XIX, técnicas de reconhecimento ótico de caracteres, na atualidade, permitem-nos identificar a sua presença, na imprensa britânica em 1820, numa data anterior ao que muitos estudiosos apontavam como o seu aparecimento. O desenvolvimento dos processos de digitalização de documentação permitiu estabelecer que a datação desse registo é ainda mais antiga do que a data apontada. Contudo, deverá ser inalienável a constatação de que a prática de oposição ao clero foi anterior ao registo lexicográfico desse fenómeno, cujo vocábulo se forma através da aglutinação do prefixo "anti" com o adjetivo "clerical". Além disso, o qualificador contraditório "clerical", cujos registos são prévios, acabou sendo influenciado pelo advento do vocábulo "anticlerical", uma vez que, antes, o primeiro apenas remetia para o cosmo relativo aos clérigos, tendo, depois, ganhado uma segunda aceção, ao indicar a influência eclesiástica.

A sua relação terminológica com outros vocábulos do seu universo incita à necessidade de compreensão do ateísmo, do laicismo, da secularização, do ultramontanismo e do regalismo. O ateísmo, termo de origem helénica, abraça uma visão societária oposta à existência de uma ou mesmo de várias divindades. O laicismo é uma das várias palavras derivadas da raiz grega que remete para "laico"/"leigo", que se opõe ao significado de "clérigo", e que pretende traduzir uma independência entre a esfera política e a esfera eclesiástica, além de "uma conceção dessacralizada do universo, da história e do homem, em ordem a superar e substituir a religião" (CATROGA, 1988a, 5). A secularização não é um equivalente direto do laicismo, apesar de muitos estudos assim a entenderem, remetendo para um fenómeno que pretende cercar o quadro de influência social da Igreja

Católica. O ultramontanismo defende a supremacia papal em oposição ao galicanismo, que advoga a sua limitação. Por fim, o regalismo promove a supremacia do poder civil nas relações da Coroa com a Igreja.

Segundo alguns estudiosos do anticlericalismo, os comportamentos do clero e da Igreja que são criticados estão enquadrados fora dos códigos de normas sociais convencionados, seguindo-se um processo mimético e repetitivo, desencadeado pela militância de combate clerical, para a atribuição de um rosto e de um nome a esse mal social que se quer inequívoco. O anticlericalismo manifesta-se como um vetor de resistência e de combate à atuação e à influência da Igreja e dos seus membros em áreas onde a sociedade e os indivíduos procuram autonomia. Se incita aos comportamentos antirreligiosos a partir do exterior da estrutura eclesiástica, revelando sintomas associados à descristianização da sociedade, também provoca uma reação interna de contestação à excessiva interferência religiosa nas esferas externas à religião e aos comportamentos dissolutos que desvirtuam a missão clerical.

A dialética anticlerical também se apoiou em mitos, que foram criados e disseminados com o intuito de legitimar e reforçar a amplitude do fenómeno. No campo clerical, a relação entre a Ilha e a religião existe desde a chegada dos primeiros povoadores, como narrada pelo cronista Francisco Alcoforado, que fez referência aos colonos que desembarcaram no vale de Machico, onde ocorreu a sagração da nova terra, numa missa celebrada pelos frades franciscanos que acompanhavam a missão. O cronista seiscentista Jerónimo Dias Leite, cónego da Sé, relata que, no ano seguinte à posse da terra, logo após o desembarque, “a primeira coisa que se fez foi traçar uma igreja da invocação de Cristo” (LEITE, 2016, 45). Essa relação entre o profano e o sagrado regista-se em elementos do quotidiano como as culturas agrícolas, que surgem a partir do início do povoamento. Nesse contexto de sobrevivência temporal, a vinha e os cereais são os materiais necessários, ligando-se ao ritual cristão. Num cenário onde os Franciscanos, os primeiros religiosos

a residir na Madeira, tentavam amparar espiritualmente a população, também coexistiam várias crenças e lendas populares que a Igreja tentou restringir ou eliminar ao longo do tempo.

A prosperidade ligava-se ao mundo religioso quando muitas famílias madeirenses abastadas tinham filhos e filhas a ingressar na vida eclesiástica, como constatamos com os 1000 madeirenses que receberam ordens sacras, entre 1538 e 1558. No quadro do séc. XVI, a Contrarreforma tentou combater a lacuna que muitos elementos do clero, principalmente campesino, possuíam no campo da educação. Há muito que a iliteracia clerical constituía um problema de muito difícil resolução no seio da Igreja e um dos focos da militância laica. A instituição de seminários mostrou-se mais eficaz do que qualquer outro cânone para a promoção do aspeto central dessa reforma católica, criando um clero instruído, mais apto para servir a Igreja. Para tal, foi ordenado que o bispo de cada diocese onde não fosse observada a existência de institutos universitários estabelecesse um seminário. Na Madeira, essa medida concretiza-se já em 1566, quando o bispo D. Jorge de Lemos obteve de D. Sebastião a licença para fundar aquela escola, ainda que a sua criação efetiva aguardasse mais alguns anos. O papel do bispo também sairá reforçado da reforma executada em Trento, com o reforço da atribuição de poderes efetivos nas suas dioceses. Nesse tempo, as cóngruas, contribuições obtidas pelas derramas paroquiais que eram repartidas e pagas pela população, representavam o sustento necessário para que o clero subsistisse longe de obrigações mundanas, podendo ter condições de se dedicar ao seu rebanho em pleno, que igualmente se materializava pela obrigação pós-tridentina de o pároco e o cura passarem a residir nas paróquias. Nesse novo quadro instituído pelo Concílio de Trento, a formação inédita administrada pelo Seminário e pelo Colégio da Companhia de Jesus, mandado fundar no Funchal por alvará régio de 1569, depositou no seio da esfera eclesiástica um poder acrescido. Séculos mais tarde, em 1909, o bispo do Funchal escreveria,

na sua mensagem pastoral da Quaresma, que o domínio da parenética e da escrita suplantava qualquer batalha armada que a Igreja pudesse travar, evidenciando a influência da formação adequada do clero.

Ao longo dos séculos, foram vários os viajantes que passaram pela Madeira, registando os seus testemunhos críticos sobre o clero local, que são dos poucos indícios que ilustram a análise clerical nesses períodos. António Marques da Silva compilou vários desses relatos. Apesar de os dados serem imprecisos, são um testemunho do espanto estrangeiro perante o número de religiosos na Ilha, em comparação com a população, a opulência da vida religiosa e a sua importância no quotidiano local. Os números e as características descritas pelos viajantes podem, em alguns casos, afastar-se muito da realidade, mas também indicam o espanto que esses visitantes ocasionais tinham em relação ao peso da Igreja na vida local. Em 1689, o médico e clérigo protestante inglês John Ovington, fez um relato onde inclui um capítulo sobre a promiscuidade na Ilha, a imoralidade e as atitudes violentas e críticas dirigidas à Igreja e aos padres jesuítas, referindo a existência de um número excessivo de membros do clero. Pergunta-se como pode um número tão grande de religiosos, numa classe que era restrita aos elementos mais abastados da Ilha, ser sustentado por uma população tão escassa. O mercador inglês William Bolton, no final do séc. XVII, voltou a referir um grande número de religiosos, com tom crítico. Em 1707, foi registado um relato de Hans Sloane, que mencionou a existência de cerca de 800 frades, numa cidade que tinha 10.000 habitantes, considerando, portanto, um peso excessivo das ordens. Num breve relato de 1775, o britânico Hawkesworth referiu o seu espanto pela boa recepção e pela liberdade de que dispunham os frades do Mosteiro de S. Francisco do Funchal. O britânico George Forster, no terceiro quartel do séc. XVIII, relatou que o clero secular ascendia a quase 200 elementos e que, desde a expulsão dos padres da Companhia de Jesus, não havia escola pública na Ilha. Foi, ainda, mencionada a necessidade da educação para todos

os que quisessem ingressar na vida religiosa e o espanto pelo facto de os rendimentos do bispo serem superiores aos do próprio governador.

A profusão de estudos pode levar o leitor a concluir que existe um hiato entre a expulsão dos padres jesuítas, em 1759, e as políticas de combate clerical do séc. XIX, visto que são raros os textos que tratam de matérias do foro anticlerical entre esses pontos. Todavia, no Governo de D. Maria I e de D. João VI, registaram-se medidas reformistas no quadro eclesiástico. Veja-se, *e.g.*, a implementação e promoção da Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento das Ordens Religiosas, em 1789, cuja atuação segue quatro décadas e que pretendia executar uma agenda de transformação estrutural nos institutos de vida conventual. Apesar de a imprensa oitocentista possuir muitos exemplares de ataque à Igreja e ao clero, não podemos desconsiderar a produção literária, com muitos exemplos ao longo da história. A obra *Os Frades Julgados no Tribunal da Razão*, escrita em 1791, mas publicada apenas em 1814, debruçava-se sobre a problemática das ordens religiosas, argumentando pela existência de uma relação prejudicial entre o progresso social, económico e cultural e a existência dos religiosos. Vários livros trataram dessas temáticas, mas nunca experimentarão o poder de difusão que a imprensa escrita, já no século seguinte, conseguiu atingir. Mesmo assim, deve registar-se, no campo do anticlericalismo literário do séc. XIX, a obra *Memória sobre o Celibato Clerical*, do madeirense José Manuel da Veiga, publicada pela Imprensa da Univ. de Coimbra, em 1822, que tratava esse tema.

A rivalidade, as disputas e os confrontos, mesmo entre o clero regular e o clero secular e dentro de cada um deles, acompanharam a história da Igreja. Mas será a partir do séc. XIX que esse combate ganhará uma força inédita, suplantando a própria contestação eclesiástica em torno da reforma protestante no séc. XVI. Pela profusão que o anticlericalismo experimenta em Portugal a partir desse século, faremos um percurso cronológico mais detalhado das relações e tensões entre o poder político,

eclesiástico e a sociedade. A Revolução Francesa marcou o início dos fenómenos de oposição moderna ao clero com a configuração dos religiosos como o alvo da crítica, da perseguição e da violência em vários países europeus. Em Portugal, a questão religiosa conheceu um novo rumo a partir dos movimentos revolucionários desencadeados em 1820. Mesmo assim, não deve esmorecer a ideia de que o país era totalmente católico e de que os líderes refletiam parte dessa religiosidade, por necessidade ou pela fé. Mesmo no século seguinte, no fim da monarquia constitucional e depois de décadas de ataques à Igreja e ao clero, 99,8 % da população declarou-se católica nos censos nacionais de 1901. No crepúsculo do Antigo Regime, a velha Igreja precisava de uma reforma que os liberais pretendiam liderar. O processo acabou sofrendo alguns retrocessos entre pressões internas e externas para que existisse um equilíbrio entre os mais radicais e os mais moderados. Mais do que um anticlericalismo, a classe política do séc. XIX destacava-se por um anticongreganismo, ao opor-se às ordens religiosas de forma virulenta e frontal. O debate em torno da questão religiosa não ficou circunscrito ao território continental, abrangendo as ilhas adjacentes e as colónias.

Na Madeira, foi a partir do séc. XIX, no entanto, que assistimos ao início da difusão alargada do mito clerical, misturado com o exagero, com as teorias da conspiração e com muitos elementos verosímeis de procedimentos impróprios do clero e da Igreja. Nesse século, o liberalismo assumiu, no campo religioso, alguma carga anticlerical que oscilava entre uma corrente mais conservadora e outra mais violenta. A vasta produção legislativa nesse quadro de oposição ao clero não correspondeu a uma alteração de hábitos societários, como muitos dos protagonistas dessa luta contra o poder da Igreja desejavam. A instituição religiosa continuou, mesmo abalada por várias medidas regalistas e anticlericais, a desempenhar um papel central na vida dos Portugueses. Os desejos liberais oscilavam entre a esperança de instrumentalizar a Igreja para servir a causa política, bem ao gosto regalista, e a

expectativa que o catolicismo e o novo regime se coadunassem através das reformas impostas. Em 1821, a 14 de abril, uma cerimónia religiosa na Sé do Funchal foi o palco para os deputados madeirenses jurarem as bases da nova Constituição antes de partirem para a capital. A união entre a Igreja e a política continuava a prevalecer sempre que existisse interesse dos protagonistas da luta ideológica ou partidária. Um dos claros indícios de que, na esfera política e governativa, a crítica anticlerical não correspondia a um combate antirreligioso era o facto de a monarquia constitucional ter estabelecido o catolicismo como a religião da nação, conforme se constata através dos seus documentos fundadores – a Constituição de 1822, a Carta Constitucional de 1826 e a Constituição de 1838. Nas zonas rurais, como era o caso da grande maioria do território peninsular ou insular, eram os templos católicos que moldavam a sociedade local, onde o povo tomava conhecimento das ordens e das disposições da autoridade civil e eclesiástica, constituindo também o local das negociações, das comemorações e das festas. Mesmo com essa simbiose profunda, a resposta foi parca quando, em fevereiro de 1821, as Cortes determinaram que se recomendasse aos bispos e prelados a instrução dos “povos por meios de pastorais e discursos sagrados sobre o espírito das presentes reformas, que em nada são contrárias aos princípios da Santa Religião, que professamos” (*Collecção dos Decretos...*, 1822, 13). No território nacional, apenas 456 paróquias, das 3916 existentes, corresponderam ao pedido.

Ao mesmo tempo que existia alguma vontade de reduzir o poder da Igreja, as Cortes nunca esqueceram a faculdade acutilante da força que a religião tinha na sociedade. Os liberais, que na generalidade eram católicos como o povo, impuseram ações para desclericalizar a nação e restringir o poder económico, político e social de que a Igreja gozava. Importa, também, alertar que o anticlericalismo não corresponde, de forma direta e automática, a um sentimento anti-Igreja, como Catroga faz notar, ao observar que as medidas em curso pretendiam compatibilizar o catolicismo com o

novo regime constitucional. Existia, portanto, um foco de ataque mais claro, as congregações religiosas – as Cortes Gerais determinaram, em 1821, o censo dos regulares nos mosteiros e a interdição do ingresso de noviços nas ordens religiosas e militares, com raras exceções, e, em 1822, a extinção de várias casas religiosas que, anos mais tarde, foram restabelecidas pela Vila-Francada, e a instituição da Comissão de Reforma das Ordens Religiosas. Foi o prefácio da legislação anticlerical que seria emanada pelos ministérios e gabinetes de D. Pedro, o futuro duque de Bragança, poucos anos depois. A revolução de 1820 acabou por não conseguir alterar as estruturas eclesiásticas, mas conseguiu anunciar e experimentar os desejos de mudança, intensificando o debate em torno da questão religiosa. Em 1824, o alvará régio de D. João VI declarou nulas todas as disposições legais emanadas pelas Cortes, dando novo fôlego aos sectores atacados da Igreja, tendo sido prolongado pelos governos moderados no fim do reinado de D. João VI (1824 a 1826). Durante o curto reinado de D. Pedro IV, o Rei outorgou, em 1826, a Carta Constitucional, que estabeleceu um sistema parlamentar bicameral, em que os bispos, os arcebispos e o cardeal patriarca possuíam lugar, por inerência, na Câmara dos Dignos Pares do Reino. No ano seguinte, a Coroa tentou controlar os sermões clericais ao publicar um diploma que previa punições aos eclesiásticos que utilizassem o púlpito para condenar a Carta. Em 1828, o restabelecimento do absolutismo com a tomada de posse da Coroa por D. Miguel impediu a concretização das propostas anticlericais que alguns vintistas e liberais almejavam.

Na Madeira, onde o bispo do Funchal tinha um lugar cimeiro na hierarquia do arquipélago, correspondendo à segunda figura mais importante da Ilha, haveria um confronto entre liberais e absolutistas. Ao longo dos sécs. XVII e XVIII, na ausência do governador, o prelado diocesano assumia a sua posição, mas, a partir de 1770, o último foi incorporado no quadro do Governo interino. A 17 de junho de 1828, D. Miguel demitiu o governador da Madeira, e os apoiantes do Monarca

reuniam-se em torno do bispo do Funchal, D. Francisco Rodrigues de Andrade, que, por sua vez, se apoiava em parte do clero campestre. Na Diocese, os párocos estavam divididos – o cônego vigário geral, o pároco de Santo António e de S. Jorge e um dos curas de São Pedro mostravam-se absolutistas, numa ilha que acabaria invadida pelas tropas miguelistas. Uma pastoral do deão e do cabido da Sé do Funchal, de cariz liberal, expressa a fratura existente no clero madeirense e ilustra que as críticas também partem do seio da Igreja: “também sabemos, e com que mágoa! Que no corpo eclesiástico há enganados e enganadores; díscolos, cujas almas se deixaram arrastar ao precipício de aprender e ensinar uma má doutrina” (*Documentos para a Historia das Cortes...*, 1888, 175). Alguns dos mais proeminentes quadros da Ilha, que eram apoiantes liberais, acabaram por se exilar em Inglaterra e só regressariam com o triunfo liberal.

O anticlericalismo viveu, a partir da regência de D. Pedro nos Açores, uma escalada que se prolongaria durante todo o século, só sendo eclipsado pelas movimentações laicistas finiseculares. A atuação legislativa do duque de Bragança concentrou o poder das reformas em comissões heterogéneas, também com a presença de religiosos, que aconselhariam e influenciariam o rumo das mudanças protagonizadas pelos seus governos. Entre a abundante produção legislativa, destaca-se a extinção dos dízimos no território peninsular (30 de julho de 1832), determinando que o rendimento dos eclesiásticos viesse de uma cômputa paga pela Coroa, a supressão do foro eclesiástico para os crimes que atentassem contra à sociedade (29 de julho de 1833) e a extinção de todas as casas de religiosos, masculinas e femininas, com menos de 12 regulares (9 de agosto de 1833). Com a vitória liberal, logo no dia seguinte da restauração da Carta, a 28 de maio de 1834, foi decretada a supressão das ordens religiosas masculinas e a nacionalização dos seus bens, sendo este o diploma mais notório do ataque ao poder clerical nesse século. Os egressos, membros das comunidades religiosas que se afastavam desses meios, formaram uma massa

que se dividia entre os que buscavam a integração nas dioceses do reino, quando se provavam não apoiantes da causa miguelista durante a guerra, os que regressavam às suas famílias e comunidades locais, e os que mendigavam pelas ruas, envolvidos em mantas e descalços. Os membros do clero secular, pela dependência financeira do Estado, assumiam uma posição de funcionários sustentados pelo Erário, e o clero regular tendia ao desaparecimento, refém de um sistema de pensões públicas que nunca cumpriu o seu propósito. As casas das ordens femininas teriam aplicado o sistema de morte interna, com a supressão a partir do falecimento da última professa, visto que imperava a interdição do ingresso de noviças. Na Madeira, à data de publicação do diploma, existiam quatro mosteiros de frades franciscanos e três mosteiros que obedeciam às duas regras de Santa Clara, dois urbanianos e um da primeira regra. Ao contrário do que aconteceu em outras casas religiosas no território continental, os mosteiros femininos madeirenses não foram total ou parcialmente ocupados até a morte da última religiosa professa.

No começo do séc. XXI, as consequências sociais que a perda da atuação social das ordens religiosas teve no país e no agravamento dos indicadores de pobreza ainda estão por estudar. A vida religiosa era abraçada por diversos motivos, não devendo ser a vocação religiosa a principal razão para o ingresso nos institutos religiosos. Assim, para as jovens que não tinham um casamento conveniente aos interesses familiares ou que, na ausência, mesmo que temporária, do pai ou dos irmãos, se viam desamparadas, abraçar a vida monástica, por escolha da família, seria a garantia de que não aconteceriam situações indesejáveis para as linhagens. As raparigas podiam ingressar nas casas religiosas com sete anos ou, em alguns casos, ainda mais jovens. Desde a orfandade, passando pelo celibato e até à viuvez, circunstâncias a que se pode acrescentar o prestígio social, eram vários os motivos que colocavam as jovens ou as senhoras nos mosteiros. As casas religiosas davam, assim, resposta a essa necessidade e acabavam por acolher mulheres

sem vocação, que tentavam replicar, no seio das suas comunidades, a vida fora dos muros do mosteiro. Esses comportamentos acabaram por descredibilizar as instituições junto da sociedade, levando a laivos irreparáveis nas suas missões.

No Funchal, com o diploma anticongreganista de 1834, o prefeito remeteu ao provedor do concelho, Manuel de Santana e Vasconcelos, as indicações necessárias para cumprir o disposto na legislação, incluindo a inventariação dos bens confinados nos mosteiros, cativados para a Fazenda régia, e a elaboração de uma relação de todos os religiosos em clausura. Ao representante do cabido da Sé caberiam as alfaias religiosas, os paramentos e os ornamentos, salvaguardando que as imagens e as cruzes sacras ficariam nos seus locais de origem. Foi estabelecido um prazo de 30 dias para que os professos comparecessem na prefeitura para aferir se estariam aptos a receberem a pensão anual de sustento, que estava prevista no decreto. As igrejas das casas masculinas deveriam ser encerradas, sendo as suas chaves colocadas à disposição do prefeito, mas em posse do provedor do concelho. Assinala-se o cuidado do prefeito Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, para que todo o processo fosse desenrolado de forma prudente.

Entre os três mosteiros de Clarissas, o caso do Mosteiro de N.^a Sr.^a das Mercês foi distinto. No quadro das críticas que a comunidade tecia às religiosas, essa casa foi a menos fustigada, provavelmente pela rigidez que a adoção da primeira regra de Santa Clara impunha na observância das normas, que impedia a aceitação de rendas e de dotes e que impunha a pobreza individual. Apesar da legislação liberal, o Mosteiro continuou a receber candidatas e noviças, a professar e a eleger abadessas e demais religiosas para os restantes cargos, num dos raros casos que se tem registo no país. Esse facto acabou contribuindo para que o discurso anticlerical incidisse sobre essas religiosas. O Mosteiro de S. Bernardino, em Câmara de Lobos, encerrado em 1834, teve os seus bens inventariados em 1835. Logo nesse ano, foram mandadas queimar, num auto de fé, todas as

imagens e relíquias de Fr. Pedro da Guarda, Franciscano que faleceu na Madeira em 1505 e que foi objeto de veneração apesar de o seu processo de canonização nunca ter sido concluído. Tal ato desencadeou a reprovação dos populares e mesmo de alguns religiosos. A ordem partiu do Cón. António Alfredo, governador temporal e vigário capitular do bispado do Funchal. O culto ao frade foi proibido, ao abrigo do direito canónico, sendo os objetos de prata do antigo Mosteiro remetidos para a Casa da Moeda, em Lisboa. A casa da comunidade de S. Francisco do Funchal foi desocupada, por forças militares, a 9 de agosto de 1834, e, a 27 de agosto, Mouzinho de Albuquerque incumbiu o provedor da Alfândega de tomar posse. Já o Mosteiro de N.^a Sr.^a da Piedade de Santa Cruz teve os seus bens inventariados a 16 de outubro, quando residiam apenas dois frades no local. Na Calheta, o Convento de S. Sebastião foi alvo de inventários a 6 de setembro de 1834.

Num cenário de privação e de perseguição, também os seculares enfrentavam dificuldades para a sua subsistência, sendo muitos obrigados ao cultivo agrícola para o seu sustento, devido aos poucos recursos que tinham ao seu dispor. Uma autêntica situação de miséria denunciada na Madeira, anos mais tarde, pelo Gov. José Silvestre Ribeiro, mas que deveria ser partilhada pela maioria da população, que vivia nas mesmas, ou em piores, condições. Os deputados madeirenses nas Cortes defenderiam os párcos madeirenses, sendo também registados os protestos do governador. A revolução de setembro de 1836, que deu início ao setembrismo, acabou por conduzir a uma radicalização na orientação da política religiosa, na medida em que implicou uma viragem para a esquerda. Vários párcos foram substituídos por clérigos próximos do regime. Apesar de a evolução do regime conduzir a uma divisão entre os cartistas, mais moderados, e os setembristas, mais radicais, essa dualidade não se refletia na abordagem à política eclesiástica, em torno da qual parecia existir uma uniformidade nas opiniões. Após a reintegração dos bispos e prelados, promovida por Costa Cabral em

1839, o papa mostrou-se disposto a confirmar o patriarca e os bispos propostos pelos liberais. Nesse processo, de cedências mútuas, os dois Estados começaram a reatar as suas relações formais, interrompidas no início da década. Enquanto a Santa Sé aceitava as alterações promovidas pelos liberais, Costa Cabral cedia em vários pontos, acabando por influenciar um aumento progressivo das hostes anticlericais nas décadas seguintes.

Só com o restabelecimento das relações diplomáticas, na déc. de 40, as ordens religiosas iniciam o seu regresso a Portugal – os Jesuítas em 1848, os Franciscanos em 1860 e os Beneditinos em 1888. Os católicos procuravam unir-se sob uma estrutura que defendesse a sua fé e angariasse apoiantes às suas causas. Nessa linha, a fundação da Sociedade Católica Promotora da Moral Evangélica em Toda a Monarquia Portuguesa, em 1843, procurou combater os avanços do processo de secularização em curso, sendo este um marco na reorganização da militância social católica. Essa Sociedade propunha assumir-se como uma entidade de luta e de defesa da moral do catolicismo. A 10 de janeiro desse ano, a estrutura foi legalizada por Costa Cabral, podendo funcionar como um movimento de apoio ao cabralismo para consolidação e afirmação do liberalismo. Logo em 1845 entrou em crise, agastando-se até ao seu desaparecimento, em 1853.

Em 1840, abriu, no Funchal, um hospital que forneceu apoio às classes sociais mais baixas, promovido pelo médico e pastor escocês Robert Kalley, que soube aproveitar as oportunidades existentes na educação, uma área que, após anos a agonizar, estava em reestruturação, mas que continuava completamente inexistente para as classes mais baixas. Durante 6 anos, entre 1839 e 1845, Kalley promoveu a abertura de 17 escolas em diversos pontos da Ilha. Era inevitável que o presbiterianismo do reverendo chocasse, de forma irremediável, com o catolicismo da Madeira, num quadro de franco crescimento do processo de evangelização perpetrado pelo médico. Para a ampliação e o sucesso da sua ação em muito contribuiu a situação de carência vivida, a sua aposta nas

comunidades rurais e o quadro de dificuldades acrescidas provocada pela aluvião de 1842, fazendo dele um “animador do cristianismo reformado e um agitador de ideias religiosas” (NETO, 1998, 529). Em abril de 1843, o reverendo foi alvo de um processo movido pelas autoridades eclesiásticas, que deu lugar a um processo-crime com a prisão preventiva do pastor, que foi depois libertado, e de outros 26 elementos. Continuando com várias atividades envoltas em secretismo e clandestinidade, para garantir a sua execução, a 8 de maio de 1845 foi fundada a Igreja Presbiteriana do Funchal, um caso único e inédito no território nacional. Em agosto de 1846, teve início a empreitada para travar, definitivamente, a ação presbiteriana na Ilha, que conduziu à fuga do pastor. Várias residências, escolas e hospitais foram atacados pelos populares, sendo o Funchal o palco de um auto de fé para queimar todo o material herético. A revolta acabou tendo várias consequências, como a prisão do Cón. Carlos Teles de Menezes.

No quadro nacional, apesar do abrandamento da produção legislativa de oposição do poder do clero ou da Igreja, a política regalista continuava em marcha através do controlo do aparelho eclesiástico, como se faz notar quando as Cortes chamam a si a traça do mapa paroquial do reino, na criação, união e extinção das paróquias. Mesmo com o registo de vários progressos nas décadas seguintes, inclusive com a assinatura, em 1857, da Concordata, existiram várias questões sensíveis na relação com Roma, tais como a encíclica *Quanta Cura* e o *Syllabus* (1864) – um “catálogo de erros do nosso tempo” – não ter tido o beneplácito régio; as decisões do Concílio Vaticano I não terem sido oficialmente divulgadas; o conjunto de discussões em torno do Padroado do Oriente, tema de destaque nas duas concordatas; a infabilidade papal; o reconhecimento do casamento civil; e o registo civil, entre outras.

Para todo o processo de propagação alargada desse fenómeno de contestação clerical foi imprescindível o papel que a imprensa regional desempenhou a partir da segunda metade do séc. XIX. Foi nesse período que os jornais

começaram a ganhar pujança e a assumir-se como um meio de difusão das ideias de combate e de apoio ao clero e à Igreja. Apesar de a sua penetração ser, em grande parte, restrita aos centros urbanos, e de a alfabetização da população ser muito baixa, o seu poder de propagação foi grande. Mesmo com tiragens reduzidas, e com a efemeridade das publicações, a sua capacidade de disseminação também residia na leitura do mesmo exemplar por várias pessoas. Se, entre o liberalismo e a regeneração, a imprensa assistiu a um assinalável crescimento, será a partir desse último período que ocorreu a sua desconcentração, com a expansão para os territórios da província e das ilhas adjacentes. Na segunda metade do séc. XIX, registou-se, nos periódicos madeirenses, uma atividade profícua de crítica à estrutura da Igreja na Madeira, aos bispos do Funchal, às congregações e aos seus religiosos. Em meados do séc. XIX, circulavam em Portugal textos anticlericais de Eugène Süe, de George Sand, de Béranger e de Lamennais, que questionavam a questão religiosa e que eram publicados nos jornais. Esses periódicos foram muito criativos nos epítetos anticlericais que serão associados aos religiosos – “padrecos”, “padrice”, “padralhada”, “pândegos”, “corvos”, “gafanhotos negros”, “biltres”, “vigaristas”, “patuscos de batina”, “seita”, “negrada”, “tonsurados” e “peçonhentos” serão apenas alguns dos termos usados para referir os religiosos.

Nesse período, o cientismo e o positivismo tiveram um papel decisivo na militância laica, sendo considerados como a “matriz filosófica essencial da mundividência laica” (CATROGA, 1988a, 79). Os Estados laicos proliferaram na Europa, e a Santa Sé esteve sempre atenta ao desenrolar dos acontecimentos. Se a Questão Romana teve fim com o Tratado de Latrão, quando a Santa Sé já não exercia o seu poder territorial direto nos Estados, o poder transnacional do papado pretendia ser ecumênico. O positivismo e o cientismo forneceriam ingredientes de apoio para esse fenómeno de expansão. As manifestações públicas centradas nos centenários assinalados na Europa, com raízes em França – Rousseau e Voltaire,

em 1878 –, acabaram por ser aproveitadas pelos diferentes sectores da sociedade. Em Portugal, o centenário do consulado pombalino, em 1882, acabou por abraçar grandes manifestações antijesuíticas e anticlericais, e a geração que desperta no último quartel do século lança-se na discussão da problematização da essência das religiões, em que a base antropocêntrica de discussão religiosa foi levada até às últimas consequências. Nos anos 70, o cenário internacional mostrava-se propício para que se começasse uma organização profunda do movimento católico. Em 1870, foi fundada a Associação Católica do Porto, de Braga e de Guimarães, sendo que a de Lisboa teve lugar em 1873. A Associação Católica do Funchal foi estabelecida em 1874, sob alçada da autoridade eclesiástica. A par da organização dos católicos em estruturas formais, a realização de congressos foi outro processo importante neste quadro. O primeiro foi realizado no final de 1871, promovido pela Associação Católica, e muitos outros foram realizados ao longo dos anos seguintes. Em 1876, surgiu a Associação Promotora do Registo Civil, que nunca alcançou o seu intuito de massificar a adoção desse registo, um baluarte anticlerical, obrigatório apenas com a República.

No outro polo, a militância anticlerical reunia-se na imprensa. O quinzenário *A Voz do Povo* (1860-1887) criticou a atuação dos bispos do Funchal e foi abertamente anticongreganista e, especialmente, antijesuíta. Um dos seus alvos preferidos foi D. Patrício Xavier, uma presença assídua nas críticas do quinzenário. O seu Governo, entre 1859 e 1872, assistiu a grandes períodos da sua ausência da Ilha, coincidindo com o ciclo de ataques anticlericais na imprensa regional. Foi um prelado marcado por muitos confrontos internos, no coração da própria Igreja com os eclesiásticos. A respeito da sua atuação na Diocese o *Elucidário*, apesar da sua ligação religiosa, apresenta um testemunho parentório: “não teve um episcopado feliz. Os motivos [...] a interferência do prelado na política local” (SILVA e MENESES, 1998, III, 407). Em 1867, a sua tipografia publicou *Vida do Apostólico Varão Frei Pedro*

da Guarda, popularmente Chamado o Sancto Servo de Deus, uma biografia que incentivava à devoção ao frade e que recolhia proveitos para que fosse possível a reconstrução do Mosteiro de S. Bernardino em Câmara de Lobos. Escassos seis meses após a chegada do novo bispo do Funchal, D. Patrício de Moura, as publicações continuavam a ferver e foi publicado o folheto *Chronica do Bispado do Funchal nos Primeiros Seis Meses de Governo do Snr. D. Patricio Xavier de Moura*, de 70 páginas, disparando críticas à atuação política do prelado, por ingerência nos assuntos da administração política. A exemplo do seu sucessor, os ataques que sofreu partiram de vários quadrantes da sociedade e mesmo de dentro da Igreja. Durante uma das suas ausências, a Junta Governativa do Bispado, em sua substituição, acabou por ultrapassar os seus poderes, originando reparos posteriores, como foi o caso da publicação do folheto *Breves Reflexões ácerca da Circular de 25 de Janeiro de 1870 do Presidente da Junta Governativa do Bispado do Funchal aos Parochos desta Diocese*.

O bispo do Funchal D. Agostinho Barreto, que ocupou a liderança da Diocese entre 1876 e 1911, envolveu-se numa célebre polémica, pouco depois da sua chegada ao Funchal, a 22 de fevereiro de 1877. Alguns dias após o seu desembarque, a 4 de março, ocorreu um suicídio cujo protagonista teve a sua sepultura negada pelo prelado. A edilidade, proprietária do cemitério, num braço de ferro com o bispo, ordenou o enterramento do suicida, facto que foi contra-atacado por Barreto com a interdição do cemitério. O episódio acabou por colocar o bispo na mira dos ataques anticlericais e este ato foi uma fonte fecunda de manifestações contra e a favor da atuação do prelado. Mas a resiliência de D. Agostinho Barreto também foi fundamental para a profunda transformação que sofreu o Seminário Diocesano, onde foi criado, em 1877, um curso preparatório completo e em que foi vice-reitor outra figura profícua enquanto alvo dos ataques anticlericais, o P.^e Ernesto João Schmitz, um académico lazarista, antigo capelão do Hospício, que acabou por deixar o Funchal em 1908. Em 1881, foi publicada a obra crítica da atuação do

prelado do Funchal *O Sudario Negro: ou Apontamentos para a Biographia de D. Manoel Agostinho Barretto Bispo do Funchal, por Frederico Pinto Coelho*, que mereceu a resposta, também na forma de opúsculo, da autoria do P.^e António Aires Pacheco, através de *Sudario Negro no Banco dos Reos*. O jornal *A Lei* (1873-1877, 1879) também publicou críticas à mitra sobre o célebre caso do enterro do suicida.

A chegada a Portugal da Companhia das Filhas da Caridade de S. Vicente de Paulo, Servas dos Pobres, também conhecida como Irmãs ou Filhas da Caridade ou Vicentinas, foi descrita, por vários estudiosos, como a primeira grande tentativa do restabelecimento das ordens religiosas no país. Nos anos seguintes, as congregações centraram a sua atuação na caridade e no ensino, tentando redimir o seu papel, negligenciado no passado, segundo os críticos, perante a sociedade. Se a sua instalação em Lisboa foi justificada pelo auxílio a um surto epidémico, logo as regulares francesas começaram a dirigir atividades no ensino. Foi nesse período que o anticlericalismo liberal, que podemos definir como detentor de uma forte carga de anticongreganismo, difere do anticlericalismo que se manifesta, sensivelmente, a partir da déc. de 80. Como observou Fernando Catroga, enquanto o primeiro era de matriz deísta, o segundo, que predominaria na República, era assente numa ideologia agnóstica. Ao contrário do que se pode acreditar, o anticongreganismo “não era exclusivo do republicanismo nascente” (CATROGA, 1988, 212), sendo partilhado por outros sectores da sociedade que não comungavam dos ideais de uma república em Portugal. Esse fenómeno de oposição às ordens religiosas, com novo fôlego nessas décadas, também era alimentado pelas tentativas de ultrapassar as interdições impostas ou pelo reingresso de regulares estrangeiros, que acabavam por servir de bandeira para os alegados ataques à soberania nacional, uma temática recorrente do discurso anticlerical. O que se registava nos mosteiros femininos, condenados pela interdição de ingresso de noviças, era um exemplo do que se experimentou em muita matéria legislativa anticlerical – o

descumprimento total ou parcial do conteúdo do diploma, que alimentava os críticos e que, de certa forma, legitimava as suas posições. Em 1860, dos 112 mosteiros femininos em Portugal, 80 registavam-se em situação de desrespeito à lei por possuírem menos de 12 professoras.

A esse respeito, faz-se notar a “renovação das confrarias, grande parte das quais quase extintas e de uma série de novas devoções pias [...] assumindo-se, em breve, como ordens religiosas” (CARITA, 2008, VII, 370). A partir da segunda metade do séc. XIX, os ataques anticlericais, principalmente através do material produzido nas tipografias – os periódicos, os opúsculos ou os livretos –, são mais frequentes, devido ao rumo que muitas antigas confrarias religiosas tomavam, e são criados em função da reinstalação de congregações no país. O Hospício Princesa D. Maria Amélia, no Funchal, cuja direção foi colocada sob guarda das Irmãs da Caridade, pela ex-Imperatriz do Brasil, D. Amélia de Leuchtenberg, acabou por ser um alvo de polémicas. Em 1862, por força da controvérsia que o país vivia com as religiosas francesas expulsas, as irmãs da Madeira acabam por deixar o Funchal e o Hospício foi encerrado. Foram necessários nove anos para que o Hospício voltasse a abrir, com a mesma congregação a dirigi-lo. A atitude da mitra, considerada displicente perante o estabelecimento das Irmãs da Caridade francesas em Portugal, também não foi bem vista pela imprensa, sendo o periódico do Partido Histórico, *O Português*, apontado como o primeiro a formular uma campanha anticongreganista.

Em 1880, aportou na Madeira a futura e célebre M.^e Mary Jane Wilson, natural de Madrasta, na Índia inglesa, que foi responsável pela abertura de um estabelecimento de ensino, muito popular entre as famílias abastadas da sociedade madeirense, numa das alas do antigo palácio de S. Pedro. Em 1884, a religiosa fundou, secretamente, a Congregação das Irmãs Franciscanas de N.^a Sr.^a das Vitórias, noutra ação que foi bandeira do movimento de crítica clerical. Registou-se, posteriormente, o regresso das Ordens de S. Francisco de Sales. No campo de apoio clerical, em 1882, nasceu a União

Católica Portuguesa que, nas eleições de 1884, apresentou candidatos próprios no Porto e em Braga. Os seus fracos resultados foram um indicador do longo caminho que a organização teria de percorrer para conseguir completar os seus objetivos. Em 1894, foi fundado o Centro Nacional, com o objetivo de propagar os ensinamentos de Leão XIII. Logo no ano seguinte, as cidades do Porto e de Lisboa assistiram ao início do movimento social católico com a fundação da Mocidade Católica, nos dois centros urbanos. Em 1898, na cidade do Porto, nasceu o primeiro centro católico operário e, em 1903, existiam 15 centros no país, reivindicando a filiação de 10.000 membros. Nas vésperas da Implantação da República, contabilizavam-se 25 centros. Apesar das suas tentativas, o catolicismo social nunca conseguiu atingir a popularidade desejada entre a classe operária.

Parece-nos adequado referir que a Igreja também soube desenvolver esforços para ir ao encontro de algumas exigências. A encíclica *Rerum Novarum* (1891) tratou da problemática social em torno da industrialização, numa tentativa de a Igreja dar resposta à miséria operária e à situação das classes sociais – condenava a luta de classes, reconhecia a prerrogativa de um ordenado adequado para os trabalhadores e registava o direito às associações operárias. A Encíclica de Leão XIII, que também condenava o socialismo e o liberalismo, teve um carácter único por ser a primeira vez que o líder da Igreja propunha, difundia e defendia tais medidas. Logo no ano seguinte, o Papa surpreendeu novamente, com a Encíclica *Au milieu des Sollicitudes*, ao pedir aos católicos que lutassem contra os diplomas que os governos emanassem contra a Igreja, não exigindo um combate ao regime liberal mas anuindo à atuação política.

Os governos continuavam a tolerar a presença das congregações religiosas no país, mas os anticlericais republicanos e liberais estavam engajados no combate ideológico – fundaram, em 1894, os círculos civis, que, à semelhança dos religiosos, consistiam em deslocações pelo país, esclarecendo, através de conferências e outras iniciativas, as classes populares,

realizaram congressos anticlericais, em 1895 e em 1900, e restabeleceram a batalha do registo civil. A luta anticlerical finissecular foi alimentada com dois casos mediáticos, de Sara Matos e de Rosa Calmon. A morte da jovem Sara Matos, noviça no Mosteiro das Trinas, a 23 de julho de 1891, devido à alegada violação de um jesuíta e ao envenenamento provocado por uma religiosa da sua própria congregação, na tentativa de ocultar o crime, alimentou as hostes anticlericais e provocou romarias anuais ao seu túmulo. Cerca de 10 anos depois, o caso Calmon incendiou a luta. Rosa Calmon, impedida pelo seu pai, cônsul do Brasil no Porto, de ingressar na vida religiosa, foi ajudada a fugir para conseguir a admissão no instituto das Doroteias. A sua fuga, não completada devido à atuação de um polícia, acabou provocando uma grande agitação nos populares que presenciaram a situação, espalhando a polémica pela cidade, gerando graves confrontos nas ruas e uma batalha na imprensa. A contenda foi de tal ordem que os protestos e as lutas duraram várias semanas, só acalmando com a partida do país do diplomata brasileiro, louvado pelos anticlericais, a 7 de março de 1901. A sua influência nas decisões políticas subsequentes foi evidente, sendo muito comum na ilustração narrativa que compunha os artigos de crítica anticlerical da imprensa regional.

A 10 de março de 1901, foi publicado um decreto que estabeleceu que os governadores civis deveriam verificar a existência de congregações nos seus distritos, fazer cumprir o disposto no decreto anticongregacionista de maio de 1834, exigir que os delegados do Governo informassem da presença de estabelecimentos, dirigidos por regulares, nas suas zonas e intimassem a apresentação dos seus regulamentos ou estatutos para serem encerrados, e ainda reforçassem o dec. de 1833, sobre a proibição de ingresso nas congregações femininas. A 18 de abril de 1901, foi publicado um decreto de Hintze Ribeiro para regularizar as situações de ilegalidade que se viviam pelo país – as associações religiosas poderiam ser legalizadas se apresentassem, no prazo de seis meses, os seus estatutos, sem que a clausura ou o noviciado

fossem autorizados. A partir desse diploma, as organizações religiosas passaram a estar sob diferentes designações. Os Jesuítas assumiram-se como Associação Fé e Pátria, os Franciscanos como Associação Missionária Portuguesa. Uma ordem religiosa como a Companhia de Jesus, que foi detentora de tantas propriedades na Ilha e responsável pela educação de tantos filhos da terra, foi sempre um alvo não só para os críticos externos, mas também para os críticos no próprio seio da Igreja. A legalização dos institutos religiosos sob a forma de associações, também veio beneficiar as religiosas do Funchal. O Mosteiro das Mercês constituiu-se como Associação de Nossa Senhora das Mercês e as religiosas franciscanas de N.^a Sr.^a das Vitórias constituíram-se como Associação N.^a Sr.^a das Vitórias. Tal medida legislativa acabou por alimentar e ilustrar a ira dos anticlericais, convencidos de que o Governo estava a legitimar as congregações que a legislação proibia. Do lado oposto, muitos clericais mostravam-se insatisfeitos pelo facto de o decreto de Hintze não contemplar a legalização e o regresso formal da atividade regular das ordens. Na primeira década do novo século, a discussão pública foi monopolizada por essas medidas legislativas.

Na frente associativa, em 1901, foi estabelecida, pelos estudantes católicos da Univ. de Coimbra, uma associação que, em 1903, passou a ser o Centro Académico de Democracia. Logo no ano seguinte, foi fundada a Associação Promotora da Educação e Instrução Popular, cuja designação foi alterada, em 1907, para Liga de Ação Social Cristã – a qual, em 1924, deu origem à Juventude Católica Feminina. Em 1903, foi fundada a Associação da Democracia Cristã, embrião de um partido católico, o Partido Nacionalista. Esta força partidária teve um processo de incubação moroso, provocado pela falta de um projeto comum que pudesse consolidar uma unidade entre os seus membros, difundindo esse espírito pela população. O partido, um polo de atração de críticas da militância anticlerical, tentou afastar-se do rótulo de uma organização religiosa, apesar da ação de alguns sectores da Igreja,

extravassando a sua esfera de atuação além do plano religioso. Em 1908, desenvolveu-se a Juventude Católica Portuguesa. Os ataques e as críticas à esfera religiosa intensificam-se nos últimos anos da monarquia constitucional. Nessa linha, os jornais republicanos desempenharam um papel de destaque. Esses periódicos também proliferaram na Madeira, nos primeiros anos do século, com ataques anticlericais. São exemplos regionais deste tipo de publicações *O Povo: Órgão da Soberania Popular* (1884), *A República* (1883), *A Luta* (1888), *O Democrata* (1901), *O Povo: Semanário Republicano* (1907), *Trabalho e União* (1907), *O Tempo* (1912), *A Época* (1886), *O Radical* (1911), *A Vida* (1912), *A Democracia* (1913) e *O Liberal* (1913).

Enquanto a luta anticlerical era sustentada por minorias sociais urbanas, sem recolher o apoio massificado da população, a sua popularidade foi sendo contida, mas a situação que foi sendo alterada, pelo menos nos grandes centros. Quase um ano antes da Instauração da República, a 2 de agosto de 1909, uma manifestação popular, promovida pela Junta Liberal e com o apoio de diversas organizações que apoiavam a luta anticlerical, reuniu 100.000 pessoas em Lisboa. Nos últimos momentos da monarquia constitucional, os governos encetaram medidas, numa estratégia de acalmia do fenómeno laicista, que fracassou, aproximando-se do programa republicano. Cite-se, *e.g.*, a promessa de adoção do registo civil de forma generalizada e obrigatória, anunciada em 1910. Em setembro desse ano, sensivelmente a um mês da república, o Governo da monarquia decretava que os registos de nascimentos deveriam ser efetuados sem a execução de inquirição prévia sobre o credo do recém-nascido ou da família. Nesse mesmo ano, no quadro do combate clerical no seio do catolicismo, Roma tentava colocar termo a um confronto entre as publicações impressas de Jesuítas e de Franciscanos, cuja desavença se arrastava há algum tempo: os padres da Companhia de Jesus eram adeptos de um voto católico unido nos nacionalistas, numa convergência de todos os crentes, enquanto os regulares de São Francisco se opunham a essa

ideia. Na véspera da Instauração da República, a 4 de outubro de 1910, D. Manuel II recusou promulgar um diploma governamental que visava extinguir, no prazo de três dias, todos os institutos jesuítas, diploma que ilustrava algum desespero do executivo na colagem galopante ao programa republicano.

No novo regime, a questão religiosa destacava-se, sendo o motivo de muitas das dificuldades e da instabilidade que a República sofreu, devido a esta polémica, que incitou e adensou os problemas governativos. A concretização de uma separação abrupta e maior entre o Estado e a Igreja acabou por ser realizada pelos republicanos. Nos dias posteriores à implantação do novo regime, vários regulares, de variadas congregações, foram presos ou seguiram para o exílio. A 8 de outubro de 1910, o Governo decretou a reposição dos diplomas anticongreganistas e a revogação do dec. de 18 de abril de 1901. A 28 de outubro de 1910, a lei da imprensa deixou de punir os ataques à religião, legitimando uma realidade que já existia há várias décadas. A Lei de Separação do Estado e das Igrejas, publicada a 20 de abril de 1911, representou uma grande bandeira do republicanismo laico – a religião católica deixava de ser a religião oficial do Estado e eram autorizadas todas as igrejas e confissões. Em pouco mais de um ano, entre 8 de outubro de 1910 e 23 de outubro de 1911, foram produzidos vários diplomas de índole anticlerical, que tratavam da proibição das ordens com a reafirmação e aplicação do decreto anti-jesuíta de Pombal e anticongreganista dos liberais (8 de outubro), do arrolamento dos bens dos religiosos (21 de outubro), da extinção do ensino religioso nos estabelecimentos de ensino primário (22 de outubro), da supressão dos dias santos (27 de outubro), da exclusividade do casamento civil para efeitos legais (25 de dezembro), da nomeação da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações (27 de dezembro), da proibição de os antigos religiosos exercerem atividade docente ou intervirem na educação (31 de dezembro), da lei sobre o divórcio (3 de novembro), da Lei de Separação do Estado e das Igrejas (20 de abril), e da extinção da Faculdade de Teologia (23 de outubro).

Ao mesmo tempo que a legislação almejava estabelecer a liberdade de culto e religiosa, previu muitas disposições que pretendiam que o Estado exercesse um controlo administrativo sobre a Igreja, com a qual negava relacionar-se. Além disso, foram restauradas algumas prerrogativas monárquicas, como é o caso do beneplácito régio, que reclamava para a República o direito de que os reis católicos haviam gozado, de exercerem, na nação, poder de censura dos documentos pontifícios (bulas, encíclicas, breves, etc.) antes de esses serem publicados no país. A rutura que a lei determinava, entre o Estado e as igrejas, era uma separação entre a Igreja Católica, desde a fundação da nacionalidade a religião oficial, e o Estado português. Antes da Implantação, registava-se a presença de 32 congregações ou associações religiosas, distribuídas por 164 casas. Durante a República, os edifícios religiosos foram nacionalizados para, em vários casos, receberem serviços públicos. O edifício do paço episcopal do Funchal recebeu, em 1913, o Liceu do Funchal; o Seminário foi, no mesmo ano, escolhido para receber a Escola de Belas Artes; e os Mosteiros de S.^{ta} Clara e das Mercês também passaram a abrigar serviços públicos.

A 30 de julho de 1911, através de instruções emanadas pelo Ministério da Justiça aos administradores dos concelhos da Madeira, o Governo intimou os párocos a não recusarem qualquer ato religioso aos seus fiéis, em sinal de protesto contra o regime ou a favor da monarquia, sob pena de prisão. Na Madeira, as zonas campesinas, pelo apoio e pela influência protagonizados pelos padres, podiam configurar-se como centros de resistência ao novo regime instaurado. Alguns párocos revoltaram-se, incitando as populações contra os diplomas anticlericais, e outros foram presos. No contexto de uma comemoração religiosa que teve lugar no Arco da Calheta, foram desfraldadas bandeiras da monarquia constitucional, causando notícia na Ilha. Logo após a instauração do novo regime, as festas religiosas tinham sido proibidas, gerando discórdia entre os próprios republicanos madeirenses pelo impacto económico que esses arraiais populares

tinham na economia local. O pároco do Estreito de Câmara de Lobos, P.^e Miguel Pestana dos Reis, “ameaçava com excomunhão e as penas do inferno os poucos que sabiam ler e que ousavam assinar os jornais republicanos” (MARTINS, 2004, 85). Quando o pároco foi intimado a comparecer perante o governador civil, os populares impediram que tal acontecesse marchando em direção à capital para apresentar exigências ao governador – a imunidade do religioso, o fim do registo civil na freguesia e o regresso das disposições consagradas nos diplomas da monarquia constitucional, que não feriam a religião como a legislação que vinha sendo promulgada pelo novo regime. A manifestação acabou sem efeitos práticos e o padre foi ilibado por não ser considerado responsável por ela. A distribuição de material contra a Lei de Separação foi a acusação de que foram alvo os padres de São Gonçalo e de Santa Luzia, que também acabaram por ser detidos. Para vários republicanos, os efeitos da Lei de Separação desvaneciam-se rapidamente na Madeira, sendo que muitas das mudanças operadas ou idealizadas pelos novos diplomas não chegavam a ser aplicadas na prática.

O Funchal experimentou um hiato na liderança da Diocese, entre 1911 e 1915, período em que foi *sede vacante*. D. António Manuel Pereira Ribeiro, antigo aluno do Colégio Jesuíta de São Fiel, que tinha sido nomeado cónego da Sé em 1905, foi eleito, três dias após o falecimento do bispo, vigário capitular e governador do bispado. A 2 de outubro de 1914, foi, finalmente, nomeado prelado pela Santa Sé. A sua sagração, a 7 de fevereiro de 1915, foi a primeira após a Implantação e tornou o prelado do Funchal o bispo mais novo do país, com apenas 36 anos. Este só iniciou o seu episcopado a 14 de março de 1915, uma semana após a sua chegada, perante um banho de multidão num Funchal republicano, mas nunca antirreligioso. O período seguinte à Lei de Separação deixou o clero madeirense em grandes dificuldades financeiras. Foi organizado, por D. António, um fundo, a Obra de Fundo do Culto, financiado pelos leigos, para fornecer os recursos necessários à sustentação dos religiosos.

O clero era orientado para ter especial cuidado com a sua imagem, afastando-se do protótipo ganancioso, ostracizado pelos anticlericais, para quem o padre era um mero assalariado do Estado. Os religiosos madeirenses deixaram, a partir de 1911, de fazer uso regular dos livros de provimentos, facto que prejudicou o registo histórico da sua vida religiosa.

Em 1914, o vigário capitular criou o secretariado da Obra de Entronização do Sagrado Coração de Jesus e fundou a Juventude Católica do Funchal. Nesse período, um pároco do Jardim do Mar foi alvo de uma denúncia por ostentar a batina, que estava proibida fora dos atos religiosos. A partir do púlpito da igreja de S. João Evangelista, foram proferidas “alusões ofensivas ao prestígio do governo e da república” (*Id., Ibid., 87*), obrigando a averiguações policiais para se obterem esclarecimentos sobre o ocorrido. O clero continuaria a viver tempos difíceis. Somente em 1918 os padres puderam voltar a usar o hábito talar livremente. O próprio bispo do Funchal foi acusado de usar o traje eclesiástico fora do contexto de celebração e de saudar o povo com o sinal da cruz. Durante o seu episcopado, D. António Manuel Pereira Ribeiro promoveu apelos à vocação religiosa, na sua opinião muito prejudicada pela ocupação do novo seminário diocesano. Foi, ainda, durante o seu mandato que foram reintroduzidas algumas ordens regulares masculinas – Franciscanos, Carmelitas, enquanto outras, como aconteceu com os Salesianos, se instalaram pela primeira vez na Ilha –, e várias congregações femininas.

Somente o confronto bélico da Primeira Guerra Mundial trouxe novo fôlego aos clericalismos, numa altura em que o Parlamento começou a assistir a intervenções que exigiam a revisão de vários articulados da Lei de Separação, para torná-la mais adequada à realidade nacional. Na Madeira, foram tempos difíceis, assolados pela crise cerealífera e pelas graves consequências da Grande Guerra, com implicações na vida económica e social da Ilha, para além de se registar o regresso de muitos emigrantes, que acabaram por não encontrar trabalho na sua terra natal. Foram celebradas missas em

vários locais de culto onde não se assistia a celebrações desde a Implantação. Explorou-se a vertente religiosa de D. Nuno Álvares Pereira e, em Fátima, três crianças afirmaram ter visto a Virgem.

Os próprios católicos viam-se divididos entre os que pretendiam o regresso da monarquia e os adeptos de uma república que restaurasse o papel da Igreja. Nesse contexto, triunfa a revolução liderada por Sidónio Pais, que iria alterar as normas da lei de 1911, criando as bases para o reatar das relações entre a Cúria romana e Portugal. Sidónio Pais acabou por provocar a ira dos anticlericais quando, a 15 de maio de 1918, assistiu, na Sé Patriarcal, à celebração, promovida pela Comissão de Assistência Religiosa em Campanha, das solenes exéquias por alma dos soldados tombados na guerra: um templo católico reunia, em celebração, o chefe de Estado e o patriarca, facto inédito na República. Após o assassinato de Sidónio, a 14 de dezembro de 1818, e a Monarquia do Norte, em 1919, novas gerações de republicanos, recém-chegados ao poder, não trouxeram a estabilidade necessária. A Igreja fazia uma leitura dos acontecimentos e procurava afastar-se dos monárquicos, almejando uma pacificação religiosa. Instalou-se um confronto interno entre os católicos monárquicos e os que estavam ligados ao Centro. Em abril de 1922, foi promovido o segundo congresso do Centro Católico, em que António de Oliveira Salazar apresentaria uma tese sobre os princípios e a organização do mesmo, intensificando a polémica. A déc. de 20 não resolveria os problemas da Igreja, numa república que definhava, com governos frágeis, limitados e sucessivos.

Na Madeira, durante a Primeira República, após as fatalidades que conduziram ao agravamento e ao descalabro económico pós-guerra, foram publicados três periódicos que ostentaram o vocábulo “anticlericalismo” no seu cabeçalho – *O Vigilante, Semanário Republicano e Anti-Clerical*, em 1918, *A Razão, Semanário Republicano e Anti-Clerical*, em 1920, e *A Luz*, em 1919, que ostenta, sob o seu título, uma citação de Léon Gambeta, antigo primeiro-ministro francês e abertamente um

combatente da influência religiosa nos assuntos estatais: “O clericalismo, eis o inimigo!”. Os três jornais anticlericais acabaram por ser caracterizados como “*vox clamantis in deserto*” (PITA, 2010, 341), sendo todos de curta duração. Durante a sua vida, denunciaram o comportamento inadequado do clero e os consequentes e reincidentes desrespeitos à legislação da República, com a conivência dos líderes políticos regionais. Mesmo com o seu carácter efémero, as críticas lançadas pelos periódicos não deixam de motivar a resposta do clero madeirense. O bispo do Funchal referiu que os ataques que a imprensa dirigia à Igreja e ao clero eram fruto das mentiras que pretendia difundir. O alerta de D. António era uma resposta ao semanário *O Vigilante*, cuja leitura proibiu, sob pena de os cristãos cometerem um pecado grave, devendo destruir os exemplares que recebessem. Foi nesse período que cessou a publicação do *Boletim Eclesiástico da Madeira* (1912-1918), o boletim da Diocese do Funchal.

O Centro Católico Português, originado a partir do Centro Académico de Democracia Cristã, foi uma agremiação de católicos que surgiu em Braga, a 8 de agosto de 1917, que pautou a sua atuação no campo político enquanto associação de defesa dos interesses da Igreja, respondendo à hierarquia eclesiástica, e que foi a força política a que Oliveira Salazar pertenceu. Na Madeira, apresentou, para as eleições de 1921, uma candidatura à Câmara dos Deputados, liderada por Juvenal de Araújo, célebre membro da Juventude Católica. Os representantes do Centro Católico candidatos às eleições eram uma escolha direta da Diocese. No dia 10 de julho de 1921, a candidatura apresentada foi derrotada. Os católicos, reunidos em movimentos, pareciam não conseguir uma vaga de fundo que chegasse aos eleitores e que despertasse o seu apoio nas urnas. A 29 de janeiro do ano seguinte, Juvenal de Araújo voltou a ser candidato e, desta vez, venceu o pleito. Foi um feito que não repetiu no ato eleitoral realizado em 1925, em que obteve fracos resultados, apesar do empenho do Centro, da Diocese e dos órgãos ao

seu serviço. Será nesta década que a Madeira testemunha uma fecunda atividade das estruturas católicas, destacando-se a fundação das juventudes católicas e dos círculos operários. Contudo, esse movimento foi, praticamente, circunscrito ao Funchal, a exemplo do que acontecia noutros centros urbanos do país, não sendo a população campesina ativa nesse campo.

A 28 de maio de 1926, no Norte do país, teve início uma insurreição e Portugal esteve, uma vez mais, à beira de uma guerra civil. Os insurretos constituíram Governo, que teve, pela primeira vez desde 1910, três católicos: Oliveira Salazar, Mendes dos Remédios e Rodrigues Júnior; os dois primeiros acabariam por abandonar o executivo pouco depois. A 26 de novembro, os bispos portugueses, incluindo o prelado do Funchal, remeteram ao Governo um pedido de reconhecimento jurídico da Igreja. A 18 de abril de 1928, foi constituído um novo Gabinete, com o regresso, a 27 de abril, de Salazar. A 1 de julho, a Comissão Central do Centro Católico urgiu todos os católicos a participarem no apelo de Salazar para uma cruzada de salvação nacional. Apesar de o Estado Novo não reconhecer a diversidade partidária, admitiu o pluralismo da Igreja, com uma esfera de ação, procedimentos e uma estrutura próprios. Foram tempos de recuperação de vários indicadores. Assim, em 1940, 14 % dos periódicos nacionais eram detidos pela Igreja; em pouco mais de 15 anos, os seminaristas aumentaram de 2239 (1930) para 4176 (1946); o número de religiosos seculares e regulares, do género masculino, aumentou de 4154 (1932) para 5562 (1948); em 1948, existia 1 sacerdote para cada 1850 habitantes (em França, em 1934, essa relação era de 1 para 897, e em 1936, no patriarcado de Lisboa, apenas metade das paróquias tinha pároco); entre 1932 e 1943, os casamentos civis decresceram de 27,3 % para 15,7 %. Já os Jesuítas, que começaram o seu regresso nos anos 20, apenas em 1941, com a aprovação do Estatuto Missionário, voltariam a ser reconhecidos. Os seus bens, na posse do Estado,

não seriam restituídos por força da Concordata de 1940, cujo primeiro esboço foi feito por um jesuíta, que não devolveu à Igreja os bens que se encontravam ao serviço do Estado.

Neste regime, a Igreja e a fé funcionaram como um elemento aglutinador da ideologia, sendo importante para o Estado Novo. Salazar considerava, e afirmou publicamente, que as leis anticlericais da Primeira República atentavam contra os valores da nação. A escolha de Manuel Gonçalves Cerejeira, antigo colega e correligionário de Salazar, para o patriarcado cimentou a relação de interesses entre o Estado e a Igreja.

O apoio da Igreja para travar o comunismo, e para a afirmação do Estado Novo, foi fulcral. Mas a relação da Santa Sé com o Estado, durante o regime autoritário, teve vários episódios de atrito, entre os quais a elevação do arcebispo de Bombaim a cardeal, em detrimento do patriarca de Goa, em 1953, a participação papal no Congresso Eucarístico Internacional em Bombaim e a visita a Goa, em 1964, após a sua invasão pela União Indiana; o processo judicial que envolveu o bispo da Beira pelas suas críticas à falta de financiamento estatal do ensino religioso, em 1965; a audiência do Papa aos líderes dos movimentos de libertação em guerra com Portugal, em 1970; as críticas dos bispos ao sistema colonial nacional, em 1971; a expulsão de missionários de Burgos, em 1972; e a expulsão do bispo de Nampula, em 1974.

Na sequência do 25 de Abril de 1974, os bispos, em conferência na cidade de Fátima, fizeram votos para que as alterações ocorressem para o bem da sociedade. Durante o processo de transição do Estado Novo para a democracia, a Igreja deu contributos para a democratização em curso, fomentando a abertura de um espaço novo de afirmação eclesial que acabou por superar os seus limites, sendo um dos motores da afirmação democrática nacional. Após a Constituição de 1976, que estabeleceu a interdição para existência de diretrizes religiosas nos programas escolares, foi necessário que a reforma do sistema educativo de 1986

alargasse o ensino da moral e da religião a outros credos, além do catolicismo. Estendendo-se ao longo dos 34 anos do Estado Novo e por 30 anos de democracia, a Concordata de 1940 possuiu uma longevidade e uma aceitação singulares. Só em 2004 Portugal assinou um novo acordo concordatário.

Bibliog.: impressa: ABREU, Luís Machado de, e MIRANDA, António José Ribeiro, *Atas do Colóquio – O Anticlericalismo Português: História e Discurso*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2002; AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 4 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 2000; CÂMARA DOS SENHORES DEPUTADOS, *Documentos para a História das Cortes Geraes da Nação Portuguesa*, vol. 5, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888; CARITA, Rui, *História da Madeira*, 7 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1989-2008; CARVALHO, Rita, *A Concordata de Salazar*, Lisboa, Temas e Debates, 2013; CATROGA, Fernando, “O laicismo e a questão religiosa em Portugal”, *Análise Social*, vol. xxiv, 1988, pp. 211-273; *Id.*, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal (1865-1911)*, Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra, texto policopiado, 1988a; CHADWICK, Owen, *The Reformation*, Michigan, WM. B. Eerdmans Publishing Company, 1964; *Collecção dos Decretos, Resoluções e Ordens das Côrtes Geraes*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1822; CRUZ, Manuel Braga da, “A Igreja na transição democrática portuguesa”, *Lusitania Sacra*, 2.^a sér., n.º 8-9, 1996-1997, pp. 519-536; ENES, Maria Fernanda Dinis Teixeira, “Uma carta de D. Filipe I sobre o clero das ilhas dos Açores de 1590”, *Arquipélago*, sér. Ciências Humanas, n.º especial, 1983, pp. 61-95; FONTOURA, Otilia Rodrigues, *As Clarissas na Madeira – Uma Presença de 500 Anos*, Funchal, CEHA, 2000; FRANCO, José Eduardo (dir.), *Dicionário Histórico das Ordens. Institutos e Outras Formas de Vida Consagrada Católica em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 2010; *Id.*, e ABREU, Luís Machado de (coords.), *Ordens e Congregações Religiosas no Contexto da I República*, Lisboa, Gradiva, 2010; *Id.* (coords.), *Para a História das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no Mundo*, 2 vols., Lisboa, Paulinas, 2014; GALLEGRO, Juan María Laboa, *História dos Papas*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010; LEITE, Jerónimo Dias, *Descobrimento da Ilha da Madeira*, Funchal, Imprensa Académica, 2016; MADUREIRA, Arnaldo, *A Questão Religiosa na I República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004; MARTINS, Teresa Florença, *O Movimento Republicano na Madeira 1882-1913*, Funchal, CEHA, 2004; MARUJO, António, e FRANCO, José Eduardo (coords.), *Dança dos Demónios*, Lisboa, Temas e Debates, 2009; MATOS, Luís Salgado de, *A Separação do Estado e da Igreja*, Alfragide, Dom Quixote, 2010; MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vols. 5-8, Lisboa, Estampa, 1998; MOURA, Maria Lúcia de Brito, *“Guerra Religiosa” na Primeira República*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2010; NETO, Vítor, *O Estado, a Igreja, e a Sociedade em Portugal (1832-1910)*, Lisboa, INCM, 1998; *Id.*, *A Questão Religiosa no Parlamento*, vol. 1, Lisboa, Assembleia da República/Texto Editores, 2009; NICOLAU, Luís Eduardo, *De Hintze a Afonso Costa: o Fenómeno (Anti)Clerical na Imprensa Madeirense (1901-1910)*, Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2016; NORONHA, Henriques Henriques de, *Os Frades Julgados no Tribunal da Razão*, Lisboa, Imprensa Régia, 1814; *Id.*, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, CEHA, 1996; PAIVA, José Pedro, “A Igreja e o poder”, in *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 135-185; PITA, Gabriel, “O discurso anticlerical”, in *República e Republicanos na Madeira – 1880-1926*, Funchal, CEHA, 2010, pp. 340-372; *Id.*, “Juvenal Henriques de Araújo (1892-1976) e o Centro Católico”, in *República e Republicanos na Madeira – 1880-1926*, Funchal, CEHA, 2010, pp. 224-236; RAMOS, Rui (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009; RÉMOND, René, *Religion et Société en Europe. La Sécularisation aux XIX^e et XX^e siècles 1789-2000*, Paris, Seuil, 2001; SÁNCHEZ, José M., *Anticlericalism: A Brief History*, Indiana, University of Notre Dame Press, 1972; SANTOS, Eugénio, “A sociedade madeirense da época moderna: alguns indicadores”, in *Actas do Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do

Turismo, Cultura e Emigração, 1989, pp. 1212-1222; SEABRA, João, *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX – A Lei da Separação de 1911*, Lisboa, Príncipia, 2009; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. 7, Viseu, Verbo, 2002; SERRÃO, Joel, *Demografia Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973; SILVA, Abel A. da, “Seminário do Funchal: algumas notas para a sua história”, *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 6, n.º 34, 1964, pp. 1-12; SILVA, António Ribeiro Marques da, *Passaram pela Madeira*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998; SILVA, Paulo Sérgio Cunha da, *D. António Manuel Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal (1915-1957)*, Dissertação de Mestrado em Teologia apresentada à Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, texto policopiado, 2012; TENGARRINHA, José, *Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865*, Lisboa, Temas e Debates, 2013; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 2000; VIEIRA, Alberto (coord.), *A Madeira e a História de Portugal*, Funchal, CEHA, 2001; **digital:** VIEIRA, Alberto (coord.), *História e Autonomia da Madeira*, Funchal, CEHA, 2003; https://www.academia.edu/1153167/Hist%C3%B3ria_da_Madeira (acedido a 20 fev. 2015).

LUÍS EDUARDO NICOLAU

Anticontinentalismo

A Ilha define-se, desde o início, como o mundo do madeirense, símbolo da sua capacidade de vencer os desafios quotidianos e da sua afirmação perante mares e continentes. Desta forma, ela é o sonho, a imagem do paraíso terreal, enquanto o continente é a diabolização da terra. O Diabo e o Inferno são identificados com o continente e com tudo o que existe de mau. Já a Ilha é o Paraíso, o local de repouso dos deuses. Na Ilha, fala-se de continente e não de metrópole e esta utilização parece ter uma intencionalidade negativa.

Esta diabolização ganha forte expressão na imprensa, a partir da Revolução Liberal. Mais recentemente, no período conturbado de 1975, os continentais foram, de forma pejorativa, identificados como “cubanos”. Embora Cuba seja uma ilha, mas grande, aqui é identificada como uma expressão do continente que, em termos políticos, pretende copiar um regime político dessa outra ilha, em que a maioria das elites não se revê.

O continente é a negação da fruição da riqueza gerada pelos insulares, a rejeição da capacidade de autogoverno ou autonomia. Daí a expressão popular que diz: “do garajau para cá manda quem cá está”. E, segundo *O Patriota Funchalense*, a autonomia é um discurso de afrontamento à metrópole, simbolizada pelo Terreiro

do Paço, onde se centravam as principais instituições do poder do Estado. Afirmava Nicolau Caetano Pita, em 1 de dezembro de 1821: “[...] a sorte da infeliz Madeira é a de enteados. A escravidão consiste em viver algum sujeito absolutamente à vontade de outrem; uma província, que deve sujeitar seus interesses aos da metrópole, que a seu termo a não interessa, deixa de ser província, é de facto colónia e vive escrava” (PITA, *Patriota Funchalense*, 1 dez. 1821, 1).

Manuel José Vieira, em intervenção no Parlamento, a 7 de maio de 1883, afirma: “Sabemos que fazemos parte do reino de Portugal única e exclusivamente para quinhoarmos nos encargos que se renovam ou batizam com nomes diferentes mas que sempre se acrescentam” (VIEIRA, 2014, 45). A 1 de fevereiro de 1888, o *Diário de Notícias* publicava: “A Madeira foi sempre para a metrópole uma espécie de mina cujos filões nem mesmo depois de esgotados deixaram de ser explorados sofregadamente” (“Assumptos geraes...”, *DN*, 1 fev. 1888, 1). Porque afinal os discursos da autonomia, da antiautonomia e do anticontinentalismo são o do dinheiro.

No imaginário madeirense, esta necessidade de estabelecer um corte com o continente está bem clara em expressões e discursos, que, no caso da tribuna parlamentar, não deixam de ter pronta resposta, através da expressão de um pensamento negativo que apresenta os madeirenses como vivendo à custa do continente ou incapazes de dispor de formas de governo próprio, no quadro da descentralização política. Marcello Caetano afirmava que “para que haja descentralização é preciso existirem recursos financeiros e gente capaz de os gerir. O escol madeirense só agora começa a revelar alguns dirigentes dignos desse nome. Até aqui a política local era de puro estilo antigo, feita para consolidar influências à custa dos favores pessoais. [...] Os caciques deixavam-se levar na torrente e arvoravam-se em procuradores de todos os descontentamentos junto do Poder Central.” E rematava: “O distrito do Funchal suporta, em tese, a autonomia, mas a sua grande carência é de escol dirigente [...]” (ENES, 2005). Este debate ganhou dimensão

na sociedade, alimentado por blogues e pelos espaços de opinião da maioria dos canais de informação.

Fica claro que o continente, tomado como sinónimo de Portugal continental, representa o mau que oprime e mantém cativos, que rouba a riqueza através dos impostos. O parlamentarismo, a partir de 1821, foi uma forma de os ilhéus darem expressão ao seu discurso anticontinental, tal como a imprensa que se publica de cariz regional. Aliás, o primeiro jornal, *O Patriota Funchalense*, publicado a partir de 2 de julho de 1821, é uma expressão disso. Aí ganham letra de forma as primeiras reivindicações autonomistas, como as acusações contra a exploração, de modo especial de âmbito financeiro, do “continente”. Desta forma, em 1869, José Silvestre Ribeiro encarna esse pensamento madeirense, ao afirmar no Parlamento que “Nós como portugueses estamos prontos e temos obrigação rigorosa de partilhar os encargos que pesam sobre o continente, mas não temos as vantagens, não temos os confortos, nem os melhoramentos que têm os habitantes do continente do reino” (VIEIRA, 2014, 42). Depois, em 1880, José Feliciano Teixeira volta a afirmar que “A Madeira, que tem os mesmos deveres que as províncias do continente, podia e devia ter os mesmos direitos a entrar na comunhão dos mesmos gozos, no gozo dos mesmos bens que as outras províncias continentais” (*Id.*, *Ibid.*, 44).

Em 1934, Oldemiro César, numa reportagem sobre a visita do ministro do Comércio, afirmava: “Depois, o regresso com muitas promessas e nenhuma certeza, que o tempo convertia em tristes desilusões, assim criando entre Portugal isolado no Atlântico e o Poder Central do continente um mal-estar contínuo e irritante que a ninguém aproveitava nem mesmo a processos e habilidades políticas de outros tempos” (CÉSAR, 1944, 148).

A ideia da descoberta associa-se sempre à de autonomia, sendo esta última considerada uma segunda descoberta que poderá significar o corte de laços negativos que ligam a Ilha ao continente desde o séc. xv. O corte quererá significar que a Ilha tem capacidade

e condições de autogovernança. Mas, como se dizia em 1911, nas páginas do *Diário de Notícias* (Madeira), “A autonomia nunca se exerceu de-sassomburada de peias do poder central e muitos dos encargos permanentes foram criados por imposições dos governos da metrópole” (VIEIRA, 2014, 61).

Bibliog.: impressa: “Assumptos geraes. Sem preambulos. Ao snr. governador civil”, *Diário de Notícias*, Funchal, 1 fev. 1888, p. 1; *Autonomia e História das Ilhas: Seminário Internacional*, Funchal, CEHA, 2001; CÉSAR, Oldemiro, *Terras de Maravilha: os Açores e a Madeira*, Lisboa, ed. do Autor, 1944; FRANCO, José Eduardo, “Nacionalidade e regionalidade. Processos de mitificação e estruturação identitária (o caso da nacionalidade portuguesa e da regionalidade da Madeira)”, *Anuário do CEHA*, n.º 1, 2009, pp. 73-80; GRAS, Christian, *Régions et Regionalisme en France du XVIII^e Siècle à Nos Jours*, Paris, s.n., 1977; HAUSER, H., *Le Problème du Regionalisme*, Paris, Presses Universitaires de France, 1924; JANES, Emanuel, *Nacionalismo e Nacionalistas na Madeira nos Anos Trinta (1928-1936)*, Funchal, CEHA, 1997; LAFONT, Robert, *La Révolution Régionaliste*, Paris, Gallimard, 1967; PITA, Nicolau Caetano, “Aditamento”, *Patriota Funchalense*, 1 dez. 1821, p. 1; REIS, M. Pestana, “Regionalismo/A autonomia da Madeira/Falou já o sentimento; fala agora a razão”, *Correio da Madeira*, 7 nov. 1922; RODRIGUES, Paulo Miguel, “Da insularidade: prolegómenos e contributo para o estudo dos paradigmas da madeirensidade (1910-1926)”, *Anuário do CEHA*, n.º 2, 2010, pp. 210-228; SALTO, María Teresa Noreña, “Isla y región. Una perspectiva histórica”, in *Aproximación a la Historia de Canarias*, La Laguna, Universidad de La Laguna, 1989; VIEIRA, Alberto, *Livro das Citações*, Funchal, CEHA, 2014; **digital:** ENES, Carlos, “Açores e Madeira vistos por Marcello Caetano em 1938”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, n.º 14, 2005: <http://www.nch.pt/biblioteca-virtual/bol-nch14/n14-7.html> (acedido a 15 maio 2015).

† ALBERTO VIEIRA

Antígua

É uma das chamadas Antilhas pequenas do mar do Caribe, com 280 km², que integra o Estado de Antígua e Barbuda, composto por estas ilhas, 6 ilhotas (Great Bird, Green, Guinea, Long, Maiden e York) e outras 29 não habitadas, tendo como capital São João, na Antígua. Em termos geográficos, esta ilha é muito parecida com a Madeira, tendo começado, em 1684, por ser uma área de produção de cana-de-açúcar, por iniciativa dos Ingleses, situação que rapidamente terminou, devido à limitação e ao condicionamento do território.

A ilha de Antígua, conhecida como Wa'lad-li pelos Arawaks, foi encontrada em 1493 por Cristóvão Colombo, que lhe deu o nome de ilha de Santa María La Antigua. Foi ocupada pelos Ingleses de São Cristóvão, em 1632. A partir do séc. XVII, adquiriu importância no conjunto das Antilhas, sendo considerada a porta de entrada no arquipélago.

A ligação de Antígua à Madeira começa com a ocupação inglesa, no séc. XVII. A partir desta centúria, desenvolveram-se contactos estreitos com as Antilhas. As colónias inglesas das Antilhas e da América do Norte afirmaram-se como espaços consumidores do vinho. Note-se que, a partir de finais do séc. XVII, os portos de Pernambuco, Rio de Janeiro e Baía juntaram-se aos de Nova Inglaterra, Nova Iorque, Pensilvânia, Virgínia, Maryland, Bermuda, Barbados, Jamaica, Antígua e Curaçau como recetores do vinho madeirense. Para a época entre 1695 e 1714, dispomos de informação abundante, nas cartas de W. Bolton, sobre o comércio de vinho Madeira com as Antilhas Inglesas. Assim, regista-se, em 1699, o envio de 270 pipas e, para o período de 1701 a 1714, a chegada de 780 pipas; de 1791 a 1795, temos notícia do envio de 647 pipas. Na primeira metade do séc. XIX, entre 1823 e 1850, são notificadas 298 pipas de vinho madeirense.

Regista-se depois, ainda no séc. XIX, a primeira grande leva da emigração madeirense para o referido arquipélago, que teve como principal motivo a questão religiosa em torno de Robert Reid Kalley. Este pastor protestante e médico instalou-se na Madeira, em 1838, na companhia da mulher, tísica. Na Ilha, dedicou-se ao proselitismo, tornando-se o principal chefe do movimento anglicano, influente sobretudo em Santa Cruz e Machico. Em 1846, perante a oposição do clero tradicional funchalense, abandonou a Madeira, acompanhado por cerca de 3000 madeirenses. O seu destino foram as Antilhas menores (Trindade, Antígua e São Cristóvão). Posteriormente, alguns membros deste grupo instalaram-se no Illinois, nos Estados Unidos da América.

Na segunda metade da déc. de 1840, distingue-se uma segunda fase, consequência da crise vitivinícola. Ante o agravamento da situação, as propostas de trabalho nas colónias britânicas surgiam como uma solução para os colonos ou lavradores. Aqueles que habitavam no Norte da Ilha, deslocavam-se para a cidade, aguardando a ocasião de abandonar a Madeira em direção às Antilhas. Assim, entre

1846 e 1851, pelo menos 7213 madeirenses emigraram, dos quais 610 com destino a Antígua. A interrupção deste movimento migratório, nomeadamente de clandestinos, parece ter ocorrido a partir de 1854, devido à melhoria das condições de vida na Madeira. Mas o interesse em sair não acaba e, nesse mesmo ano, temos notícia da saída de um número significativo de emigrantes para Antígua, situação que se repete em 1857, 1861 e 1864. Neste último ano, regista-se a saída, em fevereiro, de 6 adultos e 12 crianças. Mas, paulatinamente, este destino perde importância, em favor de outros nas Caraíbas e do continente americano. Todavia, em 1912, a imprensa funchalense ainda anunciava as ligações dos vapores da The East Asiatic Company Ltd. para São Tomás, Barbados, Trindade, Demerara, Suriname, Domínica, Santo Eustáquio, São Cristóvão, Antígua, Santa Lúcia, São Vicente e Granada, mas este era já um destino perdido para os madeirenses, que procuravam mais o Brasil ou a América do Norte.

Bibliog.: AUTHORITY OF THE LEGISLATURE OF ANTIGUA, *The Laws of the Island of Antigua. Consisting of the Acts of the Leeward Islands, Commencing 8. Novem. 1690 Ending 21. April 1798, and the Acts of Antigua Commencing 10. April 1668, Ending 7. May 1804. With Prefixed to each Volume, Analytical Tables of the Titles of the Acts, and at the End of the Whole, A Copious Digested Index*, 2 vols., London, Samuel Bagster, 1805; FERREIRA, Jo-Anne Sharon, "Madeiran portuguese migration to Guyana, St. Vincent, Antigua and Trinidad: a comparative overview", *Portuguese Studies Review*, vol. 14, n.º 2, 2006-2007, pp. 63-85; HYAMSON, Albert M., *The Sephardim of England. A History of the Spanish and Portuguese Jewish Community, 1492-1951*, London, Methuen and Co. Ltd., 1951; MESTIER, J. J. E., e TURNER, P. E., "Sugar cane agriculture in St. Kitts. British West Indies sugar technologists", in *Proceedings, 1957 Meeting*, Antigua, s.n., 1957, pp. 80-84; RIBEIRO, João Adriano, *A Emigração para St. Vicente e as Antilhas*, Funchal, Calcamar, 2006; SHERIDAN, R. B., "Letters from a sugar plantation in Antigua, 1739-1758", *Agricultural History*, vol. 31, n.º 3, 1957, pp. 3-23; SIMON, André Louis (ed.), *The Bolton Letters. The Letters of An English Merchant in Madeira: 1695-1715*, 2 vols., London, T. Werner Laurie, 1928; VIEIRA, Alberto, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, CEHA, 2003; *Id.*, "Do lugar, da cidade e do porto do Funchal", *Anuário CEHA*, n.º 5, 2013, pp. 10-177.

† ALBERTO VIEIRA

Antilhas

Por esta designação se entende todas as ilhas da América Central que, a partir do séc. XVII, entram na esfera de domínio e controlo do Império Britânico, com quem a Madeira teve fortes laços comerciais, baseados, de forma especial, no vinho e na emigração de

populações para suprir a falta de mão de obra ou por força da perseguição aos seguidores do Rev. Robert Kalley. Esta mobilidade humana e comercial concretiza-se pelo facto de a Madeira manter uma relação direta com todo o mundo atlântico, desde o séc. xv, por ter sido o primeiro espaço de ocupação europeia, o ponto de partida em termos da ocupação de novos espaços e ilhas, e, por fim, pela sua situação geográfica como base de apoio e de afirmação do império colonial britânico. Aliás, a Ilha serviu de modelo para Portugueses e Castelhanos neste afã povoador dos espaços insulares atlânticos e das Antilhas. Assim, os Castelhanos viram na Ilha a resposta para as dificuldades da sua ação institucional nas pequenas ilhas do Atlântico, como se desprende do desejo manifestado, em 1518, pelas autoridades das Antilhas em resolver a difícil situação das ilhas de Curaçau, Aruba e Margarida, com o recurso ao modelo madeirense de povoamento.

Há uma ligação direta da Ilha às Antilhas, que se perpetua no tempo, por diversas razões. A primeira situação de proximidade é provocada pela expansão da cultura da cana-de-açúcar. Os madeirenses intervêm na sua expansão em Santo Domingo, Cuba e Jamaica. Em 1647, encontramos referência a um capitão francês que pretendia contratar um mestre de açúcar madeirense para a ilha de São Cristóvão. Esta desusada intervenção da Madeira, a partir do séc. XVII, resulta ainda do facto de a sua posição geográfica o permitir, sendo considerada a última etapa antes da chegada às Antilhas. A Madeira estava às portas deste novo mundo e abria-as aos europeus desta rota, o que implicava e facilitava também uma intervenção ativa neste processo, estabelecendo-se pontos entre a Ilha e as Antilhas, em termos comerciais e de movimentos emigratórios. As Antilhas serão, a partir de meados do séc. XIX, a solução fácil para os excedentes populacionais da Ilha que, a partir de então, atuam como emigrantes, muitas vezes com a função de substituir a mão de obra negra, quando, no passado, haviam assumido a posição de negreiros, de lavradores

e de técnicos experimentados nas indústrias ligadas à atividade agrícola. Estes madeirenses que partem na última vaga do séc. XIX são obreiros da situação das Antilhas nos sécs. XX e XXI, tornando-se a sua presença notória em muitas ilhas, expressa através de múltiplas manifestações culturais, donde se destaca a terminologia e a culinária. Por outro lado, parece existir, na maioria destes madeirenses que partem neste século, uma forte consciência da identidade ilhoa, que os mesmos pretendem que seja diferenciadora dos demais Portugueses, afirmando-se como madeirenses e não gostando de ser considerados Portugueses.

As Antilhas: séculos XVII-XIX

São diversas as designações deste grupo de ilhas da América Central. Primeiro, por equívoco de Colombo, ficaram conhecidas por Índias Ocidentais (West Indies); depois, atribuiu-se-lhes a designação indígena, daí Antilhas. Este grupo insular é composto por várias ilhas. O processo europeu de reconhecimento e ocupação destas ilhas começou em 1492, com as três viagens organizadas por Cristóvão Colombo, entre 1492-1493, 1493-1496 e 1496-1500, com o reconhecimento das Baamas, Cuba e Haiti, Jamaica, Trindade e Porto Rico. Todas estas ilhas começaram por ser, em 1492, de domínio espanhol, daí a designação de Antilhas Espanholas, permanecendo algumas nesta situação até à sua independência, a partir de 1865: República Dominicana (1865), Cuba (1898) e Porto Rico (1898).

A partir dos princípios do séc. XVII, começou a disputa pela sua posse, sendo partilhadas com os Franceses, Holandeses e Ingleses. As Antilhas Francesas compreendem Martinica, Guadalupe (arquipélago composto por Grande-Terre e Basse-Terre, La Désirade, Maria Galante e as Ilhas dos Santos), São Bartolomeu e São Martinho (lado francês). As Antilhas Neerlandesas, ou Holandesas, que surgem a partir de 1634, são formadas por dois grupos de ilhas, ficando um a norte das Pequenas Antilhas (Saba, Santo

Eustáquio e São Martinho) e o outro ao largo da costa da Venezuela (Aruba, Bonaire e Curaçau). A presença britânica regista-se aqui a partir de 1612 e afirma-se na segunda metade da centúria. A ocupação das ilhas obedece a interesses estratégicos, comerciais e agrícolas, pois são estes que dão um novo impulso à produção açucareira. Quanto às Antilhas Britânicas, estas incluem: Bermudas, São Cristóvão, Barbados, Jamaica, Baamas, Ilhas Virgens Britânicas, Montserrat, Neves, Angula, Tortola, Santa Cruz, São Vicente, São Tomás, Dominica, Cartagena, Honduras, Trindade.

Neste conjunto de Antilhas pequenas e grandes, regista-se, desde o séc. XVI, o estabelecimento de relações comerciais, relacionadas com o vinho e a emigração, que se processam em duas etapas: no decurso dos sécs. XVI e XVII, onde se destacam técnicos açucareiros para Cuba e Santo Domingo, bem como judeus, vindos da Ilha ou a partir de Pernambuco, e a partir de meados do séc. XIX, período em que se regista outra vaga migratória diretamente da Ilha para as Antilhas Inglesas, com o intuito de substituir os escravos nas plantações, onde se definira uma política de abolição do trabalho escravo, numa forma especial conhecida como *indentured labour*. Esta rota migratória manteve-se entre a Madeira e Antígua, Demerara, Guiana, Granada, Jamaica, Neves, São Cristóvão, São Vicente e Trindade. Para o vinho, as ilhas de Antígua, Barbados, Berbice, Bermudas, Dominica, Curaçau, Dominicana, Honduras, Jamaica, Martinica, Montserrat, Neves, São Tomás, São Cristóvão, São Vicente e Trindade.

Na costa atlântica da América do Sul, temos ainda a considerar a Guiana, partilhada por Ingleses, Franceses e Holandeses, que se enquadra neste grupo das Antilhas. Originalmente, a Guiana Holandesa consistia em três colónias: Essequibo, Demerara e Berbice. Em 1814, os Holandeses entregaram esta região aos Ingleses, que, a partir de 1831, lhe atribuíram a designação de Guiana Inglesa. Entretanto, os Holandeses mantiveram o Curaçau e Suriname. Esta última área, também conhecida como Guiana Holandesa, ficou

subordinada aos Holandeses desde 1667, com o chamado Tratado de Breda, realizado entre a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos e o Reino da Grã-Bretanha, a 31 de julho de 1667, o qual pôs fim à Segunda Guerra Anglo-Holandesa através do controlo de rotas marítimas e do comércio, que decorreu entre março de 1665 e julho de 1667. Relativamente à Guiana Francesa, esta começou por ser um centro de negócios de comerciantes franceses, criado em Sinnamary (1624) e Caiena (1637). Esta última cidade foi ocupada por duas vezes pelos Holandeses (1664 e 1676), sendo legitimada a posse francesa pelo já referido Tratado de Breda.

O comércio do vinho com as Antilhas deve-se a vários fatores. Primeiro, pelo facto de, a partir de meados do séc. XVII, os Ingleses terem escolhido a Madeira como base avançada para os seus interesses expansionistas no Atlântico, funcionando a Ilha como base de apoio e de reorganização das frotas militares e comerciais. Depois, pelo facto de ser um dos poucos vinhos europeus a suportar muito bem as mudanças de temperatura, atuando o efeito do calor como meio de envelhecimento do mesmo. Não deverá ser esquecido que um dos principais problemas da dieta de bordo das tripulações era a falta de vitamina C, que provocava o escorbuto, sendo o vinho um dos antídotos utilizados. Em relação às Antilhas, diz-se que o nome de Curaçau está relacionado com este facto, pois foi aqui que os Portugueses encontraram a cura do escorbuto, dando o nome à ilha.

Comércio

Uma das primeiras intervenções comerciais dos madeirenses nas Antilhas está relacionada com o comércio de escravos. Alguns ilhéus usufruíram de uma posição destacada nos entrepostos do tráfico negreiro em Santiago, São Tomé ou Angola, gozando mesmo, desde 1562, de privilégios especiais na captura de escravos para as suas fazendas ou para venda aos compatriotas que as possuíam. Outros procuravam intervir no rendoso contrabando,

alargando os seus negócios até ao Brasil ou às Antilhas. Fascinados pela aventura destas paragens, muitos decidiram-se por uma intervenção direta, fixando-se em Santiago ou na costa da Guiné, pois que a situação de vizinho era condição obrigatória para participar neste tráfico negreiro.

A comunidade madeirense residente em Santiago deveria ser numerosa, a avaliar pelos testamentos que chegaram às nossas mãos. Destes, merece especial referência o de Francisco Dias, morador na Ribeira Grande, que, pelo testamento de 1599, é apresentado como sendo um dos mais importantes mercadores de escravos empenhados no tráfico com a Madeira e as Antilhas. A permuta baseava-se, pelo lado africano, em escravos, a que se vieram juntar os produtos da terra, como o algodão, milho, cuscuz, chacinas, courama e sal, recebidos a troco de vinho, cereais e artefactos. Francisco Dias foi um, de entre muitos, dos que se lançaram na aventura, fixando morada na Ribeira Grande. Aí, foi escrivão do Almojarifado e mamposteiro-mor da rendição dos cativos, atuando como um ativo agente do tráfico negreiro da costa africana próxima. Todo o empenho de Francisco Dias estava no tráfico com a vizinha costa da Guiné, sendo os cargos de mamposteiro-mor dos cativos e de escrivão do almoxarife mais um meio para reforçar a sua posição. Era mercador e armador com uma rede de negócios, tendo como principais eixos as ilhas (Açores, Cabo Verde e Madeira), a costa da Guiné e as Antilhas Espanholas. Aqui, estávamos perante uma empresa de tipo familiar, onde atuavam, *e.g.*, Álvaro, Diogo, João, Jorge e Lopo Fernandes. Este João Fernandes, filho de Álvaro Fernandes, morreu, ainda jovem, quando se encontrava em missão comercial na costa da Guiné, deixando os seus negócios entregues ao tio. Do outro lado do Atlântico, nos contactos com os mercados negreiros das Antilhas, representavam-no Manuel Diogo Cavalheiro, Álvaro Dias, Mariscal e Diogo Cavalheiro das Honduras.

A partir da Madeira, o estreitamento das relações comerciais com as Antilhas inicia-se na

segunda metade do séc. xvii, mas com a intervenção dos Ingleses. A política mercantilista inglesa definiu a hegemonia da burguesia comercial britânica, consolidada, na Madeira, com frequentes tratados luso-britânicos. A par disso, a afirmação do império colonial britânico nas Antilhas, com a ocupação da Jamaica (1654) e das demais ilhas, veio a valorizar a posição da Madeira como porto de escala e fornecedor de vinho e, mais tarde, de emigrantes.

Com Oliver Cromwell, definiu-se um mercado de monopólio para a burguesia comercial inglesa, no qual a Madeira será um das pedras-base do processo. As leis inglesas de navegação de 1651, 1660, 1663 e 1665 definiram os contornos desta política mercantilista ao estabelecerem que todos os produtos entrados nos portos das colónias britânicas deveriam ser feitos sob pavilhão inglês. Assim, de acordo com a ordenança de 1663, as ilhas dos arquipélagos da Madeira e dos Açores detinham o exclusivo do fornecimento de vinho às colónias inglesas na América, África e Ásia. Foi assim que Barbados suplantou os portos brasileiros e angolanos no consumo do vinho Madeira, ainda no séc. xvii. Os dados da exportação para o ano de 1699 são esclarecedores desta mudança. Num total de 4987 pipas, temos as Antilhas em primeiro lugar, com 1303. Aqui, o protagonista deste tráfico é o comerciante inglês, sendo William Bolton o primeiro a definir os contornos desta realidade. Note-se que, de acordo com os registos de saída da Alfândega do Funchal entre 1650 e 1699, as embarcações inglesas dominam, de uma forma esmagadora, o comércio. A correspondência comercial de William Bolton para o período de 1696 a 171 é o testemunho do porto do Funchal como entreposto nas ligações e atividade com as Antilhas Inglesas.

Ao vinho que seguia para Lisboa, junta-se outro, de embarque direto no Funchal pelos navios ou armadas. Em 1664, uma armada francesa com destino às Antilhas foi provida de 40 pipas. O vinho era conhecido como de beberagem, pelo que, segundo a tradição, estava

isento de direitos. Ao longo do séc. xviii, vários comboios que se dirigiam às Antilhas passavam pela Madeira, onde tomavam grandes quantidades de vinho, destacando-se o de dezembro de 1744, com 33 navios, e o de 1788, com 70 navios, que carregou 2000 pipas de vinho, a que se juntou outro, em outubro de 1799, com 60 navios, que carregou 3041 pipas. Em 1788, um comboio de 70 navios carregou 2000 pipas e outro, no ano seguinte, saído de Portsmouth com destino às Índias Ocidentais, comandado por Roger Curtis, com 96 navios, carregou 3041 pipas e meia pipa. Entre 16 e 21 de setembro de 1805, a frota das Antilhas, composta por 52 navios, lançou âncora. Depois, de 29 de setembro a 3 de outubro, atracaram no porto do Funchal as 60 embarcações da frota das Índias (17 navios mercantes e numerosos transportes). Os registos de saída da Alfândega do Funchal no séc. xix assinalam a saída de vinho para gasto de embarcações estrangeiras. As colónias inglesas das Antilhas e da América do Norte foram o objetivo e o vinho o principal negócio.

O vinho, que até então tinha como destino exclusivo o Brasil, passou também a ser conduzido para os novos mercados, que assumiram um lugar dominante a partir de finais da centúria. Aos portos de Pernambuco, Rio de Janeiro e Baía vieram juntar-se os de Nova Inglaterra, Nova Iorque, Pensilvânia, Virgínia, Maryland, Bermudas, Barbados, Jamaica, Antígua e Curaçau. No período de 1686 a 1688, das 688 pipas entradas em Boston, registam-se 266 da Madeira e 421 do Pico. Esta situação espelha uma realidade que marcará o comércio nas centúrias seguintes: os açorianos abasteciam, preferencialmente, os portos da América do Norte, levados pelo rumo dos baleeiros, enquanto os madeirenses faziam incidir os seus contactos nas Antilhas Inglesas e Francesas.

Para a Madeira, a já referida correspondência comercial de William Bolton para o período de 1696 a 1714 permite reconstituir parte desse circuito comercial que dominou no séc. xviii. Aqui, é evidente a definição de um circuito comercial hegemónico, delimitado pelos portos ingleses e das colónias

da América Central e do Norte. As Antilhas (Curaçau, Barbados, Antígua, Nevis, Jamaica e Bermudas) surgem com uma posição destacada na importação de vinho, com 5005 pipas. William Bolton é o primeiro mercador inglês a enquadrar-se neste espírito, podendo a sua atividade comercial ser acompanhada através das cartas que nos deixou.

Para as colónias inglesas das Antilhas, o vinho era o seu objetivo e principal negócio. O inglês John Ovington, que visitou a Madeira em 1689, afirma que “num cálculo modesto, a produção anual de vinho pode ser calculada em vinte mil pipas, sendo este número totalmente gasto. Pensa-se que oito mil serão bebidas na ilha, três ou quatro despendidas no tratamento ou melhoramento (através de aguardente destilada) e o restante exportado, principalmente para as Índias Ocidentais, especialmente Barbados, onde tem mais aceitação que os outros vinhos europeus” (ARAGÃO, 1981, 198). Um dos primeiros intervenientes neste negócio foi precisamente William Bolton. Sabemos da sua ação comercial com estas Índias através das já referidas cartas comerciais disponíveis, para o período de 1696 a 1714. Os navios saíam de Bristol, Dublin e Londres e, após escala no Funchal, seguiam para Antígua e Barbados.

Destino	1696-1700	1701-1714
Antígua	780	-
Curaçau	550	520
Barbados	2260	5055
Jamaica	660	8033
Martinica	-	170
Monserate	-	320
Neves	225	160
São Tomás	-	60
São Cristóvão	-	150
Total	4475	14.468

Fig. 1 – Tabela com a quantidade de vinho Madeira exportada (em pipas) (1696-1714) (VIEIRA, 2003, 349).

Para o período de 1780 a 1801, destaca-se a Jamaica como centro de redistribuição nas Antilhas:

Destino	Pipas
Antígua	585
Barbados	4582
Bermudas	90
Demerara	743
Granada	2885
Jamaica	19.676
São Tomás	20
Trindade	20
São Cristóvão	877
Santa Cruz	2748
Tobago	358
Santo Eustáquio	743
Índias Ocidentais	4850
São Vicente	345
Martinica	1482
Domínica	1184
Honduras	32
Neves	65
Curaçau	32
Santo Domingo	395
Monserate	191
Berbice	10
Tortola	1
Total	41.914

Fig. 2 – Tabela com a quantidade de vinho Madeira exportada (1780-1801) (VIEIRA, 2003, 474-483).

O momento de apogeu da exportação do vinho Madeira para estes mercados situa-se entre finais do séc. XVIII e princípios do séc. XIX, altura em que a saída atingiu a média de 20.000 pipas. Mais de dois terços do vinho exportado destinavam-se ao mercado colonial americano, de que se destacam as Antilhas. Para o período de 1780-1799, a Ilha exportou 210.057 pipas, sendo 103.703 para as Antilhas. Duarte Sodré Pereira, governador e capitão da Madeira, comprometido com o comércio atlântico, dá-nos conta da situação do mercado

no séc. XVIII. De acordo com o copista da sua correspondência, aquele esteve envolvido no comércio com Inglaterra, Lisboa, Estados Unidos da América, América Central (Barbados, Jamaica e Curaçau) e Brasil.

As várias casas de vinhos inglesas mantinham laços estreitos com estas ilhas. Assim, por exemplo, a casa Phelps Page & Co. tinha uma rede de agentes, com especial incidência na Jamaica. Do mesmo modo, D. Guiomar de Sá de Vilhena troca vinho por cereais na Jamaica, Suriname e Santo Eustáquio. A firma Cossart Gordon & Co. manteve igualmente um comércio ativo com estas ilhas, de forma que, entre 1823 e 1834, regista-se:

Destino	Almudes
Jamaica	30.633,45
Demerara	7711,75
Barbados	3497,75
Santa Cruz	2183
São Vicente	1995,50
São Tomás	1879,5
Domínica	520
Cartagena	455
Honduras	416
Berbice	335, 25
Trindade	104
Bermuda	52
São Cristóvão	12
Índias Ocidentais	30
Total	49.825,2

Fig. 3 – Tabela com a quantidade de vinho Madeira exportada (1823-1834) (VIEIRA, 2003, 493-521).

Observação: Um almude equivale a 13 canadas, sendo que uma pipa de exportação continha 23 almudes.

Muitas vezes, o retorno destas ilhas resumia-se a pipas vazias da Jamaica ou a carne de vaca, manteiga e farinha de Barbados.

Entre 1831 e 1850, estas ilhas continuaram a receber importantes quantidades de vinho Madeira, o que significa igualmente que

funcionariam como centros de redistribuição no Caribe. Só assim se justificam as 3464 pipas da Jamaica e as 2179 de Trindade.

Destino	Pipas
Antígua	341
Barbados	613
Granada	204
Jamaica	3464
São Vicente	465
São Cristóvão	196
São Tomás	354
Trindade	2179
Santa Cruz	237
Índias Ocidentais	1871
Total	9924

Fig. 4 – Tabela com a quantidade de vinho Madeira exportada (1831-1850) (VIEIRA, 2003, 522-530).

Para o séc. XIX, continuam a afirmar-se esta posição e interesse pelo vinho Madeira, no vasto universo insular das Antilhas. Assim, para o ano de 1843, temos:

Destino	Pipas
Antígua	37
Barbados	146
Bermudas	1
Demerara	94
Granada	29
Jamaica	608
São Cristóvão	45
São Tomás	23
Trindade	24
Nassau	15
Neves	4
Tobago	9
Total	1035

Fig. 5 – Tabela com a quantidade de vinho Madeira exportada (1843) (VIEIRA, 2003, 527-529).

É evidente a afirmação do mercado das Caraíbas, dominado pelas colónias inglesas, com especial destaque para a Jamaica e Barbados. O centro de consumo estava nas Antilhas: o vinho Madeira era a bebida alcoo-lizada mais difundida. Bebia-se geralmente no *sangaree*, mistura de vinho, água e sumo de limão. Para os Ingleses, se o Porto é o vinho da metrópole, o Madeira é o vinho das Antilhas, mas também o das Índias. Este vinho corria nos serões de quase todas as ilhas, mas, em especial, na Jamaica, Barbados, Martinica, Santa Cruz, Santo Eustáquio e São Vicente.

Emigração

Desde o séc. XVI que notamos a presença de madeirenses nestas ilhas, seja como técnicos açucareiros, seja como agentes do tráfico negreiro. Contudo, a sua presença torna-se mais evidente numa segunda fase, quando a emigração madeirense atingiu o seu auge, na déc. de 40 do séc. XIX, tendo, para isso, em muito contribuído a perseguição aos protestantes (1844-1846), a crise do comércio do vinho Madeira, principal sustento das populações, a partir de 1830, e a fome que alastrou a toda a Ilha, em 1847.

Entre 1834 e 1872, saíram da Ilha mais de 30.000 madeirenses, com destino ao Brasil e às Antilhas. Só a ilha de Demerara recebeu, entre 1841 e 1889, cerca de 40.000, enquanto o Havai, entre 1878 e 1913, atraiu mais de 20.000, na primeira grande leva da emigração madeirense para este destino, sendo, na centúria oitocentista, o principal motivo a questão religiosa em torno do Rev. Robert Kalley, pastor protestante e distinto médico que se fixara na Madeira em 1838, com o intuito de encontrar cura para a tuberculose da sua mulher, e que se tornou no principal chefe do movimento anglicano, arrastando consigo as gentes de Santa Cruz e Machico. As hostilidades, originadas pelo clero tradicional do Funchal, levaram à sua saída forçada em 1846, acompanhado de perto de 3000 madeirenses: 945 em navios

portugueses e 2054 em ingleses. A 23 de agosto, 200 embarcaram no navio *William*. Primeiro, dirigiram-se às Antilhas menores (Trindade, Antígua e São Cristóvão) e daqui alguns passaram a Illinois, na América do Norte. Esta situação ia ao encontro dos interesses britânicos, uma vez que a abolição da escravatura tornava imprescindível o recrutamento de mão de obra livre.

A segunda fase desta diáspora, mais importante do que a primeira, surge a partir de 1847, como resultado da grave crise vitivinícola. Perdidas as esperanças de uma imediata recuperação do mercado do vinho, o colono ou lavrador deixou-se aliciar pelas propostas enganosas de trabalho e bem-estar nas colónias britânicas. Um facto interessante, nesta conjuntura de fuga à fome, é que o movimento se retrai na época das vindimas, entre agosto e outubro, *i.e.*, no momento em que era maior a procura de mão de obra na Ilha. Na déc. de 50, irremediavelmente perdida esta única fonte geradora de trabalho, o madeirense só tinha uma saída: a emigração. As gentes do Norte abandonaram as terras e os seus miseráveis casebres, dirigindo-se à cidade, onde esperavam uma oportunidade para o salto até às promissoras Antilhas. Em 1854, dá-se uma paragem no movimento, nomeadamente de clandestinos, mercê de uma melhoria das condições da Ilha, propiciada pela iniciativa dos governadores civis. O fim do tráfico negreiro obrigava à procura de novas soluções e esta era uma delas, certamente a mais eficaz. Na déc. de 70, o fenómeno emigratório ganha novo vigor. Para isso, contribuíram o acelerar da crise económica e o reforço das promessas aliciadoras. Também as doenças que atacaram a cultura da vinha (o oídio, em 1852, e a filoxera, em 1872) deitaram por terra a única esperança económica dos madeirenses. Desta vez, o rumo é diferente: as ilhas Kanaka (Sanduíche ou Havai).

Entre 1841 e 1889, Demerara manteve uma posição dominante enquanto destino da emigração madeirense, tendo recebido 36.724 emigrantes. Tais números dão conta

de dois momentos da emigração para Demerara, a déc. de 40 e as décs. de 70 e 80, coincidindo o último com o aparecimento de um novo destino, o Havai.

Uma relação dos navios saídos com os emigrantes, no período de 11 de maio de 1854 a 11 de janeiro de 1855, reforça, mais uma vez, a posição dominante de Demerara, registando-se 88 navios para Antígua e 376 para Demerara. Devemos aqui realçar a iniciativa de alguns proprietários e consignatários de navios, como Diogo Taylor e João de Freitas Martins, este último proprietário de três embarcações: *Christina*, *Divina Providência* e *Funchal*. Demerara é, com efeito, nas décs. de 40 e 50, o “Eldorado do madeirense”, disputando esta posição nas décs. de 70 e 80 com o então recém-descoberto paraíso havaiano. Assim, só em 1841 terão partido mais de 4000 madeirenses para Demerara, chegando a comunidade portuguesa a representar mais de 30.000 residentes, maioritariamente da Madeira.

A emigração clandestina é um fator determinante neste movimento para as Américas, dominadas pelas Antilhas e pelo Brasil, que assumem uma posição ímpar. Deste modo, torna-se difícil abalizar o valor numérico desta sangria na população da Ilha. Os números apontados pela imprensa madeirense da época são assaz elucidativos. Assim, de setembro de 1834 a junho de 1852, apontava-se que as saídas clandestinas correspondiam ao dobro das legais, que representavam 18.346 emigrantes. Depois, em 1845-1846, são referenciados 6000 clandestinos. Ainda na Ponta do Sol, no período compreendido entre abril de 1841 e outubro de 1852, outros 500. Note-se que, entre 1851 e 1853, regista-se apenas a saída de 1593 madeirenses com passaporte, quando os dados apontam a chegada de 2299 a Demerara, 281 a Antígua e 16 com a designação Índias Ocidentais, o que prova a importância da emigração clandestina.

Para o período de 1843 a 1866, é possível acompanhar os destinos destes migrantes. Temos, portanto:

Destino	Emigrantes
Jamaica	379
Guiana	22.212
Trindade	725
São Vicente	2546
Granada	631
Antígua	2224
São Cristóvão	1024
Neves	427
Total	30.168

Fig. 6 – Tabela com o número de emigrantes madeirenses estabelecidos em cada destino (1843-1866) (VIEIRA, 1993, 134).

Noutro registo de informação de 1846 a 1847, época de forte emigração madeirense, os destinos são parecidos.

Destino	Emigrantes
Guiana	10.730
Trindade	725
São Vicente	1762
São Cristóvão	85
Granadina	574
Antígua	1068
Dominicana	164
Neves	417
Total	15.525

Fig. 7 – Tabela com o número de emigrantes madeirenses estabelecidos em cada destino (1846-1847) (VIEIRA, 1993, 134).

Mais uma vez, Demerara mantém-se como o principal destino desta emigração legal e clandestina. Em outubro de 1846, dos 16.297 emigrados, 5548 (54%) viajaram sem passaporte. No mesmo ano, aportaram em Demerara 3 embarcações com 547 passageiros clandestinos: a embarcação inglesa *Palmira* conduziu 160, enquanto o brigue português *Visconde de Bruges*, que saíra do Funchal com 25 passageiros, desembarcou 410, e outro bergantim português, *Duas Anas*, 171, quando, no Funchal,

nele haviam embarcado apenas 71 com passaporte. Esta última embarcação, 7 anos mais tarde, rumou ao mesmo destino, levando a bordo 173 passageiros clandestinos. Tais números são suficientemente elucidativos para demarcar a importância que assumiu na Madeira a emigração clandestina, ao mesmo tempo que demonstram a ineficácia da intervenção das autoridades locais no seu controlo.

A disponibilidade de passaportes entre 1872 e 1915 permite acompanhar o movimento para estas ilhas, de forma legal, e, ao mesmo tempo, documentar a sua incidência geográfica. Apenas encontramos dados para as ilhas de Demerara, Antígua, Barbados, Trindade, Granada e São Vicente, sendo a maior incidência em Demerara, com 3732 pedidos de emigração. Pelo contrário, a ilha de Trindade regista apenas 539. A maior incidência registou-se no último quartel do séc. XIX, com 3312 pedidos.

Por alvará de 4 de julho de 1758, fica estabelecida a obrigatoriedade do uso do passaporte, como forma de coibir a saída anómala de gentes da Ilha. Todavia, estavam longe os tempos da grande emigração e de afirmação desta forma de êxodo. Com o alvorecer da emigração para as colónias britânicas, o Governo Civil reclama esta medida moderadora do movimento emigratório. Em 1841, o governador civil chama a atenção ao oficial de visitas do porto para que não permitisse a saída de qualquer embarcação para Demerara, sem antes verificar se os seus passageiros eram portadores do passaporte e da licença respetiva da freguesia que os isentava de qualquer serviço ou encargo. Contudo, só em outubro de 1845 surge o primeiro caso, com o aprisionamento de 31 indivíduos no Porto Moniz, quando estes se preparavam para embarcar no iate *Glória de Portugal*, com destino a Demerara. Perante esta situação, o governador civil mandou publicar um edital sobre a emigração clandestina, alertando os intervenientes e cúmplices para as penas em que incorriam, de acordo com a port. de 19 de agosto de 1842. Pela lei de 25 de maio de 1825, o capitão do navio incorria na pena de 400.000 réis, enquanto os passageiros, de acordo com a lei de 9 de janeiro de 1792, sujeitavam-se a

100.000 réis de multa. Estas medidas não alteraram em nada os planos da emigração clandestina, apenas aumentaram o risco dos seus intervenientes. Um exemplo disso é testemunhado em janeiro de 1846, quando o oficial do registo da Alfândega encontrou, a bordo do bergantim *Claudine*, com destino a Demerara, cinco passageiros sem passaporte. Passados 2 meses, também o administrador do concelho do Funchal surpreendeu, nos Piornais, 88 pessoas que pretendiam embarcar clandestinamente para a barca inglesa *Newilla*.

Até 1866, são frequentes as referências à intervenção de embarcações de cabotagem no apoio a este tráfico clandestino. A costa do Caniço, na Ponta do Pargo, oferecia enseadas adequadas a tal tipo de abordagem. O contacto com as embarcações de saída fazia-se, habitualmente, a partir do Caniço, Praia Formosa, Paul do Mar e Ponta do Pargo. Na última localidade, foram apresadas, por diversas vezes, embarcações saídas do Funchal com destino a Demerara. Destas, destaca-se, em 1847, o bergantim português *Mariana*, que, após 15 dias de saída do Funchal, ainda se encontrava na Ponta do Pargo, com o pretexto de fazer aguarda. Numa inspeção a bordo, foram encontrados 187 passageiros, dos quais apenas 34 apresentavam passaporte.

As Desertas surgem também como local de apoio a este tráfico clandestino. Aí foram encontrados, por diversas vezes, barcos costeiros a aguardar a passagem dos navios para Demerara. Entre fevereiro de 1845 e abril de 1847, foram aí apresadas duas embarcações que conduziam clandestinos do Caniço para a escuna portuguesa *Eugénia*. O recurso às Desertas e à Ponta do Pargo como locais de receção de clandestinos foi resultado da acentuada vigilância estabelecida para o porto do Funchal e para as áreas circunvizinhas. No início, este serviço de recrutamento de clandestinos para embarque era realizado no Funchal, sendo os emigrantes reunidos num armazém, na R. do Sabão, e, depois, embarcados, pela noite, para bordo das embarcações, porém, a apertada vigilância da Alfândega e a administração do concelho condicionaram a sua dispersão pela

costa sul da Ilha. A intervenção das autoridades desdobrava-se entre um apertado controlo às embarcações que saíam do porto do Funchal e o estabelecimento de um sistema de vigilância de toda a costa e ilhas Desertas. Primeiro, usou-se o barco do contrato do tabaco, depois, estabeleceu-se um serviço de barcos para rondar a costa nas datas próximas da saída de qualquer embarcação. Por outro lado, o administrador do concelho tinha ao seu dispor 12 baionetas para a ronda noturna do litoral da cidade e, em toda a costa da Ilha, contava com o apoio dos cabos da polícia e artilheiros. Em julho de 1846, a saída dum bergantim elucidanos sobre a forma como era ativado este plano de vigilância. O administrador do concelho montava, por seis dias, um serviço de vigilância em toda a costa, contando com o apoio dos regedores, cabos da polícia e de duas embarcações de ronda. A cabal intervenção das autoridades dependia do apoio de uma embarcação de guerra, daí a solicitação, em 1847, de uma escuna de guerra, o que veio a suceder com o envio do brigue de guerra *Douro*. Porém, a falta de dinheiro levou à sua substituição por uma escuna, retomando, em 1853, o anterior tipo de embarcações.

A permanência e a insistência da prática clandestina da emigração atestam a pouca eficácia das medidas proibitivas ou de vigilância e a grande determinação do madeirense, bem como o empenho dos engajadores e seus acólitos. Deste modo, a quebra acentuada do movimento, a partir de 1863, deverá ser apontada não como uma consequência da intervenção repressiva, mas sim como resultado da diminuição da procura de mão de obra nos tradicionais destinos. Daí que, em 1885, estas medidas se tornem necessárias, uma vez que a emigração clandestina começa a fazer-se notar.

Fator determinante no surto da emigração clandestina foi a ação destes engajadores, os principais sustentáculos do movimento. Desde o séc. XVIII que estes atuam na Ilha, pelo que, em 1779, o governador intervém junto do corregedor do Funchal, no sentido de se estabelecer medidas punitivas, sendo preso Álvaro de Ornelas Sisneiro, um desses engajadores.

Todavia, só a partir da déc. de 30 do século seguinte, a ação destes agentes se torna preocupante, uma vez que atacam em todas as frentes, com particular incidência na vertente norte. Para dissimular a sua real intervenção, surgem como adelos ou compradores de vinho. Por meio de cartazes afixados na porta das igrejas, e com a conivência de algumas figuras importantes dos sítios, conseguem aliciar muitos lavradores com a promessa de enriquecimento no Brasil, Antilhas ou Havai. O transporte era, muitas vezes, gratuito e o ilhéu deveria desembolsar apenas 5000 réis para os custos do passaporte, quando, na realidade, a lei previa 4000 réis. Nas décadas de 40 e 50, surgem documentados 15 aliciadores no Funchal, Caniço, São Vicente, Ribeira da Janela, Arco de São Jorge e Ribeira Brava. Para coibir a sua ação, o Governo Civil adotara medidas repressivas, como a prisão e o julgamento, podendo a pena ir até quatro meses de cadeia. Em 1846, *e.g.*, foi preso em São Vicente Manuel José Moniz, que aliciava emigrantes para Demerara. Nesta freguesia, sabemos que atuavam outros, como João Teixeira, Jorge Oliveira e Perpétua de Jesus. A ação dos aliciadores assumia, por vezes, situações rocambolescas: em julho de 1851, João Pestana, sapateiro, movera um auto contra Francisco, o poeta, por induzir e aliciar a mulher e o filho a emigrarem para Demerara; em agosto do mesmo ano, João Vieira ignorava a mulher e filhos e entrega-se às promessas aliciadoras de Demerara; em 1853, uma mãe abandona duas crianças em São Jorge, enquanto uma rapariga de Boaventura foge para o Funchal, aliciada por Joaquim A. dos Reis.

A política de emigração das autoridades locais define-se por duas formas de intervenção: o combate à emigração clandestina e a ação perniciososa dos engajadores, com medidas severas aplicadas a todos os infratores. Neste caso, incluía-se, ainda, o reforço de vigilância da costa madeirense. Depois, foi a procura de soluções conjunturais, capazes de travar o movimento de fuga, com a fixação das gentes à terra ou com a tentativa de desvio para regiões do reino e colónias em vias de colonização. Estas medidas não foram suficientes para frenar

o movimento emigratório, tanto legal como clandestino. A situação da Ilha continuava a ser difícil, pelo que ninguém estava capacitado para resistir às propostas risonhas dos aliadores. Deste modo, houve necessidade de declarar guerra a este movimento, procurando atacá-lo em todas as frentes.

Desde 1758, ficara estabelecido que nenhum madeirense poderia sair da Ilha sem o respetivo passaporte. Havia uma tradição de medidas limitativas, raramente recordadas e postas em prática. A elas recorria a Câmara do Funchal, em 1847, respondendo a uma circular de José Silvestre Ribeiro. Aí se recorda que a melhor providência estava na vinculação do povo à terra que o viu nascer. Na verdade, foi com este governador que se estabeleceu uma política pragmática de combate à emigração. O seu aspeto mais interessante não é o apelo a medidas punitivas à saída dos emigrantes, como reclamava o município funchalense, mas sim a definição de medidas capazes de inibir as gentes a esta fuga desesperada. Era preciso encontrar soluções para debelar a fome e empregar o máximo de força de trabalho inativa. Neste último caso, tivemos o plano de obras de construção civil, de acordo com o novo plano viário. A ação psicológica foi outra das armas utilizadas pelo governador para convencer os madeirenses a permanecerem na Ilha.

Através de manifestos, divulgados pelos administradores do concelho e afixados nas portas das igrejas ou impressos em folhas volantes nos jornais, o governador fazia uso dos seus dotes literários para apelar ao sentimento dos seus súbditos. Num manifesto distribuído em agosto de 1852 pelo *Clamor Público*, é bastante evidente este apelo heroico: “Moradores das freguesias rurais! Não abandonais a vossa terra! Não fujais desses campos que vossos pais regaram com o seu suor! Não deixeis o teto das vossas moradas, onde nasceram vossos filhos! Não volteis as costas à vossa risonha ilha! Lembrai-vos que perdeis Pátria! Trazei à lembrança que muitas vezes tendes recolhido abundantes frutos, em recompensa às Vossas fadigas! E que não convém ceder aos primeiros golpes de adversidade” (VIEIRA, 1993, 122).

Foram poucos os que entenderam a oratória do governador, secundados pelos incessantes apelos dos administradores do concelho ou pelos vigários das freguesias no sermão dominical. Aliás, é o mesmo governador o primeiro a reconhecer a necessidade de medidas práticas e eficazes: “A fatal tendência dos madeirenses para a emigração deve ser atalhada, principalmente por meios indiretos. Se os proprietários se lembrarem um dia de ir residir entre os seus caseiros, para os guiarem com ilustrados conselhos [...] a infeliz sorte dos habitantes dos campos melhorará consideravelmente, e eles ganharão afeição à terra do seu país, repetindo indignados as pérfidas sugestões de ímpios e desalmados embusteiros que os arrasta hoje para países longínquos” (*Id., Ibid.*). Uma das suas grandes preocupações era o combate à política de engajamento feito por estranhos.

O combate aos engajadores é antigo, sendo documentado desde 1780, altura em que foi processado o comandante de um navio inglês que havia levado clandestinamente a bordo 12 portugueses. Esta política implacável contra os engajadores continuou na centúria seguinte. Assim, em 1842, perante a saída massiva de madeirenses, ficou estabelecido, por port. de 19 de agosto e de dezembro de 1842, avançar com medidas de vigilância e de penalização dos mestres de navios. Ainda de acordo com a lei de 20 de julho de 1855 e a port. de 27 de julho de 1857, o comandante do navio era obrigado a prestar uma fiança de 400 réis e a apresentar, no prazo de seis meses, um documento das autoridades ou do cônsul do porto de destino, tendo igualmente de indicar o número de passageiros desembarcados. O passaporte era uma das exigências obrigatórias para todos os que desejassem sair, contudo, nem todos tinham direito a ele, sendo negado a menores e mancebos. Desde 25 de setembro de 1841, deveria juntar-se a este um documento de freguesia referindo que o possuidor estava livre de encargos e serviços. É dentro desta opção que deverá ser entendida a guerra, sem tréguas, das autoridades aos agentes da emigração e aos seus colaboradores, como sejam os mestres de navio e barqueiros. A saída de qualquer

emigrante só podia ser feita com passaporte, concedido a todos de maior idade, ficando excluídos os de 13 a 25 anos, abrangidos pela lei do recrutamento militar, e os mancebos.

Todavia, era grande a apetência para o recurso à emigração clandestina, sujeitando-se os interessados a inúmeras privações para alcançar o barco que os levaria a promissoras terras do outro lado do Atlântico. A grande preocupação das autoridades centrava-se no combate à emigração clandestina, que se desenvolvia em duas frentes: por um lado, a condenação dos engajadores e seus colaboradores, e, por outro, a definição de um plano de vigilância em toda a costa da Ilha, procurando evitar-se a fuga dos clandestinos. O grande movimento de combate ficou reservado para as décadas de 40 e 50 do séc. XIX. Os casos sucedem-se com frequência e a atenção das autoridades foi reforçada, no sentido de evitar a fuga generalizada das gentes. Durante estas duas décadas, sucederam-se medidas repressivas, bem como o aprisionamento dos intervenientes, fossem engajadores ou mestres de navios.

O cerco aos navios que entravam e saíam no porto do Funchal era permanente. Assim, para além do constante patrulhamento do mar madeirense e do alerta passado a todas as freguesias costeiras, as embarcações sujeitavam-se a um controlo apertado. Deste modo, estava proibido o contacto com qualquer navio mercante ou de guerra fora do porto. Além disso, em 1879, recomendava-se às embarcações com emigrantes que saíssem do porto durante o dia.

As embarcações inglesas, que tocavam, com assiduidade, o porto do Funchal com destino aos locais de emigração, eram os alvos preferenciais para a saída dos clandestinos. Por essa razão, em 1845, o governador civil deu conhecimento ao cônsul inglês de tais medidas proibitivas. Todavia, em 1848, foi apresado na Ponta do Pargo o bergantim inglês *Rowlay*, com 16 clandestinos a bordo, correndo, por isso, um litígio entre o Governo Civil e o Consulado. O primeiro, através da administração do concelho e com o apoio dos cabos de polícia, regedores e forças militares, estabeleceu um

plano de vigilância da costa e do mar circunvizinho, até às Desertas, a ser ativado no momento de embarque no Funchal, através de uma visita a bordo, sendo depois reforçado a partir do momento da saída da embarcação do porto. Entre março e julho de 1846, foram gastos 86\$695 réis com os barcos de ronda da costa. Por todo o ano de 1847, os barcos mantiveram-se em ação, tendo-se afirmado como um freio à emigração clandestina, o que levou a solicitar-se a presença de nova embarcação, não se sabendo, porém, ao certo se veio a concretizar-se.

Não obstante estas medidas, a emigração clandestina continuava a ser uma realidade, não se esgotando aqui as oportunidades para controlar a saída dos madeirenses. Assim, a uma propaganda aliciadora por parte dos agentes, nomeadamente os cônsules brasileiro e inglês, contrapunha-se outra de alguns jornais e das autoridades que desmitificavam as esperanças do Eldorado. O debate teve início em 1841, resultado de uma proclamação do administrador geral, Domingos Olavo Correia de Azevedo, que, a determinado passo, referia que “Demerara [...] é uma possessão inglesa, cujo clima por extremo ardente e doentio, terminara em pouco tempo, com a existência da maior parte dos emigrantes que para ali vão, e onde estes infelizes, reduzidos, durante sua vida, a uma situação desesperada, vendo-se em total desamparo, e privados de meios de regressarem, se sujeitam a uma sorte tão cruel como a que em outro tempo ali experimentavam escravos negros” (*Id., Ibid.*, 126). A isto juntaram-se cartas de alguns emigrantes nas quais estes testemunham a ilusão das promessas feitas, apontando as condições difíceis em que viviam os madeirenses em Demerara. A todos responde Diogo Taylor, cônsul inglês e agente da emigração para estes destinos. À campanha, associaram-se outros jornais, sendo de realçar o *Echo da Revolução*, o *Correio da Madeira* e o *Progressista*, onde este movimento emigratório surge sob o epíteto de “escravatura branca”. De acordo com o cônsul português em Demerara, os emigrantes “são tratados como verdadeiros escravos, e mesmo pior do que são os negros da

costa d'África" (*Id., Ibid.*). A resposta a esta carta não se fez esperar pela voz do cônsul inglês Diogo Taylor, que realça os mútuos benefícios da emigração. A isso adicionava-se o testemunho abonatório de um grupo de portugueses residentes na Guiana Inglesa. Em oposição a este último testemunho, há registos de cartas de Demerara a dar conta da dura realidade da vida dos emigrantes. No primeiro destino, muitos madeirenses sucumbiram com febre-amarela. Para combater esta campanha contra a emigração, os agentes do Brasil e as colónias inglesas travaram uma luta sem tréguas. Para além dos desmentidos constantes, não se cansavam de anunciar os seus projetos aliantes, devendo-se incluir, neste caso, a propaganda feita em *O Imparcial* e na *Revista Semanal*. A esta situação, acresciam ainda os folhetos de promoção da emigração.

Na segunda metade do séc. XIX, a imprensa insular deu desmesurado realce às consequências do surto emigratório. Sob a forma de notícia ou de trabalho de opinião, esta é uma preocupação central nas suas colunas, que se situa a dois níveis distintos: de um lado, os anúncios e descrições ou testemunhos laudatórios dos principais destinos de emigração; do outro, a opinião e os testemunhos reprovativos, apelando a uma intervenção das autoridades. Adensasse o número de colunas dos periódicos *O Progressista* (1852-1854) e *A Ordem* (1852-1856). Neste contexto, a problemática da emigração para as terras ocidentais, no período de 1833 a 1873, marcou acesa discussão pública nos jornais que então se publicavam, ou nas Cortes, pela voz dos madeirenses aí representados. *O Progressista*, porta-voz do Partido Regenerador, é o periódico que dedica maior atenção à problemática da emigração, considerando Demerara e o Brasil como matadouros. Para os seus editores, o importante era travar o movimento emigratório, pelo que são frequentes os trabalhos de opinião, sob pseudónimo, a apelar a uma intervenção eficaz das autoridades locais, usando como ponto de referência a intervenção de 1847.

Na déc. de 50, testemunhos de vária índole atestam a ineficácia das autoridades locais

em coibir essa prática de emigração clandestina, acusando quer o administrador do concelho, quer o juiz eleito da Ribeira Brava, por não corresponderem ao estipulado nas leis de 1839, 1842, 1843 e 1849. O julgamento de 29 de fevereiro de 1852 de alguns aliciadores e barqueiros, comprometidos com a emigração clandestina, é motivo de regozijo no jornal. O ano de 1854 terá sido terrível para os madeirenses, permanentemente ameaçados pelo espectro da fome, pelo que a emigração, de acordo com o mesmo periódico, não resulta de ambição, mas da miséria dos colonos e da ineficácia do Governo. Em 1855, por iniciativa de três madeirenses, a embarcação *Charles Keen* conduziu 300 colonos a Demerara.

Entre 1841 e 1846, *O Defensor* faz eco da intervenção do administrador geral do Funchal, Domingos Olavo Correia Azevedo. A reação dos principais interessados neste movimento promotor da emigração não se faz esperar. Assim, intervém Diogo Taylor, agente de emigração para a Guiana Inglesa. O primeiro refere, a propósito, que "Parece que a cidade do Funchal se converteu de repente numa grande feira de escravos brancos, destinados a irem perecer no clima mais infecto dos domínios britânicos – Demerara" (*Id., Ibid.*, 129), alertando mais adiante que "A emigração para Demerara é uma infame lotaria cujos bilhetes contendo raríssimas sortes em preto são comprados com as vidas dos nossos concidadãos" (*Id., Ibid.*).

Um dos aspetos que podemos assinalar com a emigração para Demerara, certamente o principal destino nesta época, é a questão do retorno, com forte impacto na sociedade local. O madeirense retornado deste destino passava a ficar conhecido como "o demerarista", porque emigrante em visita ou regressado de Demerara. Assim, em 1853-1854, Isabella de França registava alguns casos de sucesso nessa vaga migratória. Numa das suas visitas à freguesia do Monte, descreve, a certa altura, ter visto "uma bela casa construída por um vilão que havia emigrado para Demerara e voltou rico, como tantos: deixam a terra natal sem outra coisa mais que uma camisa e calças, e carapuça na cabeça, e descalços, e regressam com

seu colete de cetim e corrente de ouro, chapéu alto e botas de verniz” (FRANÇA, 1970, 9). Também o médico inglês Dr. Dennis Embleton, que visitou e testemunhou a Madeira entre 1880 e 1881, afirma que “Many country people have been abroad, made money, and returning, have bought land and settled [Muita gente da terra esteve fora, enriqueceu, e, ao regressar, comprou terra e assentou]” (EMBLETON, 1882, 31).

Por fim, registre-se que os madeirenses levaram para estas ilhas muitas das suas tradições e hábitos alimentares. O facto de a Madeira exportar cebolas, *e.g.*, deve-se ao facto de estas serem solicitadas pelos madeirenses para a sua dieta alimentar, que, segundo os registos de alguns observadores ingleses, se baseava em semilhas e cebola. Em 1843 e 1845, sabemos da chegada a Demerara de 162 caixas de batata comum e de 1000 arrobas de cebola, contando-se já 100 milheiros em 1851. Esta situação persiste em 1904 e 1910, com novo envio de cebola para Barbados.

Não podemos igualmente esquecer as relações que se estabeleceram em torno da cana-de-açúcar. Em 1855, a Madeira recebeu, de Antígua, 294 barris de açúcar. Demerara, em finais do séc. XIX, e Barbados, de 1902 a 1905, abastecem com melaço o engenho do Hinton, no Funchal, acompanhando as diversas variedades de cana, quando se pretende restabelecer a cultura na Ilha. Em 1847, temos a variedade Bourbon de Caiena e, em 1903, outras variedades de cana (B208 e B147) de Barbados e a cristalina do Haiti.

Bibliog. impressa: ALEXANDER, James Edward, *Comprising Visits to the most Interesting Scenes in North and South America, and the West Indies. With Notes on Negro Slavery and Canadian Emigration*, London, Richard Bentley Publisher, 1833; ARAGÃO, António (coord.), *A Madeira Vista por Estrangeiros. 1455-1700*, Funchal, DRAC, 1981; ARBELL, Mordechai, *The Jewish Nation of the Caribbean: the Spanish-Portuguese Jewish Settlements in Caribbean and the Guianas*, Jerusalem/New York, Gefen Publishing House Ltd., 2002; ASPINALL, Algermon Edward, *The British West Indies: Their History, Resources and Progress*, London, I. Pitman & Sons Ltd., 1912; AYALA, Cesar J., *American Sugar Kingdom. The Plantation Economy of the Spanish Caribbean (1898-1934)*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1999; AZEVEDO, Álvaro Rodrigues de, *A Família do Demerista: Drama em Um Acto*, Funchal, Typ. do Funchalense, 1859; BAPTISTA, Elina Correia, *Emigração e Teatro em Portugal no Século XIX. Retratos da Madeira e de Madeirenses*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; BARRATT, Peter, *Bahama Saga: the Epic Story of the Bahama Islands*, Indiana, Authorhouse Publishers, 2003; BATES, Lindon Wallace, *The Path of the Conquistadores: Trinidad and Venezuelan Guiana*, Boston, Houghton Mifflin Co., 1912; BELL, Herbert C., *Studies in the Trade Relations of the British West Indies*

and North America. 1763-1773, 1783-1793, California, The English Historical Review, 1917; BÉSSON, Gerard, e BRERETON, Bridget, *The Book of Trinidad, Port-of-Spain, Paria Publishing*, 1992; BLACKBURN, William Maxwell, *The Exiles of Madeira*, Philadelphia, Presbyterian Board of Publication, 1860; BORDE, Pierre-Gustave-Louis, *The History of the Island of Trinidad under the Spanish Government*, 2 vols., Paris, Maisonneuve et Cie., 1876; BRANCO, Fernando Castelo, “Subsídios para a história do protestantismo na Madeira: o caso Kalley”, in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. II, Funchal, DRAC, 1990, pp. 1338-1362; CARDOSO, Agostinho, *O Fenómeno Económico-Social da Emigração Madeirense*, Funchal, Junta Geral do Funchal, 1968; CORVO, João de Andrade, *O Alliciador; o Astrólogo*, Lisboa, Typ. Universal, 1859; COSME, João, “Nótulas sobre a emigração madeirense na segunda metade do século XIX”, *Isleña*, n.º 41, jul.-dez. 2007, pp. 41-58; EMBLETON, Dennis, *A Visit to Madeira in the Winter 1880-81. Two Lectures Delivered before the Members of the Literary and Philosophical Society of Newcastle-upon-Tyne, on the 17th and 19th of October 1881*, London, J. and A. Churchill, 1882; FERREIRA, Jo-Anne Sharon, “The Portuguese of Trinidad”, in BÉSSON, Gerard, e BRERETON, Bridget (orgs.), *The Book of Trinidad*, Port-of-Spain, Paria Publishing Co. Ltd., 1992, pp. 263-269; *Id.*, *The Portuguese of Trinidad and Tobago. Portrait of An Ethnic Minority*, Saint Augustine, Institute of Social and Economic Research – University of the West Indies, 1994; *Id.*, “Do Atlântico às Antilhas: o caso da Trinidad”, *Isleña*, n.º 19, jul.-dez. 1996, pp. 95-107; *Id.*, *The Portuguese Language in Trinidad & Tobago. A Study of Language Shift and Language Death*, Dissertação de Doutoramento em Línguas e Linguísticas apresentada à University of the West Indies, Saint Augustine, texto policopiado, 1999; *Id.*, “Madeiran immigration to Trinidad during the 20th century”, in *Imigração e Emigração nas Ilhas*, Funchal, CEHA, 2001, pp. 123-144; *Id.* “Madeiran portuguese migration to Guyana, St. Vincent, Antigua and Trinidad: a comparative overview”, *Portuguese Studies Review*, vol. 14, n.º 2, 2006-2007, pp. 63-85; FRANÇA, Isabella de, *Jornal de Uma Visita à Madeira e a Portugal. 1853-1854*, Funchal, JGDAF, 1970; FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1979; GUICHARD, François, “La place de Madère dans l’histoire du protestantisme lusophone (XIX^e-XX^e siècle)”, in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1993, pp. 585-595; HIGGS, David (ed.), *Portuguese Migration in Global Perspective*, Toronto, Multicultural History Society of Ontario, 1990; THE HISTORICAL SOCIETY OF TRINIDAD AND TOBAGO, “A petition from certain portuguese colonists to the governor of Trinidad. 1835, publication n.º 796”, in HODGSON, Studholme (org.), *Truths from the West Indies. Including A Sketch of Madeira in 1833*, London, W. Ball, 1838; *Id.*, “A petition from Josef da Costa, a portuguese, to the governor of Trinidad. 1835, publication n.º 797”, in HODGSON, Studholme (org.), *Truths from the West Indies. Including A Sketch of Madeira in 1833*, London, W. Ball, 1838; LAURENCE, Keith O., “The establishment of the portuguese community in British Guiana”, *Jamaica Historical Review*, vol. 5, nov. 1965, pp. 50-74; *Id.*, *Immigration into the West Indies in the 19th Century*, Saint Lawrence, Caribbean Universities Press, 1971; MENEZES, Mary Noel, “Some preliminary thoughts on portuguese emigration from Madeira to British Guiana”, *Kyk-over-Al*, n.º 30, dez. 1984, pp. 43-46; *Id.*, *Scenes from the History of the Portuguese in Guyana*, London, M. N. Menezes, 1986; *Id.*, “The madeiran portuguese and the establishment of the Catholic Church in British Guiana: 1835-98”, in JOHNSON, Howard (org.), *After the Crossing. Immigrants and Minorities in Caribbean Creole Society*, London, Frank Cass & Co., Ltd., 1988; *Id.*, “Os Portugueses da Madeira e o estabelecimento da Igreja na Guiana Britânica”, *Revista Atlântico*, n.º 15, 1988, pp. 217-219; *Id.*, “A Sociedade Portuguesa de Beneficência na Guiana Britânica: 1872-1888”, *Revista Atlântico*, n.º 15, 1988, pp. 210-216; *Id.*, “The first twenty-five years of madeiran emigration to British Guiana, 1835-1860”, in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1990, pp. 415-440; *Id.*, “The winged impulse: the madeiran portuguese in Guyana. An economic, socio-cultural perspective”, in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. II, Funchal, DRAC, 1990, pp. 1311-1337; *Id.*, “A brief history of Sacred Heart R. C. Church, Main street”, *Isleña*, n.º 13, jul.-dez. 1993, pp. 124-127; *Id.*, *The Portuguese of Guyana. A Study in Culture and Conflict*, London, M. N. Menezes, 1994; NORTHROP, David, *Indentured Labor in the Age of Imperialism. 1834-1922*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995; NORTON, Herman, *Record of Facts Concerning the Persecutions at Madeira in 1843 and 1846. The Flight of a Thousand Converts to the West India Islands; and also, the Sufferings of Those Who Arrived in the United States*, New York, The American and Foreign Christian Union, 1849; REIS,

Charles, *Brief History of the Associação Portuguesa Primeiro de Dezembro*, Port-of-Spain, Franklin's Electric Printery, 1926; *Id.*, *Associação Portuguesa Primeiro de Dezembro. A Story of Her Origin and Development and Her Place in the Portuguese Community of Trinidad*, Port-of-Spain, Yuille's Printery Ltd., 1945; RIBEIRO, João Adriano, *Madeira's Emigration to St. Vincent's Island in Antilhas/A Emigração de Madeirenses para as Ilhas de S. Vicente nas Antilhas*, Funchal, Calcamar, 2006; ROBERTSON, J. Ross, *The Diary of Mrs. John Graves Rincoe, Wife of the First Lieutenant-Governor of the Province of Upper Canada, 1792-6*, Toronto, William Briggs, 1911; SILBERT, Albert, *Uma Encruzilhada do Atlântico. Madeira (1640-1820)/Un Carrefour de l'Atlantique. Madère (1640-1820)*, Funchal, CEHA, 1997; SILVA, Joaquim Palminha, "Demerara (ex-Guiana Inglesa): uma comunidade portuguesa dos anos do Ultimato", *História*, n.º 98, dez. 1986, pp. 41-51; SILVA, Maria Júlia de Oliveira e, *Fidalgos-Mercadores no Século XVIII. Duarte Sodré Pereira*, Lisboa, INCM, 1992; SILVA, Mariana Xavier da, "O demerarista", *Isleña*, n.º 2, jan.-jun. 1988, pp. 102-112; SOUSA, António Teixeira de, *A Emigração Madeirense*, Alcobça, Tip. Alcobcense, 1965; STEINFELD, Robert J., *Coercion, Contract, and Free Labor in the Nineteenth Century*, Cambridge/New York, Cambridge University Press, 2001; VASCONCELOS, Joaquim do Espírito Santo Mota de, *Epopéia do Emigrante Insular. Subsídios para a Sua História. Movimento para a Sua Consagração*, Lisboa, J. E. S. M. de Vasconcelos, 1959; VASCONCELLOS, Manuel de Santana, *Revista Histórica do Proselitismo Anti-Catholico Exercido na Ilha da Madeira pelo Dr. Roberto Reid Kalley, Médico Escocez. Desde 1838 até hoje*, Funchal, Typ. do Imparcial, 1845; VIEIRA, Alberto, "Emigration from the portuguese islands in the second half of the nineteenth century: the case of Madeira", in HIGGS, David (ed.), *Portuguese Migration in Global Perspective*, Toronto, The Multicultural History Society of Ontario, 1990, pp. 42-60; *Id.*, "A emigração madeirense na segunda metade do século XIX", in SILVA, Maria Beatriz Nizza da et al. (orgs.), *Emigração-Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal, Séc. XIX-XX*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 108-144; *Id.*, "As migrações e os descobrimentos", in *Imigração e Emigração nas Ilhas*, Funchal, CEHA, 2001, pp. 27-62; *Id.*, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, CEHA, 2003; **digital**: FERREIRA, Jo-Anne Sharon, e FREITAS, Dean de, *The Portuguese of the West Indies*, s.d.: <http://freepages.genealogy.rootsweb.com/~portwestind> (acedido a 30 jun. 2016).

† ALBERTO VIEIRA

Antologias literárias

Segundo Carlos Ceia, uma antologia é uma compilação criteriosa de textos, com ou sem notas e comentários, que poderão ser representativos da literatura de um país ou do conjunto da obra de um autor. É curioso notar que este vocábulo, sinónimo de coletânea, compilação e seleta, tem origem no grego "anthos" (flor) e "logia" de "legein" (selecionar, escolher), o que denota o sentido estético que uma obra deste cariz deve revelar, a par de um apurado rigor de seleção. De acordo com o supracitado autor, até ao séc. XVIII, os termos "cancioneiro", "florilégio" (numa reprodução etimológica do vocábulo) e "romanceiro" eram de uso mais regular para designar compilações literárias, em detrimento do termo "antologia", nomenclatura posterior. Atente-se, no entanto, que uma antologia deve obedecer sempre a critérios e a uma seleção fundamentados, a

um rigor cronológico na ordenação de textos e, por vezes, a princípios didáticos, ao contrário de uma "miscelânea", que pode ignorar estes requisitos.

Carlos Ceia realça as diferentes funções deste tipo de obras: auxiliar o estudo didático de uma literatura ou autor pela recolha dos seus textos mais significativos; divulgar textos ou manuscritos antigos que se encontram dispersos e/ou inéditos; permitir a divulgação de textos em línguas estrangeiras menos acessíveis a um certo público; transmitir o gosto pessoal do autor que organiza a antologia; institucionalizar autores e textos literários, ajudando à formação de cânones, os quais, também no entender de Carlos Reis, derivam de uma consciência cultural e coletiva e se configuram num *corpus* textual seletivo que uma antologia ajuda a divulgar. Desse modo, o cânone representado numa antologia obedece a fatores de seletividade (escolha de obras e autores que correspondem a uma identidade cultural e literária maioritariamente representativa), de continuidade (permanência dessas obras e autores ao longo do tempo histórico alargado, daí advindo uma autoridade cultural) e de formatividade (critérios de ordem pedagógica e ideológica).

Ceia acrescenta, igualmente, que uma antologia será mais completa se o compilador inserir comentários, contextualização das obras, classificação por géneros ou temas, arrumação cronológica e se explicitar, *e.g.*, num prefácio, os critérios aos quais obedeceu para elaborar o seu trabalho. Há, contudo, no entender do autor, o risco de um estudante, ou então um leitor em geral, se limitar a uma visão parcial da obra de um autor caso se cinja aos textos selecionados numa compilação e não consulte um *corpus* mais alargado. A antologia deve conduzir o leitor ao estudo integral de um autor ou obra, e não substituí-lo.

No caso específico da Madeira, a organização deste género de compilações intensificou-se na segunda metade do séc. XIX, depois da chegada da imprensa à Madeira, em 1821, e da inicial produção de textos para consumo local. De facto, em 1871, encontra-se uma das antologias pioneiras e mais relevantes do séc. XIX

na Região: *Flores da Madeira*, um título curioso, atendendo à etimologia do vocábulo “antologia”. Coligida por José Leite Monteiro e Alfredo César de Oliveira, a obra reúne, em dois volumes, poesias de diversos autores madeirenses, concretamente 5 poetisas e 24 poetas, nascidos após 1787 e falecidos antes de 1925, entre os quais a viscondessa das Nogueiras, Alfredo César de Oliveira, João Augusto de Ornelas e João de Nóbrega Soares, perfazendo 53 poemas. Os editores selecionaram poesias de madeirenses mais antigos e de outros seus contemporâneos, tentando evitar que se perdessem produções inéditas ou dispersas pelos pouco lidos periódicos locais, o que deixaria, no seu entender, uma lacuna na história literária do país. Alfredo César de Oliveira, no prefácio da coletânea, intitula a obra de “parnaso madeirense”. Esta antologia contém uma carta de Francisco de Andrade, que elogia o amigo antologizador por “dar luz ampla a tanta flor mimosa que por aí jaz escondida ou gozada só de poucos, merecendo com tudo ver a luz clara da publicidade, recrear as horas de enfado a muitos, e iluminar com uma auréola de glória o nome de quem as criou” (MONTEIRO e OLIVEIRA, 1871, s.p.). Reconhece que a Madeira é boa geradora de talentos e que os autores poderiam recolher mais “flores” se houvesse mais e melhor estudo. Os poemas, alguns inéditos, são seguidamente apresentados sem ordem explícita (alfabética ou cronológica). No apêndice, os editores apresentam influências literárias e de autores estrangeiros nos poemas, anotações históricas, topográficas, culturais e etnográficas, comentários sobre a condição feminina e alusões a outros textos de autores madeirenses.

Cabral do Nascimento define *Flores da Madeira* como “um ramallete de sardinheiras românticas, servido por um mau gosto literário” (TEIXEIRA, 2005, 50), mas Teófilo Braga refere-se a esta coletânea em termos elogiosos. Mónica Teixeira (2005) admite ter a obra mais importância histórica do que literária e destaca nela tópicos e motivos textuais como emoção religiosa, hinos patrióticos, factos e figuras da Ilha, meditações, recordações, dedicatórias,

saudações, louvores à natureza, epístolas, sátira social, um fragmento de uma antiga crónica madeirense, uma imitação de um poema e a primeira tradução de um poema de um autor estrangeiro. Predominam temáticas ultrarromânticas à maneira de Soares dos Passos, como a morte e a solidão, as personagens desamparadas e infelizes, os seres angélicos distantes e inacessíveis, os sentimentos de agrura e saudade, as paisagens idílicas ou dramáticas. Logo, conclui que há uma permanente trivialidade nesta antologia.

Poucos anos depois, em 1884, Francisco Vieira compilou *Álbum Madeirense – Poesias de Diversos Autores Madeirenses*, antologia que continua a conter uma escassa representação feminina (Arsénia de Bettencourt Miranda, Joana Castelbranco, viscondessa das Nogueiras, Maria da Costa Pereira, Georgina Dias d’Almeida), num total de 29 poetas de natureza romântica, muitos dos quais já haviam surgido na coletânea anterior. No total, há 69 poesias, que, para Mónica Teixeira, na obra atrás referida, surgem espalhadas indiscriminadamente no livro.

Seguiu-se um hiato na produção de antologias mais relevantes na Madeira até aos anos 50 do séc. xx, quando surgem diversas coletâneas. Em 1952, *Arquipélago* quis “reunir poetas exclusivamente madeirenses numa mesma publicação, como testemunho de uma determinada época literária” (*Id., Ibid.*, 381), na esteira de *Flores da Madeira*. Destacam-se, entre outros colaboradores, António Aragão Correia, Florival dos Passos e Herberto Helder. O opúsculo satírico *Areópago* (dezembro de 1952) veio, através de poesias de maldizer, ridicularizar o estilo e os processos literários dos poetas de *Areópago*. Herberto Helder voltou a colaborar na compilação *Poemas Bestiais* e no caderno literário *Búzio* (1956), organizado por António Aragão Correia, no qual também colaboraram Edmundo de Bettencourt e Jorge Sumares, entre outros. Horácio Bento de Gouveia, citado por Mónica Teixeira (2005), elogiou a vitalidade e o revigoramento que estas quatro coletâneas dos anos 50 trouxeram, em pleno meio de letargia e escassa curiosidade literária. Estas antologias permitiram refletir sobre a Ilha,

vista como um espaço de solidão fecunda, para António Aragão, e de prisão e exílio que levam à evasão (para Edmundo de Bettencourt e Cabral do Nascimento). Esta tradição continuou um pouco na década seguinte com o suplemento literário *Pedra* e a colaboração de Vicente Jorge Silva, José de Sainz-Trueva, Artur Andrade, Herberto Helder, Helena Marques, Horácio Bento de Gouveia, entre outros.

Mas por volta da déc. de 50 há outros nomes que se destacam na organização de antologias. Desde logo, João Cabral do Nascimento compilou *Lugares Selectos de Autores Portugueses Que Escreveram sobre o Arquipélago da Madeira* (1949), uma antologia de textos literários de escritores nacionais que refletiram sobre a Região e que, de certa forma, teve continuidade no *Arquivo Histórico da Madeira*, com vários depoimentos transcritos nos artigos “Viajantes do século passado” e “Autores que escreveram sobre a Madeira”.

Outro nome a destacar nesta década é Luís Marino que, na sua *Musa Insular*, mais do que fazer crítica e historiografia literária, apresenta essencialmente uma antologia de vários poetas madeirenses, desde o séc. xv até à data da publicação da obra (1959). Pretendeu essencialmente divulgar os autores, alguns desconhecidos do público, e reconhece que as poesias apresentadas, não sendo as mais perfeitas artisticamente, são as que melhor se prestam para os objetivos a que se propôs. Foi a antologia mais completa até à altura, porquanto Luís Marino deu a conhecer mais de 300 poetas, num exaustivo trabalho de pesquisa. Para cada um deles apresentou uma nota biográfica, breves comentários sobre o conteúdo e o valor da sua obra e o género a que mais se dedicou, bem como um poema, o que revela bem a importância histórica que este trabalho encerra. O elenco dos poetas é apresentado por ordem cronológica, mas alguns apenas nutrem ligação afetiva ao arquipélago por lá terem morado muitos anos. A par da inserção em grupos/movimentos, Luís Marino revela curiosidades literárias, títulos de outras obras publicadas e influências recebidas. Por isso, é uma obra essencialmente antológica,

mais do que de crítica literária, definida por Mónica Teixeira (2005) como um documento importante quanto a uma pesquisa cronológica, mas muito parco quanto a um verdadeiro estudo histórico-literário da poesia na Madeira.

Na déc. de 60, salienta-se a ação de António Aragão Correia e de Herberto Helder, que organizaram as duas primeiras edições dos cadernos antológicos *Poesia Experimental*, respetivamente em 1964 e 1966 (a segunda edição foi igualmente coordenada por E. M. de Melo e Castro). Este marco realça a importância e intervenção destes dois poetas madeirenses já num contexto nacional, pois estas antologias foram publicadas em Lisboa e causaram algum impacto. É ainda nesta década, mais concretamente em 1961, que Alberto Figueira Gomes publica, com notas e prefácio, *Autos e Trovas de Baltasar Dias*, reunindo algumas obras do dramaturgo. O próprio Alberto Figueira Gomes irá assumir um papel importante na organização de antologias, pois, além da obra mencionada, publicou *Rimas de Francisco Álvares de Nóbrega (Camões Pequeno)* (1958), *Versos de Manuel Gonçalves (Feiticeiro do Norte)* (1959), *Baltasar Dias – Autos Romances e Trovas* (1985) e *Cabral do Nascimento* (estudo e antologia publicados em 1985).

Na déc. de 70, A. J. Vieira de Freitas destacou-se por organizar duas antologias nas quais colaboraram diversos autores. Primeiro, em 1973, surgiu *Movimento – Cadernos de Poesia & Crítica*, com um único número, e com colaborações de madeirenses (José Agostinho Baptista, José António Gonçalves) e portugueses do espaço continental (António Ramos Rosa, Eugénio de Andrade, Pedro Tamen, entre outros). Em 1977, publica-se outra coletânea do mesmo editor, *Da Ilha Que Somos*, com poemas de Fátima Pitta Dionísio, José Laurindo Goes, Ornelas Teixeira, entre outros.

Contudo, o mais duradouro e marcante movimento iniciado na déc. de 70 foi a antologia *Ilha*, organizada por José António Gonçalves, pois teve uma primeira edição em 1975, com continuidade em *Ilha 2* (1979), *Ilha 3* (1991), *Ilha 4* (1994) e *Ilha 5* (2008). Foram inúmeros

os poetas que colaboraram nas várias edições, sendo de realçar o próprio organizador, António Brito Figueirôa, Carlos Alberto Fernandes, José de Sainz-Trueva, Irene Lucília Andrade, Isabel Aguiar Barcelos, José Laurindo Goes, A. J. Vieira de Freitas, Ângela Varela, José Viale Moutinho, Ana Margarida Falcão, Carlos Nogueira Fino, Laura Moniz, Eurico de Sousa, Luís Viveiros. Natália Correia prefaciou a segunda edição e Ernesto Rodrigues a quarta. No seu momento inicial, este movimento tinha um objetivo declarado: “afirmar às pessoas que os jovens de aqui estão acordados, conscientes e abertos, dispostos a ultrapassar a agudeza das distâncias, da sua inconsumptível insularidade” (GONÇALVES, 1991, 5). Todos os jovens poetas que iniciaram o movimento pertenciam à mesma geração, nascida em meados dos anos 50, e eram colaboradores da *Página Juvenil 2000* do *Jornal da Madeira*. Esse suplemento ganhou vida própria, tornando-se no opúsculo independente *Ilha*. A página deste periódico ficou obsoleta e desapareceu sem a colaboração destes poetas. Como não surgiu na época nenhum outro espaço literário semelhante na comunicação social do arquipélago, criou-se a coletânea *Ilha 2* para dar continuidade ao projeto inicial. No prefácio da segunda edição, Natália Correia afirmou que este grupo de jovens poetas pretendia acordar a Madeira do marasmo cultural em que vivia e tornar-se uma pedrada no charco, uma vez que desejava formar um aqui e um agora mais vivos e participativos. A poesia assumia o papel de arma para acertar no alvo correto proposto por esta iniciativa, de modo que a Ilha vencesse o mar e, no fundo, se tornasse mais conhecida além-fronteiras. Procurava-se, segundo José António Gonçalves, vencer o tabu da ilha como sinónimo de provincianismo. O movimento Ilha teve algumas vozes opositoras, mas não se deixou esmorecer e cresceu com projeção nacional nos números seguintes. Em 2008, por ocasião da celebração dos 500 anos da cidade do Funchal, deu à estampa nova edição desta antologia (*Ilha 5*), a qual serviu também como uma homenagem póstuma ao seu principal mentor, José António Gonçalves, falecido em 2005.

O impacto do grupo Ilha foi tão forte na sua época que, em 2016, um grupo de cinco amigos (José de Sainz-Trueva, Ana Margarida Falcão, Irene Lucília Andrade, Leonor Martins Coelho e Thierry Proença dos Santos) se juntou para relembrar as antologias *Ilha* e decidiu dar continuidade e abertura ao projeto inicial de José António Gonçalves, criando os *CADERNOS DE SANTIAGO*. O objetivo era divulgar poesia de autores da Madeira, experientes ou iniciantes, e até autores de toda a Macaronésia. A obra não foi uma mera antologia de textos poéticos, pois foram introduzidas notas biográficas e notas de leitura de diferentes críticos, uma para cada texto, que complementaram a mostra de poemas. A denominação da coletânea alude ao Forte de Santiago, local onde surgiu a ideia, e corresponde a uma homenagem a São Tiago Menor, padroeiro do Funchal. Em futuros volumes, os organizadores pretendiam dar voz a jovens poetas e a outros que não participaram na primeira edição por limites de espaço. Assim, estão representados poemas de José António Gonçalves, Irene Lucília, Fátima Pitta Dionísio, Ana Margarida Falcão, Carlos Nogueira Fino, Laura Moniz, José Viale Moutinho, Tiago Patrício, David Pinto Correia, entre outros, e notas de leitura de, e.g., Manuel Frias Martins, António Fournier, José Tolentino Mendonça e Graça Alves, a par de uma reflexão final de Urbano Bettencourt. Para este crítico, *CADERNOS DE SANTIAGO* é mais amplo que *Ilha*, pois cada um dos 20 autores tem uma representação textual mais extensa, permitindo uma maior compreensão do texto do que é habitual numa antologia. A leitura poética, no entender do crítico, ganha um contributo especial com as notas que acompanham cada texto, abrindo linhas de interpretação para cada poeta antologado. A obra encontra-se organizada em mote (poema de José Alberto Gonçalves, como forma de reconhecimento ao mentor de *Ilha*), seguindo-se as variações, as glosas e, no final, as notas biobibliográficas de todos os participantes no volume.

Nas últimas décadas do séc. xx e nas primeiras do séc. xxi, proliferaram as antologias literárias na Madeira, sinónimo do interesse

crescente pela literatura insular e pelo respetivo estudo. Do mesmo modo variaram e cresceram as tipologias das compilações publicadas. Assim, surgiu, no final da déc. de 80, uma antologia com uma perspetiva didática, fornecendo aos alunos e docentes elementos de informação e análise de texto e uma visão geral das épocas literárias com representatividade na Região Autónoma da Madeira (RAM), sempre com rigor histórico. O vol. I desta *Antologia Literária* (1986), organizada por Isabel Stephan, Ângela Borges e Rui Carita, abrange a produção dos sécs. XV e XVI, desde a presença madeirense no *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, enquanto o vol. II, publicado em 1987, abrange os sécs. XVII e XVIII. Estavam previstos dois novos volumes, o terceiro referente ao séc. XIX e o quarto ao séc. XX, mas não foram publicados. Nesta obra, há uma contextualização dos autores, explicação de conceitos-chave tendo em conta o público-alvo, dados biográficos dos escritores, transcrição de textos significativos com tópicos de análise global, e comentário das marcas temáticas e estilísticas dos autores abordados.

Começaram, igualmente, a surgir antologias temáticas, reunindo a colaboração de vários autores sobre um motivo particular relativo ao arquipélago da Madeira. Neste particular, as festividades do Natal assumem destaque. Em 1989, a Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração publicou *O Natal na Voz dos Poetas Madeirenses*, uma antologia com 48 autores, organizada pela Comissão Instaladora da Associação de Escritores da Madeira. Os textos foram selecionados e anotados por José António Gonçalves e são da autoria de muitos nomes de destaque na literatura da Ilha, nela nascidos ou residentes, como António Aragão Correia, Baltasar Dias, Cabral do Nascimento, Edmundo de Bettencourt, Herberto Helder, João França, José Agostinho Baptista, Tolentino Mendonça, Octávio de Marialva. Na sequência desta antologia, em 2017, a Imprensa Académica da Univ. da Madeira publicou *Lapinha de Poesia: Antologia de Poetas Madeirenses*, numa seleção de Nelson Veríssimo, que pretendeu retomar a antologia anterior e escolher textos como se

estivesse a arrumar uma lapinha ou presépio. O autor tentou coligir textos poéticos significativos e não fazer um inventário exaustivo, sempre consciente da subjetividade do critério e da seleção. Os textos, ilustrados com figuras de presépio do acervo da Casa-Museu Frederico de Freitas, abarcam desde o séc. XVI (*Auto do Nascimento*, de Baltasar Dias) até ao séc. XXI, reunindo 26 autores, muitos dos quais já representados na antologia de 1989. A temática do Natal já tinha estado de igual modo presente na obra *O Natal na Cidade, a Festa no Campo* (2001), uma compilação de textos narrativos sobre esta festividade, mas apenas de um autor (Horácio Bento de Gouveia), numa recolha de Nelson Veríssimo na imprensa funchalense, nas obras bentianas que compilam escritos de publicações periódicas e em algumas das suas narrativas literárias. A obra foi publicada no âmbito das comemorações do primeiro centenário do nascimento do autor e, tal como as antologias anteriores, permite conhecer as tradições natalícias madeirenses e a forma como esta festividade se encontra arreigada na cultura insular.

Marcas como o vinho Madeira também deram origem a antologias, concretamente duas, que reúnem alguns dos melhores contos (com prémio ou menção honrosa) que participaram em diferentes edições do Concurso Literário Vinho Madeira, dinamizado pelo Instituto Vinho Madeira. A iniciativa, além de promover a escrita, visou divulgar as tradições relativas à bebida e as suas ligações históricas com o mundo, permitindo homenagear a diversidade de sensações, tons, sabores, memórias e sentidos, de acordo com o prefácio de Diana Pimentel.

A cidade do Funchal também serviu de inspiração a antologias, sobretudo devido à comemoração, em 2008, dos 500 anos da urbe. Assim, António Fournier organizou à época duas antologias. Uma delas, *12 Meses no Funchal*, é uma compilação de 12 contos, de 12 diferentes autores, cada um dedicado a um mês do ano na cidade. Entre outros, colaboraram Ana Margarida Falcão, Irene Lucília, Helena Marques e Maria Aurora Homem. A outra antologia recorda um *ex-libris* da cidade, o comboio

do Monte, que inspirou a escrita de alguns contos reunidos em *Comboio com Asas*. O organizador convidou escritores locais (Irene Lucília Andrade, Margarida Gonçalves Marques), mas também açorianos (Urbano Bettencourt), de Portugal continental (Teolinda Gersão, Manuel Jorge Marmelo), de Itália, Áustria, Espanha, Brasil, Estados Unidos, México, Panamá, Paraguai e Venezuela para tentar mostrar a feição cosmopolita do comboio e da própria cidade.

Em 2017, foi publicada uma outra antologia sobre outro *ex-libris* da Madeira: as levadas. Em *Levadas da Madeira: Uma Antologia Literária*, Thierry Proença dos Santos recolheu contos, crónicas, poemas, excertos de diários, cartas, fragmentos de romances e reportagens sobre as levadas de autores de diferentes épocas e estéticas literárias, como Gaspar Frutuoso, Isabella de França, Luzia, Maria Lamas, Ferreira de Castro, Horácio Bento de Gouveia, João França e Irene Lucília. A obra organiza-se em nove temáticas e capítulos, contendo também notas biobibliográficas dos autores, um glossário e um posfácio com um enquadramento histórico das levadas. Mas, a par dos textos, outra mais-valia da obra são as belíssimas fotografias de Francisco Correia que ilustram as levadas e fazem desta obra uma antologia literária e fotográfica, numa junção de diferentes artes e num permanente diálogo e complementaridade entre fotografia e texto literário. A obra surgiu no âmbito do apoio da candidatura das levadas da Madeira a Património da Humanidade por parte da Assembleia da República junto da UNESCO.

A junção entre literatura e outras artes já tinha anteriormente sido promovida em outras antologias literárias na Madeira, como *Poet'Arte – Poesias Madeirenses*, coletânea publicada em 1990 que resultou de uma exposição de poesia e de artes plásticas por ocasião do Dia da Cidade do Funchal e que depois percorreu a RAM nas várias bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian ao longo de 1990. Essa mostra de poesia ilustrada transformou-se em livro, que apenas reuniu os textos escritos, mas contendo, para memória futura, a indicação do artista

que ilustrou cada um dos textos na exposição ao vivo.

Há também na Madeira antologias referentes a um só autor, recolhendo alguns dos seus textos mais representativos para divulgação e crítica literária. São disso exemplos as coletâneas *Lava Fervente – Antologia*, de Dalila Pestana, que reúne a maior quantidade de textos dispersos de Albino Menezes, apresentando-os por temas e não por géneros, bem como *Arte do Voo – Antologia Poética*, compilação de António Fournier que reúne poemas de José António Gonçalves e segue o seu percurso literário, desde *Movimento* (1973) até *As Sombras no Arvoredo* (2004). Esta antologia, de 2005, não pretendia ser uma homenagem póstuma, mas acabou por sê-lo devido ao falecimento do autor a 29 de março de 2005. Outro exemplo ainda é a antologia *Pedras e Almas*, uma coletânea de textos de Alberto Figueira Gomes, publicada em 2017 e compilada pela filha, Ana Maria Lomelino Gomes Fernandes. Além dos relatos e ensaios históricos, a obra contém três contos e poesias do autor, ele próprio um organizador de antologias, como já fizemos referência. Encontramos ainda, a título exemplificativo, as antologias *Obra Poética de Cabral do Nascimento*, de Mónica Teixeira (2003), *In Fabula – Aves Gatos Gregos Ocasos ou Notas de Amor e Água* (compilação de contos e poemas de José Viale Moutinho feita por Diana Pimentel e editada em 2008) e *Joaquim Pestana – Poesias*, numa recolha de Nelson Veríssimo publicada em 2010.

Houve, igualmente, uma proliferação de antologias de diversos géneros textuais, e não apenas da lírica, na Madeira, de que é exemplo o conto. Em 1990, Nelson Veríssimo organizou a *Narrativa Literária de Autores da Madeira – Século XX*, uma obra que pretendeu homenagear os que têm contribuído para as letras madeirenses, alguns deles nomes esquecidos que ombream com vultos da literatura portuguesa e com grande impacto nos meios académicos. O autor reuniu textos ficcionais do séc. XX que se desenrolaram no cenário “ilha” (não só do ponto de vista físico, mas também social e cultural), de escritores que nasceram no arquipélago ou que nele se fixaram. Assim, figuram

21 contos na antologia, da autoria de João dos Reis Gomes, Albino de Menezes, Luzia, Ricardo Nascimento Jardim, Horácio Bento de Gouveia, Ernesto Gonçalves, João França, Herberto Helder, Ernesto Leal, António Aragão Correia, José Viale Moutinho, Ana Teresa Pereira, entre outros.

Igualmente com organização de Nelson Veríssimo, foi publicada em 2005 a coletânea *Contos Madeirenses*. A obra contém uma mistura de contos de autores já falecidos com outros escritores que foram convidados a participar no projeto e que enviaram contos já publicados ou inéditos. Os dois contos de cada autor foram submetidos a um conselho de leitura, formado por docentes da Univ. da Madeira, que auxiliou na seleção das obras. A antologia foi, assim, organizada numa perspetiva cronológica com uma pequena nota biobibliográfica de cada contista, mas sempre com a ressalva de uma elevada carga subjetiva na seleção dos textos e na apreciação literária. O editor quis espelhar a mundividência madeirense dos sécs. XIX e XX, atestando o papel da literatura como memória e testemunho. Nos 26 contos da obra, repetem-se muitos dos autores da antologia referida no parágrafo precedente.

Além do conto, o género textual crónica foi também objeto de uma antologia organizada por Fernando Figueiredo, Leonor Martins Coelho e Thierry Proença dos Santos. *Crónica Madeirense (1900-2006)*, publicada em 2007, é uma coletânea de crónicas jornalísticas de autores madeirenses com um forte cariz literário e estético pela linguagem e estilo revelados. Os autores pesquisaram em jornais e na memória viva madeirense, procurando cidadãos com atividade cronística relevante na época e marcante para a posteridade, pois as crónicas selecionadas devem permanecer imunes à passagem do tempo. Os objetivos centraram-se na transmissão de ambientes ilhéus e tipos humanos a locais e não locais, tentando sempre registar a memória de uma comunidade e realçando a importância da imprensa periódica, a partir da qual se construíram talentos literários e o próprio discurso literário. No fundo, tentaram criar uma obra que fosse “uma espécie de

cintilante memória das correntes sociais, dos ambientes culturais e da vivacidade intelectual do jornalismo e da literatura produzidos no arquipélago” (FIGUEIREDO *et al.*, 2007, 21). A obra é um conjunto de 69 crónicas, cada uma com notas biográficas dos muitos autores, entre os quais não faltam o Visconde do Porto da Cruz, Cabral do Nascimento, Octávio de Marialva, Horácio Bento, Francisco de Freitas Branco, Helena Marques, Maria Aurora, João David Pinto Correia, Vicente Jorge Silva, Ricardo França Jardim, Ana Teresa Pereira, Marta Caires.

No entanto, continuaram a ser as antologias poéticas as mais abundantes na Madeira. Entre essas conta-se, *e.g.*, *Poetas da Ilha* (1991), organizada por José António Gonçalves. Em 2003, surge *Saudades da Ilha – Evocações Poéticas da Ilha da Madeira*, coletânea organizada por José Viale Moutinho, que reuniu textos épicos e líricos de autores ilhéus e de outros continentais que versaram sobre a Madeira em diferentes séculos, como Camões, Manuel Tomás, Francisco de Paula Medina e Vasconcelos, Bulhão Pato, Júlio Dinis, Gomes Leal, António Nobre, Delfim Guimarães, António Sérgio, Jaime Cortesão, Cabral do Nascimento, Edmundo de Bettencourt, Carlos de Oliveira, João Rui de Sousa, Vasco Graça Moura, João Miguel Fernandes Jorge, José Tolentino Mendonça, José Agostinho Baptista, entre muitos outros, numa rica variedade e qualidade de épocas e estilos poéticos. Curiosamente, no ano anterior, Fernando Melim publicara *A Madeira Vista pelos Poetas*, com alguns autores e excertos semelhantes, mas apostando essencialmente na produção regional, enquanto a coletânea de Viale Moutinho é mais eclética. A compilação de Fernando Melim visa reunir textos predominantemente panegíricos, que enaltecem a beleza e o invejável clima da Ilha. Outra antologia, *Pontos Luminosos*, organizada, prefaciada e anotada por Diana Pimentel e com seleção de poemas de Maria Aurora Homem e Urbano Bettencourt, publicada em 2006, salienta-se por conter poemas de autores madeirenses e açorianos, numa comunhão literária entre os dois arquipélagos portugueses. A par dos poetas madeirenses

frequentes nas antologias já anteriormente apontadas, figuram, nesta coletânea original, grandes nomes açorianos como Natália Correia, Vitorino Nemésio e João de Melo.

Bastante curiosas e interessantes são as cinco edições (portanto, cinco antologias) *Poesia no Porto Santo*, as quais contêm textos dos participantes nas cinco edições dos Encontros de Poetas na Ilha do Porto Santo (1998, 2000, 2002, 2004 e 2006). As obras, dirigidas por Casimiro de Brito, reúnem poemas de participantes portugueses das várias edições (Ana Hatherly, Fiama Hasse Pais Brandão, Egito Gonçalves, Fernando Echevarría, José Tolentino de Mendonça, Pedro Tamen, Nuno Júdice, Gastão Cruz...), mas também dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, da Europa, da América do Norte, do Norte de África, do Extremo Oriente e do Médio Oriente, numa diversidade e riqueza cultural que permite que as antologias tenham textos em português, mas também em línguas como italiano, catalão, castelhano, inglês, alemão, francês e até árabe e mandarim (sempre com tradução para português). A temática é diversa e não se prende necessariamente com o espaço e o contexto em que decorreram estes encontros, o que permite ficar a conhecer minimamente o estilo e o pensamento de uma diversidade de autores com origens e influências tão distintas.

Um facto curioso e que realça bem o interesse pelos autores madeirenses, assim como o esforço dos académicos na sua divulgação, foi o surgimento de antologias madeirenses com textos traduzidos para outra língua ou em edição bilingue. O primeiro exemplar é, em 1997, justamente a edição bilingue de *Narrativas Contemporâneas da Madeira (Récits Contemporains de Madère)*, com organização de Thierry Proença dos Santos e tradução para o francês deste professor, em parceria com Isabel Baião dos Santos e João-Paulo Tavares. A obra tem um cunho pedagógico, pois dirige-se a estudantes e professores de Francês, mas também a turistas francófonos e lusófonos e a todos os curiosos da ficção na Madeira. Os textos antologiadados tinham acabado por cair no esquecimento, apesar de terem sido publicados entre 1987 e

1997, e os autores pretenderam reabilitá-los. Foram seguidos critérios como apresentar o texto integral de cada autor, que deve ser natural ou há muito residente na Madeira; ter a Região como pano de fundo de modo a detetar particularidades e traços comuns com os valores ocidentais; permitir ver a realidade social e civilizacional do arquipélago; mostrar espaços, termos, vivências, gentes e microcosmos da terra natal. Em textos de temáticas e estilos diversificados, figuram alguns dos mais conhecidos contistas madeirenses do séc. xx, como Ricardo Nascimento Jardim, João França, Maria Aurora, José Viale Moutinho, Ana Teresa Pereira, Ana Margarida Falcão, Octaviano Correia, entre outros já anteriormente mencionados. O autor da antologia admite que a escolha dos textos é, como sempre, discutível e que não se encontra fechada, podendo desencadear leituras ativas e pessoais.

Em 2001, Giampaolo Tonini organizou, prefaciou, anotou e traduziu para italiano os poemas da antologia *Poeti Contemporanei dell'Isola di Madera*. A obra contém composições líricas de João Carlos Abreu, Irene Lucília, David Pinto Correia, José António Gonçalves, José Tolentino Mendonça, São Moniz Gouveia, entre outros, numa edição bilingue que permitiu aproximar a poesia madeirense do público italiano. Novo projeto surgiu em 2005, com António Fournier a organizar *Nostalgia dei Giorni Atlantici*, uma antologia de vários contos de autores madeirenses traduzidos para italiano. Encontram-se textos de Herberto Helder, Ana Margarida Falcão, Ana Teresa Pereira, Helena Marques, José Tolentino Mendonça, António Aragão Correia, entre outros escritores, num total de 28 narrativas. Estas três antologias traduzidas são de extrema importância, porquanto permitem dar a conhecer a um público estrangeiro e visitante assíduo aquilo que se produz na RAM em termos culturais e literários, em particular.

São ainda de realçar as antologias que resultam de concursos literários. Além da iniciativa anteriormente mencionada relativamente ao vinho Madeira, algumas autarquias realizam concursos cujo resultado é publicado numa

compilação. É o caso da Câmara Municipal de São Vicente que organiza o concurso de contos Horácio Bento de Gouveia e que, em 2009, publicou *São Vicente em Fundo – Antologia dos Prémios do Conto “Horácio Bento de Gouveia”*, numa edição coordenada por Maria Aurora Homem. Um outro exemplo são as antologias *Santa Maria Maior: com Palavras Nascem Histórias*. Em 10 edições, publicadas entre 2004 e 2012, foram apresentados os 3 melhores contos de cada Concurso Literário António Feliciano Rodrigues (Castilho), autor que nasceu em 1870 em Santa Maria Maior. Os dinamizadores da iniciativa pretenderam divulgar as histórias relacionadas com a freguesia, os usos, os costumes e as tradições, num manancial de figuras e de factos capaz de formar um espólio local, ao mesmo tempo que prestaram homenagem ao poeta que dá nome a esse concurso literário.

Neste artigo, não poderá ser esquecida a obra de Rui Nepomuceno, *A Madeira Vista por Escritores Portugueses (Séculos XIX e XX)*. Não se trata propriamente de uma antologia, mas de um estudo histórico e cultural, mas contém diversas transcrições de textos que realçam a perspectiva da Ilha a partir de alguns escritores portugueses. Encontramos, assim, poesias, excertos de cartas, relatos de viagem, extratos de narrativas, ensaios históricos e geográficos de nomes como Bulhão Pato, Júlio Dinis, Gomes Leal, António Nobre, Raul Brandão, Norton de Matos, Henrique Galvão, Ferreira de Castro, Maria Lamas, Miguel Torga e Orlando Ribeiro, entre outros. Não sendo o objetivo da obra apresentar uma antologia com uma inventariação exaustiva de textos, há, de facto, transcrições em número suficiente para se conhecer a Madeira a partir de uma visão exterior, a do Português que a visita de forma mais ou menos prolongada.

Essa perspectiva externa relativamente à Madeira está presente ainda em outras duas antologias essencialmente históricas e culturais, mas que contêm relatos e impressões de viagem que, por vezes, roçam a literariedade. É o caso da obra *A Madeira Vista por Estrangeiros (1455-1700)*, coordenada e anotada por António Aragão em 1981, que apresenta textos,

em português e nas línguas de origem (italiano e inglês), de Luís de Cadamosto (1455), Giulio Landi (1530), Pompeo Arditì (1567), Hans Sloane (1687), John Ovington (1689) e William Bolton (1695-1700). Esta obra antecede e complementa-se, até cronologicamente, com a antologia *Passaram pela Madeira* (2008), de António Ribeiro Marques da Silva. Neste segundo caso, o autor apresenta uma recolha de textos de escritores anglo-saxónicos que visitaram a Ilha entre 1687 e 2000, entre os quais Isabella de França, Graham Greene e John dos Passos. Num total de 36 textos, muitos deles relatos de viagens, cartas, diários, fragmentos de poemas e descrições histórico-culturais, apresentam-se paisagens, gentes, costumes, problemas sociais, a história, a economia, o quotidiano, o desembarque e o embarque de um ponto de vista diferente, porque é feito pelo estrangeiro que chega e não pelo natural ou por aquele que lá vive há muito, até porque, segundo o autor, os Portugueses “imersos no seu próprio meio, não possuem a distância de perspectiva para se conhecerem suficientemente” (SILVA, 2008, 11). Os relatos, por vezes repetitivos, enfatizam aquilo que mais impressionou os visitantes.

Também não serão de esquecer as muitas antologias que reúnem textos de alunos dos ensinos básico e secundário, até porque estas podem ser um incentivo para o surgimento de futuros nomes nas letras da Madeira. Entre outros exemplos, poderia ser destacada a obra *Ler e Escrever a Cidade*, um conjunto de textos, fotografias e desenhos de alunos da Escola Secundária de Francisco Franco publicado em 2008, por ocasião da celebração dos 500 anos da cidade do Funchal.

Além dos exemplos referidos anteriormente, e no âmbito das antologias literárias, devem ser lembrados os muitos madeirenses que figuram nestas obras ao nível nacional e internacional, a começar pelos poetas do *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende* (João Gomes da Ilha, Duarte de Brito, Tristão das Damas, João Gonçalves da Câmara, Manuel de Noronha, Rui Gomes, Rui de Sousa e João de Abreu), continuando pelos cancioneros barrocos como a

Fénix Renascida e prosseguindo para as antologias posteriores.

Em síntese, as antologias literárias na Madeira sofreram uma forte transformação com o decorrer dos tempos. Se excetuarmos a participação de poetas madeirenses nas coletâneas de cariz nacional, as primeiras antologias madeirenses, ainda um pouco incipientes, surgem na segunda metade do séc. XIX, numa recolha de textos líricos que visava impedir o seu esquecimento e o dos autores. No séc. XX, outro grande momento surge na déc. de 50 com várias antologias e cadernos literários pelas mãos de Cabral do Nascimento, António Aragão Correia e Luís Marino. Um outro impulso é dado, já na déc. de 70, pelo movimento Ilha, a que se juntam outras antologias com a direção de José António Gonçalves. Nos finais do séc. XX e inícios do séc. XXI, a diversidade e tipologia de antologias alargou, sendo de salientar nomes como Nelson Veríssimo, António Fournier, Thierry Proença dos Santos como alguns dos que mais se dedicaram à compilação de textos. Os anos mais recentes, em particular, demonstraram na Madeira uma grande diversidade de tipos de antologia, a confirmar a vastidão e abrangência deste conceito: há antologias temáticas reunindo um só ou diversos géneros textuais; antologias com intuito didático-pedagógico, selecionando autores e textos mais representativos para (in)formar alunos e docentes; antologias de diversos géneros textuais (lírico, narrativo, crónica); antologias sobre um só autor que selecionam os textos mais significativos ou, num sentido lato, toda a obra dispersa desse autor; antologias que são cadernos literários e que se podem transformar em movimentos para as quais os autores colaboram no momento com textos escritos intencionalmente, sem haver recolha no seu espólio publicado; antologias que fundem diversas manifestações artísticas, como a palavra, a fotografia, o desenho e as artes plásticas em geral; antologias bilingues e com textos traduzidos para um idioma estrangeiro, de modo a divulgar no exterior a literatura da Região; antologias de um só espaço ou de diferentes espaços geográficos; antologias com pontos de vista

externos ou exteriores em face da Ilha visitada; antologias que resultam de concursos literários ou de encontros literários; antologias de adolescentes e jovens que poderão constituir o futuro das letras regionais. Em todos estes casos, as antologias consultadas tentam transmitir uma visão do arquipélago da Madeira, dos seus espaços e paisagens, das gentes, dos seus costumes e tradições, da economia e da história, dos extremos estados de alma dos seus poetas, desde a harmonia interior a um estado de inquietação e conflito. Muitas outras antologias haverá, mas estas, num inventário já exaustivo, permitirão construir um percurso deste tipo específico de obras na Madeira.

Bibliog. impressa: ARAGÃO, António (org.), *A Madeira Vista por Estrangeiros (1455-1700)*, Funchal, DRAC, 1981; *Contos com Vinho Madeira – Cultura Madeirense na Forma Líquida*, Vila Nova de Gaia, Editora Ausência, 2006; FERNANDES, Ana Maria Lomelino Gomes (org.), *Pedras e Almas – Antologia*, Funchal, DRAC, 2017; FIGUEIREDO, Fernando et al., *Crónica Madeirense (1900-2006)*, Porto, Campo das Letras, 2007; FOURNIER, António (org.), *Arte do Voo – Antologia Poética*, Vila Nova de Gaia, Editora Ausência, 2005; *Id., Nostalgia dei Giorni Atlantici*, Torino, Scrittura Pura, 2005; *Id., 12 Meses no Funchal*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; *Id., Comboio com Asas*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; GONÇALVES, José António, *Ilha 2*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1979; *Id.* (org.), *O Natal na Voz dos Poetas Madeirenses – Antologia*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, 1989; *Id., Ilha 3*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1991; HOMEM, Maria Aurora Carvalho (org.), *São Vicente em Fundo – Antologia dos Prémios do Conto “Horácio Bento de Gouveia”*, Vila Nova de Gaia, 7 Dias 6 Noites, 2009; MARINO, Luís, *Musa Insular: Poetas da Madeira*, Funchal, Eco do Funchal, 1959; MELIM, Fernando, *A Madeira Vista pelos Poetas*, Funchal, Eco do Funchal, 2002; MONTEIRO, José Leite, e OLIVEIRA, Alfredo César d’, *Flores da Madeira – Poesias de Diversos Autores Madeirenses*, 2 vols., Funchal, Typ. da Imprensa Livre, 1871; MOUTINHO, José Viale (org.), *Saudades da Ilha – Evocações Poéticas da Ilha da Madeira*, Porto, ASA, 2003; NASCIMENTO, João Cabral do (org.), *Lugares Selectos de Autores Portugueses Que Escreveram sobre o Arquipélago da Madeira*, Funchal, Delegação do Turismo da Madeira, 1949; *Id.*, “Viajantes do século passado”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. VIII, 1950, pp. 63-70; *Id.*, “Autores que escreveram sobre a Madeira”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IX, 1951, pp. 76-81; NEPOMUCENO, Rui Firmino Faria, *A Madeira Vista por Escritores Portugueses (Séculos XIX e XX)*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; PEREIRA, Teresa (org.), *Ler e EscreVer a Cidade*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; PESTANA, Dalila Maria Gouveia (org.), *Lava Fervente – Antologia*, Funchal, DRAC, 2011; PIMENTEL, Diana (org.), *Pontos Luminosos – Açores e Madeira, Antologia de Poesia do Século XX*, Porto, Campo das Letras, 2006; *Id.*, *In Fabula – Aves Gatos Gregos Ocaso ou Notas de Amor e Água*, Vila Nova de Gaia, 7 Dias 6 Noites, 2008; *Poesia em Porto Santo/Poetry at Porto Santo/Poésie à Porto Santo*, Funchal, DRAC/I Encontro de Poetas na Ilha do Porto Santo, 1998; *Poesia em Porto Santo/Poetry at Porto Santo/Poésie à Porto Santo*, Funchal, DRAC/II Encontro de Poetas na Ilha do Porto Santo, 2000; *Poesia em Porto Santo/Poetry at Porto Santo/Poésie à Porto Santo*, Funchal, DRAC/III Encontro de Poetas na Ilha do Porto Santo, 2002; *Poesia em Porto Santo/Poetry at Porto Santo/Poésie à Porto Santo*, Funchal, DRAC/IV Encontro de Poetas na Ilha do Porto Santo, 2004; *Poesia em Porto Santo/Poetry at Porto Santo/Poésie à Porto Santo*, Funchal, DRAC/V Encontro de Poetas na Ilha do Porto Santo, 2006; *PoetArte – Poesias Madeirenses*, Funchal, Associação de Escritores da Madeira/Imprensa Regional da Madeira, 1990; REIS, Carlos, *O Conhecimento da Literatura – Introdução aos Estudos Literários*, Coimbra, Almedina, 1995; SAINZ-TRUEVA, José de et al. (org.), *Cadernos de Santiago I*, Lisboa, Âncora Editora, 2016; *Santa Maria Maior: com Palavras Nascem Histórias*, Funchal,

Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, 2004; SANTOS, Thierry Proença dos (org.), *Narrativas Contemporâneas da Madeira/Récits Contemporains de Madère*, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1997; SILVA, António Ribeiro Marques da, *Passaram pela Madeira*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; STEPHAN, Isabel et al., *Antologia Literária – Madeira*, vol. I, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1986; *Id.*, *Antologia Literária – Madeira*, vol. II, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1987; TEIXEIRA, Mónica (org.), *Obra Poética de Cabral do Nascimento*, Porto, ASA, 2003; *Id.*, *Tendências da Literatura na Ilha da Madeira nos Séculos XIX e XX*, Funchal, CEHA, 2005; VERÍSSIMO, Nelson, *Narrativa Literária de Autores da Madeira – Séc. XX – Antologia*, Funchal, DRAC, 1990; *Id.*, *O Natal na Cidade, a Festa no Campo*, Funchal, DRAC, 2001; *Id.* (org.), *Contos Madeirenses*, Porto, Campo das Letras, 2005; *Id.*, *Joaquim Pestana – Poesias*, Câmara de Lobos, Câmara Municipal de Câmara de Lobos, 2010; *Id.*, *Lapinha de Poesia – Antologia de Poetas Madeirenses*, Funchal, Imprensa Académica, 2017; VIEIRA, Gilda França, e FREITAS, António Aragão de, *Madeira – Investigação Bibliográfica*, 3 vols., Funchal, DRAC/Centro de Apoio de Ciências Históricas, 1981; **digital**: CEIA, Carlos, "Antologia", *E-Dicionário de Termos Literários*, 2009: <http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/antologia> (acedido a 3 abr. 2018); PESTANA, João Filipe, "Livro *Levadas da Madeira: Uma Antologia Literária* é lançado a 11 de maio", *Diário de Notícias*, 8 maio 2017: <http://www.dnoticias.pt/5-sentidos/livro-levadas-da-madeira-uma-antologia-literaria-e-lancado-a-11-de-maio-KE1350950> (acedido a 25 fev. 2018); "Propostas e outros contributos para uma biblioteca essencial de literatura madeirense", *O Nosso Canto*, s.d.: <https://onossocanto.files.wordpress.com/2009/07/belm.pdf> (acedido a 25 fev. 2018); SANTOS, Thierry Proença dos, "Madeira: a narrativa de ficção nos sécs. xx e xxi", *ACL Revista Literaria*, n.º 3, 2015: <http://acrevistaliteraria.academiacanarialengua.org/situacion-de-la-narrativa-en-madeira> (acedido a 25 fev. 2018); VERÍSSIMO, Nelson, "Levadas da Madeira – Uma visão literária", *Funchal Notícias*, 2017: <https://funchalnoticias.net/2017/05/17/levadas-da-madeira-uma-visao-literaria> (acedido a 25 fev. 2018).

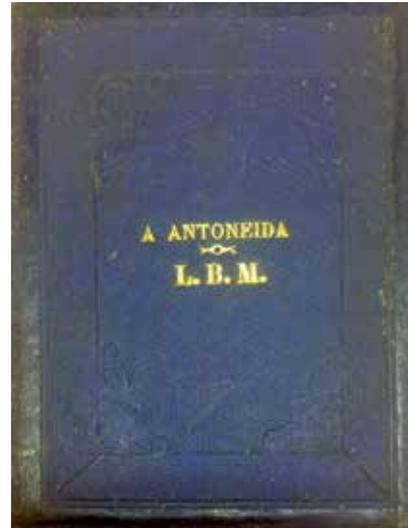
JOÃO CARLOS COSTA

Antoneida (A)

Trata-se de uma obra poética inédita, constituída por 10 composições jocosas em torno de uma denúncia sobre uma donzela, Antónia, com abertura pela mão de João Silvestre Moniz: "Eminente Presidencia/Da Melhor Gente do Mundo/Venho hoje denunciar-vos,/Mas com respeito profundo,/Que se acha num convento,/Que existe nesta cidade,/Uma donzela que consta/Ser uma pura beldade" (L. B. M., 1879, 5).

O *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, de Luiz Peter Clode, assinala esta publicação como "*Autoneida*"; trata-se, evidentemente, de uma gralha. O *Elucidário Madeirense* faz alusão ao facto de os colaboradores da obra se reunirem no sítio do Desterro, na freguesia do Monte, numa propriedade pertencente a João Maria Moniz.

No rosto da capa dura, em azul-marinho e de dimensões reduzidas, encontramos as iniciais L. B. M., pelo que se crê que a obra tenha



A *Antoneida* (1879), de L. B. M.

sido publicada pela iniciativa de Luis Bettencourt Miranda. No interior da obra, em modo de cabeçalho, a máxima latina "In Vino Veritas" indicia-nos a índole das características do conteúdo e do estilo do texto. O subtítulo da obra, que data de 1879, é o seguinte: *Pela Sociedade da Primeira Gente do Mundo*. Tudo leva a crer que esta sociedade não seja mais do que uma formação literária, um universo imaginário e criativo em benefício da arte, e não uma sociedade, na sua verdadeira aceção, considerada a inexistência de estatutos que provem a sua realidade.

Do argumento faz parte a constituição da sociedade, formada por cinco elementos, que ocupam os cargos de presidente (João Maria Moniz), de vice-presidente (Luis Bettencourt Miranda), de secretário (Pedro Cândido Silveira), de tesoureiro (Francisco João Moniz), de um oficial (João José Vieira) e de um vice-secretário (João Silvestre Moniz), que resolve dar asas à criação, produzindo, com humor, uma réplica às liberdades em face da situação social e política do país e ao poder constitucional liberal instalado.

Simula-se, assim, um diferendo officioso, tendo como objeto uma bela donzela, que se encontrava num convento figurado, sito na R. dos Medinas, constituído por argumentações, defesa e contraposições, sentenciando-se a desejada proteção pela referida sociedade. Refira-se que João José Vieira também foi

colaborador de *A Guianeida*, poema heroico-cómico, e publicou outro folheto de nove páginas, igualmente de cariz humorístico, intitulado “Extractos das burundangas”, sob o pseudónimo de João Longípede.

Os argumentos de *A Antoneida*, paródia en-volta num sensualismo erótico e provocador, ao sabor de poemetas, em quadras rimadas de redondilha maior, encerram cada trecho com a assinatura de cada um dos autores, num estilo e numa linguagem que fabulizam o universo imaginário masculino. O assunto gira em torno das descrições atrevidas da referida donzela e das opiniões dos colaboradores envolvidos acerca da sua personalidade e do seu destino, argumentos que lhe rematam a sentença – ser abraçada pela respetiva sociedade.

Após as 32 páginas de textos, deparamo-nos com outras 4, que concluem a pequena obra, com a impressão de um conto, traduzido do francês por Augusto José Vieira, irmão de Manuel João Vieira e de João José Vieira, intitulado “O falso mendigo”, datado de 1872. À data da publicação de *A Antoneida*, contando Augusto José Vieira 18 anos, apresenta-se a hipótese de ter sido este um incentivo de João José Vieira ao promissor talento de seu irmão. Permite-se a hipótese de este conto ter sido incluído para que a obra pudesse ser impressa como livro, o que só aconteceria se tivesse mais de 30 páginas, caso contrário tratar-se-ia de um folheto.

Num século em que se publicaram obras como *Zargueida*, *Guianeida* e *Georgeida*, *A Antoneida* insere-se, de forma paródica, no ciclo das composições de estilo épico.

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; L. B. M., *A Antoneida. Pela Sociedade da Primeira Gente do Mundo*, Funchal, s.n., 1879; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1953; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1984.

HELENA PAULA F. S. BORGES

António, Mário (pseud.)

Mário António, pseudónimo de Alfredo de Paula Sardinha, nasceu no Funchal, a 2 de abril de 1861, e faleceu na freguesia do Arco

da Calheta, a 23 de maio de 1897. Era filho de João Sardinha e de Maria Luísa de Sousa Sardinha.

Cursou o liceu e o Seminário do Funchal e foi ordenado presbítero a 22 de maio de 1897. Exerceu funções paroquiais nas freguesias de Santana, Faial, Fajã da Ovelha e Arco da Calheta. Paroquiava a freguesia de Santana quando se deram os tumultos populares originados pela eleição das juntas da paróquia e foi ele quem, com a sua eloquência, conseguiu pacificar aquele movimento.

Colaborou na imprensa funchalense com diversos escritos, firmando com as suas composições a fama de homem inteligente e erudito. Foi revisor e redator do jornal religioso *A Verdade* (órgão da Associação Católica do Funchal), no qual publicou as suas poesias.

As capacidades intelectuais e a convicção, apenas ao afinado amor ao estudo, asseguravam esperanças de uma obra de valor deste sacerdote quando, em 1897, contando apenas 36 anos, a morte o surpreendeu na freguesia da Calheta. Tinha uma viva sensibilidade de artista e de poeta, servida por uma inteligência límpida e sólida cultura literária, visível, *e.g.*, nas composições que relatam a consciência da doença, quando os dias da vida lhe fugiam.

As suas qualidades de orador levaram a que proferisse na Sé do Funchal, a 20 de fevereiro de 1884 (e não 1894, como registam os autores do *Elucidário Madeirense*), com apenas 23 anos, uma notável oração, aquando do 6.º aniversário da eleição do Santo Padre Leão XIII, intitulada “Discurso recitado na sala da Associação Catholica do Funchal”, depois editada em folheto na tipografia do *A Verdade* e posta à venda por 100 réis. Nesse discurso, recita Alfredo de Paula Sardinha, após uma introdução de seis páginas: “E hoje, pobre de mim! Ides ouvir, não uma voz que, soando no âmbito desta sala, possa ao depois descer até ao seio de vossos corações para lá se fazer escutar num eco. [...] Mas vim porque uma voz que tem para mim as suavidades da lira que desperta amor; os voos da aguia que não caça nos espaços; os clarões do sol que vivifica e rejuvenesce as almas [...] Sim, a Igreja não morre, porque

a sua doutrina deve perpetuar-se na terra para iluminar ainda a última das nações, o último dos homens. [...] Sim, havemos de combater com a cruz e combater com a valentia do guerreiro, com a intrepidez do mártir, porque o lema da nossa bandeira é: – vencer ou morrer – vencer com a cruz, ou morrer pela cruz” (SARDINHA, 1884). Escreveu ainda, para esse dia assinalado, uma composição intitulada “Poesia dedicada ao Ex.^{mo} prelado”.

Em notícia publicada a 9 de agosto de 1884, naquele jornal católico, revelam-se publicamente os resultados dos exames no Seminário da Diocese, focando os deste aluno do 3.º ano com a avaliação de *Nemine discrepante*, valor dignificante e valorativo, comprovativo da unanimidade pelo merecimento da sua formação e cultura.

No periódico *Serões* de 18 de outubro de 1884, a redação publica um protesto de João António da Silva Vianna, por deturpação do texto de um seu comunicado publicado naquele jornal, tomando como redator Alfredo de Paula Sardinha, que não o era. Sardinha responde de forma imediata, argumentando com diplomacia e delicadeza num artigo que tituló de “Duas palavras”, que termina em tom de perdão.

Nesse mesmo ano, o jornal anteriormente referido faz alusão a um discurso de Alfredo Sardinha aquando das festividades do dia 8 de dezembro, em honra de Nossa Senhora da Conceição, na Associação Católica do Funchal. Descreve-o como magnífico e cativante, digno de calorosos aplausos que espontaneamente brotavam dos lábios dos presentes em face do novo orador. O que leva o diretor do jornal a desejar-lhe que não perca o amor pelo trabalho, que continue a vingar os dotes da alma e do coração, auspiciando que será um dia um grande sacerdote e um excelente colaborador intelectual.

A *Verdade* de 29 de março de 1884 traz uma notícia da redação informando que Alfredo de Paula Sardinha oferecera um exemplar do discurso supramencionado àquela associação, concretamente ao Seminário do Funchal, em testemunho do seu agradecimento para com a

instituição que o educara e onde desenvolvera uma especial afeição ao vice-reitor. O discurso esteve depois à venda na tipografia do jornal. “Moribundo”, “Procissão”, “Juneto a um rio crystallino” e “Hymino a Leão XIII” podem ser também apreciados no jornal católico.

Destaca-se assim o homem religioso, jornalista, pregador e poeta entusiástico, de fina arte oratória, de discurso e lírica morais inspiradoras, cujas composições poéticas “Ecos dum deserto d’África” e “A canção dum cego”, podem ser apreciadas alternadamente em *Musa Insular*, *Flores da Madeira* e *Álbum Madeirense*.

Obras de Mário António: “A canção de um cego”; “Ecos dum deserto d’África”.

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; MARINO, Luís, *Musa Insular: Poetas da Madeira*, Funchal, Eco do Funchal, 1959; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *História Literária da Madeira*, vol. 2, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949; *Id.*, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. II, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1951; SARDINHA, Alfredo de Paula, *Discurso Recitado na Sala da Associação Catholica do Funchal, no Dia 20 de Fevereiro de 1884, 6º Anniversario da Eleição do Santo Padre Leão XIII*, Funchal, Typ. da Verdade, 1884; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, JGDAF, 1965; *A Verdade*, 1875; VIEIRA, Francisco, *Album Madeirense: Poesias de Diversos Auctores Madeirenses Colligidas*, Funchal, Typ. Funchalense, 1884.

HELENA PAULA F. S. BORGES

Antroponímia primitiva, séculos xv e xvi

O estudo da antroponímia primitiva da Madeira (sécs. xv e xvi) fundamenta-se no inventário dos nomes dos primeiros povoadores da Ilha, desabitada no momento do seu descobrimento e cujo povoamento se fez a partir de Portugal continental, nele participando igualmente, devido ao desenvolvimento da produção açucareira, muitos estrangeiros, comerciantes de toda a Europa, e escravos das Canárias e de África. Da documentação mais antiga produzida na Madeira, utilizaram-se cinco fontes documentais diretas: o “Livro dos estimos do ano de 1494” (1962), as *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* (1995), o *Tombo Primeiro da Câmara Municipal do Funchal: Documentos dos Séculos XV e XVI*, os *Livros de Contas da Ilha da Madeira* (1985 e 1989) e os *Livros de Matrícula do Cabido*

da *Sé do Funchal* (1994). Utilizou-se ainda uma fonte indireta para o estudo da antroponímia dos escravos: o inventário dos nomes de escravos do arquipélago da Madeira, a partir de documentos inéditos, apresentado por Alberto Vieira (1991). As fontes utilizadas são constituídas por documentos de natureza notarial, eclesiástica, alfandegária e administrativa. Esta documentação permite obter uma amostragem representativa e fiel, do ponto de vista linguístico, da antroponomástica primitiva da ilha da Madeira.

Tal abordagem contribui para um melhor conhecimento da antroponomástica portuguesa, bem como da história da língua portuguesa, nomeadamente do português da época da Expansão, que foi transplantado para a ilha da Madeira. O material antroponímico dá-nos informações sobre unidades lexicais comuns, que apresentam, muitas vezes, as primeiras atestações na onomástica antiga ou medieval e moderna, e sobre traços linguísticos e dialetais. Os antropónimos podem, assim, fornecer informações linguísticas e culturais importantes sobre a época a que pertencem. As ocorrências dos antropónimos dependem de critérios geolinguísticos, de fatores históricos e culturais, da tradição cristã (nomes de inspiração religiosa) e pagã e da tendência inovadora (resultante da moda ou do gosto dominante na época).

Terminologia antroponomástica

Não se utilizará a terminologia tradicional de Leite de Vasconcelos. Optou-se por uma terminologia posterior, que se julga mais adequada para melhor descrever e classificar as diferentes unidades antroponímicas: a terminologia proposta, ao nível internacional, pelo projeto Patronímica Românica (PatRom) e pelo seu coordenador, o Prof. Doutor Dieter Kremer. Segundo esta nova proposta terminológica, o termo “prenome” designa o primeiro nome, uma vez que o termo “nome próprio” não é o mais adequado, por não ser um termo específico, podendo apresentar um valor genérico não apelativo. O termo “prenome” também não é

o mais adequado para designar os títulos honoríficos, eclesiásticos e académicos, visto que não se trata de unidades antroponímicas propriamente ditas, que por isso podem ser denominadas simplesmente por títulos. Em vez do termo “sobrenome”, usa-se o termo “prenome composto”, por oposição a “prenome simples”, para designar dois elementos antroponímicos que fazem parte do primeiro nome ou prenome, *e.g.*, *João Baptista*, que, neste caso, é uma unidade fixa de origem religiosa. Os prenomes compostos podem ainda ser formados por um prenome seguido de um complemento onomástico, *e.g.*, os nomes que parecem ser motivados por evocações marianas, do tipo *Maria das Neves*. Os prenomes têm um uso estritamente onomástico, embora esporadicamente possam ser de origem lexical (delexicais), pois podem formar-se a partir de lexemas comuns (*e.g.*, o prenome feminino *Branca*), tal como alguns lexemas podem ser formados a partir de prenomes (deonomástica), *e.g.*, *manuelino*, de *Manuel*.

A adoção do termo “prenome” para o primeiro nome leva a utilizar o termo “segundo nome”, em vez de “apelido”, para designar a unidade antroponímica que segue o prenome. O termo “segundo nome” parece mais adequado, por ser simultaneamente mais específico e mais abrangente. O segundo nome tem a função de identificar o indivíduo no seu contexto social e está na base dos nomes de família posteriores, pois pode-se constatar que os segundos nomes individuais se tornaram nomes hereditários ou de família. Ao segundo nome podem seguir-se outros elementos apelativos ou identificativos do indivíduo, um terceiro nome e um quarto nome, que por vezes também se transformam em apelidos de família. Estas unidades constituem, inicialmente, elementos de identificação individual, pois ainda não se tinham fixado como nomes de família, daí ser mais adequada a designação de “segundo”, “terceiro” e “quarto nomes”. Trata-se de termos que permitem dar conta da posição e sequência das unidades antroponímicas na cadeia onomástica. Os segundos, terceiros e quartos nomes podem ser nomes constituídos

por patronímicos (formados a partir dos prenomes), nomes geográficos ou nomes de origem, nomes étnicos, alcunhas e nomes de profissão. Estes últimos três tipos antroponímicos são nomes delexicais, ou seja, nomes retirados do léxico geral.

Nomes

Podemos distinguir três tipos fundamentais de antropónimos: os prenomes e os patronímicos, os nomes geográficos e os nomes delexicais. Os patronímicos têm um interesse morfológico específico, pois prolongam os prenomes, indicando a filiação paterna ou materna (matronímicos). Os nomes de origem representam uma outra categoria de nome, pois são nomes de lugares – macrotoponímica (lugares identificados e habitados) e microtoponímia (designações toponímicas muito circunscritas). Os nomes delexicais integram lexemas étnicos, alcunhas e lexemas de profissões ou ofícios. Ao contrário dos prenomes, que têm a sua origem, geralmente, na tradição e que identificam uma pessoa na família, os nomes delexicais, retirados do vocabulário corrente, identificam e qualificam uma pessoa socialmente. Os nomes delexicais participam dos mesmos processos de formação do léxico comum, estabelecendo uma estreita ligação com ele. O grande grupo dos nomes próprios delexicais é um testemunho precioso da língua falada ou popular da respetiva época e frequentemente permite datar pela primeira vez esse elemento lexical, tendo grande interesse para a história da língua. No entanto, nem sempre é fácil definir o significado concreto de uma alcunha, pois, na maior parte das vezes, não conhecemos a motivação real da denominação e uma interpretação correta apenas pode indicar significações possíveis.

Deste modo, um nome de pessoa ou antropónimo pode ser constituído por várias unidades: nomes (prenomes e patronímicos), nomes de origem (topónimos) e nomes delexicais (nomes étnicos, alcunhas e nomes de profissão), formando uma cadeia onomástica complexa. Os nomes delexicais, por vezes,

substituem os prenomes, o que mostra a grande importância sócio-onomástica destes nomes na identificação dos indivíduos, *e.g.*, *Galeguo*, *Framca*, *Bigode*, *Ouelheyro*. Procuraremos conhecer, através dos antropónimos dos primeiros povoadores portugueses, dos estrangeiros e dos escravos, as unidades antroponímicas mais frequentes que ocorrem nas diferentes fontes consultadas como primeiro, segundo, terceiro e quarto nomes. Neste sentido, classificaremos estas unidades antroponímicas tendo em conta a sua posição, origem, função, motivação e o seu significado em patronímicos, nomes geográficos, nomes étnicos, alcunhas e nomes de profissão. Procederemos ainda à descrição da estrutura fonética, morfológica, sintática, semântica e lexical das unidades antroponímicas estudadas.

Homónimos e variantes

A recolha dos antropónimos nas fontes documentais foi feita com a citação completa da identificação do indivíduo e com a grafia original, procurando eliminar os antropónimos repetidos nos documentos para não falsear os resultados estatísticos; no entanto, conservamos as formas que parecem corresponder a homónimos. Nem sempre é fácil identificar os homónimos. O problema surge em relação a antropónimos como *Joam Anes juiz* e *Joam Anes vereador*. É difícil saber se se trata de um mesmo indivíduo que ora surge designado com um cargo ora com outro, ou se se trata de indivíduos diferentes. Como este nome era muito frequente na época, optamos pela segunda hipótese. O mesmo problema surge em relação aos antropónimos *Fernam Gonçalvez* e *Fernando Gonçalvez*, *Bastiam Fernandez* e *Sebastiam Fernandez*. No caso de *Fernam/Fernando*, pode tratar-se de variantes de um mesmo nome; mais delicado é o caso de *Bastiam/Sebastiam*. Coloca-se ainda o mesmo problema em relação aos antropónimos *Gomez Vinagre*, *Gomez Vinagre procurador* e *Gomez Vinagre procurador do concelho*, *Joam Annes* e *Joam Annes barqueiro*, em que temos antropónimos constituídos apenas pelo primeiro e segundo nomes, e surge um

terceiro nome, que geralmente é um nome de profissão, para melhor identificar o indivíduo ou para o distinguir de outro indivíduo com o mesmo nome. Consideramos, nestes casos, tratar-se de homónimos, ou seja, de pessoas distintas, dada a pobreza antroponomástica dos prenomes masculinos e dos patronímicos correspondentes na época, donde a necessidade de identificação social dos indivíduos, neste caso, através do nome de profissão.

Intervimos em algumas formas linguísticas recolhidas nas fontes documentais para melhor descrever as unidades antroponómicas. Assim, passamos letras minúsculas para maiúsculas em formas que ocorrem como terceiros e quartos nomes, geralmente nomes étnicos e nomes de profissão, embora sabendo que estes nomes delexicais constituem uma identificação suplementar, não sendo antropónimos propriamente ditos, e separamos formas aglutinadas, *e.g.*, *dholiueira* em *d'Holiueira*, *detayde* em *de Tayde*, *Rodrujanes* em *Rodrigu'Janes*, *martimhannes* em *Martimnh'Annes*. No que se refere à representação gráfica, conservamos todas as variantes gráficas, incluindo as grafias *j* longo e *u* por *v*, que não têm valor fonético distintivo, e conservamos também a alternância entre grafias simples e duplas na representação de algumas consoantes.

Prenomes

A atribuição dos prenomes realiza-se com base em fatores extralinguísticos: tradição religiosa, tradição literária e tradição histórica. A preferência de determinado prenome em detrimento de outro varia com o tempo, segundo a moda e a popularidade dos nomes, fazendo com que alguns prenomes sejam muito frequentes, enquanto outros se tornam raros, podendo ser recuperados mais tarde.

Nos documentos consultados, predominam os prenomes de influência religiosa latino-cristãos, como *João*, *Pedro*, *António*, *Manuel*, *Catarina*, *Isabel*, *Beatriz* e *Maria*; seguidos dos prenomes de origem germânica, *e.g.*, *Rodrigo/Rui*, *Afonso*, *Álvaro*, *Fernando* e *Gonçalo*, e dos prenomes de influência literária, nomeadamente

Briolânia (variante gráfica de *Briolanja*), *Galláz*, *Rolam*, *Artur*, *Tristão*, *Policenas*, *Polinarda*, *Heitor*, *Helena*, *Iseu*. Alguns destes nomes são prenomes correntes nos sécs. xv e xvi, devido aos romances de cavalaria. Muitos prenomes de origem literária ou erudita surgem da moda renascentista de recuperar nomes da Antiguidade clássica.

Encontramos prenomes que parecem corresponder a segundos nomes, nomeadamente a forma *Lyam*, que tanto pode ser um prenome como um segundo nome que surge em vez do prenome. As formas *Capellam* e *Cento* surgem em posição de prenome seguidas de outra unidade antroponímica, mas parecem corresponder a segundos nomes de família italiana. A forma *Angriote* poderá também ser um segundo nome, significando “pequeno inglês”, designação atribuída a um estrangeiro e que surge em substituição do prenome.

A forma *Mousen* parece ser um título, como *Mice*, e não um prenome, enquanto a forma *Senhorinha* não é um título, como pode parecer, mas um prenome feminino muito antigo, típico de Portugal. Temos também um grupo de prenomes de origem e formação obscuras, nomeadamente a forma *Anquesa*, que parece apresentar o sufixo *-esa* com um radical de origem obscura. O sufixo *-esa* parece ser frequente na formação dos prenomes femininos da época. Outros prenomes de origem obscura são, *e.g.*, *Meliganda* e *Briones*, formas que não sabemos interpretar, assim como a forma *Belizarda* (provavelmente com a mesma formação do lexema *felizarda*) – seriam prenomes medievais típicos da literatura popular já em extinção? No entanto, não encontramos referência a estas formas no *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, de José Pedro Machado. Quanto ao prenome feminino *Mair*, parece ser um nome judeu. A forma *Alda* parece ser uma forma breve do prenome feminino *Aldonça*, enquanto o prenome masculino *Lopo* é uma forma parcialmente latinizada. É importante referir a evolução separada do lexema *lobo* e da forma antroponímica *Lopo* > *Lopes*.

Os prenomes *Adão* e *Eva*, que raramente ocorrem na antroponímia desta época, surgem

na antroponímia primitiva da Madeira, provavelmente motivados pela colonização do arquipélago, pois estes prenomes parecem ter sido atribuídos às primeiras crianças dos dois sexos nascidas na Ilha, no início do povoamento.

Formas masculinas e femininas

Das três grandes categorias antroponímicas, os prenomes oferecem um grande interesse morfológico, nomeadamente as formas masculinas e femininas. Estas resultam, geralmente, da adaptação morfológica dos prenomes masculinos ao género feminino. Consideram-se assim os prenomes masculinos terminados em *-o* que correspondem a prenome femininos com o morfema flexional *-a*, e.g., *Francisco/Francisca*, *Justo/Justa*, *António/Antónia*, *Lourenço/Lourença*, *Ambrósio/Ambrósia*, *Bernardo/Bernarda*, *Jeronimo/Jeronima*, *Jacinto/Jacinta*, *Leonardo/Leonarda*. No caso de *Barbaro*, a forma masculina é formada a partir do prenome feminino *Barbara*. Consideram-se também os prenomes masculinos que não terminam em *-o* e que correspondem a formas femininas com morfema flexional de género feminino *-a*, e.g., *Felipe/Felipa*, *Andre/Andresa* (a forma feminina é formada a partir da antiga forma masculina *Andres*), *Luis/Luisa*, *Pascoal/Pascoal*. O prenome feminino *Bartolesa*, correspondente à forma masculina *Bartolomeu*, parece surgir por analogia com formas como *Andresa*. As formas femininas *Brasia* e *Tomasia* parecem ser formadas a partir dos prenomes masculinos *Bras* e *Tomas*, respetivamente; quanto às formas *Marcos* e *Marquesa*, são dois nomes absolutamente distintos. E consideram-se, finalmente, os prenomes masculinos terminados em *-ão* que correspondem a formas femininas terminadas em *-ana* ou em *-oa*, e.g., *Bastião/Bastiana*, *João/Joana*, *Julião/Juliana*, *Simão/Simoa*.

Formas proclíticas

Os prenomes apresentam diferentes formas conforme surgem isolados ou em determinadas ligações sintáticas. A fonética sintática faz com que determinados prenomes, quando seguidos de patronímicos começados por consoante, se tornem formas proclíticas, i.e.,

formas tão estreitamente associadas à forma seguinte que perdem o seu acento próprio, sofrendo reduções. Assim, as formas proclíticas são formas reduzidas dos prenomes na sua forma plena, resultantes de fenómenos fonéticos de apócope ou síncope da palavra em próclise. Registamos as formas proclíticas *Mem* de *Mendo*, *Fernam* de *Fernando*, *João* de *Joane*, *Rui* de *Rodrigo* e *Pero* de *Pedro*. Um dos fenómenos de fonética sintática que ocorrem em posição proclítica é a queda da vogal final do prenome, quando seguido de um patronímico começado por vogal, e.g., *Rodrigueannes* de *Rodrigo Eannes*. Observamos que a aglutinação ou contração do prenome com o segundo nome começado por vogal ocorre geralmente com a forma plena do prenome. Embora, em *Pereannes* e *Pealvarez*, tenhamos a forma proclítica *Per'* em elisão com as formas patronímicas *Eannes* ou *Annes* e *Alvarez*, a par com a forma não aglutinada *Pero Annes*.

Formas divergentes

As formas divergentes dos prenomes são formas que, embora apresentando a mesma origem etimológica, sofreram evoluções diferentes, originando formas distintas. As formas divergentes são geralmente formas duplas, com uma forma arcaica por via popular e uma forma restaurada por via erudita. Assim, as formas *Mor* e *Maior* são formas divergentes: *Mor* é a forma popular, enquanto *Maior* é a forma latinizada ou erudita. É interessante constatar que, nos documentos consultados, registamos apenas a forma popular *Mor*.

As formas *Tome/Thomas* parecem ser formas divergentes, que vieram a corresponder a nomes diferentes. Tal como as formas *Antam/Antonio* que, embora tenham a mesma origem etimológica, são formas que sofreram evoluções distintas e passaram a existir como nomes independentes, que correspondem a santos diferentes. As formas *Bastiam* e *Sebastião* também parecem ser formas divergentes, sendo que *Bastiam* é a forma mais frequente; a forma *Bastiana* deriva seguramente da forma masculina *Bastiam*. Encontramos ainda as formas *Adriano/Adrião*, em que a forma *Adriano* parece ser a forma

restaurada por influência erudita da forma popular *Adrião*, forma antiga do galego-português com síncope do *-n-* intervocálico e, consequentemente, nasalização da vogal anterior.

A forma *Romão* surge como prenome no antropónimo *Romão de Frias*. Esta forma parece ser uma forma divergente de *Romano*, que registamos como segundo nome nos antropónimos *Cristiano Romano* e *Julyam Romano*, e que também surge com a forma *Romão*, como terceiro nome, em *Pero de Marne Romão*. Este poderá ser um segundo nome étnico-geográfico, que indica a proveniência estrangeira do indivíduo (de Roma), pois pode tratar-se de um segundo nome que surge como prenome, mas também poderá ser um prenome independente que não corresponde ao segundo e terceiro nomes referidos.

Consideramos também formas divergentes e não independentes os prenomes masculinos que apresentam duas formas: uma terminada pelo morfema flexional de género masculino *-o* e outra terminada pela desinência *-s* do caso nominativo latino. As formas que apresentam o *-s* parecem ser formas restauradas por influência culta ou literária, por oposição às formas vulgares ou populares sem *-s*, que são as mais frequentes, e.g., *Allexo/Alexos*, *Aparicio/Aparicios*, *Domingo/Domingos*, *Giraldito/Giraldos*, *Gonçalo/Gonçalos*, *Joane/Joanes*, *Marco/Marcos*, *Mathia/Matias*, *Mateu/Mateus*, *Rodrigo/Rodrigos*, *Pallo/Pallos*. As formas terminadas pela desinência *-s*, como *Pallos*, que parece ser a forma antiga de *Paulo*, tornaram-se arcaicas e acabaram por desaparecer, com a exceção da forma *Domingos*, que se generalizou, superando a forma *Domingo*. A forma do prenome feminino *Domingas* apresenta a terminação *-s* por analogia com a forma masculina, e a forma do prenome masculino *Amados* pode ser explicada a partir da forma *Amado*, por analogia com outras formas terminadas em *-s*. Os modelos das formas em *-os* não etimológicas parecem ser *Domingos* e *Pa(u)llos*.

Existem três outras formas divergentes dos prenomes: as formas terminadas em *-im*, por tradição culta de importação francesa ou espanhola (e.g., *Martim*, *Agostim* e as formas

estrangeiras *Janim*, *Anequim*, *Valentim*), as formas em *-ino* de influência latina (e.g., *Bernardino*) e as formas em *-inho* de origem popular ou espontânea (e.g., *Agostinho* e *Martinho*). Deste modo, destaca-se a ocorrência das formas divergentes *Martim/Martinho* e *Agostim/Agostinho*. Como já se referiu, as formas terminadas em *-im* serão formas eruditas de importação francesa ou de origem espanhola, por oposição às formas populares portuguesas, terminadas em *-inho* (do sufixo latino *-ino*).

As formas *Belchior* e *Melchior* são formas divergentes, pois *Belchior* é a forma portuguesa da forma primitiva *Melchior*, que pertence ao grupo dos prenomes *Gaspar* e *Baltazar*, os três reis magos; estes prenomes são muitos frequentes naquela época, alternando a sua predominância. Estamos perante variantes em que a alternância entre os fonemas iniciais /m/ e /b/ está possivelmente relacionada com o facto de estes fonemas terem em comum o mesmo ponto e modo de articulação, pois são consoantes oclusivas bilabiais, embora a primeira seja nasal e a segunda oral. A forma *Melchior* apresenta ainda a variante fonética *Melchioll*, em que o /r/ final passa a *l*.

Prenomes compostos e duplos

Na antroponímia primitiva da Madeira, os prenomes compostos e duplos começam a desenvolver-se a partir de fins do séc. XVI e inícios do séc. XVII.

Os prenomes compostos são formados por um prenome associado a um complemento onomástico, que é geralmente um nome religioso. Predominam os prenomes compostos femininos que parecem ser evocações marianas, em que o prenome *Maria* apresenta uma grande flexibilidade combinatória. Assim, os prenomes femininos *Esperança* e *Vitoria* parecem corresponder a formas reduzidas dos nomes marianos *Maria Vitoria* e *Maria Esperança*, respetivamente de *Maria da Vitoria* e *Maria da Esperança*, que são prenomes compostos. Registamos ainda o prenome composto feminino *Catarina da Paz*, que não é um nome mariano. Quanto aos prenomes compostos masculinos, constatamos a predominância do nome *Joam*

como elemento de composição, talvez por ser o prenome mais frequente na época. Registamos as seguintes formas: *Joam dos Santos*, *Guabriel de Santo Antonio*, *Jorge de Sam Bernardino*, *Amador de Sam Francisco*, *Marcos de Sam Joam*, *Joam de Santiago*, *Joam de Santo Esteuom*, *Joam de Fe*, *Joam de Deus*.

Encontramos apenas dois prenomes duplos femininos atribuídos a escravas, nomeadamente *Barbara Francisca* e *Breitis Ines*. Os prenomes duplos distinguem-se dos compostos por serem constituídos por duas unidades independentes. Quanto aos prenomes duplos masculinos que são menos frequentes, verificamos que não temos um elemento predominante na sua composição, embora o primeiro elemento do prenome duplo seja geralmente muito frequente. Apenas registamos como primeiro duplo masculino a forma *Joam Bautista*. Este prenome duplo de influência religiosa surge por vezes reduzido à forma *Baptista*, com elisão do primeiro elemento.

Frequência e caracterização das unidades antroponímicas em fontes documentais dos séculos XV e XVI da ilha da Madeira

Prenomes

No tratamento estatístico dos prenomes, no conjunto das fontes documentais estudadas, registamos 270 unidades antroponímicas diferentes, sendo 152 prenomes masculinos simples, 33 prenomes femininos simples, 64 segundos nomes que surgem como prenomes masculinos, 19 prenomes compostos masculinos, 1 prenome composto feminino e 1 prenome duplo masculino. Verificamos que o prenome masculino mais frequente é *Joam*, com 648 ocorrências (19,44 %), seguido do prenome *Pero*, com 336 ocorrências (10,08 %), e de *Antonio*, com 189 ocorrências (5,67 %); seguem-se os prenomes *Diogo*, com 187 ocorrências (5,61 %), *Francisco*, com 186 ocorrências (5,58 %), *Gonçalo*, com 163 ocorrências (4,89 %), *Manuel*, com 135 ocorrências (4,05 %), e *Rodrigo*, com 126 ocorrências (3,78 %).

Na origem da grande divulgação do prenome masculino *Joam* (com as variantes *Johanne* e

Joham) parece estar o nome do santo e o nome do rei de Portugal. No entanto, a partir da segunda metade do séc. XVI, o prenome *João* apresenta um grande decréscimo. O estudo comparativo do uso dos prenomes por ordem cronológica mostra-nos que os prenomes *Antonio*, *Francisco* e *Manuel* se tornam cada vez mais frequentes, enquanto o prenome *Afonso* é pouco frequente a partir de meados do séc. XVI.

Os prenomes femininos mais frequentes, por ordem decrescente, são: *Catarina*, com 26 ocorrências (0,78 %), *Isabel*, com 20 ocorrências (0,60 %), *Briatiz*, com 17 ocorrências (0,51 %), *Maria*, com 13 ocorrências (0,39 %), *Joana*, com 9 ocorrências (0,27 %), *Lianor*, com 8 ocorrências (0,24 %), *Ines*, com 7 ocorrências (0,21 %), *Mor* e *Ana*, com 5 ocorrências cada (0,15 %), *Fellypa*, com 4 ocorrências (0,12 %), *Crara*, *Francisca*, *Margarida*, *Branca*, *Meçia* e *Barbora*, com 3 ocorrências cada (0,08 %). A predominância do prenome *Catarina*, juntamente com os prenomes *Isabel* e *Briatiz*, que parecem apresentar grande popularidade, poderá explicar-se certamente pela divulgação do nome de santas. Também é patente o elevado número de ocorrências do prenome feminino *Maria*, o que explica o desenvolvimento dos nomes marianos a partir do séc. XVI, tornando-se cada vez mais frequente e sendo atribuído a muitas escravas, ao contrário dos prenomes *Constança* e *Viollamte*, que são pouco frequentes, e *Mor*, que tende a desaparecer.

As percentagens indicadas para os prenomes femininos foram calculadas a partir do total de ocorrências na categoria prenomes (270 unidades antroponímicas diferentes). Na documentação da época, os nomes femininos ocorrem sempre em baixas percentagens, relativamente aos nomes masculinos de povoadores portugueses e estrangeiros, dado que as mulheres não tinham cargos administrativos e só aparecem nos registos históricos como proprietárias quando são viúvas. Apesar disso, esta recolha parece ser uma amostra representativa da onomástica feminina dos sécs. XV e XVI, no arquipélago da Madeira.

Segundos nomes

Os segundos nomes podem ser classificados em patronímicos, nomes geográficos, nomes étnicos, alcunhas e nomes de profissão, segundo

a sua origem, função, motivação e significado. Apesar da grande variedade de nomes geográficos, nomes étnicos e nomes de profissão, predominam claramente, em número de frequência, os segundos nomes que são formas patronímicas.

Patronímicos – As formas patronímicas são formas derivadas dos prenomes, por isso são elementos com origem e função puramente antroponímicas. Os patronímicos apresentam as três formas seguintes:

Primeiro, formas patronímicas por sufixação, geralmente com o sufixo *-ici* > *-izi* > *-iz* > *-ez* > *-es*. Muito se tem discutido sobre a origem do sufixo patronímico *-ici*. Leite de Vasconcelos refere a origem pré-latina deste elemento morfológico, que substitui a tradicional forma genitiva latina de indicar a filiação. O sufixo *-ici* é característico das formas patronímicas desde a mais antiga tradição. Trata-se de uma forma que se tornou átona *-ici* > *-iz(i)*, surgindo correntemente como *-ez* e ocasionalmente com a variante *-az* (*Garcia* > *Garciaz* e *Garces*) e *-oz* (*Muñoz*). Não há muitas formas em *-az* e cada uma tem a sua explicação: *Dias* (átono) < *Didaci* (genitivo); *Vaz* (< eventualmente do genitivo *Vaasqui* < *Vasco*, não de *Velasqui*); *Forjaz* (< provavelmente do genitivo *Froilanis*). Leite de Vasconcelos defende ainda a existência de formas patronímicas que recebiam inicialmente os sufixos *-uz* e *-oz*, e.g., *Domingoz* do prenome latino *Dominicus* e *Nunoz* do prenome latino *Nunnus*, que foram substituídas por formas com o sufixo *-ici*, tendo dado as formas *Nunes* de *Nun-ici* e *Domingues* de *Dominic-ici*. No entanto, parece pouco provável que tenham existido formas patronímicas do tipo **Dominguz* e **Nunoz*, porque o sufixo *-ici* era de facto o mais usado para indicar a filiação, tanto nas formas resultantes de prenomes pré-latinos como nas resultantes de prenomes latinos e germânicos latinizados. Leite de Vasconcelos afirma que o sufixo *-ici* tende a introduzir-se mesmo nos casos em que a vogal final do prenome não o favorece, como em *Guma* > *Gum-ici* > *Gum-izi* > *Gum-iz* > *Gum-ez* > *Gom-es*. Contudo, parece pouco provável que esta seja uma forma derivada de *Guma* (que seria **Gumão*, **Gumaz*). *Gomes* é uma forma

que surge simultaneamente como prenome e como patronímico e, por isso, não parece ser uma forma derivada com o sufixo patronímico *-ici*. A forma *Aires* (de *Arias*) é também uma forma não derivada que surge como prenome e como patronímico. Esta forma, ao contrário de *Gomes*, ainda no séc. XXI ocorre como prenome masculino.

Segundo, formas patronímicas, por posição, iguais aos prenomes. No caso do antroponímico *Joham Afonso Moleiro*, a forma *Afonso* parece ser uma forma patronímica por posição, mas também pode ser o segundo elemento de um prenome duplo *Joham Afonso*. Nos antroponímicos femininos: *Mor Lourença*, *Margarida Antonia*, *Catherina Simoa* e *Catherina Francisca*, o segundo elemento destes nomes pode corresponder a formas patronímicas por posição feminizadas, que concordam em género com o prenome feminino. Mas trata-se, certamente, de prenomes duplos femininos, porque não nos parece usual, na época, a ocorrência de feminizações de formas patronímicas, e sabemos que na altura se desenvolvem as formas dos prenomes duplos. As formas *Afonso*, *Duarte*, *Luis*, *Manuel*, *Vicente* são formas patronímicas por posição, uma vez que não apresentam formas patronímicas correspondentes com o sufixo *-ez*. Registamos ainda as formas *Garcia* e *Antonio*, que também são formas patronímicas por posição, apresentando, no entanto, formas patronímicas correspondentes com o sufixo *-es*. *Garces* e *Antunes*, embora estas sejam formas pouco frequentes.

Terceiro, excepcionalmente, uma forma patronímica constituída pelo prenome do pai com o sufixo diminutivo *-inho*, na forma *Gonçalinho*, que parece indicar a filiação paterna, significando “filho de Gonçalo”.

Encontramos formas patronímicas duplas, nomeadamente *Vaz/Vasques*, *Rodriguez/Ruiz*, *Eanes/Anes*, *Pires/Peres*. A forma *Vaz* pode ser simplesmente a forma proclítica de *Vasco* que passa a apelido. A existência da forma patronímica *Ruiz* parece resultar da agregação da desinência patronímica à forma proclítica *Rui* (tratada como se fosse uma forma plena), enquanto as formas patronímicas duplas *Eanes/*

Anes (que apresentam ainda a variante *Enes*) e *Pires/Peres* parecem resultar de alterações fonéticas de uma mesma unidade antroponímica.

De acordo com Leite de Vasconcelos, até ao séc. XII, o patronímico era suficiente para identificar os indivíduos, juntamente com o prenome. A partir de fins do séc. XII e inícios do séc. XIV, teria começado a desenvolver-se o recurso a nomes geográficos (nomes de origem), alcunhas (sobrenomes) e nomes de profissão para identificar os indivíduos, evitando a homonímia. A existência da homonímia devia-se, principalmente, à pobreza onomástica dos prenomes masculinos, que originava patronímicos comuns a diferentes indivíduos sem relação de parentesco entre si. A necessidade de recorrer a novos elementos identificativos surgiu, provavelmente, nos grandes centros populacionais. Em finais do séc. XV e inícios do séc. XVI, os patronímicos teriam já perdido o seu valor indicativo de filiação, passando a meros apelidos de família. Para melhor identificar um indivíduo, passou-se a juntar ao nome a indicação da sua terra ou proveniência, uma alcunha ou um nome de profissão, que com o tempo também se fixaram como apelidos ou nomes de família.

Na antroponímia primitiva da Madeira, predominam claramente os segundos nomes que correspondem a formas patronímicas. Estas apresentam um elevado número de ocorrências em comparação com a frequência das restantes formas, apesar de apenas se terem registado, no conjunto das fontes documentais, 46 unidades patronímicas diferentes, o que representa um número muito reduzido em relação à diversidade dos nomes geográficos, nomes étnicos, nomes de profissão e alcunhas. Assim, as ocorrências mais frequentes dos segundos nomes são todas formas patronímicas. Em primeiro lugar, temos o segundo nome *Gonçalvez*, com 196 ocorrências (9,80 %); em segundo lugar, o segundo nome *Eannes*, com 184 ocorrências (9,20 %); em terceiro, o segundo nome *Fernandez*, com 174 ocorrências (8,70 %); seguem-se as formas *Afonso*, com 152 ocorrências (7,60 %), *Rodriguez*, com 149 ocorrências (7,45 %), *Alvarez*, com 127 ocorrências (6,35 %), e *Vaaz*, com 107 ocorrências (5,35 %).

Verifica-se que o segundo nome patronímico *Eanes*, muito frequente em finais do séc. XV, praticamente não ocorre nas fontes documentais a partir da segunda metade do séc. XVI. Este decréscimo do segundo nome *Eanes* parece acompanhar a redução da frequência do prenome *João*. Deste modo, os segundos nomes patronímicos *Fernandez* e *Gonçalvez* tornam-se mais frequentes do que a forma patronímica *Eannes*, nas fontes documentais da segunda metade do séc. XVI. Outros segundos nomes patronímicos registados como mais frequentes são: *Diaz*, *Gomez*, *Lopez*, *Martjnz* e *Pirez*.

Das 541 unidades antroponímicas diferentes que ocorrem como segundos nomes, em que, como se mostrou, predominam largamente as formas patronímicas, os segundos nomes não patronímicos mais frequentes são os nomes geográficos *Ferreira* e *Porto*, entre outros, e o nome étnico-geográfico *Frances*.

Nomes geográficos – Os nomes de origem geográfica ou toponímica indicam a naturalidade ou residência dos indivíduos. Na segunda metade do séc. XV, muitos nomes geográficos, que inicialmente indicavam a proveniência geográfica, teriam já sido fixados como nomes de família. Os nomes geográficos eram associados, frequentemente, aos nomes nobres, indicando posse de terra, e quando associados a nomes que não pertenciam à nobreza designavam naturalidade ou residência originária, permitindo identificar os indivíduos deslocados para novas povoações ou regiões, como é o caso do povoamento da ilha da Madeira.

Podemos classificar os nomes geográficos ou nomes de origem quanto à sua proveniência em três tipos:

Primeiro, nomes geográficos de proveniência estrangeira que indicam a naturalidade dos estrangeiros, *e.g.*, *Cremona*, *França*, *Florença*, *Castela*.

Segundo, nomes geográficos de proveniência portuguesa que correspondem a topónimos do território continental português, fornecendo informações sobre a origem regional dos primeiros povoadores portugueses, *e.g.*, *Moura*, *Almada*, *Abrantes*, *Barcelos*, *Porto*, *Beja*, *Vila Viçosa*, *Braga*, *Vila Real*.

Terceiro, nomes geográficos correspondentes a topónimos da ilha da Madeira, que parecem indicar a residência dos primeiros povoadores no arquipélago, *e.g.*, *Calheta, Funchal, Caniço, Machico, Camara de Lobos, Ribeira Brava, Fajãa d'Houelha, Ponta do Sol*.

Os nomes geográficos são formas simples ou compostas que são geralmente precedidas da preposição *de*, porque, inicialmente, ocorriam como complementos locativos introduzidos por preposição, indicando a posse de terras dos nobres e a proveniência ou residência dos indivíduos. Mas, à medida que se vão fixando como nomes hereditários, os nomes geográficos têm tendência a perder a preposição. A omissão das preposições parece indicar a perda da noção de proveniência geográfica destes nomes, embora, em certos casos, a preposição tenha sido conservada até ao séc. XXI. Assim, um nome geográfico pode ocorrer sem preposição porque surge desde o início sem preposição ou porque a preposição desaparece em época muito antiga. Na antroponímia primitiva da Madeira, predominam os nomes de origem geográfica antecidos de preposição, *e.g.*, *do Porto, de Moura, de Florença*. Alguns nomes geográficos apresentam alternância entre ausência e presença de preposição, *e.g.*, *de Viveiros* e *Viveiros*. Outros nomes de origem ocorrem sempre sem preposição, *e.g.*, *Carvalho, Pereira, Nogueira, Loreda, Tavares*, estes são, geralmente, nomes de origem botânica, ou seja, nomes botânico-geográficos.

Nomes étnicos – Os nomes étnicos têm a mesma função que os nomes geográficos, ou seja, indicam geralmente a naturalidade dos indivíduos, mas distinguem-se morfológicamente, uma vez que eram primitivamente adjetivos étnico-geográficos. Leite de Vasconcelos classifica estes adjetivos como alcunhas geográficas, dado que morfológicamente os nomes étnicos se aproximam das alcunhas, pois recebem flexão em género e número e podem ser antecidos de um artigo definido com valor individualizante. Optou-se por considerar os nomes étnicos como um grupo à parte, independente do grupo dos nomes geográficos e das alcunhas.

Nas fontes documentais consultadas, predominam os nomes étnico-geográficos atribuídos a estrangeiros que indicam a nacionalidade destes, substituindo muitos nomes próprios estrangeiros, *e.g.*, *Allemam, Bretam, Caluino, Castelhana/Castilhanha, Carmones, Escorcio/Escorcía, Framengo, Frolemtym, Frances, Galego/Gallega, Genoés, Lombardo, Imgres, Marcheno, Pisano, Romano, Toscana, Valenciano*. Encontrou-se apenas um nome étnico-geográfico atribuído a um povoador português, que indica a sua proveniência regional dentro do território continental português: *Algaruio*. Aparecem alguns nomes étnicos atribuídos, principalmente, a escravos, que indicam a sua cor e a sua raça, *e.g.*, *Mourisquo, Mouro, Mulata/Mulato, Negro, Preta/Preto*. Regista-se ainda o nome étnico *Judeu*, possivelmente atribuído a um estrangeiro.

Os nomes étnico-geográficos podem substituir o nome completo dos indivíduos, *e.g.*, *o Galego* em vez de *Joam Anes Galego*. Nestes casos, o artigo definido individualizante antecede o nome, concordando com este em género. Temos também o caso do nome étnico-geográfico *o Castelhana*, que surge como terceiro nome, depois de um segundo nome, antecido do artigo definido também com valor individualizante ou distintivo: *Joam Afonso o Castelhana*. Os nomes étnico-geográficos, tal como as alcunhas, aceitam alteração morfológica em género, conforme o sexo dos indivíduos, *e.g.*, nas formas: *Galego/Galega, Mulato/Mulata, Preto/Preta*. Os nomes étnico-geográficos constituem uma categoria especial, pois possibilitam pesquisas sócio-históricas como a proveniência regional dos povoadores portugueses, as diferentes etnias dos escravos e a nacionalidade dos estrangeiros residentes e estantes na ilha da Madeira.

Alcunhas – As alcunhas ou sobrenomes são, inicialmente, atributos individuais com pleno sentido, que identificam socialmente os indivíduos. Estes elementos identificativos de origem popular podem ser efémeros (apodos) ou tornar-se fixos e hereditários, perdendo o seu significado inicial. As alcunhas apresentam uma grande riqueza e diversidade, surgindo como segundos, terceiros e quartos nomes.

Nem sempre é fácil determinar, com rigor, qual o real significado das alcunhas, o que, por vezes, dificulta a sua classificação semântica. Não obstante, optou-se por classificar as alcunhas em cinco grupos:

Primeiro, as alcunhas propriamente ditas, alusivas a características físicas e morais dos indivíduos e a qualidades expressas indiretamente através de metáforas com animais e plantas, *e.g.*, *Barba*, *Belo*, *Bexigoso*, *Bicudo*, *Bigode*, *Delgado/Delgada*, *Feo/Fea*, *Manco*, *Matoso*, *Penteado*, *Pestana*, *Rosado*, *Casto*, *Folgado*, *Forrão*, *Leal*, *Mansinho*, *Maosinho*, *Camelo/Camela*, *Cordeiro/Cordeira*, *Leytam/Leytoa*, *Lobo*, *Pinto/Pinta*, *Raposo*, *Sardinha*, *Barbuzano*, *Botelho/Botelha*, *Castanheiro*, *Farinha*, *Leite*, *Nabo*, *Pimenta*.

Segundo, as alcunhas alusivas aos hábitos de vestuário, origem social e outras particularidades individuais, *e.g.*, *Barreto*, *Calçado*, *Fidalgo/Fidalga*, *Agosto*, *Borrvalho*, *Caiado/Caiada*, *Gago*, *Homem*, *Riquo*.

Terceiro, as alcunhas indicativas de relações de parentesco, estado civil e outras situações familiares, *e.g.*, *Bastardo*, *Colaço/Colaça*, *Furtado/Furtada*, *Neto*, *Sobrinho*, *Casado*, *Orfoom*.

Quarto, as alcunhas provenientes de cognomes ou epítetos com valor distintivo, distinguindo geralmente dois membros de uma família com o mesmo nome, *e.g.*, *Grande*, *Moço*, *Novo*, *Pequeno*, *Velho*.

Quinto, as alcunhas de significado obscuro, *e.g.*, *Abrea*, *Anrulho/Anrulha*, *Baldaia*, *Balmeidão*, *Barzuegas*, *Basantes*, *Borio*, *Cotiço*, *Cree*, *Cambalacho*, *Escoreio*, *Masa*, *Mayuto*, *Pigarro*, *Tyrytyro*, *Zuzuegues*. Poder-se-ia ter optado por registar estas formas de classificação difícil numa lista à parte, mas elas foram incluídas no grupo das alcunhas por parecer provável que sejam formas que surgem originariamente como alcunhas.

As alcunhas são nomes delexicais, ou seja, nomes formados a partir do vocabulário comum. Sabemos que determinado nome pode ter, consoante o contexto linguístico, valor corrente ou valor antroponímico. Quanto ao valor semântico ou motivacional das alcunhas, apenas se podem levantar algumas hipóteses explicativas para a atribuição de certos nomes a determinados indivíduos. Assim, a alcunha

proveniente do nome delexical *Cabelo* pode ter uma aplicação metafórica com o significado de delgado ou magro, mas pode também ter a ver com o aspeto do cabelo. No caso do nome *Velho*, a motivação parece ser mais simples e imediata, pois este nome apresenta o significado do lexema comum, podendo fazer referência à idade, ao aspeto físico e à sabedoria do portador, ou ainda à sua posição na genealogia familiar, quando dois indivíduos (*e.g.*, pai e filho) são portadores do mesmo nome, opondo-se o *Velho* ao *Moço* ou *Novo*.

Em relação à sua estrutura morfológica e sintática, as alcunhas sofrem os mesmos processos de composição e derivação que o léxico geral (nomes e adjetivos), originando a formação de novas palavras. Assim, as alcunhas apresentam cinco estruturas morfossintáticas:

A primeira é concernente às alcunhas fráasicas que são formas compostas, geralmente formadas por verbo mais objeto, *e.g.*, *Buscarroido*, *Brita Calçadas*, *Matassete*.

A segunda, às alcunhas que são formas compostas, formadas por nome mais adjetivo, adjetivo mais nome ou nome mais complemento determinativo, *e.g.*, *Boom Viagem* e *Byco de Bulhefre*.

A terceira, às alcunhas correspondentes a lexemas básicos, nominais ou adjetivais, *e.g.*, *Barba*, *Coxo*, *Velho*, *Neta*, *Furtada*, *Amo*, *Grande*, *Pequeno*, *Moço*. Trata-se de cognomes ou epítetos que geralmente distinguem homónimos, sendo por isso originalmente antecidos por um artigo definido com valor individualizante. Estas alcunhas também ocorrem em substituição do nome completo do indivíduo, *e.g.*, o *Coxo* por *João Rodrigues Coxo*. A presença do artigo definido parece indicar que a alcunha ainda ocorre como atributo com significado pleno, enquanto a sua ausência pode ser um indicativo de que a alcunha já se tornou um segundo nome hereditário, pois os artigos tendem a ser suprimidos quando as designações deixam de ser individualizantes.

A quarta, às alcunhas com formas derivadas por sufixação, *e.g.*, *Barboso*, *Cochinho*, *Paginho*, *Bocarro*, *Peixoto*, *Chamiço*. Trata-se de lexemas comuns, com o sufixo diminutivo *-inho*

em *Cochinho* (forma derivada de *Coxo*), *Paginho* (que parece ser a forma diminutiva de *Pagem*), *Mansinho* (forma derivada de *Manso*) e *Maosinho* (forma derivada de *Mau*); o sufixo aumentativo *-arro* na forma *Bocarro* (que parece ser uma forma derivada de *Boca*); o sufixo *-oto* em *Peixoto* (que parece ser uma forma derivada de *Peixe*); o sufixo *-iço* em *Chamiço* (que parece ser uma forma derivada de *Chama*); e o sufixo *-oso* em *Barboso*, forma derivada de *Barba*, embora a sua classificação possa ser duvidosa.

A quinta, às alcunhas provenientes de construções sintáticas elípticas, geralmente introduzidas por uma preposição, *e.g.*, *dos Vinhos*, *dos Bois*, *das Vacas*, *dos Banhos*, *do Trauto*. Contudo, é necessário distinguir expressões como *da Mulata*, *da Rosa*, *da Neta*, *da Furtada*, onde parece estar subentendida a palavra “filho”, indicando filiação materna.

As alcunhas sofrem adaptação morfológica segundo o sexo dos indivíduos aos quais são atribuídas. As formas femininas das alcunhas são geralmente nomes feminizados, que resultam da adaptação das alcunhas dos maridos que são atribuídas às mulheres. Assim, a *Coelha* é a mulher do *Coelho*; por isso, ainda no séc. XXI, o nome hereditário de família é a forma masculina e a forma feminina desapareceu. Ao morfema flexional de género masculino *-o* corresponde, normalmente, o morfema flexional de género feminino *-a*, *e.g.*, nas formas: *Camelo/Camela*, *Botelho/Botelha*, *Coelho/Coelha*, *Mourato/Mourata*.

Nomes de profissão – Os nomes de profissão, tal como as alcunhas, são nomes delexicais que estabelecem uma íntima relação entre o léxico comum e os antropónimos. Assim, temos nomes de profissão ou ofício e de cargos que surgem como segundos, terceiros e quartos nomes, *e.g.*, *Adargueiro*, *Afilador*, *Alealdador*, *Alfaiate*, *Almotace*, *Almoxarife*, *Amo*, *Barbeiro*, *Boticairo*, *Calceteiro*, *Malheiro*, *Doceiro*, *Porqueiro*, *Sapateiro*; e temos ainda, excepcionalmente, nomes de objetos relacionados com o trabalho, ou seja, nomes associados a profissões, *e.g.*, *Caldeira*, *Machado/Machada*.

Os nomes de profissão apresentam geralmente o sufixo *-eiro*, *e.g.*, *Albardeiro/Albardeira*,

Burzigueiro, *Calceteiro*, *Canavieiro*, *Carcereiro*, *Carniceiro*, *Carpinteiro*, *Caldeireiro*, *Caixeiro*, *Carreiro*, *Carreteiro*, *Cerieiro*, *Columbreiro*, *Confeiteiro*, *Escumeiro*, *Ferreiro*, *Malheiro*, *Pedreiro*, *Picheleiro*, *Porqueiro*, *Quadrilheiro*, *Sapateiro*, *Serralheiro*, *Tanoeiro*, *Vinhateiro*. As formas dos nomes de profissão com o sufixo *-ador* são menos frequentes, *e.g.*, *Ferrador* e *Serrador*. Regista-se um caso de alternância entre os sufixos *-eiro* e *-ador*, nas formas *Alealdadeiro* e *Alealdador*.

Terceiros nomes

As ocorrências dos terceiros nomes são muito reduzidas em relação às ocorrências dos segundos nomes. Em terceira posição na cadeia antroponímica, predominam os nomes de profissão ou ofício e de cargos. Seguem-se as alcunhas, os nomes geográficos e os nomes étnicos. Ao contrário dos segundos nomes, em que predominam as formas patronímicas, apenas se encontraram três formas patronímicas que são terceiros nomes, com uma ocorrência cada: *Diaz*, *Gonçalves* e *Soares*. Trata-se de um número muito reduzido, quando comparado com o número de frequências das outras formas antroponímicas que surgem como terceiros nomes.

No tratamento estatístico dos terceiros nomes, no conjunto das fontes documentais, registam-se 371 unidades antroponímicas diferentes. Em primeiro lugar, por ordem de frequência, temos o terceiro nome *Mercador*, com 61 ocorrências (3,05 %); em segundo lugar, a forma *Espruam*, com 51 ocorrências (2,55 %); em terceiro, a forma *Alfaiate*, com 27 ocorrências (1,35 %) e a forma *Vendedeira*, com o mesmo número de ocorrências; seguem-se as formas *Sapateiro*, com 26 ocorrências (1,30 %), *Tabaliam*, com 25 ocorrências (1,25 %), *Veador*, com 22 ocorrências (1,10 %), *Jujz*, com 21 ocorrências (1,05 %), *Moleiro* e *Barqueiro*, com 19 ocorrências cada (0,95 %). Como se pode constatar, predominam claramente os terceiros nomes que correspondem a nomes de profissão ou ofício e a cargos.

Quartos nomes

Nas fontes documentais consultadas, apenas se encontram 36 unidades antroponímicas que ocorrem como quartos nomes, o que

representa um número muito pequeno relativamente aos segundos e terceiros nomes. Trata-se de um resultado normal, uma vez que é pouco frequente, nos sécs. xv e xvi, a ocorrência de quartos nomes na cadeia antroponímica. Em primeiro lugar, em número de frequência, temos como quarto nome a forma *Espruam*, com 8 ocorrências (11,95 %); em segundo lugar, a forma *Mercador*, com 6 ocorrências (8,96 %); em terceiro lugar, *Allealdador*, com 4 ocorrências (5,97 %). Verifica-se que os quartos nomes, quando ocorrem, correspondem geralmente a nomes de profissão ou ofício e de cargos, tal como os terceiros nomes. No entanto, é interessante constatar que o nome geográfico *do Porto* ocupa uma posição predominante, com 4 ocorrências, a par com o nome de profissão *Allealdador*. Temos ainda, como quarto nome mais frequente, o nome étnico-geográfico *Genoves* e a alcunha *Velho*, com duas ocorrências cada (2,99 %).

Procedeu-se, pois, à segmentação das cadeias antroponomásticas dos nomes dos primeiros povoadores portugueses, dos estrangeiros e dos escravos, em prenomes, segundos nomes, terceiros nomes e quartos nomes, apresentando as estatísticas por ordem decrescente de frequências das unidades antroponímicas predominantes. O tratamento estatístico dos prenomes masculinos e femininos nas diferentes fontes documentais permite observar que, em fins do séc. xv, predominam os prenomes masculinos *Joam* e *Pero* e os prenomes femininos *Catarina* e *Isabell*. A partir de meados do séc. xvi, *Antonio* e *Francisco* tornam-se os prenomes masculinos mais frequentes, sendo *Maria* o prenome feminino predominante, enquanto o prenome *Mor* parece cair em desuso.

No tratamento estatístico dos segundos nomes dos povoadores portugueses predominam claramente as formas patronímicas, sendo que os escravos apresentam geralmente os segundos nomes patronímicos dos seus proprietários. Seguem-se, em número de frequência, os nomes geográficos ou de origem, os nomes étnico-geográficos, sobretudo atribuídos aos estrangeiros, e as alcunhas. Quanto aos terceiros e quartos nomes, predominam os nomes

de profissão, ofício ou cargo. Trata-se de nomes delexicais que identificam socialmente os indivíduos e que, muitas vezes, se fixam na cadeia antroponímica como nomes hereditários ou nomes de família.

Os nomes geográficos dos primeiros povoadores portugueses apresentam grande interesse linguístico, pois permitem identificar a proveniência regional e dialetal dos colonizadores do arquipélago da Madeira. Assim, verifica-se que no povoamento da ilha da Madeira participaram povoadores de todas as regiões de Portugal, mas principalmente do Norte, da região de Entre Douro e Minho. Esta constatação tem importantes implicações no estudo dos dialetos, da etnografia e da história madeirenses. Os segundos nomes dos estrangeiros que se fixaram na Ilha, sobretudo Italianos (genoveses e florentinos), Franceses, Castelhanos e Flamengos, mas também Ingleses e Alemães, atraídos pela riqueza do comércio açucareiro, também apresentam grande importância e interesse histórico e cultural, na medida em se tornaram nomes característicos de famílias da ilha da Madeira, nomeadamente *Betencourt*, *Doria* e *Drumond*.

A antroponomástica do arquipélago da Madeira começa a ser fixada definitivamente a partir do séc. xvi, com a criação dos primeiros registos paroquiais, que datam de 1539. Apesar de não haver registos paroquiais dos primórdios do povoamento da ilha da Madeira, verifica-se que a maior parte dos prenomes e nomes de família presentes no começo do séc. xxi já surge nos documentos mais antigos redigidos na Ilha, nos sécs. xv e xvi, fontes documentais que permitem conhecer a antroponímia primitiva da Madeira.

Bibliog.: CASTRO, Ivo, "A investigação antroponímica em Portugal", in *Actes du 1er. Colloque du Dictionnaire Historique des Noms de Famille Romans*, Tübingen, Max Niemeyer, 1990, pp. 10-13; COSTA, J. Pereira da, *Livros de Matrícula do Cabido da Sé do Funchal: 1538-1558*, Funchal, CEHA, 1994; *Id.*, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV*, Funchal, CEHA, 1995; *Id.*, e PEREIRA, F. Jasmim, *Livros de Contas da Ilha da Madeira: 1504-1537*, vol. i, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1985; *Id.*, *Livros de Contas da Ilha da Madeira: 1504-1537*, vol. ii, Funchal, CEHA, 1989; GONÇALVES, Iria, "Amostra de antroponímia alentejana do século xv", *Do Tempo e da História*, vol. iv, 1971, pp. 173-212; KREMER, Dieter (coord.), *Dictionnaire Historique de l'Anthroponymie Romane (PatRom): Présentation d'Un Projet*, Tubingen, Max Niemeyer Verlag, 1997; MACHADO, José Pedro, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Horizonte/Confluência, 1984;

MELO, L. F. Cardoso de Sousa, "Tombo primeiro do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal", *Arquivo Histórico da Madeira*, vols. xv-xix, 1972-1990; NUNES, Naidea Nunes, *Antroponímia Primitiva da Madeira (Séculos XV e XVI)*, Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 1996; *Id.*, "Alguns aspectos da antroponímia primitiva da Madeira (séculos xv e xvi): os nomes geográficos e a origem geográfico-dialectal do povoamento do arquipélago da Madeira", *Islenha*, n.º 20, jan.-jun. 1997, pp. 93-102; *Id.*, "Os prenomes de escravos na antroponímia primitiva da Madeira (séculos xv a xvii)", in *Actas do XIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. II, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 1997, pp. 219-231; *Id.*, "Les noms de métiers de la production sucrière dans l'anthroponymie primitive de l'île de Madère (xv^{ème} et xvi^{ème} siècles)", in *Actas do XX Congresso Internacional de Ciências Onomásticas*, A Coruña, Universidade de Santiago de Compostela, 2002, pp. 1525-1540; *Id.*, "Alcunhas e nomes geográficos na literatura regional madeirense", in *Novi te ex Nomine. Estudos Filológicos Oferecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2004, pp. 509-517; *Id.*, "Les noms géographiques historiques et actuels à l'île de Madère", in *Atti del XXII Congresso Internazionale di Scienze Onomastiche*, Pisa, Edizioni ETS, 2010, pp. 275-288; *Id.*, e KREMER, Dieter, *Antroponímia Primitiva da Madeira e Repertório Onomástico Histórico da Madeira (Séculos XV e XVI)*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1999; RAU, Virginia, e MACEDO, Jorge de, "Livro dos estimos do ano de 1494", in *O Açúcar da Madeira nos Fins do Século XV: Problemas de Produção e Comércio*, Funchal, JGDAF, 1962, pp. 47-98; VASCONCELOS, J. Leite de, *Antroponímia Portuguesa: Tratado Comparativo da Origem, Significação, Classificação, e Vida do Conjunto dos Nomes Próprios, Sobrenomes, e Apelidos, Usados por Nós desde a Idade-Média até hoje*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928; VIEIRA, Alberto, *Os Escravos no Arquipélago da Madeira: Séculos XV a XVII*, Funchal, CEHA, 1991.

NAIDEA NUNES

Apoios comunitários

A partir de 1986, a Madeira passou a contar com um instrumento importante para o seu desenvolvimento: os apoios financeiros comunitários. Foi a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) que permitiu à Madeira realizar as obras necessárias para superar as assimetrias de uma região periférica. As medidas de correção dos desequilíbrios internos de desenvolvimento e a política de coesão comunitária foram asseguradas pelos quadros comunitários de apoio (I QCA 1989-1993 e II QCA-1994-1999) e pelo fundo de coesão, para além de outros apoios no âmbito dos diversos programas comunitários, como o PEDAD, o FEDER, o POSEIMA (1992), o FEOGA ou o FSE.

No sentido de facilitar a informação, damos conta das principais linhas por que se regeram estes fundos e os mecanismos de financiamento, documento que enquadró o conjunto da ajuda estrutural comunitária a Portugal, nos períodos de programação 1989-1993 (Quadro Comunitário de Apoio (QCA) I), 1994-1999 (QCA II) e 2000-2006 (QCA III). O Quadro

Comunitário de Apoio (QCA) foi o resultado de um processo de negociação entre a Comissão Europeia e as autoridades nacionais e assentou nas propostas apresentadas à mesma Comissão, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional, elaborado em estreita articulação com um processo de planeamento mais vasto, consubstanciado no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES). Tendo por base o objetivo geral do acréscimo de produtividade, enquanto condição necessária para a recuperação do atraso estrutural de Portugal, foram definidos, para o QCA III, três domínios prioritários de intervenção: a valorização do potencial humano, o apoio à atividade produtiva e a estruturação do território. Este apoio comunitário foi antecedido por outro documento apresentado pelos Estados membros à Comissão, através do qual é assegurada a coerência da intervenção dos fundos, com as orientações estratégicas da CEE em matéria de coesão, depois de identificadas as articulações entre as prioridades da Comunidade e o programa nacional de reformas. Trata-se do documento de referência para o estudo da programação dos fundos estruturais e do fundo de coesão, no qual o Estado membro apresenta a estratégia nacional e os temas prioritários escolhidos para a intervenção dos fundos. Este é sistematizado, através da criação de Programas Operacionais Temáticos e de Programas Operacionais Regionais, para as regiões do continente e para as duas regiões autónomas. Nele são também instituídos Programas Operacionais de Assistência Técnica ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

A partir de 1989, a Região Autónoma da Madeira (RAM) pôde contar com o Programa Operacional Plurifundos – Região Autónoma da Madeira (POPRAM) (1989/...), um programa integrado de desenvolvimento regional suportado financeiramente pelos quatro fundos estruturais (FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP). Este programa tem sido um dos principais instrumentos de prossecução da estratégia de desenvolvimento da RAM, através do aproveitamento das características e potencialidades da

mesma. De acordo com a Lei 42/98, de 6 de agosto de 1998, os projetos municipais têm, respeitando este plano, o financiamento de 30 % do Orçamento da RAM.

A partir de 1957, surgiram diversos fundos de financiamento. Criado nesse ano pelo Tratado de Roma, o Fundo Social Europeu (FSE) (1957/...) é o instrumento financeiro da União Europeia (EU) para apoio ao emprego e à formação profissional nos Estados membros e à promoção da coesão económica e social. É um instrumento de ajuda comunitária e de cooperação no desenvolvimento dos Estados ACP (África, Caraíbas e Pacífico) e dos Países e Territórios Ultramarinos (PTU), sendo estabelecido por cinco anos. Desde 1975, apoia a realização de infraestruturas e investimentos produtivos geradores de emprego, nomeadamente destinados às empresas. Destina-se a promover o investimento e a contribuir para reduzir os desequilíbrios entre as regiões da UE. Os financiamentos prioritários visam a investigação, a inovação, as questões ambientais e a prevenção de riscos, enquanto os investimentos em infraestruturas continuam a ter um papel importante, nomeadamente nas regiões menos desenvolvidas.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) (1959/...) é o instrumento da ajuda comunitária de cooperação no desenvolvimento dos Estados ACP e dos países e territórios ultramarinos (PTU), sendo estabelecido por cinco anos e apoia, desde 1975, também, a realização de infraestruturas e investimentos produtivos geradores de emprego, nomeadamente destinados às empresas.

Os Fundos Estruturais e o Fundo de Coesão são os instrumentos financeiros da política regional da UE, cujo objetivo é reduzir as diferenças de desenvolvimento entre as regiões e os Estados membros, construindo assim, plenamente, uma coesão económica, social e territorial. Existem dois Fundos Estruturais: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), desde 1975, e o Fundo Social Europeu (FSE), instituído em 1957. Para acelerar a convergência económica, social e territorial, a UE instituiu, em 1994, um Fundo de Coesão.

Este fundo destina-se aos países cujo produto interno bruto (PIB) médio, por habitante, é inferior a 90 % da média comunitária. O Fundo de Coesão tem por finalidade conceder financiamentos a favor de projetos de infraestruturas, nos domínios do ambiente e dos transportes. Contudo, o apoio deste fundo está sujeito a determinadas condições. Se o défice público de um Estado membro beneficiário exceder 3 % do PIB nacional (regras de convergência da União Económica e Monetária), nenhum novo projeto será aprovado enquanto esse défice não estiver novamente sob controlo.

Neste quadro, temos de considerar os financiamentos específicos, como o POSEIMA (1991/...), um regime específico de abastecimentos criado pelo Conselho das Comunidades Europeias, pela Decisão n.º 91/315/CE, a 26 de junho de 1991. Em vigor desde 1 de julho de 1992, este regime consiste num programa de ações específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade dos Açores e da Madeira, nomeadamente no que respeita à isenção de direitos à importação direta, para ambos os arquipélagos, dos produtos por ele abrangidos (trigo mole panificável, trigo mole forrageiro, centeio, cevada, malte, sorgo, triticale, milho, sementes de girassol, sementes de soja, trigo duro, sêneas de trigo, sêneas de outros cereais, arroz branqueado, azeite, açúcar bruto de beterraba, açúcar bruto de cana), quando oriundos de países terceiros, ou à concessão de uma ajuda financeira, quando o abastecimento se faz a partir dos países da CEE.

A partir de 1993, surgiu o Fundo de Coesão (1993/...), instituído para acelerar a convergência económica, social e territorial da UE. No período de 2007-2013, este fundo apoiou ações, no âmbito do Objetivo “Convergência” da política de coesão reformada, destinadas a acelerar a convergência das regiões e dos Estados membros menos desenvolvidos, através da melhoria das condições de crescimento e de emprego, contribuindo para o reforço da coesão económica e social da CE.

Ao nível da RAM, deveremos destacar o INTERVIR+ (2007/...), o Programa

Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão C (2007) 4622 de 5 de outubro de 2007 e que tem por objetivo assegurar o crescimento da economia regional, o emprego, as políticas de proteção do ambiente, a coesão social e o desenvolvimento territorial. Este programa é cofinanciado pelo FEDER. Destaque ainda para o programa Rumos – Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM, cuja versão final foi aprovada, pela Comissão Europeia, a 26 de outubro de 2007.

Para o sector primário, a Madeira dispõe, desde 1 de janeiro de 2007, do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), criado para aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal, melhorar o ambiente e a gestão do espaço rural, apoiando o ordenamento do território, e promover a qualidade de vida e a diversificação das atividades económicas nas zonas rurais. A reforma da Política Agrícola Comum (PAC), de junho de 2003 e de abril de 2004, definiu este fundo, instituído pelo Regulamento (CE) 1290/2005, para reforçar a política de desenvolvimento rural da UE. O FEADER é, juntamente com o FEAGA (Fundo Europeu Agrícola de Garantia), um dos dois instrumentos de financiamento da PAC que substituem, desde 1 de janeiro de 2007, o FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola) – secção Orientação e o FEOGA – secção Garantia, respetivamente.

De referir ainda o Fundo Europeu das Pescas (FEP), que foi criado para o período 2007-2013 e previa ajudas financeiras, a fim de facilitar a aplicação da Política Comum da Pesca e apoiar as reestruturações necessárias ligadas à evolução do sector.

Outro dos apoios comunitários de que a RAM dispõe é o já referido Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) (1972/...). Os objetivos da sua criação foram orientar e melhorar as condições de produção e comercialização dos produtos agrícolas, através de financiamento às transformações estruturais da agricultura e das políticas de intervenção e suporte de preços.

A partir da década de 1920, começa a sentir-se a preocupação do Estado pela valorização do turismo. Deste modo, por dec. de 17 de outubro de 1920, foi criada a Administração Geral das Estradas e Turismo, que integra a Repartição do Turismo. Já na década de 1950, foi também criado o Fundo de Viação e Turismo (1956?/?), com o objetivo de promover e desenvolver este sector em Portugal. Em 1956, com a Lei 2082, as competências em matéria de turismo passaram para o Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo. Surge também nesta época o Fundo de Turismo, para o fomento do mesmo.

A integração de Portugal na CEE, e consequentemente da RAM, permitiu o usufruto de diversos apoios comunitários que visavam, na sua generalidade, dotar os territórios com as infraestruturas e os recursos necessários para impulsionar o seu desenvolvimento, permitindo a convergência para os padrões médios verificados em território comunitário. Estes apoios materializaram-se através da transferência de verbas da Comunidade para a RAM, que, em 1986, ano da adesão à UE, apresentava um nível de atraso considerável.

Para o período compreendido entre 1989 e 1993, a RAM beneficiou de 211.934 milhões de euros, através do POPRAM, inserido no QCA I, e resultantes do FEDER, cuja participação orçava nos 179.052 milhões de euros, e do FSE, com 32.342 milhões de euros. Os valores assumem particular importância quando considerados em conjunto, com a comparticipação da despesa pública efetuada, circunstância em que o programa é avaliado em 301.157 milhões de euros. Cabe destacar que, para este período, foram efetuados investimentos que permitiram a constituição da Zona Franca do Caniçal, o aproveitamento de fins múltiplos da Ribeira de Socorridos e a ampliação do Aeroporto de Santa Catarina, assumindo este último, pela importância do sector turístico na economia regional, particular relevo.

Para o período 1994-1999, o QCA II contemplou novamente a RAM com diversas ajudas, sendo que, para este caso, o POPRAM II incluiu quatro fundos: o FEDER, o FSE, o FEOGA e o

IFOP (Instrumento Financeiro de Orientação e Pesca), que, na totalidade, assumiram o valor de 447.919 milhões de euros. O compromisso nacional, garante da coresponsabilização dos investimentos, permitiu que o programa ascendesse aos 633.628 milhões de euros. A ajuda comunitária viabilizou projetos tão importantes como a via rápida, a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra, o Complexo Científico e Tecnológico da Penteada e a ampliação do aeroporto da Madeira.

O QCA III (2000-2006) estava assente em diversos apoios, *e.g.*, os destinados especificamente às regiões ultraperiféricas, advindos através do enquadramento em eixos prioritários do Plano de Desenvolvimento Regional de Portugal (PDR) e do Fundo de Coesão.

O plano era suportado por quatro fundos comunitários: FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP. Pela sua dimensão, pela complementaridade dos objetivos traçados, assim como pelo valor dos fundos, este plano foi o instrumento principal para a prossecução dos objetivos definidos no PDES (Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico e Social). O documento apresentava, na sua parte inicial, o panorama regional, nomeadamente a ultraperifericidade da RAM; a estrutura da sua população, tendencialmente jovem, mas com qualificações abaixo da média nacional e comunitária; a importância do sector terciário, especialmente da atividade turística, na sua economia; os problemas de competitividade, evidenciados pela baixa produtividade do fator trabalho; além de outros indicadores desfavoráveis onde, apesar de serem assinaladas as questões nas quais a Madeira ainda apresentava sinais de atraso, é feita uma ressalva na qual é destacada a evolução favorável vivenciada na RAM.

O POPRAM III definia diversos objetivos específicos, que, por sua vez, estavam integrados em três grandes objetivos: reforçar a competitividade e o posicionamento geoestratégico da economia madeirense, promover o emprego e a empregabilidade do potencial humano e assegurar a melhoria da qualidade de vida e preservar os valores ambientais. Em consonância com as orientações estratégicas definidas

no documento, foram estabelecidos dois eixos prioritários, que incluíam, em si, medidas que possibilitariam as atuações projetadas: o desenvolvimento de uma plataforma de excelência euro-atlântica e a consolidação da base económica e social da RAM. O documento debruçava-se ainda na apresentação de medidas a tomar, no objetivo para cada uma dessas medidas e no valor proporcional da despesa pública que serviria para a concretização das mesmas, além dos fundos que lhe dariam apoio.

O POPRAM III apresentava, como montante total de participação comunitária, o valor de 704.71 milhões de euros, repartidos da seguinte forma: pelo FEDER, com 504.08 milhões de euros, assumindo o papel preponderante e representando cerca de 71,53 % do total dos fundos; pelo FSE, com 100.82 milhões de euros e uma importância relativa de 14,31 %; pelo FEOGA-O, cujo valor proporcional se fixava nos 11,33 %, com um valor absoluto de 79.85 milhões de euros; e pelo IFOP, com uma participação de 2,83 %, correspondente a 19.96 milhões de euros. De destacar que, além do valor total dos fundos acima apresentados, estava prevista no documento uma participação pública nacional de cerca de 382 milhões de euros. De igual forma, era apresentada uma divisão do valor dos fundos, consoante os eixos prioritários definidos. Para o eixo n.º 1, Desenvolvimento de uma Plataforma de Excelência Euro-Atlântica, estavam alocados 363.60 milhões de euros em fundos, provenientes do FEDER e do FSE; para o eixo n.º 2, Consolidação da Base Económica e Social da Região, o valor dos fundos comunitários ascendeu aos 338.69 milhões de euros, respeitantes ao FEDER, ao FEOGA e ao IFOP.

Apesar de ter sido idealizado de modo a terminar no ano de 2006, foi concedido ao programa POPRAM III um período complementar que o estendeu até ao primeiro semestre de 2009. Este alargamento do prazo deu-se porque foi prorrogada a data de elegibilidade das despesas autorizadas para Portugal. É importante ressaltar que a avaliação intercalar do programa, efetuada em 2003, modificou

os valores previstos para o conjunto dos fundos. Na generalidade, o valor aumentou, pois o somatório do valor dos fundos ascendia aos 741.45 milhões de euros, representando um incremento de cerca de 5 %.

Quanto à distribuição do valor pelos fundos, o FEDER, o FSE e o FEOGA-O viram os seus valores aumentar, enquanto para o IFOP o valor diminuiu. O montante para cada um dos fundos passava a ser de 521.71 milhões de euros para o FEDER; de 110.32 milhões de euros para o FSE; de 91.95 milhões de euros para o FEOGA-O; e de 17.46 milhões de euros para o IFOP.

Relativamente aos indicadores de execução, cabe destacar o número de candidaturas submetidas, que se fixou em 6582, sendo que 78 % das mesmas foram aprovadas. No que concerne aos fundos comunitários, entre 2000 e 2009, o montante total aprovado ascendeu aos 794.470 milhões de euros, o que se traduz em 107 % do valor programado. A despesa validada situou-se nos 765.53 milhões de euros, enquanto a despesa certificada se fixou nos 687.08 milhões de euros, representando, respetivamente, 103 % e 93 % do valor projetado aquando da revisão intercalar. Em relação à despesa pública validada e à despesa pública certificada (em termos de despesa pública), os valores fixaram-se em 1200.17 milhões de euros e 1071.19 milhões de euros, respetivamente.

Segundo o relatório final do POPRAM III, a prorrogação concedida foi fundamental para que os fundos disponíveis fossem absorvidos na íntegra. Os anos 2008 e 2009 foram responsáveis por uma parte importante dos valores executados do programa, sendo que, em termos de fundos, representaram 15 % e, em termos de despesa pública, cerca de 16 %.

No relatório final de execução, são apresentados os denominados “Casos de boas práticas”, que constituem projetos tão diversos como a criação do Porto de Recreio da Calheta, a aquisição do navio *Lobo Marinho*, responsável pelas ligações entre a ilha da Madeira e a ilha do Porto Santo, e a abertura de uma farmácia na localidade do Curral das Freiras. Para

o período compreendido entre 2007 e 2013, e em concordância com os propósitos traçados no QREN, foram lançados vários programas que visavam permitir a prossecução do objetivo da Competitividade Regional e do Emprego. De destacar o Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social – Rumos e o Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial – Intervir+, financiados pelo FSE e pelo FEDER, respetivamente.

Apesar de o programa Intervir+ estar assente nos fundos decorrentes do FEDER, é feita uma ressalva no documento que lhe serve de apoio, onde se justifica aquilo que se considera ser uma penalização relativamente ao valor total dos fundos, inferior ao verificado no QCA III. Esta diminuição é legitimada pelo alto nível de desenvolvimento da RAM, assim como pelo alargamento da UE. Deste modo, é assumida a importância e necessidade de absorver o maior montante possível decorrente do Fundo de Coesão.

Este programa operacional definiu seis eixos prioritários: (I) Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento; (II) Competitividade da Base Económica Regional; (III) Desenvolvimento Sustentável; (IV) Coesão Territorial e Governança; (V) Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferia; e (VI) Assistência Técnica. No que respeita ao financiamento do programa, o valor total ascendeu a cerca de 449.953 milhões de euros, sendo que 123.404 milhões provieram da contrapartida nacional e 320.549 milhões do FEDER, o que representa um financiamento comunitário na ordem dos 71,24 %. Dos eixos prioritários definidos, o eixo IV foi aquele que absorveu a maior parte dos fundos, com 71.343 milhões de euros, ou seja, 22,3 % do montante total. Todavia, o eixo prioritário V foi aquele que alocou a maior parte do financiamento total, com 132.649 milhões de euros, representando 29,5 % do valor total do programa. Contudo, e apesar desta realidade, este eixo prioritário foi aquele que apresentou a menor percentagem de cofinanciamento, em termos de apoios comunitários, tendo-se fixado em 50 %.

Os dois grandes projetos submetidos à aprovação foram a construção da via expresso São Jorge-São Vicente e a remodelação do aproveitamento hidroelétrico da Serra de Água.

O programa Intervir+ foi sujeito a duas reprogramações, uma em 2011, na qual o valor da participação nacional foi reduzido em cerca de 12 milhões de euros, e uma outra em 2012, em que 10 milhões de euros do FEDER transitavam para o programa Rumos. A participação nacional também diminuiu, passando para 109.423 milhões de euros, valor que podia parcialmente advir de financiamento do Banco Europeu de Investimento, que, para a altura, estimava a concessão de 5 milhões de euros em empréstimos. Por outro lado, o programa Rumos definiu três eixos prioritários: (I) Educação e Formação; (II) Emprego e Coesão Social; e o eixo relativo à Assistência técnica do próprio programa (III).

Como é possível verificar pelos eixos prioritários delineados, o programa Rumos tinha uma forte incidência no desenvolvimento da formação das pessoas, nomeadamente através de objetivos que passavam pelo aumento da qualidade dos sistemas de formação e educação, pelo combate ao insucesso escolar, pela promoção da formação ao longo da vida e pelo aumento dos níveis de formação da população da RAM.

O financiamento do programa, por meio do FSE, estava orçado em 125 milhões de euros, havendo uma comparticipação nacional de 31.05 milhões, perfazendo um total de financiamento do programa de 156.05 milhões de euros. A maior parte do FSE estava destinada à prossecução dos objetivos traçados no domínio do eixo estratégico I, com 91.7 milhões de euros, embora, tanto para este eixo como para o eixo II, o cofinanciamento fosse igual a 80 %.

Na sequência da operacionalização do programa Rumos, decorreram duas reprogramações, uma em 2011 e outra no ano seguinte. Para o ano de 2011, os montantes do FSE e da comparticipação nacional aumentaram, respetivamente, para cerca de 125.379 e 31.147 milhões de euros. No ano seguinte, o valor fixado para o FSE foi de aproximadamente 135.379 milhões de euros, decorrente da

transferência do programa Intervir+, aumentando, de igual forma, a comparticipação nacional para 33.646 milhões de euros.

Para o período 2007-2013, a RAM contou com outros apoios comunitários que foram formalizados em programas que delinearam certas especificidades, como o POV (Programa Operacional Temático de Valorização do Território), no seu eixo V, financiado em 100 milhões de euros pelo FEDER; O PCT-MAC (Programa de Cooperação Transnacional Madeira, Açores e Canárias), cujas verbas ascendiam aos 5.2 milhões de euros, provenientes do FEDER; os programas PRODERAM (Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira) e Madeira + Rural, financiados pelo FEADER; e o programa PROMAR Madeira – Programa Operacional de Pescas 2007-2013.

Os apoios comunitários concedidos ao longo dos anos não tomaram a forma única através dos fundos estruturais, embora sejam estes os que assumiram os valores mais significativos. A RAM foi contemplada, a partir de 1994, com a quota-parte dos Fundos de Coesão atribuída pela República, que, por sua vez, os obteve por pertencer ao leque de nações com níveis de desenvolvimento abaixo da média comunitária. Além do Fundo de Coesão, cabe destacar a relevância de outros incentivos através de programas focados na modernização do comércio, como o PROCOM (Programa de Apoio à Modernização do Comércio), e os apoios para colmatar os custos decorrentes da insularidade, *e.g.*, o POSEIMA (Programa de Opções Específicas para o Afastamento e Insularidade da Madeira e Açores).

Bibliog.: impressa: GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA, POPRAM 1 – *Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira, 1990-1993*, Funchal, Governo Regional da Madeira, 1990; *Id., Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira, 1994-1999*, Funchal, Governo Regional da Madeira, 1994; *Id., Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira, 2000-2006*, Funchal, Governo Regional da Madeira, 2000; *Id., Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira – Revisão Intercalar*, Funchal, Governo Regional da Madeira, 2004; **digital:** GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA, *Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM (2007-2013): Reprogramação (Aprovada pela Comissão Europeia em 9.12.2011)*, s.d.: http://www.idr.gov-madeira.pt/portal/ficheiros/intervir/Intervir_Reprogramacao_2011.pdf (acedido a 29 jun. 2015); *Id., Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM (2007-2013): Reprogramação (Aprovada pela Comissão Europeia em 17.12.2012)*, s.d.:

http://www.idr.gov-madeira.pt/portal/ficheiros/rumos/Rumos_Reprogramacao_2012.pdf (acedido a 29 jun. 2015); *Id., Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM (Intervir+)*, s.d.: <http://www.idr.gov-madeira.pt/portal/Ficheiros/intervir/intervir.pdf> (acedido a 29 jun. 2015); *Id., Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM (Intervir+)* (2007-2013); *Reprogramação (Aprovada pela Comissão Europeia em 10.12.2012)*, s.d.: http://www.idr.gov-madeira.pt/portal/ficheiros/intervir/Intervir_Reprogramacao_2012.pdf (acedido a 29 jun. 2015); *Id., Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM (2007-2013); Reprogramação (Aprovada pela Comissão Europeia em 9.12.2011)*, s.d.: http://www.idr.gov-madeira.pt/portal/ficheiros/rumos/Rumos_Reprogramacao_2011.pdf (acedido a 29 jun. 2015); *Id., Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM (Rumos)*, s.d.: <http://www.idr.gov-madeira.pt/portal/Ficheiros/rumos/rumos.pdf> (acedido a 29 jun. 2015); *Id., Relatório Final de Execução Quadro Comunitário de Apoio III Portugal 2000-2006. POPRAM III – Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira*, s.d.: http://www.idr.gov-madeira.pt/portal/Upload/Anexos/POPRAM-III_Rel_Final%20internet.pdf (acedido a 29 jun. 2015).

† ALBERTO VIEIRA
SÉRGIO RODRIGUES

Apostolado/pastoral de rua

O evangelista São João põe na boca de Jesus esta afirmação: “Eu sou o bom pastor” (Jo 10, 11). Ao recorrer à bem conhecida figura do “pastor”, Jesus reivindica para Si este mesmo título e, em poucas palavras, sintetiza o sentido da sua ação e o horizonte da sua missão.

Mais tarde, após a ressurreição, o mesmo Jesus confiará a Simão Pedro, um dos seus discípulos, a mesma tarefa: “Apascenta as minhas ovelhas” (Jo 21, 16). Se tivermos em conta que aqui a pessoa de Pedro representa toda a Igreja, segue-se que a missão de “apascentar” não lhe foi confiada a ele como tarefa pessoal e exclusiva, mas na medida em que personifica a missão e a tarefa da Igreja inteira, testemunha e também continuadora da ação de Jesus Cristo.

Falar de “pastoral” é, pois, referir-se à tarefa fundamental da Igreja, na continuidade da única missão de Cristo, que é para os crentes a encarnação de Deus-pastor no meio do seu povo. Numa perspetiva cristã e eclesial, a “pastoral” refere-se, antes de mais, à ação que é chamada a tornar concreta em cada tempo a presença salvadora de Deus em Jesus Cristo. Trata-se de uma ação que não está reservada aos tradicionais “pastores”, no sentido de ministros ordenados (bispos, presbíteros e diáconos), mas, pelo contrário, diz respeito a todos os batizados, tornados participantes da única missão de Jesus Cristo.

Além disso, não é possível neste campo uma separação clara do sobrenatural das realidades naturais (terrenas). Na verdade, esta ação a que os cristãos são chamados não pode abstrair da história da humanidade nem da vida concreta das pessoas. Pelo contrário, ela tende a impregnar todas as suas dimensões.

É em razão desta atenção à vida concreta que habitualmente se acrescenta ao termo “pastoral” um qualificativo, que de alguma forma explicita o campo próprio em que uma ação eclesial se insere. Falamos, então, de “pastoral familiar”, “pastoral catequética” ou “pastoral social”; na “pastoral social” incluímos a “pastoral operária”, a “pastoral da saúde”, a “pastoral sócio-caritativa”, a “pastoral da mobilidade humana” e ainda a “pastoral de rua”.

A pastoral de rua – expressão cunhada no Brasil – refere-se ao trabalho feito pela Igreja junto das populações que fazem da rua o local habitual e, por vezes, exclusivo do seu quotidiano. É o caso dos chamados sem-abrigo. Segundo os bispos brasileiros, “a Pastoral de Rua desenvolve a sua missão sendo presença junto à população de rua, reconhecendo a sua dignidade e descobrindo os sinais de Deus presente em sua história” (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, *DHNet*, 2001, 12).

No contexto português e madeirense, inclui-se no âmbito da pastoral de rua o trabalho da Igreja com as crianças e adolescentes da rua, bem como a pastoral junto das vítimas da prostituição, para além de outras possíveis situações. Trata-se de um vasto leque de pessoas, de ambos os sexos e de todas as idades, tendo em comum o facto de terem na rua o seu local habitual de vida e, muitas vezes, de trabalho. Trata-se de um fenómeno iniciado em finais do séc. xx e característico dos meios urbanos, sobretudo das cidades de grande e média dimensão, onde a solidariedade entre vizinhos e a experiência de proximidade quase desapareceram.

Para os que fazem da rua a sua morada habitual, tal facto revela e, ao mesmo tempo, amplia a experiência da exclusão. Este processo de exclusão manifesta-se em aspetos exteriores

bem visíveis (sujidade, decadência física, perda de capacidades relacionais), mas também, e sobretudo, em profundas marcas interiores: “a exclusão afeta, sobretudo, a psicologia da pessoa, o seu mundo interior” (BUSQUETS, 2007, 9). Para o ser humano, não ter uma casa (ou tê-la perdido) é mais do que uma simples realidade exterior. Segundo o mesmo autor, pode-se mesmo apontar para uma tríplice dimensão de perda: a dimensão física (não ter um lugar onde abrigar-se), a dimensão afetiva (não ter um lugar onde ser reconhecido) e a dimensão simbólica (não ser de nenhum lugar).

Quando pensamos nos milhões de pessoas para quem a rua é o local habitual e muitas vezes único da vida, de imediato nos vem à memória o nome de duas personalidades marcantes do séc. xx, personalidades diversas entre si e no modo como enfrentaram este drama, mas que têm em comum o facto de colocarem no coração das suas preocupações e da sua ação humanitária precisamente estas “pessoas da rua”: M.^ª Teresa de Calcutá e Abbé Pierre.

Teresa de Calcutá (1910-1997), cujo nome de batismo era Agnes Gonxhe Bojaxhiu, foi uma religiosa católica de origem albanesa, nascida na cidade de Skopje e falecida em Calcutá, Índia. Ficou mundialmente conhecida pelo seu trabalho junto dos “últimos” da cidade de Calcutá: os leprosos e doentes de SIDA, entre outros, e os que eram abandonados ou literalmente despejados na rua (bebés, crianças, idosos, mulheres grávidas, moribundos). Aí fundou, no ano de 1950, a Congregação das Missionárias da Caridade, aprovada pela Santa Sé em 1965, que depois se difundiu em todo o mundo. Em Portugal, existiam, em 2015, três comunidades: uma em Setúbal – a primeira a ser fundada em Portugal, no ano de 1982, a convite do bispo local, D. Manuel Martins – e as outras duas em Lisboa e em Faro.

Quanto ao sacerdote francês Henri-Antoine Groués, universalmente conhecido como Abbé Pierre, nasceu em Lião (1912) e faleceu em Paris (2007). O seu nome está ligado ao Movimento de Emaús, que fundou em 1949 (embora afirmasse que não o fundara, apenas sabia quando tinha começado). Com efeito,

em novembro desse ano, quando em Paris milhares de sem-abrigo e de vítimas da recente guerra tiritavam de frio, deu-se o encontro entre o Abbé Pierre e Georges Legay, um desesperado da vida e suicidário, a quem o primeiro disse: “Eu não posso ajudar-te, nem dar-te nada. Mas tu podes ajudar-me a ajudar os outros”. Deste encontro, nascerá uma profunda amizade entre ambos, que vai perdurar até à morte de George em 1966; e nasce também o Movimento Emaús, que depois se espalhou pelo mundo; em 2015, havia dois grupos deste movimento em Portugal: um no Porto e outro em Caneças, perto de Lisboa.

O nome escolhido é inspirado no episódio dos discípulos de Emaús, os quais, no meio do desencanto e da dor que os consumia pelo que havia sucedido a Jesus, não deixam de acolher o desconhecido que os acompanhara: “Fica connosco, Senhor, porque anoitece” (Lc 24, 29). O acolhimento é a “marca da casa” dos Companheiros de Emaús, movimento aconfessional e apolítico, cuja finalidade última é ajudar a sair da solidão, da pobreza e da situação de exclusão.

No campo da pastoral de rua, há em Portugal três referências obrigatórias. Em primeiro lugar, a figura do P.^º Américo Monteiro de Aguiar (1887-1956), conhecido simplesmente como P.^º Américo, e a Obra da Rua (popularmente conhecida como Casa do Gaiato), por ele fundada, em 1940, sob o lema: “Obra de rapazes, para rapazes, pelos rapazes”. É provável que a passagem do P.^º Américo pela Madeira (antes ainda de ter entrado no seminário), onde trabalhou como empregado da Casa Blandy, lhe tenha permitido conhecer o trabalho do P.^º Laurindo (ver mais adiante), e que tal facto o tenha inspirado à criação da sua Obra. O segundo grupo de relevo, pela dimensão e o alcance do trabalho realizado, é a Comunidade Vida e Paz; criada em 1989, em Lisboa, é uma associação que tem como missão acompanhar e ajudar, por diversas formas, os sem-abrigo da capital. A terceira referência vai para a associação O Ninho, que existe em Portugal desde 1967 (segundo o modelo da sua congénere francesa) e que tem por

objetivo a promoção humana e social de mulheres vítimas de prostituição.

Centrando-nos agora na pastoral de rua na Diocese do Funchal, vamos considerar o período que vai desde o último quartel do séc. XIX aos começos do séc. XXI. Começaremos com a obra da Ir. Wilson e concluiremos com uma referência aos grupos de apoio aos sem-abrigo da cidade do Funchal. Pelo meio, focamos a vida e obra do P.^e Laurindo, e referiremos a importância do Movimento de Apostolado das Crianças (MAC).

Façamos um breve enquadramento histórico. No dia 15 de maio de 1891, o Papa Leão XIII tornava pública a famosa encíclica *Rerum Novarum*, documento que é apontado como o ponto de partida da sistematização do pensamento social católico posterior e considerado um dos pilares da doutrina social da Igreja.

À época, a Diocese do Funchal tinha como pastor D. Manuel Agostinho Barreto (bispo entre 1876 e 1911), que se empenhou na formação dos sacerdotes (reformulou o ensino do antigo seminário e mandou erguer o Seminário da Encarnação) e em outros campos da ação pastoral. Prestou, igualmente, grande atenção à educação e formação dos fiéis, particularmente das crianças: “a preocupação profunda pela educação do seu povo, desde a mais tenra infância, levou-o a criar uma rede escolar na diocese. Neste campo foi um autêntico pioneiro. Em muitos lugares, algumas vezes remotos e pobres, surgiram as escolinhas de São Francisco de Sales, onde milhares de crianças viriam a aprender as primeiras letras” (GOUVEIA, 2014, 23).

Poucos anos após a sua chegada à Madeira, desembarcava no Funchal Mary Jane Wilson, jovem enfermeira inglesa que acompanhava uma cidadã britânica vinda para a Madeira à procura de alívio para a enfermidade de que padecia. Tendo esta senhora regressado a Inglaterra algum tempo depois, a enfermeira permaneceu.

Mary Jane Wilson (1840-1916) nasceu na Índia, então colónia britânica, sendo batizada e educada religiosamente na Igreja Anglicana,

até que, adolescente, foi para o Reino Unido. Por volta dos 17 anos, começa a questionar-se em matéria religiosa, acabando por se aproximar da Igreja Católica; e, a 11 de maio de 1733, aos 33 anos, na pequena cidade de Boulogne-sur-Mer, no Norte da França, recebeu o batismo sob condição e foi plenamente aceite na Igreja Católica.

Para a plena adesão ao catolicismo, terá contribuído o encontro com uma senhora de Saboia, que a convidou a ler as obras de São Francisco de Sales, bispo de Genebra do início do séc. XVII, sepultado na cidade de Annecy. Este santo notabilizou-se pelo cuidado na formação humana e espiritual do seu rebanho, num contexto de luta contra as doutrinas e as ideias saídas da Reforma protestante, triunfante em Genebra, que tinha obrigado à clandestinidade, à fuga e, por vezes, à morte dos que quiseram permanecer católicos. Ora, o bispo do Funchal, ao criar as referidas “escolinhas”, vai colocá-las sob a proteção de São Francisco de Sales. Por outro lado, D. Manuel Agostinho Barreto nota imediatamente que Mary Jane Wilson era a pessoa ideal para levar a bom termo o seu projeto de escolarização e de formação humana e espiritual da infância e da juventude madeirenses.

Refira-se que, desde a sua chegada à Ilha em 26 de maio de 1881, se dá uma perfeita integração da jovem enfermeira, quer na Igreja, quer na sociedade madeirense. Por isso, Mary Jane irá tornar-se, aos poucos, a grande colaboradora do bispo diocesano. Na feliz síntese de D. Maurílio de Gouveia, esta conjugação de esforços é possível porque “o coração de Mary Jane está aberto aos mais variados problemas, a todo o género de sofrimentos materiais, espirituais, vocacionais e familiares” (*Id.*, *Ibid.*, 52).

Esta atividade pode ser considerada uma antecipação da pastoral de rua, no sentido em que já no final do séc. XIX existiam muitos dos problemas que hoje se colocam a esse tipo de população: muitas crianças que, na cidade como nos campos, viviam numa profunda miséria, sem acesso à escolarização nem aos

cuidados mínimos de higiene e saúde; muitos órfãos e uma grande pobreza, também entre os adultos (devido à tuberculose e a outras doenças, para as quais não existia cura), etc.

A primeira iniciativa de Mary Jane Wilson, pouco tempo após ter chegado ao Funchal, terá sido iniciar o trabalho com crianças abandonadas na zona chamada Torreão, próxima do lugar onde posteriormente se ergueu uma estátua em sua homenagem. Trabalho que vai continuar e alargar-se durante as três décadas e meia que viveu na Madeira, e que será depois continuado pelas Irmãs Franciscanas de N.^a Sr.^a das Vitórias, instituto por ela fundado e que se espalhou por diversos países, nos cinco continentes. Pode-se afirmar que muito do que foi feito no campo da escolarização, da saúde e da formação humana e cristã, na Madeira e no Porto Santo, a partir dos anos 80 do séc. XIX, ficou a dever-se ao trabalho e à dedicação da Ir. Wilson (a quem, carinhosamente, chamavam “boa mãe”) e das Irmãs Vitorianas, suas discípulas e continuadoras.

Expulsa de Portugal em outubro 1910, na sequência da Instauração da República e da aplicação da lei proibindo as congregações religiosas, a Ir. Wilson voltaria à Madeira passado pouco mais de um ano. Encarregada pelo bispo diocesano da formação de alguns rapazes em vista do sacerdócio (o Seminário havia sido igualmente encerrado), a essa missão consagrou os últimos anos de vida, no Convento de S. Bernardino, em Câmara de Lobos, onde viria falecer a 18 de outubro de 1916.

No ano em que morria a Ir. Wilson, começava a trabalhar na pastoral da rua do Funchal o P.^o Laurindo Leal Pestana. Nascido na freguesia de São Pedro, Funchal, a 17 de janeiro de 1883 e ordenado sacerdote em 1906, o P.^o Laurindo foi primeiro cura e, quatro anos mais tarde, pároco de Santa Maria Maior, sendo nomeado a 29 de setembro de 1915.

Rapidamente se apercebeu da situação de abandono e de miséria em que se encontravam tantas crianças e jovens a quem faltava uma família, bem como alimentos e educação,

e a quem começou a dedicar os seus esforços. Recorda uma parente direta que, “ao anoitecer, ia o P.^o Laurindo até à beira-mar, ali pelo Almirante Reis e a Lota, onde varavam barcos de pesca, pois sabia que muitos rapazes, não tendo onde dormir, aproveitavam o interior dos barcos” (CALDEIRA, 1999, 94). Começou por acolhê-los na casa paroquial, junto à igreja do Socorro, onde lhes oferecia abrigo e os alimentava. Mas o que o P.^o Laurindo pretendia era dar àqueles rapazes uma formação que os preparasse para a vida. Foi assim que concebeu a ideia de criar uma escola de artes e ofícios.

Entretanto, também havia raparigas da paróquia que precisavam de ajuda. O P.^o Laurindo começa por reuni-las numa casa da rua da Boa Viagem, mas, pouco depois, graças a uma doação da condessa de Torre Bela, a Qt. de S. Filipe torna-se o definitivo abrigo dessas raparigas, onde muitas vão aprender as primeiras letras, mas também artes, trabalhos e lazeres. A instituição, conhecida como Patronato de N.^a Sr.^a das Dores, foi entregue aos cuidados das Irmãs Vitorianas.

A casa da rua da Boa Viagem acolheu então a Escola de Artes e Ofícios, que será mais tarde transferida para o Lazareto. Nesta Escola, eram ministrados cursos profissionais de marcenaria, carpintaria, empalhamento, tipografia, etc. E também se formou uma banda de música. A Escola vivia dos contributos dos cidadãos amigos do seu fundador e foi oficializada a 19 de março de 1921, sob o nome de Associação Protetora da Mocidade, apesar de ter ficado conhecida como Escola de Artes e Ofícios. Em 1926, ao redigir o seu testamento, o sacerdote irá deixar à Associação todos os seus bens pessoais. Em 1931, é adquirida a Qt. Malheiro, situada na zona do Bom Sucesso, freguesia de Santa Maria Maior, que se tornará o local definitivo da Escola de Artes e Ofícios, uma instituição que ajudou a formar várias gerações de rapazes. Em 1950, a Escola foi confiada aos Salesianos.

A 3 de abril de 1951, morria o P.^o Laurindo, uma das personalidades mais marcantes da Igreja e da sociedade madeirenses do séc. XX.

Os jornais da época fizeram eco da enorme manifestação de pesar, mas sobretudo de gratidão e de reconhecimento, que caracterizou as exéquias deste sacerdote.

O Movimento de Apostolado de Adolescentes e Crianças (MAAC) constituiu-se em Portugal nos finais dos anos 70 do séc. xx, após contactos entre responsáveis do Movimento Internacional de Apostolado de Crianças (organização internacional católica presente em 41 países) e algumas pessoas de Lisboa, Diocese onde, em 1982, começaram a reunir-se os primeiros três grupos de crianças; o movimento adquire a sua designação definitiva em 1995. Os seus estatutos, aprovados pela Conferência Episcopal Portuguesa em 2001, reconhecem-no como um movimento de crianças que faz parte da Ação Católica Portuguesa.

Ao longo dos seus primeiros 30 anos de existência, o MAAC (ou apenas MAC, como é mais conhecido) estendeu-se a outras zonas do país, nomeadamente a Diocese do Funchal. Integrado na Ação Católica, trabalha segundo a dinâmica do ver-julgar-agir, naturalmente adaptada à idade e maturidade dos intervenientes. Acompanha crianças e adolescentes de todos os meios sociais (urbano e rural, operário ou agrícola) e dispensa uma atenção particular aos mais desfavorecidos ao nível afetivo, cultural e económico. Os grupos são apoiados pela presença de jovens ou adultos (os chamados acompanhantes) e a dinâmica inclui jogos e outras formas de expressão (música, dança, etc.), momentos de partilha da vida, confronto da realidade vivida com o evangelho, participação em encontros com as outras crianças e adolescentes, de modo que as crianças/adolescentes se sintam protagonistas da sua própria história pessoal e comunitária.

O Movimento foi para a Madeira em 1987 e durante vários anos marcou a pastoral de rua da Diocese do Funchal. Tendo começado por simples encontros (“brincadeiras”) com as crianças em espaços públicos (jardins e praças), em particular com os chamados “meninos das caixinhas” (pedintes nas ruas do Funchal, que ostentavam caixas de sapatos

decoradas com frases apelativas), depressa os acompanhantes adultos se viram na necessidade de avançar para projetos organizados, onde essas crianças pudessem, *e.g.*, ter acesso à escolarização, o que não acontecia no sistema regular de ensino. É assim que, de entre as várias iniciativas e projetos do MAC, se salienta o da Escola Aberta, um “projeto de alfabetização com as crianças de rua” (SILVA, 2010, 14) que surgiu de forma organizada no ano letivo 1990-1991 e que contou com o apoio da Diocese e da Secretaria Regional da Educação, através do destacamento de dois professores e, posteriormente, de outros meios técnicos e humanos. O primeiro local de funcionamento da Escola será um espaço no beco da Levada (Calç. de Santa Clara), a que mais tarde (1992/1993) irá juntar-se um apartamento no bairro da Palmeira, em Câmara de Lobos. A sede do Movimento funcionou durante alguns anos no antigo edifício do Colégio, sendo depois transferida para a R. dos Ilhéus, para uma escola primária que havia sido desativada. A Escola Aberta seria encerrada em 1993/1994.

Mas, tal como não é legítima a simples identificação das crianças do MAC com os “meninos das caixinhas”, também é certo que a Escola Aberta não esgotou o trabalho do Movimento. É que, para além das oriundas de Câmara de Lobos, outras crianças, de diversos bairros, compunham os grupos do MAC: da ribeira de João Gomes e de Santo António; do bairro do Hospital; do beco do Meirelles; da Zona Velha (R. de Santa Maria e R. Direita), tendo chegado mesmo a funcionar um grupo no bairro da Bemposta, em Água de Pena (Machico). O Movimento chegou a ter um jornal de ligação entre os vários grupos, intitulado *Grito de Liberdade*.

O encerramento da Escola Aberta não significou o fim do trabalho deste Movimento junto das crianças mais desfavorecidas. É assim que, a par da continuidade de alguns dos grupos já existentes (Qt. Falcão, bairro do Hospital), outros foram criados na segunda metade da déc. de 90 do séc. xx: foi o caso de dois grupos na freguesia da Quinta Grande (um

no sítio da Vera Cruz e outro nas Fontainhas) e, mais tarde, nos bairros da Nazaré e de Santo Amaro, no Funchal.

O P.^o Henri Le Boursicaud, francês, era filho de pequenos agricultores da Bretanha; nasceu em 1920, entrou na Congregação dos Redentoristas e foi ordenado padre aos 26 anos. Nos anos 50, travou amizade com o Abbé Pierre, com quem fará caminho no Movimento de Emaús. Mas a grande reviravolta acontecerá aos 45 anos e está relacionada com emigrantes portugueses, implicando a sua futura relação com o nosso país.

Tendo-se tornado padre operário, aprendeu a profissão de carpinteiro e foi viver para a zona leste de Paris, em Champigny, um bairro de lata onde viviam milhares de emigrantes portugueses; para melhor os compreender e ajudar, decidiu aprender português. Durante os anos 90 e no início do novo milénio, o P.^o Henri esteve por diversas vezes na Madeira. O seu testemunho de vida assenta em duas mensagens lapidárias: “a miséria não é uma fatalidade” e “combater o sofrimento sem atacar as suas causas profundas é desonesto”. Para o comunicar, foi a igrejas e capelas e participou em inúmeras celebrações, a fim de “partilhar a sua fé” (era dessa maneira que se dirigia aos fiéis, no início de cada homilia) e vender os seus livros – e escreveu vários, marcados por um forte cunho testemunhal e acessíveis ao grande público. A receita destinava-se integralmente a projetos junto dos mais miseráveis: nas favelas do Brasil, no Haiti, nos Camarões, etc.

Por duas vezes visitou a paróquia da Nazaré. Na segunda vez, congregou um grupo de homens e mulheres que o acompanharam, certa noite, numa volta pela cidade do Funchal, indo aos lugares onde se suspeitava que estivessem, mais ou menos escondidos, os sem-abrigo. Passados alguns meses, em março de 2003, no início da Quaresma desse ano, a paróquia da Nazaré juntou as vontades e a disponibilidade de duas dúzias de voluntários, distribuídos por várias equipas, por forma a cobrir os sete dias da semana e, com o apoio de algumas empresas, que forneciam

gratuitamente queijo, fiambre e leite, começou a levar todas as noites uma simples refeição quente e uma palavra de conforto aos que passavam a noite nas ruas. A ideia de concentrá-los em locais previamente determinados, como tantos preconizavam, não era de fácil execução. Por isso, os voluntários optavam por ir ao seu encontro na R. das Dificuldades e no Campo da Barca, junto do mercado dos Lavradores e na escadaria do tribunal, no miradouro das Cruzes e em frente ao paço episcopal, na R. da Carreira e no Lg. do Carmo. Em ocasiões festivas – particularmente no Natal –, procuravam reunir, em ambiente de confraternização, o maior número possível de sem-abrigo.

A razão fundamental deste serviço aos sem-abrigo não era a de levar-lhes comida; nem sequer a pretensão de os fazer sair da situação em que se encontravam. A motivação profunda era simplesmente a do encontro – ir ao encontro daqueles que são os últimos, a que ninguém presta atenção ou reconhece valor, aqueles que, pela exclusão que sofrem, estão profundamente feridos na sua dignidade humana, e fazê-los reencontrar, mesmo que por breve tempo, essa mesma dignidade, escondida sob a capa de muitas misérias, mas nunca perdida para sempre.

Bibliog.: **impresa:** BAGOT, J.-P., “Pastorale”, in MATHON, G. et al. (coords.), *Catholicisme: hier, aujourd'hui, demain*, t. x, Paris, Letouzey et Ané, cols. 765-774; BOURSICAUD, Henri le, *Companheiros de Emaús: Um Movimento ao Serviço dos Marginalizados*, Porto, Perpétuo Socorro, 1983; BUSQUETS, Salvador, *Nuestros Vecinos de la Calle*, Barcelona, Cristianisme i Justícia, 2007; CALDEIRA, Maria da Conceição de Oliveira, *Miscelânea de Memórias*, Funchal, Calcamar, 1999; CAMACHO, Paulo Gilberto, *O Espírito “Salesiano” do Padre Laurindo*, Funchal, ed. do Autor, 2008; FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson: Roteiro*, Funchal, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2003; GILBERT, Guy, *La Rue Est Mon Église*, Paris, Librairie Générale Française, 1984; GOUVEIA, Maurílio de, *Cristãos Exemplares*, Cascais, Lucerna, 2014; PIERRE, Abbé, *Emmaüs ou Venger l'Homme*, Paris, Le Centurion, 1979; RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson: Vida – Testemunhos – Cartas*, 2.^a ed., Apelação, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2000; SILVA, Edgar, *Os Bichos da Corte do Ogre Usam Máscaras de Riso*, Funchal, ed. do Autor, 2010; XERRI, Jean-Guilhem, e BOITON, Pierre-Olivier, *À la rencontre des Personnes de la Rue*, Paris, Nouvelle Cité, 2007; **digital:** *Comunidade Vida e Paz*: <http://cvidaepaz.pt/site/> (acedido a 1 jul. 2014); CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, “O que é a pastoral social?”, *DHNet*, 2001: http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dht/cartilha_pastoral_social.pdf (acedido a 11 jun. 2014); “História do MAAC”, *Ecclesia*, s.d.: <http://www.ecclesia.pt/maac/> (acedido a 3 jul. 2014); *O Ninho, Sempre Que Alguém Escuta*: <http://www.oninho.pt/> (acedido a 8 jul. 2014); *Obra da Rua, Obra do Padre Américo*: <http://www.obradarua.org.pt/> (acedido a 8 jul. 2014).

JOSÉ ANASTÁCIO ALVES

Aquário da Madeira

O aquário público encontra-se instalado numa réplica do forte de invocação de S. João Batista, no concelho do Porto Moniz, tendo sido edificado em 2004, no mesmo local onde fora construído o forte original. Com data de 1730, o forte de S. João Batista foi construído como defesa contra as regulares investidas de piratas à povoação do Porto Moniz. Nesta época, era o local de desembarque mais importante do Norte da ilha da Madeira. Em 1998, o município do Porto Moniz adquiriu as ruínas do forte e reconstruiu-o ao detalhe, com base no material iconográfico existente. O seu interior foi alterado por forma a criar uma estrutura de acolhimento ao Aquário da Madeira. A conceção deste aquário fundamenta-se nas origens e tradições desta povoação, desde sempre ligada ao mar, pois aqui se fixam as memórias de séculos de um povo que nasceu, viveu e morreu no mar.

Inaugurado e aberto ao público a 4 de setembro de 2005, o Aquário da Madeira contempla, de forma geral, a fauna marinha autóctone do arquipélago da Madeira, retratada em cerca de 90 espécies de vários filis, distribuídas por 12 tanques de exposição, representativos dos *habitats* existentes no arquipélago. Estes tanques estão embebidos em réplicas de formações rochosas de natureza basáltica, recriando a paisagem litoral da ilha da Madeira e ajudando a contextualizar o conjunto: mar, terra e Homem.



Fig. 1 – Forte de S. João Batista do Porto Moniz reconstruído para aquário em 2005 (arquivo particular).

Todos os tanques são de água salgada, captada do mar junto à costa. Esta água atravessa um filtro de areia para que sejam removidas as impurezas e excessos de matéria orgânica, passa por uma câmara de ultravioletas para eliminar microrganismos indesejáveis, e finalmente é armazenada num tanque de reserva, sendo posteriormente utilizada nos aquários de exposição, onde a água está em constante circulação e arejamento. A iluminação é artificial, utilizando as luzes mais adequadas à produção de um ambiente o mais natural possível.

Os animais capturados passam por um período de quarentena em tanques próprios antes de serem introduzidos nos respetivos aquários, respeitando a distribuição dos seus *habitats* naturais. As espécies são depois distribuídas pelos *habitats* a que estão destinadas.

Os temas dos diferentes aquários são:

a) Poças de maré. Três aquários que recriam concavidades rochosas cheias de água que se formam na maré baixa e que são refúgio para algumas espécies de peixes juvenis e alguns invertebrados de predadores, *e.g.*, *Paracentrotus lividus* (ouriço-do-mar), *Ophidiaster ophidianus* (estrela-do-mar), *Stramonita haemastoma* (burra), *Scorpaena maderensis* (rascasso), *Anemonia sulcata* (anemona-do-mar), *Gobius paganellus* (caboz-da-rocha), *Holothuria sanctori* (pepinodo-mar) e *Liza aurata* (tainha);

b) *Labroidae*, subordem de peixes que na Madeira está representada por três famílias: *Labridae* (bodiões), *Scaridae* (peixes-papagaio) e *Pomacentridae* (castanhetas). Uma das características mais notórias que unem estas famílias, a ponto de serem colocadas no mesmo aquário, são os elaborados e vibrantes padrões de coloração, pouco habituais nesta região subtropical; os padrões dos machos são diferentes dos das fêmeas e dos juvenis. São exemplos destes peixes o *Thalassoma pavo* (peixe verde), o *Sparisoma cretense* (bodião) e a *Chromis limbata* (castanheta-baia);

c) Os polvos têm um aquário próprio, pois são animais muito solitários e territoriais e vivem em concavidades ou grutas. Um exemplo desta espécie é o *Octopus vulgaris*;



Fig. 2 – Tanque do Aquário da Madeira, 2005 (arquivo particular).

d) Fundos mistos. A origem vulcânica da ilha da Madeira é um fator determinante na natureza e no relevo dos fundos marinhos em redor da Ilha, que se caracterizam por um declive muito acentuado, atingindo grandes profundidades a pouca distância da costa. Os fundos marinhos são fundamentalmente rochosos (blocos, escoadas, paredes), intercalados com areia até 15-30 m de profundidade, onde geralmente aparecem os fundos arenosos. A fauna marinha existente na costa madeirense, invertebrados e peixes, ocorre sobre os vários tipos de substrato, *e.g.*, *Diplodus sargus* (sargo), *Diplodus cervinus* (sargo veado), *Diplodus vulgaris* (seifia), *Charonia lampas* (buzina), *Maja brachydactyla* (santola) e *Pinna rudis* (leque);

e) Invertebrados. Constituídos por um conjunto de três pequenos aquários, dão alojamento a várias espécies de invertebrados de pequeno porte, *e.g.*, *Scyllarus arctus* (cavaco-anão), *Pagurus anachoretus* (caranguejo-eremita), *Haliotis tuberculata* (lapa-concha), *Lysmata seticaudata* (camarão-limpador) e *Palaeomon elegans* (camarão-das-poças);

f) Moreões. É um aquário construído para as moreias e os moreões, com orifícios adequados

para que se sintam bem acomodados. São exemplos destas espécies a *Muraena helena* (moreia-pintada), a *Muraena augusti* (moreia-preta) e o *Gymnothorax maderensis* (moreão);

g) O juvenil alberga várias espécies de peixes juvenis, que assim se encontram protegidos dos peixes maiores, incluindo várias fases embrionárias de ovos de raias da Madeira, *e.g.*, *Raja maderensis* (raia-da-madeira), *Epinephelus marginatus* (mero), *Pomadasyx incisus* (roncador) e *Boops boops* (boga);

h) Comunidades costeiras e oceânicas. Representação do ecossistema marinho da ilha da Madeira, desde a costa até maiores profundidades. Este tanque contém 500.000 l de água, numa profundidade de 6 m, com 8 m de largura. Nele está exposta uma grande variedade de peixes grandes, pequenos, solitários, em cardumes, territoriais, velozes e sedentários, *e.g.*, *Serranus atricauda* (garoupa), *Mycteroperca fusca* (badejo), *Trachinotus ovatus* (facaio), *Sphoeroides marmoratus* (sapião), *Pseudocaranx dentex* (encharéu), *Pagrus pagrus* (pargo), *Dentex gibbosus* (pargo-capelo), *Scorpaena scrofa* (carneiro), *Myliobatis aquila* (ratão-águia), *Raja maderensis* (raia-da-madeira), *Dasyatis pastinaca* (ratão-comum),

Gymnura altavela (raia-borboleta), *Mustelus mustelus* (caneja), *Pagellus erythrinus* (bica), *Scomber japonicus* (cavala), *Trachurus picturatus* (chicharro), *Spondylisma cantharus* (choupa), *Oblada melanura* (dobrada), *Parapristipoma octolineatum* (riscado), *Pagellus bogaraveo* (goraz) e *Polyprion americanus* (cherne).

O Aquário da Madeira serve os propósitos para que foi criado. Através dos seus programas educativos e da exibição da biodiversidade marinha da ilha da Madeira, sensibiliza a população visitante para a conservação das espécies e dos *habitats*, com particular incidência no arquipélago e nas ilhas da Macaronésia.

Bibliog.: CARITA, Rui, *A Arquitectura Militar na Madeira Séculos XV a XIX, Iconografia e Inventários*, Funchal, DRAC, 1993.

CAROLINA ORNELAS

Aquário Municipal do Funchal

O Aquário Municipal do Funchal encontra-se localizado no rés do chão do palácio de S. Pedro, uma das mais significativas obras da arquitetura civil portuguesa, de meados do séc. XVIII, mandado construir pela família Carvalhal e adquirido pela Câmara Municipal do Funchal a 19 de setembro de 1929, quando se deu início às obras de reformulação do palácio com o propósito de aí se instalar um museu. Inicialmente designado Museu Regional da Madeira, este foi oficialmente inaugurado a 5 de outubro de 1933, e mais tarde deu origem ao Museu de História Natural do Funchal.

A primeira vez que se falou na criação de um aquário público no arquipélago da Madeira foi em 1937, através de uma deliberação do município do Funchal, ficando esta sem efeito até 1951. Foi devido em grande parte a Charles L. Rolland, industrial norte-americano de bordados na Madeira e grande admirador da fauna ictiológica da Ilha, que em 1951 a sua construção teve lugar. Este filantropo ofereceu à Câmara Municipal do Funchal 30.000 escudos (cerca de 150 €) e o material necessário para que as obras tivessem o seu início. Sob a orientação, técnica e científica, de Günther Maul,

conservador do Museu, inaugurou-se a primeira fase do Aquário, em dezembro de 1953, com três grandes tanques, sendo parte do material necessário para a construção do Aquário obtida graças à generosidade de vários entusiastas, de entre os quais se destacou o importador E. Brendle. Na segunda fase, concluída em 1957, o Aquário passou a ter 15 tanques de exposição de diversos tamanhos, nos quais passaram a estar representados alguns dos mais importantes elementos da fauna marinha costeira da Madeira, tais como meros, moreias, sargos, castanhetas, cabozes, caranguejos, lagostas, camarões, polvos, búzios, estrelas, ouriços do mar, etc. A captura de organismos para serem colocados nos tanques de exposição deveu-se à generosidade e dedicação de um grupo de pescadores amadores, Américo Durão, A. Correia da Silva, David Teixeira e João de Freitas, entre outros.

A renovação regular dos exemplares vivos em exposição nos tanques é assegurada essencialmente através de dois métodos de captura, dependendo do tipo de organismo: alguns invertebrados marinhos são colhidos, à mão, nas poças de maré (zona do intertidal) ou no subtidal, através de mergulho com escafandro autónomo ou de mergulho em apneia; quanto à maioria das espécies piscícolas, bem como de outros invertebrados, a captura é feita recorrendo a diferentes tipos de artes de pesca, sendo muitas vezes necessária a utilização de uma embarcação para o lançamento e a recolha dos respetivos aparelhos de pesca.

Durante muitos anos, o Aquário dispôs de uma pequena embarcação de apoio, a *Ianthina*, para a captura de espécimes; através desta, eram utilizados essencialmente dois métodos tradicionais de pesca: pesca à linha e covos. Posteriormente, deixou de ser utilizada qualquer embarcação de apoio, o que condicionou muito não só a própria renovação dos exemplares do Aquário, como a diversidade de espécies.

O sistema de circulação de água do mar existente funciona em circuito fechado, tendo um volume total de cerca de 200.000 l, que estão distribuídos pelos tanques de reserva (cerca

de 150.000 l) e pelos tanques de exibição (cerca de 50.000 l). A qualidade da água do mar é mantida não só através de sistemas de filtração de natureza biológica e mecânica, como também de um sistema de arejamento, pelo qual é introduzido ar em cada um dos tanques de exposição. A água do circuito é renovada uma vez por ano, sendo colhida diretamente no mar e transportada em autotanque para o Aquário.

Toda a iluminação nos tanques é de natureza artificial; são utilizadas as lâmpadas mais adequadas para que as cores dos organismos expostos se aproximem o mais possível das que podem ser observadas quando estes se encontram no seu meio natural.

A alimentação dos organismos baseia-se essencialmente em cavalas, chicharros e peixe-espada-preto, adquirido na praça e administrado três vezes por semana. Aquando da existência da embarcação *Ianthina*, para além das espécies anteriormente referidas, era adicionado à dieta dos espécimes do Aquário um crustáceo, conhecido vulgarmente como camarão comestível (*Plesionika narval*), que era capturado através da utilização de covos apropriados, sendo depois armazenado em arcas congeladoras e administrado de acordo com as necessidades e as características alimentares das espécies existentes.

A manutenção diária do Aquário Municipal do Funchal é realizada por uma equipa técnica constituída por três funcionários com formação adequada às exigências de uma estrutura desta natureza: um técnico superior (biólogo) e dois assistentes técnicos.

O Aquário Municipal do Funchal é uma das principais atrações da visita ao Museu de História Natural do Funchal, recebendo, em média, cerca de 11.000 visitantes por ano, 3500 dos quais são alunos provenientes dos vários níveis de escolaridade do ensino básico e secundário da Região Autónoma da Madeira.

Bibliog.: ARAÚJO, Ricardo, "The aquarium of Funchal", *Bulletin de l'Institut Océanographique de Monaco*, n.º 20, fasc. 2, 2001, pp. 349-353; PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 3.ª ed., 2 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1967-1968; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998.

RICARDO ARAÚJO

Aquicultura

A aquicultura é geralmente definida como a cultura de organismos no meio aquático. Este tipo de cultura pode ter diversos propósitos, tais como a alimentação humana ou animal, o repovoamento para atividades da pesca ou para a conservação de espécies aquáticas, a produção de isco vivo para a pesca, a aquariofilia, entre outros. São cultivadas variadas espécies de água doce e marinhas, entre as quais micro e macroalgas, moluscos (mexilhão, ostra, ameijoia), crustáceos (camarão, lagostim, lagosta), peixes e outras, tais como espécies anfíbias, como os crocodilos.

Esta é a agroindústria de maior crescimento ao nível mundial, tendo registado um incremento de cerca de 6,2 % ao ano na última década. Em 2012, a contribuição da aquicultura para a alimentação humana atingiu os 42,2 % do total dos produtos da pesca.

No arquipélago da Madeira, é provável que ao primeira atividade de certa forma relacionada com a cultura de organismos aquáticos possa ter ocorrido com o uso de seirões na pesca. Estes consistiam em grandes cestos de vimes mantidos à superfície do mar e que guardavam vivos pequenos peixes pelágicos no seu interior para uso como isco vivo pelas embarcações de pesca de tunídeos. Com a mecanização da pesca, esta prática veio a ser substituída pelo uso de tanques no interior das embarcações, alimentados por bombas de água do mar.

O primeiro empreendimento aquícola surgido na Madeira foi a Estação Piscícola do Ribeiro Frio, em meados de 1950, que produzia juvenis de truta comum, *Salmo trutta fario*, espécie europeia (mais tarde substituída por truta arco-íris, *Oncorhynchus mykiss*, de origem americana) para repovoamento dos ribeiros da Ilha e promoção da pesca desportiva. Em 1986, foi construída, no sítio do Chão da Ribeira, freguesia de Seixal, concelho de Porto Moniz, uma nova truticultura, em tanques de betão, de iniciativa privada e dedicada à reprodução e engorda de truta arco-íris para consumo.

No início da déc. de 90 do séc. xx, a Direção Regional de Pescas realizou diversos estudos

para avaliar o potencial das culturas marinhas na Madeira. A Região denota escassez de espaço terrestre, e a custo aceitável, assim como baixa produtividade primária nos mares. Com efeito, experiências na baía do Funchal, feitas no início da mesma década, mostraram uma baixa *performance* da ostra do Pacífico, *Crassostrea gigas*, devido a vários fatores de *stress*, nomeadamente a salinidade, a temperatura e, em particular, a privação de nutrientes. Dados os condicionalismos e potencialidades da Madeira, a piscicultura em mar aberto foi considerada o sistema de cultura mais indicado para desenvolver uma indústria de aquicultura marinha regional.

A primeira piscicultura marinha foi instalada em 1996, na baía de Abra, Caniçal, por iniciativa da Direção Regional de Pesca. Tratava-se do primeiro estabelecimento de cultura do género em Portugal, tendo por objetivo testar a viabilidade técnica e comercial da piscicultura de engorda de dourada em mar aberto na Madeira. A instalação era composta por quatro jaulas plásticas flutuantes, com um volume útil individual de cultura de cerca de 1200 m³, e de uma jaula de aço semissubmersível, com um volume útil de 3500 m³. A capacidade de produção anual era de aproximadamente 100 t de peixe. Esta piscicultura foi concessionada por concurso público à empresa Ilhapeixe, Peixe da Ilha, Lda., em 2004, e, desde então, a empresa tem procedido a diversas reestruturações do empreendimento, estando a piscicultura atualmente constituída por oito jaulas de 2500 m³ de volume útil, com uma capacidade de produção anual a rondar as 320 t de dourada.

Em 1997, surgiu outra piscicultura marinha para a cultura da dourada, por iniciativa da empresa Aquamad, Aquacultura da Madeira, Lda., no sítio das Contreiras, freguesia do Seixal, baseada em terra, constituída por tanques de betão, com 8 tanques de pré-engorda com 50 m³ de volume útil e 12 tanques com 350 m³ de volume útil. Esta piscicultura com capacidade para produção anual de 90 t de peixe esteve em atividade até 2008.

Para colmatar a necessidade de criar uma infraestrutura de apoio técnico ao desenvolvimento da piscicultura, o Governo Regional da Madeira criou, em 2001, o Centro de Maricultura, no concelho da Calheta. Nas instalações do Centro podia realizar-se a reprodução de dourada e outros peixes marinhos, produzindo-se peixes juvenis para fornecimento das pisciculturas de engorda, que até então suprimiam as suas necessidades exclusivamente com a importação desses peixes.

Uma nova piscicultura em mar aberto, de iniciativa da empresa Aquailha, Aquacultura, Lda., foi inaugurada em 2004, na freguesia de Campanário, concelho da Ribeira Brava. Destinava-se à engorda anual de 240 t de dourada em seis jaulas plásticas flutuantes, com volume útil individual de 2500 m³.

A produção anual de dourada na Madeira pelas duas empresas em atividade tem vindo a aumentar. Em 2012, a produção atingiu as 416 t (cerca de 47 % da produção nacional desta espécie, naquele ano), segundo dados da Direção Regional de Pescas, e, em 2013, subiu para as 526 t. Numa aposta na diversificação do produto, outras espécies estão a ser testadas para produção em jaulas em larga escala, nomeadamente o sargo, numa colaboração do Centro de Maricultura da Calheta com empresas privadas.

Bibliog.: ANDRADE, Carlos Alberto Pestana, "A fishfarm pilot-project in Madeira archipelago, Northeastern Atlantic – I. The offshore option", in POLK, Marie (ed.), *Open-Ocean Aquaculture, Proceedings of An International Conference*, Portland, Maine, 1996, pp. 371-376; FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, *The State of World Fisheries and Aquaculture 2014*, Rome, Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2014; KAUFMANN, Manfred Josef *et al.*, "Survival, growth and glycogen content of Pacific oysters *Crassostrea gigas* (Thunberg, 1793), at Madeira island (subtropical Atlantic)", *Journal of Shellfish Research*, vol. 13, n.º 2, 1994, pp. 503-505.

CARLOS A. P. ANDRADE

Aquila Airways

Os meados do séc. xx foram marcados, na Madeira, pela emergência do grande turismo internacional, com a montagem da primeira empresa privada britânica de transporte aéreo a operar um serviço internacional regular, em 1949, com os chamados "flying boats [barcos

voadores]” (na inspirada designação anglo-saxónica) da Aquila Airways, que eram um tipo de hidroaviões com uma estrutura de fuselagem que lembrava a forma de um barco e permitia a amaragem em melhores condições, enquanto outros hidroaviões que não possuíam essas características eram simplesmente designados por “seaplanes” (FERNANDES, 1997, 44).

Seguiu-se a ampliação do porto do Funchal, então capaz de receber, com cais de acostagem, os grandes paquetes internacionais e, na déc. de 60, com o aeroporto do Porto Santo e, depois, com o de Santa Catarina, na Madeira. Se, nos séculos anteriores, a Madeira já funcionava como uma plataforma internacional de trânsito de pessoas, mercadorias e ideias, a partir dos meados do séc. XX entrava decididamente no quadro internacional desse circuito, agora recorrendo a meios aéreos.

O primeiro raide a ter por destino a Madeira ocorreu a 22 de março de 1921. A viagem Lisboa-Funchal foi feita pelos pilotos Artur Sacadura Cabral (1881-1924), Gago Coutinho

(1869-1959) e Ortins de Bettencourt (1892-1969), acompanhados do mecânico francês Roger Soubiran (c. 1890-1979), num F3 com motores Rolls-Royce, e serviu de ensaio para a viagem que os dois primeiros pilotos efetuariam no ano seguinte entre Lisboa e o Rio de Janeiro. Os principais empresários madeirenses aperceberam-se de imediato da importância do *raid*, sendo os aviadores festivamente recebidos no Funchal e largamente fotografados. O banqueiro Henrique Vieira de Castro (1869-1926) abriria de imediato uma subscrição pública para um monumento ao aviador, trabalho que foi entregue a Francisco Franco (1885-1955). O Com. Sacadura Cabral, ainda assistiu ao lançamento da primeira pedra, a 28 de março, sendo o monumento inaugurado a 22 de março de 1923.

Em abril de 1931, a baía do Funchal acolheria mais dois hidroaviões, mas num quadro totalmente diferente: o da Revolta da Madeira. Os pilotos lançaram panfletos sobre a Ilha a apelar à rendição e, em face da recusa, lançaram bombas. Nessa altura, outro hidroavião

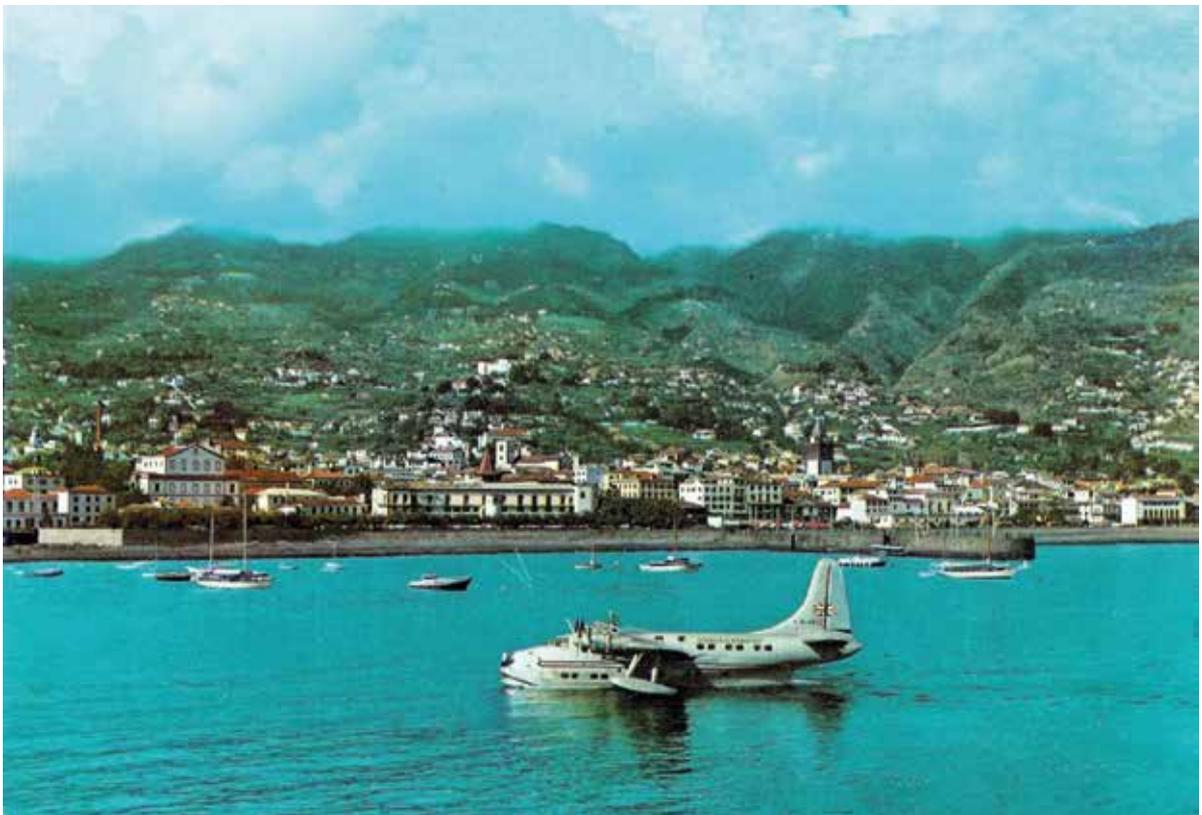


Fig. 1 – Bilhete-postal J. Arthur Dixon Ltd., 1950 (coleção particular).

chamava a atenção dos Portugueses: uma pesada máquina voadora da firma alemã Dornier, de 12 motores, que pretendia efetuar viagens de ligação entre Portugal, a Madeira, as Canárias, Cabo Verde e vários países da América. O hidroavião chegou a Lisboa a 27 de novembro de 1930, mas só a 31 de janeiro seguinte levantaria voo em direção à Madeira. A ocorrência de mau tempo desviou-o para as Canárias, e só a 25 de maio saiu para Cabo Verde, onde chegou no dia 30. Ocorrências várias levaram a que este aparelho nunca regressasse à Europa, acabando desmantelado na América do Norte. A concorrência entre as firmas alemãs Dornier e Junkers, bem como os conflitos que levaram à Segunda Grande Guerra obrigaram, entretanto, a outras opções.

As primeiras carreiras regulares entre o continente e a Madeira só se efetuaram após o final da Segunda Guerra Mundial. Barry T. Aikman, antigo oficial do comando costeiro da Royal Air Force, que pouco depois do final da guerra integrara, como gerente, a Lancashire Aircraft Corporation, que convertia os antigos bombardeiros ingleses Halifax, excedentes de guerra, em aviões cargueiros, funda a Aquila Airways a 18 de maio de 1948, com base em Hamble Water, Southampton, na Grã-Bretanha. A nova Aquila foi adquirindo este tipo de aviões a outras companhias de longo curso e, no verão de 1948, dispunha de uma boa frota de hidroaviões Short Sunderland. Três deles foram utilizados em dezembro, na primeira ponte aérea de reabastecimento a Berlim, operação que marcou o efetivo início da Guerra Fria. Forçada a abandonar as operações na Alemanha com o rigor do inverno, a Aquila Airways teve de procurar outras alternativas de mercado para a sustentabilidade da companhia.

Desde o inverno de 1948 e a primavera seguinte que a companhia tentava sensibilizar as autoridades portuguesas para o estabelecimento de uma ligação aérea entre Southampton e a baía do Funchal, a que as austeras autoridades portuguesas do Estado Novo colocavam as maiores reservas. Todo o processo de sensibilização teve o apoio do *wing commander*

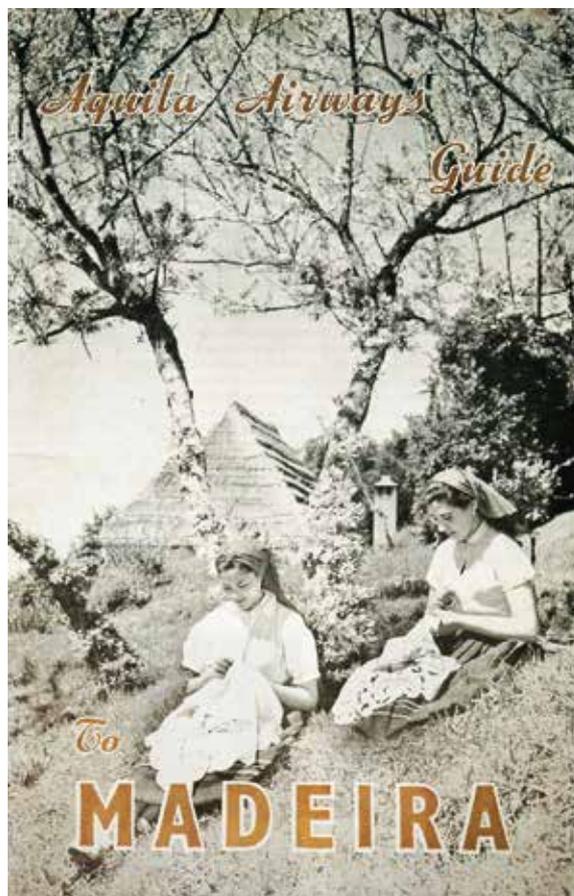


Fig. 2 – Aquila Airways Guide to Madeira (1957).

madeirense Cecil Edgar Garton (1917-c. 1990), neto do comerciante Manuel dos Passos Freitas (1872-1952) e adido na Embaixada Britânica de Lisboa, a que não foi estranho o apoio, na Madeira, do capitão do porto, Com. João Inocêncio Camacho de Freitas (1899-1969), depois governador civil. Argumentava-se então com a rapidez da travessia, a tradição da ilha da Madeira no turismo britânico e a referência da baía do Funchal como escala das grandes empresas de navegação atlântica. As autorizações, entretanto, só foram concedidas na condição de uma escala, à ida ou à vinda, ocorrer também no porto de Lisboa.

O primeiro voo experimental oficial da Aquila para início das carreiras regulares ocorreu a 24 de março de 1949, embora tivesse havido pontuais voos anteriores. A 27 de dezembro de 1945, *e.g.*, encontravam-se amarados no porto do Funchal três hidroaviões da futura Aquila Airways: o *Hungerford*, o *Himalaya* e o *Hampshire*, dos quais ficaram fotografias que serão

datadas dos anos seguintes. O voo experimental de 1949 transportou 100 libras de correio, 8 tripulantes e vários convidados, motivando uma série de artigos nos periódicos locais, que começaram a sair a 23 de março e perduraram pelos 5 dias em que o hidroavião *Hampshire* permaneceu no Funchal.

O voo inaugural da Aquila Airways para a Madeira ocorreu a 14 de março de 1949, iniciando-se as viagens regulares e comerciais a partir de 15 de maio seguinte, com hidroaviões de 22 lugares, que, procedentes de Southampton, numa viagem de 4,30 h, amarravam na baía do Funchal. O voo começou por se realizar uma vez por semana e, no fim de janeiro de 1951, a Aquila aumentava a frequência dos voos e a lotação dos aparelhos, que subia para 27 lugares, produzindo diverso material promocional. As tripulações em rotação no Funchal utilizavam o Hotel Miramar, na Est. Monumental, que tinha sido residência de Salomão da Veiga França (1893-1961) antes de 1930, tendo tido obras de ampliação da responsabilidade do Arqt. Edmundo Tavares (1892-1983), em julho de 1938, e, de 1947 a 1948, fora ocupado pelas gibraltinas. Estes hidroaviões seriam utilizados pelo cessante primeiro-ministro britânico, *sir* Winston Churchill (1874-1965), cujas fotografias a pintar em Câmara de Lobos, em janeiro de 1951, correriam o mundo, e, em dezembro do mesmo ano, pela futura baronesa Margaret Thatcher (1925-2013), que passou pelo Funchal na sua lua de mel.

No final de 1951, depois do sucesso dos 3 primeiros anos e com o mercado turístico em expansão, a Aquila Airways adquiriu um Short Solent, aparelho bastante maior que Sunderland, com 41 lugares e 1 bar, com instalações distribuídas por 2 pisos. A companhia estava muito bem equipada no início de 1953, com uma frota de quatro aparelhos, mas, no primeiro semestre desse ano, uma série de acidentes reduziu a frota a dois aparelhos. Um desses acidentes ocorreu no Funchal, a 20 de janeiro de 1953, quando o estado do tempo obrigou o hidroavião *Hudson* a ficar na baía, onde, pelas 23.30 h, com o temporal, acabou

por embater contra os rochedos da Pontinha, desmantelando-se. A companhia ainda manteve as ligações para o Funchal ao longo do ano de 1953, mudando, entretanto, de proprietário e apostando na recuperação, com a aquisição de novos aparelhos. Ampliou também as rotas para as Canárias e para o Mediterrâneo, mas dois novos acidentes, em 1957, e as transformações da indústria aeronáutica determinariam o fim das suas operações no ano seguinte.

A Aquila assegurou assim a ligação Funchal-Lisboa-Inglaterra durante nove anos, sendo substituída pela portuguesa ARTOP, Aero-Topográfica, Lda., que utilizava hidroaviões americanos Martin Mariner, mas que suspendeu os seus voos em novembro de 1958, também após um grave acidente entre o continente e a Madeira. Em 1960, foi inaugurado um aeroporto no Porto Santo e a ligação com a Madeira passou a fazer-se por *ferry-boats*, ficando assim assegurada a ligação aérea do arquipélago com o continente. O aeroporto a construir na Madeira levantou inúmeros problemas, dada a orografia da Ilha, tendo chegado a ser apresentada a hipótese de ser construído na área de São Martinho, junto ao Funchal, mas vingando a de Santa Catarina, na área oeste da Ilha. As primeiras terraplanagens decorreram em 1957, altura em que se construiu uma pista experimental, sendo o aeroporto de Santa Catarina inaugurado a 8 de julho de 1964, pelo Presidente da República, Alm. Américo de Deus Rodrigues Tomás (1984-1987), então a caminho de Moçambique, no pacote *Príncipe Perfeito*, que assistiu à aterragem do Super Constellation da TAP com os convidados vindos de Lisboa.

Bibliog.: *Aquila Airways Guide to Madeira*, London, Maurice Lington Publications, 1957; CARITA, Rui, "Madeira e as rotas da viagem. O novo aeroporto", *Atlantis*, n.º 5, set.-out. 2000, pp. 74-80; *Id.*, *Associação Comercial e Industrial do Funchal/Câmara de Comércio da Madeira, Esboço Histórico (1934-2002)*, vol. II, Lisboa/Funchal, Edicarte, 2003; FERNANDES, Maurício, "A Madeira e os barcos voadores", *Islenha*, n.º 21, jul.-dez. 1997, pp. 35-44; FILHO, João Lopes, "Cabo Verde, arquipélago-escala", *Islenha*, n.º 21, jul.-dez. 1997, pp. 45-51; HULL, Norman, *Aquila to Madeira: the Story of Flying Boats to Funchal*, London, Silver Link Publishing, 2009; PAULINO, Francisco Faria, e SILVA, Susana, *Aeroporto da Madeira. A História de Um Sonho*, Lisboa/Funchal, Edicarte, 2000.

Aragão, António

Existem algumas fotografias a preto e branco de António Aragão, no n.º 28 da revista *Margem*, que lhe é dedicado. Nelas, sobressai uma figura de pequena estatura e de porte cuidado, vestida com um casaco de fazenda e tendo a cabeça coberta com uma boina ou boné de cor preta. Na cara barbeada repousam uns óculos de vista (ou de sol)

de aros escuros e grossos, não muito grandes, que estavam bastante em moda na déc. de 60 do séc. xx. Aqueles recobrem-lhe o pequeno rosto e possibilitam o seu reconhecimento: dão-lhe a marca da intelectualidade que o diferenciou. Praticamente todas as fotografias se reportam à fase de maturidade da sua vida, englobando, sensivelmente, o período da déc. de 60 à de 90 do séc. xx.

Este retrato caricatural não permite adivinhar a sua genialidade criativa, revelada nas múltiplas classificações que lhe foram atribuídas. Através do índice da revista *Margem* referida, fica sem se saber se foi promotor patrimonial da comunidade local (ou melhor, regional), historiador, arqueólogo, poeta, ficcionista, dramaturgo, criador experimentalista, pintor, escultor, desenhista, cinéfilo, ou, simplesmente, um intelectual interessado em preservar o passado aberto à novidade do futuro, na vivência do seu tempo presente. Além de possuir outros epítetos, não se resumirá a nenhum deles, porque será a soma de todos. A personalidade de António Aragão recorda os artistas renascentistas, devido à sua insaciabilidade de saber e de inventar; era uma pessoa curiosa, nutrindo vários interesses. O acervo que foi constituindo, e que algumas entidades públicas, além de outras privadas, tentam adquirir, revela esta pluralidade de interesses e a sua curiosidade pela diversidade cultural.

As balizas temporais, medidas entre o nascimento a 22 de setembro de 1921, em São Vicente, na ilha da Madeira, e o falecimento a 11 de agosto de 2008, no Funchal, indicam



Fig. 1 – Fotografia de António Aragão trabalhada pelo designer Daniel Cardoso (“António Aragão”, s.d.).

que António Manuel de Sousa Aragão Mendes Correia viveu quase 87 anos; fá-los-ia no mês seguinte à sua morte, depois de uma fase de doença prolongada. Embora haja uma biografia divulgada e reiterada, seria preciso observar muitos detalhes para compreender inteiramente

este homem do séc. xx, amante do passado e do futuro, e para evidenciar a sua faceta artística: foi escritor, poeta, pintor, escultor e também historiador e investigador. De facto, António Aragão destacou-se como um importante vulto da cultura portuguesa, não só pela sua vasta formação académica como pela sua criatividade na cultura e na arte, o que lhe permitiu vencer as barreiras da insularidade e afirmar-se nos meios académicos e culturais nacionais e europeus. O seu carácter irrequeto e polémico afastou-o do conformismo criativo. Era assim na investigação histórica, na etnografia, na pintura, na escultura e na arte da palavra. Além de todas as suas potencialidades e capacidades, também possuía uma grande paixão pelo cinema. Aliás, em 1955, contribuiu para a formação do Cine Clube do Funchal, a fim de possibilitar a visualização de obras de cinema alternativas às classificadas como comerciais.

Da sua vida pessoal, poucas informações são divulgadas nas biografias existentes. Provavelmente por vontade própria, intentou separar a sua vida privada da sua vida pública. É sabido que se casou, em Roma, com Estela Teixeira da Fonte, de quem teve um filho, Marcos Aragão Correia, advogado de profissão. Sua irmã, Ruth Aragão de Carvalho, formada em *Ballet* na capital portuguesa, casou-se com o ator Ruy de Carvalho.

Ao nível de formação académica, a vida desafogada dos pais permitiu-lhe ir estudar no Liceu Jaime Moniz, o que poucos jovens ilhéus, sobretudo os nortenhos, podiam

almejar. Posteriormente, como acontecia com os setimanistas madeirenses, seguiu para o continente e frequentou a Univ. de Lisboa, instituição onde se licenciou em Ciências Histórico-Filosóficas, fazendo depois uma especialização em Biblioteconomia e Arquivística na Univ. de Coimbra. Estudou ainda Etnografia e Museologia em Paris, sob a orientação do diretor do Conselho Internacional de Museus da UNESCO. Finalmente, dedicou-se ao estudo do Restauro de Arte, em Itália, mais precisamente no Instituto Central de Restauro de Roma, tendo usufruindo de um estágio no Laboratório do Vaticano. Tanto em Paris como em Roma, foi bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG).

No âmbito do seu percurso profissional, fruto da diversificada e rica formação que tinha adquirido, desempenhou, no plano regional, alguns cargos importantes, tendo dirigido o Arquivo Distrital da Madeira e o Museu Quinta das Cruzes, e sido delegado dos Museus e Monumentos Nacionais na Madeira, associado à Comissão de Arte e Arqueologia da Câmara Municipal do Funchal. Os lugares por onde passou, no domínio laboral, coadunavam-se perfeitamente com os interesses que nutria, quer quanto à museologia, quer quanto à arquivística e à dimensão histórica da sua formação inicial.

Notável é a sua atividade enquanto investigador e arqueólogo, da qual derivou vasta e conhecida obra: *Os Pelourinhos da Madeira* (o seu primeiro livro, de 1959); *O Museu da Quinta das Cruzes* (1970); *Para a História do Funchal. Pequenos Passos da Sua Memória* (1979); *A Madeira Vista por Estrangeiros, 1455-1700* (1981); *As Armas da Cidade do Funchal no curso da Sua História* (1984); *O Espírito do Lugar. A Cidade do Funchal* (1992). A partir das escavações arqueológicas por si dirigidas no lugar do aeroporto, onde se situava o Convento quinhentista de N.^a Sr.^a da Piedade (Santa Cruz), foi possível

proceder ao levantamento da planta geral do Convento franciscano, ao estudo das suas características tipológicas e à exumação de variado espólio, onde se inclui uma vasta diversidade de padrões de azulejaria hispano-mourisca ou mudéjar, proveniente do Sul de Espanha, bem como múltiplos exemplares de azulejaria portuguesa seiscentista e setecentista, e de elementos primitivos em cantaria lavrada: portais do Convento, janelas, arco triunfal da igreja, condutas de águas, lajes tumulares e pavimentos, que passaram a constar nos jardins da Qt. do Revoredo, Casa da Cultura de Santa Cruz. É de destacar que todos os trabalhos por ele efetuados se encontram devidamente catalogados e documentados com plantas rigorosas, desenhos e fotografias. Também se deve realçar a ação da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, que era então o poder executivo do arquipélago, que encomendou e incentivou este trabalho e que, depois de entregue pelo autor, o depositou em grande parte no Museu Quinta das Cruzes.

A par da profissão oficial, foi dando realce à sua faceta de artista, como comprovam as suas ilustrações do livro *Canhenhos da Ilha* de Horácio Bento de Gouveia. Outro exemplo é a sua poesia espacial *OVO/POVO*, apresentada, em 1977, na XIV Bienal de São Paulo, tendo tido uma exposição em Lisboa, no ano seguinte, e outra em Coimbra, no decorrer de 1980. Outro exemplo ainda foi a exposição PO.EX. 80, que esteve na Galeria Nacional de Arte



Fig. 2 – Desenho do Solar da Lombada da Ponta do Sol, António Aragão, 1944 (coleção particular).

Moderna, na capital portuguesa, em 1980 e em 1981. A sua vertente artística culminou em 2007, com uma exposição no Museu de Arte Contemporânea de Serralves, tendo, porém, exposto também na Madeira.

Pese embora estas facetas, será sempre lembrado e reconhecido pela sua intervenção na literatura de cariz experimental, nomeadamente pela sua colaboração na organização dos dois números da revista *Poesia Experimental* (1964, 1966). A este propósito, como afirma Rui Nepomuceno: “Em Portugal, o experimentalismo poético e literário ocorreu em Lisboa nos meados dos anos 60, mais precisamente em 1964, com a publicação da ‘Revista Experimental 1’; muito embora desde os finais de 50 já tivesse começado a germinar, como até podemos verificar ao cotejar os trabalhos literários de António Aragão organizados e divulgados naquele decénio, na Madeira” (NEPOMUCENO, *Rui Nepomuceno...*, 22 fev. 2010). É curioso verificar que a linguística teve um papel preponderante neste movimento e, consequentemente, em António Aragão, algo que Rui Nepomuceno também sugere: “Deste modo, na teorização deste movimento, passaram a assumir grande importância e estatuto determinante os diversos fatores relacionados com a ‘Linguística Moderna’, a ‘Semiótica’, o ‘Estruturalismo’, e, obviamente, os diversos aspetos da ‘Teoria da Forma e da Informação’, de que foram principais intérpretes e seguidores no estrangeiro Abraham Moles, Saussure, Jakobson e, sobretudo, o muito citado Lévi-Strauss” (*Id.*, *Ibid.*); e esta influência tem reflexos em toda a sua criação literária (com particular incidência na linguagem verbal). Por conseguinte, foi pela dimensão literária e artística que António Aragão ganhou renome.

Esta ligação com a linguagem manifestou-se em muitas das peças artísticas de António Aragão numa fase de maturidade da vida artística, já que teve um percurso marcado por diversos períodos. As artes plásticas associaram-se, de certo modo, à sua poesia, que usou a linguagem verbal como matéria de jogo em quadros ou em textos e não com o valor que tinha para

os linguistas, algo que era próprio da poesia experimental. É preciso lembrar que, além de artista, foi curador de arte contemporânea e promoveu diversas exposições, inclusive na galeria associada à editora Vala Comum, que possuía em Lisboa. Ele próprio contribuiu muitíssimo para a produção de obras de arte de diversas tipologias. O fascínio pela impressão e pelos recortes, com colagens e montagens originalíssimas, acentuou esta veia artística, mais inovadora, se assim se pode dizer, do que a que concebeu em suportes como tela ou pedra. A sua obra vivenciou diversas fases, algo que foi mais notório na pintura. De um período figurativo inicial, com tendência naturalista, passou para uma vertente expressionista com opção pela abstração, por via de uma geometrização e autonomia do traço. Produziu, além de óleos, algumas aguarelas e, em determinada altura, recorreu à laca como material. Na última fase, concebeu composições a partir de colagens, construindo as suas pinturas essencialmente pela destruição do material-base (*e.g.*, jornais).

Os quadros, as gravuras, as esculturas e as outras peças concebidas por António Aragão, enquanto desenhista, pintor e escultor, têm merecido um estudo cuidado por parte de peritos. É o caso de Isabel Santa Clara, que releva três obras emblemáticas do artista: “Da obra pública de António Aragão, na qual o autor opta por uma figuração abstratizante, destacam-se, em 1960, o monumento comemorativo do quinto centenário da morte do infante D. Henrique, paralelepípedo com desenho inciso, no Porto Santo; os relevos da fachada da Escola Industrial, depois Escola Secundária de Francisco Franco; e um painel cerâmico no mercado de Santa Cruz, de 1962” (SANTA CLARA, *Aprender Madeira*, 3 out. 2016). Todas as obras foram fortemente marcadas pela época em que foram criadas. Assim, das peças mais conhecidas, destacam-se, primeiro, os painéis de cerâmica da Escola Secundária Francisco Franco, no Funchal, onde sobressaem vultos que laboram. Depois, o colorido painel de cerâmica do mercado da localidade madeirense de Santa Cruz, que

comunga da representação das ilustrações que António Aragão fez para o já referido livro *Canhenhos* de Horácio Bento de Gouveia. A terceira referência escultórica, que ficou localizada no Porto Santo, é designada popularmente por “pau de sabão”, pela analogia da forma que possui o bloco de pedra com uma medida de sabão azul. A rigidez do padrão comemorativo ficará para a eternidade a evocar o momento celebrativo e a criatividade de António Aragão. O padrão diferencia-se bastante dos painéis porque contém detalhes regionais, onde se observam trabalhadores, essencialmente agrícolas, mas também pescadores, quase todos sem rosto, que surgem a desempenhar tarefas do quotidiano, reportando uma vida de trabalho árduo. É de realçar igualmente a imagem de Santa Ana, em cantaria rija, na Câmara Municipal de Santana, 1959.

Na pintura, desde a déc. de 40 do séc. xx, evidenciou-se em diversas temáticas abordadas e na exploração de técnicas diferenciadas. Realizou exposições em Portugal (Galeria Divulgação, Quadrante, Galeria III, Galeria Diferença, FCG – II Exposição de Pintura Portuguesa) e no estrangeiro, nomeadamente em Espanha (Madrid, Sevilha, Barcelona), México, França (Paris) e Itália (Roma e Turim), encontrando-se representado em coleções particulares e oficiais em vários países, nomeadamente na Fundação Serralves, em Portugal.

António Aragão concretizou um projeto artístico contemporâneo baseado em novas tecnologias numa casa que lhe pertenceu, situada na Lapa, em Lisboa. O projeto enquadrava uma associação de educação popular com uma galeria de arte vanguardista, ao qual foi atribuído mecenato pela Secretaria de Estado da Cultura. Antes da doença prolongada de que padeceu até à sua morte, António Aragão, de volta ao Funchal, pintou os seus últimos quadros, que constituíram uma série que intitulou *Os Monstros* e consistiram numa crítica corrosiva ao que considerava ser a hipocrisia dominante na sociedade. As últimas exposições individuais em vida de António Aragão

foram realizadas na Madeira e comissariadas por António Rodrigues. A antepenúltima teve lugar em abril de 1996, na Casa da Cultura de Santa Cruz, e integrou 16 dos seus últimos quadros, bem como uma seleção retrospectiva de 13 trabalhos, em diferentes técnicas, realizados nas décadas de 50 e 60 do séc. xx. A penúltima, Exposição Retrospectiva, teve lugar na Casa da Luz, no Funchal. A última exposição de António Aragão antes da sua morte ocorreu no Museu de Arte Contemporânea da Madeira (forte de S. Tiago, Funchal).

Verifica-se que, por um lado, numa dimensão quase de intervenção social, se interessou por representar o povo, as pessoas, que não valem por si próprias porque não se identificam individualmente, mas configuram grupos profissionais; por outro lado, criou pinturas de paisagens, habitadas ou não, e exemplares de natureza morta. Estas últimas reportam-se, sobretudo, ao período inicial da produção artística, que foi mudando e se foi adaptando aos gostos e às vivências inspiradoras do criador.

Em síntese, Isabel Santa Clara descreveu muito bem a versatilidade de António Aragão: “Uma vertente experimentalista sacudiu o panorama artístico de forma peculiar nas décadas de 70 e 80. No centro desta atividade está a multifacetada figura de António Aragão, de inesgotável disponibilidade para com os novos talentos, cujas inquietações e inconformismos lograva canalizar para uma profícua experimentação artística. Ganharam força as práticas de poesia visual e de *mail art*, potenciadas pelas capacidades técnicas, a acessibilidade, a rapidez e a liberdade de produção de múltiplos da eletrografia. Surgiu assim *Filiograma*, *Mail Art Zine* editada entre 1981-1983, revista de folhas soltas, que ia sendo sucessivamente alterada na sua composição e enviada pessoalmente através dos circuitos internacionais da *mail art*, que passavam muito especialmente pelo Brasil” (*Id.*, 2010, 186); tendo colaborado em diversas manifestações de *mail art*, divulgou os seus trabalhos em revistas da especialidade. Compreende-se a estreita interligação, assim sintetizada, entre a obra artística e a produção escrita do artista-escritor.



Fig. 3 – Óleo de António Aragão, 23 jul. 1946 (coleção particular).

António Aragão terá sido, na juventude, um dos poetas da Tertúlia Ritziana, e, em 1946, com cerca de 25 anos, viu o seu conto “Pressentimento” obter um prémio: o 2.º lugar nos Jogos Florais promovidos pelo Ate-neu Comercial do Funchal. Em 1952, colaborou com Jorge de Freitas, com Florival dos Passos, com Rogério Correia e com Herberto Helder, entre outros, no caderno de poesia *Arquipélago*, e, em 1956, foi editor da revista literária *Búzio*, impressa e publicada às suas expensas, em que colaboraram, além do próprio, Edmundo Bettencourt, Herberto Helder, Eurico de Sousa, Jorge Sumares, José Escada, Esther de Lemos e David Mourão-Ferreira. A sua vasta obra foi publicada essencialmente no Funchal e em Lisboa, uma obra em que se encontram frequentemente textos criados em conjunto com outros autores. Dos seus trabalhos – livros inteiros, revistas ou composições singulares –, tanto de carácter científico como criativo, referenciamos, em seguida, alguns.

São vários os seus textos na déc. de 60, designadamente no âmbito da ficção literária, incluindo a poesia e o teatro; participou em ações coletivas e antologias literárias. Em 1962, escreveu o *Poema Primeiro*; em 1964, o *Romance de Iza Morfismo*, e também, com Herberto Helder, *Cadernos de hoje* (uma antologia de poesia experimental); em 1965, colaborou no suplemento especial do *Jornal do Fundão* sobre

poesia concreta com “Visopoemas” e “Ortofonias” (com Ernesto M. de Melo e Castro); em 1966, compôs *Hidra I*, *Folhema 1* e *Folhema 2*; em 1967, *Operação I*; em 1968, *Mais exactamente P(r)o(bl)emas*; em 1969, *Hidra 2*. Na déc. de 70, publicou, para além da já mencionada monografia *O Museu da Quinta das Cruzes*, *Poema Azul e Branco* e o romance *Um Buraco na Boca*, em 1971; também neste ano, participou na *Antologia da Novíssima Poesia Portuguesa*. Em 1972, dirigiu a edição de *Arquivo Histórico da Madeira. Boletim do Arquivo Distrital do Funchal*, e, em 1973, colaborou na *Antologia da Poesia Concreta em Portugal*. Em 1975, publicou *Os Bancos antes da Nacionalização*; em 1976, colaborou na *Antologia da Poesia Visual Europeia*; e, em 1979, produziu *Antologia da Poesia Portuguesa 1940-1977* e a já referida obra *Para a História do Funchal. Pequenos Passos da Sua Memória*. Nos anos 80, manteve o ritmo alucinante de escrita e de publicações. Assim, em 1981, apresentou não só o livro *A Madeira Vista por Estrangeiros, 1455-1700*, como também a peça de teatro *Desastre Nu*, que ganhou o 2.º prémio do Concurso de Peças de Teatro Inéditas promovido pela Secretaria de Estado da Cultura em 1980. Também neste ano, escreveu *Metanemas* e tornou-se um dos fundadores de *Filigrama*. Em 1982, publicou igualmente o opúsculo de carácter panfletário *Pátria. Couves. Deus. Etc.* e, ainda neste ano, *Joyciana* (com Alberto Pimenta, Ernesto M. de Melo e Castro e Ana Hatherly). Em 1983, compôs *Líricas Portuguesas. Antologia* e, no ano seguinte, iniciou as eletrografias: *O Elogio da Loura do Ergasmo nu Atlântico*, *Céu ou Cara Dente por Dente* e *Merdade My Son*, realizadas em 1984, 1985 e 1987, sendo publicadas em 1990. Em 1984, com Alberto Pimenta, deu à estampa *Os 3 Farros. Descida aos Infernos* (uma curiosa troca de correspondência entre os dois autores), além de ter publicado *As Armas da Cidade do Funchal no curso da Sua História*. Ainda em 1984, numa divulgação em dois discos LP, resultado de trabalhos de investigação no campo etnográfico, ganharam

poesia concreta com “Visopoemas” e “Ortofonias” (com Ernesto M. de Melo e Castro); em 1966, compôs *Hidra I*, *Folhema 1* e *Folhema 2*; em 1967, *Operação I*; em 1968, *Mais exactamente P(r)o(bl)emas*; em 1969, *Hidra 2*. Na déc. de 70, publicou, para além da já mencionada monografia *O Museu da Quinta das Cruzes*, *Poema Azul e Branco* e o romance *Um Buraco na Boca*, em 1971; também neste ano, participou na *Antologia da Novíssima Poesia Portuguesa*. Em 1972, dirigiu a edição de *Arquivo Histórico da Madeira. Boletim do Arquivo Distrital do Funchal*, e, em 1973, colaborou na *Antologia da Poesia Concreta em Portugal*. Em 1975, publicou *Os Bancos antes da Nacionalização*; em 1976, colaborou na *Antologia da Poesia Visual Europeia*; e, em 1979, produziu *Antologia da Poesia Portuguesa 1940-1977* e a já referida obra *Para a História do Funchal. Pequenos Passos da Sua Memória*. Nos anos 80, manteve o ritmo alucinante de escrita e de publicações. Assim, em 1981, apresentou não só o livro *A Madeira Vista por Estrangeiros, 1455-1700*, como também a peça de teatro *Desastre Nu*, que ganhou o 2.º prémio do Concurso de Peças de Teatro Inéditas promovido pela Secretaria de Estado da Cultura em 1980. Também neste ano, escreveu *Metanemas* e tornou-se um dos fundadores de *Filigrama*. Em 1982, publicou igualmente o opúsculo de carácter panfletário *Pátria. Couves. Deus. Etc.* e, ainda neste ano, *Joyciana* (com Alberto Pimenta, Ernesto M. de Melo e Castro e Ana Hatherly). Em 1983, compôs *Líricas Portuguesas. Antologia* e, no ano seguinte, iniciou as eletrografias: *O Elogio da Loura do Ergasmo nu Atlântico*, *Céu ou Cara Dente por Dente* e *Merdade My Son*, realizadas em 1984, 1985 e 1987, sendo publicadas em 1990. Em 1984, com Alberto Pimenta, deu à estampa *Os 3 Farros. Descida aos Infernos* (uma curiosa troca de correspondência entre os dois autores), além de ter publicado *As Armas da Cidade do Funchal no curso da Sua História*. Ainda em 1984, numa divulgação em dois discos LP, resultado de trabalhos de investigação no campo etnográfico, ganharam

visibilidade as suas recolhas de música tradicional das ilhas da Madeira e do Porto Santo, empreendidas na década anterior com Jorge Valdemar Guerra e com o músico Artur Andrade. Em 1985, fez uma exposição itinerante com *Poemografias* e, em 1987, apareceu uma nova edição, revista e aumentada, de *Para a História do Funchal*. Já com mais de 70 anos, ainda manteve alguma produção, tendo sido publicados, em 1992, *O Espírito do Lugar. A Cidade do Funchal*, anteriormente mencionado, e o livro de contos *Textos do Abocalipse*, que colocaram várias questões, nomeadamente políticas. Além destes títulos, em 1993, foi reeditado o romance *Um Buraco na Boca*, que recria de algum modo a linguagem verbal, desafiando as convenções da norma. Escreveu ainda para várias publicações: *Comércio do Funchal*; *Línea Sud*, Nápoles; *Letras e Artes*, Lisboa; *Expresso*; *Colóquio-Artes*, FCG, Lisboa; *Diário de Notícias*, Lisboa; *Comércio do Porto*; *Espaço Arte*, Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira; e *Diário de Notícias* (Madeira).

Ao nível internacional, realça-se a sua participação em vários *fora* de natureza cultural e artística: Sevilha, 1980; em 1982, Itália e Brasil; 1983, Cuenca; 1984, Comuna de Milão, Itália; 1984, São Francisco, EUA, e Barcelona; 1985, Israel e Nova Iorque; 1986, México e Sevilha; 1987, México e França; 1989, Itália e Paris; 1990, Siegen, Alemanha, México e Washington; e 1992, Madrid.

Em suma, as décs. de 60, de 70 e de 80, destacando-se, decerto, o ano de 1981, foram um período muito fértil, marcando toda a sua carreira. Quando se observa detalhadamente a listagem dos títulos, para se quantificarem as publicações não literárias e as literárias, verifica-se que estas se sobrepõem àquelas. Portanto, foi, indubitavelmente, um escritor insaciável e incansável, sendo-o mais de poesia do que de ficção ou de teatro. Contudo, os seus trabalhos não literários, quase todos dedicados à Madeira e ao Funchal, são referências incontornáveis para quem se dedica às temáticas de que trataram.

António Aragão faleceu no Funchal, a 11 de agosto de 2008. A sua família doou ao Arquivo

Regional da Madeira, posteriormente Arquivo Regional e Biblioteca Pública Regional da Madeira, grande parte do seu espólio histórico. No entanto, o legado do seu acervo artístico ao país e, particularmente, à Madeira foi reconhecido ainda em vida pela Câmara Municipal do Funchal, que atribuiu o seu nome a uma via cidadina.

Obras de António Aragão: *Os Pelourinhos da Madeira* (1959); *Poema Primeiro* (1962); *Romance de Iza Morfismo* (1964); *Ortofonias* (1965); *Visopoeias* (1965); *Folhema 1* (1966); *Folhema 2* (1966); *Hídria 1* (1966); *Operação 1* (1967); *Mais exactamente P(r)o(bl)emas* (1968); *Hídria 2* (1969); *O Museu da Quinta das Cruzes* (1970); *Um Buraco na Boca* (1971); *Poema Azul e Branco* (1971); *Os Bancos antes da Nacionalização* (1975); *Antologia da Poesia Portuguesa 1940-1977* (1979); *Para a História do Funchal. Pequenos Passos da Sua Memória* (1979); *Desastre Nu* (1981); *A Madeira Vista por Estrangeiros* (1981); *Metanemas* (1981); *Joyciana* (1982) (coautoria); *Pátria. Couves. Deus. Etc.* (1982); *Líricas Portuguesas. Antologia* (1983); *Os 3 Farros. Descida aos Infernos* (1984); *As Armas da Cidade do Funchal no Curso da Sua História* (1984); *O Elogio da Loura do Ergasmo Nu Atlântico, Céu ou Cara Dente por Dente* (1990); *Merdade My Son* (1990); *O Espírito do Lugar. A Cidade do Funchal* (1992); *Textos do Abocalipse* (1992).

Bibliog.: impressa: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; *Dicionário de Biografias*, Porto, Porto Editora, 2001; DIONÍSIO, Fátima Pitta, "O experimentalismo em António Aragão", *Isleña*, n.º 20, jan.-jun. 1997, pp. 12-20; FREITAS, Alfredo Vieira de, *Era Uma Vez... na Madeira. Lendas, Contos e Tradições da Nossa Terra*, Funchal, ed. do Autor, 1964; *Margem 2*, n.º 28, 2011; NEPOMUCENO, Alexandra, *Aos Olhos da Memória. Recolhas Etnográficas de António Aragão em Machico*, Machico, Câmara Municipal do Funchal/Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, 2012; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1953; *Portugal Século XX. Portugueses Célebres*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003; SANTA CLARA, Isabel, "Caminhos da contemporaneidade artística na Madeira", in *Horizontes Insulares*, Tenerife/Las Palmas, Gobierno de Canarias, 2010, pp. 181-199; *Id.*, "Artes plásticas: exposições, protagonistas e circunstâncias de lugar", in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. antezero, Lisboa, INCM, 2016, pp. 167-176; SANTOS, Bruno Daniel Ministro dos, *Um Buraco na Boca. Edição Crítica do Romance Experimental de António Aragão*, Trabalho de projeto de Mestrado em Edição de Texto apresentado à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 2014; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, JGDAF, 1965; TORRES, Rui (org.), *Cibertextualidades 07*, Porto, Universidade Fernando Pessoa, 2015; **digital:** ABREU, João Carlos, "António Aragão: o madeirense que ajudou a fundar a poesia experimental", *Jornal da Madeira*, 28 maio 2014: <http://arquivo.jm-madeira.pt/artigos/ant%C3%B3nio-arag%C3%A3o-o-madeirense-que-ajudou-fundar-poesia-experimental> (acedido a 12 abr. 2017); "António Aragão", *Obrigatório não Ver. Autores*, s.d.: <http://works.danielcardoso.net/obrigatorio-nao-ver/radio/> autor:antonio-aragao (acedido a 12 abr. 2017); ARTE ANTÓNIO ARAGÃO, "Vida e obra de António Aragão", *António Aragão*, 8 abr. 2010: <http://www.aragao.info/search/label/vida%20e%20obra> (acedido a 12 abr. 2017); NEPOMUCENO, Rui, "António Aragão e o experimentalismo literário português", *Rui Nepomuceno. História, Literatura, Economia e Política*, 22 fev. 2010: <http://ruinepomuceno.blogspot.pt/2010/02/antonio-aragao-e-o-experimentalismo.html> (acedido a 12 abr. 2017); SANTA CLARA, Isabel, "Artes plásticas", *Aprender Madeira*, 3 out. 2016: <http://aprendermadeira.net/artes-plasticas/> (acedido a 12 abr. 2017).

HELENA REBELO
MIGUEL LUÍS DA FONSECA

Aragão, João José de Freitas

Nasceu no Funchal, a 5 de fevereiro de 1777, filho do Cap. José Joaquim Drummond Freitas Aragão, que foi vereador da Câmara Municipal do Funchal, funcionário do Santo Ofício e mais tarde alvo do célebre processo de 1792 do mesmo tribunal religioso, sendo então acusado de pertencer a uma loja maçónica.

Matriculou-se na Univ. de Coimbra em 1795, formando-se em Estudos Jurídicos e Cânones em 1799.

A 26 de março de 1821, estando a residir em Lisboa, onde exercia advocacia, foi eleito deputado substituto às Cortes Constituintes, pela Madeira, tornando-se efetivo, a 5 de maio do mesmo ano, com a morte do titular, António João Rodrigues Garcês, ocorrida antes da verificação de poderes. Foi um deputado assíduo e interventor, sobretudo no que respeita aos interesses da Madeira, e fez parte de várias comissões parlamentares. Decorridos três dias da sua tomada de posse, interveio para reclamar um aumento das cóngruas do clero; no dia 9 do mesmo mês, apresentou um projeto de decreto sobre os vinhos produzidos na Madeira e, no dia 16, um outro sobre a reparação de estradas e pontes. Numa intervenção que teve lugar a 22 de julho de 1822, pugnando pelos interesses madeirenses, declarou: “Coisa proveitosa à Madeira, nunca se decide; os projetos relativos à mesma passam já de anos, e até agora indecisos” (CASTRO, 2002, 105). O facto de residir em Lisboa e de estar afastado da sua terra natal há vários anos condicionava, no entanto, o conhecimento que tinha dos reais problemas madeirenses. Ele próprio o confessou numa intervenção de 25 de julho de 1822, perante a reação crítica das câmaras municipais, dos proprietários e dos negociantes da Madeira relativamente à posição que tomou nas Cortes sobre a questão da entrada de aguardentes na Madeira.

Faleceu em Lisboa, a 20 de setembro de 1842.

Bibliog.: BARROS, Néli Pereira de, *Os Deputados Brasileiros nas Primeiras Constituintes e a Ilha da Madeira*, Funchal, CEHA, 2003; CASTRO, Zília Osório de (dir.), *Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. I, Lisboa, Afrontamento/Assembleia da República, 2002; CLODE,

Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1965.

GABRIEL PITA

Araújo, Alberto Henriques de

Alberto Henriques de Araújo nasceu na freguesia de São Pedro, no Funchal, no dia 3 de março de 1903; era filho de João Isidoro de Araújo Figueira, natural de Câmara de Lobos, e de Virgínia Henriques de Araújo. Casou-se com Vera Bettencourt da Câmara, filha de António Bettencourt da Câmara e de Joana Sultana Abudahram. Concluiu o



Alberto Henriques de Araújo, 1930 (ABM).

curso liceal no Funchal e matriculou-se depois na Faculdade de Direito da Univ. de Coimbra, tendo sido presidente da Associação Académica e aluno de António de Oliveira Salazar. Licenciou-se em 1925. Foi advogado, jornalista e político, destacando-se como orador.

Dirigiu, de 31 de março de 1931 a 10 de maio de 1974, o *Diário de Notícias* (Madeira), que era propriedade da firma Blandy Brothers, de que foi advogado. Fez parte da União Nacional, presidindo, por seis vezes consecutivas, à comissão distrital do Funchal.

De 1945 a 1969, foi deputado na Assembleia Nacional pelo círculo do Funchal, após a saída de seu irmão, Juvenal Henriques de Araújo. Fez parte da comissão de Trabalho, Previdência e Assistência Social, da comissão de Finanças e da comissão dos Negócios Estrangeiros, representando Portugal em diversas reuniões da NATO, na Europa e nos Estados Unidos. A sua ação parlamentar foi bastante relevante, intervindo a propósito da celebração de acordos internacionais e sobretudo na defesa dos interesses da Madeira, e abordando questões importantes como o turismo, as comunicações, a proteção à agricultura, a construção

de infraestruturas (estradas, porto do Funchal e aeroporto), o repovoamento florestal, entre outras.

Foi ainda membro do Conselho de Administração da Madeira Wine Association e do Reid's Hotel, e presidente da Associação Comercial e Industrial do Funchal (1963-1974) e, por inerência deste cargo, membro do Conselho de Turismo. Fez ainda parte do Conselho Municipal e da Junta Autónoma dos Portos.

Foi condecorado pelo Governo português, por Espanha, em 1936, e por França, em 1939 e 1955. A 16 de outubro de 1992, foi-lhe atribuída a medalha de ouro da Ordem dos Advogados.

Faleceu no Funchal, a 28 de outubro de 1997.

Bibliog.: CARVALHO, Rita Almeida de, "Araújo, Alberto Henriques de (1903-1980)", in CRUZ, Manuel Braga da, e PINTO, António Costa (dirs.), *Dicionário Biográfico Parlamentar 1935-1974*, vol. I, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/Assembleia da República, 2004, pp. 186-188; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; FERNANDES, Nicodemos, "Dr. Alberto Araújo ao 'DN' em vésperas de pública homenagem", *Diário de Notícias*, Funchal, 15 ago. 1992, pp. 3-5.

GABRIEL PITA

Araújo, Duarte Rodrigues de

Duarte Rodrigues de Araújo nasceu no Funchal (freguesia de São Pedro), em 1919, sendo o filho primogénito de Juvenal Henriques de Araújo e de Noémia Rodrigues de Araújo. De seu pai herdou uma brilhante inteligência e a propensão para a literatura.

Depois do liceu, no Funchal, cursou Direito na Univ. de Lisboa, onde alcançou classificações elevadas e firmou o seu talento. Porém, terminado o curso, e abrindo-se-lhe perspectivas de futuro auspicioso e risonho, deixou tudo e enveredou pela vida eclesiástica. Frequentou então o Seminário dos Olivais, do patriarcado de Lisboa, e recebeu ordens sacras em março de 1948.

Durante o curso seminarístico, deu provas do seu brilhantismo e revelou dotes de escritor e orador, o que não era totalmente novidade, já que, antes de entrar no Seminário, escreveu na imprensa coimbrã. Como sacerdote, colaborava nas atividades pastorais, ao

mesmo tempo que continuava a exercer a advocacia.

Passou os últimos anos da sua vida no Funchal. Vivía na casa familiar, mas participava nas atividades da Diocese – celebrações, retiros, jornadas de estudo e reflexão –, embora não tivesse nenhum cargo ou serviço na Igreja local. Faleceu na paróquia de São Pedro no ano de 1989.

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; OLIVEIRA, Américo Lopes, *Arquipélago da Madeira: Epopeia Humana*, Braga, Pax, 1969; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1953.

Fontes orais: FARIA, Teodoro de, entrevistado por Porfírio Pinto [comunicação pessoal], Funchal, abr. 2017.

PORFÍRIO PINTO

Araújo, João

Nasceu na freguesia de Santa Cruz, no sítio do Gil, a 29 de julho de 1878, filho de José de Araújo e de Carlota Joaquina. A sua atividade profissional desenvolveu-se sobretudo no comércio e na indústria.

Era proprietário da agência de viagens João de Araújo, ou Agência de Passagens e Passaportes, como era então designada, situada na Calç. do Cidrão, e através dela organizou diversas viagens turísticas aos Açores e às Canárias e adquiriu os vapores costeiros *Bútio* e *Falcão*, destinados a viagens ao Norte da Madeira. Foi ainda sócio-gerente da Empresa do Cabrestante, também propriedade de José Carvalho, tendo este posteriormente, em 1937, vendido a sua quota à firma João de Freitas Martins, Lda. Esta empresa era proprietária dos rebocadores *São Telmo* e *São José*, que transportavam mercadorias para os navios, e, sob a direção técnica de Luís Basílio, empreendeu a construção dos lugres *Gonçalves Zarco* e *Fernando*, destinados à firma Baganho, de Lisboa, que asseguravam a ligação entre a Madeira e a capital do país.

Na esfera social, desempenhou o cargo de presidente da Banda Distrital do Funchal e fez parte, entre novembro de 1917 e dezembro de 1921, da direção do Club Sport Marítimo liderada por Pedro Augusto de Gouveia, sendo mais tarde vice-presidente da Assembleia-Geral

do mesmo clube. Era sócio da Associação de Inabilidade Gonçalves Zarco, de que foi dirigente, e acabou por gastar a fortuna que adquirira no apoio a atividades desportivas e musicais e ainda a associações de socorros mútuos.

Possuía a comenda de cavaleiro da Ordem Militar de Cristo e a medalha de Socorros a Náufragos.

Faleceu no Funchal, na R. Dr. Juvenal, onde residia, a 14 de maio de 1945.

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; "João de Araújo", *Diário de Notícias*, Funchal, 15 maio 1945, p. 1; "Os mortos. Comendador João de Araújo", *O Jornal*, 15 maio 1945, p. 2.

GABRIEL PITA

Araújo, Juvenal Henriques de

Juvenal Henriques de Araújo nasceu no Funchal, na Calç. do Dr. Nuno Teixeira (posterior Calç. do Pico), n.º 49, no dia 21 de novembro de 1892. Era filho de João Isidoro de Araújo Figueira (1859-1934) e Virgínia Henriques de Araújo (1877-1966). Concluído o ensino secundário no Liceu do Funchal (1903-1909), matriculou-se em Direito, na Univ. de Coimbra, onde conviveu com Salazar e o então P.º Manuel Gonçalves Cerejeira, futuro cardeal patriarca de Lisboa. Em 1912, fez parte da direção do Centro Académico da Democracia Cristã na qualidade de 2.º secretário e foi um dos fundadores do seu porta-voz, o jornal *Imparcial*. A 17 de outubro de 1910, poucos dias depois da revolução repu-

blicana, na sequência de tumultos na Univ. de Coimbra, onde era reitor o Dr. Manuel de Arriaga, os Profs. Teixeira de Abreu e José Tavares, que tinham militado no Partido Regenerador-Liberal, são convidados a afastarem-se momentaneamente, a fim de acal-



Juvenal Henriques de Araújo, 1930 (ABM).

marem os ânimos. Algum tempo depois, os mesmos professores são demitidos pelo governo, que alegou abandono do lugar. Um grupo de estudantes, no qual se incluía Juvenal de Araújo, publica, em 1911, no jornal *Nação*, um libelo acusatório desta perversidade política, em tom muito incisivo, sarcástico, mas brilhante, de que resultou a reintegração dos referidos professores.

Após a licenciatura, concluída em 1914, regressou ao Funchal, passando a desempenhar a sua atividade profissional como advogado, consultor jurídico da firma William Hinton & Sons, diretor do Banco Madeira e professor do ensino secundário, primeiro no liceu, como provisório, e depois na Escola Industrial António Augusto de Aguiar, posterior Escola Secundária Francisco Franco (1927-1962), como efetivo. A 31 de julho de 1918, casou com Maria Noémi Henriques Rodrigues (1899-1974), filha de João Anacleto Rodrigues (1869-1948) e de Luísa Capitolina Henriques (falecida a 12 nov. 1963). Do casamento nasceram dois filhos: Duarte Manuel Rodrigues de Araújo (1919-1989), licenciado em Direito (UL, jul. 1948) e padre (ordenado a 21 fev. 1948), e Juvenal Rodrigues de Araújo, nascido em 1920, igualmente licenciado em Direito e advogado. Por escritura pública, lavrada a 19 de abril de 1922, no cartório do notário Frederico de Freitas, o seu sogro, dois irmãos deste, Henrique Augusto e Alfredo Guilherme, e ainda Francisco Leão de Faria, Francisco Roberto Câmara e Juvenal de Araújo fundam a casa bancária Rodrigues, Irmãos & Companhia, entrando os três primeiros com o capital de 200 contos cada um e os restantes com 50 contos cada um. Tendo imediatamente entrado com 50 % do capital, os sócios preencheram a totalidade do mesmo em junho de 1923. Entre 1922 e 1929, Juvenal de Araújo foi o gerente da nova casa bancária. Na sequência dos reflexos na Madeira da grave crise económica e financeira de 1929, esta casa bancária, o Banco Sardinha e o Banco Madeira (surgido a 24 abr. 1920) fundem-se, por imposição do dec. n.º 23.026, de 12 de setembro de 1933, tendo sido adotada a designação do último. O Conselho de Administração do novo

banco era composto por Juvenal de Araújo, António Bettencourt Sardinha e Leonel Luís, representando respetivamente os três bancos então fundidos. O novo banco, por sua vez, será integrado, a 7 de dezembro de 1965, no Banco Lisboa & Açores e, em janeiro de 1970, este será, por sua vez, integrado no Banco Totta & Aliança, passando a designar-se Banco Totta & Açores. Na posse da família dos sogros estava já a empresa Henrique, Rodrigues & Companhia (Bazar do Povo) e a companhia de seguros Aliança Madeirense, fundada em 13 de abril de 1891.

O Dr. Juvenal funda também, com outros sócios, a empresa de comércio de vinhos Araújo & Henriques Sucessores. Esta foi criada a 11 de agosto de 1923, passando, a 4 de maio de 1932, a Araújo, Henriques & Companhia e acabando por ser integrada, em 1947, na H. M. Borges & Sucessores. Em 1929, Juvenal de Araújo desempenha ainda as funções de diretor da Aliança Madeirense.

Durante o regime republicano, foi um militante ativo da causa católica, tendo desempenhado, durante vários anos, o cargo de presidente da Juventude Católica do Funchal, criada em 1913. Entre 1922 e 1925, foi deputado pelo Centro Católico eleito pelo Funchal, tendo-se manifestado ativo na defesa dos interesses da economia madeirense. Com a instalação da Ação Católica Portuguesa na Madeira, em 1936, veio a desempenhar o cargo de presidente da Junta Diocesana durante vários mandatos. No Estado Novo, foi deputado nas legislaturas de 1935-1938, 1938-1942 e 1942-1945.

Desempenhou também vários cargos públicos, nomeadamente: o de presidente da Junta Agrícola da Madeira, em 1925; presidente da Comissão Liquidatária da casa bancária Henrique Figueira da Silva, sob proposta do Banco de Portugal e da Caixa Geral de Depósitos, sendo nomeado, por portaria do ministro das Finanças, em novembro de 1931; presidente da Associação Comercial e Industrial do Funchal (1934-1963); diretor do Ateneu do Funchal; vice-presidente da Junta Geral do Funchal (jan.-jul. 1926); presidente da Comissão Distrital de Assistência (1947-1953); presidente da Delegação do Funchal da

Cruz Vermelha Portuguesa (1937-1940); e presidente do Conselho de Turismo da Madeira, criado pela Junta Geral em 1952.

Colaborou em vários jornais e revistas, nomeadamente no *Diário de Notícias* (Madeira), no *Jornal da Madeira*, no *Correio da Madeira* e na revista *A Esperança*, foi diretor do *Diário da Madeira* e salientou-se como um orador brilhante, muitas vezes convidado para discursar em eventos públicos. Das muitas conferências que proferiu, foram publicadas apenas duas: “A família, sua origem e fundamentos”, inserida numa série de conferências promovidas pela CMF, que as deu à estampa com o título *A Família*, em 1940, e uma outra proferida na Escola Comercial e Industrial António Augusto de Aguiar, publicada com o título *Homenagem ao Professor Alfredo Miguéis* (Funchal, ed. do Autor, 1943). Juvenal de Araújo publicou ainda dois opúsculos: *Acção de Expropriação do Montado do Barreiro, Requerida pela Câmara Municipal do Funchal contra os Proprietários do Mesmo Montado. Alegações Finais dos Embargantes William Hinton & Sons e D. Josefina Pimbet da Rocha Machado* (Funchal, ed. do Autor, Tip. do *Diário da Madeira*, 1917) e *Capela de Nossa Senhora do Desterro na Freguesia do Monte da Ilha da Madeira. Breve Registo* (Lisboa, ed. do Autor, 1942). Com o advogado Frederico de Freitas, fundou, em 1920, a *Revista de Direito*. Em 1928, em edição do Autor, publicou, com o título *Trabalhos Parlamentares*, algumas das suas intervenções na Câmara de Deputados, entre 1922 e 1925, na qualidade de deputado do Centro Católico.

Foi distinguido com as seguintes comendas: Oficial da Ordem Militar de Cristo (nov. 1924), Cruz Vermelha de Dedicção (1926), Ordem de Benemerência (nov. 1950) e Ordem da Instrução Pública (maio 1963). A 29 de abril de 1930, o Papa Pio XI agraciou-o com a comenda da Ordem de São Silvestre.

Faleceu no Funchal, a 2 de novembro de 1976.

Obras de Juvenal Henriques de Araújo: *Acção de Expropriação do Montado do Barreiro, Requerida pela Câmara Municipal do Funchal contra os Proprietários do Mesmo Montado. Alegações Finais dos Embargantes William Hinton & Sons e D. Josefina Pimbet da Rocha Machado* (1917); *Trabalhos Parlamentares* (1928); *Capela de Nossa Senhora do Desterro na Freguesia do Monte da Ilha da Madeira. Breve Registo* (1942).

Bibliog.: impressa: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; MARQUES, A. H. Oliveira et al. (coords.), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, Lisboa/Porto, Assembleia da República/Afrontamento, 2000; SANTOS, Marta Carvalho, "Araújo, Juvenal Henriques de (1892-1976)", in CRUZ, Manuel Braga da, e PINTO, António Costa (dirs.), *Dicionário Biográfico Parlamentar 1935-1974*, vol. I, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/Assembleia da República, 2004, pp. 191-194; **digital:** PITA, Gabriel de Jesus, "Juvenal de Araújo e o Centro Católico", in *República e Republicanos na Madeira 1880-1926*, CD-ROM, Funchal, CEHA, 2010.

GABRIEL PITA

Araújo, Norberto de

Norberto Moreira de Araújo, escritor, dramaturgo e jornalista, nasceu em Lisboa, em 1889, e faleceu na mesma cidade, a 24 de novembro de 1952. Autor de vasta bibliografia, que inclui livros técnicos sobre as artes gráficas, como *Da Iluminura à Tricomia* (1915), e diversas obras sobre Lisboa, como *Inventário de Lisboa* (1939), *Peregrinações de Lisboa* (1939) e *Legendas de Lisboa* (1943), foi uma figura importante do jornalismo português. Iniciou a sua carreira no periódico *O Mundo* e trabalhou em várias publicações, tais como *A Manhã*, *Século da Noite*, *Diário de Notícias* e *Diário de Lisboa*, do qual foi redator principal. Colaborou igualmente no semanário *Goal*, dirigido por Alves Redol, na revista *Ilustração* e na *Revista Municipal*.

Em dezembro de 1948, acompanhou, como correspondente do *Diário de Lisboa*, um grupo de excursionistas que se deslocou à Madeira para participar nas festas de final de ano. Da viagem resultaram diversas crónicas, com o título genérico "Impressões da Madeira", publicadas durante o mês de janeiro seguinte, com honras de primeira página, e uma entrevista ao governador civil da Madeira, Cor. Lobo da Costa.

A excursão, organizada pela Casa da Madeira de Lisboa, era constituída, segundo o editor do *Diário de Lisboa*, João Crisóstomo de Sá, por cerca de 600 pessoas, entre as quais se encontravam os membros da Tuna Académica de Coimbra, que realizaram 3 espetáculos no Teatro Municipal do Funchal. O grupo incluía, igualmente, diversos jornalistas nacionais e estrangeiros e o representante da

United Press, que, a bordo do *Serpa Pinto*, cedido pela Companhia Colonial de Navegação, fizeram o relato da visita.

Norberto de Araújo iniciou as suas "pequenas crónicas impressionantes" (SÁ, *Diário de Lisboa*, 5 jan. 1949, 6) sobre a Ilha, como anunciado pelo editor, no dia 6 de janeiro. A Madeira provocou no autor deslumbramento, exaltação, imagens de sonho e, sobretudo, levou-o a refletir sobre o panorama panteísta que oferecia. As frutas, as flores, as vinhas eram o resultado do esforço do Homem na sua constante humildade perante a natureza. Se a terra era doce e forte, os homens simples que a cultivavam encontravam-se em face de horizontes serenos e contemplativos, desenvolvendo uma alma suave e vigorosa. Numa antropomorfização da Ilha, Norberto de Araújo afirmou apetecer-lhe descansar no seu regaço, no seu coração robusto e amoroso. O *tópos* do deslumbramento e da terra-mãe que acolhia e nutria o homem esteve igualmente presente nas outras crónicas, assim como o da beleza da terra que continha em si "peregrinas belezas da terra toda do Mundo" (ARAÚJO, *Diário de Lisboa*, 6 jan. 1949, 1).

A mesma conceção edénica da Madeira foi repetida na crónica de 7 de janeiro, com o título significativo de "A Ilha das cem maravilhas onde nasceram, gémeos, Adão e Eva" (*Id.*, *Ibid.*, 7 de jan. 1949). Foi justamente este texto que João Cabral do Nascimento incluiu no volume *Lugares Selectos de Autores Portugueses Que Escreveram sobre o Arquipélago da Madeira* (1949).

O espetáculo da passagem de ano inspirou no autor uma descrição superlativa com imagens que apelavam aos sentidos, em "volupia sensual contemplativa", e à ligação da terra com o divino, quando o fogo no céu lhe lembrou "cataclismo de sois, dilúvio de estrelas", com a Ilha que conquista o espaço acima das montanhas, "já não pertence ao mar e entrega-se ao espaço, querendo atingir o céu" (*Id.*, *Ibid.*, 6 jan. 1949, 7).

As crónicas seguintes repetiam a temática do espaço edénico da Ilha, lugar de paz e felicidade familiar. As famílias, mesmo pobres,

viviam felizes, com o pai que trabalhava a terra e a mãe e as filhas que bordavam como se tecessem renda de “mantos florentinos de ‘madonas’”. Entre a terra (das vinhas, das árvores de fruto, das flores) e o céu, a Ilha tinha “pequenos Mundos de beleza”. No campo arquitetónico e urbanístico, o Funchal pareceu-lhe uma mistura das várias regiões de Portugal, uma cidade que, a 1000 km de Lisboa, era “Portugal puro” (*Id., Ibid.*, 7 jan. 1949, 7).

Norberto de Araújo deteve-se, nos textos publicados a 10 de janeiro, nas questões económicas ligadas à Madeira, como o turismo, o vinho, os bordados, o cultivo e exploração da cana de açúcar e da banana e a industrialização dos lacticínios. Partindo do lugar-comum de que a Madeira vivia do turismo, o jornalista afirmou que, apesar de a Ilha retirar dessa atividade proventos importantes, acreditava que tal não significava viver à custa dos estrangeiros, sobretudo dos Ingleses. Desenvolver o turismo era proporcionar ao visitante “esse dom de Deus” (*Id., Ibid.*, 10 jan. 1949, 1) que era a Ilha, onde se concentrava grande variedade geológica e botânica. Assim, não se vivia à custa dos que iam de fora, mas o turista pagava a dádiva generosa que a natureza lhe proporcionava.

No entanto, era no trabalho do homem que a Madeira tinha a sua maior fonte de riqueza, desse “homem lusíada [...] do trabalho obscuro, cantante, fomentador, fortificador – não apenas do ouro inglês deixado cair dos ‘decks’ dos transatlânticos” (*Id., Ibid.*, 7 jan. 1949, 7). As diversas atividades económicas foram, por isso, elencadas, demonstrando o seu desenvolvimento e o seu papel na economia da Ilha.

A entrevista ao governador civil encerrou os textos de Norberto de Araújo para o *Diário de Lisboa*. Chegado havia pouco à Madeira, o Cor. Lobo da Costa abordou diversas temáticas como o turismo, os transportes (considerando a necessidade de formas mais acessíveis de chegar à Ilha) e a expansão dos produtos madeirenses, que exigia mais possibilidades de saída. Considerava o governador que a Madeira, além destas grandes questões, tinha pouco a resolver, já que tanto o governo do

país, como as câmaras municipais e as entidades fomentadoras já tinham realizado a maior parte do trabalho.

Norberto de Araújo terminou desta forma o relato da sua excursão, desenhando para os leitores uma Ilha paradisíaca, moderna e humilde. O retrato, no fundo, do produto das melhores capacidades do homem lusíada do Estado Novo e da sua forma de se relacionar com a terra e com as gentes.

Obras de Norberto de Araújo: *Da Iluminura à Tricomia* (1915); *Inventário de Lisboa* (1939); *Peregrinações de Lisboa* (1939); *Legendas de Lisboa* (1943).

Bibliog.: ARAÚJO, Norberto de, “O regresso da excursão que foi ao Funchal para assistir às festas do fim do ano”, *Diário de Lisboa*, 5 jan. 1949, p. 6; *Id.*, “Impressões da Madeira (1) – A noite de S. Silvestre e o panorama panteísta ante o panorama humano”, *Diário de Lisboa*, 6 jan. 1949, p. 1; *Id.*, “A Madeira em fogo – O espetáculo deslumbrante”, *Diário de Lisboa*, 6 jan. 1949, p. 7; “Impressões da Madeira (2) – A ilha das cem maravilhas onde nasceram, gémeos, Adão e Eva”, *Diário de Lisboa*, 7 jan. 1949, p. 1; *Id.*, “A vida do Funchal e os progressos urbanísticos registados nos últimos anos”, *Diário de Lisboa*, 7 jan. 1949, p. 7; *Id.*, “Impressões da Madeira (3) – A ilusão do turismo criada e a realidade do trabalho fertilizante”, *Diário de Lisboa*, 10 jan. 1949, p. 1; *Id.*, “As possibilidades permanentes do turismo na Madeira”, *Diário de Lisboa*, 10 jan. 1949, p. 6; *Id.*, “A Madeira tem os seus direitos – As declarações que fez ao ‘Diário de Lisboa’ o governador, coronel Lobo da Costa”, *Diário de Lisboa*, 11 jan. 1949, p. 1; *Id.*, “O que nos diz o coronel Lobo da Costa sobre as actuais aspirações da ilha da Madeira”, *Diário de Lisboa*, 11 jan. 1949, p. 6; NASCIMENTO, João Cabral do, *Lugares Selectos de Autores Portugueses Que Escreveram sobre o Arquipélago da Madeira*, Funchal, Delegação do Turismo da Madeira, 1949; PORTELA, Artur, *Norberto de Araújo. O Jornalista e o Escritor*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1953; SÁ, João Crisóstomo de, “O regresso da excursão que foi ao Funchal para assistir às festas de fim de ano”, *Diário de Lisboa*, 5 jan. 1949, p. 6.

LUÍSA M. ANTUNES PAOLINELLI

Arcádia Funchalense

Na segunda metade do séc. XVIII, a instrução pública e a cultura literária conheceram um grande progresso, devido às reformas pomalinas, inspiradas nos ideais iluministas e implementadas em Portugal com vista à laicização do ensino e à renovação pedagógica. Por conseguinte, na ilha da Madeira, como em Portugal continental, a partir de meados do séc. XVIII, desenvolveu-se o gosto pelas academias literárias e a tradição da tertúlia tornou-se uma característica inegável do meio cultural português, sendo a criação destas academias e tertúlias igualmente assídua nos sécs. XIX e XX. Foram fundadas diversas academias com o intuito de fomentar as tertúlias e os debates e, conseqüentemente, de estimular a vida

cultural madeirense. Neste sentido, pertenciam às academias ou tertúlias literárias, habitualmente, personalidades de suma importância da sociedade e cultura madeirenses, que influenciaram, com o seu saber, o meio cultural e artístico.

Segundo Álvaro Rodrigues de Azevedo, no seu comentário às *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso, “teve neste período a cidade do Funchal suas academias também: uma instrutiva, intitulada Assembleia dos Únicos do Funchal; outra poética, denominada Arcádia Funchalense” (FRUTUOSO, 1873, 783). Entre as diversas e notáveis academias ou tertúlias criadas no Funchal está, com efeito, a Arcádia Funchalense, “destinada ao cultivo das letras, como as suas congêneres do continente que tão grande voga tiveram nesta época” (PESTANA, 1952, 35-36). Esta academia foi fundada nos anos 80 do séc. XVIII, embora não exista data concreta da sua constituição. Nas reuniões deste grupo de intelectuais proferiam-se discursos, organizavam-se debates e eram lidas memórias que versavam temas como a literatura, cultura e história.

Sobre esta academia não existem notícias na imprensa, surgindo apenas duas referências em obras publicadas, na medida em que o primeiro periódico regional madeirense, *O Patriota Funchalense*, surgiu apenas em 1821. Uma das menções à Arcádia Funchalense encontra-se na obra *Coleção Poética* (1794), da autoria de Francisco Manuel de Oliveira, docente de Filosofia Racional e Moral, mais precisamente, no discurso fúnebre dedicado a Valisio Alceo, um dos sócios da Arcádia Funchalense. A outra referência encontra-se num soneto publicado no volume *Obras*, da autoria de D. Aires de Ornelas de Vasconcelos, dedicado a Francisco Xavier de Ornelas, sócio fundador da Arcádia Funchalense, “cujo profundo saber os Tullios ia excedendo” (SILVA e MENESES, 1978, I, 19).

Bibliog.: FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Typ. Funchalense, 1873; PESTANA, César, “Academias e tertúlias da Madeira”, *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 12, 1952, pp. 35-36; *Id.*, *A Madeira: Cultura e Paisagem*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1985; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1978.

FILIPA SILVA

Archer, Maria (nome artístico)

Escritora e jornalista, Maria Emília Archer Eyrolles Baltasar Moreira (nome artístico: Maria Archer) nasceu em Lisboa, a 4 de janeiro de 1899, e faleceu na mesma cidade, em 1982. Durante a sua infância e juventude viajou com os pais, João Baltazar Moreira Junior e Cipriana Archer Eyrolles Baltasar, para diversas partes do país e de África, tendo vivido na ilha de Moçambique (1910-1913) e, de 1916 a 1918, na Guiné Bissau, em Bolama e Bissau. Casa-se, em 1921, com Alberto Passos, e vai viver para o Ibo, Moçambique, regressando à Europa cinco anos depois. A futura escritora vai, então, habitar em Vila Real, de onde o marido era natural. Divorcia-se após 10 anos de matrimónio e em 1932 une-se aos pais, que na altura viviam em Angola. É em Luanda que publica o seu primeiro romance, *Três Mulheres* (1935), num volume que continha igualmente *A Lenda e o Processo do Estranho Caso de “Pauling”*, texto de Pinto Quartim Graça. No mesmo ano, dá à estampa *África Selvagem. Folclores dos Negros do Grupo “Bantu”*.

A educação de autodidata, que fez que tivesse completado a 4.ª classe só no final da juventude, em muito deve ter beneficiado das viagens que contribuíram para a sua formação como escritora e para a carreira que escolhe como colaboradora na imprensa. Em 1935, volta à metrópole e decide viver em Lisboa, fazendo conferências e entrevistas como jornalista. Dedicase, igualmente, à escrita de teatro e de romances.

A preferência pela temática ligada a África e a receção positiva de *África Selvagem* levam-na a escrever diversos volumes da Coleção Cadernos Coloniais, da Editorial Cosmos, entre os quais *Sertanejos*, *Singularidades dum País Distante*, *Ninho de Bárbaros* e *Angola Filme*, e o romance *Viagem à roda de África*. Em 1945, publica *Aristocratas*, romance que a leva ao corte de relações com a família, que considerou a história um retrato dos vários parentes.

Viaja para o Brasil em 1955, depois de ser considerada suspeita pela PIDE ao decidir escrever um livro sobre o julgamento do Cap. Henrique Carlos Galvão. Tal livro, *Os Últimos Dias*

do *Fascismo Português*, viria a ser publicado no Brasil em 1959. Já antes, no entanto, várias das suas obras, e.g., *Casa sem Pão*, de 1947, tinham sofrido a censura e sido apreendidas. No Brasil, escreveu para diversos jornais, como *O Estado de S. Paulo* e *Portugal Democrático*, e publicou vários livros, entre os quais *Terras onde Se Fala Português*, em 1957. Este livro tinha sido publicado em Portugal, com o título *Roteiro do Mundo Português*, em 1940, com 2.^a edição revista e ampliada em 1950, e republicado no mesmo ano, em Luanda, com novo título, *Herança Lusíada*; o livro publicado no Brasil apresenta um prefácio pela própria, bem como um “Prefácio à edição brasileira”, por Júlio Gouveia, incluindo igualmente o texto com que Gilberto Freyre tinha contribuído para a 2.^a edição, agora com o título “Prefácio à edição portuguesa”.

No volume publicado no Brasil, *Terras onde Se Fala Português*, Maria Archer apresenta uma edição especialmente feita para o público brasileiro, como declara no “Prefácio da autora ao leitor brasileiro”, incluindo informações que julga de interesse. Sem finalidade erudita, nas suas palavras, e sem o tom “massudo dos compêndios” (ARCHER, 1957, 11), a escritora pretende que todos os leitores se “sintam partícipes da grande comunidade mundial da língua portuguesa” (*Id.*, *Ibid.*, 12). O mesmo tom de união entre os povos e as raças do mundo português adota Júlio Gouveia, ao terminar o seu prefácio advogando um mundo de amanhã feito de paz e harmonia.

As sugestões do lusotropicalismo a que a autora aludira no prefácio para justificar a vontade de olhar para o mundo de língua portuguesa de forma a “marcar a sua unidade” (*Id.*, *Ibid.*, 10) e despertar nos jovens o sentido ecuménico da língua portuguesa complementam-se com o “Prefácio à edição portuguesa”, de Gilberto Freyre. O sociólogo afirma faltar pouco ao livro de Maria Archer para ser um ensaio de lusotropicalismo de “todo consciente da unidade na diversidade, que parece dar à simbiose lusotrópico definido carácter de área – área suscetível de ser considerada e estudada sociologicamente sob o critério dos modernos ‘area studies’” (FREYRE, 1957, 16). Considera ainda



Maria Archer numa conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 1929 (arquivo particular).

que ela seria a Margaret Mead portuguesa, caso tivesse aliado às capacidades literárias o conhecimento académico e científico.

Fruto da experiência de Maria Archer como viajante, *Terras onde se Fala Português* inclui a descrição do arquipélago da Madeira, no interior do capítulo dedicado a Portugal, complementada com comentários sobre a história, a paisagem, a economia e os aspetos sociais do Porto Santo e da Madeira. Em *Roteiro do Mundo Português*, a escritora referira apenas brevemente, no capítulo “Começa, para os portugueses, a miragem africana...”, os episódios relacionados com o descobrimento das ilhas, integrando-os na grande epopeia portuguesa da expansão. Justifica-se, tendo em mente a sua intenção de louvar o espírito aventureiro dos Portugueses, o carácter de deslumbramento e de promessa que marca a descrição do achamento. A chegada a Porto Santo corresponde à conquista dos medos, o “exconjuro dos demónios, e também a espada pronta para exterminar os monstros” de um mundo desconhecido. O assombro pela constatação de uma terra fértil, com plantas e árvores semelhantes às da Europa, abre aos navegadores as portas para um “horizonte limpo onde se não vislumbrava traição da natureza ou do inferno” (ARCHER, 1950, 15). O território adquire, deste modo, uma profunda significação simbólica da forma de suplantar os medos e de abrir

caminhos para a viagem para sul: “O mar Tenebroso deixava de existir, de se impor, a oeste de Portugal” (*Id.*, *Ibid.*, 16).

Na edição brasileira, Maria Archer tem o cuidado de situar o arquipélago do ponto de vista geográfico e da sua constituição. Depois de uma breve incursão nos primeiros tempos do povoamento e da governação, passa a descrever as duas ilhas habitadas. Porto Santo é considerado um território pequeno e pobre, sem qualquer relevo comercial, panorâmico ou histórico. De chão arenoso, dá bons produtos agrícolas. A vila Baleira (que designa por “Babeira”; mais à frente também se referirá a Machico como “Moxico”) é de um pitoresco arcaico e desusado. Já a ilha da Madeira é considerada de forma diferente: célebre pela beleza paisagística, os vinhos e os bordados “feitos por mãos de fadas” (ARCHER, 1957, 39), nasceu e encontra-se na encruzilhada marítima de três continentes e, por isso, é visitada pelos turistas de todo o mundo.

A autora é muito específica em relação à extensão da terra, ao número de habitantes, à altura das montanhas, ao clima, à orografia e à produção agrícola, da qual destaca o vinho. Refere também a cana sacarina, usada à época apenas como produto comestível e não para fabrico de açúcar, e conta a história da sua implantação na Ilha e do seu declínio, na concorrência com o Brasil. O mar da Madeira exerce uma forte atração na escritora, com as praias de calhau escuro, as águas temperadas, a pesca e a presença dos lobos-marinhos. Tendo em conta o clima e a natureza, compreende o facto de a Madeira ser uma famosa estação balnear de inverno para os europeus.

O Funchal, no entanto, é considerado uma cidade antiga e antiquada, resistente à modernização: o arquipélago pobre não permite inovação, ainda que as quintas, dispostas em anfiteatro, primem pelos seus jardins, e que monumentos como a antiga fortaleza de S. Lourenço e a Sé, assim como as muitas capelas e conventos da Ilha, mereçam uma visita. Para a autora, as paisagens são o verdadeiro deslumbramento da Ilha – e nomeia o Paul da Serra, o Rabaçal e o Monte. De Machico, sublinha a existência de

um bairro típico, Banda d’Além, que desenvolveu uma gíria tão cerrada como um dialeto.

Em conclusão, se a Madeira é, de facto, um jardim, a Ilha é pobre e a população, que cresceu muito, vive apertada, não havendo uma economia sólida que permita alimentá-la. Só o vinho é exportável e os bordados são um negócio lucrativo apenas para os comerciantes e não para as bordadeiras. O turismo está mal explorado e não dá lucros compensadores. Daí a emigração para a América do Sul e do Norte. Revela ainda que são tantas as bordadeiras a emigrar para o Brasil que, em São Paulo, já se tinha desenvolvido uma indústria similar.

O arquipélago, visto de perto por Maria Archer, inspira-lhe sensações contraditórias: se, por um lado, se admira com a beleza paisagística, de fortes sugestões, por outro, acentua a pobreza da população e a falta de investimento e aproveitamento; se se surpreende com o vasto anfiteatro do Funchal, também olha para a cidade como antiquada e arcaica. E se o bordado é feito por “mãos de fadas”, as mulheres que a ele se dedicam acabam por ter de emigrar pelo fraco rendimento do seu trabalho. Em conclusão, em resposta à beleza do lugar encontra má governação e falta de planeamento. Exceção feita para as festas de passagem de ano, que, no remate do texto, diz serem famosas.

Em 1979, regressa a Portugal, já doente, e acaba por encontrar repouso no lar Mansão de S.^{ta} Maria de Marvila, no qual residirá até à data do seu falecimento.

Obras de Maria Archer: *Roteiro do Mundo Português* (1940); *Herança Lusitana* (1950); *Terras onde Se Fala Português* (1957).

Bibliog.: impressa: ARCHER, Maria, *Roteiro do Mundo Português*, nova ed. rev. e ampliada, Lisboa, Cosmos, 1950; *Id.*, *Terras onde Se Fala Português*, Rio de Janeiro, Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1957; BATTISTA, Elisabeth, *Maria Archer – O Legado de Uma Escritora Viajante*, Lisboa, Colibri, 2015; CASTELO, Cláudia, *O Modo Português de Estar no Mundo – O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento, 1998; FREYRE, Gilberto, “Prefácio à edição portuguesa”, in ARCHER, Maria, *Terras onde Se Fala Português*, Rio de Janeiro, Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1957, pp. 13-16; MARTINS, Leonor Pires, “Menina e moça em África – Maria Archer e a literatura colonial portuguesa”, *Revue Lusotopie*, vol. 12, n.º 1-2, 2005, pp. 77-91; REGO, Raul, “Maria Archer”, *Diário Popular*, 2 fev. 1982, p. 3; **digital:** BATTISTA, Elisabeth, “Entre o Índico e o Atlântico: incursões literárias de Maria Archer”, *Revista Crioula. Revista Eletrônica dos Alunos de Pós-Graduação Estudos Comparados de Literaturas de Línguas Portuguesas*, n.º 1, maio 2007, pp. 35-50: <http://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/52675/56559> (acedido a 11 ago. 2016).

LUÍSA M. ANTUNES PAOLINELLI

Arciprestado

O arciprestado é conhecido também por vicariato forâneo ou decanato. O Código de Direito Canônico de 1917 (CDC17) legislava sobre esta instituição entre os cânones referidos aos clérigos em particular, obrigando o bispo a distribuir o seu território em regiões ou distritos compostos de várias paróquias, chamados vicariatos forâneos, decanatos ou arciprestados (CDC17, cân. 217).

O Código de Direito Canônico de 1983 (CDC83) define a configuração jurídica dos arciprestados, a sua função e as competências do arcipreste: “A fim de favorecer a cura pastoral, mediante uma ação comum, podem várias paróquias mais vizinhas unir-se em agrupamentos peculiares, tais como as vigararias forâneas” (cân. 374§2). A diocese está, portanto, estruturada em paróquias e arciprestados (vigararias).

Enquanto as paróquias devem existir necessariamente nas igrejas particulares, os arciprestados podem ou não estabelecer-se, segundo o critério do bispo ou autoridade equiparada, desde que se cumpra uma condição – a proximidade de várias paróquias entre si, tendo em conta a extensão e geografia do lugar – e um fim – um certo trabalho comum que favoreça a cura pastoral. Para além dos arciprestados territoriais, pode-se também constituir arciprestados pessoais, rituais ou funcionais.

A eclesiologia do Concílio Vaticano II favoreceu a comunhão, a descentralização, a subsidiariedade e uma distribuição equitativa de ministérios. Assim, é comum a divisão das igrejas particulares em zonas pastorais, à frente das quais se encontra um vigário episcopal que pode assumir competência sobre um determinado território da Diocese (cân. 476). Este vigário coordena a pastoral dos diversos arciprestados de uma determinada região.

Arcipreste

À frente do arciprestado é nomeado o arcipreste, ofício sacerdotal que existe na Igreja desde o séc. IV. Ao ser-lhe reconhecida liberdade nessa época, a Igreja criou a figura do arcipreste

(*archipresbyter*) para que presidisse à igreja matriz ou *dignior* em que estava situada a pia baptismal. Tinha a função de representar o bispo em algumas celebrações litúrgicas e garantia a normalidade organizativa em sede vacante. Durante a Idade Média, adquiriu novas competências, entre as quais a do poder judicial no tribunal do *Synodus Parochialis*.

As reflexões do Concílio Vaticano II, nomeadamente o dec. *Christus Dominus*, bem como outros documentos eclesiais posteriores, tanto da Santa Sé (*e.g.*, o *motu proprio Ecclesiae Sanctae* e o diretório pastoral dos bispos, *Ecclesiae Imago*) como das conferências episcopais e das igrejas particulares, diminuíram a ação dos arciprestes.

Segundo a legislação que vigora no começo do séc. XXI, à frente do arciprestado está um sacerdote, idóneo e com boa fama, denominado decano, arcipreste, vigário da vara, ou por outra forma, nomeado pelo bispo da diocese e com responsabilidades de coordenação pastoral (CDC83, cân. 553§§1, 2). O direito universal (*i.e.*, as normas canônicas válidas para toda a Igreja Católica) não exige que tenha cura de almas nem residir no arciprestado, embora seja conveniente.

O cân. 555 do CDC83 recolhe algumas faculdades *a iure* do arcipreste indicando um certo número de direitos e deveres, devendo-se-lhes acrescentar as que o direito particular (as normas canônicas próprias de uma diocese) lhe atribua. São uma série de direitos, que por sua vez são deveres, dos arciprestes no que se refere ao âmbito pastoral, de deveres para com os sacerdotes e os párocos que estão no seu arciprestado e de obrigações concernentes ao culto divino e aos bens da Igreja. Assim, o ofício de arcipreste tem dimensões pastorais, jurídicas e administrativas, de acordo com a lei canônica.

O cân. 555§1 legisla a função e as competências do arcipreste: “O arcipreste é um sacerdote, nomeado pelo bispo diocesano, que tem o dever e o direito de, além de outras prescrições do direito particular: 1.º promover e coordenar a atividade pastoral comum na vigararia; 2.º velar por que os clérigos do seu distrito levem uma vida consentânea com o próprio estado

e por que cumpram diligentemente os seus deveres; 3.º providenciar para que as funções religiosas se celebrem segundo as prescrições da liturgia sagrada, se observem com cuidado o decoro e a limpeza das igrejas e das alfaias sagradas, sobretudo na celebração eucarística e na guarda do Santíssimo Sacramento, se preencham fielmente e guardem devidamente os livros paroquiais, se administrem com cuidado os bens eclesiais, e se conserve com a devida diligência a residência paroquial”.

O cân. 555§§2, 3 e 4 menciona outras competências do arcepreste: empenhar-se para que os clérigos participem em sessões de formação permanente; socorrer espiritual e moralmente os presbíteros do seu arceprestado; visitar os sacerdotes doentes e procurar que não careçam dos auxílios espirituais e materiais, e garantir que se celebrem dignamente os funerais dos que faleceram; providenciar ainda por que, quando os sacerdotes se encontrarem doentes ou falecerem, não desapareçam nem sejam desencaminhados os livros, documentos, alfaias sagradas e demais coisas pertencentes à Igreja; visitar as paróquias do arceprestado, segundo a decisão do bispo.

O arcepreste não tem jurisdição direta nas paróquias, a não ser nos casos previstos pelo direito universal e direito particular. Pode haver estatutos ou regulamentos sobre os arceprestados, também aprovados pelo bispo diocesano, que definam a sua natureza e funções.

Diocese do Funchal

Na sequência da entrada em vigor do CDC17, em 1918, D. António Manuel Pereira Ribeiro criou os arceprestados, com sedes nas paróquias da Calheta, de Câmara de Lobos, do Funchal, de Santa Cruz e de São Jorge. Posteriormente, foram efetuadas algumas alterações de acordo com as circunstâncias e necessidades pastorais.

No *Elucidário Madeirense* são referidos quatro arceprestados: o do Funchal, que compreende as freguesias dos concelhos do Funchal, de Câmara de Lobos, da Ribeira Brava e do Porto Santo; o da Calheta, que inclui as freguesias

dos concelhos da Calheta e da Ponta do Sol; o de Santa Cruz, que se compõe das freguesias dos concelhos de Santa Cruz e do Machico; e o de São Jorge, com as freguesias dos concelhos de Santana, São Vicente e Porto Moniz.

D. David de Sousa, por dec. de 24 de novembro de 1960, criou o arceprestado de Câmara de Lobos, com as paróquias dos concelhos de Câmara de Lobos e da Ribeira Brava.

Atualmente (ano de 2015), as 96 paróquias estão inseridas em 7 arceprestados: Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava e Ponta do Sol, Calheta, São Vicente e Porto Moniz, Santana, Machico e Santa Cruz.

Ouvidos os sacerdotes que em cada um dos arceprestados exercem o ministério, os arceprestes são nomeados, nos termos do cân. 553§2 do CDC83, para um período de três anos.

Segue-se a lista dos arceprestados e respetivas paróquias nos anos 2014-2015: 1) arceprestado do Funchal: Vitória/Santa Rita, Visitação, Sé, São Roque, São Pedro, São Martinho, São José, São Gonçalo, Santo António, Santo Amaro, Santa Maria Maior, Santa Luzia, Sagrada Família, Romeiros, Piedade-Porto Santo, Espírito Santo-Porto Santo, Cural das Freiras, Coração de Jesus, Bom Sucesso, Álamos; 2) arceprestado da Calheta: Calheta, São Francisco Xavier, Atouguia, Arco da Calheta, Estreito da Calheta, Raposeira, Prazeres, Ponta do Pargo, Paul do Mar, Loreto, Jardim do Mar, Fajã da Ovelha, Amparo; 3) arceprestado de Câmara de Lobos: Câmara de Lobos, Carmo, Santa Cecília, Estreito de Câmara de Lobos, Encarnação, São Tiago, Quinta Grande, Garachico; 4) arceprestado de Machico e Santa Cruz: Machico, Piquinho, Preces, Ribeira Seca, Água de Pena, Caniçal, Santo da Serra, Bom Caminho, João Ferino, Santa Cruz, Lombada, Camacha, Rochão, Gaula, Achada, Caniço, Assomada, Eiras; 5) arceprestado da Ribeira Brava e Ponta do Sol: Ribeira Brava, Serra de Água, São João, São Paulo, Ponta do Sol, Cristo Rei, Conceição, Tabua, Madalena do Mar, Canhas, Carvalhal, Campanário; 6) arceprestado de Santana: Santana, Faial, Porto da Cruz, São Roque do Faial, São Jorge, Arco de São Jorge, Ilha; 7) Arceprestado de São Vicente e Porto Moniz: São

Vicente, Lameiros, Feiteiras, Rosário, Porto Moniz, Santa, Achadas da Cruz, Ponta Delgada, Seixal, Ribeira da Janela, Boaventura, Fajã do Penedo.

Bibliog.: impressa: CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Anuário Católico de Portugal* 2014, Lisboa, Secretariado Geral do Episcopado, 2014; FARIA, Teodoro, "Nomeação de arceprestes", *Boletim Informativo de Pastoral*, n.º 4, 7 out. 1993, p. 5; GAMA, Manuel, "Os novos arceprestes da Diocese e as paróquias que integram os arceprestados: organização pastoral da Diocese segundo o direito canónico", *Jornal da Madeira*, sup. *Pedras Vivas*, 26 ago. 2007; LLAQUET, José Luis, "Arciprestazgo", in OTADUY, Jorge et al. (coords.), *Diccionario General de Derecho Canónico*, vol. 1, Cizur Menor, Thomson Reuters Aranzadi, 2012, pp. 462-463; *Id.*, "Arcipreste", in OTADUY, Jorge et al. (coords.), *Diccionario General de Derecho Canónico*, vol. 1, Cizur Menor, Thomson Reuters Aranzadi, 2012, pp. 463-465; MORENO, J. M. Diaz, "Arcipreste", in SALVADOR, Carlos Corral, e EMBRIL, José Maria Urteaga, *Diccionario de Direito Canónico*, São Paulo, Loyola, 1993, pp. 54-61; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, vol. 1, Funchal, DRAC, 1998; URSO, P., "I vicari foranei", in *La Parrocchia e le Sue Strutture*, Bologna, Edizioni Dehoniane Bologna, 1987, pp. 147-182; **digital:** CARRILHO, António, "Novos arceprestes", *Diocese do Funchal*, 1 nov. 2010: <http://www.diocesedofunchal.pt/bispo-do-funchal/nomeacoes/nomeacoes:191> (acedido a 7 jun. 2015).

SATURINO GOMES

Arditi, Pompeo

São poucas as informações biográficas sobre Pompeo Arditì, muitas vezes também referido como Pompeo Ardizzi. Sabemos que Arditì nasceu em Urbino, no séc. XVI, e que era filho de Girolamo, irmão de Curzio, cartógrafo e engenheiro, de Fabio, secretário do cardeal Alessandro Farnese, e de Fabrizio. Depois de frequentar a escola de arquitetura em Pésaro, Arditì recebeu do Rei D. Sebastião de Portugal a incumbência de visitar as ilhas próximas do país e definir planos de defesa, bem como a renovação das fortificações existentes no lugar e destruídas em 1566, após a ocupação da Madeira por corsários, liderados pelo nobre francês Bertrand de Montluc. Juntamente com Tommaso Benedetto, um engenheiro também de Pésaro, viajou para os Açores, parando na Madeira, e explorou as ilhas de São Miguel, Terceira, São Jorge e Faial. Arditì partiu para a sua missão a 6 de maio de 1567 e regressou a Lisboa, a 3 de setembro do mesmo ano, para dar conta ao Rei das suas descobertas. Em 1570, terá recebido uma licença pelos serviços prestados à Coroa de Portugal, mas morreu pouco depois, em Corfu, devido aos ferimentos recebidos a combater na Batalha de Lepanto.

A obra que deixou, em versão manuscrita, preservada na Biblioteca Oliveriana, em Pérsaro, e traduzida para português em 1981, é *Viagem à Ilha da Madeira e dos Açores*, de 1567. Particularmente apreciada pelo estilo vivaz, a *Viagem* de Arditì é notável pela riqueza de informações demográficas, económicas e climáticas. Ainda que se concentre mais nos Açores, Arditì dá notícias sugestivas da Madeira e dados precisos sobre a sua localização geográfica e as distâncias em relação às ilhas Canárias, em particular, Lançarote, à costa da África e a Lisboa. Mede com precisão as dimensões da Ilha em comprimento e largura; enfatiza, entre outras coisas, a aparência montanhosa, pedregosa, a abundância das fontes e a água puríssima. Arditì assinala que a Madeira era habitada ao longo da costa, já que nas montanhas havia uma grande quantidade de árvores altas, que quase impediam a visão do sol. Observa igualmente que a vegetação nas montanhas era tão densa e a água tanta, que o clima era muito frio e quase insuportável até julho, enfatizando o grande contraste com o clima temperado ao longo da costa.

Obras de Pompeo Arditì: *Viaggio all'Isola di Madera e alle Azorre* (1567) (coautoria).

Bibliog.: CARACI, Ilaria Luzzana (dir.), *Scrittori e Viaggiatori del Cinquecento*, vol. 1, Milano, Ricciardi, 1968; CARITA, Rui, "Arquitectura militar nos Açores: ilha do Faial. Iconografia e informações dos arquivos militares", in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX: Actas*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp. 166-167; PELOSO, Silvano, *Al di là delle Colonne d'Ercole. Madera e gli Arcipelaghi Atlantici nelle Cronache Italiane di Viaggio dell'Età delle Scoperte*, Viterbo, Sette Città, 2004; VITERBO, Francisco Sousa, *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a Serviço de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899.

CHIARA TOMMASI

Áreas marinhas protegidas

As áreas marinhas protegidas (AMP) correspondem, numa aproximação jurídica de carácter genérico, à aplicação de um regime jurídico específico e reforçado de proteção ambiental a um espaço marítimo delimitado. Quando o âmbito de aplicação espacial é o oceano circundante ao território terrestre da RAM (nos termos do art. 3.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da

Madeira – EPARAM: o “arquipélago da Madeira é composto pelas ilhas da Madeira, do Porto Santo, Desertas, Selvagens e seus ilhéus”), uma adequada compreensão do seu regime jurídico implica que se tenha simultaneamente em consideração uma multiplicidade de fontes de direito, dado que o enquadramento jurídico-internacional aplicável aos oceanos condiciona a regulamentação proveniente de fontes internas. Assim sendo, no que respeita às AMP existentes na RAM, a sua regulamentação é o resultado da conjugação das fontes aplicáveis de direito regional, de direito interno português, de direito da União Europeia e de direito internacional, com destaque para o direito internacional aplicável aos espaços marítimos. Com efeito, as AMP, ao determinarem quais são os usos permitidos e proibidos num espaço marítimo delimitado e ao pretenderem simultaneamente conformar os comportamentos de todos os potenciais utilizadores do mar, sejam estes nacionais ou estrangeiros, devem respeitar o direito internacional relevante, na medida em que este é o fundamento último de legitimação da atuação do Estado costeiro e das suas divisões ao nível da organização política e administrativa.

A qualificação de uma determinada zona de oceano como AMP é recente na prática dos Estados, coincidindo com a progressiva relevância dada às questões ambientais a partir da déc. de 70 do século passado. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), comumente designada como a Constituição dos Oceanos, não fornece um conceito jurídico-internacional para este instituto jurídico, nem contém identicamente um regime jurídico-internacional dedicado especificamente às AMP, não obstante a sua parte XII ser dedicada à “[p]roteção e preservação do meio marinho” e o art. 192.º proclamar expressamente que os “Estados têm obrigação de proteger e preservar o meio marinho”. O n.º 5 do art. 194.º, com a epígrafe “medidas para prevenir, reduzir e controlar a poluição do meio marinho”, estabelece que os Estados devem tomar as medidas “necessárias para proteger e preservar os ecossistemas raros e frágeis, bem como o

habitat de espécies e outras formas de vida marinha em vias de extinção, ameaçadas ou em perigo”, o que tem sido utilizado como o fundamento jurídico para a evolução que se deu neste domínio no final do séc. XX e no princípio do séc. XXI.

Importa salientar que, ao nível do direito internacional geral, as AMP não constituem um espaço marítimo específico, em paralelo aos restantes espaços marítimos reconhecidos pelo direito internacional do mar (tal como o mar territorial, a zona contígua, as águas arquipelágicas, a zona económica exclusiva, a plataforma continental, o alto-mar e a Área [veja-se a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, art. 1.º d, n.º 1, 1)]), mas antes a sujeição de áreas do mar com uma qualificação jurídica-internacional específica a um regime jurídico particular distinto daquele que é normalmente aplicável ao espaço marítimo em questão, nomeadamente ao nível do reforço da proteção ambiental. Nestes termos, a criação de uma AMP pela RAM num espaço sujeito à soberania ou à jurisdição do Estado português, como na zona económica exclusiva, deve ter simultaneamente em consideração os direitos e os deveres do Estado costeiro e os direitos e os deveres que são reconhecidos aos terceiros Estados, nomeadamente pela parte v da CNUDM e pelo direito internacional costumeiro.

Embora o direito internacional geral não forneça um conceito de AMP, podem ser encontradas definições em outros documentos de direito internacional, nomeadamente naqueles que têm vindo a ser produzidos no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica (1992), no âmbito da Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste, também denominada Convenção OSPAR (1992), e nos trabalhos que foram sendo desenvolvidos sobre a matéria no seio da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

Sendo os “parques naturais” uma matéria de interesse específico da RAM, nos termos da alínea jj) do art. 40.º do EPARAM, a regulamentação aplicável às AMP é, na sua base,

de natureza regional. Em 2016, existiam cinco AMP na RAM, sendo duas de carácter exclusivamente marinho e três com áreas mistas, marinhas e terrestres. As AMP cujo âmbito de proteção é exclusivamente marinho são a Reserva Natural Parcial do Garajau e a Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio. As AMP cujo âmbito de proteção é simultaneamente marinho e terrestre são a Reserva Natural das Ilhas Selvagens, a Reserva Natural das Ilhas Desertas e a Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo.

A Reserva Natural Parcial do Garajau, que foi a primeira área exclusivamente marinha a ser criada em Portugal, é regulada pelo dec. leg. regional n.º 23/86/M, de 4 de outubro, com modificações introduzidas pelo dec. leg. regional n.º 38/2006/M, de 4 de agosto. Em conformidade com o n.º 1 do seu art. 2.º, a “área da Reserva Natural Parcial do Garajau tem como limites: a) A oeste, o plano perpendicular à linha de costa na Ponta do Lazareto até à intersecção do plano definido pela linha batimétrica dos 50 m; b) A leste, o plano perpendicular à linha de costa na Ponta de Oliveira até à intersecção do plano definido pela linha batimétrica dos 50 m; c) A norte, a linha definida pela máxima preia-mar de marés vivas; e d) A sul, o plano definido pela vertical da linha batimétrica dos 50 m e, em caso de dúvida, uma linha a uma distância nunca inferior a 600 m do limite norte”.

O corpo do n.º 4 do art. 1.º do Regulamento do Plano Especial do Ordenamento e Gestão da Reserva Natural Parcial do Garajau, aprovado pela resolução n.º 882/2010, de 5 de agosto, esclarece que a “área de intervenção [...] é o leito do mar, com uma dimensão total de 376 hectares, e uma linha de costa de aproximadamente sete quilómetros”. O n.º 1 do art. 3.º antes citado estipula que na área do Reserva Natural Parcial do Garajau é proibido: “a) Exercer quaisquer atividades de pesca, comercial ou desportiva, incluindo a caça submarina; b) Colher exemplares animais e vegetais, exceto para fins científicos, quando devidamente justificados e autorizados; c) Extrair areias e outros materiais de origem geológica; d) Vazar

quaisquer tipos de sólidos ou líquidos, quer sejam provenientes de terra ou de embarcações; e) Instalar condutas de efluentes provenientes de instalações industriais e domésticas; e f) Navegar dentro dos limites da reserva, com exceção da abicagem de pequenas embarcações às praias, aplicando-se, neste caso, a legislação em vigor”.

Concretizando a alínea a) do n.º 3 do art. 3.º, o dec. reg. regional n.º 1/97/M, de 14 de janeiro, regula o exercício do mergulho amador na área da Reserva Natural Parcial do Garajau, entendido como a atividade prosseguida por “um amador, quando se desloca, submerso ou à superfície, equipado com um aparelho respiratório de mergulho”.

A Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio foi criada pelo dec. leg. regional n.º 11/97/M, de 30 de julho, e abrange uma área de 1822 ha, sendo 1820 ha de área marítima e 2 ha correspondentes ao ilhéu da Viúva (de acordo com a informação disponibilizada pelo Programa de Medidas de Gestão e Conservação do Sítio da Rede Natura 2000 do Ilhéu da Viúva). Em conformidade com o seu art. 2.º, a Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio está “definida e delimitada [...] no sítio da Rocha do Navio, entre a ponta do Clérigo a leste e a ponta de São Jorge a oeste e entre a linha definida pela preia-mar máxima e a batimétrica dos 100 m, incluindo os seus ilhéus e respetivas áreas marítimas” (sendo a batimétrica uma linha que une pontos da mesma profundidade no mar). O art. 4.º estabelece que na área da Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio é expressamente proibido: “a) O uso de redes de emalhar ou outras, exceto as empregues na captura de isco vivo e o peneiro, empregue na captura da castanheta; b) A colheita, captura, detenção e ou abate de quaisquer espécies de aves ou plantas; c) O despejo de quaisquer detritos sólidos ou líquidos; d) A extração de quaisquer inertes, quer de origem marinha, quer terrestre; e) A apanha de lapa e caramujo de mergulho; e f) A caça submarina”.

Através da resolução n.º 751/2009, de 2 de julho, o Conselho do Governo regional determinou a classificação do ilhéu da Viúva como

Zona Especial de Conservação (ZEC), ao abrigo da legislação da União Europeia sobre a conservação das aves selvagens e a preservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens.

A Reserva Natural das Ilhas Selvagens foi inicialmente estabelecida pelo dec. n.º 458/71, de 29 de outubro, como reserva, ao abrigo da lei n.º 9/70, de 19 de junho, e representou o primeiro exemplo de AMP em Portugal. Nos termos do seu art. 1.º, passou a “constituir uma reserva toda a área das Ilhas Selvagens e também a orla marítima que as rodeia até à batimétrica dos 200 m”. Posteriormente, foi classificada como reserva natural pelo dec. regional n.º 14/78/M, de 10 de março. Ao abrigo do n.º 2 do seu art. 1.º, a “reserva natural é definida pelo território das ilhas e pelos fundos marinhos até à batimétrica dos 1000 m.” O limite exterior da reserva natural foi reduzido à linha dos 200 m de profundidade, pelo dec. regional n.º 11/81/M, de 15 de maio, tendo uma área total de 9455 ha, em conformidade com a resolução n.º 1408/2000, de 19 de setembro. Relativamente aos usos do espaço marítimo, o art. 4.º estabelecia que na área da Reserva Natural das Ilhas Selvagens eram proibidos: “g) A colheita de material geológico ou arqueológico ou a sua exploração sem autorização do Governo Regional; h) A caça submarina; i) A pesca de arrasto e outras artes que colidam com o fundo até à batimétrica fixada pela reserva, ressalvando-se as artes de anzol e rede”.

Em conformidade com o art. n.º 11, com a epígrafe “atividades condicionadas” do Regulamento do Plano de Ordenamento e Gestão das Ilhas Selvagens, aprovado pela resolução n.º 1292/2009, de 25 de setembro, ficaram “sujeitas a autorização da Entidade Gestora, os seguintes atos e atividades: b) A recolha de amostras biológicas, geológicas ou arqueológicas quer de origem marinha quer terrestre; k) A pesca recreativa; e l) A caça submarina”. Pelo edital n.º 15/2011, de 29 de novembro, da Capitania do Porto do Funchal, está “interditada toda a atividade de pesca na faixa litoral das ilhas Selvagens até à batimétrica dos 200

(duzentos) metros, por período indeterminado”, em razão da “suspeita da eventual presença de uma microalga produtora de uma biotoxina suscetível de provocar alterações ao nível da saúde humana”.

As ilhas Selvagens são uma área classificada de Zona Especial de Conservação e de Zona de Proteção Especial (o dec. reg. regional n.º 3/2014/M, de 3 de março, estabeleceu a Zona de Proteção Especial das Ilhas Selvagens, com uma extensão de 124.530 ha), estando inscritas na categoria 1.ª de gestão de áreas protegidas da UICN como “área de reserva natural integral gerida prioritariamente para fins de pesquisa científica, assegurando que os *habitats*, ecossistemas e as espécies nativas se mantenham livres de perturbação, tanto quanto possível”.

A Reserva Natural das Ilhas Desertas foi criada pelo dec. leg. regional n.º 14/90/M, de 23 de maio, como Área de Proteção Especial das Ilhas Desertas, sendo posteriormente o seu estatuto jurídico alterado pelo dec. leg. regional n.º 9/95/M, de 20 de maio. Nos termos do art. 2.º, a Reserva Natural das Ilhas Desertas é “delimitada pela linha batimétrica dos 100 m em volta das Ilhas Desertas, incluindo todas as suas ilhas e ilhéus e a respetiva área marítima”, tendo uma área total de 9455 ha (em conformidade com a informação disponível no Plano de Ordenamento e Gestão das Ilhas Selvagens). Relativamente aos usos do espaço marítimo, o art. 4.º, após as alterações introduzidas pelo segundo dos diplomas antes citados, estabelece que nos locais a sul “do marco geodésico da doca e da Ponta da Fajã Grande, nela se incluindo o ilhéu Chão” são proibidos: “a) A pesca comercial e a pesca sem fins comerciais, designadamente a desportiva; b) A prática de caça submarina; e c) A colheita de exemplares vegetais e animais, exceto para fins científicos, desde que devidamente autorizada; e d) O acesso de pessoas e embarcações, salvo as que hajam sido autorizadas e credenciadas pelo Parque Natural da Madeira”. Em conformidade com o art. 5.º, na sua versão alterada, aplicável a toda à área protegida, é ainda proibido: “a) O uso de artes de redes de emalhar,

cercar e arrastar, com exceção das que são empregues na captura de isco vivo; [...], c) O despejo de quaisquer detritos sólidos ou líquidos; d) A extração de quaisquer inertes, quer de origem marinha, quer terrestre; e e) A prática de caça submarina”.

Em conformidade com o art. 11.º, com a epígrafe “atividades condicionadas”, do Regulamento do Plano de Ordenamento e Gestão das Ilhas Desertas, aprovado pela resolução n.º 1292/2009, de 25 de setembro, ficaram “sujeitas a autorização da Entidade Gestora, os seguintes atos e atividades: b) A recolha de amostras biológicas, geológicas ou arqueológicas quer de origem marinha quer terrestre; k) A pesca recreativa; e l) A caça submarina”. As Ilhas Desertas são uma área classificada de Zona Especial de Conservação e de Zona de Proteção Especial (o dec. reg. regional n.º 3/2014/M, de 3 de março, estabeleceu a Zona de Proteção Especial das Ilhas Desertas, com uma extensão de 76.462 ha).

A Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo foi criada pelo dec. leg. regional n.º 32/2008/M, de 11 de agosto. Nos termos do n.º 1 do art. 2.º, é “constituída pela parte terrestre de todos os seus ilhéus e pelas zonas marinhas circundantes do Ilhéu da Cal ou de Baixo e do Ilhéu de Cima, incluindo a zona onde se encontra afundado o navio *O Madeirense*”, sendo ainda acrescentado no número seguinte, relativamente às áreas marítimas, que integra, em conformidade com a alínea b) a “área marinha limitada a oeste pela batimétrica dos 50 m e pelo azimute verdadeiro 315º a partir da extremidade oeste da Ponta do Focinho do Urso, a sul pela batimétrica dos 50 m, a norte pela linha da preia-mar máxima de marés-vivas equinociais da costa da ilha do Porto Santo e a este pela batimétrica dos 50 m e pelo azimute verdadeiro 135º a partir do enfiamento do Pico de Ana Ferreira” e, nos termos da alínea c), pela “área marinha limitada a oeste pelo azimute verdadeiro 160º a partir da extremidade oeste do Porto de Abrigo, a sul e este pela batimétrica dos 50 m e a norte pela linha da preia-mar máxima de marés-vivas equinociais da costa da ilha do Porto Santo e pelo

azimute verdadeiro 90º a partir da Ponta das Ferreiras”.

Em toda a área da Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo, em conformidade com o n.º 1 do art. 5.º, é interdito: “a) O exercício da pesca para fins comerciais, exceto a captura de isco vivo destinado à pesca de tunídeos [...]; b) A apanha de lapa e caramujo de mergulho; c) O despejo de quaisquer detritos sólidos ou líquidos, quer sejam provenientes de terra ou de embarcações; d) A instalação de condutas de efluentes provenientes de instalações industriais e domésticas; e) A extração de areias ou de outros recursos geológicos; f) As atividades náuticas, com exceção das necessárias ao exercício das atividades autorizadas [...]; g) A colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer espécies vegetais ou animais sujeitas ou não a medidas de proteção legal ou efetuar outras atividades intrusivas ou perturbadoras do seu desenvolvimento”.

Em contraponto, no art. 6.º, relativo a “atos ou atividades sujeitos a autorização”, está previsto que, desde que devidamente autorizados pela entidade gestora, são permitidos: “a) A pesca marítima sem fins comerciais ou lúdica, com exceção do Ilhéu de Cima, onde é proibida toda e qualquer atividade de pesca [...]; b) A apanha de lapa e caramujo no calhau; c) O mergulho de escafandro; d) Caça submarina, com exceção da área do ilhéu de Cima, onde é proibida toda e qualquer atividade de pesca; [...]; e f) As atividades marítimo-turísticas [...] que não sejam suscetíveis de pôr em risco a proteção ambiental da Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo”. O n.º 3 do artigo citado ainda prevê que é “permitida a travessia de embarcações pelos boqueirões do Ilhéu de Cima e do Ilhéu de Baixo ou da Cal, incluindo a passagem, com esse fim, das respetivas áreas da Rede de Áreas Marinhas Protegidas de Porto Santo”. O n.º 3 do art. 7.º determina que “poderá ser dada prioridade às comunidades locais dependentes da pequena pesca” quando sejam “estabelecidas condições específicas para o exercício da pesca lúdica e para a captura de isco vivo destinado à pesca de tunídeos”. Os ilhéus do

Porto Santo são uma área classificada de Zona Especial de Conservação.

No que concerne especificamente ao espaço marítimo, importa realçar que uma adequada compreensão do regime jurídico aplicável às AMP implica que tenham em consideração três questões de natureza jurídico-internacional, na medida em que os poderes que os Estados costeiros podem exercer nos mares e nos oceanos não são equivalentes aos poderes de soberania que os Estados exercem no âmbito do seu território terrestre, em razão de estes serem por natureza exclusivos e excludentes.

Em primeiro lugar, deve ser posto em destaque que os mares e os oceanos, apesar da sua unidade física, estão divididos em espaços marítimos com estatutos jurídico-internacionais diferenciados. Em termos gerais, importa distinguir entre espaços marítimos sujeitos à soberania ou à jurisdição dos Estados costeiros (com destaque para o mar territorial, a zona económica exclusiva e a plataforma continental) e os espaços marítimos internacionais (alto-mar) ou com um regime jurídico de internacionalização (Área). Os poderes dos Estados variam em função dos espaços marítimos em questão, pelo que a apreciação de qualquer comportamento levado a cabo por um Estado ou pelos seus nacionais, seja pelo Estado costeiro, seja por terceiros Estados, importa uma prévia localização geográfica no espaço em que ocorrem. Daqui resulta que as referências às batimétricas nas zonas marítimas abrangidas pelas AMP na RAM, como forma de delimitação das áreas especialmente protegidas do ponto de vista ambiental, não tenham de estar necessariamente compatibilizadas com os poderes que os Estados costeiros podem exercer nos espaços marítimos sob a sua soberania ou jurisdição, tendo em consideração os diferentes poderes que são reconhecidos aos Estados nas águas interiores, no mar territorial, na zona económica exclusiva e na plataforma continental.

Em segundo lugar, importa salientar que a atuação dos Estados nos mares e nos oceanos se encontra genericamente enquadrada pelo princípio da liberdade dos mares, em conformidade com o qual todos os Estados, sejam ou

não costeiros, podem prosseguir atividades nos diferentes espaços marítimos, sujeitos às limitações que decorrem do direito internacional. As utilizações específicas que podem ser prosseguidas pelos diferentes Estados e pelos seus nacionais estão dependentes do espaço marítimo em questão, mas a ideia básica que subjaz à atuação nos mares e nos oceanos é a de conciliação entre os diversos usos possíveis. Assim, a título de exemplo, embora os Estados costeiros exerçam poderes muito alargados no mar territorial, com a extensão máxima de 12 milhas marítimas (ou milhas náuticas, equivalentes a cerca de 22,22 km), os navios com a bandeira de terceiros Estados podem circular pelas suas águas ao abrigo do direito de passagem inofensiva, sem a necessidade de obterem a anuência ou a autorização desses Estados (arts. 17 a 19 da CNUDM).

Finalmente, em terceiro lugar, deve ser tido em consideração que, salvo em situações muito circunscritas, como a colocação de instalações para a exploração de petróleo ou de gás natural ou a construção de ilhas artificiais, os usos dos mares e dos oceanos são temporários e prosseguidos por navios. Daqui decorre a necessidade de se autonomizar os usos que estão reservados para os Estados costeiros, nos casos em que estes tenham lugar num espaço sujeito à soberania ou à jurisdição dos Estados costeiros, como nos casos do mar territorial, das zonas económicas exclusivas ou das plataformas continentais, e daqueles outros usos, como a navegação, que constituem uma prerrogativa de todo e de qualquer Estado, seja ou não um Estado costeiro, podendo ser prosseguidos em qualquer lugar, com a exceção das águas interiores do Estado costeiro. A necessidade de ser respeitada a liberdade de navegação dos navios com o pavilhão ou bandeira de um terceiro Estado é particularmente relevante em algumas das AMP existentes na RAM, em razão da sua dimensão, com particular destaque para a Reserva Natural das Ilhas Selvagens.

Direito Administrativo do Mar, Coimbra, Almedina, 2014, pp. 15-31; DUX, Thomas, *Specially Protected Marine Areas in the Exclusive Economic Zone (EEZ): the Regime for the Protection of Specific Areas of the EEZ for Environmental Reasons under International Law*, Berlin, LIT, 2011; RIBEIRO, Marta Chantal, *A Protecção da Biodiversidade Marinha através de Áreas Protegidas nos Espaços Marítimos sob Soberania ou Jurisdição do Estado. Discussões e Soluções Jurídicas Contemporâneas: o Caso Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 2013.

FERNANDO LOUREIRO BASTOS

Areosa, Matilde das Neves e Melo Matos

Escritora portuguesa, nascida em Coimbra e falecida a 10 de outubro de 1917, na mesma cidade. Matilde Areosa, oriunda de uma família ilustre do meio intelectual, é filha do médico Adelino António das Neves e Melo e de Ana Ludovina Saraiva Machado e Melo, aparentada com os marqueses de Borba. É neta do Cons. António José das Neves e Melo, docente da Univ. de Coimbra e diretor do Museu Botânico, e irmã de Adelino Neves, escritor, cônsul de Portugal no Pará, Rio Grande do Sul, em Zanzibar e Demerara, e amigo de Camilo Castelo Branco. É ainda aparentada com o conde de Alvalade, jurisconsulto em Lisboa, e com o conde Rego Botelho, grande proprietário nos Açores.

Contraiu matrimónio com António Duarte de Matos Areosa, com atividade profissional na banca e nos seguros, com quem emigrou para o Brasil no início do séc. xx; o casal estabeleceu-se no Rio de Janeiro e seguidamente em Manaus. António Areosa veio a ser um abastado e importante proprietário em Manaus e cônsul do Paraguai no mesmo município. Tiveram uma filha, que faleceu precocemente.

Evidenciou-se como poetisa e contista na imprensa periódica portuguesa e brasileira. Visitou a Madeira por diversas vezes, onde ganhou afeição pela natureza e pelos madeirenses, conquistando a simpatia e arrecadando diversos elogios na imprensa regional, quer pela sua poesia, quer pela sua generosidade e caridade em relação aos mais desfavorecidos, com a sua participação em ações de beneficência.

Colaborou prolificamente nos periódicos brasileiros *Revista da Semana*, *Amazonas* e

O Grémio, órgão do Grémio Familiar Amazônico, e na imprensa madeirense escreveu para o *Diário da Madeira*, o *Diário de Notícias* e *O Tempo*, entre outros. Assinava como Matilde Areosa ou com as iniciais M. A. Os seus poemas encontram-se dispersos pela imprensa periódica de Coimbra, Lisboa, Funchal e Manaus, não tendo a autora deixado qualquer obra publicada. Todavia, na imprensa brasileira, por altura da sua morte, é referido que deixou no prelo um livro de poesia inédito, que estava a ser ilustrado por um artista portuense.

A sua poética é de pendor religioso; salienta-se também a presença de temáticas como a infância, a caridade, a saudade pungente da sua terra, a natureza e as paisagens madeirenses, a educação e o amor universal como hino e mecanismo imprescindível para granjear a felicidade, a paz e a liberdade. São estas temáticas que se podem verificar nos poemas “No Monte (na ilha da Madeira)”, “Dae aos pobres?” (composição dedicada à comissão promotora da festa de caridade, em favor da Casa dos Pobres Desamparados), “Assumpto bíblico”, “Caridade”, “A um Christo crucificado”, “Avante!”, “Minha terra!”, “Na Quinta das Lágrimas” e “Infância e flores” (poema dedicado à sua amiga Nadir de Figueiredo).

Matilde Areosa era acérrima defensora da emancipação feminina, postulando a igualdade, o direito da mulher ao trabalho remunerado e a afirmação do direito ao cultivo intelectual da mesma. Na imprensa brasileira, por altura do seu falecimento, é descrita como mulher de mérito intelectual “dotada de fina educação e rara ilustração [...] deixou fundas simpatias, pela afabilidade de carácter e generosos sentimentos” (*A Capital*, 13 out. 1917, 2). No mesmo período, na Madeira, o sentimento de consternação pela sua perda e o afeto por esta escritora coimbrese estão estampados na imprensa regional. Matilde Areosa e as suas composições poéticas são lembradas pela beleza, simplicidade e “delicadeza feminina artística, ao serviço duma compreensão invulgar da bondade e das desgraças alheias [...] hoje deve ser lembrada, com

verdadeira gratidão, por aqueles a quem ela enxugou, tantas vezes, as lágrimas amargas, transformando-lhes a miséria negra numa abundância relativa” (*DN*, 12 out. 1917, 1).

Obras de Matilde das Neves e Melo Matos Areosa: “Assumpto bíblico”; “Avante!”; “Caridade”; “A um Christo crucificado”; “Dae aos pobres?”; “Infância e flores”; “Minha terra!”; “Na Quinta das Lágrimas”; “No Monte (na ilha da Madeira)”.

Bibliog.: BITTENCOURT, Agnello, *Dicionário Amazonense de Biografias*, vol. II, Amazonas, Artenova, 1969; *Boletim de Etnografia*, n.º 1, 1920; *A Capital*, 12 out. 1917; 13 out. 1917; *Diário da Madeira*, 12 abr. 1916; 20 abr. 1916; 11 jun. 1916; 2 ago. 1916; 12 out. 1917; *Diário de Notícias*, Funchal, 21 abr. 1916; 12 out. 1917; *Gazeta de Coimbra*, 20 maio 1914; 13 out. 1917; *O Grémio*, 5 set. 1909; *Revista da Semana*, 18 jul. 1909; SILVA, Inocêncio Francisco et al., *Aditamento ao Dicionário Bibliográfico Português*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927; *O Tempo*, 18 dez. 1912.

FERNANDA DE CASTRO

Argentina

As ligações da Madeira à Argentina são de diversa índole e dão conta do espírito universal do madeirense. Todavia, a proximidade do país ao território sul do Brasil e os problemas que a sua ocupação despertou a partir do séc. XVII fizeram com que a presença madeirense se fizesse notada pelos colonos saídos de Santos ou do Funchal para assegurar a ocupação do espaço. Tanto Santa Catarina, primeiro, como, depois, Porto Alegre foram fundadas por um madeirense. Os conflitos estenderam-se até ao Atlântico e à Madeira, com a guerra de represália do corso. No séc. XIX, muitos madeirenses emigraram para a Argentina.

Política e corsários insurgentes

O corso sul-americano surge em princípios do séc. XIX com uma ação de represália enquadrada nas guerras de independência da Argentina, Bolívia, Colômbia e Peru. A ação dos corsários americanos e insurgentes insere-se numa dinâmica de luta pela independência das regiões de forte dominação e exploração colonial no continente americano, como foi o caso dos Estados Unidos, Argentina e Bolívia. No primeiro caso, o alastramento dessa ação à área atlântica insulana justifica-se pela forte influência britânica nestas paragens, aliado ao colaboracionismo português, incidindo, por esse motivo, sobre os

Portugueses e Ingleses. No segundo, a ação é justificada pelos próprios, como resposta à intervenção militar portuguesa, por intermédio do Brasil, na guerra da Argentina e Bolívia.

A área dos Açores foi escolhida como espaço predileto para essas ações entre os anos de 1818-1821, 1823-186, 1828-1831, tendo estas chegado também à Madeira. A ação destes corsários não identificados, ou piratas, fez-se ainda sentir com os navios espanhóis, tendo sido aprisionados, em 1816, o bergantim *N.ª Sr.ª do Carmo* e, em 1823, o navio *Armonia*.

Os acontecimentos do continente americano eram vistos, desde meados do séc. XVIII, com grande preocupação por parte das autoridades insulanas, que atendiam aos possíveis reflexos desse conflito nestas paragens atlânticas ambivalentes. Foi o que aconteceu em 1777, em face do ataque feito pelos Espanhóis ao Rio da Prata, Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina e, em 1812, com a intervenção das tropas portuguesas na Guerra da Independência da Argentina, que vinha ameaçando as fronteiras do Sul do Brasil. O conflito opôs os Portugueses aos rebeldes argentinos, sob o comando de José Artigas, e manteve-se para além da batalha de 7 de janeiro de 1817, de onde estes saíram derrotados.

Segundo declarações dos insurgentes, a sua ação de corso inseria-se numa ampla campanha de represálias contra a ação portuguesa nos destinos da Argentina. Assim, a 5 de dezembro de 1816, uma galera americana informava que o capitão insurgente apresara o bergantim espanhol *N.ª Sr.ª Venerador Obrigidíssimo*. A 24 de dezembro de 1816, o dono do iate, D. José Diligente, que havia sido apresado junto do Funchal por um insurgente, dava conta das suas intenções: “Increpando-os eu de me roubarem com uma bandeira nossa aliada, me responderam que tinham poder de usar e firmar quaisquer bandeiras, porém que o seu navio era espanhol patriota e que o motivo de me roubarem era o ter o rei de Portugal mandado tropas para Buenos Aires” (AHU, Açores, mç. 69, doc. 24).

O facto de estes corsários arvorarem habitualmente a bandeira americana e terem a

bordo uma tripulação cuja nacionalidade era muito heterogênea – com Ingleses, Portugueses, Americanos, Espanhóis, predominando os Americanos – atestava não só o forte apoio que estes tinham por parte dos Americanos, como também a sua consideração como piratas.

Um facto saliente é contado no dia 30 de abril de 1817, no protesto do capitão da galera *Marquês de Pombal*, que havia sido apresada por um corsário patriota de Buenos Aires. Segundo ele, o corsário, quando o apresou, arvorara a bandeira americana “e toda a tripulação do corsário, tanto comandante e oficiais e marinheiros eram da nação americana, somente um português servido de língua e vários pretos da nação americana, pois nem um só espanhol” (*Ibid.*, Madeira e Porto Santo, doc. 3816). Ao ver um bergantim americano, o capitão retirou a bandeira americana e içou, em seu lugar, a do México.

A ação dos insurgentes nas águas da Madeira não se apresenta tão constante e importante como nos Açores. A 31 de outubro de 1816, é apresada a polaca *Divina Pastora*, por um insurgente que, segundo o Gov. Florêncio Correia de Mello, se vinha tornando numa praga: “os quais vêm causando graves presas às naus portuguesas. Este malefício vai sendo de um peso enorme para o comércio desta ilha e pondosa em um fatal bloqueio, sem que eu o possa obstar por forma alguma, por falta de recursos” (*Ibid.*). Em 1818, são apresados dois bergantins portugueses que foram conduzidos às Canárias. No ano seguinte, dá-se conta de que a escuna de guerra *Leopoldina* entrara no porto do Funchal perseguida por um insurgente.

A 23 de março de 1820, o cônsul de Portugal nas Canárias, em ofício ao governador da ilha da Madeira, participava que essas ilhas estavam completamente cercadas por navios de corsários insurgentes que atacavam e apresavam a marinha mercante que demandava estas paragens: “Os portos destas ilhas Canárias têm presentemente estado infestados de corsários insurgentes que mesmo as pequenas embarcações do tráfico delas têm sido maior valor. E que tendo ele feito uma presa espanhola cuja tinha alguma defesa lhe adicionaram mais

alguma e hoje se acha outro corsário de força os quais bloqueiam estes portos de dias em dias” (*Ibid.*, Madeira e Porto Santo, doc. 5008). A 23 de abril, estes corsários foram avistados na Ponta do Garajau, mas, dadas as precauções tomadas em face deste aviso, não exerceram qualquer ação. Contudo, no ano seguinte, apresaram a 6 de agosto a escuna *Nympha*, que vinha de Lisboa para a Ilha, tendo capturado antes, na ilha de São Bartolomeu, outra embarcação portuguesa.

Nos Açores, a ação dos insurgentes mantém-se até 1827 e apresenta-se particularmente forte entre 1816-1817. Das embarcações estrangeiras, apenas há referência ao apresamento do bergantim espanhol *N.ª Sr.ª Venerador Obrigidíssimo* e da escuna inglesa *Sarah*, o que vem confirmar a incidência desta ação entre novembro e princípios de janeiro, obrigando as autoridades militares a tomar medidas excepcionais de defesa da costa e de vigiância do mar.

Em face desta apreensão manifesta, é com certa surpresa que se constata que, a 23 janeiro de 1817, é referido não ser do conhecimento local a ação dos insurgentes. Essa surpresa aumenta se tivermos em consideração que, dois dias depois, em ofício, dá-se conta de que os corsários insurgentes “à vista daquelas ilhas têm aparecido e cometido alguns insultos” (*Ibid.*, Açores, mç. 65, doc. de 23 jan. 1817).

Comércio e emigração

As relações entre a Madeira e a Argentina foram de tal modo importantes que esta república teve, a partir de 1888, uma representação consular no Funchal. Em 1903, era vice-cônsul Joaquim Tomás Gonçalves, e, em 1939, Alfredo Charcard Campanela.

Em termos comerciais, as relações documentadas parecem ser ocasionais. Em 1888, data da instalação do consulado, foram enviadas seis pipas de vinho para Buenos Aires. Por outro lado, em 1919, um momento crítico no que respeita aos abastecimentos alimentares, a Ilha recebeu trigo e milho da Argentina. Em troca, a Argentina terá recebido vimes. Sabemos

ainda que, em 1939, A. Vieira & Co. e João Augusto Fernandes representavam a casa comercial argentina Bunge & Born Ltd, tendo a Agência Araújo, Ferraz a representação comercial no Funchal.

No decurso da história, a Madeira foi uma região sempre carente de moeda circulante, daí o recurso à estrangeira, nomeadamente à sul-americana de prata. Em 1836, circulavam as patacas de Buenos Aires, reconhecidas pelas autoridades com o valor de 1000 réis.

A emigração para a Argentina surge documentada desde finais do séc. XIX. Na imprensa funchalense, há publicidade a vapores para a Argentina, a partir de 1910, sucedendo-se em 1916 e 1919 e em 1923 e 1951. De acordo com os registos de passaportes entre 1872 e 1915, há referência à intenção de saída de 25 madeirenses oriundos das freguesias de Santo António da Serra, Santa Maria Maior, Santa Luzia, Estreito de Câmara de Lobos, Sé, Madalena do Mar e Calheta. Os primeiros registos surgem em 1889 e prolongam-se até 1915, contando-se no período de 1910 a 1915 o maior número, isto é, nove. No período posterior à Segunda Guerra Mundial, cresce o fluxo emigratório, que conduzirá, até 1966, à saída de 290 madeirenses.

De notar que foram vários os madeirenses ilustres protagonistas de emigração temporária para a Argentina. Francisco Correia Herédia, o visconde da Ribeira Brava (1852-1918), viveu muito tempo naquele país, como representante da firma Armstrong. Em maio de 1945, razões familiares levaram o médico João Lemos Gomes (1906-1996) à Argentina, onde permaneceu ano e meio, tempo suficiente para aí se especializar em Anestesia Moderna. Outro madeirense, Fernando Henriques Araújo (1905-1987), estabeleceu-se definitivamente na Argentina, onde veio a morrer. Sabemos ainda que, em 1922, o tenor Lomelino Silva (1892-1967) se deslocou a este país, tendo aí feito espetáculo.

No sentido inverso, destaque para alguns nascidos na Argentina que escolheram a Madeira para viver: Archibald George Clode, Pedro Nicolau de Ornelas e Pedro Pablo de Sousa. Deve

notar-se ainda a passagem, a 23 de fevereiro de 1925, a bordo do vapor francês *Formosa*, da equipa de futebol do Boca Junior's, em que os jogadores foram presenteados pelo presidente do Club Sport Marítimo com uma visita ao miradouro da Montanha.

De salientar ainda o intercâmbio que existiu em termos industriais entre o engenho do Hinton e o de Tucumán. Assim, a 23 de março de 1906, M. Charles Roussel, diretor químico da Fabrica Concepcion, visita a Ilha e o engenho madeirense, mantendo-se o intercâmbio técnico através do técnico madeirense João Higinio Ferraz.

Da Argentina, a Madeira recebeu também animais e plantas, que completam este circuito de mobilidade dos seres vivos e contribuem para a construção deste mundo global, de que somos herdeiros. Entre 1886 e 1896, chegaram as formigas-argentinas (*Linepithema humile*), de coloração castanho-escura, oriundas do Norte da Argentina e do Uruguai, Paraguai e sul do Brasil, mais tarde estudadas por Guido Paoli, em 1922. De referir ainda a presença de algumas plantas nesta Região fruto dos laços que se estabeleceram, de forma direta ou indireta, com a Madeira: a tipuana, acácia Draco (*Tipuana tifu*, Benth) e a bignónia unha-de-gato (*Bignonia unguis cat L.*).

Bibliog.: manuscrita: AHU, Açores, mç. 69, doc. de 24 dez. 1816; mç. 65, doc. de 23 jan. 1817; *Ibid.*, Madeira e Porto Santo, docs. 3816 e 5008; impressa: ALMEIDA, Luís Ferrand de, *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973; BOITEUX, Lucas Alexandre, "Açorianos e madeirenses em Santa Catarina", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 219, 1953, pp. 122-169; BORGES, Marcelo J., "Portuguese migration in Argentina: transatlantic networks and local experiences", *Portuguese Studies Review*, vol. 14, n.º 2, 2006-2007, pp. 87-123; *Id.*, *Chains of Gold: Portuguese Migration to Argentina in Transatlantic Perspective*, Leiden, Brill, 2009; DOMINGUES, Moacyr, *A Colônia do Sacramento e o Sul do Brasil*, Porto Alegre, Sulina/Instituto Estadual do Livro, 1973; FERREIRA, Mário Clemente, "Os casais das ilhas e a política da *uti possidetis* no Brasil", in *Imigração e Emigração nas Ilhas*, Funchal, CEHA, 2001, pp. 87-112; MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego, *A Colônia do Sacramento*, vol. 1, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1937; PIAZZA, Walter F., *A Epopeia Açórica-Madeirense (1746-1756)*, Funchal, CEHA, 1999; *Id.*, *A Ilha de Santa Catarina e o Seu Continente na Luta pela Hegemonia Portuguesa e na Fixação da Cultura Lusitana no Brasil Meridional: Novos Estudos Jurídicos*, Itajaí, Univali, 2000; POSSAMAI, Paulo, *A Vida Quotidiana na Colônia do Sacramento*, Lisboa, Livros do Brasil, 2006; PRADO, Fabrício, *A Colônia do Sacramento: o Extremo Sul da América Portuguesa no Século XVIII*, Porto Alegre, F. P. Prado, 2002; SANTOS, Maria Licínia Fernandes dos, *Os Madeirenses na Colonização do Brasil*, Funchal, CEHA, 1999; VIEIRA, Alberto (coord.), *A Madeira e o Brasil: Coletânea de Estudos*, Funchal, CEHA, 2004.

† ALBERTO VIEIRA

Arguim

Arguim é uma ilha na baía do mesmo nome, situada na extremidade Norte da República Islâmica da Mauritânia, na costa ocidental de África. Com apenas 12 km² de área, a ilha é alongada, medindo cerca de 6 km de comprimento por 2 km de largura. Está situada a 12 km da costa, dela separada por canais arenosos repletos de recifes e de bancos de areia que se movem com as correntes. A ilha faz parte do Parque Nacional do Banco de Arguim, uma vasta zona protegida, classificada pela UNESCO como património mundial graças à sua importância como local de invernada de aves aquáticas.

A ilha de Arguim foi a primeira feitoria portuguesa da costa ocidental de África. Na sequência da passagem do cabo Bojador, em 1434, as embarcações portuguesas ao serviço do infante D. Henrique (1394-1460) prosseguiram para o Sul, passando ao largo da costa saariana e atingindo a costa da Mauritânia. Estas navegações, que de início se revelaram lucrativas, em virtude de atos de corso e de razias, chegaram ao golfo de Arguim na déc. de 1440; *e.g.*, a caravela de Nuno Tristão (c. 1410-1446) tê-lo-á alcançado em 1441, embora outros navegadores ali tenham passado por esses anos, como Gonçalo de Sintra (c. 1400-1444) e Diniz Dias (há divergências entre os vários cronistas quanto à sua ordem de chegada). Em 1443, voltava àquela área Nuno Tristão, então já acompanhado de um mouro, dado como Sanhaja Berber, que servia de intérprete; aí, adquiriu 28 escravos, que levou para Lagos, no Algarve. É desse ano o pedido oficial de carta de corso do infante D. Henrique ao seu irmão D. Duarte (1391-1438), passando aquele a usufruir de 1/5 das capturas efetuadas – que, em princípio, pertenciam ao Rei –, pedido também posteriormente feito pelo infante D. Pedro (1392-1449).

Em 1444, a expedição de Lançarote de Lagos a Arguim, na qual participaram forças da Madeira e, provavelmente, o sobrinho de João Gonçalves Zarco (c. 1390-1471), Álvaro Fernandes, conseguiria recolher 240 escravos. As relações da Madeira com estas navegações

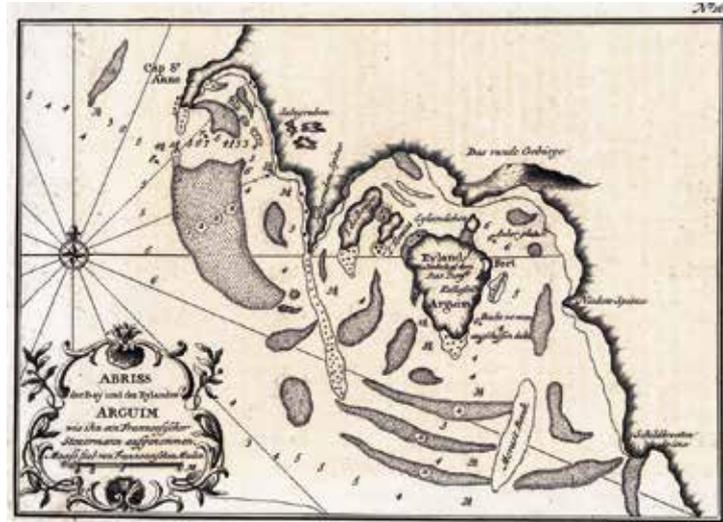


Fig. 1 – Mapa da costa de Arguim, gravura aguarelada alemã a partir de Jacques Nicolas Bellin, c. 1760 (coleção particular).

vão manter-se nos anos seguintes, tendo Álvaro Fernandes e Lançarote de Lagos, em 1446, explorado a embocadura do rio Senegal e a área de Cabo Verde. Este navegador, que já comandara uma caravela de Zarco, em 1444, dirigiu a expedição que, em 1447, ultrapassou Cabo Verde e que se supõe ter atingido a ilha de Goreia. As relações da ilha da Madeira com este tipo de comércio e com esta área – Arguim, depois Cabo Verde, Guiné, Angola, etc. – vão manter-se nos anos seguintes. Na Furna de Arguim, como era por vezes chamada esta baía de recifes, ficava a ilha dos Coiros, principal centro de comércio de peles de toda a costa e, para o Sul, localizavam-se as ilhas das Garças, de Naar e de Tider. Serviram as mesmas, com mar bonançoso, para abrigo e repouso das naus. Por ali passaram madeirenses, como os da caravela enviada por Zarco até ao cabo dos Matos, com seu sobrinho Álvaro Fernandes, depois o genro do capitão do Funchal, Garcia Homem de Sousa, e Diogo Afonso, Denis Eanes da Grã, João do Porto e outros.

Deve datar de cerca de 1445 a substituição da pirataria, com uma função simultaneamente económica e bélica, pelo comércio pacífico – ou, pelo menos, mais pacífico, dado não ser nessa altura possível fazê-lo sem armas na mão. Em 1444, já se procurava estabelecer o tráfico com os nómadas cameleiros do rio do

Ouro, tendo cabido a João Fernandes, um colaborador próximo do infante D. Henrique, beneficiando das informações de Ahude Meimão sobre a localização das principais povoações e o interesse comercial da região, concretizar esses planos. Em 1445, aquele navegador foi responsável pela realização das primeiras operações comerciais com as populações muçulmanas daquela região, promovendo a aquisição de ouro, de goma-arábica e de escravos, em troca de tecidos e de trigo. Em 1447, iniciaram-se as relações com o Suz, em Marrocos – grande mercado de escravos, de ouro e de açúcar –, tentando o infante D. Pedro, ainda nesse ano, estabelecer a paz e manter relações comerciais com o Bori-Mali e com os jalofos, na área da Guiné. Poucos anos depois, por volta de 1454-1455, o italiano Luís de Cadamosto (1432-1488) explica, nas suas memórias, a propósito do contrato da feitoria de Arguim, que, quando esteve ao serviço do infante D. Henrique, as caravelas costumavam ir armadas de Portugal ao golfo de Arguim, umas vezes quatro, outras mais, “e de noite desembarcavam” e saíam sobre as aldeias costeiras de pescadores, “e faziam correria pela terra”, de modo que prendiam esses “árabes, tanto machos como fêmeas e os traziam a vender em Portugal” (CADAMOSTO, 1956, 125-126).

A ilha de Arguim veio a configurar-se como um local privilegiado para o estabelecimento de um posto comercial fixo, dado situar-se numa região esparsamente povoada, mas próxima dos circuitos comerciais percorridos pelas caravanas mercantis que atravessavam o Saara, as quais frequentemente se aproximavam da costa, devido à abundância de sal na região. Sendo um território dotado de um bom porto e de água potável, era facilmente defensável pela vantagem que a sua situação insular oferecia face à previsível hostilidade das populações autóctones, sendo por isso escolhido para centralizar o comércio da costa africana. Entre 1454 e 1455, já se tinha efetuado um contrato por 10 anos, explicando Cadamosto que ninguém podia entrar no golfo para traficar com os locais, “salvo aqueles que entrassem no contrato” celebrado com a Coroa para

esse comércio, no qual se incluía a “feitoria na dita ilha, e feitores, que compram e vendem àqueles árabes, que vêm à marinha, dando-lhes diversas mercadorias, como são panos tecidos, prata e alquicéis, que são uma espécie de túnicas, tapetes e sobretudo trigo, do qual estão sempre famintos, e recebem em troca negros, que os ditos alarves trazem da Negraria, e ouro Tiber” (*Id., Ibid.*). Acrescenta o navegador italiano que o infante fazia então levantar “uma fortaleza na dita ilha, para conservar este comércio para sempre; e por esta razão todos os anos vão e vêm caravelas de Portugal à ilha de Arguim” (*Id., Ibid.*).

O castelo só seria terminado após o falecimento do infante, em 1461, sendo a capitania entregue a Soeiro Mendes de Évora, o vedor da construção, que viria a ter Carta de 26 de julho de 1464, de D. Afonso V (1432-1481), a conferir-lhe, a si e aos seus descendentes, a capitania-mor da ilha. Saliente-se, no entanto, que o estatuto comercial de Arguim conheceu variantes. Assim, por volta de 1455, aquando da visita de Cadamosto, a feitoria era administrada por uma sociedade privada, que tinha obtido do infante D. Henrique esse monopólio por um período de 10 anos, provavelmente entre 1450 e 1460. Mais tarde, segundo o cronista João de Barros (1469-1570), Fernão Gomes da Mina (c. 1425-c. 1485), após ter assumido o mercado de exploração do comércio da Guiné, que dominou entre 1468 e 1474, conseguiu também obter o de Arguim, ao preço de uma renda anual de 100\$000 réis.

A área em torno de Arguim era habitada por berberes e negros islamizados, chamados “mouros” pelos Portugueses, sendo uma importante zona de pesca. Da parte portuguesa, esperava-se intercetar o tráfego do ouro que as caravanas transportavam de Tombuctu para o Norte de África; contudo, foi o comércio de escravos que mais prosperou, recebendo Portugal de Arguim, aproximadamente a partir de 1455, cerca de 800 escravos por ano, na sua maioria jovens negros, feitos prisioneiros durante razias conduzidas no interior do continente pelos líderes tribais da região costeira vizinha. No decurso do mandato de Fernão



Fig. 2 – Vista do castelo de Arguim, aguarela de Johannes Vingboons, c. 1665 (Antigo Arquivo da Companhia Holandesa das Índias Orientais, Haia).

Soares como capitão e feitor, entre maio de 1499 e dezembro de 1501, obtiveram-se 668 escravos e 12.558 dobras e meia de ouro – moeda que, em 1472, valia 327 reais brancos, na razão 1\$896 reais brancos por marco (cerca de 235 g de prata) –, sendo parte deste convertida em escravos, totalizando 840 indivíduos. O feitor seguinte, Gonçalo Fonseca, conseguiria somente 406 escravos em dois anos e meio, mas o que se lhe seguiu, Francisco de Almada, entre 1508 e 1511, ultrapassaria a cifra de 1500 escravos. Em segundo plano estava o importante comércio da goma-arábica, produto que a região produzia em quantidade significativa e com qualidade superior, que se adquiria em Arguim a preços muito atrativos.

O território conquistado em Arguim passou então a assumir-se como um centro de comércio, estabelecendo ligações comerciais com os portos de Meça, Mogador e Safim, em Marrocos. Destes lugares provinham os tecidos, o

trigo e outros produtos que, na feitoria de Arguim, eram trocados por ouro e escravos; as mercadorias eram transportadas pela rota que ia de Tombuctu até Hoden. A criação desta feitoria representou um ponto de viragem na expansão portuguesa, assinalando o início da política de construção de feitorias fortificadas, dotadas de uma guarnição militar capaz de as defender contra os ataques dos povos autóctones. Em 1487, foi fundada uma feitoria no interior do continente africano, na localidade de Ouadane (ou Wadan), e, na mesma área, foram feitas outras tentativas de fixação de feitorias, *e.g.*, na região de Cofia e junto à foz do rio Senegal, todas goradas em face da hostilidade das populações locais e à dureza do clima.

Nos anos de 1505 a 1508, a guarnição do castelo de Arguim era composta de 41 indivíduos, 18 dos quais eram soldados e 5 marinheiros. O comércio da feitoria estava sob o controlo da Coroa, sendo os capitães nomeados pelo rei,

habitualmente para comissões de três anos. Tinham direito a arrecadar 25 % dos lucros do comércio realizado na feitoria, sendo assistidos por um feitor, que arrecadava 12,5 % daqueles, e por um escrivão assalariado, que recebia 20.000 réis na fase inicial dos trabalhos. Em finais de 1555, ou em princípios de 1556, a feitoria de Arguim foi atacada pelo pirata português Brás Lourenço e, em 1569, a guarnição tinha-se reduzido a 30 pessoas. A manutenção da guarnição de Arguim não era fácil, tendo de recorrer-se às vizinhas ilhas Canárias ou à Madeira, como aconteceu em 1513, quando era capitão de Arguim Fernão Pinto (que deve ter sucedido a Francisco de Almada, capitão entre 1508 e 1511, embora o seu nome não conste das listagens geralmente divulgadas, que referem apenas o Cap. Pero Vaz de Almada, em 1514-1515). O mestre do navio enviado às Canárias pelo capitão de Arguim acabou por aportar em Machico, tendo requerido ao almoxarife Antão Álvares a compra de diversos mantimentos – 30 moios de trigo, 20 quintais de biscoito e uma parte de remel (possivelmente o açúcar local) –, deixando como pagamento a João de Freitas (c. 1470-1533), executor das dívidas à Fazenda, 6 escravos, marco e meio de ouro, e meia onça de ouro em pó e em pedaços, e tendo sido lavrada quitação com data de 3 de maio de 1513. Três dias depois, o mestre do navio *São Miguel Fadigas* entregava mais 78 dobras de ouro, em pó e em pedaços, para pagamento de novos mantimentos.

Não se conhece qualquer descrição do castelo henriquino de Arguim, nem da sua reformulação na época de D. Afonso V, embora a carta de alcaidaria-mor refira ter havido então obras, nem, de igual modo, das remodelações da déc. de 80 do séc. xv, se bem que se saiba que, ao passar, em 1481, a monopólio régio, sob D. João II (1455-1495), o castelo foi aumentado. Arguim foi perdendo a sua importância ao longo dos anos seguintes, à medida que os interesses comerciais portugueses se transferiam para regiões localizadas a sul (e, depois, para a Índia).

Desconhece-se a data em que Arguim passou a estar na dependência da Diocese do

Funchal, mas julga-se ter isso ocorrido com o abandono de Safim, em 1541, de cuja Diocese deveria depender, embora não houvesse uma clara definição dos seus limites. A referência a Arguim como pertencente à Diocese do Funchal parece datar da Bula do Papa Júlio III, de 1550, que separou da antiga arquidiocese os territórios das novas dioceses dos Açores, de Cabo Verde, etc., que passaram à jurisdição eclesiástica de Lisboa. A referência à integração da ilha de Arguim na jurisdição do Funchal dá-se com o bispo D. Luís Figueiredo de Lemos (1544-1608), que recebeu a doação de Arguim, do seu castelo e do produto das pescas na costa de Atouguia e que, em 1601, nas *Extravagantes* que adicionou às anteriores *Constituições Sinodais*, refere que “dispondo os casos da sua jurisdição nela colocava Ouvidor Eclesiástico” (LEMOS, 1601, tít. 16, const. 2). Aliás, antes de ser meio-cónego da Sé, o cronista Jerónimo Dias Leite (c. 1537-c. 1593) foi vigário de Arguim, em 1567, na ausência do P.^o António Fernandes, sinal de que a freguesia já existia e dependia do Funchal (embora pouco tempo ali estivesse, passando rapidamente a Lisboa e aí conseguindo a indigitação para uma futura eleição como meio-cónego da Sé do Funchal).

Arguim seria visitada por Jean Mocquet (1575-1617), aventureiro francês, em 1601, na sua primeira viagem de recolha de objetos exóticos e curiosos, que lhe permitiu ocupar o boticário régio de Henrique IV (1553-1610) e organizar um gabinete de curiosidades nas Tulherias para o seu sucessor, Luís XIII (1601-1643). Jean Mocquet conta nas suas memórias que, na sua primeira viagem, em que visitou o Funchal, seguiu “o desejo que tinha há muito tempo de viajar pelo mundo: quis começar pela África”. Partira de Saint Malo a 9 de outubro de 1601, em *La Syréne*, que se destinava à Líbia (nome pelo qual se designava a costa marroquina à época e, assim parece, também as ilhas atlânticas e da Mauritânia), e que era um “navio carregado de sal e bem equipado de víveres e munições para a guerra” (MOCQUET, 1830, 27). A embarcação passou por diversas peripécias, chegando a ter de combater

com vários corsários; passado o cabo de São Vicente, dirigiu-se ao Norte de África, e depois de dobrar o cabo Branco visitou a velha feitoria de Arguim. Conforme se usava à época (como referido), Jean Mocquet refere-se à região como “Líbia”, contando que “de toda a Líbia vão buscar água ao porto de Arguim”, que se situa sobre uma pequena ponta relevada, a seis léguas de cabo Branco. A fortaleza tinha então alguns soldados portugueses e um capitão. Mocquet menciona que os Portugueses eram amigos dos chefes da região, que não eram todos negros, havendo chefes brancos, mas que eram todos muçulmanos. Faziam comércio de plumas de avestruz e de peixe, “que aqui usam como moeda de troca” (*Id., Ibid.*, 34). Mocquet já não refere o rendoso comércio de escravos e de ouro.

Arguim estava a entrar em franca decadência; embora periodicamente visitada pelos pescadores da Madeira e sob a jurisdição do bispo do Funchal, a sua situação militar era muito precária e a guarnição insustentável. A fortaleza de Arguim teve, em 1612, um projeto de reconstrução, a cargo do arquiteto-mor Leonardo Turriano (1559-1628), e elaborado com base nos dados que este recolhera quando estivera em idêntica função nas Canárias, entre 1588 e 1590, sendo muito provável que se tenha deslocado a Arguim. O projeto, no entanto, não passou do papel: não há registo de qualquer despesa ou movimentação de pessoal nesses anos.

A pequena fortaleza de Arguim acabaria por ser conquistada, em 1638, por forças holandesas e, alguns anos mais tarde, por forças inglesas, sendo posteriormente recuperada pelos Holandeses, até que, em setembro de 1678, foi arrasada por forças francesas, embora depois tenha sido pontualmente reconstruída pelos Franceses. Devem datar de meados do séc. XVII (de cerca de 1665) os dois desenhos flamengos de Johannes Vingboons (1616/1617-1670) que sobreviveram e que parecem representar já a remodelação de Arguim pelos Holandeses. Em 1685, estava quase abandonada, sendo então ocupada por tropas brandeburguesas, transformando-se Arguim na primeira colónia

do principado de Brandeburgo. Em 1701, com a incorporação do principado no reino da Prússia, Arguim transitou para o controlo prussiano. Em 1721, perante o desinteresse da Prússia pelas suas colónias africanas, o território voltou à posse da França, momento a partir do qual se fazem muitas representações cartográficas e, inclusivamente, um levantamento planimétrico de Arguim, com Perrier de Salvert, a 8 de março de 1721. A praça seria novamente perdida para os Holandeses no ano subsequente, voltando todavia à posse dos Franceses em 1724, que ali permaneceram até 1728, ano em que abandonaram a ilha ao controlo dos líderes tribais mauritanos. Fez-se explodir a fortificação por ocasião da retirada, pouco devendo ter restado dela. A ilha regressou ao controlo francês nos princípios do séc. XX, quando foi incorporada no então protetorado da Mauritânia; em 1960, com a independência da Mauritânia, Arguim passou a fazer parte do território do novo Estado.

Durante a sua conturbada história, a ilha foi sempre um dos centros do comércio de goma-arábica e, durante muitos anos, um importante local de caça de tartarugas marinhas e de outras atividades mais ou menos artesanais, em que estavam inclusivamente envolvidos pescadores madeirenses – isso justifica a existência de várias pequenas embarcações, quer no Funchal, quer em Câmara de Lobos, com o nome de Arguim. Embora alguns dos seus proprietários não saibam onde fica, e se tenham limitado a repetir os nomes que já os pais e avós tinham utilizado para as embarcações, subsistem lendas e narrativas populares sobre a ilha – que aparecia e desaparecia, que era o local para onde teria ido viver D. Sebastião, etc. –, que foram inclusivamente objeto de peças de teatro. Na Época Moderna, a dificuldade de navegação dos navios de algum calado nesta área, em razão dos bancos de areia e dos afloramentos rochosos, é patente no desastre ocorrido em julho de 1816 com a fragata francesa *La Méduse*, que transportava pessoal para a colónia do Senegal e que encalhou na região, sendo abandonada com grande perda de vidas. O acontecimento ficou imortalizado na obra *Le Radeau*

de la Méduse (A Jangada da Medusa), do pintor francês Théodore Géricault (1781-1824), de 1818-1819.

Arguim encontra-se ainda na base da fundação do Convento franciscano da cidade da Baía, no Brasil, como resultado da influência da lenda de Santo António de Arguim: nos inícios do séc. XVII, terá aparecido na costa brasileira, roubada por corsários franceses, uma imagem de Santo António, proveniente da antiga praça africana, pelo que o santo foi eleito padroeiro da cidade (padroado que perderia por proposta dos padres jesuítas, em 1686, passando para São Francisco Xavier).

Em suma: foi em Arguim que se localizou a primeira feitoria portuguesa fortificada, a partir da qual os Portugueses trocavam tecidos, cavalos e trigo, produtos essenciais para as populações locais, por goma-arábica, ouro e escravos, que levavam para a Europa. A ilha foi sucessivamente ocupada por Portugueses, Holandeses, Ingleses, Prussianos e Franceses, até ser abandonada, dada a crescente aridez e as dificuldades de acesso de navios de grande calado, resultantes dos perigosos bancos de areia e dos extensos recifes que a rodeiam. Nos começos do séc. XXI, a ilha encontra-se quase deserta, sem quaisquer vestígios da antiga fortificação, tendo uma pequena povoação, na sua costa oriental, habitada por cerca de uma centena de pescadores-recoletores da etnia imraguen, sendo, para os madeirenses, provavelmente até aos inícios ou meados do séc. XX, um destino de pesca, e permanecendo no seu imaginário como uma antiga lenda.

Bibliog.: **manuscrita:** ANTT, Corpo Cronológico, pt. II, mç. 38, docs. 5 e 18; Biblioteca Nacional de Haia, Cartografia, Velho 619, docs. 19 e 20; **impresa:** BALLONG-WEN-MEWUDA, J. B., "A instalação de fortalezas na costa africana. Os casos de Arguim e da Mina. Comércio e contactos culturais", in ALBUQUERQUE, Luís de (dir.), *Portugal no Mundo*, vol. 2, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 137-149; CADAMOSTO, Luís de, "Navegação primeira", in GODINHO, Vitorino Magalhães, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Gleba, 1956, pp. 125-126; LEMOS, Luís Figueiredo de, *Constituições Synodais do Bispado do Funchal. Com as Extravagantes, novamente Impressas*, Lisboa, Pedro de Crasbeeck, 1601; MOCQUET, Jean, *Voyages en Afrique, Asie, Indes Orientales et Occidentales*, Paris, Jean de Heuqueville, 1830; MONOD, Théodore, *L'île d'Arguin (Mauritanie). Essai Historique*, Lisboa, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1983; PESTANA, Francisco, *A Ilha de Arguim*, Lisboa, Dom Quixote/Sociedade Portuguesa de Autores, 1996; ZURARA, Gomes Eanes de, *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné, Escrita por mandado de el Rei D. Afonso V*, Paris, J. P. Aillaud, 1841.

RUI CARITA

Armamento

O armamento foi fulcral na expansão portuguesa, equipando as forças dos novos domínios e os navios que faziam a ligação entre o continente, as ilhas e as novas praças militares, embora o desenvolvimento em Portugal da tecnologia das armas de fogo, *e.g.*, muito especialmente das armas pesadas, depois chamadas "artilharia", não conseguisse acompanhar de início as técnicas de fortificação, o que só veio a ocorrer com a montagem das tercenas e dos novos arsenais de Lisboa, nos reinados de D. Manuel e de D. João III. No entanto, desde D. João II que se incentivaram essas estruturas, criando-se então as chamadas salas de armas, as fábricas de pólvora, oficinas várias e armazéns, no sentido de se equiparem as Armadas e as fortalezas.

A sala de armas do Funchal deve datar dos finais do século XV, embora nessa altura provavelmente sem local ainda bem definido, sedeadada por certo na casa do capitão do Funchal. Pelo alvará de 2 de março de 1497, temos conhecimento de que já havia salas de armas na Ilha, pelo que o Rei mandou que se lançassem impostos sobre o uso de "gibonetes", as pequenas armaduras e os "corpos de couraça", e que se fizessem iguais aos que se faziam na "nossa casa de armas da vila de Santarém", sob o controlo de Agostinho Caldeira, armador-mor, e de Fernão Álvares, recebedor e feitor da dita casa (ABM, Câmara Municipal..., tomo 1, fls. 68v.-69).



Fig. 1 – Dinamómetro de pólvora, c. 1850 (Museu Militar da Madeira).

Mapa do Presidio Militar pago da Ilha da Madeira

Annos de 1754

ARCHIVO

Presidio pago da Ilha da Madeira	1	1	1	1	1	1	2	4	26	2	2	1	11	24	14	2	1	1	2	2	186	127607	•	11		
Armas e munições	54	55	42	662	2517	3581	656	338	7755	16	13	14	91	7	36	7363	21972	132	1275	266	539	16	555	604	156	
Armas e munições	24	32	33	37	379	1678	271	256	54	1457	7	12	2	34	•	368	•	•	•	5	47	•	•	•	•	
Summa	65	86	88	81	942	4197	522	892	392	1212	23	25	18	125	7	36	7731	21493	132	1278	266	541	16	555	614	156

Almas Soldados e Armas e munições da Ilha da Madeira...

Manoel de Saldanha de Albuquerque

Fig. 2 – Mapa do presidio militar pago da ilha da Madeira enviado pelo Gov. Manuel de Saldanha de Albuquerque em 1754 (AHU).

A contínua atividade militar dos madeirenses no Norte de África não podia, com certeza, dispensar a existência de salas de armas nas casas das famílias da Madeira, cujos principais elementos para ali se deslocavam, acompanhados de forças armadas. Até então o armeiro do Funchal, responsável pela manutenção desse material, era pago pela Câmara através da renda auferida pelo aluguer das lojas da sede da mesma. A primeira informação advém da reunião camarária de 27 de abril de 1492, quando se acordou que “por serviço de Deus e bem da terra”, ocupasse o ofício Pero de Palença, armeiro, que já usava desse ofício, e pelo que deveria usufruir 3\$000 réis anuais a começarem a ser pagos a partir do dia de São João, ou seja, de 24 de junho seguinte (COSTA, 1995, 323).

O primeiro armeiro real na Madeira de que temos notícia apareceu bastante mais tarde, quase 100 anos depois, já na época de D. Sebastião. A sua nomeação correspondeu à oficialização da situação vigente, que passou

então ao controlo régio através do provedor da Fazenda. Esta nomeação data de 1572, citando o alvará que era “criado o ofício de Armeiro Real, mandando a esta ilha, Henrique de Bruxelas, flamengo, para fazer fechos de espingardas, e os mais concertos necessários”. Determina ainda o alvará “que enquanto se conservasse no dito emprego, se lhe dessem 4\$000 réis de ordenado anual e uma casa para morar, à custa da Real Fazenda” (BNP, cód. 8391, fls. 15-15v.). Entretanto, em 1532, na sequência da nomeação do anadel-mor de espingardeiros, ou seja, do comandante dos mesmos, e do Regimento de 12 de dezembro de 1526, aparece a nomeação no Funchal de Rui Dias de Aguiar, como anadel da capitania do Funchal, que desempenhava anteriormente a função de anadel-mor de besteiros da capitania e, inclusivamente, provedor da Alfândega. Nessas primeiras funções, antes de 1526, acompanhara por várias vezes forças da Madeira ao Norte de África, procedendo localmente aos mandados de pagamento dos besteiros e espingardeiros, tendo, entretanto,

designado, *e.g.*, o besteiro Afonso Fernandes e o espingardeiro Anes Barbuzano para receberem os mantimentos do pessoal que ia para Safim. Algum tempo depois, em 1542, o anadel-mor do reino apresentou reclamação contra a nomeação de anadel para as capitâneas do Funchal e de Machico, reclamação despachada favoravelmente por D. João III, admitindo que não tinha sido corretamente informado. Apresentou-se então no Funchal um seu delegado, João Colaço, com uma nova nomeação e a invalidação da anterior, a delegação e uma cópia do *Regimento de Espingardeiros*, a que se deu execução. Foi então nomeado Jorge de Brito como anadel do Funchal e, a 4 de novembro de 1542, foi apresentado na Câmara do Funchal um rol de espingardeiros para a cidade e seu termo. As coisas não terão corrido conforme previsto e no ano seguinte foi feito novo rol. Mais tarde, em 1553, Diogo Cabral, quando na Calheta aguardava a Armada que o levaria uma vez mais à Índia, escreveria ao Rei relatando que as coisas deste âmbito ainda não se encontravam bem assentes.

Nos finais do séc. XVI, voltamos a ter referências ao armeiro real do Funchal, tendo sido nomeado, em 1575, o também flamengo João de Areja e, em 1606, Francisco Annes, com a indicação de que se lhe devia dar casa para guarda das armas. Em 1610, era substituído pelo filho, Sebastião Luís, e passava para condestável da fortaleza de S. Lourenço; tendo este falecido entretanto, e não pretendendo os seus filhos o lugar, dada a sua “qualidade de mercadores”, em 1647 era nomeado Manuel dos Santos, com 12\$000 réis como os anteriores tinham e mais 4\$000 “para pagamento do aluguer da casa para guarda das armas”, sinal de ficarem então fora da fortaleza de S. Lourenço. Este posto manteve-se até aos meados do séc. XVIII (*Id.*, *Ibid.*, fls. 15-16).

Não subsistiu, infelizmente, quase nenhum dos exemplares do armamento dos sécs. XV ao XVII na Ilha, dada a centralização desses serviços militares ao longo do séc. XIX em Lisboa, para onde era evacuado o material entendido como obsoleto do trem de S. Lourenço.

Com a montagem do Museu Militar da Madeira, reuniu-se uma pequena amostragem com exemplares do principal armamento que equipou as forças armadas portuguesas ao longo da Época Moderna, com destaque para a expansão, mas que não incluía, em princípio, o que teria existido na Ilha. Refira-se especialmente um magnífico montante do séc. XVI, propriedade da Câmara do Funchal, que foi dado como tendo pertencido a João Gonçalves Zarco (c. 1390-c. 1471); contudo, visto estar assinado por Pedro de Belmonte, armeiro que trabalhou para os duques de Bragança na segunda metade do séc. XVI, não é possível que tenha pertencido a Zarco.

Também não possuímos muita documentação sobre o armamento militar na Ilha durante os sécs. XVII e XVIII mas, ao longo desses séculos, a Madeira recrutou, fardou e armou inúmeras companhias para acompanhar os governadores destinados às diversas capitâneas do Brasil e à de Angola, função geralmente entregue ao tenente-general, o que revela uma certa disponibilidade insular, não só em armas, como em armamento e fardamento. Aliás, desde os finais do séc. XVI que se divulgou o costume do uso público de armas pessoais, inclusivamente na criadagem, o que não deixou de espantar muitos viajantes, como o capelão John Ovington (1653-1731) ou o médico naturalista *sir* Hans Sloane (1660-1753). As informações oficiais sobre o armamento militar são mais precisas a partir dos finais do séc. XVIII, com as revistas às companhias de ordenanças e, no séc. XIX, quando o governo liberal começa a implantar uma estrutura de forças nacionais.

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomo 1; ANTT, Chancelaria de D. João III, liv. 16; *Ibid.*, Corpo Cronológico, pt. II, mç. 4, doc. 43; mç. 115, doc. 105; mç. 116, doc. 85; mç. 243, doc. 9; BNP, reservados, cód. 8391, *Index Geral do Registo da Antiga Provedoria da Real Fazenda, Acrescentado com Algumas Notícias e Sucessos da Ilha da Madeira desde o Ano de 1419 do Seu Descobrimento até o de 1775 da Extinção da Mesma Provedoria*; **impresa:** ARAGÃO, António, *A Madeira Vista por Estrangeiros, 1455-1700*, Funchal, DRAC, 1981; CARITA, Rui, *A Espingarda e os Uniformes. 1.ª Exposição do Museu Militar da Madeira*, catálogo de exposição patente na Câmara Municipal do Funchal, 1979, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1979; *Id.*, *A Fortaleza de São Lourenço, Catálogo da Exposição Permanente da Fortaleza-Palácio de São Lourenço*, Funchal/Lisboa, Zona Militar da Madeira, 1994; *Id.*, *Arquitectura Militar na Madeira, Séculos XV a XVII*, Lisboa/Funchal, Universidade da Madeira, 1998; *Id.*, *História da Madeira*, vol. I e III,

Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1991 e 1999; COSTA, José Pereira da, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal, Século XV*, Funchal, CEHA, 1995; OVINGTON, John, *A Voyage to Suratt in the Year 1689*, London, Jacob Tonson, 1696; SLOANE, Hans, *A Voyage to the Islands Madera, Barbadoes, Nieves, St. Christoferes and Jamaica...*, 2 vols., London, ed. do Autor, 1725; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

RUI CARITA

Armitage, Eleonora

Eleonora Armitage foi uma importante botânica inglesa, nascida em Dadnor, Bridstow, no Herefordshire, a 11 de dezembro de 1865. Era filha de Arthur Armitage, um advogado e proprietário de terras que também se distinguiu como membro do Woolhope Naturalist's Field Club. Este clube era uma instituição local dedicada ao estudo da História Natural, da Geologia, da Arqueologia e da História do condado, que também desempenhou papel relevante no domínio da Micologia. A mãe de Eleonora Armitage foi Isabel Jane Percival, descendente de notável linhagem inglesa, que tinha como interesses a pintura e a história natural, figurando algumas das suas aquarelas no Woolhope Club.

A influência dos pais, tanto no campo do estudo das plantas como na aptidão para a pintura, é evidente na vida e produção de Eleonora, que teve uma infância estimulante, proporcionada pelo confortável estatuto económico e a rede de contactos sociais da família, que incluía Augustin Ley e Burton Mounsher Watkins, duas personalidades destacadas da botânica britânica, o primeiro mais conhecido como briólogo e o segundo pelo trabalho com hepáticas, designação que se aplica a um outro grupo de plantas dentro dos briófitos.

Apesar de, por ser rapariga e viver na época vitoriana, ter sido educada em casa, o ambiente rural em que cresceu e os estímulos que recebeu cedo encaminharam a jovem Eleonora para a exploração dos campos em redor da sua habitação, o que fazia de bicicleta e pernoitando em quintas das redondezas, o que demonstra que, ainda que sem contestar os cânones morais e de princípios da época, gozava de autonomia suficiente para se permitir atitudes

menos comuns, designadamente a de vestir calças numa altura em que as mulheres a isso não se costumavam atrever.

Para ganhar a vida, Eleonora Armitage dedicou-se a trabalhos de jardinagem, que fazia para amigos e com a colaboração dos jardineiros que orientava. Esta atividade, que também a seduzia, haveria de levá-la a colaborar no *Journal of the Royal Horticultural Society*, à qual pertencia. A sua relação com sociedades científicas alargava-se ainda à British Association for the Advancement of Science, à British Bryological Society, a que presidiu em 1939, e ao Moss Exchange Club, de que foi a única mulher fundadora.

A ornitologia e a astronomia foram outras áreas que lhe despertaram a atenção e a que também se dedicou, ainda que com menos empenho do que à botânica. O interesse que sempre nutriu pelo mundo das briófitas levou-a a viajar pelo mundo para recolher exemplares; nessas deambulações, esteve na Madeira em 1909, nas Canárias (Grã-Canária e Tenerife) em 1925, em Espanha em 1927, nos Açores em 1930, na Noruega em 1936 e na Suíça em 1950. Outros locais em que esteve, ainda que não se saiba bem quando, foram a Amazónia, Spitsbergen, no Ártico, o Egito e as ilhas Barbados.

O resultado destas expedições traduziu-se em diversos artigos, entre os quais se contam alguns que dizem especificamente respeito à Madeira, como "Intensive cultivation Madeira", publicado no *Journal of Royal Horticultural Society*, n.º 36; "Some Madeira Hepaticae", publicado no *Journal of Botany*, n.º 48; e "On the habitants and frequencies of some Madeira Bryophytes", publicado no *Journal of Ecology*. De sua autoria é também uma obra com desenhos de lírios, outra espécie botânica que mereceu a sua atenção, e que foi depositada nos arquivos de Kew Gardens.

Considerada, ainda em vida, a matriarca da botânica no seu condado natal, Eleonora Armitage viria a falecer a 24 de outubro de 1961, em Dardnor.

Obras de Eleonora Armitage: "Intensive cultivation Madeira" (1910); "Some Madeira Hepaticae" (1910); "On the habitants and frequencies of some Madeira Bryophytes" (1918).

Bibliog.: LAWLEY, Mark, "Eleonora Armitage (1865-1961)", s.l., texto policopiado, s.d.; MACEDO, L. S. Ascensão de, *Da Voz à Pluma. Escritoras e Património Documental de Autoria Feminina de Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde. Guia Bibliográfico*, Ribeira Brava, ed. do Autor, 2013.

CRISTINA TRINDADE
L. S. ASCENSÃO DE MACEDO

Arqueologia

A noção de que o arquipélago da Madeira seria um campo promissor no conhecimento da civilização material da sociedade pós-quatrocentista é-nos afixada pelo pioneiro da arqueologia madeirense, António Aragão. Este registou o momento, pouco tempo antes da sua primeira intervenção arqueológica no Convento da Piedade: "Se não podemos colocar a Madeira em posição privilegiada no panorama arqueológico e artístico nacional, nela se encontram, porém, razões particulares, modestas algumas, outras soberbas, que nos transportam a uma atitude ora de encanto singelo, ora de reverência admirativa" (ARAGÃO, 1959, 7).

Efetivamente, o arquipélago da Madeira revela ser um campo promissor no conhecimento e na difusão da arqueologia da Época Moderna em Portugal. A circunstância de ter sido humanizado na primeira metade do séc. xv potencia, à partida, uma expectativa cronológico-cultural que se poderá refletir no campo do acervo arqueológico. A sua potencialidade arqueológica revela-se pela raiz histórica das primitivas ações de antropomorfização do espaço, considerando-se a característica de ser um espaço que se encontrava desabitado à chegada dos Portugueses. O ordenamento do espaço, sob os critérios múltiplos da escolha do sítio, concentrou a construção das infraestruturas vitais à condução da vida quotidiana (habitações, arruamentos, indústrias, e demais estruturas e bens móveis). Estes elementos tornaram-se áreas de interesse arqueológico considerável, que, do ponto de vista do planeamento e do ordenamento do território, careciam, no começo do séc. XXI, da operacionalização de uma ação eficiente ao nível do acompanhamento técnico.

No estudo e no conhecimento cronológico-cultural da civilização material da Época Moderna, a Madeira constitui um campo de ensaio singular. A particularidade de o arquipélago ter sido povoado no período quinhentista fornece um interessante campo de experimentação científica e de acesso ao conhecimento demarcado pela entrada do Homem (tanto, *e.g.*, na análise urbanística, na expressiva maioria dos casos à imagem do modelo difusor de origem, como no plano dos apetrechos que circularam nos mercados interno e externo, fazendo balizar a cronologia desses dados na estratigrafia arqueológica). Assim, ao invés da maioria dos dados das escavações do continente português (onde a sequência estratigráfica pode recuar, *e.g.*, até aos períodos pré-históricos), os objetos exumados neste arquipélago serão provenientes de um tempo posterior ao séc. xv; daí que a cronologia que é apontada para o achamento e povoamento das ilhas sirva de *terminus post-quem* – um marco no tempo para além do qual as datações se deverão orientar. Esta especificidade cronológico-cultural foi, claramente, considerada pelo arqueólogo Sousa d'Oliveira em relação aos Açores: "Não nos esqueçamos que, sendo datado o dilúvio de Vila Franca, tem-se a certeza total de que certos objetos lhe são anteriores, facto que, às vezes, nem no continente é possível determinar com segurança" (BENTO, 1990, 22). É lógico que a característica mencionada se torne fundamental na afinação das datações relativas e absolutas dos materiais identificados nos estratos mais antigos, isto se estivermos na presença de contextos selados e bem individualizados. Sendo, frequentemente, difícil distinguir os níveis baixo-medievais dos alto-modernos nos trabalhos arqueológicos no continente português, os resultados obtidos através dos trabalhos arqueológicos insulares podem contribuir, de forma decisiva, para o progresso do estudo das materialidades da arqueologia moderna.

Na tentativa de compreender a expansão desta disciplina em Portugal, interessaria anotar uma curta abordagem, em jeito de reflexão, retomando alguns dados discutidos em 2003 e os resultados obtidos através do Inquérito

Nacional à Atividade da Arqueologia Moderna, efetuado em 2008.

Numa primeira análise, e no encalce do pioneirismo dessa arqueologia que trata diacronicamente dos testemunhos materiais a partir do séc. xv, importa fazer uma alusão ao trabalho indiscutível da historiadora e arqueóloga Irisalva Moita na condução de escavações em estruturas de Época Moderna na cidade de Lisboa, entre agosto e setembro de 1960. De entre os sítios escavados, ressalva-se aquele que terá contribuído decisivamente para o conhecimento da civilização material quinhentista, as ruínas do Hospital Real de Todos-os-Santos. Na previsão da hipótese de que as obras da estação do Rossio do Metropolitan de Lisboa pusessem a descoberto as ruínas do Hospital arrasado pelo terramoto de 1755, Irisalva Moita foi designada para orientar as escavações, dispondo de um tempo de intervenção muito curto. Anos depois, e após o enfoque interpretativo das investigações, a arqueóloga reconhece o feito do trabalho: “Tratava-se, porém, da primeira intervenção que realizava no âmbito da Arqueologia Urbana e julgo ter sido a primeira realizada no país” (MOITA, 1993, 20).

Ainda nos anos 60, primeiro na Madeira, com António Aragão, e depois, em São Miguel, Açores, com a coordenação de Manuel de Sousa d’Oliveira, acontecem os primeiros estudos pioneiros. Na linha da frente estavam dois potenciais sítios para o conhecimento das materialidades do fenómeno do povoamento insular: as ruínas da primeira capital micalense, destruída por um abalo sísmico no séc. xvi, e as estruturas primitivas de um convento franciscano em Santa Cruz, construído por uma das famílias de comerciantes de açúcar mais poderosas da Madeira. A arqueologia dos tempos da expansão portuguesa estendia-se ao espaço dos arquipélagos atlânticos, num período em que ainda eram publicamente notórias as resistências à adoção do Período Moderno na categorização arqueológica. Prova disso são as palavras de Abel Viana no I Congresso Nacional de Arqueologia, em 1958: “Entendemos, todavia, que convinha evitar confusões, passando

a considerar-se dentro das fronteiras arqueológicas a arqueologia pré e proto-histórica e a arqueologia clássica. Quando muito, admitir-se-ia a Alta Idade Média” (VIANA, 1959-1960, 325).

Nos anos 80 do séc. xx, retornando a Lisboa, Clementino Amaro, do Instituto Português do Património Cultural, desenvolve trabalhos na Casa dos Bicos e no paço real da Praia, junto aos Jerónimos. Um pouco por todo o país, iniciam-se projetos com objetivos programáticos e de acompanhamento em arqueologia urbana, com enfoque no Período Moderno.

Progressivamente, cresce o interesse pelos testemunhos arqueológicos pós-quinhentistas, tanto no território português como nos espaços anteriormente ocupados no âmbito da expansão portuguesa. Nesta temática, além do esforço considerável de investigadores e de ações concertadas na relação do conhecimento da cultura material, merecem especial referência os programas de lecionação das universidades portuguesas. É justo destacar a dianteira na adoção de um programa efetivo para a disciplina de Arqueologia Moderna em Portugal pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Univ. Nova de Lisboa, iniciado no ano letivo de 2003/2004.

De uma maneira geral, os programas das disciplinas universitárias (Lisboa, Tomar e Porto) procuraram facultar conhecimentos teóricos e metodológicos da arqueologia e da sua periodização, em paralelo com a diversidade da cultura material numa relação diacrónica. Nesses programas, o estudo das materialidades arqueológicas dos períodos entre os sécs. xv e xviii versa, entre outros aspetos, a especificidade dos bens imóveis (militares, religiosos e civis) e móveis, com especial destaque para as cerâmicas e o espólio vítreo e metálico. Destaca-se, ainda, no conteúdo do 1.º ciclo de estudos, o interesse pela arqueologia da expansão portuguesa.

A abordagem metodológica pelos sítios da expansão portuguesa tem um peso considerável no âmbito da arqueologia moderna. Este dado foi encarado como um dos principais avanços da arqueologia, como se comprova pela opinião de Colin Renfrew e de Paul

Bahn: “Uno de los principales avances de las dos o tres últimas décadas lo ha constituido de toma de conciencia de que la arqueología puede contribuir en gran medida, no solo a la comprensión de la prehistoria y la historia antigua, sino también de las etapas históricas más recientes [Um dos principais progressos das duas ou três últimas décadas foi a tomada de consciência de que a arqueologia pode contribuir, em grande medida, para a compreensão não só da pré-história e da história antiga, mas também das etapas históricas mais recentes]” (RENFREW e BAHN, 1998, 11). Não obstante o alcance do conteúdo desta frase, é essencial destacar a opinião de um arqueólogo português, Luís Raposo: “Devido a circunstâncias várias tem perdurado anormalmente entre nós a ideia de que a arqueologia possui ‘limites cronológicos’, definidos epistemologicamente. Trata-se de um equívoco, que a mais recente pesquisa se tem encarregado de desfazer. Existem hoje uma arqueologia medieval, uma arqueologia moderna e até uma arqueologia contemporânea portuguesas, todas com bons exemplos de como as chamadas ‘fontes materiais’ podem ser importantes para a síntese histórica, a ponto de se constituírem elas próprias, em via alternativa de ‘fazer história’” (RAPOSO, 2000, 13).

O pioneirismo de António Aragão

Os ensaios arqueológicos de António Aragão coincidem com os anos 60 do séc. xx, juntando-se às investigações de Afonso do Paço em Aljubarrota, de Irisalva Moita e de Manuel de Sousa d’Oliveira. Na altura, as competências relativas à gestão das intervenções arqueológicas estavam atribuídas à Direcção Geral do Ensino Superior e Belas Artes, que estabelecia a planificação das intervenções arqueológicas. Saliente-se os seguintes diplomas legais: o dec. n.º 21.117, de 18 de abril de 1932, que define os critérios para a classificação dos monumentos arqueológicos, e o dec. n.º 463.49, de 22 de maio de 1965, que estabelece o Regimento da Junta Nacional da Educação.

António Aragão recorria regularmente à prospeção para localizar os lugares mencionados na tradição historiográfica e considerava indispensável o estudo das estruturas por intermédio da escavação. A análise das plantas e dos cortes das fundações do Convento da Piedade evidenciam um exímio rigor técnico.

António Manuel de Sousa Aragão Mendes Correia foi um dos principais promotores da arqueologia madeirense no séc. xx. Nascido em São Vicente, ilha da Madeira, em 1921, licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas pela Univ. de Lisboa e desempenhou o cargo de diretor do Arquivo Distrital do Funchal. Deixou uma vasta obra publicada. No capítulo da literatura, é considerado, juntamente com o madeirense Herberto Helder, o difusor da poesia experimental em Portugal.

Em março de 1961, António Aragão desenvolve no espaço das ruínas do antigo Convento de N.ª Sr.ª da Piedade, em Santa Cruz, trabalhos arqueológicos de campo, enquanto se aguardava a fase inicial de construção do aeroporto da Madeira, batizado, na altura, aeroporto de Santa Catarina, em alusão à capela que existia no local. A materialização do estudo arqueológico correspondia às aspirações do historiador que, anos antes, confidenciava: “Outras peças arqueológicas infelizmente ainda correm grave perigo. Referimo-nos, entre outras, às ruínas clamorosas do convento franciscano de Nossa Senhora da Piedade, em Santa Cruz, que hoje formam um monte inacreditável de pedras soltas” (ARAGÃO, 1959, 40).

António Aragão não produziu sínteses monográficas do trabalho arqueológico, excetuando-se alguma informação iconográfica e textual dispersa, sendo que alguns elementos fotográficos integram a coleção do Arquivo Regional da Madeira, bem como uma pasta contendo 45 plantas relativas aos trabalhos de 1961. Num dos seus últimos contributos editoriais, *O Espírito do Lugar*, inventaria um conjunto de trabalhos sobre a Madeira, que provavelmente tencionava publicar. Nesse livro, faz uma sinopse do espólio exumado nas escavações, cujo conteúdo se transcreve na íntegra: “Escavações no lugar do Convento quinhentista de

N.^a Senhora da Piedade. Santa Cruz, 1961. Das escavações realizadas resultou o levantamento da planta geral deste Convento Franciscano e o estudo das suas características tipológicas, além da exumação de variado espólio, do qual se destaca grande diversidade de padrões de azulejaria hispano-árabe ou mudéjar, provenientes do Sul de Espanha, e também múltiplos exemplares de azulejaria portuguesa seiscentista e de setecentos, assim como elementos primitivos em cantaria lavrada – portais, janelas, arco triunfal da igreja, condutas de água, lajes tumulares, pavimentos, etc. Todos os trabalhos foram devidamente documentados com plantas rigorosas, desenhos e fotografias” (*Id.*, 1992, 8).

Efetivamente, é por estes últimos elementos citados (plantas, desenhos e fotografias) que se pode inferir elementos acerca da estratégia da intervenção. Os levantamentos arquitetónicos efetuados em trabalho de campo, que foram decisivos para a execução da planta do Convento da Piedade, apresentam-se com um detalhe e uma qualidade técnica primorosos, observando-se várias anotações a lápis de carvão sobre a georreferenciação dos achados arqueológicos mais significativos. Na planta geral do sítio, com a indicação das áreas intervenionadas, *e.g.*, o investigador anota na metade exterior norte da cerca do Convento o achado de moedas e no compartimento interior do extremo sul, junto ao túmulo do edificador do imóvel, o aparecimento de ossos. Contextualiza, ainda, na proximidade do forno da cozinha um vaso grande de barro aos pedaços. Esta nota constitui um dado absolutamente relevante para a reconstituição do quotidiano conventual, na medida em que os objetos são identificados em contexto primário, fornecendo indicadores de utilização e de funcionalidade social.

Para a execução dos trabalhos arqueológicos no lado poente do aeroporto, António Aragão contou com o auxílio da antiga Junta Geral do Distrito do Funchal e com a colaboração do funcionário do Museu Quinta das Cruzes Alfredo Gomes de Barros, que, na ausência do responsável, orientou as escavações. Estas

decorreram mediante um calendário apertado, pois as obras do aeroporto tornavam imperativa a sua rápida execução. As paredes do Convento encontravam-se totalmente desmanteladas e os vestígios pétreos apresentavam-se dispersos pelos terrenos expropriados. No primeiro contacto com o local, António Aragão manifesta a desolação: “fomos encontrar o convento de Nossa Senhora da Piedade reduzido a nada” (*Id.*, 1970, 40).

O espólio exumado, designadamente os elementos arquitetónicos, os azulejares e as cerâmicas utilitárias, foi inicialmente depositado no Museu Quinta das Cruzes, por coincidência a antiga residência dos padroeiros do Convento. Os bens móveis arquitetónicos foram arrumados numa ala de acesso restrito do Museu, havendo a intenção de enriquecer e prolongar o “jardim arqueológico” (*Id.*, *Ibid.*, 48). Em 1996, foram transferidos para os jardins da Casa da Cultura de Santa Cruz, onde se procedeu à seriação para integração museológica. Os azulejos, por sua vez, tiveram dois destinos. Uma parte, com interesse expositivo, serviu de mostruário para as salas do Museu Quinta das Cruzes. Os componentes mais fragmentados, agrupados aleatoriamente por tipologias e padrões decorativos, foram posteriormente cedidos pela direção do Museu para estudo.

Além dos materiais referidos, as escavações forneceram um conjunto apreciável de espólio cerâmico (faianças, cerâmicas esmaltadas e vidradas). O espólio, que se encontrava semienterrado na ala norte dos jardins do Museu Quinta das Cruzes, foi recolhido pelos técnicos daquela instituição em 2004. Uma outra parte, nomeadamente as faianças portuguesas do séc. XVII, foi depositada no Gabinete de Arqueologia e Restauro da Câmara Municipal do Funchal.

Os objetos cerâmicos denunciam percentualmente um elevado estado de fragmentação, reconhecendo-se apenas alguns perfis de peças esmaltadas, excetuando as peças restauradas pelo referido gabinete de arqueologia da capital e o exemplar de uma bilha exposta no Museu Quinta das Cruzes. Os materiais



Fig. 1 – Trabalhos arqueológicos na Pç. de Colombo, Funchal, jul. 1989 (arquivo da Câmara Municipal do Funchal).

parecem resultar de uma segunda triagem feita após as escavações e incluem um reduzido número de exemplares do grupo tecnológico da cerâmica comum (apenas três fragmentos). Um destes fragmentos, pela exceção figurativa e tipológica, condição que talvez tenha merecido a atenção do arqueólogo, representa uma forma de pão de açúcar com uma original marca de oleiro. A ausência da cerâmica utilitária, cujos índices de quantificação atingem frequentemente valores consideráveis nos sítios arqueológicos desta época, pode justificar-se hipoteticamente por duas situações. Há a probabilidade de se ter privilegiado o levantamento dos indícios cerâmicos pelo tratamento estético e decorativo das superfícies, *i.e.*, pelos exemplares que exibiam um acabamento vitrificado, e daí a presença, além da cerâmica de revestimento azulejar, do conjunto diversificado ceramológico (faianças de importação nacional e europeia, porcelanas, cerâmicas esmaltadas e vidrados policromos). Uma outra

suposição residirá no eventual extravio da cerâmica ordinária aquando do acondicionamento no espaço do Museu.

Antes e depois de António Aragão

A história da arqueologia na Madeira acompanha de perto os indicadores da criação da disciplina em Portugal. Os primeiros passos acontecem com as ações de recolha e tentativa de coleção de objetos antigos, e a observação direta dos vestígios do passado.

Do ponto de vista do paradigma técnico e metodológico, é possível dividir evolutivamente a arqueologia madeirense em duas fases distintas. Uma primeira, que baliza a segunda metade do séc. XIX e se prolonga pontualmente pelos anos 80 do séc. XX, é uma etapa marcada pelo paradigma colecionista e amadorista, onde as ações obedecem tanto a fatores casuísticos de ordem lendária como a intenções com objetivos investigativos de uma realidade material desaparecida. São os exemplos paradigmáticos da famosa cruz de Machim, do tesouro das Selvagens e das buscas do paradeiro do Rei Ladislau, na Madalena do Mar. O figurino das escavações no extinto Convento da Piedade, em Santa Cruz, encarna também esta primeira fase, pese embora o modelo de recolha e de análise conduzido por António Aragão se apresente com uma maior profundidade ontológica e metodológica.

A segunda fase principia com os estudos dos arqueólogos Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes no Funchal, no antigo quarteirão das casas de João Esmeraldo, numa altura em que, segundo estes investigadores, “não havia muita gente interessada em trabalhar na Arqueologia da Idade Média e muito menos de Época Moderna e, muito menos, a publicar os resultados obtidos nas intervenções arqueológicas que realizavam” (SOUSA, 2010, 68). A equipa inicia, nos finais dos anos 80 do séc. XX, um trabalho sistemático no quarteirão das ditas casas, tendo mais tarde voltado ao palácio Marconi, nas imediações da praça onde se realizaram as primeiras intervenções. Foram, em síntese, estudos que renovaram, indiscutivelmente, o

modelo até então vigente e inauguraram uma nova etapa no registo e na salvaguarda do património arqueológico regional. Os trabalhos arqueológicos no Funchal tiveram, depois, continuidade com o Gabinete de Arqueologia e Restauro, que também desenvolveu, esporadicamente, ações fora do Funchal.

Considera-se, pois, que a arqueologia portuguesa nasce no séc. XIX. Várias instituições de referência são criadas e reestruturadas nesta centúria: a Sociedade Archeologica Lusitana (1850), a Comissão Geológica do Reino (1857) e a Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueológicos Portugueses (1863). Dois acontecimentos, que envolvem buscas no terreno no arquipélago da Madeira, marcam esse século: os já referidos cruz de Machim e tesouro das Selvagens. O primeiro caso, mais precoce, consiste na alegada descoberta, em 1814, de uma cruz associada ao túmulo de Machim, aquando das escavações efetuadas na capela dos Milagres em Machico pelo comerciante de vinhos inglês Robert Page. A descoberta alimentou a discussão acerca da autenticidade do achado, levantando a controvérsia sobre uma das lendas mais famosas da expansão portuguesa, a de Robert Machim e de Ana d'Arfet.

Álvaro Rodrigues de Azevedo e Eduardo Pereira, acérrimos defensores da ideologia anti-britânica em relação ao achamento do arquipélago da Madeira, foram, no seu tempo, dois críticos da fiabilidade do achado de Page. Em 1873, escreveu Azevedo: “Nos fins do mesmo

domínio inglês, isto é, em 1814, achou as relíquias da cruz de Machim; e, em 1825, a mandou pôr na mencionada moldura, como refere o rótulo português. Os rótulos não explicam como as tais relíquias da cruz de Machim, que deveriam ser objeto de veneração para o povo de Machico, foram achadas (o que pressupõe haverem estado aí perdidas): achadas, e por um inglês, e residente em outro local, e de profissão alheia a explorações arqueológicas” (FRUTUOSO, 1873, 419). Por seu turno, Eduardo Pereira também não deixou de transparecer a conjuntura ideológica que pretendia negar o achamento da Madeira aos Ingleses: “Por simpatia e por consideração aceitou o povo de Machico a cruz lendária para não o contrariar [Robert Page]. É um achado arqueológico que, além do pretensão valor da sua qualidade, tem mais o fantástico condão de haver-se conservado, mais de 500 anos debaixo da terra, num subsolo de ribeira frequentemente alagado e húmido” (PEREIRA, 1989, I, 66).

Durante vários anos, as relíquias estiveram emolduradas na capela dos Milagres (anterior capela da Misericórdia ou de Cristo) e na igreja matriz de Machico, tendo posteriormente desaparecido. O texto bilingue que acompanha a cruz, expressa o seguinte: “Eis as relíquias da cruz de Robert Machim, que Robert Page, comerciante no Funchal, comendador da ordem da Torre Espada, achou nesta capela no ano de 1814 e por conservação da sua memória a mandou pôr neste quadro em 1825. Remains of MACHIM'S CROSS, Collected, and deposited here by Robert Page. K.C.T.S. 1825”. Sabe-se que Robert Page, entre numerosas participações para obras e reparos na Madeira e em Porto Santo, terá colaborado nas obras da capela dos Milagres, nomeadamente num retábulo da visitação de Santa Isabel, e disponibilizado verbas para as obras de construção.

A consciência de que as terras soterradas junto à capela dos Milagres constituem um “documento” de inegável interesse histórico aparece testemunhada pelo escrivão dos *Annaes do Municipio da Villa de Machico*, em 1864: “Deixou de haver dúvida que a atual Capela



Fig. 2 – Gabinete de Arqueologia e Restauro da Câmara Municipal do Funchal (arquivo particular, 2006).

foi reedificada depois do aluvião de mil oitocentos e três no mesmo local, pois no desaterro necessário para ficar com a caixa de ar abaixo do soalho, se encontraram as paredes primitivas que ainda conservavam caiação, por debaixo do Altar-Mor, dando a perceber perfeitamente que o nível do soalho assenta, hoje em dia, quase no teto da capela primitiva, demonstrando bem que as gravuras antigas existentes sobre a capela e que a colocavam ao nível da ribeira, são verdadeiras” (*Annaes...*, 1864, fl. 40v.). Outras leituras que atestam achados ocasionais da baixa machiguenense são-nos dadas pelo estudioso Alberto Artur Sarmento, neste contexto com indícios associados ao fabrico açucareiro.

Um outro acontecimento oitocentista, que envolveu consideráveis meios humanos e materiais, diz respeito às buscas do lendário tesouro (ouro e dobrões) presumivelmente escondido nas Selvagens pela tripulação de uma embarcação francesa que ali naufragou no séc. XVIII, liderada pelo corsário William Kidd. As pesquisas foram realizadas, pela primeira vez, entre 1848 e 1851, por sete aventureiros ingleses comandados por A. Mellersh e foram mais tarde retomadas, sem êxito, pelo explorador inglês Ernest Shackleton. A atividade deixou, porém, naqueles ilhéus rastros da atividade intrusiva e vestígios da cultura material, nomeadamente cerâmicas esmaltadas de tradição inglesa para o transporte de víveres e água, que não existiam naqueles ilhéus. Segundo se observa do diário dos exploradores, as buscas foram infrutíferas: “Têm sido feitas escavações em ambas as ilhas, e acho poucas probabilidades de encontrar o tesouro, não obstante crer bem que ele esteja aqui enterrado. Só uma vez choveu aqui e muito pouco durante uma das minhas estadas” (SARMENTO, 1906, 40).

Vários achados fortuitos marcaram diacronicamente a comunidade insular. Tais ocorrências serviram, entre outros aspetos, para o desenvolvimento da consciência patrimonial e da necessidade da criação de um espaço para a exposição desses bens culturais. Desta feita, os achamentos ocorreram tanto na área urbana do Funchal como um pouco por toda

a Ilha; entre vários exemplos destacam-se: em outubro de 1880, os elementos arquitetónicos nos terrenos do extinto Convento de S. Francisco; em 1919, várias lápides, no Convento de S.^{ta} Clara, no Colégio dos Jesuítas, na Serra de Água e no Arco da Calheta e vários elementos arquitetónicos e azulejos num edifício junto ao Lg. da Sé, que serviram a pretensão da criação de um museu arqueológico, já reivindicado em 1915. Em 1933, João Cabral do Nascimento, diretor do Arquivo Distrital do Funchal, propõe a criação de um museu arqueológico no pátio e na capela quinhentista da R. do Bispo, junto ao Liceu Jaime Moniz, no Funchal: “Há muitos anos profanada, conserva todavia o seu formoso pórtico de cantaria preta, no alto do qual ostenta um escudo com as armas estremes dos Figueiredos. O átrio, no entanto, está atravancado de madeiras de construção, tornando-se aí difícil acesso. Porque não se transforma esse recinto, com a sua capela, num museu arqueológico? O local é ótimo, a vetustez do monumento bem se coaduna com a ideia – e as peças que ali devem figurar andam dispersas por tanto sítio, em risco de se perderem de vez” (NASCIMENTO, 1933, 64). Enquanto defensor do património artístico e cultural regional, advogou, para o caso do palácio de S. Pedro, a criação de uma instituição museológica mais diversificada em termos de acervo, onde, a par da especialização zoológica, figurassem “exemplares de etnografia, arqueologia, belas-arts, numismática” (*Id., Ibid.*, 120-121).

Nesta conjuntura, o panorama museológico regional bebeu influentemente as diretrizes dos normativos da Primeira República, nomeadamente no incentivo e na organização das instituições culturais. Na década de 40 do séc. XX existiam apenas duas instituições: o Museu de História Natural-Jardim Botânico e o aludido Museu Municipal de História Natural. Com a criação do Museu Quinta das Cruzes (1946/1953), nasce o jardim arqueológico, muito provavelmente com o impulso de António Aragão, na linha daquilo que havia sido experimentado no início do séc. XX no antigo solar de S. João, no Funchal.

A Comissão de Arte e de Arqueologia da Câmara do Funchal, teve um papel aparentemente menos interventivo na ação museológica. Com funções meramente consultivas, era composta pelos seguintes vogais: o presidente da Câmara Municipal ou um vereador, designado pelo presidente; um representante do ensino, dos museus e da Igreja.

Os anos 80 trazem novos acontecimentos: 20 anos após as escavações de Aragão em Santa Cruz, a pacata freguesia da Madalena do Mar assiste, com entusiasmo, às investigações do polaco Leopoldo Kielanowski. O investigador, tendo por base uma pesquisa que remonta à tradição setecentista e que procura associar a figura de Henrique Alemão, fundador da povoação e da primeira igreja da Madalena do Mar, ao Rei da Polónia Ladislau III (desaparecido na Batalha de Varna no final da primeira metade do séc. xv), desenvolve uma série de diligências a fim de comprovar a sua tese. Numa publicação póstuma, revelou: “Surgem, assim, duas novas questões: se o rei não morreu e se chegou à ilha da Madeira sob o nome de Henrique Alemão, cavaleiro de Santa Catarina, qual foi então o seu percurso? O que aconteceu a Ladislau, desde o dia da Batalha de Varna, a 10 de Novembro de 1444 até 1454, data em que aparece o misterioso cavaleiro no Algarve, junto do Infante D. Henrique o Navegador?” (KIELANOWSKI, 1996, 27). Este tema, que contagiou os sebastianistas setecentistas e outros intelectuais do séc. xix, ganhou inúmeros adeptos e foi amplamente difundido por João dos Reis Gomes.

Chegado à Madeira nos inícios dos anos 80 do séc. xx, mas motivado pelas pesquisas documentais e periciais, Leopoldo efetuou, com a colaboração do arqueólogo e professor universitário Dino Rosetti, escavações arqueológicas no anexo poente do adro da igreja da Madalena do Mar, conhecendo já a provável associação de uma lápide tumular encontrada nessa igreja, cuja leitura se procurava associar ao Henrique Alemão. No curto período de escavações, o investigador teve como colaborador, sobretudo ao nível da tradução, o P.º Manuel Fernandes, que assumia algum ceticismo acerca

da pesquisa. Desse trabalho apenas se conhece uma planta que mostra um conjunto de estruturas, muito provavelmente da primitiva capela da Madalena do Mar, situação que pode ser justificada pelo falecimento repentino de Leopoldo Kielanowski a 3 de janeiro de 1998, no Funchal. Numa reportagem publicada no *Diário de Notícias*, testemunhava-se o seguinte: “O prof. dr. Rosetti descobriu um muro que tem um metro e meio de profundidade e um metro e vinte de largura. Segundo a sua opinião seria um muro da igreja já destruída durante a grande aluvião de 1718” (“Na Madalena...”, *DN*, 5 jul. 1981).

Até à intervenção na aludida Pç. de João Esmeraldo/Cristóvão Colombo no Funchal, não se conhecerem trabalhos arqueológicos de registo, excetuando-se, com as habituais reservas, as pesquisas de Robert Sténuit ao largo do Porto Santo. Nos anos 80, o fenómeno Colombo dominou os pretextos para a inclusão dos trabalhos arqueológicos no arquipélago. Na vizinha ilha do Porto Santo, onde a natureza da intervenção não justapõe uma intervenção com objetivos arqueológicos, a atividade decorreu aquando das obras de beneficiação da dita Casa Colombo e da sua adaptação para museu, promovidas pela Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC), que não previram a vertente do acompanhamento arqueológico prévio; com o achamento dos silos, tal metodologia também não foi condicionadamente concertada. Sabe-se que, no processo de desentulhamento dos silos, os operários de construção civil recolheram vários numismas, cerâmicas e um cálice em prata. No entanto, tal operação não foi realizada por técnicos habilitados, como mostra um ofício da DRAC, assinado por João Henrique da Silva, que esclarece: “a intervenção na ‘casa Colombo’ não teve acompanhamento arqueológico” (saída 368, processo 1.17.1, 6 maio 2010). Nem a estratégia da recuperação do imóvel foi publicada.

O paradigma da arqueologia na RAM alterou-se, pois, com a entrada em campo da equipa de arqueólogos Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes, no Funchal. A convite da vereação da edilidade funchalense (presidida por João

Heliodoro da Silva Dantas e com a assessoria de Rui Carita), encetaram trabalhos arqueológicos intensivos no espaço onde outrora se edificaram as famosas casas de João Esmeraldo, demolidas no séc. XIX, e onde a tradição invoca ter residido Cristóvão Colombo. A intervenção foi extremamente importante ao nível da compreensão do quotidiano de um espaço habitado quinhentista, exumando-se abundantes materiais cerâmicos, vítreos, metálicos, pétreos e osteológicos. Um dos elementos mais relevantes residiu na arquitetura dos espaços: “Com as escavações foi possível determinar concretamente algumas fundações das antigas casas góticas, com três corpos, ocupando o corpo norte a rua hoje de Cristóvão Colombo e o prédio norte desta rua” (CARITA, 1989, 21-22). As cantarias da janela de uma das casas conservam-se nos jardins da Quinta da Palmeira, no Funchal. A janela terá sido guardada por Agostinho de Ornelas, tendo o seu filho, Cons. Aires de Ornelas, vendido a janela ao industrial Harry Hinton, que a colocou na sua propriedade no Funchal, mais propriamente nos jardins da Qt. Palmeira. O dec. n.º 30.762, de 26 de setembro de 1940, da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, classifica o imóvel de “monumento nacional”, salientando: “Janela da casa de Colombo, que se conserva num jardim particular da cidade do Funchal, obra manuelina recolhida quando a Câmara Municipal mandou demolir a propriedade do flamengo João Esmeraldo, onde se diz ter habitado Colombo”. Do ponto de vista arquitetónico, apresenta um estilo primitivamente gótico, onde se lê uma inscrição de 1494.

Os trabalhos na Pç. Colombo desempenharam um papel decisivo ao nível da maximização de outros estudos arqueológicos e na criação de infraestruturas culturais. Consequentemente, fundaram-se duas estruturas fundamentais para a preservação e valorização do património cultural: o Gabinete de Arqueologia e Restauro da CMF e o núcleo museológico A Cidade do Açúcar (mais tarde designado de Museu A Cidade do Açúcar), este último inaugurado em 1996 e que incluiu no seu acervo uma parte considerável dos artefactos recuperados nas

escavações. Após a intervenção na Pç. Colombo, o Gabinete de Arqueologia da CMF, coordenado pela arqueóloga Clara Silva, surgiu com várias frentes de abordagem no Funchal e em Santa Cruz, onde realiza vários trabalhos arqueológicos.

Em abril de 1998, a arqueologia madeirense ganhou uma nova estrutura de direito privado, a Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira (ARCHAIS), que assumiu uma intervenção em vários âmbitos, de que se destaca a realização de congressos e seminários, a edição de livros e manuais pedagógicos e a promoção da cidadania participativa na defesa do património. A partir de 2006, a DRAC inicia, também, a vertente do acompanhamento arqueológico, encetando trabalhos na Sé do Funchal (2006, 2007 e 2008), na capela de N.ª Sr.ª da Esperança (2007) e no Museu Quinta das Cruzes (2008).

O papel do associativismo, das autarquias e da administração pública regional

A proteção e a valorização do património cultural, na qual se inclui obviamente o arqueológico, constituem uma tarefa fundamental do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais e um dever elementar dos cidadãos.

No que respeita ao associativismo na área do património cultural, para lá da Associação para o Estudo e Defesa do Património Cultural e Natural da Região da Madeira, criada no final dos anos 70 do séc. XX, duas instituições insulares assumiram responsabilidades acrescidas na gestão da arqueologia insular: a Associação Arqueológica do Arquipélago dos Açores (AAAA) e a já referida ARCHAIS.

A AAAA foi criada por Manuel Sousa d’Oliveira em 1968. Depois de legalmente constituída, surge a legitimar a atividade científica e a assumir a vertente editorial daquele investigador.

A ARCHAIS, criada na freguesia de Gaula, concelho de Santa Cruz, encetou um programa multifacetado e com as diretrizes focadas no património arqueológico regional. Iniciou trabalhos arqueológicos em Machico, Santa Cruz e Funchal, realizando, paralelamente,

cursos e seminários de Arqueologia e Património. Numa região onde a divulgação da arqueologia era diminuta, a associação estabeleceu um programa formativo a vários níveis. Primeiro, para o público em geral, procurando desmistificar o modelo e a cronologia de atuação da disciplina numa terra descoberta no limiar do séc. xv, e, depois, disponibilizando informação generalista que visasse a compreensão do âmbito da disciplina junto do grande público. Uma outra área de atuação com objetivos didático-pedagógicos foi a criação da Escola de Arqueologia. Este projeto visou, essencialmente, a formação dos jovens e estudantes, com a programação de conteúdos teórico-práticos ao nível da cultura material do passado. O ensaio inicial ocorreu no espaço exterior do Solar do Ribeirinho, em Machico. Coube ao Prof. Arlindo Quintal Rodrigues a coordenação deste projeto, cujo conteúdo foi amplamente divulgado nas escolas regionais e em congressos da especialidade. A intervenção associativa permitiu semear, entre outras valências da cidadania participativa, valores e conteúdos que versaram a preservação da memória cultural, ação com impacto considerável na comunidade e nas políticas municipais.

Relativamente às autarquias, é justo salientar o papel dos municípios do Funchal e de Machico. Acresce sublinhar que, enquanto componentes da organização do Estado, cabe aos municípios a realização de tarefas no domínio da proteção e valorização do património cultural, designadamente a proteção do património arqueológico. Neste capítulo, em particular, salienta-se a elaboração da *Carta do Património Arqueológico* com incidência nos planos municipais de ordenamento do território e com “vinculatividade direta dos particulares” (SOUSA, 2010, 170). Ao invés da RAM, os Açores não contam com a participação direta das autarquias no património arqueológico, considerando-se também a não inclusão de técnicos de arqueologia na esfera municipal.

O município do Funchal, como se aludiu, promoveu os primeiros trabalhos arqueológicos de índole científica e logo de seguida criou o Gabinete de Arqueologia e Restauro. Numa

entrevista concedida à revista *Al-Madan* sobre a gestão do património arqueológico na capital madeirense, Rui Carita confia a dificuldade de implementação da vertente do acompanhamento nas áreas sensíveis do ponto de vista histórico: “A CMF, na área da carta do património, de certeza que tem instruções específicas de acompanhamento a nível arqueológico. Mas uma coisa é existir legislação outra é a passagem à prática [...]. Neste momento não há possibilidade de acompanhamento por falta de quadros. E não creio que, a curto prazo, a CMF possa alargar o seu *staff* de forma a poder levar a cabo tal tarefa” (GOUVEIA, 1997, 177-178). No mesmo ano, Luís Gouveia, em artigo de opinião, reforçava o modelo vigente: “Infelizmente, as escavações arqueológicas – as referidas e planeadas [Pç. Colombo e Pç. do Pelourinho] – obedecem apenas a critérios de importância pontual, de relevância dos seus históricos ocupantes. As obras suceder-se-ão a um ritmo imparável e incontrollável, o império indiscutível do cimento sobre a História está consumado” (*Id.*, 1997a, 103).

O Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Machico foi criado em 2001, devido à necessidade de promover o estudo e a investigação da arqueologia moderna e contemporânea, em contexto urbano e rural. Machico afigura-se um espaço de primacial relevância histórica no capítulo da memória cultural da Ilha. Historiograficamente assinalado como o primeiro local de desembarque dos navegadores portugueses no séc. xv, tradicionalmente associado à difundida lenda de Machim e aos primeiros passos na construção de infraestruturas essenciais ao povoamento, Machico soma um leque de indicações históricas com repercussões na análise e interpretação do uso do território. Todo esse palimpsesto histórico deixou marcas no espaço. A potencialidade arqueológica revela-se nas áreas urbanas afetadas ao município, nomeadamente nos centros históricos, ou seja, os espaços que corresponderam às primeiras ações de antropomorfização – com a construção de infraestruturas vitais à condução da vida quotidiana, caso das habitações, dos arruamentos e dos restantes

equipamentos utilitários indispensáveis ao dia a dia. São áreas que impõem, justamente, uma necessidade estratégica ao nível do planeamento municipal, nomeadamente na delimitação das zonas de interesse arqueológico, com vista à operacionalização de uma ação eficiente no sector do supervisionamento arqueológico.

Depois de 2001, a ação do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Machico desdobrou-se em intervenções preventivas e programas de investigação programada, em parceria com as estruturas associativas e com instituições académicas. Paralelamente, desenvolveram-se ações de promoção de consciência cultural (atividades de formação, cursos intensivos, exposições temáticas, mesas-redondas, musealização de sítios; criou-se, em 2001, o Núcleo Arqueológico da Junta de Freguesia de Machico e, em 2007, o Núcleo Museológico de Machico – Solar do Ribeirinho) e iniciativas editoriais, visando a promoção do património cultural local. Entre elas, destacam-se o *Inventário do Património Imóvel do Concelho de Machico*, publicado em 2005, e os seis números que compõem a coleção Patrimónios. Em 2008, o município do Porto Santo publicou o *Inventário do Património Imóvel da Ilha do Porto Santo*.

Competências do Governo regional na gestão do património

As regiões autónomas dos Açores e da Madeira representam pessoas coletivas territoriais com poderes definidos no âmbito dos respetivos estatutos político-administrativos. No quadro institucional da República Portuguesa, possuem um governo próprio (Assembleia Legislativa Regional e Governo Regional) e um representante do Governo central, o ministro da República.

Com a promulgação da lei n.º 19/2000, de 10 de agosto, as regiões autónomas dos Açores e da Madeira passam a usufruir de competências na gestão do património arqueológico móvel e imóvel (levantamento, estudo, proteção, conservação e valorização), em ambiente terrestre e subaquático. O normativo anota, ainda, que

os governos regionais devem “garantir as condições, designadamente, de recursos humanos e orçamentais, para o feito necessárias”, estabelecendo um prazo de 180 dias para o desenvolvimento dos decretos legislativos regionais pelas respetivas assembleias regionais.

Neste capítulo, a RAM produziu um primeiro diploma em 2001 – que, apesar das promessas e da audição com a Comissão Parlamentar Especializada Permanente de Educação, Juventude, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa Regional, não foi decretado –, onde o legislador insere no âmbito das competências daquela secretaria duas atribuições: “o acompanhamento técnico quando, em consequência de obras de demolição, instalação, construção, reconstrução, criação ou transformação de zonas verdes, se verificar a existência de vestígios arqueológicos”; e “promover o embargo administrativo de quaisquer obras ou trabalhos licenciados ou efetuados em desconformidade com a legislação relativa ao património cultural” (alíneas c) e i), do art. 3.º).

Uma outra ferramenta de georreferenciação e de inventariação do património arqueológico que surge preceituada na Lei de Bases do Património (lei 107/2001, de 8 de setembro) e que foi inscrita no quadro das medidas específicas do Programa de Governo da Região Autónoma da Madeira, 2001-2004, é a *Carta Arqueológica da Região Autónoma da Madeira* (alínea d), art. 2.º).

Legislação: dec. reg. regional n.º 24/93/M, de 12 ago.; dec. reg. regional n.º 24/2000/M, de 25 mar.; dec. reg. regional n.º 2/2005/M, de 10 de fev.

Bibliog.: impressa: ALMEIDA, Maria José, “Inquérito nacional à actividade arqueológica. Uma segunda leitura sobre a actividade arqueológica nas autarquias portuguesas”, *Praxis Archaeologica*, n.º 2, 2007, pp. 129-171; *Annaes do Municipio da Villa de Machico*, Machico, Câmara Municipal de Machico, 1864; ARAGÃO, António, *Pelourinhos da Madeira*, Funchal, JGDAF, 1959; *Id.*, *O Museu da Quinta das Cruzes*, Funchal, JGDAF, 1970; *Id.*, *O Espírito do Lugar. A Cidade do Funchal*, Lisboa, Pedro Ferreira Editor, 1992; BENTO, Carlos Melo, *Escavações Arqueológicas em Vila Franca do Campo 1967-1982*, São Miguel, Associação Arqueológica do Arquipélago dos Açores, 1990; CARITA, Rui, “As casas de João Esmeraldo/Cristóvão Colombo no Funchal”, in *Escavações nas Casas de João Esmeraldo – Cristóvão Colombo, 1989 (1.ª Fase)*, catálogo de exposição patente no Teatro Municipal Baltazar Dias, dez. 1989, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989, pp. 15-23; *Id.*, “As escavações nas antigas casas de João Esmeraldo”, *Islenha*, n.º 5, jul.-dez. 1989a, pp. 109-118; DIONÍSIO, Fátima Pitta, “O experimentalismo em António Aragão”, *Islenha*, n.º 20, jan.-jun. 1997, pp. 12-20; “Escavações e sondagens levadas a efeito pela Junta Geral do Distrito na zona do futuro aeródromo”, *Diário de Notícias*, Funchal, 11 abr. 1961, pp. 1 e 4; F., “Velharias a propósito de cousas novas. Robert Page”, *Diário de*

Notícias, Funchal, 3 dez. 1896; FABIÃO, Carlos, "Para a história da arqueologia em Portugal", *Penélope, Fazer e Desfazer História*, n.º 2, 1989, pp. 10-26; *Id.*, "Património arqueológico em Portugal: gestão de uma memória incómoda", *História*, n.ºs 11-12, nova sér., ago.-set. 1995, pp. 76-91; FERNANDES, José Manuel, *Cidades e Casas da Macaronésia*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Typ. Funchalense, 1873; GOMES, João Reis, *O Cavaleiro de Santa Catarina (de Varna à Ilha da Madeira)*, Funchal, Oficinas do Diário da Madeira, 1941; GOMES, Mário Varela, e GOMES, Rosa Varela, "Intervenção arqueológica", *Escavações nas Casas de João Esmeraldo – Cristóvão Colombo (1.ª Fase)*, catálogo de exposição patente no Teatro Municipal Baltazar Dias, dez. 1989, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989, pp. 27-48; *Id.*, "Cerâmicas, dos séculos xv a xvii, da praça Cristóvão Colombo no Funchal", in *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, 1998, pp. 315-348; GOMES, Sancho, "No Funchal foram feitas 13 escavações com bases científicas", *Notícias da Madeira*, 12 fev. 2003, pp. 8-9; GONÇALVES, Lígia, "Azulejos hispano-árabes descobertos em escavações arqueológicas na Região Autónoma da Madeira. Análise e reflexão tecnológica", *Ilharq*, n.º 7, 2007, pp. 8-13; *Id.*, "Síntese metodológica de trabalhos realizados na área da conservação e restauro do património nos municípios de Machico e Santa Cruz", *Ilharq*, n.º 8, 2008, pp. 32-47; GORJÃO, António, "As responsabilidades culturais e cultura popular, folclore e artesanato", in 1.º *Colóquio sobre Património – Madeira (1980)*, Funchal, DRAC, 1980, pp. 27-36; GOUVEIA, Isabel, *As Coleções de Arqueologia dos Museus da Região Autónoma da Madeira – Uma Proposta de Abordagem Pedagógica dos Acervos*, Dissertação de Mestrado em Museologia apresentada à Universidade de Évora, Évora, texto policopiado, 2009; GOUVEIA, Luís, "À conversa com Rui Carita", *Al-Madan*, n.º 6, II sér., 1997, pp. 177-178; *Id.*, "Entulhar a história, cimentar o passado", *Arquipélago*, n.º 5, ano 2, 1997a, pp. 99-104; GUERRA, Jorge Valdemar, "O convento de N.ª S.ª da Piedade de Santa Cruz. Subsídios para a sua história", *Islenha*, n.º 20, jan.-jun. 1997, pp. 125-156; KIELANOWSKI, Leopold, *A Odisseia de Ladislau o Varnense*, Funchal, DRAC, 1996; LIZARDO, João, "Em torno dos vestígios materiais dos primeiros tempos do povoamento – 6 alguns (poucos...) aspectos do Convento da Piedade", *Ilharq*, n.º 8, 2008, pp. 26-31; LOPES, Flávio (coord.), *Legislação Nacional*, Lisboa, Instituto Português de Património Arquitectónico, 1996; MOITA, Irivalva, "As escavações de 1960 que puseram a descoberto parte das ruínas do Hospital Real de Todos-os-Santos", in PEREIRA, Paulo (coord.), *Hospital Real de Todos-os-Santos. Séculos XV a XVIII*, catálogo de exposição patente no Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, pp. 20-22; "Na Madalena do Mar. Lenda tornou-se história", *Diário de Notícias*, Funchal, 5 jul. 1981; NASCIMENTO, João Cabral do, "De rebus pluribus", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. III, 1933, pp. 63-64 e 114-128; NOWAKOWSKI, Tadeusz, "No rasto da lenda", in KIELANOWSKI, Leopold, *A Odisseia de Ladislau o Varnense*, Funchal, DRAC, 1996, pp. 9-15; PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 4.ª ed., 2 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989; PEREIRA, Paulo (coord.), *Hospital Real de Todos-os-Santos. Séculos XV a XVIII*, catálogo de exposição patente no Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993; QUARESMA, José Carlos, "A Madeira e a arqueologia pós-medieval", *Boletim Informativo da ARCHAIS*, n.º 1, 1999, p. 2; RAPOSO, Luís, "Texto de apresentação", in BARROCA, Mário Jorge, e MONTEIRA, João Gouveia (coords.), *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português*, catálogo de exposição patente no Museu Nacional de Arqueologia, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2000; RENFREW, Colin, e BAHN, Paul, *Arqueologia. Teorias, Métodos y Práctica*, 2.ª ed., Madrid, Akal, 1998; SARMENTO, Alberto Artur, *As Selvagens*, Funchal, Oficinas do "Heraldo da Madeira", 1906; *Id.*, *História do Açúcar na Ilha da Madeira*, Funchal, ed. do Autor, 1945; SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA, *Plano Cultural da Região – Madeira*, s.l., s.n., 1977; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; SILVA, Sara Dinis Mendes da, *Realidade Museológica do Arquipélago da Madeira – Da Gênese à Actualidade*, Dissertação de Mestrado em Museologia apresentada à Universidade Lusófona, Lisboa, texto policopiado, 2002; SOUSA, Elvino Duarte Martins, "A 'escola de arqueologia' da ARCHAIS no contexto da prática arqueológica da ilha da Madeira", *O Arqueólogo Português*, n.º 17, 1999, pp. 209-214; *Id.*, "O gabinete de arqueologia de Machico", *Al-Madan*, n.º 10, 2001, p. 191; *Id.*, "Um documento para a história da arqueologia na Madeira. Apreciação à proposta jurídica para o património arqueológico", *Ilharq*, n.º 2, 2002, pp. 57-61; *Id.*, "Entre a terra e a água ainda restam as marcas do Homem", in 1803-2003 – *Memórias de Uma Aluvião*, Machico, Câmara Municipal de

Machico, 2003, pp. 37-43; *Id.*, "A cerâmica do açúcar no quotidiano de Machico nos séculos XVI e XVII. O contributo dos trabalhos arqueológicos", in *O Açúcar e o Quotidiano. Actas do III Seminário Internacional sobre a História do Açúcar*, Funchal, CEHA, 2004, pp. 95-107; *Id.*, *Relatório Preliminar da Intervenção Arqueológica no Silo 1 (Matamorra) da Casa Museu Cristóvão Colombo, no Porto Santo, 1.ª Fase*, Gaula, Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, 2004; *Id.*, "A problemática de uma arqueologia moderna e a singularidade do contexto regional", in *Arqueologia na Cidade de Machico. A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII*, Machico, Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, 2006, pp. 144-145; *Id.*, *Relatório Final da Intervenção Arqueológica nos Silos/Matamorras da Casa Museu Cristóvão Colombo, no Porto Santo*, Gaula, Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, 2006; *Id.*, "Brincar com a arqueologia a sério. A promoção de estratégias formativas na ilha da Madeira", *Ilharq*, n.º 7, 2007, pp. 14-23; *Id.*, "DRAC's em confronto. O papel da ARCHAIS na defesa do património cultural regional", in SOUSA, Elvino, e LIZARDO, João, *Fragmentos. Diálogos entre Um Arqueólogo e Um Advogado sobre o Património Cultural*, Funchal, Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, 2008, pp. 197-200; *Id.*, "Entrevista com Rosa Varela Gomes", *AMC – Arqueologia Moderna e Contemporânea*, n.º 1, 2010, pp. 67-69; *Id.*, "Tanta 'arqueologia' para uma só abordagem acrítica e descritiva das arqueologias de âmbito pós-quinhentista", *AMC – Arqueologia Moderna e Contemporânea*, n.º 1, 2010a, pp. 9-15; *Id.*, "António Aragão e o pioneirismo da arqueologia madeirense. O exemplo do Convento da Piedade, em Santa Cruz", *Margem*, 2011, pp. 25-29; *Id.*, e PUTZER, Dietrich, "Rastos de gente nas Selvagens (Madeira, Portugal). Estudo preliminar das cerâmicas das épocas moderna e contemporânea", *AMC – Arqueologia Moderna e Contemporânea*, n.º 1, 2010, pp. 125-139; SOUSA, Rogério Freitas, "Subsídios para o direito do património cultural autárquico", *AMC – Arqueologia Moderna e Contemporânea*, n.º 1, 2010, pp. 163-173; VIANA, Abel, "Arqueologia, arqueólogos e escavações arqueológicas: monumentos, achados, espólios e museus", in *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia Realizado em Lisboa de 15 a 20 de Dezembro de 1958, em Homenagem a Doutor José Leite de Vasconcelos*, vol. II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1959-1960, pp. 319-329; VIEIRA, Alberto, "Henrique Alemão ou Ladislau II da Polónia", *Diário de Notícias*, Funchal, 14. set. 1989, p. 2; **digital**: VERÍSSIMO, Nelson, "António Aragão", *Passos na Calçada*, 2008: <https://passosnacalçada.wordpress.com/2008/08/12/antonio-aragao/> (acedido a 28 maio 2015).

ÉLVIO SOUSA

Arquitetura

Muitos autores consideram a arquitetura como a primeira das artes em termos de relevância social, dado o seu alargamento ao urbanismo e à arquitetura paisagista, com todos os trabalhos de remodelação de terrenos e de sistematização da paisagem, etc. Neste caso, teríamos de tratar toda a Madeira e Porto Santo como uma unidade, com a construção das levadas, socalcos, pequenas e grandes construções habitacionais, pequenas e grandes replantações florestais, numa obra grandiosa no seu conjunto, que teria por objeto a obra-prima do trabalho criativo madeirense na modelação da paisagem. Mas consideremos apenas a arquitetura na sua definição mais simples, ou seja, como a construção de um abrigo para o indivíduo,

para a coletividade ou para as suas funções e, simultaneamente, como uma expressão da cultura e modo de viver desse indivíduo e dessa coletividade.

Nos primeiros tempos de povoamento, logicamente, a arquitetura não se encontrava ligada à ideia de um arquiteto, de um responsável pela tarefa de síntese da obra construída, tal como hoje entendemos, pois tratava-se de uma função perdida no anonimato dos operários e artífices, quando não na própria família que erigia a sua habitação. Aliás, a individualização do artista, do criador intelectual, é recente e desenvolveu-se ao longo do séc. XVI, essencialmente na pintura, numa época em que começou a haver uma responsabilização verdadeira neste sentido, com a conseqüente assinatura da obra e espírito de paternidade artística, o que não acontecia até então.

É na arquitetura popular e primitiva das zonas rurais, como Santana e São Jorge, mas não só, que poderemos procurar as primeiras construções madeirenses, quase totalmente desaparecidas dos principais centros urbanos. Estas áreas do Norte da Ilha, mais pobres e com dificuldades de acesso ao mar, conseguiram preservar as formas iniciais de habitação, o que não foi possível nos outros locais. Santana, *e.g.*, terra essencialmente de trigo e milho, com dificuldades na obtenção de pedra, preservou mais as habitações de madeira e colmo até aos nossos dias do que as outras freguesias, onde os sucessivos *booms* económicos do açúcar, do vinho, da banana e do turismo fizeram com que quase desaparecessem.

O próprio Funchal foi, inicialmente, um burgo de madeira, tendo-nos chegado algumas referências às primeiras alterações feitas para erigir construções mais sólidas e seguras. Assim, informa-nos Jerónimo Dias Leite que a primeira casa de pedra que se fez, depois de acabadas as igrejas, foi a de Constança Rodrigues, filha de Diogo Afonso de Aguiar e neta de Zarco, junto à antiga igreja de S. Pedro, depois de S. Paulo. Constança Rodrigues não tinha casado e ficara a viver com os avós, pelo que a construção da casa em questão deve datar de pouco depois de 1471, ano provável da morte de



Fig. 1 – Casa de colmo com vilão (fotografia de João Francisco Camacho (atr.), c. 1870, coleção particular).

Zarco. Dias Leite também informa que, pouco depois da construção da casa de D. Constança e junto ao denominado campo do Duque, se fez a primeira casa sobradada, obra que terá sido executada em 1475. Mandou-a construir João Manuel, de cedro branco da Ilha (cedro lavrado), e terá sido tomada nesse tempo por grandiosa e admirável, uma vez que todas as outras casas que existiam no local eram térreas e de tabuado, o que deu origem a capítulos ao rei contra o dito João Manuel, acusando-o de que fazia torre, onde parecia que queria fazer um forte e levantar-se contra o Funchal e contra a Coroa. Mais acrescenta Jerónimo Dias Leite, adiantando que a dita casa ainda estava de pé em 1574 e que era seu proprietário António de Carvalhal, sendo então essa a residência de sobrado mais baixa que havia naquela área do Funchal.

Eram assim estas primeiras casas executadas em madeira de tabuado e cobertas a colmo, provavelmente, muito semelhantes às que ainda hoje existem em Santana, de certo gosto gótico e telhado de duas ou três águas. Mais tarde, com a necessidade de construção do sobrado, ter-se-á evoluído para a obra em pedra não

aparelhada, usada inicialmente sem qualquer cimento ou argamassa e somente para apoio do mesmo sobrado. Refere ainda o Cón. Jerónimo Dias Leite que havia muita madeira na Ilha, que se serrava com engenhos de água, de que aliás ficaram alguns topónimos, como Serra de Água, em várias freguesias, onde se obtinham grandes traves, mastros, chaprões, etc., que se levavam para muitas partes do continente. Acrescenta o cronista que, da banda do sul, não era tanta a madeira, “porque muita havia sido queimada ou utilizada nos engenhos de açúcar”, que todos usavam desse lado da Ilha, como se confirma na documentação camarária. Havia, entretanto, na parte do norte, grande número de engenhos de água sempre a serrar, e as árvores eram aí de tal modo grossas e crescidas que um til, achado no Funchal, se mostrou demasiado largo para 10 homens juntos, com os braços dados, o conseguirem abraçar. A árvore em questão fazia tanta copa, no descrever do cronista, que cobria a área da cadeia velha, indo da ribeira de João Gomes à de Santa Luzia, o que, por certo, será exagero do autor.

A construção especificamente em madeira e coberta a colmo provava-se muito perigosa, tendo chegado a arder quarteirões inteiros, como aconteceu no centro da cidade, nos finais do séc. XVI, numa área onde ainda hoje se encontram as ruas da Queimada de Cima e da Queimada de Baixo. Aliás, já em 1470, o duque D. Fernando determinou que se descobrissem de palha e cobrissem de telha todas as casas da R. dos Mercadores, então um troço da atual R. de Santa Maria. Saliente-se que os moradores mostraram, na Câmara do Funchal, uma certa resistência a essa determinação, alegando a dificuldade que teriam, nesse inverno de 1470, em transportar as madeiras pelo mar, assim como em obter telha e cal para a reforma determinada. A cal era essencialmente importada do Porto Santo, vindo a telha muitas vezes do continente e até de Castela, como referem testamentos dos finais do séc. XV. Também de Castela vinha material para canalizações, além de olaria diversa.

A mais antiga edificação que chegou até nós deve ser uma pequena casa de planta



Fig. 2 – Torre do capitão a Santo Amaro, 1452 (fotografia de 1989).

quadrangular, com uma porta de arco ogival e duas seteiras, no alto de Santo Amaro, conhecida como “Torre do Capitão”, nome que não deve indicar o seu proprietário inicial, mas sim um dos capitães de ordenanças seu descendente ou um novo proprietário. Terá pertencido a Garcia Homem de Sousa, genro de Gonçalves Zarco, pois Gaspar Frutuoso, ao referir-se-lhe nas *Saudades da Terra*, escreveu que, por ter diferenças com seus cunhados, teria feito essa torre, então junto da antiga capela da Madre de Deus que ali existia (FRUTUOSO, 1968, 217-218), tendo passado depois à evocação de Santo Amaro. Apresenta ainda hoje fortes cunhais, sinal provável de ter sido mais alta do que atualmente é, compreendendo agora um único piso. Aliás, as duas cantarias horizontais acima da porta ogival sugerem ter havido ali uma varanda, mas de construção posterior. Além de ser a edificação mais antiga da Madeira, é uma das mais antigas da expansão europeia do séc. XV.

Tal como os genros de Zarco, outros fidalgos da Madeira terão tido as suas casas fortificadas, nomeadamente os Abreus, na Lombada do Arco, em 1531, onde sabemos terem ocorrido recontros militares, inclusive com peças de artilharia, situação que levou a reparos régios. Também as casas de João Esmeraldo, na Lombada da Ponta do Sol, devem ter sido

fortificadas, até porque o fidalgo esteve envolvido nos referidos recontros de 1531, tal como as dos Freitas, em Santa Cruz, e as dos Vaz Teixeira, de Machico, entre outros, num complexo de edificações que não chegou aos nossos dias.

Desconhecemos a situação da construção na ilha do Porto Santo durante o séc. xv, embora tenham chegado até nós, no edifício que em meados do séc. xx servia de residência paroquial e onde hoje se encontra instalado o Museu Colombo, duas janelas góticas de alvenaria de tijoleira datáveis da segunda metade de Quatrocentos. Tudo leva a crer que possam ter pertencido à habitação de Bartolomeu Perestrelo nas suas deslocações pontuais à capitania, pois que nunca aí residiu em permanência, devendo datar, no entanto, de algumas décadas após a sua morte. A ideia de poder ter servido como casa a Cristóvão Colombo é dificilmente sustentável, pois quando o navegador casou com Filipa Moniz, filha do primeiro capitão do Porto Santo, em 1479, já Bartolomeu Perestrelo tinha falecido, e a viúva, em 1458, com autorização do infante D. Henrique e do Rei D. Afonso V, vendera a capitania a Pedro Correia, capitão do donatário da ilha da Graciosa,



Fig. 3 – Casa de salão do Porto Santo, reabilitação de c. 2010 (arquivo particular).

nos Açores. Bartolomeu Perestrelo (II), alguns anos mais tarde, haveria de recuperar a capitania, mas então também já Cristóvão Colombo havia falecido. Os biógrafos do almirante, no entanto, dão o filho de Colombo e de Filipa Moniz como tendo nascido em Lisboa ou no Porto Santo, entre 1479 e 1480, mas mais por tradição oral, com certeza, do que por verdade histórica.

A ilha do Porto Santo desenvolveu uma arquitetura popular própria, utilizando barro para cobrir as casas de habitação, estábulos e outras construções de apoio, constituindo as denominadas casas de salão. Este tipo de construção não existe no continente nem na vizinha ilha da Madeira, mas é muito comum nas Canárias, especialmente em Tenerife, e em outras ilhas mediterrâneas, como Creta, todas com condições climáticas semelhantes. As casas de salão integram-se de maneira muito especial na paisagem, aproveitando os suaves declives locais, com o terreno a ser parcialmente escavado para a construção. A cobertura, de uma ou duas águas, fica assim quase ao nível do terreno posterior, podendo-se passar a pé do mesmo para cima dela, facilitando assim a manutenção das coberturas de barro.

Com o aumento do povoamento e das estruturas concelhias, principalmente no Funchal, começam a ser os próprios duques, administradores da Ordem de Cristo, primeiro D. Fernando e depois o seu filho, D. Manuel, a incentivar as obras nos concelhos, designadamente as acessibilidades, de que são exemplo a construção de pontes e o calcetamento de algumas ruas. Com a orientação de D. Manuel, foram levantados, no Funchal, os edifícios da Câmara e o paço dos tabeliães, prontos em 1492; o Convento de S.^{ta} Clara, concluído em 1496; a igreja nova, iniciada em 1493, ainda em obras depois de 1514 (data em que se rematou a torre com coruchéu), vindo a servir de Sé; o Hospital da Santa Casa da Misericórdia e a Alfândega nova, mandados levantar em 1508. Estas obras representaram pesados encargos e realizaram-se numa altura de crise açucareira, tendo-se executado tudo por pressão de D. Manuel, principalmente a construção da futura Sé

do Funchal, estruturante de todo o projeto urbanístico da cidade, o mesmo se tendo passado em Santa Cruz, onde, por volta de 1502, se levantou a igreja matriz do Salvador, seguindo uma estrutura semelhante à da Sé e que estaria pronta por volta de 1511, quando ali começaram a funcionar os serviços religiosos, havendo quitações, nos anos seguintes, das despesas efetuadas.

Do hospital manuelino do Funchal, mandado levantar em 1508, terão ficado as duas grandes janelas geminadas, hoje remontadas no parque arqueológico do Museu das Cruzes; resta ainda uma outra desse cariz, numa quinta particular, a Qt. da Palmeira, e que pertenceu à chamada “Casa de Colombo”. As construções dessa área tinham sido adquiridas por João Esmeraldo, por volta de 1493, tendo depois ali executado obras o pedreiro Gomes Garcia. Este mestre estava a trabalhar no local a 10 de setembro de 1495, altura em que se comprometeu, com a Câmara do Funchal, a executar obras nas fontes de João Dinis, junto às casas do capitão.

Das várias câmaras municipais quinhentistas, em princípio, só resta a de Santa Cruz, com o seu muito bonito portal, encimado pelas armas de D. Manuel, mas que não temos a certeza de ser o original, tal como as duas grandes janelas geminadas, demasiado altas para uma construção dos inícios do séc. XVI, devendo ter sido alteadas e reformuladas posteriormente. Da época da reforma urbanística do Funchal determinada por D. Manuel, subsistiu parte da importante obra da Alfândega nova, que se seguiu à construção da Sé e para a qual transitou a equipa do mestre das obras reais, Pero Anes.

Do importante conjunto de arquitetura civil levantado em toda a Ilha por esta época, do qual faz eco *Saudades da Terra*, com largas referências a importantes paços, possuidores de salas de jogo da péla e amplos jardins, infelizmente e em face da pressão urbanística dos séculos seguintes, poucos elementos chegaram aos nossos dias. Salvo o solar de D. Mécia, que ainda chegou aos finais do séc. XX com parte da estrutura edificada nos meados de Quinhentos, e que foi então substituído por uma



Fig. 4 – Janela do Hospital Velho, 1508 (Museu Quinta das Cruzes).

cópia revivalista, ou salvo as casas de João Esmeraldo, que passaram à história com a fama de terem sido também residência do aventureiro Cristóvão Colombo e de que quase só ficaram as fotografias, praticamente tudo foi sendo sucessivamente reconstruído. Mas subsistiram, em particular na costa sul da Ilha, alguns elementos arquitetónicos, como as pequenas portas góticas de Machico e de Santa Cruz, e uma ou outra janela ou porta no Funchal, nomeadamente, nas ruas Direita, dos Barreiros, dos Netos, da Conceição e do Esmeraldo. A construção civil divulgou, a partir dos meados do séc. XVI, a utilização de ombreiras chanfradas, simplificando progressivamente os lintéis, podendo ter restado elementos desses anos nas edificações da Trav. do Forno, no Funchal, que um desenho de Max Römer da déc. de 40 do séc. XX apresenta com um largo arco gótico. Em Santa Maria Maior, na Trav. das Torres, subsiste uma pequena construção de carácter popular, com janelas geminadas de mainel chanfrado, que poderá ser uma das mais antigas deste bairro, embora tenha

sido sucessivamente reconstruída nos tempos seguintes.

Na atual R. D. Carlos, na esquina com a R. dos Barreiros, subsiste também uma janela geminada com porta, datável da transição para o séc. XVII, hoje integrada numa complexa construção torreada, sensivelmente dessa época, mas que se articula com uma outra, já bem do séc. XVIII, em face da escala, senão mesmo dos inícios do XIX, quando foi reformulada toda a área, na sequência da aluvião de 1803. Interiormente, este conjunto edificado apresenta preexistências mais antigas, com estruturas de madeira que mostram vestígios de pintura, provavelmente dos inícios ou meados de Quinhentos. Na continuação da fachada desta construção, para a R. dos Barreiros, existia uma pequena janela do séc. XVI que recentes obras de reabilitação geral do conjunto substituíram por uma cópia.

O bairro de Santa Maria Maior, que desde o início do povoamento acolheu sobretudo artesãos, teve também outro tipo de ocupação, pontual e mais senhorial, como provam alguns edifícios de certo porte, mas datados de épocas mais avançadas, nomeadamente, sécs. XVII e XVIII. Resiste, entretanto, na R. de Santa Maria e na entrada do Lg. do Corpo Santo, uma gárgula em forma de canhão, dos finais do séc. XVI ou inícios do seguinte, que parece ter pertencido a uma residência de certo aparato. No mesmo largo, subsiste igualmente aquilo que parece ter sido fornos comunitários, neste caso duplos, colocados ao nível do primeiro piso e estranhamente salientes na residência onde hoje estão integrados. Um desenho de Eduard Hildebrandt (1817-1868), viajante de meados do séc. XIX, regista um forno semelhante, então localizado em “Oriental Street”; um outro existia ainda, por volta de 1980, na R. dos Aranhas.

As primeiras grandes alterações urbanísticas e arquitetónicas do Funchal surgiram na segunda metade de Quinhentos, em concreto, após o saque de corsários franceses de 1566, quando foi destacado para a Madeira um habilitado mestre das obras reais, Mateus Fernandes (c. 1540-c. 1597), responsável pelo projeto



Fig. 5 – Fornos do Corpo Santo, c. 1700 a 1800, Funchal (fotografia de Rui Carita).

de fortificação da cidade e, depois, pela sua execução, mas que dentro das suas funções estendeu a atividade às restantes obras executadas com dinheiros públicos, designadamente as camarárias e as religiosas. Este mestre acompanhou, *e.g.*, os vários planeamentos para o Colégio dos Jesuítas, sendo, por certo, o autor da torre; deu parecer sobre obras camarárias; forneceu projetos para várias igrejas e executou inclusivamente desenhos para retábulos, mas os trabalhos que subsistiram devem ser, essencialmente, os militares. Alguns pormenores da ala do Colégio dos Jesuítas que está voltada para a R. do Castanheiro devem ser da sua autoria, assim como o desenho da fachada da igreja, embora dentro dos modelos arquitetónicos divulgados pela Companhia à época e apesar de apenas ter sido iniciada em 1629, tal como a igreja matriz de S. Pedro, que, construída na déc. de 90 do séc. XVI, deve ter mantido o desenho por si executado por volta de 1570.

Seguiu-se o mestre Jerónimo Jorge (c. 1570-1617), em 1575, que teve uma presença intermitente na Ilha, fruto dos inúmeros conflitos em que se viu envolvido na disputa dos dinheiros da imposição, montantes utilizados para as

obras públicas que o governador entendia serem para a defesa militar e a Câmara para as muralhas das ribeiras. Para além da obra do novo baluarte da fortaleza de S. Lourenço, que deu nome à mesma e que acabou por ter a designação de baluarte do castanheiro, estendeu a sua atividade às obras civis e religiosas, de que a mais identificável na atualidade é o conjunto da *loggia* maneirista do antigo paço episcopal e a capela de S. Luís de Tolosa, que levantou entre 1600 e 1609. O seu trabalho foi continuado pelo filho Bartolomeu João (c. 1590-1658), ao qual muito poucas obras, para além das militares, se podem atribuir com segurança.

Das construções civis urbanas dos sécs. XVI e XVII, ficou, na R. da Carreira, uma interessante varanda de três arcadas de volta perfeita em cantaria rija insular que descarregam em pilstras chanfradas e pequenas bases relevadas, sendo o conjunto rematado por cornija e assente em balcão igualmente relevado. Interiormente, esta arcada parece ter correspondência para poente através de uma porta de moldura de cantaria idêntica, com largo lintel e decoração por arquivolta relevada. Esta varanda encontra-se integrada na antiga Photographia Vicentes, hoje museu, podendo a porta inferior de acesso ao pátio ser mais ou menos contemporânea da varanda, dado apresentar moldura chanfrada; todo o resto do edifício é predominantemente oitocentista, período a que corresponde a sua utilização como estúdio de fotografia.

A partir da déc. de 60 do séc. XVII, a costa sul da Ilha, e não só, apresenta um interessante surto construtivo, essencialmente motivado pelo aumento da exportação do vinho e do comércio geral atlântico, onde participaram ativamente os madeirenses. Algumas antigas residências senhoriais rurais foram reformuladas por estes anos, como o solar dos Esmeraldos, na Lombada da Ponta do Sol, praticamente o único que chegou até nós com a designação de solar e que, depois de ter tido obras, por volta de 1600, foi objeto de uma ampla intervenção, em cerca de 1679, e de outra no século seguinte. No entanto, as principais famílias terratenentes foram, entretanto, fixando-se

progressivamente na cidade do Funchal, deixando as antigas residências para temporadas estivais esporádicas.

Ao longo do séc. XVII, levantaram-se inúmeras residências senhoriais no Funchal, mas muito poucas terão mantido as estruturas iniciais, salvo provavelmente a da família Ornelas, na R. do Bispo, embora com ampliações posteriores. Uma das residências reformuladas nos meados de Seiscentos terá sido a ocupada pelo estanco do tabaco, onde terá vivido o importante comerciante Mateus da Gama, tal como o intérprete dos navios estrangeiros, o poeta Manuel Tomás (1585-1665), na rua que ficou com essa denominação, a R. do Estanco Velho. O conjunto terá reaproveitado estruturas anteriores, possivelmente ainda do séc. XVI, dado o lintel de gosto manuelino de uma das janelas e a utilização de impostas chanfradas, tal como cantarias boleadas, em outras, a que se deu uma aparente uniformidade, entre os meados e os finais de Seiscentos. A leitura do prédio de serviços e habitação do edifício da



Fig. 6 – Rua Oriental do Funchal, aguarela de Eduard Hildebrandt, 1850 (Metropolitan Museum of Art, EUA).

R. do Estanco Velho, com a utilização de amplos óculos nos pisos superiores, indicia que estes deveriam servir para arejar os armazéns de tabaco. Nos anos seguintes, os óculos, com uma dimensão menor, utilizaram-se para a iluminação de escadas e, de forma mais alargada, quase sempre gradeados, visando o arejamento dos pisos térreos, habitualmente usados como lojas de arrecadação de cereais e de outros víveres e também para armazenar pipas de vinho.

O antigo edifício do estanco do tabaco deve ter passado por inúmeras alterações, vindo a ser dotado de torre de ver o mar, aspeto que só deve ter começado a tomar conta da paisagem urbana em meados desse séc. XVII, tendo o destaque até então sido das torres das igrejas. A utilização de torres nos edifícios dos grandes proprietários e comerciantes era essencial para a visão do movimento marítimo na baía do porto do Funchal, ficando assim os mesmos a saber quais as embarcações que entravam e, por conseguinte, que produtos deviam ultimar para exportação. Será posterior ao séc. XVIII a instalação de postos de vigia nas encostas da baía, quer no Palheiro Ferreiro quer na área de Avista Navios, denominação que prevalece ainda para a Nazaré, na freguesia de São Martinho, de onde se enviava informação aos comerciantes no centro do Funchal, primeiro por estafeta e depois por sinais de bandeira.

O sistema de comunicação das entradas dos navios instituiu-se entre os finais do séc. XVIII e os inícios do séc. XIX com a construção do Pilar de Banger. O pilar foi levantado em 1798, pelo comerciante inglês John Light Banger, para servir de cabrestante para as mercadorias das embarcações comerciais fundeadas na baía, mas o aumento exponencial do calado das mesmas nesses anos impossibilitou, então, a utilização inicialmente prevista. Dada a sua monumental altura (30 m) e localização, o pilar passou a ser utilizado para o registo dos navios que entravam na baía, hasteando a bandeira da companhia dos mesmos, uma informação que se recebia do alto do Palheiro ou do alto de Avista Navios. Este pilar haveria de se constituir quase como ex-líbris da cidade,

pelo que a sua demolição para a construção da futura Av. do Mar, nos anos 30 do séc. XX, foi alvo de enorme contestação.

A arquitetura madeirense, como também muita da demais arquitetura portuguesa, não assimilou os parâmetros de gosto do barroco internacional, ficando-se por uma grande contenção exterior, de tradição maneirista austera, embora multiplicada em escala; mas o mesmo não se verifica no interior, de grande exuberância decorativa. A igreja madeirense preservou e acautelou o seu património construído, porém, tal não aconteceu com a sociedade civil, excepcionalmente móvel e fluida, dividida entre interesses comerciais por vários continentes e altamente influenciável por todas as modas vindas de fora. O gosto barroco concentrou-se, assim, no empolamento de alguns portais de capelas, com entablamentos complexos e frontões curvos, como mostra a capela de S.^{to} António da Mouraria, levantada no pátio da Alfândega do Funchal, provavelmente sob projeto do capitão e mestre das obras reais Inácio Gomes Fragoso, em 1715. De uma forma geral, a animação do barroco internacional aparece na arquitetura madeirense somente em meados do séc. XVIII e, talvez mais especialmente, nas obras realizadas após o Terramoto de 1748, conduzidas pelo capitão e mestre das obras reais Domingos Rodrigues Martins (c. 1710-1781), muitas das quais já anunciando o rococó.

Residências de certo aparato, como a casa que pertenceu à família Tomaszewski e depois aos Ornelas e Vasconcelos, edifício que deve datar de 1700 e que é hoje sede do Instituto de Gestão da Água, apresentam-se exteriormente com uma austera fachada maneirista. O gosto barroco aparece timidamente na cachorrada de suporte das varandas do andar nobre desta edificação, já mais complexas, e nas molduras das janelas do mesmo andar, que devem pertencer a uma campanha de obras posterior. O mesmo esquema aparece no palacete do Cap. Nicolau Geraldo de Freitas Barreto, levantado por volta de 1740, que foi remodelado em 1989 para servir de sede à Marconi, depois de ter sido pasto das chamas, em 1986, sendo



Fig. 7 – Janela maneirista da R. do Estanco Velho.

hoje utilizado pelo Tribunal de Contas do Funchal. Apresenta 1 longa fachada de 10 janelas altas e com varanda gradeada, e 1 complexo portal com largo entablamento, sobre o qual assenta 1 nicho que terá albergado as armas do Cap. Nicolau Geraldo, que se repetiam no teto da capela interior.

No Funchal, também a Casa dos Cônsules se afasta desses pressupostos, sendo das poucas construções senhoriais assumidamente barrocas. O edifício, enorme para a escala da cidade, deve ter sido mandado levantar perto da déc. de 40 do séc. XVIII, pela família do Ten.-Gen. Inácio da Câmara Leme, que tinha tido residência naquela área; mas não possuímos qualquer documento sobre o início da edificação, sabendo apenas que, por volta de 1760, era sede dos consulados de França e de Inglaterra, daí lhe advindo o nome. A fachada apresenta um portal simples, maneirista, ladeado por óculos quadrilobados, com dois andares com janelas

de molduras de cantaria com lintel trilobado, sendo as do andar nobre dotadas de varanda de sacada de barriga e encimadas por frontão triangular, mas de linhas arqueadas e rematado superiormente por pelouro.

Deve datar de entre os finais do séc. XVII e os inícios do séc. XVIII a definição dos pisos térreos das principais residências dos proprietários terratenentes, incluindo as dos padres da Companhia de Jesus, especialmente dedicadas à arrecadação de géneros e das pipas de vinho e geralmente dotadas de óculos de arejamento gradeados. A particularidade de servirem de armazenamento ao vinho, provavelmente, definiu uma tipologia muito específica do sistema de suporte dos pisos superiores, caracterizada por largas arcarias de cantaria que nascem quase ao nível do solo, não se encontrando assentes em impostas, um modelo que encontramos também, pontualmente, nos Açores e nas Canárias, mas que quase desconhecemos no continente.

A primeira edificação levantada após o Terramoto de 1748 foi o paço episcopal, projetado pelo já referido mestre das obras reais Domingos Rodrigues Martins. O edifício está datado no portal, de 1750, tendo servido de modelo à arquitetura senhoria urbana erigida nos anos seguintes. Nas décadas de 50 e de 60 do séc. XVIII, levantaram-se edifícios semelhantes, com uma ou outra variante, na R. dos Ferreiros e na R. da Carreira, entre outras, definindo assim uma nova arquitetura, de gosto rococó, que ficou igualmente patente na reconstrução da futura igreja matriz de St.^a Maria Maior, à época, igreja camarária de Santiago Menor, que serviu de exemplo a outros templos.

Até então, os modelos arquitetónicos mantiveram-se presos a um gosto austero, a que não foi estranha a passagem pelo Funchal, entre 1725 e 1741, do bispo jacobeu D. Fr. Manuel Coutinho (1673-1742). Tal estética pode ser observada nos edifícios do cabido e da sacristia nova da Sé do Funchal, projetos do mestre das obras reais Diogo Filipe Garcês (c. 1680-c. 1744), de 1732, e na monumental igreja rural de S. Jorge, com risco do mesmo mestre e execução de Pedro Fernandes Pimenta,

templo cujas obras começaram em 1737, estando a capela-mor levantada e já em serviço no ano de 1743, embora a sagração só viesse a ocorrer em 1761.

Os finais do séc. XVIII devem ter definido o modelo das casas torreadas madeirenses, que viria já da centúria anterior, um aspeto não muito comum no continente e que na Ilha apresenta alguma originalidade, com as torres a serem frequentemente montadas sobre a fachada, dotadas de varanda e com mais um ou dois pisos que o último andar geral do edifício. Em outros casos, as torres surgem recuadas, exibindo quase sempre um enorme volume e impacto visual. Muitas vezes designadas por torres de ver o mar, teriam sido, numa primeira fase, abertas para sul, como ainda acontece no paço episcopal, depois fechadas a madeira e, mais tarde, passadas a alvenaria rebocada de pedra e cal. Refere Isabella de França (1795-1880), em 1853, que as melhores casas tinham uma torre, da altura de três a quatro andares, o último dos quais era um quarto com janelas em toda a volta “para se apreciar o panorama” (FRANÇA, 1970, 65).

Entre os finais do séc. XVIII e os inícios do séc. XIX ter-se-ão configurado as atuais coberturas por telha de canudo, assentes ou não em cornija de cantaria, elementos que anteriormente não ultrapassavam as empenas das fachadas, correndo as águas em caleiras interiores e saindo através de gárgulas mais ou menos esculpidas. A cobertura dos edifícios era, até então, feita por telhados de tesoura, ou seja, por coberturas múltiplas, correspondendo as gárgulas à divisão das águas das mesmas. As novas capacidades técnicas de construção permitiram a uniformização das coberturas, possibilitando também que fosse divulgada a utilização dos beirais em telha, aumentando a proteção das paredes em relação às águas pluviais. O mesmo não aconteceu com as edificações mais simples, segundo conta Isabella de França, afirmando que nestas as telhas estavam seguras com pedras, de forma que o vento não as levantasse, como ainda hoje acontece pontualmente, acrescentando que eram rematadas no topo com uma “panela de barro invertida” (*Id., Ibid.*, 65).

Com o tempo, as paredes de fachada, desde que tivessem janelas de sacada, ou seja, varandas, passaram a ter beirais de telha tripla, enquanto as paredes onde os vãos se mostram à face apresentam somente beirais duplos. Já as paredes sem janelas ou até os edifícios de menor altura, mais singelos e populares, têm beirais de uma simples fiada de telha. Deve datar igualmente dos finais de Setecentos, mas mais provavelmente do séc. XIX, o costume de dotar o embasamento das paredes com um aparelho de argamassa mais forte, pintado a vermelho-barro ou cinza, protegendo assim as mesmas paredes dos respingos da chuva.

O exemplar mais representativo da arquitetura rococó madeirense deve ser a pequena capela de N.^a Sr.^a da Conceição, no final da R. da Carreira, no Funchal, que foi levantada entre 1765 e 1770, tendo sido benzida a 7 de dezembro desse último ano. A capela pertencia ao pequeno solar urbano do Cap. Luís Bettencourt de Albuquerque e Freitas, filho de Sebastiana de Albuquerque e de Jacinto de Freitas da Silva, casados no Brasil, que se fixou na Madeira por esses anos, com alguma fortuna pessoal. A diferença de impacto visual da capela em relação ao solar de gosto neoclássico é sintomática do tratamento dado à arquitetura urbana na Madeira, onde se passa, assim, quase diretamente do maneirismo ao neoclássico.

Os parâmetros de gosto neoclássico parecem ter sido introduzidos na Ilha pelos mestres que trabalharam para a casa de D. Guiomar Madalena de Vilhena (1705-1789), por volta de 1770, quando esta reformulou a antiga Qt. das Angústias, hoje Qt. Vigia, para sua residência, importando as molduras das janelas e portas do continente, das oficinas que se encontravam a trabalhar na reconstrução de Lisboa, tal como fez, também pelos mesmos anos, a Alfândega do Funchal, nas obras de ampliação que efetuou. Por essa altura, provavelmente, D. Guiomar procedeu ainda à reforma da casa dos pais, na esquina da R. do Castanheiro com a R. de São Pedro, levantando uma monumental residência neoclássica, sem paralelo na cidade, de enorme pé-direito e com o pormenor

interessante, em princípio, de não apresentar entrada de aparato, tudo se virando para um jardim interior, que infelizmente veio a ser ocupado por outras construções, estando hoje em ruínas.

O gosto neoclássico parece ter sido assumido uns anos depois, com a vigência de João António Vila Vicêncio (c. 1730-1796) como capitão e mestre das obras reais. Natural das Canárias, é o primeiro que aparece oficialmente designado como “arquiteto” na Ilha, tendo tomado posse do lugar em 1781. É provável que este arquiteto já tivesse estado envolvido nas obras realizadas na Alfândega, em 1770, assessorando o mestre Domingos Rodrigues Martins. Dirigiu, depois, por volta de 1790, a construção do novo bloco do palácio de S. Lourenço, erigido sobre o velho baluarte poente e pelo qual se veio a uniformizar a fachada na frente de mar nos anos seguintes. Os trabalhos de arquitetura de Rodrigues Martins ainda se encontravam muito enfeudados ao barroco e ao rococó, como prova o edifício da Câmara Municipal do Porto Santo, levantado por volta de 1774. Mas tal não se verifica na obra de João António Vila Vicêncio, que reformou, inclusivamente, vários projetos do seu antecessor, tornando-os muito mais depurados.

Os inícios do séc. XIX marcaram o recrudescimento da influência britânica na Madeira, facto relacionado com as duas ocupações militares que ocorreram no quadro das Guerras Napoleónicas. A última ocupação, que durou mais de 10 anos, levou depois à instalação de novas famílias de comerciantes ingleses que vieram a liderar quase toda a atividade económica da Ilha até muito recentemente. O protagonismo político e económico das décadas indicadas foi assumido pelo comerciante Henry Veitch (1782-1857), que chegou à Madeira em 1804, desempenhando funções administrativas no consulado britânico, de que veio a tomar posse em 1807, chegando a ser o decano dos cônsules do seu país. As suas primeiras instalações comerciais funcionaram na sequência do edifício do consulado, então na R. da Queimada de Baixo. A breve trecho, ampliou-as, ligando-as a outros edifícios, já na

R. da Queimada de Cima, onde ainda é patente um outro tipo de arquitetura que não a madeirense. Viria também a levantar instalações comerciais em Câmara de Lobos, assim como uma residência de verão na antiga Qt. Calança, hoje incorporada no Clube Naval, e uma outra, na sua propriedade do Jardim da Serra, vagamente inspirada nos pequenos castelos do Norte de Inglaterra, onde pretendia ser sepultado, encontrando-se aí um monumento funerário que deverá ser somente um cenotáfio, pois, oficialmente, foi sepultado no cemitério anglicano.

Do cônsul inglês Henry Veitch ficou, assim, no Funchal e em Câmara de Lobos, uma série de edifícios dentro do estilo que se designa por arquitetura colonial inglesa, quase sempre com uma certa escala e já utilizando estruturas de ferro forjado e largas varandas, predominantemente em alvenaria pintada. Estas estruturas assumiam-se como perenes; quase não recorriam a molduras de cantaria, dada a não fixação em permanência dos comerciantes britânicos, que só muito pontualmente assumiram a nacionalidade dos países onde operavam, mesmo que ali tivessem nascido, o que ainda hoje se mantém.

Na sequência da ocupação britânica e equilibradas as relações com a corte portuguesa no Rio de Janeiro, o cônsul Henry Veitch deu corpo a uma antiga aspiração daquela colónia, levantando uma igreja anglicana ou igreja inglesa, situada na R. do Quebra Costas, cujo projeto, de 1820, reivindicou como seu, mas que é igual a inúmeros projetos neoclássicos levantados pela Europa do seu tempo. O edifício mais importante de Veitch, no entanto, foi a sua residência pessoal, levantada sobre a ribeira de Santa Luzia, por volta de 1830, com cinco pisos e águas-furtadas, e que terá conhecido várias fases de construção. Apresenta largas varandas semicirculares sobre a cidade no andar nobre e no balcão sobre a ribeira, tal como no terraço sobre o bloco nascente. O elemento principal da obra é a sua importante e esguia torre central, de mais cinco pisos sobre a cobertura e igualmente dotada de varandas, sendo a do penúltimo piso corrida sobre todas as

fachadas. O edifício veio depois a ser adquirido pela Companhia Vinícola da Madeira, passando, de seguida, à Cossard & Co., fase em que os seus proprietários o designavam por castelo, tendo posteriormente acolhido a sede do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira.

Os meados do séc. XVII tinham determinado uma nova forma de instalação das classes dirigentes e proprietárias, que, tendo as suas residências no centro do Funchal, nos meses de verão e dadas as dificuldades do clima, se retiravam para as antigas propriedades rurais, nas encostas da cidade e seus arredores, quando não mesmo para as vilas rurais. Uma das primeiras medidas dos Jesuítas ao se instalarem no centro do Funchal, mesmo antes de procederem à construção do monumental edifício do Colégio, foi adquirirem várias quintas, sendo a dos Frias e a do Cardo para recreio. Assim, ao longo do séc. XVIII e nas encostas do Funchal, nasceram residências secundárias onde antes havia propriedades agrícolas, progressivamente melhoradas, acabando por se definir como residências permanentes e vindo a adquirir, ao longo do séc. XIX, a designação de quintas, em memória da antiga ocupação rural, que, na maioria dos casos, se perdera. Afasta-se, portanto, aos poucos, da designação comum continental, pois deixou de ser para recreio, tornando-se residência permanente, dotada de jardins, etc.

Acresce que, dadas as especiais condições climáticas da encosta do Funchal e o exotismo geral da paisagem, mesclado por séculos de aclimação de novas espécies vegetais, estes espaços impressionaram fortemente muitos visitantes. As quintas madeirenses tornaram-se um paraíso para os naturalistas, que, a partir dos finais do séc. XVII, partiram de vários pontos da Europa para estudar outras floras e faunas, tendo quase todos os grandes nomes dessa centúria e das seguintes passado pela Madeira. A divulgação das suas descrições de viagem, das espécies botânicas encontradas e da qualidade geral do clima, feita depois através da imprensa e da comunicação social, projetou decididamente a Madeira no mundo e criou uma

verdadeira lenda romântica em volta da quinta madeirense. Esta lenda da quinta madeirense e a da paisagem geral da Ilha foi ainda perpetuada pelos aquarelistas e litógrafos europeus dos meados do séc. XIX, cujos álbuns tiveram grande disseminação. Passaram posteriormente pela Região outro tipo de viajantes, como Ella du Cane (1874-1943) e a sua irmã Florence, que editaram uma obra sobre as quintas e os jardins da Madeira; e depois fotógrafos, nomeadamente *lady* Sarah Angelina Acland (1849-1930), a primeira mulher a fotografar a cores, divulgando internacionalmente as paisagens e a arquitetura romântica da Ilha.

No sentido arquitetónico, aquele que aqui nos interessa, a quinta madeirense define-se mais pelo seu coberto vegetal do que pelo edificado propriamente dito, muito variado e continuamente alterado conforme os gostos dos proprietários. Como característica especial, poder-se-á apontar o pormenor, patente em grande parte das residências, de o andar nobre se encontrar ao nível do piso térreo, possibilitando, assim, a abertura das salas de receção ao jardim, passando a área de habitação privada, como os quartos, para o andar superior ou para um corpo recuado.

Sendo um espaço delimitado por muros, a quinta possui quase sempre a chamada casinha de prazer, elemento comum às quintas de recreio da área de Lisboa e da península de Setúbal, onde aparece a mesma designação ou, por vezes, casa do fresco. No entanto, na Madeira, localizam-se quase sempre em zonas limítrofes e mais altas do espaço geral da propriedade, sendo implantadas nos muros da quinta e servindo de mirante; no continente, são geralmente interiores e vêm mais na tradição dos antigos pavilhões de caça. As casinhas de prazer são, na generalidade, construções mais precárias, em fasquiados de madeira pintada, na tradição dos *muxarabis*, onde se pode estar a ver sem ser visto e onde alguns dos fasquiados, inclusivamente, são dotados de bilhardeiras, pequenas pegas verticais que alteram a inclinação dos fasquiados, melhorando a visão de dentro para fora. Colocadas sobre os muros gerais da propriedade, possuem muitas

vezes acesso independente, mais ou menos discreto, ao exterior.

A circulação dos modelos internacionais e, inclusivamente, dos arquitetos, em especial após os surtos construtivos motivados pelo *boom* do turismo terapêutico e do turismo de lazer, não permitiu a criação de novas formas arquitetónicas específicas na Madeira, onde a prática se passou a limitar à adaptação local de tipos importados, sendo a diferença feita sobretudo pela riqueza e diversidade do coberto vegetal e, pontualmente, pela utilização de materiais de construção local. Ao longo do séc. XIX, assiste-se mesmo à edificação de conjuntos românticos de gosto internacional, como o solar ou chalé Zino, no Lugar de Baixo, nos Canhas, ou a casa de chá do Santo da Serra, atribuída ao arquiteto inglês George Somers Clarke (1841-1926), que, em 1890, procedeu à construção do Reid's Palace Hotel e fez o projeto da nova residência da Qt. do Palheiro Ferreiro para a família Blandy, podendo também ser o autor da reformulação da fachada de aparato da Casa da Calçada, hoje Casa-Museu Frederico de Freitas.

Em relação à arquitetura popular, no entanto, pontualmente e a partir do retorno de muitos emigrantes com outras capacidades económicas, gostos e conhecimentos, entre os meados do séc. XIX e as primeiras décadas do séc. XX, podemos identificar uma nova tipologia, com características de certa forma específicas e que

se encontra, infelizmente, em acelerada via de extinção. Os modelos, em linhas gerais, são os tradicionais e locais anteriores, mas todo o tratamento e materiais utilizados são outros, obrigando assim a encontrar uma nova síntese. Esta nova arquitetura popular, se assim a podemos designar, graças à utilização de materiais de construção recentes, de carácter pré-industrial e industrial, como moldes de argamassa de cimento e materiais cerâmicos, deu origem a um outro tipo de habitação rural, geralmente designado por casas modernas ou “demerarista” (MESTRE, 2002, 152) pela sua propagação junto dos emigrantes madeirenses regressados de Demerara. São habitações que apresentam geralmente dois pisos, sendo o inferior para arrumações e outros serviços, e o superior para habitação, podendo apresentar ainda anexos adossados, utilizados, *e.g.*, para estábulos. As paredes são de alvenaria mista de cimento rebocada e pintada, e as molduras das portas e das janelas são em madeira pintada ou em argamassa ressaltada e igualmente pintada, podendo apresentar os panos rematados, lateralmente, também em argamassa, relembrando os antigos cunhais; superiormente, são rematados por cornija. Os telhados assentam em estrutura de madeira sobre a cornija, sendo cobertos a telha marselha ou a cimento e rematados por cabeças de menino ou pombas, marcas de uma tradição ancestral que por esses anos



Fig. 8 – Antigo cinema da Ponta do Sol, 1933 (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

se tipificou e industrializou. Muitas destas coberturas apresentam o contrafeito quase plano nas últimas duas a três fiadas de telha, o que, associado aos remates figurativos, lhes dá um aspeto quase oriental.

Estas habitações são, na generalidade, envolvidas por grades ou balaustradas, também de moldes de cimento pintado, que acompanham, por vezes, as escadas exteriores, para o piso de habitação, mas podendo definir um terraço entre os dois pisos ou ao nível do superior, utilizado para lazer da família.

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Arquivos Particulares, Doação Rui Carita; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Avulsos, cx. 2; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, 1495; ANTT, Cabido da Sé do Funchal, liv. 6; *Ibid.*, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 36; *Ibid.*, Chancelaria de D. Filipe I, Doações, liv. 28; *Ibid.*, Chancelaria de D. Filipe II, Doações, liv. 43; *Ibid.*, Corpo Cronológico, pt. I, mç. 10-68; pt. II, mç. 5-99; *Ibid.*, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 799; BNB, cartografia, Cart. 1090203, Mateus Fernandes (III), *Planta da Cidade do Funchal, 1567-1570*; **impresa:** ARAGÃO, António (coord. e notas), *A Madeira Vista por Estrangeiros*, Funchal, DRAC, 1982; *Id.*, *Para a História do Funchal: Pequenos Passos da Sua Memória*, 2.ª ed., Funchal, DRAC, 1987; *Arquivo Histórico da Madeira*, vols. xv, xvii e xviii, 1972-1974; CANE, Florence, e CANE, Ella du, *The Flowers and Gardens of Madeira. Painted by Ella du Cane, Described by Florence du Cane*, London, Adam and Charles Black, 1909; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. III, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1991; *Id.*, *História da Madeira*, 2.ª ed. rev. e atualizada, vol. I, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1999; *Id.*, *Colégio dos Jesuítas do Funchal: Memória Histórica*, Funchal, Associação Académica da Universidade da Madeira, 2013; *Id.*, *História do Funchal*, Funchal, Associação Académica da Universidade da Madeira, 2013; COSTA, José Pereira da, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, Funchal, CEHA, 1995; FRANÇA, Isabella de, *Jornal de Uma Visita à Madeira e a Portugal, 1853-1854*, Funchal, JGDAF, 1970; FREITAS, Paulo de, "Casinhas de prazer", *Islenha*, n.º 8, jan.-jun. 1991, pp. 87-88; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1968; HUDSON, Giles, *Sarah Angelina Acland, First Lady of Colour Photography*, Oxford, Bodleian Library, 2012; LEITE, Jerónimo Dias, *História do Descobrimento da Ilha da Madeira e Discurso da Vida e Feitos dos Capitães da Dita Ilha*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1949; *Id.*, *Descobrimento da Ilha da Madeira*, Lisboa, Alfa, 1989; MESTRE, Victor, *Arquitetura Popular da Madeira*, Lisboa, Argumentum, 2002; MIRANDA, Susana Münch, *A Fazenda Real na Ilha da Madeira. Segunda Metade do Século XVI*, Funchal, CEHA, 1994; NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal*, Funchal, CEHA, 1996; SAINZ-TRUEVA, José de, "Tectos madeirenses armoriados. Achegas para um brasonário insular", *Islenha*, n.º 1, jul.-dez. 1987, p. 115; TOMÁS, Manuel, *Insulana*, Ambers, Caza de loam Mevrsio, 1635; VERÍSSIMO, Nelson, "O palácio da rua do Esmeraldo. Algumas achegas para a sua história", *Islenha*, n.º 11, jul.-dez. 1992, pp. 104-112; *Id.*, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

RUI CARITA

Arquitetura do turismo de lazer

Até meados do séc. XIX, não é possível encontrar, na Madeira, o estabelecimento efetivo de serviços e de instalações de habitação temporária onde, para além da dormida, fosse prestada aos utentes toda uma série de serviços de

certa sofisticação, como posteriormente veio a acontecer. A apologia do ameno clima madeirense, especialmente vocacionado para o tratamento de doenças pulmonares, que corria pela Europa desde os finais do séc. XVIII, levou a que, especialmente no inverno, a Madeira fosse procurada pelas classes mais abastadas, em busca de um melhor clima e da almejada cura. Escritores e poetas, assim como publicistas em geral, divulgaram nestes anos o nome da Madeira como sanatório natural, enaltecendo a temperatura e o espaço, propício ao lazer e à contemplação da natureza, convidando os doentes pulmonares dos rigorosos climas europeus a uma viagem reparadora à Ilha.

As condições do coberto vegetal, a calma e a comodidade de que poderiam usufruir os doentes colocavam a Madeira muito à frente de outros destinos, como a maioria das cidades portuárias italianas, francesas e espanholas do Mediterrâneo, todas com uma vida muito agitada de negócios e de trânsito. Acrescia ainda a pureza e a suavidade do ar, assim como a quase constância da temperatura, quer de dia quer de noite. Estas temperaturas também existiam nas costas do Norte de África, *e.g.*, no Cairo, mas a formação contínua de poeiras era uma desvantagem para os tuberculosos. Outra vantagem da Ilha era a quase inexistência de animais perigosos para os doentes, havendo uma muito baixa incidência, *e.g.*, de mosquitos, pelo que os doentes nem necessitavam de cortinas nas camas. Havendo toda uma ampla encosta a proteger a cidade do Funchal, o doente poderia, inclusivamente, escolher a altitude ideal para se instalar, conforme necessitasse de ar mais quente ou mais fresco e conforme fosse inverno ou verão, embora a alteração da temperatura entre uma e outra estação fosse mínima.

Em meados do séc. XIX, os hábitos europeus foram mudando progressivamente e, conseqüentemente, o tipo de viagens e de lazer das sociedades mais abastadas. Se na primeira metade do século, o turismo para a Madeira era essencialmente terapêutico, a presença de importantes figuras da mais alta aristocracia europeia foi aproveitada para a criação de uma nova imagem para a Ilha. Os mecanismos de

divulgação da Madeira, essencialmente direcionados para os doentes, passam a salientar outros aspetos, como um certo exotismo da paisagem, um clima mediterrânico em pleno Atlântico, uma excelente temperatura da água do mar, e uma vida urbana cosmopolita. A mudança é patente, entre outros exemplos, no título da obra de Edward Vernon Harcourt (1825-1891), *A Sketch of Madeira: Containing Information for the Traveller, or Invalid Visitor* (1851), com litografias da autoria de sua mulher, *lady Susan* (1824-1894), filha do 2.º conde de Sheffield (1802-1876), que, no ano anterior, já havia editado um álbum de litografias sobre a Madeira. A primazia já é dada assim ao “traveller [viajante]” e, em segunda prioridade, ao “invalid visitor [visitante inválido]”.

Os anos 80 marcam outra forma de visitar a Madeira, muito mais rápida, deixando assim de tratar-se de meses para se tratar de semanas e, posteriormente, somente de alguns dias, o que é compensado por um número muito maior de visitantes e faz crescer uma série de serviços de apoio a essas rápidas estadias.

Na década seguinte, começam a ser editados guias turísticos ilustrados por fotografias, progressivamente alargados a informações económicas, sociais, políticas e artísticas. O desenvolvimento turístico e portuário da baía do Funchal constituiu um instrumento de novas políticas sociais, envolvendo grandes investimentos públicos e privados na área dos transportes, do saneamento básico, das redes de distribuição de água ao domicílio, da iluminação pública e até no arranjo urbanístico da baixa da cidade, com a construção de jardins e de parques. Esta transformação teria o seu ponto alto já nos inícios do séc. XX, com a encomenda ao Arqt. Miguel Ventura Terra (1866-1919), em 1913, de um plano de urbanização para a cidade do Funchal. Se, numa primeira fase, as obras tinham sido pensadas em função dos visitantes estrangeiros, a operação acabou por beneficiar toda a população residente, produzindo serviços, criando novas oportunidades de emprego, mudando mentalidades e reformulando radicalmente a estrutura urbana da cidade, virando-a, ainda mais, para o mar.



Fig. 1 – New English Hotel, c. 1930, Funchal (ABM).

Os primórdios da instalação turística

Nas primeiras décadas do séc. XIX, os viajantes ainda se queixam da dificuldade dos alojamentos, como refere, em 1826, Charles Heineken, que começara por visitar a Ilha como doente, acabando por se fixar. Conforme escreve, por sua informação, Alfred Lyall (1796-1865), por esses anos não existiriam mais que quatro *boarding-houses*, ou seja, edifícios urbanos para instalação temporária, onde os enfermos e as famílias se pudessem acomodar, embora tal fosse colmatado, pontualmente, pelo aluguer de outras casas na periferia, pertencentes a famílias inglesas residentes e a madeirenses. Referem estes autores, no entanto, que não se poderia esperar encontrar na Madeira o amplo leque de escolha e de comodidades que já era possível encontrar no Sul de Inglaterra.

Na década seguinte, o publicista John Driver ainda se queixa de que, embora a dimensão da cidade já fosse outra, não se encontravam hotéis nem cafés, o que já era comum nas congéneres cidades europeias da dimensão do Funchal. Este autor refere várias casas para aluguer, ou partes de casas, dizendo que pertenciam quase todas ao perímetro urbano, e que eram quase todas propriedade de residentes britânicos. Esta comunidade que se dedicava essencialmente ao comércio iniciava, então, um negócio sazonal paralelo que não pararia de crescer nos anos seguintes. O aluguer era geralmente feito à semana e incluía, para além do quarto, uma sala de estar, o mobiliário e o equipamento, onde se incluía, curiosamente, algumas vezes, uma garrafeira com vinho Madeira, embora a lavagem de roupas fosse paga como um extra. Em 1840, William White Cooper (1816-1886), no *Invalid's Guide to Madeira*, refere já a existência de um pequeno hotel, relacionando os vários tipos de alojamento possíveis na área do Funchal: as casas de família, ou quintas de aluguer; as casas de aluguer; e os hotéis familiares. As primeiras eram quintas nos arredores da cidade e as restantes, residências urbanas adaptadas, diferenciando-se, essencialmente, pelo serviço de refeições: numas eram servidas aos hóspedes e à família,

mas separadamente, noutras já havia uma sala de refeições comum onde todos os hóspedes almoçavam e jantavam.

Ao longo da déc. de 40, começam a aparecer referências à existência mais efetiva destas instalações, mas longe de conseguirem responder à procura, como se queixa, em 1840, *sir* William Robert Wills Wilde (1815-1876), pai de Óscar Wilde (1854-1900). Na sua descrição da passagem pela Madeira, entre 1837 e 1839, considera, inclusivamente, ser muito desagradável que os comerciantes britânicos ali radicados não tivessem, até então, preenchido essa lacuna, construindo pequenas habitações minimamente confortáveis, até porque a procura já era exponencial. Somente por volta de 1852, *lady* Emmeline Stuart Wortley (1806-1855) refere ter-se instalado no Hotel Miles, na R. da Carreira, e que já possuía as características de um pequeno hotel, embora ainda não fosse uma construção de raiz, mas a adaptação de uma residência senhorial urbana a essa função, como aliás vai acontecer à grande maioria dos restantes hotéis. O encanto da experiente viajante inglesa, entretanto, foi para a magnífica vista da janela do seu quarto e do de sua filha, sobre a montanha por detrás da cidade, e para o pitoresco dos terraços, torres e balcões das casas vizinhas, com os seus pequenos jardins com bananeiras, laranjeiras e as mais variadas plantas e flores.

A descrição do que eram estas antigas residências urbanas adaptadas para hotel pode ser conhecida através do *Diário* de 1853 de Isabella Hurst França (1795-1880), filha do Arqt. Aaron Hurst. A autora tinha-se casado tardiamente com o morgado madeirense José Henrique de França (1802-1886) e, perante a perspectiva de extinção dos morgadios na Madeira, o casal foi à Ilha vender essas propriedades. Instalaram-se numa hospedaria da R. da Carreira, que pertencera à viúva do poeta e político Manuel Pimenta de Aguiar (1765-1832), Micaela Antónia de Sá Bettencourt, e que a alugara, em 1831, a uma inglesa, Isabel French, que passou a geri-la. Em 1839, o contrato de aluguer foi feito com o hoteleiro Jacinto Hannibal de Freitas, talvez um dos mais antigos hoteleiros da

Madeira, que possuía outros estabelecimentos similares, como na R. das Hortas, e este manteve Isabel French à frente do estabelecimento até 1863.

Isabella de França descreveria a sensação que havia tido ao passear pelas ruas mais altas e ao observar a vista das janelas da residência onde estava hospedada, no final da R. da Carreira, dizendo que “a cidade do Funchal é muito maior do que eu esperava: será a terceira das terras portuguesas, depois de Lisboa e Porto. Estende-se por mais de uma milha ao longo da costa e sobe a considerável distância até aos montes” (FRANÇA, 1970, 56). Isabella refere que chegaram de carro de bois a um pátio coberto interior, estruturante do edifício, do qual partia uma escada que, circundando o pátio, dava acesso aos quartos dos vários pisos. O pátio calcetado era coberto por claraboia, sendo os quartos nos andares superiores e na torre, onde o casal ficou, e sendo o piso térreo destinado a arrecadações e serviços. Se a residencial de início a encantou, encostada à antiga muralha da cidade e sob a fortaleza do Pico, quando chegou a informação do falecimento da Rainha D. Maria II (1819-1853) e se iniciaram os 3 dias de salvas de luto, em que os canhões do Pico e do ilhéu disparavam de 5 em 5 minutos, dia e noite, calculando a autora terem sido feitos 1440 disparos, a situação terá sido dramática.

Data dos anos seguintes a passagem de hospedarias como esta à designação de hotel, registando-se em 1865, como os mais caros, o Hotel Jervis e o Hotel Luscomb. Em 1863, registam-se as hospedarias Reids, na R. do Mercado de S. João, depois denominado Royal Edimburgo Hotel; Neal, na R. do Pinheiro; Miles, na R. da Laranjeira (que havia de ser denominada R. do Carmo); e o Hotel Hollway, na entrada da cidade. Em 1864, registam-se como hotéis o Giuliet e o Freitas, sem indicação da rua, o Hotel Jervis, na R. da Carreira, e o Hotel Francês, na entrada da cidade. Em 1865, registam-se ainda o Hotel Luscomb, na R. da Carreira e os hotéis Pios, Dressen, J. Payne e Madeira, sem indicação da localização. Em 1866, registam-se os hotéis Duhset e Bella



Fig. 2 – Jardim do Hotel do Carmo, c. 1890 a 1900, Funchal (ABM).

Vista, também sem mais indicação, embora o último ficasse a montante do Hospício, na margem da ribeira de São João, com acesso pela R. do Jasmineiro, edifício depois ocupado pelo Seminário Diocesano que, graças ao parque envolvente e a outras características, se veio a tornar bastante conhecido e dos mais fotografados.

Nestes quase finais de século, no entanto, não estamos no domínio de uma arquitetura do turismo de lazer, mas da adaptação de edifícios a essas funções. César Augusto Mourão Pitta (1837-1907), então agente consular de França na Madeira, no seu *Madère, Station Medicale Fixe* (1889), regista a existência de sete hotéis ingleses de primeira ordem, quatro dos quais pertencentes aos irmãos Reid, três portugueses e duas pensões, uma inglesa e outra portuguesa. No entanto, só pouco depois dessa data, em 1891, para efeitos de cobrança de taxas, se diferenciariam os hotéis das hospedarias, sendo comum classificar os ingleses numa categoria superior à dos portugueses. Ellen Taylor, entretanto, em 1882, não recomendava aos seus leitores nenhum dos hotéis portugueses, embora os irmãos Adriano (1862-1906) e Aníbal Trigo (1865-1944), no seu *Roteiro e Guia do Funchal*, de 1910, mencionassem o Hotel Universal, situado na esquina do antigo passeio público para a Pç. da Sé, como sendo “um hotel de 2.^a ordem” recomendável “a todas as pessoas

que desejem viver comodamente na cidade sem grande despesa” (MATOS, 2013, 173).

Saliente-se, entretanto, a dificuldade de estabelecer as designações destas iniciais unidades hoteleiras, pois nem sempre os nomes de registo correspondiam aos nomes que se utilizavam correntemente, mudando de acordo com os proprietários e com as firmas e sociedades a que pertenciam, mas, por vezes, mantendo os antigos nomes, em oposição aos do registo, e utilizando os nomes da localização em relação às acessibilidades, etc. Entre muitos casos, *e.g.*, numa das antigas fotografias do Jardim Municipal, muito provavelmente ainda dos finais do séc. XIX, tirada por João Francisco Camacho (1833-1898) ou pelo irmão Augusto Maria Camacho (1838-1927), aparece sobre o prédio onde depois se situou o restaurante Os Combatentes, na esquina das ruas de Roberto Ivens e São Francisco, a indicação de Hotel Rosa, designação que não encontramos nos registos de licença, correspondendo à residencial que, em 1893 e em 1895, se encontrava em nome dos herdeiros de José Fernandes Rosa.

A cadeia Reid

A história da arquitetura hoteleira da Madeira e, inclusivamente do próprio turismo, são indissociáveis do nome Reid, ligado ao mais prestigiado hotel da Região e o primeiro construído efetivamente de raiz, nos finais do séc. XIX, dado que os anteriores utilizaram sempre construções preexistentes. O escocês William Reid (1822-1888) teria passado pela Madeira em 1836, então com 14 anos, mas parece só se ter fixado na Ilha por volta de 1844. Quarenta anos depois, com seus filhos William e Alfred Reid, teriam adquirido os mais importantes estabelecimentos hoteleiros do Funchal e preparavam-se para construir de raiz o Reid's New Hotel, depois Reid's Palace Hotel, eclipsando todas as restantes unidades, que passariam a hotéis de segunda categoria. O fluxo de visitantes e de passageiros em trânsito aumentava constantemente com os novos navios a vapor, que faziam a viagem para o Funchal, *e.g.*, a partir de Liverpool ou de Southampton, em

cinco dias, e de Lisboa em dois, havendo carreiras regulares desses três portos. Igualmente dos portos de Bordéus, Havre, Antuérpia ou Hamburgo era possível ter acesso à Madeira em carreiras mais ou menos regulares, com maior rapidez e por menor preço. Em 1874, ainda se montavam as comunicações telegráficas com o continente, através de cabo submarino, e tudo concorria para que a Ilha passasse a possuir capacidades para se equipar, dentro das suas dimensões, com um dos melhores parques hoteleiros europeus.

Para a análise da arquitetura dos hotéis Royal Edinburgh e German Hotel, o antigo Schlaaff, que foram demolidos, teremos de recorrer ao amplo acervo cartográfico e fotográfico da Madeira, tal como às descrições de alguns dos seus hóspedes; no entanto, nem num caso nem no outro existem especiais novidades arquitetónicas, uma vez que se tratava de adaptações de construções já existentes. Deixando o antigo German Hotel para a secção seguinte, por se enquadrar no tema dos interesses alemães que a comunidade britânica soube, progressivamente, eliminar, importa referir que, tal como o Reid's Monte, noutra contexto, o interesse do Royal Edinburgh Hotel era muito reduzido. Instalado numa antiga residência senhorial no quarteirão a poente do Teatro Municipal, sendo muito anterior a este, encontrava-se, na déc. de 80 do séc. XIX, ainda ligado ao então mercado de S. João. Possuía um jardim a norte, que veio a desaparecer com a construção da Av. Arriaga, e, elevando-se sobre a R. das Fontes, possuía uma muito boa relação com a baía do Funchal.

O nome deste hotel adveio do patrocínio que lhe foi dado pelo duque de Edimburgo, título criado pela Rainha Vitória (1819-1901), em 1866, a favor do seu quarto filho, o príncipe Alfredo de Sax-Coburgo-Gota (1844-1900), que ao comando da fragata *HMS Galatea*, passara pelo Funchal em 1867. Se alguns utentes, como a jornalista norte-americana Charlotte Alice Baker (1833-1909), em 1882, embora reconhecendo que o pomposo nome estava longe de corresponder ao edifício, especialmente no seu aspeto exterior, consideravam que tal era compensado pelo agradável jardim

murado por pedra de tufo de lava e se encantavam com a vista da sua varanda sobre o mar e com o silêncio noturno da cidade, outros utentes eram mais severos na sua apreciação. Um ano depois, *e.g.*, o controverso *sir* Richard Francis Burton (1821-1890) queixava-se da informalidade do estabelecimento, do que considerava ser mais próximo de uma taberna do que de um hotel, com maus cheiros e pessoas que não seriam especialmente do seu agrado, o que também não deixa de ser interessante em face da vida aventureira e desbragada que este antigo militar e agente secreto havia tido. Em causa, por certo, estaria a qualidade do ar naquela área, como refere o médico Karl Mittermaier (1787-1867), que escreveu que os doentes não deveriam ali ficar, pois seriam obrigados a respirar “as poeiras de um armazém de carvão que lhe fica perto” (MATOS, 2016, 281-282).

O Royal Edinburgh Hotel foi gerido pessoalmente pelo patriarca da família Reid, tendo sido um edifício de planta retangular com dois pisos, inserido num lote ajardinado virado para norte, como consta das várias plantas da cidade desses anos. O andar nobre tinha sete janelas de sacada de recorte clássico, dando sobre a R. das Fontes, então arborizada, como se parece verificar nas fotografias da época. Na propaganda que os Reid faziam da sua cadeia de hotéis, no entanto, este hotel quase nunca é apresentado em imagem, colocando-se sempre em destaque só as do Santa Clara e do Carmo. Em 1892, quando publicam o seu guia turístico da Madeira (1892), o seu nome já não consta, devendo assim ter encerrado antes dessa altura, conjectura que pode ser suportada pelo falecimento, em 1888, do patriarca da família, que o gerira pessoalmente.

O Carmo Hotel, na rua do mesmo nome, cujo edifício subsistia nos começos do século XXI, embora profundamente alterado, era anteriormente propriedade da família Miles e foi adquirido nos finais da déc. de 70 do séc. XIX pelos Reid. O portão lateral de acesso ao logradouro, em ferro forjado, ostenta a data de 1836, data provável de uma das suas últimas reconstruções. Apresenta à rua uma fachada

clássica da arquitetura senhorial madeirense, com um piso térreo bastante alto e duas janelas laterais a enquadrar a porta principal encaimada por lintel com balanço, um andar intermédio para serviços e, a servir de balanço às suas cinco janelas, a sacada da varanda do andar nobre, com o pormenor de ser corrida, apresentando as janelas remates por cornija relevada. O edifício, no entanto, era bastante profundo e complexo, devendo ter tido várias campanhas de obras, com uma larga e deselegante torre central de mais de dois pisos e as cozinhas no extremo noroeste do conjunto edificado. Numa das campanhas de obras o conjunto foi dotado de um corredor ao longo do piso superior, o que teria facilitado a sua adaptação a hotel, embora o tamanho das divisões fosse muito díspar. Os quartos, mesmo assim, tiveram fama de ser dos maiores e mais confortáveis da cidade.

Este hotel teve um importante jardim – onde havia, inclusivamente, uma jaula com macacos – que, contudo, nas fotos dos finais do séc. XIX ou inícios do séc. XX, já não parece ter esse protagonismo, tal como teve um corte de ténis, provavelmente o primeiro a ser instalado num hotel do Funchal e, no rés do chão, um restaurante aberto ao público. Ellen Taylor, em 1882, ainda o designando por Miles’s Hotel, regista-o como tendo sido durante muitos anos o melhor hotel do Funchal, não só pelo conforto, limpeza e atenção que dispensava aos hóspedes, como pela espaçosa varanda, torre-avista-navios, grande jardim, etc. Pelas palavras da norte-americana, no entanto, parece que nessa data já não era assim, tendo encerrado na segunda década do séc. XX e sido ocupado, pouco depois, pela sede do Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira. O conjunto foi, em 2015, objeto de reabilitação para complexo habitacional, mas descaracterizado pelo aumento da área de construção envolvente.

O maior hotel do Funchal, nas últimas décadas do séc. XIX, foi o Santa Clara Hotel, edifício adquirido pela família Reid em 1867 e objeto de inúmeras campanhas de obras. Ellen Taylor considera-o o “hotel par excellence” (TAYLOR, 1882, 15), o que não admira, uma

vez que foi aí que se instalou, com o seu piano, na sua visita ao Funchal de 1882, tendo depois registado que o conjunto edificado seria muito complexo, com várias entradas independentes para os andares. O conjunto deve ter nascido de uma antiga residência senhorial dos finais do séc. XVIII, assente sobre uma forte sapata com jorramento, quase de feição militar, o que obrigou a construir um complexo piso de serviços nesse embasamento, inclusivamente rematado por cornija, e sobre o qual assentam os dois pisos nobres, por sua vez igualmente rematados por uma forte cornija. No início do séc. XXI, esse conjunto ainda se articulava, mas mal, com outro corpo para nascente, sobre o qual existia uma torre trapezoidal, uma singularidade na arquitetura madeirense, e à frente do qual cresceu outro corpo. Ainda existia outro, quase perpendicular a estes dois, tudo indiciando diferentes etapas de construção.

Ao nível da fachada principal do Santa Clara Hotel, com acesso pela Trav. das Capuchinhas e pela Calç. de Santa Clara – se é que o termo “fachada principal” se aplica ao conjunto –, para poente, ainda foi acrescentado outro corpo, sobre o qual assenta uma generosa varanda, com um alpendre sustentado por uma esbelta estrutura de ferro forjado. A vista da varanda, assim como dos quartos virados para sul, sobre a cidade e o mar, deslumbrou sempre os visitantes. Um deles, o pintor Edward John Poynter (1836-1919), muito provavelmente de uma das janelas deste hotel, em 1877, executou uma excelente aguarela do Convento das Mercês, que viria a ser demolido, sendo, por isso, o único elemento iconográfico que conhecemos desta construção religiosa. O edifício mantinha, no início do séc. XXI, toda a antiga volumetria, tendo deixado de funcionar como hotel na abertura da Primeira Guerra Mundial e vindo a ser adquirido pela Junta Geral para alojamento de serviços de assistência social, passando depois para o Governo regional com similares funções.

O aumento exponencial do fluxo turístico no Funchal, na penúltima década do séc. XIX, levou a família Reid a equacionar a construção de raiz uma unidade de luxo, o Reid’s New

Hotel, que seria, assim, o primeiro hotel madeirense a ter sido levantado mediante um projeto de arquitetura prévio. Até então, existia uma certa informalidade na organização deste tipo de espaços, criando complicadas disfunções nos circuitos de circulação dos hóspedes e dos funcionários, não havendo, *e.g.*, serviços de receção, pois os hóspedes ou iam já por contactos anteriores, ou eram angariados na sua chegada ao porto, ainda no navio. Os funcionários do hotel encarregavam-se das diversas formalidades, inclusivamente, do despacho da bagagem, o que não seria fácil, pois muitos dos viajantes deslocavam-se com mobiliário e com pessoal. Outro aspeto, só então planeado, foi o das instalações sanitárias, quase sempre comuns até essa data.

A família Reid contactou, para o projeto do novo hotel, o Arqt. Somers Clarke (1841-1926), sobrinho do também Arqt. George Somers Leigh Clarke (1822-1882), que trabalhara, em 1849, na reconstrução do palácio de Westminster. Somers Clarke encontrava-se associado, em Londres, a John Thomas Micklewaite

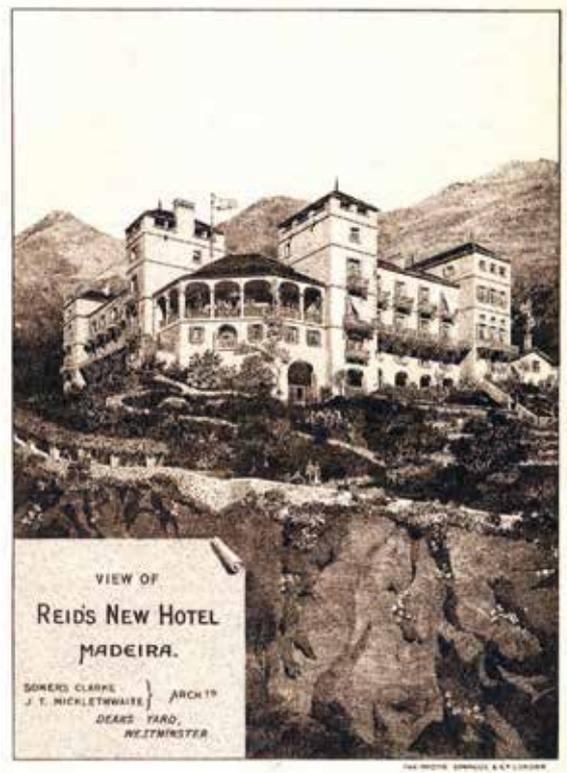


Fig. 3 – Reid’s New Hotel, anúncio de Londres, 1892 (arquivo particular).

(1843-1906), tendo ambos sido formados no ateliê de George Gilbert Scott (1811-1878), que já havia projetado unidades hoteleiras em Inglaterra. O ateliê de Somers Clarke e de J. T. Micklewaite tinha já ficado conhecido por vários projetos revivalistas góticos para igrejas e, tendo Clarke, por motivos de saúde, estado na Madeira, provavelmente num dos hotéis da cadeia Reid, acabou por ser escolhido para fazer o projeto do Funchal.

Somers Clarke deslocou-se, inclusivamente, depois à Ilha para acompanhar a construção do hotel, pelo menos no inverno de 1889, e, no ano seguinte, forneceria à conceituada revista *The Building News*, em Londres, as principais características do seu edifício, com dois blocos delimitados por torres e articulados por um corpo de varandas. Todos os quartos eram iguais e servidos por corredores internos, todos com varandas, equipados com lareira e demais comodidades da época. O novo hotel mantinha uma muito especial relação com o mar, possibilitando um fácil acesso à zona de banhos, e era previsto que viesse a ser servido por um amplo jardim. Nas informações fornecidas por Somers Clarke, parece ter havido alguma dificuldade em caracterizar estilisticamente o edifício, assunto na ordem do dia em Inglaterra, parecendo terem sido considerados apenas os aspetos económicos da construção e a sua opção pelos métodos de construção locais e pelos materiais habituais nos edifícios da Ilha. O êxito do novo hotel foi imediato, eclipsando toda a restante rede e, num curto espaço de tempo, seria uma das construções emblemáticas da hotelaria internacional, sendo citado como obra de referência praticamente em todas as publicações da área desde então. Para este hotel trabalhou ainda o pintor Max Römer (1878-1960), com cartazes, menus e bilhetes-postais, colaborando para a criação de um verdadeiro mito. Pelo Reid's Palace Hotel, como já era designado, passaram algumas das mais famosas figuras europeias, entre ex-imperadores, ex-imperatrizes, aristocratas, governantes e ex-governantes, antigos ditadores, escritores internacionais, fotógrafos, atores de cinema, artistas, entre outros, fazendo circular

a imagem do hotel por todo o mundo. Sucessiva e cuidadosamente ampliado, integrando *courts* de ténis, riques de patinagem, etc., passando por vários proprietários, houve sempre a preocupação de manter o seu legado histórico-cultural e, também, um arquivo histórico, tendo o seu nome incorporado sempre a inicial designação "Reid's".

Os hotéis alemães do Funchal

A fama da Madeira, como estância de turismo terapêutico, fora também divulgada na Alemanha pelo Dr. Kämpfer, falecido pouco antes de 1856, que esteve na Ilha entre outubro de 1841 e abril de 1842, e por Karl Mittermaier, médico especialista de Heidelberg, que se deslocara à Madeira com seu irmão, tuberculoso, em finais do verão de 1851, regressando depois, pontualmente, para o acompanhar, até 1854. Deve-se ao Dr. Mittermaier o primeiro livro em língua alemã a defender a Madeira como estância ideal para as doenças pulmonares. Em meados de novembro de 1866, o médico e zoólogo alemão Richard Greeff (1829-1892), *e.g.*, constatou em Lisboa que, no Hotel Central, hotel muito bem situado à beira do Tejo, não só os empregados de mesa, mas também a maior parte das pessoas presentes na sala de jantar, eram alemães. Não eram, no entanto, comerciantes nem cientistas, mas sim doentes, que com os seus companheiros, e como o próprio Greeff, aguardavam embarcação para passarem o inverno na Madeira.

A Madeira encontrava-se ainda muito bem equipada para responder a este tipo de doenças. O Dr. Mittermaier mencionava a presença no Funchal de seis médicos portugueses formados em França ou em Inglaterra e de seis médicos ingleses, estando, geralmente no verão, mais alguns médicos alemães. Nessa época, estava na Madeira, *e.g.*, o Dr. Bahr, de Rendsburgo que, após ter curado a sua tuberculose durante quatro invernos passados na Ilha, tencionava radicar-se nela, a exercer clínica. O Funchal encontrava-se também muito bem apetrechado de farmácias, assim como de hospitais, aptos a fazer face a

qualquer eventualidade das doenças pulmonares. O Dr. Mittermaier, refere ainda que, por volta de 1840, raramente se encontrava um alemão, mas que, nos anos seguintes, se registara um aumento anual de quase 15 a 20 doentes, calculando que no inverno de 1853 para 1854 estivessem na Madeira mais de 40 doentes alemães.

A hegemonia dos interesses britânicos ao longo dos sécs. XIX e XX dificulta a pesquisa dos primórdios da implantação dos Alemães na Madeira. A rede de casamentos das famílias reais europeias igualmente dificulta a construção dessa percepção; assim, *e.g.*, quando, em 1861, chegou à Madeira, a Imperatriz Sissi de Áustria (1837-1898) deslocou-se num iate disponibilizado pela Rainha Vitória (1819-1901), instalando-se na Qt. Vigia, onde uns anos antes tinha estado a Rainha viúva Adelaide de Inglaterra (1742-1849), de origem alemã. O aumento dos viajantes alemães e oriundos do centro da Europa na Madeira regista-se após a visita da Imperatriz Sissi e do seu séquito, curiosamente deslocando-se para Santana, no Norte da Ilha, o que justifica também a edição de duas litografias do Funchal, do pintor e litógrafo Joseph Selleny (1824-1875), em Viena, em 1862, por Leopold Theodor Neumann (1832-1875), uma das quais com a Imperatriz frente à Sé do Funchal e outra, com o título *Brück über den Ribeiro Seco*, mas que representa a ponte junto ao fontanário do Torreão, logo a ponte do Torreão da Ribeira de Santa Luzia e não a do Ribeiro Seco.

O primeiro hotel alemão, em princípio, teria sido o de M. Schlaaff, referido, em 1880, pelo tisiólogo alemão Julius Goldschmidt (c. 1840-1924), que exercera clínica na Madeira, pelo menos de 1867 a 1884, como de “primeira ordem” (WILHELM, 1993, 119), mas que já então também tinha sido adquirido pelos irmãos Reid, embora os mesmos tenham mantido à sua frente o anterior encarregado, Francisco Nunes (1831-1907). Francisco Nunes, um homem muito viajado e conhecedor da cultura alemã, era igualmente fluente na língua e proprietário da Qt. Nunes, na Camacha. A importância da comunidade viajante alemã levou a que os irmãos escoceses Reid mudassem

a designação para German Hotel, embora localmente também fosse designado por Hortas Hotel, dado ficar localizado na R. das Hortas. Mantiveram ainda, no seu interior, uma pequena biblioteca naquela língua, à qual se refere Paul Langerhans (1847-1888) no seu *Handbuch für Madeira*, de 1885.

O German Hotel era um imponente edifício dos finais do séc. XVIII a inícios do séc. XIX, situado a norte da R. do Bom Jesus, entre a R. da Conceição e a das Hortas, de que se conhece fotografia, com uma frente de três pisos e de oito janelas cada, tendo o corpo sul sete janelas. A fachada apresentava ao seu nível uma forte torre-avista-navios com mais dois pisos, com duas janelas por piso, viradas para nascente, e três para sul. Tratava-se, por certo, de uma antiga residência urbana senhorial, sumariamente ampliada para hotel e sem especial qualidade arquitetónica. O German Hotel deixou de funcionar nos primeiros anos do séc. XX e, na sua área, veio a ser levantado um complexo de edifícios da Caixa de Previdência do Funchal, entre 1960 e 1970, projeto do Arqt. Raúl Chorão Ramalho (1914-2001).

Os viajantes alemães, no entanto, também frequentaram os restantes hotéis, em princípio, como teria sido o caso do grupo em que se integrou o investigador médico Carl Passavant (1854-1887), o seu amigo Wilhelm Retzer (1856-1883), o seu tutor Traugott Paulit e a família Tropenhelm, que, nos inícios de 1883, saindo do porto de Hamburgo, passaram pelo Funchal com destino às colónias alemãs de África, mas chegando, pelo menos o investigador e o seu tutor, a Angola. Fizeram-se então fotografar no Funchal, por certo com outros alemães, numa fotografia de grupo perfeitamente hierarquizada e onde parece reconhecer-se Francisco Nunes. O local, no entanto, não parece de forma alguma ser o German Hotel, mas os anexos do parque do Hotel da Bela Vista.

Os hotéis do Monte

A freguesia do Monte era, desde os meados do séc. XVIII, local de veraneio das famílias abastadas do Funchal. A primeira construção de

lazer foi a chamada Qt. do Prazer, levantada pelo cônsul inglês Charles Murray (c. 1730-1808) em terrenos que tinham pertencido à Confraria de N.^a Sr.^a do Socorro da igreja do Colégio dos Jesuítas do Funchal e que haviam sido doados pelos irmãos João e José Saldanha. Com a extinção da Companhia de Jesus e o confisco de todos os seus bens, essas propriedades foram compradas, em 1770, pelo comerciante Francisco Theodor e, em 1773, vendidas a Charles Murray. A Qt. do Prazer também passou a ser conhecida como Belo Monte e Belmonte, aí tendo sido recebida, *e.g.*, a 13 de setembro de 1817, a futura Imperatriz do Brasil, a arquiduquesa Leopoldina de Áustria (1797-1826), pelo comerciante inglês Robert Page (1775-1829).

Com a construção do caminho de ferro do Monte, e especialmente com a inauguração do troço final de ligação do Funchal ao Monte, em 1894, vão proliferar os hotéis nesta freguesia. O primeiro teria sido o Hotel Bello Monte, reformulando muito pontualmente a antiga residência dos finais do séc. XVIII, de que se conhecem algumas fotografias dos últimos anos do séc. XIX ou dos primeiros anos do séc. XX. A fachada aparece com portal rematado por lintel e cornija, encimado pelo que parece poder ter sido o brasão de armas do 1.^o e único visconde de Monte Belo, João de Freitas da Silva (1849-1922). Em 1896, a quinta já funciona como hotel, registado por Hilário da Silva Nunes, registando esse que se mantém até 1898, mas que, em 1900, passa a ser de William Reid, e, em 1901, de John Payne, confirmado pelo *Brown's Guide* desse ano, onde aparece como proprietária deste hotel a firma John Payne & Son.

Alguma influência alemã nesta área ainda se mantinha nesses anos, sendo o Hotel Belmonte referido no guia dos irmãos Trigo, em 1910, como Deutsches Hotel Restaurant, que era “mais especialmente frequentado por alemães, sendo muito conhecido e apreciado pela sua magnífica cozinha” (TRIGO e TRIGO, 1910, 30). Na primeira década do séc. XX, houve a tentativa alemã de entrar no mercado turístico madeirense, com investimento no caminho de ferro do Monte e constituição de um projeto

de construção de sanatórios, hotéis e casinos, através da Sociedade dos Sanatórios, que a comunidade britânica conseguiu inviabilizar. A situação de conflitualidade europeia levou ao deflagrar da Primeira Guerra Mundial e, com a entrada de Portugal no conflito, ao lado de Inglaterra, a memória da presença alemã na Madeira foi quase totalmente apagada.

Entre 1915 e 1916, José Sotero e Silva, casado com Maria Augusta de Ornelas Frazão, filha natural mas herdeira do 2.^o conde da Calçada, entretanto proprietário do hotel, efetua a reconstrução do imóvel. A propriedade veio a ser adquirida por volta de 1920 pela Companhia de Caminhos de Ferro do Monte e com a reativação do caminho de ferro, a 1 de fevereiro desse ano, procedia-se a importantes obras, inauguradas em 1926, como Grande Hotel Bello Monte, com uma zona de serviços a montante, um grande bloco central edificado e ainda uma casinha de prazer para Sul, rematando o jardim. A Segunda Guerra Mundial levaria ao encerramento do Grande Hotel e à extinção da Companhia em 1943 e, em 1958, instalava-se aí o Colégio Infante D. Henrique dos sacerdotes italianos do Sagrado Coração de Jesus. O edifício reflete o gosto que nas primeiras décadas do séc. XX inspira a maioria das restantes construções da freguesia do Monte, com três pisos e um andar de águas-furtadas, grandes varandas a percorrer as fachadas ao longo dos dois pisos inferiores e as coberturas por empenas agudas, ressalvadas por decorações ao gosto dos lambrequins, genericamente designadas por chalés alpinos, gosto que proliferou então por toda a Europa.

Em 1901, também o *Brown's Guide* anunciava o Reid's Mount Park Hotel, que, pelas fotografias que dele conhecemos, não passava de uma simples residência tradicional madeirense sumariamente dotada de alpendre para um pequeno bar exterior. Pelo contrário, algumas residências levantadas de raiz nos últimos anos do séc. XIX, como a do comerciante Alfredo Guilherme Rodrigues (1862-1942), a partir de 1897, data em que adquiriu a parte sul da antiga Qt. do Prazer, ganharam um espírito totalmente diferente. Alfredo Guilherme

Rodrigues ter-se-ia inspirado nos palacetes que observara nas margens do Reno, numa viagem à Alemanha que fizera poucos anos antes, construindo um dos mais emblemáticos edifícios da freguesia, com a cobertura muito inclinada e rematada por pináculos, que, aliada às altas chaminés, ainda aumentava mais a elegância e a verticalidade da construção. O edifício assenta numa larga plataforma com uma fantástica vista sobre a cidade do Funchal, articulando-se ainda com outra varanda adossada ao corpo principal e assente em arcaria. Os jardins dispõem-se em socacos e possuem uma das mais românticas lagoas da Madeira, inclusivamente dotada de um fontanário inspirado num baluarte redondo militar. Em 1904, já estava adaptado a hotel, o então Monte Palace Hotel, e nos anos seguintes seria uma das imagens mais divulgadas da Madeira.

O Monte Palace Hotel era muito procurado por estrangeiros na déc. de 20, assim como o local ideal de casamentos e outras festas, tendo ali ficado instalado António de Oliveira Salazar (1889-1970) na sua visita à Madeira, em abril de 1925, quando, juntamente com Mário de Figueiredo (1890-1969), e a convite de elementos do Centro Católico, foi apresentar as suas ideias de governo para Portugal. O local tinha-se tornado igualmente lendário com as festas da Escola Laical de *O Vintém*, entrando em dificuldades no final da déc. de 40, em face da Segunda Guerra Mundial e das partilhas entre os herdeiros. Ainda veio a ser adquirido pela Companhia de Caminhos de Ferro do Monte, em 1957, numa efémera tentativa de relançamento da Companhia. Somente nos finais da déc. de 80 é que o edifício viria a adquirir o seu anterior esplendor, com a aquisição por Joe Berardo (n. 1944), para doação à fundação que tem o seu nome, tendo-se os seus jardins tornado igualmente um dos cartazes turísticos mais importantes da freguesia.

Com o prolongamento da linha do caminho de ferro, em 1910, até ao Terreiro da Luta, a Companhia ali levantou, também, um Restaurante Esplanada, num local que, pela sua situação, se tornou igualmente emblemático, sendo internacionalmente divulgado, em especial

através das reproduções das aguarelas do pintor Max Römer. O edifício não se afasta dos padrões de gosto dos chalés europeus dos inícios do século, embora de um só piso aparente, sendo equipado para nascente com uma torre ao gosto dos castelos medievais, encimada por ameias e merlões, de profundo sentido romântico. Foi dos poucos edifícios que conseguiu resistir às alterações de gosto e de mercado, ainda funcionando como restaurante e esplanada nos começos do séc. XXI. O mesmo não aconteceu com o enorme chalé do banqueiro Manuel Gonçalves (1867-1919), o polémico homem forte dos interesses alemães na Madeira. O edifício inspira-se nos castelos medievais do Norte da Europa e é coroado por uma interessante torre com coruchéu sextavado de idêntica inspiração, sendo a fachada, virada para sul, totalmente percorrida por uma varanda corrida, tanto no piso térreo como no superior. O banqueiro faleceu neste chalé que, pouco tempo depois, foi adaptado a The Mount Royal Hotel, assim vindo publicitado no *Power's Guide* de 1930.

O início da época dos grandes hotéis

O espaço entre as duas guerras mundiais marca já um volume exponencial do tráfego marítimo e a correspondente necessidade de aumento da capacidade hoteleira da área do Funchal. Assiste-se então a sucessivas ampliações dos anteriores edifícios e a uma progressiva apropriação da orla marítima pelas principais unidades hoteleiras, aspeto que, uns anos antes, já era patente na construção de raiz do New Reid's Hotel, mesmo antes de passar a Reid's Palace Hotel, o que também foi quase imediato. A cidade do Funchal vai expandir-se para poente, tendência geral das grandes cidades europeias, numa apropriação dos espaços de fim de tarde como horário privilegiado de lazer. As acessibilidades tinham começado com a construção da Est. Monumental, unindo a cidade do Funchal a Câmara de Lobos, o que obrigara à construção de uma série de pontes sobre as inúmeras ribeiras existentes e junto das quais iriam nascer as principais unidades hoteleiras.

Em 1898, a fazer fé no *Power's Guide* de 1914, foi estabelecido a este da foz do ribeiro Seco o Atlantic Hotel, ampliado em 1913. A edificação original não se afastava das anteriores quintas de aluguer, mas a reconstrução desse último ano já apresentava um andar nobre com varanda corrida para Sul e um andar superior em mansarda. Possuía ainda corpos adossados, sendo o corpo para poente dotado de terraço, e incorporava na área duas ou três residências preexistentes. Já possuía, assim, um importante jardim com terraço com vista sobre o porto e, em breve, apropriar-se-ia da praia, construindo aí instalações balneárias, divulgadas através das aquarelas promocionais de Max Römer, embora o edifício representado – dadas as fotografias que conhecemos – em princípio não fosse o do Atlantic Hotel.

Em julho de 1936, entrava na Câmara Municipal do Funchal um projeto de ampliação, da autoria do Arqt. Edmundo Tavares (1892-1983), que no ano anterior executara um projeto semelhante para o vizinho Savoy Hotel. O projeto não alterava a volumetria, limitando-se a reformular a entrada, dotando-a de um pórtico neoclássico exterior; no interior, criava um átrio de entrada com receção, que não existia. Por 1970, o conjunto seria totalmente demolido e, no seu local, levantado um importante edifício, então entregue à cadeia internacional Sheraton, inaugurado a 20 de novembro de 1972. O conjunto foi ainda prolongado pouco depois, descendo ao longo da falésia com novos apartamentos e piscinas e, alguns anos depois, foi adquirido pelo Grupo Pestana, que nele instalou o Pestana Carlton Hotel.

Muito próximo e para nascente da margem do ribeiro Seco, pelas últimas décadas do séc. xx, era construído o Royal Hotel, ainda dentro da tradição do turismo terapêutico, constituído por dois corpos e uma torre central, sendo o 1.º andar totalmente preenchido por uma varanda de repouso, que recorria a uma armação estrutural de ferro fundido. O edifício parece ter recorrido a uma residência anterior, sendo a entrada no 1.º andar ladeada por dois óculos de cantaria aparente, dentro da tradição local. A entrada efetuava-se pela R. Imperatriz

D. Amélia e, nos seus jardins, contava também com um corte de ténis. No final da última década do séc. xix foi adquirido por José Dias do Nascimento (1868-1934), passando a designar-se Savoy Hotel e, em 1912, já tinha 24 quartos. Nos meados da déc. de 20 do séc. xx, seria totalmente demolido, levantando-se no seu local uma enorme estrutura, para a época, com uma fachada voltada para sul de cinco pisos e integrando ainda duas torres de mais dois pisos. Em 1928, abria, assim, com 220 camas, tendo o espaço até à R. Imperatriz D. Amélia sido de novo ajardinado. Em abril de 1935, entrava na Câmara Municipal do Funchal um projeto de ampliação, da autoria do Arqt. Edmundo Tavares, mas que não alterava significativamente o que estava construído e que se limitava à construção de um anexo para salão de jantar.

Cerca de 10 anos depois, à semelhança do Reid's Palace Hotel e Atlantic Hotel, o Savoy Hotel conseguiria também acesso ao mar, construindo uma nova estrutura na falésia, então independente do edifício principal, que chegou a ter a denominação de Savoy Hotel Lido. As instalações balneárias do Savoy Hotel não pararam de crescer e, na déc. de 60, o edifício principal seria parcialmente demolido, construindo-se, no mesmo local, um dos maiores hotéis da cidade, que, em 1970, abria com 750 camas. O edifício tinha já entrada pela nova Av. do Infante e apresentava oito pisos em dois blocos compactos, rematados no piso superior por um restaurante panorâmico e uma *boîte*. Em 2002, a área das piscinas reformulava-se como Royal Savoy, num mega projeto de luxo, e o edifício superior dos finais da déc. de 60 era objeto de idêntico megaprojeto, sendo demolido em 2011, mas acabando o projeto por ficar pelas fundações. Em 2013, um dos herdeiros do fundador e dos últimos gestores desta unidade hoteleira, António Drumond Borges, editou uma coleção de memórias destes três emblemáticos hotéis madeirenses.

Alguns pequenos hotéis foram resistindo à concentração nas grandes cadeias, mantendo-se quase privados, como ocorreu com o Hotel da Bela Vista, situado atrás do Hospício da Princesa D. Maria Amélia e com acesso pela

R. do Jasmineiro, que foi crescendo nos últimos anos do séc. XIX. O hotel teve por base uma residência dos meados do séc. XIX, com um bom parque envolvente e uma situação invejável que lhe deu o nome de Bela Vista ou Bella Vista. Este hotel é mencionado no guia de Paul Langerhans, em 1885, como Falkner's Private Hotel, embora, entre 1891 e 1901, esteja registado em nome de Eugénio Jones. A construção da aparatosa e enorme varanda de repouso deverá ter sido feita pouco depois, ocupando o espaço que foi depois a sala de jantar do Seminário Diocesano, entidade que viria a ocupar o imóvel. Este hotel deveria ter gozado de uma certa independência em relação às estruturas turísticas e deveria ter captado uma especial clientela, pois é, porventura, uma das unidades turísticas mais fotografadas nos finais do séc. XIX e nos inícios do séc. XX, especialmente a base das escadas de acesso ao jardim, onde os vários turistas aparecem fotografados em redes e em carro de bois.

Com a expansão da cidade para poente, a construção do Complexo Desportivo do Lido, do Clube Naval e do Clube de Turismo, entre outros, ainda na déc. de 30 do séc. XX, surgia no caminho velho da Ajuda, mais um hotel, o New English Hotel, adaptando uma anterior residência ao modelo dos velhos hotéis do turismo terapêutico, com a justaposição à fachada de um corpo de varandas apoiado em colunas de ferro forjado, a que se acrescentou, para poente, idêntico corpo mais pequeno. O esquema repetia quase o do inicial Royal Hotel, que tinha dado origem ao Savoy Hotel, transformando somente em torre aparente a anterior janela de mansarda, num esquema tradicionalista e já perfeitamente retrógrado para a época. Nos finais do século, o edifício viria a ser adaptado para sede da Fundação Cecília Zino.

A construção do aeroporto e o aumento do porto

Os meados do séc. XX foram marcados, na Madeira, pela emergência do grande turismo internacional, com a montagem da primeira

empresa privada britânica de transporte aéreo a operar um serviço internacional regular, em 1949, com os chamados “barcos voadores” da Aquila Airways, a que se seguiu a ampliação do porto do Funchal, então capaz de receber, com cais de acostagem, os grandes paquetes internacionais, e, na déc. de 60, a construção do aeroporto do Porto Santo e, mais tarde, do aeroporto de Santa Catarina, em Santa Cruz, na Madeira, sucessivamente Aeroporto da Madeira e Aeroporto Cristiano Ronaldo.

A adaptação, evidentemente, não foi imediata, voltando-se, para o efeito, a reformular anteriores residências, como foi o caso da inicial residência levantada por Salomão da Veiga França (1893-1961), na Est. Monumental, que já aparece no *Power's Guide* de 1930 como Miramar Hotel. O Miramar Hotel foi objeto, em julho de 1938, de um projeto de ampliação, da autoria do Arqt. Edmundo Tavares, que alterou significativamente a volumetria, acrescentando um amplo corpo de dois pisos para poente, tendo sido utilizado para apoio às tripulações da Aquila Airways, tal como, na Segunda Guerra Mundial, já tinha sido utilizado para a comunidade refugiada britânica de Gibraltar. Este antigo hotel, profundamente ampliado e reinterpretado, deu origem, em 1990, ao Pestana Miramar Hotel.

Idêntico percurso teve a antiga residência de Francisco Conceição Rodrigues, que fora diretor do *Diário de Notícias*, junto da ponte do ribeiro Seco, na R. do Favila, cuja construção foi interrompida em 1927 com a saída do proprietário do Funchal. O edifício de dois pisos, com uma ampla varanda corrida ao longo da fachada, viria a albergar o Casino Monumental, assim chamado dada a proximidade da Est. Monumental, e, ainda na déc. de 30, seria ampliado para poente com mais dois pisos, dando origem, na déc. de 40, ao Hotel Nova Avenida, ou New Avenue Hotel, em homenagem à ampliação da Av. do Infante. Sem especiais alterações, nos finais do século, viria a albergar o Conservatório e Escola Profissional das Artes Eng.º Luiz Peter Clode.

As décadas de 50 e 60 abriram perspectivas totalmente novas à Madeira, com as novas ligações

aéreas da Aquila Airways, que a 1 de janeiro de 1950 trouxeram à Madeira o chefe do partido conservador inglês, *sir* Winston Leonard Spencer Churchill (1874-1965), que se instalou no Reid's Palace Hotel, onde permaneceu 11 dias, embora regressando a Londres de navio; tal como, no final do ano seguinte, a jovem Margaret Thatcher (1925-2013), que, em lua de mel, se hospedou no Savoy Hotel. O novo ciclo económico, especialmente vocacionado para o turismo, é patente, *e.g.*, na diversificação dos investimentos da Casa Hinton, essencialmente vocacionada para a moagem, que, ao longo desses anos, diminui a atividade, passando a Fábrica do Torreão a funcionar sazonalmente. O comendador Harry Hinton (1857-1948) falece a 16 de abril de 1948 e, num curto espaço de dois anos e pouco, o herdeiro, George Welsh (1895-1981), investe igualmente na indústria hoteleira, abrindo o Hotel Santa Isabel, junto ao Savoy, na Av. do Infante, em frente ao então recente Hotel Nova Avenida, pouco depois ampliado e pronto para a abertura no outono de 1960.

Em termos de política económica nacional, a déc. de 50 iniciou-se com o I Plano de Fomento (1953-1958) que, entre vários objetivos, apontava para um plano de realizações no campo da agricultura, privilegiando a colonização interna e tentando assim fixar as populações no campo, de onde cada vez mais fugiam. Tal como no continente, o plano, na Madeira, era essencialmente direcionado para o aproveitamento hidroelétrico e para os aspetos gerais dos transportes, onde o país apresentava um franco atraso. O projeto vinha da Lei de Reconstituição Económica de 1935 e deu origem, na Madeira, à reformulação do sistema de levadas e ao seu aproveitamento para o fornecimento de energia elétrica à cidade do Funchal e ao respetivo parque hoteleiro. A cidade expandiu-se, então, decididamente para poente, sendo na área do Lido que vão surgir progressivamente novos hotéis, cuja construção, ao longo da déc. de 60, chega quase à praia Formosa, com o Hotel Madeira Palácio, em cujo capital chega a participar a TAP, Transportadora Aérea Portuguesa.

Com a abertura do aeroporto de Santa Catarina, inaugurado a 8 de julho de 1964, a empresária Fernanda Pires da Silva (n. 1926), presidente do Grupo Grão-Pará, iniciou os trabalhos para a montagem na área do complexo turístico da Matur, em Água de Pena (1972-1999). A 20 de novembro de 1972, eram assim inaugurados os grandes hotéis construídos de raiz na época, a saber, o Sheraton, no Funchal, onde se havia levantado o antigo Hotel Atlântico, e o Atlantis Holiday Inn, junto ao aeroporto, como os restantes hotéis dessa cadeia internacional. Para a inauguração, deslocou-se, mais uma vez, à Madeira, o chefe de Estado, Alm. Américo Thomaz (1894-1987), que ainda inauguraria o bairro social do Grémio dos Bordados, acima da Qt. do Til, no Funchal.

O complexo da Matur representava uma inovação no contexto da hotelaria insular, afastando-se do Funchal algumas dezenas de quilómetros. Era filosofia da cadeia hoteleira Holiday Inn, com a qual o Grupo Grão-Pará trabalhava, procurar novos espaços e localizar-se nas imediações de aeroportos, permitindo uma rápida instalação dos utentes e, igualmente, uma rápida saída. O complexo possuía outro aspeto mais ou menos inovador à época, que era a articulação com pequenos apartamentos de férias, independentes da unidade hoteleira-mãe, o que, na área do Lido, no Funchal, igualmente se ensaiava com os

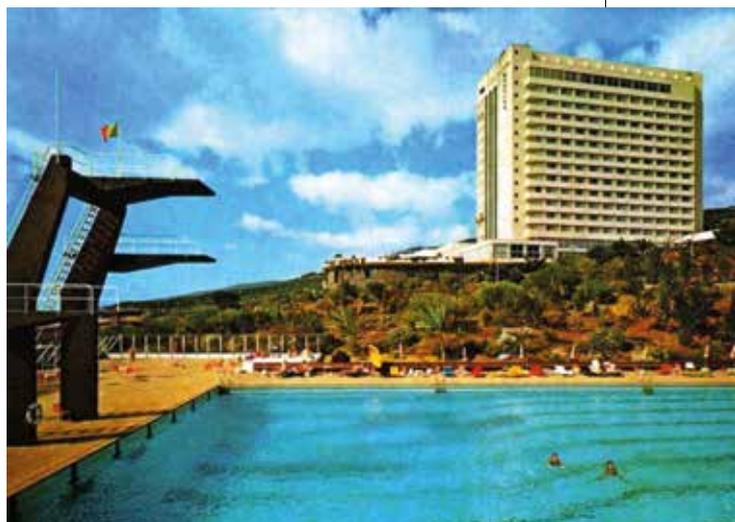


Fig. 4 – Bilhete-postal do Atlantis Holiday-Inn, 1970 (coleção particular).

apart-hotéis. A Matur encontrava-se dotada também de um amplo parque ajardinado, com instalações para congressos, clube de *bridge*, restaurantes, piscina olímpica, etc. As alterações do mercado turístico, nos anos seguintes, colocaram em causa o projeto e a ampliação do aeroporto levou à necessidade de demolição do Atlantis, que, com os seus 17 pisos, levantava questões de segurança ao tráfico aéreo, o que veio a acontecer, por implosão, a 22 de março de 2000.

A grande obra de arquitetura desta época foi o complexo do Casino Parque Hotel, posteriormente Pestana Casino Park, projetado sumariamente pelo arquiteto brasileiro Óscar Niemeyer (1907-2012), em 1966, e executado pelo arquiteto português Alfredo Viana de Lima (1913-1991) que, tal como Niemeyer, fora discípulo do arquiteto francês Charles-Edouard Jeanneret-Gris, mais conhecido como “Le Corbusier” (1887-1965). A atuação de Niemeyer foi muito limitada, não passando de esboço e, depois, de um anteprojecto na escala de 1:500, tendo o desenho definitivo, de 1970, os detalhes e o acompanhamento sido feitos pelo arquiteto português. Teria havido, inclusivamente, divergências ao longo da execução do projeto, *e.g.*, em relação à parte da estrutura ficar assente em pilares, uma vez que o Casino Parque Hotel era construído nos terrenos da antiga Qt. Vigia, que eram terrenos públicos, tendo Viana de Lima sido inflexível no respeito do anteprojecto, enquanto Niemeyer, então em Paris, chegara a condescender. O resultado é uma obra-prima de desenho e de arquitetura brutalista dessa época, acrescida ainda da participação, no desenho da arquitetura de interiores, do Arqt. Daciano Costa (1930-2005).

Uma das poucas características da arquitetura do turismo de lazer na Madeira parece ser a sua muito especial relação com a paisagem envolvente, através da contínua criação de possibilidades múltiplas de observação e de usufruto da mesma, através de miradouros. Nos inícios do séc. xx, quando o Arqt. Ventura Terra elabora o seu plano de urbanismo para o Funchal, o acesso e a construção de miradouros foi uma das diretivas mais expressas. Nos

anos seguintes, estas estruturas situadas nas encostas da cidade serão uma das prioridades camarárias, e, a partir da déc. de 40, uma das preocupações da Delegação de Turismo da Madeira.

O domínio quase absoluto do turismo de origem britânica e dos empresários dessa nacionalidade levou a que a arquitetura do turismo de lazer, na Madeira, não ganhasse características especialmente locais, embora utilizando mão de obra local e um saber artesanal ancestral, que informara de uma forma geral a arquitetura insular como uma arquitetura sem arquetos. Os modelos vão ser, assim, importados, como os chalés do Norte e Centro da Europa e, depois, os modelos internacionais ensaiados nos grandes centros turísticos internacionais. Nem o recurso a arquetos de gosto nacionalista, como o caso de Edmundo Tavares, que fez pelo menos três projetos de reforma em hotéis nos meados da déc. de 30 do séc. xx, permitiu criar alguma coisa que lembrasse muito especialmente esse tipo de gosto, até por estar a trabalhar para uma clientela internacional.

Nas décadas seguintes, e dada a circulação exponencial dos modelos internacionais, também serão esses a ser levantados na Madeira, tendo sempre em vista que o turista só muito raramente poderia ser nacional. Acresce que, sendo o mercado turístico altamente competitivo e sujeito às constantes alterações do gosto internacional, a tendência para a constante reformulação dos edifícios e dos seus equipamentos leva à eliminação de quase todas as preexistências em nome da novidade e do moderno. Mesmo em casos de indiscutível e internacional qualidade, como o do Reid’s Palace Hotel e do Casino Park Hotel, a tendência e a necessidade de inovação representam sempre um alto risco para o património arquetónico edificado e, mais ainda, para a arquitetura de interiores.

O desenvolvimento da cidade para poente, como acontece nas principais congéneres portuárias do Sul da Europa, levou à criação de uma zona de lazer especialmente vocacionada para parque hoteleiro, a área do Lido, a par de uma zona de montanha, a freguesia do Monte.

No entanto, se a zona do Lido preservaria essas características, embora mesclada de parque habitacional, tal parece, de certa forma, ter-se gorado no Monte. A construção de acessibilidades múltiplas e, especialmente, a construção do teleférico, associada a uma cada vez mais rápida passagem do turista, tem dificultado a manutenção, no Monte, de determinado tipo de serviços, tais como a restauração e o alojamento, face à sua pouca rentabilidade.

A passagem do séc. xx para o séc. XXI apresentou alguns aspetos inovadores, com uma nova apetência de alguns segmentos do turismo nacional e internacional para outros tipos de lazer, fora das grandes cidades e com outro género de ocupação do tempo. Tal permitiu a execução de projetos arquitetónicos de raiz muito inovadores, tal como a reabilitação de antigas quintas e propriedades rurais, que se afastam profundamente dos pressupostos gerais que nortearam o turismo ao longo da segunda metade do séc. xx, especialmente o de massas.

Bibliog.: impressa: BAKER, Charlotte Alice, *A Summer in the Azores, with a Glimpse of Madeira*, Boston, Lee and Shepard, 1882; BORGES, António Drummond, *Memória dos Savoy Hotéis*, Funchal, O Liberal, 2014; CLARK, Somers, "Reid's New Hotel. Madeira", *The Building News*, 9 jan. 1890; DRIVER, John, *Letters from Madeira in 1834: with An Appendix Illustrative of the History of the Island, Climate, Wines and Other Information up to the Year 1838*, London, Longman & Co., 1838; FRANÇA, Isabella de, *Jornal de Uma Visita à Madeira e a Portugal, 1853-1854*, Funchal, JGDAF, 1970; FRANCO, Sérgio Miguel Gouveia, "(...) O Que É Preciso, É não Fazer propositadamente Obra Antiga, nem tampouco Pretender Deslumbrar com Realizações artificialmente Modernistas": *a Obra de Edmundo Tavares no Funchal*, Porto, Universidade Fernando Pessoa, 2012; GOMES, Fátima Freitas, "Hotéis e hospedarias (1891-1901)", *Atlântico*, n.º 19, outono de 1989, pp. 170-176; GREEF, Richard, *Reise nach den Kanarischen Inseln*, London/Bonn, Verlag von Max Cohen & Sohn, 1868; HARCOURT, Edward William, *A Sketch of Madeira: Containing Information for the Traveller, or Invalid Visitor*, London, John Murray, 1851; HARCOURT, Susan Harriet Vernon, *A Sketch of Madeira*, London, Thomas McLean, 1850; LANGERHANS, Paul, *Handbuch für Madeira*, Berlin, August Hirschwald, 1885; LYALL, Alfred, *Rambles in Madeira, and in Portugal, in the Early Part of MDCCCXXVI: with An Appendix of Details, Illustrative of the Health, Climate, Produce an Civil History of the Island*, London, C. & J. Rivington, 1827; MATOS, Rui Campos, "A propósito das casas madeirenses", *Islenha*, n.º 43, jun.-dez. 2008, pp. 117-136; *Id.*, "Hospício da Princesa Dona Maria Amélia – O primeiro sanatório português", *Islenha*, n.º 50, jan.-jun. 2012, pp. 5-22; *Id.*, *As Origens do Turismo na Madeira. Quintas e Hotéis do Acervo da Photographia Museu «Vicentes»*, Funchal, Ordem dos Economistas – Delegação Regional da Madeira, 2013; *Id.*, *A Arquitectura do Turismo Terapêutico – Madeira e Canárias, 1800-1914*, Dissertação de Doutoramento em Arquitetura (Teoria e História) apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 2016; MITTERMAIER, Karl, *Madiera und seine Bedeutung als Heilungsort*, Heidelberg, J. C. B. Mohr, 1855; PITTA, César Augusto Mourão, *Madère, Station Médicale Fixe*, Paris, Ancienne Librairie Germer Baillièrre et Cie. Félix Alcan, 1889; REID, William et al., *Madiera A Guide Book of Useful Information with Illustrations and Maps*, London, F. Passmore, 1892; SAINZ-TRUEVA, José de, *Forasteiros na Madeira Oitocentista: Uma Estação de Turismo Terapêutico*, Funchal, DRAC, 1988; *Id.* (org.), *Viagens*

na Madeira Romântica, catálogo de exposição comissariada por José de Sainz-Trueva, e patente no Teatro Municipal do Funchal, dez. 1988-jan. 1989, Funchal, DRAC, 1989; SCHNEIDER, Jürg et al. (orgs.), *Fotofieber, Bilder aus West – und Zentralafrika Die Reisen von Carl Passavant 1883-1885*, Basel, Christoph Merian Verlag, 2005; TAYLOR, Ellen M., *Madiera: Its Scenery, and how to See It. With Letters of A Year's Residence and Lists of the Trees, Flowers, Ferns, and Seaweeds*, London, Edward Stanford, 1882; TRIGO, Adriano A., e TRIGO, Augusto A., *Roteiro e Guia do Funchal*, Funchal, Tip. Esperança, 1910; VERÍSSIMO, Nelson, "A questão dos sanatórios da Madeira", *Islenha*, n.º 6, jan.-jun. 1990, pp. 124-144; WEAVER, H. J., *Reid's Hotel, 1891-1991, Jewel of the Atlantic*, London, Souvenir Press, 1991; WILDE, William, *Narrative of A Voyage to Madeira, Teneriffe, and along the Shores of the Mediterranean*, Dublin, William Curry, 1840; WILHELM, Eberhard Axel, "A Madeira entre 1850 e 1900. Uma estância de tísicos germânicos", *Islenha*, n.º 13, jul.-dez. 1993, pp. 116-121; *Id.*, *Visitantes de Língua Alemã na Madeira (1815-1915)*, Funchal, DRAC, 1997; WORTLEY, Emmeline Stuart, *A Visit to Portugal and Madeira*, London, Chapman and Hall, 1854; **digital:** CARITA, Rui, *Curso de História da Arquitectura e do Urbanismo nas Ilhas Atlânticas*, CD do projeto Chronos, INTERREG III-B, ed. Bizex, Funchal, Universidade da Madeira, 2010.

Nota: partes deste texto foram anteriormente publicadas em http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/newlayout.php?itemmenu=12&mode=aulas&aula=159&cur=13&texto=4857&n_texto=50.

RUI CARITA

Arquitetura do turismo terapêutico

A apologia do ameno clima madeirense, especialmente vocacionado para o tratamento de doenças pulmonares, corria pela Europa desde os finais do séc. XVIII. A tuberculose, doença que afetou todas as classes, levou a que, especialmente na época do inverno, a Madeira fosse procurada pelas classes mais abastadas, em vista de um melhor clima e, se possível, da almejada cura. Nem todos os médicos eram da mesma opinião, tendo, inclusivamente, havido acesa polémica entre defensores e detratores do efeito do clima da Madeira nos tuberculosos. Para estes doentes, no entanto, por vezes quase em fases terminais, qualquer hipótese era sempre uma esperança a não desperdiçar.

Escritores e poetas, assim como publicistas em geral, divulgam o nome da Madeira como um sanatório natural, enaltecendo a fama e a excelência da temperatura, do espaço propício ao lazer e à contemplação da natureza, incitando a ida até à Ilha dos doentes provenientes dos rigorosos climas europeus. Alguns destes doentes também se dedicaram a registar as suas impressões em diários, devendo um dos mais interessantes ser o de Emily Shore

(1819-1839), que com a família foi para a Madeira na esperança de ali recuperar a saúde, mas acabou por falecer no Funchal. A presença de doentes no Funchal é atestada em quase todos esses escritos, como nos de Isabella de França (1795-1880), entre 1853 e 1854, ou de *lady* Emmeline Stuart Wortley (1806-1855), na mesma altura, que refere, com alguma nostalgia e algum romantismo, reconhecer ao longe, de quando em vez e pelas ruas e jardins do Funchal, um forasteiro de tez algo pálida e de andar arrastado – por certo, um tísico.

Isabella de França, entre inúmeras descrições, quando se refere aos companheiros de viagem para a Madeira, a 23 de junho de 1853, enumera: “Além da menina Davis, formosa e rechonchuda, tínhamos por companheiros três rapazes, todos doentes. Um, de porte corretíssimo, achava-se realmente em estado desesperado, e de facto morreu na Madeira, durante o inverno. Conforme nos informaram, era pessoa notável em Cambridge e levava consigo uma gatinha de três cores, nada feia. Outro, de estatura elevada, parecia ter-se esgotado a crescer, circunstância que aliás o não preocupava; filho de um comerciante de Londres, haviam-lhe aconselhado os médicos a viagem de ida e volta. O terceiro, nervoso, ou melhor, desequilibrado, não seria de mau aspeto se não fosse a barba crescida e o fez na cabeça. Os homens consideravam-no sensato, mas era tal a sua timidez que fugia o mais possível de mim e da pequena Davis: ou se refugiava no camarote ou escondia a cara num livro, quando vinha para a coberta” (FRANÇA, 1970, 40-41).

A expressão “turismo terapêutico” tem sofrido alguma contestação, a partir do entendimento do turismo como atividade de viagem na procura do prazer e de uma cultura e vivência diferentes, de fuga à rotina e de exercício displicente de uma liberdade. O turista não pode assim ser confundido com um quase inválido, como era referido nos guias ingleses do séc. XIX; logo, o termo pode ser considerado como um perigoso equívoco. A verdade, no entanto, é que não é possível traçar uma fronteira clara entre os vários conceitos de turismo, como também não é possível, logo em relação

à Idade Média, demarcar a diferenciação entre os peregrinos penitentes dos caminhos de Santiago e o turismo dito religioso que teve início, *grosso modo*, no séc. XX, mesclados, ambos, dos perigos da jornada, do esforço, da perseverança e da capacidade de suportar a dor para alcançar a graça de chegar a um santuário. Aliás, prazer e dor encontram-se muitas vezes mesclados e, para se não ir mais longe, basta referir os percursos das levadas da Madeira e desportos considerados radicais.

Face ao exposto, alargamos o âmbito do termo “turismo” a todo um leque de atividades programadas e que implicam serviços vários de transporte, alojamento e acompanhamento. Com algumas reservas, pois as fronteiras nesse alargado campo de atividades não são facilmente demarcáveis, podemos englobar, nos inícios dessa atividade de prototurismo, ainda os projetos educacionais ligados ao Grand Tour, tal como as viagens científicas dos naturalistas dos sécs. XVIII e XIX, e o chamado turismo terapêutico, tal como o turismo de lazer, que lhe sucede.

O alojamento do turismo terapêutico

A presença de elementos enfermos que procuravam o ameno clima para os seus males, especialmente para as doenças pulmonares contraídas nas poluídas cidades do Norte da Europa, somente ocorre em número significativo com as condições advindas das ocupações inglesas de 1801-1802 e 1807-1814, da ampliação do cemitério britânico e da construção da igreja anglicana. Até à déc. de 20 do séc. XIX, essa presença fora perfeitamente pontual e integrada num outro quadro de viagem, que quase não pressupunha estadia, salvo a estritamente necessária para o reabastecimento e a manutenção das embarcações. Excetuam-se aqui as chamadas viagens científicas dos meados e finais do séc. XVIII, na procura, documentação e recolha de novas espécies, que, de alguma forma, criaram também as condições para o turismo terapêutico, com a constituição de coleções botânicas que informaram decididamente as chamadas quintas madeirenses.

As quintas madeirenses foram, dada a sua localização periférica em relação à cidade e o facto de serem constituídas por casa de habitação com jardim e, não poucas vezes, também com parque, os locais ideais para essa instalação mais ou menos prolongada. As primeiras informações sobre as quintas madeirenses datam dos meados do séc. XVI, dadas pelo conde Júlio Landi (c. 1510-1578), que esteve na Madeira na déc. de 30: residências temporárias de certa importância, utilizadas pelos nobres e grandes comerciantes para aí usufruírem de ares mais temperados, eram então, essencialmente, unidades agrícolas. Em 1601, no entanto, Jean Mocquet (1575-1617) já denomina estas habitações da encosta da cidade como “maisons de plaisance [casas de recreio]” (MOCQUET, 1617, 50), e idêntica referência lhes foi feita pelo Rev. John Ovington (1653-1731), que passou pelo Funchal a caminho de Suratt, em 1689. O reverendo anglicano esteve numa dessas quintas, então já habitada por comerciantes britânicos, e escreveu que ali “a Natureza apresentava-se como um cenário de felicidade e amor, e impunha-se com toda a sua pompa, com todas as delícias e belezas campestres” (OVINGTON, 1696, 14-15).

Sendo os meses de verão bastante quentes no Funchal, todas as famílias de algumas posses, nessa quadra, se retiravam para a encosta, pelos vistos já nos sécs. XVI e XVII. Em meados do séc. XVIII também o governador e capitão-general fazia o mesmo, chegando o Gov. D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho (1726-1798) a propor para Lisboa a aquisição da quinta de Charles Murray (c. 1730-1801), no Monte, em 1788. Desde os finais do séc. XVI, aliás, também o faziam os padres da Companhia de Jesus, usando, entre outras, a Qt. do Cardo, em Santo António, e a Qt. do Pico, junto à fortaleza de S. João, onde, nos meses de verão dos finais do séc. XVIII, também habitaram os governadores gerais.

As quintas passaram assim a bens de aluguer, em que era muitas vezes incluído o recheio e, inclusivamente, o pessoal, embora na maior parte dos casos se optasse depois por escolher o mesmo. As quintas de aluguer mantiveram

a tipologia da arquitetura vernácula madeirense, muitas vezes com o edifício a articular-se com uma capela, sobrevivência das iniciais residências vinculadas, como na Qt. das Angústias, posteriormente Qt. Vigia, ou integradas na propriedade e com acesso exterior, como na Qt. das Cruzes. A propriedade era quase sempre murada, mantendo uma certa privacidade, e dotada ainda de mirante, dado o escalonamento das encostas, tal como de casinhas de prazer, essencialmente construídas com fassquiados de madeira, chamados rotulados ou muxarabis, que permitiam observar o que se passava no exterior, mas reservando a privacidade dos utentes.

A segunda metade do séc. XIX beneficiou desta corrente de turismo terapêutico, pois os outros destinos concorrentes, como o Sul da França, a Itália e a Grécia, estavam nesses anos bloqueados pelas guerras liberais europeias. Os jornais da época em Londres, como *The Illustrated London News*, de 1866, elegiam assim a Madeira como destino ideal das famílias inglesas, graças à sua muito especial natureza, ao seu clima e às comodidades que aí se podiam encontrar, colocando os seus leitores ao corrente dos sucessos alcançados por outros conterrâneos. Enquanto destino, a Madeira era mesmo recomendada por diversos hospitais de renome, e os resultados obtidos eram, na generalidade, muito satisfatórios.

Em algumas famílias inglesas parece ter sido tradição, entre os que apresentavam debilidades físicas, a passagem do inverno na Madeira, como foi o caso de *lady* Susan Harriet Vernon Harcourt (1824-1894), filha do 2.º conde de Sheffield (1802-1876), cujo nome de solteira era Susan Harriet Holroyd, e que se casou com Edward William Vernon Harcourt (1825-1891) em agosto de 1849. No ano anterior teria já acompanhado o noivo à Madeira, com a mãe, a condessa de Sheffield, a quem depois dedica o seu álbum de litografias da Madeira. Edward já havia também estado na Madeira, de outubro de 1847 a abril de 1848; de novembro de 1848 a maio de 1849; de novembro 1848 a maio de 1849; de novembro de 1849 a maio de 1850; e de

novembro de 1850 a abril de 1851. Da família Harcourt, ainda ali havia estado o pai, o Rev. William Vernon Harcourt (1789-1871), em data anterior, e, no inverno de 1847 para 1848, o outro filho, William George Granville Venables Vernon Harcourt (1827-1904), posteriormente ministro da Rainha Vitória (1819-1901) e figura política determinante do seu tempo, tal como, depois, o seu filho homónimo, William (1827-1904).

Algumas quintas remontam aos sécs. XVII e XVIII, mas, na sua grande maioria, são construções totalmente reformuladas na época de Oitocentos e algumas construídas mesmo de raiz, logicamente ao gosto romântico internacional, dentro do cariz neoclássico divulgado pelos Ingleses, mas inspirado muito especialmente na arquitetura clássica italiana. Para tal contribuiu, entre outros, o arquiteto paisagista John Claudius Loudon (1783-1843), com a sua obra *An Encyclopædia of Cottage, Farm, and Villa Architecture and Furniture* (1833), sucessivamente reeditada. A sua formação romântica é patente nos seus principais trabalhos, essencialmente virados para o arranjo paisagista dos cemitérios britânicos. O jardim foi assim uma das componentes da quinta de aluguer que mais marcada influência recebeu da cultura britânica. Mesmo os mais pequenos e moldados na tradição mediterrânica e insular dos socalcos sê-lo-ão à imagem da mentalidade romântica, de clareiras relvadas, fontanários e tanques decorados com pedra vulcânica, de percursos sinuosos povoados de pormenores arquitetónicos recuperados de outros edifícios, numa natureza moldada a pano de fundo da arquitetura, num dramatismo que estabelece a ligação entre os panoramas abissais, os cumes das montanhas e o horizonte longínquo do oceano.

Aos jardins da Madeira coube ainda uma outra função: a terapêutica, pois era ao ar livre que os doentes pulmonares faziam o tratamento. Daí também a criação de um novo tipo de fenestração, dotado de varandas de sacada e de acesso a terraços com comandamento sobre os jardins e, inclusivamente, sobre a paisagem. Acresce que a cura de ares era também uma cura de paixões, o que justifica a relação que

a casa passou a manter com o jardim, tal como com a paisagem circundante. Na quinta de aluguer oitocentista, o jardim foi assim tanto manifestação da alma romântica, quanto sistema e quadro essencial de tratamento para aquele tipo de doenças.

A casa de habitação também se foi rapidamente adaptando a uma nova vivência e funcionalidade social. O piso térreo, inicialmente uma loja destinada aos produtos da lavoura, que na antiga casa rural funcionava como unidade de produção de apoio à família, desaparece progressivamente. A relação de salas e quartos com o exterior, cuidadosamente ajardinado, é então assegurada por uma ligação tão direta quanto possível, como na Qt. do Monte. As funções dos compartimentos interiores especializam-se, surgindo as salas de jantar, de estar, de jogos e a biblioteca. Diferenciam-se igualmente as áreas de serviço, reservadas aos empregados, ou ocupando o piso térreo ou passando para a parte posterior do edifício. As fachadas também se alteram, introduzindo-se novos corpos relevados e de planta semiesférica, exteriormente dotados de varanda corrida, como na reconstrução da residência da Qt. do Deão, levada a efeito por volta de 1825 pelo cônsul inglês George Stoddart (1795-c. 1860).

No que respeita à arquitetura geral das novas quintas de aluguer, no entanto, poucas edificações seguiram de perto as *villas* de inspiração italiana difundidas pela bibliografia internacional. Pontualmente, no entanto, litografias como a do arquiteto galês Edward Jones (1796-1835), *Athenian Villa*, de 1834, podem ter circulado, mas um conjunto de circunstâncias de ordem social e económica fez com que quase todas essas novas construções ou reconstruções tivessem sido concebidas por mestres anónimos e locais: uma arquitetura sem arquitetos. A sua construção fez-se, assim, de acordo com saberes e tecnologias que mantiveram um elevado grau de imutabilidade ao longo do tempo. Nesse quadro, o modo de lavar e assentar as cantarias, de erguer as paredes, de escolher a madeira para os sobrados, de armar os



Fig. 1 – *Athenian Villa*, aguarela de Edward Jones, 1834 (Yale Center for British Art, Yale, EUA).

telhados e revesti-los a telha de meia cana, ou de calçar, a seixo basáltico rolado, os passeios dos jardins manteve-se. É essa a razão por que a maioria das quintas de aluguer, sejam elas originárias do séc. XIX, XVIII, ou mesmo XVII, se apresenta como um conjunto de grande coerência morfológica.

O aluguer de residência temporária recaía também, no entanto, sobre habitações urbanas, simples ou não, como aconteceu com inúmeros doentes, entre os quais se destacam algumas figuras importantes das letras portuguesas. Nos finais do séc. XIX, ainda passavam pela Madeira o escritor Júlio Dinis, pseudónimo de Joaquim Guilherme Gomes Coelho (1839-1871), que, na casa onde se instalou, na R. da Carreira, viria a iniciar e, depois, a concluir o seu romance *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (1871), e o poeta António Nobre (1867-1900), na mesma altura (ano de 1899) em que também se encontrava no Funchal o conde de Cascais, Manuel Domingos Xavier Teles da Gama (1840-1910), acompanhando os filhos Domingos e Constança Teles da Gama, igualmente afetados pela tuberculose. Entre muitos

outros exemplos, em novembro de 1840, também ali esteve o poeta cego António Feliciano de Castilho (1800-1875), acompanhando o irmão, o cónego da Sé de Lisboa, Augusto Frederico de Castilho (1799-1840), em fase terminal de tuberculose; o Cón. Januário Vicente Camacho (1792-1872) colocou de imediato à disposição dos irmãos as casas da Penha de França, mas o cónego viria a falecer a 31 de dezembro desse ano, regressando o poeta a Lisboa a 9 de janeiro seguinte.

O primeiro sanatório português

Nos meados do ano de 1852, em agosto, foi a vez de se deslocar para a Madeira a Imperatriz-viúva do Brasil, D. Amélia de Beauharnais (1812-1873), irmã do príncipe Maximiliano de Leuchtenberg (1817-1852), que ali havia estado um ano e pouco antes. A ex-Imperatriz vinha acompanhada da sua filha, a princesa D. Maria Amélia (1831-1853), última filha do malogrado Imperador D. Pedro (1798-1834). A princesa estaria muito doente e, segundo o conselho dos seus médicos, o ameno clima da

Madeira poderia ser uma das suas esperanças de recuperação. O Gov. José Silvestre Ribeiro (1807-1891) preparou cuidadosamente a recepção da princesa e da mãe, que ficaram instaladas na antiga Qt. das Angústias, onde havia estado o tio pouco tempo antes. As condições de saúde da princesa, contudo, pioraram nesse inverno, vindo a falecer na madrugada do dia 4 de fevereiro de 1853. Em sua memória, a ex-Imperatriz mandou levantar o Hospício Princesa D. Maria Amélia – pedindo autorização à sobrinha, a Rainha D. Maria II de Portugal (1819-1853), por carta de 13 de abril desse ano, recebida a 4 de julho seguinte –, que provisoriamente inaugurou na R. do Castanheiro, a 10 desse mesmo mês, num prédio do morgado António Caetano Moniz de Aragão, nos princípios do séc. XXI ocupado por uma unidade hoteleira. A primeira pedra das obras do futuro Hospício teve lugar três anos depois, a 4 de fevereiro de 1856, quase em frente da quinta onde falecera a princesa.

A ex-Imperatriz D. Amélia e a filha tinham-se feito acompanhar de um médico pessoal, o Dr. Francisco António Barral (1801-1878), médico pela Faculdade de Medicina da Univ. de Paris, professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, que nessa época ocupava o cargo de presidente da Sociedade das Ciências Médicas. Em 1849 já tinha sido encarregado de se deslocar a França e a Inglaterra para contactar ali a montagem dos serviços médicos e, em 1851, fez parte da comissão de reforma do serviço hospitalar em Lisboa, tendo assim sido incumbido de supervisionar todo o processo de montagem do futuro Hospício. A direção clínica da instituição foi entregue ao Dr. António da Luz Pita (1802-1870), formado pela Univ. de Montpellier, em França, que exercera medicina em Gibraltar, tendo passaporte britânico, porventura o mais habilitado clínico então no Funchal, e lente da Escola Médico-Cirúrgica. Foi este clínico o encarregado da aquisição do terreno, de que se tomou posse a 24 de agosto de 1855, embora a escolha tenha sido da responsabilidade do Dr. Barral.

O terreno escolhido era muito próximo da antiga Qt. das Angústias, numa área considerada

salubre e segura, numa zona ligeiramente elevada em relação à cidade e com muito boa exposição solar, sobre a margem poente da ribeira de S. João, mas a uma cota bem elevada, o que colocava o futuro edifício em segurança face às possíveis cheias daquela ribeira. Confinava para poente com a Casa das Angústias, onde desde 1847 funcionava o Asilo de Mendicidade. O terreno encontrava-se bem afastado das zonas residenciais da cidade e, embora confinante com o então cemitério da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, dado o futuro desenvolvimento da cidade, entendia o Dr. Barral que, num curto espaço de tempo, haveria de ser realocado, embora tal só viesse a acontecer em 1939-1940, quase 100 anos depois.

O projeto viria a ser elaborado em Londres, mediante concurso, tendo assim sido, em princípio, a primeira edificação portuguesa a ser feita mediante concurso internacional. O concurso ocorreu em julho de 1855, em Londres, tendo sido selecionado o projeto apresentado pelo Arqt. Edward Buckton Lamb (1805-1869). O programa teria sido fornecido pelo Dr. Barral, de acordo com dados já recolhidos em Londres, e, por certo, com o apoio dos seus contactos clínicos naquela cidade, onde deveriam estar elementos do Hospital de Brompton (1849), para o qual trabalhara o Arqt. Lamb, sendo da sua autoria a capela do mesmo Hospital. Edward Lamb trabalhou por vezes em parceria com o seu colega Frederik John Francis (1818-1896), sendo de ambos a ampliação do Hospital de Brompton. Em 1850, Lamb desenharia o primeiro sanatório inglês, o Royal National Sanatorium for Diseases of The Chest, em Bournemouth, no Sul de Inglaterra.

O Arqt. Edward Buckton Lamb, ao que se sabe, nunca se deslocou ao Funchal, tendo sido logo assente que a obra seria dirigida pelo Arqt. João Figueiroa de Freitas e Albuquerque (c. 1820-1867), que acompanhara o pai, o coronel de milícias João Agostinho de Brito Freitas Figueiroa de Albuquerque (1793-1862), a Londres, quando o mesmo emigrara, face à ocupação absolutista da Madeira, em 1828, e de onde não regressaria, ali falecendo. João Figueiroa de Freitas

e Albuquerque terá cursado Arquitetura em Londres e foi escolhido para a direção das obras do Hospício pela Imperatriz; usufruía de um ordenado mensal de 60\$000 réis. Têm escrito alguns autores madeirenses, como Januário Justiniano de Nóbrega e Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes, que João Figueiroa introduziu uma série de alterações ao projeto de Lamb, o que parece ser muito pouco provável. A direção da obra estava em Lisboa a cargo do Dr. Barral, que era consultado sobre todas as alterações, e não constam, nesta fase, grandes alterações ao projeto que tinha vindo de Londres, e que respeitava integralmente o programa elaborado pelo abalizado médico português e pelos seus consultores ingleses.

O edifício teria sido um dos primeiros sanatórios construídos na Europa, datando o seu projeto da altura em que se começaram a levantar hospitais especializados, e o primeiro levantado em Portugal. Lamb projetou um edifício revivalista, inspirado nas grandes casas de estilo georgiano do séc. XVIII a princípios do séc. XIX, numa solução com provas dadas na arquitetura hospitalar inglesa e de que o Hospital de S.^{to} António do Porto, de 1770, do arquiteto inglês John Carr (1723-1807), é também um exemplo. Segue a filosofia classificada por *sir* Henry Charles Burdett (1847-1920) como “corridor type [tipo corredor]” (MATOS, 2016, 317), ou seja, uma planta retangular estruturada por um longo e largo corredor central que atravessa todo o edifício, servindo também para os doentes se exercitarem quando as condições atmosféricas exteriores são desfavoráveis. O conjunto possui cave para arrecadações e dois pisos, com o piso térreo ligeiramente acima do solo, de forma a limitar, tanto quanto possível, o contacto com o solo e a humidade. O eixo do edifício é marcado com a entrada, inscrita num bloco com ligeiro avanço, com átrio interior, e de onde parte uma escada de dois lanços que dá acesso à capela no andar superior. Os blocos laterais também possuem ligeiro avanço, mas os terraços com varanda são acrescentos dos primeiros anos do séc. XX.

O Hospício foi desenhado para 24 doentes de ambos os sexos, separados em pequenas enfermarias de seis lugares, devendo as mulheres ficar nas enfermarias do braço nascente e os homens nas do braço poente. O edifício possuía ainda pequenas inovações para a época, tais como um elevador para transportar a comida até ao andar superior e um outro para transporte de roupa suja. A ocupação relativamente folgada dos espaços adveio da determinação médica de respeitar um metro cúbico de ar por doente, considerada regra no tratamento dos doentes tísicos. Mais tarde, esta estrutura veio a sofrer alguma contestação; considerada demasiado compacta, optou-se pela distribuição dos doentes por pavilhões mais ou menos independentes, delimitando assim as possibilidades de contágio.

O protagonismo da alta e elegante capela central, exteriormente marcada pelas armas pessoais da ex-Imperatriz, deve ter sido imposição de D. Amélia, duquesa de Bragança, dado afastar-se da filosofia arquitetónica inglesa da época. A capela dedicada a N.^a Sr.^a das Dores, inclusivamente, teria sido paga pelo arquiduque Maximiliano de Habsburgo (1832-1867), que estaria, desde 1852, e aquando da sua visita a Lisboa, prometido à falecida princesa. O futuro Imperador do México encomendou mesmo um projeto neobizantino para a capela ao Arqt. Eduardo Van Del Null (1812-1868) e ao pintor Karl von Blaas (1815-1894), executado em Viena, em 1857, e que figura na coleção de Agostinho de Vasconcelos, no Funchal, mas o seu casamento com a princesa Carlota da Bélgica (1840-1927), a 27 de julho desse ano de 1857, levou a que não fosse executado, tendo o retábulo ali existente sido adquirido em Munique.

Na sua segunda passagem pelo Funchal, no inverno de 1859, o futuro Imperador do México visitou o Hospício e, nas suas memórias, referia ser um edifício de estilo renascentista, cuja fachada lhe lembrava um castelo de Nápoles, tal como os hospitais ali construídos. Efetivamente, trata-se de um rígido desenho de inspiração clássica, simétrico e de paredes caiadas, rematado por frontão e cornijas, assente

em embasamento de pedra aparente, o que parece contrariar as obras que fizera em Inglaterra e que tinham, então, suscitado alguma polémica. O arquiteto fora acusado de procurar o pitoresco com paredes de aparelho de pedra aparente, de certa rudeza e totalmente assimétricas, enquanto, no Hospício do Funchal, é muito mais classicista. Em causa podem estar as diretivas do encomendador, a duquesa de Bragança, e dos médicos que forneceram o programa, tal como, provavelmente, a execução local pelos mestres pedreiros madeirenses.

As obras do Hospício estavam quase terminadas nos meados de 1859, altura em que se teria procedido aos arranjos finais e começado o jardim. Tudo leva a crer que o projeto inicial não comportaria jardim, pois a duquesa de Bragança, em 1860, enviou um projeto de jardim assinado por A. A. Gonçalves, que é quase a única peça que subsiste do arquivo



Fig. 2 – Fachada e capela do Hospício Princesa D. Maria Amélia, c. 1860, Funchal (arquivo particular).

do Hospício. Trata-se de um projeto romântico, aliás presente nos jardins de muitas das quintas madeirenses, com caminhos sinuosos, lagos e tanques, tal como com recantos de estadia e descanso.

Em linhas gerais foi o projeto construído, mas ter-lhe-ia depois dado continuidade, nos finais do século, o padre alemão Ernesto João Schmitz (1845-1922). Proveniente da Congregação de S. Vicente de Paulo, onde entrara em 1864, estava pontualmente na Madeira 10 anos depois, como capelão do Hospício da Princesa D. Maria Amélia. Regressava em 1878, para ocupar o mesmo lugar, e, a partir de 27 de setembro de 1881, o de vice-reitor do Seminário. Naturalizado português, em 1898 era transferido para reitor do Seminário de Theux, na Bélgica, voltando à Madeira em 1902, onde só permaneceria até 1908, sendo então transferido para Jerusalém e falecendo à frente da direção do Hospício de S. Carlos, em Haifa, em 1922.

A vida no Hospício não foi fácil nesses anos, tendo a entrada dos primeiros doentes ocorrido a 4 de fevereiro de 1862 e a inauguração oficial sido em junho seguinte, e tendo os doentes sido entregues às irmãs francesas da Congregação de S. Vicente de Paulo. Dada a polémica em torno do regresso das Ordens a Portugal, em breve teriam de sair do continente e, na sequência disso, a superiora em Paris mandaria regressar as freiras da Madeira, que se encontravam à frente do Hospício Princesa D. Maria Amélia. Regressariam, entretanto, em novembro de 1871, altura da reabertura do edifício com as Irmãs Vicentinas.

D. Amélia veio a falecer em 1873, no palácio das Janelas Verdes, legando a administração do Hospício à sua irmã Josefina (1807-1876), Rainha da Suécia e da Noruega, alegando que administrações daquele tipo não deveriam ter maioria de elementos portugueses ou brasileiros. Desde então, passaram os reis da Suécia a ser os administradores daquela instituição. Volvidos 150 anos, a Rainha Sílvia Sommerlath (n. 1943) da Suécia, administradora titular, continua a ser de origem brasileira, tendo, a 3 de outubro de 1986, visitado pela primeira vez o Hospício.

O Hospício Princesa D. Maria Amélia tornou-se, entretanto, emblemático dessa época, sendo visita obrigatória dos viajantes internacionais, e especialmente dos médicos. Em 1883, *e.g.*, o explorador e médico de origem alemã Carl Passavant (1854-1887) aventurou-se numa viagem até Angola para recolher material para o seu doutoramento na Univ. de Basileia, na Suíça. Passando pelo Funchal com outros médicos, não deixou de visitar o Hospício e de levar uma fotografia do mesmo para publicar num trabalho que teria depois o título “Entre Bâle et Angola. Les voyages de Carl Passavant en Afrique de l’Ouest et Centrale en 1883-1885”. Com a sua morte prematura, o seu espólio foi legado ao Museu de Basileia, e os seus trabalhos só foram publicados em 2005, com a fotografia do Hospício.

O projeto dos sanatórios alemães

A estadia prolongada de famílias alemãs e rusas, por vezes inteiras, na Madeira dos meados do séc. XIX, veio contribuir para a constituição de um clima cultural muito especial, que as famílias inglesas tinham sido incapazes de desenvolver. Em 1861, *e.g.*, chegava à Madeira Sophie Pirch, princesa de Waxel e baronesa Pirch, acompanhada dos filhos Platão (1844-1914) e Nadechda, ambos doentes de tuberculose, trazendo ainda outra filha, Sophie Pirch, sua homónima. A família instalou-se na Qt. Sarmiento e, para fazer face às suas despesas, a princesa deu lições de piano, e o filho lições de canto. Nadechda Waxel viria a falecer na Madeira, mas o irmão Platão recuperaria e a irmã Sophie também, e se casaria na Ilha com o ex-sacerdote José Carlos de Faria e Castro. Entretanto, também passaria pela Madeira o príncipe alemão Maximiliano de Leuchtenberg (1817-1852), irmão da ex-Imperatriz do Brasil, que se casara com uma das arquiduchessas da Rússia, com uma comitiva que teria incluído o pintor russo Karl Briullov (1799-1852), e, mais para os finais do século, fixar-se-ia na Madeira um dos mais importantes médicos e cientistas do seu tempo, o Dr. Paul Langerhans (1847-1888), autor da descoberta

das células que têm o seu nome, tudo contribuindo para a divulgação da Madeira como destino terapêutico.

A construção de estabelecimentos para o tratamento de doentes afetados pela tuberculose pulmonar assumia-se como uma necessidade desde os meados do séc. XIX e encontrava-se já então em curso na Madeira, através da fundação do Hospício Princesa D. Maria Amélia. O projeto, no entanto, era perfeitamente pontual para a procura que a Ilha estava a ter como estância de saúde para classes abastadas. Impunha-se um projeto muito mais global, em que, a par de unidades hospitalares modernas, especializadas no atendimento de tuberculosos, se construíssem unidades hoteleiras para os acompanhantes dos mesmos doentes e, na mesma sequência, também locais de diversão. A questão da construção dos sanatórios em locais mais ou menos isolados e a certa altitude era assim indissociável da construção de hotéis de luxo e de casinos perto do mar, como era o caso do projeto da Madeira.

Foi no seguimento da visita, à Madeira, de D. Carlos e D. Amélia que se devem ter constituído as condições para que o príncipe alemão Frederick Charles de Hohenlohe Oehringen (1855-1910), em 1903, se propusesse levar a efeito, na Madeira, um vasto projeto de sanatórios marítimos e de altitude, alguns exclusivamente destinados a doentes ricos, logo, dotados dos anexos indispensáveis de jardins e parques, e outros destinados à população de menos recursos e que funcionavam como contrapartida da futura sociedade. O projeto foi aprovado pelo Governo português, mediante parecer da comissão executiva da Assistência Nacional aos Tuberculosos, e teria tido apoio da Rainha D. Amélia, amiga pessoal do príncipe alemão. A 22 de setembro de 1903, chegava ao Funchal o príncipe Hohenlohe, com uma vasta comitiva alemã e oficial portuguesa, sendo aí recebido, entre outros, pelo comendador Manuel Gonçalves (1867-1919) e o financeiro João Rodrigues Leitão, visconde de Cacongô (1843-1925), e saindo da Madeira a 3 de outubro seguinte.

Em breve, a Sociedade dos Sanatórios da Madeira estava em marcha e, a 17 de março de

1904, chegava à Madeira nova delegação alemã, entre outros, com importantes financeiros de Berlim, e que, dentro de um igualmente curto espaço de tempo, liderava um importante projeto de turismo terapêutico, com a construção de várias unidades hospitalares, como foram o Hospital dos Marmeleiros, o sanatório popular, e o Sanatório de Santana, no Monte, já para classes mais abastadas, ambos servidos pelo elevador do Monte, construído já, em parte, com capitais alemães. Para construção estavam planejados ainda os grandes hotéis marítimos, dependentes de futuras aquisições, a serem levantados nas áreas das quintas Lambert, Vigia, Pavão e Bianchi, praticamente as mesmas que deram lugar ao Casino Park Hotel, duas das quais logo adquiridas. Em breve o projeto avançava para outras vertentes, como eram as facilidades de navegação para o Funchal, prevendo a instalação de um depósito de carvão de pedra não só para os navios que iam servir os hotéis e sanatórios, mas também para a restante navegação. Previa-se, assim, retirar aos Ingleses esses monopólios, passando o Funchal a funcionar como nó de comunicações no Atlântico Norte, *e.g.*, entre a América do Norte e a África do Sul, onde os Alemães já possuíam largos interesses.

Estavam assim em causa os interesses ingleses na Madeira e, por acréscimo, mesmo no quadro geral do Atlântico Norte. De imediato os periódicos locais atacaram o projeto, incentivados pelas firmas Blandy e Cory, concessionárias da distribuição do carvão, assim como pelos irmãos Reid, proprietários do Reid's Palace Hotel. Foi protagonista deste ataque o *Diário de Notícias* (Madeira), já propriedade da Casa Blandy, levando a que a Companhia dos Sanatórios da Madeira tivesse mesmo de apoiar a fundação de um periódico diário, o *Heraldo da Madeira*, cuja redação foi entregue a Fernando Augusto da Silva (1863-1949), para a defesa dos interesses alemães. A guerra nos anos seguintes seria terrível, envolvendo as chancelarias de Londres e de Lisboa, mas também as de Berlim, e acabaria o Estado português por, mais uma vez, sair a perder, tendo de pagar uma pesada indemnização aos concessionários alemães.

Nos anos seguintes, a tensão não deixou de aumentar, pois, logo nos inícios de 1905, se adaptava a antiga Qt. de Santana a hotel e sanatório de luxo, e se iniciava a construção de raiz do pequeno, mas luxuoso, Kurhotel Amélia, por certo em homenagem à Rainha de Portugal, que apoiara a Sociedade; e, a 24 de junho desse ano, procedia-se ao lançamento da primeira pedra do sanatório dos pobres, o Hospital dos Marmeleiros, no Monte, e começavam-se as negociações para a construção do projeto do grande Kurhotel sobre a baía do Funchal, a levantar no espaço das quintas Vigia e Bianchi. Os Alemães já haviam adquirido essas quintas, mas necessitavam ainda de adquirir a Qt. Pavão, ao lado, conseguindo, no entanto, os Ingleses a sua aquisição, por direito de opção de um dos anteriores locatários. Os Alemães exigem do Governo português a expropriação por utilidade pública, colocando Lisboa no meio de um grave incidente diplomático entre os interesses britânicos e alemães, tendo-se, inclusivamente, o príncipe Hohenlohe deslocado a Lisboa nos primeiros dias de novembro de 1905. Nunca a Madeira tinha sido tão falada na imprensa continental e internacional, alvitando-se mesmo uma arbitragem internacional, através do recurso ao Tribunal de Haia, e falando-se abertamente numa indemnização.

O luxuoso complexo do sanatório marítimo, que nunca se chegaria a construir, envolvia conjuntos de parques e jardins para exercícios ao ar livre, acesso a praia de banhos, vilas destinadas às famílias que quisessem viver separadamente, etc. O conjunto central apresentava planta em H, tendo quatro pisos de quartos e suites, todos eles dotados de instalações sanitárias privadas, dispostos de ambos os lados de um corredor central. No rés do chão e na semicave situavam-se as áreas sociais e de serviços, sendo o salão central verdadeiramente monumental. Tratava-se de uma verdadeira revolução nos padrões de conforto oferecido pela hotelaria da Ilha, com que nem os mais importantes hotéis então construídos poderiam competir.

O sanatório de montanha destinado aos doentes pobres, que, por pressão da Rainha D. Amélia, havia sido a primeira construção



Fig. 3 – Preventório de S.ª Isabel, Hospital e Sanatório Dr. João de Almada, Arqt. Carlos Ramos, 1941, com ampliação de 1953-1958 (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

a ser levantada, não se afastava muito das linhas gerais programáticas do Hospício, construído 50 anos antes, com a mesma filosofia de um corredor central servindo as enfermarias e os quartos. Ultrapassava-o, no entanto, na volumetria geral, apresentando quatro pisos compactos, sendo o inferior uma semicave, ocupado com os serviços, e estando os dois superiores dotados, a todo o comprimento, de uma arcaria que formava uma extensa varanda coberta e outra aberta. Não tinha a qualidade de construção aparente do Hospício, e estava marcado por uma característica austeridade alemã. Com a extinção da Sociedade e a indemnização paga, o enorme edifício veio a ser entregue ao Estado e acabou por receber o antigo Hospital de S.ª Isabel, da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, libertando aquele edifício para instalação da Junta Geral.

Em 1905, também estava pronta a adaptação da antiga Qt. de Santana, do outro lado do Monte, para receber um pequeno mas luxuoso sanatório, o Kurhaus Sant'Ana, enquanto não estava pronto o luxuoso Sanatório Palácio-Hotel, que a Companhia dos Sanatórios tencionava levantar nas imediações. A residência da antiga quinta deve ter sido então dotada de alpendres, dos quais só ficaram fotografias.

Desocupada, nos meados do século veio a sofrer várias alterações para receber a Escola Superior de Enfermagem de S. José de Cluny.

O luxuoso Kurhotel Amélia, que chegou a ser construído, total e luxuosamente equipado, ocupou o espaço logo acima da antiga Qt. de Santana, e acusava, na sua arquitetura, a influência da secessão vienense, que à época também se fazia sentir na Alemanha. Com o seu encerramento, veio a perder todo o recheio, que porventura nunca chegou a ser utilizado, podendo ter restado um serviço de cristofle, de grande dimensão, existente no palácio de S. Lourenço, para além de algumas fotografias, raras. O que restava do antigo edifício foi demolido, em 1941, para dar lugar ao Preventório de S.ª Isabel e Sanatório Dr. João de Almada (1874-1942), projetado pelo Arqt. Carlos Ramos (1897-1969), que, entre 1953 e 1958, seria ampliado, então por iniciativa do Dr. Almada e do genro, o Dr. Agostinho Cardoso (1908-1979).

A arquitetura do turismo terapêutico representou, através da construção do Hospício Princesa D. Amélia, uma profunda revolução na área do tratamento da tuberculose, tendo sido aquele o primeiro sanatório construído em Portugal e, ao que sabemos, o primeiro

edifício a ser levantado mediante concurso internacional. O megaprojeto da Sociedade dos Sanatórios da Madeira gorou-se, mas deixou na Madeira o edifício que permitiu, algumas décadas depois, transferir o velho Hospital de S.^{ta} Isabel, da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, do centro da cidade, e os pequenos sanatórios da freguesia do Monte serviram de base para a Escola Superior de Enfermagem e para o Sanatório Dr. João de Almada, uma peça notável da arquitetura do Estado Novo.

Bibliog.: ARAGÃO, António, *A Madeira Vista por Estrangeiros, 1455-1700*, Funchal, DRAC, 1981; FRANÇA, Isabella de, *Jornal de Uma Visita à Madeira e a Portugal, 1853-1854*, Funchal, JGDAF, 1970; GOUVEIA, Cláudia Faria, "Emily Shore journal – Breves apontamentos", *Origens*, n.º 14, jun. 2006, pp. 60-63; THOMAS McClean, 1850; HAUSEN, Björn M., "Paul Langerhans and the islands", *Islenha*, n.º 7, jul.-dez. 1990, pp. 22-31; LOUDON, J. C., *An Encyclopædia of Cottage, Farm, and Villa Architecture and Furniture; Containing Numerous Designs for Dwelling... Each Design Accompanied by Analytical and Critical Marks*, London, Longman, Brown, Green, & Longmans, 1833; MATOS, Rui Campos, "A propósito das casas madeirenses", *Islenha*, n.º 43, jun.-dez. 2008, pp. 117-136; *Id.*, "Hospício da Princesa Dona Maria Amélia – O primeiro sanatório português", *Islenha*, n.º 50, jan.-jun. 2012, pp. 5-22; *Id.*, *As Origens do Turismo na Madeira. Quintas e Hotéis do Acervo da Photographia Museu "Vicentes"*, Funchal, Ordem dos Economistas – Delegação Regional da Madeira, 2013; *Id.*, *A Arquitectura do Turismo Terapêutico. Madeira e Canárias, 1800-1914*, Dissertação de Doutoramento em Arquitetura apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 2016; MAXIMILIAN, *Recollections of My Life, by Maximilian I, Emperor of Mexico*, 3 vols., London, Richard Bentley, 1868; MOCQUET, Jean, *Voyages en Afrique, Asie, Indes Orientales et Occidentales, Divisés en Six Livres et Enrichis de Figures, par Jean Mocquet, Garde du Cabinet des Singularitez du Roy aux Tuilleries*, Paris, Jean Heuqueville, 1617; NÓBREGA, Januário Justiniano de, *Visita de Sua Magestade a Imperatriz do Brasil, Viúva, Duquesa de Bragança, à Ilha da Madeira, e Fundação do Hospício da Sereníssima Princesa D. Maria Amélia, Obra Póstuma*, Funchal, Typ. da Flor do Oceano, 1867; OVINGTON, John, *A Voyage to Surat in the Year 1689*, London, Jacob Tonson, 1696; SCHNEIDER, Jürg et al. (orgs.), *Fotofieber Bilder aus West- und Zentralafrika. Die Reisen von Carl Passavant, 1883-1885*, Basel, Christoph Merian Verlag, 2005; SILVA, António Ribeiro Marques da, *Apontamentos sobre o Quotidiano Madeirense (1750-1900)*, Lisboa, Caminho, 1994; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; VERÍSSIMO, Nelson, "A questão dos sanatórios da Madeira", *Islenha*, n.º 6, jan.-jun. 1990, pp. 124-144; WILHELM, Eberhard Axel, "A Madeira entre 1850 e 1900. Uma estância de tísicos germânicos", *Islenha*, n.º 13, jul.-dez. 1993, pp. 116-121.

RUI CARITA

Arquitetura militar

A consciência da necessidade de fortificação das ilhas atlânticas com vista às alterações do quadro estratégico do Atlântico Norte foi tardia, ao contrário do que sucedeu no Norte de África, onde uma população islamizada nunca aceitou de bom grado a presença portuguesa, obrigando à rápida construção de estruturas

defensivas. No entanto, o termo "arquitetura militar" envolve outros pressupostos, inclusive teóricos, pelo que a sua incipiente instalação na Ilha, ao longo do séc. xv e perante a inexistência de um inimigo imediato, dificulta a escrita sobre o tema. Claro que se construíram estruturas defensivas, como a torre do Capitão, em Santo Amaro, no Funchal ou a torre dos Esmeraldos, na Lombada da Ponta do Sol, mas foi principalmente por questões de prestígio. Mesmo o pedido de construção de uma fortaleza feito à infanta D. Beatriz, em 1475, e a construção do chamado baluarte do Funchal (a fortaleza e palácio de S. Lourenço), em 1540, resultaram mais em edificações senhoriais do que militares, numa época em que já se começava a equacionar outro tipo de construções, mas não a entendê-las totalmente.

Nos meados do séc. xv, começou a ser introduzido em Portugal armamento de fogo, o que, a par das novas bestas com tração mecânica, *e.g.*, alterou os pressupostos das construções defensivas. A utilização de armamento de fogo pesado obrigou ao reforço das antigas muralhas com sapatas e, progressivamente, foram desaparecendo as altas torres de menagem, alvos facilmente reconhecíveis à distância e também facilmente derrubáveis. A primeira fortificação construída na Madeira, pedida em 1528, determinada em 1529, mas só levantada entre 1540 e 1541, dirigindo a obra o pedreiro Estêvão Gomes, era uma fortificação de transição, não sendo ainda aquilo que se denominaria posteriormente "fortificação moderna", "regular", divulgada pelos novos tratados internacionais.

O baluarte do Funchal implicou a construção de uma torre semioval, assente nos afloramentos rochosos da praia, ostentando os emblemas e as armas reais, articulada com uma muralha a correr sobre o chamado altinho das fontes de João Dinis, que envolvia as casas do capitão. Ao lado das fontes, o baluarte ou a fortaleza tinha um torreão-cisterna que, flanqueando a muralha, protegia a aguada dos navios e a população na praia do Funchal.

A fortaleza do Funchal e a organização geral defensiva militar mostrou-se totalmente incapaz perante o ataque corsário francês de



Fig. 1 – Baluarte joanino da fortaleza de S. Lourenço, 1540, Funchal (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

outubro de 1566. A fortaleza foi atacada por terra, onde não possuía qualquer protecção, e, não sendo possível movimentar as pesadas bocas de fogo em direção ao mar, não resistiu ao ataque, sofrendo a cidade um pesado saque de cerca de 15 dias a que quase nada escapou.

A partir de então, a atenção da corte de Lisboa virou-se para as ilhas atlânticas e, logo na armada de socorro enviada à Madeira, terá viajado um arquiteto militar altamente habilitado, o mestre das obras reais Mateus Fernandes (III) (c. 1520-1597), ligado à família dos arquitetos do mosteiro da Batalha, alguns militares continentais para reverem a organização das companhias de ordenanças e das vigias, ainda vindo, alguns meses depois, dois técnicos militares italianos para o apoiarem. Data desta

época a instalação em Lisboa de uma provedoria das obras reais, que passou a controlar a documentação expedida para o vasto império ultramarino português e à qual ficaria depois ligado o arquiteto mor do reino.

O novo mestre das obras reais da Madeira, Mateus Fernandes, recebeu, nos primeiros dias de 1567, ordens várias, enviadas pela provedoria das obras, em Lisboa, entre as quais o Regimento das Vigias, datado de 22 de abril de 1567. Este documento serviu de ensaio ao regimento geral promulgado em todo o reino a 10 de dezembro de 1570. O Regimento das Vigias de 1567, dirigido ao capitão do Funchal, mandava montar vigias em todos os portos, “calhetas, praias ou pedras, em que parecesse que os inimigos poderiam desembarcar” (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomo 2, fl. 142v.). Este regimento avança ainda com outras diretivas respeitante à artilharia, tendo sido a base de muitos dos pequenos fortes ou fortins depois levantados pela Ilha. Assim, no reconhecimento que o capitão e os restantes elementos deveriam fazer dos lugares para “guarda do mar”, “surgidouros e desembarcadouros”, também deveriam ser contemplados os lugares “para guarda da terra” (*Ibid.*, fls. 109-112v.). Nesses lugares, deveriam ser levantadas estâncias para colocar artilharia, cuja praça deveria ser “chã e calçada como convém”, para que o pessoal depois ali em serviço se pudesse movimentar bem e as “rodas dos reparos estarem sempre enxutas, sem humidade de água ou lama” (*Ibid.*). Deveria ainda ser montada uma casa sobradada para a pólvora, tal como uma guarita para observação e vigia.

Em março de 1567, Mateus Fernandes recebeu a visita e o apoio de dois arquitetos italianos, Pompeu Ardití (c. 1520-1571) e Tomás Benedito (c. 1520-1567), ambos de Pézaro, que lhe entregaram um primeiro regimento de fortificação para o Funchal, datado de 14 de março desse ano. Estes italianos, com quem o mestre das obras reais já teria contactado no Norte de África, ficaram na Ilha cerca de um mês e seguiram depois para os Açores, onde aquele último reformulou e dirigiu a nova fortaleza de S. Brás, em Ponta Delgada. Com esta

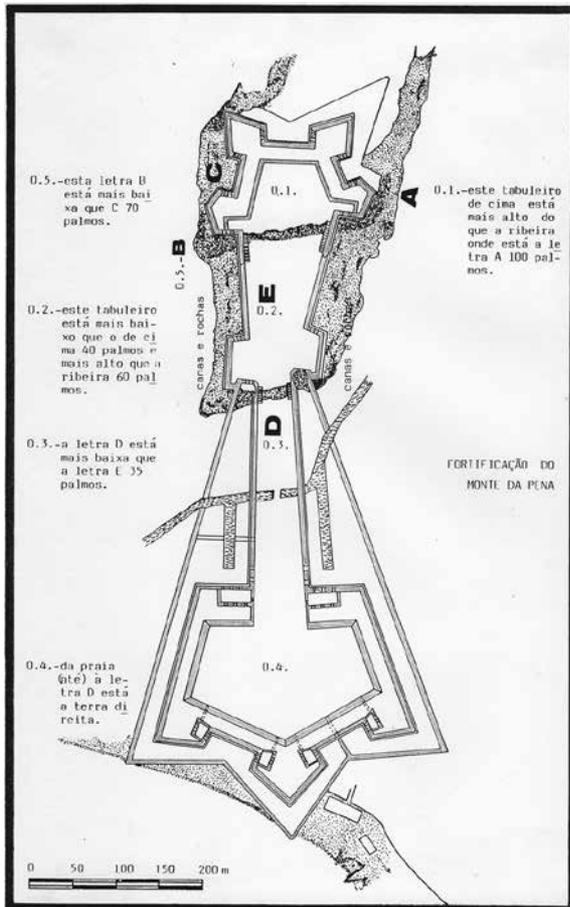


Fig. 2 – Projeto da fortaleza da Pena, Mateus Fernandes, 1567-1570. Desenho de Virgílio Gomes para a exposição da Fundação Gulbenkian, 1982.

colaboração, o mestre das obras do Funchal levantou uma planta da cidade, hoje na Biblioteca Nacional do Brasil, algo que poderá também ter feito antes, e imaginou uma enorme fortaleza para o morro da Pena, a descer até à praia do Funchal, ocupando toda a zona velha, conforme a entendemos no começo do séc. XXI, ou bairro de Santa Maria Maior.

A fortaleza do morro da Pena previa a construção de um importante complexo fortificado sobre esse morro, descendo parcialmente sobre o bairro de Santa Maria com dois núcleos defensivos abaluartados, sendo a fortaleza parcialmente rodeada por fosso e tendo o total do conjunto uma dimensão que só veio a ter paralelo em Portugal durante o séc. XVII e com as guerras da aclamação de D. João IV. Mateus Fernandes ultrapassou francamente a sua época com um planeamento desta envergadura, o mais antigo que conhecemos em Portugal e

que poderia recolher no seu interior toda a população da cidade do Funchal em caso de perigo. A existirem algumas semelhanças, somente com a fortaleza de S. Filipe, planeada 10 anos depois para Setúbal pelo italiano Jacomo Palearo, el Fratin (c. 1520-1586), e levantada sob a direção de Filipe Terzi (1520-1597), ou com a congénere da Ribeira Grande, na ilha de Santiago, em Cabo Verde, em princípio projetada pelo mesmo Filipe Terzi, sendo que nenhuma delas tinha a dimensão da delineada para o Funchal.

O planeamento compreendia dois núcleos abaluartados: um sobre o morro da Pena e outro na baixa do bairro de Santa Maria, que desapareceu totalmente com a construção da monumental fortaleza. O núcleo mais alto, sobre o morro, era dotado com dois terraplenos, tendo o de cima quatro baluartes pentagonais e o de baixo dois baluartes retangulares, com canhoneiras a flanquearem as muralhas de união dos dois terraplenos. Indicam-se no projeto as diferenças de altura das várias áreas para o leito da ribeira de João Gomes, que chegavam aos 140 palmos, ou seja, quase 30 m. Um corredor murado sobre a ribeira ligava os dois núcleos, com canhoneiras a flanquearem os muros a norte e a sul, utilizando-se a ribeira ainda como fosso. O núcleo inferior possuía uma enorme esplanada, delimitada por um baluarte pentagonal e dois meios baluartes.

Mas o planeamento não foi aceite em Lisboa, optando-se por um esquema mais tradicional e reduzido para a futura fortaleza de S. Lourenço, articulado com panos de muralhas. D. Sebastião enviou, assim, um novo regimento de fortificação, em 1572, no qual a cidade era envolvida, na frente mar e ao longo das ribeiras de João Gomes e de São João, por panos de muralhas que fechariam nos morros da Pena e de São João com pequenas posições fortificadas. A fortaleza central da cidade foi ampliada com o planeamento feito por Mateus Fernandes para o núcleo superior do morro da Pena, mas reduzida a menos de um terço das dimensões iniciais. Ficou com dois baluartes pentagonais gémeos virados a norte e um quadrangular a proteger a zona ocidental, mantendo

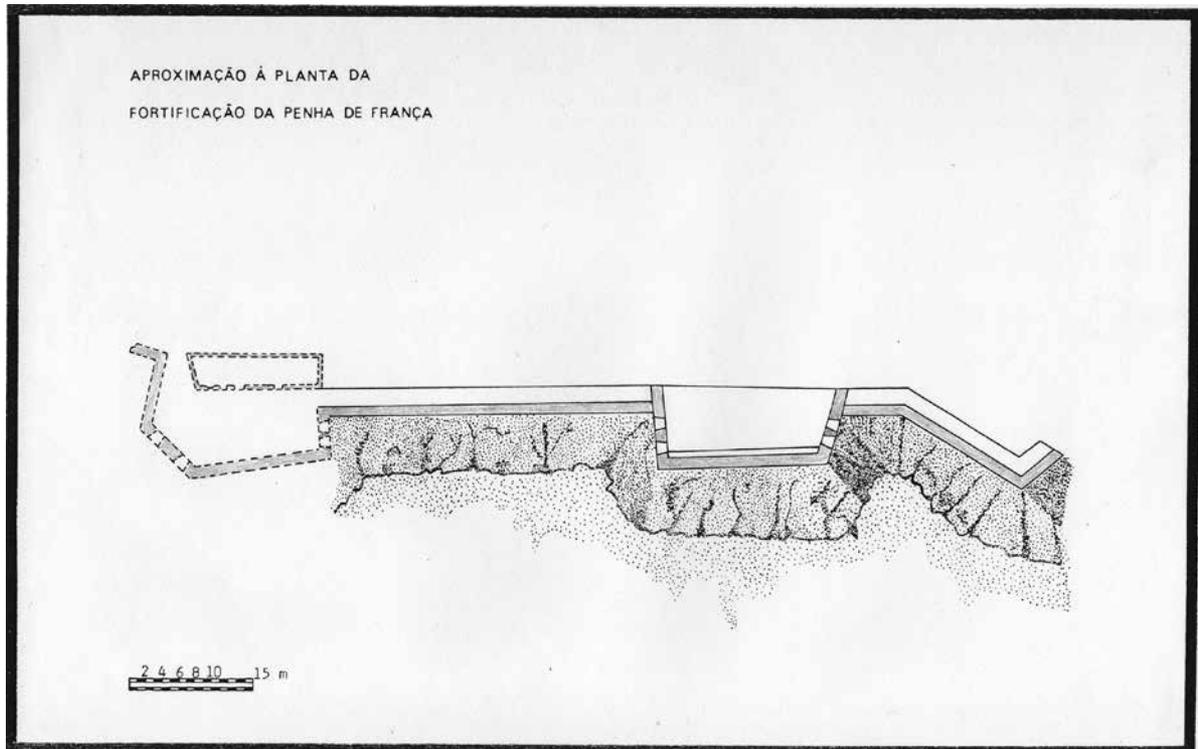


Fig. 3 – Planta da fortaleza da Penha de França, Mateus Fernandes, 1567-1570. Desenho de Virgílio Gomes para a exposição da Fundação Gulbenkian, 1982.

a nascente o baluarte joanino de 1541. Mais tarde, por volta de 1600, veio a ser dotada de um novo baluarte pentagonal, projeto de Jerónimo Jorge (c. 1570-1617), para proteger a porta.

Como apoio da fortaleza principal, foi executada uma pequena estância fortificada, a ocupar a foz das ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes, a futura fortaleza de S. Filipe da Pç. do Pelourinho, havendo um pano de muralha a unir ambas, mas do qual quase nada ficou. A cidade considerada por D. Sebastião era já um pouco maior do que a de D. Manuel, *i.e.*, o limite oriental passou da ribeira de Santa Luzia para a de João Gomes. No entanto, o primitivo bairro de Santa Maria do Calhau continuou a não ser considerado cidade, só vindo a possuir o seu troço amuralhado alguns anos depois e num outro enquadramento histórico.

No verão de 1582, face à ameaça das armadas de D. António, prior do Crato, com base no arquipélago dos Açores, Filipe II mandou avançar, das Canárias, o conde de Lançarote, D. Agostinho de Herrera y Rojas (1537-1598).

As primeiras preocupações do conde de Lançarote foram para a segurança interna e externa da Ilha, começando por visitar as duas fortalezas com o mestre das obras reais Mateus Fernandes, inteirando-se do seu estado e das suas necessidades. Conforme informa a 18 e 26 de junho, a fortaleza velha era essencialmente um bom palácio residencial, mas encontrava-se cercada de edificações muito próximas e mais altas, pouco valendo, assim, como defesa. A nova ainda se encontrava em piores circunstâncias, pouco havendo a fazer para melhorar as suas condições, pois não só estava mal localizada como também se encontrava mal construída. Perante o conflito que opunha as forças de Filipe II às de D. António, prior do Crato, com franceses e ingleses, envolvendo muitas centenas de homens de parte a parte, a pequena estância “nova” da Pç. do Pelourinho do Funchal era mínima para as necessidades e a de S. Lourenço também oferecia muitas reservas face ao seu envolvimento. As fortalezas e o seu autor, o mestre das obras reais Mateus Fernandes, receberam as mais duras críticas dos governadores e

técnicos desses finais de século, dado não estarem previstas para fazer frente a um conflito como o que se desenrolava.

O problema de ampliação da muralha do Funchal à frente mar foi resolvido por Tristão Vaz da Veiga (1537-1604), quando, em 1585, tomou posse da capitania do Funchal, determinando o prolongamento da muralha para nascente. Este troço de muralha ao longo do calhau chegou parcialmente ao séc. XXI, confrontando com o que é, no começo do segundo milénio, a entrada do hotel levantado no antigo arsenal de Santiago ou de Santa Maria Maior. As obras do novo troço de muralha confinavam com os arrifes por de baixo da antiga igreja de Santiago Menor, justificando a construção de uma fortaleza nessa baixa. A fortaleza de Santiago deve ter tido projeto de Mateus Fernandes, mas terá sido reformulado depois por Jerónimo Jorge, enviado de Lisboa em 1595, até então a trabalhar nas obras de S. Julião da Barra e do forte do Bugio.

Desde a união das duas coroas que se discutia no Funchal a muralha poente e a edificação de uma fortaleza no Pico dos Frias, “padrasto”, ou seja, mais alto que toda a cidade e, inclusivamente, com comandamento sobre a fortaleza de S. Lourenço, tendo sido elaborado, de imediato, um projeto da autoria de Mateus Fernandes. A situação foi ultrapassada pelo governador Cristóvão Falcão de Sousa, que, após tomar consciência das necessidades da defesa do Funchal, em finais de 1601, enviou a Lisboa o sargento-mor da cidade, Roque Borges de Sousa, com uma planta da nova fortificação, por certo a que fora executada por Mateus Fernandes, pois só nessa altura voltou à Ilha o fortificador Jerónimo Jorge. Regressado o sargento-mor ao Funchal, logo a fortaleza foi levantada, mas somente em madeira, encontrando-se já guarnecida nos inícios de 1602 e sendo passada a pedra e cal ao longo do século. Durante a mesma centúria, ainda seria levantada a bateria da Alfândega, constituída por um baluarte triangular avançado ao mar, construído sobre a cortina da cidade, e a fortaleza do Ilhéu, no meio do porto do Funchal,

ambas com projeto e direção do mestre das obras reais Bartolomeu João.

Consolidava-se, assim, uma rede de fortalezas modernas, constituídas por conjuntos de baluartes pentagonais, de paredes inclinadas e reforçados nos cunhais, como a fortaleza do Pico, quase de traçado regular, sendo a artilharia colocada nas esplanadas dos mesmos. As novas fortificações adaptavam-se ao terreno e às restantes estruturas defensivas, como os muros da cidade, podendo ser apenas quase estâncias de tiro e formando um conjunto articulado, cruzando fogos obrigatoriamente entre si. O centro de comando era a fortaleza de S. Lourenço e, dada a sua localização, a do Pico funcionava como cidadela, *i.e.*, como recurso e refúgio para o caso de invasão da baixa da cidade.

A defesa e a fortificação da Madeira foram revistas várias vezes no séc. XVII, mas os elementos produzidos não chegaram até nós. Nos finais da centúria, *e.g.*, deslocaram-se à Madeira o capitão de engenheiros António Rodrigues Ribeiro e o Eng.º Manuel Gomes Ferreira, mas apenas sabemos que teria sido então executado o portão dos Varadouros, datado de 1689. Mais tarde, em 1705, Manuel Gomes Ferreira, citaria que haviam feito um levantamento quase total das costas da Ilha, do qual nada conhecemos. Tudo leva a crer que estes trabalhos tivessem ido com os seus autores para Lisboa e aguardassem aí despacho favorável, perdendo-se no curso do tempo.

A primeira grande campanha de obras de fortificação do séc. XVIII decorreu no Governo de Duarte Sodré Pereira, um fidalgo mercador que tomou posse a 29 de abril de 1704. Como ficou exarado no demolido forte novo de S. Pedro, na praia do Funchal e onde se construiu mais tarde o campo do Almirante Reis, o governador mandou levantar esse forte, juntamente com os de Machico, Santa Cruz e Ribeira Brava, que se guarneceram de artilharia, tendo-se concluído todos os trabalhos em 1707. A data é referente ao forte novo de S. Pedro, pois a campanha geral de obras só foi terminada entre 1708, data limite das lápides, e 1711, ano das últimas nomeações para os mesmos fortes. As estruturas

levantadas não se afastam especialmente das do século anterior, embora tenham definido um novo modelo de fortificação triangular de uma só bateria, em que o lado virado a terra, em algumas, aparece dotado de torreão de gola, como no de S. Bento da Ribeira Brava, datado de 1708, ou no de S. João Batista do Porto Moniz, mais tardio, datado de 1758.

Nos finais do séc. XVIII procedeu-se a novo estudo de defesa da Ilha, determinado por D. Maria I, com data de 11 de junho de 1797, como vem referido na cartografia então levantada, pois não conhecemos registos no Governo local. Para cumprir o plano determinado por D. Maria I, deslocou-se no ano seguinte para a Ilha o major do regimento de artilharia da corte, Inácio Joaquim de Castro, nomeado cavaleiro da Ordem de Cristo a 4 de dezembro de 1778, depois governador da ilha de São Miguel, nos Açores, e da torre de S. Julião da Barra, em Lisboa. A instabilidade política dos anos seguintes não permitiu qualquer obra de fortificação e o que fora proposto em nada alterava o que estava feito.

Os acontecimentos dos inícios do século seguinte, com a saída da corte para o Brasil, as ocupações inglesas do Funchal e mesmo a terrível aluvião de 1803, não só alteraram profundamente estes estudos como os levaram a outras resoluções, já que houve que equacionar não apenas a defesa imediata contra um ataque exterior. Com a referida aluvião, ocorrida a 9 de outubro, foi destacada para o Funchal uma equipa de engenheiros militares chefiada pelo brigadeiro, de origem francesa, Reinaldo Oudinot (1747-1807) e da qual fazia parte o então Ten. Paulo Dias de Almeida (c. 1778-1832), cujo primeiro trabalho foi o levantamento da planta do Funchal e dos estragos causados pela aluvião, porventura a melhor peça cartográfica efetuada na Madeira até essa data. A equipa foi para a Madeira, essencialmente, para colmatar os estragos da aluvião de 1803, mas num curto espaço de tempo alargou o trabalho à reforma da carta topográfica da Ilha e à defesa do Funchal, não só das intempéries, mas também numa perspectiva militar propriamente dita.

Ao longo do ano de 1805, em abril, *e.g.*, o Brig. Oudinot e Paulo Dias de Almeida ainda executaram as plantas da nova bateria das Fontes, que representa toda uma outra forma de entender a defesa e a arquitetura militares. A ideia já não era construir fortificações adaptadas ao terreno, mas grandes esplanadas capazes de receber as novas bocas de fogo, muito maiores do que as anteriores, necessitando assim de todo um outro campo de manobra. A bateria das Fontes veio a receber grande parte da guarnição da fortaleza e palácio de S. Lourenço, que a partir dos últimos anos do século anterior passara essencialmente a palácio.

Mais tarde, em 1824, sob a direção do brigadeiro engenheiro Raposo, o então Ten.-Cor. Paulo Dias de Almeida planeou uma estrutura idêntica de bateria rasante para a frente da velha fortaleza de Santiago, integrada então no novo molhe do cais do Funchal e que o mar rapidamente destruiu. Nos anos seguintes, Paulo Dias de Almeida dirigiu uma ampla campanha de obras militares nos pequenos fortes e nas vigias, desde o Funchal até Machico, motivada pela possibilidade de desembarque dos absolutistas, o que veio a acontecer a 22 de agosto de 1828, na baía daquela vila. A mais importante estrutura defensiva desta área era o forte novo do Porto Novo, reforçado com forças mercenárias inglesas; porém, a explosão do paiol do mesmo levou à debandada das forças liberais, entrando os absolutistas no Funchal sem qualquer resistência.

Os meados do séc. XIX assistiram à emergência dos engenheiros militares, aliás, e ao longo de décadas, à frente do Governo português, verificando-se o mesmo, embora apenas pontualmente, na Madeira. Mas o seu domínio revelou-se essencialmente nas obras públicas, sendo necessário esperar pelos alvares da Primeira Grande Guerra para se fazerem obras especificamente militares no Funchal, de certa forma improvisadas, com as novas baterias de costa da antiga Qt. Vigia e a bateria da Cancela, que, dotadas com material do século anterior, pouco efeito tiveram nos dois bombardeamentos alemães sofridos pela cidade. Os trabalhos

levados a efeito, tal como os seguintes, de 1940, com o deflagrar da Segunda Grande Guerra, no entanto, não se enquadram já bem na área da arquitetura militar, mas sim na da defesa.

Nos finais do séc. xx houve um especial interesse pela arquitetura militar na ilha da Madeira, dadas as características, de certa forma inovadoras, que a mesma possuía. Assim, foi objeto de uma exposição, efetuada nas comemorações nacionais do Dia de Portugal no Funchal, em 1981 e, no ano seguinte, remontada na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa e, ainda depois, na Casa do Infante, no Porto, e em Vila Viçosa. Em sequência e dentro do processo autonómico, muitas dessas edificações, já então sem específico interesse militar, vieram a transitar para a tutela da Região Autónoma da Madeira.

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Câmara Municipal do Funchal, Avulsos, mç. 4, doc. 490; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomos 2, 3 e 9; *Ibid.*, Governo Civil, cód. 418; AGS, Guerra Antiga, legs. 127-46, 48, 49 e 52; AHU, Madeira e Porto Santo, *Planta e Perfil de Hum Baluarte Proposto para Ser Construído na Embocadura da Ribeira de S. Paulo, na Praia da Bahia da Cidade do Funchal e Fazendo Parte do Projeto Geral das Fortificações a Fazer para Sua Defesa Substituindo as Que o Aluvião de 1803 Destruíu e as Ouras Que Se Acham Insuficientes actualmente*, 1580-1582; ANTT, Cartório dos Jesuítas, mç. 34, docs. 31-32; *Ibid.*, Chancelaria de D. Filipe I, liv. 28; *Ibid.*, Chancelaria de D. Maria I, liv. 6; *Ibid.*, Corpo Cronológico, pt. II, mç. 219; *Ibid.*, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 963; BNB, cartografia, cart. 1090203, Mateus Fernandes (III), *Planta da Cidade do Funchal, 1567-1570*; DSIE, Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, 1304, 2/22º/109, Paulo Dias de Almeida, *Planta da Bahia do Funchal em que Se Representam o Projecto de Hum Molhe no Porto da Pontinha e Hum Cais nas Baixas de Santhiago e a Nova Bateria*; IGP, cota 540, Reinaldo Oudinot, *Planta da Cidade do Funchal, Capital da Ilha da Madeira em que Se Representão as Ruínas Causadas pelo Aluvião de 9 de Outubro de 1803*; **impresa:** ARMAS, Antonio Rumeo de, “El conde de Lanzarote, capitán general de la isla de la Madeira (1582-1583)”, *Anuario de Estudios Atlánticos*, n.º 30, 1984, sep.; BOTELHO, João, e VICENTE, Ramiro, *Regimento de Guarnição N.º 3: das Origens à Atualidade, 1864-2008. Uma Viagem ao Passado pelas Unidades da Madeira*, Funchal, Regimento de Guarnição n.º 3, 2008; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vols. II-III, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1991-1992; *Id.*, *A Arquitetura Militar na Madeira nos Séculos XV a XVII*, Funchal/Lisboa, Estado Maior do Exército/Universidade da Madeira, 1998; SILVA, Maria Júlia Oliveira e, *Fidalgos-Mercadores no Século XVIII, Duarte Sodré Pereira*, Lisboa, INCM, 1992; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

RUI CARITA

Arquitetura popular

A designação “arquitetura popular” reporta-se tradicionalmente às casas do povo. Contudo, esta não é uma designação consensual; no mundo anglo-saxónico, *e.g.*, o termo correspondente utilizado é “vernacular”.

Segundo Paul Oliver, em *Dwellings*, o termo “vernacular” é relativo aos edifícios que são integrados numa comunidade e construídos pelo povo para seu próprio uso, pelo que, e tendo em conta o desdobramento da palavra “vernacular” (“vern” significa povo e “cular” significa linguagem), o mesmo autor considera que este termo pode traduzir-se por “linguagem do povo”.

Em *Shelter and Society*, o mesmo autor destaca a posição que Bernard Rudofsky desenvolve na obra *Architecture without Architects*: “Attempts to break down our narrow concepts of art of building by introducing the unfamiliar world of non-pedigreed architecture. It is so little known that we don’t even have a name for it. For want of generic label we shall call it vernacular, anonymous, spontaneous, indigenous, rural, as the case may be [a tentativa de pôr em causa os nossos conceitos limitados a propósito da arte da construção, introduzindo neles o estranho mundo da arquitetura sem *pedigree*. Trata-se de um estilo tão desconhecido que nem sequer tem nome. À falta de uma designação genérica, chamar-lhe-emos vernacular, anónimo, espontâneo, indígena e rural, conforme os casos]” (RUDOFSKY, 1964, 1). Este autor teve dificuldade em aceitar uma única designação para as construções referidas e, por isso, considerou a possibilidade de a ampla diversidade de designações revelar por si só que se está a tratar de uma matéria em permanente movimento.

Os arquitetos que realizaram os inquéritos sobre arquitetura no continente (1955-1961), nos Açores (1982-2000) e na Madeira (1983-2002) optaram pela designação “arquitetura popular portuguesa”, enquanto os antropólogos optaram pela designação “arquitetura tradicional portuguesa”, considerando que esta é “o produto de adaptação do homem ao meio, ele reflete não só o meio geográfico natural, mas também o meio humano, histórico e cultural” (OLIVEIRA e GALHANO, 1992, 361).

Esta abrangência do conceito assenta na importância das atividades que são geradas no território em redor das construções e que formam com ele uma indissociável unidade

sociocultural. A casa rural é “concebida não apenas como um abrigo, mas sobretudo como um verdadeiro instrumento agrícola, que é preciso adaptar às necessidades de exploração da terra, designadamente no que se refere ao seu dimensionamento e à importância e distribuição relativa dos alojamentos das pessoas, dos estábulos e das lojas de arrumação das alfaias e ferramentas da lavoura” (*Id.*, 1969, 13).

Depreende-se desta abordagem que é das atividades geradas num contexto territorial específico e realizadas com o objetivo de assegurar a cadeia operativa inerente às produções agrícolas e ao artesanato que lhes está associado, que surgem necessidades de espaço e funcionais, também específicas. Pelo que há uma forte correlação entre a organização da vida rural e a organização da casa, da qual se evidencia a antropologia da sociedade rural.

A apropriação e transformação do território das ilhas da Madeira e do Porto Santo para produção agrícola, sem antecedentes históricos, e a produção artesanal de ferramentas e artefactos, incluindo engenhos, reflete-se nos edifícios e nos espaços gerados com o propósito de levar estas ações a cabo, e que são, por isso mesmo, o resultado de necessidades em permanente processo de apuramento. Neste contexto, desenvolveram-se diversos estudos sobre a materialidade associada às alfaias agrícolas e inerentes tecnologias em articulação com as construções, em particular com as construções da casa e dos espaços exteriores com ela conectados.

As características geográficas e o perfil psicológico das populações sujeitas durante séculos ao regime de colônia trazem especificidade a este processo. Jorge Freitas Branco, no seu livro *Camponeses da Madeira* (1987), sem nunca aludir à arquitetura popular, e só raramente se referir à casa dos camponeses, deixa claro que esta é a base da pirâmide social, e que se encontra condicionada pelo contexto rural, que está amarrado a uma geografia agreste e, sobretudo, à condição de população que cultiva e vive numa terra que não é sua, tendo de pagar uma renda a um senhorio: “A ruralidade

insular estava dividida em duas esferas sociais envolvendo toda a organização social. Uma delas integrava os grandes senhores, os quais os camponeses tratavam por senhorios; uma outra abarcava a maioria esmagadora da população, os colonos, que se iam sucedendo de geração em geração, pois o contrato era hereditário” (BRANCO, 1987, 156).

É neste contexto que terá surgido uma arquitetura elementar, que terá evoluído desde o primitivo abrigo, apropriado à própria geografia do lugar de instalação, até modelos que procuravam tornar a casa cada vez mais autónoma, embora esta continuasse igualmente precária quanto à materialidade e à escassez de espaço.

O regime de colônia e as suas variantes ao longo dos séculos, relacionadas com os ciclos de novas culturas introduzidas pelos morgados, terão sido determinantes na cadeia e no processo evolutivo de alguns modelos de casas rurais madeirenses até ao séc. xx. Este regime de posse de terra era de tal modo restritivo em relação aos direitos dos colonos que o estabelecimento de pequenas hierarquias, dentro do próprio grupo, era regulado, com o objetivo de preservar os interesses dos senhorios, que, receando que as sucessivas benfeitorias feitas pelos colonos alcançassem valores de indemnização incomportáveis, condicionavam o seu poder discricionário para lhes retirar as terras, como refere o autor anteriormente referido: “Alguns deles que eram caseiros, porque, além das condições já conhecidas e inerentes ao contrato de colônia, desfrutavam de uma cláusula suplementar, segundo a qual o senhorio lhes concedia o direito de morar na terra tomada de arrendamento, ou ainda de nela construir casa própria. Nestes casos, a situação torna-se crítica quando um dos filhos do caseiro queria também fazer a sua casa para contrair matrimónio” (*Id.*, *Ibid.*, 158).

O contexto societário rural madeirense revela-se paradigmático pela forma particular como surgiu, influenciando direta e indiretamente a identidade arquitetónica em alguns dos modelos deste território. Há suficientes razões para considerar que a arquitetura

vernacular madeirense deve ser considerada numa perspetiva histórica, que avalie a data do início do povoamento e os ciclos socioeconómicos que se terão repercutido na casa rural e urbana, mediante o estudo do dimensionamento dos alojamentos para as pessoas, os animais e as alfaías, o estudo dos materiais e sistemas construtivos adotados, da volumétrica e dos aspetos artísticos.

Os modelos das casas, principalmente rurais, terão viajado do continente, na memória dos primeiros povoadores, que se instalaram de forma dispersa à medida que se desbravava o território, formando os primeiros casais, pequenos aglomerados isolados, e os embriões de urbanidades, como as sedes de capitania. Outros grupos identitários, que teriam na sua moldura sociocultural estatuto intermédio em termos político-administrativos, ter-se-ão ajustado com distinção social, como é o caso dos terratenentes e dependentes da confiança do capitão-donatário, que por sua vez também recrutavam colonos. Esta distinção constituiu a base em que assentou a exploração da terra e as assimetrias sociais.

Terão sido estas as condições em que se fixaram os modelos mais primitivos, como as furnas, grutas, ou grotas (designação local para habitações em gruta natural ou resultantes da sua escavação), seguindo-se as casas elementares miniaturais. A par destas, embora já num outro patamar sociocultural, edificaram-se as casas que se designam de antigas, por corresponderem a modelos do princípio do povoamento que foram praticamente transpostos dos modelos continentais, de que destacamos as casas dos padres, construídas junto às respectivas igrejas, e outras de famílias socialmente dominantes.

Após a descoberta da Ilha, o tempo de reconhecimento, entre o mar e a terra, terá sido longo, considerando as dificuldades em presença: território densamente arborizado, orografia acentuada, ausência de plataformas agrícolas naturais, existência de vales aluvionares profundos e instáveis, águas de ribeiras abundantes e por vezes tempestuosas, principalmente na costa Norte, contrastando com a escassez

de caudais regulares na costa Sul, ausência de rios e/ou ribeiras navegáveis, litoral rochoso e abrupto, sem desembarcadouros naturais, e apenas com algumas baías favoráveis e pequenas angras, nem sempre acessíveis. A configuração geográfica, associada a um clima subtropical, condicionado a uma orla abaixo dos 200 m de altitude, terá tido repercussões na escolha dos locais de instalação dos casais rurais. A ilha da Madeira contrasta com a ilha vizinha do Porto Santo, cujas características geológicas revelam uma formação distinta, apesar dos 50 km que as separam; a primeira ilha apresenta uma temperatura e humidade relativamente elevadas, associadas a uma maior pluviosidade.

O desconhecimento dos territórios terá obrigado a um largo período de adaptação dos modelos a instalar e, mesmo quando se instalava um dado modelo, ele mantinha um quotidiano moldado pela circulação, restrita ou alargada, de bens e de pessoas, em que a autosuficiência era mais imaginada que real. Em algumas regiões, inventaram-se modelos novos. No caso da ilha da Madeira, em virtude da inacessibilidade do terreno, alguns terão permanecido isolados durante séculos, enquanto outros, igualmente únicos na região, se foram difundindo, alguns com adaptações, outros adquirindo novas especificidades, tornando-se variantes dos originais, e outros como modelos de transição e/ou assimilação para/de novos modelos.

As classificações elaboradas por investigadores como Ernesto Veiga de Oliveira (1910-1990), Benjamim Pereira (n. 1928), Fernando Galhano (1904-1995), A. Jorge Dias (1907-1973), Fernando Távora (1923-2005), Nuno Teotónio Pereira (1922-2016), entre outros, dão conta do tipo de alicerce que a fileira tipológica da casa madeirense segue.

A arquitetura vernacular evoluiu a partir de modelos tipologicamente elementares, desde logo a casa-cozinha, ou seja, a casa com um único compartimento. A partir deste modelo, ter-se-á desenhado a base mínima do modelo padrão. A sua evolução resultou do somatório longitudinal de novos compartimentos comunicantes ou da criação de uma situação que

corresponde a um primeiro nível de complexidade, a duplicação em paralelo do modelo, construindo apenas uma parede meã estrutural, embora duplicando a cobertura.

A casa em esquadria, ou seja, a casa que forma um ângulo de 45 ° num dos topos do volume elementar, poderá ser uma evolução ou inovação que resultou na construção da cozinha num lugar deslocado do centro da casa. As cozinhas integradas em casas com cobertura de palha causaram grandes danos, por propagarem fogo facilmente. Esta terá sido a razão do deslocamento da cozinha nas casas rurais: reduzir o risco de incêndio. Na cidade e nas vilas, as posturas municipais exigiram a substituição das coberturas de palha por outras de telha cerâmica – o que permite verificar que a classificação estabelecida e que aqui se segue, apesar de estar relacionada com processos construtivos, não está totalmente dependente deles.

As casas com cozinha separada denotam a relevância que este compartimento tinha. A cozinha era o compartimento cerne da funcionalidade da habitação e, por isso, caracteriza e define a estrutura matricial do modelo que a casa segue; logo, é a partir deste compartimento que se identifica a tipologia da casa.

Casas-cozinha

As casas-cozinha, elevadas em alvenaria de pedra aglomerada com barro, têm fachadas de pedra à vista (interior e exterior) ou fachadas rebocadas e caiadas. Interiormente têm um único compartimento, onde se destaca a boca do forno, complanar à face interna da parede. O desenvolvimento da casa ocorre no exterior, a partir da parede empena, onde se apoia o rincão da cobertura de palha de três águas.

As únicas aberturas da casa são a porta, de altura reduzida, que está inserida na fachada longitudinal, e a janelinha mínima, que está inserida na parede oposta à do forno. Assinala-se um pormenor funcional relevante, a fresta triangular integrada sobre a boca do forno, que servia como fonte de luz e, principalmente, como respirador, através do qual o fumo saía quando era impulsionado pela corrente de ar



Fig. 1 – Casa-cozinha com forno exterior, Canhas, Ponta do Sol (fotografia de Victor Mestre, 1996).

que resultava da abertura da porta. Este respirador, tal como um toco de madeira carbonizado, revela, através da cor preta adquirida, as sucessivas camadas de fumo aí depositado.

Casa de empena

As casas de empena, circunscritas principalmente à zona dos Canhas, concelho da Ponta do Sol, têm uma área útil de aproximadamente 13,5 m² e integram o grupo das casas elementares. A sua elementaridade está associada à reduzida espacialidade e a um contexto construtivo e vivencial precário: pavimento de terra batida, lume de chão, uma quase ausência de mobiliário e de apetrechos, domésticos e de lavoura (os que haviam eram produzidos pelos próprios camponeses e arrumados sem diferenciação de uso dentro da própria casa), e espaço exterior envolvente exíguo, a ponto de a pequena horta se amanhar no patamar da própria casa, por não haver espaço de permeio ou quaisquer construções de apoio envolvente. A fachada desta casa tem a configuração mais elementar conhecida. Por vezes, a casa era aconchegada por uma árvore ou uma latada, que proporcionava um pouco de sombra e que formava um aparente lugar exterior que dava continuidade à casa. Este espaço exterior informal tinha como elementos de mobiliário

um banco tripé de madeira e uma pedra baixa de basalto para apoio temporário dum moinho de mão. A empena, que integra o forno exterior, e que dará o nome a esta casa, terá resultado da necessidade de salvaguardar a cobertura de palha das fagulhas incandescentes que a queimavam.

Estas casas evoluíram pouco e o seu modelo não se dispersou; regista-se apenas o surgimento de uma parede de tabique de pranchas de madeira ao alto, criando um minúsculo compartimento para dormir, e a presença ocasional de um sótão exíguo, que terá resultado do ligeiro aumento da largura, do comprimento e da altura, de forma a permitir que a cobertura acolhesse, através de um sobrado, o aproveitamento do sótão, cujo acesso se fazia por uma escada de encosto.

Este modelo madeirense pode ser associado, devido à semelhança formal, a certos modelos do continente e dos Açores, provavelmente contemporâneos, razão pela qual se estabelece um paralelismo entre estes modelos e o projeto de povoamento que se pretendeu para as ilhas.

Apesar disso, verificam-se diferenças que distinguem os modelos de cada arquipélago; a existência de compartimentação e a exigência construtiva evidenciam caminhos de evolução distintos. Na ilha de São Miguel, as casas de empena com cobertura de palha, existentes nos Mosteiros e na Candelária, têm uma área útil de aproximadamente 15 m². A casa de empena açoriana integra inclusivamente, no modelo mais elementar, o conjunto lar, forno e chaminé na empena ou na parede tardez, com a particularidade de a chaminé se afastar da parede, reduzindo a possibilidade de pegar fogo à cobertura. Também se observou, relativamente à casa açoriana, o modelo de três águas e empena com forno.

O que distingue a casa madeirense de qualquer outro modelo, equivalente ou próximo, é a sua condição básica, relacionada com a escala e a proporção. A casa madeirense é elementar na espacialidade, mas também em toda a sua especificidade construtiva, destacando-se o aparelho de pedra e a respetiva aglomeração,

que resulta numa volumetria baixa. A armação da cobertura era precária, feita de palha; desconhece-se se o remate da palha era feito através da cápea ou do lintel de sobreposição e/ou amarração. Tudo leva a concluir que este modelo terá sido criado integralmente de forma empírica na ilha da Madeira, em consequência da necessidade intransigente e imediata de se construir um abrigo básico.

Casas de Santana

Tal como este modelo, outros terão surgido neste contexto, de que se destacam, devido a um certo fascínio turístico pelo exotismo das formas, as casas de Santana, algumas construídas integralmente em madeira. Para se compreender este modelo, tem de se seguir a evolução de modelos anteriores.

As casas-cozinha, de cobertura de palha de quatro águas, com forno interior, localizadas com maior frequência na zona da Camacha, mantêm praticamente o mesmo dimensionamento das casas anteriormente descritas, embora se distingam delas pelo aprumo construtivo, do qual se destaca o processo da cobertura, ou seja, a armação, e a técnica de abafar a mesma.

A cumeeira elevou-se como técnica de amarração devido à sua eficácia e à composição artística que permitia, conseguida por via da modelação de pequenos arranjos na palha, que em alguns exemplos se notam integrados com cuidada métrica e expressão, sendo denominados pelos mestres por “bonecos de palha”. Este trabalho consiste em apanhar pequenos molhos da última carreira, que ficam pendentes para a base, e sobrepô-los a uma cana de amarramento que contorna toda a cobertura.

O pial alto para o fogo, situado nestas casas ao lado do forno, surge como uma inovação do fogo de chão, tal como o empedrado do pavimento em calhau rolado ou basalto miúdo substitui a terra batida que por vezes se cobria com urze ou fetos. Mais tarde, a cozinha passa a surgir encostada ao volume da casa, sem comunicação interna, ou afastada, gerando e mediando uma relação espaço-funcional entre distintos volumes. Esta associação da cozinha a

um compartimento autônomo constituiu uma evolução tipológica e uma síntese que melhor se adaptou às necessidades e possibilidades dos colonos, o que fez com que este modelo tivesse tido grande difusão, principalmente na costa Sul da Ilha. Tal ocorrência determinou a separação entre a zona de confecção, a zona de refeição e a zona de dormir, originando, dentro da elementaridade do modelo, uma diferenciação funcional mais complexa. Relativamente ao corpo dos quartos também se inovou, com a autonomização de uma espécie de sótão térreo, que surgiu quando se retomou uma parte do espírito da fachada empena, agora liberta do forno e transformada em fachada do piso superior, já que o terreno oculta neste ângulo um piso inferior com fachada lateral. A porta surge protegida por um aparente alpendre, resultado do prolongamento da cobertura de palha de uma casa de quatro águas, que depois é interrompida pela introdução da empena fachada. Este piso, que é meio sótão, divide-se em dois compartimentos lineares através de um tabique com porta central, construído em pranchas de madeira ao alto, pregadas numa estrutura de barrotes. O compartimento de dentro destinava-se ao quarto do casal e o de fora ao quarto das crianças. Uma pequena janela, quase rasa ao pavimento, protegida pelo prolongamento da cobertura de palha, ventilava e iluminava o quarto de dentro, enquanto um pequeno postigo, na porta do quarto de fora, cumpria a mesma função relativamente ao quarto das crianças. Sob este piso ficam as lojas, onde se guardavam as alfaias e os produtos provenientes da agricultura. O vale de Machico e a zona interior da Camacha, como o Rochão de Cima e, mais raramente, a zona da Ribeira Brava, foram áreas de difusão e locais onde estas casas persistiram até à sua extinção, nos finais do séc. xx.

O modelo da casa elementar térrea, com cobertura de palha e cozinha encostada, terá sido o mais divulgado na costa Sul, ainda que com zonas de maior predominância, de que destacamos o Caniço e Santa Cruz. Esta casa, ligeiramente maior do que as antecessoras, tem a particularidade de integrar de forma regular,

portanto intencional, um terraço-alpendre, delimitado por um muro, onde se apoiam os esteios de madeira da latada e alguns bancos. Este espaço fronteiro à casa, que se distingue do espaço informal em idêntico posicionamento nos modelos anteriores, corresponde a um prolongamento da casa para o exterior, pois aí se efetuam diversas atividades da lide doméstica e de apoio à lavoura e, em dias de festa, se põe a mesa e se confraterniza.

Um elevado número das casas observadas que seguiam este modelo tinha cobertura de palha no corpo dos quartos e de telha no corpo da cozinha, com a particularidade de a cozinha voltar a ser o modelo físico e, portanto, não funcional da casa-cozinha, ou seja, da casa-empena, com o forno exterior a integrar a inovação do conjunto de lar, forno, chaminé. Gradualmente, as coberturas de palha deram lugar a coberturas de telha cerâmica, primeiro de canudo, depois de cerâmica marselha e, finalmente, antes do seu declínio, de marselha de cimento.

O modelo terá evoluído de dois compartimentos e cozinha, para três compartimentos comunicantes com duas ou três portas, janela e cozinha, não comunicante. Estas casas instalavam-se, de um modo geral, em plataformas com alguma extensão, voltadas para Sul. Em muitos casos, parecem estar submersas num denso manto verde, efeito proporcionado pela latada de vinha, ficando apenas visível a zona superior da cumeeira. Esta realidade permitia reduzir significativamente a temperatura do estio e, quando a latada não era demasiadamente baixa, controlar a elevada humidade, proporcionando um ambiente mais favorável à faina agrícola e à lide doméstica, que se desenvolvia do lado de fora da casa.

António Ribeiro Marques da Silva, João Adriano Ribeiro, António Aragão, João Sousa e Rui Cardim, entre outros investigadores e historiadores da Região Autónoma da Madeira, consideram as casas elementares de Santana o paradigma da arquitetura vernacular. Se abstrairmos das leituras simplicistas a que estas casas estão sujeitas, é legítima a sua valorização,

pela originalidade construtiva e espacial e pela expressividade artística.

As casas de Santana, pela sua área exígua, permanecem classificadas como elementares, mas distinguem-se, pela sua aparência, das que foram descritas até aqui. São construídas parcial ou totalmente em madeira, tendo uma fachada triangular, em resultado de a cobertura, que assenta num espesso lintel de madeira elevado do chão através de apoios pontuais de pedra, descer praticamente até ao nível do pavimento. A tradição local denominou este modelo, que resulta de um sistema primitivo e elementar de construção em madeira, de casas de fio (que a seguir se distinguirão das casas de meio-fio) ou de empena, em virtude da técnica de assemblagem, levada a cabo a partir de lintéis inferiores, prumos verticais e réguas horizontais de travamento. A este sistema apõe-se o ripado da cobertura, o tabuado do pavimento e os painéis de pranchas verticais de madeira da fachada e do tabique, na divisória do interior. As janelas e a porta são colocadas nos espaços livres previstos no engradado da fachada. Por fim, abafa-se a casa, ou seja, cobre-se com palha a armação da cobertura, que é antecipadamente preparada através de procedimentos exigentes na preparação e no manuseamento do material vegetal, o que obriga a que sejam outros mestres a desempenhar esta tarefa.

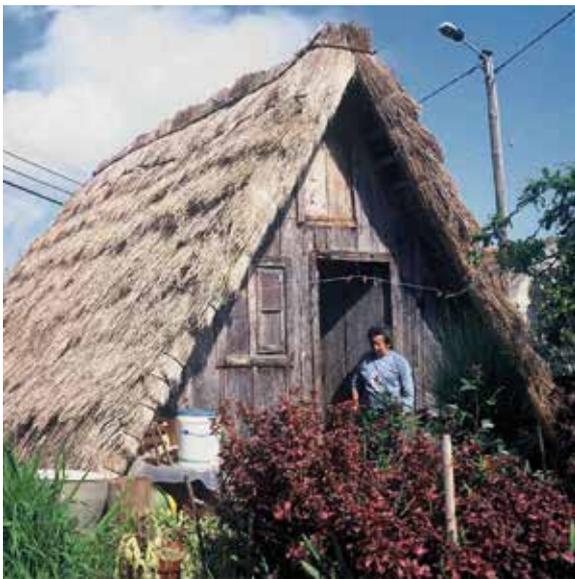


Fig. 2 – Casa de fio, Santana (fotografia de Victor Mestre, 1996).

A técnica de restolhar ou abafar a casa inicia-se com a escolha da palha e a sua respetiva compra, o que é feito quando a palha ainda está no campo a amadurecer. Esta deverá ter uma altura similar, para que a secção de cada planta se assemelhe. Uma casa leva entre “24 a 26 maranhos de palha de trigo e 8 dúzias de varas por casa. O vime, com que se cose a palha à armação de madeira, é seco à sombra e posto ao fumeiro, sendo depois mergulhado em água durante 21 dias, seguindo-se mais uma semana para o enxugar” (MESTRE, 2002, 111). A colocação dos maranhos com as raízes das plantas viradas para cima permite uma amarração duplamente eficaz, ou seja, a altura diferenciada das raízes em relação aos caules permite que o vime as envolva de modo a garantir que as plantas não deslizem e assegurem uma zona de apoio da feira seguinte. O trabalho desenvolve-se com um homem no exterior e outro no interior que vão passando alternadamente a agulha, denominada abafadoura, com o vime; o homem de dentro ajusta o vime à vara, o do exterior envolve os maranhos e assegura a sua horizontalidade. O fim de cada feira é cuidadosamente cozido à dobra da aba balanceada correspondente e, no seu conjunto, estas emolduram e protegem a fachada de madeira.

Estas casas, de cerca de 15 m², incluindo o esconso raso ao pavimento, abrigam no máximo dois compartimentos de dormir, que se situam em linha. A cozinha integra-se em outro volume de idêntico desenho e não raras vezes é disposta em frente, ainda que a implantação lateral seja a mais comum. Esta pequena construção de cerca de 6 m² tem pavimento de terra batida ou um irregular pavimento de pedra de basalto. Algumas destas cozinhas procuram adaptar-se ao declive do terreno, beneficiando de uma escavação em três faces, de que resulta uma economia de recursos. A rocha escavada, pela sua estabilidade e qualidade, assegura três paredes acabadas, e estas, uma vez que não havia condições autoportantes, são revestidas a pedra. A fachada, construída entre estas paredes escavadas, tem, de um modo geral, apenas uma porta. A cozinha instala-se no piso térreo,

onde o forno interior está por vezes associado a um pequeno lar, embora nas situações mais elementares exista apenas o lugar do fogo de chão. Sobre este piso implanta-se um outro, uma espécie de sobrado, construído um pouco à semelhança do volume de dormir. Este processo ocorre do mesmo modo que na elevação das casas de meio-fio, mas é simultâneo aos dois volumes (casa de dormir e cozinha), o que, como se verá, não ocorre nas casas de meio-fio.

Casas de fio e de meio-fio

O modelo das casas de fio diferencia-se do modelo das casas de meio-fio pelas diferentes dimensões que apresenta e por ter mobilidade. As casas de fio foram construídas como uma padiola, permitindo que, sob o volume, se corresse toros, para que um grupo de homens o elevasse e o pudesse (re)nivelar ou deslocar quando os seus proprietários mudassem de lugar.

O regime de colônia está diretamente relacionado com as dimensões e com a mobilidade das casas de fio. Jorge Freitas Branco refere a evolução “deste regime que foi adquirindo ao longo dos séculos, complexidade e tensões sociais entre senhorios, arrendatários e colonos”.

Num tempo em que os terrenos agrícolas eram “cada vez mais divididos, fenómeno acentuado pela prática de partilhas das *benfeitorias* edificadas em propriedade de outrem” (BRANCO, 1987, 171), em que muitos colonos, por terem as benfeitorias hipotecadas, desistem delas e abandonam as terras respetivas, para emigrar ou mudar de senhorio, levando consigo os seus haveres e, em alguns casos, deslocando as próprias casas, precárias mas eficazes, surge a tentativa de procurar uma equidade justa. Segundo o mesmo autor, “após a grande fome de 1847, o governador José Silvestre Ribeiro, tenta propor um compromisso para resolver a situação. De acordo com a sua proposta, o problema poderia ser sanado se todos os contratos do *colono* existentes fossem transformados em contratos de arrendamento na base do Código Civil,

implicando o pagamento da renda, somente em dinheiro, e a supressão definitiva da apresentação de géneros”. Esta proposta advém de um contexto político e social comprometido com o advento do liberalismo, com a alteração do antigo regime e, por consequência, com a união das partes desavindas: “cada *senhorio* teria de chegar a acordo com cada *colono*, para que de futuro a propriedade da terra já não pudesse ser separada das *benfeitorias* nela edificadas” (*Id.*, *Ibid.*, 168).

Deve considerar-se que, até aos anos 50 e 60 do séc. XX, na plataforma de Santana, em redor do pequeno núcleo urbano, existiam dezenas de casas de fio e de meio-fio em pequenas parcelas, que apenas garantiam uma precária e insuficiente dieta alimentar. Estas construções refletiam a ausência de conforto do alojamento, conforme relatou o romanista madeirense Horácio Bento de Gouveia: “O casebre do Miséria, coberto de palha de trigo, negreja, como triste anacoreta, nas cercanias brenhosas da Serra. Um só piso, com o soalho feito de tábuas carunchosas de pinho, arrimadas umas às outras, e uma porta com postigo, voltada para nascente. À ilharga, separada daquele por um chiqueiro sem porco, está a cozinha, que é telheiro desabrigado que nunca teve porta. No interior a lareira limita-se a umas pedras que servem de suporte às panelas de ferro de três pés. O tugúrio onde reside o João Miséria compõe-se de um quarto indiviso. Ali dormem ele, a mulher e cinco filhos. A cama é um maranho de palha de milho espalhado no canto do quarto que tem por ventilação as frestas das pedras das paredes” (GOUVEIA, 1949, 99-100).

Estas casas miniaturais serão em parte o reflexo da própria dimensão exígua das parcelas onde se implantavam. As produções eram facilmente controláveis pelos feitores, quer na leira de terra, quer na eira. O que sobrava era guardado no pequeno sótão, ou apenas no desvão, onde algumas varas faziam de estrado improvisado para apoio dos produtos. Em casos raros este espaço constituía uma divisão, cujo acesso era feito pelo exterior, através de uma escada de encosto, acedendo-se a uma portinhola

ou a uma janela de joelhos. Nas casas de meio-fio de maior dimensão, este desvão permitia guardar uma maior produção de trigo, milho ou de outros produtos, como abóboras e frutos. No caso de famílias numerosas, servia de quarto para os filhos mais velhos, adquirindo o nome de quarto de empeno.

As casas de meio-fio correspondem a uma inovação que permitiu elevar as paredes periféricas até aproximadamente 0,90 m a 1,10 m de altura, para assentamento do lintel de apoio de toda a armação. Num período inicial desta inovação, as paredes terão sido de madeira e de troços de alvenaria. O módulo autónomo da cozinha beneficiou com esta mudança, talvez em resultado da experiência das cozinhas das casas de fio. As lojas no piso inferior e a elevação das paredes periféricas, feita a partir do nível do sobrado, permitiram um maior aproveitamento do decaimento do telhado, o que resultou na ampliação do espaço periférico e na integração de um sobrado superior. Este modelo, que sofreu uma acentuada decadência até aos anos 70 do séc. XX, teve deste modo um novo fôlego.

Regista-se ainda, apesar de ter pouca relevância, a casa de meio-fio de dois pisos, com varanda ou balcão e escada de madeira. O piso inferior (loja) desta casa era construído em madeira, sem aproveitamento do declive do terreno. Esta última inovação e/ou evolução não terá tido oportunidade de se consolidar, porquanto o seu desaparecimento estará associado ao êxodo rural das décadas de 1960 e de 1970, rumo à cidade e ao exterior (Europa). Surgiram outras pequenas inovações pontuais, que também não tiveram continuidade e que se tornaram apenas singularidades, como a passagem lateral da casa de dormir para a cozinha destacada.

As casas de fio e as casas de meio-fio mantiveram a sua área de implantação restrita ao concelho de Santana, ainda que o modelo que proliferou no vale de Machico, com particularidades diferentes (sendo a mais relevante a elevação das paredes em alvenaria, o que libertava a casa da necessidade de uma armação de madeira), possa constituir um seu parente.

Casa redonda

A casa redonda representa outro modelo de casa em madeira, este circunscrito à zona de São Jorge, paredes meias com o concelho de Santana. Esta designação estará relacionada com o aspeto da cobertura de quatro águas, tendencialmente uniforme em virtude de a planta se aproximar do quadrado. A forma arredondada da mudança de água da cobertura destas casas, e o seu prolongamento para além dos planos da fachada, como que adoça a geometria no seu conjunto; contudo, “uma das características fundamentais destas casas será a sua excepcional carpintaria, expressa na elevação das paredes e respetivas assemblagens, e nas janelas de correr exteriores e nas portadas de correr” (MESTRE, 2002, 115). A sua classificação indica que está entre o grupo de casas elementares e o grupo de casas complexas, sendo o modelo mais evoluído do primeiro grupo e o modelo mais básico do segundo.

Este modelo, tal como os outros com cobertura de palha, apresenta o corpo dos quartos separado da cozinha. Face à planta quadrangular, os compartimentos não são dispostos sucessivamente, mas subdividem-se internamente, através de uma cruzeta central. O compartimento que está mais próximo da porta principal faz de sala, e é a partir desta que se acede aos outros dois compartimentos, os quartos, e de cada um deles a um quarto espaço, igualmente utilizado como quarto. A cozinha é autónoma, ampla e tem um forno interior encostado a um canto e associado a um lar ou pial alto para atear o fogo, o que se fazia por vezes com uma pequena fornalha para cozinhar o bolo do caco. Tal como nas cozinhas das casas de Santana, não existe chaminé; o fumo concentrava-se no desvão da cobertura, enegrecendo a armação e a palha, embora por vezes encontrasse uma fuga, ocasional ou forçada temporariamente, escapando para o exterior em novelos densos, provocados pela abertura da porta da rua, o que daria a sensação de a casa estar a arder.

Estas casas perduraram, integralmente em madeira, na Achada do Marques, que se situa numa espécie de fajã interior, até ao início dos

anos 80 do séc. xx, altura em que se abriu um túnel para melhorar a acessibilidade desta localidade, até então, isolada.

A introdução de paredes de alvenaria, ocorrida na Feiteira de Cima, concelho de Santana, resultou numa evolução do modelo, que deste modo permitia uma inusitada elevação das coberturas, que chegavam a albergar dois níveis de sobrado, quando a dimensão e altura eram maiores. O acesso a estes níveis realizava-se por escada interior, de pôr e tirar, a partir do piso térreo, e através de uma escada exterior idêntica, fixa ao nível superior. Neste modelo, a cozinha também era autónoma do corpo dos quartos. Ao ser construída em alvenaria, seguia o propósito de maior cubicagem, como o módulo dos quartos, permitindo elevar a cobertura. O forno integrado, o pial alto para o lume e o espaço resultante da altura da armação da cobertura caracterizam esta unidade funcional, por vezes mista, como zona de preparação e confeção dos alimentos, também associada a atividades artesanais, como a fabricação e/ou reparação de alfaias agrícolas e outro equipamento.

A casa redonda de médias e grandes dimensões, construída integralmente em madeira (estrutura, paredes exteriores e interiores e armação da cobertura), constitui o apuramento e/ou a evolução máxima deste modelo. Em termos tipológicos, esta casa evoluiu para um nível de complexidade que podemos classificar como de transição, ao introduzir a unidade do corredor, evitando-se a passagem pelos compartimentos a que a planta em cruzeta obrigava. Nesta solução, entra-se para uma sala e desta para um pequeno corredor com várias portas laterais, que dão para os quartos, e uma outra, no extremo final, que abre para a sala de jantar com porta no mesmo enfiamento. A cozinha é autónoma e fica a poucos metros deste volume. A qualidade de execução e de acabamento das carpintarias, nomeadamente das janelas e portas de correr, revela uma técnica e uma expressão artística apurada. A casa demonstra rigor pela distribuição das pranchas dispostas ao alto, articuladas com as régulas mata-juntas e as travessas horizontais,



Fig. 3 – Casa redonda, Achada do Marques (fotografia de Victor Mestre, 1996).

que percorrem todos os alçados da edificação e apoiam as calhas de correr das janelas e das portadas. Este modelo atingiu níveis de conforto significativo, se o compararmos, *e.g.*, com o modelo das casas de fio.

Casa elementar e casa complexa

Ainda no âmbito das casas elementares, registamos a casa elementar corrente de um piso, de alvenaria de pedra e cobertura de telha cerâmica, generalizada em toda a Ilha. Esta distingue-se pelo volume alongado e baixo, com telhado abatido de quatro águas. Na fachada, abrem-se duas ou três portas, ou uma porta e duas janelas, emolduradas por cantaria ou por caiação pigmentada, que as destaca da austeridade do conjunto. A chaminé é prismática, com grelha lacrimal e capelo pontiagudo, associada ao forno exterior. Nela revela-se a cozinha integrada no volume único da casa, com acesso autonomizado ou interior. As casas mais austeras têm uma bancada construída em pedra, sobre a qual se integra o fogo entre pedras para pousar uma grelha. Esta casa tem apenas um pequeno sanitário, quando existe, que se localiza, autonomizado, no tardo da casa. Trata-se de um pequeno volume onde se implanta uma retrete construída artesanalmente, com tampo quadrado e um círculo aberto a meio.

Reconhecem-se como mais recentes as casas em que todos os compartimentos comunicam interiormente, através de um percurso alinhado junto aos vãos da fachada principal, ou através de uma zona central. Nesta última situação, observam-se exemplos em que o compartimento do meio se subdivide no sentido transversal, permitindo uma saleta de passagem entre a cozinha e o quarto autonomizado, ou seja, um quarto compartimento ainda dentro da linearidade do volume. A esta continuidade é comum chamar-se o meio da casa e o quarto de fora.

Este modelo revela uma transição tipológica do modelo linear para um mais complexo, em que o espaço referido introduz sofisticação à casa, que se complementa com um pequeno terraço, coberto por uma latada de vinha e rodeado por um murete com bancos de alvenaria e alegretes, onde é possível realizar atividades do âmbito doméstico e de apoio aos trabalhos agrícolas.

Ainda no âmbito das casas elementares de alvenaria de pedra, encontra-se um modelo exclusivo do Curral das Freiras, constituído por volumes autónomos (quartos e cozinha) com cobertura de duas águas.

O volume dos quartos, com dois pisos, resulta do aproveitamento do encaixe no terreno, o que permite autonomizar as entradas

(a inferior, no plano da fachada longitudinal, e a superior, que se integra na fachada empena, como nas casas de Santana). Estas casas raramente têm mais do que um compartimento por piso, sendo o primeiro a loja, que tem o mesmo volume que os quartos. Na cozinha, que se articula com a loja, onde se guardam diversos produtos de consumo, confeccionavam-se e tomavam-se as refeições. A loja, além das alfaias, raramente servia para realizar as refeições, embora também se utilizasse com esse fim em ocasiões de festa, por ter maior dimensão.

Além do Curral das Freiras, localizou-se entre a freguesia dos Prazeres e o sítio dos Lombos um modelo com semelhanças arquitetónicas. Este modelo apresenta compartimentação sequencial, no máximo com dois compartimentos sobre uma loja, comunicação entre pisos feita por uma escada interior em madeira, estreita e empinada, resguardada por um alçapão, cozinha sem forno, e uma implantação que resultou da escavação parcial de uma ladeira, o que também ajudaria a libertar um terraço fronteiro, e, quando possível, lateral, que dava continuidade à casa.

A casa elementar de dois pisos, na sua identidade mais simples, resulta da sobreposição de um piso com a área de uma casa de piso térreo, que não tem comunicação interior,



Fig. 4 – Casa elementar de alvenaria. Sítio das Casas, Rochão, Porto da Cruz (fotografia de Victor Mestre, 1996).



Fig. 5 – Casa elementar de duas águas e dois pisos. Curral das Freiras (fotografia de Victor Mestre, 1996).

acendendo-se ao piso superior pelo conjunto escada e balcão, geralmente integrado num topo. Esta escada permitia entrar para uma sala e aceder aos restantes compartimentos através de um meio corredor que está junto à parede tardoz e integra a porta lateral, que dá para o compartimento central, e a porta fronteira, que dá para a cozinha que comunica com o terreno que está ao mesmo nível. O piso inferior destina-se mais uma vez a lojas.

A casa linear de dois pisos que mais se terá generalizado aparenta um aspeto mais compacto, portanto, menos longitudinal, tendo-se desenvolvido uma compartimentação no piso superior em cruzeta, ou seja, com quatro divisões sem corredor. O acesso aos compartimentos interiores é feito a partir dos compartimentos da entrada e segue uma hierarquia que distingue as pessoas de fora, que permanecem no espaço da entrada, e os residentes, que avançam pelo compartimento da cozinha ou de transição até ao quarto do casal, isto quando a cozinha é autónoma ou implantada por encosto. Alguns destes exemplos transitam depois para uma casa em esquadria por via da posição da cozinha, formando um L. Curiosamente alguns deles integram um pequeno corredor que autonomiza os quartos, a sala e a cozinha, e introduz maior complexidade. O piso inferior destina-se a lojas ou a um lagar de pedra com o equipamento e o vasilhame.

A casa elementar de dois pisos, na sua dimensão reduzida e compacta, transmite uma expressão da casa antiga. O telhado de quatro águas muito abatido, um contrafeito muito prolongado e a implantação a meia encosta, resultado da escavação para integrar o volume com duas cotas altimétricas acessíveis, sugere uma métrica e uma maneira de construir antiga, relacionada com um longo processo e uma tradição de fazer casas que vem desde os modelos continentais. Algumas quase parecem pequenas casas-torre, pela densidade, pela quase ausência de vãos no piso térreo e pela implantação vigilante na paisagem.

O modelo da casa-torre é um dos modelos que diríamos decalcado do modelo da região de Lisboa e que foi registado, com idêntica

métrica, proporção e espacialidade, nos Açores e nas Canárias. Contudo, o caso madeirense apresenta ainda uma variante rara: a cozinha é integrada no piso inferior do torreão e não no volume lateral encostado. Este nem sempre tem três águas, como se vê nos modelos continentais, mas isso talvez se deva à adaptação a uma realidade física e sociocultural diferente.

Casa duplicada

O modelo da casa duplicada, com dois pisos, está relacionado com o modelo da casa em esquadria, e resulta da associação em paralelo de duas unidades lineares com uma única parede estrutural por permeio, com a cozinha a integrar um dos compartimentos de topo ou a manter-se encostada fora desta associação, mas com ligação interior. Tanto no modelo da casa em esquadria como no modelo da casa duplicada, cada compartimento tem um teto tipo masseira, autonomizado relativamente à armação corrida de quatro águas em madeira. Nas casas de maior capacidade económica, a armação é coberta por um teto único de gesso que tem elementos decorativos, ou então é exibida uma armação e forro de tabuado, com junta de meia cana nas junções das tábuas e com um tapa-pó junto ao frechal, revelando o aprumo da carpintaria, como se fazia na casa em esquadria.

A casa duplicada, pela dimensão e o número de compartimentos que apresenta, terá permitido experimentar novas soluções tipológicas, constituindo um modelo de transição para a casa complexa. Esta possibilidade ganha força se se atender ao facto de algumas casas duplicadas se aproximarem, nas dimensões e na volumetria, de outras, mais antigas, que foram designadas anteriormente por complexas, de cobertura de quatro águas, com corredor no primeiro piso e acesso por escada exterior. Contudo, o que distingue o modelo da casa duplicada não é apenas a existência de um corredor que gere as espacialidades, mas a escada interior de que está capacitada. As casas complexas mais antigas são mais compactas, têm uma forma quadrangular e mantêm as

dimensões tradicionais do pé-direito. As mais recentes são alongadas, o seu desenvolvimento espaço-funcional é retangular, a altura exterior é maior e o pé-direito é mais amplo nos dois pisos, com especial incidência no superior, onde se destaca uma maior elevação do paramento a partir da linha de padieira da cantaria dos vãos. O conjunto denota outra escala e proporção, um processo construtivo dependente de alinhamentos estruturais, associados aos vãos ordenados a partir de um eixo de simetria. A todo este aprumo não será alheia a exigência estrutural das secções dos madeiramentos para vencerem maiores dimensões. Todos os alçados, mesmo aqueles em que os vãos não integram cantarias, denotam essa rigidez, essa métrica construtiva impositiva, onde está implícita a regularidade das secções e dos comprimentos dos estrados de piso e da armação de cobertura, ambos em madeira. Este é um modelo que não foi pensado e construído para poder receber adições, “ou seja, trata-se de uma tipologia acabada, que foi pensada como um todo finito, individual e sem associações possíveis, uma tipologia que talvez nos revele o fim da arquitetura popular em termos de uma potencial cadeia tipológica evolutiva e construída em moldes construtivos artesanais” (MESTRE, 2002, 147).

Casa demerarista

A casa demerarista, que resultou do retorno de emigrantes bem-sucedidos da Demerara (posterior Guiana britânica e depois República da Guiana), em finais do séc. XIX, é o corolário do processo de aperfeiçoamento do modelo da casa complexa.

A tipologia e a técnica que desenvolve seguem os princípios descritos relativamente às casas complexas, mas com assimilações diversas que as aproximam, na identidade e expressão artística, das casas urbanas que têm múltiplas influências. São um misto de casa de morgado e de casa burguesa, em que sobressaem alguns estereótipos, como os alpendres, as grelhagens e os guardas de balcões de gosto neoclássico, bem como os desenhos de pavimento de

seixo rolado, abertos a branco em fundo preto. No interior, um amaneiramento e/ou aparato nas zonas de receber e/ou estar, como a saleta de entrada, que antecede o corredor e a sala de jantar; as madeiras de rodapés e lambrins dos compartimentos interiores, alisares, roda-tetos, e a dimensão das portas, que integram grandes bandeiras de vidro, bem como almofadas, expõem alguma exuberância decorativa ou exaltação de cor. As janelas de guilhotina atingem maior dimensão e a quadrícula composta por esbeltos membros é quase uma filigrana. Esta integra ainda um sistema de contrapesos que se oculta num elaborado conjunto, construído à medida da espessura da parede, que absorve portadas desdobradas em duas folhas rebatíveis e ocultáveis atrás dos alisares. As almofadas destas portadas estão em continuidade com idêntico trabalho de carpintaria que cobre as paredes frontal e laterais e o fecho superior do interior de cada vão.

Este modelo de casa é uma obra completa, previamente planeada; pode mesmo admitir-se que tenha partido de um desenho-projeto ou de esquemas simplificados. O detalhe da carpintaria revela, por outro lado, a importância das ferramentas utilizadas, não apenas pela tecnologia de que se compõem, mas por incorporarem o desenho da arquitetura nos pormenores construtivos. Na carpintaria, é notória a utilização de um conjunto de ferros instalados em plainas, garlopas, guilhermes e tacos que definem frisos salientes, com diversos geometrismos e incisões de linhas abertas propositalmente, de modo a evidenciar uma determinada expressão artística. Algumas destas obras terão beneficiado das primeiras carpintarias mecânicas com propulsão a vapor, transmitida por correias tensionadas em tambores dispostos num eixo em linha, ou terão sido trabalhadas em pequenas carpintarias manuais, depois de receberem as pranchas e os prumos das serras de água ou dos serradores da serra.

Trabalhar a madeira em carpintarias para a construção de casas e edifícios urbanos foi uma longa tradição nesta região, que perdurou até meados do séc. XX, primeiro em moldes tradicionais e mecânicos primitivos, depois com

a primeira geração da carpintaria mecânica. Para além das casas de Santana e São Jorge, são observadas, no centro histórico do Funchal e em alguns núcleos de vilas, muitas ampliações de casas, especialmente torres avista-navios, ou o tardoz e as fachadas laterais das mesmas. Esta tradição está ainda presente em aspetos de otimização e composição arquitetónica, de que destacamos os rendilhados e lambrequins, que ocultam os estores de lâminas horizontais de madeira, ou os tapa-sóis com a bilhardeira para espreitar o exterior sem ser visto. Mas a construção em madeira porventura mais representativa da região é a casa de fresco, localmente denominada casa de prazer, que se implanta num local fresco, com boas brisas e com boas vistas, sobre os muros dos jardins, em contexto urbano ou em quintas madeirenses. Estes templetos de jardim, que por vezes revelam detalhes construtivos e uma composição artística de elevado rigor e requinte, são de certo modo o reflexo da identidade dos seus proprietários.

O romantismo, com especial relevo para o de influência inglesa, e os estilos mais ou menos evidentemente ecléticos rivalizam com a expressão da arquitetura tradicional da Região, que, sem arrebiques estilísticos, reduz a forma e a composição a um caramanchão com cobertura de telha, onde plantas, flores de suaves odores e tapa-sóis disputam harmoniosamente o seu lugar.

Casas de salão

A ilha do Porto Santo e a ilha da Madeira, apesar de terem a mesma origem vulcânica, distinguem-se, geológica e geomorfologicamente. O solo claro da ilha do Porto Santo deve-se ao calcário e à respetiva desagregação em arenitos, ou pedra de areia, como são conhecidos localmente. A zona central da ilha é tendencialmente plana, interrompida por alguns valados que, devido à fraca pluviosidade, apenas conduzem as águas das enxurradas sazonais, agravando a erosão dos solos. A permanente falta de chuvas, devido a um clima seco influenciado pelos ventos predominantes do Norte de África (de Nordeste e de Norte), e a falta de vegetação nas zonas altas têm dado

lugar a solos pobres em espessura e em matéria orgânica, dificultando a agricultura.

A casa vernacular que representa o Porto Santo expressa e é consequência do contexto físico da ilha, ainda que outros fatores também influenciem o modelo. Seguindo o mesmo critério de classificação aplicado à ilha da Madeira, trata-se de uma casa elementar, da qual sobressai a cobertura de barro, localmente denominada salão. É uma casa térrea com dois ou, no máximo, três compartimentos. Por vezes, quando se trata de uma casa de lavoura de média dimensão, desenvolve-se linearmente, associando compartimentos com acesso interior ou exclusivamente exterior, como são os casos estudados na Serra de Dentro e no Farrobo de Cima. Um dado curioso, que poderá ter resultado de uma evolução planeada em virtude do número de exemplos conhecidos, é a incorporação de um volume perpendicular num dos topos, formando uma configuração espaço-funcional em esquadria, como os exemplos de Pedregal de Dentro e em Farrobo de Cima. Alguns destes compartimentos, resultantes de adições, destinavam-se a novos quartos e/ou a salas, em virtude do aumento da família, em consequência de casamentos e da formação de novos agregados familiares. Contudo, algumas destas configurações arquitetónicas estavam estabelecidas



Fig. 6 – Casa de salão, Achada da Serra de Fora, Porto Santo (fotografia de Victor Mestre, 1996).

desde a origem da casa e destinavam-se a apoiar a lavoura com estábulos e adegas. Nos casos referidos, aproveitou-se um declive do terreno, construindo este volume em cota inferior de modo a prolongar a água da cobertura da casa. Esta solução favorecia a limpeza destes compartimentos: ao manterem uma suave inclinação do piso, os fluidos e os resíduos produzidos escoavam naturalmente para o exterior.

A cobertura de salão é constituída por uma armação de toros ou barrotes de madeira formando pendentes de duas ou quatro águas. Sobre esta armação, nos casos mais básicos, dispõem-se feixes de arbustos locais muito bem cruzados e apertados, de modo a formarem uma densa teia, sobre a qual é espalhado o salão, com 7 a 10 cm de espessura. No caso de uma construção feita por alguém com mais capacidade económica, as fibras vegetais são substituídas por um tabuado.

A técnica de salão requer cuidados especiais. Desde logo na extração e na limpeza, retirando impurezas e pedras, seguindo-se um período de descanso a céu aberto, antes de ser colocado. Uma vez distribuído uniformemente, é batido ou calcado com uma pá de madeira, sendo borrifado com água, de modo a reagregar uniformemente. As qualidades deste material que incorpora argila, que é o seu elemento agregante mais notável, a par da arte de o utilizar, devem-se a uma longa prática, posta à prova com as primeiras chuvas do ano. Estas, em contacto com a superfície gretada, repleta de linhas de micro e macro fendilhação, agregam os elementos, que rapidamente, e dada a plasticidade destes agregantes, tornam a cobertura impermeável. Ao invés, com o tempo seco, a cobertura retoma a fendilhação e permite a circulação de ar entre o interior e o exterior, favorecendo a ventilação. Estas coberturas proliferaram por todo o Mediterrâneo, desde as ilhas mediterrâneas a toda a costa africana e ilhas das Canárias.

A casa complexa de dois pisos e telhados múltiplos é outro modelo singular da ilha do Porto Santo. Localiza-se no único núcleo urbano que lá existe, distinguindo-se pela dimensão e pelos dois telhados dispostos paralelamente.

O corredor central no piso superior individualiza todos os compartimentos e a escada é exterior. A cozinha é integrada e associa o lar à boca do forno, que se integra pelo exterior. O piso térreo destina-se a lojas e por vezes ao lagar, em alguns casos feito de um tronco de árvore escavado.

Na ilha do Porto Santo, predominava uma agricultura de sequeiro. Os moinhos de vento testemunham a cerealicultura prevalecente, assim como a técnica do seu armazenamento em silos subterrâneos, que consistiam em covas feitas junto às casas, conforme ocorria também no continente, no Mediterrâneo e nos Açores, silos que, no princípio do séc. XXI, ainda existiam na Serra de Dentro, na Serra de Fora e na Lapeira. Havia ainda um de grandes dimensões, para uso comum, no largo central, que se tornou posteriormente alvo de interesse museográfico.

Casas modernas, o popular e o regional

O período pós-Segunda Guerra Mundial terá dado início a um novo ciclo da arquitetura vernacular madeirense através de uma revisitação organizada aos modelos mais comuns. O ou os protagonistas deste movimento estão por identificar, assim como qualquer documentação que lhe diga respeito. É possível que este esteja relacionado com duas levas de regresso de migrantes: uma que ocorreu entre as guerras, outra que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial. A construção de uma rede viária para circulação automóvel e a reorganização urbanística das sedes de concelho terão propiciado novos bairros e a transformação de terreno agrícola em solo urbano, onde se ergueram novas casas. A investigação feita no terreno comprova a existência de um ciclo construtivo, cujos modelos, denominados casas modernas e datados pelos seus proprietários, mostram um processo repetitivo e organizado.

Nos anos 30 do séc. XX, ocorreram significativas alterações no contexto urbanístico e arquitetónico em Portugal. A denominada casa portuguesa, muito propagada e defendida no meio cultural do regime político que se instalara,

ressurge no final do séc. XIX, apesar de não ter sido uma ideia consensual. Alguns intelectuais apontaram erros de leitura e o efeito negativo da sua aplicação, por corresponder a um retrocesso e inviabilizar os princípios da arquitetura moderna. Contudo, os defensores da corrente conservadora terão tomado à letra escritos e projetos do arquiteto Raúl Lino (1879-1974) e procuraram nacionalizar a paisagem arquitetónica das cidades, vilas e aldeias de Portugal continental, das ilhas adjacentes e das colónias.

A casa de quatro águas, beirais prolongados, alpendre e aberturas contidas, com integração de arrebiques decorativos nas fachadas, rodeada por jardim, horta e árvores de fruto, de modo a expressar uma pseudorruralidade, ou uma urbanidade rural, adquire estatuto de casa portuguesa, ou de casa em sintonia com uma ideia de portugalidade; pretendia-se, por isso, que este modelo se instalasse desde o Minho a Timor. A ilha da Madeira acolheu este movimento e elegeu os seus protagonistas, que se limitaram a implementar no terreno as diretivas e/ou os projetos que lhes chegaram por via administrativa, embora uns estivessem mais envolvidos ideológica e culturalmente com a causa que outros, que seriam indiferentes à mesma.

O arquiteto Edmundo Tavares (1892-1983), adepto das convicções de Raúl Lino, viveu no Funchal entre 1932 e 1939, período durante o qual concebeu projetos para edifícios públicos e para casas que procuravam expressar um enquadramento regional madeirense. Alguns destes exemplos foram publicados no livro *Casas Madeirenses*, de J. Reis Gomes (1869-1950), um intelectual influente na região e partidário da corrente supra mencionada, cuja opinião influenciou diversos autores e vários projetos realizados no Funchal. Também não lhe terão ficado indiferentes as autoridades do sector da administração do território e das obras públicas, assim como os projetistas, de diversa formação; os seus projetos ter-se-ão vestido de novas roupagens arquitetónicas, algumas resultantes da consulta de jornais e revistas que circulavam em repartições públicas, em livrarias e em pequenos ateliês.

As obras de Raúl Lino e de Fernando Perfeito de Magalhães (1880-1958), a par do livro de Edmundo Tavares, *Vivendas Portuguesas: Projetos, Pormenores*, e de ilustrações de sua autoria, escolhidas para a publicação de J. Reis Gomes, exerceram grande influência e terão tido um forte papel no surgimento de um pseudorreionalismo da casa madeirense. Edmundo Tavares, nas palavras prévias à obra *Vivendas Portuguesas* afirma: “Perversão do gosto das pessoas sem cultura estética, nem consciência nacional” (TAVARES, 1952, 11). O que faz acreditar que a intenção da sua ação seria a de nacionalizar a arquitetura que se deveria construir.

Em *Casas Madeirenses*, publicado em 1937, Reis Gomes refere que num novo bairro do Funchal, levado a efeito pela Junta Geral, “as casas seriam recolhidas, tendo um espaço sempre ajardinado à frente da via pública”. Sobre outros prédios previstos para a mesma zona, diz que seriam construídos “em obediência a condições de perspetiva e tipo regional que, tendo a casa portuguesa por base, conta com elementos construtivos e de decoração interna e externa, mais particularmente madeirenses” (GOMES, 1968, 89). No mesmo livro, deixa ainda bem claras as suas convicções sobre a casa madeirense e os seus objetivos: “A casa regional poderia ter nesse bairro, como nos arredores, condições de liberdade para pôr em evidência todo o seu grande pitoresco, superior, ainda ao da casa original, pelas ornamentações do frontispício, onde as notas de forma e cor, e as ligações das cantarias, bem como o emprego de azulejos policromados portugueses e moçárabes vieram juntar-se às características do estilo originário”. E, numa vertente mais específica, continua, para melhor vincar esse carácter distintivo: “E se a tudo isto acrescentarmos o efeito decorativo dos nossos mirantes, balcões e ‘casinhas de prazer’, cobertos de trepadeiras e ornatos de flores, [...] faria deste Funchal moderno um dos mais belos e pitorescos espécimes de bairros novos construídos em qualquer parte do mundo” (*Id., Ibid.*).

As construções em espaço rural, que surgiram no período entre guerras e principalmente a seguir ao confronto mundial, são surpreendentes.



Fig. 7 – Casa moderna e venda. Santo António, Santana (fotografia de Victor Mestre, 1996).

Trata-se de réplicas construídas com novos materiais, como o tijolo de cimento e a telha marselha ou em xadrez, igualmente de cimento. São muito discretas as inovações tipológicas registadas; destacam-se as escadas interiores com alçapão de pavimento para uso pontual e os sótãos com acesso intermitente ou com acesso exterior. As paredes, construídas com uma fiada de tijolo, tornaram-se mais esbeltas e libertaram alguma área. As paredes de alvenaria de pedra continuaram a ser utilizadas, em virtude do elevado custo do bloco de cimento. Os pavimentos, os tetos e as armações da cobertura continuaram a ser em madeira, de um modo geral, em pinho da terra. Os sanitários continuaram a não existir ou a estar integrados no interior das casas e as cozinhas mantiveram as configurações anteriores, não dispondo de água, nem de saneamento. Algumas delas integravam chaminés pré-fabricadas com um novo desenho, mas a saia e o lar no seu interior permaneceram arcaicos relativamente ao local do fogo e aos revestimentos. Os desejos de Edmundo Tavares sobre as “exigências da vida atual no que respeita à habitação” (TAVARES, 1952, 12) não foram cumpridos nestas casas, que se ficaram pelas aparências.

Estes modelos inscrevem-se no último ciclo da arquitetura madeirense, que culmina e/ou coincide com a atribuição do estatuto de

Região Autónoma à ilha da Madeira (1976). Segue-se um período de transição, no qual alguns modelos, instalados no terreno nos anos 1970 e 1980, associados, mas não de forma exclusiva, à imigração sul-africana e venezuelana, se impõem. Estes substituem centenas de casas rurais, elevando-se em muitos casos em múltiplos andares a partir da cota da estrada até às cotas inferiores das escarpas.

Nos começos do séc. XXI, a arquitetura vernacular suscitou algum interesse por parte dos seus proprietários, antigos ou novos, que começaram a procurar o caminho da reabilitação, alguns investindo em arquitetos reconhecidos pela sua atividade na conservação e readaptação das casas de tradição, por manter o uso antigo ou por adaptar as casas a pequenas unidades hoteleiras, contribuindo, com a indicação de materialidades que ajudam a sustentar um discurso votado à identidade insular e ao património local, para o processo de reinvenção e reinterpretação de valores culturais que ocorreram nas ilhas da Madeira e do Porto Santo.

Bibliog.: ARAGÃO, António, *O Espírito do Lugar. A Cidade do Funchal*, Lisboa, Pedro Ferreira, 1992; *Arquitetura Popular dos Açores*, Lisboa, Ordem dos Arquitetos, 2000; *Arquitetura Popular em Portugal*, Lisboa, Sindicato dos Arquitetos Portugueses, 1961; BRANCO, Jorge Freitas, *Camponeses da Madeira. As Bases Materiais do Quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*, Lisboa, Dom Quixote, 1987; CÂMARA, Benedita, “The portuguese Civil Code and the colonia tenancy contract in Madeira (1867-1967)”, *Continuity and Change*, vol. 21, n.º 2, 2006, pp. 213-233; CARDIM, Rui, *Estudo da Habitação Rural em Santana e São Jorge*, Trabalho de fim de curso de Arquitetura apresentado à Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 1963; GOMES, João Reis, *Casas Madeirenses*, 2.ª ed., Funchal, Eco do Funchal, 1968; GOUVEIA, Horácio Bento de, *Ilhéus*, Coimbra, Coimbra Editora, 1949; LINO, Raúl, *Casas Portuguesas: Alguns Apontamentos*, 5.ª ed., Lisboa, Valentim de Carvalho, 1954; MAGALHÃES, Fernando Perfeito de, *A Habitação*, Lisboa, Bertrand, 1938; MATOS, Rui Campos, *As Origens do Turismo na Madeira. Quintas e Hotéis do Acervo da Photographia-Museu «Vicentes»*, Funchal, Ordem dos Economistas – Delegação Regional da Madeira, 2013; MELIM, Carolina Sofia Spínola, *Os Moinhos de Vento do Porto Santo. O Que Foram, o Que São e o Que Serão*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura apresentada à Universidade da Beira Interior, Covilhã, texto policopiado, 2013; MESTRE, Victor, *Arquitetura Popular da Madeira*, Lisboa, Argumentum, 2002; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, e GALHANO, Fernando, *Construções Primitivas em Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia, 1969; *Id.*, *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1992; OLIVER, Paul, *Shelter and Society*, London, Barrie & Jenkins, 1978; *Id.*, *Dwellings*, London, Phaidon, 2003; RIBEIRO, João Adriano, *Porto Santo, Aspetos da Sua Economia*, Porto Santo, Câmara Municipal do Porto Santo, 1997; RUDOLFSKY, Bernard, *Architecture without Architects*, New Mexico, University of New Mexico Press, 1964; SILVA, António Ribeiro Marques da, *Apontamentos sobre o Quotidiano Madeirense (1750-1900)*, Lisboa, Caminho, 1994; SOUSA, João, “Casas madeirenses (notas de história madeirense)”, *Diário de Notícias*, Funchal, 2 set. 1984, pp. 5-6; TAVARES, Edmundo, *Vivendas Portuguesas: Projetos, Pormenores*, Lisboa, Bertrand, 1952; TÁVORA, Fernando, *O Problema da Casa Portuguesa*, Porto, Cadernos de Arquitetura, 1947.

VICTOR MESTRE

Arquitetura religiosa

As primeiras construções religiosas, como as restantes, foram levantadas precariamente em madeira e, no Funchal, só pelas décadas de 50 e de 60 do século xv se procedeu à sua passagem para construções mais sólidas e seguras, devendo tal ter acontecido no resto da Ilha um pouco mais tarde. Informa Jerónimo Dias Leite que só depois de passadas a pedra e cal as igrejas e capelas se fez a primeira casa de pedra, que foi a de Constança Rodrigues, filha de Diogo Afonso de Aguiar e neta de Zarco, junto à igreja de S. Pedro, posterior capela de S. Paulo. Como Constança Rodrigues não se tinha casado e ficara a viver com os avós, a construção em questão deve datar de pouco depois de 1471, ano provável da morte de Zarco e altura em que a mesma teria passado a viver em casa própria.

Poucos elementos, entretanto, devem ter chegado até nós dessas primeiras construções. Entre os mesmos, podem estar o portal gótico da capela do Corpo Santo, que apresenta uma arquivolta simples, sem definição de capitéis, e que será o elemento mais antigo dessa capela, depois ampliada na época manuelina e também no final do século xvi, como atesta a data de 1594 patente numa das suas janelas. Também da década de 50 ou 60 do século xv é, provavelmente, o portal da igreja de Santa Clara que pertenceu à antiga igreja da Conceição de Cima, conjunto que, por certo, veio do continente, dado o material utilizado.

A prosperidade dos anos seguintes, advinda dos proventos da cultura açucareira, e a atenção da Ordem de Cristo, a partir da passagem da sua administração para o duque D. Manuel, entre 1484 e 1485, mudaram totalmente os paradigmas da construção. Nesse quadro, a maioria dos elementos arquitetónicos anteriores às campanhas de obras dos finais do século xv e inícios do xvi não deve ter subsistido. Na campanha desenvolvida sob a orientação de D. Manuel, foram levantados, no Funchal, os seguintes edifícios: os edifícios da Câmara e o paço dos tabeliães, prontos em 1492; o Convento de S.^{ta} Clara, concluído em 1496; a igreja

nova, iniciada entre 1493 e 1500, que estava ainda em obras depois de 1514, vindo a ser acabada para Sé; o hospital da Santa Casa da Misericórdia (SCM) e a alfândega nova, mandados levantar em 1508. Logicamente, de igual forma procederam os capitães das capitânias e os principais proprietários, bem como os oficiais régios em relação às suas residências e capelas, sucedendo o mesmo nas várias paróquias e demais instituições religiosas.

O primeiro mestre de obras reais da Madeira teria sido João Gonçalves, do qual, no entanto, só conhecemos o que nos é relatado por Bárbaro Gomes (c. 1470-1544), vedor da igreja do Funchal, que menciona a sua ida a Lisboa, em 6 de junho de 1503, e o apresenta como “mestre da igreja que sua alteza cá manda fazer” (ANTT, Fragmentos, mç. 1, n.º 7). Devendo estar há algum tempo na Ilha, não só dirigiu as iniciais obras da futura Sé do Funchal, como, muito provavelmente, as obras do Convento de S.^{ta} Clara, ambas sob superintendência do 2.º capitão do Funchal, João Gonçalves da Câmara (1414-1501). O inicial projeto da futura Sé, que deve ter vindo de Lisboa ou de Tomar, era, no entanto, bastante retrógrado para o seu tempo, prevendo uma desmesurada torre de cariz militar templária, pelo que terá tido grandes alterações nos anos seguintes com a nova equipa de Pero Anes (c. 1470-1536/1538). Nos primeiros anos do século xvi, estariam a trabalhar na Ilha mestres de uma outra formação, que se afastaram progressivamente do quase medievalismo da primeira campanha da futura Sé, o que não seria diferente do que se passou com as restantes construções. Em 1514, *e.g.*, o futuro deão do Funchal pedia instruções sobre como se devia acabar a torre, determinando D. Manuel que deveria ser com coruchéu de azulejos.

Quase ao mesmo tempo, elevou-se a igreja do Salvador, matriz de Santa Cruz, que deve ter tido início por volta de 1502. Esta seguiu uma estrutura semelhante à da Sé, com três naves, embora de proporções mais grosseiras, sendo, no entanto, absolutamente notável a articulação da bonita torre de coruchéu oitavado com a grilhagem decorativa da cabeceira.



Fig. 1 – Capela-mor da igreja matriz de Santa Cruz, 1502 a 1508 (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

Todo o desenho apresenta francas afinidades com as obras do mestre Boitaca (c. 1460-1527), que teria provavelmente enviado o projeto do continente, pois não há qualquer referência à sua deslocação pessoal à Madeira. Em 1508, o “pedreiro mestre” Fernão Mou-seiro e o “pedreiro segundo” Godinho foram pagos por terem construído a capela-mor da matriz de Santa Cruz (ARAGÃO, 1987, 203). Sendo da responsabilidade direta da Fazenda real, a capela-mor apresenta uma abóbada de nervuras assentes em mísulas e meias-colunas torsas, em calcário-brecha da serra da Arrábida, de excepcional qualidade formal, ímpar na Ilha, possuindo ainda uma porta de comunicação com a sacristia com moldura decorada com pelouros. Salvo melhor opinião, estamos, tal como na Sé do Funchal, perante o trabalho de duas equipas de mestres diferentes, pois que o trabalho da capela-mor ultrapassa bastante a qualidade geral patente na restante igreja matriz. A igreja estaria pronta por volta de 1511, quando ali começaram a funcionar os serviços religiosos, havendo quitações

nos anos seguintes, e até 1533, das despesas efetuadas.

Situação idêntica se teria passado nas principais matrizes do sul da Ilha, que usufruíram igualmente dos proventos da florescente cultura açucareira, mas que sucessivas campanhas de obras alteraram profundamente. A igreja matriz de N.^a Sr.^a da Conceição de Machico, *e.g.*, praticamente só preserva, exteriormente, a fachada com um importante portal de cinco arquivoltas, encimado por rosácea, e, lateralmente, um interessante portal, único na Ilha, com duas portas geminadas com colunelos de mármore continental, encimadas por óculo e rematadas por três arquivoltas. A tradição local identifica estas colunas como provenientes de uma mesquita desmanchada no Norte de África, mas esta tradição não resiste à análise, na medida em que não possui qualquer suporte documental, sendo as colunas formalmente portuguesas e, por certo, provenientes das oficinas régias manuelinas. Interiormente, o arco triunfal tardo-manuelino da capela-mor foi desmanchado e posteriormente sobrelevado, somente subsistindo o arco polilobado da antiga capela dos Teixeira, restaurado e pintado nos meados do séc. xx.

Das igrejas matrizes da área oeste da Ilha subsistem bastantes elementos das primeiras campanhas de obras, salvo da matriz de S. Sebastião de Câmara de Lobos, de que nada restou, ou da matriz de S. Brás do Campanário, de que só subsistem os levantamentos fotográficos de 1950 e elementos soltos fora do seu contexto. A primitiva igreja do Campanário foi desmanchada em 1960, sendo construída de raiz uma nova, modernista, projeto do Arqt. João Filipe Vaz Martins (1910-1988), de 1955. Reaproveitou-se o antigo portal manuelino, replantado em 1960 na fachada oeste da antiga alfândega do Funchal. Desmontado nas obras de 1990 do Arqt. Raul Chorão Ramalho (1914-2002), voltou à freguesia do Campanário para ser utilizado como elementos decorativo do jardim da nova igreja matriz.

Subsistiram, entretanto, alguns elementos arquitetónicos da inicial igreja matriz de S. Bento



Fig. 2 – Fachada da igreja matriz do Machico, c. 1500 (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

da Ribeira Brava, como os dois arcos triunfais interiores, um dos quais provavelmente da antiga capela-mor, que em obras posteriores foram remontados nas capelas laterais do Santíssimo e de N.^a Sr.^a de Lourdes. O arco da capela do Santíssimo apresenta quatro arquivoltas, com os colonelos e os meios arcos apontados exteriores esculpidos em enrolamento torso, sendo os capitéis historiados, por ventura, o mais interessante conjunto existente na Região Autónoma da Madeira. Subsiste ainda o púlpito manuelino, tal como a pia batismal, datada de 1511, devendo assim o restante conjunto manuelino datar dessa época. A paróquia teria tido muito boas possibilidades económicas nos sécs. XVI e XVII, dado que existe um importante acervo de escultura e pintura flamengas, tal como de oficinas portuguesas, e, muito especialmente, um notável conjunto de alfaias religiosas de prata, vindas, em princípio, na sua maioria, de oficinas madeirenses. Subsistem também, na entrada, duas pias de água benta em calcário-brecha da Arrábida, material sobre o qual o Rei D. Manuel estabeleceu um quase



Fig. 3 – Pia batismal da matriz da Ribeira Brava, 1511.

monopólio, sinal da importância económica da paróquia naquela época.

A igreja matriz de N.^a Sr.^a da Luz da Ponta do Sol também conseguiu preservar alguns elementos da inicial construção da época manuelina, com destaque para o arco triunfal da capela de N.^a Sr.^a do Patrocínio, núcleo inicial da posterior igreja matriz, e o da capela do Santíssimo, que poderia ter sido da capela-mor e posteriormente remontado na nave. Este arco apresenta duas arquivoltas e um intradorso com decoração de elementos vegetalistas entrelaçados, tendo depois sido remontado, num outro contexto, com uma imagem em baixo-relevo da Santíssima Trindade a encimar o conjunto, arranjo ocorrido entre 1720 e 1770. A capela-mor apresenta ainda cobertura de alfarge, que deve ter sido remontada na ampliação geral da igreja ocorrida nos primeiros anos do séc. XVII, dada a altura em que se encontra montada, que se enquadra na escala da inicial igreja manuelina. Subsiste também nesta matriz uma monumental pia de água batismal em cerâmica vidrada das oficinas mudéjares

de Sevilha – provavelmente de 1501, quando a Ponta do Sol foi elevada a vila –, exemplar que se tornaria único no território nacional, e uma pia de água benta em mármore, assente em colunelo finamente esculpido, provavelmente executada nas oficinas régias de Lisboa dos meados do séc. XVI.

Do conjunto das igrejas matrizes desta área sobressai a do Espírito Santo da Calheta, que manteve o inicial portal manuelino de três arquivoltas, embora toda a igreja tenha sido ampliada por 1609. A ampliação repôs a cobertura mudéjar da nave e da capela-mor, sinal de que nessa data ainda existiam mestres de “carpintaria de laço” e de tradição islâmica. A nave apresenta-se coberta por esteio central e panos laterais inclinados, com amarração por traves de madeira assentes nas paredes em complexos cachorros esculpidos, tendo a capela-mor o teto assente em quartos de cúpula.

Da mesma época e de certa forma semelhante é a capela de N.^a Sr.^a do Loreto, também esta com cobertura mudéjar, ainda que com amarrações por tirantes de ferro, e igualmente assente em quartos de cúpula, que ainda apresenta praticamente a estrutura inicial dos inícios do séc. XVI. A capela-mor apresenta arco triunfal polilobado, encimado por Calvário, do lado da nave, tendo-se perdido a cobertura da capela. Junto da entrada existe uma pia de água benta de mármore de mármore de oficina régia continental, semelhante à da matriz da Ponta do Sol e de outras igrejas e capelas da região, como da capela de S. Paulo do Funchal. Exteriormente, para além de uma pequena porta lateral, talvez o exemplar mais conseguido das portas manuelinas madeirenses, apresenta ainda um conjunto de 10 colunas de mármore continental, ao gosto dos inícios do séc. XVI, que entretanto passaram a suportar um amplo adro coberto revivalista montado em 1902. Tudo leva a crer que faziam parte de uma anterior arcada ou nártex, dado que à atual, revivalista, foram acrescentadas mais algumas colunas semelhantes, mas em ferro forjado e pintado.

Entre os finais do séc. XV e a primeira metade do XVI, foi elevada na Ilha uma série de capelas,

por vezes ampliadas nos séculos seguintes, embora algumas delas com parte da sua estrutura inicial. Algumas capelas ainda apresentam cobertura de teto mudéjar, como a capela dos Reis Magos da Calheta ou a de S. Paulo do Funchal, embora esta viesse a ser desfigurada exteriormente, ao gosto revivalista de 1939, com o projeto de ampliação do Arqt. Edmundo Tavares (1892-1983). Em algumas, as ousias ainda são rematadas exteriormente por merlões, seguindo a tradição medieval das capelas militares, como a da Madre de Deus do Caniço, edifício que, tal como o da capela do Corpo Santo do Funchal, constituem talvez os exemplares mais representativos do período manuelino e tardo-manuelino.

Em relação ao Funchal, com a planta de Mateus Fernandes (c.1520-1597) datável de 1570, podemos mesmo estabelecer uma tipologia para estas capelas, que não se afastam especialmente das levantadas à época no território continental



Fig. 4 – Teto mudéjar da capela-mor da igreja matriz da Calheta, c. 1520 (fotografia de Bernardes Franco, 2014).

português. Obedecem todas à orientação litúrgica da época (oriente-ocidente) e são compostas por uma nave retangular, na qual se encaixa, a leste, uma pequena ousia igualmente retangular. O adro destas capelas articula-se com o corpo da nave, mas com tendência a envolver o templo pelo lado virado ao mar, servindo assim de local de lazer e devendo ter tido assentos, tal como aconteceu nas reconstruções feitas nos séculos seguintes, em que os adros passaram quase todos para os alpendres das entradas principais. Algumas capelas e igrejas apresentam ainda bastantes elementos de origem, nomeadamente bonitos portais e rosáceas, assim como campanários de gosto gótico sobre as fachadas. Determinadas absides apresentaram-se totalmente em cantaria, mantendo algumas os acervos de pintura e escultura de cariz e gosto flamengos com que foram inicialmente dotadas.

Do conjunto das primeiras casas franciscanas restou somente o Convento de S.^{ta} Clara do Funchal, não só com muitos dos elementos arquitetónicos das primeiras campanhas de obras, como a arcaria gótica dos claustros e os chãos dos dois coros, como ainda muito próximo da função conventual para que foi levantado no final do séc. xv, embora já não em clausura completa, e o de S. Bernardino, de Câmara de Lobos, muito adulterado nas campanhas de obras posteriores, que, sendo recuperado a partir dos finais do séc. xx, se encontra, nos inícios do XXI, novamente ocupado por uma comunidade franciscana masculina, depois de ter sido sede da paróquia de S.^{ta} Cecília. Restaram ainda alguns elementos arquitetónicos do Convento da Piedade de Santa Cruz, que se levantava na área posteriormente ocupada pelo aeroporto da Madeira e que foi escavado arqueologicamente pelo Dr. António Aragão, por volta de 1960, tendo parte dos elementos arquitetónicos recuperados sido remontados nos jardins da Casa da Cultura de Santa Cruz, antiga Qt. do Reboredo, bem como no Museu Quinta das Cruzes, tendo sido para ali transferidos no séc. XIX pela família Lomelino, instituidora do Convento.

Do enorme Convento de S. Francisco do Funchal, que se levantava na área posteriormente ocupada pelo jardim municipal, restou apenas uma das pedras de armas, embora de meados do séc. XVIII, remontada como decoração no mesmo jardim. Do Convento da Encarnação do Funchal, também quase nada restou, salvo a anterior capela dessa evocação, que fora integrada no Convento e que, com a demolição do mesmo para a construção do seminário diocesano e depois do palácio da Junta Geral do Distrito Autónomo (JGDAF), veio a ser poupada e reconstruída. Do Convento das Capuchinhas do Funchal, somente restou uma aguarela de 1877 e algumas pinturas e elementos de decoração da igreja, bastante tardios, que passaram para o acervo da igreja matriz de S. Pedro do Funchal. Nada restou do pequeno Convento de S. Francisco ou de S. Sebastião da Calheta, salvo, talvez, alguns azulejos que hoje se encontram na área da Qt. das Vinhas, numa casa particular. O mesmo aconteceu com o pequeno recolhimento de S. José da Ribeira Brava, de que só restaram fotografias, o sacrário, que se encontra na igreja matriz da Quinta Grande, e provavelmente, com reservas, a pintura do retábulo da igreja, já da transição do séc. XVIII para o XIX, que passou para o acervo do Museu de Arte Sacra do Funchal.

No Funchal, subsistiu, no entanto, o recolhimento do Bom Jesus, dos meados do séc. XVII, que nunca se instituiu como convento, ficando como abrigo da chamada “pobreza envergonhada” e continuando, até certo ponto, ainda com essa função até ao séc. XXI. O mesmo se passou com o recolhimento do Carmo, ainda que dele só restasse a monumental igreja, pois as instalações do antigo estabelecimento religioso foram sofrendo tantas alterações que quase nada ficou da construção dos meados e finais do séc. XVII.

Do hospital manuelino do Funchal, mandado levantar em 1508 e instruído, pouco tempo depois, como sede da Santa Casa da Misericórdia (SCM) do Funchal, terão ficado as duas grandes janelas geminadas, que foram remontadas no parque arqueológico do Museu das Cruzes e de que subsistem fotografias da



Fig. 5 – Fachada da capela de N.ª Sr.ª da Alegria, 1608, São Roque, Funchal (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

antiga edificação que se encontravam em Santa Maria Maior. Deste tipo de janelas, resta ainda a que pertenceu à chamada “Casa de Colombo”, mandada levantar pelo comerciante João Esmeraldo no Funchal e remontada, depois, numa quinta particular, a Qt. da Palmeira, a Santa Luzia.

Dos inícios ou meados do séc. XVI, no Porto Santo, subsiste também a capela da Morgada, que foi integrada na igreja de N.ª Sr.ª da Piedade, matriz de Vila Baleira, com uma arcaica abóbada de nervuras. Terão existido outras obras tardo-góticas, pois, *e.g.*, a capela do cemitério do Porto Santo parece ter reaproveitado elementos de uma outra devotada a S.ª Catarina, ostentando um portal com impostas tardo-manuelinas que, no entanto, poderá também ter pertencido à demolida capela de S. Sebastião.

As primeiras grandes alterações urbanísticas e arquitetónicas do Funchal surgiram na

segunda metade de Quinhentos, após o saque de corsários franceses de 1566, quando foi destacado para a Madeira um habilitado mestre das obras reais, Mateus Fernandes. Este terá ficado responsável pelo projeto de fortificação da cidade e, depois, pela sua execução, estendendo a sua atividade, dentro das suas funções, às restantes obras executadas com dinheiros públicos, designadamente as camarárias e as religiosas. Este mestre acompanhou, *e.g.*, os vários planeamentos para o Colégio dos Jesuítas, sendo, por certo, o autor da torre, deu parecer sobre obras camarárias, forneceu projetos para várias igrejas e executou inclusivamente desenhos para retábulos. Alguns pormenores da ala do Colégio dos Jesuítas voltada para a R. do Castanheiro devem ser da sua autoria, assim como o desenho da fachada da igreja, apesar de esta estar dentro dos modelos arquitetónicos divulgados pela Companhia à época e de apenas ter sido iniciada em 1629, tal como a igreja matriz de S. Pedro, que, construída na déc. de 90 do séc. XVI, deve ter seguido o desenho por si executado por volta de 1570.

Seguiu-se o mestre Jerónimo Jorge (c. 1570-1617), em 1575, que teve uma presença intermitente na Ilha, fruto dos inúmeros conflitos em que se viu envolvido na disputa dos dinheiros da imposição entre o governador e a Câmara do Funchal. A sua obra civil e religiosa mais identificável é o conjunto da *loggia* maneirista do antigo paço episcopal e a capela de S. Luís de Tolosa, que levantou entre 1600 e 1609, mas outras capelas poderão ter sido levantadas com projetos de sua autoria, como, por certo, a pequena capela de N.ª Sr.ª da Alegria, em São Roque do Funchal, que tem a data de 1608 na fachada. Dados os trabalhos de Jerónimo Jorge na Calheta e na Ponta do Sol, onde ampliou as igrejas matrizes por 1609, também poderá ser seu o risco da capela de N.ª Sr.ª da Glória, no sítio da Pedra, Campanário, instituída em 1599 e levantada pouco tempo depois.

Nesse quadro, nos inícios do séc. XVII, instituiu-se um modelo de capela maneirista, mais chã e adaptada ao local de implantação, em que o quase único elemento decorativo exterior é o portal de volta perfeita

em cantaria regional, dotado de cornija com balanço e de impostas mais ou menos trabalhadas assentes em bases muito simples. Posteriormente, algumas destas capelas vieram a ser dotadas de alpendre com bancos para os romeiros. Levantadas em lugares verdadeiramente privilegiados, elas foram locais de romaria apetecíveis, designadamente a capela da Glória, acima citada.

O modelo seria seguido na época de Bartolomeu João (c. 1590-1658), mestre que sucedeu a Jerónimo Jorge, seu pai, ao qual, no entanto, muito poucas obras, para além das militares, podemos atribuir com segurança. Com base nas obras e nos projetos do pai, este poderá ter sido o autor da abóbada de cantaria da capela do Santíssimo da matriz do Espírito Santo da Calheta, bem como da capela congénere da matriz de S. Pedro do Funchal, que não chegou até nós, pois foi reformulada nos meados do séc. XVIII e levantada em terrenos vendidos pelo mestre Bartolomeu João à fábrica desta igreja, a 31 de março de 1642.

Nos meados do séc. XVII, também foram reformuladas as misericórdias madeirenses, como terá acontecido com a de Santa Cruz, levantada cerca de um século antes. A SCM de Santa Cruz teve compromisso em 1508, como as restantes, mas só deve ter tido instalações alguns anos depois. O edifício que chegou até nós apresenta uma fachada maneirista, mas o portal da capela ainda revela inspiração tardogótica, devendo ter passado por uma remodelação total nos meados do séc. XVII ou mesmo do XVIII. Apresenta corpos laterais definidos por boas janelas, encimadas por cornija de balanço e dotadas de varandas de sacada, que servem igualmente de balanço às portas inferiores. Interiormente, a capela ainda apresenta um teto de inspiração mudéjar, tendo o templo sido remodelado nos finais do séc. XVIII e, novamente, nos inícios do séc. XX, apenas mantendo as iniciais tribunas da capela-mor.

Idêntica situação ocorreu com a SCM do Funchal, levantada nas traseiras da igreja de S.^{ta} Maria do Calhau, em 1508, que, em 1612, adquiriu um terreno anexo ao adro da Sé, do comerciante Marchena, de origem



Fig. 6 – Misericórdia de Santa Cruz, c. 1540 (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

provavelmente castelhana, para aí se instalar. Entretanto, as obras, embora alguns soldados do presídio castelhano tenham doado os seus ordenados em atraso para as mesmas, foram embargadas por despacho de Lisboa, de 18 de setembro de 1612. A razão apontada era serem “padrastas” em relação à fortaleza de S. Lourenço, ou seja, mais altas e com comandamento sobre a mesma, podendo “fazer-lhe outro dano” (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomo 3, fl. 92v.). As obras do novo hospital da SCM do Funchal foram então suspensas, tendo recomeçado só por volta de 1670 ou 1680.

O edifício levantado, embora ainda revele inspiração maneirista, é já barroco pela escala monumental, mostrando duas ordens de janelas muito altas, dotadas de varandas de sacada e encimadas por cornija de balanço, varandas que servem as sacadas de balanço aos andares inferiores. Os dois altíssimos portais parecem ter sido os desenhados pelo mestre das obras reais Jerónimo Jorge para a construção iniciada em 1611, com as armas reais portuguesas encimadas por coroa imperial castelhana, como se usou por vezes em Portugal na monarquia dual dos inícios de Seiscentos. O conjunto foi profundamente alterado, nos meados do séc. XX, para a instalação do palácio da JGDAF, tendo sido desmanchada a capela interior de

S.^{ta} Isabel, que foi remontada na encosta do bairro de Santa Maria Maior como sede da nova paróquia do Imaculado Coração de Jesus, com o antigo portal decorado com querubins e, inclusivamente, o retábulo atribuível à oficina do mestre Manuel Pereira de Almeida, da campanha de 1680. A enorme fachada do antigo edifício foi dobrada para constituir uma fachada virada à nova Av. Zarco, situação que foi objeto de larga polémica na comunicação social da época, sendo o portal poente, remontado em frente ao também novo edifício do Banco de Portugal, do Artq. Edmundo Tavares.

O edifício da SCM da Calheta também deve ter tido obras entre os finais do séc. XVII e os inícios do século seguinte, sendo ainda profundamente alterado nas centúrias subsequentes, muito especialmente nos meados do séc. XX, devido à instalação da Câmara Municipal local. Desconhecemos a situação da SCM do Porto Santo, cujo edifício, que seria pequeno, foi totalmente reformulado nos inícios de Oitocentos, como atestam as armas reais colocadas na fachada da capela.

A arquitetura religiosa madeirense, tal como muita da demais arquitetura portuguesa, não assimilou os parâmetros de gosto do barroco internacional, ficando-se por uma grande contenção exterior de tradição maneirista, embora multiplicada em escala. Contudo, o mesmo não se verifica no interior, de grande exuberância decorativa. A igreja madeirense preservou e acautelou o seu património construído; porém, tal não aconteceu com a sociedade civil, exceccionalmente móvel e fluida, dividida entre interesses comerciais por vários continentes e altamente influenciável por todas as modas vindas de fora. O gosto barroco concentrou-se, assim, no empolamento de alguns portais de capelas, com entablamentos complexos e frontões curvos, como mostra a capela de S.^{to} António da Mouraria, levantada no pátio da Alfândega do Funchal, provavelmente sob projeto do capitão e mestre das obras reais Inácio Gomes Fragoso, em 1715. Este mestre poderia também ter feito o projeto da nova capela do solar da Lombada da Ponta do Sol, embora a data inscrita no portal seja de 1720, altura em

que já era mestre interino Manuel de Vasconcelos. De uma forma geral, a animação do barroco internacional aparece na arquitetura madeirense somente em meados do séc. XVIII e, mais especialmente, nas obras realizadas após o terramoto de 1748, que foram conduzidas pelo capitão e mestre das obras reais Domingos Rodrigues Martins (c. 1710-1781), muitas das quais já dentro do rococó.

Até então, os modelos arquitetónicos mantiveram-se presos a um gosto austero, a que não foi estranha a passagem pelo Funchal, entre 1725 e 1741, do bispo jacobeu D. Fr. Manuel Coutinho (1673-1742). Tal estética pode ser observada nos edifícios do cabido e da sacristia nova da Sé do Funchal, projetos do mestre das obras reais Diogo Filipe Garcês (c. 1680-c. 1744), de 1732, e na monumental igreja rural de São Jorge, com risco do mesmo mestre e execução do mestre Pedro Fernandes Pimenta, templo cujas obras começaram em 1737, estando a capela-mor levantada e já em serviço no ano de 1743, ainda que a sagração só viesse a ocorrer em 1761. A igreja matriz de S. Jorge, para além de manter um dos mais importantes recheios interiores da transição do barroco para o rococó, recuperou na nova torre alguns dos elementos das construções anteriores. Assim, foram remontados no coruchéu da torre os pináculos tardo-góticos da inicial igreja, levantada nos inícios do séc. XVI no calhau, tal como alguns dos azulejos de tradição mourisca dos finais do XVI a inícios do XVII, que teriam equipado aquela igreja, sendo, em princípio, exemplares únicos no espaço nacional.

Nesse quadro, em contraponto com uma fachada profundamente austera, dominada pelo monumental portal de volta perfeita, cuja decoração está, no entanto, quase reduzida a duas pequenas aletas sobre a cornija relevada, que enquadram o janelão central, apresenta-se um interior que ostenta o maior e melhor conjunto de talha barroca e rococó da costa norte da ilha da Madeira, destacando-se especialmente a da sua capela-mor. Aliás, chegou até nós o desenho inicial do seu retábulo, enviado para aprovação em Lisboa, em

1750 – sendo o único caso insular e dos poucos nacionais –, que corresponde, sensivelmente, a metade do que veio a ser entalhado e dourado. A obra é um dos melhores exemplos do barroco total, espreado-se a talha do retábulo pelas paredes laterais da capela, enquadrando as pinturas alusivas à vida do seu orago.

Ao mestre das obras reais Diogo Filipe Garcês se deve, em princípio, também a reconstrução da capela de S. João da Ribeira, por 1720, da igreja matriz do Paul do Mar, por 1725, da qual só conhecemos fotografias, da de S.^{ta} Luzia, no Funchal, iniciada por 1726, e o primeiro projeto da reconstrução da igreja de N.^a Sr.^a do Monte, cujas obras se iniciaram em 1741 e cujo frontispício, porém, haveria de cair com o terremoto de 1748. Quase todas tiveram obras posteriores, pelo que é difícil avaliar o que teria sido o projeto da primeira metade do séc. XVIII, mas os austeros portais maneiristas encimados por uma ou duas janelas quadrangulares superiores de austeras molduras parecem ter sido a sua imagem de mestre das obras reais, quase não havendo qualquer outra decoração exterior. A exceção parece ter sido a reconstrução da matriz de S. Brás do Arco da Calheta, cujo projeto data de 1740 a 1744, onde aumentaram as estilóbatas dos cunhais da fachada, acrescentando-se uma aleta de cantaria como decoração do janelão central e decorando-se ligeiramente o lintel do mesmo, mas não mais.

A grande arquitetura rococó está presente na reconstrução da igreja camarária de S. Tiago, muito afetada pelo terremoto de 31 de março de 1748. O projeto de reconstrução da igreja foi entregue ao mestre das obras reais Domingos Rodrigues Martins, em 1751, e, a 30 de janeiro de 1754, procedia-se à demolição da antiga igreja arruinada. A fachada está longe da austeridade que pautou a reconstrução do paço episcopal um ano antes, apresentando largos cunhais de cantaria aparente assentes em estilóbatos bem relevados, sendo a fachada dominada por larga faixa de cantaria longitudinal, na qual se articula o portal decorado com conchas estilizadas, por acaso emblemas de S. Tiago Maior e não do Menor, à qual era dedicada. O andar superior

apresenta nicho central ladeado por janelões, tudo encimado por frontões curvos e contracurvados, esquema que se repete na cornija de remate. Os trabalhos estavam adiantados em 1760, quando se contratou o mestre João António Vila Vicêncio (c. 1730-1796), natural das Canárias, para as decorações interiores. A conclusão dos trabalhos da nova igreja data de 1768, embora somente em 1789 se tivesse procedido à transladação da imagem de S. Tiago Menor da Sé para a nova igreja. É possível que tivesse havido alterações ao projeto inicial, quando a igreja foi cedida pela Câmara do Funchal para sede da paróquia de Santa Maria Maior, dada a destruição da velha matriz de N.^a Sr.^a do Calhau com a aluvião de 9 de outubro de 1803. A torre da igreja, *e.g.*, é posterior à data de 1850, não constando na litografia de Frank Dillon.

O exemplar mais representativo da arquitetura rococó madeirense deve ser a pequena capela de N.^a Sr.^a da Conceição, no final da R. da Carreira, no Funchal, que foi levantada entre 1765 e 1770, tendo sido benzida a 7 de dezembro desse último ano. A capela pertencia ao pequeno solar urbano do Cap. Luís Bettencourt de Albuquerque e Freitas, filho de Sebastiana de Albuquerque e de Jacinto de Freitas da Silva, casados no Brasil, que se fixou na Madeira por esses anos com alguma fortuna pessoal. A diferença do impacto visual da capela em relação ao solar anexo é notória, sendo o mesmo já de gosto neoclássico e, assim, sintomático do tratamento dado à arquitetura urbana na Madeira, onde se passa quase diretamente do maneirismo ao neoclássico. A capela encontra-se muito bem decorada, ao gosto da época, ostentando um retábulo entalhado nas oficinas do círculo do mestre Estêvão Teixeira de Nóbrega (1746-1833) e estando dotada de coro, com ligação à casa anexa, onde os proprietários assistiam às celebrações religiosas. Todo o teto do subcoro é ocupado pelas armas do proprietário, pintadas numa dimensão ímpar na ilha da Madeira e só justificável para quem havia nascido no Brasil. Ao mesmo tempo, no entanto, mantinha-se a prática de obras muito mais convencionais, como

a pequena capela das Almas Pobres, levantada 10 anos depois, em 1781, na Trav. das Capuchinhas, mostrando a prevalência de determinado tipo de gosto, muito mais tradicional.

Outras igrejas matrizes foram reconstruídas nesta época segundo projeto do mestre das obras reais Domingos Rodrigues Martins, como a matriz da nova paróquia da Ribeira da Janela, em 1776, e a matriz do Caniço, em 1779, obra arrematada por António de Freitas nos inícios desse ano e que em agosto era igualmente provida de verba para os altares de talha. A obra de talha é atribuída ao mestre Estêvão Teixeira de Nóbrega, pelo que, em janeiro de 1781, o novo mestre das obras reais, João António Vila Vicêncio, transferiu o altar da igreja velha para a de S.^{ta} Beatriz de Água de Pena, voltando a nova matriz do Caniço a ter pequenas intervenções em 1782 e 1786. Em dezembro de 1779, procedia-se igualmente à inspeção da sacristia da matriz de Santa Luzia e, pouco depois, à sua reparação.

Falecido Domingos Rodrigues Martins, em 1781, era provido como mestre das obras reais o antigo pintor João António Vila Vicêncio, cuja principal obra foi a nova igreja matriz de S.^{to} António, no Funchal. A velha capela encontrava-se arruinada, tendo sido pedida a sua inspeção, que foi ainda feita pelo seu antecessor em janeiro de 1779. As obras da nova igreja de S.^{to} António tiveram lugar a partir de 1783, começando-se a desmanchar a antiga capela em 1785, mantendo-se, no entanto, a capela do Santíssimo, para assegurar o serviço da paróquia. A velha igreja teve obras nos inícios do século, por volta de 1711, mas ficará muito arruinada com o terramoto de 1748. Embora se tivessem efetuado logo sondagens na área para a construção de uma nova igreja, surgiram várias complicações ligadas à pouca firmeza do solo, pelo que se efetuaram estacagens com troncos de castanheiro, iniciando-se os alicerces sobre essa base. O projeto foi efetuado por João António Vila Vicêncio e a administração foi entregue ao Alf. António Francisco da Cruz Camacho, encontrando-se a igreja praticamente concluída em finais de 1789, altura em que foram arrematadas as obras do adro

a Pedro Paulo Drumond. Tais obras continuaram, no entanto, ao longo do séc. XIX.

O mestre das obras reais Vila Vicêncio foi ainda o responsável pelas novas igrejas das freguesias do Santo da Serra, de São Roque e da Serra de Água, todas já dentro dos parâmetros do neoclássico. Um dos elementos mais interessantes da maior parte destes trabalhos era o tipo de torre, quase sempre rematado em chapéu de clérigo, o chamado *biretum*, em latim, ou *biretta*, em que o eirado se apresenta rematado por muro ondado. Das várias torres assim rematadas, só a torre da matriz do Santo da Serra permaneceu com essas características, tendo as restantes sido progressivamente alteradas, como a da Ponta do Sol, onde o anterior recorte ondado ainda é perceptível, na Ribeira Brava, registada pelas antigas fotografias, dado que foi reconstruída na década de 30 do séc. XX, o mesmo acontecendo na de Santo António, cujas torres só se elevaram como as conhecemos em 1928.

Os parâmetros de gosto neoclássico parecem ter sido introduzidos na Ilha pelos mestres que trabalharam para a casa de D. Guiomar Madalena de Vilhena (1705-1789), por volta de 1770, quando esta reformulou a antiga Qt. das Angústias, posterior Qt. Vigia, e a casa dos pais, na esquina da R. do Castanheiro com a R. de São Pedro, levantando uma monumental residência neoclássica sem paralelo na cidade. O gosto neoclássico parece ter sido assumido uns anos depois, com a vigência de João António Vila Vicêncio (c. 1730-1796) como capitão e mestre das obras reais, o primeiro que aparece oficialmente designado como arquiteto na Ilha, tendo tomado posse do lugar em 1781. Os trabalhos de arquitetura de Rodrigues Martins ainda se encontravam muito enfeudados ao barroco e ao rococó, como prova a matriz de Santa Maria Maior. No entanto, tal não se verifica na obra de João António Vila Vicêncio, que reformou, inclusivamente, vários projetos do seu antecessor, tornando-os muito mais depurados.

Os inícios e meados do séc. XIX serão dominados pelas construções religiosas neoclássicas, mas de certa forma sempre com inspiração

na anterior tradição barroca e rococó, que não desapareceu até aos inícios do séc. xx. Será necessário esperar pela segunda metade do séc. xix para aparecerem outros gostos internacionais, como os revivalismos medievalistas, que, no entanto, não informaram decididamente as grandes construções religiosas. A exceção será talvez a nova igreja matriz de N.^a Sr.^a do Rosário do Jardim do Mar, de inspiração gótica, que teve projeto e direção de obra do próprio pároco, o P.^e César Martinho Fernandes (1878-1920), começando a levantar-se em 1906 e sendo sagrada pelo bispo D. Manuel Agostinho Barreto (1835-1911) a 19 de setembro de 1907. De resto, mantiveram-se os gostos anteriores, regionais e tradicionalistas, até aos alvares do Estado Novo, só então se aderindo a novos padrões de gosto.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Arquivos Particulares, Doação Rui Carita; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Avulsos, cx. 2, doc. 251; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomo 3; *Ibid.*, Governo Civil, liv. 538; *Ibid.*, Misericórdia do Funchal, liv. 684; ANTT, Cabido da Sé do Funchal, liv. 6; *Ibid.*, Chancelaria de D. Filipe I, Doações, liv. 28; *Ibid.*, Chancelaria de D. Filipe II, Doações, liv. 43; *Ibid.*, Corpo Cronológico, pt. 1, mç. 10, doc. 68; pt. II, mç. 5, doc. 99; *Ibid.*, Fragmentos, mçs. 1-7; *Ibid.*, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, livs. 426, 427 e 799; Arquivo Paroquial da Igreja de São Pedro, *Livro dos Testamentos da Confraria do Santíssimo*, Funchal, 31 mar. 1642, fls. 13-14v; BNB, Cartografia, cart. 1090203, Mateus Fernandes (III), *Planta da Cidade do Funchal*, 1567-1570; SIPA, Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, João Filipe Vaz Martins, Plantas da nova igreja do Campanário, Ilha da Madeira de 1955; **impresa:** ARAGÃO, António, "Igreja da Encarnação (Funchal)", *Boletim da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 84, 1956; *Id.* (coord. e notas), *A Madeira Vista por Estrangeiros*, Funchal, DRAC, 1982; *Id.*, *Para a História do Funchal: Pequenos Passos da Sua Memória*, 2.^a ed., Funchal, DRAC, 1987; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. III, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1991; *Id.*, *História da Madeira*, 2.^a ed. rev. e atualizada, vol. I, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1999; *Id.*, *Colégio dos Jesuítas do Funchal: Memória Histórica*, Funchal, Associação Académica da Universidade da Madeira, 2013; *Id.*, *História do Funchal*, Funchal, Associação Académica da Universidade da Madeira, 2013; *Id.*, *A Igreja Grande de São Jorge, 1761-2011*, Funchal/São Jorge, DRAC, 2013; FARIA, Higinio, "Acerca do conjunto de escultura pétrea integrada da igreja de São Bento da Ribeira Brava", *Islenha*, n.º 50, jan.-jun. 2012, pp. 33-60; LEITE, Jerónimo Dias, *História do Descobrimento da Ilha da Madeira e Discurso da Vida e Feitos dos Capitães da Dita Ilha*, anot. João Franco Machado, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1949.

RUI CARITA

Arquitetura senhorial

A designação "arquitetura senhorial" abrange o conjunto de edifícios que, para além da função de residência do proprietário e da sua família, albergava igualmente o pessoal e as instalações relacionadas com as funções diretivas, administrativas e sociais do mesmo.

Com a progressiva organização da sociedade madeirense, nos anos seguintes ao povoamento, para além das figuras dos capitães do donatário, relacionadas com a doação de terras e a instituição da figura do proprietário, e da nomeação de oficiais régios para a administração, etc., definia-se toda uma diferenciação dos novos senhores em relação ao povo comum. Tal diferenciação, que se estabelecia pelo uso de determinados atributos, como as armas dos cavaleiros e escudeiros ou as varas dos oficiais de justiça, entre outros, tinha quase que obrigatoriamente de se estender à sua residência, não só pela colocação da mesma em local de destaque, como pelo impacto visual que deveria ter, para ser de imediato reconhecida.

A família, no Antigo Regime, tinha um sentido muito mais alargado do que tem hoje, sendo por vezes substituída pelos conceitos de casa ou comensais, envolvendo os elementos direta e indiretamente ligados ao senhor em questão, indivíduos que comiam com o mesmo, para além da mulher e dos filhos, estendendo-se a pais ou sogros e outros, como funcionários e eclesiásticos, havendo ainda serviços e escravos, embora esses já não com o estatuto de "comensais", mas considerados como parte da "casa". A progressiva diferenciação ainda se construiu pela instituição dos morgadios e das capelas, tudo vindo assim a ter correspondência na residência e sede da organização de que o senhor em causa era somente o elemento de referência mais visível. A questão do universo alargado dos membros da família e a casa aplicavam-se, na Madeira, aos morgados, mas também aos governadores e aos bispos, tal como a cónegos, párocos, vigários e outros senhores.

Tendo sido a inicial instalação na Ilha bastante precária, as primeiras residências senhoriais também o foram, subsistindo das mesmas, essencialmente, apenas as capelas, projetadas para sepultura dos iniciais instituidores e para serviço do povo que trabalhava para os proprietários, mas não, em princípio, para o seu enterramento. As mais antigas capelas, dos inícios do séc. xvi, que chegaram aos nossos dias (pois que das do séc. xv quase só

chegaram informações documentais), como a capela instituída por Francisco Homem de Gouveia e sua mulher, Isabel Afonso, por volta de 1520, não se articulam hoje com qualquer grande estrutura edificada, que, por certo, teria existido nas suas imediações. O mesmo se passa, quase cem anos depois, com a capela de N.^a Sr.^a da Salvação, instituída por Francisco Morais de Aguiar, em 1614, na sua antiga Qt. da Boa Vista do Caniço, e assim sucessivamente. A escolha destes dois exemplos, pois outros poderiam ser mencionados, foi feita pelas condições económicas dos seus proprietários, que se mandaram pintar nos retábulos destas capelas. Francisco Homem de Gouveia e Isabel Afonso, encontram-se representados nos volantes do retábulo encomendado em Antuérpia, por volta de 1525, o que indica não só a sua capacidade económica, como também, em princípio, a necessidade de representatividade local. O mesmo aconteceu em relação à capela da Salvação do Caniço, embora não tivessem figurado ali os retratos dos iniciais proprietários, mas os dos seus descendentes, pois que Francisco Morais de Aguiar faleceu em 1634 e o magnífico retrato do casal orante, aos pés de N.^a Sr.^a da Salvação, foi pintado por Martim Conrado, em 1646.

A residência do primeiro capitão do Funchal, João Gonçalves Zarco (c. 1390-c. 1471), foi, inicialmente, em madeira, nos arrifes de Santa Catarina, de onde terá passado para um lugar mais alto, na área atual do Convento de S.^{ta} Clara, que teve por origem a inicial capela da Conceição de Cima, para a diferenciar da Conceição de Baixo, que o povo apelidava de N.^a Sr.^a do Calhau. Ligeiramente acima veio a residir também o segundo capitão, João Gonçalves da Câmara (1414-1501), na área hoje ocupada pela Qt. das Cruzes, espelhando o complexo edificado ali existente as profundas alterações por que este tipo de residências senhoriais passou ao longo dos tempos.

A residência inicial das Cruzes terá tido por mestre de obras, entre os finais do séc. xv e os inícios do xvi, o mesmo mestre pedreiro que iniciou a construção da futura Sé do Funchal e do Convento de S.^{ta} Clara, em princípio, João

Gonçalves, que o vedor das obras da igreja grande, Bárbaro Gomes (c. 1460-1544), enviou a Lisboa em junho de 1503. O mestre de obras era pago pelo capitão do Funchal, como vedor que era da Alfândega, pelo que, com certeza, trabalhou na residência do mesmo, tal como no Convento de S.^{ta} Clara.

Desconhecemos as obras do tempo do primeiro e do segundo capitão, pois que as evidências manuelinas patentes no piso térreo parecem posteriores e do tempo do seguinte proprietário, o segundo filho do segundo capitão, Pedro Gonçalves da Câmara (c. 1464-c. 1555), embora quem ali viesse a residir fosse o terceiro filho, Manuel de Noronha (c. 1465-c. 1535). O irmão mais velho, Simão Gonçalves da Câmara (c. 1464-1530), terceiro capitão do Funchal, tinha montado a sua residência no Al-tinho das Fontes, onde se levantou depois a fortaleza do Funchal, e já o teria feito em vida do pai, pelo que o mesmo, por codicilo de 1501 ao seu testamento, legou a residência das Cruzes ao filho Pedro, que, no entanto, e pouco tempo depois, fixou residência na corte de Lisboa.

A avaliar pela planta de Mateus Fernandes (III), datável de 1570, a residência, então dada como pertencendo a Luís de Noronha (c. 1515-c. 1575), sobrinho do anterior proprietário, possuía forma em L com um corpo virado a sul, não muito diferente do que ainda possuía no início do séc. xxi, e um outro para poente. Para sul, encontrava-se o vasto complexo do Convento de S.^{ta} Clara, num espaço maior do que aquele que hoje ocupa e, para norte, o complexo dos moinhos, dependente diretamente da administração dos capitães do Funchal e que constituía uma parte importante dos seus rendimentos.

As casas das Cruzes passaram depois a Joana de Noronha (c. 1550-1613), filha de Francisco Gonçalves da Câmara (c. 1510-c. 1586), que fora governador do Funchal e, depois, ao sobrinho António do Carvalhal Esmeraldo. Provavelmente, na posse deste último, por volta de 1660, o edifício terá sido dotado de um novo corpo, adossado à fachada e para entrada de aparato, constituindo um terraço assente sobre arcaria em cantaria vermelha do cabo

Girão, atualmente coberto, com acesso por poente. Por essa altura ou mais tarde, ainda viria a encostar-se ao mesmo um outro corpo, que deveria servir de miradouro sobre o parque ou sobre o caminho, pois que, muito possivelmente, o terreno hoje ocupado pelo parque para sul ainda não fazia parte da propriedade, como se deduz da planta de 1570.

Nos finais do séc. XVII, o então proprietário, Francisco Esmeraldo Henriques, bisneto de Joana de Noronha, também mandou levantar, designadamente, uma capela, de N.^a Sr.^a da Piedade, com acesso público pelo Lg. das Cruzes ou Lg. da Bela Vista; nesta altura, a propriedade terá sido ampliada para sul. Na fachada da capela foi mandada gravar a data de 1692, embora a dotação do templo seja de 25 de maio de 1695 e a vistoria eclesiástica, para efeitos de autorização de culto, de 14 de junho seguinte. A capela foi, nesses anos ou seguintes, dotada com um acesso interior lateral e com um pequeno espaço de lazer e miradouro junto à sineira. Interiormente, pouco depois, por volta de 1700, o retábulo de pedra esculpida seria completado com uma tela pintada a óleo representado uma *Piedade*, assinada por Bento Coelho da Silveira (1617-1708).

O andar nobre da residência das Cruzes, tal como o conhecemos hoje, deve ser dos finais do séc. XVII e, mais provavelmente, dos inícios ou meados do XVIII, época em que o edifício foi ampliado para nascente e dotado de novas instalações de serviço. A fachada apresenta as características gerais dos solares urbanos madeirenses, com um andar térreo para ser utilizado para lojas de arrecadação, mais tarde dotado de janelas neomanuelinas correspondentes às portas que possuía nos meados do séc. XX, e de que conhecemos fotografias, a articularem-se com o andar nobre e utilizando como sacada a varanda das janelas superiores, bastante altas e possuindo lintel com cornija de balanço. Ao centro e à face da fachada, apresenta mais um piso, de uma só janela, que funciona como torre de ver o mar, tendo ao lado uma gárgula, que corresponde à divisão das águas. As janelas apresentam portadas de madeira envidraçadas, com as inferiores de



Fig. 1 – Capela de N.^a Sr.^a da Piedade, 1692, Quinta das Cruzes, Funchal (arquivo particular).

guilhotina, protegidas por persianas de ripas de madeira pintadas, que recolhem superiormente em lambrequins.

Nos meados e finais do séc. XVIII, foi, ainda, o jardim dotado de cascatas e fontes, parte em embrechados de tufo vulcânico e restos de porcelanas e faianças, sucessivamente melhoradas e ampliadas ao longo do século seguinte. O conjunto que conhecemos hoje foi alterado e melhorado ao longo dos meados do séc. XIX, quando passou a residência dos morgados das Cruzes, Nuno de Freitas Lomelino (1820-1880) e Ana Welsh, duas figuras notáveis da sociedade do seu tempo. Os Lomelino conseguiram reivindicar a propriedade do Convento de N.^a Sr.^a da Piedade de Santa Cruz, tendo transferido o túmulo do fundador para a capela de N.^a Sr.^a da Piedade; existem, pelo menos numa das casinhas de prazer, elementos arquitetónicos que parecem ser dali provenientes.

A quinta foi vendida, em 1863, a Tristão Vaz Teixeira de Bettencourt e Câmara (1848-1903), barão do Jardim do Mar. Com o seu falecimento, passou para outros proprietários,

sendo arrendada. Assim, funcionou como sede da banda municipal Artistas Funchalenses, como hotel, na déc. de 1930, e, por fim, como residência do ourives e antiquário César Filipe Gomes (1875-c. 1949), vindo a ser adquirida pela JGDAF para a instalação de um museu, cujo património foi em grande parte doado por este antiquário. A intervenção para adaptação a museu iniciou-se em 1950, sendo o museu inaugurado em 1953.

Os capitães do Funchal fixaram residência nos inícios do séc. XVI no Altinho das Fontes, como referimos, ainda tendo ali residido o quarto e o quinto capitães. Este último, Simão Gonçalves da Câmara (II) (1512-1580), dado o protagonismo da família, fixou-se na Corte, em Lisboa, por volta de 1550, tendo permanecido apenas esporadicamente no Funchal. Com a elevação dos Câmara a condes da Calheta, em 1576, os seus descendentes diretos não voltaram à Madeira. Na fortaleza do Funchal e na antiga residência dos capitães, a partir de 1582, passaram a residir os governadores, primeiro como “encarregados das coisas da guerra”, depois como capitães gerais das duas capitânias, etc., não parando a residência de crescer perante a cidade, numa autêntica afirmação de poder.

Com base nos primeiros companheiros de Zarco e, depois nos seus genros, como Garcia Homem de Sousa, que teria levantado a Torre do Capitão, a Santo Amaro, tal como em uma ou outra figura de origem mais obscura, mas entretanto nobilitada, como João Fernandes de Andrada, “o do Arco” (c. 1450-1527), casado com Beatriz de Abreu, e alguns comerciantes de origem italiana e flamenga, famílias que sucessivamente se cruzaram entre si, nasceu a nobreza inicial da Ilha, cujos membros seriam nomeados pela Corte de Lisboa como “homens bons” ou “gente da governança”. Infelizmente, salvo a residência do comerciante de origem francesa ou flamenga João Esmeraldo (c. 1460-1536), na Lombada da Ponta do Sol, poucas construções civis dos finais do séc. XV a inícios do XVI subsistiram.

A propriedade da Lombada da Ponta do Sol foi comprada ou aforada, em 1498, a Rui

Gonçalves da Câmara (c. 1420-c-1500), filho de Zarco, que se fixou, entretanto, nos Açores, como capitão da ilha de São Miguel, provavelmente com o dinheiro dessa venda. O importante solar dos Esmeraldos é dos poucos que manteve alguma permanência na família, assumindo de imediato absoluto protagonismo, de tal forma que, enviando a Ordem de Cristo à Madeira, D. João Lobo, bispo de Tânger, para crismar e sagrar as paredes da igreja nova do Funchal, que haveria de ser terminada para Sé, o prelado foi à Lombada, a 27 de agosto de 1508, também sagrar a capela ali construída. A capela, no entanto, não é a que permaneceu, que é uma reconstrução de raiz levantada em 1720, como consta no portal.

O solar dos Esmeraldos instala-se, dominante na paisagem, com fachada de três pisos para sul e dois para norte, envolvendo cinco corpos e coberturas múltiplas. A fachada norte é complexa, integrando a monumental torre senhorial dos inícios do séc. XVI, da qual ficou toda a estrutura, com os fortes cunhais embutidos na parede norte, as gárgulas do antigo eirado superior, hoje coberto por telhado, e, muito possivelmente, ainda três frestas, antigas seteiras ou canhoneiras, celebrizadas no famoso encontro das forças de António Gonçalves da Câmara (c. 1500-1567) e dos Abreus, filhos de João Gonçalves do Arco, em apoio da irmã, Isabel de Abreu (c. 1500-1545), que ali se refugiara. No corpo poente, encontra-se a larga porta de aparato de entrada, encimada por cornija, mas separada do arco da moldura e com o brasão de armas do proprietário, o morgado Luís Esmeraldo de Atouguia, datado de 1672. A porta dá acesso ao adro coberto calcetado e ao terraço que fica para sul, com magnífica vista sobre a antiga propriedade. A fachada poente deste corpo apresenta três pisos, reconstruídos em meados do séc. XVII, mantendo o piso inferior da campanha manuelina, e ainda se articula com o terraço frontal, gradeado e com o antigo moinho da propriedade.

Não é fácil conjecturar a organização inicial do enorme solar, pois, com as sucessivas obras de reconstrução e ampliação, é natural que determinados elementos arquitetónicos tenham



Fig. 2 – Solar dos Esmeraldos, reconstrução de 1600 a 1679, Ponta do Sol (arquivo particular).

sido deslocados e remontados. Tudo leva a crer que, da construção inicial dos inícios do séc. XVI, para além da torre senhorial, restem as ombreiras das portas do andar térreo, virado a sul, com vergas de madeira muito antigas. O conjunto edificado teve obras perto de 1600 e voltou a tê-las, pela mão do morgado Luís Esmeraldo de Atouguia, depois de 1697, em princípio, data em que negociou parte das propriedades do morgado para conseguir fazer a intervenção no edifício, embora o brasão sobre a entrada apresente data anterior: 1672.

A reforma geral do conjunto deve ter ocorrido, assim, com as intervenções feitas entre 1697 e 1720, sendo administrador do morgadio, nesta última data, Cristóvão Esmeraldo de Atouguia e Câmara (1665-c. 1730), moço fidalgo da Casa Real e uma das pessoas mais prestigiadas do meio social madeirense da época. Foi este último morgado que assumiu a reconstrução da capela, em 1720, dotada de painéis de azulejos alusivos aos dons e frutos do Espírito Santo, atribuíveis à oficina de Bartolomeu Antunes e Nicolau de Freitas, da déc. de 1730

a 1740. A fachada virada a sul do solar, constituída por três corpos ao nível das coberturas, reconhecíveis pelas gárgulas na separação das águas, ficou então dotada de altos pisos, com um andar intermédio para serviços, de janelas de molduras boleadas, e um andar nobre superior, com varandas de sacada e remates por cornija relevada com balanço, mas molduras de cantaria igualmente de perfil boleado, ao gosto do séc. XVII.

O conjunto ainda teve obras quando era administradora a “Ilustríssima Senhora Dona” Guiomar Madalena de Vilhena (1705-1789), dada a data inscrita no coro da capela do Espírito Santo: 1768. As obras devem ter-se estendido, depois, às salas adjacentes à entrada de aparato, pois está aí registado o ano de 1780. O morgadio passou, em seguida, para o seu sobrinho, João Esmeraldo de Carvalhal Atouguia e Câmara (1733-1790), que, embora sepultado na capela do solar, não parece ter ali feito obras, tal como os seus filhos: o Cor. Luís Vicente (c. 1750-1798), falecido sem descendência, e o futuro conde de Carvalhal

(1778-1837), que veio a ser sepultado na “sua” capela de S. João Batista, na Qt. do Palheiro Ferreiro.

No Funchal, e pouco depois do atribulado caso de António Gonçalves da Câmara e de Isabel de Abreu, ocorrido em 1531, restava o solar de D. Mécia, que deve ter sido um exemplo paradigmático das residências urbanas dos meados do séc. XVI, dado já se encontrar representado na planta de Mateus Fernandes (III), de 1570, e com o desenho aproximado ao que veio a ser. O inicial proprietário deste solar deve ter sido João de Ornelas Magalhães, que, em 14 de maio de 1555, foi nomeado alcaide da fortaleza do Funchal, quando saiu para Lisboa o capitão e anterior alcaide Jerónimo Cabreira. Terão sido os seus descendentes, em princípio, que, em 1606, mandaram colocar o brasão sobre o portão de entrada, à R. dos Aranhas, com as armas dos Ornelas e Magalhães, embora também de outras famílias não identificadas.

O solar apresenta planta composta por dois corpos, um dos quais quadrado, adossado para sul, confinando com a fachada e onde se situam os acessos por alpendre para o antigo andar nobre. O alpendre é dotado de balcão que se articula com o corrimão das escadas, sendo a entrada feita por arco ogival de cantaria, com moldura interior integrando colunelo ressalvada sem marcação dos capitéis. A importância do solar incidia sobre o conjunto de janelas tardo-góticas de enorme impacto decorativo, com pilastras de mármore importadas do continente, de bases e capitéis esculpidos, rematadas por complexas decorações de argamassa relevada e pintada, exemplares únicos na Ilha.

Apresentava interiormente um largo teto mudéjar, em caixotão, travado aos cantos por tirantes finamente esculpidos e assente em largos arcos ogivais de cantaria; teto que, infelizmente, ardeu após uma festa de carnaval, em fevereiro de 1957, tendo ficado apenas fotografias do mesmo. No entanto, parece que, pelos inícios do séc. XX, teria servido este teto de modelo ao da nova sala de jantar revivalista que o visconde da Ribeira Brava (1852-1918)

mandou montar na sua casa de família na Madeira, edifício que no séc. XXI alberga a Câmara Municipal daquela vila.

O conjunto do solar ainda estava associado a uma capela, embora não diretamente, pois era um edifício independente e sem acesso imediato ao exterior. A capela era devotada a N.ª Sr.ª da Conceição e foi instituída, em 1662, por Rui Dias de Aguiar e sua mulher, Leonor de Ornelas Andrade Magalhães. Por volta dessa mesma data, o solar terá tido obras, no final do corpo principal, a nascente, com a porta de moldura boleada no andar térreo articulada com a janela superior através de uma moldura global de cantaria vermelha do cabo Girão, muito pouco comum na arquitetura regional. Esta janela parece ter sido aquela em que se encontrava D. Mécia, que deu nome ao solar, quando, a 7 de março de 1695, foi atingida por um tiro disparado por um franciscano, que, na cerca do convento a par do solar, ao tentar matar um francelho que estava pousado numa árvore, matou a proprietária, como regista o padre-cura da Sé, Francisco Bettencourt de Sá. Mécia de Vasconcelos, herdeira do solar, casara a 1 de janeiro de 1666 com Manuel Ferreira Drumond, de quem teve larga geração; o desastre ocorrido em 1695 foi objeto de inúmeras conjecturas, dando até depois origem a romances.

O solar, entre 1834 e 1848, foi residência do padre anglicano Richard Thomas Lowe (1802-1874), que, para além de notável botânico, foi capelão da igreja ritualista; por isso, nos anos seguintes, a propriedade foi sede daquela corrente dissidente da igreja anglicana. Mais tarde, de 1984 a 1999, o destino do solar de D. Mécia ocupou muitas páginas na comunicação social regional e nacional, começando naquele último ano a ser reabilitado para sede da ACIF.

Nas encostas do Funchal, ainda sobreviveram alguns exemplares de solares similares, do séc. XVII, levantados com base em capelas rurais e propriedades agrícolas, posteriormente transformados em residência pontual dos instituidores e, com o tempo, em residência permanente dos proprietários subsequentes. Um



Fig. 3 – Quinta dos Reis, 1540, Livramento, Funchal (arquivo particular).

desses casos envolve a propriedade de Duarte Mendes de Vasconcelos (c. 1500-1554), que possuía um moinho de açúcar sobre a ribeira de Santa Luzia, segundo filho de Joanne Mendes de Vasconcelos e neto de Helena Gonçalves da Câmara, filha de Zarco que, no fim da vida, instituiu o morgadio dos Reis Magos no limite da freguesia do Monte. Duarte Mendes de Vasconcelos já havia construído aí uma residência temporária, provavelmente para, no último ano de vida, em 1554, fundar no local a sede do morgadio que instituiu na freguesia do Monte e na capela dos Santos Reis Magos. A residência anexa foi depois ampliada, nos finais desse século ou inícios do seguinte, com um bloco residencial de três pisos e, muito presumivelmente, terraço sobre a cidade do Funchal, dada a fantástica vista do lugar. A residência ainda veio a ser ampliada, no séc. XVII, porventura quando o bloco inicial foi dotado de um complexo de cozinhas e de uma importante chaminé, que, curiosamente, ficaram depois centrais no conjunto do edificado, pois em Setecentos ele cresceu para sul, com mais um corpo, e para norte, com

outro, sendo em seguida dotado de latadas e de um importante jardim. O conjunto impõe-se na paisagem como um quase “castelo roqueiro” (SILVA e MENESES, 1998, III, 170), tornando-se num dos mais bonitos solares da área do Funchal e, já nos inícios do séc. XVIII e quando era administrado por Jorge Correia de Vasconcelos, era uma nobre quinta. Objeto de um muito especial cuidado dos seus proprietários dos sécs. XIX e XX, a família Baltasar Gonçalves, permaneceu com todas as janelas ao gosto de Seiscentos e Setecentos, com as vidraças sobrepostas às portadas, pormenor cada vez mais raro na ilha da Madeira.

Sobre o bairro de Santa Maria também levantou residência temporária o comerciante italiano Simão Acciaiuoli (c. 1470-1544). A propriedade, herdada depois pelo seu filho, o “nobre” Zenóbio Acciaiuoli (c. 1530-1598), como escreveu Gaspar Frutuoso (1968, 110-112, 338, 363 e 383), foi dotada de uma capela de N.ª Sr.ª da Natividade ou N.ª Sr.ª do Faial, em 1582. O templo, de pequenas dimensões, possui planta centralizada, em cruz grega, única na Ilha, sendo coberta por falsas abóbadas e pináculos a

rematar os cunhais. A cobertura ainda é interior às empenas, correndo as águas por calreira interior e gárgulas em cerâmica. A entrada é feita por um largo alpendre, por certo muito posterior, existindo inscrição latina sobre a porta com a data da fundação. O chão interior é coberto por azulejos monocromáticos, muito provavelmente portugueses e da época de construção da capela ou dos primeiros anos do séc. XVII. O conjunto de arquitetura residencial vernácula e maneirista é composto por vários corpos articulados, de diferentes épocas, e por uma torre sobrelevada, com fachadas rematadas, na sua quase totalidade, em beiral duplo. A fachada principal apresenta vãos sobrepostos, sendo os do andar nobre com janelas de sacada à face, encimadas por cornija, seguindo a linguagem maneirista, mas possuindo vãos de modinatura oitocentista nessa e noutras fachadas. Apresenta, para poente, um corpo mais recente, correspondente à zona de serviços e cozinha, com monumental chaminé e forno visível exteriormente. O conjunto residência e capela integra-se numa quinta madeirense organizada em socalcos, serpenteada por caminhos empedrados a calhau rolado, formando desenhos geométricos, delimitados por muros, integrando jardins, dentro da tradição romântica insular.

Do importante conjunto de arquitetura civil levantado no Funchal por esta época, do qual faz eco as *Saudades da Terra*, com largas referências a importantes paços, com salas de jogo da péla e amplos jardins, infelizmente, em face da pressão urbanística dos séculos seguintes, poucos elementos chegaram aos nossos dias. As residências dos proprietários acima citados, aliás, de parentes seus, situavam-se na cidade, escrevendo Gaspar Frutuoso que na R. dos Ferreiros morava o “o generoso e rico” Zenóbio Acciaiuli, que casara com a filha de Duarte Mendes de Vasconcelos, numa casa que ocupava todo o quarteirão, entre a R. do Bettencourt e a Trav. do Forno, onde tinha, inclusivamente, engenho de açúcar. Mais acima, antes da capela de S. Bartolomeu, onde se levanta o Ateneu, refere o mesmo cronista que morava a viúva de Duarte Mendes de Vasconcelos,

embora a denomine “Dona Maria”, quando se chamava Joana Rodrigues Mondragão, tendo falecido em 1598. A viúva vivia em “sumptuosas casas, dentro de uma cerca bem murada”, onde tinha um engenho e casas de purgar açúcar (FRUTUOSO, 1968, 111-113).

Na R. do Sabão vivia o alferes-mor e escritor Tristão Gomes de Castro (1539-1611), neto de Bárbaro Gomes (c. 1480-1544), que fora vedor da Sé do Funchal, numas casas ricas de dois sobrados, com poço dentro, jardim e portas de serventia; herdara importante fortuna do pai, no Peru, como também refere Frutuoso, sendo inclusivamente a rua também designada por R. do Peru, mas de que nada deve ter chegado até nós. Nessa área, mas com serventia para a outra rua, ficavam as casas de João Esmeraldo, que passaram à história com a fama de terem sido também residência do aventureiro Cristóvão Colombo, mas de que quase só ficaram as fotografias. Todos os elementos da arquitetura civil manuelina e maneirista do centro da cidade foram, pois, sucessivamente reconstruídos.

Atribulada foi também a vida e o destino da chamada “Casa dos Cônsules”, uma das poucas construções senhoriais madeirenses que se assume barroca. O enorme edifício, considerando a escala da cidade, deve ter sido mandado levantar pela família do Ten.-Gen. Inácio da Câmara Leme (1630-1694), que morava naquela área, perto da déc. de 40 do séc. XVIII, embora mantivesse e inclusivamente tivesse reconstruído a chamada Qt. do Leme, a Santo António. Não possuímos, no entanto, qualquer documento sobre o início desta edificação, datando a primeira referência de cerca de 20 anos depois, quando, por volta de 1760, era sede dos Consulados de França e de Inglaterra, daí lhe advindo o nome, sendo mais tarde Tribunal Administrativo e Tribunal de Primeira Instância do Funchal. A fachada à R. da Conceição apresenta portal simples, maneirista, mas de largo entablamento, com vivo relevado central e grande cornija de remate, sendo ladeado por óculos quadrilobados. O edifício possui três corpos aparentes com três pisos, dois ladeando o portal, de três janelas cada, e outro para sul, somente de duas janelas, que

deve ter correspondido a uma área de serviços e onde se situava a capela interior, da qual também não conseguimos localizar documentação. O andar nobre apresenta janelas de molduras de filete exterior relevado, larga varanda de sacada “de barriga”, que entretanto perdeu a grade, sendo as janelas rematadas por frontão triangular, mas de linhas arqueadas e, superiormente, por pelouro. As janelas de serviços do andar intermédio apresentam lintel trilobado e parapeito saliente, com o pormenor interessante de se não articularem diretamente com a sacada superior, como acontece na maioria dos edifícios congêneres desta época.

Parece, assim, datar de entre os finais do séc. XVII e os inícios do XVIII a definição dos pisos térreos das principais residências dos proprietários terra-tenentes, incluindo os padres da Companhia de Jesus, especialmente dedicados à arrecadação de géneros e de pipas de vinho, dotados de óculos de arejamento gradeados, muitas vezes de recorte quadrilobado. A particularidade, provavelmente, de servirem de armazenamento ao vinho definiu uma tipologia muito específica de sistemas de largas arcarias de cantaria, nascendo quase ao nível do solo, não assentes em impostas, que também conhecemos pontualmente nos Açores e nas Canárias, mas que quase desconhecemos no continente.

A configuração do solar urbano barroco e rococó aparenta definir-se nos inícios do séc. XVIII, como teria acontecido na reconstrução da antiga casa senhorial dos Leme, na freguesia de Santo António do Funchal. O morgadio foi instituído por Pedro de Leme, em 1550, com base numa capela dedicada ao mártir S. Filipe, cujo dia comemorativo é o mesmo de Santiago Menor, padroeiro do Funchal: o dia 1.º de maio. A capela já existia em 1536, mandada construir por António de Leme, e foi reedificada em 1654 pelo acima mencionado Ten.-Gen. Inácio da Câmara Leme. Todo o conjunto foi reconstruído em 1752, em virtude do estado de grande ruína em que o deixara o terramoto de 1748.

O solar da Qt. do Leme implanta-se em terreno sobrelevado, com dois corpos e capela no

corpo mais baixo, com dois pisos, as janelas do piso nobre sem varanda de sacada, mas com cornija de balanço, parecendo terem recuperado molduras da construção de 1654, como acontece com o portal colocado a nascente. A capela insere-se a poente deste corpo e apresenta um portal barroco com pequenas aletas laterais e cornija de balanço sobre o qual assenta cartela com as armas dos Leme, articulando-se com a janela superior. O edifício possui um segundo corpo mais elevado e adossado a norte, com a fachada para nascente, com duas altas janelas de sacada no andar nobre e mais um piso com janela à face no corpo posterior.

A partir de 1740, em princípio, e, mais especificamente, de 1750, quando se levanta o novo bloco do paço episcopal do Funchal, definiu-se um “modelo” de solar urbano de fachada de três pisos, com o térreo compreendendo um portal de aparato, embora discreto e quase sempre sem elementos heráldicos, ladeado por óculos quadrilobados. O acesso ao edifício é feito através de átrio, por vezes calcetado com calhau rolado, formando ou não desenhos, sendo o acesso ao andar superior feito por escadas. O piso intermédio é ocupado pelas dependências de serviços e o piso superior, andar nobre, possui janelas de sacada com grades de ferro, mais ou menos trabalhadas, e remate por cornija com balanço; o andar intermédio utiliza a sacada do andar superior como balanço. O interessante deste modelo é a ocupação do piso intermédio com as dependências de serviços, que no espaço nacional ficam geralmente no andar superior, denotando que no continente tal se processou por fases, enquanto no Funchal foi feito de raiz.

Este tipo de prédio senhorial pode ser observado em quase todas as principais artérias da baixa da cidade, desde a R. da Carreira até à R. do Surdo, R. de São Pedro, R. do Castanheiro, R. das Mercês, R. dos Ferreiros, etc., com mais ou menos variantes. Algumas estruturas podem ser simplificadas, como a pequena residência senhorial da R. das Mercês, logo antes do Colégio da Apresentação, onde, em vez de óculos, aparecem janelas gradeadas, uma delas articulada com a porta de entrada;



Fig. 4 – Antigo solar da R. da Carreira, 1750, Funchal (arquivo particular).

ou podem também ser mais complexas, como a grande residência ocupada pela Fundação Livraria Esperança, na R. dos Ferreiros, onde viveu Isabel Maria de Sá Acciaiuoli, mãe do Cor. Luís Vicente e do primeiro conde de Carvalhal, propriedade que foi depois domicílio do Cón. Guilherme Allen, nos inícios do séc. XIX.

Algumas destas residências quase parecem reproduções do paço episcopal, em escala mais reduzida, como duas ou três da R. da Carreira, indiciando poderem ter seguido projetos do mestre das obras reais, Domingos Rodrigues Martins (c. 1710-1781). Outras, no entanto, assumem projeto independente, como a antiga residência da família Sauvaire da Câmara, na R. da Mouraria, com o corpo central torreado

e de janelas totalmente articuladas, entre si e com o portal, sem andar de serviço aparente na fachada. Esta casa senhorial assume também o pormenor das sacadas das varandas do andar nobre não se articularem totalmente com as janelas e portas do piso térreo, mantendo um espelho intermédio de alvenaria pintada.

Os solares rurais, pela costa sul da Ilha, apresentam-se geralmente com dois pisos, não havendo, assim, andares de serviço intermédios, salvo em raras exceções, como o caso do arruinado solar do Agrela, na praia dos Reis Magos, no Caniço. Esta construção, de entre os inícios aos meados do séc. XVIII, apresenta inusitada volumetria e pujança, com o portal e as janelas dos dois andares superiores a articularem-se entre si na fachada sul, mau grado a degradação geral do conjunto, tendo já ruído, inclusivamente, um dos blocos edificadados. Estes edifícios rurais incluem, por vezes, capela integrada à face da fachada, como acontece no pequeno solar dos Remédios, no sítio do Moreno, em Santa Cruz, com capela fundada pelo Cón. Manuel Ferreira Teixeira Calado, mas como uma ermida, ou seja, uma construção isolada e num lugar ermo. Pelos sécs. XIX e XX, foi levantado à sua volta o solar dos Remédios, integrado nas propriedades da família do Dr. Remígio Spínola Barreto, herdeiro do morgado de São Gil.

Não há uma definição concreta, assim, para o solar rural madeirense, embora grande parte apresente uma larga fachada corrida na paisagem, servindo de referência visual, mas, por vezes, tal quase não acontece, passando a edificação mais ou menos despercebida, como sucede com o pequeno solar da Referta, no Porto da Cruz. A construção da capela foi determinada pelo Cap. Manuel Moniz Teles de Meneses, em 1710, integrada no morgadio instituído pelo mesmo capitão, na casa da Alagoa, da mesma freguesia, que depois se chamou morgadio Torresão. A residência é mínima, quase só com um quarto e três janelas, podendo datar da reforma da capela ocorrida em 1770, como consta na sua fachada, altura em que se teria construído o pequeno anexo com forno.

Outras construções, como o solar do Aposento, em Ponta Delgada, construído entre 1750 e 1800, são bem mais complexas, com vários corpos alinhados, um dos quais mais ou menos central e torreado, num total de quatro, e com anexos de cozinhas em corpo posterior. Ao contrário, a antiga casa das Mudanças, na Calheta, sede do vetusto morgadio de Vale dos Amores, situado no sítio da Vargem, Estrela, é uma edificação corrida, com janelas de varanda à face, entrada para o andar nobre por escada de dois lanços, a poente, e área de serviços com o forno saliente, a nascente. O morgadio pertencia a Duarte de Brito e a Joana Cabral, neta de Zarco, nos finais do séc. XV e inícios do XVI, mas a edificação que permanece é posterior a 1700.

A arquitetura senhorial funchalense é sumariamente descrita pela atenta inglesa Isabella de França (1795-1880), no *Journal* da sua visita à Madeira, em 1853. Na retribuição das visitas de cumprimentos, a autora relata a maneira de se ser recebido no Funchal, com as expressões então em voga e, de uma forma geral, as habitações senhoriais, quase sempre de pessoas aparentadas com o marido, o morgado José Henrique de França (1802-1886), sete anos mais novo do que ela e já nascido em Londres. A sua apreciação, no entanto, enferma do olhar neoclássico britânico, em princípio, adquirido em casa do pai, o Arqt. Aaron Henry Hurst, de que conhecemos atividade entre 1778 e 1796. Nesse quadro, as melhores casas, se bem que muitas delas fossem bastante grandes, “nada oferecem como arquitetura”; uma ou outra possuíam uma entrada bonita “e pouco mais”. Descreve Isabella que as portas das grandes casas estavam normalmente abertas, deitando para um pátio interior, geralmente calçado, onde havia uma escadaria de pedra para acesso aos andares superiores. Existia, em geral, um batente ou uma campainha, mas também havia casas em que tal não acontecia, sendo então hábito bater com uma bengala ou com uma pedra na porta superior. Descreve a autora que, depois de insistir várias vezes, se ouvia “uma voz vinda de longe, do interior, a perguntar num queixume indescritível: Quem é?”. Antigamente respondia-se “Ave

Maria puríssima”, ao que a voz replicava “Sem pecado concebida”, depois começou-se a utilizar como resposta: “Gente de paz”, mas então já se perguntava simplesmente: “A Sr.^a está em casa?”. Refere então que aparecia “quase sempre um exemplar curioso: ou uma mulher horrível [...], ou um homem só com camisa e calças, de botas ou descalço, e com a barba por fazer desde o último domingo de manhã” (FRANÇA, 1970, 66).

Interiormente, no entanto, tudo mudava de figura. A escadaria de pedra terminava no primeiro patamar, de onde se ramificavam corredores para a cozinha e outras dependências melhores. O segundo lanço era de madeira, quase nunca atapetado e com uma cancela no final. Os melhores quartos situavam-se, geralmente, no segundo andar. Ao chegar ali, entrava-se logo para a sala ou passava-se através de dois e três salões para alcançar a sala de visitas. Estes compartimentos eram altos, com tetos de abóbada lindamente estucados. As janelas e as portas eram largas e havia sempre uma bandeira envidraçada por cima destas últimas, o que facilitava a iluminação. As paredes ora eram forradas de bom papel, ora eram pintadas de cores alegres e suaves, com uma guarnição de fantasia. Alcatifas e cortinas, do melhor que se produzia em Inglaterra. O mobiliário era também muito bonito e, com frequência, de fabrico local. As boas salas de visitas do Funchal não diferiam das salas mais aristocráticas de Londres, exceto em não ter fogueira e fazerem um extraordinário contraste com os degraus nus e com os criados semidespidos. Mas, depois deste elogio, Isabella de França não resiste em declarar: “raros serão os quadros, e os que existem são tão maus que mais valia retirá-los” (*Id., Ibid.*, 65-67).

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomo 2, fls. 31-31v.; *Ibid.*, Registos Paroquiais, Sé, Óbitos, liv. 9; ANTT, Fragmentos, mçs. 1-7; BNB, Cartografia, cart. 1090203, Mateus Fernandes (III), *Planta da Cidade do Funchal*, 1567-1570; impressa: ARAGÃO, António, *O Museu da Quinta das Cruzes*, Funchal, JGDAF, 1970; *Id.*, (coord. e notas), *A Madeira Vista por Estrangeiros*, Funchal, DRAC, 1982; *Id.*, *Para a História do Funchal: Pequenos Passos da Sua Memória*, 2.^a ed. rev. e aum., Funchal, DRAC, 1987; CARITA, Rui, *Introdução à Arquitectura Militar na Madeira. A Fortaleza-Palácio de São Lourenço*, Funchal, DRAC, 1981; *Id.*, *O Regimento de Fortificação de D. Sebastião (1572) e a Carta da Madeira de Bartolomeu João (1654)*, Funchal, Centro de Apoio Universitário/Secretaria Regional da Educação, 1984; *Id.*, *A Capela de Nossa Senhora dos Remédios em Santa*

Cruz da Ilha da Madeira (1690), Santa Cruz, Câmara Municipal de Santa Cruz, 1990; *Id.*, *História da Madeira*, vol. III, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1991; *Id.*, *A Arquitectura Militar na Madeira nos Séculos XV a XVII*, Lisboa/Funchal, Oficinas Gráficas do Exército, 1998; *Id.*, *História da Madeira*, 2.ª ed. rev. e atualizada, vol. I, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1999; *Id.*, "O solar de D. Mecia", *Isleña*, n.º 25, jul.-dez. 1999, pp. 59-65; *Id.*, *Colégio dos Jesuítas do Funchal: Memória Histórica*, Funchal, Associação Académica da Universidade da Madeira, 2013; *Id.*, *História do Funchal*, Funchal, Associação Académica da Universidade da Madeira, 2013; COSTA, José Pereira da, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, Funchal, CEHA, 1995; FRANÇA, Isabella de, *Jornal de Uma Visita à Madeira e a Portugal, 1853-1854*, Funchal, JGDAF, 1970; FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1968; LEITE, Jerónimo Dias, *História do Descobrimento da Ilha da Madeira e Discurso da Vida e Feitos dos Capitães da Dita Ilha*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1949; *Id.*, *Descobrimento da Ilha da Madeira*, Lisboa, Alfa, 1989; MESTRE, Victor, *Arquitectura Popular da Madeira*, Lisboa, Argumentum, 2002; NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal*, 1722, Funchal, CEHA, 1996; SILVA, Fernando Augusto da, *A Lombada dos Esmeraldos na Ilha da Madeira*, Funchal, F. A. Silva, 1933; *Id.*, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998; SOUSA, João José Abreu de, "D. Isabel de Abreu a António Gonçalves da Câmara. Mito, poesia e história", *Isleña*, n.º 21, jul.-dez. 1997, pp. 59-62; TRINDADE, Ana Cristina Machado, "Plantar Nova Christandade": *Um Desígnio Jacobeu para a Diocese do Funchal. D. Frei Manuel Coutinho, 1725-1741*, Funchal, DRAC, 2012; VERÍSSIMO, Nelson, "O palácio da rua do Esmeraldo: algumas achegas para a sua história", *Isleña*, n.º 11, jul.-dez. 1992, pp. 104-112; *Id.*, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

RUI CARITA

Arquivo Histórico da Madeira

O *Arquivo Histórico da Madeira (AHM)* é uma revista de cariz histórico-cultural que originalmente pretendeu reunir e divulgar as fontes documentais fundamentais para a história da Madeira, bem como publicar outros artigos de carácter arqueológico e artístico, relacionados com a cultura – *lato sensu* – do arquipélago.

Apesar de se tratar de uma publicação desde sempre associada ao Arquivo Regional da Madeira, depois Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, enquanto seu boletim institucional, a publicação do fascículo n.º 1 do I vol., em maio de 1931, precedeu a criação daquele instituto de cultura (formalmente estabelecido em julho desse ano). O compromisso editorial assumido pelo seu primeiro diretor, João Cabral do Nascimento, representa o colmatar de uma lacuna assinalada por Fernando Augusto da Silva e por Carlos Azevedo de Meneses na primeira edição do vol. I do *Elucidário Madeirense*, publicado

em 1922 no âmbito das comemorações do 5.º centenário da Descoberta da Madeira, ao constatarem a manifesta falta de visão entre os madeirenses relativamente ao valor e à utilidade de uma publicação insular congénere àquela que desde 1878 era publicada nos Açores – *O Arquivo dos Açores*. É também a resposta a uma velha aspiração, que remontava a Álvaro Rodrigues de Azevedo (1825-1898), autor das anotações às *Saudades da Terra*, estudioso, investigador e precursor de uma novel consciência historiográfica madeirense, de tradição positiva e cariz eminentemente regionalista, que começa a consolidar-se a partir da segunda metade do séc. XIX.

Posteriormente, em 1925, ano de lançamento do vol. II do *Elucidário*, a pertinência de uma publicação que reunisse artigos insulanos relativos à história e cultura madeirense é reforçada pela própria comissão executiva da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal (JGDAF), que, reunida em sessão ordinária de 13 de novembro, aprova por unanimidade a proposta de inclusão no orçamento do ano seguinte de uma verba de 5000 escudos "para subsidiar a publicação de uma revista de investigação científica e estudos históricos da Madeira". Intitular-se-ia *Arquivo da Madeira* e seria dirigida pelos "homens de ciência" Fernando Augusto da Silva, Carlos Azevedo de Meneses e Adolfo César de Noronha. Não obstante a proposta ter sido aprovada "com urgência e dispensa de regimento" (ABM, Junta Geral..., liv. 2248, fl. 60), o projeto não logrou concretizar-se em virtude de a dita verba ter sido posteriormente suprimida "como sendo inútil e desnecessária", como dava conta o Fernando Augusto da Silva em artigo publicado no *Diário de Notícias* de 21 de dezembro de 1930.

De qualquer forma, estava lançado o mote para a imperiosidade de uma publicação de estudos insulanos madeirenses, partindo sobretudo do estudo e da divulgação das fontes documentais, que remontam ao povoamento do arquipélago. Reforçada ainda pela crescente consciencialização, por parte de uma circunscrita elite intelectual local, da

originalidade e importância desse valioso *corpus* documental, face ao protagonismo da Madeira na história e cultura atlânticas e, não menos, pelas legítimas preocupações com a dispersão e o estado de conservação dos próprios documentos (quer aqueles produzidos por entidades públicas, quer aqueles na posse de particulares). A esta velha aspiração corresponderá precisamente João Cabral do Nascimento, ao assumir a missão de trazer à estampa a ansiada publicação com o intuito de valorizar esse acervo único, promovendo simultaneamente o seu estudo, a interpretação e formulação históricas a partir dos documentos que o integram, e a sua impreterível salvaguarda.

Poeta, tradutor, ensaísta, cronista, arquivista, historiador, docente, Cabral do Nascimento cursou Direito em Coimbra, tendo concluído a sua formatura em 1922. Nacionalista monárquico – foi secretário-geral do grupo integralista Restauração –, Cabral do Nascimento propõe, contudo, uma conceção universalista na defesa e preservação da cultura e dos valores nacionais, não circunscrita aos ditames impostos pelo ultraconservadorismo, mas também, e quase paradoxalmente, não descurando a tradição enquanto elemento distintivo fundamental entre os povos. Adepto do diálogo intercultural, donde se infere ter uma visão cosmopolita de vanguarda, que reconhece o multiculturalismo, o seu trabalho como tradutor (pouco conhecido e reconhecido) leva-o inclusive a promover uma literatura europeia contra as assimetrias culturais de uma Europa em esforçada recuperação.

O projeto editorial de uma revista de estudos insulanos que se intitularia *Arquivo Histórico da Madeira* persistia há algum tempo, apesar do ceticismo de Cabral do Nascimento em relação à sua concretização. Com efeito, o assunto fora já aventado desde, pelo menos, outubro de 1929, quando, numa carta enviada a Humberto Bettencourt Sardinha, que residia em Coimbra, lhe pede para indagar – apenas para alívio da consciência – o quanto e o que importaria uma publicação com idênticas

características, ao nível da composição gráfica, às da revista *Portucale*. Com efeito, sobretudo no primeiro volume do *AHM*, a similitude é notória.

Posteriormente, pela sua reconhecida competência e idoneidade, Cabral do Nascimento é sucessivamente convidado pela Câmara Municipal do Funchal (CMF) para dirigir o serviço de arquivo da edilidade (outubro de 1930) e proceder à inventariação e catalogação do tomo histórico municipal (janeiro de 1931), convites extensíveis ao seu valioso colaborador de sempre, Álvaro Manso de Sousa. Portanto, não surpreende que a Comissão Administrativa da CMF, reunida em sessão de 10 de março de 1931, na qual delibera subsidiar a publicação de um boletim trimestral cometido de divulgar os documentos manuscritos inéditos que integram o depois constituído tomo municipal, convoque uma vez mais Cabral do Nascimento para a sua direção. A publicação do primeiro número do projeto editorial, orçado em 2900\$00, deveria ocorrer com a brevidade possível.

Entretanto, em face deste repentino interesse da CMF pelo seu acervo, espólio que até então terá sido sistematicamente votado ao abandono, Fernando Augusto da Silva, pleno de sentido de oportunidade, aproveitara já o ensejo, no supra mencionado artigo, para relembrar e relançar o desafio de também se publicar “uma revista especial de estudos madeirenses”, que reunisse e divulgasse “os documentos mais importantes e que poderiam melhor interessar à história deste arquipélago” (*DN*, 21 dez. 1930). Sugerira inclusive que a recolha para a dita publicação incidisse desde logo sobre o precioso e riquíssimo arquivo da CMF (o que veio a suceder), cujo valor, em sua opinião, e na senda de Álvaro Rodrigues de Azevedo, serviria não somente à história dos arquipélagos portugueses no Atlântico, como mesmo, já numa proposta mais ambiciosa, à história das possessões ultramarinas portuguesas.

Finalmente, em 31 de maio de 1931 – e não março, como consta da respetiva ficha técnica –, numa edição da CMF, é publicado o

primeiro fascículo do vol. I do *AHM*, feito que merece honras de publicação nas primeiras páginas dos principais órgãos da imprensa local da época, unânimes no reconhecimento da lacuna que a nova e aguardada revista vinha colmatar.

Os artigos deste fascículo – todos da autoria de Cabral do Nascimento – incidem predominantemente sobre entidades, factos e temas específicos da história e cultura madeirenses. A orientação editorial compreende também um segmento onde o autor procura demonstrar com cientificidade (sem pretensiosismo) certas incongruências de algumas narrativas coevas referentes à história do arquipélago, fruto de más interpretações ou de outras tidas então como inquestionáveis (aliás, como já o fizera Álvaro Rodrigues de Azevedo em relação a Gaspar Frutuoso, nas suas anotações à obra deste autor). Optou Cabral do Nascimento pela publicação de um volume por ano (na medida do possível), composto por fascículos seriados e publicados com periodicidade relativamente regular. Na capa, ostenta uma reprodução das armas da cidade do Funchal e um índice – intitulado “Sumário” – dos artigos insertos. Da ficha técnica constam os nomes do diretor e do secretário (Cabral do Nascimento e Álvaro Manso de Sousa, respetivamente), o local de redação e administração – os paços do concelho –, apresentando-se como uma revista trimestral ilustrada. Dos demais artigos destaca-se o primeiro – “O Arquivo Histórico do Município do Funchal” –, uma inventariação e descrição arquivística dos livros e manuscritos que compõem o tomo histórico municipal, que continuará nos três fascículos seguintes, até ao II vol. da revista (publicado em 1932). Posteriormente, recorrer-se-á sobremaneira às transcrições documentais para melhor divulgar e valorizar o acervo camarário. Ao nível da composição gráfica e estrutura, destaque para a presença coerente e equilibrada de gravuras, quer como complemento iconográfico dos artigos, quer como fundamento da sua originalidade, e para a rubrica “De Rebus Pluribus”, no final de cada fascículo ou volume (seguindo a

linha da revista *Portucale* e a sua rubrica “Res & Verba”), na qual, entre informações várias e adendas aos artigos e assuntos abordados, Cabral do Nascimento acusa de forma taxativa agrado e agravo pelo que de bom ou mau se vai passando na sua terra. A vocação conservadora e regionalista de cariz tradicional do autor emerge entre a pertinência destas anotações. Desde logo, neste primeiro fascículo e a título de “Esclarecimento”, Cabral do Nascimento sentencia de maneira lapidar não se destinar o *AHM* exclusivamente aos eruditos, demarcando uma clara estratégia editorial – que persistiria durante a sua direção – de cariz culturalmente agregador, direcionando-o também a todos os demais interessados pelo conhecimento da história do arquipélago.

A partir do segundo fascículo, publicado a 6 de setembro desse ano, o *AHM* passa a contar com a colaboração (que em alguns casos viria a tornar-se regular) de outros articulistas e ensaístas de nomeada (madeirenses e nacionais), que concorrem para a reconhecida qualidade da revista, de resto já publicamente sancionada. Reconhecimento extensível a Cabral do Nascimento e Álvaro Manso de Sousa, a quem a CMF deliberou atribuir voto de louvor na sua sessão de 2 de junho de 1931. Com efeito, os artigos do vol. I percorrem (no cômputo dos quatro fascículos) temas relacionados com a história, o património – artístico, edificado e arqueológico –, a etnografia, a iconografia de temática madeirense, a toponímia, a genealogia e heráldica, o ex-librismo e outros, o que atesta da diversidade e riqueza de conteúdos.

Entretanto, em 30 de julho de 1931 fora criado o Arquivo Distrital do Funchal (ADF) (como consta no *Diário do Governo*, dec. 19.952 – versão retificada da primeira publicação, de 27 de junho), na dependência técnica da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos (IGBA), órgão da Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, tutelada pelo Ministério da Instrução Pública. As instalações e despesas de funcionamento do novo instituto de cultura estavam cometidas

à JGDAF. O diploma havia sido retificado em virtude de, aquando da sua primeira publicação, não contemplar o Funchal no conjunto dos arquivos distritais criados ou a criar junto de cada sede de distrito.

Portanto, o *AHM* precede a criação do ADF. Aliás, no vol. VII da revista (1949), e entre várias coisas, Cabral do Nascimento recorda a importância do *AHM* – determinante, inclusive – na criação daquela instituição, recorrendo aos fascículos entretanto publicados da revista para documentar a exposição então feita ao ministro da Instrução Pública, no sentido de colmatar a omissão do Funchal na lista dos arquivos distritais criados pelo referido decreto. O que veio a acontecer. Assim, após a decisiva intervenção de Cabral do Nascimento neste processo, na linha da posição desde sempre assumida de defesa acirrada do património arquivístico regional madeirense, o convite para dirigir o recém-criado ADF surge naturalmente, não descurando o seu perfil e a sua formação cultural. O seu nome foi formalmente proposto pela JGDAF ao ministro da Instrução, tomando posse em 26 de fevereiro de 1932; contudo, já exercia as funções de diretor desde o último trimestre do ano anterior.

A 15 de fevereiro de 1932, Cabral do Nascimento diligenciara junto da CMF no sentido de a comissão administrativa se pronunciar sobre a eventual cedência dos direitos de propriedade literária do *AHM* ao ADF, argumentando ser desejável que a nova instituição possuísse um “órgão na imprensa” (ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Correspondência Expedida, 1); a acontecer, teria essa publicação inevitavelmente a mesma linha editorial daquela revista. A comissão administrativa foi célere e deliberou favoravelmente em sessão que decorreu no dia seguinte (16 de fevereiro), não deixando de assinalar o êxito da publicação – “que a Câmara justamente se orgulha de ter iniciado” (*Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, liv. 1879, fl. 59). Nesse mesmo dia, Cabral do Nascimento envia um ofício à IGBA informando da decisão favorável por parte do executivo camarário e

solicita consentimento para que o *AHM* passe a ser publicado como boletim do ADF, o que foi autorizado. A JGDAF foi notificada das duas sucessivas decisões, até porque, tornando-se o *AHM* uma publicação do ADF, as despesas inerentes à sua publicação teriam de ser contempladas no orçamento da instituição. Em 21 de abril, a comissão administrativa daquele corpo administrativo deliberou que, a partir dessa data, o *AHM* passaria a ser publicado como órgão oficial do ADF, participando-o a Cabral do Nascimento no dia seguinte. Foi o início de um processo algo conturbado, quer em relação ao assumir dos encargos com a publicação (numa primeira fase), quer, a partir do vol. VI (1939), relativamente à própria titularidade – CMF ou JGDAF – da edição. Note-se que, desde a criação do ADF, o relacionamento de Cabral do Nascimento com a JGDAF nunca foi fácil, desde logo pelos quesitos relacionados com a instalação condigna daquele organismo.

Com persistentes dificuldades de financiamento, uma vez que a JGDAF insistia em não cabimentar no orçamento do Arquivo Distrital uma verba autónoma para a publicação da revista, o *AHM* foi sucessivamente publicado nos anos de 1932 a 1933. Cabral do Nascimento continua a contribuir com grande parte dos artigos, percorrendo uma assinalável diversidade de temas, dos quais convirá destacar aqueles relacionados com o tombo municipal, as gravuras antigas de motivos madeirenses (mote para a publicação, em 1935, do livro *Estampas Antigas da Madeira*, uma edição do Club Rotário do Funchal) e os documentos relacionados com a Madeira nos arquivos nacionais. Contudo, em 1934, avolumam-se os constrangimentos financeiros, com despesas de tipografia acumuladas, por saldar, e pela primeira vez é equacionada a eventual suspensão da publicação. A JGDAF não se compromete em onerar o orçamento do ADF com uma verba especialmente consignada ao pagamento das despesas de impressão, inferindo-se explicitamente que as mesmas deveriam ser cabimentadas nas despesas de funcionamento da instituição. Atente-se que

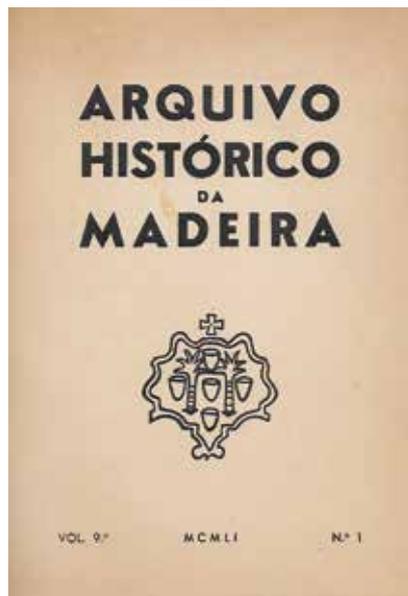
a JGDAF efetivamente não se revia no exercício de meras funções de tesouraria, uma vez que o Arquivo fora criado na dependência técnica e administrativa da IGBA e as despesas inerentes à sua instalação e manutenção (inclusive vencimentos de pessoal) estavam cometidas à JGDAF. Isto para além da incompatibilidade entre Cabral do Nascimento e aquele órgão de administração, um organismo que corporizava no arquipélago a política centralista e centralizadora do Estado (desde a monarquia constitucional), reconhecendo à Madeira e aos Açores apenas o estatuto de adjacência, o que Cabral do Nascimento de forma alguma subscrevia. Ao nível do relacionamento institucional, a CMF pautou-se sempre por uma postura mais cooperante que a própria entidade no arquipélago formalmente incumbida de assegurar o normal funcionamento do Arquivo Distrital, bem como de garantir a continuidade do seu órgão oficial, o *AHM*, já de firmada reputação cultural.

Face às dificuldades, Cabral do Nascimento, em março de 1934, chega inclusive a indagar a Junta de Educação Nacional acerca da possibilidade de atribuição de um subsídio de 2500\$00 para garantir a publicação do volume seguinte (já em preparação), uma vez ser missão daquele organismo “promover ou subsidiar publicações de carácter científico” (*Ibid.*, Arquivo Distrital do Funchal, Correspondência Expedida, 1).

Curiosamente, nesse mesmo mês e após as sucessivas diligências de Cabral do Nascimento, a JGDAF concede, informando o insistente diretor de que no orçamento do ADF para o ano de 1935 constará uma verba para assegurar a publicação da revista, garantindo-se assim a publicação do vol. IV (referente aos anos 1934-1935). Contudo, a JGDAF nada acrescenta

em relação ao saneamento financeiro das despesas, entretanto e cumulativamente agregadas, e que eram do conhecimento daquele corpo administrativo. Pelo que não surpreende que, em 1936, a continuidade da revista estivesse novamente em causa. Ainda assim, Cabral do Nascimento não esmorece e, em abril desse ano, oficia o Secretariado da Propaganda Nacional, submetendo à consideração do então diretor, António Ferro, a eventualidade de subsidiar a publicação, argumentando – contra a sua inevitável suspensão – ser o *AHM* “de certa maneira, um veículo de propaganda da cultura nacional” (*ABM*, Arquivo Distrital..., 2). Não obstante a situação indiciar um ponto de rutura, por manifesta falta de recursos financeiros, durante o triénio 1936-1938 foi ainda publicado o vol. V da revista (1937), “o último certamente”, vaticinava desalentado Cabral do Nascimento no relatório de atividades referente ao exercício de 1937, enviado à IGBA em janeiro de 1938 (*Ibid.*, Arquivo Distrital..., *Relatório 1937*). O presságio, felizmente, não se cumpriu. Entretanto, Cabral do Nascimento, tal como sucedera com Álvaro Rodrigues de Azevedo em 1881, parte desencantado para Lisboa e por lá se demorará até 1948.

Álvaro Manso de Sousa, que passa a dirigir interinamente o Arquivo Distrital, no relatório de atividades relativo ao ano de 1938, confirma que a revista está “suspensa por falta de verba”; no entanto voltará a ser publicada “agora, a expensas da Câmara Municipal do Funchal”, que reassume o patrocínio da edição (*Ibid.*, Arquivo Distrital..., *Relatório 1938*). Com efeito, em 1939 seria publicado o vol. VI da revista, “editado pela Câmara Municipal do Funchal”, como consta do frontispício, uma denodada, mas vã, tentativa de retomar a sua regular publicação. Naturalmente, a constante indefinição



ao nível da responsabilidade com os encargos de publicação e – não menos importante – a ausência de Cabral do Nascimento ditam a inevitável suspensão do *AHM* durante uma década, precisamente o período coincidente com a sua permanência em Lisboa.

A revista voltaria a ser publicada em 1949, um ano após o seu regresso ao Funchal, e novamente sob a égide da CMF, que deliberou, em sessão de 13 de maio de 1948, continuar a promover a sua publicação – “uma ação cultural”, entenda-se – assim como convidar Cabral do Nascimento a “permanecer na direção da mesma” (*Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, liv. 1907, fl. 72v.). Ele que, entretanto, também reassumira a direção do ADF e que, justamente no relatório de atividades de 1948, já de sua autoria e enviado em janeiro de 1949 ao Inspetor Superior das Bibliotecas e Arquivos, dá conta da deliberação camarária, congratulando-se com o retomar de uma “iniciativa que sempre mereceu louvores [...] e serviu de modelo a muitas publicações de igual natureza” (*Ibid.*, Arquivo Distrital..., *Relatório 1948*). Inclusive, no vol. IX do *AHM* (1951), e por ocasião do 20.º aniversário da revista, Cabral do Nascimento invoca os anteriores “oito volumes completos”, num total de “mil seiscentas e sessenta páginas de documentos, artigos, comentários e estampas de inegável interesse para a história [...] do arquipélago da Madeira”. Em jeito de comemoração, reproduz parcialmente o teor de algumas cartas de reconhecimento (“pela ação cultural desenvolvida”), recebidas de “individualidades de marcada evidência”, durante esses 20 anos.

Assim, e uma vez mais, ao assegurar a publicação dos vols. VII, VIII e IX do *AHM* (referentes aos anos 1949, 1950 e 1951), a CMF reassume a promoção deste importante instrumento de divulgação cultural, substituindo-se à JGDAF. Contudo, não obstante o importante patrocínio camarário (para custear as despesas de publicação da reputada revista), o *AHM* permanecerá o “órgão do Arquivo Distrital do Funchal”, instituto de cultura madeirense afeto àquela corporação administrativa

ao nível da respetiva dotação orçamental (como desde sempre, apenas para custear as despesas de funcionamento). Uma situação dúbia, certamente incómoda, que Cabral do Nascimento, naturalmente preocupado com a questão dos direitos de propriedade literária sobre a revista, procurará esclarecer. Em abril de 1952, oficia a CMF no sentido de regularizar a situação através da restituição definitiva desses direitos editoriais ao Arquivo Distrital, na perspetiva de a JGDAF legítima e responsabilmente passar a assumir os encargos decorrentes da sua publicação. Nesse mesmo mês, reconhecendo a inexistência formal de uma rubrica orçamental que permita àquele organismo custear as ditas despesas, propõe uma outra modalidade de financiamento, nomeadamente através da atribuição anual de um subsídio de “25 contos”, sugerindo a inclusão atempada da dita verba já no orçamento suplementar desse ano, por forma a garantir quanto antes a publicação do vol. X. O que não veio a acontecer, comprometendo-se uma vez mais a publicação da revista; ainda que o executivo camarário tivesse decidido favoravelmente em relação à restituição dos direitos de propriedade literária, proposta por Cabral do Nascimento, como consta no relatório de atividades referente ao ano de 1952.

Desiludido, Cabral do Nascimento nem menciona o *AHM* naquele que será o seu último relatório de atividades (relativo ao exercício de 1953). Pedirá a demissão da direção do ADF em 21 de outubro de 1954, desvinculando-se também de qualquer responsabilidade editorial em relação à revista de que foi empenhadamente precursor e distinto mentor. É o fim de um ciclo, sem dúvida o mais importante na história da publicação. Com efeito, entre 1931 e 1952 assistiu-se à criação, lançamento e reconhecimento institucional do *AHM*, à consolidação da sua reputação, à sua associação ao ADF (para cuja criação contribuiu decisivamente, tornando-se posteriormente o seu órgão oficial), e às obsidiantes dificuldades, quer de financiamento, quer mesmo aquelas decorrentes da titularidade editorial da revista.

Revista esta inequivocamente indissociável de Cabral do Nascimento, cultor do projeto e que nele reconhecia uma predestinada valência cultural, um desígnio agregador e inclusivo que consistia na defesa, pela promoção e divulgação, da cultura madeirense. Um assomo de coletiva consciência histórica, em suma. Nesta primeira fase do seu longo percurso, o *AHM* é uma criação, um projeto quase pessoal de Cabral do Nascimento; tem o seu cunho marcadamente distintivo: uma revista cultural (que abrange tradições diversas), associada institucionalmente a um organismo de cultura, o ADF.

O *AHM* tornará à estampa apenas em 1958, já sob a orientação de José Pereira da Costa, que tomara posse como diretor do ADF em maio de 1955. Logo em junho desse ano, Pereira da Costa informa a IGBA da utilidade em retomar a publicação da revista; todavia, considera prioritária e urgente a mudança do Arquivo Distrital para “instalações mais apropriadas” (*Ibid.*, *Relatório 1955*). Certamente a legítima preocupação com a adequação e segurança das instalações e a própria estrutura orgânica da instituição – questões sem dúvida pertinentes e que absorverão a sua total atenção e dedicação – fazem protelar a publicação do volume seguinte do *AHM*. Pelo que apenas em junho de 1957 Pereira da Costa recuperará o assunto através de ofício remetido à JGDAF, indagando da possibilidade de se reforçar a verba orçamental do Arquivo Distrital com “5.000\$00”, uma vez que tenciona “publicar brevemente o boletim”. E uma vez mais o intento não é deferido por aquele corpo administrativo, que inicialmente alega um erro contabilístico ao nível da cabimentação formal da verba por parte de Pereira da Costa, sugerindo, posteriormente, que recorra ao *Boletim Distrital* da JGDAF, por se tratar de publicação cometida de publicar “todos os trabalhos de interesse para o Distrito” (*Ibid.*, Junta Geral..., liv. 3162-1, ofs. 29 jun. 1957 e 11 jul. 1957). Finalmente, em agosto de 1957, após novas diligências, a JGDAF autoriza a inclusão no orçamento ordinário de 1958 da verba de 8000\$00, destinada à publicação do

AHM, assinalando que deverá “indicar-se que a sua publicação é custeada pela Junta Geral” (ABM, Junta Geral..., liv. 3162-1). No relatório de atividades relativo ao ano de 1957, enviado em janeiro de 1958, Pereira da Costa informa que o “1.º volume de uma nova série”, o vol. x, está já a ser impresso, prevenido que estivesse disponível a partir do mês seguinte (*Ibid.*, Arquivo Distrital..., *Relatório 1957*). O solene agradecimento ao presidente da JGDAF pela “inscrição, no Orçamento do Arquivo Distrital, da verba necessária para se imprimir este Boletim”, consta da folha de rosto, (*Arquivo Histórico...*, 1958, 4). O *AHM* será publicado ininterruptamente até 1966, ano em que Pereira da Costa deixa de exercer as funções de diretor do Arquivo Distrital.

O vol. x, publicado em 1958, marca o início de uma nova fase na história da importante revista, agora como boletim do ADF. Indicia desde logo o retomar da sua publicação – após um interregno de sete anos –, intenção de Pereira da Costa desde que tomou posse como diretor, “vencidas as dificuldades que habitualmente se encontram”, como consta na breve apresentação. Nesse prólogo faz justo reconhecimento ao mérito de Cabral do Nascimento, seu fundador, na publicação dos anteriores nove volumes, que qualifica como de “grande interesse para a História da Madeira e do Porto Santo” (*Ibid.*, 7) e menciona as alterações que, sob o ponto de vista editorial, decidiu implementar. Assim, a revista passa a ser editada num único volume, em detrimento da anterior edição por fascículos; ao nível da periodicidade, Pereira da Costa pretende publicar um volume por ano, o que viria a acontecer apenas com os números x e xi (1958 e 1959). A partir de então, cada um dos demais volumes publicados sob a sua direção, até 1966, abrangerá dois ou mais anos (vols. xii, xiii e xiv).

Pereira da Costa, que contribui sempre com um ou dois artigos, mantém a rubrica “De Rebus Pluribus”, da qual, entre informações diversas, passa a constar um segmento – “Movimento do Arquivo” – que reúne e sistematiza alguns indicadores de desempenho no âmbito

da atividade corrente do Arquivo Distrital, nomeadamente os números relativos a: “Leitores”, “Volumes consultados”, “Certidões”, “Espécies adquiridas”, “Espécies oferecidas”, “Manuscritos restaurados”. Revelador inclusive do modelo gestor tendencialmente burocrático que utilizou na administração da Instituição. O leque de colaboradores torna-se mais circunscrito e os temas abordados menos diversificados, o que não surpreende uma vez que é notória uma crescente institucionalização editorial do *AHM*, no sentido de assumir progressivamente essa importante atribuição como boletim oficial do ADF, único e eminente repositório das fontes documentais para a história do arquipélago.

De entre os cinco volumes publicados sob a direção de Pereira da Costa, destaca-se o vol. XII (referente aos anos 1960-1961), especialmente dedicado às comemorações, no Funchal, do V centenário da morte do infante D. Henrique e subsidiado (em parceria com a JGDAF) pela respetiva Comissão Executiva local. O diretor do ADF integrou a dita Comissão e o Arquivo, que não podia de modo algum ficar à margem da celebração, participou com uma mostra expositiva de documentos, livros e cartas geográficas que integram o seu valioso acervo. A exposição, bem como alguns dos momentos solenes das comemorações, está bem documentada através de imagens recolhidas e insertas na parte final deste vol. XII. Na rubrica “De Rebus Pluribus”, também se assinala os 30 anos da publicação do *AHM* (1931-1961) e a notável aquisição da biblioteca do ilustre médico e bibliófilo Nuno de Vasconcelos Porto, que passou a enriquecer a biblioteca especializada do ADF.

Após a saída de Pereira da Costa (1966), que rumou a Lisboa, onde viria a assumir a direção do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o ADF perde o seu diretor, não sendo o lugar oficialmente provido até 1972, não obstante desde 1969 essas funções serem asseguradas pelo conservador António Manuel de Sousa Aragão Mendes Correia (na instituição desde 1953), que regressara nesse ano do gozo de licença ilimitada que, entretanto, lhe

fora concedida. À vacância do cargo corresponde igual período de novo interregno na edição do *AHM* – seis anos –, pelo que apenas em 1972 um novo volume seria dado à estampa. Sempre patrocinado pela JGDAF, o n.º xv da publicação apresenta uma nova orientação editorial que António Aragão, recém-promovido a diretor do ADF, imediatamente delineou e assumiu, e que se prende com uma já consolidada afinidade institucional entre a revista e aquele organismo, do qual aliás sempre foi boletim oficial, no que constituiu uma contundente mudança de rumo e paradigma.

Com efeito, além de alterar a estrutura interna da revista (*e.g.*, a rubrica “De Rebus Pluribus” deixa de existir), mantendo, no entanto, o modelo de composição gráfica (formato de folha e estilo de capa), António Aragão é explícito ao afirmar ser “mais conveniente orientar o boletim no sentido de o transformar numa espécie de repositório sistematizado da documentação histórica sujeita à guarda do Arquivo Distrital do Funchal”. Esta transformação fez-se utilizando-o sobretudo para publicar traslados de manuscritos valiosos do acervo do Arquivo Distrital, assegurando o acesso ao teor desses documentos a todos os investigadores e interessados pela história da Madeira (mesmo àqueles física ou geograficamente impossibilitados de o fazer) e garantindo-se assim “um processo de salvaguarda documental”, curiosa expressão utilizada por António Aragão para designar as vantagens da sua ampla divulgação (ou “irradiação”, nas suas palavras), aliada à imperiosidade da sua preservação (*Ibid.*, 1972, 9). Um trabalho a realizar seguindo um escrupuloso método de transcrição paleográfica e recorrendo a expedientes – índices e notas explicativas – que facilitassem a leitura das transcrições a publicar. Para não limitar a publicação apenas à edição de transcrições documentais, uma vez que a missão do *AHM*, agora mais condicente com o facto de ser o boletim institucional do Arquivo Distrital, não se esgotava nos traslados, opta por criar um novo segmento editorial, que passa

a subintitular de “Série Documental”, e cujo primeiro número corresponde ao vol. xv.

Era uma nova visão, criada a partir de uma rutura com o passado, e, posteriormente, uma solução recorrente naqueles casos em que foi necessário criar outros segmentos, em função das prioridades definidas ao nível da descrição e divulgação de outros fundos ou núcleos documentais. Para preencher o espaço editorial que a revista inevitavelmente deixará de cobrir como até então – os estudos, os ensaios e artigos diversificados relacionados com a história e a cultura da Madeira –, António Aragão, também ele um reconhecido homem de cultura, propõe-se organizar paralelamente uma coletânea de livros a publicar sobre a história do arquipélago, que explore sobretudo aquelas áreas lacunares ou ainda não investigadas desse longo percurso. Para António Aragão, o papel mediador do *AHM* na divulgação e no contacto com as fontes documentais à guarda do ADF é essencial, sobretudo na educação histórica – que se quer cada vez mais abrangente – acerca do processo expansionista português no Atlântico (inicialmente insular, arquipelágico). Um propósito que coincide com aquele originalmente enunciado por Fernando Augusto da Silva em 1930.

Assim, o vol. xv (referente ao ano de 1972, mas publicado apenas em 1973) inicia a publicação da primeira parte do precioso tomo 1 do Registo Geral da CMF, precisamente aquela que corresponde à valiosa recolha documental feita por Fr. Diogo de Medina, no primeiro quartel do séc. xvi, e que compreende os anos 1425 a 1517. Um notável trabalho de transcrição paleográfica realizado por Luís Francisco Cardoso de Sousa Melo, e que se distribuirá pelos três volumes imediatamente seguintes: vols. xvi, xvii e xviii; respetivamente, os n.ºs 2, 3 e 4 do novo segmento editorial. Assinalável trabalho de descrição arquivística, o vol. xv inclui uma introdução em que o autor do traslado menciona de forma invulgarmente criteriosa as características gerais do documento, o seu estado de conservação, decoração e história, bem como as

notas relativas ao método e critério de transcrição; o vol. xviii, publicado em 1974, por sua vez, inclui quatro índices – dois índices antroponímicos (por nomes e por cargos, profissões e títulos), um índice toponímico e um índice analítico – indispensáveis a uma eficaz recuperação da informação, no documento transcrito. Cada um dos quatro volumes inclui cinco estampas a cores, que reproduzem, com assinalável qualidade gráfica, à altura, as iluminuras ou os fólhos mais elucidativos do documento original.

Luís Melo passou a integrar o quadro de pessoal do Arquivo Distrital a partir de setembro de 1972 e a publicação do *AHM* seria novamente interrompida a partir do vol. xviii (1974), até 1990. Portanto, um longo período de 16 anos, certamente relacionado com a transfiguração da sociedade portuguesa no pós-25 de Abril de 1974, com o reconhecimento político e a implementação do regime autónómico nos arquipélagos atlânticos e com todas as subsequentes implicações sob o ponto de vista social, político-administrativo, económico, institucional, cultural e mental.

Assim, eleita a Assembleia da Madeira, nomeado o primeiro Governo regional e após um moroso processo de regionalização de serviços, a partir de então sob superintendência da Região Autónoma da Madeira, o ADF passa a integrar a Direção Regional dos Assuntos Culturais, tutelada pela Secretaria Regional da Educação e Cultura. A partir de 1980, a sua denominação oficial é alterada para Arquivo Regional da Madeira (ARM).

Como já referido, apenas em 1990 será publicado novo volume do *AHM*: o vol. xix, numa edição daquela Direção Regional e com a coordenação de Luís Melo (que assumira as funções de diretor do Arquivo Regional em 1989). É o quinto número da “Série Documental” e contém a transcrição da parte final do tomo 1 do Registo Geral da CMF, que o agora diretor havia iniciado. Concretamente, a segunda parte do velho tomo, que – genericamente – abarca a transcrição dos manuscritos trasladados por copistas posteriores a Fr. Diogo de Medina. Este volume

mantém a qualidade e o rigor técnico dos quatro números anteriores, inclusive no plano formal (e.g., tem também um índice geral). Luís Melo, na “Introdução”, e na linha de António Aragão, reforça a vocação editorial do *AHM*, enquanto facilitador no acesso às fontes documentais para a história da Madeira e do Porto Santo à guarda do ARM.

Tanto assim é, que no volume seguinte da revista – vol. xx, publicado em 1997 e ainda sob a coordenação de Luís Melo – é publicado o “Guia do Arquivo Regional da Madeira”. Um valioso instrumento descritivo da própria instituição ARM, que contém importante informação acerca da sua natureza, dos recursos e serviços que disponibiliza e, sobretudo, dos 202 fundos e núcleos documentais que então constituíam o acervo, distribuídos por 15 distintos grupos de arquivos (públicos e privados) e coleções (arquivos especiais). Encontram-se sistematizados em apropriado quadro de classificação, que precede um breve enquadramento histórico das instituições produtoras de cada fundo ou núcleo, as suas datas extremas, o número e tipo das unidades que integram, as condições de acessibilidade, etc. É o primeiro e único guia do ARM elaborado até à data, referência imprescindível para melhor conhecer este organismo público, mas que logicamente não abrange as incorporações que desde aquele ano ocorreram. Ao nível dos aspetos formais da edição, uma breve nota para significativos traços de inovação em termos gráficos: tanto ao nível da qualidade do papel, como da impressão, com a introdução da cor; os motivos e estilo de capa também mudam, em detrimento do modelo usado até então e que perdurava desde 1931.

Entretanto, em 1997, Maria Fátima Araújo de Barros assume a direção do ARM, já com atribuições acrescidas, uma vez que, a partir desse ano, esta instituição é formalmente designada o órgão coordenador da política arquivística regional, e, perante um universo de utilizadores – leitores, investigadores e cidadãos em geral – cada vez mais informado e exigente, é evidente a premência

em disponibilizar novos instrumentos de acesso ao singular – mas rico pela diversidade – acervo do ARM. Em suma, uma nova abordagem em termos de política de edição, à qual também não será alheia a mudança no paradigma gestor da administração pública portuguesa e, no caso específico do ARM, a almejada transferência, concretizada em 2004, para novas instalações, um novo edifício, construído de raiz para o efeito. Essa resposta também se fez ao nível da edição de publicações, pelo que desde então a revista passou a abraçar novas séries dentro do título (ou marca) *Arquivo Histórico da Madeira*, criadas em função das especificidades dos universos documentais a divulgar. A estrutura da publicação – formato e elementos de apresentação – também se alterou em função da nova estratégia editorial e das novas valências atribuídas à revista. Pelo que, entre 1997 e 2005, foram dados à estampa 23 novos volumes, sob quatro novas séries do *AHM*: *Índices de Registos Paroquiais* (16 volumes), *Índices dos Passaportes* (2 volumes), *Transcrições Documentais* (2 volumes) e *Instrumentos Descritivos* (3 volumes).

O volume seguinte seria publicado apenas em 2013, era Luís Miguel Teixeira de Sousa Jardim o diretor do ARM, sendo que o interregno na publicação da revista se prendeu essencialmente com o surgimento de outras iniciativas editoriais, em função das novas ou reforçadas atribuições que, sob o ponto de vista institucional, foram, entretanto, cometidas ao Arquivo. Esse volume corresponderá ao n.º 1 de uma nova série do *AHM*, precisamente aquela que inicia a divulgação da importante coleção iconográfica do Arquivo Regional, recolhida e incorporada nesta instituição desde 1976, numa iniciativa de Aragão Mendes Correia.

Se o propósito inicial da revista *AHM* se prende tão-somente com a necessidade de criar uma publicação direcionada para a compilação e divulgação dos estudos e investigações relacionados com a história da Madeira e – não menos importante – com a impreteribilidade da conservação das suas

fontes documentais, que não existia à altura – 1931 –, com Cabral do Nascimento, seu primordial diretor e cultor, o *AHM* evolui rapidamente como instrumento de mediação e democratização cultural. E esse eixo precursor e estratégico, de forma mais ou menos fulgurante e ostensiva, marcou idiossincratamente a revista ao longo dos tempos. E essa é a grande originalidade do *AHM*: ser um instrumento de pedagogia cultural em prol da promoção de uma consciência identitária madeirense, de cariz marcadamente regionalista. Os textos produzidos e reunidos nessa primeira fase da revista são dados à estampa porquanto veiculam representações e entendimentos que os seus autores têm sobre diversos assuntos que, de alguma forma, tocam ou se relacionam com a cultura e história da Madeira. Mais tarde, sobretudo a partir de Araújo Mendes Correia (1972), há uma clara intenção – ou orientação editorial – no sentido de alinhar, já ao nível da comunicação institucional do ADF, os conteúdos do *AHM* com os utilizadores daquele organismo (estudiosos, investigadores, consulentes, curiosos), e mesmo com a comunidade em geral. A partir de então, falamos já de divulgação, difusão, uma vez que importa agora dar publicidade a um acervo patrimonial – documental – valiosíssimo, à guarda do arquivo público do distrito, para que a comunidade tenha uma real noção do seu valor. Em suma, um estreitar de laços.

Não descurando ainda – e finalmente – que o *AHM* é produto dos tempos e das gerações de estudiosos que de alguma forma o enformaram, este projeta-se nas idiossincrasias dessa evolução não linear, marcando-os também com o seu legado e constituindo-se numa imprescindível fonte documental na consolidação da identidade histórica da Madeira.

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Correspondência Expedida, 1; 2, 25 abr. 1952; *Ibid.*, Arquivo Distrital do Funchal, Correspondência Recebida, 23; *Ibid.*, Arquivo Distrital do Funchal, *Relatório 1937; Relatório 1938; Relatório 1948; Relatório 1952; Relatório 1955; Relatório 1957; Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, liv. 1907, fl. 72v.; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, liv. 1878, fls. 16 e 72; liv. 1879, fl. 59; *Ibid.*, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Secretaria, liv. 2248, fl. 60; liv. 3162-1, ofs. 29 jun. 1957 e 11 jul. 1957; liv. 3163-16; **impresa:** *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. x, 1958; vol. xv, 1972; *Diário de Notícias*, 21 dez. 1930; *Diário do Governo*, sér. 1, n.º 175,

30 jul. 1931; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998; SALGUEIRO, Ana, e RODRIGUES, Paulo Miguel, *Cabral do Nascimento. Escrever o Mundo por detrás de Um Monóculo e a partir de Um Farol*, Funchal, Imprensa Académica, 2015.

LUÍS MIGUEL JARDIM

Arquivos

Os arquivos produzidos nas ilhas da Madeira e do Porto Santo remontam desde o período de povoamento até a atualidade. Ao longo dos séculos, estes arquivos materializaram-se em diversos suportes (pedra, pergaminho, papel, vidro, fita magnética, discos óticos, etc.), estruturaram-se de diversas formas, contendo informação produzida no curso de atividades concretas, realizadas tanto por indivíduos como por entidades coletivas, seja de direito público ou privado.

Os arquivos são repositórios orgânicos de informação gerados e conservados juntos dos seus produtores ou de outras entidades custodiantes para os mais diversos propósitos. Conservaram-se arquivos tanto para fins probatórios (administrativo, fiscal, legal, financeiro, securitário) como para satisfazer necessidades de informação de âmbito cultural *lato sensu* (memória coletiva, educação e investigação científica, etc.).

As instituições produtoras de documentos, seja da esfera pública seja privada, extintas ou existentes, não são entidades estáticas. Nem todos os conjuntos documentais produzidos em contexto insular sobreviveram íntegros: uns dispersaram-se ou perderam-se por motivo de incúria humana (destruições deliberadas, tumultos, abandonos, roubos, etc.), outros foram destruídos por fenómenos naturais (aluviões, terremotos, incêndios, humidade, bibliófagos, etc.), outros, ainda, saíram do arquipélago por força da lei (ou não), para Portugal continental ou para países estrangeiros. A sobrevivência de diversos conjuntos documentais madeirenses (fundos, coleções ou sistemas de informação) dependeu muito do zelo dos seus produtores ou possuidores.

A história dos arquivos da Madeira e do Porto Santo confunde-se com a história institucional

de diversas entidades do arquipélago. Contudo, a produção científica visível não possibilita dispor de uma visão abrangente sobre o percurso custodial de diversos conjuntos documentais e sistemas de arquivo que identifiquem especificidades da arquivística insular. As mais importantes iniciativas são o mapeamento de instituições arquivísticas e dos fundos documentais custodiados por organismos públicos e privados, bem como a construção de um imóvel de raiz para a proteção e gestão do património documental madeirense, inaugurado em setembro de 2004 pelo Governo Regional da Madeira (GRM).

Os arquivos, assim como as bibliotecas, foram, durante muito tempo, espaços de representação e exercício do poder: o acesso ao conhecimento estava reservado às elites letradas. A alteração deste paradigma ocorreu com maior incidência no séc. xx, devido ao incremento do acesso à cultura escrita pelas comunidades insulares e graças à diversificação de novas tecnologias e novos *media* (telégrafo, fotografia, vídeo, computador, telefone, telemóvel e Internet, só para referir alguns).

Importa considerar que a arquivística – considerada como ciência, com princípios e técnicas, disciplina científica ou disciplina aplicada da ciência da informação – surge essencialmente nos finais do séc. xx, com um quadro conceptual, epistemológico, metodológico e axiológico que privilegia noções de completeza, estrutura e custódia de documentos ou informação de arquivo. A terminologia arquivística define o conceito de arquivo como depósito físico ou eletrónico onde se guardam acervos documentais; instituição ou serviço com função de arquivo; conjuntos documentais de um ou vários produtores, independentemente do seu suporte; nível de classificação que corresponde à representação máxima de um sistema de informação, sinónima de fundo; e sistema de informação eletrónico.

É indispensável reconhecer que a preservação e o acesso aos arquivos permitiu aos investigadores não só confirmar ou infirmar muitos dos aspetos relacionados com a tradição historiográfica insular, através da análise e

interpretação de procedimentos burocráticos, circuitos e formas de materialização da informação e estratégias discursivo-diplomáticas, como também proporcionou vários contextos de serendipidade que ampliaram o conhecimento histórico. Os arquivos também são fonte indispensável tanto para assegurar direitos e obrigações de partes interessadas na produção e acesso à informação (ou servir como simples testemunho) como para fins de responsabilização. A fonte inequívoca da transparência administrativa e da memória coletiva reside nos arquivos.

Embora não seja nosso propósito traçar aqui a história arquivística europeia e portuguesa e dos seus principais timoneiros, remetendo-se, para este efeito, a título de complemento, para as obras de Fernanda Ribeiro, existem dois momentos que consensualmente podem dividir-se como marcos periodológicos dos arquivos e da arquivística no arquipélago da Madeira: o primeiro ocorre desde o povoamento até 1931 e o segundo desde 1931.

Dos primórdios até 1931

Aquando do período dos descobrimentos e da expansão marítima empreendida pelos reinos ibéricos, foi necessário dispor de um aparato burocrático estruturalmente bem articulado e com certo grau de autonomia. Os arquivos insulares, do ponto de vista institucional, têm a sua génese nos atos das chancelarias régias, senhoriais e eclesiásticas. A administração régia tinha necessariamente de dispor de um conjunto de mecanismos burocráticos para consignar direitos e obrigações indispensáveis à organização do território e das comunidades, de indivíduos ou instituições que se estabeleceram no território insular.

A carta de doação régia de 26 de setembro de 1433 das “ilhas da Madeira e do Porto Santo e da deserta”, de D. Duarte ao infante D. Henrique, constitui um exemplo de estruturação de um sistema de governo primitivo, o senhorio. A partir daí, coube ao infante D. Henrique implementar as primeiras estruturas de administração laica e religiosa no arquipélago,

não só para organizá-lo territorialmente em capitânias, como também assegurar a presença espiritual. Contudo, a maior parte da documentação produzida nos primeiros tempos do povoamento não sobreviveu, a não ser indiretamente através de compilações realizadas no séc. XVI e recuperável noutros conjuntos documentais, como as chancelarias régias, da *Leitura Nova* e do *Corpo Cronológico*.

Apesar de não se conhecer em que condições se realizou a atividade amanuense no arquipélago na primeira metade do séc. XV, que terão sido rudimentares e com acesso limitado aos recursos materiais, a presença de oficiais públicos na Madeira, como escrivães e tabeliães (ou notários), integrados nas mais diversas esferas da administração civil insular, favoreceu a criação de cartórios ou cartulários, ou seja, arquivos administrativos. A documentação destes arquivos tinha de possuir características específicas para ter valor probatório, *i.e.*, ser documentação original, autêntica, válida, legal e verdadeira.

A atividade destes profissionais leigos encontrava-se regulada e compilada nas *Ordenações Afonsinas* e *Manuelinas*. Os candidatos a tabeliães deviam ser examinados pelo chanceler-mor “fazendo-os ler, e escrever perante si, e se vir que bem escrevem, e bem leem, e são pertencentes pera os Offícios, dar-lhes-á suas Cartas” (*Ordenações Manuelinas*, 2002, pt. L.1, tít. II, 30). As *Ordenações* incluíam, também, a tipificação dos suportes e formatos dos instrumentos públicos e circuitos de decisão administrativa.

O exercício do ofício de amanuense dependeu também do acesso a materiais de escrita na Ilha. Para exemplificar, o *Corpo Cronológico* atesta várias situações: “Certidão do licenciado António Cardoso, assistente na ilha da Madeira, em como se vendeu um papel”, 1539; “Mandado de Cristóvão Esmeraldo, provedor da Fazenda na ilha da Madeira, para o recebedor Rui Mendes Tacão pagar a Francisco Vieira, escrivão do almoxarifado dos quintos do Funchal, um cruzado para despesa de papel”, 1528; “Verba de Francisco Vieira de que, perante ele, o porteiro dos Contos André de Fontes, recebeu 400 réis das mercadorias arrematadas na

alfândega, e que por ordem do provedor da Fazenda na ilha da Madeira foram lançados em despesa a João Saraiva 1200 réis que despendeu em papel e tinta em 1518”, 1519.

Além do acesso a materiais de escrita, os serviços postais tiveram existência irregular na Madeira. Com a criação do correio-mor do reino por D. Manuel I em 1520, os serviços postais madeirenses estavam dependentes dos transportes marítimos que levavam e traziam documentos do reino e do exterior. Havia casos, como em 1609, em que se reclamava contra os arrais ou a tripulação dos barcos que “não dava as cartas às pessoas para quem se mandavam, antes as botava ao mar” (VERÍSSIMO, 2000, 191). A Madeira só passou a ter um serviço postal por volta de 1662, até à extinção do posto de correio-mor em 1798, por D. Maria I, que integrou o serviço na esfera da Coroa. Mais tarde, a port. de 24 de abril de 1838 deliberou a integração dos correios das províncias dos Açores e da Madeira na Administração Geral dos Correios, devido aos problemas “não só do extravio de cartas nas referidas Províncias [que] habitualmente se pratica com escandalosa infração das Leis, mas também da irregularidade com que tem sido administrado um grande numero dos sobreditos Correios” (*Collecção Oficial...*, 1838).

A produção documental, tanto por entidades civis como religiosas, públicas ou privadas, contrariamente aos arquivos de natureza pessoal ou familiar, obedecia normalmente a regras próprias, através dos estatutos, das normas, da legislação e dos códigos de conduta, que, direta ou indiretamente, apontavam medidas para a boa governança dos arquivos. Além dos exemplos atrás expostos, as *Ordenações Afonsinas*, *Manuelinas* e *Filipinas* determinavam em que suporte se deveria materializar a informação e quem tinha competência para atribuir fé pública aos documentos. Do ponto de vista institucional, a Torre do Tombo, que servia à administração régia e às organizações mais antigas em funcionamento em Portugal, dispôs de um *corpus* regulamentar significativo a partir do séc. XVII. Os diversos regimes políticos e as respetivas constituições nunca deixaram

de mencionar os arquivos como repositórios fundamentais da administração e da soberania nacional.

Dada a diversa proveniência dos arquivos produzidos em contexto insular, é necessário estabelecer uma delimitação por tipologias (*e.g.*, administração central e local, arquivos familiares, arquivos eclesiásticos) e contextos de produção. Daremos realce às políticas de gestão dos arquivos em instituições madeirenses, desde as séries mais representativas a mecanismos de acesso à informação, políticas de conservação e vicissitudes custodiais. Passemos a caracterizar os conjuntos de arquivos destas entidades:

Arquivos da administração local

Os arquivos da administração local na Madeira surgem com a elevação dos concelhos do Funchal, de Machico e do Porto Santo a sedes de capitánias, em meados do séc. xv, através de cartas de foral. Foram várias as transformações que se operaram ao longo dos séculos na organização dos concelhos do arquipélago, seja por via de anexações ou de desmembramentos.

O arquivo da Câmara Municipal do Funchal (CMF) constitui um dos conjuntos documentais mais antigos do espaço atlântico e dos mais representativos da história do arquipélago. Entre 1485 e 1492, aquando da construção do edifício camarário no Funchal, foi integrado o paço dos tabeliães. As condições logísticas terão favorecido a concentração de arcas de escrituras que se encontravam dispersas no domicílio dos vereadores e tabeliães. O armazenamento de documentos em arcas de escrituras estava sob responsabilidade dos escrivães da Câmara por motivos de segurança; aqueles custodiavam uma das chaves do local onde se guardavam “Forais, Tombos, e Privilégios, e outras Escrituras” e o “Escrivão não consentirá, que coisa alguma das sobreditas, que na dita arca estiverem, se tirem fora dela para nenhuma parte” (*Ordenações Manuelinas*, 2002, pt. 1, 52, 7). Entre os primeiros profissionais que exerceram esta atividade, na Madeira,

contam-se Afonso Eanes, Gonçalo Eanes, Rui Gomes e Lourenço Vaz.

Com o crescimento populacional e a criação de novas estruturas administrativas, o controlo informacional complexificava-se, o que trazia problemas de organização e de acesso à informação. Entre as principais iniciativas de salvaguarda de documentos no arquipélago, Diogo Taveira, nomeado por D. Manuel I a 20 de fevereiro de 1516 para exercer como corregedor da ilha da Madeira e no Porto Santo, detetou na CMF “grande disformidade de papéis E cartas E privilégios muitos por antiguidade rotos E mal tratados” (MELO, 1972, 4). Por conseguinte, dentro do espírito de migração massiva de conteúdos mandada por D. Manuel I, conhecida como *Leitura Nova*, coube ao copista beneditino Fr. Diogo de Medina, entre outubro de 1517 e 31 de março de 1518, organizar e transcrever documentos do séc. xv que formaram o tomo 1.º do Registo Geral da CMF. A produção de treslados e índices não teve continuidade; só encontraremos semelhante iniciativa em finais do séc. xviii, *e.g.*, com o guarda-livros António José de Jesus Lamedo, autor do *Inventário dos Livros e Alfayas Que Se Achão na Camera desta Cidade do Funchal* (1768).

Ainda assim, algumas destas medidas não foram suficientes para fazer face à degradação dos seus arquivos. Em ata de 28 de agosto de 1632, os vereadores determinaram que “se tirassem uns livros e papéis muitos velhos que estavam em uma arca na casa de dentro por estar muito velha e esburacada e entravam os ratos nela e o tampo quebrado por onde lhe chovia” (COSTA, 1995, 14). Ao mesmo se assistiu em 1738, quando o corregedor Manuel Pedrosa da Veiga tomou conhecimento de que o arquivo camarário não tinha condições para “a conservação dos Livros e mais papéis dela”, ordenando que “à custa do concelho se preparasse a casa para isso determinada pondo-se na forma devida” (*Id., Ibid.*, 14). A perda ou fragmentação dos arquivos da CMF deve-se ao facto de não ter tido casa própria, com mudanças da localização ou manutenção em habitações particulares. Somente em 1883 a CMF fixou a sua sede no palácio do Conde de Carvalhal.

As tipologias documentais são tão diversas como as séries documentais, associadas às várias funções exercidas por uma câmara municipal, desde ordenamento jurídico, planeamento estratégico, administração do património e espaços públicos, até administração financeira, gestão da segurança pública, administração de pessoal, assistência social, saneamento básico, serviços mortuários, atividade eleitoral, registo civil e licenciamentos, só para referir alguns.

A maior parte dos arquivos municipais do arquipélago foi transmitida com várias lacunas, *e.g.*, da Câmara Municipal da Calheta, criada a 1 de julho de 1502, do qual só subsistiu documentação a partir do séc. XVIII. O registo geral, iniciado em 1760, possui alguns treslados do séc. XV. Da Câmara Municipal de Machico, subsistiu documentação a partir do séc. XVII. Na Câmara Municipal de Ponta do Sol, a verificação mais antiga data de 1595 e o registo geral de 1684; apesar de se constituir como um dos mais antigos conjuntos documentais fora do Funchal, o arquivo sofreu perdas documentais consideráveis em 1838, em 1870 e no séc. XX, causadas por instalações em condições precárias, por incêndio e, também, por destruição deliberada pelo executivo camarário. A documentação mais antiga da Câmara Municipal de Porto Santo data de inícios do séc. XVIII. A Câmara Municipal de Santa Cruz possui documentação que data do séc. XVI; no entanto, a maior parte do seu arquivo desapareceu: o registo geral mais antigo data de 1793 e subsistem fragmentos das vereações do séc. XVI. A Câmara Municipal de Santana, criada em 1835, possui documentação só a partir de 1869; grande parte da sua documentação foi consumida por um incêndio em 1948. A Câmara Municipal de Câmara de Lobos, criada em 1835, possui conjuntos documentais desde o início da verificação. A Câmara Municipal de Porto Moniz, criada em 1835, apenas possui documentação a partir de 1866. A Câmara Municipal de São Vicente, instituída em 1744, tinha um arquivo que foi destruído por um tumulto popular a 12 de abril de 1868. A última entidade criada foi a Câmara Municipal da Ribeira Brava, concelho criado pela lei n.º 154, de 6 de maio de

1914, e aldeia elevada a vila a 26 de maio de 1928; a Revolta do Leite, de 1936, levou a que os populares tivessem destruído grande parte do arquivo.

Como se pode verificar, apesar das lacunas, as câmaras municipais já dispunham de regulamentação dos seus arquivos, geralmente sob a responsabilidade de escrivães e de secretários, como atesta o art. 176 do *Código Administrativo* de 1842, e o n.º 5.º do art. 109 da lei de 4 de maio de 1896. Infelizmente, ou não existe documentação produzida pelas estruturas da administração local, como juntas de paróquias, regedorias e juntas de freguesia, ou carecem de reanálise nos inventários disponíveis sobre as câmaras municipais.

Arquivos da administração central desconcentrada e/ou descentralizada no arquipélago

Os fundos documentais da administração central produzidos e acumulados no contexto do arquipélago da Madeira foram, na sua maioria, depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM). O conjunto documental transferido para o ANTT foi-o na segunda metade do séc. XIX, como mais à frente explanaremos. A documentação constante do ABM só foi incorporada a partir da criação do Arquivo Distrital do Funchal (ADF), em 1931.

Do conjunto de instituições do Antigo Regime no arquipélago, da Alfândega do Funchal, criada em 1477, apenas sobreviveu documentação a partir do séc. XVII, depositada no ANTT, com datas extremas de 1620 a 1834, num total de 475 unidades de instalação (UI); no ABM, com datas extremas de 1650 a 2000, com 10.598 UI. Este fundo possui relações estreitas com outros conjuntos documentais custodiados no ANTT, como o Conselho da Fazenda, Contos de Lisboa/Contos do Reino e Casa, Contas da ilha da Madeira, Erário Régio e Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal. Quanto à Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, criada em 1508, este arquivo

foi disperso entre o ANTT (documentos produzidos entre 1569 a 1834, com 1397 UI) e o ABM (com datas extremas de 1549 a 1834, com 26 UI). A parte remanescente deste fundo foi encontrada no Governo civil do Funchal em 1959, sendo depositada no ABM. Subsiste um livro de índices, o *Índice do Registo da Provedoria da Real Fazenda do Funchal*, que foi depositado na Biblioteca Nacional de Portugal, e uma cópia no ABM. No caso do arquivo do Governo dos Capitães Gerais, instituído em 1582, apenas se dispõe de documentação a partir do séc. XVII. Contudo, uma parte fundamental dos sécs. XVI, XVII e XVIII foi mandada destruir em 1890 pelo secretário-geral do Governo civil, Curado Campos, ou acabou na posse de particulares. Apenas subsistiram 117 UI, com datas extremas de 1683 a 1834, que foram depositadas no ABM, e 1 livro no ANTT, integrado no fundo Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal.

Com a consolidação da Monarquia Constitucional, foram instituídos por lei de 18 de julho de 1835 os governos civis, que eram órgãos da administração pública que representavam o Governo central em cada distrito. As competências do Governo civil, delimitadas inicialmente pelo *Código Administrativo* de 1842, eram de superintendência sobre toda a administração pública da jurisdição territorial onde se exercia. O governador civil, de acordo com o art. 243 da lei de 4 de maio de 1896, “é o superior magistrado administrativo do distrito e imediato representante do governo, competindo-lhe o direito de regular todo o serviço administrativo na área da sua circunscrição”. Devido ao seu âmbito de atuação, o Governo civil do distrito do Funchal, que sucedeu à prefeitura da província, acumulou extensa documentação desde o séc. XVIII até 1976, que poderá ascender a cerca de 4400 UI.

Por seu turno, a Junta Geral do Distrito do Funchal (JGDF), criada pelo dec. de 18 de julho de 1835, tinha funções de natureza consultiva e deliberativa, cabendo ao Governo civil do distrito do Funchal a sua execução, conforme parágrafo 16.º, do art. 7.º do dec. de 18 de julho de 1835. A documentação da JGDF

esteve sob custódia do Governo civil: “O arquivo da Junta é cometido à guarda do Governo Civil”, conforme art. 206 do Código Administrativo de 1842. Apesar da extinção por dec. de 6 de agosto de 1892, a JGDF foi reestabelecida pelo dec. de 8 de agosto de 1901, com autonomia administrativa, e a sua estrutura adquiriu maior clareza com a promulgação do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes (aprovado pelo dec.-lei n.º 30.214, de 22 de dezembro de 1939), até ser extinta em outubro de 1976. Das 3266 UI depositadas no ABM, a documentação mais antiga deste corpo administrativo data de 1887, com maior predominância a partir de 1902.

Outra estrutura da administração central são as repartições da Fazenda Pública na Madeira, instituídas por dec. de 16 de maio de 1832. O dec. de 12 de dezembro de 1842 extinguiu as Contadorias de Fazenda e as repartições concelhias da Fazenda foram criadas através do dec. de 10 de novembro 1849. Infelizmente, a documentação das repartições de Finanças e das tesourarias da Fazenda Pública de cada concelho produzida no séc. XIX é residual.

Por dec. de 18 de julho 1835, criou-se outra unidade administrativa, as administrações dos concelhos. Trata-se de uma estrutura distinta da câmara municipal, uma vez que representava os interesses do Estado no espaço concelhio, sob a figura do administrador do concelho. A documentação destas entidades veio a integrar os arquivos camarários, uma vez que o dec. n.º 14.812, de 31 de dezembro de 1927, aglutinou o administrador do concelho na comissão executiva e os arquivos passaram a ser geridos nas secções administrativas da câmara municipal.

Sobre os estabelecimentos de ensino, apenas foram depositados no ABM fundos dos sécs. XIX e XX. Os arquivos das escolas primárias não tiveram registos sistemáticos antes do séc. XIX, sendo possível encontrar informação dispersa em outros fundos. O Liceu Jaime Moniz, depois Escola Secundária de Jaime Moniz, foi instituído por via do dec. de 17 de novembro de 1836, com documentação datada desde 1837, em 1294 UI. Do mesmo período, a

Escola Médico-Cirúrgica do Funchal foi criada pelo dec. de 29 de dezembro de 1836, instalada no Hospital S.^{ta} Isabel, da Santa Casa da Misericórdia do Funchal (SCMF), e extinta por dec. de 11 de novembro de 1910. Contém documentos produzidos no âmbito da organização e da administração, do expediente, da administração de pessoal, dos recursos financeiros e patrimoniais, da atividade pedagógica, incluindo a biblioteca, com informação datada entre 1802 a 1945, distribuída por 13 UI. A Escola Industrial e Comercial do Funchal, anteriormente Escola de Desenho Industrial Josefa de Óbidos, instituída a 10 de janeiro de 1889, possui documentação desde a data de fundação. Da inspeção de estabelecimentos educativos do arquipélago, refira-se a Inspeção do Círculo Escolar do Funchal, com documentação entre 1882 e 1940, repartida em 123 UI.

Administração judicial, militar e segurança pública

Do conjunto de arquivos judiciais da esfera civil incorporados no ADF a partir de 1932, refira-se o Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas (sécs. xv a xix, com cerca de 302 UI depositadas no ABM). Esta entidade tinha como atribuições fazer cumprir disposições testamentárias, prover sobre capelas, hospitais, albergarias e confrarias, atribuindo-se-lhe também a fiscalização de toda a matéria respeitante aos órfãos. Este organismo foi extinto pelo dec. de 16 de maio de 1832 e grande parte da documentação foi custodiada pela Misericórdia do Funchal, segundo o dec. de 7 de agosto de 1834. Quanto ao arquivo do Juízo dos Órfãos, que se estende desde o séc. xvi até ao séc. xix, e que ascende às 213 UI, a sua organização ainda aguardava, em 2018, um instrumento de pesquisa. No caso do Juízo Geral de Fora e dos tribunais de comarca – estes criados em 1838 como comarcas ocidental e oriental e depois comarcas do Funchal, de Santa Cruz, da Ponta do Sol e de São Vicente, estas somente instaladas em 1876 –, foi preservada documentação dos sécs. xvii a xx. A documentação produzida no séc. xvi desapareceu. O incêndio de

janeiro de 1947 no palácio de S. Pedro destruiu parte considerável deste fundo, afetando consideravelmente a sua estrutura e organização.

Dos arquivos das entidades responsáveis pelo policiamento e a segurança pública, apenas foi depositada no ABM a documentação da Polícia de Segurança Pública, com documentação datada de 1846 a 1946, que ascende a 111 UI. No que respeita à atividade militar no arquipélago, apenas foi depositada documentação no Arquivo Histórico Militar: procedente do governo dos capitães generais, refira-se o fundo Governo da Ilha da Madeira e Porto Santo, dispondo de 8 UI datadas de 1800 a 1834; contém registos de patentes dos militares em serviço nas ilhas da Madeira e do Porto Santo e registo de reformas de patentes; da 1.^a Bateria Destacada no Funchal, criada pelo dec. de 13 de janeiro de 1837, com quartel no Funchal, subsistiram 5 UI de copiadores de correspondência de 1838 a 1847, e da Companhia de Artilharia de Guarnição da Ilha da Madeira, criada por dec. de 23 de julho de 1864, 7 UI, datadas de 1864 a 1868, contendo correspondência expedida, ordens e atas.

Arquivos notariais

A partir do séc. xv, e à medida que a população se dispersava pelo arquipélago, deixaram de existir amanuenses nas principais localidades. Tal realidade impossibilitava a deslocação dos indivíduos, sempre que necessário, ao Funchal. Em 10 de setembro de 1500, *e.g.*, D. Manuel I autorizou Pedro Eanes Preto, que era “tabelião do judicial” da Ponta do Sol, a acumular funções de “tabelião das notas”, com autoridade para redigir e validar testamentos “sendo feitos segundo forma de nossas ordenações” (MELO, 1972, sec. 243).

Sobre os arquivos notariais, apenas subsistiram fragmentos ou séries muito incompletas dos sécs. xvi, xvii e xviii, procedentes de cartórios de Ribeira Brava, Ponta do Sol e Funchal. Só a partir de 1725, e até ao séc. xx, é possível dispor de séries mais completas. Os profissionais destas entidades, notários ou tabeliães, enquanto oficiais públicos, tinham a sua profissão regulada nas *Ordenações Afonsinas*,

Manuelinas e Filipinas, perdurando essa regulação até ao séc. XIX, à reforma do notariado de 1899. Subsistiram séries documentais como índices e averbamentos diários, livros de notas e de escrituras diversas e livros de testamentos públicos dos diversos cartórios de cada concelho, incluindo os extintos julgados.

Arquivos empresariais e bancários

Entre as entidades coletivas de direito privado, estão os arquivos empresariais e das casas bancárias. Sobre a atividade empresarial na Madeira e no Porto Santo, há conjuntos documentais, de diversidade apreciável, dos principais sectores da economia insular: açúcar, vinho, bordados e turismo.

No ABM, foi depositado o pequeno fundo da firma Jesus Maria Jozeph, criada no séc. XVIII por António Vieira de Afonseca, subsistindo apenas um livro de contas correntes e papéis avulsos datado de 1706 a 1732. O arquivo do Engenho Hinton é dos conjuntos documentais mais relevantes sobre a industrialização do açúcar e da aguardente sacarina, com informação datada de entre 1856 e 1922. O fundo Perestrellos Photographos constitui um dos arquivos das primeiras casas fotográficas do país, com documentação produzida entre 1852 e 1978, com mais de 400.000 negativos, a maioria em suporte de vidro, procedente do Photographia – Museu Vicentes. Sobre a produção e comercialização do vinho Madeira, deve-se realçar o fundo Cossart Gordon and Company, com uma extensão de 212 UI de documentos produzidos entre 1749 e 1925, custodiado pelo Arquivo Metropolitano de Londres. No caso de casas bancárias na Madeira, a Agência do Banco de Portugal no Funchal foi instituída em 1875, sob a gerência de João José Rodrigues Leitão, e o seu espólio foi depositado no Arquivo Histórico do Banco de Portugal, em Lisboa, com cerca de 13,73 m lineares. Desconhece-se o destino do arquivo do Banco Comercial do Funchal, criado a 1 de junho de 1874 e extinto em 1887.

Arquivos de família e pessoais

No caso dos arquivos de família e pessoais, de natureza privada, conservaram-se documentos

das classes sociais mais possidentes e fundos ou coleções pessoais. Por falta de espaço, apenas realçaremos, a título exemplificativo, os conjuntos documentais mais representativos.

O arquivo da família Bettencourt Mimoso constitui um conjunto documental de apenas 137 documentos, depositados no ABM, com uma extensão cronológica de 1544 a 1948. O conjunto documental remonta à vinda para a Madeira, em 1509, do florentino Simão Acciaiuoli responsável pela ereção do capítulo velho do Convento de S. Francisco e detentor de casas de engenho de açúcar. O arquivo desta família está associado à administração do morgadio criado pelos Acciaiuoli e aos laços familiares com a nobreza madeirense, ligada ao 1.º visconde da Casa Branca, Alexandre César Mimoso.

O conjunto documental do arquivo da família Freitas Lomelino remonta ao séc. XVI, com cerca de 19 UI depositadas no ABM. Urbano Lomelino, mercador genovês, foi para a Madeira na segunda metade do séc. XV, começando a deter propriedades em Santana em 1503. Em 1518, mandou erigir o Convento de N.ª Sr.ª da Piedade, em Santa Cruz. Subsistiu variada tipologia documental, relativamente a bens e à administração da propriedade, designadamente aforamentos e arrendamentos de terras, cartas de partilha, sentenças, testamentos, escrituras de vendas, genealogias, correspondência particular e aforamentos de terras em Ponta Delgada, São Vicente e Boaventura, Madalena do Mar e Canhas. A família Lomelino possui vínculos familiares com os Esmeraldos Henriques, proprietários da Qt. das Cruzes, e com os morgados da Madalena do Mar. O núcleo documental deverá ter sido repartido com os sucessores dos viscondes de Geraz do Lima.

O fundo da família Ornelas Vasconcelos, com uma extensão cronológica entre 1514 e 1926, com cerca de 3000 documentos (41 UI), é um dos mais amplos cartórios privados que foram depositados no ABM. Possui documentação sobre a instituição do morgadio do Caniço, da capela de S.º António da Sé do Funchal e do jazigo de família, bem como do palácio dos Ornelas, administradores de vínculos de

morgadios e capelas, entre várias propriedades. Possui núcleos documentais pessoais do 14.º morgado do Caniço, Agostinho de Ornelas de Vasconcelos Esmeraldo Rolim de Moura (1836-1901), e de D. Aires de Ornelas de Vasconcelos, arcebispo de Goa e Primaz do Oriente (1837-1880).

Do arquivo da família Bettencourt Perestrello constam somente 3 UI, com uma extensão cronológica de 1688 a 1916. Este fundo está relacionado com os descendentes do capitão da ilha do Porto Santo, Diogo Bettencourt Perestrello. Trata-se de uma família ligada ao Porto Santo e ao Estreito da Calheta, onde possuiu vastas propriedades. Há diversa tipologia documental, desde testamentos a correspondência particular, cartas de partilha, genealogias e escrituras.

A família Torre Bela tem a sua ligação aos morgados da Torre de Câmara de Lobos e estreitos vínculos com a nobreza insular. A extensão da documentação é de 26 UI, com datas extremas entre os sécs. XVI e XIX, não dispondo de instrumento de descrição. Refira-se que o acervo do visconde de Torre Bela foi depositado no Arquivo Nacional do Brasil.

Sobre famílias estrangeiras que viveram na Madeira, foi depositada no Reino Unido, no Lambeth Archives, uma parte substancial sobre a família Phelps, designadamente correspondência e diários pessoais, com uma extensão cronológica de 1795 e 1939.

Entre os fundos e as coleções produzidas e acumuladas por personalidades, refira-se os

espólios de escritores como António Feliciano Rodrigues (Castilho) (1870-1925) e o Visconde do Porto da Cruz, este integrando documentação da família Freitas Branco, com uma dimensão cronológica de 1771 a 1961 e

1 UI (88 documentos). O espólio de Josefina Trindade Silva (1854) consiste apenas em correspondência sobre um contrato de arrendamento, depositada no ABM. Entre os acervos pessoais do séc. XIX, é de referir a documentação produzida por fotógrafos, nacionais e estrangeiros, como Alexander Lamont Henderson (1838-1907) e Aloísio César de Bettencourt (1838-1895).

Arquivos eclesiais

No que diz respeito à presença de comunidades religiosas no arquipélago, a Ordem dos Frades Menores e a Ordem de Cristo figuram entre as primeiras. A Igreja Católica assumiu, desde os primeiros tempos do povoamento, várias responsabilidades no âmbito da administração civil, militar, judicial, educativa, assistencial e económica. Lamentavelmente, não se dispõe de documentação coeva destas ordens religiosas. O sistema de arquivos eclesiais estrutura-se em arquivos paroquiais, diocesanos (cabido, mitra, câmara eclesiástica, secretaria e tribunal) e monásticos (ordens, congregações, ordens militares e institutos religiosos). A estruturação do sistema de arquivos da Igreja Católica surge codificada desde o *Corpus Iuris Canonici* de 1582, mas as regras tornaram-se mais explícitas com o *Código de Direito Canónico* de 1917.

A criação das primeiras paróquias no arquipélago ter-se-á realizado entre 1433 e 1514, possivelmente sob a alçada da Ordem de Cristo, vinculada ao vicariato de Tomar. A ereção de paróquias na Madeira e no Porto Santo, desde a primeira metade do séc. XV até ao Liberalismo, confundia-se com a criação de freguesias. Os cartórios paroquiais somente tiveram estrutura a partir de 1538, não se possuindo documentação do séc. XV. A título de exemplo, o arquivo paroquial da igreja de N.ª Sr.ª do Calhau, mandada erigir pelo infante D. Henrique no ano de 1438, possivelmente um dos cartórios paroquiais mais antigos da ilha da Madeira, desapareceu com as aluviões, com maior impacto em 1803. Entre as hipóteses que estarão na origem da estruturação dos arquivos eclesiais no arquipélago estão, por um lado, a



Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos. Instrumentos Descritivos (1998).

criação da jurisdição eclesiástica da Diocese do Funchal, a 12 de junho de 1514, através da bula *Pro Excellentia Praeeminentia* do Papa Leão X, e, por outro lado, a delegação eclesiástica enviada ao arquipélago pelo arcebispo do Funchal, D. Martinho de Portugal em 1538.

Os cartórios paroquiais insulares contêm informação sobre a administração dos sacramentos, como o batismo e o casamento, entre outros registos, como óbitos, comunhões, confissões, róis de desobriga e de crismados, capítulos de visitasões, testamentos, inventários de alfaias e bens, receitas e despesas, provimentos. As paróquias ficaram obrigadas, após o Concílio de Trento (1545-1563), a registar os batismos, casamentos e óbitos. Entre os registos paroquiais pré-tridentinos na Madeira, refira-se as paróquias da Sé (1538), da Calheta (1539), de Santa Cruz (1539), da Ribeira Brava (1539), do Caniço (1539) e de Gaula (1541).

No séc. XVIII, algumas paróquias encetaram a produção de cópias devido ao mau estado de conservação dos códices que estavam sob a sua custódia. Contudo, houve necessidade de secularizar o registo civil, processo concretizado pelo dec. de 19 de agosto de 1859, com a prescrição de um modelo de registo paroquial, por port. de 8 de outubro de 1859. Depois de o Estado ter desistido desta tarefa em 1878, só retomou o registo civil com a implantação da República, através da promulgação do *Código de Registo Civil*, aprovado por dec. de 9 de junho 1915. Este diploma estipulou aos párocos que “os livros do registo paroquial anteriormente autorizado pelo Estado, existentes presente-mente nas camaras eclesiásticas, serão transferidos, no prazo máximo de três meses [...], mediante inventário e autor de entrega, dos atuais arquivos para os dos competentes conservadores do registo civil, ou provisoriamente para os dos governos civis” (*Diário do Governo*, 20 fev. 1911, art. 13, 653-654). Esta decisão gerou muitos conflitos com os párocos e o clima de crispação recrudescceu com a criação da rede nacional de arquivos distritais, em 1931.

Relativamente aos arquivos diocesanos, um dos mais antigos é o do cabido da Sé do Funchal, maioritariamente depositado no ANTT e

parte no Arquivo Histórico Diocesano do Funchal (AHDF), com documentação desde 1460 até 1887, com um total de cerca de 82 UI (cerca de 1300 documentos). Constatam-se diversas séries, estruturadas em livros e maços, referentes a acórdãos e resoluções do cabido, audiências, livros de cantochão, receita e despesa, foros e obrigações, registos de crismados e de profissões de fé, visitasões do cabido, livros diversos manuscritos, documentos relativos ao arqui-vo, bulas, cartas de partilha, testamentos, documentos não agrupados. No tomo do Cabido da Sé, depositado no AHDF e no ANTT, a organização do arquivo da diocese partiu do bispo do Funchal, D. Luís de Figueiredo de Lemos, que tinha conhecimento de que “eram perdidos do cartório da nossa Sé as bulas da criação do Bispado e outros papéis e provisões muito importantes” (COSTA, 1994). A incumbência de compilar em livro de tomo coube ao Cón. Gaspar Nunes, em 1589, que copiou documentação datada desde o séc. XV. Sobre-veiu informação sobre a gestão dos arquivos da diocese, como *Inventário de Livros e Documentos Existentes no Cartório da Sé* (1589-1591); *Título do Cartório e do Secretário do Cabido da Sé do Funchal* e *Apontamentos sobre os Maços do Arquivo da Sé do Funchal*.

É nas *Constituições Sinodais do Bispado do Funchal* (1585), publicadas por D. Jerónimo Barreto, e no *Regimento dos Auditórios Eclesiásticos do Bispado do Funchal* (1589), dado por D. Luís de Figueiredo de Lemos, que se podem encontrar orientações precisas sobre procedimentos para a gestão de documentos, desde a caracterização das tipologias documentais, passando pelo controlo de tramitação aos mais diversos níveis de decisão da hierarquia eclesiástica, até aos suportes de informação, mecanismos de conservação preventiva, segurança e controlo de acessos e, ainda, responsabilização dos detentores. Dos conjuntos documentais diocesanos procedentes da cúria diocesana e do Seminário Diocesano (sécs. XVIII-XIX), parte foi depositada no AHDF, ficando acessível no ABM através de microfímes. Do fundo diocesano da câmara eclesiástica, apenas foram identificados os mandados de dispensas matrimoniais e

respetivos emolumentos (1835-1839) e as matrículas de estudantes de Geometria, Filosofia, Retórica, Latinidades e Gramática (1801-1803), depositados no ABM.

Da parte do tribunal privativo da Diocese, o Juízo do Resíduo Eclesiástico, sobreviveram somente 283 UI, com documentação dos sécs. xvii a xix, conservada em microfilmes no ABM. Igualmente integrado no arquivo diocesano foi o fundo Recolhimento do Bom Jesus da Ribeira, fundado pelo arcediogo e deão da Sé do Funchal, Simão Gonçalves Cidrão, por volta de 1660, destinado a recolhimento feminino. Este fundo foi repartido entre o ABM (41 UI, com datas de 1662 a 1934) e o AHDF (106 UI, do séc. xvii a 1879).

A Ordem dos Frades Menores ou Franciscanos foi a primeira a estabelecer-se na Madeira e uma das ordens religiosas que mais gerou comunidades no arquipélago. No conjunto dos conventos masculinos, da província de Portugal, destaca-se o Convento de S. Francisco do Funchal, que se estabeleceu possivelmente desde inícios do povoamento, mas que só em 1473 teve casa, fundada por Luís Álvares da Costa e por seu filho Francisco Álvares da Costa. Sobreviveu documentação apenas dos sécs. xviii e xix, não mais do que 7 UI, depositadas na totalidade pelo ANTT. Da mesma ordem, do Convento de S. Bernardino de Câmara de Lobos, fundado em 1459, sobreviveu documentação repartida entre o ANTT (com datas de 1792 até 1825, com 4 UI) e o ABM (com datas de 1783 até 1832, 5 UI). Ainda da mesma ordem, do Convento de N.^a Sr.^a da Piedade de Santa Cruz, mandado edificar pelo genovês Urbano Lomelino em 1518, sobreviveu documentação repartida entre o ABM (1705-1710, 1 UI) e o ANTT (com datas de 1772 até 1776, 1 UI). Do Convento de S. Sebastião da Calheta, erigido num terreno pertencente a Pedro Bettencourt de Atouguia, não sobreviveram mais do que 4 UI, com documentação entre 1674 e 1811. O espólio arquivístico sobrevivente do Hospício de N.^a Sr.^a da Porciúncula da Ribeira Brava foi depositado na totalidade no ANTT (com datas de 1736 até 1809, 3 UI).

Desconhece-se o destino do cartório da Companhia de Jesus no Funchal, exceto as diligências desencadeadas pelo governador e Cap.-Gen. José Corrêa de Sá, ao comunicar ao marquês de Pombal, em carta de 2 de junho de 1759, o processo de apreensão e destino do património: “ordenei, que sem demora entrando no mesmo colégio fizesse apreensão dos livros pertencentes à sua economia e procedesse à um sequestro geral em todos os bens [...] a porem em segurança tudo o que lhe pertence fazendo inventário, e depósito em poder das pessoas mais abonadas que houvesse naquelas vizinhanças” (AHU, Conselho Ultramarino, cx. 1, doc. 164). As bibliotecas (ou, como se designavam, livrarias) do Colégio de S. João Evangelista do Funchal e dos conventos foram igualmente apreendidas, dispersas, destruídas ou mantidas durante muito tempo esquecidas nos depósitos, subsistindo apenas catálogos que apontam para a incomensurável riqueza das bibliotecas eclesiásticas da Madeira. Os inventários resultantes do processo de extinção da Companhia de Jesus no Funchal foram depositados na Junta da Inconfidência do Erário Régio, entregue ao Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, fundo do Ministério das Finanças.

Dos conventos masculinos franciscanos, sobreviveram processos de inventário produzidos para a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda sobre bens dos Conventos de S. Francisco do Funchal, de S. Bernardino e de S. Sebastião, produzidos em 1834, integrados no fundo Ministério das Finanças, depositado no ANTT. Desconhece-se a dimensão do cartório do Hospício de N.^a Sr.^a do Carmo do Funchal, fundado em 1656, comunidade que professava a Ordem Terceira do Carmo.

Entre os cartórios dos conventos femininos, não só entre os mais extensos em volume e dimensão cronológica como também dos mais importantes para a história insular, estão o Convento de S.^{ta} Clara do Funchal e o Convento de N.^a Sr.^a da Encarnação, ambos da Ordem de S.^{ta} Clara, e o Convento de N.^a Sr.^a das Mercês, professando a Ordem das Irmãs Clarissas Capuchinhas. Estes arquivos revestem-se

de particular interesse pelo facto de evidenciar uma dimensão da cultura escrita de autoria feminina.

O Convento de S.^{ta} Clara do Funchal, fundado pelo segundo capitão do donatário, João Gonçalves da Câmara (1414-1501), e autorizado pela bula *Eximiae Devotionis Affectus*, datada de 4 de maio de 1476, de Sisto IV, é o mais antigo cenóbio feminino do arquipélago. O seu cartório integra documentação da atividade de João Gonçalves Zarco e do próprio Convento. O fundo estende-se cronologicamente entre 1447 e 1900, tendo sido repartido entre o ANTT (144 UI) e o ABM (14 UI). O Convento encerrou com o falecimento da Ir. Maria Amália do Patrocínio, última abadessa, em novembro de 1890. Uma parte significativa da documentação produzida foi realizada por escritãs, que tinham, conforme os seus estatutos, a responsabilidade de escrituração de propriedades, registos e tombos de fazendas, receitas e despesas, que deviam ser aprovadas pelo custódio provincial, dotes, autos de perguntas às noviças, obrigações de capelas e copiadores de correspondência. Entre as escritãs do Convento do séc. XVIII, merecem realce as madres Jacinta de Santa Rosa, Antónia Rosa de Viterbo, Joana Teresa da Glória, Carlota Matilde da Conceição e Bibiana Narcisa do Lado.

O Convento de N.^a Sr.^a da Encarnação, fundado por Henrique Calaça de Viveiros, cônego da Sé do Funchal, teve o seu início como recolhimento de S.^{ta} Teresa de Jesus, tendo as recolhidas professado a Ordem Terceira do Carmo desde 1652. Na Biblioteca da Ajuda foi depositada uma biografia, da autoria de João Ribeiro, SJ (1636-1705), intitulada *Vida da Serva de Deus, Maria da Encarnação, Nascida no Funchal em 1613 Recolhida no Mosteiro da Encarnação do Funchal* (cód. ms. av. 54-V-24), que contém uma compilação de 70 cartas particulares escritas pela serva de Deus Maria da Encarnação (1613-1653) aos seus confessores entre 1649 e 1653 e validadas notarialmente. O recolhimento converteu-se em mosteiro de Clarissas por breve do Papa Inocêncio X de 16 de novembro de 1651 e extinguiu-se com o falecimento da última religiosa, M.^c Vicência Violante do Céu, a 20 de

abril de 1890, conforme estipulado em decreto e instruções de 31 de maio de 1862, do Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. O arquivo deste Convento foi repartido entre o ANTT (48 UI) e o ABM (35 UI), contendo séries como tombos de fundação, eleições de abadessas, autos de perguntas às noviças, óbitos, tombos de escrituras, livros da presidência, cobranças de juros, foros e rendas e registos de receita e despesa. Entre as escritãs do Convento, realce para as madres Teresa de Jesus, Felisberta Cândida de S. Bernardo, Mariana de S.^{ta} Teresa, Mariana da Paixão, Carlota Matilde da Conceição e Emília Romana do Empírio.

O Convento de N.^a Sr.^a das Mercês iniciou a sua atividade como recolhimento em 1654, fundado por Gaspar Berenguer de Andrada e Isabel de França Andrade, senhores do morgadio do Lombo do Doutor na Calheta. Por alvará régio de 25 de agosto de 1661, e confirmado pelo Papa Alexandre VII em 17 de agosto de 1665, foi elevado a mosteiro. Foi extinto em 26 de março de 1895, por morte da última religiosa, a M.^c Ana Joaquina das Mercês. O cartório conventual encontra-se identificado no inventário do Governo civil do Funchal custodiado pelo ABM, contendo apenas 7 UI, com uma extensão cronológica entre 1664 e 1764, tendo uma parte remanescente sido depositada no AHDF, contendo a instituição e confirmação da Regra de S.^{ta} Clara, termos de eleições de abadessas, registos de óbitos das religiosas, registos de profissão de noviças e receitas e despesas. O inventário de extinção do convento do Ministério das Finanças refere a existência de uma pequena caixa de madeira com documentos, revelador de uma prática muito antiga, que terá subsistido até finais do séc. XIX.

Sobre a presença de outras confissões religiosas na Madeira, considere-se a Igreja Presbiteriana na Madeira, introduzida por Robert Reid Kalley (1809-1888), cuja correspondência (1841-1846) foi depositada no ABM, assim como a Church of the Holy and Undivided Trinity (ou Igreja Inglesa do Funchal), com os seus registos, que se iniciam em 1804 (3 UI), designadamente de batismo, casamento e óbitos das comunidades inglesas na Madeira.

Arquivos associativos, confrarias e misericórdias

Os cartórios das confrarias, irmandades e Misericórdias eram corporações confraternais de iniciativa laica. As confrarias e irmandades formaram-se normalmente em torno de capelas, igrejas e conventos; cada uma tinha o seu orago. Estas corporações tinham finalidades diversas, como a assistência espiritual e material, através de ações de caridade, orientação doutrinal dos fiéis, culto mortuário e outras práticas devocionais e piedosas. A sua atividade passou a ser, depois do Concílio de Trento, objeto de fiscalização, tanto por via eclesiástica como por via da administração régia. Lamentavelmente, não se dispõe de documentação anterior ao séc. XVII (exceto da Confraria do Santíssimo Sacramento, da paróquia de S. Bento da Ribeira Brava, onde se conservou um código do séc. XVI).

Os fundos das confrarias foram dispersos entre o ANTT, o ABM e o AHDF, incluindo os posteriores cartórios paroquiais, com documentação que escapou à política de centralização de documentos no ADF depois de 1931. As principais séries documentais consistem em compromissos, livros de receita e despesa, registos de entradas de irmãos, eleições, inventários de bens e processos de tomadas de contas do Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas. Os membros recrutados para as Misericórdias provinham de uma elite social possidente.

O cartório da SCMF é dos mais antigos e mais representativos das Misericórdias criadas no arquipélago. Possui uma dimensão cronológica entre 1477 e 1922 (761 UI) e foi depositado no ABM. Foi fundado por provisão régia de 18 de setembro de 1514, que entregou a capela e as rendas do Hospital, fundado por Pero Afonso em 1477, sob invocação de Santa Maria do Calhau, à Misericórdia do Funchal. A construção do Hospital de S.^{ta} Isabel e Misericórdia do Funchal no terreiro da Sé, iniciada em 1685, possibilitou a criação do Recolhimento de Órfãs (1726) e a instalação da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal (1836). A sua atividade vai da assistência às classes sociais mais desfavorecidas (órfãos,

viúvas, pobres, deficientes), até à saúde e ao auxílio dos presos e condenados pela justiça. Entre as séries documentais mais relevantes, refira-se os compromissos da SCMF, registo de alvarás, acórdãos da mesa, acórdãos da junta, livros da confraria, registos de eleições, registos de irmãos e eleições, termos de posse de irmãos, editais e anúncios, registos de ofícios e portarias, registos de ofícios recebidos, correspondência oficial recebida, registos de correspondência oficial expedida, copiadores de cartas, correspondência a particulares, correspondência inglesa, sentença cível, tombos, testamentos e doações, documentação sobre heranças, documentação sobre doações, documentos referentes aos bens da Santa Casa, inventários de bens e registo de requerimentos e despachos, entre outros.

Por sua vez, a Santa Casa da Misericórdia da Calheta, fundada em 1535, funcionou inicialmente como Hospital de S.^{to} André, criado por Rodrigo Enes. Foram depositados no ABM conjuntos documentais com datas extremas de 1535 a 1885 (35 UI), contendo compromissos e provisões régias, correspondência oficial recebida, correspondência oficial expedida, correspondência para particulares, tombos, inventários, testamentos e documentos relativos a vendas e foros.

A Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz, que existiu inicialmente como hospital dos pobres e confraria do Senhor Jesus, foi instituída na década de 1520. No ABM apenas foram depositados dois tombos de registos de escrituras, testamentos, sentenças e títulos de irmãos, datados de 1620 a 1817.

Quanto à Santa Casa da Misericórdia de Machico, fundada a 4 de julho de 1529, o seu acervo desapareceu possivelmente com a aluvião de 9 de outubro de 1803; subsistiu apenas um tomo no ABM, com datas de 1543 a 1560, que inclui registos de eleições, esmolos e defuntos, róis de irmãos e juramentos, contas tomadas aos provedores, receita e despesa da caixa, inventários de bens e um auto da Paixão representado na Misericórdia em 1551.

Em relação à Santa Casa da Misericórdia do Porto Santo, cuja data de fundação se ignora,

grande parte do seu cartório terá desaparecido com os ataques de corsários argelinos e franceses em 1556, 1616, 1667, 1690 e 1708. Eduardo C. N. Pereira efetuou uma relação dos documentos desta entidade encontrados no cartório paroquial de N.ª Sr.ª da Piedade do Porto Santo: um inventário de bens móveis (1773), uma relação de livros e papéis avulsos (1859), uma pauta de foros pagos e um mapa de bens móveis e imóveis (1854). Subsistiu somente um livro do séc. XIX, depositado no ABM.

Além das corporações confraternais, surgiram associações com fins distintos, de carácter humanitário, assistencial ou profissional. A partir da segunda metade do séc. XIX até à primeira metade do século seguinte, foram conservados conjuntos documentais relativos à Associação do Coração de Jesus (1878-1887), à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Funchal (1889-1953), à Associação de Socorros Mútuos na Inabilidade Feminista da Madeira D. Filipa de Vilhena (1919-1947), à Associação de Socorros Mútuos O Futuro (1896-1947), à Associação de Socorros Mútuos Pedro Álvares Cabral (1917-1955) e à Associação de Socorros Mútuos dos Sapateiros Funchalenses (1896-1916), contendo, na sua maioria, atas de assembleia, correspondência, registos de quotas, registos de caixas, relatórios de contas e matrículas de associados. Sobre a atividade associativa de corpos militares, no ABM foi ainda depositado o fundo da Cooperativa da Guarnição Militar do Funchal (designada Sociedade Cooperativa dos Oficiais do Regimento de Caçadores n.º 12), com 24 UI, criada em 1892.

Arquivos de legações consulares

O arquipélago da Madeira, como região turística, proporcionou a presença de delegações consulares, cujos documentos foram depositados nos arquivos nacionais de cada país. Conservam-se cópias de registos vitais do consulado britânico, cujos originais foram destruídos na aluvião de 9 de outubro de 1803. Refira-se o arquivo do vice-consulado da Suécia na Madeira (Konsulatarkiv Funchal), com documentação de 1840 a 1945, incluindo protocolos sobre declarações marítimas e outras

execuções, registos de navios e correspondência; na Alemanha, foi depositado no Arquivo Estatal de Hamburgo o vice-consulado de Hamburgo na Madeira (Hamburgisches Hanseatisches Vizekonsulat in Funchal), contendo minutas de atestados e protocolos sobre assuntos navais produzidos entre 1847 e 1865.

Conforme se pode verificar até aqui, a diversidade e dimensão dos arquivos são enormes. No entanto, a dispersão da documentação e as vicissitudes custodiais impediram manter a sua unicidade, integridade e permanência no território insular. Além da destruição (por mão humana ou por fenómenos naturais), nada foi mais impactante para o arquipélago da Madeira do que as transferências de bens documentais para Lisboa por força legal. Os bens dos conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares foram extintos por dec. de 30 de maio de 1834. Livrarias e cartórios conventuais, além de outros bens móveis, foram incorporados nos bens dos Próprios da Fazenda Nacional, com um processo logisticamente complexo e com consequências desastrosas.

A criação, em 1834, do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, convertido em Biblioteca Nacional em 1841, possibilitou a criação de bibliotecas municipais, como foi o caso do Funchal (1838), que beneficiou do acervo do Convento de S. Francisco e das remessas do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos. O vazio legal em torno dos cartórios conventuais extintos conduziu a que as repartições da Fazenda tivessem de executar a recolha e custódia. A obrigatoriedade de incorporar a documentação procedente de ordens religiosas extintas no ANTT surge com o dec. de 2 de outubro de 1862. É possível que os bens patrimoniais dos conventos masculinos fossem recolhidos pela repartição de Fazenda do Distrito do Funchal na segunda metade do séc. XIX. Sabe-se que, em 1864, a Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios da Fazenda criou um lugar de arquivista nos quadros da Repartição de Fazenda do Distrito do Funchal, com “240\$000 réis de ordenado”, pelo dec.-lei n.º 116, de 5 de julho de 1864. Com a criação da Inspeção-Geral das

Bibliotecas e Arquivos pelo dec. de 29 de dezembro de 1887, reforçou-se a política de centralização de bens culturais na metrópole.

A 9 de julho de 1886, por ofício do Ministério do Reino, foram atribuídas ao madeirense e conservador Roberto Augusto da Costa Campos ajudas de custo para coligir e fazer recolher os livros e documentos pertencentes a corporações religiosas existentes no cartório do Cabido da Sé do Funchal e da Repartição da Fazenda do Funchal. Apesar de muitos dos conjuntos documentais madeirenses terem sido transferidos ao abrigo da port. do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886, desconhece-se, contudo, o seu teor, dado que este diploma não consta nos índices do *Diário de Governo*. Ainda assim, a tarefa deu frutos: foi concretizada, a 24 de setembro de 1887, a incorporação da Alfândega do Funchal, da Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal (incluindo os conventos masculinos), dos conventos femininos e do Cabido da Sé do Funchal. Numa segunda fase, o conservador realizou nova transferência para o ANTT, desta vez recolhendo diretamente das abadessas dos Conventos de S.^{ta} Clara e N.^a Sr.^a da Encarnação grande parte do seu cartório, concretizado a 4 de novembro de 1886 e 21 de junho de 1894.

As críticas surgiram mais de duas décadas depois, quando os autores do *Elucidário Madeirense* informaram que os fundos se encontravam ainda “num *mare magnum* de milhares de códices e de documentos avulsos, sem ordem nem catalogação alguma, sendo hoje absolutamente impossível a sua consulta” (SILVA e MENESES, 1921, I, 387). Um século depois, tais fundos continuavam a ser objeto de disputa de custódia.

Do Arquivo Distrital do Funchal ao Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira

O panorama dos arquivos insulares descritos atrás caracteriza-se não só pela sua diversidade, mas também pela elevada dispersão, dentro e fora do arquipélago. Os arquivos encontravam-se na custódia dos seus produtores, para além das perdas documentais e fenómenos de

expatiação ou retirada do seu *habitat* natural. Este cenário foi radicalmente modificado a partir de 1931. Muito do que se conhece sobre os arquivos antes de 1931 deve-se ao trabalho realizado pelo ADF (depois ABM), que se constituiu naturalmente como um laboratório da historiografia insular. Esta transformação foi possível graças ao trabalho dos sucessivos diretores e das suas equipas. Existem dois momentos fundamentais: por um lado, a criação do ADF, em 1931 e, por outro, a transferência do ADF para a Região Autónoma da Madeira (RAM) em 1980 que levou à criação do Arquivo Regional da Madeira (ARM).

A experiência obtida com os arquivos distritais de Leiria (1916), Bragança (1916), Évora (1916) e Braga (1917) obrigou a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos (IGBA) a abandonar o programa de centralização massiva de bens documentais em Lisboa. Júlio Dantas justificou esta mudança de orientação com a inexistência de condições logísticas e humanas para concentrar bens culturais na metrópole e as “reclamações de carácter local, inspiradas no desenvolvimento do espírito regionalista” (DANTAS, 1932, 8). Foi neste contexto que surgiu o dec. n.º 19.952, de 27 de junho de 1931, que criou uma rede nacional de arquivos e bibliotecas públicas nas sedes de distrito. A proposta de criação de um arquivo histórico municipal no Funchal partiu de João Cabral do Nascimento (1897-1978) e Álvaro Manso de Sousa (1896-1953), que tinham encetado, em 1929, tarefas de levantamento do imenso arquivo da CMF, que se encontrava abandonado ao maior desleixo.

O ADF, não contemplado no dec. n.º 19.952, foi criado pela alínea i) do art. 10.º do dec. n.º 19.952 de 30 de julho de 1931. Este serviço da administração central desconcentrada foi regulado pelo dec. n.º 20.690, de 30 de dezembro de 1931; composta por um diretor, um conservador e um servente, a entidade ficou sob a dependência hierárquica e administrativa da IGBA, cabendo à Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal (JGDAF) suportar, na totalidade, as despesas de funcionamento do ADF. Inicialmente instalado no

palácio da Encarnação, numa das salas térreas da JGDAF, o ADF somente iniciou atividades em janeiro de 1932, com a nomeação de João Cabral do Nascimento como diretor e Álvaro Manso de Sousa como conservador. Houve, além disto, uma proposta de conversão da Biblioteca Municipal do Funchal e do Arquivo Distrital do Funchal em Biblioteca Pública e Arquivo Distrital do Funchal, que teve pareceres favoráveis da CMF e do ministro da Instrução em 1932. Com a mudança para o palácio de S. Pedro, concretizada em 1933, a fusão destas entidades, contudo, nunca chegou a realizar-se.

O ADF tinha como principal incumbência incorporar os fundos dispersos da sua área jurisdicional, designadamente cartórios paroquiais, cartórios notariais, o cartório da sé, colegiadas e cabidos, cartórios judiciais, núcleos documentais de mosteiros e corporações extintas existentes nas inspeções e repartições de Finanças, serviços extintos ou cessantes, corporações religiosas extintas em 1911, câmaras municipais, misericórdias, confrarias e irmandades, hospitais e outras entidades (*e.g.*, arquivos pessoais e familiares).

Cabral do Nascimento, Álvaro Manso de Sousa e o servente Leandro de Freitas Jardim tiveram o ónus de constituir o núcleo duro do ADF. O procedimento processava-se com o envio de um ofício-circular a todas as entidades do arquipélago previstas no §1.º do art. 26 do dec. n.º 19.952, de 27 de junho de 1931. Consoante a resposta dada pelas entidades, era agendada uma visita à entidade ou, por iniciativa desta, os conjuntos documentais eram levados para o Funchal. Em alguns casos, devido à distância, era solicitada a intervenção do Governo civil e das administrações dos concelhos. Era feito o registo de incorporação, com a assinatura de concordância das partes (depositante e depositário). Posteriormente, eram realizadas tarefas arquivísticas: higienização, cotação, descrição e classificação das unidades documentais em instrumento de recuperação de informação, segundo as regras estipuladas por port. n.º 7588, de 30 de maio de 1933. As ações de divulgação eram feitas no boletim

Arquivo Histórico da Madeira, que continha artigos e estudos sobre o património documental madeirense e a história do arquipélago, e prestação de contas das atividades realizadas pelo ADF. Além disto, os diretores dos arquivos distritais estavam incumbidos de elaborar relatórios anuais à IGBA, cujos dados eram difundidos nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*.

Entre as primeiras incorporações realizadas pelo ADF, refira-se a documentação da SCMF (1931) e da CMF (1932). Contudo, as respostas dadas pelas entidades detentoras de documentos de arquivo dispersas pelo arquipélago ao diretor do Arquivo Distrital evidenciavam não só preocupações sobre questões de continuidade da prestação de serviços de informação (*e.g.*, emissão de certidões), como também desconhecimento ou relutância em fazer cumprir a legislação.

A incorporação de registos paroquiais realizada pelo ADF entre 1932 e 1933 deveu-se ao facto de estes terem sido recolhidos através das conservatórias do registo civil locais, por força do dec. n.º 1630, de 9 de junho de 1915, com um âmbito temporal de 1860 a 1911. No entanto, era exigida às paróquias a incorporação no ADF de documentos anteriores a 1860. Esta situação conduziu a conflitos institucionais entre o ADF e a Diocese do Funchal. Apesar de a IGBA ter mediado o processo de notificação dos cartórios diocesanos e paroquiais, a insuficiência de verbas, os problemas logísticos na execução das transferências, a ineficiência das administrações dos concelhos e das conservatórias de registo civil foram condicionantes que limitaram consideravelmente a atuação do ADF. A título de exemplo, o arquivo da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, custodiado pela SCMF, foi remetido para Lisboa ao cuidado da IGBA, em junho de 1933, num caixote sem qualquer ordem ou método. Os documentos tiveram de ser reenviados parcelarmente para o Funchal em maços.

Deve-se a Cabral do Nascimento o primeiro pedido formal à ANTT de restituição de fundos madeirenses, em 1933, com resposta negativa da IGBA, a 18 de janeiro de 1934, alegando que

a “reintegração documental local determinaria [...] a desorganização e, porventura, a destruição do Arquivo geral do país, que é a Torre do Tombo” (MACEDO, 2012). Entre 1931 a 1937, o ADF formalizou 72 incorporações.

Aquando da destruição da capela de S.^{ta} Isabel do Hospital da Misericórdia do Funchal, Cabral do Nascimento foi uma das vozes mais críticas contra a demolição do imóvel, classificado de interesse público pelo dec. n.º 21.611, de 22 de agosto de 1932, tendo feito denúncia, a 7 de junho de 1937, ao Conselho Superior de Belas Artes. Esta situação gerou um conflito institucional entre Cabral do Nascimento e a presidência da JGDAF. Em 1938, Cabral do Nascimento decidiu obter uma licença sem vencimento para “dedicar-se ao estudo, na Torre do Tombo, de vários documentos que ali se encontram relativos à Madeira” (*Id.*, *Ibid.*). A direção do ADF foi assegurada por Álvaro Rogério Manso de Sousa desde 1938 até 1948. O incêndio de 1947, que provocou a destruição de uma parte significativa de fundos judiciais, e os trabalhos de requalificação dos depósitos do palácio de S. Pedro obrigaram ao regresso de Cabral do Nascimento, em 1948, tendo permanecido como diretor até 1954.

Foi sucedido por José Pereira da Costa, que começou a sua carreira em 1952 como conservador do ANTT e foi nomeado em maio de 1955 diretor do ADF. Devido ao incêndio de 1947, Pereira da Costa reportou à IGBA, a 8 de julho de 1955, um quadro preocupante: depósitos sobrelotados em cinco divisões do palácio de S. Pedro e em anexos externos (Calç. de S.^{ta} Clara e Beco do Madureira), sem condições adequadas para a sua conservação, sem instalações sanitárias e com problemas de segurança. A partilha e exiguidade de espaços no palácio de S. Pedro dificultavam a execução de incorporações obrigatórias por lei. Ainda assim, Pereira da Costa revitalizou o boletim *Arquivo Histórico da Madeira* e realizou várias incorporações procedentes de entidades públicas e privadas, como a biblioteca de Nuno Porto. Pereira da Costa cessou funções no ADF em 1966, ano em que foi nomeado diretor do

ANTT, cargo que exerceu até 1988. Entre 1966 e 1969, o cargo de direção permaneceu vago, até António Aragão, licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas e especializado em Biblioteconomia e Arquivística na Univ. de Coimbra, ser nomeado em 1969 diretor do Arquivo Distrital da Madeira.

Após a concretização do processo autonómico, ocorrido a 1 de outubro de 1976, que ditou um novo sistema político-administrativo para o arquipélago da Madeira, o GRM passou por um processo de reorganização profunda das estruturas administrativas, através da extinção da JGDAF e da Junta Regional da Madeira, da criação de novos organismos e, sobretudo, de transferências de competências de organismos da administração central. Esta transformação teve consequências profundas nos arquivos públicos. Aragão participou no processo de regionalização do ADF, em 1979, que previa designar-se Arquivo Cabral do Nascimento, conforme o número 1 do art. 33.º do dec. reg. regional n.º 6/79/M, de 25 de maio. A transferência deste serviço para o GRM apenas ocorreu em 1980, através do dec.-lei n.º 287/80, de 16 de agosto, sendo convertido em ARM e ficando sob tutela da Direção Regional dos Assuntos Culturais. Aragão cessou funções diretivas em 1986.

A transição para o sistema autonómico não limitou a expatriação de arquivos da Região para Lisboa, como foram os arquivos da Subdelegação do Funchal da Polícia Internacional e de Defesa do Estado e da Comissão Distrital do Funchal da União Nacional. O dec. reg. n.º 14/78/M, de 10 de março, que transpôs para o regime jurídico regional o dec.-lei n.º 429/77, de 15 de outubro, que proibia a saída de arquivos empresariais para fora de Portugal, não foi suficiente para evitar a saída do arquivo da casa de bordados Marghab (depositado no South Dakota State University Archives and Special Collections, Estados Unidos da América) e da casa de vinhos Cossart Gordon and Company (depositado no Arquivo Metropolitano de Londres).

A direção do ARM permaneceu vaga entre 1986 e 1988, ano em que a pintora Sara Maria

de Portugal da Silveira Henriques de Freitas, impulsionadora desde 1979 da sala de documentação contemporânea, assumiu funções. A partir de 1989, a direção do ARM foi assegurada por Luís Francisco Cardoso de Sousa Melo, que realizou a transcrição do Tomo I da CMF e iniciou a produção dos índices dos registos paroquiais (casamentos) em fichas.

A necessidade de dispor de um imóvel especificamente destinado à função de arquivo constituiu uma antiga reivindicação. Entre 1996 a 1997, para possibilitar a construção de um imóvel de raiz para a função de arquivo, foi realizado um diagnóstico sobre o estado, a dimensão e a localização dos arquivos das administrações públicas na Madeira. Este inquérito constituiu um marco fundamental para a definição de políticas públicas para a gestão dos arquivos na RAM, que culminou com a publicação do dec. leg. regional n.º 9/98/M, de 22 de maio, que atribuiu ao ARM a qualidade de órgão de gestão dos arquivos na Região. Para consolidar a arquitetura do sistema regional de arquivos, foram aprovadas medidas legislativas para uma gestão integrada do património arquivístico, de forma sistémica e racional, através do dec. leg. regional n.º 26/99/M, de 27 de agosto, que regulamentou a gestão de documentos na posse dos serviços dos órgãos de governo da RAM e organismos sob a sua tutela, alterado pelo dec. leg. regional n.º 5/2004/M, de 14 de julho. Ainda que a gestão do ciclo de vida dos arquivos da administração central e local na RAM se baseasse no dec.-lei n.º 447/88, de 10 de dezembro, foram publicadas várias portarias de gestão da informação arquivística que regulamentaram a gestão de documentos de arquivo dos organismos da administração regional autónoma.

É importante realçar o trabalho pioneiro na modernização do sistema regional de arquivos e de valorização do património arquivístico sob a direção técnica e científica de Maria Fátima Araújo de Barros, desde 1997. A inauguração, em 2004, do imóvel construído especificamente para proteção do património documental, permitiu a ampliação de serviços técnicos de conservação e restauro, de extensão cultural,

arquivística e biblioteconomia, de acesso à informação e à documentação, e de tecnologias de informação, integrando um corpo de novos profissionais qualificados para as diversas áreas de atuação. Estas condições possibilitaram fazer cumprir as incorporações obrigatórias previstas no dec.-lei n.º 47/2004, de 3 de março.

Após o período em que o ARM foi dirigido por Luís Miguel Jardim (2013-2015), no contexto de XII Governo Regional e sob a tutela da Direção Regional da Cultura, processou-se a fusão do Arquivo Regional com a Biblioteca Pública Regional da Madeira, através da port. n.º 50/2016, de 19 de fevereiro. Esta fusão proporcionou uma maior atuação na gestão integrada do património documental madeirense, novamente sob a responsabilidade de Fátima Barros.

É de referir que o período entre 2004 e 2018 foi um dos mais profícuos em termos de salvaguarda do património arquivístico que se encontrava em vários depósitos dispersos pelo arquipélago, não só de entidades públicas como também de entidades privadas. Desde a fundação do ADF, o ABM tornou-se detentor de uma rica e variada documentação, estruturada por fundos ou coleções de natureza e suportes variados (cartográfica, iconográfica, fotográfica, novos *media*), a par de uma vasta coleção de legislação, jornais e monografias. Acresce também referir a estreita cooperação desta entidade com o AHDF, através de parcerias institucionais entre o GRM e a Diocese do Funchal e demais confissões religiosas. O acesso à informação sobre o património arquivístico madeirense foi disponibilizado não só em suportes impressos como também via Internet, com recursos digitalizados de livre acesso.

No que concerne aos arquivos junto das administrações públicas, os arquivos intermédios ou centrais constituíram a principal inovação na arquitetura orgânica do GRM, através do dec. leg. regional n.º 17/2001/M, de 29 de junho. Lamentavelmente, os arquivos centrais ou intermédios tiveram uma existência efémera, apesar de terem surgido pelo arquipélago inúmeros depósitos, em condições, na maior parte dos casos, deficientes, mantidos por

serviços de expediente e arquivo sem capacidade de coordenação, face a uma administração regional em constante mutação orgânica e tecnológica.

O sistema de arquivo parlamentar da Assembleia Legislativa da RAM constituiu um serviço de arquivo histórico na sua composição orgânica, com uma existência meramente *de jure*. As políticas para a gestão da informação arquivística em ambiente eletrónico são escassas e configuradas por silos, constituindo este um dos maiores desafios contra a simplificação administrativa na prestação de serviços públicos de informação, como também na preservação do património arquivístico materializado em suporte eletrónico ou digital. Os serviços com competência sobre a política informática do GRM, desde a sua génese, não tinham preocupações arquivísticas para assegurar, *e.g.*, a conservação e preservação de longo prazo de grandes volumes de dados gerados desde os primeiros sistemas de informação eletrónicos implantados no arquipélago. A implementação de um centro de dados do GRM surge em 1983, a partir do serviço de informática da Empresa de Electricidade da Madeira. A emersão de novas tecnologias de informação constitui um novo desafio para a arquivística, que não pode ser reduzida ao suporte papel e pergaminho e a uma perspetiva historicista.

O património arquivístico madeirense não permaneceu localizado total e fisicamente na RAM. Para além do ANTT, foram depositadas no Arquivo Histórico Ultramarino e na Biblioteca da Ajuda, *e.g.*, extensas coleções de documentos de arquivo sobre o arquipélago. Contudo, o património arquivístico madeirense constitui matéria de discussão nos hemiciclos parlamentares; assim, *e.g.*, a degradação do arquivo histórico da RTP Madeira, entidade implantada a 6 de agosto de 1972, mereceu reparos dos deputados madeirenses na Assembleia da República através do projeto de resolução n.º 179/XIII, submetido a 11 de março de 2016. Nesta linha de exemplos, a resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro,

recomendou a transferência de fundos madeirenses custodiados no ANTT, conforme já exposto atrás.

Deve-se referir que a grande diversidade de arquivos privados, como dos partidos políticos, das empresas dos mais diversos sectores de atividade e de associações e corporações das mais diversas tipologias, assim como de indivíduos, constitui uma esfera cuja valorização patrimonial deve partir, cada vez mais, da iniciativa destas entidades possuidoras. O surgimento de empresas de custódia documental e armazenamento de dados de arquivo na Madeira tem permitido a prestação de serviços que constituem uma nova dimensão na gestão de ativos de informação.

Apesar de os arquivos públicos definitivos terem praticado uma valorização do património arquivístico procedente das administrações públicas e de personalidades e famílias ilustres, há cada vez mais interesse em documentar as classes populares. O Centro de Estudos de História do Atlântico recupera bens documentais, de âmbito pessoal ou familiar, documentando *in vivo*, através de técnicas da história oral, as experiências de vida da comunidade insular, no arquipélago e na diáspora. António Rodrigues desenvolveu novos métodos de valorização e salvaguarda de arquivos das comunidades portuguesas na África do Sul, que podem constituir uma base metodológica para documentar comunidades subdocumentadas ou que não têm espaço na política nacional de arquivos dos países recetores.

Os arquivos constituem baluartes da memória das comunidades, mas foram também espaços de tensão, resistência, opressão e libertação. Henrique Henriques de Noronha, nas suas *Memorias Seculares e Eclesiasticas para a Composição da Historia da Diocesi do Funchal* (1722), definiu que “são os Arquivos uns lugares, que a providência deputou para guarda dos Documentos; de que formam as Histórias em todo o tempo: louvável invenção em benefício do público, não só pela notícia dos Séculos passados, como pela conservação dos antigos privilégios para os vindouros” (NORONHA, 1996).

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Arquivo Regional da Madeira, 1931-2017; AHU, Conselho Ultramarino, cx. 1, doc. 164; ANTT, Chancelaria do Infante D. Henrique; **impresa:** ARQUIVO REGIONAL DA MADEIRA, *Guia do Arquivo Regional da Madeira*, Funchal, Arquivo Regional da Madeira, 1997; BARRROS, Maria de Fátima Araújo de, “Os arquivos públicos da Região Autónoma da Madeira: situação e futuro”, in VIEIRA, Alberto (org.), *Documentação e Arquivos Insulares: Actas do Seminário Internacional*, Funchal, CEHA, 1997, pp. 49-89; *Id.*, “Arquivo da família Ornelas Vasconcelos: instrumentos descritivos”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XXI, 1998, pp. 1-213; *Id.*, “Sumário do relatório final do inquérito aos arquivos públicos na RAM”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XXII, 1999, pp. 447-499; *Id.*, “O Arquivo Regional da Madeira e a coordenação do sistema regional de arquivos”, *Cadernos BAD*, n.º 1, 2004, pp. 104-115; *Id.*, “O novo edifício”, in SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO E CULTURA (org.), *Arquivo Regional da Madeira, Biblioteca Pública Regional*, Funchal, DRAC, 2004, pp. 28-46; *Id.*, “Património documental/património cultural: de e para o cidadão”, *Isleña*, n.º 45, jul.-dez. 2009, pp. 5-22; BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, *Normas Portuguesas de Documentação e Informação CT 7*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal/Instituto Português da Qualidade, 2010; *Código Administrativo*, 1842; *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, 1838; COSTA, José Pereira da, *Livros de Matrícula do Cabido da Sé do Funchal*, 1583-1558, Funchal, CEHA, 1994; *Id.*, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV*, Funchal, CEHA, 1995; COSTA, Susana Goulart da, “A recepção do Concílio de Trento na Madeira”, in FRANCO, José Eduardo, e COSTA, João Paulo Oliveira e (coords.), *Diocese do Funchal: a Primeira Diocese Global. História, Cultura e Espiritualidades*, vol. I, Funchal, Diocese do Funchal, 2015, pp. 401-418; DANTAS, Júlio, “Criação e organização dos arquivos distritais”, *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, n.º 10, 1932, pp. 8-10; *Diário do Governo*, sér. I, n.º 4, 20 fev. 1991; *Documentação e Arquivos Insulares: Actas do Seminário Internacional*, Funchal, CEHA, 1999; FONTOURA, Otilia, *As Clarissas na Madeira: Uma Presença de 500 Anos*, Funchal, CEHA, 2000; GOMES, Saul, “A Ordem de Cristo e a administração ‘eclesiástica’ da Madeira no primeiro quartel do século XVI”, in FRANCO, José Eduardo, e COSTA, João Paulo Oliveira e (coords.), *Diocese do Funchal: a Primeira Diocese Global. História, Cultura e Espiritualidades*, vol. I, Funchal, Diocese do Funchal, 2015, pp. 123-142; GUERRA, Jorge Valdemar, “Catálogo dos microfílmicos dos documentos do Arquivo do Paço Episcopal do Funchal”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XXI, 1999, pp. 227-445; JARDIM, Gastão, “Confrarias e irmandades no Arquivo Regional da Madeira: catálogo documental”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XXII, 1999, pp. 11-183; MACEDO, Laureano S. Ascensão de, *Políticas de Avaliação de Informação no Sistema Arquivístico da Região Autónoma da Madeira: Análise de Conteúdo às Portarias de Gestão de Documentos (2004-2014)*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação e Informação apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 2015; MELO, Luís Sousa, “Tombo 1.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal: 1.ª parte”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XV, 1972; NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, CEHA, 1996; *Ordenações Afonsinas*, Lisboa, FCG, 1984; *Ordenações Manuelinas*, livs. I-V, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2002; PAREDES, Maria Fávila Vieira da Cunha, “Dos arquivos eclesiásticos da Diocese do Funchal às bulas do bispado e seus bispos”, in FRANCO, José Eduardo, e COSTA, João Paulo Oliveira e (coords.), *Diocese do Funchal: a Primeira Diocese Global. História, Cultura e Espiritualidades*, vol. I, Funchal, Diocese do Funchal, 2015, pp. 459-484; PENTEADO, Pedro, “As misericórdias: contributo para um guia dos arquivos”, in PAIVA, José Pedro (org.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. I, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 121-282; PEREIRA, Fernando Jasmins, e RODRIGUES, Miguel Jasmins, *Estudos sobre História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1991; RIBEIRO, Fernanda, “Archival science and changes in the paradigm”, *Archival Science*, vol. 3, n.º 1, 2001, pp. 295-310; *Id.*, *O Acesso à Informação nos Arquivos*, 2 vols., Coimbra, FCG, 2003; *Id.*, *Para o Estudo do Paradigma Patrimonista e Custodial: a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o Contributo de António Ferrão (1887-1965)*, Porto, Afrontamento, 2008; *Id.*, “A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação”, *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, vol. 1, n.º 1, 2011, pp. 59-73; RODRIGUES, António, *An Archival Collecting Framework for the Records Generated by South Africa's Portuguese Community-Based Organisation in Gauteng*, Dissertação de Doutoramento em Ciências da Informação apresentada à University of South Africa, Pretoria, texto policopiado, 2014; *Id.*, “Introducing an archival collecting model for the records created by south african portuguese community organisations”, *Archives and Manuscripts*, vol. 3, n.º 44, 2016, pp. 141-154; SILVA, Fernando Augusto da,

e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, vol. I, Funchal, Tip. Esperança, 1921; SILVA, Sofia Bettencourt da, *As Bibliotecas Religiosas da Ilha da Madeira no Século XVIII*, Dissertação de Doutoramento em Documentação apresentada à Universidade de Alcalá de Henares, Alcalá de Henares, texto policopiado, 2014; SOUSA, Ana Madalena Trigo de, “A história institucional e política na historiografia madeirense (1985-2008)”, *Anuário do CEHA*, ano 1, n.º 1, 2009, pp. 316-334; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 2000; VIEIRA, Alberto, *Os Escravos no Arquipélago da Madeira: Séculos XV a XVII*, Funchal, CEHA, 1991; *Id.* (dir.), *Os Arquivos Insulares Atlântico e Caraíbas, Actas da Sessão de Arquivos do 4 Colóquio Internacional de História das Ilhas Atlânticas*, Funchal, CEHA, 1997; **digital:** MACEDO, L. S. Ascensão de, *Colecção de Correspondência Oficial de João Cabral do Nascimento, Diretor do Arquivo Distrital do Funchal*, Funchal, ed. do Autor, 2012; <http://eprints.rclis.org/20911/> (acedido a 19 fev. 2018); *Id.*, *Da Voz à Pluma. Escritoras e Património Documental de Autoria Feminina de Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde. Guia Bibliográfico*, Ribeira Brava, ed. do Autor, 2013; <https://estudogeral.sib.ucp.pt/handle/10316/44055> (acedido a 19 fev. 2018); *Id.*, “Repatriação dos arquivos ou reunificação virtual? O caso dos fundos conventuais madeirenses dispersos entre o Arquivo Nacional Torre do Tombo e o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira”, in BORGES, Maria Manuel, e CASADO, Elias Sanz (orgs.), *VIII Encontro Ibérico EDICIC 2017*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2017, pp. 1325-1344; <http://hdl.handle.net/10316/44053> (acedido a 19 fev. 2018).

L. S. ASCENSÃO DE MACEDO

Arquivos religiosos

No arquipélago da Madeira, como em todo o país, formado sob a proteção da Igreja de Roma e na confissão da fé católica, a atividade da Igreja e a sua intervenção, desde os tempos do povoamento, em diversos domínios – governo civil e militar, administração da justiça, educação, assistência, atividade económica –, originou um conjunto de arquivos de consulta obrigatória para investigadores, historiadores e cientistas de várias especialidades. Esses arquivos refletem o desempenho dos bispos e dos órgãos e serviços que com eles colaboravam, bem como o das entidades e instituições do bispado que, em comunhão com o Papa, cumpriam a missão da Igreja. Num prontuário antiquíssimo, mas sempre de grande utilidade para entender os trâmites da burocracia eclesiástica, a origem e a natureza dos seus arquivos, ao tratar “des actes qui concernent les sacrements [dos atos que dizem respeito aos sacramentos]”, propõe-se uma definição de “ato eclesiástico” que torna clara a especificidade dos arquivos eclesiásticos: “celui qui, ou émanoit de l’auto-rité ecclésiastique, ou qui concernoit les personnes ou choses Ecclésiastiques précisément sous la qualité d’Ecclesiastique [“aquele que



Fig. 1 – Folha de rosto do Livro de Receita e Despesa da S^a Casa da Miã e Hospital..., 1679 (ABM, Misericórdia do Funchal, liv. 537).

emana da autoridade eclesiástica ou que diz respeito às pessoas ou coisas eclesiásticas, precisamente na qualidade de eclesiásticas]” (BRUNET, 1730, 193). Avelino de Jesus da Costa distingue, entre os arquivos eclesiásticos, os diocesanos (da mitra, do cabido, da Câmara Eclesiástica, da secretaria, do Tribunal); os monásticos (das ordens, das congregações, dos institutos religiosos e das ordens militares); e os paroquiais. Algumas séries que integram estes fundos foram elencadas por ele e por José Paulo Leite de Abreu.

No que respeita especificamente aos arquivos eclesiásticos do Funchal, Jorge Valdemar Guerra afirma que o arquivo do bispado terá permanecido originalmente na Sé, visto os três primeiros prelados nunca terem estado na diocese e ter o sexto, D. Jerónimo Barreto, ocupado instalações arrendadas. Esse autor admite ainda que o arquivo diocesano teria passado para as casas levantadas por D. Luís Figueiredo

de Lemos, e que muita documentação se teria perdido em dois incêndios, um em 1593 e outro no final do séc. XVII, depois no terramoto de 1 de abril de 1748, que destruíram os aposentos episcopais. É certo que, de acordo com o relato do *Elucidário Madeirense*, no assalto dos homens de Montluc às casas ricas, aos conventos e às igrejas do Funchal, até os arquivos foram vandalizados. A dureza dos tempos, as catástrofes, os longos períodos de *sede vacante*, e também a negligência humana, muito antes das perseguições e espoliações do liberalismo e da Primeira República, deixaram marcas registradas desde tempos remotos e levaram vários prelados a tomar disposições preventivas e corretivas. Em 1615, *e.g.*, Fernão Favella de Vasconcellos, “o Moço”, 2.º morgado dos Pioruais, para defender o morgado “Velho”, seu avô, acusado de não apresentar quitações das missas que era obrigado a mandar celebrar, solicitou certidão do estado do cartório do escrivão eclesiástico Pero Lopes, que andava “estripado”; nos embargos que levantou à sentença contra ele lavrada, invocou que nesse cartório se haviam sucedido diversos escritvães, razão da perda de muitos papéis, conforme atestava uma certidão constante dos autos.

As *Constituições* do bispado, elaboradas sob a égide do bispo D. Jerónimo Barreto em 1578, mandadas executar em 1579 e impressas em 1585, aumentadas e reimpressas a mando de D. Luís Figueiredo de Lemos em 1601, não sendo tão pormenorizadas, relativamente à boa guarda de livros e papéis, quanto as da Guarda (1621), fazem múltiplas referências a documentos a elaborar, e impõem medidas tendentes à conservação e segurança dos mesmos. No título 19, constituição segunda, mandam providenciar um livro de tombo em cada igreja, elaborado por um notário, tabelião público ou escrivão eclesiástico, e nele trasladar as escrituras existentes no respetivo cartório; a constituição terceira do mesmo título determina “Que em cada igreja haja arca em que as escrituras dela e o tombo sejam metidos” e “para que o dito livro de tombo, escrituras e papéis da igreja estejam bem guardados” (*Constituições...*, 1601, 134). D. Luís Figueiredo de Lemos

promulgou um novo “Regimento dos Direitos Episcopales que se Pagão na Chancellaria deste Bispado do Funchal”, por verificar que tal regimento não existia, por se ter perdido no saque dos corsários franceses. Em 1586, este mesmo prelado mandou lançar em tombo as provisões, escrituras, doações e sentenças das igrejas do bispado, por constatar estarem perdidas do cartório da Sé as bulas da criação do bispado e outros papéis e provisões importantes; atento ao mau estado de alguns documentos ainda existentes, pretendia preservá-los, mandando-os trasladar. Tinha também como objetivo guardar a memória de factos relevantes para a própria catedral e para as outras igrejas do bispado e os seus ministros.

Em 1768 e 1772, D. Gaspar Afonso da Costa Brandão, também ele confrontado com o estado de desgaste e risco de desaparecimento das bulas e outros manuscritos valiosos do cartório da Sé, confirmou as disposições do seu predecessor no sentido de se trasladarem no grosso tombo aberto a mando de D. Luís de Figueiredo de Lemos.

Deve-se a D. Joaquim de Meneses e Ataíde, frade de S.^{to} Agostinho, bispo de Meliapor, conselheiro e pregador do príncipe regente, vigário apostólico neste bispado entre 1811 e 1821, uma decisão importante relativamente aos registos sacramentais das paróquias: para remediar o desarranjo em que encontrou estes registos nas igrejas que visitou, entre outras instruções para boa conservação dos livros, quis que se fizessem duplicados dos registos de batismos, matrimónios e óbitos, em cadernos separados a remeter pelos párocos à Câmara Eclesiástica no fim de cada ano e após conferição pelo vigário e cura (ou, na falta deste, por algum clérigo de ordens sacras), em presença do escrivão da igreja e lavrando-se termo do ato, a assinar por todos os intervenientes. Tal medida permitia refazer os livros que acidentalmente pudessem desaparecer, sem os inconvenientes resultantes da provisão régia de 17 de janeiro de 1820 no sentido de recolher os livros finidos das paróquias à Câmara Eclesiástica, em “repartição separada para sua guarda [...] a

fim de que os livros principais, e tombos das Igrejas Paroquiais deste mesmo Bispado, fossem arrecadados, e conservados isentos de ruínas, e descaminhos”. Em officio dirigido ao Rei (30 setembro de 1820), o vigário geral assinalava o risco de prejuízo para os párocos, que procediam a pesquisas para elaborar as árvores de parentesco dos dispensados e emitiam certidões cobrando emolumentos que complementavam as suas cõngruas “ténues”. Apontava ainda o risco de “vexame” dos povos, obrigados a deslocar-se ao Funchal para requerer exames de parentesco e certidões ou prestar contas de testamentos. Argumentava, enfim, que os livros não ficavam melhor na cidade, “sujeita a fogos e ameaçada de três caudalosas ribeiras, que já a arruinaram no aluvião de 1803, em que ficaram destruídos alguns cartórios dos escrivães do judicial sem deles escapar um só papel do que nos arquivos das igrejas dos campos, que comumente são edificadas em lugares desafogados, e altos, que não são ameaçados das águas”.

Em 1841, o bispo eleito, Januário Vicente Camacho, nomeou oficial maior da Câmara Eclesiástica o P.^c José Joaquim de Sá, incumbindo-o de proceder a um rigoroso inventário e ordenando que o escrivão das dispensas matrimoniais e os demais empregados da dita Câmara o assistissem em tudo quanto dependesse do seu cargo; teceu rasgados elogios ao inventário concluído, o primeiro que ali se fizera, como fez questão de assinalar.

A quase totalidade da documentação do cabido da Sé foi transferida para a Torre do Tombo em 1886; e, a partir de 2007, os fundos eclesiásticos do Arquivo Nacional foram disponibilizados *online*. No entanto, estes documentos ficaram dispersos, sendo que a maior parte foi depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Dois livros de acórdãos, os estatutos da Sé e nove livros de matrículas dos ordinandos (microfilmados pelo Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM)) foram depositados no Arquivo Diocesano; e no Arquivo do Cabido da Sé foram depositados alguns documentos e livros de acórdãos, da fábrica, de receita e despesa, do ponto, bem como de

várias confrarias (esta última documentação foi tratada e acondicionada em 2014).

Nos arquivos paroquiais, sobressaem os registos sacramentais: na sua pastoral de 8 de outubro de 1813, D. Joaquim de Meneses e Ataíde destaca a importância dos livros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos – para prova da existência do homem, da sua religião e legitimidade, bem como para decisão de causas relevantíssimas na ordem eclesiástica ou civil, como o direito de herança ou os impedimentos matrimoniais, entre outras. Os róis de paroquianos, também chamados róis de confessados ou róis de desobriga (por registarem o cumprimento da obrigação de confessar-se e comungar pela Páscoa), permitem estudar a mobilidade e a evolução da população, nomeadamente a estrutura das famílias (“fogos”), células-base da comunidade paroquial, também chamadas “igrejas domésticas” ou ainda *ecclesiolas*. Tais róis incluem frequentemente o mapa da população e, por vezes, o rol de crianças da primeira comunhão ou o rol de crismados.

Apresenta-se de seguida uma proposta com vista à reorganização da documentação eclesiástica diocesana incorporada ou microfilmada pelo ABM, que também pode aplicar-se ao espólio do Arquivo da Cúria Diocesana do Funchal (ACDF) e ao dos restantes arquivos diocesanos, nomeadamente os paroquiais. A proposta restaura conceptualmente a integridade dos fundos apresentados, ainda que desmembrados e dispersos por vicissitudes da história e independentemente da sua localização física, reconhecendo-os como elementos complementares entre si de um vasto conjunto documental, produto e espelho da religiosidade própria das ilhas, da atividade dos órgãos de administração e governo da Diocese, desde a sua criação em 1514, e das variadas comunidades de devoção e vida cristãs nela existentes. A classificação proposta toma como base estruturante o conteúdo do ofício episcopal, com as suas funções de governo espiritual e temporal: dever de anunciar o evangelho e ensinar a fé, dever de santificar as almas, dever de governar e conduzir o povo de

Deus exercendo o poder legislativo, judicial e executivo na Diocese. Somente o bispo pode ministrar o sacramento da ordem, bem como conferir ministérios, podendo delegar noutro prelado a administração do sacramento do crisma na sua Diocese; mas os párocos são pastores nas respetivas paróquias, devendo nelas exercer, a exemplo do bispo e em comunhão com ele, as funções de ensinar, santificar e governar, e bem assim viver e promover a caridade. A classificação sugerida pretende espelhar “o desdobramento de um poder único, ao qual se deve remeter os problemas, em última instância, e que tem capacidade de intervenção sobre todos eles” (ROSA, 2000, 122). Avelino de Jesus da Costa inclui nos arquivos paroquiais “toda a documentação com interesse histórico, pertencente a cada paróquia e nela existente, quer seja do benefício paroquial e da fábrica da igreja, quer de confrarias e irmandades; igrejas, capelas e oratórios; de instituições religiosas, de piedade, de assistência, cultura ou recreio, excetuando as que gozam de isenção, porque, neste caso, devem ter arquivos privativos” (COSTA, 1980, I, 524-545).

Para exemplo de classificação de um fundo paroquial em conformidade com esta visão abrangente, foi escolhido o arquivo da Ponta do Sol, bastante representativo em termos quer de volume, quer de diversidade da sua documentação. Nele foi incluído, como secção do arquivo paroquial, o grupo dos fundos das confrarias, considerando que a documentação das confrarias e dos diversos movimentos resulta do dinamismo do culto e das práticas de devoção e caridade nas comunidades paroquiais.

A inventariação sistemática dos fundos das confrarias madeirenses e o estudo dos respetivos compromissos, estatutos e livros permitem apurar as circunstâncias da sua fundação e da sua atividade, bem como verificar globalmente a sua dependência original do poder eclesiástico, que vários casos indiciam: a confraria do Senhor Bom Jesus de Ponta Delgada foi confirmada pelo bispo do Funchal (1707), a do Santíssimo Sacramento de São Jorge foi erigida e confirmada pelo mesmo prelado (1744, 1748), a de S.^{to} Antão do Seixal erigida por D. Manuel

Coutinho (1730), a de N.^a Sr.^a da Ajuda da Serra de Água por D. Fr. João do Nascimento (1758). Porém, a política pombalina resultou em anulação da aprovação dada por este último bispo, e emissão de provisão de D. José aprovando a ereção da confraria (1768), sendo os confrades obrigados a assinar um termo de sujeição ao Rei. Isto mesmo sucedeu com a confraria do Senhor Jesus de Santana, em 1770, a de N.^a Sr.^a do Rosário de Santo António, aprovada pelo Rei em 1769, com anulação da anterior aprovação do ordinário diocesano. A confraria de S. Pedro Gonçalves Telmo, na capela do Corpo Santo, teve o seu compromisso (1745) confirmado pelo bispo do Funchal em 1750, e pelo Rei em 1767. A confraria de N.^a Sr.^a da Boa Morte de S. Pedro viu reformado o seu compromisso de 1646 por provisão régia de 26 de junho de 1775, onde se refere que as confrarias eretas nas igrejas pertencentes à Ordem de Cristo estavam, por bula apostólica, isentas da jurisdição do ordinário do bispado do Funchal.

A ilustrar as tensões Coroa-Igreja em torno da jurisdição sobre as confrarias, ocorreu um litúgio entre a confraria do Santíssimo Sacramento de Santo António da Serra e o Juízo do Resíduo e Capelas acerca do aforamento de uma propriedade da confraria, em 1817, debatendo-se se cabia às autoridades seculares ou ao bispo diocesano a tomada de contas da confraria. Já os dinheiros das confrarias, a arca onde eram arrecadados e suas chaves estavam, bem como os respetivos livros, na mão do vigário, nomeadamente na Ponta do Sol (1740, 1773, 1776). O padre era frequentemente o tesoureiro da confraria: casos do P.^e Pedro Varela (confraria do Santíssimo Sacramento da Ponta do Sol, 1720), do P.^e Manuel do Nascimento e do vigário Miguel Francisco Velosa (1804-1805), da mesma irmandade, do P.^e Manuel da Silva Garcês da confraria dos Santos Passos do Senhor, da referida freguesia (1732), de que era igualmente tesoureiro um sacerdote em 1757, tal como acontecia com a confraria de S.^{to} António da capela desta invocação, também na Ponta do Sol (1786). Os dinheiros da fábrica e das confrarias eram guardados na

mesma arca em Ponta Delgada (1731-1815), as contas de uma e outras registadas ou guardadas no mesmo livro (Ponta do Sol, 1700-1726; Santa Cruz, 1811); lançava-se no tombo da igreja a relação dos bens das confrarias (Ponta Delgada, 1727-1821; Santa Cruz, 1730-1795). As petições para levantar dinheiro das confrarias, a aplicar em obras e ornamentos da igreja, eram dirigidas ao bispo, habitualmente pelo vigário (Ponta do Sol, 1734-1735, 1749, 1760, 1762, 1766, 1767, 1777; confraria de N.^a Sr.^a do Rosário, na igreja de S.^{to} António, em Santana, 1783-1790; confraria de N.^a Sr.^a do Rosário, na igreja de S. Martinho, 1782); por vezes o requerente, fosse o padre tesoureiro ou fossem os mordomos de uma confraria, esclarecia que se tratava de um empréstimo (Ponta do Sol, 1736; Porto da Cruz, 1732, 1758). Encontram-se ainda petições endereçadas ao Cabido da Sé, para não autorizar o empréstimo de ornamentos (Santana, séc. XVIII), ao provisor eclesiástico, por antigos tesoueiros, para pagamento de verbas que as confrarias lhes deviam (Ponta do Sol, 1740, 1757).

Cabia à autoridade diocesana autorizar a ereção de altares para o culto das confrarias (ermida de N.^a Sr.^a do Monte, Ponta do Sol, cujo dote a confraria de N.^a Sr.^a do Rosário administrava, 1750; capela das Almas, na mesma freguesia, 1760). O bispo velava pela sustentação e pelo reparo dessas ermidas e capelas, o que era indispensável à decência do culto: na sequência da visitação de 1779 à capela de N.^a Sr.^a da Boa Morte na Ponta do Pargo, efetuaram-se reparações, que a confraria dessa invocação terá pagado com o produto da venda constante de uma escritura conservada com a relação das correspondentes despesas, e que foram verificadas na visitação de 1791.

Casos há de confrarias fundadas por outras entidades eclesiásticas: a de N.^a Sr.^a do Rosário, na igreja da Piedade no Porto Santo, fundada pelo P.^e Luís Rei, pregador da Ordem de S. Domingos, missionário do Santíssimo Rosário (1726-1727); a confraria do Santíssimo Sacramento de Santo António da Serra, fundada pelo vigário Jerónimo da Silva e Sousa e confirmada em visitação pelo deão Pedro Moreira

(1662); a confraria do Apóstolo S. Tiago Maior da igreja de S. Bartolomeu, da freguesia de São Pedro, erigida por bula de Clemente XI (21 de junho de 1715). Entre as confrarias da Sé, a do Santíssimo Sacramento foi criada por D. Jerónimo Fernando em 1638, embora já em 1566 tivesse capela própria, a das Almas teve o seu compromisso aprovado por D. José de Sousa de Castelo Branco, a 6 de maio de 1713; ao bispo D. Fr. João do Nascimento se deve a ereção, na Sé e nas demais igrejas colegiadas e paroquiais do bispado, da confraria dos Escravos de N.^a Sr.^a do Monte (1750), D. Luís Rodrigues Vilares foi presidente da confraria de N.^a Sr.^a da Soledade da Sé (1800).

As confrarias, “associações amadas e respeitadas pelo povo, desempenharam um papel de grande relevo no campo religioso e social, pois nelas se juntavam os fidalgos e os plebeus, para servirem o mesmo ideal e se ajudarem mutuamente até nas necessidades financeiras” (FERREIRA, 1963, 105). Henrique Henriques de Noronha, autor do *Nobiliário Genealógico de Famílias Madeirenses* e de *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a História da Diocese do Funchal*, herdeiro nobre da avultada fortuna dos irmãos Brandão, mercadores, foi reitor da confraria do Santíssimo Sacramento da Ribeira Brava. Consta de um livro da confraria de S. José da Sé uma vistosa iluminura com o brasão de armas de D. Leonor Maria Henriqueta de Mendonça, que entrou por irmã a 12 de agosto de 1759.

Os párocos, enquanto assistentes espirituais das confrarias, exerciam uma pedagogia junto dos irmãos e tinham influência determinante no dinamismo da respetiva ação benéfica. A prática da caridade, pela realização de obras de misericórdia, está presente quer na atividade das numerosíssimas confrarias que nas paróquias congregavam leigos, muitos deles influentes e ricos, em torno do ideal de vida cristã, quer no cumprimento das obrigações fundamentais do bispo, que vigiava sobre essas e outras instituições de beneficência, como o Recolhimento do Bom Jesus. Fundado em 1655-1673 com o objetivo de proteção de donzelas pobres pelo arcediogo da Sé, Simão Gonçalves Cidrão, este Recolhimento,



Fig. 2 – Folha de rosto do Livro das Eleições da Confraria de Nossa Senhora da Soledade..., 1800 (ABM, Governo Civil do Funchal, liv. 235).

segundo os intuítos do seu fundador, estava unicamente sujeito ao prelado da Diocese, não só no que dizia respeito à sua direção interna, como ainda à administração dos seus bens. Era a autoridade eclesiástica que nomeava o capelão da casa e um administrador dos seus bens, a que se dava o nome de síndico e que era sempre uma pessoa proba e qualificada; em 1910, o Recolhimento passou a ser administrado por uma comissão nomeada pelo governador civil.

Incluíram-se na proposta de classificação os arquivos das Misericórdias, pese embora o argumento de que estas, animadas pelo mesmo elevado propósito de imitação de Cristo que as restantes irmandades, delas se distinguem pela sua natureza de instituições leigas, dependentes do poder secular. Por um lado, entendeu-se que na complementaridade dos arquivos eclesiásticos e das Misericórdias se manifestam a coesão espiritual e a unidade de ação que no decurso de séculos caracterizaram o modo de ser e agir de leigos e eclesiásticos.

O sonho e as obras da primeira globalização nasceram da fé comum, traço característico da identidade portuguesa: “Tem havido através da história incidentes e lutas entre os reis e os bispos, os governos e o clero, o Estado e a Cúria, nunca entre a Nação e a Igreja; quer dizer: lutas de interesses temporais ou de influências e paixões políticas, nunca rebelião da consciência contra a fé. Não há em toda a história apostasia coletiva da Nação nem conflitos religiosos que dividissem espiritualmente os portugueses. Com maior ou menor fervor, cultura mais ou menos vasta e profunda, maior ou menor esplendor do culto, podemos apresentar perante o mundo, ao lado da identidade de fronteiras históricas, o exemplo raro da identidade de consciência religiosa” (Oliveira Salazar, cit. por OLIVEIRA, 1940). Por outro lado, foram tidos em conta os desenvolvimentos, desde finais da déc. de 1980, da polémica em torno da natureza das Misericórdias – em especial o decreto geral para as Misericórdias da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), de 23 de abril de 2009, e o decreto da Santa Sé de 17 de junho de 2010, que o reconheceu e aprovou: do estatuto das Misericórdias como “associações públicas de fiéis”, afirmado pelos bispos portugueses em 1988, sucessivamente confirmado pela praxe e pela jurisprudência da Cúria romana, decorre o reconhecimento da autonomia e do “autogoverno” das Misericórdias, todavia sujeitas a tutela eclesiástica, sem prejuízo da tutela do Estado; os seus bens próprios são bens eclesiásticos e como tal protegidos pelo direito internacional. O Decreto Geral Interpretativo da CEP de 18 de junho de 2011 consagrou “a eclesialidade, a história e a autonomia das Misericórdias”, devendo os respetivos órgãos de administração submeter anualmente aos bispos diocesanos os relatórios e contas, bem como os programas de ação e orçamentos; a alienação de património ou bens das Misericórdias requer licença eclesiástica, sendo as Misericórdias definidas como “pessoas jurídicas de direito canónico” a que o Estado reconheceu personalidade civil.

As relações das Misericórdias com o Estado têm enquadramento legal no “Estatuto das

Instituições Portuguesas de Solidariedade Social”; à Misericórdia do Funchal, instituída por carta régia de 1514, foi confiada a administração do hospital da cidade, e para tanto a Coroa lhe concedeu isenções e regalias (em 1605, 1734, 1740): “os serviços religiosos da Confraria e Hospital foram isentos da jurisdição do Prelado, por carta régia de 27 de março de 1767, ficando sob a imediata direção do capelão mor. A Misericórdia do Funchal foi administrada pelo regímen de irmandades desde a sua fundação até 1834, isto é durante o longo período de 320 anos” (SILVA e MENESES, 1998, II, 369). Diz o mesmo autor que sobressaíram entre os seus provedores os bispos D. Luís Figueiredo de Lemos e D. Joaquim de Menezes e Ataíde, a quem se deve um novo Regimento, confirmado por provisão régia de 19 de outubro de 1819 e impresso em 1820.

As exuberantes iluminuras dos frontispícios dos livros de receita e despesa da Misericórdia do Funchal indiciam o prestígio da Irmandade e a sua riqueza, fruto da generosidade de inúmeros doadores, nem todos abastados ou membros da elite social.

Finalmente, na classificação que se vem comentando, foi levada em conta a análise histórica de Manuel Leal Freire, presidente da Mesa da Assembleia Geral das Misericórdias Portuguesas, que invoca “sessenta anos de ligação a associações de fiéis católicos, procurando ligar vida ativa com algum estudo das suas bases institucionais na história, na sociologia e direitos nacionais e canónico”. O mesmo autor afirma ainda que “a história ensina que, desde a primeira ereção em mil quatrocentos e noventa e oito, as Irmandades da Misericórdia têm estado na dependência direta e total da Igreja. É certo que, durante a Monarquia, a ligação se fazia através do soberano, dado o princípio do Regalismo consagrado logo no Tratado de Zamora e que até o 5 de Outubro sempre caracterizou as relações Estado-Igreja. Caída a Monarquia e, com ela, o Regalismo, passaram as Irmandades a estar na dependência direta dos Bispos” (AGÊNCIA ECCLESIA, *Misericórdia...*, 31 out. 2010).

Não foram incluídas no quadro que se segue as juntas de paróquia, “corporações administrativas” criadas por decreto de 18 de julho de 1835, embora o ABM tenha microfilmado documentação da junta de paróquia da Ponta do Sol. De facto, as juntas “chegaram a instalar-se em algumas freguesias, mas, num grande número de paróquias, nunca funcionaram [...]”. Pode afirmar-se que tiveram curta duração e que a sua ação foi inteiramente nula entre nós” (SILVA e MENESES, 1998, II, 205).

Para amostra das séries que constam do arquivo do bispado, e da sua importância na vida do clero, dos “súbditos” e dos “vassalos” da Diocese, foram elencadas no quadro que segue as que compõem a secção A/C/F LEIS DO BISPADO (MUNUS LEGISLANDI). As datas extremas indicadas são as da documentação do ACDF microfilmada pelo ABM.

Arquivos da Igreja Católica do Funchal

Arquivo do bispado e dos bispos

Anúncio do evangelho e ensino da fé

(*munus docendi*)

Santificação dos homens pela difusão do culto e pela administração dos sacramentos (*munus sanctificandi*)

Difusão do culto

Ordenação dos clérigos

Governo e condução do povo de Deus

(*munus regendi*)

Administração patrimonial

e contas do bispado

Câmara eclesiástica

Chancelaria

Governo do pessoal eclesiástico

Seminário Diocesano

Juízo eclesiástico (*munus judicandi*)

Juízo do resíduo eclesiástico

(*munus judicandi*)

Leis do bispado

(*munus legislandi*)

1. Constituições (1601)

2. Editais dos bispos e outras entidades eclesiásticas (1715-1835)

3. Mandados, ordens e provisões dos bispos e

outras entidades eclesiásticas (1732-1841)

4. Regimentos do bispado (1588-1733)

5. Regimentos e outros documentos normativos emanados pela coroa (1562-1806)

Relações com as autoridades civis

Relações com a Santa Sé, o núncio apostólico e outras autoridades

Visitações pastorais

Assistência e beneficência: Recolhimento do Senhor Bom Jesus

Governo da capitania

Arquivo dos bispos

Arquivo do cabido da Sé Do Funchal

Arquivo do Colégio dos Jesuítas

Arquivos dos conventos

Convento de N.^a Sr.^a da Encarnação – Funchal

Administração patrimonial e contas

Constituição da comunidade

Confrarias e irmandades

Confraria dos Escravos de N.^a Sr.^a do Monte

Irmãs das Almas

Convento de N.^a Sr.^a das Mercês – Funchal

Fundação e padroado do convento,

constituição da comunidade

Confrarias e devoções

Confraria de N.^a Sr.^a da Soledade

Convento de N.^a Sr.^a da Piedade – Santa Cruz

Administração patrimonial e contas

Confrarias

Confraria de S.^{ta} Ana na capela de N.^a Sr.^a da

Conceição

Convento de S.^{ta} Clara – Funchal

Administração patrimonial e contas

Confrarias e devoções

Confraria de N.^a Sr.^a da Soledade

Ordem Terceira da Penitência

Convento de S. Bernardino – Câmara de

Lobos

Administração patrimonial e contas

Convento de S. Francisco – Funchal

Confrarias e devoções

Confraria das Almas

Confraria de Jesus Maria José

Confraria de N.^a Sr.^a da Conceição dos

Terceiros

Confraria de N.^a Sr.^a da Soledade

Ordem Terceira de S. Francisco

Arquivos das paróquias

Achadas da Cruz
 Água de Pena
 Arco da Calheta
 Arco de São Jorge
 Boaventura
 Calheta
 Camacha
 Câmara de Lobos
 Campanário
 Canhas
 Caniçal
 Caniço
 Curral das Freiras
 Estreito da Calheta
 Estreito de Câmara de Lobos
 Faial
 Fajã da Ovelha
 Gaula
 Jardim do Mar
 Machico
 Madalena do Mar
 Nossa Senhora do Monte
 Paul do Mar
 Ponta Delgada
 Ponta do Pargo
 Ponta do Sol
 Administração patrimonial e contas
 Cura de almas, missão de evangelizar e santificar
 Confrarias
 Confrarias da Igreja de N.^a Sr.^a da Luz
 Confraria das Almas da capela das almas
 Confraria de N.^a Sr.^a da Luz
 Confraria de N.^a Sr.^a do Rosário e S.^{ta} Ana
 Confraria do Santíssimo Sacramento
 Confraria dos Santos Passos do Senhor
 Confraria de S. Pedro Gonçalves Telmo
 ou do corpo santo
 Confraria de S. Roque
 Confraria do Senhor Jesus
 ou do Nome de Jesus
 Confraria de S.^{to} António
 na ermida de S.^{to} António
 Devoção de N.^a Sr.^a do Livramento
 na ermida de N.^a Sr.^a do Livramento
 Porto da Cruz
 Porto do Moniz
 Porto Santo

Prazeres
 Ribeira Brava
 Ribeira da Janela
 Santana
 Santa Cruz
 Santa Luzia
 Santa Maria Maior
 Santo António
 São Gonçalo
 São Jorge
 São Martinho
 São Roque
 São Roque do Faial
 São Vicente
 Sé
 Seixal
 Serra de Água
 Tabua

Arquivos das Misericórdias

Misericórdia da Calheta
 Misericórdia do Funchal
 Misericórdia de Machico
 Misericórdia do Porto Santo
 Misericórdia de Santa Cruz

Coleções

Memórias históricas 1725-1794

Nos anos de 1997-1998, sem prejuízo da valorização e divulgação dos fundos à sua guarda, inclusive por meio da publicação de fontes, o ABM empenhou-se em contribuir para o tratamento, a preservação e a disponibilização ao público do espólio documental existente fora da sua alçada. Abriu-se à colaboração com proprietários privados de documentação de valor histórico e cultural reconhecido, não excluindo *a priori* do seu interesse nenhuma parcela do património arquivístico da Madeira e Porto Santo. De entre os arquivos privados, atendeu nomeadamente aos arquivos religiosos, considerados como especialmente relevantes: os da Igreja Católica (desde logo em virtude das volumosas séries de registos paroquiais e de documentação das confrarias incorporadas no ABM) e os da Igreja Anglicana e da Igreja Presbiteriana, com documentação igualmente depositada no ABM.

Na história da Madeira, o episódio do proselitismo calvinista do Dr. Kalley, embora

curto (1838-1846), quase desmentiu a análise de Salazar acima reproduzida. Ao carisma e à filantropia daquele missionário e médico ficou a dever-se, em grande parte, o êxito da sua pregação, assinalado como excepcional pelos seus correligionários: “The Gospel made from 1838 to 1850 such remarkable progress in Madeira, that the work has been called ‘the greatest fact of modern missions’ [Entre 1838 e 1850, o Evangelho fez tão notáveis progressos na Madeira, que esta obra já foi considerada ‘o maior facto da moderna missionação’]” (*The Home and Foreign...*, maio 1862, 194). Porém, a declarada animadversão que veio a substituir a simpatia e o prestígio inicialmente alcançados pelo Dr. Kalley e os condenáveis excessos que acabaram na sua fuga e no exílio de muitos madeirenses convertidos à doutrina calvinista, nas Índias Ocidentais e depois em Illinois (EUA), tiveram origem na irreprimível reação popular ao estilo de exacerbado ardor apostólico que ele progressivamente assumiu. O pregador escocês obteve por fim, a instâncias do Governo britânico, o pagamento pela Coroa portuguesa de uma indemnização de 1574,7 *schillings* pelos danos consideráveis causados por populares amotinados na sua livraria e na sua residência em 1846, mas nunca regressou à Madeira.

Com essa marcante exceção – que teve aliás um vibrante contraponto na personalidade e na ação notáveis (1881-1916) de Mary Jane Wilson, enfermeira anglicana convertida ao catolicismo e fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de N.ª Sr.ª das Vitórias, cujo denodo heroico em evangelizar, educar e socorrer crianças, jovens e doentes (em especial por ocasião da epidemia de varíola de 1907) lhe valeu a condecoração, pelo Rei D. Carlos, com a Ordem da Torre e Espada e o epíteto de “Boa Mãe”, atribuído pelos madeirenses –, a generalidade dos estrangeiros, residentes ou visitantes, não exercia qualquer proselitismo. Bastava particularmente aos Ingleses o “completo e absoluto domínio” (SILVA e MENEZES, 1998, II, 166) do arquipélago, que se foi acentuando no decurso dos sécs. XVII a XIX no comércio (sobretudo dos vinhos) e no movimento do porto

do Funchal, na ocupação militar do território, no gozo dos avultados privilégios decorrentes do controvertido tratado de Methuen, e outros, *e.g.*, um juiz privativo, o chamado conservador dos Ingleses (extinto em 1842); uma enfermaria britânica no hospital do Funchal; e ainda a cobrança de direitos sobre os bens exportados da Ilha.

Por inclinação e por atitude, lê-se ainda no *Elucidário Madeirense*, os Ingleses viviam muito entre si, sem embargo das aspirações que pudessem ter à posse deste arquipélago e das alegadas tentativas do seu Governo nesse sentido. Devem-se a um súbdito britânico, o poeta irlandês Thomas Moore (28/05/1779-25/02/1852), certos versos, que parecem dar voz a tais aspirações, mostrando ao mesmo tempo com que sensibilidade o povo britânico soube compreender e amar a natureza da Ilha. Esses versos constam da folha de rosto do primorosamente ilustrado guia para uso de viajantes e inválidos *A Sketch of Madeira*.

“Só por fins do século XVI é que a colónia inglesa foi engrossando e começou a ter verdadeira importância” (*Id.*, *Ibid.*, 165), justificando a abertura de um consulado (em 1658) e de uma feitoria (1774-1838). Porém, as igrejas inglesas datam apenas do séc. XIX. A igreja anglicana da R. da Bela Vista, acabou de construir-se em 1822, a expensas da feitoria e dos ingleses comerciantes de vinho. Divergências religiosas de monta entre os ingleses residentes na Madeira originaram a abertura, em 1848, na R. dos Aranhas, e a permanência durante 33 anos de uma segunda igreja anglicana, que Fernando Augusto da Silva filiava na seita dos ritualistas e da qual foi capelão o botânico Richard Thomas Lowe, um dos prestigiados naturalistas ingleses “cujos trabalhos não podem nem devem ser esquecidos pelos madeirenses” (*Id.*, *Ibid.*, 167). A Scot’s Kirk, “aberta em 1842 numa casa à travessa do Surdo” (*Id.*, *Ibid.*, 137), transitou para o edifício próximo do Jardim Municipal, na R. do Conselheiro Silvestre Ribeiro, em 1860. A construção do novo templo foi muito comentada: “It is much admired for its situation and architecture [É muito admirado pela sua localização e

a sua arquitetura]” (*The Home and Foreign ...*, 2 jan. 1860, 134). No decurso dos sécs. XIX e XX, surgiram diversas igrejas protestantes no Funchal, em Machico, na Ribeira Brava e no Santo da Serra.

Atentos ao interesse renovado pela documentação eclesiástica, e ainda à renovada consciência da função pastoral desta no quadro da Nova Evangelização desejada por S. João Paulo II, o secretário regional do Turismo e Cultura e D. Teodoro de Faria, por iniciativa deste e sendo arquivista diocesano o P.^o Orlando Moisés de Freitas Morna, acordaram encarregar Maria da Cunha Paredes, arquivista do ABM, de prestar apoio técnico ao ACDF.

A parceria entre a Secretaria Regional de Turismo e Cultura e a Diocese do Funchal com vista à salvaguarda e valorização do património documental diocesano enquadrava-se nos objetivos estratégicos do Governo Regional da Madeira, fundando-se, entre outros considerandos, no reconhecimento das históricas relações privilegiadas da Igreja Católica com o povo português, em particular com os madeirenses. Estava também em sintonia com assinaláveis iniciativas arquivísticas da própria Igreja, como a abertura aos investigadores do Arquivo do Vaticano e a criação de uma escola de paleografia e diplomática anexa ao mesmo, com o interesse pelos arquivos eclesiásticos manifestado por S. João Paulo II, primeiro Papa que visitou a Diocese (1991), em cartas dirigidas em 1995 e 1997 à Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja: neles via tema de diálogo da Igreja com a humanidade, motivo de meditação sobre a ação da Providência divina na história e instrumento pastoral autêntico. O acordo resolvido por D. Teodoro de Faria e João Carlos Abreu atendia às orientações da carta circular da referida Comissão Pontifícia sobre “A função pastoral dos arquivos eclesiásticos”, nomeadamente para o “potenciamento ou instituição do arquivo histórico diocesano”, a “mútua colaboração com as entidades civis”, a promoção de “orientações comuns das Conferências Episcopais” em favor dos arquivos, a “assunção de pessoal qualificado” e a “regulamentação dos arquivos”, em ordem

à “promoção da pesquisa histórica” (COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA, 1997).

Estando já em plena vigência o acordo de prestação de apoio técnico ao ACDF, a CEP formulou os seus “Princípios e orientações sobre os bens culturais da Igreja”, confirmando serem tais bens instrumento da missão salvífica de Jesus, que cabe à Igreja continuar, e testemunho da tradição: salientou como “primeira obrigação” da mesma Igreja a “cuidada inventariação do património móvel” (art.º 13), mencionou expressamente o património documental e os arquivos (art.º 25 e art.º 26), reivindicando o respeito pelo direito de propriedade da Igreja, a aceitação dos critérios de utilização por ela definidos (art.º 17), e, como responsabilidade própria, a formulação de normas e legislação para a consulta dos mencionados arquivos (art.º 25 e art.º 26). As orientações da CEP obedecem ao estatuído no *Código de Direito Canónico (CDC)* promulgado em 1983 – concretamente, no liv. II: Do povo de Deus, pt. II, tít. III, cap. II (Da cúria diocesana), art. 2 (Do chanceler e dos outros notários e dos arquivos). Por seu lado, o ABM definiu e divulgou os critérios da prestação de apoio técnico a privados: disponibilidade de pessoal qualificado do ABM; valor histórico e cultural reconhecido do fundo ou coleção em causa; iniciativa e mobilização de recursos próprios pelo privado interessado; complementaridade da documentação em causa relativamente ao acervo do ABM; possibilidade de rentabilização e valorização do trabalho desenvolvido por técnicos do ABM nas áreas de referência de informação e de tratamento documental; prossecução de trabalhos iniciados sob anteriores direções do ABM. Assim, a prestação de apoio técnico ao ACDF foi mantida com o desempenho de várias individualidades: João Carlos Abreu, Conceição Estudante; João Henrique da Silva, Ricardo Velloza, Fátima Barros e Luís Miguel Jardim na direção do ABM.

Quando D. António José Cavaco Carrilho assumiu a mitra do Funchal (2007), ficou o ACDF sob a alçada do vigário episcopal para a administração e património, Cón. Carlos Duarte

Lino Nunes. Em 2014, foi nomeado chanceler da cúria diocesana o Cón. João Duarte Rodrigues Pita de Andrade, em razão da dispensa do Cón. Francisco Xavier Gomes Ribeiro, por razões de idade e a pedido do próprio. No mesmo ano e por igual modo foi dispensado o arquivista diocesano.

A prestação de apoio técnico ao ACDF tinha inicialmente como objetivos imediatos: a microfilmagem da documentação histórica conservada no paço episcopal, depois transferida para as instalações do ACDF e que constituía parte significativa do espólio deste; a identificação e a microfilmagem dos registos sacramentais em falta no ABM; a organização e a descrição do espólio do ACDF na perspetiva da arquivística contemporânea. Considerada a grande utilidade da microfilmagem e da digitalização (a par da classificação), para facilitar o acesso a fundos dispersos, a partir de 1987 outro órgão do Governo da Região Autónoma da Madeira, o Centro de Estudos de História do Atlântico, microfilmou e digitalizou várias documentação respeitante à Madeira e ao Porto Santo conservada no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e na Torre do Tombo, nomeadamente os fundos do Convento de S.^{ta} Clara do Funchal e do cabido da Sé. Em 2011, o ABM iniciou a digitalização de microfilmes de documentos madeirenses conservados no AHU, muitos dos quais relacionados com os arquivos da Igreja do Funchal.

Foram microfilmados 190 livros, 10 processos e 437 documentos, que ficaram disponíveis para consulta no ABM. O respetivo catálogo foi elaborado pelo técnico do ABM Jorge Valdemar Guerra com base no *Índice* da autoria do já referido arquivista diocesano, e foi publicado no boletim *Arquivo Histórico da Madeira*.

Foram identificados fundos, séries e documentos avulsos, foi elaborada a proposta de classificação dos arquivos diocesanos acima apresentada; foram transcritos diversos documentos, nomeadamente as bulas do bispado e dos bispos, que o arquivista diocesano traduziu e cujos sumários a arquivista do ABM elaborou. Para além do arquivista diocesano, colaboraram, por parte da Diocese do Funchal,



Fig. 3 – Folha de rosto do Livro da Confraria dos Escravos de N. Senhora do Monte..., 1750 (ABM).

Leonor Camacho (1997-2004), Otilia Ferreira (1997-2009) e Élvio Sousa (2005-2007). A arquivista do ABM indigitada foi incumbida da orientação técnica, particularmente da classificação, bem como da transcrição de documentos. Foram identificados e microfilmados 32 livros e 34 cadernos de registos sacramentais que estavam em falta no ABM, e a este foram ainda emprestados alguns livros para elaboração de índices dos registos sacramentais (2002-2005).

Os arquivistas citados elaboraram inventários preliminares da documentação incorporada no ACDF entre 1999 e 2009, proveniente de diversas paróquias (Achadas da Cruz, Assomada, Boaventura, Calheta, Curral das Freiras, Fajã da Ovelha, Seixal, São Jorge, Paul do Mar, Ponta Delgada, Ponta do Pargo, Ponta do Sol, Porto Santo, Quinta Grande, São Gonçalo, São Pedro, São Vicente, Seixal, Tabua). Tais inventários serão, a seu tempo, adaptados às normas internacionais de descrição arquivística (ISAD(G)). Foram transcritos, entre outros, documentos históricos

do arquivo da paróquia de N.^a Sr.^a da Piedade da ilha do Porto Santo, que foram publicados. Em 2012-2013, com a anuência do diretor regional dos Assuntos Culturais, João Henrique Silva, a arquivista do ABM pôde dedicar mais tempo ao ACDF para tratar os arquivos dos bispos D. David de Sousa e D. João António da Silva Saraiva, contributo solicitado à Diocese do Funchal para o projeto do Comité Pontifício de Ciências Históricas Archivi dei Padri del Concilio Vaticano II. Por decreto de D. António Carrilho de 27 de setembro de 2014, o arquivista diocesano foi dispensado, a seu pedido, por razões de idade, das suas funções; em dezembro do mesmo ano, o Cón. José Fiel de Sousa, vigário geral da Diocese, solicitou a continuação da prestação de apoio técnico ao ACDF por parte da mesma arquivista do ABM.

A par do trabalho desenvolvido no ACDF, intensificou-se, a partir do final da déc. de 1990, o tratamento dos fundos eclesiásticos incorporados no ABM: sucederam-se a publicação do catálogo da documentação de confrarias e irmandades e da série *Índices dos Registos Paroquiais* do boletim *Arquivo Histórico da Madeira*; procedeu-se à digitalização (a partir de 2006); e realizou-se o lançamento em base de dados e a disponibilização em linha dos registos de batismos, casamentos e óbitos dos vários concelhos deste arquipélago. A supracitada arquivista empenhou-se ainda em obter que a bibliotecária, Lígia Gonçalves Teixeira, auxiliada por Lurdes Henriques, inventariasse as coleções de livros antigos da Biblioteca da Cúria Diocesana e da paróquia de S. Pedro, tendo sido proposta a integração na referida biblioteca dos livros dessa paróquia, com vista à formação da Livraria Antiga diocesana. Em 2013, o ABM disponibilizou Sofia Bettencourt da Silva para proceder à catalogação dos livros antigos da Biblioteca da Cúria.

O CDC subordina a consulta ou retirada de documentos do arquivo histórico de cada diocese às “normas estabelecidas pelo bispo diocesano” (can. 491): o ACDF foi dotado por D. Teodoro de Faria de normas de consulta, atualizadas no episcopado de D. António

Cavaco Carrilho (5 de fevereiro de 2013). A partir de 1997, a parceria com a Direção Regional dos Assuntos Culturais e o Arquivo Regional da Madeira facilitou a disponibilização aos investigadores autorizados pelo bispo diocesano da documentação do ACDF, nos termos dessas normas. O Papa Francisco, em entrevista concedida a Henrique Cymerman em junho de 2014, deu resposta a questões que se levantam relativamente ao acesso aos arquivos eclesiásticos, afirmando, a propósito da abertura dos arquivos do Vaticano relacionados com a Shoah, que os arquivos devem estar ao serviço da história, e a ela trarão muito esclarecimento; que a sua abertura não levanta dificuldades, desde que se cumpram os prazos e trâmites previstos nos acordos internacionais. O desejado acesso aos fundos, tanto nos arquivos eclesiásticos como na generalidade dos arquivos privados (e públicos), requer meios materiais e técnicos habilitados; por outro lado, é lícito precaver o uso de uma sã hermenêutica no estudo da documentação, condição *sine qua non* de isenção e rigor na interpretação dos factos históricos: não é em vão que “tanto o Código de Direito Canónico pio-benedictino como o de 1983 deixam aos diversos organismos eclesiásticos uma ampla liberdade em termos de gestão dos seus arquivos” (ROSA, 2000, 119).

Em outubro de 2003, foram microfilmados pelo Serviço de Preservação, Conservação e Restauro do ABM os seguintes registos vitais, cujos originais não foram incorporados no ABM: registos de batismos 1848-1998; registos de casamentos 1848-1938; registos de óbitos 1848-1935. Foram traduzidos pelo antigo diretor do ABM, Luís de Sousa Mello. Foram também traduzidos por Luís Mello, não a partir dos originais, mas sim da “cópia de dois originais, que não conhecemos, amavelmente cedida por John Grant, Assessor da referida Igreja, em 18-03-2004”, o registo consular de casamentos 1800-1836 e o registo consular de enterramentos e óbitos 1809-1836: “os falecidos são normalmente sepultados [no] ‘Old British Burial Ground’, também chamado de ‘British Residents Burial Ground’, e no ‘New British Burial Ground’, conjunto que forma o Cemitério Inglês, em S. Paulo, Funchal.

No entanto, houve exceções, que vão devidamente anotadas” (MELLO, 2004, 74). A licença de construção do aludido cemitério privado foi emitida em 1761; contudo, só em 1767 foi adquirido o terreno necessário, realizando-se a obra em 1808. Em janeiro de 2015, por iniciativa de dois cidadãos britânicos, William Weston e John Wroughton, que para o efeito procuraram o diretor do ABM, Luís Miguel Jardim, estabeleceu-se um diálogo com vista à prestação de apoio técnico e à digitalização de documentação do arquivo da Igreja Anglicana do Funchal, encarregando-se William Weston de proceder à necessária tarefa de identificação e descrição prévia.

Existem três grupos principais de documentos referentes a Ingleses no estrangeiro: de nascimentos e batismos, de casamentos, e de óbitos e enterros. Todos contêm alguns documentos de eventos que ocorreram no mar: 1) registos enviados ao bispo de Londres por via eclesiástica, e disponíveis para consulta no London Metropolitan Archives; 2) registos voluntariamente depositados junto do Registrar General em Londres, e que podem ser consultados no The National Archives; 3) termos incorporados anualmente pelo Registrar General em Londres, em conformidade com as leis britânicas, muitos dos quais elaborados pelos cônsules e capelães em comissão de serviço no estrangeiro. São conservados pelo Registrar General, que emite certidões, mas existem alguns duplicados no The National Archives.

Em 1989, foram incorporados no ABM, por iniciativa do pastor Duque Estrada, os seguintes livros da Igreja Presbiteriana do Funchal: *Register of Births & Baptisms in connection with Presbyterian Church in Madeira 1844-1969*; *Register of Marriages in connection with Presbyterian Church in Madeira 1845-1931*; *Register of Deaths & Burials in connection with Presbyterian Church in Madeira 1844-1969*. Os registos de casamento não foram lançados em conformidade com um critério uniforme, verificando-se serem frequentemente omitidos dados como a filiação, a idade e a naturalidade dos nubentes; os registos de óbitos e enterramentos nem sempre foram lançados por ordem cronológica. Do

fl. 17v. do *Register of Deaths & Burials...* consta o seguinte: “On the resignation of the rev. John Munn Allan in April, 1883, a lay evangelist was appointed to preach to the Portuguese, but no minister was sent to the Scots Congregation till the rev. A. Drummond Paterson opened services in January 1892 [Por o Rev. Johnn Munn Allan ter pedido a sua demissão em abril de 1883, foi nomeado um evangelista leigo para pregar aos Portugueses, mas não foi enviado qualquer ministro à congregação dos Escoceses até o Rev. Drummon Paterson iniciar os seus serviços, em janeiro de 1892]”. Luís de Sousa Mello elaborou resumos destes registos, que ficaram acessíveis no ABM.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Governo Civil do Funchal, liv. 235, *Livro das Eleiçoes da Confraria de Nossa Senhora da Soledade...*, 1800; *Ibid*, Juízo do Resíduo e Capelas, cx. 77 n.º 1, *Capella Que Instituto Antonio Favilla, Maria Favilla e Duarte Mendes de Vasconcellos*, fls. 87v. e 91-91v.; *Ibid.*, Misericórdia do Funchal, liv. 537, *Livro de Receita e Despeza da S^a Caza da Miã e Hospital...*, 1679; ACDF, Arquivo da Paróquia de São Jorge, liv. 19, 3.º *Livro de Provimentos e Visitação 1765-1830*, pp. 66-68; *Ibid.*, Arquivo do Bispado, cx. 8A, *Carta do Vigário Capitular José Manuel da Costa Andrade ao Rei*, 30 set. 1820; *Ibid.*, Arquivo do Bispado, *Inventário de Todos os Papéis, Livros e mais Objetos Que e Achão na Camara Ecclesiastica do Bispado do Funchal Tomado em virtude da Portaria do Exm.º e Revm.º Senhor Bispo Elleito e Seu Vigario Capitular o Senhor Dom Januario Vicente Camacho, Dactada de 9 de Janeiro deste Anno*, 1841; *Ibid.*, Arquivo do Bispado, liv. 68, fl. 2v.; *Ibid.*, Arquivo do Bispado, *Registo Geral da Câmara Ecclesiastica do Funchal Livro 8º 1838-1841*, liv. 160, fls. 44v.-45; *Ibid.*, Arquivo do Cabido da Sé, *Livro dos Termos da Confraria do Glorioso Patriarca o Sr. S. Jozeph Ereta na Catedral da Santa Sé Sendo Escrivão della Ant.º Glz Me. de Offsio de Pedriro*, 5 jul. 1758-19 mar. 1825; *Ibid.*, Arquivo do Cabido da Sé do Funchal, liv. 49; *Ibid.*, Arquivo do Cabido da Sé do Funchal, Tombo do Cabido, liv. 104, n.n. (“Alvará” de D. Luís Figueiredo de Lemos, 1568 e “Alvará” de D. Gaspar Afonso da Costa Brandão); **impresa:** ABREU, José Paulo Leite de, *A Igreja e os Seus Arquivos: Direito Canónico e Outras Normas*, Lisboa, texto policopiado, 1997; *Id.*, *O Estado e os Arquivos da Igreja: Legislação em vigor e Possibilidades de Colaboração*, Porto, texto policopiado, 1998; AGOSTINHO DE HIPONA, *A Cidade de Deus*; ARQUIVO REGIONAL DA MADEIRA, *Misericórdia do Funchal* (3 coleções de postais), Funchal, DRAC, s.d.; BRUNET, Jean-Louis, *Le Parfait Notaire Apostolique et Procureur des Officialitez, Contenant les Regles et les Formules de Toute Sorte d'Actes Ecclesiastiques, Qui Sont Passez tant par les Notaires, que par les Secretaires des Prelats et Superieurs Ecclesiastiques, par les Curez & Vicaires, par les Patrons & Collateurs des Benefices, par les Universitez, par les Greffiers des Chapitres, & Autres en Matière Ecclesiastique; avec Une Instruction sur la Procedure des Officialitez; le Tout conformement aux Nouveaux Edits, Declarations, Arrêts et Reglemens, à la Jurisprudence, & à l'Usage Moderne. Augmenté du Traité de la Reception des Testamens par les Curez & les Vicaires*, Paris, Claude Robustel, 1730; “Câmara/Dir. Ecles./Câmara Ecclesiástica”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 5, Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, s.d., p. 554; “Catálogo dos registos paroquiais, índices dos registos de casamentos das paróquias do arquipélago da Madeira”, *Arquivo Histórico da Madeira*, Sér. Índices dos Registos Paroquiais, vols. I-XVI, 2000-2005; “Chancelaria”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 6, Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, s.d., pp. 593-594; *Código de Direito Canónico*, 1983; COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA, *A Função Pastoral dos Arquivos Ecclesiásticos*, 1997; CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Princípios e Orientações sobre os Bens Culturais da Igreja*, 2005; *Constituições Synodaes do Bispado do Funchal com as Extravagantes novamente Impressas por Mandado de Dom Luis de Figueiredo de Lemos Bispo do Dito Bispado*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1601; CORREIA, Fernando da Silva,

Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas: Estudos sobre a História da Assistência, Lisboa, Henrique Torres Editor, 1944; COSTA, Avelino de Jesus da, "Arquivos eclesiásticos portugueses", in ANDRADE, António Alberto Banha de (dir.), *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Resistência, 1980; FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, *A Sé do Funchal*, Funchal, JGDFA, 1963; FERREIRA, Maria de Fátima Araújo de Barros et al., *Arquivo Histórico da Madeira: Guia do Arquivo Regional da Madeira*, Funchal, Arquivo Regional da Madeira, 1997; GÁSPAR, João Gonçalves, "Arquivos diocesanos: o caso da cúria de Aveiro", Lisboa, texto policopiado, 1997; GIGANTE, José António Martins, *Instituições de Direito Canónico*, 3.ª ed., Braga, Tip. da Oficina de S. José, 1955; GREGORY, Desmond, *The Beneficent Usurpers. A History of the British in Madeira*, s.l., Associated University Press, 1988; GUERRA, Jorge Valdemar, "Catálogo dos microfílm dos documentos do Arquivo do Paço Episcopal do Funchal", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. xxii, 1999, pp. 225-247; HARCOURT, Edward Vernon, *A Sketch of Madeira, Containing Information for the Traveller, or Invalid Visitor*, London, John Murray, 1851; *The Home and Foreign Record of the Canada Presbyterian Church*, vol. 1, n.º 7, maio 1862; *The Home and Foreign Record of the Free Church of Scotland*, 2 jan. 1860; JARDIM, Gastão, "Confrarias e irmandades no Arquivo Regional da Madeira: catálogo documental", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. xxii, 1999, pp. 11-183; MELLO, Luís de Sousa, *Registos Vitais – Igreja Inglesa, Consulado Britânico, Igreja Presbiteriana da Madeira, Administração do Concelho do Funchal, Câmara Municipal do Funchal*, s.l., texto policopiado, 2004; OLIVEIRA, Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, União Gráfica, 1940; *Id. As Paróquias Rurais Portuguesas: Sua Origem e Formação*, Lisboa, União Gráfica, 1950; PAREDES, Maria Favila Vieira da Cunha, e MELLO, Luís de Sousa, *Arquivo Histórico da Madeira: Sonho da "Ilha Afortunada" e Memórias de Tempos Difíceis: Documentos Históricos da Ilha do Porto Santo*, Funchal, Arquivo Regional da Madeira, 2005; ROSA, Maria de Lurdes, e PENTEADO, Pedro, "Arquivos eclesiásticos", in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 118-133; *Id.*, "Os arquivos eclesiásticos em Portugal: ponto da situação", *Memoria Ecclesiae*, n.º 16, 2000, pp. 121-134; SÁ, Isabel dos Guimarães, e LOPES, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; VALENTE, David, "Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal: contributo para a história da sua formação", *Lusitania Sacra*, 2.ª sér., n.º 16, 2004, pp. 481-510; **digital**: AGÊNCIA ECCLESIA, "O entendimento dos bispos portugueses foi confirmado pelo Vaticano", *Misericórdia: Espaço de Reflexão sobre a União das Misericórdias Portuguesas*, 31 out. 2010: http://u-misericordias.blogspot.pt/2010_10_01_archive.html (acedido a 25 fev. 2015); SIC NOTÍCIAS, "A entrevista do Papa Francisco na íntegra", *SIC Notícias*, 13 jun. 2014: <http://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2014-06-13-a-entrevista-do-papa-francisco-na-integra> (acedido a 4 mar. 2015).

MARIA FAVILA VIEIRA DA CUNHA PAREDES

Arraiais e romarias

Nas sociedades agrárias, sempre existiram cultos, e praticaram-se ritos, associados às forças mágicas, que o Homem julgava controlarem a natureza e a existência humana. Estes rituais de purificação e de apelo à fertilidade estavam intimamente ligados às diferentes estações do ano, nomeadamente as cerimónias de expulsão do inverno, as de celebração da chegada da primavera e as de comemoração do final do ciclo agrícola. Os meses de verão – junho a setembro –, época das colheitas, eram meses festivos por excelência. Tratava-se da recompensa final pelo árduo trabalho realizado ao longo

do ciclo agrícola anual, sendo, portanto, uma época de plenitude, de alegria, de festa.

Muitos destes rituais profanos foram absorvidos pelo cristianismo, que os transformou em solenidades religiosas, embora sagrado e profano continuem a conviver no mesmo espaço, misturados numa amálgama de crenças e rituais.

As romarias são celebrações religiosas de invocação divina ou em honra de um santo, patrono de uma localidade, ou de um santuário. Distinguem-se das outras festas religiosas pelo carácter de peregrinação do percurso efetuado pelo povo até ao santuário, antigamente a pé, por caminhos íngremes e atalhos.

No arquipélago da Madeira, tal como no resto do país, em todas as paróquias celebram-se estas festas religiosas, as quais são consagradas a Deus, ao Espírito Santo, a Nossa Senhora e aos santos e santas, representados por uma relíquia – fragmento ou objeto – ou por uma imagem.

Estas celebrações tinham origem usualmente na crença do povo em lendas populares, podendo também ter sido introduzidas pelos primeiros colonizadores, que trouxeram consigo os seus santos, detentores de poderes milagrosos, tornando-os protetores de determinadas localidades.

A sua história, no entanto, reporta-se a tempos muito remotos, a cultos ancestrais e a crenças anteriores ao cristianismo, que se mantiveram apesar das normas oficiais religiosas as terem adaptado e transformado. A construção dos primeiros templos religiosos teve lugar, muitas vezes, na proximidade de antigos santuários pagãos, e algumas lendas estão associadas implícita ou explicitamente a antigas divindades.

Parece existir efetivamente uma continuidade entre o dinamismo popular que se exprime nas romarias e as formas religiosas que precederam o cristianismo. A localização dos santuários junto dos antigos lugares de culto, as lendas dos santos – e o seu culto –, associados aos elementos naturais (rochedos, mar, fontes, árvores), a permanência de certos itinerários e gestos rituais, a intensidade do

sentimento da natureza, que leva oromeiro a ver a sede do sagrado mais na globalidade de um sítio, cuja harmonia aprecia e celebra, do que nos limites estreitos do santuário, a tendência, historicamente atestada pela Igreja, para celebrar “junto das árvores” e “no campo” são elementos que nos obrigam a interpretar o comportamento dosromeiros em referência a gestos e, sem dúvida, a complexos rituais abolidos (SANCHIS, 1983, 325).

As romarias realizam-se usualmente aos fins de semana e constituem um período de descanso, uma pausa no trabalho quotidiano. Eram organizadas pelos festeiros, mordomos ou cabeças, às suas custas, por uma comissão de festeiros, com dinheiro seu e esmolos dos fiéis, ou, ainda, pelas confrarias. Para ajuda à celebração de algumas festas, eram recolhidas, durante o ano, esmolos espontâneas dos fiéis, em pequenas caixas patentes nas igrejas. Nas dependências de algumas igrejas, conservaram-se alguns exemplares dessas antigas caixas, umas de arrecadar e outras de receber esmolos, tendo as primeiras proporções de verdadeiras arcas com ferragens. Quando utilizadas para receção de esmolos, possuíam uma fenda de mealheiro. Algumas serviram

também para cofre de confrarias e da fábrica ou administração das igrejas.

Os gastos com as festas incluíam os custos com o pessoal necessário às cerimónias do culto, as ornamentações e a iluminação do templo, do adro e dos arredores, o fogo de artifício e a música do arraial. Era comum os festeiros serem emigrantes que vinham à sua terra natal em cumprimento de promessa ou devoção e que ostentavam a sua riqueza com elevados gastos.

Inicialmente nas mãos do povo, aos poucos e poucos a mordomia das festividades foi entregue pela Igreja aos párocos, numa tentativa de sobrepôr os rituais sagrados aos rituais profanos, tendo em algumas festas desaparecido a figura do chamado festeiro.

Para cobrir as despesas da festa, era montada uma barraca com comes e bebes, a designada casa de chá, costume que se manteve posteriormente. São usualmente as mulheres, que colaboram voluntariamente com a Igreja, que ali vendem iguarias confeccionadas por si e doadas à Igreja para angariar receitas. É também montado um bazar, a designada copa, onde são colocadas as oferendas, cujas receitas, obtidas em leilão, revertem a favor



Fig. 1 – Cortejo de oferendas na festa de S. Pedro, na Ribeira Brava (fotografia de Foto Perestrellos, c. 1950).

da Igreja. Antigamente, era também habitual venderem-se sortes de papel. Os registos constituem outra fonte de receitas. O peregrino compra à Igreja a imagem de um santo, em papel, o chamado registo, o qual era costume os homens ostentarem no chapéu, durante a festa, em sinal de devoção, levando-o depois para casa, como proteção.

Nestes dias, a igreja está decorada exteriormente com plantas, nomeadamente o louro, a murta, o buxo e a giesta, e o seu interior com alegra-campo e flores da época, costume este provavelmente com origem pagã, pois também se oferecia a Ceres – deusa romana da agricultura – louro, murta, alecrim e rosmaninho, durante as festas das colheitas.

Na véspera, à noite, o frontispício da igreja é iluminado com cordões de luzes, que se desdobram em gambiarras ao longo dos caminhos do local da festa. Antigamente, a iluminação era assegurada por geradores volantes, por fogos naturais de azeite em tijelas coloridas, escamas de cebola, valvas, e, embora mais raramente, por meio de velas de estearina dentro de balões de papel.

Os rituais religiosos incluem missas, novenas, confissões e a procissão. No dia da festa, após a missa, sai o cortejo religioso – a procissão –, acompanhado da imagem do patrono, no qual participam as confrarias da paróquia, que usualmente trajam opas de seda no Sul (segundo alguns autores, esta tradição será uma reminiscência dos fidalgos e senhores), e de lã e baeta no Norte, distinguindo-se, assim, do povo. As crianças que celebram a primeira comunhão naquele ano vão vestidas de anjos, outras com trajes regionais, e distribuem pétalas de flores durante o percurso. O adro e as vias públicas por onde passa a procissão são ornamentados com bandeiras, arcos de verdura e flores.

Em tempos idos, entravam neste cortejo religioso representações de carácter profano, nomeadamente de determinados ofícios e mesteres. Segundo as descrições de alguns autores, na procissão do Corpo de Deus chegaram a ser introduzidos disfarces, alegorias históricas, folias e danças, rituais que teriam

sido reprimidos pela Igreja e, por isso, extinguidos. Destes rituais profanos, ter-se-ia conservado, até mais tarde, a designada dança das espadas, com tradição na festa de S. Pedro, no concelho da Ribeira Brava.

Em algumas freguesias, em especial do concelho do Funchal, as casas do itinerário da procissão desdobravam para a rua, pendentes das janelas e sacadas, colchas de seda e damasco, saídas das arcas especialmente para aquela ocasião, costume que terá sido introduzido pelos nobres na época da colonização.

Dentro da igreja, é costume os fiéis beijarem o santo festeiro, numa espécie de bênção propiciatória, simbolizando a aceitação do seu poder milagroso. Os romeiros, para pagarem as promessas feitas em momentos de aflição, fiéis aos seus votos, vão muitas vezes levar, junto ao altar, as suas preces e as ofertas devidas à imagem da sua predileção.

As dádivas dos fiéis têm diferentes formas: oferta de ex-votos em cera, com a forma de partes do corpo que foram curadas, novenas, queima de círios, doação de bens e sacrifícios.

Segundo alguns autores, as festas onde ocorriam mais romeiros no cumprimento das suas promessas seriam as do Monte, de Ponta Delgada, de Machico e do Loreto. Viam-se homens carregando pesadas barras de ferro, e mulheres de joelhos nus, arrastando-se pelas pedras da calçada ou subindo íngremes degraus, como era tradição na escadaria de acesso à igreja de N.^a Sr.^a do Monte.

Para além da perspectiva espiritual, traduzida na devoção do povo, as romarias foram sempre ocasiões e pontos de encontro das populações da freguesia com as outras que acorriam aos locais da romagem, proporcionando momentos de convívio, troca de notícias, estabelecimento de laços comerciais e de amizade, e, muitas vezes, compromissos de casamento. As raparigas aproveitavam as festas para estrear os vestidos e sapatos novos, e os rapazes para exibirem os seus dotes físicos, em jogos, rituais, lutas ou outras proezas, estreitando-se os laços afetivos. Lugar de uma socialização intensa, mas fugaz, dominada pela liberdade relativamente às regras, o arraial permitia

encontros cuja significação erótica era com frequência particularmente marcada.

A par da estrutura familiar e social e da estrutura económica, com as suas tecnologias e atividades profissionais, as festas ocupam um lugar fundamental, pelo papel que desempenham e pela enorme diversidade de aspetos que as caracterizam.

Embora todas as freguesias tenham as suas festividades religiosas e possuam características semelhantes, inerentes às celebrações religiosas comuns, a identidade de cada comunidade é revelada na ornamentação do espaço e nas diferenças que assumem os rituais religiosos e profanos em cada localidade, que constituem motivo específico de atração para os romeiros.

De entre as romarias mais concorridas do arquipélago, procuramos descrever aquelas que consideramos possuírem traços específicos interessantes, e por vezes únicos, relacionados com os rituais de carácter religioso (promessas, oferendas e procissão) ou com os rituais profanos, nomeadamente o arraial: a festa de Nossa Senhora do Monte, no Funchal, a festa dos Milagres, em Machico, a festa de Nossa Senhora da Piedade, no Caniçal, a festa de Nossa Senhora do Livramento, no Curral das Freiras, a festa da Ascensão do Senhor, na Ponta do Sol, as festas do Santíssimo Sacramento, em diferentes localidades, a festa de S. Pedro, na Ribeira Brava, e a festa do Senhor Bom Jesus, em Ponta Delgada.

Entre as romarias madeirenses, a mais antiga parece ser a de Nossa Senhora do Faial, fundada, segundo consta, na crença da aparição de Nossa Senhora no local onde foi erguida a igreja. No entanto, a mais concorrida é talvez a do culto de Nossa Senhora do Monte, que se celebra a 15 de agosto. Tem origem na lenda que refere a aparição de uma menina, Nossa Senhora, a uma pastorinha, no sítio do Terreiro da Luta, localizado cerca de 1 km acima da atual igreja. Desde então, foi instituída toda uma devoção, alimentada por diversos milagres, estendendo-se o culto por toda a Ilha.

O culto a Nossa Senhora do Monte parece ser praticado há vários séculos, desde que

Adão Gonçalves Ferreira mandou construir a primitiva ermida de N.^a Sr.^a da Encarnação, tendo ali nascido, em 1470, o culto mariano em honra e louvor àquela que 95 anos depois teria o título de Nossa Senhora do Monte. Este culto foi reforçado com a criação da Confraria dos Escravos de Nossa Senhora do Monte e espalhou-se por toda a Ilha e pelas comunidades de madeirenses emigrados.

De entre todas as romarias, esta é uma das mais concorridas, por ser a da padroeira do Funchal e dos madeirenses, sendo muitas vezes invocada em casos de aflições públicas. O povo considera-a sua protetora e atribui-lhe a sua salvação aquando de muitas calamidades, como aluviões, naufrágios, fomes e doenças, sendo disso testemunho muitos documentos escritos.

De entre os motivos de atração desta festa, destacam-se inúmeras promessas em cera, dinheiro e penitências públicas, que todos os anos são cumpridas no seu santuário.

As velas, ou círios, símbolos de fé e objetos das promessas dos romeiros, são feitas de cera e possuem vários formatos. É comum retratarem partes do corpo humano ou utilizar-se uma vara de cera da mesma altura do peregrino. Antigamente, estas eram colocadas no interior de canas de roca, para chegarem à altura dos peregrinos, sendo ornamentadas com fitilhos de papel azul e vermelho, colocados em espiral. Era habitual ouvirem-se pregões de velas à porta da igreja.

A festa de Nossa Senhora do Livramento, festejada a 8 de setembro, no Arco da Calheta, é também uma romaria que atrai muitos fiéis para cumprimento de promessas. Trata-se de uma festa muito antiga, tendo o seu culto sido introduzido por D. Joana de Eça, donatária de todas as terras do Loreto, no reinado de D. João III.

Sendo o seu arraial muito concorrido, esta é uma das festas nas quais a tradição do fogo preso ainda se mantém viva. As despesas destes festejos são muitas vezes assumidas por emigrantes em cumprimento de promessas. No dia 7, celebra-se a novena e, durante a noite, decorre o arraial. À meia-noite, é lançado

o fogo de artifício. Depois, tem lugar o espetáculo com o tradicional fogo preso, sendo comum a exibição da “velha” e do “velho” e da “roda manhosa” e, no dia seguinte, da tradicional girândola, ao meio-dia, antes da missa e da procissão. Esta é montada num muro, próximo da igreja, em local seguro. É formada por um conjunto de “salvas”, uns paus compridos com pequenos orifícios, onde são introduzidos 21 foguetes.

A “velha” e o “velho” são dois bonecos repletos de artefactos pirotécnicos, que giram à medida que são consumidos pelo fogo. Estas figuras parecem estar relacionadas com antigos rituais associados aos ciclos agrícolas e à renovação da natureza, praticados no nosso país. Era comum o povo fazer um boneco com feixes de trigo, que constituía a personificação da força ativa da vegetação, o qual era lançado à água, de forma a garantir a chuva, ou queimado, e as cinzas espalhadas pelos campos, de modo a assegurar a fertilidade. Estas figuras representavam também a morte do ano velho e a expulsão do inverno, com o consequente renascimento do ano novo e a chegada do verão.

A “roda manhosa” é um artefacto com a forma de uma roda, com vários foguetes, que à medida que são lançados a faz girar.

A festa dos Milagres, em Machico, tem como característica distintiva os fachos (fogueiras), que antigamente eram dispostos ao longo das encostas sobranceiras, em figuras alegóricas e motivos alusivos à festa, e os archotes que figuram na procissão.

Segundo os historiadores, foi em Machico, no sítio da Banda d’Além, que se celebrou a primeira missa na Madeira, por padres franciscanos. Como agradecimento pela nova descoberta, João Gonçalves Zarco mandou construir uma capela, à qual foi dado o nome de capela de Cristo. Anos mais tarde, passou a designar-se capela da Misericórdia, em virtude de ter sido a sede da Santa Casa da Misericórdia.

A 9 de outubro de 1803, o leito da ribeira transbordou, inundando a vila de Machico. As águas invadiram a capela, destruindo-a

parcialmente e arrastando para o mar a imagem de Nosso Senhor na cruz. Segundo a lenda, três dias depois, uma embarcação americana que vinha do Funchal recolheu a imagem, que milagrosamente boiava, a qual foi levada para a Sé do Funchal.

Em 1813, a capela foi reconstruída, e a imagem foi transportada para ali, num escaler, durante a noite, acompanhada por barcos de pesca. Foi recebida pelos pescadores, que transportavam archotes e cantavam hinos ao Senhor. Ainda segundo a lenda, quando os barcos entraram na baía, os sinos tocaram a rebate sem que ninguém os tivesse ativado. Após este acontecimento, a capela passou a designar-se capela dos Milagres.

Em memória do dia em que N.º Sr. dos Milagres protegeu aquela zona da grande aluvião, e pelo facto de a imagem ter sido recuperada intacta, celebra-se, a 8 e 9 de outubro, a festa em sua honra.

O ponto mais alto desta festa é a procissão, que tem lugar no dia 8. A imagem sai da capela, percorre algumas ruas e é levada para a igreja matriz. Duas filas de pescadores, transportando archotes, desfilam em silêncio. Segue-se o andor com a imagem, transportado numa embarcação, seguido pelo bispo, pelos padres e pela banda. Atrás destes, vão os fiéis, com círios ou votos (partes do corpo humano feitas em cera), alguns descalços, que se integram na procissão em cumprimento de promessas.

Durante este ritual, a iluminação pública é desligada, ficando a vila iluminada apenas pelos archotes e pelas velas dos fiéis, que percorrem as ruas da vila de Machico, em silêncio, com devoção. Na chegada à igreja matriz, ouvem-se os sinos, e a imagem é recebida pelo povo com uma salva de palmas.

O traço que distingue a festa de Nossa Senhora da Piedade, no Caniçal, freguesia igualmente pertencente ao concelho de Machico, é também a procissão, que é feita pelo mar, atendendo à devoção e empenho dos pescadores.

Os portugueses prestam culto a N.ª Sr.ª da Piedade, em muitas localidades, desde tempos

remotos. A imagem é usualmente apresentada junto à cruz, com Jesus morto no seu regaço, ilustrando a dor de uma mãe perante a perda de um filho. Na Madeira, a devoção a N.^a Sr.^a da Piedade remonta ao início da colonização.

A capela, construída no séc. XVII, encontra-se localizada no alto do monte Gordo ou da Piedade, estando localizada a cerca de 4 km da igreja paroquial. A autoria da sua construção é incerta, embora alguns historiadores atribuam a sua fundação a Garcia Moniz, primeiro administrador do morgado do Caniçal, ou a algum dos seus sucessores.

A lenda atribui a sua construção à promessa de um grupo de marinheiros. Segundo reza essa tradição, os marinheiros, ao verem o seu navio quase a despedaçar-se contra a costa, teriam prometido construir uma ermida dedicada a Nossa Senhora. Quando a tempestade acalmou e o nevoeiro se dissipou, teriam avisado o monte Gordo e decidido construir ali a dita capela, em honra a N.^a Sr.^a da Piedade.

Apesar de não ser padroeira desta freguesia, a festa em sua homenagem, no terceiro fim de semana de setembro, atrai mais fiéis a esta localidade do que a festa de S. Sebastião, o seu padroeiro. A celebração é suportada pelos pescadores, que vão pondo de parte, ao longo do ano, verbas provenientes da venda do pescado.

No dia anterior, é realizado um sorteio, entre os arrais dos barcos de maiores dimensões, sendo efetuada a seleção do barco que irá transportar a imagem, o barco bento.

A partir das 15.00 h, realiza-se a procissão, que sai da igreja paroquial e se dirige para o cais, onde estão os barcos ancorados. No barco sorteado, que conduz a procissão, vão os homens que transportam o andor, os irmãos da confraria, o padre, a banda, o arrais e o elemento da confraria que transporta a caixa que contém o ouro com o qual a imagem será ornamentada. Os restantes barcos, enfeitados com bandeiras e folhas de palmeiras, apinhados de fiéis, seguem-no, enfileirados, em direção ao monte Gordo ou monte da Piedade.

A procissão desembarca no cais da Quinta do Lorde e segue a pé, por um caminho

íngreme, até à capela. À entrada do templo, a banda toca o hino a N.^a Sr.^a da Piedade, acompanhando depois os cânticos religiosos entoados pelos devotos.

Algumas pessoas permanecem nos barcos, aproveitando para dar um passeio até à Ponta de São Lourenço. São servidos pão com atum ou gaiado e bebidas.

Passado algum tempo, o barco volta, para levar a imagem de N.^a Sr.^a da Piedade, já ornamentada com o ouro proveniente de graças obtidas, e inicia o trajeto de regresso à vila. O andor é sempre transportado por homens em cumprimento de promessas. Estes transportam, ainda, uma pintura sobre madeira, representando N.^a Sr.^a da Piedade, encerrada numa espécie de vitrina.

Após o desembarque, a procissão dirige-se para a igreja matriz, onde tem lugar a missa. Depois da celebração, formam-se filas de crentes, que beijam a imagem e fazem as suas promessas.

No início da tarde do dia seguinte, ao terminar a missa, é realizada, de novo, a procissão marítima, fazendo-se o percurso inverso, para devolver a imagem à sua capela. Neste trajeto, a imagem fica com o rosto virado para a vila, abençoando a terra e os fiéis.

O renascimento simbólico do sol, triunfo sobre o inverno, presidiu sempre a todos os ritos de fecundidade das festas de verão, pois esta estação representa a plenitude dos ciclos da terra, a alegria das colheitas, a recompensa, que eram agradecidas oferecendo produtos agrícolas aos deuses. Muitos destes rituais foram absorvidos pelo cristianismo, motivo pelo qual muitas festas religiosas mantêm, embora, por vezes, outros moldes, rituais idênticos aos pagãos, nomeadamente as oferendas. Estas constituem, pois, uma das características tradicionais das romarias, com um misto de profano e religioso. O povo faz ofertas à Igreja, em dinheiro ou géneros, constituindo uma espécie de dádivas, para ajudar nas despesas da festa.

Este ritual adquire traços curiosos na festa de Nossa Senhora do Livramento, no Curral das Freiras, concelho de Câmara de Lobos, pelo

tipo de percurso e pela forma como é efetuada a recolha, a qual mantém características que não foram alteradas ao longo dos tempos.

Durante muito tempo, a freguesia do Curral das Freiras, rodeada de montanhas, encontrava-se praticamente isolada, sendo o acesso a esta localidade efetuado por veredas e caminhos muito íngremes. Este percurso, desde a eira do Serrado até à igreja, ficou conhecido como as “voltinhas do Curral”, e era comum os idosos, os doentes e mesmo alguns forasteiros percorrerem estes caminhos em redes, transportadas às costas por dois homens. Devido à orografia, era também frequente a população ficar isolada, quando se davam as quebradas, durante as intempéries.

Talvez por todas estas condicionantes, a devoção a N.^a Sr.^a do Livramento, protetora de todos os males e perigos, ficou enraizada na alma dos curraleiros, sendo a padroeira desta freguesia. A capela em sua honra foi construída no reinado de D. Maria I, e a sua festa celebra-se no último fim de semana do mês de agosto.

As romagens, nesta festa, adquirem uma feição ainda muito tradicional, juntando dezenas de pessoas. Na tarde de sábado, o padre e a banda dirigem-se aos diversos sítios para recolherem as oferendas. Percorrem Pico Furão, Fajã dos Cardos, Colmeal, Ribeira do Cidrão, Fajã Escura, Casas Próximas e Achada. Osromeiros cantam algumas rimas populares alusivas às oferendas, dançam e lançam foguetes para animar a festa, enquanto aguardam a chegada do pároco, gerando-se um alegre convívio. À chegada deste, a banda toca o hino. O percurso é efetuado por todos os sítios, repetindo-se os mesmos rituais. Ao fim de um certo tempo, desfilam dezenas de pessoas neste cortejo processional, cantando ao som da banda. De vez em quando, param em frente dos estabelecimentos e das residências de antigos festeiros, e há um convívio, no qual todos bebem, comem, tocam e cantam. As paragens nas residências de antigos festeiros são, usualmente, mais demoradas.

As oferendas em dinheiro são transportadas em diferentes suportes, cuja decoração

é resultado da criatividade dos habitantes de cada sítio. Antigamente, eram oferecidos muitos animais, ornamentados com tiras de papel coloridas, os quais eram adquiridos, durante o percurso, pelos rapazes que iam casar. Quando chegam à igreja, as oferendas são depositadas no bazar e são depois leiloadas.

Na festa da Ascensão do Senhor, no concelho da Ponta do Sol, durante a celebração religiosa pode-se assistir a dois rituais curiosos: uma “chuva” de “flores de maio” e pétalas de rosa, que caem de todos os recantos do templo e que o povo utiliza, mais tarde, numa espécie de apelo à fertilidade, e a nomeação do festeiro, numa cerimónia aparatosa.

“De véspera, crianças de todos os sítios se encaminham para a igreja com açafates de flores destinadas à ornamentação do templo. Antes de principiar a solenidade, uma filarmónica acompanha o festeiro e família da sua casa à igreja, em ar de cortejo ao som de uma marcha. Os festejados atravessam os caminhos e entram na Igreja em triunfo [...]. Dentro do templo tomam assento reservado junto ao altar-mor, onde assistem a todas as cerimónias de tocha acesa na mão. A meio da missa, honra-os o ajudante da cerimónia com três ductos de incenso. Antes de principiar o sermão, o pregador nomeia o festeiro do ano seguinte o que constitui um sucesso na freguesia porque ser festeiro da Ascensão, na Ponta do Sol, é atingir o apogeu da glória. É um título que se junta ao nome [...] uma espécie de entrada na aristocracia. Fazer a festa da Ascensão é atestar para sempre riqueza e honorabilidade.

“Depois da festa canta-se a hora de Noa do Ofício Divino; enquanto ressoam as harmonias do cantochão, uma chuva de flores de maio e pétalas de rosa irrompe de todos os recantos e bocas interiores do templo. O povo, ao findar esta cerimónia, atropela-se para subir os degraus do altar-mor e recolher as flores ali caídas, guardando-as para atirar às árvores com a supersticiosa intenção de as fazer frutificar” (PEREIRA, 1989, II, 521).

O ritual complexo de nomeação do festeiro parece revelar outro elemento: o da

intervenção do sagrado na esfera do social, regulamentando-o, enquanto o ritual da “chuva de flores” é comum noutros locais e está associado a ritos vegetativos, praticados, aliás, em diferentes países da Europa, associados à comemoração da chegada da primavera e à renovação da natureza. Estes rituais mágicos, de profilaxia e esconjuro, associados às estações do ano e aos ciclos agrícolas, parecem estar ligados a práticas extintas, que sobreviveram ao longo dos séculos inseridas em novos cultos.

Já os povos pré-cristãos acreditavam nos poderes mágicos das flores, utilizando-as em diferentes cultos, associados *e.g.*, à mortalidade, à fertilidade e à abundância, em determinadas curas e para afugentar os maus espíritos. As flores, que parecem ter ocupado, desde tempos imemoriais, um lugar especial na vida dos homens, têm sido usadas em diversos rituais, nomeadamente em todos os ritos de passagem, desde o nascimento até à morte.

Este tipo de consagrações florais, que possuem raízes ancestrais, está também presente em muitos rituais, profanos e religiosos, associados a diferentes festividades: os cestos das

chamadas saloias do Espírito Santo, ornamentados com flores e repletos de pétalas para serem lançadas durante o percurso das visitas pascais, as pétalas lançadas nas igrejas, nas procissões e nos campos de cultivo, como referimos anteriormente, os cortejos de flores para ornamentação de algumas capelas e igrejas, e os tapetes de flores são alguns exemplos.

O tapete de flores, ou tapete do Senhor, como é popularmente designado, com formas geométricas preenchidas com musgo, folhagem e flores variadas, é a grande atração das festas do Santíssimo Sacramento. A origem da solenidade do corpo e sangue de Cristo remonta à última ceia, na qual Jesus e os apóstolos comeram pão e beberam vinho, símbolos da sua carne e do seu sangue. No séc. XII, a adoração da hóstia desenvolve-se fora da missa e aumenta a afluência popular ao Santíssimo Sacramento. Na Madeira, este culto, praticado em todas as freguesias, remonta aos tempos da colonização.

Uns dias antes da festa, as verduras e flores mais resistentes são recolhidas por homens e mulheres dos diferentes sítios para a confecção do tapete do Santíssimo, sendo as mais frágeis e menos duradouras colhidas no próprio dia. Cada sítio confeciona uma parte do tapete, existindo uma rivalidade entre os vários locais.

A festa de Nossa Senhora do Livramento, na Ponta do Sol, na primeira quinzena de outubro, possui também uma característica especial: um cortejo de flores, conhecidas por beladonas (*Amaryllis bella-dona* L.).

Na sexta-feira anterior à festa, homens e mulheres partem em romaria para o sítio do Rochão, na freguesia do Arco da Calheta, percorrendo a pé, durante horas, íngremes caminhos, para colher aquelas flores para a ornamentação da capela do Livramento, mandada construir, em 1662, por Diogo Ferreira Mesquita.

Durante o percurso, comem, bebem e cantam, num alegre convívio. Só regressam no sábado, ao meio-dia, juntando-se a população nas bermas da estrada para ver passar aquela grande fila de romeiros que, transportando



Fig. 2 – Brinquinho no arraial do Curral das Freiras (fotografia de Bernardes Franco, 2014).

aquelas flores rosa, se dirige até à capela, formando um cortejo colorido e muito animado.

Uma idêntica consagração floral é realizada pelo povo madeirense, no mês de setembro, para a ornamentação da capela de N.^a Sr.^a do Bom Despacho, na freguesia do Campanário, concelho da Ribeira Brava, deslocando-se à serra, de madrugada, para apanhar açucenas com as quais decoram a capela.

Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses, autores do *Elucidário Madeirense*, fazem também referência a uma curiosa romagem, para celebração das colheitas, na freguesia de Santo António da Serra. Com características peculiares, parece também constituir um ritual vegetativo, associado às estações do ano e aos ciclos agrícolas: “Há 40 para 50 anos, realizava-se no primeiro domingo de outubro uma romagem à freguesia de Santo António da Serra afim de celebrar a conclusão das colheitas [...]. Os romeiros enquanto se demoravam naquela localidade praticavam os maiores desatinos, e, no regresso, percorriam as ruas da cidade, levando ramos de árvores e bandeiras, sendo precedidos de alguns homens batendo em tambores e tocando instrumentos de corda” (SILVA e MENESES, 1998, III, 221).

Dois rituais, de carácter religioso e profano, caracterizavam a festa de S. Pedro, comemorada nos dias 28 e 29 de junho, na freguesia da Ribeira Brava: a dança das espadas, que era única em todo o arquipélago, e a barquinha, que saía na procissão, uma homenagem a S. Pedro, santo protetor dos pescadores. Após o seu desaparecimento, estes rituais foram recuperados pelo povo, embora se tenham introduzido, ao longo do tempo, algumas alterações. Foi o caso da dança das espadas, que, depois de um grande interregno, voltou a surgir no adro da igreja matriz, numa reconstituição da responsabilidade do Grupo de Folclore e Etnográfico da Boa Nova e de alguns elementos do Grupo de Folclore da Casa do Povo da Ribeira Brava.

No dia 28, ao meio-dia, uma grande girândola de fogo anunciava o início desta festa e, no começo da tarde, a banda de música partia

para os diferentes sítios de onde viriam as romagens: oferendas com produtos da terra, doces, pão, vinho e as tradicionais charolas. As charolas são uma espécie de padiolas esféricas, feitas em madeira e arame, suportadas por varas paralelas, destinadas ao transporte de produtos da terra. São conduzidas aos ombros por homens. Terminado o cortejo das oferendas, como era popularmente designado, aquelas eram transportadas até à copa ou bazar, junto à igreja, para serem arrematadas ou colocadas a sorteio no dia seguinte.

A missa da festa era celebrada no dia 29, ao meio-dia, saindo depois a tradicional procissão com a imagem de S. Pedro. Neste cortejo processional, era incorporada uma barquinha, símbolo dos pescadores, que no seu interior levava uma bandeira vermelha, com a designação daquele santo em letras douradas, crianças trajadas de marinheiros e algumas ofertas para a igreja.

A procissão era ainda acompanhada pela banda de música, tal como nas outras localidades, mas aqui integrava um elemento único: a dança das espadas. O *Elucidário Madeirense* fornece-nos uma descrição pormenorizada deste ritual: “a procissão com a sua barquinha e a dança das espadas, constituía o principal atrativo das festas daquela freguesia, mas já há muitos anos se retirou da procissão aquela dança [...]. A barquinha guarnecida de flores e tendo dentro alguns apetrechos da pesca, símbolo desta indústria, apareceu no cortejo, visto São Pedro, cuja imagem também aí figura, ter sido pescador, ao passo que a dança das espadas era ao que parece, o último vestígio das muitas folias que apareciam outrora em certas procissões, particularmente na do Corpo de Deus” (*Id., Ibid.*, 203).

Levada em mãos pelos homens do mar, esta embarcação antigamente conduzia o cortejo de oferendas de pães, frutos e outros produtos da terra. A barquinha chegou a figurar também na procissão de Câmara de Lobos, na festa em honra do mesmo santo.

Segundo alguns investigadores, a dança das espadas era conhecida por matachins, designação atribuída aos bailarinos gregos que, no

séc. XVI, executavam uma dança guerreira. A sua origem mais recuada estaria relacionada com essa dança grega, a qual, posteriormente, teria sido difundida pelos romanos, que a teriam levado para Itália, onde se teria tornado burlesca. Outros defendem que a designação atribuída seria machatim, uma espécie de palhaço bailarino, que simulava um combate. Outros ainda fazem referência à origem árabe da palavra “matanachihin”, que significava mascarado ou disfarçado. João Adriano Ribeiro, historiador madeirense, defende a origem italiana da palavra e a provável introdução desta dança, em Portugal, no séc. XV ou em princípios do séc. XVI.

Na Madeira, a dança das espadas teria começado por fazer parte de um desfile profano, na procissão do Corpo de Deus, realizada na Vila da Ponta do Sol, próxima da freguesia da Ribeira Brava, organizada inicialmente pelos ferreiros. Era acompanhada por alguns instrumentos musicais, nomeadamente gaita, tamboril e pandeiros. Posteriormente, a sua organização foi da responsabilidade do rendeiro do verde e, mais tarde, do rendeiro da imposição do vinho, havendo notícia de que teria sido notificado pela Câmara da Ponta do Sol para “deitar a dança das espadas”.

Não há dados concretos quanto à data e às circunstâncias em que os pescadores terão começado a realizar esta dança. Contudo, desde finais do séc. XIX, há notícias da sua prática nas festas de S. Pedro, na Ribeira Brava, tradição que se terá mantido, segundo testemunhos orais, pelo menos até os anos 60 do séc. XX.

A dança das espadas era executada por “sete homens que [...] vestiam calções brancos e véstias vermelhas, e tinham na cabeça barretes verdes em forma de mitra, guarnecidos de plumas e fitas longas, segurando cada um deles com uma das mãos uma espada pelos copos, e com a outra a ponta da espada empunhada pelo companheiro mais próximo. Ao som dum pandeiro, faziam eles diferentes movimentos compassados, passando de vez em quando sob espadas” (*Id., Ibid.*, 203).

Um outro costume caracterizava esta festa e atraía muitos romeiros: os grupos de tocadores de castanholas. Tocadas na época natalícia, a caminho das missas do parto e do galo, e por altura das festas e romarias, nos meses de verão, é na Tabua, freguesia pertencente ao concelho da Ribeira Brava, e em algumas zonas próximas que estes instrumentos musicais possuem maior tradição.

Era habitual naquela freguesia juntarem-se grupos de homens, aos domingos ou à noite, para construir castanholas com diferentes formas e dimensões, procurando inovar na forma de tocar e nos resultados acústicos obtidos, rivalizando entre si. Esta rivalidade terá incentivado a construção destes instrumentos e estará provavelmente na origem da maior variedade morfológica na Ribeira Brava e na Ponta do Sol, concelhos onde estes idiofonos de percussão direta adquiriram características muito peculiares. É o caso das castanholas com grandes dimensões, quadrangulares, retangulares ou ovais, com formas zoomórficas (galinhas ou cabeças de cão) e mesmo artefactos originais, como um “avião de castanholas”, da autoria de Alfredo Rodrigues Luzirão, que terá feito sucesso nos anos 40 do séc. XX. O autor fez uma réplica deste instrumento, que foi doada pelo escultor António Rodrigues ao Museu Etnográfico da Madeira.

Existiram dois grupos de tocadores rivais, que embora constituídos por elementos de diversas localidades, eram conhecidos popularmente por grupo da Ribeira e grupo dos Zimbreiros, sendo muitas vezes o adro da igreja palco destes despiques. Na déc. de 40 do séc. XX, formou-se um grupo, chamado Requestra da Tábua, que atuou em diferentes festividades, fazendo parte do cartaz de animação de alguns eventos, nomeadamente do arraial de S. Pedro, na Ribeira Brava.

Outros rituais profanos, ligados à superstição do povo, faziam ainda parte dos festejos deste santo protetor: sortes, rezas e adivinhações, os banhos sagrados (era costume, na véspera do S. Pedro, o povo lavar os pés no mar) e os rituais de purificação, nos quais o povo

utilizava ervas bentas (murta, louro, buxo ou alecrim).

De todas as festas de S. Pedro realizadas na Madeira, a da Ribeira Brava é provavelmente a mais concorrida, também pela dimensão e animação do seu arraial.

Antigamente, os transportes faziam-se muitas vezes por mar. A cabotagem, com ligações a quase todo o litoral, desempenhou um papel fundamental na comunicação entre alguns concelhos. De toda a Ilha vinham romeiros de barco para as festas de S. Pedro, na Ribeira Brava. O *Gavião*, o *Bútio*, o *Vitória* e o *Dekade II* foram alguns dos barcos de cabotagem que chegaram a realizar carreiras extraordinárias, para transportar os romeiros que chegavam durante a tarde, aumentando de número pela noite dentro. As bandas de música convidadas também utilizavam este transporte e eram esperadas no cais pela banda da localidade, que as conduzia, em cortejo, até à igreja.

Na chamada oitava da festa – no terceiro dia –, era costume os pescadores do concelho de Câmara de Lobos deslocarem-se, em dezenas de barcos, para uma visita à vila da Ribeira Brava, ritual que se manteve.

O culto do Senhor Bom Jesus, em Ponta Delgada, é muito antigo. Segundo consta, foi introduzido por um dos primeiros povoadores, Manuel Afonso Senha, que terá construído a capela. Um dia, depois de uma tempestade, um pescador, que andava no calhau, encontrou um caixão que continha a imagem de Jesus crucificado, a qual foi colocada na capela então existente. Durante a noite, a imagem desapareceu, tendo sido encontrada, mais tarde, à beira-mar. Voltaram a colocá-la na capela, tendo desaparecido pela segunda vez e sendo encontrada novamente no mesmo local. Reza a lenda que Manuel Afonso Senha, que estaria indeciso sobre o local onde deveria edificar a capela, considerou que o Senhor queria que se construísse um templo naquele local, tendo satisfeito assim a sua vontade. Ao longo dos tempos, a igreja passou por várias modificações e reparações, tendo sido reconstruída em 1910, após um incêndio que a reduziu a escombros.

Devido aos inúmeros milagres e à fé do povo, o culto estendeu-se a toda a Ilha, convergindo todos os anos milhares de peregrinos a esta freguesia do Norte da Ilha, pertencente ao concelho de São Vicente. É comum, por esta altura, os emigrantes visitarem as famílias, aproveitando para cumprir as suas promessas.

Antigamente, os romeiros oriundos de diversos pontos da Ilha deslocavam-se até Ponta Delgada, percorrendo grandes distâncias a pé. No início do séc. XXI, já eram poucos os grupos que faziam este percurso pedestre pelos velhos caminhos para participar na festa do Senhor Bom Jesus.

As romagens, termo que se reporta à designação destas festas, são as peregrinações populares ao lugar onde se festeja a santidade, naturalmente introduzidas pelos primeiros colonizadores e que, segundo alguns autores, terão grandes semelhanças com as do Norte de Portugal. Os romeiros realizavam grandes percursos a pé, em grupos constituídos por familiares e vizinhos. Munidos do bordão, símbolo que os identificava, calcorreavam os caminhos íngremes, cantando e dançando, ao som dos instrumentos tradicionais, ao longo de todo o percurso, para aliviar o cansaço.

Era comum os homens transportarem uma cabaça, que, depois de seca e despojada das sementes, servia para transportar os líquidos. Mais tarde, o chifre de bovino – corno, como é designado pelo povo – terá substituído a cabaça. Foi também comum o uso de uma bexiga de porco, a tiracolo, cheia de vinho novo ou aguardente. Este recipiente terá origem provavelmente em terras alentejanas, onde é conhecido por borracha e possui grande tradição. Tratava-se de uma bexiga de suíno, na qual era colocado um entrenó de cana vieira ou cana roca que servia de gargalo. As mulheres transportavam os farnéis em cestas de vime, forradas com toalhas brancas bordadas, com o pão escuro de trigo regional, a rosquiha de farinha açucarada e erva-doce, o peixe seco em molho apimentado, inhame e batatas. Estas merendas eram consumidas durante a viagem, mas também no espaço do arraial, numa espécie de piqueniques, montados

à sombra das árvores e das latadas de vinha, nos campos ou nas soleiras das portas.

A primeira obrigação do romeiro consistia na visita ao templo para pagar a promessa, beijar a imagem do santo e deixar uma contribuição pecuniária ou oferendas para a festa. “Alguns votos são cumpridos pela simples oferta duma vela da altura do oferente, determinada medida de azeite, joia de uso próprio, dinheiro ou modelações de toda a anatomia humana, em cera, símbolos de fé e de amor, materializações de desespero ou de esperança, de dor ou de alegria; outros condicionados pelo transporte pessoal das oferendas, de joelhos, arrastam os devotos como penitentes pela igreja dentro, obrigam-se a subir ou a descer escadarias até 68 degraus como as do Monte e rampas de torturantes empedramentos” (PEREIRA, 1989, II, 494-504).

Devido a esta tradição, foi construída ao lado da igreja uma hospedaria para acolher os peregrinos, a Casa do Romeiro, espaço que foi transformado, posteriormente, numa casa de cultura. No início do séc. XXI, ainda eram muitos os peregrinos que dormiam debaixo das latadas (parreiras de uvas) ou dentro da igreja. Procurando manter viva esta tradição, na segunda-feira que se segue ao arraial, realizava-se na igreja matriz de Ponta Delgada uma missa de ação de graças, após a qual muitos fiéis se deslocavam até ao Sítio do Chão dos Louros para fazer um piquenique, no local onde antigamente os romeiros paravam para comer e descansar.

À noite, a festa animava-se com o tradicional arraial. Quando a fadiga os impedia de continuar a folia, os romeiros dormiam nas bermas dos caminhos, no interior da igreja, debaixo das latadas ou nas casas dos romeiros. O costume de pernoitar no local da festa conduziu à construção destas casas, junto de algumas igrejas, em locais de grandes romarias, nomeadamente Câmara de Lobos, Monte, Santo António da Serra, Porto do Moniz, Caniçal (Piedade) e Ponta Delgada. Estes edifícios foram transformados ao longo do tempo, adquirindo outro uso, ou simplesmente desapareceram.

A Casa dos Romeiros, no Monte, já existia no final do séc. XVIII e foi declarada propriedade do concelho em sessão camarária de 31 de maio de 1822. Cerca de 20 anos mais tarde, há notícia de que terá sido decidido, em sessão camarária, erguer um edifício junto à igreja do Monte “para asilo dos viandantes e para recolher as bestas”, o qual não se sabe ao certo se foi construído (SILVA e MENESES, 1998, III, 222).

Após a festa religiosa, ou desde a manhã desse dia, os romeiros regressavam às suas freguesias de origem, a pé. Eduardo C. N. Pereira faz uma descrição pormenorizada dos romeiros, em tempos idos: os homens levam “enfeitadas as copas dos chapéus com rosários de peras secas, registos bentos, ramalhetes de manjerico e outras típicas lembranças; transportam os cestos dos farnéis ao ombro suspensos da asa pelo bordão; amarradas à tampa dos cestos, por vezes, as botas e, por cima, o xaile da mulher, a tiracolo uma enfiada de bonecos de massa de milho açafroada. As mulheres o lenço descaído sobre a nuca, rosários de peras ou bonecos a tiracolo, arrecadas, cruces, cordões de ouro e filigrana enrolados no pescoço e alongando-se sobre o tronco, vestido arregaçado em suspensão da cintura a mostrar folhos e arrendados da sobressaia, xaile dobrado ao ombro e haste na mão. [...] As flores e registos da romaria conservam-nos como *bentas* ou sacramentais todo o ano. Atribuem-lhes a virtude de aplacar tempestades, livrar de maleitas homens e animais, enriquecer os campos de colheitas e searas, atrair ao mundo paz, fortuna e alegria” (PEREIRA, 1989, II, 503).

A festa litúrgica do Bom Jesus, padroeiro de Ponta Delgada, é celebrada com uma missa e procissão no dia 1 de janeiro. No entanto, devido ao facto de essa época do ano não ser propícia à realização do arraial, este foi transferido para o primeiro fim de semana de setembro, decorrendo em simultâneo com a festas do Santíssimo Sacramento.

O que distingue esta romaria é precisamente a componente profana, ou seja, a dimensão e animação do arraial. Segundo Pierre Sanchis,

“esta palavra portuguesa que, na origem, designava um acampamento militar, tornou-se hoje em dia, em Portugal, a concretização e o símbolo privilegiado da festa popular e singularmente da festa de romaria” (SANCHIS, 1983). A romaria é vivida como festa, e o arraial confunde-se com a romaria, tornando-se ténue a distinção entre sagrado e profano. Como refere o autor, “ir ao arraial ou fazer um arraial, é equivalente a ir à festa ou realizá-la de repente. Mas acentuando o aspeto a que chamaremos – já que é necessário dar-lhe um nome – profano” (*Id., Ibid.*).

A festa apodera-se do “espaço sagrado” à volta do santuário e “o espaço de sociabilidade trivial – praça, rua principal, passeio – é transfigurado por um dia, proporcionando um encontro dos homens fora das condições habituais. O arraial-espaço é assim lugar de uma socialização intensa mas fugaz, dominada pela liberdade relativamente às regras, a ausência de trabalho, a gratuidade” (*Id., Ibid.*).

Reportando-se à realidade em diferentes zonas do nosso país, o autor refere que “por vezes – cada vez menos – toda a ornamentação será fruto de um trabalho comum das famílias ou simplesmente da juventude, trabalho que ocupará os serões durante largas semanas, prolongando assim, mas na gratuitidade de uma preparação festiva, a antiga tradição das reuniões familiares em que se fiava o linho ou desfolhava o milho, tradição hoje desaparecida e que, por ser ocasião de encontros e de jogos eróticos entre jovens dos dois sexos, era frequentemente considerada como suspeita pela igreja. Pode mesmo não faltar o aspeto agonístico, com o concurso das ruas ou de bairros” (*Id., Ibid.*, 141-143).

Todo este ritual de preparação do arraial está ainda muito presente na festa de Ponta Delgada, na ilha da Madeira, iniciando-se na última semana de agosto, quando o povo dos 11 sítios da freguesia sobe à serra para apanhar buxo, louro, verduras e flores, para a decoração dos arcos de triunfo e dos mastros das bandeiras.

O trajeto até à igreja é dividido em cantões, e cada sítio ornamenta o seu espaço na rua,

rivalizando uns com os outros. A zona junto à igreja é ornamentada uniformemente, enquanto os diferentes cantões apresentam uma variedade de formas e cores.

A preparação do arraial, em Ponta Delgada, começa, assim, muito tempo antes da sua realização, com a apanha do louro para, como diz o povo, “vestir” os mastros das bandeiras e os travessões, nos quais são depois colocados cordões de flores. Nos sítios localizados na parte mais alta da freguesia, o louro é apanhado na própria zona e os mastros são ali forrados. Os residentes dos outros sítios vão ao Chão dos Louros fazer o corte dos galhos e fazem a ornamentação dos mastros depois de colocados na vila. Os homens, munidos de uma podoa, trepam os loureiros, cortam os galhos, amarram-nos em molhos, os chamados maranhos, os quais são seguidamente transportados às costas pela vereda. Após o corte, homens e mulheres “vestem” os mastros e travessões. Os ramos de loureiro são amarrados em volta dos mastros de madeira, com o auxílio de fios de espadana, uma planta resistente. Enquanto trabalham, homens e mulheres cantam e dançam, para aliviar o esforço despendido. A festa ali já começou.

Dezenas de pessoas reúnem-se também nas casas, confeccionando as flores de plástico, que vieram substituir as de papel de seda que se utilizavam antes. Antigamente, estes serões eram aproveitados pelos mais jovens para namorar, pois eram poucas as ocasiões em que as raparigas saíam de casa. No início do séc. XXI, eram as senhoras mais velhas que mantinham a tradição. Todos os anos, renovavam a morfologia e escolhiam diferentes cores, dando azo à sua criatividade. A despesa com a confecção destas flores era suportada pelos residentes e a das bandeiras ficava a cargo das costureiras do sítio.

Antigamente, a ornamentação das ruas com as chamadas verduras era muito bem preparada. Além dos mastros forrados com louro e murta, em diversas localidades confeccionavam-se arcos de murta, designados popularmente por portões, nas entradas principais das vilas, tradição que se perdeu com o



Fig. 3 – Barca de S. Pedro nas festas da Ribeira Brava (fotografia de Foto Perestrellos, c. 1950).

tempo. No entanto, a ornamentação do adro da igreja e das vias públicas com bandeiras, arcos de verduras e flores e cordões de iluminação multicolor são uma constante dos arraiais em todas as localidades madeirenses.

Os rituais considerados profanos têm o seu auge no arraial: ali se troca, compra, vende, come, bebe, dança, canta e luta, estabelecendo-se laços sociais, comerciais e afetivos.

Nas bermas da estrada e junto ao adro da igreja, montam-se as denominadas barracas. Estes caramanchões de louro fornecem o vinho seco ou barato, o pão e a carne para as tradicionais espetadas, ou seja, a carne de vaca cortada aos cubos, espetada num pau de louro, temperada com louro, alho e sal, e assada em braseiros ao ar livre. Nesta altura, são abatidas muitas de cabeças de gado.

A carne é acompanhada com o pão de casa ou com o bolo do caco. O primeiro, também designado de pão de trigo da terra, trata-se do pão de fabrico caseiro, confeccionado com farinha de trigo, que antigamente era moída nos moinhos de mão, nas unidades domésticas, ou nos moinhos de água, e que variava

de forma, de localidade para localidade: fechado, no Norte e nas costas a Oeste, arredondado, no concelho da Ponta do Sol, ou alongado, noutras localidades. Em algumas freguesias da ilha da Madeira e da de Porto Santo, amassava-se também o pão com uma mistura de farinha de trigo e de cevada. No fabrico do bolo do caco, a massa era preparada de forma a ficar mais mole e menos lêveda que o pão, era-lhe dada uma forma redonda e achatada, e era cozida num caco ou numa frigideira de barro, abafada com cinza ou em lume vivo, ou em cima de uma pedra de tufo, aquecida no forno. No final, tostavam-se as bordas na cinza quente ou nas brasas.

Para acompanhar o vinho, era comum ser servido o chamado dentinho: cebolas miúdas de escabeche (curtidas em vinagre, pimenta e sal, e usualmente golpeadas em cruz), tremoços, iscas de peixe ou de fígado de vaca, e o atum salgado ou fresco, em molho de azeite, vinagre de vinho, alho e pimenta (o chamado molho de vilão).

Além das barracas de comes e bebes, ali encontravam-se também os vendedores com

as frutas da época, arrumadas em cestos de vime ou de cana de roca – os chamados balaios –, e variados tipos de doçaria de confeção caseira, expostos nos cestos ou em tabuleiros: cavacas, bolos e rebuçados, embrulhados em papel branco, vendidos avulsos ou envolvidos em papéis coloridos e dispostos em colares, que os romeiros ostentavam ao pescoço.

As figuras de maçapão, ou bonecas de massa, como eram designadas pelo povo, faziam parte deste leque de doces. Presenças obrigatórias nos arraiais, estas figuras eram exibidas pelos romeiros, sendo colocadas nos chapéus, penduradas nos colares de rebuçados ou transportadas na mão por crianças e adultos.

O uso de figuras rituais modeladas em massa de pão remonta à Antiguidade. Usualmente associadas a rituais de fertilidade, ao culto dos mortos ou a rituais agrícolas, relacionados com a regeneração e proteção das sementeiras, estes bonecos comestíveis ocupam um lugar muito específico entre a doçaria e os pães figurativos, tendo sido o seu fabrico muito comum na Idade Média.

Em Portugal, a par da doçaria conventual, amplamente difundida a partir do séc. XVI, surgiu também uma outra, de carácter profano, comercializada nas romarias pelos vendedores ambulantes, na qual se incluíam vários tipos de doces e pão, cuja morfologia variava de região para região. As suas formas iam desde figuras antropomórficas a figuras relacionadas com a flora e a fauna, ou inspiradas em motivos populares, nomeadamente o coração, símbolo muito enraizado na cultura popular portuguesa.

Não se conhece ao certo a origem deste figurado de maçapão, vendido no nosso arquipélago por altura das romarias, nos chamados arraiais. É, no entanto, provável que tenha sido introduzido pelos primeiros colonos e que se tenha transformado, ao longo do tempo, pelas mãos e pela criatividade das nossas artífices, distinguindo-se pelas suas originais formas e cores.

As figuras produzidas são morfologicamente variadas e possuem diferentes dimensões: o

casal, inspirado na figura humana feminina e na masculina, símbolo de fertilidade e fecundidade, o galo, que simboliza a vigilância e o trabalho, e se relaciona com cultos ancestrais de proteção na doença, as pulseiras ou argolas, símbolos do eterno retorno e da eternidade, e os cestinhos encanastrados.

Salomé Teixeira, natural do Sítio da Mãe de Deus, freguesia do Caniço, concelho de Santa Cruz, dedicou toda a sua vida à produção destes artefactos, tendo aprendido o ofício com a sua mãe. Esta atividade artesanal sobreviveu, nesta família, ao longo de várias gerações. A D. Ludovina, uma prima desta artífice, e as suas três filhas, Felicidade, Glória e Trindade, naturais do Sítio dos Barreiros, na mesma freguesia, também se dedicaram durante muitos anos a este ofício.

Todas as fases de fabrico exigiam muita habilidade, adquirida ao longo de muitos anos de aprendizagem no seio familiar: havia que preparar a massa, tendê-la, modelar as figuras, ornamentá-las e cozê-las. As matérias-primas utilizadas nestes artefactos eram a farinha, a água e o fermento, para fazer a massa, o corante de ovo, para lhe dar cor, o papel de seda azul e vermelho, para ornamentar as figuras, e as sementes de bananeira de jardim e de cebolinho, para colocar nos olhos dos bonecos e passarinhos. Estes elementos permaneceram até ao início do séc. XXI, afirmando-se quase como um símbolo destas festividades e ocupando um lugar de destaque no artesanato tradicional da Região, podendo esta ser considerada uma das utilizações mais interessantes dos cereais na produção artesanal madeirense.

Os cereais foram, aliás, uma matéria-prima muito utilizada na produção artesanal. Além da farinha (de trigo) usada na confeção destas bonecas, aproveitava-se também a palha para a produção de cestaria e confeção de chapéus. A artífice Conceição Ornelas, natural do concelho de Santana, introduziu também a palha de milho na produção artesanal madeirense, confeccionando figuras inspiradas em profissões tradicionais, figuras de presépio e outros artefactos.

Além dos vendedores de produtos da terra e de doces, existiam ainda nos arraiais os bazares de comércio dos vendilhões, que comercializavam produtos variados: alfaias agrícolas de fabrico local (enxadas, podões e foices, da autoria dos ferreiros da Ilha), utensílios domésticos de fabrico artesanal, usualmente de madeira ou folha de Flandres (estes últimos concebidos pelos picheiros locais), cestaria em vime, palha de trigo ou cana de roca, e ainda brinquedos, à semelhança das populares feiras de Portugal continental. Os mercados e feiras existentes em todo o país têm frequentemente a sua origem ligada a estes vendilhões das romarias.

A música é outra componente da animação deste espaço. Para além da banda filarmónica – elemento sempre presente –, existiam os brincos, ou seja, as danças e cantigas ao som dos instrumentos tradicionais, nomeadamente a harmónica, os pandeiros e as castanholas, e dos instrumentos de corda, como a viola, a braguinha e o rajão, tendo estes três cordofones desempenhado um importante papel na música de tradição popular madeirense.

“Abrem-se pequenas rodas no meio das quais um ou dois pares executam danças de coreografia regional, enquanto os tocadores entre si ou alternadamente com algum dos circundantes do seu grupo glosam um mote, cantando ao desafio” (PEREIRA, 1989, II, 498). A estas cantigas ao desafio dá o povo o nome de despiques.

O brinquinho, ou bailinho, designações populares utilizadas na Madeira, é um idiofone misto de concussão direta, composto por um conjunto de bonecos em pano (usualmente sete figuras, masculinas e femininas), trajando indumentária tradicional, portadores de castanholas nas costas e fitilhos, dispostos na extremidade de uma cana de roca, em duas ou mais séries circulares, de diâmetro desigual, e encimado por uma destas figuras. É ornamentado, ainda, com tampas de garrafas (caricas), que também funcionam como castanholas. O tocador segura no cabo, imprimindo movimentos verticais (através do

arame no interior da cana), que fazem tocar as castanholas. É utilizado, usualmente, para marcar compasso, sendo o seu uso mais comum entre os grupos de folclore da Região. No entanto, também aparecia isolado, pelas mãos do povo, nos arraiais.

O termo “brinco”, atribuído ao costume do povo formar rodas nos arraiais (para tocar, cantar e dançar), estará provavelmente relacionado com a designação deste instrumento. Embora a sua origem seja incerta, poderá ter sido trazido para o arquipélago pelos primeiros colonizadores, estando provavelmente relacionado com um instrumento utilizado nas regiões do Minho e do Douro, a charola ou cana de bonecos.

Os instrumentos musicais utilizados no arquipélago foram, aliás, na sua maior parte, introduzidos pelos primeiros colonos. São os casos da viola de arame, da braguinha, ou machete, da rabeca, ou violino, da harmónica, do bombo, do reque-reque, do pandeiro e das tréculas. Segundo alguns autores, existem, no entanto, instrumentos populares que podemos considerar como característicos do arquipélago da Madeira: o rajão, umas castanholas peculiares conhecidas como castanholas da Tabua e o brinquinho.

O rajão, designação utilizada no arquipélago desde o séc. XIX, trata-se de um cordofone de cordas dedilhadas e pertence à família das violas de mão. Em relação a todo o território português, parece ser só na Madeira que é utilizado este tipo de instrumento, embora, segundo alguns autores, já tenha existido no continente português um com características semelhantes.

“O ‘rajão’ e a ‘braguinha’ eram utilizados individualmente por tocadores populares espontâneos nas festas e arraiais da Madeira e Porto Santo, grupos de folclore, com a função de acompanhar todas as danças e cantigas tradicionais, no despique em ritmo de ‘bailinho’ e no ‘charamba’, assim como, recentemente, por grupos de adaptação musical tradicional (Xarabanda, Banda d’Além, Encontros da Eira, Si que Brade e tunas universitárias)” (CAMACHO e TORRES, 2006).

A música, os repiques do sino e os estampidos de morteiros são os sons que identificam estas festas.

Ao longo do dia, o povo visita o templo, reúne-se no adro da igreja ou percorre as ruas circunvizinhas, visitando os bazares, comendo, bebendo e gozando de toda esta animação. À noite, é lançado fogo de artifício, e o arraial mantém-se animado até de madrugada, com as pessoas a percorrerem as ruas da freguesia, engalanadas de flores e luzes multicolores.

O chamado fogo preso, muito apreciado em toda a Ilha, era igualmente presença obrigatória nos arraiais. Antigamente, em certas ocasiões, era comum expor o fogo num local público, organizando o povo um cortejo, acompanhado pela banda, para transportá-lo até o local do arraial. Ocupando um lugar de destaque nos festejos, a sua queima tinha início na véspera da festa, ao meio-dia, com as girândolas de morteiros.

À noite, a queima do fogo preso constituía um verdadeiro espetáculo de luz e cor. Os pirotécnicos, usando a sua imaginação, apresentavam diversas figuras, intervaladas de peças de música, para alegria dos locais e dos milhares de forasteiros das povoações circunvizinhas: “rodas num redemoinhar vertiginoso, baterias lançando balas luminosas, árvores de fronde colorida e chamejante, bonecos em jatos de fogo simulam incontínuas fisiológicas, tudo quanto o gosto inculto dos pirotécnicos locais pôde encontrar de mais divertido e atraente, convergindo num último esforço para a girândola final, farta de cor e luz, a pôr gritos de espanto na boca ingênua dosromeiros das freguesias afastadas. Naves artilhadas, o soba Gungunhana com suas sete favoritas, castelos de ameias roqueiros e outras recordações históricas completam o elenco pirotécnico. Termina o espetáculo por uma apoteose de luz ao patrono da festa, resplandecendo a sua imagem dentro de um nicho emoldurado em arabescos duma policromia deslumbrante” (PEREIRA, 1989, II, 490).

Existiram muitas fábricas, espalhadas pelos diferentes concelhos da Ilha, que fabricavam

o fogo artesanalmente. No início do séc. XXI, apenas permanecia uma em funcionamento, a fábrica de fogo da empresa Pirotecnia Batalhense, sediada no Sítio do Lombo do Doutor, no concelho da Calheta. Segundo o fogueteiro, único trabalhador que permanecia naquela unidade de fabrico artesanal, embora ainda fossem encomendadas figuras como o “velho” ou a “velha”, a “roda manhosa” e a girândola, o fogo preso mais utilizado eram as salvas de foguetes. O fogueteiro continuava, no entanto, a ter um papel preponderante no arraial.

A cadeia operatória do processo de fabrico artesanal dos foguetes é, como descreveu resumidamente José António Martins, pirotécnico daquela fábrica, muito minuciosa e exige um trabalho árduo, atento e especializado: “há que endireitar as canas, por ação do calor, preparar o fio com alcatrão e a guia com pólvora, confeccionar os diferentes tipos de pólvora na oficina de têmperas, carregar os canudos na máquina ou no toco de carregamento e furá-los, preparar o chamado pó de vela, cuja receita se mantém em absoluto sigilo, fazer os canudos e a caixa para a bomba com o auxílio de formas e da antiga guilhotina e amarrar a caixa e o canudo à cana”.

A expressão popular de que “as vésperas são melhores que as festas” traduz a importância deste ritual profano – o arraial –, intimamente associado a estas festas em honra de uma divindade e que, a par da sua fé e devoção, o povo manteve, durante séculos, quase inalterado na sua essência.

No espaço da festa convivem, lado a lado, o profano e o religioso, numa amálgama de rituais que o povo teima em preservar e que é vivida também pelos jovens, que fizeram sua a tradição dos mais velhos.

Apesar das alterações introduzidas no tempo e no espaço, devido, nomeadamente, ao envelhecimento da população, ao abandono dos campos e à proliferação das novas tecnologias e dos novos estabelecimentos de diversão noturna, que vieram banalizar o conceito de festa, as romarias e os arraiais subsistem.

As festas da Senhora do Loreto, no concelho da Calheta, de Nossa Senhora do Livramento,

nas freguesias do Caniço e do Curral das Freiras, e de Nossa Senhora dos Remédios, na Quinta Grande, são festas referidas também por alguns autores como sendo motivo de concorridas romarias.

Na obra de referência *Elucidário Madeirense*, para além das romarias que descrevemos, os seus autores enumeram ainda outras festas religiosas: “Todas as freguesias têm as suas festividades religiosas, revestindo particular brilhantismo as do orago e as do Santíssimo Sacramento, mas destas festividades as que dão motivo a concorridas romarias são as seguintes: a de Nossa Senhora do Monte, a 15 de agosto, a do Senhor Jesus da Ponta Delgada, no primeiro domingo de setembro, a da Senhora do Loreto a 8 de setembro, a do Senhor dos Milagres, em Machico, a 8 e 9 de outubro, a da Piedade, no Caniçal, no terceiro domingo de setembro, a de Nossa Senhora do Faial, a 8 de setembro, a de Nossa Senhora do Livramento, no Caniço, no segundo domingo de setembro, a de Nossa Senhora do Livramento, no Curral, no último domingo de agosto, a de Nossa Senhora dos Remédios, na Quinta Grande, no Segundo domingo de setembro, a da Camacha, na primeira Oitava do Espírito Santo, a de Santa Maria Madalena, no Porto Moniz, a 22 de julho, a de S. Pedro, na Ribeira Brava, a 29 de junho, a de S. João, no Funchal, a 24 de junho, a de Santo Amaro, em Santa Cruz, a 15 de janeiro, e a de Santo António da Serra, a 13 de junho” (SILVA e MENESES, 1998, III, 221).

Bibliog.: 1.ª *Mostra Instrumentos Musicais Populares. Recolha, Restauro, Construção*, catálogo de exposição, Funchal, DRAC, 1982; CAMACHO, Rui, e TORRES, Jorge, *Instrumentos Musicais da Tradição Popular Madeirense*, Associação Cultural e Musical Xarabanda, texto não publicado, 2006; CÂMARA, Teresa Brazão, “Bonecos comestíveis de maçapão”, *Atlântico*, n.º 7, outono 1986, pp. 218-226; CRISTOVÃO, Carlos, *Elucidário de Machico*, 2.ª ed., Machico, Câmara Municipal de Machico, 1981; FERREIRA, César, *Festas e Romarias da Madeira*, catálogo de exposição, Funchal, texto policopiado, 2006; MONIZ, Roberto, *Cordofones Tradicionais Madeirenses. Braguinha, Rajão e Viola de Arame*, Funchal, Associação de Folclore e Etnografia da Região Autónoma da Madeira, 2011; PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 4.ª ed., 2 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Crendices e Superstições do Arquipélago da Madeira*, Funchal, A. F. Branco, 1954; RIBEIRO, João Adriano, *Ribeira Brava. Subsídios para a História do Concelho*, Ribeira Brava, Câmara Municipal da Ribeira Brava, 1998; SANCHIS, Pierre, *Arraial. Festa de Um Povo, as Romarias Portuguesas*, Lisboa, Dom Quixote, 1983; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998.

LÍDIA GOES FERREIRA

Arriaga, Manuel de

Manuel José de Arriaga Brum da Silveira, mais conhecido por Manuel de Arriaga, foi um professor, advogado, escritor, filósofo, poeta e político nascido a 8 de julho de 1840, na cidade da Horta, nos Açores, e falecido a 5 de março de 1917, em Lisboa. Descendente de famílias abastadas, Manuel de Arriaga era filho de Sebastião de Arriaga e de Maria Antónia Pardal Ramos Caldeira de Arriaga.

Contraiu matrimónio com Lucrecia de Brito Berredo Furtado de Melo, descendente de famílias aristocráticas, de quem teve seis filhos. Frequentou o curso de Direito da Univ. de Coimbra, em 1861-1866, onde, desde cedo, demonstrou afinidade pelos ideais republicanos. Membro da geração de 70, Manuel de Arriaga interveio ativamente na política e cultura portuguesas e, em 1871, participou nas Conferências do Casino, confraternizando com insígnias personalidades da cultura portuguesa, como Antero de Quental, Guilherme de Azevedo, Teófilo Braga, Jaime Batalha Reis, Adolfo Coelho, Oliveira Martins e Eça de Queirós.

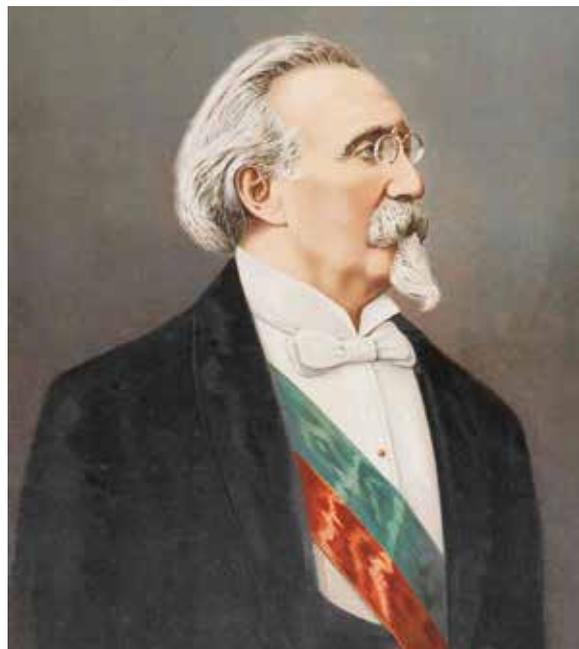
Em 1876, integrou a Comissão para a Reforma da Instrução Secundária. Entusiasta dos ideais liberais e republicanos, cedo se filiou no Partido Republicano, tendo sido deputado entre 1883 e 1885, pelo círculo da Madeira, e novamente de 1890 a 1892, desta vez pelo círculo de Lisboa. Foi reeleito em 1911, agora à Assembleia Nacional Constituinte, tendo ali pronunciado “discursos brilhantes em que a par do brilho da forma se nota a grande elevação de ideias” (“Dr. Manuel de Arriaga...”, *Diário da Madeira*, 6 mar. 1917, 1). Na sua primeira candidatura, Manuel de Arriaga venceu nas urnas, nas eleições ocorridas na sequência da morte do deputado Luís de Freitas Branco, José Braamcamp Freire e o 2.º conde do Carvalho, António Leandro da Câmara Carvalho Esmeraldo Atouguia Bettencourt de Sá Machado, candidatos monárquicos. A sua eleição, em pleno regime monárquico, revelava forçosamente o descontentamento popular e social para com o poder central e, sobretudo,

as políticas sorvedoras dos cofres madeirenses, demonstrando, simultaneamente, uma simpatia e afinidade crescentes pelos ideais republicanos.

Com efeito, nos finais do séc. XIX, a Madeira encontrava-se imersa numa grave e estagnadora crise económica e social. Os madeirenses viram em Manuel de Arriaga a oportunidade de reivindicar, protestar e exigir mudanças ao Governo central, perante a situação decadente e calamitosa em que se encontrava a Ilha, tal como aponta o discurso no *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, da sessão de 30 de março de 1883. O discurso de Manuel Arriaga denuncia a fome, a miséria, a emigração, a decadência da agricultura, a paralisação do comércio, a desproteção e a ausência de estímulo às indústrias, o trabalho precário, a crescente emigração, fruto da penúria, e a crise alimentar, os preços e os impostos exorbitantes dos géneros importados, quando comparados aos preços praticados em Portugal continental, bem como a necessidade de construir um novo porto no Funchal, e de construir levadas para aproveitamento de várias fontes de água, para benefício e fomento da prática da agricultura.

As eleições de 1884 foram marcadas por confrontos e motins de extrema violência, culminando com a morte de civis na Ribeira Brava. Apesar de Arriaga não ter sido reeleito, num processo eleitoral muito controverso, que envolveu conspirações dos monárquicos no sentido de evitar a sua reeleição, nesse mesmo ano, Manuel de Arriaga e Consiglieri Pedroso, membros do Diretório Republicano, foram à Madeira protestar publicamente contra a detenção dos membros republicanos durante as eleições. Arriaga ofereceu-se para defender os presos políticos republicanos que se encontravam detidos no Funchal, e que foram levados a julgamento na Ponta de Sol, em 1885, sendo posteriormente absolvidos.

Manuel de Arriaga foi preso por diversas vezes, na sequência do seu envolvimento na organização de manifestações de fundo patriótico e republicano. Com a Implantação da República a 5 de outubro de 1910, foi



Manuel de Arriaga como Presidente da República (fotografia pintada, 1911).

nomeado reitor da Univ. de Coimbra, com o intuito de pacificar os ânimos da comunidade estudantil. Executou as funções de Procurador da República, a convite de Afonso Costa, em 1910, e foi eleito o primeiro Presidente constitucional da República Portuguesa, em 1911; no entanto, devido à instabilidade política (nomeadamente à revolta de 14 de maio), foi forçado a renunciar ao cargo a 26 de maio de 1915, não tendo completado o seu mandato.

Manuel de Arriaga escreveu profusamente, publicando inúmeros livros, discursos e composições dispersas em periódicos madeirenses, açorianos e nacionais, tais como: *Sobre a Unidade da Família Humana*, “O Partido Republicano e o Congresso”, *O Sistema Penitenciário, quando Exclusivo e Único, Abrangerá os Fenómenos mais Importantes da Criminalidade, e não os Abrangendo, Converter-se-á numa Instituição Contraproducente e Nefasta?*, “A questão da Lunda”, “Descaracterização da nacionalidade portuguesa no regime monárquico”, “Começo de liquidação final”, “A irresponsabilidade do poder executivo no regime monárquico liberal”, *Contos Sagrados, Irradiações, Harmonias Sociais. O Problema Humano e a Futura Organização*

Social (no Debut da Sua Fase Definitiva), Na Primeira Presidência da República Portuguesa. Um Rápido Relatório.

A notícia do seu falecimento, no dia 5 de março de 1917, em Lisboa, com 76 anos, causou grande consternação na sociedade madeirense, não só por se tratar do primeiro Presidente constitucional da República Portuguesa, mas por ter defendido os interesses da Madeira como deputado republicano eleito, não sendo esquecido na imprensa por empreendimentos como a defesa da ideia da construção do cais do Funchal, da Av. Gonçalves Zarco, do molhe da Pontinha, a isenção ou redução de impostos sobre produtos cerealíferos importados, entre outros. Foram vários os poetas madeirenses que publicaram composições poéticas em homenagem a Manuel de Arriaga, “estimado entre os seus e admirado pelos estranhos [...] um grande amigo da Madeira” (“Dr. Manuel de Arriaga”, *O Progresso*, 11 mar. 1917, 1), um deles o conhecido poeta e compositor Manuel Ribeiro: “A perda é nacional. A dor todos crucia./ /Amorteceu uma luz de nítido fulgor [...] /um carácter austero e um grave pensador/A ideia perde um atleta,/a oratória um tribuno, o povo um grande amigo/e a arte divina, em suma, um genial poeta [...] /Era um homem de bem. Há de viver na História” (RIBEIRO, *DN*, 10 mar. 1917, 2).

Orador distinto e dotado de um verdadeiro espírito revolucionário e republicano, Manuel de Arriaga defendia a soberania popular e a dignificação das classes desfavorecidas, motivo pelo qual granjeou a simpatia do povo madeirense. Após a proclamação da república e atendendo ao facto de não se justificar, de acordo com o novo regime republicano, a conservação do nome do teatro municipal que homenageava a Rainha D. Maria Pia, a Câmara Municipal do Funchal (CMF) decidiu homenagear Manuel de Arriaga, atribuindo o seu nome ao teatro. No entanto, Arriaga não aceitou a atribuição do seu nome à maior casa de espetáculos da Madeira, por julgar uma homenagem excessiva, pelo que o teatro passou a designar-se por Teatro Funchalense.

A deliberação que ditou a mudança de nome do Teatro Funchalense para Teatro Dr. Manuel de Arriaga apenas foi tornada oficial após a morte de Arriaga, pois era considerado “uma figura de prestígio [...] sobretudo pelo seu talento, pelo vigor da sua palavra quente e entusiasta, pela firmeza das suas convicções tão indissolavelmente prezas à ideia republicana [...] alguma coisa que se prende com a história política madeirense, em que o nome do dr. Manuel de Arriaga se avultou, tornando-se entre nós, para alguns, uma figura de predileção” (“Dr. Manuel de Arriaga...”, *Diário da Madeira*, 6 mar. 1917, 1). “Para os republicanos, Manuel de Arriaga foi um símbolo. Para nós, ele foi um nobre carácter e um nobilíssimo coração [...]. Foi um sonhador e um idealista” (“Dr. Manuel de Arriaga”, *Diário da Madeira*, 7 mar. 1917, 1).

Poucos dias após a sua morte, a 8 de março de 1917, foi deliberado, por unanimidade, pela Comissão Executiva da CMF, a atribuição à Av. Oeste da baixa do Funchal o nome de Av. Manuel de Arriaga. Nas suas *Memórias*, Raúl Brandão pergunta a Manuel de Arriaga qual foi a maior impressão da sua vida; Arriaga prontamente responde: “A ternura do povo da Madeira por mim” (BRANDÃO, 1925, 157).

Obras de Manuel de Arriaga: *Sobre a Unidade da Família Humana* (1866); “O Partido Republicano e o Congresso” (1887); *O Sistema Penitenciário, quando Exclusivo e Único, Abrangerá os Fenómenos mais Importantes da Criminalidade, e não os Abrangendo, Converter-se-á Numa Instituição Contraproducente e Nefasta?* (1889); “A questão da Lunda” (1891); “Começo de liquidação final” (1892); “Descaracterização da nacionalidade portuguesa no regime monárquico” (1892); “A irresponsabilidade do poder executivo no regime monárquico liberal” (1892); *Contos Sagrados* (1899); *Irradiações* (1901); *Harmonias Sociais. O Problema Humano e a Futura Organização Social (no Debut da Sua Fase Definitiva)* (1907); *Na Primeira Presidência da República Portuguesa. Um Rápido Relatório* (1916).

Bibliog.: “Avenida Manuel d’Arriaga”, *Diário de Notícias*, 9 mar. 1917, p. 1; BRANDÃO, Raúl, *Memórias*, vol. II, Lisboa/Paris, Aillaud/Bertrand, 1925; CARITA, Rui, e MELO, Luís Francisco de Sousa e, *100 Anos do Teatro Municipal Baltazar Dias (1888-1988)*, Funchal, Eco do Funchal/Câmara Municipal do Funchal, 1988; *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão do dia 30 de março de 1883, n.º 52, pp. 852-855; “Dr. Manuel de Arriaga”, *Diário de Notícias*, 6 mar. 1917, p. 2; “Dr. Manuel de Arriaga”, *Diário da Madeira*, 7 mar. 1917, p. 1; “Dr. Manuel de Arriaga”, *Diário de Notícias*, 7 mar. 1917, p. 1; “Dr. Manuel de Arriaga”, *O Imparcial*, 11 mar. 1917, p. 3; “Dr. Manuel de Arriaga”, *O Progresso*, 11 mar. 1917, p. 1; “Dr. Manuel de Arriaga: o seu falecimento”, *Diário da Madeira*, 6 mar. 1917, p. 1; “Honra e glória à memória de Manuel de Arriaga”, *O Povo*, 10 mar. 1917, p. 1; RIBEIRO, Manuel, “Homenagem”, *Diário de Notícias*, 10 mar. 1917, p. 2.

FERNANDA DE CASTRO

Arsenal de Santiago

Ao longo da história da Madeira escasseiam as informações sobre a construção e a manutenção dos inúmeros navios que demandaram a baía do Funchal. No entanto, sobreviveu, através dos Arquivos da Câmara Municipal do Funchal (CMF), o primeiro documento, enviado pelo Rei D. João I (1357-1433) a 11 de maio de 1425, onde se agradece o apoio dispensado na Madeira, em princípio, a um navio real que ali chegou desmantelado.

Nas primeiras informações existentes sobre o povoamento, Francisco Alcoforado refere na sua *Relação* que, com o aproveitamento das madeiras, logo nos primeiros tempos do povoamento, se começaram a construir na Madeira navios de gávea e castelo de proa, que até então “não havia no reino, até porque não tinham para onde navegar”, só existindo caravelas no Algarve e barinéis em Lisboa e Porto (ALCOFORADO, 1975, 94), o que é, certamente, um certo exagero do cronista.

As informações existentes a este respeito não são, assim, propriamente sobre a construção de navios, mas sim sobre pequenas embarcações, como refere depois Gaspar Frutuoso (1522-1591) em relação ao Porto Santo, onde havia de início dragoeiros tão grossos, que se fabricavam com o tronco de uma só árvore embarcações para seis e sete homens, utilizadas para a pesca, embora também acrescente que já havia então poucos e que iam faltando. O cronista açoriano, entretanto, volta a citar a informação de Alcoforado sobre a construção de navios de gávea e de castelo de avante, conforme lhe transcreveu Jerónimo Dias Leite (c. 1537-c. 1593).

No elogio que fez dos feitos do Gov. Tristão Vaz da Veiga (1537-1604), por quem nutria uma enorme admiração, Gaspar Frutuoso refere que o mesmo mandou fazer dois navios no Funchal. O primeiro era uma galé, que “saiu uma peça muito bem-feita”, com 17 remos de banda e um esporão de abordagem em bronze, e a segunda uma fragata de 12 remos por banda, para andar vigiando por fora e ajudar a galé. Cita, inclusivamente, que a fragata

fora lançada ao mar no dia de S.^{to} António, 13 de junho de 1589, tendo sido paga através do dinheiro da imposição destinado às fortificações (FRUTUOSO, 1968, 205). Claro que não se tratava de navios de longo curso, e, inclusivamente, o termo “fragata” não tinha a significação que depois assumiu, sendo uma embarcação, por certo, de fraco porte.

Ao longo dos sécs. XVII e XVIII não há mais informações específicas deste género, limitando-se a ribeira da praia do Funchal a proceder a reparações sumárias de navios em trânsito, para o que havia calafates e outros mestres. Construíram-se pequenas embarcações, de que há informação não só no Funchal, mas também em Machico e em Câmara de Lobos, logicamente, para a faina da pesca e cabotagem.

Por esses séculos devem ter funcionado zonas de manutenção nos limites da praia de calhau do Funchal, uma das quais foi colocada a descoberto com a aluvião de 20 de fevereiro de 2010 e escavada pelo arqueólogo Daniel Sousa nos meados de 2013. Estas escavações revelaram a área de um antigo varadouro ou arsenal na foz da ribeira de São João, abaixo do nível do antigo Hospital de S. Lázaro, com evidências arqueológicas dos sécs. XVII, XVIII e XIX, conjunto entulhado, provavelmente nos meados do século, com as obras da Estrada da Pontinha e, depois, com a construção do Prq. de Santa Catarina. Para além de uma zona de antigas fornalhas, com tijolo refratário de várias épocas, exumou-se um pilar de um cabrestante de boas dimensões e, mais recuada, a base de outro.

Esta área deveria servir igualmente de apoio ao forno da cal dos meados do séc. XIX existente nos arrifes de São Lázaro e de Santa Catarina, tal como ao pequeno forte existente naquele local, trabalho geral de que sobreviveram algumas fotografias. Neste local deve ter funcionado também, nos meados do séc. XIX, um pequeno arsenal para apoio à manutenção das barcaças e fragatas do carvão da casa Blandy, Bros. & C.^a, cujos empregados residiam num bairro nesta área, pagando rendas económicas, antes de se concentrarem,



Varadouro do arsenal da The Madeira Engineering & Company, Lda. (arquivo particular, c. 1970).

perto dos finais do séc. XIX, no bairro de Santa Maria e do Corpo Santo. Neste bairro, existiam inúmeras pequenas oficinas de calafate, encontrando-se registados em 1847 30 mestres, que consertavam barcos e canoas para o serviço de pesca e do bomboto no porto, sendo as reparações executadas ao ar livre e na praia do Calhau. Este campo passou por vários nomes: campo das Loucas, de São Tiago e dos Chalons, dado ali se fazerem exercícios militares dos milicianos aquartelados na fortaleza; foi depois Pç. Académica e campo de Carlos, quando do seu arranjo para as exposições por ocasião da visita régia de 1901; e, finalmente, campo Almirante Reis, com a implantação da república. Zona de habitação, trabalho e lazer por excelência dos marítimos da cidade, ali veio a nascer o Club Sport Marítimo e, depois, o União Football Club, sendo nos inícios do século quase todos os praticantes destes clubes empregados no bomboto e demais serviços marítimos.

O primeiro arsenal digno desse nome foi levantado perto dos finais do séc. XIX, em 1880, provisoriamente e depois de forma definitiva, a leste da Pç. Académica e do Campo de Santiago, pela casa Blandy, Bros. & C.^a e em terrenos inicialmente de serventia militar. Com base na cartografia militar da área, é possível seguir as várias fases de instalação, com os projetos da área ainda desocupada, em 1886, o

projeto geral de instalação da primeira fase do Arsenal de São Tiago, então Arsenal do Blandy, em 1897, e as aquisições do novo lote para ampliação do arsenal, entre 1921 e 1929.

O Ministério da Guerra, pelo dec. n.º 1057, de 18 de novembro de 1914, iniciou um processo de venda dos terrenos de serventia militar e, inclusivamente, de fortes e fortalezas desativados, pelo que o arsenal ocupou os dois lotes de terreno entre o pequeno Ribeiro Seco de Santa Maria Maior e a Fortaleza de São Tiago, adjacentes à antiga muralha do Corpo Santo. O Arsenal de Santiago, ou de São Tiago, transformou-se depois na Madeira Engineering Company (MEC), onde trabalhariam os mais habilitados técnicos madeirenses da área. A 9 de novembro de 1992, a Região Autónoma da Madeira, a CMF, a MEC e a Sociedade Imobiliária do Terreno do Arsenal celebraram um protocolo relativo à transferência da empresa industrial de reparação naval e metalomecânica com equipamentos e estaleiro do Arsenal de São Tiago para o Parque Industrial da Cancela e para o Terminal Marítimo do Caniçal, tendo sido posteriormente construído no antigo arsenal, na zona velha da cidade, o Hotel Porto Santa Maria.

Na zona do antigo mercado D. Pedro V, onde depois se levantou a Alfândega Nova, também existiu, entre os finais do séc. XIX e os inícios do XX, um estaleiro ou arsenal, propriedade da Cossart Gordon e depois da Empresa do Cabrestante, de que foi impulsionador e gerente João de Araújo. Neste estaleiro se construíram os veleiros *Gonçalves Zarco* e *Fernando*, para a firma Baganho Nunes & C.^a Lda., do continente, o vapor *São João*, daquela empresa, e várias lanchas de cabotagem e tráfego do Porto do Funchal. Era nesse estaleiro que se fazia, antes do prolongamento da muralha da Pontinha, em 1933, o serviço de carga e descarga dos navios surtos na baía, para o que dispunha de um avultado número de embarcações e trabalhadores. Do cabrestante saíam continuamente volumes de mercadorias transportadas por juntas de bois com destino ao portão da Alfândega, na R. da Praia, de que ficaram inúmeras fotografias. Com a abertura da Av. do Mar,

na déc. de 40 do séc. xx, este estaleiro passou para a praia Formosa, mas em pouco mais de duas décadas era extinto.

Nos arredores do Funchal funcionaram outras empresas semelhantes, como a casa Wilson & Sons, no sítio do Gorgulho, nos arredores da Qt. Calaça, que era utilizada para reparação das diversas embarcações daquela firma fornecedora de carvão de pedra, de que subsistem as paredes dos armazéns. A agência de navegação Cory, Bros. & C.^a também tinha um pequeno estaleiro e arsenal no sítio do Portinho, na freguesia do Caniço, de que subsistiram igualmente as ruínas dos armazéns.

Bibliog.: **manuscrita:** DSIE, Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, Cartografia, 5513-1A-12A-16, Alfredo Augusto de Vasconcellos, *Planta do Campo de S. Thiago*, Funchal, 1886; 5519-1A-12A-16, *Planta: Projecto de Melhoramento do Campo de S. Thiago*, Funchal, 1897; 5549-1A-12A-16, Carlos W. Sardinha, *Propriedade Requerida para Venda, Ampliação do Arsenal Blandy*, Funchal, 1922; 7478-1A-12A-16, *Projecto de Melhoramento do Campo de S. Tiago*, Funchal, 1929; 10931-2A-24A-111, Carlos W. F. Sardinha, *Planta dos Terrenos Adquiridos ao Ministério da Guerra, ao Sítio de S. Tiago, na Cidade do Funchal, pela Firma Blandy Brothers & C.^a*, Funchal, 1922; **impresa:** ALCOFORADO, Francisco, *Epanáfora Amorosa: Descobrimiento da Ilha da Madeira: Ano 1420*, ed. lit. José Manuel de Castro, Braga, J. Castro, 1975; *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. xv, 1972; CALDEIRA, Abel Marques, *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX: 1900-1925*, Funchal, Eco do Funchal, 1964; FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1968; LEITE, Jerónimo Dias, *História do Descobrimiento da Ilha da Madeira e da Descendência Nobilíssima dos Seus Valorosos Capitães*, introd. e notas João Franco Machado, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1949; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos de Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998.

RUI CARITA

Arte flamenga

As relações comerciais e culturais entre o reino de Portugal e o ducado de Borgonha, que integrava os ricos territórios da Flandres, sofreram um extraordinário incremento com o casamento da infanta D. Isabel, filha do Rei D. João I, com o duque Filipe, no início do segundo quartel do séc. xv. Por outro lado, com a introdução do cultivo da cana-de-açúcar no arquipélago da Madeira, na sequência do descobrimento e do início do povoamento, aumentou, em grande escala, por toda a Europa, o consumo do “ouro branco”, alterando hábitos alimentares e mesmo algumas práticas medicinais, como também, em contrapartida,

se desenvolveu a importação para o arquipélago de bens destinados a satisfazer necessidades devocionais das comunidades que se foram constituindo à sombra dos canaviais e da economia açucareira. Se aos portos de Bruges e de Antuérpia chegava o açúcar da Madeira, levado por mercadores, tanto nacionais como estrangeiros, a diversas povoações do arquipélago madeirense foram chegando, com regularidade, ao longo de cerca de pouco mais de 70 anos, várias pinturas, esculturas, placas funerárias, tecidos e alfaias litúrgicas. Parece ter sido fator importante no dinamismo deste comércio, tanto do açúcar como das obras de arte, não apenas o gosto pela arte flamenga, ao que parece muito enraizado junto das elites locais, de origem nacional ou estrangeira, como também o papel desempenhado pelos fatores portugueses naquelas cidades do Norte da Europa, que se transformaram, provavelmente, no elo de ligação para a compra de obras flamengas de pintura, escultura e ourivesaria destinadas a comitentes da Ilha, como já vinha acontecendo, de resto, em Portugal continental, com pinturas, esculturas e artigos de luxo importados a pedido do Monarca e da Corte ou do clero e de mercadores ou letrados.

Foi, portanto, graças ao comércio do açúcar que entraram no arquipélago da Madeira, a partir da segunda metade de Quatrocentos, obras de arte flamengas de diversos sectores, sendo de destacar os notáveis painéis de pintura a óleo sobre madeira que hoje se podem ver no Museu de Arte Sacra do Funchal (MASF). Não foi ainda encontrada documentação que possa provar a que artistas ou oficinas foram feitas as encomendas. Mas, depois de estabelecida, com o rigor possível, a fortuna histórica dessas peças, por comparação estilística com obras documentadas ou solidamente atribuídas, puderam ser sugeridas aproximações de alguns desses painéis a oficinas de artistas de nomeada dos sécs. xv e xvi, como Dieric Bouts, Gérard David, Joos van Cleve, Jan Provoost, Pieter Coecke van Aelst, Jan Gossart, dito o Mabuse, e Marinus van Reymerswaele, ou a mestres anónimos, conhecidos sob as designações convencionais de Mestre do Santo

Sangue, Mestre do Tríptico Morrison ou Mestre da Adoração de Machico, e não apenas a oficinas secundárias de carácter eclético e “de compilação” que produziam com frequência, a mais baixos custos, para as “bolsas de pintura” que alimentavam a exportação (PEREIRA e CLODE, 1997). Tem havido alguma insistência, em pequenos estudos esparsos ou mesmo em comunicações a colóquios, em considerar o grosso das obras de pintura importadas para a Madeira como integráveis nessa “pintura de exportação” realizada por oficinas secundárias, que realizavam algo “apressadamente” um trabalho de compilação da maneira dos grandes mestres. Aceitamos que, em casos pontuais, se detetem painéis reveladores de modos de execução que traem essas origens, mas a qualidade patenteada por muitas das obras, a reconhecida monumentalidade de algumas delas e o apuramento que tem sido feito das condições de encomenda levam a pensar que a maior parte das grandes peças remanescentes não pode ser facilmente incluída nessa categoria desvalorizadora de “pintura de exportação”, mesmo comprovando que a sua aquisição passou por intermediários conhecedores não só das “bolsas de pintura” de Antuérpia, mas também, por certo, das melhores oficinas dessa cidade e de outras da Flandres.

Para fazer uma revisão de toda a questão da importação de obras de arte flamenga é preciso ter em conta dois pontos essenciais: primeiro, os contributos historiográficos e a constituição das coleções; segundo, as tipologias das importações, dando alguns exemplos marcantes.

A tardia constituição de um museu de arte sacra no Funchal reflete as vicissitudes particulares que o património artístico dos conventos suprimidos pela lei de extinção das ordens religiosas e de nacionalização dos seus bens, de 1834, sofreu no arquipélago da Madeira.

Em 1910, com a implantação da República e a conseqüente publicação da lei de separação da Igreja do Estado, novas transferências de propriedade de bens artísticos se processaram, sobretudo das dioceses do continente para os museus nacionais, mas, ao que parece, tal não teve grandes efeitos na Madeira.



Fig. 1 – Santiago Maior, oficina de Dieric Bouts, o Velho, c. 1470 (Museu de Arte Sacra do Funchal).

Enquanto, em Portugal continental, as pinturas e outros objetos artísticos recolheram a depósitos em Lisboa e no Porto, vindo a dar origem aos museus nacionais de arte dessas cidades, com processos semelhantes, na

respetiva escala regional, em Coimbra, Aveiro, Évora ou Beja, pelo contrário, na ilha da Madeira, os bens artísticos dos conventos extintos foram deslocados para outras igrejas e capelas da Diocese ou, embora mais raramente, permaneceram nos locais de origem, como ainda hoje acontece no caso do convento de S.^{ta} Clara do Funchal, dada a continuidade de utilização do imóvel para funções religiosas. Essa mudança de localização provocou, e ainda ocasiona, confusões sobre a verdadeira proveniência das peças, elemento indispensável para o correto estabelecimento da respetiva fortuna crítica, para a caracterização social da encomenda e até para a rigorosa definição iconográfica e estilística.

Foi só a partir do levantamento sistemático da pintura antiga (flamenga e portuguesa dos sécs. xv, xvi e inícios do xvii), levado a cabo por Cayola Zagalo ao longo da déc. de 30 do séc. xx, com o grande apoio do Dr. João Couto, então diretor do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), em Lisboa, e publicado em 1943, e, sobretudo, depois do restauro, nas oficinas do então Instituto José de Figueiredo, anexo ao MNAA, de grande parte desse património pictórico, concluído em 1949 e apresentado em grande exposição nesse museu, que contou com a presença de peritos internacionais, que se tornou premente a criação de uma unidade museológica que o recolhesse e o pudesse mostrar condignamente na capital da Madeira. Foi assim que nasceu, no ano de 1955, o Museu Diocesano de Arte Sacra do Funchal, por iniciativa do bispo D. António Manuel Pereira Ribeiro, que para tal foi judiciosamente aconselhado pelo Cón. Francisco Camacho e pelo Eng.^o Luiz Peter Clode, que viria a assegurar a sua direção durante décadas.

O novo museu foi instalado no antigo paço episcopal, à R. do Bispo, no centro histórico da cidade, recolhendo não apenas as pinturas, mas também apreciável número de esculturas e ourivesaria de igrejas, capelas e conventos de toda a Diocese, não só da escola flamenga mas também da escola portuguesa e mesmo de produção local. Desde então, tem vindo a aumentar as suas coleções, com novos

depósitos provenientes de igrejas paroquiais, da Sé e do colégio dos Jesuítas, em resultado de obras de reconstrução ou remodelação ou de transformação de altares e dependências e graças à clarividência demonstrada pelos sucessivos bispos e cónegos da Sé e pela direção do museu.

A publicação, em 1997, do catálogo da arte flamenga do MASF, da autoria de Luiza Clode e Fernando A. Baptista Pereira, só foi possível graças a inúmeros contributos historiográficos anteriores, mas também à atenta releitura crítica de certas fontes imprescindíveis, como o *Livro Segundo das Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso, ou o valiosíssimo volume do memorialista de Setecentos, Henrique Henriques de Noronha, com preciosas descrições dos templos e das suas obras de arte, antes das mudanças ocorridas no séc. xix. Entre esses anteriores contributos historiográficos, assumem particular destaque as obras já referidas de Cayola Zagalo. Contudo, tanto estudiosos da história e do património da Madeira como o Ten.-Cor. Alberto Artur Sarmento, em crónicas jornalísticas sobre as freguesias da Madeira, que viriam a ser reunidas em livro, e, sobretudo, os prolíficos estudiosos padres Eduardo Nunes Pereira e Manuel Juvenal Pita Ferreira, como outros autores mais recentes, quer em alguns estudos de conjunto, quer em pequenos artigos, como Rui Carita, Luiza Clode, João Lizardo, Maria Manuela Mota, Nelson Veríssimo, ou Jorge Valdemar Guerra, deram significativas achegas para o esclarecimento de atribuições ou de contornos estilísticos, ou, ainda, para o estudo dos contextos de produção ou de recepção das obras importadas para o arquipélago.

Entretanto, no âmbito internacional, a arte flamenga importada para a Madeira interessara especialistas estrangeiros e tivera mesmo honras de divulgação internacional. Logo na exposição de 1949, peritos nacionais e internacionais, como Luís Reis-Santos, Friedländer, Grete Ring ou Retgeren Altena, entre outros, sugeriram atribuições, em grande parte acolhidas quer pelo Dr. João Couto, quer por Cayola Zagalo, mas, infelizmente, não se produziram os estudos de aprofundamento

iconográfico, estilístico ou mesmo de história das obras que seriam de esperar, talvez porque a “anormalidade” de escala de algumas das pinturas flamengas da Madeira face aos padrões conhecidos nos Países Baixos desconcertasse esses estudiosos. Só em 1966, Georges Marlier propôs convincentemente a atribuição do chamado *Tríptico de Simão o Magnífico* a Pieter Coecke van Aelst e, em 1971, o professor da Univ. de Louvain-la-Neuve, Ignace Vandevivere, publicou um minucioso e bem documentado estudo, no qual contou com a colaboração da conservadora-restauradora madeirense Ana Paula Abrantes, sobre o retábulo misto de uma oficina de Antuérpia – painel central esculpido com a *Epifania* e volantes pintados com as efigies dos doadores (Francisco Homem de Gouveia e sua mulher), apresentados pelos seus santos patronos – que se encontra no altar-mor da pequena capela dos Reis Magos, para que foi adquirido, no Estreito da Calheta.

Teríamos de esperar pelo festival internacional Europalia Portugal, que teve lugar na Bélgica no último trimestre de 1991, para assistir, no quadro da exposição Feitorias, comissariada por Pedro Dias, a uma primeira reavaliação de algumas das mais significativas peças do património escultórico e pictórico flamengo da ilha da Madeira, embora se não tenha produzido nenhum estudo aprofundado sobre nenhuma delas e tenham mesmo persistido, em algumas classificações, certos equívocos propalados por uma tradição que não procedera a um rigoroso reexame tanto do legado documental como do próprio legado artístico.

Foi apenas no catálogo de 1997 que foi possível superar essas limitações e proceder ao estudo sistemático da notável coleção de pintura e de escultura flamengas do MASF. Os principais vetores da investigação realizada procuraram, em primeiro lugar, estabelecer a história de cada obra: encomenda, proveniência, mudanças de localização, vicissitudes sofridas,



Fig. 2 – Retábulo da capela dos Reis Magos do Estreito da Calheta, oficina de Antuérpia (atr.), c. 1520.

inclusive no plano material, através dos mais variados testemunhos, desde fontes documentais antigas até descrições setecentistas ou mesmo oitocentistas do interior dos templos. Em seguida, foi realizada uma exaustiva leitura iconográfica de cada peça ou conjunto, que permitiu corrigir antigas designações e presumidas proveniências. Finalmente, uma rigorosa crítica estilística logrou clarificar os autores, as oficinas ou tão-só os centros de produção de onde foram importadas as obras, assim como a respetiva cronologia. Foram cruzados todos os dados, o que garantiu um esforço de correção mútua por parte de cada abordagem, esclarecendo alguns elementos sobre a história da obra, aspetos da cronologia ou mesmo da classificação estilística, bem como afinidades estilísticas entre obras de proveniência diversa ajudaram a definir emulações entre famílias ou, pelo contrário, solidariedades e cumplicidades a esse nível entre figuras socialmente próximas ou ligadas por laços de sangue.

Em simultâneo com a elaboração do catálogo, que se prolongou por dois anos, identificámos e publicámos o remanescente de um retábulo pintado, assinado e datado (1581) por Michel de Coxcie, mestre da geração romanista flamenga, que se encontrava em restauro e momentaneamente retirado da armação barroca do altar do Senhor Jesus da Sé do Funchal e que terá pertencido a um anterior altar de S.^{ta} Ana: *Encontro de S.^{ta} Ana e S. Joaquim, Circuncisão, Epifania e Fuga para o Egipto*. A ressonância internacional da descoberta levou o então diretor do Museu do Prado, Fernando Checa, que comissariava a exposição *As Sociedades Ibéricas e o Mar*, no pavilhão de Espanha da Expo 98, em Lisboa, a integrar duas das pinturas na mostra, que celebrava o quarto centenário da morte de Filipe II, provável comitente do retábulo. Mais recentemente, a historiadora madeirense Isabel Santa Clara Gomes Pestana, na sua tese de doutoramento, propôs que as quatro pinturas quinhentistas que se encontram integradas no altar fronteiro de S.^{to} António, com afinidades estilísticas com as que pertenceram ao altar de S.^{ta} Ana, fossem igualmente atribuídas a Coxcie, apesar de ainda não terem

sido submetidas ao mesmo tratamento de conservação e restauro a que foram as primeiras. Num ainda mais recente artigo, publicado em conjunto, Isabel Santa Clara Gomes Pestana e o historiador belga Didier Martens reforçaram a atribuição dos dois conjuntos a Michel de Coxcie, esclarecendo a diferença cronológica entre os mesmos, apesar de a sua chegada ao arquipélago poder ter sido simultânea, ou seja, em 1581, data constante no painel *Fuga para o Egipto*. Assim, enquanto o conjunto de quatro representações de santos do altar de S.^{to} António – *S. Lourenço, S. Jerónimo, Vocação de S. Mateus e Estigmatização de S. Francisco de Assis* – dataria claramente dos anos de 1560-1570 e poderia ter sido executado para outro destino (talvez o Escorial), o remanescente do altar de S.^{ta} Ana está datado de 1581 e seria acompanhado na oferta à catedral do Funchal pelas outras quatro tábuas.

Na caracterização da tipologia das importações de arte flamenga para a ilha da Madeira tivemos em consideração os seguintes parâmetros: as várias cidades da Flandres de onde seriam provenientes as obras importadas; as várias oficinas que produziram obras exportadas; a cronologia das importações; as temáticas privilegiadas; os comitentes.

No que respeita ao primeiro ponto, verificamos que Bruges, Malines, Antuérpia e Bruxelas dominam, com destaque para as três primeiras. Recorde-se que a feitoria portuguesa, inicialmente instalada em Bruges, viria a transferir-se para a Antuérpia.

No que toca às oficinas que produziram as obras exportadas, há, contudo, consoante os sectores artísticos, acentuadas diferenças. No caso da escultura, dominam em absoluto as continuadas importações de Malines, que chegam a documentar, com rigor, a evolução e as transformações do gosto artístico nesse centro produtor, como se verá adiante. Já no caso da pintura, deparamos com uma muito maior diversificação de centros de produção e de oficinas. Várias oficinas de Bruges (Gérard David, Jan Provoost, Mestre do Santo Sangue), uma de Lovaina (Dieric Bouts), outra de Bruxelas (Michel de Coxcie), um número considerável

das de Antuérpia (Mestre do Tríptico Morrison, Joos van Cleve, Jan Gossart, Marinus van Reymerswaele, Pieter Coecke van Aelst) e até a de um anónimo mestre que realiza uma síntese entre as oficinas brugenses e o emergente gosto antuerpiano (Mestre da Adoração de Machico).

Em termos cronológicos, as importações estendem-se desde as décadas finais do séc. xv até 1581, com grande incidência nos decénios de 1510 a 1530. É importante referir que o Rei D. Manuel I intervinha no mercado, não apenas com importações destinadas a igrejas de um território que estava sob o seu padroado, mas também com encomendas dirigidas a artistas ativos em Portugal, como foi o caso de Francisco Henriques, flamengo radicado entre nós, e documentado de 1508 a 1518 em Coimbra, Évora e Lisboa, cunhado do pintor régio Jorge Afonso, chefe da operosa oficina em que se formaram vários dos mestres da geração seguinte. Na Madeira, o luso-neerlandês Francisco Henriques terá satisfeito pelo menos uma encomenda régia, cerca de 1511, a pala de retábulo para o altar-mor da matriz da Ribeira Brava, e colaborou, embora pontualmente, entre 1512 e 1516, na magna empreitada, também de patrocínio régio, do monumental retábulo-mor da Sé do Funchal, cujas 12 tábuas revelaram, no seu restauro recente, a intervenção dominante do anónimo Mestre da Lourinhã, nas fiadas da Paixão e Eucarística, e a colaboração de um destacado pintor da oficina de Jorge Afonso, conhecedor das soluções do mestre, na fiada intermédia, de temática mariana. O modelo de estruturação narrativa desse grande retábulo, o único da época manuelina ainda *in situ* e na armação original, deriva do que Francisco Henriques realizara alguns anos antes para S. Francisco de Évora. Para a marcenaria e para a escultura adicional, o retábulo funchalense terá recebido o contributo da oficina de Mestre Machim Fernandes, que também realizou o cadeiral anexo. Contudo, após 1540, as encomendas régia e local vão privilegiar as oficinas de Lisboa, acompanhando também a progressiva mudança de gosto que se vai registando,

um pouco por todo o Portugal, em favor do “modo romano” e, finalmente, do maneirismo. A exceção é constituída pela encomenda de Filipe II a Michel de Coxcie, em 1581, de qualquer maneira um pintor romanista assumido no quadro da pintura flamenga.

No que toca às temáticas preferidas pela clientela madeirense, vemos diferenças importantes consoante os dois sectores artísticos em presença. Na escultura, as imagens icónicas são dominadas por representações da Virgem com o menino, por vezes com referências ao tema de *Maria in Sole*, precursor da Imaculada Conceição (com a presença do crescente lunar), e pelas figuras mais veneradas do santoral, nos tempos do povoamento e desenvolvimento da economia açucareira: S.^{ta} Luzia, S. Roque e S.^{ta} Catarina. No capítulo das cenas narrativas, em menor número, o grupo mais frequente é o do calvário de três figuras, mesmo quando incompleto, seguindo-se exemplares isolados da epifania e da deposição, podendo colocar-se a hipótese de um perdido Pentecostes. Já na pintura, predominam as cenas narrativas, divididas pelos dois grandes núcleos temáticos mais apreciados: o do anúncio e infância de Jesus (com grande preferência pelo tema da anunciação/encarnação, mas também pelo par natividade/epifania) e o da paixão de Cristo, com natural destaque para os temas do calvário e do par descida/lamentação. São variadas as invocações marianas e muito diversificadas as representações de santos, abrangendo os patronos da cidade do Funchal (Santiago Menor e S. Filipe), S. Francisco de Assis, S.^{to} António e S. Bernardino de Siena, ligados à ordem que promoveu a primeira evangelização do território, assim como intercessores que protegiam profissões ligadas às viagens e às profissões do mar, como S. Pedro, S.^{to} André, S. Cristóvão e S. Nicolau, ou que guardavam da tentação e dos males de espírito (S. Paulo, S.^{ta} Maria Madalena).

Finalmente, um tentame de caracterização dos comitentes. À cabeça estará o próprio Rei, mas os sucessivos capitães-donatários do Funchal e do Machico e os seus familiares ou dependentes aparecem claramente ligados



Fig. 3 – Retábulo do altar-mor da Sé do Funchal, oficinas luso-flamengas de Lisboa, c. 1514 (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

à encomenda tanto de retábulos de pintura como de imaginária para importantes templos, desencadeando um movimento de emulação junto da emergente pequena nobreza rural, junto do clero e até dos mercadores estrangeiros radicados na Ilha, como os genoveses Lomelino e os florentinos Acciaiuoli. O dinamismo provocado no mercado da importação de obras flamengas a oficinas de maior ou menor prestígio foi, assim, desencadeado tanto por redes de solidariedades familiares como por rivalidades sociais.

Passemos agora ao exame de alguns exemplos paradigmáticos. No que respeita à coleção de pintura flamenga, que abrange painéis que se estendem cronologicamente dos fins do séc. xv a meados do séc. xvi, distingue-se não só pela sua alta qualidade artística como, sobretudo, pela enorme escala de alguns dos quadros, invulgar nesta escola.

Entre o considerável acervo do MASF, cumpre destacar: um encantador *Santiago Maior*, atribuído ao círculo do mestre de Lovaina Dieric Bouts, da segunda metade do séc. xv, ligado ao voto feito, em 1521, pela cidade do Funchal contra o flagelo da peste e que, apesar de representar o apóstolo *major*, foi confundido com o seu homónimo *minor*, por não haver então na Ilha imagem que representasse o patrono escolhido, Santiago Menor; uma *Natividade* e uma *Epifania* que fizeram parte de um retábulo destinado à igreja matriz da Ribeira Brava, atribuído ao chamado Mestre do Tríptico Morrison; o famoso tríptico da *Descida da Cruz*, atribuído a Gérard David, de cerca de 1518-1527, com a representação dos doadores nos volantes (Jorge Lomelino e Maria Adão), destinado ao convento franciscano de S.^{ta} Cruz, mandado fundar, em testamento, pelo mercador genovês Urbano Lomelino, disposição que os seus sobrinhos executaram; uma monumental *Adoração dos Magos*, do início do séc. xv, que permitiu a caracterização do anónimo Mestre da Adoração de Machico, cuja autoria pode ser rastreada em mais duas outras composições do MASF, um *Encontro de S.^{ta} Ana e S. Joaquim*, proveniente da Madalena do Mar, e um magnífico *S. Nicolau*,

que terá pertencido à misericórdia do Funchal; uma *Anunciação*, painel de um tríptico do início do séc. xvi atribuível a Joos van Cleve, assim como, atribuível ao mesmo mestre, o muito interessante *Tríptico de S. Pedro, S. Paulo e S.^{to} André*, de cerca de 1520, encomendado provavelmente pelo terceiro capitão-donatário, Simão Gonçalves da Câmara, de que encontrámos belíssimo paralelo na igreja de Ancede, concelho de Baião, distrito do Porto, ainda na moldura original; uma *S.^{ta} Maria Madalena*, atribuída a Jan Provoost, do final do primeiro quartel do séc. xvi, obra excepcional que associa uma Madalena apresentada como Eva-Pandora, em primeiro plano, vestindo trajos cortesãos, à imagem da penitente que se redime, no fundo, que teve a particularidade de ser encomendada a partir da disposição testamentária de Isabel Lopes, que fora aia da mulher do segundo capitão-donatário do Funchal.

De facto, a oficina de Provoost terá sido das que mais encomendas satisfez para a Ilha, desde o *Tríptico de N.^a Sr.^a da Misericórdia* mandado encomendar por disposição testamentária de 1511 para a capela de S. João de Latrão pelo rico comerciante de açúcar Nuno Fernandes Cardoso, e que se pode ver hoje no MNAA, até ao painel da Madalena do Mar, sem esquecer os monumentais volantes do que pensamos ter sido um retábulo misto que teria ao centro a cena do Pentecostes, esculpida, destinado à igreja do Espírito Santo da Calheta. Os volantes representam nos aversos S. Francisco e S.^{to} António e, nos reversos, uma esplendorosa Anunciação.

Finalmente, uma menção muito especial deve ser feita ao *Tríptico de Santiago Menor e S. Filipe*, santos patronos do Funchal, que tem a particularidade de representar, nos volantes, o terceiro capitão-donatário, Simão Gonçalves da Câmara, dito o Magnífico, acompanhado de sua mulher, filhos e filhas, e que foi judiciosamente atribuído ao grande pintor Pieter Coecke van Aelst.

No sector da escultura, que outrora ornamentou retábulos ou pequenos altares um pouco por toda a Ilha, salientam-se, na



Fig. 4 – Nossa Senhora da Conceição de Machico, oficina de Malines (?), c. 1515 a 1517 (Museu de Arte Sacra do Funchal).

coleção do MASF: uma esguia e em meio relevo *N.ª Sr.ª da Conceição*, também chamada *Virgem de D. Manuel*, do início do séc. XVI, proveniente do retábulo-mor da matriz do Machico, exemplo da iconografia de *Maria in Sole*; uma elegante *S.ª Luzia*, a denunciar a emergência do Renascimento; as figuras de uma *Deposição no Túmulo*, possivelmente

destinadas a uma capela da Sé do Funchal; um dos muitos *Calvários* destinados à ornamentação de altares ou de arcos triunfais, sem esquecer o monumental *S. Roque*, peças todas elas atribuídas a oficinas de Malines e de inícios do séc. XVI. As duas primeiras citadas documentam, com pertinência, a evolução do gosto nas importações provenientes de um mesmo centro de fabrico ou de centros próximos: do goticismo da *Virgem de Machico* ao adoçamento de formas, revelador da penetração dos formulários renascentistas que encontramos na *S.ª Luzia*. Deve, ainda, referir-se uma *Mater Dolorosa*, peça luso-flamenga de cerca de 1517, atribuível a Fernão Muñoz, escultor e entalhador de origem galega, que foi colaborador e continuador do flamengo Olivier de Gand, falecido em 1512. Terá pertencido a um *Calvário* talvez destinado à Sé, de que restam um *S. João Evangelista*, que se encontrava na igreja do colégio dos Jesuítas e que entretanto deu entrada no MASF, e um *Crucificado*, hoje numa coleção particular do Porto.

Presume-se que deve ter sido importada uma grande quantidade de ourivesaria da Flandres para a Madeira desde os finais do séc. XV e por todo o séc. XVI. Destacam-se duas obras em prata dourada no MASF: um cálice proveniente da igreja de Machico e um lavabo ou salva, pertencentes ao tesouro da Sé, que possuem, ambas, punção de Antuérpia.

Um outro sector importante foi constituído pelas lápides tumulares com lâminas de bronze, que consta terem sido também importadas da Flandres ao longo da mesma época. Algumas delas encontram-se na Sé do Funchal, cinco das quais com incisões, e uma outra na matriz de Santa Cruz, com as armas da família e respetiva legenda.

Embora sejam poucas as peças de arte de origem flamenga que se encontram fora do MASF, são de mencionar o já referido retábulo misto, com pintura e escultura, que está na capela dos Reis Magos, no Estreito da Calheta, notável peça do património insular que ainda se encontra no local para onde foi encomendada pela família dos instituidores, modesta

capela que nos evoca o tipo de construções religiosas do início da economia açucareira.

Para finalizar, e assinalando o *terminus* da grande época das importações de pintura flamenga para a ilha da Madeira, lembramos as atrás mencionadas duas séries de pinturas de Michel de Coxcie, a série dos santos integrada no altar barroco de S.^{to} António, no braço norte do transepto da Sé do Funchal, e o remanescente de um retábulo assinado com o título de *Pictor Regis* que lhe foi outorgado por Filipe II, e datado de 1581, integrado no retábulo barroco do Senhor Jesus, no braço sul do mesmo transepto, mas que, de acordo com a iconografia, deve ter sido executado para um altar da invocação de S.^{ta} Ana, que o precedeu no mesmo local. Com essas duas séries do romanista Coxcie estaremos, assim, perante o que terá sido o último grande ato mecenático do poder real (Filipe foi aclamado Rei de Portugal nesse mesmo ano), que privilegiou a importação de pinturas oriundas do Norte da Europa.

Bibliog.: BASTOS, Celina et al., "A incorporação do tríptico de Provoost no Museu Nacional de Arte Antiga e a sua origem", in *Jan Provoost. O Tríptico de Nossa Senhora da Misericórdia*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 2012, pp. 30-55; COUTO, João, *Os Painéis Flamengos da Ilha da Madeira*, Funchal, JGDAF, 1955; DIAS, Pedro Dias (coord.), *Feitorias*, Antuérpia, Museu Real de Belas-Artes, 1991; *Id.*, *No Tempo das Feitorias*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1992; *Id.*, *Estudos sobre Escultura e Escultores do Norte da Europa em Portugal. Época Manuelina*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998; FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, *A Sé do Funchal*, Funchal, JGDAF, 1963; FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1968; MARLIER, Georges, *La Renaissance Flamande: Pierre Coecke d'Alost*, Bruxelles, G. Fink, 1966; MARTENS, Didier, e SANTA CLARA, Isabel, "Exotisme flamand mitigé à Madère: les huit Coxcie de la Cathédrale de Funchal", *Handelingen Koninklijke Kring voor Oudheidkunde, Letteren en Kunst van Mechelen*, n.º 116, 2012, pp. 71-113; MOREIRA, Rafael, "Os autores do retábulo e cadeiral (1514-1516)", *Monumentos*, n.º 19, 2003, pp. 64-67; NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, ed. Alberto Vieira, Funchal, CEHA, 1996; PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 4.^a ed., 2 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989; PEREIRA, Fernando António Baptista, "Identificado o autor do altar do Senhor Jesus da Sé do Funchal", *Jornal de Notícias*, Funchal, 1 jan. 1997; *Id.*, "Michel de Coxcie, epifania y circuncisión", in CHECA, Fernando (coord.), *Las Sociedades Ibéricas y el Mar*, Pavilhão de Espanha na Expo 98, Lisboa, 1998, n.º 17-18; *Id.*, *Imagens e Histórias de devoção. Espaço, Tempo e Narrativa na Pintura Portuguesa do Renascimento (1450-1550)*, Lisboa, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2001; *Id.* et al., "O retábulo-mor da Sé do Funchal. Questões de história, de iconografia e de estilo", in *Conservação e Restauro do Retábulo do Funchal* (no prelo); PEREIRA, Fernando António Baptista, e CLÓDE, Luíza, *Museu de Arte Sacra do Funchal. Arte Flamenga*, Funchal, Edicarte, 1997; SANTA CLARA, Isabel, *Das Cousas Visíveis às Invisíveis. Contributos para o Estudo da Pintura Maneirista na Ilha da Madeira (1540-1620)*, 2 vols., Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2004; VANDEVIVERE, Ignace, "Le retable sculpté à volets peints des Rois Mages d'Estreito da Calheta, Madeira: une production anversoise des années 1520", in

DIAS, Pedro (coord.), *Estudos sobre Escultura e Escultores do Norte da Europa em Portugal. Época Manuelina*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998; VIEIRA, Alberto, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira, Séculos XV a XIX*, Funchal, CEHA, 2004; ZAGALO, Manuel C. Almeida de Cayola, "Algumas palavras sobre o património artístico da ilha da Madeira", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IV, n.º 1, 1934, pp. 26-35; *Id.*, *A Pintura dos Séculos XV e XVI da Ilha da Madeira*, Lisboa, Bertrand, 1943; *Id.*, *Pinturas dos Séculos XV e XVI da Ilha da Madeira (depois do Seu Restauro)*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1955.

FERNANDO ANTÓNIO BAPTISTA PEREIRA

Arte na educação

Em matéria de arte na educação, a Região Autónoma da Madeira aproveitou a descontinuidade territorial, que a separa do continente português e a privou de usufruir de muitas valências, invertendo a seu favor o sabor da insularidade. Usufruiu do mar e do que, em matéria social, este podia oferecer, proporcionando uma estreita relação com outros povos que ali paravam. Falamos, *e.g.*, de uma forte relação com a comunidade inglesa, que por lá se estabeleceu no séc. XIX, e com individualidades de outras nacionalidades, como a alemã, a espanhola e a russa, que ao longo dos séculos se distinguiram na relação com os autóctones.

Pelos registos apurados, podemos afirmar que, desde o início do séc. XIX, as artes fizeram regularmente parte da educação. Existem referências à aprendizagem da música, à prática do canto, às danças de salão, às récitas teatrais e às artes e ofícios, a par de outras atividades de cariz artístico, como os labores e a aprendizagem das línguas. Fazendo um périplo pelos períodos entre 1821 e 2015, é possível observar-se o lugar que as artes ocuparam em instituições de ensino regular, bem como confirmar a existência de aulas artísticas de cariz doméstico e até em instituições mais regulamentadas.

Na Madeira, as escolas com opção de disciplinas de âmbito artístico fizeram parte da educação ao longo do séc. XIX. Quando, em 1835, se assistiu à implementação do ensino primário obrigatório, uma das consequências foi a criação de múltiplas escolas e colégios. Na Madeira, a rede pública de escolas deveria ser notoriamente insuficiente, visto que encontramos, ao longo de Oitocentos, diversas escolas em

espaços domésticos ou sem designação oficial, onde era possível as famílias optarem por uma ou mais atividades artísticas, como o ensino do canto, da guitarra, do piano ou da dança, a par do desenho. Além destas atividades, as escolas e os pequenos colégios permitiam igualmente a opção pelo ensino das línguas, nomeadamente a francesa e a italiana, justificando-se esta última, sobretudo, quando do *bel canto* se tratava. Estas disciplinas (artísticas e línguas) tinham normalmente um custo acrescido.

Apesar do ensino feminino já existir no reinado de D. Maria I, foi com a reforma do ensino primário, em 1836, que foram implementadas as “escolas de meninas”. Na Madeira, encontramos referências ao ensino feminino na imprensa, registando-se que as escolas ou colégios para meninas eram dirigidas por senhoras, como atesta o seguinte anúncio: “Colégio para educação de meninas, direção de Felisberta Augusta Teixeira” (com opção de lições de piano, dança e desenho com pagamento extra) (“Prospecto”, *A Flor do Oceano*, 12 set. 1839, 4). Neste contexto, é interessante constatar a presença contínua do ensino da dança, a par de disciplinas ligadas às línguas, à música e ao desenho.

As aulas de artes não aconteciam apenas em escolas ou colégios de ensino primário. Ao longo de todo o séc. XIX, há registos de aulas particulares, organizadas nas casas dos professores ou mesmo dos alunos. Entre outros, recolhemos anúncios na imprensa local de aulas de dança ministradas por Eduardo Soares e Paulo Valentino d’Ornelas Costa; lições de música, rabeça, piano, violoncelo e violino dadas por Nuno Graceliano Lino; e de piano e canto pelo P.^o João Aleixo de Freitas.

Até ao último quartel do séc. XIX, os docentes eram essencialmente masculinos, começando as mulheres, nessa altura, a predominar no ensino das artes. Importante, já então, era a presença de professores de nacionalidades diferentes da portuguesa, proprietários, *e.g.*, da *Eschola Collegial Inglesa*, que tinha lições de música, e do *Collegio de Jane H. Manly Tello*. Estes factos revelam bem, ao nível da educação, a influência da comunidade inglesa na Madeira oitocentista.

Além do ensino artístico em contexto doméstico, também era possível desenvolver-se uma prática artística em contexto institucional, principalmente nas sociedades e nos clubes que proliferaram no séc. XIX, depois da revolução liberal. Neste âmbito, salienta-se o coro da Sociedade Philarmonica; a Academia Marcos Portugal, que proporcionava lições de solfejo para violino, violeta, violoncelo, rabeção grande e instrumentos de metal e palheta; e a Sociedade Recreio Musical, com aulas de dança dadas por Eduardo Soares, que acumulava com aulas que lecionava no Theatro D. Maria Pia.

Como se depreende do anteriormente enunciado, a maior parte das instituições e aulas artísticas desenvolvia-se fora do domínio público, embora houvesse algumas exceções. O Liceu, *e.g.*, apresenta-se como uma escola oficial genérica que incluía atividades de educação artística. Outro caso de atividades artísticas promovidas por uma instituição pública é o da escola municipal de D. Francisco Vila y Dalmau, onde era possível estudar canto e dança.

Por fim, uma categoria que não deve ser esquecida: as aulas proporcionadas por professores e companhias que passavam pelo Funchal, como, *e.g.*, as aulas de dança do Circo Equestre, em 1865. Era comum que os artistas que passavam pela Madeira para realizar concertos e espetáculos se disponibilizassem também para dar aulas particulares a quem estivesse interessado, situação que se manteve na primeira metade do séc. XX, como mostram os seguintes casos divulgados pela imprensa periódica: maestro Ricardo Nicosia Cortesi (piano); Prof. Cleto Zavala (lições de piano); cavalheiro inglês, muito competente para ensinar violino; Prof. D. Domingo Bosch (lições de piano).

Na transição do séc. XIX para o XX, qualquer novo estabelecimento de ensino vocacionado para mulheres que fosse criado no Funchal teria mesmo de incluir, quase obrigatoriamente, a disciplina de piano, embora de forma opcional, pois era lecionada em regime de aulas individuais. No colégio para meninas de D. Christina Adelaide Gomes, *e.g.*, o currículo era constituído pelas disciplinas de inglês,



Maria Adelaide Meneses e alunas, c. 1950 (fotografia cedida por Sílvia Fernandes).

francês, português, piano, machete, canto, viola e dança, em 1895. Em 1909, o colégio para raparigas João de Deus informava que as suas alunas podiam ter “aulas especiais de canto, piano e dança” com a Prof.^a Cora Cunha, discípula de Maria Capitolina Crawford do Nascimento Figueira (*Almanach de Lembranças Madeirense*, 1909, 288-289). Poucos anos mais tarde, por volta de 1912, foi criada, no Convento de S.^{ta} Clara, a Escola de Utilidades e Belas Artes, que se destinava a raparigas e que incluía no seu currículo também as áreas de música e de dança, assim como o ensino de piano em aulas individuais, de forma opcional.

Este aumento do papel da mulher na educação artística contribuiu, provavelmente, para a sua emancipação profissional através da música. Enquanto noutras áreas era considerado pouco apropriado que a mulher de classe média assumisse uma profissão, no caso da música a mulher começou regularmente a aparecer como professora, sobretudo nas áreas do canto, do piano e da dança. No período entre

1812 e 1880 surgem poucas mulheres a lecionar, mas a partir de 1870 inverte-se esta tendência, aparecendo frequentemente mulheres a lecionar música como atividade profissional remunerada, desaparecendo, *e.g.*, quase por completo, os professores de piano masculinos.

No séc. xx, a par das reformas no ensino oficial das artes, continuaram a ser criadas diversas escolas particulares de cariz doméstico que ofereciam no seu currículo a opção de atividades artísticas. Temos, assim, o Collegio de Santa Clara (piano e canto); o Collegio Maria José Ferreira (classes de dança, francês, inglês e música); o Colégio do Lisbonense (classes de instrução primária, português, francês, inglês, piano, dança e labores); e o Colégio Madeira (classes de dança por Eugénia Rêgo).

É igualmente relevante encontrarem-se anúncios com a redação que se segue, sem nomear as professoras: “Uma senhora devidamente habilitada dá lições de piano e francês em sua casa ou na das alunas, por preços moderados” (“Piano...”, *DN*, 9 out. 1911, 1);

“Senhora competentemente habilitada dá lições de piano e bandolim” (“Lições...”, *DN*, 26 mar. 1915, 1); ou ainda, o pormenor, “Classe de dança – Para principiantes e praticantes” (“Classe...”, *DN*, 6 out. 1911, 2); “Chamamos a atenção para o anúncio que hoje publicamos sob a epígrafe, ‘Classes de piano’, recomendando a professora, que tem toda a competência requerida” (“Professora...”, *DN*, 19 ago. 1917, 1).

No ensino específico e particular, nomeadamente em contexto doméstico, encontramos referências a lições de música dadas por Eduardo Antonino Pestana; Isabel Pamplona Spínola; Nuno Graceliano Lino; Artur Maria Lopes; Alfredo A. Graça, com o pormenor de se referenciar o método (piano e rabeca pelo curso do Real Conservatório de Lisboa, e bandolim pelo método de Christofaro y Gautiero); Angélique de Beer Lomelino; Gabriella Campos (lições de piano e solfejo pelo método do Conservatório de Lisboa); Maria Eugénia de Afonseca Acciaiuoli Rêgo Pereira (ensinava coreografia erudita e folclórica a membros das classes alta e média madeirense num salão de dança); M. Graça Rego (ex-aluna dos professores Cleto Zavala, em piano, e Beer Lomelino, em canto, dava lições de piano e canto); Maria Izabel Ferraz (aulas de dança). Denota-se uma preocupação com a metodologia aplicada e os fins a que se destinava. Leia-se “Lições de música. Curso geral completo pelos métodos mais modernos adotados no Conservatório de Lisboa” (“Lições...”, *DN*, 16 maio 1917, 1); “Professor Vasco de Oliveira (curso de violino seguindo todo o programa do conservatório (escola de Leonard)” (*DN*, 4 abr. 1919, 1). Mantêm-se as escolas dirigidas por estrangeiros com atividades artísticas e as sociedades e os clubes com atividades de educação artística: o artigo “Academia Dançante” referencia o Atheneu Commercial com a Prof.^a Mathilde Xavier Ferraz, que dá lições de dança; o Grupo Recreativo da Mocidade Portuguesa proporciona aulas de música e classes de dança acompanhadas pelo pianista Leandro S. C. de Freitas.

No contexto das escolas oficiais de ensino genérico, existem igualmente diversas menções

ao ensino de disciplinas artísticas: no Instituto de Ensino Secundário e Comercial, referem-se aulas de música, em que os métodos adotados são os mesmos do Conservatório de Lisboa, e um curso de canto regido por uma distinta professora, que dava lições individuais e em classe; no Liceu Jaime Moniz, o professor de canto coral era Júlio Câmara, contando a tuna académica e o orfeão com a direção de Gustavo Coelho; na Escola de Utilidades e Belas Artes (estabelecimento de ensino feminino), era possível aprender dança, piano e canto.

Em 1943 ocorreu um dos principais acontecimentos no campo da educação artística na Madeira, uma iniciativa que continuará a dar frutos no futuro. Nesse ano, Luiz Peter Clode e o seu irmão William Clode fundaram a Sociedade de Concertos da Madeira, que reunia um escol de intelectuais e artistas portugueses e estrangeiros, naturais ou residentes na Ilha, com a finalidade de contribuir para o crescimento de artistas e público especializado. No seguimento da criação dessa instituição, a prática das expressões artísticas cresceu substancialmente e, a partir de 1946, altura em que foi fundada, no âmbito da mesma, a Academia de Música da Madeira, que mais tarde conseguiu o paralelismo pedagógico com o Conservatório de Música de Lisboa, contribuiu para a creditação de professores e alunos madeirenses. Este estabelecimento foi sucessivamente reestruturado após o 25 de Abril, vindo a integrar o ensino profissional das artes na viragem do século, alterando a sua designação, em 2000, para Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira e, em 2006, para Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira Eng. Luiz Peter Clode, em homenagem ao seu mentor.

Os cenários dos sécs. xx e XXI são completamente distintos e acompanham o natural desenvolvimento do ensino artístico na Região, tendo contribuído fortemente para o efeito o trabalho realizado, ao longo de 35 anos (1980-2015), pela Direção de Serviços do Ensino Artístico e Multimédia (antigo Gabinete Coordenador de Educação Artística). A par do trabalho de campo desenvolvido em toda a

Região, motivou o surgimento de associações, filarmónicas e grupos de iniciativa privada que, em conjunto, contribuíram para os resultados atingidos: o ensino artístico integrava, em 2015, a quase totalidade da rede do pré-escolar como atividade obrigatória e o ensino técnico profissional e especializado abrangia já todas as áreas da expressão artística: a dança, a música, o teatro e variantes.

Bibliog.: impressa: “Academia dançante”, *Diário de Notícias*, Funchal, 1 nov. 1912, p. 2; *Almanach de Lembranças Madeirense*, 1909; “Anúncios”, *A Flor do Oceano*, 8 jan. 1837, p. 4; “Circo equestre”, *A Flor do Oceano*, 20 maio 1865, p. 4; “Classe de dança”, *Diário de Notícias*, Funchal, 6 out. 1911, p. 2; “Collegio”, *A Flor do Oceano*, 13 jan. 1866, p. 4; “Collegio para meninas”, *Diário de Notícias*, Funchal, 17 nov. 1895, p. 1; “Dança”, *Diário de Notícias*, Funchal, 16 nov. 1876, p. 1; *Diário de Notícias*, abr. 1919; “Escola de Canto Julio Camara”, *Diário de Notícias*, Funchal, 1 jan. 1920, p. 5; “Escola de Utilidades e Belas Artes”, *Diário de Notícias*, Funchal, 31 jul. 1915, p. 2; “Escola de Utilidades e Belas Artes”, *Diário de Notícias*, Funchal, 23 out. 1915, p. 1; “Explicação de musica e solfejo”, *Diário de Notícias*, Funchal, 6 fev. 1903, p. 1; “A festa da Escola de Artes e Ofícios”, *Diário de Notícias*, Funchal, 2 jun. 1951, p. 4; GOMES, Carlos Alberto, *Contributos para o Estudo do Ensino Especializado da Música em Portugal*, Memória Final do Curso de Estudos Superiores Especializados em Direção Pedagógica e Administração Escolar apresentada ao Instituto Jean Piaget, Almada, texto policopiado, 2000; “Lições de música”, *Diário de Notícias*, Funchal, 16 maio 1917, p. 1; “Lições de piano e bandolim”, *Diário de Notícias*, Funchal, 26 mar. 1915, p. 1; “Licções de piano e canto”, *Diário de Notícias*, Funchal, 1 set. 1877, p. 3; “Licções de violino”, *Diário de Notícias*, Funchal, 9 nov. 1911, p. 2; “Marcos de Portugal”, *Diário de Notícias*, Funchal, 31 jan. 1893, p. 1; “Nuno Graceliano Lino”, *Diário de Notícias*, Funchal, 1 nov. 1896, p. 1; “Piano e francez”, *Diário de Notícias*, Funchal, 9 out. 1911, p. 1; “Professora de piano”, *Diário de Notícias*, Funchal, 19 ago. 1917, p. 1; “Prospecto”, *A Flor do Oceano*, 12 set. 1839, p. 4; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978;

digital: DIREÇÃO-GERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA/COMISSÃO EUROPEIA, *Eurybase, Base de Dados de Informação sobre os Sistemas Educativos na Europa. O Sistema Educativo em Portugal*. 2006/07, s.d.: <http://www3.uma.pt/nunosilvafraga/wp-content/uploads/2007/07/eurydice-o-sistema-educativo-em-portugal-2006-2007.pdf> (acedido a 26 out. 2015); GRUPO DE TRABALHO CONSTITUÍDO PELO DESPACHO CONJUNTO N.º 1062/2003, DE 27 DE NOVEMBRO, *Relatório do Grupo de Trabalho Ministério da Educação Ministério da Cultura*, abril de 2004: http://www.educacao-artistica.gov.pt/documentos/Rel_MED_MC.pdf (acedido a 26 out. 2015).

PAULO ESTEIREIRO
TERESA NORTON DIAS

Arte sacra

O património religioso edificado do espaço madeirense segue, em linhas gerais, os padrões vigentes no continente português, com pequenas adaptações locais, mas com um espírito de salvaguarda do património que permitiu, *e.g.*, a preservação do maior conjunto de tetos de inspiração mudéjar e do único conjunto manuelino de equipamento da capela-mor de uma Sé ainda no seu local e com a articulação original.

O mesmo se passou com o património móvel, do qual se conseguiu salvar um espólio de pintura, escultura e alfaias religiosas de cariz flamengo, um conjunto de alfaias de prata, parte das quais de produção local, uma coleção de retábulos de talha dourada e outro equipamento litúrgico.

A ocupação do arquipélago da Madeira foi a primeira experiência oficial de povoamento e exploração das terras do Atlântico descobertas a norte da linha do Equador, indo para essas ilhas os pioneiros de uma mentalidade universalista de raiz europeia, que aí deram início a uma nova sociedade. Da Ilha partiram depois as naus que mediram a posição geográfica do futuro Brasil, com vista à celebração do Tratado de Tordesilhas, bem como, mais tarde, muitos dos primeiros elementos para o seu povoamento; por ela passaram também as armadas que se destinavam às explorações e conquistas do Oriente. Desta forma, o arquipélago da Madeira acabou por funcionar como a “ponta de lança” da expansão do renascimento internacionalista europeu. Neste quadro se explica o vasto património artístico de carácter religioso que ficou na Madeira, demonstrativo da privilegiada localização no contexto do Atlântico e da rede de contactos comerciais e políticos estabelecidos pelos madeirenses. Tendo o povoamento sido consolidado numa época económica e culturalmente próspera de Portugal e da Europa, confluíu para as ilhas do arquipélago o que de melhor se produzia no continente europeu do ponto de vista artístico, em proporção às dimensões da Ilha.

A conceção de preservação do património artístico religioso e do seu valor histórico tem variado ao longo da história. Os quadros superiores religiosos insulares, em especial, tiveram a perceção concreta da importância da arte ao serviço do culto (tal não invalidou contudo que, face às necessidades da liturgia, tivessem sido alterados os espaços da maioria das igrejas e capelas, que tivessem sido sucessivamente reformulados os altares e, inclusivamente, substituídas as imagens, de acordo com novas devoções). No âmbito desta conceção, entende-se como foi possível preservar alfaias e outras peças artísticas

religiosas, entregues à Igreja desde os inícios do povoamento da Madeira, algumas das quais são, inclusivamente, mais antigas que o referido povoamento. De facto, muitos dos povoadores estavam sensibilizados para este aspecto; assim se explica, *e.g.*, a presença, na Madeira, de um turíbulo de bronze, datável do séc. XII (c. 1165), que teria pertencido ao extinto Convento de N.^a Sr.^a da Piedade de Santa Cruz.

Além disso, a Igreja foi a instituição que melhor soube preservar e acautelar o seu património, por meio da elaboração de inventários, a qual é mesmo anterior ao Concílio de Trento que, nos meados do séc. XVI, determinou a obrigatoriedade de registo e inventariação das alfaias religiosas mais preciosas, das propriedades e demais assuntos respeitantes ao serviço religioso (como os batismos, os casamentos e os óbitos). O mais antigo inventário deverá ser o da Sé do Funchal, de 1524, no qual se faz menção às alfaias religiosas da antiga igreja de N.^a Sr.^a do Calhau, as quais voltaram a essa igreja depois de reinstalada a freguesia, a 18 de novembro de 1557.

As primeiras referências ao património artístico religioso madeirense devem-se a Henrique Henriques de Noronha (1667-1730). Com a criação da Academia Real da História Portuguesa, pelo decreto de 8 de dezembro de 1720, o conde de Vilar Maior, presidente da Academia, escreveu à Câmara do Funchal, a 19 de maio de 1722, transmitindo a ordem real de, com a “brevidade possível”, se organizar uma *História Eclesiástica e Secular deste Reino e Suas Conquistas*, dado a Câmara possuir interessantes documentos em arquivo (ABM, Câmara Municipal do Funchal, cx. 2, 319). A Câmara entregou o trabalho a Henrique Henriques de Noronha que, nessa altura, já teria entrado para a Academia como académico provincial, e que viria a elaborar, em 1722, as *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, atestando no rosto: “distribuídas na forma do sistema da Academia Real da História Portuguesa”.

A centralização régia iluminista do gabinete do marquês de Pombal, que levou à extinção da Companhia de Jesus e à nacionalização dos



Fig. 1 - Turíbulo Água de Pena, oficina do Norte da França ou da Flandres, c. 1165 (Museu de Arte Sacra do Funchal).

seus colégios, tal como das suas propriedades, traduziu-se, na Madeira, num complexo braço de ferro entre as autoridades religiosas e as régias. Dentro do espírito centralizador das determinações enviadas para a Ilha, estabeleceu-se que todo o património móvel com interesse económico deveria ser enviado para Lisboa e o imóvel deveria ser vendido. O acervo documental e bibliográfico do Colégio dos Jesuítas do Funchal praticamente perdeu-se, mas a Diocese conseguiu salvaguardar grande parte do seu património artístico e devocional, rapidamente transferido para as igrejas das freguesias vizinhas, o mesmo acontecendo à maior parte das alfaias religiosas.

Com a guerra civil entre liberais e absolutistas, em 1831 e 1832, grande parte das alfaias religiosas de prata das confrarias madeirenses chegou a ser transferida para a fortaleza do Pico, no intuito de ser depois trasladada para Lisboa. As ordens do bispo do Funchal não foram cumpridas por muitas confrarias, e as dificuldades de transporte marítimo à época, bloqueado que estava o porto do Funchal, não permitiram a saída das pratas da Madeira.

Com a vigência do Governo liberal e a extinção dos conventos masculinos e, depois, dos femininos, também os seus bens foram confiscados pela Fazenda Real, tendo-se perdido grande parte do seu património artístico (para

a casa da moeda de Lisboa seguiu, *e.g.*, o espólio de pratas do Convento de S. Francisco do Funchal). No entanto, a Igreja madeirense ainda conseguiu salvar muito do espólio móvel e artístico desses conventos, transferindo parte desse acervo para outras igrejas.

Com as invasões francesas, a extinção dos conventos e, mais tarde, dos morgadios e capelas, o património artístico religioso português sofrera uma grande depredação e degradação. Acrescia ainda a disputa sobre a sua legítima propriedade – que, em alguns casos, se arrastava ao longo de décadas entre os descendentes dos antigos instituidores e as várias instâncias estatais –, a qual concorria para a sua delapidação. Se a sua passagem à guarda das instâncias religiosas permitiu alguma salvaguarda, como ocorreu na Diocese do Funchal, a sua dispersão pelas novas autoridades civis do continente, pouco sensibilizadas para as questões do património artístico, em especial do religioso, saldou-se num quase completo desastre patrimonial.

A estabilização política conseguida pela segunda regeneração, sob a tutela do Rei D. Fernando II (1816-1885), permitiu o início de uma vasta campanha de reabilitação do património edificado religioso. Tal obrigou também a uma aposta na salvaguarda e na recuperação do património móvel, impossível de manter nos espaços originais onde decorriam as obras, o que passou pela concentração do mesmo património nos principais centros de decisão, acabando por a maior parte não voltar aos seus locais de origem, até por terem perdido a sua função e o seu enquadramento.

O Governo do Cons. José Silvestre Ribeiro (1807-1891) representou na Madeira o espírito da segunda regeneração, anos antes do que viria a ocorrer no continente. Tendo vindo para a Madeira como governador civil na sequência do caso do reverendo metodista Robert Reid Kalley (1809-1888), em setembro de 1846, rapidamente se apercebeu de que era urgente preservar o respeito pelo clero e pela Igreja madeirense. Nesse quadro, para além de pedir a revisão das cóngruas, iniciou uma campanha de obras nas principais igrejas madeirenses, a começar pela antiga igreja do colégio do

Funchal, que se encontrava em péssimo estado de conservação, dada a discussão em curso sobre todo o património da extinta Companhia de Jesus, que havia até então impedido a realização de obras de manutenção.

O cónego e deputado Feliciano João Teixeira (1843-1896) representou, na Sé do Funchal, a nova visão da recuperação e manutenção do património religioso, tendo conseguido o apoio do Governo central para uma série de obras na Sé, que decorreram entre julho de 1881 e março do ano seguinte. No primeiro ano, foram reparados os telhados e sala do capítulo; no ano seguinte, foram picadas todas as paredes da Sé para receber cal nova, foram pintadas as colunas, o teto foi limpo, e foram refeitos o cimalhão da fachada, a capela batismal, o guarda-vento e o lajeado compreendido entre a capela do Amparo e a de S.^{to} António.

O Cón. Feliciano refere que, durante as obras, se descobriram as janelas primitivas das naves laterais, entaipadas nas obras realizadas 100 anos antes, uma porta na capela de Santo António, na parede poente, de acesso ao adro norte, e, na parede oposta, uma janela bipartida, que deveria corresponder ao antigo coro dos órgãos. Na capela do Amparo também foi localizada uma porta que daria acesso ao mesmo coro, embora não se tenha percebido como se articulava com ele, dadas as alterações decorrentes das obras do século seguinte.

A descrição do Cón. Feliciano Teixeira indicia uma nova forma de entender o património, referindo as várias “descobertas” e colocando hipóteses sobre as antigas funções desses elementos, embora tudo tivesse sido novamente entaipado, com exceção das janelas das naves, que viriam a ser colocadas a descoberto em meados do séc. xx. A campanha de obras levou à transferência dos serviços da Sé para a igreja do colégio, após o que, em março de 1882, “processionalmente e com toda a pompa, o Santíssimo Sacramento” foi de novo transferido para a sua capela da Sé (FERREIRA, 1963, 147-148).

Foi neste contexto que, em 1882, se organizou em Lisboa a célebre Exposição de Arte

Ornamental Portuguesa e Espanhola, a qual conheceu grande divulgação europeia e contou com várias peças da Diocese do Funchal. Esta exposição teve o apoio de investigadores ingleses e foi primeiramente organizada em Londres, no South Kensington Museum, em 1881, e apresentada em Lisboa, aumentada, um ano depois. A mítica exposição decorreu no então Museu Nacional, situado no Palácio Alvor, ou das Janelas Verdes, foi organizada por uma comissão presidida pelo ex-Rei D. Fernando, inaugurada a 12 de janeiro pelos Reis D. Luís de Portugal e Afonso XII de Espanha e visitada por 100 mil pessoas, tendo dado origem ao Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia, em 1884, e, em 1911, ao Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA).

Para esta exposição, além de outras peças da Diocese, foi solicitada a presença da cruz manuelina da Sé do Funchal, que figurou ao lado da congénere do mosteiro de Alcobaça, mais antiga e alguns centímetros mais pequena. A cruz do Funchal foi muito bem recebida e aplaudida, mas a sua posterior recuperação foi muito difícil, dado ser considerada património nacional e, como tal, dever incorporar o futuro museu nacional de belas-artes.

O Cón. Feliciano João Teixeira, então deputado pela Madeira em Lisboa, bateu-se ao longo de oito anos contra o “depósito” da cruz do Funchal em Lisboa, sem resultados.

Em meados de 1886 surgiu uma oportunidade de pressionar Lisboa de outra forma. O Governo requisitara vários arquivos locais e regionais para o acervo do arquivo real da Torre do Tombo, entre os quais se encontrava o do cabido da Sé do Funchal, deslocando-se à Madeira um elemento do ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça para os recolher.

Por acordo entre o bispo do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto (1835-1911), e o

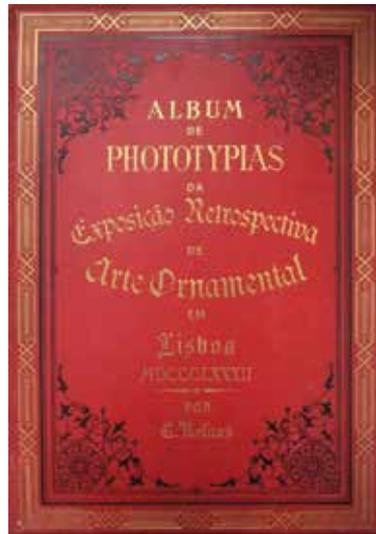


Fig. 2 – *Album de Phototypias da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental em Lisboa (1882).*

Cón. Feliciano Teixeira, que voltaria a representar a Madeira como deputado às Cortes, os arquivos do cabido da Sé não foram entregues ao funcionário que chegou ao Funchal para os recolher. O cónego alegou que não tinha obtido resposta aos vários ofícios que enviara sobre esses assuntos, entre os quais se solicitava a devolução da cruz manuelina, pelo que o cabido aguardava resposta de Lisboa. O funcionário voltou ao continente sem os arquivos do cabido requisitados pela Torre do Tombo.

Sucederam-se em Lisboa os ofícios entre o Ministério dos Negócios Eclesiásticos e o inspetor da Academia Real das Belas Artes. Quando, em abril de 1887, o Cón. Teixeira voltou à capital como deputado pelo círculo do Funchal, acabou por conseguir recuperar a cruz manuelina, que lhe foi entregue a 2 de julho. A peça foi, entretanto, restaurada em Lisboa, “para não deixar margem a ninguém para acusar o cabido” de não cuidar do estado de conservação do seu património, como então escreveu o cónego, apesar de não ser essa a indicação do diretor do museu (*Id., Ibid., 173*). A cruz regressou ao Funchal, embora não deixasse de participar em quase todas as grandes exposições regionais, nacionais e internacionais dos séculos seguintes (Lisboa, 1949; Santa Clara do Funchal, 1951; Antuérpia, Europália 91; Sevilha, 1992; pavilhão da Santa Sé, Lisboa, Expo 98; Palácio Nacional da Ajuda, 2009).

Assim se foi abrindo caminho para uma outra forma de entender o património artístico religioso, como já havia assumido nos finais do séc. XVIII o cónego fabricante João Paulo Berenguer, bem como para a montagem, no Funchal, de um museu regional que obstasse à perda do património regional para os museus e arquivos centrais, o qual foi inicialmente pensado para o Convento de S.^{ta} Clara e, depois, para o palácio de S. Pedro.

O assunto somente teria desenvolvimento na época do Estado Novo, equacionado de uma outra forma, com a montagem do Museu da Quinta das Cruzes, na dependência da Junta Geral, e, depois, de um museu diocesano de arte sacra, que incorporou o património disponível da Diocese, onde se encontrava muito do espólio sobrevivente dos antigos conventos e, muito especialmente, o tesouro da Sé do Funchal.

Sobre arte sacra pendeu uma nova perspectiva com a implantação do Estado Novo, cuja conceção entrava em confronto com a da Igreja. Embora, nos finais da déc. de 30, a Igreja, liderada pelo cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), se assumisse como vanguardista – algo de que é exemplo a construção da polémica igreja de N.ª S.ª de Fátima em Lisboa (1934-1938) –, a Igreja passaria quase sempre a apresentar, nas décadas seguintes, uma posição mais conservadora. O Estado Novo criou um eficaz instrumento para intervir no património histórico edificado, a

Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que desenvolveu uma ampla campanha historicista, no quadro da qual os principais monumentos eram entendidos como testemunhos de um passado glorioso e recuperados essencialmente na sua conotação simbólica, assente em princípios nacionalistas, isolados da sua envolvência e da sua própria história, como que abstraídos do espaço e parados no tempo.

A ideia-base do Estado Novo parece ter sido, dentro de certos limites, a de ocupar o espaço que entendia como perdido pela Igreja, reinterpretando e depurando as estruturas arquitetónicas religiosas na suposta missão de creditar o passado, assim como de reintegrá-las na sua pretensa forma primitiva, eliminando-se, quase sempre, o espólio de arte sacra posterior à assim considerada “traça primitiva”. Com o propósito de recriar uma nova memória histórica, assente num eficaz sistema de propaganda e na moção de confiança nos destinos da nação, se realizaram igualmente as grandes exposições

evocativas do regime e a celebração de factos e personagens da sua história – aqui se enquadra, em 1934, a inauguração do monumento a João Gonçalves Zarco, de Francisco Franco (1885-1955), porventura das obras escultóricas nacionais mais bem conseguidas e representativas da época.

As campanhas de obras dos monumentos nacionais estenderam-se à Madeira nas décadas de 40 e 50; e, se, por um lado, consolidaram e preservaram todo um património arquitetónico à beira da ruína, por outro, eliminaram um conjunto de azulejos, talha, pintura e escultura, entendido como não sendo da época da construção dos edifícios. Assim aconteceu, *e.g.*, nas várias capelas dos claustros do Convento de S.ª Clara do Funchal, tal como nos edifícios envolventes da Sé do Funchal.

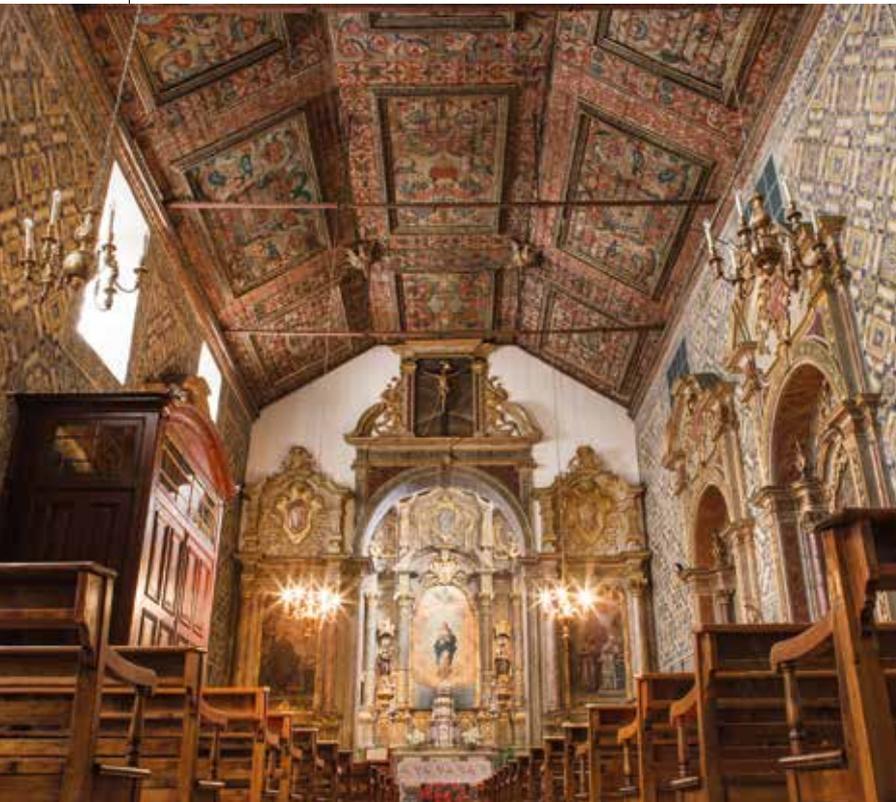


Fig. 3 – Interior da igreja do Convento de S.ª Clara, no Funchal, alvo de várias campanhas da Direção-Geral de Monumentos Nacionais (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

As obras na Sé do Funchal, em especial, tornaram urgente encontrar uma solução para o museu de arte sacra da Sé, montado provisoriamente nas instalações do cabido. Em 1934, Manuel Cayola Zagalo, conservador do palácio da Ajuda, realizara uma missão de estudo à ilha da Madeira, que terminara no levantamento de uma parte importante da pintura flamenga das igrejas e capelas da Diocese do Funchal, a qual, dois anos depois, publicitaria no 1.º Congresso Nacional de Turismo, contribuindo para chamar a atenção, a nível nacional, para o carácter extraordinário do conjunto encontrado.

Face ao interesse desenvolvido em torno da coleção de pintura flamenga, as obras foram objeto de restauro em Lisboa, tendo para o efeito o apoio do bispo do Funchal, D. António Pereira Ribeiro (1879-1957), bem como das entidades do Governo central e da Junta Geral do Funchal. No seguimento dos trabalhos de conservação e restauro, foi organizada uma exposição no MNAA, em 1949, após o que as obras voltaram ao Funchal e foram expostas nas instalações do cabido.

Desde os finais dos anos 40 que se procedia também ao levantamento das coleções de ourivesaria e escultura sacras da Diocese do Funchal, no âmbito das atividades da Sociedade de Concertos da Madeira e da revista *Das Artes e da História da Madeira*, publicação iniciada em 1948 sob coordenação do Eng.º Luiz Peter Clode (1904-1990); este trabalho culminou na publicação de alguns catálogos. Na sequência da publicação, em 1949, de um inventário sobre os lampadários, foram realizadas exposições de ourivesaria sacra no Convento de S.ª Clara do Funchal, em 1951, e de esculturas religiosas, em 1954, organizadas por Luiz Peter Clode e pelo P.º Pita Ferreira (1912-1963), trabalhos feitos com o apoio da Junta Geral. Estava assim cientificamente assente o caminho para a montagem do museu de arte sacra da Diocese.



Fig. 4 - Museu de Arte no Funchal (1936), de Cayola Zagalo.

Como local de instalação do Museu escolheu-se o antigo Paço Episcopal, edifício estreitamente ligado à Sé do Funchal, como residência oficial do antigo prelado. A nacionalização, pela Primeira República, dos bens patrimoniais imobiliários da Igreja levou a que para ali tivesse sido transferido, em 1913, o liceu do Funchal, cuja mudança se equacionava, a partir de 1936, para um edifício construído de raiz para essa finalidade. Em 1942 fazia-se a transferência do liceu para o novo edifício, ainda em

construção, e iniciavam-se os trabalhos de construção da Pç. do Município na antiga cerca, que fora o campo de jogos do liceu. Poucos anos depois, procedia-se à reabilitação do velho paço episcopal para museu de arte sacra, o qual viria a ser inaugurado em 1 de junho de 1955, cerimónia que contou com a presença do Gen. Francisco Higinio Craveiro Lopes (1894-1964), presidente da República, então de visita ao arquipélago.

A Região Autónoma da Madeira viveu, nas últimas décadas do séc. xx, um excecional surto de construção e de desenvolvimento, porventura o mais acelerado da sua história até então, o qual poderia ter tido um complexo impacto no património religioso edificado, muito do qual já se encontrava fora do contexto para que fora construído. No entanto, a articulação entre a Diocese e a Região permitiram uma importante campanha de reabilitação a que as entidades que várias vezes solicitaram a presença de peças do património religioso madeirense em eventos internacionais deram aval, como prova o apoio dado pela World Monuments Fund-Portugal, entre 2011 e 2014, para a reabilitação do retábulo-mor e do cadeiral da Sé do Funchal, trabalho apresentado oficialmente a 9 de junho de 2014, ou o Congresso Internacional 500 anos da Diocese do Funchal: A Primeira Diocese Global. História, Cultura e Espiritualidade, realizado entre 17 e 20 de setembro de 2014, que reuniu algumas centenas de participantes nacionais e internacionais.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal do Funchal, cx. 2, doc. 319; **impresa:** AZEVEDO, Carlos Moreira (coord.), *Cristo Fonte de Esperança. Catálogo. Exposição do Grande Jubileu do Ano 2000*, Porto, Diocese do Porto, 2000; CARITA, Rui, "Escultura flamenga na ilha da Madeira", in GOUVEIA, António Camões (coord.), *O Brilho do Norte. Esculturas e Escultores do Norte da Europa em Portugal. Época Manuelina*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, pp. 137-143, 200-203; *Id.*, "A capela do Senhor Jesus da Sé do Funchal", *Islenha*, n.º 22, jan.-jun. 1998, pp. 5-10; *Id.*, "A pompa e aparato das sacristias da expansão", *Oceanos*, n.ºs 36-37, out. 1998-mar. 1999, pp. 114-124; *Id.*, "O bispo D. Luís Figueiredo de Lemos. Apontamentos de história de arte", *Islenha*, n.º 24, jan.-jun. 1999, pp. 5-56; *Id.*, *Colégio dos Jesuítas do Funchal*, Funchal, Associação Académica da Universidade da Madeira, 2013; *Id.*, *A Igreja Nova de São Jorge, Ilha da Madeira*, Funchal, DRAC, 2013; *Id.*, "Navetas maneiristas, Diocese do Funchal: a relação com o mar", *Invenire*, n.º 6, jan.-jun. 2013, pp. 20-26; *Id.*, "O cadeiral da Sé do Funchal: a relação com o mar", *Invenire*, n.º 9, jul.-dez. 2014, pp. 20-26; *Id.*, *A Sé do Funchal, 1514-2014*, Funchal, DRAC, 2015; CLODE, Luiza (org.), *Escultura Religiosa. Coleção Dr. Frederico de Freitas*, Funchal, Museu de Arte Sacra do Funchal/Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1984; *Id.* (coord.), *Jesus Cristo, ontem, hoje e sempre*, Funchal, Museu de Arte Sacra do Funchal/DRAC, 2002; *Id.*, *Eucaristia. Mistério de Luz*, Funchal, Museu de Arte Sacra do Funchal, 2009; *Id.*, e PEREIRA, Fernando António Baptista, *Museu de Arte Sacra do Funchal. A Arte Flamenga*, Lisboa, Edicarte, 1997; CLODE, Luiz Peter, *Património Artístico da Ilha da Madeira, Lampadários*, Funchal, JGDFA, 1949; *Id.*, e FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, *Património Artístico da Ilha da Madeira. Catálogo Ilustrado da Exposição de Ourivesaria Sacra Realizada no Convento de Santa Clara do Funchal em 1951*, Funchal, JGDFA, 1951; *Id.*, *Exposição de Esculturas Religiosas no Convento de Santa Clara do Funchal*, Funchal, Junta Geral, 1954; FARIA, Hígino, "Acerca do conjunto de escultura pétreia integrado na igreja de São Bento da Ribeira Brava", *Islenha*, n.º 50, jan.-jun. 2012, pp. 33-60; *Id.*, "A função das artes decorativas na construção do barroco da capela da Lombada dos Esmeraldos: esplendor e fé", *Islenha*, n.º 54, jan.-jun. 2014, pp. 55-88; FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, *A Sé do Funchal*, Funchal, JGDFA, 1963; GOUVEIA, Maurílio de, "Beleza e fé", in *Tesouros de Arte e Devoção*, Évora, Fórum Eugénio de Almeida, 2004, p. 9; LADEIRA, Paulo Jesus, *A Talha e a Pintura Rococó no Arquipélago da Madeira (1760-1820)*, Funchal, CEHA, 2009; LAMEIRA, Francisco et al., *Retábulos na Diocese do Funchal*, Faro, Universidade do Algarve, 2014; NORONHA, Henrique Henriques de, *Nobiliário Genealógico das Famílias: Que Passarão a Viver a Esta Ilha da Madeira depois do Seu Descobrimto, Que Foi no Ano de 1420*, São Paulo, Revista Genealógica Brasileira, 1948; *Id.*, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira, antigamente Primaz de Todas as Conquistas, Distribuídas na forma do Systema da Academia Real da História Portuguesa, Anno de 1722*, Funchal, CEHA, 1997; RODRIGUES, Rita, "Manuel Pereira, entalhador e imaginário madeirense do século xvii, e os circuitos de divulgação de modelos para as periferias", in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, Funchal, CEHA, 2010, pp. 229-325; *Id.*, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira, entre 1646 e 1750: a Eficácia da Imagem*, Dissertação de Doutoramento em Estudos Interculturais apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2012; SANTA CLARA, Isabel, *Das Coisas Visíveis às Invisíveis. Contributos para o Estudo da Pintura Maneirista na Ilha da Madeira (1540-1620)*, 2 vols., Dissertação de Doutoramento em História da Arte da Época Moderna apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2004; SOUSA, Francisco Clode de (org.), *A Madeira na Rota do Oriente*, Funchal, Museu de Arte Sacra do Funchal/ Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1999; *Id.*, *Obras de Referência dos Museus da Madeira*, catálogo de exposição patente no Palácio Nacional da Ajuda, 2008, Funchal, Museu de Arte Sacra do Funchal, 2008.

RUI CARITA

Artes plásticas

A designação "artes plásticas" veio tentar abarcar as transformações conceptuais, processuais e técnicas que marcaram as artes a partir da déc. de 60 do séc. xx, em substituição

de "belas-artes", denominação conotada com a tradicional distinção entre pintura, escultura e arquitetura. Na Madeira, após o primeiro modernismo protagonizado pela geração dos irmãos Henrique e Francisco Franco, do primeiro quartel do séc. xx, só na segunda metade desse século voltamos a encontrar uma vontade de atualização, que se manifesta na organização de exposições e no aparecimento de galerias de arte atentas à contemporaneidade.

A maior dificuldade no levantamento dos principais acontecimentos que marcaram o panorama artístico insular a partir da déc. de 60 do séc. xx, é o carácter lacunar da memória dos acontecimentos, no que diz respeito tanto à ausência ou laconismo dos catálogos e notícias remanescentes, como à escassez de textos críticos e de bons registos fotográficos. Para além dos artistas, há que ter em conta a identidade dos promotores de iniciativas e dos curadores das exposições, já que todos os intervenientes concorrem para estruturar o tecido cultural.

A viragem que se verificou no país durante a déc. de 60 pautou-se por uma maior consciência sociopolítica, abertura a influências externas, diversificação de meios e linguagens plásticas e dinamização de um mercado artístico. Na Madeira, um primeiro apontamento poderá ir para a criação de uma escola de ensino superior artístico, a Academia de Música e Belas-Artes da Madeira (AMBAM), em 1956, onde eram ministrados, entre outros, cursos superiores de pintura e de escultura, idênticos aos das escolas de belas-artes de Lisboa e do Porto, cujos docentes vinham anualmente examinar os alunos. Apesar das condicionantes de um ensino desta natureza, foi-se consolidando, assim, um núcleo de intervenientes e fruidores mais informados e atentos. Em 1962, a Academia organizou uma mostra de trabalhos dos alunos da Escola Superior de Belas-Artes do Porto e, em 1970, uma primeira mostra que reuniu peças de professores e trabalhos escolares de alunos da AMBAM.

Em 1960, a Sociedade de Concertos da Madeira organizou, em colaboração com a Sociedade Nacional de Belas-Artes, a I Exposição Nacional de Pintura, que deu a ver, entre

muitas outras, obras de Menez, Fernando de Azevedo, Vespeira, João Hogan, Rogério Ribeiro e do madeirense António Aragão. Por sua vez uma exposição itinerante da responsabilidade da Fundação Calouste Gulbenkian trouxe, em 1962, uma seleção de gravura, pintura e desenho portugueses contemporâneos.

Paralelamente a estas iniciativas institucionais, surgem nesta década as primeiras galerias de arte moderna, a Tempo (1964) e depois a Mundus. A primeira trouxe figuras como Jorge Pinheiro, José Rodrigues, Ângelo de Sousa e Júlio Resende. A segunda deu a ver, a partir de 1966, novos valores como António Nelos, Humberto Spínola, Silvestre Pestana, Ara Gouveia ou Danilo Gouveia, na sua maioria com trabalhos de dominante abstrata.

Um acontecimento marcante foi a realização da I Exposição de Arte Moderna Portuguesa, em 1966, em que foi atribuído o Prémio Cidade do Funchal a *Guarda-Nocturno*, de Joaquim Rodrigo, e o prémio de aquisição a Artur Rosa e Nuno Siqueira. Deveu-se à iniciativa da Delegação de Turismo, com patrocínio da Junta Geral do Distrito e da Câmara Municipal do Funchal (CML), e o júri integrava os mais destacados críticos de arte nacionais de então – José-Augusto França e Fernando Peres. No ano seguinte, na 2.^a edição, o júri, constituído por Rui Mário Gonçalves e Nelson di Maggio, premiou António Areal. Na sequência destes prémios, foram feitas mais algumas aquisições, que acabaram por constituir o núcleo inicial do Museu de Arte Contemporânea do Funchal (MACF).

Neste período, realizaram-se exposições individuais de António Areal, em 1966 e 1967, no Museu Quinta das Cruzes, e, em 1970, houve a possibilidade de ver, através da coleção Stenersen, obras de Picasso, Miró, Vieira da Silva, Appel, Klee, etc., que intensificaram o contacto com a produção artística nacional e internacional.

O panorama cultural foi dinamizado com a criação do Cine-Forum do Funchal (CFF), que surge em 1966 como cineclube e, mais tarde, diversifica também a sua atuação para o âmbito das artes plásticas. A secção juvenil organizou

exposições coletivas em 1970 e 1971 com jovens que então iniciavam a sua atividade, entre os quais alguns alunos da AMBAM.

O pós-25 de Abril trouxe uma fase de agitação e debate que acompanhou as alterações institucionais. No campo das artes, tomaram nova dinâmica as atividades culturais da CML e foi criada a Direção Regional dos Assuntos Culturais, que, na área da arte contemporânea, apoiou diversas iniciativas e criou o Núcleo de Arte Contemporânea, que viria a dar origem, em 1993, ao MACF. Uma das primeiras iniciativas de artistas foi a realização da coletiva ART'ILHA, em 1980, no Salão do Teatro Municipal do Funchal, em cujo catálogo explicitamente se afirmava querer-se ir além dos meios tradicionais e proporcionar uma animação cultural com debate público dinamizado por professores da Escola de Belas Artes de Lisboa, exibição de filmes e diaporamas, apresentação de obras criadas noutros centros culturais e de novos autores, envolvimento audiovisual a um nível experimental e uma atuação do recém-formado grupo de jazz Oficina.

Em 1977, foi criado o Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira (ISAPM), que, em parte, deu continuidade à ação da AMBAM, mas reformulou os cursos e abriu um curso de Design. Com a integração na Universidade da Madeira (UMa), em 1992, o ISAPM passou a Instituto Superior de Arte e Design, em 1997, a Secção Autónoma de Arte e Design e, em 2004, a Departamento de Arte e Design. Em 2008, os departamentos são substituídos, na UMa, por Centros de Competência, pelo que o ensino das artes passou a ficar integrado no Centro de Competências de Artes e Humanidades.

O ISAPM criou uma dinâmica que se manifestou, sobretudo a partir de meados da déc. de 80, na organização de exposições, de colóquios e na criação da revista *Espaço-Arte*, publicada entre 1977 e 1995. As Jornadas do ISAPM conseguiram, a partir de 1986 e com continuidade, proporcionar encontros de reflexão em torno de diversos temas da contemporaneidade artística. Adstrito ao ISAPM funcionou, a partir de 1977, um *atelier* livre, que permitiu interessantes diálogos entre alunos e outros inscritos sem

formação académica. Também chegou a estar em funcionamento um *atelier* infantil, de cuja dinâmica foi possível ver diversas mostras.

O CFF organizou algumas exposições relevantes, entre as quais uma retrospectiva da pintura de António Aragão, datada de 1957 a 1965, uma mostra de René Bértholo, em 1980, e uma do Arqt. Marcelo Costa na sala de Congressos do Casino Park, em 1981, com desenhos e objetos. Alguns destes objetos eram motorizados, refletindo o papel que teve o convívio do autor com René Bértholo e Lourdes Castro.

Numa tentativa de superar as dificuldades inerentes à insularidade e à pequena dimensão do meio insular, foi criada em 1986 a Circul'Arte, Associação de Artistas Plásticos da Madeira, à frente da qual esteve José Júlio Castro Fernandes. A Circul'Arte organizou debates, cursos de curta duração, criou um espaço de *atelier* e deu a ver o panorama artístico local em algumas mostras importantes, a primeira

das quais em 1987, integrada na MARCA/ /Madeira. O júri foi constituído pelas escultoras Manuela Aranha e Luiza Clode, pelos pintores Filipe Rocha da Silva, António Gorjão e Rita Rodrigues e por Francisco Faria Paulino.

O entusiasmo criativo da déc. de 80 refletiu-se no aparecimento de galerias, como a Quetzal, em 1981, a Funchália, ativa entre 1989 e 1994, e a Porta 33, a partir de 1990, que, desafiando a fragilidade do mercado de arte local, tiveram papel fundamental, sobretudo na divulgação de artistas nacionais. Um ponto alto deste entusiasmo foi justamente a realização da MARCA/Madeira (1987), da iniciativa de Faria Paulino, que conjugava: uma feira de arte de âmbito nacional com a participação de 31 galerias; uma feira do livro de arte; um leilão de obras; um congresso de arte contemporânea, cujas atas foram publicadas pelo ISAPM. Para além disso, decorreram outras exposições de carácter abrangente como a já referida, de artistas madeirenses, da Circul'Arte, uma de artistas açorianos, que trouxe obras dos mais destacados nomes de então, incluindo o histórico Domingos Rebelo, uma mostra do Núcleo de Arte Contemporânea do Funchal, embrião do futuro MACF, e a exposição da obra dos irmãos Henrique e Francisco Franco, que assinalou a criação do Museu dedicado a estes dois modernistas. Pensada para ter continuidade, só veio a conhecer uma segunda edição em 2000, menos ampla, mas também complementada por um Colóquio Internacional sobre Arte Contemporânea.

Em 1986, uma coletiva, Dezassete Graus Oeste, deu a conhecer um grupo de artistas madeirenses, ligados ao ISAPM, na Galeria Altamira, em Lisboa. Grupo esse que, com algumas variações, expôs também no Funchal, durante o mesmo ano, Sinais Convencionais, na Galeria da Secretaria Regional de Turismo e Cultura (SRTC) e na Galeria ISAPM, Colecção de Inverno, na Galeria da SRTC, e, no ano seguinte, Cenas e Objectos, também nesta galeria.

Em 1989, foi realizada a 2.^a Mostra de Artes Plásticas da Circul'Arte/Associação de Artistas Plásticos da Madeira, no Teatro Municipal do Funchal, de cujo júri de seleção fizeram parte

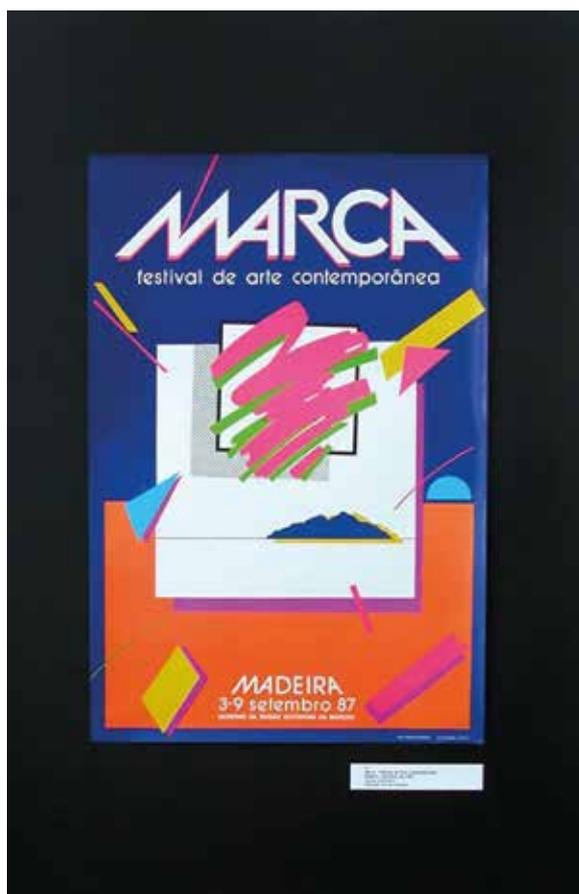


Fig. 1 – Cartaz da MARCA/Madeira, design de Maurício Fernandes, 1989.

Sílvia Chicó e os escultores Celso Caires e José Manuel Pimenta. Apresentou pintura, escultura, desenho, serigrafia e também imagem digital. No ano seguinte, foi organizada outra coletiva, *Ideias & Argumentos*, integrando o júri Isabel Santa Clara, Marcelo Costa e José Júlio Castro Fernandes.

A ligação entre literatura e artes plásticas deu origem a várias exposições de poesia ilustrada no Teatro Municipal Baltazar Dias. Este teatro acolheu, aliás, a partir de 1975, numerosas e diversificadas iniciativas apoiadas pelas atividades culturais da CMF. Olhares Atlânticos, em 1991, na Biblioteca Nacional em Lisboa, foi outra mostra de artes e letras organizada pela Circul'Arte e pela Associação de Escritores da Madeira.

Ao longo da déc. de 90, a atividade da galeria Porta 33 intensificou-se, estando ligada a um projeto cultural que procurou, para além de dar a ver arte contemporânea, promover a reflexão e o contacto com artistas reconhecidos. De entre os naturais ou residentes na Madeira, esta galeria deu particular atenção a Lourdes Castro, Manuel Zimbros, António Aragão, Rigo, António Dantas, Rui Carvalho e Nuno Henrique. Trouxe destacados conferencistas, organizou cursos breves e *workshops*, proporcionou residências artísticas e produziu obras relacionadas com a Madeira de João Penalva, Lourdes Castro e Alberto Carneiro, entre outros, sendo a galeria com mais visibilidade nacional e internacional, inclusive com algumas participações na ARCO, em Madrid. As conferências estão, na sua maioria, disponíveis *online* na página da galeria.

O MACF abriu as portas em 1993 e foi acrescentando novas aquisições ao núcleo inicial, fruto da atividade das galerias e das exposições temporárias dos museus. O seu acervo reflete assim, com as limitações impostas pelas restrições do seu orçamento, os contactos da região com a contemporaneidade artística.

À margem de escolas e de galerias e numa atitude mais radicalmente experimental, ganham forças práticas de poesia visual e de *mail art*, potenciadas com o uso da eletrografia. Quando a primeira loja Xerox abre no

Funchal, António Aragão, António Dantas e Eduardo Freitas, entre outros, começam a explorar as capacidades técnicas da máquina, os novos modos de comunicar, distantes das tecnologias tradicionais de produção de imagens e com a facilidade de produzir múltiplos exemplares a baixo custo e com grande rapidez. Uma das formas de circulação dessas experiências foi feita através da *Mail-Art Zine Filigrama*, editada entre 1981 e 1983, constituída por folhas soltas e enviada pessoalmente através dos circuitos internacionais da *mail art*, que passavam muito especialmente pelo Brasil. Cada participante acrescentava o seu contributo, o que ia alterando sucessivamente os conteúdos.

O uso do computador abriu também, nesta déc. de 80, um outro campo de experimentação e, em 1 de julho de 1985, foi realizada no edifício do ISAPM uma exposição *computer art*, das primeiras do género em Portugal. Evangelina Sirgado de Sousa e Jorge Marques da Silva criaram, através de códigos por eles programados, animações que apresentaram no próprio monitor, fazendo do computador instrumento e suporte de expressão plástica.

Este edifício foi ainda lugar de ensaio de múltiplas experiências do domínio da instalação ao longo dos anos 80, que se alargaram depois a outros espaços explorando as potencialidades da *site-specificity*. Entre estas, assinalamos *Uma Exposição com Pintura e Tudo*, de Isabel Santa Clara (1990, Casa-Museu Frederico de Freitas, espaço da torre); *Espaços em Volta* (1996, MACF); *Atrás do Vento* (Edicarte, 2000); *Escada de Jacob*, de Teresa Jardim, Lígia Gontardo, Domingas Pita e Eduardo de Freitas (Casa-Museu Frederico de Freitas, 1993); *Peixe Espada Preto*, de Trindade Vieira, em 1993, na Galeria da Zona Velha, e em 2000, na galeria Inquisição; *Ilhas de Babel*, em 1996; Galeria em Grande – exposição coletiva de pequeno formato, na galeria da SRTC, organizada por Teresa Jardim, em 2001; no Salão Nobre do Teatro Municipal e na galeria da SRTC, várias intervenções de Guilhermina da Luz, Ricardo Barbeito, Carmen Silva, Bruno Côrte (este último realizou instalações com plantas e construções

efémeras, numa deriva da *land art*); no MACF, *Afinal eram Pássaros*, de Bruno Côrte e Rute Pereira, em 2000; e, na antiga cadeia da Fortaleza de S. Tiago, *Juras Que Me Incendeias o Coração ou Uma Difícil Decisão Cerebral*, de Eduardo Freitas, em 2005. Este espaço do museu foi repetidamente dinamizado com instalações.

As principais instalações de artistas madeirenses na galeria Porta 33 foram *Largo do Canto do Muro*, de Rigo (Ricardo Gouveia), em 1994, onde a toponímia local foi ponto de partida para uma transformação do espaço através de pintura mural, inscrições toponímicas urbanas e rurais e incorporação de calçada portuguesa; e *Impressões*, de António Dantas, em 1996, com electrografias de grande formato.

O MACF tem dado continuidade, para além das instalações acima referidas, à apresentação regular de autores locais como Duarte Encarnação, Bruno Côrte, Susana Figueira, Filipa Venâncio, Ricardo Barbeito, Ângela Costa, Fagundes Vasconcelos, Carlos Valente, Hugo Olim, Vítor Magalhães e Teresa Jardim.

No que diz respeito à estatuária existente no espaço público, a déc. de 60 iniciou uma alteração de linguagem em relação às peças de Francisco Franco ou Leopoldo de Almeida, que então preponderavam. É o caso da alegoria da *Justiça*, de António Duarte, em 1962; de *Família*, de Jorge Vieira; e das peças de Lagoa Henriques, de c. 1971, no edifício da Caixa de Previdência, obra do Arqt. Chorão Ramalho; e de Helder Baptista para o Hospital do Funchal, em 1972.

A abstração está presente nas peças de José Rodrigues e de Fernando Conduto no Casino Park Hotel, de 1976, como em vários trabalhos de Amândio de Sousa, *e.g.*, a escultura comemorativa do 1.º jogo de futebol na Madeira, de 1969, no Largo da Achada, Camacha, e o monumento comemorativo dos 500 anos do município da Ponta do Sol, de 2001. Dentro de um figurativismo depurado e de modelação sintética, são deste escultor o busto do P.º Manuel Álvares, na Ribeira Brava, de 1972, a *Trilogia dos Poderes* junto à Assembleia Legislativa Regional, de 1991, e a *Justiça*, no tribunal de Ponta do Sol, de 1994.

Da obra pública de António Aragão, na qual o autor opta por uma figuração abstratizante, destaca-se, em 1960, o monumento comemorativo do 5.º centenário da morte do infante D. Henrique, paralelepípedo com desenho inciso, no Porto Santo, os relevos da fachada da Escola Industrial, depois Escola Secundária de Francisco Franco, e um painel cerâmico no Mercado de Santa Cruz, de 1962.

Anjos Teixeira, professor de escultura, desenho e anatomia artística na AMBAM e depois no ISAPM, criou peças de pendur mais naturalista. Entre muitas outras, destacam-se no Funchal a estátua de Jaime Moniz, no Largo do mesmo nome, de 1961; *Trabalhador*, no Prq. de Santa Catarina, de 1979; *Florista*, na Pç. de Tenerife do Funchal, de 1980; *Bordadeira*, na R. do Anadia, de 1986; *Corsa para Transporte de Vinho*, de 1994, no Lg. da Feira; *Tristão Vaz Teixeira*, em Machico, de 1971.

O escultor Ricardo Velosa, que fez a sua formação com Anjos Teixeira, deu continuidade a uma figuração comemorativa com grande aceitação por parte das instâncias oficiais, como se pode ver em monumentos alegóricos e representações de personalidades, *e.g.*: *Cristóvão Colombo* (Porto Santo, 1982), *Autonomia* (1987), *D. Manuel Ferreira Cabral* (Santana, 1988), *Turista* (1989), *Francisco Sá Carneiro* (1990), *D. Francisco Santana* (1991), *Revolta da Madeira* (1991), *Carreiro do Monte* (1992), *Júlio Dinis* (1993), *Jorge Brum do Canto* (Porto Santo, 1995), *500 Anos da Diocese do Funchal*, (2014), *Cristiano Ronaldo* (2014).

Em diversas zonas ajardinadas do Funchal, podemos encontrar peças de escultores naturais ou residentes na Madeira como Luiza Clode, Manuela Aranha, Franco Fernandes, Celso Caires, José Manuel Gomes, Sílvio Cró, Jacinto Rodrigues, Martim Velosa, entre outros.

São de salientar alguns painéis cerâmicos, para além do já referido de António Aragão, como sejam o de Guilherme Camarinha na capela do Cemitério das Angústias, de 1958; um painel de Manuela Madureira no átrio do Hospital do Funchal e outro da sua autoria no exterior do mesmo, de 1973; um painel no exterior do edifício do aeroporto, de Amândio



Fig. 2 – Monumento comemorativo do 5.º centenário da morte do infante D. Henrique, vulgo *Pau de Sabão*, de António Aragão, 1960, Porto Santo.

Sousa; os painéis de Rigo na *promenade* do Lido, de 2005, bem como o desenho da calçada da mesma *promenade*.

Numa perspetiva de realizações efémeras em espaço público, assinala-se o projeto Lonarte, da Câmara Municipal da Calheta, coordenado por Luís Guilherme Nóbrega, que teve início em 2010. Divulgou faseadamente trabalhos de 40 artistas regionais, nacionais e internacionais, impressos em lona e colocados em mastros junto à zona balnear. Visou divulgar e levar a arte a locais muito frequentados, mas não especificamente vocacionados para atividades culturais, e, além disso, angariar verbas para a área social da Câmara através da venda dos originais. Destaque-se também, em 2008, o projeto Bilhardice, de Ricardo Barbeito, pela atitude crítica e índole interventiva e pelo recurso à interatividade.

Muito diversa foi a atitude patente no projeto Arte das Portas Abertas, iniciado em 2011

por Jose María Montero (Zyberchema), com apoio da CMF, uma tentativa de animação do espaço urbano da R. de Santa Maria através de intervenções ecléticas nas portas de habitações e nos estabelecimentos comerciais, muitas das quais alheias às especificidades do local.

A criação de casas da cultura e centros cívicos e culturais, se, nalgumas situações, não se pautou pela prossecução de projetos culturais apoiados em agentes com formação específica e com meios adequados, noutras deu azo a profícuas iniciativas. É o caso do trabalho levado a efeito pelas casas da cultura de Santa Cruz, de Câmara de Lobos e da Calheta. Da primeira, coordenada por José Baptista e pelo escultor António Rodrigues entre 1993 e 1999, destacam-se a exposição de pintura e colagem de António Aragão, em 1996, a de medalhística do escultor Helder Baptista, em 1999, a de Lagoa Henriques e a de Francis Tondeur, em 1997. Num registo diferente, foi relevante a mostra e oficina de construção e restauro de instrumentos de corda de Carlos Jorge Rodrigues, em 1997, e a apresentação de obras de vime inspiradas num catálogo de 1925, ponto de partida para uma reflexão acerca da história desta indústria na Madeira e das dificuldades com que deparava à época.

A Casa de Cultura de Câmara de Lobos, dinamizada por Paulo Sérgio BEJu entre 2005 e 2010, privilegiou as instalações, sobretudo como forma de criar unidade em coletivas. Nestas, foi muitas vezes colocado o desafio de uma temática comum que permitiu sublinhar a multiplicidade e diversidade das soluções individuais. Podemos destacar: em 2007, *Pintura na Tal Ilha e Desenhar Dezembro na Orografia de Um Corpo*, de Rita Rodrigues; *Semear ainda Compensa?*, de Teresa Jardim e Domingas Pita; *Envolvências de Artes Plásticas*, de Rute Pereira & Tânia Pereira; em 2008, *Conceito Estreito*, exposição coletiva de David Atouguia, Graça Berimbau, Laura Fêteira, Martinho Mendes & Sílvio Cró, Paulo Sérgio BEJu e Teresa Jardim; de dezembro de 2008 a janeiro de 2009, *O Menino da sua Mãe*, coletiva com instalação de pinturas em pequeno formato que contou com a participação de Valter Hugo Mãe; em

2009, *Correspondência fora de Formato*, de Carla Cabral e Gil Silva, e *Viagem ao Coração dos Pássaros*; Conceito Estreito 2, em abril do mesmo ano, de David Atouguia, Graça Berimbau, Laura Fêteira, Martinho Mendes & Sílvio Cró, Paulo Sérgio BEJu e Teresa Jardim (no Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos).

A Casa das Mudanças, casa da cultura da Calheta, orientada entre 1997 e 2007 por Luís Guilherme Nóbrega, procurou criar um polo de descentralização cultural com ligação com o meio, nomeadamente com a comunidade escolar, aberto à contemporaneidade artística, mas sem deixar de dar visibilidade ao trabalho de artistas locais. A continuidade e crescente projeção deste trabalho esteve na origem da criação do Centro das Artes, inaugurado em 2004. De entre os artistas madeirenses, foram organizadas exposições de José Manuel Gomes e Lígia Gontardo em 1998, de Helena Sousa, Patrícia Sumares e Élia Pimenta em 1999, de Luís Paixão em 2000, de Rui Soares e de Manuel Rodriguez em 2001, de Ara Gouveia em 2002, de Rigo e Rui Carvalho em 2003.

Peões e passadeiras, Jam Sessions: Rigo 84-23, em 2006, comissariada por Manray Hsu, foi uma ampla retrospectiva da obra deste artista nascido na Madeira que tem um já longo, diversificado e reconhecido percurso internacional. Foi dada particular atenção à fotografia, expondo William Henry em 2001, António Júlio Duarte em 2002, Paulo Catrica em 2003, Augusto Alves da Silva em 2003 e 2005, fotografia da coleção PLMJ e Thomas Joshua Cooper em 2006 e Kimiko Yoshida em 2007. De entre os artistas portugueses, destacaram-se as exposições de Alberto Carneiro em 2002, bem como de Joaquim Bravo Álvaro Lapa, António Palolo, Graça Morais e José de Guimarães. Foram organizadas exposições a partir do acervo das seguintes coleções: Fundação de Serralves (peças dos anos 60, em 2000); Coleção Berardo (obras de grande escala e foto-realismo, em 2002; arte povera, em 2005; Fernando Lemos e o surrealismo, em 2006); Fundação Cupertino de Miranda (surrealismo, em 2007); Fundação PT (arte contemporânea da coleção, em 2014).

O panorama das galerias de arte de iniciativa privada manteve-se num difícil equilíbrio no início do séc. XXI. Em 1996, abriu a Edicarte, por iniciativa de Francisco Faria Paulino, que, para além das exposições no seu espaço da R. dos Aranhas e de muitas outras atividades, realizou a 2.ª e a 3.ª edições do Festival de Arte Contemporânea Marca-Madeira no Centro de Feiras e Congressos do Madeira (Tecnopolo), juntando o fórum das principais galerias portuguesas num colóquio internacional de arte contemporânea comissariado por Raquel Henriques da Silva, à data diretora do Museu do Chiado, que versou problemáticas relacionadas com o ensino artístico e a produção, circulação e comercialização do objeto artístico no final do séc. XX. Nele participaram Vicente Todoli, Jaroslav Andel, Maria Corral, Luís Serpa, Alexandre Melo, Louise Neri, Rui Trindade, António Coutinho Gorgão e Idalina Sardinha. A edição de 2000 seguiu um modelo idêntico e o congresso, subordinado aos temas arte e instituições, arte e sociologia e arte e mercado e comissariado por Alexandre Melo, teve a participação de António Pinto Ribeiro, Manuel Gonzalez, Peter Fleissig, Giacinto di Pietrantonio e Barbara Vanderlinden.

Em 2001, surgiu a Galeria da Mouraria, dirigida por Ricardo Ferreira, que aliou uma vertente mais comercial a um Project Room de cariz mais experimental e aberto aos novos talentos.

O encerramento da galeria da SRTC, a 4 de junho de 2006, e do Centro Cívico Edmundo Bettencourt, a 7 de junho de 2005, aliado ao desinteresse institucional em incentivar as casas da cultura, bem como à escassez de galerias de arte, contribuiu, entre outros fatores intrínsecos às opções *site-specific*, para uma intensificação do recurso a espaços alternativos no dealbar do séc. XXI. Entre estes, assinalam-se a coletiva Casa Azul, na R. da Carreira, em 2002; All Paper, de Fagundes Vasconcelos, no armazém da R. da Alfândega, em 2005; Representantes de Quarto, de Fagundes Vasconcelos e Filipa Venâncio, na então Casa Ser Criança, à R. da Carreira, em 2006; e a coletiva Quartos

Vagos, na R. 5 de Outubro, em 2007, estimulante confronto de linguagens, com a participação de Álvaro Silva, Bridget Jones, Carlos Valente, Cristina Pernetá, Filipa Venâncio, Hugo Olim, José Pinho, Luísa Spínola, Martinho Mendes, Merícia Lucas, Nelson Henriques, Phil Shannon, Ricardo Barbeito e Sílvio Cró. Estas iniciativas fazem o contraponto a outras com apoios institucionais como a MIAB – Madeira International Art Biennale, comissariada por Manuel Barata.

A instituição do Concurso Regional de Artes Plásticas – Casa das Mudas, depois designado Prémio Henrique e Francisco Franco, numa parceria do Centro das Artes com a Câmara da Calheta, evento bienal que teve cinco edições entre 1999 e 2007, incentivou e divulgou a produção artística de residentes na Madeira. Integraram sempre o júri de seleção figuras de destaque no panorama artístico nacional.

Em 1999, o 1.º prémio de escultura foi dado a José Manuel Gomes e a Duarte Encarnação; o 1.º prémio de pintura, também *ex-aequo*, a Graça Berimbau e a Susana Figueira; as menções honrosas foram para Ara Gouveia, Carla Pereira, Filipa Venâncio, Lígia Gontardo, Paulo Pingo, Paulo Ladeira, Patrícia Tré, Sílvia Marta e Teresa Jardim.

A 2.ª edição, de 2001, trouxe o 1.º prémio a Bruno Côrte, o 2.º a Eduardo Freitas, o 3.º a Luísa Spínola e as menções honrosas a Catarina Faia, Dina Pimenta, Patrícia Sumares, Paulo Aguiar, Bruno Pereira, sendo o júri constituído por Alexandre Melo, Alberto Carneiro, Idalina Sardinha, José Sainz-Trueva e Luís Rocha.

No 3.º concurso, em 2003, Alexandre Melo, José de Guimarães, Carlos Nogueira e Luís Rocha atribuíram o 1.º prémio a Desidério Sargo, o 2.º a Bruno Côrte, o 3.º a Rute Pereira, o prémio revelação a Carlos Jorge Rodrigues e menções honrosas a Duarte Encarnação, Eduardo Freitas, Hugo Olim, Rui Camacho e Susana Figueira.

Em 2005 (4.ª edição), o 1.º prémio foi para Paulo Sérgio BEJu e o 2.º para Nuno Henrique Santos, não tendo sido atribuído mais nenhum prémio. No júri estiveram Isabel Carlos, Cecília Costa e José Fernandes Pereira.

Em 2007, na 5.ª edição, o júri constituído por Alexandre Melo, Ana Vidigal e Pedro Calapez deu o 1.º prémio a Desidério Sargo, o 2.º a Pedro Clode, o 3.º a Ricardo Barbeito e menções honrosas a Paulo Sérgio BEJu, Nuno Santos, Rute Pereira, Francisco Clode de Sousa e Dayana Lucas.

A criação, em 2008, da Galeria dos Prazeres deve-se a uma iniciativa do P.º Rui de Sousa, integrada no projeto paroquial da Quinta Pedagógica da vila dos Prazeres. Tendo como objetivo estabelecer uma ligação entre os artistas, a natureza e a comunidade local, tornou-se em mais um polo de descentralização com atividade regular e diversificada. Dando oportunidade a residências artísticas, foi coordenada até 2012 por Patrícia Sumares e, a partir de 2013, por Hugo Olim. Para além de peças de Paula Rego, José de Guimarães, Fernando Aguiar, Menez, Rico Sequeira, Cesariny, Francisco Relógio, Manuel Cargaleiro, entre outros, e dos originais do projeto Lonarte, apresentou trabalhos de artistas madeirenses: Rigo23, Sílvia Marta, Helena Sousa, Alexandra Carvalho, Ângela Franco (2009), António Aragão, Paulo Sérgio BEJu, Ângela Costa (2010), Carla Cabral, Guida Ferraz, Lourdes Castro, Sílvio Cró, Ana Luísa Sousa, Alice de Sousa (2011), Filipa Venâncio, Ara Gouveia, Daniel Melim, António Dantas, António Barros, Rui Carvalho (2012), Bruno Côrte (2013), Martinho Mendes e maquetes de arquitetura de Paulo David (2014).

Fora dos circuitos estabelecidos surgiu, em 2001, por iniciativa de Silvestre Pestana, António Dantas e António Barros, o coletivo What is Watt?, de índole interdisciplinar e multigeracional. O nome é esclarecedor daquilo que é o denominador comum entre os participantes: a mediação da energia elétrica na conceção, produção e apresentação da obra, bem como a atitude experimental e o questionamento das relações entre arte e novas tecnologias.

A edição de 2001 realizou-se no Museu de Eletricidade e a edição seguinte dispersou-se por este espaço, o do MACF e a sala de exposições da UMa, no Colégio dos Jesuítas.

As edições de 2005 e 2007 optaram por se concentrar no MACF. Na 1.^a edição participaram, além dos nomes acima referidos, Carlos Marques, Carlos Valente, Catarina Pestana, Celeste Cerqueira, Evangelina Sirgado, Pedro Clode e Vítor Magalhães; nas edições seguintes, e para mencionar apenas os elementos que nasceram ou viveram na Madeira, entram ainda António Aragão, António Nelos, Carlos Caires, Celso Xavier, Fagundes Vasconcelos, Gilberto Gouveia, Hugo Olim, Nídia Freitas, Pedro Pestana e Ricardo Barbeito. Para além das exposições de periodicidade bienal no Funchal, o grupo apresentou-se também, em 2006, no Fórum da Maia e em 2007 foi convidado a participar na XIV Bienal Internacional de Arte de Vila Nova de Cerveira.

Várias iniciativas propuseram leituras de conjunto, de carácter histórico, acerca da produção artística na Madeira na segunda metade do séc. xx. Passamos a referi-las por ordem cronológica, não da sua realização, mas dos seus conteúdos.

A exposição *Preâmbulo* (MACF, 10/07/2009-30/09/2009), organizada por um grupo de antigos alunos da AMBAM, em boa parte dinamizado por Irene Lucília, propôs-se homenagear os professores pintor Arnaldo Louro de Almeida e escultor Pedro Augusto dos Anjos Teixeira e deixar um testemunho do que foi o tempo inicial de sementeira que resultou da criação desta escola. Reuniu 40 participantes, alguns dos quais seguiram um percurso artístico, e apresentou trabalhos da época académica em confronto com outros recentes.

A exposição *Vinte Anos de Artes Plásticas na Madeira* (MACF, 19/09/1999-31/01/2000) teve curadoria de Carlos Valente, Isabel Santa Clara e Francisco Clode e foi uma primeira iniciativa para fazer um balanço da atividade artística das duas últimas décadas do séc. xx. Reuniu 44 participantes, escolhidos de entre as presenças mais assíduas e mais marcantes do referido período, e o texto introdutório do catálogo resume esta realidade.

Horizonte móvel: Artes Plásticas na Madeira 1960-2008 (MACF, 12/09/2008-31/10/2008), integrada nas comemorações dos 500 anos da

cidade do Funchal, com curadoria de Isabel Santa Clara e Vítor Magalhães, foi uma exposição que possibilitou uma panorâmica diversificada do período compreendido entre a déc. de 60 do séc. xx e a primeira década do séc. XXI.

Dividida em três núcleos, apostou em dar a ver o que se passou entre o período abrangido pela exposição *Preâmbulo* e as linhas de pesquisa patentes na exposição *Linha de Partida*, deixando de fora percursos internacionalmente afirmados e já mais conhecidos, como os de Lourdes Castro e de Martha Telles. Para além das peças que fazem parte do acervo do Museu, foram trazidas outras de coleções particulares de modo a enquadrá-las e alargar o sentido da mostra.

O primeiro núcleo apresentava esculturas-objeto de Amândio de Sousa (mais conhecido pelas suas peças de escultura pública), inéditas e muito próximas das práticas objetualistas e de fusão entre géneros da déc. de 60 em Portugal; desenhos pouco conhecidos de Marcelo Costa; uma peça de Maria do Carmo Ramos Silva, uma das primeiras experiências, a nível local, de escultura em fibra de vidro, que marca a viragem para o uso de materiais não tradicionais; e algumas peças de Jorge Marques da Silva, Élia Pimenta, Maurício Fernandes, Celso Caires, Guilhermina da Luz, Evangelina Sirgado e José Manuel Gomes, docentes da AMBAM e depois do ISAPM, e ainda de Alice de Sousa e Ângela Costa. Saliente-se a presença das experiências mais antigas de arte por computador feitas por Evangelina Sirgado de Sousa.

Um segundo núcleo incidiu sobre a vertente experimentalista das décadas de 70 e 80. Centrado na ação de António Aragão, incluiu peças deste, de António Nelos, de António Barros, bem como da vertente performativa de Silvestre Pestana e de Cão Pestana. Embora muitas tivessem já conhecido destaque a nível nacional, inclusive através da Fundação de Serralves, não tinham sido mostradas na Madeira. Incluiu ainda trabalhos de Rigo e de Rui Carvalho, marcados pela vivência urbana.

Um terceiro núcleo, com peças de final do séc. xx e o início do XXI, apresentou exemplos de afirmação de linguagens pessoais de Ara Gouveia, Eduardo Freitas, Teresa Jardim, Rita Rodrigues, Mafalda Gonçalves, Graça Berimbau, Domingas Pita, Lígia Gontardo, Guida Ferraz, Filipa Venâncio, Francisco Clode de Sousa, Fagundes de Vasconcelos, Teresa Gonçalves Lobo, Susana Figueira, Duarte Encarnação, Emanuel de Sousa, Miguel Ângelo Martins e Ricardo Barbeito.

Um outro núcleo foi dedicado especificamente a vídeo-instalações de Carlos Valente e de Hugo Olim, participantes nas sucessivas edições de *What is Watt?*

Preâmbulo, Horizonte Móvel e Linha de Partida são três mostras quase coincidentes nas suas datas de realização e complementares nos seus objetivos e conteúdos. *Linha de Partida* (2009, Centro das Artes, Calheta) foi comissariada por Alexandre Melo e reuniu os vencedores das cinco edições dos prémios Henrique e Francisco Franco: Bruno Côrte, Carlos Jorge Rodrigues, Desidério Sargo, Duarte Encarnação, Eduardo de Freitas, Graça Berimbau, José Manuel Gomes, Luísa Spínola, Nuno Henrique, Paulo Sérgio Bêju, Pedro Clode, Ricardo Barbeito, Rute Pereira e Susana Figueira. Com obras de pintura, escultura, fotografia e vídeo, na sua maioria integradas em instalações e feitas especificamente para a circunstância e o lugar, esta mostra, como o nome programaticamente indicava, pretendia ser um ponto de viragem para uma maior visibilidade dos seus autores. No entanto, o catálogo não chegou a ser editado, apesar de terem sido elaborados os textos, e só encontramos ecos dela nas páginas *web* dos participantes.

A *Experiência da Forma: Um Olhar sobre o Museu de Arte Contemporânea* foi uma exposição organizada em 2009 por Francisco Clode Sousa no Centro das Artes que deu uma visão ampla sobre a evolução da coleção do MACF, acompanhada por um desenvolvido catálogo. Reuniu 180 obras, na sua grande maioria pertencentes ao referido espólio, complementadas por algumas obras emprestadas pela CMF, a Biblioteca Pública regional, o Instituto de Gestão da Água e o Tecnopolo.

Potenciando múltiplas reflexões sobre a paisagem e a sua relação com as artes, coincidiram em 2013, no Centro das Artes, duas exposições: a visão tradicional de Max Römer, com uma vasta mostra da obra deste alemão radicado na Madeira a partir de 1922 e que, entre outras temáticas, dedicou particular atenção ao pitoresco da paisagem e aos costumes da Ilha; e uma visão contemporânea, intergeracional e transdisciplinar, intitulada *A2V – a Duas Velocidades*, com curadoria de Duarte Santo e Sílvia Escórcio e participação de Bernardo Mendonça & Tiago Miranda, Hugo Olim, Lucília Monteiro, Luísa Cunha, Miguel Palma, Ricardo Barbeito, Rigo e Yonamine, que apontou para a consciência das transformações, tanto da paisagem, como dos meios processuais e dos olhares sobre ela.

Recapitulando esta panorâmica, podemos constatar que, na Madeira, no início da déc. de 60, houve oportunidade de contactar com a atualidade artística nacional e internacional e se verificou uma diversificação de linguagens artísticas, com tendência para o esbatimento de fronteiras entre géneros tradicionais como a pintura e a escultura, com artistas que se afastaram do tradicional figurativismo de motivos pitorescos para enveredar por experiências abstratas, a par do aparecimento de galerias de arte e de uma instituição de ensino superior artístico.

O pós-25 de Abril trouxe, a par das alterações políticas e mudanças institucionais com consequente liberdade de expressão e intensificação dos hábitos de debate, uma reformulação de linguagens e de modos de atuação, que se abriu à vertente performativa e a uma outra atenção à fotografia e à imagem cinemática.

Na efervescência dos anos 80, coexistiram com o recurso aos meios tradicionais as práticas experimentalistas mais alternativas e a introdução da imagem digital. Desenvolveram-se práticas de associativismo e debate de ideias reveladoras da consciencialização dos artistas plásticos acerca das dificuldades inerentes ao seu espaço geográfico, procurando traçar estratégias e objetivos comuns.

Na década seguinte, assistiu-se ao aprofundamento de percursos anteriormente revelados, aliado a uma multiplicação de novas vozes intervenientes. A nível institucional, destacou-se a abertura do MACF e a criação de infraestruturas, como casas de cultura, que potenciaram a descentralização cultural. A vitalidade dos autores e a receptividade das galerias e dos espaços institucionais resultam num aumento da oferta cultural.

Com o avançar do séc. XXI, viu-se um certo desinvestimento institucional nas artes plásticas, com abrandamento de atividade ou encerramento de alguns espaços. No domínio da arte pública, a continuidade da escultura comemorativa contrasta com algumas realizações de carácter efémero e interventivo. Quanto aos meios e processos de trabalho, se, para alguns, o fascínio do digital funciona como recusa da fisicalidade das peças, para outros é mais uma oportunidade de diálogo e enriquecimento de linguagens.

Bibliog.: CARITA, Rui (coord.), *Funchal, Cidade com Arte*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 2010; *Id.*, "António Aragão: pintura e escultura", *Margem2*, n.º 28, maio 2011, pp. 114-121; "Debate sobre exposições de arte", *Espaço-Arte*, n.º 5, dez. 1980, p. 20; GORJÃO, Maria Idalina Sardinha, "Reflexão acerca da situação artística madeirense", *Espaço-Arte*, n.º 16, dez. 1988, pp. 7-9; *Id.*, "Reflexões acerca da realidade artística madeirense", *Espaço-Arte*, n.º 17, jul. 1989, pp. 7-9; *Id.*, "Reflexão acerca da situação artística madeirense-2", *Espaço-Arte*, n.º 20-21, jan. 1992, pp. 38-41; LUCÍLIA, Irene et al., *Preâmbulo*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal/Museu de Arte Contemporânea, 2009; "Martha Telles, fotobiografia breve (1930-2001)", *Isleña*, n.º 48, jan.-jun. 2011, pp. 37-46; RODRIGUES, António, "A linguagem do desenho na obra de António Aragão", *Margem2*, n.º 28, maio 2011, pp. 122-131; RODRIGUES, Gualter, "O catálogo de exposições temporárias de arte, 2007", Ensaio apresentado na disciplina de Metodologias de Investigação do Curso de Mestrado em Arte e Património da Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2007; RODRIGUES, José Gualter Nóbrega, *Rigo: Artista Plástico Activista, Conceptualista*, Dissertação de Mestrado em Arte e Património apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2008; SAINZ-TRUEVA, José, e VERÍSSIMO, Nelson, *Esculturas da Região Autónoma da Madeira. Inventário*, Funchal, DRAC, 1996; SANTA CLARA, Isabel, "A pintura de António Aragão", *Margem2*, n.º 28, maio 2011, pp. 122-131; *Id.*, "Amândio de Sousa, escultor", *Isleña*, n.º 49, jul.-dez. 2011, pp. 133-148; *Id.*, "Caminhos da contemporaneidade artística na Madeira", in BRITO, Orlando, e PALAZUELA, Nilo Borges, *Horizontes Insulares*, Canárias, Acción Cultural Española, 2011, pp. 180-189; *Id.*, e MAGALHÃES, Vítor, *Horizonte Móvel: Artes Plásticas na Madeira 1960-2008*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; SOBRAL, Luís de Moura, "Martha Telles: retratos e melancolias", *Isleña*, n.º 48, jan.-jun. 2011, pp. 23-28; VALENTE, António Carlos Jardim, *As Artes Plásticas na Madeira (1910-1990). Conjunturas, Factos e Protagonistas do Panorama Artístico Regional no Século XX*, Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 1999; VALENTE, Carlos, e SOUSA, Francisco Clode de, *20 Anos de Artes Plásticas na Madeira*, Funchal, Museu de Arte Contemporânea/Fortaleza de São Tiago, 1998; VASCONCELOS, Marla Lénia Ferreira, "Exposições na Madeira: 1990-1997", Ensaio apresentado na disciplina de Arte e Cultura Regionais da Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 1998.

ISABEL SANTA CLARA

Artes visuais

Ensino

Entre os sécs. XVI e XVIII, o ensino das artes visuais fez-se de um modo informal e essencialmente prático. Consubstanciado na aprendizagem direta com os mestres, os aprendizes trabalhavam em oficinas para as encomendas que chegaram até aos nossos dias. Estas oficinas locais, como acontecia também no continente, tinham um carácter artesanal e familiar, facto verificável na documentação existente, que atesta a continuidade dos ensinamentos, passados de pais para filhos. Por outro lado, a parceria entre mestres naturais de Lisboa e alguns pintores, escultores e gravadores locais, assim como as relações de camaradagem com artistas estrangeiros, permitiu a troca e aprendizagem de técnicas e procedimentos nesta área. Nalguns casos, a formação também foi feita no estrangeiro, como é exemplo o pintor Domingos Nunes Teixeira (at.1606-1615/1617), que foi discípulo de Juan de Roelas, pintor flamengo estabelecido em Espanha.

Só em finais do séc. XVIII seria instituído em Portugal, por decreto régio, um ensino mais sistematizado e académico das artes visuais, através das reais aulas de Desenho e Pintura, nomeadamente a Aula Régia de Desenho de Figura e de Arquitetura, criada em Lisboa em 1781. Já no séc. XIX, assistiu-se à sistematização curricular do ensino artístico, mediante a criação das academias de belas artes de Lisboa e do Porto, em 1836.

Neste contexto, foi criada no Funchal, em 1807, uma Aula Régia de Desenho e Pintura, a cargo do pintor Joaquim Leonardo da Rocha. Esta formação, de contornos académicos, constituiu a primeira iniciativa deste tipo fora dos grandes centros de Lisboa e Porto. Joaquim L. da Rocha reproduziu na Ilha o ensino que o seu pai, Joaquim Manuel da Rocha, já ministrara na Aula Régia de Lisboa.

Já instalado no Funchal, o pintor propôs a criação da dita aula ao Governo local, que por sua vez enviou uma carta a Lisboa pedindo a autorização régia para o seu funcionamento.

A aula foi assim criada pela carta régia de 7 de julho de 1809, começando a funcionar em abril de 1810, não tendo chegado até nós notícia acerca do local onde teria funcionado. Regulava-se por uma lei promulgada pelo então governador da Madeira, Pedro Fagundes, na qual se previa a existência de alunos efetivos e extraordinários, assim como a criação de um concurso anual de desenho, aberto apenas aos alunos efetivos; contudo, não há registos que provem a realização do concurso previsto nesta lei. O art. 6.º, que aqui se transcreve, estipulava as regras e procedimentos desse concurso: “Serão três os prémios, o primeiro de 30\$ —; o segundo de 20\$ —; e o terceiro de 10\$ — distribuindo-se estes segundo o merecimento dos Desenhos que se observar no fim do concurso (para que o professor prescreverá tempo certo, e determinado) durante o qual haverão todas as precauções e vigilância para que nos ditos desenhos não entre alguma mão mais hábil que os retoque, e que por esse motivo venham a conferir-se os tais prémios a quem os não mereça, tirando-se aos que deles se fizeram acredores. Os Sujeitos que se houverem de copiar deverão, o primeiro conter várias figuras; o segundo, menos figuras; e o terceiro, uma só figura” (NASCIMENTO, 1951, 210).

Para apoiar o ensino do desenho, Joaquim L. da Rocha elaborou um rudimentar folheto didático, de 14 páginas, intitulado *Medidas Gerais do Corpo Humano Arranjadas em Diálogo, e Método Fácil, para Uso da Real Aula de Desenho e Pintura da Ilha da Madeira*, que foi publicado em Lisboa, em 1813. Ao que parece, a aula manteve-se ativa até 1825, ano em que o pintor faleceu. Dois dos seus alunos, Felipe Cardoso da Costa e Melo e João José de Nascimento, concorreram para ocupar o seu lugar, mas não há notícia sobre a continuidade da aula.

De João José de Nascimento (1784-c.1850) são conhecidas algumas obras em coleções públicas e privadas, e sabe-se que organizou uma exposição em 1846, no n.º 11 da Pç. da Constituição, no Funchal. Nesta exposição, anunciada no jornal *O Defensor* (18 abr. 1846), apresentou telas da sua autoria e também das suas discípulas, confirmando assim a continuidade

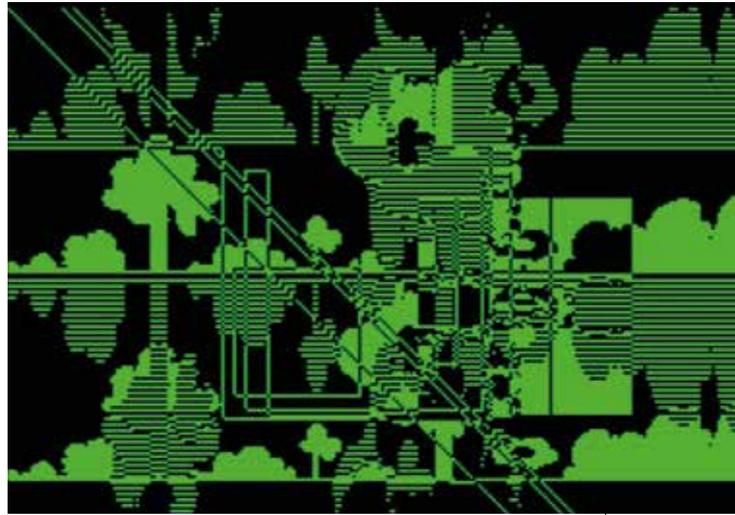


Fig. 1 – Paisagem, print-screen; imagem gerada no ZX Spectrum, 1985.

que deu ao ensino do Desenho e Pintura, embora já sem o carácter oficial da aula régia do seu mestre.

Para além desta curiosa e esporádica iniciativa de ensino das belas-arts, o séc. XIX foi pontuado pela presença de artistas estrangeiros que visitaram a Ilha, sobretudo ingleses e alemães, muitos dos quais aí fixaram residência. De alguns se sabe que mantiveram aulas particulares de desenho e pintura, o que influenciou consideravelmente o gosto regional ao longo de Oitocentos e na primeira metade de Novecentos. Por outro lado, no Funchal do séc. XIX também se assistiu, assim como aconteceu a nível nacional, às primeiras reformas pedagógicas que viriam criar o ensino liceal e o ensino industrial, este último centrado na formação de quadros para a nascente indústria portuguesa.

Em 1837, é fundado o Liceu do Funchal, mais tarde Escola Secundária Jaime Moniz, não existindo nos seus currículos, porém, aulas de Desenho, Gravura ou Pintura. Esta falta seria colmatada em 1877, com a criação de um curso rudimentar de Desenho que funcionaria até 1892. Contudo, apenas em 1889 foi criada a primeira Escola de Desenho Industrial na Madeira, por diploma de 10 de janeiro do mesmo ano, que em homenagem à pintora portuguesa Josefa de Óbidos levou o seu nome. A Escola de Desenho Industrial Josefa de Óbidos seguiu

o modelo das suas congêneres continentais, fundadas em 1884, em Lisboa, Porto, Coimbra e Caldas da Rainha.

Esta primeira Escola Industrial do Funchal mudou o seu nome em 1891 para Escola de Desenho Industrial António Augusto de Aguiar, em homenagem a este professor e político português. Três disciplinas de desenho compunham o currículo nesta área: a de Desenho Elementar, que, como o nome indica, era de carácter introdutório; a de Desenho Arquitectónico, onde se ensinava desenho artístico, técnico e de modelação; e a de Desenho Ornamental, que abordava o desenho de ornato, de modelação e a composição ornamental. Para além do desenho, abriram-se oficinas de marcenaria, carpintaria e labores femininos.

Em 1911, com a publicação do dec. n.º 11.061, o estabelecimento passa a integrar cursos elementares e comerciais, mantendo, no entanto, a vocação oficial que já o caracterizava. Assim, passou a denominar-se Escola Industrial e Comercial António Augusto de Aguiar e oferecia as especializações de marceneiro, embutidor, debuxador de bordados, de costura, corte e bordados, assim como o novo curso das escolas comerciais.

Importa aqui destacar que, ao longo do primeiro quartel do séc. xx, esta Escola Industrial é o polo de convergência das aprendizagens e experiências técnico-artistas no Funchal, onde irão lecionar, entre outros, o escultor Francisco Franco e os pintores Adolfo Rodrigues, Henrique Franco, Abel Manta, Alfredo Miguéis e Maria Ornelas (madeirense e primeira mulher a lecionar naquela Escola). Francisco Franco, pai de Henrique e de Francisco, foi mestre de talha e carpintaria, tendo contribuído para o desenvolvimento do gosto pela talha, pela escultura e pela arte em geral, marcando uma geração de jovens estudantes, para além dos seus filhos, como Alfredo Miguéis, Luís António Bernes e João Firmino Fernandes.

Em 1926, com o dec. n.º 12.147 de 13 de agosto, dão-se os primeiros passos para a exigência formativa dos professores no que diz respeito ao recrutamento de docentes para

as escolas industriais, como o demonstra o art. 1.º: “O Governo nomeará, para diretores das Escolas Técnicas Elementares indivíduos diplomados com um curso técnico superior, industrial ou comercial, ou um curso completo de Belas Artes, consoante a natureza dessas escolas” (LOJA, 2000, 25). Desta forma, o ensino de Desenho Geral e de Desenho Ornamental passou a exigir um professor formado pelas academias de belas artes, embora se registem muitos casos em que tal exigência não fora cumprida, por falta de docentes com essa formação na Ilha.

Ao longo da primeira metade do séc. xx, esta Escola manteve o seu figurino e denominação, reafirmando com o passar do tempo a sua forte vocação para o ensino artístico. Passaram pela sua direção individualidades madeirenses de reconhecido mérito histórico, como é o caso de João Reis dos Gomes, escritor e político, que foi diretor do estabelecimento na déc. de 30. A Escola funcionou em diversos locais até 1958, ano em que se instalou na R. João de Deus, em edifício construído para o efeito. Antes disso, ocupou prédios adaptados na R. de Santa Maria (1889-1891), no palácio de S. Pedro (1891-1896), na R. de João Távira (1896-1938) e na R. das Hortas/Trav. do Nogueira (1938-1958).

Deve ser mencionada, apesar de efémera, uma curiosa iniciativa privada que, em 1913, promoveu a criação da Escola de Utilidades e Belas Artes, que viria a ser extinta por decisão oficial em 1919. Esta Escola foi instalada no antigo Convento da Encarnação e funcionava segundo o modelo de ginásio feminino, onde as disciplinas de Pintura e Desenho faziam parte de um currículo artístico que as raparigas deveriam dominar, junto com assuntos como a higiene, labores, jardinagem e cozinha. Criada por deliberação da Junta Geral do Funchal, sob proposta de alguns intelectuais e políticos, funcionou apenas durante cinco anos. Foi encerrada, ao que se sabe, porque a Junta Geral considerou que as despesas não eram cobertas pelas receitas, mas outra razão plausível diz respeito à pretensão da Junta em ocupar o edifício com as suas repartições.

Por outro lado, e ainda na primeira metade do séc. XX, a contínua presença de artistas estrangeiros que fixavam residência na Madeira foi mantendo a tradição oitocentista de um ensino baseado em aulas particulares. São paradigmáticos os casos dos alemães Walther Boesser e Max Römer. Contam-se, entre os discípulos deste último, os artistas Pedro Ferraz, António Marques da Silva, Jorge Marques da Silva, Ângela Aragão, Luiza Clode e Patricia Morris. O pintor madeirense Alfredo Miguéis, também professor na Escola Industrial, oferecia também aulas particulares de Desenho e Pintura, das quais foram alunos Pedro Ferraz, Matilde Ferraz e Gabriela Leónidas, entre outros.

Os anos 50 foram marcados pela construção do novo edifício para a Escola Industrial e Comercial do Funchal, que, por dec.-lei datado de 21 de maio de 1951, deixou de usar o nome de seu patrono, António Augusto de Aguiar. Após abertura de concurso para a sua construção, as novas instalações foram inauguradas em 1958.

Também na déc. de 50 foi dado um grande salto no ensino das artes visuais na Região, com a criação da Academia de Música e Belas Artes da Madeira, primeira do seu género fora de Lisboa e Porto, por iniciativa da Sociedade de Concertos da Madeira (SCM). A SCM foi constituída em 1943 graças à ideia e diligências dos irmãos Luiz Peter Clode e William Clode e de Alberto Artur Sarmiento. Tinha por missão incentivar o gosto pela música, assim como a dinamização da vida cultural na Madeira. Dois anos após a sua constituição, a SCM apresentou ao ministro da Educação Nacional a proposta de criação de uma academia, que possibilitaria ministrar no Funchal cursos de música equiparados aos do Conservatório Nacional. A Academia de Música da Madeira, instituição privada, abriu portas oficialmente em 1946, na Av. Arriaga, n.º 13. Contudo, foi só em 1955 que Luiz Peter Clode propôs à Comissão Administrativa da Academia a criação dos cursos de Pintura e Escultura, com currículos equiparados às Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto. Assim, em 1956, foi aberta a secção de Belas Artes, Pintura e Escultura, com 22 alunos matriculados. Nesse ano, a Academia mudaria

então a sua designação para Academia de Música e Belas Artes da Madeira (AMBAM).

A partir de 1957, e tendo por base as reformas oficiais no ensino em Portugal, a secção de Belas Artes irá pautar-se pelo dec.-lei n.º 41.362, de 14 de novembro de 1957, lecionando cursos que serão considerados de nível superior e cabalmente equiparados às escolas superiores de belas artes de Lisboa e do Porto, a ESBAL e a ESBAP, respetivamente. Eram ministrados o Curso Geral de Pintura e o Curso Geral de Escultura, ambos com a duração de quatro anos. Os cursos complementares, tanto de Pintura como de Escultura, que consistiam na frequência do 5º ano, seriam lecionados na Madeira só a partir de 1974.

O primeiro diretor da secção de Belas Artes foi o pintor Vasco de Lucena, na altura já destacado no Funchal como professor na Escola Industrial. Sucederam-lhe o pintor Louro de Almeida, o escultor Anjos Teixeira e o pintor Justino Alves. Vasco de Lucena lecionou as cadeiras de Pintura, Escultura e Desenho; o historiador António Aragão, cadeiras teóricas; o Eng.º Hugo Amaral, Geometria Descritiva; e o Arqt. Rui Góes Ferreira, a cadeira de Desenho Arquitetónico. Alguns nomes importantes da produção artística local contam-se entre os primeiros alunos da AMBAM, como o foram os escultores Franco Fernandes e Amândio de Sousa e os pintores Patricia Morris e Danilo Gouveia.

A validação das aulas ministradas era feita através de exames, no fim de cada ano letivo, com júri vindo alternadamente da ESBAP e da ESBAL. Contudo, os cursos complementares, bem como os respetivos exames de aptidão e finais, eram realizados apenas em Lisboa ou no Porto. A partir de 1972, passou a ser apenas necessária a vinda do presidente do júri, sendo os restantes membros professores locais. Só em 1974 estes passaram a realizar os exames finais sem auxílio de júris externos, permitindo a muitos alunos a conclusão integral dos cursos sem terem que se deslocar ao continente.

As parcas condições de espaço e de material foram sendo superadas com o passar dos anos, graças ao interesse do corpo docente e aos

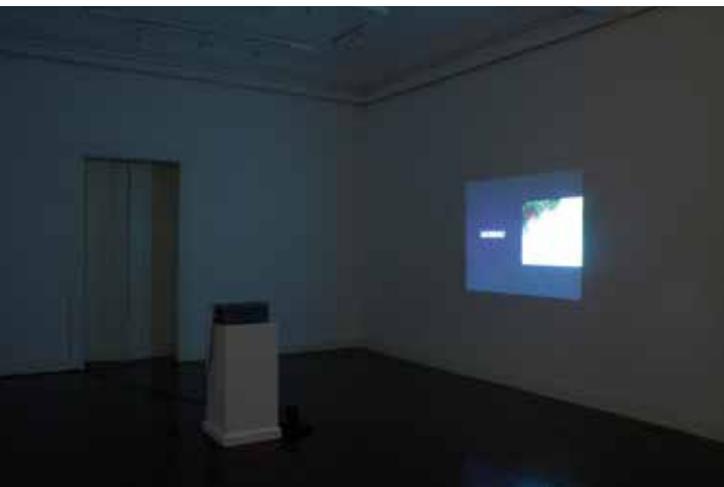


Fig. 2 – *As Imagens não São deste Mundo (a Máquina de M)*, 2010.

subsídios que a Academia, apesar de privada, recebia das entidades oficiais. A AMBAM teve o mérito de formar docentes qualificados para os diferentes graus de ensino, onde a maioria não tinha formação superior. Grande parte dos professores de quadro das escolas preparatórias e secundárias da Região, nos anos 70, pertencia à área das artes visuais e era formada pela AMBAM. Para além destes, a Academia também formou pintores e escultores que protagonizariam as primeiras exposições locais de renovado gosto e de linguagem tendencialmente contemporânea e que seriam, mais tarde, professores do ensino superior artístico. Jorge Marques da Silva e Élia Pimenta, *e.g.*, contam-se entre os antigos alunos que integrariam o corpo docente da AMBAM.

As exposições escolares fizeram-se, nos primeiros anos, na sede da Academia, e foram sendo ensaiadas algumas parcerias com as escolas continentais, que se traduziram, *e.g.*, na realização da 1.^a Exposição da Escola Superior de Belas Artes do Porto nos salões da AMBAM, em setembro de 1962. Nela participaram os então jovens artistas Júlio Resende, Armando Alves, Lagoa Henriques, Charters D'Almeida e os madeirenses Martha Telles, Amândio de Sousa e Rui Góes Ferreira.

Em 1970, seria a vez de inaugurar a I Exposição Colectiva de Professores e Alunos da AMBAM, mostra inteiramente local que esteve aberta ao público fora do recinto académico,

de 30 de abril a 10 de maio, no Teatro Municipal do Funchal. Os docentes Justino Alves, Anjos Teixeira, Luiza Clode, Jorge Marques da Silva e Margarida Lemos Gomes, juntamente com 27 alunos, expuseram um total de 97 trabalhos. Estudos de figura e natureza morta, assim como composições abstratas, dominaram o panorama da mostra. Os trabalhos apresentados revelavam uma tímida mas já assumida atualização metodológica, que incidia mais na experimentação do que na cópia de modelos. Justino Alves, diretor da Academia, evidencia no texto do catálogo essa pretensão.

A II Exposição Colectiva de Alunos e Professores da AMBAM foi realizada em 1973, nos mesmos moldes da primeira. Destaque-se a participação do escultor Anjos Teixeira e dos alunos Evangelina Sirgado de Sousa, Maurício Fernandes e Ricardo Veloza, que mais tarde seriam também docentes do ensino superior artístico na Região.

Ao longo da sua existência, a SCM, através da secção de Belas Artes da AMBAM, pretendeu organizar um evento maior de arte contemporânea, que incluísse um concurso a nível nacional e que permitisse criar um espólio para um futuro museu, ideia que nunca chegaria a ver a luz, pelo menos durante o tempo de vida da AMBAM. No período do pós-25 de Abril, a SCM foi extinta por uma conjuntura que lhe era adversa e para a qual contribuíram as dificuldades económicas e a reestruturação política e social em curso. A AMBAM seria também dissolvida e divididas as suas secções de Música, de Belas Artes e de Línguas (esta última criada em 1963), dando origem, em 1977, a três instituições independentes. A Academia de Línguas da Madeira e o Conservatório de Música da Madeira continuaram com estatuto privado, enquanto as Belas Artes transformar-se-iam no primeiro estabelecimento público de ensino superior na Região: o Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira.

A autonomia conquistada pela Madeira, após o 25 de Abril, trouxe consigo a criação de uma Secretaria Regional da Educação e Cultura (SREC), dependente do novo Governo

Regional. Foi por iniciativa regional, e em concreto da SREC, que, *e.g.*, a Escola Industrial e Comercial do Funchal passou, em 1979, a ser oficialmente designada por Escola Secundária de Francisco Franco, relembrando assim o escultor madeirense, importante representante da escultura portuguesa do séc. xx.

A criação do Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira (ISAPM) foi resultado de um trabalho levado a cabo pelos órgãos de gestão da antiga secção de Belas Artes da AMBAM, a partir da qual se formaram as comissões instaladoras que garantiram, nesta transição, os recursos de pessoal docente e não-docente, assim como de estruturas, edifícios e equipamentos. Neste contexto, foi elaborado, em fevereiro de 1976, um *Anteprojecto de Reestruturação do Ensino Superior Artístico na Madeira*, da autoria de António F. Coutinho Gorjão, diplomado pela AMBAM. Com base neste anteprojecto, aprovado pelo Prof. Jorge Marques da Silva e por uma comissão de alunos, foi criado oficialmente, pelo dec.-lei n.º 450/77, o ISAPM. O ISAPM teve a sua sede no n.º 56 da R. da Carreira, onde já vinha funcionando a AMBAM desde 1971, tendo aí funcionado até 1998. Neste edifício, curiosamente, tinha residido antes o pintor Alfredo Miguéis, na déc. de 40.

A primeira comissão instaladora foi constituída por Jorge Marques da Silva, António Gorjão e Isabel Santa Clara Gomes. Os cursos até então ministrados na AMBAM sofreram uma profunda alteração, tanto na sua designação como na sua estrutura curricular e nas suas metodologias de ensino, tendo sido criadas três licenciaturas: Artes Plásticas/Pintura, Artes Plásticas/Escultura e Design/Projecção Gráfica. A esta alteração curricular juntou-se um conjunto de novos projetos, tais como os laboratórios de fotografia e vídeo, este último equipado com tecnologia de vídeo a cores, pioneira a nível nacional. Ao corpo docente já existente juntaram-se, temporariamente, no início da déc. de 80, Paulo Maria Bastos da Silva Dias, na qualidade de *designer* gráfico, e o pintor Filipe Rocha da Silva.

Até 1992, ano em que o ISAPM foi integrado na recém-criada Universidade da

Madeira (UMa), fizeram parte do corpo docente os professores António Gorjão, Celso Caires, Élia Pimenta, Evangelina de Sousa, Guilhermina da Luz, Isabel Santa Clara Gomes, José Manuel Gomes, Jorge Marques da Silva, Maurício Fernandes, Idalina Sardinha e Ricardo Veloza. Deu também o seu contributo, como convidado, o Arqt. Marcelo Costa e foram ainda contratados como assistentes Abel Rodrigues, Carlos Valente, Gonçalo Gouveia e Roberto Gorjão.

Para além das funções didáticas e de investigação, o ISAPM promoveu a dinamização cultural e a prestação de serviços à comunidade. A inédita abertura de um *atelier* infantil, que funcionou de modo experimental e associado à disciplina de Educação Visual Básica, permitiu oferecer à comunidade um espaço de aprendizagem artística sem precedentes no Funchal, possibilitando ao mesmo tempo que alunos das licenciaturas tomassem contacto com a expressão plástica infantil.

No campo da extensão e dinamização cultural, o ISAPM encetou diversas iniciativas culturais em colaboração com organismos ligados à cultura, como a SREC e o Cine-Forum do Funchal. Uma iniciativa fundamental foi a criação de uma pequena galeria de exposições, aberta ao público, nas novas instalações da R. da Carreira e que foi palco de inúmeras mostras escolares, assim como espaço de acolhimento de muitos artistas visitantes e convidados, que ali expuseram.

Em 1978, outra iniciativa pioneira que constitui importante incentivo à investigação e consequente divulgação foi, sem dúvida, a publicação do boletim anual *Espaço-Arte*, sendo na altura a única publicação sobre artes visuais na Madeira. Por outro lado, os docentes do ISAPM colaboraram frequentemente na imprensa local com artigos críticos e de divulgação. Ainda no campo da investigação, destaque-se o ensaio *Consciência Estética*, conjunto de cinco tomos de intenção didática que António Gorjão publicou entre 1978 e 1981, constituindo-se na época como uma das obras de teoria estética mais exaustivas em Portugal.

Entre as diversas atividades deste Instituto, conta-se a realização de cursos intensivos com

convidados de nível nacional, de seminários e palestras, de *happenings* e performances artísticas integradas no espaço urbano, assim como debates sobre as exposições em curso no Funchal. Esta contínua e inovadora dinamização, ao longo das décadas de 70, 80 e 90, criou uma sólida reputação do ISAPM enquanto instituição atuante no meio. Dois exemplos de atividades pioneiras aconteceram em 1981: A Mágica e Misteriosa Viagem, atividade que integrou um estúdio experimental de desenho e uma exposição de desenhos de Lagoa Henriques; e a Conferência e uma Intervenção Orfotómica, uma espécie de anticonferência protagonizada por António Aragão.

A partir de 1986, foram realizadas as Jornadas Anuais do ISAPM, encontros temáticos que serão mantidos até finais dos anos 90, com periodicidade anual. As primeiras jornadas visaram o tema “Arte e Ensino Artístico/Hoje” e no ano seguinte foram integradas no Congresso de Arte Contemporânea, que fez parte das atividades da feira de arte MARCA/Madeira 87. As III Jornadas Anuais do ISAPM, realizadas em 1988, trataram do futuro da cultura no “Décenio Mundial de Desenvolvimento Cultural” e em 1989 voltou a ser tratado o tema do ensino superior artístico. Ao longo da década de 90, temáticas como o futurismo, o expressionismo e o *design* reuniram no Funchal convidados das escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto e professores e alunos do ISAPM. As Jornadas proporcionaram aos participantes uma série de debates, palestras e atividades paralelas, tais como visitas de estudo, *workshops* e atividades de criação artística coletiva, que contribuíram para o enriquecimento e aprofundamento das atividades de ensino e a aprendizagem das artes visuais.

Ao longo dos anos 80 e 90, foram organizadas numerosas exposições escolares com os trabalhos realizados pelos finalistas. Os alunos expuseram pela primeira vez fora de portas em 1979, na I Colectiva de Alunos do ISAPM, apresentada no Museu de Arte Sacra no mês de julho. Por convite do ISAPM, o crítico de arte portuguesa Rui Mário Gonçalves esteve presente nesta inauguração. Novidade também foi

a constituição de uma Associação de Estudantes, que ajudou a desenvolver um espírito de grupo e a apoiar iniciativas de diversa índole, quer no ISAPM, quer fora dele.

Por sua vez, os artistas locais, na sua maioria ex-alunos e docentes do ISAPM, irão reunir esforços para romper com as condicionantes do meio insular. A organização estatutária dos artistas regionais permitiria resolver em conjunto o acesso a espaços para expor, a materiais e novas tecnologias, a apoios logísticos à montagem de exposições, bem como concertar estratégias de divulgação. Dois projetos constituíram aquilo que mais tarde viria a ser uma associação dos artistas plásticos residentes na Madeira. Logo em 1974, ainda na AMBAM, tinha nascido a ideia de se criar um *atelier* de artes plásticas, por iniciativa de Gil Martins e António Gorjão, na altura finalista do curso de Pintura. Contudo, as dificuldades de concretização levaram a adiar o projeto até 1977, aquando da criação do ISAPM, em cujas instalações passou a funcionar um *atelier* livre, aberto a artistas externos ao Instituto, mediante inscrição.

Neste espaço, a troca de experiências possibilitou um clima motivador para a prática dos artistas locais, na sua maior parte ex-alunos do ISAPM. Da responsabilidade dos docentes do ISAPM, o Atelier Livre chamou até si diversos artistas não formados pelo Instituto, como Eduardo Freitas e Alice de Sousa, num inusitado convívio que iria acelerar a concretização do projeto de associação. A CIRCUL'ARTE – Associação de Artistas Plásticos da Madeira, oficialmente criada em julho de 1986, foi o resultado daquelas ideias e dos projetos, amplamente discutidos por alunos, ex-alunos e docentes do ISAPM ligados ao Atelier Livre, até então adstrito àquele Instituto. O seu primeiro presidente, José Júlio C. Fernandes, licenciado em Farmácia e formado depois em Escultura e Design pelo ISAPM, foi o principal impulsionador e reconhecido fundador da Associação.

A partir da sua criação, a CIRCUL'ARTE passou a gerir o Atelier Livre, mas tinha como objetivo fundamental a promoção e valorização das artes plásticas em todos os quadrantes.

Nos primeiros anos, a sua intensa atividade consubstanciou-se em desenvolver projetos em conjunto, promover intercâmbios de informação, colaborações e oferecer aos seus associados cursos, visitas de estudo e exposições. A Associação, em conjunto com o ISAPM, foi responsável pela versão regional da copiosa dinâmica artística da déc. de 80 em Portugal. Para tal, também contribuíram, nesses anos, a presença da Galeria Quetzal e a subsequente organização do Festival MARCA/Madeira, que marcaram definitivamente uma geração de artistas e instalaram no Funchal uma movimentação artística e cultural nunca antes vista. Neste contexto, a CIRCUL'ARTE organizou a sua I Mostra de Artes Plásticas, integrada no Festival MARCA/Madeira, em 1987.

Reflexo desta movimentação foi a criação do Atelier de Artes Plásticas de Machico, primeiro caso de descentralização deste tipo de atividade. Inaugurado em abril de 1988, teve como responsáveis o escultor Luís Paixão e Jorge Moreira, que dirigiu o *atelier* até à cessação da sua atividade, em meados dos anos 90.

Em 1992, e após alguns anos de conversações, longas negociações e diligências várias, o ISAPM consolida a sua integração na UMA enquanto estabelecimento autónomo, alterando então a sua designação para Instituto Superior de Arte e Design da Universidade da Madeira (ISAD/UMA). O protocolo de integração foi assinado a 30 de setembro de 1992 e publicado no *Diário da República*, série II, n.º 280, de 4 de dezembro do mesmo ano.

Contudo, alguns anos volvidos, as novas diretivas da UMA fizeram extinguir o ISAD como órgão com autonomia administrativa e financeira, passando a constituir-se como a Secção Autónoma de Arte e Design a partir de 1997, por deliberação do senado. Por esta ocasião, os planos de curso, vigentes desde 1978, foram reestruturados pela Resolução n.º 77/97, publicada no *Diário da República*, série II, n.º 187, de 14 de agosto de 1997, mantendo-se no entanto as designações existentes.

Em 1998, o edifício da R. da Carreira, casa do extinto ISAD e que fora antes ISAPM, fecha as suas portas, e os cursos de Artes Plásticas e de

Design passam a funcionar nas novas instalações da UMA, no *Campus* Universitário da Pen-teada. No geral, os novos espaços trouxeram uma melhoria das condições de habitabilidade (edifício novo) e outros recursos essenciais (instalações de apoio), assim como equipamentos escolares renovados (carteiras, mesas, armários). Contudo, algumas condições necessárias para a lecionação de cursos de índole artística perderam-se: o pé-direito das salas muito baixo não permitiu o desenvolvimento de trabalhos de grande escala e a distribuição dos espaços motivou a dispersão de alunos e docentes pelo edifício, perdendo o intenso e salutar convívio que existiu nas antigas instalações, bem como a ligação mais direta com a cidade.

A partir do ano letivo 2002/2003, os cursos de Pintura e Escultura fundiram-se num único, designado de Artes Plásticas, continuando o curso de Design/Projetação com o mesmo nome. Os cursos reestruturados passaram a durar quatro anos, em vez dos cinco anteriores, tendo desaparecido também o grau de bacharel. Estas alterações foram aprovadas no senado, em janeiro de 2002, conforme a deliberação n.º 1159/2002, publicada no *Diário da República*, série II, n.º 159, de 12 de julho de 2002. Por outro lado, a integração dos docentes do ensino superior artístico na carreira universitária, como acontecera com as escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto, não se fez de forma pacífica nem atempada para os docentes do ISAPM, tendo-se prolongado no tempo e resolvida apenas no séc. XXI. Neste contexto,



Fig. 3 – *Head, Tail, Tail*, fotograma de filme de 35 mm, 2013.

em 2004, a Secção Autónoma de Arte e Design passa a Departamento de Arte e Design (DAD), por possuir o número mínimo de três doutorados: Idalina Sardinha, Isabel Santa Clara e Rui Carita, que assumiria a direção do DAD até 2008.

Entretanto, as reformas de fundo, impostas pelo Tratado de Bolonha, nomeadamente a redução da duração curricular das licenciaturas para três anos, implicaram também uma reestruturação, talvez a mais profunda, dos objetivos, natureza e organização curricular dos cursos. Deste modo, e a partir do ano letivo 2007/2008, o curso de Artes Plásticas foi transformado no novo curso de 1.º Ciclo em Arte e Multimédia (registado na Direção-Geral do Ensino Superior com o n.º R/B-AD-575/2007), enquanto o curso de Design/Projeção passou a denominar-se apenas 1.º Ciclo em Design (registado na Direção-Geral do Ensino Superior com o n.º R/B-AD-935/2007). A partir de 2008, os diretores dos cursos de Artes Plásticas e de Design, Isabel Santa Clara Gomes e Celso Caires, respetivamente, dão lugar a novas chefias. O novo curso de Arte e Multimédia passou a ser dirigido por Vítor Magalhães e o curso de Design por Carlos Valente, que se mantiveram em funções até ao ano letivo 2013/2014.

Para além da renovação dos currículos e da atualização dos equipamentos, o DAD apostou na formação pós-graduada, tendo sido aberto o primeiro curso de mestrado adequado aos critérios de Bolonha, o 2.º ciclo em Arte e Património, no Contemporâneo e Atual, que funcionou nos anos letivos de 2006-2007 e 2007-2008 (registado na Direção-Geral do Ensino Superior com o n.º R/B-Cr-99/2006, ao abrigo do dec. n.º 74/2006 de 24 de março). Posteriormente, será criado um 2.º ciclo em Ensino das Artes Visuais no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário, vocacionado para a formação de docentes (registado na Direção-Geral do Ensino Superior com o n.º R/B-Cr-444/2007, ao abrigo do dec. n.º 74/2006 de 24 de março) e que funcionou com duas edições, entre 2008 e 2012. Pretendendo oferecer novas formações pós-graduas, foi aberta no ano

letivo 2012/2013 uma pós-graduação em Arte e Design no Espaço Público, a qual funcionou com 15 inscritos e foi lecionada pelos professores doutorados: Carlos Valente, Duarte Encarnação, Vítor Magalhães e Susana Gonzaga, contando ainda, como convidado, com o Arqt. Paulo David.

A partir de 2008, com a implementação da reforma dos estatutos da UMA, os departamentos foram extintos e foram reagrupados as suas respetivas áreas científicas e docentes em novas unidades, que foram então designadas de centros de competências. Os cursos e docentes do DAD passaram a fazer parte do Centro de Competências de Artes e Humanidades (CCAH). Contudo, em 2015, uma nova reforma dos estatutos alterou de novo a designação destes centros para faculdades, passando os cursos de Arte e de Design a ser integrados na Faculdade de Artes e Humanidades (FAH). Posteriormente, os cursos de Arte e Multimédia e de Design serão lecionados por um grupo de docentes com formação avançada e especializada em arte, multimédia e *design*. Fazem parte do grupo: três assistentes; um professor agregado das belas-artes, José Manuel Gomes; e oito docentes doutorados, a saber: Carlos Valente, Duarte Encarnação e Vítor Magalhães (doutorados em Estudos de Arte), Hugo Olim e Pau Pascual Galbis (doutorados em Audiovisuais e Multimédia) e os doutorados em Design Susana Gonzaga, Valentina Vezzani e Shujoy Chakraborty.

As licenciaturas de Arte e Multimédia e de Design recebem, no seu conjunto, uma média anual aproximada de 50 alunos e têm convénios com universidades europeias no que diz respeito ao programa de intercâmbios Erasmus, tanto de docentes como de alunos. A UMA continua, assim, a garantir uma formação superior em artes visuais na Madeira, o que já constitui uma tradição, iniciada há 60 anos atrás pela Secção de Belas Artes, Pintura e Escultura da AMBAM.

A Escola Secundária Francisco Franco, fiel à reputação que construiu como primeira e mais apta escola das artes na Região, possuía no início do séc. XXI um laboratório de artes gráficas,

um laboratório de fotografia, um laboratório de vídeo e uma galeria de arte. Para além desta Escola, atualmente outros estabelecimentos de ensino secundário da Madeira têm na sua oferta formativa o curso de artes visuais: a Escola Padre Manuel Álvares, na Ribeira Brava, a Escola Básica e Secundária de Machico, a APEL e a Escola Secundária Jaime Moniz, no Funchal.

Para finalizar, cabe ainda referir o papel desempenhado ao longo de 35 anos pelo Gabinete Coordenador de Educação Artística, hoje integrado na Direção de Serviços de Educação Artística e Multimédia (DSEAM). Este Gabinete, fundado em 1980 por Carlos Gonçalves, professor no Conservatório de Música da Madeira, desenvolveu uma extensa dinamização da educação artística nos ensinamentos pré-escolar, básico e secundário, através de atividades de complemento curricular e extracurricular nas áreas da música, dança, teatro e também da expressão plástica, que aqui importa destacar. Uma especial ênfase veio a ser dada por esta entidade à produção audiovisual de conteúdos, de claro interesse cultural, e ao apoio técnico no âmbito do multimédia, área incontornável no ensino atual das artes visuais.

Novos meios

As artes plásticas, ao longo do séc. xx, foram incorporando novas linguagens às tradicionais disciplinas de pintura, escultura e desenho. O despertar para os novos meios ocorreu em várias frentes: a incorporação da eletricidade na obra de arte, através da luz ou da motorização; o aparecimento dos primeiros computadores; a produção experimental de múltiplos através da fotocópia; a possibilidade de gravação do sinal audiovisual em fita magnética e a sua influência em tendências como a *performance* e a videoarte.

Em Portugal, o despertar aconteceu após 1975, num período animado pelo súbito acesso a uma modernidade até então pouco conhecida. À Região Autónoma da Madeira (RAM), em particular, chegariam os ecos das novas linguagens através de dois vetores de dinamização: por um lado, graças à criação do ISAPM e,

por outro, pela mão de alguns pioneiros que, entre a RAM e o continente, foram reinventando a modernidade do discurso criativo, quer no conteúdo – mais crítico e socialmente empenhado –, quer na forma, pela incorporação das novas tecnologias no seu trabalho.

Este impulso renovador chegou pela mão de António Dantas, que, com António Aragão e António Nelos, foi pioneiro no campo da eletrografia e da arte vídeo. A eletrografia, conhecida também como *Copy Art* ou *Xerox Art*, foi introduzida pelas pioneiras máquinas Xerox. A “arte” de fotocopiar permitia o registo, manipulação, transformação e deformação da imagem, processos que iam ao encontro das pesquisas que os artistas mencionados já vinham desenvolvendo no campo da poesia visual. Por outro lado, a eletrografia esteve sempre associada a uma outra forma alternativa de arte, a arte postal, também conhecida como *Mail Art*.

António Dantas, António Nelos e Eduardo Freitas juntaram-se a António Aragão e formaram o coletivo Filigrama, que pretendeu associar a arte da “fotocopiadora” à estética ativista da arte postal. A Filigrama consistia numa publicação em forma de boletim que reunia trabalhos de eletrografia, fotomontagem e poesia visual e que era enviada por correio para diferentes partes do mundo. O envelope era carimbado com o símbolo da Filigrama, criado pelo grupo. Em troca, chegaram à RAM trabalhos de artistas de diversos pontos do globo, nomeadamente do Reino Unido, México e Brasil. Esta forma de arte alternativa, marginal e provocatória, através da qual era possível partilhar mensagens/imagens de carácter subversivo, irónico e lúdico, foi uma experiência única a nível regional e uma das menos conhecidas do grande público.

A Filigrama deixou de ser produzida por volta de 1983. Contudo, Nelos continuaria a realizar experiências no campo da eletrografia, radicando-se no continente, chegando a participar em mostras internacionais, como a I Exposição Internacional de Mail Art, em Nova Iorque, em 1988. Por sua vez, António Dantas irá manter um trabalho consistente

nas áreas cruzadas da eletrografia e da poesia visual, para além de diversas incursões na videoarte.

O desenvolvimento de experiências no campo da videoarte esteve também ligado à criação do já referido ISAPM, em 1977. O papel do ISAPM é fundamental neste capítulo, por ter sido, juntamente com Lisboa e Porto, uma das primeiras instituições de ensino artístico superior do país a incluir a tecnologia do vídeo no currículo dos seus cursos de pintura e escultura (e, mais tarde, de *design*).

Ao longo das décadas de 80 e 90, diversas mostras de vídeo organizadas pelo ISAPM deram a conhecer tanto trabalhos escolares como obras de artistas convidados. A primeira mostra integralmente dedicada ao vídeo ocorreu em 1988, donde destacamos o vídeo *Ego Eco*, de António Dantas, assim como a instalação vídeo *VÊ TV*, de Carlos Valente. Ao longo dos anos 90, este último participou em diversas exposições coletivas na RAM, com vídeos de monitor único ou com instalações mais elaboradas. Recordamos a pioneira *performance Vídeo – Logo És Isto*, apresentada nas IX Jornadas do ISAD (1995), e o vídeo-tributo à pintora Élia Pimenta, apresentado na exposição póstuma a esta dedicada (1996).

O ISAPM esteve também na primeira linha, a nível nacional, no que toca à introdução da tecnologia informática no ensino das artes e do *design*. Os primeiros computadores foram desde cedo assumidos como uma ferramenta cheia de novas possibilidades para investigadores e artistas. Jorge Marques da Silva e Evangelina Sirgado, docentes que exploraram esta novíssima tecnologia, apresentaram a primeira exposição de arte por computador na RAM em 1985, uma das primeiras no contexto nacional. Nesta mostra, puderam ser vistos trabalhos de Jorge Marques da Silva, que exploravam uma então incipiente interatividade, através de imagens que se transformavam aleatoriamente, e nas quais o público podia intervir usando o teclado. Por seu lado, Evangelina Sirgado apresentou fotografias produzidas a partir de desenhos que criou no computador através de uma rudimentar mas

muito criativa programação, onde árvores e montanhas geometrizadas configuravam uma paisagem virtual e mutante.

A continuidade e qualidade da sua pesquisa deram a Evangelina Sirgado, em 1990, o prémio revelação na I Bienal dos Açores e Atlântico. No mesmo ano, obteve uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian para frequentar estudos de aprofundamento nesta nova tecnologia no National Center for Computer Animation, na Univ. de Bournemouth, em Inglaterra. Consequentemente, desenvolve nos anos seguintes um volume de trabalho importante neste campo, que a levou a ganhar o 2.º prémio na categoria de Arte no Festival Internacional de Computer Graphics Prix Pixel – INA Imagina (1995). Regressada mais tarde à RAM, continuará a desenvolver investigação neste âmbito, como veremos mais adiante.

Pioneira é também a participação de Filipe Vasconcelos, aluno do ISAPM, na coletiva *Woauh* (Galeria da SRTC, 1989) com os seus “autómatos”, uma espécie de esculturas-robôs-brinquedos que constituíram a primeira mostra na Madeira deste tipo de objetos no contexto artístico.

Já no séc. XXI, assiste-se a uma continuidade das iniciativas que recorrem ao vídeo como instrumento criativo e à crescente “arte digital”, duas tecnologias cada vez mais interligadas, graças à migração do audiovisual para contexto digital. O século começa com dois encontros de vídeo, em 2000 e 2001, organizados pelo ex-ISAPM, entretanto integrado na UMA como Instituto Superior de Arte e Design (ISAD). Os encontros UMVisão trouxeram ao Funchal palestras e uma seleção dos vídeos do Festival OvarVídeo e da Videoteca de Lisboa e contaram com a presença de criadores do panorama nacional no campo do vídeo artístico, tais como Pedro Sena Nunes e Nuno Tudela.

Por esta época, e por iniciativa dos artistas Silvestre Pestana e António Barros, madeirenses a residir no continente, em conjunto com António Dantas, surgiu o projeto *What is Watt?*. Este coletivo artístico iniciou em 2001 um ciclo de exposições de carácter bienal, no Funchal, que culminou em 2007. Tendo como

único elemento comum entre os participantes o uso das novas tecnologias, foi privilegiada a ligação tanto simbólica quanto literal à energia elétrica, como força motriz de toda e qualquer tecnologia e forma de arte atual. Não por acaso, o local escolhido para a primeira edição foi o Museu de Eletricidade – Casa da Luz (ME-CL), no Funchal. As mostras posteriores aconteceram sempre no Museu de Arte Contemporânea do Funchal (MACF), com alguns desdobramentos pela UMA e pelo ME-CL. No entanto, em 2006, e quebrando a periodicidade bienal, o coletivo *What is Watt?* levou uma seleção de trabalhos ao Fórum da Maia e participou também na XIV Bienal Internacional de Arte de Vila Nova de Cerveira.

Ao longo das cinco edições, destacam-se os artistas mais “assíduos”: António Barros apresentou instalações ricas de sentido, com recurso a materiais e objetos diversos que constroem um diálogo com a luz elétrica; António Dantas, com exceção de um vídeo (em 2007), manteve-se fiel à eletrografia, recorrendo ao discurso do autorretrato e usando a sua imagem em tamanho real, com contornos estéticos de autorreferência; Carlos Caires, antigo aluno do ISAD, apresentou vídeo projetado, mas também instalações vídeo – recordemos a polémica *TV Banana* (em 2005) –, enveredando pela instalação interativa, em 2007; Carlos Valente montou um circuito fechado de vídeo na primeira edição e continuou a trabalhar com a linguagem vídeo, em projeção ou monitor, tirando partido da intervenção/interferência dos espectadores; Catarina Pestana apresentou a sua pesquisa na área da fotografia, quer em diaporamas projetados, quer em instalações fotográficas, quer mesmo através de visores estereoscópicos que convidam a “espreitar”; Celeste Cerqueira desenvolveu instalações que recorrem a um conjunto de objetos recuperados ou construídos, invadidos ora por luz fluorescente, ora por painéis luminosos, *leds*, vídeo ou fotografia digital; Evangelina Sirgado, continuando a sua pesquisa na área da imagem digital, propôs instalações a partir de animação 3D projetada e em monitor, com recurso a impressão fotográfica do trabalho criado em

computador; Hugo Olim trouxe videoarte em monitor, mas também uma interessante instalação que conjuga vídeo e fotografia, numa linguagem esteticamente minimalista (2007); Vítor Magalhães atravessou os caminhos do vídeo interativo e da arte sonora, apresentando também modos de fazer dialogar as imagens fixas e em movimento; Pedro Clode explorou os conteúdos escondidos da imagem no âmbito da impressão fotográfica digital, enquanto Pedro Pestana deu a “ver” e ouvir a arte sonora, através da *performance* musical, mas colaborando também noutros trabalhos, no domínio do áudio; finalmente, Silvestre Pestana criou esculturas em néon para as primeiras edições, tendo apresentado na última edição um conjunto de grandes painéis com fotografia digital impressa.

O projeto *What is Watt?* constituiu um marco importante na divulgação local da pesquisa artística associada às novas tecnologias por ter tido a capacidade de juntar artistas, a nível local e nacional, de diferentes gerações e tendências, distanciando-se de experiências esparsas, que foram acontecendo na Ilha, de carácter mais técnico e “curioso” do que propriamente estético e artístico.

Por sua vez, o festival de artes digitais MadeiraDig, criado em 2004 pela Agência de Promoção da Cultura Atlântica, leva à Madeira artistas internacionais ligados à música experimental e à *performance* multimédia que envolve a interação entre som e imagem, mediada por dispositivos informáticos. Este

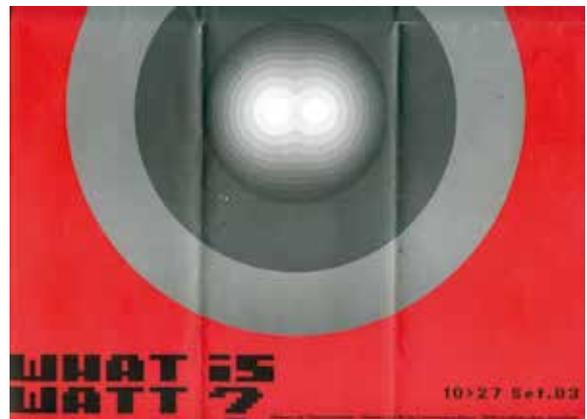


Fig. 4– Capa do catálogo da coletiva *What is Watt?*, 2003.

evento pretendeu acolher, desde o seu início, a produção local e nacional, pelo que nesse mesmo ano foi aberta uma mostra de videoarte, onde puderam ser vistas obras de Catarina Campino, Miguel Soares, Pedro Cabral Santo e do madeirense Hugo Olim. Na edição de 2005, o festival integrou uma coletânea de videoarte produzida na Madeira, abrangendo obras de 1995 até à data. Em simultâneo, outra mostra foi dedicada aos “consagrados” do panorama local, na sua maioria ligados ao projeto What is Watt?.

Em 2008, o madeirense Carlos Caires, artista e docente na Univ. Católica do Porto, apresentou a instalação de cinema interativo *Anacronias*, tendo sido a primeira do género exposta na Madeira. No mesmo ano, Hugo Olim realizou uma *performance* audiovisual em parceria com Nuno Rebelo e Vítor Joaquim. Este último também organizou um *workshop* de *live sampling* na UMA. Em 2009, uma nova *performance* audiovisual de Hugo Olim e desenvolvida com Jerome Faria.

A partir de 2009, a parceria com a produtora alemã Digital in Berlin vocacionou o festival para a música digital de carácter experimental, que já vinha tendo um peso considerável na programação. Nesse mesmo ano, a Estalagem da Ponta do Sol associou-se ao projeto e passou a organizar exposições de artes visuais, para além de outros eventos. Nesse novo contexto, foi inaugurada em 2011 a exposição coletiva Espaço Ocupado, com a participação de Carlos Valente, Pedro Clode e Vítor Magalhães, onde puderam ser vistas projeções e instalações de vídeo e fotografia. No ano seguinte, a intervenção coletiva AV – Untitled foi montada no Centro das Artes Casa das Mudanças e contou com trabalhos de Carlos Valente, Hugo Olim, Jerome Faria e Vítor Magalhães.

Para além da atenção dada à criação local e nacional, o MadeiraDig levou ao Funchal alguns nomes de recorte internacional ligados ao vídeo e cinema experimentais. Assim, em 2005 puderam ser apreciadas, na sala de cinema Cinemax, as experiências audiovisuais do alemão Volker Schreiner, no domínio da estética do *found footage*. Seguindo a mesma

orientação estética, em 2006 o austríaco Gustav Deutsch apresentou uma retrospectiva dos seus trabalhos e proferiu uma conferência na UMA. Em 2007, foram apresentados quatro vídeos de Nam June Paik, nome incontornável da história da videoarte. Hoje denominado MadeiraDig International Music Festival, o evento continua a privilegiar a música eletrónica e digital, mas mantendo um diálogo com as linguagens multimédia, em geral.

Fora dos eventos What is Watt? e MadeiraDig, tem sido constante a atividade de três artistas já mencionados, também docentes no curso de Arte e Multimédia da UMA: Carlos Valente, Hugo Olim e Vítor Magalhães. Em 2010, a coletiva Exposição Prolongada à Luz, patente no MACF, juntou estes três artistas numa exposição que integrou os diversos domínios da experimentação audiovisual mediada pela tecnologia: a projeção videográfica em modo de instalação, o circuito fechado de vídeo e a objetualização do cinema, através da película enquanto matéria-prima da expressão plástica.

Em 2006, Hugo Olim produziu um interessante documentário sobre os artistas digitais das ilhas macaronésias, intitulado *Periféricos* (48'), divulgado pela editora Almasud Records, que pôde ser visto no Funchal International Film Festival, no mesmo ano. Por sua vez, Carlos Valente desenvolveu ao longo de 2007 e 2008 o projeto *Ponto de Vista*, que consistiu na criação de uma espécie de autorretrato em vídeo que se integrou na exposição individual ou coletiva de outros artistas, tais como Pedro Clode, Eduardo Freitas, Filipa Venâncio, Teresa Jardim, Alice Sousa e Carmem, entre outros. Enquanto docentes e investigadores, Valente, Olim e Magalhães vêm produzindo, para além da prática artística, uma sistemática reflexão teórica sobre estes assuntos.

Novos grupos e eventos vão surgindo, dando continuidade a esta permanente ligação entre arte e tecnologia. Neste contexto, merece nota o festival Cognitivopolis, organizado no Centro das Artes Casa das Mudanças em 2013, por iniciativa da agência criativa Urbanistas Digitais, dirigida por Nuno Serrão. Este festival ofereceu

um conjunto de conferências subordinadas a temas diversos, tais como robótica, física, *hardware open source*, tecnologia, composição musical e ilustração, levando à Madeira importantes investigadores destas áreas. O objetivo do evento foi, principalmente, o de esbater/sobrepôr fronteiras ainda existentes entre áreas como a arte, a ciência e a tecnologia, reforçando a tendência de aproximação que se vem desenhando entre elas a partir, sobretudo, dos anos 80 do séc. xx.

Bibliog. impressa: *50 Anos do Ensino Superior Artístico* (documentação da palestra e debate na Universidade da Madeira), Funchal, Associação de Estudantes de Arte e Design, 2007; ABREU, Fátima, "A instalação do ensino técnico e profissional no Funchal", *Leia S.F.F.*, n.º 26, abr.-jun. 2008, pp. 35-38; ALVES, Justino, *Catálogo da I Exposição Escolar de Professores e Alunos da Academia de Música e Belas Artes da Madeira*, Funchal, Academia de Música e Belas Artes da Madeira, 1970; *Arte e Ensino Artístico hoje: I Jornadas do ISAPM*, Funchal, Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira, 1986; *O Defensor*, 18 abr. 1846; *Diário da República*, II sér., n.º 280, 4 dez. 1992; n.º 187, 14 ago. 1997; n.º 159, 12 jul. 2002; GONÇALVES, Maria Alexandra de Sousa, *Joaquim Leonardo da Rocha, Primeiro Professor da Aula de Desenho e Pintura do Funchal*, Dissertação de Mestrado em História e Cultura das Regiões apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2007; GORJÃO, António F. Coutinho, *Anteprojecto de Reestruturação do Ensino Superior Artístico na Madeira*, Funchal, Academia de Música e Belas Artes da Madeira, 1976; *Id.*, "ISAPM, um novo estabelecimento de ensino superior", *Espaço-Arte*, n.º 1-2, maio 1979, pp. 9-16; *Id.*, "O ISAPM e a Região", *Espaço-Arte*, n.º 8, maio 1984, pp. 17-27; *Id.*, "Ateliers livres e Associação de Artistas Plásticos da Madeira", *Espaço-Arte*, n.º 11, ago. 1986, pp. 37-41; *Id.*, "Os 10 anos do ISAPM", *Espaço-Arte*, n.º 14, jan. 1988, pp. 11-14; *Id.*, "Artes plásticas e ensino artístico – Uma escola madeirense?...", *Espaço-Arte*, n.º 20-21, jan. 1992, pp. 53-60; JESUS, Júlio, *Joaquim Manuel da Rocha e Joaquim Leonardo da Rocha. Subsídios para as Suas Biografias e Alguns Elementos para o Estudo das Suas Obras*, Lisboa, Tip. Gonçalves, 1932; LOJA, António, *Notas para a História da Escola Secundária Francisco Franco*, Funchal, Escola Secundária Francisco Franco, 2000; LUCENA, Vasco de, "Ensino da pintura e da escultura na Madeira", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 4, n.º 21, 1956, pp. 29-30; NASCIMENTO, João Cabral do, "Criação e funcionamento da aula de desenho e pintura no Funchal", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IX, 1951, pp. 209-212; SANTA CLARA, Isabel, "Caminhos da contemporaneidade artística na Madeira", in BRITO, Orlando, e PALAZUELA, Nilo Borges, *Horizontes Insulares*, Canarias, Acción Cultural Española, 2011, pp. 180-189; SANTA CLARA, Isabel, e MAGALHÃES, Vítor, *Horizonte Móvel: Artes Plásticas na Madeira 1960-2008*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos/DRAC, 2008; *Id.*, e VALENTE, Carlos, "(Re)visões acerca do ensino artístico na Madeira", *Arte Ibérica*, n.º 38, ago. 2000, pp. 44-46; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1984; SIRGADO, Evangelina, "Computador: uma outra máquina de desenhar?", *Espaço-Arte*, n.º 12, jan. 1987, pp. 45-50; TEIXEIRA, Pedro Anjos, "Os cursos de Belas Artes na Madeira: história e números", *Espaço-Arte*, n.º 1-2, maio 1979, pp. 17-19; VALENTE, Carlos, *As Artes Plásticas na Madeira (1910-1990). Conjunturas, Factos e Protagonistas do Panorama Artístico Regional no Século XX*, Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 1999; *Id.*, "Arte comunidade: entre a virtualidade e matéria. Uma leitura da exposição prolongada à luz", *Pensar Diverso*, 2011, pp. 107-116; *Id.*, e SOUSA, Francisco Clode de, *20 Anos de Artes Plásticas na Madeira*, Funchal, Museu de Arte Contemporânea, 1998; **digital:** *Hugo Olim* (página pessoal): <http://www.hugoolim.com> (acedido a 2 jul. 2015); "Festival Cognitivopolis", *Urbanistas Digitais*, s.d.: <http://urbanistasdigitais.pt/cognitivo/o-evento> (acedido a 2 jul. 2015); "Festival MadeiraDig", *Digital in Berlin*, s.d.: <http://digitalinberlin.eu/line-up/archive> (acedido a 2 jul. 2015); *Projeto What is Watt?*: <http://whatiswatt.org> (acedido a 2 jul. 2015).

CARLOS VALENTE

Artilharia

O armamento pesado de fogo foi fulcral na expansão portuguesa, chegando Portugal a produzir o mais evoluído material de artilharia entre os meados do séc. xvi e os meados do seguinte, não só em Lisboa, mas também no Oriente, nomeadamente Cochim, depois em Goa, Campanel, Jafanapatão e Macau.

Temos poucas informações sobre a sua inicial existência e possível produção na Madeira, que não teria passado de experiência; no entanto, Fernão Lopes de Castanheta refere que, com a chegada das armadas portuguesas ao golfo Pérsico e o desenvolvimento das primeiras instalações construídas, ou seja por volta de 1507, houve que recorrer não só a artífices estrangeiros, mas também a um madeirense, citando-se nos primeiros trabalhos da fortaleza de Ormuz "quatro fundidores de artilharia, dois de artilharia de metal e dois de artilharia



Fig. 1 – Obus de Bartolomeu da Costa, 1770 (Museu Militar da Madeira).

de ferro, e três eram gregos e um português mulato e natural da ilha da Madeira” (CASTANHETA, 1933, II, 362). A passagem contínua das armadas portuguesas pelo porto do Funchal, inclusivamente com especialistas de outras nacionalidades – *e.g.*, em 1547, o lendário aventureiro e artilheiro alemão Hans Staden (c. 1525-c. 1579) –, levou à circulação pela Madeira de todo esse tipo de armamento e de pessoal com o mesmo relacionado.

A primeira referência à presença de artilharia na Madeira aponta para o último quartel do séc. xv, citando Gaspar Frutuoso que João Gonçalves da Câmara (c. 1417-1501), 2.º capitão do Funchal, entre outras façanhas bélicas, fez frente a “uma grande armada de castelhanos de muitas velas, com muita gente”, que tentou atacar a praia da vila. Mesmo tendo em conta que se tratava de um cronista açoriano a escrever em Ponta Delgada 100 anos depois dos acontecimentos, e sem nunca ter ido à Madeira, Frutuoso faz notar que “não havendo naquele tempo mais artilharia na terra que um trabuco”, com essa bombardarda somente e “com o seu esforço, com que animava a gente”, não só defendeu a Ilha, mas antes “fez muito dano aos navios dos castelhanos e os afugentou, sem ousar nenhum deitar gente em terra” (FRUTUOSO, 1968, 222).

Estas bombardardas devem ter vindo para a Madeira depois de 1477, quando a infanta D. Beatriz ordenou a montagem dos postos alfândegários, pois existem informações do envio de idêntico armamento para a capitania de Machico, que, mais de 100 anos depois, em 1595, segundo se queixa o mestre das obras reais Mateus Fernandes (c.1520-1597), ainda não estava sequer montado. Também há referências a outras bocas de fogo na Ilha, como a artilharia utilizada, em 1531, nas complicadas questões da Lombada do Arco da Calheta entre elementos das famílias Câmara, Abreu e Esmeraldo (um dos elementos da família Câmara assediou uma das irmãs Abreu, que vivia com a irmã na Lombada dos Esmeraldos, tendo-se as três famílias envolvido em conflito aceso), onde aparecem referidos dois falcões pedreiros e algumas bombardardas.

Aquando do ataque corsário francês de 1566, temos informação quanto ao equipamento da fortaleza: oito grandes peças de bronze, por certo as enviadas em 1529. O cronista Gaspar Frutuoso refere que algumas delas teriam cerca de 1500 quilos, “145 quintais”, e que eram “das maiores que havia no reino”; ainda nesse ataque, existem referências a falcões pedreiros.

Um dos pormenores curiosos deste texto de Gaspar Frutuoso é a descrição dos trabalhos de Gaspar Borges, “engenhoso artífice em metais”, que desencravou duas das grandes peças da fortaleza, “grandes e grossas e que nenhuma havia maiores no reino”, como voltou a escrever. No dizer do cronista, os corsários tentaram arrastar as peças para o calhau da praia, mas dado o seu peso e não as podendo levar, deram-lhes a mesma sorte das restantes, “atupindo-as e encravando-as pelos buracos das escorvas” (*Id., Ibid.*, 327-386).

A organização da artilharia começou por ter alguma independência, dado ser constituída por artífices especialmente contratados, que muitas vezes eram também fundidores e construtores e que, localmente, tinham outras profissões. Nesse quadro, a instituição da Nómima dos Bombardeiros deve datar de 1515; a organização manteve-se mesmo depois de 1675, quando a função passou ao foro exclusivamente militar e os bombardeiros passaram a ser soldados regulares e designados por artilheiros.

As primeiras bocas de fogo do séc. xvi devem ter sido transportadas em 1529 para o Funchal, com o fim de equipar a futura fortaleza, quando era provedor da alfândega Cristóvão Esmeraldo. As designações das várias peças de artilharia (“peças”, no sentido em que na época moderna começam a ser fundidas por inteiro, enquanto até então o eram por partes), como culatra, tubo, etc., também são muito díspares, tendo-se perdido, inclusivamente o significado de algumas designações. Começaram por ser simplesmente bombardardas e canhões pedreiros, quando disparavam bala de pedra, passando depois a ter designações de animais mais ou menos fantásticos: *e.g.*, as grandes peças foram nomeadas basiliscos, dragões, serpentes, etc., as médias, falcões e falconetes, e as



Fig. 2 – Morteiro de 1704 (Museu Militar da Madeira).

de longo alcance, com tubo mais longo, colubrinas. As de grande calibre e que faziam tiro curvo, quase sempre se designaram por morteiros. A progressiva sistematização da designação através do tamanho e relação do calibre e comprimento do tubo data dos meados do séc. XVII, passando as colubrinas a ser designadas por peças, e as de médio e curto alcance por canhões ou meios canhões e, depois, obuses.

A reformulação da situação dos bombardeiros, civis de profissões várias, que pontualmente exerciam essa função, aparece a partir de 1640, com a aclamação de D. João IV e a progressiva e lenta constituição dos novos corpos militares permanentes. A primeira ordem veio logo a 15 de setembro de 1641, com a reforma da companhia do presídio e com a indicação para se proverem as fortalezas “dos necessários artilheiros, para serem todos pagos à maneira das fortalezas do reino” (BNP, cód. 8391). De 1648 foi depois a ordem geral de reforma do material de artilharia existente, ordenando-se ao Gov. Manuel Lopo da Silva que se enviassem para Lisboa todas as peças e falcões das fortalezas da Madeira que estivessem rebentadas, para se fundirem novamente e então serem reenviadas para a Ilha.

Em setembro de 1689, foi nomeado o Cap. António Nunes como capitão da artilharia da ilha da Madeira, referindo-se que até então fora condestável dos bombardeiros do Funchal. A artilharia para a Madeira foi sendo enviada de Lisboa, embora sempre com alguma dificuldade, chegando os governadores a optar pela sua aquisição em Londres, como aconteceu, pelo menos com o Gov. Duarte Sodré Pereira, nos primeiros anos do séc. XVIII, de acordo com o que o mesmo escreveu e mandou lavrar nas lápides das fortificações construídas durante o seu governo. Este processo manter-se-ia com os governadores seguintes, como José Correia de Sá, que idêntica inscrição mandou colocar na fortaleza de S. Tiago, tendo mandado ir de Londres, em 1767, 50 peças de artilharia para a mesma.

A possibilidade de reutilização do bronze das bocas de fogo fez com que quase nenhuma peça de artilharia nesse material chegasse ao séc. XXI, ao contrário das de ferro, cujo material não é suscetível de reutilização. Tal facto ocasionou que pelas praias do arquipélago, *e.g.*, como também por outras das ilhas e das costas do Atlântico, etc., existam milhares de antigas bocas de fogo de ferro abandonadas, algumas das quais foram reunidas no forte de S. José do Porto Santo ou no do Amparo, em Machico. Segundo as ordenações navais, estas bocas de fogo deveriam ser obrigatoriamente lançadas borda fora após 400 tiros, pois a sua manutenção a bordo poderia levar a que, em caso de perigo, pudessem vir a ser utilizadas, o que constituía um perigo maior para a guarnição que para o inimigo. A partir desse número de tiros, o ferro ficava propenso a estilhaçar-se, atingindo toda a guarnição. As peças incapazes para combate eram muitas vezes recuperadas para tiros de salva, utilizando cargas de pólvora muito mais baixas, o que, no entanto, não deixou de causar acidentes, como chegou a acontecer na fortaleza do Ilhéu, a 23 de fevereiro de 1731, quando se deu o rebentamento de uma das peças de ferro, “que se fez em migalhas”, matando um dos artilheiros (ABM, Governo Civil, liv. 418, fls. 17-19).

Existe um *Livro de Carga da Fortificação* das fortalezas da Madeira, entre 1724 e 1733, e, em 1754, o Gov. Manuel de Saldanha de Albuquerque (1712-1771), depois 1.º conde da Ega e vice-rei da Índia, informava existirem 18 peças de bronze, 16 nas fortalezas do Funchal, 2 nas de Machico, 125 de ferro “todas de diferentes calibres”, 7 “pedreiros de bronze e ferro para balas de pedra”, todos no Funchal, e 36 peças inúteis “que só servem para salvas”, também no Funchal. Existiam, entretanto mais de 7000 balas de artilharia “de diferentes calibres” nas fortalezas e mais de 20.000 nos armazéns (AHU, Madeira, doc. 47). No Museu Militar da Madeira, instalado na fortaleza de S. Lourenço, existe uma amostragem das mais expressivas peças de bronze de artilharia, quer de fabrico português, como do célebre engenheiro brigadeiro Bartolomeu da Costa (1731-1801), autor da fundição da estátua equestre do Rei D. José, em 1775, quer dos vários arsenais estrangeiros de que o país se subsidiou para a o seu abastecimento.

Bibliog. manuscrita: ABM, Governo Civil, liv. 418; AHU, Madeira, doc. 47; ANTT, Cartas Missivas, mç. 2, doc. 53; *Ibid.*, Corpo Cronológico, pt. II, mç. 157, doc. 68; *Ibid.*, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, livs. 968 e 980; BNP, reservados, cód. 8391, *Index Geral do Registo da Antiga Provedoria da Real Fazenda, Acrescentado com Algumas Notícias e Sucessos da Ilha da Madeira desde o Ano de 1419 do Seu Descobrimento até o de 1775 da Extinção da Mesma Provedoria*; **impresa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vols. I e III, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1999 e 1991; *Id.*, *A Fortaleza de São Lourenço, Funchal/Lisboa, Zona Militar da Madeira*, 1994; *Id.*, *Arquitectura Militar na Madeira, Séculos XV a XVII*, Lisboa/Funchal, s.n., 1998; CASTANHETA, Fernão Lopo de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1968; STADEN, Hans, *Warhaftige Historia und beschreibung eyner Landschaft der Wilden Nacketen, Grimmigen Menschfresser-Leuthen in der Newenwelt America gelegen*, Malbourg, Andreas Kolbe, 1557; *Id.*, *Duas Viagens ao Brasil*, São Paulo, Livraria Itatiaia Editora Ltda., 1974.

RUI CARITA

Asilo

Palavra derivada do latim “*asylum*”, designa um lugar onde os que a ele se acolhiam ficavam isentos da execução de determinadas leis gerais, como eram as do foro judicial. Nesse quadro, os elementos com penas de degredo ou de desterro, *e.g.*, recuperavam de certa forma os seus direitos em novos locais de residência.

Definindo espaços reservados, o termo foi estendido a determinadas instituições de assistência social, fechadas ao exterior, assim como a locais de quarentena, igualmente fechados à comunidade envolvente, mas não foi termo que se tenha utilizado com este sentido na Madeira.

O direito de procurar asilo em outro local, Estado, país ou ilha, garantido, desde meados do séc. XX, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, é algo mais antigo do que se imagina, uma vez que tal direito já era reconhecido nas civilizações egípcia, grega e hebraica, percorrendo depois a Idade Média e sendo várias vezes mencionado nas ordenações régias. Acresce que, em Portugal continental e, da mesma forma, na Madeira, esta instituição conheceu, ao longo da história, grandes contestações, principalmente quando barrava aos agentes da justiça o cumprimento dos seus mandatos, nos casos, *e.g.*, em que indiciados em determinados crimes procuravam asilo em igrejas ou conventos e os agentes da autoridade não os podiam ir ali buscar.

No início do povoamento, e não só, a ilha da Madeira serviu de asilo e proteção a determinados elementos que se encontravam condenados e perseguidos no território continental, em princípio por simples delitos não especialmente graves, tal como, muito provavelmente, pelas suas convicções religiosas, como foi o judaísmo. Referem os iniciais cronistas, como Francisco Alcoforado e os seguintes, que determinou D. João I (1357-1433) que, para o povoamento da Madeira, se fizesse acompanhar Gonçalves Zarco (c. 1390-1471) de quem quisesse, colocando à disposição do futuro capitão do Funchal os homiziados, ou seja, procurados pela justiça, mas também condenados que então havia nas cadeias e no reino. No entanto, não quis Zarco nenhum dos homiziados ou condenados por culpas de fé, traição ou roubo.

A formação de coutos de homiziados era comum no continente para atrair moradores a lugares mal povoados, dando aí, absoluta ou restritamente, segurança e impunidade a quem andasse fugido à ação da justiça. Este costume foi assim usado nos forais, desde os tempos

mais remotos da monarquia. Temos informações sobre alguns elementos asilados na Madeira, como o caso de Lopo Gonçalves, natural de Mirandela, com pena de degredo para Ceuta, autorizado a residir na Madeira por carta do regente D. Pedro (1392-1449), datada de 21 de julho de 1445, assim como Nuno Esteves, condenado por homicídio em Garvão, igualmente autorizado a residir na Madeira por carta de D. Afonso V (1432-1481), datada de 22 de outubro de 1451. Nestes primeiros tempos também se deslocaram para a Madeira degredados, como Gonçalo Anes, que aliás interpõe recurso, preferindo as praças do Norte de África, ou o pequeno fidalgo Diogo Barradas, degredado e recolhido na casa de Tristão (c. 1395-c. 1470), em Machico, que deu origem ao incidente que levou o capitão de Machico à prisão.

Este aspeto é ainda patente nos capítulos do infante D. Fernando (1433-1470), 2.º donatário da Madeira, enviados para o Funchal no início do seu mandato, em 1460, e em resposta às várias questões colocadas pelos procuradores da Ilha. Assim, queixaram-se alguns moradores de que se sentiam “muito agravados” “em lhes não darem cartas de segurança por alguns negócios e homizios” que lhes tinham acontecido e, por essa causa, andavam “amurados e com temor de serem presos” e perderem os seus haveres. O infante ordena, então, ao capitão que passe as citadas cartas de segurança “e a nenhuns as denegue, aos tempos e nos casos que el-Rei meu senhor manda em suas ordenações” (ABM, Câmara Municipal..., tomo 1, fl. 205v.), referindo-se então às *Ordenações Afonsinas*, divulgadas a partir da déc. de 50 do séc. xv.

Os problemas com as instituições religiosas que davam asilo a foragidos das várias justiças percorreu os primeiros séculos da história da Madeira, inclusivamente com casos muito documentados, como o do morgado Pedro Bettencourt de Atouguia (1622-c. 1680), o qual tinha assassinado, por problemas de coleta de impostos, o Corr. Gaspar Mouzinho de Barba, em 1642. O morgado chegara a ser preso, mas teria, entretanto, arrombado a prisão e passou a viver homiziado no Convento de

S. Bernardino de Câmara de Lobos até 1670, data em que comprou o terreno para o oratório de S. Sebastião da Calheta, onde viria a professar e a falecer. O problema só se viria a esbater a partir de meados do séc. xviii, por um lado com a centralização régia, especialmente com o Governo de João António de Sá Pereira (1731-1813), altura em que são concentradas as justiças, e, por outro lado, com a extinção das antigas ouvidorias das capitánias.

O termo “asilos”, tendo assim o significado de refúgio e de abrigo, designa igualmente algumas instituições de assistência e de solidariedade social fechadas à comunidade envolvente, mas esta designação, com este significado, só aparece com as instituições liberais, embora já antes essa necessidade tivesse sido sentida pela Câmara Municipal do Funchal.

Data assim do Governo do prefeito Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (1792-1847) a instituição de um asilo de infância que, pelo mês de setembro de 1834, chegou a funcionar no palácio de S. Lourenço, sob orientação da mulher do prefeito, Ana Mascarenhas de Ataíde, então destinado à “orfandade desvalida” (SILVA e MENESES, 1998, I, 91). Deve-se, depois, ao Gov. José Silvestre Ribeiro (1807-1891) a criação do Asilo de Mendicidade do Funchal, sobre o qual, inclusivamente, mandou publicar a documentação emanada pelo seu gabinete a esse respeito. Esta instituição teve estatutos de 1866, vindo depois a fundir-se com o asilo dos órfãos. Havia, entretanto, outras instituições de assistência similares, mas o Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal terá sido a mais notável instituição da sua época, tendo sido reformulada nas primeiras décadas do séc. xx, então com a edição de vinhetas para angariação de fundos, sob orientação do Alexandre da Cunha Teles (1891-1936), cujo busto em bronze foi depois colocado no Abrigo Infantil de N.ª Sr.ª da Conceição, que lhe sucedeu.

Ao longo do séc. xx, e com a reformulação das instituições de assistência social, o termo “asilos” deixou de ser utilizado nessa área,



Vista do Funchal com o edifício do Asilo de Mendicidade e Órfãos, litografia aguarelada, c. 1870 (coleção do Abrigo Infantil de Nossa Senhora da Conceição, Funchal).

passando a ter, inclusivamente, algum sentido depreciativo, por indiciar instituições já ultrapassadas, dado que designava instituições de alguma forma fechadas e que se passou a privilegiar uma maior abertura. No entanto, o termo ganhou nova divulgação com o advento das democracias, sendo especialmente utilizado para os pedidos de asilo político. O antigo direito de asilo passou assim a ser quase que exclusivamente utilizado por pessoas perseguidas, nos seus países de origem, pelas suas opiniões políticas, mas também por questões raciais e por convicções religiosas.

Convém diferenciar as situações de asilo e de exílio, ou seja, de alguém que foi expulso da sua pátria ou residência, embora possa depois receber, a seu pedido, asilo político em outro sítio, como aconteceu com inúmeras personalidades na Madeira, quer nacionais, quer internacionais, especialmente ao longo do séc. xx. Essas situações, que ocorrem por períodos relativamente curtos, são de exílio, e não de asilo, que pressupõe períodos de permanência mais longos, se não mesmo a fixação definitiva. Também não se deve confundir asilo político com refúgio, pois este último procedimento trata de fluxos maciços de populações deslocadas por causa de ameaças à vida ou à liberdade, enquanto, juridicamente, o asilo político é outorgado separadamente e caso a caso. As duas situações, no entanto, podem ocasionalmente coincidir, já que cada refugiado pode requerer asilo político individualmente.

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tomo 1; *Ibid.*, Registos Paroquiais, Sé, Óbitos, liv. 73; ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, livs. 12 e 25; **impresa:** ALCOFORADO, Francisco, "Relação", in MELO, Francisco Manuel de, *Descobrimto da Ilha da Madeira, Ano de 1420*,

Epanáfora Amorosa, texto crítico e notas informativas José Manuel de Castro, Braga, s.n., 1975; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. I, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1999; *Estatutos do Asylo de Mendicidade do Funchal*, Funchal, Imprensa Nacional, 1866; MENEZES, Sérvulo Drummond de, *Collecção de Documentos Relativos ao Asylo de Mendicidade do Funchal*, Funchal, Typ. de Bernardo F. L. Machado, 1848; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Verbo, 1977; SILVA, António de Morais, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10.ª ed., 12 vols., Lisboa/Rio de Janeiro, Confluência, 1949-1959; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos de Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998.

RUI CARITA

Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal

Em 10 de março de 1847, por iniciativa de José Silvestre Ribeiro, governador civil do distrito do Funchal, foi fundado o então denominado Asilo de Mendicidade do Funchal, com o objetivo de recolher todos os indivíduos (homens, mulheres e crianças) encontrados a mendigar pelas ruas. A criação deste organismo foi determinada por uma conjuntura socioeconómica calamitosa. Em 1846, o início de uma praga agrícola nos batatais gerou um surto de fome, com particular incidência nos meios rurais, o que atirou milhares de camponeses para a miséria. Muitos fugiram para o Funchal, em busca de esmola. Quem pôde, emigrou para Demerara.

Este "exército de pedintes", que afluía ao Funchal, constituía, à luz dos ideais liberais, um espetáculo social pavoroso, tanto aos olhos dos altos dignitários distritais, como perante a sociedade funchalense, os cidadãos nacionais e, sobretudo, os estrangeiros (*O Madeirense*, 15 mar. 1847). Estes anos, de 1846 e 1847, ficaram registados, não só nos documentos oficiais, mas também no imaginário popular, como os terríveis anos da fome. A criação de

um organismo assistencial, da natureza de um asilo, representava o materializar de um velho sonho, há muito ambicionado pelas autoridades distritais, antes mesmo de Silvestre Ribeiro chegar ao Governo civil.

No Antigo Regime, uma série de organismos assistenciais, como hospitais, conventos, misericórdias, confrarias e orfanatos, eram tanto de instituição laica como religiosa. Com o liberalismo, a beneficência passou a ser encarada como uma das principais obrigações do Estado. Os governos liberais, influenciados, em matéria de assistência, pelo iluminismo e pelo positivismo, tenderam a privilegiar as questões da higiene e da saúde públicas. Por toda a Europa, não sendo exceção Portugal, assistiu-se ao nascimento de “Estados higienistas”, que procuraram regular, vigiar e punir os indivíduos que, no espaço público, atentassem contra a salubridade, segurança, moral e ordem instituídas.

A primeira experiência, ainda que efémera, de um asilo na Madeira data de 1834, com a abertura de um asilo da infância, dirigido por Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, prefeito da província das ilhas da Madeira e Porto Santo. Inicialmente instalado numas

dependências do Palácio de S. Lourenço e, posteriormente, numa casa sita no Campo da Barca, este asilo manteve-se em atividade por escassos anos. Por este motivo, o Asilo de Mendicidade do Funchal foi a primeira instituição, do seu género, a funcionar de forma regular na Madeira e uma das mais antigas de Portugal. A terceira, a seguir à de Lisboa, de 1836, e à do Porto, de 1846.

O Asilo de Mendicidade do Funchal foi estabelecido a 10 de março de 1847, de forma provisória, num armazém da Fazenda nacional, à R. dos Medinas (cerca da igreja do Carmo). De imediato, Silvestre Ribeiro publicou uma resolução proibindo a mendicidade.

Confiou provisoriamente a direção do Asilo à comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Funchal. Esta instituição foi incumbida de apresentar um projeto de regulamento para o Asilo, pelo qual se orientasse a sua organização policial, económica e orgânica, devendo este inspirar-se no documento congénere existente para o asilo de Lisboa. A comissão administrativa da Misericórdia do Funchal recebeu 300.000 réis para cobrir as despesas urgentes do Asilo.



Fig. 1 – Admitidos no Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal, 1905 (ABM, Abrigo Infantil de Nossa Senhora da Conceição, Fotografias, pasta 10, n.º 21).

O asilo provisório da R. dos Medinas rapidamente ficou sobrelotado. Funcionou pouco mais de duas semanas. Em 27 de março de 1847, a pedido do governador, a Câmara do Funchal disponibilizou parte do extinto Convento de S. Francisco (posteriormente, Jardim Municipal), para temporariamente recolher todos os mendigos transferidos do desativado asilo da R. dos Medinas. Ali entraram cerca de 400 mendigos, maiores e menores de idade, de ambos os sexos. Foram as segundas instalações provisórias do Asilo, por mais nove meses.

Em 25 de março de 1847, por alvará do Gov. José Silvestre Ribeiro, tomou posse a primeira comissão administrativa do Asilo, cessando funções a comissão provisória da Misericórdia.

O Asilo tinha destinado um terreno, no sítio das Angústias, doado pelo 1.º conde de Carvalhal, para nele se construir um edifício de raiz para os asilados. Contudo, este prédio, que chegou a ser concluído, serviu, nos primeiros anos de existência, para acomodar os serviços da cadeia e da Câmara do Funchal. Finalmente, em vereação de 2 de dezembro de 1847, a edilidade funchalense cedeu o imóvel à comissão administrativa do Asilo, servindo, desde então, até à sua extinção, em 1959, de sede ao Asilo. Aliás, no início do séc. XXI, o organismo que imediatamente lhe sucedeu, o Abrigo Infantil de Nossa Senhora da Conceição, mantinha-se nessa casa, na Av. do Infante, n.º 18.

Durante seis anos, entre 1857 e 1863, o Asilo de Mendicidade funcionou, em simultâneo, em duas instalações fisicamente separadas: no prédio do sítio das Angústias, onde eram acolhidos os adultos, e, novamente, nas dependências do extinto Convento de S. Francisco, dedicado às crianças. A comissão do Asilo ambicionava acabar com a coexistência, no mesmo prédio, de asilados adultos com crianças, devido aos malefícios causados aos menores, a nível sanitário, educacional e moral. Todavia, esta reocupação do espaço do extinto convento deveu-se, exclusivamente, a uma situação de emergência: o surto de cólera de 1856. Esta grave epidemia gerou uma elevada mortalidade, deixando órfãos muitas crianças. Em apenas um quadrimestre, estima-se que, por

toda a Madeira, entre 7000 a 10.000 pessoas tenham morrido de cólera. Transferiram-se as crianças que já se achavam no asilo das Angústias, juntamente com estes “órfãos da cólera”, para as instalações de S. Francisco. O primeiro espaço manteve o nome de Asilo de Mendicidade, e o segundo recebeu a designação de Asilo da Orfandade. Porém, em abril de 1862, face à ruína financeira destes estabelecimentos, encerrou-se o Asilo da Orfandade, transferindo-se os asilados menores para junto dos adultos, no Asilo da Mendicidade. A união dos dois asilos, que terá tido lugar antes de 27 de março de 1863, conferiu à nova instituição a designação pela qual ficou conhecida durante mais tempo, Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal. Este organismo foi legalmente reconhecido, com a obtenção de estatutos, por carta de lei do Rei D. Luís, datada de 2 de maio de 1866.

Integravam os fundos do estabelecimento: valores inscritos em seu nome; bens e rendimentos das confrarias extintas (afetos à instituição por ordem do governador civil); esmolas, doações e legados; juros dos bens inscritos em seu favor; parte das gratificações do trabalho dos asilados; o produto das subscrições mensais dos beneméritos; e receitas das festas de caridade organizadas em benefício do



Fig. 2 – Vinheta de 4 centavos do Asilo de Mendicidade e Órfãos, c. 1920 (coleção particular).

organismo. Incluía-se ainda os rendimentos gerados no aluguer de cadeiras para eventos públicos; na requisição de asilados para acompanhamento dos funerais; na venda do excedente agrícola da horta; e no comércio de artigos confeccionados pelos asilados, nas oficinas internas de artes e ofícios. Desde benfeitores ilustres a cidadãos comuns radicados em Demerara, no Brasil e nos Estados Unidos da América, foram muitos os que contribuíram com donativos para o Asilo.

A instituição tinha como despesas obrigatórias: a alimentação, o vestuário e as roupas de cama; a iluminação e a limpeza do edifício; as reparações da mobília e do prédio; o pagamento de ordenados ao pessoal; e a gratificação de 25 % aos asilados do produto líquido do seu trabalho.

Alguns profissionais trabalharam no organismo sem auferir remuneração. O médico João José Maria de Oliveira desempenhou gratuitamente, entre 1928 e 1935, o serviço clínico do Asilo. Igualmente relevante foi o contributo das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, congregação religiosa fundada em 1884, no Funchal, por Mary Jane Wilson. A sua presença no asilo/abrigo, que se mantinha no início do séc. XXI, remonta a 1908.

Ironicamente, com a extinção do Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal, em 1959, cumpriu-se o velho sonho de separar asilados adultos de menores, através da criação da entidade sucedânea, o Abrigo Infantil de Nossa Senhora da Conceição. Este dedicou-se exclusivamente às crianças e aos jovens em risco social, sendo os adultos transferidos para o então denominado Asilo dos Velhinhos Dr. João Abel de Freitas, no Lazareto.

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Abrigo Infantil de Nossa Senhora da Conceição, Atas, liv. 2, jan. 1859-dez. 1868; liv. 4, jan. 1929-abr. 1938; *Ibid.*, Abrigo Infantil de Nossa Senhora da Conceição, Fotografias, pasta 10, n.º 6, 20 e 21; **impressa:** BARROS, Fátima (coord.), *Funchal 500 Anos. Momentos e Documentos da História da Nossa Cidade*, Funchal, DRAC, 2010; *O Defensor*, 27 mar. 1847; *Estatutos do Asilo de Mendicidade do Funchal*, Funchal, Tip. Escola Salesiana de Artes e Ofícios, 1954; FERREIRA, Fátima Moura, "Percepções políticas sobre a assistência nos finais da Monarquia Liberal: entre a sociedade e o Estado. Uma ilustração do designio estatal a respeito da protecção da criança e do menor", in ARAÚJO, Maria Lobo de, e FERREIRA, Fátima Moura (orgs.), *A Infância no Universo Assistencial da Península Ibérica (Sécs. XVI-XIX)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, pp. 151-159; *O Madeirense*, 15 mar. 1847; 31 mar. 1847; MENESES, Maria José de, *Asilo de Mendicidade e*



Fig. 3 – Órfãos do Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal fardados a rigor, c. 1925 (ABM, Abrigo Infantil de Nossa Senhora da Conceição, Fotografias, pasta 10, n.º 6).

Órfãos do Funchal/Abrigo Infantil de Nossa Senhora da Conceição. 100 Anos de Presença: Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias (1908-2008), Funchal, O Liberal, 2008; MENEZES, Sérvulo Drumond de, *Collecção de Documentos Relativos à Crise da Fome por que Passaram as Ilhas da Madeira e Porto Sancto no Anno de 1847*, Funchal, Tip. de Bernardo T. Machado, 1848; NETO, M. Lurdes Akola Meira do Carmo, "Assistência pública", in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1, Porto, Figueirinhas, 1981, pp. 234-236; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; **digital:** GOMES, José Vieira, "Do Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal ao Abrigo Infantil de Nossa Senhora da Conceição (1847-1959). Contributos para a história da assistência na Madeira", *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 2, CD-ROM, 2010, pp. 69-114; "Historial", *Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias*, s.d.: http://www.cifnsv.com/2009/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=53&lang=pt (acedido a 20 abr. 2018).

JOSÉ VIEIRA GOMES

Assembleia da República

O princípio da separação de poderes dos órgãos de soberania foi acolhido pela Assembleia Constituinte (eleita a 25 de abril de 1975), mediante a sua inscrição na Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976 e sua subsequente manutenção nas sucessivas alterações do percurso constitucional.

De acordo com esse princípio, a Assembleia da República (AR) é o órgão de soberania que tem poder primordial de produzir leis abrangentes a todo o território nacional, embora respeitando as competências próprias de outras instituições, como é o caso das regiões autónomas da Madeira e dos Açores.



Palácio de S. Bento, Assembleia da República
(fotografia de Bernardes Franco, 2015).

Como órgão de soberania representativo de todos os cidadãos portugueses, a AR é composta por deputados eleitos por círculos eleitorais, um dos quais é a Região Autónoma da Madeira (RAM). No plano da organização do poder político, a CRP confere à AR o 2.º lugar, a seguir ao Presidente da República e a anteceder o Governo e os tribunais.

Na primeira legislatura, a AR era composta por 263 deputados; até às eleições de 1987, inclusive, passou a ser composta por 250 deputados; nos atos eleitorais seguintes, houve uma redução para 230 deputados. O círculo eleitoral da Madeira foi representado por 6 deputados nas eleições de 1976, 2005 e seguintes; nas eleições de 1979 e até às de 2002, inclusive, a representação da Madeira foi de 5 deputados.

Só em termos teóricos é que o sistema de representação proporcional (de acordo com o número de eleitores inscritos em cada círculo eleitoral) atribui grande responsabilidade

aos eleitos perante os eleitores e demais representados... No entanto, a estrutura de funcionamento em grupos parlamentares afasta a responsabilidade do deputado, individualmente considerado, face ao dever de adesão às regras rígidas do grupo a que, ideologicamente, pertence, pese embora a CRP determine, no art. 155.º, que “Os Deputados exercem livremente o seu mandato” (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2005).

A AR tem alguns poderes que, pela natureza de superioridade material, limitam competências atribuídas à RAM, vertidas no seu Estatuto Político-Administrativo.

Da competência política e legislativa da AR consta a de aprovar as alterações à Constituição, que, como lei fundamental do país, pode subverter a autonomia da Madeira por qualquer maioria antiautonomista que se forme.

Já no que diz respeito à competência de fiscalização, a AR aprecia, para efeito de cessação de vigência ou de alteração, os decretos legislativos regionais sobre matérias que são da sua reserva relativa e que a Região solicite para legislar, por serem de interesse regional. Dizem eles respeito, *e.g.*, ao seguinte: atos lícitos de mera ordenação social e do respetivo processo; regime geral da requisição e da expropriação por utilidade pública; bases do sistema de proteção da natureza, do equilíbrio ecológico e do património cultural; regime geral do arrendamento rural e urbano; definição dos sectores de propriedade dos meios de produção; regime dos planos de desenvolvimento económico e social; participação das organizações de moradores no exercício do poder local; bases gerais do estatuto das empresas públicas e das fundações públicas; bases do ordenamento do território e do urbanismo.

Na reserva absoluta da AR, cabe legislar em matérias relacionadas com a Madeira, nomeadamente a lei eleitoral para a eleição de deputados à Assembleia Legislativa, o regime geral do orçamento da Região, e o regime de finanças das regiões autónomas.

Relativamente ao Estatuto Político-Administrativo da Madeira, é a Assembleia Legis-

lativa da Madeira (ALRAM) que tem competência de iniciativa de o elaborar e remeter à AR para discussão e aprovação, incluindo as alterações ao mesmo. Se a AR rejeitar ou introduzir alterações ao texto recebido, deve remetê-las à Assembleia da Madeira para emitir parecer, após o que haverá discussão e votação final. O mesmo procedimento é seguido para a lei eleitoral para a eleição dos deputados à ALRAM.

A AR tem o dever de ouvir a ALRAM quando legisle em matérias que tenham reflexos na Região, embora o parecer desta não seja vinculativo. Este dever é mais amplo por abranger todos os órgãos de soberania, nos termos do art. 229.º da CRP, no âmbito da cooperação entre aqueles e os órgãos regionais. É o caso da proposta de Orçamento do Estado que o Governo da República apresenta; o mesmo deve acontecer com os projetos de lei dos deputados e as propostas de lei que o Governo apresenta na AR, desde que a matéria em causa também diga respeito à Região. Quando esse dever é violado, como que já aconteceu, a ALRAM pode, e já o fez, requerer ao Tribunal Constitucional a declaração da ilegalidade da lei, após a sua publicação.

Apesar da competência de reserva absoluta e relativa da AR, a ALRAM tem competência para apresentar projetos de proposta de lei e de referendo ou de alteração, bem como requerer a declaração de urgência no processamento em vigor na AR. A apresentação de projetos de proposta de lei à AR constitui uma via legal de a Região ultrapassar a falta de competência legal, podendo desse modo beneficiar de leis sobre determinadas matérias de interesse regional.

Algumas leis aprovadas pela AR destinam-se apenas a ser aplicadas na Madeira, por a iniciativa ter sido da ALRAM, cuja matéria é de interesse regional, ou apresentadas pelo Governo da República ou pelos deputados da AR, e a matéria tratada ser relativa à Região.

Ao longo do percurso da autonomia regional, consagrada na CRP, as sucessivas alterações constitucionais e procedimentos vários da AR determinaram úteis benefícios

qualitativos na organização, no funcionamento e no processo legislativo, com garantia de aplicação do princípio da subsidiariedade consagrado no art. 6.º da CRP. Mas trata-se de um processo inacabado, como incompletos estão os poderes relativos à evolução da autonomia da Madeira, face aos que foram conferidos à AR.

Bibliog.: ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, *Constituição da República Portuguesa*, 7.ª revisão constitucional, 2005: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx> (acedido a 2 abr. 2018); COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES, "Resultados oficiais das várias eleições de deputados para a Assembleia da República", s. d.: <http://eleicoes.cne.pt/> (acedido a 2 abr. 2018); *Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira*, s.d.: <https://www.madeira.gov.pt/Portals/0/Documentos/Estatuto.Politico.administrativo.Republicacao.pdf> (acedido a 2 abr. 2018).

JOSÉ GREGÓRIO GOUVEIA

Assembleia de Deus

Comunidade cristã pentecostal iniciada no Funchal por uma família enviada pela Assembleia de Deus (AD) em Lisboa, igreja protestante que tinha estatutos reconhecidos pelo Governo Civil de Lisboa desde 23 de março de 1939.

A família era composta pelo ministro de culto evangélico, Diniz Alves Pereira, sua esposa, Maria de Lourdes Campos Pereira, que anos antes tinha sido consagrada como evangelista da sua igreja, e ainda pelos filhos José e Isabel, que os acompanharam. Chegam ao Funchal a 30 de setembro de 1972 e instalam-se como família na R. do Arcipreste, n.º 11, 3.º andar, na cidade do Funchal. A partir desta data, Diniz e Lourdes Pereira dão início aos cultos pentecostais na Região, primeiro em algumas residências particulares e, mais tarde, num espaço próprio e adequado que foi necessário alugar, o qual foi conseguido na R. dos Capelistas, n.º 18, 1.º andar, também no Funchal.

Refira-se que Diniz Alves Pereira, fundador da AD na Madeira, nasceu na vila do Carregado, Alenquer, a 4 de abril de 1919, vindo a falecer em Lisboa, a 30 de outubro de 2012. Durante muitos anos foi um comerciante bem-sucedido, mas aos 35 anos de idade aderiu à fé cristã numa igreja da AD. Frequentou as escolas bíblicas da AD, foi consagrado

ancião em 1966, passando a dar colaboração nas comunidades do Carregado, Alenquer, Azambuja, Vila Franca de Xira e, mais tarde, na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes. Alves Pereira contraiu matrimónio com a já evangelista, desde 1946, Maria de Lourdes Campos (08/06/1926-16/11/1999), natural de Lagos, no Algarve, união da qual resultaram três filhos: Isabel, José e Ana.

Apesar de existirem comunidades da AD no continente há mais de meio século, a verdade é que foi preciso esperar até ao início dos anos 70 do séc. xx para que este ramo dos cristãos evangélicos se estabelecesse nas ilhas. Na verdade, é o próprio casal Pereira que refere que no Funchal foram encontrar “um casal e uma irmã salvos e batizados na Assembleia de Deus no Continente” (PEREIRA, *Novas de Alegria*, maio 1973, 16), mas não há nenhuma indicação de qualquer tentativa anterior de se estabelecer formalmente uma comunidade.

O chamado “pentecostalismo” teve a sua origem nos Estados Unidos da América no princípio do séc. xx e foi associado desde muito cedo a experiências que envolviam a glossolalia, ou seja, o fenómeno de falar línguas estranhas por influência espiritual. Segundo Synan, “os pentecostais acreditam que a experiência dos 120 no dia do Pentecostes, conhecida como o ‘batismo no Espírito Santo’, deve ser normativa para todos os cristãos. A maioria dos pentecostais acredita, ainda, que o primeiro sinal da ‘evidência inicial’ desse segundo batismo é o falar numa língua desconhecida para quem fala” (SYNAN, 1988, 131). Outros aspectos que sempre marcaram e tornaram de certo modo identitária a forma de se ser pentecostal foram a cura divina e a expectativa da vinda iminente e pré-milenar de Cristo. Em Portugal, a primeira comunidade da AD estabelece-se precariamente em Tondela, no distrito de Viseu, em 1913.

A inauguração da primeira sede da Missão da Assembleia de Deus na ilha da Madeira ocorreu a 11 de março de 1973. Nesse serviço religioso de constituição e inauguração estiveram presentes em representação da autarquia

local Quirino Spencer Sebastião, secretário do governador civil do distrito, o missionário Diniz Alves Pereira e os ministros do culto evangélico Pableo Carlot Maltson e João Sequeira Hipólito, acompanhado de sua esposa, Alice Hipólito, em representação da AD de Lisboa, e ainda Georgete Soares, representando a igreja irmã de Vila Franca de Xira.

O casal Pereira permaneceria na Madeira até finais de 1979. Para além de terem contribuído ativamente para o estabelecimento da igreja no Funchal, participaram ainda na criação de programas radiofónicos na Estação Rádio Madeira e no apoio aos jovens na área da música e escola dominical. O casal regressou ao continente em 1979, continuando a colaborar na área de Sete Rios, na capital, e, em 1985, aposentaram-se, continuando a colaborar de forma voluntária no trabalho realizado pelas assembleias de Deus, na medida das suas possibilidades.

Sucedeu a Diniz Alves Pereira o pastor pentecostal António Figueiredo, de São Silvestre, distrito de Coimbra, nascido a 5 de maio de 1932. Casou com Graciete Curado Fernandes, com quem teve quatro filhos: Isabel Maria, José, António Salvador e Rute Cláudia. Antes de chegar à Madeira, tinha servido como enfermeiro no Exército Português, na cidade da Beira, Moçambique. Aí foi consagrado presbítero, no ano de 1971. Após frequentar o Instituto Bíblico Português, em Fanhões (Loures), foi como missionário para a ilha da Madeira, onde trabalhou entre 1978 e 1980. No Funchal deu continuidade ao trabalho iniciado pela família Alves Pereira e, com o auxílio de crentes pentecostais da Suécia e da África do Sul, que financiaram a compra de instrumentos musicais, iniciou aulas de música para os jovens.

O trabalho da AD foi progredindo paulatinamente desde o início de 1982, sob a liderança de Manuel Costa. Embora reconhecendo dificuldades no avanço da missão pentecostal na Ilha, a comunidade foi-se expandindo para outras partes do território, nomeadamente Machico. Uma das áreas em que a AD realizou um trabalho relevante na Ilha

ao longo da déc. de 80 do séc. xx foi na distribuição de literatura evangélica, quer através da sua presença na Feira do Livro do Funchal, quer através da aquisição e adaptação de uma viatura automóvel, a que foi atribuído o sugestivo nome de Livraria Novas de Alegria.

De entre um vasto conjunto de iniciativas de alcance público realizadas ao longo dos anos, as quais incluíram diversas campanhas de evangelização, uma das mais emblemáticas terá sido a celebração dos 150 anos da chegada à Madeira do famoso médico e pregador protestante escocês Robert Kalley (1809-1888). O serviço religioso que assinalou a data realizou-se a 23 de outubro de 1988, com a presença do então presidente da Aliança Evangélica Portuguesa, Rev. Jaime Vieira.

No final dos anos 80 do séc. xx, sob a liderança do pastor pentecostal João Trindade de Oliveira, a presença da AD estava razoavelmente difundida em todo o território. Apesar de a igreja principal se localizar no Funchal, eram anunciados locais de culto evangélico também em Caramanchão, Machico, Monte, São Jorge, Santana e Santo António.

No início do séc. XXI, foi ensaiada uma nova dinâmica missionária, que passou pela constituição, por parte da AD de Lisboa, da MAM – Missão Açores Madeira, como forma de apoio ao trabalho realizado nas regiões autónomas.

Em julho de 2002, o pastor Dinis Rodrigues e sua família fixaram residência na Madeira, com o objetivo de apoiarem mais diretamente os missionários que desenvolvem o seu trabalho tanto na Madeira como em diversas ilhas dos Açores. Em 2015, a igreja no Funchal tinha como pastor Francisco Ribeiro, contando com a colaboração de David Pocinho.

Bibliog.: BARATA, António C. et al., *Linguas de Fogo: História da Assembleia de Deus em Lisboa*, Lisboa, CAPU, 1999; BASTOS, J., “Novos missionários”, *Novas de Alegria*, dez. 1972, p. 7; BRANCO, Paulo, *Movidos pelo Espírito: Líderes Pentecostais em Portugal (1906-1986) e Suas Convenções (1939-2013)*, Lisboa, CAPU, 2013; COSTA, Felicidade e Manuel, “Madeira”, *Novas de Alegria*, set. 1982, p. 21; *Id.*, “Madeira”, *Novas de Alegria*, out. 1983, pp. 28-29; D. M. R., “Madeira”, *Novas de Alegria*, abr. 2003, p. 39; FARIA, Maria José e José, “Madeira”, *Novas de Alegria*, fev. 1983, p. 28; FIGUEIREDO, António de, “Madeira”, *Novas de Alegria*, out. 1979, p. 18; HIPÓLITO, Alice e J., “Madeira”, *Novas de Alegria*, jul. 1973, p. 20; “Pequenas notícias”, *Novas de Alegria*, abr. 1973, p. 9; PEREIRA, Diniz Alves e Maria de Lourdes, “Madeira”, *Novas de Alegria*, maio 1973, p. 16; *Id.*, “Madeira”, *Novas de Alegria*, fev. 1975,

p. 19; “Regiões autónomas”, *Novas de Alegria*, jun. 2013, p. 48; SYNAN, V., “Pentecostalismo”, in ELWELL, Walter A. (org.), *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*, vol. III, São Paulo, Vida Nova, 1988, pp. 131-135; TRINDADE, Ivone e João, *Novas de Alegria*, dez. 1989, F; TRINDADE, João, “Madeira”, *Novas de Alegria*, fev. 1989, C.

ANTÓNIO COSTA BARATA

Assembleia dos Únicos do Funchal

Em pleno século das luzes advindas da Europa central, a memória estabeleceu-se pelas inúmeras obras literárias, científicas e artísticas legadas pelos homens desse tempo. Esta produção nasce da proliferação de diversas academias de intelectuais e diletantes (escritores, artistas e cientistas) que, desde os finais do séc. XVII, começam a ser criadas pela Europa Ocidental, onde se reúnem ilustres eruditos, personalidades carismáticas, que originam um interessante fenómeno de sociabilidade intelectual, sempre com o propósito do amor ao conhecimento, às letras e às artes.

As formas desta espécie de debate do conhecimento, nas suas variadas faces, foram diversas, desde tertúlias, salões de leitura, botequins, livrarias, bibliotecas, universidades, academias, ou até lojas maçónicas: todas contribuíram para o estabelecimento de verdadeiros centros do conhecimento, institucionalizados ou não, discretos ou não, privados ou não, e criaram espaços dimensionais de relacionamento de indivíduos e de troca de ideias que contribuíram para a crescente crença da primazia da razão, a qual, mais tarde, dará origem ao positivismo. Os espaços de consciencialização do conhecimento humano e, sobretudo, de debate trouxeram uma crescente consciencialização das capacidades humanas na procura de um racionalismo inerente e de uma intensa paixão pela arte. Logo, surge um novo espaço na sociedade intelectual da época, uma sociabilidade do intelectual interagindo em espaços sociais edificados em nome do progresso literário, artístico e científico.

Também em Portugal, as academias apareceram no séc. XVIII, com o propósito de

incrementar a produção artística, literária e científica através do diálogo e troca de ideias entre grupos ligados a estas áreas, numa tentativa quase democrática de debate e exposição ideológica.

Na Madeira, nomeadamente no Funchal, houve a fundação de duas academias, uma de carácter instrutivo e outra de natureza poética: a Assembleia dos Únicos do Funchal (AUF), em 1746, e a Academia Funchalense (AF), em 1794.

A formação da primeira deveu-se ao desejo de contribuir para o ensino da língua materna, uma vez que a sua fixação e o seu ensino, numa primeira fase do povoamento, foram exíguos. Para falarmos de instrução pública na Ilha, devemos consultar os registos da segunda metade do séc. XVIII, como resultado das reformas pombalinas, estendidas e aplicadas ao arquipélago da Madeira. Baseando-se ainda na mesma forma de ensino, após a extinção das escolas da Companhia de Jesus, possuidoras do monopólio da educação, cujo acesso se restringia às classes aristocráticas, foram criadas no Funchal escolas para o ensino de latim, grego, retórica, filosofia e moral.

Restringindo-nos à AUF, o registo de atividade é pouco conhecido, ou até mesmo desconhecido ou irrelevante para a vida da sociedade madeirense, a avaliar pelo escasso número de notícias referentes a esta academia. Sabe-se da sua existência através de um texto autógrafo que possuía o Dr. Álvaro de Azevedo, ilustre professor do Liceu do Funchal e comentador de *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso. Proferido a 15 de maio de 1746 por Francisco João de Vasconcelos Bettencourt, o texto intitula-se “Oração Académica” e é dirigido à AUF, aquando o referido Francisco João de Vasconcelos Bettencourt tomou posse do lugar e foi constituído académico da dita Assembleia. É nas *Saudades da Terra* que vem publicado o excerto final desse discurso.

Bibliog.: FREITAS, Paula, *O Falar de S. Vicente: Descrição do Sistema Vocálico*, São Vicente, Câmara Municipal de São Vicente, 1994; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Typ. Funchalense, 1873; LUÍS, Pedro F. Catarino, *A Academia dos Humildes e Ignorantes (1758-1770): as Letras e as Luzes para o Homem Comum*, Dissertação de Mestrado

em História Moderna apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra, texto policopiado, 2009; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978.

PAULO FIGUEIRA

Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

Nos primórdios do povoamento das ilhas atlânticas que compõem a Região Autónoma da Madeira (RAM), o governo adotado foi o de capitánias, cujo modelo de administração teve fortes envoltentes administrativas e políticas bem demarcadas numa ampla conceção de autonomia.

O primeiro donatário das ilhas, o infante D. Henrique, recebeu essa incumbência em doação feita por seu irmão, Rei D. Duarte, por carta de 26 de setembro de 1433. No seguimento disso, promoveu uma verdadeira divisão administrativa da ilha da Madeira em duas capitánias, com doação da capitania de Machico a Tristão Vaz, a 8 de maio de 1440; e da capitania do Funchal a João Gonçalves Zarco, a 1 de novembro de 1450. Já a capitania do Porto Santo foi doada a Bartolomeu Perestrelo, a 1 de novembro de 1446.

O regime adotado atribuiu aos capitães do donatário e seus descendentes amplos poderes de governação, delegados pelo infante D. Henrique e reconhecidos pelo Rei. O âmbito de tais poderes abrangia atribuições na administração da respetiva capitania, na justiça cível e criminal, bem como em poderes militares. Para a Coroa ficaram reservados a guerra e a paz, a aplicação da pena de morte e todos os poderes que implicassem talhamento de membro, comutação de penas, cunhagem de moeda e criação de municípios, com a justificação de não alienar os poderes reais e de se manter a moeda em circulação no arquipélago.

O poder dos capitães do donatário não foi sempre pacífico nem bem acolhido pelos monarcas. No reinado de D. João II começou a etapa regressiva da autonomia com a política de centralização do poder, e D. Manuel I acentou essa centralização ao incorporar o arquipélago nos bens da Coroa, embora mantendo

as capitánias com os direitos e deveres dos respetivos titulares. A 8 de março de 1497, o último ordenou que os titulares das capitánias não pudessem executar nem cumprir mandatos, sentenças ou perdões sem a sua assinatura. O capitão do Funchal, João Gonçalves da Câmara, contestou aquela medida perante o Monarca, que lhe deu razão por carta de 28 de novembro de 1499.

Com a crise dinástica de 1580 em Portugal e a consequente tomada do poder pelos reis de Castela, a centralização foi ampliada durante 60 anos, passando o arquipélago da Madeira a ser administrado por governadores gerais, a quem os capitães do donatário deviam obediência e submissão, com perda de poderes sobre a administração e no âmbito militar, embora com a manutenção de alguns dos privilégios que aqueles ainda detinham.

A Restauração da Independência de Portugal, em 1640, determinou o período da última machadada nas capitánias e na continuação do poder centralista e absoluto do rei, passando a autoridade superior do arquipélago a ser designada governador e capitão-general, numa rotatividade constante de 36 nomeações para aquele cargo, ao longo dos 180 anos que durou este período até a Revolução Liberal.

Acompanhando a política das grandes reformas administrativas de D. José I, o Reformador, mas com marca pombalina, um decreto de 4 de setembro de 1766 incorporou na Coroa a capitania do Funchal. No ano seguinte, foi a vez da capitania de Machico. E um decreto de 13 de outubro de 1770 extinguiu a capitania do Porto Santo, que também foi incorporada na Coroa. A incorporação destas na Coroa foi seguida da sua transformação em alcaidarias-mores, passando para a Coroa a jurisdição e quase todos os privilégios dos



Fig. 1 – Armas da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (fotografia de Rui Carita, 2013).

donatários, nomeadamente os de nomear ouvidores e oficiais de justiça, câmara, órfãos, almoçatarias. O regime das alcaidarias-mores só vigorou oficialmente até 1832, data coincidente com a proclamação do Governo liberal.

Os senados, que funcionavam nos municípios mais importantes, enviavam procuradores à corte com o fim de tratarem de assuntos de interesse para as câmaras, *e.g.*, os impostos, regalias e fortificações. D. João IV deu uma representação permanente nas Cortes à Madeira, com assento na primeira bancada, por ter sido a primeira colónia que o reconheceu, sendo o senado do Funchal quem elegia esse deputado”.

Mas, com D. Pedro II, o poder do rei aumentou desmesuradamente, deixando de realizar-se as Cortes, e sendo o rei quem tudo decidia.

Entrávamos em plena época do racionalismo e do poder absoluto e despótico quando as capitánias foram extintas, tendo a Piedosa, D. Maria I, por lei de 19 de julho de 1790, acabado para sempre com o regime das donatarias que vigorou ao longo de 350 anos.

A Revolução Liberal, iniciada no Porto em 24 de agosto de 1820, abriu caminho para a era do constitucionalismo, “tendo apenas sido conhecida na Madeira em meados de setembro” (SILVA e MENESES, 1978, I, 288).

A Junta Provisional, saída da fusão dos movimentos liberais revolucionários do Porto e de Lisboa, preparou as primeiras eleições portuguesas, por sufrágio indireto, culminando na formação das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes, reunidas pela primeira vez a 26 de janeiro de 1821. Realizadas no dia 9 de março daquele ano, as Cortes aprovaram as bases da Constituição que serviriam de orientação à nova Constituição, assegurando os direitos individuais do cidadão e a separação dos

poderes: deliberativo para as Cortes, executivo para o rei e os secretários de Estado, e judicial para os juízes.

No dia 23 de setembro de 1822, as Cortes aprovaram aquela que ficou conhecida por Constituição de 1822. Na subscrição do seu texto consta o nome dos três deputados da província da Madeira: Francisco João Moniz, João José de Freitas Aragão e Maurício José de Castelo Branco Manuel.

A expressão “província da Madeira” foi utilizada para indicar a área geográfica de onde provinham os deputados das Cortes, mas o art. 20.º do texto constitucional passou a designá-la por “Ilhas Adjacentes”, ao referir que, na Europa, o “território da Nação Portuguesa é formado pelo reino de Portugal, que se compõe das províncias do Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo, o reino do Algarve, e das Ilhas Adjacentes, Madeira, Porto Santo, e Açores”. O art. 212.º, embora não refira expressamente as ilhas adjacentes, estabelece que “Haverá em cada distrito um administrador geral, nomeado pelo Rei, ouvido o Conselho de Estado. A lei designará os distritos e a duração das suas funções”. O art. 213.º refere que “o Administrador geral será auxiliado no exercício das funções por uma Junta Administrativa. Esta Junta será composta de tantos membros, quantas forem as Câmaras do distrito”.

A Constituição de 1838 prevê, no art. 129.º, que “haverá em cada Distrito administrativo um Magistrado nomeado pelo Rei, uma Junta eletiva e um Conselho de Distrito igualmente eletivo: a lei designará as suas funções respetivas”.

Foi tendo em conta estes preceitos constitucionais que leis ordinárias posteriores definiram novos modelos de administração, nomeadamente para as ilhas adjacentes da Madeira e dos Açores. A designação de governador e capitão-general deu lugar a administrador-geral, cujas funções continuavam a depender da vontade do poder central.

A Carta Constitucional de 1826 e, depois, as Constituições de 1838 e 1911, com suas revisões, mantiveram a designação de “Ilhas

Adjacentes”. Mas a Constituição de 1933 apenas refere “arquipélago da Madeira”.

O princípio da desconcentração e uma ténue descentralização do poder central estavam na base da nova ordem, para além da tradição romana dos municípios, talhados pelo dec. de 16 de maio de 1832, de Mousinho da Silveira, o qual esteve também na génese da criação dos distritos, criados pela lei de 25 de abril de 1835, tendo como representante do poder central o administrador-geral.

A rebelião da intitulada Maria da Fonte, ocorrida no Norte do país, em abril de 1846, motivou a vinda para a Madeira, em setembro daquele ano, do Cons. José Silvestre Ribeiro, que substituiu o administrador-geral, Domingos Olavo Correia de Azevedo, passando o cargo, com o novo titular, a denominar-se governador civil.

Com a inconstância do novo órgão de gestão administrativa dos distritos, com jurisdição em área territorial maior que o município e menor que a província, o dec. de 6 de agosto de 1892, sancionado pelos códigos administrativos de 1895 e 1896, extinguiu as juntas gerais de distrito.

Foi aplicada à Madeira a organização administrativa especial que tinha sido atribuída aos distritos dos Açores pelo dec. de 2 de março de 1895, revisto pela carta de lei de 12 de junho de 1901, ficando consolidado o distrito do Funchal pelo dec. de 8 de agosto de 1901.

Durante os nove anos sem junta geral constituída, funcionou a comissão distrital que era presidida pelo governador civil, da qual fazia ainda parte o auditor administrativo e três vogais eleitos por delegados das câmaras municipais.

O órgão de gestão Junta Geral do Distrito do Funchal (JGDF), cujo modelo de funcionamento era diferente das juntas gerais do continente, era composto por 15 procuradores eleitos pelo povo e contava com representantes das câmaras municipais, elegendo aquele órgão uma comissão executiva de 3 membros. O primeiro presidente da JGDF foi José Leite Monteiro, sendo o primeiro chefe da secretaria Manuel dos Passos Freitas.

Com a Implantação da República, o ideal autonomista madeirense continuou vivo e

foi bastante debatido na Madeira e nos Açores. Entre 1921 e 1923, o poder central foi profusamente contestado nos dois arquipélagos, devido à carga fiscal imposta aos distritos, cujos poderes estavam limitados por tais ónus, sendo ainda afetada a sua vida económica e social.

O projeto de autonomia para os Açores, em 1921, de Francisco d'Atayde, e as opiniões de editoriais da imprensa madeirense, no ano seguinte, fizeram eco nas críticas cerradas ao Governo central. O presidente da JGDF, Fernando Tolentino da Costa, a 9 de novembro de 1922, na sessão de boas-vindas ao Presidente da República António José de Almeida (que, ao regressar do Brasil, fez escala no Funchal), declarou-se formalmente o iniciador de um movimento por uma ampla autonomia. A JGDF, na sua sessão de 3 de novembro daquele ano, deliberou dar conhecimento do movimento autonomista às juntas gerais de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo, a fim de conjugarem esforços nesse sentido. O projeto que Pestana Reis apresentou na reunião da JGDF, a 16 de dezembro de 1922, revela bem a força viva dos ideais autonomistas presente na opinião pública açoreana e madeirense daquela época. Com a mesma temática, a 5 de janeiro de 1923, realizou-se um grande debate entre açoreanos e madeirenses no Terreiro da Luta.

A revolta militar de 28 de maio de 1926 não só instalou no país a ditadura militar, como também lançou a semente do regime ditatorial conhecido por Estado Novo, que durou 48 anos. No plano da autonomia da Madeira, houve algumas mudanças substanciais. Em 16 de fevereiro de 1928, foi publicado o dec. n.º 15.035, que ampliou a autonomia administrativa dos distritos insulares, regulando a constituição, o funcionamento, a competência e as atribuições das juntas gerais do Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Seis meses depois, o dec. 15.805, de 31 de julho, alargou a descentralização governativa, dando às juntas gerais mais poderes, sem que a isso tivessem correspondido mais fundos financeiros.

O dec.-lei n.º 30.214, de 22 de dezembro de 1939, aprovou o estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, depois revisto pelo dec.-lei n.º 31.095, de 31 de dezembro de 1940, em execução da lei n.º 1967, de 30 de abril de 1938, relativo ao Código Administrativo, que enunciava as bases da administração distrital autónoma, com sucessivas alterações em 1941 e 1947.

O estatuto atribuiu ao distrito a qualidade de “pessoa moral de direito público, dotado de autonomia administrativa e financeira”.

O órgão da administração, a Junta Geral, tinha várias atribuições no tocante à administração dos bens, à coordenação económica, às obras públicas, à viação, à educação, à cultura e à polícia, podendo arrecadar receitas provenientes de impostos do Estado. O presidente da Junta Geral era nomeado, por quatro anos, pelo governador civil. Este representava o Governo da República, ficando a seu cargo a “gestão dos interesses políticos e administrativos do Estado, a superintendência na polícia geral e a inspeção e fiscalização tutelar da administração distrital autónoma”. O governador civil tinha poderes para suspender as deliberações da Junta Geral e da comissão executiva quando as “considere gravemente lesivas do interesse geral”. Por delegação ministerial e ouvida a Junta Geral, podia elaborar “regulamentos legislativos sobre quaisquer matérias não reguladas por lei ou decreto, ou quando os regulamentos do Governo não sejam aplicáveis aos distritos autónomos”.

Na vigência do Estado Novo, ocorreram algumas revoltas na Madeira, bem demonstrativas da reação a políticas que afetavam os madeirenses, em geral, ou algumas freguesias. Em 1931, houve a Revolta da Farinha; em 1936, a Revolta do Leite; em 1953, na Calheta, a Revolta da Água, feita apenas por mulheres; em 1962, na Ponta do Sol, a Revolta da Água, com a morte de uma jovem.

O distrito autónomo do Funchal e o seu governador deixaram de existir com a entrada em funções do I Governo regional, em 1 de outubro de 1976, apesar de a secretaria do

distrito autónomo ter sido extinta pelo dec.-lei n.º 485/79, de 15 de dezembro, transitando o respetivo pessoal para os serviços da RAM. Nos três anos de dilação, a secretaria do extinto distrito mais não teve senão a função de uma verdadeira comissão liquidatária do distrito autónomo do Funchal.

A situação política e social portuguesa determinou a execução de ações clandestinas contra o Estado Novo, tendo como principal alvo a Guerra do Ultramar, que se desenvolvia em três frentes, com a mobilização de militares e meios financeiros avultados.

O Movimento das Forças Armadas (MFA), no dia 25 de abril de 1974, fez vingar a Revolução dos Cravos, pondo em execução o seu programa. Das medidas imediatas a tomar, constava a destituição dos governadores dos distritos autónomos nas ilhas adjacentes, cujos assuntos correntes seriam despachados pelos respetivos substitutos legais enquanto não fossem nomeados novos governadores pelo Governo Provisório. Era governador do distrito Daniel Farrajota Rocheta, que, no próprio dia da revolução, foi demitido, com base no dec.-lei n.º 170/74 da Junta de Salvação Nacional. Esta convidou o Ten.-Cor. Carlos Azeredo a ser seu delegado na Madeira, acumulando as funções de comandante militar com as de governador do distrito desde o dia 2 de maio de 1974. Foi substituído por Fernando Rebelo, que tomou posse no dia 12 de agosto daquele ano. Com a demissão de Fernando Rebelo, a 23 de março de 1975, o Brig. Carlos Azeredo retomou as funções de governador civil.

O último governador do distrito autónomo, Carlos Azeredo, acumulou poderes civis e militares; completou a exoneração e nomeação das comissões administrativas das câmaras municipais; presidiu à Junta de Planeamento, criada em março de 1975, passando a tutelar a Junta Geral e a Comissão Regional de Planeamento; presidiu à Junta Administrativa e de Desenvolvimento Regional, abreviadamente designada Junta Regional, criada em fevereiro de 1976, substituindo a Junta de Planeamento, que foi dissolvida.

O modelo de autonomia política e administrativa da Madeira e dos Açores ficou

consagrado na Constituição da República de 1976, aprovada pela Assembleia Constituinte no dia 2 de abril de 1976, entrando em vigor no dia 25 daquele mês e ano.

Foi no período de turbulência política, sentida ao longo do processo revolucionário e no seguimento de dois pactos entre o MFA e os principais partidos políticos, que a Assembleia Constituinte começou a analisar a proposta da 8.ª Comissão Açores e Madeira, contendo o texto relativo a estas regiões. Em 18 de março de 1976, a Assembleia Constituinte começou a analisar o texto da comissão e a fazer as suas declarações de voto relacionadas com aquela proposta. Estava dado o sinal de partida para o inovador modelo de autonomia que viria a ser concluído no dia 25 daquele mês.

O art. 227.º determina que o “regime político-administrativo dos arquipélagos dos Açores e da Madeira fundamenta-se nos condicionaismos geográficos, económicos e sociais e nas históricas aspirações autonomistas das populações insulares”. O fundamento “cultural” não figurava no texto de 1976, apenas foi introduzido na revisão da Constituição de 1982. A autonomia visa “a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social e a promoção e defesa dos interesses regionais, bem como o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses”.

Se o distrito autónomo era uma “pessoa moral de direito público dotada de autonomia administrativa e financeira”, prevista no estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, a Constituição de 1976 define no art. 229.º que “As regiões autónomas são pessoas coletivas de direito público com atribuições a definir nos respetivos estatutos”. Implicitamente, a região autónoma tem autonomia financeira quanto aos seus planos e respetivos financiamentos, bem como a competência exclusiva da Assembleia regional para aprovar o Orçamento e o Plano Económico Regional, para além do poder de criar impostos e aplicar à região os impostos nacionais.

O art. 233.º estabelece órgãos de governo próprio, consubstanciados num órgão

legislativo – a Assembleia regional – e num órgão executivo – o Governo regional. O texto constitucional revisto em 1989 passou a designar a Assembleia regional como Assembleia Legislativa (AL) regional, dando maior dignidade aos poderes do primeiro órgão da autonomia.

Na Constituição da República (CRP) de 1976 e em quase todas as revisões de 1982, 1989, 1992, 1997, 2001, 2004 e 2005, foram consagrados mais poderes para a Região, assim como o aperfeiçoamento de alguns conceitos com reflexo na autonomia, tais como a abolição das designadas “leis gerais da República”, as leis e os decretos-leis, cuja razão de ser envolve a sua aplicação sem reservas a todo o território nacional, a introdução de “matérias de interesse específico”, e a mudança do nome “ministro da República” para o de “representante da República”.

Ao poder legislativo (segundo o art. 229.º) passou a caber legislar em matérias de interesse específico para a Região que não estivessem reservadas à competência dos órgãos de soberania; ter iniciativa legislativa, apresentando propostas de lei à Assembleia da República (AR); pedir autorizações legislativas em matérias de interesse regional; e clarificar competências em matéria fiscal.

No plano regulamentar, a AL passou a ter o poder de regulamentar leis gerais emanadas dos órgãos de soberania que não reservassem para estes o respetivo poder regulamentar. Ao Governo regional passou a competir a regulamentação dos decretos regionais, depois designados decretos legislativos regionais.

A Assembleia regional podia solicitar ao Conselho da Revolução (extinto com a revisão da CRP de 1982) e, depois, ao Tribunal Constitucional, a declaração de inconstitucionalidade de normas jurídicas emanadas dos órgãos de soberania, por violação dos direitos das regiões consagrados na CRP.

Foram introduzidos no texto consitucional outros poderes da Região, tais como: exercer poder tributário próprio nos termos da lei; criar e extinguir autarquias locais, bem como modificar a respetiva área; elevar povoações à

categoria de vilas ou cidades; definir atos ilícitos de mera ordenação social; participar na definição e execução das políticas fiscal, monetária, financeira e cambial, e das relativas às águas territoriais, aos processos da construção europeia, às negociações de tratados; exercer o poder de tutela sobre as autarquias locais; superintender os serviços, institutos públicos e empresas públicas regionais; exercer poder executivo próprio; dispor de receitas fiscais cobradas (depois com o acrescento da expressão “geradas e cobradas”) e outras que sejam atribuídas, afetando-as às suas despesas; elaborar o Plano Económico Regional e participar na elaboração do Plano (nacional); e o poder de cooperação com entidades regionais e estrangeiras e de participação em organizações que visem o diálogo e cooperação interregional, especificamente nas questões europeias e a propósito da existência de regiões periféricas, cabendo aí as questões da chamada “Europa das regiões”.

Na revisão de 1989 foram introduzidas as autorizações legislativas à AL regional, que passou a desenvolver, em função do interesse específico, as leis de bases em matéria não reservada à competência da AR, mas com algumas exceções.

Na revisão de 1997, a Região apenas passou a ter de respeitar os princípios fundamentais das leis gerais da República; e foram aperfeiçoadas algumas matérias tendentes a aumentar as competências regionais, tais como: pedir autorizações legislativas em matérias de interesse regional; clarificação de competências em matéria fiscal; alterações em matéria de fiscalização abstrata da constitucionalidade e da legalidade das normas.

Em matéria de produção legislativa, o art. 229.º prevê na sua alínea b) o poder de legislar sob a autorização da AR.

Um dos artigos da CRP que foi introduzido em 1976, nos princípios fundamentais, e que só foi revogado com a revisão de 1997, foi o 230.º, que prevê limites ao poder das regiões autónomas. Era vedado: “Restringir os direitos legalmente reconhecidos aos trabalhadores”, “Estabelecer restrições ao trânsito de pessoas

e bens entre elas e o restante território nacional, salvo, quanto aos bens, as ditadas por exigências sanitárias” e “Reservar o exercício de qualquer profissão ou acesso a qualquer cargo público aos naturais ou residentes na região”.

A revisão de 2004 acabou com as “leis gerais da República”; e estabeleceu que, com a revisão do estatuto Político-Administrativo da RAM desapareceria o conceito de “matérias de interesse específico”, descritas no art. 40.º do estatuto.

O art. 228.º da CRP de 1976 estabelece que “os projetos de estatutos político-administrativos das regiões autónomas serão elaborados pelas assembleias regionais e enviados para discussão e aprovação à Assembleia da República. Se a Assembleia da República rejeitar o projeto ou lhe introduzir alterações, remetê-lo-á à respetiva assembleia regional para apreciação e emissão de parecer”, princípio de iniciativa que se mantém.

O art. 302.º determina que “Até 30 de Abril de 1976, o Governo, mediante proposta das Juntas Regionais, elaborará por decreto-lei, sancionado pelo Conselho da Revolução, estatutos provisórios para as regiões autónomas, bem como a lei eleitoral para as primeiras assembleias regionais. Os estatutos provisórios das regiões autónomas estarão em vigor até serem promulgados os estatutos definitivos, a elaborar nos termos da Constituição”.

O Estatuto Provisório, aprovado pelo dec.-lei n.º 318-D/76, de 30 de abril, vigorou durante 15 anos, depois de ter sofrido alteração em 8 artigos pelo dec.-lei n.º 427-F/76, de 1 de junho.

A Junta Regional, na primeira das quatro reuniões extraordinárias, realizada no dia 26 de abril de 1976, apreciou o projeto de estatuto que foi elaborado com base em projetos regionais de partidos e no projeto de Estatuto para a região dos Açores.

O projeto foi redigido por Fernando Rebelo, a quem a Junta Regional o encomendou por deliberação na reunião ordinária realizada no dia 13 de abril. A ata correspondente refere que não foi dada divulgação a tal documento devido ao limite de tempo curto para essa apreciação, e porque o Presidente da República (PR) pedira urgência. Na sequência disso, o

projeto foi aprovado pelo Conselho da Revolução e promulgado pelo PR em 30 de abril, data em que foi publicado no 3.º suplemento do *Diário da República*.

O Estatuto Provisório vigorou até ser publicado o Estatuto Definitivo, aprovado pela lei n.º 13/91, de 5 de junho, tendo sido alterado pela lei n.º 130/99, de 21 de agosto, aprovada por unanimidade na AL da Madeira e na AR.

De outras iniciativas levadas a efeito durante a vigência do Estatuto Provisório e do Estatuto Definitivo, apenas fazem parte as vicissitudes da história deste instrumento legal paraconstitucional que rege a autonomia da RAM.

O n.º 1 do art. 302.º da CRP de 1976 determina que “As primeiras eleições para as assembleias das regiões autónomas realizar-se-ão até 30 de junho de 1976, em data a marcar pelo Presidente da República em exercício, nos termos da lei eleitoral aplicável”.

O primeiro sistema eleitoral regulador da eleição dos deputados para a Assembleia regional foi consagrado pelo dec.-lei n.º 318-E/76, de 30 de abril, estando em consonância com o Estatuto Provisório. Foram estabelecidos 11 círculos eleitorais, cada um correspondendo ao município; sem definir número máximo de deputados por cada círculo, apenas era eleito 1 deputado por cada 3500 eleitores ou fração superior a 1750, resultando que os círculos do Porto Moniz e do Porto Santo apenas elegiam 1 deputado cada um, ferindo o princípio da proporcionalidade. A partir da alteração da lei eleitoral, pela lei orgânica n.º 1/2000, de 21 de junho, cada um daqueles círculos passou a eleger 2 deputados.

Com a alteração da lei eleitoral, a partir das eleições de 2007 a Região constituiu um único círculo eleitoral, fixando o número máximo de deputados em 47. Na primeira legislatura o número de deputados foi 41, sendo 44, 50, 53, 57, 59, 61 e 68, respetivamente, nas eleições de 1980, 1984, 1988, 1992, 1996, 2000 e 2004.

O primeiro ato eleitoral realizou-se no dia 27 de junho de 1976, marcando o início da nova fase da vida autonómica da Madeira. Marco da história regional, o novel parlamento abriria a esperança de que viria um



Fig. 2 – Edifício da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, projeto do Arqt. Chorão Ramalho, 1987 (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

futuro melhor para a Madeira, como pôde congratular-se o Brig. Carlos Azeredo ao afirmar ao *Diário de Notícias* (Madeira) de 28 de junho de 1976: “As eleições neste Distrito, de uma maneira geral, decorreram muito bem. Portanto mais uma vez os madeirenses estão de parabéns. Tudo se processou em paz, em ambiente de calma, e, com exceção de alguns casos pontuais, tudo se caracterizou pela melhor ordem”.

A Assembleia regional reuniu pela primeira vez em cerimónia de abertura no dia 19 de julho de 1976, no salão nobre do edifício da Av. Zarco, sede da Junta Geral, iniciando-se a primeira sessão legislativa da primeira legislatura, sendo presidente da Assembleia regional Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues, que declarou: “Em nome de Sua Excelência o Presidente da República, representado pelo senhor presidente da Junta Regional da Madeira, declaro aberta esta sessão inaugural”.

O Diário da Assembleia regional relativo àquela cerimónia transcreve o texto da mensagem à Assembleia regional e a todos os madeirenses lida pelo presidente da Junta regional, em nome do PR, bem como o discurso do presidente da Assembleia regional.

Do discurso do presidente da Junta regional transcrevemos a seguinte passagem: “Foi há mais de meio milénio já, que a Raça Humana, através da ousada Gente Portuguesa, descobriu e ocupou estas Ilhas; desde então, a par dessa gesta imensa, dessa epopeia heroica que o Madeirense plasmou na paisagem grandiosa desta Terra com o trabalho das suas próprias mãos, desde então desabrochou no coração deste povo o anseio de uma legítima autonomia, que a história, a geografia e condicionamentos próprios tornavam necessária. E na verdade ela foi quase desde o início concedida aos Capitães Donatários que, com o decorrer dos tempos e sem um poder moderador limitativo, acabaram por a usar de modo absoluto em proveito próprio, impondo à população morigerada e laboriosa ‘incríveis vexames de toda a espécie’, como se conhece no dizer de um velho historiador da Madeira”.

O discurso do presidente da Assembleia regional salienta: “Esta Assembleia Regional é, precisamente, um dos instrumentos que permitirá modificar as estruturas da sociedade em que vivemos. Mas é evidente que tal instrumento só encontrará a sua verdadeira razão de existir enquanto estiver ao serviço de todos os

membros desta sociedade, sobretudo daqueles que, constituindo a maioria da população, têm sido sistematicamente esquecidos mas que, pacientemente, aguardam a sua oportunidade, agora com redobrada e justificada esperança. O Estatuto e a legislação regional que sairão desta Assembleia têm que apontar necessariamente para esta maioria sofredora e desprotegida, têm que ir ao encontro dos seus reais e concretos problemas, particularmente visíveis nos domínios da educação, saúde, habitação e segurança social”.

Para um regular e eficaz funcionamento da Assembleia regional tornou-se exigível preparar e aprovar um regimento, tendo sido o primeiro aprovado pela resolução n.º 1/76 no dia 6 de outubro e publicado no *Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira*, série I, n.º 1, 4.º suplemento, de 29 de novembro de 1977.

Com 218 artigos, o regimento regula aspetos do estatuto dos deputados e poderes dos grupos parlamentares, assim como outros aspetos relativos à conferência dos respetivos presidentes, adaptando as normas que constam do Estatuto Provisório. Estabelece também as regras da composição e eleição da mesa da Assembleia, e quais os poderes do presidente e dos demais órgãos, nomeadamente dos funcionários. Contém ainda disposições quanto às competências e ao funcionamento das comissões especializadas permanentes e eventuais, constituindo, com carácter permanente, as de Política Geral; Planeamento, Finanças e Comércio; Trabalho; Assuntos Sociais e Saúde; Educação e Cultura; Agricultura, Indústria e Pescas; Equipamento Social. Prevê também a criação do Diário da Assembleia regional, as regras sobre os processos legislativos comum e especial, abrangendo este último o estatuto político e administrativo, o orçamento e as contas, e as propostas de lei à AR. Regula ainda as moções de confiança e de censura ao Governo regional, as perguntas que podem ser feitas ao Governo regional, as petições, os inquéritos, a consulta aos órgãos de soberania, a designação de titulares de cargos exteriores e os processos de urgência.

Ao primeiro regimento foram introduzidas as primeiras alterações em 1987 e, daí em diante,

mais cerca de uma dúzia, cada qual para adaptações às circunstâncias práticas e políticas que foram surgindo.

Outro instrumento legal imprescindível ao funcionamento da AL é a lei orgânica, que é aprovada por decreto legislativo, tendo a primeira orgânica sido aprovada pelo dec. regional n.º 4/77M, de 1 de março, publicado no *Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira*, série I, n.º 1, de 29 de novembro. A partir da primeira orgânica, uma série de decretos legislativos regionais procedeu a sucessivas alterações.

O dispositivo legal da orgânica da Assembleia diz respeito, entre outros, à estrutura de funcionamento e ao quadro de pessoal e respetivo financiamento; à definição e composição dos órgãos internos; às normas definidoras do financiamento da Assembleia e dos grupos parlamentares; aos locais de trabalho para os grupos parlamentares, bem como ao pessoal técnico e administrativo da sua confiança.

Desde o Estatuto Provisório que são definidas regras relacionadas com a constituição, a responsabilidade, as competências e o funcionamento do Governo regional. O art. 29.º refere que “O Governo Regional é formado pelo Presidente, pelos Secretários regionais e pelos Subsecretários regionais, se os houver”. E o art. 33.º elenca um vasto leque de competências próprias de um órgão executivo, constando em primeiro lugar a competência de “Conduzir a política da Região, defendendo a legalidade democrática”.

A primeira estrutura orgânica do futuro Governo regional foi aprovada pela Assembleia regional, em 21 de julho de 1976, publicada sob a forma de dec. regional n.º 1/76, daquela data, e assinado em 16 de setembro pelo ministro da República, Lino Dias Miguel.

O art. 1.º estabelece o número de secretarias regionais a ter em conta, tais como: as do Planeamento, das Finanças e do Comércio; a do Equipamento Social, dos Transportes e das Comunicações; a dos Assuntos Sociais e da Saúde; a do Trabalho; a da Educação e Cultura. Mas o Governo regional ficou com a competência legal para, dentro da sua estrutura, “solucionar

qualquer problema que se prenda com a dependência de qualquer serviço público”.

O dia 1 de outubro de 1976 marca a data do pleno funcionamento dos dois órgãos da nova etapa da autonomia da Madeira, com a entrada em funções do I Governo regional, da presidência de Jaime Ornelas Camacho.

No período da primeira legislatura da Assembleia regional (1976-1980), tiveram lugar dois governos sem que tivessem ocorrido eleições intercalares. Em 17 de março de 1978, deu-se a substituição do presidente do Governo em funções por Alberto João Cardoso Jardim, o que implicou a demissão dos secretários regionais. Nas eleições de 2015, passou a ser presidente do Governo Miguel Albuquerque.

O art. 39.º do Estatuto Provisório estabelece a existência na Madeira de um ministro da República, como representante da soberania da República, referindo no n.º 1 que “O Ministro da República é nomeado pelo Presidente da República, sob proposta do Primeiro-Ministro, ouvido o Conselho da Revolução”. O número dois estabelece que, nas suas ausências e impedimentos, é substituído pelo presidente da Assembleia regional.

No âmbito das suas competências, assina e manda publicar os decretos regionais e os decretos regulamentares regionais, para além de, entre outras, nomear e exonerar o presidente do Governo regional e os secretários regionais.

Ao longo do processo das revisões da CRP, o ministro da República não só passou a designar-se representante da República, como também perdeu muitas competências, passando a pouco mais do que assinar e mandar publicar os decretos, bem como pedir ao Tribunal Constitucional a fiscalização da constitucionalidade e legalidade dos mesmos.

Bibliog.: *Diário de Notícias*, Funchal, 28 jun. 1976; GOUVEIA, José Gregório, *Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, Funchal, ed. do Autor, 2002; *Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira*, sér. 1, n.º 1, 29 nov. 1977; PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 3.ª ed., 2 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1967-1968; SARMENTO, Alberto Artur, *Corografia Elementar do Arquipélago da Madeira*, 2.ª ed., Funchal, Typ. Esperança, 1936; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978.

JOSÉ GREGÓRIO GOUVEIA

Associação Académica da Universidade da Madeira

A Associação Académica da Universidade da Madeira (AAUMa) foi criada a 10 de dezembro de 1991 com o intuito de responder às necessidades dos estudantes, sendo a estrutura representativa e comunitária dos estudantes da Universidade da Madeira (UMA). É uma instituição privada, sem fins lucrativos, que foi reconhecida em 2006 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; está inscrita no Registo Nacional do Associativismo Jovem do Instituto Português do Desporto e Juventude e possui, desde 2010, o estatuto de instituição de utilidade pública.

Os primeiros órgãos sociais – liderados por Jorge Carvalho como presidente da direção, Deodato Rodrigues como presidente da mesa da assembleia geral e António Cunha como presidente do conselho fiscal – foram eleitos por 416 estudantes, tomando posse a 9 de janeiro de 1992.

Diversas atividades foram desenvolvidas no sentido de consolidar uma estrutura estudantil única na Madeira, que representasse os estudantes da UMA. O registo legal, a idealização do logotipo, a organização de festividades e de colóquios aquando do Dia Nacional do Estudante, a participação em provas desportivas regionais e nacionais são disso exemplo. Para fazer cumprir algumas das promessas eleitorais, foi necessário “adquirir uma máquina de encadernação, formar uma tuna, adquirir um computador, fomentar a participação dos estudantes no grupo de teatro, realizar um festival de tunas e participar nas competições desportivas interuniversitárias” (Arquivo da AAUMa, *Livro de Actas da Direcção...*, 16 jan. 1993, s.p.).

A 14 de janeiro de 1994 foi eleita, para mais um mandato, a equipa liderada por Jorge Carvalho na direção, com Deodato Rodrigues na mesa da assembleia geral e Ricardo Félix no conselho fiscal, tomando posse a 2 de fevereiro do mesmo ano. O apoio ao estudante e a organização de colóquios, de conferências e de fóruns de discussão sobre assuntos relacionados com o ensino superior e com a UMA e a sua

oferta formativa foram as principais preocupações da equipa.

O segundo mandato da equipa liderada por Jorge Carvalho terminou com o I Encontro de Estudantes Madeirenses do Ensino Superior, no qual, durante dois dias, se discutiram questões sobre o ensino de qualidade e a formação de profissionais de excelência em Portugal.

A 19 de janeiro de 1996 tomavam posse os novos corpos sociais da AAUMa, liderados por Vítor Freitas como presidente da mesa da assembleia geral, Orlando Oliveira como presidente do conselho fiscal e Eduardo Marques como presidente da direção, cargo que manteve até 18 de dezembro do mesmo ano, data em que trocou de lugar com a vice-presidente, Natércia Silva. É com esta equipa que se institui, pela primeira vez, a Semana do Caruncho e o Corte das Fitas (até então, designados de Semana Académica e Queima das Fitas), o primeiro código de praxe e comissão de praxe, a primeira publicação do jornal (*Parenthesis*), a 14 de maio de 1996, e a aposta no desporto e na contratação de bandas nacionais e regionais para celebrar o adeus aos finalistas e a receção dos novos estudantes da UMa.

A 6 de março de 1998 tomavam posse Sara André Serrado, como presidente da direção, Paulo Santos, como presidente da mesa da assembleia geral, e José Costa, como presidente do conselho fiscal. Uma das primeiras preocupações foi a alteração estatutária e a regulação da praxe na UMa, modificando para tal o código de praxe em vigor e criando a comissão de veteranos.

Seria, contudo, na direção seguinte, liderada por Clara Freitas, que as questões da praxe ficariam desvinculadas da AAUMa, por deliberação da reunião geral de alunos. Eleita por dois mandatos – a 19 de janeiro de 2001 e a 20 de fevereiro de 2003 –, Clara Freitas vê o último mandato terminar de forma abrupta. A direção acaba por ser exonerada, pois o pedido de demissão apresentado pela maioria dos membros dos órgãos sociais inviabiliza a continuidade da restante equipa na liderança da AAUMa. No entanto, e enquanto os corpos sociais desta direção estiveram ao serviço dos estudantes, as

questões desportivas, de ação social, culturais e recreativas foram as suas principais bandeiras.

A 23 de abril de 2004 é eleita a equipa de Marcos Pestana, que encontra uma estrutura associativa com uma situação financeira instável, parca de recursos e com uma credibilidade reduzida, o que acabou por dificultar grande parte do trabalho a que se havia proposto. A aposta no desporto universitário e na tradição académica da UMa foi, contudo, concretizada.

A 8 de março de 2006 aquela dá lugar à equipa de Luís Eduardo Nicolau, que viria a ser, pelo menos até 2016, o presidente com maior longevidade à frente dos destinos da AAUMa, com três mandatos (14 de março de 2006, 21 de abril de 2008 e 3 de novembro de 2010) e três equipas diferentes (lideradas por André Dória, Andreia Micaela Nascimento e Rúben Sousa como presidentes da mesa da reunião geral de alunos e por Pedro Olim, Tiago Seixas e Gonçalo Camacho como presidentes do conselho fiscal).

A implementação do processo de Bolonha e do regime de prescrições na UMa foi uma das primeiras preocupações desta equipa. Nestes anos são criados vários projetos, muitos dos quais se mantêm durante vários anos. Uma publicação mensal, a emissão de programas de rádio e de televisão, um projeto de solidariedade social, um grupo de fados de Coimbra, um centro de explicações para o ensino básico, secundário e superior, o acolhimento de estágios curriculares e pedagógicos diversos, as lojas Gaudeamus e os projetos de valorização e de preservação do património histórico regional são alguns exemplos. Deve ainda enfatizar-se a participação da AAUMa no primeiro conselho de leitores do *Diário de Notícias* (Madeira), no Conselho de Cultura da UMa e no Observatório do Emprego e Formação Profissional da UMa. É no último mandato de Luís Eduardo Nicolau que, por decisão dos estudantes presentes na assembleia geral de 4 de março de 2010, se decide laurear, com o título de associado honorário, D. António Carrilho, bispo da Diocese do Funchal, José Manuel Castanheira da Costa, então reitor, Jorge Carvalho, Marco

Faria, Idalécio Antunes, Andreia Micaela Nascimento, Carlos Diogo Pereira e a Tuna Universitária da Madeira.

Em outubro de 2012, João Francisco Baptista assume a presidência, formando equipa com Vitor Andrade, como presidente da mesa da reunião geral de alunos, e com Nuno Rodrigues, como presidente do conselho fiscal; em outubro de 2014, é reeleito, tendo Ricardo Martins como presidente da mesa da assembleia geral de alunos e Nuno Rodrigues como presidente do conselho fiscal.

No decorrer dos seus mandatos, salientam-se a continuidade e o crescimento de alguns projetos já existentes, o início da Imprensa Académica, linha editorial da AAUMa, a criação de projetos de apoio social destinados aos estudantes da UMa (a bolsa de alimentação, a bolsa escolar e a bolsa LER), o apoio ao estudante, o ateliê de férias Doutorecos, a dinamização de projetos de interesse turístico e cultural e o reconhecimento, pela União Europeia, da AAUMa enquanto entidade de acolhimento e de envio de voluntários pelo Serviço Voluntário Europeu.

A cultura, o desporto, o apoio ao estudante (presencial, telefónico e remoto), a tradição, a ciência, a investigação, a empregabilidade, a formação e a cidadania ativa e responsável voltam a ser as prioridades de uma estrutura que cresceu e que representa a UMa e todos os estudantes que nela são formados.

Bibliog.: manuscrita e datilografada: Arquivo da AAUMa, *Livro de Actas da Assembleia Geral de Alunos da UMa*, n.º 1, ata n.º 28, 14 out. 1998, pp. 20v.-21; *Ibid.*, *Livro de Actas da Direcção da Associação Académica da UMa*, n.º 1, ata n.º 6, 16 jan. 1993, s.p.; ata n.º 39, 19 jun. 1996, s.p.; **impresa:** ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DA UNIVERSIDADE DA MADEIRA, “Breve história, estrutura e missão da Associação Académica da Universidade da Madeira”, in VERÍSSIMO, Nelson, e SANTOS, Thierry Proença dos (coords.), *Universidade da Madeira. 25 Anos*, Funchal, Universidade da Madeira, 2015, pp. 85-100; (Parenthesis), 14 maio 1996.

ANDREIA MICAELA NASCIMENTO

Associação Artística de Educação pela Arte na Madeira

“Não surgimos ao acaso, mas de um acaso. Mas como de acaso nada surge, dizemos que surgimos por acaso. Estranha esta forma de

intervir... surgindo. Fomos *Trans(form)art*, Projeto Artístico de Teatro-Dança. Apresentámo-nos diversas vezes para nos darmos a conhecer ao público. ‘Hoje’ já não somos mais projeto artístico. Somos Associação Artística de Educação pela Arte na Madeira. Organizados e juridicamente creditados, propomo-nos trabalhar em prol daquilo em que acreditamos:

“Construir com arte, através da arte – trabalhar pela ARTE!”

Este foi o pequeno texto que durante nove anos acompanhou os trabalhos da Associação Artística de Educação pela Arte na Madeira (AAEAM).

Nasceu como associação a 19 de setembro de 2003, depois de um grupo de amigos, liderado por Teresa Norton, ter decidido organizar-se e formalizar um projeto que já tinha um curto percurso curricular. Este projeto, de seu nome *Trans(form)art*, passou a ser o rosto “transformado em *performance*” dos trabalhos que, no seio da organização, se iam desenvolvendo. Como projeto artístico de teatro-dança, propunha-se vivificar o desenvolvimento daquela expressão artística na Região Autónoma da Madeira, constituindo-se em mais um contributo para reforçar o que já se fazia na Região em termos de teatro e de dança, afirmando-se pela especificidade da sua linha de exploração e ação.

No seu percurso, a AAEAM e o *Trans(form)art* empenharam-se em desenvolver atividades no âmbito da educação pela arte, relevando não só a complementaridade educacional que os seus projetos poderiam constituir, mas também a vontade de poder contribuir para a criação de novos públicos. Acreditando poder fazer parte de um processo de consciencialização da importância da educação artística na formação do indivíduo enquanto ser criativo, a AAEAM prosseguiu o seu trabalho na educação e reeducação através das diferentes expressões artísticas, ajudando a operar mudanças e contribuindo para o crescimento do sentido de responsabilidade, de autodisciplina, de humildade, de diálogo e de partilha. Muito embora a sua atividade tenha sido ampla na área da formação de *performers* e seus públicos, houve projetos sociais, como o

Educação pela Arte no Estabelecimento Prisional do Funchal e os *ateliers* de expressões nos bairros Quinta Josefina e Quinta Falcão, que ajudaram a AAEAM a crescer.

O primeiro surgiu como complemento à atividade de educação dramática desenvolvida por Paula Erra no Estabelecimento Prisional do Funchal desde setembro de 1996. A existência de outras expressões artísticas para além do teatro possibilitou a participação de um maior número de utentes, contribuindo não só para que se imprimisse naquele espaço uma dinâmica cultural mais alargada, mas também para a reabilitação e reinserção de pessoas que em determinado período da vida se encontraram privadas de liberdade.

O segundo aconteceu nos anos letivos de 2003-2004 e 2004-2005, com a colaboração da Escola Profissional Atlântico, com a qual a AAEAM tinha um protocolo de colaboração. Implementado no terreno como projeto-piloto e experimental, resultou de uma parceria entre esta associação e a Associação do Desenvolvimento Comunitário do Funchal. Teve como pressupostos demonstrar a importância que as manifestações artísticas e culturais podem assumir no quotidiano de cada indivíduo e que mudanças podem operar. Naquele contexto, educar pela arte não foi mais do que, numa estreita relação com o restante trabalho já desenvolvido, aplicar as ferramentas existentes. Ali também importou a vontade de cada um em ajudar o outro a crescer, contribuindo para um melhor mundo de ambos, passando a (re)conhecer o papel das artes nesse seu pequeno/ grande espaço.

Para se compreender a atividade desenvolvida por esta Associação e a sua equipa, a par da especificidade dos projetos acima mencionados, importa reconhecer a sua atividade formativa, diária e em período pós-laboral, com aulas de barra no chão, expressão dramática e movimento, e os *ateliers* para os mais novos que se iniciaram com a parceria entre a AAEAM e o Madeira Magic (Grupo Pestana). Estes *ateliers* foram idealizados e conduzidos pelo associado honorário Renato Nóbrega. Da atividade da AAEAM foram depois rosto pelo Trans(form)art as

produções que abaixo se enunciam, salvo as exceções mencionadas de coautorias e outras, com encenação de Paula Erra e coreografia de Teresa Norton, profissionais residentes:

2008: *Pura Sensação*, dueto apresentado na festa de encerramento do FUTUP (Torneio de Futebol das Ultra Periferias promovido pelo Estabelecimento Prisional do Funchal); *Nu Corpo, a Inquietação*, que estreou no auditório da RDP-Madeira, no Funchal, em abril.

2007: *Nu Corpo, a Inquietação*, apontamento apresentado em antestreia no Funchal, no encerramento da V Feira das Vontades; *Max Eternidades*, coreografia apresentada na festa de abertura do desporto escolar, na Feira da Igualdade na Diversidade e na festa de encerramento do FUTUP.

2006: *Try Outs*, experimentações em forma de espetáculo em que às autoras se juntaram Paulo Oliveira e restantes elementos do *Trans(form)art*; *Kalinka*, coreografia para a festa de abertura do desporto escolar; *Fragmentos*, com dramaturgia de Paula Erra para textos de Laurinda Alves, encenação de Paula Erra e Teresa Norton e coreografia de Teresa Norton.

2005: *Reencontro com... e 3+e3+e3*, coreografias integradas na III Feira das Vontades (reposição adaptada); *Dás-me Um Bombom?*, adaptação do texto original de Fernando Mascarenhas Augusto, *Andou Um Anjo p'lo Cais*, e conceção do espetáculo de Paula Erra, Paulo Oliveira e Teresa Norton, encenação de Paula Erra e Teresa Norton e coreografia de Teresa Norton, estreou em Machico; *Reencontro com...*, coreografia com participação especial de Dulce Pontes no auditório da RDP-Madeira; *3+e3+e3*, coreografia de Teresa Norton e alunos da Escola Profissional Atlântico.

2004: *Laços em Solidão*, um trabalho em parceria com o grupo de teatro Experimentar Sentir do Estabelecimento Prisional do Funchal, sob a orientação de Paula Erra, baseado no texto *É Urgente o Amor*, de Luís Francisco Rebelo; *Dormir sem Adormecer*, um trabalho em parceria com o grupo de teatro Experimentar Sentir, sob a orientação de Paula Erra, baseado em *António Marinheiro*, de Bernardo Santareno, adaptado e encenado por Paula Erra,

com movimento coreográfico de Teresa Norton; *Contrariedades*, coreografia para a II Feira das Vontades, reposta em *3+e3+e3*; *A Limpar É Que a Gente Se Entende*, sketch humorístico da autoria de Avelina Macedo e Paula Erra; *Amor a Portugal*, coreografia para a festa de abertura do desporto escolar; *Pierrot e Arlequim*, *Personagens de Teatro*, texto de Almada Negreiros com adaptação e coreografia de Teresa Norton; *Riscos*, poemas e textos de Federico García Lorca e Gonçalo Tavares, encenação e coreografia de Teresa Norton.

2003: *Nós, os Outros e Cada Um de Nós*, coreografia de Teresa Norton para a I Feira das Vontades; *A Verdade e o Sangue*, poemas e textos de Federico García Lorca, encenação e coreografia de Teresa Norton; *Verde Que Tè Quero Verde*, poemas de Federico García Lorca e Carlos Mendonça, encenação de Teresa Norton e Carlos Mendonça.

2002: *E Se Um Dia Qualquer Nós Fôramos assim*, coreografia de Teresa Norton, participação no 3.º Festival de Arte, Criatividade e Recreação e no ERGTEATRO/2002; *Sermos Gémeos, Seres Génios*, adaptação do texto de Helena Freitas, coreografia de Teresa Norton e participação no ERGTERATRO/2002.

A AAEAM assinou protocolos de cooperação com a Escola Profissional Atlântico, o Estabelecimento Prisional do Funchal, o Madeira Magic (Grupo Pestana) e a Livraria Nobel (Ajuda-Funchal). Na sua página da Internet, promoveu as seguintes publicações digitais: *Newsletter AM-Arte* – bimensal (mar. 2007-nov. 2008) e *Boletim AM-Arte* (2009).

Foram associados fundadores: Teresa Norton, Paula Erra, Isabel Rodrigues, Paulo Oliveira e Diva Castro, na direção; Cristina Ferreira, António Carvalho e Rita Marinho, no conselho fiscal; João Castro, Carlos Aveiro e Vera Henriques, na assembleia geral. Foram associados honorários: António Laginha (dança), Carlos Mendonça (teatro), Dulce Pontes (música), Eunice Muñoz (teatro), Fernando Augusto (teatro), Simone de Oliveira (música) e Victor Costa (música). A estes juntaram-se associados cuja dedicação se destacou, como Cristina Viúla e Renato

Nóbrega. Ficou desde o primeiro momento ligado à história da AAEAM o informático e *webdesigner* Leonel da Palma, falecido em julho de 2013.

Em nove anos de percurso efetivo, nunca a associação conseguiu a cedência de um espaço onde pudesse desenvolver a sua atividade, criando e ajudando a criar dinâmicas além da sua própria fronteira. Este, entre outros fatores, determinou a opção de encerramento de atividade, tomada em assembleia geral em 2012. O seu trabalho foi disponibilizado *online* e em 2014 podia ser consultado em www.tnortondias.com/aaeamadeira.

Nota: esta entrada foi elaborada com base na consulta do arquivo da AAEAM.

TERESA NORTON DIAS

Associação Cristã da Mocidade da Madeira

A Associação Cristã da Mocidade, também conhecida por Movimento Acemista, é uma agremiação juvenil cristã fundada em 6 de junho de 1844 por *sir* George Williams sob a designação inglesa de Young Men's Christian Association (YMCA), estando sediada em Genebra, na Suíça.

A Associação nasceu no contexto da Revolução Industrial britânica e da tomada de consciência por parte de George Williams, ele próprio um pequeno industrial, da precária qualidade de vida de milhares de jovens ingleses que viviam explorados pelas empresas em que trabalhavam, sem forma de cultivarem uma vida saudável, tanto a nível espiritual como físico. Neste sentido, o Movimento promovia e sensibilizava para a necessidade de elevar a qualidade de vida dos jovens, assente nos princípios cristológicos, promovendo junto destes o desenvolvimento do corpo, da mente e do espírito sãos.

A Associação, ainda durante o séc. XIX e princípios do séc. XX, ultrapassou fronteiras, tornando-se num fenómeno à escala global. No início do séc. XXI, estava presente em mais de 90 países, auxiliando milhões de jovens através de centros locais que promoviam

a solidariedade e a cidadania, tendo como uma das principais vias/atividades a prática desportiva.

A Associação Cristã da Mocidade inaugurou a primeira sede em Portugal a 19 de maio de 1898, em Lisboa. Coimbra seguiu depois o exemplo em 1918. Ao longo do séc. xx, o Movimento Acemista ganhou outras sedes, nomeadamente em Setúbal, em Castelo Branco e na freguesia da Terra Chã, na ilha Terceira, nos Açores.

Na ilha da Madeira, a Associação está sediada no Funchal, tendo sido fundada já no período democrático, a 26 de abril de 1977, com estatutos revistos a 4 de março de 1987. Vítor Morais foi reeleito para presidir aos destinos da Associação no triénio de 2018-2021. A Associação Cristã da Mocidade da Madeira tem como principal atividade desportiva a prática do ténis de mesa.

Bibliog.: **manuscrita:** ABM, Associações, Corporações de Culto, Confrarias e Outras Associações Religiosas (procedência Direção Regional da Administração Pública), Associação Cristã da Mocidade Portuguesa, cx. 2, n.º 16, 1987; **digital:** World YMCA, s.d.: <http://www.ymca.int/> (acedido a 14 ago. 2018); *The YMCA Blue Book. World YMCA Movement in Review*, Geneva, World Alliance of YMCAs, 2012: http://www.ymca.int/uploads/media/The_YMCA_Blue_Book_02.pdf (acedido a 14 ago. 2018).

CARLOS BARRADAS

Associação Cultural Encontros da Eira

A Associação Cultural Encontros da Eira (ACEE) foi fundada na freguesia da Camacha, concelho de Santa Cruz, pela iniciativa de dois amigos naturais daquela localidade, João Barreto e Jorge de Sousa (presidente da Associação e um dos seus principais impulsionadores), pois sentiam existir ali uma lacuna no âmbito da investigação etnográfica. Surgiu, assim, a ideia de criar uma entidade que se dedicasse à recolha, recuperação e divulgação da música tradicional madeirense, projeto que decidiram levar a cabo.

Considerada instituição de utilidade pública pela resolução do Governo Regional da Madeira n.º 345/2001 de 5 de abril, a ACEE, com sede ao Sítio da Igreja, vila da Camacha, concelho de

Santa Cruz, teve a sua primeira reunião na Casa do Povo da Camacha, no dia 12 de novembro de 1995. Juntaram-se nove amigos com o intuito de formar um grupo de música popular portuguesa, projeto iniciado no ano seguinte, a título experimental, com 16 elementos. Em 1997, a 21 de março, o grupo recém-formado, denominado Encontros da Eira, apresenta-se ao público, agora constituído por oito elementos, num encontro de música popular realizado na Escola Secundária Dr. Ângelo da Silva, no Funchal. A partir de então, o conjunto Encontros da Eira iniciou uma importante dinâmica no sector etnográfico e cultural madeirense, quer através da sua presença em eventos culturais, produzidos dentro e fora da região, quer pela participação em programas televisivos e radiofónicos, além das muitas referências em órgãos da imprensa nacional e internacional. Cumprindo por diversos meios o propósito de dar a conhecer a música tradicional da Madeira, o agrupamento de cariz tradicional tornou-se a face mais visível da associação com o mesmo nome.

De entre a atividade do grupo, que tem sido reformulado ao longo dos anos, com a saída e entrada de elementos, destaca-se a participação em centenas de concertos, festivais de música e outros eventos culturais, realizados na Madeira, nos Açores, em Portugal continental (Lisboa, Porto, Algarve, Alentejo, Ribatejo e Vila Real) e também no estrangeiro (França, Inglaterra e Venezuela). Salientam-se, as atuações no Festival Internacional de Música Popular da Golegã, Santarém (1998); Festival de Música Popular “Açor das Ilhas”, em S. Miguel, Açores (2000); Festival Internacional de Música Tradicional de Alte, Algarve (2000); Festival de Música Popular de Baguim do Monte, Gondomar (2003); xvii Festival Intercéltico do Porto (2008), entre as numerosas atuações em festividades promovidas nas ilhas da Madeira e do Porto Santo.

Em 1998, participam com dois temas (“Mourisca” e “A maré está cheia”) na antologia de música tradicional madeirense organizada pela editora Almasud Records e pela Associação Xarabanda, com o apoio do pavilhão da Madeira para a Expo 98. No mesmo ano, é lançado o

primeiro álbum, intitulado *Retalhos de Tradição*, com temas de tradição vocal e instrumental madeirense, constantes do repertório do grupo. Seguem-se *Aquintrodia* (2001), *Instrumentais d'outrora* (2002), *O Melhor dos Encontros da Eira* (2002), *Raízes do Povo* (2007) e *Meia Volta* (2008). Como reconhecimento público pelo trabalho desenvolvido, o agrupamento Encontros da Eira recebeu duas distinções: em 2004, foi o vencedor da gala da revista *Saber*, na área lúdico-cultural, e, em 2005, da gala RTP M/ *Diário de Notícias*, na área da música.

Embora a ação do grupo musical tenha contribuído para uma maior projeção da ACEE, esta tem vindo a desenvolver outras atividades de cariz cultural, nas áreas de produção, investigação, formação e edição, em prol da promoção e preservação das tradições madeirenses, particularmente no que diz respeito ao seu património artístico.

Em 2001, a ACEE apresentou uma proposta à Direção Regional de Turismo para promover um espetáculo com o intuito de cumprir a tradição de “cantar os reis”, ficando a organização do mesmo a seu cargo, até ao ano de 2012. O evento, denominado “Vamos Cantar os Reis”, levado a efeito nas noites de 5 para 6 de janeiro no auditório do jardim municipal do Funchal, integra o programa de festas de final do ano e habitualmente encerra as comemorações da quadra natalícia na capital madeirense. Já em 2008, a Associação organizou o I Encontro de Instrumentistas de Cordofones Tradicionais da Macaronésia, fomentando um importante intercâmbio cultural entre os intervenientes.

Além do disco *Aquintrodia*, a ACEE editou, em 2001, o livro *Retalhos de Aquintrodia*, retratando a vida da associação e do seu grupo musical, incluindo vários artigos de opinião, partituras e letras dos temas gravados nos dois discos editados até então. Em 2008, publicou o livro *Maria Ascensão e o Grupo Folclórico da Casa do Povo da Camacha*, da autoria de Vítor Sardinha (professor, músico e investigador que esteve destacado na ACEE), uma obra, em edição bilingue, que recorda o percurso de uma figura de referência daquele grupo de folclore e da cultura madeirense.



Grupo musical Encontros da Eira em atuação no Curral das Freiras, 1997 (BORGES, 2001).

Na área da formação musical, a ACEE ministrou vários cursos de instrumentos tradicionais de cordas (braguinha, rajão e viola de arame), cursos de guitarra portuguesa e o curso “A tocar e cantar instrumentos e cantigas tradicionais da Madeira” (braguinha, rajão, viola de arame, acordeão, guitarra e viola baixo), este último destinado essencialmente a crianças dos seis aos catorze anos.

A Associação conta ainda com a realização de exposições, integradas nas comemorações dos seus aniversários, a promoção de seminários sobre a música tradicional, o trabalho de recolha e preservação do património musical e com o fomento de conferências, em escolas da Região, com o intuito de divulgar aos jovens estudantes os instrumentos, as músicas e as cantigas do espaço insular madeirense.

Bibliog.: ABREU, Paula, “Encontros da Eira apostam na investigação”, *Jornal da Madeira*, 13 jul. 2007, p. 12; ASSOCIAÇÃO CULTURAL ENCONTROS DA EIRA, *Encontros da Eira, Usos e Costumes da RAM, Boletim de Aniversário: 11 Anos a Recolher e a Divulgar a Tradição Musical da Madeira*, Camacha, Associação Cultural Encontros da Eira, s.d.; BORGES, Helena Paula (org.), *Encontros da Eira. Música Tradicional Madeirense: Retalhos de Aquintrodia*, Camacha, Associação Cultural Encontros da Eira, 2001; CORREIA, Octaviano, “Encontros da Eira ‘aquintrodia’ e no futuro”, *Jornal da Madeira*, 22 nov. 2001, sup., p. vii; “Encontros da Eira: música tradicional madeirense”, *Diário de Notícias*, Funchal, 20 set. 2001, supl., pp. i-viii; FREITAS, Marco, “Encontros da Eira voltam a cantar aos ‘reis’”, *Diário de Notícias*, Funchal, 2 jan. 2012, p. 19; GOUVEIA, Odília, “Música que nunca passa de moda”, *Olhar – Jornal da Madeira*, 30 dez. 2006, pp. 28-29; LACERDA, Sofia, “Tradição de ‘cantar os reis’ voltou a cumprir-se no jardim municipal”, *Jornal da Madeira*, 6 jan. 2012, p. 29; MARQUES, João Maurício, “Antologia da música tradicional madeirense”, *Revista Xarabanda*, n.º 12, 2.º sem. 1997, pp. 64-66.

SÍLVIA G. GOMES

Associação Cultural e Recreativa dos Africanos na Madeira

A Associação Cultural e Recreativa dos Africanos na Madeira (ACRAM), registada no ano 2001 com a designação oficial de ACRA por

iniciativa de quatro imigrantes africanos residentes na Região Autónoma da Madeira (RAM), naturais da Guiné-Bissau e de Angola, é uma organização sem fins lucrativos que tem por objetivo preservar e divulgar a cultura africana na RAM e promover a integração dos imigrantes africanos na sociedade madeirense. Este objetivo encontra-se consagrado nos estatutos da Associação: “fomentar, defender a unidade e solidariedade entre membros da comunidade africana residentes na RAM. Promover os valores culturais africanos; contribuir para a integração dos membros da comunidade” (“Associação cultural...”, *Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira*, 15 fev. 2005, 9).

A ACRAM surgiu num período marcado por grandes obras públicas na Região e pelo desenvolvimento do sector da construção civil: finais do séc. XX e inícios do séc. XXI. Este fenómeno originou o aumento significativo da população imigrante, sobretudo indivíduos do Leste europeu, Brasil e continente africano. Os imigrantes africanos residentes na RAM são provenientes de diversos países, com destaque para o Senegal, a Guiné-Bissau, a Guiné-Conacri, Angola, Moçambique, Cabo Verde, África do Sul, Egito, Marrocos e a Tunísia.

A organização é reconhecida pelo Governo Regional como sendo, segundo o secretário regional dos recursos humanos do Governo Regional da Madeira, Brazão de Castro, “um importante parceiro para a integração na Região dos cidadãos de África, particularmente dos países de língua e expressão portuguesa e tem fomentado de uma forma exemplar o diálogo intercultural” (“Associações constituem...”, Associação dos Emigrantes dos Açores, s.d., 96). As relações institucionais da Associação com o Governo Regional remontam à data da sua criação. A ACRAM também tem estabelecido relações com outras instituições da Região, como sejam as escolas, as juntas de freguesia, os consulados, as câmaras municipais, focalizando sempre a consolidação de esforço dentro de uma perspetiva de proximidade, cidadania plena

e responsabilidade social. O relacionamento com os governos dos países de origem é muito esporádico. Verifica-se através das embaixadas e dos consulados, ao nível da solicitação de apoios.

A ACRAM privilegia a dimensão cultural nas suas relações com a comunidade e com as instituições, promovendo, em colaboração com o Governo Regional, encontros que incluem mostras gastronómicas, exposições de arte africana e espetáculos musicais, e que têm vindo a ganhar cada vez mais adesão dos madeirenses e de todas as comunidades residentes na Região. A Associação também tem participado na semana intercultural, promovida pelo Centro das Comunidades Madeirenses, na qual se celebram os dias dos povos africanos e das mulheres e crianças africanas, promovendo convívios e fortalecendo laços de solidariedade.

Estas atividades visam sempre, por um lado, a promoção do diálogo intercultural e a sensibilização para a multiculturalidade, e, por outro lado, a divulgação da cultura africana, as suas musicalidades, os ritmos, a gastronomia, o artesanato, ou seja, “levar um pouco de África” (MANÉ, 7 ago., 2015) à comunidade receptora, como afirmam os dirigentes da organização. Estes eventos também têm por objetivo promover o envolvimento de todos indivíduos da comunidade. A promoção dos direitos das minorias étnicas e das suas identidades culturais faz parte das prioridades de intervenção social da ACRAM.

A Associação financia-se através de doativos, da angariação de fundos provenientes de convívios e de apoios financeiros específicos do Alto Comissariado para as Migrações, nomeadamente através do Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante, e ainda de projetos apoiados pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros. A ACRAM conta ainda com a tradicional contribuição dos associados, que nos seus primeiros 15 anos de existência chegaram a cerca de 150, embora nem todos fossem residentes na Madeira. A ACRAM não teve, nesse período, nenhum tipo de apoio

financeiro do Governo Regional da Madeira, exceto parcerias com o centro de emprego da Madeira, que disponibilizou técnicos do emprego através de programas de formação. Ao nível do apoio técnico, o Centro das Comunidades Madeirenses do Governo Regional fornece pareceres no que respeita à dinamização das atividades e aprovação dos projetos.

Os associados da ACRAM caracterizam-se fundamentalmente por possuírem uma ligação ao continente africano, sejam descendentes de imigrantes, os próprios imigrantes, ou ainda portugueses que residiram provisoriamente em África por motivos familiares ou laborais.

No início do séc. XXI, a ACRAM empenhou-se também no sentido de mitigar os efeitos perversos das situações de desemprego na comunidade que representa, pois está na sua génese, enquanto organização, a necessidade de fazer face aos problemas com que esta comunidade se defronta, nomeadamente a legalização destes imigrantes, o seu emprego e a sua habitação condigna. Este esforço insere-se no cumprimento do seu mandato estatutário, granjeando à Associação prestígio e reconhecimento por parte dos membros da comunidade africana, das autoridades madeirenses e, de uma forma geral, da comunidade da Ilha.

Nos primeiros 15 anos de existência, a Associação desenvolveu ainda um leque variado de serviços de apoio a jovens e crianças com dificuldades cognitivas, atuando na prevenção, no serviço social, no desenvolvimento de atividades como a dança, o teatro, as oficinas de expressões, bem como na realização de torneios desportivos, na organização de eventos, na mediação de conflitos e no desenvolvimento de projetos inovadores na área da integração, como é o caso do espaço das hortas urbanas. A organização interveio também nas situações de doença e morte dos membros da comunidade, procurando acompanhar de perto estes momentos e dando apoio, sobretudo nos contactos com os familiares dos pais de origem.

Bibliog.: **impresa:** "Associação cultural e recreativa africana", *Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira*, II sér., n.º 32, 15 fev. 2005, pp. 9-10; **digital:** "Associações constituem interlocutoras privilegiadas", *Associação dos Emigrantes nos Açores*, Comunicação, Notícias, s.d., p. 96: <http://www.aipa-azores.com/noticias/index.php?pag=95&&cat=0> (acedido a 9 maio 2016); SOUSA, Artur de Freitas, "Associação africana quer conhecer dimensão da comunidade", *Diário de Notícias*, s.d.: <http://www.dnoticias.pt/multimedia/video/156267-associacao-africana-quer-conhecer-dimensao-da-comunidade> (acedido a 23 jul. 2015).

Fontes orais: MANÉ, Augusto [presidente da ACRAM], entrevistado por João Adriano Conduto Júnior [comunicação pessoal], Funchal, 7 ago. 2015.

JOÃO ADRIANO CONDUTO JÚNIOR

Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira

A ARCHAIS, acrónimo da Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira, inspirado na palavra grega "arquê", que significa antigo, nasceu a 15 de abril de 1998, data em que formalmente registou os seus estatutos, então com sede no Sítio do Povo, em Guala, Santa Cruz. A ARCHAIS surgiu na sequência de uma série de associações deste âmbito que proliferaram em Portugal continental e na ilha da Madeira durante as décadas de 80 e de 90, mas quase sempre, por razões de ordem vária, quer políticas quer sociais, de duração efémera. Os sócios fundadores foram Arlindo Quintal Rodrigues, Richard da Mata e Élvio Sousa. A associação assumiu-se desde logo como sociedade sem fins lucrativos, apartidária e não religiosa, visando desenvolver na Região Autónoma da Madeira uma série de atividades de forma a defender os valores relacionados com a arqueologia e com o património, e a enriquecer o espírito de grupo e a cidadania.

Os elementos fundadores já se encontravam a trabalhar pelo menos desde 1997, procurando fazer um diagnóstico da situação do património cultural a nível regional. Foi com base nesse diagnóstico que vieram a assumir intervenções em várias frentes, especialmente na promoção de campanhas e de trabalhos na área da arqueologia, criando, inclusivamente, não só uma escola de arqueologia para o ensino, a formação e a promoção das campanhas a efetuar, e a promoção de cursos técnicos de introdução e de iniciação à arqueologia, à

conservação e ao restauro, mas também visitas de alerta para a preservação geral do património cultural material do passado.

No final da primeira década do séc. XXI, foi lançado o Portal do Arqueólogo, dedicado a todos os profissionais da área da arqueologia. Este serviço pretendia facilitar e agilizar os procedimentos decorrentes da prática profissional da arqueologia no território continental e promover a dinâmica entre a tutela do património arqueológico e o trabalhador/investigador.

A obra fundamental de arranque do projeto cultural da ARCHAIS foi o trabalho de arqueologia desenvolvido a partir do Solar do Ribeirinho, em Machico, coordenado pelo Prof. Arlindo Rodrigues, que se estendeu a outros locais da cidade, tendo depois o solar sido transformado em museu, com projeto do Arqt. Vítor Mestre, que, em 2016, foi distinguido com o prémio APOM, da Associação Portuguesa de Museologia.

Foi no projeto de escavação da área do solar que se alicerçaram, de imediato, outras iniciativas, tal como a realização do I Encontro Regional de Arqueologia e Património, no Funchal, a 26 e 27 de abril de 2000, cujos conteúdos foram depois publicados no *Livro Branco do Património* (2003). Outros encontros seguiram-se, e.g.: Legislação e Património, Arqueologia e História e Mesa-Redonda sobre a Nova-Lei de Bases do Património.

Partindo da premissa de que publicar seria a melhor forma de defender e de valorizar o património e o trabalho desenvolvido, foram

sendo dados à estampa não só vários estudos temáticos, tais como *A propósito do Solar do Ribeirinho* (2000) e *Iluminação Pública em Machico* (2001), mas também inventários gerais de património de cidades e de freguesias da Região, com o apoio fundamental das câmaras municipais e de outras instituições.

As atividades de defesa do património da ARCHAIS estenderam-se ainda ao património cultural e ao imaterial, tendo-se tais ações integrado especialmente nos chamados mercados quinhentistas (recriações históricas muito divulgadas por toda a Europa desde os finais do séc. XX, de que o mercado de Machico se tornou paradigmático na Região). Estes eventos começaram com vários elementos ligados à Associação, com o apoio da Câmara Municipal de Machico (CMM) e da Escola Básica e Secundária de Machico, quer na orientação dos professores quer na participação dos alunos, tendo-se alargado progressivamente. Naqueles mercados quinhentistas organizaram-se também colóquios sobre o património cultural imaterial que, embora não surgissem com a chancela da ARCHAIS, tinham a sua marca de origem.

A atividade da ARCHAIS é indissociável da revista *Ilharq*, cujo n.º 0 apareceu em 2000 e o n.º 1, em 2001, e que abarca um amplo leque de temas, especialmente na área do património arqueológico. A partir do seu n.º 8, a revista começou a apresentar uma periodicidade bianual com o apoio da CMM, e a ARCHAIS começou a ter a sua sede na antiga escola do Sítio dos Maroços, em Machico. O n.º 11 foi



Fig. 1 – Escavação da Junta de Freguesia de Machico, 2005 (arquivo ARCHAIS).



Fig. 2 – Solar Ribeirinho, em Machico. Reconstrução de c. 1780 e reabilitação do Arqt. Vítor Mestre, 2000 (arquivo particular, 2015).

apresentado no Solar do Ribeirinho, a 11 de dezembro de 2015, reunindo um conjunto de artigos sobre o concelho de Machico, e revelando temáticas tais como a história regional e local, o património arquitetónico, a arte, a azulejaria, a etnografia, as tradições e as vivências quotidianas. Desde o nascimento da ARCHAIS, em 1998, foram sendo publicados também boletins informativos, acompanhados

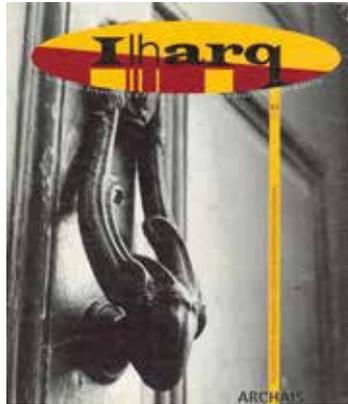


Fig. 3 – *Ilharq*, n.º 0 (2000).

de imagens das atividades da Associação, tendo os primeiros boletins começado com uma periodicidade quadrimestral, evoluindo para uma periodicidade semestral, e acabando, finalmente por se tornar anuais.

A atividade da Associação, embora gozando do apoio de inúmeras personalidades nacionais ligadas à arqueologia, pretendendo intervir em toda a Ilha e arvorando-se de valores da cidadania participativa, encontrou alguma dificuldade no Funchal, devido a também existirem naquele local outras estruturas regionais e concelhias relacionadas com a área da arqueologia. Acresce que, embora assumindo-se como não partidária pelos seus estatutos, teria sido no seio desta associação, ou pelo menos com elementos ligados à mesma, que surgiu a formação partidária Juntos pelo Povo, que conquistou rapidamente representação autárquica e regional. Nesse sentido e torneando essas dificuldades, a ARCHAIS e os elementos ligados à mesma apostaram na diversificação de polos de desenvolvimento, fundando, *e.g.*, o Centro de Estudos em Arqueologia Moderna e Contemporânea (CEAM), que, em união com outras entidades, desenvolveram projetos alternativos e apostaram em interessantes iniciativas vocacionadas para as camadas mais jovens (*e.g.*, os chamados Giro de Património e os roteiros juvenis), com bastante sucesso. Estas ações, que pretendiam divulgar a realidade patrimonial local numa perspetiva de sensibilização para a necessidade de proteger, de preservar e de valorizar a mesma, conseguiram assim estender-se a quase toda a Ilha, inclusivamente às várias freguesias do Funchal, com

o apoio das respetivas juntas de freguesia.

O primeiro Giro, intitulado *Património Histórico de Machico*, editado com o apoio da CMM, com textos de Isabel Gouveia e de Virgínia Nóia, e com *design* de Ricardo Caldeira, teve edição em abril de 2000; seguiu-se-lhe o *Giro pelo Património Edificado de Santa Cruz*, em 2001, com o mesmo *design*, texto de João Lino Pereira Moreira e fotografias de

Élvio Duarte Martins Sousa. O sucesso da iniciativa levou a que ambos estes giros tivessem nova edição, seguindo-se, ainda em 2001, o *Giro pelo Património Edificado da Ponta do Sol*, com texto de Emanuel Gaspar e com o apoio da respetiva Câmara. Seguiram-se o *Giro pelo Património Cultural de Santana*, em 2002, e o *Património Edificado da Ribeira Brava e Histórico-Arquitetónico da Calheta*, em 2004, tendo sido depois promovidos, nas freguesias do Funchal, o *Histórico de Santa Maria Maior*, em 2005, o *Histórico da Sé*, em 2006, o *Histórico de São Pedro*, também em 2006, e o *Histórico do Monte*, em 2007.

A ARCHAIS lançou ainda, em formato de livros de bolso, facilmente consultáveis em caminhadas, vários roteiros culturais das freguesias da zona leste da Madeira: o do Caniçal, o do Santo da Serra, o da Água de Pena, o do Porto da Cruz, o de São Jorge, e o de Gaula e de Caniço, entre outras.

Bibliog.: GASPAR, Emanuel, *Percursos pelo Património de Machico*, Machico, Câmara Municipal de Machico, 2001; MOREIRA, João Lino Pereira, *Iluminação Pública a Petróleo na Vila de Machico*, Machico, Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira/Câmara Municipal de Machico, 2001; SOUSA, Élvio Duarte Martins (coord.), *Inventário do Património Imóvel do Concelho de Machico*, Machico, Câmara Municipal de Machico, 2005; *Id.*, *Arqueologia da Cidade de Machico: a Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII*, Machico, Câmara Municipal de Machico/Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, 2006; *Id. et al.*, *A propósito do Solar do Ribeirinho*, Machico, Câmara Municipal de Machico/ Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira, 2000; SOUSA, Élvio, e LIZARDO, João, *Fragments. Diálogos entre Um Arqueólogo e Um Advogado sobre Património Cultural*, Funchal, Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, 2008; SOUSA, Élvio Duarte Martins, e MENESES, Fátima Filipa de (coords.), *Inventário do Património Imóvel do Porto Santo*, Porto Santo, Câmara Municipal de Porto Santo, 2009; SOUSA, Élvio Duarte Martins, e VIEIRA, Dalila (eds.), *Livro Branco do Património Cultural da Região Autónoma da Madeira*, Funchal, Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira, 2003.

Associação de Escritores da Madeira

A Associação de Escritores da Madeira (AEM) foi fundada a 15 de março de 2001, por escritura pública celebrada no 1.º cartório notarial do Funchal, perante a notária Teresa Maria Prado de Almada Cardoso Perry Vidal. Foi seu principal impulsionador, e primeiro presidente da direção, cargo que exerceu até 2005, o poeta e jornalista madeirense José António Gonçalves. O grupo fundador integrou nomes das letras e da cultura madeirense como José António Dantas Martins, João Luís Silva Teixeira de Aguiar, João Carlos Nunes de Abreu, João António Baptista Santos Dionísio, Margarida de Cássia Pereira Gonçalves Marques, Fátima Maria Rodrigues Pitta Dionísio, Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos, Octaviano Guedes Correia, João Henrique Nóbrega Gonçalves, Maria Zita Saldanha Vieira Cardoso, Juvenal José Xavier Barros Freitas e Maria da Conceição Moniz Gouveia Fournier.

A AEM teve a sua primeira sede à R. da Alegria, n.º 23, no Funchal, e tem por objeto a defesa, promoção e divulgação da cultura madeirense e dos seus autores, assumindo, designadamente: a defesa da especificidade da literatura da Madeira, no âmbito da literatura portuguesa e no quadro das regiões ultraperiféricas da União Europeia; a publicitação da literatura de uma região autónoma de Portugal que, geograficamente, abrange a ilha da Madeira e a do Porto Santo; o estabelecimento de laços culturais de cooperação com a Associação Portuguesa de Escritores e as associações de escritores dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e das regiões ultraperiféricas da União Europeia e, ainda, estabelecer protocolos com instituições governamentais da Região Autónoma da Madeira, Portugal continental e Região Autónoma dos Açores, e com instituições não governamentais.

De agosto de 2005 a julho de 2008, a AEM foi presidida por Zita Cardoso. Durante este mandato foi eleito seu sócio honorário n.º 1 Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim, presidente do Governo regional da Madeira. Neste

mandato foi organizado, em outubro de 2005, o I Fórum Cultural-Literário de Escritores Madeirenses; em outubro de 2006, o II Fórum Cultural-Literário de Escritores Madeirenses; e, em outubro de 2008, o III Fórum Cultural-Literário de Escritores Madeirenses.

Desde meados de 2008 até final de 2009, a AEM foi presidida por Otaviano Correia, e dos seus órgãos sociais fizeram parte, entre outros, Rui Nepomuceno (presidente da assembleia geral), José Viale Moutinho, João Luís Rodrigues, Zina Abreu, Guilherme Correia, João Dionísio e Zita Cardoso.

Desde os finais de 2009 até ao início de 2015, a AEM atravessou um período de inatividade, até que, em março de 2015, elegeu novos corpos sociais, sendo a assembleia geral presidida por Luísa M. Antunes Paolinelli, a direção por Laura Moniz, e o conselho fiscal por Arcangela Savino. Integraram este elenco Juvenal Xavier, Mário Franco, Filipe Cravo, Natacha Gonçalves, Carlo Nó e António Plácido, na direção; Francisco Fernandes, Marco Gonçalves e Rita Vieira, no conselho fiscal; e Rui Nepomuceno, José Eduardo Franco e Gonçalo Nuno Santos, na assembleia geral.

A sede da AEM passou posteriormente para o Centro Cultural Edmundo Bettencourt, à R. Latino Coelho, n.º 57, no Funchal.

FRANCISCO FERNANDES

Associação de Psicólogos da Madeira

A Associação de Psicólogos da Madeira (APM) tem a sua existência diretamente relacionada com dois outros acontecimentos na história do associativismo da psicologia em Portugal: a cessação da atividade da Associação dos Psicólogos Portugueses (APPORT) e a criação da Associação Pró-Ordem dos Psicólogos (APOP). A primeira determinou o nascimento da APM, e a segunda justificou a sua extinção, com a consequente criação da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), em 4 de setembro de 2008.

Para o entendermos, necessitamos de retroceder na história.

Em 1977, foram criados os primeiros cursos superiores de Psicologia em universidades públicas portuguesas, no Porto, em Coimbra e Lisboa, tendo os primeiros psicólogos concluído a sua formação em 1981.

Nesta época, o conhecimento da sociedade portuguesa sobre a psicologia estava ainda repleto de tabus, que o ensino e o exercício da psicologia na educação, na saúde e nas organizações foram progressivamente desmontando.

O regresso à Madeira dos primeiros licenciados em Psicologia permitiu a sua integração profissional nas duas primeiras áreas de intervenção: a educação e a saúde. Posteriormente, foram também sendo enquadrados na segurança social, na justiça e nas organizações, no ensino, para além do exercício em clínica privada, que começava já a ser procurada por madeirenses.

Para os(as) psicólogos(as) em exercício na Madeira, o confronto com a distância dos locais de formação académica imposta pela insularidade, a necessidade sentida de ter formação contínua, avaliação e validação das suas práticas, supervisão técnica e articulação com outros profissionais da psicologia, associados à proximidade geográfica e relacional entre alguns(algumas) psicólogos(as), constituíram-se em fatores impulsionadores do movimento associativo dos(as) psicólogos(as) na Madeira.

Foi em encontros de café, em pequeno grupo, com o objetivo de informalmente debater e partilhar as preocupações, as necessidades e os projetos profissionais, que foi decidida a formalização de uma proposta à APPORT de constituição de uma delegação daquela Associação na Madeira, atendendo a que grande número dos(as) psicólogos(as) da Madeira era sócio(a) daquela Associação desde a frequência do curso de Psicologia, enquanto estudantes.

Na sequência da proposta apresentada à APPORT pelo grupo de psicólogos(as) madeirenses nasceu a Associação dos Psicólogos Portugueses, Delegação da Região Autónoma da Madeira, que deu início à vida associativa dos(as) psicólogos(as) na Região Autónoma da Madeira (RAM).

Esta foi oficialmente constituída em 31 de outubro de 1991, em cerimónia oficial realizada na presença do secretário regional da Educação em exercício, Eduardo António Brazão de Castro, e de um representante da Direção Nacional da Associação dos Psicólogos Portugueses, Prof. Dr. Eduardo Sá.

Nesta cerimónia, foram empossados, para a primeira direção da Delegação, Rui Emanuel Pereira de Freitas, Maria Teresa de Ornelas Carvalho e Luísa Valentina Teixeira de Mendonça Correia.

Com a organização profissional e a legitimidade representativa da classe que a Delegação da APPORT permitiu, foi possível estabelecer uma comunicação institucional entre a Delegação da APPORT e as instituições governamentais da Madeira, assim como com outras classes profissionais e representativas da sociedade madeirense, o que se revelou determinante na afirmação da psicologia e dos(as) psicólogos(as) na Madeira e no desenvolvimento e alargamento da sua ação.

Efetivamente, dos objetivos primordiais do plano de ação da Delegação da APPORT constam:

A. Organizar o funcionamento interno da Delegação, dotando-a de mecanismos de comunicação e interação fáceis entre os vários associados;

B. Criar estruturas que permitam a intervenção cooperativa de todos os associados nas diversas atividades a realizar;

C. Iniciar ações em ordem à obtenção de sede própria;

D. Realizar formação permanente;

E. Maximizar o aproveitamento da formação científica do psicólogo junto da comunidade madeirense e divulgar a natureza da sua ação.

Das iniciativas da Delegação da APPORT, a que mereceu maior destaque foi a realização do I Encontro Regional de Psicólogos da Região Autónoma da Madeira, em 17 e 18 de novembro de 1997. Este encontro permitiu, para além da participação ativa dos(as) psicólogos(as), a apresentação das conclusões e propostas de ação no âmbito da intervenção psicológica na Madeira às várias secretarias regionais que

integravam psicólogos(as) nos seus quadros; e, através dos órgãos de comunicação social, informar e sensibilizar a comunidade madeirense para os contributos possíveis da psicologia.

De salientar que, em janeiro de 1998, na última atualização de dados caracteriais dos(as) seus(suas) sócios(as), realizada pela Delegação da APPORT, na Madeira, existiam 68 psicólogos(as), sendo 46 psicólogos(as) sócios(as) e 22 não sócios(as). Este número indicava que, na Madeira, verificava-se uma maior integração destes profissionais nas instituições públicas e privadas do que em qualquer outra região do país.

Gradualmente, e de forma não oficial, a APPORT cessou a sua atividade após uma tentativa fracassada de constituição da OPP, objetivo que vinha a ser perseguido há vários anos, acarretando para as suas delegações regionais, nomeadamente para a Delegação na RAM, o vazio institucional.

Face à nova realidade, os(as) sócios(as) da Delegação da APPORT na Madeira, em plenário de assembleia geral, decidiram pela constituição de uma associação profissional autónoma que desse legitimidade e continuidade aos projetos definidos e à cultura associativa dos(as) psicólogos(as) madeirenses.

É assim que, em 20 de janeiro de 2000, no 1.º Cartório Notarial do Funchal, é realizada a escritura de criação da APM.

Esta Associação, sendo uma associação sem fins lucrativos de índole científica e profissional, nos termos do direito e nos do dec.-lei n.º 594/74, de 7 de novembro, assumiu como objetivo central o desenvolvimento da psicologia na RAM.

A sua constituição resulta da necessidade sentida pelos(as) psicólogos(as) da Madeira em se manterem organizados(as) enquanto classe profissional, garantindo um nível de qualidade do seu conhecimento e da sua prática, o que isoladamente não lhes seria possível.

Foram elementos constituintes da APM os(as) psicólogos(as) Emanuel José Faria Gomes, Luísa Valentina Teixeira de Mendonça Correia, Maria Teresa de Ornelas Carvalho, Patrícia Freitas Silva Branco, Paula Cristina da Costa Mesquita, Maria Raquel Faria de Freitas Catanho

Drumond Borges, Susana Eduarda Domingos Vieira Spínola, Maria Gabriela Pereira Fernandes e Magda Maria de Freitas Cunha Alves.

Nos seus estatutos, no cap. 2.º, art. 4.º, a APM consagra como sendo objeto da sua constituição:

Promover o desenvolvimento científico e a prática da psicologia;

Promover a divulgação do conhecimento psicológico através de encontros, conferências, contactos profissionais, relatórios, artigos e publicações;

Encorajar o desenvolvimento de todos os ramos da psicologia, promovendo e implementando a intervenção e a investigação psicológicas;

Pugnar pela implementação de padrões elevados de ética profissional, competência, conduta, formação e qualificação de psicólogos;

Organizar ações de formação especializadas e emitir certificados que atestem qualificação para a prática profissional por parte dos seus membros;

Analisar, estabelecer negociações e acordos com entidades internacionais, regionais que possam conduzir à prossecução dos objetivos da Associação;

Manter o registo atualizado dos membros da Associação e suas qualificações académicas e profissionais.

Integra membros efetivos, membros estudantes e membros honorários, segundo a definição estatutária (cap. 3.º, art. 5.º).

A definição clara da identidade dos membros e a limitação da admissibilidade na APM, como membros efetivos, aos “licenciados em psicologia por estabelecimentos de ensino superior português, ou os licenciados em psicologia por entidades estrangeiras, com equivalência ao grau de universidade portuguesa” (art. 6.º, I-1 e 2), tornaram-se relevantes no controle da profissão na Região, denunciando a usurpação de funções de alguns profissionais de outras áreas de formação que, segundo a legislação de então, eram detentores de carteira profissional de psicólogo, ainda que sem a formação em psicologia.

No art. 26.º (comissão instaladora) dos estatutos da APM, é referenciada a relação existente entre a Associação então criada e a Delegação

da APPORT, na altura em situação de “vazio” institucional, tendo ficado estabelecido, no ponto 1 do referido artigo, que “A Comissão Instaladora é constituída por quatro dos cinco membros da atual Delegação Regional da Madeira da Associação dos Psicólogos Portugueses – APPORT [...]”.

Define ainda, no seu ponto 2, al. c), que a “atual Delegação Regional da Madeira da Associação dos Psicólogos Portugueses – APPORT e respetiva Direção [...] transferirão para a associação todos os seus processos”.

O funcionamento da APM inicia-se com uma comissão instaladora, conforme disposição transitória, art. 27.º dos estatutos da APM, sendo nomeados para esta comissão Patrícia Freitas Silva Branco, Maria Teresa de Ornelas Carvalho, Emanuel José Faria Gomes e Luísa Valentina Teixeira de Mendonça Correia.

A APM manteve-se ativa e dinâmica durante oito anos (de 2000 até 2008), realizando, ao longo deste período, quatro atos eleitorais e tendo tido como presidentes da direção Maria Teresa de Ornelas Carvalho, Paula Cristina Costa Mesquita, Patrícia Freitas Silva Branco, Carina Martins Nunes e Robert Nelson Freitas Teixeira.

Durante a sua atividade, destacam-se quatro encontros regionais de psicólogos, com uma frequência bienal (2002, 2004, 2006 e 2008), com destaque crescente na comunidade madeirense e adesão participativa da quase totalidade dos(as) psicólogos(as) da RAM.

Nestes encontros, a abordagem de temas relevantes na vida da sociedade e dos(as) psicólogos(as), a apresentação de trabalhos científicos, a troca de saberes e contactos com especialistas nacionais e internacionais, a proximidade das entidades governamentais da RAM, a divulgação pública da sua prática e o incentivo a uma especialização acrescida tornaram-se em importantes momentos de afirmação e promoção da psicologia na RAM.

No programa do seu V Encontro Regional, em 2008, é claramente refletida a abrangência e o contributo da psicologia e dos(as) psicólogos(as) na sociedade madeirense. Por outro lado, o novo logotipo da APM, apresentado neste encontro, distinto do inicialmente concebido,

apresenta-se como um dos sinais do dinamismo e da capacidade de mudança da APM.

A formação contínua foi outra das grandes preocupações e realizações da APM. Concretizou-a com recurso aos profissionais regionais e nacionais, em regime de formação estruturada e formal e também em formato de tertúlias (“PsicoCafé”), debates temáticos e *workshops*.

Esta atividade científica proporcionou uma atualização a baixo custo em diferentes áreas de intervenção, com profissionais de referência do universo académico, da investigação e da intervenção, sempre num esforço de auscultação e correspondência às necessidades manifestas pelos membros associados.

Como resultado não menos importante, esta proximidade permitiu a consolidação da rede informal entre colegas de profissão, fundamental na eficaz orientação e no encaminhamento dos utentes para as áreas e os colegas que melhor responderiam ao problema ou pedido apresentado.

A cooperação ativa da APM com outras organizações e instituições, nomeadamente no que se refere à sua participação na comunicação social, com especial destaque para a participação dos seus membros em programas televisivos, enquanto especialistas nas suas áreas de saber e ação, revelou-se um marco importante na acreditação da psicologia na Madeira e na mudança cultural da sociedade madeirense para assuntos relativos ao comportamento humano, com reflexos importantes na procura e adesão à intervenção da psicologia. Considera-se que esta informação e divulgação se tornou um elemento importante na empregabilidade dos(as) psicólogos(as) na Madeira.

Por ocasião do III Encontro Regional de Psicólogos da Madeira, realizado em 2004, foram divulgados dados relativos à distribuição dos(as) psicólogos(as) da Região por áreas de intervenção, constatando-se que 44 % dos mesmos atuavam na área da educação, 31 % na da saúde, 8 % na área social, 5 % na da justiça e 12 % distribuía-se por outras áreas.

Ter uma sede foi sempre uma aspiração da APM e, anteriormente, da própria Delegação da APPORT. Por falta de meios financeiros que

a viabilizassem, o endereço oficial da Associação foi assumido como o da residência de um dos membros, sendo as reuniões realizadas em salas solicitadas e cedidas para o efeito, por instituições públicas, realizando-se com maior frequência na Direção Regional de Saúde, na R. das Pretas, n.º 1, Funchal.

Em 2003, o Instituto de Habitação da Madeira arrendou à APM um espaço para sede, situado na Av. do Colégio Militar, bloco 19, cave sul – sala F, freguesia de São Martinho, Funchal, disponibilizando, pela primeira vez, um espaço físico de encontro e organização administrativa, o que veio possibilitar uma distinta organização interna da Associação e proporcionar condições para uma participação mais ativa dos seus membros.

A atividade da APM só conseguiu ser tão profícua e abrangente porque era fundada em relações de proximidade e cooperação, que se potenciavam com cada atividade desenvolvida, tanto nas orientadas para a prática profissional, como nos encontros sociais da APM, como ainda nos canais de comunicação periódica, como foi o *Boletim Informativo*.

O crescimento da APM traduziu-se no aumento do número de sócios(as), atingindo 200 sócios(as) aquando da sua dissolução, representando, nesse período, a quase totalidade dos psicólogos em atividade na Madeira.

Em toda a existência da APM houve um grupo de psicólogos(as) voluntários(as) que, pela sua disponibilidade e cooperação, viabilizaram o funcionamento da Associação e a execução dos seus planos de atividade. Nesta ação, para além do exercício continuado dos membros que estiveram na sua constituição e dos que integraram os órgãos sociais da APM, destacam-se: Doroteia Francisco Freitas, Isabel Macedo Pinto, Ivo Pereira, Lina Maria Sousa Santos, Líria Maria Jardim Fernandes e Magda Maria de Freitas Cunha Alves.

Com a vitalidade que se tem vindo a descrever, como é que se compreende a extinção de uma associação como a APM?

A APM foi criada numa época em que a classe projetava a existência de uma ordem de psicólogos portugueses. Dois anos após a sua formação,

em 12 de abril de 2002, com escritura pública em 18 de julho de 2002, foi criada, em Portugal, a APOP, com o objetivo principal de criar as condições necessárias para a constituição da OPP.

A APM constituiu-se desde logo membro da APOP, estabelecendo relação próxima e privilegiada com o seu presidente, Prof. Dr. Telmo Mourinho Batista.

Em 2008, pela lei n.º 57/2008, de 4 de setembro, é criada a OPP e aprovado o respetivo estatuto.

A partir de então, a organização e o potencial da OPP, com a sua política de constituição de delegações regionais, entre elas a Delegação Regional da Madeira (DRM), tornavam desnecessária a missão da APM, já que passava a ser integrada e em muito ultrapassada pela OPP e, mais proximamente, pela DRM.

É assim que, após um período de alguma inatividade, se deu por extinta a APM, tendo, durante a sua existência, deixado um legado fundamental para o desenvolvimento e a implantação da psicologia na RAM, mantendo-se, nos anos seguintes, como a Região do país com o mais elevado rácio de psicólogos por habitante, integrando as diversas áreas de ensino, investigação e intervenção na saúde, na educação, na justiça, no desporto, nas organizações e na comunidade.

A APM representa ainda para os psicólogos e psicólogas que a integraram um importante marco na sua identidade e no seu desenvolvimento pessoal e profissional, considerando que influenciou decisivamente a prática e o futuro da psicologia na Madeira.

Nota: esta entrada foi elaborada com base na consulta da documentação do arquivo da OPP, Delegação Regional da Madeira.

MARIA TERESA DE ORNELAS CARVALHO

Associação de Socorros Mútuos 4 de Setembro de 1862

A Associação de Socorros Mútuos 4 de Setembro de 1862 é uma associação mutualista fundada por Henrique José Maria Camacho conjuntamente com 27 indivíduos, no dia 4 de

setembro de 1862, na sua residência, à R. da Bella Vista, mais tarde R. do Quebra Costas.

Primeiramente denominada Associação de Beneficência do Funchal, e segundo ficou expresso na ata da sua fundação, nasceu do desejo de colmatar a ausência, na cidade do Funchal, de uma associação mutualista com fins humanitários, “onde há um tão grande número de industriais a quem com mais prontidão faltam as forças para o trabalho, e meios para se tratarem nas ocasiões em que os perigos e riscos das suas próprias ocupações ou qualquer outra moléstia as arroja ao leito da dor” (NÓBREGA, 1982, 5).

Dotar a sociedade madeirense de uma associação mutualista era aspiração antiga, primeiramente expressa pelo Gov. João Silvestre Ribeiro, num texto da sua autoria, intitulado *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo*, no capítulo dedicado às “Associações económicas, litterarias, e de beneficencia”, publicado por Sérvulo Drummond de Menezes e também pela imprensa local, que lançava em discussão as vantagens e a consequente necessidade deste tipo de associações na sociedade madeirense. A este propósito, surgiram no Funchal tentativas de inaugurar instituições deste carácter, sem contudo lograrem o sucesso, sendo disto exemplos a Sociedade de Beneficência do Funchal, fundada em 17 de dezembro de 1856, seguida, em 1858, da Associação dos Artistas Madeirenses, que não conseguiu reunir em si o entusiasmo e a força para sobreviver.

Neste sentido, a criação da Associação de Socorros Mútuos 4 de Setembro de 1862 marcou uma nova etapa de consciencialização por parte da sociedade madeirense quanto à importância desta forma de organização mutualista, já que anteriormente, segundo Fernando Augusto da Silva, os madeirenses revelavam “absoluta falta de espírito associativo, e de uma iniciativa eficaz para a organização, no nosso meio social, de quaisquer agremiações, e muito particularmente para a fundação de associações de beneficência ou de socorros mútuos” (SILVA e MENESES, 1998, I, 97).

No dia da fundação da associação, foi nomeada uma mesa provisória, tendo sido designado presidente António José d’Abreu, vice-presidente Félix Correa de Melo e vogais Henrique José Maria Camacho, João de Augusto d’Ornelas e Fernando José Rodrigues. Foi também criada uma comissão provisória para estudar os regulamentos e estatutos da organização recém-criada, presidida do mesmo modo por António José d’Abreu, Félix Correia de Melo e Fernando José Rodrigues.

A primeira assembleia geral oficial realizou-se no dia 8 de setembro de 1864, sendo a mesa provisória reconduzida oficialmente, com António José d’Abreu, presidente, e Félix Corrêa de Melo, vice-presidente, complementados por Fernando José Rodrigues no lugar de secretário, João Augusto d’Ornelas no de vice-secretário e Henriques José Maria Camacho no de tesoureiro, tendo a instituição sido solenemente denominada de Associação de Beneficência da Madeira. Do mesmo modo, foram determinados os primeiros estatutos para aprovação régia, tendo sido retificados em carta régia datada de 5 de janeiro de 1863.

Instituiu-se o conselho administrativo presidido por Rufino Félix de Atouguia, secretariado por Pedro Júlio Gouveia. Por não haver sócios suficientes, ficou adiada a eleição do conselho fiscal, que viria a ser estabelecida em 15 de junho de 1863, sendo nomeado presidente José da Silva Ferreira, vogais João Corrêa da Silva, Porfírio de Nóbrega e Sabino João de Freitas e secretário Filipe António Gonçalves Júnior.

A associação oficialmente instaurada tinha por missão amparar os seus sócios na doença e na velhice, ou em qualquer outro plano que os incapacitasse de poder providenciar o sustento diário para si e para as suas famílias, ajudando também com despesas associadas ao funeral.

Os primeiros médicos da associação foram o médico Dr. Pedro Júlio Vieira e o cirurgião João Nepomuceno Gomes, que ofereceram os seus serviços gratuitos temporariamente, o que muito ajudou na primeira fase crítica de consolidação financeira. Por este motivo, na

primeira reunião da assembleia geral, receberam uma menção honrosa e um voto de agradecimento. No âmbito da prestação de serviços clínicos, a associação foi pioneira na ilha da Madeira, tendo adquirido a primeira máquina de raios X, em 1919.

Relativamente ao espaço de funcionamento, num primeiro momento, a associação requereu junto da Câmara Municipal do Funchal a utilização de um espaço no antigo Convento de S. Francisco, a qual foi autorizada temporariamente, já que a Câmara Municipal necessitou de o reaver. As reuniões passaram depois a ser realizadas numa sala emprestada pela Sociedade Clube Aliança. Só anos mais tarde, em dezembro de 1889, sob a direção do Cons. Manuel José Vieira, é que a associação iria ter sede própria, comprando um edifício entre a R. do Bispo e a R. de João Tavira, pela quantia de 6562\$377.

As quotas dos sócios, tão necessárias ao bom funcionamento da associação, foram nestes primeiros tempos angariadas porta a porta, tendo sido nomeado, posteriormente e com o aumento do número de sócios, um cobrador responsável para supervisionar a assiduidade dos pagamentos.

Com o propósito de angariar mais fundos e robustecer economicamente a associação, foi proposta primeiramente, em sessão de 17 de junho de 1866, a criação de uma caixa económica, que viria a ser plenamente concretizada após as mudanças do estatuto em 13 de maio de 1887. O dia 27 de janeiro de 1879 marca o início da sua instalação, tendo ocorrido a abertura oficial em 2 de abril de 1877. A Caixa Económica da Associação de Socorros Mútuos era gerida por uma comissão administrativa composta por Júlio Cesar Pereira e Filipe Augusto Barbeito (gerentes), e por Urbano Freitas de Martins Godinho e José Francisco Figueira de Jesus. Ficou acordado nos estatutos de 21 de dezembro de 1894 que a associação e a caixa económica estavam sob a mesma égide administrativa.

Foi a partir de 1895, de acordo com o estabelecido nos novos estatutos datados de 21 de dezembro de 1894, que, no contexto das ce-

lebrações dos 40 anos da sua instituição, a associação recebeu a denominação final: Associação de Socorros Mútuos 4 de Setembro de 1862.

Durante a primeira metade do séc. xx, a associação sobreviveu a uma série de dificuldades e desafios que ameaçaram a sua existência. Desde logo, vários conflitos internos minaram a estabilidade da agremiação. Por outro lado, as crises decorridas no contexto das duas grandes guerras, bem como o frágil contexto financeiro regional que seria abalado pela falência das casas bancárias madeirenses Casa Sardinha e C.^a e Henrique Figueira da Silva, puseram em risco a caixa económica da associação.

Ultrapassando os desafios e as dificuldades graças ao zelo dos dirigentes e sócios, a associação continuou a conquistar o seu espaço e visibilidade durante os anos 50 do séc. xx, no contexto do apoio mutualista na ilha da Madeira. Prova do sucesso e capacidade de resistência da instituição foi a comemoração do seu centenário no dia 4 de setembro de 1962,



Associação Socorros Mútuos 4 de Setembro de 1862, Funchal.

tornando-se na mais antiga instituição mutualista madeirense em funcionamento.

O início dos anos 70 do séc. xx marcou uma nova e importante etapa na vida da instituição, agora sob o signo da democracia. Primeiramente, a associação deu entrada na Câmara Municipal do Funchal do projeto para a construção de um novo edifício sede, tendo começado as obras com a demolição do antigo edifício, precisamente em 4 de setembro de 1978.

Em 17 de maio de 1977, foi autorizada pelo Governo a abertura de três novas agências da caixa económica na Ponta de Sol, Santana e São Vicente, dando assim continuidade à expansão da associação, que já em 1970 se tinha fundido com a Associação Gonçalves Zarco.

Por deliberação do governo regional, a associação ganhou em 29 de março de 1977 o estatuto de entidade de utilidade pública.

Celebrou-se em 2 de abril de 1977 o centenário da caixa económica, tendo sido aprovados novos estatutos que viabilizaram que a partir de 1 de janeiro de 1982 fosse gerida por uma administração diferente.

Com 156 anos de existência, a associação continua em atividade, mantendo-se fiel aos seus princípios: prestar a assistência aos seus sócios nas adversidades da vida.

Bibliog.: NÓBREGA, David Eleutério, *Pequena História da Associação*, Funchal, s.n., 1982; RIBEIRO, José Silvestre, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo, a contar do Dia 7 de Outubro de 1856*, vol. II, Funchal, Typ. Nacional, 1850; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1998.

CARLOS BARRADAS

Associação de Universitários Madeirenses

A constituição da Associação de Universitários Madeirenses (AUM) em 1990 pretendeu enquadrar, à luz do direito associativo, um conjunto de iniciativas que vinham sendo desenvolvidas por estudantes da Madeira que frequentavam cursos do ensino superior em diversas áreas nas universidades do continente português. Desde há muito que diversas gerações e grupos de estudantes madeirenses

se reuniam informalmente em encontros de convívio para reviver as tradições gastronómicas, musicais e religiosas da Madeira ou para tentar levar a efeito projetos de promoção de aspetos mais peculiares da cultura madeirense. Entre essas iniciativas contavam-se a organização de passeios, tertúlias e jantares, a recriação da música e do folclore madeirenses, e de algumas emblemáticas tradições religiosas, como as características missas do parto, mas também a edição de periódicos, como a revista *Levada*, na linha do que já se vinha fazendo há décadas em torno das Casas da Madeira.

Todavia, no final da déc. de 1980, um grupo de estudantes, sob a liderança dos colegas, nomeadamente, de Teologia e de Direito da Univ. Católica (UCP) em Lisboa, juntamente com outros de Psicologia e de Filosofia da Univ. de Lisboa, sentiram a necessidade de dar corpo jurídico a este movimento, a fim de oficializar este trabalho e abrir portas a financiamentos mais regulares para sustentar as suas atividades, especialmente as de carácter cultural e científico.

Esta associação acabou por ser criada em 1990, em assembleia constituinte promovida por José Eduardo Franco e José Luís Sousa, então estudantes de Filosofia e Teologia na UCP e residentes no Seminário de Alfragide e no Seminário dos Olivais, respetivamente. Estes foram coadjuvados pela liderança empenhada de Luísa Nunes e Noélia Franco, ambas estudantes de Direito, entre outros colegas. Desta assembleia constituinte saiu o primeiro presidente eleito, José Luís de Sousa, seminarista da Diocese do Funchal. Esta entidade associativa, que viu os seus estatutos publicados em *Diário da República* no dia 1 de outubro de 1990, teve a sua primeira sede na R. das Laranjeiras, freguesia de São Domingos de Benfica, em Lisboa, e reuniu como sócios fundadores estudantes que cursavam Direito, Teologia, Comunicação Social, Sociologia, Psicologia, Filosofia, Agronomia e Engenharia, entre outros cursos.

A AUM começou por promover uma iniciativa inédita que foi realizada no fim daquele

primeiro ano de vida associativa: o I Congresso de Cultura Madeirense, que teve lugar entre os dias 27 de novembro e 9 de dezembro de 1990 no Edifício 2000, com a participação de nomes relevantes da academia e da cultura portuguesas como José Manuel Paquete de Oliveira, Fernando Dacosta, José Manuel Azevedo e Jorge Freitas Branco, e contou com a presença do secretário de Estado da Juventude em exercício, Miguel Macedo. O livro das atas deste Congresso só foi editado duas décadas depois, pela Campo das Letras.

A esta iniciativa fundadora, que teve algum impacto na imprensa e que contou com o apoio das autoridades regionais que ali marcaram presença, seguiram-se muitas outras, para desenvolver um dos aspetos fundamentais do ideário desta associação: valorizar o papel da cultura para o progresso da Madeira. Em 2002, o papel desta associação teve um especial reconhecimento, ao ser convidada para fazer sentar um representante seu no Conselho Regional de Educação e Formação Profissional, criado por decreto legislativo regional em 1998 e atualizado quatro anos depois.

Várias direções se sucederam à frente desta entidade associativa, com mais ou menos atividade, ao longo dos anos, perdendo fôlego no final da primeira déc. do séc. XXI, em que deixou de haver registo da sua atividade. Entre as várias figuras estudantis que lideraram a AUM podemos destacar, além das figuras fundadoras referidas atrás, José Afonso Rodrigues, Cristina Frade e Miguel Gouveia.

Importa sublinhar que o envolvimento associativo de muitos estudantes na AUM contribuiu para formar a consciência cívica e uma sensibilidade cultural mais apurada, que viria a dar frutos mais tarde, aquando da sua entrada na vida ativa profissional.

Bibliog.: “Congresso de cultura madeirense: o deságua de um processo histórico”, *Diário de Notícias*, Funchal, 28 dez. 1990, p. 3; “A cultura madeirense não pode ser constantemente adiada”, *Diário de Notícias*, Funchal, 30 dez. 1990, p. 9; FRANCO, José Eduardo (coord.), *Cultura Madeirense: Temas e Problemas* (Atas do Congresso), Porto/Funchal, Campo das Letras/DRAC, 2008; “Universitários madeirenses refletem sobre o seu papel cultural”, *Jornal da Madeira*, 11 ago. 1990, p. 11.

JOSÉ EDUARDO FRANCO

Associação dos Amigos da Arte Inclusiva – Dançando com a Diferença

A Associação dos Amigos da Arte Inclusiva – Dançando com a Diferença (AAAIDD) nasce em maio de 2007, tendo como objetivo a promoção e utilização das diferentes linguagens artísticas. As suas atividades constituem-se como elemento de inclusão social das pessoas com deficiência e outras, e podem estar inseridas nos âmbitos artístico, educacional, terapêutico e/ou de apoio a estes processos.

Surge no sentido de dar continuidade ao projeto Dançando com a Diferença, que teve o seu início em 2001, como projeto piloto, na Direção Regional de Educação Especial e Reabilitação da Secretaria Regional da Educação e Cultura, órgãos do Governo regional da Madeira. Este projeto, da responsabilidade de Henrique Amoedo, pretendia a implementação da atividade de dança inclusiva, onde os “trabalhos incluem [simultaneamente] pessoas com e sem deficiência, onde os focos terapêuticos e educacionais não são desprezados, mas a ênfase encontra-se, em toda a elaboração e criação artística. Todo este processo deve levar em consideração a possibilidade de mudança da imagem social e inclusão destas pessoas na sociedade, através da arte de dançar, uma necessidade premente em vários países onde este tipo de trabalho existe” (AMOEDO, 2002, 21).

Através da implementação do referido projeto, surgiu também o Grupo Dançando com a Diferença (GDD), comprovando a sua eficiência e disseminando o conceito de dança inclusiva, primeiro na Região Autónoma da Madeira, depois no continente português e, até 2014, em diversos países europeus e da América do Sul. Mesmo tendo como foco primordial as atividades artísticas, os aspetos educativos e de apoio terapêutico foram relevados em todas as ações promovidas por esta entidade.

Diversas entidades fizeram com que a AAAIDD conseguisse alargar os seus campos de ação e o número de pessoas atendidas no âmbito das suas diferentes atividades, nomeadamente

através do estabelecimento e manutenção de diferentes parcerias com instituições públicas e empresas privadas. Dessas instituições e empresas, que desenvolvem atividades nos mais diferentes ramos, destacam-se: o grupo Porto Bay, no campo da hotelaria; a Associação Cultural Companhia Clara Andermatt e o Teatro Viriato, no contexto das artes performativas; e o Grupo em Movimento da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental (APPACDM), de Ponte de Lima.

Com o GDD, a AAAIDD apresentou os seus espetáculos nos mais importantes teatros portugueses, como o Teatro Camões, o Teatro Municipal S. Luiz e o Teatro Viriato. Internacionalmente, verificou-se a integração dos seus espetáculos em programações regulares de diferentes teatros e a participação em festivais, quer festivais cuja programação dá especial relevo à participação dos grupos inclusivos, quer festivais integrados unicamente por pessoas com deficiência, e ainda outros de carácter mais geral, onde não existem preocupações desse tipo na definição da programação.

Até ao final do ano de 2014, realizou, no estrangeiro, espetáculos em mais de 50 cidades, de 17 países diferentes. Tem no seu repertório de 18 coreografias criações dos mais importantes coreógrafos de final do séc. xx e começo do séc. xxi, onde se destacam, de Portugal, Clara Andermatt, Elisabete Monteiro, Paulo Ribeiro, Henrique Rodvalho, Rui Horta e Carolina Teixeira, e, do Brasil, Ivonice Satie.

Relativamente aos coreógrafos portugueses é importante destacar-se o pioneirismo do GDD em convidá-los para criarem coreografias para um elenco que integrava pessoas com diferentes tipos de deficiência, algo que, mesmo com toda a experiência dos referidos criadores, nunca haviam experienciado.

“Desmanchar o medo e confrontar os limites, os deles e os meus” (“Levanta os braços...”, *Grupo Dançando com a Diferença*, s.d.) foi uma das frases com que Clara Andermatt definiu a sua peça “Levanta os braços como antenas para o céu”, de 2005, que o GDD dançou durante muitos anos e que foi, entre as diversas criações da coreógrafa, a obra que mais vezes foi

apresentada e que permaneceu mais tempo em programação por uma companhia de dança. Em 2012, “Dez mil seres” foi o resultado do segundo encontro, para uma criação da coreógrafa com o GDD.

A propósito de uma outra criação para o GDD, desta vez de Rui Horta, escreveu Daniel Tércio, em 2008, no texto de apresentação inscrito na folha de sala do espetáculo: “A declaração do desejo é um direito que habitualmente reconhecemos uns aos outros. A proposta de Rui Horta para o Grupo Dançando com a Diferença devolve-nos esse desejo e leva-nos a refletir até que ponto estamos preparados para aceitar os desejos dos outros corpos” (“Beautiful people...”, *Grupo Dançando com a Diferença*, s.d.).

A “solidez precária das certezas temporárias”, a exploração das dualidades e dos contrastes, além da “noção de um ‘incerto exato’, como a própria vida – efémera, sublime e vulnerável. Por um pequeno nada tudo muda, por um breve instante, um eterno retorno ao mesmo” (“Tempus incertus...”, *Dançando com a Diferença*, s.d.), estiveram na base do processo de criação artística de Elisabete Monteiro, que resultou em “Tempus incertus”, uma criação de 2009.

Dez anos depois de iniciar a sua trajetória artística, o GDD atingiu a maioria artística, com a criação de “Desafinado”. Num trabalho completo, onde música e dança estão completamente integradas, o coreógrafo Paulo Ribeiro, com a colaboração de Leonor Keil e direção musical dos Drumming Grupo de Percussão, com Miquel Bernat e António Serginho, explorou ao máximo as capacidades artístico-expressivas do elenco, que, num momento ímpar de dedicação e entrega, respondeu positivamente. “Desafinado” foi considerada pelo semanário *Expresso* como a segunda melhor coreografia apresentada em Portugal no ano de 2011.

Para além das suas atividades no âmbito artístico, a AAAIDD tem colaborado e participado em diferentes ações de âmbito educacional (em Portugal e também no estrangeiro), com o objetivo de disseminar as suas boas práticas de inclusão através da arte de dançar. Destacam-se: as suas colaborações com a Univ. de

Lisboa, através do Curso de Especialização em Dança em Contextos Educativos, na Faculdade de Motricidade Humana; a supervisão artística ao grupo Em Movimento, do Centro de Atividades Ocupacionais de Ponte de Lima da APPACDM; os *workshops*, as palestras, as conferências e os artigos científicos e de opinião publicados; o acompanhamento e a orientação de trabalhos académicos em todos os níveis de ensino através do Centro de Documentação e Investigação gerido pela AAAIDD; além do Dançando com a Diferença – ROAD, projeto que levará a experiência iniciada na Madeira a diferentes localidades do país e do estrangeiro, promovendo a criação de diferentes núcleos do Dançando com a Diferença. Viseu, numa iniciativa do Teatro Viriato, foi a primeira cidade do país a acolher esta última iniciativa, nos meses de outubro a dezembro de 2014.

O desenvolvimento de projetos específicos, em parceria com diferentes instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, também se reveste de grande importância para o desenvolvimento artístico dos membros do GDD, e a consolidação nacional e internacional do conceito de dança inclusiva. Neste âmbito, destacam-se as criações de Henrique Amoedo, nomeadamente: “Grottox” (direção musical de Paulo Maria Rodrigues), para o festival Ao Alcance de Todos, da Casa da Música (Porto), em 2009; “Máquina letal” (2011), em parceria com a Fundación Psico Ballet Maite León (de Madrid); e, por fim, “Endless”, com estreia em maio de 2012, um projeto de aprendizagem ao longo da vida, com a duração de dois anos, com parceiros da Alemanha, da Lituânia, da Polónia e da Estónia.

A temporalidade do conceito de dança inclusiva, prevista desde a criação do mesmo, é um dos motivos da existência do GDD, já que “quando bailarinos com corpos diferentes forem aceites em todas as companhias de dança pelas suas qualidades artísticas e esta diferença não for mais alvo de tantos estudos, atitudes incrédulas e/ou de condescendência dúbia, pensamos, teremos cumprido o nosso papel na procura de uma real inclusão destas pessoas no universo da dança e nesse momento o termo Dança

Inclusiva poderá ser desprezado, ficando somente para os registos históricos – sintoma de plena aceitação da unicidade na diversidade, pois de bailarinos se trata, que dançam com o corpo e não ‘apesar do corpo’” (AMOEDO, 2002, 124).

Pretende-se que a inclusão pela arte tenha o seu reconhecimento, ou seja, que não se fique apenas por uma estratégia de intervenção, mas que os seus resultados sejam valorizados artisticamente, de tal forma que os seus praticantes, com ou sem deficiência, sejam considerados unicamente artistas.

Bibliog.: impressa: AMOEDO, Henrique, *Dança Inclusiva em Contexto Artístico – Análise de Duas Companhias*, Dissertação de Mestrado em Performance Artística apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 2002; **digital:** “Beautiful people. Uma coreografia de Rui Horta”, *Grupo Dançando com a Diferença*, s.d.: http://www.teatrovirginia.com/fotos/editor2/folha_de_sala.pdf (acedido a 13 jun. 2018); “Levanta os braços como antenas para o céu. Uma coreografia de Clara Andermatt”, *Grupo Dançando com a Diferença*, s.d.: http://www.teatrovirginia.com/fotos/editor2/folha_de_sala.pdf (acedido a 13 jun. 2018); “Tempus incertus de Elisabete Monteiro”, *Dançando com a Diferença*, s.d.: <https://danca-inclusiva.com/trabalho/26/tempus-incertus> (acedido a 13 jun. 2018).

HENRIQUE AMOEDO

Associação dos Amigos da Irmã Wilson

A Associação dos Amigos da Irmã Wilson (AIW) é uma associação de solidariedade social inspirada na vida e obra da venerável Ir. Mary Jane Wilson, exemplo de serviço ao próximo e mulher atenta às necessidades socioeconómicas, religiosas e culturais dos mais pobres e desfavorecidos. A missão solidária da “boa mãe”, como ficou conhecida pelos madeirenses, não raras vezes foi auxiliada por leigos e leigas que, inspirados pela bondade da Ir. Mary Jane Wilson, quiseram seguir as suas pegadas.

A criação desta associação reconhece a importância dos leigos e leigas nessa missão, respondendo à vontade daqueles em participarem, conjuntamente com as Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, no movimento carismático iniciado pela fundadora; as primeiras diligências no sentido de responder ao desejo de criação deste género de associação foram deliberadas na assembleia geral de 1994, tendo essas mesmas disposições sido redigidas e aprovadas na assembleia geral de

1999, estando descritas no 10.º capítulo geral da ordem.

Deste modo, foi fundada em 2002 a AIW, com a aprovação eclesiástica dos estatutos pela Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, em 13 de abril de 2002. Estes primeiros estatutos foram promulgados em 11 de março de 2002 pela Ir. Maria de Lurdes Nunes, e oficialmente instituídos na simbólica data de 18 de outubro de 2002, data em que morreu a fundadora da ordem, a Ir. Mary Jane Wilson. Em 2006, a associação é reconhecida enquanto pessoa coletiva com personalidade jurídica.

Tendo como lema “luz e vida”, a Associação tem por missão ajudar os mais desfavorecidos nas suas necessidades espirituais, materiais e culturais, bem como a promoção da causa da canonização da Ir. Mary Jane Wilson.

A Associação possui duas direções: uma a nível regional, formada por um animador regional e um vice animador, um secretário, um tesoureiro e dois vogais, e dirigida exclusivamente por leigos, apoiados pela superiora maior, uma irmã assistente regional e um sacerdote assistente espiritual; e uma outra internacional, constituída por um presidente e um vice-presidente leigos, uma assistente geral, uma irmã da congregação, um tesoureiro leigo, e dois vogais, também eles leigos. Apesar de a Associação usufruir de uma certa autonomia, está, contudo, sob a supervisão da autoridade eclesiástica.

A AIW está presente em todo o território português, bem como na Europa, em África e na Ásia. Na ilha da Madeira, a Associação possui grupos nas seguintes paróquias do Carvalhal: Santa do Porto Moniz, Santana, Santa Cruz e São Martinho. Nas ilhas dos Açores, existe em São Miguel. Em Portugal continental, está presente nas cidades de Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Guimarães, Portalegre e Trancoso. A nível global está presente nos países onde a Missão das Irmãs Vitorianas existe: África do Sul, Alemanha, Brasil, Congo, Índia, Moçambique e Timor.

O núcleo da Associação na ilha da Madeira tem a cargo vários projetos de solidariedade

social, nomeadamente o projeto “Reflexo Cristão, Olhar Presente União que se Sente”, que visa apoiar as famílias pobres ou que passam dificuldades, ajudando com bens alimentares; e é responsável pela organização da Feira Missionária, que tem por objetivo angariar fundos para ajudar as missões missionárias das Irmãs Vitorianas.

Bibliog.: Associação Amigos da Irmã Wilson: <http://www.associacaoaiw.com/> (acedido a 9 abr. 2018); “Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias”, *Diocese Leiria-Fátima*, 26 fev. 2015: http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=9198:irmas-franciscanas-de-nossa-senhora-das-vitorias (acedido a 16 abr. 2018).

CARLOS BARRADAS

Associação dos Amigos do Conservatório de Música da Madeira

A Associação dos Amigos do Conservatório de Música da Madeira (AACMM), instituição de utilidade pública sem fins lucrativos, foi fundada a 25 de junho de 1993. Teve como seus fundadores João Carlos Abreu, secretário regional de turismo e cultura, a escultora Manuela Aranha, diretora da Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC), Inês Clode, presidente da comissão instaladora do Conservatório de Música da Madeira, Ian Fraser, John Ranalow, Rui Sá, Johnny Bjelkaroy e Pedro Zamora.

Um dos principais objetivos da criação da associação foi o de preencher uma das lacunas da vida cultural da Região, proporcionando concertos com regularidade e promovendo o gosto pela música. Outro, não menos importante, desde o início, foi o de encorajar o interesse pelo estudo da música, apoiando estudantes jovens e talentosos nos seus estudos na Madeira e no exterior. A organização de concertos com programação criteriosa visava ajudar não só a desenvolver o gosto pela música erudita, como a angariar fundos para ajuda financeira. Qualquer lucro obtido nas atividades da AACMM seria destinado, exclusivamente, ao apoio de músicos jovens e talentosos da Região.

O primeiro concerto da AACMM teve lugar no dia 19 de dezembro de 1993 no Cine



Cartaz do concerto comemorativo dos 20 anos da AACMM, 2013.

Casino, em colaboração com a então Orquestra de Câmara da Madeira (OCM), dirigida pelo maestro húngaro Zoltán Sánta e tendo o pianista Robert Andres como solista. A colaboração com a referida orquestra teve continuidade no concerto comemorativo do décimo aniversário da AACMM, em que a OCM foi representada pelo seu agrupamento camerístico, Madeira Camerata, e no concerto do vigésimo aniversário, em que participou a orquestra completa dirigida pelo maestro Pedro Neves e com o pianista italiano Antonio di Cristofano como solista.

O primeiro diretor artístico e presidente da direção foi o Prof. Pedro Zamora. Desde os finais de 1997, o presidente da direção e diretor artístico foi o Dr. Robert Andres, em colaboração com grande parte dos elementos dos corpos sociais empossados na altura. A associação tem o apoio pontual do Governo regional da Madeira (GRM), através da DRAC, tendo sido, em 2003 e 2013, assinado um

protocolo de dinamização cultural e, em 2006 e 2012, um contrato-programa de idêntico cariz. A 25 de maio de 2006, a AACMM foi declarada uma instituição de utilidade pública pelo GRM (resolução n.º 654/2006). Os apoios e a declaração representam, como inicialmente se propôs, um sinal de confiança na excelência da programação e de contribuição para o panorama cultural da Região Autónoma da Madeira.

Até ao fim de 2013, a AACMM apresentou 226 concertos, quase todos com uma programação diferente, o que representa um caso único no panorama musical da Região. O conceito de programação, que se distingue nesse panorama, foi desenvolvido ao longo da sua existência e incide, sobretudo, na música de câmara até ao quinteto e com a utilização do piano. Consequentemente, o palco mais utilizado foi sempre o do Teatro Municipal Baltazar Dias. Nos últimos anos, devido ao declínio das condições globais socioeconómicas, esta programação contemplou uma maior presença de intérpretes ligados à Região, o que veio reforçar uma das vertentes principais da política de programação da AACMM: dar destaque a jovens músicos cuja educação musical se encontra, inicialmente, ligada à Região. Na totalidade, cerca de dois terços dos concertos realizados tiveram como protagonistas intérpretes estrangeiros.

Nestes concertos, a associação tem contado com o contributo de alguns nomes ilustres do panorama musical nacional, europeu e mundial: os pianistas Pascal Rogé, Artur Pizarro, Victorino d'Almeida, Martino Tirimo, Peter Katin, Leonid Brumberg, Naum Shtarkman, Balázs Szokolay, Martina Filjak, os violinistas Ilya Grubert, Grigori Zhislin, Zakhar Bron, os flautistas István Matuz e Zoltán Gyöngyössi, a cantora Marie McLaughlin, o trompista Radovan Vlatković, o tubista Sérgio Carolino, os guitarristas Alirio Díaz e Dejan Ivanović e o trio de guitarras de Zagreb.

Destacamos, igualmente, os seguintes projetos: a apresentação integral das sonatas para piano de Beethoven, pelo pianista Artur Pizarro, que decorreu no âmbito da

temporada de 2004/2005; a realização de quatro concertos com algumas das mais conhecidas obras para piano de Mozart, interpretadas pelo pianista Martino Tirimo, em 2006, e a apresentação integral das sonatas para violino e piano de Beethoven, por João Pedro Cunha e António Rosado. Toda a temporada de 2008 foi integrada nas comemorações dos 500 anos da cidade do Funchal. Em 2010 e 2011, decorreu o ciclo integral de obras para piano de Chopin, em nove concertos, interpretadas por Artur Pizarro. Em novembro de 2011, o Festival Madeira Liszt teve cinco concertos e vários conteúdos cinematográficos e gastronómicos associados. Estes ciclos contaram sempre com o apoio da Câmara Municipal do Funchal.

A constante e intensa colaboração com o Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira (CEPAM) foi reconhecida e formalizada pela assinatura de um protocolo de colaboração, em janeiro de 2006, entre a AACMM e a Secretaria Regional da Educação, no âmbito do qual a AACMM doou ao CEPAM uma coleção inédita de mais de 8000 CD's, 2000 LP's e centenas de VHS's e DVD's. Esta coleção, originalmente propriedade de um dos sócios-fundadores da AACMM, o Dr. John Ranalow, representa o núcleo da mediateca daquela instituição, tendo sido homenageado o doador quando atribuíram àquele espaço a nova designação de “Mediateca Memorial Dr. John V. A. Ranalow”.

Em 2011, foi confiada à AACMM, pela DRAC, a condução e o acompanhamento do processo de restauro do piano de cauda Bechstein, propriedade daquela instituição, intervencionado numa empresa especializada em Inglaterra e posteriormente colocado no Teatro Municipal.

Ao longo da década de 2004-2014, e apesar dos constrangimentos no financiamento das atividades culturais, a AACMM atribuiu mais de 15.000 € em bolsas e apoios, tendo apoiado vários músicos talentosos da Região, alguns dos quais já terminaram os seus estudos e, em alguns casos, regressaram à Região.

ROBERT ANDRES

Associação dos Amigos do Parque Ecológico do Funchal

A Associação dos Amigos do Parque Ecológico do Funchal (AAPEF) foi criada em 2002, sendo o seu fundador José Raimundo Gomes Quintal, licenciado em Geografia, assumindo desde então a presidência da Associação, cargo que mantinha ainda em 2016.

Trata-se da primeira associação madeirense reconhecida como organização não governamental de ambiente (ONGA n.º 99) de âmbito local. Os objetivos da AAPEF inserem-se no âmbito da conservação da natureza e manutenção da biodiversidade insular, com especial incidência na flora endémica do arquipélago da Madeira, essencialmente a que se desenvolve nas maiores altitudes da ilha.

O início da atividade desta Associação centrou-se no topo do pico do Areiro, aos 1800 m de altitude, um dos mais altos da ilha da Madeira, onde foi desenvolvido um notável trabalho, contínuo, de plantação de espécies endémicas características daquela zona, como forma de sustentar o acelerado fenómeno erosivo aí patente, consequência do pastoreio desordenado de ovinos e caprinos que, ao longo de séculos, comprometeu o coberto vegetal, ao que se juntaram



Fig. 1 – Plantação no campo ambiental da AAPEF, Poiso (fotografia de Bernardes Franco, 2014).



Fig. 2 – Elementos da AAPEF numa ação de plantação (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

os episódicos e cíclicos incêndios devastadores. Paralelamente, as plantas lá instaladas funcionariam como espécies difusoras, de modo a favorecer a regeneração natural das áreas circunvizinhas. Os trabalhos de plantação foram, e continuam a ser, executados pelos associados e por um grande número de voluntários que aos fins de semana sobe ao alto da montanha.

Paulatinamente, a zona intervencionada foi recuperando o seu coberto vegetal originário, constituindo-se como um verdadeiro “oásis na montanha”, de grande valor botânico e estético. As plantas utilizadas para o efeito pela Associação provieram essencialmente dos viveiros do Parque Ecológico do Funchal, propriedade da Câmara Municipal do Funchal (CMF), bem como dos viveiros da Direção Regional de Florestas.

A sede oficial da AAPEF situa-se num pequeno imóvel localizado nos jardins públicos do Monte, cedido para o efeito pela CMF.

Em 2005, a Associação adquiriu os terrenos do denominado Montado do Cabeço da Lenha, localizado entre o Poiso e o pico do Areeiro, contíguo ao Parque Ecológico do Funchal, onde veio a instalar o Campo de Educação Ambiental do Cabeço da Lenha. Como infraestrutura de apoio, utilizou um antigo abrigo de montanha aí existente, propriedade do médico madeirense Rui Gomes da Silva, grande desportista e alpinista abnegado nas montanhas da Madeira. Neste Campo de Educação

Ambiental, os associados e simpatizantes procederam à remoção das espécies invasoras aí presentes, principalmente eucalipto e giesta, substituindo-as por espécies da flora indígena madeirense. Foi também instalado neste espaço um viveiro de reprodução de plantas indígenas, destinadas aos trabalhos de plantação levados a cabo pela AAPEF.

O grande incêndio ocorrido na Madeira em agosto de 2010 afetou seriamente a área que vinha sendo intervencionada pela Associação na zona do pico do Areeiro, como também reduziu a cinzas as instalações do Campo Ambiental do Cabeço da Lenha e a área circundante. Tudo teve então de recomeçar praticamente do ponto de partida inicial.

Paralelamente às ações de plantação e recuperação da biodiversidade, no terreno, a AAPEF desenvolve uma atividade regular de ações de divulgação e sensibilização junto das escolas e da comunidade insular, através da realização de conferências, palestras, concursos literários e de fotografia. São no entanto as atividades de caminhadas pela natureza, organizadas regularmente, através de levadas e de veredas, que levam os associados e simpatizantes ao contacto com a floresta Laurissilva madeirense, os ecossistemas de montanha e o mundo rural insular. Essas jornadas lúdico-pedagógicas assumem-se como veículo primordial do conhecimento e da divulgação da biodiversidade e da identidade cultural madeirense.

Logotipo da AAPEF

Do logotipo da Associação faz parte o poço da Neve, o único atualmente existente na Madeira, no topo do Parque Ecológico do Funchal, que em tempos servia para armazenar a neve caída no inverno, a qual era então transportada para a cidade do Funchal para servir como gelo nas unidades hoteleiras e nos hospitais. O outro elemento integrante do logotipo representa uma folha de árvore Laurácea, característica da floresta Laurissilva da Madeira.

ANA VIRGÍNIA ARRÔBE VALENTE DA SILVA

HENRIQUE MIGUEL DE FIGUEIREDO
DA SILVA DA COSTA NEVES

Associação dos Escoteiros de Portugal

➤ ESCOTEIROS

Associação dos Leigos Voluntários Dehonianos

A Associação dos Leigos Voluntários Dehonianos (ALVD) é uma organização sem fins lucrativos enquadrada na chamada família dehoniana, que agrega movimentos, grupos e entidades inspirados no carisma da Congregação dos Sacerdotes do Coração de Jesus (cujos membros são vulgarmente conhecidos por Dehonianos, por referência ao padre francês João Leão Dehon, fundador deste instituto religioso em França, em 1878): a ideia do amor que simbolicamente brota do coração de Cristo para construir a civilização do amor entre as sociedades.

A sede desta associação portuguesa de direito civil e eclesial, fundada oficialmente em 2002 por um grupo de leigos dehonianos liderado pelo P.º Adérito Barbosa, scj, coincide com a da Cúria da Província Portuguesa dos Sacerdotes do Coração de Jesus. Localiza-se na freguesia dos Olivais, em Lisboa, tendo ramificações pelo país, nomeadamente através de grupos que gravitam em torno das comunidades religiosas do instituto.

A ALVD, animada pelo espírito de missão cristã católica e pelo carisma dos Sacerdotes do Coração de Jesus, está vocacionada para o apoio humanitário e para o desenvolvimento comunitário, tendo como objetivos estatuídos na sua carta de fundação “intervir em situações de necessidade, cooperar, em regime de voluntariado, na formação humana, social e cristã nos países em desenvolvimento, aprofundar a vocação missionária e laical, atuar de acordo com o espírito dos leigos dehonianos” (“Voluntariado missionário”, *Dehonianos*, s.d.). Os meios para a concretização dos fins estabelecidos são também definidos na sua constituição: realização de projetos no âmbito da promoção humana, ações de formação nas áreas da educação para a saúde, da educação e formação das crianças,

dos adolescentes, dos jovens e dos adultos, da educação para a cidadania, do desenvolvimento das pessoas em ordem a melhorar os meios da agricultura e montagem de estruturas para acolher os elementos da ALVD no local de missão, a fim de realizar, de modo mais eficaz, o seu trabalho ao serviço das mulheres e dos homens mais necessitados.

Embora fundada no início da primeira década do séc. XXI, a ALVD consagrou e concedeu natureza jurídico-institucional a um trabalho que já vinha sendo desenvolvido por vários grupos de leigos que partilhavam o carisma dehoniano orientado para as missões *ad gentes*.

Na Madeira, a Associação conta com um grupo muito dinâmico, animado pelos padres dehonianos, presentes na Ilha desde 1947, com a fundação do Colégio Missionário. O grupo, criado em 2005 sob a orientação do P.º Juan Noite, scj, procura desenvolver iniciativas de apoio às missões dehonianas em África ligadas à Província Portuguesa dos Sacerdotes do Coração de Jesus, nomeadamente através da preparação de leigos para realizarem experiências missionárias em Madagáscar, Moçambique e Angola.

Ao longo dos seus primeiros 13 anos de atividade, o núcleo madeirense da ALVD acolheu 75 leigos e enviou 45 formandos para realizarem trabalho missionário em Moçambique, durante um mês. Desses leigos, 11 prolongaram o seu trabalho por um ano.

No final daquele período, preparava-se para alargar os seus horizontes de intervenção a destinos como o Equador, a Albânia, Timor-Leste e os campos de refugiados do Sul de Itália.

Bibliog.: impressa: ALVD – Associação dos Leigos Voluntários Dehonianos (folheto promocional), Lisboa, Associação dos Leigos Voluntários Dehonianos, s.d.; Associação de Leigos Voluntários Dehonianos (ALVD), Lisboa, texto mimeografado, s.d.; digital: “Voluntariado missionário”, *Dehonianos*, s.d.: <http://www.dehonianos.org/portal/leigos-voluntarios0/> (acedido a 29 jun. 2018).

JOSÉ EDUARDO FRANCO

Associação Educação e Psicologia

Na senda de estabelecer pontes e sinergias entre os olhares acutilantes da investigação e a singularidade da intervenção que quotidianamente

se tece no terreno da prática, foram surgindo em Portugal diferentes associações que se propuseram oferecer os seus contributos para a evolução do conhecimento nos mais diversos campos do saber. Foi também com esse propósito que, na Região Autónoma da Madeira, um grupo de técnicos, docentes e investigadores no campo da educação e da psicologia fundou a Associação Educação e Psicologia (AEPSI).

De acordo com o seu presidente, Renato Carvalho, a referida associação exerceu a sua atividade no período compreendido entre os anos 2008 e 2014, e, no decurso do seu funcionamento, incorporou um “Conselho Científico Consultivo, constituído por personalidades provenientes da área da psicologia e da educação e integradas em diferentes universidades do país e do estrangeiro” (CARVALHO, 2014). Ao longo dos seis anos da sua existência, a AEPSI congregou cerca de 90 associados, todos eles profissionais oriundos de diferentes quadrantes do sistema educativo, e dedicou-se ao desenvolvimento de múltiplos eventos de cariz “técnico e científico na área da educação e da psicologia” (*Id.*, 2014).

Na opinião do seu presidente, uma das características deveras inovadora da AEPSI foi a circunstância de ter conseguido reunir “numa única estrutura associativa, profissionais de diferentes áreas, nomeadamente, psicólogos, professores de vários níveis de ensino e outros técnicos da área da Educação” (*Id.*, 2014).

De entre as diversas iniciativas protagonizadas pela AEPSI, devemos destacar o Congresso Psicologia, Educação, Comunidade, realizado em maio de 2008, com a participação de mais de 200 congressistas, e que trouxe, para aprofundamento e reflexão, as temáticas da cooperação e relevância das parcerias entre os diferentes agentes educativos, na ótica da assunção de práticas colaborativas e holísticas, conducentes ao sucesso educativo de todos os que, nos estabelecimentos de educação e ensino, almejam aprender. Para perpetuar o referido congresso e os saberes que dele advieram, foi editado um livro de atas, no qual se encontram os artigos que reproduzem as distintas comunicações apresentadas.

Dando continuidade ao seu ensejo de patentear o conhecimento, através do esclarecimento, da partilha, reflexão e formação, a AEPSI orientou várias sessões de cariz formativo, destacando-se a metodologia da investigação científica como uma das mais participadas, e voltou a organizar, no ano de 2009, um simpósio em que abordou o dinamismo e a pertinência das intervenções eficazes em educação e que contou com mais de 100 participantes. Foi notória a participação, expressa nas intervenções, na discussão e na apresentação de diversas iniciativas e programas com provas de eficácia.

De acordo com o seu presidente, apesar da sua curta existência, a AEPSI cumpriu o seu papel, honrando a missão e as metas a que se tinha proposto. Deixou as marcas da sua inovação, do seu otimismo e da urgência de descobrir a sabedoria.

Fontes orais: CARVALHO, Renato, entrevistado por Maria José Camacho [comunicação pessoal], Funchal, 2014.

MARIA JOSÉ DE JESUS CAMACHO

Associação Escola de Samba Caneca Furada

A Associação Caneca Furada, fundada em 1986, é uma associação sem fins lucrativos, criada com o objetivo de divulgar e implementar a cultura brasileira na Região Autónoma da Madeira. Conhecida como “Caneca Furada”, é a mais antiga instituição que, de entre as trupes de Carnaval, anima as festividades populares na Ilha, nomeadamente o cortejo de Carnaval, a Festa da Flor e a Festa do Vinho, cartazes turísticos da Madeira. Esta Associação funcionou com sede à R. das Pretas, n.º 56, tendo os seus estatutos sido elaborados por Adolfo Brazão, que integrou regularmente o conjunto dos figurantes. Dos corpos sociais fundadores fizeram parte: Ângela Figueira, Artur Camacho, Carlos Jorge Andrade, Énio Andrade, Ferdinanda Sousa, Fernando Cruz, Jaime Sousa, José Azevedo Teixeira, Norberto Fernandes, Ricardo Pita Ferreira, Ricardo Silva e Romano Caldeira.

	Autoria do projeto	Designação do projeto/Carnaval	Designação do projeto/festa da Flor
1980	Ângela Figueira e grupo	Mulatas	Nesta fase não havia temas obrigatórios, cabendo aos grupos ajustar a produção individual ao tema geral da festa da Flor.
1990	Ângela Figueira e grupo	Can-can's	
1992	Ângela Figueira e grupo	Marinheiros	
1993	Nini Andrade Silva	A banana da Madeira	
1994	Nini Andrade Silva	Filhos das estrelas (índios)	
1995	Nini Andrade Silva	Povo da selva	
1996	Nini Andrade Silva	Outros tempos	
1997	Nini Andrade Silva	Mercados dos Lavradores	O mais belo jardim
1998	Nini Andrade Silva	Barbie's	O mar
2003	António José Sousa	Noite de S. Silvestre a dançar	A ilha dos amores
2004	João Egídio Rodrigues – Bodas de Prata	Alegria de Carnaval	Réplica de todos os anos da Caneca Furada
2005	João Egídio Rodrigues	Fruta boa só na Caneca	Madeira – Euforia de flores dentro da Europa
2006	Marisa Ferraz	O Casino da Madeira	Na onda das orquídeas
2007	Marisa Ferraz	O circo	Dança da primavera
2008	Marisa Ferraz	A Índia	Magia de uma flor
2009	Marisa Ferraz – 30.º aniversário	2009-2030 Caneca no espaço	Pôr do Sol – Florzinhas de encantar
2010	Marisa Ferraz	O mar e a pirata	Flores para o mundo
2011	Marisa Ferraz	Amor no coração	A flor que eu escolhi
2012	Marisa Ferraz	Peixes de aquário	Hino à Madeira em flor – Bonecas/flores de madeira
2013	Marisa Ferraz	O amor de Columbina	As flores dos caminhos da minha ilha

Tabela da relação das produções com maior relevo entre 1980 e 2013.

A Caneca Furada, enquanto grupo organizado, foi criada em 1979, sob iniciativa da empresária Ângela Figueira, que reuniu um conjunto de senhoras então frequentadoras do Club Sports Madeira. As mesmas, para distração e por graça, juntavam-se anualmente, por altura do Carnaval, em casas de particulares, onde faziam os conhecidos “assaltos”, próprios daquelas festividades. Desafiadas por algumas personalidades, das quais não se exclui João Carlos Abreu, e com um forte apoio de Ângela Figueira e dos meios que colocou à disposição, foi possível estrearem-se como grupo no cortejo de Carnaval de 1980, com o projeto Mulatas, do qual se enunciam alguns elementos participantes: Alda Fernandes, Anabela de Castro,

Clara Aguiar, Élia Sousa, Fátima Calado, Ferdinanda Sousa, Guida Tomás, Hélder Santos, Ida Bacanhim, Jaime de Sousa, Magda Ferreira, Maria José Gomes, Marisete Olim, Rolanda Abreu, Zita Brandão Luís e Zulmira Rodrigues, entre outros, num total de 40 elementos, número largamente ultrapassado ao longo das décadas (esta trupe chegou a ter entre 200 a 300 participantes nos desfiles). É de salientar a colaboração valiosa dada depois por Flávia Fernandes e Alice Rodrigues, que integraram o grupo em 1982 e 1988, respetivamente. Fizeram ainda parte do conjunto entusiastas suecos, amigos de Ferdinanda Sousa, que vinham de propósito à Madeira para integrar o cortejo carnavalesco. Vindy Forsberg, Sven, Isabel

Forsberg, Susana e outras bailarinas participaram nos festejos entre 1984 e 1994. Na comemoração do 30.º aniversário da Caneca Furada, voltaram, apoiados por Ferdinanda Sousa, para se juntarem ao cortejo, contribuindo assim para a preservação da memória identitária da trupe e do evento.

O Carnaval do Brasil, nomeadamente a sua Escola da Mangueira, foi sempre uma referência. Esta última foi igualmente uma fonte de inspiração, pela alegria e movimento que inculca, tendo a Caneca Furada, inclusivamente, adotado as suas cores: verde, rosa e dourado.

Em 1980, aquando da primeira produção, o coreógrafo era Ricardo Sousa, um jovem madeirense de 18 anos. Na ocasião, predominava o número de elementos femininos sobre o de elementos masculinos no grupo, tendo algumas mulheres adotado este último figurino para que se pudessem formar casais. É de registar o disfarce requintado na pele de negros, na medida em que tinham receio das críticas e não queriam ser reconhecidas pela sociedade.

A primeira música escolhida para os festejos carnavalescos intitulava-se “Bota no Copo que a Caneca está Furada”. Pela alegria e animação que proporcionava, foi inspiração para a elaboração do hino da trupe da Caneca Furada, sendo a sua letra de Helena Câmara e os seus arranjos do pianista João de Deus. Nesse ano (1983), a Caneca Furada estreou-se com música original ao vivo, tocada por uma grande fanfara e acompanhada pela precursão de um grupo de entusiastas, integrando, entre outros, Artur Camacho, Carlos Jorge Andrade (grande aficionado da música e responsável pela introdução dos metais na banda musical) e Ênio Andrade. Leia-se o poema da música intitulada “Alegria de Carnaval”: “P’ra quê chorar/P’ra quê sofrer/Vamos cantar/Vamos sambar/Té o sol nascer/P’ra quê chorar/Se nos faz mal/Vamos cantar/Vamos sambar/Porque é Carnaval/E se a tristeza vier chamar por si/Não dê entrada/A alegria vem aí na batucada do Carnaval/Toma lá esta caneca/Tá furada não faz mal/Vai encher de alegria/Vai encher de alegria/Este nosso Carnaval/Caneca, caneca/Caneca furada/Escola de Samba/A mais afamada”.

Ainda em 1983, a Faculdade de Escolas de Samba, fundada em 1977, homenageou a Caneca Furada pelo trabalho desenvolvido a sambar, emitindo um diploma de homenagem onde se lê: “Sente-se honrada em conferir [...] o presente título, em reconhecimento aos serviços prestados à Faculdade do Samba”. Neste ano, Ângela Figueira foi eleita rainha do Carnaval pelos elementos da trupe. Cabe destacar também, os concursos de rainha do Carnaval ganhos pela Caneca Furada, com Nini Andrade Silva, estilista do grupo, e Cristina Rodrigues, respetivamente em 1986 e 1987.

O bailarino Francis Cardoso foi o coreógrafo residente durante vários anos, tendo deixado o seu legado a Colin Vieira que, em 2013, era ainda, juntamente com a bailarina Tina (Dalila Chaves), coreógrafo da Caneca Furada. Desde 2003 que a Caneca Furada conta com a importante colaboração de Silvério Andrade na produção de armações para as costas e a cabeça.

Sem esquecer o patrocínio e o apoio de entidades e individualidades como António Henriques, Joe Berardo e Lourdes Costa, a quem o grupo se mostra muito grato, destacam-se também outros contributos, nomeadamente a participação de personalidades de renome da sociedade madeirense (Constantino Palma, José Carlos Ramos, Fernando Neves, Paulo Fontes e Pedro Calado, entre outros), ou a proposta efetuada pelas unidades hoteleiras para desfilar e animar os seus espaços, nas alturas festivas, e ainda as viagens à ilha Grã Canária, a convite do alcaide Javier Melián (1984, 1985, 1986 e 1988), a fim de integrar as festividades locais, tendo recebido uma menção especial em 1986. Em relação ao ano de 1988, destaca-se o facto de o calendário local ter sido alterado para poder incluir a Caneca Furada, participação que se revestiu de sucesso nas atuações de rua e nos hotéis.

Estes projetos, contudo, não fazem sentido sem um forte apoio do Governo Regional da Madeira (GRM), nomeadamente da tutela do turismo, sobretudo quando depositam no grupo a confiança de que ele contribuirá para um cartaz turístico de sucesso em celebrações como o Carnaval, a Festa da Flor e a Festa

do Vinho, entre outras a que o grupo possa corresponder.

Em 2009, cumpria a Caneca Furada o seu 30.º aniversário, quando o GRM, através da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, lhe atribuiu a medalha de ouro de mérito turístico (resolução n.º 1264/2009, de 17 de setembro, do Conselho do Governo regional).

Em 2013, integrou ainda o projeto a fundadora Ferdinanda Sousa, grande impulsionadora do grupo que, desde 2003, também o lidera, por testemunho passado por Ângela Figueira.

FERDINANDA SOUSA

Associação Grupo Cultural Flores de Maio

Nos finais da déc. de 30 do séc. xx, é colocado na Escola Primária Masculina do sítio das Casas Próximas, no Porto da Cruz, o Prof. Crisóstomo Teixeira do Livramento (1902-1964), de origem açoriana, que, depois de ter exercido funções na Boaventura e em Santana, permanece nesta freguesia até 1955, altura em que é transferido para a freguesia de São Roque, no Funchal. Foi cofundador da Banda Filarmónica de Santana (1926) e deixou também patente o seu gosto pelas artes no Porto da Cruz, criando um grupo de tocadores de cordas que ensaiavam aos domingos e pelas noites dentro, à luz de lampiões Petromax e candeeiros de petróleo. É a este grupo de tocadores que, em tom jocoso, apelidavam de Flores, mais tarde, de Maio: “flores”, símbolo de beleza a despontar, e “maio”, alusão ao começo da época veranil, visto o primeiro grupo ser composto maioritariamente por pessoas de meia-idade.

Todos os anos, Crisóstomo Livramento fazia questão de ensaiar uma récita-teatro, conforme lhe chamava, e que era apresentada num teatro improvisado numa garagem, com atores dessa freguesia e da de Santana, um espetáculo que não deixava de conferir notoriedade ao Porto da Cruz. As peças teatrais eram de sua autoria, criando sátiras para a comunidade local e não só. É nestes eventos culturais que começam a participar os tocadores denominados

Flores de Maio. Recriavam em palco as canções nacionais de maior sucesso, o que era muito do agrado da assistência, constituída não só pelos locais, mas também por público vindo de outras zonas limítrofes, mormente Santana, Faial e Santo da Serra. Muitas das vezes, estas apresentações coincidiam com períodos de férias, para garantir uma maior afluência e um público mais distinto.

Com a saída de Crisóstomo Livramento, em 1955, Jaime Marques dos Ramos (1901-1992) relança o gosto pela prática musical entre elementos locais, criando uma nova era para o Grupo Flores de Maio, que dura até 1970.

Foi com Jaime Marques dos Ramos que se começou a tocar pela pauta, prática muito avançada para a época, visto o Porto da Cruz ser uma zona rural onde predominava o analfabetismo literário, mas já não o musical.

É neste grupo de tocadores que aparece Eduardo Caldeira (1940-2002), o grande impulsionador da dinâmica cultural e musical pela qual a Associação viria a pautar-se, no período que vai de 1970 a 2002.

Espírito combativo e lutador, acreditando no valor cultural do seu projeto, Eduardo Caldeira procurou, junto das instâncias governativas, apoios para o seu grupo de tocadores (jovens e não só), o que não se afigurou tarefa fácil. Através dele, procurou implementar uma dinâmica artístico-cultural no Porto da Cruz, aparecendo em festas e romarias por toda a Ilha, especialmente nas solenidades de verão e nas festas locais, tais como a Festa da Senhora de Guadalupe, a do Santíssimo Sacramento, nas visitas domiciliárias do Divino Espírito Santo e Dia da Copa, bem como nas festas de Ano



Fig. 1 – Tuna Flores de Maio, 1960 (arquivo da AGCFM).



Fig. 2 – Tuna Flores de Maio, 1993 (arquivo da AGCFM).

Novo. Divulgava, deste modo, o valor artístico da Associação, criada em viveiro e alforge de uma genuína cultura popular.

Movido pelo espírito de equipa e desenvolvendo um trabalho voluntário de recolha do património imaterial, revisita a memória e alma do povo broculho (forma popular de “borquilho”), alcunha coletiva pela qual são conhecidos os habitantes do Porto da Cruz, e desse levantamento do cancionero e romancero tradicional vão constar cantigas de trabalho, lengalengas, a cantiga da carga, a cantiga da erva, a canção do nevoeiro, canções das vindimas e, em particular, as canções monocórdicas dos borracheiros.

Sob o impulso de Eduardo Caldeira, cria-se em outubro de 1986 a Associação Grupo Cultural Flores de Maio (AGCFM) e, com ela, formam-se o grupo de borracheiros, a tuna Flores de Maio e o grupo de animação, com destaque para o toque do búzio – som muito querido pelos heréus, porque anunciava o seu giro de rega, especialmente durante a noite.

Note-se que o vinho dito americano se torna, desde os finais do séc. XVII, o produto-rei desta freguesia, porque de maior rendimento. Recriar um Grupo de Borracheiros, representativo da memória viva de um passado coletivo com forte traço identitário, foi, talvez, a maior homenagem que se podia fazer aos camponeses anónimos desta terra.

É certo afirmar-se que este Grupo passou a ser a imagem de marca do Porto da Cruz, da

AGCFM e um dos maiores embaixadores da cultura popular madeirense, tendo representado regularmente a Região Autónoma da Madeira (RAM) em exposições internacionais.

Em 2002 morre, aos 62 anos, Eduardo Caldeira. Em sua homenagem, pela sua grande dedicação à causa do associativismo cultural, foi erigido um busto no jardim da sede da associação do Porto da Cruz. O filho, Virgílio Caldeira (1964-), aceita ficar à frente dos destinos da AGCFM. As atividades na Associação prosseguem e desenvolvem-se. Em maio de 2004, é inaugurada a nova sede, concedida pelo Governo regional.

Com sede própria, a Associação trabalha no respeito pelo legado das figuras dinamizadoras e gerações anteriores, assegurando a formação e prática artísticas a crianças, jovens e adultos, vistas não só como ocupação dos tempos livres, mas também como escola de artes, no verdadeiro sentido da palavra.

Graças ao trabalho desenvolvido semanalmente por um grupo de docentes, especialistas em educação artística, a AGCFM conta, em média, com 120 alunos por ano letivo, distribuídos pelas seguintes atividades: cordofones madeirenses (braguinha, rajão e viola de arame), viola, bandolim, acordeão, canto, teatro e dança.

Reflexo desta dinâmica, garante-se a manutenção de vários grupos e surgem novos projetos artísticos – o grupo de borracheiros, o grupo de animação, o grupo coral, o coro infantil, o ensemble de bandolins, o machezinho, o grupo de teatro e o grupo de dança – que produzem e apresentam espetáculos com regularidade, não só dando cumprimento ao plano de atividades preestabelecido, mas também correspondendo a convites pontuais de entidades públicas e privadas. Estes grupos realizam cerca de 40 espetáculos por temporada, nas mais variadas localidades e cidades da RAM.

Como principais projetos, a AGCFM assegura a tradição do cantar dos reis na freguesia do Porto da Cruz, com visita às “lapinhas” e prova das iguarias da época natalícia, preservando, deste modo, quer o espírito das vivências entre sítios, quer as marchas populares.



Fig. 3 – Elenco do musical comemorativo dos 25 anos da AGCFM, *Levada d'Amores*, 2011 (arquivo da AGCFM).

O Festival da Canção Infantil Vozes em Flor, um evento em que todas as escolas do concelho de Machico participam, tem vindo a marcar a agenda cultural do município do Porto da Cruz: mais do que visar a competição, este certame promove sobretudo o convívio e a troca de experiências artísticas no âmbito de uma atividade lúdica.

As comemorações do 25.º aniversário da AGCFM, em 2011, deram azo à realização de um projeto ambicioso que congregou as valências e diversas atividades da estrutura associativa: o musical *Levada d'Amores*, com libreto de José Abel Mendes, música de João Caldeira e encenação de Filipa Silva. Nessa produção artística, as vivências da terra, reconfiguradas num misto de reconstituição de época e ficcionalização, foram representadas por todos os grupos desta Associação, levado a efeito no Centro Cívico do Porto da Cruz e no Teatro Baltazar Dias, no Funchal. O espetáculo colheu os aplausos sentidos de um público que já estava rendido à partida, porque pôde confirmar a generosa dedicação, o grande espírito de equipa e a elevada proficiência do Grupo Flores de Maio, fruto de todo um

ensinamento pedagógico/didático que ao longo dos anos tem sido inculcado nos jovens, adultos e seniores.

Ao longo dos anos, grupos desta Associação têm participado em diversos eventos na Região, nomeadamente no Encontro de Tunas e Orquestras de Bandolins da Madeira, no Encontro de Grupos Corais da Região Autónoma da Madeira, em festivais diversos, festividades religiosas, nas festas do Ano Novo no Funchal, em programas de rádio e televisão, entre outros.

Também já marcaram presença em eventos fora da Região, nomeadamente em Lanzarote (Canárias), na Expo 98 (Lisboa), na Expo 2000 (Hanôver, Alemanha), em São Miguel (Açores), em Vila Nova de Santo André (Santiago do Cacém) e no Gavião (Portalegre).

Em 2005, foi gravado um DVD, intitulado *500 Anos de Música Tradicional Madeirense*, com os diferentes grupos da Associação e o grupo de folclore da Casa do Povo do Porto da Cruz, como convidado, cuja produção foi da responsabilidade da empresa Almasud.

É com esse espírito de desenvolvimento pedagógico, didático e cultural que a AGCFM

promove ações que divulguem o projeto Flores de Maio junto da comunidade, em especial do público mais jovem, como forma de preservar as tradições, introduzindo novas roupagens e concebendo diferentes projetos de forma criativa e inovadora, como, aliás, é seu timbre.

Nota: esta entrada foi elaborada com base na consulta do arquivo da AGCFM.

JOSÉ ABEL MENDES

Associação Madeirense Promotora do Bem Público e do Auxílio Mútuo

D. João da Câmara Leme, 1.º visconde e conde do Canavial, umas das personalidades mais influentes da vida política, industrial, científica e cultural do séc. XIX na ilha da Madeira, num discurso datado de 12 de janeiro de 1877, lançava um apelo à união do povo madeirense para que, caminhando junto, lograsse com mais força, nas suas palavras, “promover o que for útil, justo e necessário; para empreender o que for conveniente proveitoso à causa pública; para defender os nossos direitos e os nossos interesses”, para assim conquistar o “*bem* da nossa *Pátria!* – que é também o nosso bem individual e o das nossas famílias!”, propondo para o efeito a fundação da “Associação Madeirense Promotora do Bem Público e do Auxílio Mútuo” (*O Districto do Funchal*, 21 maio 1877, 1).

No sentido de formalizar a instituição da agremiação de beneficência e nomear os corpos dirigentes, os associados fundadores reuniram-se na sede da Associação da Instrução e Protecção do Sexo Feminino Funchalense, na R. do Til, que havia sido fundada também por iniciativa de D. João da Câmara Leme, no dia 23 de janeiro de 1877.

Presidiu a esta primeira reunião o associado mais velho presente, Francisco António de Bettencourt Araújo Esmeraldo, que nomeou João de Bettencourt Araújo Carvalho Esmeraldo e João de Bettencourt Jardim secretários. Neste primeiro encontro, foi eleito o primeiro conselho da Associação, tendo sido designado para presidente João José Rodrigues Leitão e para

vice-presidente o visconde da Calçada. Como 1.º secretário foi indicado João Baptista Leal e, como 2.º secretário, João Bettencourt Jardim, acompanhados na vice-secretaria por João Barbosa de Mattos e Câmara, 1.º vice-secretário, e Manuel Figueira Chaves, 2.º vice-secretário.

Foi ainda criada uma comissão incumbida de “promover a aprovação dos estatutos, a inscrição de novos sócios, quaisquer trabalhos de utilidade pública e tudo o que a mesma comissão poder realizar a bem da associação e do país”, tendo sido escolhidos para fazerem parte deste órgão Joaquim Ricardo da Trindade e Vasconcelos, José António de Almada, João de Freitas da Silva, João Fortunato d’Oliveira, Tristão Perestelo da Camara, Adolfo de Freitas Leal, Leonidio Xavier Vieira Pinto e João de Bettencourt Araújo Carvalho Esmeraldo. Foi também nomeado solenemente para esta comissão D. João da Câmara Leme (*Ibid.*, 1).

É relevante assinalar que, pelas individualidades acima citadas, se constata que a Associação recém-fundada reunia à sua volta grande parte das figuras que compunham a elite madeirense, entre proprietários e industriais, com grande poder económico não só a nível local, como à escala nacional. Também integrava personalidades da administração madeirense, tendo sido convidados, em reunião de 28 de janeiro de 1877, para serem associados Luiz Torquato de Faria e Santos, diretor das Obras Públicas, Henrique de Lima e Cunha, capitão de Artilharia, e João José Barreto, chefe de secção da direção das Obras Públicas.

Precisamente na reunião de 28 de janeiro de 1877, a comissão encabeçada por D. João da Câmara Leme decidiu abrir oficialmente as portas ao público, endereçando uma carta assinada pelos 31 associados fundadores a todos aqueles que quisessem ingressar na agremiação, ainda que os Estatutos estivessem a aguardar a aprovação régia.

A carta-convite explicava que a fundação da Associação pretendia ser uma resposta unida à grave crise vinícola que na época atingia a ilha da Madeira. Sendo que este problema a todos afetava, era necessária uma união transversal, sem olhar a partidos políticos nem a guerras

partidárias, apresentando, deste modo, os princípios pelos quais a Associação se regia no sentido de ultrapassar a crise, “desenvolvimento da instrução, da agricultura, da indústria e do comércio”, para deste modo lograr o “bem geral da sua Pátria” (*Ibid.*, 1).

Estes eram, de facto, os fundamentos norteadores da ação da instituição na sociedade civil, estando descritos no art. 3.º dos estatutos da Associação, que só foram impressos a 5 de dezembro de 1878, quase um ano depois da iniciativa.

O convite endereçado expunha os requisitos para a inscrição na Associação, definidos por uma “obrigação pecuniária” na forma de “uma joia de 3\$000 réis, que pode ser paga em prestações, nunca menores de 240 réis”, sendo depois enviada uma cópia dos estatutos a cada filiado (*Estatutos da Associação...*, 1878, 1). Acrescente-se a este dado que, segundo o art. 12.º dos estatutos, os associados tinham a obrigação de ajudar a agremiação tanto nos cargos para que fossem eleitos, como em tudo o que fosse necessário. Outro dever curioso a que os membros deviam ter atenção era aquele definido pela al. 4.ª do art. 12.º, que ditava a todos os associados que tivessem à sua guarda crianças do sexo masculino até “pelo menos a idade de 6 anos” mandá-las “à escola primária” e “continuar-lhes depois a instrução segundo as circunstâncias e posição social de cada um, utilizando, quanto possível, os meios de instrução que a Associação facilitar” (*Ibid.*, 3).

Nos estatutos, podemos ler ainda que a estrutura da agremiação estava organizada, ao nível central, pelo conselho geral, pelo conselho fiscal, pela direção e pela junta do distrito, havendo, a nível local, a junta do concelho, as delegações paroquiais e as assembleias gerais paroquiais. A sustentabilidade financeira da instituição, segundo o art. 6.º, estava assente nos fundos que provinham “de – joias, contribuições, donativos, legados, multas”. O fim da Associação estava dependente da votação de 2/3 dos associados (*Ibid.*, 2).

Muito antes da impressão dos estatutos, a 24 de maio de 1877, a Associação Madeirense Promotora do Bem Público e do Auxílio Mútuo lançou na imprensa madeirense uma

folha informativa, na forma de boletim, da sua responsabilidade, intitulada *O Districto do Funchal*, que se propunha concretizar e divulgar os princípios norteadores da instituição – instrução, indústria, agricultura e comércio – através da divulgação de textos e excertos originais. Esta publicação viria a ser interrompida a 24 de abril de 1878, em resultado da ausência, por motivos de saúde, do mentor do projeto, D. João da Câmara Leme (*O Districto do Funchal*, 24 abr. 1878, 1).

Quanto à duração e extinção da Associação, o P.º Fernando Augusto da Silva referiu no *Elucidário Madeirense* que esta teve curta duração, sem, contudo, especificar uma data que nos elucide sobre o fim da agremiação. Existe informação que indica que a instituição estava em pleno funcionamento em finais de 1878 e nos inícios de 1879, já que, a 24 de dezembro de 1878, o Cón. Alfredo César de Oliveira, deputado eleito pela ilha da Madeira à Assembleia Nacional, aceitou o convite para o cargo de vogal efetivo da direção da Associação.

Outro dado a ter em consideração no sentido de justificar a curta existência da agremiação é o facto de D. João da Câmara Leme ter assumido o cargo de governador civil do Funchal a 30 de julho de 1879, pois as responsabilidades que o novo cargo exigia, bem como o acérrimo combate político que o esperava, contribuíram, eventualmente, para lhe desviar a atenção da administração da instituição.

Bibliog.: CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. VII, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 2008; *Diário de Notícias*, 24 dez. 1878; *O Districto do Funchal*, 21 maio 1877; 24 abr. 1878; *Estatutos da Associação Promotora do Bem Público e de Auxílio Mútuo*, Funchal, Typ. Popular, 1878; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1998.

CARLOS BARRADAS

Associação Musical e Cultural Xarabanda

A abertura do meio musical madeirense ao mundo foi um processo lento, dificultado pela realidade do nosso país no final dos anos 70 do séc. XX e no início da década seguinte. A televisão ainda estava numa fase muito

incipiente e apenas as estações de rádio permitiam ouvir a música recente. No entanto, os critérios de seleção musical nem sempre eram os ideais. Assim, os discos funcionavam como veículo primordial de divulgação, ressalvada a barreira do preço.

O conhecimento da realidade musical fora da Região e das tendências que lá se afirmavam era limitado, ainda que fossem bem conhecidas figuras como José Afonso e Adriano Correia de Oliveira. Um papel importante foi desempenhado pela revista *Mundo da Canção*. Pelas suas características de divulgadora do que se ia passando no estrangeiro e no país, ajudou muitos a terem uma noção mais concreta da realidade musical.

No cruzamento de diversas influências com a vontade de ter alguma intervenção cultural, formou-se, em 1981, um grupo com a designação de Algozes, que, posteriormente, esteve na origem da Associação Musical e Cultural Xarabanda. Tinha como objetivo procurar as suas raízes e reforçar a identidade regional. Os seus fundadores foram João Viveiros, José Camacho, Rui Camacho e Eleutério Corte. A estes juntaram-se Carlos Pereira, Joel Camacho, Ezequiel Pereira, João Luís Aguiar, Fátima Vasconcelos, Guida Batista, Rui Alas e Jorge Martins. O nome foi escolhido um pouco por acaso, sem uma consciência completa do tipo de intervenção que ele evocava.

Numa primeira fase, o reportório foi formado, muito à imagem dos seus congéneres continentais, por temas populares e tradicionais, a par de composições de cariz tradicionalizante da autoria de João Viveiros.

A primeira atuação foi em abril daquele ano, no Colégio de Santa Teresinha, no Funchal, no âmbito do concurso “Vamos a isto”, organizado pelo Movimento dos Estudantes Católicos Madeirenses. De seguida, associaram-se às comemorações do 1.º de Maio, partilhando o palco com Zeca Afonso. A 2 de agosto, participaram no III Festival Musical do Faial, realizado na Madeira, com dois temas originais, com música e letra de João Viveiros, com o objetivo de chamar a atenção para importantes problemas sociais.

Aos poucos, alguns dos elementos do grupo começaram a efetuar deslocações pela Ilha, recolhendo canções tradicionais. Nesta primeira fase, houve a noção da importância deste trabalho, mas ainda não a consciência da necessidade de seguir regras próprias da recolha etnográfica. Deste modo, o arquivo da Associação Xarabanda conserva as suas primeiras cassetes, onde é patente a ausência de preocupações técnicas. Estes primeiros tempos corresponderam a uma fase de entusiasmo pela descoberta da tradição musical, não só através das saídas para o campo, mas também pela oportunidade que elementos do grupo tiveram de consultar as bobines depositadas na Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC), resultantes de um trabalho de recolha efetuado por Artur Andrade e António Aragão, na primeira metade dos anos 70.

Ao fim de dois ou três anos, decidiu-se abandonar os temas originais, assumindo-se a opção de firmar o reportório exclusivamente na tradição. Houve, então, a necessidade de afirmar esta escolha, estabelecendo-se a diferença em relação a grupos folclóricos e outros afins, mais voltados para a atividade turística. Aos poucos, e também com um melhor conhecimento de grupos semelhantes do continente, foi-se tornando clara a validade da opção do grupo.

Em novembro de 1985, teve lugar a primeira saída da Região, para participar na Semana da Madeira, no Estoril. Ao longo dos tempos, muitas outras deslocações se seguiram, tanto ao continente como ao estrangeiro, entre as quais as realizadas à Venezuela, à África do Sul, à Bélgica, à França, a Malta, ao Chipre, etc. Em Portugal, o grupo já efetuou atuações em Lisboa, em Coimbra, no Porto, em Loures e nas ilhas açorianas de São Jorge, São Miguel, Terceira, etc.

No ano letivo de 1987/1988, teve início uma colaboração que tem assumido, para os responsáveis da Associação, um papel fundamental para a concretização do seu papel de recolha, estudo e divulgação da tradição madeirense. O excelente relacionamento com a Secretaria Regional da Educação (SRE) permitiu a participação nas atividades culturais



Fig. 1 – Instrumentos musicais populares da Madeira. Cartaz Xarabanda, c. 1990 (coleção particular).

no ensino primário, iniciativa do então denominado Gabinete de Apoio à Expressão Musical e Dramática. Estas sessões tiveram lugar em escolas primárias de São Vicente, Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos, Ponta do Pargo e Arco da Calheta, no primeiro ano, seguindo-se depois a Camacha e Santa Cruz. A finalidade da participação da Associação foi dar a conhecer os instrumentos musicais madeirenses e a importância da tradição cultural madeirense em geral, além de interpretar algumas peças do seu repertório.

No final desse ano, o grupo recebeu o seu primeiro prémio, reconhecendo o mérito do trabalho realizado. Foi, assim, atribuído ao grupo de recolha e divulgação da música tradicional madeirense Algozes o galardão de mérito artístico pela Secretaria Regional de Turismo e Cultura (SRTC), a 22 de dezembro de 1988.

Em 1989, teve lugar a gravação do seu primeiro trabalho discográfico. Tratou-se de um LP, a que se deu o título de *Tocares e Cantares*

Tradicionais da Madeira. Incluiu um total de 11 cantigas tradicionais, interpretadas de forma o mais próxima possível das versões originais e usando instrumentos tradicionais. Grande parte do repertório apresentado neste disco foi constituído por recolhas do próprio grupo, efetuadas em 1981, 1982 e 1986. Os restantes temas foram recolhas realizadas por António Aragão e Artur Andrade, que pertenciam ao arquivo fonográfico da então DRAC. Podemos dizer que a intervenção mais significativa resultou de uma adequação das cantigas às regras musicais eruditas.

Dos objetivos do grupo, expressos na contracapa do vinil, pode realçar-se a intenção de chamar a atenção para a importância dos tocares e cantares tradicionais madeirenses, de criar um novo espaço de intervenção musical de forma diferente e participativa, de definir uma linha estética inspirada na raiz popular, dando à música o lugar que merece, e de mostrar o quanto ela significava para o grupo. Por fim, houve a preocupação de explorar e desenvolver outras sonoridades instrumentais.

Até àquela data, a atividade do grupo consistiu em atuações pontuais, pelo que a denominação não foi um problema de fundo. Perante a proximidade da gravação do primeiro trabalho discográfico, tornou-se premente a decisão sobre um nome, que iria perdurar. Optou-se, assim, por, a par da mudança de designação, criar uma associação cultural que englobasse e enquadrasse o grupo musical, dando-lhe melhores condições de atuação, a par da viabilização de outras atividades.

À associação foi dado o nome de Associação Musical e Cultural Xarabanda, usando o grupo musical a denominação Xarabanda. Os objetivos foram associar o nome à música tradicional madeirense e também chamar a atenção para o género charamba, canto improvisado já então com a sua sobrevivência ameaçada.

O registo da Associação Musical e Cultural Xarabanda teve lugar no dia 5 de julho de 1990, na Conservatória do Registo Comercial do Funchal, como pessoa coletiva com personalidade jurídica, sem fins lucrativos. Os elementos que assinaram a escritura da constituição

foram João Manuel Almeida Viveiros, José António Soares Camacho, Jorge Manuel Gouveia, Helena Maria da Silva Barbosa Camacho, Luís Alberto Gouveia Nunez, Mário André Nóbrega Rosado, Maria Isabel da Silva Gonçalves, Maria do Carmo Lemos Vieira Gouveia, Rui Alberto Camacho e Virgílio Nóbrega Caldeira.

Os seus objetivos estatutários referem o gosto e a competência pela investigação no domínio da cultura tradicional, a recolha e divulgação da música tradicional madeirense, o ensino dos cordofones regionais da tradição popular, a realização de ações de formação e sensibilização sobre música popular e tradicional regional, assim como a organização e edição de um cancionário de tradição oral madeirense. Como objetivos e fins da Associação, temos a pesquisa e investigação da música tradicional, o ensino de instrumentos musicais da tradição madeirense, a organização de ações de formação na área da música e dos instrumentos populares madeirenses, e a edição de um cancionário popular de tradição oral do arquipélago da Madeira.

Nesta fase, a atividade da Associação consistiu na realização de espetáculos musicais e, com alguma irregularidade, de recolhas de música tradicional pela Região, com o intuito de dar continuidade a um dos objetivos propostos nos estatutos: recolher, sistematizar, divulgar e editar um cancionário popular da tradição oral madeirense, para além da eventual seleção de temas para inclusão no reportório do grupo.

A partir de 1990, o grupo teve uma nova formação e efetuou a mudança de nome para Xarabanda, definindo-se, no subtítulo, como um grupo de recolha e divulgação do cancionário e romanceiro tradicional madeirense. Pela primeira vez, houve a preocupação de haver um espaço para a sede da Associação e a realização dos ensaios. A primeira sede estava localizada na R. do Pombal, n.º 13, no Funchal.

Aos poucos, foram sendo iniciados novos caminhos de estudo e divulgação da tradição regional. Na sequência da participação da Associação no VII Curso de Formadores de Etnografia e Folclore, organizado

pelo INATEL – Instituto Nacional de Apoio aos Tempos Livres, no seu centro de férias no Santo da Serra, em setembro de 1990, o trabalho realizado foi sendo mais conhecido, facto atestado pelo convite para a Associação se fazer representar, com a apresentação de uma comunicação, no 1.º Congresso Internacional de Folclore, realizado em Lisboa em outubro de 1991. O título da comunicação foi “Da recolha à divulgação – Uma experiência”.

O ano de 1991 marcou o início de uma nova fase do Xarabanda. Mantendo a primazia do trabalho musical, alargou o seu âmbito a outras áreas da cultura tradicional, como o artesanato, as festividades, etc. Como consequência lógica desta opção, aparece, em maio de 1992, sob proposta do associado Jorge Torres, a *Xarabanda Revista*, com o propósito de divulgar, de forma abrangente, todos os aspetos da etnografia madeirense ainda não devidamente estudados.

Numa primeira fase, foi de publicação semestral, tendo depois passado para anual, situação que se manteve, com uma certa irregularidade, até ao seu n.º 18, publicado em 2010, altura em que se optou pela sua extinção, devido, entre outros motivos, às recorrentes dificuldades de financiamento. Nos primeiros números, a sua direção esteve a cargo de Jorge Torres (do n.º 1 ao n.º 5), passando posteriormente para Rui Camacho (até ao último número).

Esta nova iniciativa, para além de alargar o leque de temas tratados, constituiu mais um instrumento de divulgação da música madeirense, dos seus instrumentos e de trabalhos de recolha efetuados. Alguns dos artigos publicados no periódico tornaram-se fontes indispensáveis para qualquer investigação musicológica, sobretudo quando referente à Madeira.

O ano de 1992 foi de forte reformulação do Xarabanda. Estando contratada uma digressão de duas semanas pela Venezuela, com atuações nos principais centros de comunidades madeirenses, a sua preparação exigiu um intenso trabalho de renovação de reportório, que, após sucessivas apresentações públicas, resultou, em grande medida, no segundo disco do Xarabanda, editado em 1994. Este foi o primeiro a ser

editado em formato de CD e teve como título *Longe da Vista Me Vai*, tratando-se de uma edição da própria Associação.

No ano letivo de 1993-1994, graças ao excelente espírito de colaboração com a SRE, foi possível ter a tempo inteiro na Associação um professor que ajudou a viabilizar muitos dos seus projetos, que aguardavam a oportunidade de serem concretizados. O primeiro a ser concluído foi a elaboração de uma pesquisa bibliográfica sobre a cultura tradicional regional, de que resultou, em 1995, a edição, pela SRE, do livro *Para Uma Bibliografia Madeirense. Cultura Tradicional*, da autoria de Jorge Torres.

No início de 1994, a Direção Regional de Turismo, reconhecendo a crescente importância da ação do Xarabanda em prol da tradição musical regional, convidou o grupo a integrar o programa de promoção da Madeira na Bolsa de Turismo de Lisboa, durante o mês de janeiro.

No mesmo ano, aproveitando o lançamento do CD *Longe da Vista Me Vai*, foi organizado um conjunto de eventos alusivos à música tradicional madeirense, a que foi dado o título genérico “Ao encontro da música popular”. Além de um espetáculo de apresentação, contou-se com a participação especial do musicólogo José Lúcio, autor de diversos programas sobre esta temática na RTP. Este participou em atividades didáticas com alunos de escolas do 2.º ciclo, intituladas “Brinquedos e instrumentos musicais do ambiente tradicional português”, além de realizar um colóquio e um debate abertos ao público sobre música tradicional portuguesa, finalizando-se as atividades com um concerto, no auditório da RDP-Madeira, animado pelo mote “Timbres e Dignidade dos Instrumentos Tradicionais”. Esta foi uma iniciativa que se repetiu durante alguns anos, com uma dimensão cada vez mais relevante.

Aproveitando o lançamento do novo disco do grupo, a Câmara Municipal do Funchal (CMF) convidou-o a integrar o programa da 20.ª Feira do Livro, com um concerto no jardim municipal.

O ano de 1995, em termos de atividade musical e deslocações ao estrangeiro, revelou-se muito produtivo. Foi marcado pela reedição

em CD do primeiro disco, *Tocares e Cantares Tradicionais da Madeira*, e também pela edição de uma coleção de postais ilustrados representando os principais instrumentos da tradição musical da Madeira. A última iniciativa teve lugar no âmbito da segunda edição de Ao Encontro da Música Popular, que incluiu um espetáculo no casino da Madeira, com a participação do Xarabanda e de dois grupos convidados, Toque de Caixa e Realejo. Destaca-se igualmente o lançamento de duas novas edições: a referida coleção de postais e o livro *Recolhas Xarabanda I – Romances Tradicionais e Cantigas Narrativas*. Este continha as transcrições de texto e melodia de todos os romances e cantigas narrativas recolhidos, até então, pelos elementos do Xarabanda, tendo a edição sido coordenada por Jorge Torres. A sua classificação, de acordo com o *Índice General del Romancero Pan-Hispánico*, resultou de uma fundamental colaboração de Pere Ferré, da Univ. Nova de Lisboa (UNL). O programa do evento ficou completo com um colóquio sobre etnomusicologia, que teve a participação de Salwa Castelo-Branco e Jorge Castro Ribeiro.

No âmbito do encontro, estava também previsto o lançamento de um CD com recolhas de músicas tradicionais efetuadas pelo Xarabanda na Camacha, com Maria Ascensão, mas este apenas teve lugar algumas semanas depois, por atraso na entrega do material por parte da fábrica.

Mais perto do final do ano, inserido nas comemorações de aniversário do Banco Madeira junto das comunidades madeirenses, o Xarabanda deslocou-se, em outubro, à África do Sul, para atuar nas cidades de Pretória, Joanesburgo e Cidade do Cabo, e, entre 27 de outubro e 6 de novembro, o grupo voltou a estar na Venezuela. A Direção Regional de Turismo e Cultura convidou o Xarabanda para uma série de concertos integrados no Festival da Madeira, a fim de promover a Região e os seus produtos em Bruxelas, de 16 a 22 de outubro, integrando o 1.º Festival de Promoção Turística da Madeira.

No ano seguinte, teve lugar a terceira edição de Ao Encontro da Música Popular. Desta

vez, foi a Galiza o tema escolhido. Estiveram no Teatro Municipal do Funchal os galegos Carlos Núñez, Leilía e Chouteira, além da Brigada Vítor Jara e do Xarabanda. Em paralelo, teve lugar no mesmo local uma conferência sobre música tradicional daquela região e uma exposição de instrumentos tradicionais, no salão do Teatro.

Em 1997, o trabalho do Xarabanda teve mais um reconhecimento, desta vez vindo do continente. A Associação foi convidada a colaborar numa edição de seis CD publicados pelo *Jornal de Notícias*, do Porto. A obra foi coordenada por José Alberto Sardinha e teve como título *Portugal, Raízes Musicais*. O sexto disco foi dedicado ao Algarve e às ilhas, tendo a parte madeirense sido composta, entre outras, por algumas recolhas do arquivo da Associação. O texto do folheto que acompanhou o disco foi da autoria de Rui Camacho e de Jorge Torres. Nesse mesmo ano, foi gravado um novo CD do Xarabanda, *Sete Dúzias de Mentiras*, com edição de Bis-Bis.

Em 1998-1999, com a intenção de consolidar a sua missão em defesa das diferentes práticas musicais e dos instrumentos da tradição popular madeirense, foi concretizado um objetivo importante, com o apoio da SRE e do Gabinete Coordenador da Educação Artística (GCEA): a ação de sensibilização A Música Popular e a Nova Escola, nas escolas do 1.º e 2.º ciclos da Região, coordenada por Vítor Sardinha, em parceria com Rui Camacho. A ação decorreu no espaço escolar, interagindo com os alunos e os professores de Educação Musical, vendo, ouvindo e falando da música e dos instrumentos populares de tradição madeirense.

Em setembro de 2001, o grupo Xarabanda participou no II Festival de Música Tradicional, em Macedo de Cavaleiros.

No ano seguinte, foi concretizado um projeto de longa data: a edição de um disco temático, integralmente composto por versões de cantigas do ciclo do Natal, *Cantigas ao Menino Jesus. Natal Tradicional Madeirense*.

A 3 de julho de 2002, considerando que “a associação presta um serviço público, desenvolve atividades de recuperação, de

promoção e divulgação do património musical da tradição madeirense, o crescente desenvolvimento das suas atividades envolvendo não só em benefício dos associados mas igualmente da população em geral, cooperando com a Administração nos seus objetivos de recolha e divulgação do património cultural imaterial da tradição madeirense”, o Conselho do Governo regional da Madeira declarou de utilidade pública a Associação Musical e Cultural Xarabanda, nos termos do dec. regional n.º 26/78/M, por meio da resolução n.º 967/2002.

No ano letivo de 2003/2004, conseguiu-se o destacamento para esta Associação de outro docente de Educação Musical, Vítor Sardinha, para desenvolver uma ação de sensibilização musical, denominada Práticas Musicais Madeirenses, para alunos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico das escolas da Região. O tema apresentado aos alunos, abrangendo o período de 1850 a 2000, revelou dados da história da música na Madeira nunca abordados em aulas de Educação Musical.

De 4 a 8 de agosto de 2004, alguns músicos do Xarabanda participaram na terceira edição do projeto Vis Musicae – Il Parco Sonoro tra i Due Mari, na província italiana de Catanzaro. Tratava-se de uma iniciativa dedicada ao conhecimento das diferentes manifestações musicais do Mediterrâneo, sendo abordados naquele ano os cantos improvisados.

Entre 2004 e 2011, a Associação desenvolveu na sua sede, aos sábados, um projeto de turismo cultural em parceria com a agência TUI. Estas sessões tiveram como objetivo dar a conhecer aos turistas alemães que visitavam a Madeira aspetos das tradições musicais e respetivos instrumentos.

O ano de 2006 foi marcado por duas distinções atribuídas à Associação. A população madeirense em geral mostrou o seu apreço através da votação que decorreu ao longo do ano e que culminou com a atribuição do prémio Gala RTP-Madeira/*Diário de Notícias* no sector da música. A atividade desenvolvida pela Associação Xarabanda foi ainda considerada pela SRTC como sendo de interesse cultural para a Região.

A partir do ano letivo de 2007/2008, foi possível concretizar mais um projeto enquadrado nos objetivos expostos desde a fundação da Associação. Foi criada a Escola de Cordofones Tradicionais Madeirenses, resultante de uma proposta do associado Roberto Moniz, professor de Educação Musical, que elaborou o respetivo projeto e assegurou a concretização destas atividades letivas vocacionadas para a aprendizagem do braguinha, do rajão e da viola de arame. A esta iniciativa veio juntar-se, em 2012, uma outra que, de certa forma, a complementa, a denominada Oficina de Viola de Arame, sob responsabilidade do também associado e professor de Educação Musical Roberto Moritz, com o objetivo de despertar o interesse para a prática destes cordofones e, valorizando-os, aumentar o número de executantes. Esta nova iniciativa foi viabilizada pelo protocolo de cooperação de interesse cultural para o município do Funchal celebrado entre a Associação Xarabanda e a CMF.

Em 2010, através da Associação, Jorge Torres e Rui Camacho colaboraram na *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX*, obra coordenada pela Prof.^a Dr.^a Salwa Castelo Branco, da UNL, com entradas sobre géneros musicais da tradição e músicos que se destacaram no panorama musical madeirense.

O ano seguinte foi marcado pela atribuição, por parte do GCEA, do prémio Educação Artística 2011, pelo papel relevante das suas atividades de sensibilização sobre o património musical tradicional nas escolas do 1.º e 2.º ciclos da Região.

Entre outubro desse ano e julho de 2013, a Associação foi convidada a participar, como parceiro ativo, no projeto Consórcio Comenius Régio da Direção Regional de Educação (DRE), no âmbito do Património Musical na Educação Artística – que tinha como objetivos promover e valorizar a diversidade do património musical da Madeira e Galiza, junto de alunos e pessoal docente das duas regiões, com ações de formação, divulgação junto da comunidade e investigação sobre os instrumentos e a música tradicional da Madeira.

Em 2014, foi a vez da atribuição do prémio Educamédia 2014, pela Direção de Serviços de Educação Artística e Multimédia/DRE, que distinguiu e homenageou a Associação Xarabanda pelos relevantes serviços prestados à educação.

No âmbito das comemorações do seu 30.º aniversário, a Associação organizou, em parceria com o GCEA, uma exposição denominada 5 Olhares sobre o Património Musical Madeirense, com um total de 100 objetos, que foi acompanhada do respetivo catálogo. Os cinco olhares representaram cinco perspetivas complementares sobre a cultura musical histórica madeirense, que, desde os anos 90 do séc. XX, tem sido alvo de estudos. Em simultâneo, realizou-se, no auditório do Museu de Eletricidade – Casa da Luz, um conjunto de colóquios para os quais foram convidados diversos especialistas, a fim de exporem as suas ideias sobre aspetos relacionados com a música madeirense. Foi um contributo essencial para um melhor conhecimento da história da música na Madeira e também para alertar para a

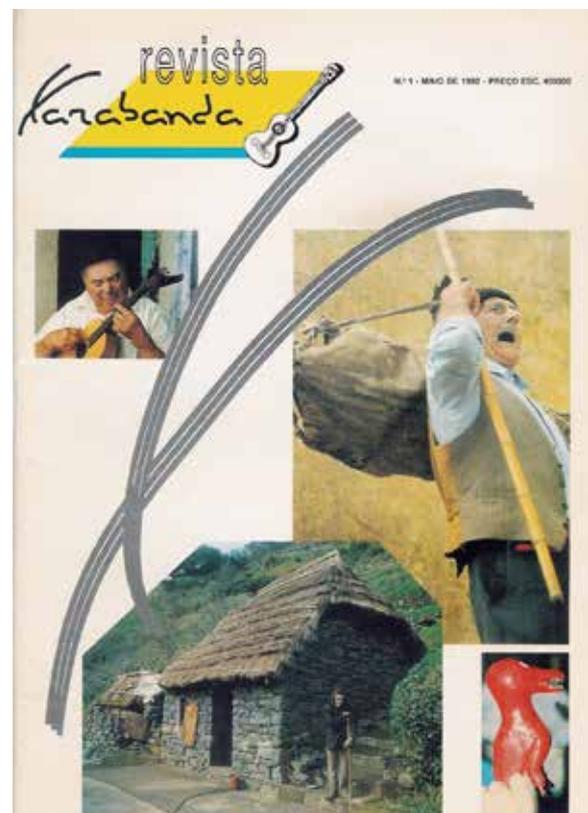


Fig. 2 – Xarabanda Revista, n.º 1, maio 1992.

necessidade de preservação da herança musical da Região.

Desde 1992, a Associação tem prosseguido um trabalho de sistematização que tem contado frequentemente com a colaboração da SRE, através do destacamento de docentes. Tem sido um trabalho intenso e importante, mas que, sendo essencialmente de gabinete, nem sempre se torna visível antes da concretização de edições que são colocadas à disposição do público em geral.

Uma dessas iniciativas, de que apenas se viu a concretização parcial, e mesmo assim ao fim de mais de 15 anos, foi o projeto de documentação etnomusicológica da música popular e tradicional madeirense desenvolvido por uma equipa de quatro elementos, sendo dois do Instituto de Etnomusicologia da UNL, Salwa Castelo Branco e Jorge Castro Ribeiro, e dois da Associação Xarabanda, Jorge Torres e Rui Camacho. Este consistiu na realização de um conjunto de recolhas por toda a Região, e desse trabalho iriam resultar, como contrapartida da participação dos elementos da UNL, dois discos compactos, um deles a editar pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o outro por uma editora nacional. Concluído o trabalho de seleção de faixas, de transcrição de textos e de comentários, a Associação aguardou longamente a edição dos trabalhos, tendo o CD intitulado *Music and Dance from Madeira* visto a luz do dia em 2015, integrado na coleção de música tradicional da UNESCO, que está, desde 2014, sob responsabilidade da Smithsonian Institution.

Outro projeto de longa data, e que vem sendo concretizado desde finais dos anos 90, é a transcrição e o processamento informático de todas as recolhas do arquivo da Associação. O seu grande número e, nalguns casos, as condições técnicas pouco favoráveis fizeram com que essa tarefa se prolongasse no tempo, tendo sido decisiva a colaboração do professor de Educação Musical Aquilino Domingo da Silva.

O terceiro grande projeto de sistematização diz respeito aos instrumentos musicais. Depois de muitos anos dedicados à recolha de

informação, houve um primeiro trabalho editado sob a forma de postais ilustrados, acima referido. Estando-se, então, ainda numa fase de recolha de informação, aquela iniciativa procurou dar uma resposta às solicitações de muitos docentes, que tinham grandes dificuldades em obter elementos para utilização nas suas aulas. A boa receptividade levou a que rapidamente se esgotasse. Em 2002, num segundo momento deste projeto, foi elaborado um *poster* dedicado aos “Instrumentos musicais populares da Madeira”. Sendo o seu objetivo essencialmente didático, apresenta os principais instrumentos, agrupados pelas suas famílias, com fotos e alguns dados sumários de afinação. Podemos ainda associar a este projeto a parceria com o GCEA, no ano de 2008, que resultou na edição do primeiro CD-ROM sobre *Instrumentos Musicais da Tradição Popular Madeirense*. O elemento de conclusão do projeto será a edição em livro e/ou CD de um estudo exaustivo dos instrumentos, com as suas características, origens, evolução histórica, repertório, processo de construção, etc.

A partir de 2016, a edição da revista foi substituída por uma coleção, denominada Cadernos Xarabanda, com saída irregular, de que foram apresentados na Feira do Livro do Funchal os dois primeiros volumes, um deles dedicado ao património cultural imaterial e, o outro, às festividades do Espírito Santo.

Ao longo dos anos, existiram várias ocasiões em que a Associação recebeu apoios de diverso tipo por parte do Governo regional, através da celebração de protocolos ou contratos-programa. Em todos eles ficou claramente expresso o reconhecimento das entidades oficiais pelo trabalho importante e de grande qualidade que tem vindo a ser concretizado, a diversos níveis. De certa forma, pode afirmar-se que tem sido, muitas vezes, a Associação Xarabanda a substituir-se às entidades oficiais na função de recolher, preservar, estudar e divulgar a tradição musical madeirense. Trata-se de um trabalho estruturante de extrema importância e de que apenas é possível ter uma ideia clara através de uma visita à sua sede, com o espaço para ensaios (do Xarabanda ou de outros grupos que lá têm

iniciado a sua atividade, prosseguindo depois o seu caminho dentro ou fora da Associação), as aulas de diversos instrumentos musicais, o centro de documentação com milhares de livros, revistas, fonogramas, imagens, etc.

O trabalho do Xarabanda também deu frutos pelo aparecimento de outros grupos que, partindo dos mesmos pressupostos, seguiram caminhos diversos, sempre dentro da matriz genérica da tradição musical madeirense. As propostas vão desde uma grande proximidade à tradição recolhida até trabalhos essencialmente de criação original, dentro das características tradicionais ou de novas sonoridades.

Podendo ser este o aspeto mais visível do frutificar do trabalho da Associação, muitos outros casos se deverão referir de grupos, formais ou informais, que vão surgindo com o propósito de se dedicarem à recolha e ao estudo da tradição regional. A todos eles o Xarabanda dá todo o seu apoio, facultando o acesso ao seu espólio, orientando as metodologias, colaborando no trabalho efetuado e ajudando a divulgar os resultados obtidos. Deve ainda ser aqui referida a crescente colaboração com a Univ. da Madeira, na pessoa de docentes e estudantes, que permite augurar o aparecimento de trabalhos cada vez melhores sobre a tradição madeirense.

Bibliog.: “25 anos de um projeto”, *Xarabanda Revista*, n.º 16, 2005-2006, p. 2; TORRES, Jorge, e CAMACHO, Rui, “O Xarabanda e a revalorização da música tradicional madeirense”, in MORAIS, Manuel (coord.), *A Madeira e a Música. Estudos* (c. 1508-c.1974), Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008, pp. 637-657.

Fontes áudio: XARABANDA, “Xarabanda”, in *Música Tradicional Madeirense. Antologia. 20 Anos*, CD duplo, Funchal, Direção Regional da Cultura, 2016.

JORGE TORRES
RUI CAMACHO

Associação Teatro Experimental do Funchal

O Teatro Experimental do Funchal (TEF), associação desde 2015, nasceu em 1975 pela comissão dos serviços culturais da Câmara Municipal do Funchal (CMF) com a denominação de Grupo Experimental de Teatro do Funchal (GETF), após a realização, no Teatro

Municipal Baltazar Dias (TMBD), do Festival de Teatro do Operário promovido pelo Inatel.

A 9 de janeiro de 1976, o GETF estreou o *Auto do Curandeiro*, do poeta popular António Aleixo, numa encenação coletiva sob a orientação de Carlos Abreu. Estreou em 1977 o *Auto da Barca do Inferno*, de Gil Vicente, com encenação de Orlando Barros, tendo como primeira parte o exercício teatral “Como se prepara um ator”, da autoria do encenador. O trabalho foi integrado no 1.º Curso de Formação de Atores (CFA). O grupo continuou o trabalho de ator, sob a responsabilidade de Carlos Franquinho.

Os serviços culturais da edilidade reabriram o TMBD após a sua recuperação, convidando para esse fim o professor e encenador Leopold Kielanowsky, que fez a adaptação da peça *A Noite de Reis ou o Que Quiserdes*, de William Shakespeare, com cenografia de Gino Romoli. O trabalho de preparação do espetáculo começou em novembro de 1977 e a peça estreou em janeiro de 1978, tendo reunido não só os atores que já faziam parte do grupo – Carlos Franquinho, Juvenal Garcês, Paula Camacho e Bento Abreu –, como também outros elementos que faziam teatro na Região – Bernadette Andrade, Isaura Melim, Raúl Silva, Ambrosina Barbeito, Eduardo Luiz, António Plácido, Paulo César, Rui Honorato, Énio Gomes, Porfírio Fernandes e Ana Gouveia, entre outros.

Desde 1978, o grupo manteve o firme propósito de não se deixar extinguir. Nesse mesmo ano, a Fundação Calouste Gulbenkian apoiou a contratação do encenador Roberto Merino que, durante quatro anos, além de montar espetáculos, preparou e formou intérpretes de teatro, potenciando no grupo uma consciência do estar e do ser ator, como amador ou profissional. Este percurso tornou o ator mais coeso e consciente do seu trabalho, concorrendo beneficentemente para o seu desenvolvimento, e o do teatro em geral, na Região. Ainda nesse ano, a CMF, através dos serviços culturais, atribuiu um valor monetário simbólico aos atores, contribuindo para a responsabilização e a dignificação do seu trabalho. Roberto Merino e

Júlio Couto dirigiram o 2.º CFA e o grupo participou no 1.º Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica (FITEI), com a peça *Woyzeck*, de Jorg Büchner, com encenação de Roberto Merino.

Durante os quatro anos seguintes, Roberto Merino formou atores, e dirigiu e encenou várias peças: *Histórias de Hakim*, de Norberto D'Ávila, em estreia mundial, com a presença do autor (peça reposta em 1981); *Tartufo*, de Molière (reposta em 1980); *Da Arte de bem Governar*, de John Arden; *O Príncipezinho*, de Antoine de Saint-Exupéry; *Vinicius de Moraes – Homenagem*, a partir de Vinicius de Moraes (1980); *Farsas Populares*, de Lope de Rueda, Cervantes e um anónimo francês do séc. xv (com que participou no 4.º FITEI e no Encontro Regional do Funchal, em Lisboa); *Enquanto o Mundo For Mundo*, de Francisco Ventura e Carlos Lélis (1981); *Uma Terra de Paz* e *O Círculo de Giz de Augsburg*, a partir do *Almanaque* de Bertolt Brecht, e *Liberdade, Liberdade, Liberdade*, de vários autores (1982), que fez apenas uma representação para uma plateia convidada.

A saída de Roberto Merino obrigou o grupo a procurar novo diretor artístico e encenador. A 27 de setembro, após uma reunião de atores, o grupo passou a denominar-se TEF. Agora constituído por Carlos Franquinho, Bernardette Andrade, Eduardo Luiz, António Plácido, Fátima Rocha, Paulo Brazão, Nuno Gonçalves, António Ascensão e Henrique Vieira, iniciou um novo percurso.

De 1983 a 1985, Fernando Heitor foi o encenador do TEF, realizando também o 4.º e o 5.º CFA. Os serviços culturais da CMF propuseram ao encenador a montagem de um espetáculo diferente, com um cunho regional, o que veio a acontecer no princípio de 1983 com *Noites da Madeira*, escrito por vários autores de revista a partir do romance *O Bairro*, de Vasco Pratolini, com dramaturgia de Fernando Heitor. Foi o segundo espetáculo que contou com música ao vivo (o primeiro fora *Uma Terra de Paz*), numa antestreia apresentada com o grupo Algozes, mais tarde denominado Xarabanda. Em 1983 – ano que marcou a saída do TEF

dos serviços culturais da CMF, devido a prioridades de ordem política –, Fernando Heitor encenou *Doce Pássaro da Juventude*, de Tennessee Williams.

Na impossibilidade de manter o grupo durante a presidência do edil João Fernandes, foi sugerida a formação em cooperativa, para o TEF poder concorrer aos diversos apoios existentes. Formaram a cooperativa Eduardo Luiz, António Plácido, Bernardette Andrade, Anita Abreu (que entrara em *Doce Pássaro da Juventude*), António Ascensão, Elmano Vieira, Henrique Vieira, Fernando Matta, Paulo Brazão, Fernando Heitor e Mavélia da Guia.

Com a produção de *Doce Pássaro da Juventude*, ainda foi esboçado um plano para novas apresentações fora do TMBD. Porém, a logística inviabilizou a concretização da ideia. A 12 de abril de 1984, o TEF constituiu-se como cooperativa de responsabilidade limitada. Nesta condição, o grupo foi apoiado financeiramente pela Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC) e pela CMF. Nesse mesmo ano, o Ateneu Comercial do Funchal (AtCF) recebeu o grupo, cedendo espaço para ensaios e espetáculos. O TEF apresentou-se como uma entidade cultural e artística de teatro, obtendo um apoio da Secretaria Regional de Turismo e Cultura (SRTC), através da DRAC. O guarda-roupa do grupo acabou por ser todo o espólio do grupo de teatro Os Cómicos, do qual Fernando Heitor fazia parte e que acabara de fechar as portas; foi o início dum extenso património que durante anos o grupo foi construindo.

Nesse ano, estreou *Nostalgia*, a partir de vários autores, com dramaturgia e encenação de Fernando Heitor, um espetáculo de café-concerto que aconteceu na sala de bailes do AtCF. Abrilantaram o espetáculo, em algumas apresentações, o bailarino Michel e a atriz Maria Emília Correia. Ainda em 1984, Fernando Heitor fez a dramaturgia e encenou *A Andorinha e as Árvores Falantes*, um projeto da autora Bernardette Falcão, com apoio da DRAC e com apresentações no TMBD.

No ano de 1985, o TEF apresentou *A Mosqueta*, de Ângelo Beolco, com dramaturgia

e encenação de Fernando Heitor, no palco do salão nobre do AtCF. Este trabalho foi o precursor dos espetáculos de itinerância por todo o arquipélago, concluindo mais tarde com uma apresentação no TMBD. Fernando Heitor regressou a Lisboa, mas não sem deixar a encenação de um espetáculo preparada (trabalho de cooperação entre o TEF e os grupos de teatro Colagem e 2+1), possibilitando a Eduardo Luiz a direção dos ensaios de *As Criadas*, de Jean Genet, com a assistência de Lília Bernardes e Ester Vieira (duas das intérpretes da peça). Neste mesmo ano, Eduardo Luiz iniciou o seu percurso como encenador residente no TEF. O grupo subiu ao palco do Casino da Madeira com um espetáculo para crianças: *O Bosque Encantado*, com textos, encenação e direção artística de Eduardo Luiz, integrado no Clube da Malta do Manel, uma rubrica da responsabilidade do *Diário de Notícias (DN)* (Madeira). Com encenação de Miguel Martins, *Fantastomático*, a partir da peça *Kikerikist*, de Paul Maar, espetáculo para crianças, estreou no AtCF, partindo depois em itinerância.

Em 1986, estreou *As Criadas*, de Jean Genet, com encenação de Fernando Heitor e direção de ensaios de Eduardo Luiz. *O Natal em Casa de Castafiore* estreou também neste ano, com texto e direção artística de Eduardo Luiz e integrado no Clube da Malta do Manel. *O Emigrante*, de João França, pelo grupo de teatro Colagem, tornado sócio da cooperativa, e ainda *As Maças de D. Abúndio*, da autoria de Roberto Merino, foram trabalhos encenados por Eduardo Luiz para o público infantojuvenil e que seguiram a linha da itinerância. Ainda em 1986 decorreu o 6.º CFA, dirigido por Eduardo Luiz, no Inatel.

O 7.º CFA realizou-se em 1987 e foi dirigido por Raija Kaeste, no TMBD. Por sugestão do edil do município, João Dantas, o TEF voltou às instalações do TMBD e a CMF, através da Junta de Freguesia de S. Pedro, disponibilizou uma sala da escola primária da Carreira para sede do grupo. Estreou *O Amoroso*, a partir de *O Morgado de Fafe Amoroso*, de Camilo Castelo Branco, encenado por Eduardo Luiz, que assumira

as funções de diretor artístico da cooperativa. O público infantojuvenil contou também com o espetáculo *O Grilo Perlimplim*, com texto e encenação do grupo de teatro 2+1, que se apresentou no TMBD, e com *O Aventureiro Maruf*, de Norberto D'Ávila, com encenação de Eduardo Luiz, ambos em itinerância. Eduardo Luiz encenou um texto com adaptação e dramaturgia do próprio e de Ester Vieira: *Teatrosópio*, a partir de Paulo César. Este espetáculo foi a primeira tentativa de elaborar um projeto de teatro para a infância e a juventude. Ainda subiram ao palco *Lembrar Pessoa... Conhecer os Nossos Músicos* – um espetáculo poético com declamação e momentos musicais com direção de António Plácido – e *Teatro Diaporama*, com textos de vários autores, dirigido por Ester Vieira. Todos os espetáculos desse ano se realizaram no TMBD, com grande envolvimento do grupo.

Durante o ano de 1988, Eduardo Luiz encenou *A Estalajadeira*, de Carlo Goldoni, além de diversos projetos de bar: *Café-Concerto I, II e III*, bem como *Theatron e Saltimbancos*, ambos com textos de Karl Wallentin, Raymond Devos, Vasco Santana, entre outros. Encenou ainda um espetáculo de poesia: *Noite de Poesia Madeirense*, com textos de vários poetas selecionados por José António Gonçalves.

O ano de 1989 é o ano em que *A Farsa do Advogado Pedro Pantaleão* – de um anónimo francês do séc. xv, com adaptação e encenação de Eduardo Luiz, a partir de Léon Chancerel – serviu como base para um trabalho de itinerância por todo o arquipélago. Seguiu-se a gravação de um teledramático – *Um Dia em Cada Ano* – para a RTP Madeira, com texto de Lília Bernardes e realização de Paulo Valente. Ainda no mesmo ano, uma versão continuada do texto escrito para a RTP Madeira estreou no Festival de Teatro Madeirense promovido pelo Inatel, na Camacha, com o título de *Genete* e com encenação de Eduardo Luiz. Iniciou-se também o 8.º CFA, orientado por Eduardo Luiz e realizado nas instalações do TMBD.

A companhia fez a reabertura do teatro municipal em 1990, após nova recuperação do edifício, levando à cena *Os Fantasmas*, de Eduardo de Filippo, com encenação de

Eduardo Luiz, e *Há Festa no Céu*, a partir de um conto do Nordeste brasileiro e com encenação de Ester Vieira, para o público infantil. Gravou também, para a RTP Madeira, em vários episódios, o espetáculo *Teatrosκόpio*, num conjunto de programas para o público infantojuvenil, com realização de Paulo Valente. Realizou ainda o 9.º CFA, orientado por Eduardo Luiz.

No ano de 1991, o TEF montou dois espetáculos com textos de Raul Brandão: *O Gebo e a Sombra* e *O Nojo da Vida*. Este último integrou textos como “Eu sou um homem de bem”, “O rei imaginário”, “O avejão” e “O doido e a morte”. O TEF preparou ainda um espetáculo de itinerância – *A Comédia de Espavento* –, a partir de Ângelo Beolco, e o espetáculo *A Bruxa Carpidim*, de Fernando Passos, todos com encenação de Eduardo Luiz. O TEF retomou com *A Bruxa Carpidim* – projeto idealizado para estruturar um elenco fixo de atores para espetáculos regulares infantojuvenis –, organizando uma agenda de contactos com as escolas, de forma didática e com programas devidamente preparados para sensibilizar para a ida ao teatro.

Promoveu em 1992 o I Encontro Regional de Teatro (ERG Teatro). O projeto Teatro para a Infância e Juventude começou a ganhar forma, com dois espetáculos encenados por Eduardo Luiz: *Ana e o Pássaro Azul*, de Roberto Merino, e *As Aventuras do Príncipe de Zaratustra*, de Carlos Manuel Rodrigues, com os quais se tornou visível a presença das escolas nos espetáculos que a companhia programava anualmente. *As Preciosas Ridículas*, de Molière, com encenação de Eduardo Luiz, completou a produção definida para aquele ano artístico.

Em 1993, o II ERG Teatro realizou-se no TMBD. Deu-se a estreia de: *Pluft o Fantasmilha*, de Maria Clara Machado; *O Diabrete Encantado*, de Manuel Couto Viana e Oscar Von Pfuhl; e *A Maluquinha de Arroios*, de André Brun – todos encenados por Eduardo Luiz. Com encenação e interpretação dos formandos do 8.º CFA, Élvio Camacho, Duarte Rodrigues e Miguel Vieira fizeram a montagem de *Frémitos, Virgindade e Sucedâneos*, com textos de August Strindberg

e Virgílio Martinho, utilizando diversos espaços do edifício do TMBD. Neste mesmo ano, em cerimónia realizada no Teatro da Trindade, em Lisboa, o ator, diretor artístico e encenador Eduardo Luiz foi galardoado com o prémio Miguel Torga, com o título de Mérito ao Teatro Amador, juntamente com Joaquim Benite e Carlos Oliveira.

No ano de 1994, numa encenação de Eduardo Luiz, o TEF apresentou, no palco do TMBD, *O Dragão Atchim*, de José Jorge Letria, e *História para Um Tesouro de Natal*, de Roberto Merino e José Vaz, para as crianças. Esta última obra foi gravada posteriormente para a RTP Madeira, com realização de António Plácido. Uma nova versão, em oito *sketches*, do original *Teatrosκόpio* foi estruturada para os programas ao vivo no palco do TMBD, integrados no programa infantil *O Comboio Corre*. O espetáculo para itinerância *Quase por acaso Um Emigrante* – a partir de João França, que se manteve em reportório até 1997 – e um outro, integrado nas comemorações do aniversário do teatro municipal – *O Homem no Seu Berço Natal*, sobre Baltazar Dias, também de João França –, ambos com encenações de Eduardo Luiz, definiram um ano artístico que incluiu *As Vedetas*, de Lucien Lambert, em mais uma encenação experimental de dois formandos do 8.º CFA: Miguel Vieira e Duarte Rodrigues. Concluiu-se o ano artístico com a realização do III ERG Teatro e – integrado no projeto de itinerância – a peça *Quase por acaso Um Emigrante*, de João França e encenação de Eduardo Luiz, apresentou-se no teatro Circo, em Braga. Os ensaios passaram a decorrer no auditório do jardim municipal.

Foi no ano de 1995 que, no palco do TMBD, o TEF apresentou *O Chapeuzinho Vermelho*, de Maria Clara Machado. *A Floresta dos Sonhos*, a partir de Mendes de Carvalho e Orlando Neves, marcou a estreia da companhia no cine-teatro municipal de S.¹⁰ António (daqui por diante, Cineteatro), cedido pela edilidade para residência artística do grupo. Ainda para o público adulto, seguiu-se a estreia de *A Excomungada*, de Bernardo Santareno, e de *A Boda*, de Bertolt Brecht. As quatro encenações do

ano artístico ficaram à responsabilidade de Eduardo Luiz.

No ano de 1996, teve lugar o 10.º CFA, por Eduardo Luiz. Estrearam: *O Natal do Gato Amarelo*, de Marcela Costa; *Antes... Que a Noite Venha*, de vários autores; *O Papão e o Sonho*, de José Jorge Letria (gravada posteriormente para a RTP Madeira, com realização de António Plácido); e *Soprou Vento Leste*, de Lília Bernardes, que se manteve em itinerância até 2006 – todas encenações de Eduardo Luiz.

O TEF, em 1997, celebrou um contrato-programa com a RAM, através da Secretaria Regional do Plano e da Coordenação e da SRTC, passando a receber um subsídio anual e a contar com uma nova sede para o funcionamento integral das suas atividades. Estreou as peças *Big Bang – Missão (Im)Possível*, de Kiko Palmeira, e *Hakim – O Contador de Histórias*, de Norberto D'Ávila, ambas com encenação de Eduardo Luiz. Subiram à cena no TMBD *A Ilha de Arguim*, de Francisco Pestana (mais tarde gravada para a RTP Madeira, com realização de António Plácido) e o recital *Fugas – Sons, Palavras e Movimentos*, com seleção de textos de Fátima Marques, ambas com encenação de Eduardo Luiz.

Em dezembro de 1998, a sede passou da R. Nova de S. Pedro para o centro cívico Edmundo Bettencourt. Com o apoio do Inatel e do departamento cultural da CMF, realizou-se o IV ERG Teatro. Ocorreu também o 11.º CFA, dirigido por Eduardo Luiz. Estrearam: *A Viagem de Um Barquinho*, de Sílvia Ortoff, com encenação e adaptação de Cíntia (Kiko) Palmeira, no Cineteatro; *No Limiar da Loucura*, de Michel de Ghelderode, com encenação de António Plácido, e *A Ilha dos Escravos*, de Mari-vaux, com encenação de Élvio Camacho, ambas apresentadas no TMBD. Estrearam ainda *A Outra História da Carochinha*, de Natália Teles, com encenação de Ester Vieira; e *O Enterro*, de Fernando Augusto e encenação de Carlos Cabral, no Cineteatro.

Em 1999, o Estabelecimento Prisional do Funchal e o TEF celebraram um protocolo de serviços. Estreou *Era Uma Vez... Duas Histórias duma Vez*, de António Manuel Couto Viana,

com encenação de Miguel Vieira. Foi um espetáculo infantojuvenil representado durante três semanas no TMBD, alcançando 9000 espetadores. Estreou também o espetáculo de café-concerto *Strip – Apêndice de Humores*, de vários autores, e *Iria E. Biritá*, de Magda Paixão, ambos com encenação de Eduardo Luiz e representadas no Cineteatro.

No ano de 2000, realizou-se o V ERG Teatro. O grupo, ao fim de 25 anos, registou uma série de espetáculos e de outras atividades que lhe permitiram estruturar de maneira diferente os seus serviços. A designação de “Companhia Teatro Experimental do Funchal” surgiu como forma de definir o grupo, constituindo para isso um elenco artístico para os espetáculos infantojuvenis. Estrearam novas produções: *O Noivado*, de Almeida Garrett, com encenação de Márcia das Dores, no palco da Juventude Antoniana; e *Ema*, a partir do romance de Maria Teresa Horta, com dramaturgia e encenação de Duarte Rodrigues, no teatro municipal. No Cineteatro ocorreram os seguintes espetáculos: *O Feiticeiro de Oz*, de Lyman Franck Baum e encenação de Kot-Kotecki, para o público infantojuvenil; *As Rosas Suicidam-se*, de Ramon Gómez de la Sierra (baseado na tradução de Jorge Silva Melo), com encenação de Bruno Bravo e Élvio Camacho, em itinerância até 2001; e *A Tia Proezas*, de Magda Paixão, com encenação de Eduardo Luiz.

Os seguintes espetáculos definiram o ano artístico de 2001: *O Planeta de Cristal*, com autoria e encenação de Fátima Rocha, e *Pastéis de Nata para a Avó*, de Fernando Augusto, com encenação de Eduardo Luiz, ambos no TMBD; *A Menina do Sorriso Branquinho*, de Magda Paixão, com encenação de Eduardo Luiz, no jardim municipal; *A Porta Fechada*, de Jean Paul Sartre, com encenação de Kot-Kotecki, também no TMBD; e *A Canção do Realejo*, com autoria e encenação de Ester Vieira.

No ano de 2002, fizeram parte da programação: *Um Gil, agora o Direi*, com textos de Gil Vicente, compilação e encenação de Carlos Cabral, integrado nas comemorações vicentinas no TMBD; *A Máquina do Tempo*, de Natália Teles, com encenação de Fernando

Augusto; *Max*, espetáculo de improvisação dirigido por Fabrizio Pellagatti; *As Aventuras do Pinóquio*, a partir de Carlo Collodi, com encenação de Kot-Kotecki; *Mééé, Tudo É como É*, com textos de Fernando Pessoa e do seu heterónimo Alberto Caeiro, com encenação de Élvio Camacho e Paula Erra. Estes espetáculos mantiveram-se em itinerância até 2009.

No ano artístico de 2003, quatro espetáculos se destacaram: *Caminhos em Lama*, de Magda Paixão, com encenação de Eduardo Luiz para palco (mais tarde gravado para a RTP Madeira, com realização de António Plácido); *Quem Tem Medo de Anton Tchêkhov*, de Anton Tchêkhov, com encenação de Bruno Bravo; *Atirem-se ao Ar*, de António Torrado e com encenação de Rui Sérgio; e *O Circo dos Bonecos*, de Oscar Von Pfuhl e com encenação de Eduardo Luiz.

Subiram à cena em 2004: *A Menina do Sorriso Branquinho*, de Magda Paixão, com encenação de Eduardo Luiz (reposto no jardim municipal); *Audição com Daisy ao vivo no Odre Marítimo*, de Armando Nascimento Nóbrega, com encenação de Eduardo Luiz, no TMBD; *Maria Minhoca*, de Maria Clara Machado, com encenação de Kot-Kotecki; e *Rometa e Juliú*, com versão cénica de Eduardo Luiz e Magda Paixão, a partir do texto de Yara Silva, com encenação de Eduardo Luiz.

No ano de 2005, o TEF acolheu a teatroteca Fernando Augusto, um espólio de livros e revistas de teatro do ator Élvio Camacho. Subiram à cena no TMBD: *O Tartufo*, de Molière, com encenação de Bruno Bravo; e *Matemáticas Assassinas*, de Magda Paixão, a partir de Kjartan Poskitt, com encenação de Eduardo Luiz. Os espetáculos definidos no plano artístico foram: *Atores de Boa-Fé*, de Marivaux, com encenação de Kot-Kotecki; e *Lianor no País sem Pilhas*, de Armando Nascimento Rosa, com encenação de Élvio Camacho. O TEF foi nomeado para a 1.ª Gala da RTP-DN, onde foi galardoado com o troféu vencedor, na categoria Teatro.

Foi em 2006 que a natureza jurídica do TEF passou para “associação cultural sem fins lucrativos”. Estrearam nesse ano: *Zaragata no Calhau*, de Carlo Goldoni, com encenação de

Élvio Camacho, no TMBD; *A Princesa dos Pés Grandes*, de Natália Teles, com encenação de Élvio Camacho; e *O Patinho Feio*, a partir de Maria Clara Machado e Hans Christian Andersen, com encenação de Eduardo Luiz, no Cineteatro. A 19 de dezembro, o Governo regional da Madeira homenageou o TEF “pelos relevantes serviços prestados na área da cultura”.

Em 2007, foi atribuído à associação o estatuto de “utilidade pública de pessoa coletiva”. Produziram-se diversos espetáculos, como: *Verdes Aventuras de D. Quixote*, de Fernando Augusto e com encenação de Élvio Camacho; *Credo*, de Craig Lucas, com encenação de Élvio Camacho; e, com encenação de Eduardo Luiz, *Branca como a Neve*, mais uma produção para o público infantojuvenil, com texto e dramaturgia de Magda Paixão, a partir do original do encenador. *Zaragata no Calhau* foi reposta no Cineteatro.

No ano de 2008, estreou-se *Strip, Bang-Bang – Mixórdia do Gargalho*, de vários autores, com encenação de Eduardo Luiz. Para as comemorações dos 500 anos da cidade do Funchal, montou-se no TMBD um espetáculo a partir de Thornton Wilder: *A Nossa Cidade*, com encenação de Élvio Camacho. O ano artístico completou-se no Cineteatro com *Histórias da Deserta Grande*, de José Viale Moutinho, e *Aventura no Funchal*, de Avelina Macedo, também com encenações de Élvio Camacho.

Apresentou-se em 2009: *Greve de Sexo*, de Aristófanes, com encenação de Élvio Camacho, no TMBD e no Cineteatro; *O Pomar de D. Abundância*, a partir de Roberto Merino; e *Amigos e Diabretes*, com versão de Eduardo Luiz e Magda Paixão, a partir de *Kikerikiste*, de Paul Maar, com encenações de Eduardo Luiz.

No ano de 2010, durante as comemorações do centenário da República, o TEF estreou: *O Conde Barão*, de Ernesto Rodrigues, Félix Bermudes e João Bastos, com encenação de Eduardo Luiz, no Cineteatro (reposto ainda nesse ano, no TMBD); *Zé Pateta, Zé Poeta*, de Natália Teles, com encenação de Élvio Camacho; e *O Príncipe Que Queria Um Castelo no Ar*, de Avelina Macedo, com encenação de Eduardo Luiz.

Em 2011, foram apresentados os seguintes espetáculos: *A Mandrágora*, de Maquiavel, e *A Estrela Perdida*, de Magda Paixão, a partir do conto de Francisco Fernandes, com encenações de Eduardo Luiz; *Madeira My Dear*, a partir de Ernesto Leal, que se manteve em itinerância até 2013; e *Vampirilda*, de Paulo Sacaldassy, com encenações de Élvio Camacho.

Os espetáculos da temporada artística de 2012 foram: *Schweik na Segunda Guerra Mundial*, de Bertolt Brecht, com encenação de Élvio Camacho; *O Príncipe com Orelhas de Burro*, a partir de Fernando Passos, com encenação de Eduardo Luiz; *O Amansar da Fera*, de William Shakespeare, com encenação de Diogo Correia Pinto; *Os Prisioneiros*, a partir de Mário Golen, com encenação de António Plácido; e *Um Bolo de Mel para o Cusca*, de Magda Paixão, com encenação de Eduardo Luiz. A teatroteca Fernando Augusto deixou a associação devido à dificuldade de gestão desse fundo.

No ano de 2013, com dramaturgia e encenação de Diogo Correia Pinto, estrearam: *Dramas e Papaias*, em parceria com o grupo QuandoéqueteCalasTeatro, e, com produção do TEF, *O Avarento*, de Molière. Estrearam ainda: *Hakim e a Arca de Sândalo*, a partir de Norberto D'Ávila; e *Big-Bang, Missão (Im)Possível*, de Cíntia Palmeira (versão diferente da apresentada em 1997), com dramaturgia e encenação de Eduardo Luiz.

Durante o ano artístico de 2014 o TEF apresentou: *A Vizinha do Lado*, de André Brun, com encenação de Eduardo Luiz; *As Três Cidras do Amor*, de Yvette K. Centeno, com encenação de Duarte Rodrigues; e *A Gata Borracheira*, a partir de Maria Clara Machado, com encenação de Eduardo Luiz.

Até julho de 2015, subiu à cena *Uma Freira dos Diabos*, a partir de Miguel Mihura, e *Tio Elvã e a Boneca Abandonada*, de Eduardo Luiz, a partir de Alphonse Sastre, ambos com dramaturgia e encenação de Eduardo Luiz.

Em 2015, faziam parte da associação Eduardo Luiz, António Plácido, Pedro Cabrita, Emanuel Abreu, Paulo Renato, Duarte Rodrigues, Norberto Ferreira, Mário Bettencourt, Eugénio Cabral, Sílvia Marta, Ester

Vieira, Magda Paixão, Márcia das Dores, Margarida Gonçalves, Ana Graça, Ana de França, Henrique Vieira, Maria dos Anjos, Cristina Loja e Carlos Pereira. Pela direção artística passaram: entre 1975 e 1978, Orlando Costa e Leopold Kielanowsky; entre 1978 e 1983, Roberto Merino; entre 1983 e 1985, Fernando Heitor; entre 1985 e 2015, Eduardo Luiz (em parceria com Élvio Camacho entre 2005 e 2012).

Dentro da área de interpretação, o TEF contou com os seus sócios e com outros intérpretes, quer independentes, quer de outros grupos de teatro. Desde os anos 1990 até julho de 2015, conforme os arquivos existentes na associação, assistiram aos espetáculos do TEF mais de 428.000 espetadores, perfazendo uma média, nos últimos 25 anos, de 17.000 espetadores por ano. Dos



Cartaz da peça *Youkali – Uma Ilha*, TEF, jun. 2016.

134 espetáculos produzidos desde a sua formação, 62 foram especificamente para o público infantojuvenil. O grupo apresentou um variado género de espetáculos: *performances* e instalações teatrais, bem como animação, teatro e poesia de rua. Na sede do grupo, situada no centro cívico Edmundo Bettencourt, além dos serviços administrativos, encontrava-se também, em 2015, o espólio de guarda-roupa e adereços do grupo, assim como um pequeno salão para ensaios, formações e trabalhos. No Cineteatro, local para ensaios e espetáculos, mantinha-se armazenada parte do material cenográfico, assim como toda a sua aparelhagem de luz e som.

Desde 1984 até 2015, o grupo obteve diversos apoios sendo o Governo regional, através da DRAC, o seu principal patrocinador. Entre 2012 e 2014, o TEF usufruiu de um apoio subsidiário de 20.000 € por ano e da cedência do espaço onde funciona a sede da associação. A CMF, por seu lado, tem apoiado com a cedência do Cineteatro. O TEF tem contado também com apoios em géneros de várias empresas, que faz diminuir em muito os custos de produção. A existência de um património que foi sendo acumulado ao longo dos 40 anos de atividade teatral permitiu-lhe continuar a montar peças de teatro a baixo custo, contando também com a colaboração gratuita de artistas e técnicos de todas as áreas.

O TEF promoveu várias oficinas de formação para artistas e para a comunidade (crianças, jovens e adultos) em diversas áreas de teatro, contando com professores e artistas da associação, do país e do estrangeiro. Apoiou animações culturais, diversos grupos de teatro na RAM e instituições de solidariedade social. Contou, no seu percurso, com a colaboração do AtCF, do Inatel, da Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa, do Teatro Nacional D. Maria II, da Secretaria Regional da Educação e da Escola Profissional de Artes e Ofícios do Espetáculo Chapatô. Desde 1999, apoiou o Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira Eng.º Luiz Peter Clode no empréstimo e na cedência de adereços, de

guarda-roupa e de espaços para as apresentações dos exercícios práticos do Curso Profissional de Artes do Espetáculo – Interpretação. Sob parceria protocolar, os formandos do 3.º ano realizaram a sua formação em contexto de trabalho, através de um estágio, integrando um dos espetáculos do TEF. Apoiou também diversas entidades (escolas, juntas de freguesia, grupos de teatro e privados), emprestando adereços e guarda-roupa, e cedendo espaços para ensaios e apresentações. Em 1997, iniciou o programa de rádio *A Voz do Teatro* (mais tarde *Bastidor*), emitido durante 17 anos (inicialmente no posto emissor do Funchal e, mais tarde, na RDP Antena 2).

Os principais objetivos e a missão da associação – além dos mencionados estatutariamente, através do seu grupo TEF e do seu núcleo de formação para crianças, jovens e adultos (Núcleo de teatro infantil Tefos [ex-Tefinhos], grupo de teatro juvenil e 12.º CFA) – foram sempre sensibilizar e promover o teatro no arquipélago da Madeira, centrando-se no teatro para a infância e a juventude e num trabalho de itinerância, de forma a abranger os diversos níveis etários, sociais e intelectuais.

A companhia estabeleceu o seu trabalho artístico de forma eclética, estruturando-o pontualmente, tendo sempre em atenção a atualidade, o tipo de público e o seu conhecimento de teatro e das suas obras.

EDUARDO LUIZ

Associações católicas

O direito de associação é um direito próprio do ser humano, reconhecido desde sempre. O facto de o homem se poder associar com outros para alcançar determinados objetivos ou finalidades em vista da sua realização pessoal e comunitária é algo inalienável, que não pode ser eliminado por nenhuma entidade humana.

Tanto os filósofos como os teólogos e os juristas têm defendido esse direito da pessoa humana. O magistério pontifício sempre reivindicou para o cidadão o direito de fundar e pertencer a associações no campo civil, social, profissional e religioso. Assim o fizeram Leão XIII

(na *Rerum Novarum*, de 15/05/1891), Pio XI, Pio XII, João XXIII, Paulo VI, João Paulo II, Bento XVI, e Francisco.

Na exortação apostólica *Christifideles Laici*, o Papa João Paulo II refere-se “às formas agregativas de participação”, falando de “uma nova era agregativa” dos fiéis leigos: “ao lado do associativismo tradicional e, por vezes, nas suas próprias raízes, brotaram movimentos e sodalícios novos, com fisionomia e finalidade específicas: tão grande é a riqueza e versatilidade de recursos que o Espírito infunde no tecido eclesial e tamanha é a capacidade de iniciativa e a generosidade do nosso laicado” (n.º 29).

Muitas outras intervenções deste Papa (em particular no congresso mundial dos movimentos eclesiais, em 1998) demonstram o seu interesse pela promoção da vocação laical e das associações de fiéis.

O Papa Francisco, ao receber os participantes de um congresso, afirmou: “Caros irmãos e irmãs, vós trouxestes já muitos frutos à Igreja e ao mundo inteiro, mas trareis outros ainda maiores com a ajuda do Espírito Santo, que sempre suscita e renova dons e carismas, e com a intercessão de Maria, que não cessa de socorrer e acompanhar os seus filhos. Ide para a frente: sempre em movimento. [...] Não pareis! Sempre em movimento!” (FRANCISCO, 22 nov. 2014).

A formulação jurídica do direito de associação como fundamental não existe no *Catecismo da Igreja Católica (CIC)* de 1917. Só a encontramos no Código de Direito Canónico (CDC) de 1983, por influência da doutrina e do Concílio Vaticano II, com o contributo anterior de numerosos estudiosos canonistas e teólogos. A limitação do primeiro Código não é tanto a falta de reconhecimento do direito de associação, mas sobretudo a sua não explícita afirmação e o não encorajamento do fenómeno associativo. A nível eclesial, sempre houve movimentos e associações, como comprova a vida e a evangelização da Igreja.

Na Constituição da República Portuguesa encontramos vários artigos que caracterizam o fenómeno associativo como um direito fundamental do cidadão português: 46.º, 51.º,

247.º, 253.º, 270.º. O n.º 1 do art. 46.º é explícito na proteção e defesa do direito de associação: “Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respetivos fins não sejam contrários à lei penal”.

Depois dos cânones sobre as associações de fiéis em geral (cc. 684-699), o título XIX do CDC de 1917 regulamenta as associações de fiéis em particular (cc. 700-725) com estes tipos: ordens terceiras seculares (cc. 702-706), que são associações *approbatae*; confrarias (cc. 707-719), que podem ser constituídas só por formal ereção de decreto (can. 708); piias uniões, para as quais é suficiente a aprovação e que também podem ser eretas (can. 708); e ainda arquiconfrarias e uniões primárias (cc. 720-725).

Quanto à aprovação, o CDC de 1917 prevê dois tipos de associações: as associações eclesásticas, eretas e dirigidas pela autoridade eclesiástica e que adquirem personalidade jurídica; e as associações laicais, dirigidas por leigos, as quais podem ser *probatae* ou *laudatae* pela autoridade eclesiástica. Estas não têm o seu ser da autoridade eclesiástica, não são governadas por ela, e, portanto, não podem chamar-se *erectae* com personalidade jurídica, nem sequer têm os seus estatutos e a sua organização interna aprovados por tal autoridade. São dirigidas por leigos, segundo os estatutos; são laicais, não eclesásticas.

Assim, ser associação “laical” não significava que os seus membros fossem só leigos, mas sim que a mesma não tinha sido ereta pela autoridade eclesiástica ou que não tinha sido aprovada juridicamente por esta. Tratava-se de associações constituídas por fiéis por sua própria iniciativa, e por eles governadas, para fins espirituais ou caritativos.

Mas estas associações não estavam fora da vigilância do bispo: embora ele não as pudesse governar, olhava pela fé e pelos bons costumes das mesmas.

O CDC de 1917 considerava só as associações eclesásticas, enquanto sujeito típico de direitos e de deveres no ordenamento jurídico

eclesiástico, não se ocupando das associações laicais enquanto tal. Eram elas: as associações louvadas, de natureza privada (a autoridade eclesiástica limitava-se a louvar o fim da associação); as associações aprovadas, que entravam na estrutura organizativa da Igreja, mas sem possuir a personalidade jurídica; e as associações eretas, que entravam na estrutura organizativa da Igreja com a atribuição da personalidade jurídica depois da ereção formal.

O fenómeno associativo na Igreja foi referido em alguns documentos do Concílio Vaticano II. Veja-se, *e.g.*, *Apostolicam Actuositatem* para o direito de associação dos leigos, e *Presbyterorum Ordinis* para o direito de associação dos presbíteros. “A liberdade associativa dos fiéis não é uma espécie de concessão da autoridade, mas brota do Batismo, sacramento que convoca os fiéis leigos à comunhão e missão na Igreja” (CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, 1987, “Lumen gentium”, n.º 37).

O Vaticano II delineou o contexto onde se deve situar o fenómeno associativo e apresentou o seu fundamento eclesiológico: o direito de associação dos fiéis, como modalidade típica de participação na única missão da Igreja. “Na Igreja, a diversidade de ministérios, mas unidade de missão” (CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II “Apostolicam actuositatem”, n.º 2); a distinção de ministérios, na única missão, em razão da sua condição ontológico-sacramental.

O Concílio não emite uma qualificação jurídica das associações, pois essa não era a sua intenção e função. Descrevendo as várias relações das associações com a hierarquia, oferece uma interessante catalogação das associações nascidas da livre iniciativa dos fiéis: associações simplesmente constituídas por leigos, associações louvadas ou recomendadas, associações explicitamente reconhecidas, associações *electas et particulari modo promotae*.

No fenómeno associativo e nas suas várias expressões (grupos, agregações, movimentos, comunidades, pias uniões, confrarias, ordens terceiras, institutos, etc.), manifesta-se uma peculiar realização da comunhão eclesial:

“Portanto, o apostolado em associação responde com fidelidade à exigência humana e cristã dos fiéis e é, ao mesmo tempo, sinal da comunhão e da unidade da Igreja em Cristo. [...] O apostolado associativo é de grande importância também porque, nas comunidades eclesiais e nos vários meios, o apostolado exige com frequência ser realizado mediante a ação comum. As associações criadas para a ação apostólica comum fortalecem os seus membros e formam-nos para o apostolado. [...] É absolutamente necessário que se robusteça a forma associada e organizada do apostolado no campo de atividades dos leigos” (*Id.*, *Ibid.*, n.º 18).

Analisando esta problemática à luz do CDC de 1983, pode-se concluir que o can. 215 é fundamental para a formulação jurídica do direito de associação e do direito de reunião na Igreja. Este cânone, que provém do esquema da *Lex Ecclesiae Fundamental*, entretanto não promulgado, configura este direito e confere-lhe uma grande relevância. “Os fiéis podem livremente fundar e dirigir associações para fins de caridade ou de piedade, ou para fomentar a vocação cristã no mundo, e reunir-se para prosseguirem em comum esses mesmos fins” (can. 215). O texto latino não emprega o termo “ius”, mas a expressão “integrum est” (SISTACH, 2012, 509). A liberdade dos fiéis no governo das associações privadas é muito ampla, enquanto nas associações públicas é mais limitada. O can. 299 estabelece que os fiéis têm direito, mediante um acordo privado entre eles, de constituir associações privadas. A causa eficiente desta realidade associativa é a vontade dos fiéis que se associam.

O legislador começa por ressaltar que os institutos de vida consagrada e as sociedades de vida apostólica são de outro género, não sendo consideradas associações. Estes institutos e sociedades têm normas próprias (cc. 573-746).

As normas consagradas às associações estão legisladas nos cc. 298-329, na seguinte ordem: can. 298, §1 – associações no interior da Igreja para promoverem finalidades próprias da Igreja; cc. 298-312 – normas comuns para todos os tipos de associações; cc. 312-320: normas sobre as associações públicas de fiéis; cc. 321-326 – normas

sobre as associações privadas; cc. 327-329 – normas para as associações de leigos.

As finalidades das associações são: fomentar uma vida mais perfeita, promover o culto público ou a doutrina cristã, ou outras obras de apostolado, promover o trabalho da evangelização, exercício de obras de piedade ou de caridade, informar a ordem temporal com o espírito cristão.

Podem ser membros destas associações todos os fiéis, clérigos, ou leigos, ou clérigos e leigos.

Consoante o tipo dos seus membros, podem ser distinguidas: as associações clericais, que, sob a direção de clérigos, assumem o exercício da ordem sagrada e são reconhecidas como tais pela autoridade competente (can. 302); as associações religiosas, que vivem a espiritualidade de um instituto religioso e tendem à perfeição cristã, tomando o nome de ordens terceiras ou de associações (can. 303); e ainda as associações laicais, que são formadas por leigos, com as finalidades do can. 298. Devem cooperar com outras associações de fiéis na pastoral, e preparar devidamente os leigos (cc. 327-329). As associações não clericais podem ser presididas por leigos (can. 317, §3).

Quando o bispo dá o seu consentimento por escrito para a ereção de uma casa religiosa, o mesmo vale para a ereção, na mesma casa ou na igreja a esta anexa, de uma associação própria do instituto (cc. 317, §2; 312, §2). As associações que foram constituídas por privilégio apostólico podem entrar numa diocese, desde que recebam o consentimento escrito do bispo diocesano (can. 312 §2). Estas associações devem cooperar com as obras de apostolado existentes na diocese, sob a vigilância do ordinário do lugar (can. 311).

Qualquer associação pública ou privada tem de possuir os seus estatutos (can. 94), nos quais se determinam: o nome da associação; o fim ou objetivo da associação; a sede; o governo; o património; as condições de ingresso e pertença; o modo de agir, tendo em conta o meio em que trabalham (can. 304).

Todas estas associações devem ser acompanhadas espiritualmente por um assistente, normalmente presbítero, nomeado pela

autoridade eclesiástica competente (cc. 317, §§1-3; 324, §2).

A capacidade jurídica das associações está definida no CDC, nos respetivos estatutos, e nas normas de direito particular e direito próprio. Elas podem intervir eclesial e socialmente, e administrar bens (cc. 319; 325).

A supressão das associações deve realizar-se de acordo com o CDC (cc. 320, 326), os estatutos, e as normas de direito particular e direito próprio.

O CDC usa a distinção entre associações públicas e associações privadas, embora na linguagem corrente tenhamos outras denominações: confraria, irmandade, ordem terceira, fraternidade, grupo, movimento, etc.

As associações públicas são eretas pela autoridade eclesiástica, para conseguir alguns fins reservados *natura sua* à hierarquia e outros fins que não tenham sido conseguidos pela iniciativa privada; são constituídas *ipso iure* pessoas jurídicas públicas e agem *nomine Ecclesiae*, sob a superior direção da autoridade eclesiástica (can. 116). Todas as suas ações abrangem a autoridade eclesiástica, supondo uma relação de quase identificação com ela.

Uma associação não é pública porque tem um fim geral eclesial, porque teve um reconhecimento da autoridade eclesiástica, porque tem um carácter de internacionalidade, mas porque entra a fazer parte da estrutura hierárquica da Igreja, conseguindo fins propriamente institucionais, como estabelece o can. 301, §1.

As relações com a hierarquia – Santa Sé, conferência episcopal, bispo diocesano – estão definidas nos cc. 322 e 312, §1.

As associações privadas são constituídas por fiéis mediante acordos privados para conseguir fins espirituais e no can. 298 prevê-se que a sua atividade se desenvolva sob a sua direção e moderação; podem adquirir personalidade jurídica privada. O conceito “privado” não significa, portanto, “sem importância eclesial”.

O critério que distingue associações públicas e associações privadas é dado pelo concurso do critério subjetivo e do critério objetivo: o sujeito da constituição das associações e a sua finalidade específica.

As associações e os movimentos não podem descurar a comunhão eclesial: “É sempre na perspetiva da comunhão e da missão da Igreja e não em contraste com a liberdade associativa, que se compreende a necessidade de claros e precisos critérios de discernimento e de reconhecimento das associações laicais, também chamados ‘critérios de eclesialidade’” (JOÃO PAULO II, 1988, n.º 30). Os movimentos e associações devem, assim, seguir critérios de eclesialidade, que os introduzam na esfera da comunhão eclesial.

Devem ter, pois, a responsabilidade em professar a fé católica. Com efeito, uma clara adesão à doutrina da fé católica e ao magistério da Igreja, que a interpreta e a proclama, é sem dúvida condição indispensável para que uma realidade possa existir como tal na Igreja.

Também é necessário encontrar um equilíbrio entre dimensão pessoal e comunitária, entre a pertença à Igreja e a pertença ao grupo, entre empenho de oração e coerência de vida, entre valorização da vocação específica dos leigos e reconhecimento da função eclesial da hierarquia, entre autonomia de vida e atividade de grupo.

Outro ponto a ter em conta é a conformidade com as finalidades da Igreja. De facto, desempenham atividades conformes à finalidade da Igreja – ou seja à evangelização – todas aquelas associações que se propõem fins espirituais, religiosos, formativos, pastorais, obras de piedade, de caridade, de misericórdia.

A comunhão com os pastores também é importante. A vontade de uma plena comunhão com o Papa, centro perpétuo e visível da unidade da Igreja universal, e com o bispo, “princípio visível e fundamento da unidade da Igreja particular” (CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, 1987, “Lumen gentium”, n.º 22), traduz-se concretamente na disponibilidade em acolher: os princípios doutrinários e orientações pastorais do bispo da diocese; a sua ação de coordenação pastoral, que tem em vista harmonizar a atividade dos fiéis e conjugá-la com o bem comum da Igreja; a sua presença através de um presbítero; o reconhecimento da legítima pluralidade das formas associativas na Igreja.

Pede-se de cada associação uma atitude de respeito, de estima e de abertura em relação aos outros grupos e movimentos; e tal atitude demonstra-se verdadeira se se traduz numa disponibilidade real, no respeito pelos outros, sem constituir uma “capelinha” ou um grupo fechado, e na disponibilidade em colaborar com outras associações.

Por último, refira-se que o direito canónico de 1983 também prevê os “frutos espirituais” como objetivo a atingir pelas associações e os movimentos. Frutos espirituais são aqueles elementos de relevo sobrenatural que acompanham, a uma certa distância de tempo, a obra de uma associação, de um movimento, grupo, etc. e representam, em certo sentido, a contraprova dos autênticos dinamismos espirituais que neles e através deles se exprimem: a oração, o estilo de pobreza, a caridade, o florescimento de vocações, a coragem da evangelização (catequese, programas de pastoral) e a identificação com o carisma, instituto de vida consagrada.

De acordo com o can. 312, as associações eclesiais em Portugal são eretas e/ou aprovadas pelo bispo diocesano ou pela Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), de acordo com a sua natureza. Isto não impede que associações portuguesas possam pedir à Santa Sé a sua aprovação como internacionais e/ou mundiais. Nesse caso, terá de haver documentação e pareceres que apoiem a solicitação.

A CEP publicou alguns decretos sobre as normas gerais das associações de fiéis e sobre o estatuto canónico das misericórdias. A Comissão Episcopal do Laicado e da Família assume responsabilidades pastorais na promoção e coordenação do apostolado das associações e movimentos. A nível diocesano, há também os secretariados e/ou comissões, conforme a decisão do respetivo bispo.

A nível nacional existe uma estrutura de comunhão e de unidade das diversas associações de fiéis, movimentos eclesiais e novas comunidades de apostolado dos leigos, com a designação de Conferência Nacional das Associações de Apostolado dos Leigos. Trata-se de uma pessoa coletiva privada canónica, com estatutos próprios, aprovados pela CEP a 5 de maio de

2011. As suas finalidades principais são: comunhão entre os seus membros, discernimento cristão das realidades contemporâneas, maior unidade de espírito e de ação

Uma lista pormenorizada das associações existentes em cada diocese encontra-se no Anuário Católico de Portugal.

Focando a atenção na Diocese do Funchal, pode dizer-se que, ao longo da sua história de 500 anos, há inúmeras páginas recheadas de labor apostólico das suas associações: confrarias, irmandades, associações de diverso tipo e movimentos.

Sobretudo após o Concílio Vaticano II, os bispos diocesanos incentivaram o apostolado laical organizado, de modo que os leigos pudessem corresponder à sua vocação e missão. Neste contexto, serão feitas algumas notas sobre o pontificado de D. Francisco Santana, bispo diocesano de 1974 a 1982, cuja ação foi muito relevante no incentivo e na promoção das associações de fiéis leigos na Madeira, destacando os principais momentos e acontecimentos deste processo.

Poucos meses depois da sua entrada solene na Diocese, D. Francisco convocou o Conselho Diocesano do Apostolado dos Leigos (CDAL), “constituído por quantos, acedendo ao Decreto conciliar sobre o apostolado dos leigos (v. n.º 26) e aos apelos do Santo Padre Paulo VI (v. motu proprio de 6 janeiro 1967) receberam e aceitem o convite para colaborarem por esta forma, na dinamização e trabalho pastoral da Igreja diocesana” (ACDF, Arquivo de D. Francisco...).

Seguiu-se o decreto de criação do CDAL. As três primeiras páginas contêm uma reflexão sobre o mistério da Igreja, em que o bispo discorre sobre os carismas: “O apostolado dos leigos é participação na própria missão salvadora da Igreja e são especialmente chamados a torná-la presente e ativa, para que seja o ‘sal da terra’. Deste modo, todo e qualquer leigo é, ao mesmo tempo, testemunha e instrumento vivo da missão própria da Igreja” (*Ibid.*, 2). E prossegue: “Os leigos da Igreja devem ter consciência, da função utópica (cf. Ernst Bloch) da fé cristã que nada tem de alienante do homem e da atividade humana, mesmo quando intimamente e conscientemente unidos à hierarquia

estabelecida pelos Apóstolos segundo a vontade de Cristo e seguindo as práticas religiosas por Cristo instituídas” (*Ibid.*, 3).

Considera o prelado diocesano que, após vários meses de estudo da comissão preparatória dos documentos conciliares e da situação real da Igreja diocesana, e com base no motu proprio de Paulo VI de 6 de janeiro de 1967 (I e III, 9), e na carta enviada à Diocese pelo Santo Padre em 14 de junho de 1974, é altura de declarar instituído o CDAL. Determina ainda “nomear para este Conselho, e por um período de dois anos, se antes nada for determinado em contrário, os leigos adultos e jovens, apresentados pelas diversas Associações e Movimentos católicos e ainda pelas Paróquias, cujos nomes constam de um elenco anexo a este decreto” e entende “Determinar que todas as Obras, Movimentos, Associações ou Grupos de leigos, quer sejam de âmbito diocesano, ou mesmo nacional ou internacional enquanto atuarem na Diocese, ou regional, paroquial ou de área menor, reconheçam o Conselho Diocesano do Apostolado dos Leigos como superior na escala hierárquica e como elo de ligação entre si e com o Conselho de Pastoral (a instituir-se), com o Conselho Presbiteral e com o Bispo da Diocese”, bem como “recomendar a urgência de serem convenientemente instituídos, em todas as Paróquias da Diocese, com a colaboração dos respetivos Vigários, os Conselhos paroquiais (CoPar), cujo financiamento se deve articular com este Conselho Diocesano do Apostolado dos Leigos” (*Ibid.*, 4).

A 24 de novembro de 1974, tem lugar uma reunião com vários pontos de relevo, como: o decreto de criação do Conselho, apresentação dos membros do Conselho, comentário à alocução do Santo Padre de 02/10/1974, relativa ao papel dos leigos, discussão sobre o funcionamento do Conselho, escolha dos membros do secretariado, síntese e discussão das respostas ao questionário enviado. Nos apontamentos redigidos à mão por D. Francisco Santana, podemos ler: “Não é uma simples reunião de alguns leigos, não é uma organização ou uma associação que se pretende

criar, mas é um Conselho diocesano. Chamo a atenção, desde já, para esta palavra ‘Conselho’ que deve orientar todos os nossos pontos de vista e todo o nosso trabalho. É um Conselho da Diocese” (*Ibid.*, s.p.).

A documentação da comissão preparatória do CDAL, cuja primeira reunião teve lugar nos dias 15 e 16 de junho de 1974, menciona que os seus membros são sete. “Foi uma Assembleia de cristãos da Diocese, no Seminário Maior, que teve como tema de reflexão: ‘As carências de apostolado e a oportunidade de ereção do Conselho diocesano do apostolado dos leigos’. Estiveram presentes cerca de 180 católicos responsáveis, integrados ou não em organizações e movimentos católicos. Concluiu ser oportuna e necessária a criação do ‘Conselho’, tendo eleito uma Comissão preparatória de 7 pessoas. Neste encontro, o médico Dr. Luciano Castanheira fez uma intervenção sobre o decreto *Apostolicam Actuositatem* do Concílio Vaticano II.”

Esta comissão passou a reunir-se mensalmente. A 8 de agosto de 1974, fez circular o primeiro documento, contendo as bases para a constituição do CDAL e pedindo sugestões. O segundo documento é escrito com base nessas críticas e sugestões, que não foram tantas como se esperava (reunião da comissão preparatória, 24 de novembro de 1974, CDAL, 1.ª reunião).

Os leigos são envolvidos na organização da Jornada Eucarística Diocesana de 17 de junho de 1976, com procissão desde o Estádio dos Barreiros até à Sé. Nos anos seguintes repete-se esta efeméride, assim como outras iniciativas do apostolado dos leigos.

Destaque-se ainda o documento-base sobre os conselhos paroquiais (CoPar), que representou outro impulso para o envolvimento dos leigos na vida eclesial. “Os Conselhos paroquiais são um órgão de pastoral, ordenado para despertar o espírito missionário da Paróquia, por forma a que todos se sintam membros corresponsáveis na comunidade paroquial”. Possíveis atividades para estes Conselhos: liturgia, catequese, cultura religiosa, recolções e retiros, formação humana e cristã da família, entreajuda fraterna, emigrantes,

sentido do trabalho humano e condições da sua prestação, formação política social, meios de comunicação social, atividades recreativas e culturais, execução de trabalhos burocráticos” (*Ibid.*). A 22 de junho de 1975, tem lugar uma reunião do CDAL, destinada à análise do documento-base dos CoPar. Na ocasião, o bispo profere uma alocução acerca da missão da Igreja e do papel dos leigos.

Entre 1975 e 1978, realizaram-se várias reuniões e assembleias do CDAL, que manifestam o dinamismo do apostolado laical; destaque-se a assembleia realizada em 1978, em que foram abordados os temas da evangelização das paróquias madeirenses e a doutrina social da Igreja no contexto madeirense. De notar que, em várias ocasiões, houve jornadas de formação com oradores vindos de Lisboa, que discursaram sobre o papel dos leigos: Mário Pinto, Luís Marinho Antunes, outros (CDAL, 1ª reunião).

De 6 a 8 de dezembro de 1975, o CDAL organizou um curso de preparação para os monitores dos CoPar. Daí por diante irão suceder-se diversos encontros em vários lugares da Diocese, a fim de lançar os CoPar: Arciprestado do Porto Moniz (março e abril de 1976); Arciprestado do Funchal-suburbano (julho de 1976); Arciprestado do Funchal-centro e do Funchal-suburbano (julho de 1976; Paróquia da Nazaré (abril de 1976).

Os novos CoPar foram constituídos, com aprovação dos nomes, sob proposta dos párocos (anos 1976, 1977, ss.). Existem atas das reuniões dos padres dos arciprestados acerca do documento “Conselhos Paroquiais”.

Para concluir esta nota sobre o papel de D. Francisco Santana na promoção do associativismo laical, refira-se a criação do Movimento Jovens Cristãos da Madeira, que dará um grande impulso à pastoral juvenil, orientando os jovens para a vida cristã, no meio de uma sociedade em grande alvoroço social e político, pouco tempo depois da Revolução de 25 de abril de 1974.

No pontificado de D. Teodoro de Faria, o empenhamento dos leigos em vida associativa prosseguiu, pautando-se por características próprias. Saliente-se, *e.g.*, o congresso de

pastoral juvenil de 1986. Um texto de D. Teodoro de Faria, “Os jovens e o futuro da nossa terra” (s.d.), analisa as diversas gerações de fiéis, a fé, a Igreja, a família, a escola, o ensino na UCP, afirmando o primado dos valores espirituais. O congresso foi preparado em diversas fases; a terceira realização foi de 17 a 20 de julho, estando os primeiros dias reservados aos delegados e o último aberto à participação de todos os jovens e familiares.

D. António Carrilho, bispo diocesano desde 2007, procurou fomentar o apostolado laical, na continuidade dos seus predecessores, com as suas visitas pastorais, agendamento de jornadas diocesanas do apostolado dos leigos, apoio a diversas atividades.

As associações na Igreja não se justificam só pelas inúmeras vantagens que comporta a ação associada pelo apostolado, mas porque sublinham uma exigência conatural à Igreja e ao ser cristão: a de ser comunhão a todos os níveis e aproveitar todas as oportunidades para construir comunidade.

O fenómeno associativo na Igreja só tem sentido quando, consciente dos seus carismas, contribui para o anúncio do evangelho, incrementa a unidade e a reconciliação, e é capaz de ver a Igreja numa perspetiva católica.

Os movimentos e as associações eclesiais são formas privilegiadas de realizar uma vocação na Igreja, revitalizando a consciência batismal, aprofundando o apelo à santidade que a todos é dirigido e ajudando a configurar caminhos de vida e espiritualidades ao serviço de uma identidade cristã e do crescimento do reino de Deus. Mas não são a única forma de concretizar a vocação cristã.

Por outro lado, há aspetos negativos da experiência das associações e dos movimentos. Os movimentos colhem geralmente um aspeto do evangelho com a sua espiritualidade. O risco reside nas leituras parciais do evangelho, na fixação numa mentalidade teológica fechada, na não aceitação dos membros da hierarquia consoante as sensibilidades, na absolutização da própria experiência, entre outros.

Evolução histórica das associações e movimentos da Diocese do Funchal (1989-2015):

– 1989 (PEREIRA, 1989, II, 412): Ação Católica, Jovens Cristãos da Madeira, Movimento dos Estudantes Católicos Madeirenses, Corpo Nacional de Escutas, Movimento Esperança e Vida, Movimento de Educadores Católicos, Associação Católica Internacional a serviço da Juventude Feminina, Legião de Maria, Associação Católica de Enfermagem e Profissionais de Saúde, Cursos de Crisandade, Obra de Santa Zita, Equipas de Casais de Nossa Senhora, Centro de Preparação para o Matrimónio, Escola de Pais, Movimento de Defesa da Vida, Congregação de Nossa Senhora e Filhas de Santa Maria, Ordem Terceira de S. Francisco de Assis, Conferências de S. Vicente de Paulo, Obra de S. Francisco de Sales, Damas da Caridade, Lactário de Assistência a Crianças fracas, Escola-Creche de Santa Clara, Patronato de Nossa Senhora das Dores, Abrigo de Nossa Senhora de Fátima, Casa do Gaiato do Padre Américo, Associação dos Cooperadores Salesianos;

– 2007 (elenco da Agência Ecclesia): Ação Católica dos Meios Independentes; Ação Católica Rural; Ação Católica dos Enfermeiros e Profissionais de Saúde; Associação dos Cooperadores Salesianos; Associação Portuguesa dos Centros de Preparação para o Matrimónio; Associação de Professores Católicos; Convívios Fraternos; Corpo Nacional de Escutas; Cursos de Crisandade; Equipas de Nossa Senhora; Legião de Maria; Liga Eucarística; Liga Operária Católica; Movimento de Apoio à Grávida; Movimento de Apostolado das Crianças; Movimento dos Jovens Cristãos da Madeira; Movimento dos Estudantes Católicos Madeirenses; Movimento da Mensagem de Fátima; Movimento dos Educadores Católicos; Movimento Esperança e Vida; Caminho Neocatecumenal; Obra de Santa Zita; Renovamento Carismático; Sociedade de São Vicente de Paulo; Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina; Equipas Jovens de Nossa Senhora; Filhas de Maria; Movimento de Defesa da Vida; Movimento dos Trabalhadores Cristãos; Oficinas de Oração e Vida; Movimento dos Focolares e Movimento Apostólico de Schoenstatt. Há ainda os institutos seculares, a Companhia

Missionária do Coração de Jesus, os Cooperatoras da Família (Obra de Santa Zita) e as Servas do Apostolado;

– 2015 (informação facultada pela Diocese do Funchal): Movimentos ligados à vida consagrada: Maria Rivier (Irmãs da Apresentação de Maria), Amigos da Irmã Wilson (Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias), Associação dos Cooperadores Salesianos, Damas da Caridade de S. Vicente de Paulo, Associação de São Vicente de Paulo, Ordem Franciscana Secular, Ordem Terceira do Carmo, Movimento por um Lar cristão (Obra de Santa Zita), Movimento de Apoio à Grávida, Juventude Dehoniana, Juventude Hospitaleira, Juventude Mariana Vicentina, Juventude Salesiana, Casais da Verbum Dei. Movimentos de Leigos: Associação Católica Independente, Ação Católica Rural, Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina, Equipas Jovens de Nossa Senhora, Equipas de Nossa Senhora, Legião de Maria, Liga Operária Católica, Filhas de Maria, Movimento Esperança e Vida, Cursos de Cristandade, Renovamento carismático, Oficinas de Oração, Jovens Cristãos da Madeira, Convívios fraternos, Corpo Nacional de Escutas, Movimento de Estudantes Católicos Madeirenses, Movimento Apostólico de de Schoenstat, Movimento Mensagem de Fátima.

Bibliog.: **manuscrita:** ACDF, Arquivo de D. Francisco Santana, Conselho Diocesano do Apostolado dos Leigos (primeira reunião); **impresa:** BENTO XVI/RATZINGER, Joseph, *Os Movimentos na Igreja – Presença do Espírito e Esperança para os Homens*, Parede, Lucerna, 2007; CARRILHO, António, “Mensagem à Diocese do Funchal – Jornada Diocesana do Apostolado dos Leigos”, in CARRILHO, António Carrilho, *Corresponsabilidade e Participação. Homilias e Mensagens, Dois Anos na Diocese do Funchal*, Coimbra, Gráfica de Coimbra 2, 2009; *Código de Direito Canónico*, 1917; *Código de Direito Canónico*, 1983; *Communio*, n.º 1, jan.-fev. 1991; CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Constituições, Decretos, Documentos Pontifícios*, Braga, Editorial Apostolado de Oração, 1987; CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Normas Gerais para a Regulamentação das Associações de Fiéis*, 1988; *Id.*, “Declaração conjunta dos bispos sobre a dimensão pastoral e canónica das misericórdias portuguesas”, *Lumen*, n.º 11, 1989, pp. 7-8; *Id.*, *Normas Gerais das Associações de Fiéis*, 4 abr. 2008; *Id.*, *Decreto Geral sobre as Misericórdias*, 23 abr. 2009; *Id.*, *Decreto Geral Interpretativo para as Misericórdias Portuguesas*, 2 maio 2011; *Id.*, *Anuário Católico de Portugal 2014*, Lisboa, Secretariado Geral do Episcopado, 2014; DELGADO, Miquel, “Asociación Internacional de Fieles”, in OTADUY, Javier et al. (coords.), *Diccionario General de Derecho Canonico*, vol. I, Navarra, Thomson Reuters Aranzadi, 2012, pp. 528-531; FERREIRA, Manuel Pinho, “A personalidade jurídica das associações de fiéis”, *Forum Canonicum*, vol. V, n.º 1, 2010, pp. 21-34; FERREIRA, Sebastião Pires, “Os bens temporais das associações de fiéis”, *Forum Canonicum*, vol. V, n.º 1, 2010, pp. 45-70; FRANCISCO, *Discurso ao III Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades*, 22 nov. 2014; GOMES, M. Saturnino C., “O direito de associação – Um direito fundamental

da Igreja”, *Didaskalia*, vol. XIX, 1989, pp. 191-262; *Id.*, “Associações de fiéis”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 154; *Id.*, “Pias uniões”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 446; *Id.* (coord.), *As Associações na Igreja*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2005; *Id.*, e FRANCO, Eduardo, “Instituições católicas: termos ou conceitos”, *Forum Canonicum*, vol. IV, n.º 1-2, 2009, pp. 177-203; GUARDA, Jorge M. F., “Critérios de eclesialidade das associações de fiéis”, *Forum Canonicum*, vol. V, n.º 1, 2010, pp. 35-44; GUERRA, Jorge Valdemar, “Catálogo dos microfímes dos documentos do Arquivo do Paço Episcopal do Funchal – GA: arquivos das confrarias e irmandades”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XXII, 1999, pp. 391-420; JARDIM, Gastão, “Confrarias e irmandades no Arquivo Regional da Madeira – Catálogo documental”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XXII, 1999, pp. 9-183; JOÃO PAULO II, *Christifideles Laici*, 1988; MARANO, Venerando, “Asociación pública”, in OTADUY, Javier et al. (coords.), *Diccionario General de Derecho Canonico*, vol. II, Navarra, Thomson Reuters Aranzadi, 2012, pp. 535-536; MARQUES, J. António Silva, “O direito de associação e as associações de fiéis na Igreja à luz do Vaticano II e do novo Código de Direito Canónico”, *Theologica*, vol. XIX, fascs. III-IV, 1986, sep.; *Id.*, “As associações de fiéis no contexto civil e eclesial português”, in *Codex Iuris Canonici: Dez Anos de Aplicação na Igreja e em Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de Direito Canónico, 1995, pp. 113-151; NAVARRO, Luis, “Asociación de fieles”, in OTADUY, Javier et al. (coords.), *Diccionario General de Derecho Canonico*, vol. I, Navarra, Thomson Reuters Aranzadi, 2012, pp. 519-526; *Id.*, “Asociación laical”, in OTADUY, Javier et al. (coords.), *Diccionario General de Derecho Canonico*, vol. I, Navarra, Thomson Reuters Aranzadi, 2012, pp. 531-532; PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 4.ª ed., 2 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989; PRIETO, Vicente, “Asociación privada”, in OTADUY, Javier et al. (coords.), *Diccionario General de Derecho Canonico*, vol. I, Navarra, Thomson Reuters Aranzadi, 2012, pp. 532-534; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1989; SISTACH, Lluís Martínez, *Las Asociaciones de Fieles*, 5.ª ed., Barcelona, Facultat de Teologia de Catalunya, 2004; *Id.*, “Asociación (derecho de)”, in OTADUY, Javier et al. (coords.), *Diccionario General de Derecho Canonico*, vol. I, Navarra, Thomson Reuters Aranzadi, 2012, pp. 509-513; WAYMEL, D., “Les mouvements et associations de fidèles dans l’ecclésiologie de Joseph Ratzinger”, *Nouvelle Revue Théologique*, t. 136, n.º 4, 2014, pp. 577-595; **digital:** CARRILHO, António, “Formação de base dos cristãos leigos” (nota pastoral), *Diocese do Funchal*, 29 set. 2007: <http://www.diocesedofunchal.pt/bispo-do-funchal/notas-pastorais/formacao-de-base-dos-cristaos-leigos>:212 (acedido a 10 fev. 2015); *Id.*, “Dia Diocesano dos Leigos no Funchal”, *Agência Ecclesia*, 24 nov. 2007: <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/nacional/dia-diocesano-dos-leigos-no-funchal/> (acedido a 15 fev. 2015); CONFERÊNCIA NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE APOSTOLADO DOS LEIGOS, “Quem somos”, *Conferência Nacional das Associações de Apostolado dos Leigos*, s.d.: <http://www.cnal.pt/index.php/quem-somos> (acedido a 15 fev. 2015).

SATURINO GOMES

Associações de solidariedade social

A Constituição de 1976 consagrou na legislação portuguesa a possibilidade de a sociedade civil organizar grupos sociais sem finalidades económicas, com o propósito de prestar apoio aos mais desfavorecidos da sociedade portuguesa nas diversas valências sociais. Esta democratização do assistencialismo social é mais do que um acompanhar dos tempos vividos no período pós-Revolução de Abril. É também um responsabilizar da sociedade para a resolução de problemas que a afligem. Incorpora-se assim

um papel fiscalizador do Estado à evolução, ao desempenho e comportamento das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), mas aumenta-se em muito a capacidade de entidades privadas poderem intervir nestas áreas sensíveis da sociedade, acompanhando a evolução europeia e mundial neste campo.

A nível nacional, esta evolução legislativa representou um aumento dos instrumentos ao dispor das entidades que desempenhavam já trabalho nestas áreas, dotando-as de novas funcionalidades, novo enquadramento e ferramentas administrativas e fiscais. Além desta questão burocrática, na Madeira, é notório o valor social que este reconhecimento administrativo levou às instituições que desempenhavam papéis nestas vertentes na Região.

As IPSS desempenharam, ao longo dos anos, um papel muito importante na área social, em estreita colaboração com a Segurança Social (SS) e outros organismos oficiais, desenvolvendo estratégias e procurando responder às carências dos grupos sociais mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, famílias e pessoas idosas. Foram crescendo em número ao longo do tempo e alargando as suas valências, adaptando-se às novas realidades sociais. A legislação prevê a implementação de diversas medidas de apoio, incremento e valorização da intervenção das IPSS na prossecução dos objetivos de solidariedade social e define as várias formas de cooperação entre a Segurança Social e as diversas instituições sob a forma de acordos de cooperação, gestão e protocolo.

Constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares com o propósito de prestar aos concidadãos apoio solidário na área social, e não podendo ser administradas pelo Estado ou por outro organismo público, as IPSS têm o objetivo de promover o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades nos seguintes domínios: apoio à família; apoio às pessoas idosas; apoio às pessoas com deficiência e incapacidade; apoio à integração social e comunitária; e proteção social dos cidadãos na doença, velhice, invalidez, e em situação de falta de capacidade para o trabalho ou diminuição de meios de subsistência.

Na área da saúde, ocupam-se da prevenção, promoção e proteção da saúde, especificamente, na medicina preventiva, curativa e de reabilitação, na assistência a medicamentos, e na educação e formação profissional dos cidadãos, pretendendo, ainda, dar respostas que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

Estas instituições de utilidade pública designam-se (agrupam-se) por associações de solidariedade social, cooperativas de solidariedade social, associações mutualistas ou de socorros mútuos, fundações de solidariedade social, irmandades da Misericórdia e ainda instituições da Igreja Católica (como os centros paroquiais, a Caritas Diocesana e as paróquias). As instituições, pessoas coletivas e de utilidade pública, são autónomas e estabelecem livremente a sua organização interna, direito consagrado na legislação, regendo-se por estatutos elaborados internamente, segundo a legislação.

Ao Instituto de Segurança Social da Madeira compete avaliar, de forma sistemática, a qualidade dos serviços prestados pelas instituições e zelar pelo cumprimento dos acordos e protocolos celebrados. Compete-lhe também efetuar fiscalizações competentes através dos serviços da SS, exercer os poderes de inspeções, auditoria e fiscalização sobre as instituições com acordos ou protocolos, podendo, para o efeito, ordenar a realizações de inquéritos, sindicâncias e inspeções.

Compete ao Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais (IP-RAM) acompanhar, controlar e avaliar a execução dos acordos celebrados, bem como proceder ao pagamento dos apoios neles previstos.

Além dos apoios concedidos e contratualizados com a Segurança Social, registe-se também as campanhas de angariação de fundos levadas a cabo por diversos organismos. Saliente-se ainda que estas instituições sobrevivem sobretudo devido ao apoio do Estado, a doações de particulares e ao trabalho em regime de voluntariado.

Atendendo às áreas específicas de intervenção social e aos seus objetivos específicos, podemos agrupar as IPSS em três vertentes:

saúde, educação e segurança social. Os apoios estatais a cada instituição são canalizados através do organismo governamental que tutela a área de intervenção na qual se insere a respetiva IPSS. Algumas associações têm diferentes valências, que abrangem duas ou mesmo as três vertentes, sendo, por conseguinte, apoiadas por vários organismos governamentais.

Na sequência da aprovação do Estatuto Regional de Saúde (art. 6.º, alínea e)), aprovado pelo dec.-lei regional n.º 4/2003/M, de 7 de abril, as IPSS com o objetivo de promover a saúde passaram a integrar o Serviço Regional de Saúde. De acordo com o art. 11.º do mesmo diploma, passaram a estar sujeitas ao poder tutelar de Inspeção da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, à qual passou a competir também prestar apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento de atividades que contribuam para a realização do direito à saúde.

Neste quadro, o Governo regional passou a considerar as IPSS parceiros privilegiados no exercício da atividade de promoção e proteção da saúde, nomeadamente aquelas que complementaram o Serviço Regional de Saúde com valências em áreas para as quais o Estado não tinha a resposta adequada. A Secretaria Regional da Saúde (SRS) estabeleceu parcerias ou contratos de prestação de serviços com essas IPSS, através dos organismos competentes.

Em 2018, estavam inscritas como IPSS com o objetivo de promover a saúde as instituições Mão Amiga – Associação de Solidariedade Social, embora sem apoio; Irmãs Hospitalares do Sagrado Coração de Jesus, nas áreas da psiquiatria e pedopsiquiatria (vencionada para a surdez) e dos internamentos de curta-duração; Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro (Acreditar); Instituto S. João de Deus, na área da psiquiatria, vocacionado para problemas de álcool e droga; Abraço – Associação de Apoio a Pessoas com SIDA; Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes com Alzheimer; Fundação Portuguesa de Cardiologia; Oceanos; Atalaia Living Care – Prestação de Serviços,

vocacionada para internamento de longa duração; e Associação para Pessoas com Autismo. De entre estas instituições, eram apenas três as IPSS com as quais a SRS estabeleceu contratos de prestação de serviços: as Irmãs Hospitalares do Sagrado Coração de Jesus; o Instituto S. João de Deus; e a Atalaia Living Care.

Na área da saúde mental, destacamos o trabalho desenvolvido pelas Irmãs Hospitalares do Sagrado Coração de Jesus no campo da psiquiatria e pedopsiquiatria, com crianças dos dois sexos e jovens até aos 25 anos. Salienta-se também o trabalho no combate às dependências, proporcionando internamento de curta e longa duração para tratamento de doenças provocadas por dependências a pessoas do sexo feminino.

O Instituto S. João de Deus, instituição centenária referenciada na área da psiquiatria, destacou-se na prevenção, no tratamento e na reabilitação de pessoas portadoras de doença mental, estando vocacionada para o tratamento e a reabilitação psicossocial de pessoas do sexo masculino, dependentes do álcool e da droga, a quem proporcionava internamento de curta e longa duração.

O Atalaia Living Care fazia parte da rede de cuidados continuados e proporcionava aos utentes da terceira idade internamentos de longa duração.

Na vertente da educação, a ajuda direta alargava-se a várias IPSS, dando a Secretaria Regional da Educação (SRE) apoio a creches, jardins de infância e estabelecimentos do ensino básico, secundário e profissional.

Segundo o art. 14.º da port. n.º 277/2017, as IPSS com acordos de cooperação localizadas na área geográfica onde a rede pública não podia cumprir a cobertura média definida como necessária beneficiavam de um apoio financeiro.

Ao abrigo do art. 12.º, podiam ainda ser beneficiados com apoio financeiro os estabelecimentos tutelados pelas IPSS com acordos de cooperação, considerados alternativos aos integrados na rede pública, bem como estabelecimentos privados com contrato de

associação, desde que devidamente justificadas. Os acordos de cooperação estabelecidos pela SRE não se restringiam ao Funchal, espalhando-se por toda a Ilha, como se verifica na fig. 1.

O apoio financeiro não reembolsável a estas instituições era de várias naturezas, podendo ser um apoio ao investimento (desde a aquisição de terrenos e construção de raiz, à aquisição, adaptação, ampliação e modernização de instalações existentes, passando também pela aquisição de equipamento e apetrechamento dos estabelecimentos de ensino) e ao funcionamento (destinado à comparticipação nas respetivas despesas). Para que o apoio financeiro fosse concedido, as IPSS tinham de cumprir os requisitos pedagógicos e técnicos, segundo a legislação em vigor; inscrever os alunos na plataforma digital disponibilizada pela SRE; e cumprir as normas da Ação Social Escolar, tal como as escolas públicas.

As casas do povo foram equiparadas às IPSS através do dec.-lei n.º 171/98, desde que prosseguissem os objetivos previstos nas IPSS, aprovados pelo dec.-lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, adaptado à Região Autónoma da Madeira (RAM) pelo dec. leg. regional n.º 21/2017/M. Algumas casas do povo alargaram o âmbito da sua intervenção, abrindo centros de convívio e centros de dia, dirigidos especialmente à população mais idosa e mais isolada. Também beneficiando dos apoios da SS, passaram a estar abrangidas por este estatuto a Casa do Povo de Água de Pena; Casa do Povo de São Jorge; Casa do Povo de Boaventura; Casa do Povo da Camacha (centro de dia, centro de convívio e equipa de rua, destinado a crianças e jovens); Casa do Povo do Curral das Freiras (centro de dia e centro de convívio); Casa do Povo da Ilha – São Jorge (centro de convívio); Casa do Povo de Porto Moniz (centro cívico em freguesia do concelho de Porto Moniz/Seixal, Ribeira da Janela); Casa do Povo de São Martinho (centro de dia e centro de convívio); e Casa do Povo de São Roque do Faial (centro de convívio).

Os princípios orientadores e o enquadramento para a cooperação entre o Instituto

TIPO DE CONTRATO	ESTABELECEMENTOS DE EDUCAÇÃO/ENSINO
Acordos de cooperação	Abrigo Infantil Nossa Senhora da Conceição, Funchal
	Centro de Reabilitação Psicopedagógica da Sagrada Família, Funchal
	Centro Social e Paroquial da Graça, Funchal
	Centro Social e Paroquial do Bom Jesus, Ponta Delgada
	Escola Maria Eugénia de Canavial, Funchal
	Fundação Dona Jacinta de Ornelas Pereira, Câmara de Lobos
	Fundação Santa Luísa de Marillac, Monte, Funchal
	Jardim de Infância Apresentação de Maria, Calheta
Semi-Internato Santa Clara, Funchal	

TIPO DE CONTRATO	ESTABELECEMENTOS DE EDUCAÇÃO/ENSINO
Acordos de cooperação (r/simples)	Auxílio Maternal do Funchal
	Centro Infantil Maria Eugénia de Canavial, Funchal
	Centro Social e Paroquial de Santa Cecília, Câmara de Lobos
	Escola Donaolga (Cruz Vermelha), Funchal
	Escola Salesiana de Artes e Ofícios, Funchal
	Hospício da princesa D. Maria Amélia, Funchal
	Infantário Donamina, Funchal
	Infantário Donaolga, Funchal
	Infantário Quinta dos Traquinas, Funchal
	Infantário Rainha Sílvia, Funchal
	Jardim de Infância da Associação do Patronato de São Pedro, Funchal
	Jardim Escola João de Deus, Funchal

Fig. 1 – Tabela dos estabelecimentos de ensino/educação e respetivos tipos de contrato na Região Autónoma da Madeira em 2018.

de Segurança Social da Madeira (ISSM) e as IPSS e outras instituições particulares sem fins lucrativos equiparadas que prosseguem

atividades sociais na RAM foram estabelecidos pelo dec. legislativo regional n.º 22/2017/M. A fig. 2 sintetiza esta situação.

Nome da IPSS ou equiparada	Morada	Acordo de cooperação com o ISSM, IP-RAM	Respostas sociais tipificadas
ABRACO – Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA	R. Santa Maria, n.º 111 Santa Maria Maior 9050-040 Funchal	Sim	Centro de apoio familiar e aconselhamento parental
			Centro de atendimento e acompanhamento psicossocial
Assistência Médica Internacional (AMI)	R. das Pretas, n.º 57 São Pedro 9000-049 Funchal	Sim	Refeitório/Cantina social
Assistência Social Adventista – ASA	Caminho de Santana, n.º 27B São Roque 9020-120 Funchal	Sim	Estrutura residencial para idosos/Lar
			Centro de dia
Associação Anti-Alcoólica da Madeira	R. dos Estados Unidos da América, n.º 138 São Martinho – 9004-564 Funchal	Sim	Centro de atendimento e acompanhamento social
Associação Casa do Voluntário	R. São Francisco, n.º 3, 3.ºF Sé 9000-050 Funchal	Sim	Voluntariado social
Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina	R. da Carreira, n.º 163B São Pedro 9000-042 Funchal	Não	
Associação de Desenvolvimento Comunitário do Funchal – Garrouta do Calhau (ADCF)	R. da Alegria, n.º 14B Sé 9000-040 Funchal	Sim	Centro Comunitário das Murteiras
			Centro Comunitário da Quinta Falcão
			Centro Comunitário das Romeiras
			Centro Comunitário de Santo Amaro
			Centro Comunitário da Várzea
			Centro Comunitário de Viveiros
			Centro de dia para doentes de Alzheimer

Nome da IPSS ou equiparada	Morada	Acordo de cooperação com o ISSM, IP-RAM	Respostas sociais tipificadas
Associação de Desenvolvimento da Costa Norte – ADENORMA	Sítio Feiteiras de Cima 9240-207 São Vicente	Sim	Centro Comunitário do Rosário
			Centro Comunitário 3.ª Lombada de Ponta Delgada
			Emergência alimentar
Associação de Desenvolvimento da Ribeira Brava – AD Brava	R. Visconde, n.º 7 9350-213 Ribeira Brava	Sim	Centro comunitário
Associação de Desenvolvimento do Monte – ADECOM	Câmara Municipal do Funchal Sala Torre Praça do Município 9004-512 Funchal	Não	
Associação dos Diabéticos da Região Autónoma da Madeira – ADRAM	R. da Vargem, Bloco L, Sala 7 9000-705 Funchal	Não	
Associação de Surdos, Pais, Familiares e Amigos da Madeira - ASPFAM	Caminho de Santo António, Conjunto H C Madalena II, BL D – R/C 9020-002 – Funchal	Não	
Associação de Familiares e Amigos do Doente Mental da RAM – AFARAM	R. da Vargem, n.º 33 Bloco L – S7 São Martinho 9000-705 Funchal	Sim	Fórum socio-ocupacional
Associação Internacional Caridade	R. Cónego Jardim, n.º 20, Santa Maria Maior 9060 – 134 Funchal	Sim	Centro de convívio
Associação Onda Solidária	R. do Bom Jesus, n.º 8 a 10 – Edifício Europa 9050-028 Funchal	Licença de funcionamento	Centro de atendimento e acompanhamento social
Associação para o Desenvolvimento de Santo António - ASA	R. Antero Quental, Bloco 11 – Cave Sítio da Ribeira Grande 9000-375 Funchal	Sim	Emergência social
Associação de Paralisia Cerebral da Madeira – APCM	Caminho do Pico do Funcho, n.º 58 São Martinho 9000-501 Funchal	Sim	Lar residencial
			Centro de atividades ocupacionais
Associação Portuguesa das Pessoas com Necessidades Especiais – Associação Sem Limites	Urbanização Ribeira Grande, R. Antero de Quental, Bloco 10 - Loja 11 Santo António 9020-207 Funchal	Sim	Centro de atendimento e reabilitação para pessoas com deficiência
Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo - APPDA	Av. Luís de Camões, Bairro do Hospital CV, Bloco 14 9000-168 Funchal	Não	
Associação Presença Feminina	Complexo Habitacional de Santo Amaro II, Bloco 4, Loja n.º 7 Santo António 9020-019 Funchal	Sim	Casa de abrigo

Nome da IPSS ou equiparada	Morada	Acordo de cooperação com o ISSM, IP-RAM	Respostas sociais tipificadas
Associação Protetora dos Pobres	R. do Frigorífico, n.º 13 9050-448 Sé, Funchal	Sim	Refeitório/Cantina social
			Centro de alojamento temporário noturno
			Ateliê ocupacional
			Equipa de rua sem abrigo
			Equipa de rua crianças e jovens
Associação Protetora do Recolhimento do Bom Jesus da Ribeira	R. do Bom Jesus, n.º 13 Santa Luzia 9050-028 Funchal	Não	
Associação Santana Cidade Solidária	Sítio do Pico 9330-106 Santana	Sim	Estrutura residencial para idosos/lar
			Centro de dia
			Serviço de apoio domiciliário
			Serviço de apoio domiciliário e lavandaria
			Serviço de apoio domiciliário e refeições
			Emergência alimentar
Associação Solidariedade Social Crescer Sem Risco	Fajã da Areia 9240-016 São Vicente	Sim	Centro Comunitário de São Vicente
			Centro Comunitário da Ribeira Brava
Associação Solidariedade Social Monte de Amigos	Caminho dos Saltos, n.º 248 Monte 9050-211 Funchal	Não	
Associação Solidariedade Social para o Desenvolvimento e Apoio a Crianças e Jovens - CRIAMAR	R. da Mouraria, n.º 9, 3.º B 9000-047 Funchal	Não	
Associação Solidariedade Social Pérola	R. do Sabão, n.º 23 9100-023 Gaula	Não	
Associação Solidariedade Social dos Professores – Delegação da Madeira	R. de Santa Maria, n.º 242 9060-122 Funchal	Licença de funcionamento	Estrutura residencial para idosos /residência
Associação Socorros Mútuos 4 de Setembro	R. João Tavira, n.º 59, 1.º 9000 – Funchal	Não	

Nome da IPSS ou equiparada	Morada	Acordo de cooperação com o ISSM, IP-RAM	Respostas sociais tipificadas
Atalaia Living Care	R. Dr. Brito Câmara, n.º 20 9000-029 Funchal	Não	
Câmara de Lobos Viva – Associação de Desenvolvimento Comunitário	Caminho do Ilhéu, n.º 33 9300-072 Câmara de Lobos	Não	
Cáritas Diocesana do Funchal	Calç. do Pico, n.º 59 São Pedro 9000-206 Funchal	Sim	Centro comunitário
Casa do Povo Água de Pena	Sítio da Igreja Estrada Regional 237, n.º 3 Água de Pena 9200-224 Machico	Sim	Centro de convívio
Casa do Povo Arco de São Jorge	Sítio dos Poços 9230-019 Arco de São Jorge	Sim	Centro de convívio
Casa do Povo Boaventura	Sítio do Serrão R. da Casa do Povo 9240-046 Boaventura	Sim	Centro de dia
Casa do Povo de Camacha	Lg. do Conselheiro Aires Ornelas, n.º 39 9136-909 Camacha	Sim	Centro de dia
			Centro de convívio
			Equipa de rua Crianças e Jovens
Casa do Povo de Curral das Freiras	Sítio das Casas Próximas 9030-319 Curral das Freiras	Sim	Centro de dia
			Centro de convívio
Casa do Povo da Ilha	Sítio do Granel 9230-235 Santana	Sim	Centro de convívio
Casa do Povo de Porto Moniz	Levada Grande 9270-036 Porto Moniz	Sim	Centro de convívio de Porto Moniz
			Centro de convívio do Seixal
			Centro de convívio da Ribeira Janela
Casa do Povo de São Martinho	R. do Brasil, n.º 41 e 45 São Martinho 9000-134 Funchal	Sim	Centro de dia
			Centro de convívio
Casa do Povo de São Roque do Faial	Pico do Cedro Gordo 9230 -208 Santana	Sim	Centro de convívio
Casa Sagrada Família e Refúgio S. Vicente de Paulo	Sítio do Caminho do Povo 9100-070 Gaula	Sim	Estrutura residencial para idosos/lar
			Centro de convívio

Nome da IPSS ou equiparada	Morada	Acordo de cooperação com o ISSM, IP-RAM	Respostas sociais tipificadas
Causa Social - Associação para a Promoção da Cidadania	R. da África do Sul, n.º 12 São Martinho 9000-132 Funchal	Sim	Estrutura residencial para idosos/lar I Porto Cruz
			Estrutura residencial para idosos/lar II Porto Cruz
			Centro de dia
			Serviço de apoio domiciliário
			Unidade de acolhimento emergência
			Centro de acolhimento temporário
			Emergência alimentar
Centro Cultural e Desportivo Luís de Camões	Av. Luís de Camões, n.º 12 São Pedro 9000-168 Funchal	Sim	Centro de convívio
			Centro comunitário
Centro Cultural e Desportivo de São José	R. Arcebispo D. Aires, n.º 15 C Imaculado Coração de Maria 9050-206 Funchal	Sim	Centro de dia
			Centro de convívio
Centro da Mãe – Associação de Solidariedade Social	Av. Luís de Camões, n.º 14 R/C São Pedro 9000-180 Funchal	Sim	Centro de Apoio à Vida – Atendimento e acompanhamento
			Centro de Apoio à Vida – acolhimento
Centro de Apoio ao Sem Abrigo – CASA	R. Ribeira de João Gomes Auto Silo do Campo da Barca Piso 6 9050-100 Funchal	Não	
Centro Social, Cultural e Paroquial de São Vicente	Sítio da Vila de São Vicente 9240-225 São Vicente	Sim	Centro de convívio
Centro Social e Paroquial Bom Jesus da Ponta Delgada	Sítio da Igreja 9240-105 Ponta Delgada	Sim	Estrutura residencial para idosos/lar
			Estrutura residencial para idosos/residência
			Centro de dia
			Serviço de apoio domiciliário e lavandaria
Centro Social e Paroquial do Carmo	R. João Ricardo Ferreira César, n.º 8 9300-076 Câmara de Lobos	Sim	Centro de dia

Nome da IPSS ou equiparada	Morada	Acordo de cooperação com o ISSM, IP-RAM	Respostas sociais tipificadas
Centro Social e Paroquial Encarnação	R. P.º Manuel Carlos da Silva 9325-377 Estreito de Câmara de Lobos	Sim	Centro de dia
			Serviço de apoio domiciliário e lavandaria
			Atividades de tempos livres
Centro Social e Paroquial Graça	Caminho da Barreira, n.º 26, Santo António 9020-068 Funchal	Sim	Centro de convívio
			Serviço de apoio domiciliário
			Serviço de apoio domiciliário e refeições
Centro Social e Paroquial Imaculado Coração de Maria	R. da Levada de Santa Luzia, n.º 15 Santa Luzia 9050-046 Funchal	Sim	Centro de convívio
Centro Social e Paroquial Preces	Sítio da Ribeira Grande 9200-123 Machico	Sim	Centro de convívio
Centro Social e Paroquial de Santo António	Entrada Particular da Igreja, n.º 2 Santo António 9020-133 Funchal	Sim	Serviço de apoio domiciliário
			Estrutura residencial (para idosos) residência
			Centro de dia
			Centro de convívio
			Centro de apoio familiar e aconselhamento parental
			Residência de autonomização
			Casa de transição
			Casa de abrigo
Emergência alimentar			
Centro Social e Paroquial de São Bento	R. do Visconde, n.º 10, Apartado 96 9351-909 Ribeira Brava	Sim	Estrutura residencial para idosos/residência
			Casa de abrigo
			Estrutura residencial para idosos/lar
			Centro de dia
			Centro de Convívio Campanário
			Centro Convívio Serra de Água
			Centro Convívio da Furna
			Serviço de apoio domiciliário
			Serviço de apoio domiciliário, refeições
Serviço de apoio domiciliário, lavandaria			

Nome da IPSS ou equiparada	Morada	Acordo de cooperação com o ISSM, IP-RAM	Respostas sociais tipificadas
Centro Social e Paroquial Sagrada Família	Trav. Cor. Abel Magno de Vasconcelos, n.º 7 - São Pedro 9000-186 Funchal	Sim	Estrutura residencial para idosos/Lar
			Centro de dia
Centro Social e Paroquial Santa Cecília	R. Condes Torre Bela, n.º 15 9300-041 Câmara de Lobos	Sim	Centro de dia
			Centro comunitário
			Emergência alimentar
Centro Social e Paroquial Santíssima Trindade da Tábua	Sítio da Praia 9350-418 Tábua Ribeira Brava	Sim	Centro de acolhimento temporário
			Unidade de acolhimento de emergência
			Lar de infância e juventude
			Estrutura residencial para idosos/lar
Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação Regional	R. das Mercês, n.º 40 São Pedro 9000-224 Funchal	Sim	Estrutura residencial para idosos/lar
			Centro de convívio
Fundação Abrigo Nossa Senhora Fátima	Caminho do Poço Barral, n.º 54 Santo Amaro 9020-155 Funchal	Sim	Lar de infância e juventude
Fundação Aldeia do Padre Américo	Qt. Vale Paraíso 9135-350 Camacha Santa Cruz	Não	
Fundação Cecília Zino	R. Velha da Ajuda, n.º 8 9000 – 115 Funchal	Não	Lar de infância e juventude
			Unidade de acolhimento de emergência
Fundação Dona Jacinta de Ornelas Pereira	R. Cap. Armando Pinto Correia, n.º 37 9325 – 023 Estreito Câmara de Lobos	Sim	Centro de convívio
Fundação Horácio Roque	R. Imperatriz D.ª Maria Amélia, n.º 110 9000-018 Funchal	Não	
Fundação Hospício Princesa D. Maria Amélia	Av. do Infante, n.º 12 Sé 9000-015 Funchal	Sim	Serviço de apoio domiciliário
			Estrutura residencial para idosos/lar
			Centro de dia
			Lar de infância e juventude

Nome da IPSS ou equiparada	Morada	Acordo de cooperação com o ISSM, IP-RAM	Respostas sociais tipificadas
Fundação José Berardo	Caminho do Monte, n.º 172 9001-904 Funchal	Não	
Fundação João Pereira	Caminho da Carreira, n.º 29 9360-524 Ponta do Sol	Sim	Centro de convívio
			Centro de atendimento e acompanhamento social
			Emergência alimentar
Fundação Lar da Paz	Est. Regional 207, n.º 200 Água de Pena 9200-231 Machico	Sim	Lar de infância e juventude
Fundação Mário Miguel	Caminho do Gorgulho Lamaceiros 9270-235 Porto Moniz	Sim	Estrutura residencial para idosos/lar
			Emergência alimentar
Fundação Mary Jane Wilson	Caminho da Igreja, n.º 31 São Gonçalo 9060 – 130 Funchal	Sim	Estrutura residencial para idosos/lar
Fundação Nossa Senhora da Conceição do Funchal	Av. do Infante, n.º 18 Sé 9000-015 Funchal	Sim	Lar de infância e juventude
			Unidade de acolhimento de emergência
			Semi-internato
Fundação Nossa Senhora da Piedade	R. Manuel Gregório Pestana Júnior 9400-172 Porto Santo	Sim	Estrutura residencial para idosos/lar
			Centro de dia
			Centro de convívio
			Colónia de férias
Fundação Patronato São Filipe	Trav. de São Filipe, n.º 5 Santa Maria Maior 9060-293 Funchal	Sim	Lar de infância e juventude
			Semi-internato
Fundação Santa Luísa de Marillac	Qta. Betânia - Estrada dos Marmeleiros, n.º 242 Monte 9050-209 Funchal	Não	
Mão Solidária – Associação de Apoio à Distribuição Alimentar na RAM	Caminho da Ribeira Grande, n.º 57 Armazém C 9020-114 Funchal	Sim	Ajuda alimentar a carenciados
Os Especiais - Associação de Inclusão Social	Caminho Dr. William Eduard Clode, n.º 2 Santo António 9020-083 Funchal	Não	

Nome da IPSS ou equiparada	Morada	Acordo de cooperação com o ISSM, IP-RAM	Respostas sociais tipificadas
Recolhimento Bom Jesus da Ribeira	R. do Bom Jesus, n.º 5 Santa Luzia 9050-028 Funchal	Não	
Santa Casa da Misericórdia da Calheta	Sítio Estrela Abaixo 9370-111 Calheta	Sim	Estrutura residencial para idosos/lar (Estrela)
			Estrutura residencial para idosos/lar (N.ª Sr.ª da Conceição)
			Centro de convívio
			Centro comunitário
			Serviço de apoio domiciliário
			Serviço de apoio domiciliário e refeições
Santa Casa da Misericórdia do Funchal	Calç. de Santa Clara, n.º 38, 1.º Piso São Pedro 9000-036 Funchal	Sim	Estrutura residencial para idosos/lar (Funchal)
			Estrutura residencial para idosos/lar (Caniço)
			Centro de dia (Funchal)
			Centro de dia (Caniço)
			Serviço de apoio domiciliário e lavandaria
			Emergência alimentar
Santa Casa da Misericórdia de Machico	R. do Desembarcadouro, n.º 50 9200-144 Machico	Sim	Estrutura residencial para idosos/lar
			Centro de dia
			Centro comunitário
			Emergência alimentar
Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz	R. Irmã Wilson, n.º 2, 4 e 6 9100-161 Santa Cruz	Sim	Estrutura residencial para idosos/lar
			Centro de dia
			Centro de convívio
			Emergência alimentar
União das IPSS	R. dos Netos, n.º 43, 3.º 1 9000-084 Funchal	Sim	Centro de atendimento e acompanhamento social

Fig. 2 – Lista de IPSS e instituições equiparadas registadas e/ou apoiadas pelo Instituto de Segurança Social da Madeira (ISSM) em 2017.

Associativismo

Com origem no lexema latino “associare”, formado de “socius”, que significa companheiro, as associações, enquanto organizações sem fins lucrativos, têm como elemento essencial o “conjunto de pessoas que se juntam para prosseguir um determinado fim” (ANDRADE e FRANCO, 2007, 26), pelo que se distanciam das instituições com fins lucrativos, como as sociedades (ainda que as associações mais primitivas assumissem o vocábulo na sua designação, apesar de o objeto social se reportar ao associativismo).

No que diz respeito ao movimento associativo, ou associativismo, verifica-se que representa o sistema que remonta às primeiras manifestações de agregação com vista à constituição de associações populares: “Acreditai, ó povo, a vossa regeneração está na escola, o vosso conforto na associação” (GOODOLPHIM, 1876, 168).

Segundo Monteiro, a importância das associações reside nos vários papéis que assumem, desde a mediação entre os indivíduos e o Estado, passando pela exploração das capacidades e virtualidades dos territórios em que se integram, até à dinamização de diversas intervenções culturais, desportivas, de recreio, educação, ação social, património, economia, entre outras.

O retrato de Portugal do início do séc. XIX ilustrava um cenário de crise, de atraso industrial, pobreza generalizada, elevadas taxas de analfabetismo, invasões francesas, e ausência de qualquer sistema de proteção social. Sob a influência do liberalismo, dos ideais propagados pela Revolução Francesa e do advento da Revolução Industrial (sector assalariado), a segunda metade do séc. XIX revela que os espaços de discussão e intervenção social e política, outrora reservados às elites, começaram a surgir no meio operário, apesar de todos os condicionamentos que os sistemas políticos instituíam.

Por se direcionarem para os operários, as associações principiaram por ser classistas, excetuando-se o caso das associações despor-

tivas (que eram interclassistas). A partir do séc. XIX, sob a iniciativa do movimento associativo popular, surgiram as primeiras associações de instrução, cultura, recreio e desporto, em estreita articulação com o cooperativismo, o mutualismo e o sindicalismo, de cariz menos institucional e mais popular, já que se afastava da ação política para intervir ao nível sociocultural. Pretendia-se combater as dificuldades quotidianas dos trabalhadores e as elevadas taxas de analfabetismo e dotar o operariado português não só de conhecimentos técnicos mas também lúdicos, de forma a incutir o gosto pela cultura e despoletar o interesse pelas artes performativas.

No arquipélago da Madeira, e na sequência da abolição do sistema dos morgadios e da colónia, a aristocracia fundiária (nobreza e clero) perdeu influência social, ainda que detivesse a supremacia burocrática e económica, gerada pelo desenvolvimento do comércio. Não obstante as dificuldades agrícolas, que impediram a existência de um equilíbrio entre a produção para exportação (vinho, sobretudo) e para consumo, a partir de 1757, a Madeira viu-se confrontada com condições climáticas adversas ao cultivo. Os tempos que se seguiram foram de crise cerealífera e, por consequência, alimentar. Em 1847 a situação de miséria repetiu-se, agravada pela doença na batata e na vinha, e o Estado interveio com a criação de uma espécie de “sopa pública”, como forma de saciar os mais carenciados e sossegar tumultos que ganhavam forma.

Este panorama de crise social justifica a origem das associações madeirenses mais primitivas, uma vez que estas surgem na égide dos mais desfavorecidos: as associações de socorros mútuos ou de solidariedade social. Não havendo um organismo estatal que protegesse os camponeses na situação de doença ou desemprego, a própria sociedade organizava-se em pequenas comunidades, para assegurar a proteção e sobrevivência dos seus semelhantes, já que, segundo Artur Martins, os fundamentos que sustentam o associativismo visam: “Vontade de resolver coletivamente, necessidades culturais, recreativas, desportivas e sociais que,

quer o Estado, quer individualmente, não é possível resolver; Vontade de livre e espontânea associação baseada na entre ajuda, fraternidade, solidariedade e participação; [...] Dirigentes associativos voluntários e benévolos legitimados através de eleições democráticas” (LEITÃO *et al.*, 2009, 30).

As associações locais emergem, sobretudo, da dupla necessidade de se (re)criarem espaços qualificados que permitissem o desenvolvimento da instrução, da cultura, de atividades de recreação (ocupação de tempos livres) e de desporto que fossem, ao mesmo tempo, espaços de comunicação, interação e de sociabilidade, onde se reconhecessem e permitissem as reivindicações do grupo e proliferasse o sentido de luta por direitos similares, quer para o acesso à educação e à cultura, quer pela mútua ajuda através de uma transformação social, assente na solidariedade para com os seus associados.

A consulta do *Elucidário Madeirense*, nos verbetes referentes a associações, indica que a primeira associação a ser constituída na Ilha foi a Associação Comercial do Funchal, em 1835. Deu-se, pois, início à constituição de associações de classes, das quais se destacou, pela sua versatilidade e abrangência cultural, o Ateneu Comercial do Funchal (1899). Esta instituição, para além da defesa comercial, foi a responsável pela promoção de eventos de teatro, concertos, bailes, exposições e concursos; uma força motriz que deu origem à festividade/ao cartaz turístico que é a festa da Flor.

Progressivamente, e à semelhança do que ocorria no país, a Madeira refletia a sua adesão ao movimento associativo, através da constituição de agremiações que pretendiam suprir as necessidades insulares. No seguimento da constituição de associações de socorros mútuos em Portugal Continental, a Madeira também foi profícua na criação destas entidades, não só como forma de colmatar a inexistência de proteção social para com os trabalhadores e o povo mais desfavorecido (assistência na doença e no desemprego), mas também porque se viveu na Ilha um surto de cólera que vitimou, em 1856, cerca de 6000 pessoas.

Estes foram os motivos que levaram à predominância de associações com fins maioritariamente sociais na segunda metade do séc. XIX. No *Elucidário Madeirense*, constam associações de maior relevo, existentes à altura da publicação da obra, de que é exemplo a Sociedade de Beneficência do Funchal (1856), uma das mais relevantes e sólidas associações sociais, que, em 2014, ainda mantinha a sua atividade de proteção social, com o nome de Associação de Socorros Mútuos 4 de setembro de 1862. Foi com este arranque filantrópico-social que as associações de socorros mútuos consolidaram intenções na concretização de apoios solidários e de instrução.

Na difusão dos ideais europeus aliados ao cooperativismo, o associativismo ganhou cada vez mais relevo na Madeira, pelo que o seu âmbito de atuação cedo se metamorfoseou noutros tipos de ajuda social, nomeadamente na recreação e cultura. É de sublinhar o papel de outro tipo de associações, como as bandas filarmónicas, que incorporaram, igualmente, o espírito associativo e estiveram na base da formação das coletividades culturais. Apesar de no séc. XXI assumirem uma função mais recreativa do que cultural, as bandas filarmónicas foram autênticas escolas de música, de disciplina e ética pessoal, compostas por sócios participantes (instrumentistas) e hierarquias superiores (direção e maestro), mais voltadas para a população em geral: “O ingresso de um operário numa banda filarmónica era um acontecimento na sua família e na comunidade operária. Constituíam uma eleição social, um acesso à cultura” (FLORES, 1991, 10).

A primeira banda a existir na Madeira foi a Banda Municipal do Funchal, fundada inicialmente como Filarmónica dos Artistas Madeirenses, em 1850, quando um grupo de trabalhadores se reuniu para dinamizar o seu tempo livre e divulgar as suas músicas. Dado o empenho dos executantes e a receptividade do público madeirense, foi-lhe conferido o título de Banda Municipal do Funchal em abril de 1925 e, em janeiro de 1951, por decreto lei, o grau de Cavaleiro da Ordem de Instrução Pública. No primeiro quartel do séc. XXI subsistem

cerca de 20 bandas filarmónicas, cujo contributo se refletiu além da música: “o teatro, o desporto e até a instrução primária foram alguns dos seus contributos para a evolução global do país” (SARDINHA e CAMACHO, 2001, 9). Isto sucedeu sobretudo nos meios rurais.

Para além das bandas, e a partir de 1850, “generalizou-se a criação de clubes destinados ao recreio e distração dos sócios. [...] Estes clubes primavam pela realização de bailes e *soirées* que contavam com a participação de residentes e forasteiros” (VIEIRA, 2001, 14). Estes eventos contaram inclusive com a presença de personagens ilustres que visitaram a Ilha.

Muitas das associações referidas englobavam uma multiplicidade de objetivos, que variavam entre os educativos, morais, caritativos, reivindicativos, recreativos/lúdicos e culturais. Se até à Revolução dos Cravos, o associativismo representara o veículo de participação democrática ao cidadão comum, “Após o 25 de Abril de 1974, o crescimento em número e a importância destas associações proporcionou a articulação organizada dos interesses de grupo, potenciando a sua defesa através da representação ou participação junto dos órgãos de poder, tanto a nível local como regional” (MEDINA, 2002, 1).

A introdução em Portugal, em agosto de 1986, da Lei do Mecenato, que concedia incentivos fiscais ao financiamento privado das associações (sociais, culturais e desportivas), veio estimular a dinamização cultural e instaurar “o espaço do mercado e a lógica económica, longamente tidos por incompatíveis com os espaços da produção cultural” (SANTOS e CONDE, 1990, 375). O Estado atualizou os incentivos à atribuição de donativos, por parte de indivíduos singulares e/ou coletivos, através da publicação da lei n.º 53-A/2006, de 29 de dezembro – Estatuto dos Benefícios Fiscais, por meio da retribuição de um conjunto de contrapartidas, tais como o prestígio do reconhecimento de participação social ativa, a satisfação pessoal e benefícios fiscais que permitem a dedução da totalidade dos donativos concedidos sobre o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e das Pessoas Singulares (IRS).

As associações com personalidade jurídica (escritura pública dos estatutos), após o seu terceiro ano de exercício, podem ainda obter a condição de instituições de utilidade pública. Este reconhecimento, conferido pelo Governo Regional da Madeira desde 1978, foi atribuído a 201 associações (até 31/12/2012), onde é notório o predomínio das associações desportivas e casas do povo. Esta vantagem confere benefícios, regalias e isenções fiscais às associações, bem como publicidade gratuita no *Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira* dos atos que exijam publicação.

Mais do que um fenómeno reivindicativo com vista à resolução de lacunas sociais, o associativismo foi, desde cedo, uma mais-valia para a sensibilização e criação de necessidades educativas e culturais: não só foi veículo para a instrução de adultos e restante comunidade associativa, como ainda os dotou, entre outras faculdades, de capacidade crítica e gosto pela arte.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, em dados apresentados no estudo *Associações Culturais e Recreativas*, em 1995 a Região Autónoma da Madeira (RAM) possuía 257.290 habitantes, 125 associações e 8855 associados. Entre 2010 e 31 de dezembro de 2012, foi efetuado um apuramento do universo associativo na RAM, que resultou na enumeração de 1290 associações de vários âmbitos, nomeadamente: ambientais, culturais, desportivas, de instrução (educação popular), juvenis/estudantis, de pais, políticas, recreativas, religiosas/espirituais, sociais (inclui associações de solidariedade social, humanitárias, de empregadores e trabalhadores) e outras associações (associações que conjugam várias finalidades, de que são exemplo as ordens). Note-se, contudo, a existência de um número considerável de associações de intervenção vária, o que se verifica principalmente na fusão da cultura, do desporto e do recreio.

Apesar de toda a diversidade de associações e dos seus domínios, e conquanto algumas associações incluam atributos que transcendem o âmbito global da sua atuação, desde logo se tornou notória a predominância das entidades

que deram início a todo o movimento associativo popular, sobretudo na Madeira, uma zona de contrastes sociais cada vez mais acentuados: as associações sociais. Neste quadro geral, constatamos que o associativismo regional é fortemente marcado pelas entidades de dinâmica social, desportiva, cultural e recreativa. Estas quatro tipologias representam cerca de 85 % do universo das 1290 associações inicialmente apuradas, sendo que cerca de 30 % correspondem às associações sociais, 25 % às associações desportivas, 16 % às associações culturais e cerca de 15 % às associações recreativas.

Dado o exercício polivalente de funções e papéis, cada vez mais escasseia o tempo pós-laboral disponível, pelo que as associações culturais se veem confrontadas com uma crise, não de vontade, mas de falta de disponibilidade, para conseguir manter-se com as atividades dos voluntários. Junte-se a esta limitação o défice de participação, não só do público mais jovem, como da própria população pertencente à comunidade, ainda que se pressuponha que “A participação nas organizações sem fins lucrativos permite que os indivíduos se sintam socialmente válidos” (LISBOA, 2004, 680).

Estes motivos vêm fragilizar ainda mais o poder económico das associações, já de si débil, uma vez que as sociedades dependem maioritariamente de apoios financeiros estatais; com efeito, as quotas nem sempre são pagas pelos sócios e os donativos tendem a refletir-se na concessão de espaços ou materiais. O contorno da crise do associativismo passa por estratégias de gestão cultural, em que, para além da procura de novas forças, se fomenta uma rede de desenvolvimento assente nos pilares da valorização da herança cultural local, através de mecanismos de identificação que atraiam a participação, não só do público-alvo destas coletividades, mas também de investidores, sinergias e parcerias.

Não podemos deixar de referir que as associações, enquanto agentes de produção e promoção, fazem parte do designado “terceiro sector”, introduzido por J. Delors e J. Gaudin em 1979. Representam um conjunto de instituições diversificadas entre si, cuja atividade de

produção e distribuição de bens e prestação de serviços se distancia da dos agentes económicos predominantes: o Estado (poderes públicos) e o mercado (empresas privadas com fins lucrativos). Para além da caracterização do terceiro sector, as associações surgem ainda articuladas com o sector não lucrativo (ou sem fins lucrativos); com a economia social; com a economia solidária; com as organizações não-governamentais; e com organizações da sociedade civil. Estes termos, no seu conjunto, são absorvidos pela designação de terceiro sector: “As organizações do terceiro sector são as incubadoras de novas ideias [...] ajudam a preservar as tradições e abrem portas a novas experiências intelectuais” (ANDRADE e FRANCO, 2007, 12). Estas organizações fornecem o tempo e espaço onde muitos aprendem o significado de participação democrática, o sentido de companheirismo e o sentimento de coesão social.

No entanto, do facto de as associações culturais não possuírem fins lucrativos não se segue que não possam gerar lucro; os lucros devem ser reinvestidos nas atividades de serviço à comunidade, consoante os propósitos de cada associação. Desta forma conseguem não só rentabilizar os seus produtos, como lutar pela sua autonomia financeira. Note-se, contudo, que o maior produto final de uma instituição sem fins lucrativos pode não ser visível ou quantificado: “as organizações sem fins lucrativos existem para introduzir mudanças nos indivíduos e nas sociedades” (DRUCKER, 1990, 19). Ou seja, o produto final de uma associação pode traduzir-se na mudança do Homem, na satisfação das suas necessidades ou no seu despertar para novos paradigmas.

As associações fizeram, pois, germinar uma nova sensibilidade no cidadão, através da satisfação e criação de novas necessidades, iniciadas pela mútua ajuda. Apesar das dificuldades de financiamento, estas coletividades continuam a espelhar a sua importância na sociedade madeirense, notória, *e.g.*, no que diz respeito à mudança de mentalidades face à valorização do património material e imaterial madeirense – impacto visível não só na adesão

do público local, além dos já associados, mas também do público estrangeiro, enquanto consumidores e simpatizantes das atividades produzidas por estas coletividades, sejam elas de cariz social, de instrução, recreativas, culturais, desportivas, entre outros, num engrandecimento que se mostra coletivo.

Bibliog.: ANDRADE, A. M., e FRANCO, R. C., *Economia do Conhecimento e Organizações sem Fins Lucrativos*, Porto, Sociedade Portuguesa de Inovação, 2007; DRUCKER, P., *Managing the Non-Profit Organization*, New York, HarperBusiness, 1990; FLORES, A. M., "Prefácio", in RAMOS, A. A., *As Coletividades de Almada (1980-1910)*, Almada, Junta de Freguesia de Almada, 1991, p. 10; GOODOLPHIM, C., *A Associação: História e Desenvolvimento das Associações Portuguezas*, Lisboa, Typ. Universal, 1876; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Associações Culturais e Recreativas*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1998; LEITÃO, S. C. et al., *Uma Caracterização do Associativismo Confederado em Portugal*, Lisboa, Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, 2009; LISBOA, J., *Introdução à Gestão das Organizações*, Barcelos, Vida Económica, 2004; MEDINA, J., *História de Portugal*, vol. xiv, Lisboa, Ediclube, 2002; MONTEIRO, A., *Associativismo e Novos Laços Sociais*, Coimbra, Quarteto, 2004; SANTOS, M. D., e CONDE, I., "Mecenato cultural de empresa em Portugal", *Análise Social*, vol. xxv, n.º 107, 1990, pp. 375-439; SARDINHA, V., e CAMACHO, R., *Rostos e Traços das Bandas Filarmónicas Madeirenses*, Funchal, Associação Musical e Cultural Xarabanda/DRAC, 2001; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998; VIEIRA, A., *História da Nau sem Rumo*, Funchal, Nau sem Rumo/Alberto Vieira, 2001.

LÉNIA SERRÃO

Associativismo cultural

O associativismo cultural, num contexto mundial, ganhou forças entre 1925 e 1949 nos Estados Unidos da América, sendo caracterizado pelo acesso das classes médias a um amplo leque de consumos culturais, nas palavras de M. Lanfant. Na Europa, o sociólogo Joffre Dumazedier identificou a alienação do trabalho, através da ocupação do tempo livre, com o despoletar do desenvolvimento cultural por meio da acessibilidade da cultura a todos os interessados. Em Portugal, o associativismo cultural deriva da Revolução Industrial e alcançou o seu apogeu após a Revolução de 25 de abril de 1974, com a democratização cultural.

Na Madeira, o associativismo cultural remonta à participação coletiva nas *soirées*, tertúlias, debates e à constituição de agremiações e academias. A falta de "contacto com a metrópole e suas instituições culturais levou o estudioso ou o intelectual madeirense a agrupar-se em círculos de estudos, clubes ou tertúlias literárias"

(PESTANA, 1985, 35). Até ao final do séc. XIX, o panorama cultural madeirense revelou-se aquém do das demais cidades europeias: a diversidade de estruturas culturais era diminuta devido às elevadas taxas de analfabetismo, e o contraste socioeconómico local refletia-se na emigração de grande número de madeirenses.

As primeiras instituições culturais coletivas a serem criadas na Ilha foram as academias, na primeira metade do séc. XVIII. Destacam-se a Assembleia dos Únicos do Funchal (1746), a Arcádia Funchalense (1780), a Sociedade Patriótica, Económica, de Comércio, Agricultura, Ciências e Artes (1789) e a Sociedade Funchalense dos Amigos das Ciências e Artes (1821), pelo seu papel relevante enquanto instituições pioneiras que permitiram dar início ao movimento associativo regional.

César A. Pestana salientou ainda a importância do Instituto Cultural da Madeira, da Academia de Música da Madeira (AMM), do Instituto Comercial do Funchal, da Sociedade de Concertos da Madeira (SCM), do Orfeão Madeirense, da Orquestra Sinfónica da Madeira e do Ateneu Comercial do Funchal, agremiações que refletiam a absorção dos padrões clássicos.

Este conjunto heterogéneo de entidades culturais reflete não só o interesse da sociedade madeirense em acompanhar a evolução cultural que ecoava das cidades cosmopolitas portuguesas, mas também a própria necessidade de colmatar a inexistência de produtos culturais à disposição dos ilhéus, facilitando a acessibilidade aos seus associados e familiares; extravasava-se do clubismo circunscrito ao "ludismo, ao prazer, recreio e distração [...] que deve muito à presença estrangeira" (GOES, 1991, 91) para atividades de índole cultural que contribuísem para a crítica e para o conhecimento.

O séc. XIX permitiu não só a descoberta dos veículos e temáticas da cultura, mas também a especialização nas mais diversas áreas do saber, nomeadamente com o regresso de novos formados e formadores, a importação de conceitos e ideais, o progresso contínuo no acesso à informação e o acompanhamento de tendências. Fruto desta especialização de saberes, nasceu a tertúlia conhecida como Cenáculo,

“famosa pela categoria intelectual dos seus frequentadores e pela decisiva influência que exerceu no meio cultural e artístico madeirense” (PESTANA, 1968, 21).

A SCM foi criada em 1943 e, durante mais de 30 anos, impulsionou a animação e formação cultural na Madeira, através da promoção de concertos, palestras e conferências sobre música. Em 1945, foi responsável pela fundação da AMM, em 1946, pela transmissão radiofónica do posto emissor do Funchal, em 1948, pela revista *Das Artes e da História da Madeira* (o único periódico especializado na cultura e sociedade madeirense da altura) e, em 1953, pela abertura do primeiro espaço de belas-arts. Na altura, o consumo dos produtos culturais difundidos era, maioritariamente, feito pelos funchalenses de classe média, que recorriam a estes eventos também com um objetivo de afirmação social. Contudo, no final da déc. de 50, novas estruturas culturais começaram a surgir, a par de novas preocupações e ensejos.

No período do Estado Novo, sobressaíram, por todo o país, atividades protagonizadas pelas casas do povo. Em 2012, subsistiam 40 associações desta tipologia na Região Autónoma da Madeira (RAM), entre as quais a Casa do Povo de Santo António, a primeira casa do povo criada na RAM, em 1936.

Para além do amplo contributo das casas do povo, muitas associações tiveram origem nestas coletividades, enquanto outras foram integradas e subordinadas aos estatutos das casas do povo a que pertenciam. Assumindo funções sociais, instrutivas e de lazer, estas associações foram propulsoras da grande dinamização cultural que ocorreu nos meios rurais: fomentaram o ensino para adultos e foram responsáveis pelo gosto crescente da prática de artes performativas – das quais se destacam as danças tradicionais –, que levou à proliferação de grupos folclóricos por toda a Ilha.

Da influência dos aparelhos de intervenção sociocultural do Estado Novo subsistiu a originária Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, instituída na Madeira como Instituto para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL), que

proporcionou formações em teatro e sessões de alfabetização, para além de oferecer conferências, publicações e atuações que forneceram a alguns grupos os alicerces para estatuírem associações de acordo com as suas áreas artísticas de preferência (teatro, música, dança, literatura e outras).

Com o 25 de Abril, e através da consciencialização da população para a criação e a mudança, despoletou-se e valorizou-se a afirmação da cultura popular. A democratização cultural, como processo de alargamento e difusão do consumo, só foi possível graças à integração dos indivíduos enquanto atores participantes na produção e potencialização da própria cultura; as associações foram agentes incessantes nesta dinâmica cultural e educativa local.

Particularidades das associações culturais dos séculos XIX e XX

Na pasta “Estatutos de associações, corporações de culto, confrarias e outras associações religiosas”, presente no Arquivo Regional da Madeira em 2012, estavam listadas 298 associações, cujos estatutos faziam parte integrante da documentação pertencente à Direção Regional de Administração Pública e Local. Do cômputo de associações recreativas, culturais, desportivas, sociais (de solidariedade e socorros mútuos), religiosas ou espiritualistas, de defesa do ambiente, de reunião de classes/profissões, de jovens/juventude, de pais e encarregados de educação, de clubes, de investigação científica, casas do povo (e associações a elas subordinadas) e fundações, entre outras, apuraram-se cerca de 130 associações culturais, cujos principais objetivos eram a promoção e o desenvolvimento cultural.

No entanto, até à primeira metade do séc. XX, a predominância remetia para a vertente musical e recreativa. As associações culturais principiaram, pois, por ser espaços de fruição científico-literária, de discussão intelectual, de aprendizagem recreativa, pois proporcionavam aos seus associados (e familiares, na sua maioria) acesso a salas de acervo jornalístico

nacional e internacional, a gabinetes de leitura, a bibliotecas, a bar, a salão de festas, a sala de jogos ou de convívio e a espaços desportivos. Já as associações culturais constituídas no pós-25 de Abril de 1974 refletem uma dinâmica mais diversificada, em que a componente recreativa surge a complementar a cultura. Nas últimas duas décadas do séc. XX, as associações culturais começaram a delimitar a sua área de intervenção, com referências ao teatro, à dança, ao folclore, às artes plásticas, à literatura e à preservação do património cultural madeirense e com estatutos que fomentavam a desvinculação de partidos políticos ou assuntos religiosos e a admissão de sócios com “ocupação”, maioria e “boa reputação moral e civil”, que usufruíam de “direitos e deveres”.

Dos tipos de sócios permanece uma pluralidade de categorias distintas, sobretudo até 1980: sócios efetivos, fundadores, executantes, honorários, titulares, proprietários, subscritores, temporários, dirigentes, ordinários, beneméritos, ativos, juvenis, menores, correspondentes, visitantes, desportivos, atletas, juniores, contribuintes, vitalícios, aderentes, aprendizes, auxiliares, familiares, humanitários, benfeitores, protetores, extraordinários, de mérito e licenciados. Posteriormente, esta divisão deixa de ser notória, limitando-se à condição de admissão dos sócios (sem qualquer adjetivação). Para além de a constituição dos órgãos dirigentes destas associações ser semelhante aos das associações do primeiro quartel do séc. XXI (mesa da assembleia, direção e conselho fiscal, a que deve ser acrescido o papel do regente, no caso das bandas), é comum a condição do exercício dos cargos da direção a título benemérito.

Não obstante o crescimento do seu mundo associativo, as estatísticas mostram que, em 1995, a Madeira contava com 61 associações culturais pertencentes a um total de 6714 em Portugal, ou seja, 0,9 %, para um público de 3047 sócios. Em Portugal continental, as vendas de mercadorias e a prestação de serviços representaram 48 % das receitas das associações culturais e recreativas e o Estado contribuiu com 27 % para estas receitas. Na RAM,

o caso muda de figura: em 1995, o Estado revelou-se a principal fonte de subsistência (53,4 %), num cenário em que a venda/prestação de serviços se traduziu em 20,6 % e as quotas, donativos e joias em 11 %.

Caracterização do associativismo cultural no século XXI

Até 31 de dezembro de 2012, foi possível apurar uma listagem com 1290 associações, das quais cerca de 16 % são associações culturais, onde se incluem academias, associações de representatividade (coletivas), bandas filarmónicas, casas do povo, associações subordinadas às casas do povo, grupos de música, de teatro, de dança, de artes plásticas, grupos corais e vocais, de instrumentos específicos, grupos folclóricos, de tocares e cantares, casas da cultura e centros culturais, grupos subordinados ao Gabinete Coordenador de Educação Artística, fundações, museus, sociedades, orquestras, tunas, trupes carnavalescas e associações com dinâmicas culturais variadas. Estas 217 associações culturais apuradas encontram-se distribuídas pelos onze concelhos que constituem o arquipélago da Madeira, sendo notória a predominância nos concelhos mais cosmopolitas, dos quais se destaca a cidade capital, o Funchal, numa representação de 52,5 % do total das associações culturais (uma associação cultural por cada 981 habitantes), e o concelho de Santa Cruz, pelo número de grupos e associações subordinadas às casas do povo, no domínio da música e do folclore, sobretudo na freguesia da Camacha. No concelho de Santana, por si mais rural e com índice populacional menor, constata-se uma maior dinâmica associativa, já que a relação é de 551 habitantes por associação cultural, que é “um veículo [...] para a prossecução de um leque variado de práticas culturais, apropriando um sentido amplo de cultura, o qual abarca não apenas formas de produção cultural erudita mas, principalmente, formas de cultura popular” (VILAÇA e GUERRA, 2000, 90).

Estas associações incluem, além de museus, monumentos, cinemas, bibliotecas, mediatecas

e instituições culturais como casas da cultura e centros culturais, teatros e centro de congressos, também atividades socioculturais do sector recreativo. Existe não só um grande número de associações que produzem e/ou organizam espetáculos performativos e que dinamizam a preservação do património histórico, mas também pequenas coletividades culturais especializadas nas áreas da dança, da poesia, da pintura, da literatura, da filatelia e da música – esta última prática registou, no decurso das primeiras décadas do séc. XXI, um aumento significativo, representando um total de 54 coletividades (cerca de 25 % das associações culturais). Para além da música, registou-se a predominância de associações constituídas como casas do povo, numa representação de 18,4 % do universo associativo cultural apurado; e, apesar de alguns grupos folclóricos estarem incorporados na categoria das casas do povo, ainda se verifica a existência de 21 associações cuja área predominante é a do folclore.

“Não só a intervenção social encara o teatro como um aliado, como também o teatro encontra no social e nas comunidades um lugar de descoberta e renascimento” (BOSCO, 2012, 19). É nesta senda que vemos representadas 22 associações vinculadas às artes performativas, onde predominam as atividades ligadas à dança e ao teatro. Contrapõe-se a esta vertente a diversidade de coletividades das artes plásticas. Tal deve-se, sobretudo, à fusão de iniciativas de associações de âmbito social, recreativo e associações de instrução, que potenciam a intervenção das suas comunidades em atividades de expressão artística plástica.

Pelo exposto, torna-se notório o alargamento e a formação de públicos, bem como a participação ativa nos destinos cívicos e culturais das comunidades, numa equidade natural envolta na construção voluntária de bases como a igualdade e a liberdade. Verificou-se, cumulativamente, o pluralismo da expressão intelectual e artística e a abertura dos espaços e instrumentos culturais à atividade das coletividades.

Apesar de acusarem algum declínio, as associações culturais mais relevantes são fruto dos jovens que nasceram desta dinâmica,

motivados pela busca de soluções para lacunas que lhes eram próximas (ainda que tenham adequado alguns dos objetos das associações culturais, na senda da satisfação de necessidades dos sócios). Na realidade, as associações culturais revelaram-se mais ecléticas ao abarcar todos estes domínios, aos quais algumas acrescentaram a componente social, enquanto outras se desvincularam das atividades culturais e se concentraram no desporto e nas atividades recreativas. Tais opções decorrem da viabilidade e sustentabilidade que as atividades organizadas proporcionam.

As associações revelam-se produtoras de cultura, não só para os sócios, como também para a comunidade em geral. A contrastar com o ligeiro aumento do número de associações registadas em 2012, está, no entanto, o decréscimo apontado pelos dirigentes quanto ao número de sócios (ainda que pagantes).

Em relação aos aspetos que caracterizam a componente humana das associações culturais existentes nas primeiras décadas do séc. XXI, verificou-se que a idade média dos sócios se enquadra na faixa etária dos 30 aos 50 anos, não se tendo constatado a predominância de qualquer dos sexos (nem mesmo nas associações culturais e desportivas). Esta situação refletiu-se também nos órgãos dirigentes, circunscrevendo-se as idades ao intervalo apurado para os sócios. É de salientar o facto de se ter observado, ao longo do séc. XX, um acréscimo no grau de habilitações dos dirigentes (licenciatura) e dos sócios (12.º ano), que reflete o grau de desenvolvimento e acessibilidade ao ensino na Madeira.

É possível que as associações culturais e desportivas fiquem a dever esta dupla designação ao seu duplo âmbito de atividade; também acontece que uma associação inicialmente de cariz cultural contribua com atividades marcantes para o panorama cultural madeirense mas, confrontada com a falta de verbas no seu sector de origem, acabe por concretizar atividades para as quais conseguem encontrar subsídios, nomeadamente o desporto.

Conquanto a circulação de informação, conhecimento, dinheiro, bens de consumo,

peças e imagens se tenha intensificado, as associações viram diluídas, no começo do séc. XXI, a procura e a aposta no seu sector, pelo que a sua atividade esmoreceu. Outro dos fatores que dificultou a situação das associações culturais foi a sua forte dependência de voluntários, dada a falta de liquidez para o pagamento de funcionários próprios da instituição.

A ocupação de tempos livres tendeu a extrapolar para a tecnologia e a exploração de *gadgets*, pelo que as associações tentaram atualizar os seus paradigmas para descobrirem novas formas de recuperação e de desenvolvimento das heranças culturais locais, de forma a acompanharem a crescente diversificação de fluxos e recursos culturais e cativarem novos públicos. Refira-se também, tendo em conta a importância do turismo no arquipélago da Madeira, a tentativa de atração de estrangeiros (turistas), através do realce da identidade local.

Da atividade desenvolvida pelas associações, destacou-se a fusão de eventos culturais e recreativos em espaços institucionais (salas de teatro, centros cívicos, casas do povo), já que a maioria das sedes não reúne as condições próprias para a sua concretização. Em contrapartida, a cedência da sede e de equipamentos para espetáculos constituiu, para algumas associações culturais, o único recurso financeiro de apoio à sua atividade, pelo que o envolvimento dos sócios e a mobilização de outras pessoas interessadas colmataram outras necessidades não subsidiadas. Esta participação evidenciou-se nas associações de produção cultural (teatro, dança e música), onde houve uma maior fidelização de públicos.

Estas coletividades de cariz cultural proporcionaram, desde cedo, uma capacidade de intervenção democrática, de participação cívica e de aprendizagem cultural com a qual se adquiriram gostos e hábitos próprios. Este processo permitiu dinamizar as várias vertentes da cultura, por via do cumprimento das missões de cada associação e do seu contributo para a divulgação da herança cultural madeirense, e através de produtos culturais alternativos, em que os madeirenses se reveem, se recriam e que extrapolam para os bens culturais comuns.

Bibliog.: BOSCO, A. C., "Teatro social e de comunidade", in PEREIRA, J. D. et al., *Teatro e Intervenção Social*, Chaves, Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural, 2012, pp. 19-26; GOES, J. L., "Registos de ontem", *Isleña*, n.º 8, jan.-jun. 1991, pp. 89-93; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Associações Culturais e Recreativas*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1998; LANFANT, M. F., *Les Théories du Loisir*, Paris, Presses Universitaires de France, 1972; PESTANA, César, "Academias e tertúlias da Madeira", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 2, n.º 12, maio-jun. 1952, pp. 35-36; *Id.*, "O Cenáculo: academias e tertúlias literárias da Madeira", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 18, n.º 38, 1968, pp. 21-23; *Id.*, *A Madeira: Cultura e Paisagem*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1985; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998; VILAÇA, H., e GUERRA, P., "O espaço urbano enquanto contexto específico de dinamismos associativos", *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 10, 2000, pp. 79-129.

LÉLIA SERRÃO

Assunção, Remígio

Oriundo da família de Gonçalo de Freitas, foi religioso da Ordem de Cister, tendo professado, em 1594, no Mosteiro de Alcobaca. Nesta casa, foi geral dos cistercienses, em 1618 e em 1634, após o falecimento de Fr. António Brandão. Doutor em teologia pela Univ. de Coimbra, foi ainda deputado da Inquisição de Coimbra, empossado a 15 de março de 1620.

Obras de Remígio Assunção: *Aforismos Espirituais; Commentarium in Psalmus; Commentarium in Regulam S. Benedicti* (manuscritas).

Bibliog.: MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*, t. 3, Coimbra, Atlântida Editora, 1966; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. 1, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949.

ISABEL DRUMOND BRAGA

Astronomia

A resolução de um telescópio (capacidade de separar objetos pontuais muito próximos no céu, como estrelas) melhora com o aumento do seu diâmetro e com a diminuição do comprimento de onda (λ) escolhido para a observação (no caso da luz visível, *e.g.*, vermelho, verde ou azul). No entanto, na superfície da Terra, em poucos locais se consegue uma resolução melhor do que o chamado limite do *seeing*, com 1" a 2" (segundo(s) de arco; 1"=1/3600 do grau), pois a radiação de objetos celestes tem de atravessar toda a turbulenta atmosfera: nesta perspetiva, a partir dos 10 cm de diâmetro

todos os telescópios valem o mesmo. O Hubble Space Telescope (HST) é, por isso, tão relevante, por estar no espaço. Igualmente relevantes, são os locais na Terra com boa qualidade para a observação astronómica (bom *seeing*). A Madeira é um desses locais.

Durante os anos 60 e 70 do séc. xx, desenvolveram-se técnicas de medição de *seeing*. A Joint Organization for Solar Observations (JOSO) liderou os estudos diurnos que incluíram a Madeira. Os estudos do *seeing* noturno foram liderados por Merle F. Walker, do Observatório de Lick, Califórnia (EUA). A técnica desenvolvida por Walker, o *polar star trailing method*, utiliza um telescópio refrator (com lentes) de 15 cm de diâmetro (a que se chama *polaris trail telescope* – PTT), rigidamente fixo ao solo (e.g., com uma base de betão) e com a objetiva a 2-3 m de altura. A Estrela Polar é observada no hemisfério norte (onde se inclui a Madeira) e a estrela Oct (s) no hemisfério sul, por se manterem quase imóveis enquanto a noite avança (estão aproximadamente alinhadas com o eixo de rotação da Terra). Fazem-se exposições fotográficas com alguns minutos de duração, ficando registado um trilha. Este é depois comparado com os trilhos-*standard* do Observatório de Lick (3 m) (fig. 1), sendo estimado um valor para o *seeing*. Devido a alterações gerais de longo prazo na atmosfera, as medições de *seeing* devem ser feitas ao longo de vários anos. Por outro lado, para medir o *seeing* tem de se utilizar exatamente o mesmo equipamento nos vários locais que se pretende comparar. O *seeing* diurno é significativamente diferente do *seeing* noturno. Os telescópios solares são colocados em torres com dezenas de metros de altura e em locais com céu limpo, excelente *seeing*, baixa humidade, poucos escapes de aviões e pouca poeira no ar.

Os melhores locais do mundo para a observação astronómica encontram-se entre as latitudes 30° e 40° (norte ou sul), onde o ar marítimo tropical é estável e flui de forma laminar. A chamada “camada de inversão de temperatura” (aí, esta aumenta com a altitude, em vez de diminuir), com espessura de 400-800 m, funciona como uma tampa e cria condições de ar



Fig. 1 – Padrões de *seeing* do Observatório de Lick (3 m). Estes começam nos 0,75”, embora o *seeing* excelente se defina como inferior a 0,5”. O *seeing* é considerado bom para valores de 1-2” (HARLAN e WALKER, 1965, 248).

limpo e seco acima do seu topo. No lado leste dos grandes anticiclones oceânicos, junto a correntes frias, a camada de inversão baixa. Assim, picos localizados perto de costas ou em ilhas são os melhores locais (estando a Madeira nessa situação privilegiada), havendo também hipóteses para picos com altitude superior a 2100 m em regiões áridas interiores e para pequenos planaltos com vento moderado (ter vento calmo é pior). Neste caso, até telescópios próximos do solo têm bom *seeing*, apesar de a pior camada atmosférica ser nos 10-40 m mais próximos do solo. O problema das zonas interiores é que a degradação do ar estável marítimo sobre terra é bem rápida.

Se o *seeing* for (quase) sempre fantástico num dado local, este não precisa de ter a grande maioria das noites do ano limpas para ser bom. De facto, “um telescópio num bom local montanhoso obtém cerca de 160 noites limpas e escuras por ano [40 %]” (DISNEY, 1981, 133). À melhor noite astronómica possível chama-se fotométrica, quando é possível fazer medições do brilho das estrelas com alta precisão (1 %) durante, pelo menos, seis horas seguidas e o vento é inferior a 64 km/h. Noites com menos horas seguidas de céu descoberto chamam-se espectroscópicas.

As exigências para um bom local astronómico são as seguintes (de notar que na Madeira é possível passar quase todos os critérios): 1) latitude entre 30° N e 30° S, para se ter acesso a uma maior fração da esfera celeste e a mais horas de noite por ano; 2) cobertura por nuvens

mínima (*e.g.*, locais entre 10° N e 40° N), com uma elevada percentagem de céu limpo; 3) elevada transparência do ar: acima de 2-3 km em locais continentais ou acima da camada de inversão em ilhas ou costas (ar seco); 4) céu escuro (sem poluição luminosa); 5) turbulência ótica (*seeing*) mínima: o ideal é um pico numa ilha, com uma orografia convexa e, pelo menos, 16° de inclinação da vertente, de forma a que o vento turbulento possa fugir para os lados; o local específico ficaria num bordo, do lado do vento dominante; 6) humidade relativa inferior a 90 % e vento inferior a 54 km/h; 7) pouca vegetação e, de preferência, rochas espalhadas em torno do local; 8) ausência de emissão rádio; 9) sem perspectivas de futura deterioração de alguma das condições 1) a 8); 10) ausência de atividade sísmica/vulcânica; 11) baixos custos de manutenção e operação; 12) bons acessos; 13) eletricidade e água próximas; 14) comodidade das instalações (*e.g.*, altitudes superiores a 3000 m são desconfortáveis); 15) proximidade da instituição/país-mãe (redução de custos); 16) um país politicamente estável.

Da antiguidade portuguesa à descoberta da Madeira e à primeira metade do século xx

A astronomia em Portugal

É possível que o círculo de 95 pedras do cromleque dos Almendres, perto de Évora (o maior da península Ibérica no género), tenha por base orientações astronómicas, como era comum em monumentos do género na mesma altura um pouco por toda a Europa (*e.g.*, Stonehenge, em Inglaterra). Com uma datação entre 6000 e 3000 a.C., este é provavelmente a primeira manifestação astronómica em Portugal. Os árabes, que ocuparam Portugal em várias fases durante cerca de 300 anos, introduziram conhecimento astronómico que remonta ao séc. VIII. Logo a partir do século seguinte, a cuidadosa tradução árabe da obra de Ptolomeu, o *Al-Magiste* (*O Maior*, mais tarde *Almagesto*, na versão em latim), surge em Portugal.

Pouco antes do arranque de Portugal como nação, o ensino formal inicia-se, ligado ao clero

e depois aos burgueses. Os mestres eram licenciados e dirigiam os estudos gerais, que, mais tarde, geraram as universidades, já com mestres estrangeiros (a de Lisboa foi criada em 1290). Os Portugueses que o podiam fazer preferiam as universidades estrangeiras pois que, durante um século, em Portugal só se estudou Direito. O *Tratado de Astronomia* de Afonso Dinis (1334) é considerado a primeira obra astronómica publicada em Portugal (por um português), embora seja ainda muito astrológica. A astronomia verdadeira (henriquina) só se iniciou em Portugal quase 100 anos depois. O próprio infante D. Henrique era um fervoroso estudioso da astronomia, tendo contagiado o pai (D. João I) e o irmão D. Duarte. Este foi até o primeiro a sugerir o uso da Estrela Polar para a determinação da latitude à noite. De facto, para se fazerem em segurança viagens longínquas no oceano, a astronomia tinha de estar presente: orientação pelo Sol e pelas estrelas, com instrumentos trazidos pelos árabes, como o astrolábio e outros. O quadrante terá sido utilizado pela primeira vez por um português (Diogo Gomes), em Cabo Verde (1462), devendo muito a expansão portuguesa à ciência náutica avançada (matemática e astronomia).

No séc. XVI, os Jesuítas iniciam a educação nacional (liceal) nos seus colégios com mestres portugueses, incluindo a astronomia. Eram os únicos que conseguiam manter a população portuguesa com algum nível de cultura, mesmo que mais para o lado do crer do que do saber. Em 1722, foi inaugurado o primeiro observatório astronómico português, o do Palácio Real, três décadas mais tarde totalmente destruído pelo grande terramoto de 1755. Chegou a ter relevância internacional, graças aos padres cientistas italianos que o utilizavam – a primeira observação astronómica feita num observatório astronómico permanente em Portugal (eclipse lunar) teve publicação, em 1724, na *Philosophical Transactions of the Royal Society*, a revista científica mais conceituada do mundo de então. Na altura, a moda europeia da astronomia também chegou a Portugal.

No séc. XVIII, os Oratorianos passam também a ter a responsabilidade do ensino em

Portugal (incluindo astronomia), ganhando a exclusividade após a expulsão dos Jesuítas, em 1759, e sendo protegidos como pedagogos modernos. No Convento das Necessidades, em Lisboa, mantinham um laboratório de Física; contudo, a escassez de astrónomos portugueses era evidente, de tal maneira que o país teve de recorrer a estrangeiros para marcar as suas fronteiras no ultramar. Portugal era um país onde falar de ciência era motivo de zombaria. Até então, a Univ. de Coimbra (UC) nunca ensinara mais do que línguas e filosofia. A reforma pombalina cria a Faculdade de Matemática e reforma a de Filosofia para incluir astronomia e outras ciências. As invasões francesas do início do séc. XIX e a fuga da família real para o Brasil perturbaram o funcionamento do país, e a educação não era então uma prioridade. Seguiram-se as guerras liberais e a instabilidade política.

Só no virar do século a Casa Pia colmatou a falta de ensino intermédio, ensinando línguas e ciências (incluindo astronomia), mal disfarçando as três gerações sem a educação da classe média portuguesa. Os liceus nacionais (um em cada capital de distrito) foram criados em 1836 por Passos Manuel, mas só com a substancial melhoria das redes viária e ferroviária conseguiram, umas décadas mais tarde, os alunos e professores chegar em bom número às escolas. As universidades não deixaram Passos Manuel criar um Instituto de Ciências Físicas e Matemáticas, onde se ensinaria astronomia. Os investigadores continuaram a ser autodidatas e a escassez de astrónomos portugueses manteve-se. Vergonhosamente, em 1850 Portugal não respondeu a um pedido internacional de observação de uma estrela para determinar a sua distância (era crítica a participação de Portugal, por se encontrar no extremo da Europa), de nada tendo servido a existência dos dois observatórios nacionais, em Lisboa e em Coimbra.

O séc. XX começou com grandes planos reais de mais reformas, que foram anulados pela República e, logo a seguir, pelos graves problemas económicos do país. Os planos de fomento dos anos 50 a 70 pretendiam recolocar Portugal no caminho do progresso e da ciência, o mesmo

acontecendo com a Revolução de 25 de abril de 1974 e a entrada de Portugal na CEE, em 1986. Contudo, ainda que parcialmente se tenham conseguido alguns progressos, nunca se logrou resolver o problema da dívida galopante, que já no presente século atingiu níveis nunca vistos.

A Madeira astronómica

Em meados do séc. XIV, organizou-se a primeira expedição do Estado português às Canárias para ocupação de novas terras, sendo que estas, a Madeira e os Açores já eram conhecidas pelos europeus (*e.g.*, Italianos e catalães). Logo em 1431, os dividendos do açúcar madeirense ajudaram o infante D. Henrique a reestruturar fisicamente a UC e a criar aí cadeiras de Matemática e Astronomia, decisivas para os avanços científicos na navegação pelos astros. Com o Tratado de Alcáçovas (1479), as Canárias passaram para a posse espanhola e, assim, foi na Madeira que os marinheiros e pilotos nacionais se continuaram a treinar nas técnicas modernas (*e.g.*, astronomia), no extremo sul do território nacional.

A partir da déc. de 30 do séc. XVI, e durante 300 anos, a pirataria fez parte da estratégia político-económica dos Franceses e Ingleses (e, mais tarde, dos Holandeses), que pretendiam conquistar os espaços comerciais portugueses e espanhóis. Foram especialmente ferozes os ataques dos corsários franceses, em 1566, à Madeira e dos argelinos ao Porto Santo, em 1617. Houve expedições científicas (incluindo também objetivos astronómicos) promovidas por reis que tinham a obscura subfunção de espionagem, descrevendo em pormenor as povoações visitadas (*e.g.*, Funchal), especialmente os seus fortes e a sua capacidade militar.

No séc. XVI já estavam a astronomia, matemática, as ciências náuticas e afins bem avançadas na Madeira (por oposição a áreas como a medicina): em 1570, os Jesuítas fundam o seu Colégio no Funchal (formalmente instituído em 1575 por D. Sebastião). A partir de 1615, terão sido construídos telescópios para equipar alguns colégios jesuítas em Portugal.

De facto, o padre jesuíta francês Laval fez observações astronómicas na Madeira, entre fevereiro e abril de 1720, no Observatório do Funchal, no Colégio dos Jesuítas, cujo bom tempo elogiou: com um quadrante e uma luneta de 6 m de distância focal, mediu a longitude e a latitude pelo Sol e pela Lua. Observou uma ocultação de Vénus pela Lua, mediu o diâmetro do Sol e a passagem meridiana de três satélites de Júpiter. Meio século mais tarde, o Observatório do Funchal mantinha-se em plena utilização, agora sob tutela do Estado. A Qt. do Monte Palace Hotel, que pertencia aos Jesuítas, acabaria por ser vendida, nessa altura, em hasta pública.

De 25 de dezembro de 1753 a 9 de janeiro de 1754, esteve no Funchal uma expedição de astrónomos franceses liderada por De Bory para fazer observações que regulassem as cartas hidrográficas, com recurso à astronomia, tendo sido recebidos de forma agressiva pelo povo, devido à fama de piratas que os Franceses então ainda tinham. Escolheram para posto de observação uma casa bem no centro do anfiteatro funchalense, tendo medido a longitude e a latitude do Funchal com o recém-inventado sextante, graças a ocultações estelares pela Lua, a observações dos satélites de Júpiter e a observações diretas de estrelas. Em 1768, o Cap. James Cook passa na Madeira a caminho do Taiti, onde observou o trânsito de Vénus. Na tripulação, seguia o astrónomo Charles Green, que acabou por falecer durante a viagem.

Thomas Heberden, médico no Funchal, fez observações astronómicas entre 1763 e 1768 (longitude), publicadas em 1790. Em 1789, Jean Joseph D'Ouigny foi encarregado pelo Governo português de estudar vários aspetos da física e da história natural da Madeira e Bowdich fez medições astronómicas no Funchal (determinação da latitude graças a observações da Lua, a partir da casa do cônsul britânico); mas foi o Dr. Franks quem recebeu um prémio, por determinar a latitude e a longitude do Funchal na mesma altura, com grande precisão.

A 10 de março de 1843, Anne Blandy, irmã de Charles Blandy, fez observações de um

cometa na Madeira, quer a olho nu, quer com um telescópio. Manuel Ferreira Pestana, nascido na Ribeira Brava, doutorou-se em Matemática em Coimbra no início do séc. XIX e aí desempenhou o cargo de ajudante do Observatório Astronómico, enquanto o também madeirense Jacinto António de Sousa se doutorou na Faculdade de Filosofia de Coimbra, em 1858, e foi escolhido como um dos representantes portugueses na observação do eclipse solar total, dois anos depois, em Espanha. Na mesma altura, o funchalense Luiz da Costa Pereira formou-se em Matemática em Coimbra e, uns anos mais tarde, publicou *Leituras sobre Astronomia*.

A propósito de uma “memorável” oposição de Marte (ocorrida a 5 de setembro de 1877), o astrónomo amador Nathaniel Everett Green observou este planeta a partir da Madeira de 19 de agosto a 4 de outubro desse ano, devido à “reputação de céu limpo” da Ilha. Montou o primeiro observatório a leste do Funchal, a uma altitude de 360 m, mas a 14 de setembro mudou-se para os 660 m de altitude: “[esperávamos] imagens com excelente definição mas, aparentemente, correntes de ar quente e frio em conflito afetaram seriamente [as observações]” (GREEN, 1877, 39). Mesmo assim, Green viu melhor Marte a partir da Madeira do que colegas seus na Irlanda com um telescópio quatro vezes melhor. Mudou de local quatro vezes, tendo conseguido duas noites soberbas, entre as que tiveram céu limpo (um pouco mais de metade do total; dois terços dessas noites foram, no mínimo, boas). Confirmou, pela primeira vez, a existência de uma atmosfera em Marte (com nuvens e tudo), claramente menos densa que a da Terra, e ainda detetou poeira; verificou a diminuição das calotes polares e desmistificou os canais escuros antes observados por Schiaparelli, mas invisíveis a partir da Madeira (fig. 2). Green agradeceu a William Hinton e família, especialmente pelo alojamento e pela alimentação, bem como a Charles R. Blandy, pelo seu interesse nas observações e pela sua disponibilidade.

Outro grande momento para a astronomia na Madeira foi a visita do famosíssimo Charles



Fig. 2 – Imagem do planeta Marte. Segundo N. E. Green, este foi, sem comparação, o seu “melhor desenho feito na Madeira” (GREEN, 1879, 132).

Piazzi Smyth (com a esposa), astrónomo real da Escócia, de maio a julho de 1881. Embora Tenerife (Canárias) fosse, claramente, a sua preferência (já lá tinha estado em 1856), as difíceis relações anglo-espanholas na altura, devido a Gibraltar, levaram-no à Madeira. Aí, efetuou observações espectroscópicas solares de forma a confirmar as recentes teorias na área. Instalou o observatório no Jones’ Private Hotel (a antiga casa do cônsul dos EUA – Qt. do Carvalho), a 80 m de altitude, na altura fora



Fig. 3 – Aqui ilustra-se bem o que permitiu um excelente espectrógrafo num ótimo local (Madeira): descobrir duas, três ou mais riscas espectrais (espectro de baixo – Piazzi Smyth) onde antes se pensava existir uma única ou apenas duas riscas (espectro de cima – Langley) (SMYTH, 1882, 38).

da cidade do Funchal. Utilizou um helióstato e redes de dispersão. Embora só 10 % dos dias tenham sido em condições, estes foram de excelente qualidade. Detetou grupos espectrais cruciais, confirmou a “grande risca de hidrogénio” (Ha) e a risca H β como genuinamente largas, pois não havia região nebulosa no espectro que não fosse resolvida nas mais bem definidas riscas (fig. 3). Descobriu riscas de oxigénio e confirmou, pela primeira vez de forma inequívoca, a difícil risca dupla do “provisoriamente chamado ‘hélio’” (SMYTH, 1882, 15), um novo elemento da recém-criada tabela periódica de Mendeleev.

A 14 de novembro de 1896, Anderson observou a chuva de meteoros a partir das Leónidas da Madeira, tendo contado 29. O posto de observação era na Qt. Cuibem, no Caminho do Til (Funchal), depois Qt. Deão, entretanto desaparecida (urbanizada), à exceção de algumas árvores. Talvez sejam ainda as mesmas que, na altura das observações de Anderson, o obrigaram a utilizar uma janela superior do edifício da quinta, virada a sudeste. Em agosto de 1924, o astrónomo amador E. A. L. Atkins observou Marte a partir da Madeira, em mais uma espetacular oposição. Instalou-se a 550 m de altitude, no Monte Palace Hotel (fig. 4). Em metade das 13 noites em que observou, o céu esteve quase perfeitamente estável, tendo visto Marte com facilidade e uma sua calote polar bem definida.

Em 1892, esteve na Madeira uma missão americana a fazer observações de latitude e longitude astronómicas (por triangulação com marcos no Paul da Serra e no Forte de São Tiago – Funchal). A Direção dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos observou em 1914, no Forte de São Tiago (origem do sistema), o azimute astronómico de um dos lados da triangulação com o paul da Serra. Em 1936, fizeram-se novas medições de triangulação (novos marcos), utilizando para origem o marco astronómico da ilha de Porto Santo. Uns anos depois, a Missão Hidrográfica observou 15 estrelas para a medição da latitude e 12 estrelas para medir a longitude (erro inferior a 0,1”).

O mundo astronómico de então

Já em 1730 Newton sugeria, no seu tratado de ótica, os topos de montanhas acima das nuvens como locais ideais para observatórios astronómicos, de forma a fugir à turbulência atmosférica. Mas só no séc. XIX se começou a procurar tais locais (fora das grandes cidades). Os Britânicos, *e.g.*, fugindo ao seu péssimo clima, instalaram um observatório na África do Sul em 1820, o Royal Observatory of the Cape of Good Hope, que chegou a ser visitado por John Herschel de 1834 a 1838, durante uma expedição pioneira a locais potenciais para a astronomia no hemisfério sul; seguiram-se, uns anos depois, o Observatory of Transvaal (1909) e o de Pretória (1934). Outros países europeus fizeram o mesmo, bem como os americanos (Observatório de Yale, instalado em 1925 na África do Sul e em 1952 transferido para o Mt. Stromlo, na Austrália; Observatório de Boyde-Bloemfontain, na África do Sul, instalado em 1927 pela Univ. de Harvard, depois de ter sido transferido do Peru, onde se encontrava desde 1889), que já se tinham iniciado no estabelecimento de observatórios no topo de montanhas na Califórnia, com o Observatório Astronómico de Lick, no Mt. Hamilton, desde 1888.

De julho a outubro de 1856, Piazzi Smyth fez observações astronómicas em Guajara (2714 m; Tenerife) com um telescópio de 18 cm de diâmetro, espectrómetro, polarímetro e detetor de infravermelhos (ainda se encontram aí os restos do seu observatório). Conseguiu um excelente *seeing* em cinco de seis noites. Segundo o mesmo, os responsáveis canários “estavam sempre dispostos a favorecer os propósitos dos cientistas de qualquer país” (MARTÍN, 2009, 16).

A Madeira entre os melhores (1950-1981)

No pós-Segunda Guerra Mundial, cada instituição/indivíduo deixou de fazer ciência próximo de casa e passou a considerar os melhores locais possíveis, nem que ficassem do outro lado do mundo, passando assim as viagens aéreas intercontinentais a ser rotina. As complexas tecnologias inerentes aos novos telescópios



Fig. 4 – Attkins e o seu telescópio de 22 cm de diâmetro, no Monte Palace Hotel (MCKIM, 2003, 197).

tornavam-nos dispendiosos, e a união de várias instituições para a gestão de observatórios astronómicos passou a ser padrão (*e.g.*, a Association of Universities for Research in Astronomy (1957) e o National Optical Astronomical Observatory (EUA); os Royal Observatories (Reino Unido) e o ESO – Observatório Europeu do Sul, logo a partir de 1953).

Na euforia do pós-guerra, foi inaugurado, em 1948, o Hale Telescope, o maior e mais bem equipado telescópio do mundo (5 m de diâmetro), no Mt. Palomar, Califórnia, já planeado desde 1929. Em 1967, os EUA detinham dois relevantes observatórios: um no Havai (Mauna Kea, 4200 m, bem acima da camada de inversão) e outro no Chile, em Cerro Tololo, a 2200 m de altitude. Merle Walker estudou ambos desde 1965, obtendo 63 % de noites fotométricas e 15 % extra de espectroscópicas para o último local e 56 % e 20 %, respetivamente, para o primeiro. O *seeing* de ambos valia entre 1” a 1,5”. Mas o primeiro grande telescópio nacional americano foi inaugurado apenas em 1973 (4 m; Kitt Peak, Arizona), 15 anos após a escolha do local. Os planos americanos para um telescópio espacial (iniciados em 1974) implicavam cerca de 10 telescópios de 5 m na superfície terrestre para investigações complementares. Assim, encorajava-se um Northern Hemisphere Observatory (NHO), com telescópios

grandes, cuja oportunidade a Europa (Reino Unido, em particular) não enjeitou.

Em janeiro de 1954, doze astrónomos de renome de seis países europeus (Alemanha, Bélgica, França, Reino Unido, Holanda e Suécia) declararam-se a favor da instalação de um grande telescópio europeu no hemisfério sul. A preferência ia para a Namíbia ou África do Sul, após a confirmação da qualidade do *seeing*. A Holanda já detinha neste último país um observatório em Hartebeespoort desde esse ano (e até 1978), após uma primeira instalação em Joanesburgo, em 1938.

As medições de *seeing* iniciaram-se em 1955 com um telescópio de 25 cm (análise dos anéis de difração de estrelas). Nas décadas de 50 e 60, ainda havia uma grande variedade de métodos para aferir a qualidade do céu. O ESO arrancou em 1962, com a participação formal de cinco países (Alemanha, Bélgica, França, Países Baixos e Suécia) e, no ano seguinte, La Silla (Chile) foi escolhido como potencial local, seguindo o exemplo dos americanos: o ESO ocupou o local desde 1969. Após estudos que se prolongaram até 1970-1972, a Namíbia/África do Sul foram definitivamente excluídas da lista. O primeiro grande telescópio do ESO foi inaugurado em La Silla em 1976 (ESO 3,6 m) e, em 1989, foi a vez do New Technology Telescope. O plano do Very Large Telescope (VLT; quatro telescópios de 8 m e outros quatro de 2 m) foi então elaborado e conceptualmente testado em La Silla, de forma a ser colocado num local ainda melhor (Cerro Paranal, 1998-2001).

Quanto ao hemisfério norte, os Alemães estiveram em Tenerife a fazer medições (em 1959), mas apanharam uma tempestade de poeira do Saara na atmosfera, o que os desapontou. De 1966 a 1970, estudaram a Grécia e Calar Alto (2165 m; SE de Espanha), obtendo medianas de *seeing* idênticas: 0,6". Principalmente devido ao forte apoio de Espanha (construção de estrada, fornecimento de água e eletricidade), que ficou com 10 % do tempo de observação, este último local foi o preferido pelo recém-criado Max-Planck Institute für Astronomie. Em 1973-1975, foi transferido da Alemanha o

telescópio Schmidt 0,8 m e inaugurou-se um novo, de 1,2 m. Em 1979, foi a vez de um de 2,2 m, enquanto em 1985 foi inaugurado outro de 3,5 m. Apesar das 240 noites por ano em que é possível observar e das 160 com mais de seis horas limpas, o local não é brilhante em termos de *seeing*: ar continental, camada de inversão alta, a que acresce a poluição luminosa de grandes cidades próximas. Foi, há poucos anos, abandonado pelos Alemães e entregue ao cuidado exclusivo de Espanha.

Os Franceses estudaram vários locais na Europa continental, o México e também Izaña (Tenerife). Acabaram por optar pelo Havai, em colaboração com o Canadá (telescópio de 3,6 m), apenas tendo como base curtas exposições de planetas (feitas com um telescópio de 62 cm).

Na área específica da astronomia solar, a JOSO, fundada em 1969, em Itália, por 11 países da Europa ocidental (incluindo Portugal), pretendia colocar um observatório solar internacional num excelente local (Large [European] Earth-based Solar Telescope). Em 1970-1976, estudaram-se 40 locais no Mediterrâneo e Atlântico (a turbulência por cima de água é menor do que sobre terra), construindo perfis de temperatura até 15 km de altitude e obtendo, assim, informação sobre toda a atmosfera causadora do *seeing*. Os três locais finalistas foram Tenerife e La Palma (Canárias) e a ilha da Barreta (*mid-lake location*; Faro, Portugal). Para uma decisão final, os dois primeiros foram estudados com telescópios em torres rígidas 10-20 m acima do solo, mas a Barreta nunca. A JOSO, entretanto, terminou, sem cumprir os seus objetivos, embora se tenha instalado telescópios solares nas duas ilhas das Canárias.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1946, o presidente da Royal Astronomical Society (RAS), Harry Hemley Plaskett, propôs um novo grande telescópio britânico de 2,5 m, em homenagem a Newton (Isaac Newton Telescope [INT]), mas só em 1959 se iniciou a sua construção no recém-criado polo de Herstmonceux (Sussex) do Royal Greenwich Observatory (RGO), sendo inaugurado em 1967. Após terem participado, em 1954, na reunião

inicial para a criação do ESO, os Britânicos foram os únicos a sair antes de 1962, quando o ESO foi formalmente criado, daí terem avançado por conta própria para a instalação de um NHO.

Em 1965, o Science Research Council (SRC) foi instituído e, para a astronomia, foi buscar o RGO ao almirantado e o Royal Observatory of Edinburgh (ROE) ao Serviço Civil Britânico. Nesta altura, o diretor do ROE, Hermann A. Brück, propôs a instalação de observatórios a latitudes mediterrânicas, sendo rapidamente secundado por outros astrónomos influentes e pelo próprio SRC: o NHO, um telescópio de 4 m num local espetacular. Em 1967, os Britânicos ainda utilizavam um observatório em Itália (Mt. Porzio-Catone), bem pior do que os do Havai (americano) ou os de La Silla (Chile; ESO).

Como no caso dos Americanos e dos outros países europeus, o hemisfério sul avançou mais depressa do que o hemisfério norte: em 1950, foi inaugurado um observatório astronómico no Mt. Stromlo (Austrália) e, em 1964, o de Siding Spring (1130 m). Em 1973, também o UK Schmidt Telescope (1,2 m) é aí instalado, bem como, em 1974, o Anglo-Australian Telescope (3,9 m). Naturalmente, os observatórios na África do Sul passaram para segundo plano.

O NHO teve um comité inicial liderado por Fred Hoyle (1969-1971), com quatro milhões de libras disponíveis para a instalação de um grande observatório em 1974-1975. Para definir o local, em 1970, iniciou-se o *Site Testing Project* do SRC e, após uns meses de liderança do RGO, em abril de 1971, este passou para a responsabilidade do ROE: o *Planning Committee* era liderado por George Harding, e Mr. Bennet McInnes foi designado *project officer*, tendo-se revelado um organizador entusiástico e hábil.

McInnes agregou as primeiras equipas de testadores de *seeing* que visitariam topos de montanhas no Mediterrâneo, mas também, inicialmente, Izaña (Tenerife), aproveitando um observatório de infravermelho do Imperial College já instalado no local. McInnes discutiu a metodologia com o perito Merle

Walker e construiu três conjuntos telescópicos PTT exatamente iguais, que foram utilizados na campanha que durou até ao final de 1975 para selecionar o melhor entre três locais (sul de Itália, sudeste de Espanha e ilhas Canárias), estudando-os com o apoio de jovens estudantes, mas, infelizmente, sem simultaneidade de observações nos três locais.

Um ano e meio de observações, em 1972-1973, revelou o Sul de Itália fraco, enquanto no Sudeste de Espanha “não foram autorizadas medições próximas de Calar Alto [aos Britânicos] uma vez que já havia informação suficiente dos estudos alemães” (BRÜCK, 1974, 45). Já em fevereiro de 1972, Hosie (RGO) mencionava questões políticas a dificultar testes no Sul de Espanha. As Canárias foram, então, identificadas como um bom local, confirmando a sugestão de Walker (Tenerife, Izaña, 2391 m), estudada 11 meses em 1972, e La Palma (Fuente Nueva, 2366 m, só agosto e setembro de 1972, mas J. B. Alexander (RGO) já a tinha também estudado em 1971).

Em 1972, foi inaugurado em Izaña o telescópio de 1,6 m do Imperial College (Reino Unido), coletor de fluxo de infravermelho: era o protótipo do britânico UKIRT 3,8 m, que foi instalado no Havai em 1979. “Em [novembro de] 1972 tornou-se óbvio que as ilhas Canárias tinham mais a oferecer do que os outros locais mas problemas políticos/diplomáticos com Espanha para a colocação de telescópios britânicos foram considerados insuperáveis” (MCINNES, 1984, 176): Espanha pretendia concessões em Gibraltar em troca da colocação de um observatório britânico e obrigou a equipa a regressar a Tenerife uns meses depois. O SRC decidiu, então, criar uma segunda lista de locais, juntando aos dois das Canárias também o Havai e a Madeira, todas ilhas com perfil topográfico semelhante.

No confuso ano de 1973, quando houve desentendimentos e demissões entre astrónomos de renome, apenas o Havai era visto como alternativa às Canárias. Após março de 1974, o SRC ouviu a comunidade astronómica britânica e retransferiu a responsabilidade do NHO para o RGO em abril de 1975. Brück,

deixando o cargo de diretor do ROE após 20 anos, reportava no relatório anual de 1974 (escrito em 1975) que as medições de *seeing* se iniciaram de forma contínua nesse ano no Havai e nas Canárias (embora também se tenham iniciado medições na Madeira no decurso do mesmo ano, esta foi ignorada no relatório). O ROE largou, então, o NHO, mas manteve a responsabilidade do UKIRT no Havai e, até 1976, as operações com a câmara Schmidt, em Itália (Mt. Porzio).

As medições de *seeing* nos dois locais das Canárias prolongaram-se até novembro de 1975 (em La Palma até 1976). Entretanto, o SRC já tinha aprovado o conjunto Isaac Newton Group (ING) de três telescópios para o NHO, num local de primeira classe: 1 m, 2,5 m e de 4,5 m. Entre agosto e dezembro de 1974, o Havai, a Madeira, La Palma e Izaña mantêm-se como hipótese, quando uma colaboração formal entre Espanha e o Reino Unido se iniciou para os locais canários, agora incluindo uma equipa internacional em La Palma, sob liderança do Prof. Francisco Sanchez (Univ. de La Laguna) e a participação de países nórdicos (Holanda, Dinamarca e Suécia). O SRC pretendia uma decisão final no verão de 1975 e, de facto, a mesma foi tomada a meio desse ano, quando o RGO já planeava com Espanha a instalação do NHO em La Palma, “o local claramente favorito do ponto de vista de cobertura de nuvens e *seeing*” (HUNTER, 1976, 200): apenas 5 % das noites eram perdidas devido à poeira do Saara. Os acordos internacionais foram assinados no final de 1975, embora só formalizados em maio de 1979. A divisão de La Palma do RGO foi criada em 1982, o Jacobus Kapteyn Telescope 1 m iniciou observações em 1984, o INT 2,5 m foi aí inaugurado em 1985 e o William Herschel Telescope 4,2 m em 1987, então o terceiro maior telescópio do mundo, estreado 200 anos depois do telescópio original de William Herschel. Os Britânicos tiveram de alterar o nome de NHO para Roque de los Muchachos Observatory, sendo o ING apenas uma parte deste.

Graham Smith assume a liderança do RGO em janeiro de 1976, com instruções do SRC para dar máxima prioridade ao NHO.

Logo nesse ano, o INT termina o seu serviço no Reino Unido para ser transferido para La Palma. Para muitos, o RGO foi condenado à morte precisamente devido à saída do INT do Reino Unido. Já em 1975 escrevia o seu diretor: “Que nuvens carregadas obscurecem o caminho a seguir!” (*Id., Ibid.*, 192). Em 1981, Alexander Boksenberg torna-se diretor do RGO, sucedendo a Graham Smith, e, exatamente seis anos depois, McInnes assume aí o posto de secretário e chefe do pessoal. Após, ironicamente, em julho de 1984 se terem comemorado os 100 anos do meridiano de Greenwich, a SERC (ex-SRC) decidiu, em 1986, mover o RGO para Cambridge. Em abril de 1989, o RGO saiu do Castelo de Herstmonceux e, em 1990, concretizou-se a transferência de forma definitiva. O epílogo deu-se em 1998, quando o RGO fechou (juntando-se os respetivos restos ao ROE), sobrevivendo apenas como museu.

Nas Canárias, a camada de inversão localiza-se, geralmente, entre os 1000 m e os 1400 m, acima dos quais o ar é especialmente seco e transparente. Em 1958, R. O. Redman recomendou Tenerife para instalar um observatório de Cambridge. A pretexto de um eclipse solar (quase) total no ano seguinte, instalou-se em Izaña (2391 m; Tenerife) um pequeno observatório astronómico espanhol associado à Univ. de La Laguna.

De 1963 a 1975, quando é criado o Instituto de Astrofísica de Canárias, a Univ. de Bordéus instala em Izaña um telescópio e colabora com os astrofísicos de Tenerife, especialmente com Francisco Sánchez Martínez, que passou quase toda a déc. de 60 a efetuar medições da qualidade do céu noturno. Em 1969, o Governo espanhol instalou aí um telescópio solar de 25 cm numa torre de 13 m e, na sequência, o JOSO percorreu todas as Canárias com uma avioneta, estudando La Palma e Izaña de 1971 a 1979 com um *seeing monitor*: em um quarto dos dias, Izaña tem *seeing* diurno inferior a 1”, 30 % melhor do que La Palma. Contudo, as medições noturnas mostram La Palma excepcional no que respeita ao *seeing*, devido a uma orografia favorável (convexidade da montanha,

em declive até ao oceano, desviando o vento norte dominante para os lados), sendo Izaña pior, mesmo que com 2/3 das noites boas (apenas 8-10 % perdidas devido à poeira do Saara, principalmente em julho-agosto).

Em 1974, o Prof. Sánchez Martínez reúne com as autoridades científicas espanholas para preparar um observatório em La Palma: Espanha construiria a estrada de acesso (uma versão florestal ficou pronta em 1976), restaurante, alojamento, água e eletricidade e os seus astrónomos teriam direito a 20 % do tempo de observação. Depois do acordo internacional de 1979, em 29 de junho de 1985 foram solenemente inaugurados (por quatro famílias reais e seis chefes de estado europeus) os dois observatórios internacionais canários (ING e Nórdico). Dados de 1984 a 1993 indicam para La Palma 76 % das horas como espectroscópicas, metade das quais com *seeing* inferior a 1"; só 2 % das noites mais escuras do ano são inutilizadas devido à poeira do Saara. Passadas três décadas, as Canárias têm acordos no campo da astronomia com mais de 60 instituições de 20 países.

Renato Antero da Costa Carvalho, meteorologista português falecido em 2006, esteve envolvido com a JOSO. Em Portugal, em 1970, para além da ilha da Barreta, estudou-se a ilha da Culatra (Algarve), Sines e a ilha do Pessegueiro. Numa lista inicial de 15 finalistas, Faro (Barreta) e Sines mantinham-se (*low-level oceanic sites*, que evitavam efeitos orográficos). Na fase de testes seguinte (1973-75; *Working Group 1 – Site testing*), foi a vez do também português J. Tavares se envolver. A ilha da Barreta foi estudada de julho a agosto de 1974 por Cornelius “Kees” Zwaan, da Univ. de Utrecht: os ventos vêm do mar até 300 m de altitude e acima dos 2-3 km; o *seeing* médio é de 0,6" (idêntico ao de Tenerife), e, mesmo assim, os cálculos para Faro começaram a 1 km, ainda dentro da camada turbulenta, enquanto para Tenerife o foram a partir dos 3800 m (mais alto do que o pico Teide). Em Faro, a turbulência nos 10-17 km é bem menor do que em Tenerife, mas nem por isso existe em Portugal qualquer observatório solar.

Após visitas em fevereiro de 1973 e abril de 1974, os Franceses consideraram o Norte de Portugal como hipótese para o seu grande telescópio (3,6 m), o qual acabou, no entanto, por ser colocado no Havai. De realçar que também existiam planos portugueses para instalar um observatório no norte do país, certamente com o envolvimento do Prof. Manuel de Barros, cujo nome foi dado ao Observatório Astronómico do Porto. A ilha do Fogo (Mt. Liso da Fonte; 2700 m), no então arquipélago português de Cabo Verde, foi estudada pelos Britânicos de maio a julho de 1973, mas o ativo vulcanismo, a poeira na atmosfera e o facto de a ilha ser côncava na face virada para os ventos dominantes levaram-nos a riscá-la da lista de hipóteses. Também propensa a vulcanismo (fumarolas), a ilha do Pico (2351 m), nos Açores, teve igualmente visitas dos Britânicos, mas as dificuldades de (eventuais) futuros acessos e a alegada orografia desfavorável no que respeita ao *seeing* levaram a preferência para a Madeira. Mesmo assim, Walker, já em 1976, mantinha esta ilha açoriana como hipótese, por lhe parecer ideal a forma da montanha, independentemente da opinião dos Britânicos sobre o assunto.

O caso da Madeira

O ensino superior na Madeira até aos anos 80 do séc. xx resume-se à Escola Médico-Cirúrgica do Funchal (1837-1910), extinta pelo diretor de Saúde Pública Dr. Ricardo Jorge. A partir de 1917, durante alguns anos, funcionou na Madeira uma escola de pilotagem marítima, com um curso de dois anos, que, entre outras disciplinas, lecionava astronomia geral e navegação astronómica. Após a letargia, e até retrocesso, que foi o séc. xix em Portugal, é natural, *e.g.*, que só em 1914 a altura do pico Ruivo (1861 m) tenha sido medida com exatidão por Alfredo Durão. A carta geográfica com escala de 1 para 25.000, executada no terreno pelo Instituto Geográfico e Cadastral em 1915 e publicada em 1938, continuou a ser utilizada; a versão do séc. xxi atualizou a rede viária, extensões urbanas e pouco mais.

Só a partir de 1901, muito lentamente, começou a tomar forma a rede viária da Madeira

(demorou várias décadas). As vias de comunicação eram, então, “sem contestação possível, as piores de todo o nosso país [...] não merecia[m] o nome de estradas” (SILVA e MENESSES, 1978, I, 800). A estrada regional até Santana só ficou pronta em 1968, o que encorajou os estudos de McInnes na encumeada Alta não muitos anos mais tarde. Em 1939-1940, a Pousada do pico Ruivo foi construída, pois “apesar da dificuldade [da sua] ascensão muitas personagens ilustres [o] têm visitado [...] atraídas [...] pelo particular interesse que oferece aos cultores das ciências físico-naturais” (*Id.*, *Ibid.*, III, 395).

Em meados do séc. xx, a Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira editou uma publicação anual que incluía as tabelas do nascimento e ocaso do Sol no Funchal ao longo do ano (de 10 em 10 dias). Também por esta altura (anos 40), o posto meteorológico do Monte possuía um heliógrafo, enquanto o do Funchal, além de idêntico equipamento, incluía também dois solarógrafos e um solarímetro.

Os problemas políticos de 1972 na colocação de telescópios britânicos nas Canárias trouxeram a oportunidade de a Madeira aparecer no “mapa astronómico internacional”, cimentada como alternativa a partir do final de 1973, tendo-se até iniciado medições de *seeing* em outubro do mesmo ano. Antes, em junho, o Gen. Franco abdicou do Governo de Espanha, mas as convulsões políticas só acalmaram após a sua morte, em novembro de 1975.

Os locais do mundo onde a camada de inversão surge, de forma continuada, associada ao lado leste de grandes anticlones oceânicos situam-se nos oceanos Atlântico (norte – Madeira, Canárias; sul – África do Sul), Pacífico (Califórnia, no norte, e Chile, no sul) e Índico (Austrália ocidental). A primeira menção escrita do vento de nordeste como dominante na Madeira (interior da Ilha) foi feita por De Bory em 1753-1754. Em 1601, o francês Jean Mocquet já referia o “ar doce e temperado” e “o serão mais agradável do mundo” na Madeira (CILLEULS, 1961, 12). Os ventos amenos e calmos no mar foram apontados por Thomas

Heberden, na déc. de 1750, como a razão do excelente clima da Madeira; mais de um século depois (1881), Piazzzi Smyth alterou a explicação (humidade), mesmo que registando o vento nordeste de Lisboa à Madeira (mas que corre todo o Atlântico até à linha do Equador).

A Selvagem Pequena foi estudada pela JOSO (Zwaan) em 1970-1972, mas a primeira excursão principal a uma montanha acima da camada de inversão foi na Madeira, com um grupo de Meudon, seguindo-se R. Hammersehleg, que conduziu observações em 1972 no pico do Areeiro (1818 m), apoiado pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT). Os resultados, no entanto, foram dececionantes. Talvez devido aos pioneiros estudos da JOSO, em 1971 Walker incluía a Madeira na lista de potenciais locais astronómicos, juntamente com as Canárias.

Devido aos problemas políticos nas Canárias, o pico Ruivo foi estudado durante 10 dias, em agosto de 1973: como o seu miradouro era muito frequentado, e havendo dificuldade em aí instalar um observatório, passou-se para um local muito próximo, a encumeada Alta ou cumiada Alta (1784 m). O regime meteorológico da encumeada Alta é muito semelhante ao de La Palma, embora com menos influência da poeira do Saara. Revelou-se, topograficamente, o local ideal na Madeira: como em La Palma, a montanha é convexa na vertente norte, estando esta virada para os ventos dominantes de N/NE, forçando o ar a desviar-se para os lados, sem subir. Ainda no séc. xix, Orlando Ribeiro verificou que a encumeada Alta é dominada por ventos de nordeste dois terços do ano.

Os observadores britânicos estudaram a encumeada Alta entre 1973 e 1975, durante 15 meses. No início, acamparam em tendas, mas ao fim de uns meses construíram uma cabana de madeira (fig. 5). Registaram apenas seis meses de tempo excelente (verão/outono), embora o ano tenha sido (aparentemente) pior do que o normal. As observações na encumeada Alta foram feitas em dois locais diferentes (fig. 6). No pior (pico no lado sul), de janeiro a novembro de 1974, e no melhor (pico

norte), de maio de 1974 a junho de 1975. Para além da questão de o ano ter sido pior do que o normal, McInnes compila tudo num ano “médio” (jan.-dez.), prejudicando, assim, os melhores resultados da Madeira. O número de horas limpas é ligeiramente inferior ao das Canárias devido à latitude ser um pouco superior, e a poluição luminosa já era pior na Madeira do que em La Palma.

Em 1976, Walker continua a listar Tenerife e a Madeira entre os melhores locais atlânticos, juntas com a fantástica La Palma. Para além destas ilhas, no hemisfério norte só menciona o Havai. A encumeada Alta, para além do seu potencial astronómico, é também uma zona de enorme valor botânico, com duas espécies endémicas raras (incluída na Rede Natura 2000).

McInnes mediu 44 % (76 %) de noites fotométricas (espectroscópicas) para o Havai, 41 % (62 %) para a Madeira, 56 % (68 %) para Tenerife (Izaña) e 53 % (81 %) para La Palma. Curiosamente, os resultados pré-normalização



Fig. 5 – Fotografia da cabana de madeira instalada pela equipa de McInnes em Fuente Nueva, La Palma (em cima, à esq.; foto de Lluís Tomas Roig), como exemplo da que terá existido na encumeada Alta, cujas ruínas estão retratadas na fotografia de baixo (vista para sudeste, da parede noroeste): a lareira ficava ao centro e tinha um cano metálico por cima, para a saída dos fumos para o exterior; a porta de entrada fica à esq. Em cima, à dir., com ajuda de uma vista de cima destas ruínas (via Google Earth), apresentam-se as partes principais da acomodação na encumeada Alta (o norte fica para cima) (arquivo particular).



Fig. 6 – Restos dos dois pilares de betão colocados por McInnes na encumeada Alta para apoio do telescópio que fez as medições do seeing. À esq., o pilar sul, com os piores resultados (na fotografia, vê-se também o marco geodésico do ponto mais alto da encumeada Alta, nos 1784 m), e, à dir., o pilar norte (arquivo particular).

(devido às diferentes latitudes) colocaram a Madeira em primeiro lugar. Os valores fotométricos das Canárias são excelentes, uma vez que estão no máximo mundial previsível para qualquer local. Quanto ao *seeing*, a percentagem de noites no ano com valor inferior ou igual a 1" é de 41 % em La Palma, 27 % em Tenerife, 33 % no Havai e 51 % na Madeira, ou seja, embora com menos noites limpas por ano, a Madeira tem excelente *seeing* com mais frequência (quase duas vezes mais em relação a Izaña). A Madeira tem durante 2/3 do ano a camada de inversão com o topo entre os 1000 m e os 2400 m; embora os picos aparentem ser baixos demais (1800 m), os 62 % de noites descobertas sugerem que quase sempre estão acima da camada de inversão, nesse período “mais baixo”. No 1/3 do ano (inverno/primavera), a camada de inversão tem o topo mais alto que os 1800 m.

O papel central de James Bennet McInnes nos estudos para o NHO justifica falar um pouco mais sobre a sua pessoa. Nasceu em 1929 em Edimburgo, Escócia, e aí viveu com os pais até 1960, quando casou, mudando-se dentro da mesma cidade. Estudou Física na Univ. de Edimburgo, no início dos anos 50, tendo-se dedicado a estudos da aurora boreal. Em 1960, ingressou como *experimental officer* no Satellite Tracking Group, seguindo satélites artificiais, tendo este grupo, em 1963, transitado para o ROE, antes de McInnes assumir as funções de

officer do projeto de medições de *seeing* para o NHO. Assim que saiu deste, em 1976, McInnes manteve-se no ROE (até 1987), como secretário, a tratar de assuntos administrativos. De outubro de 1987 a abril de 1989, transferiu-se para o RGO, em Sussex, como chefe do pessoal, tendo-se reformado depois, ainda antes da saída definitiva do RGO para Cambridge, em 1990.

Acabou de forma abrupta a estadia dos astrónomos britânicos na Madeira. O estudante Andrew Harry Carter, de 18 anos, faleceu num acidente na encumeada Alta no dia 8 de maio de 1975. Pelo menos, essa é a data oficial, conforme noticiada pelos dois jornais regionais da Madeira (*DN* e *JM*) e pela nota de óbito no jornal *The Scotsman*, de Edimburgo, no dia 10 do mesmo mês. Uma concatenação dos dois relatos jornalísticos madeirenses (com algumas pequenas notas extra de testemunhas, ex-bombeiros que participaram na missão de salvamento): “cerca das 3 horas da madrugada, Andrew Carter perdeu a vida ao se despeñar de um rochedo, de uma altura aproximada de 400 metros [na verdade, 20 metros]. Encontrava-se na casa de observação com dois companheiros. Segundo um dos seus dois camaradas, o rapaz sentira-se indisposto e saíra para (tentar) vomitar; desequilibrou-se, caiu da altura de (mais de) 5 metros e fraturou uma perna. Devido ao nevoeiro, não tendo dado conta de que estava à beira dum precipício, Carter, mesmo com a perna partida, tentando endireitar-se e agasalhar-se quis mudar de posição. Voltou-se e caiu no abismo” (*DN*, 9 maio 1975, 8). Quanto aos pormenores do alerta e salvamento: “Um elemento da missão, Martin Berkeley, deslocou-se ao Posto Meteorológico do Pico do Arieiro tendo alertado os Bombeiros Municipais do Funchal [BMF] e a Polícia de Segurança Pública [PSP] às 6h45 para socorrer Andrew Carter, que havia caído. Após a chegada dos BMF, cuja ambulância ficou no Areeiro à espera do ferido, Martin Berkeley conduziu-os ao sítio onde se encontrava a vítima, pela vereda que liga o Pico do Areeiro ao Pico Ruivo, a partir do meio do percurso com a companhia do médico Dr. Rui Silva,

conhecido praticante de montanhismo; [foram] longas horas de caminho, com material às costas [BMF], frio intenso [máxima de 4 °C], nevoeiro cerrado e entre precipícios [seguiram amarrados juntos com uma corda. Nas proximidades do Pico Ruivo, o Dr. Rui Silva seguiu sozinho para o local, à frente de toda a gente, tendo sido o primeiro a chegar e não tendo lá encontrado ninguém; andou à procura do corpo até à chegada dos bombeiros. Pelas 10h30,] os BMF chegaram ao local onde o ferido tinha sido deixado (encostado à casa/abrigo) mas não o encontraram. Foram mais seis horas de trabalho para localizar e remover o cadáver, despedaçado e mutilado. Martin ficou muito perturbado quando viu o corpo do colega. [Houve muita dificuldade em encontrar o corpo no meio dos pedregulhos; foi o Dr. Rui Silva quem o encontrou próximo da casa, já dia claro, sem nevoeiro] e foi depois transportado [numa maca improvisada] pelos bombeiros até ao cemitério de Santana (casota/capela) [a pé até abaixo do pico das Pedras e depois de carro]. Eram já 19h30 quando os bombeiros regressaram aos quartéis. Hoje (dia 9 de maio) será realizada a autópsia à vítima” (*Ibid.*, 8-7).

A autópsia foi efetuada no cemitério de Santana sob responsabilidade do Ministério Público de Santa Cruz, constando no Conservatório do Registo Civil de Santana que “Andrew Harry Carter [faleceu às] 20h00 do dia sete de maio [de 1975; causa da morte:] fratura do crânio; [...] vai ser sepultado no cemitério de Inglaterra” (Conservatória do Registo..., mç. 3). Há, assim, uma discrepância de sete horas entre a hora da morte estimada pela autópsia e a inferida pela informação dada por Martin Berkeley, quando deu o alarme 11 horas depois (pelas 7 h). O funcionário da Estalagem do Areeiro mencionou que dois dos astrónomos aí estiveram “na farra” na noite anterior à da desgraça. Bennet McInnes, presumivelmente o “terceiro astrónomo”, não foi visto por ninguém durante todo o tempo de busca e resgate do corpo. Mas escreve, nove anos depois: “Apesar da zona [encumeada Alta] parecer bastante segura, houve lá um acidente

fatal. Numa noite escura um observador saiu para uma pequena caminhada, porque se estava a sentir mal e achou que o ar fresco lhe faria bem; infelizmente desequilibrou-se e caiu por uma encosta inclinada. O outro observador localizou-o algum tempo mais tarde, inconsciente e numa posição quase inacessível; fez o que pôde para o manter em segurança e para o manter quente antes de ir buscar ajuda. A equipa de salvamento levou algumas horas a chegar ao local e, quando tal aconteceu, o homem ferido já tinha morrido. Este trágico acidente levou o trabalho na Madeira ao seu término, apenas umas poucas semanas antes [do planeado]” (MCINNES, 1984, 176-177).

O consulado britânico entregou uma placa de reconhecimento aos BMF, em nome do ROE, embora em 2011 tenha afirmado desconhecimento da ocorrência. Infelizmente, também não constam registos desta nos arquivos da PSP nem nos dos BMF. Coincidentemente, a RAS reuniu em assembleia ordinária no dia seguinte ao da morte de Andrew Carter (9 de maio de 1975), 24 h depois de concluído o resgate do corpo por parte dos BMF. Não há, nas atas da reunião, qualquer alusão à morte do malogrado astrónomo. Já o relatório do ROE, relativo ao ano de 1975, não menciona o que quer que seja sobre o NHO – o projeto tinha passado para as mãos do RGO em abril desse mesmo ano, mas ainda havia vários observadores no terreno em 1975 (Madeira, La Palma, Havai).

Pelo relevante papel que teve na recuperação do corpo de Andrew Carter, resume-se aqui a vida do Dr. Rui Silva, que também teve direito a uma placa de agradecimento do ROE. Nasceu a 15 de agosto de 1919 no Funchal e faleceu no dia 7 de dezembro de 2011, com 92 anos. Estudou Medicina em Lisboa e exerceu-a no Hospital dos Marmeleiros, no Funchal. Não cobrava as consultas a quem não podia pagar. Dos quatro aos 85 anos, fez da serra o seu passatempo, tendo-se especializado em escalada. Na déc. de 60, dedicou-se à vertente mais técnica desta, quer em cerro, quer em basalto, com a utilização de novos materiais e técnicas e a abertura de vias de acesso a picos

madeirenses difíceis (*e.g.*, Torres e pico do Gato; pico Cidrão; pico das Torres; Torre do Curraleiro; montado do Paredão). Foi um dos maiores escaladores portugueses de todos os tempos. A astronomia não lhe passou ao lado, especialmente por ter um irmão (Rafael) entusiasta desta ciência, que faleceu pouco depois de si. Observou várias vezes a chuva de meteoros das Perseidas do pico Ruivo, em agosto. Uma vez que ajudou à implementação no terreno dos programas de conservação e proteção da freira-da-madeira, em sua homenagem foi inaugurado, em 2012, no pico do Areeiro, o Centro da freira-da-madeira Dr. Rui Silva, onde também se expõe parte do seu espólio alpinista.

A redescoberta da Madeira para um observatório astronómico (1994-1996)

Principalmente devido aos planos do HST, em 1984-1985, a astronomia no solo continuava a ser fundamental a nível mundial, como demonstra a criação da International Astronomical Union (IAU) Commission on Site Identification and Protection. Exatamente nessa mesma altura (1984-1985), arrancou em Portugal a primeira licenciatura em Astronomia (Física/Matemática Aplicada) da história do país, na Univ. do Porto (UP), e, a partir de 1987, a JNICT, precursora da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), passou a considerar a astronomia como uma das áreas científicas com direito a financiamento. No ano seguinte, foi criado o Centro de Astrofísica da Universidade do Porto (CAUP), sob liderança da Prof.^a Teresa Lago.

O acordo de pré-adesão de Portugal ao ESO foi assinado a 10 de julho de 1990 (a adesão formal teve lugar em 2001). O país iniciou, de imediato, o treino de novos astrónomos (especialmente no estrangeiro) e criou algumas infraestruturas nacionais (centros de investigação). Uma destas, que constava no acordo de pré-adesão, era a ressurreição do plano de um observatório astronómico na Madeira, desta vez apenas nacional, uma perspetiva muito

atrativa e que não devia ser excluída a longo prazo, mesmo que pudesse ser mais vantajoso recorrer a observatórios internacionais que já existiam, como os do ESO. Os editores da *Messenger*, revista do ESO, congratulavam-se, em junho de 1993, com as verbas nacionais destinadas à astronomia e ainda com os “planos atuais para estabelecer um observatório nacional na ilha da Madeira [aberto à cooperação internacional], considerado uma aposta de relevância nacional e em discussão a nível governamental” (WEST, 1993, 8). Estava prevista uma decisão final nesse mesmo ano, com início da construção em 1994.

De uma forma paralela, aparentemente independente, o Prof. Theodor Schmidt-Kaler (Univ. de Bochum [UB]) esteve ligado a uma proposta para o VLT (12 m) nos anos 80, que não foi implementada; propôs depois, junto com Gerhard Schnur, um grande telescópio alemão, de 10 m, o Deutsches Gross Teleskop (DGT), tendo o apoio governamental chegado em 1986, mas com obrigação do desenvolvimento da indústria na região alemã em torno da mesma universidade. Assim, criou-se o Optical Science and Technology Centre (Optik-Zentrum), que também desenvolveu uma montagem especial para o DGT: uma armação, o próprio tubo do telescópio e os apoios do secundário em fibra de carbono em estilo HexaPod – SVELT ou SVELTE (Six Variably Extended Legs Telescope). Em 1987-1989, iniciou-se a lenta construção de um protótipo de 1,5 m de diâmetro, que só ficou concluído em 1994.

É nesta altura que a hipótese La Silla é trocada pela Madeira. De facto, de fevereiro de 1992 a maio de 1993, a UB estudou o *seeing* na África do Sul, em Sutherland, com o método de *star-trailing* (telescópio Questar de 9 cm, que 20 anos antes fora utilizado na Grécia e em Espanha), de forma a comparar esse local com Gamsberg (Namíbia) e com ESO/La Silla. O objetivo era aí instalar um HexaPod de 3,5 m, mas só 40 % das noites tiveram condições para medições, com mediana de *seeing* 0,5”, comparável com os valores em La Silla medidos em 1971-1972 e, pelo menos em número de noites limpas, com os resultados de McInnes para

a Madeira. A primeira publicação da UB onde a Madeira é mencionada data de 1993: pretendia-se mais de 200 noites limpas por ano e um excelente *seeing* para um projeto de monitorização de quasares (de facto, procurava-se um observatório alemão no hemisfério norte que fosse a contraparte do do ESO no hemisfério sul).

Coincidentemente com o trabalho da UB, em 1994, no *Joint European and National Astronomical Meeting*, ironicamente em Edimburgo, a Prof.^a Teresa Lago apresentou o póster “A new observatory in northern europe – Madeira”. De facto, existiam, então, dificuldades para a instalação do VLT no Chile, o que levou o ESO a estabelecer, ainda nesse ano, o grupo de trabalho ESO Search for Potential Astronomical Sites (ESPAS), com a participação da Prof.^a Teresa Lago (até 1996). A proposta de Gamsberg, na Namíbia, estava em cima da mesa e, apesar de o problema do Chile se ter resolvido entretanto, considerou-se pertinente continuar com os trabalhos da Comissão para a promoção de atividades astronómicas entre o ESO e países não-membros. Na reunião do ESPAS de março de 1996, fez a Prof.^a Teresa Lago “uma proposta detalhada, incluindo pormenores do observatório e as infraestruturas associadas no local, bem como a criação de um instituto de investigação de apoio no Funchal, [que] foi submetida em 1995, a pedido do Governo; aguarda-se agora aprovação pelo Ministro, havendo abertura para cooperação internacional, incluindo em projetos de instalação de telescópios” (SARAZIN, *European Southern Observatory*, 8 maio 1996, 7).

Entretanto, de 23 a 30 de novembro de 1995, o Prof. Schmidt-Kaler visita, de forma exploratória, três locais na Madeira: pico Ruivo de Santana, encumeada Alta e pico Ruivo do Paul. Foi acompanhado por Josef Gochermann (físico) e Ralf Vanscheidt (matemático), todos da UB. As medições do *seeing* começaram logo no dia seguinte (por Ralf Vanscheidt) e, em meados de dezembro, foi lançado um anúncio a pedir colaboradores para a campanha (orçamentada em mil contos), que decorreria durante todo o ano civil de 1996 e veio a ser aprovada pelo reitor a 2 de janeiro desse ano. Após

o Departamento de Física da Universidade da Madeira (UMa) se ter envolvido no projeto (através de Hanna Nencka, que aí lecionava astronomia), 15 alunos foram divididos em grupos de 3: i) Angelino Gonçalves, Dina Vieira e Márcia Marques; ii) Arlindo Cruz, José Laurindo Sobrinho e Rui Baptista; iii) Carla Faia, Irene Freitas e Marco Sardinha; iv) Maria Graça Gomes, Orlando Silva e Sónia Abreu; v) Duarte Gouveia, Duarte Vasconcelos e Sidónio Pestana.

O ano de 1996 iniciou-se com o Prof. Schmidt-Kaler já fora do projeto HexaPod. Em entrevista ao *DN* de 7 de dezembro de 1995 (após a semana das visitas exploratórias), este professor tinha proposto o pico Ruivo do Paul como o melhor local da Madeira, “consideravelmente mais adequado do que a zona do Pico Ruivo de Santana” (ROCHA, 1995, 7), onde os ventos e as nuvens eram constantes; haveria turbulência na encumeada Alta, sendo a situação, previsivelmente, melhor no Paul da Serra, com ar estável marítimo inalterado (mar 3,7 km a NNE, de onde também vem o vento; por trás, os ventos podem escapar livremente; nas raras vezes em que o vento sopra de E ou SE, há aí planos suaves cobertos de vegetação; cf. 10 km de distância do mar no caso do pico Ruivo de Santana e encumeada Alta).

Os 15 Students Taking Observational Research Measurements (STORM) frequentaram 1 curso intensivo de iniciação à astronomia, que incluiu o contacto com o telescópio Questar (para medir o *seeing*) e visitas aos 3 locais. O plano de trabalhos de cada grupo era o seguinte: (i) estudar, de forma sequencial, cada um dos três locais, em intervalos de cinco dias; (ii) ao final da tarde do dia escolhido, confirmar, com um telefonema para o Instituto de Meteorologia, as boas condições meteorológicas para essa noite; (iii) durante a visita a cada local (toda a noite), fazer duas exposições fotográficas (6 + 6 min) em três momentos (uma hora antes do nascer e depois do pôr do Sol; outro a meio da noite), de forma a medir o *seeing* (graças a uma de 26 estrelas previamente selecionadas por passarem mais próximas do que 10° do zénite); em simultâneo,

registar dados meteorológicos (temperatura, humidade, direção do vento) e, se possível, estimar o número de horas “boas” para observações; (iv) enviar a película para digitalização e processamento na UB. Mas as coisas começaram mal: os primeiros três meses de 1996 passaram sem disponibilidade de transporte nem de equipamento para a equipa STORM. Foi o Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira (CITMA) a apoiar o projeto com uma tenda, sacos-cama, mantas térmicas, lanternas, mochilas, botas de montanha e impermeáveis, resolvendo o problema do transporte mediante a contratação de um serviço de táxi: o motorista, Sr. Abreu, acabou por ser a pessoa que mais vezes foi aos locais estudados. Finalmente, a 1 de abril iniciaram-se as observações.

A interseção/colisão entre os planos do ESO/ESPAS/Prof.^a Teresa Lago e a UB (Ralf Vanscheidt) tornou-se evidente com um telefax urgente enviado por este a 15 de julho de 1996, a solicitar ao STORM o ponto de situação, após contacto da Prof.^a Teresa Lago, como representante da comunidade astronómica portuguesa: a UB precisava de informações detalhadas para conseguir apoio nacional para o projeto, assumido até então como uma “iniciativa pessoal”; foi-lhe exigida a confirmação do envolvimento da comunidade astronómica portuguesa no projeto e “a Prof. Lago [deu] conta de ainda não estar envolvida ou ao corrente do que se está a passar. Gostaria de saber quem são os responsáveis pelas medições na Madeira” (VANSCHIEDT, 15 jul. 1996). Ralf Vanscheidt pediu os negativos com observações feitas até a data, um relatório sobre o estado do equipamento e informações sobre os apoios recebidos da UMa e do CITMA. O pacote completo foi-lhe enviado pelo STORM até ao final de julho. Como se não bastassem os “problemas políticos”, em setembro de 1996 começaram a surgir problemas graves de equipamento, que não permitiam fazer observações: nem a máquina fotográfica, nem o sensor de temperatura funcionavam bem. O projeto foi então suspenso, uns meses mais tarde, de forma definitiva.

De facto, a 11 de dezembro, a então responsável pela astronomia na UMa, Hanna

Nencka, reuniu com Laurindo Sobrinho. Na sequência da reunião, este redigiu uma ata, divulgada por toda a equipa STORM, onde se manifestavam as intenções de Hanna Nencka em levar ao reitor uma proposta para criação de um Grupo de Astronomia para continuar as medições de *seeing* de forma autónoma (com apoio científico de Marek Demianski e equipamento próprio) e ainda a opinião de que “não podem ser só os alemães ou os continentais a tomarem conta de tudo. O observatório deve ser internacional e a UMA deve ter a sua quota parte de participação [...] Congelar o envio de dados e informações para a Alemanha até que a situação seja esclarecida” (Ata..., 11 dez. 1996). Também se propunha divulgar a astronomia nas escolas para aumentar o número de alunos de física.

A questão ficou arrumada quando, numa entrevista ao *DN*, publicada no dia 17 de dezembro de 1996, o ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, afirmou que a construção do observatório na Madeira era, para já, inviável, mesmo não estando em causa as condições oferecidas pela Madeira (tão boas como as das Canárias), mas sim o “interesse da comunidade astronómica internacional” (ROCHA, 1996, 6), não parecendo ser o momento certo para avançar com o observatório. Após uma sondagem por 17 instituições e organismos governamentais na Europa, EUA e países do hemisfério sul, as respostas obtidas (da parte de alguns deles) em relação a uma eventual utilização do observatório foram todas negativas (por estarem em contenção e indisponíveis para dispensar pessoal para a Madeira, não conseguindo sequer assegurar estruturas semelhantes nos respetivos países), aparentando não ser (ainda) necessário um observatório na Madeira. Esta conclusão estava em nítido contraste com o otimismo do Prof. Schmidt-Kaller um ano antes, quando disse que “a comunidade científica internacional provavelmente disputará a possibilidade de utilizar um telescópio na Madeira” (*Id.*, 1995, 7). O ministro disse ainda aguardar resposta das instituições em falta antes de tomar

uma decisão final (prevista para março de 1997). Acrescentou que “a qualificação científica da Madeira como novo local apropriado para observações deve prosseguir até ao fim, para se obterem dados totalmente conclusivos” (*Id.*, 1996, 6). Para o ministro não era provável que a situação de desinteresse internacional mudasse até 2006. É curioso que já em junho de 1994 o Prof. Ferraz-Mello (IAU e Observatório de São Paulo) tinha proposto oito anos de medições na Madeira para a demonstrar como um bom local.

No final de 1997, a UB exigiu o envio de todo o equipamento que era sua pertença. Na sequência de tudo isto, a Madeira nunca conseguiu entrar na *site list* para o Extremely Large Telescope do ESPAS, mantendo-se, até abril de 1997, como “site not yet investigated [local ainda não explorado]”. A não continuidade do projeto Madeira tornou-se evidente em 2000, quando já não aparece a Prof.^a Teresa Lago na lista de membros da ESPAS. Nesse mesmo ano, a Madeira também já não é mencionada como estando associada ao projeto HexaPod da UB. Com os seus próprios percalços, este só foi instalado no Chile (Cerro Armazones) em 2006. Como testemunha das intenções da altura, cinco das salas da UMA mantiveram as siglas IAF (Instituto de Astronomia do Funchal), nomeadamente a sala do senado.

A prevista instalação do observatório astronómico na encumeada Alta incluía a construção de uma estrada de acesso, desde a achada do Teixeira. Este ponto terá também colidido de forma crítica com os interesses ambientalistas de boa parte dos atores em todo o processo. Quanto a resultados, só foram observados cinco meses, de 1 de abril a 31 de agosto de 1996, de forma contínua (106 saídas): 57 % das noites foram limpas no pico Ruivo de Santana, 50 % na encumeada Alta e apenas 39 % no pico Ruivo do Paul. Sem apresentar dados concretos, a UB mencionou maus valores de *seeing*, atribuindo-os à instabilidade da montagem, devido ao vento, dizendo não ter feito uma análise quantitativa como deveria ser por terem faltado os apoios.



Fig. 7 – a) os oito locais estudados, em três zonas (A, B e C) (ANDRADE, 2009, 36).



Fig. 7 (cont.) – b) fotografias dos oito locais (em todos, a vista é para norte). Da esq. para a dir. e de cima para baixo (rodado), incluindo altitudes: A1 – Juncal (1796 m); A2 – achada Grande (1580 m); B1 – achada do Teixeira (1590 m); B2 – encumeada Alta (1784 m); B3 – pico Ruivo de Santana (1862 m); C1 – Loiral (1403 m); C2 – pico Ruivo do Paul (1640 m); C3 – Bica da Cana (1620 m) (ANDRADE, 2009, 36-42).

A astronomia na Madeira no virar do século (1998-2013)

O terceiro estudo na história da Ilha acerca das condições do céu noturno e do *seeing* foi feito

de 1 de fevereiro de 2008 a 5 de março de 2009 (58 semanas, ao longo de 13 meses completos). Desta vez, oito locais tiveram uma visita semanal (zona A), quinzenal (zonas B e C) ou mensal (B2 e B3) (figs. 7 a, b). Ilídio Andrade,

então aluno do curso de Astronomia, e Pedro Augusto foram os observadores. Foi um projeto de “elevado esforço físico e intelectual em que *nunca* se voltou para trás” (ANDRADE, 2009, 14): as deslocações eram feitas em automóvel e a pé, com o total de cerca de 80 itens (50 kg) de equipamento repartido pelos dois observadores.

Os estudos de campo, de facto, começaram no dia 13 de novembro de 2006, com a simulação diurna dos primeiros percursos combinados (de automóvel e a pé). Durante mais de um ano, prepararam-se as visitas formais, medindo o horizonte em todos os locais, construindo a base elevatória, decidindo a estratégia para o transporte do material (tendo-se inventado um saco/mochila especial para o efeito, com 354 l de capacidade) e definindo o *setup* mais adequado para que as observações tivessem sucesso (fig. 8), para além de estimar o seu tempo total (cerca de 70 min). A preparação de cada saída começava dois dias antes, com o carregamento de todas as pilhas e baterias e, já no próprio dia, com a colimação e o

alinhamento do telescópio e a verificação das previsões meteorológicas (modelos) no *site* do Instituto de Meteorologia.

O método utilizado para as medições de *seeing* foi o de Walker (exposição com um detetor eletrónico CCD de trilhos da Estrela Polar – fig. 9), mas para se conseguir visitar, numa mesma noite, vários locais, inventou-se uma plataforma especial para o telescópio (figs. 10 e 11): leve, sólida, rígida (não oscilando para ventos inferiores a 50 km/h) e flexível (várias latitudes/inclinações). Para além da medição do *seeing*, registava-se também a temperatura e humidade relativas do ar, a velocidade e direção (qualitativas) do vento e recolhia-se ainda informações qualitativas sobre a cobertura de nuvens. Foi também medido o brilho do céu noturno (direções zénite; a 45° de elevação para o norte, sul, este e oeste – fig. 12), a partir de 4 de abril de 2008.

Os resultados destas observações, feitas até 26 de setembro (seis meses), só são em bom número para o Juncal (A1) e a achada Grande (A2): valor típico de 21,0 mag/arcseg² para o

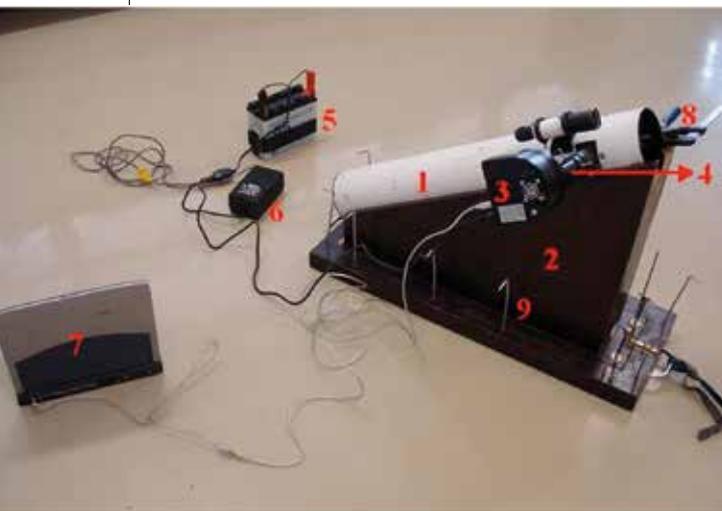


Fig. 8 – *Setup* para as medições do *seeing*: 1 – telescópio Mizar; 2 – base elevatória; 3 – CCD; 4 – Barlow 3X com filtro Johnson B (azul); 5 – bateria de 12 V/20 Ah (7 kg); 6 – adaptador para isqueiro de automóvel; 7 – PC portátil; 8 – grampo universal para segurar telescópio à montagem (funcionando como contrapeso a todo o equipamento colocado no lado oposto); 9 – ferros para prender a base ao solo (com a ajuda de areia, que se coloca por baixo da base). Utiliza-se uma ocular de 25 mm para focar o telescópio antes de colocar a CCD (em 3), uma bússola para o apontar para norte (Estrela Polar) e um nível de bolha para garantir que a base fica horizontal (ANDRADE, 2009, 67).

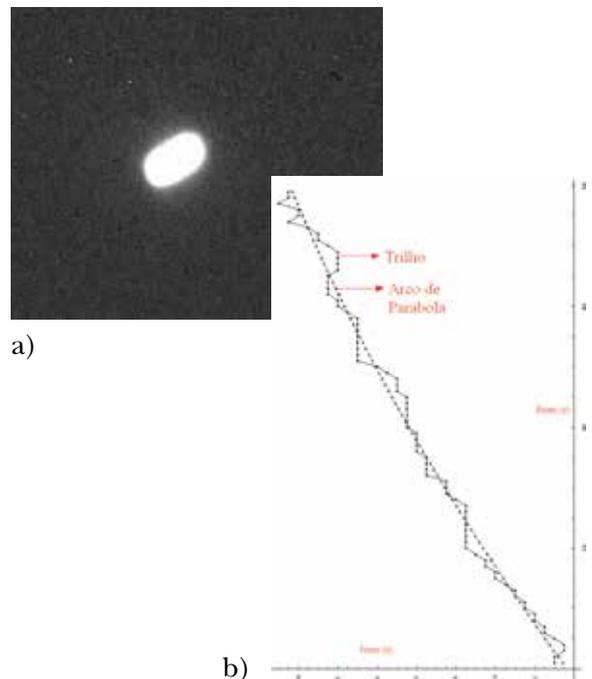


Fig. 9 – Exposição de 5 min de um trilho da Estrela Polar. Há saturação, já que cada *pixel* é exposto durante 4 s. Correspondem a: a) imagem obtida pela CCD; b) percurso da Estrela Polar em relação à parábola teórica: é a partir da diferença que se calcula o valor do *seeing* (ANDRADE, 2009, 66 e 98).

zênite, Norte e Oeste, ficando as outras duas direções 0,5 magnitude mais brilhantes (devido à zona litoral Funchal – Santa Cruz – Machico). Isto significa que a Madeira tem algo a melhorar para se classificar, pelo menos, com “bom” no que respeita ao brilho do céu noturno (21,5 mag/arcseg²).

No período de 1 de fevereiro de 2008 a 5 de março de 2009, as noites boas (fotométricas + espectroscópicas) foram, em percentagem, as seguintes, para cada local: Juncal (41 % + 4 %), achada Grande (27 % + 7 %), achada do Teixeira (27 % + 0 %), encumeada Alta (39 % + 0 %), pico Ruivo de Santana (35 % + 0 %), Loiral (29 % + 0 %), pico Ruivo do Paul (32 % + 0 %) e Bica da Cana (25 % + 0 %). Há, assim, uma clara diferença entre os locais, sendo os mais baixos os piores (~1600 m; incluindo o “candidato dos anos 90”, o pico Ruivo do Paul), com valores de 25-34 %. Mas só um dos mais altos (~1800 m) se destaca, o Juncal. De facto, quer o pico Ruivo de Santana, quer a consagrada encumeada Alta, têm valores algo baixos. Quanto ao vento, este só



Fig. 10 – Telescópio Mizar Tal-1 da UMA, refletor newtoniano com 11 cm de diâmetro, utilizado nas medições.



Fig. 11 – a) base elevatória vista de lado; note-se os dois parafusos que controlam o ângulo de inclinação (até 2,5°); b) pormenor da cama almofadada da base elevatória, onde o telescópio Mizar assenta perfeitamente (ANDRADE, 2009, 53 e 57).



Fig. 12 – Base, construída por Andrade e Augusto, de apoio ao medidor do brilho do céu, conferindo-lhe 45° de inclinação (no caso da fig.). Também pode ser colocado em posição vertical, encostando-o ao plano inclinado, na sua face mais próxima – medição do Zênite (ANDRADE, 2009, 186).

teve a direção estimada de 4 de julho de 2008 a 5 de março de 2009 (8 meses). Como esperado, o vento de norte domina em todos os locais (num mínimo de dois terços das vezes, o vento sopra de N, NW ou NE). Finalmente, o *seeing* foi medido durante os 13 meses. Dos 36 trilhos obtidos, 26 (72 %) foram-no em condições fotométricas. Os resultados só são estatisticamente significativos para os seguintes três locais (medianas com erros): Juncal (2,2" ± 1,6"), achada Grande (2,0" ± 1,8") e achada do Teixeira (1,9" ± 1,4"). Estes valores são equivalentes a cerca de 1" num telescópio de 2 m de diâmetro. Acresce que até 3 m de altura do solo pode haver efeitos perturbadores da atmosfera (*seeing* local), pelo que estes valores têm de ser considerados conservativos, possivelmente pecando por excesso.

As ondas rádio, como a luz visível, fazem parte do espectro eletromagnético, mas são invisíveis ao olho humano, tendo comprimentos de onda da ordem dos centímetros aos metros. São detetáveis com equipamento específico, acoplados a radiotelescópios, cuja forma típica é uma antena parabólica. Devido aos longos comprimentos de onda, a resolução dos radiotelescópios é baixíssima, razão por que se desenvolveu a técnica da interferometria, em que vários, em conjunto, observam o mesmo objeto no céu, com resolução equivalente à de uma parabólica com o diâmetro da distância máxima entre os elementos. Contudo, o poder coletor continua a ser

proporcional apenas à soma das áreas das parabólicas utilizadas.

A Very Long Baseline Interferometry (VLBI) utiliza radiotelescópios espalhados pelo planeta, conseguindo resoluções 50 vezes melhores do que a do HST, que está no espaço. Em particular, a European VLBI Network (EVN) centra muitas antenas na Europa, mas combina-as com outras na África, Ásia e até na América (Porto Rico). Um radiotelescópio na ilha da Madeira seria uma grande oportunidade para aumentar a qualidade destas observações, ao permitir reduzir a falha do meio-Atlântico, que está presente em observações com o VLBI (fig. 13). Os radiotelescópios, por serem tão sensíveis, devem ser colocados em locais remotos, longe de interferência, idealmente em vales em altitude, não muito cavados (horizontes amplos, sem obstáculos visuais de altura superior a 0° a toda a volta) e pouco expostos a ventos fortes (velocidades médias inferiores a 50 km/h ou a 70 km/h, no caso de rajadas).

Na ilha da Madeira, após uma seleção inicial de sete locais feita por peritos em 1999 (Roy Booth, Richard Davis, Gavril Grueff), entre 2003 e 2007 foi estudada no terreno a meteorologia, a interferência rádio e o perfil de



Fig. 13 – O EVN tem o grosso das suas 18 antenas na Eurásia. A mais ocidental destas está em Madrid (Ro). Para se chegar à seguinte, para oeste, tem de se atravessar o Atlântico, até Porto Rico (Ar). Existe uma antena no hemisfério sul, na África do Sul (Hh). Seria muito útil colocar uma antena na Madeira (Ma) para reduzir a falha do meio-Atlântico (AUGUSTO, 2011, 16).

horizonte de três locais candidatos: nenhum ultrapassou 36 km/h em rajadas de vento; todos com bons horizontes; dois (no concelho do Porto Moniz, a 1200 m de altitude) não têm interferência rádio relevante (20 vezes melhores que as recomendações mínimas da IAU para um rádio-observatório), revelando-se com excelente potencial para a instalação de uma antena VLBI. Uma grande vantagem da Madeira, *e.g.*, em relação aos Açores, é ser sismicamente estável, vulcanicamente inativa e virtualmente imune a furacões. Mesmo sem radiotelescópio, em 1999, durante a tempestade de meteoros das Leonidas, fizeram-se observações no rádio na Madeira (utilizando antenas de automóveis).

A UMa, fundada em 1988, abriu vagas para as estreantes licenciaturas em Física – ramo de Ensino e Física – ramo de Investigação logo no ano letivo de 1990-1991, mas só em 1992-1993 o corpo docente foi reforçado com quatro professores estrangeiros, passando então a ser oferecida aos alunos do ramo ensino a cadeira de Introdução à Astronomia. Mas houve outras cadeiras de Física com componentes astronómicas (estudo e construção de pequenos telescópios, buracos negros e estrelas de neutrões), tendo a Prof.^a Teresa Lago, em 1994, apresentado um seminário sobre estrelas na UMa.

Houve várias consequências colaterais da presença do projeto STORM na Madeira em 1996. A apresentação de um póster no VI Encontro Nacional de Astronomia e Astrofísica (ENAA), que até conseguiu o título de melhor póster, mostrou a Madeira ativa em astronomia. Levaram-se alunos do 8.º ano de Físico-Química a uma sessão de observação no pico Ruivo, incluindo pernoita. Fizeram-se várias observações do cometa Hale-Bopp no início de 1997 (pico Ruivo de Santana). Digna de menção é ainda a colaboração na divulgação da astronomia, participando ativamente no programa Astronomia no Verão do Ciência Viva.

A astronomia solidificou-se de vez na Madeira no início de 1998, após a contratação do primeiro doutor na área pela UMa (Pedro

Augusto). Este iniciou o trabalho com pedidos de financiamento interno (UMa) e externo (FCT), que tiveram sucesso: telescópio de 30 cm de diâmetro e detetores CCD adquiridos em 1999, observatório astronómico, estudo para um radiotelescópio e projeto científico em galáxias ativas com equipa hispano-helena-britânica nos anos imediatos (2000 a 2004).

Com a contratação de um assistente (Laurindo Sobrinho) e a permanência na UMa de vários bolsiros, em junho de 2000 foi formalmente criado o Grupo de Astronomia (GAUMa) o Departamento de Matemática da UMa. Este teve a particularidade de abrir as suas portas a interessados em astronomia em geral (*e.g.*, professores dos ensinos básico e secundário), inclusive a astrónomos amadores. O repto não foi acolhido por alguns destes, que formaram, em 2001, o Núcleo Regional da Associação Portuguesa de Astrónomos Amadores (APAA). No entanto, as relações entre o GAUMa e a (mais tarde) Associação de Astrónomos Amadores da Madeira (AAAM) foram sempre sãs. Logo a começar, a 8 de setembro de 2001, houve uma colaboração conjunta entre o GAUMa, a AAAM e uma equipa internacional liderada por dois astrónomos profissionais (W. Hubbard e R. Hill, do Lunar & Planetary Laboratory, da University of Arizona) para a observação de uma ocultação de uma estrela pelo satélite Titânia de Urano (saiu em 2009 uma publicação com 153 autores, 4 dos quais associados à Madeira – 3 amadores e 1 profissional).

Em setembro de 2000, chega uma tonelada e meia de livros e revistas do Reino Unido, que constituiu a base da Biblioteca de Astronomia e Astrofísica da UMa, tendo por doador principal o Prof. Emérito Rod Davies (Jodrell Bank Observatory); nos começos do séc. XXI, a Biblioteca tinha mais de 6000 volumes, quase todos em inglês, incluindo os primeiros volumes de várias revistas (*e.g.*, *Monthly Notices of the Royal Astronomical Society*), o que fazia dela uma das mais importantes bibliotecas de astronomia do país (fig. 14).



Fig. 14 – A maior parte da coleção de astronomia da UMa foi instalada, em 2000, na sala de documentação do Centro de Competência de Ciências Exatas e da Engenharia (arquivo particular).

Foi, assim, entre todo este frenético ambiente que, em 26 e 27 de julho de 2001, se realizou, na UMa, o XI ENAA, tendo sido na sua sessão de abertura publicamente autorizada a instalação do Observatório Astronómico na encumeada Alta pelo presidente do Governo regional da Região Autónoma da Madeira (RAM), com as palavras: “a região não é rica e tem poucos recursos [...], tem de procurar novas estratégias de desenvolvimento” (FREITAS, *DN*, 27 jul. 2001, 9). Ainda na sequência do XI ENAA, em outubro de 2001, escrevia-se no *DN* que até os Açores já tinham um observatório, sendo que a Madeira tem céus com melhor qualidade, criticando-se também o Governo regional da Madeira por relegar o local para fora da encumeada Alta (que foi o que, de facto, aconteceu, tendo sido proposta a achada do Teixeira).

Ao XI ENAA veio a grande maioria dos astrónomos profissionais do país, especialmente graças aos apoios conseguidos para suportar integralmente o custo das viagens e a estadia de todos os participantes (fig. 15). O XI ENAA foi, também, um excelente pretexto para lançar as, desde então, anuais semanas da astronomia: durante uma semana, faz-se o encontro com o público com sessões de observação diurnas e noturnas, palestras, exposições, filmes e outras atividades (abertos ao público em geral e/ou estudantes). Durante muitos anos, a semana de astronomia encerrou com uma AstroFesta durante toda a noite na achada do Teixeira (fig. 16). A fama das semanas da astronomia já



Fig. 15 – Grupo de participantes no XI ENAA no exterior do edifício da UMa – Penteadá (arquivo particular).



Fig. 16 – Primeira AstroFesta na história da Madeira, realizada a 19 e 20 de julho de 2002 (arquivo particular).

extravasou Portugal, especialmente após a publicação de um artigo em revista internacional sobre as mesmas.

No ano letivo de 2001/2002, com o acordo de seis unidades da UMa e tendo por mentor Pedro Augusto, iniciou-se nesta universidade a Licenciatura em Engenharia de Instrumentação e Eletrónica – Ramo de Astronomia, tendo sido, inclusivamente, amplamente divulgada pelo *DN*, de janeiro a julho de 2002, em separatas mensais sobre a UMa. Estas incluíram uma breve descrição da investigação em astronomia na UMa, numa altura em que o GAUMa tinha sete elementos remunerados. Pretendia-se criar um Centro de Astronomia de razoável dimensão. Os projetos do GAUMa, de instalação de um observatório na achada do Teixeira destinada a alunos e ao público em geral, o curso inédito na UMa e o projeto do radiotelescópio foram também

publicitados em 2002, num artigo de fundo do referido jornal.

Em março de 2004, o texto “Observatório por um Canudo” (PASSOS, *DN*, 30 mar. 2004, 7) fez manchete na imprensa madeirense, pois aquele ainda aguardava armazenado a sua instalação na achada do Teixeira, desde abril de 2001, faltando apenas 2500 €, “que a Universidade disse não ter” e que “em 2002 a Câmara de Santana [...] afirmou resolver em 15 dias. [...] Potencial de observação desaproveitado [e] perda de um pólo de desenvolvimento científico” (*Id.*, *Ibid.*). De facto, uns meses antes, um projeto de investigação financiado pela FCT, que incluía cientistas ucranianos, foi cancelado devido à inexistência do observatório. Dois meses depois, uma base de betão e uma vedação foram finalmente colocadas pela Câmara de Santana na achada do Teixeira e o observatório astronómico efetivamente montado pela UMa a 14 de outubro de 2004. Contudo, a cúpula foi destruída cinco dias depois de ter sido montada, devido à força do vento (160 km/h). Felizmente, tinha sido feito um seguro, mas o novo observatório volta a aguardar, agora desde julho de 2006, nova instalação na achada do Teixeira.

Foi também a partir de 2006 que o GAUMa se colocou à disposição do público de expressão portuguesa do mundo inteiro, criando a secção “Pergunte ao Astrónomo” na sua página da Internet. Em abril de 2014, esta secção comportava quase 200 respostas a milhares de perguntas comuns que têm sido feitas ao GAUMa.

Em junho de 2007, foi inaugurado o Laboratório de Astronomia e Instrumentação (LAI) da UMa, que se destina a armazenar equipamento e a ser utilizado para apoio às atividades do GAUMa, bem como a aulas de astronomia em vários cursos da UMa. Entre os visitantes ilustres que o LAI já teve, destacam-se a Prof.^a Teresa Lago, em 2007, e o casal Prof. Rod e Sr.^a Beth Davies, em 2008.

Para a promoção de discussões científicas internas no GAUMa, de outubro de 2006 a abril de 2012, realizaram-se 28 Sextas

Astronómicas, as quais começavam sempre por um tema quente discutido ao jantar, prosseguindo-se a noite, conforme o estado do tempo, ou com observações com os telescópios/equipamento do GAUMa (com o objetivo de o utilizar de novas formas – fig. 17), ou com trabalho no LAI, usualmente para aprofundamento do tema científico em pesquisas bibliográficas e *online*, ou para estudo/melhoria de equipamento. Começaram por ter uma frequência mensal (última sexta-feira de cada mês), mas nem sempre se conseguia o quórum de três pessoas. O Ano Internacional da Astronomia 2009 na RAM implicou uma paragem das “Sextas Astronómicas” desde meados de 2008 até ao início de 2010, sendo que, após uma média bimestral em 2010 e 2011, desde novembro de 2013 só se realizaram mais dois eventos destes (separadas por um mês, em março e abril de 2012).

Em 2011, doutorou-se Laurindo Sobrinho na especialidade de Física Matemática, com uma tese sobre buracos negros. Desta forma, assegurou-se a continuidade de pelo menos um doutorado profissional da área da Astronomia na Madeira (UMa), em permanência desde 1998.

Astronomia amadora

Tradicionalmente, os amadores de astronomia dedicam-se à observação dos objetos celestes mais brilhantes a olho nu (planetas, nebulosas, cometas e estrelas brilhantes), mesmo que recorrendo a binóculos e telescópios. Estes tornaram-se acessíveis aos amadores da RAM a partir dos anos 60 do séc. xx. Por esta altura, na comunicação social madeirense abundavam fotos de objetos astronómicos captadas pelos grandes observatórios mundiais de então, e os amadores da RAM começaram também a dedicar-se à fotografia, acoplando máquinas fotográficas aos seus telescópios. Como os comerciais eram caros, por serem construídos de forma quase artesanal, restava-lhes penosamente construir o próprio telescópio, muitas vezes recorrendo aos vidros das vigias dos

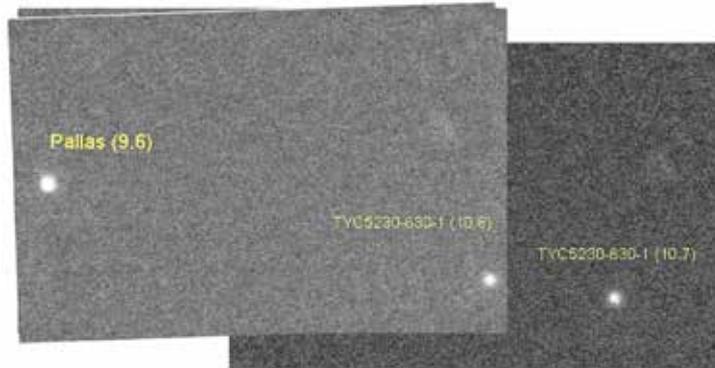


Fig. 17 – A 27 de outubro de 2007, o asteroide Pallas foi identificado de forma inequívoca em imagens em bruto com a CCD e o telescópio Meade do GAUMa. As magnitudes astronómicas de Pallas e de duas estrelas de referência são indicadas entre parêntesis (arquivo particular).

navios. Abrasivos, pez, óxido de ferro em pó e placas de cera de abelhas eram utilizados no seu polimento e o espelhamento era feito com nitrato de prata. O processo completo poderia levar muitos meses.

Houve três pioneiros madeirenses na construção de telescópios:

- i) Rui Aguilar Antunes, em conjunto com seu tio, Raul Camacho (1962 a 1966). Tendo sido pioneiro na RAM, Rui Aguilar prosseguiu nesta atividade durante muito tempo, e nos começos do séc. XXI tinha cerca de 10 telescópios no seu portfólio (*e.g.*, um refletor newtoniano de 31 cm de diâmetro – fig. 18);
- ii) Toríbio Câmara construiu um telescópio refletor newtoniano de 20 cm de diâmetro no início da déc. de 70;
- iii) De 1965 a 1971, Luís Vasconcelos Gomes Barreto construiu oito telescópios (fig. 19), um deles de tipo Cassegrain, um feito complexo, pois o espelho secundário tem uma superfície hiperbólica. Em janeiro de 1971, o *JM* publicou uma entrevista com este astrónomo, incluindo uma foto sua da Lua na primeira página. Na altura, dedicava-se também à venda de telescópios por ele construídos a entusiastas madeirenses para “observações [pois que] para a construção de telescópios exige-se paciência e perseverança”. Mencionou, ainda, pretender fundar uma associação de amadores (de notar que a APAA só foi



Fig. 18 – Primeiro telescópio construído na Madeira (1962-1966) por Rui Aguilar e Raul Camacho (fotografia de Rui Aguilar).

fundada em 1976) e que “acharia oportuna a construção de um observatório público” apesar do “ceticismo do público madeirense em geral [perante a astronomia]” (ABREU, *JM*, 31 jan. 1971, 5).

Em 1996, iniciou-se em Portugal o programa Astronomia no Verão, promovido em todo



Fig. 19 – Terceiro telescópio construído por Luís Barreto, nos anos 70 do séc. XX (com o próprio ao lado) (fotografia cedida por Luís Barreto).

o país pelo Ciência Viva, uma iniciativa de divulgação da ciência do Ministério da Ciência e do Ensino Superior. O programa iniciou-se na Madeira e em Porto Santo pela mão de Máximo Ferreira, responsável pelo Museu de Ciência da UL. De facto, foram oferecidos, por este museu, telescópios Mizar, como o que a UMA possui (fig. 10), a escolas da Madeira (e à UMA) com o objetivo principal de dinamizar a Astronomia no Verão, mas também apoiar outras atividades durante o ano. Fernanda Freitas, professora de físico-química e uma entusiasta pela astronomia, foi, em 1996-1997, orientadora de estagiárias do curso de Ensino de Físico-Química da UMA, tendo chegado a pertencer ao respetivo Departamento de Química. Foi a ela que coube acolher o Mizar na Universidade (trazido por Máximo Ferreira em abril de 1997) e dinamizar a Astronomia no Verão na Madeira, logo a partir desse ano, com a ajuda de alguns elementos do STORM. No Porto Santo, ficou responsável Maria José Vital, da respetiva Escola Básica e Secundária, de 1998 a 2000, após uma primeira visita de Máximo Ferreira (com apoio de elementos do STORM). A partir de 2001, a organização da Astronomia no Verão em toda a RAM passou para as mãos da AAAM.

A progressiva facilidade de aquisição e acessibilidade económica de telescópios de grande qualidade (*e.g.*, Celestron e Meade) fizeram desmoronar o interesse mundial pela construção destes aparelhos (Madeira incluída), mas não o interesse pela astronomia amadora na RAM. De facto, em 2001 é fundado o Núcleo Regional da APAA, destinando-se à divulgação da astronomia nas escolas e junto do público da RAM em geral. E apenas dois anos mais tarde este transforma-se na AAAM, com primeira assembleia geral realizada a 22 de fevereiro de 2003, “tendo em vista dar um maior impulso à astronomia, em parceria com instituições similares” (GÓIS, *Revista Mais*, 2 mar. 2003, 15).

Em 2006, foi inaugurada uma sede da AAAM no Madeira Magic (Funchal), aí tendo funcionado durante uns anos. A partir de 2009, aproveitando o Ano Internacional da Astronomia,

as atividades da AAAM e do GAUMa começaram a ser quase sempre comuns. A Semana da Astronomia, e.g., já é partilhada desde então e a colaboração é constante ao longo do ano, para atividades de divulgação.

Bibliog.: manuscrita: Conservatória do Registo Civil de Santana, Assento de óbito n.º 37, mc. 3, registo no “Diário” sob o n.º 3024, 11.30 h, 12 maio 1975, declarante João Carlos Pereira Ferreira de Andrade, conservador António David Mendes de Sousa e Freitas; **impresa:** ABREU, A., “Sob o signo dos astros... Os ‘amadores’ da astronomia constroem ‘galáxias’ de ambição! Cada vez mais longe é o lema ditado pelos vidros dos telescópios – Uma entrevista com Luís de Vasconcelos Barreto”, *Jornal da Madeira*, 31 jan. 1971, p. 5; ANDRADE, I. G., *Medições do Seeing em Oito Locais da Ilha da Madeira e Seu Estudo Comparativo*, Relatório de projeto da Licenciatura em Engenharia de Instrumentação e Eletrónica (ramo de Astronomia) apresentado à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2009; Ata da reunião de Laurindo Sobrinho (STORM) com a responsável pela Astronomia na Univ. da Madeira (Hanna Nencka), assinada por todos os 15 elementos do grupo STORM, 11 dez. 1996; AUGUSTO, P., “Procura de um local para um rádio telescópio na ilha da Madeira”, *Gazeta de Física*, vol. 34, 2011, pp. 14-18; BRÜCK, H. A., “Royal Observatory, Edinburgh”, *Quarterly Journal of the Royal Astronomical Society*, vol. 15, 1974, pp. 38-49; CILLEULS, J. des., “Les grands voyages de Jean Mocquet, apothicaire du ‘Cabinet des Singularitez’ de Louis XIII aux Tuileries”, *Revue d’Histoire de la Pharmacie*, vol. 49, n.º 168, 1961, pp. 10-17; COULMAN, C. E., “Fundamental and applied aspects of astronomical ‘seeing’”, *Annual Review of Astronomy and Astrophysics*, vol. 23, 1985, pp. 19-57; *Diário de Notícias*, Funchal, 9 maio 1975; DISNEY, M. J., “New techniques and telescopes in optical astronomy”, *The Observatory*, vol. 101, 1981, pp. 133-142; FERREIRA, M., *Para a História da Astronomia em Portugal*, Lisboa, CTT – Correios de Portugal, 2002; FREITAS, S., “Observatório regional recebe ‘luz verde’”, *Diário de Notícias*, Funchal, 27 jul. 2001, p. 9; GÓIS, F., “As estrelas variáveis”, *Revista Mais* (sup. do *Diário de Notícias*, Funchal), 2 mar. 2003, p. 15; GREEN, N. E., “Observations of Mars made at Madeira, august and september 1877”, *Monthly Notices of the Royal Astronomical Society*, vol. 38, 1877, pp. 38-42; *Id.*, “Observations of Mars, at Madeira, in august and september 1877”, *Memoirs of the Royal Astronomical Society*, vol. 44, 1879, pp. 123-140; HARLAN, E. A., e WALKER, M. F., “A star-trail telescope for astronomical site-testing”, *Publications of the Astronomical Society of the Pacific*, vol. 77, 1965, pp. 246-252; *Histoire de L’Académie Royale des Sciences – Année MDCCLXXII. Seconde Partie. Avec les Mémoires de Mathématique & de Physique, pour la Même Année, Tirés des Registres de Cette Académie*, Paris, Imprimerie Royale, 1776; HUNTER, A., “Whatever happened to british optical astronomy?”, *Journal of the British Astronomical Association*, vol. 86, 1976, pp. 192-202; *Jornal da Madeira*, 9 maio 1975; LAVAL, A. F., *Voyage de la Louisiane Fait par Ordre du Roy en l’Année Mil Sept Cent Vingt [...]*, Paris, J. Mariette, 1728; MARTÍN, E. L., *Historia del Departamento de Astrofísica de la Universidad de La Laguna*, San Cristóbal de La Laguna, Instituto de Astrofísica de Canarias, 2009; MCINNES, B., “Site testing on Havai, Madeira and the Canary islands”, *Quarterly Journal of the Royal Astronomical Society*, vol. 22, 1981, pp. 266-271; *Id.*, “Astronomy from mountains”, *The Alpine Journal*, 1984, pp. 173-178; MCKIM, R., “Mars at its nearest: E.A.L. Attkins on Madeira, 1924”, *Journal of the British Astronomical Association*, vol. 113, 2003, pp. 196-200; NEPOMUCENO, R., *Uma Perspectiva da História da Madeira*, Funchal, s.n., 2003; PASSOS, E., “Observatório por um canudo”, *Diário de Notícias*, Funchal, 30 mar. 2004, pp. 1 e 7; ROCHA, L., “Observatório astronómico deve ficar no Paul da Serra”, *Diário de Notícias*, Funchal, 7 dez. 1995, p. 7; *Id.*, “Observatório astronómico sem viabilidade na Madeira”, *Diário de Notícias*, Funchal, 17 dez. 1996, p. 6; SARAIVA, J. H., *História de Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1993; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978; SMITH, F. G., “Meeting of the Royal Astronomical Society – Friday 1976 may 9”, *The Observatory*, vol. 95, 1975, pp. 161-168; SMYTH, C. Piazza, *Madeira Spectroscopic: Being A Revision of 21 Places in the Red Half of the Solar Visible Spectrum [...]*, Edinburgh, W. & A. K. Johnston, 1882; VANSCHIEDT, R., Fax do autor (Univ. de Bochum) para o grupo STORM, 15 jul. 1996; WEST, R. M. (ed.), “The ESO-Portugal cooperation”, *The ESO Messenger*, n.º 72, jun. 1993, p. 8; **digital:** SARAZIN, M. (ed.), “ESO search for potential astronomical sites

(ESPAS) – Minutes of the Working Group Spring Meeting”, *European Southern Observatory*, 8 maio 1996, pp. 1-14: https://www.eso.org/gen-fac/pubs/astclim/espas/espas_minutes.ps (acedido a 17 fev. 2015).

JOSÉ LAURINDO DE GÓIS NÓBREGA SOBRINHO
PEDRO AUGUSTO

Ataide, Berta de (pseud.)

Maria Helena Jervis de Atouguia e Almeida nasceu no Funchal, a 16 de setembro de 1847. Ficou órfã de pai aos nove anos, indo morar para a freguesia do Monte. Emigrou para o Brasil, onde conheceu Emília Roque, regressando à Madeira só 30 anos depois, nunca esquecendo, porém, o nome da sua terra, de que guardava deliciosas recordações. No seu regresso à Ilha, intitulou a sua primeira composição saudosista de *Num Dia Chuvoso*.

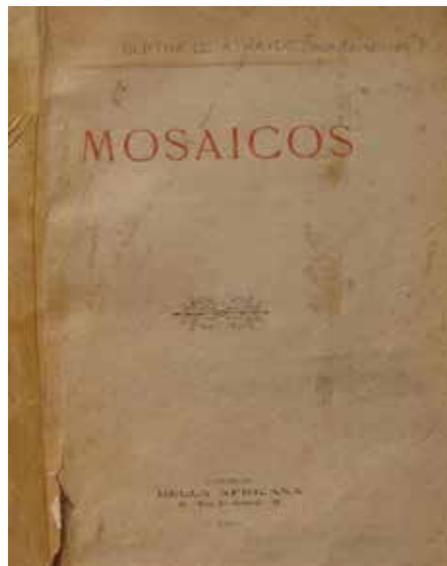
Pertenceu a uma antiga e distinta família madeirense. Filha de Jacinto Alísio Jervis de Atouguia e de Maria Macedo Jervis de Atouguia, teve uma educação primorosa e casou com Cristóvão Guilherme de Almeida, filho de Rodrigo Guilherme de Almeida e de D. Francisca Emília Pereira. Consta ter falecido em Lisboa, em 1939. Todavia, Marino, na sua obra *Musa Insular*, aponta 1928 como o ano da sua morte e Barata, no *Catálogo Biográfico, Geneológico e Heráldico...*, referencia a data de 16 de setembro de 1886 para o seu nascimento e 11 de setembro de 1939 para a sua morte.

Além da sede de escrita, dedicou-se à caridade, à educação e ao tratamento das vítimas de tuberculose. Com forte vontade benemérita, impulsionou a criação de uma associação de socorros mútuos não governamental para o sexo feminino, na Madeira, que teve, logo na sua origem, em 1876, efeitos positivos na educação escolar das crianças. Considerou, inicialmente, constituir uma sede para a fase de auxílio puro, mas logo lhe ocorreu a ideia de avançar para a possibilidade de instaurar o ensino profissional das protegidas e mesmo da sua prole, garantindo que as mães de crianças e jovens do sexo feminino fossem obrigadas a mandar à escola primária as filhas ou menores de seis a nove anos que estivessem sob a sua tutela; e à escola profissional da associação, caso

tivessem 9 a 12 anos, sob pena de perderem, pelo espaço de dois meses, todos os direitos sociais por cada mês que deixassem de cumprir esses preceitos.

Em 1907, sob o pseudónimo Berta de Ataíde, publicou *Mosaicos*, um volume de 114 páginas que dedica a D. Guilhermina de Araújo. Trata-se de uma coleção de poemas, cuja 2.^a edição foi prefaciada pelo prestigiado escritor P.^o Sena Freitas, em Lisboa, a 15 de março de 1907. As ilustrações da obra são da autoria da condessa de Alto Ameirim, Emília Labourdonay Gonçalves Roque, com quem Maria Helena Jervis de Atouguia e Almeida partilhava uma relação de amizade e de interesses sociais profundos, tendo em comum ações sociais e comunitárias. Empenhada em causas justas e sociais, Maria Helena desempenhou funções de secretária da direção central da comissão administrativa do Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal (1847) e de vogal da Associação de Proteção e Instrução do Sexo Feminino Funchalense (1875). Em 1917, algumas das suas composições foram publicadas em *Poetisas Portuguesas*.

No prefácio de *Mosaicos*, escrito em tom confessional e intimista, revelando que Maria Helena só teria conhecimento do seu conteúdo após publicação, o P.^o Sena, seu enorme admirador e amigo, afirmou como só quem conhecesse a autora estivesse autorizado a fazer: “Eu sei quais os preciosos quilates do seu espírito distintíssimo, eu que sei o que entra de ouro do melhor contraste na textura desse seu coração, onde Deus plantou com duas fundas raízes dois sentimentos irreduzíveis, um de ódio e outro de amor, de ódio a tudo o que é baixo, torpe, eivado de malevolência, tarado de egoísmo e pelo contrario, de amor a tudo o que é elevado, nobre, ideal e humanitário, traduzindo-se pela compaixão, mas pela compaixão levada até à meiguice ansiedade dos corações das mães, eu sei perfeitamente qual o génesis e a razão de ser deste seu produto literário” (ATAÍDE, 1907, 10-11). Nas mesmas páginas, o P.^o Sena louva ainda o talento literário da escritora, cujas “estrofes delicadas” foram “segredadas pela musa”.



Mosaicos (1907), de Berta de Ataíde.

Em *Poetisas Portuguesas*, Cardoso não se inibe igualmente de rasgar elogios à autora: “As impressões que recebeu esta distinta Senhora, ao tornar a ver a aldeia onde passara parte dos primeiros anos de sua mocidade, exprime-as numa linguagem simples e comovente na sua poesia intitulada *Num dia chuvoso*. Apesar de D. Maria Helena Jervis de Athouguia haver enviuvado e contratemplos de varia natureza a terem afastado do convívio das Musas e dos estudos, que sempre foram o seu enlevo e a que com tanta meticulosidade e consciência se aplica, em 1909, apareceu a 2.^a edição do seu livro de versos, *Mosaicos*, prefaciado por Sena Freitas. O produto da venda desta obra que saiu sob o pseudónimo de *Bertha de Athaide*, destinava-se a socorrer tuberculosos pobres” (CARDOSO, 1917, 37-38). No mesmo comentário, anuncia que a 3.^a edição de *Mosaicos*, com poesias inéditas, sairia em breve.

Desconhecemos se haverá muita mais produção literária da autora, mas, pela simples, discreta e sensível feminilidade afinada pela arte literária, Berta de Ataíde revela uma escrita madura e sentida, que poderia ter contribuído muito mais para uma literatura insular no feminino, como atestam poemas como “A lágrima” (“Lá no mundo dos mundos/Cada estrela que nasce/Caminha e resplandece,/Deixa candente o sulco/No pranto magoado/D’um

provisor, utilizava a sua pena para, em correspondência trocada com a nunciatura, lamentar que a distância a que estava a corte desse lugar a tão graves irregularidades.

Procurando atalhar a elas e resolver o problema, o núncio D. Lorenzo Caleppi, cardeal e arcebispo de Nibisi, que tinha passado pelo Funchal em julho de 1808, ficando no paço episcopal, e o conde de Galveias, ministro interino da Guerra e do Ultramar, decidiram assumir a responsabilidade de designar vigário capitular D. António de São José de Castro, bispo do Porto e patriarca eleito, ainda que sem confirmação. Este optou, então, pela indignação de D. Fr. Joaquim de Ataíde, o que veio a acontecer por provisão de 16 de julho de 1811. Contudo, esta decisão não resolveu a questão; mais uma vez, parte do cabido recusou-se a aceitar a provisão, argumentando que tinha enviado ao príncipe regente um documento no qual sustentava a sua decisão de nomear dois vigários capitulares, para o que invocava os usos e costumes do bispado, acrescentando que, enquanto não recebesse resposta a essa sua exposição, nada faria para mudar a situação.

Inicia-se aqui um período conturbado, marcado por troca de correspondência entre diversas personalidades com interesses no assunto; por comportamentos desadequados por parte dos capitulares do Funchal, que, divididos nas suas fidelidades, não se inibiam de trocar impropérios e de assumir posturas pouco adequadas a quem ocupa lugares cimeiros na hierarquia da Igreja. De um lado, perfilavam-se o deão, o arcediogo e o tesoureiro, dispostos a obedecer ao patriarca; do outro, encontravam-se os restantes capitulares, determinados em continuar a autogovernar-se. A situação atinge um ponto de críspação tal que o provisor e arcediogo António Lopes Rocha mandou levantar auto de “desobediência, rebeldia, insulto e desacato”, o que lhe valeu que, do outro lado, o considerassem autor de um “cisma nesta Santa Igreja de uma revolução à francesa e perturbador do sossego eclesiástico e secular”, numa clara alusão às acusações que, em tempo de D. José da Costa Torres, tinham pendido sobre Lopes da

Rocha, que fora acusado de pertencer à maçonaria (AZEVEDO, 2015, 559).

Este alvoroço só começará a abrandar com a receção da carta do príncipe D. João, lida a 19 de abril de 1812, na qual o mesmo declarava com clareza ao cabido: “Não podeis mais continuar no uso da jurisdição eclesiástica como abusivamente tendes praticado; pois toda ela pertence ao bispo de Meliapor na qualidade de vigário capitular deputado pelo Metropolitano”; e, mais à frente, acrescentava: “fiz com que o mesmo bispo de Meliapor fosse nomeado Vigário Apostólico para essa Igreja do Funchal” (*Id., Ibid.*). Mesmo assim, o cabido ainda tentou defender a sua posição no Brasil, para onde enviou o Cón. Gregório Xavier Drumond e Vasconcelos.

Entretanto, a 12 de abril de 1812, D. Fr. Joaquim de Ataíde enviava de Lisboa uma pastoral em que apelava à concórdia, pedia respeito pelo cabido e fazia recomendações aos párocos. Pouco tempo depois, em nova pastoral, com data de 23 de abril de 1812, concitava à realização de um peditório, cujo produto reverteria a favor dos hospitais militares do reino, atividade que o vigário apostólico considerava patriótica e para a qual deu pessoalmente o exemplo, pedindo de porta em porta na freguesia da Sé, conforme noticia a *Gazeta de Lisboa* de 2 de agosto de 1813.

Depois de serenados os ânimos, e de resolvida a aceitação de D. Fr. Joaquim de Meneses pelo cabido, o bispo de Meliapor pôde embarcar para a Madeira, o que fez a 12 de agosto de 1812, aportando na Ilha a 16 do mesmo mês. As primeiras impressões foram-lhe muito agradáveis, o que explica que, logo a 27 de agosto, escrevesse ao núncio comunicando-lhe que o cabido estava calmo e que todos os seus membros tinham reatado relações. Uns dias mais tarde, a 13 de setembro, em missiva dirigida ao delegado apostólico, informava-o de ter sido muito bem recebido, agradecendo a Deus o ter dotado o povo da Madeira da capacidade de adorar, venerar e respeitar o prelado, ao contrário do que acontecia em outros pontos do país. Porém, em breve, a desilusão começava a aflorar, e, a 2 de outubro, já exprimia algumas dúvidas quanto à sua capacidade para

gerir os destinos da Diocese, quando, em carta que acompanhava um acórdão, admitia ter sido necessária uma intervenção mais dura no cabido, e dizia, em relação às fadigas do lugar, que “são maiores do que pensam e no estado em que vou vendo os negócios não sei se darei conta do recado” (*Id., Ibid.*, 564).

A par da vigilância que tinha de manter sobre os cônegos da sua Sé, o vigário não descurava os aspetos pastorais da sua missão, que se podem acompanhar consultando documentação guardada no Arquivo Secreto do Vaticano. Neste âmbito, e em primeiro lugar, pode salientar-se a atenção que lhe mereceu o seminário, para o qual conseguiu instalações, onde passaram a residir 18 seminaristas, com os respetivos mestres de latim, filosofia, teologia e canto. Em carta escrita ao conde de Galveias, aproveitava para reivindicar, outra vez, a posse do colégio dos jesuítas, argumentando que, se a diocese o tivesse, poderia dotar o seminário de melhores condições. Por outro lado, e ainda no domínio da educação, retomava o projeto de D. José da Costa Torres de abrir um colégio para meninas, “bem à semelhança das salésias” (*Id., Ibid.*, 565). Outra preocupação dizia respeito às freiras do Convento da Encarnação, que tinham sido forçadas a abandonar as suas instalações em 1808, por solicitação do comandante das tropas inglesas, Beresford.

A presença dos Britânicos na Madeira por esta altura prendia-se com a saída da corte para o Brasil, em finais de 1807, quando, no contexto das guerras napoleónicas, Portugal fora ocupado por tropas francesas. Perdendo a Inglaterra os portos portugueses, e, inclusivamente, o domínio do estreito de Gibraltar, era de extrema importância a sua presença na Ilha, para defender o trânsito das suas armadas no espaço Atlântico e, ao mesmo tempo, evitar que os Franceses aí se pudessem estabelecer. Um dos problemas gerados nesse contexto foi o do aquartelamento das tropas, e é aí que surge como possibilidade o uso do Convento da Encarnação. Porém, a libertação do edifício supunha um sítio alternativo para agasalhar as irmãs, o qual acabou por ser o vizinho Convento de S.^{ta} Clara. Se, de início, a junção correu

bem, não tardou, contudo, que surgissem desentendimentos entre as duas comunidades, o que levou as freiras da Encarnação a reclamar ao vigário capitular o regresso à sua casa mãe. Para obviar a esta situação, D. Fr. Joaquim de Ataíde propunha que as irmãs da Encarnação passassem para o Recolhimento do Bom Jesus da Ribeira, “para não ficar suprimida essa comunidade de 30 religiosas” (FONTOURA, 2000, 223-227).

Outra das iniciativas do prelado, nesta área de intervenção pastoral, esteve ligada à publicação, conseguida, de um catecismo que mandou fazer especificamente para o bispado, e que sofreu alguma contestação do ponto de vista teológico, dado ter sido objeto de críticas de um jansenista, o P.^e Lucas Tavares. Sem deixar que isso o detivesse, D. Fr. Joaquim teimou, defendeu-se e conseguiu fazer publicar o que pretendia.

Em termos de prática religiosa, a Diocese deixava muito a desejar, como se pode concluir a partir do que escreveu ao delegado apostólico, a 23 de setembro de 1812, lamentando que a disciplina no bispado estivesse muito alterada, pois achava crianças que permaneciam largo tempo sem batismo, falta de doutrina, má gestão dos legados pios, abusos na obrigação de residência, entre outras desconformidades. Assim, ordenou que o clero frequentasse aulas de teologia e residisse nas suas paróquias, indicações complementadas com a publicação da pastoral sobre a vida e honestidade dos eclesiásticos.

A 1 de julho de 1814, falecia, no Funchal, o Gov. Luís Beltrão de Gouveia e Almeida, acontecimento que tornou necessária e urgente uma estrutura que ficasse encarregue das funções que eram da sua responsabilidade. A solução encontrada foi a da nomeação de um Governo interino, tripartido, cujos lugares foram ocupados pelo bispo de Meliapor, pelo juiz de fora e pelo corregedor, Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque e António Alberto de Andrade Perdigão, na qualidade de militar mais antigo.

Este momento permitiu que o lado mais político do prelado se manifestasse, o que se materializou poucos dias depois de o Governo interino ter tomado posse, na pretensão

episcopal de chefiar as juntas da Fazenda e das Justiças, e na vontade de afastar os seus dois companheiros de Governo. Com efeito, D. Fr. Joaquim de Ataíde considerava o corregedor pouco apto para o desempenho do cargo, uma vez que as suas atribuições profissionais o mantinham longe da cidade muito tempo; quanto ao Cor. Perdigão, procurava despachá-lo para o Porto Santo, na qualidade de governador, em substituição do anterior. É preciso ter ainda em conta que o prelado mantinha correspondência, a título individual, com o príncipe regente. Estes indícios permitem configurar uma personalidade com alguma sede de poder e de protagonismo.

Embora não tenha conseguido dissolver o triunvirato, não tratou por isso com menos entusiasmo as questões militares que o novo lugar implicava, e a troca de correspondência com a corte, no Rio de Janeiro, é disso prova, na medida em que os assuntos aí abordados com frequência versam sobre a falta de instrução dos soldados, as dificuldades no comando, a velhice das tropas inglesas e outros assuntos semelhantes.

A 10 de setembro de 1814, o Governo interino recebia uma boa-nova: as chefias britânicas tinham recebido ordem para retirar, o que veio a acontecer a 3 de outubro, não sem antes D. Fr. Joaquim ter homenageado o Gen. Gordon com um jantar de despedida. Esta atitude é consonante com outras já assumidas pelo bispo no tocante a uma convivência serena com as forças britânicas, às quais, em 1813, *e.g.*, cederam a igreja do Colégio para as suas práticas culturais, além de não ter posto obstáculos à ocupação do Convento da Encarnação.

A 27 de dezembro de 1814, morria o Cor. Perdigão, o que contribuiu para acentuar a instabilidade vivida na Ilha e para convencer o Governo, no Brasil, da absoluta urgência de nomear um governador, terminando a provisória solução do Governo interino. A escolha do novo titular do cargo recaiu sobre Florêncio José Correia de Melo, que, a 22 de abril de 1815, tomava posse, na Ilha. As relações entre D. Fr. Joaquim de Ataíde e o novo governador pautaram-se pela concórdia e pela colaboração, e é neste período que se conseguem

melhoramentos sanitários importantes, como a captação de águas para o novo Hospital da Misericórdia, de que o bispo se tornou provedor, e a construção do cemitério das Angústias. Fez-se, inclusivamente, um apelo ao clero, através de carta pastoral, para que contribuísse com 1000 réis anuais para as obras dos caminhos públicos da Ilha.

Outro exemplo das relações cordiais entre as duas personalidades surge na sequência de uma revolta camponesa, ocorrida em 1817, em que os colonos exigiam transformar a dimidia, ou pagamento anual de metade da produção aos senhores, em 1/3. O governador viu-se na necessidade de empregar forças militares para conter a turba, bem como de prender alguns dos cabecilhas, e, para ajudar a controlar a situação, D. Fr. Joaquim fez publicar, a 28 de junho, uma pastoral, exortando veementemente os colonos a satisfazer as suas obrigações, pagando o que deviam, ou seja, metade dos frutos da terra.

Ainda em 1817, foi D. Fr. Joaquim de Ataíde nomeado bispo de Elvas, enquanto para o Funchal era apontado João Joaquim Bernardino de Brito, que, no entanto, faleceu antes de se poder deslocar para a Diocese. Face a este imprevisto, o vigário apostólico foi-se deixando ficar, sem manifestar qualquer vontade de ir ocupar a nova posição em Elvas, o que também se pode concluir do facto de ter apresentado, a 27 de julho de 1820, uma petição para a renovação do pagamento das cóngruas no Funchal.

Em outubro de 1818, o Gov. Fulgêncio de Melo foi nomeado conselheiro de guerra do Governo português, e, para o seu lugar, foi então indicado o abalizado jurista Sebastião Xavier Botelho (1768-1840), que desembarcou na Madeira a 12 de maio de 1819, tomando posse três dias mais tarde. O relacionamento do novo governador com o prelado começaria logo mal. Sebastião Botelho, pouco tempo depois de chegar, já questionava o poder eclesiástico, manifestando dúvidas em relação à prisão de um cônego que afrontara o bispo chamando-lhe “pedreiro-livre”. Este questionamento da jurisdição eclesiástica não poderia deixar de repugnar o prelado, estando, assim, dado o mote para os posteriores e sérios desentendimentos

entre bispo e governador, que se veriam ainda agravados pelos desenvolvimentos surgidos no cenário político nacional.

Com efeito, na segunda metade de 1820, primeiro no Porto, e a seguir em Lisboa, levantara-se um forte movimento de contestação à situação vigente, que reclamava com urgência uma constituição, dada como a única possibilidade de salvar a nação.

Com a corte no Brasil, e com fortes dúvidas sobre a posição a assumir perante os revoltosos do reino, Sebastião Botelho evitava comprometer-se, mantendo-se numa cuidada indefinição até receber do Rio de Janeiro a confirmação de que D. João VI apoiava o que acontecia no continente.

Nessa altura, a 28 de janeiro de 1821, o governador autorizou festejos públicos e assinou uma petição que lhe foi apresentada por uma delegação de membros da pequena nobreza local, comerciantes, advogados e até alguns eclesiásticos, pela qual se deixava vincular ao novo regime constitucional. D. Fr. Joaquim de Meneses e Ataíde escusou-se a estar presente nesse momento, e só no dia seguinte decidiu assinar a referida petição, fazendo-o, porém, e apenas, na qualidade de testemunha.

O dia 1 de fevereiro seguinte foi de grande agitação na Madeira, pois, enquanto no campo se assistia ao ressurgir da questão da dimídia, no Funchal, um movimento dito popular decidiu deitar abaixo as barracas do mercado que funcionava no espaço antigamente ocupado pela capela de S. Sebastião, para aí voltar a erguer a demolida capela. A braços com a agitação campesina, o governador não se opôs, e, durante a noite, começou a edificação de um tosco substituto da referida capela. Porém, durante a tarde, o governador arranhou tempo para visitar o espaço e conseguiu convencer os cerca de 400 populares que naquela tarefa se ocupavam a transferir para a Sé a imagem do santo. Nessa noite, no entanto, dois padres da confiança do vigário apostólico voltaram a construir o altar, ao que parece com a concordância de D. Joaquim de Ataíde.

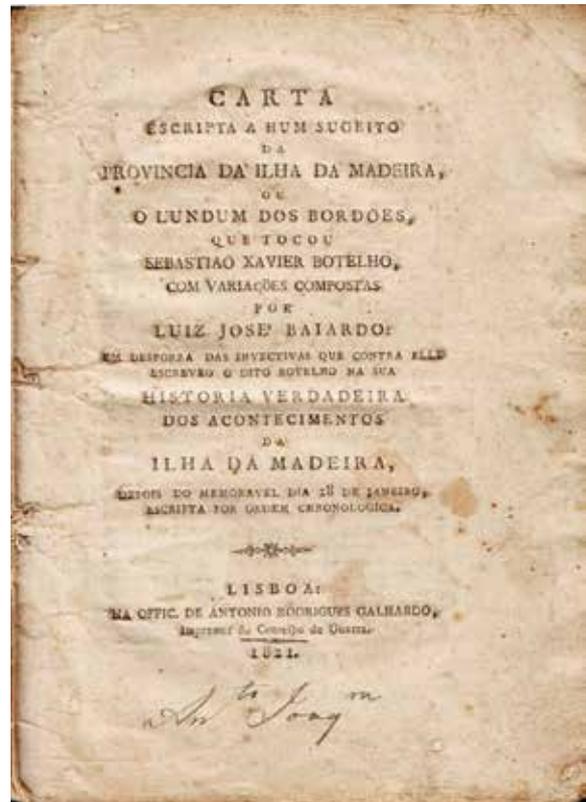


Fig. 2 – Carta Escripta a Hum Sugeito da Provincia da Ilha da Madeira... (1821), de José Luís Baiardo.

O antagonismo entre as duas personalidades foi-se tornando cada vez mais claro, e a situação progressivamente mais confusa. A 20 de fevereiro, o governador foi informado de que, num espetáculo que se realizaria nessa noite no teatro, haveria a tentativa de aclamar o bispo de Elvas bispo do Funchal. Apesar de alguns incidentes, Sebastião Botelho conseguiu controlar a situação.

Este episódio teve um efeito contrário ao que era pretendido por D. Joaquim de Ataíde, pois passou-se de uma situação em que se postulava que o prelado deveria “ser chefe de um governo com deposição das autoridades constituídas por Sua Majestade, contra os juramentos de obediência e fidelidade prestados a 28 de janeiro”, para uma mobilização de notáveis, que incluía a vereação do Funchal, que pedia ao governador a saída do bispo (CARITA, 2003, 270). Por seu lado, o governador entendia que, em matéria tão grave, não poderia decidir sozinho, pelo que convocou a oficialidade do burgo, o vigário capitular, o

corregedor, o juiz de fora e outras personalidades do Funchal, para os auscultar, tendo obtido, de forma unânime, a decisão pela saída do bispo. Assim, Sebastião Botelho comunicou a Ataíde o resultado da audição, e, apesar de alguns protestos, o bispo teve de se resignar a abandonar o Funchal, o que fez por volta das 18 h do dia 23 de fevereiro. A atitude do governador foi aprovada sem restrições pela regência do reino, pelo que o prelado, acusado de conspiração, foi preso aquando do seu desembarque em Lisboa. Porém, em setembro, voltou à liberdade, assumindo então o governo efetivo do bispado de Elvas.

Se, nos tempos imediatamente consecutivos à revolução de 1820, D. Fr. Joaquim Ataíde foi um opositor ao regime constitucional, a sua posição mudaria radicalmente a partir daí, tornando-se denodado defensor das políticas que até então condenara, conforme se comprova por notícia publicada pelo *Heraldo da Madeira* a 10 de novembro de 1821, que expressamente refere que “Ao mesmo tempo que em Portugal se publicou a constituição já ele [bispo] estava da posse do bispado de Elvas [...]. Em Elvas estará a pastoral que ele mandou ‘daqui’, exortando os seus diocesanos em sua adesão á causa constitucional” (*Heraldo da Madeira*, 10 nov. 1821). Esta sua nova postura fará com que, em 1828, com D. Miguel regressado a Portugal, o bispo, temendo o que lhe poderia acontecer, tenha decidido abandonar o país, refugiando-se em Gibraltar, onde viria a falecer vítima de peste, nos finais desse mesmo ano.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Arquivo do Paço Episcopal do Funchal, docs. 123 e 127; BNP, Joaquim de Meneses Ataíde, [*Pastoral*], 1812; *Ibid.*, Joaquim de Meneses Ataíde, [*Pastoral*], 1823; impressa: ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, Porto/Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1970; AZEVEDO, Carlos, “Cabido, bispo e governador: o jogo do poder ou o jogo ao serviço do povo? O caso de Joaquim de Meneses e Ataíde (1811-1821)”, in FRANCO, José Eduardo, e COSTA, João Paulo Oliveira e (dirs.), *Diocese do Funchal: a Primeira Diocese Global. História, Cultura e Espiritualidades*, vol. II, Funchal, Diocese do Funchal, 2015, pp. 553-576; BOTELHO, Sebastião Xavier, “Um bispo reaccionário”, *Atlântico*, n.º 8, 1986, pp. 313-317; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. VI, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2003; FONTOURA, Otilia, *As Clarissas na Madeira. Uma Presença de 500 Anos*, Funchal, CEHA, 2000; *Gazeta de Lisboa*, 2 ago. 1813; GUERRA, Jorge Valdemar, “A Casa da Ópera do Funchal. Breve memória”, *Islenha*, n.º 11, jul-dez. 1992, pp. 113-149; *Heraldo da Madeira*, 10 nov. 1821.

CRISTINA TRINDADE
RUI CARITA

Ateneu Comercial do Funchal

O Ateneu Comercial do Funchal (AtCF) surgiu em nome dos interesses dos empregados do comércio a 8 de dezembro de 1898, sendo os seus estatutos votados só a 8 de janeiro de 1899 e o alvará que os aprovou datado de 22 de dezembro do mesmo ano.

Em fevereiro de 1895 fundou-se a Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio, que acabaria por ter uma curta duração, pois em abril do ano seguinte terá sido decidido exonerar os sócios que não pagavam as quotas; alguns destes membros, inseridos num grupo de empregados do comércio, estiveram na origem da criação do futuro Ateneu. Em novembro de 1897, alugaram um quarto, ao n.º 14 da R. da Sé, com os objetivos de se distraírem nas horas vagas e difundirem palestras educativas, levando assim ao nascimento de uma associação de classe. Os empregados pretendiam também encontrar proteção e apoio na defesa dos seus interesses junto dos patrões. Sob o impulso dos seus principais promotores, empenharam-se na recolha de um avultado número de adesões entre os seus colegas, abrindo, assim, caminho para a primeira reunião, na qual ficou deliberado nomear-se uma comissão para se constituir uma associação da respetiva classe profissional.

O grupo reunia-se frequentemente no escritório de comissões de Júlio A. de Carvalho, à R. do Sabão, e em estabelecimentos comerciais, em assembleias que somavam o empenho de vários colaboradores, o que permitiu que, em pouco tempo, fosse concretizada a aspiração de fundar uma agremiação para defesa dos empregados do comércio. À época debatiam-se, na sociedade local, questões relacionadas com a construção de um jardim no espaço do demolido Convento de S. Francisco e do Teatro Municipal (inaugurado em 1888 com o nome de Teatro D. Maria Pia), a par de temas políticos. É neste contexto que nasce, em 1898, o AtCF, associação cujos membros lutam pela concretização daquilo que consideram serem as aspirações dos madeirenses. A atividade do



Fig. 1 – Mercúrio, símbolo tradicional do Ateneu, c. 1900 (antigo AtCF).

AtCF abarca, assim, não só a defesa dos interesses dos empregados do comércio, mas também o domínio intelectual e o âmbito das obras de utilidade pública, procurando contribuir, dessa forma, para o progresso social da Madeira.

Desde a sua fundação até 1900, o Ateneu funcionou no 2.º andar do n.º 24 da R. Direita, mudando-se, depois, para o n.º 3 do Lg. da Sé, onde permaneceu até 1905. Nesse ano, transferiu-se para o n.º 108 da R. dos Ferreiros, onde passou a dispor de instalações mais cómodas e capazes de permitirem o alargamento das diversas iniciativas.

Com mais de 90 sócios fundadores, era constituído por personalidades influentes como César de Oliveira, Francisco António Ribeiro, João Maria Valente, Manuel Dias Tavares, Agostinho Dias Tavares, Luís Canuto Gonçalves, Vasco M. de Ornelas, João Gonçalves Farinha, João Pereira Martins, José de Freitas, Manuel Marques Júnior. Júlio A. de Carvalho, que acompanhava os acontecimentos do Ateneu Comercial de Lisboa, foi apontado como impulsionador deste projeto; Vieira de Castro, delegado do Banco

de Portugal, fez a redação dos estatutos conforme os do Ateneu Comercial de Lisboa (AtCL) e tratou da sua aprovação.

O Ateneu recebeu influências do AtCL, fundado a 10 de junho de 1880, bem como da Sociedade Nova Euterpe – que, em 1884, adotou o nome de Ateneu Comercial do Porto – e do Ateneu Popular, inaugurado em Coimbra em 1885. Segundo José Laurindo de Goes, a partir de 1850 surgiram, por toda a Europa, diversas coletividades com a designação de ateneu, bebendo a sua inspiração da antiguidade clássica. Madrid, Roma, Londres ou Paris são exemplo dessa realidade

Para Jaime Vieira dos Santos, os fundadores destas coletividades eram homens de amplos horizontes, já que, para além dos proveitos resultantes da atividade comercial, tinham em vista ser homens de cultura, dignificando a sua profissão e elevando o seu espírito. Procuravam a sua própria valorização intelectual, bem como a de todos os membros do Ateneu e respetivas famílias. O comerciante não poderia ser um simples burguês boçal e inculto, mas deveria ser um verdadeiro homem de sociedade, que, ao lado das preocupações do lucro, se interessava também pelos acontecimentos que marcavam a realidade à sua volta

Na Madeira, vivia-se um moderado progresso comercial e uma agitada discussão sobre os fundamentos da instauração da República, com vários títulos dedicados à causa republicana, bem demonstrativos do envolvimento e da participação da população na vida política da Ilha. Rafael Bordalo Pinheiro descrevia a época através de uma caricatura que apresentava o vilão madeirense, vestido a rigor, a segurar o deputado Manuel de Arriaga, enquanto pontapeava Fontes Pereira de Melo, chefe do Governo da época. Para republicanos como Teófilo Braga, as comemorações camonianas realizadas no Ateneu significavam o começo de uma era nova da democracia portuguesa.

A história desta instituição reparte-se em três fases. A primeira, desde a fundação até 1925, consiste sobretudo na sua afirmação enquanto coletividade. É a fase embrionária, marcada pelo entusiasmo dos membros do Ateneu, na

qual assumiram grande significado as reivindicações socioeconómicas dos anos 20. A segunda fase inicia-se em 1925, com a elaboração dos segundos estatutos, e prolonga-se até aos anos 60, sendo conhecida como o período áureo do AtCF, pelos acontecimentos que nesta altura se despoletaram; considerada uma fase mais intelectual que sindical, atinge o seu clímax na déc. de 50. A terceira fase, iniciada nos anos 60, reflete algum esmorecimento das iniciativas, mantendo-se, no entanto, a realização de atividades como a Festa da Flor.

Nos seus primeiros estatutos, o AtCF definia-se como “uma associação de instrução profissional, física e recreativa, representação e proteção mútuas, criada pelos empregados do comércio”, que tinha como finalidade proporcionar a “aquisição de conhecimentos teóricos e práticos que mais diretamente interessem à profissão do comércio em geral” (GOES, 1985, 128). Não se limitaria a agremiar empregados e a zelar pelos seus interesses, mas teria objetivos mais ambiciosos, os quais compreendiam os campos da cultura e da arte. Ao mesmo tempo, pretendia ser um espaço de descanso e partilha de opiniões. O projeto do AtCF visava a valorização intelectual dos associados e respetivas famílias, o que passava pela criação de escolas primárias para os filhos dos seus membros, por cursos de aperfeiçoamento linguístico para os sócios, por lições para o melhoramento da técnica comercial, por conferências sobre arte e literatura, por sessões científicas e palestras, pela ampliação progressiva da sua biblioteca, pela criação de divertimentos – como tardes dançantes, festas de carácter regional, *matinéés* destinadas às crianças, representações de pequenas peças teatrais – e por outras iniciativas que contribuíssem para estreitar os laços de solidariedade no interior da classe profissional. Seriam estas as linhas gerais estatutárias que algumas direções do AtCF procurariam concretizar ao longo dos tempos.

Na qualidade de primeiro presidente da direção do Ateneu, entre 1898 e 1900, Sabino Joaquim Rodrigues procurou promover o desenvolvimento intelectual e social da vida da agremiação, zelando pelo melhoramento do

nível de instrução dos seus sócios. Em fevereiro de 1899, inauguraram-se aulas ministradas por personalidades como Manuel Augusto Martins, Francisco Correia Caldas e Jaime Campos Ramalho. Em 1901, nos mandatos de José de Freitas e de Maximiano de Sousa Rodrigues, destacam-se a realização de uma exposição industrial e de uma récita no Teatro D. Maria, aquando da trasladação dos restos mortais de Almeida Garrett para o Mosteiro dos Jerónimos; em 1903, ocorreram a fundação de uma tuna e de um grupo dramático, a recolha de fundos para a construção de um monumento a Câmara Pestana e uma quermesse no então jardim de S. Francisco. Nesta altura, lutou-se pela Lei do Descanso Semanal, fizeram-se viagens pela Ilha e melhoramentos na sede do AtCF.

Em 1905, sob a direção de João Lomelino Ferreira, a atividade reivindicativa diminuiu e a instituição virou-se para as áreas do desporto e das artes e letras. No final da primeira década, fundou-se o Grupo Desportivo do Ateneu Comercial, pela mão de Luíz César Vieira, Francisco Melim e Aquino Baptista; no ano de 1912, foi criada uma escola de instrução primária para as crianças pobres, por proposta do presidente Agostinho Dias Tavares.

Em 1913, com o objetivo de congregar a classe do comércio e de defender os seus interesses, alguns elementos do grupo desportivo fundaram *O Athenista*, jornal que se dedicava aos problemas mais graves da classe. Todavia, por pressão do patronato, por falta de apoio dos comerciantes e pela proximidade da Primeira Grande Guerra, *O Athenista* deixou de se publicar, o que coincidiu com o colapso do Ateneu. Só depois de 1925 foi possível assistir à retoma da associação e restituir-lhe a dinâmica dos primeiros tempos, por influência do presidente da direção, Carlos Alberto Ferreira, e dos presidentes que se lhe seguiram, personalidades como Diogo M. de Freitas, Juvenal de Araújo e Luíz Vieira de Castro.

A segunda fase do Ateneu seria marcada pela modificação dos estatutos iniciais, em março de 1925, cujo projeto de reforma foi elaborado pela comissão nomeada a 1 de março, sendo os princípios que regem a coletividade lidos

e aprovados em sessão de 29 de julho de 1925. Os 130 artigos dos novos estatutos veiculavam uma nova compreensão do Ateneu, que passou a definir-se como uma associação de classe de profissionais do comércio constituída tanto por empregados como por patrões – beneficiando, assim, de um critério mais alargado na admissão dos seus sócios, até porque muitos empregados do comércio se tinham tornado patrões com o passar dos anos. Para além da redefinição dos estatutos, também houve alterações nas atas, que começaram a ser numeradas; escolheu-se, para símbolo do comércio, a figura alegórica de Mercúrio; e foi ainda decidido colocar um busto desta divindade no átrio do Ateneu.

Seguiram-se tempos marcados por uma conjuntura de sentimentos autonomistas, pela falência de bancos da praça funchalense, em consequência da grande depressão, e pela Revolta da Madeira, bem como pelas transformações políticas que iriam consolidar a governação do Estado Novo. Apesar destas circunstâncias, o Ateneu impôs-se uma nova dinâmica, que acabaria por resultar num vasto conjunto de iniciativas de sucesso. As preocupações dos sócios não se cingiam às questões económicas, mas incluíam também a transmissão de uma panorâmica etnográfica dos costumes da Madeira. Além disso, voltou a incentivar-se o sentido lúdico do baile. Nesta altura, vivia-se um período de maior participação política.

Em 1926, foi enviada a Lisboa uma delegação para se encontrar com vários ministros, com o propósito de solucionar as reclamações do comércio local e da própria associação. Pretendia criar uma comissão de verificação e defesa do bordado da Madeira e garantir uma melhor proteção à indústria do bordado; ambicionava a expedição direta de encomendas postais e maior celeridade na sua entrega; apostava na criação de uma representação do comércio na Junta Autónoma da Madeira, no aumento da carteira de descontos nos bancos locais e na simplificação da contribuição industrial.

Ao levar as suas pretensões ao Governo central, os empregados do comércio procuravam também afirmar-se no interior da sociedade



Fig. 2 – “Os restos da reunião do Ateneu”, caricatura de Ivo Ferreira (*Re-Nhau-Nhau*, 4 abr. 1935).

madeirense. Insistiram em requerimentos ao poder central, sendo 1927 o ano mais ativo, em que trocaram correspondência com o Conselho da Bolsa Agrícola em defesa dos agricultores; com o chefe de serviços da Alfândega, o Governo e a Câmara sobre a questão dos linhos, que era fundamental para a indústria dos Bordados Madeira; com a Direção da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa sobre a pauta alfandegária; com o ministro do Comércio acerca de mercadorias e do movimento de turistas; com o Ministério das Finanças sobre a situação dos impostos, a carteira de descontos, a recolha de moeda, a situação da vinicultura e da obra de verga, a importação das farinhas e outros temas do interesse dos madeirenses. O Ateneu funcionava como uma câmara de comércio, que promovia o diálogo com as entidades oficiais em vista da luta pela defesa do comércio da Ilha. Estas conversações permitiram que, em 1928, o Ateneu solicitasse às entidades competentes que os bilhetes de identidade passassem a ser feitos no Funchal; que, em

1929, a importação de farinhas fosse livre; que a situação dos vendedores ambulantes fosse regularizada; simultaneamente, procurou intervir no sentido de que o liceu do Funchal tivesse um edifício próprio.

Quanto à década seguinte, destaca-se, em primeiro lugar, o facto de, em 1933, se ter preparado uma exposição de flores naturais, a realizar, em agosto, nos salões do Ateneu, iniciativa que não chegaria a concretizar-se, por motivos políticos. A questão viria a ser ultrapassada por uma manifestação de rua, já que se procurava utilizar as flores, com a sua cor e vivacidade, para fazer a propaganda relativa ao golpe de Estado de 28 de maio de 1926 e, desta forma, impressionar não só os madeirenses, como todos os visitantes da Ilha.

O cuidado da questão etnográfica justificou que, em 1935, se efetuasse um levantamento das vendedoras de flores e se publicasse uma postura camarária onde se estipulava o uso do traje obrigatório para as floristas, que usaram o vestuário, pela primeira vez, nas comemorações do 28 de Maio, instituindo-se assim, um traje-padrão. Em 1935, após a substituição de diversos dirigentes governativos da Ilha, face às nomeações de Salazar, com Fernão de Ornelas na Câmara Municipal do Funchal e João Abel de Freitas na Junta Geral, o AtCF iria ser o palco escolhido para debater os problemas económicos da Ilha e para procurar esclarecer o rumo dos dinheiros enviados para a Região. Pó, fumo e nada foi o resultado do debate, o que motivaria uma firme resposta de Salazar, em carta enviada ao presidente da Junta Geral, caricaturada a 6 de junho de 1935 pelo trimensário humorístico *Re-Nhau-Nhau*.

Apesar das dificuldades económicas, criou-se, em 1936, o núcleo fotográfico do Ateneu e faz-se o I Salão de Arte Fotográfica, tendo-se destacado, como colaboradores mais distintos, José Carlos de Mendonça, António Manuel Trigo, Eduardo Pereira, Pita Ferreira e Carlos Maria dos Santos.

Com a Segunda Guerra Mundial, o comércio da Madeira viveu uma fase crítica, visto que muitos dos bens essenciais foram

rationados – além disso, a população padecia de fome com o conflito. Neste período, a atividade do AtCF enfraqueceu, levando, depois, algum tempo a recuperar a sua dinâmica. Nos primeiros anos da déc. de 40 fazem-se jogos florais com atribuição de prémios e, em 1942, surge a Festa da Primavera. Assiste-se à afirmação da literatura e do seu aspecto criativo. Carlos Cristóvão, Alfredo Vieira de Freitas e Florival dos Passos são personalidades que marcaram esta época. Horácio Bento de Gouveia assegura que foi “pelo fim da década de 1940 e por todo o decénio de 50” que o Ateneu teve “uma função retintamente cultural” e que desenvolveu, com consciência esclarecida, uma ação de mecenato (GOES, 1985, 131). Vivia-se o espírito clássico do ateneu, que implicava a crítica e o diálogo, com conferências de variadas temáticas em que várias figuras apresentaram as suas ideias. Passaram pelo AtCF, inscrevendo-se na sua história, Ângelo Augusto da Silva, Ernesto Baltazar Gonçalves, José Pereira da Costa, Horácio Bento de Gouveia, J. Vieira dos Santos, J. Brito Câmara, Aragão Mendes Correia, Carlos Lélis e Maria Mendonça, entre outros, os quais marcaram esta época e deram o seu contributo para a literatura da Madeira.

Para lá das atividades de pendor intelectual, distinguia-se, no AtCF, uma vertente recreativa, no âmbito da qual havia lugar para diversas modalidades desportivas e passeios a pé, bailes, serões e convívios, ao jeito da *belle époque*, procurando o descanso mental e a distração da conjuntura económico-social que então se vivia.

Em 1954, o Ateneu organizou o Natal do Recém-Nascido e a Festa da Rosa. Seguiram-se a Festa do Avental, em 1956, a organização do I Rally Automóvel do Ateneu e da Festa da Uva, em 1957, para além de uma excursão às ilhas Canárias e, nos anos 60, uma viagem aos Açores. As relações de amizade com outras regiões do país e com outros países iam-se consolidando, conferindo ao Ateneu um carácter universal. Figuras de toda a Europa e de diferentes ramos de atividade ficaram ligadas a esta instituição, como foi o caso da Viscondessa de Porto Formoso.

A Festa da Flor está indissociavelmente ligada ao Ateneu. A Festa da Flor terá a sua origem na Festa da Rosa, quando a direção do AtCF realizou um evento de que fazia parte uma exposição/um concurso desta espécie de flores. Para estimular a participação e aumentar o entusiasmo dos membros do Ateneu, foram atribuídos vários prémios, alguns bastante valiosos. O êxito da iniciativa levou a que esta se realizasse todos os anos, não apenas com rosas, mas com qualquer flor, mudando-se a designação, em 1955, para Festa da Flor. Numa terra onde são abundantes as flores de várias espécies, o acontecimento ganhou projeção e adquiriu um valor turístico excepcional, dando razão aos que defendiam que podia ali estar a génese de um atrativo turístico de categoria mundial.

Ao longo desta década, o AtCF desempenhou papel relevante na procura da elevação do nível cultural da cidade, promovendo conferências, proporcionando noites de arte e outras distrações de carácter cultural.

A partir dos anos 60, o associativismo ressentia-se não só da adversidade da conjuntura socio-política, como também da falta de novas ideias. Nesta altura, o dinamismo e a capacidade criativa do Ateneu perdem fulgor, atravessando-se anos de reduzida expressão cultural pública, o que caracteriza a terceira fase desta instituição. Mantêm-se, no entanto, algumas atividades, nas quais se recordam momentos da história do Ateneu, ou de que fazem parte vários intelectuais madeirenses: Bernardete Falcão, Elisa de Carvalho e Alice Ogando, *e.g.*, participaram nas conferências realizadas nos anos 60, salientando o papel da mulher.

Nos anos 70, destaca-se o aspeto alegórico e renova-se a Festa da Flor, sob a direção do paisagista Fernando Pessoa e do Prof. Francisco Simões, que aproximam a coletividade das artes plásticas. Depois de se ter realizado, em 1957, no Casino da Madeira, a Festa da Flor volta à sede, por razões de espaço.

Em 1974 autorizou-se o regresso das atividades culturais ao AtCF; esta retoma cultural foi assinalada no dia 10 de junho com uma conferência sobre Camões, proferida no Teatro Municipal do Funchal. Organizaram-se também

exposições de autores como Isabel Cabral, Afonso Costa, Ruy Teles, Carlos Luz e Francisco Simões (Francisco d'Almada).

Nesta terceira fase, a atividade do AtCF não se caracterizou pela novidade das suas iniciativas, mas pela repetição da realização de eventos culturais já anteriormente levados a cabo. Os associados organizaram conferências, colóquios, saraus musicais e literários, jogos florais, bailes, exposições, a Mostra do Antúrio e do Sapatinho e, em especial, a Festa da Flor.

Em 1981, em razão do trabalho desenvolvido ao longo de várias décadas, o Governo regional da Madeira (GRM), reunido em plenário, resolveu declarar de utilidade pública o AtCF, por intermédio da resolução n.º 268/81. Foram reconhecidos os importantes serviços que o Ateneu prestou à Região nos sectores cultural, artístico, desportivo e comercial, dinamizando a participação cívica dos seus associados e promovendo o associativismo da Região, aos quais se ficou a dever o seu lugar de destaque no interior da sociedade madeirense.

Em 1982 reabriu-se o ciclo cultural do Ateneu, com uma forte participação da juventude. Organizaram-se os Jogos Florais de Verão e convidaram-se personalidades como Maria Aurora, Ângela Varela e Gonçalo Nuno, para estimular o renascimento do Ateneu. Nas comemorações do Dia de Camões de 1983 assumiu especial relevo a conferência de Mendes Marques, designada “O Ateneu Comercial do Funchal do passado ao presente”, assim como a de Maria Margarida M. Silva. Foram, ainda, expostas várias obras de interesse existentes na biblioteca. Nos anos seguintes, a coletividade continuaria a desempenhar um papel importante na dinamização de atividades socioculturais.

Ao assinalar o seu 85.º aniversário, em 1983, ficou claro que o Ateneu, paladino de todos os verdadeiros valores, não estava, nem nunca estaria, ultrapassado, assim o quissem as suas gentes. Entre períodos difíceis e épocas áureas, faziam-se balanços anuais, esperando, ao mesmo tempo, a revitalização desta associação da sociedade madeirense. Procurando adaptar-se à evolução da sociedade, os professores Atanásio e Vítor Costa souberam captar

os jovens para as iniciativas do AtCF. Ao longo dos tempos, vários membros desta instituição têm colaborado com ela espontaneamente, empenhando a sua inteligência e o seu esforço em valorizar a atividade do Ateneu.

Atingido o centenário da fundação do AtCF, o GRM afirmou-se disposto a apoiar esta instituição, que apresentou formalmente o projeto de reconstrução do edifício-sede, considerado monumento de interesse público. O palacete urbano do séc. XIX, situado na R. dos Netos, foi adaptado às exigências da época, procurando contribuir-se, deste modo, para a revitalização do Ateneu, que enfrentara, desde os anos 60, um crescente esmorecimento das suas iniciativas. João Evangelista, presidente desta instituição entre 1983 e 1992, expressaria o seu descontentamento, referindo, com tristeza, que parecia ter caído uma maldição sobre o Ateneu.

Os anos iniciais do séc. XXI foram difíceis, com David Abreu, presidente demissionário desde 2002, a confirmar a acumulação de dívidas, a degradação do edifício e o afastamento dos sócios, não permitindo o desenvolvimento do tipo de atividades que, no passado, o AtCF, na sua qualidade de associação interventiva, havia realizado.

Bibliog.: *Ateneu 75.º Ano. Bodas de Diamante do Ateneu Comercial do Funchal 1889-1964*, Funchal, Ateneu Comercial do Funchal/Biblioteca Pública Regional, s.d.; CÉSAR, César Figueira, *Ilha da Madeira, "Paraíso Terrestre": Sua História, Povo e Mentalidade, Aspecto Social, Económico, Turístico e Cultural*, Funchal, Eco do Funchal, 1985; FLORENÇA, Teresa, *O Movimento Republicano na Madeira 1882-1913*, Funchal, CEHA, 2004; GOES, José Laurindo de, "Estabelecimento e evolução do Ateneu Comercial do Funchal", *Atlântico*, n.º 2, verão 1985, pp. 127-135; GONÇALVES, Sónia, "Ateneu atalhado de dívidas sem atividades nem sócios", *Diário de Notícias*, Funchal, set. 2004; GUERRA, Jorge Valdemar, "Funchal: breve cronologia 1419-1976", in *Funchal 500 Anos: Momentos e Documentos da História da Nossa Cidade*, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2010, sep.

AGOSTINHO LOPES

Athias, Mark Anahory

Mark Anahory Athias, médico nascido no Funchal em 1875, de ascendência judaica e filho do diretor de um banco, foi professor na Univ. de Lisboa, investigador em ciências biomédicas e um pioneiro da histologia e da bioquímica em Portugal.

Foi, bastante jovem, estudar para Paris, em cuja universidade se licenciou em Medicina no ano de 1897. Permaneceu na capital francesa, encontrando emprego num laboratório de histologia. Os seus trabalhos, premiados pela Faculdade de Medicina de Paris, permitiram-lhe estagiar com diversos especialistas de histologia e de química, entre os quais, a partir de 1894, o professor de Anatomia e Histologia Mathias-Marie Duval (1844-1907). Nos seus estudos, foi bastante influenciado pelas ideias, então muito discutidas, do médico espanhol Santiago Ramón y Cajal (1852-1934), vencedor do Prémio Nobel da Medicina em 1906 pelas suas investigações, realizadas em 1888, na área da histofisiologia nervosa. Apesar do antissemitismo que se vivia em França nessa época, na sequência do famoso caso Dreyfus (como ficou conhecida a polémica à volta do julgamento do capitão de artilharia francês Alfred Dreyfus, que, em 1894, foi injustamente acusado e condenado por alta traição, tendo padecido cinco anos de presídio numa ilha ultramarina), Athias concorreu a um lugar no laboratório parisiense onde trabalhava. Foi, porém, preterido em favor de um colega francês.

Completada a sua formação, e fracassada a intenção de se fixar em Paris, o médico regressou ao Funchal, indo instalar-se em Lisboa em 1903. Aí, a convite do médico Miguel Bombarda (1851-1910), que com ele partilhava a simpatia pelas ideias de Ramón y Cajal, foi nomeado director do laboratório de histologia do Hospital de Rilhafoles (designado, desde 1911, Hospital Miguel Bombarda). Essa foi uma época de profunda renovação da medicina portuguesa, com a realização, em novo edifício do Campo de Santana, do XV Congresso de Internacional de Medicina (onde Ramón y Cajal apresentou uma comunicação) e com a criação, com base na Escola



Mark Anahory Athias, c. 1940 (ABM, Arquivos Particulares).

Médico-Cirúrgica, da Faculdade de Medicina de Lisboa, impregnada pelo espírito positivista do movimento republicano. A nova geração médica ficou conhecida por “geração de 1911”.

Athias soube aproveitar não apenas as instalações e serviços da Faculdade de Medicina, mas também as de outras instituições. Dirigiu nessa altura quer o serviço de raiva do Instituto Bacteriológico, fundado em 1892 por um outro médico madeirense, Luís de Câmara Pestana (1863-1899), como serviço especializado do Hospital de S. José, quer o Instituto Pasteur de Lisboa (ligado ao de Paris), estabelecimento que comercializava produtos médicos. Colaborou ativamente com o Instituto Bento de Rocha Cabral, fundado com base numa doação deixada em testamento pelo multimilionário português com esse nome, que fez fortuna no Brasil e morreu em 1921. O primeiro diretor desta instituição, escolhido pelo próprio Rocha Cabral, foi o médico Matias Ferreira de Mira (1875-1953), professor de Química Fisiológica da Faculdade de Medicina da Univ. de Lisboa, amigo e colaborador de Athias. Nesse instituto de investigação privado (o primeiro em Portugal), haveria de ser criado um notável laboratório de bioquímica dirigido por Kurt Jacobsohn (1904-1991), químico alemão de origem judaica, formado em Berlim, que se exilou em Portugal em 1929 e, depois de ter trabalhado durante muitos anos no nosso país, acabou por se retirar para Israel. Athias colaborou ainda com o Instituto Português para o Estudo do Cancro, criado em 1923 pelo médico Francisco Gentil (1878-1964), ao serviço do qual efetuou algumas viagens de estudo internacionais. Em 1942, dirigiu o Instituto Português de Oncologia, criado na sequência do anterior.

Para além do seu trabalho de investigação laboratorial, Athias dedicou-se com entusiasmo ao ensino da Histologia Médica, tendo começado por ministrar um curso de técnicas histológicas para médicos. Esse curso desempenhou um papel científico relevante na introdução das técnicas de investigação experimental no ensino e na investigação biomédica em Portugal. Em 1919, foi nomeado diretor do Instituto

de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Lisboa, onde criou uma escola de investigação permeada pela sua estratégia de renovação da medicina portuguesa. Nessa escola, sobressaiu a ação do seu maior discípulo, Augusto Celestino da Costa (1884-1956), professor da Faculdade de Medicina de Lisboa de 1911 a 1947, especialista em histologia e embriologia, que se notabilizou como defensor da introdução da investigação científica nas universidades portuguesas, tendo dedicado boa parte da sua vida a tarefas de gestão do sistema científico português: foi presidente da Junta de Educação Nacional entre 1934 e 1936 e, de 1936 a 1942, da instituição que lhe sucedeu, o Instituto para a Alta Cultura. Athias fora também, em 1931, presidente da Junta.

Mark Athias fundou em 1907, com Miguel Bombarda, Celestino da Costa e o biólogo português Augusto Nobre (1865-1946), a Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais (SPCN) e, em 1920, com Celestino da Costa e o médico português Abel Salazar (1889-1946), a Sociedade Portuguesa de Biologia (SPB), as mais antigas sociedades científicas em Portugal nas respetivas áreas (a primeira foi albergada pela Faculdade de Ciências de Lisboa e a segunda pelo Instituto Rocha Cabral).

A SPCN, proposta no XV Congresso Internacional de Medicina, administrou, a partir de 1909, o Aquário Vasco da Gama, em Algés, criado em 1896 pela Sociedade de Geografia de Lisboa, e fundou a Estação de Biologia Marítima, aí situada. Dados os interesses oceanográficos do Rei D. Carlos, não admira que este tenha sido escolhido para primeiro presidente de honra da Sociedade. Entre os seus primeiros sócios honorários, estiveram o botânico de Coimbra Júlio Henriques (1838-1928) e Ramón y Cajal. Por sua vez, a SPB, que começou por se chamar Reunião Biológica de Lisboa e, de início, esteve ligada administrativamente à SPCN, foi uma filial da Sociéte de Biologie de Paris, fundada em 1848 pelo fisiologista Claude Bernard (1813-1878). As duas sociedades portuguesas referidas destacaram-se pela sua política editorial, publicando revistas especializadas com avaliação por pares, à semelhança do que já se fazia

no estrangeiro, visando acima de tudo a consolidação da comunidade científica portuguesa e a sua internacionalização. A SPB publicou, a partir de 1920, os *Archives Portugaises de Sciences Biologiques*, a que sucedeu, em 1940, o *Bulletin de la Société Portugaise de Sciences Naturelles*. Em 1941, realizou-se em Lisboa, com o apoio daquelas sociedades, o I Congresso Nacional das Ciências Naturais. Athias foi ainda sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa.

Jubilado em 1945, atingida a idade regulamentar, o Prof. Mark Athias faleceu no ano seguinte, com 71 anos, em Lisboa, nos tempos após a Segunda Guerra Mundial, quando em Portugal surgia alguma esperança, que não se veio a confirmar, de afirmação de um ideal democrático e, com ele, do desenvolvimento da ciência, como se verificou na Europa ocidental.

O professor e investigador funchalense deixou 138 publicações, incluindo a sua dissertação inaugural na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (*A Anatomia da Célula Nervosa*), numerosos artigos científicos (a maior parte da sua produção bibliográfica, perfazendo 65% dos títulos, que incidiram sobretudo nas áreas de histologia, histofisiologia, histopatologia, fisiologia e química fisiológica, devendo realçar-se os seus trabalhos sobre a endocrinologia do ovário e a influência das hormonas na evolução dos tumores), artigos didáticos (guias dos trabalhos práticos de fisiologia e de química fisiológica, destinados aos alunos da Faculdade de Medicina, e manuais como, entre outros, o *Manual de Fisiologia*), obras de divulgação científica (as biografias, com forte pendor científico, do Rei D. Carlos, de Miguel Bombarda e de Ramón y Cajal, bem como *O Problema do Cancro*, livro escrito em colaboração), várias conferências (como aquelas que proferiu no Instituto Bento de Rocha Cabral) e relatórios diversos (incluindo relatos, tanto de atividades de instituições onde trabalhou, como das viagens realizadas no âmbito daquelas). Entre as suas obras, merece destaque, por sumariar a sua obra científica, a *Introdução do Método Experimental e Suas Principais Aplicações às Ciências Médicas e Biológicas em Portugal*.

Há uma rua com o seu nome em Lisboa, no Lumiar.

Pode considerar-se Mark Athias um pioneiro em Portugal da biomedicina, quer por, inspirado em ideias que recolhera em França, ter chamado a atenção dos médicos portugueses para o papel da célula, objeto da biologia celular, quando antes o foco estava no órgão, quer por ter renunciado a importância que, dentro da célula, haveria mais tarde de assumir a molécula, objeto da medicina molecular. Defensor das metodologias experimentais, soube chamar a si estudantes e fazer discípulos, deixando por isso uma escola, a escola de histologia portuguesa, feito raro entre nós (conseguiu-o também, na mesma época, mas na medicina, António de Egas Moniz (1874-1955), Prémio Nobel da Medicina em 1949). Athias foi capaz de cruzar instituições, algo difícil num país onde os organismos, públicos e privados, trabalham normalmente de costas voltadas. Obedecendo sempre ao seu impulso congregador, fundou duas importantes associações na área da biologia, área que até então tinha permanecido relativamente apartada da medicina mas que mais tarde se percebeu estar intimamente relacionada com ela. Por último, contribuiu para o crescimento e a afirmação da ciência em Portugal pela procura de padrões internacionais, designadamente ao defender a união fecunda entre a universidade e a investigação científica, união pela qual o visionário William Humboldt se havia batido já no séc. XIX, ao fundar em 1810, a Univ. de Berlim.

Obras de Mark Anahory Athias: *A Anatomia da Célula Nervosa* (1905); *Introdução do Método Experimental e Suas Principais Aplicações às Ciências Médicas e Biológicas em Portugal* (1940); *Manual de Fisiologia* (1941); *O Problema do Cancro* (1941).

Bibliog.: impressa: ALVES, Manuel Valente, *História da Medicina em Portugal. Origens, Ligações e Contextos*, Porto, Porto Editora, 2014; AMARAL, Isabel, *A Emergência da Bioquímica em Portugal. As Escolas de Investigação de Mark Athias e Kurt Jacobsohn*, Lisboa, FCG/FCT, 2006; FIOLEAIS, Carlos, *História da Ciência em Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, Arranha Céus, 2015; FREIRE, João, e GONÇALVES, Maria Eduarda (coords.), *Biologia e Biólogos em Portugal. Ensino, Emprego e Sociedade*, Lisboa, Esfera do Caos, 2009; MACEDO, Manuel Machado, *História da Medicina Portuguesa no Século XX*, Lisboa, CTT, 1999; **digital:** AMARAL, Isabel, "Marck Anahory Athias (1875-1946)", *Ciência em Portugal: Personagens e Episódios*, 2003: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p41.html> (acedido a 3 dez. 2014); "Athias, Mark", *Memória da Universidade*, 25 set. 2011: http://memoria.ul.pt/index.php/Athias_Marck (acedido a 3 dez. 2014); "Mark Anahory Athias", *Perfil Biográfico dos Professores Catedráticos da Faculdade de Medicina de Lisboa*, s.d.: http://coleccion-digitalizadas.fm.ul.pt/repo/professores/marck_athias.pdf (acedido a 3 dez. 2014).

Atividades marítimo-turísticas

As empresas de animação turística são as entidades que exercem regularmente atividades lúdicas, culturais, desportivas ou de lazer, destinadas a turistas ou visitantes.

O licenciamento, o exercício da atividade e a fiscalização das empresas de animação turística na Região Autónoma da Madeira (RAM) é regulamentado pelo dec. leg. regional n.º 30/2008/M, de 12 de agosto, o qual subdivide as atividades em três grandes áreas: 1 – Atividades de animação turística geral; 2 – Atividades de animação marítimo-turística; 3 – Atividades de animação turístico-ambiental.

As atividades de animação marítimo-turística são as seguintes: passeios marítimo-turísticos organizados; mergulho, escafandrismo, caça submarina e *snorkeling*; observação e natação com cetáceos; observação de aves; pesca turística ou pesca desportiva; pesca-turismo (pesca artesanal dirigida a turistas efetuada em embarcações de pesca); passeios em submersível; aluguer de embarcações com ou sem tripulação; serviços efetuados por táxis marítimos; esqui aquático, vela, remo, canoagem, *windsurf*, *surf*, *bodyboard*, *wakeboard* e *kite surfing*; serviços de natureza náutica prestados mediante a utilização de embarcações atracadas ou fundeadas e sem meios de locomoção próprios ou selados; aluguer de motos de água e de pequenas embarcações dispensadas de registo e outros serviços, nomeadamente os de reboque de equipamento de carácter recreativo.

O regime de acesso e exercício da atividade das empresas de animação turística, incluindo os operadores marítimo-turísticos, encontra-se regulamentado pelo dec.-lei n.º 108/2009, de 15 de maio, alterado pelo dec.-lei n.º 95/2013, de 19 de julho e pelo dec.-lei n.º 186/2015, de 3 de setembro. Em 2014, foi publicado o dec.-lei n.º 149/2014 de 10 de outubro, que aprova o Regulamento das Embarcações Utilizadas na Atividade Marítimo-Turística e estabelece as regras aplicáveis às embarcações utilizadas por empresas de animação turística e operadores marítimo-turísticos, no âmbito da atividade marítimo-turística, em todo o território nacional.

Na Madeira, as atividades marítimo-turísticas surgiram com o mergulho e a pesca desportiva.

O primeiro compressor de ar comprimido apareceu, em 1968, no posto náutico do Clube Naval do Funchal, clube que, no ano seguinte, organizou o I Curso de Mergulho Amador, dirigido por João Caldeira, da Federação Portuguesa de Atividades Subaquáticas, e contou com a participação de 40 pessoas e com a colaboração de Jorge de Castro e João Borges, já experientes no mergulho.

A primeira escola de mergulho a surgir na Madeira foi o Garajau Madeira Diving, em 1980, no Garajau, propriedade de Rainer Washkewitz, que ficou para sempre associado à conservação e divulgação do mar da Madeira. Juntamente com seu amigo e parceiro de negócios Jorge de Castro, realizaram um sonho de criar a primeira reserva marinha em Portugal, a Reserva Natural Parcial do Garajau, em 1986, pressionado as autoridades e pedindo apoio a personalidades como Jacques-Yves Costeau.

No início do séc. XXI, existiam 17 centros de mergulho na RAM, estando 15 localizados na Madeira e 2 na ilha do Porto Santo.

A pesca desportiva na ilha da Madeira teve a sua origem com a fundação do Clube Naval do Funchal, em 1952, e a sua adesão à International Game Fish Association (IGFA) em 1953. A partir desta data o Clube Naval passou a estar associado à organização de pequenas provas desta modalidade.

Em 1954, António Ribeiro (sócio fundador do Clube Naval) bate dois recordes nacionais de pesca, um a 19 de setembro, com a captura de um espadim branco de 37,5 kg, e outro a 24 de setembro, com a captura de um atum patudo de 94,5 kg. Mas o grande impulso desta modalidade deu-se na déc. de 1970, quando inúmeros recordes foram alcançados, entre os quais o recorde da Europa, conquistado por António Ribeiro, ao capturar um espadim azul de 510 kg em 1977. Embora historicamente a prática desta modalidade esteja associada a este médico, que ao longo da sua vida capturou os maiores exemplares de que há memória, nomes como o de Jorge Brum do Canto, realizador cinematográfico e escritor, e

Américo Durão, também médico, não podem ser esquecidos, pelo importante contributo que deram para o desenvolvimento desta atividade na região. No início do séc. XXI, ainda existiam recordes mundiais obtidos na Madeira, como o recorde feminino para o espadim azul com 321 kg (708 libras), obtido em 1996 por Nikki Campbell (mulher do lendário pescador de records IGFA Stewart Campbell), ao largo da Madeira.

Os fantásticos resultados obtidos no passado, tanto em provas nacionais como internacionais, em muito contribuíram para a dinamização de uma atividade que passou a ser considerada como um produto turístico distintivo da ilha da Madeira, fazendo dela um local único para a prática desta modalidade desportiva. Embora o turismo representasse a principal atividade económica da região, resultado do clima ameno e da posição geográfica privilegiada, a influência da corrente quente do Golfo mantinha a ilha da Madeira na lista dos destinos europeus de eleição para a prática da pesca grossa. Na época de pesca desportiva, que decorre entre os meses de maio e agosto, muitos turistas viajavam até à ilha da Madeira com a ambição de capturar uma das grandes espécies pelágicas e migratórias, como os espadins e os atuns, entre outros.

A primeira empresa de pesca desportiva na Madeira, a Turispesca, surgiu na déc. de 1970, na marina do Funchal; a ela se juntaram outras oito empresas nesta marina e três na marina da Calheta.

Na déc. de 1990, assim como nos inícios do séc. XXI, apareceram na Madeira várias empresas de passeios marítimo-turísticos organizados, empresas para observação e natação com cetáceos e observação de aves marinhas, operando em embarcações tão diversas como catamarãs, embarcações semirrígidas, veleiros, e mesmo numa réplica em tamanho real da nau *Santa Maria*, de Cristóvão Colombo, propriedade de Rob Wijntje; este holandês construiu a nau no estaleiro de Câmara de Lobos com a ajuda de calafates locais, lançando-a à água em junho de 1998. Este *Santa Maria* tem 22,30 m de comprimento, 3 mastros, o mais alto com

16 m, e foi construído em mogno. Operando com catamarans com mais de 100 pessoas, existiam duas empresas.

A empresa VMT Madeira surgiu em 2004 com o nome Prazer do Mar, cujo objetivo inicial era proporcionar aos visitantes da Madeira uma viagem costeira para a observação da beleza morfológica da costa a bordo do seu primeiro catamarã, o *Sea Pleasure*. Quatro anos mais tarde surge o segundo catamarã, o *Sea the Best*, aumentando o número de lugares disponíveis para 168. Em 2013, a empresa mudou de nome, lançando a marca comercial VMT Madeira (Viagens Marítimo Turísticas da Madeira), e adquiriu o *Sea Nature*, um catamarã de dois decks, construído em Lagos, no Algarve, com capacidade para 220 pessoas.

Existiam ainda empresas especializadas em nichos como a observação de aves marinhas, das quais se destacam a Ventura do Mar e a Madeira Windbirds. Surgiram igualmente empresas dedicadas a organizar atividades como formação e passeios de vela, canoagem, *windsurf*, *surf* e *bodyboard*. De referir o crescimento que se verificou nos primeiros anos do séc. XXI, no que diz respeito a empresas e escolas de *surf*.

Por último, resta mencionar as empresas que se dedicam ao *coasteering*, atividade que combina *rappel*, escalada, saltos para o mar, natação e mergulho, tudo numa única atividade que permite descobrir as escarpas sobre as baías, as grutas e os recantos com água translúcida existentes na Ilha. Um dos locais mais procurados para esta atividade é a Reserva Natural da Ponta de São Lourenço, onde se pode desfrutar do percurso de *coasteering* que permite conhecer as belezas naturais da baía d'Abra.

Bibliog.: ALVARES, D. F., e LOURENÇO, J. M., "Modelo de ciclo de vida do turismo: uma ferramenta para a gestão do turismo rural aplicada à ilha da Madeira-PT", in *Anais do 6.º Congresso Brasileiro de Turismo Rural, Cultura no Turismo Rural*, Piracicaba, s.n., 2007, pp. 1-6; ARAUJO, Lídio, *Embarcações da Madeira Passado e Presente – Desde 1982 até 2009*, Funchal, Editora O Liberal, 2009; CAIRES, Victor, *Aragens da Madeira*, Funchal, Correio da Madeira, 1997; *Id.*, *Crónicas da Beira-Mar*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; CUNHA, António et al., *Histórias do Mar e do Naval*, Funchal, Editora O Liberal, 2013; FREITAS et al., *Roteiro de Mergulho em Naufrágios na Madeira*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Transportes, 2016; GRAÇA, M., *Caracterização da Pesca Desportiva na Ilha da Madeira*, Dissertação de Mestrado em Biologia Marinha apresentada à Universidade do Algarve, Faro, texto policopiado, 2009.

Instituições Científicas Coordenadoras



CIDH

Cátedra Convidada FCT / Infante Dom Henrique
para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização



CIDH – Universidade Aberta/CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

IECCPMA – Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes

Instituições Associadas



CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa Polo da Madeira

CLEPUL – Uma (Polo do CLEPUL da Universidade da Madeira)



Universidade da Madeira



ADEGI – Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais e Insulares



CompaRes – International Society for Iberian-Slavonic Studies



APCA – Agência de Promoção da Cultura Atlântica



aprender madeira Projeto Aprender Madeira



Instituto açoriano de cultura

IAC – Instituto Açoriano de Cultura



CEG – Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa



600 Anos Globalização



OLP – Observatório da Língua Portuguesa

Instituição Patrocinadora Principal



Região Autónoma da Madeira
Governo Regional

Secretaria Regional de Educação

Secretaria Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira



Projeto Aprender Madeira/Intervir +

Mecenas Associados



Pestana Hotel Group



Grupo Sousa



Jornal da Madeira



Grupo Socicorreia

